00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 142 SEXTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de junho de 2016 5
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de junho de 2016 25
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2016 29
Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de junho de 2016 (em conjunto com a 20ª reunião da CI e a 15ª reunião da CRE) **(vide itens 1.5 e 1.6)**
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 65
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 79
Ata da 22ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de julho de 2016 119
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2016 157
Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de julho de 2016 191
1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de julho de 2016 (em conjunto com a 22ª reunião da CAE)
Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de julho de 2016 227
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2016 263
Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de julho de 2016 268
Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de agosto de 2016 310
Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de agosto de 2016 329
1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE- CE
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2016 351
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2016 359
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2016 378
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2016 391
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2016 411
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2016 423
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 440
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2016 442
1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de junho de 2016 456
Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2016 494
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 526
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 531
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2016 534
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 561
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2016 597
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2016 624
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de agosto de 2016 635
1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de junho de 2016 661
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2016 690
Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de junho de 2016 (em conjunto com a 20ª reunião da CI e a 19ª reunião da CAE) **(vide itens 1.1 e 1.6)**
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de junho de 2016 693
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de julho de 2016 715
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de agosto de 2016 738

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2016 769
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2016 798
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2016 831
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2016 860
1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de junho de 2016 873
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2016 904
1.6.1 – Subcomissão Temporária para acompanhamento da execução das obras da usina de Belo Monte
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2016 920
1.6.2 – Subcomissão Permanente de acompanhamento do Setor de Mineração
Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2016 923
1.7 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2016 925
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2016 945
1.8 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2016 971
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2016 1000
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 1002
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2016 1042
1.9 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2016 1057
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2016 1061
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 1085

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, vice-presidente, e do senador José Pimentel, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Jorge Viana, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Regina Sousa, Roberto Muniz, Romero Jucá, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, José Medeiros, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Aníbal, Dalirio Beber, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Eduardo Lopes, Wellington Fagundes, Pedro Chaves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, Ricardo Franco, Fernando Bezerra Coelho e Armando Monteiro. A presidência declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 14ª e 15ª reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 30 de 2016 (Ofício nº 23/2016/MF), de 2 de junho de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior; e correspondência do cidadão Gilvan Augusto de Farias, da cidade de Marília, São Paulo, datada de 19 de maio de 2016, manifestando repúdio com a redução dos valores dos benefícios pagos aos aposentados. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 1 -** Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2016, não terminativo, de autoria do Ministério Público da União, que "dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006", tendo como relator o senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço e Valdir Raupp. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Item 2 -** Projeto de Lei da Câmara nº 29 de 2016, não terminativo, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que "altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências", tendo como relator o senador Jorge Viana, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Eduardo Braga, Jorge Viana, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Regina Sousa, José Aníbal, Hélio José, José Medeiros, Tasso Jereissati e Roberto Rocha. O presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 3 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2016, de autoria da senadora Marta Suplicy, que "requer, nos termos regimentais, audiência pública para debater a fixação de cobrança de alíquota máxima na cobrança de ICMS, com a presença do secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte; do secretário de Fazenda de São Paulo; do secretário de Fazenda do Paraná; do secretário de Fazenda de Mato Grosso; do representante da Associação Brasileira de Empresas Aéreas - Abear; e de representante da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2016-CAE, com a inclusão entre os convidados de representante da Anac e com o aditamento proposto pelo senador José Aníbal (RQE nº 17 de 2016). **Item 4 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 16 de 2016, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a discussão das propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliação das repercussões financeiras sobre as contas da União, dos estados e dos municípios, com a presença dos senhores Dyogo Oliveira, ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e André Horta Melo, coordenador do Confaz". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 16 de 2016-CAE, com a inclusão como convidado do coordenador do Confaz. São apreciados ainda os seguintes itens extrapauta: **Item 5 -** Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016, terminativo, de autoria do senador Roberto Rocha, que "altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam", tendo como relator o senador Wellington Fagundes, que oferece relatório pela aprovação do projeto. A comissão aprova a inclusão do projeto como item extrapauta. Posteriormente, a apreciação da matéria é adiada. **Item 6 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 17 de 2016, de autoria do senador José Aníbal, que "requer, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 15/2016-CAE, de forma que os secretários da Fazenda da Bahia e do Rio Grande do Sul sejam substituídos pelos secretários da Fazenda do Paraná e do Mato Grosso na audiência pública para instruir o PRS nº 55 de 2015". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 17 de 2016-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente da comissão, senador Raimundo Lira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senado RAIMUNDO LIRA
Vice-presidente no exercício da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores!

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 14ª e 15ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para o seu conhecimento:

- Ministério da Fazenda: Aviso nº 30, de 2016; Ofício nº 23/2016 MF, de 2 de junho de 2016 do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o programa de emissão de títulos e administração de passivos de representatividade do Tesouro Nacional no exterior.

- Correspondência 1, do cidadão Gilvan Augusto de Farias, da cidade de Marília, São Paulo, datada de 19 de maio de 2016, manifestando repúdio com a redução dos valores dos benefícios pagos aos aposentados.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1 da pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

Autoria: Ministério Público da União
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Srªs e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara, PLC 26, de 2016, (PL nº 6.697, de 2009, na origem), do Ministério Público da União...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos fazer silêncio para que possamos ouvir com atenção o relatório do Senador Valdir Raupp.

Todos em silêncio, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ...que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

A remuneração dos cargos efetivos é, hoje, composta pelo vencimento básico e pela Gratificação de Atividade do Ministério Público da União, além das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, conforme prevê a Lei nº 11.415, de 2006.

O PLC prevê, ainda, o reajuste de 12% no vencimento básico dos analistas e técnicos, a ser implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2019, os vencimentos dos servidores variarão da seguinte forma, conforme a classe e o padrão na carreira (Anexo II):

a) Analista, de R$ 5.189,71 a R$ 7.792,30;
b) Técnico, de R$ 3.163,07 a R$ 4.749,33.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados também eleva o percentual da GAMPU incidente sobre o vencimento básico, de 90% para 140%.

O PLC reproduz as disposições da Lei nº 11.415, de 2006, que preveem a concessão do Adicional de Qualificação (AQ) aos portadores de título, diploma ou certificado; da Gratificação de Perícia, que passa a ser devida ao analista designado pelo CNMP que realizar atividade de controle externo fora do ambiente da sede de trabalho, na forma de regulamento; da Gratificação de Projeto e da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), as três últimas no valor de 35% do vencimento básico mensal, arts. 14 a 17.

Determina, ainda, a concessão da GAS no percentual de 25% do vencimento básico mensal, no caso de servidor que, sob designação do Procurador-Geral da República ou de autoridade delegada, atue em órgão ou unidade de pesquisa e análise de informação para subsidiar a atuação institucional dos membros do Ministério Público da União, art. 17, § 2º.

O substitutivo da Câmara dos Deputados também reajusta os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão a partir de 1º de junho de 2016, que variam de R$ 3.461,96 a R$ 14.607,74 (Anexo V). Os níveis 1 a 4 são reajustados em 16% e os níveis 5 a 7, em 25%.

A vantagem pecuniária individual, instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, e outras parcelas que tenham por origem a citada vantagem concedidas por decisão administrativa ou judicial, ainda que decorrente de sentença transitada ou não em julgado, incidentes sobre os cargos efetivos e em comissão de que trata o PLC, ficam absorvidas a partir da implementação dos novos valores estabelecidos para os cargos efetivos e os cargos em comissão.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador José Pimentel.

Em 15 de junho de 2016, a CCJ aprovou relatório deste Relator, favorável à matéria e contrário à Emenda nº 1, passando a constituir o Parecer da CCJ.

Do voto.

Diante do exposto, manifesto meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2016.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A matéria está em discussão.

Para discutir o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PLC 26 visa estabelecer uma nova estrutura para as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como fixar sua remuneração.

É disso que trata o projeto que estamos deliberando. Como o PLC 26 revoga toda a mencionada Lei nº 11.415, são reproduzidos diversos de seus dispositivos que regulamentam o ingresso, a promoção e o desenvolvimento na carreira dos servidores do Ministério Público da União, assim como do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com relação à remuneração a proposta resulta de um aumento para os servidores divididos entre vencimentos e gratificações de cerca de 41,47%, em oito parcelas semestrais iniciando em junho de 2016 e finalizando em janeiro de 2019.

O PLC também reajusta os valores dos cargos em comissão, a partir de 1º de junho, em 16% nos casos dos níveis 1 a 4, e em 25% nos casos dos níveis 5 a 7.

O PLC também cria no quadro do Ministério Público da União os cargos de natureza especial de Secretário-Geral do Ministério Público da União e de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República, e, no quadro do Conselho Nacional do Ministério Público, o cargo de Secretário-Geral do CNMP, cada um com remuneração de R$15.338,00, conforme art. 20 e anexo VI.

Há, também, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a transformação de 1.400 cargos comissionados de CC-2 em CC-4.

Com relação aos impactos financeiros, não são apresentados os seus valores, porém o Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, registrou que os aumentos de remuneração e criação dos cargos públicos previstos no PLC 41 e incorporados no presente projeto estão contemplados no Anexo V da Lei Orçamentária Anual para 2016. De fato, por evidência, na Lei Orçamentária Anual, lá estão registrados custos de R$255 milhões, em 2016, referentes a este projeto.

De acordo com a LOA, esses custos são divididos em R$28,5 milhões para o reajuste dos cargos em comissão, e R$226,5 milhões para o reajuste dos servidores. Não foi encontrado valor para a transformação dos cargos descritos no PLC. Há, entretanto, Sr. Presidente, estimativa de que os custos ou o impacto desse projeto seria superior. Considerando que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos a avaliação do impacto econômico-financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Plenário, ou por consulta da Comissão e, ainda, quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa, de Comissão para o Plenário e considerando, ainda, o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, consagrando que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento de despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva entrar em vigor e nos seus subsequentes, assim como a estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhado das premissas e metodologia para cálculos utilizados.

A indagação que faço ao meu estimado e querido amigo Senador Raupp, eminente Relator desta matéria, está relacionada exatamente a esses questionamentos e essas premissas, ou seja, a avaliação do impacto financeiro-orçamentário.

Eu não consegui identificar aqui no parecer de V. Exª esta que me parece ser uma premissa para um projeto como esse que altera e gera impacto financeiro, assim como orçamentário.

A indagação que faço a V. Exª é se houve observação ou se essa questão foi considerada por V. Exª.

É a indagação que faço ao Relator, com a vênia de V. Exª e naturalmente do próprio Relator, estimado Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Senador Ferraço, esse impacto, além de ser parcelado, está no orçamento. Ele já está no orçamento deste ano e será também integrado nos orçamentos dos próximos anos.

Então, os Poderes têm essa autonomia de definir, dentro dos seus orçamentos, tanto o Ministério Público Federal, como o Superior Tribunal de Justiça, o Judiciário, têm essa autonomia, estando dentro dos seus orçamentos. Não creio que vá impactar o Orçamento da União, do Executivo, até porque sai de dentro do orçamento do próprio Ministério Público.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Favorável ao projeto
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, Raimundo Lira, colegas Senadores, Senadoras, todos que acompanham essa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quero cumprimentar os servidores do Ministério Público Federal que ainda há pouco viram a deliberação da Comissão de um parecer do Senador Valdir Raupp com, obviamente, o debate feito pelo Senador Ricardo Ferraço.

Como bem colocou o Presidente desta Comissão, Senador Raimundo Lira, coube a mim a relatoria do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2016, ...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos ouvir com atenção o relatório do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... (nº 2.648, de 2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, da União e dá outras providências.

É bom que se diga que temos em apreciação também, nesta Comissão, um requerimento do Senador Ricardo Ferraço para que tirássemos um conjunto de dúvidas que temos nestas matérias. Mas também, por outro lado, temos uma situação que não começou em 2016, ao contrário, já vem de alguns anos, que é a busca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, das lideranças que representam os servidores dos Justiça Federal no Brasil, buscando fazer uma atualização de suas tabelas e de seus salários.

Nós tivemos uma apreciação desta matéria na Câmara e no Senado, um veto presidencial, e voltamos, a partir de um entendimento, a apreciar essas duas matérias.

No meu relatório, Sr. Senador Ricardo Ferraço, faço, inclusive, referência a alguns dos problemas que identifiquei.

E passo à leitura do relatório.

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei, já citei ainda há pouco, que dispõe sobre reajuste cabível aos servidores das carreiras do Poder Judiciário, da União, a saber, analistas, técnicos e auxiliares judiciários.

O PLC 29, de 2016, é fruto, é bom que se diga, de um amplo entendimento do Poder Judiciário, que envolveu diretamente, Sr. Presidente, o Ministro Ricardo Lewandowski e os representantes dos servidores com os interlocutores da União Federal. Refiro-me ao Ministério do Planejamento, à Fazenda e, também, à Casa Civil. Isso durante o governo da Presidente Dilma.

Por conta do que anunciei ainda há pouco, ter ocorrido um veto em uma deliberação da Câmara e do Senado e a manutenção do veto, depois, pelo Congresso Nacional, com esse desfecho houve um entendimento do Executivo, do governo da Presidente Dilma com o judiciário e dele decorre esse Projeto de Lei da Câmara nº 29, que relato aqui nesta comissão.

Posteriormente, o Presidente, agora interino, Michel Temer referendou esse acordo e é em função da posição tanto da Presidente Dilma como também do governo provisório interino do Presidente Michel Temer que o projeto tramitou na Câmara e tramita, agora, aqui no Senado.

Estou procurando ser preciso nisso porque, de fato, a responsabilidade nossa é de fazer a legislação, mas ela vem com o entendimento, a partir de um entendimento do Executivo com o Judiciário.

Desde o governo do Presidente Lula, o Judiciário não tem uma atualização do seu plano de carreira. Vale lembrar que, desde a criação das três carreiras em 1996, a maior remuneração em termos reais, considerada a inflação medida pelo IPCA, foi recebida durante a gestão do Presidente Lula, especialmente a partir da Lei nº 11.416, de 2006, que teve impacto até dezembro de 2008. A partir de 2009, nós tivemos, aí sim, não mais um crescimento real na remuneração dos servidores e começamos então a acumular perdas daquilo que tinha sido alcançado pelos servidores da Justiça.

Assim, este projeto tem o intuito de valorizar os servidores do Poder Judiciário da União e reduzir a rotatividade e a perda de servidores por conta de questões de remuneração.

Possui oito artigos, constituindo-se em substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados ao projeto de lei inicialmente proposto pelo Supremo Tribunal Federal.

O vencimento básico das carreiras do Poder Judiciário da União é reajustado, na proposta, em oito parcelas sucessivas, não cumulativas, totalizando ao final 12% de aumento em 1º de janeiro de 2019. A gratificação judiciária (GAJ) também tem um aumento progressivo; passará dos atuais 90% do vencimento básico para 140%. Também há o reajustamento dos valores da retribuição pelo exercício de cargos em comissão do Poder Judiciário, a partir de abril de 2016. Assim, os cargos de nível CJ-1 sofrerão um reajuste de 16%, ao passo que os cargos de CJ-2, CJ-3 e CJ-4, reajuste de 25%.

Além disso, técnicos judiciários portadores de diploma de curso de nível superior farão jus ao adicional de qualificação no percentual de 5% sobre os vencimentos básicos.

Determina-se ainda a incorporação da vantagem pecuniária individual (Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003), bem como de outras parcelas delas decorrentes, concedidas administrativa ou judicialmente, ainda que não oriundas de sentença transitada em julgado, a partir da implementação dos novos valores da remuneração básica e da retribuição dos cargos em comissão.

No Senado Federal, a matéria tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e recebeu parecer favorável. Depois passou para a apreciação desta Comissão, onde não houve apresentação de emendas.

Esta matéria, aprovada, será remetida ao Plenário do Senado para a decisão final.

Passo então, Sr. Presidente, à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, caso desta matéria em apreciação.

Antes de mencionarmos o impacto orçamentário-financeiro do PLC 29, de 2016, convém relembrar a história da recente tentativa de reajuste dos servidores do Poder Judiciário rapidamente. Isso é importante porque, talvez, explicita bem o resultado da negociação que houve entre o Governo ainda da Presidente Dilma com o Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Em 29 de agosto de 2014, o Supremo Tribunal Federal apresentou um projeto de lei na Câmara dos Deputados, PL 7.920, que buscava alterar o plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União. Na ocasião, os servidores teriam aumento percentual que oscilaria entre 53% até 78,5%. Esse era o projeto original, que foi apresentado em agosto de 2014.

Após a aprovação da Câmara, esse projeto veio para o Senado e, depois de aprovado no Senado, foi enviado para a sanção presidencial. A Presidente da República vetou, em 21 de julho de 2015, integralmente o projeto aprovado, em 2014, com as razões que eu não preciso aqui detalhar, mas é bom lembrar que uma das razões é que a proposta não levava em consideração as regras previstas no art. 37, inciso XII, da Constituição nem foi precedida de dotação orçamentária e pela autorização específica tratadas pelo art. 169. Além disso, sua aprovação geraria um impacto financeiro na ordem de R$25,7 bilhões, ao fim dos quais, passaria dos R$10 bilhões por exercício.

Então, estou fazendo esta ressalva para realçar que a matéria original implicava alguns óbices para apreciação e nesse tipo de compromisso do Tesouro.

O veto foi mantido pelo Congresso Nacional. Em seguida, o Presidente do Supremo, Ministro Ricardo Lewandowski continuou e iniciou novas tratativas com o então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão da Presidenta Dilma para avançar em uma proposta de reajuste das categorias do Poder Judiciário que viesse a recompor os salários sem impactar, de modo abrupto, as contas públicas.

Após obter a concordância do Poder Executivo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...com menores índices de reajuste, o Presidente do Supremo enviou, em 14 de agosto de 2015, novo projeto de lei à Câmara dos Deputados. E aí me refiro...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Um momentinho, Senador. Peço aos convidados que façam silêncio. Vamos prestar atenção ao relatório do Senador Jorge Viana, por favor.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, repetindo, o Presidente Ricardo Lewandowski encaminhou, em 14 de agosto de 2015, esse projeto que ora apreciamos. Na Câmara, inicialmente, era o PL 2.648, que deu origem à matéria que está em análise.

Em cumprimento ao art. 169, § 1º, da Constituição Federal, que requer que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração dos órgãos e entidades da Administração Direta tenha autorização específica na LDO – é bom que se ressalte que deve ter autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias – e conte com prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e seus acréscimos, esclarecemos que o PLC nº 29, portanto, esta matéria aqui de 2016, satisfaz ambos os requisitos.

Então, é muito importante que se ressalte isso.

Esta matéria já vem sem os vícios da anterior e vem cumprindo tanto a LDO como também o que preceitua a Constituição no seu art. 169.

A LDO, de 2016, Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, já prevê, em seu anexo V, as despesas de pessoal decorrentes do reajuste em análise. A previsão inicial é de que as despesas do PLC 29, de 2016, alcancem R$1,6 bilhão nesse exercício financeiro. A partir de janeiro de 2019, o impacto orçamentário será de R$5,9 bilhões, segundo matéria veiculada ao Ministério do Planejamento.

Agora, nós recebemos ontem um anexo do impacto que nos foi enviado para o exercício de 2016 a 2019 e que trata de R$6,65 bilhões. Há uma diferença. E eu vou me referir a essa diferença um pouco mais à frente, porque entendo que é muito importante, nesta hora em que se busca um ajuste fiscal, na hora em que há uma série de matérias, que a sociedade brasileira fique apreensiva e para que não restem dúvidas sobre o que estamos apreciando, especialmente sobre os números ou sobre o que agrava nos custos da União ou no Tesouro qualquer aprovação de matéria.

Bem, contudo, a justificativa enviada – e é bom que se ressalte aqui – para o Congresso Nacional não traz todos os dados sobre o impacto orçamentário e financeiro dos reajustes salariais, conforme exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela LDO de 2016. O que eu estou dizendo é que os dados que eu apreciei sobre os impactos da aprovação desta matéria não estão plenamente de acordo com o que estabelecem a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO de 2016.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, há disposições claras sobre os projetos de lei que resultem em aumento de despesa de pessoal, segundo o seu art. 21: "são nulos os atos que não tragam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício da entrada em vigor e nos dois seguintes." Então, veja bem, há que estar detalhado o impacto não só para o exercício em que a matéria entra em vigor como para os dois exercícios subsequentes. É bom ressaltar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Tudo deve ser acompanhado – isso aqui é Lei de Responsabilidade Fiscal – de memória de cálculo, já que a ausência das premissas e metodologia empregadas impede que o Congresso Nacional faça qualquer avaliação técnica da correção das estimativas apresentadas. Do contrário, o sistema de freios e contrapesos torna-se inoperante.

Eu vou ler aqui.

Além disso, a LDO 2016 reitera e detalha as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, e não poderia ser diferente, ao dispor:

> Art. 98. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:
> I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
> II - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta por Poder ou órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando ativos, inativos e pensionistas;

Nós temos um conjunto de matérias que estão vindo da Câmara implicando aumento de servidores e o que nós estamos fazendo aqui, eu procurei com a Consultoria do Senado, ser responsável, nós estamos vendo a apreciação de um *impeachment* de uma Presidente da República, eu diria, por muito menos de algumas matérias que eu estou vendo apreciadas.

Não estou fazendo nenhum juízo, os colegas estão na Comissão apreciando, julgando e vão fazer uma votação, mas é bom que se diga, isso está ocorrendo hoje e obviamente teremos uma deliberação da Comissão e do Plenário, mas nós temos que ser muito responsável na apreciação de todas as matérias, até para tirarmos lições. Até para tirarmos lições.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria pôr isso, porque eu estou tomando uma decisão dessa matéria e é muito importante que tenhamos aqui uma concordância dos colegas todos, porque eu não estou para criar nenhum empecilho, ao contrário, eu sempre trabalhei, desde que cheguei aqui, na busca de soluções nos temas mais complexos e esse é um tema também que temos que tratar com muito zelo, cuidado, para que ele não vire mais um passivo, mais um problema aqui nesta Casa e muito menos nas relações entre as instituições da República, entre os Poderes.

E é nesse propósito que eu peço a atenção para matérias que eu vou ler, por isso que eu fiz uma ressalva, porque é muito importante mesmo que sejamos muito atentos.

Entre as informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela LDO em 2016, mas não enviadas ao Congresso Nacional pelo órgão a quem compete o controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário – refiro-me ao CNJ – e também ao Supremo Tribunal Federal... Eu identifiquei que – para que possamos cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO de 2016 – nós temos ainda que juntar importantes documentos, senão vamos estar descumprindo a lei. E eu compartilho com os colegas da mesma maneira que vou compartilhar a minha sugestão que apresento no relatório.

Por exemplo, não estão presentes, acompanhando a matéria:

I- estimativa dos impactos orçamentário-financeiros do reajuste do vencimento básico e da Gratificação Judiciária no exercício de 2016 a 2021, por Tribunal referido no art. 92 da Constituição Federal, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, nós precisamos ter essa informação para que se possa fazer o cumprimento da Lei de Responsabilidade e da LDO e termos uma adequada deliberação da Casa.

II– Faltam também estimativas dos impactos orçamentário-financeiros dos reajustes dos cargos comissionados nos exercícios de 2016 a 2018, por tribunal referido no art. 92 da Constituição, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas.

III- Estimativas dos impactos orçamentário-financeiros da nova hipótese de concessão de Adicional de Qualificação aos Técnicos Judiciários nos exercícios de 2016 a 2018, por Tribunal referido no art. 92 da Constituição Federal, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas.

IV– Demonstração, para cada Tribunal referido no art. 92 da Constituição Federal, de que as novas despesas, conjugadas com a evolução legal das atuais despesas de pessoal, considerando as expectativas de no-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

vos provimentos, não resultará, para nenhum órgão, na ultrapassagem dos limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas quatro questões que estou levantando foram identificadas na apreciação da matéria e eu queria acrescentar que, caso o Plenário a delibere sem ter recebido as informações necessárias para apreciação do seu impacto orçamentário e financeiro, o Senado descumprirá o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO 2016.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nesse aspecto, nós estamos aqui em um processo de cumprimento de um entendimento do Executivo feito tanto pela Presidente Dilma, como pelo Presidente interino Michel Temer com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, e há uma disposição também da Presidência desta Comissão e de todos nós de dar prosseguimento a essa matéria, como eu afirmei antes, meu propósito é tão somente cumprir o que estabelece a Constituição e, nesse caso, as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da própria LDO, além de encontrar uma maneira – e aí eu acho que receberei a acolhida deste Plenário, eu peço, inclusive – para apoiar o que vou apresentar a seguir.

Apesar da omissão dessas relevantes informações, para que não haja atrasos na tramitação da matéria, eu estou aqui pedindo a compreensão dos colegas Senadores, apresentando um voto pela aprovação do projeto.

Vejam bem, meu parecer e meu voto são pela aprovação do projeto – e aí, Senador Moka, eu acho que podemos fazer um trabalho conjunto porque temos uma deficiência grave, com a qual não se pode seguir adiante –, mas, após a minha apresentação, eu queria ver o posicionamento dos colegas no debate.

Então, a minha proposta é que, apesar da falta dessas importantes informações, para que não haja atraso na tramitação da matéria, eu proponho o meu parecer favorável pela aprovação do projeto, com o firme entendimento de que o Plenário do Senado – aí eu faço a ressalva –, só possa deliberar sobre essa matéria se juntados os anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela LDO de 2016.

Nós podíamos deliberar aqui na Comissão, aprovando a matéria com uma condicionante: que o Supremo e o Conselho Nacional de Justiça, em um entendimento – aí um entendimento que possa ser definitivo – com o Ministério do Planejamento e Orçamento, anexem, a tempo, antes da apreciação do Plenário do Senado, os anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela LDO, com o detalhamento e a memória de cálculo para que os Senadores e as Senadoras, no plenário do Senado, possam deliberar, aí, sim, em caráter terminativo, na tramitação do Senado Federal, a matéria com a instrução completada.

Vejam bem, eu estou pedindo aqui a compreensão do Plenário desta Comissão para que apreciemos e aprovemos essa matéria, identificados os pontos que eu identifiquei, que ainda precisam entrar como anexo, com memória de cálculo, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a matéria só possa ser apreciada no plenário do Senado se cumpridas essas exigências, porque, aí, sim, teríamos condições de deliberar sobre ela e ver a posição final a partir da sua instrução.

Esse é o meu parecer. Eu trago aqui ainda um detalhamento de quanto ficaria a remuneração e espero que esse meu relatório já possa estar na mão dos colegas para que faça parte da discussão que começa agora. Então, agradecendo à atenção de todos os que estão aqui, a compreensão de todos, o meu parecer é: identifiquei os problemas, há ainda uma lacuna grande na instrução da matéria, mas eu proponho à Comissão que aprovemos o relatório, com a condicionante que apresento, para que sejam juntadas em uma posição que venha do Conselho Nacional de Justiça ou do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, porque ambos podem encaminhar, junto com o Ministério da Fazenda, os anexos necessários que não constam ainda da matéria, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO.

Eu penso que é uma decisão da Comissão, o meu parecer é favorável, com essa condicionante, mas, obviamente, faço o apelo à Comissão que aprovemos e que só entre na pauta do plenário do Senado quando juntados os anexos que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO exigem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Em função das considerações feitas pelo Senador Jorge Viana, é importante ressaltar que não pode ser solicitado o pedido de urgência para esse projeto, porque ele vai ficar pendente no plenário para serem cumpridas essas exigências previstas no relatório. Inclusive, nesse meio tempo também, há uma audiência com o Ministro do Planejamento a respeito desse PLS.

Para discutir, passo a palavra ao Senador Eduardo Braga. Em seguida, ao Senador Ricardo Ferraço, depois Senadora Regina Sousa, Senador Moka, Senador José Aníbal e Senador Hélio José.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, Jorge Viana, primeiramente, quero destacar a questão meritória dos trabalhadores do Judiciário e a necessidade de termos uma revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dessa categoria. No entanto, Sr. Presidente, o Relator abordou de forma absolutamente correta as preocupações com relação a esse cumprimento. Nós, no passado, os Senadores que estavam aqui àquela altura, entre eles eu me incluo, aqueles que votaram no reajuste, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

havia a previsão necessária no que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, à LDO e ao Orçamento para que pudéssemos, então, avaliar a questão, repito, justa dos salários do Judiciário.

Novamente nós estamos aqui diante de uma situação em que nós temos de um lado a justiça para com os funcionários, para com os trabalhadores dessa categoria, e, de outro lado, uma demanda importante, prioritária hoje no País, que é a questão fiscal brasileira. A questão fiscal brasileira não passa apenas pelo equilíbrio das suas receitas, passa também pelo equilíbrio das suas despesas, pela qualidade dos seus gastos e a responsabilidade com o gasto público.

É exatamente por isso que o legislador, no que tange à matéria com gastos permanentes, tem a preocupação de que, ao deliberar sobre ela, haja a previsão não apenas para o ano em exercício, mas para os dois anos subsequentes, para que não haja desequilíbrio fiscal entre a receita e o gasto do setor público.

E aí, Sr. Presidente, nós temos não só as informações trazidas pelo Relator, mas também as informações veiculadas pela imprensa, que apontam, inclusive, desencontros entre a informação anterior do Ministério do Planejamento e a informação divulgada no dia de ontem pelo Ministério do Planejamento, que já aponta para R$67,9 bilhões o impacto dessas medidas.

Além do impacto na União, é importante lembrar, Sr. Presidente, que o art. 92 da Constituição Federal, diversas vezes aqui citado pelo Sr. Relator, diz o seguinte:

> Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:
> I - o Supremo Tribunal Federal;
> I -A - o Conselho Nacional de Justiça;
> II - o Superior Tribunal de Justiça;
> III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
> IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;
> V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;
> VI - os Tribunais e Juízes Militares;
> VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

E, no inciso V do art. 93, diz o seguinte:

> Art. 93 - .....;
> V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento ...
>
> *(Soa a campainha.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, ao disposto ...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Se eu puder concluir, Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Eu peço mais uma vez silêncio e atenção para que possamos ouvir o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Se eu puder concluir.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – V. Exª vai concluir.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, o que estou aqui lendo do art. 92 e do art. 93 é para mostrar a similitude e a paridade que existe na Magistratura em todo o Território Nacional e que implicará, obviamente, impactos. Essa era uma das grandes preocupações. E quando digo que quero concluir, é porque, da chegada deste projeto ao Senado da República ao dia de ontem, um fato novo aconteceu.

O Governo Federal anunciou ontem um acordo com os Estados que altera a forma do pagamento da dívida pública dos Estados, e, por via de consequência, também terá que fazê-lo com os Municípios, o que impacta no aumento do déficit público nacional, mas alivia as contas estaduais, abrindo espaço para novos gastos. Tanto é que se recomenda que haja um pacto na nossa PEC que está tramitando no Congresso Nacional com relação aos tetos do gasto público, limitar os gastos.

Por que é que estou abordando esse tema? Para mostrar que, de um lado, é meritório o reajuste, a revisão do Plano de Cargos e Salários dos servidores da Magistratura, votarei com o relatório, mas, de outro lado, nós precisamos ter a responsabilidade de termos as informações necessárias sobre os impactos na LDO, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

impactos nos orçamentos e também na Lei de Responsabilidade Fiscal não apenas da União, mas também no Pacto Federativo dos Estados, para que nós possamos votar isso em plenário.

Voto, portanto, com o zelo do Relator, que encontrou uma medida que pode reconhecer o mérito da demanda dos trabalhadores do Judiciário, e que, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, preocupa-se com a questão do equilíbrio fiscal e o cumprimento da legislação.

Feitos esses comentários, quero encaminhar, portanto, o meu voto, acompanhando o Relator e também acompanhando a recomendação da Presidência desta Comissão, quando diz que precisamos votar esse projeto, mas, sem pedido de urgência, para que esse projeto possa ser apreciado pelo Plenário com as devidas informações e devidas documentações e anexos, de acordo com o que estabelece a legislação, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer só um esclarecimento importante.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Essa lei que estamos votando é exclusiva com servidores da União. Então, essa não vai impactar os Estados. Essa lei que estamos votando é relativa a servidores da União nos diferentes tribunais, óbvio. Então, isso é importante que fique, sem prejuízo de outras que estão vindo e que serão apreciadas. Mas esse esclarecimento é importante.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para discutir, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Jorge Viana...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Em seguida V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E ele foi claro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ele havia sinalizado antes, atrás de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Mas V. Exª anunciou...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, anunciei o inverso, mas eu corrigi. Peço desculpas e compreensão ao meu estimado e dileto amigo Ferraço.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não tenho nenhuma dificuldade em ceder se o Senador Ricardo Ferraço quiser falar na minha frente, e faria isso com enorme prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu faço questão de ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka, para discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o Relator deixa claro aqui que esse projeto é para dispor sobre o reajuste cabível aos servidores das carreiras do Poder Judiciário da União, a saber, analistas, técnicos e auxiliares judiciários. Portanto, a Magistratura está fora desse projeto.

É preciso lembrar que esse projeto já foi votado aqui – o próprio Senador Jorge Viana disse – e, apesar de aprovado, ele foi vetado e, depois do veto, houve uma nova rodada de negociações. Na época, já tinha o aval. Tanto já tinha que a Lei Orçamentária já prevê esse reajuste dos servidores do Judiciário. Está previsto. Esses servidores, há dez anos não têm reajuste, Sr. Presidente. Há dez anos! (*Palmas.*)

O que o Relator fez, com muito bom senso? Como faltam informações que são sérias, que precisam conter, V Exª, com sensatez, disse o seguinte: se for o entendimento da maioria, vamos aprovar o projeto, com o compromisso de aprová-lo no plenário depois de receber a complementação que ainda falta. Mas o PMDB, aqui orientado, falando em nome do Líder Eunício Oliveira, vota "sim", com o Relator, e com as condicionantes acabou de colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Para discutir, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, é evidente que há por parte de todos nós o reconhecimento de que os servidores da Justiça Federal, nos últimos anos, não receberam aumentos compatíveis com a inflação. De longe, os funcionários da Justiça Federal não receberam os devidos aumentos que pudessem manter o seu poder de compra, a sua dignidade, e assim por diante.

Entretanto, Sr. Presidente, o relatório do Senador Jorge Viana nos foi apresentado há poucos minutos. O relatório não foi disponibilizado como deveria ter sido – me perdoe – para que nós pudéssemos tomar conhecimento *ipsis litteris* daquilo que o eminente relator apontou. E o relator aponta fatos gravíssimos, Sr. Presidente. Os fatos apontados pelo relator não são fatos que podem ser relevados, pelo menos ao meu modesto juízo, sem ter a pretensão da verdade, mas em torno da minha convicção. Vejam o que fala o relator: "Contudo, a justificativa enviada para o Congresso Nacional [palavras do relator] não traz todos os dados sobre o impacto orçamentário e financeiro dos reajustes salariais, conforme exigido na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O art. 73 da Lei de Responsabilidade Fiscal consagra que a não obediência às infrações da lei complementar podem ser punidas, inclusive por crime de responsabilidade, Sr. Presidente, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal regula o art. 165 da Constituição Federal. Nós afastamos uma Presidente da República porque atentou contra as leis orçamentárias e as leis fiscais do Brasil, e ela está sendo julgada, neste momento, em uma comissão em que V. Exª é Presidente, dando conta do seu afastamento definitivo.

Além dessa questão apontada pelo Senador Jorge Viana, ele vai além. Ele aponta um conjunto de outras regras ou de outras premissas que não se fazem acompanhar dessa mensagem. Portanto, me parece que o mais razoável é que nós não votássemos esse projeto da Comissão de Assuntos Econômicos, aguardando que as informações possam ser submetidas a esta Comissão, para que nós possamos deliberar.

Eu acho absolutamente imprudente e absolutamente contraditório que nós possamos continuar fazendo vista grossa à Lei de Responsabilidade Fiscal. E, na prática, é o que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente.

Eu não vou comungar com a conclusão do Senador Jorge Viana porque as premissas que S. Exª fundamenta apontam na direção de vícios insanáveis. Porque antes de o Congresso, antes de o Plenário...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Silêncio, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Olha, eu não tenho preocupação com pressão. Eu vou exercer o meu voto aqui com convicção e com absoluta tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Peço que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Portanto, eu quero que V. Exª possa manter a tranquilidade e a minha independência para exercer o meu voto aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Peço não. Determino que façam silêncio em relação a qualquer pronunciamento contrário aos interesses de V. Exªs e de V. Sªs...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Porque vocês estão aqui como convidados, apenas para acompanhar os nossos trabalhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque eu quero saber se, numa audiência na Justiça, essas manifestações são possíveis e são acolhidas dessa forma.

(Manifestação da plateia.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, isso não é possível.

Por isso mesmo eu vou pedir vista do processo, Sr. Presidente. Eu vou pedir vista do parecer do Senador Jorge Viana, abrindo o prazo de até uma semana ou um prazo mais emergencial, para que essas informações possam ser incorporadas e eu possa dar o meu voto aqui, com absoluta convicção, sem querer ter a pretensão da verdade. Mas, na dúvida, pelo conjunto de premissas que o Senador Relator apresentou... Eu considerei o relatório contraditório porque V. Exª apresenta um conjunto de premissas que violam a Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda assim, V. Exª sugere a aprovação. Como? Ou uma coisa ou outra.

O voto que será dado em plenário – me permita, Senador Relator – é outro voto. Nós aqui estamos tratando das prerrogativas e das responsabilidades da Comissão de Assuntos Econômicos. Há observações que nós precisamos considerar.

Por isso mesmo, para não adiar, não alongar, eu peço vista do parecer para que as informações que V. Exª, na condição de Relator, apontou possam chegar a esta Comissão e eu possa exercer o meu voto aqui, com convicção.

Peço vista,. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O pedido de vista está anotado, mas poderemos continuar ainda a discussão como forma de adiantar os trabalhos. Logicamente, a obrigatoriedade do Presidente é dar vista de cinco dias a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza, Sr. Presidente, se V. Exª puder...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra, para discutir, ao Senador Jorge Viana, na condição de Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria, cumprimentando o Senador Ferraço, pedir também – e é importante, para que se possa dar a devida atenção a esta matéria – aos nossos convidados que, por favor, nos ajudem, como estão fazendo, respeitando toda e qualquer opinião que surge aqui.

Eu queria me referir ao colega Ferraço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Jorge, quero apenas fazer aqui uma referência aos nossos convidados aqui presentes. Se esse projeto for aprovado hoje na CAE, vai ficar retido no plenário para serem complementadas as informações e as exigências, que são absolutamente necessárias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Se eventualmente tivesse sido aprovado aqui, ele seria retido no plenário, para receber as exigências que foram colocadas pelo relator. Houve o pedido de vista. Então, esses documentos exigidos e essas informações importantes serão, naturalmente, trazidos aqui para o próprio âmbito da CAE. Então, não haverá, de qualquer maneira, atraso na sua tramitação.

Eram essas as informações que eu queria dar.

Retorno a palavra para o nosso Relator, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, primeiro, dizer que as preocupações que trazem o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Eduardo, o Senador Moka e outros colegas são importantes e relevantes. Nós estamos vivendo um momento muito delicado na história do nosso País. A toda hora nós vimos discursos, debates sobre o cumprimento ou não da Lei de Responsabilidade Fiscal. Achei que não poderia, na condição de Relator de uma matéria tão importante, que já vem de um contencioso de dois anos, passar vista grossa sobre algo que é muito sério.

Agora, eu só queria divergir do meu colega Ferraço, porque não há contradição. E por quê? Porque estou dizendo que essa matéria não deveria ter a deliberação do Senado Federal sem que se junte aquilo que a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal preveem.

V. Exª só se esqueceu de que eu botei uma condicionante, que eu não estou querendo uma coisa ou outra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas esta Comissão é uma comissão autônoma, independente, que tem uma responsabilidade técnica...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Deixe só eu terminar. Há um artigo na LDO deste ano que trata dessa questão, desse tipo de exigência. Eu queria ler, para mostrar que ele é mais flexível ainda. Ele atribui ao Presidente a juntada dessas informações. Mas que se cumpra. Art. 113 da LDO deste ano:

> Art. 113. As proposições legislativas e respectivas emendas, conforme o art. 59 da Constituição Federal [é disso que estamos tratando], que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes [...]

É o mesmo assunto de que estamos tratando: as informações do impacto neste ano e nos dois anos subsequentes que não estão juntadas no projeto – dos dois anos subsequentes.

Continua:

> [...] detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

Então, é uma matéria tão importante que a LDO traz, ela reproduz aquilo que está estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal e que a Constituição estabelece.

> §1º Os órgãos dos Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União encaminharão, quando solicitados por Presidente de órgão colegiado [nós estamos aqui em um órgão colegiado] do Poder Legislativo, dispensada deliberação expressa do colegiado, no prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

Estou dizendo que é uma matéria complexa, porque a LDO deste ano aprovou aqui algo que a flexibiliza. Ela dá prerrogativa ao Presidente do colegiado de, em até 60 dias, requerer as informações. Eu não estou me prendendo a isso. A minha sugestão é tão somente – aí, não é contraditório, porque estou seguindo o que está na LDO também – que fizéssemos a deliberação aqui condicionada a termos... Até porque está implicando, com a queda de receita, em os órgãos da União, os Poderes e os Estados extrapolarem os limites com os servidores. Por isso eu pus a condicionante.

Essa é uma sugestão que nós faríamos. Obviamente implicaria em, pelo menos, quatro, cinco dias ou em uma semana para que o Plenário do Senado pudesse deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O que eu também proporia aqui, Senador Ferraço, para ter uma mediação com o Presidente, é que nós tivéssemos um entendimento. Meu relatório está oferecendo... O Senador Ferraço estava pedindo vista. Nós podemos requerer do Conselho Nacional de Justiça, do Presidente do Supremo e do Ministério do Planejamento – eu estava lendo, Sr. Presidente, e é prerrogativa de V. Exª requerer com o prazo de até 60 dias – que, esta semana ainda, eles nos passassem as informações.

Eu, como Vice-Presidente da Casa, assumiria o compromisso. Se fosse o caso, apreciaríamos na terça-feira a matéria e levaríamos, de comum acordo, se houvesse acordo, para o plenário do Senado, juntadas as informações, até terça-feira. Aí teríamos um procedimento que poderia ser uma maneira de resolvermos essa matéria ainda dentro do mês, como os servidores e todos nós queremos também, fruto desse acordo do Executivo com o Judiciário.

Este pode ser o entendimento: o Presidente assumiria o compromisso de fazer a solicitação e eu também, na condição de Relator. Receberíamos, apreciaríamos em caráter definitivo a matéria, pediríamos urgência dela e levaríamos ao Plenário na próxima terça-feira. Aí seria um entendimento possível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Após recebido...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obviamente, após recebido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Como determina a lei.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente. Esse pode ser o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A Senadora Regina Sousa ainda quer discutir?

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Rapidinho, Sr. Presidente.

Eu quero só lembrar que são quatorze projetos de reajuste. Se não chegaram ainda, estão chegando. Nós votamos um agora e ninguém foi questionado. Na hora da votação, me parece que foi unânime. Então, não é justo agora com o outro, o segundo que está aqui na pauta – mas tudo bem, já pediram vista –, porque é o mesmo caso. Nenhum deles tem o cálculo.

E há ainda o agravante do errinho básico de R$15 bilhões que o jornal *Valor Econômico*, na quarta-feira, mostrou. Inclusive, tem dissonância com a meta de inflação também. Eu fico imaginando se fosse o Governo da Dilma que tivesse cometido um erro de R$15 bilhões, como estaria. Mas ninguém falou, só o *Valor Econômico*, porque, como o próprio nome diz, tem de falar da economia. Mas está lá o erro de R$15 bilhões. Como agora foi dito aqui, em vez de R$52 bilhões, são R$67 bilhões.

Eu acho que poderíamos decidir aqui que não se vote mais nenhum, mesmo que esteja aí, sem que esteja cumprida essa questão dos cálculos da LRF. Isso para os que estão aí. Agora, esse acho que não se vota mais, porque já foi pedida vista.

Então, que se apresse. Acho que os próprios servidores vão apressar essa história dos cálculos, porque eles têm o maior interesse. Não é justo com eles, porque eles não têm culpa do erro, já vem do ano passado. Seria isto: não se votar nenhum que não esteja com a memória de cálculo. Mas esse outro deveria ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos mandar ofício hoje mesmo para o CNJ e para o Supremo Tribunal Federal, para que possamos compor esses processos para que andem em paralelo após discussão e aprovação aqui na CAE. E ao Ministério do Planejamento também.

A Secretaria anote, por favor: Ministério do Planejamento, Presidência do CNJ, Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, quando acompanhei aqui a leitura do relatório do Senador Viana, não pulei direto para a conclusão, para o voto dele, e fui entendendo que o Senador iria propor uma nova rodada para termos as informações que faltam. O Senador Braga também acrescentou esse acordo importantíssimo feito ontem entre Governo Federal e os governos estaduais.

Não sei por que pode estar interditado. Que façamos rapidamente – essas urgências só se tornam emergência quando se criam situações como essa – uma rodada de informações que correspondam ao pedido feito pelo Senador Ferraço ou um outro entendimento, mas que tenhamos essas informações.

É óbvio: eu não vou votar sem ter as informações, ainda mais considerando a relevância dessa matéria. E também não vou ficar aqui reiterando que sou a favor do reajuste. Eu não tenho nenhuma necessidade de fazer isso. Eu acho que tem razão: os reajustes ocorridos ao longo destes dez anos, as recomposições não repuseram o valor de compra, digamos assim, dos salários. Houve perda de renda. O quanto se puder ajustar é importante para a economia, inclusive; para as pessoas e para a economia, para que se mantenha o poder de compra de uma categoria tão importante como essa.

Agora, eu não quero é infringir, no meu voto, qualquer dispositivo legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, vamos entender se fazemos ou com o procedimento proposto pelo Senador Ferraço ou com o procedimento sugerido pelo Senador Viana.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – É importante destacar, Senador Aníbal, que muitas vezes um procedimento desses, um alerta do Relator, como foi o caso do Senador Jorge Viana, uma cautela do Senador Ricardo Ferraço em relação ao assunto, em vez de atrasar o processo, faz andar mais rápido. Como falou o Senador Ferraço aqui, aqui é uma Comissão técnica. É muito mais fácil esses assuntos de ordem técnica serem resolvidos numa comissão exclusivamente sobre esse assunto do que ficar naquele mundo do plenário, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, onde há uma quantidade enorme de processos, de medidas provisórias, de PECs e tudo o mais. Então, eu acho que essa cautela que os Senadores estão tendo aqui, que aparentemente pode ser um atraso no processo, indiscutivelmente, vai ser uma rapidez no seu aperfeiçoamento.

Eu quero, inclusive, elogiar o comportamento do Senador Jorge Viana, do Senador Ricardo Ferraço, essa cautela do Senador José Aníbal.

Passo a palavra, se ainda quer discutir, ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Gostaria de discutir, sim, Excelência.

Quero cumprimentar V. Exª pela brilhante exposição momentânea e pelo trabalho que faz dirigindo esta Comissão e também a Comissão do Impeachment. Quero cumprimentar o Senador Jorge Viana pela lembrança, pelo levantamento, pelo cuidado, e os demais Senadores que aqui me antecederam.

Quero colocar que esse reajuste dos servidores do Poder Judiciário da União, que estava previsto para janeiro de 2016 – por isso, Jorge, a consideração era relativa à LDO 2015 e não à LDO 2016; V. Exª, como nós estamos analisando aqui 2016, trouxe à tona essa questão, mas foi considerada, na época do projeto, a LDO 2015, e não a 2016 –, esse reajuste foi sucessivamente postergado para abril, maio, junho. Os recursos necessários estão no Anexo, sim, da LDO 2016. Está faltando o cálculo, como V. Exª colocou, em 2016.

O cálculo do impacto foi validado pela Secretaria de Orçamento Federal e pelo Ministério do Planejamento.

É importante que estejamos atentos pela necessidade de aprovação do projeto ainda no mês de junho. E acho boa a proposta do Jorge e do Ferraço, com a intervenção do nosso Presidente e o nosso compromisso, Presidente Lira, de resolvermos talvez nesta Comissão aqui – daí eu pedir vista coletiva –, nesse período de cinco dias, como V. Exª coloca, nesta Comissão técnica, e já levarmos redondo para o plenário do Senado para, de repente, já aprovarmos na próxima terça-feira, resolvida e superada a problemática aqui, na manhã da terça-feira que vem, como o Jorge colocou.

Todos os nossos servidores do Judiciário e também os servidores do Ministério Público, quero parabenizar a todos pela aprovação do projeto anterior. E que não fique entendido que há dois pesos e duas medidas.

O Jorge levantou uma questão, como a Regina colocou aqui. Então, é importante que, em todos os outros projetos que nós vamos relatar – eu, por exemplo, sou o Relator do projeto do Executivo, do reajuste do Executivo –, vejamos direitinho essas questões do impacto para isso não atrasar mais os projetos que vamos relatar. Como a Senadora Regina colocou, são 14, e estamos analisando o segundo. Já com o compromisso deste Plenário, Senador Ferraço, acho que é possível, então, acertarmos para resolver aqui na Comissão técnica, se o Senador Jorge concordar – aqui na CAE, Jorge –, e levar para o plenário na terça à tarde.

Então, esse é o apelo que eu gostaria de fazer, solicitando, então, essa vista coletiva e deixando claro que, para nós do PMDB, como o nosso Senador Moka já colocou, é fundamental revermos e darmos esse reajuste tanto para o Judiciário quanto para o Ministério Público e também para as carreiras do Executivo, o que já foi calculado e devidamente reconhecido pelo Ministério do Planejamento.

Muito obrigado a todos.

Essas seriam as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

Antes, porém, quero informar a todos os presentes, a todos os convidados que os ofícios que vão para as autoridades, para compor o processo, já estão sendo elaborados. Agora, de manhã mesmo, ainda serão assinados.

Quero convidar o Senador José Pimentel para presidir aqui a Comissão de Assuntos Econômicos, porque eu terei que seguir para presidir a Comissão Especial do Impeachment.

Agradeço a todos a atenção.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A pauta... Mais um pouquinho, mais uns dez minutos. Eu gostaria que os Senadores aguardassem um pouquinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Foi concedida vista.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, esse aumento dos servidores do Judiciário está há tanto tempo aqui e já foi feita tanta discussão, que eu não sei se é um azar, Senador Ferraço, mas chegarmos a este ponto e faltar informação é de se lamentar muito. Virou um parto de gato isso.

Vejam bem: essa questão do impacto, por exemplo. Eu lembro que, quando estávamos discutindo ainda, na época do veto, o Governo mandou uma mensagem para o Senado falando que havia um impacto; no Jornal Nacional, foi anunciado outro; e, depois, na hora da discussão, todo mundo falava. Então, começou com um impacto de 10, subiu para 25 e, depois, já se falava em 36. Eu já ouvi, parece, o número de 60 aqui, 64.

Eu queria fazer um apelo, agora, não é nem ao Governo, porque estive em uma reunião com o Presidente Michel Temer e vi que ele está disposto a dar esse aumento. Eu queria fazer um apelo aqui aos servidores do Ministério do Planejamento, que são servidores também, para que pudessem mandar um número para cá, um número definitivo, porque se criou uma dúvida aqui tremenda agora.

Agora o que dizer para quem está há dez anos... Eu não vou fazer um discurso político; vou na linha do Senador Aníbal, que disse que meritório todo mundo sabe que é, mas nós precisamos sair desse ziguezague. Parece até um drible, toda hora, nos servidores.

Eu me lembro de que esse aumento... Houve reuniões em Lisboa, houve depois não sei quê, estava um projeto para cá...

(Manifestação da plateia.)

E agora, desculpem-me vocês, mas parece que há um azar também, parece que há cabeça de jegue enterrada, porque até o outro projeto aqui passou tranquilo.

Então, o que esperamos é que, na próxima terça-feira, possamos sanar essas coisas todas aqui e ir, definitivamente, para a resolução disso.

Eu tenho dito aqui, constantemente: o Estado anda, Senador Jorge Viana, o Governo anda, as coisas funcionam na Administração Pública apesar do Governo ou pelo Governo, mas, acima de tudo, por causa dos servidores públicos. Quando vemos aqui que vamos, às vezes, votar incentivos ou votar outras coisas, parece que a coisa flui de uma maneira tão fácil, tão rápida, passa no Colégio de Líderes, passa em tudo. Mas, olha – eu fui servidor público por 21 anos –, todas as vezes em que se trata de servidor público, é esse parto de gato. É uma coisa terrível! Tudo impacta.

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E não estou criticando o Senador Jorge Viana, que fez corretamente a ressalva. Fez corretamente a ressalva de que havia o perigo. Agora é incrível! Como se chegou aqui, neste momento, em um projeto que está tramitando há tanto tempo, e nós ainda temos que nos deparar com isso?

E eu falo diretamente aqui para os servidores: não é culpa do Senador Jorge Viana e nem do Senador Ricardo Ferraço, que corretamente o fizeram, porque não adiantaria o projeto ir para o plenário e, depois, ter que voltar tudo porque havia uma questão incorreta.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel, Srs. Senadores, com todo o respeito ao excelente trabalho feito pelo Senador Tião Viana e compreendendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Jorge Viana. Eu toda a vida o chamo de Tião; não tem jeito. É porque ele é Governador, é mais importante. (*Risos.*)

Entendendo as ponderações do Senador Jorge Viana, não querendo, evidentemente, ter qualquer tipo de processo que venha a atrasar esse aumento dos servidores da Justiça, mas eu queria concordar com o Senador Ferraço inteiramente. Eu acho que nós não podemos fugir aqui, a CAE, às nossas responsabilidades. A responsabilidade de dar uma decisão prévia devidamente estudada, mastigada é desta Comissão...

E eu, por exemplo, assim como outros Senadores, que já deixaram claro, não me sinto suficientemente cômodo para fazer um voto como esse sem ter todas as informações necessárias.

A situação é extremamente grave, e não só pelo aspecto legal, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana. Não é só pelo aspecto legal, mas pelo aspecto da gravidade da situação e pelas consequências que possam advir se o impacto for aquele que nós não queremos que seja e não esperamos que seja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Portanto, eu queria, mais uma vez, parabenizar, pela importante colocação e alerta feito pelo Senador Ricardo Ferraço, e pelo seu projeto, seu trabalho, que foi muito bem-feito, o Senador Jorge Viana, mas a responsabilidade é nossa. Nós temos que assumir, temos que enfrentá-la.

Acho que a Senadora Regina fez uma ponderação importante, a meu ver: que isso sirva não só para os servidores da Justiça, mas para todos os outros projetos que estão chegando aqui, agora, da mesma forma.

Essa é a colocação que eu gostaria de fazer, Senador Pimentel, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer aos colegas.

Acho que aqui há um entendimento. Penso que ficou claro que há um entendimento. Eu só queria esclarecer, Senador Medeiros, porque, por mais que V. Exª tenha colocado o respeito por mim e pelo Senador Ferraço, nós não podemos... Eu recebi essa relatoria quinta-feira passada. No fim de semana, eu estava no Acre. Fiquei no fim de semana trabalhando. É muita responsabilidade.

É óbvio que acompanhei esse processo todo, lá de trás, e entendo o sofrimento, a angústia, a necessidade que os servidores do Judiciário têm na deliberação dessa matéria, por tudo o que ela já viveu, mas nós não podemos simplificar isso como se fosse cabeça disso ou daquilo enterrada. Eu estou falando da Lei de Responsabilidade Fiscal. Senão, fica parecendo que eu estou protelando. E eu apresentei... E muito menos o Senador Ferraço está protelando. Ele está fazendo um alerta, que eu faço.

Senador José Medeiros, colega, quem manda essas informações não é o Ministério nem são os funcionários do Ministério do Planejamento, não! É o Conselho Nacional de Justiça! É o Conselho Nacional de Justiça que tem que mandar essas informações. E pode trabalhar hoje, hoje à noite, e amanhã essas informações estarem aqui. A lei exige memória de cálculo, metodologia usada; não sou eu! Não há ninguém criando alguma dificuldade. E dá para fazer.

Eu queria também colocar que já ouvi muita mentira sendo dita em nome da verdade. A carreira dos servidores federais precisa de reposição, porque ela tem tido perda nos últimos anos. Mas toda hora vem uma informação. Eu, como alguém que tive a responsabilidade de estudar, tenho que dividir com os colegas da Comissão.

Vou passar duas tabelas. Uma é da remuneração real dos servidores, desde 1997; o que implica esse projeto que estamos votando e como era. Eles tinham um salário que era em torno de R$6 mil o melhor remunerado das carreiras que estamos apreciando – estou falando de 1997. No ano 2002, essa remuneração era em torno de R$7 mil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estou atualizando. Esses valores estão atualizados pela inflação. Valores reais. Em 2002, então, em torno de R$7 mil. Passaram, em 2009, para R$16 mil. E eles começaram a ter perdas. Gente, ouça bem: estou atualizando todos os valores pela inflação. E aí começou a haver uma perda salarial para todas as categorias, de 2009 para cá. Os servidores da Justiça e da União começaram a perder valor real de salário, poder de compra, começaram a ter perda real do nível que tinham alcançado. Houve uma lei votada em 2012 que repôs só uma parte das perdas, e eles continuaram perdendo. Estou falando de valores reais. Então, desde 2009, essas categorias estão tendo perdas reais no seu poder de compra.

É por isso que todos nós estamos nesse esforço de vermos se a gente repõe. E o projeto prevê que só em 2019 – eu tenho que ser justo –, nos cálculos que fiz, essas categorias chegarão perto do que já ganhavam em valor real lá em 2009. Temos que colocar isso. Vou falar no plenário. É isso que vai justificar. São necessárias todas as parcelas para tentar chegar a um valor real perto do que os senhores e as senhoras já ganhavam em 2009. É isso que nós estamos apreciando aqui. Então, é importante haver um consenso.

Agora, veja bem, isso aqui não fui eu que inventei, não foi minha assessoria. Isso é uma tabela feita pela Consultoria do Senado, para sermos justos. Então, é justa a luta, é necessário o reajuste, é importante que ele venha, e vai demorar três anos de reajuste para os servidores da Justiça poderem chegar a uma remuneração real que já tiveram lá atrás, não apenas nominal.

Eu acho que o entendimento que estamos tendo aqui pode ser bom para quem está esperando há muito tempo. O certo era fazer hoje? A deliberação que tivemos aqui sobre o Ministério Público Federal tem o mesmo vício. Não pode ser votada no Plenário do Senado. Eu vou levantar não contra os servidores do Ministério Público Federal porque defendo também para eles a correção. Nós temos que trabalhar em três, quatro dias, gente. É possível colocar os anexos. Quem vai fazer o do Ministério Público? O Conselho Nacional do Ministério Público vai ter que mandar as informações para cá, juntamos os anexos e aprovamos por unanimidade. Acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que a ponderação que o Senador Ferraço fez... A vista já foi dada, não tenho como alterar. Eu tinha proposto votar aqui para tirar daqui e ficar com a pendência no Plenário, para agilizarmos e darmos uma satisfação para os nossos servidores. Mas isso não vai atrasar porque acho que dificilmente essa matéria também seria apreciada de hoje para amanhã no Plenário.

Então, nós podemos, juntadas as informações nos dois projetos que apreciamos, na própria terça-feira – e aí eu assumo, como Vice-Presidente da Casa, que, com os anexos chegando, atendendo os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e o que estabelece a LDO, nós votaríamos aqui, e aí eu acho que daria para haver o consenso do Plenário. E, na própria terça-feira da semana que vem, nós deliberaríamos sobre esta matéria sem maiores prejuízos do que eles já tiveram, porque os servidores estão há dois anos esperando nesse confronto Executivo-Legislativo. E é bom que se diga que o Legislativo, o Congresso Nacional manteve o veto da Presidenta Dilma. E aí nos deu a oportunidade dessa proposta que vem, que já está atrasada para que possamos deliberar sobre ela.

Então, eu até peço desculpas ao colega porque eu podia ter mandado o relatório, mas, como eu vou fazer um relatório, pedindo um estudo da Consultoria do Senado, no prazo que me foi dado? Eu tentei apressar ao máximo, mas essas falhas são graves, dizem respeito ao Conselho Nacional de Justiça, que pode preparar os dados; são anexos fundamentais para que uma matéria como esta possa ser deliberada. Não vejo óbice, não vejo problema. São números, um corpo técnico pode fazer isso de um dia para o outro, e nós podemos ter esses dados chegando e a deliberação ocorrendo já na próxima terça-feira, tanto aqui quanto no plenário, o que eu acho que atende o Senador Ferraço, atende o que estabelece a Constituição e atende a lei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas também nós quebraríamos um procedimento levando direto, na terça-feira, para o Plenário do Senado Federal e deliberando sobre esta matéria.

É essa a minha posição final.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vista coletiva concedida...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por acordo, a gente leva com urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... ao PLC nº 29, de 2016.

Item 3.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, V. Exª me permite? Eu quero cumprimentar o Relator Jorge Viana pelo encaminhamento que foi dado e cumprimentar os colegas Senadores.

Eu gostaria de solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta do PLS nº 51, de 2016, de nossa autoria, cujo Relator é o Senador Wellington, e solicitar desde já que, na ausência do Senador Wellington, fique como Relator *ad hoc* o Senador Cidinho.

Peço o apoio dos colegas para a aprovação deste item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Esse projeto de lei exige quórum qualificado. Caso os nossos pares concordem com a sua inclusão, nós faríamos a inclusão, designaríamos o Relator *ad hoc* e concederíamos vista, se com isso o Plenário concordar.

Portanto, sobre o pedido de inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 51, de 2016, de autoria do nobre Senador Roberto Rocha, as Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com a sua inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

Deixaremos para ser o último item desta pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, audiência pública para debater a fixação de cobrança de alíquota máxima na cobrança de ICMS. Sugere-se a presença dos seguintes convidados:

1. Secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte;

2. Secretário de Fazenda de São Paulo;

3. Secretário de Fazenda do Paraná;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

4. Secretário de Fazenda da Mato Grosso;
5. Representante da Associação Brasileira de Empresas Aéreas – Abear;
6. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac.
Autoria: Senador José Aníbal e outros
Observações:
1. O requerimento foi lido em 17/5/2016.

Sugerem-se também a presença do Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul e do Secretário de Fazenda da Bahia. Autoria da Senadora Marta Suplicy.

O requerimento foi lido em 17 de maio e foi subscrito esse requerimento com um adendo do Senador José Aníbal, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 15, de 2016, da CAE, de forma que os Secretários da Fazenda da Bahia e do Rio Grande do Sul sejam substituídos pelos Secretários da Fazenda do Paraná e do Mato Grosso na audiência pública para instruir o requerimento de autoria inicial da Senadora Marta Suplicy.

É regimental, estou incluindo o adendo e coloco em discussão a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel, poderia pedir silêncio porque nós mal estamos ouvindo V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Nossos convidados são muito bem-vindos, mas a reunião continua, e nós pedimos um pouco de silêncio para que nós, Senadoras e Senadores, possamos exercer o nosso trabalho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador José Aníbal, primeiro; depois, o Senador Cidinho. Aliás, Jorge Viana e Cidinho.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a sugestão da substituição se deve ao fato de que tanto a Bahia quanto o Rio Grande do Sul não têm perda nessa mudança que se quer fazer, e os Estados do Paraná e do Mato Grosso têm perda.

Portanto, é importante ouvir os secretários dos Estados que têm perda se aprovarmos essa mudança com relação ao querosene para combustível de aviões.

E já estamos chamando também o representante da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, que, certamente, vai arguir, vai argumentar favoravelmente à aprovação do projeto.

Agora, os secretários terão oportunidade de dizer das razões pelas quais questionam a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Jorge Viana e, depois, o Senador Cidinho.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, com todo o respeito à iniciativa da Senadora Marta Suplicy, que foi subscrita pelo Senador José Aníbal, o projeto de resolução é de autoria minha e do Senador Randolfe, com o aval de um conjunto grande de Senadores, e trata de equalizar o ICMS para o combustível de aviação.

Nós estamos vivendo uma crise tremenda: diminuição do número de voos, redução de quase 20 milhões do número de passageiros na aviação – chegamos a ter 120 milhões de passageiros e agora estamos chegando a 100 milhões de passageiros. As empresas aéreas demonstraram nas planilhas, nas inúmeras audiências que fizemos, que 40% dos seus custos estão diretamente vinculados ao combustível, e nós temos uma variação de 3% até 25% do ICMS para o combustível da aviação. Em São Paulo, 25%; Rio de Janeiro, Espírito Santo e vários Estados também importantes com menos de 12%. E o que temos é uma situação insustentável para os usuários. Pagamos as passagens mais caras do mundo, há escassez de voos. Eu mesmo passei mais uma noite acordado, do Acre para cá. Saí a uma hora da manhã e cheguei às seis e meia, sete horas da manhã aqui em Brasília.

Quando eu fiz a relatoria desse projeto de resolução, percebi que mais da metade dos Estados do Brasil já cobram um ICMS abaixo de 12%. Obviamente, há a questão de São Paulo, mas São Paulo e todos os demais Estados vão ganhar muito se tivermos a volta dos 20 milhões de passageiros voando, se tivermos 200 milhões de passageiros voando porque o nosso mercado é o quinto melhor do mundo, mas é muito pequena a quantidade de brasileiros que usam o transporte aéreo num país continental como o nosso.

Acho que é pertinente fazer audiência, não vejo como sairmos disso. Só queria fazer um apelo: que fizéssemos, o quanto antes, se possível, porque estamos protelando essa matéria, Senador José Aníbal; que houvesse uma concordância de fazermos o quanto antes essa audiência que a Senadora Marta e V. Exª propuseram, para que, logo em seguida, se possa deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No Confaz não haverá consenso nunca, como eles mesmos estão propondo: estão tirando alguns Estados que viriam colocar e que já há um diferencial na cobrança do ICMS, para pôr Estados que ainda cobram 25%. Não há problema em fazer o debate, já fizemos muitas audiências.

O apelo que faço é que seja marcada, o quanto antes, essa audiência que prevê o requerimento que está sendo apreciado agora. E queria também que pudéssemos ouvir alguém que trabalha nessa área do turismo no Brasil, uma indústria ímpar, importante que o Brasil poderia ter e não tem. O Brasil é um dos países que, proporcionalmente, recebe menos turistas no mundo, em decorrência também da escassez de voo, da falta de infraestrutura, do preço de passagens. Mas, de qualquer maneira, o Presidente da Associação das Empresas Aéreas vindo, será muito importante para fazer o contraditório, e nós vamos aqui também para fazer o contraditório. Só peço realmente que se possa fazer essa audiência o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, só quero reforçar o convite para que o Secretário de Fazenda do nosso Estado de Mato Grosso esteja presente nessa audiência pública, e também subscrever o requerimento da Senadora Marta e também do Senador José Aníbal. Realmente, temos essa preocupação em Mato Grosso. Temos um programa regional de aviação, implementado agora pelo Governador Pedro Taques, e, se não tivermos uma discussão mais aprofundada desse assunto, nosso Estado pode ser prejudicado.

Apenas para subscrever o requerimento da audiência pública e reforçar o convite para o nosso Secretário de Fazenda, Seneri Paludo, para que se faça presente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só para dizer ao nobre Senador Viana que São Paulo pratica as menores alíquotas de ICMS sobre energia elétrica para consumo familiar; é, desse modo, que fazemos uma política que favorece a renda das famílias.

Acho que, no que se refere ao combustível de aviação, poderemos ter uma boa conversa, inclusive ampliando a reflexão, com o representante das empresas aéreas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero, Senadores e Senadoras, registrar também que, no processo já feito de concessão de nossos aeroportos houve, por parte dos governos estaduais, um tipo de incentivo e, agora, estamos definindo a concessão dos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e Florianópolis, em Santa Catarina. Também, nesse desenho de concessão, há a participação do governo estadual na questão do ICMS.

Portanto, é muito mais importante a realização dessa audiência não só com aqueles que aqui já foram apresentados, mas particularmente porque, no desenho do processo de concessão, também há essa participação, há esse fator que independe, até então, do Confaz, e era uma articulação feita pela Secretaria da Aviação Civil.

Tomaria a liberdade, nobre Senador José Aníbal, de incluir também, se V. Exª concordar, a Anac nessa audiência pública...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Justo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... em face das concessões já feitas e as quatro outras que estão prontas para serem feitas no início do segundo semestre de 2016.

Portanto, coloco em votação o requerimento, com os adendos aqui apresentados.

Os nobres Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Item 4.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, o requerimento que aprovamos tem a ver com a audiência pública do Ministro do Planejamento?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não, é outro; essa aqui é sobre ICMS na aviação civil em que temos... Vou colocar sobre combustível, porque aí termina chegando na especificidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a discussão das propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliação das repercussões financeiras sobre as contas da União, dos Estados e dos Municípios, com a presença dos senhores Dyogo Oliveira, Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e André Horta Melo, coordenador do Confaz.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Observações:
1. O requerimento foi lido em 7/6/2016.

Está pronto para ser deliberado.

Pergunto aos nossos pares se alguém quer discutir o requerimento.

Senador Ricardo Ferraço, discussão do requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, apenas para reforçar, na medida em que vamos aqui ter uma audiência pública com o Ministro do Planejamento, Dr. Dyogo Oliveira.

Considerando que, no universo desses projetos, em razão das questões da vinculação, do efeito cascata, do impacto dessas medidas em nossos Estados e até em Municípios, estamos sugerindo que, além do Ministro Dyogo Oliveira, possamos ter também a presença do Coordenador-Geral do Confaz, o Dr. André Horta Melo, ou um representante do Confaz, para que possamos fazer uma avaliação do impacto dessas medidas em nossos Estados; considerando a nossa responsabilidade, como Senador e representante dos nossos Estados, à luz não apenas da grave crise fiscal em que vive o Governo Federal, mas uma crise fiscal que bate à porta dos Estados, haja vista acordo celebrado entre o Governo Federal e os Estados, na data de ontem, abrindo espaço para uma carência e uma repactuação das dívidas dos Estados.

Acho, portanto, que precisamos avaliar, com precisão de paquímetro, o impacto dessas medidas em nossos Estados.

É a defesa que faço, solicitando o adendo, a incorporação do representante do Confaz.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em seguida, a Srª Presidenta Gleisi Hoffmann marcará as duas audiências públicas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Roberto Muniz, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Kátia Abreu, Valdir Raupp, José Medeiros, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Anibal, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Elmano Férrer e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) Senadores(as) Humberto Costa, Ciro Nogueira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Ricardo Franco e Alvaro Dias. A presidência declara aberta a reunião, dando início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 2/2016-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017-PLDO/2017, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao coordenador das emendas, senador Acir Gurgacz, o qual esclarece que foram apresentadas trinta e duas emendas pelos(as) senadores(as) Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Valdir Raupp, Raimundo Lira, Waldemir Moka, Lúcia Vânia, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Acir Gurgacz e Marta Suplicy. Dentre tais propostas, três são emendas de texto e vinte e nove relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2017. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Waldemir Moka, e a reunião é suspensa às dez horas e vinte e cinco minutos. Reaberta a reunião às treze horas e seis minutos, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 2/2016-CN: **Emenda nº 01** – CAE 1 – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas – Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil (2047) – Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (210C) – Empresa apoiada (unidade) – 4.000.000; **Emenda nº 02** – CAE 2 – Promoção do Desenvolvimento Industrial – Desenvolvimento, da Indústria, Comércio e Serviços (2079) – Promoção do Desenvolvimento Industrial (210E) – Iniciativa implementada (unidade) – 200; e **Emenda nº 03** – CAE 3 – Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços (2079) – Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras (210D) – Iniciativa implementada (unidade) – 300; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 2/2016-CN: **Emenda nº 04** – CAE 4 – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 16; **Emenda nº 05** – CAE 5 – Aditiva – Anexo III – Item 64; e **Emenda nº 06** – CAE 6 – Aditiva – Anexo III – Item 64. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: emendas da CAE ao PLDO.

Finalidade: discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 2/2016-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Coordenador: Senador Acir Gurgacz.

Foram apresentadas 32 emendas a esta Comissão, sendo 3 emendas ao texto da lei e 29 emendas de inclusão de meta.

Com a palavra o Coordenador das emendas, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura do relatório, eu agradeço a gentileza dos nossos colegas e da nossa Presidente em nos conceder essa confiança de fazer esse relatório. Agradeço a V. Exª por confiar a mim esse relatório, que é tão importante para a nossa Comissão e para o Orçamento da União.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (LDO 2017) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2017, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2017: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2017; d) Anexo III – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2017 a 2019; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de cancelamento ou acréscimo das metas constantes do PLDO ou de inclusão de ações constantes da Lei Orçamentária para 2016, juntamente com as respectivas metas. A apresentação de emenda para acréscimo de meta constante do PLDO ou para inclusão de ação no Anexo de Metas e Prioridades deve observar o limite de 3 (três) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 32 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, Cristovam Buarque, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Waldemir Moka.

Dentre tais propostas, 3 são propostas de emendas de texto e 29 relativas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

É o relatório.

II – Análise

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

III – Voto

Somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto (5, 21 e 22), assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017:

a) Emenda 1, na ação Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, do Senador Cristovam Buarque, que engloba as emendas 7 (Senadora Lídice da Mata), 9 (Senador Valdir Raupp), 12 (Senador Raimundo Lira), 15 (Senador Waldemir Moka), 20 (Senadora Lúcia Vânia), 24 e 27 (Senador Elmano Férrer), 30 (Senador Acir Gurgacz) e 31 (Senadora Marta Suplicy);

b) Emenda 11, na ação Promoção do Desenvolvimento Industrial, do Senador Raimundo Lira, que engloba as Emendas 2 (Senador Cristovam Buarque), 17 (Senador Waldemir Moka) e 32 (Senadora Marta Suplicy); e

c) Emenda 14, na ação Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras, do Senador Waldemir Moka, que abrange a Emenda 3 (Senador Cristovam Buarque).

Esse é o nosso voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Acir Gurgacz.

Está em discussão o relatório com as emendas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu quero parabenizar o Relator, Senador Gurgacz, pelo trabalho. É importante o trabalho da LDO. São várias emendas, umas de texto, outras de inserção, segundo o critério que ele adotou.

Então, ficam aqui as minhas congratulações muito sinceras ao eficiente trabalho do Senador Acir Gurgacz.

Eu voto "sim", Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka.

Nós, na realidade, estamos com problema de quórum para deliberar. Então a minha sugestão é suspender esta reunião, abrir a extraordinária, para que possamos fazer a leitura dos indicados ao Banco Central. Nós temos pelo menos quatro relatórios e mais um da CVM. Na sequência, quando houver quórum, colocamos em votação o relatório do Senador Acir Gurgacz e também o restante da pauta, que é a deliberação sobre o projeto do Judiciário.

Podemos fazer isso? (*Pausa.*)

Então, está suspensa a 17ª Reunião da Comissão.

(Suspensa às 10 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 05 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Reabro, imediatamente, a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciar as emendas da CAE ao PLDO. Nós já havíamos feito a leitura do relatório.

O Senador Acir Gurgacz...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora, nós gostaríamos de pedir vista do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não. Vista coletiva, então?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso. Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, eu já havia encerrado a reunião, mas vamos considerar a vista aqui.

Então, pergunto ao Senador Acir Gurgacz se há alguma consideração a fazer ao relatório já lido e se há alguém que queira discutir o relatório apresentado pelo Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Srª Presidente, já foi lido, já foi discutido e encerrada a discussão. Então, não há mais o que fazer, a não ser a votação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k.

Então, em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós temos as emendas...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, como Relator da LDO, farei tudo para atender a nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. É verdade, aqui nós temos o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Muito bem.

As emendas que foram aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos:

Emenda nº 5, uma emenda modificativa ao corpo da lei, prioridades nas áreas de educação, saúde e ações voltadas para crianças de zero a seis anos. Autor: Senador Cristovam Buarque.

Emenda nº 21, aditiva, no anexo, item 64, Suframa, não limitação de recursos do TSA (Taxa de Serviços Administrativos). Senadora Vanessa Grazziotin.

Emenda nº 22, aditiva, anexo III, item 64, não limitação de recursos da Suframa. Também da Senadora Vanessa Grazziotin.

E emendas de inclusão de metas:

Emenda nº 1, Promoção de Micro e Pequenas Empresas, Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil, Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas. Senador Cristovam Buarque.

Emenda nº 11: Promoção do Desenvolvimento Industrial – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços. Senador Raimundo Lira.

Terceira emenda: Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços – Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras. Senador Waldemir Moka.

Essas são, portanto, as emendas que foram aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e deverá ser publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quero apenas fazer um comunicado à Comissão. Enquanto nós discutíamos aqui a data para a audiência pública com o Ministro do Planejamento, a Secretaria de Governo da Presidência da República ligou à Comissão, pedindo que nós invertêssemos: que a audiência pública fosse feita na quarta-feira, dia 6 de julho, portanto, e nós permaneceríamos com as sabatinas no dia 5 de julho, como o Ministro não pode aqui estar no dia 5 de julho.

Então, estou encaminhando, pela Mesa da Comissão, este calendário: no dia 5 de julho, nós teremos a sabatina, começaremos a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos às 9h da manhã para que possamos vencer as cinco sabatinas que foram deliberadas por esta Comissão, e, no dia 6 de julho, quarta-feira, também às 9h da manhã, nós iniciaremos com uma audiência pública com o Ministro do Planejamento sobre o impacto dos projetos de lei que concedem aumento de salário aos servidores da União.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, suspensa às 10 horas e 25 minutos, reaberta às 13 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Roberto Muniz, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Kátia Abreu, Valdir Raupp, José Medeiros, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Aníbal, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Elmano Férrer e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os senadores Humberto Costa, Ciro Nogueira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Ricardo Franco e Alvaro Dias. A presidência declara aberta a reunião e inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 1** - Mensagem (SF) nº 54 de 2016, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor Reinaldo Le Grazie para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 2** - Mensagem (SF) nº 55 de 2016, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor Tiago Couto Berriel para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 3** - Mensagem (SF) nº 56 de 2016, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor Carlos Viana de Carvalho para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relator o senador Armando Monteiro, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 4 -** Mensagem (SF) nº 57 de 2016, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do senhor Isaac Sidney Menezes Ferreira para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relatora a senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 5 -** Mensagem (SF) nº 58 de 2016, não terminativa, de autoria da presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do senhor Henrique Balduíno Machado Moreira para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM", tendo como relator o senador Tasso Jereissati, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, a presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 6 -** Projeto de Lei da Câmara nº 29 de 2016, não terminativo, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que "altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências", tendo como relator o senador Jorge Viana, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Jorge Viana, Fernando Bezerra Coelho, José Medeiros, Regina Sousa, Paulo Rocha, José Aníbal, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Tasso Jereissati, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Romero Jucá, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Hélio José, José Agripino e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. É apreciado ainda o seguinte item extrapauta: **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016, terminativo, de autoria do senador Roberto Rocha, que "altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam", tendo como relator o senador Wellington Fagundes, que oferece relatório pela aprovação do projeto. Após a leitura do relatório, a presidenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 18ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião.

Como não temos quórum, deixamos também para depois.

Item 1: Mensagem (SF) nº 54, de 2016 (não terminativo)

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o nome do Senhor Reinaldo Le Grazie para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Concedo a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a indicação.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2016
(Não terminativo)

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor REINALDO LE GRAZIE para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o Presidente da República em exercício, por meio da Mensagem nº 54, de 2016, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Reinaldo Le Grazie, para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

De acordo com a Lei nº 6.045, de 1974, que alterou a Lei nº 4.595, de 1964, e, também, a composição da diretoria do Banco Central do Brasil, os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Senhor Reinaldo Le Grazie.

O Sr. Reinaldo Le Grazie é brasileiro nascido no Estado de São Paulo em 1962. Graduou-se em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getúlio Vargas em 1984, com extensão executiva pelo Ensead (The European Institute Business Administration) em 1996.

O Sr. Reinaldo Le Grazie tem longa e diversificada experiência profissional na iniciativa privada, onde atuou, nas últimas três décadas, em empresas financeiras e de gestão de recursos, em bancos nacionais e internacionais, e em gestoras de recursos independentes e também ligadas a grandes grupos econômicos, o que lhe possibilitou e trouxe ampla formação e compreensão do cenário econômico-financeiro nacional e internacional.

Dessa forma, seu desempenho profissional sempre esteve ligado, relacionado e influenciado pelas decisões governamentais de política econômica e, em especial, pelo Banco Central, sobretudo nas áreas atinentes à definição da taxa de juros, à administração da liquidez e das reservas cambiais ou *swaps*, à gestão dos compulsórios e à regulação bancária.

Entre as diversas funções exercidas e os cargos ocupados, são de se destacar:

1. Diretor Executivo de Tesouraria do Lloyds Bank – 1984/2003.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

2. Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em projetos para o Mercado Secundário de Títulos Soberanos e Privados – 2006/2008.

3. Diretor Superintendente da Bradesco Asset Management (BRAM), onde se integrou em 2011.

4. Membro do Conselho do Cetip (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos) e Diretor e Vice-Presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima).

Atualmente, é Vice-Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima) e membro do Grupo de Mercado de Capitais do Núcleo Brasileiro de Estudos Estratégicos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, nas informações e nos demais documentos e declarações, exigidos nos termos do Ato nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, e que se encontram à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Reinaldo Le Grazie para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Fernando Bezerra.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 5 de julho, será realizada a sabatina do Sr. Reinaldo Le Grazie, indicado ao cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

Comunico ainda que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do portal e-Cidadania no endereço do Senado e do Alô Senado no número 0800-612211.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) nº 55, de 2016
(Não terminativo)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TIAGO COUTO BERRIEL para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a indicação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Srs. Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 55, de 2016, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Tiago Couto Berriel para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, as indicações de ocupantes a cargos dirigentes do Banco Central.

O Ato nº 2, de 12 de abril de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) disciplina o processo de aprovação de indicação de autoridades, no que se refere às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à Mensagem Presidencial evidencia que o Sr. Tiago Couto Berriel possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2002, onde foi bolsista integral por mérito acadêmico, concluiu o Mestrado em Economia na mesma Instituição em 2005. Após, complementou sua formação acadêmica na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, onde foi orientado pelo prêmio Nobel Dr. Christopher Sims, adquirindo o título de Doutor em Economia em 2010.

É Professor Assistente na PUC-Rio, desde janeiro de 2014, e, anteriormente, de julho de 2010 a novembro de 2013, exerceu a mesma função na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Suas atividades de pesquisa concentram-se nas áreas de macroeconomia, economia monetária e finanças internacionais.

Possui publicações de artigos em revistas científicas internacionais, além de longa lista de participações como apresentador em conferências e seminários na área econômica, no Brasil e no exterior.

Na academia, a partir de 2010, ministrou as disciplinas de Teoria Macroeconômica I e II, Política Monetária para o Mestrado e Doutorado da FGV. Também já lecionou Macroeconomia II e IV, Finanças Internacionais, Economia Monetária e Modelos Monetários e Fiscais, desde a Graduação até o Doutorado na PUC-Rio.

Relativamente a sua experiência profissional, atua no setor privado como responsável pela análise macroeconômica na empresa Pacífico Gestão de Recursos, desde 2011. É sócio das empresas Berriel Consultoria em Gestão Empresarial; Pacífico Holding e BC Consulting Consultoria Econômico-Financeira Sociedade Simples.

Quanto às declarações de cunho pessoal exigidas pelo art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, constata-se que não possui parente que exerce ou exerceu atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional; que possui regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; que não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial, e que, nos últimos cinco anos, não teve atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Em atendimento ao prescrito no inciso II, "e", do art. 1º do Ato nº 2, de 2011, da CAE, que disciplina o processo de aprovação de autoridades em seu âmbito, declarou não ter atuado, nos últimos cinco anos, em instituição que esteja sujeita a fiscalização do Banco Central.

As atividades profissionais, bem como a formação acadêmica, mencionadas em seu currículo – que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado – revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica adequada do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Tiago Couto Berriel, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Flexa.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b" do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 5 de julho, será realizada a sabatina do Sr. Tiago Couto Berriel, indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Comunico, ainda, que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c" do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do portal e-Cidadania, no endereço do Senado e do Alô Senado.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2016

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor CARLOS VIANA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Armando Monteiro

Concedo a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro, para que proceda a leitura do seu relatório sobre a indicação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 56, de 2016, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Viana de Carvalho para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, entre outros servidores públicos, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

Nos termos do disposto no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores do Banco Central do Brasil. O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a Comissão de Assuntos Econômicos arguirá o indicado e apreciará o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

De acordo com o art. 5º da Lei nº 6.045, de 1974, que alterou a composição da diretoria do Banco Central do Brasil, os diretores serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Carlos Viana de Carvalho.

O Sr. Viana de Carvalho nasceu na cidade do Rio de Janeiro, é bacharel em Ciência Econômicas, título obtido em 1994 junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde obteve também, em 1999, o título de Mestre em Economia. Em 2008, recebeu o título de Doutor em Economia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos.

Desde junho de 2011, é Professor Associado do Quadro Principal do Departamento de Economia da PUC-Rio, onde se dedica às atividades de pesquisa e ensino em política monetária, macroeconomia, finanças e finanças internacionais. Já exerceu a função de Economista e, posteriormente, de Economista-Sênior do Federal Reserve Bank of New York, entre 2007 e 2011, onde teve a oportunidade de vivenciar de perto a crise financeira internacional de 2008 e seus desdobramentos, inclusive no que tange à iniciativa de política monetária.

O Sr. Viana de Carvalho exerceu também atividades profissionais no setor privado. Foi Economista-Chefe do Opportunity Asset Management, entre abril de 1995 e setembro de 1996, sócio da Radix, entre outubro de 1996 e março de 1998. Entre junho de 2001 e novembro de 2015, foi sócio da Kyros Investimentos, empresa gestora de recursos de terceiros.

Publicou diversos artigos em importantes periódicos especializados nacionais e internacionais.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam os elevados níveis de qualificação profissional e de formação técnica e acadêmica do indicado, o que atende aos requisitos legais, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Carlos Viana de Carvalho para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Era esse o relatório. Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b" do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 5 de julho, será realizada a sabatina do Sr. Carlos Viana de Carvalho, indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Comunico, ainda, que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c" do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do portal e-Cidadania, no endereço do Senado e do Alô Senado.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2016
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Lúcia Vânia, para que proceda a leitura do seu relatório sobre a indicação.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada, Srª Presidente.

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, o Presidente da República em exercício, por meio da Mensagem nº 57, de 2016, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira, para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, entre outros servidores públicos, os diretores do Banco Central do Brasil.

Nos termos do disposto no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre a escolha dos diretores do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

De acordo com a Lei nº 6.045, de 1974, que alterou a Lei nº 4.595, de 1964, e, também, a composição da diretoria do Banco Central do Brasil, os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira.

O indicado obteve o título de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal, em 1998. Especializou-se em Direito pela Atame Pós-Graduação Ltda., e, atualmente, cursa o Mestrado em Direito, com área de concentração em Direito Constitucional, no Instituto Brasiliense de Direito Público.

O Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira tem uma longa experiência profissional em sua área de atuação. Atuou como advogado em causas cíveis, criminais e trabalhistas, entre 1999 e 2001. Foi Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco do Brasil em 2000, e Chefe-Adjunto da Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa em 2001 e 2002. Desde fevereiro de 2002, é Procurador do Banco Central do Brasil, onde exerceu as funções de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral, entre 2005 e 2007; Chefe de Gabinete da Presidência, entre 2007 e 2009, e de Secretário-Executivo entre 2009 e 2010. Desde 30 de agosto de 2010, é Procurador-Geral da instituição.

O indicado também atuou como professor universitário de Direito e tem publicações em revistas especializadas na área jurídica.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É esse o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 6 de julho, nós faremos a sabatina do Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira, indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Portanto, vai ser uma reunião extraordinária da CAE, convocada para as 9h do dia 6 de julho.

Comunico ainda que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço do Senado e do Alô Senado.

ITEM 5
Mensagem (SF) Nº 58, de 2016
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Concedo a palavra ao Relator, Senador Tasso Jereissati, para que proceda à leitura do seu relatório sobre a indicação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Srª Presidente, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Henrique Balduino Machado Moreira para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, outros cargos que a lei determinar. No caso de diretores e presidente da CVM, a arguição pública e aprovação pelo Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

está prevista no art. 6º da Lei nº 6.385. Esse mesmo art. 6º prevê que presidente e diretores da CVM sejam brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para o mercado de capitais brasileiro e, consequentemente, para a economia brasileira, haja vista que a CVM é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

Acompanha a mensagem o *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, I, "a" do Regimento Interno do Senado Federal, bem como a declaração exigida pelo art. 1º, II, e, do Ato nº 2, de 2011 – CAE, de que não atuou, nos cinco anos anteriores à indicação, em instituição sujeita à fiscalização da CVM. Consta ainda a declaração exigida pelo art. 383, I, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, quanto:

1. à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

2. à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

3. à regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

5. à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O candidato é brasileiro, nascido em 15 de maio de 1978, bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, em 2002; pós-graduado em Direito Público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público, desde 2003; e especialista em Direito Econômico da Regulação Financeira pela Universidade de Brasília, desde 2006.

Profissionalmente, o Sr. Henrique Balduino Machado Moreira é membro da carreira de Procurador do Banco Central do Brasil e exerce as funções de Secretário da Diretoria Colegiada do Bacen; Secretário do Conselho Monetário Nacional e da Comissão da Moeda e do Crédito; Secretário-Executivo de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização; Secretário-Executivo da Comissão de Ética do Banco Central; e Secretário-Executivo Adjunto do Banco Central do Brasil.

Antes, acumulou experiência em diversas posições no âmbito da Procuradoria-Geral do BC, além de haver sido Assessor Chefe da Subprocuradora-Geral da República, com atuação em Direito Tributário, Econômico e Administrativo, por requisição do Ministério Público Federal, bem como Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central do Brasil.

Por fim, cabe mencionar que o indicado tem experiência em magistério e publicou um artigo na Revista da Procuradoria-Geral do Bacen.

As funções, atividades e competências do candidato estão bem demonstradas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, e revelam o adequado nível de qualificação profissional e acadêmica do indicado.

Assim, Srª Presidente, esta Comissão de Assuntos Econômicos está em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Henrique Balduino Machado Moreira ao cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Diante da natureza da matéria, essas eram as considerações pertinentes no âmbito do presente Relatório.

É esse o meu relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Tasso.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 6 de julho, em reunião extraordinária desta Comissão, será realizada a sabatina do Sr. Henrique Balduino Machado Moreira, indicado ao cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Comunico ainda que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço do Senado e do Alô Senado.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, de 2016
- Não Terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Jorge Viana.
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto;

Informo que, em 24 de junho, a Comissão recebeu o Ofício nº 18 GPS/PR/2016, do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, e o Ofício nº 254/GP do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando informações adicionais do impacto orçamentário e financeiro do projeto, por solicitação desta Comissão.

O relatório já foi lido pelo Senador Jorge Viana na 16ª Reunião realizada em 21 de junho, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Eu pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra.

Sr. Relator.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Srª Presidente Gleisi, desta Comissão, Senadora, Senadores, nós temos aqui um conjunto de convidados também, que acompanham esta matéria, representando os servidores do Judiciário Federal, da União e também do Ministério Público Federal.

Tivemos, na última reunião, Srª Presidente, conduzida pelo Vice-Presidente desta Comissão, Raimundo Lira, a apreciação deste Item 6 da pauta.

Tínhamos feito a apreciação a pedido do Procurador-Geral da República, da atualização de remuneração dos servidores do Ministério Público Federal, o PL 26, e, no meu caso, a Relatoria do Projeto de Lei da Câmara, o PLC 29, que foi apresentado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski.

Na ocasião, na semana passada, eu tinha apresentado um relatório com o parecer favorável, mas estabelecia condicionantes para que a matéria pudesse ter prosseguimento e chegasse ao Plenário. Ocorreram observações feitas por alguns colegas Senadores, especialmente pelo colega Senador Ricardo Ferraço, inclusive em cima do meu parecer, que identificava, não só no PLC 29, como no PLC 26, que tínhamos uma carência de atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Identificada essa lacuna, ou seja, a exigência da própria Lei de Responsabilidade Fiscal, observei que teríamos que juntar ao processado essas informações, para que o Senado, cumprindo a legislação, a Constituição, pudesse deliberar sobre a matéria. E o Senador Ricardo Ferraço fez adequadamente as observações, falando da importância que tem e que teria a juntada desses anexos, dessas informações, porque, assim, cumpriríamos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Durante a discussão foi pedida vista coletiva e traríamos, então, a matéria para esta reunião como Item 6 da pauta, que é o que estou fazendo.

Obviamente, havia uma condicionante de termos, até o dia de hoje, o recebimento dos anexos necessários para a instrução da matéria. No mesmo dia em que saímos daqui, o Presidente, então, daquela reunião, Raimundo Lira, solicitou e formalizou o pedido dos anexos, tanto ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça como à Procuradoria-Geral da República, no caso, também, ao Conselho Nacional do Ministério Público. Essa solicitação formal foi atendida. Os documentos, encaminhando os anexos foram enviados para cá, chegaram até a minha Relatoria, e trabalhei com eles ao longo desta semana.

A prerrogativa que eu tinha apresentado era a de o Presidente fazer a solicitação desses anexos a qualquer tempo. Trabalhando com a Consultoria do Senado, naquele mesmo dia, fizemos uma reunião também com o Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal e com os responsáveis pela direção da Procuradoria Geral da República.

Junto com a minha assessoria – registro e agradeço à Consultoria do Senado – juntamos ao meu relatório, ao processado aqui, na Comissão, os anexos que foram apresentados.

Então, meu parecer é exatamente o mesmo. Agora, apresento o parecer favorável à matéria sem a condicionante, já que esta, no meu ponto de vista como Relator, está sendo atendida.

Então, reafirmo aqui – não sei se seria necessário reproduzir – o voto nos termos em que apresentei. Meu relatório foi distribuído na reunião, mas acho que poderia ser dispensado e, obviamente, se tivermos que fazer algum esclarecimento – estávamos já no processo de discussão do meu relatório – ponho-me à disposição.

Tentei, mas não tive sucesso – e foi falha minha, porque também, até ontem, eu estava trabalhando com esses dados – contato com o meu colega Ferraço, que está também assoberbado de trabalho na Comissão, mas fez questionamentos importantes na última reunião, e, obviamente, as suas preocupações, considerei-as na juntada que apresento para a Comissão hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, concluindo, eu diria que o meu voto é favorável ao PLC, Senador Raimundo Lira, que presidiu aquela reunião. Junto ao processado, graças à ação pronta de V. Exª, foram encaminhados os ofícios tanto para o Presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, como ao Dr. Rodrigo Janot. As solicitações de que eu dependia para completar a instrução chegaram até a minha Relatoria, e meu voto, então, é favorável sem as condicionantes que apresentei na reunião passada.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Jorge Viana.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Jorge Viana, Relator desta matéria, de fato, Srª Presidente, a meu juízo, estávamos tão certos com relação às observações que fizemos na reunião anterior, que S. Exª, o Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça, encaminhou as informações que constam e a que fez registro o Senador Jorge Viana. Sem esses elementos, julgo, seria inviável e nada razoável termos feito essa deliberação na reunião anterior.

E as observações que fiz não foram e não são de mérito, mas obrigações legais. Não são prerrogativas opcionais à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, são obrigações desta Comissão cotejar todas essas informações de acordo com as leis e as premissas.

Ainda que o Senador Jorge Viana tenha apresentado as informações que chegaram do Supremo Tribunal Federal, tenho ainda algumas observações residuais, mas considero essas impressões e constatações necessárias de uma avaliação tanto por parte do Senador Relator como por parte de qualquer um de nós.

É certo que, aqui, qualquer um de nós, na condição de Senador da República, tem o seu juízo de valor; como todos, tenho o meu, sobretudo, nesta quadra extremamente grave por que passa o nosso País, o maior desafio fiscal da história republicana do nosso Pais, não apenas para a União, mas para os nossos Estados e brasileiros, haja vista a situação, por exemplo, de colapso em que se encontra o Estado do Rio de Janeiro.

Nenhum de nós poderia imaginar que um Estado brasileiro pudesse estar mergulhado num colapso como esse. Isso é seguramente fruto de equívocos e de ausência de avaliação correta e precisa no tempo certo. Portanto, tenho ainda algumas preocupações residuais que vou manifestar e submeter evidentemente ao conjunto da Comissão e, naturalmente, ao Senador Relator.

Primeiramente e talvez a mais grave das questões – posso, inclusive, Senador Jorge Viana, ser contestado por V. Exª, e, se tiver que retificar, retificaremos – é a seguinte: a mais grave questão decorre do valor apresentado nas tabelas como sendo o impacto dos PLCs 27 e 29 sobre os quais estamos deliberando. Sem as informações, os anexos e as tabelas que agora foram submetidos à Comissão, não poderíamos ter chegado a essa conclusão que pode estar submetida a alguma retificação.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2016, o impacto desses reajustes é da ordem de R$2.159.673.000,00 porém o valor presente no Anexo IV, da Lei Orçamentária Anual, prevê um total de R$1.855.807.000,00 para os dois PLCs, uma diferença a mais de R$300 milhões, em 2016.

Assim, caso esses valores estejam corretos, e estou me baseando nos valores que constam das planilhas que foram encaminhadas pelo Supremo Tribunal Federal, o PLC estaria em desacordo com o dispositivo do art. 169, § 1º, da Constituição Federal, que exige autorização específica e prévia dotação orçamentária suficiente para atender o aumento proposto.

É fato que precisamos reiterar.

Nós estamos processando uma Presidente da República, que foi eleita pelo voto popular, que obteve mais de 54 milhões de votos, mas, de novo, a meu juízo, o voto popular não é um salvo-conduto, tampouco um cheque em branco para que qualquer governante, em nome da população, possa transgredir. Nós estamos afastando uma Presidente da República, estamos processando uma Presidente da República, há uma Comissão Especial de Impeachment nesta Casa, e um dos fatos, para além de tantos outros – porque não é possível num processo como esse você olhar apenas para a árvore, é preciso olhar para o conjunto da floresta, o conjunto da obra –, objetivos que estamos processando na Comissão de Impeachment, que dão conta da violação ao art. 167 da Constituição Federal, exatamente isso que estamos aqui relacionando. O 169, na prática, em seu § 1º, estabelece que:

> § 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Ou seja, não podemos, julgo eu, ter dois pesos e duas medidas. Nós não podemos e não devemos ser cartesianos como estamos sendo, e essa é nossa obrigação com a Presidente afastada, por ter atentado contra a Constituição Federal, por ter atentado contra as leis fiscais e orçamentárias do País, por ter atentado contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que regulamenta exatamente o art. 169 da Constituição Federal. Ou seja, não podemos ter um tipo de julgamento com um e não ter esse mesmo tipo, por simetria, com outro.

Portanto, julgo que essa observação que estou fazendo deve merecer reflexão por parte do Relator. Há uma diferença objetiva de valores, ou seja, não há dotação orçamentária na LOA nem na LDO para esse tipo de autorização, o que consta da LDO e da Lei Orçamentária, na prática, grandes números, 300 milhões a menos. Portanto, há aqui, a meu juízo, um vício que precisa ser sanado. Ou as informações que vieram do Supremo Tribunal Federal estão inadequadas, estão equivocadas, ou nós não temos, julgo eu, como fazer uma votação como essa, violado tacitamente o artigo da Constituição Federal.

Portanto, Srª Presidente, sem emitir qualquer juízo de valor em relação ao voto e à convicção de cada um, considero que este alerta que estou fazendo deve merecer, por parte do Relator e da Comissão, uma reflexão.

Eu acho que precisamos observar esse vício que pode ser um vício insanável se votarmos sem qualquer tipo de retificação *a priori,* a não ser que eu esteja completamente equivocado. Acho que não estou, porque eu me vali da assessoria do Senado da República, da minha assessoria parlamentar. Fizemos um trabalho de fôlego, foram fundamentais as informações trazidas e anexadas ao processo, vindas do Supremo Tribunal e do Conselho Nacional de Justiça, e esses anexos me levaram a essa conclusão.

Portanto, este projeto continua com esse vício, e eu considero que é um vício absolutamente grave, num momento como este, em que estamos afastando uma Presidente da República, não há que flexibilizamos norma constitucional, tampouco a Lei de Responsabilidade Fiscal pelas consequências que isso pode trazer.

Este projeto não trata do chamado aumento do teto constitucional, que virá adiante, um outro projeto que precisaremos examinar com muito cuidado pelo efeito vinculante, pelo efeito cascata que esses projetos podem trazer como consequência nos orçamentos já muito restritos. O nó fiscal não está posto apenas para a União, está posto para os nossos Estados, e, ao aumentar o teto, estamos abrindo espaço para aumentar os nossos próprios salários, dos Deputados Federais, estaduais, desembargadores e juízes.

Portanto, o quadro é extremamente grave, e eu julgo merecer, por parte do Relator, uma avaliação sobre essa questão que estou apresentando, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão, e nós temos como inscritos aqui o Senador Paulo Rocha, Senadora Regina Sousa, Senador Fernando Bezerra. Consulto o Relator se ouviria todos os Senadores para, depois, V. Exª se pronunciar?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Essa é uma pergunta importante, porque, na semana passada, o Senador Ricardo Ferraço endossou, inclusive, as minhas observações de que seria muito grave fazermos qualquer apreciação da matéria sem deixar claro a pendência dos anexos necessários para se cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nisso nós estávamos de acordo. A diferença estava em que eu pedi à Comissão um voto favorável e deixava pendente a chegada e a juntada dessas informações imprescindíveis para se apreciar uma matéria como esta.

Hoje, o Senador Ricardo Ferraço está fazendo, e não é sem razão... eu prefiro ficar com a primeira parte da pergunta dele, que me joga para um pedido de esclarecimento, para que eu possa tentar esclarecê-lo. Ao final, ele já fez uma afirmação – também respeito – porque há aí algumas coisas que imediatamente temos que já separar. E, óbvio, eu debito isso tudo ao pouco tempo que temos. Não é nenhum contraponto direto. Talvez um esclarecimento feito ao Senador Ferraço possa ajudar os demais colegas no debate, mas a Srª Presidente e os colegas Senadores é que decidem.

Eu estou à disposição para ir respondendo já essa pergunta, que é muito importante, que pode ajudar a esclarecer o resto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu sugiro que o Senador Jorge Viana possa fazer esse esclarecimento, porque podemos avançar já com a pergunta respondida pelo Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está certo.

Então, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A minha pergunta é muito simples.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Diga, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É que essas tabelas e esses anexos dizem que partiu de uma estimativa de receita corrente líquida que foi prevista em julho de 2015. Eu pergunto se essa estimativa de R$741 bilhões para a receita corrente líquida da União está de acordo com o que se espera para este ano?

A segunda pergunta é que projeta, sim, um crescimento da receita corrente líquida de 6% ao ano. Nós não vamos ter crescimento este ano. De onde é que vem a base para projetar um crescimento de 6% nos próximos cinco anos?

De forma muito rápida, se não for 6%, se for 3%, nós estamos ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal em todos os anos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ok.

Então, consulto os Senadores inscritos se posso passar a palavra ao Senador Jorge Viana. Ele faz esclarecimento, e, depois, na sequência, nós concedemos a palavra. (*Pausa.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Primeiro, acho que vou começar aqui pelo Senado Fernando Bezerra.

Está muito difícil montar orçamento num País que tem crescimento previsto de uma maneira e realiza de outra, uma inflação prevista para uma meta e que passa da meta. É muito complexo montar uma previsão de receita e de despesa. Acabamos de aprovar um déficit de R$170 bilhões. Então, primeiro temos que considerar um pouco isso, até para que eu possa aqui tentar responder, porque é praticamente impossível, a não ser se nos limitarmos a entender a conjuntura que o País vive.

A previsão de junho é vinculada diretamente a um posicionamento do Ministério do Planejamento. Então, vem do Ministério do Planejamento. A ideia de crescimento de 6% tem que ser levada em conta com a previsão de uma inflação de mais de 7%, e você tem aí uma perda e não um ganho.

Bem, estou expondo de maneira geral porque não há como tratar dessa questão sem considerar uma previsão de crescimento com uma previsão de inflação da maneira como estamos vendo para 2016 e já com previsão também de 2017.

Eu queria aqui, porque acho que o ponto de partida desta sessão tem que estar vinculado diretamente ao aspecto que o Senador Ricardo Ferraço levanta, dizer que, quando solicitamos as informações para o Presidente do Supremo, que é o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, da necessidade do envio desse anexo, que é complexo, nós estamos falando de...

E aqui já faço um esclarecimento. Nem por parte do Senador Ricardo Ferraço – falo isso porque o conheço bem, sei da sua atuação aqui – nem de qualquer um outro Senador, muito menos a minha, há qualquer intenção de atrasar. Circulou nas redes sociais que havia, por trás disso, um interesse de atrasar, até mesmo de não aprovar. Não há nenhuma intenção nesse sentido minha ou de qualquer um outro colega que eu tenha podido identificar. O que há são questionamentos graves. Nós estamos falando, como disse o Senador Ferraço, do cumprimento de um artigo importante da Constituição, que é o art. 169, um artigo a que ele já fez referências sobre a questão de próprio *impeachment*. Eu poderia usar, porque me sinto assim. Minha Bancada, por menos do que ausência desses anexos, está-se debatendo um *impeachment* da Presidente, mas isso não é o caso aqui.

Quero ir direto ao aspecto que ele levanta, porque o Senador Ricardo Ferraço está com toda razão quando faz isso. Agora nós, que temos um posicionamento também explícito.... Está sendo colocado lá na Comissão, e é assim que tem que ser, eu não faço parte da Comissão, mas tenho meu juízo sobre o momento que o País está vivendo, e separo bem as coisas.

Então, Senador Ricardo Ferraço, temos um problema que eu queria esclarecer a todos os colegas. Quando solicitamos os anexos para juntar ao processo, o PLC 29, o Supremo Tribunal Federal mandou, nas tabelas, duas coisas, e não uma que solicitamos. E até cumprimento o diretor-geral do Supremo, e o Ministro Lewan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dowski, que é Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Ele já juntou também a previsão de impacto sobre um eventual aumento de juízes, que está separado, mas está juntado no documento.

Os R$300 milhões a que V. Exª se refere, no ano de 2016, já fazem referência à previsão de impacto para os dois eventuais aumentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas eu não posso prever uma autorização que não foi concedida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estou dizendo que é uma chegada de informação. Não há vinculação alguma, porque nós não estamos discutindo aqui, não chegou à CAE aumento de subsídio para juízes. Esse é um outro processo que vai ser apreciado. O que estou dizendo é que os anexos necessários para o outro processo já foram encaminhados ao Presidente da Comissão. Estão aqui compondo este anexo.

Quero, então, fazendo esse esclarecimento, dizer que há uma diferença – mas V. Exª tem razão – entre o que está previsto na LOA 2016 e o que nós temos previsto no envio pelo Conselho Nacional de Justiça.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Jorge, qual seria a saída?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu tento explicar... Como?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Qual seria a saída, então?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, não. Eu queria que ficasse claro, para não misturarmos as coisas. Nas tabelas que estamos apreciando – e o Senador Ferraço faz referência a uma diferença de R$300 milhões, e ele tem razão –, nas tabelas enviadas, estão previstos eventuais impactos, caso apreciemos aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que foi muito correto o envio. Eu pedi, inclusive, que o Conselho Nacional do Ministério Público fizesse igual ao Supremo e mandasse para cá, para que tenhamos um conjunto das informações daquilo que já tramitou na Câmara e está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, que são pedidos de aumento. Eu não vejo nenhum problema. São informações que podem ser separadas, como eu separei.

Só temos aqui duas coisas, Senador José Medeiros: está juntado, nesses 300 milhões que o Senador Ricardo Ferraço identificou, o impacto que viria em uma eventual apreciação e aprovação pelo Senado – já passou na Câmara – de aumento para magistrados com o exclusivo que nós estamos apreciando aqui. Nós estamos apreciando o da carreira do Judiciário da União. É tão somente isso que prevê o PLC 29, que é o que estamos apreciando.

No caso – e aí considerando que o Senador Ricardo Ferraço está fazendo uma adequada observação –, nós fizemos o mesmo questionamento, ao longo da semana, porque há uma diferença, e a direção geral, o próprio Ministro Lewandowski nos encaminhou justificativas, que eu faço aqui para esclarecer à Comissão para que a Comissão possa votar a matéria.

A diferença mencionada pela SOF, de fato, existe e foi apurada também por nós. Os valores da LOA de 2016 estão menores do que os apurados pelo Conselho Nacional de Justiça. Só que, agora, eu vou me referir exclusivamente ao que diz respeito ao PLC 29, que é o que nós estamos apreciando aqui. O valor de diferença está levando em conta o seguinte: houve um incremento no número de beneficiários do reajuste, de 117.575 servidores para 125.932 servidores. Ou seja, há uma diferença de 8.357 beneficiários, o que elevou as despesas em R$113 milhões. Eu podia dar aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – R$113,736 milhões. Essa é a diferença que nós temos entre o que foi apresentado pela LOA e o que foi apresentado nos anexos, porque dizem respeito, exclusivamente, ao aumento dos servidores do Judiciário.

A outra parte, que completaria os 300, é relacionada ao aumento dos magistrados, se ele vier a ser apreciado.

Então, já está aqui na Comissão também o eventual impacto da apreciação do outro projeto de lei que está seguindo aqui na Casa. Esse é um esclarecimento importante.

Essa diferença está vinculada pela consideração que aqui fez a Secretaria-Geral do Supremo Tribunal Federal. Existem 2,36 mil cargos vagos – foram aprovados por lei e estão vagos –, que podem ser parte de concursos, de eventuais concursos. Nós temos um conjunto de proibições também de aumento, porque o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

projeto está prevendo que não teremos aumento, ao longo desses anos, das despesas do Judiciário. Mas é importante que se esclareça isso aqui.

Ora, eles incluíram, e houve essa diferença. Eu vejo problema quando se tenta retirar, se tenta deixar de lado eventuais aumentos. O que eles fizeram foi o seguinte: se todos os cargos estiverem preenchidos dos servidores do Judiciário da União... E nós estamos – não foi um trabalho muito fácil – falando de 64 tribunais e conselhos. De uma semana para cá, nós tivemos um trabalho muito difícil feito pela equipe técnica do Supremo para fazer o apanhado dessas informações em 64 tribunais e conselhos da Justiça Federal da União. Então, eles trabalharam sábado, feriado, e até ontem ainda juntavam. Com base nas informações que nós temos, que foram muito mais complexas nesse PLC 29, nós temos agora juntada toda e qualquer despesa que haveria, e eles acrescentaram – por isso que deu essa diferença – eventuais despesas com cargos não preenchidos ainda, caso venhamos a ter concurso público e contratação.

Esse foi o esclarecimento que recebemos do diretor-geral do Supremo Tribunal Federal para explicar uma despesa que só ocorrerá – essa diferença – caso tenhamos concurso público e contratação de novos servidores. E isso está hoje impedido pela própria legislação que nós aprovamos aqui. Mas, a título de cálculo, essa seria a despesa máxima, já que estamos falando de impacto. E eu acho adequado e pertinente que eles tenham colocado quais seriam os impactos máximos que nós teríamos na folha de pessoal de servidores do Judiciário da União.

É esse o esclarecimento que faço ao colega, Senador Ricardo Ferraço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Jorge Viana.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha...

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Fizemos uma permuta aqui, Senadora.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na semana passada, eu já tinha informado isso. Esse problema de cálculo... O próprio *Valor Econômico* denunciou, há 15 dias, que há um erro nessa questão do reajuste dos servidores, um errinho básico de 15 bilhões.

Na CMO, a Comissão de Orçamento, eu questionei ao Ministro, e ele disse que estavam sendo tomadas as providências de correção, disse que não era bem aquilo que o *Valor* tinha publicado. Mas o certo é que esse erro de cálculo está aí colocado há muito tempo. Então, passou na Câmara, passou na Comissão de Constituição e Justiça, e nós votamos um projeto aqui, na semana passada, sem questionar, que certamente deve ter os mesmos erros.

Então, acho que, com respeito ao questionamento, o primeiro encaminhamento que faço é: o que chegar, agora, devemos mandar para a consultoria calcular; não deixar vir para a pauta sem primeiro haver essa revisão da consultoria sobre se o cálculo está correto. Mas eu estou sugerindo que votemos, porque a explicação que o Senador Jorge recebeu é convincente e porque há um controle, vai haver um controle – se poderá haver concurso, se não poderá haver concurso – para não extrapolar. Então, estou sugerindo que votemos.

É a segunda vez que esse pessoal está aqui, esperando essa votação. Não vejo por que, por conta desse problema, não votarmos isso aqui hoje, como asseguramos a eles, inclusive, semana passada. Porque está explicado já. Isso que o Senador Jorge falou é perfeitamente compreensível, o erro... O erro, não; a diferença.

Então, acho que precisamos, agora, não deixar vir para a pauta nenhum mais sem que tenha sido feita a revisão, mas que votemos esse aqui hoje.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Regina.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero parabenizar o diligente e competente parecer do Senador Jorge Viana.

A segunda questão que eu queria colocar é que essa lei, esse projeto de que estamos tratando aqui já é produto de uma grande mobilização dos servidores da Justiça do nosso País, que há anos vêm com uma grande mobilização, inclusive com uma pressão muito forte ao Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado Federal.

Eu mesmo fui pressionado, durante semanas, porque naquela época era identificado como do Partido dos Trabalhadores, por eles e nos aeroportos, uma vez que tínhamos esse cuidado dos impactos orçamentários etc. Inclusive, lembro muito aquele dia da votação aqui no Senado Federal, votação em que, ao final, só nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nos posicionamos contra, quando todos que, agora, estão com essa diligência aqui fizeram discurso, inclusive, de que o Partido dos Trabalhadores era contra os trabalhadores etc.

Isso já faz parte de uma luta muito grande. Aliás, quero até parabenizar o movimento sindical dos funcionários do Judiciário, através da Fenajufe e dos seus sindicatos estaduais, por essa conquista, que foi produto de uma grande mobilização e foi produto, inclusive, aqui, de veto da Presidenta e, depois, de um processo de negociação. Então, este projeto que está aqui, ao que me parece, é produto já de uma negociação com o governo da Presidenta Dilma, e me parece que, conforme o Líder do Governo interino, este também está de acordo com esse processo.

E aqui – chamo a atenção dos nossos companheiros de Comissão, Senadores e Senadoras –, além das planilhas solicitadas pelo Relator, vem um parecer assinado pelo senhor...

Não é apenas o envio do Presidente do Conselho, o Ministro Ricardo Lewandowski, mas vem acompanhado também de um parecer do Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça, assinado pelo Sr. Antônio Carlos Rebelo, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, que, dentre outros assuntos, trata exatamente da questão dos impactos, das estimativas e das previsões no orçamento do próprio Supremo. Fala inclusive da questão da Lei da Responsabilidade Fiscal. E, no final do Parecer, ele coloca que as Leis de Diretrizes básicas de 2016, art. 98, exigem que os projetos de lei de iniciativa do Poder, exceto de iniciativa exclusiva do STF e do próprio CNJ, sejam acompanhados de parecer desse Conselho. Dessa maneira, sob o ponto de vista orçamentário, este Departamento não vislumbra qualquer impedimento à emissão de parecer favorável ao prosseguimento do pleito.

Então, nesse sentido, a Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui na CAE encaminha, conforme o Parecer do Senador Jorge Viana, a aprovação, o voto "sim" ao Projeto de Lei.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Na realidade, minha dúvida, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com relação à estimativa da receita corrente líquida para esse ano. Estou até consultando a Comissão Mista de Orçamento para saber com qual número estamos trabalhando. Já se foram seis meses e tenho muita dúvida se vamos ter uma receita corrente líquida de R$741 bilhões, que está aqui informada.

Isso é importante por quê? Porque, neste documento que foi encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, fala que há uma margem residual de R$18 bilhões, em 2016. Mas, se não corresponder a essa receita corrente líquida, já não tem mais residual nenhum.

Então, só quero esclarecer qual é a receita corrente líquida projetada? E acho que deveríamos tomar uma posição, porque, no fundo, no fundo, está ficando claro que não tem aqui espaço para o reajuste dos magistrados, não tem espaço para que a gente possa votar reajuste de magistrado e ainda votar o reajuste dos servidores do Poder Judiciário.

Se fosse para fazer algum encaminhamento, deveríamos tomar uma posição. Votar o reajuste dos servidores do Poder Judiciário, mas claramente rejeitar o reajuste dos magistrados, porque tem um efeito cascata que vai repercutir nas finanças de Estados e Municípios, e está ficando claro que não temos espaço fiscal para isso. E deixar para apreciar isso no ano que vem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me permite um aparte, Senador Fernando?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para organizarmos aqui, há mais dois inscritos. Não sei se...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Porque acho que aqui..

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Relator, então, com a palavra...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Acho que, queria só sugerir...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem, vou lhe fazer também...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Acho que a observação – volto a repetir – que o Senador Fernando Bezerra faz é muito importante. Mas os dados com que estamos trabalhando são de meados do ano passado, com o país vivendo uma situação. Então, não podemos...

Mas, veja bem, o documento ao qual V. Exª se refere é o anexo que solicitamos. Veio assinado pelo Presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, e ele fala que tem uma folga para o cumprimento de Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2016, de R$18 bilhões, em 2017, em 2018, em 2019 e em 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Acho que a observação do Senador Fernando Bezerra cabe com a do Senador Ricardo Ferraço, e ele sugeriu inclusive que tivéssemos uma audiência futura com o Ministro do Planejamento aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me permite contribuir?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Claro, porque acho importante para resolvermos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na linha do que falou o Senador Fernando Bezerra, essa é uma preocupação adicional.

Veja V. Exª se isso encontra eco e dialoga com a realidade. Os valores adotados pelas projeções do Judiciário representam um crescimento de cerca de 10% da receita corrente líquida em relação a 2015, o que no atual contexto sinceramente não dialoga com a vida real. Então, não estamos tratando aqui de assunto de oposição ou de situação, de governo A ou de governo B. Estamos tratando aqui de fatos objetivos, da vida como ela é, e não como eu gostaria que ela fosse, até porque foi por conta desses jeitinhos e mais jeitinhos que chegamos até aqui. Ou fazemos um encontro com a verdade ou vamos trabalhar para que o nosso País continue a passos largos na direção da insensatez.

Essas projeções estão equivocadas. Não teremos, em 2016, um crescimento de 10% em relação à receita corrente líquida. Logo, os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal poderão estourar. Ou dialogamos com os fatos reais, ou vamos ficar aqui com as nossas idiossincrasias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É para dizer que o documento é muito transparente. O próprio Supremo Tribunal Federal diz que utilizou a estimativa feita em 31 de julho de 2015, há um ano. E sabemos que a receita do governo não vem crescendo, pelo contrário, tem um crescimento negativo em relação ao ano de 2015. Então, a base que ele parte para estimar a receita corrente líquida em R$741 bilhões acredito que não vai corresponder, consequentemente não tem margem residual nenhuma. E depois fica o segundo argumento: qual é a projeção de crescimento a partir do ano que vem?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom, temos inscritos os Senadores José Aníbal, Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati.

Faremos essa ordem, então.

Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srª Presidente, agora, essa parte final ainda sobre a manifestação do Senador Bezerra, do Senador Ferraço, e mesmo do nosso Relator, Senador Viana, deixa claro que é preciso dar uma atenção adicional a esse projeto em termos de avaliação quanto ao impacto. É impossível votar com esse estado tão precário de informação que estamos reunindo até aqui. Quero fazer um apelo a Presidente da Comissão no sentido de que é importantíssimo ouvir o Ministro do Planejamento em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, e fazer isso o quanto antes.

Imagina se eu posso, não tenho a mais remota ilusão de que é possível politizar um assunto desse. É uma insensatez absoluta. Também não tenho dúvidas, Senador Bezerra, de que não vamos ter crescimento de 10%. Tenho certeza de que o crescimento será negativo. Não é que não vai ser positivo, ele vai ser negativo. Então, temos que avaliar, isso são números. Alguém já disse que os números são cabeçudos, não adianta você querer brigar com eles que você quebra a cabeça. Então, não faz sentido, estamos conversando desde a reunião passada, passamos para essa, essa teve um adicional de informação, o Senador Ferraço mostrou, que é um adicional de informação conflitivo, há duas versões para o mesmo reajuste.

O Relator procurou esclarecer que se trata do fato de que foram adicionados mais sete, oito mil funcionários, já se questionou se isso pode ser feito ou não.

Enfim, precisamos ter informações até para fazer uma votação conjunta. Está na hora de o Parlamento, em matéria de responsabilidade fiscal, convergir. Pode até dizer: olha, sou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, se ninguém é contra – e parece que ninguém é contra – então vamos, de acordo com a lei, nos manifestarmos com relação a isso que estamos discutindo aqui. Para isso, acho que o ponto de partida é a audiência com o Ministro do Planejamento o quanto antes. Se pudermos fazer ainda essa semana não tenho nenhuma objeção, ou semana que vem, junto com a Comissão de Constituição e Justiça.

Estamos tratando de números aqui que são muito expressivos. Não estamos tratando aqui de algo que diz respeito a bilhão singular, é bilhão plural e põe plural nisso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...até para ajudar as intervenções, porque temos apreciados, Srª Presidente, dois projetos de lei. Um, aprovamos sem os anexos – esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Comissão aprovou – do Ministério Público Federal, está lá no plenário, e tomei a providência, com o Presidente Raimundo Lira, de juntar os anexos do Ministério Público para encaminhar, para que o Plenário possa deliberar, porque aí estaríamos atropelando...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Viana, só uma observação. Votamos, na semana passada, no Simples, a transição dos médicos de um anexo para outro, para um anexo mais favorável. Entraram outras propostas com relação aos arquitetos, odontólogos, etc. O conjunto de Senadores, ao ver aquilo, disse: mas, espera aí, qual é o impacto disso na receita? É muito forte. E vamos votar hoje um acordo inclusive para rever aquela votação com relação aos médicos, tornar a votação muito mais vinculada a um propósito, a geração de emprego.

Então, não importa que tenhamos votado – quer dizer claro que importa porque votamos semana passada uma matéria que está dentro desse universo. Mas, estamos vendo aí, com o passar dos dias, que é necessário um adicional de informações firme, objetivo, para que haja uma manifestação que seja generosa, do Parlamento em sintonia com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O que eu queria dizer, para concluir, é que, no caso do Ministério Público, se olharmos os anexos, a margem que tem é muito pequena. Eles inclusive fizeram uma previsão de queda de receita, o Ministério Público fez. Só estou esclarecendo. Agora, quando eu pego do Judiciário, no cálculo feito com base na informação do ano passado, em julho, havia uma folga – certamente é aqui que o Senador José Aníbal, o Senador Bezerra, o Senador Ferraço colocaram – em 2016, de R$18 bilhões; em 2017, de R$17 bilhões; em 2018, de R$18 bilhões; e assim, em 2020, de R$21 bilhões.

Obviamente que isso não vai se materializar, essa chamada folga vai suprir a queda que vamos ter. É nesse propósito que acho que tem, aí sim, uma pertinência, porque aqui tem folga. No caso do Ministério Público Federal, eles reduziram inclusive a previsão de crescimento, porque a margem deles, em 2019, é de R$400 milhões. Certamente não se realiza também.

Então, um caminho que nós poderíamos fazer, aí pegando esse caminho que o Senador José Aníbal apresentou. Vejam só: quem está assinando isso é o Presidente do Supremo, embasado em documento técnico do Conselho Nacional de Justiça, nós estamos juntando ao processo que está lá todas as informações do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional do Ministério Público Federal, e o que nós poderíamos ter aqui? Eu acho que dois movimentos. Eu queria muito ter juntado e cumprido a instrução dessa matéria, independentemente de qualquer coisa, porque agora me sinto habilitado para dar o parecer completamente favorável – e nós vencíamos essa matéria –, mas acho muito pertinente a imediata convocação do Ministério do Planejamento, porque só vamos ter as respostas que V. Exªs apresentam – o Senador Fernando Bezerra tem – com os esclarecimentos aqui, antes de deliberação do próprio Plenário, antes do Plenário deliberar, como estamos fazendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Antes da Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não; eu estava falando, volto a repetir, do Plenário da Casa, porque o meu parecer é favorável desde a semana passada. Eu estou apresentando os anexos.

Era um encaminhamento... Isso não implica, Senador, estamos inclusive revendo no plenário, como o Senador José Aníbal colocou, votação que havíamos feito por conta de impacto. Todos nós aqui, no Senado, temos uma preocupação, que é responsabilidade fiscal, V. Exª argumentou, inclusive, a questão do *impeachment*. Eu não estou vendo aqui má vontade de ninguém nesse propósito. Aliás, estou vendo muita responsabilidade em apurarmos.

Eu acho que poderíamos... Porque não tenho como justificar ter um processo, ter uma matéria que estava com mais debilidade do que essa, com debilidades, como disse V. Exª, insanáveis, lá no plenário, nós estamos resolvendo e sanando algumas das debilidades dela, levando para juntar no processado no plenário, e essa outra, que está instruída, está pronta, mas, agora, surgiram questões que envolvem crescimento do País, cumprimento de previsão de aumento de receita, que não cabem aqui ao meu parecer, porque não tenho as prerrogativas.

Seria, então, a sua proposta de audiência válida.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Ferraço, só para nós terminarmos, porque estão o Senador Flexa e o Senador Tasso, eu passaria a palavra para eles e, depois, faríamos o encaminhamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Gleisi, Presidente; Senador Jorge Viana, Relator; Srs. Senadores, a discussão é pertinente e bastante esclarecedora para que todos os Senadores possam votar com consciência e conhecimento da matéria.

Que o pleito é justo eu não tenho dúvida; eu não tenho dúvida da justeza do pleito e vou votar favorável pelo encaminhamento, pelo reajuste do PLC nº 29. Agora, tudo que foi dito pelo Senador Ferraço, pelo Senador Bezerra, tudo faz referência à questão que estamos levantando. Que não vamos ter superávit ou excesso de arrecadação, previsto em julho de 2015, todos nós sabemos que é verdadeiro.

Então, temos que aprovar o projeto, mas aprová-lo dentro da realidade de hoje. Aí é preciso, Senador Viana... Nós estamos aprovando e vamos discutir vários outros projetos que tratam do mesmo objeto e que estão fatiados, mas que têm efeito no Orçamento da União, no déficit fiscal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, no cumprimento por parte dos Poderes, não só do Poder Executivo, que tem que cumprir as metas, mas do Judiciário e do Legislativo também. Então, os três Poderes têm que atender à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, é preciso que nós tenhamos, não isoladamente Senador Jorge Viana, porque isoladamente já aprovamos um projeto para o Ministério Público, estamos discutindo para colocar em votação o dos servidores do Poder Judiciário. São pleitos justos? São. Eles estão com salários congelados há anos. Então, buscam a recuperação dessas perdas da inflação.

Agora, lamentavelmente, o País se encontra em uma situação de crise, crise grave, eu diria que o País está na UTI. Então, temos que ter consciência. Daí a sugestão, na linha do que já foi dito aqui. O Ministro do Planejamento está sendo convocado, por solicitação dos Senadores – e o Senador Tasso também vai na mesma linha – para uma audiência pública. Só que é preciso que ele venha nos esclarecer não somente o PLC nº 29, uma vez que nós vamos votar o PLC nº 36, que está com a relatoria do Senador Raupp...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – PLC nº 26.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aliás, 26, como também outros que dizem respeito também a aumento de despesa.

Já votamos e vamos rever hoje a votação que fizemos, justa, de aumento do limite de faturamento das empresas no Simples, mas isso representa diminuição de receita. Então, nós estamos trabalhando em sentidos contrários.

Então, é preciso que nós tenhamos, Senadora Gleisi, uma visão do contexto geral, para saber se esses projetos todos que foram aprovados na Câmara e vieram para cá se cabem na situação que nós estamos atravessando.

Que eles são justos eu não tenho dúvida, mas é preciso que tenhamos consciência para poder votar.

Então, pediria, se aprovarmos audiência com o Ministro do Planejamento, que, no convite que for feito a S. Exª, Srª Presidente e Senador Jorge, que se esclareça a S. Exª que ele traga aos Srs. Senadores não uma visão do PLC nº 29, mas que ele traga uma visão de todos os projetos que estão tramitando aqui, no Senado, que acarretam impacto na questão fiscal do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Srª Presidente Gleisi, gostaria de colocar a minha opinião de que não existe nada mais sensato neste momento – e eu queria também levar essa opinião ao Senador Jorge Viana, nosso Relator – do que ouvirmos o Ministro do Planejamento, na próxima semana.

Existe uma série de divergências aqui, inclusive foi bem levantado pelo Senador Flexa aqui que não é só essa votação que nós vamos ter sobre reajuste; estão vindo aí quinze projetos na mesma linha, e nós não estamos com as informações necessárias para definir uma posição.

Evidentemente, na minha opinião, hoje – e sei que o Senador Moka teria uma opinião diferente –, não temos condições, com essa discussão, de dar um voto consciente e tranquilo, porque estamos correndo o risco de infringir legislação inclusive e, depois, vir para a nossa responsabilidade esse risco, no momento em que o País atravessa uma crise gravíssima.

Então, nada mais sensato. Não existe nenhuma dúvida sobre a capacidade do Ministro do Planejamento de dar os números oficiais, que são aqueles números sobre os quais vamos realmente nos deter para discutir o assunto. Então, se fizermos isso, nós poderemos já, durante a semana que vem, se for o caso, ter um pensamento definitivo não só sobre esse projeto, como sobre todos os outros projetos que estão chegando.

É difícil, inclusive votarmos esse projeto, o PLC nº 29, já pressupondo que o próximo projeto, que seria dos juízes, que nós não poderíamos votar, porque aí, sim, poderia dar outro pulo. Então, é importante que tenhamos uma visão global e responsável neste momento.

Então, coloco a V. Exª que discuta conosco, Senadores, essa possibilidade, já para semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Continua o encaminhamento, Senador Tasso.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, em primeiro lugar, é fora do tema, mas gostaria de ver se é possível incluir extrapauta o PLS nº 51.

Dito isso e voltando ao tema, tenho a preocupação, porque esse foi um acordo feito com os servidores, isso não começou hoje e não consegui ainda – e talvez seja, como a minha mãe já falava, desde a época que aprendi o ABC, que sou meio rude – ou estou com dificuldade de entender o que está precisando fazermos. É uma lei? Está precisando abrir o Orçamento? Qual é a saída, porque creio que grande agonia dos servidores não é nem se vai sair ou não vai sair. Eles estão com dúvida se estão sendo embarrigados ou não. Acho que temos que dar essa resposta. Eu já respondo: nós não estamos embarrigando, mas vejo que aqui há uma dúvida razoável sobre essas questões orçamentárias, mas vejo que também nós não encontramos uma saída. Qual seria a saída para esse nó górdio que nós chegamos?

Gostaria de deixar essa pergunta nas mãos do nosso Relator, para que pudéssemos – e vejo aqui uma vontade dos Senadores – nos juntar e fazer isso da forma mais rápida possível, para evitar daqui a pouco... E como fui servidor, fui sindicalista, sei que para os sindicalistas, principalmente, nesse momento, é uma agonia, porque, lá na base, daqui a pouco, começa movimento grevista, começa tudo, por não entenderem o que está acontecendo. Então, precisamos deixar bem claro o que estamos fazendo aqui e qual a saída ou se não temos uma saída ainda para isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu quero só relembrar que, antes de votarmos o projeto dos servidores – e eu quero colocar muito claro: servidores do Poder Judiciário, que não têm nada a ver com a magistratura, que é outra discussão –, foi votado o projeto do Ministério Público e não se fez nenhuma exigência. Se o Relator, Senador Jorge Viana, não tivesse levantado as questões dizendo que faltavam informações e que ele tinha preocupação com isso... O encaminhamento dele era o de que nós votássemos na sessão, até para não tornar desigual a conduta que foi dada aos servidores do Ministério Público, e deixássemos isso já votado, com a seguinte condicionante: só votaríamos isso no plenário no momento em que todas as informações chegassem. E me parece que essas informações que chegaram... Eu não me debrucei sobres os números, mas eu não tenho por que duvidar da seriedade e da capacidade do Senador Ricardo Ferraço, do Senador Armando Monteiro e do Senador Tasso Jereissati, que são pessoas que conhecem muito disso que se está falando.

A minha sugestão para ser coerente com a posição já adotada difere apenas nisto: nós votaríamos o projeto, chamaríamos audiência pública com o Ministério do Planejamento e só votaríamos no plenário tanto o projeto do Ministério Público como o dos servidores do Poder Judiciário na hora em que tivéssemos todos os esclarecimentos. Os Senadores que questionam isso, a meu ver, fazem isso de forma coerente, porque o Ricardo fez isso na vez passada e disse que, na hora em que tivesse as informações corretas, ele mesmo pediria a urgência, mas, neste momento, ele não se julga suficientemente esclarecido. V. Exª, como Relator, também reconhece que os números realmente não batem. Aí eu fico exatamente nessa posição de encaminhar pela votação hoje do projeto, com a condicionante de uma audiência pública com o Ministro do Planejamento.

E, na verdade, nós temos que lembrar que o Poder Judiciário tem o duodécimo e quem envia para cá esse projeto é o Presidente do Poder Judiciário, o Ministro Lewandowski. Eles também têm a responsabilidade de justificar os números. Por eles terem o duodécimo, eles têm que nos dizer: "Com isso aqui, eu dou conta de pagar o aumento que eu estou propondo". E junto com o Ministro do Planejamento.

O que não pode é, na minha avaliação, deixarmos pendente, aqui nesta Comissão, o voto do projeto dos servidores do Judiciário, já que, com o do Ministério Público – não por culpa de ninguém, não estou culpando ninguém –, não houve a mesma questão, até porque não houve o levantamento da questão das informações que eram necessárias e o projeto foi votado. Então, eu opino pela votação hoje ainda do projeto, com a condicionante de não votarmos no plenário enquanto não tivermos informações do Ministério do Planejamento e também do Poder Judiciário.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka.

Sim, Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, eu posso me manifestar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É que há mais três pessoas inscritas. Se eu pudesse...

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, apenas na linha do Senador Medeiros, como eu estou relatando o Projeto de Lei nº 51 – já foi pedido por outros –, vai ser possível colocar essa pauta para votarmos?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – No final da discussão, encaminhamos.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estava no meu gabinete e resolvi vir aqui ao plenário da CAE, primeiro, para tentar votar essa matéria e, depois, para dar alguns esclarecimentos que acho importantes, até porque acompanhei em parte esse processo todo de negociação e, mais que isso, o processo de decisão do Governo no sentido de votar esses aumentos.

Primeiro, registro que, na confecção do seu orçamento, o Judiciário é independente na sua formulação orçamentária. Aqui já houve, inclusive, em determinados momentos, o protesto de setores do Judiciário, porque havia uma interferência do Executivo no processo de confecção do orçamento do Judiciário. E nós entendemos que o Judiciário deve receber a sua verba, a sua dotação maior de recursos e definir o seu gasto internamente, dentro da sua autonomia e dentro da independência dos Poderes.

Segunda questão. O Governo do Presidente Michel Temer recebeu em andamento o processo de votação de vários aumentos de categorias, aumentos do Executivo, aumentos do Judiciário e aumentos do Ministério Público e da Defensoria Pública. Enquanto fui Ministro, analisei essas questões. E quero dizer aqui, primeiro, que, no que diz respeito ao Executivo, os aumentos estão dentro do Orçamento do Executivo. O aumento pactuado por três anos é importante para os servidores e para o Executivo e abaixo do reajuste da inflação. Portanto, se fosse abrir negociação hoje, ia se abrir uma negociação maior que o reajuste que está se dando de 5%. Eu acho que, se o Governo deu a palavra de que votaria e fez uma tratativa e um entendimento, essa tratativa deve ser mantida. No que diz respeito ao Judiciário, nós vivemos aqui, já há alguns anos, uma grande negociação de aumento e de recuperação do salário do Judiciário. Foi feita uma proposta anteriormente que era uma proposta maior que essa. O Judiciário tentou fazer essa aprovação, não houve condições, o Executivo barrou o aumento.

Eu, inclusive, fui Relator do Orçamento num dos anos em que não colocamos o aumento, porque não havia cobertura orçamentária. Portanto, essa negociação maior fluiu e foi encaminhada para uma negociação que é a de agora, exatamente parcelada ao longo dos anos. E o Orçamento deste ano está dentro do escopo dos recursos destinados ao Judiciário. Portanto, não vejo, neste ano, nenhum tipo de dificuldade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – As projeções do Judiciário se valeram do valor estimado para 2016 que estão presentes... Aliás, esse debate só é possível em função das transparentes informações que foram enviadas pelo próprio Judiciário. Não fossem essas informações transparentes, nós não teríamos como fazer esse debate aqui. Essas informações não estavam disponíveis na semana passada e estão agora por conta da transparência que nós precisamos registrar que consta das informações de S. Exª o Ministro Ricardo Lewandowski. E são essas informações que nos levam a alguns questionamentos que eu quero aproveitar V. Exª aqui. Veja. As projeções do Judiciário estão se valendo do valor estimado para 2016 que está presente na proposta orçamentária. No entanto, o art. 113...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Ricardo Ferraço, desculpe-me, mas há mais dois inscritos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, não, mas eu acho que é importante o Senador Ricardo Ferraço...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Acha melhor? Está bom.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ele vai falar rapidamente, eu vou responder rapidamente, porque isso pode elucidar a questão e facilitar a votação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, o. k.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós estamos aqui diante do ex-Ministro do Planejamento, que esteve sentado à mesa debatendo esse assunto. Então, é importante a presença do Senador Romero Jucá aqui...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ouvirei com toda a atenção, Senador Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quem sabe essas dúvidas possam ser dirimidas? Se forem dirimidas, ótimo. É isto que nós estamos buscando: dirimir, realmente, as dúvidas para que nós possamos aqui exercer o nosso voto por convicção.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Qual é o ponto, como reclama aqui o célere Senador Acir Gurgacz? O art. 113 diz que será utilizada a receita corrente líquida constante do relatório de gestão fiscal do montante no momento da avaliação. É isso que está previsto no art. 113 na Lei Orçamentária. A estimativa do Orçamento de 2015 para 2016, se considerarmos o montante atual do último relatório de gestão, fala de uma diferença de R$40 bilhões nas receitas do Governo. Portanto, há uma diferença de 5% na receita corrente líquida. Como não considerar essa realidade? A realidade de 2015 era uma, a realidade de 2016 é outra. E a lei determina que você deve observar, no seu art. 113, o relatório de gestão fiscal do montante no momento da avaliação. É isso que nós estamos fazendo, ou seja, aquilo que foi previsto lá atrás está dialogando com a realidade atual?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Há recursos previstos para isso? Essa é a questão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senador Ricardo Ferraço, posso responder a V. Exª. Primeiro, eu quero dizer que está dialogando. Depois, na previsão do déficit deste ano, essa previsão do pagamento de pessoal de todas as categorias está inserida. Mais que isso: para o Orçamento para o ano, e nós vamos fechar ainda a LDO, se houver algum tipo de diminuição de recursos para o Judiciário, caberá ao Judiciário fazer, autonomamente, independentemente, o seu orçamento e efetuar, eventualmente, algum corte de investimento para que possa colocar em custeio. Nós vamos entrar no mérito de como o Judiciário vai fazer o seu orçamento. O orçamento do Judiciário será encaminhado, e o Judiciário terá independência e autonomia para colocar os recursos necessários para cumprir a lei.

Não vejo, no Judiciário, melhor investimento a ser feito do que investimento em pessoal para trabalhar e atender o andamento da Justiça.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Portanto, quero aqui dizer que a minha opinião e o encaminhamento do PMDB são favoráveis ao projeto, e eu voto "sim".

Quero registrar essa posição.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Foi importante a chegada do Senador Romero Jucá porque, aqui, é estranho um dia após o outro. Eu me lembro dessa discussão na votação do reajuste do Poder Judiciário do ano passado, que era um reajuste muito maior, e os senhores votaram todos a favor. E teve mais...

(Manifestação da plateia.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E tem mais...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não, o Senado não votou!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Senado não votou!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores orientaram...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senado não votou!

(Tumulto no recinto.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Está politizando a questão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu posso continuar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso não... Isso não...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Está politizando a questão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero assegurada a minha palavra!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, Senador Moka!

(Tumulto no recinto.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Têm que escutar!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – A palavra está com o Senador Lindbergh! Senador Ferraço. A palavra está com o Senador Lindbergh!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A Presidenta vetou! A Presidenta vetou, e eles encaminharam para derrubar o veto. Agora, de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu posso falar ou não?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, Senador!

(Tumulto no recinto.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Posso falar ou não?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vocês estão inscritos. A Mesa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores têm que aguentar.

(Intervenção fora do microfone.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente, existe censura aqui?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aqui, sem censura, fala?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minutinho, Senadores! Por favor, Senador Tasso! Por favor! Todo mundo falou aqui. A Mesa vai...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sem censura fala?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª quer se inscrever?

Eu inscrevo V. Exª para falar.

A Mesa vai assegurar a fala do Senador Lindbergh e, depois, inscreve os demais Senadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora, de uma hora para outra, viraram Governo. E, aí, vem o velho PSDB de guerra, aqui, com o discurso da responsabilidade fiscal.

Eu acho interessante que os servidores do Judiciário aprendam com o que está acontecendo aqui! Porque eu vi muito servidor do Judiciário aplaudindo os Líderes do PSDB, e nós dizíamos: "Olha, nós tivemos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso e foi reajuste zero para o servidor público!" Agora, está Michel Temer propondo uma PEC que limita os gastos à inflação. Sabe o que significa isso, servidor público? Congelamento de salário com inflação. Não pode haver aumento real!

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu falo tudo isso aqui para dizer que nós – e eu estou assumindo hoje a Liderança da Minoria, a Liderança da oposição – queremos votar este projeto imediatamente. Está aqui e veio o Senador Romero Jucá falar também.

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Jorge Viana aprontou o relatório. Mas nós cobramos coerência! Se tiverem coerência, a gente vota este projeto no dia de hoje.

(Interrupção do som.)

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, eu queria me manifestar acompanhando a proposta que o Senador Tasso Jereissati fez. Eu não vejo nenhum problema de o Ministro do Planejamento – embora o Senador Jucá já pudesse suprir em certa medida –, nós gostaríamos que o Ministro do Planejamento, tendo em vista as dúvidas que foram suscitadas aqui e que não são irrelevantes...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Armando, o Ministro está aqui. (*Risos.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero sublinhar...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero sublinhar, inclusive, que o Senador Flexa coloca bem a preocupação com o conjunto dos projetos e das proposições que serão encaminhadas.

Então, eu quero discordar do meu querido amigo Senador Waldemir Moka, que sugere que se aprove e que, antes da votação no plenário, o Ministro seja ouvido. Eu acho que isso é um desprestígio ao papel das Comissões técnicas, porque o que nós temos que fazer é esgotar o debate aqui, e informar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas nós não fizemos isso no Ministério Público.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Bom, eu não posso falar por isso porque não estava vinculado a essa decisão e a essa escolha. Mas acho que o papel da Comissão é exatamente informar, do ponto de vista técnico, o debate.

Então, eu quero acompanhar a proposta do Senador Tasso, por entender que há aspectos aqui que suscitam uma grande dúvida. E o Congresso Nacional precisa se submeter ao teste da responsabilidade fiscal. Eu tenho visto muitos discursos que, circunstancialmente, mudam no sentido de que se cobra, por exemplo, do governo anterior uma série de questões que estariam associadas àquilo que se imagina a violação dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e vejo uma postura frouxa – e por que não dizer leniente? – quando os papéis se invertem.

Então, eu quero dizer, com muita convicção, que acho que esta Comissão tem que exaurir o debate aqui, de modo a que tenhamos uma decisão que seja bem informada do ponto de vista da posição da própria Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – O Senador Hélio José está inscrito; depois, o Senador José Aníbal, o Senador Jucá e o Senador Moka.

Eu queria pedir, somente, para serem rápidos, para que a gente possa encaminhar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Não; eu quero invocar o artigo...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O art. 14?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É só o art.14, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não. Pelo art. 14, com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Talvez, pelo meu nervosismo. (*Risos.*)

Eu quero dizer o seguinte: eu deixei muito claro que, quando o Senador Jorge Viana fez o seu relatório – e o fez de forma a colocar que estava faltando informação –, ele fez a seguinte proposta: "A minha proposta é votar aqui com uma condicionante – com uma condicionante –: não vamos votar no plenário enquanto as informações não chegarem". O fato de nós não votarmos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O fato de nós não votarmos hoje, aqui, cria uma diferença, porque, no projeto do Ministério Público, isso não foi levantado, e o projeto foi votado.

Estou sendo coerente, na Comissão, com o processo de votação, de modo a não haver aqui servidores de primeira classe e de segunda classe. Por isso é que eu reafirmo: a minha proposta, por coerência, é a de votar o projeto e esperar, realmente, que as informações e as dúvidas sejam todas dirimidas antes de serem votadas no plenário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria...

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senadora Gleisi Hoffmann, minha solidariedade a V. Exª e o meu abraço. Obrigado por me conceder a palavra.

Eu queria cumprimentar a todos e dizer que nós fizemos um compromisso, aqui, na semana passada, com o nosso Relator e com os demais servidores do Judiciário, de que votaríamos hoje. Votaríamos hoje – não foi esse, Senador Jorge Viana, o compromisso? Então, eu participei desse compromisso. O PMDB encaminha "sim", e eu, como membro do PMDB, vou votar "sim". E quero votar hoje, mesmo que a gente tenha que esperar a questão de haver uma audiência com o ministro. Mas a gente já vota aqui, hoje – está certo? –, para manter o nosso compromisso.

É só isso o que eu quero falar. E isso é importante.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora Gleisi, o Senador Romero Jucá, na realidade, veio aqui anunciar a posição do PMDB na votação. Ele não fez nada mais do que isso, porque ele não acrescentou informação nenhuma.

Sabíamos todos que os recursos estão previstos nesse brutal endividamento previsto para esse ano, da ordem de R$170 bilhões. Isso tudo nós já sabíamos. Não acrescentou nada. Eu pensei até que ele pudesse estar falando como ex-Ministro do Planejamento. Na realidade, não resolve a questão que foi colocada aqui de ouvirmos o Ministro. Não há nenhuma sofreguidão. O Plenário estava conversando de forma muito convergente no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida, se iniciou um tumulto para a aprovação imediata. Para que essa urgência urgentíssima? Está muito claro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não. Dez anos não! Não ficaram dez anos sem aumento. Isso é história, conversa.

Então, é preciso que tenhamos o tempo necessário. Eu não posso votar esta matéria com o grau de informação que tenho. Eu estou procurando. Eu li aqui. Desde a semana passada, estou argumentando, estou pedindo que novas informações nos sejam fornecidas, que o Ministro do Planejamento venha falar conosco. Ainda hoje pedi à Senadora que faça isso, quer dizer, que interceda favoravelmente – e façamos isso em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Qual a dificuldade? O que me impressiona é que o ex-Ministro veio aqui para anunciar voto do PMDB. E nós não estávamos discutindo partidariamente. Nós estávamos aqui discutindo como Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Todos, de algum modo, falaram com algumas razões. O Moka disse: "não, eu acho que deve." Ninguém disse assim: olha, vamos votar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

qualquer jeito e ponto. O Moka disse: "não, vamos votar condicionado à apreciação posterior." O Senador José Medeiros, que está aqui do meu lado, a mesma coisa. Alguns se posicionaram assim. Outros, não. É melhor, então, esperamos esse adicional de informação. Porque essa urgência?

Então, eu insisto, Senadora Gleisi Hoffmann, que possamos avaliar muito positivamente essa possibilidade de trazer o Ministro do Planejamento junto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E ninguém aqui está com disposição de fazer qualquer chicana, decidir o quanto antes, até porque já vimos que esse assunto começa a ter um componente não digo de racionalidade, mas de pouca sensatez.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O. k.

Senador Romero Jucá, Senador Ricardo Ferraço e, depois, Senador Jorge Viana, para a gente encaminhar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pelo art. 14, evocando a chamada do Senador Moka.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Para me inscrever, Srª Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu quero falar aqui com muita tranquilidade. Primeiro, não vou entrar aqui em disputa de briga política. Eu acho que estamos discutindo aqui uma questão técnica. Não vou entrar em provocação de um lado ou de outro. Tenho o maior respeito pelo Senador José Aníbal, pelo Senador Ricardo Ferraço e pelo Senador Tasso Jereissati, mas quero aqui pontuar uma questão muito simples.

O Governo Michel Temer tem menos de 40 dias. Em 40 dias, nós propusemos limite de gasto público, gasto público menor que inflação e renegociamos dívidas dos Estados, colocando para os Estados o limitador de gasto público também. Esses reajustes do Executivo são menores do que a inflação. Portanto, estão dentro do limite do gasto público que o Governo está montando. Nós estamos agindo com responsabilidade fiscal.

Agora, o que estou dizendo aqui... E não quero influenciar nenhum Senador. Agora, estou falando aqui pela Liderança do PMDB – é meu direito – e vou expressar a minha posição quer queiram quer não queiram. A posição é: primeiro, o ajuste está dentro do Orçamento, está no Anexo 5 e está abaixo do limite de gastos que o novo Governo está propondo para os próximos anos; segundo, o orçamento do Judiciário foi renegociado, está dentro do Anexo 5, está dentro dos limites do orçamento do Judiciário, e, no futuro, terá que ser ajustado também dentro do limitador de gastos que está sendo proposto pelo Executivo para todos os Poderes.

Portanto, nós não estamos aqui gastando mais do que devemos, nós não estamos aqui definindo o gasto de outros Poderes. O que nós estamos dizendo aqui é que o processo está regular, o processo está legal, o processo está dentro do Orçamento e que estará dentro do limitador do gasto. Se o Judiciário, que é independente, tiver queda de recursos, ele vai repor e vai redistribuir o seu orçamento da forma como ele deve. Não haverá suplementação para pagar pessoal fora do que está disposto no orçamento do Judiciário.

Portanto, eu quero deixar isso aqui claro, com muita tranquilidade, e cada um vai votar de acordo com a sua consciência.

Por saber que tecnicamente essas peças estão corretas, eu vou votar "sim" e vou orientar, pela Liderança do PMDB, o voto "sim", respeitando a posição de todos os Partidos e com a meta fixa de responsabilidade fiscal, que é a meta do PMDB.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Olha, cada um aqui é senhor da sua razão.

Para além da retórica que esteve presente nos debates anteriores, o debate não começou com retórica e nós não estávamos fazendo debate aqui partidarizando essa questão, porque nós estávamos aqui é tratando de fatos objetivos materiais e formais, obrigações desta Comissão de Assuntos Econômicos em relação a duas questões objetivas que eu levantei, para as quais eu não encontrei resposta.

A retórica é de cada um.

Eu vou relembrar a primeira: o Anexo 5 a que faz referência, na Lei Orçamentária para 2016, consta uma autorização da ordem de R$1,855 bilhão. Os Anexos encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça atestam, pela transparência, que o impacto é da ordem de R$2,159 bilhões. Ou seja, tem uma diferença a maior de R$300 milhões.

Isso não é uma opinião pessoal minha. É o que...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Esclareci a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não esclareceu.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Exª pode...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não. Eu... A mim?

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas não estou...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu esclareci. V. Exª pode discordar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou com a palavra, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas vamos cumprir pelos menos o respeito de um colega com o outro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não; V. Exª não me esclareceu, porque não me convenceu. Permita-me!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Eu não o convenci, mas eu esclareci.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não. Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Jorge Viana, eu ouvi V. Exª com tranquilidade, com calma e com respeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não, mas eu não posso calar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agora, eu posso discordar de V. Exª e estou discordando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Eu... Eu... Eu...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso! Só estou discordando de V. Exª. Não me esclareceu. Por isso, eu estou discordando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É diferente dizer que não foi respondido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Consta uma autorização no Orçamento R$300 milhões a menos do custo que consta das planilhas que foram transparentemente encaminhadas pela Justiça, e, na minha modesta opinião, isso fere o art. 169 da nossa Constituição Federal.

O primeiro ponto foi esse.

O segundo ponto, o que que nós levantamos aqui de maneira objetiva? As projeções do Judiciário utilizaram o valor estimado para 2016 presentes na proposta orçamentária de 2016. No entanto, o art. 113, § 10, da LDO, determina – determina – que deve ser utilizada a receita corrente líquida constante do Relatório de Gestão Fiscal do momento da avaliação.

Estes valores diferem em mais de R$40 bilhões entre o que foi estimado e o realizado, segundo o Relatório de Gestão.

Isso representa uma diferença a maior na receita corrente líquida de mais de 5% em relação ao que deveria ter sido utilizado, o que altera a aferição dos limites para despesas com pessoal. Os valores adotados pelas projeções do Judiciário representam um crescimento de cerca de 10% em relação à receita corrente líquida relacionada a 2015.

Esses são os fatos que eu estou colocando no exercício do meu direito, da minha convicção e da minha obrigação. Não estou aqui tergiversando em relação à posição A, político-partidária, e assim por diante. Eu estou afirmando exatamente o que consta da lei. A lei, o art. 113 determina isso. E nós não estamos cumprindo o que determina a lei.

Agora, o juízo de cada um é o juízo de cada um. Eu estou exercendo o meu e vou fazê-lo. Acho que não podemos aqui apostar no quanto pior melhor. Quem apostar no quanto pior melhor estará conduzindo o nosso País para uma marcha da insensatez de igual forma como nós estamos vendo alguns Estados brasileiros entrarem em colapso.

Eu já assisti aqui, nesta Comissão, muitos debates que foram liderados pelo Governo anterior e que afirmavam à luz do dia que as contas do nosso País estavam devidamente organizadas e que nós éramos pessimistas de plantão. Os pessimistas de plantão não tinham bola de cristal, mas a realidade dos fatos é que o Brasil se encontra em um nó fiscal sem precedentes. E se nós não resolvermos esse nó fiscal não temos como baixar a taxa de juros, porque o Governo brasileiro é o grande tomador de recursos junto ao mercado financeiro, portanto empurrando a Taxa Selic para cima. Ou enfrentamos essa realidade ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

As minhas opiniões dizem respeito a fatos objetivos. Portanto, eu os mantenho. Considero sinceramente que a sugestão feita pelo Senador Fernando Bezerra, Senador Flexa, Senador Tasso, Senador Armando Monteiro... Esse é apenas o primeiro projeto de um total de 15 projetos que nós estaremos votando aqui. Vamos fazer a análise do impacto um a um ou vamos fazer a análise global de como esses projetos todos vão impactar a realidade fiscal brasileira? Essa é a questão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Srª Presidente, eu queria fazer uma constatação. Estamos vendo nesta discussão, que já se vem desenrolando há muito tempo, posições conflitantes entre os que fazem a base do Governo e a Oposição, e conflitos dentro da própria base do Governo. Então, temos aqui uma situação complicada.

Acho que a coisa mais sensata a ser feita, depois de ouvir o Senador Ricardo Ferraço, depois de ouvir o Senador Tasso Jereissati, Armando Monteiro, o Senador Romero Jucá, é dirimirmos essa dúvida para que haja, pelo menos dentro da base do Governo, uma unidade. Acho que o primeiro passo é estabelecer a unidade dentro da base do Governo. Ouvindo quem? O Ministro do Planejamento.

Essa é uma tarefa que se impõe. Ela se impõe. E o Ministro do Planejamento, não custa nada ele vir aqui a esta Comissão para responder as dúvidas que porventura os Senadores possam ter, para que, respondidas as dúvidas e esclarecidos os fatos, nós possamos votar a matéria. E eu me encarregarei até de pedir urgência para que ela vá ao plenário imediatamente, logo em seguida.

Fora disso, a gente vai perpetuar uma discussão e não vai chegar a um entendimento. A gente conhece esta Casa, a gente sabe como é: fica-se de discussão em discussão, de procrastinação em procrastinação.

Portanto, em benefício dos interessados, eu acho que a gente tem que fechar esse circuito. E só se fecha o circuito ouvindo-se quem pode dar a opinião final. É aquela história de coqueiro de coco plantado na praia, de cor verde. Nós estamos com um Orçamento de R$119 bilhões de déficit.

Votar coisas que significam despesas a mais é uma coisa perigosa para o momento atual. Então, nós temos que dar passos firmes.

E peço...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... dos companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos e dos próprios interessados, para que possamos chegar a um encaminhamento final que interessa à Comissão, a eles e ao próprio País.

É a proposta que faço. Para que dirimamos essa dúvida, que V. Exª convoque, no menor espaço de tempo possível, o Ministro do Planejamento, para que as respostas sejam dadas, até confirmando, se for o caso, o que o Senador Romero Jucá aqui falou, para que a Comissão possa conscientemente deliberar e, apresentando um pedido de urgência, pedir que a matéria vá ao plenário até no mesmo dia.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho acompanhado essa discussão do aumento do Judiciário não só agora, neste ano, mas já há algum tempo, há alguns anos. E, claramente, não está partidarizada, em nenhum momento, essa discussão.

As opiniões são verdadeiras, importantes, todos preocupados com a questão do Orçamento brasileiro.

Essa é a constatação inicial que queria fazer. E quero colocar claramente, Presidente: o orçamento do Judiciário é independente.

Essa proposta que está na mesa está dentro da meta. E, se a meta, se a projeção não for realizada, o Judiciário vai se adaptar dentro do seu orçamento.

É isso que está em discussão. E nós precisamos avançar, passar essa fase. É uma questão antiga, é um debate antigo que estamos fazendo, e os servidores do Judiciário precisam, merecem essa atenção nossa, para que possamos avançar, votando essa matéria e aprovando, se for o caso.

Vamos fazer um debate com o Ministro do Planejamento hoje, à tarde, mas que possamos passar essa fase aqui, na Comissão, e depois colocar em plenário, lembrando sempre que o orçamento do Judiciário é independente.

Se a meta não for... Se a projeção não acontecer, o Judiciário vai ter que se adaptar com o que tiver dentro do seu orçamento.

Então, sugiro que coloquemos em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O. k.

Passo a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, para considerações e encaminhamento.

Se não ficar contemplado, depois eu passaria para o Senador José Medeiros.

Pode ser?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, cumprimentando os colegas, pedir desculpas por ter interferido na fala do colega Ferraço, o que não foi uma atitude adequada, conforme estabelece o Regimento da Casa e a boa convivência.

Mas a minha intenção era, pura e simplesmente, divergir daquele momento da fala de V. Exª, porque é absoluto, está claro que V. Exª não concordou com o meu encaminhamento. Mas V. Exª tinha que esclarecer, já que voltou a ler o seu posicionamento, com que iniciou esta sessão, de que fiz um diferencial, que os 300 milhões não cabem no assunto que estamos debatendo aqui, do PLC 29.

Eu esclareci que são 113 milhões a diferença, e não 300, porque estava embutido ali – e esclareço agora, de novo, para os colegas que chegaram – o aumento, o diferencial do eventual – eventual – aumento dos magistrados.

Se V. Exª tivesse colocado nesses termos dizendo que diverge, é parte, eu não o convenci e nem vim com o propósito de convencê-lo. Porque sei, e V. Exª tem defendido teses aqui, que são teses que têm que ser respeitadas. E quem trouxe para esta Comissão algo que virou um debate, e não foi com outro propósito... O que eu fiz quando assumi a relatoria? Fiz como todo Senador aqui faz, encaminhei para minha assessoria e para a Consultoria do Senado.

A Consultoria do Senado competentemente colocou: para aprovar um projeto desse atendendo o art. 169 da Constituição nós precisamos ter esse passo, esse outro e compondo. E o projeto não tinha uma instrução completada. E se fosse votado daquela maneira, nós estaríamos atropelando a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e não seria adequado fazermos isso na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Foi só isso. Não foi com a intenção de adiar, de postergar ou de fazer qualquer debate.

E propus o meu voto, como disse o Senador Moka, que eu votaria pela aprovação, há uma semana, fazendo a ressalva de que teria que ser juntado.

E eu fiz mais. Quem me dá essa autoridade – é o que temos aprovado – é a LDO. No art. 113 ela permite que isso seja feito. Foi por isso que eu propus. Permite que o Presidente da Comissão, no §1º diz:

> §1º Os órgãos dos Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União encaminharão, quando solicitados por Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, dispensada deliberação expressa do colegiado, no prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa [...]

Está aqui previsto na LDO que isso pode ser feito *a posteriori*.

Por isso que eu apresentei o voto favorável, numa condicionante, tendo em vista a situação fiscal do País, que só votássemos no plenário quando juntadas as informações.

No mesmo dia liguei para o Presidente do Supremo, para o chefe do Ministério Público e pedi que as equipes técnicas me municiassem e completassem a instrução, porque tinha sido pedido vista coletiva a essa matéria na terça-feira passada.

Trabalhamos no sábado. Trabalhamos ontem, antecipei a minha vinda do Acre. Eles trabalharam desde aquela terça-feira. São 64 tribunais de Justiça da União neste País. Foi um trabalho difícil feito pelos técnicos do Judiciário para cumprir a exigência do Senado e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu hoje trouxe uma matéria. Ela está instruída do meu ponto de vista como Relator. Está pronta para ser apreciada. Não alterei o meu voto, apenas juntei aquilo que eu tinha reclamado.

Então, temos aí uma semana do pedido de vista. Eu queria aqui, com toda a tranquilidade, reafirmar aquilo que o ex-Ministro do Planejamento, nosso colega Senador Jucá, trouxe, o Senador Acir e outros colocaram, há uma autonomia plena, completa orçamentária do Judiciário. Quem trabalha essa autonomia é o Conselho Nacional de Justiça.

Eu tenho aqui um documento formalizado pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que é Presidente do Supremo, que atende todas as exigências que nós fizemos, que a lei exige. Juntei no meu voto.

Há um esclarecimento a fazer. Durante o Governo do Presidente Lula, tivemos um ganho real de salário dos funcionários do Judiciário da União até 2008. Ganho real muito significativo. Era um período de grande prosperidade econômica em nosso País e tivemos ganho para servidores públicos da União.

De 2009 para frente – e esse levantamento foi feito também pela consultoria do Senado, nós fizemos com a atualização dos números –, sofreu uma perda o poder de compra do salário dos servidores do Judiciá-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

rio – isso, repito, de 2009 até a presente data. Tivemos um aumento em 2012. Esse aumento repôs um pouco das perdas, mas a perda é muito significativa de 2009 até agora.

A proposta que estamos votando aqui é uma proposta que não prevê aumento. Ela prevê uma reposição daquilo que os servidores do Judiciário da União já receberam em 2009. Isso vai ser atingido, ou seja, eles vão recuperar o poder de compra em 2019, quando tivermos a última parcela.

Quanto a isso, foi feita uma atualização pela Consultoria do Senado e pelo meu gabinete. Isso me tranquiliza, porque eu não estou aqui dando um parecer que agrava a situação fiscal do meu País. Isso é importante.

E uma última questão que eu queria colocar: o Senador Fernando Bezerra trouxe algo... E eu inclusive, Senador Ricardo Ferraço, havia dado razão a V. Exª nos questionamentos, tanto é que eu também havia feito essa observação ontem e fui cobrar do Judiciário uma parte dela. Só que eu me senti satisfeito com as informações e os esclarecimentos que recebi. V. Exª tem todo o direito, não está ainda satisfeito.

O Senador Fernando Bezerra trouxe uma outra componente: como é que o País vai lidar com tantos aumentos, com a atualização salarial – e aí é o senador Flexa e outros colocaram – com uma situação de PIB em queda, inflação elevada, que é o que nós estamos vivendo? E as previsões orçamentárias que vêm de julho do ano passado? Foram feitas em julho do ano passado.

Mas, óbvio, a informação que eu tenho e que ponho aqui é que, como está previsto um crescimento de 6% e nós estamos diante de uma inflação de 7%, obviamente que você tem uma perna e, na hora de se fazer Orçamento, você tem uma diferença de 1%.

Eu não quero entrar no mérito, porque acho interessante e importante a ideia apresentada, antes de terça-feira, do Senador Ricardo Ferraço, em um requerimento, propondo que trouxéssemos o Ministro do Planejamento para debater um conjunto de projetos que estão vindo para cá.

Muito pertinente! Endossei. Agora, eu não posso concordar com uma coisa: se são 16,15 projetos que já estão tramitando na Casa e outros que estão vindo da Câmara, propondo aumento de servidores... Eu nunca ouvi, no Senado, dizerem que a gente só deliberar sobre um quando chegarem os outros 15 ou 20 projetos que estão andando. Eu nunca ouvi e queria discordar disso.

Votamos o do Ministério Público aqui, tomamos o cuidado de juntar as informações que estavam pendentes no do Ministério Público, já o fizemos; e, hoje, minha proposta, Srª Presidente, é uma, com tranquilidade: temos aqui um quórum adequado, já ouvimos as manifestações, tivemos um debate muito responsável, sou favorável a suspendermos os nossos trabalhos, depois dessa deliberação, para ouvirmos, o quanto antes, o Ministro Planejamento, conforme requerimento Senador Ferraço, mas eu queria encaminhar do ponto de vista do Regimento.

Na semana passada, nós demos vista a esse projeto. O meu voto está mantido. Anexamos e concluímos a instrução da matéria. Eu faço um apelo a todos os colegas – e aqui não estou fazendo nenhum arrodeio –, sem prejuízo do debate que vamos fazer e influenciar na deliberação dessa matéria lá no Plenário, porque é assim que tem de funcionar o Senado Federal.

Então, eu proponho, e peço o voto dos colegas, que, instruída a matéria – como prevê o Regimento, ela tem que ser apreciada hoje, porque já foi dada vista coletiva –, apreciemos essa matéria porque ela foi completamente instruída. E eu prefiro acreditar na veracidade das informações que me chegaram e que foram passadas pela Comissão, que vieram assinadas pelo Presidente do Supremo, Ministro Lewandowiski.

Que esse projeto possa receber o voto desta Comissão, juntar-se ao outro processo que já foi votado no plenário, e nós termos o debate aqui do Ministro do Planejamento. Se encontrarmos alguma divergência com o meu parecer, que é favorável ao projeto, podemos fazer a modificação no plenário.

Que votemos hoje essa matéria e se faça a aprovação da vinda do Ministro do Planejamento na próxima semana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, é rápido.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, eu levantei uma dúvida sobre a projeção da Receita Corrente Líquida. Enquanto estávamos aqui debatendo, eu pedi a Comissão Mista de Orçamento para saber a última previsão da Receita Corrente Líquida.

De fato, a Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses, encerrados em abril, reduz-se para R$700 bilhões. Mas, na última previsão feita pela Secretaria de Orçamento (SOF) do Ministério do Planejamento, a previsão de Receita Corrente Líquida é entre R$760 bilhões e R$800 bilhões, maior do que está na nota técnica. Portanto os limites prudenciais que o Poder Judiciário informa possuir correspondem às projeções últimas da Secretária de Orçamento Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado. Mais um elemento para votarmos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, quando eu falei aqui, na última vez, que eu cobrei coerência, alguns Senadores gritaram: "Ah, não. Essa proposta de reajuste dos servidores do judiciário, no ano passado, não passou aqui, no Senado." E eu tinha certeza de que tinha passado.

Então eu pedi aqui as notas taquigráficas de uma reunião da CCJ no dia 20 de maio de 2015. E está aqui, olha, Senador Ferraço, o seu posicionamento naquele dia. Era um aumento muito maior do que esse. Ali era governo da Dilma, e eu não vi essa preocupação com a responsabilidade fiscal.

Aí o Senador Delcídio tinha pedido vista. Voltou para a Comissão, ele estava isolado, ele disse: "Não, não tem jeito, eu vou ser derrotado.", e encaminhou o voto favorável. Olha o que disse o Senador Ferraço:

> Cumprimento a iniciativa do Senador Walter Pinheiro e o bom senso do Senador Delcídio do Amaral, com esse encaminhamento que faz justiça a uma massa crítica acumulada, em razão do convencimento que todos temos da necessidade de repararmos essa reivindicação, que é justa e inadiável.

Esse foi o posicionamento de V. Exª, no ano passado, em um aumento maior.

Está aqui o Senador Caiado:

> E, hoje, nada mais justo que aquilo que já está previsto no Orçamento [e esse aqui está previsto], esse reajuste, seja dado a todo o Poder Judiciário, que vem com essa defasagem que incomoda e que inviabiliza até a atividade desse Poder.

Eu só cobro coerência aqui agora. Todo mundo sabe que existe autonomia do Poder Judiciário. Vamos colocar para votar hoje nesta Comissão. Essa é a posição da Liderança da Minoria, Srª Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pelo art. 14, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, pelo art. 14, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senador Lindbergh lamentavelmente faz da retórica um desvio da discussão que nós estávamos fazendo aqui até a chegada de V. Exª, porque nós não discutimos aqui, em momento algum, mérito. Eu mesmo me posicionei aqui favorável ao mérito.

O que eu questionei aqui, e V. Exª não estava aqui porque é ausente nesta comissão...

Eu ouvi V. Exª ...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª tenha respeito, eu estava na Comissão do *Impeachment*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu tenho respeito por V. Exª, ...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estava na Comissão do *Impeachment*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... eu tenho tanto respeito que, quando V. Exª fala, eu o ouço e gostaria que V. Exª tivesse o mesmo respeito por mim, ouvindo-me.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª fez um ataque. V. Exª fez um ataque a mim!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não fiz aparte nem ataque a V. Exª.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª gosta de falar, agora precisa saber ouvir.

Está vendo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quando V. Exª me atacar eu vou interromper...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou com a palavra, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... e vou responder.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou com a palavra, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Lindbergh, eu vou lhe dar a palavra.

Por favor, Senador Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero a palavra depois. Pode falar à vontade, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado a V. Exª pela civilidade.

O que nós estávamos e até estamos discutindo são fatos objetivos e materiais. Esse tema foi discutido na Comissão de Constituição e Justiça. Não há inconstitucionalidade no projeto. O que nós estamos discutindo aqui é se ele atende as questões que estão relacionadas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós levantamos dois pontos aqui, objetivos, de preocupações que esta Comissão deve ter.

Agora, eu não fiz patrulhamento aqui do valor de juízo de quem quer que seja. Eu disse aqui que cada um é senhor da sua razão. Eu tenho apenas a minha e vou exercê-la, independentemente de V. Exª concordar ou não.

Eu acho, sinceramente, que o razoável – e eu não sou contra o projeto – seria que nós ouvíssemos o ministro. Aliás, tem um requerimento meu aprovado aqui, na Comissão, há semanas para que nós pudéssemos ouvir o Ministro do Planejamento acerca dos impactos que geram todos esses projetos. Inclusive impactos que trazem repercussão para os nossos Estados, pelo efeito da vinculação e da cascata. E V. Exª devia estar preocupado como eu, porque o Estado de V. Exª, o Rio de Janeiro, vive um colapso absoluto, por conta de quê? De não ter olhado com rigor para as questões fiscais.

Então, o que nós estamos fazendo aqui não é politicagem; o que nós estamos fazendo aqui é exercer um ato de nossa responsabilidade. São prerrogativas que constam das nossas responsabilidades e obrigações aqui na Comissão de Assuntos Econômicos...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... que V. Exª, se estivesse mais presente aqui, poderia, inclusive, nos ajudar mais, contribuir mais para que todos esses votos que a gente dê aqui, depois não tragam consequências. É como você querer consertar o cadeado depois que a casa está arrombada. Eu coloquei situações aqui objetivas.

Então, eu gostaria que V. Exª respeitasse as minhas posições, como eu tenho a obrigação e a civilidade de respeitar as posições de V. Exª.

O fato objetivo...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... ... é que agora, no mérito, à época que esse tema foi debatido na Comissão de Justiça, os fatos do colapso fiscal brasileiro não eram conhecidos.

Nós estamos com o nosso País vivendo uma situação dramática. A situação qual é? A nossa dívida bruta bate a mais de 70% do PIB, e nós continuamos fazendo expansão fiscal, como se nós estivéssemos em um mar de almirante ou em um céu de brigadeiro. Não estamos! Temos a obrigação...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... ... de fazer esse debate, e cada Parlamentar vai exercer o seu juízo e a sua convicção. Eu vou exercer a minha.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Ferraço.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Olha Senador, às vezes, quando faltam argumentos você parte para o ataque.

Aqui eu sei que há Senadores que têm as maiores críticas a mim pelas minhas posições, menos pela minha ausência. Se tem uma coisa que eu sou aqui é presente neste Senado Federal. É claro que a gente não pode estar, às vezes, em todas as Comissões ao mesmo tempo. Eu estou naquela Comissão do *Impeachment*, que está tendo trabalho agora, que já começou desde 11 horas da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, eu sei que disso não podem falar de mim, ou seja, que eu sou um Senador ausente. Sou um Senador presente em todas as discussões desta Casa.

É claro que temos posições diferentes, e muita gente discorda da forma como eu abordo. Agora, o fato é o seguinte: esse mesmo projeto – como eu falo de coerência –, na vez passada, no reajuste do servidor do Judiciário, só passou na CCJ. Era lá que tínhamos que discutir a constitucionalidade e a adequação orçamentária. E não houve, no momento adequado, nenhuma palavra de V. Exª nesse sentido. Muito pelo contrário. Houve palavra de saudação à votação daquilo – foi isso que houve. Por isso, eu falei da coerência.

Quero só aproveitar para dizer, ao entrarmos nessa discussão fiscal, que é interessante ver os novos tempos, os tempos deste Governo interino do Presidente Michel Temer. Eles falam de responsabilidade fiscal, mas há um conjunto de medidas para o funcionalismo público, para os mais pobres, com corte em saúde e educação. Nós estamos falando do quê? Reforma da Previdência. Há gente falando em idade mínima até 70 anos. Estamos falando em reforma trabalhista, em terceirização, que significa redução de salário do trabalhador. Vai haver o congelamento, porque limitar o gasto à inflação significa dizer que vamos congelar o salário do funcionalismo – não pode mais haver aumento real, nem quando a economia crescer.

Agora, para o andar de cima, nada! Os senhores notaram que ninguém falou em limitar o que é gasto com pagamento de juros? Nós pagamos 500 bilhões de juros e temos a maior taxa de juros do mundo. Eu não vi nenhuma proposta para os grandes empresários, com tributação de grandes fortunas. Nada! É tudo em cima dos mais pobres.

Eu encerro a minha fala dizendo o seguinte: esse projeto que limita os gastos à inflação, se existisse há dez anos... O orçamento da educação, no ano passado, foi de 103 bi. Sabe de quanto seria o orçamento agora? De 31 bi. O orçamento da saúde, que foi de 102 bi, seria de 65 bi. Então, nós estamos vivendo...

Eles querem resolver a questão fiscal só com penalização do funcionário público e dos mais pobres. Então, esse debate tem que ser colocado.

Eu só citei a reunião da CCJ de 2015, porque, às vezes, é bom nos lembrarmos disso e cobrarmos coerência desses mesmos Senadores. Pelo jeito, não havia compromisso com os servidores do Judiciário, não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou querer falar para contraditar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eles queriam uma pauta bomba para derrubar a Presidenta Dilma. Agora, eu cobro coerência, para que votem com os servidores do Judiciário.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só um minutinho. Só um minutinho.

Vou conceder a palavra para falarem, mas eu só queria que pudesse haver tempo de fala. Então, vou dar dois minutos para cada Senador falar – os três que estão me pedindo –, e, na sequência, nós vamos votar a matéria.

Então, Senador Moka, por dois minutos, Senador Flexa e Senador José Medeiros.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Nós estamos falando de um tema absolutamente tranquilo. Aí o Senador que me antecedeu puxa outro tema.

Eu quero dizer o seguinte: ficaram 13 anos no poder. Por que não taxaram fortuna? Por que não fizeram isso? Por que não fizeram aquilo? É só isso. Em 13 anos, não fizeram nada. Agora, querem cobrar em 40 dias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Porque vocês votaram contra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, é lamentável que, em vez de continuarmos a discussão com coerência, em cima de número, de realidade, de responsabilidade fiscal...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... nós passemos para uma discussão partidária e ideológica. É lamentável isso.

Esta Comissão é, sem sombra de dúvidas, uma das mais importantes do Senado Federal. É aqui que nós temos que discutir o mérito. Repito: é aqui que nós temos que discutir o mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu já declarei o meu voto: sou favorável à aprovação do projeto, só que eu quero ter clareza do que vai acontecer no conjunto dos projetos que irão passar por aqui e não isoladamente. Nós temos que olhar a floresta e não a árvore.

Aí, quero dizer ao Senador que me antecedeu que ele não foi correto quando disse que se tivesse sido aprovada há dez anos a contensão dos gastos pela inflação, a saúde teria não sei quantos bilhões de orçamento, bem menos do que tem, e a educação.

Saúde e educação têm limites constitucionais de gastos. E o Governo do Presidente Michel Temer já declarou que ele não precisava nem declarar. Nem precisava declarar, porque tem de cumprir a Constituição, a qual define o que deve ser gasto. Já aprovamos os limites. Então, não é correta a posição do Senador que me antecedeu.

Eu só não vou citar o nome dele, porque ele vai pedir art. 14. E, Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Era isso que eu iria dizer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Acabou, já, o art. 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Era isso que eu iria dizer à Presidente. O art. 14 só cabem dois, V. Exª já concedeu três. Então, não cabe mais.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou dizer que o Senador Lindbergh não falou a verdade com a sua fala.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Senador José Medeiros, por dois minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, eu estou vendo o debate aqui e acho interessante que está no inconsciente do Senador Lindbergh – já que não tem o art. 14 eu também vou falar – o seguinte... E eu digo que foi incoerente, Senador Lindbergh. No seu inconsciente está aí que, quando é para o servidor, é pauta-bomba.

Eu vejo que ninguém se preocupa muito, por exemplo, quando se gastam quase cem bilhões com Suape, quando se dá não sei quanto para o PSI... Olha, é o que eu disse, quando fala que é para o servidor, parece que tem uma cabeça de jegue enterrada.

Então, penso que temos de começar na seguinte linha, temos que ter responsabilidade de olhar se há a capacidade orçamentária. Temos. Agora, isso foi acordo. Foi feito. Devemos achar a saída. De que jeito nós fazemos? Olha, se temos um nó aqui que precisamos desatar, esse deve ser o debate. Agora, usar o servidor como biombo, o pobre como biombo, o trabalhador como biombo... Esse debate tem que ser passado, porque isso não cola mais.

O Senador falou aqui... Eu estive no interior do meu Estado há poucos dias, uma pessoa me abordou e disse: "Senador, eu queria que o senhor não falasse mais Partido dos Trabalhadores. O PT pode ser qualquer outra coisa, menos Partido dos Trabalhadores. Então, o senhor fale PT; ou PL, Partido do Lula, ou PD, Partido da Dilma."

Eu vejo aqui muito debate querendo salvar os pobres, falando de pobre, mas na verdade se refestelaram com os ricos e agora ficam usando o pobre como biombo. Parece aquela cena do mulato, em que se falava que em público enxotava, mas no privado o chamava para a alcova. Foi isso.

Então, fazer esse debate de que é pelo servidor, não foi. Eu não estou faltando com a coerência. Votei pelo servidor naquele momento, fiz o debate aqui defendendo os servidores do Judiciário e continuo nessa mesma linha. Agora, quem tem mudado – e eu faço muito gosto que tenha mudado – é o Partido dos Trabalhadores. E tomara que votem, agora, a favor dos servidores do Judiciário.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. Vamos encaminhar, então.

Nós temos a proposta do Senador Jorge Viana. Não cabe mais vista a esse projeto, nós temos que votá-lo, e a proposta do Senador Jorge Viana, aqui, é de que votemos na Comissão e depois façamos a audiência pública com o Ministro do Planejamento, antes de votarmos no plenário.

Então, encaminho essa proposta à votação do plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós estamos em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É só uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Qual é a questão de ordem, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Há uma proposta do Senador Tasso e de vários Senadores no sentido de que se faça, primeiro, a audiência pública com o Ministro do Planejamento. Então, peço a V. Exª que coloque em votação se primeiro vamos fazer a audiência pública. Se for vencida, aí nós votaremos o projeto. Se for vencedora, nós faremos a votação do projeto... Faríamos a audiência pública amanhã e votaríamos o projeto amanhã de tarde, com a maior urgência. Mas nós precisamos, primeiro, definir a votação da proposta da audiência pública anteceder...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Flexa, a Mesa vai colocar em votação a proposta do Relator da matéria. Se essa proposta for aprovada, não tem porque submeter uma proposta de adiamento da reunião. Se não for aprovada, nós colocamos a outra proposta em votação.

Então, em votação a proposta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Votação nominal, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Em votação a proposta do Senador Jorge Viana...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor vai pedir verificação?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não, não. Não!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos fazer a votação simbólica e V. Exª pede verificação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não! Pela ordem. Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não quero complicar, quero ajudar.

Se for feita votação nominal, nós podemos declarar o nosso voto, até porque vou fazê-lo agora, então.

Em momento algum eu me manifestei em relação ao mérito. Eu não me manifestei em relação ao mérito, eu coloquei...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, só... É que V. Exª está levantando uma questão pela ordem para que façamos uma votação nominal. Essa matéria não precisa de votação nominal, ela é por votação simbólica. Após a votação simbólica, V. Exª pode pedir para ser nominal, para verificação de quórum...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não. Não vou pedir verificação, não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...ou para manifestação da sua posição.

Nós já iniciamos um processo de votação, aqui. Então, gostaria que V. Exª se manifestasse após a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou fazer, então, após, a minha declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Tudo bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, em votação a proposta do Senador Jorge Viana de aprovação do relatório. E, na sequência, faremos uma audiência pública com o Ministro do Planejamento, antes que a matéria seja votada em plenário.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu gostaria que V. Exª considerasse a minha abstenção.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Abstenção do Senador Armando Monteiro e abstenção do Senador Ricardo Ferraço.

Quer falar, Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu já falei. Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para acertarmos aqui, nós temos um calendário desta Comissão que está pesado! Para nós acertarmos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, poderia colocar em votação o PLS nº 51?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só um minutinho, Senador, para nós acertarmos a audiência pública.

Vou fazer uma proposta de encaminhamento da audiência...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, sobre a audiência...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só uma proposta e daí V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – É sobre a audiência.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para colaborar. Quando V. Exª fizer a aprovação da audiência e convidar o Ministro do Planejamento, que o faça pedindo que ele traga não só o impacto deste projeto, mas o impacto global de todos os projetos que vão tramitar por aqui, porque devemos ter a visão do impacto fiscal de todos esses projetos que teremos de votar.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Gente, eu só peço silêncio a todos os que estão aqui, para nós podermos encaminhar.

A proposta é a seguinte, nós vamos fazer audiência com o Ministro do Planejamento na próxima terça-feira, na reunião da CAE, e as sabatinas ficarão para quarta-feira, às 9 horas da manhã.

Nós não temos agenda para fazer audiência antes. Nós estamos com a Comissão do Impeachment em reunião amanhã e na quinta-feira. Então, na terça-feira, às 10 horas, nós vamos fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, nós vamos solicitar ao Ministro que traga todas as informações. Eu não posso garantir que ele venha com todas as informações. Ele será ouvido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, mas eu quero aditar que a audiência seja sobre o impacto global de todos os projetos. Gostaria que...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tudo bem! Ele vem falar sobre isso. Tudo bem. Ele vem falar sobre isso, também, e sobre este projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não. Este projeto vai estar dentro. Ele pode falar...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª está fazendo um adendo ao requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu submeto à votação da Comissão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, coloque.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...se há concordância. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, na próxima...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...terça-feira, às 10 horas da manhã. E as sabatinas, então, estão colocadas para quarta-feira, às 9 horas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim. Pela ordem, Senador Acir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, é possível nós voltarmos à votação da reunião anterior, para que possamos aprovar as emendas da LDO? Também precisamos de quórum.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bom. É só para terminar aqui o procedimento.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Nós temos aqui um pedido de extrapauta, ainda, para esta reunião que é uma reunião extraordinária, do PL nº 51, de autoria do Senador Roberto Rocha, que está sendo agora relatado pelo Senador Wellington Fagundes.

Eu consulto a Comissão se há concordância para que a gente pelo menos leia o relatório, já que é terminativo e nós não temos quórum presencial para votar. Se houver concordância, passarei a palavra ao Senador Wellington, ele deixa lido o relatório e na próxima reunião nós o colocamos em votação.

Assim, terminando o relatório do Senador Wellington, nós encerramos a reunião extraordinária e voltamos à reunião ordinária, que é para aprovação do relatório da LDO, por maioria simples. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA
ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016
– Terminativo -

Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam.

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2016, do Senador Roberto Rocha, que altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam.

Eu vou direto, aqui, à análise, para ser mais rápido, Srª Presidente.

Análise.

Atualmente, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei nº 7.827, de 1989, a área de aplicação dos recursos do FNO corresponde exatamente à definição da Região Norte usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na divisão regional do Brasil em macrorregiões. Entretanto, a Amazônia Legal inclui, além dos sete Estados que compõem a Região Norte, o Estado de Mato Grosso e a parte do Maranhão em sua porção a oeste do Meridiano 44º. Portanto, o Mato Grosso é cem por cento na Amazônia Legal.

O PLS nº 51, de 2016, altera o inciso I do art. 5º da Lei nº 7.827, de 1989, para fazer coincidir a área de aplicação de recursos do FNO com a Amazônia Legal. Desse modo, as áreas de aplicação de recursos do FNO e de atuação da Sudam passariam a ser idênticas. As áreas mencionadas no art. 1º do PLS nº 51, de 2016, que se beneficiam dos incentivos fiscais concedidos no âmbito daquela Superintendência e do acesso aos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) criado pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, passariam, dessa forma, a compor a zona de aplicação de recurso

Convém observar que, no caso do FNE e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), as áreas de atuação já são coincidentes, assim como no caso do FCO e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Conforme já se destacou no Relatório da CDR, a inclusão de territórios que não pertencem a uma determinada macrorregião na área de aplicação do Fundo Constitucional que leva o seu nome já tem um precedente no caso do FNE. Com efeito, esse fundo alcança porções dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, uma vez que essas regiões mantêm características semelhantes às das demais áreas de atuação do FNE.

O autor da proposição destaca que, com a inclusão proposta, será possível atender melhor a pré-Amazônia mato-grossense e maranhense, com linhas de financiamento do setor produtivo que seja mais identificado com os processos de produção típicos da Região Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Assim, em resumo, entendemos que o PLS nº 51, de 2016, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, e, no mérito, Srª Presidente, contribui para o desenvolvimento regional do País.

Por isso, em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2016, de autoria do nobre Senador Roberto Rocha, a quem quero aqui inclusive parabenizar, pois tenho certeza de que a medida será muito importante para essas regiões.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Wellington.

Como não há quórum para deliberar, não vou colocar em discussão o projeto. Fica suspenso, para que seja discutido na próxima reunião ordinária da nossa Comissão.

E, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Regina Sousa, Romero Jucá, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Aníbal, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Armando Monteiro e Pedro Chaves, Cássio Cunha Lima, Simone Tebet e Magno Malta. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Raimundo Lira, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, Ricardo Franco, Alvaro Dias, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Lopes e Fernando Collor. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir os Projetos de Lei da Câmara n°s 26 e 29 de 2016, que dispõem sobre o reajuste dos servidores do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como dos servidores do Poder Judiciário da União, tendo como expositor o ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) senadores(as) Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Hélio José, Cássio Cunha Lima, Romero Jucá, Tasso Jereissati, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Eduardo Braga, Jorge Viana, Ronaldo Caiado, Humberto Costa, Flexa Ribeiro e José Agripino. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Boa tarde a todos e a todas!

Declaro aberta 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A pauta refere-se a uma audiência pública. Esta é uma reunião extraordinária decidida ontem, no plenário do Senado, que tem como finalidade a instrução dos Projetos de Lei da Câmara nºs 26 e 29, de 2016, que dispõem sobre o reajuste dos servidores do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como dos servidores do Poder Judiciário da União.

Nosso convidado é o Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, a quem eu agradeço muito a disposição, porque, ontem, contactamos o Ministro, e ele logo se dispôs a vir falar desses dois projetos que já se encontram no plenário do Senado. E a ideia de fazer esta audiência hoje é exatamente para tirar dúvidas a respeito desses dois projetos, para que os Senadores possam fazer a deliberação ainda na data de hoje.

Então, S. Exª, o Sr. Dyogo Oliveira, nosso Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem a palavra para fazer a sua exposição inicial. Após, nós vamos abrir, para que os Senadores possam fazer as perguntas, conforme a ordem de inscrição, intercalando-se os partidos.

Com a palavra Ministro.

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Primeiro, agradeço o convite, Senadora Gleisi. Sempre é uma satisfação para nós participarmos das reuniões aqui do Senado, em particular na CAE, que é a Comissão que cuida do nosso dia a dia como Ministério do Orçamento. Então, primeiro, agradeço a oportunidade.

Na verdade, tinha trazido uma apresentação mais completa sobre a questão da despesa de pessoal no Governo, mas acho que é melhor nós centrarmos diretamente no ponto principal aqui, hoje. E nós teremos, na quarta-feira que vem, a oportunidade de fazer uma discussão mais alongada, mais detalhada sobre toda a questão de despesa de pessoal e dos reajustes que estão em discussão nesta Casa.

Então, direto ao ponto, nós fomos convidados a tratar desses dois projetos que são do Judiciário e do Ministério Público. A polêmica ocorrida, na tarde de ontem, tinha a ver com as estimativas de impacto e adequação desse impacto para a Lei Orçamentária de 2016. O que nós trazemos aqui são números diferentes dos que foram discutidos ontem, porque essas estimativas são do Ministério do Planejamento, e os números que estavam na mesa ontem eram números que tinham sido fornecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Então, eu me refiro aqui ao que é a nossa estimativa.

Considerando a aprovação do PL, digamos, ainda neste mês, mas considerando principalmente que ele só terá vigência a partir do mês de julho, portanto, impactando a folha de agosto. Então, considerando a hipó-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tese, que é a hipótese realista, concreta de aprovação do projeto com vigência para julho e, portanto, afetando apenas agosto em diante, nós teríamos, em 2016...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Os números que o senhor trouxe são diferentes dos do Supremo.

O SR. DYOGO OLIVEIRA – O que nós temos é um impacto para 2016, no caso do Judiciário, de R$1,697 bilhão em 2016, havendo uma provisão na Lei Orçamentária Anual de R$ 1,855 bilhão. Em relação ao Ministério Público da União, a nossa estimativa é de um impacto de R$295,8 milhões e uma provisão presente na LOA de R$334,9 milhões. Portanto, só saliento que, nas estimativas do Ministério do Planejamento, que são, em certa medida, diferentes das estimativas que foram apresentadas pelo Supremo Tribunal Federal, nós consideramos que os projetos estão adequados ao que está previsto no Anexo V da LOA.

Também houve a discussão a respeito da adequação da LRF em relação à questão da base de receita corrente líquida. No entanto, parece-me que isso já foi melhor esclarecido ontem, e, na informação que eu pedi ao Supremo, também eles me asseguraram que está conforme mesmo com a reestimativa da RCL. Essa é uma variável em relação à qual cabe ao Poder fazer o controle, não é da nossa competência.

Mas eu achei importante também trazer a informação aqui, conforme fornecida pelo Supremo Tribunal Federal.

Esclareço apenas, a título de justificativa, que aparentemente o próprio Judiciário fará uma errata dos números que ele próprio apresentou, e a informação que eles nos dão é de que os números serão bastante próximos desses que ora apresento. Mais uma vez, esclareço que essas estimativas aqui são do Ministério do Planejamento, que não necessariamente são exatamente iguais às estimativas feitas pelo STF.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Ministro.

Nós vamos passar às inscrições. Eu procurei aqui, pelo menos, mesclar entre partidos as falas. Então, o primeiro Senador inscrito é o Senador Waldemir Moka e o segundo, o Senador Ricardo Ferraço.

Senador Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, Ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, na verdade, eu tenho muito pouco a perguntar. Apenas e tão somente é que ficou estabelecido que faltavam esses números, e eu acho que, hoje, o Ministro traz números do Ministério do Planejamento, lembrando que, evidentemente, os números do Poder Judiciário, segundo o próprio Ministro, não serão muito diferentes dessa estimativa. O que nós estamos vendo, na estimativa, é que, aritmeticamente falando, ou orçamentariamente falando, existe o espaço adequado, quer dizer, está dentro do orçamento o reajuste previsto.

E eu quero ainda lembrar, e aí levando em consideração e pedindo já escusas se divergir de alguns Parlamentares, que os servidores do Poder Judiciário estão há dois anos, nessa luta – eu sou testemunha disso, acompanhei. E, ontem, foi dito não estar presente aqui pelo nosso Relator, Jorge Viana... Mas, tão logo foi derrubado o veto, houve uma reunião com a Presidente Dilma, uma nova negociação foi acertada com a Presidente e foi ratificada pelo Presidente em exercício Michel Temer.

Então, para mim, isso se deu de forma negociada. E, como já está há algum tempo, eu acho justo. Sou um daqueles que defende a aprovação desse projeto, Srª Presidente. Não quero mais me delongar, porque eu não...

(Interrupção do som.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – ... vejo necessidade, uma vez que o quadro fala por si só.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Sr. Ministro, é obrigação desta Comissão se prevalecer de pré-requisitos que constam não apenas do...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... – e eu me refiro ao art. 169 da Constituição Federal, mas também à Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas o comando constitucional consagra que "a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar." No caso, a lei complementar, por óbvio, é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No seu §1º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

> A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras [...] só poderão ser feitas:
> I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
> II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias [...].

Esse é o comando constitucional, art. 169, que é de conhecimento de V. Exª.

Além disso, o art. 98 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que os projetos de lei e medidas provisórias relacionadas a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados das premissas e metodologias de cálculos utilizados conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta por poder ou órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando-se, inclusive, ativos, inativos e pensionistas.

O questionamento que nós fizemos ontem, neste primeiro item, diz respeito à informação que foi fornecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal. O Anexo V da Lei Orçamentária Anual, que deve autorizar qualquer despesa, estabelece um valor autorizado de R$1.597.375.564,00. A informação do próprio Supremo Tribunal Federal é que esses aumentos estarão gerando como impacto R$1.885.744.214,00.

Esses, portanto, são os dados oficiais do projeto de lei orçamentária. Há uma diferença nas informações, nas quais esta Comissão se baseou – e esta é a informação na qual esta Comissão deve se basear –, ou seja, há um impacto de R$288 milhões para além do que está autorizado no Orçamento. Então, estamos aqui diante daquela velha situação: se ficar, o bicho come; se correr, o bicho pega.

A lei determina que o Supremo Tribunal Federal tem autonomia para informar, e assim o fez. V. Exª afirma aqui que as informações do Supremo estão equivocadas...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...nós estaremos estabelecendo nosso voto e a nossa convicção, com base na informação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal ou por V. Exª.

A informação que temos – e esse questionamento foi feito ontem, e, a meu juízo, o nosso questionamento está absolutamente correto –...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... até porque eu não estou inventando números; e esses números são os números constantes do Projeto de Lei Orçamentária, do seu Anexo V. Portanto, se não obedecida essa questão, nós estaríamos atentando contra a Lei Orçamentária; e atentar contra a Lei Orçamentária é crime de responsabilidade. Não por outra razão, há uma Presidente da República sendo julgada e processada, nesse momento, por essa questão.

Eu não vou emitir valor de mérito neste momento. O meu voto de mérito eu vou dar no plenário, mas há uma questão, Srª Presidente, de ordem preliminar: com que informações nós vamos trabalhar para deliberar sobre esse projeto? A informação que consta do Projeto de Lei Orçamentária ou a nova informação que, com toda a vênia e fé que merece o nosso Ministro, evidentemente, ainda é uma informação oficiosa.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não é uma informação oficial. Não consta dos autos que fazem parte do julgamento material que nós estamos fazendo aqui.

Foi isso que tentei explicar a S. Exª o Senador Romero Jucá ontem, mas não consegui, porque ele chegou muito apressado e atropelando os fatos, não permitindo que eu pudesse fazer esta explanação detalhadamente.

Essa é a primeira questão. Há uma outra questão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, como estamos em audiência pública, nós estamos dando cinco minutos. Porque senão, não vamos conseguir...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não, Presidente!

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, eu abro mão do meu tempo. É possível?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim é possível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu agradeço a V. Exª, Presidente, porque esta sessão é extraordinária, mas é uma sessão que vai criar condições para que possamos exercer o nosso voto em plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A outra questão para a qual chamo a atenção de V. Exª, Sr. Ministro, e peço o seu concurso, é a seguinte: um segundo ponto de preocupação diz respeito aos valores utilizados como parâmetro de receita corrente líquida. As projeções do Judiciário, anexadas a este PLC, há uma observação anterior que quero fazer. Eu separei o PL 29, que trata do aumento dos funcionários da Justiça, dos valorosos funcionários da Justiça, do PL 27, que trata do aumento do teto de S. Exªs os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Então, esse impacto ao qual fiz referência aqui diz respeito apenas ao aumento dos valorosos servidores da Justiça Federal. Eu separei um processo do outro, ok?

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Só um aparte, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não, Ministro.

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Exatamente a estimativa que está aqui refere-se apenas aos servidores do Judiciário, só para esclarecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso. É porque no debate, ontem, aqui, na Comissão, esses valores foram analisados de forma integral. Então, eu tive o cuidado de não misturar, de separar esses impactos para que a gente faça um debate preciso e pontual em relação a esses pontos, porque o outro projeto sequer foi aprovado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça, com enorme complexidade, porque, pelo efeito da vinculação e da cascata, vai trazer impacto para os nossos Estados. E isso tem gravidade que nós estaremos, evidentemente, no tempo, considerando.

A outra questão diz respeito ao parâmetro utilizado nas informações constantes do Supremo Tribunal Federal em relação à receita corrente líquida. As projeções do Judiciário, anexadas a esse PLC, utilizaram o valor estimado para 2016 presentes na proposta orçamentária de 2016, ou seja, utilizaram o valor de R$741.906.616,00. Portanto, o parâmetro da aprovação do Orçamento. No entanto – foi para isto que chamei a atenção do nobre Senador Jorge Viana, Relator –, o art. 133, §10, da LDO determina – a palavra "determina" é objetiva, é clara – que deve ser utilizada a receita corrente líquida constante do último relatório de gestão fiscal no momento da avaliação. É o que está estabelecido no art. 133, §10, da Lei Orçamentária Anual.

No caso do último relatório de gestão fiscal, disponível, de abril de 2016, também informação anexada pelo Supremo Tribunal Federal, ele traz um valor da receita corrente líquida igual a R$700,4 bilhões. Esses valores diferem em mais de R$40 bilhões entre aquilo que a Lei Orçamentária Anual determina e aquilo que consta das estimativas do Supremo Tribunal Federal – são bilhões mesmo. Isso representa uma diferença maior da receita corrente líquida de mais de 5% em relação ao que deveria ser utilizado, o que altera a aferição dos limites para despesas com pessoal.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Os valores adotados pelas projeções do Judiciário representam um crescimento de cerca de 10% da receita corrente líquida em relação ao ano de 2015, o que, no atual contexto de crise econômica e de profunda recessão, inclusive considerando-se os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, apontam até este momento para uma queda real da ordem de 5% em relação à receita corrente líquida do Governo ou, se preferirem, a uma elevação de apenas 3%, em termos nominais.

Então, eu estou trabalhando com fatos. E são sobre esses fatos que repousam as minhas dúvidas, para que V. Exª, na condição de Ministro do Planejamento, possa dar, enfim, aqui a sua opinião, a sua avaliação, para que eu possa firmar o meu juízo de valor e possa exercer o meu voto no plenário, na oportunidade em que se fizer necessário.

São essas, Srª Presidente, as questões em relação as quais eu gostaria de merecer o concurso de S. Exª o Ministro do Planejamento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, um abraço e sucesso. Vi aqui a grande de vitória de V. Exª, há poucas horas, com a desconsideração daquele ato que quis constranger V. Exª. Eu me congratulo com essa atitude. Conheço o seu passo, o passo do seu esposo, e sei da retidão que vocês andam.

Eu queria cumprimentar também o nosso Senador Jorge Viana e o nosso Ministro Dyogo.

Quero dizer, Dyogo, que para mim você é um servidor público concursado, de carreira, do MPOG.

É importante estar aqui o Ministro, que tem esse perfil, porque, num momento em que nós precisamos fortalecer o Estado... E ainda trazendo para nós, aqui, que tínhamos dúvidas, ontem, se havia previsão orçamentária suficiente para pagar. Hoje você nos demonstra que há previsão orçamentária suficiente para pagar, a fim de podermos sanar essa injustiça que vem ocorrendo, ao longo dos tempos, tanto com os servidores do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

MPU quanto com os servidores do Judiciário. Ainda não vamos conseguir saldar toda a reposição, mas grande parte nós já conseguimos repor.

Então, eu quero parabenizar...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... todos do Judiciário, todos do MPU, por essa luta longa de oito anos e pelo comportamento. Parabenizo também o Governo Federal, por estar apresentando uma proposta que seja compatível com o orçamento previsto. E que tenha condições de fazer essa reposição.

Todo mundo sabe que o servidor público não existe nem para dar lucro, nem para dar prejuízo ao Estado. O servidor público existe – tanto no Judiciário quanto no Legislativo e no Executivo – para bem servir a população que paga os impostos. Então, ele tem que ser bem remunerado e estar em boas condições de trabalho. Isso é o que nós estamos fazendo aqui, dando condições aos nossos amigos, tanto do Ministério Público da União quanto do Judiciário.

Eu sou Relator do PL do Executivo, cumprindo e dando forma para que nós, o mais rápido possível, agilizemos o atendimento também aos anseios dos servidores do Executivo. Eu rejeitei todas as emendas de emérito e só aceitei as emendas de redação – as quais li hoje, na Comissão de Justiça –, mas quero deixar claro para as carreiras que me procuraram, quanto àquelas injustiças advindas da MPs nºs 440 e 441 – que ajustaram e resolveram as carreiras da área pública, e deixaram 10% das carreiras excluídas –, que nós temos o compromisso de resolver essa questão.

Eu estive com o Jucá e com o Presidente Temer semana passada. Conversei com eles sobre essa situação. E eu estarei apontando... Tudo bem, neguei as emendas que eles pediram, mas estaremos apontando, juntos, uma forma de encaminhar essas injustiças, seja com os servidores do Incra, seja com os servidores da minha carreira, que é a de analista de infraestrutura, que está aí, que é o gestor, assim como você, a sua carreira, porque nós temos que resolver essa questão, essa pendenga. Estou aqui aguardando a medida provisória, para resolver essa pendenga, porque hoje nós tivemos, inclusive, uma audiência pública muito importante, na Comissão de Infraestrutura, onde discuti sobre a Transoceânica. O Jorge Viana, nosso Senador, é Presidente dessa frente parlamentar, e se viu lá que um representante do MPOG era exatamente um analista de infraestrutura. Por quê? Porque é uma pessoa competente e capaz para estar à frente dessa questão. As pessoas da EPL e da Valec também eram concursadas do serviço público federal. Então, nós precisamos valorizar essas carreiras.

E eu, sinceramente, como Senador da República, que não pude aqui pegar emenda para resolver o problema da minha carreira – para poder atender ao Governo e às situações –, espero que o Governo compreenda e imediatamente mande a medida provisória – pois são apenas R$56 milhões/ano –, para resolver a questão dos analistas de infraestrutura, os quais não têm nada a ver com analista de DNIT. O DNIT é como uma agência reguladora. Não tem nada a ver conosco, que fazemos política pública nos ministérios. O DNIT, se tiver algum dia, para ter algum aumento, é para agência reguladora, não como nós, que somos gestores de infraestrutura. E precisamos ter essa visão corrigida no nosso Ministério do Planejamento.

Eu espero, Dyogo, que você como servidor de carreira, imediatamente providencie – pois todos os estudos já foram feitos pelo MPOG – o envio da nossa medida provisória, para resolver a questão dos analistas de infraestrutura.

Muito obrigado e forte abraço a vocês.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Gleisi, Senador Jorge, Ministro Dyogo, Srªs e Srs. Senadores, eu vou fazer um breve histórico do momento que nos trouxe até aqui, porque ainda hoje não sai dos meus ouvidos as ruidosas vuvuzelas que passaram meses inteiros, nas janelas deste Senado, com tantos apelos que fizemos para que elas pudessem silenciar. Mas quanto mais nós pedíamos, mais elas cantavam alto, mesmo dizendo que estávamos dispostos a encontrar uma solução para uma reivindicação que todos nós reputamos justa. Aqui ninguém discute o mérito e a justiça do pleito, mesmo discordando de alguns argumentos que são utilizados. Mas estamos muito próximos de votar uma matéria sobre a qual eu já havia me manifestado favoravelmente – e reafirmo a posição de votar positivamente –, mas obviamente, na condição de Senador, nós todos temos que olhar não apenas o pleito particular deste ou daquele segmento de funcionalismo público, de setores da sociedade, mas o conjunto daquilo que nós estaremos decidindo.

O fato é que ontem, quando estávamos muito próximos de votar esse reajuste tão esperado para os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, surgiu uma dúvida quanto à capacidade orçamen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tária para fazer face a essa despesa, a esse pagamento, que é resultado de um longo processo de negociação, que começou ainda no Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Nós chegamos a aprovar esse reajuste, e a Presidente Dilma vetou a proposta que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Na sequência, nós decidimos em torno do veto. Em algum momento da votação em plenário tentamos, inclusive, uma negociação com o Governo da Presidente Dilma, que não foi possível ser concretizada. Então, nós não estamos chegando a este ponto, de hoje, caindo de paraquedas, do dia para a noite. Há um longo processo, um processo que demanda muito tempo, o qual acho que hoje deve chegar ao final e ao seu cabo, com a aprovação da matéria. E será essa a minha posição – já deixo claro novamente –, até porque eu tenho que escolher entre dois dados que foram apresentados: a informação que surgiu ontem, de que não haveria espaço no Orçamento para fazer face à despesa... E nós não poderíamos empurrar o Brasil para outro pedido de *impeachment*, porque, se assim fosse, ensejaria um crime de responsabilidade ao Presidente Michel Temer. O Brasil não suportará o trauma. Um *impeachment*, por si só, já é suficientemente traumático para o País, mas, se você depara com outro pedido de *impeachment*, porque houve um crime de responsabilidade ao desrespeitar a lei orçamentária, este País não suportaria. Foi por isso que tivemos muita prudência, no que diz respeito à análise desses números. E os números cotejados são díspares, e esse é um esclarecimento fundamental – para encerrar a minha fala – que nós todos solicitamos à S. Exª, o Ministro Dyogo Oliveira. Como eu dizia, temos o dado que foi previsto no anexo do Supremo Tribunal Federal, que não comporta o impacto para 2016, de R$1,6 bilhão, em números redondos, enquanto que o número agora apresentado diz que é possível, sim, fazer face à despesa.

Esclarecido isso, e nos livrando de qualquer dúvida quanto ao desrespeito à lei orçamentária e, consequentemente, a um novo crime de responsabilidade, eu acho que estaremos prontos para votar a matéria no plenário e fazer a aprovação hoje à tarde.

É essa a posição que eu gostaria de expressar, mais uma vez, nesta audiência pública, agradecendo a presença de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Bom, eu quero saudar a Presidente Gleisi, que tomou providências urgentes para que a Comissão pudesse, efetivamente, esclarecer esse ponto. Quero saudar também a disponibilidade e a rapidez do Ministro Dyogo Oliveira, do Relator Jorge Viana, e dizer o seguinte: ontem nós tivemos aqui uma discussão. Eu cheguei no meio dessa discussão e marquei uma posição de quem, como Ministro do Planejamento, acompanhou esses números. Esse acordo, para ser avalizado pelo Presidente Michel Temer, foi analisado pelo Ministério do Planejamento, e nós tínhamos a certeza de que havia espaço fiscal, para que se fizesse efetivamente o cumprimento do acordo. Estão aí os números, transparentes.

Portanto, ontem havia dúvida – o Senador Ricardo Ferraço colocou muito bem –, as informações eram outras...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Informações oficiais do Supremo Tribunal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Quero dizer que foi por conta dessa dúvida que se chamou aqui o Ministro do Planejamento. Portanto, quanto à pergunta "com base em quem nós vamos acreditar?", eu acho que nós chamamos aqui o Ministro do Planejamento para nós tirarmos a dúvida. E ele está tirando a dúvida. O Ministério do Planejamento está confirmando que há espaço.

Eu quero registrar que respeito as contas feitas pelo Supremo, mas quero dizer o seguinte: se o Supremo tivesse feito uma lei, e o Ministério do Planejamento tivesse feito uma lei, e houvesse dúvida, eu ficaria com a lei feita pelo Supremo. Na conta feita pelo Supremo e na conta feita pelo Ministério do Planejamento, eu fico com a conta feita pelo Ministério do Planejamento, com todo o respeito aos técnicos do Supremo. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Olhe o que V. Exª está afirmando, que o Supremo não sabe fazer conta. A afirmação de V. Exª é que o Supremo não sabe fazer conta. (*Risos.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não. Eu estou dizendo no que tange ao orçamento. V. Exª é quem disse.

Então, eu quero dizer o seguinte: para mim, está claro. E, sem delongas, eu quero aqui registrar um dado ainda mais importante: além do impacto deste ano, 2017, 2018 e 2019 também têm impacto, porque esse reajuste foi discutido e negociado para ser pago em quatro anos. A partir de 2017, esse gasto vai entrar no limitador de gasto público da PEC que nós vamos aprovar. Portanto, o Supremo e a Procuradoria-Geral da República farão o seu orçamento, levando em conta esse limitador e remanejando despesas, se for o caso.

Para concluir, eu quero registrar aqui o empenho do Ministro Ricardo Lewandowiski, do Presidente do CNJ e do Ministério Público. Acompanhei a luta do Ministro nessa questão, assim como a do Sr. Rodrigo Janot, da Procuradoria-Geral da República, e da sua equipe. Portanto, não resta dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Volto a dizer: o PMDB vota favoravelmente, encaminha favoravelmente, e espero que nós possamos aprovar essa matéria hoje, em plenário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Gleisi, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nós temos aqui uma nova tabela, bastante diferente da tabela de ontem, o que me deixa bastante preocupado, até porque o nosso Líder, Romero Jucá – que agora está cochichando ali –, ontem também não sabia que havia esses números, nem conhecia outra tabela porque ...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Eu não conhecia os do Supremo; conhecia os do Planejamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas você chegou aqui já votando, já falando pelo PMDB. Como ex-Ministro do Planejamento, Líder do PMDB, Presidente do PMDB, você falou por todo mundo, decretou por todo mundo sem conhecer os números. Isso não é absolutamente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Eu conhecia os números, estão aí os números.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E eu fiquei preocupado porque, afinal de contas, como falou em nome do Governo, e existe uma confusão de números, não queremos que aconteçam coisas que já aconteceram no passado. Alguma unidade é preciso haver, alguma solidariedade. E não há ninguém que seja dono da verdade, que chega aqui e define por todos.

Agora eu queria dizer que, não é porque o Planejamento faz conta melhor, porque o Planejamento também erra. Eu tenho alguns aqui erros de contas do Planejamento. Quer que eu aponte alguns? Há alguns erros. O Dr. Dyogo aqui sabe que erra também porque nós já tivemos várias discussões, porque vieram números errados do Planejamento que foram corrigidos novamente.

Mas, oficialmente, aqui eu me rendo diante da... Eu não concordo – mas nós vamos aceitar o número – diante de alguns argumentos, Presidente Gleisi, que foram levantados pelo Sr. Romero aqui. Se você tem um teto que fica pré-fixado e você já aumenta previamente o valor da folha, evidentemente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... o espaço vai ficar muito menor, porque folha ninguém vai deixar de pagar.

Então, nós podemos chegar, se continuarmos com esse raciocínio, a um momento em que só vamos ter dinheiro para pagar a folha. Não vai haver estrada, não vai haver ponte no Acre, não vai haver médico no Espírito Santo. É essa a preocupação, porque ninguém vai deixar. Esse raciocínio é profundamente equivocado e precisa ser consertada essa visão de como se faz esse teto.

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Era isso o que eu queria dizer. Com certeza, espero, Ministro Dyogo, que realmente esses números estejam certos, preocupado que estou pela frente, porque nós temos mais 14. Eu não sei. Estão errados os 14 que vêm por aí? Os números do Supremo estão errados? Eu gostaria de perguntar ao Ministro se...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou só passar a palavra a mais um Senador e passo a palavra ao Ministro Dyogo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu só queria fazer essa última pergunta. Também estão errados? É bom fazer uma checagem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu queria, primeiro, cumprimentar V. Exª por ter marcado esta reunião com rapidez e cumprimentar o Senado e todos os partidos, que, depois do dia de ontem, conseguiram construir uma saída no dia de hoje.

Nós ficamos preocupados porque foi o primeiro racha que aconteceu deste Governo interino no dia de ontem. Mas, como o PSDB corrigiu um pouco o rumo, hoje, a partir da fala do Senador Cássio Cunha Lima, eu acho que podemos conseguir aqui um consenso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Democracia vale entre nós. Não há uma ordem unida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, eu sei disso. Só fiquei como observador, olhando a posição do PSDB e do PMDB. Foi o primeiro racha deste Governo interino.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – É que vocês não têm com quem rachar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas acho, Srª Presidente, que podemos, a partir desta audiência pública com o Ministro Dyogo, ir ao plenário e votar, no dia de hoje, este que é um pleito justíssimo dos servidores do Judiciário.

E quero parabenizar o Relator, Senador Jorge Viana, que ajudou a costurar esse acordo, envolvendo o Senador Romero Jucá e outros Senadores para que pudéssemos votar, nesta semana, sem deixar para a próxima.

Parabéns aos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Eu vou passar a palavra ao Ministro Dyogo, que pediu para fazer alguns esclarecimentos, e, depois, nós retomamos as inscrições.

(Soa a campainha.)

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Bom, primeiro, vou às questões que o Senador Ferraço coloca. Em primeiro lugar, a questão da oficialidade da informação. Essa informação que nós aqui trouxemos no formato de apresentação, Senador, podemos, evidentemente, fornecê-la oficialmente pelos meios corriqueiros. Não há nenhuma dificuldade quanto a isso. Mas o mais importante é que nós contatamos o Supremo Tribunal Federal e solicitamos que eles próprios enviem uma informação corrigida ao Senado, e eles nos asseguraram que fariam isso ainda hoje. Então, ainda hoje os senhores receberão a informação corrigida.

Só para esclarecer um pouquinho, em detalhe, o que ocorreu: aparentemente, eles calcularam o custo da folha incluindo a contribuição patronal sobre uma parcela dos aposentados e pensionistas, o que, evidentemente, não é o caso. Detectado esse erro, os valores das estimativas deles serão um pouco reduzidos. E também eles estimaram isso incluindo a folha de junho, o que é inviável porque a LDO proíbe que haja pagamento de reajuste retroativo. Então, esses dois elementos geraram uma estimativa exagerada do STF, o que dá, digamos, razão à manifestação do Senador Ferraço, porque os dados que estavam apresentados efetivamente gerariam essa circunstância que o senhor menciona de inadequação. Entretanto, não é a estimativa do Ministério do Planejamento. E o que eu esclareci com o Supremo é que eles vão corrigir isso ainda hoje para apresentar a informação correta a esta Casa.

Sobre a questão da RCL, eles também vão apresentar essa correção, mas o objetivo dessa questão da RCL é mais a verificação da adequação dos limites de gasto com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida de todos os Poderes e de todos os tribunais.

(Soa a campainha.)

O SR. DYOGO OLIVEIRA – E a informação que eles nos prestaram é de que os limites estariam todos também de acordo. Só para deixar tranquila esta Casa sobre a informação oficial que será fornecida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que V. Exª está afirmando é que essas projeções e estimativas relacionadas à Receita Corrente Líquida que constam dos anexos e planilhas enviadas pelo Supremo também estão equivocadas? É isso?

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Sim, como o senhor se referiu, eles usaram como base uma Receita Corrente Líquida do projeto de lei e não a do...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Da gestão financeira.

O SR. DYOGO OLIVEIRA – ... relatório financeiro mais recente. Então, eles vão atualizar isso também e prestar a informação correta oficialmente a esta Casa.

Dito isso, do ponto de vista do Ministério do Planejamento, nós não vemos nenhuma inadequação do projeto, tanto do Judiciário quanto do Ministério Público, para a votação.

E acho que é importante só lembrar aqui o relato do Senador Cássio Cunha Lima de todo o processo que envolveu esse projeto, que era um projeto que previa um impacto ainda em 2015 e por isso foi vetado. Naquela feita, ele era inadequado, porque não havia a previsão, em 2015, para o atendimento do aumento.

(Soa a campainha.)

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Foi feita uma negociação, e os valores foram bastante reduzidos. O original previa aumentos de até 70%. Este tem uma variável entre 16% e 40%, mas isso compõe diversas formas de remuneração, etc. Então, este projeto que está sendo votado tem um impacto bastante inferior ao que tinha sido vetado e foi o resultado de um processo longo de negociação entre o Executivo e o Judiciário. A nosso ver, ele está plenamente adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Entendo a cautela do Senador Tasso. Senador, estamos checando todos os números em virtude do que ocorreu. Estamos checando todas as estimativas para que cheguem a esta Casa, efetivamente, números perfeitamente corretos.

Como eu referi no início, acho que, na próxima semana, teremos a oportunidade de uma discussão mais ampla sobre despesas de pessoal, sobre tudo isso, em que eu queria trazer as informações e mostrar a esta Casa que os servidores do Executivo federal já tiveram, nos últimos cinco anos, reajustes bastante comedidos e que os projetos que estão aqui tramitando preveem, também para os próximos anos, reajustes comedidos, que não vão, digamos assim, tornar a nossa situação fiscal ainda mais difícil. Mas disso eu tratarei na próxima semana. Só queria deixar, antecipadamente, essa linha de raciocínio sobre a qual trarei os dados para comprovar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Ministro.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimentando e agradecendo a presença do Dr. Dyogo Oliveira, Ministro do Planejamento, eu acho que agora já estamos completamente instruídos, na minha opinião, conscientes agora dos limites, conscientes do montante que nós vamos ter de agravamento.

Eu queria dizer que, depois de um certo embate, foi mais do que adequado termos feito esta busca de aclarar completamente os impactos que nós teremos junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal com esta proposta de aumento que estamos apreciando aqui. A vinda do Ministro eu acho que foi pertinente. O momento é delicado na vida nacional.

Eu queria agradecer ao Senador Ferraço pelas contribuições que ele deu, pelos questionamentos que fez, porque, na qualidade de Relator, eu também não queria que pairasse nenhuma dúvida de que eu estaria postergando, mas, junto com a Consultoria do Senado, tivemos que nos pegar na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. Quando vamos para a lei sobre aumento e atualização salarial, ela nos remete o tempo inteiro para conferir e checar a metodologia, valores, e se está sendo atendida a Lei de Responsabilidade Fiscal. Obviamente, o primeiro pedido que fizemos foram as planilhas dos cálculos do impacto. E acho, inclusive, que a Diretoria-Geral do Supremo, que está aqui, e o Ministério Público não tinham outro recurso a não ser os dados de julho do ano passado, que eram previsões que já não se consolidaram neste ano.

Então, nesta vinda, o Ministro traz dados atuais, coloca, inclusive, mais a gravidade do momento que estamos vivendo.

Eu coloco aqui, porque acho que é importante: no cálculo, pegando exclusivamente o cálculo que veio assinado pelo Ministro Lewandowski, que a equipe do Supremo fez, hoje as despesas com os servidores cujos salários de suas carreiras estamos atualizando são em torno de 23,9 bilhões. Com esse aumento que vamos dar, já em 2016, ela passará para 26 bilhões; em 2017, para 29 bilhões; em 2018, para 31 bilhões; chegando, em 2020, a 34 bilhões. Ou seja, a diferença entre 23,9 bilhões, que é o custo da folha de pessoal desses servidores hoje, para 34 bilhões em 2020 implica um aumento de 41% parcelado.

Como eu disse naquela reunião, eu tomei o cuidado de fazer um apanhado – porque fica um debate sobre aumento, não aumento – sobre os valores que essas carreiras já chegaram a receber nos anos de 2009, porque houve perdas de 2008, 2009 até aqui. Então, com essa reposição, quando chegarmos a 2019, 2020, eles vão ter recuperado o valor de compra de seus salários parecido com o que tinham em 2009. Isso também me dá um conforto, porque estamos atualizando o poder de compra dessas categorias.

Eu compartilho com os colegas, porque, se fosse diferente, eu também falaria. Eles tiveram um ganho real, no começo dos anos 2000 até 2009, de mais de 200% – as carreiras estavam bastante defasadas –, mas agora estamos aqui dando a oportunidade, nesta Comissão e no plenário do Senado, de, em quatro anos, eles poderem recuperar o poder de compra de seus salários.

Agora, é bom que se diga – e eu encerro com isso – que estamos criando aqui uma jurisprudência importante. Temos aí mais 14 categorias buscando aumento, num orçamento que está muito difícil de realizar, porque está perdendo receitas e aumentando despesas – boa parte de nós já fomos ordenadores, alguns governadores, prefeitos e sabemos o que é isso, um momento como esse. Acho que agora a Comissão está criando um precedente, e eu confesso que até fico contente de ter ajudado, para que possamos apurar completamente, entrando no orçamento dos órgãos, para ver a compatibilidade da proposta de aumento com aquele suporte que a Lei de Responsabilidade nos exige que seja feito.

Então, acho que foi importante. Alguns colegas que questionaram eu acho que questionaram no sentido de nos adequarmos ao momento que o País vive – acho que colaboraram. Da minha parte, eu queria dizer que acho que estamos em plena condição de levarmos essa matéria, que já está, inclusive, no plenário, com esclarecimento posto, para que cada um possa fazer a sua observação, porque eu tenho um outro problema:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

eu, como Vice, também queria poder abrir a Ordem do Dia, e nós acordamos – eu cumprimento todos – que só podemos abrir a Ordem do Dia quando encerrarmos os trabalhos aqui nesta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apenas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu faço esse apelo, para que imediatamente levemos para o plenário, para poder atender as categorias que estão, desde 2014, esperando a decisão do Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada. Senador Eduardo Braga.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Srª Presidenta, primeiro, queria cumprimentar V. Exª não só pela realização desta reunião extraordinária da CAE, pela importância e pela relevância, mas também queria lhe dar o meu abraço fraterno, companheiro por todos os últimos episódios que V. Exª tem enfrentado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Portanto, minha solidariedade e o reconhecimento do Supremo sobre o abuso que aconteceu.

Eu queria cumprimentar o nosso Ministro Dyogo, cumprimentar o nosso Relator e queria dizer aqui que concordo com as preocupações tanto do Senador Ricardo Ferraço quanto do Senador Tasso Jereissati e do Relator. Por quê? Porque estamos vendo hoje aqui resolvida – e com justeza, com mérito – a questão do Judiciário e a questão do Ministério Público. No entanto estão vindo outras 14 categorias para que deliberemos aqui. Ouvimos o Relator, ainda há pouco, falar sobre jurisprudência. Ora, eu estava aqui com o Senador Armando Monteiro fazendo algumas contas, e contas sabemos que precisam ser feitas com cuidado. Por quê? Porque temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal e agora temos uma PEC de controle do gasto público. Temos uma LDO que está determinando uma série de novas circunstâncias, e o déficit de 170 bilhões, em que pese tenha sido elástico, está sendo rapidamente exaurido. Eu acabo de ver, inclusive, um reajuste absolutamente justo, necessário para o Bolsa Família. Vimos o acordo com a dívida dos Estados, absolutamente justo e necessário, mas estamos vendo que aquele cheque especial do nosso déficit público está indo com uma certa velocidade, 147 bilhões nos últimos doze meses.

A nossa preocupação, Ministro Dyogo, é que haja previsibilidade para que o mercado possa ter confiança nos números. Independentemente se são do Supremo, se são do Ministério do Planejamento, os números são da União, e a União, como um todo, é que precisa da confiança do mercado, confiança do investidor com relação à arquitetura do arcabouço jurídico tanto da Lei de Responsabilidade Fiscal, da LDO, da PEC do controle dos gastos *versus* as despesas que estamos autorizando. Não estou discutindo mais a questão Supremo e Ministério Público, porque está resolvida – votaremos logo mais, diante dos esclarecimentos aqui, votaremos logo mais no plenário. A minha pergunta é com relação a como se comportará a fatia dos gastos públicos que poderá sofrer controle, porque, nos próximos dois anos, é óbvio que, pelo resultado do PIB de 2016 e de 2015, o salário mínimo não será impactante, mas esperamos que a economia se recupere e que o salário mínimo volte a ter ganhos reais.

Portanto, minha pergunta a V. Exª, sob pena de eu ficar preocupado de que o salário mínimo vai ficar congelado, é saber como se comportará o controle do gasto diante das decisões que estamos encaminhando ao Congresso Nacional, cumprimentando V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu quero aqui atropelar, porque a causa é justa e eu penso que posso falar em nome de todos.

Falha minha, queria agradecer muito ao Senador Moka, que, desde o começo e ontem, no plenário, ajudou num acordo, mas especialmente a V. Exª, Senadora Gleisi, que se empenhou, tratou com o Presidente Renan, fez aqui esta reunião. (*Palmas.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu não sei onde ela encontra energia, coragem e força, porque ela tem passado por momentos difíceis, mas eu sei que ela também tem a solidariedade de todos nós para superá-los e tem nos ajudado a conduzir este Senado e esta Comissão, que é muito importante na Casa.

Então, parabéns, muito obrigado.

Sem a sua contribuição...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... meu relatório, mesmo com o aval dos colegas do plenário, não atenderia o pleito dos colegas servidores públicos que estão ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, vamos ao plenário por gentileza. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só um minutinho.

Senador Ronaldo Caiado, Senador Humberto e depois Senador Flexa Ribeiro, e nós encerramos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro Dyogo, eu peço desculpas por ter chegado aqui já no andamento da reunião, até porque estávamos na Comissão Especial do Impeachment, e vários de nós aqui temos que estar aqui intercalando uma pauta extremamente sobrecarregada num dia de quarta-feira.

Em primeiro lugar, eu quero saber do Sr. Ministro qual é a informação que vai prevalecer: exatamente não é esse quadro encaminhado aqui pelo Supremo, mas, sim, aquilo que está na LOA – 1,855 bilhão. Esse é o dado que vai prevalecer.

Então, a projeção de 2016 para 2020, conforme está nessa tabela, será totalmente reorganizada, e vamos votar com aquilo que foi aprovado na LOA, que coincide exatamente com a luta de todos os servidores da Justiça como também do Ministério Público. Esse é o ponto de convergência que existe aqui na Casa, pelo menos é o que eu escutei na reunião da executiva do nosso Partido, com a anuência do nosso Presidente. O acordo que temos é o acordo em reparar a perda dos funcionários, servidores do Judiciário, dos últimos nove anos, e do Ministério Público com esse projeto de lei que estamos votando, baseado especificamente naquilo que está aprovado na Lei Orçamentária de 1,855 bilhão. Como tal, essa é a nossa preocupação.

A segunda preocupação, e fazendo aí esteira àquilo que foi dito aqui pelo Senador Eduardo e também aos demais que me antecederam, é que a informação do IBGE de hoje mostra que, no último trimestre, já tivemos um percentual de 11,2% de desempregados. Comparando com 2015, tivemos um aumento de 40% de desempregados, ou seja, saímos de 8,5 para 11,2 de desempregados. Como tal, o compromisso nosso é na votação e na aprovação dos dois projetos, que atendem especificamente – e quero enfatizar bem esse ponto, Presidente – aos servidores do Judiciário e do Ministério Público. Quanto aos demais, temos preocupação agora com 11,2 milhões brasileiros desempregados. Essa é a finalidade desta Casa. Esta Casa tem que responder ao anseio das ruas. A sociedade brasileira reagiu no País foi para resolvermos o problema do desempregado, dos gastos absurdos, da estrutura arcaica e superimprodutiva, que é o Governo Federal. Como tal, essa é a nossa responsabilidade como Senadores da República e essa é a posição que assumiremos, aprovando este projeto, que é um acordo que vem desde o ano passado, mas, a partir daí, a posição nossa vai ser lutar por 11,4 milhões de brasileiros, que estão hoje na miséria absoluta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro, inicialmente eu quero aqui parabenizar o Relator dessa matéria, o Senador Jorge Viana, parabenizar V. Exª, que ontem aquiesceu imediatamente em fazer essa reunião extraordinária para discutir esse tema, e naturalmente o Ministro, que se colocou à disposição para, em qualquer momento do dia de hoje, fazer essa audiência para que nós pudéssemos avançar.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu queria fazer aqui um registro que eu acho que é muito importante: essa proposta foi objeto de uma negociação ainda durante o Governo da Presidenta Dilma. Na verdade, nós passamos aqui praticamente um ano discutindo um projeto que veio da Câmara dos Deputados e que representava – ainda que fosse justo o pleito dos servidores –, sem dúvida, uma proposição que contribuiria fortemente para um desequilíbrio.

E aí, nas negociações foram feitas até maio, esse foi um tema que foi objeto do debate, foi objeto do entendimento com o Ministro Lewandowski, também com o Procurador-Geral Rodrigo Janot, e hoje nós estamos tornando isso algo concreto, um projeto de lei que nós deveremos aprovar daqui a pouco.

E a nossa posição tem sido esta: todos aqueles acordos que foram feitos, com muita responsabilidade, com os servidores públicos pelo Governo Dilma, nós vamos religiosamente cumpri-los aqui. Esse é o desejo da nossa Bancada; fazemos isso com muita tranquilidade, porque acompanhamos esse processo de negociação, e ele foi feito levando em consideração a capacidade que tem o Governo Federal para viabilizar esses incrementos de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então eu agradeço a oportunidade que V. Exª me dá para lembrar não somente aos Senadores, mas também a todos os servidores, de onde essa proposta veio originariamente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Humberto.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Jorge Viana, Relator do projeto, Ministro Dyogo Oliveira, seja bem-vindo. Quero aqui pedir desculpas por não ter chegado a tempo, até porque a vinda de V. Exª não seria hoje. Ela ficou marcada, na sessão de ontem, para a semana que vem. Eu soube hoje, no início da tarde, que teria isso hoje. Tinha várias agendas com pessoas que se deslocaram, prefeitos do Pará, e ministério, e não tive como desfazê-la, por isso eu não pude assistir.

Mas nós discutimos bastante ontem; bastante. O Senador Jorge Viana, com essa forma, devida à sua competência, defendeu o projeto, mas a preocupação nossa é, primeiro, realmente fazer justiça com os funcionários, conceder aquilo que já lhes é devido há algum tempo, cujo acordo está mantido pelo Presidente Michel Temer.

Mas nós temos uma preocupação maior que é com País, no sentido do superávit primário. Nós aprovamos uma nova meta fiscal, com déficit de 170 bilhões; eu considero isso uma conta garantida – não quer dizer que se use a conta garantida por inteiro. E me parece que o que passa é que o Brasil pode gastar os 170 bilhões, pode ter o déficit de 170 bilhões. Não deve ter o déficit. Ainda ontem, em uma reunião com o Ministro Meirelles, foi levantado isso.

Eu não tenho mais dúvida com relação aos projetos que dizem respeito ao reajuste dos servidores do Ministério Público e dos servidores do Judiciário, administrativos do Judiciário. Eu declarei meu voto favorável aqui.

A minha preocupação – e vou agora lamentar – não era com a árvore; era com a floresta. Então disse ontem ao Ministro Meirelles: "Meirelles, é importante que os Senadores tenham...". E eu pedi à Presidente, que aditou a minha solicitação, aprovou a minha solicitação, que V. Exª viesse aqui não para esclarecer especificamente esses dois projetos, que já foram aprovados aqui, na CAE, mas o conjunto dos 14 ou 15 projetos, para que nós possamos ter uma visão global do impacto que eles trarão." E me parece que V. Exª, pelo que eu soube, quando eu cheguei aqui...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Na quarta-feira, o Ministro estará aqui novamente para falar da floresta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então V. Exª poderia ter me dito logo isso, que eu não o incomodaria.

Então, o Ministro vai estar de volta na quarta-feira aqui conosco? Seja bem-vindo, Ministro. E que a floresta seja florida.

É bom, Senadora Gleisi, que o Brasil saiba que o Ministro do Planejamento é paraense também.

O SR. DYOGO OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Minha família mora em Marabá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto. Mas a família estando no Pará é paraense.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Já fez seu *marketing*.

Senador Agripino, que é o último inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Srª Presidente, eu gostaria de rapidamente me manifestar.

Primeiro de tudo, quero cumprimentar o Relator, cumprimentar a capacidade de negociação dos servidores do Judiciário, que estiveram pacientemente circulando pelos gabinetes, levando seus argumentos, e a disposição do Governo. Aqui está o Ministro Dyogo Oliveira.

Poucas vezes, Ministro, eu vi... Tivemos uma sessão bastante quente ontem, e até foi uma sugestão minha: se o Ministro Planejamento viesse e respondesse as indagações, as preocupações do Plenário, e, se o assunto fosse aplainado, eu próprio pediria a urgência da matéria para que ela fosse votada ainda hoje, para que esse assunto fosse encerrado.

Veja bem, assunto encerrado significa dizer que uma coisa que começou, é verdade, lá atrás, uma negociação – que não é a que nós estamos votando, a que nós estamos votando é a negociação filtrada da filtrada da filtrada... Acho que polimos completamente essa pílula, fizemos um trabalho de negociação muito poderoso. Por que razão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nós estamos vivendo, neste ano de 2016, um déficit orçamentário de R$170 bilhões, elevadíssimo, e estamos concedendo um aumento que, em cinco anos, vai chegar a 22 bilhões. Então, é duro para Legisladores que estavam na oposição e que agora são do Governo, mas mantêm a responsabilidade perante o País, votar uma coisa – é verdade que estava consignada na LOA, no Orçamento, já estava negociado, foi renegociado – em cima de um déficit de 170 bilhões. Mas o fato é que nós estamos consagrando compromissos tomados e que agora serão cumpridos.

Agora, com a devida responsabilidade de raciocinar: nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. Porque nós estamos vivendo tempos absolutamente bicudos, são tempos difíceis em que todo mundo vai ter que dar a sua cota de contribuição e de sacrifício para que o País faça a sua travessia.

Dito isso, falo em nome do meu Partido, eu queria cumprimentar todos aqueles que se envolveram. O Senador Tasso Jereissati, por exemplo, ontem no jantar que tivemos com o Ministro Meirelles, fez colocações duríssimas e que traduzem a sua consciência e de muitos – na qual eu me incluo – da responsabilidade com o País.

Nós estamos, sim, solidários com o Governo e queremos que dê certo. Mas para que dê certo é preciso que cada qual contribua com a sua cota de sacrifício. Então, nós estamos cumprindo uma etapa da negociação – é verdade, está se concluindo, – mas muito atentos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... ao que o futuro nos reserva, e nos reserva um futuro de muita negociação, muito sacrifício e de muita compreensão.

Dito isso, eu quero cumprimentar V. Exª pelo fato de ter vindo rapidamente; a Presidente da Comissão, pelo fato de ter conduzido os trabalhos, para que nós pudéssemos chegar a este final; o Relator que foi paciente, foi diligente, foi competente, foi cirúrgico nas suas apreciações, foi correto, foi equilibrado, e cumprimentar a Casa pelo exemplo que pôde dar.

E ao final, Presidente, se for aprovada a matéria – eu espero que seja, porque está pacificado um consenso, – já me antecipo com um pedido de urgência para que a matéria possa seguir ao plenário ainda hoje. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A matéria já está no plenário.

Eu consulto...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Há um aspecto importante – e o Líder do Governo está aqui, que também tem procurado ajudar os colegas todos. Mas eu queria muito cumprimentar também a equipe técnica tanto do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria-Geral da República e do Conselho Nacional do Ministério Público, que trabalharam intensamente para reunir as informações que eram exigidas por esta Comissão, pelo meu relatório, e cumpriram.

Agora, aí há uma missão para o Líder que é, aprovando no plenário hoje, a sanção dessa lei o quanto antes também.

Muito obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Passo a palavra rapidamente ao Ministro Dyogo, para que possa fazer as suas considerações finais.

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Presidenta, demais Senadoras, Senadores, eu só queria agradecer a oportunidade, é uma satisfação. Eu acho que é o dever e a função desta Casa cuidar da responsabilidade fiscal. E hoje nós tivemos aqui uma reunião – eu diria – dedicada exclusivamente a isso, a essa atenção que todos nós temos que ter com a questão das contas públicas, com as despesas. Eu fico enormemente satisfeito.

Atendi prontamente o convite, porque claramente compreendo que é preciso que as decisões aqui sejam tomadas com as informações adequadas, precisas e com todas as dúvidas esclarecidas.

Na próxima semana, eu estarei de volta aqui e terei todo o prazer de tecer comentários e informações a respeito do conjunto e da adequação disso tudo na nossa estratégia.

O Senador Caiado comentou a questão dos desempregados. Senador, estaremos todos integrados nessa campanha pelos brasileiros que não têm emprego. Acho que essa é uma preocupação que nós compartilhamos e talvez até por motivo disso...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Mas é uma preocupação mesmo do seu Governo? É mesmo de acabar com o desemprego no Brasil? Lutar por isso? Eu acho que essa é uma meta que nós temos que focar bastante, porque as ruas estão falando exatamente nos 11 milhões de desempregados.

O SR. DYOGO OLIVEIRA – Estaremos todos juntos nessa batalha.

Entendo a manifestação do Senador Agripino, de votar esse tipo de matéria numa circunstância fiscal difícil, mas, é como o senhor mesmo disse, Senador, é um momento em que todos temos que contribuir. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

acho que os servidores têm contribuído, e nós trataremos de demonstrar isso com bastante profundidade e bastante clareza na próxima reunião.

Por fim, então, agradeço enormemente a oportunidade de estar hoje aqui e na próxima semana, é sempre uma satisfação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Ministro Dyogo pela pronta disponibilidade de estar nesta Comissão; agradeço muito ao Senador Jorge Viana, parabenizo-o também pelo trabalho; quero parabenizar os servidores, as associações, os representantes pela condução desse processo, e agradecer a todos os Senadores e Senadoras que colaboraram para que chegássemos a este final.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 15 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 07 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia cinco de julho do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, e do senador José Pimentel, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Paulo Rocha, Roberto Muniz, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Valdir Raupp, José Maranhão, José Medeiros, Rose de Freitas, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Fernando Collor e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Omar Aziz, Kátia Abreu, Ricardo Franco e Tasso Jereissati. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 33 de 2016 (Ofício nº 72/2016/BCB), de 28 de junho de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões referentes ao mês de maio de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 34 de 2016 (Ofício nº 10.906/SE-MF), de 29 de junho de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, relativas ao mês de maio de 2016; e manifestação de cidadão, encaminhada à Ouvidoria do Senado Federal, sugerindo a esta comissão e ao Banco Central do Brasil que criem regulamentação para operações de cartão de crédito. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 1 -** Mensagem (SF) nº 58 de 2016, não terminativa, de autoria do presidente da República em exercício, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do senhor Henrique Balduíno Machado Moreira para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM", tendo como relator o senador Tasso Jereissati, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. A presidência designa o senador Armando Monteiro relator "ad hoc" da matéria. Durante a arguição do indicado, usa da palavra o senador Armando Monteiro. Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Henrique Balduíno Machado Moreira para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por vinte e cinco votos favoráveis, dois contrários e nenhuma abstenção. **Item 2 -** Mensagem (SF) nº 54 de 2016, não terminativa, de autoria do presidente da República em exercício, que "submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Reinaldo Le Grazie para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Durante a arguição do indicado, usam da palavra os(as) senadores(as) Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Roberto Muniz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Fernando Bezerra Coelho, Ataídes Oliveira e José Agripino. Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Reinaldo Le Grazie para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por vinte e dois votos favoráveis, cinco contrários e nenhuma abstenção. **Item 3 -** Mensagem (SF) nº 55 de 2016, não terminativa, de autoria do presidente da República em exercício, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Tiago Couto Berriel para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Durante a arguição do indicado, usam da palavra os(as) senadores(as) Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Roberto Muniz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Fernando Bezerra Coelho, Ataídes Oliveira e José Agripino. Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Tiago Couto Berriel para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por vinte e quatro votos favoráveis, três contrários e nenhuma abstenção. **Item 4 -** Mensagem (SF) nº 56 de 2016, não terminativa, de autoria do presidente da República em exercício, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Carlos Viana de Carvalho para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relator o senador Armando Monteiro, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Durante a arguição do indicado, usam da palavra os(as) senadores(as) Armando Monteiro, Lind-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

bergh Farias, Roberto Muniz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Fernando Bezerra Coelho, Ataídes Oliveira e José Agripino. Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Carlos Viana de Carvalho para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por vinte e quatro votos favoráveis, três contrários e nenhuma abstenção. **Item 5 -** Mensagem (SF) nº 57 de 2016, não terminativa, de autoria do presidente da República em exercício, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Isaac Sidney Menezes Ferreira para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil", tendo como relatora a senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório manifestando que a comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Durante a arguição do indicado, usam da palavra os(as) senadores(as) Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Roberto Muniz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Fernando Bezerra Coelho, Ataídes Oliveira e José Agripino.Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Isaac Sidney Menezes Ferreira para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil, por vinte e cinco votos favoráveis, dois contrários e nenhuma abstenção. São apreciados ainda os seguintes itens extrapauta: **Item 6 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 18 de 2016, de autoria do senador Jorge Viana, que "requer, em aditamento ao Requerimento n° 15 de 2016 - CAE, que, para a audiência pública destinada a debater o Projeto de Resolução do Senado nº 55 de 2015 (fixa alíquota máxima para cobrança do ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação), sejam convidados: o vice-presidente Comercial, de Marketing e Cargas da Avianca Brasil, Tarcísio Gargioni; o diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas, Alberto Fajerman; o diretor de Assuntos Regulatórios da Latam, Basílio Dias; e a diretora de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas, Patrizia Xavier". Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento nº 18 de 2016-CAE. **Item 7 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Armando Monteiro, que "nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 58 de 2016, que 'submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do senhor Henrique Balduíno Machado Moreira para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários -, CVM'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 8 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Armando Monteiro, que "nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 54 de 2016, que 'submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Reinaldo Le Grazie para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 9 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Armando Monteiro, que "nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 55 de 2016, que 'submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Tiago Couto Berriel para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 10 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Armando Monteiro, que "nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 56 de 2016, que 'submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Carlos Viana de Carvalho para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 11 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Armando Monteiro, que "nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 57 de 2016, que 'submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal, o nome do senhor Isaac Sidney Menezes Ferreira para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 16ª, 18ª e 20ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para o seu conhecimento:

Banco Central do Brasil – Aviso nº 33, de 28 de junho de 2016, encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao mês de maio de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Ministério da Fazenda – Aviso nº 34, de 29 de junho de 2016, encaminhando tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas ao mês de maio de 2016.

Manifestação de cidadão – Manifestação encaminhada à Ouvidoria do Senado Federal, sugerindo a esta Comissão e ao Banco Central do Brasil que criem regulamentação para operações de cartão de crédito.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Realizaremos agora as sabatinas.

Tínhamos uma proposta da pauta de iniciar com os Sr. Henrique Balduino Machado Moreira, indicado para CVM. Nós vamos inverter a pauta, começar com a segunda parte, com os indicados do Banco Central.

Conforme comunicado na última reunião e em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e perguntas a eles dirigidas por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, no telefone 080 061 2211.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2016
- Não terminativo -

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor REINALDO LE GRAZIE para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: A comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
1. Em 28/6/2016, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

O relatório já foi lido.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TIAGO COUTO BERRIEL para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: A comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
1. Em 28/6/2016, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor CARLOS VIANA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: A comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Observações:
1. Em 28/6/2016, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: A comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
1. Em 28/6/2016, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

Nós optamos por fazer a sabatina conjunta com os quatro diretores. Cada um dos diretores terá dez minutos para fazer a sua exposição inicial, e depois nós abriremos a palavra aos Senadores para fazerem o questionamento.

Então, com a palavra o Sr. Reinaldo Le Grazie, por dez minutos.

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Obrigado, Presidente.

Exma Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo Senador Fernando Bezerra, Relator do processo que trata da indicação de meu nome ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas Sras e Srs. Senadores da República; muito bom dia.

É um privilégio e uma honra ter meu nome indicado para a Diretoria de Política Monetária do Banco Central do Brasil. Terei muito orgulho e dedicação em exercer essa função, contribuindo com o desenvolvimento do nosso País, caso meu nome seja aprovado por V. Exas.

Agradeço ao Presidente Michel Temer por essa honrosa indicação e ao Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, e ao Ministro Henrique Meirelles pela confiança.

Nas últimas três décadas, obtive experiência profissional na iniciativa privada, amparado por formação acadêmica no Brasil e no exterior. Esse aprendizado me expôs ao cenário econômico e financeiro nacional e internacional. Minha atividade profissional sempre esteve relacionada e influenciada pelas decisões de políticas econômicas, em especial pelo Banco Central, sobretudo nas áreas referentes à definição da taxa de juros, à administração de liquidez e do câmbio e à regulação bancária. É essa experiência que pretendo agregar ao Banco Central do Brasil, se aprovado for por esta Casa.

O crescimento econômico sustentável é o caminho para a ampliação do emprego e das oportunidades de ascensão social e de distribuição de renda. Para retornarmos ao ambiente de estabilidade, confiança e crescimento, é preciso o resgate dos princípios do tripé macroeconômico e sua aplicação de forma plena. Um dos pilares desse tripé é termos uma inflação baixa e estável, que evite a corrosão dos salários e amplie horizontes, favorecendo a expansão dos investimentos e da produção, condição indispensável para o crescimento do emprego e da renda, bem como para o fortalecimento das políticas sociais.

Por inflação baixa entenda-se aquele nível que diminui a predisposição ao reajuste inercial, mitigando os impactos desse que é um reconhecido imposto regressivo. Cabe ao Conselho Monetário Nacional definir a meta de inflação, e ao Banco Central, de forma determinada, buscar seu cumprimento. Quanto mais tempo a inflação permanecer próxima à meta, maior será a contribuição do Banco Central para que os reajustes de preço deixem de ser uma preocupação recorrente na tomada de decisão dos agentes. Além disso, é preciso que os riscos percebidos de a inflação ficar acima ou abaixo da meta sejam simétricos. Ou seja, que a sociedade não associe o centro da banda ao piso da inflação.

O segundo pilar, a responsabilidade fiscal, contribui para uma inflação baixa e para a queda dos juros reais ao longo do tempo, tão relevantes para o desenvolvimento de financiamento de longo prazo no Brasil.

A eficiência da política monetária do Banco Central será tanto maior quanto mais bem-sucedidos forem os esforços na implantação de reformas e na recuperação da responsabilidade fiscal. Uma fonte recorrente de pressão inflacionária advém da baixa taxa de poupança doméstica. Caso eu seja aprovado por V. Exas para a Diretoria do Banco Central, pretendo promover a prática de políticas que impulsionem a eficiência dos mercados financeiros; que usufruam ao máximo a tecnologia existente, atraindo recursos dos investidores de longo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

prazo, tanto domésticos quanto estrangeiros; que ofereçam à sociedade alternativas de poupança e empréstimo, além de produtos convenientes a preços competitivos.

Por fim, temos o terceiro pilar do tripé macroeconômico: o regime de câmbio flutuante. Intervenções pontuais que sirvam para corrigir fortes distorções são práticas saudáveis, desde que não alterem a trajetória da moeda, que é, em última instância, definida por um conjunto de fatores locais e externos. A taxa de câmbio real é determinada pelas forças de oferta e demanda, e a competitividade da economia advém de fatores como a produtividade das empresas e dos trabalhadores, níveis educacionais e tecnológicos e o grau de inovação na economia.

Sem ferir o regime de câmbio flutuante, defendo que o Banco Central utilize com parcimônia as ferramentas cambiais de que dispõe, como ressaltou o Presidente do Banco Central. Nesse sentido, acredito que o Banco Central possa reduzir suas exposições cambiais em ritmo compatível com o normal funcionamento do mercado, quando e se estiverem presentes as adequadas condições.

As reservas internacionais se provaram um seguro importante para o momento de turbulência da economia brasileira e global. À medida que a política econômica se torna consistente e os riscos e as incertezas com o País se reduzem, é legítimo e natural discutir o volume ótimo de reservas à luz do custo de manutenção que prevalecerá neste novo ambiente.

Transparência, previsibilidade e comunicação adequada contribuem para guiar as expectativas dos participantes da economia, aumentar a credibilidade nas ações do Banco Central e, por consequência, combater a inflação com menor custo.

Terei o compromisso não só com metas críveis e desafiadoras, mas também com a construção de relacionamentos de confiança mútua entre a sociedade, mercados locais e internacionais e o Banco Central. Portanto, caso venha merecer a honrosa aprovação de meu nome pelo Senado, eu contribuirei para a construção do tripé macroeconômico com foco nas metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional e respeito pelo regime de câmbio flutuante, complementado pelos esforços atuais e medidas fiscais recém-anunciadas, que têm permitido o início da recuperação da confiança, que criará as condições para a retomada do crescimento sustentado da economia.

Terei satisfação em responder as questões de V. Exªs.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Sr. Reinaldo Le Grazie e passo a palavra agora ao Sr. Tiago Couto Berriel, por dez minutos.

O SR. TIAGO COUTO BERRIEL – Exma Senadora Gleisi Hoffmann... (*Falha na gravação.*)

... Exmo Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo Senador Flexa Ribeiro, Relator do processo que trata da indicação de meu nome ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas Senadoras, Exmos Senadores; senhoras e senhores; sinto-me imensamente honrado de ter a oportunidade de comparecer hoje a esta Comissão como indicado a Diretor do Banco Central do Brasil. Agradeço ao Presidente Michel Temer por me honrar com essa indicação, bem como ao Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, e ao Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pela confiança de que eu possa contribuir para a condução da política econômica.

Caso também receba o voto de confiança desta Comissão e minha indicação seja confirmada pelo Plenário do Senado Federal, estarei integralmente empenhado em contribuir para a execução da política monetária e financeira, aplicando com afinco todos os conhecimentos e experiência que adquiri em macroeconomia durante o meu doutoramento, bem como nos anos dedicados à pesquisa acadêmica e ao ensino universitário.

Saliento que nesse proveitoso período dediquei-me com especial atenção aos temas relativos à elaboração e à condução de política monetária tanto na teoria como em sua aplicação prática nos bancos centrais, que ocorrem normalmente em contextos e contingências diversas para cada economia.

Acredito que, caso V. Exªs me deem a honra de poder colaborar com o País, contarei ainda com a experiência acumulada nos últimos anos no acompanhamento da conjuntura econômica internacional e brasileira, permitindo que eu contribua para a formulação e a execução de políticas monetárias e financeiras efetivas. Assim, poderei contribuir para o processo de estabilização econômica no Brasil, com a recuperação da confiança perante os agentes econômicos, que, por sua vez, pavimentará o caminho para a retomada do crescimento sustentável da nossa economia.

Dessa forma, ressalto que tanto a estabilização econômica quanto a retomada da confiança estão em consonância com o cumprimento da missão institucional do Banco Central do Brasil, que consiste em assegurar a estabilidade do poder de compra de nossa moeda e propiciar um sistema financeiro sólido e eficiente. Somente uma inflação baixa e estável protege o nível de renda, em especial da parcela mais vulnerável da sociedade, que recebe rendimentos fixos em termos nominais, mantém eficazes as políticas de redução de de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sigualdade e proteção social e viabiliza o planejamento para a consecução dos investimentos tão necessários para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de nosso País.

O arcabouço institucional que orienta a condução da política monetária no Brasil tem como diretriz o regime de metas de inflação. Portanto, no intuito de potencializar o efeito estabilizador da política monetária, é fundamental que o Banco Central do Brasil consolide e aprofunde a transparência e a objetividade em sua comunicação com a sociedade. Dessa forma, o Banco Central do Brasil estará capitaneando as expectativas da sociedade a fim de atingir seus objetivos com o menor custo possível.

Quanto à questão fiscal e suas implicações para a política monetária, estamos no início de ajustes na economia, que, em sendo encaminhados e aprovados, têm todo o potencial de continuar reduzindo as incertezas na economia, com queda do Risco Brasil e melhora na confiança. E, com isso, tais medidas irão contribuir para que a política monetária tenha toda a força e eficiência no cumprimento de seus objetivos.

Há ainda uma série de incertezas refletida no funcionamento dos mercados internacionais, bem como dúvidas sobre a trajetória da economia global, que poderão ser relevantes para o processo desinflacionário em curso no Brasil. Os desdobramentos do processo de normalização da política monetária nos Estados Unidos, por mais que este tenha se mostrado gradual e moderado recentemente, devem ser monitorados, já que uma mudança inesperada no ritmo do aumento da taxa de juros norte-americana teria impacto sobre a liquidez e o fluxo de capitais para países emergentes.

Da mesma forma, a política monetária acomodatícia da Zona do Euro e do Japão, assim como as consequências do processo da saída do Reino Unido da União Europeia são também questões a serem acompanhadas. Além disso, a moderação e a mudança de perfil do crescimento da economia chinesa tendem a provocar significativas implicações sobre as economias de nossa região, inclusive a economia brasileira, com impactos nos investimentos, nos termos de troca, entre outras variáveis.

Caso tenha o privilégio e a honra de ter minha indicação para integrar a Diretoria do Banco Central do Brasil aprovada por esta Casa, espero ajudar a Diretoria Colegiada no diagnóstico e tratamento desses e de outros riscos relevantes para as nossas políticas, assim como auxiliar na condução da política monetária para a convergência da inflação ao centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Estou à inteira disposição para atender aos questionamentos de V. Exªs.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Tiago.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Viana de Carvalho.

O SR. CARLOS VIANA DE CARVALHO – Exma Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente desta mesma Comissão; Exmo Senador Armando Monteiro, Relator do processo que trata da indicação de meu nome ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil; Exmas Senadoras, Exmos Senadores; senhoras e senhores; é uma grande honra comparecer a esta Comissão na condição de indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Agradeço ao Presidente Michel Temer pela honra concedida ao indicar o meu nome à apreciação desta Casa, bem como ao Ministro Henrique Meirelles e ao Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, pela confiança em mim depositada ao apresentarem meu nome para desempenhar missão tão importante.

Desde o início de minha trajetória profissional, dediquei-me ao estudo e à prática da Economia. Nesse período, tive a oportunidade de atuar no setor privado nacional como economista e gestor de fundos de investimentos; na academia, como pesquisador e professor de Economia; e em um banco central no exterior, como economista.

Esse período foi repleto de episódios e de desafios econômicos não só no Brasil e em outras economias ditas emergentes, mas também nas economias mais desenvolvidas. Esses episódios afetaram as vidas de todos nós e deixaram claro os custos da inflação e da instabilidade macroeconômica. Para quem vivenciou, como profissional da área de economia, tais episódios permitiram ainda um acúmulo de rica experiência. É essa bagagem que me proponho a levar para o Banco Central, caso esta Casa me conceda a honra de servir como diretor daquela autarquia.

Dentre as experiências desse período, gostaria de destacar dois extremos: primeiro, os anos sofridos com inflação elevada e até hiperinflação, ainda como estudante; segundo, a crise financeira global de 2008 e 2009, nesse caso, já como economista do Banco da Reserva Federal de Nova York. Esses dois episódios extremos remetem à importância da missão do Banco Central do Brasil: assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, aqui entendida como uma taxa de inflação baixa e estável, e assegurar o sistema financeiro sólido e eficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Tanto a evidência empírica disponível na literatura econômica quanto a nossa experiência histórica demonstram a importância do controle da inflação para o desenvolvimento econômico sustentável. O mesmo se aplica à solidez e à eficiência do nosso sistema financeiro.

Inflação baixa e estável e um sistema financeiro sólido e eficiente contribuem para um maior grau de previsibilidade na economia, com diminuição dos prêmios de risco, alongamento dos horizontes de planejamento de famílias, empresas e governos e um ambiente com taxas de juros reais de longo prazo baixas e estáveis.

A melhoria na alocação dos recursos e o aumento do investimento resultante contribuem para o aumento das taxas médias de crescimento econômico, do emprego e da renda.

Os benefícios da estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro estendem-se a todos nós brasileiros e aos cidadãos de qualquer país. No caso de economias com maior desigualdade de renda, como o Brasil, os benefícios dessa estabilidade são ainda maiores. Isso porque uma inflação alta e volátil tem efeitos ainda mais deletérios sobre as camadas menos favorecidas da nossa população, que geralmente não têm acesso a instrumentos que as protejam da perda do poder de compra da moeda. Além disso, fragilidades no sistema financeiro podem afetar o crescimento da economia e penalizar mais fortemente as camadas da população de mais baixa renda, que tipicamente não possuem poupança suficiente para fazer frente a períodos de maior dificuldade econômica.

Não existe, portanto, dicotomia entre a missão do Banco Central e o desenvolvimento da economia. Pelo contrário, a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez e a eficiência do sistema financeiro pavimentam o caminho para o crescimento sustentável. Da mesma forma, não existe dicotomia entre a missão do Banco Central e a equidade social, uma vez que a inflação elevada e volátil e as possíveis consequências de fragilidades financeiro penalizam sobremaneira as camadas menos favorecidas da nossa população. Nesse sentido, fica claro que a missão do Banco Central não é um fim em si só, ela é condição indispensável para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Durante aproximadamente uma década, o chamado tripé macroeconômico – política fiscal responsável, metas para inflação e câmbio flutuante – contribuiu para que o Brasil ascendesse econômica e socialmente. No momento, entretanto, enfrentamos um cenário econômico adverso que vem impondo altos custos a todos nós brasileiros.

Caso receba desta Casa a honrosa missão de servir ao País, na qualidade de Diretor do Banco Central, comprometo-me a trabalhar incansavelmente para a reversão desse quadro, desempenhando as atribuições atinentes ao cargo com a máxima dedicação e determinação. Prometo colocar minha experiência acadêmica e profissional no cumprimento das missões legais e institucionais do Banco Central do Brasil, em especial a de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

Com essas palavras, agradeço a atenção de V. Exªs e coloco-me à inteira disposição para atender a vossos questionamentos.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Sr. Carlos.

Passo a palavra ao Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA – Muito obrigado, Srª Presidente... (*Falha na gravação.*)

Gleisi Hoffmann, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senador Federal; Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia, Relatora do processo referente à indicação do meu nome; Exmºs Srs. Senadores aqui presentes; Ministro Armando Monteiro; Senador Lindbergh; Senador Roberto Muniz; Senador Valdir Raupp; senhoras e senhores.

Começo por destacar a honra de comparecer hoje a esta Comissão na condição de indicado ao cargo de Diretor do Banco Central, desde já agradecendo ao Presidente da República pela indicação e ao Presidente Ilan Goldfajn pela confiança em mim depositada.

Submeter-me ao elevado crivo do Senado Federal leva-me, primeiramente, a fazer uma breve apresentação da minha trajetória profissional.

Desde 2002, quando ingressei no Banco Central no cargo de Procurador, tenho me dedicado à instituição. Antes militei na advocacia privada e atuei por doze anos como funcionário do Banco do Brasil, onde iniciei como menor aprendiz.

Na atividade acadêmica, foi enriquecedor ter lecionado Direito, inclusive na área de crimes financeiros, e neste ano estou retomando à atividade de magistério para administrar a disciplina Compliance nas atividades reguladas.

Mas é importante ressaltar que a maior parte do meu aprendizado profissional se deu exatamente no Banco Central, onde tive o privilégio de, como servidor de carreira, atuar como Chefe de Gabinete da Presi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dência, depois como Secretário Executivo da diretoria e, desde 2010, ocupo o cargo de Procurador-Geral da Autoridade Monetária.

Nessas funções privativas do corpo técnico da instituição, pude assessorar, nos últimos dez anos, os membros do Conselho Monetário Nacional e da Diretoria Colegiada do Banco Central, acompanhando de perto a governança estratégica e as diretrizes gerais de importantes pautas econômico-financeiras do País.

À Frente da Procuradoria-Geral da casa, aprendi muito ao enfrentar a missão de prover segurança jurídica para a condução dos mandatos legais do Banco Central. E segurança jurídica, afinal, é da essência da estabilidade monetária e financeira.

Atuando em funções transversais e de assessoramento à alta administração do Banco Central, foi possível, além do aprendizado, tomar consciência dos desafios que despontam no horizonte do nosso País bem como do próprio Banco Central.

Caso venha merecer a aprovação do meu nome pelo Senado, gostaria de ter a oportunidade ímpar de retribuir ao Banco Central o muito que lhe devo, e o faria com redobrado empenho e ânimo de quem se dedicou nos últimos quinze anos a sua defesa jurídica e institucional.

Quanto aos principais desafios em nosso horizonte, o fundamental é saber o rumo a tomar para enfrentá-los, e esse rumo está bem delineado na missão do Banco Central, que é de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Nesse sentido, temos que buscar e obter a meta de 4,5% de inflação em 2017, reconduzindo e coordenando, desde já, as expectativas de mercado para esse ponto. Temos de utilizar as ferramentas monetárias para manter a inflação baixa e estável. Temos ainda de efetuar uma comunicação com a sociedade de modo contínuo, simples, direto e conciso, inclusive quanto a eventuais incertezas. Temos também de manter o regime de câmbio flutuante e usar as ferramentas usuais com parcimônia para conter as disfunções do mercado, sem prejuízo de reduzir exposições cambiais em determinados instrumentos, em ritmo compatível com o regular funcionamento do mercado, quando e se estiverem presentes as adequadas condições.

Temos também de reforçar os bons fundamentos do tripé macroeconômico: responsabilidade fiscal, regime de metas para inflação e câmbio flutuante. Ainda temos de manter a robustez do Sistema Financeiro Nacional, com foco em gestão proativa de riscos, já testada com êxito pela área de previsão do Banco Central.

Temos também de seguir aprimorando a eficiência do sistema bancário, para reduzir o curso da intermediação financeira e elevar o nível de poupança no País.

Para o Banco Central bem se desincumbir desses desafios, será fundamental manter-se inserido num contexto de funcionamento harmônico e complementar com outros atores e instituições que podem contribuir no processo de estabilização monetária e financeira.

E gostaria de trabalhar com esse foco, caso V. Exªs me concedam a honra de aprovar o meu nome como Diretor. Como indicado para atuar como Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central, o foco na interlocução é importante porque o nível de complexidade alcançado pela sociedade contemporânea exige que instituições atuem de forma coordenada entre si.

A criação da Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central, em 2012, foi e é uma resposta a essa preocupação com a interlocução. Essa área da diretoria colegiada tem avançado bastante desde que foi criada, graças ao notável esforço do Diretor Luiz Edson Feltrim, seu atual titular. As Diretorias de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central têm hoje em seu escopo de atuação as relações como Poder Legislativo, as atividades de comunicação interna e externa, o atendimento ao cidadão e aos usuários de serviços bancários, a Ouvidoria do Banco Central, bem como o relevante trabalho de cidadania financeira, que abrange educação, inclusão e proteção dos consumidores de serviços financeiros e bancários.

Em pouco tempo de existência, desde a criação dessa diretoria, foi possível alcançar resultados importantes, inclusive com produtos conhecidos, como a Calculadora do Cidadão, o Sistema Registrato e o *ranking* de Reclamações contra Instituições Financeiras.

A área de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central está, pois, preparada para alguns saltos importantes. E, caso tenha o meu nome aprovado, pretendo avançar no aprimoramento da interlocução de uma instituição cujas decisões têm grande repercussão na sociedade, dado o papel do Banco Central de guardião da moeda, de autoridade cambial, de regulador e de supervisor do Sistema Financeiro Nacional. Para o aprimoramento dessa interlocução, pode ser bastante útil a interlocução que já pude, nos últimos seis anos, construir com diversas autoridades e instituições, atuando como Procurador-Geral.

Por fim, além de agradecer ao Presidente do Banco Central pelo convite a mim formulado, preciso agradecer aos ex-Presidentes Henrique Meirelles e Alexandre Tombini pelas ricas lições que aprendi ao assessorá-los diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ainda, não posso deixar de render minhas homenagens aos colegas do Banco Central, técnicos, analistas e procuradores, com os quais tenho tido o privilégio de trabalhar e aprender desde 2002.

Certo é também que não estaria aqui sem a graça de Deus e sem o apoio da família, em especial, o motivo de agradecimento a minha esposa, que tem me ajudado muito na minha caminhada, e a meu pai, fonte de inspiração profissional.

Assim, coloco-me à disposição para os questionamentos de V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Sr. Isaac.

Nós vamos passar a palavra agora aos Senadores, que vai ser concedida na ordem de inscrição.

O interpelante vai dispor de dez minutos, assegurado igual prazo para a resposta de cada interpelado, facultadas ainda a réplica e a tréplica por até cinco minutos.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Lindbergh farias. Mas pergunto ao Senador Armando Monteiro, que é Relator de um dos processos, que está presente, se quer fazer uso da palavra agora...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele tem toda preferência aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... ou na ordem da sua inscrição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Fico aguardando porque o Senador Lindbergh está mais apressado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não! Se quiser, Senador Armando, pode falar na frente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu posso fazê-lo rapidinho.

Bom, eu queria cumprimentar nossa Senadora e Presidente... (*Falha na gravação.*)

... os convidados que serão sabatinados hoje, candidatos à Diretoria do Banco Central.

Quero, rapidamente, fazer algumas considerações e encaminhar alguns questionamentos. A primeira delas diz respeito a essa questão do câmbio. Há uma preocupação com esse processo forte de volatilidade, de apreciação da nossa moeda nos últimos meses.

Sabem bem que o setor externo teve um ajuste teve um ajuste que pode se chamar de espetacular no último ano. O Brasil saiu de um déficit em transações correntes que alcançou quase 5% do PIB para um déficit que, segundo todos os analistas, deve se situar num patamar levemente superior a 1%. Isso, sem nenhuma dúvida, resultou da flutuação ocorrida, do realinhamento cambial que ocorreu na economia brasileira. O câmbio é um preço macroeconômico fundamental.

E olhando especialmente a situação da indústria brasileira, e não escapa à compreensão dos senhores que a indústria de transformação, especialmente, vem perdendo posição relativa na economia brasileira – há alguns que apontam até um fenômeno de relativa desindustrialização –, não há a menor dúvida de que, nesse processo da indústria brasileira, olhando para o futuro, o Brasil precisa firmemente endereçar uma agenda pró-competitividade. É uma agenda densa, complexa, na medida em que nos remete à discussão de questões ligadas à infraestrutura, ao custo de capital, a questões relacionadas à complexidade do sistema tributário brasileiro e, ainda, a algumas questões associadas ao nível de produtividade da economia brasileira.

No entanto, o câmbio permite, de alguma forma, mitigar essas desvantagens que o Brasil tem associadas ainda a elevados custos sistêmicos na economia brasileira. Portanto, sem uma combinação adequada de dois preços macroeconômicos fundamentais, o câmbio e o juro, esse binômio definidor da competitividade e, mais do que isso, da sobrevivência da indústria brasileira, nós ficaremos aí condenados a uma posição que nos levará a ainda continuar a assistir a esse processo de desindustrialização na economia brasileira.

Feita essa introdução, eu indago: como os senhores veem a questão do câmbio, considerando que temos em tese um regime de câmbio flexível, mas considerando que nenhuma economia emergente deixa de ter a compreensão de que o câmbio tem que ser administrado de alguma forma. Um regime de livre flutuação é um regime que me parece que não corresponde aos interesses, vamos dizer, das economias emergentes. Sem um câmbio amigável, o setor exportador desses países perde, por assim dizer, força e, evidentemente, esse canal externo deixa de dar uma contribuição maior ao crescimento econômico.

Então, a pergunta primeira é: como veem a questão do câmbio, tendo em vista a existência do tripé, a ideia de que temos um câmbio flexível, embora saibamos que não devemos ter um câmbio que consagre essa ideia da livre flutuação? Essa é a primeira questão.

A segunda diz respeito a algo que corresponde quase a uma jabuticaba do Brasil, que é o nível de *spreads* bancários que temos no Brasil. O Brasil se situa muito mal nesse *ranking*, ou seja, as margens brutas de in-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

termediação financeira no Brasil que compõem o chamado *spread* bancário estão muito acima dos padrões e dos níveis observados em economias que têm as mesmas características do Brasil.

E aí sabemos que, frequentemente, no debate se apontam múltiplas causas para o fenômeno. A primeira delas seria a existência de um processo de relativa insegurança jurídica. Os bancos superestimam a questão da inadimplência e há ainda, claramente, um processo que está associado a um nível elevado de concentração da indústria bancária no Brasil.

Nós temos cinco instituições financeiras que respondem por quase 75% dos ativos financeiros do Brasil. Então, temos, claramente, uma situação de concentração e de baixa concorrência no sistema financeiro brasileiro. Por outro lado, sabemos que temos uma questão associada à cunha fiscal: a elevada tributação da intermediação financeira.

Então, pergunto: como devemos perseguir uma agenda nessa questão dos *spreads* que possa nos ajudar a chegar a um nível que permita que, tão logo o Brasil reduza a inflação, não tenhamos ou continuemos a ter uma taxa de juros real extremamente elevada, exatamente porque temos um nível de *spreads* bancários que é absolutamente incompatível com as taxas de retorno da chamada economia real? Então, essa é uma questão que também eu gostaria de ouvir a respeito.

Eram essas as questões, agradeço a atenção.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Armando Monteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, quero, se o Senador Armando me permitir, fazer também uns questionamentos para depois a Mesa falar, porque são questionamentos também parecidos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos fazer a inscrição de dois em dois Senadores, até porque temos quatro pessoas na Mesa; se fizer mais, fica difícil.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro, vejo tanta gente defendendo a autonomia do Banco Central, defendem mandatos fixos que, inclusive, passem por governos: dois anos em um Presidente e dois anos em outro. O Presidente do Senado Federal, inclusive, quer colocar esse projeto para votar.

Mas fico vendo a pressa, porque se trata de um Governo interino, provisório. Não tivemos a votação ainda definitiva do processo de *impeachment*, e os que defendem a autonomia do Banco Central, mandato fixo, decidem trocar não só o Presidente, mas todos os diretores, numa velocidade incrível.

Então, quero – não são os senhores, – aos defensores dessa tese, primeiro, cobrar coerência, porque o ideal seria aguardar o final do julgamento da Presidente Dilma.

Mas eu vou começar pelo mesmo ponto que o Senador Armando Monteiro começou, pela questão do câmbio. Há uma preocupação muito grande com a desvalorização do dólar e valorização do real nesse último período. Inclusive, saiu com uma nota – quero ler um trecho da nota da Abimaq – porque, de fato, temos que dizer que, desde o Plano Real até agora, passando inclusive pelo governo do Presidente Lula, que teve grandes acertos macroeconômicos, mas em relação à questão do câmbio, o Banco Central do Meirelles também utilizava o câmbio para segurar a inflação.

Vivemos até agora sofrendo isso, um impacto na indústria violentíssimo, um impacto gigantesco. Agora, do ano passado para cá, é que a gente chega a um patamar mais confortável para a indústria, os números aparecem,

Nós tivemos um saldo da balança comercial em 2015 de R$19,6 bilhões, ante ao déficit de R$4 bilhões em 2014. E, na verdade, estamos muito preocupados com as sinalizações deste novo Governo interino a partir da questão do câmbio.

Eu quero ler um trecho dessa nota da Abimaq.

Após 15 anos de real fortemente apreciado, que reduziu a indústria de transformação para menos da metade neste período, a equipe econômica do Governo Temer volta a utilizar a velha política de juros altos e câmbio baixo, que já quebrou o País em 1999, e que é uma das grandes responsáveis pela atual crise econômica. [Isso aqui não sou eu, Senador do PT, que estou falando; é a Abimaq; a velha política de juros altos e câmbio baixo.]

Os débeis sinais de recuperação de alguns setores industriais resultantes do curto intervalo de tempo no qual o câmbio esteve relativamente competitivo, que também quase eliminou o déficit em conta corrente, estão ameaçados de serem abortados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Entendemos que uma taxa de câmbio abaixo de R$/US$ 3,8 coloca em risco este início de recuperação, desestimula o setor produtivo a brigar no mercado externo e elimina o único *drive* disponível no curto e médio prazo para voltarmos a crescer.

Então, o primeiro questionamento que quero fazer é em relação ao câmbio. Eu quero entrar também na discussão fiscal, porque, na discussão fiscal... Inclusive, vi uma entrevista do Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, em que ele fala que, para começar a abaixar a taxa de juros, tem que se esperar alguma sinalização na questão fiscal.

Os senhores sabem, quem acompanha esse trabalho na CAE, que sou um defensor de políticas anticíclicas. Eu acho que, em momento de desaceleração econômica como esta, temos que ampliar gastos do Governo, em especial investimentos e gastos sociais. Foi assim que saímos daquela crise em 2008, com sucesso, no Governo do Presidente Lula. Mas quero chamar atenção da incoerência, porque afastaram provisoriamente uma Presidente República, no meio do maior contingenciamento da história do País, que foi no período do Ministro Levy, em 2015, um contingenciamento de mais de R$80 bilhões. Fizeram um escarcéu neste País e afastaram provisoriamente uma Presidente da República por isso.

No ano passado, a Presidente enviou ao Congresso Nacional uma meta com déficit. Foi um escândalo na imprensa que cobre a área econômica no Parlamento: "Isso é um absurdo mandar com déficit!" E o Relator, Ricardo Barros, que hoje é Ministro da Fazenda, era o Relator do Orçamento, mexeu e mandou com superávit; não mandou com déficit.

Pois bem, estamos numa situação inusitada neste Governo do Presidente Michel Temer. Essa meta fiscal de R$170 bilhões, sinceramente, chamo de incoerência, porque acho que vai interferir no trabalho dos senhores. São R$170 bilhões, nos quatro primeiros meses do ano. Em janeiro, fevereiro, março e abril, houve um déficit de R$5 bilhões só. É como se encomendassem R$165 bilhões para os oito meses.

Por que houve um déficit só de R$5 bilhões? Porque houve um ajuste vigoroso, porque estavam valendo as regras Tribunal de Contas, a mudança de entendimento do Tribunal de Contas, em outubro de 2015. E o que o Governo está fazendo, de dois em dois meses, havia um decreto de contingenciamento muito forte. Então, estava sendo feito ali um dever de casa muito grande.

Aí os senhores dizem: "Tudo bem, nos primeiros meses do ano, não dá para medir; os quatro primeiros meses são meses melhores."

Pois bem, no acumulado dos 12 meses, até maio, o déficit primário está em R$150 bilhões. Só que, aqui, vale dizer que, desses R$150 bilhões, em dezembro do ano passado, por causa de todo esse debate quanto ao *impeachment* e tudo mais, a Presidenta Dilma pagou, de uma vez, R$57 bilhões das ditas pedaladas fiscais. Então, se você diminuir, dos 150, os 57, pode-se dizer que estamos rodando neste último período de 12 meses, num déficit primário em torno de R$90 bilhões a R$100 bilhões. É isso. Mas R$170 bilhões?

Imaginem os senhores se fosse a Presidenta Dilma que tivesse feito aquele anúncio com os governadores. Houve um impacto de R$50 bilhões Não estou contra à negociação com os Governadores. São negociações importantes, mas imaginem se tivesse sido ela.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – É o lado keynesiano.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estou cunhando um termo, Senador Requião. Porque há tanta conta para pagar no *impeachment*, que o termo se chama keynesianismo fisiológico. Há tanta conta que estão pagando nisso aí.

E, sobre a interferência na política do BC, eu acho hoje, sinceramente, que os senhores... Eu queria saber a opinião dos senhores sobre essa questão do lado fiscal. É claro que, quando a gente fala da questão fiscal e do déficit do País, é impressionante como fizemos esse debate aqui em 2015. A sensação era de que estávamos enxugando gelo, porque fazíamos um ajuste pesado nas despesas primárias, e, do outro lado, aumentamos a taxa de juros e aumentamos muito o pagamento de taxas de juros.

Porque aqui os senhores têm que entender: não há qualquer tipo de ideia de ajuste fiscal sem a participação do Banco Central. Olhem: em 2014, do déficit nominal de 6,05% do PIB, 0,6 foi déficit primário, e 5,4 foi pagamento de juros; em 2015, é a mesma coisa, o déficit é de 10,34, e 8,43, pagamento de juros.

Então, quero chamar atenção dos senhores e perguntar qual é a diferença do Brasil? Dr. Tiago, Diretor de Assuntos Internacionais: no Banco Central europeu, juros negativos; nos Estados Unidos, juros reais negativos, é 0,5 a taxa...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Trinta por cento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pois é. Japão, juros negativos. Não me parece, quando a gente está falando da comunidade europeia, coisa de socialista, mas lá há juros negativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, quero entender um pouco isso, porque o impacto fiscal dessa taxa de juros é gigantesco. E a gente sabe também que esses juros altos... Aqui, não há jeito, Senador Armando, a questão do câmbio é muito influenciada por essa taxa de juros e pelas *commodities*. O dólar entra com uma facilidade no País gigantesca.

E aí é onde entra uma coisa que, para mim, é importante, que é a indexação dos títulos da dívida pública à Selic, porque estou convencido, Senador Roberto Requião – que participa desta CAE há seis anos, em todas as sabatinas, em todas, o Presidente do Banco Central vem aqui de três em três meses –, de que esta é uma jabuticaba brasileira.

Os títulos da dívida pública são indexados à taxa Selic. E aqui acaba havendo uma pressão política gigantesca, de muita gente que está,...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que quer que a taxa Selic suba ou quer impedir que ela baixe, porque são remunerados por um título da dívida pública indexado à taxa Selic.

Volto a dizer aqui, queria saber a opinião dos senhores sobre isso. Inclusive, sou autor de um projeto aqui no Senado Federal que trata desse tema, mas para mim é um tema decisivo para que a gente possa ter mais liberdade em relação à taxa Selic. Para mim existe, sim, cada vez mais, uma interferência política na decisão sobre baixar a taxa Selic ou não.

E eu queria acabar a minha intervenção, falando o seguinte: o Senador Armando Monteiro falou aqui dos *spreads* bancários. Esta é uma preocupação nossa, a concentração do sistema bancário brasileiro, com uma baixa concorrência. É por isso, inclusive, Dr. Reinaldo Le Grazie, que recebi os senhores no gabinete e conversei com cada um dos senhores. Reconheço os bons...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... mas nesse caso, Dr. Reinaldo, com todo o respeito que tenho pelo currículo do senhor, nós achamos, da mesma forma que nos comportamos aqui, em relação ao Dr. Ilan Goldfajn – que era sócio do Itaú, diretor do Itaú, há até pouco tempo –, para nós... Nós tivemos, no governo da Presidenta Dilma, um determinado momento em que tivemos cinco funcionários públicos como diretores do Banco Central. Nós achamos, sim, que há conflito de interesse. E o senhor, com todo o respeito, tem um belíssimo currículo, mas, por ter sido sócio do Bradesco, diretor do Bradesco, aqui, agora, ser o Diretor de Política Monetária, que é quem realiza, na verdade, a compra e a venda de ativos financeiros, controla a questão cambial das nossas reservas internacionais...

Eu queria que o senhor entendesse, mas nós, aqui, da Liderança da oposição, vamos votar contra o seu nome – respeitando, volto a dizer; não é nada aqui pessoal – e a favor dos três nomes: são dois acadêmicos e um funcionário de carreira do Banco Central. Eu queria que o senhor entendesse. E, como falamos também com o Dr. Ilan, com o maior respeito, não é nada pessoal, mas é a nossa visão. Essas áreas, aqui, são muito conexas. Aumentar a taxa de juros, hoje, no País, nesse nível de concentração de *spreads* bancários...

É o Banco Central que tem de fazer a regulação dessas instituições. Por isso, eu queria aqui encaminhar o voto favorável aos três nomes e o voto contrário ao nome do Dr. Reinaldo Le Grazie, insistindo em que eu queria muito que os senhores avaliassem tanto a questão cambial quanto a questão fiscal e fizessem esse paralelo com o mundo. O Dr. Tiago, que é Diretor de Relações Internacionais, pode abordar sobre o que acontece nos bancos centrais do mundo, nos principais bancos centrais, e a diferença para o nosso Banco Central.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Vamos, então, começar as respostas. Não sei se pode ser na ordem ou se alguém quer falar antes... Não? Então, eu passo a palavra ao Sr. Reinaldo Le Grazie.

O senhor tem também dez minutos.

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Respondendo aos questionamentos de S. Exª, Senador Armando Monteiro – primeiro, obrigado pelas palavras –: realmente, a volatilidade do câmbio, nos últimos tempos, tem sido maior do que a média, e isso é fruto da volatilidade de todos os fatores. A volatilidade na taxa de inflação e a volatilidade na taxa de juros, no Brasil, tanto no curto quanto no longo prazos, têm sido muito altas, e isso se reflete em todos os outros fatores, inclusive no câmbio. Eu compreendo o seu comentário e sei que isso é ruim para os agentes, para a sociedade como um todo, em especial para a indústria.

Eu acho que precisamos conseguir reduzir a volatilidade e vamos fazer isso com esse desenho do tripé. Quer dizer, o câmbio vai continuar a ser flutuante. Eu entendo e tenho a opinião de que o câmbio flutuante é a melhor maneira de equilibrarmos o cenário como um todo. Essa é a minha visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quanto à agenda pró-competitividade, temos que trabalhar, sem dúvida. O custo de capital é muito alto, e a falta de linhas de longo prazo compromete a rentabilidade das operações. Eu acho que temos um mercado de capitais, no Brasil, em via de suprir essas necessidades.

Eu acho que não falta muito, para conseguirmos fazer esse mercado funcionar melhor, e isso faz parte, como eu disse no meu pronunciamento, das minhas preocupações.

Com relação à livre flutuação, o senhor falou em livre flutuação *lato sensu*. Não é o modelo padrão no mundo, e eu acho que é consenso, entre os estudiosos do Brasil, que o Brasil também não deve ter uma livre flutuação limpa, total. Quer dizer, a flutuação é uma flutuação com intervenções pontuais, mas pontuais quando as distorções aparecem, não é?

Com relação aos *spreads* bancários, a volatilidade na inflação, nos juros e no câmbio complicou a avaliação e a atuação nos *spreads* dos bancos. Eu acho que, obtendo-se um ambiente um pouco mais tranquilo, nós conseguiremos endereçar essa questão novamente. É, sem dúvida, uma questão muito relevante, de que vamos ter que tratar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – O senhor me permite só um...

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O senhor coloca essa questão em relação a algumas questões conjunturais, como, por exemplo, este momento de certa instabilidade, até do ponto de vista político. Mas quero olhar um pouco para trás. Quer dizer, indo para dez anos atrás e verificando que, em alguns momentos, a economia brasileira tinha um quadro de relativa estabilidade, mesmo nesses períodos convivemos com *spreads* elevadíssimos.

E eu costumo me valer de um argumento, que é o seguinte: uma operação que foi muito bem concebida, no Brasil, foi a operação do chamado crédito consignado. Essa operação significa risco zero, do ponto de vista da instituição financeira. Ou seja, ainda assim, aquelas operações que eram apresentadas como de custo baixo nominalmente tinham embutidas taxas de juros reais elevadíssimas. Então, mesmo em meio a um cenário de relativa estabilidade e numa espécie de operação em que o risco era, reconhecidamente, um risco zero, ainda assim tínhamos *spreads* bancários elevadíssimos. Então há algo, em relação a essa questão dos *spreads*, que me parece que se descola desses períodos de relativa instabilidade.

É como se fosse um elemento presente, de caráter quase estrutural, no sistema financeiro brasileiro e que talvez – permita-me dizer – esteja muito associado a essa ideia de que a baixa competição, os níveis de concorrência, na indústria bancária brasileira, são muito pequenos. É claro que temos o modelo americano, em que há uma imensa presença de instituições de porte pequeno, bancos regionais... Ou olhemos para a Alemanha, por exemplo, onde as cooperativas de crédito têm um papel e chegam a responder por quase 15% da oferta de crédito. Ou seja: tirando essas especificidades, não há dúvida nenhuma de que o Brasil tem, nessa questão dos *spreads*, uma situação que nos coloca, tristemente, numa posição – por que não dizer? – de certa patologia do sistema de crédito no Brasil.

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Obrigado.

Muito bem colocado, Senador. Eu acho que temos mesmo uma questão de custo do capital muito caro no Brasil. Essa é uma questão que correu o risco de se chamar estrutural. Talvez o senhor esteja correto.

A questão conjuntural, acho, impediu que a gente hoje tenha um diagnóstico adequado sobre a situação, sendo que o tempo passou, e talvez o diagnóstico seja um pouco diferente do que parecia há 5, 10 anos, mas eu acho que tem que ser endereçado.

Com relação à competitividade, a concentração bancária é uma tendência global e do Brasil também. Inclusive, os bancos, o movimento de globalização bancária está tendo um refluxo atualmente, então é natural que os bancos estrangeiros tenham menos interesse no Brasil, e o custo de capital, por alguma razão, não está permitindo novos empreendedores no sistema bancário. Eu acho que isso faz parte da agenda para a gente tratar. Com certeza, o consignado, que o senhor falou, alienação fiduciária também foi uma grande evolução dos últimos anos, deu um impulso brutal, segurança jurídica. São os pontos da agenda estratégica pró-competitividade que o senhor falou, a que acho que a gente deveria dar tratamento.

Passando para os questionamentos do Senador Lindbergh com relação ao câmbio, eu acho que é um pouco do que eu falei para S. Exª, Senador Armando: fluxos externos são muito instáveis e fizeram um movimento brutal há cinco, dez anos, no Brasil - cinco anos. E, esses movimentos, não podemos ficar muito dependentes deles, senão a situação... Podemos não ter o controle adequado de todas as variáveis. Isso eu acho que depende um pouco da estrutura total, como desenhamos, o equilíbrio.

Com relação ao que senhor falou, câmbio baixo e juros altos, o desenho que vejo como mais adequado é meta de inflação, inflação baixa e câmbio flutuante. O desenho não é câmbio baixo nem juros altos. Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

o necessário para encontrarmos o nosso equilíbrio e atingirmos o nosso mandato de inflação baixa e sistema financeiro estável.

Com relação ao fiscal, o senhor também perguntou qual é a visão do Banco Central. Tenho certeza de que meus colegas vão poder complementar essa visão, mas o Banco Central tem uma visão agregada do fiscal, do impacto que ele tem nas variáveis, e a gente atua nesse sentido. Eu acho que o Banco Central não deve ter uma visão alocativa dos gastos que, sem dúvida, têm muitas incertezas nas contas. As contas tanto de despesa quanto de receita, variam muito, e a gente avalia o impacto final.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Passo a palavra ao Sr. Tiago.

O SR. TIAGO COUTO BERRIEL – Agradeço a oportunidade de responder as questões... (*Falha na gravação.*)

...quanto de S. Exª, o Senador Armando Monteiro.

Eu endosso o que o meu colega indicado falou sobre a questão cambial. Eu só quero deixar bem claro que o câmbio não é uma meta nem um instrumento de política monetária. Ele é um preço na economia que deveria refletir uma série de fundamentos e a conjuntura tanto de incertezas internas quanto de incertezas externas. Nesse sentido, ele deveria flutuar para acomodar mudanças nessas incertezas.

Com relação a isso, o Banco Central vai ter que deixar acomodar - o câmbio é flutuante – essas mudanças na conjuntura, inclusive a mudança no nosso patamar de conta corrente. O nosso patamar inicial na conta corrente foi um dos fatores que levou à depreciação cambial, que a gente observou, isso ajudou o ajuste na conta corrente, isso é uma coisa natural, para isso que servem movimentos cambiais.

Dito isso, o Banco Central vai atuar, como bem falou o Presidente Ilan Goldfajn, na questão do excesso de volatilidade. Ele não se abstém de intervir; vai intervir para evitar essa volatilidade excessiva, mas permitindo que o câmbio reflita esses fundamentos.

Com relação ao *spread* bancário, eu também concordo com o meu colega. Há um ponto importante. O *spread* bancário é bem heterogêneo, o que reflete, como já apontaram, desenhos institucionais diferentes que permitem *spreads* menores. Acho importante, caso V. Exªs me deem a honra de participar do colegiado, entender o efeito desses diferentes desenhos institucionais que permita uma redução desse *spread* de forma mais homogênea. O segundo ponto é que o Banco Central tem que trabalhar para que haja competição bancária e que isso permita uma concorrência maior e uma redução dos *spreads*. Eu acho que isso faz parte do mandato do Banco Central.

Com relação aos questionamentos de S. Exª o Senador Lindbergh, sobre a questão cambial – acho que eu já falei.

Com relação à questão fiscal, especificamente para condução de política monetária, muito mais importante que o que está acontecendo correntemente com a política fiscal são a credibilidade, a certeza e a segurança de que a política fiscal, intertemporalmente, vai se desenvolver de maneira a levar a dívida a trajetórias de solvência e responsabilidade. Uma vez que medidas estruturais sejam apresentadas, tenham a probabilidade de aprovação alta e sejam, eventualmente, aprovadas e que isso gere a expectativa de um fiscal responsável e de uma dinâmica de dívida estável, isso deve ser suficiente para que a condução da política monetária tenha plena eficácia e poder de atuação. Eu acho que essa é a questão principal de preocupação para o Banco Central.

Com relação aos juros, os juros no Brasil são altos, e existe uma série de explicações possíveis. Uma delas é a falta de poupança doméstica, assim como um histórico de inflação alta e volátil, uma alta indexação da economia e uma oscilação da incerteza fiscal. Então, são pontos que devem ser adereçados conjuntamente. Da parte do Banco Central, a convergência da inflação para a meta e a redução das incertezas fiscais devem ser os catalisadores para que esse processo de convergência se aproxime de uma comparação com países equivalentes, da mesma maneira que a taxa de juros real no Brasil era mais alta no passado e passou por um processo de convergência com a diminuição da volatilidade da inflação e dos riscos da economia brasileira. E eu acho que o processo tende a ser esse.

Espero ter respondido.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA DE CARVALHO – Muito obrigado, Srª Presidente.

Em boa medida, sinto-me contemplado nas respostas dos meus colegas indicados, mas vou fazer algumas considerações aqui.

S. Exª o Senador Armando Monteiro mencionou a questão do crédito consignado. Eu acho que a experiência com o consignado ilustra um elemento importante nessa questão do *spread*. Certamente, há elementos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que são da alçada do Banco Central, mas também, como V. Exª mencionou, há outros elementos que transcendem, digamos assim, a seara do Banco Central, como a questão tributária, a questão de insegurança jurídica etc.

Eu acho que a experiência com consignado ilustra a potência dessas outras margens também. Muito embora a taxa de juros não tenha caído para um nível tão baixo quanto todos nós desejaríamos, foi uma queda muito substancial em relação a uma modalidade de crédito comparável para a qual não houve uma mudança institucional similar. Então, eu acho que a importância da garantia, nesse caso, fica muito clara e mostra que, além da agenda do Banco Central, que, até onde eu entendo, tem uma agenda clara de tentar entender e trabalhar para baixar esse *spread* bancário, há uma agenda mais ampla de Governo que conta, inclusive, com a importância desta Casa aqui para tentarmos atacar essa questão.

Falando agora, rapidamente, sobre a questão do câmbio, que foi colocada também por S. Exª o Senador Lindbergh Farias, e também sobre a questão fiscal, eu vou fazer um comentário que eu acho que se aplica às duas coisas. O Banco Central tem, entre suas missões, a busca da meta para a inflação definida pelo CMN, e isso é feito utilizando-se, primordialmente, da taxa de juros como instrumento. E aí o manejo dessa taxa de juros tem implicações para a questão fiscal, porque impacta o custo de financiamento do Tesouro, e acaba tendo também implicações sobre a taxa de câmbio. Então, o Banco Central precisa focar a utilização desse instrumento para a missão que lhe cabe. E nós entendemos que há custos na implementação dessa política, mas, como em qualquer política pública, há os benefícios. Então, o desenho é tal que o Banco Central precisa ter as condições para buscar essa meta determinada como parte da sua missão e se preocupar também, no caso da questão cambial, com situações em que o mercado possa não estar funcionando de maneira adequado. E aí, como foi sinalizado pelo Presidente Ilan, eu acho que intervenções cumprem o papel de tentar normalizar o funcionamento do mercado.

Assim, caso V. Exªs me concedam a honra de integrar a Diretoria daquela autarquia, eu pretendo contribuir para a perseguição dessa meta, atento a essas questões, para tentar contribuir para um ambiente macroeconômico mais estável e mais benéfico, digamos assim, para o crescimento econômico.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço.

Passo a palavra ao Sr. Isaac.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA – Srª Presidente, muito obrigado. Agradeço também aos Senadores Armando Monteiro e Lindbergh pelos questionamentos que dirigiram aos indicados.

Em boa medida, os colegas aqui indicados ao cargo de Diretor já endereçaram as questões que foram colocadas por S. Exªs os Srs. Senadores, mas eu entendo também conveniente e pertinente trazer alguma complementação de minha parte.

Eu também advogo um regime de câmbio flutuante, não o faço de forma pura, de forma absolutamente livre. Entendo que é um preço que deve ser exatamente trabalhado para o equilíbrio interno e externo da economia.

Nós não adotamos no Brasil uma meta de taxa de câmbio. Penso que esse é um desenho macroeconômico ideal, ao lado da responsabilidade fiscal e do regime de metas de inflação, e penso que exatamente, quando as circunstâncias assim indicarem, o Banco Central deve atuar efetivamente para regular o funcionamento do mercado de câmbio e para conter as disfunções do mercado. Penso que este é um desenho que favorece os fundamentos da economia, ou seja, um câmbio flutuante com necessárias atuações do Banco Central para conter a volatilidade, para regular o funcionamento do mercado de câmbio.

No que diz respeito ao *spread* bancário, essa é uma questão que, de fato, deve perseguir a agenda do Banco Central. O Banco Central, do ponto de vista de sua política regulatória, tem adotado, nos últimos anos em especial, uma postura que fomenta, que incentiva a concorrência, a competitividade, a transparência nas relações contratuais, para que se permita ao consumidor bancário comparar as tarifas bancárias, comparar os preços dos produtos e dos serviços financeiros. Há exemplos nesse sentido concretos, como a padronização das tarifas bancárias, que ocorreu numa articulação, inclusive, com órgãos de proteção e defesa do consumidor, com a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, com o Ministério Público. Também há outras medidas regulatórias que foram adotadas e que permitem essa maior competitividade, como a portabilidade do crédito, a portabilidade do cadastro, a portabilidade do salário. Recentemente, o Banco Central regulamentou a conta digital, dentro de uma linha de atuação que se presta a buscar a maior eficiência do sistema financeiro, a diminuir os custos de intermediação do Sistema Financeiro Nacional, a fomentar a poupança.

Há questões, sim, Senador Armando Monteiro, estruturais que precisam ser endereçadas. Concordo com V. Exª. Precisamos mesmo perseguir uma agenda que leve à redução do *spread* bancário, que leve à competitividade, que leve à concorrência, que leve à transparência. O Banco Central precisa se imbuir dessa agenda. Portanto, nesse sentido, concordo com V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

S. Exª o Senador Lindbergh trouxe questões relacionadas ao câmbio. Penso que já enderecei essa questão. Portanto, salvo melhor juízo, acho que já tratei dessa questão. S. Exª o Senador Lindbergh também fala do fiscal, da meta fiscal de R$170 bilhões para 2016. O que eu diria a esse respeito? Fala também a respeito da taxa de juros elevada, do custo fiscal, da política monetária. Eu faria alguns comentários muito brevemente, para concluir minha fala sobre esse assunto.

Penso que as áreas do Governo competentes, em especial o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, têm endereçado, proposto e adotado medidas, inclusive propondo medidas ao Congresso Nacional, para que o Brasil possa buscar o equilíbrio das contas públicas, o equilíbrio entre receitas e despesas de forma sustentável, para que a trajetória da dívida pública possa se situar num patamar consistente. Isso é que é importante para a condução da política fiscal. É importante que haja a retomada da confiança e da credibilidade de que as contas públicas vão caminhar para o equilíbrio. Isso, certamente, trará uma grande contribuição para a condução da política fiscal.

Do ponto de vista do custo da política monetária, é uma política pública que tem seus custos. Há também enormes benefícios numa atuação do Banco Central quando mantém a inflação baixa, quando mantém a inflação estável. Isso também contribui para a retomada do investimento e do crescimento de forma sustentável. Isso contribuiu também para a geração de emprego e de renda. Penso que existem benefícios sociais que são inestimáveis com a atuação da política monetária.

Enfim, Excelências, são essas as considerações que eu me permito fazer nesta primeira abordagem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço-lhe, Sr. Isaac.

Pergunto se o Senador Armando Monteiro e o Senador Lindbergh querem fazer uso da palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem. Aqui é o Senador Raupp.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Seria possível, com a anuência do Plenário, abrir a votação, já que todos estão fazendo perguntas? Eles já fizeram as suas explanações.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só há outro sabatinado, destinado ao cargo da CVM, que não está à mesa e que não fez sua exposição. Tínhamos entendido que finalizaríamos essa sabatina, ouviríamos a exposição do indicado à CVM e abriríamos a votação. Mas o Plenário pode deliberar de forma diferente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Na mesma direção da fala do Senador Raupp, eu pediria a V. Exª que, enquanto arguimos os nossos diretores do Banco Central, abrisse a votação, até pela questão do quórum.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas aí teríamos de abrir a votação para os cinco indicados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos abri-la para os cinco.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu sempre me oponho, não é de agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª se opõe a tudo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, calma, Senador!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Calma, Senador!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quando quero ajudar, o Senador Flexa...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele quer ajudar, Flexa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou querendo ajudar, Senador Flexa.

Sempre me oponho a isso, porque acho a sabatina dos diretores do Banco Central muito importante, Srª Presidente. Essas sabatinas em congresso demoram, às vezes, dias. Eu sempre me oponho por isto, porque acho que é importante todo mundo escutar. No caso de hoje, não vou me opor por uma questão muito concreta, Senador Gleisi: hoje, de fato, há a Comissão do Impeachment e o funcionamento de muitas comissões nesta Casa.

Então, peguei a palavra para dizer que, neste caso, poderíamos, em torno de 11h, abrir aqui a votação e começar a ouvir o indicado para a CVM, ou mesmo agora, se for o interesse da maioria dos Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se houver o consenso do Plenário...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só quero registrar que fico muito feliz de poder ter uma concordância com o Senador Lindbergh.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está registrado, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aliás, eu agradeço a ele por ele concordar com a proposta que fiz.

Muito obrigado, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está me devendo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se não houver oposição alguma do Plenário, nós abriremos a votação, inclusive, para os cinco sabatinados. (*Pausa.*)

Então, podemos abrir a votação.

Passo a palavra para o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito rapidamente, Srª Presidente, eu queria aduzir duas questões ainda sobre os *spreads*, de que estávamos tratando.

Primeiro, quero saber o que eles acham do atual nível de recolhimento compulsório, do regime compulsório que temos no Brasil. Por exemplo, há 45% de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e ainda um forte nível de recolhimento sobre poupança e sobre depósitos a prazo também. É evidente que essa questão também se relaciona com o nível de *spread* na medida em que o nível de recolhimento compulsório, evidentemente, reflete-se nessa questão dos *spreads*.

A segunda questão que eu gostaria também de colocar é uma avaliação sobre essa questão do crédito direcionado *vis-à-vis* da efetividade da política monetária.

Diz-se muito que a potência, a efetividade da política monetária no Brasil é, de certo modo, comprometida pelas questões fiscais – de resto, esse processo fiscal já foi aqui tratado –, mas também pelo fato de que 50% do volume de crédito está de alguma maneira associado a essa questão do crédito direcionado. Então, isso termina por exigir que no outro segmento, que é o do crédito livre, se tenha que elevar demasiadamente as taxas e os *spreads* para compensar o efeito do crédito direcionado.

São duas questões que eu gostaria que fossem avaliadas pelos senhores.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, pela ordem. Por favor, Sr. Presidente.

Aproveitando... (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Aproveitando a dinâmica que a Senadora Gleisi estava colocando aqui no funcionamento da Casa – cada dois Senadores fazendo os questionamentos –, eu gostaria de fazer uso da palavra agora, porque aproveitaria a fala do Senador Armando e faria as minhas perguntas. Ao passar para os sabatinados, eles responderiam em grupo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – ... ele concorda, eu lhe concedo a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode falar. Ele fala e depois eu faço a réplica, ou eu faço a réplica e depois o Senador Roberto Muniz fala.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Tudo bem. Então, com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Inclusive, eu lhe passo a palavra por causa de seu nome. Um nome belíssimo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu agradeço. Quando cheguei aqui, eu também vi seu nome e fiquei muito feliz.

Senador Requião, é um prazer muito grande chegar a esta Casa e ter oportunidade de estar aqui num momento tão importante, que é essa sabatina dos diretores do Banco Central.

Em princípio, eu também fico um pouco estupefato ao ver que a gente está mudando a Diretoria toda. Isso já me causa um pouco de problema, porque eu acho que uma instituição pública precisaria ter um nível de... Que esses mandatos tivessem algum nível de...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Continuidade.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É, de continuidade. Não poderia, de repente, a gente fazer uma mudança de 100% da Diretoria, como está sendo provocado aqui. Acho isso um certo risco institucional. Já que o caminho e a missão são criar estabilidade no País, estabilidade na moeda, solidez do sistema financeiro, uma troca de 100% da Diretoria não leva o mercado a olhar... Pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

com o meu olhar, com a minha visão, eu acho que o mercado começa a entender que há uma manipulação política na indicação dos diretores.

O que eu queria dizer é que a gente tem tido uma mudança muito grande no olhar e na percepção da população brasileira. Por isso, primeiro eu quero parabenizar os currículos de V. Sªs; são currículos que realmente engrandecem os locais por onde vocês passaram e, com certeza, chegando ao Banco Central acho que poderão contribuir muito para a missão daquela instituição. Esse novo olhar da sociedade brasileira me fez ver, outro dia, uma pesquisa que demonstra que os brasileiros hoje sabem mais o nome dos Ministros do Supremo do que dos jogadores da seleção brasileira.

Eu tenho convicção de que, no futuro do Brasil, vocês serão indagados nas ruas sobre a razão de os juros estarem tão altos. Da mesma forma que os Ministros do Supremo estão sendo reconhecidos nas ruas, vocês serão parados pela população dizendo: "Dr. Tiago, Dr. Reinaldo, Dr. Carlos Viana, Dr. Isaac, por que o Brasil todo, quando não está no Banco Central, deseja diminuir os juros?" Todos entendem que a diminuição dos juros é algo importante para o Brasil e, ao adentrar aquela casa, você tem que trabalhar com a palavra que foi usada pelo Dr. Isaac: com parcimônia.

Outra coisa que também me deixou muito intrigado, conversando com o Senador Lindbergh, é que todo mundo é a favor do regime de câmbio flutuante – é unanimidade –, mas com intervenção com parcimônia. E a parcimônia se dá através do momento em que vocês escolherem fazer a intervenção. Então, na verdade, o câmbio não é flutuante: ele tem uma tendência a flutuar até que o Banco Central se ache no direito de influenciar no mercado a fim de garantir uma estabilidade no sistema financeiro.

Eu queria aproveitar a fala de vocês para tentar aprofundar algumas questões que foram colocadas. A questão dos juros tem também a ver com a baixa poupança doméstica – o Dr. Reinaldo já havia falado isso. O que nós podemos fazer, Dr. Reinaldo, e vocês, para ampliar essa poupança? Acho que isso é fundamental para criar esse lastro no Brasil. Segundo: foi colocada pelo Dr. Tiago a questão da política de transparência, da relação entre o Banco Central e a sociedade. Como a gente pode avançar mais, para que a sociedade possa fazer uma aproximação em todas as questões que concernem ao funcionamento do Banco Central? E aí vai uma questão que acho fundamental: há muitas coisas na economia – eu não sou economista, Senador Armando – que o povo, as pessoas não entendem. Quando a gente começa a falar da eficiência do custo de intermediação financeira, Senador Lindbergh, as pessoas não conseguem entender o que é isso. E ali está, talvez, o ovo de Colombo do Brasil – pelo menos ao meu olhar de leigo – da economia.

Eu estava levantando aqui o que aconteceu nos últimos anos, mas aproveitei para pegar o ano de 2015. O Itaú Unibanco teve um lucro de R$23 bilhões! A primeira coisa que eu descobri nesse um mês de trabalho, Senador Armando, é que no Brasil em que eu andava a moeda era Real; aqui no Senado a moeda é bilhão. Já foi uma grande diferença que eu senti nesse patamar. Depois vem o Bradesco: R$17 bilhões, Senador Flexa! Isso em 2015. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica, mesmo tendo juros muito mais atraentes, principalmente para o agronegócio, para uma política de investimento de longo prazo em projetos de infraestrutura, conseguem ter um lucro de 14 bilhões, o Banco do Brasil, e 7 bilhões, a Caixa Econômica.

E aí a gente entrou em crise; o Brasil entrou em crise, com 11 milhões de pessoas desempregadas. Os juros do cartão de crédito – estes, sim, a população sente diretamente – são um dos maiores juros do mundo. E aí vem, no primeiro trimestre, o lucro dos bancos: o Itaú continua com R$5 bilhões, ou seja, vai ao patamar de R$20 bilhões; o Bradesco, com R$4 bilhões, chega ao patamar de $16, 17 bilhões. E nós ficamos nos perguntando: essa eficiência, o custo da intermediação financeira é o quê? É o lucro, porque, se não há eficiência no sistema e o sistema aparece com esses lucros, alguma coisa está correndo à revelia do Banco Central.

O Banco Central tem que ter capacidade de influir em coisas que rebatam no dia a dia da população, como as tarifas bancárias. A população não aguenta mais pagar tanta tarifa bancária. Se você respirar dentro do banco, você paga tarifa bancária. A população não está querendo saber sobre a macroeconomia, é a economia real da vida das pessoas. Será que o Banco Central tem alguma condição de melhorar esse cotidiano do povo brasileiro?

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Será que podemos melhorar a competitividade, fazendo com que esse lucro também seja distribuído para as pessoas que são usuárias do sistema bancário? Então, essa é uma questão que eu queria fazer para vocês.

Outra questão de que também não consigo ter a resposta... E, quando abro essa pergunta, Senador Flexa, é porque realmente eu não consigo entender muitos fundamentos da macroeconomia, como a população também, muitas vezes, não entende. No começo da década, em 2000, mais ou menos, em 2003, falávamos de uma reserva cambial que flutuava entre 15 e 35 e chegávamos a 50 bilhões. Hoje nós temos uma reserva cam-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

bial de 370 bilhões. Isso pode ajudar o Brasil ou é simplesmente propaganda do Banco Central? É possível esse dinheiro colaborar com o futuro do nosso País? Esse dinheiro pertence à nossa Nação? Nós podemos e como podemos fazer com que essas reservas possibilitem a melhoria do povo brasileiro?

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, são essas questões. Eu queria finalizar principalmente com essas questões sobre a eficiência do custo da intermediação financeira, os lucros e as reservas cambiais.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Roberto Muniz.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito boa, Roberto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu queria só pedir silêncio, por favor, à Comissão, principalmente à assessoria que está ao lado, para que possamos ouvir os Senadores.

Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senhores, eu vou ser bem breve, Senadora Gleisi Hoffmann, na minha réplica, como também o Senador Roberto Muniz.

Todo mundo fala de câmbio flutuante, mas tanto os senhores quanto nós Senadores, quanto os jornalistas sabemos, mais ou menos, o que é câmbio flutuante, com as suas intervenções como tem que ser. A grande preocupação que existe em certos setores, principalmente os setores ligados à indústria, é se esse novo patamar vai ser 3,20, porque estávamos com um patamar de 3,8, que era um patamar bom para a indústria.

Eu volto a falar na virada da nossa balança comercial que houve.

E a preocupação é que novo Governo e o novo Banco Central estejam, sim, utilizando novamente o câmbio para segurar a inflação, como foi feito, há muito tempo, no País, com efeitos destruidores para a nossa indústria. Eu queria fazer novamente essa constatação. Eu sei que os senhores vão dizer: "O câmbio é flutuante, mas tal..." Nós sabemos. A grande dificuldade é entender a que novo patamar o câmbio vai chegar.

Senhores, devo falar uma coisa aqui: com a recessão que estamos tendo...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... merece um estudo internacional entender uma taxa de juros como essa com o tamanho de recessão que estamos vivendo. Eu volto a dizer: nos bancos centrais de todo o mundo, juros negativos na Europa, juros negativos nos Estados Unidos, juros negativos no Japão. E, no meio de uma quebradeira dessa, nós temos a maior taxa de juros do mundo.

Os senhores me falam de inflação. Esse é um debate antigo aqui que já até cansa de falar. Em 2015, o que houve foi um choque de tarifas em cima de preços administrados. Os senhores sabem. Você pode dizer o seguinte: "Ah, a Dilma errou ao segurar o preço da gasolina, da energia elétrica." Soltaram... O Levy, como liberal, no momento em que ele sobe, ele faz isto: soltou de uma vez. Não era inflação de demanda, e nós subimos a taxa de juros ali. Então, essa discussão da composição da inflação é fundamental. A meu ver, o Banco Central, nesse último período todo, não levou muito isto em consideração: diferenciar o que é preço administrado, o que é alimentos e o que é inflação de demanda, porque não há inflação de demanda. Nós estamos na maior recessão que estamos enfrentando há muito tempo.

E aí eu queria chamar novamente a atenção para um tema de que eu fiz um questionamento e que não foi respondido, que é sobre a indexação do título da dívida pública com a Taxa Selic, porque houve momentos da história em que o perfil dessa dívida melhorou, em que nós diminuímos muito a indexação com a Taxa Selic. Voltou de um tempo para cá a crescer novamente.

Quando eu falei até em pressão política, na verdade, não é nem pressão política. Existe uma pressão de todo mundo que está com título da dívida pública para que a Taxa Selic não desça. Deixem-me falar aqui: é uma aliança de amplos setores empresariais, não é só o sistema financeiro. Das 250 maiores empresas do País, em 247, o departamento de planejamento financeiro investe na produção ou investe em título da dívida pública. Essa turma está interessada em aumentar seus rendimentos. Isso vira aqui algo muito difícil de combater, às vezes até um consenso no País. Essa turma tem influência nos principais jornais do País e é sempre uma luta.

Eu devo dizer o seguinte: há vários analistas que começam a falar da queda da Presidenta Dilma, nesse processo de *impeachment*, que o começo aconteceu quando ela começou a baixar a taxa de juros, em 2012, daquela forma, e começou a enfrentar o debate do *spread* bancário. Foi ali que se formou uma grande reação à Presidenta Dilma. Então, eu quero sempre... Estou falando dessa vinculação com a Taxa Selic, porque since-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ramente, para mim, há essa pressão desses setores, porque, se fossem só objetivos de mercado, esses nossos juros estariam lá embaixo, como estão em todos os países.

Eu queria encerrar perguntando sobre dois programas, projetos importantes que estão aqui, no Senado. Está na pauta do Senado de amanhã um projeto do Senador José Serra, que cria um limite da dívida pelos próximos 15 anos. E aqui entra uma discussão sobre as operações compromissadas e seu custo fiscal. Eu queria saber se o Banco Central está atento e tem posição sobre esse projeto do Senador José Serra.

E queria também a opinião dos senhores, Dr. Reinaldo, Dr. Isaac e todos, sobre a questão das nossas reservas cambiais porque há uma confusão muito grande aqui. A dívida bruta brasileira está muito alta. Quando a gente vai ver, a dívida bruta está alta por causa das reservas cambiais e por causa dos 9% do PIB que há no BNDES. É centralmente isso. As pessoas dizem: "Não vamos olhar para a dívida líquida, vamos olhar para a dívida bruta". Mas há esta contradição: a dívida cresce, mas nós temos um colchão de 370 bilhões. Eu queria saber a opinião dos senhores sobre essas reservas. Na avaliação dos senhores, é demasiada? O custo fiscal está muito grande? Era melhor ser um pouco menor? O Senador Serra, que agora é Ministro, defendia essa tese aqui nos nossos debates.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode uma parte dessa reserva ser convertida em investimento no País, ou em diminuição da dívida bruta?

São esses os questionamentos.

Eu encerro a minha participação, agradecendo à Presidente e aos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Lindbergh.

Cada integrante da Mesa tem cinco minutos para responder. Se a gente puder ser mais conciso, vou agradecer.

Na sequência, estão inscritos o Senador Roberto Requião, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone*.) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu vejo o seguinte: do jeito que nós estamos debatendo aqui, nós já podemos pedir o almoço, porque a partir do momento que há a réplica, há a tréplica e volta com mais cinco minutos para cada um, automaticamente, tem que ver o que cada um tem na sua área, para poder responder... Senão, vamos ficar aqui. Nós temos várias Comissões debatendo vários outros assuntos, precisando da nossa votação também.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Ivo, é regimental, e nós anunciamos isso no início da reunião. Eu sei. É por isso que eu estou pedindo à Mesa, se puder, que seja mais sucinta. Depois que eles responderem, a gente talvez coloque mais Senadores fazendo a pergunta e aí...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Porque olha, só aí agora vão 20 minutos. Se cada um tem cinco minutos, vão 20 minutos para responder.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Passo a palavra ao Sr. Reinaldo.

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Obrigado, Presidente.

S. Exª o Senador Armando falou sobre compulsório. Realmente, o compulsório no Brasil cresceu muito nos últimos cinco ou seis anos e se mantém estável – na verdade, em termos reais, caindo um pouco, e, em termos nominais, estável.

(Soa a campainha.)

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Eu diria que está funcionando nesse equilíbrio, e a gente precisa olhar o todo e ver se há alguma coisa que possa ser melhorada nesse desenho. Eu chamo a atenção para que liberação de compulsório não necessariamente vira crédito. Liberação de compulsório pode simplesmente virar mais liquidez. Hoje, aparentemente, não há tanta demanda por crédito, para que pudesse fazer sentido a liberação do compulsório. E também a liberação de compulsório é expansionista. Então, é bom ter vários instrumentos, mas esse concorre com os outros instrumentos que a gente tem. Acho que é importante a gente trabalhar no todo.

Com relação à potência, política monetária e crédito direcionado, eu vou deixar meus colegas falarem um pouco mais sobre isso, apesar de que o senhor já falou de 50% de crédito. É isso mesmo, tira a potência do movimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senador Roberto Muniz, obrigado pelas palavras. Falando da renovação da Diretoria Colegiada, a Diretoria Colegiada do Banco Central tem nove membros, contando o Presidente. Então, são quatro que vão continuar. Ainda assim, há uma renovação. É só para deixar claro.

O senhor também falou da inflação alta e de juros altos. Os juros são altos no Brasil, a inflação é alta no Brasil. A gente precisa baixar os dois. Acho que é importante. Nós vamos usar muito de transparência, comunicação, ganho de credibilidade para baixar a inflação, baixar o nível da inflação e baixar a instabilidade da inflação. E aí, se tudo der certo, a gente consegue ter uma estrutura de juros mais baixa no Brasil.

Acho que esse é o caminho que parece razoável.

Com relação ao lucro dos bancos, no sistema bancário os números são altos, mas o patrimônio dos bancos, o percentual, o retorno sobre o patrimônio é comparável ao das grandes empresas. Eu não consigo dizer se isso é muito alto ou muito baixo. Só acho que o outro lado disso é que é um sistema bancário robusto, sólido, líquido, capitalizado, que está conseguindo navegar bem neste momento de alta de inadimplência. Então, eu vejo o sistema bancário funcionando bem. Tarifas, juros do cartão de crédito – nós já conversamos sobre esse assunto – são assuntos dos quais a gente tem que tratar e acompanhar a evolução do sistema, o que existe de alternativa. Inclusive desintermediação financeira e a melhoria do mercado de capitais podem trazer algum ganho nesse sentido.

O senhor falou também com relação às reservas. O Senador Lindbergh também falou sobre isso. Acho que o seguro funcionou muito bem. Quando a tranquilidade voltar, a gente pode avaliar. Acho que vai ser uma discussão importante, à luz do custo das reservas no novo momento. Qual é o volume ideal para essas reservas? Acho que essa é uma discussão que a gente provavelmente vai endereçar em algum momento no futuro.

O Senador Lindbergh falou também sobre o câmbio e a taxa nominal alta. Repito: a taxa nominal é alta porque a inflação é alta no Brasil. A inflação ficou descolada da meta muito tempo. Acho que com mais transparência, mais credibilidade, a gente consegue ter uma inflação mais baixa e um juro também nessa mesma tendência.

(Soa a campainha.)

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Com relação ao perfil da dívida, um ponto muito interessante é que realmente o perfil da dívida melhorou muito no Brasil nos últimos anos. A gente acompanhou o relatório do Tesouro Nacional. Realmente, a dívida pré-fixada cresceu muito, o prazo aumentou. Hoje em dia o prazo continua alto, mas a dívida migrou de pré-fixada para pós-fixada. Esse retrocesso foi em função da volatilidade da taxa de juros. A taxa de juros chegou a 7% e foi a 14% ao longo de dois anos. Para a gente voltar a esse perfil, e voltar a ter um perfil de dívida mais pré-fixado, a gente precisa baixar a volatilidade tanto da inflação quanto da taxa de juros. Acho que isso é fundamental.

Fico por aqui.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Com a palavra o Sr. Tiago.

O SR. TIAGO COUTO BERRIEL – Eu vou só complementar o que meu colega Reinaldo falou. Eu vou focar nos pontos que ele não comentou.

Com relação ao questionamento de S. Exª o Senador Armando Monteiro sobre crédito direcionado e política monetária, o fato de existir um estoque de crédito que é insensível ao movimento das taxas de política monetária sem dúvida reduz a potência de política monetária, se você comparar ao cenário alternativo, onde não há créditos direcionados e não há taxas, e toda taxa é sensível ao instrumento de política. Disso não há a menor dúvida.

Com relação à questão de S. Exª o Senador Roberto Muniz sobre o clamor da sociedade sobre os juros altos, eu acredito que é uma questão de preocupação da sociedade, mas há custos altos e efeitos regressivos de uma taxa de inflação alta e volátil, principalmente para os mais pobres e principalmente para as pessoas que não conseguem se proteger dessa inflação mais alta.

Então, a missão do Banco Central é trazer a estabilidade de preços, trazer essa inflação de volta para a meta. E, para isso, a gente tem de controlar a taxa de juros. Eu pretendo contribui com isso, caso esta Casa me dê a honra de aprovar o meu nome para a diretoria do Banco Central.

Quanto à questão da transparência, que V. Exª também levantou, é importante o Banco Central deixar claro o seu julgamento da conjuntura e como ele pretende agir frente a essa conjuntura, deixando claro também quais são os riscos. Ao fazer isso, ele transmite o que ele pretende para os preços dos ativos e para os agentes que tomam a decisão dos preços. Isso faz com que o processo de convergência de inflação tenha menor custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

para a sociedade como um todo. É nesse sentido que a transparência do Banco Central se justifica economicamente, além de ser uma maneira de prestar contas à sociedade.

Com relação às reservas – e vou agregar o questionamento de V. Exª junto com o de S. Exª o Senador Lindbergh Farias e complementar a resposta do meu colega Reinaldo –, elas são um seguro. Obviamente que elas têm custos; as taxas de juros que elas pagam são menores do que as taxas de juros da dívida pública. Então, é natural que haja um debate sobre o nível ótimo desse seguro. Como qualquer seguro, ele tem um custo e tem benefícios; ele é uma maneira de garantir o bom funcionamento das nossas contas externas, para que a gente consiga honrar os nossos compromissos de comércio e na conta de capital sem nenhum sobressalto.

Dessa forma, essa discussão é válida, mas eu acho que ela deveria ocorrer num momento onde há menor incerteza econômica. Então, nesse sentido, acho que, como estamos num momento de bastante incertezas, a gente não deve diminuir a quantidade de seguros que nós temos. Mas, essa é uma discussão válida, pois existem custos. A literatura econômica não tem uma metodologia clara para apontar qual é o nível de reservas ótimo. Existe um debate em torno disso.

Com relação à indexação da dívida Selic – um ponto que me esqueci de comentar da outra vez –, sem dúvida, houve uma trajetória de alongamento da dívida, de recomposição da dívida pública em direção a títulos prefixados e houve um pequeno retrocesso nisso, mas isso reflete a decisão do Tesouro Nacional: na hora em que coloca a sua dívida, ele se depara com taxas prefixadas, que podem ser inconvenientes em determinado momento; então, ele decide pela taxa indexada. Então, em geral, é um julgamento da Fazenda na hora de colocar a dívida pública e reflete as condições que o Governo observa. Para a colocação dessa dívida pública as taxas pré também podem ser muito altas.

Agradeço, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem.

Com a palavra o Sr. Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA DE CARVALHO – Muito obrigado, Srª Presidente.

Em boa medida, eu me sinto contemplado nas respostas dos colegas indicados. Então, tendo em vista a limitação de tempo, vou tentar acrescentar uma ou outra coisa.

Em relação à pergunta de S. Exª o Senador Lindbergh Farias sobre a questão da composição da dívida, só complementando o comentário do meu colega indicado, Tiago Berriel, essa composição, no final, vai depender de oferta e de demanda. De um lado, o desejo de um certo perfil da dívida do Tesouro; e, de outro lado, a demanda dos poupadores, investidores, considerando o risco/retorno dos diversos títulos. Então, acho que o Tesouro busca um perfil adequado para o seu fluxo de caixa, para o gerenciamento de liquidez, riscos e custos, obviamente, da dívida, mas ele se depara, de outro lado, com a demanda dos poupadores investidores, que estarão dispostos a comprar esses títulos em certa composição, em função das taxas de retorno e do perfil de risco.

Então, acho que, em boa medida, essa composição acaba refletindo as circunstâncias macroeconômicas como um todo. E acho que, na medida em que ganhamos estabilidade, essa composição tende a voltar para um perfil mais adequado, mais favorável para o Tesouro ao longo do tempo.

Em relação às perguntas de S. Exª o Senador Roberto Muniz – em boa medida, endosso os meus comentários dos meus colegas indicados –, gostaria de falar um pouquinho sobre a questão da poupança, que acho que foi uma pergunta importante. E, aqui também, em analogia com um comentário que fiz anteriormente, acho que há uma série de políticas de Governo – o Banco Central, certamente, é parte desse processo como um todo – que podem afetar o nível de poupança no País.

Acho que uma parte tem a ver com a eficácia do mercado de capitais, existência de instrumentos adequados e atraentes para as pessoas pouparem, uma questão toda de educação financeira – e o Banco Central está engajado nessas iniciativas; de outro lado, acho que incentivos à poupança, quer dizer, pensar também em eliminar estruturas que sirvam como desincentivo à poupança da população. Acho que essas seriam as formas de ampliar a poupança no nível agregado da economia.

Acho que as demais questões foram abordadas da forma como eu responderia.

Agradeço, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Com a palavra o Sr. Isaac.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA – Srª Presidente, muito obrigado.

Contribuindo com a objetividade que V. Exª reclamou da Mesa, vou apenas me ater a alguns outros temas, na medida em que corroboro com as colocações que os colegas indicados fizeram quanto aos demais, e adiro a elas.

Falaria rapidamente sobre a questão da transparência – S. Exª o Senador Roberto Muniz fez uma abordagem a esse respeito. É fundamental que o Banco Central continue firme nessa linha de comunicação e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

transparência com a sociedade, para exatamente poder não só coordenar expectativas, mas poder mostrar como bem pretende conduzir suas políticas de autoridade monetária e de regulador e supervisor do Sistema Financeiro Nacional. Para além dos canais já convencionais, dos documentos, dos relatórios, é importante que os membros da diretoria colegiada possam se posicionar com clareza, possam se comunicar, se abrir à interlocução, se abrir ao diálogo com a sociedade.

Também falo rapidamente da questão dos lucros dos bancos – S. Exª o Senador Roberto Muniz fez uma abordagem a esse respeito. Os números são esses que S. Exª colocou; há outras questões, que entendo relacionadas com a rentabilidade do banco, que precisam também ser colocadas. Parte substancial, significativa dos lucros dos bancos reverte para o capital dos bancos, isso é fundamental também no que diz respeito à alavancagem do crédito. Houve uma enorme contribuição do Sistema Financeiro Nacional nos últimos anos, do ponto de vista do percentual do produto interno bruto, saindo de um patamar de vinte e poucos por cento do crédito para algo superior a 50%. Isso tornou o Sistema Financeiro Nacional mais sólido, mais robusto. Temos níveis mais do que adequados, elevados, de capital, de provisões, de liquidez; isso torna o Sistema Financeiro Nacional, de fato, um colchão de resiliência para choques internos e externos. Então, esse é um outro ângulo também para que possamos enxergar essa discussão.

Quanto às reservas internacionais, eu faço uma consideração, uma abordagem, sob a ótica da finalidade legal: à legislação que trata das reservas cambiais, que conferiu ao Banco Central sua condição de gestor, de administrador das reservas, é clara quanto aos objetivos. As reservas se prestam ao equilíbrio do balanço de pagamentos, se prestam ao regular funcionamento do mercado de câmbio e à estabilidade relativa da taxa de câmbio.

Seja o equilíbrio do balanço de pagamentos, seja o regular funcionamento ou a estabilidade da taxa de câmbio relativa, isso tudo pressupõe uma política, se não de acumulação, mas de manutenção de reservas que possa fazer frente a essa situação.

O Brasil tem ocupado uma posição de destaque no cenário externo. Temos nas reservas internacionais, na minha visão, um importante seguro, um importante colchão para enfrentamento de choques externos, e penso que elas têm cumprido essa finalidade.

Talvez, a discussão que devamos ter seja quanto ao nível, ao patamar das reservas. Essa é uma discussão importante. O Parlamento tem sua contribuição nesse sentido. Já foi dito aqui que não há uma literatura internacional que aponte um caminho específico de qual deva ser o montante, o patamar das reservas, mas nós temos aí um mecanismo importante e que coloca o Brasil numa posição de robustez no cenário externo.

Quanto à questão das taxas de juros – e S. Exª o Senador Lindbergh fez menção à questão da recessão –, eu penso, Senador, que a maior contribuição que o Banco Central...

(Soa a campainha.)

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA – ... pode dar para que nós enfrentemos esse momento de retração econômica é exatamente por meio de uma política monetária que mantenha a inflação baixa, estável. Isso é condição necessária e essencial para um crescimento sustentável, para o investimento sustentável e para a geração de emprego e renda.

São essas, Excelência, Srª Presidente, as considerações.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Isaac.

Eu passo a palavra ao Senador Roberto Requião. Na sequência, à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, o que que eu...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... aos ilustres sabatinados, além de deixar clara a minha perplexidade sobre tudo que está acontecendo.

Nós votamos aqui, no Senado – e a Câmara votou também –, o Estatuto das Empresas Estatais, e nós partimos do pressuposto de que lideranças políticas não podem ocupar cargos de direção, embora os partidos políticos tenham como função precípua o exercício da política e a implementação dos seus programas.

Banco também! Banco tem como atividade precípua ganhar dinheiro, e eu vejo a formatação da política econômica do Presidente interino Michel Temer feita no caminho contrário desta visão do Congresso Nacional a respeito do Estatuto das Empresas.

O Meirelles, ex-Presidente do Banco de Boston...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – O que está havendo aqui com o meu som? Sabotagem da cabine de som?

O Meirelles, dono da política econômica brasileira nos últimos 13 ou 15 anos, com um rápido interregno, ali, do Guido Mantega; o chefe da economia do Itaú, Presidente do Banco Central; e o nosso Grazie, diretor da política do Banco, representando o Bradesco.

Então, aquilo que nós não damos para os partidos políticos, que têm uma visão ideológica do Brasil, um programa, estamos dando para a banca. Nós não estamos escolhendo diretores do Banco Central, mas representantes de uma espécie de religião, religião do tripé, por sinal uma religião já falida na Europa, que já quebrou a Grécia, a Itália, Espanha e Portugal e que, nos seus estertores, pede asilo nesse tabernáculo que é o Banco Central, dirigido pela banca brasileira.

É claro que eu estou fazendo uma crítica e vou poupá-los de perguntas, porque eu sigo, na economia, as ideias do Horace Greeley, que vocês devem conhecer, mais conhecido como Hjalmar Schacht, o precursor do Keynes. Ele, que era um liberal na economia, dirigindo a economia da Alemanha, desistiu de ser um liberal e passou a ser um alemão. Acabou com essa brincadeira de capital vadio remunerado e remunerou os títulos para investimento, o que seria extremamente fácil no Brasil hoje, quando 30% dos títulos do mundo têm remuneração negativa e o Banco Central, conforme a cabeça de vocês, os sacerdotes do último tabernáculo no mundo do liberalismo econômico, onde se socorre o desastre neoliberal europeu, querem praticar essa ideia desse tripé que tem fracassado no mundo inteiro e vai fracassar aqui. Ou o Brasil muda o tripé, ou o Brasil enfrenta a ganância do vadio. E eu não quero nem criminalizar isso, que acho que é uma distorção ideológica de vocês todos, do que representa o Bradesco e dos que não o representam.

Eu estava assistindo, pela televisão, antes de vir aqui, à intervenção de cada um. Vocês são discípulos de uma religião e estão se propondo a ocupar uma diretoria do último tabernáculo do fracassado neoliberalismo econômico do mundo. Eu já votei, coloquei meu voto, disse um "não" para os quatro. Por mais simpáticos que me pareçam pessoalmente, por mais brilhantes que sejam os currículos, vocês estão atrapalhando o Brasil, vocês estão complicando qualquer projeto de soberania brasileira, vocês estão jogando o País no desastre, um desastre que é acompanhado do sorriso do Grazie, que está nos seus lábios, quando observa minha intervenção. Mas eu, ao contrário do Grazie, nunca fui funcionário do Bradesco, não sou do Itaú, nunca fui do BankBoston, nem tenho a aposentadoria maravilhosa do Meirelles no BankBoston. Vocês estão anarquizando um projeto nacional. Acredito que não por má intenção, mas por deformação ideológica.

Portanto, aproveito meu espaço só para dizer que, em nome do País, da soberania, do povo pobre, dos industriais, que já foram reduzidos a 50%, meu voto foi "não" para os quatro.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Requião.

A Senadora Lúcia Vânia, que está inscrita...

V. Exª quer um aparte, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem.

Está inscrito também.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Srª Presidente, senhores sabatinados, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-los pela trajetória profissional e de dizer aqui da nossa admiração pelo currículo e pela luta de cada um.

A minha pergunta se dirige aos quatro. Eu gostaria de dizer que V. Sªs têm pela frente um grande desafio. Nesses tempos de incerteza com a alta inflação e queda abrupta dos níveis de atividade econômica, é claro que V. Sªs terão uma grande responsabilidade.

Os problemas fiscais são extremamente graves e precisam ser resolvidas. Nesse diapasão, o Governo atual enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição que cria um teto para os gastos do Governo. Essa medida busca limitar o crescimento das despesas do Governo à taxa de inflação. Eu perguntaria: como V. Sªs veem essa medida? Quais são os seus impactos sobre a credibilidade do Governo na área fiscal? O instrumento possibilita a redução nas taxas de juros em futuro próximo? Os senhores conseguiriam fornecer alguma previsão dos impactos sobre a economia dessa medida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A segunda pergunta que eu faria se refere à meta de inflação. O relatório de inflação de junho, divulgado dia 28 de junho, reiterou compromisso do Banco Central de circunscrever a inflação aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, em 2016, e fazer convergir a inflação para a meta de 4,5% em 2017. Assim, quais medidas são necessárias para que a inflação de 2017 convirja para a meta de 4,5%? Como fazê-lo sem sacrificar tanto a atividade econômica? O sistema de metas de inflação precisa de ajustes? Quais ajustes possibilitariam uma convivência com taxas de inflação menores e menor penalização sobre atividade econômica?

Por fim, gostaria de ver complementado um questionamento que o Senador Armando Monteiro fez em relação ao *spread* bancário. Eu perguntaria qual elemento da composição do *spread* bancário pesa mais no seu conjunto.

Foi dito por V. Sªs que é preciso que haja uma agenda para que se possa fazer uma redução no *spread* bancário. Qual seria a agenda – eu perguntaria – necessária para redução do *spread* bancário?

No mais, é cumprimentar V. Sªs e desejar sucesso à frente desse novo desafio que V. Sªs tem. Tenho certeza de que, pelo currículo de cada um, pela responsabilidade que têm demonstrado à frente do Banco Central, muitos dos senhores servidores de carreira, eu tenho certeza de V. Sªs estão, sem dúvida nenhuma, preparados para esse grande desafio.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, na sequência, ao Senador Fernando Bezerra, fechando um bloco para que a Mesa possa responder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhores sabatinados, eu tive o prazer de ser Relator do Dr. Tiago Berriel. Quando li o meu parecer, da mesma forma em que o currículo do Dr. Tiago já respondia pela sua competência para exercer o cargo de diretor do Banco Central, eu digo o mesmo em relação aos demais indicados. E espero que V. Sªs, ao serem aprovados pelo Plenário do Senado, possam efetivamente fazer um trabalho que venha a colocar o Brasil na retomada do caminho do crescimento, da geração de emprego e renda, ou seja, nos eixos. Digo isso porque, lamentavelmente, ao longo desses 13 anos e meio, o trem descarrilhou – e descarrilhou feio.

Se formos contar em números de pessoas que foram atingidas – não só esses 11 milhões de desempregados –, o nível de endividamento da sociedade brasileira, das famílias brasileiras e das empresas brasileiras, que foram induzidas a tomar financiamento para consumo... Quer dizer, não foi nem para investimento; foi para consumo.

Tenho certeza absoluta – e eu dizia isso em pronunciamentos anos atrás – de que aconteceria no Brasil algo parecido ao que aconteceu nos Estados Unidos: iria estourar a bolha e alguém ficaria com esse mico na mão.

Eu duvido muito que... Isso é uma questão, Senadora Gleisi, que seria bom a gente... Eu vou fazer um requerimento pedindo informações, porque eu queria saber o nível de inadimplência do Minha Casa Melhor. Foram dados R$5 mil para todos os que tinham Minha Casa Minha Vida para comprar geladeira, não sei o quê... Não sou contra eles terem direito aos utensílios, mas a forma de fazer é que eu acho que não foi no momento certo. Está aí o que vejo.

As perguntas que eu iria fazer, praticamente todas, Senadora Gleisi, são repetitivas, mas vamos a elas.

Não sei se é lenda ou é verdade, mas dizem que o melhor negócio do mundo é um banco bem administrado e o segundo melhor negócio do mundo é um banco mal administrado. Eu não sei se isso é verdade ou se é lenda, mas, agora mesmo, no final de semana, andando pelo interior do meu Estado, fui interpelado por um companheiro, um microempresário, que foi pedir ao banco – e não vou citar o nome do banco para não fazer propaganda – uma conta garantida de R$100 mil, uma coisa assim, e o banco cobrou acho que 8,5% de taxa. Aí, ele disse: "Mas 8,5% de taxa?! Como é que eu vou poder pagar isso?!". "É; mas há uma solução: você tem previdência privada?". Ele disse: "Eu devo ter alguma coisa aí de previdência privada". "Então, você pega o dinheiro da previdência privada, coloca aqui bloqueado, sem render, e aí nós baixamos a taxa para 4,5%".

Quer dizer, ele vai pegar o dinheiro que é dele, emprestar para ele mesmo e pagar a 4,5%. É dessa forma que o sistema bancário trabalha.

Se nós formos para as tarifas, eu me lembro que, há algumas décadas, não existia tarifa bancária, os bancos se ajeitavam com a inflação. Mas a inflação, graças ao Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi domada, então os bancos instituíram as tarifas bancárias.

Você pega o seu extrato bancário, Senador Fernando Bezerra, está lá tarifa não sei de quê, R$3,00.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas quem vai ter o trabalho de ir ao banco para discutir uma tarifa de R$3,00? Ninguém! Agora, multiplique R$3,00 por milhões e milhões de brasileiros, veja quanto é que entra no cofre daquele banco – e estou citando uma só como exemplo, nem sei se é R$3,00 ou R$2,00, ou R$5, enfim, qual é o valor.

Mas a pergunta vem de novo nesta linha. A Selic... Outro dia, eu não lembro quem esteve aqui em uma audiência dizendo que a Selic não é indutora dos juros de mercado. Eu acho que é. Eu acho que a Selic direciona o valor da taxa. Agora, com uma Selic de 14,25%, se você for aplicar o seu dinheiro, os bancos vão lhe dar a Selic mais alguma coisa – e essa alguma coisa é muito, muito pouco –, mas, quando eles vão emprestar, emprestam a juros de 200% ao ano, 400% em cartão de crédito, ou seja, o que já era difícil de pagar se torna impossível de pagar.

Um Senador, numa sessão anterior, fez um cálculo que, se tomasse mil reais no cartão de crédito e não pagasse, durante quatro anos, iria estar devendo... Eu não lembro o número.

Foi V. Exª, Senador Fernando Bezerra, que fez o cálculo?

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não lembro qual que era o número, mas era um número exorbitante. Era alguma coisa em torno de milhão de reais. Se ele pegasse esses mesmos mil reais e aplicasse no mesmo banco, ao final dos quatro anos, ele teria R$10 mil. Isso é para ver a disparidade.

A pergunta já foi feita pelo Senador Armando. O que compõe essa coisa? É o compulsório, é o risco, a taxa de juros, vários itens que formam... Eu sei que todos nós queríamos ter os juros baixos, mas a experiência que o Governo passado deu, querendo baixar juros por decreto, mostra que a economia não tem jeito, é mercado, é mercado. Só que nós estamos num mercado sem demanda...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já concluo, Presidente.

Estamos num mercado sem demanda. A sociedade está tão endividada e as empresas... O pior é isso! Nós tivemos um encontro com o Ministro Meirelles e vários Senadores disseram a ele que não dá para as empresas voltarem a trabalhar. Estão elas todas, pelo menos grande parte, em recuperação judicial; outras, com metade da sua capacidade operativa suspensa e precisam retomar à atividade". Se houver demanda para isso, vai precisar de acessar o crédito para o capital de giro e não vai poder, porque está sem as certidões. Elas estão todas com certidões vencidas, sem poder tirar novas, devendo tributos. Seria o caso de se fazer um grande esforço no sentido de reabilitar essas empresas para que elas possam vir.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A questão das reservas internacionais também, já foi perguntado. A dívida do Brasil de R$3 trilhões, pagando essas taxas para o mercado especulativo, e os nossos R$370 bilhões lá só para dizer que não devemos nada, que temos reservas, rendendo a correção cambial mais besteira ou menos besteira.

Mas, para terminar, Senadora, é importante concluir...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª está longo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Deu um branco agora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, deixemos para a réplica depois ou para os comentários. Vamos seguir.

Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade. Vamos ouvir, vamos ouvir. Mas é importante. É importante.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não; com certeza. Tenho certeza de que seria muito importante.

Como nós não tivemos muitas perguntas nesse bloco e como nós temos ainda inscritos o Senador Ivo Cassol e o Senador Fernando Bezerra, eu quero passar a palavra a eles. Antes, porém, eu quero comunicar à Comissão que eu terei que me retirar, de me ausentar, porque está começando a Comissão Especial do *Impeachment*.

Mas só queria fazer uma ponderação aqui. Eu estou escutando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª pode ficar presidindo a sessão aqui, porque é muito bem aceita e recebida aqui. Está fazendo um trabalho excelente à frente desta audiência de sabatina. Não há problema nenhum. Permaneça presidindo a sessão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço sua deferência, muito simpática. Mas eu queria apenas fazer uma colocação aqui muito rápida antes de passar a palavra ao Senador Ivo Cassol e entregar a Presidência ao Senador Pimentel.

É que eu estou ouvindo os Senadores aqui em relação à política fiscal, austeridade, bem como ouvi a Mesa falar a respeito. Preocupa-me um pouco porque, muitas vezes, o impacto que nós temos das crises financeiras não é causado pelos Estados nacionais; é causado pelo setor privado da economia. Nós, até hoje, vivemos no Brasil a consequência da crise de 2008, com a quebra do sistema financeiro americano. E aquilo não foi causado pelo Estado americano. Muito pelo contrário; foi o *subprime;* foi, talvez, uma falta de regulação do Estado americano, mas foi o privado que causou aquela crise. E foi uma crise internalizada, para que o Estado americano tivesse que bancar recursos. E não só o Estado americano, mas também os europeus. E isso teve consequência no Brasil, ainda porque o aumento da taxa de juro brasileira está intimamente ligado a essa situação, ou seja, de os investidores encontrarem aqui mais condições para deixar o seu dinheiro.

Então, como todos os Estados estrangeiros – os Estados Unidos, a Europa –, nós internalizamos uma crise do setor privado, do setor financeiro. E, aí, isso vira discurso que nós temos que fazer austeridade fiscal, tirar de políticas públicas para dar conta de pagar serviço da dívida, de uma dívida que não foi o Estado nacional que fez.

Desculpa, mas não é uma dívida causada pela Previdência; não é uma dívida causada pela educação; não é uma dívida causada pelo Bolsa Família; não é uma dívida causada por políticas públicas. É uma dívida causada pelo aumento da taxa de juros e pela especulação financeira.

Eu só queria deixar isso registrado porque eu sei que, depois, os nossos comentaristas aqui da Mesa poderão fazer isso. E eu quero...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, se me permite só um minutinho...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Posso responder a V. Exª?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria...

Agora o senhor está querendo que eu saia, não é? Que eu vá para a comissão. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não. Quero que V. Exª fique para ouvir a contradita.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente. Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou pegar nas notas taquigráficas a contradita, mas eu estava querendo fazer só esse desabafo e agradecer, porque eu tenha sido sempre muito equilibrada e republicana, mas queria deixar esse registro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente, mas só um minutinho...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E queria pedir...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só um minutinho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É porque temos inscritos, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não, mas é pela ordem, só um segundinho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Qual é o pela ordem?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Prometo que é um minuto.

V. Exª falar que a culpa da crise, em...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, é que V. Exª vai debater comigo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permita-me! Permita-me, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, não; V. Exª...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Que, em 2008, a crítica nos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª,... V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, nesse sentido, não. V. Exª está inscrito e, na sua inscrição, vai falar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria passar a palavra para o Senador Ivo Cassol...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A culpa desta crise no Brasil não é setor privado, Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... e pedir que o Senador Pimentel pudesse assumir a Mesa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª colocou a culpa em cima dos empresários brasileiros. Isso é uma barbaridade! Isso não pode! Isso é um absurdo!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Ivo Cassol.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Meu Deus do céu, isso é um absurdo!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nobres colegas Senadores, Senadora Presidente, Gleisi Hoffmann, quero deixar bem claro aqui que é uma injustiça querer culpar o setor produtivo pela incompetência. Vou ser verdadeiro: sou empresário, e o empresário, o comerciante não aguentam mais tantos impostos e tantos juros. A Previdência está quebrada sim! A Previdência está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, não; deixe comigo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dê-me um apartezinho, Senador Ivo, por favor.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, só um minutinho. Aguenta, agora, é a minha vez. Aguenta um pouquinho! Depois V. Exª fala. Não é por nada, Ataídes, V. Exª é de casa, é amigo. Deixe-me só aproveitar a saída da Senadora Gleisi.

Não posso concordar com a Senadora ao vir colocar aqui que o empresariado, o setor produtivo, Senador Elmano, seja o culpado pela falta de gestão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – O setor financeiro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não; não é o financeiro. Não é culpado, não. Os culpados sabe quem são? O ex-Ministro da Fazenda, o pessoal do Banco Central. Estão aqui os diretores, e quero saber se a camisa que vocês usam é a Bandeira do Brasil, ou vocês, de repente, estão aqui usando alguma bandeira que é do banco A, do banco B ou do banco C. Porque quem está ganhando dinheiro hoje são os bancos.

Vou dar um exemplo para vocês aqui: o cartão de crédito, gente... Quem usa o cartão de crédito? Todos usamos, mas quem parcela a conta? É o que ganha menos; é o que ganha pouco e paga juros de 400% ao ano. Isso é um roubo legalizado! Estão assaltando o povo que vai comprar fiado e não tem dinheiro para pagar.

Portanto, aos diretores que estão presentes aqui, não consigo entender como nos Estados Unidos, lá são três dias para o reembolso do dinheiro, aqui, são 28 dias depois. Isso é absurdo! Têm que parar de usar o dinheiro dos outros.

Vocês estão sendo sabatinados por nós, e espero que isso convalide mesmo e que vocês vão lá e baixem essa taxa de juros de 14,25% para um patamar em que o empresário, o comerciante possam pegar o dinheiro para poder investir no mercado, na sua empresa, na sua indústria.

Hoje, o lucro de uma empresa é em torno de 3%, 4%, no máximo, 5%. Se você for pagar 2% de juros, você já está quebrado, você arrebentou no meio. Não consigo entender – e falei isso para o Ministro Michel Temer na semana passada, quando tivemos um jantar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Desculpe, para o Presidente, mas ele é Ministro, Presidente, assessor, Senador, Deputado, enfim, é tudo, porque é o nosso Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Brasil. Falei para o Presidente Michel Temer: "Pelo amor de Deus, veja alguma coisa que abaixe esta taxa de juro dos cartões de crédito. Os bancos estão ganhando milhões de reais, e esses roubos sempre são pagos pela população brasileira".

É a mesma coisa a questão da Petrobras. Tanto se fala para lá, para cá, já estou com o saco cheio de tanto ouvir este petrolão. E, agora, pergunto a vocês: quem paga a conta? É cada um de vocês que tem carro e tem moto; cada um que tem caminhão para a conta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E de que maneira?

Não, não; paga a conta... E também quem compra feijão, arroz, todo mundo. E por que paga a conta? Porque tem que aumentar o preço da gasolina, aumentar o preço do diesel, para poder cobrir o rombo que fizeram.

Então, gente, isso é inaceitável! É um absurdo o que está acontecendo!

Então, nessa oportunidade em que estamos aqui para poder sabatinar os novos diretores do Banco Central, por favor, vão lá e usem a Bandeira brasileira. Não usem, de maneira nenhuma, a camisa de um banco. Se colocam vocês como comerciantes, empresários, e pegarem juro aí a 14,25%, mais não sei o que... E, ainda por cima, os bancos não estão dando crédito não: não tem na praça.

E a nossa dívida? Como é que estamos sendo pagos? Estamos sendo pagos dessa mesma maneira. Isso não é justo! Eu fui prefeito, fui governador, estou hoje como Senador, e não pactuo com isso.

Vou votar favoravelmente a vocês, mas vou dar um voto de confiança. Mas, olhem, se vocês forem para lá para vocês ficarem alisando e dando guarida para esse sistema que está aí, vocês vão levar cacete de mim aqui, está certo? Eu não vou aliviar para vocês, não. Vou pegar pesado aqui; eu não aliso, não. Eu não tenho dó. Não é por nada, não. Porque eu defendo uma taxa de juros baixa.

Por que é que nos outros países baixou a taxa de juros e deu certo e aqui não dá? Se é para levantar a economia, só tem um caminho. Alguém uma vez disse para mim o seguinte, Sr. Presidente, Senador Pimentel – eu não estou com a minha caneta aqui; Flexa, me empresta essa caneta aqui. Alguém disse o seguinte: "Ah, mas tem que controlar a inflação". A inflação quem controla é o Presidente, com a caneta dele, desde que tenha tinta. E de que maneira? Qual é o produto que está sendo aumentado fora dos parâmetros normais? Importa! Qual é o esquema que tem no setor da indústria, comércio, de alguma área específica? É do quê? Está começando a abusar nos preços? Importa! Chama todos os representantes daquele setor produtivo, que, aumentando, importa. É ter o controle na mão. O que nós não podemos é ficar reféns. E aí dizer que, por conta de inflação, tem que pagar juro alto. Essa não é a política.

Eu quero dizer uma coisa para vocês: eu sou empreendedor, eu fui prefeito. Fui o 22º melhor prefeito do Brasil, de Rolim de Moura. Fui governador de Rondônia e, nos oito anos em que eu fui governador de Rondônia, fui contra pegar dinheiro para fazer alguma obra. Mas está lá o Governo do meu Estado endividando o Estado. E eu consegui pagar salário, consegui fazer obra com recursos próprios.

Agora, o que é que nós precisamos? Nós precisamos que vocês estimulem a economia. De que maneira vocês vão estimular a economia? Colocando dinheiro no mercado a custo baixo, senão o cara não vai pegar. E, senão, vai trabalhar para quem? Vai trabalhar para os bancos. Mesmo que seja para o BNDES; mesmo que seja para outra instituição.

Então, por isso que quero aqui aproveitar esta oportunidade, e uma das perguntas é: se aqui o prazo máximo é de 28 dias e nos Estados Unidos, três, por que é que nós temos que ficar com 28 dias? Se o empresário já está com dificuldade, tem que pagar juro no banco, se pode pagar antes? Então, vamos pagar antes. Vamos pagar antes!

Outro também: os senhores entendem ser eficiente a manutenção da taxa de juros tão alta, mesmo diante do cenário de recessão que apresenta o País? Essa receita já não estaria exaurida?

E, agora, aqui, para concluir, três perguntas fundamentais para vocês aqui, diretores: qual a postura, como diretor, diante da obrigatoriedade de o Banco Central informar sobre dados financeiros e contábeis de instituições sob sua fiscalização nos demonstrativos periódicos? O que os senhores pensam sobre ocultação pelo Banco Central dos dados financeiros e contábeis dos empréstimos feitos pelo BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil à União Federal?

E a última pergunta: como Procurador-Geral do Banco Central, qual foi a orientação sobre o caso que vocês tiveram para fazer sobre isso? Com certeza, não vai falar, mas tudo bem, a pergunta está feita. E espero que a primeira coisa que vocês façam lá, se vocês...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah, não; a última eu já li, que foi a do cartão de crédito também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uso essa tribuna para, primeiro, manifestar a alegria de ter sido o Relator do Diretor Reinaldo Le Grazie, que hoje aqui foi sabatinado, ao lado do Dr. Tiago, do Dr. Carlos Viana e do Dr. Isaac Ferreira. Eu tive a alegria de poder recebê-los em meu gabinete para uma boa conversa sobre a conjuntura econômica do Brasil e sobre o desafio que se apresenta para essa nova direção do Banco Central.

Chamava atenção dos senhores indicados de que eles estão diante de uma grande oportunidade. É evidente que enfrentamos um momento de grave crise econômica, é evidente que o Brasil vem de dois anos consecutivos de um grave desequilíbrio fiscal: o ano de 2015, quando o déficit alcançou quase R$120 bilhões, e este ano se projeto um déficit para próximo de R$170 bilhões. É possível também estimar que, no ano que vem, ainda não vamos encontrar o equilíbrio das nossas contas – existem diversas estimativas –, o que mostra que a dificuldade que a economia brasileira vive se deve à insustentabilidade do gasto público. Essa situação é única, porque, se pegarmos a série histórica dos últimos 25 anos, verificaremos que apenas, se não estou equivocado, no ano de 1995, o Brasil experimentou um déficit primário relativamente baixo.

Em todos os anos dessa série histórica, seja no governo Fernando Henrique Cardoso, seja no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seja nos anos iniciais do Governo da Presidenta Dilma, sempre houve muita responsabilidade fiscal. As contas começaram a se desequilibrar a partir do ano de 2013, mas se pronunciou, na contabilidade oficial, de forma clara, a partir de 2015.

É evidente que, ao longo dessa série de 25 anos, nós tivemos a crise da Rússia, nós tivemos a quebra dos bancos americanos em função da crise hipotecária, e que, a partir de 2013, nós vivenciamos uma outra crise internacional em função da desaceleração econômica da China, da redução dos preços de *commodities*. *E t*udo isso repercutiu no cenário econômico mundial e, consequentemente, trouxe os seus reflexos para o desempenho da economia brasileira.

Mas é importante que possamos, primeiro, diagnosticar que esses juros que estamos experimentando, que são juros inaceitáveis, altos, elevados, são decorrentes do fracasso, do equívoco da política fiscal do Governo Federal, sobretudo a partir do ano de 2014.

Então, é preciso muita determinação, muita coragem, inclusive de apoio neste Congresso Nacional, para que possamos, de fato, colocar numa trajetória de equilíbrio as contas públicas, para que possamos experimentar a redução das taxas de juros, para que possamos iniciar um novo ciclo virtuoso do crescimento da economia brasileira.

Eu sou otimista. Acho que, apesar da crise política, apesar da crise econômica, da crise ética que estamos enfrentando, a economia brasileira tem todas as condições de iniciar um novo ciclo de prosperidade.

E acho que essa equipe econômica escolhida pelo Presidente Michel Temer tem todas as credenciais, a partir do Ministro da Fazenda, Dr. Henrique Meirelles, a partir do Presidente do Banco Central, Dr. Ilan. E agora ela se complementa com a chegada dos novos diretores do Banco Central.

Portanto, quero desejar boa sorte, mas quero também chamar a atenção, porque nós não podemos perder essa oportunidade. E vocês, no Banco Central, não podem errar a mão, para conciliar a correta decisão de procurar o centro da meta da inflação, no sentido de que a inflação possa voltar à meta a partir de 2017 ou, pelo menos, de 2018, porque estou convencido de que o pior dos impostos é o imposto inflacionário. Esse é o mais regressivo, esse é o que afeta mais os trabalhadores, os mais vulneráveis, os mais frágeis dentro da nossa sociedade.

Por isso, a missão do Banco Central de procurar desenvolver uma política monetária que contribua para a redução da inflação e para a estabilidade econômica, sem nenhuma dúvida, deve ser o grande compromisso que vocês devem assumir com a sociedade brasileira, com o povo brasileiro.

E quero encerrar as minhas breves colocações, apenas dizendo que não é só papel de banco ganhar dinheiro, é papel de toda empresa que se organiza. Ela tem que ganhar dinheiro. Portanto, não existe nada de errado em buscar o lucro, o retorno – aqueles que investem em atividades econômicas.

E quero dizer que nada desabona aqueles que são oriundos de duas grandes instituições financeiras brasileiras, o Banco Itaú, dirigido e presidido por Dr. Roberto Setubal, e o Bradesco, que tem como seu ícone o Dr. Lázaro Brandão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Portanto, aqueles que militam nessas duas importantes instituições financeiras, muito pelo contrário, se credenciam para exercer as suas funções no Banco Central do Brasil, porque são instituições financeiras de referência, não só no Brasil, mas também na América Latina e no cenário internacional.

É evidente, é evidente que eu também comungo com a preocupação, aqui já manifesta por diversos Senadores.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E tive oportunidade de colocar isso para os novos diretores do Banco Central, no sentido de que a gente tem que ver a questão, aqui abordada pelo Senador Armando Monteiro, do *spread* bancário, temos que ver aqui a questão dos juros exorbitantes cobrados no cartão de crédito, no cheque especial, Enfim, são coisas que a gente não consegue explicar, porque essas taxas de juros no Brasil não estão em linha com a economia brasileira, não estão em linha com a participação que o Brasil tem no contexto internacional. E elas me parecem, de fato, abusivas, excessivas, e que o Banco Central tem que dar uma olhada mais aprofundada, mais diligente, para que possamos ter taxas de juros mais condizentes com os países desenvolvidos, mas, sobretudo, com os países aqui do contexto regional.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Porque as taxas de juros de cartão de crédito e de cheque especial no México, no Chile, são muito inferiores às praticadas aqui no Brasil.

Portanto, com essas observações, quero manifestar a alegria de poder ter sido relator do Dr. Reinaldo Le Grazie, que foi contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, ele da Escola de Administração Pública, eu da Escola de Administração de Empresas. E quero aqui renovar meus votos de muito sucesso a essa equipe que, tenho certeza, merecerá o apoio desta Comissão e, logo mais, à tarde, o apoio do Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer um breve registro, antes de me dirigir aos nossos sabatinados.

Essa política errática do PT, ao longo do tempo, vem dizendo que a culpa era do Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, depois da China, depois da Europa e daí por diante. Mas, hoje, eu assisti a uma coisa que jamais pensei que fosse ouvir. A Presidente desta douta Comissão, Senadora Gleisi, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos Senado do Brasil, dizer ao povo brasileiro que os grandes culpados dessa crise são os empresários, são aqueles que geram emprego e renda neste País e que pagam impostos. Era tudo o que eu precisava ouvir e que imaginei que nunca fosse ouvir.

É bom que nossos empresários fiquem sabendo do que alguma ala do PT pensa. Tenho certeza de que o Senador Pimentel, por quem tenho muita admiração e respeito, não pense dessa forma. V. Exª não pode pensar isso. Estou envergonhado diante dessa declaração.

E, Sr. Presidente, o problema lá, nos Estados Unidos, embora a Senadora não saiba, na verdade, não foi causado pelo empresário não; foi falta de gestão do governo, da presidência.

Não me esqueço que, em 2008, quando a bolha imobiliária explodiu, havia uma taxa de juros de 4,25%, o governo chamou os empresários e, depois de sentarem-se todos à mesa, perguntou o que eles precisavam para continuar produzindo neste País e dando emprego. Eles responderam: "que se baixe a taxa de juros". E assim foi feito. Chegou-se ao final daquele ano de 2008 com 0,50%, a taxa foi zero durante seis anos e agora é de 0,25%. Os Estados Unidos saíram da crise, conforme os senhores sabem muito melhor que eu, e hoje o emprego nos Estados Unidos está a galope. O emprego, não o desemprego.

Então, o que a Senadora colocou é simplesmente uma barbaridade.

Pois bem, Dr. Isaac, Dr. Carlos, Dr. Tiago, Dr. Reinaldo, o que eu queria era que os senhores já estivessem trabalhando no Banco. Os senhores têm uma missão muito dura: consertar todo esse estrago que o PT fez no nosso País. Temos que baixar essa taxa de 14,25%. Nós sabemos disso. Com essa taxa, ninguém produz, ninguém dá emprego. Os senhores vão conseguir. Os senhores vão conseguir trazer essa meta para o seu nível estabelecido. Os senhores vão dar conta. O Henrique Meirelles e o Dr. Ilan, juntamente com os senhores, vão conseguir. Eu não tenho dúvida disso.

O problema do Brasil, tenho dito e repito – o tempo é muito restrito –, é a dívida interna e externa bruta. Esse é o problema do País. Em 2003, quando Lula assumiu a Presidência, nós tínhamos uma dívida interna e externa de R$852 bilhões. Eu estou falando, mas os senhores sabem disso melhor que eu. Incluindo o FMI. Hoje, 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

anos depois, em abril, porque eu não tenho dados de maio, R$4,039 trilhões. No ano passado, pagamos R$501 bilhões de juros dessa dívida para uma receita corrente líquida de R$1,221 trilhão. Esse é o problema do Brasil. E eles falam o seguinte: "mas o Lula pagou ao FMI". Pagou. Foi a pior porcaria que o Lula fez na época. Pegou um dinheiro aqui a 12% e foi pagar um dinheiro que estava custando 1,5%. Pois bem. Este é o problema: a dívida.

A história de *swap* cambial.

Nós sabemos que nesse dólar flutuante o Banco Central tem que mexer, tem que estar muito atento a ele, em vigília, e eu tenho essa informação. No ano passado nós perdemos R$89 bilhões com *swap* cambial. Nós temos que tomar muito cuidado com a flutuação desse dólar. É preciso ter competência para lidar com essa moeda, porque o problema maior foi a desvalorização da nossa moeda. E eu tenho certeza de que os senhores vão conseguir lidar com essa flutuação do dólar. Nós já perdemos, este ano, mais de R$40 bilhões das cadernetas de poupança. Isto é gravíssimo! Isto é gravíssimo! Está aí a construção civil do jeito que está. Nós não podemos continuar perdendo cadernetas de poupança. Já é pequena demais, não chegando a 13% do nosso PIB.

Enfim, doutores, espero que o Presidente Michel Temer dê aos senhores autonomia para que o Dr. Ilan e os senhores possam colocar em prática tudo que os senhores sabem, porque eu não tenho dúvida de que o País vai sair do fundo do poço.

Essa autonomia o Tombini nunca teve. Quem mandava era a Presidente Dilma. Os senhores precisam de autonomia, e eu acredito que o Presidente Michel Temer irá dar aos senhores essa autonomia. Precisamos resgatar a nossa credibilidade. Precisamos resgatar a credibilidade do Governo também junto ao Congresso Nacional.

Eu só peço a Deus que lhes dê muita luz, muita sabedoria e muita saúde, porque a missão dos senhores, a responsabilidade dos senhores não é brincadeira.

Vão com Deus e vão trabalhar para o País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores diretores propostos para o Banco Central e para a CVM, eu gostaria de dirigir uma palavra aos indicados para a diretoria do Banco Central.

Eu tenho quatro mandatos de Senador. Este é meu quarto mandato. Já passei, nesta Comissão, pela sabatina de muita gente que já entrou e já saiu, já vi aqui manifestações de partido A, de partido B, eu estava aqui na sabatina do Dr. Armínio Fraga, quando ele foi quase que destratado pessoalmente numa arguição que eu classificaria como grosseira... Faz parte do jogo democrático a manifestação livre das pessoas sobre as pessoas que estão sendo indicadas para as funções e sobre as ideias que elas esposam. É do jogo democrático. Mas é importante que V. Sªs conheçam o pensamento médio do Plenário da Comissão e do Senado.

Aqui foi colocado que V. Sªs seriam intérpretes de um satanizado liberalismo econômico.

Eu queria fazer uma observação.

A quebradeira em que o País se encontra que alternativa deixa, por exemplo, para que o custo Brasil, que é decorrente da infraestrutura de que o País dispõe... Qual a alternativa que o Brasil tem para construir mais aeroportos, mais portos, mais rodovias, mais ferrovias senão aquilo que já deu certo? O que hoje funciona bem neste País são os aeroportos concessionados, é a telefonia concessionada. São constatações. Então, o Brasil vai deixar de fazer o que o mundo moderno faz, de fazer as privatizações, as concessões, de prestigiar o capital privado, para que aquilo que mais interessa, que é a geração de emprego e renda para as pessoas, que é decorrente do custo de produzir, da capacidade de competir, aconteça? Então, vai-se satanizar uma coisa chamada capital privado aplicado onde o público é ineficiente ou não tem dinheiro para investir?

Vamos ser claros. O que o Brasil passa hoje é decorrente de um erro, na minha opinião – esta é a minha opinião –, que foi cometido lá atrás. Trocou-se uma dívida externa barata por uma dívida interna imoralmente cara. Nós pagamos R$500 bilhões de serviço da dívida interna! É impossível! A relação entre dívida e PIB está se aproximando de 0,70, vai chegar a 0,80, e aquilo que o Dr. Ataídes falou vai acontecer: o saque da poupança. Ou o Banco Central, a equipe econômica age, ou o calote vai ter que acontecer, porque vai haver o saque da poupança. Bateu em 0,80 a relação entre dívida e PIB, se não for administrada a dívida, o ajuste fiscal, você vai perder a confiança do poupador.

Por que a taxa de juros é alta? Pelo tamanho da dívida, quase R$3 trilhões – mais precisamente R$2,8 trilhões. Para administrar esta dívida, tem que pagar uma taxa Selic altíssima.

É a tarefa dos senhores: tentar, pelo equilíbrio fiscal, começar a baixar o endividamento, conter o crescimento da relação dívida/PIB, aplicar os mecanismos possíveis; vai caber ao Governo, não aos senhores, a reforma da Previdência para diminuir o déficit público e fazer aquilo que é possível fazer, em função de um estado de coisas que os senhores receberam, decorrentes, na minha opinião, de um erro crasso cometido lá atrás, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

troca da dívida externa barata – e o Brasil vivia um grande momento de superávit da balança comercial, com o ingresso permanente de divisas que só aumentavam o nosso volume de reservas disponíveis – por algo como poder dizer: "não devemos mais nada ao FMI. Batemos no peito e, com ufanismo, dizemos: não devemos mais nada ao FMI". Mas deve R$2,8 trilhões aos brasileiros e está correndo o risco de não poder pagá-los. Esta é a constatação real e a tarefa que V. Sªs vão ter que administrar.

Esse é o meu pensamento. Eu não gostaria que os senhores saíssem daqui imaginando que uma opinião ou outra, isolada, fosse o pensamento do Senado, não. O Senado da República, pela opinião de muitos, é muito sensato, muito maduro e tem consciência de que estamos herdando uma situação dificílima, que a taxa de juros, que é altíssima – a mais alta do mundo –, não depende da vontade do Governo baixar ou subir, é decorrente do tamanho da dívida. Quanto maior a dívida, maior a taxa de juros para poder ter comprador dos títulos, senão não há comprador para os títulos – não há comprador para os títulos! E aí? E qual é a saída?

Então, eu gostaria de colocar essas minhas preocupações e dizer que confio no Dr. Ilan, em V. Sªs em que a pedra de toque, que é o ajuste fiscal que depende de providências do Governo e que vai ser operada, porque os senhores vão ser guardiões da moeda, vai ser convenientemente, corretamente feita. Confio em V. Sªs, vou votar em todos quatro, com tranquilidade, porque confio na política econômica do Ministro Meirelles, do Presidente Ilan e que V. Sªs vão, com certeza, seguir à risca.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos ouvir a Mesa, iniciando pelo Sr. Reinaldo Le, seguindo a mesma ordem pela qual tivemos no início, e, se já quiserem fazer as suas considerações finais... Até porque boa parte dos Senadores que fizeram perguntas já estão em outra agenda.

Portanto, com a palavra o Sr. Reinaldo.

O SR. REINALDO LE GRAZIE – Obrigado, Presidente.

Respondendo os questionamentos, primeiro, de S. Exª a Senadora Lúcia Vânia, com relação ao *spread* bancário, acho que é um tema recorrente e que realmente incomoda toda a sociedade. Difícil saber exatamente qual é o fator que impacta mais no tamanho do *spread* que temos no Brasil. Podemos dizer que é o custo de capital, o custo administrativo, inadimplência; mas eu diria que o fator de risco dentro do *spread* bancário é onde conseguimos evoluir com rapidez. Existe uma volatilidade em todos os fatores que impactam o *spread* bancário que tenho a impressão de que é muito relevante e que exclui do mercado competitivo os participantes menores.

Então, acho que, se a gente diminuir a volatilidade, a gente, inclusive, melhora a competitividade do sistema bancário e do Sistema Financeiro. Eu acho que um papel em que o Banco Central pode atuar é aí, quer dizer, na taxação, no custo administrativo; nos próprios lucros e custos de capital, já é uma discussão um pouco mais... Com relação ao risco embutido, acho que a gente consegue evoluir.

Sobre meta de inflação, vou deixar os colegas falarem. Acho que...

O Senador Flexa também falou sobre *spread* bancário, sobre retomar a trajetória para emprego e renda, que, na nossa visão, é cumprir o mandato do Banco Central de reduzir a inflação, manter o sistema estável e, consequentemente, ter uma taxa de juros mais baixa e um mercado dinâmico.

O Senador Ivo Cassol se ausentou, mas deixo o meu agradecimento pelo voto de confiança dele. Ele também falou do custo de crédito, do cartão de crédito. O Senador Flexa também tocou no mesmo assunto.

Acho que a regulação de cartão de crédito é recente no Brasil – 2012, 2013. É um segmento que cresce muito – o segmento de meios de pagamento eletrônico cresce muito no Brasil –, mesmo comparado a padrões internacionais. Ele acompanha o crescimento do comércio eletrônico e tem funcionado bem – esse é o outro lado da moeda.

O prazo de reembolso do comerciante, a taxa de juros do cartão de crédito, a taxa de juros do cheque especial são questões que a gente tem que endereçar e entender quais são os componentes para poder trabalhar. Mas que essa é uma indústria dinâmica e está crescendo no Brasil é o lado bom da moeda.

O Senador Fernando Bezerra também falou sobre custo do cheque especial, o custo como um todo. Acho que ele tocou num ponto do círculo virtuoso. Sem dúvida, nós temos as condições para iniciar um círculo virtuoso, como disse S. Exª o Senador José Agripino, no tratamento da dívida. Eu diria que quando nós tivermos claro que a trajetória da dívida é decrescente, em algum momento do tempo, nós vamos ter condições para iniciar o círculo virtuoso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Tiago Couto.

O SR. TIAGO COUTO BERRIEL – Obrigado, Presidente.

Eu vou começar com os questionamentos de S. Exª a Senadora Lúcia Vânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Com relação ao teto de gastos e à política fiscal, que também foram comentados por S. Exª o Senador José Agripino, do ponto de vista da política monetária é muito importante que essas reformas estruturais, seja na contenção de gastos, seja numa eventual reforma da Previdência, venham para garantir uma trajetória de equilíbrio das contas públicas e de estabilidade da dívida pública. Isso vai permitir a diminuição de certeza fiscal e uma trajetória mais fácil da inflação para a meta e, consequentemente, a possibilidade de uma eventual redução das taxas de juros no futuro.

Com relação à meta de inflação, a gente espera que a estabilidade econômica, a redução das incertezas fiscais e a execução da política monetária com um aumento de transparência e uma gestão das expectativas dos agentes econômicos permitam essa convergência para o centro da meta de 4,5% definido pelo Conselho Monetário Nacional já em 2017.

Com relação ao que o meu colega indicado, o Reinaldo, já comentou sobre o *spread* bancário, que a senhora comentou além do S. Exªs os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, eu acho que existem duas agendas concomitantes: uma é o componente macroeconômico dessa taxa alta do sistema bancário, e eu acho que a redução de incertezas e a convergência da inflação para a meta vão permitir que a taxa básica da economia caia; e a outra é uma agenda de melhora institucional e concorrencial, que já faz parte do debate e da atuação do Banco Central, e, caso tenha a honra de ser aprovada por esta Casa, eu pretendo contribuir e aprofundar.

No mais, eu agradeço os comentários de V. Exªs e me mantenho a disposição.

Agradeço muito a oportunidade de responder a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA DE CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, gostaria de agradecer a V. Exª pelos votos que nos fez e complementar brevemente os comentários dos colegas indicados, tocando nessa questão do teto para os gastos.

O nosso entendimento é que, de fato, essa mudança de regime fiscal, essa percepção de que caminhamos rumo à sustentabilidade da trajetória da dívida é fundamental para a condução da política monetária com a sua plena eficácia, e há uma série de medidas que podem ser tomadas nessa direção.

A ideia de ter limite para gastos certamente contribui, mas, do nosso ponto de vista, o mais importante é que, no todo, haja uma clareza e uma certeza de que estamos caminhando nessa direção para que, do nosso lado, possamos cumprir a nossa missão de levar a inflação para a meta e mantê-la em torno da meta.

Gostaria de agradecer os votos também de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, de S. Exªs os Senadores Fernando Bezerra, Ataídes Oliveira e José Agripino e fazer um comentário sobre uma pergunta de S. Exª Senador Ivo Cassol, que diz respeito à divulgação de dados financeiros de empréstimos do BNDES, Caixa e Banco do Brasil.

Gostaria de me pronunciar dizendo que não tenho informações detalhadas a respeito. Caso receba a honra desta Casa para servir como diretor do Banco Central, vou me informar a respeito da questão, mas o meu entendimento, como observador, é de que o Banco Central segue regras para divulgação dos dados financeiros de quaisquer instituições financeiras e que isso se aplica nesse caso também.

Gostaria de agradecer os comentários, Sr. Presidente, e fico a disposição caso haja mais algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Isaac Sidney.

O SR. ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu me sinto bem contemplado com as respostas que os colegas indicados deram às colocações de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores. Eu apenas pontuo dois ou três questões que me parecem pertinentes neste momento.

A S. Exª a Senadora Lúcia Vânia eu tenho um agradecimento especial, inclusive pela relatoria da minha indicação e pelo teor do relatório proferido a esse respeito.

S. Exª nos indaga sobre a opinião quanto à PEC do teto de gastos e a respeito de seus impactos e efeitos também para a política monetária. Eu tenho essa como uma medida importante, uma medida que se presta ao reequilíbrio das contas públicas. Para que o endividamento público possa voltar a ter uma trajetória sustentável, o equilíbrio entre despesas e receitas é fundamental. Isso é uma grande contribuição, sim, para a condução da política monetária, facilita o trabalho da política monetária, potencializa o trabalho de política monetária. E essa medida veio em boa hora para que, efetivamente, possamos ter, enfim, esse reequilíbrio fiscal tão necessário para a retomada da confiança, a retomada da credibilidade para que nós possamos retomar horizontes de maior previsibilidade e planejamento.

Quando à meta de inflação, S. Exª nos indaga sobre as condições para que possamos atingi-la. Eu tenho uma opinião clara de que o Banco Central tem os instrumentos, tem os meios para que possamos, efetivamente, alcançá-la, sobretudo naquilo que já foi dito no relatório trimestral de inflação. Portanto, penso que o Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Central tem todas as condições para buscar e alcançar essa meta em 2017, fazendo-o de forma com que possa, realmente, trazer a inflação para um patamar estável e baixo.

Eu finalizaria com uma questão que foi colocada por S. Exª o Senador Ivo Cassol, relacionada às estatísticas fiscais e aos pronunciamentos jurídicos que foram emitidos pela Procuradoria-Geral. A Procuradoria-Geral atuou, nesse caso, de forma usual, como faz em todas as outras questões em relação às quais presta assessoramento legal às áreas técnicas do Banco Central. Assim o fizemos para atender a consultas da área de supervisão bancária e também da Advocacia-Geral da União, restringindo a manifestação jurídica ao âmbito da regulação bancária no que diz respeito aos passivos do Tesouro Nacional para com os bancos oficiais.

Esses dados estavam todos registrados nos balanços dos bancos, de tal sorte que há apenas uma discussão com o Tribunal de Contas da União quanto ao modo e ao tempo em que esses registros são feitos para efeito de compilação das estatísticas fiscais. O TCU já se manifestou a esse respeito, e o Banco Central está cumprindo rigorosamente as determinações.

Então, enfim, Sr. Presidente, são essas as considerações que me permito fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para que nós possamos fazer a segunda parte desta reunião, eu convido o Sr. Henrique...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aliás, convido, primeiramente, o Sr. Reinaldo Le Grazie, o Sr. Tiago Couto, o Sr. Carlos Viana e o Sr. Isaac Sidney para sentarem-se aqui, na primeira fila. Ao mesmo tempo, convido o Sr. Henrique Balduino Machado Moreira para tomar assento à Mesa.

São vários sabatinados, o que acaba trazendo um desconforto nessa fase...

(Interrupção do som.)

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 58, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: A Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
- Em 28/6/16, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

Como o Senador Tasso Jereissati está fora de Brasília hoje, pediria ao Senador Armando Monteiro para que seja o nosso Relator *ad hoc*.

Vou pedir para passar para V. Exª o relatório que já foi lido e já foi divulgado.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão; portanto, passo a palavra ao Sr. Henrique Balduíno Machado Moreira, para que faça uma breve exposição.

Por gentileza.

O SR. HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA – Boa tarde, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Eu gostaria de, primeiramente, cumprimentar o Exmo Senador José Pimentel, que preside esta sessão; o Exmo Sr. Armando Monteiro, que relata essa indicação *ad hoc* nesta oportunidade; assim como o Exmo Senador Tasso Jereissati, que relatou a minha indicação na sessão anterior. Evidentemente, também cumprimento dos demais Senadores presentes.

É realmente uma honra muito grande ter sido indicado ao cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, uma instituição importantíssima para o desenvolvimento econômico nacional, pela qual tenho enorme apresso. É também uma imensa honra ser sabatinado perante essa colenda Casa parlamentar.

A minha experiência profissional, relacionada ao sistema financeiro brasileiro, teve início há mais de 12 anos, quando ingressei na advocacia pública federal, como Procurador do Banco Central do Brasil. Durante esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

período, tive a oportunidade de exercer diversas funções relevantes, colaborando para a defesa e o adequado desenvolvimento dos instrumentos e instituições de intermediação financeira e do mercado de capitais.

Até 2007, trabalhei exclusivamente na Procuradoria-Geral do Banco Central, tendo sido responsável pela defesa judicial da autarquia perante os tribunais superiores e na condução dos intitulados processos judiciais relevantes. Na chefia de gabinete do procurador-geral, atuei redigindo e revisando manifestações jurídicas diversas, tanto na área de contencioso, quanto na área consultiva, de natureza financeira, processual, administrativa e penal.

Em seguida, e até o ano de 2009, fui requisitado pelo Ministério Público Federal para exercer a função de Assessor-Chefe de Subprocurador-Geral da República. Um Período importante de amadurecimento profissional à luz da visão jurídico-constitucional do Ministério Público Federal.

Ao retornar ao Banco Central, no começo de 2009, como chefe de gabinete do ministro de Estado, do Presidente do Banco Central, tive a oportunidade de ampliar, em larga escala, a minha experiência jurídica e profissional nas diversas matérias relacionadas ao sistema financeiro nacional, um período particularmente complexo da história econômica brasileira.

Fui nomeado secretário do Conselho Monetário Nacional e secretário executivo do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e de Capitalização, o Coremec, órgão composto pelo BC, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Susep e pela Previc.

Além dessas funções, agreguei, nos últimos anos, as atribuições de Secretário Executivo Adjunto do Banco Central e de Secretário Executivo da Comissão de Ética, com muita satisfação pelos resultados alcançados.

Como fruto da minha experiência profissional, eu poderia citar aqui a participação em inúmeras tratativas relacionadas à norma, sejam elas projetos de lei, decretos, resoluções, deliberações sobre governança, regulação e supervisão do sistema financeiro ou ainda atos praticados em relação a um agente do sistema em particular. Muitas delas foram, inclusive, resultado das discussões realizadas em fóruns internacionais, como o Comitê de Basileia e o Financial Stability Board.

Para os fins a que se destina esta breve apresentação, destaco apenas os principais assuntos afetos ao mercado de capitais e, portanto, mais direcionados à Comissão de Valores Mobiliários.

No âmbito do Conselho Monetário Nacional, eu destacaria a criação e a discussão semestral do Relatório de Supervisão Baseada em Risco, contendo a descrição dos resultados e das ações de fiscalização mais importantes do mercado de capitais. Destaco ainda os procedimentos aplicáveis aos investidores não residentes no País, a regulamentação das Letras Financeiras, a disciplina de crédito agrícola, o Certificado de Operações Estruturadas, entre outros tantos assuntos debatidos no Conselho Monetário Nacional.

No âmbito do Coremec, destaco a permanente troca de informações sobre a visão da estabilidade financeira entre os reguladores, o Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura e as regras de *suitability*, assim como o convênio de troca de informações, entre outros tantos assuntos de interesse comum aos reguladores do sistema financeiro: CVM, Banco Central, Susep e Previc.

Sobre a minha formação acadêmica, ingressei no procuratório formado e especializado em Direito Público e, ao longo da minha carreira, em reforço à minha carreira, especializei-me ainda, pela Universidade de Brasília, em Direito Econômico da Regulação Financeira. Participei ainda de diversos cursos nacionais e internacionais com foco em governança e em regulação financeira.

Por tudo isso, Ex^mos^ Senadores e Senadoras, acredito estar preparado para assumir o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, se esta colenda Comissão assim entender.

Tenho como fundamental para a Diretoria da CVM a manutenção e o robustecimento da autonomia e da excelência técnica de suas decisões, duas características fortemente reconhecidas naquela autarquia. Considero também imperativo que esse órgão regulador e fiscalizador, com o apoio dos demais órgãos de governo, prepare-se para um ambiente de mercado cada vez mais dinâmico e informatizado e exija soluções tecnológicas adequadas aos desafios que virão pela frente.

Nesse sentido, impõe-se manter o marco regulatório constantemente atualizado em consonância com as melhores práticas internacionais, assim como estar atento para a regulamentação dos novos produtos, buscando sempre maximizar a eficiência do mercado de capitais e contribuir para o crescimento do País.

Considero também importante revisar o sistema legal coercitivo aplicável aos supervisores, de modo a atualizar procedimentos e penas, tornando a fiscalização ainda mais efetiva e o mercado de capitais ainda mais seguro para o investimento dos grandes e pequenos poupadores nacionais.

Agradeço, por fim, a atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro, Relator dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Sr. Henrique Balduino Machado, candidato à CVM, eu queria fazer, primeiro, uma consideração de caráter mais geral, indagando sobre como o sabatinado vê o papel das bolsas e do mercado mobiliário como instrumento de estímulo à poupança, à formação de poupança no Brasil.

Nós sabemos que um dos grandes problemas da economia brasileira é exatamente a baixa taxa de poupança. Isso se reflete em várias áreas da economia, mas especialmente no que diz respeito à taxa de juros.

Há uma imensa pressão em relação às instituições de crédito quanto a fontes de investimento, sobretudo de operações de longo prazo, uma demanda muito concentrada no sistema BNDES. E nós precisamos estimular a consolidação do mercado de capitais no Brasil, sobretudo levando em conta a necessidade de se promover um padrão de financiamento mais saudável para a economia brasileira. Nesse sentido, o mercado de capitais cumpre um papel fundamental. Como é que V. Exª vê, especialmente, essa questão?

Eu gostaria também de fazer referência... A CVM foi destaque, recentemente, na mídia pela atuação coordenada com outros entes públicos, em especial o Ministério Público e a própria Polícia Federal, inaugurando um ambiente de diálogo e confiança que possibilitou, por exemplo, o ajuizamento de medidas judiciais em conjunto, casos envolvendo a prática do tipo penal de *insider trading* e também a primeira denúncia criminal sobre o assunto, além de operações que foram realizadas com a participação ativa de inspetores da Comissão de Valores Mobiliários. Por outro lado, é também sabido que esse trabalho conjunto pressupõe um amplo intercâmbio de informações. Como V. Sª vê e se posiciona acerca da discussão sobre o intercâmbio de informações entre o Banco Central e a CVM, especialmente à luz da Lei Complementar nº 105?

A outra questão é: como o senhor avalia a entrada de novos *players* no mercado de bolsa de valores? Nesse caso, como seria tratado ou revisto o atual arcabouço regulatório no que concerne a alguns aspectos, como, por exemplo, a estrutura de autorregulação e a questão da consolidação de dados?

Finalmente, em homenagem aos nossos internautas que participam deste debate através de uma linha direta com o Senado, eu selecionei uma pergunta do Sr. Vinicius Fadanelli. É uma pergunta de caráter mais geral: sob o ponto de vista regulatório, quais são, na opinião de V. Sª, os três principais temas a serem enfrentados pela CVM nos próximos cinco anos?

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o nosso convidado.

O SR. HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA – Obrigado, Exmo Senador Armando Monteiro. É sempre oportuno e conveniente haver espaço na sabatina para falar um pouco sobre esse mercado de capitais, que é importantíssimo para o desenvolvimento nacional.

Agradeço as perguntas e, portanto, a oportunidade de falar um pouco sobre isso.

O papel das bolsas de valores no mercado de capitais é importantíssimo. É um mercado que basicamente pretende unir pessoas que têm um superávit financeiro, poupadores que têm dinheiro para investir e empresas que precisam desse dinheiro para investir e assim fazer a correta circulação na economia, com produção, com emprego e, assim, com desenvolvimento. Então, o papel das bolsas é fundamental porque a bolsa é exatamente o intermediador financeiro. É a entidade que vai ligar aquele que tem um superávit de capital às empresas, a poupança popular àqueles que precisam do capital. Isso acontece de uma maneira segura e organizada através dos diversos intermediadores financeiros, com o destaque para a bolsa de valores. O papel é fundamental, até porque a própria bolsa de valores, no caso brasileiro, tem o dever legal de autorregulação. Há uma previsão expressa na Lei de Mercado de Capitais, e ela assim o exerce, criando inclusive novos parâmetros de governança, como o novo mercado, de forma a garantir ainda mais transparência e segurança para o investimento do poupador.

Sobre o *insider trading*, Senador – eu ainda não estou no órgão, evidentemente, mas o que eu tenho acompanhado é visível nas manifestações da CVM –, há uma campanha pública para esclarecimento sobre o que é o *insider trading*, a preocupação sobre o tamanho do prejuízo que isso causa para o mercado de capitais, porque o mercado que é entendido como inseguro é o mercado em que os investidores não vão querer atuar, principalmente enquanto for tão mais fácil aplicar em renda fixa, em um capital mais seguro do que aquele da bolsa de valores.

Há uma percepção negativa de que é um risco muito grande investir no mercado de capitais, o que não é verdade. A CVM procura também desenvolver ferramentas de *suitability*, de modo que o investidor assuma apenas o risco que deseja assumir, de acordo com as condições que ele tenha, ou se ele precisa de liquidez e rentabilidade. Então, não é um mercado arriscado. Você tem o nível de risco que você pretende assumir.

Mas voltando especificamente para o *insider trading*, é importante essa campanha de divulgação, essa primeira denúncia. Pelo menos na minha opinião, há uma necessidade de melhorar um pouco o tipo penal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

específico do *insider trading*, a gente começar também a criminalizar o *insider trading* secundário, e também para a gente conseguir tipificar com menos informações, porque isso acaba protegendo, na minúcia, aquele que pratica essa conduta, que é um crime.

De uma maneira geral, não só para a CVM, mas também com a minha experiência de Banco Central, essa troca de informações, a coordenação entre órgãos públicos é fundamental para o funcionamento das instituições. Ainda que sejamos todos órgãos de excelência – a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central, a Receita Federal, A Polícia Federal –, essas ilhas de excelência, precisam se comunicar. Os trabalhos conjuntos entre órgãos públicos têm resultado em ganhos notórios para a sociedade brasileira e para os diversos mercados. Então, vejo como extremamente positiva essa cooperação entre órgãos públicos.

Especificamente, a cooperação CVM-Banco Central acontece regularmente por meio desse comitê que eu citei há pouco, o Comitê de Regulação e Fiscalização do Sistema Financeiro e de Capitais.

Periodicamente, os reguladores, os supervisores se reúnem para trocar impressões sobre os diversos assuntos, sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, sobre o pedido de recuperação judicial da Oi e outros assuntos diversos que possam impactar a segurança e a estabilidade do sistema são constantemente conversados entre os reguladores, assim como propostas de evolução do marco regulatório ou ações conjuntas de fiscalização que importem para os diversos órgãos em benefício dos mercados.

Evidente que não é possível fazer isso ultrapassando os limites legais estabelecidos pelas normas aprovadas pelo Congresso Nacional. Então, o limite do intercâmbio de informações é o limite do que é deferido pela Lei Complementar nº 105. A troca de informações entre órgãos públicos tem que respeitar os limites previstos em lei, sob pena de violar o direito à intimidade, o direito ao sigilo bancário previsto constitucionalmente.

Então, o intercâmbio de informações é constante e com enorme respeito e reverência à segurança jurídica e ao sigilo bancário das partes envolvidas. Então, em toda a minha experiência de intercâmbio entre os órgãos, eu tenho depoimento próprio das constantes considerações e a preocupação sempre constante de defesa ao sigilo bancário dos envolvidos.

Sobre os novos *players* de bolsa de valores, existe uma discussão bastante grande, que resulta inclusive no fato de, nos diversos países, haver ou não mais de uma bolsa – uma discussão sobre estabilidade, sobre ganho de escala que isso poderia causar ou não –, mas o fato é que, no Brasil, nós não tivemos ainda uma proposta firme de abertura de uma nova empresa de bolsa de valores. Pelo que eu conheço e tenho informação, inclusive pública, é que o *player* que havia acabou não tendo sucesso no seu pedido justamente pela dificuldade em construir uma nova empresa de custódia, enfim, de cumprir alguns requisitos bastante rigorosos e necessários para a constituição de uma bolsa de valores.

Por fim, Senador, fico satisfeito que a população tenha participado desta sabatina enviando perguntas aqui para o Senado Federal. Isso mostra o interesse popular nesse assunto, o que é realmente positivo e engrandecedor, que é a busca da captação da poupança popular para o desenvolvimento do mercado de capitais e, portanto, na aplicação em capital produtivo, das empresas que estão produzindo.

E o cidadão que mandou a pergunta tinha interesse em saber quais são, na minha opinião, os três principais temas na área de regulação sobre os quais a CVM devia se debruçar. Eu tenho a informação de que a CVM mantém, atualmente, um número considerável de audiências públicas, que é o procedimento por meio do qual, antes de a CVM editar uma norma, ela escuta a opinião dos seus jurisdicionados, do mercado e dos investidores. Mas, entre tantos assuntos, eu considero que uma redução e otimização dos requisitos necessários para o registro de ofertas públicas na distribuição de valores mobiliários é uma grande iniciativa. A regulação de mercado deve estar atenta para a diminuição da burocracia e redução de custos, até para que esse mercado cresça com a segurança necessária para os pequenos investidores, para os minoritários. E essa simplificação para o registro eu acho que é uma excelente iniciativa, que congrega esses dois valores, uma desburocratização com a máxima eficiência.

Também está em discussão o chamado *equity crowdfunding*, que é o meio pelo qual novas empresas, e até algumas *startups*, que também é um assunto do momento – e por isso que é relevante, porque é cada vez mais premente –, buscam obter recursos por meio desses *sites* coletivos, prometendo ou com o dever de, ao final, fornecerem participação nessas novas empresas. Então, é um financiamento coletivo mediante a participação, em até cinco anos, na futura empresa.

Então, por ser um tema bastante atual, as *startups* e o e*quity crowdfunding*, consequentemente, eu acho que é um assunto sobre o qual, na CVM, se eu tiver oportunidade de ocupar o cargo, irei me debruçar.

Há também questões menores, como a dos condo-hotéis, que são muito relevantes – e é uma discussão premente também a dos condo-hotéis –, e algo sobre o que a Diretoria da CVM vai ter que se debruçar é a interpretação jurídica relativa à aplicação ao mercado e aos *players* da nova lei de responsabilidade das estatais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

É um avanço, um marco regulatório importante e vai caber agora à Diretoria a sua aplicação aos casos concretos e a supervisão do sistema à luz do novo normativo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu pergunto ao nobre Relator se tem algo mais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não. Eu me considero satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, encerradas as arguições, peço também o encerramento da apuração, até porque já voltaram 27 Senadores, o quórum máximo da nossa Casa.

Não sei se o Senador José Maranhão pretende exercitar o direito de voto ou se o PMDB já completou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Podemos encerrar, então?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ah, desculpa, Senador já encerrou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já encerrou. E o PMDB completou o Bloco também.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – O PMDB? Eu não estava presente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O PMDB completou o Bloco de votação. O Suplente veio, Senador José Maranhão, e terminou completando o voto.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de votar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu sei disso. Eu não tenho dúvida da qualidade do seu voto, nosso Presidente da CCJ.

Portanto, vamos abrir o painel. (*Pausa.*)

Resultado.

O Sr. Henrique tem 25 votos "sim", dois "não". Portanto, está aprovado o seu nome.

O Sr. Reinaldo tem 22 votos "sim", cinco "não". Também está confirmado o seu nome.

O Sr. Tiago tem 24 votos "sim", três "não". Está confirmado o seu nome.

O Sr. Carlos tem 24 votos "sim", três "não". Está confirmado o seu nome.

O Sr. Isaac tem 25 votos "sim", dois "não". Está confirmado o seu nome.

Eu recebi também, por parte do Senador Armando Monteiro, um pedido de urgência para que os cinco nomes estejam ainda hoje no Plenário do Senado Federal.

ITEM 7
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 58 de 2016, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM".

Autoria: Senador Armando Monteiro.

ITEM 8
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 54 de 2016, que "submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor REINALDO LE GRAZIE para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil".

Autoria: Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 9
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 55 de 2016, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TIAGO COUTO BERRIEL para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil".

Autoria: Senador Armando Monteiro.

ITEM 10
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 56 de 2016, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor CARLOS VIANA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil".

Autoria: Senador Armando Monteiro.

ITEM 11
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 57 de 2016, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil".

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Portanto, os nobres Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Recebemos também um requerimento aditivo, de autoria do Senador Jorge Viana, que diz respeito a uma outra matéria, uma audiência que faremos na próxima quinta-feira sobre combustíveis para a frota aérea brasileira.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento n° 15 de 2016 - CAE, que, para a audiência pública destinada a debater o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015 (fixa alíquota máxima para cobrança do ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação), sejam convidados: Tarcísio Gargioni, Vice-Presidente Comercial, de Marketing e Cargas da Avianca Brasil; Alberto Fajerman, Diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas; Basílio Dias, Diretor de Assuntos Regulatórios da LATAM; Patrizia Xavier, Diretora de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Portanto, os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a presença dos nossos convidados. Dispenso-os para que possam dar continuidade às suas atividades e proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª, 18ª e 20ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (22ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (24ª REUNIÃO), EM SEIS DE JULHO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos, e do senador José Pimentel, vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reúnem-se as comissões com a presença dos(as) senadores(as) Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Cidinho Santos, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Humberto Costa, Hélio José, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Agripino, José Aníbal, José Medeiros, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Omar Aziz, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Roberto Rocha, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Telmário Mota, Valdir Raupp, Cássio Cunha Lima e com a presença do presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Eduardo Braga, Alvaro Dias, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Lopes, Wellington Fagundes, Fátima Bezerra, Edison Lobão, Aécio Neves, Antônio Anastasia, Eduardo Amorim, Jader Barbalho, José Maranhão, Magno Malta, Raimundo Lira, Ricardo Franco, Tasso Jereissati, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliar as repercussões financeiras sobre as contas da União, dos estados e dos municípios, tendo como expositores o ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, e o secretário de Fazenda do estado de Sergipe e representante do Confaz, Jeferson Dantas Passos. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) senadores(as) Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias, Simone Tebet, José Medeiros, Renan Calheiros, Roberto Rocha, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Cássio Cunha Lima, Romero Jucá, Armando Monteiro, Roberto Rocha e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos, senadora Gleisi Hoffmann, e pelo vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador JOSÉ PIMENTEL
Vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia a todos e a todas! Quero saudar nossas Senadoras e Senadores.

Quero registrar que temos número regimental para realizar a nossa reunião ordinária. No entanto, fizemos um acordo com nossos pares, Senadores e Senadoras tanto da CAE como da CCJ, e com a Presidenta da CAE, a Senadora Gleisi Hoffmann.

O nosso Presidente José Maranhão não está em Brasília hoje, poderá chegar mais tarde. Resolvemos, por acordo de Lideranças e dos nossos pares, que a reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça será feita mais tarde.

Nesta parte primeira, nós faremos uma audiência conjunta, da CCJ com a CAE, para ouvir o nosso Ministro do Planejamento sobre o impacto dos projetos de lei de reajustes do funcionalismo. Há um número razoável de matérias na pauta de hoje da CCJ, e isso nos permitirá, mais tarde, ter uma votação mais tranquila na condução desses projetos de lei.

Portanto, vou passar a Presidência para a Senadora Gleisi Hoffmann, a nossa Presidenta da CAE, para que possa convidar o nosso Ministro Dyogo para vir aqui fazer a sua exposição.

Por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos com a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A pauta é a audiência pública com a finalidade de discutir as propostas de reajuste salarial dos servidores públicos federais e avaliar as repercussões sobre as contas da União, dos Estados e dos Municípios.

A solicitação foi feita pelo Senador Ricardo Ferraço, aprovada já na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós temos dois convidados aqui que participarão desta audiência: o Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira; e o Secretário de Fazenda de Sergipe e representante do Confaz, Sr. Jeferson Dantas Passos.

Eu solicito que as Secretarias da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça tragam os nossos convidados à Mesa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 61 2211.

Após a exposição dos convidados, cada um com 20 minutos para fazer a sua exposição, nós abriremos a palavra aos Srs. Senadores.

Nós temos uma ordem de inscrição pela chegada na CAE e a outra pela CCJ, mas eu solicitaria à Secretaria que consultasse, entre os Senadores que estão presentes, quem quer falar, para que abríssemos uma lista agora, já que nós não temos condições de utilizar.... Ou alternar. Se bem que são muitos Senadores que participam das duas, são comuns, mas para não precisar ficar com a presença da CAE e a presença da CCJ, abriríamos uma lista agora. Eu pediria que as Secretarias da CAE e CCJ inscrevessem os Senadores que gostariam de fazer uso da palavra.

Então, para iniciar, eu passo a palavra ao Sr. Dyogo Oliveira, Ministro Interino de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que terá, pelo menos, 20 minutos para exposição.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Bom dia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores. É uma satisfação, Srª Presidente, Senador José Pimentel, senhoras e senhores.

Eu pediria que colocassem na tela a apresentação a respeito dos impactos dos projetos de reajuste dos servidores. Obrigado.

Em primeiro lugar, eu acho que é importante colocar essa questão dos servidores em uma perspectiva histórica, porque nós nunca estamos começando a vida no serviço público. Há todo um histórico. E o que nós tivemos nos últimos anos em relação à evolução da despesa com pessoal do Poder Executivo Federal?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minutinho, Ministro. Eu queria pedir, por favor, para o pessoal fazer silêncio, principalmente quem está nas laterais, porque é impossível ouvir aqui a exposição do Ministro. Por favor, se o pessoal quiser conversar, debater, saia da sala.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Bom, então, como eu dizia, nos últimos anos, o Governo Federal manteve um controle da evolução das despesas com pessoal. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), houve uma redução da participação na despesa com pessoal em relação ao PIB nesse período, e mesmo com os projetos que estão aqui em tramitação, esse percentual se manterá estável nos próximos anos.

Então, o que nós temos é: em 2009, nós tínhamos praticamente 4,7% de participação do PIB na despesa com pessoal do Governo Federal; esse percentual chegou a 4,1% em 2015; e se manterá mais ou menos entre 4,1% e 4,2% até 2018. Ou seja, há uma estabilidade em relação ao PIB e até certa queda, quando observamos lá trás.

O efeito entre 2014, 2015 e 2016, em que há um pequeno aumento, se deve mais ao fato de que o PIB caiu do que propriamente a um crescimento de despesa com pessoal.

É importante colocar isso, Senadora, porque sempre temos que olhar as coisas em perspectiva, sempre temos que olhar numa questão de relatividade, temos que medir as coisas...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Quantos por cento é nos Estados Unidos?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – ... em proporção.

É mais. A folha dos Estados Unidos é maior do que a nossa em proporção.

Bom, outra questão é uma comparação que é sempre feita em relação aos Estados. Houve, sim, em relação aos Estados, um aumento. Então, vemos ali que os Estados, por exemplo, tiveram um crescimento de 4,8% para 5,4%, praticamente, nesse período, até 2015. Para os Estados nós não temos condições de fazer projeções, mas é o efetivamente realizado em relação ao PIB.

É verdade também que esse resultado dos Estados não é exclusivamente devido a decisões dos próprios Estados. Muitas leis que criaram despesa para os Estados impactaram significativamente esse número, como o piso do magistério, o piso dos agentes de saúde, dos agentes de endemias, as aposentadorias especiais, uma série de outras decisões que afetam a despesa de pessoal dos Estados causou impacto nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

É bem verdade que os Estados também concederam reajuste para as suas categorias, mas é preciso contemporizar e entender que há uma dinâmica no Governo Federal que foi muito diferente nos últimos anos. Aí está a Previdência dos servidores ativos e inativos também.

Tem sido sempre colocada essa questão em relação aos reajustes, e eu tenho sempre dito que – esse gráfico mostra com muita clareza – os servidores já estão ajustados, já passaram por um processo de ajuste nos últimos anos, a despesa com pessoal já está controlada há vários anos e continuará controlada nos próximos anos.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

Quando nós olhamos, em termos reais, ou seja, descontando a inflação – e aqui eu estou falando da folha total, pois há vários efeitos que afetam a folha. Além de aumento de salário, há crescimento de quantidade de pessoal nesse período, há progressões, há uma série de fatores que afetam vegetativamente o crescimento da folha, mas, mesmo quando olhamos em termos reais, vemos que o crescimento na União foi de apenas 0,8%, e que, nos próximos anos, mesmo considerando esses projetos, há uma estabilidade em termos reais da folha total, mesmo considerando mudanças de quantitativos e projeções. Isso em bilhões de reais trazidos a valores de 2015, descontada a inflação futura e passada.

Nós não podemos, Senadora, sofrer ilusão monetária. Quando eu falo em R$240 bilhões em 2015, isso é diferente de R$200 bilhões em 2001. Eventualmente, R$200 bilhões em 2001 significavam muito mais do que R$240 bilhões em 2014. Então, nós precisamos olhar descontando a inflação. É um valor real, um valor comparável, porque você vai olhar ano a ano e saber se há um comportamento descontrolado ou não.

O que nós vemos, nesse gráfico, muito claramente é que a folha do Governo Federal, da União, considerando os três Poderes, está estável do ponto de vista real e tem mantido uma trajetória assim já há vários anos. Só insisto no ponto de que os servidores federais já passaram por um processo de ajuste nos últimos anos.

Pode passar o próximo eslaide, que tem alguns detalhes sobre isso.

Aqui, algumas informações que considero elucidativas, apenas para compreendermos como é a folha. Vou passar rápido aqui, mas é só para vermos que hoje temos uma folha que é de, mais ou menos, 50% de ativos e 50% de inativos. A grande participação é da parte do pessoal de educação, ciências e tecnologia, que são quase 30% do nosso pessoal, e militares, que perfazem 37% do nosso pessoal. Então, a composição da folha precisa ser entendida: como é essa despesa e onde está esse gasto.

Pode passar o próximo eslaide mais rápido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Acredito que sim. Estão providenciando, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estão sendo feitas as cópias. E aproveito para registrar que o Plenário 19 tem telão e está liberado para os nossos companheiros e companheiras convidados. Se quiserem ficar mais acomodados, está à disposição o Plenário 19.

Com a palavra o Sr. Dyogo.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Aqui, a mesma informação sobre a composição da folha, apenas colocando em participação no valor da folha.

Então, nós vemos lá que os servidores civis correspondem a 50% da folha e todos os outros componentes. De novo, há um destaque para o grupo da educação e para os militares também, que têm as maiores participações na composição da folha do serviço público federal.

Pode passar o próximo.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Você vai apresentar a evolução em separado?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Nós vamos ter o impacto separado depois.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

Então, só para retomar o ponto da evolução. Em 2011, não foram concedidos reajustes amplos. O que ocorreu, em 2011, foram apenas resíduos de negociações anteriores que foram acrescentados em 2011, mas o Governo não concedeu novas renegociações em 2011. Em 2012, também não houve aumentos das categorias, exceto a categoria de educação e ciência e tecnologia, que teve uma renegociação em 2012. Entre 2013, 2014 e 2015, foi dado um reajuste linear de 5% a cada ano. Então, quando nós calculamos o impacto sobre a folha, dava 5,4%, que acumulou 17%, no período de 2013 a 2015.

Portanto, entre 2011 e 2015, digamos que, no reajuste médio, nós totalizamos 18%, tendo nesse período uma inflação de 40,6%. Aqui eu esclareço bem: nós estamos falando de médio. Algumas categorias tiveram mais; outras tiveram menos. Mas a média dos reajustes que foram concedidos nesse período, de 2011 a 2015, é de 18%. Comparando com o setor privado, o reajuste no setor privado – e também aqui é uma média dos acordos salariais divulgados pelo Dieese – foi de 49,2%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ou seja, o que estou mostrando é que nós partimos de uma história. Nós não começamos hoje. Em relação aos servidores, tem sido praticada uma política austera nesse período. Foi uma das despesas, eu diria talvez uma das poucas despesas que foi razoavelmente estabilizada nesse período. Os servidores tiveram reajustes abaixo até da inflação, na média, e abaixo inclusive do próprio setor privado nesse período.

Então, é uma história que precisa ser levada em consideração aqui, nesta Casa. Além disso, nós estamos mostrando que as projeções para frente são de que, mesmo com esses projetos que estão aqui tramitando, nós teríamos uma continuidade, nos próximos anos, de uma despesa de pessoal razoavelmente bem controlada e estabilizada em relação ao PIB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ministro, esses aqui são só servidores federais ou de todo o...

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Federais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só federais.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Federais. Aqui eu me refiro sempre aos servidores federais.

Então, esse é, digamos, o nosso passado a respeito dos reajustes, e esses são os impactos que nós vemos e a perspectiva disso em termos de participação do PIB e em valores reais. Eu acho importante nós não confundirmos essas coisas, porque os números são sempre gigantescos e às vezes nós temos de traduzi-los. É aquela história em que a criança pergunta: "Pai, cem é muito ou é pouco?". E o pai sempre responde: "Olha, meu filho, depende, se forem cem grãos de areia é pouco, mas se forem cem aviões é muito". Então, isso aqui também nós temos que ver em valores reais, deduzindo a valor presente, tratando como um indicador e não como um número absoluto.

Pode passar o próximo eslaide.

Bom, o objetivo desses projetos que estão em tramitação. O que nós apresentamos aqui? Temos que tomar cuidado porque, por exemplo, neste ano, particularmente, o reajuste é só a partir de agosto, o que mais uma vez foi uma decisão. E os servidores, ao invés de terem o ajuste que normalmente é dado em janeiro, já estão tendo o reajuste postergado para agosto. Então, se nós tivéssemos o reajuste em agosto, por exemplo, o impacto efetivo, neste ano, seria de R$6 bilhões. Mas aqui o que estou apresentando? Eu não estou apresentando o impacto, não. Estou anualizando o impacto. Supondo que esse impacto fosse dado, com efeito, no ano inteiro, ele daria R$12 bilhões. Nós fazemos isso e dividimos pelo valor da folha sem o reajuste, que é o impacto percentual do reajuste anualizado, ou seja, levando todo o efeito, como se o efeito fosse completo, porque é correto que seja assim. Isso porque ele não vai ser pago durante todo este ano, porque só temos meio ano. Mas no ano que vem ele vai ser pago durante o ano todo. Então, o impacto anualizado do reajuste, por exemplo, este ano, seria de R$12 bilhões, o que corresponderia a 4,8% sobre a folha sem reajuste. Portanto, um índice abaixo da inflação esperada, que era de 6,9%, na época que os projetos foram enviados e que, hoje, inclusive, é um pouco mais de 7% para 2106.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... de 15 para 16 é aquilo tudo?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – É.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – O salário médio ...?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Não, aqui não tenho. Podemos ver tudo isso.

Quanto ao reajuste, o que eu estou mostrando é que o impacto, a cada ano, do reajuste está sendo um pouquinho menor do que a inflação esperada do ano naquele ponto. É preciso lembrar que a folha tem um crescimento vegetativo, tem uma série de outros fatores que a impactam. A folha cheia eu vou apresentar daqui a pouco. Agora, o impacto anualizado, o impacto efetivo do reajuste que é concedido, aquele valor que as pessoas vão efetivamente receber como aumento, o impacto é o que está colocado nessa tabela, que mostra claramente que os impactos serão alinhados com a inflação. As expectativas de inflação também vão mudando ao longo do tempo. Por isso é que eu até fixei aqui como referência a data do envio, em dezembro. Esta era a expectativa: em dezembro. Então, a tabela mostra aquilo que foi proposto e que estava razoavelmente bem alinhado com o que era a expectativa de inflação naquele período e que, portanto, não há nenhum descontrole, nenhum processo exagerado nesses reajustes.

Pode passar o próximo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O chamado crescimento inercial está embutido?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Está embutido, está embutido na base.

Quando nós olhamos aqui, agora, o impacto total... E aqui há um detalhe importante, que é o seguinte: o que a União paga é apenas o impacto primário, o que chamamos...

Essa tabela ficou confusa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Bom, vamos lá.

O que a União efetivamente paga é o impacto primário bruto. Ali, as primeiras linhas estão repetidas de outra tabela.

O que a União realmente paga para os servidores é o que chamamos de impacto primário bruto. Agora, nós contabilizamos também, aqui, para efeito de divulgação, o que seria a contribuição previdenciária, que, na verdade, é receita da União. Então, por isso, quando falamos do impacto total, considerando a contribuição previdenciária, que, na verdade, é uma receita da União, nós falamos que, nesses três anos, teríamos R$68,7 bilhões de impacto total.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Líquido?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Não, bruto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O que é CPSS?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – CPSS é Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Isso é pago e volta. É o que estou explicando. Isso não é o impacto líquido. O impacto líquido é R$62,7 bilhões.

Por que, na tabela, ali, aparece impacto bruto? Esse impacto bruto... Isso no acumulado dos três anos. Agora, estou falando o seguinte... O que acontece? O reajuste que eu dou neste ano, eu não dou de novo no ano que vem, mas ele está incorporado no salário. Está certo?

Então, estou comparando o seguinte: uma folha sem nenhum reajuste com a folha incorporando os reajustes.

Trata-se de uma medida, digamos, que não é exatamente correta, porque não se está dando o reajuste todo ano de novo. Mas digamos que é uma comparação do que seria o mundo em que não se teria nenhum reajuste com o mundo em que há reajustes.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aqui, descontado Imposto de Renda...

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Não, não. Aí é que está. Estou explicando.

É o seguinte: R$62,7 bilhões é o impacto primário que as pessoas vão receber, acumulado nesse período de três anos.

Aí, somando a contribuição previdenciária, que, na verdade, não é despesa; é despesa e receita, ou seja, o impacto é zero, mas, para fins de apresentação, achei bom esclarecer esse efeito. Então, chegaria neste número, R$68,7 bilhões, sendo que o impacto efetivo é de R$62,7 bilhões.

Além disso, a União recolhe o Imposto de Renda sobre esse percentual, uma alíquota média em torno de 12% a 15% de Imposto de Renda.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Em cima desses R$62,7 bilhões?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Em cima desses R$62,7 bilhões.

Mas, aí, assim, eu não quis...

(Soa a campainha.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – ... aqui misturar a questão do Imposto de Renda, porque aí já é uma outra discussão que poderia confundir a coisa. Então, a despesa de pessoal que vai estar na folha, digamos, que efetivamente será paga: R$62,7 bilhões. Somando a contribuição previdenciária, R$68,7 bilhões, sempre lembrando que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Exato. Sempre lembrando que a contribuição previdenciária, na verdade, não é despesa. É despesa e receita ao mesmo tempo.

Bom, mas – sobre aquela pergunta se cem é muito ou é pouco –, esse valor é muito ou é pouco? Para sabermos ponderar se é muito ou se é pouco, se é grande ou não é, temos de dividir isso pela folha.

Passe para o próximo eslaide, para sabermos isso em percentual.

Então, aquilo que eu estava apresentando: R$68,7 bilhões. Descontando a contribuição previdenciária, R$62,7 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nesse período de três anos, nós teremos uma folha acumulada sem reajuste – a folha base nesse período de três anos – de R$768,3 bilhões. Portanto, o impacto de todos os reajustes, em termos da base da folha, em termos do que seria o mundo sem os reajustes, é um acréscimo de 8,2% sobre o total da folha nesse período.

Então, acho que essas coisas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Em três anos. É a soma dos três anos, a soma dos três anos.

Eu já mencionei, aqui, outro dia, mas é importante sempre repetir: a nossa estimativa para 2016 é uma folha total de R$258 bilhões, composta de ativos e inativos, mais ou menos a proporção – talvez eu erre o arredondamento – de R$135 bilhões, R$138 bilhões para os ativos e de pouco mais de R$120 bilhões para os inativos. Mais ou menos essa é a proporção, em termos agregados, da nossa folha de pagamentos.

Mais uma vez, acho que é importante que o Senado tenha essa referência, porque às vezes nós discutimos o número em valor bruto, e o número em valor bruto não significa muita coisa, é ilusão monetária.

Nós estamos falando de uma folha de R$768 bilhões, sem nenhum reajuste em três anos, 2016, 2017 e 2018, e de um impacto efetivo primário de R$62,7 bilhões de todos os projetos que estão aqui tramitando a respeito de reajuste. Ou seja, a folha terá, nesses três anos, um acréscimo, por conta desses PLs, de 8,2%.

Mais uma vez – aí vem a pergunta que fiz para eu mesmo responder –, isso é muito ou pouco? Eu diria: isso não é pouco. Mas eu diria que é razoável. Diante do histórico que tivemos, diante do fato de que já há um processo de ajuste dessa despesa, já há vários anos, acho que esse é um impacto razoável, aceitável, dentro do que estamos trabalhando em termos do programa de ajuste fiscal.

Há várias outras despesas que estão, na verdade, aí sim, crescendo de maneira excessiva na União. Nós estamos olhando para todas elas lá no Ministério do Planejamento, e os outros Ministérios têm colaborado conosco. Estamos olhando isso, linha por linha, vírgula por vírgula.

Isso já foi até noticiado, antecipo um pouco. Eu dei um exemplo, outro dia, do auxílio-doença. Nós não vamos retirar o auxílio-doença de ninguém, não vamos retirar o direito de ninguém de ter o auxílio-doença, esse é um direito que não se discute, mas é muito estranho que haja 880 mil, quase 900 mil pessoas que recebem auxílio-doença, há mais de dois anos, uma despesa de R$23 bilhões por ano.

Então, nós estamos agora iniciando um trabalho e vamos começar a olhar, de maneira detalhada, objetiva, essa despesa, por exemplo, do auxílio-doença, que nos parece realmente que está mal controlada. Então, nós vamos fazer isso.

Acho que o trabalho do ajuste do lado da despesa nós temos feito. A despesa discricionária para 2016 estará no nível real de 2011. Então, o Governo tem feito um controle forte desde o ano passado, neste ano também e, nos próximos anos, a partir do limite da despesa.

Então, essas outras despesas também nós estamos olhando linha por linha, buscando onde há despesa desnecessária, onde há despesa mal focalizada, mal direcionada. Há outras despesas na União que nós temos de olhar, e estamos fazendo isso.

Mas eu insistiria com os Senadores no sentido de que a despesa de pessoal, de fato, já vem tendo, há vários anos, no Governo Federal, um processo de ajustamento. E esses projetos que aqui estão, de certa maneira, dão sequência a esse processo de ajustamento e mantêm essa despesa num patamar controlado tanto em relação ao PIB quanto em relação a termos de valores reais, ou seja, descontando a inflação prevista no período.

Pode passar o próximo eslaide.

Aqui, é o seguinte: como nós tratamos do conjunto que está aqui, nós tratamos de todos. Aquela simulação envolve todos. Esse impacto não tem um juízo de valor, é o conjunto dos projetos em tramitação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Evidentemente que só o impacto no Governo Federal. Não haveria, no caso do teto de remuneração, os impactos nos Estados ou nos Municípios. Aqui estamos falando do impacto na União, no custo para a União de todos os projetos.

E aqui eu coloquei, apenas elucidativamente, quais foram os reajustes concedidos percentualmente sobre a remuneração em cada categoria, em cada Poder, apenas para vermos que os percentuais variam um pouco, mas, no geral, são percentuais razoavelmente reduzidos.

Pode passar o próximo, por favor.

Na verdade, esse era o último.

Fico aqui, evidentemente, à disposição de todos para responder as dúvidas e outros questionamentos que houver.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos, agora, ouvir o Sr. Jeferson, que é o nosso convidado.

O SR. JEFERSON DANTAS PASSOS – Bom dia a todos. Quero saudar aqui a Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente da CAE; o Senador José Pimentel, que está presidindo, neste momento, a CCJ; o Ministro Dyogo Oliveira; demais Senadores e Senadoras; senhores e senhoras aqui presentes.

Bom, vou tecer algumas considerações acerca de eventuais impactos dos projetos que estão sendo analisados nas finanças estaduais. Mas, antes de entrar no assunto propriamente dito, aproveitando o gancho do início da apresentação do Ministro Dyogo Oliveira acerca do crescimento dos gastos dos Estados, eu queria reforçar aqui uma fala dele e, nesse sentido, até louvar a iniciativa de estarmos aqui, nesta audiência pública, discutindo se há ou não e qual a relevância dos impactos para os Estados e Municípios desses projetos de lei, porque, efetivamente, Estados e Municípios têm sido afetados por decisões tomadas no Congresso Nacional e que geram despesa para esses entes subnacionais, sem que haja uma correspondente alocação de receita para fazer frente ao gasto.

Já foi citado aqui o piso do magistério, o piso na área de saúde, e isso, efetivamente, causa impacto.

Por outro lado, também, o crescimento do gasto com pessoal, em Estados e Municípios, está fortemente relacionado ao aumento da demanda da sociedade por serviços, principalmente nas áreas de segurança pública, saúde e educação. Então, o aumento do gasto em si tem que ser observado, tem que ser criterioso, mas necessariamente não é dinheiro mal utilizado. Se ele está sendo utilizado na política pública de forma adequada, é necessário à sociedade.

Queria aqui agradecer o convite para a participação do Consefaz (Conselho Nacional de Secretários de Fazenda), que venho representar aqui neste momento, e fazer os seguintes comentários: o principal problema que nós vislumbramos em relação ao aumento de gastos no âmbito federal diz respeito ao teto remuneratório. Nós temos um teto estabelecido, que tem por objetivo um limite de gastos. Esse é o teto nacional, e não leva em consideração as diferenças regionais e as diferentes capacidades de arcar com esse pagamento. Então, isso faz com que em um Estado pobre, como Sergipe, você tenha uma gama de servidores públicos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário que batam no teto, até o ultrapassem, e por isso estejam lá com o limitador. Isso é muito mais presente no Judiciário e no Ministério Público, mas é uma realidade nos Estados. E esse mesmo teto vale para Sergipe, vale para São Paulo, vale para qualquer outro Estado. E isso faz com que a pressão por ganhar o teto seja constante e seja uma realidade em diversas carreiras.

(Soa a campainha.)

O SR. JEFERSON DANTAS PASSOS – Então, quando tratamos de aumento do teto, estamos falando de um aumento imediato dos gastos pelo destravamento desse limitador. Isso ocorre, de forma direta, no Executivo, em carreiras importantes, como procuradores, delegados, Fisco, Defensoria Pública, com impactos na Previdência dos Estados e também, de forma indireta, no aumento de gasto com pessoal no Judiciário, no Ministério Público, nos Tribunais de Contas, só para citar um exemplo, e aí você tem uma pressão natural desses órgãos para ampliar a sua fatia no orçamento estadual.

Então, este é o ponto que traz maior preocupação: a questão da evolução dos gastos das carreiras específicas do Executivo Federal não tem um *link* direto com o aumento da despesa nos Estados. Não há nenhuma vinculação automática. Naturalmente, vai haver movimentação dentro dos Estados, como há, de forma rotineira, a título de comparação e busca de ganho salarial. Mas isso tem sido uma constante em diversos Estados que – eu posso falar aqui por Sergipe – têm feito ajustes em gastos com pessoal. O ajuste feito em Sergipe é, inclusive, maior do que o que o Dyogo apresentou aqui da União. Hoje nós temos despesas com pessoal equivalentes ao ano de 2009, descontada a inflação. O gasto com pessoal ativo, no Estado de Sergipe, hoje, descontada a inflação, é menor 2% do que no ano de 2009. Isso é fruto da dificuldade que os Estados vêm passando e, principalmente, pela perda de receita. A receita, nesse período mais recente, não acompanhou.

Então, a dificuldade cresceu e precisamos cortar, precisamos fazer ajustes. Fizemos ajustes em custeio, fizemos ajustes em pessoal, mas a receita tem sido o fator de maior pressão para os Estados neste momento. Estados do Norte e Nordeste, que são mais dependentes ainda do Fundo de Participação dos Estados, estão sofrendo inclusive mais do que outros Estados da Federação. A queda é geral. Caiu ICMS, caiu o IPI, o imposto de renda da União, mas Estados que dependem mais das transferências do Fundo de Participação estão sofrendo mais.

De forma que, dado esse cenário de compressão da receita com gasto de pessoal, como o Ministro Dyogo aqui demonstrou, que cresceu nos últimos anos, quando pegamos o conjunto dos Estados brasileiros, as dificuldades atuais não permitem que os Estados assumam novas despesas. Os Estados estão em um momento de muita tensão com os seus servidores, justamente pela incapacidade de conceder reajustes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. JEFERSON DANTAS PASSOS – Só para vocês terem uma ideia, de 2013 a 2015, o Estado de Sergipe concedeu de reajuste salarial ao conjunto dos seus servidores o equivalente a 6,38%, muito abaixo da inflação.

Concluindo, o recado que podemos deixar aqui é que esse ponto específico do teto, do aumento do teto, é um ponto que preocupa Estados e Municípios, é um ponto que traz aumento de despesa imediato, automático, a Estados e Municípios. E os Estados e Municípios, neste momento, não têm condição de assumir novas despesas com pessoal.

Coloco-me à disposição para qualquer outro tipo de questionamento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos, agora, ouvir os nossos pares. Estão inscritos os seguintes Senadores e Senadoras: José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Lindbergh Farias...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu permutei com a Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro.

Tem um aqui parecido com Ministro, mas...

Aí temos Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Ronaldo Caiado, Cássio Cunha Lima e Romero Jucá.

Vamos começar pelo Senador José Medeiros.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, é o autor do requerimento primeiro e, depois, o Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Desculpa. O autor do requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Ferraço é sempre muito breve.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu não vou fazer perguntas, mas eu gostaria só de saber se é possível, se nós já temos disponibilizado, projeto por projeto, qual seria o impacto de cada um deles, se isso é possível, com dados oficiais do Ministério do Planejamento.

Era só para poder fazer a votação. É a minha única intervenção.

V. Exª pode nos disponibilizar antes da votação?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço, autor do requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srs. Presidentes, Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Pimentel, se nós considerarmos, e por óbvio nós vamos fazer uma análise aqui um pouco mais ampla, nós vamos chegar à conclusão de que é absolutamente injusto colocar sobre os ombros do servidor público federal a responsabilidade pela desorganização das contas públicas em nosso País.

Nos últimos 20 anos, o gasto primário real da União tem crescido, em média, 6% ao ano – 6% ao ano real, exato –, muito acima do crescimento do Produto Interno Bruto, que tem rodado na casa dos 3%. Ou seja, o setor público brasileiro está gastando muito além daquilo que pode e daquilo que deve nos últimos anos.

Nesse contexto é evidente que nós precisamos começar a considerar o debate relacionado à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que não chegou ao Senado, mas está na Câmara, pela importância e pelo peso que ela joga no critério estabelecido para se colocar um teto na expansão da despesa pública em relação à inflação, que é a proposta do Governo.

É evidente que existem alguns que rechaçam essa tese, porque acham que dinheiro nasce em árvore; mas se empresários fossem, não administrariam assim suas empresas; se governadores fossem, não administrariam assim os seus governos, até porque, se o fizessem, estariam seguindo a marcha da insensatez, como é o caso do colapso do Estado do Rio de Janeiro.

O fato objetivo é que o debate em relação à necessidade de nós estabelecermos um teto para o gasto do setor público não é uma jabuticaba brasileira. Pelo menos três dezenas de países mundo afora estão atuando, de uma forma ou de outra, em torno desses critérios.

E também no Brasil esse debate não é novo. Esse debate foi tentado ainda em 2004 e 2005, quando o Prof. Marcos Lisboa era Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Há relatos de que o então Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda tentou trabalhar esse tema, mas a então Chefe da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Casa Civil, Dilma Rousseff, consagrou e rotulou essa medida como uma medida primitiva, até rudimentar e – por que não? – tosca.

O fato objetivo é que se medidas como essas tivessem sido introduzidas desde esse tempo, a situação fiscal do nosso País seria absolutamente outra. O atual rombo fiscal de R$170 bilhões nas contas públicas para 2016 é apenas parte do problema. Durante os dez anos anteriores a 2008, o resultado primário médio foi um superávit maior que 3% do PIB. A nossa realidade, portanto, nem sempre foi assim. Ou seja, o governo Dilma transformou um resultado positivo médio da ordem de R$190 bilhões em um resultado negativo da ordem de R$170 bilhões. Faça-se justiça, R$95 bilhões, R$96 bilhões de legado de meta fiscal negativa do governo Dilma e uma parte do atual Governo do Presidente interino Michel Temer.

Mas se nós considerarmos onde estávamos e onde estamos, a deterioração fiscal não é da ordem de R$170 bilhões, e sim da ordem de R$360 bilhões, porque nós tínhamos um superávit positivo de pelo menos R$100 bilhões nesses anos anteriores e caminhamos para uma deterioração da ordem de R$170 bilhões, negativos. Esse é o tamanho do esforço fiscal que o Brasil precisa fazer. E fazer para quê? Vale ressaltar que essa conta não inclui, inclusive, despesas com juros.

No ano de 2015, o Brasil foi o país que mais pagou juros no mundo. Pagamos 8,5% do PIB contra 4,6% da Itália; 4,11% da Índia; 4,02% de Portugal; 3,6% da Itália; e 3,6%, também, da Grécia. Esse percentual é o que pagamos em juros em relação ao nosso PIB. Ou seja, em moeda corrente, nós estamos falando que, em 2015, nós pagamos R$502 bilhões de juros; R$502 bilhões de juros é o dobro da despesa com pessoal de 2015. Portanto, o que pagamos de juros em 2015 é o dobro das despesas com pessoal. Ou seja, nós pagamos só de juros em 2015 o que custa todo o setor público brasileiro em relação ao pessoal por dois anos seguintes.

Esse é o tamanho da desorganização da conta pública herdada do governo da Presidente Dilma.

O processo de deterioração fiscal pegou fôlego, evidentemente, nos últimos anos. E a nossa dívida bruta saiu de 52% em 2010 para 66% em 2015. E há expectativas de que possamos chegar em 85% em 2018. Entre os emergentes, só existem quatro países no mundo que possuem dívida bruta em relação ao PIB maior do que o Brasil: Hungria, Croácia, Egito e Ucrânia. É disso que nós estamos falando. Apenas para efeitos comparativos, o México possui uma dívida bruta de 52% do PIB, e o Chile, de 18%.

O que se questiona, Ministro Dyogo, não é a necessidade evidente de nós valorizarmos o servidor público brasileiro, motivarmos e estimularmos. É se reunimos as condições econômicas e financeiras para fazer isso neste momento, até porque o mercado e todos nós aguardamos com expectativa a nova meta fiscal para 2017. E as especulações são de que a meta fiscal para 2017 não será inferior a R$150 bilhões. Portanto, nós estamos falando aqui de um impacto para os próximos três anos, bruto ou líquido, acima de R$60 bilhões, de um dinheiro que nós não temos. Vamos ser francos e sinceros. Um dinheiro que nós vamos ter que captar no mercado para poder honrar esses compromissos que estamos assumindo para frente.

Não é sem outra razão que o Governo está propondo a PEC 241, que limita o gasto público. Quando se fala em gasto público, nós estamos falando aqui, evidentemente, em gastos para muito além daquilo que custa o servidor público brasileiro. Mas estou dimensionando aqui o tamanho da desorganização do setor público brasileiro.

Então, são algumas questões para as quais nós queríamos chamar atenção aqui de V. Sª e também do representante do Confaz.

Um dos projetos mais polêmicos de que nós estamos tratando aqui é exatamente o projeto que aumenta o teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. O que eu considero absolutamente inconveniente e intempestivo em um momento como este, porque nós estamos vivendo numa circunstância e numa conjuntura de economia pós-guerra. E numa economia pós-guerra, você socializa os sacrifícios para o conjunto da sociedade brasileira. E, ao elevarmos o teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nós estamos abrindo espaço para aumentarmos os nossos salários, de Deputados Federais, Deputados Estaduais, Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça, desembargadores e juízes. O efeito cascata da vinculação gera impacto em nossos Estados e Municípios.

Se nós cotejarmos aqui a relação dos gastos dos nossos Tribunais de Justiça com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo menos os Tribunais de Justiça de sete Estados, inclusive o meu, estão acima do limite prudencial. E o limite prudencial, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, já impõe um conjunto de restrições.

Portanto, nós estaremos votando aqui aumentos que vão repercutir em nossos Estados e que violam a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O meu Estado já está gastando 6,2% da sua Receita Corrente Líquida com o Tribunal de Justiça. De igual forma: Tocantins, 5,75%; Paraíba, 5,73%; Rio de Janeiro, 5,68%; Ceará, 5,58%; Piauí, 5,52%; Maranhão, 5,44%. Portanto, muito próximo do limite prudencial. E ao darmos esses aumentos, nós vamos gerar efeitos em cascata em nossos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Portanto, essa é a avaliação que gostaria de merecer de V. Sª em relação ao conjunto da desorganização dos gastos públicos. Não se discute aqui o mérito do projeto, o merecimento dos nossos servidores. Não, o momento e as circunstâncias. Se nós temos esse dinheiro para dar, se nós temos esse recurso para fazer isso neste momento.

E ao Coordenador do Confaz: como os secretários estaduais de Fazenda e os próprios governadores estão analisando esse tipo de aumento, que nós teremos que votar aqui na Comissão de Constituição e Justiça?

Eu, pessoalmente, inclusive já estou anunciando que vou apresentar um voto em separado pela rejeição do aumento do teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por considerar absolutamente inconveniente e intempestivo esse tipo de aumento num momento como este, em que precisamos compartilhar sacrifícios e não trabalhar o topo da carreira do serviço público brasileiro como se nós não estivéssemos passando por uma circunstância absolutamente ...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São as questões, Sr. Presidente, que encaminho à Mesa, agradecendo a V. Exª e à Senadora Gleisi a deferência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu pergunto aos nossos pares se nós ouviremos três intervenções e passaremos para Mesa ou se a Mesa responde ao autor, e, a partir daí, três intervenções.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bloco de três, então.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário, eminente requerente desta audiência, queria parabenizá-lo pela tempestividade e pela oportunidade em que faz este requerimento.

Sr. Presidente, eu creio que nós estamos no momento de algumas reflexões. A primeira delas é a seguinte: qual o serviço público que queremos e qual qualidade desse serviço queremos? Porque eu tenho visto aqui, realmente, uma preocupação extrema e talvez importante com relação ao gasto público, mas temos também que refletir sobre a qualidade do gasto.

Eu digo isso porque todos nós queremos chegar a um posto do INSS, Sr. Presidente, e sermos bem atendidos. Todos nós queremos chegar a um posto da Receita Federal e não pegarmos fila. Todos nós queremos que o Ibama preste um bom serviço. E eventualmente também queremos que as forças policiais possam prestar um bom serviço, a contento. A sociedade vibra quando a Polícia Federal realiza várias operações, quando a Polícia Rodoviária Federal preste um ótimo serviço. Agora, isso tem custo, isso tem gasto.

Os nossos militares também têm suas demandas. Nós vemos que, hoje, Sr. Presidente, as academias militares praticamente servem como escolas para treinar servidores para outras carreiras melhores, porque o serviço militar já não é tão interessante. Hoje, um coronel em final de carreira ganha muito abaixo do que ganhava há algum tempo. De forma que o serviço público já foi muito melhor remunerado; e, hoje, boa parte dessas carreiras não atendem... E aí você pode colocar fiscais agropecuários, você pode pegar todas as carreiras. Você vai ver que há um déficit de servidores muito grande, ao mesmo tempo em que parece haver a sensação de que os gastos com os servidores são exorbitantes, de que estão quebrando este País.

Então, na verdade, eu não sei de onde surgiu, mas está surgindo, parece, um fogo baixo de uma demonização dos gastos com servidores públicos. Eu quero rechaçar aqui: os servidores públicos não são responsáveis por quebradeira alguma; pelo contrário, se o Estado anda, ele anda apesar do Governo ou pelo Governo, mas, acima de tudo, anda porque essa massa que levanta todo dia cedo, esse funcionário de carreira, vai lá e trabalha.

Nesta Casa funciona tudo perfeitamente. Nós chegamos e está funcionando o audiovisual, o microfone, porque alguém fez isto aqui. É um corpo extremamente qualificado que faz isto aqui; nós temos no Senado, por exemplo, talvez a essência da qualidade do serviço público. Mas eu lamento que tantos gastos saiam daqui, bilhões, às vezes em medidas meritórias, mas não vemos tanta gritaria. Agora, em relação ao serviço público, existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Os números que o Ministro trouxe aqui são esclarecedores – e vou aqui usar as palavras do eminente Dr. José Eduardo Cardozo; eu gosto quando ele fala em clareza solar –, mostram que não temos tido essa avalanche, pelo contrário, existe até uma curva descendente, em relação aos gastos com os servidores.

Agora, tudo bem, estamos em um momento de crise. O que se está dizendo e levando ao público, que geralmente é colocado nas redes nacionais, é que é quase como se fosse um crime dar esse aumento agora, que o servidor teria de esperar um momento propício.

Vou falar uma coisa, Ministro. Fui servidor por 21 anos e nunca vi esse "momento propício". Fui sindicalista. Nós nos dirigíamos ao gabinete do Senador José Pimentel, geralmente tentando buscar migalhas.

Essa é a grande realidade do servidor. Ele vive tentando, em luta constante. Quando o saudoso Duvanier era vivo, nós o chamávamos de "embarrigador geral da República", porque havia uma mesa permanente de negociação, e o servidor nunca conseguia. Geralmente, ele chega com uma pauta e consegue um pequeno percentual.

Só para encerrar, não vejo que haja exorbitância nos gastos com servidor.

Quando o Ministro trouxe os números dizendo – eu grifei – que, na média, os aumentos foram abaixo da inflação e até do setor privado, isso é extremamente esclarecedor. É importante que isso fique frisado aqui, porque o que se tem dito e propagado é que os aumentos no serviço público têm sido o dobro do que têm sido no setor privado.

Na verdade, estão aqui – ele os trouxe em números –, demonstrando que, na média, foram até abaixo da inflação, principalmente com relação aos servidores do Executivo, que prestam serviço lá na ponta, e os cidadãos esperam que sejam de qualidade.

Neste momento, quero parabenizar o Ministério do Planejamento pela decisão de manter esses acordos que haviam sido feitos no governo da Presidente afastada, e o Presidente por ter a coragem de trazer essa recomposição, porque é bom diferenciarmos também quando se fala de aumento. E não é aumento; aumento é quando se aumenta o salário. Aqui, estamos falando de recomposição de perdas e não em sua totalidade. É bom que fique claro isso.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Queria, com a aquiescência dos meus colegas Senadoras e Senadores, com a permissão de V. Exª e da Senadora Gleisi Hoffmann, aproveitando, inclusive, a presença do nosso Presidente Renan Calheiros, fazer um apelo a V. Exª.

Existem alguns projetos que foram priorizados pelo Senador Renan para irem a Plenário antes do recesso que se aproxima. Dentre eles, a PEC 96, item 6 da pauta de hoje desta Comissão.

Na condição de Relator, considerando que aqui na Comissão vamos tratar exclusivamente da constitucionalidade do projeto, e o meu parecer sendo favorável, pela constitucionalidade, tendo em vista a conversa que tive com o Presidente Renan e com o autor da proposta, solicito de V. Exª a conveniência e a oportunidade de examinar o encaminhamento direto para a Comissão do Pacto Federativo, para que lá possamos examinar o mérito da questão, porque até me reservo ao direito de discutir algumas questões de mérito. A Comissão do Pacto se reúne daqui a pouco. Evidentemente, esta reunião vai perdurar por mais tempo e, muito provavelmente, não haverá tempo de votar hoje esse projeto.

De modo que, de ofício, V. Exª pode, já que consta na relação de prioridades, encaminhar para a Comissão do Pacto, de acordo com o que estabeleceu a Presidência da Mesa, incluindo esse projeto como prioritário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Roberto Rocha, nós...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... estamos fazendo, na fase primeira, uma audiência conjunta, e a reunião ordinária ficou para a parte seguinte.

Eu pergunto ao nobre Presidente Renan Calheiros se ele quer dar uma palavra de saudação? (*Pausa.*)

Então, seja bem-vindo.

Com a palavra...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Senador Ronaldo Caiado está inscrito?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Só pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ah! Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Em relação a essa matéria, eu apresentei um voto em separado sobre essa emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, na hora aprazada, nós trataremos desse tema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias, pelo tempo regimental.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero começar cumprimentando o nosso Presidente do Senado, Renan Calheiros, que está prestigiando esta Comissão; o Senador Pimentel, que está aqui como Presidente da CCJ, pois o Senador José Maranhão está em viagem; a Senadora Gleisi Hoffmann; o Dr. Jeferson Dantas e o Ministro Dyogo Oliveira.

Eu começo dizendo que estou aqui meio confuso, porque fui da Base do Governo por muito tempo e trabalhávamos junto com o Dr. Dyogo como Secretário Executivo do Planejamento, Secretário Executivo da Fazenda. Agora, eu estou na oposição e o Dr. Dyogo está como Ministro do Planejamento. E eu tenho uma certeza de que uma das pessoas que mais sabem que a Presidenta Dilma não cometeu crime de responsabilidade é o Ministro Dyogo Oliveira, que viveu tudo aquilo no Ministério do Planejamento, no Ministério da Fazenda. Viu o tamanho do contingenciamento feito em 2015, o maior da história, de R$80 bilhões.

Estou confuso também, Ministro Dyogo Oliveira, porque não sei que governo o senhor está representando aqui; se o governo do discurso da austeridade, se o governo de uma base que tirou a Presidenta da República da Presidência da República dizendo que houve gastança – gastança em 2015! –, ou o governo do velho balcão de negócios que está negociando com Parlamentares, com governadores, com empresas que têm de receber do Governo.

Estou falando isso porque vamos discutir primeiro a questão da meta de R$170 bilhões. Primeiro, é preciso dizer que nos quatro primeiros meses deste ano, no governo da Presidenta Dilma o déficit foi de R$5 bilhões. O Dr. Dyogo sabe. Depois da decisão do TCU, a cada dois meses, havia um decreto de contingenciamento violentíssimo! Era um ajuste feito lá no caixa.

Os senhores sabem da minha posição contra isso. Eu aqui e o Senador Requião defendemos outra política há muito tempo. Defendemos, sim, políticas anticíclicas, em momento de desaceleração econômica. Esses planos de austeridade estão colocando vários países do mundo em recessão profunda. Mas eu estou cobrando, aqui, a contradição do discurso: R$5 bilhões. Aí, para os outros oito meses, colocaram R$165 bilhões.

Eu sei que o senhor pode me dizer o seguinte em relação aos R$170 bilhões: os quatro primeiros meses do ano são sempre melhores; então, vamos discutir os doze meses acumulados.

Está aqui: o déficit primário, dos doze meses acumulados até maio, é de R$150 bilhões. Só que o Ministro Dyogo sabe que houve uma despesa extraordinária.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Por decisão do TCU, foram pagos R$57 bilhões em dezembro do ano passado. Então, na verdade, podemos dizer que estamos rodando, em doze meses, com um déficit entre R$90 bilhões e R$100 bilhões. Por que os R$170 bilhões? Porque os senhores desmoralizaram o instituto da meta de superávit primário, de resultado primário! Desmoralizaram! Porque afastaram uma Presidente. Porque o que é a meta? A meta tem que ser o objetivo. Nós estamos lutando para fazer um esforço para lá. Como os senhores afastaram uma Presidente por isso, estão jogando a meta para baixo e aumentando o gasto para pagar a conta do *impeachment*.

Não sou somente eu, do PT, que estou falando, não. Quero falar aqui em Gil Castello Branco, Secretário Executivo da ONG Contas Abertas, que diz que o *dream team* fiscal, como foi chamada a nova equipe econômica comandada por Henrique Meirelles na Fazenda, ainda não entrou em quadra – brinca ele –, está perdendo de lavada para o time dos políticos.

Hoje, a matéria em todos os jornais é dessa desconfiança. Aí os senhores vêm falar de um novo déficit de R$150 bilhões, R$160 bilhões para 2017? É uma incoerência total!

Eu quero chamar a atenção para essa PEC que limita os gastos de acordo com a inflação, que é a maior maldade que podem fazer com o povo trabalhador e com o povo pobre brasileiro.

Para os senhores terem uma ideia, se essa PEC existisse há dez anos, de 2006 a 2015, o orçamento da saúde, que foi de R$102 bilhões, no ano passado, seria sabe de quanto? De R$65 bilhões. O da educação, que foi de R$103 bilhões, seria, Presidente Renan, de R$31 bilhões. O salário mínimo, que é de R$880, seria de R$500. O benefício médio da Previdência, que é de R$1,6 mil, seria de R$1,1 mil. É uma maldade com o povo pobre. É uma PEC em cima dos mais pobres. Quem precisa de saúde pública é o povo trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não tem nada para o andar de cima, para os mais ricos. Cadê limite para os juros? Aí eles não falam. Mas eu quero tranquilizar as pessoas que estão preocupadas com essa PEC, porque com isso aqui, pelo jeito, eles estão querendo vender terreno na lua, e eu vou explicar o porquê. Eles soltam o fiscal agora, prometem isso a médio prazo.

Tem o estudo aqui do Felipe Salto, que foi assessor do Serra, dizendo que no próximo ano a inflação média será de 7%. Sabe o que essa PEC de limite de gastos vai significar? Nada! Porque vai ter o aumento real de despesas nominais com a inflação de 7% em 1,4%, ou seja, para o ano que vem não significa nada. E com uma PEC dessa aprovada, alguém tem dúvida de que esse vai ser o grande debate da eleição presidencial de 2018? Vai! A chance de o Presidente eleito derrubar isso – vai derrubar porque o povo ficará contra isso – é enorme.

Então, os senhores estão com um discurso do tal mercado, que os senhores endeusavam; estão com um discurso assim: "Olha, nós estamos entregando... Lá na frente nós vamos entregar!". Não vão entregar! E agora, por causa da pressão, da negociação com vários interesses, estão afrouxando tudo. É essa a incoerência.

Eu, sinceramente, se fosse da Base deste Governo, sentiria vergonha, porque afastar a Dilma com esse argumento e rasgar tudo depois? Pelo amor de Deus! É o mínimo de coerência que cobramos. E os senhores condenaram a Dilma por 2015, não é nem 2013 ou 2014. Condenaram a Dilma pelo Levy, que foi o maior ajuste na boca de caixa, como os senhores sabem.

Lembro-me de quando a Dilma mandou o orçamento deste ano e falava em déficit. Ah, o mundo quase caiu! Editorial de todos os jornais. O Relator do Orçamento, Ricardo Barros, mudou, disse: "Não, é uma vergonha nós mandarmos um orçamento deficitário". E olha como muda o discurso! Olha como muda o discurso! É impressionante.

Eu quero encerrar falando da nossa posição sobre esse reajuste dos servidores. Nós vamos defender o reajuste de todas essas carreiras, o que foi combinado com a Presidenta Dilma. Foi uma prática que começou com o Presidente Lula esses acordos trienais. Então, vamos votar em todos esses acordos ajustados lá atrás.

Não vamos votar na questão do teto do Supremo. Quero até explicar o motivo pelo qual não vamos votar. Se estivéssemos em outro momento, de crescimento, em que todo mundo estivesse ganhando, que o rendimento dos trabalhadores estivesse crescendo, aí, tudo bem, iríamos aumentar. Mas não, senhores, estamos em um período em que está havendo queda de rendimento dos trabalhadores de mais de 7% ao ano. Está havendo uma proposta deste Governo que aí está de uma reforma da previdência para desvincular salário mínimo do benefício previdenciário. Setenta por cento dos aposentados ganham salário mínimo. Vejam bem, a proposta do Governo é mexer com os aposentados que ganham salário mínimo para que eles possam receber menos, porque dizem que tem um impacto grande na folha. Como é que nós, numa situação dessas, em que os mais pobres, os trabalhadores estão sendo extremamente penalizados, vamos aumentar o teto do Supremo, que permite aumento de salário dos Senadores, dos Deputados, que tem um efeito cascata enorme nos Estados, Tribunal de Contas dos Estados, Assembleias Legislativas, esses mesmos Estados que estão completamente falidos como temos visto.

Portanto, sei, inclusive, que há vários servidores que respeito muito, em especial, os servidores da Justiça do Trabalho, que fazem um bom trabalho. Sabemos que o problema é a vinculação do salário deles com o teto. Eu teria o maior prazer aqui de dar aumento aqui para esses servidores, mas essa vinculação neste momento, no momento de uma crise como essa e do aperto dos que estão lá embaixo, eu, sinceramente, acho que nem Senador, nem Deputado, nem Ministro do Supremo Tribunal Federal deve aumentar salário. Reafirmo aqui a nossa posição a favor dos outros reajustes salariais que já haviam sido combinados anteriormente.

Agora, eu ficaria muito feliz se o Ministro Dyogo nos esclarecesse. Sei que ele vai ter dificuldade; ele, na verdade, nem é a melhor pessoa para fazer isso, dar essa resposta, mas é uma mudança de discurso com uma velocidade incrível. Só cobro dos senhores, e cobro aqui da Base também, coerência. Coerência! O mesmo discurso de responsabilidade fiscal foi feito contra a Dilma, que os senhores já apagaram. É o mínimo que podemos pedir neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Concluímos o bloco de três Senadores e agora vamos ouvir o Dr. Dyogo, o nosso Ministro do Planejamento, e, em seguida, o representante do Secretariado.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador.

Senador Ferraço, Senador Medeiros e Senador Lindbergh, primeiramente, agradeço o comentário do Senador Ferraço acerca da questão do limite do gasto. Essa é uma iniciativa extremamente importante para restabelecermos uma trajetória de despesa da União estabilizada. O que aconteceu nos últimos 20 anos foi que a despesa cresceu aproximadamente seis pontos percentuais do PIB. Então, uma despesa da União, que era aproximadamente 14% do PIB em 1997, este ano será de mais de 20% do PIB. Essa tendência, sempre te-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nho dito, não depende de ciclo político, de ciclo econômico, de nada. Observamos que, independentemente de qualquer conjuntura, a despesa veio apresentando esse crescimento.

Só para o próximo ano, por exemplo, a nossa estimativa é de que a despesa com Previdência crescerá R$57 bilhões. Subirá R$57 bilhões, de 2016 para 2017. Já cresceu R$50 bilhões de 2015 para 2016. Portanto, o que temos, ao longo desse período, é uma despesa que tem crescido em relação ao PIB de maneira continuada, de maneira, digamos, que despreza qualquer variável que se analisa. Não há nenhuma correlação entre nenhuma variável; há um crescimento autônomo da despesa, que não pode continuar indefinidamente, sob pena de chegarmos a um ponto em que teríamos 50% 60% de despesa. Evidentemente, é preciso que haja uma trajetória de estabilização.

É um ponto relevante, é preciso que entendamos isso. Noventa por cento das despesas do Governo Federal são pré-definidas, são despesas que já estão contratadas pela Constituição Federal, por leis, por uma série de outras regras. Então, essas despesas já são contratadas.

Temos hoje, no Brasil, uma composição de despesas em que temos aproximadamente 60% da despesa do Governo Federal para pagamento de aposentadorias, pensões, inativos e outros benefícios, e 5% de despesas com investimento, na verdade, um pouco menos de 5%. É uma composição claramente inadequada do ponto de vista de organização do País.

A proposta do gasto vem para discussão no Congresso Nacional. Sabemos que haverá bastante discussão, bastante polêmica, e que, claro, cabe ao Congresso Nacional melhorar a proposta, acrescentar, fazer contribuições a isso no sentido de que tenhamos uma evolução das despesas do País compatível com a capacidade do Estado de financiar.

O que mostrei aqui claramente, Senador, é que as despesas com pessoal já estariam enquadradas nesse processo. Não teríamos, do ponto de vista de pessoal, uma situação incompatível como que se está propondo em termos...

(Soa a campainha.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – ... de evolução da despesa. A despesa com pessoal já está dentro disso e já está razoavelmente enquadrada. Também é importante salientar que os impactos para 2016, previstos na Lei Orçamentária deste ano – uma lei que foi aprovada ainda em 2015 – e o que estava previsto para reajuste este ano são compatíveis com o que está sendo discutido nesta Casa. Na realidade, eu até diria, para ser bem preciso a respeito desse item, que o que temos de previsão na LOA, para este ano, seria um impacto de R$8,1 bilhões, e temos, nesses projetos em discussão, um impacto estimado de R$7 bilhões.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em todos os Poderes?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Em todos os Poderes. Aqui estou dando o valor geral.

Então, temos na LOA R$8,1 bilhões para 2016, e os projetos aqui em tramitação teriam um impacto estimado de R$7 bilhões. Portanto, eu diria que esses valores já foram previstos na LOA, porque eram projetos que estavam em discussão na época.

Também é importante salientar que estamos aqui discutindo reajustes, acordos que foram feitos em 2015. Foram enviados em dezembro, há uma história de como se chegou até aqui a respeito desses reajustes.

Mencionei isso, mas acho que é importante frisar, Senador, que o ajuste não pode ser feito em uma parcela só da despesa. Temos que fazer o ajuste em todas as despesas e estamos fazendo isso no Ministério. Foi criada uma comissão de avaliação completa dos gastos, e estamos olhando, linha por linha, todo o orçamento, todas as despesas, buscando fazer esse ajustamento nas despesas que estão fora de controle.

Portanto, eu diria que esses números já estão previstos nas nossas estimativas de despesa para 2016, esses reajustes estão compatíveis com a LOA, inclusive há ainda um valor adicional, que se refere a projetos que ainda não foram enviados e negociações que já foram feitas e que, oportunamente, decidiremos o momento e a forma do envio.

Quanto à questão que o Senador Lindbergh provocativamente coloca – boto isso na conta da nossa amizade –, o senhor sabe, Senador, que não tenho opção, tenho que servir ao Estado brasileiro porque sou um servidor de carreira. Estou aqui hoje na condição de Ministro interino, mas estarei sempre no Estado brasileiro, servindo ao meu País, com muita satisfação, porque foi uma decisão de vida que tomei há muitos anos e a exerço de maneira profissional e, acredito, séria e correta. Independentemente de qual seja o governo, tenho a obrigação de servir ao meu Estado.

Eu só faria uma colocação a respeito da meta de 170: quando foi anunciada, houve bastante comentário de que talvez tivesse excessivo, talvez não tivesse. Na verdade, já tínhamos anunciado em abril, se não me engano, uma redução para 96 bilhões, e aquilo não embutia ainda uma série de riscos fiscais que apareceram e que estão hoje muito claros na nossa realidade. A própria situação dos Estados se deteriorou enormemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A proposta anterior para os Estados tinha um impacto de, se não me engano, 10 bilhões, a proposta final teve um impacto de mais de 20 bilhões, houve o socorro ao Estado do Rio e outros riscos. Havia uma previsão de arrecadação da repatriação, que está muito incerta. Não temos previsão ainda, uma previsão precisa. ..

(Soa a campainha.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – ...sobre a repatriação. Ela estava contabilizada, à época, com mais de 20 bilhões de arrecadação, mas, hoje, há muitas dúvidas sobre, eu diria, a efetividade dessa estimativa, uma vez que é natural que a adesão ocorra ao final do prazo, que é outubro. Então, só saberemos efetivamente em novembro o impacto da repatriação porque não há um indicador, não há como fazermos um acompanhamento e uma estimativa. Então, eu diria que a meta de 170 não embute folga, Senador.

Na verdade, é uma meta bastante realista, que reflete também um comportamento que tem sido muito ruim do lado da receita.

Um número importante que acho que aqui, no Senado Federal, é bom termos em mente: a receita administrada do Governo Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – ...está caindo continuamente. Ela teve um pico de 17% do PIB em 2006 e tem caído, e já estamos estimando que, em 2017, ela será menor do que 13% do PIB. Então, este ano, apenas este ano, segundo o relatório, já tivemos uma perda de mais de 100 bilhões em relação à arrecadação estimada e à projeção atual. Agora, em junho, tivemos de novo uma forte queda em relação à arrecadação prevista. Então, eu diria que o cenário atual de receita é bastante restritivo. O que o Governo faz sempre...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas, no ano que vem, a tendência é melhorar em relação a este ano, não?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Não. A tendência, em relação ao PIB, é de a receita cair. A receita ainda cai um pouco em relação ao PIB. Aqui, de novo, a ilusão monetária: ela cresce em valor nominal, mas, em relação ao PIB, ainda há uma pequena redução.

Então, é só para assegurar aos Senadores que as estimativas fiscais estão sendo realizadas de maneira bastante fidedignas, bastante realistas e corretas. O que ocorre realmente é que tivemos o agravamento de vários riscos fiscais ao longo deste ano, e devo aqui até alertar que a situação, principalmente dos Estados, continua se deteriorando e apresenta a continuação desses riscos; e, do ponto de vista da receita, uma queda contínua da arrecadação e muitas incertezas a respeito da arrecadação dessa repatriação.

Vale mencionar, quanto à questão da receita, que havia ali a previsão de várias vendas de ativos que, por condições de mercado, não são possíveis de realizar porque seria vender na bacia das almas algumas participações da União.

Então, todos esses fatores justificam o fato de a meta ter ido para 170, e eu diria até que, hoje, a equipe econômica já se preocupa um pouco com respeito a isso porque o resultado da arrecadação tem sido bastante decepcionante.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Jeferson Dantas, representando o Confaz.

Desculpe-me, nosso Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Desculpe, Presidente, uma interrupção rapidíssima.

Em primeiro lugar, quero, cumprimentando o Presidente Pimentel e a Presidente Gleisi, cumprimentar todos os Senadores. Em segundo lugar, quero dizer da satisfação de estar aqui concomitantemente com o Ministro do Planejamento, Dyogo.

Conhecemos o Dyogo, e é desnecessário dar um testemunho do que ele significa do ponto de vista do profissionalismo e dos relevantes serviços que tem prestado ao Brasil nos últimos tempos. De modo que a minha presença aqui é também em função da presença do Ministro do Planejamento neste momento difícil da vida nacional, em que todos nós nos envolvemos em um debate sincero à procura de soluções.

O terceiro motivo que me traz aqui, rapidamente desejo falar, é que anunciamos uma pauta de prioridades para votarmos até o dia 13.

E como todo mundo sabe que o processo legislativo é lento e requer dedicação, é que, nesta pauta, nós temos uma matéria aqui na Comissão de Constituição e Justiça, nós temos duas matérias na Comissão de Desenvolvimento Regional e nós temos uma matéria também muito importante na Comissão de Regulamentação da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E, há pouco, conversava aqui com o meu Presidente Romero Jucá, que está imaginando fazer a reunião daquela comissão às 18h. Se for necessário, Senador Romero, apesar dos itens da nossa pauta hoje, nós suspenderemos a sessão para que V. Exª possa avançar nesse propósito, que é muito importante.

O Senado tem feito a sua parte. Nós estamos na frente da nossa agenda. Nós votamos tudo, absolutamente tudo, que era necessário votar. Por isso, o esforço que o Presidente está fazendo para, junto às comissões, encaminhar propostas que tenham a ver com as mudanças que o Brasil cobra e a sociedade quer, mas que precisam ser impulsionadas nas comissões para que possam ser apreciadas pelo Plenário do Senado Federal.

Nós só vamos funcionar até o dia 13, porque nós não temos nada pendente no Senado Federal. O Senado deliberou em todos os momentos; quando foi preciso alertar o Governo anterior, alertou; se for preciso alertar o Governo interino, alertará; quando foi necessário propor uma agenda ao País, propôs, levando essa agenda para as comissões e votando-a em plenário.

Nós já votamos mais de 25 mudanças na Comissão de Desenvolvimento Regional. Mas nós temos aqui – e ontem eu falava com o Presidente Pimentel – uma matéria muito importante nesse cenário de mudanças que nós queremos construir no Brasil – e o Legislativo tem um papel fundamental nele. É evidente que toda mudança encontra resistência. Se não encontrasse resistência, não seria mudança. Então, há as pessoas que são iguais e querem mudar e há as pessoas que acham que aquela mudança poderia esperar mais dois meses, três meses, um ano, quatro anos.

Essa mudança que nós estamos propondo aqui é a apreciação de um projeto de lei do Senador Fernando Bezerra, que está envolvido no encaminhamento dessas propostas, que taxa a herança e a doação. Isso é muito importante para o Brasil, no momento em que nós vivemos uma crise fiscal e temos que deliberar sobre matérias. Eu não diria matérias impopulares – não, não são impopulares –, são matérias necessárias para o Brasil e que, com coragem, precisam ser enfrentadas.

Outro dia, alguém me perguntava sobre a necessidade – e já encerro, Pimentel, já encerro, Gleisi – de nós priorizarmos a votação da Lei de Abuso de Autoridade, que é de 1965, ainda da ditadura militar, que foi proposta pelo Supremo Tribunal Federal e que não é contra ninguém; é contra o abuso de autoridade. Se alguém estiver praticando abuso de autoridade, então, que diga: "Essa lei é contra mim, porque eu estou praticando abuso de autoridade". Eu disse ontem que é contra o carteiraço, uma prática generalizada no Brasil. Em todo lugar, há alguém dizendo: "eu sou fulano", "eu sou beltrano", "eu sou ciclano"; apresenta lá uma carteira contra a sociedade.

Então, o Legislativo funciona mesmo nos momentos que a sociedade requer. Então, este é o momento. O Supremo cobrou, na semana passada, que nós regulamentássemos o abuso de autoridade. Não é contra o Legislativo, não é contra o Presidente do Congresso, nem da Câmara, nem contra o Presidente do Supremo Tribunal Federal, nem contra o Ministério Público; não é contra ninguém! O abuso de autoridade é danoso para a sociedade, desde a maior autoridade do País até o guarda da esquina. E nós não podemos nos omitir, deixando de regulamentar essa matéria neste momento importantíssimo da vida nacional.

Desse modo, eu vim aqui fazer um apelo aos Senadores para que a gente construa e prepare essa pauta para votarmos até o dia 13. Essa é uma pauta de mudança efetiva e não custa nada aos cofres públicos, apenas aperfeiçoa o Brasil.

De modo, Pimentel, Gleisi, que é um apelo que, de viva voz, eu fiz questão de fazer aqui. Claro que nós vamos ter resistências – claro! –, mas toda mudança significativa que nós fizemos no Brasil encontrou resistências, mas, mesmo assim, foram feitas.

Muito obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu estou pedindo aqui aos nossos universitários para identificarem esse projeto de lei que trata do aumento da alíquota do imposto sobre heranças para que a gente possa, de comum acordo, transformá-lo no primeiro item da pauta de hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O primeiro item após a audiência. É o pedido do Presidente, e nós vamos cumpri-lo.

Com a palavra o Sr. Jeferson.

O SR. JEFERSON DANTAS PASSOS – Bom, senhores e senhoras, respondendo diretamente ao questionamento do Senador Ricardo Ferraço em relação à impressão que os Secretários da Fazenda têm quanto ao aumento do teto, esse é um tema que traz extrema preocupação aos Estados. A gente já citou aqui – e o senhor reafirmou – que isso tem uma vinculação automática ao aumento do gasto, ao efeito cascata e é bastante abrangente; afeta de forma diferenciada os Estados, mas afetará a todos, tanto nos Poderes, no Judiciário, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Legislativo, no Ministério Público, no Tribunal de Contas, quanto no próprio Executivo, porque determinadas carreiras, hoje, estão com as suas remunerações limitadas pelo teto atualmente estabelecido.

A consequência disso é que nós teremos, rapidamente, pressão desses Poderes por aumento de espaço no orçamento estadual, até porque não há previsão nas leis orçamentárias, via de regra nos Estados, que suporte esse aumento de despesa no exercício de 2016.

Como os Estados não têm os mecanismos de que a União dispõe para ampliar as suas despesas, então, nós não temos como criar dívida. Nós não podemos chegar no mercado e captar. Então, nós temos todas as limitações, e isso significa que nós temos de deixar de executar ações finalísticas do Executivo...

(Soa a campainha.)

O SR. JEFERSON DANTAS PASSOS – ... via de regra, para atender essas demandas que vêm com bastante força.

E, também, aproveitando o gancho – o senhor fez referência à questão dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal –, esse é um tema que a gente precisa olhar com bastante atenção. Encontra-se em discussão, neste momento, a definição, justamente, do que são essas despesas de pessoal. Nós temos aqui, no âmbito desses Poderes, uma série de despesas que não são computadas como despesas de pessoal, como os auxílios criados – moradia, alimentação –, que entram lá como despesas de caráter indenizatório.

Então, esses índices elevados que o senhor citou, com certeza, são maiores quando consideradas essas despesas de caráter indenizatório, que não são computadas para efeito do cálculo dos limites da LRF, aproveitando uma interpretação, uma brecha da lei.

Os Estados, reafirmo, não têm como ampliar gastos neste momento, A situação fiscal é realmente preocupante. A queda da atividade econômica afeta duplamente os Estados. Só para vocês terem uma ideia, as perdas estimadas com o FPE dos Estados do Norte e do Nordeste, para 2015 e 2016, giram em torno de R$14 bilhões. Só no meu Estado, Sergipe, a estimativa é de algo próximo a 800 milhões; 800 milhões é 80% do orçamento da segurança pública de Sergipe. Então, é um dinheiro com o qual a gente não conta e, assim, não pode expandir serviços; que pressiona a todos: pressiona a prestação de serviços à sociedade, pressiona o salário do servidor público. E, quando a gente trata do teto, a gente está tratando do topo; a gente está tratando de ampliar despesas para aqueles que já têm uma melhor remuneração.

Por isso, a preocupação dos Estados em não ampliar, neste momento, mais despesas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Ministro Dyogo e aqui, Dyogo, antes de mais nada, reconhecer a sua parceria quando eu fui Ministra da Agricultura, a sua compreensão, com um diálogo muito franco e honesto. E você sempre tratou a agricultura com deferência. Então, quero, antes de mais nada, começar, com toda a franqueza e sinceridade, sem hipocrisia, elogiando o seu trabalho no Governo da Presidente Dilma, no tratamento com os colegas Ministros, quando você era Vice-Ministro do Planejamento do Governo Dilma.

Eu gostaria de algumas informações posteriores, porque sei que, neste momento, você não deverá estar com elas em mão. Eu gostaria de ver a evolução dos aumentos dos salários dos Poderes, separadamente, nos últimos dez anos. Você colocou o que representa o aumento de cada um separadamente, apenas com a votação do aumento agora. Eu quero ver os aumentos anteriores.

Por exemplo, se nós votarmos os aumentos, o Poder Executivo vai ter um aumento médio de 21%, o Poder Legislativo, de 21% também. Agora, o Poder Judiciário e o Ministério Público, 41,5%, e o Tribunal de Contas, 30,5% de aumento – isso em se votando os aumentos. O que eu quero saber é o que ficou para trás; quanto cada um desses Poderes teve de aumento no passado.

Outra coisa, Ministro Dyogo, que eu gostaria de saber é o valor médio dos salários dos Poderes. Nós estamos falando de quanto? Nós estamos falando de R$1,5 mil ou nós estamos falando de R$10 mil, R$12 mil, R$15 mil? Eu acho que esse é um ponto muito importante.

Em terceiro lugar, eu queria dizer que, na verdade, discutir o mérito dos aumentos neste momento não deveria nem ser necessário, porque o que eu acho que está valendo, neste momento, é a circunstância, é o momento que nós estamos vivendo, sob um ajuste fiscal brutal, e nós aqui, diante dessas televisões, mostrando ao povo brasileiro, que tem 11 milhões de desempregados, como costumam dizer aqui todos os dias, e nós votando aumento de salários.

Uma conta básica, por baixo: se nós aprovarmos o aumento dos salários dessas 16 categorias – e vêm mais 19 por aí –, se nós colocarmos o aumento de cargos proposto pelo atual Governo e se somarmos a renegociação dos Estados, isso dá R$150 bilhões em cinco anos, ou seja, R$30 bilhões ao ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Para a nossa população ter uma noção do que isso significa – e é tanto dinheiro que 90% da população não tem noção disso, é difícil imaginar um tanto de dinheiro como esse –, é simples: se, hoje, nós pudéssemos, como num passe de mágica, fazer toda a infraestrutura do País – nos Estados, nos Municípios, na União, enfim, tudo, pontes, estradas, ferrovias, portos, aeroportos, tudo –, nós gastaríamos R$500 bilhões, que é uma cifra que nós invejamos, que nós almejamos. É uma cifra quase que inimaginável que nós pudéssemos ter. Então, três graças darão R$150 bilhões, ou seja, um terço do que nós precisamos praticamente para fazer toda a infraestrutura do País!

Nós estamos preparados para isso? Neste momento, nós temos como olhar para o cidadão brasileiro, com as empresas fechando, com os desempregados nas ruas, com aqueles que não têm aumento, enfim, nós temos condição moral de enfrentar essa turma lá fora e dizer que nós vamos dar esse aumento neste momento?

Não estou discutindo o mérito; não estou discutindo merecimento; não estou discutindo defasagem. Neste momento, nós olharmos para os governadores – e praticamente 11 Estados estão literalmente quebrados –, com o aumento do teto desses salários... E está aqui o representante do Confaz, representante de todos os Secretários de Fazenda do Brasil! Será que nós estamos prontos para olhar para o cidadão que mora no Município, para os governadores, para os servidores estaduais e dizer que nós não vamos dar aumento a eles? Os governadores estão prontos para dizer que não vão dar aumento? Os prefeitos vão ter coragem de enfrentar os seus servidores e dizer que não vão dar aumento neste momento?

Eu acho inadequada e inapropriada essa discussão neste momento, apesar de querer os números.

Eu ouvi, outro dia, de um jovem governador do Brasil, uma frase muito interessante e óbvia – por isso mesmo interessante. Ele disse que o Congresso Nacional está pautado pelo corporativismo. Nós estamos ausentes e distantes da pauta do cidadão brasileiro, daquelas pessoas que moram no interior do Brasil, que moram nos Municípios mais distantes; nós estamos fazendo a pauta daqueles que frequentam o Congresso Nacional, com legitimidade – todos que vêm aqui têm legitimidade para vir, todos que vêm aqui reivindicar têm o direito de reivindicar –, mas a pressão do corporativismo precisa ser evitada.

Com os percentuais de aumento demonstra-se, claramente, o quanto está em detrimento do Legislativo e do Executivo o aumento dos demais Poderes – do Tribunal de Contas, do Ministério Público e do Judiciário –, enfim, em detrimento dos nossos servidores, aqui, do Congresso Nacional e em detrimento dos servidores do Executivo.

Por que uma diferença tão grande, em termos percentuais, de tratamento? Por que para uns 23% e para outros 41%? Quem está ditando essa pauta? Em função de que nós vamos dar uma diferença tão grande? Como é que nós vamos olhar para os nossos servidores aqui da Casa e dizer a eles que eles vão ganhar 21% enquanto os demais vão ganhar 41% de aumento?

Por isso, essa evolução é da maior importância que nós conheçamos, até para se ter uma ideia, para que nós possamos analisar, como disse hoje o Senador Flexa Ribeiro, a floresta e não apenas as árvores. Vamos analisar a floresta!

Hoje, o Brasil gasta 11% do PIB com a Previdência Social – 11%! – para abrigar 10% de inativos. A Alemanha gasta exatamente o mesmo valor que o Brasil gasta para cuidar, em uma razão de dependência, de 25%. Então, nós estamos totalmente fora da caixinha; nós estamos fora da realidade.

"Ah, mas a Presidente Dilma negociou isso no seu Governo!"

O fato de eu apoiar a Presidente Dilma, ter admiração e acreditar nela não significa que nem ela nem eu tenhamos que pensar de forma idêntica. Eu tenho os meus pensamentos, os meus princípios e as minhas ideias.

Por último, quero apenas lembrar a todos que estão aqui que, dos 11% gastos com a Previdência, 7% são servidores públicos, que é uma pequena minoria, e 5% a grande maioria do País que consome a Previdência – um desequilíbrio total e completo que nós estamos vivendo. E o culpado não são os servidores, não são os inativos. Isso vem acontecendo desde a Constituição de 1988, e espero que, em breve, possamos fazer uma reforma da Previdência em que possamos garantir para o futuro a Previdência para todos os brasileiros.

Quero chamar a atenção, Dyogo, para os números que aqui foram citados pelo colega Senador que já se ausentou neste momento com relação às contas do País. Eu esperava, sinceramente, que você pudesse retrucar isso, porque, apesar de você ser um servidor público de carreira e se dedicar ao País, você serviu a um Ministro. E eu acho que, por dever de ofício, você poderia defender a sua honra, a honra profissional do seu Ministro.

A Presidência Dilma deixou 67% de dívida bruta, mas, em 2002, nós encontramos o País com 76% do PIB da dívida bruta. Se hoje encontramos 11% de desempregados, em 2002, o antepenúltimo Presidente quando saiu deixou 18% de desempregados no País. É isso que precisa ser dito. Ninguém está cobrando o seu serviço público e o seu concurso, mas a defesa de quem foi seu parceiro. Porque, se o povo brasileiro não sabe, o Dr. Dyogo era Vice-Ministro do Planejamento, e é da sua lavra, como Secretário Executivo do Planejamento, uma nota técnica recomendando os decretos que são os causadores do *impeachment* da Presidente Dilma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esse mesmo Ministro, competente Dyogo – repito, porque é competente mesmo –, que era Vice-Ministro da Dilma, que fez e anotou os decretos como favoráveis, é hoje Ministro do Presidente atual interino. Em todas as pedaladas de que a Presidente Dilma hoje está sendo acusada, o Dyogo faz parte dos processos do TCU, junto com a Presidente Dilma.

Então, se ela cometeu...

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ...erros para sofrer *impeachment* por conta dos decretos e das pedaladas, pela mesma figura, pelo mesmo senhor que hoje assume o Ministério do Planejamento e não faz sequer uma defesa, Dyogo, de quem você serviu, uma defesa de que você atuou e ajudou nisso tudo. Será possível que não pode dizer que não houve pedaladas, Dyogo? Que não houve decretos irregulares?! Esse silêncio significa o quê? Você é um concursado público! Qual é o preço que está pagando para manter esse silêncio e não defender a honra de trabalho, a honra da carreira do Ministro que você serviu e da Presidenta da República que lhe honrou com o cargo?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e, em seguida, o Senador Hélio José.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem.

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria fazer aqui uma saudação ao Ministro Dyogo, com quem eu tive prazer e condições de trabalhar quando fui Ministra Chefe da Casa Civil. Sei da sua competência, da sua dedicação, do seu espírito público, sempre muito à disposição para falar sobre os números, nos dar informações e também trabalhar pelo Brasil.

Quero também fazer uma deferência ao Sr. Jeferson, que é o Secretário de Fazenda de Sergipe e representa o Confaz; e a todos Senadores e Senadoras.

Eu ia fazer uma brincadeira aqui com a Senadora Kátia Abreu, porque, cada dia mais, vira a minha líder, porque, ontem, ela fez uma exposição lá na Comissão do Impeachment que realmente foi muito importante, exatamente cobrando esse posicionamento e apontando as contradições...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Senadora Gleisi, apenas uma observação, por favor.

Eu gostaria de aproveitar esta tribuna. Todos vieram reparar que eu estou tão completamente de vermelho, e isso não tem nada a ver com o Partido. É porque, nesse período, são as festas do Senhor do Bonfim no Tocantins, em Natividade, em vários Municípios do Estado, e a bandeira do Divino Espírito Santo é vermelha, graças a Deus.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A bandeira do PMDB é vermelha, branca e preta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – De Santo Antônio também.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O vermelho é uma cor muito especial, por isso nós a adotamos.

Mas está muito bem em V. Exª, e quero dizer que gostei muito da sua intervenção.

Eu queria apenas fazer uma reflexão nesta Comissão. Estamos falando aqui de austeridade, de redução de despesa, de necessidade de equilíbrio do Orçamento. E eu pergunto: austeridade para servir a quê? Por que nós queremos reduzir despesas orçamentárias e despesas públicas? Para pagar o quê? Para reduzir relação dívida/PIB?

Ontem, eu fiz uma colocação na Comissão de Assuntos Econômicos e tive que sair para a Comissão do Impeachment, e sei que alguns Senadores utilizaram a minha colocação de uma forma a dar outro entendimento. O que eu estava fazendo de reflexão? Qual é a despesa que mais cresceu nos últimos anos para o Governo Federal? Impacto dos serviços da dívida – foi isto: impacto dos serviços da dívida.

Hoje, nós temos 9% do Produto Interno Bruto sendo gastos para pagar serviço da dívida. Em 2012, quando a Presidenta Dilma teve coragem de enfrentar a dívida e a taxa Selic – nós tivermos a menor taxa Selic da história deste País, de 7,25% –, nós tínhamos um impacto de 4,7% do serviço da dívida na despesa.

Então, vejam como nós crescemos! O impacto do serviço da dívida de 2012, de 4,7% está em 9,7%. Não é um impacto do aumento dos servidores; não é um impacto do aumento da Previdência; não é um impacto do aumento da LOA; não é um impacto do aumento do Bolsa Família! E, se nós formos pegar despesas de custeio em relação ao PIB, nós estamos em um dos menores patamares da história. Tenho aqui um quadro de 2002 até agora que mostra que as demais despesas de custeio, tirando saúde e educação – que são basicamente custeio –, caíram de 1,2% do PIB, em 2002, para 0,8%, em 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu não tenho os dados de 2014 e 2015, mas o Ministro Dyogo pode dizer, porque sei que, em 2015, a redução de despesa de custeio, aquela despesa de manutenção da máquina, foi de -9% em relação a 2014.

Então do que nós estamos falando em impacto de despesas aqui? A gente tem que abrir esse jogo, porque nós vamos estar trabalhando para quê? Para o mercado financeiro? Ou vocês acham que o aumento dos juros da dívida foi em decorrência de crises no Estado brasileiro? Como pode aumentar tanto de 2012 para 2015, 2016?

Nós estamos esquecendo que nós vivemos num mundo globalizado e que o impacto que tivemos da crise de 2008 e 2009 está cobrando a nossa fatura? Vocês acham que foram os Estados nacionais que criaram essa dívida? Gente, vamos conversar aqui de maneira franca! Em 2008, nós tivemos a quebra do sistema financeiro americano. Não é pouca coisa. Quebraram o Lehman Brothers. E quando viram que iam quebrar outro banco, foram lá socorrer! Quanto de dinheiro público foi colocado para salvar banco privado? Por quê? Porque os bancos americanos estavam fazendo *subprime*! Colocando títulos que não tinham lastro para que outros países comprassem, principalmente fundo de previdência.

Aí, quando houve a quebradeira, e os fundos de previdência iam quebrar, os europeus, os nossos aqui, os deles, que ia haver problema para pagar empregados, que não ia haver dinheiro nos bancos, o que fizeram os Estados Unidos? Emitiram títulos! Claro! E salvaram os bancos. Só que aí houve o efeito dominó, afetou a Europa e afetou o Brasil.

Na época nós seguramos aqui para não cortar as nossas despesas, para não deixar o Brasil sofrer. Eu lembro até que muita gente ria e dizia: "Imaginem, o Presidente Lula disse que isso é uma marolinha." Ele dizia porque nós tínhamos que enfrentar! Se nós começássemos a pagar só serviço da dívida e não fizéssemos os nossos programas sociais, nós teríamos colocado o Brasil na crise da Europa a partir de 2009 e 2010. Nós seguramos essa crise. Só que nós não conseguimos segurar muito. E não conseguimos segurar muito por quê? Porque tivemos que ter aumento de juros e não foi uma decisão da Presidenta, me desculpem. Foi uma decisão do mercado, que impôs ao governo o aumento da taxa Selic.

E lembro quando a Presidenta baixou para 7,25% e que nós achamos que o setor produtivo ia fazer a defesa, não fez. Sabem por quê? Porque uma parte do setor produtivo ganhava no mercado financeiro! Não conseguia aumentar a sua produtividade tendo espaço para fazer, por exemplo, operações com juros mais baratos. Foi isso que aconteceu. E quando nós desoneramos a folha – e era importante desonerar porque não queríamos, por exemplo, que a mão de obra tivesse imposto –, também o setor produtivo não honrou em muitos casos de não fazer demissão. E utilizou esse espaço para cobrir o que ganhava com o mercado financeiro.

Então, vamos falar a verdade aqui, porque senão vamos achar que a culpa é de aposentado, que a culpa é de funcionário público, que a culpa é do Bolsa Família, que a culpa é dos programas sociais, que a culpa é da Constituição de 1988, com a saúde e com a educação. Mentira! Não é! A culpa é de uma crise financeira, de gente que especula no mercado, coloca para os Estados nacionais pagarem as contas e depois vem com esse discursinho barato de austeridade, de que nós temos que cortar benefícios sociais para poder pagar a conta de juros. É isso que está em jogo neste País. É para isso que precisamos abrir os olhos. Não é possível que a gente ache que vive em uma ilha, que o Brasil não foi afetado.

Por isso, quero dizer uma coisa a vocês: o nosso Líder Lindbergh já tinha encaminhado, nós vamos votar favoravelmente, sim, ao aumento do funcionalismo, porque eu sei como foi negociado. E sei como a Presidenta negociou. Negociou, inclusive, com valores menores do que se queria. Não é o funcionalismo púbico, principalmente do Executivo, que ganha menos, que não teve aumento maiores como o Judiciário e Ministério Público, que vai pagar essa conta. Não é! Nós vamos votar a favor.

Mas temos que fazer uma discussão sobre limite de juros neste País. Essa PEC, Dyogo, com todo o respeito, que vocês mandaram para cá dizendo que temos que ter limite de despesas, tem que ter limite de despesa financeira. Não é possível! O mercado manda para os Estados nacionais uma conta, e nós achamos que está tudo bem? Por que eles especulam com título que não tem lastro? Que conta é essa? O que nós vamos dizer a esse mercado? Continuem especulando com título que não tem lastro? Porque, quando estourar a conta dos seus *subprimes* em todo o mundo, nós vamos pagar aqui e vamos fazer austeridade no nosso orçamento?

Desculpem-me, mas, neste Congresso Nacional, eu vejo colegas Senadores aqui fazendo discurso que nós precisamos de equilíbrio orçamentário e financeiro. Eu fui Ministra Chefe da Casa Civil. Recebia muitos Parlamentares, a maioria ia lá para pedir impacto de aumento no Orçamento. É isso! Então, criticam a Presidenta Dilma porque ela deu aumento, por exemplo, em benefícios sociais, mas em grande parte esta Casa contribuiu.

Vocês acham que nós enfrentamos a seca que este País teve, a maior dos últimos 50 anos, fazendo o quê? Cortando gasto? Não! Nós fizemos Bolsa Estiagem, nós compramos milho, nós ajudamos as pessoas a não migrarem dos seus Estados para o Sul e Sudeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Prorrogamos dívidas. O pessoal da bancada ruralista aqui, que gosta tanto de fazer discurso moralizante e fazer discurso de que tem que haver austeridade, veja quanto nós renegociamos de dívida do setor rural. E não apenas de pequenos e micros, não! Dos grandes, inclusive! Com subsídios gordos, para ajudar a agricultura.

Ou seja, ou nós vamos fazer um discurso real aqui, ou parar com essa brincadeira.

Estão cassando a Presidenta porque disseram que ela foi irresponsável fiscalmente. É uma Presidenta que mais fez ajuste nesse Orçamento.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Em 2011, nós tivemos um corte de R$50 bilhões de contingenciamento. O Dyogo está aqui, sabe disso. E, 2012, foram 50 bilhões; em 2013, 30 bilhões, e 2014, nós começamos a ter déficit. Foi por causa da Previdência? Não! Foi por causa do funcionalismo? Não! Foi por causa da LOAS? Não! Foi por causa da taxa de juros! Vou dizer de novo: saiu de 7,25%, em 2012, para 14,25% agora. Por quê? Por que foi o Estado nacional que fez? Não! Porque nós estamos pagando o preço da especulação financeira. É essa a realidade.

E aí o setor produtivo também paga.

Então, ontem, quando eu falei na CAE que nós tínhamos que ter claro o que causada impacto nas contas públicas nacionais, eu falei do setor financeiro, da especulação, da vergonha que isso é para qualquer nação. E aí internalizam esse débito e dizem que nós temos que fazer austeridade para pagar a conta de quem? De quem ganhou no mercado financeiro, de quem ficou muito rico com as crises...

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... e apostou contra a maioria da população. Por isso acho que está na hora de fazermos uma discussão séria aqui.

E queria, para terminar, Sr. Presidente, Sr. Ministro, dizer que acho muito ruim aumentarmos o teto do Poder Judiciário, aumentar o teto dos Ministros do Supremo. Acho que, quando a gente está em uma situação como esta, nós temos que proteger os que ganham menos; não os que ganham mais. Quem ganha mais, segura as pontas. Não pode.

Aí eu quero lamentar que esta Comissão de Constituição e Justiça e esta Casa não tenham feito uma discussão séria sobre uma proposta de emenda à Constituição que, inclusive, eu apresentei aqui e o Senador Randolfe tentou relatar. Ficou na pauta por dez reuniões, houve lóbi de todos os setores, que era uma PEC para tirar o efeito cascata do aumento do Supremo.

Porque, se pegarmos só o Supremo, o impacto é pequeno. Claro que é. Mas aumentar o teto para R$33 mil dos Ministros do Supremo...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... significa, automaticamente, porque assim está aprovado nas Assembleias Legislativas, aumento dos Deputados Estaduais, aumento do Judiciário estadual, do Ministério Público estadual, dos Vereadores, dos Tribunais de Contas dos Estados, o nosso aqui – com certeza, já existe projeto aumentando salário de Deputados e Senadores. Mas ninguém quis votar a PEC! Todo mundo vem aqui fazer lóbi.

É para votar o aumento do Supremo? Tudo bem. Só que cada um vai ter que votar na sua Assembleia Legislativa, ano a ano, esse aumento também. O que não pode é ter um projeto aprovado de dez anos que já diz que, automaticamente aumentando o Supremo, aumenta o salário dos Deputados.

Gente, acho que temos que ter muita seriedade com a economia deste País. Discurso fácil e bonito de austeridade não necessariamente leva a equilíbrio das contas públicas.

Quero aqui fazer um desagravo à Presidenta Dilma. Se houve alguém que foi austera no Orçamento...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... e alguém que não deixou cair a peteca para os programas sociais e para aqueles que eram essenciais para o desenvolvimento do País foi Dilma Rousseff. E está pagando um preço por isso. E pagando um preço porque enfrentou, principalmente, o mercado financeiro ao fazer uma alteração muito, muito significativa nas taxas básicas de juros deste País.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Pimentel; a nossa Presidente da CAE, Senadora Gleisi Hoffmann; o nosso Ministro Dyogo, e o nosso Secretário de Fazenda de Sergipe, representando o Confaz.

Eu, Senador Pimentel, Senador Medeiros e outros, somos alguns poucos servidores de carreira, ou empregados públicos ou servidores públicos do Senado Federal. O Senador que me antecedeu há pouco tempo perguntava qual serviço público que queremos, qual a qualidade e tipo de serviço público. O serviço público foi muito mais bem remunerado do que é hoje. E, na média, o reajuste está bem abaixo da inflação. Isso foi falado aqui pelo outro Senador que me antecedeu há pouco tempo. E eu me congratulo com S. Exª pela veracidade do dito.

É necessário, Dyogo, que você, como servidor público e Ministro do nosso governo, saiba e compreenda que governo passa e Estado fica. E nós, servidores públicos, somos Estado e precisamos ter revista a nossa situação.

É claro que o governo reajustou e teve uma atitude muito adequada no início do governo Lula quando foi discutida as Medidas Provisórias nºs 440 e 441. E deixou uma herança para trás, que não foi revista. Já disse isso em outra oportunidade e queria, Senador, que o Ministro prestasse atenção aqui. Se quiser dar a palavra a outra pessoa, depois a gente fala. (*Pausa.*)

Eu gostaria que o Ministro prestasse atenção porque estou há cinco dias para falar com um tal de Cleiton, do seu Ministério, e este irresponsável – porque considero irresponsável um servidor público dessa forma – não retorna a minha ligação e não fala comigo, que sou Relator do PL 38 que ajusta todas as carreiras do Executivo. Então, esse irresponsável, para quem a minha Secretária ligou mais de vinte vezes, para marcar uma conversa com esse cidadão.... Eu não considero uma pessoa dessa servidor público adequado para ser chefe de gabinete de um Ministro tão importante como o do Planejamento. Eu não ia lá conversar com esse cidadão interesses particulares e, sim, interesses do Brasil sobre o PL nº 38, que tem uma série de pendências. Para atender o nosso Presidente da República e o nosso Governo, eu estou rejeitando algumas medidas de mérito que são fundamentais.

Como eu já conversei com o Presidente da República, em relação a essas medidas de mérito, nós temos que encontrar formas de encaminhá-las num futuro próximo para resolver algumas crises das Medidas Provisórias nºs 440 e 441, que há quase nove anos estão aí dando problemas para nós na área pública federal. Cada vez mais aumenta o fosso entre essas carreiras.

Então, se o cobertor é curto, temos que ajeitar o que ficou de errado para trás, para poder ajeitar todo mundo depois. O objetivo é esse da conversa com o Cleiton. Espero conversar com V. Exª, que é quem manda no Cleiton. V. Exª estava viajando, por isso que eu estava tentando conversar com o Cleiton, que é o substituto de V. Exª durante sua viagem. E ele, sinceramente, foi descortês, deselegante e desleal com o Vice-Líder do Governo nesta Casa e Relator de um projeto importante, que é Projeto nº 38.

Quero dizer que os servidores públicos precisam realmente ser vistos, porque servidor público não está nem para dar lucro e nem prejuízo; está para fazer o equilíbrio do Estado, do privado e do público, para poder atender bem o público que paga impostos para pagar o nosso salário de servidor público. Nós somos servidores públicos concursados. Nós sabemos o quanto custa ser um servidor público.

Eu preciso que o PL venha, porque, por exemplo, estou aqui com a Receita Federal. Todos sabem que a Receita Federal já está mobilizada para fazer greve novamente no País, além de carreiras como os auditores de trabalho e outras pendentes, mas não adianta mandar o PL nº 38 amanhã sem corrigir algumas coisas básicas. Espero que o Executivo sente conosco para podermos discutir esse PL, que virá para ajustar essas oito carreiras que ficaram para trás, para corrigirmos algumas injustiças e algumas inadequações do PL 38. O Planejamento vai mandar para fazermos as correções. Era esse o objetivo principal da conversa com o Planejamento.

Eu gostaria, Dyogo, de solicitar que, nesta semana, tentemos revisar esse PL, ver o que é possível consertar do 38, e que não vamos poder aceitar no mérito para atender o Governo. Feitos esses ajustes necessários, que mandemos o mais breve possível para relatarmos e analisarmos esse PL do restante das carreiras que faltaram.

Com relação ao Judiciário e ao Ministério Público, a Senadora Kátia Abreu colocou alguns detalhes que não condizem com a verdade. O Ministério Público e o Judiciário estão há quase dez anos sem ajuste. E é por isto que o reajuste do Ministério Público e do Judiciário está sendo um pouco maior: para corrigir as injustiças anteriores, não é isso, Ministro? É isso que ela precisava entender. Ela não é do setor, não há problema. Todos nós podemos ter dúvidas com relação aos fatos colocados, mas estou fazendo justiça ao Ministério Público e ao Judiciário na correção dos 41% que nós encaminhamos para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A carreira de analista técnico de informática, por exemplo, foi muito bem vista pelo Ministério do Planejamento, de forma adequada. Por outro lado, a carreira de APL (analista de planejamento e logística) foi pessimamente vista, porque não há sentido, Dyogo – você está aqui, e nós somos Estado. Eu estou lá com o PGPE, que trabalha há anos em planejamento e logística –, ficar prejudicado. Vai ensinar quem nós vamos contratar num novo concurso para trabalhar. Esses caras ficaram esquecidos lá, em vez de serem reorganizados, como foi o ATI, para constituir essa nova carreira, o que dá uma economia de quase R$300 milhões ao Estado, segundo dados deles. Eu não fiz esse cálculo. Vamos ver o cálculo depois, juntos. É um dos assuntos sobre os quais precisamos conversar para vermos se, nesse outro projeto, conseguimos resolver essa situação.

Há também a questão dos colegas que foram colocados em disponibilidade pelo governo Collor. Eles têm uma justa reivindicação porque a lei coloca que eles deveriam ter prioridade nas novas carreiras, mas não vou poder acolher a medida deles porque é mérito e eu teria que voltar o projeto para a Câmara.

Então, são coisas que temos que tentar assentar nesses dois, três, quatro dias, até o final da semana, para ver se, na semana que vem, encaminhando o projeto das demais carreiras, tentamos resolver alguma coisa sobre essas questões. Eu gostaria dessa vênia do Ministério.

Gostaria de dizer às demais carreiras que estamos atentos às questões. O Presidente Temer tem sido sensível a isso e me autorizou a fazer um balanço global dessa questão para discutirmos no Planejamento exatamente a correção do que ficaria para trás. Estou fazendo o meu trabalho.

Cortar benefícios sociais para pagar juros? Concordo em 100% com a nossa Senadora Gleisi Hoffmann. Isso é um absurdo! É inadmissível! Nós não temos condições de conviver com um Estado dessa forma. O Estado tem que ter justeza para todos os lados.

Para fechar, sobre o teto do funcionalismo público, só quero lembrar que juízes, procuradores e ministros do Supremo Tribunal Federal também são servidores públicos, também sofreram com a inflação e também têm direito à correção. Preciso saber se o cálculo que está no projeto está dentro da inflação que está sendo dada para a média dos servidores, se o ajuste está adequado. Eu preciso saber disso para que, representando o servidor público, do mais humilde ao mais alto, eu possa defender todos com justeza. Não vou falar que sou contra ou a favor. Só quero saber se está dentro da média do ajuste dos demais servidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o nosso Ministro Dyogo Oliveira.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – A Senadora Kátia, que havia solicitado algumas informações, acabou saindo. Posteriormente, repassarei a ela. Ela tinha pedido a evolução dos reajustes dos Poderes nos últimos dez anos e o valor médio de cada Poder. Não é um número exato porque pedi durante a reunião e me passaram uma estimativa preliminar, que acredito que sirva apenas para ordem de grandeza e teria que ser checada adequadamente, mas o valor médio de cada Poder, a título de ordem de grandeza, é que o Legislativo tem um custo médio, não um salário médio, por servidor, de R$19,4 mil; o Judiciário, R$18,8 mil; o Ministério Público, R$15,5 mil; o Executivo civil, R$8,2 mil, e os militares, R$5,9 mil. Peço a compreensão dos Senadores porque foi um pedido feito aqui durante a reunião e me forneceram essas informações rapidamente.

Senador Hélio José, eu me coloco sempre à disposição e peço que o senhor, por favor, se sinta à vontade para me procurar diretamente sobre qualquer matéria. Tratarei de ver o que aconteceu com a falta de respostas ao senhor.

Quanto ao PL 38, objetivamente, vamos, o mais rapidamente possível, discutir os eventuais ajustes que o senhor deseje fazer. Estamos sempre à disposição para tratar disso.

Os projetos que ainda não foram enviados estão em discussão. Nós estamos ainda avaliando a adequação e o momento para o eventual envio desses PLs.

Há hoje na imprensa uma notícia de que serão enviados amanhã, mas isso não corresponde à realidade. Essa decisão ainda não foi tomada. Estamos discutindo internamente dentro do Governo e conversando com algumas categorias.

Aproveito também para fazer uma menção: nós divulgamos aqui hoje esse impacto de R$68,7 bilhões nos três anos, que, como bem expliquei, embute também a contribuição previdenciária.

A alguns Senadores que acabaram chegando um pouco depois, acho importante lembrar, Senador Garibaldi, que foi apresentada aqui a evolução das despesas com pessoal nos últimos anos, dentro de uma trajetória que, em relação ao PIB, vem sendo estabilizada e até há uma certa queda. Mesmo em termos reais, descontada a inflação, eu mostrei claramente que a despesa de pessoal do Governo Federal está estabilizada há vários anos.

Expliquei que, comparando esses reajustes, teríamos um impacto de R$68,7 bilhões, mas incluindo uma estimativa da contribuição previdenciária patronal, que, na verdade, não é efetiva; é uma despesa que não ocorre. Ela é, na verdade, uma receita e despesa ao mesmo tempo. E, uma vez havendo esse impacto e descontada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

a contribuição patronal, o impacto efetivo seria de R$62,3 bilhões, o que representaria, em relação à despesa total da União com pessoal nesse período de três anos, um percentual de 8,2%, argumentando no sentido de que há um comportamento, já há algum tempo, estabilizado da despesa de pessoal da União e que as nossas estimativas mostram que isso permanecerá pelos próximos anos.

Fazendo só um comentário aqui, esse valor de R$68,7 bilhões, que cai para R$62,3 bilhões, corresponde a um bilhão maior do que havíamos divulgado para a imprensa há algumas semanas. Isso se justifica porque a estimativa que havíamos feito dessa contribuição patronal foi aprimorada, foi mais bem avaliada, e subiu em R$600 milhões. Temos R$400 milhões, que seriam o impacto de algumas alterações nas tabelas do Judiciário, o que já foi aprovado pelo Congresso, nos anos de 2017 em diante, e de algumas emendas que foram colocadas no PL da AGU...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Não, do TCU também é alteração de tabela, mas a emenda da AGU, na verdade, estende o ganho do bônus para os aposentados. E aí eu queria deixar claro que não há acordo com o Governo Federal a respeito de ampliar o bônus de eficiência da AGU para os aposentados. O projeto original previa apenas o bônus para os ativos, e esse é o nosso acordo. Só esclarecendo essa atualização em relação ao que havia sido divulgado para a imprensa – essa informação oficial não tinha sido fornecida ainda para o Congresso.

À imprensa havia sido dado o valor de R$67,7 bilhões, e essa atualização deve-se à contribuição patronal, que foi mais bem calculada, porque há uma série de regrinhas que têm que ser bem avaliadas.

E essa questão da emenda das tabelas do Judiciário que foram aprovadas e da AGU, que daria 400 milhões em três anos, não é nada demais também. O impacto seria apenas de 2017 em diante. O da AGU, este sim, tem um probleminha, a nosso ver, porque não havia o acordo da extensão para os inativos.

Eu queria só não deixar sem comentário o que a Senadora Kátia Abreu falou a respeito da minha participação no Governo. Insisto, eu sou um em dois milhões. Como eu mostrei aqui, somos dois milhões de servidores federais. Servi com lealdade, com decência e com correção ao meu País nos últimos 18 anos, desde 1998, e continuarei servindo pelos próximos sei lá quantos anos até a minha aposentadoria, porque esta é a minha opção de vida, e não é nenhum demérito estar presente em vários governos. Estarei presente, se Deus assim permitir, em vários outros ainda, e acho que isso não é um problema. Pelo contrário, deveria ser visto pela nossa sociedade como um mérito, uma virtude, que servidores de carreira ocupem postos importantes no governo, independentemente de qual seja o governo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu queria ver qual vai ser o encaminhamento, porque nós temos uma pauta cheia da CCJ. Já são 12h30, daqui a pouco vai para as 13h, e às 14h começa a sessão do Senado Federal. E eu acho que já não acrescentaria muita coisa.

Eu queria fazer aqui um apelo aos colegas Senadores: tudo já foi dito, acho que o Ministro Dyogo já esteve aqui no Senado três vezes esclarecendo isto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Apenas para ajudar, Senador Valdir Raupp, esclareço que temos apenas mais dois inscritos e se encerra a reunião.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – A Presidente Gleisi foi muito sensata na sua fala quando disse que foi uma negociação começada 90% ou mais no Governo passado. Então, há servidor há sete, oito, nove anos sem ter nenhum tipo de reajuste.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu também não sou tão favorável a reajustamento, mas quando se passam sete, oito, nove anos, começa a haver problema com algumas categorias até de perda de quadros importantes dessas carreiras para outras áreas. Então, eu acho que temos que zelar também pela boa burocracia do Estado brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu estou inscrito ou falo pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está no seu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmo Sr. Ministro, Dr. Dyogo, nós vimos aqui alguns Senadores desviando o foco da discussão de hoje. A discussão do *impeachment* é na Comissão Especial do Impeachment. Nós hoje estamos debatendo aqui algo que nos preocupa profundamente. Se eu tivesse um conselho a dar ao Presidente da República, eu diria: seja menos Dilma e mais Temer. Até porque, Sr. Ministro, se hoje existe um novo Governo, não foi por iniciativa do Congresso Nacional. Se hoje existe um novo Governo, não foi por iniciativa de lideranças políticas ou de entidades de classe. Foi a voz do povo. Foi a sociedade brasileira, indignada, que foi às ruas.

A sociedade brasileira, espontaneamente, disse: "Olha, eu não tolero mais arcar com um governo corrupto e, ao mesmo tempo, obsoleto e cada vez mais gastador."

Esta é a mensagem das ruas. A pauta não é de um setor, de um segmento da sociedade brasileira, não. A pauta que levou o Brasil a promover o *impeachment* da Presidente da República não foi para reajustar salário, não. Onde é que está esta pauta? Alguém viu isso em algum dos movimentos que tivemos nas grandes mobilizações do País? Alguém viu essa pauta? Alguém priorizou isso? Pelo contrário, a pauta era cortar gasto público, diminuir aquele absurdo a que chegou de 39 Ministérios para fazer composições político-partidárias, para se permanecer no cargo. Então, a pauta que nós estamos votando neste momento é uma pauta que foi acertada pelo Governo da ex-Presidente Dilma e que não deveria nem estar aqui na mesa, já deveria ter sido arquivada de plano.

É para se começar um novo momento. Ou nós vamos enveredar por essa situação em que começa o Governo dela, em 2015, com 60 bilhões de superávit e termina com 112 bilhões negativos; começa agora com 25 bilhões de superávit, em 2016, já com prognóstico de 170 bilhões?

Mas é importante que seja dita uma coisa só, Presidente. Todas as carreiras chegam e dizem o seguinte: "Olha, mas está dentro daquilo que foi alterado, os 170 bilhões. Então, nós estamos dentro dessa previsão aí que foi a mudança da meta."

Sr. Ministro, calma lá! Nós mudamos a meta não foi para reajustar salário, não. Nós mudamos a meta foi porque todos diziam o número enorme de esqueletos que iriam surgir de que a atual equipe não tinha conhecimento.

Ora, quando agora vem com essa tese de que pode reajustar 16 carreiras mais 17 que chegam amanhã, eu pergunto: qual é a condição da sobrevivência do atual Governo junto à população brasileira? Como é que ele vai se posicionar diante de um quadro em que a irresponsabilidade do ex-governo para chegar ao poder levou 12 milhões de brasileiros ao desemprego; levou o Brasil a perder grau de investimento e ser grau de especulação hoje; levou o Brasil a fechar a maior parte das indústrias e todas as fábricas? Qual é a condição que nós vamos mostrar ao Brasil? Porque V. Exª traz aqui uma planilha em que o impacto acumulado chega a 68 bilhões. V. Exª poderia me dizer... Isto aqui, como o Governo não tem caixa, ele vai ter que emitir títulos com juros, vai pagar juros de mercado. Então, não está acrescido também aqui o juro que o Governo vai ter que pagar. A planilha que V. Exª mostra é exatamente uma planilha de quatro anos, mas V. Exª só traz o impacto de dois e não de quatro.

Quer dizer, que situação é essa? Nós, Senadores da República, vamos chegar amanhã e dizer o quê? Nós estamos reajustando quem tem estabilidade; agora, 12 milhões de brasileiros que não têm estabilidade, que não têm como se deslocar para Brasília, que não têm como ocupar os corredores do Congresso Nacional, estes vão ter perspectiva quando? Porque se o déficit é de 170 – há ministro que já está, de certa maneira, aplaudindo a meta de 170 negativos para 2017 –, eu pergunto a V. Exª: quem vai investir no Brasil? Que dia vai haver investimento? Que dia vai haver recuperação do emprego?

Nós estamos sinalizando para o seguinte: "Olha, vamos tratar do que está aqui, vamos tratar aqui do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, vamos cuidar dos Poderes que estão em Brasília, e o resto do Brasil pode afundar."

Agora, o Presidente do Senado vem aqui para dizer que é urgente que a gente vote uma emenda à Constituição para tomar dinheiro, ainda, do cidadão brasileiro. É descabido! Um Governo que dá R$50 bilhões para os Estados, de anistia, agora vem e diz o seguinte: "Olha, eu vou atender isto aqui."

Sr. Ministro, ninguém aqui está se colocando contra quem quer que seja, mas é questão de bom senso. O que eu peço, neste momento, é espírito público mínimo. Pelo amor de Deus! As pessoas estão assistindo ao Brasil desempregado, e, de repente, a pessoa diz: "Não, eu vou ter que reajustar o meu." Onde é que está o espírito de corpo? Onde é que está o espírito de nação? A que ponto nós vamos chegar? Se a tese for esta, quem tem força se impõe, quem tem força ganha no voto, e aqueles que não têm as condições de estarem aqui e de terem os lobistas por conta? Como é que este Brasil vai funcionar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu pergunto a V. Exª, como Ministro do Planejamento: qual é a chance do Brasil com 170 bilhões de déficit em 2016, mais 170 bilhões de déficit em 2017, o que já está sendo comemorado por um ministro? Como é que vai haver capacidade de recuperação de emprego no País?

Quer dizer, então, nós estamos com 12 milhões de desempregados, com projeção de chegarmos a 14 milhões no final do ano, e aí nós vamos para 28 milhões de desempregados no final de 2017. Então, esta é a linha nossa do desemprego? Nós vamos numa curva descendente, em espiral, e vamos chegar a 2017 com 28 a 30 milhões de desempregados.

Eu quero dizer a V. Exª e às pessoas que, às vezes, ficam um pouco contrariadas comigo: olha, eu sou médico, exerço a profissão. Os meus colegas chegam e dizem: "Mas, Caiado, reajusta tudo. Nós estamos recebendo R$10,00 por uma consulta médica e somos especialistas. Não há reajuste da tabela desde 2004."

Nós temos a seguinte situação hoje – apenas para as pessoas terem uma ideia, porque, na maioria das vezes, nem lembram a situação da saúde no Brasil: por um parto normal, hoje, o médico recebe R$170,00. Pela cirurgia de retirada do estomago todo, chamada de gastrectomia total, o serviço profissional é de R$179,39 – R$ 179,00 a parte cirúrgica do paciente!

No caso de uma fratura da coluna vertebral com lesão medular, que se trata da minha área, o médico recebe R$52,05. Que tabela é essa que, há 14 anos, não é reajustada e também não paga? Todas as filantrópicas fechando.

Eu estou falando de saúde, eu estou falando do cidadão que está morrendo nas filas, e se contingencia verba da saúde. O Governo da Presidente Dilma Rousseff contingenciou, fechou 25 mil leitos no País; o maior sucateamento na área da saúde foi implantado no Governo da Presidente Dilma.

Agora, essa situação aqui, não.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Nessa situação, não há problema. Isso deixa para depois! O cidadão está lá no SUS, e não tem como vir a Brasília. Não vai ser reajustado nunca. E um médico especialista hoje ganha R$2,00.

Então, Presidente, é importante que seja dito que a nossa posição não é contrária a quem quer que seja. Temos que ter prioridades. Qual foi a prioridade quando o povo foi para a rua para tirar a Presidente Dilma? Essa prioridade tem de ser pauta do Presidente Michel Temer; não é outra, não.

O outro tem condições de levar o povo para a rua e dizer que a pauta, então, agora do Congresso é anistiar gestor incompetente dos Estados; a pauta agora é dar exatamente reajuste salarial para quem tem estabilidade; a pauta agora é aumentar a carga tributária do cidadão.

Esse projeto que está sendo defendido aqui, em relação às doações, ...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... é um projeto que resguarda todo mundo que tem as *holdings* e os *trusts.* Agora, o pobre coitado que fez a construção da vida dele e que não tem esse aparato contábil de advogados, este, sim, que vai pagar conta.

Então, é importante que seja dita uma coisa só: nós não somos contra ninguém. Nós temos que ter a coragem de assumir o que é prioridade, o que é o principal, o que é o acessório. Se temos um discurso junto à sociedade brasileira, seria o momento de esta Casa, mais do que nunca, o Congresso e o Executivo darem um sinal desta hora.

Foi o que eu disse, o Presidente Temer tem de ter primeiro a coragem do Macri, que enfrentou todo aquele grupo lá dos Kirchner – ele tem de ter essa coragem! Mas ele precisa ter a humildade do Papa Francisco. Ele precisa ter a humildade, nesta hora, de falar que, nas condições do Brasil, não há como se viver da maneira como as pessoas acham que se pode viver.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Temos que recuperar o País. O País está em frangalhos. O País não pode ser visto neste momento se preocupando com situações menores, diante de uma sociedade brasileira que nós não sabemos para onde pode caminhar.

O Brasil pode tomar que rumo? E se a sociedade se rebelar amanhã contra a aprovação disso? Se milhares de pessoas ocuparem Brasília? O que vai ser respondido a esse cidadão? Qual é a resposta que nós teremos para ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nós estamos aqui dentro de Versalhes? Não, nós estamos num Congresso Nacional, em que o sistema democrático está implantado. E nós temos que ter a sabedoria para saber sobreviver numa democracia ainda jovem. E não podemos deixar hora alguma que a sociedade brasileira esteja desprestigiada, e não representada nesta Casa.

Como tal, Sr. Ministro, eu aqui, neste momento, Sr. Presidente, peço desculpas a todos os funcionários, com o completo respeito que eu tenho em relação a eles,...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... mas, nesta hora, ou nós vamos priorizar o Brasil, ou, senão, amanhã, esse gesto aqui de querer achar que comer brioche e fazer circo bastam para sustentar, para manter um governo, vai desabar no mal caminho. É o alerta que faço. E peço a todos a compreensão quanto ao momento difícil que a sociedade brasileira vive. Esse é o meu posicionamento.

E a pergunta com que encerro é, para saber de V. Exª, qual é o prognóstico de o Brasil voltar a crescer em termos de recuperação de emprego, com o déficit de 170 bilhões para este ano e já um déficit de 170 bilhões para o ano que vem?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srª Presidente – são duas Comissões que aqui se reúnem –, Sr. Ministro, Dr. Jeferson, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos realizando esta reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça com a CAE para que tenhamos esclarecimentos que são extremamente importantes e valiosos por parte do Ministro Dyogo, no que diz respeito à previsão orçamentária e ao impacto financeiro das propostas de reajuste salarial que tramitam no Congresso Nacional, especificamente no Senado neste instante. E a pergunta que tenho a formular – já foi, com certeza, feita por outros Senadores – diz respeito a cada uma dessas propostas e sua previsão no déficit já aprovado pelo próprio Congresso de R$170 bilhões, fruto de negociações que foram feitas ao longo dos últimos meses.

Apenas trago um ponto de reflexão sobre um argumento que é muito utilizado pelos Senadores no que diz respeito ao teto salarial, uma vez que, para conceder o reajuste que está sendo reivindicado pelo Poder Judiciário, no caso, para ministros e juízes da Justiça Federal do Brasil, há sempre um argumento que impacta, que tem efeito prático, que diz respeito à ação cascata que provoca entre Estados e Municípios. No momento em que a União faz uma elevação do teto salarial, os Estados e Municípios sofrem, de forma quase que imediata, as consequências dessa ampliação de teto.

E nós ficamos diante de um dilema, é a Escolha de Sofia, porque, toda vez em que os ministros dos Tribunais Superiores, os juízes federais do Brasil e o Ministério Público Federal da União estiverem limitados à situação fiscal e financeira dos Estados, nós deveremos assumir que somos um País unitário, não mais uma Federação. Este é um conflito que o Brasil precisa enfrentar: ou nós assumimos, em definitivo, o nosso caráter de Estado unitário, ou vamos fazer valer o que está consignado, preceituado na nossa Constituição, que afirma que somos uma Federação. Porque os Estados e os Municípios têm o seu próprio teto, que está vinculado ao salário dos governadores e ao salário dos prefeitos. Portanto, cada Estado vai adotar o seu teto, dentro da sua autonomia federativa, por meio da sua realidade fiscal.

O que não se pode, ao meu entender, é impedir que reivindicações que têm um caráter de justiça e cujo impacto financeiro não é dos maiores... E eu me reporto especificamente à mensagem que aqui se encontra do Poder Judiciário. Nós já fizemos o reajuste, na semana passada, dos servidores da Justiça Federal e do Ministério Público da União e precisamos olhar para distorções que podem ser causadas numa carreira em que mérito não é muito valorizado e, sobretudo, estimulado à ascensão, porque, simplesmente, no Poder Judiciário brasileiro, hoje, não existe carreira. Um juiz que entra fruto de um concurso, com pouco tempo, está recebendo igual a quem está no final da carreira. Existem propostas que tramitam, aqui no Senado Federal, que visam corrigir essas distorções, para que nós possamos olhar para o Poder Judiciário. Não custa lembrar que é um Poder que tem vida própria, em relação ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, submetido, claro, às decisões do Legislativo em vários aspectos, inclusive, na autorização para reajuste salarial, mas, quando consideramos que tivemos, nos últimos anos, uma inflação de 30%, e o que foi negociado prevê, em duas parcelas, uma reposição de 16%, cujo impacto para este ano – e eu gostaria de ter a confirmação de V. Exª – é de 220 milhões, em números redondos, para todo o conjunto do Poder Judiciário – nós estamos falando de R$220 milhões –, não creio que seja correto trazer o argumento de que a elevação do teto na União, para atender essa negociação longa e duradoura, difícil, que foi feita com as entidades do Poder Judiciário, com a participação do próprio Presidente do Supremo Tribunal, que é o Chefe do Poder Judiciário, o Ministro Ricardo Lewandowski, simples-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

mente vá contribuir para quebrar o Brasil, porque nós estamos falando de R$220 milhões especificamente do Poder Judiciário.

Se o Estado A, B ou C, o Município A, B ou C não comporta esse teto, que os respectivos governadores e prefeitos não aumentem os seus tetos, porque estamos numa Federação, ou, então, vamos assumir que somos um País unitário. "Ah! Mas ninguém aguenta a pressão!" Quem não aguenta pressão não pode vir para a vida pública; quem não aguenta a pressão tem de escolher outra atividade.

Então, é importante que nós tenhamos essas informações, Ministro Dyogo, com a clareza necessária, com a transparência devida, sobretudo para que não criemos um ambiente de instabilidade nas relações entre os Poderes. Se o Poder Executivo vive uma dificuldade, aí tudo bem. O Poder Executivo vai ter que fazer suas medidas e adotar suas providências diante desse quadro de dificuldades, mas o Poder Judiciário, assim como o Poder Legislativo... E não custa lembrar que nós já aprovamos o reajuste dos funcionários deste Senado Federal. Nós outros, Senadores, não tivemos revisão nos nossos subsídios, nos nossos salários, mas os funcionários do Senado receberam, com a nossa autorização, aumento salarial. Por quê? Porque, no orçamento autônomo, independente, do Poder Legislativo, este aumento era suportável.

A pergunta que se faz, dentro da autonomia que o Poder Judiciário tem, como um Poder, é: existe espaço no orçamento para conceder um reajuste aos juízes federais, aos ministros dos tribunais superiores, cujo impacto, salvo erro de memória, é da ordem de R$220 milhões? Havendo, não creio que seja papel do Senado vetar esse reajuste, impedir a sua tramitação ou mesmo rejeitar a proposta, porque a proposta é fruto – insisto, repito, para concluir – de uma negociação que durou meses: repõe, em 16,5%, em duas parcelas, uma inflação que, no período, foi de 30%, quando falamos de valores e números acumulados. E o Poder Judiciário é autônomo, tem o seu próprio orçamento. E se, portanto, cabe dentro do orçamento do Poder Judiciário esse percentual de reajuste, não vejo razão para que a CCJ, num primeiro momento, não vote a proposta – até porque na CCJ estaremos apenas decidindo os aspectos de constitucionalidade, e não há nenhuma inconstitucionalidade – e, assim, possamos submetê-la ao Plenário do Senado Federal. Trata-se de uma proposta que tem – e trago aqui os números exatos – um impacto, para o ano de 2016, de R$220.247.454. Para o ano subsequente, de 2007, o impacto é um pouco maior, de R$345 milhões. Mas está dentro do orçamento do Poder Judiciário, que tem um orçamento próprio, que tem autonomia, que é um Poder, tanto quanto é Poder o Legislativo e o Judiciário, como nós estamos, obviamente, cansados de saber.

Então, a pergunta objetiva – e encerro, Sr. Ministro: cabe, no orçamento autônomo do Poder Judiciário, a revisão proposta que está em discussão nesta CCJ, dos 8,74%, em 2016, e 7,03%, em 2017? Está previsto isso na Proposta Orçamentária de 2016 do Poder Judiciário?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos aqui hoje, nesta audiência, discutindo especificamente projetos importantes e pactuados pelo Governo do Brasil com servidores públicos e com os Poderes. Eu não vou entrar aqui na provocação do Senador Lindbergh, na discussão das questões políticas. Eu acho que tudo isso deve ser discutido no plenário, no momento apropriado. O embate político é importante, mas eu acho que nós não podemos tirar o foco, exatamente, da questão técnica e objetiva que nós estamos discutindo, e é para isso que estamos hoje aqui.

Eu quero registrar que os aumentos que estão sendo propostos e discutidos, aqui no Senado, foram pactuados com diversas carreiras, durante muito tempo; pactuados com os Poderes, dentro do limite dos orçamentos propostos, com verbas já definidas no orçamento, inclusive nas sistemáticas de acompanhamento, como o Anexo V do Orçamento Federal. E esse enquadramento de despesa está previsto no escopo da definição que o Governo Federal fez do déficit para este ano e estará também no restante dos mecanismos de déficits para os superávits dos anos seguintes.

Qual a diferença entre o momento anterior e o momento político e administrativo que nós estamos vivendo? É que, primeiro, o Governo teve a posição clara de definir um número verdadeiro e crível. Portanto, o déficit de R$170 bilhões é um déficit real, que leva em conta queda de arrecadação, leva em conta negociação de dívida com os Estados, leva em conta frustração de receitas e leva em conta frustração de concessões, que não ocorrerão enquanto não houver estabilidade política e uma nova direção econômica, consistente e crível também, no País. Não adianta abrir processo de concessão agora, porque não vai haver ninguém interessado. Nós temos que passar por esse calvário do mês de agosto, da estabilidade da gestão federal, para, a partir daí, termos efetivamente uma nova construção.

O déficit de R$170 bilhões é um déficit real. E aqui eu posso falar com muita tranquilidade, porque, nos últimos cinco anos, eu discuti todos os anos com a área econômica do Governo, querendo ajudar, dizendo que o governo estava equivocado. O governo começava propondo um superávit e terminava com um déficit

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

monumental e uma perda de credibilidade ano a ano. Os R$170 bilhões, para mim, são o fundo do poço. Se nós vamos, a partir do ano que vem, manter o fundo do poço ou começar a escalar a saída do poço – que é a diminuição do déficit –, isso já é uma mudança de indicador que eu considero consistente. Por que eu considero consistente? Porque, do ano passado para este ano, nós tivemos um aumento do déficit, em 47%. Essa é a realidade. E não adianta dizer: "Não, é porque existiam despesas que não foram compactuadas." Não é verdade. Não é verdade. Nós temos um aumento vegetativo, entre inflação e crescimento da Previdência, de mais de R$50 bilhões por ano. No próximo ano, a previsão, se se mantiver a estabilidade do emprego – porque, se houver mais desemprego, haverá mais seguro-desemprego, haverá menos arrecadação da Previdência –, se tudo continuar do jeito que está – como diriam os economistas, *ceteris paribus* –, nós teremos um aumento de despesas, de incrementos, só na Previdência, de R$56 bilhões. E, do ano passado para este ano, tivemos R$50 bilhões. Nós estamos falando de mais de R$100 bilhões, valor que representa mais de três CPMFs por ano. Então, essa discussão da Previdência terá que ser feita com a sociedade, no momento apropriado, mas é um indicador de despesa que não pode ser desconhecido.

Temos mais frustração de receita. Neste mês, a receita se frustrou em R$8 bilhões. Então, nós estamos falando aqui do mundo real, que não é fruto do Governo Michel Temer, não. Ele veio herdado de um processo de desaquecimento da economia, de intervenção na economia, de falta de segurança jurídica, de falta de credibilidade do Governo. Tudo isso foi sendo construído de um jeito, que a conta está sendo apresentada a cada mês. E até revertermos a tendência...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu tenho muito apreço pela opinião do Senador Jucá, que é, nós sabemos, um profundo conhecedor do Orçamento. Agora, há uma contradição – parece-me, Senador – nos seus argumentos, porque V. Exª, ao justificar o déficit, que cresce, alude a algumas variáveis que nós não controlamos. V. Exª fala em frustração de receita, V. Exª fala numa propensão estrutural de elevação dos gastos e, agora, V. Exª alude à questão da Previdência. A contradição aí, Senador, do ponto de vista da gestão fiscal, é que a única variável que nós podemos controlar, V. Exª quer sancionar um gasto que corresponde a uma variável que nós controlamos. Então, veja que raciocínio estranho de V. Exª: nós não podemos prever exatamente a receita; nós não podemos, antes da reforma da Previdência, fazer um ajuste nessa propensão estrutural de elevação do gasto; mas as despesas sobre as quais efetivamente podemos atuar, aí o Governo sanciona? Então, eu queria que V. Exª me explicasse como é que nós vamos resolver a questão ou – e eu volto a insistir – o que há, Senador, é uma gestão política do déficit. O Governo jogou uma série de contas na conta do déficit, exatamente para fazer o trânsito político que ele imaginou. Agora, o que há de grave, Senador, é que a deterioração do quadro fiscal do País nos coloca uma perspectiva muito grave, diante do futuro.

O nosso Ministro Dyogo fez referência de que a despesa primária cresceu 6% do PIB. Eu não vou falar, minha cara Senadora Gleisi, da questão do juro. Eu vou falar de despesa primária...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – São 6% acima do PIB.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – São 6% do PIB. Não é acima. Nós temos uma trajetória de 6% de aumento real da despesa desde os anos 90. Mas nós tivemos um aumento de 6% sobre o PIB, na despesa primária. É verdade? Sabe quanto isso significa? Significa R$400 bilhões. Isso representa exatamente sabe o quê? O valor do déficit primário que nós estamos sancionando, de 2,7%, que se expressa nessa meta fiscal. E isso daria para gerarmos um superávit primário que hoje é requerido para estabilizar a relação dívida-PIB, cujo superávit tem que ser, hoje, de no mínimo 2,9% sobre o PIB. Se nós somarmos o déficit de R$170 bilhões e o superávit mínimo que precisamos produzir para estabilizar a relação dívida-PIB, isso equivale, meu caro Ministro Dyogo, exatamente a 6% do PIB.

Então, eu queria entender, meu caro Senador Jucá, o seu argumento...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vou explicar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... porque as despesas, em tese, sobre as quais nós podemos atuar, V. Exª sanciona.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vou explicar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem. Eu gostaria de ouvir a explicação de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu agradeço a V. Exª, porque V. Exª me dá a oportunidade, com essa pergunta e com essa colocação, de mostrar efetivamente qual é a diferença do Governo Dilma para o Governo Michel Temer. Pense numa oportunidade que o senhor me deu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Não concordo com essa observação de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vou explicar aqui. Vou explicar aqui. Vou explicar aqui.

Primeiro: nós temos 45 dias de Governo Michel Temer. Então, pelo amor de Deus! O crescimento vegetativo da despesa, toda essa desarrumação aí, não me venham creditar ao atual Governo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O seu Partido, o que propõe?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Calma. Deixe-me falar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O seu Partido propõe o quê?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu vou explicar a V. Exª. Calma! E V. Exª vai votar a favor quando propusermos também. Não tenho dúvidas disso.

Então, qual é a diferença? Primeiro, o Governo atual não vai fazer a receita Joaquim Levy. Não estamos jogando para o mercado, nem estamos jogando para apresentar um superávit de ocasião. Essa não é a nossa proposta. Queremos uma ação sustentável.

Quais são as tendências hoje?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas estão jogando com quem?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Calma! V. Exª não está me deixando falar. Não é possível.

Quais são as tendências que o Governo Michel Temer pegou? Primeiro, mais grave, endividamento brutal da dívida pública, crescimento exponencial.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Endividamento da dívida pública?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Crescimento exponencial da dívida pública.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Que se deu por conta disso, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Calma. Isso se deu por causa do governo do PT. Mas, calma, eu vou explicar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não é verdade não. Espere aí. Eu protesto. Que governo do PT? Não! Que é isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Crescimento da dívida pública, que cresceu, nos últimos três anos, de uma forma desbragada; aumento do desemprego; decréscimo do PIB.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas me diga uma coisa...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Espere aí. Deixe-me falar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Permita-me o argumento. O Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Aí, V. Exª não está querendo perguntar, V. Exª está querendo ganhar a discussão. Deixe-me falar, V. Exª argumenta depois.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Romero Jucá, ouça aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixe-me falar-lhe: o Joaquim Levy, quando entrou...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Joaquim Levy...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... queria fazer, a todo custo, um superávit e deu no que deu.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Olhe...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Baixaram os juros sem sustentação, deu no que deu: estamos aí nos juros que estão.

Então, qual é a proposta do atual Governo? A proposta do atual Governo é colocar o Governo para funcionar, porque as políticas públicas são importantes, e o Governo estava travado; é inverter as tendências. Tivemos, do ano passado para este ano, 47% de aumento do déficit, mas, para este ano, não vai ser isso: ou vai ser zero, ou vai ser diminuição do déficit.

Temos uma discussão concreta aqui que V. Exª coloca, que é a questão dos servidores públicos. Muito bem. O que estamos fazendo aqui com os servidores públicos? Estamos dando um aumento para quatro anos, calcado basicamente no centro da meta de inflação, 5%. Se toda a despesa pública do Governo crescesse o tamanho da meta de inflação, estávamos com o problema resolvido, o crescimento da Previdência não seriam R$58 bilhões, seriam R$26 bilhões. Então, aumentar a folha de pagamento em 5% é um bom negócio para o Governo, é algo sustentável, está dentro do parâmetro que o Governo propôs, que é o limitador de gasto público para os três Poderes. Estamos crescendo 5% a folha numa inflação de 10%. Então estamos dando espaço fiscal, dentro do limitador do gasto público, de 5% do valor da despesa de pessoal. Se a Previdência fizesse isso e tudo também, o problema estava resolvido de forma muito mais rápida. A mesma coisa para o Judiciário, a mesma coisa para o Tribunal de Contas.

Estamos trabalhando aqui com algo que já está precificado e está na modelagem de diminuição do gasto público ao longo da história, porque o Governo Michel Temer, em 45 dias, teve a coragem de propor um limitador de gasto público para os três Poderes. Vamos aprovar isso no Congresso, vamos discutir Previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

e vamos discutir outras questões sempre de olho na política pública, no equilíbrio fiscal e no crescimento da economia. Só vamos ter emprego aqui, se houver credibilidade do Governo, segurança jurídica e previsibilidade da economia, coisa que o governo anterior perdeu a condição de fazer, porque, quando o Ministro da Fazenda falava alguma coisa, ninguém acreditava neste País, faziam o contrário. Todo mundo travou, e é por isso que temos desemprego, é por isso que temos queda de arrecadação. Não é por outra coisa não, é porque a situação é uma situação de impasse econômico, de falta de credibilidade, de falta de perspectiva.

Nós vamos mudar isso. O governo da Dilma colocou o Brasil contra a correnteza e contra o vento. Vamos reposicionar este País, que vai ficar a favor das forças da natureza, e isso vai fazer com que voltemos a crescer.

Então, eu quero aqui dizer com muita tranquilidade, eu não quero discutir: V. Exª colocou a questão política, eu estou trazendo a questão política. V. Exª tem uma ótica, o PT tem outra, nós temos outra. Vamos discutir.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu não coloquei a questão política, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Colocou, porque você vem dizer que...

Só me deixe dizer só o seguinte, só para concluir.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, você está falseando.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não estou falseando nada!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Veja bem...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu estou dizendo o seguinte: eu vou encaminhar e voto a favor do aumento dos servidores, porque isso foi pactuado, isso está abaixo da tabela de crescimento da despesa do limitador, isso é um respeito aos servidores. Temos que melhorar a gestão pública, temos que melhorar os controles, e só se faz isso com servidores motivados. Estamos tendo que manter a palavra. O Governo, quando fala alguma coisa, tem que acontecer; se não for para acontecer, o Governo não tem que falar nada.

Então, eu quero aqui dizer que o Dr. Dyogo é um técnico, é um servidor público, como a maioria dos servidores da Fazenda e do Planejamento, dessas áreas todas, que cumpriu tarefas em diversos governos. Ele aqui não pode falar, mas eu tenho certeza de que a maioria dos servidores públicos de carreira hoje no Brasil estão trabalhando muito mais satisfeitos e realizados do que no modelo anterior de intervencionismos e de equívocos que o Governo tinha.

Então, eu quero dizer que vamos, se depender de mim, aprovar esses aumentos. Eles estão dentro do limitador. O aumento do Judiciário também está dentro do limitador. A partir do próximo ano, o Judiciário, que é autônomo, da independência dos Poderes, tem a condição de reprogramar o seu orçamento e definir como é que ele quer gastar. Isso não é um problema do Legislativo nem do Executivo. Temos que respeitar a independência orçamentária dos Poderes, e, dentro do limitador, cada um que faça o seu orçamento da forma como deve fazer.

Então, não tenho nenhum tipo de pergunta ao Dyogo.

Quero dizer que aqui se falou em salário mínimo. Nos próximos dois anos, não vamos ter o crescimento real do salário mínimo graças ao Governo Dilma, porque não houve crescimento do PIB nos últimos dois anos. Então, não vamos entrar em discussão aqui. Nós estamos tratando só de reajuste de inflação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Governo Dilma de que V. Exª participava.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Hã?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Governo Dilma de que o PMDB participava e não deixou votar as propostas...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não na área econômica.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vocês não deixaram votar as medidas aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não na área econômica.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Romero.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Que é isso, Senador Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não na área econômica.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Romero!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Romero foi o Líder da Dilma.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não na área econômica.

Cansei de dizer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vocês não deixaram votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O que eu estou dizendo aqui...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vocês não deixaram votar as medidas aqui no Congresso Nacional. Não deixaram!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... eu disse à Dilma, eu disse ao Mantega, eu disse ao Nelson Barbosa, eu disse ao Levy. Agora, o comando econômico não era do PMDB. Não quero imputar ao PMDB algo que o PMDB não tinha poder de fazer. Está fazendo agora, está fazendo bem-feito e vai recuperar este País em dois anos. Anotem o que eu estou dizendo a vocês.

Então, a minha posição é voto favorável. Respeito a posição do PT. Essa caminhada sofrida...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, eu não sou do PT e nem estou falando do PT.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É o grupo Walking Dead, aquela caminhada dos mortos. Eu lamento que vocês estejam nessa situação. Agora, sinto muito...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores deviam olhar para o PMDB...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós vamos votar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O senhor tem certeza que essa piada é com a gente?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É com vocês.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Logo os senhores!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós vamos votar o aumento dos servidores, vamos aprovar no plenário, vamos honrar a palavra e vamos recuperar. Os resultados econômicos do Brasil, no próximo ano, serão melhores do que o resultado deste ano.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Só uma coisa, Presidente: o Romero vai votar junto com o PT, nós é que vamos votar contra. Calma! Vocês vão votar juntos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Como Senador inscrito, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, só aproveitando o calor do debate, com todo o respeito ao Senador Romero Jucá, ele traz aqui questões e a primeira coisa que eu farei aqui é a seguinte: eu quero fazer uma defesa do Ministro Levy. Ele não está aqui e o Senador Romero investiu aqui contra o Ministro Levy.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Investi não, eu disse ao Levy. Eu disse ao Levy...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Jucá, há uma frase que gosto muito: "Em economia, a sabedoria tem dúvidas e a ignorância tem certezas".

Portanto, veja bem, eu quero dizer que o Ministro Levy cumpriu o seu papel, e se mais ele não fez é porque já estava instalada aqui, no Congresso Nacional, uma disputa política que bloqueava sistematicamente as medidas que pudessem contribuir para que o ajuste fiscal se completasse. Então, respeite o fato de que ele promoveu.

Nós fizemos correção de preços administrados, que estavam defasados; nós fizemos um realinhamento cambial que foi fundamental para o País promover um ajuste do setor externo; o Ministro Levy iniciou, contra a posição do setor produtivo, as reonerações, ou seja, iniciou o desmonte de um amplo espectro de desonerações que foram feitas. Então, tudo isso, Senador Romero, foi fruto da posição perseverante, zelosa, austera, da linha que o Ministro Levy imprimiu.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Que não deu certo porque o PT o boicotou.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Agora, o que acontece? As contradições do nosso sistema político de um Governo que tinha, por assim dizer, um duopólio formado pelo PT e pelo PMDB, onde V. Exª se situa, e vem agora dizer que tudo que ocorreu no Brasil foi produto da ação de um partido ou de uma Presidente equivocada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só os equívocos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, isso não resiste ao debate de nenhuma forma, por mais que V. Exª tente produzir aqui um argumento e um esforço que V. Exª está tentando fazer. O que eu queria dizer...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Os resultados vão mostrar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... é que nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu torço pelo Brasil, Senador, e isso não vai ser produto nem de uma equipe luminar, como V. Exª supõe.

A governabilidade vai muito além do Governo. A governabilidade emana da sociedade. O que o Brasil precisa é o que eu chamo de uma agenda do bom senso, sem falseamento, sem demagogia. Isso é o que o Brasil precisa promover.

E eu quis apenas dizer, em homenagem a um debate feito, do melhor nível aqui, que temos, sim, um país dual: um país em que se examina reajuste do servidor público e, do outro lado, os trabalhadores do setor privado; quer dizer, o desemprego grassando no setor privado. Este é um país dual.

O Ministro Dyogo fez uma referência de que, no setor privado, os salários subiram 49% de 2011 a 2015. Mas sabe como o setor privado se ajusta perversamente? Com o desemprego. Não se pode reduzir a massa salarial porque não se pode reduzir salário, mas se promove o ajuste fazendo o desemprego. E, aí, no setor público, nós olhamos o setor público, que tem algo chamado estabilidade. Não importa se a receita pública flutua, como tem flutuado negativamente. Queremos assegurar a recomposição dos salários do setor público, o que eu acho justo.

Agora, se o Brasil quer verdadeiramente endereçar a solução dos seus desequilíbrios estruturais, ou nós temos a coragem de enfrentar certas situações, ou, então, vamos continuar adiando o processo de ajuste e fazendo, insisto...

E aí quero fazer um apelo ao Ministro Meirelles, em nome da agenda do bom senso: resista, Ministro Meirelles, a essa gestão política, cujo custo decorre da própria interinidade do Governo, que está sendo leniente, que está afrouxando certas posturas que poderão comprometer verdadeiramente o ajuste fiscal do Brasil.

O que nós queremos é recuperar o crescimento econômico e reconhecemos que o ajuste fiscal do Brasil tem a dimensão não apenas de promover o ajuste de curto prazo, mas de construir as bases de um novo regime fiscal no Brasil. E, para construir esse novo regime fiscal, precisamos fazer opções políticas corajosas e não os discursos demagógicos de ocasião.

Era essa a minha intervenção.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pelo art. 14, só para dizer o seguinte: é isso o que o Governo Michel Temer está começando a fazer e vai fazer. E o Senador Armando Monteiro vai ter a oportunidade de...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu já tinha dado.... Aí, não é art. 14.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não teve art. 14, não. V. Exª não foi citado, não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Fui, claro!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não falou...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu não ia falar nesta audiência pública. Estou aqui para relatar projetos e aprovar projetos na reunião da CCJ, que já era para ter iniciado. Mas eu estou aqui há três horas só ouvindo e resolvi falar. Resolvi falar também.

O Ministro Joaquim Levy teve todo o apoio do Senado Federal. No início de 2015, ele se reuniu com a cúpula do PMDB, inclusive com o então Vice-Presidente Michel Temer, com os dois Presidentes, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e outras Lideranças. E eu estava lá presente. E nos garantiu que, se o Congresso, o Senado, aprovasse os pacotes de medidas que estavam encaminhados para cá, o Brasil não perderia o grau de investimento e começaria a crescer no segundo semestre do ano passado.

Não aconteceu em momento algum. O Brasil perdeu o primeiro grau de investimento, perdeu o segundo e perdeu o terceiro. Perdeu tudo. Então, eu até acho que não foi culpa do Joaquim Levy, mas não tem quem

Então, eu até acho que não foi culpa do Joaquim Levy, mas não há quem governe e não há Ministro da Fazenda e do Planejamento que dê conta de cuidar da área econômica se o Governo não tiver credibilidade, se o Governo perder a confiança. O que o Brasil viveu e ainda vive um pouco é crise de confiança. Se o Governo brasileiro, se o Congresso Nacional não resgatar essa confiança da população brasileira e também da comunidade internacional, ninguém vai governar este País.

Eu até concordo com que a Presidente Dilma começou a ser sangrada, todos os dias e todos os meses, lá na Câmara dos Deputados – isso é verdade –, com pautas bombas que a Câmara mandava para o Senado quase todas as semanas. Isso é verdade.

Então, se o Governo foi ou não minado, ele perdeu a credibilidade, perdeu a confiança, por isso estamos vivendo, neste momento, a possibilidade de um *impeachment* aqui no Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu torço muito e torceria, se estivesse no Governo da Presidente Dilma, para que a economia acerte o passo, para que o Brasil volte a crescer, para que o Brasil volte a gerar empregos. É isso que estamos fazendo, e estaria fazendo com a Dilma, como fiz durante 13 anos no governo do PT, com o Presidente Lula e com a Presidente Dilma, e estou fazendo agora no Governo do Presidente Temer, torcendo e ajudando para que o Governo dê certo. Eu acho que toda a população brasileira, neste momento, está torcendo.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É uma torcida muito forte, a expectativa é boa de que o Governo acerte o passo na economia na geração de renda, na geração de emprego.

Por isso, se estes projetos que estão aqui foram iniciados, em grande parte, como já foi dito aqui, no governo passado, que ainda não passou – ficamos até um pouco perdidos –, devemos apoiar. Se isso está escalonado para três, quatro anos, pelo que me parece é em torno de 5% a 6% de crescimento do orçamento em cinco anos, se o Brasil não crescer cinco pontos em cinco anos, o que será do nosso País? Temos que acreditar e temos que trabalhar aqui, no Congresso Nacional, para que a sociedade brasileira volte a ter confiança no Brasil e volte a ter confiança no Governo.

Essa é a minha posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu quero fazer apenas um registro: criamos o teto nacional do funcionalismo público com a Emenda Constitucional nº 41, de 2003. A primeira regulamentação foi em fevereiro de 2004, por ato do Presidente do Supremo, fixando em R$19,2 mil em 2004. Chegamos a 2014. Em 2014, o Poder Judiciário queria aprovar aqui, no Congresso Nacional, a chamada PEC 63, do adicional de tempo de serviço para o Poder Judiciário e para o Ministério Público. Foi fruto de um grande debate, particularmente no Senado Federal. Para superar essa matéria, foi feito um acordo entre os três Poderes: pegue-se a inflação de 2004 a 2015 e atualize-se o teto pela diferença dessa inflação. Esse teto saiu, em 2014, de vinte e sete mil e pouco para R$33,3 mil em janeiro de 2015. Portanto, para o teto, não tenho que falar sobre inflação anterior a 2014. Há a inflação de 2015 e de 2016. Essas foram as condições para fixarmos, para janeiro de 2015, o teto em R$33,3 mil.

Eu faço esse registro, porque eu fui o Relator da Emenda Constitucional nº 41 e lembro que, na Emenda Constitucional nº 19, de 1998, também tratamos do teto, e esse teto seria fixado por uma lei de iniciativa quadripartite: o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Presidente da República e o Presidente do Supremo. Não tivemos acordo sobre isso e é por isso que foi dada a redação na Emenda Constitucional nº 41.

Segunda coisa que eu quero registrar: na Previdência Social de 1995 a 2015, aqueles que recebem benefício acima do salário mínimo tiveram 0,7% de ganho real. Então, de 1995 a 2015, todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral receberam a inflação, exceto no ano de 2009, em que receberam 0,7%. Portanto o INPC também está zerado. O crescimento vegetativo – e aqui o nosso Ministro Garibaldi Alves Filho é um estudioso dessa matéria também, sem prejuízo de todos – que temos tido é a pensão, porque, as pessoas, Deus as leva e vem a pensão. Esse é o item que efetivamente cresceu nos custos da Previdência geral do Brasil. Já a Previdência própria, o regime próprio de Previdência, que tem 1,05 milhão de aposentados e pensionistas, é aqui que tem havido um crescimento diferenciado. Por quê? Por conta da paridade. Tudo aquilo que fizemos de ganho real, ao longo desse período de 1995 a 2015, ao servidor público dos três Poderes que são de regimes próprios também cresceu proporcionalmente nos aposentados e pensionistas por conta da paridade.

Quero também adiantar que, em 2007, a Previdência pública urbana, que é a contributiva, para fechar a conta entre o que pagamos e o que recebemos, faltaram R$15 bilhões. Aí, entrou em vigor o pleno emprego, a partir de 2008, tivemos ganho real mais significativo nessa massa salarial da iniciativa privada e também de setores públicos que são celetistas e, acima de tudo, tivemos o Simples Nacional. Nos últimos dez anos, de cada cem empregos com carteira assinada deste País, 93 deles foram gerados pelas empresas do Simples. Grande parte desse público antes estava na informalidade. Ao vir para a formalidade, houve uma contribuição significativa para a Previdência geral. Em 2011, sobraram R$39 bilhões na Previdência pública urbana, a contributiva, ou seja, em 2009, cobrimos os R$15 bilhões de 2007 e sobraram R$3,6 bilhões. Esse processo foi crescente e, em 2011, 2012, 2013 e 2014, manteve-se um saldo positivo médio de R$39 bilhões. Esse dinheiro cobria a necessidade de financiamento do sistema especial que chamamos da aposentadoria rural, mas há outras categorias aqui.

Com a desoneração da folha feita nesse período, que entrou em vigor em janeiro de 2015 em sua plenitude, em 2015 sobraram apenas R$5 bilhões na Previdência pública urbana contributiva, que é o Regime Geral da Previdência. Então, essa diferença de R$35, R$30, R$40 bilhões que está crescendo no financiamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

da Previdência rural é exatamente o montante da desoneração da folha que o Congresso Nacional fez. Todos votamos nessa matéria.

Agora, queremos transferir para as costas daquele que recebe o salário mínimo a desoneração que fizemos nesse período, dentro de uma visão, mas a economia terminou trazendo uma outra. Por isso, o crescimento da necessidade de financiamento do Regime Geral, particularmente do setor rural, é fruto da desoneração que fizemos a partir de 2015, na sua plenitude.

Por isso, passo a palavra ao nosso Ministro Dyogo.

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Eu queria começar pela pergunta que me fez o Senador Ronaldo Caiado a respeito das perspectivas futuras da economia brasileira.

Senador, teremos, neste ano, um déficit de mais de 2,5% do PIB, isso é notório e conhecido, e teremos uma recessão de mais de 3% do PIB. Então, eu diria: na situação atual, temos que compreender que o ciclo de reajuste fiscal do País não será processado num período de 12 meses, um ano, um ano e pouco; teremos um ciclo mais longo de ajustamento fiscal.

O que é importante nesse processo? O importante nesse processo não são os números absolutos. O mercado, os agentes econômicos não se guiam pelo número absoluto. O déficit, este ano, é R$170 bi, esse número em si é importante, mas não é o único elemento. O elemento que se olha é para a trajetória, para a continuidade, para a sustentabilidade da dívida. O que a equipe econômica tem apresentado, de maneira bastante objetiva, é um conjunto de propostas iniciais que apontam para essa estabilidade. Só a proposta do limite do gasto, por exemplo, Senador, nos permitirá reverter o déficit dentro do período que estamos colocando nesses anos. Só ela já trará uma redução da despesa em relação ao PIB. Depende um pouco das projeções de PIB, das projeções de inflação, etc., mas não seria descabido dizer que, em um período de dez anos, teríamos uma reversão de alguma coisa em torno de cinco pontos percentuais do PIB. Então, isso trará para os agentes econômicos a confiança de que o Estado é saudável, o Estado é financiável, o Estado tem capacidade de pagar as suas dívidas.

O elemento que olhamos na economia, Senador, que teve o pior desempenho no PIB nos últimos dois, três anos é o investimento. O investimento é a variável mais volátil da economia, porque a decisão de investimento é uma decisão de longo prazo e uma decisão em que o investidor arrisca, assume o risco e depois não tem como voltar atrás. Então, diante de um cenário de incerteza, de um cenário em que, em seguidas vezes, houve revisão das metas fiscais, em seguidas vezes, houve a frustração das projeções que eram feitas, houve todo um processo de retração das decisões de investimento.

Não vamos aqui também minimizar o impacto da crise política sobre a economia. Isso também é uma incerteza do cenário e também gera um impacto na atividade econômica.

Então, o que nós tivemos foi uma forte retração dos investimentos, que impactaram fortemente a economia...

(Interrupção do som.)

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – ... dessa mudança de perspectiva em relação ao futuro da economia do Brasil.

É evidente que essas medidas iniciais não são as únicas que nós estamos discutindo e não são suficientes para cumprir todo esse papel. Nós estamos revendo todo o plano de concessões. Será lançado um novo plano de investimentos em infraestrutura. Serão lançadas novas ações para garantir o financiamento da infraestrutura.

Estamos discutindo agora, no Governo, várias medidas regulatórias para reduzir o custo do País, para melhorar a regulação de setores, trazer mais competição, trazer mais investimento em diversos setores, reduzindo burocracia, reduzindo o custo, facilitando o investimento dos investidores. Essa é a agenda completa que precisa ser desenvolvida.

E temos que dar continuidade às reformas econômicas, sejam elas do lado do gasto, sejam elas reformas tributárias, isto terá que ser feito. O Brasil não pode se furtar a enfrentar as grandes dificuldades que hoje temos em vários elementos fundamentais do sistema econômico. Nós não podemos continuar com o ICMS da maneira que está hoje. Nós temos que enfrentar os riscos jurídicos dessa questão do ICMS. Nós temos que ver a tributação federal, PIS e Cofins, várias distorções. Nós teremos que enfrentar as reformas do lado da despesa, a reforma previdenciária.

Eu tenho dito isso há muito tempo. Eu tenho defendido isso. A Senadora Gleisi e o Senador Pimentel sabem da nossa opinião sobre isso. Nós não temos como financiar a Previdência do Brasil, nos próximos anos, com as projeções demográficas que temos e com as regras que temos. O Senador Pimentel comentou rapidamente sobre isso, mas é importante citar: a Previdência pública, que sempre teve um superávit, que financiava, em parte, a chamada Previdência Rural, este ano terá déficit. Mesmo a Previdência pública, que é contributiva, e tudo mais, terá déficit. E mesmo considerando a desoneração da folha, porque, embora haja desoneração, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Tesouro compensa o regime de Previdência, e a receita da Previdência considera o valor da desoneração. Então, mesmo considerando a desoneração, a Previdência urbana terá déficit este ano. A Previdência Rural terá um déficit de R$120 bilhões este ano. Então, nós temos que discutir como é que vamos financiar, como é que nós vamos fazer isso.

É evidente que o momento para discutirmos isto não é hoje, aqui. Mas, do nosso ponto de vista, da equipe econômica, a questão fiscal é uma questão relevante. Nós temos que enfrentá-la.

Há outras despesas igualmente relevantes. Eu mencionei, há pouco, a questão do auxílio-doença. Vamos enfrentá-la, nós não podemos gastar R$23 bilhões por ano com auxílio-doença. Nós não podemos gastar R$13 bilhões com pessoas que estão há mais de dois anos no auxílio-doença.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – E as pensões também, não é?

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Temos a questão das pensões. Não pode uma pessoa receber uma pensão que passa para um, para outro, para outro, indefinidamente. São regras que nós temos que discutir. Vamos discutir tudo isso.

Então, a retomada do crescimento é vista hoje, digamos, já com bastante clareza por todos os analistas.

Ainda ontem, eu estive em São Paulo me reunindo com alguns grupos, e todos já estão prevendo que já no último trimestre de 2016 nós teremos o primeiro trimestre positivo, de crescimento. Todos trabalham com uma projeção positiva para 2017. Não será ainda suficiente para recuperar todo o nível de desemprego do País? Não. Porque a variável do desemprego também é uma que demora a reagir. Então, primeiro, vai haver uma recuperação da atividade econômica, nós vamos ver que o PIB vai voltar a se recuperar. E, num segundo momento, veremos a reação no mercado de trabalho.

Então, é verdade que nós teremos uma deterioração e é verdade que há um tempo entre os fatos que levaram ao desemprego e a ocorrência do desemprego. O desemprego que estamos tendo hoje é resultado de dois anos seguidos de queda de atividade. Não é o resultado de junho que leva ao desemprego de julho. O desemprego leva certo tempo para reagir.

Eu diria que a equipe econômica hoje tem um planejamento bastante claro. Eu tenho colocado para a sociedade, com bastante clareza, que nós temos que estabilizar a economia e retomar o crescimento. E temos que fazer isso de maneira concomitante. O ajuste fiscal não será possível apenas pelo lado de corte de despesa.

O Senador Armando fez uma conta simples, mas que é razoável. Nós temos um déficit de -2,5% e precisamos de 2,5% para termos um superávit que financie todos os juros do País. Então, temos que fazer um ajuste de cinco pontos percentuais do PIB. Cinco pontos percentuais são mais de R$300 bilhões. Não dá para cortar R$300 bilhões da despesa. O que nós vamos fazer? Temos que recuperar a economia – crescendo a economia, a arrecadação vai voltar a crescer – e conter a despesa.

Nós temos que conter a despesa e, para isso, nós propusemos uma regra que não é que para a despesa, que o País para. Nós temos que manter o crescimento porque há despesas que são indexadas, há despesas que têm uma dinâmica própria. Temos que trabalhar na contenção da despesa. Se pararmos todos os investimentos do País.... Todos sabem que, quando se fala em parar a despesa do Governo, o primeiro lugar que para é o investimento, e nós não podemos fazer isso. Temos que tentar manter o mínimo do investimento que ainda existe no Governo Federal.

Ainda ontem, houve uma reunião com o Presidente da República e o Senador Renan, discutindo o quê? Como vamos continuar e terminar as obras que estão paradas. Isso vai trazer emprego, isso vai trazer atividade para o País.

Tenho insistido, Senadores, em que não é ajustando ainda mais a única linha da despesa do Governo Federal que tem tido uma contenção já há vários anos, não é ajustando nessa conta que nós vamos resolver o problema. Temos que entender que o Orçamento é de R$1,2 trilhão, que há muitas despesas que nós temos que conter, e muitas delas dependem de reformas que cabem a esta Casa discutir e aprovar, porque 90% do Orçamento está dependendo de aprovação de alterações legislativas. Não é uma decisão unilateral do Governo Federal conter a despesa. Precisamos de reformas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vou passar a palavra ao Sr. Jeferson para fazer as considerações finais.

Logo em seguida, começaremos a pauta da reunião ordinária da CCJ.

O SR. JEFERSON DANTAS PASSOS – Sendo bastante breve, na realidade, eu só queria fazer um comentário em relação a algumas considerações que o Senador Cássio Cunha Lima fez, como se o fato de o impacto do reajuste do Judiciário e do aumento do teto, sendo passível de absorção pelo Governo Federal, não causasse nenhum tipo de problema aos Estados. Na realidade, os Estados não têm o condão de frear esse tipo de despesa. O Judiciário e o Ministério Público não se limitam ao teto do governador. Eles vão ao teto do ministro do STF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, existe um problema concreto que – aproveitando até o gancho da palavra dele – tem a ver justamente com a nossa Federação. Aqui não querem os Estados impedir que o Governo central conceda reajuste ao Poder Judiciário federal, mas estamos alertando e brigando para que essa criação de despesa não venha, mais uma vez, assim como ocorreu em diversas outras vezes no passado, onerar os Estados, que não estão preparados para isso. Por isso, insisto que esse ponto é determinante, crucial e precisa ser levado em consideração nesta Casa, que, afinal de contas, representa os Estados brasileiros.

Muito obrigado pela oportunidade, pelo espaço aberto.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero agradecer a vinda do Dr. Santiago, representando o Confaz. Quero agradecer a presença do Ministro Dyogo Oliveira e dizer que vamos ter outras reuniões para discutir outros temas. Por isso, não sei se a Senadora Gleisi...

O SR. DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA – Presidente, só para os agradecimentos.

Eu queria agradecer ao senhor e à Senadora Gleisi pelo convite e pela oportunidade, a todos os Senadores e Senadoras pela paciência, atenção e carinho que sempre me dedicam, hoje, aqui, e em outras oportunidades em que temos de trabalhar juntos.

Muito obrigado. Eu queria agradecer enormemente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, está encerrada esta reunião conjunta, e, daqui a cinco minutos, nós começaremos a reunião ordinária.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar, eu queria fazer...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vamos começar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... um apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São 13h40. Nós vamos iniciar a nossa reunião ordinária às 14h. Nós temos medidas provisórias que serão implantadas às 14h. Acho que o bom senso nos remete à condição de não fazermos reunião ordinária agora, às 14h, em função deste bom debate que fizemos. O apelo que faço a V. Exª é para que possamos retomar a nossa pauta natural na próxima quarta-feira.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Primeiro, o Senador Jucá. Depois, Senador Lindbergh; depois, Senador Telmário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria aqui fazer uma proposta aos membros da Comissão e a V. Exª. Entendo a ponderação do Senador Ricardo Ferraço, mas entendo também o prazo curto que temos, inclusive na questão do aumento salarial, com vencimento a partir de 1º de agosto. Portanto, se não votarmos antes do recesso, esses recursos não serão pagos a partir de agosto aos servidores.

Então, o que eu queria propor a V. Exª: nós abriríamos a reunião ordinária; os projetos seriam lidos ou dados como lidos, inclusive a PEC; seria dada vista coletiva...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Qual PEC?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A PEC da...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Item 6.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A PEC do Fernando Bezerra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A questão do direito de herança. Nós daríamos todos como lidos, daríamos uma vista coletiva, tendo em vista que nesta matéria não há vista de nada ainda...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Todos já foram lidos, e já foi dada vista coletiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Já foi dada vista coletiva?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Já foi dada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – À PEC, ainda não. Mas Senador Ricardo, vai chegar ao mesmo item.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, daríamos vista coletiva à PEC e poderíamos discutir e votar essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não é possível. Essa discussão não tem convergência. Nós vamos invadir tarde afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Lindbergh.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, não há nem quórum para sustentar uma verificação. Se forem insistir nessa tese, nós vamos pedir verificação e vamos derrubar a reunião.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vamos respeitar a ordem de fala?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, Senador Ferraço, sobre a PEC das grandes heranças, o Presidente Renan veio aqui porque há interesse de votar isso no plenário na próxima semana. Está nessa pauta especial. É um projeto muito importante, e está aqui o Relator Roberto Rocha. Esse é um tema que acho que tínhamos de tratar, e da nossa parte também em relação ao reajuste salarial. Tirando o teto do Ministro do Supremo, nós estamos prontos também para, se for colocado em votação, votar.

Eu queria registrar isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, nós temos um relatório que, inclusive, foi lido – sou o Relator –, sobre a isonomia dos salários dos defensores públicos. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Todo esse debate deverá ser feito na outra reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SETE DE JULHO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, e do senador Jorge Viana, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Ricardo Ferraço, José Anibal, Vanessa Grazziotin e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Ricardo Franco, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a fixação de alíquota máxima para cobrança do ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação, em atendimento aos Requerimentos nºs 15, 17 e 18, de iniciativa dos(as) senadores(as) Marta Suplicy, José Aníbal e Jorge Viana, respectivamente, tendo como expositores o secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Renato Villela; o secretário de Política Regulatória da Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Rogério Coimbra; o coordenador de Assuntos Econômicos da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, Francisco Inocêncio; o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), Eduardo Sanovicz; o vice-presidente Comercial de Marketing e Cargas da Avianca Brasil, Tarcísio Gargioni; o diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas, Alberto Fajerman; o diretor de Assuntos Regulatórios da Latam, Basílio Dias; a diretora de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas, Patrizia Xavier; e a secretária de Fazenda do Estado de Goiás, Ana Carla Abrão. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) Jorge Viana, José Aníbal, Randolfe Rodrigues e Ricardo Ferraço. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma audiência pública interativa. A finalidade é debater a fixação de alíquota máxima para a cobrança do ICMS incidente nas operações internas com o querosene da aviação.

Os requerimentos para a realização desta audiência são da Senadora Marta Suplicy, Senador José Aníbal, e Senador Jorge Viana.

A reunião é destinada a instruir a matéria, que é o Projeto de Resolução do Senado nº 55, do Senador Randolfe Rodrigues e outros.

Nem todos os convidados terão condições se tomarem assento à Mesa. Então, nós vamos ter uma parte dos nossos convidados na bancada da Comissão.

Eu gostaria de chamar à Mesa o Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Sr. Renato Villela; o Secretário de Política Regulatória da Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Sr. Rogério Coimbra; o Coordenador de Assuntos Econômicos da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, Sr. Francisco Inocêncio; o Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Sr. Eduardo Sanovicz; o Vice-Presidente Comercial, de Marketing e Cargas da Avianca Brasil, Sr. Tarcísio Gargioni; o Diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas, Sr. Alberto Fajerman; o Diretor de Assuntos Regulatórios da Latam, Sr. Basílio Dias; A Diretora de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas, Srª Patrizia Xavier; e também a Secretária de Fazenda do Estado de Goiás, Srª Ana Carla Abrão Costa.

Nossa saudação a todos os convidados.

Esta reunião será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 61 2211.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará a sua exposição por até 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelo Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta dos interpelados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Acho que podemos começar.

Só consulto o Senador Jorge Viana se ele quer fazer uma fala antes de iniciarmos a audiência, ou já passamos para os convidados e V. Exª fala após?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria, agradecendo a V. Exª pela audiência, agradecer a todos que vieram, às secretárias e aos secretários de Fazenda, aos representantes das companhias.

Eu subscrevi esta audiência, mas foi uma proposta dos Senadores de São Paulo, que tiveram o apoio também de alguns outros colegas Senadores, e eu, porque estava tratando mais diretamente deste tema, subscrevi. Uma solicitação deles é que antes de votarmos este projeto de resolução de autoria do Senador Randolfe e minha, de que sou Relator, nós tivéssemos esta audiência.

Obviamente, estamos sabendo a situação dos Estados e a dificuldade por que estamos passando. Estamos acompanhando isso. Estamos vendo o Governo Federal, que já encaminhou uma proposta objetiva de os Estados não pagarem durante este ano, da forma convencional, as suas parcelas de dívidas ou de parte de suas dívidas, para ser mais preciso.

Hoje mesmo está havendo um encontro de governadores do Norte e do Nordeste com o Ministro Meirelles, visando a uma negociação das obrigações que os Estados têm, mas estamos diante de um fato concreto e objetivo que é a situação do transporte aéreo no Brasil. Ele é objetivo: a redução do número de voos praticados pelas empresas; os balanços das empresas negativos, com risco de algumas delas.

O Senado apreciou, na semana passada, um projeto que, no meu ponto de vista, é importante que se debata, mas ele chega num momento muito delicado, porque o pior momento para se vender algo é quando não há comprador e você está querendo vender. Todos sabemos que o Brasil está muito barato, e acho temerário – sem trocadilho – que se possa pensar em se desfazer do que o Brasil tem de patrimônio nessa hora difícil que atravessamos.

Acho que a situação dos usuários é grave. Chegamos a ter perto de 120 milhões de passagens por ano no Brasil. Agora esse número está chegando a 100 milhões; são 20 milhões a menos por ano. Isso se agrava quando pensamos em regiões como o Norte e Nordeste, porque é ali que sentimos mais fortemente a retirada de voos, e acho que há de haver um esforço, um sacrifício.

Como Relator, eu estava diante de uma proposta muito complexa do Senador Randolfe, apesar da boa intenção desse projeto de resolução. E verifiquei que grande parte dos Estados já trabalham com alíquota de ICMS para o combustível da aviação abaixo de 12%. Foi por isso que apresentei uma proposta clara e objetiva: que o teto ficasse em 12%. O meu Estado mesmo trabalha com duas alíquotas, mas há um mecanismo em que a Gol, para mantermos o voo de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, tem uma alíquota muito diferente, a ponto de termos situação de haver 25% de cobrança de ICMS e cair para 7%, 6%, 3% no mesmo Estado.

Nós estamos, com este projeto de resolução, estabelecendo um teto de 12% para a cobrança desse combustível. Refiro-me à cobrança de ICMS. Obviamente, houve uma reação mais forte dos Senadores do Estado de São Paulo. Entendo que esta audiência nos permite fazer um debate que possa ser definitivo também. Há uma intenção nossa de apreciarmos esta matéria aqui na CAE na próxima terça-feira, porque ela já está há muito tempo, e, para não termos nenhum tipo de atropelo, achamos conveniente termos esta audiência, que pode ser esclarecedora, tanto do ponto de vista das companhias, quanto do ponto de vista de Estados que questionam uma mudança no ICMS. Eu acho que esse é o propósito.

Eu queria agradecer muito à Srª Presidente, Gleisi Hoffmann, por ter criado as condições para que se faça esta audiência hoje.

Teremos, na semana que vem, a última semana de funcionamento para deliberações importantes aqui na Casa, e eu tenho certeza de que a maioria dos Senadores estão na expectativa de apreciarmos esta matéria na próxima semana.

Então, estamos cumprindo um rito que foi exigido por alguns colegas Senadores, que penso que pode colaborar no melhor esclarecimento, tanto do ponto de vista da situação das companhias quanto do ponto de vista dos Estados.

Só quero que fique bem claro, porque, às vezes, um Estado fala que não quer abrir mão da alíquota, mas estamos metidos também nessa área numa verdadeira guerra fiscal. Uma verdadeira guerra fiscal está acontecendo, como se diz, na surdina, porque temos Estados que querem manter essa alíquota num nível elevado, mas estão fazendo flexibilidade a seu gosto, e, ao mesmo tempo, não se justifica manter uma alíquota tão alta por outro lado.

Então, eu agradeço a presença de todos.

Por fim, acho que seria importante, já que vamos ter a explanação de vários Estados, que – e temos o representante, o Dr. Eduardo, que já esteve conosco tantas vezes e tem trabalhado tanto representando as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

empresas no sentido de encontrarmos uma solução para as empresas de transporte aérea –, dependendo, Srª Presidente, da necessidade do posicionamento dos Estados, possamos ouvir também um ou outro representante, caso necessário, das companhias ao longo da audiência.

Eu fico inconformado. Fizemos uma audiência pública no Acre agora, recentemente, todos foram lá. Não temos como explicar os voos serem só em determinados horários, o custo da passagem que se paga no Brasil hoje, que, sem dúvida, é o custo de passagem mais caro do mundo. Acho que os Estados brasileiros, que têm a responsabilidade de oportunizar as condições para os seus cidadãos, também têm uma parcela de contribuição a dar, principalmente neste momento em que o Governo Federal, estendendo a mão, está ajudando os Estados a enfrentar essa dificuldade. Todos sabemos que a cobrança do ICMS no combustível de aviação está longe de ser uma fonte arrecadadora das mais importantes do Estados, muito longe de ser. Obviamente eu respeito que qualquer entrada de recursos seja importante, mas vamos ver. Transporte aéreo não é artigo de luxo no País. Num país continental como o nosso, é um serviço de primeira necessidade, e não podemos, mais uma vez, pôr nas costas do contribuinte, do usuário as distorções todas que os Estados vivem, que o País vive. O mercado da aviação do Brasil, que é muito importante, sofreu uma diminuição, quer dizer, 20 milhões de passageiros deixaram de andar de aviação nos últimos tempos por conta de não termos minimamente algo que dê socorro às companhias aéreas e, ao mesmo tempo, exija delas maior oferta de voo e um preço de passagem mais justo.

É somente isso que queremos. Todos eles falam que é em torno de 40% o custo que as companhias têm com combustível e que uma alteração nessa alíquota pode socorrer as empresas e permitir que o Brasil siga aumentando o número de usuários do transporte aéreo. Essa é a expectativa.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Eu queria anunciar a presença do Sr. Cristian Vieira dos Reis, Gerente de Acompanhamento de Mercado da Anac, que está aqui conosco.

Como temos várias pessoas, eu pensei que poderíamos iniciar aqui a fala com o representante do Governo, do Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, passaríamos para o representante das companhias, depois para os secretários de Fazenda, para que pudessem colocar os seus posicionamentos, e abriríamos o debate. Pode ser assim? (Pausa.)

Então, passo a palavra ao Sr. Rogério Coimbra.

O senhor tem 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Bom dia a todos.

Bom dia, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Jorge Viana. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui representando o Governo neste debate, louvar a iniciativa de esse debate ser realizado, louvar a iniciativa do projeto de resolução que vem tratar de um assunto tão relevante para o País, tão relevante para a aviação.

Eu vou tentar ser breve na minha fala, até para privilegiar o espaço de debates. Primeiro, vou contextualizar um pouco o que temos vivido no setor ao longo dos últimos anos. O setor, nos últimos anos, experimentou diversos avanços, foi um setor bastante dinâmico em termos de modelo institucional que o Brasil usa para regular esse setor. Temos a criação de agência relativamente recente, a Secretaria de Aviação Civil, um marco institucional e regulatório bastante dinâmico, que possibilitou, ao longo dos últimos dez anos, que triplicássemos a demanda. Acho que todo mundo conhece os números, não é o caso de ficarmos repetindo aqui. O que experimentamos, ao longo dos últimos dez anos, foi basicamente triplicar a nossa demanda, então mais passageiros tendo acesso ao modal de transporte aéreo mais confortável, mais seguro, o que realmente muda a vida das pessoas. Então, essa universalização é muito importante. Isso se deveu, em grande parte, ao aumento de renda da população nesse período e se deveu também a uma queda substancial no preço médio das passagens, que, nos últimos dez anos, nesse período, caiu mais da metade. Então, essa é uma conquista muito importante para o brasileiro.

O transporte aéreo, acho fundamental ressaltarmos, tem uma importância muito grande não só econômica, mas também a externalidade do transporte aéreo é bastante visível: a rede hoteleira se beneficia desse crescimento, toda a parte de restaurante, serviços, transportes, há uma externalidade muito grande na geração de empregos e de renda. Cada voo a mais para uma cidade gera uma externalidade muito positiva. E não é à toa que vemos os Parlamentares, de forma geral, que são os melhores porta-vozes da população, extremamente preocupados cada vez que algum voo deixa de ser operado numa localidade. Então, acho que é patente, é muito visível a importância do transporte aéreo.

Desde 2010, o transporte aéreo ultrapassou o transporte rodoviário e se tornou o principal modo de transporte de passageiros interestadual. Aí eu faço uma fala que eu costumo repetir em alguns lugares e acho muito importante: precisamos ter, como Poder Público, uma virada de chave na nossa cabeça de que já faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

algum tempo que o transporte aéreo deixou de ser um transporte de elite – acho que a fala do Senador foi muito apropriada nesse sentido. Hoje é um transporte de massa, o principal transporte das pessoas, e isso vale para o Brasil inteiro, com uma importância ressaltada na Região Norte do Brasil, onde outros modais têm uma precariedade ainda maior. Então, esse tema, nesse contexto em que estamos hoje, é bastante relevante.

Eu vou passar a focar um pouco nessa questão do ICMS do querosene de aviação, partindo da premissa de que eu acho que é um consenso essa questão da importância de não só pararmos de perder voos, que algumas localidades têm perdido, como conseguirmos encontrar o caminho para retomar o crescimento que vínhamos experimentando ao longo dos últimos anos, que promoveu essa universalização. Tivemos um aumento de investimento em infraestrutura muito grande.

Nos últimos cinco anos, investimos em infraestrutura mais do que nos 16 anos anteriores. Então, temos conseguido alguns avanços e não podemos agora correr o risco, em um cenário econômico adverso, em um cenário tributário adverso, de retroceder e isso virar uma espécie de perda de uma conquista do cidadão.

Eu mencionei um pouco a importância econômica do transporte aéreo. Acho que vale ressaltar também a importância social não só em regiões com dificuldade de acesso por outros modais, como é patente na Região Norte, mas em qualquer localidade onde podemos verificar o acesso de pessoas de renda mais baixa que, historicamente, no final do ano, iam visitar seus familiares, voltar para a sua terra natal, passando dois ou três dias em um ônibus, e agora passaram a ter acesso a fazer esse mesmo transporte em duas ou três horas, de avião, com mais conforto, mais segurança. Ninguém quer perder isso. Precisamos, então, trabalhar para encontrar os caminhos de não só não perder, mas também continuar o caminho de crescimento que vinha trilhando.

Na nossa visão, na visão do Governo, esse cenário da tributação sobre o combustível de aviação é bastante grave e, principalmente, bastante distorcido. Foi já ressaltado aqui que cerca de 40% do custo das empresas aéreas hoje é o combustível de aviação. Quando eu entrei no setor, 12 anos atrás, o maior item de custo era pessoal. Hoje, as empresas aéreas conseguiram trabalhar na sua eficiência, trabalhar em modernização de vários aspectos, incorporar tecnologias, e, atualmente, disparado, o maior item de custo é o combustível de aviação.

Esse combustível de aviação sofre alguns problemas. O primeiro deles, que foge do controle das companhias aéreas, é que a precificação é atrelada ao dólar. Então, cada vez que experimentamos uma alta na moeda norte-americana, como verificamos uma alta bastante expressiva ao longo dos últimos anos, isso já é um fator que impacta diretamente no custo do combustível.

Outro fator é a forma de precificação do combustível de aviação, que, apesar de ser, em sua maioria, 70%, 80%, produzido no Brasil, a forma de precificação considera o que chamamos de paridade de importação, que é uma espécie de simulação, como se esse combustível estivesse sendo importado, com base nos preços do Golfo, simulando custo de seguro, internação, frete, tudo isso. E em cima de tudo isso, há uma tributação de ICMS, que varia de Estado para Estado, mas hoje esse teto é de 25%, que é bastante elevado.

Eu acho que vale ressaltar que, se eu não me engano, o Brasil é o único país do mundo em que incidem tributos estaduais sobre o querosene de aviação. Gostamos muito quando somos cobrados sobre nível de serviço, nível de preço, somos sempre comparados com o resto do mundo. Então, eu acho que temos que buscar aproximar a nossa regulamentação também do resto do mundo e trazer isso para um padrão internacional. Esse é um setor global, então precisamos ter essa preocupação.

O primeiro ponto que gosto de ressaltar, que é uma distorção que essa diferença de alíquotas pelos Estados cria, é um fenômeno que no setor chamamos de tankering. As empresas aéreas, nas localidades onde o ICMS do QAV é mais barato, abastecem mais do que o necessário para que no próximo ponto não precisem abastecer ou precisem fazê-lo em menor quantidade. Isso gera uma ineficiência muito grande no setor. Boa parte do combustível que é abastecido é consumido para levar ele próprio. Então há uma ineficiência muito grande.

Isso atrapalha alguns compromissos que o Brasil tem assumido internacionalmente, de redução de emissão de gases de efeito estufa. Este ano, nós temos assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional, que é o órgão da ONU. Este é o principal tema em debate. Temos compromisso de redução nesse sentido para atender às preocupações ambientais, que são preocupações bastante relevantes e adequadas. Então, precisamos endereçar essa questão.

Há outro ponto de distorção sobre o qual quem é do setor é bastante cobrado. Um exemplo que comumente damos no setor é: se há dois aviões iguais, do mesmo porte – Boeing, Airbus –, que estejam no pátio de Guarulhos abastecendo, um ao lado do outro, mas um tenha como destino qualquer cidade do Nordeste, por exemplo, Maceió, Natal, e o outro esteja indo para Buenos Aires, sobre esse que vai para o Nordeste incidem 25% no querosene de aviação, sobre o voo que está indo para Buenos Aires não incide nada. Então, isso cria uma distorção muito grande e, de certa forma, é um desincentivo para o turismo doméstico – eu colocaria desta forma –, porque onera mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Muitas vezes, recebemos a reclamação: "Está mais barato um voo para o exterior do que um voo para o Nordeste". Ou então: "A gente está desincentivando o nosso turismo". É verdade. Temos que olhar a carga tributária que está por trás de cada um; que tipo de incentivo estamos colocando para que isso aconteça. Essa diferença no preço de passagem não é porque a empresa aérea tenha preferência por destino A ou B. Isso tem a ver com a estrutura de custos que é imputada à empresa aérea. Esse é outro ponto muito importante.

De forma geral, com o combustível sofrendo todos esses aspectos que foram colocados – a influência do câmbio, uma forma de precificação que leva a preços mais altos do que a média mundial e uma estrutura tributária que carrega todo esse incentivo perverso –, não vamos ter o cenário que almeja. Então, temos que olhar com bastante cuidado essa questão.

Eu acho que, obviamente, em um cenário fiscal que está complicado – não só o Governo Federal, mas todos os Estados estão enfrentando as suas dificuldades –, esta é uma preocupação bastante legítima. Mas não podemos deixar de analisar também a perda de arrecadação que vai haver em termos de volume consumido, na medida em que estamos só caminhando para mais cancelamentos de voos.

A redução da distorção que vai haver num Estado que tem uma alíquota mais alta e responde eventualmente por 35% do transporte do Brasil, mas a quantidade de abastecimento lá é cerca de 20, isso tende a aumentar, porque não vai haver mais incentivo para abastecer só no Rio, numa ponte aérea, vai-se abastecer também em São Paulo, porque fica mais eficiente e o preço é adequado.

Então, a fala que eu queria trazer aqui em nome do Governo é de apoio a esse projeto de resolução. Achamos extremamente importante e temos muita convicção de que não vamos atingir os objetivos que são comuns a todos os Estados, a todo o País, a todos os partidos políticos, que é de ampliação do transporte aéreo, de manutenção uma trajetória de crescimento que tem havido, se não trabalharmos um marco regulatório, um marco tributário adequado ao que o setor representa hoje. Como eu falei, é um setor que faz transporte de massa, precisamos começar a tratá-lo dessa forma.

Com isso, eu encerro a minha fala, agradeço a oportunidade e já me coloco à disposição para os debates, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Rogério.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Bom dia, Srª Senadora, Sr. Senador Jorge Viana, senhoras e senhores.

Eu vou procurar ser bem objetivo. A Abear representa a aviação comercial brasileira e tem, basicamente, três pilares na sua atuação, o trabalho para que a aviação brasileira tenha no seu ambiente regulatório os mesmos padrões que definem a aviação em todo o Planeta, ou seja, padrões que são praticados no mundo inteiro, para que o aparato de Estado seja eficaz.

Nós processamos milhões de passageiros por mês. Portanto, é importante que tenhamos a Polícia Federal atuando, a Receita Federal, a Anvisa, a Infraero, enfim, que todos os órgãos de Estado apoiem para que isso seja rápido e eficaz. E a defesa da política de liberdade tarifária, porque essa política, implantada no Brasil a partir de 2002, permitiu uma queda vertiginosa de preço, porque foi casada com um processo de inclusão e aumento de renda média.

O resultado, como disse há pouco o Dr. Rogério Coimbra, é que nós vivemos 13 anos, nos quais o número de passageiros triplica, enquanto o preço médio da passagem aérea cai a menos da metade. Essas duas equações fazem com que tenhamos um processo ao longo dos anos, que vem de 2002, 2003 até 2012, bastante positivos, com processos de crescimento sustentável e bastante concreto, visível, perceptível em todo o País para a aviação. Essa chave se inverte a partir de 2013, quando temos um processo que começa em 2012, se acentua em 2013 e dispara, a partir de 2014, de aumento de custos, que vem combinado com uma queda de receita. Essa queda de receita está basicamente vinculada ao fato de que você começa a sentir problemas em alguns setores econômicos, esses setores diminuem sua demanda por passagem aérea. Aí temos um resultado no qual, ao longo desse último triênio, o prejuízo acumulado chega a R$10 bilhões.

Ora, por quê? Nós podemos avaliar isso com a queda de demanda. Eu, todo mês – vocês acompanham isso de alguma forma pela mídia –, anuncio os números do setor. Eu anunciei há 12 dias o décimo mês consecutivo de redução de demanda na aviação brasileira. Essa redução de demanda se deve, de alguma forma, a esse ambiente regulatório, que é o ambiente que difere do ambiente internacional.

O Dr. Rogério falou do combustível e hoje nós estamos girando em torno de 38%, mas o importante é comparar que enquanto aqui um bilhete aéreo tem quase 40% do seu custo em combustível, um bilhete aéreo comprado em Buenos Aires, Washington, Madri, Santiago, onde seja, a média de custo de combustível é 28%. Esses dez pontos majoritariamente estão no ICMS, 80% a 90% são ICMS por quê? Porque ele não existe em ou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tro lugar do mundo. O Brasil é o único país do mundo que, além das tributações normais do Estado nacional, como tem em todo o Planeta, também tem tributo regional sobre querosene de aviação. Isso não tem paralelo.

Como o Brasil é signatário dos acordos comerciais internacionais, esse exemplo que foi colocado aqui. O avião, em Guarulhos, sai para Vitória, ou sai para Maceió, ou sai para Natal com 25% de ICMS e sai para Buenos Aires, Santiago, Miami, Madri ou Lisboa com zero. Só aí você tem a diferença. Quando ele chega lá, o custo é bastante diferente.

Os outros temas nós podemos depois nos aprofundar a respeito deles, mas fica para o questionamento.

Ora, o peso da aviação neste País, que chega a impactar no conjunto da sua cadeia produtiva quase 3% do PIB nacional, meio milhão de empregos e R$8 bi de impostos, é esse que nós queremos, portanto, sustentar e ampliar.

Esse aqui é o quadro nacional do ICMS. Cada asterisco colocado soma 16 Estados, que tem a sua alíquota nominal, formal, colocada, por exemplo, em 25 – exemplo do que o Senador Viana citou do Acre, que, aliás, não está com asterisco ali até por equívoco nosso –, e tem os acordos específicos e regionais que fazem alíquotas menores. Isso acaba fazendo com que, hoje, 17 Estados da União tenham alíquota igual ou menor do que 12, dependendo de cada situação específica. Isso gera consequências.

Por exemplo, eu peguei aqui um voo em cada empresa. Há um acordo em Sergipe, por exemplo, que gerou os voos da Avianca, em Aracaju. Há um acordo em Fortaleza que gera voos para Buenos Aires na Gol. Temos um acordo no Norte, em Belém, que gerou um voo para Miami. Temos um acordo no Paraná, que gera voos ali, em Ponta Grossa. E o mais importante e interessante é ver o seguinte: no Rio Grande do Norte, por exemplo, com investimento de concessão e do novo aeroporto, nós tivemos ali um conjunto enorme, 60 ou 70 novos voos naquele aeroporto, e o aeroporto segue batendo recorde de crescimento. Aqui, em Brasília, recentemente, houve uma redução também dos mesmos 25, que Brasília praticou por dezenas de anos, e vieram para 12; 56 voos novos foram criados em 90 dias. Esse número já bateu 206 voos novos.

É claro, é honesto dizer aqui do ponto de vista intelectual que esse processo não se repete no País inteiro. Em Brasília, geograficamente, por estar aqui, no coração do País, o impacto é mais positivo. Não quero dizer que isso vá ocorrer no Brasil inteiro, não seria correto, mas é um exemplo importante se você comparar com Natal, que está na extrema ponta do País, e subiu a mais de 60.

Ora, a aviação tem um impacto na economia que é absolutamente impossível de ser apropriado, na medida em que embora privada, é uma atividade fortemente regulada. O pessoal, em tom de brincadeira, diz que a única coisa mais regulamentada que a aviação hoje é a energia atômica; depois, só a aviação.

Nós temos os números abertos. Os dados financeiros e econômicos das empresas estão todos disponíveis no site da Anac porque eles são colocados. Vejam que, no final do dia, cada decolagem gera um impacto de R$260 mil à economia positivos, cinco empregos, quase R$50 mil em salários e paga pouco mais de R$20 mil em impostos. Ora, aonde nós estamos chegando com o tamanho do problema? E aí eu vou procurar encaminhar já para a conclusão. Na medida em que os custos – e vejam um pouco para trás, 2002/2003 – estavam compatíveis, o número de aeroportos atendidos foi subindo, e nós fomos chegando, 2011, no pico, a 127 aeroportos. Cada aeroporto tem uma área a sua volta de 30, 40, 50 – depende da região – 70 cidades, em um raio de 40km a 50km, meia hora a 40 minutos que as pessoas viajam. Na medida em que os custos disparam, começa a haver menos aeroportos atendidos porque o número de voos que se sustenta vai diminuindo. O dado, nós resistimos muito ainda, em 2012 e em 2013, quando chega em 2014, a queda é mais sensível. Ora, o número deste ano, para compartilhar com vocês, é que aproximadamente 70 aviões já foram devolvidos pela aviação brasileira aos lessores ou sublocados a empresas de outros países. Por quê? Porque a demanda não sustenta o custo, não sustenta a operação.

Esse gráfico aqui, tomando por base 100/2010, mostra o seguinte: quando o custo sobe, a linha vermelha, o número de lugares atendidos cai. Por isso 2012 é o ano em que isso cruza, é o ano em que houve essa mudança. Portanto, o que nós colocamos aqui? Os números eu coloquei lá atrás, e o nosso entendimento é o seguinte: hoje, se você fizer uma média no País, nós estamos entre 18 e 19% – é a média formal do ICMS.

Quinze Estados não teriam uma redução significativa, porque o número é muito pequeno. Há Estados que não pedem nada e há Estados cujo problema anual fica de zero a cinco milhões. Onze teriam perdas moderadas de fato. O Estado que não está mencionado aqui é São Paulo.

Hoje pela manhã eu li a declaração do Secretário pela manhã e está absolutamente correta. O impacto em São Paulo é bastante grande, sensível. Nós estimamos que o número total de diminuição de custos que o País pode viver está em torno de R$490 milhões, com a redução do ICMS. Aproximadamente R$270 milhões, R$280 milhões, estimamos que seja em São Paulo. Eu não tenho o dado preciso porque não tenho os dados da Fazenda, mas não deve ser muito diferente disso. Os outros R$200 milhões se dividem entre os 26 Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

brasileiros. Embora São Paulo tenha um terço da aviação por conta do seu peso econômico, tem uma alíquota um pouco maior no processo de arrecadação, pelo volume que há ali.

Então, qual é a nossa proposta aqui? Nós entendemos o seguinte: esta Casa, por sua representatividade, pela qualidade das suas lideranças, é a Casa em que podemos estabelecer o contraditório, Senadora Gleisi, a fim de construir o consenso e os acordos possíveis. Eu acompanhei, ao longo desses últimos três, quatro anos, um conjunto de debates aqui em que temas bastante mais complexos foram abordados, e a Casa soube, por meio de suas Lideranças, encontrar o termo que permite a construção da saída do problema. Há um conjunto de demandas diferentes ao redor do País sobre o que se quer da aviação. Há demandas para o crescimento de voos, há demandas para a volta de alguns voos, há demandas para mudança de horários, e essas demandas crescem à medida que subimos na geografia, está certo? Por quê? Porque as cidades onde a estrutura é menor, o volume econômico é menor, você tem situações diferentes.

O que nós entendemos? Isso é um processo de vasos comunicantes. É importante deixar claro que nós gostamos é de voar, não é de não voar. Nós queremos voar mais para mais lugares, carregando mais gente a preços mais acessíveis, levando carga, conectando pessoas e negócio. Agora nós estamos chegando a uma situação limite e entendemos que aqui, neste plenário, o espaço no qual os Estados representados por lideranças das mais expressivas, com responsabilidade e história política e econômica, com a consistência que temos no Senado da República, poderíamos debater este tema, abordá-lo com toda a transparência, entender o contraditório e, por meio desse processo, buscar uma solução que consiga atender o conjunto de interesses da Nação.

Sabemos que estamos lidando com um tema bastante sério, que é a política tributária e a arrecadação de cada Estado. Eu acho que não é um tema menor, nem de pouca importância. Reconhecemos – porque, afinal, temos acesso à mídia – o debate hercúleo que se está travando hoje no País sobre esse conjunto de contas. Mas entendemos que, se o que eu li na mídia está correto, o processo de negociação conduzido recentemente – ou que está sendo conduzido, perdão, porque não está concluído – entre o Ministro da Fazenda e os Estados envolvendo a revisão de suas contas chega a R$50 bilhões, esse é um processo um pouco inferior a R$500 milhões. Portanto, ele é um pouco menos de 1% de um grande programa de negociação.

Nesse sentido, eu entendo que, se foi possível às lideranças políticas deste País, às lideranças econômicas, aos gestores encaminhar um processo de acordo deste tamanho, de R$50 bilhões, também será possível, com calma, serenidade e deixando claro e de forma transparente quais são suas demandas, conduzir o encaminhamento de um debate que trate de uma quantia que é pouco inferior a 1% desse conjunto.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu agradeço ao Sr. Eduardo.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Renato Villela, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo.

O SR. RENATO VILLELA – Obrigado, Senadora Gleisi.

Srs. Senadores aqui presentes; Senador José Aníbal; Senador Jorge Viana, por quem tenho grande simpatia; Senador Randolfe Rodrigues, é um prazer estar aqui para discutir um tema tão importante para o País e para os Estados que o compõem.

O que eu gostaria de fazer é utilizar ou aproveitar um pouco daquilo que foi colocado, tanto pelo Senador Jorge Viana quanto pelo representante do Governo Federal e pelo nosso amigo Sanovicz, para colocar numa perspectiva um pouco diferente, porque algumas coisas foram colocadas de maneira bastante objetiva, mas que merecem alguns reparos.

Eu gostaria de chamar a atenção de que foi colocado que o custo eventual para os Estados – ou para São Paulo, no caso – seria muito inferior àquele que a União está dispendendo em termos do apoio financeiro para os Estados vencerem a crise. Essa é uma comparação completamente sem sentido, não é? É uma coisa que deixa um pouco surpresos todos os gestores estaduais e, certamente, boa parte dos governadores quando o próprio Governo Federal vem apoiar, justamente no momento em que incorre num custo significativo para a própria meta fiscal, com uma medida de solidariedade, numa demonstração de clareza de sua capacidade de coordenação macroeconômica, coordenação macrofiscal e federativa. Mas o próprio Governo Federal, através de outras áreas, vem trazendo uma proposta que mina, em parte, esses esforços, e ainda usa como argumento o fato de que está dando uma ajuda para poder cobrar, como se fosse uma contrapartida. Não é uma contrapartida. A questão básica é a seguinte: é porque agora não é o momento. O Brasil não suporta abrir mão, o Governo brasileiro, os Estados brasileiros não suportam abrir mão de receita neste momento. Nós estamos discutindo uma questão que, evidentemente, tem a ver com a questão tributária estadual apenas e tão somente porque o ICMS é um imposto estadual. Os números mostrados pelo Presidente da Abear mostram que a crise do setor tem muito a ver com a crise econômica do País e não tem a ver com a forma como a tributação estadual mudou ou não mudou, até porque não houve grandes mudanças significativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Outra coisa para qual eu gostaria de chamar a atenção é que está implícita nessa discussão uma ideia de que nós precisamos avançar a malha de serviços em direção às Regiões Norte e Nordeste, com o que qualquer um, todos nós, concordamos. Por isso mesmo os Estados estão usando da sua competência constitucional de legislar sobre alíquota de ICMS, competência essa que é exclusiva. Sinto dizer – e sempre sou muito bem tratado nesta Casa –, mas é bom lembrar que o Senado Federal não tem competência para definir alíquota de ICMS, exceto em caso de conflitos claros federativos, e não é esse o caso.

Então, o que pode parecer – nós sabemos, claro, que essa não é a intenção dos Srs. Senadores – até para algum menos avisado é que haveria certa invasão na competência estadual de definir suas alíquotas. Ora, se nós temos uma situação de desequilíbrio regional na prestação de um serviço, não é criando uma alíquota única que vai se solucionar essa questão. A criação da alíquota única vai simplesmente congelar os preços relativos, vai congelar todos os custos relativos entre os diferentes Estados da União. Não vai haver uma indução se a alíquota for igual para todo mundo, porque alguma companhia vai aumentar a sua oferta nas regiões mais custosas e não vai explorar os mercados mais, vamos dizer assim, promissores do Sul e do Sudeste. Não é através dessa história.

No novo Confaz existe uma discussão, que está em andamento, no sentido de se permitir que essa discussão seja levada através de convênios aprovados pelo Confaz, que é a forma correta de se lidar com essa questão, evitando, inclusive, um ponto que o Senador Jorge Viana levantou, de uma guerra fiscal adicional nessa área. Então, se nós queremos evitar guerra fiscal, neste momento, é através do Confaz, é através da discussão ampla no Confaz – por acaso, amanhã, realizar-se-á um em Fortaleza, e todos nós estaremos usando os serviços dos senhores aqui para nos deslocarmos até lá. É um assunto que pode ser tratado de forma muito objetiva e muito rápida lá.

Existem algumas questões que, já que foram tocadas, eu gostaria de entender melhor, que é a questão do ICMS. Não é que o ICMS na aviação no Brasil seja uma jabuticaba. A jabuticaba é que o ICMS é estadual, e daí decorre todo o resto, inclusive o fato de que o Brasil é um país que tributa gasolina de aviação em nível estadual. Não é que o Brasil tribute gasolina de aviação. O ICMS, por uma definição que data de 1967, é um imposto estadual que incide sobre combustíveis para quaisquer usos. A forma de lidar com esse problema – e não entendo por que todos os setores da economia brasileira lidam com esse problema de forma custosa, é verdade, mas lidam – é através das discussões no âmbito do Confaz, discussões essas que, às vezes, havemos de convir, são destorcidas por diferenças regionais. Mas isso faz parte do Brasil e é assim que nós devemos tratar. Não é tentar utilizar outra forma para fixação de uma alíquota, fixação que, no meu ponto de vista, terá um efeito, talvez surpreendente, de fazer com que todos os benefícios que esses Estados que fizeram acordos especiais para aumentar as operações nos seus territórios – é o caso de Alagoas, de Goiás e de vários outros Estados, que têm essa diferenciação e ela vai acabar.

Na hora em que o ICMS ficar igual para todo mundo, os senhores podem ter a certeza de que a decisão sobre se vai ser aumentada a malha no Acre, se vai ser aumentada a malha em Sergipe ou se vai ser reduzida, se não vai ser tomada mais a partir de decisões do Governo do Estado, se dá ou não dá algum benefício, alguma capacidade de atração, porque vai ser tudo igual. A decisão vai ser pura e tão somente tomada nas diretorias financeiras das companhias aéreas, porque a tributação vai estar equalizada. Ninguém mais poderá oferecer alguma vantagem tributária para aumentar, para induzir as companhias aéreas a aumentarem a frequência dos seus voos, atraírem voos internacionais ou fazer com que a aviação regional seja incentivada.

Antes de terminar, eu gostaria – já estou tomando provavelmente mais tempo – de entender aquele número que o Dr. Sanovicz trouxe, ou seja, que a geração de tributos, por decolagem, seria de R$21.300, por decolagem, e a contribuição do PIB de R$262,04 mil, ou seja, uma carga tributária de 8%. Eu queria entender isso depois. É muito estranho ver, no Brasil, algum setor ter uma carga tributária de 8% do PIB. É o que eu ouço sempre.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENATO VILLELA – Não. Ali está a contribuição de impostos, mais de um.

Já que o Governo Federal tem essa preocupação, eu gostaria que o Governo Federal trouxesse à baila também a redução dos impostos federais que incidem sobre o setor. Eu sei que não interessa para alguns Estados, porque o Imposto de Renda e o IPI estão na base do Fundo de Participação dos Estados. Então, a minha preocupação, a minha sugestão – e nós vamos levar essa sugestão ao Ministério da Fazenda ainda hoje – é que o Governo Federal não venha falar de desoneração tributária estadual sem fazer a sua parte. Eu gostaria de entender qual é a carga tributária de impostos federais sobre o setor também, certo? Gostaria de ter clareza disso para saber exatamente qual é o custo, qual é o interesse, qual é o impacto sobre os Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Para finalizar, gostaria de agradecer mais uma vez ao Presidente da Abear, porque tratou isso de uma forma muito clara. Essa é uma questão que geralmente é discutida de forma mais obscura, mas ele a colocou de forma muito clara. A questão é, mais uma vez, fazer com que São Paulo pague os custos do desenvolvimento das outras regiões. O Dr. Sanovicz falou de forma muito clara: isso é um problema com São Paulo. Isso é alíquota de São Paulo. São Paulo cobra 25%. São Paulo arrecada...

São Paulo, senhores, graças a vinte e tantos anos de política fiscal séria, de política fiscal responsável, está numa situação fiscal melhor do que boa parte dos Estados brasileiros. Mas ele não está em situação fiscal confortável. São Paulo não pode perder R$300 milhões por ano. Pode parecer pouco, mas não é. Eu, Secretário de Fazenda, sei exatamente o que eu posso fazer com R$300 milhões a mais ou o que eu deixo de fazer com R$300 milhões a menos.

Então, mais uma vez, eu gostaria, primeiro, de deixar claro que estamos vendo de forma um pouco disfarçada – graças a Deus, o último palestrante deixou isso de forma clara – mecanismos para que São Paulo redistribua sua receita tributária para outros Estados. Então, por que não fazermos isso com impostos federais? Por que não fazermos uma solução no Confaz?

Por que obrigar Estados que têm uma estrutura tributária clara, lógica e bem definida tecnicamente, por um instrumento estranho a nossa norma constitucional, a abrir mão de sua receita que hoje e durante algum tempo ainda será muito necessária para o atendimento de uma série de políticas sociais que São Paulo empreende?

Sr. Presidente, desculpe-me. Eu provavelmente me estendi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tem tempo ainda.

O SR. RENATO VILLELA – Puxa vida, isso é uma raridade.

Eu agradeço aos senhores a oportunidade de ouvir minhas palavras e devolvo a palavra à Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Secretário Renato Villela e passo à Srª Ana Carla, Secretária de Fazenda de Goiás.

A SRª ANA CARLA ABRÃO – Obrigada Presidente. Cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann, em nome de quem cumprimento aqui todos os membros da Mesa. Aproveito inclusive para agradecer a V. Exª e aos demais Senadores que têm acolhido e dado tanto espaço aos Secretários de Fazenda nesta Casa. Definitivamente, isso tem sido importante para o debate num momento em que o País como um todo, mas em particular os Estados têm passado por uma situação muito grave, muito difícil. Então, muito importante esse debate, a abertura que esta Casa tem nos dado.

Aproveito para cumprimentar o Senador Randolfe e o Senador Ricardo Ferraço, que também têm nos acolhido aqui todas as vezes que o debate acaba chegando às contas públicas estaduais, que estão bastante combalidas.

Eu vou aproveitar e acrescentar aos pontos do meu colega Renato Villela alguns outros aspectos, algumas outras questões importantes que devem ser deixadas claras, justamente para fazermos esse debate de uma forma mais ampla. Vou falar do ponto de vista de um Estado que não está só desconfortável, como é o caso do Estado de São Paulo, do ponto de vista fiscal, não está em colapso, mas certamente representa uma boa média dos Estados brasileiros.

Eu diria que hoje temos talvez três, quatro Estados que estão numa situação de colapso, outros três, quatro Estados que estão numa situação de desconforto, mas cerca de 20 Estados estão numa situação bastante delicada e que numa trajetória que, necessariamente, vai desembocar para todos nós, se não revertermos essa trajetória, na mesma situação desses três, quatro Estados que já colapsaram.

No caso de Goiás, em função de um ajuste fiscal muito forte que o Governador Marconi Perillo empreendeu no último ano, ano e meio, nós migramos um pouquinho do extremo do colapso para o extremo do desconforto, mas isso com muita dificuldade. Eu costumo dizer para o Governador que, muitas vezes, enxugamos gelo porque ações tomadas em nível federal fazem com que as ações de ajuste, de reequilíbrio que nós façamos nos Estados sejam em parte neutralizadas, ou seja, voltamos um pouquinho mais para o extremo do colapso cada vez que isso acontece.

Então, dentro desse contexto, vou fazer aqui cinco pontos que acho que são importantes para o debate. Em primeiro lugar, não tenho a menor dúvida – e concordo com as palavras do Senador Jorge Viana – que nós temos hoje no transporte aéreo não um bem de luxo. Num país com as dimensões continentais do nosso, definitivamente o transporte aéreo é absolutamente fundamental. Não é um bem de luxo, não dever ser um privilégio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Primeiro, eu acho que temos que definir isso bem. Quando falamos de desoneração ou de tributação de maneira geral é, de fato, necessário definir: estamos falando de um bem de luxo ou não estamos falando de um bem de luxo? Definitivamente, não estamos falando de um bem de luxo.

O segundo ponto é em relação ao sistema tributário. O sistema tributário brasileiro é o caos. Infelizmente, isso não se refere só ao setor aéreo. O ICMS é um caos, o sistema tributário é um caos, e quantas vezes eu não ouço de vários empresários que me dizem: "Secretária, eu gostaria que a nossa carga tributária, que já é alta, só me custasse a carga tributária". O problema é que a complexidade do sistema gera gastos com advogados, gastos com disputas judiciais e uma multiplicação de custos que fazem com que uma carga tributária elevada seja ainda mais elevada do ponto de vista efetivo.

Mas só que isso não é prerrogativa do setor aéreo. Mais do que isso, a própria desoneração, e o Senador Jorge Viana deu um exemplo aqui bastante concreto de um avião que sai para Buenos Aires, ou um avião que sai para dentro do Brasil, o ICMS de um não existe, o ICMS do outro existe. Isso vale para a soja, isso vale para a carne, isso vale para o milho, que são produtos, num nível de prioridade, ou seja, também estão longe de ser classificados como bens de luxo. Essa distorção não é prerrogativa do setor aéreo. Ela é a característica do nosso sistema tributário, que é um sistema tributário absolutamente esquizofrênico e complexo e que, no final do dia, reflete nos Estados. Ou seja, são os Estados que têm as suas exportações desoneradas, que não têm acesso à receita sobre essas movimentações.

Então é importante que se coloque mais uma vez assim: eu estou aqui querendo compartilhar informações para que tomemos as melhores decisões. Então, não é só querosene de aviação que, se for vendido para fora, não paga ICMS, se for vendido para dentro paga ICMS.

Terceiro ponto: aí entramos na situação dos Estados. Mais uma vez, eu vou sair da realidade de São Paulo e entrar na realidade desses vinte Estados que compõem uma média mais ampla. Hoje, no caso de Goiás, se reduzirmos a alíquota de 15% para 12%, são cerca de R$15 milhões. Pouco? É pouco, mas são R$15 milhões a menos na saúde, na educação ou na segurança pública. Porque hoje essa é a prioridade de um Estado que tem as suas finanças desequilibradas. Falta dinheiro no final do dia. Menos ICMS, menos R$1 de ICMS é menos R$1 de receita para ser aplicada em situações, essas sim, absolutamente prioritárias.

Então, acho que essa conta tem que ser feita. Isso talvez não seja a realidade quando sairmos da crise, certamente não será quando sairmos da crise e, certamente, não foi no passado também. Mas hoje é essa a realidade. A escolha que eu, como Secretária de Fazenda, tenho que fazer hoje todos os dias é onde vou aplicar os recursos que tenho disponíveis e que são faltantes. Eu hoje tenho demandas nessas áreas muito maiores do que eu tenho receita para atender, e R$1 a menos de receita é, inclusive, R$1 a menos de receita de vinculação: vinculação para a saúde, para a educação e, convenhamos, para a segurança pública, que é uma demanda com a qual os Estados hoje estão absolutamente sufocados.

Então, acho que esse é o ponto. Existe uma escolha que ia ser feita e o debate público serve para isto, para expor quais são as escolhas. E ninguém melhor do que os senhores aqui, representantes desta Casa, para nos dizerem: a escolha é esta; a escolha é aquela; qual é a melhor escolha em que devemos alocar os nossos recursos. Essa é a situação real.

No quarto ponto, eu vou concordar veementemente com o meu colega Renato Villela de que existe uma questão de autonomia e competência dos Estados. Nós sofremos, ao longo dos últimos anos, com desonerações federais que bateram, sim, na conta dos Estados. Foi só isso? Obviamente que não. Os Estados estão nessa crise por um conjunto de fatores, mas esse ponto compõe esse conjunto de fatores.

A mim, sim, também estranha muito o Governo Federal hoje apoiar essa medida, porque, afinal de contas, é fazer caridade com o chapéu alheio. Não é possível, na situação em que nós estamos, com a dificuldade que foi a composição do projeto de alongamento da dívida, nós hoje impormos aos Estados uma queda de arrecadação, por menor que seja. Foram 15 milhões – mais uma vez, é o exemplo de Goiás. Eu não tenho 15 milhões sobrando; eu tenho muito mais do que 15 milhões faltando para questões básicas de atendimento à população. Então, ao invadir dessa forma a competência dos Estados...

Nós temos o Confaz. Hoje, Goiás, por exemplo, pratica duas alíquotas. Eu tenho uma alíquota de 15%; eu tenho uma alíquota de 3%. E hoje nós temos condições de avaliar se isso é melhor ou pior para o Estado. Eu tenho condições hoje de colocar hoje 3% em algumas situações muito específicas, mas eu preciso dos 15% para garantir uma arrecadação que hoje é absolutamente fundamental. Se eu coloco tudo a 12%, definitivamente, a União ou o Governo Federal ou o Senado, no caso, está me impondo uma alíquota que vai me gerar uma perda e não vai me trazer resultado.

No caso dos Estados do Nordeste pode ser que essa seja uma situação diferente. Vamos discutir isso no âmbito do Confaz, em que o Acre ou Roraima ou o Amazonas vai poder dizer: no meu caso, eu quero reduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

a alíquota. Eu quero reduzir, porque a perda de receita que eu terei vai ser mais do que compensada com aumento de voos que a minha população vai receber.

Então, isso faz sentido. Agora, para Goiás, não faz; para São Paulo, certamente não faz. Não é só uma questão redistributiva, como o Renato colocou, que São Paulo vai perder e outros vão ganhar. Não, vários vão perder. E aqueles que vão ganhar vão ganhar à custa de vários que vão perder, e não necessariamente o impacto vai ser positivo. Agora, podemos fazer com que toda a atuação seja restrita àqueles que vão ganhar e que vão ter, no âmbito do Confaz, todas as condições de dizer: eu vou reduzir a minha alíquota. E os outros não precisam mexer. Então, por que vamos impor essa situação a todos os 27 entes federativos?

Finalmente, eu vou colocar aqui um ponto em relação ao impacto das desonerações. Eu também vi os gráficos do Dr. Eduardo, em que ele mostra a demanda, como ela foi evoluindo. Talvez até por um cacoete de economista, eu acho que tem aqui uma variável que não foi exposta e que explica muito melhor aquele gráfico do que efetivamente o custo, que é a demanda.

O País cresceu em 2010, 2011, 2012, 2013. A economia cresceu, a renda cresceu, a demanda cresceu, e, obviamente, houve um impacto disso, um efeito multiplicador disso sobre a economia como um todo. A economia entrou em recessão em meados de 2014, mas ela já veio desacelerando a partir do final de 2013. É natural que haja uma queda de demanda e, portanto, é natural que haja uma queda de oferta como resposta a essa queda de demanda. Então, eu acho que precisamos entender que boa parte do efeito sobre todo o setor produtivo nacional – mais uma vez, não é prerrogativa do setor aéreo – vem de uma desaceleração da economia, muito mais do que qualquer outra coisa.

Infelizmente, o custo Brasil é elevado por uma série de fatores, sendo a carga tributária um deles. Mas nós não podemos esquecer que, mesmo com desonerações, se não houver demanda, retomada do crescimento, retomada do desenvolvimento, interrupção do aumento do desemprego, se não se reverter a trajetória em que hoje o País está, não haverá desoneração que dê conta dessa questão. Ao contrário. Nós estaremos reforçando uma roda que nos trouxe a situação em que hoje estamos, que é uma questão de crise fiscal, de desequilíbrio, de falta de recursos públicos para atender a população e à sua demanda como um todo.

Então, eu gostaria de finalizar, colocando essa visão no debate. Ou seja, existem hoje escolhas que devem ser feitas em função da escassez de recursos e do desequilíbrio das contas públicas. Desonerar, hoje, vai significar retirar recursos de outros setores, porque não há recursos sobrando, e, mais do que isso, sem clareza em relação aos impactos reais que isso vai gerar do ponto de vista de alívio para um setor em especial.

Finalmente, quero colocar, mais uma vez, reforçando o ponto do Renato, a sugestão de que façamos essa discussão no âmbito do Confaz, em que temos condições de particularizar, customizar soluções para aquelas regiões em que a desoneração ou mesmo uma regulação específica faça mais sentido do que para outras. De fato, o tratamento igualitário neste momento é bastante prejudicial.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CARLA ABRÃO – Agradeço, mais uma vez, o espaço e volto a palavra à Presidente Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Secretária, pela exposição.

Passo a palavra agora ao Sr. Francisco Inocêncio para fazer a sua fala.

O SR. FRANCISCO INOCÊNCIO – Obrigado, Presidente.

Agradeço, em nome do Governo do Estado e, especialmente, do Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, esta oportunidade para que nós possamos discutir o assunto num espaço aberto e democrático.

Na minha apresentação, farei uma abordagem, primeiro, do objeto da audiência, que é a proposta da resolução em si, e darei um pequeno enfoque nas emendas do Relator. Também vou dedicar o meu tempo especificamente à análise do projeto, apresentando uma proposta e os resultados a serem obtidos com essa proposta, e depois vou concluir a apresentação.

Presidente, vou direto ao projeto em si, à análise do projeto, tendo em vista que os antecessores já fizeram uma abordagem em relação ao projeto de lei.

Permita-me ser repetitivo, mas é importante que nós possamos enfocar exatamente qual é a competência do Senado Federal e a competência dos Estados relativamente a atribuições de alíquotas em tributos. E verificamos que a Constituição Federal já estabeleceu, nos incisos IV e V do §2º do art. 155, a forma com que o Estado Federal pode, por meio de resolução, fixar alíquotas máximas, mínimas, ou alíquotas interestaduais relativas ao ICMS. Se não, vejamos: o inciso V, como já foi falado anteriormente, faculta ao Senado Federal fixar as alíquotas máximas, na alínea "b", nas mesmas operações de que trata a alínea "a", "para resolver conflito es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

pecífico que envolva interesse de Estados". E aí, senhores, nós procuramos levantar quais são as justificativas ao projeto de lei que justifiquem esses conflitos que excepcionam a resolução do Senado.

A primeira abordagem foi em relação às alíquotas de ICMS do querosene de aviação (QAV), que se dá de forma caótica, imperando no País um excesso de alíquotas, variando de 3% a 25%. Essa é a primeira justificativa.

A segunda trata da omissão dos Estados em pôr fim à guerra fiscal do QAV, e a redução da alíquota colocaria o seu fim à estabilidade necessária para as companhias aéreas.

Item c: a crise do mercado de aviação civil, gerada pela escalada do dólar, e redução do consumo familiar doméstico no País; a inclusão de milhões de brasileiros no mercado aéreo está ameaçada; a desaceleração das atividades aéreas levou a uma queda de 40% no fluxo de viagens de negócios; e problemas ambientais gerados pela prática do tankering.

Vejamos, então. Nós estamos diante de um conflito que envolva interesses dos Estados? O que acontece, senhores, é que o excesso da quantidade de alíquotas do QAV também ocorre com uma quantidade enorme de outros produtos e serviços, cujas alíquotas da carga tributária são diferenciadas entre os Estados, conforme colocado pela secretária Ana Amélia e pelo secretário Villela.

Então, caso o Senado Federal opte por editar resolução para cada produto ou serviço, de forma a garantir o fim da guerra fiscal, a estabilidade dos setores ou a retomada do desenvolvimento econômico do País, então podemos admitir, senhores, que nós estaremos verificando outras muitas resoluções para estipular alíquotas máximas aos mais diversos produtos e serviços. Também saliento que esse precedente vai provocar inúmeras demandas ao Senado para resolver problemas setoriais conjunturais.

Srª Presidente, amanhã, nós podemos ter os medicamentos, podemos ter o setor de energia elétrica, o setor de comunicações, de alimentos, entre outros setores – com que nós nos deparamos no Confaz –, em que cada um possui a sua especificidade e o seu problema em função da crise que nós estamos passando. E, o que é mais grave, percebemos também que, com a edição da resolução do Senado baseada nas justificativas ora apresentadas, está-se infringindo totalmente a autonomia dos Estados para estabelecerem suas alíquotas internas, conforme já foi muito bem observado pelos antecessores.

Volto a perguntar aos senhores: estamos diante de um conflito? Não, não existe conflito de interesse em autoridades federadas, devido ao excesso de alíquotas. O tipo de conflito, se há, ocorre em função de benefícios fiscais concedidos à revelia do Confaz, mediante redução de carga tributária do ICMS, num contexto de guerra fiscal. Questão que, segundo o nosso entendimento, deve ser tratado no âmbito do Supremo Tribunal Federal ou por uma reforma do ICMS, não é no Senado Federal o espaço para discutirmos esses conflitos no âmbito da guerra fiscal, porque, se estamos falando de guerra fiscal, é um problema de inconstitucionalidade.

Outra pergunta: digamos que o Senado opte por adotar essa invasão de competência. O Senado, Srª Presidente, vai dar conta de resolver todos os conflitos da guerra fiscal, simplesmente com o inc. V, do § 2º, do art. 155 da Constituição? Terá fôlego suficiente para resolver todos esses conflitos?

Ao verificarmos a justificativa do projeto, o que percebemos é que estamos diante de problemas econômicos e setoriais macroeconômicos. E a Secretária Ana Carla observou muito bem, e eu, também, como economista. Nós temos que analisar sob a ótica da crise de problemas macroeconômicos. Então, o que detectamos? Aumento dos custos das companhias aéreas, em função da alta do dólar, entre outros; a diminuição da atividade econômica, portanto, a redução das viagens de negócios, isso está evidenciado; a redução da renda das famílias, com cortes nas despesas com turismo e, por consequência, muitas estão substituindo por transporte terrestre; a instabilidade empresarial gerada pela crise, entre outros. Esses são fenômenos gerados, alheios a uma simples questão de analisar conflitos entre Estados, mas sim um problema pontual gerado pela crise econômica que se observa no País até agora.

Pergunto novamente: a fixação da alíquota máxima para o ICMS vai resolver os problemas? Não, não vai resolver. A fixação da alíquota de 12 ou 18 vai resolver a guerra fiscal? Não vai. Uma observação interessante que colocamos é o que aconteceu com a Resolução 13, que é competência do Senado Federal, porque estamos tratando de alíquotas interestaduais. O que observamos com a Resolução 13? Ela reduziu a alíquota de ICMS dos produtos importados em operações interestaduais para 4%, e a guerra continua. Os Estados conseguem fazer guerra fiscal até com uma alíquota tão baixa de 4%. E percebemos, nós, São Paulo, o quanto estamos sofrendo com esta guerra fiscal, alíquota de 4%. O País se tornou menos competitivo com essa redução de carga tributária na operação interestadual, sendo que era competência do Senado, mas o reflexo que isso pode ocorrer na economia, quando tomamos algumas medidas e não mensuramos o impacto delas, sob o aspecto econômico, e que a justificativa, à época, também era de combater, reduzir o tamanho da guerra fiscal. No entanto, a guerra continua solta e sem a sua solução definitiva em relação à importação dos produtos.

Novamente a pergunta: vai resolver essa redução de carga? Não. Por quê? Porque a carga tributária de ICMS, senhores, não é um fator determinante para a redução de exclusão dos voos regionais. Bom seria se fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

isso, não é, Secretário? Bom se fosse. Resolveríamos essa questão no âmbito do Confaz. Estamos abertos para isso. No entanto, ela não é fator determinante para definição dos voos regionais.

O aumento da carga do QAV, em abril de 2005, no caso do Paraná – eu trouxe um caso específico de 7 para 18 – não reduziu a quantidade de voos para as cidades paranaenses. Sabemos que as companhias aéreas não podem, do dia para a noite, retirar os voos. Mas nós percebemos que, de abril a dezembro, nós tivemos um aumento de voo no volume global dentro do Estado do Paraná, conforme fonte da própria Anac.

Então, o que há – nós percebemos e reforçamos o que foi falado até agora – é uma redução na demanda dos serviços aéreos pela queda da atividade econômica do País. E com isso você tem como consequência a redução da malha atendida das empresas aéreas, combinando com o aumento dos custos, em função da alta do dólar. O problema é muito maior, é muito mais macro do que nós ficarmos tentando, por meio de uma redução de carga, ou estabelecendo uma carga tributária máxima, para que nós possamos atacar todas essas problemáticas.

Vou salientar, da mesma forma que os antecessores: o Senado Federal, com o aval do Governo Federal, como foi colocado nesta Mesa, está novamente tentando resolver problemas econômicos utilizando as receitas dos Estados e dos Municípios.

Salientamos, Presidente e demais Senadores, que 25% do ICMS são destinados aos Municípios. Então, os Municípios também deveriam estar nessa discussão, porque dessa perda apontada pelo Secretário Renato Villela, de 500, 600 milhões, 25% os Municípios estarão perdendo. Neste momento em que todos os Estados estão com dificuldades, outros com dificuldades crônicas, Municípios com dificuldades absurdas, nós estamos querendo fazer uma redução da capacidade de receita desses entes federados.

No caso do Estado do Paraná, o levantamento que nós efetuamos é de que a cada 1% de redução no ICMS nós estaríamos perdendo R$4,3 milhões. Portanto, uma redução para 12 geraria uma perda de R$26 milhões ao ano.

Eu diria, Ana Carla, que é muito dinheiro. É muito dinheiro, tendo em vista as nossas necessidades, as dificuldades por que estamos passando e, principalmente, que 25% desses Municípios serão distribuídos pelos 399 Municípios do nosso Estado.

Então, o que teremos como resultado da adoção desse projeto de resolução do Senado? Os Estados e Municípios terão suas receitas reduzidas. E aqui, senhores, há um caso crônico, porque essa redução de receita vai inviabilizar vários projetos, vários programas de Estado voltados especificamente para a área social, nesse momento crônico, quando as famílias buscam mais serviços por saúde, mais serviços para educação, saem do setor privado e vão procurar esse resguardo no Estado, segurança pública, e os Estados e Municípios terão redução de receita.

A guerra fiscal vai continuar, portanto todos os problemas vão continuar. Os problemas de custo das companhias aéreas não serão totalmente resolvidos, pois se fundamentam em princípio de câmbio e demanda, e as famílias continuarão sem acesso a transporte aéreo em função do preço e pelo cancelamento das rotas dos voos. Então, os resultados serão esses a que nós iremos assistir.

Qual é a proposta que nós trazemos para a Mesa?

Se o Governo Federal quer realmente apoiar, resolver essa questão, e se o Senado Federal quer realmente atacar essa sugestão, esse problema, vamos regulamentar a Lei nº 13.097, que trata do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional Brasileira. Por quê? Essa lei estabelece, no seu art. 14, que traz todo o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional Brasileira, e traz, no seu art. 16, que o objetivo dessa lei é aumentar o acesso da população brasileira ao sistema de transporte aéreo brasileiro, integrar as comunidades isoladas e facilitar o acesso às regiões com potencial turístico, observado o disposto no art. 1º.

E para viabilizar esses objetivos, a que a União está autorizada? Ela está autorizada a conceder subvenção econômica, limitada à utilização de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil.

Nós verificamos o orçamento de 2016 e tem consignado, para o Fundo Nacional de Aviação Civil, R$3,8 bilhões, neste código de receita Recurso das Concessões e Permissões.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO INOCÊNCIO – Portanto, 30% poderiam ser direcionados. Poderia ser feito pela redução de tarifas, para cobrir os custos de tarifas, para pagamento de parte dos custos de até 60 passageiros transportados em voos diretos.

Então, o que é necessário para a implementação desta lei? Precisa ser concluída pela Secretaria de Aviação Civil. Verifica-se, portanto, que já existe instrumento local e dotação orçamentária para conceder essa subvenção econômica e viabilizar o voo regional.

Vou passar meio rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quais os resultados com isso? Impacto direto no faturamento das empresas com a implementação, com a regulamentação dessa lei; impacto positivo nas finanças do Estado e Municípios com o aumento da arrecadação do ICMS do consumo do QAV gerado pelas novas rotas; viabilidade do atendimento às famílias; desenvolvimento econômico gerado pelas novas rotas.

Concluímos, senhoras e senhores, de forma bem rápida, que não há conflito de interesse entre os Estados a ser resolvido no caso das alíquotas do QAV. O Senado não pode, por meio de resolução, fixar alíquotas máximas nas operações internas. A alíquota do ICMS do QAV deve ser tratada no contexto de reforma do ICMS, que poderia se dar através de redução das alíquotas interestaduais, convalidação, redução do quórum do Confaz para deliberar sobre o legado da guerra fiscal.

A aviação regional deve ser tratada no âmbito federativo com o instrumento legal que já contempla os requisitos necessários para a implantação do Programa de Desenvolvimento e atende as expectativas das companhias.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. Agradeço ao Sr. Francisco.

Nós passaremos, agora, aos Senadores e, na sequência, também, aos representantes das companhias aéreas, que poderão manifestar-se.

Eu só quero antes, também, anunciar a presença aqui do Sr. João Carlos Araújo de Oliveira, que representa, nesta oportunidade, o Secretário de Estado de Fazenda de Roraima. Ele é assessor da Secretaria de Fazenda e também está aqui conosco.

Pois não, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

Senadores colegas José Aníbal e Randolfe, nós tivemos aqui exposições com tempo, mais detalhadas, com mais substância, tanto dos representantes dos Estados como também dos outros nossos convidados, mas, talvez, por uma questão prática – eu estou em duas comissões também –, os representantes das companhias fariam algum complemento e nós, Senadores, falaríamos já no final. Vários colegas já vieram e saíram. Então, se fosse possível, porque assim ouviríamos ....

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se fosse possível em um prazo curtíssimo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Curtíssimo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – De maneira objetiva. Quem sabe um pequeno recado de cada um, obviamente, que não leve em conta...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eles estão aparentemente bem entrosados. Então, que um fale pelos outros.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso. Alguma coisa que possa complementar, que aí já completaríamos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu consulto, então, os senhores se gostariam de usar da palavra. Nós poderíamos dispor de cinco minutos, se todos quiserem falar, ou então agrega esse tempo para que um dos senhores fale.

O senhor quer falar?

O Sr. Basílio é Diretor de Assuntos Regulatórios da Latam.

O SR. BASÍLIO DIAS – Srª Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Aproveito para cumprimentar todos os componentes da Mesa, meus companheiros da aviação e todos os participantes desta audiência.

Eu queria só agregar algumas coisas ao que foi falado pelo nosso representante da associação. Eu não entrarei na questão do que foi colocado pelos Srs. Secretários de Fazenda, mas quero agregar o seguinte: o combustível é tão importante para nós hoje. A aviação, todos acompanham o cenário, o que temos passado. As empresas estão realmente numa situação muito difícil. Os nossos balanços são abertos. Tivemos, nos últimos 3 anos, uma perda de R$10 bilhões dentro de cenário das empresas aéreas e o combustível tem um significado muito importante nisso.

Foi colocado aqui pelo nosso representante do Governo, pelo Sr. Eduardo, sobre custo dentro da passagem aérea, mas é importante também, dentro do que foi colocado aqui, salientarmos o custo do combustível dentro de uma escolha de uma rota, dentro de uma escolha de uma nova base, que são os custos variáveis que as empresas aéreas têm para poder escolher um novo destino e uma nova rota.

Eu trouxe aqui o exemplo para os senhores: 54% do custo variável entra na escolha de um novo destino. O que quer dizer isso? Dentro dos 100%, para que possamos tomar uma decisão de negócio, de uma nova escolha, o combustível está com 54%. O que é que compõe o custo variável, por exemplo, de uma escolha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Só para os senhores terem uma ideia, tripulação, navegação aérea, manutenção, seguro de aeronaves, tudo isso está dentro do custo variável. Dentro do custo variável, o combustível equivale a 54% da nossa decisão.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Dá para você dar um exemplo disso aí? Porque para mim isso é absolutamente irreal: 54% é o custo do combustível para tomada de uma decisão.

O SR. BASÍLIO DIAS – Pois não, Senador. Eu trouxe esses números. Dentro da avaliação quando vamos escolher uma nova rota ou um novo destino, o combustível é muito importante. Esses 54% estão dentro desses custos variáveis que temos. Dentro desses custos variáveis que têm, lógico, custo de tripulação... O fixo, por exemplo, é o custo da aeronave. A aeronave está ali e não consideramos esse custo, ele é fixo. Agora, para que possamos escolher um destino, o combustível – não dentro da passagem...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, começa por aí. Não é dentro da passagem.

O SR. BASÍLIO DIAS – Não, não é dentro da passagem. Na passagem ele fica entre 38 a 40% do preço da passagem.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mesmo aí eu queria ver isso demonstrado. Não consigo ter sensibilidade para esse número. Acho que esse número está superdimensionado.

O SR. BASÍLIO DIAS – Eu entrego isso para o senhor...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Até porque, se em três anos vocês tiveram R$10 bilhões de prejuízo, não foi pelos 12% que vocês não conseguiram unificar na alíquota do ICMS. Foi pelo diagnóstico feito aqui pelos secretários. O Brasil está crescendo? O Brasil está decrescendo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Aníbal, só deixa ele terminar que vou abrir a palavra a V. Exª.

O SR. BASÍLIO DIAS – O problema não é só o combustível. O combustível é um fator que nós estamos colocando aqui bastante preponderante, é o que daria fôlego para hoje a indústria poder ainda continuar, porque os prejuízos são enormes. Então, estamos colocando o combustível como um dos fatores.

Se tivéssemos hoje essa redução de 12% para os Estados, isso não significa que teríamos umas empresas saudáveis. Não, não é isso que está se colocando aqui. O que estou dizendo é que o combustível tem vários fatores que implicam essa nossa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Basílio, o senhor poderia reiterar qual percentual que o combustível implica na tarifa, no preço da passagem?

O SR. BASÍLIO DIAS – Pois não, Senador. É o que já foi falado aqui: 38% a 40% que nós temos dentro da precificação da passagem aérea é o que o combustível significa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E disso, quanto seria da tributação?

O SR. BASÍLIO DIAS – Eu teria que fazer os cálculos. Não sei se o Eduardo está com eles. É porque o Eduardo já comentou ali, Senador.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Média nacional, 18%. Varia de 3% a 25%, dependendo do Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço.

O SR. BASÍLIO DIAS – Dezoito, dezenove. Depende.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Consulto o Sr. Tarcísio se quer fazer uso da palavra.

Também a Srª Patrizia.

O SR. TARCÍSIO GARGIONI – Eu agradeço a oportunidade, mas não tenho nada a acrescentar ao que já foi dito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Srª Patrizia. Sr. Alberto.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Não tenho muito a acrescentar. Eu agradeço a oportunidade e parabenizo todos os palestrantes. Foi tudo muito interessante, não é? E não é nosso propósito resolver o problema tributário nem dos Estados, nem do Brasil.

Uma peculiaridade que tem a aviação em relação a outros insumos de que se falou é que a aviação é uma atividade global. Ela não se restringe ao Brasil. As empresas brasileiras também voam para outros lugares. O que a gente pede é para estar o mais próximo possível do que se faz na aviação do mundo.

Eu, além de trabalhar na aviação, sou um cidadão brasileiro. É lógico que eu me preocupo com a situação de todos os Estados, de todos os brasileiros. Mas eu estou aqui representando uma empresa aérea. E o que eu posso dizer, como já foi dito aqui pelo meu colega, é que várias são as causas que nos levaram à crise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

financeira que as empresas estão vivendo. O combustível, que é, sim, 40% dos custos e hoje é 38%, é o que mexe mais o ponteiro.

Então, se a gente vir a história do Brasil, as empresas que foram nascendo e fechando, nascendo e fechando, é difícil imaginar que todos os gestores das empresas aéreas sejamos incompetentes. A gente deve imaginar que há alguma coisa que está acontecendo que não permite que as empresas aéreas se sustentem ao longo do tempo. As empresas nascem, vivem bem durante um tempo e, com o tempo, desaparecem. Eu mesmo sou oriundo da Varig. O que a gente quer é estudar o ambiente de negócio da aviação para ver o que a gente pode fazer.

O colega Francisco Inocêncio falou muito bem. Todos nós apoiamos o PDAR. Até nós falamos que são duas coisas diferentes. A primeira coisa que queremos é que as empresas aéreas subsistam. A segunda coisa é que, subsistindo elas, como é que fazemos para que outros Municípios também sejam atendidos pela aviação. Nós já tivemos 300, 350 Municípios atendidos. Hoje estamos com pouco acima de 100. Então, que definitivamente o custo de combustível afeta a saúde financeira das empresas não há a menor dúvida. E esse custo de combustível se compõe de duas grandes variáveis.

Uma é a precificação do combustível no Brasil. O mundo todo teve uma queda em torno de 50%. Nós sabemos que o barril do petróleo caiu de 120, hoje está em torno de 49. E os impostos que incidem sobre o combustível. No Brasil, nós não tivemos nenhuma vantagem na queda do preço do petróleo internacional, porque o combustível é precificado em dólar. O que caiu do preço do barril foi o que subiu o dólar. Então nós não tivemos nenhum benefício, ou tivemos benefício de 7%, 8%. O Eduardo está me corrigindo que subiu 1%.

O combustível de aviação tem uma peculiaridade. Diferente de todos os outros combustíveis usados no Brasil, é o único que tem uma regra fixa de correção do seu valor mês a mês. Qualquer outro combustível fica até um ano sem variar, o combustível de aviação tem uma regra que varia de 30 em 30 dias, diretamente em função do dólar.

Ouvimos com muito cuidado a explicação de todos os Secretários da Fazenda, todas elas muito competentes, mas, só do lado da aviação, realmente, acreditem que para nós o custo do combustível no nosso resultado... e é evidente que a situação econômica do Brasil foi o maior motivo pelo qual houve a redução de oferta, mas essa redução de oferta poderia ter sido menor se menor fossem os nossos custos. Então, a redução de oferta foi em função da queda do PIB, mas o tamanho da redução, evidentemente, é em função do custo. Se o custo fosse menor, nós temos certeza de que essa redução seria menor. Nós não temos a menor dúvida que menos voos seriam cancelados ou com menos frequência seriam cancelados se os nossos custos não fossem o que são agora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Sr. Alberto.

Já estamos com os Senadores inscritos. O Senador Randolfe havia pedido a palavra. Porém, antes, Senador Randolfe, vou conceder a palavra ao Senador José Aníbal, que é um dos autores do requerimento.

O Senador Jorge Viana já havia feito um pronunciamento. Depois nós passamos a ele novamente.

Então, Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vou começar tendo a mesma certeza do orador que me antecedeu de que, se o ICMS unificado do querosene para a aviação fosse de 12%, tenho certeza de que necessariamente não teria havido redução de tarifa.

Eu acho que em setores como esse, praticamente monopolizados, é muito difícil conseguir impactos em termos de tarifas quando você faz algum tipo de renúncia fiscal.

Eu queria dizer também que fiquei muito surpreso, mas entendo bem, porque Jorge Viana é do Acre, e eu nasci em Rondônia, ainda fui passageiro da Cruzeiro do Sul, na Panair...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O DC3.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O DC3, o melhor dos aviões. Eu entendo a motivação dele e do Senador Randolfe, que querem dinamizar a aviação nos seus Estados, querem que haja mais frequência, querem que haja custo melhor.

Eu sou escandalizado com o custo de tarifas no Brasil. Com quatro idas e voltas a São Paulo, eu estourei a minha cota de passagens no Senado: R$1.800, R$1.900, R$1.600 – uma perna!

E a minha filha, Senadora, veio de Londres outro dia – veio e voltou já – e pagou £440, na British, para vir e voltar. Isso dá R$4 mil. Duas pernas, praticamente, de São Paulo a Brasília e de Brasília a São Paulo.

Então, desde o início, eu achei que essa conversa, essa discussão, esse pleito não deveria estar aqui, no Senado. Isso poderia ser objeto de uma boa conversa no Confaz. O secretário do Paraná apresentou ideias, o Renato apresentou, a Ana Carla também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Essa é uma via de: "Ah, não; vamos reduzir; vamos diminuir, que vai resolver." Chegou-se a pensar nisso no caso de energia. São Paulo tem uma das menores alíquotas de energia e diferenciada – indústria, residência, enfim. Eu falei: "Olha, eu acho que isso não é um bom caminho, embora haja Estados que têm alíquota maior que São Paulo." Não vai resolver; não pensa num facilitário. O facilitário não resolve coisa nenhuma.

Então eu queria ponderar ao Senador Jorge Viana, ao Randolfe, enfim, aos Senadores aqui presentes, que essa matéria não fosse objeto de deliberação nossa, até porque não nos compete fazer; não é competência do Senado. Isso vai dar motivo a uma enxurrada de ações, de pedidos... Vai agravar mais ainda esse quadro caótico. E, por oposição a isso, é possível que se coloque, é possível que possamos colocar, Senador Jorge Viana, num bom caminho, uma conversa sobre o setor de aviação civil no Brasil, na linha, por exemplo, de propostas que foram sugeridas aqui pelo Paraná e outras que venhamos a sugerir, com o uso desse fundo, que possa favorecer.

De qualquer maneira, acho que o diagnóstico das empresas aéreas, externado aqui pelo Presidente da Abear, está errado. O que agravou o problema, o que tornou crítica a situação do setor é a recessão – a economia está vivendo um problema, uma crise grave. As alternativas foram encontradas pelas empresas. Eu conheço empresas que hoje só fazem conference call, não permitem viagem; é por telefone, claro. Aliás esse é um público que depois vai ser difícil recuperar, porque eles vão descobrir que conference call funciona direitinho e tal. Enfim, houve problema de toda natureza. Eu me preocupo; a aviação civil no Brasil é crucial.

Então vamos procurar um diagnóstico bem afinado, para que haja uma atenção especial do Governo nessa direção. Quando eu percebo que o ônibus volta a ficar mais competitivo – isso é meramente empírico – e converso com pessoas da população, que me dizem: "Não; vou a Bahia." Eu digo: "E aí vai de avião?" "Não, não, agora não dá; vou de carro." Ou vão de ônibus, porque o ônibus está mais em conta. Mas já chegou a haver situações em que as pessoas balançaram várias vezes e optaram pelo transporte aéreo, porque o preço era muito convidativo.

Então temos que voltar a isso. Eu acho que isso é uma questão de universalizar a possibilidade de as pessoas usarem o transporte aéreo em um país continental como o nosso.

Eu queria sugerir, Senador Jorge Viana, que pudéssemos trabalhar numa solução alternativa, que não abrisse um precedente – e eu tenho certeza de que abrirá, até pelo que foi dito aqui pelos secretários –, não abrisse um caminho que vá tumultuar mais ainda o procedimento com relação à questão tributária no Brasil.

Nós vimos ações de toda a natureza, e eu tenho certeza – vocês me desculpem –, de que não será essa unificação de alíquota para querosene de aviação civil que vai, ainda que expressivamente, não digo de forma muito expressiva, mas minimamente expressiva, promover um estímulo, uma reativação do setor de aviação civil e uma apropriação desse resultado pelos usuários.

Eu questiono muito isso que está aqui e quero sugerir que repensássemos, na próxima reunião da nossa Comissão ou quando formos tratar desse assunto para deliberar, que considerássemos a possibilidade de encontrar um outro procedimento para contribuir com minorar os efeitos da crise na aviação civil comercial.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Senador José Aníbal.

Com a palavra agora o Senador Randolfe Rodrigues, mas eu queria convidar o Senador Jorge Viana para assumir a Presidência por alguns minutos. Eu vou ter que me retirar e logo retorno.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se V. Exª me permitisse e o colega Randolfe, eu queria, antes de assumir, dois ou três minutos, só para fazer um esclarecimento aqui, só para deixar claro algo.

Eu estou trabalhando nesse tema há algum tempo, com o apoio da Consultoria do Senado, com o apoio do meu gabinete, com a ajuda do Senador Randolfe. É um tema que diz respeito a um importante interesse do cidadão brasileiro e do próprio País.

Eu só queria deixar claro que a nossa Constituição deixa bem clara a competência do Senado para tratar dessa matéria. É só isso que eu queria deixar claro, com todo o respeito ao colega, Senador Aníbal, que procura também cumprir o seu papel aqui, defender os interesses e pôr a sua opinião que tem que ser considerada e respeitada,

Na Constituição, no capítulo que trata da tributação, do orçamento, do sistema tributário nacional, vamos para a Seção IV. Art. 155 da Constituição: "Compete aos Estados e ao Distrito Federal [...]", a parte de tributação, "inciso II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. §2º Impostos previstos no inciso II atenderá o seguinte [...]". Aí eu vou para o inciso V do §2º, que diz: "é facultado ao Senado Federal: [...] letra b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, eu só queria dizer que esse é um dos assuntos que, mesmo tratando de tributação, é uma prerrogativa explicitamente colocada na Constituição, do Senado Federal. É óbvio que ele gera conflito.

Estamos aqui fazendo uma boa audiência, mas eu acredito – e espero, sinceramente – que o Senado possa deliberar sobre essa matéria aqui, na Comissão, porque nós já estamos postergando há muito tempo, e aí temos que, quando não há entendimento, ir para o voto.

Peço que seja na próxima terça-feira, inclusive aqui na Comissão, porque abrimos mão de apreciar este projeto de resolução já em outras sessões que estavam marcadas, para, considerando a inciativa do Senador José Aníbal, que eu até subscrevi, da Senadora Marta e outros Senadores, fazermos esta audiência.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Viana, só uma frase, Presidente: "Para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados". Aqui não há conflito entre interesses e Estados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, aqui não há.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a alíquota, mas o Senado pode afixar um teto.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não há um conflito manifesto entre os Estados.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Claro que há.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não há. O que há é uma vontade manifesta de um setor da economia, interpretada...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador, com todo o respeito, há e põe em risco o contribuinte. Há aviões abastecendo num Estado, indo para o outro. Varia de 3 a 25%.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois é. Vamos fazer o seguinte: CCJ.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A interpretação é controversa.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tem que ir para a CCJ. Como não, Senador? Como não?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Randolfe Rodrigues

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu não vou permitir uma votação que não tem procedência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

Quero agradecer a V. Exª, aos expositores aqui presentes, ao Eduardo, representando a Associação Brasileira de Empresa e Transportes Aéreos, às empresas aqui presentes.

Antes de o Senador Jorge Viana assumir a Presidência desta Comissão, eu tinha certeza de que nenhum – não posso afirmar mais isso, porque o Jorge aí está – dos membros da Mesa já conheceu, já fez um deslocamento para o Amapá, para o Acre ou para Roraima.

Como o Jorge está aí, é inócua esta minha unanimidade que queria destacar. Digo isso porque, às vezes, nós não reconhecemos a dimensão de um País que é a quarta geografia do Planeta. E em um País que é a quarta geografia do Planeta, Senador José Aníbal – rondoniense que é, sabe o que significa a nossa Região Amazônica, representa 2/3 do território nacional, divididos por rios e florestas – que o transporte aéreo não é um bem de luxo, é uma necessidade básica.

Digo isso do meu lugar, inclusive. No Amapá – o Senador Jorge conhece muito bem – não tem chance de outro deslocamento que não seja por transporte aéreo, não há chance mesmo. No Acre, ainda há a Rio Branco-Porto Velho, a Porto Velho-Cuiabá. Mas, no Amapá, a situação é que não há chance, não há possibilidade. Esse deslocamento é impossível. É separado pelo Rio Amazonas, pelo Rio Jari, pela Floresta do Parque Nacional de Tumucumaque, e fronteira mais próxima para nós é a Guiana Francesa, que existe lá uma ponte há cinco anos não inaugurada.

Então, é a realidade de um País que é a quarta geografia do Planeta, e tem essas realidades. Essa geografia do Planeta impõe algumas consequências. Eu vir para Brasília toda semana é mais caro do que uma viagem para Miami – meu deslocamento do Amapá para cá. Para mim, isso é tranquilo porque, inclusive, é meu ofício. Imagine para os cidadãos que lá vivem.

Então, quero abrir o diálogo a partir desta perspectiva, da perspectiva de 12 milhões de brasileiros que vivem na Região Amazônica. A outra questão é que me parece que há um debate enviesado sobre a questão do setor da aviação civil.

Na semana passada e esta semana, tentou-se aprovar aqui uma medida provisória em que eram transferidos 100% de empresas de capital estrangeiro entrarem no mercado nacional de aviação civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Tenho um gráfico aqui – acho difícil visualizá-lo, mas posso deixá-lo à disposição –, dizendo que a querosene de aviação mais cara do mundo, o custo de querosene de aviação mais caro do mundo, é a do Brasil. Custo de aviação mais caro do mundo; cinco vezes mais do que o dos Estados Unidos.

Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, mas é o custo de querosene da aviação, cujo debate estamos pautando.

Só quero trazer esse dado do custo de querosene aqui no Brasil, não adentrando no mérito. É bem verdade que, quando a devida permissão, data venia do Senador Anibal, o custo é formado pelos tributos que o compõem e pela oferta e procura no mercado. É isso que estabelece o preço; que estabelece a tarifa.

Ocorre o seguinte: não vou adentrar-me nos detalhes, não vamos aprofundar aqui um debate sobre a carga brasileira, é uma das maiores do mundo, mas a realidade é que, hoje, o custo do querosene de aviação aqui é cinco vezes maior do que o de outras das maiores geografias do Planeta, que são os Estados Unidos. Então, essa é a primeira questão.

A segunda questão foi apresentada aqui pelo Senador Jorge Viana. Trata-se do art. 155, inciso V, alínea "b", da Constituição. Sem necessitar de uma nova repetição do dispositivo constitucional, o que busca a alínea "b", inciso V, art. 155, da Constituição? Busca resolver conflitos federativos sobre a alíquota maior e a menor de ICMS entre as Unidades da Federação.

Esse é o objetivo. É por isto que o legislador Constituinte colocou esse dispositivo no texto da nossa Constituição: resolver conflito, pois me parece que, no debate, surgiu uma questão semântica sobre o que seria o conflito. Ou seja, é dito que não há conflito. Então, não se encaixaria aqui o mérito da resolução dessa questão por este projeto de resolução. Entretanto, foi dito – e houve um reconhecimento – que há uma "guerra fiscal".

Ora, temos 11 Estados, praticando a alíquota de 25%; seis, praticando a alíquota de 18% sobre o querosene de aviação; quatro, praticando a alíquota de 17%; um, inclusive o Estado da querida Secretária Ana Carla Abrão, o de Goiás, praticando a alíquota de 15%; outro, o de Tocantins, pratica a alíquota de 14%; um, praticando a alíquota de 13% – o Rio de Janeiro; e três, praticando a alíquota de 12% – Distrito Federal, Roraima e Rio Grande do Norte.

Temos uma situação no Confaz. Talvez, por isso, tenha surgido a ideia do projeto de resolução. O Confaz tem um dispositivo – a Srª e os Srs. Secretários sabem disso – em que não há resolução se não houver a unanimidade; a unanimidade do Confaz ainda é um dispositivo em vigência.

Parece-me que não há o estabelecimento de um convênio, por unanimidade, pelo menos desde os anos de 1980, ou seja, delegar, abrir, dizendo que este debate vai ser solucionado pelo Confaz, à luz da realidade dos números, da realidade colocada concretamente, é dizermos, então, que vamos permanecer num impasse já estabelecido.

Daqui a pouco, o Amapá reduz para 11 ou 10%, porque o impacto é menor. Se outro Estado continua a dar sequência na redução, vamos continuar com um impasse. Ora, parece-me claramente que há uma questão semântica. Há um conflito federativo claro sobre a questão das alíquotas.

Por fim, parece-me que, do ponto de vista do Dr. Eduardo, representante das empresas aéreas aqui presentes, é importante, é fundamental – quero aqui dar um outro aspecto e já indago ao Dr. Eduardo da Mesa – ficar claro qual seria a contrapartida por parte das empresas e do setor, em decorrência da redução. Ou seja, o que isso concretamente vai representar?

A ideia desse projeto, obviamente, veio a partir de um reconhecimento da crise que vive um dos mais importantes setores da economia nacional. Não se trata de um setor qualquer. Temos o terceiro mercado de aviação civil do Planeta. Esse mercado cresceu no último período e, no último ano, decaiu.

Tivemos milhares de brasileiros, que nunca tiveram o prazer e a possibilidade... Não tiveram obviamente o privilégio do Senador José Anibal de voar pela Panair.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Na Cruzeiro do Sul, então.

Não tiveram esse privilégio, mas milhares de brasileiros, nos últimos anos, tiveram o privilégio de poder voltar a voar.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Na FAB, mas era menos confortável, obviamente, do que a Cruzeiro do Sul e a Panair. (Risos.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, não tiveram esse privilégio, mas milhares de brasileiros tiveram essa possibilidade, esse acesso, nos últimos anos. No último ano, devido à crise do setor, eles tiveram esse direito, essa possibilidade, retirada.

A questão a ser colocada é a seguinte: Como garantiremos – e aí é uma questão de serviço – a esses brasileiros, que ascenderam à possibilidade do mercado da aviação civil, possibilitando que nos tornássemos o terceiro mercado de aviação civil do Planeta, esse direito? Essa é a primeira questão a ser colocada.

Como esse setor, fundamental para a economia nacional – e defendo a continuidade de um controle maior por parte de empresas do mercado nacional brasileiro – pode minimizar os aspectos fundamentais de sua crise?

Por fim, e não menos importante, como isso pode ter repercussão na redução de tarifa, para que não tenhamos o disparate, por exemplo, de sair da Porto Velho do Senador José Anibal para São Paulo, pagando uma passagem mais cara do que a de Brasília para Miami, ou de Brasília para Paris, ou de Brasília para Lisboa, pois esta é a realidade hoje colocada.

Acho que essa questão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Como todo o prazer e toda a honra, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na condição de autor, quando V. Exª se moveu na direção de colocar de pé esse importante debate, qual a expectativa que podemos dar aos nossos usuários deste Brasil profundo e complexo, onde a aviação civil, assim como em outras regiões, é uma necessidade? Que tipo de sinalização concreta podemos para esse usuário do Amapá, do Acre, do Amazonas e assim por diante de que essa decisão se traduzirá numa melhoria efetiva dessas distorções amorais, ou imorais, que enfrentamos aqui no Brasil?

Fui convidado para participar de uma conferência no Japão e fui ver o preço da passagem por uma companhia chamada Etihad que é concorrente da Emirates entre Dubai e Abu Dhabi. Está custando US$3.600 uma passagem daqui para o Japão, ida e volta, de executiva. E, quando se compara isso com os preços que o Senador José Aníbal e Jorge Viana falaram, é uma coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Ricardo, nem precisamos ir tão longe no Amapá ou em Roraima. E, de Brasília a sua querida Vitória, o senhor, às vezes, deve pagar preços abismais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A pergunta é assim: como estamos aqui fazendo um debate que só tem um sentido que é o de favorecer o usuário, qual a resposta objetiva e concreta que nós poderemos dar para esse sofrido usuário que tem que se submeter a essa regra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A intenção do projeto, a partir do diálogo – e eu reitero que é também a intenção do Senado Jorge Viana na relatoria –, é ter duas consequências diretas e imediatas. E só há sentido este debate por conta dessas consequências, aqui antecipo. Uma é a redução das tarifas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas está garantido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois então.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quem vai dar essa garantia?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

Um: redução de tarifas; dois: ampliação da malha aérea. É por isso que eu remeto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A Abear garante essa redução das tarifas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É por isso que eu remeto a pergunta a Abear...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Em que proporção e qual é o compromisso formal da entidade de redução das tarifas para beneficiar o usuário?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Ricardo Ferraço, permita-me, antes de ouvir o...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acabei fazendo um aparte aqui e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. Corroborou no mesmo sentido, na mesma intenção da exposição que estava fazendo. A pergunta de V. Exª é mais que pertinente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A intenção nossa na autoria do projeto... Inclusive, a primeira redação da matéria pressuponha uma espécie de paralelo ao plano nacional de aviação regional, que foi suscitado aqui, se não me engano, por Francisco, Coordenador de Assuntos Econômicos da Secretaria de Fazenda do Estado, e, de fato, não foi aplicado. E ele não foi aplicado por conta também da crise econômica – é isso que o Governo alega para a não aplicação do plano nacional de aviação regional. Então, a formulação primeira do projeto, o primeiro texto do projeto tinha claramente critérios de vinculação. A partir de outros diálogos com o Dr. Eduardo e do amadurecimento do diálogo também com o Senador Jorge Viana, na relatoria, fizemos uma redação mais simples, mas sem ter as contrapartidas de uma espécie de plano nacional de aviação regional. Portanto, ao mesmo tempo que considero as questões relativas à competência do Senado em legislar sobre isso, também faço minhas as considerações de V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, sobre como ficariam claras as contrapartidas que são, me parece aqui, o tema que, inclusive, une todos. Até os que contestam a matéria, estabelecem que há um consenso de uma necessidade em relação à ampliação da malha aérea e à redução da tarifa. É a pergunta que também provoco.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou inscrito, não é? Ao final?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que, como estamos aqui num debate que tenta aclarar uma série de pontos, podíamos ouvir rapidamente o Presidente da Abear, o Sr. Eduardo, já no questionamento. Em seguida, o Senador Ricardo Ferraço fará uso da palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu agradeço, Presidente.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Para ser bem objetivo aqui, primeiro, eu acho que devo colocar uma questão em relação aos dois comentários do Secretário Villela.

A carga tributária do setor é de precisos 35% – isso é um dado Fipe. Se houve algum equívoco na formulação, quero assumi-lo eu publicamente, porque fechei a apresentação ontem às 10h15 da noite, sozinho.

Então, pode ser que eu tenha cometido um erro. É importante deixar o número claro, para que, amanhã, na reunião do Confaz, ninguém use o número de forma equivocada. Inclusive, nós tivemos o cuidado de, recentemente, pedir à Fipe que fizesse uma pesquisa para ver se esse número estava correto. Então, é de 35% precisos.

Segundo, Secretário, eu também quero aqui externar meus respeitos, porque não há absolutamente de nossa parte nenhum questionamento nem à correção e à seriedade da política tributária conduzida pelo Estado, muito menos aos resultados que o senhor constrói. De forma nenhuma, até porque eu sou paulista também. Então, eu quero deixar isso claro. Eu não quero fazer comentários sobre os outros, mas sei da luta que cada um leva. Apenas não conheço o caso em detalhes, mas, por viver em São Paulo, eu quero separar essas coisas, para que não haja nenhum tipo de contaminação do debate com outras coisas.

As duas questões centrais que eu queria colocar são o seguinte. Senador Aníbal, nós temos o diagnóstico igual...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A questão é só em relação ao questionamento feito pelo Senador Randolfe.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Eu vou chegar lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas V. Sª vai ter a palavra depois para responder tudo – e para me responder, inclusive.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agora, era só no aspecto...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Da contrapartida?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, do compromisso efetivo com o usuário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Depois, eu passarei a palavra para...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Vai haver nova...?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Perdão. Eu errei no protocolo aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não. Pois não.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Peço perdão a todos.

Bem objetivamente, a nossa conta em relação a voos é que esse processo pode gerar, na medida em que ele se complete – claro, dependendo das circunstâncias em que ele se complete em cada Estado –, de 50 a 70 novos voos diários, saindo das Regiões Sul e Sudeste rumo a Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Aproximadamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mesmo nesta economia recessiva?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Sim. Nós entendemos que sim, porque isso não vai acontecer agora também. Nós imaginamos que um processo de redução de ICMS, até pelas questões tributárias, se verifique, de fato, no melhor cenário, a partir de janeiro ou fevereiro do próximo ano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São 50 a 60 voos...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – São 50 a 70 por dia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São novos voos por dia. Para que regiões do País?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – De baixo para cima.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sim, mas, de baixo para cima, é tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Do Sul para o Norte.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Isso significa o seguinte: saindo basicamente do Sul e Sudeste, saindo de São Paulo para baixo, em direção a todos os Estados daí para cima. Majoritariamente, a Região Amazônica, a Região Nordeste e, depois, região do Brasil Central.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, o benefício não é redução de tarifa. O benefício é...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Espere um pouco. Essa é a primeira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, ele citou um...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – O senhor me fez duas perguntas, eu respondi a primeira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ah, pois não.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – A segunda questão. Eu fiz a apresentação, quando eu abri, logo no começo, mostrando que, nos últimos 12 anos, a política de liberdade tarifária gerou uma queda da tarifa média. Antes da liberdade tarifária, quando o preço era fixado pelo aparato de Estado, nós tínhamos uma tarifa média de R$620,00 – aproximadamente R$616,00 – e um volume de aproximadamente 30 milhões de passageiros voando ano. Hoje, a nossa tarifa média é R$289,00.

Então, a liberdade tarifária, com a diminuição de regulamentos, provou, na história, que as tarifas... Esse é um setor que põe todo o portfólio à venda com quase um ano de antecedência – hoje, se entrarem na internet, verão que há mais ou menos 70 milhões de passagens à venda, são as passagens até esta data aqui no ano que vem, 360 dias. Nós entendemos que, colocando isso, a tendência é de queda de preço que se verifica, porque esse é um setor que, majoritariamente, transfere seus ganhos de produtividade ao passageiro. O que eu não posso fazer aqui – eu não posso, porque eu não posso ser leviano nem com o Senado nem com a lei – é dizer ao senhor aqui o seguinte vai cair o preço em 2%, 3%, 5%. Por quê?

Por uma questão de compliance de legalidade. Como são quatro modelos de negócio e quatro empresas, eu não posso dizer aqui: olha vai cair R$1, 2, 5 ou 8.

Você tem duas saídas, é um pouco entender que a história é assim, entender que os dados públicos mostram isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Perfeito.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Ou talvez cada empresa se pronunciar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Eu tenho dificuldades de citar esse valor por uma questão de legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

Agradeço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Jorge, só me permita, para acrescentar em relação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... ao que o Dr. Eduardo aqui apresenta.

V. Sª está destacando que é possível haver alguma posição em relação à redução de tarifa por empresa devido aos princípios que regem o setor. Eu pergunto: na condição de Presidente da Abear, é possível fazer um levantamento diante das empresas, para que indique qual seria a repercussão na tarifa de cada uma das empresas?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Não sei. Não creio, Senador. Esse assunto é muito complicado.

Essas tarifas... No mesmo voo, você chega a ter 30, 35 tarifas. E eu repito há uma questão de legalidade para entrar na discussão sobre preço de passagem aérea. Eu creio que poderíamos aqui criar alguns constrangimentos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – ... se entrássemos nesse debate. Não gostaria de entrar.

Tudo que posso dizer claramente eu estou citando aqui com números e com fatos, com muita responsabilidade. Naquilo de que eu não tenho certeza, não gostaria de entrar para não gerar nenhum tipo de mal-entendido desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas acho que o esclarecimento de certa forma foi feito.

Passo a palavra Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, acho que estamos aqui debatendo inegavelmente um dos mais importantes setores e arranjos estratégicos do nosso País, pela dimensão continental ou por quaisquer das variáveis.

Mas, antes de fazer aqui uma abordagem mais ampla, quero dizer o seguinte: de 2002 a 2015, com essas alíquotas de ICMS, as tarifas reduziram-se em 53%. Os dados da Abear indicam que, independentemente da redução das tarifas, tivemos uma redução de 53% das tarifas, por conta da competição. É disto que se trata, a competição é saudável e ela tem sido importante.

E nenhum de nós deve negar que o setor passa por um momento dramático – dramático! Tecnicamente as empresas estão vivendo dificuldades muito graves. Agora, começo aqui pela controvérsia em relação ao art. 155 da Constituição Federal, se temos ou não temos essa prerrogativa. Nem tudo o que eu posso eu devo – nem tudo o que eu posso eu devo!

O Senado pode e já fez isso. Não é a primeira vez que o Senado se estrutura em torno de grupos ou de maiorias eventuais para provar determinado tipo de matéria. Então, acho que deveríamos sinceramente ouvir mais o Confaz, valorizar mais o papel do Confaz nessa questão.

Eu pessoalmente não estou convencido de que esta matéria, Senador Jorge Viana, atenderá aos nobres objetivos que V. Exª está defendendo, o Senador Randolfe e tantos outros colegas aqui do Senado, até porque nós votamos, ano passado, o Plano Nacional do Desenvolvimento da Aviação Regional, e dentro do Plano está o Fundo Nacional da Aviação, que foi votado, que foi amplamente debatido aqui no Senado, não apenas na Comissão de Assuntos Econômicos, mas também na Comissão de Infraestrutura. E consta do Fundo Nacional, que seria financiado pelas concessões e outras coisas mais, a criação desse fundo que, salvo melhor juízo, tem um saldo de R$4 bilhões. Nesse fundo está o subsídio para que pudéssemos atender às regiões do nosso chamado Brasil profundo, a Amazônia Legal e assim por diante.

Mas nós temos que ter muito cuidado, porque esse não é o único arranjo que sofre um problema de deformação grave no Brasil. Eu fico com receio de que estejamos escolhendo um arranjo em detrimento de tantos outros. Na prática, estamos praticando aqui desoneração fiscal. É disso que se trata. O Governo que está afastado banalizou muito, nos últimos anos, a política de desoneração fiscal. O Governo passado subtraiu recursos do Fundo de Participação de Estados e Municípios quando desonerou o IPI. Ao fazer isso, ele concentrou as regiões que são produtoras do segmento automotivo, em detrimento das receitas dos Estados nacionais. Eu fico muito preocupado porque, quando elegemos um setor, diante de tantos outros que sofrem, que padecem dessa desinformação, é como se estivéssemos querendo que o rabo balançasse o cachorro, e não o contrário.

Eu tenho muitas dúvidas se o que estamos pretendendo aqui vai alcançar os nossos objetivos, porque na prática a crise vivida pela aviação brasileira é produto da desorganização que o nosso País viveu nos últimos anos. Nós estamos mergulhados na maior recessão da nossa história, desde a série histórica no princípio do século XX. Não há referência, na nossa história, de recessão tão profunda e tão complexa, por anos seguidos, uma recessão contratada em 2017, uma recessão em curso em 2016, crescimento zero. É disso que se trata. Nós podemos estar fazendo um debate aqui que não produzirá os resultados.

A manifestação honesta, correta e transparente do Dr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Abear, é uma coisa muito correta. Então, nós vamos subtrair recursos de alguns Estados, vamos transferir esses recursos para o arranjo econômico, e esses recursos não se traduzirão em benefício para o usuário? Eu vou retirar recurso de Goiás, vou retirar recurso de São Paulo, vou retirar recurso do Espírito Santo? E é um recurso que não está sobrando, até porque essa pauta que os Estados estão fazendo com a União não é a minha pauta, não é a pauta do meu Estado.

O meu Estado fez, sob a coordenação do Governador Paulo Hartung, um duro ajuste fiscal, duríssimo ajuste fiscal, e nós estamos com as nossas contas em dia, mas não está sobrando dinheiro, e esse projeto tira R$30 milhões do caixa do meu Estado, recurso que vai faltar para a educação, para a saúde, para a segurança pública. É evidente que estamos aqui para trabalhar o conjunto dos problemas do nosso País, mas estamos aqui também para defender os nossos Estados. Eu não posso deixar de ser solidário com o Amapá, não posso deixar de ser solidário com a realidade do Acre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu preciso ser solidário, mas qual é o caminho para eu exercer essa solidariedade federativa? Esse caminho que estamos encontrando aqui é o melhor? É o caminho que vai favorecer os nobres interesses do meu querido e estimado amigo Senador Randolfe, porque sei o que está no íntimo da sua proposição: resolver o problema dos voos e das tarifas. Isso será resolvido? Ou vou apenas subtrair recurso do Estado brasileiro e transferir para o setor econômico, que passa por dificuldades?

Na minha opinião, é de um oportunismo sem precedentes a posição do Governo de querer apoiar essa proposta, como se estivesse fazendo piquenique na sombra alheia. Fazer piquenique na sombra alheia significa fazer piquenique na desidratação de recursos para Estados brasileiros. Ou nós enfrentamos o conjunto dos problemas tributários e fiscais brasileiros ou não. Isso aqui é uma forma de colocarmos – perdoem-me – debaixo do tapete o nosso problema. Estamos separando um dos arranjos econômicos mais estratégicos, na ilusão de que vamos resolver o nosso problema, e não vamos resolver nem o nosso e nem o deles. É soma zero.

Sinceramente, acho que deveríamos – em que pese a legitimidade de os Senadores quererem votar isso na próxima terça-feira; não discuto aqui a legitimidade – dar tempo ao Confaz para que ele pudesse debater isso no conjunto dos problemas fiscais e tributários brasileiros. Acho que é uma forma respeitosa com os nossos Estados.

A República brasileira foi muito sábia quando colocou aqui no Senado os Estados com o mesmo tamanho. Aqui o Amapá tem o mesmo tamanho do poderoso São Paulo. O Acre, o Espírito Santo, aqui cada um tem três. Para quê? Para criar esse equilíbrio, para criar essa construção, que não é fácil.

Mas, sinceramente, saio deste importante debate com muitas dúvidas e muitas incertezas de se estamos trilhando o caminho certo. Fico com a impressão de que não vamos resolver os nossos problemas e que vamos desidratar recursos de Estados brasileiros, inclusive o meu, em que não está sobrando dinheiro; não está faltando, mas não está sobrando. Está dando a conta ali. Cada dia com sua agonia, mas à base de um ajuste fiscal brutal.

Encerro aqui as minhas palavras, achando que deveríamos discutir mais. É a minha modesta opinião. Mas, se não for o caso, vamos, na terça-feira, fazer aqui o bom debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

Estou substituindo a Presidente da Comissão, a Senadora Gleisi, e os únicos membros titulares da Comissão somos eu e o Senador Ferraço. Não sei se V. Exª presidiria para que eu pudesse fazer também uma intervenção...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Fico absolutamente à vontade com V. Exª fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Daqui mesmo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... daí mesmo, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Concedido, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço. Isso também é possível.

Então, aqui, na condição de mais um colega...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente, Relator... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... deixo de lado a Presidência, mesmo que temporária.

Eu ia fazer uma justificativa ao Senador José Aníbal, e o faço na sua ausência, que está completamente amparada também no Regimento Interno do Senado a prerrogativa desta Comissão, e tão somente desta Comissão, deliberar sobre esta matéria. O Regimento é explícito: "Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos deliberar sobre esse tema de que estamos tratando.

Então, tanto está no art. 155 da Constituição, bem detalhado, como também está aqui. Então, não há necessidade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas nem sempre tudo que eu posso eu devo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois é, mas, nesse caso, temos uma divergência na parte do "devo", temos uma convergência no que "podemos". Então, podemos e achamos que devemos.

É nesse aspecto que eu queria me prender e fazer aqui um contraponto, respeitosamente, ao que o Senador Ferraço colocou, e me apegando a algumas afirmações dele. Ele, com muita competência e propriedade, estabeleceu a importância desse setor para o País – para o País, não estou falando para o cidadão brasileiro só. É um setor estratégico. Não há como um país continental como o nosso se desenvolver se ele não encaminhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

adequadamente uma política para o setor do transporte aéreo. Não há hipótese. É um país continental, com 200 milhões de habitantes. Vamos aqui, entra ano, sai ano, já estou aqui há seis anos, e a discussão é a mesma. Não é que seja mais barato ir para Miami, ou voltar de Miami, é que constantemente eu entro, compro passagens antecipadas, alterei as regras do Senado do ressarcimento das compras de passagem para Senadores, para que pudéssemos melhor administrar o dinheiro público, que nos leva para os Estados toda semana. Agora podemos comprar passagem antecipadamente, dois, três, quatro meses, pedir o ressarcimento e depois provar que voamos. Antes não podíamos. Isso era uma questão que fazia com que as mais caras passagens do País fossem compradas com dinheiro público no Senado Federal.

Voltando à questão estratégica, também para o cidadão brasileiro é garantia constitucional o direito de ir e vir, num País que não tem... São três dias de viagem de carro, de ônibus do meu Estado até aqui. É por isso que estou falando da parte da convergência que temos.

Estou apenas reforçando os argumentos que V. Exª usou e a importância: não há como um Estado como o Acre, Amapá, Roraima e qualquer um outro do Nordeste se desenvolver se cercearmos o transporte aéreo. Então, não temos aviação regional, e a aviação que não é regional, é interestadual, está em situação absolutamente precária. A Gol teve um prejuízo de quase cinco bilhões. A Gol, uma companhia que veio, trouxe um alento, é uma companhia de baixo custo, de certa forma, e que já está colapsada no cenário econômico nosso.

Os argumentos foram colocados aqui. Primeiro, ao longo do tempo, se houve essa queda do preço do combustível, houve um crescimento enorme do usuário, e colegas, como o Ferraço, têm uma competência muito grande para colocar questões como essa, de que houve desoneração.

Eu sempre defendi, Senador Ferraço, como V. Exª, que, no caso de desoneração de Estados e Municípios – fui Prefeito, fui Governador, V. Exª foi Vice-Governador – deveríamos ter uma responsabilidade compartilhada, mas foi este Congresso, e não o Governo, que multiplicou essa desoneração. Foi com o aval da Câmara e do Senado, inclusive com os contrabandos que fizeram, que agora estão se esclarecendo, a custo caro, e cobrança de pedágio, para eventuais relatores ou proponentes. Chegou-se, no ano de 2014, a mais de cento e dez bilhões de reais de desoneração, que fazem muita falta hoje, sem maiores reflexos na vida dos brasileiros. Então, nisso também temos razão.

Mas o problema é que, aí, eu divirjo complemente de querer passar para o Confaz ou querer ampliar mais ainda esta discussão, porque, Senador Ferraço, na minha apreciação, no trabalho que fiz, eu queria só ressaltar, o argumento que usei para estabelecer o teto de 12% foi a realidade praticada já hoje no País.

Grande parte dos Estados, como aqui foi dito, 17 dos 27 Estados já praticam alíquotas que variam abaixo de 12%. Eu poderia citá-los; estão aqui todos eles: Pará, Minas Gerais, Ceará...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nas contas da Abear, apenas três Estados praticam.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, não; veja só: são 17 Estados que praticam.

O Estado de Goiás, mesmo, que tem uma alíquota... Ontem, eu conversava com a Secretária e respeitosamente... Estou citando porque é questão pública, e não para fazer qualquer uso. Eles têm o teto de 15%, mas praticam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A senhora vai poder colocar.

Eles têm o teto de 15%, mas praticam também uma alíquota muito abaixo dos 12%, em determinadas circunstâncias, dentro do Estado, para as companhias que estão aqui. O meu Estado também vai de 25% a 7% para um voo até Cruzeiro do Sul.

Então, nós já temos uma verdadeira guerra fiscal em curso. E o Confaz fez o que neste período? Absolutamente nada! E sabe quem está pagando esta conta? O contribuinte, porque as companhias aéreas estão nesta situação que se encontram. E qual é a solução para elas? Tirar voos. Nós tínhamos mais de 300 cidades com a presença dessas companhias e, agora, temos pouco mais de 100. Isto é muito grave!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas a minha preocupação é exatamente esta: saber se essa redução vai representar a reposição desses voos. Esta é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Algo tem que ser feito. Agora, ficou claro aqui: as companhias aéreas têm possibilidade de parar de retirar voos de Municípios e começar a ampliar, vamos supor, em médio prazo, em até mais de 50 voos diários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu faço este ponto porque eu fui prefeito e fui governador. Quando eu assumi a Prefeitura, o que eu fiz? Fiz uma redução no IPTU para arrecadar mais. Eu reduzi o IPTU para arrecadar mais, e assim funcionou. Quando eu fui Governador, eu reduzi a alíquota de ICMS, e não foi para arrecadar menos, foi para arrecadar mais.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós, que já tivemos 120 milhões de passageiros transportados por ano, estamos chegando perto de 100 agora, com infraestrutura maior nos aeroportos, com melhoria dos aeroportos, graças ao governo do Presidente Lula e ao primeiro mandato do governo da Presidente Dilma...

Agora, nós estamos vivendo uma crise econômica – é verdade –, mas, olha, nós podemos ter, sim, mesmo numa crise econômica como esta... Porque, aí, volto a dizer, é estratégico, para que a gente saia da crise, que alguma coisa volte a funcionar. O setor de transporte aéreo pode, sim, ter ampliado o número de passageiros, porque dificilmente nós teríamos 50 voos a mais sem passageiros. As companhias podem ter um aumento de receita, e nós podemos ter um aumento de ganho no ICMS recolhido.

É óbvio que se faz uma conta de perda de 30 milhões para o Espírito Santo, mas em termos. Se nós tivermos um aumento do número de voos e um aumento do número de passageiros, nós não vamos ter essa perda. Essa conta eu também queria saber de quanto ela é, porque nós estamos falando de aumento do número de passageiros, por ano, de novo, Senador. A perda de 30 deixa de ser de 30 se nós aumentarmos em 20 milhões o número de passageiros que já tivemos voando e até mais do que isso, porque o nosso potencial passa muito dos 120 milhões de passageiros.

Essa é uma questão central. Por isso é que eu acho que o Ministro Eliseu Padilha, quando fez a defesa ... Ele foi Ministro da Aviação Civil no governo da Presidente Dilma; ele conhece o assunto. Nós estivemos reunidos com ele, que foi Ministro dos Transporte. Ele conhece a situação das empresas, do mercado e do custo desse mercado.

Então, eu, particularmente, não tenho nenhuma dúvida de que uma redução para 12% de teto na cobrança do ICMS vai fazer com que imediatamente ... Vamos fazer uma conta, não de 70 voos a mais por dia, mas de 50 voos a mais por dia. Vamos multiplicar por 30 ou por 365 dias e vamos ver quantos milhares de voos e quantos milhões de passageiros teremos de volta e quanto os Estados vão ter de ganho a mais no ICMS.

A lógica não é aumentar o ICMS para arrecadar mais, não. Nunca foi isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas V. Exª coloca isso como certeza, e a entidade, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não. Eu ponho como...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ele coloca como possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não; ele colocou como...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Possibilidade, no plano real das coisas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, não. Veja bem: vamos entender isso aqui. Ele colocou uma possibilidade muito objetiva e concreta de um aumento de 50 a 70 voos por dia com essa medida e que deverá ter impacto, sim, negativo na tarifa, mas nisso ele não poderia entrar por conta do que se pratica empresa, empresa.

Então, temos duas respostas objetivas: uma, haverá impacto negativo nas tarifas, sim, sem que a gente possa determinar o percentual; e um impacto na oferta de voos.

Senador Ricardo Ferraço, nós não temos o direito de tirar o transporte aéreo de 150 Municípios num País como o nosso!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não estou falando isso. V. Exª não pode botar na minha boca coisa que eu não falei, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu não estou pondo. Não é a minha intenção, porque estamos de acordo nisso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estamos de acordo. V. Exª, inclusive, está preocupado com isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas é muito. Nós estamos reduzindo para menos da metade as cidades brasileiras servidas por transporte aéreo. Se nós adotarmos medidas como essa, em vez de termos 300, podemos ter 400 cidades. E isso faz com que a economia volte a funcionar. Transporte aéreo significa bons negócios acontecendo. V. Exª pactua e participa disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, eu queria concluir dizendo que, particularmente, acho que o impasse colocado e o conflito colocado nos levam à deliberação. Já debatemos esse assunto há anos, há anos aqui no Senado. O pior negócio agora é querer encontrar um artifício para determinar que vá para o Confaz ou determinar que vá para outra Comissão.

Sinceramente, na terça-feira, espero que tenhamos quórum. Já postergamos demais apreciar essa matéria aqui. Tomaremos uma decisão no voto, porque o Senado é a Casa da Federação. Nós temos três grandes matérias aqui que não vão a lugar nenhum: taxação de grandes fortunas, porque São Paulo não quer. Esta é uma outra, porque São Paulo não quer. Respeito o Estado de São Paulo. São Paulo é o Estado que mais ganha com os demais Estados. Ele quer todo mundo comprando dele, ficando cada vez mais rico, e os outros Estados do Brasil cada vez mais pobres.

E é por isso é que a República Federativa do Brasil estabeleceu três Senadores por Estado. Eu não quero ter voto a mais do que ninguém, como bem colocou o Senador Ricardo Ferraço, mas também não quero ter a menos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu também não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Essa é uma matéria que diz respeito à Federação. Não há hipótese de resolvermos uma questão federativa que não seja no voto. Felizmente, por isso é que a Constituição prevê – o Regimento repete o artigo da Constituição – que o Senado Federal é que tem a prerrogativa. E é esta Comissão que tem a prerrogativa de arbitrar questões como essa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Só para contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu já concluo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro.

Nós votamos aqui, depois de um longo debate, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional e nós votamos aqui o Fundo Nacional, e todo aquele debate que nós fizemos teve exatamente esse propósito.

Nós criamos aqui as condições para que essas regiões, com que precisamos ser solidários, encontrassem uma solução para que recursos das concessões pudessem subsidiar esses voos que não têm equilíbrio econômico-financeiro, e essa solução que nós criamos aqui virou letra morta por conta de que? Por conta da crise fiscal, por óbvio.

Então, eu não sei se – e essa é a minha dúvida e isso que trago para V. Exª – se a nossa dúvida não é lutar pela manutenção do plano nacional, do Fundo Nacional porque esse Fundo Nacional foi criado exatamente para prestigiar, valorizar essas regiões do Brasil que precisam realmente dessa solidariedade.

Então, em lugar daquela solução que nós criamos, nós estamos criando outra e aquela fica como página virada, como letra morta e todo aquele debate que nós fizemos acaba não tendo sentido algum por conta da realidade fiscal brasileira, produto do desarranjo e da desorganização dos últimos anos.

E já consta desse fundo R$4 bilhões, salvo melhor juízo, de saldo para exatamente criar condição e equilíbrio financeiro, porque as empresas, por certo, não são entidades filantrópicas. Claro que não! Eu só acredito que esses voos vão existir se houver viabilidade econômica, porque, para colocar um avião para voar, custa e custa muito, e custa em dólar, com variáveis que não dependem dos senhores.

Agora, a questão eu acho que está relacionada à conjuntura do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Eu queria agradecer ao Senador Ricardo Ferraço e só dizer que eu entendo que esse passo que nós estamos dando com essa resolução do Senado é um passo primeiro, que também vai no sentido do que nós aprovamos aqui no ano passado. Ele é um passo importante que daremos. Mas, enfim, agradeço o colega Ricardo Ferraço que é sempre muito competente, gentil e amigo, mas eu concluo minha fala.

Eu queria sugerir, para concluirmos a nossa audiência, que agora ouvíssemos, por último, os nossos convidados a quem, mais uma vez agradeço, e que possam ter alguma observação a fazer. Eu só peço que sejam breves.

Para que a gente possa fazer essa rodada final, eu começo com o Sr. Alberto Fajerman e, depois, passo para os que estão aqui na mesa para as considerações finais caso queiram.

Sr. Fajerman, por gentileza.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – É uma pena que o Senador Ferraço acabou de sair da sala.

Só como contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É que S. Exª vai pegar um voo, bem como a Secretária Ana Clara também. Essa história de voos está sempre nas nossas vidas.

O SR. ALBERTO FAJERMAN – Como ele havia pedido um exemplo concreto – e acho que é o que estamos discutindo aqui –, é uma coisa que não exclui a discussão do PDAR, de que todos somos a favor, e ele não acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No plano de redução da Gol, nós havíamos decidido eliminar o voo Rio Branco/Cruzeiro do Sul; e, numa discussão com o Estado do Acre, chegou-se a qual seria o valor da alíquota do ICMS que voltaria a fazer com que esse voo fizesse sentido. Então, isso é concreto. Nós já havíamos eliminado o voo, e o voo só voltou porque se encontrou um valor de ICMS com que esse voo, que não fazia sentido econômico, voltasse a ter sentido econômico. E o voo existe até hoje com algumas promoções também de passagens.

Só quero dizer que realmente temos exemplos concretos. Esse ICMS a mais, que não existiria, de longe compensou a redução do ICMS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Eu passo imediatamente à Secretária Ana Carla Abrão, a quem agradeço a conversa de ontem, pedindo desculpa porque foi muito rápida. A senhora foi muito gentil comigo.

Eu sei que a senhora tem um voo, mas agradeço por ter vindo e ter dado a sua contribuição.

Passo a palavra a V. Sª.

A SRª ANA CARLA ABRÃO – Ontem, eu o tirei lá dos seus afazeres, das discussões e o senhor me deu atenção para que a gente pudesse conversar rapidamente. Então, agradeço a V. Exª, agradeço aqui o espaço.

Queria fazer apenas duas observações, embora, de fato, eu tenha um voo agora, senão não chego a Fortaleza hoje, porque, aliás, são poucos os voos que servem a Fortaleza...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA CARLA ABRÃO – E isso, inclusive, eu queria registrar, porque não se trata aqui de falta de sensibilidade. Os Secretários de Fazenda, ultimamente, têm sido muito criticados por eventual falta de sensibilidade. Não se trata disso de forma nenhuma. A gente precisa apenas tentar fazer as escolhas de Sofia, e não tem sido muito fácil fazê-las nos últimos tempos.

Queria então fazer dois esclarecimentos: no caso de Goiás, Presidente, de fato temos duas alíquotas – de 15% e de 3% –, e eu posso dizer que, caso a resolução seja aprovada e o teto passe a ser 12%, eu terei duas alternativas para levar para o Governador Marconi Perillo. Uma é reduzir realmente a alocação de recursos em saúde, educação e segurança, dada a perda de arrecadação; e outra é elevar a de 3% para 12%, o que, com certeza, irá gerar um prejuízo para o consumidor goiano que precisa desses voos regionais para se deslocar num Estado tão grande.

Eu digo isso só para...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A senhora não acredita que, também, falando aqui no aumento da na oferta de mais de 50 voos diários a partir da medida, possamos ter também ganhos adicionais que nós não estamos tendo hoje?

A SRª ANA CARLA ABRÃO – Presidente, sinceramente, eu sou tão cética quanto o Senador Ricardo Ferraço – e coloquei isso aqui mais cedo. O que determinará o aumento de voos e a recuperação do setor, que precisa, sim, se recuperar e recompor seus resultados, será a volta do crescimento econômico. E a volta do crescimento econômico só se dará com o equilíbrio fiscal dos Estados, dos Municípios e da União. E não será retirando receita dos Estados que nós chegaremos lá neste momento.

Eu costumo dizer – e recebo empresários dos mais diversos setores no meu gabinete, lá na Secretaria da Fazenda, e, claro, todos têm um pleito legítimo, pois a crise atingiu a todos de forma muito aguda – desonerar era tudo que eu gostaria de fazer neste momento. Fazer política anticíclica é papel do Estado num momento de crise, desde que ele tenha feito política anticíclica no momento da bonança – e nós não fizemos. No momento da bonança, nós desoneramos. E, hoje, com todo o respeito, Senador, o resultado está aí: nós estamos todos mergulhados numa crise, numa crise de grandes proporções.

E nós estamos, neste momento, tentando nos recompor, tentando reequilibrar as finanças. No meu Estado, estamos fazendo isso sem aumento de impostos, só com corte de gastos. Mas eu não posso gerir um plano de ajuste em que ações que não estão sob a gestão do Governo do Estado acabam neutralizando as ações que a gente está fazendo lá, para reequilibrar as finanças. E essa é a nossa dificuldade hoje.

O pleito é absolutamente legítimo, pois a carga tributária é elevadíssima. A motivação é mais legítima ainda. A gente precisa dar possibilidades de transporte, de locomoção, para a nossa população, principalmente nas regiões mais distantes. Mas eu também tenho um ceticismo em relação aos resultados. Digo isso por Goiás. Eu tenho duas alternativas caso a resolução seja aprovada: aumentar a alíquota de todos para 12% e, possivelmente, perder os voos regionais que Goiás tem hoje, porque vão se tornar inviáveis do ponto de vista econômico para as empresas aéreas; ou cortar a locação de recursos para saúde, educação e segurança pública, que é só onde hoje eu consigo atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, essa é a escolha de Sofia, e, sinceramente, entre uma coisa e outra, eu recomendarei ao Governador que aumentemos a alíquota para 12% para todos os voos. Claro que a decisão será, em última instância, dele, mas, conhecendo a sensibilidade do Governador, certamente ele não irá reduzir a locação de recursos para a saúde, segurança e educação, setores para os quais, hoje, faltam recursos – esse é o ponto. Não é uma questão de estar sobrando e a gente poder cortar. Está faltando! Ao contrário do Espírito Santo, que hoje está equilibrado, Goiás ainda está um pouquinho abaixo da linha. Então, de fato, existe uma escolha de Sofia.

Senador Randolfe, em relação à guerra fiscal e ao Confaz, e à incapacidade do Confaz de resolver essa questão, eu concordo: nós temos mostrado uma dificuldade de chegar a um consenso. Mas nós temos nos esforçado e temos avançado. E, se me permite, também, com todo o respeito, Senador, há, sim, situações que demandam unanimidade e que nós aprovamos, sim, convênios. O que precisa, de fato, em casos como esse, é uma discussão mais ampla, mas, hoje, alíquotas de medicamentos são diferenciadas, alimentos, combustíveis de maneira geral, não só querosene da aviação, energia elétrica, bebidas, cosméticos... O País é uma esquizofrenia tributária. Esse é um problema muito grave que nós temos que atacar, definitivamente.

E a provocação, hoje, da resolução nos dá, justamente, uma obrigação maior de chegar ao Confaz, em Fortaleza, hoje, e colocar a gravidade da situação e colocar o tema em debate. É difícil chegar à unanimidade? Definitivamente. Mas eu acho que nós precisamos botar esse debate lá, e nós o faremos, motivados pelo debate que está sendo feito hoje nesta Casa.

Então, mais uma vez obrigada. Eu me desculpo por ter que sair, Presidente, em função do meu voo, e agradeço reiteradamente aqui o espaço que nós constantemente temos como Secretários de Fazenda nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado. Eu cumprimento V. Sª, Secretária. É absolutamente compreensível que saia.

Eu não sei se tem...

Você está com mais urgência por conta de voo?

O SR. RENATO VILLELA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então vamos seguir.

Dr. Rogério Coimbra, com a palavra, para alguma consideração.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Obrigado, Presidente.

Queria fazer umas considerações rápidas. Primeiro, agradecer o debate, a qualidade do debate. Eu acho que divergência e pluralidade de opinião são sempre saudáveis. Quero manifestar aqui o meu profundo respeito a todas as opiniões aqui, principalmente expressadas pelo Secretário de Estado. É uma cadeira difícil de se sentar, e é onde a gente tem escolhas alocativas bastante complexas. Então, respeito profundamente a posição deles.

Eu queria fazer um esclarecimento com relação à minha fala. Talvez não tenha ficado claro; talvez, tenha havido alguma confusão. Eu fiquei preocupado com o que foi colocado pelo Secretário Renato Villela. De forma alguma, foi trazido aqui como uma moeda de troca. Eu sequer mencionei, na minha fala, qualquer acordo sobre a situação financeira entre a União e Estados. Eu não trouxe isso na minha fala.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Isso. É que foi colocado que o Governo Federal estaria trazendo isso como moeda de troca, e isso não foi mencionado na minha fala. Então, eu queria deixar claro que não tem nenhuma natureza nem sequer tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas eu acho que foi por conta da posição do Ministro Padilha, nos últimos dias. Eu até fiz a defesa de que ele foi Ministro, até outro dia, da Aviação Civil.

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Certamente...

O SR. ROGÉRIO COIMBRA – Eu estive lá. Por toda a gestão dele, eu estive na pasta também. Aliás, estou lá desde o início da criação da Pasta.

Com relação à outra coisa que foi falada, o Governo Federal precisa, sim, fazer a sua parte; precisa, sim, dar a sua contribuição. A gente não está dizendo aqui, de forma alguma, que seria algum sacrifício, tendo em vista que há um entendimento, um consenso de que a gente precisa fazer alguma coisa para não deixar o setor tomar um caminho que a gente está vendo tomar e com o qual a gente se preocupa muito. O Governo tem, sim, de fazer a sua parte.

A questão que foi mencionada aqui, inclusive pelo Senador Ricardo Ferraço, do Fundo Nacional de Aviação Civil, o Governo Federal tem feito, sim, menos do que a gente gostaria, porque o cenário fiscal afeta a to-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dos, mas nós fazemos investimentos a fundo perdido não só nos aeroportos operados pelo Governo Federal, seja por meio da Infraero, seja por meio de concessões, mas também em aeroportos operados por Estados e Municípios, em que são feitos investimentos a fundo pedido.

O nosso setor tem a peculiaridade de que a tarifa não é uma consequência da conta. Então, quando a gente faz um investimento, a gente não recupera isso com tarifa, não há nenhum aumento de tarifa quando a gente faz investimento em aeroporto regional – as companhias podem testemunhar isso – e temos, sim, a intenção de regulamentar o PDAR, que foi aprovado no ano passado, e estabelecer o programa de subsídios que visa restabelecer ou criar novas rotas para a região.

E, dada essa sensibilidade fiscal que todos os entes federativos encontram, a questão de estabelecer uma alíquota diferenciada, um teto diferenciado para o transporte aéreo é uma questão de priorização. A priorização é uma questão de definição política; portanto, a gente respeita.

Esse projeto de resolução, apesar de eu estar aqui com uma fala de apoio, não foi um projeto de iniciativa do Governo Federal. Aqui a gente traz uma fala de apoio à priorização do transporte aéreo como um item bastante fundamental pelas suas externalidades, pelo seu impacto social e muito fundado na crença – a gente tem bastante convicção – de que, obviamente, o ICMS sobre o QAV não é o único problema que afeta a demanda e que gera toda essa crise. A gente tem o câmbio, a gente tem a crise de demanda. A gente não nega todos esses pontos, mas eu também discordo da posição de que esse é um item irrelevante ou de pouca relevância. Esse é um item bastante relevante! De todo o cardápio que a gente tem de aspectos que geram a crise, esse é um item de bastante relevância.

Então, a gente entende que, caso o Senado Federal, que é uma Casa política e tem a competência apropriada para fazer essa discussão, entenda que esse é um setor prioritário e que deva receber esse tratamento, tem o apoio do Ministério dos Transportes.

Agradeço a participação de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem, eu penso que poderia aqui ouvir os Estados e deixá-lo por último, porque pode ser que ainda venham alguns questionamentos...

Assim, eu queria passar a palavra ao Francisco Inocêncio; em seguida, para o querido amigo Renato. E digo isso porque nos conhecemos de longa data, e sei da capacidade e competência dele. Por isso que é duro nós enfrentarmos pessoas competentes. Mas nós estamos na luta, na boa luta.

Francisco Inocêncio, V. Sª tem a palavra.

O SR. FRANCISCO INOCÊNCIO – Presidente, demais senhores, eu só gostaria de reforçar a questão que está sendo abordada aqui. Eu volto a dizer que nós não vamos resolver o problema da crise aérea ou de outras crises que nós estamos enfrentando com essa resolução. Nós temos que atacar o problema sob outro prisma, Presidente. O prisma deve ser discutido com o Governo Federal. Nós estamos discutindo um problema de âmbito federativo; nós estamos discutindo uma questão de locomoção, de deslocamento no âmbito da Federação.

Nada vai nos garantir que vamos atingir o objetivo que está estabelecido nas justificativas. É isso que nos preocupa. E o momento é extremamente crítico para os Estados. Os Estados e os Municípios não vão suportar mais esse dispêndio, essa desoneração. O impacto maior foi em cima dos Estados e Municípios. Nós estamos com uma dificuldade extremamente grande para manter o equilíbrio fiscal no Estado do Paraná. Então, não existe essa margem.

Não significa que nós não queremos favorecer o setor A, B ou C. O que eu digo é o seguinte: se vamos enfrentar o problema do setor de aviação, então vamos enfrentar o problema de todos os setores, porque há setores críticos que, com certeza, entrarão na fila para questionar também por que eles não estão sendo atendidos, sem falar da questão da inconstitucionalidade. Vamos atacar? Então, vamos sentar – Governo Federal, governos estaduais e governos municipais – e discutir o problema.

O foco central, o núcleo está na crise econômica. Então, nós não vamos resolver com essa resolução. É isso que nós queremos deixar muito claro.

Acho que o Confaz tem uma boa oportunidade agora, em Fortaleza, de rediscutir esse assunto, que já está sendo discutido no âmbito do Confaz, porque há um grupo de trabalho tratando disso. Mas não são só os Estados que devem fazer esse esforço. Se existe uma lei que não foi regulamentada, o Governo Federal deve tomar a iniciativa de regulamentá-la e dizer: "Eu estou fazendo a minha parte". Assim, Estados e Municípios poderão ter sua oportunidade de colaborar.

Agradeço a oportunidade. Estamos à disposição dos senhores e dos setores para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado. Agradeço ao Sr. Francisco Inocêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Passo imediatamente a palavra ao Dr. Renato Villela, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, a quem agradeço a presença.

Sei dos seus compromissos, mas a sua presença aqui é importante para que possamos realmente debater o mais amplamente possível esse tema e para que a Comissão de Assuntos Econômicos e o Senado possam deliberar sobre ele.

O SR. RENATO VILLELA – Muito obrigado, Presidente.

Eu acho que nós não devemos evitar os temas, mesmo que eles sejam de difícil solução.

O ponto aqui é que ninguém tem dúvidas quanto ao mérito da ideia. Todos são a favor. A nossa questão principal é que a forma de solução talvez seja equivocada – na minha opinião, ela é equivocada –, podendo também trazer outras distorções que não estamos sequer prevendo agora.

Parece-me, com base em anos de observação da cena econômica, principalmente federativa, que o objetivo principal desta Casa, como foi exemplificado pela minha colega Ana Carla, é apoiar o desenvolvimento da aviação regional.

Com todo respeito e entendendo a questão do setor, o objetivo do setor é aumentar sua receita, sua lucratividade e quando mais não seja sua capacidade de investimento futuro, o que é perfeitamente legítimo, aceitável, e nós aplaudimos.

A questão principal que eu vejo é que existe essa dicotomia entre o objetivo e a forma de solução, o instrumento para atingir esse objetivo. Equilibrar as alíquotas do ICMS, por meio de uma resolução do Senado, passando uma régua, colocando um teto máximo, enquanto não passar a crise econômica, vai ter um efeito contrário ao que todos esperamos que tenha. O efeito de curto prazo, enquanto a economia não voltar a se aquecer e a própria demanda, naturalmente, vier a trazer o alívio que o setor precisa e o aumento da oferta que o Brasil precisa, é que todas as medidas que já foram tomadas por alguns Estados, solucionando as suas questões específicas, vão ser completamente pulverizadas, muito rapidamente, porque a ação dos Estados vai ser trazer, imediatamente, todas as alíquotas que são abaixo de 12% para 12%, porque a possibilidade, como a Drª Ana Carla colocou, de cortar despesa é inviável enquanto a crise econômica não passar, enquanto a atividade econômica não for retomada, enquanto a receita do ICMS não voltar a crescer.

Então, eu acho que nós estamos aqui todos com boas intenções, cada um vendo o seu lado específico da questão. E eu acho que a grande lição que tiramos de hoje, a grande utilidade desta reunião de hoje foi que conseguimos trocar ideias, conseguimos ver um pouco da visão de cada um, e nós temos, hoje, muito mais condição de avançar em alguma solução coordenada e eficaz do que tínhamos ontem.

Eu só peço que os senhores levem em consideração este meu ponto: ao colocar um teto de 12% na alíquota do querosene de aviação, todos os Estados que já praticam alíquotas mais baixas vão passar a praticar 12%. Por quê? Porque eles perderam a sua diferenciação.

E outra coisa. Os senhores me perdoem, mas eu não vou evitar de fazer um comentário bem de economista politicamente correto. De todos os números que os senhores trouxeram, um me chamou a atenção: 11 Estados praticam 25%. A alíquota modal é a alíquota de 25%.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço, mais uma vez, a intervenção do secretário Renato Villela.

A Patrizia Xavier pediu para fazer um breve comentário.

Em seguida, ouviremos, por fim, o presidente da Abear, Eduardo Sanovicz.

O SR. PATRIZIA XAVIER – Obrigada, Presidente.

Bom dia, Senador; bom dia, membros da Mesa.

Respeito também aqui a opinião de todos, e, agora, por fim, decidi contribuir colocando aqui algumas ideias que acho que também devem ser levadas em consideração nessa balança, nesse nosso julgamento.

Vou insistir no entendimento de guerra fiscal. É o entendimento das companhias aéreas, porque há hoje no País a situação de que os Estados que praticam uma menor alíquota são melhor servidos. Vou citar alguns exemplos: Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul – são Estados que têm mais de dez Municípios atendidos e praticam alíquotas, então, condizentes para criar esse racional econômico. Então, só para corroborar aqui a situação de guerra fiscal.

O Estado de São Paulo, é lógico, é uma exceção nesse cenário, mas, enfim, para contrabalancear isso, a gente faz a prática do tankering: a gente abastece em Estados que têm uma alíquota mais reduzida, onde o querosene é, de fato, mais barato, e leva isso para São Paulo. A gente deixa de abastecer no Estado de São Paulo também.

O problema do ICMS realmente é um deles, assim como o PDAR é outro, isso porque o setor enfrenta múltiplos problemas, e, para cada um dos problemas, existe uma solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O ICMS é um componente na precificação do querosene e, dentro da precificação do querosene, a gente tem essa solução, assim como revisar, por exemplo, a fórmula do QAV, que é outra frente de trabalho que a gente tem na nossa agenda.

Outra coisa: a questão não é de redução, é de menor perda. Eu queria tentar formular a questão como sendo a menor perda. O Eduardo Sanovicz, outro dia, contratou uma consultoria para estudar e entender a geração de emprego e renda e de dinheiro que só a vertente turismo dentro do setor causa no País. Então, eu acho que seria muito interessante o Eduardo Sanovicz depois dividir aqui com a Comissão os números, porque são assim na casa de bilhões de reais. Isso tudo só da vertente turismo do setor, que a gente sabe que é correspondente a 30% só do movimento que a gente tem; 70%, por exemplo, dos nossos passageiros são de empresários e do setor corporativo.

Só para contextualizar o cenário de fundo do poço do setor. Hoje, a questão é tirar voo ou manter o voo. Eu já não estou pedindo uma redução. De novo, a partir do momento que eu tiro o voo, a minha contribuição para o ICMS do QAV é zero. A partir do momento que eu reduzo a alíquota, eu perco menos. Então, eu acho que a agente tem que ter essa questão na equação.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço, Patrizia.

Eu só não entendi a história da parte do turismo... São 30 milhões?

O SR. PATRIZIA XAVIER – O Eduardo tem um estudo que diz respeito a geração de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PATRIZIA XAVIER – Era esse o motivo que eu queria falar antes do Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado.

Passo, por fim, para o Eduardo Sanovicz, agradecendo a paciência dele, sempre muito solícito, de estar nas dezenas de audiências que nós já fizemos.

Mas eu acho que agora estamos chegando perto de termos de tomar uma decisão. Eu acabei de informar aqui ao secretário de São Paulo, o Renato, que se o Confaz, que se reúne amanhã, tiver uma proposta melhor do que essa – não uma proposta de rever, de estudar, de reunir, de conversar –, eu recebo até segunda-feira. E garanto que gosto muito de fazer acordo de entendimento. Mas, se não tiver, nós vamos tentar pôr a voto essa decisão, cumprindo o que estabelece a Constituição, prerrogativa do Senado, prerrogativa desta Comissão, e tentar levar para o plenário da Casa essa matéria, que, não tenho dúvida, juntando Senadores do Norte, do Nordeste, e até de outros Estados, Rio de Janeiro e outros, nós certamente temos boas chances de votar essa matéria. Porque dúvida eu não tenho nenhuma de que ela traz contribuição para o setor, para o País, para a retomada do crescimento.

Enfim, eu já fiz minha intervenção.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Sanovicz, agradecendo a presença de todos os senhores aqui.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Muito obrigado.

Eu, primeiramente, queria, iniciar esta fala saudando, Secretário Renato, essa iniciativa...

Ele vai voltar? Quer que eu espere ele voltar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Seria importante ele entender, porque, se ele não escutar... Como ele vai ter que...

Essa proposta, de um eventual acordo, que o senhor está indicando, Senador, se, de fato, o Confaz caminhar nessa direção, eu imagino que os condutores deste processo serão o colega do Paraná, o Secretário Renato e, eventualmente, a Secretária de Goiás, que vão relatar isso amanhã.

Então, talvez, fosse adequado eu esperar ele chegar, só para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas a parte de turismo...

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Bom; de qualquer forma, vamos em frente.

Na realidade, isso que a Patrízia colocou, só para não perder o tom, é o seguinte: nós acabamos de concluir – até para o registro, porque estou vendo colegas da mídia aqui –, há duas semanas, um estudo elaborado pela GO Associados – GO é Gesner Oliveira –, com base em uma metodologia criada pela Universidade de Oxford, a pedido da Iata, a associação internacional das empresas aéreas. Bem; a Universidade de Oxford, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

preciso explicar o que é aqui. E essa metodologia calcula, com absoluta precisão... E esse modelo foi testado em pelo menos uns 30 países, até que nós o tropicalizamos. Então, nós...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Modelo de?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – É um modelo, é um cálculo que pega todos os dados oficiais dos Estados e calcula, a cada decolagem e a cada pouso, qual é o impacto que isso gera do ponto de vista de emprego, renda, imposto e como que isso impacta no crescimento da economia dos Estados.

Como, além da nossa cadeia produtiva, a aviação é responsável por um percentual da existência da cadeia produtiva do turismo, esta cadeia só existe porque o passageiro chegou de avião naquele lugar.

Ela não é 100%, porque há um percentual dessa cadeia que viaja por terra, o que não tem nada a ver conosco. Mas há um conjunto de passageiros e de turistas no País que existe, ou seja, toda uma cadeia produtiva, na sequência da nossa, ligada a quatro verbos – comer, a gastronomia, hospedar-se, a comércio e aos atrativos naturais e culturais de um conjunto de destinos brasileiros –, que se movimenta a partir da chegada desse passageiro por avião.

Neste cenário, nós fizemos um estudo e vamos dar o lançamento público a ele daqui a cinco semanas, porque a base nacional, a última disponível, é de 2013. Então, nós estamos, por meio do Gesner Oliveira, atualizando essa base para 2015 com os últimos dados das contas nacionais, ainda porque apresentar, em 2016, um estudo com base em dados de 2013 não faria nenhum sentido. Então, nós estamos atualizando para 2015, fazendo a crítica desses números e, em agosto, eles serão publicados. Está certo? Isso explicando o que a Patrícia colocou.

Para concluir a nossa conversa, bem rápido, acho importante deixar claro aqui o seguinte: nós entendemos que a indução e o crescimento do setor de aviação são um instrumento de enfrentamento de um cenário de crise, um instrumento vital. Por quê? Porque a conectividade neste País de pessoas e de cargas se dá, em boa parte do território nacional, por meio da aviação.

Eu nem estou abordando aqui aspectos sociais, transporte de órgãos, essas coisas, porque eu creio que isso também é público, não é o caso.

Portanto, na medida em que a gente precisa construir um programa rápido e urgente de retomada de crescimento econômico, é daí que surge o racional, a nosso ver, do entendimento que, se a gente coloca na frente o setor de aviação – sem dúvida que há outros setores da economia importantes, isso é óbvio, não tenho nenhuma pretensão de ser o único –, mas ele consegue dar uma contribuição muito rápida num processo de crescimento econômico.

Segundo, a gente pode usar aqui uma figura de linguagem que é a seguinte: lá nas décadas de 70, 80, 90, você tinha um lago cheio; você tinha tarifa média, quase que em R$700, para atualizar os dados, e vinte e poucos milhões de passageiros viajando. Então, a nossa inferência é a seguinte: o racional de atribuir uma alíquota de 25% de ICMS a esse setor teria algum sentido. Você estava atribuindo a um setor de alto luxo, acessível a poucas pessoas, com uma tarifa média bastante alta. Portanto, você taxou ele como você taxou eventualmente bebida alcoólica, para usar um exemplo aleatório.

Ora, na medida em que o lago vai esvaziando, por que o ICMS salta aos olhos? Nós não somos contra a existência de ICMS. É claro que eu adoraria ter imposto zero. Mas isso é irreal. Não é assim que a vida funciona. Está certo? Então, por que nós levantamos o tema ICMS? Porque ele não tem paralelo internacional. Agora, nós entendemos que é assim que a política tributária foi feita no Brasil, como o senhor colocou. É correto. Não se discute fato. Ora, quando a gente chega a 12%, é por quê? Porque é fundamental, na nossa opinião, parar de tratar a aviação com o mesmo racional dos anos 70. Por quê? Porque ela não é mais isso. Está certo?

Ora, eu já tive que enfrentar debates nesta Casa, como o Senador Jorge comentou... E eu contei ontem com a minha assistente que esta é a 16ª audiência pública de que eu participo, entre a Câmara e o Senado. Está certo? Ouvindo o que vocês puderem imaginar particularmente dos Senadores do Centro e do Norte do País nos últimos 12, 15 meses, quando o volume de retirada de voos se acentuou. E é lógico que o diagnóstico é a queda de demanda. É óbvio! Isso todo mundo sabe.

Agora, o que nós estamos colocando? Se a aviação for tratada pelo conjunto da Nação, pelo conjunto de seus Estados da forma como ela é – e ela é indutora de desenvolvimento, ela é meio de transporte de massa e é instrumento de vencimento da crise de forma bastante eficaz –, nós estamos falando da mesma coisa.

É importante entender o seguinte: por que a gente diz que, para alguns Estados, a perda é zero ou quase nenhuma? Por conta deste estudo: com a retomada de voos, você deixou de arrecadar aqui no ICMS, mas você tem um conjunto de atividades crescendo que também geram tributos. Para dar um exemplo importante: o número de empregos a que eu me refiro no setor de aviação, pouco mais de 70% dele, está em São Paulo. Nós temos mais de 300 mil postos de trabalho direto e só no primeiro indireto na cadeia produtiva da aviação na cidade. São dezenas e dezenas de milhares de pessoas na cidade e no conjunto do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O dado, na realidade, de redução que aconteceu até agora foi de aproximadamente 6% nesse primeiro semestre. A aviação diminuiu 6% nesse semestre. A tendência é de mais 6% para o próximo semestre, se nada acontecer. Se nenhum cenário econômico mudar, nós vamos chegar ao final deste ano com a aviação brasileira 12% menor do que em 2015. A aviação menor significa não que a empresa diminuiu, mas menos aviões chegando num conjunto importante de destinos. Ou a frequência diminui – de quatro voos, passou para dois –, ou aquela cidade deixou de ser atendida.

Eu quero repetir aqui: nós gostamos é de voar. Não é de não voar. A gente gosta de chegar. É uma festa quando um avião chega a algum lugar. No primeiro voo, o avião leva esguicho, tem festa. Nós gostamos é de fazer isso. Não gostamos do contrário.

Então, o nosso objetivo com esse debate, repito, acho que está plenamente cumprido, na medida em que algumas questões foram colocadas aqui. Concordo com o senhor, Secretário Renato, e quero dizer da minha alegria de ter havido esse debate. Nunca tinha conseguido ter uma conversa tão produtiva sobre esse tema.

E é fato: o centro do assunto é realmente o Estado de São Paulo. O senhor tem razão. E repito o nosso profundo respeito em relação aos processos que o senhor citou. Não tenho a menor dúvida. Eu vivo em São Paulo, sei disso. Leio os jornais, tenho clareza do que está sendo feito.

Mas o que nós queremos é retomar os voos que tiramos, queremos manter os voos que temos e queremos ampliar a nossa malha. Esse é o nosso objetivo.

Nós não vamos fazer isso amanhã ou depois de amanhã. Acho que realmente esse é um debate difícil. Acho, Senador Viana, que o senhor está sendo um herói, porque a condução desse processo aqui não é simples.

Mas queria concluir dando o meu seguinte entendimento: esta Casa, por representar a Federação, é a Casa onde a gente instala o contraditório – e isso está colocado aqui – e é a Casa a partir da qual, instalado o contraditório, por meio de suas lideranças principais e daqueles que acercam, inclusive nós mesmos que colocamos esses debates, há condições de construir um resultado e um consenso. Está certo?

Eu creio que todos aqui colocaram verdades. Eu não tenho nenhum questionamento. O único erro que foi o meu e eu corrigi. Mas todos aqui colocaram verdades. E eu creio que, a partir dessas verdades – eu pelo menos saio daqui convicto – é possível, visto que nós temos aqui quase que um acordo encaminhado, a gente chegar a uma solução. Eu tenho a certeza de que vamos fazê-lo.

Muitíssimo obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado.

Agradeço a intervenção de todos a presença de todos.

Sei que fizeram um esforço para estarem aqui. A presença do Secretário Renato, com todo o respeito à presença da Secretaria do Paraná e também do Estado de Goiás, dá robustez ao debate. Como dito aqui pelo Eduardo Sanovicz, é muito importante que tenhamos isso.

Porém, estamos na eminência de, se não adotarmos medidas, sacrificarmos ainda mais o contribuinte e agravarmos a crise econômica. É um setor estratégico para o País. Quem sabe se, com essa medida, a gente retoma um pouco a mudança na curva: em vez de seguir com perdas, aumentar números de voos, aumentar números de passageiros. E não tenho dúvida de que o resultado disso também é aumentar a receita dos Estados, que é o que eu busco. Eu não quero tirar nada dos Estados. Dali eu já vim. O meu propósito é esse, mas eu tenho convicções. Esse setor, pela importância que tem, pode e tem que ser tratado de maneira diferente. Não é uma desoneração; é um estímulo para que a retomada venha a partir do transporte aéreo, que é tão essencial no nosso País.

Tenho outras convicções. Se for feito um estudo muito apurado, veremos que um ajuste de mudança do teto do ICMS, como estamos propondo – e foi isso que me motivou –, pode inclusive levar a um aumento de receita por parte dos Estados. Não tenho dúvida. É só uma questão de fazermos o estudo para comprovar se estamos certos.

Eu agradeço mais uma vez a presença de todos.

Está encerrada a presente audiência.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia doze de julho do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Kátia Abreu, Valdir Raupp, José Medeiros, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Aníbal, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Elmano Férrer e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Ciro Nogueira, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Roberto Requião, Ricardo Franco e Lúcia Vânia. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício nº 255/2016, de 14 de junho de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, Santa Catarina, encaminhando cópia da Moção nº 10/2016, solicitando que seja mantida em funcionamento a Agência da Receita Federal naquele município. O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 1 -** Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2016, não terminativo, de autoria da Mesa da Câmara dos Deputados, que "reajusta a remuneração dos servidores integrantes do quadro de pessoal da Câmara dos Deputados", tendo como relator o senador Hélio José, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Benedito de Lira, Lindbergh Farias, Hélio José e Cidinho Santos. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Item 2 -** Projeto de Lei da Câmara nº 31 de 2016, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ricardo Ferraço e Cidinho Santos. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CCJ-CAE. **Item 3 -** Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2016, não terminativo, de autoria da presidência da República, que "altera a remuneração de servidores e empregados públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões e dá outras providências", tendo como relator o senador Wellington Fagundes, que oferece relatório favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 3-CCJ e 4 e 5, apresentadas na CAE. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ricardo Ferraço, Cidinho Santos e Wellington Fagundes. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 3-CCJ e 4 e 5, apresentadas na CAE. **Item 4 -** Projeto de Lei da Câmara nº 34 de 2016, não terminativo, de autoria da presidência da República, que "altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação e dá outras providências", tendo como relator o senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ricardo Ferraço e Cidinho Santos. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Item 5 -** Projeto de Lei da Câmara nº 35 de 2016, não terminativo, de autoria da presidência da República, que "altera a remuneração de servidores públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003 e dá outras providências", tendo como relator o senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao projeto e às Emendas nºs 4 e 5-CCJ e contrário à Emenda nº 10-CCJ. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ricardo Ferraço e Cidinho Santos. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e às Emendas nºs 4 e 5-CCJ-CAE e contrário à Emenda nº 10-CCJ. **Item 6 -** Projeto de Lei da Câmara nº 36 de 2016, não terminativo, de autoria da presidência da República, que "altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões, altera os requisitos de acesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

cargos públicos, reestrutura cargos e carreiras, dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações e dá outras providências", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório favorável ao projeto com a emenda que apresenta, acolhendo parcialmente as Emendas nºs 10-CCJ e 12, favorável à Emenda nº 11-CCJ e contrário às Emendas nºs 7 e 8-CCJ. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Acir Gurgacz, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ricardo Ferraço, Cidinho Santos e José Agripino. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 11-CCJ-CAE e 13-CAE (que acolhe parcialmente as Emendas nºs 10-CCJ e 12), e contrário às Emendas nºs 7 e 8-CCJ. **Item 7 -** Projeto de Lei da Câmara nº 37 de 2016, não terminativo, de autoria da presidência da República, que "altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008", tendo como relator o senador Wellington Fagundes, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ricardo Ferraço e Cidinho Santos. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Item 8 -** Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 2016, não terminativo, de autoria da presidência da República, que "cria, transforma e extingue cargos e funções, reestrutura cargos e carreiras, altera a remuneração de servidores, altera a remuneração de militares de ex-territórios federais, altera disposições sobre gratificações de desempenho, dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias, modifica regras sobre requisição e cessão de servidores e dá outras providências", tendo como relator o senador Eduardo Braga, que oferece relatório favorável ao projeto e às Emendas nºs 29 a 31-CCJ e contrário às demais emendas. A presidenta designa o senador Fernando Bezerra Coelho relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Ricardo Ferraço e Cidinho Santos. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e às Emendas nºs 29 a 31-CCJ-CAE e contrário às demais emendas. **Item 9 -** Projeto de Resolução do Senado nº 55 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Randolfe Rodrigues e outros, que "fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação", tendo como relator o senador Jorge Viana, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) senadores(as) Jorge Viana, José Aníbal, Marta Suplicy, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Cidinho Santos e Vanessa Grazziotin. Após votação simbólica do relatório, é solicitada verificação de votação, nos termos do artigo 293 do RISF. Submetido à votação nominal, a comissão aprova o relatório por dez votos favoráveis, oito votos contrários e nenhuma abstenção, passando a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 -CAE. Votam vencidos os senadores Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Wellington Fagundes, José Medeiros, Marta Suplicy, José Aníbal, Roberto Rocha e Pedro Chaves.

Colocada em votação a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, a Comissão rejeita a apresentação. Votam vencidos os senadores Regina Sousa, Armando Monteiro e Davi Alcolumbre. **Item 13 -** Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2016, não terminativo, de autoria do senador Tasso Jereissati, que "altera a Resolução nº 25 de 2016, do Senado Federal, para flexibilizar o cronograma de liberação e contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o estado do Ceará e o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID)", tendo como relator o senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável ao projeto com a emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Tasso Jereissati. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. **Item 18 -** Projeto de Lei do Senado nº 359 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Paulo Paim, que "altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais", tendo como relatora a senadora Marta Suplicy, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 10 -** Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2015; **Item 11 -** Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015; **Item 12 -** Projeto de Lei da Câmara nº 81 de 2011; **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 491 de 2013; **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 594 de 2015**; Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 241 de 2014; **Item 17 -** Projeto de Lei do Senado nº 113 de 2016; **Item 19 -** Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016; **Item 20 -** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; **Item 21 -** Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; **Item 22 -** Projeto de Lei do Senado nº 578 de 2015; **Item 23 -** Projeto de Lei do Senado nº 184 de 2011; **Item 24 -** Projeto de Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senado nº 150 de 2016; **Item 25 -** Projeto de Lei do Senado nº 140 de 2016; **Item 26 -** Projeto de Lei do Senado nº 317 de 2011. São apreciados ainda os seguintes itens extrapauta: **Item 27 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Flexa Ribeiro e do senador Tasso Jereissati, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requerem urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2016, que 'altera a Resolução nº 25 de 2016, do Senado Federal, para flexibilizar o cronograma de liberação e contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o estado do Ceará e o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID)'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado. **Item 28 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2016, que 'reajusta a remuneração dos servidores integrantes do quadro de pessoal da Câmara dos Deputados'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado. **Item 29 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 31 de 2016, que 'altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 30 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2016, que 'altera a remuneração de servidores e empregados públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões e dá outras providências'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 31 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 34 de 2016, que 'altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação e dá outras providências'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 32 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 35 de 2016, que 'altera a remuneração de servidores públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003, e dá outras providências'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 33 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 36 de 2016, que 'altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões, altera os requisitos de acesso a cargos públicos, reestrutura cargos e carreiras, dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações e dá outras providências'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 34 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37 de 2016, que 'altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 35 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 2016, que 'cria, transforma e extingue cargos e funções, reestrutura cargos e carreiras, altera a remuneração de servidores, altera a remuneração de militares de ex-territórios federais, altera disposições sobre gratificações de desempenho, dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias, modifica regras sobre requisição e cessão de servidores e dá outras providências'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. **Item 36 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 19 de 2016, de autoria da senadora Gleisi Hoffman, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241 de 2016, que 'altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal', com a presença do secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Facundo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Almeida Jr.; do chefe da Assessoria Especial do ministro da Fazenda, Marcos José Mendes; da professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP, Laura Carvalho; e do professor associado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Pedro Paulo Zahluth Bastos". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 19/2016-CAE. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 21ª, 22ª e 23ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 21ª, 22ª e 23ª Reuniões.

Como não temos quórum para deliberar, deixamos para o final da reunião.

Comunico o recebimento do seguinte documento para seu conhecimento.

Correspondência:

– Ofício nº 255, de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, Santa Catarina, encaminhando cópia da Moção nº 10, de 2016, solicitando que seja mantida em funcionamento a agência da Receita Federal no Município.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço a V. Exª, ouvido o Plenário, se poderíamos fazer a inversão de pauta para que eu possa relatar o item 13, que trata de um empréstimo para o Estado do Ceará. Ele já foi aprovado, mas precisam ser feitas algumas correções no projeto de resolução.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Submeto ao Plenário o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, de inversão de pauta.

Se todos concordarem... (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 13
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 42, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 25, de 2016, do Senado Federal, para flexibilizar o cronograma de liberação e contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, já aprovado aqui, altera a Resolução nº 25, de 2016, do Senado Federal, para flexibilizar o cronograma de liberação e contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

O projeto de resolução de autoria do Senador Tasso Jereissati contém dois artigos:

O art. 1º suprime os incisos V e VI do art. 2º da Resolução nº 25, de 2016, do Senado Federal, relativos ao cronograma de liberação e à contrapartida dos recursos do empréstimo respectivamente.

O art. 2º se refere à cláusula de vigência, determinando que a resolução entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Presidente, Senadora Gleisi, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução do Senado nº 42, nos seus dois artigos, apenas faz algumas correções, porque o Projeto de Resolução nº 25, que autorizava o empréstimo ao Estado do Ceará, trouxe imperfeições no seu texto que inviabilizariam o andamento do projeto, a saber: primeiro, que a liberação era anual, ou seja, definia a liberação anual; a segunda correção que precisaria ser feita é que o valor do dólar ficaria congelado, então, não haveria a correção desses valores; e a terceira é que ali não se continha a condição de que, se houver um aumento de custo ao projeto, que é de suma importância para o Estado do Ceará, pois trata...

Deixem-me localizar aqui...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Financiamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É social, não é?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim; financiamento para o Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (Proares III, primeira fase). Então, um programa da maior importância para um Estado como o Ceará, que, como o Pará, também precisa de recursos em todas as áreas, em especial a social.

Então, o projeto de resolução do Senador Tasso corrige isso. Para tanto, ele diz que, se houver um acréscimo no custo da implantação do Proares III, o Estado se compromete a completar esses recursos com tesouro do Estado. Então, libera o órgão financiador, o BID, de colocar mais recursos nisso.

O Projeto de Resolução nº 42 traz exatamente essas alterações no Projeto de Resolução nº 25 para tornar exequível a implantação do Proares III com o empréstimo do BID.

Então, o nosso parecer é pela aprovação do PRS nº 42, de 2016, acrescido da seguinte emenda.

A emenda é uma emenda de redação. Houve um engano na redação. Lá no 25 está "suprima-se os incisos V e VI", e a correção é "suprimam-se os incisos V e VI do art. 2º da Resolução nº 25, de 11 de maio de 2016, do Senado Federal, renumerando-se os demais". É só uma emenda de redação.

O parecer é favorável.

Parabenizo o Senador Tasso Jereissati.

Quero fazer aqui um registro, Senadora Gleisi Hoffmann.

O Senador Tasso é oposição ao Governador do Ceará, mas ele não é oposição, e nunca foi, pelo contrário... Ele foi o precursor, há mais de 20 anos, da mudança de paradigma que sofreu o Estado do Ceará e serviu de exemplo muito antes do Governo Fernando Henrique Cardoso, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano Real. O Senador Tasso, ainda jovem – e ele continua jovem –, como Governador, colocou o Estado do Ceará nos trilhos e, hoje, o Ceará serve de exemplo para o Nordeste todo e, eu diria, para o Brasil todo.

Essa situação é diferente, Senadora Gleisi, lamentavelmente, do que acontece no Estado do Pará.

No Estado do Pará a política não se faz conforme o interesse do Estado, mas de forma lamentável. O Estado do Pará tem um empréstimo já internalizado do governo do Japão, de R$520 milhões, recursos disponibilizados, o Estado pagando taxa de permanência, licença ambiental já concedida, edital pronto para licitar. Falta tão somente a delegação do Ministério dos Transportes, Senador Fernando Bezerra, para que possa ser feita a licitação do BRT da área metropolitana de Belém. Essa delegação é necessária porque é uma ação numa BR.

Pasmem, Srª Presidente e Srs. Senadores: há mais de ano se espera que essa delegação seja feita. Essa delegação é feita a todos os Estados, mas, lá no Pará, por questões políticas – com p menor, p minúsculo – ela está retida na Casa Civil. Estava retida no Governo da Presidente afastada, e eu até entendia isso, porque nós lá no Pará éramos oposição ao Governo da Presidente Dilma. Lamentava o Governo ter tomado essa atitude, mas não podia fazer nada. Agora dizem que nós somos aliados, Senador Tasso, e nós estamos esperando – já se vão mais de 60 dias – sem a liberação da resolução também.

Então, quero aqui aproveitar para fazer, através de V. Exª, um apelo, e vou fazer ao Presidente Temer, porque há necessidade de o Brasil retomar os investimentos, gerar emprego e renda, e lá, Senador Bezerra, Senador Tasso, nós temos 520 milhões internalizados, podemos começar sem nenhum real do Tesouro Nacional – não há um real do Tesouro Nacional –, podemos iniciar a obra, e precisa apenas que o Presidente Temer determine que o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, dê a delegação para que possa ser feita a obra na BR.

Eu quero fazer esse apelo de público, para que a gente possa, efetivamente, gerar emprego e renda e ir no caminho de que necessita o nosso País, com um risco, que quero deixar registrado nos *Anais do Senado*: o governo japonês, pelo não uso há mais de ano desses recursos internalizados, está propenso, inclusive, a realocar esses recursos para um projeto, Senador Tasso, já que este projeto não se concretiza.

É o apelo que faço a V. Exª. V. Exª, com o prestígio que tem neste Governo, poderia ajudar...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Neste Governo, eu não tenho prestígio, Senador Flexa. Nenhum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... poderia ajudar a liberar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Acho que vou lhe atrapalhar se eu for pedir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... essa delegação da BR-316, nos primeiros 18 quilômetros da área metropolitana de Belém.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para esclarecer ao Senador Flexa, realmente aí eu não posso lhe ajudar.

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Gleisi, primeiro, quero agradecer a compreensão de V. Exª; é um projeto simples, apenas para correção de alguns termos já que o financiamento em si, quanto ao mérito, já foi discutido e aprovado, e a rápida tomada de decisão pelo Senador Flexa Ribeiro, que, como sempre, fez a sua análise de uma maneira muito competente e consequente, não deixando de registrar seu protesto em relação ao Governo do Pará.

Então, peço aos nossos pares que o aprovem da maneira mais célere possível.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Tasso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Temos quórum já?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Falta um Senador apenas para quórum, para que a gente possa votar a matéria....

Chegou o Senador então.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, podemos já aprovar aqui?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Podemos. Se o Plenário votar a favor, vamos aprovar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não tenho dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, peço encaminhamento com urgência, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Submeto a urgência solicitada pelo Senador Flexa e pelo Senador Tasso ao Plenário.

Os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria segue, com urgência, para o plenário.

Voltamos, então, ao item 1 da pauta.

Estamos com problema em relação a alguns Senadores que são relatores das matérias sobre reajuste dos servidores; assim, vou dar preferência à leitura dos relatórios aos Senadores que estão em plenário... Ah, não, o Senador Hélio José chegou! Bem na hora.

Então, podemos seguir com o item 1 da pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Autoria: Mesa da Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Não apresentado.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria cumprimentar S. Exª Senadora Gleisi Hoffmann e os demais pares aqui presentes.

Gostaria que a assessoria trouxesse uma cópia do meu relatório, por favor.

Meu parecer é favorável à aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Já está seguindo, Senador, o relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A assessoria fá fez o seu dever de casa.

Queria cumprimentar todos os pares aqui presentes, os servidores públicos e dizer que o PLS 30, item 1 desta pauta, trata do reajuste dos servidores da Câmara dos Deputados. Tal qual o reajuste dos servidores do Senado Federal, que já virou lei, nós esperamos aqui hoje encaminhar o reajuste dos servidores da Câmara dos Deputados.

Relatório:

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2016 (PL nº 2.742, de 2015, na origem), de autoria da Mesa da Câmara dos Deputados, que reajusta a remuneração de servidores da respectiva Casa Legislativa.

O PLC é composto de três artigos.

O art. 1º define os seguintes percentuais de reajuste que serão aplicados sempre sobre a remuneração vigente em 31 de dezembro no ano anterior:

I — 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2016;

II — 5% (cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2017, aplicados sobre as remunerações vigentes em 31 de dezembro de 2016;

III — 4,8% (quatro inteiros e oito décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2018, aplicados sobre as remunerações vigentes em 31 de dezembro de 2017;

IV — 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2019, aplicados sobre as remunerações vigentes em 31 de dezembro de 2018.

O parágrafo único estabelece que os reajustes incidirão sobre as tabelas constantes da Lei nº 12.777, de 28 de dezembro de 2012, que altera o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Vamos dar uma concentrada, pessoal, senão os colegas da Câmara vão ficar chateados conosco aqui do Senado, porque estamos tratando do reajuste dos colegas da Câmara dos Deputados e não estamos concentrados. Vamos dar uma acalmada todo mundo.

O art. 2º estende o reajuste aos proventos de aposentadoria e às pensões cujos valores são baseados na remuneração do servidor ativo.

O art. 3º estabelece que as despesas decorrentes da lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Câmara dos Deputados.

O art. 4º institui que a lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

De acordo com a justificação, o reajuste da remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados está de acordo com os montantes divulgados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme disposto no §1º do art. 78 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, em tramitação no Congresso Nacional à época da apresentação da proposição. Esse reajuste busca repor, na medida do possível, e considerando o ajuste fiscal em curso pelo Governo Federal, parte da inflação prevista para os próximos anos.

O PLC foi distribuído inicialmente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável em 6 de julho último.

Também em 6 de julho, esta CAE recebeu o Ofício nº 1138/2016/SGM/P, da Presidência em exercício da Câmara dos Deputados, em resposta ao Ofício nº 070/2016/CAE, contendo as estimativas do impacto orçamentário-financeiro decorrentes dos reajustes previstos no PLC nº 30, de 2016. De acordo com o ofício, o gasto total, incluindo ativos e inativos, decorrente do reajuste proposto no PLC será de R$177 milhões em 2016; R$238 milhões em 2017; R$166 milhões em 2018 e R$180 milhões em 2019. Sendo assim, o impacto financeiro total do PLC no acumulado dos quatro anos atingirá R$762 milhões.

Não houve apresentação de emendas.

Da análise, pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nota-se que é meritório o projeto. Eu vou direto ao voto, até para ganhar tempo, porque nós temos alguns debates importantes. Eu só quero, antes de dar o meu voto aqui, agradecer à Senadora Gleisi pela confiança de ter me colocado para Relator deste importante projeto que reajusta os colegas ali da Câmara dos Deputados. Foi com muito orgulho que assumi essa tarefa. Conforme já devidamente esclarecido pelo Ministro do Planejamento, os aumentos colocados estão previstos no Orçamento, abaixo inclusive da inflação prevista para todo o período.

Então, é com muita tranquilidade que, diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2016, sem emendas.

Esse é meu voto. Gostaria que todos pudéssemos fazer esse passo, em atenção aos colegas da Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Hélio José.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, eu tenho manifestado elevada preocupação com relação à conjuntura fiscal vivida pelo nosso País em função da tragédia que já se configura pelo legado deixado pela desorganização fiscal do governo afastado da Presidente Dilma.

A conjuntura fiscal brasileira nos leva objetivamente a apresentar uma preocupação com relação a esses aumentos, sem entrar no mérito do merecimento, mas com relação à oportunidade.

De fato, como relatado pelo Senador Hélio José, a previsão orçamentária para 2016, no Anexo 5 da Lei Orçamentária Anual, é da ordem de R$254,157 milhões, e o impacto do projeto é da ordem de R$176,551 milhões. Com aumentos da ordem de: em 2016, 5,5%; em 2017, 5%; em 2018, 4,8%; e em 2019, 4,5%. Portanto, o projeto está absolutamente de acordo com as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando que as metas para 2017, 2018 e 2019 estão enquadradas inclusive na proposta de emenda à Constituição que o Governo Federal já submeteu ao Congresso brasileiro estabelecendo restrição para a expansão da despesa pública, estabelecendo como meta a inflação do ano anterior, em que pese o elevado custo desses aumentos, da ordem de R$762 milhões ao longo de quatro anos, sejamos aqui muito claros, recursos de que o Governo não dispõe, recursos que o Governo terá que captar no mercado, através de emissão de títulos, objetivamente agravando o quadro fiscal brasileiro.

Esse foi um tema bastante discutido inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, e lá nós chegamos a um acordo de que faríamos os ajustes, os aumentos, mas não faríamos as demais reivindicações, quais sejam: a criação de cargos e salários e as transposições funcionais.

Então, eu me manifesto favoravelmente, com essas preocupações, considerando que o Governo Federal, o Ministro do Planejamento e mesmo o Ministro da Fazenda, que tem a responsabilidade de ser o guardião dessa realidade, já finalizaram que esses aumentos estão devidamente enquadrados, sobretudo na proposta de emenda à Constituição, como eu disse aqui, que limita o crescimento da despesa pública à inflação do ano anterior. Portanto, eu me manifesto, com essas observações, com essas restrições, favoravelmente ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Srs. Senadores, eu quero, na mesma linha do Senador Ricardo Ferraço, primeiro, parabenizar S. Exª pela sua coerência em fazer uma análise profunda de todos esses projetos que nós estamos aprovando aqui, de aumento para os servidores, repondo a inflação de anos que não foram corrigidos e em função de um acordo que foi feito ainda no governo passado, no governo afastado, e que o Presidente Temer manteve.

Nós tivemos aqui a presença do Ministro do Planejamento, que deu uma explicação para todos nós Senadores de que todos esses impactos que virão no momento do gasto público já estão considerados nesse extraordinário déficit de R$170 bilhões.

Então, como disse o Senador Ferraço, pela análise que fez e faz de todos os projetos que por aqui passam, que tratam desse reajuste, o parecer do Relator, Senador Hélio José, é favorável, o do Senador Ferraço também, e eu quero colocar aqui o meu voto favorável não só a esse, mas a todos os outros que virão em seguida, inclusive dos aposentados, sobre o qual o Senador Fenando Bezerra vai dar o parecer. Eles estão muito temerosos, ali na plateia, porque o Senador Fernando Bezerra não tinha disponibilizado o parecer, mas já disponibilizou e o parecer é favorável.

Eu terei de me ausentar, Presidente, e quero deixar registrado o meu voto favorável a todos esses projetos que vão tramitar, fazendo justiça aos servidores de todos esses órgãos do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas para tentar facilitar a tramitação e a deliberação desses projetos que dizem respeito aos interesses dos servidores públicos federais.

É importante aqui registrar o trabalho do Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes, e o trabalho do Líder da Maioria, Senador Lindbergh Farias. Foi feito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Minoria! Da Minoria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em breve, Maioria. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Foi feito um amplo entendimento no sentido de deliberarmos sobre o reajuste dos servidores públicos federais. À medida que os projetos forem sendo chamados, eu, aqui representando a Liderança do Governo, vou dizer os itens que foram acordados para serem vetados. No caso desse relatado pelo Senador Hélio José, o projeto está inteiramente de acordo com o entendimento do Governo Federal, das Lideranças aqui no Senado Federal, mas há diversos projetos que foram alvo de mudanças propostas pelo Senador Ricardo Ferraço, pelo Senador Pimentel, e nós fizemos o acordo para não ter que devolver para apreciação da Câmara.

Vamos aprovar como saiu da Comissão de Constituição e Justiça, mas com o compromisso de haver os vetos naquelas matérias levantadas por alguns Senadores que têm compromisso com o equilíbrio das contas públicas, que acham que o momento não é de tratar de transposição de cargo, de criação de gratificação, de criação de novos cargos. Portanto, todos esses projetos foram merecedores de vetos que serão apostos pelo Sr. Presidente da República, Michel Temer.

Era essa a informação que eu queria trazer; mas de forma a ajudar na tramitação, à medida que os projetos forem chamados, eu aqui anunciarei as matérias que serão objetos de veto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Presidente, Senadora Gleisi, considerando as manifestações dos Líderes do Governo, bem como a anuência do Líder da Minoria, Senador Lindbergh, e o consenso dos Relatores de cada um desses projetos, eu proponho, para que a gente ganhe tempo, juntar todos os projetos que existem na pauta, que dizem respeito a aumento de servidores, para votarmos em globo, considerando que o Líder do Governo já disse que para os que foram acordados e o que houver de divergência há um compromisso de veto.

Então, para que possamos ganhar tempo e apreciarmos outras matérias, vamos votar em globo. Proponho, portanto, que possamos votar em globo todos os projetos que dizem respeito a aumento de servidores. Essa é a minha proposta, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Benedito de Lira.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, de fato, conseguimos chegar aqui, num tema muito difícil, a um acordo. Quero cumprimentar o Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes, e o Senador Fernando Bezerra. Vou no sentido do Senador Benedito de Lira. Não sei, Srª Presidente, como temos um acordo para levar ao Plenário, em cima desses vetos, o ideal seria votar em globo. Se não for possível, regimentalmente, votar em globo, votaríamos os projetos um a um, sem entrar em discussão. Se começarmos a discutir especificidades, ponto a ponto, além de perdermos muito tempo, acho que o tal acordo pode encontrar dificuldades em prosperar. Então, a minha proposta vai no sentido da do Senador Benedito de Lira: ou votar em globo ou votar um a um, mas sem entrar em discussão em cada um dos temas, visto que já conseguimos o feito de produzir um acordo acerca de um tema tão difícil como esse.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para esclarecer.... Pois não.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Se não houver divergência de liderança, acho que não há problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sá para esclarecer: não podemos votar em globo porque são matérias distintas, mas podemos fazer a discussão em globo. Leríamos todos os relatórios de uma vez só, faríamos a discussão, encerraríamos a discussão e votaríamos projeto a projeto. Nesse caso, não faríamos a discussão projeto a projeto.

Se o Plenário concordar com isso, encaminho dessa forma e já passaríamos aos Relatores aqui presentes para fazer a leitura dos relatórios.

De acordo? Consenso? (*Pausa.*)

Então, está bem.

Item nº 2.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu pediria que deixasse esse para depois do item 5, do Senador Fernando Bezerra, porque há um pequeno ajuste para fazer ao relatório.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – *O.k.*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) –

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 3-CCJ.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 3-CCJ.
Também foram apresentadas as Emendas nº 4 e nº 5, pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2016, da Presidência da República, que altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.

Vamos direto à análise, Srª Presidente.

Está bem curto. A matéria é meritória.

Conforme consta do relatório do Senador José Maranhão, aprovado na CCJ, de um lado, há a necessidade de que os servidores públicos federais tenham a adequada remuneração e a expectativa de que, no futuro, essa remuneração tenha o seu valor real protegido ao menos parcialmente. De outro, as equipes econômicas da então Presidente Dilma e do Presidente em exercício Michel Temer registram o seu acordo com a medida cujos efeitos fiscais já constam da nova meta de resultado primário para o exercício financeiro de 2016.

O Anexo V da LOA 2016, em seu item II (Alteração de Estrutura de Carreiras e Aumento de Remuneração), subitem 5.1.2, prevê que o limite das dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de projetos de lei relativos à reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no Poder Executivo é de R$5,3 bilhões em 2016. Esse limite é superior ao impacto orçamentário-financeiro do PLC nº 33, de 2016, no exercício financeiro de 2016, que é de R$1,1 bilhão. Nos exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019, esse impacto acumulado será de, respectivamente, R$5,6 bilhões, R$10,2 bilhões e R$14,8 bilhões.

Não concordamos com a Emenda nº 3-CCJ, que mantém a exigência atual de diploma de nível médio para ingresso na carreira de Técnico do Ibama e do ICMBio, pois há dois precedentes em relação à alteração da exigência para ingresso em cargo público. O primeiro, promovido pela Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, oriunda da Medida Provisória (MPV) nº 46, de 25 de junho de 2002, alterou a exigência de diploma de nível médio para superior em relação ao ingresso no cargo de Técnico da Receita Federal, hoje denominado Analista Tributário da Receita Federal do Brasil. O segundo, promovido pela Lei nº 13.034, de 28 de outubro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de 2014, oriunda da MPV nº 650, de 30 de junho de 2014, alterou a exigência de diploma de nível médio para superior em relação ao ingresso no cargo de Agente de Polícia Federal.

Ademais, a aprovação da Emenda nº 3-CCJ obrigaria o reexame da matéria pela Câmara dos Deputados, isto é, a entrada em vigência dos reajustes seria atrasada, sendo que há uma demanda legítima por parte dos servidores públicos federais para que a lei resultante do PLC em exame entre em vigor o mais rápido possível.

Diante do exposto, proponho voto pela aprovação do PLC nº 33, de 2016, com a rejeição da Emenda nº 3-CCJ.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Wellington.

Como nós já aprovamos aqui, vamos passar direto ao item 4, para a leitura do relatório, a fim de que, depois, possamos abrir a discussão conjunta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Romero Jucá.

O relatório é favorável, suponho.

Consulto a Secretaria da Mesa se o Senador Romero Jucá apresentou o relatório ao item 4.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, vocês têm que me informar aqui.

Parecer favorável.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Srª Presidente, o parecer é favorável da forma como foi votado e combinado, para que nós possamos encaminhar ao Plenário e para a sanção; e, a partir daí, o Governo Federal fará os vetos negociados dentro dos entendimentos de todos os Líderes.

Portanto, tanto para o PL nº 34 quanto para o PL nº 35, a posição é aprovar da forma como veio da Câmara, acatando simplesmente emendas de redação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Senador Romero Jucá.

Eu só queria, em relação ao projeto anterior, o do item 3 da pauta, como nós temos duas emendas que foram apresentadas posteriormente aqui, na CAE, pela Senadora Vanessa Grazziotin, que V. Exª emitisse parecer sobre as Emendas nºs 4 e 5. Pode ser na sequência – nós passamos ao item 5 –, e V. Exª, depois, nos apresenta o parecer.

Item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Relatório: Favorável.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 4, 5 e 10-CCJ.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Srª Presidente, o parecer é favorável, com a aprovação, apenas, com emenda de redação, contrário às emendas que modificam o mérito, tendo em vista o entendimento de que aprovaremos as medidas todas ainda hoje em plenário e a matéria irá a sanção, e serão analisados os vetos, de acordo com o entendimento feito com as Lideranças, conduzido pelo Senador Aloysio Nunes e pelo Senador Fernando Bezerra.

Portanto, o voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, só para ficar claro: é pela rejeição das Emendas nº 4 e 5 da CCJ.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Rejeição das emendas de mérito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – *O.k.*

Item nº 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Favorável.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 7, 8, 10 e 11-CCJ.

Em 12 de julho de 2016, foi apresentada a Emenda nº 12, do Senador Hélio José, sobre a qual o Relator também deverá se manifestar.

Com a palavra o Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, entendemos que o PLC possui devida previsão orçamentária, estando de acordo com a Constituição Federal, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, com a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2016, e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000.

Eu queria apenas chamar a atenção de que nós concordamos, no mérito, com as Emendas nºs 7 e 8 da CCJ, que mantêm a exigência atual de diploma de nível médio para ingresso nas carreiras de, respectivamente, Técnico Federal de Finanças e Controle e Técnico do Banco Central.

Todavia, se fôssemos aprovar essas emendas, a matéria voltaria à Câmara dos Deputados. Nesse sentido, ressalto que houve entendimento com a Liderança do Governo e com o Poder Executivo, um compromisso de veto, para o atendimento das Emendas nºs 7 e 8 da CCJ.

E, também, acolhemos a Emenda nº 10 da CCJ, porque houve um equívoco no que tange à parte normativa do inciso II do art. 31.

Isso foi corrigido através do acatamento da emenda do Senador Hélio José, que visa exclusivamente consignar, no texto do inciso II do art. 31 do PLC 36, que, depois de cumprido o escalonamento decrescente à proporção de 7 pontos percentuais, após completar cada um dos nove anos seguintes, os advogados públicos federais aposentados continuarão a perceber o percentual fixo de uma quota parte dos honorários advocatícios até a data da cessação da aposentadoria.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, com o acolhimento parcial da Emenda nº 10-CCJ, acolhimento total das Emendas nºs 11-CCJ e 12-CAE e com a rejeição de todas as demais emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esse é o nosso parecer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço o Senador Fernando Bezerra...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu sei que o debate é posterior, mas eu só queria fazer uma pergunta ao Senador Fernando Bezerra: a questão dos inativos ficou resolvida com o acatamento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a emenda do Senador Hélio José.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Resolve a questão dos inativos?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É uma emenda de redação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só para esclarecer.

Obrigado, Presidente; obrigado, Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, em análise na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2016, da Presidência Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2016, da Presidência da República, que altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Tentando ser mais direto, ainda de acordo com a EMI nº 507, de 2015, o reajuste será praticado em quatro parcelas, entre 2016 e 2019, com elevação das despesas de pessoal, ao final do processo, estimada em R$ 14 bilhões, com percentuais médios de reajuste de 5,5% em 2016; 6,59% em 2017; 6,72% em 2018 e 6,28% em 2019, beneficiando um público alvo de 740 mil pessoas, entre militares ativos e inativos, pensionistas e anistiados políticos militares. Em 2016, 2017, 2018 e 2019, o impacto orçamentário-financeiro do PLC nº 37, de 2016, será de, respectivamente, R$ 2,8 bilhões, R$ 3,5 bilhões, R$ 3,8 bilhões e R$ 3,8 bilhões.

No âmbito das competências desta Comissão, cumpre destacar reiteradas manifestações dos titulares das pastas da área econômica do Governo, em especial notas à imprensa publicadas no sítio eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), de 1º e 3 de junho de 2016, afirmando que os reajustes aprovados pela Câmara dos Deputados não causarão impacto adicional no orçamento federal em 2016, uma vez que recursos próprios já haviam sido assegurados na Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, tendo sido considerados inclusive na nova meta de resultado primário aprovada pelo Congresso Nacional, não representando, portanto, nenhum impacto orçamentário-financeiro adicional.

Tal posição foi reforçada pelo Ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, em sessão conjunta de audiência pública da CCJ e CAE, realizada no dia 06 de julho de 2016, estando, portanto, a matéria em condições de ser aprovada.

Voto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Diante do exposto, manifesto meu voto favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2016.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Item 8:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Favorável
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 8, 14, 15, 28 a 31-CCJ.

Na ausência do Senador Eduardo Braga, nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Fernando Bezerra.

S. Exª tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, o relatório do Senador Eduardo Braga é pela aprovação completa desse projeto de lei, mas eu me reservo poder anunciar, na hora oportuna, quando do debate conjunto, os diversos itens desse projeto, porque esse é o projeto de lei que tem mais compromissos de veto construídos no acordo entre o Senado Federal e o Governo Federal.

Portanto, o parecer do Senador Eduardo Braga é pela aprovação. S. Exª aprova o projeto, assim como as Emendas nºs 29 a 31, da CCJ, e contrário a todas as demais emendas. Repito: favorável à aprovação das Emendas nºs 29 a 31 e contrário a todas as demais emendas. Mas ressalvo que irei destacar aqui, quando da discussão conjunta, as matérias desse projeto de lei que serão alvo de vetos pelo Poder Executivo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – As Emendas nº 29 a 31 são de redação, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Srª Presidente, só para fazer uma observação ao Senador Fernando Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Gostaria de saber se essas são emendas de mérito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não. São emendas de redação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só de redação? As emendas de mérito ficariam dentro também do entendimento de ir para veto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Todas as demais foram rejeitadas, mas...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Foram rejeitadas e serão encaminhadas como indicação para veto pelo Executivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pelo Executivo.

Eu farei isso quando da discussão em globo de todas as matérias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O PMDB encaminha essa posição, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra.

Voltamos ao item 2 da pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Não apresentado.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, muito rapidamente, o meu parecer é favorável ao projeto, mas eu queria chamar a atenção para uma questão importante na sua tramitação.

Primeiro, o projeto estava na Câmara dos Deputados. Chegou um aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União pedindo alteração, que foi feita em uma emenda substitutiva do Deputado Rubens Bueno. Na verdade, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados sem impacto orçamentário e financeiro. Esse impacto orçamentário e financeiro só chegou na semana passada. E, na verdade, quando vamos olhar o impacto orçamentário e financeiro, houve um aumento substancial nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Então, trago aqui a minha reclamação a respeito da conduta do Tribunal de Contas, que eu acho que tinha que ter colocado no momento certo essa exposição do impacto orçamentário e financeiro. Na verdade, a categoria vai receber 31%, um pouco acima do reajuste salarial, que é de 21% a 27%, o que configura, de certa forma, uma pedalada da direção do Tribunal de Contas da União, porque os dados tinham que estar claros para nós. Mas reconhecendo que esse aumento está dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e tendo esse acordo aqui sendo fechado por todos os Srs. Senadores, o meu parecer é pela aprovação do projeto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só um esclarecimento: a Emenda nº 1 da CCJ é uma emenda de redação. V. Exª mantém?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mantenho. Está mantida a Emenda nº 1.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bom.

É importante esclarecer, porque havia problema de prazo de janeiro para fevereiro. Já há problema de aumento na tabela também, não é?

Em discussão os projetos constantes dos itens 1 a 8 da pauta.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu pediria a atenção para poder agora falar...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... como se traduziu esse amplo acordo, repito,...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria só de pedir silêncio ao Plenário, principalmente às laterais, porque o que o Senador Fernando Bezerra vai falar agora implica no conteúdo dos projetos. Então, eu pediria silêncio. Se a Assessoria precisar conversar, que se retire da sala, para podermos prestar atenção.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, eu gostaria, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de mais uma vez registrar aqui o esforço do Líder do Governo, o Senador Aloysio Nunes, e do Líder da Minoria, o Senador Lindbergh Farias, no sentido de permitir a votação e a manutenção do acordo fechado pela Presidente afastada e pelo atual Presidente de agilizar a concessão dos reajustes salariais para diversas categorias do serviço público federal. Mas para chegarmos a esse entendimento foi construído também um entendimento em termos de vetos que serão apostos pelo Poder Executivo a diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

matérias que aqui acabamos de apreciar. Eu só vou chamar os projetos que serão objeto de vetos. Aqueles que não forem chamados serão sancionados conforme foi aqui deliberado.

O primeiro projeto que será alvo de veto: Projeto de Lei da Câmara nº 33. Será vetado o art. 76 da proposta, no que tange ao *caput* do art. 13-B da Lei nº 10.410, de 2002, que institui a Gratificação de Qualificação (GQ) a partir de 1º de janeiro de 2013, concedido aos titulares de cargo de provimento efetivo de nível superior incluindo os técnicos administrativos e técnicos ambientais, todos do Ibama. Portanto, o art. 76 do Projeto de Lei da Câmara nº 33 será objeto de veto.

Projeto de lei da Câmara nº 35. Artigos que deverão ser vetados:

– Art. 19, que trata da extinção de dedicação exclusiva de servidores de diversas carreiras desde que não haja conflito. Ficam dispensados da dedicação exclusiva os titulares de 23 carreiras das agências reguladoras. Tal posição segue a mesma orientação adotada no PLC nº 38, de 2016, recomendado veto à extinção de dedicação exclusiva a carreiras do Executivo, tendo, inclusive, sido suprimido o artigo que tratava do tema por emenda da CCJ.

Art. 27, que altera o art. 154 da Lei nº 11.890, de 2008, tratando da promoção e progressão de diversas carreiras. Dentre elas, foram incluídas nos Incisos XXXIV e LX, carreiras de analistas do Cade. Tais incisos foram suprimidos por adequações necessárias pela emenda nº 10, da CCJ, do Senador Ricardo Ferraço.

Arts. 33 a 48, que tratam da criação, no quadro de pessoal do Cade, de duas carreiras de analista, especificando suas atribuições e competências.

Projeto de Lei da Câmara nº 36. Artigos que deverão ser vetados:

Art. 7º, que dispõe sobre os requisitos para o ingresso no cargo de técnico federal de finanças e controle, exigindo diploma de graduação em nível superior;

Art. 20, que dispõe sobre os requisitos para o ingresso no cargo de técnico do Banco Central, exigindo diploma de graduação em nível superior.

Projeto de Lei da Câmara nº 38. Artigos que deverão ser vetados:

Arts. de 1º a 16, que tratam da criação de 2.190 cargos de analista técnico de pessoal e logística, elencando suas atribuições e competências;

Arts 42 e 43 deverão ser vetados pois tratam da criação de cargos de provimento efetivo no plano de carreira dos cargos técnicos administrativos em educação. Trata-se da criação de 4.383 cargos na área. Tais dispositivos foram suprimidos pelas Emendas nºs 8 e 14 da CCJ, dos Senadores José Pimentel e Ricardo Ferraço;

Arts. 46 e 47, que tratam da criação de 4.597 cargos em órgãos do Executivo federal, como Cultura, DNIT, Imprensa Nacional, agente administrativo do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Comando do Exército, Fundação Nacional de Saúde e Instituto Brasileiro de Museus. Tais dispositivos foram suprimidos pelas Emendas nºs 8 e 14 da CCJ, dos Senadores José Pimentel e Ricardo Ferraço;

Arts. 90 e 91, que tratam da extinção de dedicação exclusiva de servidores de diversas carreiras – "desde que não haja conflito, ficam dispensados da dedicação exclusiva auditores da Receita Federal e do Trabalho, carreiras do ciclo de gestão, gestores, analistas de controle externo, especialista do Banco Central do Brasil, carreira de diplomata, analista da CVM" e diversos outros. Tais artigos foram suprimidos pela Emenda nº 15-CCJ, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

O art. 121 cria três mil cargos no Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União (PEC da AGU). Tal artigo foi suprimido pelas Emendas de nºs 8 e 14, ambas da CCJ, dos Senadores José Pimentel e Ricardo Ferraço.

E, finalmente, o art. 149, que trata da extinção de cargos para permitir a criação de cargos sem aumento de despesa; e o art. 150, que trata da autorização para provimento de cargos vagos pelo Ministério do Planejamento. Tais dispositivos foram suprimidos pelas Emendas de nºs 8 e 14, ambas da CCJ, dos Senadores Pimentel e Ferraço.

Portanto, Srª Presidente, essas são as matérias que serão objeto de veto e em relação às quais foi possível construir esse amplo entendimento, que levará essas oito matérias de reajuste salarial dos servidores públicos federais a serem votadas ainda hoje.

Assim, desde logo, apresento requerimento de urgência para votação dessas matérias, de modo que elas possam ser apreciadas pelo Plenário do Senado Federal na sessão deliberativa de hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço o Senador Fernando Bezerra pelos esclarecimentos.

A matéria continua em discussão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu quero cumprimentar as Lideranças do Governo – eu sou Vice-Líder do Governo – e também a Liderança da Minoria por esse entendimento.

Ontem mesmo, em reunião com o Presidente Temer, a gente colocava a importância desse acordo, que, a meu juízo, veio em boa hora, pois, assim, a gente garante o reajuste dos nossos servidores sem atropelo. Não teremos recesso deixando *sub judice* essa questão tão importante, para nós todos, brasileiros, que é o reajuste dos servidores públicos.

No entanto, quero deixar aqui o registro da minha discordância com relação a um ponto específico do veto: a questão do Banco Central, a mudança do cargo de nível superior para nível médio. É uma coisa que não gera nenhuma despesa. É o que a gente já fez aqui, no ano passado, para a Polícia Civil do Distrito Federal, muito corretamente. Então, essa mudança da nomenclatura da forma de ingresso no Banco Central, de nível médio para nível superior, visa apenas a qualificar melhor esse tão importante concurso, Senador Ricardo Ferraço. Então, isso é muito importante dentro do acerto que se fez com o Banco Central.

Desse modo, eu gostaria de divergir nesse ponto, deixando registrado que vamos, no momento oportuno, solicitar a retirada do veto nesse ponto da nomenclatura da forma de ingresso, de nível médio para nível superior, para os servidores do Banco Central.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço; em seguida, o Senador Cidinho Santos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, só para retificar: muito mais que um esclarecimento, o que o Senador Fernando Bezerra está fazendo aqui, em nome do Governo, é dar fé pública, em nome do Presidente da República, de que todos os projetos que tratam de reposições, transposição de carreira, criação de cargos serão vetados por violação constitucional.

Então, esse é um posicionamento público do Governo Federal, e é isso que nos leva não apenas a votar a favor, mas a acompanhar o regime de urgência, para que nós possamos deliberar em Plenário, considerando o posicionamento do Governo de que todos esses projetos serão vetados. É isso que estou entendendo. É muito mais que um esclarecimento, é um posicionamento público. É um compromisso com a Nação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza. Mais do que isso, o Senador Aloysio Nunes, que é o Líder do Governo, fará isso durante a apreciação dessas matérias no Plenário do Senado Federal. Haverá um pronunciamento oficial do Líder do Governo traduzindo esse entendimento, que também envolveu a Minoria, o Bloco da Minoria aqui no Senado Federal e envolveu também as tratativas com o Ministro Diogo Oliveira, com o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, com o Ministro do Governo, Geddel Vieira Lima, e com o próprio Presidente interino, o Presidente Michel Temer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora Gleisi, apenas para manifestar que sou favorável ao projeto. Há muito tempo as categorias vêm lutando, trabalhando. Já consta no orçamento. Então quero parabenizar o relatório do Senador Fernando Bezerra e declarar o nosso apoio incondicional.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Cidinho.

As matérias continuam em discussão.

Eu só queria solicitar ao Senador Wellington Fagundes que pudesse dar o parecer às emendas apresentadas ao item 3, as Emendas nº 4 e 5, apresentadas pela Senadora Vanessa Grazziotin, se são pela aprovação ou pela rejeição, para que possamos pôr as matérias em votação. (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, as duas emendas, a relatoria é pela reprovação, pela não aprovação. Pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Wellington Fagundes.

Nós vamos votar agora projeto a projeto. Eu vou apenas ler o número do projeto, a ementa, e nós vamos votar.

Eu queria antes só fazer uma colocação em relação ao item 2 da pauta, que é o projeto que altera a remuneração dos servidores do Tribunal de Contas da União. Embora tenha parecer favorável esse projeto, dado pelo Senador Lindbergh, eu queria lamentar, porque é o único projeto que destoa do montante de aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dado aos servidores. Ao invés de 27%, será de 32%, e nesse projeto ainda havia a antecipação da correção a partir de janeiro, o que nós corrigimos com uma emenda de redação.

Por que eu quero lamentar isso? Porque o Tribunal de Contas da União tem sido um arauto da defesa do equilíbrio das contas públicas. Inclusive apresentou um relatório contrário às contas da Presidente Dilma, falando das pedaladas e do desequilíbrio. E é exatamente o órgão que vem para dentro do Congresso Nacional articular um aumento maior aos seus servidores. Eu quero deixar isso aqui registrado, porque é lamentável essa posição do Tribunal de Contas da União. Porque se ele prega que nós temos que ter equilíbrio nas contas públicas, deveria começar pela sua própria Casa.

Vamos à votação.

Item nº 1 da pauta. Projeto de Lei da Câmara que reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

Item nº 2. Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2016, que altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Relatório favorável.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ/CAE, emenda de redação.

Item nº 3. Projeto de Lei da Câmara nº 33. Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.

Parecer favorável.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e contrário às emendas aqui já referidas pelo Senador Wellington Fagundes, Emendas nºs 4 e 5 apresentadas pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, eu estou relatando o item 19 também. Como ele é terminativo, se a senhora puder dar prioridade, agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vamos terminar só de votar e depois a gente encaminha.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Está bom.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Item nº 4. Projeto de Lei da Câmara nº 34. Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.

Parecer favorável.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

Item nº 5. Projeto de Lei da Câmara nº 35. Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.

Parecer favorável.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 4 e 5-CCJ/CAE e contrário à Emenda nº 10-CCJ.

Item nº 6. Projeto de Lei da Câmara nº 36. Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.

Parecer favorável.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Srª Presidente.

Só uma observação: uma manifestação sobre essa questão dos honorários advocatícios. Não se trata de ônus ao Erário, é uma matéria que consta do Código de Processo Civil...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, nós estamos no meio da votação. Depois, se V. Exª quiser se manifestar...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É só uma manifestação. Era isso daí, e dizer que estou inteiramente de acordo e acho que essa matéria é meritória. Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emendas nº 11-CCJ/CAE e acatando as Emendas nºs 10-CCJ e 12-CAE, nos termos da Emenda nº 13.

Item nº 7. Projeto de Lei da Câmara nº 37. Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Parecer favorável.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto.

Item n º 8. Projeto de Lei da Câmara nº 38. Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.

Parecer favorável.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 29 a 31 – CCJ/CAE e contrário às demais emendas.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Fernando Bezerra.

Os Senadores e Senadoras que concordam com requerimento de urgência da matéria, para que siga ao plenário ainda hoje, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

Os itens nºs 1 a 8 irão ao plenário ainda hoje.

Passamos, agora, ao item 9 da pauta. (*Pausa.*)

Eu gostaria de pedir silêncio, por favor, porque nós vamos continuar a reunião.

Agradeço a presença dos servidores aqui, que participaram do processo, e parabenizo-os também.

ITEM 9
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, de 2015
- Não terminativo -

Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.
Observações:
1. Em 17/5/2016, foi concedida vista coletiva;
2. Em 7/7/2016, foi realizada audiência pública para debater a matéria.

O relatório já foi lido pelo Senador Jorge Viana na 13ª Reunião realizada em 17 de maio, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu queria apresentar um requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não. Vamos dar a palavra ao Senador Jorge Viana e, na sequência, darei a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Caros colegas, Senadoras e Senadores, votamos um conjunto de matérias muito complexas e gostaria de ter a atenção dos colegas neste projeto de resolução.

É uma atribuição exclusiva do Senado Federal, como está escrito na Constituição e no Regimento Interno da Casa, e diz respeito a algo do maior interesse para o cidadão brasileiro e para o nosso País.

Estou me referindo à alíquota do ICMS que incide sobre o combustível de aviação. Parece algo corriqueiro do Confaz, mas não é. A Constituição é muito clara e estabelece como atribuição do Senado Federal o estabelecimento de alíquotas nesse caso, mesmo se tratando de ICMS. Só que não é um setor qualquer. É unanimidade no Brasil...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Jorge Viana, eu gostaria de pedir, por favor, que nós mantivéssemos silêncio na Comissão. Por favor, que a Assessoria que está aqui não se manifeste para que nós ouvíssemos o Senador Jorge Viana, e, na sequência, nós passaremos a palavra aos demais Senadores.

Está garantida a palavra ao Senador Jorge Viana. E eu peço para quem está falando ao telefone aqui que se retire.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Presidente pede e não atendem. É muito difícil trabalhar assim. Vamos tentar.

Como Relator, apreciei esta matéria. Trata-se de algo de que o País inteiro reclama. No Brasil, nós temos o maior custo de passagem aérea do mundo. Procurei estudar, entender, estou há mais de três anos tratando da questão. O Senador Randolfe apresentou o Projeto de Resolução nº 55, que tentava escalonar a cobrança da alíquota de ICMS sobre o que QAV, o combustível da aviação. Eu queria dizer que a última audiência aqui foi uma solicitação do colega Senador José Aníbal, que eu subscrevi e a Senadora Marta também reclamava essa audiência. Nós esclarecemos algumas dúvidas e ampliamos outras, mas o certo, Srª Presidente, é que há uma constatação de que de 38% a 40% do custo das companhias aéreas que prestam serviço no Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...decorre do combustível da aviação, que é dolarizado há muito tempo, um custo, para o Brasil, acima do que ocorre em outros países.

E eu queria dizer aos colegas Senadores e Senadoras que, de 2002 até 2015, houve um incremento no uso do serviço de transporte aéreo de 30 milhões de passageiros. Chegamos ao pico de 120 milhões de passageiros por ano no Brasil. O Brasil tem um dos maiores mercados do mundo hoje. Entramos numa crise econômica. As empresas aéreas demonstraram aqui, na última audiência, que nos últimos anos tiverem um prejuízo de mais de R$10 bilhões. A TAM trocou de mãos. Hoje, a notícia é de que 10% da Latam está sendo comprado pela Qatar. Está na imprensa de hoje. E todos sabem também que a Gol já tem uma sócia americana. Mas o problema é para o brasileiro, que segue pagando uma passagem muito cara.

O que tivemos nos últimos meses foi uma retirada absurda de voos, especialmente no Norte e no Nordeste brasileiros. Chegamos a atender, Senador Tasso, 300 cidades com o transporte aéreo dessas empresas, e, agora, pouco mais de cem cidades estão sendo atendidas no Brasil.

Estou situando o tamanho do problema, porque, quando fui dar meu parecer ao Projeto de Resolução nº 55, vi que mais de 17 Estados cobravam alíquotas abaixo de 12% de ICMS. Estou me referindo ao que ocorreu há três meses. Eu podia ler todos eles. Eu falei: "Bem, como 17 Estados, inclusive o meu Estado, já estão cobrando uma alíquota que tem um teto abaixo de 12%, em vez de termos uma alíquota que chegue a 25% de ICMS, estou propondo no meu projeto de resolução um substitutivo com pura e simplesmente um teto de 12% de alíquota de ICMS para o combustível de aviação."

É óbvio que, com a retirada de voos, mais de 150 cidades deixaram de ser atendidas, e houve um menor movimento de passageiros: abaixo de cem milhões de pessoas estão usando o transporte aéreo. E, neste ano, deve haver uma queda muito grande.

A minha proposta que eu trouxe à apreciação dos colegas é baseada na minha experiência também de prefeito e de governador. Eu diminuí o valor real do IPTU e arrecadei mais IPTU. Diminuí o ICMS no meu Estado e ampliei muitas vezes a arrecadação do ICMS quando governador.

Nós estamos vivendo algo que é o seguinte: se a alíquota está alta, tiram-se os voos, parando de atender aos brasileiros. E, nessa marcha da insensatez, a situação está se agravando.

Eu queria esclarecer também que o único País que cobra o maior imposto para combustível de aviação é o Brasil. É o único! Vejam que contradição: os Estados cobram ICMS no combustível de aviação, e todos os voos de qualquer cidade do Brasil para o exterior são isentos de ICMS. Então, nesta loucura em que vivemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

temos a seguinte situação: viajar para qualquer lugar do mundo é mais barato do que viajar dentro do Brasil. O turismo de São Paulo ou de qualquer cidade para o Nordeste é muito mais caro do que para qualquer país vizinho. A gente vai denunciando isso, vai falando, mas não tenta entender por que isso acontece.

Agora, pasmem! Perguntamos para os representantes das companhias aéreas: se fosse reduzido para 12% o teto de ICMS, praticado até dois meses atrás por mais de 17 Estados, o que isso implicaria? Palavra delas: "Imediatamente, um aumento de 50 a 70 voos por dia no Brasil." Os voos voltariam, obviamente com implicação no custo da passagem, e a concorrência não poderia estabelecer o percentual.

Mas o que me deixa... Eu queria concluir. Sei que houve uma manifestação do ex-Ministro da Aviação Civil Eliseu Padilha na imprensa. A revista *Veja* fez uma longa reportagem, nesse fim de semana, sobre isso. Não há quem não discuta esse tema Brasil afora. O Senado Federal tem a prerrogativa de tomar essa medida em favor dos brasileiros. Estou falando de cem milhões de usuários. Talvez, com a retomada do crescimento econômico, não haja nada mais importante do que o direito de ir e vir e o transporte aéreo. No meu Estado, só temos voo de madrugada, e, a cada 24 horas, você pode chegar ao Estado ou dele sair. A cada 24 horas tão somente.

Vou concluir, Srª Presidente.

Eu vim hoje e cheguei às seis horas da manhã. Você sai à uma hora da manhã, às duas e chega à meia-noite no Acre. E tão somente só há essas alternativas, porque as alternativas diárias foram retiradas.

O que nós temos, então, para concluir? Todos nós aqui temos uma máxima: ninguém aceita aumento de imposto. Está havendo aumento de imposto no Brasil – estou trazendo uma denúncia e a solução; estou trazendo uma denúncia que não foi debatida na audiência que nós fizemos e nunca aqui. Os Estados, nos últimos dois meses, aumentaram brutalmente os impostos sobre combustível de aviação. Na calada da noite, às escondidas.

Quando fiz meu relatório, há dois meses, 17 Estados cobravam ICMS abaixo de 12%. Esse quadro mudou. De 9, que cobravam abaixo, agora só são 3. O Distrito Federal, se os senhores quiserem saber, baixou para 12% o ICMS. Sabem o que aconteceu aqui, no Distrito Federal? Há 56 novos voos, 206 novas rotas e um incremento na receita do Estado de ICMS. Óbvio! Sempre funcionou assim.

O Espírito Santo, o Estado do meu colega Ricardo Ferraço, cobrava, até dois meses atrás – por isso que agora estou entendendo também o Governador ter se manifestado contrariamente –, 12%. Aumentou para 25%, enquanto estamos debatendo. Aumentou o imposto.

Não estou aqui tirando o problema.

Senador Tasso, o Estado de V. Exª cobrava 12% de ICMS até dois meses atrás. Aumentou para 25%.

As passagens vão aumentar. Estamos aumentando o imposto. Estou denunciando. E quem tem a prerrogativa de fixar a alíquota máxima é o Senado Federal. Será que não era a hora de darmos uma contribuição para o Brasil?

Há outra maneira de estimular turismo, negócios, a não ser pelo transporte aéreo?

Eu vou citar aqui todos; eu poderia citar todos: Santa Catarina era 12%, aumentou para 17%; Maranhão era 12%, aumentou para 17% também.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, eu peço aos colegas que possamos fazer algo para mudar essa insensatez. Eu peço a aprovação desse projeto de resolução, de autoria do Senador Randolfe. É prerrogativa exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos. Está havendo aumento de impostos em vários Estados. Nós podemos colocar um basta nessa guerra fiscal, em que só há um prejudicado: o usuário do transporte aéreo, em um País continental como o nosso. Isso é cerceamento do direito de vir.

É esse o apelo que faço.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O projeto do Senador Randolfe é simples: estabelece como cota máxima de cobrança do ICMS no combustível da aviação 12%, como praticava mais da metade dos Estados do nosso País até dois meses atrás.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Esse é o apelo que faço, independentemente das opiniões, que respeito, divergentes de vários Estados.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, eu já apresentei um requerimento para que esse projeto seja submetido à consulta na Comissão de Constituição e Justiça sobre a constitucionalidade do projeto.

Eu estava ouvindo aqui agora, e vou dizer as razões. Estava ouvindo o Senador Viana e ele, enfaticamente, segregou essa questão, dentre todas da economia brasileira, para significar a crise e a privação, a cem milhões de pessoas, de poderem viajar de avião. Eu estou aqui com a manchete do *Estadão*, segundo a qual as vendas do comércio caíram 9% em maio, Senador, com relação a maio do ano passado. Isso é que é privação, Senador. Nós estamos vivendo uma brutal crise fiscal. Passamos a manhã votando aumentos. E agora o Senador quer que a gente vote renúncia fiscal.

Eu vou dar os dados. Alguns dados do Senador têm procedência; outros são dados descontextualizados. O impacto negativo dessa medida para São Paulo é de R$295 milhões, mas para o Paraná, da Senadora Gleisi, é R$65 milhões; para o Mato Grosso, do Senador Wellington, do Cidinho e do Medeiros, é R%52 milhões; para o Espírito Santo, do Senador Ferraço, é R$29 milhões; Paraíba, R$15 milhões; Maranhão, do meu amigo Roberto Rocha, aqui do lado, R$13 milhões; Mato Grosso do Sul, do Senador Pedro Chaves, do Moka, R$10,3 milhões; Sergipe, do Senador Lira, R$7,4 milhões; Acre, do Senador Viana, R$6,7 milhões; Roraima, R$4,6 milhões; Amapá, R$ 3,5 milhões; Tocantins, R$0,7 milhões.

Presidente, eu tenho também aqui uma manifestação do Secretário do Rio, Julio Bueno. O ICMS do Rio sobre querosene de aviação é 12%, mas ele diz que é radicalmente contra essa iniciativa, por entender que ela seja inoportuna e inconstitucional.

É exatamente isso, Presidente, que eu estou alegando ao fazer esse requerimento. Cabe aos Estados definir as alíquotas. Há todo um regramento, um procedimento. Há uma exceção: o Senado Federal pode, através de resolução, como está proposto aqui, fixar alíquotas máximas nas operações internas, apenas e exclusivamente para solucionar conflitos de interesse dos Estados. Até hoje, decorridas três décadas da vigência da Constituição, o Senado nunca fez isso. Quer fazer agora. A hipótese de desconsideração da norma imposta pelo art. 155, §2º, V, "b", da Constituição Federal, significa invadir, indevidamente, a competência dos Estados em fixar, mediante lei ordinária, a alíquota interna do ICMS. No caso das operações internas com querosene de aviação, não se vislumbra qualquer indício de conflito de interesse específico dos Estados, no que se refere à arrecadação de ICMS, que demandasse a aprovação de uma resolução do Senado.

Nós tivemos uma audiência aqui. Vieram os representantes das empresas, veio o presidente da associação das empresas, mas vieram também um representante do Paraná, o Secretário de São Paulo e a Secretária de Goiás. Ora, as três falas deles, de forma muito convergente e objetiva, demoliram esse PRS. Demonstraram absoluta improcedência. Goiás não está nem na relação que eu li aqui. Mas o Secretário argumentou até estendendo a reflexão dela: para compensar os R$12 milhões que nós vamos perder, eu vou aumentar o querosene, que é 3% de ICMS para a aviação regional.

As empresas aéreas não conseguiram responder a uma questão relevante, Senador Viana! Se tiveram prejuízo de R$10 bilhões ao longo de três anos, com a renúncia de vários Estados ao ICMS, tão fundamental neste momento de crise fiscal, essas empresas vão aumentar 70 voos? Conversa fiada! Eu os desafiei aqui e acho que todos os números deles devem estar sob suspeição. Como é de se imaginar que 38%, 40% do custo da aviação no Brasil seja de querosene? Sou capaz de ir ao aeroporto fazer conta de quantos litros se gastam de Brasília para São Paulo, ver qual o valor desse querosene da aviação e demonstrar que não é esse percentual. Estão fantasiando.

Por isso, tenho também um requerimento ao Ministério da Fazenda para que ele possa nos dar informações adicionais, e este, com relação à CAE, para que ela possa se manifestar sobre a constitucionalidade desta matéria. Não faz o menor sentido! No caso de São Paulo, nós vamos privar R$300 milhões ao Estado, dos quais R$75 milhões dos Municípios estão à míngua. Votamos aumento de salário e renúncia fiscal de forma inconstitucional, a meu ver, e interferindo sobre matéria de exclusiva competência dos Estados.

Um dos secretários que testemunhou aqui, na semana passada, sugeriu que essa matéria vá ao Confaz, que é o fórum mais adequado, mas nós decidirmos isso aqui hoje absolutamente procedente. Eu queria, então, submeter este requerimento à apreciação dos meus companheiros Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Primeiro, eu gostaria também de assinar o requerimento do Senador José Aníbal e fazer algumas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Na audiência pública, foi constatado – e isso estava como argumento favorável ao projeto apresentado – que o setor aéreo soma dez meses de consecutivas retrações, e o prejuízo líquido acumulado nos últimos três anos chega a R$10 bilhões, sendo o custo do combustível um dos mais onerosos, 38% do custo.

Outra questão também levantada é de que, com a proposta, 15 Estados não teriam redução significativa na arrecadação do ICMS, ao passo que 11 Estados teriam perdas moderadas na arrecadação do ICMS, que seriam compensadas pelos benefícios de avião comercial na economia. Já foi mencionado aqui que isso não é inteiramente verdade. São Paulo vai perder R$295 milhões; o Paraná, R$65 milhões; e o Espírito Santo, R$29 milhões, a partir do que até hoje ele cobra. Segundo o Senador Jorge Viana, ele passou a cobrar bem mais do que cobrava.

Então, essa liberdade que os Estados hoje têm é necessária porque os Estados sabem onde estão apertados, onde têm condição de poder arrecadar mais, e qual é a condição. Se o Espírito Santo, se não me engano, cobrava 9% e foi para 27%, alguma coisa está muito séria para eles resolverem fazer isso. Talvez tenham dificultado o acesso ao Espírito Santo. Parece-me muito importante que essa liberdade fique nas mãos do Estado. Também diz que a aprovação do projeto favoreceria a abertura de 50 a 70 novos voos diários em benefício da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, mas eu duvido que isso aconteça.

Eu fui Ministra do Turismo. O que eu tentei com essas empresas para fazer esses voos regionais foi o possível e o impossível. Sem subsídios, não iriam nunca. E esse ajuste de ICMS para alguns Estados não vai reduzir prejuízos no monte que nós estamos vendo. O que acontece é, realmente, uma crise econômica seríssima. Os passageiros que mais pagam passagens caras são os passageiros de *business*, não são os passageiros de lazer, e esses encolheram, porque as empresas não estão mais tendo condições de fazer tantas viagens e investimentos.

Com os argumentos que foram apresentados, eu realmente não concordo. E vou agora dizer por que acho que esse projeto não deveria passar.

Primeiro, falta competência ao Senado para estabelecer a alíquota interna. Nisso, o requerimento do Senado Aníbal vai dar um caminho, porque acho que é absolutamente inconstitucional.

Depois, os Estados que já adotam alíquota de 12% ou menor, realmente, vão sair prejudicados pela uniformização pretendida. Se não me engano, foi a Secretária de Goiás que falou que ela cobra menos de 12% e vai ter que aumentar. Como ela vai fazer? Segundo o Senador acabou de dizer, ela vai aumentar o querosene, mas não sei se vai ter condição de aumentar o querosene, porque vai criar até uma maior desregulamentação no que está querendo se corrigir. Acredito que o Confaz, o órgão que reúne os secretários de fazenda, deveria ser a instância para discutir essa situação.

Depois, a prática tem demonstrado que é muito difícil conseguir redução de tarifa com desoneração tributária em setores que são monopolizados, como a aviação civil. O Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – quem estava aqui na audiência pode confirmar –, em nenhum momento, deu garantia de que a medida vai reverter para o usuário final, porque, simplesmente, não vai. O que ele disse é que cada empresa tem sua própria política. A partir disso, está muito óbvio que eles vão se ressarcir dos prejuízos e que vai ser isso. É a questão que está na pauta: uma forma desse ressarcimento.

E outra questão: o projeto tenta solucionar um problema utilizando as receitas de Estados e Municípios. Aí eu acho que é a questão crítica, pois nós não estamos no momento em que nós temos de fazer Estados e Municípios perderem receita. Ao contrário, nós não podemos. Eu lembro que, como Relatora do Supersimples, a coisa mais difícil foi fazer com que os Estados e os Municípios tivessem perdas residuais, e, agora, nós vamos criar uma perda para os Estados e Municípios com uma canetada. Não faz sentido algum. E é recurso que está indo para onde tem que ir, que é para saúde, educação, segurança pública.

Depois, reforço que a retração do setor aéreo está na redução da demanda em razão da crise macroeconômica que afeta o País. Mesmo com a desoneração, se não houver demanda, a situação do setor aéreo não será revertida.

O que nós temos que fazer é um grande esforço para que a economia do País volte a ser resgatada e entre nos trilhos, saindo da crise econômica, porque, assim, teremos uma condição em que as pessoas comecem a viajar de novo a negócios. Enquanto não começarem a viajar a negócios, não adianta reduzir isso ou aquilo, porque não vai mudar o panorama.

E também a carga Tributária do ICMS não é fator determinante para redução ou exclusão de voos regionais, mas, sim, a redução na demanda. Com isso eu pude conviver.

Por exemplo, eu lembro um voo para Bonito, uma cidade turística maravilhosa que fui visitar como Ministra do Turismo. O que aconteceu? Veio uma fazendeira, que tinha vendido todas as fazendas para investir no turismo, e fez um centro maravilhoso, de eventos, comercial e tal. Aí, quando eu cheguei, ela estava desesperada, porque o único voo que havia – que era um voo bastante regular – tinha sido cancelado sem nenhuma explicação; cancelado. E o investimento dela foi pro brejo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então nós temos que perceber que as aviações regionais são, sim, importantíssimas, mas elas precisam – até onde eu consegui entender naquela época – de subvenção econômica para serem viabilizadas. E não é aumentando ou diminuindo o ICMS que isso vai acontecer; é uma ilusão total.

Então, concluindo, quero dizer que as empresas aéreas estão fazendo seus ajustes, mas esses ajustes não vão depender tanto delas. Elas têm que fazer os ajustes que elas acham necessários, nós entendemos. Acho que a situação é difícil para todo mundo, mas a recuperação do País é que vai levar uma situação melhor para todos – não só para elas.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes. Estão inscritos: o Senador Randolfe, o Senador Ferraço e o Senador Cidinho Santos.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, embora o Senador Jorge Viana tente aperfeiçoar o projeto original, mesmo assim, eu penso que os Senadores que me antecederam têm total razão no que foi a argumentado aqui.

Eu sou o Relator do Projeto de Resolução nº 1, que trata exatamente da unificação das alíquotas do ICMS no Brasil. Esse assunto nós discutimos muito no ano passado; chegamos a ter praticamente consenso do Confaz, mas tudo ficou na questão do fundo de compensação, de onde se tirariam os recursos para o fundo de compensação.

É claro que, desta forma como está aqui, alguns Estados perderão, e, de forma bem clara, meu Estado também perde valor considerável. E aí nós não temos a garantia de que as empresas também repassariam isso ao preço da passagem.

Portanto eu quero subscrever também o requerimento do Senador Anibal. Mesmo assim, se tivéssemos que votar nesse momento, nosso voto seria contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, primeiramente queria tratar aqui da questão abordada sobre a constitucionalidade dessa matéria.

Nunca é demais, Sr. Presidente, destacar o que diz o art. 155, inciso V, alínea "b", da Constituição da República. Compete ao Senado Federal:

> b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

No Regimento Interno da Casa, Sr. Presidente, no art. 99, que rege as atribuições da Comissão de Assuntos Econômicos, percebemos que competem à Comissão de Assuntos Econômicos (art. 99, inciso VI) matérias a que se referem os arts. 389, 393 e 394.

Art. 394, inciso IV–- fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesses de Estado e do Distrito Federal.

Ora, Sr. Presidente, nós temos aqui a tabela dos Estados que praticam ICMS sobre o querosene de aviação. Sr. Presidente, nós temos sete faixas diferentes de alíquotas. Nós temos 11 Estados praticando 25%, 6 Estados praticando 18%, 4 Estados praticando 17%, 1 Estado praticando 15%, outro Estado praticando 14%, e outro, o Rio de Janeiro, praticando 13%. Ou seja, não é de 7%, é de 13% o índice praticado no Rio de Janeiro, 3 Estados praticando 12%, Distrito Federal, Roraima e Rio Grande do Norte, que é a menor das alíquotas. Se oito alíquotas diferentes entre os 27 Estados da Federação não forem caso de conflito sobre ICMS, nada será.

Nós estamos numa deflagrada guerra fiscal, Sr. Presidente, em relação ao ICMS do querosene de aviação, uma deflagrada e aberta guerra fiscal, com 27 Estados da Federação praticando alíquotas diferentes. O que mais é guerra fiscal, é conflito, se não for isso? Se não forem essas faixas diferentes? O que ocorre é que hoje, por exemplo, as empresas preferem voar para o Rio de Janeiro, que tem alíquota de 12%, do que voar para a Amazônia, para o Nordeste.

A outra questão, Sr. Presidente, é que, onde houve redução de alíquota de ICMS, prosperou a malha aérea. É o exemplo do Estado do Paraná. O Governador do Estado do Paraná reduziu a alíquota no âmbito do Estado para 7%. Houve um incremento de 60% nos voos. Aqui não foi dito isso pelos Colegas Senadores de São Paulo, mas aqui houve o compromisso do Presidente da Associação Brasileira de Transportes Aéreos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sentido de que pelo menos passarão a ter quarenta novos voos na malha aérea nacional do Sul para o Norte, atingindo as Regiões Amazônica e o Nordeste, partindo do Sul.

Ora, é um raciocínio lógico. Aliás, é o raciocínio lógico que deveríamos ter. Se você reduz a alíquota do ICMS do querosene de aviação, é óbvio, você tem aumento na movimentação dos aeroportos. Está sendo feito um cálculo direto do que virá a perder com a redução da alíquota, mas não está sendo feito o cálculo do que virá a ganhar com a ampliação, com o aumento da malha aérea e com novas opções de voo na malha aérea nacional entre o Sul, o Nordeste, o Norte, o Sudeste e o Sul deste país.

Nós estamos aqui diante do seguinte dilema, e quero acrescentar a seguinte questão: aqui são matérias referentes a experiências de Estados que tiveram redução da alíquota do ICMS de aviação. Em Sergipe, reduziu-se a alíquota do ICMS da aviação. Houve o incremento de pelo menos três voos novos partindo de Aracaju, indo em direção a São Paulo e Rio de Janeiro.

No aeroporto Pinto Martins, na querida Fortaleza do Senador Tasso Jereissati, já completa um ano da linha direta Buenos Aires-Fortaleza. Isso foi a partir do quê? A partir do incentivo na alíquota do ICMS do querosene de aviação.

Já estamos há 6 meses com um voo direto entre Belém e Miami. Isto foi devido ao quê? Devido à redução da alíquota do ICMS do querosene de aviação.

O aeroporto de Ponta Grossa, no interior do Paraná, onde o Governo do Paraná reduziu para 7%, passou a receber pelo menos cinco novos voos comerciais em 60 dias.

O aeroporto de Natal, no Rio Grande do Norte, reduziu a alíquota do ICMS do querosene de aviação. Passou a bater recorde e passou a ampliar a arrecadação do ICMS, porque é óbvio, a conta não é direta, entre reduzir o ICMS e perdê-lo. Reduz o ICMS, mas aumenta a movimentação no aeroporto e passa a ganhar.

Ora, o que nós temos que decidir aqui, Sr. Presidente, é, obviamente, um conflito federativo, em que o Senado já tomou posição anteriormente. O Senado em Resolução nº 003, de 2012, fixou em 4% o ICMS nas operações interestaduais com bens vindos do exterior. Quem foi beneficiado? O todo poderoso, glorioso e maravilhoso Estado de São Paulo.

Ora, nós não queremos ser contra São Paulo, mas São Paulo não pode também ser contra o Brasil. Não pode o interesse de São Paulo prevalecer sobre a crise do setor aéreo que nós vivemos atualmente, sobre a ausência de voos que nós vivemos atualmente na Amazônia e no Nordeste do País, sobre um setor que mobiliza 2,7% do PIB nacional, 476 mil empregos diretos.

Nós temos o terceiro mercado de aviação civil do mundo. Ou seja, não estamos falando de qualquer setor. Nós estamos falando principalmente do direito de ir e vir das pessoas, principalmente aqueles que moram nas regiões mais distantes.

É interessante destacar que aqui nós já votamos um tema que era tido tema de conflito, beneficiando São Paulo. Não foi dito que tinha que ser levado para a CCJ, que tinha que ser tratado em qualquer outra Comissão. Foi votado aqui. Agora, quando é para o restante do Brasil, tem que ir para a CCJ, tem que ter audiência pública, tem de protelar, não pode ser votado, prejudica.

Amo São Paulo, mas São Paulo não pode ser maior que o interesse nacional que nós temos nesse momento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acho que o tema está devidamente maduro, as posições estão assentadas.

Eu queria propor ao Senador José Aníbal que nós pudéssemos fazer o enfrentamento da matéria e pudéssemos votar. Nós não estamos tratando aqui de um tema do interesse de São Paulo. Nós estamos tratando aqui de um tema que interessa ao Mato Grosso, interessa ao Espírito Santo, interessa ao Ceará, interessa ao conjunto dos Estados brasileiros.

É falsa a ideia de querer criar um confronto ou um conflito entre São Paulo e o resto do Brasil. Isso não se estabelece nesse debate que estamos fazendo aqui. A questão central é que nós estaremos subtraindo recursos dos Estados para transferir recursos para as empresas, uma vez que as empresas concretamente e honestamente disseram aqui, na audiência pública de que eu participei, que eles não podem assumir qualquer tipo de compromisso nem com redução das tarifas...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...muito menos compromisso com presença de voos em Estados que, eventualmente, estão carecendo de um menor fluxo. O presidente da ABEAR,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que representa o conjunto das entidades, disse aqui de viva voz que seria falso, seria desonesto, seria leviano da parte dele que ele pudesse assumir esse compromisso.

Portanto, penso que nós precisamos fazer o enfrentamento do voto, votar a matéria. Assim, eu queria sugerir ao Senador José Aníbal que nós suspendêssemos esse requerimento e que nós exercêssemos aqui o voto.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente Gleisi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se for para passarmos imediatamente ao voto, eu suspendo, eu retiro o requerimento a favor da votação, até porque eu percebo que o Senador tem razão quando diz que isso está tomando uma dimensão que não é exatamente aquela que nós gostaríamos que tomasse.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E eu gostaria de fazer apenas uma correção: não procede a informação dada pelo meu querido amigo, Senador Jorge Viana, de que o meu Estado fez a alteração da alíquota de 12% para 25%. Ou melhor, é verdade, fez, sim, mas em 1988. Nós estamos em 2016 e, no ajuste fiscal liderado pelo Governador Paulo Hartung, não há aumento de alíquota de ICMS em qualquer dos produtos, ou aumento de impostos, portanto, essa informação que deram a V. Exª não dialoga com a realidade dos fatos do meu Estado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós temos ainda inscritos os Senadores Cidinho Santos, Vanessa Grazziotin e, pelo art. 14, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, mas aí, como Relator, eu pediria a palavra pelo final.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Como Relator também, está bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós estamos aqui com uma matéria da maior importância, até para esclarecer esse aspecto do Senador Ferraço, Senador Aníbal e outros.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está inscrito. Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, com todo respeito ao meu amigo Senador Jorge Viana, e também reiterando as palavras do Senador Ricardo Ferraço, de que não se trata de uma discussão entre Estados, eu queria colocar a posição do Estado de Mato Grosso, aqui representado nesta Comissão, neste momento, pelo Senador Wellington e pelo Senador José Medeiros.

No Estado do Mato Grosso foi criado na Lei nº 10.395, de 20 de abril de 2016, pelo Senador Pedro Taques, um programa de incentivo com o abatimento de 20% a 84% da base de cálculo do ICMS incidente sobre as operações internas de querosene para a aviação para aquelas empresas que estendessem sua malha viária para de dois a sete Municípios. No caso da linha internacional, a isenção seria total, mesmo que envolvesse apenas um Município.

Como o programa entrou em vigor há poucos meses, não se sabe em que medida ele produzirá resultados. Há primeiramente a questão relativa a possível inconstitucionalidade por conta da exigência na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, pois esse dispositivo fundamenta a necessidade de aprovar no Confaz a concessão de benefícios ao ICMS nos termos previstos no art. 2º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.

Há também a questão do interesse, ou não, das empresas em aderir ao incentivo, o que depende da capacidade de desoneração tributária concedida a compensar, menor lucratividade das linhas aéreas que não são interessantes, levando-se em conta aspectos puramente econômicos. É aquilo que foi comentado antes, não temos aqui um compromisso das companhias aéreas de que essa isenção poderá se transformar em diminuição do custo da passagem na ponta final para os passageiros.

(Soa a campainha.)

À parte essas duas questões, é certo que a eventual aprovação do PRS nº 55, de 2015, na versão do relatório, reduz os efeitos do programa introduzido por Mato Grosso, já que as empresas se beneficiariam com a desoneração tributária propiciada pela redução da alíquota para 12% sem a necessidade de atender contrapartidas. Por exemplo, o programa exige que quatro Municípios sejam atendidos para que a base de cálculo seja abatida em 50%, abatimento esse que equivale aproximadamente à alíquota de 12% aplicada sobre a base sem qualquer desconto.

Na verdade, o esvaziamento parcial ou integral causado pela alíquota de 12% não se restringe apenas ao incentivo mato-grossense, mas também a outros Estados que em maior ou menor medida concederam esses benefícios fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Em síntese, considerando apenas os interesses de Mato Grosso, com a aprovação do projeto na versão do atual relatório, o Mato Grosso perde aproximadamente R$60 milhões anuais. Entretanto, essa perda não parece o aspecto mais relevante para nós, pois o Estado optou por abrir mão de receitas para conceder incentivos fiscais ao setor aéreo por meio do programa estadual de incentivo à aviação. Dada essa opção, o principal problema da aprovação do projeto na versão do relatório, da perspectiva do nosso Estado do Mato Grosso – vale frisar novamente –, é o possível esvaziamento do referido programa causado pela redução da alíquota de ICMS para 12% nas operações internas.

Então, essa é a nossa posição, Presidente, relativa ao Estado de Mato Grosso. Nós temos um Estado de dimensões enormes e, graças a esse programa de incentivo criado pelo Governador Pedro Taques, nós tivemos, agora há poucos dias, o voo de Cuiabá para a cidade de Sorriso sendo iniciado, bem como, agora em setembro, o voo de Cuiabá para Barra do Garças, também já anunciado pela empresa aérea Azul. Em setembro também, o voo de Cuiabá a Santa Cruz de La Sierra.

Então, o prejuízo maior para o Estado é nesse Programa Voe MT, criado dentro do Estado de Mato Grosso. O Mato Grosso tem Municípios...

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ...distantes da capital. Por exemplo, Colniza. De Cuiabá a Colniza, a distância é aproximadamente a mesma de Cuiabá a São Paulo.

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, é muito importante para nós o programa de aviação regional, o programa criado pelo atual Governo Pedro Taques, o Voe MT. É de fundamental importância. E esse projeto, a nosso ver, inicialmente, praticamente extingue o nosso programa regional.

Era nossa consideração.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Cidinho.

Eu queria passar à Senadora Vanessa Grazziotin, mas antes faço um registro aqui acerca do falecimento da nossa ex-Ministra Luiza Helena Bairros, ex-Ministra da Igualdade Racial. A gente lamenta muito o fato ocorrido. Faleceu por estar doente. Faleceu hoje pela manhã. E a gente quer aqui prestar solidariedade à família e votos de pesar.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Eu acabo, Senadora Gleisi, de informar, aqui ao lado, à Senadora Marta, do falecimento da nossa querida Ministra.

O que é mais incrível, se V. Exª me permite rapidamente este breve comentário, é que nós estivemos, V. Exª, eu e tantas outras Parlamentares e mulheres, no último evento público da Presidente Dilma antes do seu afastamento, que foi a abertura da Conferência Nacional das mulheres. E lá nós estávamos juntas. E a Ministra, muito feliz, muito alegre. E ali já sabia da gravidade da sua doença. Então, acho que isso demonstra o quanto as mulheres são fortes, são firmes e conseguem enfrentar com muita segurança, com muita altivez, principalmente os momentos muito adversos. Então, que sua homenagem sejam as nossas homenagens também.

Mas, Srª Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o Relator da matéria, Senador Jorge Viana, pelo relatório apresentado.

Mas, Srª Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o Relator da matéria, o Senador Jorge Viana, pelo relatório apresentado. Creio que, por tudo o que nós já debatemos, sobretudo no setor aéreo, um dos fatores de desequilíbrio – e isso afeta diretamente a oferta dos voos – é exatamente a diferença da cobrança do tributo no combustível da aviação.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, é óbvio que isso pode ser pontualmente e momentaneamente bom para um ou para outro Estado, mas não é bom para o Brasil – não é bom para o Brasil! Acho que o meu Estado está entre aqueles que colocam uma das mais elevadas tarifas de ICMS para o combustível – creio que, até por isso, soframos muito. Sempre, buscar o equilíbrio, buscar a equalização, é fundamental. Por isso, quero aqui, sendo breve em homenagem ao Senador Telmário, cumprimentar o Relator da matéria, Senador Jorge Viana, e dizer que votarei com ele, pela aprovação de seu relatório.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, primeiro, agradecer as intervenções dos colegas. Inclusive, acho que foi muito conveniente termos feito a audiência na última quinta-feira – e cumprimento a Presidente Gleisi por ter agilizado o processo. Mas nós estamos diante de uma matéria...

Eu queria aqui, com todo o respeito, porque fui citado, a atenção dos colegas de São Paulo.

Está sendo questionada, Senador Ferraço, a constitucionalidade de apreciarmos esse projeto de resolução.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu tenho em minhas mãos o Projeto de Resolução nº 13, de 2012, de autoria da nobre Senadora Marta Suplicy, do Estado de São Paulo, que estabeleceu a alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – refiro-me ao ICMS – nas operações interestaduais de bens e mercadorias importados do exterior.

Isso é muito importante resgatar, porque o Senador José Aníbal questiona – e cabe o questionamento de V. Exª. Mais do que questiona: apresentou um requerimento para que ouvíssemos a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu só faço essa ressalva, porque nós já votamos, inclusive para beneficiar São Paulo com o nosso voto. Tivemos, depois disso, um acordo aqui também para o comércio eletrônico, para que o ICMS pudesse incidir no destino, causando grande prejuízo para os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina na época – pelo menos conforme levantado pelos colegas.

Eu só estou pondo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Essa aí foi a Resolução nº 13, que não tem nada a ver com comércio eletrônico.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, eu estou falando de duas coisas distintas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É porque V. Exª não ouviu. Estou falando que votamos aqui a Resolução nº 13...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ah, sim!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... quatro por cento, estabelecendo a alíquota para produtos importados. Era um interesse de São Paulo apresentado pela Senadora Marta, que, defendendo o seu Estado, apresentou e teve o aval.

Aqui também, em outro processo, tivemos que tratar da questão do comércio eletrônico, em outro momento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O.k.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Foi isso o que eu falei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Está correto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só estou fazendo um histórico.

Então, não estou trazendo matéria estranha. Agora, nós temos uma guerra fiscal estabelecida em relação a combustível de aviação – conflito de interesses, está no Supremo.

Eu só não posso é deixar de pôr que nós estamos tendo – Senador Ferraço, estou checando só as datas de alteração do Estado de V. Exª porque todo o questionamento tem que ser levado em conta – o seguinte. É que os Estados estão – quem tinha alíquota abaixo de 12 e 12 – aumentando para 25; outros, aumentando para 17, isso em pleno processo recessivo. E o discurso que eu ouço de todos é que: "Aumentar imposto não. Nem pensar." – especialmente a Fiesp, campeã dessa luta quando tirou a CPMF que era um recurso que deveria ir exclusivamente para a saúde.

Eu queria deixar claro que, longe dos nossos olhos, estamos tendo uma guerra fiscal com aumento do ICMS no combustível da aviação. E o Projeto de Resolução nº 55 prevê um teto de 12%, que era praticado por 17 Estados no País. Essa é a lógica.

E queria contestar: não dá para comparar transporte aéreo com outros setores. O transporte aéreo é fundamental para que retomemos o crescimento econômico, sem ir e vir os negócios não acontecem. E temos uma contradição no Brasil – o Senado está teimando, e é uma prerrogativa do Senado – somos o único País do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

mundo onde os Estados cobram o imposto sobre combustível da aviação e, aí, na hora de um avião abastecer para fazer voo internacional, é zero a alíquota de ICMS. Quer dizer, é uma contradição, e o custo de passagem é proibitivo para os brasileiros, 20 milhões de brasileiros estão deixando de andar de avião.

Eu penso que nós aqui, com a prerrogativa que tem esta Casa, a Casa da Federação, deveríamos pegar essa iniciativa do Senador Randolfe, que eu subscrevi junto com mais 38 Senadores, e deliberar pondo fim a essa guerra fiscal e deixando aberto, é bom que se diga... Não há nenhum prejuízo. O meu irmão, Governador do Acre, estabeleceu uma alíquota de 7% para o voo Rio Branco-Cruzeiro do Sul, e a Gol manteve o voo. A companhia Azul está praticamente em todos os Estados com a alíquota de 3% a 7% para poder fazer seus voos no interior, mas quase 200 cidades estão deixando de ter o transporte aéreo por conta disso.

Temos um impasse. O Senador José Aníbal apresentou um requerimento – o Senado e a Comissão de Assuntos Econômicos, eu não tenho nenhuma dúvida, tanto no Regimento quanto na Constituição está bem claro que é prerrogativa nossa –, requerimento que foi assinado também pela Senadora Marta, querendo que essa matéria seja encaminhada para a CCJ para que se tire completamente a dúvida sobre se ela é constitucional ou não.

Nós estávamos querendo votar a matéria aqui. Eu estou com o relatório apresentado, já se concedeu vista desse relatório e não tenho nenhuma dúvida de que é constitucional. Dei o exemplo do caso de São Paulo, do Projeto de Resolução nº 13, de autoria da Senadora Marta e queria que votássemos. Vamos decidir no voto se o Senado quer ou não pôr fim a essa guerra fiscal no ICMS do combustível da aviação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não há mais inscritos para a discussão da matéria.

Consulto o Senador José Aníbal sobre o requerimento apresentado. Senador José Aníbal, eu lhe pergunto sobre o requerimento apresentado: V. Exª mantém o requerimento?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu retiro o requerimento a favor da votação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k.

Então, encerrada a discussão, passa-se à votação do relatório do Senador Jorge Viana.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço a todos os colegas. Vamos ter o debate desse tema no plenário do Senado, acho que é importante.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Item nº 10 da pauta.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, eu gostaria de que fosse feita a verificação porque eu fiquei confuso aqui. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu gostaria de que fosse feita a verificação porque eu fiquei confuso aqui, não consegui acompanhar.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Precisa de apoiamento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Srª Presidente, já foi anunciado o item 10, o item seguinte.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Foi anunciado, mas eu vou...

Nós vamos abrir o sistema para fazer a verificação. (*Pausa.*)

Já está aberta a votação.

Os Senadores que são favoráveis ao relatório do Senador Jorge Viana votam "sim". (*Pausa.*)

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora, o "sim"...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O "sim" é voto favorável ao relatório, com o Relator. Eu deixei claro aqui. (*Pausa.*)

(Interrupção do som.)

Vamos encerrar a votação.

Todos os Senadores votaram?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um momento, ainda não votei. (*Pausa.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Todos os Senadores já votaram?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, ainda não votei. Está dando um erro aqui. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dez votos SIM e oito votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

Parabéns, Senador Jorge Viana.

Item 10. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 612...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Por gentileza, eu gostaria de solicitar a V. Exª a inversão de pauta, no item 19, para que a gente possa colocar em votação o projeto relatado pelo Senador Wellington, que, inclusive, já teve seu relatório lido na reunião anterior. O projeto está pronto para ser deliberado.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só um minutinho.

Eu queria pedir silêncio, por favor, para a gente continuar a pauta. Por favor.

Há uma solicitação de inversão de pauta para o item 19, o Projeto de Lei do Senado nº 51, de autoria do Senador Roberto Rocha e relatoria do Senador Wellington Fagundes.

Consulto o Plenário se há acordo para que façamos a inversão de pauta. É um projeto terminativo. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 19.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016
- Terminativo -

Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam.

Autoria: Senador Roberto Rocha.
Relatoria: Senador Wellington Fagundes.
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto;
2. Em 28/6/2016, foi concedida vista coletiva.

(Soa a campainha.)

Solicito que os Senadores se mantenham no plenário da Comissão. O projeto é terminativo, e nós precisamos de quórum qualificado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós já estamos no meio da discussão. Terminando aqui, eu já submeto a urgência.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – A gente coloca em seguida. Vamos votar esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Wellington Fagundes.

Lembro que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto, e que em 28 de junho de 2016 foi concedida vista coletiva.

O projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Sr. Relator Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, como já foi lido, é de conhecimento de todos os Senadores. Então, eu gostaria de pedir que já fôssemos diretamente à votação, dada a importância que representa esse projeto para o atendimento de toda a Amazônia Legal.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Temos que fazer a verificação para ver se há quórum para a votação. Precisamos de 14 Srs. Senadores na Comissão.

Eu pediria à Secretaria da Comissão que contasse o número de Senadores presentes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Temos 11 Senadores presentes.

O que podemos fazer é...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, é necessária a presença de 14 Senadores.

Nós podemos suspender – já foi encerrada a discussão – e colocar esse item como primeiro item de pauta da próxima reunião.

Consulto o Relator, Senador Wellington Fagundes.

Pois não, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de sugerir ao Relator e a V. Exª, se for possível, que se suspenda temporariamente, até que se atinja o quórum, e se coloque em votação requerimento proposto pelo Senador Jorge Viana.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu também gostaria de sugerir a inversão de pauta para o 18, que é não terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, está suspenso esse ponto.

Coloco em votação o requerimento de urgência do Senador Jorge Viana para que o projeto de resolução aprovado agora, na CAE, possa ir ao Plenário em regime de urgência.

ITEM [N]
REQUERIMENTO Nº de 2016

Requer urgência para o Projeto de Resolução nº 55, de 2015.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que forem favoráveis...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora, não entendi. Qual é o projeto de urgência?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A urgência é para projeto de resolução que altera a alíquota do ICMS sobre querosene de aviação civil.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sou contra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento de urgência do Senador Jorge Viana permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Wellington, levanta!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, espera aí, Presidente! Espera aí, Presidente! Como?

Cidinho, levanta!

Como aprovado, Presidente? Vamos fazer a conta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está rejeitado.

É que, como alguns Senadores não levantaram a mão, tiveram que ser incitados por V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu não posso fazer nada, não é, Senador? Eu conto os braços levantados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª está correta, está certa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Conta os braços levantados e só um por cada Senador.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E um por cada Senador, é verdade.

A Senadora Marta Suplicy também solicita inversão de pauta relativamente ao item 19, que é o Projeto de Lei do Senado nº 51, terminativo.

Informo à Comissão que não temos quórum para deliberar.

Está suspenso o primeiro terminativo. O que posso fazer é passar...

Senadora Marta, é o 18 o seu, ou é o 19?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É o 18.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, o 18. Desculpe.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Do Paim.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Item 18:

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, de 2015
- Não terminativo -

Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senadora Marta Suplicy.
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Socais, em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O projeto possui dois artigos.

O primeiro altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a reduzir os prazos de carência para saque do saldo do FGTS previsto nos incisos V, VI e VII.

O art. 2º estabelece a vigência imediata da lei, se for aprovada.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à CAE e à CAS, à qual caberá a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria na CAE.

Análise.

No que tange à constitucionalidade, à regimentalidade e à juridicidade, não há vícios que prejudiquem a proposição em apreço.

Quanto ao mérito, o PLS nº 359, de 2015, reduz os prazos de carência previstos nos incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, que relaciona as hipóteses para saque do saldo da conta do FGTS. O inciso V refere-se a saque do FGTS para pagamento de prestações de financiamento habitacional. O inciso VI, para liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário. O inciso VII, por sua vez, prevê o saque do FGTS para pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria.

O FGTS é uma poupança compulsória do trabalhador, que tem como objetivos garantir recursos para indenizações trabalhistas, em caso de demissão sem justa causa; proporcionar ao trabalhador poupança compulsória a ser utilizada na aquisição da casa própria, em despesas com doenças graves, ou na aposentadoria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

e constituir um fundo para financiamento de programas de habitação (sendo 60% para habitação popular) e de saneamento básico e infraestrutura urbana complementares.

Assim, os recursos do FGTS são patrimônio do trabalhador. Nesse sentido, é justo que as alterações ocorram com vistas a propiciar melhores condições a eles. O PLS nº 359, de 2015, ao reduzir os prazos de carência para um ano facilita o acesso do trabalhador aos recursos de sua conta, permitindo-lhe reduzir taxas e prazos de financiamentos imobiliário ou habitacional.

No ano de 2014, os saques do FGTS com finalidade de moradia representaram 13,7% do total de valores sacados do fundo, ficando atrás apenas dos saques em razão de demissão sem justa causa (62,9%).

Isso demonstra a relevância que esta modalidade de movimentação do saldo do FGTS representa para o trabalhador. O saque, segundo este tipo de modalidade, tem aumentado ao longo dos anos, evidenciando a ampliação do acesso das famílias à casa própria por meio do uso de recursos provenientes da conta vinculada do FGTS. A proposição, se aprovada, permitirá elevar esse tipo de saque, fornecendo ao trabalhador recursos para gerenciar melhor seu financiamento. Além disso, o mecanismo contribuirá para estimular o setor de financiamento habitacional e imobiliário.

Com relação à alteração do inciso VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, referente ao uso do FGTS para pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, propomos que seja restrita aos trabalhadores menos favorecidos. Os recursos do FGTS têm finalidade social. O fundo destina 60% dos seus recursos para investimentos em habitação popular, priorizando as camadas mais humildes e de renda mais baixa.

Entendemos adequada a focalização na população economicamente menos favorecida uma vez que são os que enfrentam maiores dificuldades de acesso ao crédito e enfrentam maior déficit habitacional. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida, a composição do déficit habitacional no Brasil é quase totalmente de famílias de baixa renda – 73% das famílias nesse grupo recebem até três salários mínimos. Propomos que o estabelecimento do critério de renda seja efetuado pelo Poder Executivo, uma vez que é o gestor dos recursos do fundo e pode adequar o critério de modo a compatibilizar as necessidades da população de renda mais baixa ao patrimônio do FGTS.

Acho que foi importante essa consideração do Senador, porque não podemos esvaziar o Fundo de Garantia. Toda hora, vem uma proposta querendo retirar alguma coisa do fundo. Acho que essa preocupação que ele tem garante aos gestores dos recursos a possibilidade de mais ou menos dosarem o que desejam, o que acham razoável, para que a política do Governo seja preservada. No momento, é o programa Minha Casa, Minha Vida. Mas eles também estão indo para a habitação do trabalhador.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

(ao PLS nº 359, de 2015)

Dê-se a seguinte redação à alínea a do inciso VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2015:

> Art.20
> [...]
> VII - .....
> a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes, reduzidos a 1 (um) ano para o mutuário de baixa renda, nos termos do regulamento;
> [...]

É esse o voto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço à Senadora Marta Suplicy.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Marta Suplicy.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Voltamos à ordem da pauta: estamos no item 10. Como não temos aqui nem o autor nem o Relator da matéria, vamos passar ao item seguinte.

(É o seguinte o item adiado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para incluir previsão de destinação do Fundo Nacional de Aviação Civil para indenização de danos causados por acidentes aéreos a terceiros na superfície.

Autoria: Senador Hélio José.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Passamos ao item 11.
Também não temos nem autor nem Relator da matéria.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.)

Passamos ao item 12.
Não temos também autor nem Relator da matéria.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recomposição ambiental das áreas de preservação permanente que especifica.

Autoria: Deputado Fábio Souto.
Relatoria: Senador Jorge Viana.
Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

Passamos ao item 13.
Também não temos autor nem Relator da matéria.
Passamos ao item 14.
Também não temos autor nem Relator da matéria.
(É o seguinte o item adiado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013
- Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

Item 15, também não terminativo.
Não temos autor nem Relator da matéria.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação.

Autoria: Senador Lasier Martins
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.)

Item 16.
Também não temos autor nem Relator da matéria.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta § 1º-B ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que cinquenta por cento das vagas obrigatórias para fins de Aprendizagem sejam preenchidas por jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.)

Item 17.
Também não temos aqui o autor nem o Relator da matéria.

(É o seguinte o item adiado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2016
- Não terminativo -

Prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável ao projeto.)

O Item 18 nós acabamos de aprovar.

Os demais projetos são terminativos. Nós não temos quórum para aprovação.

Eu submeto, entretanto, a esta Comissão um requerimento de minha autoria e de autoria do Senador Cristovam Buarque, que gostaria de pedir à Comissão que pudesse ser, além de lido hoje, votado também, posto que nós não vamos ter reuniões da CAE nem na semana que vem nem na próxima, apenas na primeira semana de agosto.

ITEM 36
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Sugere-se o convite aos seguintes participantes: Dr. Mansueto Facundo de Almeida Jr. – Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Dr. Marcos José Mendes – Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda; Dra. Laura Carvalho – Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-USP; Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos – Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Trata-se da notória PEC do limite dos gastos públicos, que por ora tramita na Câmara dos Deputados, mas em breve deverá chegar ao Senado Federal.

Com intuito de discutir as consequências da emenda constitucional para as finanças públicas, bem como para as políticas sociais do País, sugerimos o convite dos seguintes nomes: Dr. Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Dr. Marcos José Mendes, Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda; Drª Laura Carvalho, Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo; Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos, Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o requerimento em questão.

Os Senadores e as Senadoras que forem favoráveis permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 21ª, da 22ª e da 23ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 25 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e cinquenta e oito minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Angela Portela, Ana Amélia, Romero Jucá, Edison Lobão, Marta Suplicy, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Davi Alcolumbre, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares e Magno Malta. Registram a presença os Senadores Cássio Cunha Lima, Wellington Fagundes, Kátia Abreu, Fernando Bezerra Coelho e José Medeiros. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Deputado André Figueiredo e outros. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo que apresenta e rejeição da Emenda 4-S. Resultado: Aprovado o Substitutivo em Turno Suplementar e rejeitada a Emenda nº 4-S. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita." Autoria: Deputado Afonso Hamm. Relatoria: Sen. Aécio Neves. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015 - Não Terminativo - que: "Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República." Autoria: Procurador-Geral da República. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2016 - Não Terminativo - que: "Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados." Autoria: Mesa da Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Vicentinho Alves. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Vota vencido o Senador Ronaldo Caiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências." Autoria: Tribunal de Contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

da União. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ (de redação). Vota vencido o Senador Ronaldo Caiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências." Autoria: Defensoria Pública da União. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. Romero Jucá (Ad hoc), substituiu Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 3-CCJ e contrário às Emendas nº 1 e 2. Vota vencido o Senador Ronaldo Caiado. Durante a reunião a Presidência designa o Senador Romero Jucá Relator "Ad Hoc" da Emenda nº 3, que recebe parecer favorável. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nº 1 e nº 2. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Vota vencido o Senador Ronaldo Caiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas de Redação nºs 4 e 5, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, e 6 a 11. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 4-CCJ e 5-CCJ (de redação) e 10-CCJ, contrário às Emendas nºs 1, 2, 6 a 9, e 11. Vota vencido o Senador Ronaldo Caiado. A Comissão aprovou o Requerimento nº 29-CCJ, de 2016, de destaque para votação em separado da Emenda nº 10, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. O Senador Hélio José, retira a Emenda nº 12, de sua autoria. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 9. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 7-CCJ, 8-CCJ, 10-CCJ e 11-CCJ, contrário às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 9. Vota vencido o Senador Ronaldo Caiado. A Comissão aprovou os Requerimentos nºs 30 e 31-CCJ, de 2016, de destaque para votação em separado das Emendas nºs 7 e 8, respectivamente, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Vota vencido o Senador Ronaldo Caiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2016 - Não Terminativo - que: "Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 3 a 12, e 14 a 27. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 8-CCJ, 14-CCJ, 15-CCJ, 28-CCJ a 31-CCJ (de redação), contrário às Emendas nºs 1, 3 a 7, 9 a 12, e 16 a 27, com voto contrário do Senador Ronaldo Caiado. A Comissão aprovou os Requerimentos nºs 32, 33 e 34-CCJ, de 2016, de destaque para votação em separado das Emendas nºs 8, 14 e 15, respectivamente, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 - Terminativo - que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 - Terminativo - que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 - Terminativo - que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, e da emenda nº 1-CAS, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - OFICIO "S" Nº 50, de 2014 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 - Não Terminativo - que: "Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDR-CE. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 - Não Terminativo - que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." Autoria: Deputado Ricardo Tripoli. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Garibaldi Alves Filho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental." Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho. Autoria: Senador Raimundo Lira e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela inconstitucionalidade da PEC nº 65, de 2012 e da Emenda de Plenário nº 1, e, portanto, pela sua rejeição, e favorável à PEC nº 153, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

2015. Resultado: Adiado. ITEM 43 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014 - Não Terminativo - que: "Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências." Autoria: Deputado Bruno Araújo. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 44 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 45 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE. Resultado: Adiado. ITEM 46 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos." Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo - que "Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal." Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal." Autoria: Deputado Benedito Domingos. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à PEC n° 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs n°s 74, de 2011; 21, de 2013; e 115, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 47 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências." Autoria: Deputado Subtenente Gonzaga e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 48 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 781, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), e a Lei nº. 9.029, de 13 de abril de 1995 ("Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências."), para vedar a prática de discriminação na contratação laboral ou na investidura em cargo público por razões de inadimplência financeira e penaliza a inserção indevida do nome de consumidor em cadastros de serviços de proteção ao crédito, nas hipóteses que especifica." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 49 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, de 2016 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 3º ao art. 61 da Constituição Federal para aplicar aos projetos de lei de iniciativa popular o célere rito de tramitação das Medidas Provisórias." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 29 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para Votação em Separado da emenda nº 10, de 2016, de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara Nº 35, de 2016." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 30 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para Votação em Separado da emenda nº 07, de 2016, de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara Nº 36, de 2016." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 31 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para Votação em Separado da emenda nº 08, de 2016, de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara Nº 36, de 2016." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 32 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para Votação em Separado da emenda nº 08, de 2016, de autoria do Senador José Pimentel, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara Nº 38, de 2016." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 33 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Fede-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ral, destaque para Votação em Separado da emenda nº 14, de 2016, de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara Nº 38, de 2016." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 34 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para Votação em Separado da emenda nº 15, de 2016, de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara Nº 38, de 2016." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 22ª Reunião, Ordinária, e da 23ª Reunião, Extraordinária, lembrando que, após esta reunião ordinária, nós teremos uma reunião extraordinária para aprovar as emendas à LDO, que o Senador Valdir Raupp, pacientemente, ali está para relatar.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 49.

Nós tínhamos iniciado um diálogo sobre a construção da pauta, e eu pergunto...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O meu relatório foi lido há duas semanas, é o item 11, está pacificado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, não há acordo para inversão de pauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só pode inverter pauta se for unânime; não sendo, então está resolvido, seguiremos a pauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Será que o Senador Ferraço almoçou hoje?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Nós não tínhamos acordado votar antes a PEC?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer um questionamento aqui.

Veio o Presidente do Senado aqui, Renan Calheiros, para discutir um projeto que é a PEC das grandes heranças.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não há acordo para inversão de pauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas a gente pode votar a inversão de pauta, não pode, Sr. Presidente?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não, para inversão de pauta só se houver unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só se houver unanimidade; não havendo unanimidade, não podemos.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Deputado André Figueiredo e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:
- Em 29/06/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues, Roberto Requião e Lindbergh Farias, que*, até o momento, não se manifestaram.*

Como o Senador José Maranhão está ausente, eu pergunto aos nossos pares se a gente nomeia um Senador *ad hoc* ou se retira...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Deixemos para terça-feira da próxima semana, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Senador *ad hoc* num momento desses! Eu preciso entender exatamente se estão excluindo 100% da saúde e da educação. Como tal, Sr. Presidente, aguardamos a indicação do Relator...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, em face da ausência do Relator, estamos retirando de pauta...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito bem, Sr. Presidente!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, quanto ao item 2, não há quórum para terminativo. Eu peço que seja retirado de pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos fazer a verificação, porque para o quórum tem de haver 24. Se não há quórum aqui, vamos fazer verificação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Já temos quórum, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos fazer o pregão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Na ausência do Relator, V. Exª sempre indicou um Relator *ad hoc* para que fizesse a leitura e nós iniciássemos a discussão, está certo?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mas isso já foi feito...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Já houve. Pediu-se vista.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, vamos pedir verificação da vista, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Já houve na semana passada.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Já houve vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já estamos no item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação do Substitutivo que apresenta e rejeição da Emenda 4-S.
Observações:
- Em 06/04/2016, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 663, de 2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;
- Em 12/04/2016, foi recebida a Emenda n° 4-S, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, em turno suplementar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

- Na 17ª Reunião Ordinária, a Presidência encerrou a discussão e adiou a votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, em votação o Substitutivo em turno suplementar, ressalvada a emenda.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Deixem-me liberar aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para encaminhar, pela Liderança da Minoria, o nosso voto "não".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É porque os universitários estão me orientando aqui acerca do procedimento.

Agora, já podem votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já está liberado. Aqui, os universitários são muito rápidos. (*Pausa.*)

Atingido o quórum, consulto o Plenário, para saber se todos, Senadoras e Senadores, já votaram.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Declaro encerrada a votação.

Como é que eu faço aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Resultado: SIM, 10; NÃO, 6.

Aprovado o substitutivo em turno suplementar.

Em votação a Emenda nº 4-S, que recebeu parecer contrário. Eu pergunto se podemos repetir a votação inversa?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senador Ronaldo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Cabe a mim, pelo menos, o encaminhamento da emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Tudo bem.

Então, vamos fazer a votação, também, da emenda, com o encaminhamento do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, qual é o objetivo da emenda? Nós estamos vivendo uma situação extremamente atual em relação ao problema de doação. O Tribunal Superior Eleitoral, ao ser consultado em relação a essas novas modalidades de financiamento de campanha que a Presidente Dilma e o PT implantaram – o *crowdfunding*, a vaquinha virtual –, já havia dito que não ia se pronunciar, mas que, em princípio, essa regra não fazia parte da arrecadação dos partidos nem dos candidatos.

Ora, o que nós estamos vendo é um novo modelo, em que as pessoas, agora, só podem receber doações de pessoas físicas, não podem receber mais de pessoas jurídicas e, com isso, utilizam aquele cidadão que é, principalmente, o servidor que tem cargo comissionado, que, dentro dos 10% que ele pode doar ali, passa a fazer um verdadeiro processo de lavanderia. Ou seja, ele passa a lavar um dinheiro que vem de outra origem e deposita naquela conta. Bom, esse é o motivo.

Se nós temos que inibir essa prática, já que ela pode ocorrer, como está ocorrendo agora, entrei na Procuradoria-Geral da República para que determinasse ao Tribunal Superior Eleitoral que fizesse o arresto de todo esse dinheiro que já foi depositado nessa nova forma de depósito virtual da conta da ex-Presidente Dilma, como também identificasse os doadores. Ora, qual é a preocupação nossa? Se nós excluirmos os comissionados apenas no período da campanha eleitoral, eles não serão vulneráveis apenas naquele período, eles serão vulneráveis no restante do ano para serem usados para fazer caixa de campanha de um candidato. Como tal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

a posição que nós estamos colocando é que está vedada a doação a partido político, em qualquer tempo, por servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, empregados, proprietários ou diretores de empresa prestadora de serviços terceirizados que mantenha contrato com qualquer dos entes.

Ou seja, estamos aí fazendo com que essa outra metodologia que vem sendo implantada nesses últimos meses, realmente, não prolifere junto àquele cidadão que é vulnerável, porque, se ele está num cargo comissionado, ele não tem como negar fazer o ilegal, porque ele quer manter o emprego dele, e ele passa a ser vítima desse tipo de coação.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Como tal, Sr. Presidente, nada mais justo que a aprovação da emenda, pois será uma maneira de sanear, de inibir essa prática por parte, principalmente, daqueles que são os mais frágeis e que, indiscutivelmente, serão utilizados para esquentar dinheiro de caixa dois.

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O parecer do Relator é contrário, e, portanto, quem vota com o Relator vota "não".

Vou abrir o processo de votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O voto com o Relator para incluir a matéria, o voto é "não", Sr. Presidente. O voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está iniciada a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, nós...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só para entender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quem vota com o Relator, cujo parecer é contrário, vota "não". Quem vota com o autor da emenda vota "sim".

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O PMDB encaminha o voto "não", acompanhando o Relator, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A minoria encaminha voto "não" também, Sr. Presidente. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Atingimos o quórum. Consulto o Plenário para saber se todos Senadores e Senadoras já votaram? (*Pausa.*)

Então, como todos já votaram, vamos encerrar a votação. Eu vou...

Desculpe-me. Senador Vicentinho, perdoe-me.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigado, Senador Vicentinho, vou encerrar a votação.

SIM, 03; NÃO, 11.

Está rejeitada a emenda e aprovado o parecer do nobre Relator.

Aprovado o substitutivo em turno suplementar e rejeitada a Emenda nº 4-S. Será comunicada a decisão da Comissão para o Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

No item 3, o Relator não está presente, portanto, estamos retirando de pauta.

No item 4, o Relator também não está presente, estamos retirando de pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas V. Exª pode designar um Relator *ad hoc*.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não convém. O Relator não está presente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª está optando por esse caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Essa será a rotina de hoje em diante, não é, Presidente? Quer dizer que, se o Relator não estiver presente, não mais se indica *ad hoc*. Esta é a tese agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não precisa ser a rotina, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Estamos criando uma jurisprudência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É a nova metodologia, porque, quanto à DRU, por exemplo, eu pedi que fosse feita a leitura. O Senador José Maranhão não estava, foi passado. Agora também. Tudo bem, a partir de hoje, a regra na Comissão é esta: não há Relator *ad hoc*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Essa é a jurisprudência criada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Deixe-me eu fazer uma ponderação. Hoje é uma reunião atípica, nós fizemos uma longa audiência pública e....

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, isso é discricionário de V. Exª, vamos deixar o senhor presidir! Vamos deixar o Presidente presidir! É atípica esta reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É natural que o Presidente dialogue com os Senadores. Pelo amor de Deus, Telmário!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, na verdade, é o seguinte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Aloysio Nunes, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a proposta de emenda à Constituição da DRU...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... já teve o seu parecer apresentado aqui na Comissão. Houve vista coletiva. De modo que eu não vejo empecilho para que ela seja votada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso já foi superado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Já foi tirado de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O senhor me permite fazer a questão?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor, passe a palavra ao Senador Lindbergh Farias que ele responderá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Senador Aloysio, é que a gente já passou pelo ponto

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu aceito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – São 2h15.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu aceito.

Questão de ordem, Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estou ouvindo o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Questão de ordem?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A quem eu dirijo a minha questão de ordem, ao senhor ou ao Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Aloysio, paciência! O senhor chegou atrasado, e vamos voltar ao item 1?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A quem que o senhor quer que eu me dirija: ao senhor ou ao Senador Lindbergh? Eu posso mudar também.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu concedi a palavra a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não, então, eu quero uma resposta.

A minha questão é a seguinte: a DRU foi já objeto de apresentação do parecer do Senador Maranhão. Houve pedido de vista, e ela foi incluída na pauta, hoje, para ser votada. De modo que eu não vejo obstáculo, Sr. Presidente, a que ela seja votada nesta Comissão, não vejo atipia nisso. Pelo contrário, é típico desta Comis-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

são, quando há pedido de vista coletivo, entrar na pauta da sessão seguinte, independentemente de o Relator estar presente. Essa é a minha questão que formulo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nobre Líder, nós já a retiramos de pauta, por conta de o Relator não estar presente. Esta reunião é uma reunião atípica. Portanto vamos dar continuidade...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Atípica em que sentido, só para eu poder saber quais são as regras que funcionam aqui?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu só quero contribuir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu quero saber o que é atípica na acepção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Por ser uma reunião que já começamos às 14h, em fase da audiência pública, vamos priorizar aqueles em que os Relatores estão presentes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Essa é a intenção. E terça-feira, nobre Líder, eu mesmo estarei aqui para ajudar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Esse era o esclarecimento que eu queria de V. Exª. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só por isso. Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só queria acrescentar um dado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está resolvido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem, vou aceitar a orientação do nosso Presidente, para não polemizar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Item 5. O Relator também não está presente. Retiramos.

Item 6. O Relator está presente.

ITEM 6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015
- Não terminativo -

Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta.
Observações:
- Em 06/07/2016, foi recebido o voto em separado do Senador Ronaldo Caiado contrário à Proposta por inconstitucionalidade material.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha para proferir a leitura do relatório, por gentileza.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2015, cujo primeiro signatário é o nobre Senador Fernando Bezerra Coelho, ora em análise nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), contém três artigos apenas.

Eu quero me ater ao art. 1º. Por meio dele, há a inserção de novo art. 153-A, que acrescenta à competência tributária da União novo tributo denominado Imposto sobre Grandes Heranças e Doações, a ser instituído como adicional ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD), em operações que envolvam bens e direitos de valor elevado. O referido adicional terá alíquotas progressivas em função da base de cálculo, e sua alíquota máxima não poderá ser superior à mais elevada do imposto de renda da pessoa física, ou seja, 27,5%.

As propostas de emenda à Constituição estão sujeitas a um controle de constitucionalidade mais rígido do que o de qualquer outra espécie normativa.

Mesmo considerando a possibilidade de extensão dos direitos e garantias individuais, prevista no §2º do art. 5º, a princípios e regimes adotados pela Lei Maior, não se pode considerar como garantia individual do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

contribuinte a regra presente na parte final do inciso I do art. 154, que veda a criação, por lei complementar, de impostos que tenham fato gerador...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... e base de cálculo próprios de outros discriminados na Constituição. Essa regra, inserida como exceção à competência tributária residual da União, não pode ser considerada como princípio nem regime, e não é aplicável ao acréscimo de novo imposto à competência tributária da União quando realizado, sim, por meio de emenda à Constituição, que é o caso presente.

Outras limitações ao poder de emenda à Constituição também não ocorrem neste caso. O País não está sob a vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. A PEC também não constou de proposta rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa. Finalmente, o requisito de autoria foi atendido, como demonstra o apoio dado por mais de um terço da composição do Senado Federal à proposição. Dessa forma, a tramitação da PEC não sofre, pois, óbices de natureza constitucional.

No mérito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ideia tem a virtude de prestigiar o princípio da capacidade contributiva, ao instituir a sua incidência somente sobre doações e heranças de valor mais elevado, bem como ao adotar a progressividade das alíquotas, de acordo com os valores doados ou herdados.

Embora não nos agrade a ideia da criação de mais um tributo, é forçoso reconhecer que ele é uma ideia interessante em relação à busca de fontes de recursos para o financiamento de uma política de desenvolvimento regional que reduza as disparidades regionais, medida essencial para que se possa chegar a um acordo entre os Estados e a União relativamente à reforma do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

A despeito disso, embora seja louvável a ideia de fortalecer o Pacto Federativo por meio da destinação de recursos do adicional do ITCMD para o financiamento de ações da política de desenvolvimento regional, a redação inicial da PEC 96, de 2015, incorre, Sr. Presidente, em desrespeito à cláusula pétrea contida no art. 60, §4º, inciso III, da Lei Maior. O repasse de todo produto da arrecadação desse adicional de imposto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional fere a separação dos Poderes. Nos termos do art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal, o Presidente da República possui competência privativa para a apresentação de qualquer proposição legislativa sobre a criação....

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... ou extinção de ministérios e órgãos da Administração Pública. Inclusive, essa reserva de iniciativa abrange a criação de fundos, segundo decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli no Agravo de Instrumento nº 721.549, de 2008.

De qualquer modo, essa colisão da proposta com a cláusula pétrea que garante a separação dos Poderes pode ser solucionada facilmente. Por isso, a emenda que apresentamos ao final suprime a destinação dos recursos ao referido fundo. Assim, os recursos serão destinados ao financiamento de política de desenvolvimento regional que efetivamente reduza as disparidades regionais, nos termos do art. 3º, inciso III, da Constituição.

Ademais, o art. 2º da PEC, que pretende excetuar do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU) a arrecadação do adicional ao ITCMD, deve ser excluído, pois, no momento, é inócuo por duas razões simples.

Em primeiro lugar, o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011, perdeu sua eficácia, pois a DRU produziu seus efeitos até 31 de dezembro de 2015. Em outras palavras, desde 1º de janeiro de 2016, não há que se falar em incidência da DRU sobre a arrecadação de impostos, contribuição sociais ou contribuições de intervenção no domínio econômico.

Em segundo lugar, e bastava isso, a PEC 87, de 2015, apresentada pelo Poder Executivo, cujo intuito era prorrogar a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2023, ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Nessa proposição legislativa, não há previsão de incidência da DRU sobre a arrecadação dos impostos federais, ressalvada a incidência de 30% sobre as receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados e do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza que compõem os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Isto é, se aprovado o texto da PEC nº 87, de 2015, a DRU não afetará a destinação das receitas desta PEC em discussão.

Por essas razões, apresentamos voto pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, acrescidas essas duas emendas referidas em nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, para apresentar o seu voto em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não, Presidente, para discutir.

Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Asseguramos também o tempo de V. Exª para discutir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não. Quanto ao voto em separado, eu vou deixar para daqui duas reuniões, porque eu vou pedir vista. Então quero só discussão agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, para discutir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, em relação a essa emenda à Constituição, precisamos de alterar, primeiro, o art. 153 que diz "Imposto sobre Grandes Heranças e Doações", porque não é nenhuma PEC para atingir grandes heranças. As grandes heranças já estão muito bem protegidas pelos *trusts* e pelas *holdings*. Toda essa grande herança já se ajeitou, há bons contadores, bons advogados que já fizeram com que todo o patrimônio fosse transferido para um *trust* e para uma *holding*. Como tal, essa lei não vai atingir em nada essas pessoas que têm essa condição financeira e até mesmo de assessoramento.

Na verdade, isso aí vai atingir quem? Vai atingir o cidadão comum, aquele cidadão que trabalhou a vida toda, aquele cidadão que adquiriu sua propriedade, construiu ali o seu patrimônio e que, chegando a um momento da vida, acha que deve fazer uma doação ao filho. Só que esse patrimônio que ele adquiriu há 20, 30 anos não pode ter seu valor reajustado no Imposto de Renda, então o valor com que ele adquiriu a propriedade de dele – um lote, uma casa, uma propriedade rural – é o valor que está, até hoje, no Imposto de Renda, não é reajustado, não.

Assim, ele faz a doação para o filho, vem a avaliação da prefeitura: "Olhe, a casa, o lote agora vão valer cem vezes mais do que o valor que ele comprou". Sobre 90% desse valor, ele vai pagar 27,5%. Isso é um absurdo, isso é um achaque! O Governo dando dinheiro para governador perdulário, dando aumento para servidor, propondo tudo quanto é tipo de anistia e depois querer extorquir o patrimônio do pobre coitado, que não tem um contador nem um advogado qualificado para poder dar a ele a condição de construir uma *holding*, construir um *trust*.... Está tão na moda essa palavra: *trust*.

O cidadão do interior, que não tem esse aparato todo, trabalhou a vida toda, ganha pouco, se tiver quatro filhos, o Estado vai herdar mais que os filhos. É um absurdo uma coisa dessa. É tergiversar.

Mas essa união, essa fusão do PT com o PMDB hoje tem me preocupado profundamente. A fusão do PT com o PMDB hoje já levou o Brasil a esta situação. Olhe lá: hoje, então, o negócio está de vento em popa. É preocupante essa situação que estamos vivendo.

Como tal, Sr. Presidente, é uma matéria que tem que ser muito bem discutida. Vou pedir vista dessa proposta de emenda à Constituição e trarei indiscutivelmente o meu voto em separado, mostrando a inconstitucionalidade da matéria, já que essa matéria está infringindo norma constitucional, está invadindo prerrogativa dos Estados, está querendo usurpar aquilo que é prerrogativa de cada governador e quer agora criar um imposto em cima da mesma base, pois já há o imposto dos Estados.

Como tal, a inconstitucionalidade é nítida, é clara, mas, além da inconstitucionalidade, eu acho que é exatamente a PEC para atender as *holdings* e os *trusts*.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista coletiva e queria dizer o seguinte...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Também queria me associar ao pedido de vista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ao pedir vista coletiva, eu queria dizer uma coisa: houve gente que ficou falando aqui de uma aliança PT-PMDB, não há aliança alguma.

Agora, eu me impressiono em como alguns mudam de discurso com facilidade. Eu vi esses Senadores aqui defendendo tudo quanto é aumento de servidor público...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – V. Exª está inscrito logo em seguida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não. Primeiro é o Senador Ricardo e depois V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só quero chamar a atenção à contradição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, se....

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mas já pediu vista, para que discurso agora, Presidente?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eles defendiam tudo aqui e agora...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Já foi pedida vista.

Vamos encerrar essa discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... voltaram.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, vamos andar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – A vista é regimental é vista coletiva.

Indago ao Senador Ricardo Ferraço se ele pretende fazer uso da palavra?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Considerando que foi dada vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Indago ao Senador Lindbergh Farias se pretende fazer a discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu tenho tanta coisa para falar, mas abro mão, porque quero voltar aos outros pontos do reajuste.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Senador Fernando Bezerra também pediu, é autor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu sou autor. Não vou me estender.

Reservo-me para debater a matéria quando for devolvida a vista, mas eu queria chamar a atenção apenas para o momento que o País está vivendo.

No ano passado, um déficit de 120 bilhões; este ano, um déficit estimado em 170 bilhões; no próximo ano, outro déficit que deve girar em torno de 150 bilhões.

Fica claro, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores que o equilíbrio das contas públicas não passará apenas pela contenção de despesas, como é uma providência recomendável na situação brasileira, mas também passará por ampliação de receitas.

E é importante aqui lembrar que essa é uma decisão que o Congresso Nacional terá que tomar. De onde virá a receita adicional para o equilíbrio das contas públicas? É em cima dos assalariados?

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É em cima dos setores mais frágeis da sociedade, seja através da ampliação das alíquotas de ICMS, que todos os Estados praticaram em 2014, 2015 e em 2016; seja em cima das alíquotas de IPI, sobretudo sobre bebidas, que foram também já ampliadas; seja aquilo que se discute hoje e que os jornais trazem: o aumento em cima de combustível, para taxar a classe média e a classe média baixa.

É importante destacar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, segundo recente análise, apenas 2% da mão de obra assalariada no Brasil ganham mais do que R$25 mil. Portanto, esse projeto que eu tive a iniciativa de apresentar era para aguardar este momento; saber de onde virá o sacrifício, para poder colocar em dia as contas públicas do Governo Federal.

Não creio que, podendo taxar aqueles que muito têm, o Congresso continue de vistas fechadas para continuar sacrificando os trabalhadores e os assalariados. Herança e doação já são tributados nos países mais desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, em 40%; já são tributados, na Grã-Bretanha, em 40%; já são tributados, no Japão, em 55%, e na França, em 60%. Aqui no Brasil, é um tributo estadual, implementado na Constituição de 1988 e limitado a uma cobrança de 8%.

O meu projeto propõe um adicional federal. Ele foi aqui muito bem relatado pelo Senador Roberto Rocha, que deu o parecer pela constitucionalidade do projeto. Estamos aqui discutindo é taxar menos de 1% daqueles que vivem na sociedade brasileira. E estamos propondo, no trabalho que será feito pelo Senador Lindbergh Farias, no seio da Comissão Especial do Pacto Federativo, que se criem alíquotas progressivas, dando uma faixa de isenção para todo patrimônio ou toda doação que vá até R$3 milhões.

Portanto, esta é uma hora decisiva para saber de que lado está o Congresso Nacional. O meu Partido, Partido Socialista Brasileiro, entende que é hora, sim, de não taxar a sociedade brasileira com impostos regressivos, que exigem o sacrifício daqueles que menos têm. É hora de darmos progressividade ao sistema tributário nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nesse sentido, este tributo, o adicional sobre doação e sobre herança, vem complementar o arcabouço do sistema tributário n, dando mais equidade, dando mais justiça fiscal e, sobretudo, dando uma contribuição para que possamos colocar em equilíbrio as contas públicas federais.

Portanto, eu não poderia...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apenas para um esclarecimento. V. Exª que nos apresenta este projeto chegou a fazer algum tipo de cenário do resultado em que isso poderá se traduzir e de para onde vão os resultados desses recursos? Porque o projeto trata de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Este Fundo, salvo melhor juízo, não existe.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, está em debate o projeto? Eu pensei que era pedido de vista. Então, peço a palavra para debater.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está no tempo... Ele quis discutir hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Este projeto está com vista, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senador Telmário hoje está...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Esse projeto está com vista coletiva. Vamos continuar discutindo este projeto ainda?

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É o autor. São dois minutinhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É uma oportunidade rara que nós temos. Nós temos aqui o autor do projeto. É uma questão de respeito ao autor do projeto, que trabalhou com esmero, para que nós possamos tirar as nossas dúvidas, para exercer os nossos votos por convicção.

Então, eu pergunto ao autor do projeto, o nosso estimado Senador Fernando Bezerra Coelho: o produto dessa arrecadação atenderá a que finalidade?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quando apresentei o projeto, a ideia era criar o Fundo de Desenvolvimento Regional, para que pudéssemos viabilizar a tramitação da unificação da alíquota de ICMS, que está parada na Câmara dos Deputados. O Fundo não existe porque faltam recursos. Então, a ideia é que esse tributo pudesse contribuir com os recursos para propiciar a viabilização, em nível nacional, do Fundo de Desenvolvimento Regional (FNDR).

As estimativas de arrecadação variam entre 12 bilhões e 15 bilhões por ano. Hoje, em nível estadual, com 8%, a arrecadação do imposto de herança e doação está em torno de R$4,5 bilhões a R$5 bilhões. Fazendo a ampliação da alíquota...

E a alíquota que estou propondo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é, no máximo, a alíquota máxima do Imposto de Renda, que é 27,5%, muito abaixo daquilo que é praticado nos países mais desenvolvidos, inclusive alguns países já da América Latina que têm instituído o Imposto Sobre Herança e Doação.

Esta pergunta do Senador Ricardo Ferraço vem também em boa hora, porque se pode manter a destinação do imposto para o Fundo Regional, como foi proposto originalmente, ou pode o imposto ser alocado diretamente para recompor os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

Eu falo isso porque nós precisamos definir se vai continuar a multa sobre os recursos da repatriação de brasileiros no exterior. Está-se aguardando o resultado da votação do *impeachment* para poder saber se esse imposto poderá alcançar cifras que já estão estimando serem superiores a R$20 bilhões. E uma das propostas, sobretudo dos Estados menos desenvolvidos, os Estados pobres, que são menos endividados e que não se sentiram contemplados pela renegociação da dívida com a União, é que possamos derrubar a multa. Em vez de a multa ir para a unificação da alíquota do ICMS, ela iria reforçar o caixa dos Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados.

Portanto, seria mais uma alternativa que o Congresso Nacional teria para que pudéssemos enfrentar os temas mais urgentes que estão colocados para deliberação desta Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas, então, uma lei complementar é que vai...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É que vai definir isto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É importante fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saber: em relação às *holdings* e aos trustes, como esta lei vai interferir nesse dinheiro?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A Receita Federal brasileira está muito bem capacitada e aparelhada para evitar esse tipo de atividade ou esse tipo de atuação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

se querer burlar o Fisco, para não pagar a doação ou para não pagar a herança, utilizando-se de instrumentos como *offshores, holdings, trusts*.

Portanto, isso não impede. Essa é uma argumentação que não tem, digamos, sustentação lógica, para poder ser contra a instituição desse imposto.

Nos Estados Unidos, o que se faculta é que se possa criar, sim. Tem-se a opção ou de pagar o tributo, ou de destinar a sua herança ou doação para fundações que estão voltadas para fins públicos. Várias fundações são criadas para a manutenção de bibliotecas públicas; várias fundações são criadas para a manutenção de museus; várias fundações são criadas para o desenvolvimento de remédios, de vacinas.

Então, isso pode também ser uma das alternativas da legislação brasileira. Mas, primeiro, é importante que exista a receita. É importante que o Congresso Nacional defina se quer taxar os mais ricos, se vai taxar o andar de cima da sociedade brasileira, porque são esses que menos pagam no sistema tributário nacional.

Essa é uma votação importante, essa é uma votação decisiva. Num momento de crise fiscal que estamos vivendo, temos que nos posicionar. E não vai ser por filigrana de constituição de *trusts,* de constituição de fundações que vamos votar ou não uma matéria como essa.

O que precisamos definir é quem arcará com o sacrifício que a sociedade brasileira está exigindo, para se reencontrar com a trajetória do crescimento e do desenvolvimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vistas coletivas, com certeza.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu tinha me inscrito. Só quero falar um minuto aqui, não vou demorar mais que um minuto. Não vou falar mais que um minuto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, também peço só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

Senador Lindbergh e, depois, Senador Caiado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, nós temos um dos sistemas tributários mais desigual do mundo.

A Receita Federal, no ano passado, divulgou os números, depois que Thomas Piketty...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... aquele que escreveu *O Capital no Século XXI*, veio ao Brasil e disse que não tinha dados.

Quando ela divulgou os dados, o que apareceu? As 71 mil pessoas mais ricas do País pagam apenas 6% dos seus rendimentos de impostos. Quem paga imposto no Brasil são a classe média e os mais pobres. Por quê? Cinquenta e um por cento, Sr. Presidente, são de impostos indiretos; só 22%, no Brasil, são renda e propriedade.

Sabe qual é a média nos países da OCDE? Dois terços, renda e propriedade. Então, quando a pessoa compra alguma coisa, seja rica ou pobre, paga a mesma coisa.

Eu acho o projeto do Senador Fernando Bezerra magnífico, por quê? Porque ele toca nas duas pontas da desigualdade. Nós temos duas formas de diminuir a desigualdade: na hora da arrecadação do imposto e na hora em que se gasta.

Então, ele faz aqui a tributação progressiva, dos mais ricos pagando mais, e gasta em desenvolvimento regional.

Eu só queria reforçar este último ponto: imposto de herança no Brasil, no máximo, é de 8%. Sabe quanto é nos Estados Unidos? Quarenta. O Bush baixou para 35%, eles subiram agora para 40%. Na Alemanha, 50%; no Japão, 55%; na França, 60%.

O Senador Fernando Bezerra está sendo extremamente cuidadoso. Ele não mexe na parte que é dos Estados, mas diz o seguinte: a partir de agora, teríamos para aplicação no desenvolvimento regional uma nova alíquota, que é progressiva. Você veja, até 3,5 milhões não se paga nada; de 3,5 milhões a R$10 milhões, só se aumentam 5%.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Onde está constando isso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Esse é um artigo do Senador Fernando Bezerra. Eu estou me antecipando, porque queremos discutir essa progressividade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não consta aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, na Comissão de Desenvolvimento Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – É uma outra lei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, é a mesma, que depois queremos discutir na Comissão do Pacto Federativo.

Estou me antecipando nas preocupações do Senador Fernando Bezerra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não existe aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, estou me antecipando, porque é importante que se diga: ninguém está querendo...

Senador Ricardo Ferraço, ninguém está querendo cobrar herança de quem tem um apartamentozinho. Ninguém está querendo cobrar herança de quem dois apartamentos. Nós estamos falando das grandes heranças.

O foco aqui é acima de 50 milhões, acima de 100 milhões. É isso que precisa ser preservado, porque senão se cria uma confusão como se fosse para todos, e não é para todos. O caráter é claramente progressivo.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Caiado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu também quero um minuto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É só um minuto. V. Exª me conceda.

Presidente, em primeiro lugar, *holding* é aceito, é legal. Quem falou que *holding* é ilegal? Existe ilegalidade em *holding*? Não há ilegalidade nenhuma em *holding*.

O que vai acontecer? Estou dizendo que as pessoas que têm o melhor assessoramento de contadores e de advogados o que vão fazer? Construir uma *holding*. É o óbvio.

Então, o cidadão que é o desinformado, que é aquele cidadão do interior, que é aquele cidadão que acredita que, acumulando as coisinhas dele, pode transferir para os filhos amanhã, esses é que serão penalizados.

É lógico, essas pessoas que têm essas fortunas maiores têm todas as alternativas: têm um bom assessoramento, sabem onde investir todo esse dinheiro. Esse é o fato. Esse é o primeiro ponto que tem que ser colocado.

O segundo ponto é que nós aqui somos Senadores. E é interessante que a função do Senador é defender o seu ente federado.

O que estamos fazendo? Nós estamos invadindo a seara do nosso Estado, da legislação do nosso Estado, que é prerrogativa dos governadores, que é uma fonte de arrecadação dos governadores. E a União agora quer meter a mão grande nos Estados e trazer o dinheiro para Brasília, dizendo que vai criar um fundo de redistribuição para as regiões mais carentes. História da carochinha. Isso vai para o Tesouro, para pagar dívida. E nós sabemos muito bem que isto é um absurdo: a União querer invadir prerrogativa constitucional dos Estados e querer amanhã se apoderar daquilo que é nosso!

Eu não estou entendendo a função do Senado Federal. O Senado Federal está preocupado agora em restabelecer a situação dos cofres da União. A União está dando isenção para os Estados de 50 bi, está aumentando salário, não tem pudor em atender ao que for de demanda. Agora, de repente, quer ainda invadir a capacidade de os Estados arrecadarem.

Então, são incoerências, Presidente, que não podem ser sequer aceitas nesta Casa, a menos que renunciemos à prerrogativa de defender o Estado. Eu, não. Eu não abro mão do meu Estado de Goiás. Vou ficar defendendo e não vou deixar que a União se meta mais naquilo que não é prerrogativa dela, que é exatamente esse imposto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os muitos ricos sempre acham que é um... (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Olha, eu exponho meu Imposto de Renda com os demais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quero colocar meu Imposto de Renda, aqui, com o dos demais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Desafio. Eu desafio a Bancada a colocar o Imposto de Renda aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço.

Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu coloco o meu Imposto de Renda. Eu não tenho *trust*, nem tenho conta em banco da Suíça.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A minha questão de ordem é rápida.

Nós estamos sendo acompanhados aqui pela imprensa especializada. Vários jornalistas estão acompanhando este debate.

Eu apenas queria fazer uma pequena observação leve nas considerações do Senador Ronaldo Caiado: não se está retirando a competência dos Estados nem está entrando na arrecadação estadual. É um adicional federal sobre herança e doação, além dos 8% que já estão definidos. Só esta retificação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, Sr. Presidente, apenas duas observações. O debate é muito bem-vindo, esta controvérsia é importante e relevante, mas há duas observações: os dados trazidos aqui pelo Senador Lindbergh não constam do projeto. Nós estamos tratando de uma proposta de emenda à Constituição e os detalhes...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... trazidos pelo Senador Lindbergh terão de ser alvo de uma lei complementar. É uma outra história.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Portanto, a proposta de emenda à Constituição não trata desses limites e abriga, de certa forma, parte das preocupações trazidas pelo Senador Ronaldo Caiado, porque, da forma que está a proposta de emenda à Constituição, ela não estabelece limites nem faixas; lei complementar é que terá de fazer isso.

Uma outra coisa, Sr. Presidente: há um debate essencial que nós precisamos fazer sobre a destinação desses recursos. Eu sou radicalmente contra empregar esses recursos em FPE e FPM; sou radicalmente contra pegar esses recursos para custeio de máquina pública. Esses recursos precisam chegar à sociedade, precisam chegar aos mais pobres, senão esses recursos vão ficar pela atividade meio, até porque, no Brasil, há uma máxima, Sr. Presidente. A máxima sabe qual é? Quando um país quebra, como é o caso do nosso, que está tecnicamente quebrado pela herança perversa do Governo da Presidente Dilma, o que se faz? Transfere-se a conta para o contribuinte. É disso que se trata. Quando o empreendedor quebra, ele não tem como transferir essa conta para o contribuinte. Ele tem de quebrar.

Então, nós precisamos ter muito cuidado com o debate que estaremos fazendo em relação a esse tema para não criarmos, sob o manto da justiça, uma injustiça declarada. E não contem comigo para aumentar carga tributária se essa carga tributária não chegar aos mais pobres; se essa carga tributária for para alimentar governantes perdulários que não fazem o dever de casa e que, por isso mesmo, estão no tempo se prevalecendo do aumento de carga tributária para resolver os seus problemas de atividade meio.

O que interessa ao contribuinte brasileiro – e acho que também que essa comparação com Japão, com Inglaterra, com França tem de ser feita com cuidado, porque, na Inglaterra, ou na França, ou nos Estados Unidos, você tem saúde universalizada, com qualidade e com alta complexidade; de igual forma, na Inglaterra, não é o caso do Brasil.

Precisamos fazer o debate sim, mas esse é um debate que não pode ser feito com a pressa que se está pretendendo, ou seja, deliberar sobre isso hoje para votar, na semana que vem, no plenário. Eu acho que isso seria um desserviço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, vista concedida.

Requerimento sobre a mesa. Requerimento da Liderança do Democratas.

Requeremos a V. Exª, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão dos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

Sala das sessões, 6 de julho.

Como autor, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, esse requerimento tem exatamente este objetivo: aclararmos essa situação que vem sendo discutida e que também precisa ser melhor informada à população brasileira. Numa hora quer se aumentar a carga tributária; outra hora, quer se aumentar preço de gasolina; outra hora, quer se fazer doação aos Estados e também fazer reajuste salarial.

Então, nós precisamos de saber qual é a pauta prioritária do atual Governo, porque dizer, Presidente, que isso aí está previsto na LDO, tudo está previsto na LDO! Se nós, amanhã, votarmos que o déficit será de mais 170 bilhões no ano que vem, o Governo vai se endividar mais, vai emitir título e vai deixar com 170 bilhões o ano que vem de novo, ou seja, se o Governo achar que, no segundo ano, que é ano de eleição, a ideia é baixar para 200 bi, ele baixa o superávit para 200 bi também e atende tudo isso.

Agora, eu quero saber até que hora a população brasileira, que está sustentando toda essa brincadeira, vai suportar, até que hora ela vai imaginar o seguinte: eu tenho 170 bi, então eu estou dentro daquilo que é o espaço fiscal. Não, não há espaço fiscal, não! O espaço fiscal foi criado numa previsão de prejuízo de R$170 bilhões. Se nós tivéssemos um melhor controle das contas públicas, nós poderíamos fechar com 120 bilhões, 110 bilhões, já poderíamos ter um freio de arrumação agora, com um resultado melhor neste momento.

Acordos que foram feitos no governo anterior não tínhamos que assumir, não. Agora, preocupa-me, no momento, porque o acordo aqui está sendo sustentado pelo PMDB e pelo PT. Isso realmente me causa estranheza. Eu não sabia que existia essa continuidade desse compromisso. Agora, não é o compromisso das ruas, não é o compromisso da população brasileira em poder, nesta hora, mais do que nunca, dizer uma coisa só: quando Presidente Michel Temer encaminhou para o Congresso Nacional um déficit de 170 bi foi o que todos interlocutores disseram: como há muitos esqueletos no Governo, e nós não sabemos como vamos tratar de tudo isso, para dar uma condição mínima de governabilidade, vamos então levar R$170,5 bilhões. Mas, Presidente, nós não fizemos isso com o objetivo, amanhã, de poder atender a reajuste salarial de quem tem estabilidade; nós não fizemos isso com o objetivo, amanhã, de achar cobertura para os Estados que foram maus gestores; nós não fizemos isso com o objetivo de campanha eleitoral para 2018, não. Nós fizemos isso dentro daquilo que o Ministro Henrique Meirelles propôs de um projeto de dez anos. Aí sim, nós tínhamos um projeto de Brasil nos próximos dez anos, mas esses projetos – tipo tapa buraco, tipo projetos campanha eleitoral – serão, podem ter certeza, por parte nossa, do Democratas, duramente discutidos aqui na Casa, deixando claro que nós não somos contra nenhum cidadão que tem as suas prerrogativas e seus direitos ao salário, agora, nós temos de saber o que é prioridade, o que nós devemos triar como prioridade.

Eu não posso imaginar nunca que um cidadão que esteja com cefaleia na antessala de um pronto-socorro tenha a mesma urgência do outro que está com uma fratura exposta chegando em caráter de urgência. Eu tenho de saber o que é triagem, o que é prioridade hoje. Se a prioridade atual for essa, realmente a nossa posição não tem nada a ver com isso que está sendo pautado neste momento pelo atual Governo, em total aliança com o PT.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias, depois Romero Jucá e, em seguida, Aloysio Nunes.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, nada como um dia após o outro. É impressionante, porque eu vi as mesmas figuras, em todas as votações que havia aqui, que chamavam de pauta bomba, reajuste muito acima... O do Judiciário, no ano passado, muito acima deste que a gente aprovou... eu vi alguns Senadores que agora falam sendo aplaudidos por servidores públicos, e nós dizíamos: "Não se enganem. Esses nunca defenderam trabalhadores!" Não era isso, queriam era desestabilizar o Governo da Presidenta Dilma. Agora não, de uma hora para outra, é o discurso da responsabilidade fiscal. Esse Senador que me antecedeu era um dos mais exaltados em toda discussão de reajuste de servidor público! Estão desmascarados.

É importante que os servidores públicos entendam o que aconteceu no passado. Muita gente tinha esquecido, nesse ódio contra o PT e contra a Dilma, o que aconteceu nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Sabem o que houve? Zero por cento de aumento em oito anos! Zero por cento de aumento em oito anos!

Nós temos a nossa história e sabemos que, nesse período inteiro, criamos essas negociações de três em três anos, fizemos recomposição salarial. Não demos tudo, mas sempre demos e fizemos negociação salarial com os servidores.

Agora, é muita incoerência.... De 15 dias para cá, eles mudam o discurso! Nós não, Sr. Presidente. Nós vamos votar a favor dos servidores, desses 16 acordos que foram construídos ainda com a Presidenta Dilma, que, vale dizer, são acordos de três anos, com limite inferior à inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nós só não vamos votar na questão do teto do Supremo. Nisso nós não vamos votar, porque provoca o efeito cascata. Votar no teto do Supremo abre para aumentar para Senador, para Deputado, tem impacto nas Assembleias Legislativas, tem impacto nos desembargadores. Isso nós não vamos votar no momento em que se apertam os mais pobres, porque há pessoas falando numa reforma da Previdência para acabar com a vinculação do salário mínimo com o benefício previdenciário. É um aperto muito grande em cima dos mais pobres! Então, nós não podemos votar o aumento do teto, mas, quanto aos outros pontos todos, nós vamos votar, porque é um reajuste que foi negociado no governo da Presidenta Dilma. E eu volto a dizer: como não passa a inflação, é um reajuste justo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Só para alertar, Presidente: no ano passado a votação foi por unanimidade.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Unanimidade, o petezinho votou lá também.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – São todos bem-vindos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Por unanimidade, o voto lá foi unanimidade no painel, todos votaram pelo reajuste. Todos! Então, aqui, o discursinho não serve. Todos que estavam lá votaram pelo reajuste.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – São todos bem-vindos, mas, como o plenário é relativamente pequeno, temos que manter a tranquilidade.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós tivemos aqui várias horas com o Ministro do Planejamento Dyogo Oliveira debatendo exatamente a questão da meta; o que está inserido no Orçamento, uma negociação que foi feita abaixo do valor da inflação, quase no centro da meta, que é algo que tem de ser buscado para todas as despesas públicas. Portanto, eu não vou me estender aqui novamente na abordagem dessa questão.

Nós vamos defender o aumento negociado, que dá condição de recomposição dentro da possibilidade de pagamento do Governo. Isso está, volto a dizer, dentro do limite de gasto, da emenda à Constituição proposta pelo Presidente Michel Temer ao Congresso Nacional. Portanto, não estamos fazendo aqui nenhum absurdo. Ao contrário, ao dar 5,5%, estamos dando espaço fiscal entre 5,5% e a inflação, para que, no teto de gastos, educação, saúde e outras políticas públicas possam ter mais recursos.

Por conta disso, vamos encaminhar contrariamente ao requerimento do Senador Ronaldo Caiado e a favor da votação imediata de todos os projetos. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós estamos pedindo silêncio. São todos bem-vindos, mas sem manifestação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Aloysio...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O senhor vai colocar o requerimento em votação?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Depois dos encaminhamentos, porque cada bloco tem direito a um encaminhamento.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu considero que essa prática da negociação trianual uma prática positiva, porque isso permite, por parte da Administração, uma disciplina, um horizonte previsível de gastos e, também da parte do servidor, uma previsão das suas receitas. Inclusive, quando o Ministro Serra era Governador, e eu, Chefe da Casa Civil, encaminhei várias negociações dessa natureza, por etapas. Você aponta um horizonte de recomposição ou de aumento para uma categoria do funcionalismo e programa isso no tempo. Foi positivo. Não tenho nada contra, acho que é uma prática boa a ser mantida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O tema levantado pelo Senador Caiado é da maior relevância: se isso cabe dentro do Orçamento, se cabe dentro das nossas contas, se cabe dentro do tamanho que nós achamos que o Estado brasileiro deva ter ou possa ter neste momento de crise. Mas esse será um assunto que será visto na Comissão de Assuntos Econômicos. Hoje já tivemos lá uma audiência pública com o Ministro do Planejamento, que, à semelhança do que fez em relação ao projeto dos funcionários do Judiciário e do Ministério Público, apresentou os seus dados e, em função disso, os Senadores deliberaram e levaram a questão ao Plenário, onde foram aprovados esses projetos por unanimidade. Eu penso que a questão que o Senador Caiado coloca, que é uma questão da maior relevância, repito, deva ser pesada e sopesada na reunião da CAE, a partir dos dados que o Ministro apresentou e de outros que os Senadores venham a solicitar.

Em relação à pauta da Comissão de Constituição e Justiça, Presidente, que é disto que se trata agora, o exame desses projetos sob a ótica da nossa Comissão. Todos os pareceres foram apresentados, e eu pedi vista, creio eu, de todos eles. Por uma razão: eu queria verificar se, além do valor do reajuste, do valor monetário do reajuste, não havia nos projetos determinadas disposições que poderiam levar à expansão dos gastos vegetativamente; mudanças de um nível para outro automaticamente; transposições; coisas desse gênero.

Verifiquei também extinção de cargos, de um lado, e criação, de outro, a partir da constatação de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê, não preverá, concurso para o ano que vem. Então, para que criar uma série de cargos que não serão providos neste ano? Não é mais razoável esperar que, no ano que vem, seja feita uma avaliação efetiva da necessidade desses cargos que serão criados agora para não serem providos? Então, foi sob esta ótica da juridicidade que eu examinei os projetos sobre os quais vamos deliberar.

Eu queria propor aos meus colegas um método. Concordo com o Senador Lindbergh com relação à questão do teto, não porque a despesa em si seja exorbitante ou não esteja prevista nisso ou naquilo. É que isso tem uma repercussão indireta... Indireta é modo de dizer, é direta, nós até discutimos aqui, Senadora Gleisi, esse tema da repercussão quase automática. A PEC do Senador Randolfe...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – De que ele é Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente, sobre as finanças dos Estados.

Muitos reajustes são dados quase que numa aplicação automática, sem lei inclusive, há repercussão em nível estadual do reajuste do teto. Então, essa questão tem que ser vista à luz do impacto real sobre as finanças dos Estados.

Eu fiz um pequeno exercício e verifiquei o seguinte. No seu Estado, meu caro Senador Lindbergh – uma informação ainda sujeita à caução –, R$350 milhões. O nosso ex-colega Dornelles não consegue pagar a conta do IML, a conta de luz do IML do Rio de Janeiro. Os aposentados estão com os salários parcelados. Então, é preciso verificar, concretamente, com esses Estados se já previram nos seus orçamentos como é que esse reajuste, que será inelutável, se encaixará.

A minha proposta, Presidente – é um encaminhamento –, é nos concentrarmos sobre o reajuste em si e o que for criação de cargos e criação de carreiras nós deixarmos para outra ocasião. Eu compreendo que todos foram feitos no mesmo momento, mas eu creio que é perfeitamente possível e conveniente fazermos esse desdobramento. Para esse efeito, há destaques propostos, há emendas, inclusive, dos próprios Relatores, Senador Maranhão e Senador Hélio José. De modo que talvez pudéssemos encaminhar neste sentido: deixar para uma segunda etapa as mudanças, digamos, qualitativas, exatamente para que todo mundo possa examinar com cuidado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Só para chamar a atenção de V. Exª... (*Falha na gravação.*)

... cada um desses projetos com esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço pelo Bloco do PSDB.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, a proposta que faz o Líder, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, me parece muito razoável, porque na maior parte desses itens nós não estamos tratando apenas de reajustes, estamos indo além. O Líder do Governo está nos assegurando que esses ajustes, ou reajustes monetários, estão previstos na LDO no seu Anexo V. O Governo, portanto, está organizado e estruturado para suportar esses ajustes.

Eu não quero ser mais realista que o rei. Eu, sinceramente, acho que este não seria o melhor momento para fazer isso, porque esses recursos, esses impactos da ordem de R$68 bilhões entre este ano e os próximos anos, esses recursos, sejamos aqui muito claros, não existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esses recursos terão que ser captados. O Governo terá que pagar uma taxa de juros elevadíssima para disponibilizar esses recursos. Esses recursos poderiam ser aplicados em saúde, em educação, em segurança pública, em mobilidade urbana. Na escassez de recursos, o que é que nós fazemos? Nós elencamos o grau de prioridade que queremos dar a esses recursos em razão do interesse da sociedade – e sejamos aqui muito sinceros –, não em razão daquilo que está criando enorme constrangimento, de certa forma, em nosso País, que é uma espécie de sequestro do Estado brasileiro por parte das corporações. Agora, se o Líder do Governo está dizendo que o Governo suporta esse ajuste, eu não vou ficar aqui...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quem disse foi o Ministro do Planejamento hoje, na reunião conjunta. Eu até não pude participar dela.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sim, mas V. Exª, como Líder do Governo, está ratificando. Eu não vou ser...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, eu digo que são dados que podem ser conferidos por todos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Perfeitamente.

Eu não quero ser mais realista que o rei, e acho que isso não deva ser uma coisa recomendada. Se o Governo está dizendo que tem suporte e que, inclusive, esses aumentos estão adequados à proposta de emenda constitucional, que vai, inclusive, vincular a expansão do gasto à inflação, eu acho que isso é razoável. Agora, os projetos tratam de outras questões: tratam de planos de cargos e salários, tratam de ascensões de nível médio para nível superior sem concurso público. E tudo isso pode se traduzir, sim, em expansão de impacto para além disso que nós estamos podendo identificar aqui nas planilhas que o Governo encaminhou ao Senado. Portanto, a minha fala é nessa direção.

Evidentemente que eu aqui vou concordar. Dificilmente eu concordo com o Senador Lindbergh, mas, nessa questão...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Que elogio! (*Risos.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Agora é PT, PMDB e PSDB.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Só ficou o DEM de fora. Deixa o DEM fora, eu estou fora. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas eu não falei nem o que é!

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não. Nesta questão pontual do item 7 e do item 8, o Lindbergh concordou comigo: tem a ver com o teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público Federal, por conta das vinculações e do efeito cascata que isso tem em nossos Estados.

Então, esses itens vão se manter na pauta, esses itens vão sair da pauta.... Porque eu não vi na mensagem nem na fala aqui do nosso Líder Aloysio Nunes Ferreira se a proposta do item 7 e do item é 8 é tirarmos da pauta. Os itens que tratam dos aumentos do teto ficariam fora da pauta, nós votaríamos só os ajustes, em cima do que foi apresentado aqui pelo próprio Governo, e nós não votaríamos as outras questões que estão relacionadas a planos de cargos e salários, a ascensão de nível médio para nível superior, e assim por adiante. Eu acho que isso sinaliza uma perspectiva, acredito, de bom senso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Líder do Governo, depois a Senadora Gleisi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sobre a questão do teto, eu ontem conversei com vários representantes de carreira do Judiciário e do Ministério Público e transmiti a eles o meu ponto de vista. Eu disse a eles que os Senadores estão buscando informações sobre a repercussão desse aumento nas finanças dos seus respectivos Estados.

E eu percebi, por parte dos meus colegas Senadores, um sentimento de profunda cautela, ou circunspecção, em relação a esse tema. Eu não acho que o tema esteja maduro para ser votado hoje. Poderá ser votado um pouco mais adiante.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senadora Gleisi Hoffmann.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só fazer uma sugestão ao Líder do Governo.

Eu concordo também com esse encaminhamento que foi feito: que retiremos os projetos que criam cargos e os que dão aumento aos subsídios, pelo impacto que têm.

Eu queria consultar o Senador Aloysio, porque a PEC 62, que nós apresentamos, cujo Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, é uma PEC que tira a vinculação automática dos salários. E houve bastante polêmica aqui com o Tribunal de Contas e com o Superior Tribunal de Justiça. Nós adequamos isso, e ela vai ter repercussão para os Estados apenas. O que diz a PEC? Ela é muito simples: diz que, no caso de qualquer aumento de subsídio do Supremo, embora 75% dos proventos de juízes, deputados, enfim, tenham referência a ele, as assembleias legislativas terão que discutir a lei naquele momento.

O que nós temos hoje? Todas as assembleias legislativas já têm um projeto aprovado lá atrás que estabelece que, conforme aumente o subsídio do Supremo, já aumenta o subsídio dos deputados estaduais, dos juízes, dos vereadores, dos prefeitos, no percentual que a Constituição dá, que é de 75%. Isso não virou um teto, virou um piso.

Então, o que eu queria sugerir? Como está pronto o relatório do Senador Randolfe, que nós pudéssemos pautá-lo na próxima reunião da CCJ, votar esse projeto. Depois disso, levamos para o Plenário e tentamos votar em conjunto, para fazer um esforço, porque os Estados não vão aguentar a repercussão que vai haver. Não vão.

Então, se o Líder do Governo concordar, faríamos esse acordo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Estou de acordo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Inclusive, teria que fazer também com a Câmara, porque a PEC vai ter que ir para lá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É verdade.

Permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu me lembro perfeitamente desse nosso debate, Senadora Gleisi. O Senador Anastasia até contribuiu muito para darmos uma redação. Eu não tenho nenhuma objeção, apenas algum ceticismo.

A Constituição hoje já veda essa prática que, infelizmente, é reiterada por parte de muitas assembleias legislativas em muitos Estados, mas acho que uma trava a mais não faz mal. De modo que não tenho nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, foi solicitada no requerimento, por exemplo, a retirada do item 11. Esse item 11, Sr. Presidente, é o subsídio dos defensores públicos gerais e federais. São 627, há dotação orçamentária, não tem efeito cascata. Essa é uma justiça que se tem que fazer a um segmento que hoje senta do lado do promotor público e ganha um terço do que ganha o promotor público, que senta ao lado do juiz e ganha um terço do que ganha o juiz. Então, é um projeto que tem o objetivo de fazer justiça e uma grande correção para um órgão que faz hoje a parte mais democrática da Justiça brasileira, que atende o necessitado, atende o carente, atende aquele que não tem recursos para buscar um advogado, constituir um advogado para defender os seus direitos. Então, Sr. Presidente, seria muito injusto...

Esse relatório é o que foi relatado há mais tempo, está há mais de duas semanas aqui e, de repente, esse segmento pode ser prejudicado por uma interpretação que, com certeza, não é aquela que aqui foi colocada. Eu não tenho nenhuma dúvida...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Só um pouquinho.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se houver uma mudança de cargo médio para cargo superior, é uma coisa diferente. Aqui não. E há mais, Sr. Presidente: é feita uma escala, não é um aumento ao teto direto, vai haver um período, uma escala.

Portanto, eu queria que esse projeto não entrasse nesse globo que estão querendo fazer para tirar daqueles que não têm nada a ver com o que aqui foi colocado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Randolfe, pela REDE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, me parece que nós estamos caminhando, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para um acordo com a maioria de Se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nadores. Qual seria esse acordo? A aprovação do reajuste dos servidores públicos, excluídas quaisquer matérias que ampliem o teto – qualquer reajuste dessa natureza nós não votaríamos agora – e a criação de cargos.

Inclusive, a criação de cargos é um tema problemático. Ainda há pouco estava na Comissão de Educação, Senador Jucá, com o Ministro Mendonça Filho, que falava que, dentre esses 14 mil cargos, há abertura de vagas nas universidades federais para concurso público de professores – e todos nós sabemos a crise por que passam as universidades federais. Entretanto, essa é uma situação em que não dá para salvar o bebê. Neste momento, nós temos que suspender esse debate até uma adequação e diálogo com o Governo em relação a essa questão dos cargos – e parece que esse é o acordo que está avançando aqui, no entendimento da maioria dos Líderes desta Comissão de Constituição e Justiça. E há um consenso, de acordo com a situação dramática que vivem os Estados brasileiros, de que é inaceitável a votação aqui de qualquer matéria que amplie o teto do funcionalismo público.

Então, meu encaminhamento reitera o que já foi dito aqui pelos Senadores Aloysio Nunes, Líder do Governo, Lindbergh Farias e Romero Jucá: vamos votar o reajuste dos servidores, não votaremos agora quaisquer matérias que tratem do aumento do limite do teto e não votaremos as matérias que criam cargos novos na Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com o encaminhamento que o Senador Randolfe sintetizou, eu acredito que nós temos condições fazer andar um pouco a pauta. Estive olhando aqui que cada projeto tem destaque, tem pedido de retirada de pauta, há um conjunto de requerimentos que não vai nos permitir votar nada, pelo que eu conheço aqui da Casa. Portanto, se nós não fixarmos o novo teto do Ministro do Supremo, não podemos votar o do defensor público nem tampouco do Ministério Público, porque eles são indexados, é uma consequência.

Quanto a outro item, o que trata dos concursos públicos. Um deles trata de 14 mil novos cargos. Aqui há atividade-fim e atividade-meio. Eu sou um daqueles que entendem que deveríamos fazer uma construção no Senado Federal para priorizar o que é atividade-fim. O que é atividade-meio, nós deixaríamos para o momento em que isso pudesse caber no Orçamento, como fazer.

Portanto, eu acho que o encaminhamento que aqui está endo feito... nós deixaríamos para a próxima reunião tudo o que trata de teto, tudo o que trata de concurso público, e votaríamos os outros. Com isso, os itens 7, 8, 11, 14, 15 e 17 ficariam para a próxima reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o 16?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O 11...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ficariam sobrestados?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu diria...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não, Sr. Presidente. Deixa eu fazer uma correção aqui, há uma injustiça. O defensor público, Sr. Presidente, não tem nada a ver com teto, não tem nada a ver com Judiciário, em absoluto, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro que tem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não, não, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não, Sr. Presidente, não estabelece parâmetro nenhum, Sr. Presidente, muito pelo contrário. Seria uma grande injustiça...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós deixaríamos para a próxima reunião.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não, Sr. Presidente. Seria uma grande injustiça incluir.... Olha, não é criar cargo, não é estabelecer novo teto, em absoluto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós não estamos dizendo que nós não vamos votar. Eu estou tentando construir um entendimento mínimo aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Presidente. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu estou com a palavra. Eu estou com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Jucá. Depois, Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O PL 38, item 17, tem criação de cargos e tem remuneração também. Então, o combinado com o Senador Aloysio Nunes, com o Senador Ferraço e com o Senador Caiado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E com o Senador Lindbergh.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...é que nós votemos os projetos fazendo destaque para retirar o que é criação de cargo e o que é transposição de carreira, mas os reajustes continuarão. Porque, se retirar o projeto, os reajustes que estão dentro do projeto ficarão prejudicados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A intenção era deixar para quarta-feira esses outros...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, não, não, Presidente. Vamos votar tudo.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vamos votar tudo hoje, e a gente faz os destaques aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, por favor, pela ordem. Eu pedi a palavra já faz uma certa data, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu tenho o cuidado de observar todos, Hélio.

Senador Telmário.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Mas eu pedi primeiro do que ele.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ele estava falando, e eu o cortei para poder...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu quero aqui insistir, porque essa é uma questão de justiça. Essa questão dos defensores públicos, Sr. Presidente, não vai traçar novo parâmetro, não vai criar cargos, e há dotação orçamentária da própria Defensoria Pública Federal. O aumento dos defensores, Sr. Presidente, é escalonado, é através de uma escala. Então, é mais do que justo, Sr. Presidente, que seja incluído e debatido agora. Foi relatado, já foi tudo, falta só votar. Não há, aí, com certeza, nenhum efeito cascata que possa, a partir disso aí, traçar um novo parâmetro. Não estamos criando cargo em absoluto. Há dotação orçamentária, há tudo. São só 627 defensores públicos federais brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Primeiro, eu quero dizer que concordo com o Senador Telmário Mota. Não estamos brigando aqui por causa disso. Concordo com ele.

O item 17, Sr. Presidente, cria alguns cargos devidamente previstos, e isso já foi votado na Câmara dos Deputados. Os pedidos de todas as outras carreiras que vieram me procurar aqui, para criação de outros cargos e coisas que não estavam previstas, embora até concordando com alguns, nós rejeitamos, exatamente para não prejudicar o ajuste dos servidores públicos que estão aqui, do Executivo, no 38, já tudo devidamente previsto no item 17.

Então, não é possível a gente colocar nesse bolão na situação em que está. Se for da forma como V. Exª na última fala encaminhou, em concordância com o Senador Jucá, que a gente aprove o ajuste e exclua aquilo que trata apenas de criação de cargo, para o diálogo... Porque meu acerto com o Presidente Temer e com o Executivo era de que tudo o que viesse com relação a essa questão eu iria rejeitar, dialogar com o Planejamento, para, no próximo projeto que vai ser encaminhado de ajuste das carreiras que ficaram excluídas na reta final, a gente fazer uns pequenos ajustes que estavam faltando, de algumas carreiras, de algumas reorganizações de carreira.

Eu acho, Sr. Presidente, que talvez fosse mais razoável, já que tudo isso já foi fruto de uma profunda análise, votarmos o PLC 17 como ele está e mantermos o combinado com o Executivo, que seria fazer as mudanças no próximo PL, que virá semana que vem provavelmente para as carreiras que não vieram ainda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senadora Ana Amélia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ...que está quietinha ali.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, o senhor não citou o 16, o PLC 16. Vai ser votado? É porque o meu trata do reajuste dos militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Isso estamos tentando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero defender a minha categoria. Aqui defenderam os defensores, eu quero defender os militares aqui também.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, primeiro quero tranquilizá-los: chegará a vez dos defensores antes do recesso.

Presidente, é o seguinte: eu propus um critério que, me parece, foi acolhido por todos os colegas, que é nos fixarmos no que for atualização de vencimentos ou subsídios, e tudo aquilo que fugir desse tema ficaria para trás e examinaríamos numa próxima oportunidade – tudo aquilo que for criação de cargos, carreiras, transposição de um cargo para outro.

Eu apresentei vários destaques e emendas; o Senador Ferraço, vários também; o próprio Senador Hélio José apresentou. Mas sempre é possível que haja uma ou outra coisa que mereça um exame com mais tempo, o que poderia ser feito na CAE. Então, esse mesmo compromisso poderia se manter na CAE. Nós aqui já faríamos uma primeira fornada de trabalho e, se porventura houver alguma coisa, algum ajuste a ser feito, se termina de fazer na CAE.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, eu indago: o que trataria de criação de cargos também entraria nesse bloco de hoje?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, entraria com a retirada de cargos. Eles vão apresentar destaques retirando.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

E os que tratam de teto nós deixaríamos para quarta-feira próxima. Pode ser assim?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É acordo, o acordo é rápido.

Eu pergunto ao autor do requerimento: o que nós estamos construindo, de acordo, é que os três projetos que tratam de tetos – o teto do defensor público, o teto do procurador e o teto do Supremo – ficariam para quarta-feira. Todos os outros, nós votaríamos hoje, com o compromisso de retirar do 38, até porque o Relator está tratando de um acordo mais amplo, o que trata de criação de cargos. Os demais, nós votaríamos por acordo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – *O.k.*? Podemos conduzir assim?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, o 38 vai ser votado hoje também, mas com destaque, retirando-se as criações de cargos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro, seriam retirados os cargos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Caiado, que é o autor do requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – No acordo, Senador Caiado, só para ajudar: a ideia era não votar o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não votar?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não votar o requerimento de adiamento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu quero deixar clara a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, é lógico que eu busquei, junto à minha assessoria e à assessoria do Senado Federal, vários dados para que um Senador pudesse responder ao cidadão brasileiro hoje quando é perguntado sobre esses reajustes e essas concessões que são dadas num quadro de crise com o qual o País jamais conviveu.

Mas, Sr. Presidente, nada me convenceu mais do que a fala do Senador Armando Monteiro. Eu nunca tive uma grande proximidade do Senador Armando Monteiro, mas, na semana passada, quando nós estávamos na-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

quela luta do Supersimples, ele apresentou uma emenda de extremo bom senso e equilíbrio, de tal modo que o acordo foi construído em dois minutos e nós acabamos com aquela queda de braço para ver quem deveria ter as prerrogativas ou não de ser incluído no Supersimples. Hoje, ele faz uma explanação aqui que, realmente, me convenceu profundamente, primeiro, porque, ao se dirigir ao Senador Romero, ele disse que existem certas situações que são imprevisíveis: se vai haver uma queda na arrecadação, se amanhã vai haver uma crise internacional que possa interferir na economia do País etc. Agora, só existe uma ferramenta ou um instrumento de que realmente o Governo pode lançar mão para dar sinais de que pode conter uma crise e, ao mesmo tempo, ser um governo austero e um governo que pode cobrar da sociedade a reciprocidade, que era exatamente este de que, agora, o Governo abre mão, que é exatamente fazer esses reajustes, dizendo à população brasileira que os outros tantos que virão, depois dos reajustes aqui feitos, não vão se sentir atendidos se também não tiverem o mesmo tratamento que tiveram essas 14 ou 15 iniciais, aí sim junto aos Estados, num processo que também se disseminará pelos Municípios, num efeito dominó, ou em cascata, que vai tomar conta do País.

Então, dessa forma, Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro aqui, bem definido, não só nas notas taquigráficas, como na gravação desta reunião, que é importante, que o meu voto será contrário. Repito: ele será contrário a esse reajuste a qualquer cargo, a qualquer posição da Casa, do Congresso Nacional, que não venha a se direcionar, em primeiro lugar, à sociedade brasileira, aos desempregados, especificamente a isso.

Quando temos um déficit de R$170 bilhões – e um dos Ministros do Governo estava aplaudindo o fato de que, para o ano que vem, teremos mais R$170 bilhões de déficit também –, é preocupante; e acho que, nesta hora, as pessoas não estão aqui antenadas com o que pode ocorrer no Brasil nos próximos dias. Vejam bem: eu chamo a atenção para isso porque eu não sei se, na terça-feira, o clima nesta Comissão será o mesmo de hoje. Hoje é um clima de euforia, de "vamos votar e aprovar"; porém, eu não sei se, até terça-feira, no momento em que a sociedade brasileira tomar conhecimento de tudo isso, a reação aqui nesta Comissão será a mesma.

Então, eu quero deixar claro, como Senador da República pelo Democratas, que o meu voto é "não". É "não", entende, Presidente? É uma decisão tomada com muita tranquilidade. Acho que o momento é de um governo de esperança, mas de um governo de emergência, que tinha que tomar medidas duras, que tinha que cortar na carne, que tinha que dizer ao cidadão brasileiro que agora precisamos resgatar a credibilidade dos políticos, da instituição Congresso Nacional, do Executivo, para que possamos cobrar a contrapartida da população. Vejo isso muito mal encaminhado, vejo isso realmente como sendo voltar as costas para tudo aquilo que a sociedade brasileira, que foi às ruas, reivindicou.

A posição de Ronaldo Caiado, do Democratas, é "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O.k.

Volto a indagar dos nossos pares: podemos fazer um acordo de procedimento? Os três projetos que tratam de teto, da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal, ficam para quarta-feira?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Tetos e cargos, não é, Sr. Presidente?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Esse é o primeiro bloco.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu queria propor que a reunião pudesse ser na terça-feira de manhã em vez de acontecer na quarta-feira. Tínhamos combinado isso antes.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A preocupação minha é porque terça-feira vai ter CAE...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Porque quarta-feira é o último dia de sessão, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ...e aí nós já resolveríamos também todos os que vão para a CAE na terça. E, na quarta-feira, votaríamos, porque nas duas Casas pediram sessão extraordinária na CAE...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Está bem, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ...com a nossa Presidenta e com a sua anuência, para destravarmos.

E temos três projetos de lei, que são os itens 14, 15 e 17, que tratam de cargos. No item 17, o Relator, Senador Hélio José, está acolhendo tudo aquilo que cria cargo, ficaria só reajuste.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Senador Aloysio, sem os destaques... Nós já vimos os destaques, estão o.k., estão dentro do combinado. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Relator está acolhendo. Então, o 17 votaremos hoje. Portanto, seriam os itens 7, 8, 11, 14 e 15. Seriam os cinco itens que ficariam para a próxima quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estou tentando ver aqui um acordo para votar, pelo menos, quatro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O 17 pode ser votado hoje também, Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O 15 também pode ser votado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...com os destaques. Todos vão ser votados hoje. Tirando os tetos, todos podem ser votados hoje, alguns deles com apreciação dos destaques, outros, sem destaques, porque não há destaques para fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É porque, na discussão primeira, tinha vindo isso. Então, votaremos todos, menos três itens que tratam do teto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estamos retirando da pauta os itens 7, 8 e 11, e os demais vamos votá-los sem discussão, até porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Estamos retirando cargos também, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não, o cargo vai para a CAE, e lá tratamos.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador José Maranhão.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.

Autoria: Procurador-Geral da República.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Defensoria Pública da União.
Relatoria: Senador Telmário Mota.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Autoria: Mesa da Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Vicentinho Alves.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Como acordamos, não haverá discussão.
Portanto, está encerrada a discussão.
Em votação o relatório favorável ao projeto.
As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aprovado com o voto contrário do Senador Ronaldo Caiado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.
Item 10:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei n° 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador José Maranhão.
Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

De acordo com o entendimento, declaro encerrada a discussão.
Em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado com o voto contrário do Senador Ronaldo Caiado.
Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com Emenda nº 1, de redação, da CCJ .
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quanto ao item 12, eu vou designar o Senador Romero Jucá para dar parecer sobre a emenda – falta a Emenda nº 3, Senador.
Item 12:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores e empregados públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador José Maranhão.
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.
Observações:
- Em 14/06/2016 foram apresentadas as emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador José Pimentel;
- Em 23/06/2016 foi apresentada a emenda nº 3, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Senador Romero Jucá, para dar parecer sobre a Emenda nº 3 ao Projeto de Lei nº 33. As demais já foram rejeitadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, existe um destaque do Senador Aloysio Nunes dentro do espírito com que nós montamos o entendimento. Portanto, o parecer é favorável ao destaque, quer retirar do texto esse dispositivo destacado, que é o art. 13-B, que trata de novas gratificações e incorporação de gratificações. Portanto, o parecer é a favor da retirada do texto, pelo provimento do destaque e pelo...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pelo acolhimento da Emenda nº 3.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...acolhimento da emenda.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, o parecer é favorável, rejeitando as Emendas nºs 1 e 2 e acolhendo a Emenda nº 3. Com isso, o destaque fica prejudicado.

A discussão está encerrada, conforme acordo.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com voto contrário do Senador Ronaldo Caiado, está aprovada a matéria.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 3-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 13.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador José Maranhão.
Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas n.º 1 e n.º 2.
Observações:
- Em 16/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 1, de autoria da Senadora Angela Portela;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
- Em 29/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 2, de autoria do Senador João Capiberibe;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Discussão encerrada.

Em votação o relatório favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com o voto contrário do Senador Ronaldo Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 14.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador José Maranhão.
Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas de Redação nºs 4 e 5, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, e 6 a 11.
Observações:
- Em 14/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 1, de autoria do Senador José Pimentel;
- Em 15/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 2 e 3, de autoria do Senador Paulo Paim. Em 27/06/2016, a Emenda n.º 3 foi retirada pelo autor;
- Em 16/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 4 e 5, de autoria do Senador Roberto Rocha;
- Em 17/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 6, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;
- Em 21/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 7, de autoria do Senador Telmário Mota;
- Em 22/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 8, de autoria do Senador Hélio José, e n.º 9, de autoria do Senador João Capiberibe;
- Em 23/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 10, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
- Em 27/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 11, de autoria do Senador Paulo Paim;
- Em 06/07/2016, foi apresentada a Emenda n.º 12, de autoria do Senador Hélio José;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 29/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Antes de votarmos a matéria, vamos analisar o destaque.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o autor para apresentar e justificar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – De forma muito sintética, o nosso destaque visa suprimir a criação de 200 cargos no Cade. Esse é o destaque que estamos fazendo, de modo a suprimir, por entender que este é um momento absolutamente inadequado. Na linha do que acordamos aqui, tudo que for criação de cargos e transposição de carreiras, nós estaremos destacando.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Por se tratar de acordo, nós vamos fazer uma votação única, acolhendo o destaque, com a supressão da matéria a que ele faz referência. Portanto, ...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... havia a Emenda nº 12, de minha autoria, e eu quero retirá-la em apoio ao que V. Exª coloca.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está acolhida a retirada.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório, com o acolhimento do destaque.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com voto contrário do Senador Ronaldo Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as emendas de redação...

Portanto, aprovado com o destaque acolhido, que implica na retirada daquela matéria que é objeto do destaque.

Portanto, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 15:

ITEM 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, de 2016
- Não terminativo -

Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 9.
Observações:
- Em 14/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 1, de autoria do Senador José Pimentel;
- Em 16/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 2, de autoria do Senador Paulo Paim. Em 17/06/2016, esta Emenda foi retirada pelo autor;
- Em 17/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 3, de autoria do Senador Waldemir Moka;
- Em 21/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 4, de autoria da Senadora Angela Portela;
- Em 22/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 5, de autoria do Senador Davi Alcolumbre; n.º 6, de autoria do Senador João Capiberibe; e n.º 7 e 8, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
- Em 27/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 9, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 29/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Nós temos dois destaques de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Para justificar e, ao mesmo tempo...

Vamos acolher os destaques.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Acolher e... Votação em globo, não é, Presidente, porque o parecer dos dois é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, estamos acolhendo os dois destaques...

Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Dos itens 15 e 16...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – S. Exª, o Senador Ricardo Ferraço, poderia esclarecer quais são os destaques?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª está a se referir ao item 15 ou ao item 16?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ao item 15 ainda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É um destaque para suprimir transposição de carreira de nível médio para nível superior.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O que é inconstitucional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente pela violação constitucional.

(Manifestação da plateia.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Senador Ferraço, me permita. Se for transposição, é dentro do que dialogamos, mas a informação que eu tenho – dos técnicos da CGU e do pessoal do Governo – é que não se trata de transposição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria fazer uma proposta ao Senador Ricardo Ferraço.

Senador Ricardo Ferraço, não dá para deixar isso para a gente discutir na CAE e aprovar desse jeito?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O que é isso?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós acabamos de fazer um acordo. Nós estabelecemos no acordo que nós faríamos a votação dos ajustes e que tudo o que não fosse ajuste ficaria fora do acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso, inclusive transpor de nível superior para nível técnico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E isso está fora do acordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deixem eu fazer a proposta inversa: vamos votar do jeito que a gente combinou aqui, vamos tirar e, se for o caso, retoma na CAE...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Na CCJ a gente retoma.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...se for verificado que não é transposição. Vamos cumprir o acordado, senão a gente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que se discute se é transposição ou não, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Faremos na CAE.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se não for transposição, nós remetemos...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que o debate ficasse restrito aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos acolher os dois destaques e, se necessário for, na CAE nós retomamos essa matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Aprovado com voto contrário do Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aprovado com voto contrário do Senador Ronaldo Caiado.

Portanto, a matéria está aprovada e vai à CAE.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Acatando os dois destaques, não é, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Acolhidos os dois destaques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O Senador Ferraço falou que o primeiro destaque é o que nós temos a dúvida – se é transposição ou não. O segundo destaque trata de quê?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Da mesma coisa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Também. Matéria vencida, Senador Randolfe, já foi votada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Claro. Na CAE nós retomaremos esse debate.

Item 16, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 37, não terminativo. O projeto altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

(Tumulto no recinto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Um pouco de silêncio por gentileza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, coloque um pouco de ordem na casa aí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os que foram bem atendidos podiam nos ajudar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só faltam dois projetos. Vamos ter foco aqui para terminar, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aos nossos convidados que já foram atendidos, peço um pouquinho de paciência. Estamos chegando ao final.

Senador Ronaldo Caiado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já, e qualquer ajuste nós faremos na CAE.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o item 15...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Item 16 agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, o que vai ser resolvido na CAE é o 15.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já registrei o seu voto, Senador Ronaldo.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Ana Amélia.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 29/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Conforme acordado, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com parecer contrário do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Aprovado. Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Último projeto: item 17.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É o item 17.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Hélio José.
Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 3 a 12, e 14 a 27.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Observações:

- Em 15/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 1 e 2, de autoria da Senadora Angela Portela. Em 21/06/2016, foi retirada a Emenda nº 2 pela autora;

- Em 16/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 3 a 7, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; e as Emendas n.º 8 e 9, de autoria do Senador José Pimentel;

- Em 17/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 10, de autoria do Senador Waldemir Moka;

- Em 21/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 11, de autoria do Senador Eduardo Amorim;

- Em 21/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 12, de autoria da Senadora Angela Portela;

- Em 22/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 13, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Em 29/06/2016, esta Emenda foi retirada pela autora;

- Em 23/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 14 e 15, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; e a Emenda n.º 16, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

- Em 27/06/2016, foi apresentada a Emenda n.º 17, de autoria do Senador Vicentinho Alves;

- Em 28/06/2016, foram apresentadas as Emendas n.º 18 e 19, de autoria do Senador Humberto Costa; n.º 20, de autoria do Senador João Capiberibe; e n.º 21 e 22, de autoria da Senadora Angela Portela;

- Em 29/06/2016, foram apresentadas a Emenda n.º 23, de autoria do Senador João Capiberibe, e a Emenda n.º 24, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho;

- Em 04/07/2016, foi apresentada a Emenda n.º 25, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (dependendo de relatório);

- Em 05/07/2016, foi apresentada a Emenda n.º 26, de autoria do Senador Eduardo Lopes (dependendo de relatório);

- Em 06/07/2016, foi apresentada a Emenda n.º 27, de autoria do Senador Acir Gurgacz (dependendo de relatório);

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 29/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir o relatório sobre as Emendas nºs 25 a 27.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – As Emendas nºs 25 a 27, nobre Senador Pimentel, estão rejeitadas – por tratar de mérito, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o autor dos destaques.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, nós estamos propondo a supressão da criação – imagine V. Exª – de 14,4 mil cargos nas mais diversas áreas do Governo. Portanto, a supressão se faz necessária por autoexplicação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Conforme acordo previamente ajustado, vamos acolher os dois destaques, que passam a fazer parte do relatório do nobre Senador Hélio José.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Como acordado, encerrada a discussão.

Em votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A criação dos cargos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – As emendas que ele destacou.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Está aí junto. Ele tem aí.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Tinha havido o parecer contrário...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O que vai ser acolhido é o destaque do nobre Senador Pimentel, que fez o requerimento aqui ao PLC 38 para excluir a criação de cargos. Será acolhido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Os destaques são de autoria do Senador Ricardo Ferraço e estão sendo acolhidos pelo Relator, que incorpora ao relatório o que aqui é proposto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Qualquer ajuste...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Faremos na CAE.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... faremos na CAE.

Portanto, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com parecer contrário do Senador Ronaldo Caiado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2016.

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador José Pimentel, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Romero Jucá, Edison Lobão, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, Aloyiso Nunes Ferreira, Davi Alcolumbre, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, José Maranhão, José Agripino, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN Nº 02, DE 2016 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências", nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 02/2016-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017). O Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator "Ad Hoc" apresenta o Relatório sobre as 73 (setenta e três) Emendas de Inclusão de Meta e as 8 (oito) Emendas ao Texto da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, são aprovadas: Emendas de inclusão de meta nºs 1 a 3 e Emendas de Texto nºs 1 a 8. EMENDAS DE **INCLUSÃO DE META**: **Emenda 1**: **Ementa**: 8010 – Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público; **Programa**: 2100 – Aprimoramento do Ministério Público. **Ação**: 8010 – Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público; **Órgão**: Ministério Público Federal; **Produto (unidade de medida)**: Estratégia cumprida (%); **Acréscimo de meta**: 100; **Justificativa**: Esta emenda objetiva conferir prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias à atuação do Ministério Público Federal, cujo função é promover a realização da Justiça, a bem da sociedade e em defesa do estado democrático de direito. A autonomia institucional e financeira do órgão é fundamental para que o MPF cumpra, com transparência e efetividade, sua missão constitucional. **Emenda 2**: **Ementa**: 210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; **Programa**: 2016 – Política para as mulheres: Promoção da igualdade e enfrentamento à violência; **Ação**: 210B – Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; **Órgão**: Ministério da Justiça; **Produto (unidade de medida)**: Serviço apoiado; **Acréscimo de meta**: 400; **Justificativa**: Assessoria técnica e financeira a Estados e Municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência e adequação dos serviços não especializados. Realização de eventos para discussão da temática junto aos profissionais dos serviços e à sociedade em geral. Divulgação dos serviços e realização de campanhas. Desenvolvimento de material educativo e de matriz pedagógica para qualificação dos profissionais e elaboração de diretrizes para o funcionamento adequado dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Tais iniciativas visam aperfeiçoar os mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência. Base legal: Lei 10.683, de 23 de maio de 2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Decreto 5.390, de 8 de março de 2005, que institui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher; Lei complementar 119, de 19 de outubro de 2005, que inclui a manutenção das casas abrigo no Fundo Penitenciário Nacional, e Lei Complementar nº 79/94 (artigo 3º, inciso XIV). **Emenda 3**: **Ementa**: Ação 20UF - Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato; **Programa**: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas; **Ação**: 20UF - Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados; **Órgão**: Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio - FUNAI; **Produto (unidade de medida)**: Terra indígena protegida; **Acréscimo de meta**: 150; **Justificativa**: Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas, por meio de ações de vigilância e fiscalização, evitando que as terras indígenas sejam ou permaneçam invadidas por terceiros, assegurando aos índios a integridade do seu território e do seu patrimônio natural. Comprovada a presença de invasores nessas áreas, proceder à extrusão e penalização dos responsáveis. Delimitação, Demarcação e Regula-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

rização de Terras Indígenas: promoção da proteção das terras indígenas através da demarcação e regularização fundiária, visando assegurar o direito dos índios, a posse, e o usufruto das terras tradicionais que ocupam e das terras a eles reservadas para o desenvolvimento de atividades econômica e socioculturais. Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados: localização geográfica de índios isolados; manutenção do direito da ocupação tradicional de seus territórios; exercer gestão ambiental e territorial em terras indígenas habitadas por índios isolados; proteger seus direitos por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato: Promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implantação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. **EMENDAS DE TEXTO**: **Emenda 1**: **Tipo de Emenda**: Aditiva; **Referência**: Corpo da lei - Artigo 36; **Ementa**: CDH - CAS - CCJ - C Futuro - Reajuste do Aposentados GFIP; **Texto Proposto**: "Acrescenta após o artigo 36, um novo artigo com a seguinte redação: Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art. 41-A da lei 8.213, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social GFIP. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário. " **Justificativa**: Há muito urge a implantação de uma política de valorização de todos os benefícios previdenciários, já que, nos últimos anos, apenas aqueles equivalentes a um salário mínimo têm sido objeto de reais elevações. Ao longo dos anos, a discrepância entre as correções concedidas aos benefícios equivalentes ao salário mínimo e as concedidas aos benefícios cujos valores superam este patamar conduziu a um achatamento inaceitável das rendas dos aposentados e pensionistas. Isso tem que acabar. Todos merecem a mesma valorização de suas rendas. A presente emenda representa uma proposta factível para essa correção comum, que, em função da política de valorização do salário mínimo em curso, não descarta aumentos adicionais que venham a ser concedidos aos benefícios que equivalem ao piso salarial de nossa economia. A proposta é vincular a valorização comum de todos os benefícios previdenciários ao crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal. Assim, todo crescimento real observado nas remunerações dos empregados ativos, ao longo de determinado ano, passa a ser igualmente concedida aos aposentados e pensionistas no segundo ano subsequente. Com isso, vincula-se a renda dos trabalhadores ativos e inativos, impedindo, assim, que estes últimos deixem de acompanhar as melhorias observadas no mercado de trabalho do País. **Emenda 2**: **Tipo de Emenda**: Aditiva; **Referência**: Corpo da Lei – § 1º do art. 53; **Ementa**: TCU - Incluir Inciso ao Paragrafo Primeiro do Artigo 53. **Texto Proposto**: "V - demonstrativos das parcelas dos limites de movimentação e empenho vinculadas ao cumprimento dos gastos mínimos constitucionais com Saúde e com Educação, detalhadas por indicador de resultado primário. " **Justificativa**: Atualmente, a falta da informação da limitação de empenho e movimentação financeira que incide, especificamente, sobre as dotações destinadas ao cumprimento dos mínimos constitucionais de Saúde e de Educação impede que se avalie, objetivamente, a eventual impossibilidade de se efetuar um contingenciamento superior ao montante já efetivado, não permitindo aferir se era ou não possível ampliar o montante contingenciado; **Emenda 3**: **Tipo de Emenda**: Aditiva; **Referência**: Corpo da Lei – Artigo 99; **Ementa:** TCU - Incluir Paragrafo Quinto ao Artigo 99; **Texto Proposto**: "§ 5º Para fins do disposto no art. 14, inciso II e § 2º, da Lei Complementar 101/2000, a exigência de implementação de medidas de compensação para concessão ou ampliação de renúncias de receitas é considerada cumprida: I - a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de lei ou de decreto, na data de publicação da lei ou do decreto, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício; II - a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de medida provisória, na data de conversão da medida provisória em lei, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício."; **Justificativa**: O entendimento sobre o período de referência do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

efeito das medidas de compensação já fora expresso pelo TCU no âmbito do Acórdão 747/2010-TCU--Plenário. Naquela oportunidade, destacou-se que as medidas de compensação requeridas pelo inciso II do art. 14 da LRF devem viger no exercício em que iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes, haja vista que os três exercícios correspondem ao mesmo período abrangido pela estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia requerida pelo caput do art. 14 da LRF. Assim, pode-se afirmar que: a exigência de implementação de medidas de compensação para concessão ou ampliação de renúncias de receitas é considerada cumprida a partir da elevação de alíquotas de tributos, por meio de lei ou de decreto, na data de publicação da lei ou do decreto, ainda que tais tributos devam obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal, desde que o ato normativo que promova a elevação de alíquota se mantenha eficaz ao longo de todo o exercício financeiro e que o valor a ser arrecadado após a noventena, mas no mesmo exercício, seja suficiente para neutralizar o impacto orçamentário-financeiro da renúncia naquele exercício. Em complemento, entende-se que, se a elevação de alíquota for promovida por meio de medida provisória, a medida de compensação restará implementada, para fins do disposto no art. 14, inciso II e § 2º, da LRF, somente a partir da data de conversão da medida provisória em lei. Essa tese foi firmada no âmbito do Acórdão 263/2016-TCU-Plenário, e sua incorporação ao texto da LDO 2017 reforçará o comando aos Poderes Executivo e Legislativo – responsáveis pelo processo de instituição das renúncias. **Emenda 4**: **Tipo de Emenda**: Aditiva; **Referência**: Corpo da Lei – Artigo 121; **Ementa**: TCU - Incluir novo Artigo 121 ao projeto e renumerar os Artigos seguintes; **Texto Proposto**: "Art. 120. (...) Art. 121. Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da LRF encaminharão ao Tribunal de Contas da União os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre. §1º Para fins de elaboração do Relatório de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo publicará, até 20 (vinte) dias após o encerramento de cada quadrimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida."; **Justificativa**: O referido texto visa regulamentar o inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), obrigando os órgãos relacionados no art. 20 da LRF a enviarem ao Congresso Nacional e ao TCU os Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) a que se refere o art. 54 da LRF, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre. Pela LRF, os Poderes e órgãos estão obrigados apenas à publicação dos RGFs (art. 55, § 2º). Não há nenhum mandamento naquela lei que obrigue os órgãos a encaminharem os RGFs ao TCU e à CMO no prazo de trinta dias. No entanto, a Lei de Crimes de Fiscais considera como infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei. Tal mandamento vinha constando sempre nas LDOs até 2013, mas não consta no PLDO 2017. Em que pese tais obrigações constarem no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o entendimento é de que a Secretaria do Tesouro Nacional, responsável pelo MCASP e pelo MDF, não tem competência para fixar prazo aos Poderes e Órgãos autônomos. Desse modo, a inclusão do texto proposto no PLDO 2017 tem como objetivo suprir lacuna legislativa, buscando-se a plena validade do inciso I do art. 5º da Lei de Crimes Fiscais. Sugere-se também a inclusão de texto que obriga o Poder Executivo a publicar a Receita Corrente Líquida (RCL) 20 (vinte) dias após o encerramento do quadrimestre, bem como a metodologia e a memória de cálculo de sua evolução. A ausência de prazo legal para a Secretaria do Tesouro Nacional publicar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida pode causar prejuízos aos órgãos incumbidos da publicação do RGF, pois se a RCL não for publicada em tempo hábil ficará inviável o cumprimento do prazo estabelecido no § 2º do art. 55 da LRF, uma vez que sem a RCL torna-se impossível a apuração do nível de comprometimento dos limites de pessoal fixados na LRF. **Emenda 5**: **Tipo de Emenda**: Modificativa; **Referência**: alínea "b" do item VIII do Anexo II; **Ementa**: TCU - Alterar a redação da alínea "b" do item VIII do Anexo II - Relação das Informações Complementares ao PLOA 2017; **Texto Proposto**: "(...) VIII - demonstrativos: (...) b) dos efeitos, por região, decorrentes de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando-se, separadamente, os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social e das desonerações tributárias no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC."; **Justificativa**: Considerando a relevância e a materialidade envolvida nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive daquelas financiadas por meio de desonerações tributárias, torna-se necessário evidenciar separadamente esses valores no demonstrativo em questão, com vistas ao atendimento do princípio constitucional da publicidade e ao impacto regional, de acordo com o disposto no art. 165,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

§ 6º, da Constituição Federal. **Emenda 6**: **Tipo de Emenda**: Modificativa; **Referência**: Corpo da Lei – Artigo 95; **Ementa**: TCU - Alterar o artigo 95 do PLDO 2016; **Texto Proposto**: Fica vedado o reajuste, no exercício de 2016, em percentual acima da variação, no exercício de 2015, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor per capita da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2015. Parágrafo único. Para fins de apuração dos valores per capita a que se refere o caput, os órgãos dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quando do envio das informações de que trata o inciso XII do Anexo II, cópia dos atos legais relativos aos citados valores praticados em seu âmbito no mês de março de 2015, os quais servirão de base, em conjunto com os quantitativos físicos constantes da Proposta Orçamentária para 2016, para a edição de portaria, pela referida Secretaria, que divulgará o valor per capita da União de que trata o caput."; **Justificativa**: O congelamento dos valores unitários dos benefícios nos patamares atuais, nos termos apresentados na LDO vigente, traz prejuízos óbvios aos servidores e compromete, de forma cumulativa, os objetivos pretendidos com o pagamento desses benefícios. A expectativa de inflação geral para o ano de 2016 gira em torno de 7,30% (IPCA), o que é pouco, se comparado com o ano de 2015 (10,67%), mas frente a anos anteriores, 2014 (6,41%) e 2013 (5,91%), por exemplo, o incremento é considerável. Segundo o IBGE ao longo dos últimos 10 anos a inflação acumulada do grupo alimentação e bebidas foi de 124,12%, enquanto o índice de inflação oficial no mesmo período sofreu acréscimo de 78,42%. Ou seja, considerando-se que os aumentos concedidos para o valor unitário do benefício auxílio-alimentação nos últimos anos foram baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, as perdas acumuladas para os servidores ao longo do referido período foram enormes. A manutenção da correção inflacionária (IPCA) sobre o benefício é condição indispensável para assegurar minimamente a necessidade alimentícia dos servidores. Com relação ao benefício pré-escolar a situação não é diferente, já que os reajustes aplicados às mensalidades escolares são consistentemente superiores aos índices inflacionários gerais apurados. Como exemplo cita-se o ano de 2016, no qual a inflação de fevereiro teve forte alta em decorrência dos reajustes das mensalidades nas escolas. Certamente em 2017 o mesmo comportamento será observado. **Emenda 7**: **Tipo de Emenda**: Modificativa; **Referência**: Corpo da Lei – § 3º do Artigo 99; **Ementa**: TCU - Alterar a redação do parágrafo terceiro do artigo 99; **Texto Proposto**: Suprima-se o texto atual; **Ementa**: § 3º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignar objetivo, metas, indicadores, bem como atender às condições do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal."; **Justificativa**: Os incentivos ou benefícios de natureza tributária, como instrumentos de financiamento de políticas públicas, devem possuir objetivos, metas e indicadores bem definidos, a fim de tornar tais políticas passíveis de avaliação e de controle de sua eficácia. Além disso, o art. 14 da LRF estabeleceu condições que devem ser observadas quando da instituição desses benefícios fiscais. No entanto, não tem sido observado o cumprimento pleno dessas exigências. **Emenda 8**: **Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência**: Corpo da Lei – Artigo 123; **Ementa**: TCU - Incluir novo artigo 123 ao projeto e renumerar os artigos seguintes; **Texto Proposto**: Art. 122. (...) Art. 123. O Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso IX, da Constituição, julgará as contas de 2017 a serem prestadas pelo Presidente da República e apreciará os relatórios de 2017 sobre a execução dos planos de governo até o encerramento da sessão legislativa de 2018.; **Justificativa**: A Constituição estabelece que o Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior (art. 84, inciso XXIV). Também de acordo com a Constituição (art. 71, inciso I), compete ao Tribunal de Contas da União (TCU) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento. Tal apreciação feita pelo TCU visa auxiliar o Congresso Nacional, titular do controle externo, no desempenho da competência exclusiva de julgar as referidas contas (art. 48, inciso IX). O dispositivo ora proposto visa dar concretude a essa etapa de julgamento, essencial para o devido encerramento do ciclo orçamentário e indispensável para o processo democrático de prestação de contas e de avaliação do desempenho da gestão pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às dezesseis horas e oito minutos, do dia seis de julho de dois mil e dezesseis e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que **foi lida**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

e aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ PIMENTEL
Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão ao PLN 2, de 2016, do Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o 2017 (PLDO 2017), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016, não terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira como Relator *ad hoc*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o Relator que tenho a honra de substituir por designação de V. Exª é o Senador Valdir Raupp, que examinou as 81 sugestões que foram apresentadas à Comissão de Constituição e Justiça no prazo que foi designado à Comissão e concluiu, depois da análise, com a minúcia que caracteriza o trabalho parlamentar do Senador Raupp, pelo acolhimento de três sugestões: a Sugestão nº 7, atuação estratégica para controle e fortalecimento do Ministério Público; Sugestão nº 12, que dá prioridade à ação de atendimento às mulheres em situação de violência; e a Sugestão nº 14, que dá prioridade à demarcação e à fiscalização de terras indígenas e à proteção dos povos indígenas isolados.

Essa é a conclusão do Senador Valdir Raupp, que subscrevo e que já está publicada para conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião extraordinária...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião extraordinária.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 27 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Angela Portela, Paulo Paim, Ivo Cassol, Ana Amélia, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Marta Suplicy, Simone Tebet, Valdir Raupp, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Magno Malta, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e José Agripino. Registra a presença o Senador Romero Jucá. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. **ITEM**1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2016 - Não Terminativo – que: "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Deputado André Figueiredo e outros. **Relatoria:** Senador José Maranhão. **Relatório:** Favorável à Proposta. Em 13/07/2016, foi apresentado Voto em separado pelo Senador Randolfe Rodrigues contrário à Proposta por inconstitucionalidade; Em 13/07/2016, a Senadora Gleisi Hoffman apresentou Requerimento de Audiência Pública para a matéria; A Comissão rejeitou o Requerimento nº 37, de 2016-CCJ. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Votam vencidos os Senadores José Pimentel, Lindbergh Farias, Randolfe Rodrigues, Roberto Requião e a Senadora Gleisi Hoffmann. **ITEM**2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios". **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: A Presidência concedeu vista ao Senador Randolfe Rodrigues e à Senadora Simone Tebet nos termos regimentais. **ITEM**3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016 - Não Terminativo – que: "Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências." **Autoria:** Defensoria Pública da União. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Durante a apreciação da matéria, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou Requerimento de adiamento da discussão do Projeto; A Comissão rejeitou o Requerimento nº 35, de 2016-CCJ. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Roberto Requião e Ronaldo Caiado. **ITEM**4 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015 - Não Terminativo – que: "Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiada a discussão da matéria. **ITEM**5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo – que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatoria:** Senador José Maranhão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 - Terminativo – que: Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família. **Autoria:** Senador José Maranhão. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2015 - Não Terminativo – que: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita. **Autoria:** Deputado Afonso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Hamm. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. Aprovado o Requerimento nº 36, de 2016-CCJ, de autoria do Senador Aécio Neves, de urgência para a matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ (de redação). **ITEM**8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016 - Não Terminativo – que: Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador José Maranhão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016 - Não Terminativo – que: "Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República." **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 - Terminativo – que: " Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 - Terminativo – que "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 - Terminativo – que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo – que: " Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." **Autoria:** Senador Raimundo Lira. **Relatoria:** Senador Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 - Terminativo – que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 - Terminativo – que: " Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 - Terminativo – que: " Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. **ITEM**17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo - Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo – que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." **Autoria:** Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo – que: " Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. Resultado: Adiado. **ITEM**19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo – que: " Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

especifica." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**20 - OFICIO "S" Nº 50, de 2014 - Terminativo – que: " Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014. Resultado: Adiado. **ITEM**21 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 - Não Terminativo – que: " Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." **Autoria:** Senador José Serra e outros. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**22 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 - Não Terminativo – que: " Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira e outros. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**23 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 - Terminativo – que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. **ITEM**24 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo – que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano – DDT" **Autoria:** Senador Valdir Raupp e outros. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo – que: " Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. **ITEM**26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2015 - Terminativo – que: " Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do relatório. **ITEM**27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 - Não Terminativo – que: " Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDRCE. Resultado: A Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira nos termos regimentais. **ITEM**28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Não Terminativo – que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: A Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira nos termos regimentais. **ITEM**29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 - Não Terminativo – que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Ricardo Tripoli. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM**31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 - Não Terminativo – que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 - Terminativo – que: " Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. **ITEM**33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 - Não Terminativo – que: " Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. **ITEM**34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2012 - Não Terminativo – que: " Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153, de 2015 - Não Terminativo – que: "Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho." **Autoria:** Senador Raimundo Lira e outros. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela inconstitucionalidade da PEC nº 65, de 2012 e da Emenda de Plenário nº 1, e, portanto, pela sua rejeição, e favorável à PEC nº 153, de 2015. Resultado: Adiado. **ITEM**35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014 - Não Terminativo – que: " Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Bruno Araújo. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 - Terminativo – que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – COMPLEMENTAR - Não Terminativo – que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE. Resultado: Adiado. **ITEM**38 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 - Não Terminativo – que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012 - Não Terminativo – que: "Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo – que: " Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal." **Autoria:** Senador Alvaro Dias e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo – que: "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal." **Autoria:** Benedito Domingos. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável à PEC n° 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs n°s 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015. Resultado: Adiado. **ITEM**39 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, de 2015 - Não Terminativo – que: "Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga e outros. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM**40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 781, de 2015 - Não Terminativo – que: " Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), e a Lei nº. 9.029, de 13 de abril de 1995 ("Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências."), para vedar a prática de discriminação na contratação laboral ou na investidura em cargo público por razões de inadimplência financeira e penaliza a inserção indevida do nome de consumidor em cadastros de serviços de proteção ao crédito, nas hipóteses que especifica." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que presenta. Resultado: Adiado. **ITEM**41 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, de 2016 - Não Terminativo – que: "Acrescenta o § 3º ao art. 61 da Constituição Federal para aplicar aos projetos de lei de iniciativa popular o célere rito de tramitação das Medidas Provisórias." **Auto-**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ria: Senador Reguffe e outros. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. **EXTRAPAUTA**: **ITEM**42 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 35 de 2016. "Requeiro, nos termos do inciso V, do art. 279, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016, que "Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências", para que possam ser prestados esclarecimentos a fim de melhor avaliar os impactos da medida sobre a gestão fiscal dos estados e municípios." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Rejeitado. **ITEM**43 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 36 de 2016. "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2015." **Autoria:** Senador Aécio Neves. Resultado: Aprovado. **ITEM**44 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 37 de 2016. "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para discutir a PEC 31, de 2016, ouvidas as seguintes pessoas e autoridades: - Ministro do Planejamento - Rodrigo Orair- IPEA - Sérgio Gobetti - IPEA - Representante da Confederação de Trabalhadores da Educação - Amir Khair - Consultor na área fiscal, orçamentária e tributária. - Representante do Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos." **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Rejeitado. O Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador Antonio Anastasia. O Senador Antonio Anastasia devolve a Presidência ao Senador José Maranhão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 24ª Reunião, Extraordinária, e da 25ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 41.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Aécio Pereira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Opa!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Desculpe, Senador. Lapsus linguae.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª tem crédito.

Presidente Maranhão, sabemos que temos uma pauta extensa de assuntos da maior relevância, em especial aquele que será relatado em seguida por V. Exª. Eu faço aqui uma solicitação, até para que possamos aguardar que os Senadores possam chegar a esta Comissão.

O projeto de que trata o **ITEM**7 da pauta já foi amplamente discutido fora e dentro desta Comissão e diz respeito a tornar mais gravosos os crimes de furto e receptação de semoventes, de animais. Foi pedido vista coletiva há duas semanas. Fizemos um entendimento com o Senador Eduardo Braga e outros Senadores que tinham dúvida em relação ao texto. O texto é absolutamente consensual. Há uma expectativa grande em relação à aprovação dessa proposta.

Se V. Exª permitisse, eu solicitaria, portanto, a inversão de pauta, para que, enquanto aguardamos a chegada de outros Senadores, pudéssemos votar. Tenho certeza de que será consensual. É o **ITEM**7 da pauta, que já esteve em primeiro lugar da pauta por pelo menos duas reuniões.

Conto com a compreensão de V. Exª, registrando a importância do tema que, em seguida, será tratado nesta Comissão em relação à desvinculação de receitas da União.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, depois do pedido do Senador Aécio Neves, eu também quero pedir também a inversão da pauta no **ITEM**3, que trata da Defensoria Pública da União. Eu agradeceria. Então, depois do pedido do Senador Aécio, se possível, a inversão do **ITEM**3.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência defere o pedido do Senador Aécio Neves...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... para a inversão do **ITEM**7, que passa, assim, a ser discutido e votado neste momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E o meu também, Sr. Presidente, o **ITEM**3.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela mesma forma, pela mesma razão, atendo ao pedido de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradeço, Sr. Presidente, meu conterrâneo, Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com muita honra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, passo, então, se V. Exª me permite, a ler a modificação que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço a V. Exª que aguarde um pouco porque vou fazer a leitura do item.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito, Sr. Presidente, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra as relações de consumo, para punir o comércio de carne ou outros alimentos sem procedência lícita.

Autoria: Deputado Afonso Hamm
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para fazer a leitura do seu parecer.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Serei bastante breve, Sr. Presidente, já que esse assunto já foi objeto de discussão intensa há duas semanas nesta Comissão. Atendendo a ponderações que aqui nos foram feitas, inclusive por V. Exª, pecuarista que é, conhecedor das peculiaridades desse comércio, sobretudo no interior do País...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...PP.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por enquanto, Sr. Presidente, vamos pensar no futuro.

Este projeto, de autoria do Deputado Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul, militante dessa causa, parte da constatação de que o comércio clandestino de carne e de outros produtos de procedência ilícita é, além de tudo, além de uma questão criminal, um problema gravíssimo de saúde pública no País. Portanto, esse projeto tem o apoio de todas as áreas do Governo e do setor privado, vinculadas a essa questão, em especial o Ministério da Agricultura.

Portanto, estamos aqui garantindo o agravamento das penas para o comércio e para o furto de animais. Sugiro, então, agora, nessa nova redação, mera alteração redacional do projeto em análise por entender que há duplicidade de tipificação da mesma conduta.

Isso porque os núcleos do tipo que se pretende incluir no inciso X do art. 7º da Lei nº 8.137, de 1990, estão compreendidos na descrição da "receptação de animais", conforme o art. 3º da proposição.

Dessa forma, suprimir o art. 4º do Projeto não altera o mérito do projeto, uma vez que as condutas ali tipificadas já estão abarcadas pelo art. 3º, que é mais abrangente. Por mera questão de técnica legislativa, deve-se alterar, também, a ementa e o art. 1º do Projeto de Lei, retirando-se a referência à alteração da Lei nº 8.137/90.

Portanto, apenas para dar ciência aos Srs. Parlamentares, estamos alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal, para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e receptação de semoventes domesticáveis de produção, ainda que abatidos. E também a Lei nº 8.137, de 1990, que define crimes contra as relações de consumo para punir o comércio de carnes e outros alimentos sem procedência lícita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Portanto, Sr. Presidente, é esse o nosso relatório, para o qual aqui, por absoluta economia processual, eu peço o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores, reiterando que esse texto, com essas modificações, foi objeto de uma ampla negociação com os Senadores e as suas assessorias nesta Casa, contando, inclusive, com a participação de representantes do Ministério da Agricultura. Trata-se, portanto, de uma demanda do setor que esta Comissão, em boa hora, vem atender.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1-CCJ e 4-CCJ, de redação.

A matéria vai ao plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

Meus cumprimentos também ao Deputado Afonso Hamm, autor do projeto, e às Srªs e aos Srs. Senadores que colaboraram para a sua elaboração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

Autoria: Defensoria Pública da União.
Relatoria: Senador Telmário Mota.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um apelo aos nobres Senadores e Senadoras, haja vista que esse projeto, Sr. Presidente, não é terminativo nesta Comissão; ele ainda vai para a CAE. Assim, para darmos andamento a esse projeto, que é extremamente necessário...

Hoje, o Senador, para efetuar o seu trabalho, tem um salário digno, tem todo um aparato dentro desta Casa, tem toda uma infraestrutura que lhe permite uma qualidade muito boa de trabalho. No entanto, hoje, os Defensores Públicos, que são aquelas pessoas que defendem exatamente os mais necessitados, muitas das vezes, têm de meter a mão no bolso até para dar o dinheiro do táxi àquele que o vem procurar em busca de justiça. É, sem nenhuma dúvida, o braço amigo, o ombro amigo do necessitado. A democratização da Justiça se faz através do Defensor Público. É deste que aquelas pessoas carentes, aquele descamisado, aquele descalço, aquele que não tem o dinheiro para o táxi se socorre para poder ter os seus direitos reconhecidos pela Justiça.

Portanto, Sr. Presidente, o Defensor Público é uma figura jurídica da maior importância hoje, dentro da nossa sociedade, e que goza da maior confiança. Agora, o que não é justo, Sr. Presidente, é que, hoje, o Defensor Público Federal ganhe a metade do que ganha um Juiz Federal, a metade do que ganha um Procurador Federal. Hoje, Sr. Presidente, o Defensor Público Federal ganha menos do que os Defensores de alguns Estados como o meu, que é o menor Estado da Federação, o Estado de Roraima. Hoje, o Defensor Público do Estado de Roraima ganha mais do que o Defensor Público federal.

E, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria, inclusive, fazer um apelo ao Senador Aécio Neves, que tem pretensões de ser Presidente da República, e é uma pessoa que tem um olhar diferente, que deve ter um olhar diferente para as pessoas humildes de todo o Brasil, e nós estamos aqui exatamente tentando dar uma condição de trabalho para aqueles que hoje defendem o mais carente e o mais necessitado, que são os defensores públicos, que se sentam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na mesma mesa em que se senta o procurador, em que senta o juiz, para definir a situação jurídica de determinado cliente, da pessoa que o procura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Portanto, Sr. Presidente, não há, nesse ajuste justo, nenhum risco de efeito cascata. O impacto é muito pequeno: 0,15% dos seiscentos e poucos milhões que foram aprovados. Ou seja, não há nenhum impacto financeiro. É uma questão de se fazer justiça. Exatamente, só sabe a dor e a necessidade do defensor público, Senador Aloysio Nunes, aquele que não tem dinheiro sequer para pagar um táxi, sequer para comprar um quilo de carne, um quilo de feijão ou para pagar a sua luz, mas quando ele chega no defensor público, encontra uma mão amiga, que lhe dá, sem dúvida, justiça, que democratiza a justiça, pois os defensores públicos estão ali defendendo os mais necessitados.

A Defensoria Pública é tão importante que nós temos hoje – e eu quero chamar a atenção de todos os nobres Senadores e Senadoras: Senador Antonio Anastasia, Senador Pimentel, Senadora Simone Tebet, que tem uma sensibilidade enorme, Senador Petecão, Senador Alvaro Dias e todos os outros Senadores – mais de 50 movimentos sociais apoiando essa reivindicação justa dos defensores.

Por isso eu queria fazer o seguinte apelo: que aprovemos a matéria na CCJ. Ao chegar na CAE, ali sim, pode até haver outro debate, mas que nós passemos por esta etapa, que é da maior importância. Desde a votação do dia 6, os defensores estão com o trabalho diferenciado, o que já começa a criar uma grande deficiência junto àqueles que tanto precisam. Portanto, eles se mobilizaram. Hoje, o Brasil inteiro está mobilizado nesse sentido, com os olhos voltados para esta Casa, que, com certeza, vai estar muito mais sensível para essa justa reivindicação.

Eu quero fazer um apelo aos Senadores e às Senadoras: vamos fazer essa justiça. Seria muito ruim nós sairmos de recesso deixando os defensores públicos órfãos, com essa necessidade, sem a equiparação salarial tão justa. Não podemos sair de recesso, Sr. Presidente, com a cabeça tranquila, não há como deitar a cabeça no travesseiro sabendo que não fizemos uma grande justiça para com aqueles que defendem a justiça dos mais pobres.

Eu queria fazer esse apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência informa ao Plenário que acabou de chegar à Mesa um requerimento subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, com o seguinte teor:

EXTRAPAUTA
ITEM 42
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso V, do art. 279, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016, que "Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências", para que possam ser prestados esclarecimentos a fim de melhor avaliar os impactos da medida sobre a gestão fiscal dos estados e municípios.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço ao Senador Telmário...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Mas eu quero fazer um contraditório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Você quer deixar eu legislar ou quer legislar por mim?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu também quero, depois, discutir e encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O requerimento não comporta discussão, mas encaminhamento pelo autor.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu também queria contraditar, junto com o Senador Telmário, só para estabelecer um diálogo. Acho que seria importante nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só para esclarecer mais um ponto. O art. 310, em seu parágrafo único, reza o seguinte: "Encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar."

Então, peço que cada Partido credencie um orador para falar sobre o requerimento, dos termos do parágrafo único do art. 310 do Regimento Interno, que acabei de ler.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o autor do requerimento, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, como é notório, nós encerramos, hoje, essa fase da nossa Sessão Legislativa e retomaremos o nosso trabalho no mês de agosto.

Eu peço esse adiamento não no sentido de inviabilizar o projeto, mas, pelo contrário, no sentido de facilitar a sua aprovação. Esse adiamento tem como objetivo eu poder, em contato com o Governo, esclarecer dúvidas que possa ter em relação ao enquadramento deste projeto nas finanças públicas e na responsabilidade fiscal.

O projeto foi enviado ao Congresso pelo Defensor Geral, que tem, nos termos da Constituição, competência para tanto. No entanto, Sr. Presidente, me referindo a um precedente notório de algum tempo atrás, o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal buscou entendimento com o Governo, ainda no tempo da Presidente Dilma, para estabelecer os termos de um projeto de lei que acabou sendo aprovado pelo Senado e pela Câmara e hoje se converteu em lei.

O Defensor Geral, segundo informações que tenho, não fez essa mesma diligência em relação ao Ministério do Planejamento. Eu peço, então, esse adiamento apenas com este objetivo de que haja esse diálogo institucional de tal maneira de que, em agosto, uma vez retomados os trabalhos, nós possamos rapidamente encaminhar para conclusão desta matéria.

Esse é o meu objetivo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vamos votar, então, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos votar, Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vamos votar, mas, antes disso, eu só queria fazer....

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Telmário, eu peço a V. Exª que tenha um pouco de calma. Estou encaminhando as coisas na forma do Regimento.

V. Exª já fez um brilhante discurso entremeado de palavras de entusiasmo e emoção que é o mesmo entusiasmo que todos nós temos cada um ao seu estilo, ao seu temperamento. V. Exª é mais extrovertido, mais entusiasta e tal.

Conforme o dispositivo do Regimento, que eu já li, cada partido designará um orador para falar pelo bloco – não é partido, são os blocos de partidos.

Então, consulto V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir fazer um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª vai falar pelo Bloco Parlamentar de Resistência Democrática, PT e PDT.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª será atendida. Agora, peço a V. Exª que aguarde o Presidente terminar. V. Exª está se dirigindo à Presidência, mas V. Exª não esperou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou só solicitando pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª interrompeu a minha fala, que é importante, inclusive para V. Exª.

Nós temos cinco blocos. Cada bloco designará... Pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, do qual faz parte o Senador Telmário, penso que o Senador Telmário será o designado, mas aguardo manifestação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos votar! Vamos a voto, pessoal!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

A Senadora Vanessa tem a palavra pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro eu quero pedir desculpas, porque a minha intenção não foi interromper a fala de V. Exª. Eu apenas...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não, mas não tem importância.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, mas eu peço mil desculpas, Sr. Presidente.

Eu fiz o pedido agora porque acho que poderíamos abrir mão dessa etapa, da discussão do requerimento. Poderíamos votar imediatamente o requerimento e, depois, faríamos o debate do mérito da matéria. Eu acho que é muito mais produtivo do que debater um requerimento de adiamento, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu estou de acordo, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É a sugestão que faço a V. Exª: que ouça o Plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estou de acordo com a proposta da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se todos concordam, nós vamos suprimir esse encaminhamento dos blocos parlamentares aqui e vamos, então, à votação.

Em votação o requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

O requerimento foi rejeitado.

A matéria está em discussão.

Inscrita para falar em primeiro lugar está a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu peço inscrição também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª já está inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Cidinho Santos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Olhe aqui para este lado, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente, Senador Ricardo Ferraço. Peço minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Só olha para a direita, não olha para a esquerda! (Pausa.)

Presidente, olhe para a esquerda, aqui: Senador Valadares quer se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço aos Senadores que quiserem se inscrever: basta levantar a mão.

Vamos ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Minha mão está levantada aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Até por economia processual.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro eu quero aqui cumprimentar todos os Defensores e Defensoras Públicas da União que se fazem presentes nesta sessão e dizer que hoje nós temos a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer alguns esclarecimentos e, a partir desses esclarecimentos, suprir ou resolver algumas polêmicas instaladas por esse projeto.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero lembrar que, no dia de ontem, o Plenário do Senado Federal aprovou inúmeros projetos de lei que garantem não o aumento, mas uma recomposição salarial para um conjunto dos servidores públicos federais do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Segundo, quero falar rapidamente sobre a importância da Defensoria Pública da União, porque poucas pessoas entendem o grau de importância e necessidade desses profissionais no País. Na realidade, eles exis-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tem para assistir tão somente aqueles brasileiros e aquelas brasileiras que não têm possibilidade de pagar um advogado.

Portanto, eles trabalham para os mais humildes. Eles prestam serviços aos mais pobres deste País. O reconhecimento dessa categoria e desses profissionais, em primeiro lugar, é fundamental.

Terceiro, Sr. Presidente, o projeto de lei que estamos apreciando neste momento não repercute no teto do funcionalismo. Ele não tem efeito cascata, diferentemente de outros que já aprovamos. Este não tem esse efeito e, da mesma forma, não repercute no teto do funcionalismo, mesmo porque os defensores públicos, hoje, recebem mais ou menos, como disse o Senador Telmário Mota, a metade dos vencimentos, salários, recebidos pelos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal.

É importante que se diga também que não há nenhum subsídio extra. Não há nada a ser agregado ao salário dos defensores públicos, além do seu próprio salário. Então, eles não têm benefícios extras, como os têm outras categorias.

Por fim, o impacto que este projeto deverá causar, em relação aos projetos de reajuste, é ínfimo. Ele é o menor de todos, o que faz com que eu não entenda, Senadores, o porquê de se criar problema em torno desse projeto.

Vejam, o impacto do reajuste dos servidores, segundo dados do próprio Governo – do Ministro do Planejamento, que esteve recentemente nesta Comissão, em audiência conjunta com a CAE –, deverá ser, para os três próximos anos, em torno de R$67,7 bilhões, sendo que, do Poder Executivo, um pouco mais de R$51 bilhões; do Poder Judiciário, R$11,5 bilhões; do Ministério Público, R$2 bilhões; e da Defensoria Pública, R$100 milhões.

Então, o impacto é ínfimo, Sr. Presidente: de 0.1%. Assim, não estou entendendo o motivo dessa confusão. Dizer que eles, hoje, têm autonomia administrativa, os Defensores Públicos da União, não é mais do que um reconhecimento de um direito deles próprios, porque, quando temos um julgamento, alguma ação ou alguma pendência, o que assistimos? De um lado, o acusador; de outro, o defensor. Nenhum ocupa um espaço superior a outro. Nenhum se encontra em um degrau acima do que os outros dois estão. Eles estão na mesma linha.

Então, querer negar a uma única categoria um reajuste de apenas recomposição, exatamente aquela categoria que ganha a metade praticamente dos demais profissionais que atuam na mesma área, é não reconhecer o papel dessas pessoas que trabalham, repito, para defender os brasileiros e as brasileiras que não têm condições de pagar advogado

E, mais do que isso, são servidores públicos dedicados que, pela Constituição, estão proibidos de exercer a sua função de advocacia privada. Eles vivem exclusivamente desse salário. Então, eu acho que nós podemos hoje dar mais um passo, votando a favor desse projeto e mostrando como nós reconhecemos o trabalho importante que eles realizam.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só um minuto.

Eu queria fazer aqui uma ponderação. Parece que é consensual o interesse do Plenário em aprovar esta matéria e outras mais que virão depois, de igual importância. Então, esta Presidência estabeleceu o tempo de cinco minutos para cada orador.

Vejam bem, nós tínhamos 12 oradores, estaríamos com 11 agora, depois da fala da Senadora Vanessa Grazziotin. Então, esta Presidência estabelecerá, se todos concordarem, o tempo de três minutos para cada um. Mesmo assim, nós teremos ainda 36 minutos, mais de uma hora e meia, se todos exercerem estritamente os três minutos. Mas o Senador Aécio Neves e a Senadora Tebet já estão sugerindo que esse tempo seja de dois minutos. Nós teríamos então 26 minutos para encerrar essa discussão e votar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Na verdade, Sr. Presidente, a expectativa é para que se vote, de uma forma ou de outra. Dois minutos é mais do que suficiente para que cada um se manifeste, registre o que é adequado e justo, a sua posição, e nós possamos votar esta e outras matérias, que estão na sequência, da maior relevância. Nós vamos entrar em recesso amanhã. Então, eu acho que dois minutos, se todos concordarem, é algo absolutamente adequado para votarmos rapidamente esta matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu concordo com o Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu concordo, até porque a esta altura não há mais o que justificar em termos de voto, mas de marcar posição verbalmente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu tenho a justificar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, Senador Aloysio com a palavra, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não. Eu quero intervir na discussão da matéria só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O argumento de que o defensor público ganha tantos por cento do procurador ou do juiz é o tipo do argumento que vai nos levar e que já levou este País à bancarrota. Esta é que é a realidade dos fatos: é o que levou o custo do funcionamento do Estado brasileiro aos níveis em que ele se encontra, entre outras coisas.

Então, se querem aprovar – o defensor ganha tanto e o juiz ganha mais –, então vamos igualar todos. O vencimento do juiz e do promotor passa a ser o piso geral para todos aqueles que atuam no Poder Judiciário, como juízes, promotores e defensores. É isso que se quer? Esse é o argumento? Tem que ganhar a mesma coisa? Então, vamos lá! Vamos lá dançando na beira do precipício. Eu vou votar contra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Fora do microfone.) – Dois. Eu também.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Antonio Anastasia, segundo orador inscrito.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em qual tempo? Qual o meu tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Dois minutos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nem a minha capacidade de síntese será capaz de... Peço pelo menos três.

Mas, ganhando tempo, Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, com muito respeito ao que disse o Senador Aloysio Nunes, dizer que há uma distinção importantíssima na Defensoria Pública. A Constituição brasileira identificou três institucionais fundamentais à Justiça: o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

A Defensoria Pública foi alçada à condição de instituição ao mesmo pé de igualdade, inclusive com autonomia reconhecida por este Congresso Nacional recentemente. Então, esse é um dado que diferencia a Defensoria Pública em relação aos demais servidores do Poder Executivo e dos demais Poderes. É um dado importante que tem que ser levado em consideração. Antes da Constituição de 1988, o Ministério Público não tinha o status que tem hoje. Foi exatamente a Constituição de 1988 que elevou o Ministério Público, inclusive sob o ponto de vista remuneratório, ao patamar do Judiciário.

A Defensoria Pública teve essa escolha, que não é nossa. Não somos nós, aqui, neste momento, que tomamos essa decisão. Isso se deu no momento da Constituinte. Nos governos estaduais, fizemos isso. No governo do Senador Aécio, no meu governo, levamos a Defensoria Pública a um bom patamar. Então, me parece que, de modo inexorável, querendo ou não, a Defensoria Pública chegará, mais cedo ou mais tarde, ao patamar de autonomia remuneratória e de prestígio que tem o Judiciário e o Ministério Público, porque é exatamente a terceira perna do tripé: quem julga, quem acusa e quem defende quem não tem recursos.

Portanto, com todo respeito e vênia ao eminente Senador Aloysio, que respeito demais, acredito que a Defensoria Pública deva ter esse tratamento. E só a Defensoria Pública em relação àquelas instituições, que são o Poder Judiciário e o Ministério Público, que são também essenciais à Justiça. Por isso, o meu posicionamento é favorável a esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª cumpriu brilhantemente o seu tempo, dois minutos exatamente.

Com a palavra, o próximo Senador inscrito, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, primeiro quero utilizar os argumentos do Senador Antonio Anastasia, que foi muito preciso aqui.

Acho, sinceramente, Senador Aloysio Nunes – entendo a posição do Líder do Governo, entendemos aqui – que houve uma confusão na reunião passada da CCJ. Na reunião passada da CCJ, houve um conjunto de negociações que foram feitas com o Governo da Presidenta Dilma ao mesmo tempo. Essa aqui estava dentro.

Estávamos falando do sistema do Judiciário, tudo estava caminhando de forma conjunta. Na reunião passada, houve uma confusão. Quando se discutiu a questão do teto do Supremo, circulou uma informação aqui, no plenário, segundo a qual, de alguma forma, a Defensoria Pública estava vinculada à questão do teto do Supremo. Na reunião passada, houve isso. E não tinha nada a ver. De forma que aprovamos todos os reajustes, e ficou de fora esse reajuste.

Acho que hoje é o momento de fazermos a correção ao que houve de equívoco na reunião passada. O impacto, Senador Aloysio, é um impacto muito pequeno comparado ao que houve de reajuste. O impacto, neste ano, desse reajuste...estamos falando de R$8 milhões; estamos falando, em três anos, de R$85 milhões. Tive uma reunião com as Senadoras Fátima e Lídice ontem, com Defensores, que explicavam isso. O Senador Paulo Paim, ontem, fez um belo discurso defendendo os Defensores – defendendo os Defensores, olhem lá! –, dizendo que, se não fosse Senador, seria Defensor, porque, de fato, todos nós admiramos o trabalho na ponta. É um trabalho para defender quem mais precisa, quem não tem condições de contratar um advogado.

Então, quero aqui apenas dizer isto: acho que podemos, Senador Aloysio... entendo a posição de V. Exª como Líder do Governo. Quero, nesse caso, chamar a atenção para o fato de que essa negociação passou pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ministério do Planejamento no Governo da Presidenta Dilma; passou novamente agora, neste Governo interino de Michel Temer. Estava em conjunto com as outras negociações...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tive uma informação diferente do Ministro. Então, o Ministro me deu uma informação falsa. Quero constatar isso. Vou apurar. O Ministro me disse que o Defensor-Geral não o tinha procurado para discutir o impacto.

O argumento de que vai ganhar igual a Promotor, a Juiz é um argumento que não me comove. O Defensor entra ganhando bem quando presta concurso. Agora, a informação de que não tem havido um entendimento formal com o Planejamento foi uma informação que me passou o Ministro do Planejamento, e eu vou conferir com ele, e, até a reunião da CAE, nós poderemos tirar isso a limpo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, Senador, esse era o meu argumento aqui, e eu queria reforçá-lo.

Eu acho que a Senadora Vanessa e o Senador Anastasia já falaram que não possui efeito cascata. Na verdade, os Defensores Públicos estaduais, em 17 Estados, já ganham mais que o Defensores Públicos da União. Então, eu não vejo razão para a gente ter aprovado todos aqueles reajustes e deixar os Defensores de fora.

Por isso, eu encaminho, pela Liderança da Minoria, o voto favorável a esse reajuste. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, assim como os estimados colegas que me antecederam, eu também devo reconhecer e preciso reconhecer a importância dessa instituição, a Defensoria Pública, não apenas em nossos Estados, mas também a Defensoria Pública Federal.

Não está em julgamento aqui o valor, a importância dos Defensores Públicos, que todos reconhecemos. Há uma unanimidade sobre o papel da Defensoria na defesa dos mais frágeis, dos mais vulneráveis, daqueles que não têm condições de contratar um advogado para fazer a defesa do seu direito e da sua cidadania. Quero fazer esse registro e essa manifestação de convicção.

Agora, Sr. Presidente, um Defensor Público Federal, em início de carreira, ganha R$17.330,00. A proposta é que, para até 2018, ele vá ganhar R$28.947,00; portanto, um aumento de 67%. Para o Defensor de primeira. 53% de aumento; e, para o Defensor Especial, 42% de aumento. Os subsídios para o Defensor Público Geral passará, em 2018, a ser o atual teto do Supremo Tribunal Federal, ou seja, R$33.763,00.

Então, Sr. Presidente, esses aumentos me parecem incompatíveis com a realidade. Não se trata, aqui, de fazer uma avaliação de mérito, ou seja, se o Defensor merece ou não merece. Eu acho que merece. A questão é a avaliação do momento. Se nós vamos continuar nessa marcha da insensatez, achando que dinheiro nasce em árvore, que o Estado pode tudo, que tipo de realidade nós estaremos construindo para a sociedade brasileira? Pelo amor de Deus, Sr. Presidente!

O trabalhador não tem estabilidade... Aliás, nós temos 11,5 milhões brasileiros que têm carteira de trabalho, mas não têm utilidade para ela, porque o nosso Brasil enfrenta uma recessão em uma quadra sem precedentes, Sr. Presidente.

Então, não se trata aqui de mérito, Sr. Presidente, mas da inconveniência, da intempestividade. Nós estamos, a meu juízo, Sr. Presidente, marchando largamente, a chamada marcha da insensatez.

E repito: não se trata aqui de mérito, mas eu não posso me convencer, eu não me convenço de que este é o momento para que possamos dar esses aumentos, que são muito acima da inflação, Sr. Presidente, E, sejamos aqui sinceros, a Defensoria Pública tentou pagar auxílio-moradia para os seus profissionais. Não conseguiu, mas tentou.

E, além de ser contra este projeto, Sr. Presidente – e eu quero me manifestar por absoluta simetria –, eu sou contra o aumento do teto para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e para o Ministério Público Federal.

Este projeto dos defensores não tem, de fato, vinculação automática e legal com os defensores estaduais. É verdade também que existem Estados em que os defensores públicos estaduais estão ganhando mais do que o que estamos tratando aqui, mas as realidades são dispersas.

Eu fui informado aqui, Sr. Presidente, de que um defensor público no Estado do Rio de Janeiro, em final de carreira, está ganhando R$62,1 mil. E o Estado do Rio de Janeiro o que representa hoje para a Federação brasileira? É a referência daquilo que não se deve fazer, porque o Estado do Rio de Janeiro está absolutamente falido, quebrado, não conseguindo pagar os salários dos seus funcionários e dos seus aposentados.

Ontem, o economista e professor Marcos Lisboa disse que nós estamos caminhando para transformar o Brasil num grande Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu ponderaria ao orador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente, com a vênia...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já ultrapassou o limite fixado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... do meu querido amigo, Senador Aécio Neves. Eu vou encerrar com a vênia dele.

Ontem, o economista Marcos Lisboa, importante economista, fez o seguinte alerta: de que o Brasil caminha a passos largos para ser um grande Rio de Janeiro. É disso que se trata. Por isso eu dou o meu voto, por convicção, pois, por merecimento, os defensores merecem, mas acho que o momento é absolutamente inconveniente, e eu me manifesto contrariamente a esses aumentos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, infelizmente, neste País, ainda vivemos com muitas contradições e com muitas incoerências. E incoerências constitucionais, em que o acesso à Justiça, embora seja prerrogativa constitucional, de fato, não está garantido para todos os brasileiros. E quando está, isso se deve muito aos defensores. Por isso eu acho que, se vivemos um momento de insensatez, com certeza, não é neste projeto. A insensatez pode estar em outra parte, mas não neste projeto. Neste projeto nós estamos fazendo o que esta Comissão bem diz: justiça a servidores, a defensores, a pessoas que atendem unicamente aqueles esquecidos da nossa sociedade.

Então, o meu voto, com a minha convicção, é "sim". Apoio e defendo, porque acredito que a Defensoria presta um relevante serviço ao nosso País, especialmente àqueles que não têm como buscar a justiça, àqueles que não têm como garantir os seus direitos, embora a nossa Constituição permita.

E digo, Sr. Presidente, que ser defensor público neste País é ser médico unicamente do SUS, porque não há outra remuneração. Então, a insensatez não está neste projeto. O que nós estamos fazendo aqui é justiça a esses profissionais. Muitas vezes, a Procuradoria serviu de passagem para essas pessoas, que lá não ficavam porque não recebiam remuneração justa.

Dando salário justo, dando salário digno, com certeza, vamos fixar bons profissionais e garantir a justiça para milhões de brasileiros.

O meu voto é "sim", Sr. Presidente, com toda convicção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, os argumentos apresentados por aqueles que rejeitam essa proposta seriam válidos se nós pudéssemos discutir todos os orçamentos, orçamento de custeio no Executivo, no Judiciário e no Legislativo. O que não entendo plausível é condenar um setor da Administração Pública quando se beneficiam outros com a liberação de R$67 bilhões para os reajustes aprovados ainda ontem no Senado Federal. Neste caso, como aqui já se afirmou, corresponde a 0,15%, ou seja, R$85 milhões. Portanto, é algo insignificante no contexto geral da remuneração reajustada nestes dias de crise do nosso País.

É bom destacar que não são os Defensores Públicos os responsáveis pela falência do Estado. Não são eles responsáveis pelo descalabro administrativo, pelo rombo nas contas públicas, pelos buracos abertos pela corrupção na Administração Pública brasileira. Ao contrário: eles estão na contramão dessa realidade, porque apenas no ano passado realizaram 1,5 milhão atendimentos – neste ano já realizaram mais de 872 mil atendimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, eu sei que isto é repetitivo, mas imagino ser necessário fazer esta manifestação colocando a Defensoria Pública no patamar de importância que deve ter. Não pode estar a Defensoria Pública no baixo clero do Estado brasileiro, ou na repescagem dessa competição entre setores da Administração Pública, ou na segunda divisão. A sua importância tem que ser destacada, e os Defensores Públicos devem ser valorizados com o estímulo de uma remuneração adequada, que se equipare à remuneração de outros profissionais da atividade pública que exerçam atividades semelhantes.

Eu quero, portanto, Sr. Presidente, apoiar integralmente o parecer do Relator Telmário Mota votando favoravelmente, até porque realmente não há o efeito cascata, não há vinculação com outras remunerações, e até porque as defensorias públicas estaduais, pelo menos em 17 unidades da Federação, apresentam remuneração superior a esta com que estamos contemplando a categoria, com este justificado reajuste nos termos do relatório apresentado pelo digno Parlamentar de Roraima, o Senador Telmário Mota.

O nosso voto, portanto, é favorável, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, em obediência à Constituição, ao art. 134, o Defensor Público faz parte de uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esta Casa aprovou uma lei orgânica da Defensoria, da qual fui Relator, em que se regula a atividade jurisdicional do Defensor em benefício dos necessitados, dos hipossuficientes. Pergunto aqui aos Srs. e Srªs Senadores, qual a essência da atuação da Defensoria Pública da União? Atender os mais pobres.

Bastava que eu lesse isso para acabarmos com a discussão e começarmos a votar. Porém, a argumentação do ponto de vista financeiro não se sustenta, uma vez que esse reajuste representa apenas 0,012% da receita corrente líquida. E também esse reajuste pressupõe uma despesa infinitamente menor do que os R$67 bilhões que já foram comprometidos em relação ao Orçamento da União para as demais categorias do Estado brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto, como representante do PSB e também em nome da nossa Senadora Lídice de Mata, do Estado da Bahia, Líder do Bloco Socialismo e Democracia, PSB/Rede/PPS/PCdoB, nós votamos favoravelmente.

Obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero também expressar todo nosso apoio, lembrando o que o Senador Valadares acaba de mencionar. Na verdade, o projeto que diz respeito à Defensoria Pública traz um impacto total, até 2018, de R$85 milhões, o que representa 0,15% dos quase R$68 bilhões estimados pelo próprio Ministério do Planejamento para os reajustes de todo funcionalismo público federal. Reajustes estes, diga-se de passagem, também extremamente justos e que foram aprovados aqui, ontem, no Senado Federal.

Portanto, esse impacto do projeto da Defensoria já está incluído na proposta da lei orçamentária de 2016. De forma que estamos aqui tratando de uma instituição, a Defensoria Pública, que exerce um papel fundamental em prol da cidadania.

Concluo, dizendo que, nada mais, anda menos é, Senador Telmário, do que um ato de justiça aprovar o projeto de lei. E um ato de justiça exatamente para com aqueles que fazem parte de uma instituição historicamente vocacionada, historicamente comprometida com a defesa dos mais pobres, dos excluídos, das minorias, com os grupos mais vulneráveis da sociedade.

Voto, com muita alegria e muita convicção...

Com muita alegria e convicção, voto "sim", seguindo a Bancada do meu Partido e a da Minoria, liderada pelo Senador Lindbergh.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o trabalho da Defensoria Pública, seja a Federal, seja a da União, seja a dos Estados, é inquestionável.

Todos que atuamos no campo do Direito conhecemos, de longa data, inicialmente o trabalho dos advogados nativos, como forma de atender e acompanhar os pobres nos anos 60, 70, até a Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 traz a equiparação do defensor público aos demais operadores do Direito, do Judiciário e do Ministério Público. Aqui, tivemos um luta muito grande, para disciplinar, na Constituição Federal, esses direitos.

Hoje, estamos dando um terceiro passo, que é exatamente a parte remuneratória. Não se justifica termos tratamento diferenciado entre os operadores do Direito, principalmente quando 17 Estados, com receita menor do que a União, praticam valores superiores à mesma.

Por isso, peço aos nossos Pares que possamos votar favoravelmente, para que possam fazer justiça, sem se esquecer de que quem cuida dos mais pobres, daqueles que não podem contratar ou escritório de advocacia, são os defensores públicos.

No caso da União, temos ainda uma outra carência, que é a presença dos defensores públicos em todas as Varas Federais, onde existe o Ministério Público para fazer a acusação e a defesa do Estado. Ainda não temos o defensor público para fazer a defesa do cidadão.

Portanto, esse passo que o Congresso Nacional está dando, já aprovado na Câmara – e tenho certeza de que vai aprovado no Senado –, é a aproximação dos operadores do Direito, para que possam ter tratamento isonômico.

O meu voto, Sr. Presidente, será "sim" ao projeto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu já fiz a minha intervenção. Quero apenar reiterar de que, pelo contrário, nada tenho contra o defensor público. Também já fui defensor público. Como Ministro da Justiça, promovi o primeiro concurso de ingresso na carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Apenas pedi um tempo para verificar exatamente com o Governo o impacto disso, em relação, não às despesas públicas, mas também à estrutura da carreira que estão sendo proposta, de tal forma que, quando chegássemos, em agosto, pudéssemos aprovar isso com a maior tranquilidade.

Evidentemente, pelas manifestações do Plenário, vejo que há uma vontade esmagadoramente majoritária pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, vou até falar em pé aqui, em deferência a minha amiga Michele e aos demais servidores públicos aqui presentes.

Quero cumprimentar V. Exª pelos trabalhos e dizer que é uma justiça muito grande o que se faz hoje aos defensores dos pobres e dos mais fracos. Quero somar-me aos colegas que assinaram esse abaixo-assinado do MAB, do Movimento Nacional da População de Rua, dos defensores dos direitos humanos, do MST...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ...da Rede Amazônica Negra, do Cimi, do MLP, do MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) e de muitas outras entidades que dão apoio a essa justa justiça de reconhecer os defensores públicos no seu justo lugar.

Eu acabei de vir do café da manhã com o Senador Renan Calheiros. Quero falar aqui que ele me garantiu que, lá no plenário, indicaremos o relator ad hoc da CAE, para ainda hoje votar e tornar realidade essa questão. (Palmas.)

Fui especialmente lá tomar esse café com o Senador Renan, em deferência aos colegas. Conversava anteontem com o Presidente da República Michel Temer, que me deixou claro, depois que eu lhe esclareci, após uma longa com vocês, que não havia impacto nenhum em teto, não tinha nada a ver, não havia efeito cascata, não havia algumas coisas que estavam sendo faladas. O Presidente Temer concordou comigo que nós tínhamos de aprovar, ainda antes de agosto, esse projeto da Defensoria Pública.

Também conversei com o Presidente do meu Partido, nosso Senador Romero Jucá, que daqui a pouco vai falar, que manifestava que nós do PMDB estamos todos favoráveis à Defensoria Pública e a esse importante projeto que reconhece a necessidade dos pobres.

Muito obrigado e um forte abraço a todos. Obrigado, Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, a fala aqui de cada Senador e cada Senadora já encaminha para uma situação pacificada e mais do que justa porque, sem nenhuma dúvida, nós estamos aqui, hoje, fazendo justiça aos defensores, que não recebem remuneração de transporte, não recebem gratificação de aluguéis, não recebem gratificação de alimentação. Eles vivem exclusivamente dos seus subsídios e obedecendo, sem nenhuma dúvida, ao que recomenda a Constituição Federal.

Sr. Presidente, ao aprovarmos esse projeto aqui, nesta Casa, quem perde, Sr. Presidente? O desânimo, quem perde é a falta de justiça, que vamos corrigir; quem perde com a aprovação deste projeto aqui é, sem nenhuma dúvida, aqueles que trabalharam contra uma grande justiça. Quem ganha, Sr. Presidente? Vai ganhar o ânimo.

Outra coisa: quem perde é a migração porque, por os salários serem baixos, havia uma grande migração dos defensores públicos para outros setores: ora para a Polícia Federal, ora para o Ministério Público, ora para a Justiça. Então, esta vitória hoje aqui é de todos, principalmente do novo ânimo, da nova Justiça. E quem mais vai ganhar com tudo isso, Sr. Presidente, é o povo pobre do Brasil. Esse, sim, vai ter agora defensores motivados, como sempre tiveram, mais competentes, para defender a causa daqueles que necessitam, que são os descamisados. É o justo o que esta Casa, esta Comissão vai fazer, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero começar por dizer Sr. Presidente, que V. Exª já me conhece há longo tempo, desde que me apoiou para a Presidência da Câmara dos Deputados. Eu não me seduzo, por mais que eu respeite – e atendo sempre da forma mais adequada possível – com as pressões de corredor, com as movimentações a que nós, permanentemente, assistimos nesta Casa.

São legítimas, devem continuar ocorrendo, mas não são elas que influenciam o meu voto. Por isso mesmo, o PSDB, através da voz vibrante do Senador Ricardo Ferraço, do próprio Senador Aloysio e de muitos de nós – eu próprio, em artigos e entrevistas – manifestou a preocupação que via com a decisão tomada pelo conjunto majoritário desta Casa, apoiada pelo próprio Governo, de permitir o aumento de inúmeros servidores públicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

aprovado há poucas semanas, com impacto de mais de R$60 bilhões os próximos três anos. Sou daqueles que acreditam, e prego, que, sem equilíbrio fiscal, o Brasil não se desenvolve, o Brasil não cria as condições mínimas de incentivar o investimento e de retomar a geração de empregos, em um ciclo longo e duradouro de crescimento. Falei desses sinais trocados que vinham das nossas imensas preocupações, mas houve um consenso, e justificativas do Governo nos levaram a aprovar esses reajustes.

Estamos agora frente a uma questão específica. Eu não chamaria menor na sua importância, mas certamente muito menor nos seus impactos. Eu, aqui ao lado do Senador Anastasia, me lembrava de que, quando assumimos o governo de Minas – e veja que privilégio tive, Senador Maranhão, o Anastasia era meu Secretário de Planejamento – mesmo com o Estado em situação dificílima, com déficit de mais de R$2 bilhões, a única categoria, Senador Dário, Senador Lobão, a quem demos aumento imediato, inclusive ainda no momento de transição com o governo do ex-Presidente Itamar, que se encerrava, foi dos defensores públicos. Tiveram sua carreira valorizada, o que teve continuidade no governo Anastasia.

Tenho, Senador Maranhão, uma dificuldade intelectual, formal, por ser do PSDB, e diria quase que física, de contrariar as posições do Senador Aloysio Nunes, que, entre tantas gentilezas, teve a generosidade de me permitir tê-lo como companheiro de chapa na última eleição...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Foi uma grande honra para mim, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...presidencial, e é, sem dúvida, uma das maiores referências da política nacional, não apenas do Parlamento, mas da política nacional, pela coragem com que defende suas posições, pela coerência da sua condução da política. Por isso, peço a ele vênia para, nessa questão específica, compreender que não seria justo, depois dos aumentos autorizados por esta Casa, privarmos desse aumento os defensores públicos federais.

Portanto, não vou aqui me alongar, não vou repetir aquilo que já foi aqui reiterado em relação a não conexão desse aumento nos Estados, ao fato de que não há burla do teto remuneratório a partir desses aumentos porque eles se inserem nesse teto, mas, pela absoluta relevância da atividade, Senador Telmário, Srs. e Srªs Senadoras, dos defensores públicos em razão de atender àqueles que não têm alternativa se não a eles recorrer, estarei aqui dando meu voto favorável a este projeto, Sr. Presidente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, como Governador do Paraná, legalizei a carreira dos defensores públicos e equiparei o salário deles aos dos procuradores do Estado, que já estavam equiparados ao Ministério Público.

No entanto, nesse momento, tenho que pensar no País e no que está acontecendo com o Pais, com a prevalência dessas carreiras jurídicas.

Sr. Presidente, os juízes estão recebendo, além dos seus salários, por exemplo, URV e Plano Bresser; e acumulam desempenho de funções remuneradamente. O salário está simplesmente escandaloso. A Procuradoria da República e as Procuradorias Estaduais recebem a sucumbência. E, agora, nós estamos vendo o Governo propor a redução do salário mínimo, corte de aposentadoria dos trabalhadores.

Então, eu quero dizer a V. Exª e aos companheiros Senadores e Senadoras que eu vou votar contra qualquer espécie de aumento neste momento. Eu acho que o salário dos Parlamentares deveria ser congelado neste momento – dos Senadores, dos Deputados, dos Deputados Estaduais, Vereadores –, e nós deveríamos congelar também o salário de Juízes e de Promotores.

Dessa forma, eu não me sinto à vontade, como brasileiro, na crise que estamos vivendo, com a dimensão que se diz que estamos vivendo, para votar qualquer espécie de aumento, porque, depois, por isonomia, vamos avançando nos privilégios conseguidos por outras categorias.

Eu tenho, no meu gabinete, uma tabela de remuneração de Juízes Federais do Rio de Janeiro. É um verdadeiro escândalo o que recebem e como recebem!

Portanto, Presidente, o meu voto, em que pese a minha simpatia pela Defensoria Pública, será contra o aumento deles, qualquer tipo de aumento, e a minha manifestação é pelo congelamento de todos esses salários, que são os maiores salários da República – de Parlamentares, de Juízes, de Promotores, enfim das carreiras jurídicas. Isso está virando uma bagunça generalizada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Se os funcionários públicos do Brasil recebessem o que recebe os juízes a título de URV e Plano Bresser, nós precisaríamos de três orçamentos da União para pagar a folha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Cidinho Santos. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não está presente.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, para reiterar a palavra de apoio a este projeto da Defensoria.

Os Defensores, pela natureza da sua função, merecem de nós um tratamento especial, que não é dado em geral. As Defensorias são os primos pobres do sistema judiciário nacional.

Concordo com os abusos que estão existindo na área do Poder Judiciário, no Brasil, no sentido do aumento permanente de salários, mas, neste caso, a Defensoria está sendo discriminada em relação às outras categorias.

Eu voto com os Defensores Públicos da União, assim como tive a oportunidade também de, na Bahia, participar do processo de organização da lei de organização da Defensoria Pública naquele Estado quando deputada estadual.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero começar aqui dando um testemunho. Eu comecei a minha vida profissional como estagiária não remunerada da Defensoria Pública no Rio de Janeiro. Embora atendesse no Baixo Leblon, bairro nobre do Município, atendia principalmente mulheres da favela da Rocinha. Fiquei pouco tempo, é verdade. Depois tive a oportunidade de estagiar na Procuradoria, e comecei a ver a diferença que existe entre o órgão acusador e aquele que defende. Formei-me e, depois, como deputada estadual, tive a oportunidade de apresentar uma emenda à Constituição, em 2004, garantindo a autonomia administrativa, financeira e funcional da Defensoria Pública. Por apenas dois votos fomos derrotados.

Eu digo tudo isso, Sr. Presidente, porque o que está na Constituição infelizmente ainda não é aplicado. A Constituição assegura a todos o direito à Justiça. E assegura àqueles que não podem pagar, que são os hipossuficientes, que tenham acesso gratuito, por meio dos defensores públicos.

Ora, não há justiça, Sr. Presidente, sem o equilíbrio da balança. Nós precisamos equilibrar a balança de quem acusa e de quem defende. Não com o Judiciário, porque esse é um órgão à parte e imparcial. Não é possível o promotor no Estado e o Ministério Público Federal ganharem o dobro, muitas vezes, do que ganha o defensor público, pois este, sim, está ali, no dia a dia, lidando com as pessoas menos favorecidas. Eu quero uma Defensoria Pública que seja espelho do Ministério Público. Para isso, precisamos, sim, garantir a essa categoria a remuneração adequada.

Eu quero finalizar apenas dizendo que lamento que as premissas colocadas aqui não são condizentes com o contexto. Eu também acho injusto o quanto ganha um professor, o quanto ganha um servidor público efetivo em final de carreira, mas nós não podemos nos esquecer que esses mesmos professores, esses mesmos servidores de carreira, que infelizmente terminam suas vidas com R$4 mil, R$5 mil, R$6 mil, são os mesmos que irão procurar a Defensoria Pública para terem seus direitos garantidos. Nós só teremos a justiça que queremos quando equilibrarmos essa balança.

E eu tenho que testemunhar, Sr. Presidente, que conheço muitos e excelentes defensores públicos que prestam concurso para o Ministério Público para poderem ganhar melhores salários. É um direito que lhes assiste. E, com isso, mais uma vez, essa balança fica desequilibrada. São R$8 milhões apenas de impacto este ano; R$85 milhões em quatro anos. Nós acabamos de aprovar ontem um dispêndio de R$50,085 bilhões para quem defende aqueles que mais precisam, Sr. Presidente. Parece que nós não estamos aqui entendendo o que é realmente prioritário. Este projeto é prioritário, é uma necessidade para que possamos diminuir a injustiça que até hoje se comete com essa categoria.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer que tenho sido um militante em favor do fortalecimento da Defensoria Pública desde que a Defensoria começou a se estruturar no País.

Depois, dizer que nós tivemos aqui a votação de diversos projetos de remuneração para servidores e, por um equívoco, por um erro de condução, terminou-se tentando tratar esse aumento, esse ajuste de salário dos Defensores Públicos, como uma remuneração de teto. Por isso é que isso ficou para hoje.

Na verdade, nós não estamos tratando de equiparação de teto. O aumento do Defensor geral para este ano será 1%. O aumento irá de 1% a 22% para as menores categorias. No próximo ano, a mesma coisa. Então, na verdade, o que estamos fazendo aqui é justiça, estamos ajustando procedimentos de fortalecimento de uma categoria que é importante para levar para a população mais pobre algo fundamental, que é a justiça, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

direito de ter, em tese, as mesmas condições de quem pode pagar um bom advogado. Por conta disso, eu encaminho o voto favorável. O PMDB apoia essa proposta, Sr. Presidente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, na verdade, a nossa querida Senadora Simone esvaziou um pouco o que eu iria falar, exatamente no sentido da Constituição, que garante esse acesso. Nós sabemos que os pobres, se não tiverem a Defensoria Pública, somente com dificuldade poderão alcançar aquilo que eles querem.

Eu tenho aqui em mãos a nota pública em apoio à Defensoria Pública da União, na qual estão listados mais de 50 movimentos e organizações dos direitos humanos que apoiam essa iniciativa.

Então, quero aqui afirmar e reafirmar que eu voto a favor da Defensoria. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer minhas as palavras da Senadora Simone Tebet, assim como o fez o Senador Eduardo Lopes. Acrescentaria dizendo que sempre fui defensor da Defensoria Pública, e os Defensores de Rondônia, o meu Estado, sabem disso. Vou votar favoravelmente, claro, como o Presidente do meu Partido já anunciou.

Eu pediria também que os itens 8 e 9, se foram acordado com o Governo... Na Câmara dos Deputados já foram votados esses projetos. Se o Ministro do Planejamento esteve nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Econômicos dizendo que isso é fruto de um acordo e que está tudo já delineado dentro dos orçamentos para os próximos anos, como é que nós vamos ser contra? Foi acordado na Câmara, está acordado no Ministério do Planejamento, certamente está acordado no Ministério da Fazenda. Como é que nós vamos ser contra?

Meu voto é favorável, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, é importante que possamos aqui fazer uma rápida retrospectiva daquilo que foi acordado aqui entre nós, Parlamentares, no momento da votação da matéria dos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Àquela época, a matéria foi votada – e fiz questão de puxar aqui a votação –, no dia 30/6, por unanimidade. Todos os 62 Senadores votaram, por unanimidade, a questão dos servidores do Poder Judiciário da União no Governo Dilma Rousseff e que, logo depois, foi vetado.

O nosso compromisso permaneceu de pé. E nós aprovamos esse reajuste, sim, a uma categoria que, reajustado em 2016, vai ganhar, com salário bruto, nível superior, R$10.149,00! Esse é o salário que vai receber. Em 2017, R$11.345,00. E em 2019, R$13.339,00. Estou me referindo a nível superior.

Nós já votamos, aqui, indiscutivelmente, matérias, com voto contrário da nossa parte, da minha parte. E hoje nós estamos votando matéria relativa a outra categoria que também tem prerrogativas constitucionais, como nós – a Defensoria Pública.

Mas nós estamos tratando, hoje – é importante que todos os telespectadores entendam bem –, de categoria em que o Diretor-Geral vai ganhar R$31.557,00! O especial vai ganhar R$24.228,00! O de primeira categoria vai ganhar R$21.426,00! E o de segunda categoria vai ganhar R$18.716,00, chegando a R$28.947,00 em 2018.

Então, Sr. Presidente, é importante que seja dito aqui onde estão o bom senso e o equilíbrio da Comissão de Constituição e Justiça em votar favoravelmente a reajuste de salário de quem já tem salário e, constitucionalmente, já tem a garantia do seu salário! Onde está aqui o bom senso no momento de crise que chega a mais de 12 milhões de desempregados no País? Se hoje qualquer desempregado ligar para buscar o seguro-desemprego, só vai ser – vejam bem – agendado uma consulta em setembro de 2016! O desempregado hoje, Sr. Presidente – e falo a V. Exª pela sensibilidade que tem, um homem que tem uma tradição na vida pública e que sempre foi defensor de atitudes justas e corretas –, no Brasil, só vai conseguir marcar uma consulta para ser atendido no seguro-desemprego... Eu gostaria que o Senador Romero não saísse, porque ele argumenta bem essa tese e eu gostaria que ele contra-argumentasse essa matéria conosco , Presidente, porque, no momento em que as categorias que têm a garantia salarial...

O Governo pode quebrar, mas tem que nos pagar. Esta é a tese: tem, é obrigado. No caso de Deputado, Senador, de servidor público, de Ministro, o Governo pode quebrar, mas tem que nos pagar.

Agora, o desempregado não está tendo reajuste salarial. Ele não tem salário. É diferente o momento que estamos vivendo. O desempregado não tem salário. A injustiça que se pratica hoje é a de que o cidadão que tem garantia salarial ainda está sendo reajustado, numa crise em que o Governo apresenta um déficit orçamentário de R$170 bilhões. E nós, jogando no caos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dois minutos já se passaram, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... para atender exatamente às estruturas que têm garantias constitucionais de receber o seu salário.

Agora, a mesma garantia constitucional tem também o art. 201, sobre a previdência social, Sr. Presidente, que diz o seguinte:

"Art. 201 A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo..."

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com licença, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu lembraria V. Exª de que o seu tempo já esgotou.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, já que a grande maioria foi favorável, gostaria só de concluir minha linha de raciocínio – só isso, só concluir minha linha de raciocínio. É só para concluir a linha de raciocínio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – No momento em que as corporações estão sequestrando o Estado, os cidadãos aqui estão deixando de amanhã enxergar uma reação em cadeia que poderá vir da sociedade brasileira, que, ao ver o atendimento apenas dessas corporações, reagirá indiscutivelmente, não dará governabilidade a um Governo que quer fazer benesses àqueles que já são contemplados, como nós, com salários acima, muito acima da média que se pratica neste País.

Para concluir, Sr. Presidente, o art. 201 da Constituição brasileira diz:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial [...].

A Constituição determina isso, para proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, de salário-família, de cobertura dos eventos de invalidez, morte e idade avançada.

Qual foi o projeto que veio do Executivo para reajustar ou para, pelo menos...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Presidente, pela ordem.

Com todo o respeito, é inadmissível. Eu cumpri o prazo, cumpri os três minutos. Solicitaria ao Senador Caiado, com todo o respeito...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu também, Presidente, cumpri menos de dois minutos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu concordo. Com a falta de argumentos diante de tantos dados que são colocados, num processo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas que coisa feia, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... num processo de arrastão, num processo de tratorar... Realmente a sociedade está hoje indignada com a Casa e com o Congresso fazendo cortesia com o chapéu alheio, realmente voltando as costas para quem, neste Brasil...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... sofre a crise hoje, Sr. Presidente. Tenho que reconhecer...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço ao orador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... que o momento é este apenas de atender às corporações.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que, por favor, encerre o seu discurso...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O voto será... O voto será...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que já está causando desconforto para os demais colegas, que estão invocando aqui o acordo que foi feito, para que os pronunciamentos se limitassem a dois minutos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto favorável. Vou instalar a Comissão da Medida Provisória nº 735 e quero deixar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas a votação é agora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai abrir o painel agora, Hélio José, aguarda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai abrir o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...para discutir a matéria.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, só para registrar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Registro meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A matéria foi aprovada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ....contra o voto do Senador Ferraço, Senador Requião, Senador Ronaldo Caiado...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...e do Senador Aloysio Nunes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Presidente, quero pedir, em caráter de urgência, art. 336 e 338, como a CAE não está funcionando, que a matéria fosse ao Plenário em caráter de urgência.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Resultado da votação.

O relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, é favorável ao projeto e foi aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, só para justificar a minha ausência do plenário na discussão: fui atender o nosso querido ex-Senador Jaime Campos e a sua esposa, Prefeita de Várzea Grande, Lucimar Campos, mas voltei a tempo de dar o meu voto favorável porque entendo ser justa a matéria dos defensores públicos da União. Obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero, neste momento dos nossos trabalhos, registrar aqui uma presença muito importante para todos nós, em particular os paraibanos: o ex-Senador Roberto Cavalcanti...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Fora do microfone.) – Receba nossas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...que nos honra muito com sua presença aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – No momento imediatamente anterior a essa discussão, aprovamos aqui, por unanimidade, o Projeto nº 128, de 2015. Eu gostaria que V. Exª pudesse submeter ao Plenário a urgência desse projeto, para que ele vá ainda hoje ao Plenário. Portanto, apenas para colocar em votação a urgência do Projeto nº 128.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço ao Plenário que se manifeste sobre o requerimento do Senador Aécio Neves. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai ser remetida ao Plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) –

ITEM1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Deputado André Figueiredo
Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável à Proposta.
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

- Em 29/06/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues, Roberto Requião e Lindbergh Farias, nos termos regimentais.

Peço ao Senador Antonio Anastasia para assumir os trabalhos, vez que tenho que fazer a leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, consta, só para ter certeza, na Mesa, um voto separado de minha autoria. Então, pelo procedimento que tem sido adotado aqui, nesta Comissão, me parece que, após a leitura do relatório de V. Exª, seria declinado, ao autor do voto em separado, fazer a leitura do seu voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Já foi lido o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, só lhe pergunto se fica garantido o direito da leitura do voto em separado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir o voto em separado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, o Relator disse que vai ler novamente o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, não; é o voto em separado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele não fez nenhuma alteração no relatório?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para a leitura do voto em separado, concedo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, Senador Anastasia, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31, de 2016, tendo como primeiro signatário o Deputado André Figueiredo.

A PEC nº 31, de 2016, altera o art. 76 e insere os arts. 76-A e 76-B no Ato das Disposições Constituições Transitórias (ADCT), para prorrogar a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e criar a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Destaco que são preservados os recursos dos fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Já o art. 76-B estende o mecanismo de desvinculação de receitas dos Estados e Distrito Federal aos Municípios, com a mesma abrangência e prazo de duração, estipulando, também, que essa desvinculação de receitas não afetará os recursos destinados a compor o mínimo constitucional a ser aplicado nas áreas de educação e saúde, as receitas previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores públicos, os recursos recebidos de transferências obrigatórias e voluntárias da União e dos Estados com destinação específica em lei e os recursos dos fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

Por fim, na cláusula de vigência desta emenda constitucional, que se dará na data de sua publicação, fica determinado que seus efeitos retroagirão a 1º de janeiro de 2016.

Passo direto à análise.

Nos termos regimentais, esta Comissão tem competência exclusiva para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das propostas de emenda à Constituição a ela submetidas.

Cabe-nos afirmar, inicialmente, que a matéria em exame, de fato, observa todos os aspectos atinentes à sua constitucionalidade formal. Ela foi proposta por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Todavia, não se pode perder a referência, ou contrariamente é imprescindível asseverar que a Constituição da República determinou um sistema de federalismo participativo, com a repartição da receita entre a União, os Estados e os Municípios e destinação de algumas delas para atender a finalidades específicas, claramente explicitadas em seu texto.

Em particular, e para elucidar mais intimamente a desvinculação pretendida com a PEC nº 31, de 2016, é mister reconhecer que as contribuições sociais foram instituídas, fundamentalmente, para financiar a seguridade social, que compreende o direito à saúde, à assistência social e à previdência social. Logo, em consonância aos princípios fundamentais da Constituição Federal, os recursos oriundos dessas contribuições têm e terão como destino o gasto nesses direitos.

Dessa forma, as contribuições sociais, no nosso entendimento, inequívoca e objetivamente vinculam o emprego e a destinação de seus recursos arrecadados nos fins que motivaram a sua criação, ou seja, na realização dos direitos sociais a ela intrínsecos.

A imensa desigualdade socioeconômica que enformou o pacto expresso na Constituição de 1988, ainda persistente, mostra-nos claramente a fundamentalidade desses direitos sociais, assegurando-lhes o status de garantias fundamentais e, por consequência, qualificando-o como direito público inerente ao indivíduo e à realização da dignidade de sua pessoa, trazendo implícita a obrigatoriedade de o Estado em agir.

Portanto, são falaciosas as interpretações que reduzem ou retiram essa fundamentalidade desses direitos sociais, restringindo-os ao princípio da reserva do possível, que adquire conteúdo e substância em função de uma particular situação econômica e conjuntural.

Dessa forma, entendemos, e são recorrentes interpretações nesse sentido, que as contribuições sociais foram instituídas para financiar o direito à saúde, à assistência social e à previdência social, conflitando com o texto constitucional o uso dos recursos oriundos dessas contribuições para destino outro que não seu gasto com esses direitos. São direitos públicos subjetivos dos indivíduos, universalizados e assumidos como dever intrínseco ao Estado, que conformam e se confundem com a dignidade de sua pessoa.

Sendo assim, não incorporam qualquer concepção de justiça, pois está dentro do âmbito da obrigatoriedade do Estado de agir, diferenciando-se claramente das ações de proteção e de guarda pelo Estado de direitos econômicos e sociais, que se consubstanciam na legislação concessiva. Esta não tem dimensão originariamente constitucional e está sujeita ao princípio da reserva do possível. Contrariamente, as contribuições sociais são a base da definição constitucional de uma esfera do mínimo, o mínimo essencial, necessário e imprescindível à realização e preservação dos elementos essenciais que conformam os direitos relativos à seguridade social.

Entendemos e afirmamos assim que às contribuições sociais definidas na Constituição Federal se aplicam o princípio da afetação, que vincula o sujeito ativo da obrigação tributária, o Estado, a empregar a sua arrecadação nos fins que motivaram a sua criação.

As contribuições sociais foram instituídas para financiar a seguridade social, que compreende o direito à saúde, à assistência social e à previdência social. Logo, pela lógica constitucional, os recursos oriundos dessas contribuições terão como destino o gasto nesses direitos.

Portanto, a Desvinculação das Receitas da União tratada na PEC nº 31, de 2016, incorpora vicio de constitucionalidade material, pois restringe e prejudica a efetivação desses direitos sociais. Ou seja, com a proposta em exame, 30% da renda auferida pela Administração Pública Federal por meio das contribuições sociais não serão utilizadas para fins de financiamento da seguridade social.

A desvinculação dessas verbas afetadas demarca ações inconstitucionais, uma vez que, nitidamente, conflita e desobedece aos ditames da Constituição Federal. Trata-se, assim, de emenda que descumpre preceito constitucional, uma vez que agride a consecução dos direitos humanos incorporados nesses direitos sociais, a partir do afastamento de receita destinada ao seu custeio, manutenção e desenvolvimento.

Ou seja, em proveito da existência de recursos livres para serem utilizados conforme as prioridades do Governo, ignoram-se as prioridades constitucionais reafirmadas nela e por ela definidas, e que se fundam em premissas que obrigam a afetação de parte da verba pública, qual seja das contribuições sociais.

A desvinculação proposta surgiria como importante mecanismo para fazer frente à rápida deterioração das contas públicas que se observa nos últimos anos, refletiva, em síntese, nas elevações da relação dívida/PIB de 63% para 73%, de 2014 para 2015, com fortes possibilidades dessa relação ultrapassar 80%, neste ano, devido à institucionalização da nova meta de déficit primário de R$170 bilhões, com tendência ao seu aprofundamento em anos posteriores, na ausência de ajustes fiscais.

Entendem aqueles que compartilham a importância do controle dessa variável que reverter tendência é estratégia para retomar o desenvolvimento do País, sobretudo pela reversão das expectativas quanto ao aumento de tributos, à possibilidade de default e à aceleração do processo inflacionário associada àquela ten-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dência para a dívida. Trajetória explosiva da dívida pública leva a maior incerteza da economia, deprimindo o investimento e a recuperação da atividade.

O nosso entendimento, Sr. Presidente, é manifestamente contrário. Em um período de crise econômica como a atual, o Governo deveria implementar uma política qualificada de reorientação de seus gastos e não tão somente de geração de recursos livres, no caso como a desvinculação proposta, direcionando-os ao pagamento dos encargos da dívida.

É necessário ter claro que o endividamento constitui prática comum e inerente à própria dinâmica das economias de mercado. Ele contribui para alavancar os investimentos, o consumo e o crescimento da renda e do emprego na economia.

No caso específico da elevação assistida na economia brasileira, em anos recentes, o aumento da dívida, entre outros aspectos, deu-se devido aos empréstimos do Tesouro ao BNDES, num contexto de políticas anticíclicas oportunamente implantadas desde a crise que se instaura na economia internacional, a partir do ano de 2008.

No contexto dessa crise, ainda persistente de restrições às fontes usuais de financiamento interno e externo, disponibilizar recursos de empréstimos ao setor privado e aos próprios entes subnacionais se mostrou pertinente e eficaz. Contrariamente aos demais países, só recentemente constata-se a reversão do crescimento na economia brasileira, já verificada a partir de 2008, em diversos outros países.

A atual situação se torna mais grave com a desvinculação proposta, à medida que são deslocados gastos importantes como os gastos sociais objeto da emenda, prejudicando a população mais pobre justamente em um período de retração da economia.

Mais ainda, ao deteriorar a economia com a redução dos investimentos, que logicamente, ao lado da redução dos gastos sociais, comporão a fonte de recursos a ser direcionada à formação do resultado primário e ao pagamento dos juros, serão reforçados contrariamente as próprias expectativas ligadas à possibilidade de default, de aceleração inflacionária e de aumento dos tributos, de forma a desestimular o investidor privado, a retomada do crescimento econômico e a estabilização da própria relação dívida/PIB, variável norteadora de ações restritivas, entre elas a própria DRU.

Nesse sentido, Sr. Presidente, e já concluindo, trago aqui a colação, a citação do Professor Filgueiras:

Quanto maior o prazo de validade da DRU e o percentual de desvinculação das receitas da União, melhor para o capital financeiro e pior para os gastos sociais e as receitas de Estados e Municípios.

A extensão do prazo e o aumento do percentual evidenciam o que vai ficando cada vez mais claro para quem pode e quer enxergar, isto é, que o ajuste fiscal é uma política econômica permanente no capitalismo contemporâneo. Não é mais algo passageiro, que se pode abrir mão em um determinado momento. Ele é a garantia de que a acumulação financeira, que em todos os países tem a dívida pública como o seu instrumento fundamental, não sofrerá descontinuidade, independentemente da situação conjuntural, boa ou má, das economias. Esta é a realidade desde o início dos anos 1990 no Brasil e é por isso que as taxas de crescimento da economia nos últimos 25 anos foram pífias; com exceção de um pequeno período (2006-2008) no qual se reduziu o superávit fiscal primário, em virtude de uma conjuntura econômico internacional excepcionalmente favorável.

Esta matéria, Sr. Presidente, claramente fere direitos e conquistas sociais e fere o espírito do estado de bem-estar social proclamado pela Constituição de 1988.

Diante disso, encaminhamos o voto pela inconstitucionalidade e pela rejeição, no mérito, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Está inscrita, em primeiro lugar, a Senadora Gleisi; e, em segundo, o Senador Aloysio.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ah! Desculpe, desculpe, desculpe! O Senador José Maranhão primeiro, para as suas considerações; depois, vou dar a palavra para a discussão. Desculpe!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – A DRU desvincula apenas parte do produto da arrecadação das contribuições. Se desvinculasse cem por cento da receita, poderíamos falar em inconstitucionalidade, pois aí as contribuições virariam impostos. Mas a desvinculação parcial não afeta a natureza jurídica da contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Além disso, a Constituição já determina que as receitas das contribuições previdenciárias do trabalhador e da empresa, incidentes sobre a folha de pagamento, devem ser utilizadas apenas para o custeio dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Isso não é afetado pela proposta em discussão.

Em segundo lugar, a seguridade social, como já afirmado em meu parecer, não terá perda de recursos com a PEC nº 31, de 2016, sendo falho o argumento de que a saúde, a assistência social e a previdência social perderão receitas de financiamento. Mesmo sem a DRU, a União precisará alocar receitas de impostos para cobrir despesas da seguridade social. Logo, a DRU não retira recursos da seguridade social, ela apenas flexibiliza a gestão orçamentária no decorrer do exercício financeiro.

Em terceiro lugar, vale ressaltar que a PEC nº 31, de 2016, apenas prorroga a vigência da DRU sobre as contribuições sociais que eram passíveis de desvinculação até 31 de dezembro de 2015, nos termos da Emenda Constitucional nº 68, de 2011.

Desde a origem da DRU, o objetivo é desvincular aquilo que é por origem vinculado. Não é diferente com a arrecadação das contribuições que, com a vigência da DRU, passam a ter parte da arrecadação livre para financiar outras despesas que não aquelas previstas nas suas leis de criação.

É o que tinha a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu agradeço o Senador José Maranhão, que, na qualidade de Relator, apresentou as suas considerações adicionais ao seu parecer.

Então, dando início à discussão à matéria, conforme havia dito há pouco, estão inscritos: a Senadora Gleisi Hoffmann, em primeiro lugar; em segundo, o Senador Aloysio Nunes; em terceiro, o Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Primeiro, dizer que a DRU é um instrumento importante de gestão fiscal, porque dá, exatamente como V. Exª falou, flexibilidade na gestão orçamentária. Tanto o Presidente Lula como a Presidenta Dilma fizeram utilização desse instrumento.

É bom lembrar aqui que a DRU, inicialmente criada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, era o FEF – Fundo de Estabilização Fiscal. Eu lembro que, na época da sua criação, a discussão muito grande era sobre que recursos e receitas esse fundo iria recair. E, da primeira vez que o FEF foi instituído, pegavam todos os recursos, inclusive saúde e educação. Foi num debate muito grande, no Congresso Nacional, que se conseguiu mudar esse direcionamento.

Depois, com o governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, foi se aperfeiçoando para que aquelas receitas, os recursos vinculados a programas sociais, área de saúde, de educação, previdência e assistência, não fossem atingidas pela Desvinculação de Receitas da União; ou, se fossem atingidas, que essas receitas pudessem voltar para as mesmas áreas.

Pois bem; o projeto que estamos votando aqui foi enviado, ainda pela Presidenta Dilma, à Câmara dos Deputados. Foi discutido lá, votado, aprovado e veio para cá. É um projeto que mudou a base de cálculo da desvinculação. Antes, tínhamos a desvinculação em cima de todos os impostos e contribuições, e era de 20%. Com a mudança, passou a ser de 30% em cima das contribuições sociais.

Ocorre que tivemos uma mudança de Governo e uma mudança de diretriz política. Não podemos esquecer que já foi enviada a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição que é, em relação às despesas da União, ter apenas a inflação como um índice para atualizá-las no ano seguinte, tirando as vinculações de saúde e de educação.

Se aprovarmos como está a DRU aqui, com a PEC que está tramitando, com a visão que nós temos, inclusive do Governo atual, para reforma da Previdência, nós vamos tirar recursos, sim, da área de previdência e assistência social, Sr. Relator. Não vai ficar como V. Exª disse, como mera flexibilização. Nós vamos retirar, porque estaremos acabando com a vinculação de despesas que são importantes, como saúde e educação.

Como ela estava colocada, acredito que o argumento do Relator estava correto. Nós poderíamos desvincular, mas os recursos voltariam para essa área da assistência, da previdência, enfim, que são importantes para programas sociais e de desenvolvimento.

Outra situação que acho importante levarmos em conta, aqui, é que estamos instituindo a desvinculação sobre as receitas de Estados e Municípios. E há que se dizer que essa desvinculação não foi discutida na Câmara dos Deputados, como deveria ser – nem na Comissão, nem no Plenário da Câmara dos Deputados. Ela foi aprovada e veio para cá.

Agregue-se a isso que nós tivemos uma discussão, no Plenário do Senado, sobre um projeto do Senador Dalirio Beber, que foi votado em primeiro turno, no dia 13 de abril, que era também sobre a DRU e sobre a desvinculação de receitas de Estados e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nesse projeto do Senador Dalirio, a DRU impacta impostos e contribuições, não só sobre contribuições. E lembro que, na época, o Governo, como estava querendo aprovar logo a desvinculação, aceitou fazer uma negociação com esse projeto do Senador Dalirio Beber e reduziu de 30% para 25% a incidência tanto da DRU como da desvinculação de receitas de Estados e Municípios.

E quero deixar claro aqui que nós votamos contra – eu votei contra essa proposta –, porque nós não tínhamos certeza de como isso iria impactar Estados e Municípios. Embora se tirasse da educação, tínhamos dúvidas sobre se isso impactaria ou não a saúde.

Então, mesmo sendo uma proposta aprovada pelo Governo – lembro que na época o Senador Pimentel, Líder do Governo da Presidenta Dilma, encaminhou favoravelmente a matéria –, a maioria da Bancada do PT votou contra, exatamente por conta da desvinculação de receitas de Estados e Municípios.

Por isso, acho temeroso votarmos essa proposta aqui, agora. Nós não temos informações sobre o que impacta, realmente, em Estados e Municípios. Ainda que se retire a saúde, ainda que se retire a educação, há despesas que são importantes para os Estados.

Vou dar um exemplo aqui que impacta a educação, mas que está como ciência e tecnologia e que, portanto, a desvinculação atinge, que é o financiamento das nossas universidades públicas estaduais.

O Paraná, por exemplo, tem a maior rede de universidade pública estadual de todos os Estados brasileiros, seguido depois de São Paulo, se não me engano, e Minas Gerais. Isso vai causar impacto no financiamento das nossas universidades. Então, com certeza, vai haver impacto na educação, além de fundos de cultura, fundos específicos, como há, por exemplo, o fundo de infraestrutura no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul. Então, não temos elementos suficientes para saber o impacto que tem essa desvinculação de Estados e Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, apresentei à Mesa um requerimento, para que possamos realizar uma audiência pública, tendo em vista que há esse projeto aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, há um projeto já votado em primeiro turno, no Plenário do Senado. Eu acho que temos que compatibilizar essas matérias. Temos que tê-las, enfim, em uma só, em um projeto só. Temos que tentar compatibilizar, mas saber exatamente o que ela vai impactar.

Então, eu dei entrada num requerimento, solicitando uma audiência pública aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre essa PEC. Podemos trazer junto a PEC que foi discutida, em primeiro turno, no Plenário. E estou solicitando que sejam ouvidos o Ministro do Planejamento, o IPEA, representante da Confederação de Trabalhadores na Educação, exatamente por atingir ciência e tecnologia, e o economista Amir Khair, que é consultor na área fiscal, orçamentária e tributária.

Então, gostaria de fazer um apelo ao Governo, ao Líder do Governo, para que pudéssemos suspender a votação dessa matéria hoje e realizar essa audiência pública na primeira semana de agosto. Em agosto, nós votaríamos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Como o próximo inscrito é exatamente o Senador Aloysio, dou a palavra a S. Exª, que também se manifestaria sobre o requerimento, porque, dependendo da situação, como determina o Regimento, vamos colocá-lo em votação para ser aprovado ou não.

Senador Aloysio, com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, essa matéria, como bem disse a Senadora Gleisi Hoffmann, não constitui novidade na prática da Administração Pública. Na verdade, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, todos os anos, ano após ano, às vezes até num horizonte de tempo maior, como ocorreu no caso da Presidente Dilma, existe algo nessa linha de desvinculação de receitas da União.

E por que isso? Porque, como disse o Relator, o Senador Maranhão, nós temos uma excessiva rigidez na execução do Orçamento, pelo número realmente enorme de despesas obrigatórias, que chegam a atingir cerca de 90% das despesas da União.

De modo que essa matéria não é nova; não há, no meu entender, por que fazer de audiência pública. Nós estamos amplamente habilitados para decidir sobre ela, mesmo porque o parecer elaborado pelo Presidente da nossa Comissão, Senador Maranhão, não deixa nenhuma dúvida em relação a eventuais questões polêmicas que poderiam surgir. Agora mesmo, ao comentar o voto em separado do Senador Randolfe, o nosso Presidente Maranhão reafirmou, em síntese, uma refutação a todas essas alegações de que poderia haver prejuízo à saúde, à educação, a fundos constitucionais, porque tudo isso está ressalvado na PEC.

Quanto à educação: desde logo, a PEC não atua sobre os impostos. E a vinculação de receitas à educação incide sobre impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Em relação à saúde: o cálculo para as vinculações constitucionais de saúde é a receita corrente líquida, que não é afetada pela PEC.

Em relação à Previdência Social, igualmente: há uma menção explícita ao fato de que as despesas com o Regime Geral da Previdência não serão atingidas por essa desvinculação. Pelo contrário, como lembrou ainda o Senador Maranhão, seguramente haverá necessidade de aportes de recursos dos impostos para complementar essas despesas.

De modo que eu voto, com toda tranquilidade, a proposta de emenda à Constituição submetida ao exame desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pelo que eu entendi, Senador Aloysio, o voto é contrário ao requerimento.

Eu então, regimentalmente, antes de dar a palavra para discutir ao Senador Lindbergh, se houver aquiescência do Plenário e como nós já estamos a par da discussão, colocaria o requerimento da Senadora Gleisi em deliberação no plenário. Se ele for aprovado, há um procedimento; se não for aprovado, continuamos a discussão normalmente.

Se os senhores estiverem de acordo, faremos dessa maneira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Queria só fazer um apelo ao Senador Aloysio, porque nós temos um projeto que está em votação, em segundo turno, no plenário do Senado. Temos esse aqui. Eu acho que nós temos condição de chegar a um acordo sobre isso.

Nós não somos contra um instrumento de desvinculação, até porque o utilizamos, sabemos da importância que tem a flexibilização, mas nós temos dúvida sobre isso. E volto aqui a dizer que essa dúvida inclusive existia quando fizemos o acordo no plenário sobre a proposta do Senador Dalirio Beber.

Eu estou querendo saber, porque, mesmo que votemos hoje, acho difícil votarmos em regime de urgência no Senado hoje ainda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por isso mesmo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois é, mas eu queria fazer um apelo a V. Exª para deixarmos isso para agosto e podermos fazer uma audiência pública principalmente em relação à desvinculação de Estados e Municípios.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador. Depois, o Sr. Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu não tenho nenhuma objeção em discutirmos mais essa matéria, mas, como bem V. Exª lembrou, ela não será votada agora.

Se for aprovada na Comissão, ela poderá ser incluída na Ordem do Dia a partir da retomada dos nossos trabalhos, em agosto. E aí, como é uma proposta de emenda constitucional, ela é sujeita a todo aquele trâmite rigoroso a que estão sujeitas matérias dessa natureza.

Então, nesse intervalo, Senadora Gleisi, nas sessões de discussão, entre o primeiro e o segundo turnos de votação, nós teremos todo o tempo para discutir essa matéria, inclusive na Comissão que V. Exª preside tão bem, que é a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Até que não passa pela CAE, Senador Aloysio. Esse é o problema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não. Não é isso. Eu sei que não passa pela CAE. Eu sei disso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, o que eu queria pedir a V. Exª? Porque não tem lógica nós votarmos aqui e, depois, fazermos uma audiência pública. Se nós não vamos votar no plenário isso agora, se vamos deixar para agosto, eu queria fazer um apelo à Comissão para que a gente fizesse uma audiência pública aqui, na CCJ, sobre a matéria. Podemos fazer em conjunto com a CAE, porque a CAE não discute PEC, mas, como essa é uma matéria que tem impacto sobre finanças públicas, poderíamos fazer, como fizemos na questão dos aumentos dos servidores, e faríamos a matéria tramitar em agosto. Não vejo por que não fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Gleisi, vou passar a palavra ao Relator, Senador Maranhão, nosso Presidente permanente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – O propósito de todos nós é convergente. Nós queremos fazer um projeto que discipline essa matéria. Como V. Exª mesmo, Senadora Gleisi, afirma, não é a primeira vez que se desvincula esse recurso, e V. Exª citou o exemplo do governo de seu Partido. Eu acredito que isso não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ser um tabu, até porque, como disse muito bem o Senador Aloysio Nunes, a excessiva vinculação traz prejuízo de natureza financeira e, inclusive, social ao nosso País.

V. Exª está alegando, Senadora, que há outros projetos congêneres tramitando na Câmara Federal, como acabou de afirmar. Então, eu acho que nós estamos diante de um fato que não podemos ignorar. Há como trazer à luz desta Comissão outras opiniões, outros conceitos. É toda uma questão conceitual, é toda uma questão muito mais de forma do que de conteúdo, porque, afinal de conta, os recursos são recursos públicos da União. Evidentemente, se eles estão mais concentrados num programa do que poderiam estar concentrados em outro, é uma questão de opção de governo, e nem por isso o projeto perde o seu mérito. Então, nós temos que encontrar um ponto de convergência para superar essas dificuldades. Talvez pudéssemos fazer o apensamento dos projetos. Não sei se, regimentalmente, seria esse o procedimento, apensar, já que está em outra esfera do Legislativo, na Câmara Federal. Mas, de alguma forma, é preciso trazer à luz dessa questão outros subsídios que podem ser úteis. Essa é a opinião subjetiva que eu estou oferecendo.

O Governo tem muito mais razão para opinar sobre essa questão do que nós outros que somos simplesmente Senadores da Base. O que disse o Senador Aloysio é extremamente importante. Nós não podemos deixar de ouvir a opinião do Senador Aloysio Nunes, que é o Líder do Governo aqui. E, afinal de contas, é o Executivo que vai aplicar com maior ou menor eficácia os objetivos desta lei.

Então, eu consultaria o Senador Aloysio Nunes, que é um expert no assunto e tem a responsabilidade de conduzir, aqui, nesta Comissão e no Senado, os projetos, os objetivos do Governo, a sua opinião sobre essa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, não há nenhum ineditismo nessa proposta.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Nós temos que encontrar uma forma objetiva de fazer com que essa proposta de emenda à Constituição cumpra os seus objetivos, as suas finalidades.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o relatório de V. Exª esclarece todas as dúvidas que pudesse haver a respeito dessa matéria. Não vejo necessidade de uma audiência pública, ainda mais porque o rito de tramitação das propostas de emenda à Constituição abre um espaço para a discussão, para o debate, para informação, de tal modo que, na votação final do segundo turno, todos estejam amplamente informados, aqueles que ainda não se contentaram com as informações de V. Exª.

Acontece que alguns são contra, outros são a favor. Eu sou a favor. Por isso eu acho que devemos votar hoje, sem audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Aloysio, eu só queria chamar a atenção – permita-me, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sim, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que, aqui, nós estamos falando de coisas novas. Desvinculação de receitas de Estados, isso nunca houve; desvinculação de receitas de Municípios, isso nunca houve.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Aloysio, a nossa assessoria foi trabalhar em cima de dois casos concretos. Na verdade uma assessora da Senadora Gleisi, que eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Uma pergunta procedimental: V. Exª já está adiantando a discussão? Digo isso porque V. Exª é o próximo inscrito.

Deixe votar o requerimento e eu dou a palavra a V. Exª, para V. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está bom. Eu só estou reforçando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então um apelo sintético.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem. Eu vou atender o apelo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos votar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só quero dizer que há fatos novos; há uma confusão muito grande sobre os impactos no Estado, do que pode ser cortado...

V. Exª, por exemplo, é do Estado de São Paulo. As universidades paulistas estão em pânico – USP, Unicamp e Unesp –, porque elas, no caso, seriam duramente atingidas. Então, a gente está votando sem...

A DRU, nós conhecemos. Temos posições diferentes e tal, mas conhecemos. Agora, desvinculação de receitas de Estados e Municípios é algo novo, que eu acho que a prudência da Senadora Gleisi se justifica, isto é, a gente fazer uma audiência pública antes da votação, principalmente sobre a DRE e a DRM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Colocamos então em votação o requerimento da eminente Senadora Gleisi Hoffmann.

ITEM 44
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para discutir a PEC 31, de 2016, ouvidas as seguintes pessoas e autoridades:
- Ministro do Planejamento;
- Rodrigo Orair (Ipea);
- Sérgio Gobetti (Ipea);
- Representante da Confederação de Trabalhadores da Educação;
- Amir Khair, Consultor na área fiscal, orçamentária e tributária;
- Representante do Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Aqueles que estão de acordo com o requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero pedir verificação, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É regimental.

O apoiamento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já tem o apoiamento.

Vamos pedir à Secretaria que tome as medidas para preparar o painel para a verificação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, o Governo encaminha o voto "não" nesta matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A oposição encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Já encaminhados, agora, vamos à votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, o Bloco Socialismo e Democracia encaminha o voto "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não. Registrado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Democratas encaminha o voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Registrado, Senador Caiado. (Pausa.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Como é aqui?

O do Senador Cidinho também não está funcionando...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vou pedir à Secretaria para dar o suporte àqueles a quem a tecnologia não ajuda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Necessito do suporte da Secretaria. Não, não é a tecnologia, não!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É V. Exª? Não acredito. (Risos.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não, não. É um problema da tecnologia. Eu não. Eu sou um craque em matéria... Sou quase um Bill Gates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por isso, tecnologia. Não é de V. Exª. É da máquina. Foi isso que eu falei exatamente. O problema é da tecnologia. Não é de V. Exª. É da máquina.

Como V. Exª disse que não, eu refiz o raciocínio. (Pausa.)

Todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Algum Senador, membro da Comissão, que esteja em seu gabinete e queira vir votar, ainda temos alguns brevíssimos minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia está em pink.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Acontece que o pink é o seguinte: o voto dela não é computado, porque, do Bloco, o Senador Antonio Carlos Valadares não está, mas a Senadora Vanessa é a primeira suplente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E V. Exª, Senador Anastasia?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu não voto, porque, no exercício da Presidência, só votaria em caso de empate.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, só em caso de empate!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas o Senador Maranhão, que é o Presidente normalmente, votou como Relator. Neste momento, eu exerço a presidência, por deferência do...

O Senador Garibaldi vai votar agora.

(Continua em processo de votação.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu queria apenas fazer um comentário em relação a uma proposta que a Senadora Gleisi Hoffman fez.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Acho que não me fiz bem entender.

Eu disse a V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann, que não haveria nenhum problema em fazermos uma audiência pública na Comissão que V. Exª preside nesse intervalo que medeia a votação em primeiro turno e a votação no segundo turno; ou até mesmo antes da votação em primeiro turno, naquelas cinco sessões de discussão. Isso, para efeito de informação do Plenário a respeito da matéria. V. Exª poderia promover, seria de grande interesse para todos nós, um debate sobre esse assunto, especialmente sobre as questões que V. Exª comentou em relação ao tema da ciência e tecnologia, da cultura. Acho que seria algo muito útil inclusive para o esclarecimento do Plenário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Entendo, Senador Aloysio. Eu acho que nós vamos encaminhar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Embora eu saiba, evidentemente, que não passamos por lá para...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, proposta de emenda à Constituição não passa por lá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim; a Comissão não é ouvida necessariamente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu acho que a tendência é nós fazermos. Eu só não sei por que nós estamos votando aqui sem fazer, já que tem uma utilidade grande esse debate. Nós devíamos ter aproveitado para fazê-lo aqui, na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Moka, V. Exª vai votar?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Fora do microfone.) – Eu vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, aproveite o momento.

Depois do Senador Moka, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fora do microfone.) – Espere aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Senadora Fátima Bezerra também chegando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Anastasia, o Senador Aécio acaba de me informar que está chegando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, vamos aguardar mais uns minutos.

O Senador Moka já está registrado.

A Senadora Fátima Bezerra está votando.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Senadora Fátima, parece que também tem um problema na máquina. Ela pede suporte para ajudá-la.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Requião chegou.

A Senadora Fátima Bezerra votou.

A despeito da luta tecnológica, a máquina aceitou o voto de V. Exª.

O Senador Requião está votando.

Já votou. Foi rápido.

Falta mais alguém? (Pausa.)

O derradeiro será o Senador Aécio, que está adentrando a sala.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem. Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Treze votos "NÃO"; oito, "SIM".

Presidente, na Presidência.

Então, está rejeitado o requerimento da Senadora.

Damos continuidade, agora, à discussão.

Está com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu achava muito importante a gente ter aprovado esse requerimento, mas quero trazer as minhas preocupações aqui do porquê. Nós já conhecemos a DRU há muito tempo. A Senadora Gleisi historiou que, na verdade, começou com o Fundo de Estabilização Fiscal no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso; depois, Fundo Social de Emergência; e, depois, virou DRU.

A DRE e a Desvinculação de Receitas dos Municípios são algo novo. E aqui está uma preocupação. Na DRE e na Desvinculação de Receitas dos Municípios, tem-se a preocupação de se tirarem educação e saúde, mas todos os outros fundos – Fundo de Assistência, Fundo de Cultura... E eu falava aqui das universidades públicas, as universidades estaduais...

Está muito barulho, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu solicito a todos os nossos convidados, por gentileza, que permaneçam em silêncio porque os Senadores não estão conseguindo se fazer ouvir. Peço, portanto, silêncio.

Com a palavra, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acho, sinceramente, que a gente tem de entender o que vai ser o impacto dessa desvinculação de receitas nos Estados e Municípios. Eu já vi, por exemplo, um movimento grande das universidades públicas estaduais, porque elas não estão vinculadas à receita da educação. Algumas são vinculadas a ciência e tecnologia ou a fundos próprios ou vinculadas a receitas do ICMS. Então, aqui há uma preocupação grande dessas universidades públicas estaduais perderem recursos. O Governador fica autorizado, sim, a fazer uma desvinculação de até 30%.

Está muito difícil, Sr. Presidente. Continuo dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Na realidade, são os nossos Pares mesmos que estão conversando.

Então, mais uma vez, por respeito ao orador, o Senador Lindbergh, eu faço um apelo para que houvesse silêncio de todos nós para que pudéssemos ouvir o orador que está na tribuna, o Senador Lindbergh.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, a desvinculação dos Estados acaba sendo superior à da União. A da União, aqui, você veja, tem uma desvinculação de 15,5% em relação ao total de receitas. Nos Estados, seria 22,3% e 26,9%. Há itens aqui que devem ser explorados, como transferências correntes. O que significa isso?

Para os senhores terem uma ideia, uma assessora nossa fez um estudo sobre o caso do Rio de Janeiro. Manutenção e desenvolvimento do ensino, não impactaria. Sobre o Fundeb, há dúvidas se impacta o Fundeb ou não, porque o Fundeb não está no art. 212 da Constituição. Está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, sim, estaria desvinculado. Ações em serviço público de saúde, não, estaria fora. Fundo de Combate à Pobreza, sim. Fundo Estadual de Conservação Ambiental, sim.

Então, o primeiro ponto que eu queria trazer aqui para o debate – mesmo com toda a dificuldade que estou aqui para falar – é sobre a sugestão do Senador Aloysio Nunes. Assim, Senadora Gleisi, já que o requerimento de V. Exª não foi aprovado, seria importante V. Exª chamar para a CAE, em acordo com o Governo, antes da votação em plenário, essa discussão para nos atermos aos impactos a Estados e Municípios.

Quanto à DRU, eu sei que existe desde o governo Fernando Henrique Cardoso, passou pelos nossos governos. Eu quero reservar aqui a minha opinião histórica, que sempre foi contra, porque eu vejo, na verdade, como instrumento para nós desvincularmos recursos que estão diretamente vinculados a investimentos sociais, no caso da Previdência social, para constituirmos esse grande superávit primário para pagarmos juros da dívida. Eu sempre fui um crítico dessa desvinculação.

Mas eu quero ressaltar o momento em que nós estamos ampliando. Porque hoje a Desvinculação de Receitas da União é de 20%. Nós estamos ampliando para 30% num momento em que esse Governo interino de Michel Temer apresenta duas propostas ao País e ao Congresso Nacional.

A primeira é de reforma da Previdência. Na verdade, nós estamos desvinculando para 2016 algo em torno de 95 bilhões das receitas da seguridade social. No debate sobre reforma da Previdência aqui sempre se foge de um debate que está estabelecido na Constituição.

O constituinte criou, em 1988, o nosso sistema de seguridade social: saúde, previdência social, seguro desemprego e assistência social. E não são só os recolhimentos dos benefícios previdenciários, ele fez uma vinculação de receitas. Está lá PIS/Pasep, está lá Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, está a Cofins.

O que acontece com isso aqui? Essa DRU de 30% significa nós tirarmos 95 bilhões da seguridade social. Aí vem o discurso: a Previdência é deficitária, nós temos que aumentar a idade mínima para 65 anos, nós temos que acabar com a vinculação do salário mínimo com o benefício previdenciário.

Então, eu quero chamar a atenção que nós estamos votando essa DRU no meio de uma discussão também sobre uma proposta de reforma previdenciária. E também uma PEC que limita os gastos primários à inflação.

Aqui é onde entra outra preocupação, Senador Aloysio. Está expresso aqui nessa PEC que as vinculações constitucionais estão fora, tanto em saúde quanto em educação, o art. 212 da educação e os incisos II e III, §2º, do art. 198 da saúde. Só que isso aqui vai cair. Pela proposta do Governo de Michel Temer isso aqui cai. As desvinculações acabam, tanto em educação quanto em saúde. A vinculação passa a ser a inflação.

Então, eu quero saber o impacto na DRU, porque isso aqui que está garantido no relatório do Senador Maranhão, pela proposta do Presidente interino Michel Temer, ainda esse ano vai ser derrubado. A gente está abrindo espaço aqui também para desvincular recursos da saúde e da educação.

Eu quero analisar esse projeto em cima dessa lógica. O que está aqui por trás é o discurso que o Senador Roberto Requião gosta de fazer aqui no Senado Federal. É que nós estamos, na verdade – vamos resumir isso aqui tudo –, tirando receitas de educação, de saúde, da Previdência social, para o Deus do superávit primário, para continuarmos pagando 500 bilhões de juros por ano.

Acho que esse é um grave problema. E a crítica que nós fazemos à proposta do Presidente interino Michel Temer é que ele quer limitar os gastos primários com a inflação, mas ninguém fala em limitar juros. Sobre isso aí eu não vi uma palavra.

Então, na verdade, o que está por trás desse debate aqui é um ajuste fiscal violentíssimo, em cima dos mais pobres, que vai impactar principalmente a saúde pública, a educação pública, no caso dos Estados, as universidades estaduais e a Previdência para fazer o velho discurso que coloca o sistema de Previdência social como o grande vilão das contas públicas do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto é contra. E esperamos fazer, na Comissão de Assuntos Econômicos, esse debate específico sobre desvinculação de receitas de Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço o Senador Lindbergh.

Não havendo mais quem queira discutir, não havendo inscrições, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Em votação o relatório favorável à proposta apresentada pelo Senador José Maranhão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos do Senador Pimentel, da Senadora Gleisi, do Senador Requião, do Senador Lindbergh e do Senador Randolfe.

Está aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador José Maranhão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Apenas para uma informação.

Eu quero consultá-lo sobre se a PEC nº 96, de 2015, permanece como o **ITEM**4 para deliberação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – **ITEM**2...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem...

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues.

ITEM 2
TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Antonio Anastasia.
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012, e rejeição do PLS nº 401, de 2012.
Observações:
- As matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

Coloco em discussão a matéria... Aliás, precisamos, primeiro, é claro, ouvir o Senador Antonio Anastasia proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, em face do adiantado da hora e da singeleza do tema, eu me permito não ler o relatório, que está distribuído, para fazer um breve resumo para nossos Pares, dizendo que se trata, na verdade, de dois projetos apensados com o mesmo objeto. Em ambos, há a fixação de valores novos menores, permitindo que Estados, Municípios e a própria União realizem programas de Parceria Público-Privada.

No relatório que aduzi, concluí que o Projeto de Lei de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares nº 472 é aquele que melhor atende ao interesse público. Ambos não têm nenhuma mácula relativa à sua forma. E, na proposta do Senador Valadares, temos os valores estabelecidos por esferas, colocando que o contrato de PPP não poderá ter valor inferior a R$20 milhões na União, a R$10 milhões nos Estados e a R$5 milhões nos Municípios. A proposta é boa na medida em que desburocratiza e, inclusive, fortalece a Federação, colocando valores distintos. Aqui, hoje, temos uma equiparação entre União, Estados e Municípios. Portanto, é uma proposta singela, que atende a todos os requisitos formais para a sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A minha conclusão, Sr. Presidente, é a de que, de fato, deve ser rejeitado o PLS 401 e aprovado o PLS 472, de 2012, do Senador Valadares, que estabelece esses novos valores.

É o nosso voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, solicito vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está solicitada vista da matéria pelo Senador Rodrigues.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu o estou chamando pelo nome de família, que, talvez, seja até mais importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Como V. Exª me chama, eu me sinto atendido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado.

Foi solicitada vista da matéria.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedida a vista coletiva, a pedido da Senadora Simone Tebet.

ITEM 4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2015
- Não terminativo -

Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros.
Relatoria: Senador Roberto Rocha.
Relatório: favorável à proposta com duas emendas que apresenta.
Observações: - em 06/07/2016, foi recebido o voto em separado do Senador Ronaldo Caiado contrário à proposta por inconstitucionalidade material;
- em 06/07/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria falar sobre a proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Roberto Rocha, para fazer suas considerações finais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E, depois, peço que a conceda ao Senador Lindbergh.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o relatório sobre esse projeto já foi lido na reunião anterior. O projeto tem o parecer favorável deste Relator, que apresentou duas emendas, buscando aperfeiçoá-lo, embora, repito, não nos agrade de maneira alguma a ideia de criar mais um tributo.

Contudo, essa proposta do Senador Fernando Bezerra se restringe exclusivamente às heranças e às doações. Já há, como todos sabemos, o imposto ITCMD, que é cobrado dos Estados. E a proposta é fazer um adicional, mas exclusivamente em relação às heranças e às doações. Ela estabelece a sua alíquota máxima de 27,5%, ou seja, a alíquota máxima do Imposto de Renda pessoa física.

Na reunião anterior, houve uma discussão, que perdura em razão desse percentual.

De tal modo, quero só fazer essa memória do nosso parecer favorável com a apresentação dessas duas emendas e ouvir a discussão e a opinião dos colegas Senadores para melhorar o projeto, melhorar a proposta naquilo que for possível.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu estava dizendo que, na condição de Relator, estou aguardando para poder ouvir as sugestões dos colegas Senadores para, se for o caso, fazer algum adendo, alguma alteração no sentido de melhorar a proposta.

Lembro, como disse o autor na sua proposta inicial, na justificativa, que as alíquotas desse imposto no Reino Unido vão de zero a 40%; nos Estados Unidos, de zero a 60%; na França, de 5% a 60%; na Itália, de 3% a 27%; e, na Alemanha, de zero a 70%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está inscrito, em primeiro lugar – aliás, único inscrito –, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro, eu queria argumentar que o Senador Fernando Bezerra já discutiu com o Presidente Renan que, passando aqui na CCJ esse projeto, ele vai levá-lo para a Comissão de Desenvolvimento Nacional, onde quer, inclusive, aprimorar o projeto, discuti-lo com todos.

Agora, eu queria começar, Sr. Presidente, falando da regressividade do nosso sistema tributário. Aqui, no nosso País, quem paga muito imposto são os trabalhadores e a classe média. Os muito ricos pagam muito pouco. Por quê? Na nossa composição tributária, 51% são de impostos indiretos. É quando você compra uma mercadoria. Então, na verdade, o pobre e o rico pagam a mesma coisa em cima daquele imposto. O nosso imposto sobre renda e patrimônio é de apenas 22%. Nos países da OCDE, 2/3 dos impostos são sobre renda e patrimônio. Aqui, não.

Piketty escreveu este livro, badalado, O CAPITAL: no século XXI, que fala sobre o sistema tributário no mundo inteiro. Ele veio ao Brasil há um ano e meio. Quando veio ao Brasil, ele fez uma reclamação da Receita Federal, porque a Receita Federal do Brasil não divulgava os dados do Imposto de Renda. Depois da reclamação do Piketty, a Receita Federal, pela primeira vez, divulgou os dados, e já surgiram vários estudos sobre isso.

Sabe quanto pagam de imposto de renda os 71 mil mais ricos do País, que correspondem a 0,15% da população? Apenas 6% dos seus rendimentos. Por quê, Sr. Presidente? Porque aqui nós temos, por exemplo, isenção de tributos sobre distribuição de lucros e dividendos. Só dois países do mundo têm isso: Brasil e Estônia. Nenhum país do mundo mais tem isso. Um grande empresário, que recebe R$200 mil por mês a título de distribuição de lucros e dividendos, paga zero de imposto de renda. Um funcionário público que recebe R$5 mil pagar 27,5%.

Quando entramos na discussão de heranças, não existe paralelo com o Brasil. Não existe! A taxação máxima aqui é de 8%. Sabe qual é a média internacional, Sr. Presidente? Grã-Bretanha, 40%; Japão, 55%; França, 60%; nosso vizinho Chile, 35%; Estados Unidos – não estou falando de países socialistas –, 50%! Nós só temos 8%, Sr. Presidente!

O projeto do Senador Fernando Bezerra é extremamente meritório. Aqui não está definido na PEC, porque a PEC vai necessitar de uma regulamentação. O Senador Fernando Bezerra, inclusive, escreveu um artigo, que não está escrito na PEC, mas numa proposta de regulamentação, tranquilizando que não estamos falando para o caso da pessoa que vende um apartamento; não estamos falando em pequenas heranças. Começa a haver uma taxação pequena de 5% a partir de R$3,5 milhões. E a taxação alta que ele faz na proposta é acima de R$50 milhões.

Estamos numa discussão sobre ajuste fiscal no País, sobre quem paga a conta da crise e estamos vendo a discussão apenas recair sobre os mais pobres, com retirada de direitos. Acho que seria fundamental, num momento como este que vivemos, que uma proposta como esta tramitasse. Isso faz justiça ao nosso sistema tributário, deixando-o um pouco mais progressivo.

Por mais que alguns Senadores aqui tenham dúvidas, eu queria pedir a aprovação deste projeto, porque, como falei de início, depois, ele irá à Comissão do Pacto Federativo. Acho que este projeto traz justiça para os dois lados, Senador Aloysio, porque o combate à desigualdade se faz de duas formas: nos gastos com políticas públicas e na hora em que se arrecada. Esse é um projeto que faz justiça na hora em que se arrecada, porque se arrecada dos que tem mais, e também faz justiça na hora dos gastos, porque estamos vinculando a políticas de desenvolvimento regional.

Faço a defesa com muita veemência, porque considero um dos mais importantes projetos que estão tramitando no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não é discussão, mas um voto em separado.

Solicito a V. Exª, Sr. Presidente, que eu possa fazer a leitura do voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra para se pronunciar sobre o voto em separado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 96, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho e de outros Senadores, que outorga competência à União para instituir adicional ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), previsto no art. 155, inciso I, da Constituição Federal.

A proposição é composta de três artigos. Por meio do primeiro dispositivo, inclui-se o art. 153-A na Constituição Federal, de modo a outorgar competência à União para instituir o referido adicional, nominado de Imposto sobre Grandes Heranças e Doações. O art. 1º da proposta ainda estabelece, entre outras normas, a destinação do produto da arrecadação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), a progressividade de alíquotas em função da base de cálculo e a alíquota máxima, que não poderá ser superior à mais elevada do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF).

O segundo dispositivo cuida de excepcionar os recursos a serem arrecadados com o novo imposto da Desvinculação de Receitas da União (DRU), cuja previsão está expressa, ainda que sem produção de efeitos, no art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Por fim, o último dispositivo cuida apenas da cláusula de vigência e do momento a partir do qual a nova exação poderá ser cobrada.

Na justificação, os autores sustentam que a finalidade da PEC é criar fonte de recursos que possa viabilizar a operacionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que subsidiará a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Para demonstrar viabilidade, afirmam os autores que somente quatro estados cobram o ITCMD pela alíquota máxima de 8% fixada pela Resolução nº 9, de 1992, editada por esta Casa Legislativa, o que evidencia, na visão dos proponentes, a não utilização adequada do potencial arrecadatório desse imposto.

No dia 31 de março deste ano, o Senador Roberto Rocha, Relator da matéria, apresentou relatório com voto favorável à proposta, com duas emendas. Na visão do nobre Senador, a PEC merece reparos, de sorte a afastar vício de iniciativa, consistente na criação de fundo cuja competência para apresentação é do Presidente da República, e não dos Parlamentares. Além disso, o Relator sustenta a necessidade de exclusão do dispositivo que excepciona da DRU os recursos arrecadados com a nova exação, pois a regra do ADCT que cuida da desvinculação exauriu efeitos no final de 2015.

Saudamos o nobre Relator, Senador Roberto Rocha, pela tentativa de sanear a proposição, dada a relevância do tema, porém entendemos que a matéria apresenta grave e inarredável vício de inconstitucionalidade. S. Exª questionou a iniciativa da proposição, mas sustentamos que o mérito é também totalmente comprometido.

A PEC nº 96, de 2015, pretende expurgar dos Estados... Repito: a PEC nº 96, de 2015, pretende expurgar dos Estados uma fatia da manifestação de riqueza que é de sua competência tributar, que é a transmissão de bens em razão de herança ou de doação. Não podemos concordar com isso, não só pelo despropósito como também pela inconstitucionalidade.

O vício que sustentamos se refere à vulneração do Pacto Federativo, cláusula pétrea prevista no inciso I do § 4º do art. 60 da Constituição de 1988. Ao concordarmos com a possibilidade de instituição de um adicional – veja bem a inovação do Governo Federal – sobre o ITCMD, estaremos impossibilitando os estados de elevarem suas alíquotas, especialmente no caso de alterarmos a alíquota máxima do referido imposto, atualmente fixada em 8% pela Resolução do Senado Federal nº 9, de 1992.

Notem que a elevação da alíquota máxima é um pleito dos Estados, como revelam as notícias, no final do último ano, de que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão composto pelos Secretários de Fazenda dos Estados, proporia ao Senado a majoração do limite para até 20%.

A carga tributária efetiva, considerando a elevação para até 20% da alíquota máxima e o teto que poderia ser cobrado pela União, no percentual de até 27,5%, segundo prevê a PEC, tornaria confiscatória, ao menos no modelo brasileiro, a tributação sobre heranças e doações.

Ainda que se sustente que a criação do adicional não inviabilizaria esse aumento, estamos convictos de que a proposta é inconstitucional e, no mérito, inadequada. Se há algum aumento da carga tributária sobre heranças e doações, deve este ser aproveitado pelos Estados, e não pela União, que quer se arvorar neste momento, Sr. Presidente.

Estamos enfrentando, nos últimos tempos, um avanço arrecadatório inimaginável dos cofres federais sobre a riqueza dos cidadãos e das empresas, sem que o produto gerado tenha sido repartido com Estados e Municípios. Para completar o despropósito, a União concedeu diversas desonerações relativas a impostos que têm arrecadação compartilhada, o que contribuiu indiscutivelmente para a quebra de autonomia financeira dos entes subnacionais, em quadro de verdadeiro desastre nas contas públicas.

A preservação das riquezas que cabe a cada ente tributar é tão cara ao federalismo brasileiro que a autorização conferida à União pelo inciso I, do art. 154, da Constituição Federal, para instituir novos impostos afasta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

a possibilidade de que recaiam sobre os fatos econômicos já tributados por meio dos impostos previstos no Texto Constitucional.

É evidente que o adicional é um imposto novo, devendo, portanto, sujeitar-se à vedação constitucional que obsta a criação de novos impostos que tenham fato gerador e base de cálculo idênticos aos de outro imposto já previsto na Constituição Federal. Não há, no ordenamento jurídico, um adicional cuja competência para a instituição não seja do mesmo ente competente para instituir a obrigação principal. O que se tem é uma subversão do sistema de federalismo fiscal, que outorgou a riqueza proveniente de heranças e doações aos Estados e não à União.

É absolutamente injusto que o financiamento da solução para as enormes desigualdades regionais que a União não consegue resolver seja patrocinado pela tomada de parcela da base tributável que cabe aos Estados. A União deve buscar equacionar esse problema que atrapalha o crescimento brasileiro, por meio de outros caminhos, como sinalizou, ainda que de forma atabalhoada, por meio da Medida Provisória nº 683, de 13 de julho de 2015, que instituiu o denominado Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura. Por ser mal construída, a medida provisória acabou tendo seu prazo de vigência encerrado sem conversão em lei.

Mesmo que superada a questão constitucional que levantamos, o que admitimos apenas pelo amor ao debate, devemos repelir a proposta em razão da negatividade que esse fenômeno de bitributação de heranças e doações provocaria. A PEC não está adequadamente estruturada de maneira a identificarmos a alíquota efetiva, ante a exótica incidência de duas exações diferentes, provenientes de dois entes distintos, sobre o mesmo fato gerador, sem que uma carga tributária possa ao menos ser deduzida da outra.

A PEC também não apresenta balizas para que o legislador possa definir o que vem a ser "grandes heranças e doações". Será que "bens e direitos de valor elevado" podem ser definidos com critério único, consideradas as diferentes regiões do País? E que parâmetros poderia o legislador adotar para preencher esses conceitos indeterminados? Quantas discussões judiciais nortearão esse assunto? Sem dúvida, contribuiremos para o aumento da litigiosidade no campo tributário. Parece-nos que a pretensão da Proposição é instituir um tributo incidente sobre grandes fortunas "transmissíveis".

Além disso, a progressividade que a PEC prevê pode ficar comprometida. Como fazer a graduação de alíquotas, em razão da base de cálculo, se os entes competentes são distintos?

Temos a obrigação, ainda, de ressaltar que o aumento da tributação sobre o patrimônio, nos termos previstos na PEC, é aviltante em um País sem serviços públicos adequados. É desprovido de lógica comparar a tributação de países desenvolvidos com a brasileira, pois naqueles há benefícios concedidos aos cidadãos que eventualmente podem justificar a carga tributária, o que, definitivamente, não acontece no Brasil.

Estamos convictos de que é chegada a hora de o Senado assumir seu papel de defender os Estados e impedir a União de avançar sobre receitas potenciais que não são de sua alçada. A tributação incidente sobre heranças e doações pode ser utilizada pelos Estados para recompor suas contas públicas. Por isso, ao invés de ficarem dependendo da aplicação de recursos da União, devem os Estados decidir o quanto querem tributar essas riquezas, conforme seja a vontade política que impere em cada esfera federativa. Preservaremos, assim, o que ainda resta de autonomia financeira dos Estados, valor que confere algum sentido à ideia real de federalismo.

A majoração do imposto sobre herança vai além de prejudicar o já frágil equilíbrio federativo no País. Impostos sobre herança são impostos ruins do ponto de vista econômico, tanto é assim que uma eventual majoração das alíquotas iria na contramão do que se observa atualmente.

Nada menos que treze países ou jurisdições eliminaram o imposto sobre herança desde o ano 2000, grupo que inclui países emergentes como Macau, Rússia, República Tcheca, Eslováquia; países ricos como a Áustria, Hong Kong, Cingapura, chegando a países ricos com um estado de bem-estar social extremamente avançados como Suécia, Noruega, que aboliram o imposto em 2005 e 2014, respectivamente. Mesmo os Estados Unidos, país que apresenta uma das maiores alíquotas de até 40%, vêm gradualmente aumentando a faixa de isenção, passando de cerca de meio milhão de dólares, em 2000, para US$5,5 milhões em 2015.

Há várias justificativas para reduzir ou mesmo eliminar o imposto sobre herança, e algumas são de ordem prática. As pessoas se movem, e, quanto mais ricas forem, maior a possibilidade de se mudarem de país em função de benefícios tributários. O caso do ator francês Gérard Depardieu ganhou notoriedade quando ele adquiriu nacionalidade russa para se livrar dos impostos de seu país natal.

Eu passo agora, Sr. Presidente, a uma posição clara, que são exatamente as conclusões para que venha o voto. O Brasil encontra-se em uma situação que requer urgentemente medidas que aumentem a poupança nacional, e não que a reduzam. Por isso, a despeito das nobres intenções da PEC sob análise, não acreditamos que ela será eficaz na redução das disparidades regionais da renda.

O problema do Brasil não é a falta de receitas governamentais, pois, como dissemos, o Governo já arrecada mais de 35% do PIB. Os problemas são políticas mal desenhadas, ineficazes, e a corrupção que tomou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

conta das últimas gestões de governo. O resultado será o Governo retirar os recursos que atualmente destina para o desenvolvimento regional e transferi-los para outros usos, mantendo a questão regional sem solução.

Ante o exposto, em razão de inconstitucionalidade material, e, pelo mérito, votamos pela rejeição da PEC nº 96/2015.

E, para finalizar, Presidente, é importante que possamos combater essa demagogia que vem sendo praticada quando o Governo Federal se propõe a anistiar os maus governantes, repassando e anistiando em R$50 bilhões, e esta Casa aqui, no mesmo momento, querendo se arvorar e querendo lançar tentáculos sobre aquilo que é alçada dos entes federados, ou seja, a tributação de heranças e doações. É a União, cada vez mais, querendo se apoderar de prerrogativas dos Estados e dos governadores. Este é o momento em que o Governo concede aumento aos poderes constituídos, anistia os governadores com R$50 bilhões, leva o déficit a R$170 bilhões e quer invadir a alçada dos entes federados para poder agora usurpar de uma prerrogativa que não é dele, maquiada como uma PEC que, sem dúvida alguma, cria uma adicional sobre a mesma fonte que já é tributada.

Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Aqui, Senador Aloysio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para discutir, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Aloysio, aqui! Aloysio Nunes Ferreira, seu admirador e amigo. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ah, é verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Assino embaixo.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, essa é uma proposta de emenda à Constituição que, esclareço, não é e não foi encaminhada pelo Governo. O primeiro signatário é um ilustre membro da Base do Governo e é contestada no seu mérito e na sua constitucionalidade por outro ilustríssimo membro da Base do Governo.

Está visto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E tem o apoio da oposição, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E tem apoio da oposição.

Está visto que há uma polêmica em torno desse assunto, de natureza constitucional, federativa, e que não temos hoje condições de deliberar sobre ela em função da escassez do quórum. E mesmo porque, de qualquer maneira, se for aprovada essa proposta, só poderá iniciar sua tramitação no Plenário no mês de agosto.

Então, tudo indica que é melhor que possamos adiar a discussão para examinarmos melhor os argumentos que foram aqui levantados tanto pelo Senador Caiado, quanto pelo ilustre Líder da Minoria.

Eu aproveitaria também, Sr. Presidente, para sugerir a V. Exª, e se o Plenário concordar, a retirada de pauta de duas proposições que tratam do aumento de teto de subsídios do Supremo e também do Ministério Público. É uma matéria que precisa ser melhor amadurecida, especialmente – especialmente – em relação aos seus impactos sobre as finanças estaduais.

Por isso, nós teremos um tempo durante o mês de agosto para cada um de nós verificarmos se os seus respectivos Estados já têm a previsão para fazer face a esse impacto nos seus orçamentos, de maneira que possamos votar e discutir essa matéria na retomada dos nossos trabalhos.

Eu tenho até requerimento nesse sentido e penso que há um acordo, inclusive, com a oposição, para que possamos adiar a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em síntese, V. Exª está solicitando o adiamento da discussão do projeto de taxação das grandes fortunas e doações, assim como o adiamento da discussão de mais dois itens – os Itens 8 e 9.

Essa Presidência, não havendo objeção do Plenário, defere o pedido de V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Raupp.

V. Exª pediu a palavra?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, veja bem, os Itens 8 e 9, mesmo se os votarmos hoje, aqui, não dá mais tempo de votar na CAE e no Plenário antes de agosto.

Então, já que tinha acordo para votar isso...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu informo a V. Exª que esses dois itens já foram adiados.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Já foram adiados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim; para agosto. Evidentemente, para agosto, que é quando nós vamos retomar os trabalhos, depois do recesso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu não estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu consulto o Senador Anastasia sobre o próximo projeto, de que V. Exª é o Relator – o **ITEM** nº 27.

A autora é a Senadora Ana Amélia e V. Exª é o Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estou pronto para fazer o relatório, Sr. Presidente, atendendo ao seu comando.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, vamos a ele.

ITEM 27
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia.
Relatoria: Senador Antonio Anastasia.
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDR-CE.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Também sendo bastante objetivo, primeiramente cumprimento a Senadora Ana Amélia pela propositura.

Como V. Exª disse a matéria já foi acolhida por duas comissões, onde foram aprovadas.

Assim, eu me permito passar direto à análise, na medida em que o projeto tem somente dois artigos, um da vigência, e o outro, que é o conteúdo do projeto, excetua da cobrança de direitos autorais para execução pública fonogramas efetuados em quartos de hotel, motéis ou em estabelecimentos destinados à prestação de serviço de hospedagem.

Então, nós temos a seguinte análise:

Abraçamos os argumentos dos relatores que nos precederam nas referidas comissões permanentes desta Casa. Com efeito, as unidades de frequência individual dos hotéis e motéis – isto é, os cômodos destinados ao alojamento de seus clientes – apresentam peculiaridades que as distinguem dos locais de frequência coletiva arrolados no §3º do art. 68 da LDA, porquanto o acionamento, nesses ambientes, dos aparelhos eletroeletrônicos que servem de suporte à execução de composições musicais ou literomusicais, fonogramas e obras audiovisuais é, em regra, um ato de disposição da vontade do hóspede, e não dos administradores desses estabelecimentos.

Ademais, a natureza desses cômodos opõe-se de modo flagrante ao conceito de unidade de frequência coletiva, constante do vigente §3º do art. 68 da LDA. Não à toa, eles são designados expressamente como sendo "unidades de frequência individual" pelo art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, lei especial que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, conforme bem observou o relator da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

As emendas apresentadas naquela Comissão, a propósito, são assaz pertinentes, podendo ser ambas classificadas como de natureza redacional, pois, ao cabo de contas, se prestam a adequar a redação do projeto às próprias finalidades originais da proponente, consoante esposadas em sua justificação.

Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012, com as emendas aprovadas no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Pela ordem o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, esse projeto veio para a nossa Comissão, creio eu, a requerimento meu, pois que fui relator da atual Lei de Direitos Autorais. E eu queria um tempo para refletir melhor sobre o projeto.

Eu peço, então, vista, embora, claro, o próprio parecer do Relator Anastasia já seja uma garantia de constitucionalidade e mérito. A Senadora Ana Amélia também patrocina esse projeto, mas eu pediria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria comentar, Senador Aloysio, que não é terminativo na CCJ; ele será terminativo em outra comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois é, mas eu tenho uma questão jurídica a esse respeito, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Na verdade, eu penso que, se V. Exª imagina que haverá uma lesão ao direito autoral, ao compositor, não se trata disso. Até porque, como vai se identificar o compositor em uma emissora de rádio que o cara, dentro do seu quarto, está ouvindo? O dispositivo se trata exclusivamente disso; não de um concerto ou um show que, dentro de um hotel, seja realizado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse terá que pagar Ecad e, digamos, a contribuição ao direito autoral ao autor ou ao artista que ali estiver se apresentando; mas é exatamente porque há uma sutileza.

E, quando o STJ autorizou a cobrança, ele entendeu hotel... Claro, hotel é um ambiente coletivo de muitos hóspedes, mas é uma compreensão que me pareceu não adequada ao que nós hoje estamos fazendo, que é corrigir uma injustiça aos estabelecimentos. Porque, dentro do quarto, como você vai aferir de quem é a música que a pessoa está ouvindo.

E, hoje, com iPad, com isto aqui, nem haveria, digamos... A tecnologia mudou tanto depois da decisão do STJ que, dentro do hotel, vai continuar cobrando, e a pessoa não está usando, não está ligando o telefone ou sequer a televisão; está se valendo de um iPad para ouvir música. Então eu penso que aí também carece um pouco de uma mudança que houve no comportamento brasileiro com a disponibilização das tecnologias modernas, que estão à mão dos usuários.

Mas respeito a posição do Senador Aloysio Nunes Ferreira para examinar o projeto – ele que foi autor da matéria de direito autoral. Mas ela não fere o direito autoral de maneira alguma, e, sim, tem o objetivo de evitar um ônus adicional a este País, que é tão caro para quem é empreendedor, no caso a hotelaria.

Muito obrigada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não há dúvida, Senadora. Eu quero analisar o projeto com um pouco mais de cuidado, porque eu queria ver exatamente essa disposição no contexto geral da lei de direitos autorais.

Prometo à senhora que, no começo de agosto, devolvo o projeto com uma manifestação.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Consulto V. Exª – e naturalmente os demais pares nesta Comissão – sobre a possibilidade de nós darmos como lido o nosso relatório relacionado ao Projeto de Lei do Senado nº 479, que dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas e proteção e assistência às vítimas.

Por se tratar de um projeto e um relatório longo, nós gostaríamos de dar como lido, fazer a publicação, dar fé pública, para que, em agosto, nós pudéssemos, retomando os nossos trabalhos, pautar esse projeto para deliberação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo objeção, defiro o pedido do Senador Ferraço, já que a matéria foi publicada em avulso e é do amplo conhecimento de todo Plenário da Comissão.

Só falta V. Exª mencionar o número do projeto ou do **ITEM**pelo menos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não; é **EXTRAPAUTA**. Se é **EXTRAPAUTA**, não tem número. Mas é o Projeto de Lei do Senado nº...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aí V. Exª está atirando sem fazer pontaria. (Risos.)

Não dá!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sim, mas é o Projeto de Lei do Senado nº 479.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, V. Exª tem a prerrogativa de pedir pauta para agosto, e nós vamos atender V. Exª, porque é justo e regimental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É exatamente isso. Eu gostaria de ler o relatório ou de dá-lo como lido, uma vez que ele está publicado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aí já é outro pedido: inclusão **EXTRAPAUTA**.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente isto que pedi a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acho que, com o baixo quórum que nós temos aqui neste final de reunião, é impossível fazer isto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acato a decisão de V. Exª, que me parece carregada de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

ITEM 28
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe.
Relatoria: Senadora Simone Tebet.
Relatório: Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O relatório é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto com cinco emendas que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, para proferir seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E eu fui informado de que V. Exª, dados os muitos afazeres, iria fazê-lo resumidamente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Serei breve. Farei o resumo do resumo do resumo, se me permitir. Até porque, embora seja de alta relevância social, o projeto é muito singelo e de brilhante ideia extraída, não tenho dúvida, da capacidade, competência e espírito público do Senador Reguffe.

Como V. Exª mesmo mencionou, ele dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet da lista de espera dos pacientes que estão aguardando para fazer cirurgias médicas eletivas realizadas no Sistema SUS.

É um projeto, como disse, singelo, que tem apenas seis artigos.

O primeiro exige que os entes federados e também as entidades privadas de saúde conveniadas pelo Sistema SUS publiquem, em seus sites na internet, as listas de pacientes que estão aguardando cirurgias eletivas no seu âmbito de atuação.

O art. 2º trata das informações que devem ser publicadas.

O art. 3º prevê que a lista de espera deverá ser atualizada semanalmente.

O art. 4º altera a Lei de Improbidade Administrativa apenas para considerar crime fraudar ou deixar de elaborar a lista de espera.

O art. 5º fala da cláusula de vigência.

E o art. 6º fala que as disposições legais em contrário serão revogadas.

Na justificação, o autor argumenta que garantir o acesso a informações confiáveis e periodicamente atualizadas, mantidas em registro público, representará um mecanismo efetivo de combate a adulterações e fraudes que possam ser cometidas no Sistema SUS, permitindo um controle mais eficiente por parte do próprio Sistema e dos demais órgãos responsáveis, tanto da Administração Pública como da sociedade.

Ele é terminativo na CAS.

Não foram apresentadas emendas.

Não vejo nenhuma inconstitucionalidade, e, portanto, o projeto está apto a ser avaliado no aspecto de regimentalidade e juridicidade.

Cumprem apenas algumas questões de mérito a serem colocadas aqui. Nós apresentamos três emendas aqui, apenas de redação, e duas de mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, indo direto às emendas de mérito, portanto no final do nosso relatório, já na página 4, portanto, nós fazemos, no final dela, algumas alterações.

O art. 1º deixou de mencionar as instituições privadas contratadas que realizam procedimento cirúrgico com recursos do SUS. Portanto, estamos incluindo essas instituições privadas.

Além disso, ao invés de ser semanal essa divulgação pelo site próprio na internet, que ela seja feita quinzenalmente e não só no site próprio da internet, mas também no site de direção do SUS, porque algumas entidades privadas podem não ter site próprio.

Por fim alteramos o art. 2º, que prevê a identificação do paciente ou responsável legal por meio de número do registro geral, que é o RG. Entendemos que a publicação dessa informação pode gerar questionamentos quanto à violação da privacidade dos pacientes. Por isso, optamos por identificá-los exclusivamente pelo número do cartão nacional de saúde.

Portanto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa forma e boa técnica legislativa, com a apresentação de três emendas de redação e duas emendas de mérito.

É esse, portanto, o nosso relatório, parabenizando o Senador Reguffe pela brilhante iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer da Senadora Simone Tebet.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu tenho dúvida quanto à eficácia desse projeto se ele for transformado em lei; dúvida quanto à sua viabilidade, a viabilidade prática, o que poderia fazer com que ele incidisse em vício de injuridicidade.

Para poder examiná-lo melhor, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a vista solicitada pelo Senador Aloysio Nunes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 28 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia três de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores José Pimentel, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Paulo Paim, Ana Amélia, Marta Suplicy, Simone Tebet, Waldemir Moka, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. **ITEM** 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. As matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em 13/07/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Randolfe Rodrigues e à Senadora Simone Tebet nos termos regimentais. Resultado: Adiado. **ITEM** 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015- Não terminativo, que: "Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. **Observações:** Em 06/07/2016, foi recebido o voto em separado do Senador Ronaldo Caiado contrário à Proposta por inconstitucionalidade material. Em 06/07/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. Resultado: Adiado. **ITEM** 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatoria:** Sen. José Maranhão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." **Autoria:** Senador José Maranhão. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Sen. José Maranhão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. Em 07/07/2016, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço contrário ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM** 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República." **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. Em 07/07/2016, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dos Poderes da União e dá outras providências." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. - Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Em 27/10/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Antonio Anastasia. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 – Terminativo, que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." **Autoria:** Senador Raimundo Lira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. - Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Em 26/05/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 – Terminativo, que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." **Autoria:** Senador Paulo Davim. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Terminativo, que "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Votação nominal. Resultado: Adiado. **ITEM** 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 17 - OFICIO "S" Nº 50, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014. Resultado: Adiado. **ITEM** 18 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 – Não Terminativo, que: "Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." **Autoria:** Senador José Serra e outros. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 19 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira e outros. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 20 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. **ITEM** 21 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" **Autoria:** Senador Valdir Raupp e outros. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. A Comissão aprovou o RQJ nº 40, de 2016 que solicita Audiência Pública para instruir a matéria. Resultado: Retirado de Pauta em virtude da aprovação do RQJ nº 40, de 2016 que solicita a realização de Audiência Pública para instruir a matéria. **ITEM** 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. **ITEM** 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDR-CE. Resultado: Adiado. **ITEM** 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ a 5-CCJ. **ITEM** 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 – Não Terminativo, que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Ricardo Tripoli. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. **ITEM** 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. **ITEM** 29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. **ITEM** 30 - PROPOSTA DE EMENDA À

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2012 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153, de 2015 - Não Terminativo, que "Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho." **Autoria:** Senador Raimundo Lira e outros. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela inconstitucionalidade da PEC nº 65, de 2012 e da Emenda de Plenário nº 1, e, portanto, pela sua rejeição, e favorável à PEC nº 153, de 2015. A Comissão aprovou o RQJ nº 39, de 2016 que solicita Audiência Pública para instruir as matérias. Resultado: Retirado de Pauta em virtude da aprovação do RQJ nº 39, de 2016 que solicita a realização de Audiência Pública para instruir as matérias. **ITEM** 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014 – Não Terminativo, que: "Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Bruno Araújo. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A Comissão aprovou o RQJ nº 38, de 2016 de urgência para a matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM** 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE. Resultado: Adiado. **ITEM** 34 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012- Não Terminativo, que: "Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo, que: "Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal." **Autoria:** Senador Alvaro Dias e outros. Tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo, que: "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. **Autoria:** Benedito Domingos. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável à PEC n° 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs n°s 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015. Resultado: Adiado. **ITEM** 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga e outros. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM** 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 781, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), e a Lei nº. 9.029, de 13 de abril de 1995 ("Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências."), para vedar a prática de discriminação na contratação laboral ou na investidura em cargo público por razões de inadimplência financeira e penaliza a inserção indevida do nome de consumidor em cadastros de serviços de proteção ao crédito, nas hipóteses que especifica." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que presenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 37 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, de 2016 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o § 3º ao art. 61 da Constituição Federal para aplicar aos projetos de lei de iniciativa popular o célere rito de tramitação das Medidas Provisórias." **Autoria:** Senador Reguffe e outros. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM** EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 38 de 2016 **- Não terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2014." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM** EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39 de 2016 **- Não terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II da CF c/c art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal - CCJ, para debater sobre a PEC 65/2012 que "Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental" e tramita em conjunto com a PEC 153/2015 que "Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do poder público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho"." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM** EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40 de 2016 **- Não terminativo -** que: "Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2014, que "acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT"." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e catorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 27ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 37.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal permaneceu, neste primeiro semestre de 2016, em seu próprio caminho a analisar os mais diversos temas de interesse nacional, contribuindo de maneira decisiva, como é seu mister, para alta produtividade do Legislativo Federal ao longo deste ano.

Realizamos seis sabatinas, as quais aprovaram indicados para o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal Militar e a Defensoria Pública da União.

No que diz respeito à apreciação de proposições, destaco que esta Comissão debruçou-se sobre 238 matérias ao longo de suas 27 reuniões, merecendo destaque a sua manifestação sobre itens como a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2016, a qual permitirá ao Governo Federal ter liberdade para realocar 30% das receitas obtidas com taxas e contribuições que hoje têm aplicação específica definida em lei, a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Segundo relatório por mim apresentado, R$117,7 bilhões poderão ser usados em 2016 para o cumprimento da meta de resultado primário e para a redução de dívidas públicas, apenas no âmbito da União.

Outras matérias relevantes aqui tratadas foram, a título de exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2012, que permite aos Estados e ao Distrito Federal legislar de forma concorrente sobre temas como trânsito, transportes, licitação e contratação; o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2015, que torna obrigatório o uso do farol baixo durante o dia nas rodovias, sancionado pela Presidente da República, na forma da Lei nº 13.290, de 2016; o Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015, complementar, segundo o qual os integrantes de diretorias executivas de fundo de pensão poderão ser escolhidos em processo seletivo público conduzido por empresas especializadas e, com isso, eliminando a influência político-partidária na indicação de dirigentes desses fundos; a Proposta de Emenda à Constituição nº 152, de 2015, que cria novo regime especial de pagamento de precatórios e diversos projetos de reajuste salarial para várias carreiras de servidores efetivos da União, com destaque para os servidores do Judiciário, do Ministério Público da União, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e de diversas carreiras do Executivo como os militares, professores e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Quero agradecer a cooperação das Srªs e dos Srs. Senadores para a consecução dos resultados apresentados e aproveito o ensejo para conclamá-los a continuar em nosso esforço para atendermos às altas expectativas que sobre nós tem a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDR-CE.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.
- Em 13/07/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicitaria a V. Exª, se não houvesse objeção do douto Plenário e de V. Exª, retirar esse tema da pauta desta semana. Recebi um telefonema do Sr. Ministro de Estado da Cultura, solicitando uma avaliação.

Então, se V. Exª não levantar obstáculos, para a próxima semana, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Defiro o pedido.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Posso fazer um comentário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com certeza, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu aprecio esse adiamento, porque é uma questão sobre a qual nós deveríamos nos debruçar com muito cuidado, porque ela é bastante complexa, remete a toda a questão do Ecad e tudo que já foi bastante complicado.

Eu agradeço esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Deferida a solicitação de retirada de pauta do Senador Antonio Anastasia, autor do parecer.

ITEM 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável ao Projeto com cinco emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
- Em 13/07/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira nos termos regimentais.

Relatório pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto, com 5 emendas que apresenta.

Observação: em 13/07/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que até o momento não se manifestou.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu, como disciplinado membro dessa Comissão, devolvi o expediente que traz a proposta que estamos examinando sem manifestação.

Na reunião anterior, eu havia manifestado algum ceticismo quanto à eficácia, quanto à possibilidade de aplicação concreta das normas contidas no projeto.

Do ponto de vista da constitucionalidade, eu imaginava que pudesse haver em razão dessa dúvida alguma dúvida sobre a juridicidade, mas creio que não haja.

De modo que a matéria vai ser examinada quanto ao seu mérito na Comissão de Assuntos Sociais e, lá, se poderão examinar, exatamente, todas as implicações da disciplina que se pretende adotar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Era apenas para agradecer ao Senador Aloysio pela compreensão. Nós conversamos com a assessoria dele e particularmente com o Senador.

Lembrando que aqui não é terminativo esse projeto. Nós estamos analisando apenas o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, e a dúvida em relação ao mérito, em relação a um artigo, vai ser amplamente debatida na CAS, na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

Lembrar da importância desse projeto, que, num primeiro momento, realmente pode causar estranheza, mas vai ser de uma relevância fundamental, principalmente nos menores Municípios e mais distantes do Brasil.

Recentemente, na semana passada, no meu Estado, houve uma denúncia, que teve repercussão até nacional, de venda de vaga, de se "furar" a fila de cirurgia eletiva. Se não me engano, era uma cirurgia bariátrica, de redução do estômago, que nós sabemos que é uma cirurgia muito cara e que o SUS e as entidades privadas de saúde pública que têm convênio com o SUS já realizam, mas há uma fila de espera muito grande. Fala-se, às vezes, em até R$10 mil para se poder "furar" essa fila. É isso que, basicamente, o projeto visa coibir, prevendo que se publique na internet, sempre atualizando, sem se expor o nome do paciente, apenas um número, que é o número do Cartão SUS, sem RG nem nada, para que tenhamos ali, por especialidade, a ordem do paciente na fila de espera da cirurgia eletiva.

Os detalhes do projeto, no que se refere ao mérito, como foi colocado pelo Senador Aloysio, vão ser discutidos na Comissão, mas eu não tenho dúvida da sua constitucionalidade, porque sei que, ainda que precise de alteração, esse é um projeto meritório. Não tenho dúvida nenhuma de que o Senado dará a sua contribuição.

Com isso, finalizo parabenizando o Senador Reguffe pela sua sensibilidade, sempre preocupado com os menos favorecidos deste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência, entre parênteses, concorda inteiramente com a opinião de V. Exª, até porque lá no meu Estado também há notícias dessa atitude de pessoas e autoridades coniventes que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É a chamada carteirada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – As chamadas carteiradas. A Senadora Simone Tebet já fala de outra coisa. Só se for carteira de cédulas. Aí não é mais de identidade.

A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, bem rapidamente, quero dizer que são posições singelas como essa – eu já tive oportunidade de, em outros momentos, me referir a isso – que aproximam o Senado da República da sociedade brasileira e dos problemas reais dos brasileiros. Aqui, nós discutimos questões de macroeconomia, questões amplas do ponto de vista da Federação, entre tantas outras, mas questões objetivas, questões específicas como essa, que dizem respeito à defesa do direito do cidadão, é que fazem com que o Congresso Nacional – agora, em especial o Senado – possa se colocar próximo do drama ou dos dramas que vivem centenas de milhares ou mesmo milhões de brasileiros.

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Reguffe por trazer à nossa deliberação esse tema, e à Senadora Simone Tebet, sempre atenta, por sua extraordinária sensibilidade social a esse tipo de questão.

O que se busca fazer aqui, na verdade, é algo que já deveria ter sido feito há muito tempo: criar salvaguardas, criar transparência, condições de acompanhamento para que, em razão do prestígio político ou de uma possibilidade financeira maior, não haja o prejuízo daqueles cidadãos brasileiros que não têm outra alternativa senão recorrer à rede pública para conseguir acesso a determinadas cirurgias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E, também, esse projeto abrange as instituições privadas que são responsáveis por fazer alguns desses procedimentos, trazendo-as para esse amplo nível de fiscalização que prevê essa proposta, não apenas à rede pública, mas também à rede privada, conveniada com a rede pública.

Portanto, cumprimento a Senadora Simone com muita alegria votaremos favoravelmente a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015
- Não terminativo -

Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências.

Autoria: Deputado Ricardo Tripoli
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para proferir o seu relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, primeiramente, os cumprimentos ao Deputado Ricardo Tripoli, que é do PSDB de São Paulo pelo trabalho que realiza em defesa dos animais, um trabalho permanente em defesa dos animais, tanto do Deputado Ricardo Tripoli, que é Deputado Federal, quanto do seu irmão, Roberto Tripoli, que é Deputado Estadual, e se empenham nessa luta em defesa dos animais.

O projeto tipifica criminalmente condutas de matar, omitir socorro, abandonar, promover lutas, expor perigo à vida, à saúde ou à integridade física de cães e gatos.

Estamos recomendando a aprovação do projeto, mas com a apresentação de seis emendas que reduzam a intensidade das penas estabelecidas no projeto original.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional.

Não vislumbramos no projeto vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou de natureza regimental.

A violência deliberada e injustificada contra animais domésticos é conduta de indiscutível gravidade e deve ser prontamente reprimida. Não é possível admitir que nos dias atuais cães e gatos sejam submetidos a agressões despropositadas e, muitas vezes ,levados à morte devido à intolerância, ao descontrole e à violência dos seus proprietários.

A Lei nº 9.605 tipifica como crime a prática de maus-tratos contra animais domésticos. A pena para esse delito é de três meses a um ano de detenção e multa. Não obstante, os atos de violência (morte, lesão corporal, mutilação e abuso) contra animais domésticos não cessam. É por isso que o Deputado Tripoli apresenta proposta para modificar a lei, como forma de desestimular tais comportamentos.

O Projeto nº 39 propõe exatamente isso. Por um lado, aumenta a pena de quem mata cão ou gato, inclusive quando o extermínio é para fins de controle zoonótico (quando não haja prova de doença infectocontagiosa não responsiva a tratamento) ou populacional. Por outro, cria os crimes de omissão de socorro, abandono e promoção de luta entre cães, além de algumas causas de aumento de pena.

Conquanto o projeto amplie significativamente a tutela, entendemos que todas as penas cominadas se mostraram excessivas e desproporcionais, se comparadas às penas de tipos penais voltados à proteção de seres humanos.

A pena de três a cinco anos de detenção para quem mata um cão ou um gato, por exemplo, é maior do que a de quem comete homicídio culposo, lesão corporal grave, autoaborto ou aborto com consentimento. Já a pena de um a três anos de detenção para a omissão de socorro de cão ou gato, em situação de grave e iminente perigo, é seis vezes maior que a do crime de omissão de socorro previsto no art. 135 do Código Penal.

A punição de quem promove luta entre cães também deve ser revista. Primeiro, porque, tutelando bem jurídico de menor valor, possui pena idêntica à do delito. Segundo, porque, tal qual o fez o art. 2º da proposição, comina pena excessiva. Da mesma forma, deve ser diminuída a pena do crime de exposição a perigo de vida, que comina a mesma pena prevista para quem exponha um ser humano a perigo de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O projeto, em seu art. 2º, ainda tipifica criminalmente a morte do animal "para fins de controle zoonótico, quando não houver comprovação irrefutável de enfermidade infectocontagiosa não responsiva a tratamento preconizado e atual, ou para fins de controle populacional". Nessas situações, para evitar que a nova lei gere gastos indesejados, nos parece suficiente que se exija a mera comprovação clínica de eventual enfermidade infectocontagiosa.

Feitas essas ponderações, entendemos que o texto do projeto pode ser aperfeiçoado, motivo pelo qual apresentamos ao final essas emendas, já comentadas, inclusive.

Portanto, nós estamos, no art. 3º, reduzindo a pena. A pena será de um a três meses. No art. 4º do projeto, pena de detenção de um a três meses. No art. 5º, detenção de três meses a um ano. E, no art. 6º, expor a perigo a vida, a saúde, a integridade física, pena de detenção de um a três meses. A última emenda, art. 7º, as penas aumentam-se de um terço se o crime é cometido por duas pessoas ou pelo proprietário ou responsável pelo animal, não sendo estas hipóteses condição para a infração.

Portanto, nós estamos recomendando a aprovação do projeto, mas com a redução das penas propostas pelo Deputado Ricardo Tripoli.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, previamente inscrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, não há dúvida de que a matéria é meritória, demonstra a sensibilidade do Deputado Tripoli com o tratamento que as pessoas dispensam aos animais.

Muitas vezes a crueldade contra um animal é uma demonstração, é apenas um treino para a crueldade contra outro ser humano. Aprecio muito também o trabalho do nosso Relator, que propõe penas mais adequadas, digamos assim, à gravidade do crime. Mas tenho dúvidas quanto a própria redação do projeto. Por que cães e gatos só?

Há outros PETs. Há quem tenha hamsters, por exemplo, quem tenha coelhos, quem tenha galinha. Tem que gente que tem galinha como animal de estimação. Eu cheguei a ter um veadinho, quando eu era criança. (Risos.)

É verdade! Tive. Então, o que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente...

A Senadora Marta até olhou com um certo carinho...

Mas o meu ponto de vista, Sr. Presidente, é que esse tipo de assunto deveria ser tratado em uma lei mais geral sobre proteção da fauna, porque não há como limitar apenas a cães e gatos, uma vez que há outros animais de estimação que as pessoas acabam angariando ao longo da vida. Conheço quem tem galinha de estimação, dentro de casa.

Então eu pediria vista para ver se é possível nós tratarmos esse tema no âmbito mais geral da Lei de Proteção da Fauna. Por isso eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista ao Senador Aloysio Nunes.

ITEM 31
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2014
- Não terminativo -

Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências.

Autoria: Deputado Bruno Araújo
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Vem ao exame desta comissão Projeto de Lei da Câmara de autoria do eminente Deputado Bruno Araújo, Ministro de Estado das Cidades, que disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências.

A proposição é composta de dez artigos, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No art. 1º estabelece que a desconsideração da personalidade jurídica para fins de estender obrigação da pessoa jurídica a seu membro, instituidor, sócio ou administrador obedecerá aos preceitos da lei que se originar da proposição, que também se aplicará às decisões ou atos judiciais de quaisquer dos órgãos do Poder Judiciário que imputarem responsabilidade direta, em caráter solidário ou subsidiário a membros, instituidores, sócios ou administradores pelas obrigações da pessoa jurídica.

O art. 2º determina que a parte que postular a desconsideração da personalidade jurídica ou a responsabilidade pessoal de membros, instituidores, sócios ou administradores por obrigações da pessoa jurídica indicará, necessária e objetivamente, em requerimento específico, quais os atos por eles praticados que ensejam a respectiva responsabilização, na forma da lei específica, o mesmo devendo fazer o Ministério Público nos casos em que lhe couber intervir no processo, sem o que ocorrerá o indeferimento liminar do pleito pelo juiz.

No art. 3º, antes de decidir sobre a possibilidade de decretar a responsabilidade dos membros, dos instituidores, dos sócios ou dos administradores por obrigações da pessoa jurídica, o juiz estabelecerá o contraditório, assegurando-lhes o prévio exercício da ampla defesa. Para tanto, o juiz, ao receber a petição, mandará instaurar o incidente, em autos apartados, comunicando o fato ao distribuidor competente.

Os membros, instituidores, sócios ou administradores da pessoa jurídica serão citados ou, se já integrarem a lide, intimados, para se defenderem no prazo de quinze dias, sendo-lhes facultada a produção de provas, após o que o juiz decidirá sobre o incidente. Sendo várias as pessoas físicas eventualmente atingidas, os autos permanecerão em cartório, e o prazo de defesa para cada uma delas contar-se-á a partir da respectiva citação ou intimação, sendo-lhes assegurado o direito de obter cópia reprográfica de todas as peças e documentos dos autos ou das que solicitarem e o de juntar novos documentos.

O art. 4º estabelece que o juiz não poderá decretar de ofício a desconsideração da personalidade jurídica.

Conforme o art. 5º, o juiz somente poderá decretar a desconsideração da personalidade jurídica ouvido o Ministério Público e nos casos expressamente previstos em lei, sendo vedada a sua aplicação por analogia ou interpretação extensiva.

O juiz também não poderá decretar a desconsideração da personalidade jurídica antes de facultar à pessoa jurídica a oportunidade de satisfazer a obrigação, em dinheiro, ou indicar os meios pelos quais a execução possa ser assegurada.

A mera inexistência ou insuficiência de patrimônio para o pagamento de obrigações contraídas pela pessoa jurídica não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, quando ausentes os pressupostos legais.

O art. 6º determina que os efeitos da decretação de desconsideração da personalidade jurídica não atingirão os bens particulares de membro, instituidor, sócio ou administrador que não tenha praticado ato abusivo da personalidade em detrimento dos credores da pessoa jurídica e em proveito próprio.

Nos termos do art. 7º, considera-se em fraude à execução a alienação ou oneração de bens pessoais de membros, instituidores, sócios ou administradores da pessoa jurídica, capaz de reduzi-los à insolvência, quando, ao tempo da alienação ou oneração, tenham sido eles citados ou intimados da pendência de decisão acerca do pedido de desconsideração da personalidade jurídica, ou de responsabilização pessoal por dívidas da pessoa jurídica.

Estabelece ainda que as disposições da lei que se originar da proposição aplicar-se-ão imediatamente a todos os processos em curso perante quaisquer dos órgãos do Poder Judiciário, em qualquer grau de jurisdição.

Conforme determina o art. 9º, a desconsideração da personalidade jurídica, bem como a imputação de responsabilidade direta, em caráter solidário ou subsidiário, a membros, instituidores, sócios ou administradores da pessoa jurídica, por ato da Administração Pública, será objeto de provisão judicial para sua eficácia em relação à parte ou a terceiros.

No art. 10º, determina que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado em caráter conclusivo pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Trata, portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de matéria inserida no campo do Direito Empresarial e do Direito Processual Civil, ambos objeto da competência legislativa privativa da União, conforme determina o art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é, portanto, legítima, nos termos do disposto nos arts. 48 e 61 da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado, o assunto dele constante inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, se afigura dotado de potencial coercitividade e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Muitas vezes, os sócios e administradores se valem da personalidade jurídica da sociedade para a prática de atos abusivos e fraudulentos, buscando proveito próprio em detrimento dos direitos de terceiros.

Com o objetivo de evitar esses abusos e fraudes, surgiu a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, originária da Inglaterra e dos Estados Unidos, que visa responsabilizar diretamente os administradores quando estes utilizam a pessoa jurídica, aparentemente na forma da lei, com desvio, porém, da sua exata função.

A desconsideração da personalidade jurídica era aplicada pelos juízes e tribunais brasileiros em vários de seus julgados, ainda que não houvesse dispositivo legal que respaldasse sua aplicação.

Tratava-se, portanto, de uma construção doutrinária e jurisprudencial, somente introduzida no ordenamento jurídico a partir de 1990, com a previsão expressa de sua utilização na Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor).

Posteriormente, essa doutrina foi incorporada em outras leis, tais como a Lei 9.605, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, assim como a Lei nº 10.406, que é o nosso Código Civil.

Embora a desconsideração da personalidade jurídica tenha sido incorporada ao ordenamento jurídico, inclusive com previsão no novo Código de Processo Civil, em seus arts. 136 e 137, ainda há muitos pontos controversos sobre sua aplicação, como, entre outros: a aplicação do instituto sem observância dos pressupostos legais; aplicação equivocada do instituto em situação que caracteriza uma responsabilidade direta do sócio ou administrador; a responsabilização dos sócios minoritários que não participam da administração da empresa; a adoção de procedimentos diferenciados por magistrados; a declaração de desconsideração de personalidade jurídica de ofício pelo magistrado; a decretação da desconsideração sem que seja facultada à pessoa jurídica a oportunidade de satisfazer a obrigação em dinheiro ou de indicar meios pelos quais a obrigação possa ser assegurada.

Com a finalidade de sanar essas distorções, o saudoso Deputado Ricardo Fiúza – imagina V. Exª já saudoso há tantos anos – apresentou, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 2.426, ainda em 2003, cuja finalidade era regulamentar o disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, do nosso Código Civil, disciplinando a declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica. A proposição, entretanto, foi arquivada no final de 2007.

O PLC nº 69, de 2.014, do eminente e competente Deputado Bruno Araújo, inspirou-se na mencionada proposta do Deputado Ricardo Fiúza, conforme consta de sua justificação. Ou seja, foi com base nessa inspiração que o Deputado Bruno Araújo apresentou, em bom tempo, essa medida ao Congresso brasileiro.

Enfim, com base em tudo que estamos aqui apresentando, Sr. Presidente, estamos de acordo com os argumentos apresentados no relatório acima transcrito. O projeto, ao disciplinar o procedimento de declaração de desconsideração da personalidade jurídica, contribui para evitar a aplicação do instituto de forma inapropriada e aprimora as condições jurídicas e econômicas necessárias para o crescimento econômico do País, na medida em que reduz o chamado "risco jurídico", um dos principais obstáculos ao investimento em razão da falta de previsibilidade.

Entendemos que algumas das disposições contidas na proposição já estão contempladas na legislação vigente, como a previsão dos arts. 136 e 137 do Novo Código de Processo Civil. Todavia, em virtude das distorções na aplicação do instituto da desconsideração, já mencionadas anteriormente, e que não foram superadas com advento da novel legislação processual, o projeto contribui para afastar interpretações equivocadas e disciplinar, de forma adequada e detalhadamente, a matéria, afastando, assim, a insegurança jurídica que decorre da aplicação disforme do instituto nas diferentes esferas da Justiça brasileira.

E mais, por se tratar de um projeto de lei geral, não restringirá seu alcance ao processo civil. Além disso, naquilo em que discipline o que já foi disposto pelo Novo Código de Processo Civil, com este não conflitará, indo além ao regulamentar o instituto naquilo que este diploma não enfrentou.

Os artigos 2º e 4º reforçam a necessidade do requerimento específico do Ministério Público ou da parte que postular a desconsideração, já prevista no art. 50 do Código Civil, vedando ao magistrado decretar de ofício a desconsideração. Determina, ainda, que devem ser indicados os atos praticados que ensejariam a responsabilização de membros, instituidores, sócios ou administradores por obrigações da pessoa jurídica, sem o que ocorrerá o indeferimento liminar do pleito pelo juiz.

O art. 3º reforça a necessidade do contraditório, assegurando aos membros, instituidores, sócios ou administradores o prévio exercício da ampla defesa antes da decisão judicial sobre a possibilidade de decretação de sua responsabilidade por obrigações da pessoa jurídica.

O art. 5º, além de determinar a necessidade de o juiz ouvir o Ministério Público antes de decretar a desconsideração da personalidade jurídica, somente autoriza a decretação nos casos expressamente previstos em lei, vedando a sua aplicação por analogia ou interpretação extensiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Embora essas disposições tenham aplicação geral, seus efeitos deverão atingir mais diretamente a Justiça do Trabalho, que tem, reiteradamente, aplicado a desconsideração da personalidade jurídica sem a necessária observância dos dispositivos legais. São frequentes as decisões de magistrados trabalhistas no sentido de responsabilizar os sócios no caso de insuficiência patrimonial da pessoa jurídica para honrar suas obrigações, independentemente da ocorrência dos pressupostos previstos em lei.

Também é coerente a previsão de que o juiz não poderá decretar a desconsideração da personalidade jurídica antes de facultar à pessoa jurídica a oportunidade de satisfazer a obrigação, em dinheiro, ou indicar os meios pelos quais a execução possa ser assegurada. A responsabilização dos sócios e administradores só se justifica no caso de a pessoa jurídica não satisfazer suas obrigações.

Nos termos do art. 7º, considera-se em fraude à execução a alienação ou oneração de bens pessoais de membros, instituidores, sócios ou administradores da pessoa jurídica, capaz de reduzi-los à insolvência, quando, ao tempo da alienação ou oneração, tenham sido eles citados ou intimados da pendência de decisão acerca do pedido de desconsideração da personalidade jurídica, ou de responsabilização pessoal por dívidas da pessoa jurídica.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é realmente preciso, inadiável evitar que o patrimônio de membros, instituidores, sócios ou administradores da pessoa jurídica seja fraudulentamente dilapidado nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, sob pena de prejuízo à parte interessada, sobretudo em relação às consequências sociais que uma decisão como essa pode trazer para o empreendedor brasileiro, que é gerador de riqueza e gerador de oportunidades.

O art. 8º contém norma de direito intertemporal, estabelecendo que as disposições da lei que se originar da proposição aplicar-se-ão imediatamente a todos os processos em curso perante quaisquer dos órgãos do Poder Judiciário, em qualquer grau de jurisdição, Senador e Ministro Armando Monteiro.

O art. 9º estabelece que a desconsideração, Senador Acir, da personalidade jurídica, bem como a imputação de responsabilidade, em caráter solidário ou subsidiário, a membros, instituidores, sócios ou administradores da pessoa jurídica, por ato da Administração Pública, será objeto de provisão judicial para sua eficácia em relação à parte ou a terceiros.

A imputação de responsabilidade aos sócios e administradores pelas obrigações de pessoas jurídicas tem sérias repercussões, na medida em que implica comprometimento de seu patrimônio, razão pela qual deve ser adotada com cautela, com segurança jurídica, com firmeza, com responsabilidade, à luz da multiplicação das consequências.

Por esse motivo, não se deve conferir eficácia imediata à imputação decidida pela Administração Pública sem a prévia autorização do Poder Judiciário, com o que não apenas se confere maior segurança jurídica aos cidadãos, mas também se estabelece o devido processo legal, o direito à defesa e ao contraditório, para que as partes possam se manifestar.

Enfim, a aprovação da proposição resultará no aperfeiçoamento da legislação que trata da desconsideração da personalidade jurídica.

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 69, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação.

Não quero deixar, Sr. Presidente, de manifestar meus registros e minhas considerações a respeito dessa excepcional iniciativa do Senador Armando Monteiro, que começou lá atrás com o Deputado Ricardo Fiúza, ainda em 2003, saudoso Deputado do Estado de V. Exª, o Estado de Pernambuco. Em 2007, o hoje Ministro Bruno Araújo resgata esse trabalho. Em 2014, ele é reapresentado.

Portanto, trata-se de matéria absolutamente pertinente com os dias atuais, em que precisamos conferir ao empreendedor brasileiro segurança jurídica para além dos riscos naturais que ele precisa enfrentar, sobretudo em circunstâncias de absoluta instabilidade, para gerar não apenas riqueza, mas também oportunidade e graça, porque quem gera oportunidade gera dignidade, para que brasileiros, para que pais e mães e para que jovens possam, com seu esforço próprio, com seu talento, com sua vocação, ter uma vida digna. O trabalho dignifica a pessoa e concede também dignidade a todos os seus.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, considero esse projeto um dos mais importantes projetos que estão em apreciação nesta Casa, porque todos no Brasil reconhecem que é fundamental melhorar o ambiente de negócios no Brasil, no sentido de prover maior segurança jurídica, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

modo a estimular os investimentos. Por isso, eu me congratulo, pelo lustre do parecer, com o nosso Senador Ricardo Ferraço.

Quero também homenagear dois conterrâneos que, de alguma maneira, contribuíram, cada um a seu tempo, para que essa iniciativa agora se consubstanciasse num projeto que tenho e que, a meu ver, parece irretocável: o ex-Deputado Ricardo Fiúza, já falecido, e o atual Ministro das Cidades, o Deputado Bruno Araújo.

Trata-se, na realidade, meu caro Ferraço, de constatar que, na situação que está hoje criada, não há uma regência única para disciplinar essa matéria.

Portanto, nós estamos numa situação em que a desconsideração, que deveria ser exceção, virou regra. A responsabilidade é a regra; a desconsideração é a exceção. Só deveria episodicamente ser aplicável. Do contrário, nós vamos desestimular os investimentos de risco, no Brasil. Vejam, se alguém fica com o seu patrimônio alcançável, a qualquer momento, por um entendimento de uma autoridade judicial, dada a circunstância de uma eventual impontualidade da pessoa jurídica...Ora, se há esse risco no ambiente empresarial é melhor aplicar, meu caro Presidente Senador José Maranhão, em papéis, que nada têm a ver com o risco da gestão nem com um empreendimento em si. Do contrário, o investidor é punido e pode ser alcançado no seu patrimônio.

Ora, quando há uma insuficiência para a cobertura de obrigações é pressuposto para requerer falência, mas no Brasil está se criando uma fórmula de alcançar o patrimônio, logo em primeiríssima mão, dos sócios. Portanto, eu acho que se trata de um projeto de grande alcance, de grande importância, que se pode situar nesse quadro, meu caro Senador Ferraço, de reformas microeconômicas no sentido de prover segurança jurídica, de melhorar o ambiente de negócios e de investimentos.

É um projeto que não tem custo fiscal. Portanto se inscreve numa agenda do que se poderia chamar de uma agenda do bom senso, de uma agenda irrecusável.

Quero manifestar o meu apoio irrestrito a esse projeto e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, congratular-me com o lúcido e sempre brilhante parecer do Senador Ricardo Ferraço. Acho que essa matéria, inclusive, deve – se os Senadores vierem aprová-la na Comissão – seguir rapidamente para o plenário desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais oradores, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Requeiro urgência, Sr. Presidente, assim como o Senador Armando Monteiro, para que nós possamos deliberar de forma terminativa, em plenário, sobre esta importante matéria paro o mundo empreendedor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendida a solicitação de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, sou Relator dos Itens 35 e 21. Peço licença e autorização para que eu possa fazer o relatório não só do **ITEM** 35, mas também do **ITEM** 21. Nenhum dos dois é terminativo. Gostaria de fazer o **ITEM** 35 primeiro. O autor, o Deputado Subtenente Gonzaga, está presente. Nós gostaríamos de poder fazer a leitura. Como não é terminativo, é possível nós aproveitamos a oportunidade para fazer a leitura desses relatórios, Sr. Presidente.

Então, é esse o nosso pedido. Se assim autorizado, já passo, então, a fazer o relatório, consultando os nossos universitários e o nobre Presidente se é possível ler o relatório do número 35 em primeiro.

É possível, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só um minuto.

ITEM 35
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Subtenente Gonzaga e outros
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 148, de 2015, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga e do Deputado Jorginho Mello, que altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para policiais militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O projeto altera as normas gerais sobre organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares para prever novas regras a respeito do Código de Ética e Disciplina, de modo que sejam aprovados por lei federal ou estadual, conforme o caso. Além disso, ficam estabelecidos novos princípios diretivos dos Códigos de Ética e Disciplina, sendo eles a dignidade da pessoa humana, a legalidade, a presunção de inocência, o devido processo legal, o contraditório e ampla defesa, a razoabilidade e proporcionalidade, e a vedação de medida disciplinar privativa de liberdade.

Fixa-se o prazo de doze meses para Estados e Distrito Federal regulamentarem a lei, estabelecendo-se cláusula de vigência da futura lei a partir da data de sua publicação.

Segundo a justificativa dos autores do Projeto, é necessário modificar o regime jurídico vigente para adaptá-lo às normas da Constituição Federal de 1988, especialmente para proibir a privação de liberdade como penalidade disciplinar aplicada administrativamente nas polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O projeto fora iniciado e aprovado na Câmara dos Deputados. Após ser enviado ao Senado Federal para revisão, a proposição foi despachada ao exame da CCJ.

Não foram apresentadas emendas.

A análise, Sr. Presidente.

o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, à CCJ compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. A alínea "c" do inciso II do mesmo artigo fixa a competência da CCJ para emitir parecer quanto ao mérito de matérias relacionadas aos corpos policiais e corpos de bombeiros militares.

O projeto não apresenta problema nenhum de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

A matéria é de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXI, e art. 42, §1º, da Constituição Federal, pois altera as regras gerais sobre a organização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. O PLC inova o ordenamento jurídico brasileiro, com as marcas da imperatividade, abstração e generalidade, bem como se harmoniza com as demais normas do Direito brasileiro e segue as disposições regimentais sobre sua tramitação.

No mérito, o projeto deve ser aprovado.

De fato, há um grande esforço por parte do Poder Público em readequar as estruturas policiais e dos corpos de bombeiros militares para os marcos da Constituição Federal de 1988. Sabe-se que não são poucas as dificuldades no desempenho das atividades policiais no Brasil, especialmente no que se refere ao trato com o cidadão. Nesse sentido, para aprimorar esse aspecto, é fundamental que a própria corporação militar respeite todos os direitos e garantias fundamentais de seus membros, especialmente o devido processo legal e o direito de liberdade de locomoção.

O PLC vem em boa hora para fazer duas modificações importantes no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que, como se sabe, foi editado em um período não democrático de nossa história.

A primeira modificação substancial prevê a edição de Códigos de Ética e Disciplina aprovados por lei estadual ou federal, conforme o caso. Abandona-se a existência dos Regulamentos Disciplinares que, conforme a redação atual do art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 1969, devem ser redigidos à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército.

É verdade que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército, nos termos do art. 144, § 6º, da Constituição Federal. Entretanto, não se pode negar que essas corporações têm por função essencial a preservação da segurança pública – atividade muito distinta da defesa da Pátria atribuída às Forças Armadas. Dessa maneira, é imperioso que os Códigos de Ética e Disciplina das polícias militares e corpos de bombeiros militares deixem de ser redigidos à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército e incorporem novas diretrizes para o treinamento de seus membros para o trato diário com o cidadão.

A segunda modificação importante realizada pelo Projeto refere-se à proibição da pena disciplinar administrativa de privação de liberdade. A privação de liberdade, cada vez mais em nosso ordenamento legal e cultura jurídica, é concebida como medida repressiva à prática de crimes graves. Tanto é assim que diversos crimes são apenados com penas restritivas de direitos, como o pagamento de multa, prestação de serviços à comunidade, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Especialmente no que se refere aos policiais militares e aos bombeiros militares, a pena disciplinar privativa de liberdade acaba por gerar prejuízos imediatos não somente à liberdade daquele agente público, mas também à formação dos valores de uso moderado da força e respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos com os quais ele entra em contato no seu dia a dia.

Sabe-se que a Constituição Federal, em seu art. 42, §1º, e art. 142, §2º, previu a possibilidade de existência de punições disciplinares privativas de liberdade. Isso, contudo, não obriga o legislador a efetivamente adotar essas penalidades, especialmente no caso das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. Trata-se de opção política que foi adotada no passado, mas que não pode ser mantida. Desse modo, é necessária a extinção dessa modalidade de punição disciplinar administrativa de nosso ordenamento jurídico.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação, Sr. Presidente.

Esse é o voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem pretenda discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, também na mesma linha, peço a gentileza para que a gente possa fazer a leitura do **ITEM** nº 21.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A proposta 21 está com um requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes, que foi convocado para a Comissão do Impeachment, mas está voltando.

Eu consultaria o Senador Gurgacz se ele concordaria em aguardar a chegada do Senador Aloysio Nunes a este plenário porque há um requerimento de audiência pública, e, naturalmente, o Senador precisa estar presente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida. É claro, Sr. Presidente. Com certeza, a gente aguarda a chegada do Senador Aloysio Nunes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB)

ITEM 30
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do Poder Público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho.

Autoria: Senador Raimundo Lira e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela inconstitucionalidade da PEC nº 65, de 2012 e da Emenda de Plenário nº 1, e, portanto, pela sua rejeição, e favorável à PEC nº 153, de 2015.
Observações:
- Em 12/05/2016, foi apresentada a Emenda nº 1-Plen à PEC nº 65, de 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há sobre a mesa um requerimento solicitando a realização de audiência pública, subscrito pelo Relator, Randolfe Rodrigues, o autor de uma das proposições que fazem parte do conjunto desse processo.

O requerimento tem os seguintes termos:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, II da CF c/c art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal - CCJ, para debater sobre a PEC 65/2012, que "Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental" e tramita em conjunto com a PEC 153/2015, que "Altera o art. 225 da Constituição Federal para incluir, entre as incumbências do Poder Público, a promoção de práticas e a adoção de critérios de sustentabilidade em seus planos, programas, projetos e processos de trabalho".

Com a presença das seguintes entidades e representantes:
1) um representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;
2) um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA:
3) um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – Ibama;
4) um representante do Ministério Público Federal – MPF;
5) um representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT;
6) um representante da Secretaria de Investimentos;
7) um representante do Ministério do Meio Ambiente;
8) Maurício Guida, do Instituto Socioambiental;
9) Silvia Cappelli, Professora de Direito Ambiental e Promotora de Justiça do RS;
10) Nilo Silva, Consultor;
11) Ex-Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Henrique Luis Roessler – Fepam;
12) Sônia Guajajara, Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib.

Justificativa

A PEC 65, de 2012, surgiu no intuito de eliminar o desperdício de dinheiro público com a paralisação de obras públicas de infraestrutura ou questões ambientais já apresentadas no Estado e impacto ambiental e no respectivo relatório de impacto do meio ambiente, bem como o processo de licenciamento ambiental da obra.

No entanto, desde a sua aprovação na CCJ do Senado, em 27/04/2016, a PEC 65/2012 despertou muita polêmica entre diversas entidades ambientais, que enxergaram no projeto um caminho para a restrição do processo de licenciamento ambiental de obras públicas.

A matéria encontrava-se pronta para votação em plenário, mas retomou à CCJ, por conta do Requerimento 358/2016, apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues e aprovado em plenário no dia 19/05/2016, para tramitação conjunta com a PEC 153, de 2015, por tratar-se de matéria correlata.

Portanto, para que possamos discutir os pontos em comum e as divergências no mérito entre as duas PECs com o intuito de chegarmos a um denominador comum, é que propomos o presente requerimento para a realização de audiência pública em data a ser definida por esta Comissão.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2016.

Assinado: Senador Acir Gurgacz, assim como o Senador Randolfe Rodrigues.

O requerimento está em votação. (Pausa.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É rapidamente, é que o Senador Aloysio está me lembrando, para esta audiência pública, de nós providenciarmos o Mané Garrincha para fazê-la.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O povo todo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu acho que nós vamos ter que ampliar ainda o estádio, Senador Aloysio, porque há mais dois nomes para serem acrescentados ao requerimento – eu acho que aí não é mais uma audiência pública, mas para mais de uma audiência pública: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do Sr. André Lima, Secretário de Meio Ambiente do DF, e o do Sr. Marcus Vinícius Batista de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Ambientais.

Com o acréscimo, solicito de V. Exª, ainda sem acertar o local, Senador Aloysio, a apreciação do requerimento para esta audiência ou estas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o requerimento, com a adição dos dois nomes apresentados pelo autor da proposição, Senador Randolfe Rodrigues.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Voltamos ao **ITEM 21**.

ITEM 21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta.
Observações:
- Em 25/11/2015, foi apresentada a emenda nº 1, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves.
- Em 08/06/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira até o momento não se manifestou.

Coloco em discussão a matéria.

Aliás, o Senador Aloysio Nunes apresentou um requerimento sobre a matéria.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2014, que "acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT".

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Para tanto, sugiro o envio de convite às seguintes instituições:

Representante do Ministério da Saúde.

Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Representante da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Abson Praxedes de Carvalho – Coordenador da Comissão Nacional dos Intoxicados e membro do Sindicato dos Servidores Públicos Federais – SINDSEP/RO.

Flavio Santos, servidor intoxicado. Telefone (69)99250-8578, e e-mail flavio.sindsef@hotmail.com.

Sala das Comissões.

Aloysio Nunes Ferreira, Líder do Governo no Senado.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira para encaminhamento, se o desejar. (Pausa.)

Renuncia ao encaminhamento.

A matéria está em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 37
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, de 2016
- Não terminativo -

Acrescenta o §3º ao art. 61 da Constituição Federal para aplicar aos projetos de lei de iniciativa popular o célere rito de tramitação das Medidas Provisórias.

Autoria: Senador Reguffe e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Relator para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2016, que tem como primeiro signatário o Senador Reguffe, pretende acrescentar §3º ao art. 61 da Constituição Federal, para aplicar aos projetos de lei de iniciativa popular o célere rito de tramitação das medidas provisórias.

Nesse sentido, está-se estabelecendo que, se o projeto de lei de iniciativa popular não for apreciado em até 45 dias contados de sua apresentação ao Congresso Nacional, ele entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando, com exceção daquelas que tenham prazo constitucional determinado.

Na justificação da iniciativa, está registrado que os mecanismos e instrumentos da democracia direta devem ser ampliados e aperfeiçoados, de modo a possibilitar a aproximação do Poder Legislativo com o verdadeiro titular do poder na República, o povo, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988.

Parto diretamente para a análise, Sr. Presidente.

Consoante prevê o art. 356 do Regimento Interno da Casa, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre proposta de emenda à Constituição.

Nesse sentido, conforme nos parece, quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, nada impede a livre tramitação da matéria.

Com efeito, segundo entendemos, a proposição não fere as cláusulas que impedem deliberação sobre proposta de emenda à Constituição inscritas nos §§1º, 4º e 5º do art. 60 da Lei Maior. Não há unidade da Federação sob intervenção federal, e não se está sob estado de defesa ou de sítio (§1º). A proposta não fere a forma federativa de Estado, nem o voto direto secreto, universal e periódico, não macula a separação de Poderes, nem os direitos e garantias individuais (§4º). Por fim, a matéria objeto da proposição não foi rejeitada nem prejudicada.

Diante disso, Sr. Presidente, só merece encômios esta proposta, só merece elogios esta iniciativa, que pretende tornar também urgentes a tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular, como já são também urgentes a tramitação das medidas provisórias (conforme prevê o art. 62 da Constituição Federal) e os projetos de lei de sua autoria e para os quais a Presidente da República requer urgência para apreciação (conforme prevê o art. 64 da Constituição Federal).

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2016, Sr. Presidente.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao plenário.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Relatoria: Senador José Maranhão
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;
- Em 07/07/2016, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço contrário ao Projeto.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.
Em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o relatório favorável ao projeto.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.
Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia dez de agosto de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Benedito de Lira, Ivo Cassol, Ana Amélia, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Dário Berger, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Amorim, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Marta Suplicy, Jader Barbalho, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. **ITEM** 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. **ITEM** 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015 – Não Terminativo, que: "Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatoria:** Sen. José Maranhão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." **Autoria:** Senador José Maranhão. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República." **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado e Ataídes Oliveira. O Senador Ricardo Ferraço registra que o Projeto foi aprovado com violação ao art. 169 da Constituição Federal e arts. 14, 21 e 98 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **ITEM** 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 – Terminativo, que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." **Autoria:** Senador Raimundo Lira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Rela-**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. **ITEM** 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 – Terminativo, que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." **Autoria:** Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 – Terminativo, que "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012 com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011 e da Emenda nº 1-CAS. Resultado: Adiado. **ITEM** 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 16 - OFICIO "S" Nº 50, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014. Resultado: Adiado. **ITEM** 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015 – Não Terminativo, que: "Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades." **Autoria:** Senador José Serra e outros. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 18 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira e outros. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 19 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. **ITEM** 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Sen. Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. **ITEM** 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDR-CE. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CDR-CE-CCJ e nº 2-CDR-CE-CCJ. **ITEM** 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, de 2015 – Não Terminativo, que: "Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Ricardo Tripoli. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. **ITEM** 26 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho. **Relatório:** Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. **ITEM** 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014 – Complementar – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CRE. Resultado: Adiado. **ITEM** 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar – Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." **Autoria:** Deputado Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. **ITEM** 32 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores." **Autoria:** Deputada Keiko Ota. **Relatoria:** Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2016 – Terminativo, que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências", para estabelecer obrigatoriedade da divulgação de todas pessoas que recebem benefícios previdenciários e assistenciais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os respectivos valores recebidos em sítio oficial único da rede mundial de computadores." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 34 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2015 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, proteção e assistência às vítimas; e altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e 9.615, de 24 de março de 1998." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao SCD nº 2, de 2015, com as seguintes alterações: a) manter a redação original da ementa e do art. 1º do PLS nº 479, de 2012; b) manter a redação original do inciso II, do art. 6º do PLS nº 479, de 2012; c) suprimir o art. 7º do SCD e manter o art. 12 do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 7º; d) manter o art. 9º do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 10; e) manter os arts. 13-A e 13-D, e suprimir os arts. 13-B, 13-C, 13-E até 13-G e 809-A, do art. 10 do SCD; f) suprimir o art. 11 do SCD e manter o art. 10 do PLS nº 479, de 2012; g) suprimir o art. 12 do SCD, com exceção do caput do art. 149-A, e manter o art. 11 do PLS nº 479, de 2012, aproveitando a redação conferida nos incisos e parágrafos originais do art. 149-A; h) suprimir o art. 13 do SCD; i) suprimir o art. 14 do SCD; j) suprimir o art. 15 do SCD; k) suprimir o art. 16 do SCD; l) suprimir o art. 17 do SCD; m) suprimir o art. 18 do SCD; e o) suprimir o art. 21 do SCD, e manter o art. 15 do PLS nº 479, de 2012. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo com as alterações que propõe. A Comissão aprovou o RQJ nº 41, de 2016 de urgência para a matéria. **ITEM** 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar, no caso de placas ilegalmente duplicadas, a emissão de novo Certificado de Registro do Veículo, com substituição da identificação alfanumérica." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **ITEM** 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **ITEM** EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 41 de 2016 - "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2012." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 28ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Peço a palavra pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, peço a V. Exª, naturalmente ouvindo os nobres pares, que nós possamos fazer a inversão da pauta para que eu possa apresentar o meu relatório relacionado ao **ITEM** 34.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Como não temos quórum para votar os primeiros itens da pauta, eu pediria também a inversão para o **ITEM** 5, cujo relatório já foi lido. Seria só a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido, o **ITEM** 5 será o segundo **ITEM** da pauta, modificada agora pelas solicitações formuladas por V. Exª e pelo Senador Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 34
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 2, de 2015 AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, DE 2012
- Não terminativo -

Dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, proteção e assistência às vítimas; e altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e 9.615, de 24 de março de 1998.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2015, com as seguintes alterações:

a) manter a redação original da ementa e do art. 1º do PLS nº 479, de 2012; b) manter a redação original do inciso II, do art. 6º do PLS nº 479, de 2012; c) suprimir o art. 7º do SCD e manter o art. 12 do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 7º; d) manter o art. 9º do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 10; e) manter os arts. 13-A e 13-D, e suprimir os arts. 13-B, 13-C, 13-E até 13-G e 809-A, do art. 10 do SCD; f) suprimir o art. 11 do SCD e manter o art. 10 do PLS nº 479, de 2012; g) suprimir o art. 12 do SCD, com exceção do caput do art. 149-A, e manter o art. 11 do PLS nº 479, de 2012, aproveitando a redação conferida nos incisos e parágrafos originais do art. 149-A; h) suprimir o art. 13 do SCD; i) suprimir o art. 14 do SCD; j) suprimir o art. 15 do SCD; k) suprimir o art. 16 do SCD; l) suprimir o art. 17 do SCD; m) suprimir o art. 18 do SCD; e o) suprimir o art. 21 do SCD, e manter o art. 15 do PLS nº 479, de 2012.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Retorna a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado n° 479, de 2012, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2015, que trata do tráfico interno e internacional de pessoas, proteção e assistência às vítimas.

O PLS nº 479, de 2012, foi aprovado nesta Comissão com substitutivo, em março de 2014, cujo texto foi aprovado também pelo Plenário do Senado Federal, em regime de urgência, logo em seguida. Encaminhado à Câmara dos Deputados em abril de 2014, o Projeto ora retorna com novo Substitutivo. Ambos os textos representam avanço para o enfrentamento do tráfico de pessoas, à luz do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo), marco normativo do que do qual o Brasil é signatário.

O Projeto sofreu várias alterações no texto aprovado no Senado Federal. Entre elas, destacam-se: a) previsão de vários recursos de investigação para o Ministério Público e o delegado de polícia no crime de tráfico de pessoas e crimes conexos, como acesso a dados de viagens, registros de ligações telefônicas e de acesso a aplicações da internet; b) aumento da pena para o crime de redução à condição análoga à de escravo, bem como agravação da pena por motivo de orientação sexual; c) criminalização da conduta de realizar modificações corporais sem consentimento da vítima por profissional não habilitado; d) menção às células no crime de remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa; e) estabelecimento de regras para a contratação de atletas e de modelos e manequins.

Ainda foram suprimidas as propostas do Senado Federal relativas ao seguro-desemprego para vítimas do tráfico de pessoas e vinculou a concessão de visto ou residência permanente a vítimas estrangeiras à situação de refugiado.

Nesta fase, o Substitutivo da Câmara é considerado série de emendas. Cabe ao Senado Federal acatá-las ou manter o texto original, sem a possibilidade de subemendá-las (arts. 285 e 287 do Regimento Interno).

Análise.

O Direito Penal, o Direito do Trabalho, nacionalidade e seguridade social são matérias de competência privativa da União e sujeitas à plena disposição pelo Poder Legislativo.

O texto da Câmara trouxe, inegavelmente, muitas melhoras e aperfeiçoamentos ao texto original. Em outros pontos, contudo, o texto do Senado, a nosso juízo, é superior e foi necessário ser resgatado.

A proposta contempla três eixos para nortear as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas: prevenção, repressão e atenção à vítima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Um dos aspectos mais importantes da proposta original era dar maior atenção à vítima, com a possibilidade de concessão de residência permanente, independentemente de colaboração com a Justiça, inclusive com a possibilidade de alcançar familiares próximos ou que dependam economicamente da vítima. Essa dimensão social do crime é importante e foi bem endereçada pelo texto aprovado no Senado Federal.

Vamos ponto a ponto.

O art. 1º elenca os objetivos gerais da proposta. Em razão dos ajustes feitos neste relatório, a redação do artigo original é mais representativa do conteúdo final da proposta. Além disso, é mais precisa. O texto não trata do combate transnacional ao tráfico de pessoas, o que o texto da Câmara dá a entender.

Nos arts. 2º a 5º, a Câmara basicamente fez aperfeiçoamentos formais de redação. São todos bem-vindos. Esses artigos tratam dos princípios e diretrizes do enfrentamento do tráfico de pessoas, assim como meios de prevenção e repressão ao crime e de proteção e atendimento às vítimas.

O art. 6º trata da proteção e atendimento às vítimas de tráfico de pessoas. No seu inciso II estabelece "acolhimento em abrigo provisório".

Contudo, a versão do Senado definia "acolhimento e abrigo provisório", texto melhor redigido, com mais precisão, pois abrange outras formas de acolhimento. Cumpre esclarecer que abrigo provisório é uma das soluções possíveis de atendimento às vítimas, mas não a única. Muitas vezes, sequer é a melhor opção para a vítima, e por isso retomaremos a redação do inciso II originalmente formulada por esta Casa.

No art. 7º, o Substitutivo da Câmara altera significativamente a proposta original. Nas alterações oferecidas ao Estatuto do Estrangeiro, esta Comissão havia definido uma medida protetiva às vítimas estrangeiras do tráfico, quais sejam: a residência permanente, independentemente de colaboração com a Justiça, inclusive com a possibilidade de alcançar familiares próximos ou que dependam economicamente da vítima. O texto da Câmara burocratiza e dificulta o acesso a essa tutela, e vincula a situação jurídica da vítima do tráfico de pessoas à situação do refugiado.

Nem sempre a vítima do tráfico atenderá aos critérios legais para ser considerada um refugiado.

Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997, é reconhecido como refugiado todo indivíduo que: (a) devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; (b) não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele; e (c) devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Como se percebe, a situação jurídica de refugiado tem caráter político, o que não necessariamente acontece quando tratamos de uma simples vítima imigrante de um crime transnacional. O refugiado é apenas uma das várias espécies de imigrante. Portanto, propomos a rejeição do art. 7º oferecido pela Câmara e a retomada do art. 12 (artigo correspondente) do texto original.

Os ajustes aos arts. 7º e 8º do texto original (arts. 8º e 9º do SCD) são também apenas formais, com a importante complementação, digna de nota, relativa à possibilidade de aplicação subsidiária da Lei do Crime Organizado (Lei nº 12.850, de 2013) no que se refere a medidas assecuratórias. São alterações igualmente bem-vindas.

As medidas assecuratórias buscam identificar e apreender o produto e proveito do crime, atingindo o patrimônio ilícito ou lícito do agente, com fins de reparar o dano e custear o processo judicial. Os referidos dispositivos fazem remissão expressa às medidas previstas no Código de Processo Penal (sequestro, hipoteca legal, arresto, leilão), com alterações modernas, como aquelas hoje previstas na Lei de Lavagem de Dinheiro (como a exigência de comparecimento pessoal do acusado para a liberação de bens e valores).

O art. 10 do Substitutivo da Câmara traz inovação importante no que tange aos recursos de investigação do Ministério Público (MP) e do delegado de polícia nos casos de tráfico de pessoas e também nos casos de sequestro/cárcere privado, redução à condição análoga à de escravo, extorsão mediante restrição da liberdade com fins econômicos, extorsão mediante sequestro e envio irregular de criança ou adolescente ao exterior, crimes conexos ao tráfico de pessoas.

Entre esses recursos estão: requisição de dados cadastrais de vítimas e suspeitos; de dados de viagens junto a empresas de transporte; de números de terminais de origem e de destino de ligações telefônicas junto a concessionárias de telefonia e registros de conexões na internet.

No entanto, propõe a inclusão de artigos no Código de Processo Penal (CPP) – arts. 13-B, 13-C, 13-E até 13-G e 809-A –, não demonstrando ligação direta com a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Isso porque, as disposições presentes no dispositivo remetem a legislações já existentes no ordenamento jurídico, quais sejam, Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013 (Lei do Crime Organizado), e Lei n" 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet, que regula os direitos e os deveres de todos aqueles que tenham acesso a esse importante mecanismo de conexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Levando em consideração a realidade enfrentada pelo País, não se mostra efetivo incluir no marco legal de Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas disposições "emprestadas" de outras legislações já aplicáveis ao caso. Além de não representar avanço legislativo, fere a boa técnica legislativa ao dispor sobre mesmo assunto já disciplinado por outra lei sem que trate de complemento da lei existente, a teor do que dispõe o art. 7º, inciso IV da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito aos arts. 13-B e 13-C, caput, que se pretende incluir no Código de Processo Penal, os quais correspondem, respectivamente, aos arts. 16 e 17 da Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850, de 2013). Destaque-se que o Tráfico de Pessoas no Brasil é praticado, na maioria das vezes, por organizações criminosas, devido às circunstâncias operacionais próprias deste crime. Essa situação fica evidente tanto no que se refere ao tráfico internacional, como ao tráfico interno. Nessa perspectiva, aplica-se diretamente a Lei nº 12.850, de 2013 aos crimes de tráfico de pessoas. Ademais, o art. 9º do Substitutivo da Câmara, o qual está sendo acatado pelo Senado Federal, indica que a lei de organização criminosa é fonte subsidiária no que tange ao crime de tráfico de pessoas.

Nesta mesma perspectiva, trazemos à discussão os arts. 13-E e 13-F, que repetem, quase integralmente, os arts. 13 e 15 do Marco Civil da Internet, a Lei nº 12.965, de 2012. O referido diploma legal estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, ou seja, trata-se de lei que traz diretrizes para atuação em todo o País. Portanto, não há efetividade prática em incluir os mesmos dispositivos, com a mesma redação, no Código de Processo Penal, e ainda, por meio de um projeto que possui como fim específico o enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A guarda de registros de conexão e registros de acesso a aplicações de internet já está devidamente disciplinada no Marco Civil e é plenamente aplicável aos crimes abordados neste projeto.

Ressalte-se, ainda, que a legislação vigente traz detalhadamente os procedimentos aplicáveis ao uso da internet, com base em princípios e fundamentos sólidos. Trazer o recorte de alguns desses artigos para inclusão na legislação processual penal poderia acabar por restringir, em certa medida, o âmbito de aplicação da Lei já em vigor no que tange à investigação criminal e uso da internet.

Por fim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o texto do substitutivo cria o Cadastro Nacional de Traficantes de Seres Humanos no art. 809-A. Entende-se que, nesse aspecto, a redação final do Senado atenderia de forma mais efetiva os fins que se buscam com a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, uma vez que autoriza a criação, pelo Poder Público, de um sistema de informações que visa a coleta e gestão de dados, tal como consagrado no art. 9º do texto do Senado.

O texto proposto no Substitutivo possui conteúdo aberto, sem especificar quem seriam os responsáveis pela criação e manutenção do Cadastro. Além disso, o projeto de lei ordinária de iniciativa de parlamentar não poderia criar obrigações para outros poderes da República, incorrendo em vício de iniciativa se o fizesse. Reitera-se que o texto correspondente do Senado (art. 9º) favorece a gestão pública nos pedidos de criação e evolução de sistemas de informações. Já existe todo um esforço realizado para o alinhamento na coleta de dados para a geração de informações entre distintos órgãos públicos e tal dispositivo fortalece a base para esta articulação institucional.

Com base nos argumentos aduzidos, sugere-se a supressão do art. 10 do SCD, excetuados os arts. 13-A e 13-D e a manutenção do art. 9º do texto do Senado Federal.

O art. 11 do SCD traz alterações ao tipo penal de redução à condição análoga à de escravo que fogem ao escopo da proposta. Somos pela rejeição da inovação.

O texto da Câmara aumenta a pena do crime de redução de alguém à condição análoga à de escravo, bem como adiciona o motivo de "orientação sexual", que, juntamente com outros hoje previstos (raça, etnia, religião etc.), aumenta a pena em metade. Trata-se de um desvio de caminho que não julgamos relacionado com o âmago da proposta.

O art. 12 (art. 11 original) do SCD fez várias alterações à redação do tipo penal do tráfico de pessoas proposta pelo Senado Federal. A redação original é mais simples e direta. A redação nova quis embutir o tráfico interno e o internacional no tipo principal – quando a original previa aumento de pena para o caso de a vítima ser traficada para o exterior, o que nos parece ser a melhor estratégia legislativa. Essa estratégia nos parece mais consoante com o Protocolo Adicional da Convenção das Nações Unidas que trata do Crime Organizado Transnacional, relativo ao tráfico de pessoas (Decreto nº 5.017, de 2004). A ação principal é colocada em relevo no caput e as suas circunstâncias, elencadas no Artigo 3 do Protocolo, são destrinchadas no restante do tipo penal.

O texto da Câmara ainda aumentou a pena mínima, o que nos parece desproporcional com outros crimes graves previstos no Código Penal. Outrossim, incluiu a obrigação para o condenado de participar de curso de ética e direitos humanos durante a execução da pena, o que deve ser deixado ao programa individualizador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

da pena a ser proposto pela Comissão Técnica de Classificação, em caso de regime fechado (art. 8º da Lei nº 7.210, de 1984).

Em suma, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas redigiu um tipo penal com base em suas investigações, o qual merece ser preservado. Contudo, verifica-se a importância de se preservar o caput do art. 149-A aprovado no Substitutivo, o qual contempla expressão que toma irrelevante o consentimento da vítima para a configuração do delito contido na norma. Tal mudança é essencial, uma vez que Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo) dispõe expressamente que o consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas será considerado irrelevante (art. 3º, "b").

O Substitutivo também inovou ao trazer um crime novo, o de realizar modificações corporais sem consentimento da vítima, o que foge ao espírito da proposta original. O art. 15 do Substitutivo também traz inovação que foge ao escopo da proposta original: altera os crimes de remoção e compra de partes do corpo humano. Propomos, assim, a supressão dos arts. 13 e 15 do Substitutivo.

Há preciosismo excessivo na redação proposta para o novo crime, o que pode tornar cirurgias e transplantes mais custosos. A redação dá a entender que todas as operações que tragam risco ao paciente serão doravante criminalizadas. Não identificamos o bem jurídico que se quer tutelar, o que foge ainda ao escopo da lei que se quer alterar – Lei nº 9.434, de 1997, que trata dos crimes de remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, eminente Senador e médico Ronaldo Caiado.

Propostas que mereceriam ser discutidas em projeto de lei específico e autônomo.

No que tange à alteração da Lei n" 8.072, de 1990, sugere-se a supressão do art. 14 do substitutivo. Não nos parece que incluir o Tráfico de Pessoas no rol dos crimes hediondos represente mecanismo adequado para impedir a ocorrência desta prática.

Vale mencionar, até para não seguirmos na banalização da tipificação de crimes hediondos, a título de exemplificação, que a própria lei dos crimes hediondos e o aumento do rigor no tratamento jurídico-penal do crime de tráfico de entorpecentes foram importantes colaboradores para o crescimento exponencial da população carcerária ensejando, dentre outros pontos negativos, o fortalecimento e a formação de facções criminosas.

Todavia, não houve, em razão desse endurecimento das penas, grande impacto sobre os indicadores de violência e criminalidade.

Acrescente-se a isso os reduzidos percentuais de casos esclarecidos pela polícia judiciária em face das dificuldades nas investigações que apontam para a necessidade de reestruturação das forças de segurança pública, sob pena de o Direito Penal prosseguir como algo simbólico, na medida em que apenas estabelece penas.

A categoria "crimes hediondos" deve estar reservada aos crimes mais graves, que atingem um grande número de vítimas. O aumento desse rol tende à banalização das condutas consideradas pela sociedade como odiosas, repulsivas ou desumanas. A Lei de Crimes Hediondos não produz, por si só, nenhum efeito desestimulador da prática dos crimes ali previstos como hediondos. O aumento do rol desses crimes certamente terá eficácia bastante reduzida ou inócua como instrumento de contenção da violência e manutenção da paz social, como resta comprovado por dados estatísticos.

O art. 16 do SCD traz várias alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, na nossa avaliação, umas são meritórias e outras não agregam valor algum, fugindo ao espírito do texto original da proposta. Não se recomenda o acatamento das alterações contidas no SCD sobre esse objeto.

Primeiramente, a proposta de inclusão do §3" ao art. 39 do ECA, apesar de contemplar importante preocupação com a vedação da intermediação de adoções internacionais por pessoa físicas, acabar por excluir a possibilidade de intermediação de tais processos pelas Autoridades Centrais, mecanismo que, além de adequado, vem sendo utilizado em um número elevado de casos, inclusive na experiência da Autoridade Central Administrativa Federal brasileira. Além disso, deixar de prever a possibilidade de intermediação pelas Autoridades Centrais parece descumprir a Convenção de Haia de 1993 relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, internalizada ao ordenamento jurídico brasileiro por força do Decreto n" 3.087, de 1999. Isso porque esse tratado prevê expressamente as Autoridades Centrais ao lado dos organismos credenciados como entes hábeis a intermediar a adoção internacional.

Adicionalmente, aponta-se que a exclusividade da intermediação por organismos credenciados gera aumento de custos aos adotantes nos processos de adoção. A intervenção por tais organismos é, em regra, onerosa, por tratar de serviços prestados por entes privados (os organismos credenciados), enquanto a adoção por intermédio das Autoridades Centrais é gratuita.

No que diz respeito à inclusão do inciso IV ao §13 do art. 50 do ECA, considera-se, também, inadequado o acolhimento do Substitutivo da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Trata-se do difícil tema da "adoção à brasileira", prática que, embora comum, não se mostra apropriada pois acaba por ocorrer, em regra, sem a possibilidade de atuação protetiva ou controle das autoridades envolvidas nos processos de adoção de crianças.

A proposta substitutiva da Câmara dos Deputados também parece gerar dificuldades no que diz respeito à inclusão dos incisos IV e V, ao parágrafo 1º, do artigo 51 do ECA, razões estas que, em consequência, recomendam seu não acolhimento. A menção a país "signatário", em vez de "Estados partes" pode gerar o risco da apresentação de pedidos de adoção por pessoas residentes em países que ainda não ratificaram o tratado, situação que tem por consequência a impossibilidade de aplicação das obrigações contidas na Convenção de Haia de 1993, uma vez que o tratado não gera qualquer efeito enquanto não ratificado.

Quanto ao inciso V do mesmo dispositivo, ainda que sua preocupação seja adequada, entende-se que apresenta pouca eficácia prática, na medida em que a concessão de nacionalidade é decisão dos países. É irrelevante, para tais fins, que o adotante apresente compromisso para providenciar a aquisição de nacionalidade. Além disso, a própria Convenção de Haia de 1993 já apresenta todos os mecanismos para efetivação de adoções internacionais, disciplinando, inclusive, a aquisição de nacionalidade pela criança ou adolescente adotado.

Ainda no que diz respeito à proposta de alteração do §3° do art. 51 do ECA, contida no substitutivo da Câmara dos Deputados, considera-se que seu acolhimento também gera dificuldades. A previsão de "intervenção obrigatória" da Autoridade Central Federal nas adoções internacionais poderá gerar o entendimento de que a instituição deverá participar do processo judicial de adoção. Contudo, esta não parece ser a forma adequada de atuação desta Autoridade, nos termos da Convenção de Haia de 1993. A redação atual do ECA, neste ponto, parece mais sensível às características diferenciadas de tal procedimento, razão pela qual sugere-se sua manutenção, afastando-se a proposta da Câmara dos Deputados.

Além disso, no que diz respeito à parte final no dispositivo ("e, cinco anos após esse prazo..."), inexiste na Convenção de Haia de 1993 previsão para envio de relatório produzido depois de sete anos da efetivação da adoção (envio de relatório cinco anos depois dos relatórios que já são enviados nos dois primeiros anos após a adoção). Ou seja, a inclusão dessa cláusula, no ECA, poderá não ter qualquer efetividade, na medida em que os adotantes estão sujeitos ao ordenamento jurídico de outro pais, onde provavelmente não existirá obrigação semelhante.

Importante mencionar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que tal imposição tem, novamente, o condão de aumentar os custos econômicos impostos aos adotantes, uma vez que a realização de tais relatórios, por sua complexidade, mostra-se custosa.

Por fim, aponta-se que a previsão de remessa de tais relatórios ao posto consular não parece garantir, por força das atribuições do Ministério das Relações Exteriores, que tais relatórios serão objeto de análise profissional qualificada que tenha o condão de avaliar, com efetividade, seu conteúdo, como as análises de natureza social e/ou psicológica, por exemplo.

Ainda sobre o art. 16 do substitutivo, há a pretensão de alterar o caput do art. 60 da Lei nº 8.069, de 1990, e acrescentar vários parágrafos para dispor sobre hipóteses ensejadoras de trabalho de crianças e adolescentes em representações artísticas, prestação de serviços fora do país e autorizar que adolescentes maiores de 14 anos e menor de 16 anos de idade possam realizar atividades de formação de atletas, na condição de aprendiz.

A Constituição Federal assegura o direito à educação e à prática desportiva em qualquer idade. Contempla também a possibilidade de competir, em qualquer idade, desde que em ambiente educacional e de participação. Mas está veementemente proibido o exercício de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

Entendemos que a medida tem potencial para prejudicar a formação no exterior de artistas menores de 16 anos. Consideramos que o trabalho de menores de 14 anos somente deve ser proibido caso seja concretamente lesivo aos direitos e interesses da criança ou do adolescente. Dessa forma, deve ser proibido o trabalho perigoso, insalubre, desumano, impróprio ou mesmo ofensivo a direitos e interesses como o lazer, a educação e o convívio social, assim como familiar. Portanto, não vemos razão para impor restrições que na prática tornaria proibitivo o trabalho artístico, inibindo inclusive o potencial e a vocação de tantos e tantos brasileiros.

Ademais, a Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, a conhecida e popular Lei Pelé, que trata das normas gerais do esporte, disciplina os requisitos mínimos para que as pessoas com mais de 14 anos possam iniciar um processo de profissionalização por meio de um contrato de formação desportiva, que deve ser realizado dentro do território nacional, observadas as disposições previstas, por óbvio, na Constituição Federal, na Lei da Aprendizagem, e no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com a Lei Pelé, o atleta pode ser profissional a partir dos 17 anos de idade e a transferência do atleta profissional para clubes estrangeiros é processado segundo regras estabelecidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e pela FIFA, que proíbem as transferências de atletas para o exterior antes de completarem 18 anos de idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Registre-se que a transferência internacional de atletas menores de dezoito (18) anos de idade será realizada apenas com a estrita observância das normas da FIFA, especialmente do art. 19 do Regulamento sobre o Estatuto e Transferência de Jogadores.

O art. 45 da Lei Pelé internaliza as regras de funcionamento das transferências conforme as regras da FIFA, condicionando sua aplicabilidade aos termos do referido art. 19 do regulamento apenas a atletas maiores de 18 anos.

O art. 141 é um truísmo. Desnecessário e, a meu juízo, redundante.

Suprimimos a alteração feita no art. 149, pois a redação traz erro: "menor de 18 e maior de 16 anos" só abarca pessoa de 17 anos!

Sobre o art. 167, a questão que fica é: a criança com mais de 3 anos então pode ter sua guarda provisória ou estágio de convivência entregue a pessoas que não estejam inscritas no cadastro de adoção? De qualquer forma, tal dispositivo perde sentido com a retirada do inciso IV do §3º do art. 50.

Dessa forma, suprimimos o art. 16 do Substitutivo que foi incorporado ao projeto original. Uma alternativa seria buscar o aprimoramento desse tema, o que não pode ser feito, regimentalmente, nessa oportunidade, em oportunidade futura, quem sabe, por regulamentação própria. De igual forma, também fogem ao espírito da proposta original as alterações relativas à contratação de atletas e de modelos e manequins. A vedação do agenciamento nesses casos sem excetuar pessoas jurídicas contraria prática bastante consolidada de atuação de agências de modelos nesse mercado, sendo mais razoável reforçar a regulamentação dessas empresas do que proibir sua atividade.

As inovações trazidas com os arts. 19 e 20 são importantes para conscientizar a sociedade do tráfico de pessoas e suas consequências sociais. Instituir o Dia Nacional do Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, assim como campanhas sobre o tema, são medidas simples que trazem o problema à tona e produzem inestimável valor social, chamando, por óbvio, o interesse da sociedade.

O período de vacatio legis é importante e precisa ser preservado, em razão das várias alterações propostas na legislação vigente. Dá mais tempo para as instituições envolvidas se prepararem. Por fim, o ajuste realizado pela Câmara ao art. 14, que revoga os atuais tipos penais de tráfico de pessoas, é mais adequado à boa técnica legislativa.

Em razão de todos esses ajustes, propomos a retomada da ementa do texto original do Senado Federal.

O Brasil, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, promulgou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas relativo ao tráfico de pessoas por meio do Decreto nº 5.017, de 2004, mas que não oferece o grau de proteção à vítima que o PLS nº 479 oferece. A crise migratória, o fenômeno migratório que o mundo vem enfrentando tem como uma de suas causas o tráfico internacional de pessoas, e intimamente relacionado a ele o contrabando de migrantes. Tais crimes se alimentam da pobreza e dos conflitos armados no mundo.

O tráfico é ainda mais grave, pois o consentimento da vítima é irrelevante, é geralmente executado sob malogro, e envolve a exploração da vítima após a chegada ao destino, para a obtenção de benefícios econômicos. A proposta ora em exame traz inovações importantes para a abordagem preventiva e repressiva do tráfico de pessoas no Brasil.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, por todos esses argumentos que considero bem fundados, somos pela aprovação do SCD nº 2, de 2015, com as seguintes alterações:

a) manter a redação original da ementa e do art. 1º do PLS nº 479, de 2012;

b) manter a redação original do inciso II, do art. 6º do PLS nº 479, de 2012;

c) suprimir o art. 7º do SCD e manter o art. 12 do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 7º;

d) manter o art. 9º do PLS nº 479, de 2012, renumerando-o como novo art. 10;

e) manter os arts. 13-A e 13-D, e suprimir os arts. 13-B, 13-C, 13-E até 13-G e 809-A, do art. 10 do SCD;

f) suprimir o art. 11 do SCD e manter o art. 10 do PLS nº 479, de 2012;

g) suprimir o art. 12 do SCD, com exceção do caput do art. 149-A, e manter o art. 11 do PLS nº 479, de 2012, aproveitando a redação conferida nos incisos e parágrafos originais do art. 149-A;

h) suprimir o art. 13 do SCD;

i) suprimir o art. 14 do SCD;

j) suprimir o art. 15 do SCD;

k) suprimir o art. 16 do SCD;

l) suprimir o art. 17 do SCD;

m) suprimir o art. 18 do SCD;

o) suprimir o art. 21 do SCD, e manter o art. 15 do PLS nº 479, de 2012.

É como relato, Sr; Presidente, submetendo, naturalmente, à Comissão de Constituição e Justiça a incorporação desses elementos, considerando a nova conjuntura do fenômeno migratório, não apenas do ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de vista interno, mas do ponto de vista externo, no formato da América do Sul e o que estamos observando mundo afora.

Portanto, nós estamos proporcionando à legislação brasileira um marco legal que nos parece muito preciso e que foi conduzido com muito debate e muito diálogo, inclusive com as autoridades que lidam diretamente com esse tema, sobretudo aqueles quadros, aos quais quero agradecer, do Ministério da Justiça, que foram absolutamente fundamentais para que nós pudéssemos concluir a nossa convicção.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o relatório que acabou de ser lido pelo Senador Ferraço. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, a matéria vai ao Plenário.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.

Autoria: Procurador-Geral da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 22/06/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;
- Em 07/07/2016, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço contrário ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o voto em separado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, com toda vênia de V. Exª, eu gostaria de solicitar antes que pudéssemos dar regime de urgência ao projeto que foi aprovado aqui, na Comissão, para que, na primeira oportunidade, deliberássemos sobre ele no plenário do Senado Federal. Devemos considerar que esse projeto tramita há alguns anos no Senado Federal, e há uma grande expectativa para que façamos esses ajustes na legislação.

Peço a V. Exª que submete ao Plenário o regime de urgência para essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação a urgência.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a urgência, o projeto passa a ter o tratamento regimental de projeto em regime de urgência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, Encontra-se em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2016, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República. Por óbvio, não se trata do subsídio apenas do Procurador-Geral da República, mas, por efeito cascata e de vinculação, isso traz enorme impacto em nossos Estados.

Esse projeto, Sr. Presidente, contém quatro artigos. No art. 1º da proposição, é definido que o subsídio mensal do Procurador-Geral da República será de R$36.713,88 a partir de 1º de junho de 2016, passando a R$39.293,32 a partir de 1º de janeiro de 2017.

Já o art. 2º Já o art. 2º do PLC determina que as despesas resultantes da aplicação da proposta correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público da União. O art. 3º estabelece que a implementação do disposto na lei proposta observará o art. 169 da Constituição Federal. Finalmente, o art. 4º define que a lei proposta terá vigência na data de sua publicação.

A matéria foi distribuída para análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posterior encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos, assim que houver deliberação por parte desta Comissão.

Na CCJ, foi relatada pelo eminente Senador Valdir Raupp, que apresentou relatório concluindo pela aprovação do PLC nº 28, de 2016. Posteriormente, foi concedida vista coletiva.

E estamos apresentando um voto em separado recomendando a rejeição dessa proposta pelos fundamentos que apresentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Conforme preceitua o art. 132, § 6º, inciso I, do RISF, é permitido ao membro da Comissão que não concordar com o relatório dar voto em separado, o que fazemos nesta oportunidade.

Preliminarmente, cabem aqui questionamentos a respeito do não atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre os projetos de lei que resultem em aumento de despesa de pessoal. Importante chamar a atenção, Sr. Presidente, que estamos afastando, estamos impitimando uma Presidente da República exatamente por ter atentado contra as leis fiscais e orçamentárias do nosso Pais – consagrado no art. 85 da Constituição Federal. E por ter atentado contra as leis fiscais e orçamentárias do País, a Presidente afastada mergulhou o nosso País em uma crise econômica de elevada repercussão social. A parte mais perversa desse impacto social, naturalmente, são os 12 milhões de brasileiros, Senador Caiado, que têm carteira de trabalho, mas não há aplicação para ela.

Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o impeachment da Presidente Dilma têm precisam ter um efeito pedagógico, didático, sobretudo para essa quadra fiscal que o nosso País está enfrentando. Não há, na história da República brasileira, uma quadra fiscal tão complexa como esta, que pode comprometer, sim, nos próximos anos, a solvência do Estado brasileiro, na medida em que estamos caminhando para termos 75% da nossa dívida bruta em relação ao nosso PIB. E as concessões não param. Nós estamos contratando despesas sem analisarmos se temos, no curto, médio e longo prazo, receitas para poder honrar essas despesas.

Chamo a atenção porque isso me parece fundamental e verdadeiro nessa quadra brasileira.

Mas, Sr. Presidente, segundo o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal – vejam bem V. Exª e todos os membros desta Comissão – são nulos os atos que não tragam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício da entrada em vigor e nos dois seguintes. Trata-se de uma premissa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo deve ser acompanhado de memória de cálculo, já que a ausência das premissas e metodologia empregadas impede que o Congresso Nacional faça qualquer avaliação técnica da correção das estimativas apresentadas. Do contrário, nos tornaremos meros carimbadores dos valores apresentados.

Além disso, o acesso a esses anexos e a essas memórias é pré-condição para um juízo de valor.

Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (LDO 2016) reitera e detalha as exigências da LRF, ao dispor:

Art. 98. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de: I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal; II - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta, por poder ou órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando ativos, inativos e pensionistas;

Até o momento, salvo engano, não foi apresentado o demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta por órgão (art. 20 da LRF), destacando ativos, inativos e pensionistas. Também, Sr. Presidente, novamente salvo melhor juízo, não foi comprovado se serão respeitados os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela LRF.

Não apenas o Poder Executivo deve cumprir limites com gastos de pessoal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas isso serve para a Justiça, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas e assim por diante. Portanto, é uma determinação para o Estado brasileiro.

Entre as informações exigidas pela LRF e pela LDO 2016, mas não enviadas ao Congresso Nacional pelo órgão a quem compete o controle administrativo, cito:

(i) estimativas dos impactos orçamentários-financeiros do reajuste do subsídio do Procurador Geral da República, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas;

(ii) demonstração, de que as novas despesas, conjugadas com a evolução legal das atuais despesas de pessoal, considerando as expectativas de novos provimentos, não resultará na ultrapassagem dos limites de despesas com pessoal estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Temos que ressaltar que, quando oficiado, o Ministério Público da União encaminhou tempestivamente estas informações para o caso do PLC 26, que trata do reajuste dos seus servidores (analistas e técnicos). No entanto, do material encaminhado à época não constam os efeitos do presente PLC, que impacta o pagamento dos seus membros.

Neste sentido, seria necessário o envio desta estimativa de forma a comprovar o cumprimento das normas constitucionais e legais, que cabe a esta CCJ avaliar e corrigir, se necessário. Salvo engano, não nos foi possível identificar o envio desta nova estimativa de forma a permitir que seja avaliado o cumprimento do comando constitucional.

Com relação ao reajuste proposto no PLC nº 28, de 2016, é importante lembrar que o valor do subsídio mensal do Procurador Geral da República – como disse anteriormente e vou reafirmar – também apresenta impacto, não só na União, mas também em Estados brasileiros. E aí é preciso, Sr. Presidente que a gente não deixe de considerar a deterioração da condição fiscal dos nossos Estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agora mesmo, os Estados brasileiros estão em negociação com o Congresso, com proposta sendo debatida na Câmara e depois no Senado para uma moratória, segundo os Estados, porque não estão em condição de honrar os seus compromissos. Então, a decisão que adotarmos aqui não guarda apenas relação e impacto com o Orçamento da União, guarda impacto também com o Orçamento dos nossos Estados, repetindo, pelo valor e pelo critério da vinculação e do efeito cascata.

De acordo com estimativa elaborada pela própria Consultoria de Orçamento do Senado da República, apenas a elevação dos subsídios dos membros dos Ministério Públicos estaduais irá gerar um impacto nos estados superior a R$1,1 bilhão por ano, Sr. Presidente.

Este impacto irá ocorrer em um contexto de crise fiscal vivenciado pelo País. A deterioração das contas públicas fez com que a dívida bruta saísse, Sr. Presidente, de 54% do Produto Interno Bruto, em 2012, para 67% do Produto Interno Bruto em 2015, e a perspectiva é de piora, em função do quadro recessivo que vive o nosso País e em função de o Estado brasileiro continuar contratando despesas, inclusive, para além do tempo de mandato do governante, como se estivéssemos comprometendo não apenas o presente, mas também estivéssemos, por certo, comprometendo um futuro.

Claro que não estamos tratando aqui apenas de uma matéria específica como esta, não, estamos tratando do conjunto da obra, das dezenas de propostas encaminhadas ao Congresso e que, salvo melhor juízo, continuarão sendo encaminhadas e continuarão a merecer de mim uma visão muito crítica e muito verdadeira, em que pese eu ter que manifestar aqui, neste particular, um apreço extraordinário pelo papel que o Ministério Público Federal e estadual cumpre em nosso Estado, em nosso País.

Sabemos que, portanto, a questão fiscal brasileira vem de longe, Sr. Presidente. Nos últimos 20 anos, o gasto primário real da União cresce ao ritmo de 6% ao ano, muito acima do crescimento do PIB. Ou seja, estamos gastando aquilo que não temos para gastar, Sr. Presidente. Quando se gasta aquilo que não se tem para pagar, o que se faz no caso do Governo? Ele faz uma espécie de piquenique na sombra alheia, quem tem que pagar a conta é o contribuinte.

No caso do empreendedor privado, não. Quando ele está em dificuldade, o que ele faz? Uma recuperação judicial ou mesmo a falência, comprometendo, inclusive, a geração de emprego e oportunidade,

O último resultado mensal, Sr. Presidente, do Tesouro Nacional é um reflexo dessa triste narrativa, mostrando o pior mês de maio desde o início da série história, em 1997. O pior resultado em quase 20 anos! No acumulado do ano, a receita líquida total caiu 5% em termos reais. Isso em um país que apresenta uma das maiores cargas tributárias do mundo, ou seja, onde não há espaço para aumento de impostos. E, até aqui, muitas das deformações do Estado brasileiro foram corrigidas pelo aumento da carga tributária. Só que bateu no topo, Sr. Presidente, e a sociedade brasileira não está disposta, muito menos eu, como representante de parte da sociedade brasileira, a autorizar qualquer tipo de expansão de carga tributária, sobretudo num ambiente em que o Governo, de uma forma geral, está expandindo a despesa pública, quando o que nós devíamos estar fazendo seria cortar na carne e fazer a economia necessária.

A realidade dos Estados, infelizmente, também não se apresenta de forma diferenciada, Sr. Presidente. É importante ressaltar que, ao tratar de questões financeiras atinentes a entes da Federação, o Senado, que é a Casa da Federação brasileira, tem adotado posicionamento de não permitir atos da União que possam aumentar encargos para os demais entes da Federação. A exceção a esta regra seria nos casos em que houvesse a previsão de transferência de recursos financeiros em montante suficiente para o custeio de eventuais encargos transferidos. Exemplos de posicionamento neste sentido foram as aprovações, pelo Plenário do Senado, das Proposta de Emenda à Constituição nºs 84 e 128, ou seja, determinando que, quando o Congresso brasileiro crie despesas para Estados, ele também indique a fonte que vai financiar essas despesas, porque, do contrário, estaremos aqui criando despesas mas não indicando a fonte que vai compensar essas despesas, contrariando propostas de emenda à Constituição que nós, Senadores da República, aprovamos aqui no Senado e aprovamos aqui, inclusive, na Comissão de Constituição e Justiça. Ou seja, criamos a despesa, mas não indicamos a fonte.

Ora, ao aprovar o reajuste proposto ao subsídio do Procurador-Geral da República e dos demais membros dessa honrosa instituição, em um contexto de crise fiscal sem precedentes, sem considerar os seus efeitos sobre os demais entes da Federação, parece-me que seria um absoluto contrassenso.

Sr. Presidente, este não é o momento. Esta é uma matéria inconveniente, intempestiva, primeiro porque estamos vivenciando uma economia de período de pós-guerra. No momento de pós-guerra, o que nós precisamos é socializar o sacrifício. O povo brasileiro, que não goza, enfim, de estabilidade no emprego, paga com o seu emprego, paga com o sacrifício da sua família a recessão econômica, a carestia que solapa a renda.

E nós, no setor público, estamos fazendo de conta que essa crise não é avassaladora e que essa crise não está trazendo enormes complicadores estruturais para o nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Portanto, esta matéria, não apenas no formal, como eu disse aqui, Sr. Presidente, não pode tramitar porque é uma matéria que vem afrontando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como é que afastamos a Presidente da República porque violou a Lei de Responsabilidade Fiscal e aqui fazemos de conta que a lei vale para uns e não vale para outros? Não consta, enfim, do processado as informações que a lei determina que possam se fazer presentes para o nosso juízo de valor.

Portanto, Sr. Presidente, por essas questões todas é que estamos apresentando um voto em separado pela rejeição dessa proposta, uma vez que a considero absolutamente impertinente, Sr. Presidente, inconveniente, intempestiva para com a realidade maior da sociedade brasileira.

É como relato, Sr. Presidente, concluindo pela rejeição dessa proposta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Relator, em primeiro lugar, pela sua condição de Relator, Senador Valdir Raupp para suas considerações finais.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo perfeitamente a preocupação do nobre Senador Ricardo Ferraço.

O Relator de um projeto é o mediador das partes. Eu já relatei centenas de projetos aqui, no Senado Federal, nesses últimos 14 anos e posso afirmar que sempre procuramos conversar com as partes interessadas no projeto, em qualquer projeto, em alguns deles fazendo inclusive audiências públicas, muitas audiências públicas.

E esse projeto veio da Câmara dos Deputados, foi discutido amplamente na Câmara dos Deputados, creio que desde o governo anterior, antes do Governo Temer. Ele desaguou agora no Governo Temer, aprovado já na Câmara dos Deputados. Aqui, no Senado Federal, já tivemos reuniões com o Ministro do Planejamento, com a Casa Civil, enfim, com a Secretaria da Fazenda. Trata-se de um projeto que vem sendo discutido há muito tempo. A informação que temos – como eu disse, o Relator é o mediador das partes, e nesse caso é as partes são o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República, todas as entidades estaduais e nacional do Ministério Público da União e dos Estados – é que isso já esteja dentro do orçamento. As planilhas já foram inclusive entregues ao Senador Ferraço, ainda que atrasadas, ou seja, antes do relatório, e a mim chegou em mãos também há pouco tempo. Essas planilhas estão perfeitamente dentro das previsões orçamentárias de 2016/2017.

Aqui, nesta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, penso que deveríamos discutir a constitucionalidade, a juridicidade, e deixar para discutir a questão do impacto orçamentário de receitas lá na Comissão de Assuntos Econômicos, uma vez que esse projeto ainda vai para lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas V. Exª me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Se já votamos aqui o projeto semelhante do Judiciário, não é justo que fique para trás o do Ministério Público.

Então, vamos votar aqui o nosso relatório para que ele possa alcançar o outro, cujo Relator foi o Senador José Maranhão, que já está na Comissão de Assuntos Econômicos e onde vamos travar esse debate da questão orçamentária e de impacto. Não será aqui na CCJ. Aqui, tratamos da questão de constitucionalidade e juridicidade e não da questão econômica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É exatamente isso que eu estou discutindo, com a vênia dos que estão com pressa. Mas acho que uma matéria como esta merece, enfim, discussão.

O que nós fazemos aqui na Comissão, Senador Valdir Raupp, com a vênia de V. Exª, é discutir de fato o controle do constitucional. Eu não estou ainda discutindo aqui o mérito desses impactos. Eu estou dizendo a V. Exª que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que propostas como esta, para serem deliberadas, necessitam de um conjunto de informações – informações que não constam do projeto. A planilha que me foi entregue agora é esta aqui: uma folha. Eu não sei de quem é essa responsabilidade e tampouco tem aqui, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, a memória dos cálculos. Porque é isso que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma premissa. Então, é o controle do constitucional mesmo que estamos trazendo aqui à baila para consideração de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Senador Ferraço, os outros projetos que por aqui passaram só foram juntadas essas planilhas na Comissão de Assuntos Econômicos. Hoje, chegaram aqui também na CCJ. Mas aos outros projetos que por aqui passaram – e já foram vários – só foram justadas essas planilhas de cálculo na Comissão de Assuntos Econômicos e não aqui, na CCJ. É essa a consideração que queria fazer e peço que juntem ao processado as planilhas que já chegaram aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Está inscrito, em primeiro lugar, o Senador Benedito de Lira, a quem concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos aqui há algum tempo e quero cumprimentar o Senador Ferraço pelo zelo, pelo cuidado e pela dissertação que fizera no que diz respeito aos impactos financeiros que podem gerar este e outros projetos das diversas outras categorias, inclusive, do Poder Judiciário, que já vieram para esta Casa.

Estou de acordo plenamente com o parecer do Relator, porque aqui não estamos analisando mérito. O mérito deste projeto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Aliás, todos esses projetos que vieram da Câmara para esta Casa foram todos chancelado pelo Ministério do Planejamento. Aliás, cada entidade, cada órgão, cada Poder já tem o seu orçamento. Evidente que está dentro do orçamento do Ministério Público Federal os recursos que serão disponibilizados para arcar com o ônus deste projeto de lei, no próximo ano, com a proposta orçamentária que está tramitando já no Congresso Nacional.

Disse muito bem o nobre Senador Ferraço, zeloso, cuidadoso, só que, aqui, caracteristicamente, se apreciará a juricidade, a constitucionalidade e a técnica legislativa. O mérito da matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Por essa razão, eu voto com o parecer do Relator, Senador Raupp, considerando que outros projetos já passaram por aqui e concedem aumentos ao Poder Judiciário, a outras categorias do Poder Executivo, e é evidente que este também está dentro da mesma condição.

Por essa razão, peço vênia a V. Exª, pelo seu cuidado, pois o seu parecer está muito bem estruturado, mas vamos discutir essa matéria com essa veemência lá na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente.

O meu voto é pelo parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Do meu ponto de vista e ao que tenho assistido em nível nacional, infelizmente o povo brasileiro terá de pagar todas as contas desse processo eleitoral que nós vivemos hoje, onde sai Presidente, entra Presidente.

Eu dou um exemplo simplificado de um pai que tem dez filhos, e os dez filhos têm dez cartões de crédito. Ao mesmo tempo, ou há o sacrifício de todos, ou não há o de ninguém.

O que aconteceu com o Governo? O Governo que aí está interinamente, para não ter vários setores do serviço público dos Poderes no seu calcanhar, acabou abrindo a porteira ou a porta e dando um certo aumento ou reajuste para algumas categorias, para alguns Poderes... Algumas instituições.

Nesse momento, agora, nós vamos estagnar e parar com as outras... Eu sempre digo o seguinte: "Onde passa um boi passa uma boiada." É o que a gente costuma dizer no interior.

Então, da mesma maneira que vemos hoje... Eu concordo com o Senador Ferraço em sua preocupação, mas por que o Governo que aí está, toda equipe econômica não se preocupou com o primeiro aumento que iria dar? Por que esse sacrifício não foi dividido com toda sociedade brasileira?

Hoje, do meu ponto de vista como Senador, o meu voto é a favor do relatório do Senador Valdir Raupp. Já que se abriram para algumas instituições, alguns Poderes e algumas categorias do serviço público, os demais não podem ser tratados com diferença.

Ah, mas quem está pagando a conta, paga a conta! Infelizmente, é a nossa sociedade, é a população. E já frisei, mas vou tornar a falar aqui que não me venham com projeto de aumento de imposto para cobrir o rombo, que eu não votarei favorável a aumento de imposto. Não vou! Corte-se na carne, corte-se do outro lado. Já que se abriu para algumas categorias, que se abra para todo mundo.

Por isso, nesse momento já foi aberto, por essa questão política, por conjuntura, para não ter reivindicação, manifestação de um lado e de outro. E ao mesmo tempo, hoje, tanto o Ministério Público como outras categorias em outras áreas do serviço público estão procurando esse realinhamento; porque na verdade não é nem aumento, é um realinhamento do salário, que está ficando defasado.

Enquanto a sociedade inteira, todos os empresários, os comerciantes e os funcionários estão pedindo pelo amor de Deus para os patrões os segurarem no emprego, sem pedir aumento. Nós abrimos e concedemos, com aval do Governo Federal, do Ministro da Fazenda e do Ministro do Planejamento, aqui nesta Comissão, demais Comissões e também com o Plenário autorizando.

Portanto, eu não acho justo discriminar o Ministério Público, a Polícia Federal ou outras instituições nossas. Então, sou a favor do relatório do Senador Valdir Raupp, por mais que o Senador Ferraço tenha a preocupação com isso.

Senador Ferraço, o Governo Federal precisava ter se preocupado com o primeiro projeto que estava em andamento aqui nesta Casa. Não se preocupou, deixou passar. Agora que passou, toda categoria que vier para cá tem o voto favorável do Senador Ivo Cassol para qualquer aumento dentro da perda da inflação, que está corroendo o salário de todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Por isso, meu voto é favorável, com o Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Com todo respeito ao relatório, à posição e ao voto em separado do Senador Ricardo Ferraço, eu quero discordar dele. Entendo a importância do Ministério Público, tanto federal como estadual. A gente não pode... Sou empresário e, no meu ponto de vista, não podemos nivelar nosso País: "Ah, porque temos 11 milhões de desempregados, todas as categorias ou qualquer outro setor não pode ter a garantia dos seus direitos."

Nós e o Governo temos obrigação de incentivar a economia, de diminuir os juros e fazer o refinanciamento das dívidas fiscais, bancárias, tributárias das empresas que estão sufocadas hoje para, assim, garantir os direitos àquele que o tem.

Acredito que talvez poucos advogados hoje no País teriam interesse em se colocar a fazer um concurso, mesmo que tenham a estabilidade, para depois trabalhar ganhando R$36 mil por mês. Muitos advogados no Brasil... A maioria ganha hoje verdadeiras fortunas e esses profissionais responsáveis por fiscalizar as leis e pela aplicação delas, que têm um trabalho excepcional em todo o Brasil, ficam sujeitos a isso, não podem participar de outras atividades.

O reajuste de que se fala aqui hoje – que não é um reajuste, é a recomposição da inflação de 2014/2015 –, saindo do valor R$36.713,00 para R$39.233,00. É uma diferença muito pouca, é apenas a recomposição de parte de suas perdas. Isso está no Orçamento do Ministério Público Federal, isso está em harmonia com o art. 37 da Constituição e o meu voto é acompanhando o Relator, o nosso Senador Valdir Raupp, com todo respeito à posição do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e demais membros do Ministério Público que se fazem presentes como também da Procuradoria-Geral da República, é importante que esta discussão saia dessa tese maniqueísta de que o relatório do Senador Ferraço teria alguma coisa contra o Ministério Público. Pelo contrário, o que nós estamos discutindo aqui é uma conjuntura por que passa o País.

Então, não podemos aqui, ao não sabermos explicar, querer dizer que o relatório não contempla a realidade que nós deveremos voltar com o Relator, o Senador Raupp. Desculpem-me, mas não é por aí. Eu acho que nós temos uma vida que nos credencia em falar. Também nos momentos mais delicados do Ministério Público Federal, quando liderava meu Partido na Câmara dos Deputados, foi dentro da Liderança do Democratas que nós montamos a primeira estrutura para derrotarmos a PEC nº 37.

Ali, sim, era a verdadeira defesa do Ministério Público. Ali, onde queriam cercear direitos, limitar prerrogativas. E, nesta hora, ninguém mais do que nós ombreamos essa luta e tivemos uma vitória significativa num forte debate dentro das Comissão, como também no plenário.

Então, não vamos por essa tese de que ao não reajustar estaríamos contra uma entidade ou uma instituição.

Como o Senador Ferraço, eu sempre me coloquei aqui, desde o início dessa discussão, quando vieram aqui os aumentos de outras categorias, como também o teto do Poder Judiciário, entendendo uma coisa só, Sr. Presidente: quem conduziu o processo de afastamento da Presidente da República não foi a classe política. A classe política, agora, quer se apoderar de uma coisa que não é dela. Deputados e Senadores estão votando por uma pressão popular.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Fora do microfone.) – Muito bem!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O povo é que teve a iniciativa de ir para as ruas e iniciar um processo que desencadeou o afastamento da Presidente da República. Agora, alguns Deputados e Senadores querem se arvorar no feito de terem afastado a Presidente. Não afastaram nada! Nós estamos simplesmente, aqui, vocalizando aquilo que foi pressionado pela sociedade brasileira. Essa é a realidade.

Agora, eu pergunto – e sei que vários aqui também participaram dos movimentos de rua: existiu algum movimento, em algum lugar do País, que dissesse que a pauta fosse aumentar ou reajustar os salários daqueles funcionários que já têm estabilidade? Houve essa pauta? Essa pauta existiu?

A prioridade, então, é o aumento do Poder Legislativo, o aumento do Poder Judiciário, o aumento do Ministério Público, do Executivo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Aumento do Legislativo também.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sim, do Legislativo também.

Existiu essa pauta? Pelo contrário; o que nós assistimos foram exatamente pronunciamentos, por todos os quadrantes do País, no seguinte sentido: "Pelo amor de Deus, o que nós queremos é cortar principalmente o gasto público, O que nós não admitimos mais é ter que aumentar a carga tributária".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Os Senadores que me antecederam disseram que não vai haver aumento da carga tributária. Não vai ter como?! Já está tramitando aqui na Comissão o processo de aumento de carga tributária, elevando para 27,5% o imposto de transferência e de herança. Como é que não tem carga tributária?! Está em votação aqui!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Votar contra?! Mas como? O Estado vai pagar como? O Estado vai declarar falência?

Então, vejam bem: o que, de uma certa maneira, me deixa um pouco pesaroso é que, acredito, o Presidente da República, mesmo na sua interinidade, deveria ter a coragem de assumir publicamente, ir para a televisão e dizer: "Olha, eu peço às demais instituições e a todos os Poderes que nos deem um ano para que possamos, aí sim, estruturar as contas públicas, fazer um orçamento que possa ser compatível, para buscarmos, amanhã, as condições para os reajustes capazes de promover, sim, de dignificar as carreiras de Estado, que todos respeitamos.

Sabemos ser primordial o trabalho que o Ministério Público vem fazendo, que a Justiça Federal vem fazendo, que a Polícia Federal vem fazendo. Mas não é diferente também, Sr. Presidente, do trabalho que é feito na área da saúde, em que um médico hoje, em plantão de 40 horas, recebe em torno de R$6,8 mil por mês, chegando ao máximo de R$8 mil. Eu diria: está na iniciativa privada e, como tal, está correndo os riscos". Sim! Agora, acho que, neste momento, querer simplesmente ir para a tese segundo a qual "se um poder já foi atendido..."

Podem ter certeza de que eu, o Senador Ferraço e, acredito, outros enfrentaremos esse debate no Plenário. Não seria correto da nossa parte. Como é que vamos voltar amanhã para debatermos esse assunto com milhões de brasileiros? Eles vão nos dizer: "tudo bem, o que tínhamos que fazer nós fizemos, que foi criar o sentimento de afastamento da Presidente; vocês simplesmente pularam na garupa, querem se beneficiar desse movimento e ocupam o poder, mas, em contrapartida, onde está o que vocês ofereceram: ajuste fiscal, corte, conter comissionados, diminuir mordomias, conter ministérios, diminuir gastos públicos priorizando a saúde, educação? Onde está isso?"

E educação tem um corte de R$10 bilhões. Dez bilhões de reais para a saúde! A educação com um corte que está se aproximando de R$11 bilhões. Então, pergunto: onde, nessas áreas prioritárias? Qual o projeto, Senadores que me antecederam, que diz que vamos ampliar o salário desemprego? Ele está onde? Estamos com 12 milhões de desempregados. A grande maioria já venceu o período. Eles estão desempregados e têm o seguro-desemprego. Essa á a realidade com que convivemos em qualquer interior. Ah, então, pela crise que estamos vivendo, vamos fazer uma dotação? Porque, se não existe, se não precisa de fonte....E a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe: se alongo uma dívida ou se proponho um déficit de R$170 bilhões para atender as categorias que têm estabilidade, por que não posso incluir nesses R$170 bilhões o salário desemprego para todos os desempregados?

O cidadão está desempregado, e estou discutindo reajustar um salário que tem estabilidade ou um cidadão que já não tem mais o que negociar, que não tem mais como reajustar. Reajustar o quê? Ele é desempregado, como se reajusta desemprego?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Fora do microfone.) – Não tem como manter a família.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não tem nada! Estamos vendo, a partir daí, um quadro que vai cada vez mais se avolumando.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É uma coisa difícil porque, quando colocamos esses pontos, sempre vem a tese que ouvi aqui: "se outro conseguiu, por que não podemos conseguir também?" Aí, logicamente, é um efeito dominó que faz com que o Brasil torne, mais uma vez, a sugar do cidadão, aumentar a carga tributária para poder pagar o peso do Estado.

Então, Sr. Presidente, essa posição nossa é conjuntural; o respeito pelas instituições nós temos, até porque somos democratas e, além disso, fazemos parte de uma instituição, de um Poder. Mas temos que ter a coragem de dizer às pessoas, com muita tranquilidade, que entendam o nosso posicionamento e nós lutaremos com todas as forças e com todas as regras regimentais no plenário do Senado Federal. O que nós estamos assistimos é um verdadeiro desmonte daquilo que foi prometido à população e, depois, para aprovar projetos na Casa, começam exatamente as concessões, os conchavos, os acordos e, aí, de uma maneira quase que célere, de uma rapidez ímpar, nós estamos vendo as matérias chegarem ao plenário, como nunca. O salário desemprego não chega, o reajuste da tabela do SUS não chega. O médico recebe R$10,00 por uma consulta de um especialista; uma cirurgia de coluna gira em torno de R$800,00.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Estamos assistindo o Brasil deteriorando-se naquilo que é obrigação do Estado. São obrigações do Estado: saúde, segurança, educação. E essa situação está, cada vez mais, levando o brasileiro a ter um plano de saúde. Se está desempregado, já está sem plano de saúde – foi a primeira coisa que cortou.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo que os membros da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público entendam a posição daqueles que vão ombrear essa luta por um motivo muito simples: porque quero guardar na minha vida a coerência na minha vida política. Acho que a independência intelectual, naquilo que a gente defende, tem que ser respeitada em qualquer local. Acolho, respeito a divergência, mas, como estive em todas as mobilizações de rua, desde 2015, participei diretamente desses movimentos, não me sinto credenciado a desdizer tudo aquilo com que eu me comprometi nesse momento de restauração do ajuste fiscal, do equilíbrio fiscal, da tentativa de decolar um Brasil que tenha confiabilidade, uma visão social real. A visão social não é assaltar a Petrobras, não é destruir a Eletrobras, não é assaltar aposentados, mas também não é desatender 12 milhões de pessoas, que são fruto da irresponsabilidade de um projeto de poder.

Como tal, eles deverão ser priorizados. É assim que fazemos. Tem-se uma triagem em tudo na vida. O que é prioritário em um pronto-socorro não é um cidadão que chega com uma unha encravada. A prioridade é um cidadão que chega com fratura exposta. Eu sinto muito, mas a prioridade para nós, neste momento, não é reajuste de quem já tem estabilidade, mas, sim, buscar alternativas para aqueles que estão desempregados.

Assim, o meu voto será favorável ao voto em separado apresentado pelo nobre Senador Ricardo Ferraço. Ao Senador Raupp, quero dizer que estamos aqui discutindo a constitucionalidade da matéria e ela fere exatamente o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, estamos discutindo não na Comissão de Assuntos Econômicos, mas aqui na Comissão de Constituição e Justiça. E ela chama justiça para exatamente fazer justiça cumprindo aquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal nos determina e não arranjos que foram feitos de última hora, ampliando o déficit fiscal para dizer que existia um compromisso da ex-Presidente com o setor. Que compromisso da ex-Presidente deve ser cumprido depois de um quadro completo de destruição, de terra arrasada que foi implantado no País?

Isso aí deve ser totalmente afastado e se começar um momento novo, para que todos dividam essa cota de sacrifício.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este é o meu voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª, antes de encaminhar a votação, permite-me falar na condição de autor, Sr. Presidente? Na condição de autor do voto em separado, antes de iniciar o processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª já não falou?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou consultando V. Exª se V. Exª me concede. Se me conceder, eu farei uso; senão, não farei. É simples assim.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou só querendo dizer a V. Exª que, pelo Regimento, não, porque V. Exª já se pronunciou e com um tempo muito dilatado. Eu não cronometrei o discurso de V. Exª, até porque me agrada ouvir V. Exª, pela inteligência, pelo saber e pela prudência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não me oponho à decisão de V. Exª, apenas estou consultando.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu já estou respondendo a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Porque V. Exª já exerceu o seu direito de falar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já tendo se pronunciado o último orador inscrito, eu pergunto se alguém, ainda, quer se pronunciar? (Pausa.)

Em votação o parecer do Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Gostaria que registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim; com voto contrário do Senador Ronaldo Caiado, do Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para declaração de voto, Sr. Presidente. Para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. V. Exª tem a palavra para declaração de voto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu quero apenas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Foram três votos contrários que se registrem: o Senador Ronaldo Caiado, o Senador Ferraço e o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, agradecendo a vênia de V. Exª, apenas para deixar consignado que na Comissão em que se deveria exercer o controle jurídico constitucional sobre o projeto, nós não o estamos exercendo. Eu quero que fique consignado em ata que este projeto foi votado violando o art. 169 da Constituição Federal, que determina que:

A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas [e estou tratando aqui de controle constitucional]:

(Soa a campainha.)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

Nem eu, nem qualquer outro Senador é capaz de fazer uma afirmação de que nós estamos atendendo ao art. 169 da Constituição Federal. Por que, Sr. Presidente? Porque a Lei de Responsabilidade Fiscal regulamenta esse artigo e estabelece um conjunto de precondições para que nós tenhamos essa convicção. Então, além de ferir o 169, está ferindo o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – como disse aqui o Senador Ronaldo Caiado –, está ferindo o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, está ferindo o art. 98 também da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sabemos que outras categorias, por mensagem do Executivo, submeterão essas propostas à Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, eu deixo claro, Sr. Presidente, que a Mesa não deveria acatar nem fazer processar, a meu juízo, pode não ser o de V. Exª e eu respeito... A meu juízo, um processo ou um processado que não atende aos ditames da lei não deveria sequer tramitar. É conversa fiada, é balela de que querem discutir na Comissão de Assuntos Econômicos, controle constitucional. Lá nós vamos – seguramente no plenário também – estressar esse debate. Vamos estressar com a sociedade brasileira. Sabe por que, Senador Ronaldo Caiado, não há nenhuma ação aqui em relação aos desempregados? Porque não há sindicato de desempregados, porque este Brasil, este nosso País está sequestrado pelas minorias organizadas. Cada vez há menos dinheiro para o povo, menos dinheiro para a educação, menos dinheiro para a segurança pública, menos dinheiro para a saúde e há mais dinheiro para manter as corporações e manter o Estado brasileiro, um Estado perdulário, um Estado que consome com um sanguessuga, como um vampiro a lágrima e o suor do povo brasileiro para se manter, pouco se importando se há dinheiro para as políticas públicas que são essenciais à atividade humana.

São esses os registros, data venia, que eu gostaria de deixar registrados aqui em minha declaração de voto, que, aliás, eu o farei em todas as propostas que tratem de expansão de gasto público sem a devida responsabilidade e atenção com o momento que vivemos.

Não vai aqui, Sr. Presidente, qualquer tipo de restrição a essa importantíssima instituição do Estado brasileiro, que é o Ministério Público. Mas, sinceramente, essa proposta, neste momento, é inconveniente, ela é – eu diria, até mesmo – egoísta com o sofrimento do conjunto do povo brasileiro e com a dramática situação fiscal do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O voto em separado de V. Exª será registrado em ata.

Resultado da votação.

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pergunto à Mesa se V. Exª vai colocar outra matéria em votação. Se for outra a matéria que terá de ter apreciação do Plenário, informo a V. Exª que pedirei a verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu vou anunciar a matéria e, se V. Exª desejar pedir a verificação após a votação, esta Presidência concederá o direito que V. Exª tem de pedir a verificação de quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 21
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia.
Relatoria: Senador Antonio Anastasia.
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CE e a Emenda nº 2-CDR-CE.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.
- Em 13/07/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, trata-se de matéria de autoria da eminente Senadora Ana Amélia que já foi discutida quando do pedido de vista por parte do preclaro Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes; porém, de lá para cá, nós tivermos já a notícia de que o Governo se coloca favorável ao projeto. O próprio Ministério da Cultura, que havia levantado dúvidas, já se queda, pelo menos, silente quanto ao tema.

É um tema muito singelo. Nessa medida, é muito bom lembrar a todos os nossos Pares que se refere, como a Senadora Ana Amélia muito bem lançou em seu projeto, ao não pagamento do direito autoral quando se dá a reprodução da música num ambiente, digamos, quase que íntimo do quarto de hotel, e não nas áreas comuns. Então, é como se fosse, na verdade, mutatis mutandis, na própria residência da pessoa.

É bom lembrar que, quando a rádio reproduz a música, já há o pagamento, a par de que é quase impossível ao hotel saber quando a pessoa está ouvindo a peça ou não.

Desse modo, o parecer é favorável, e eu pediria aos nobres Pares que se coloquem também favoráveis a esse projeto, que, embora singelo, faz justiça e, mais do que isso, estimula o segmento econômico do turismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, a informação que tinha era a de que seria um outro projeto, que trata de aumento de carga tributária. Por isso é que eu disse a V. Exª que solicitaria a verificação de quórum.

Mas como se trata de projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, relatado pelo Senador Anastasia, tenho total concordância quanto à sua discussão e aprovação.

Muito obrigado, Sr; Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, quero, primeiro, agradecer pela colocação desse tema em pauta, que tramita desde 2012, e sobretudo pela competente, dedicada e ilustre relatoria do Senador Antonio Anastasia,

De fato, é isto: a singeleza do projeto. Quando recebi todos os operadores do turismo do Brasil, especialmente de hospedagem como hotéis, pousadas, motéis e todos os demais, havia uma queixa exatamente em relação a isto: como você vai saber se o hóspede ligou ou não o rádio para ouvir música dentro do seu quarto? Não tratamos, o Ecad continuará recebendo a taxa relativa à execução em lugares coletivos, como, por exemplo, no restaurante do hotel, nos corredores, onde transitam as pessoas ali hospedadas.

Penso que essa é uma questão de racionalização até porque, com a tecnologia de hoje, as pessoas vão ter acesso à música pelo iPod, iPhone e toda essa parafernália que está à disposição, e talvez fica até dispensável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

estar se valendo disso. Ora, se é dispensável ligar o rádio e muitas pessoas não o ligam, como você vai cobrar um serviço que não foi usado? Então, o projeto tem essa singeleza.

Presto também uma homenagem à hotelaria brasileira em todos os Estados brasileiros. No meu Estado do Rio Grande do Sul, como a região da Serra (Gramado, Canela, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Nova Petrópolis), têm nesse setor uma grande fonte de geração de emprego e renda. O mesmo acontece no Nordeste, Região Nordeste do Brasil. Qualquer cidade brasileira tem hoje oferta para os visitantes, para os homens de negócio...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor, que é da Paraíba, sabe muito bem o efeito que isso tem, já que o seu Estado tem praias maravilhosas, uma beira-mar também fantástica. Então, manifesto o meu agradecimento ao senhor, ao Senador Anastasia e ao Senador Caiado, por entender a oportunidade da matéria. Ela não é terminativa aqui na CCJ. Daqui, irá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores, passa-se ao processo de votação.

O relatório é favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Resultado: o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

A matéria vai à Comissão de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente peço verificação.

Temos um conjunto de projetos polêmicos na pauta que dependem de quórum para um debate. O da Ana Amélia já passou. Considerando que o quórum...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está pedindo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...depois de proclamado o resultado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quando for colocado em discussão, evidentemente V. Exª pode pedir. E vamos fazer como manda o Regimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passemos ao **ITEM** 17.

ITEM 17
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015
- Não terminativo -

Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades.

Autoria: Senador José Serra e outros
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- Em 08/06/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Eduardo Braga, nos termos regimentais;
- Em 23/06/2016, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ricardo Ferraço (dependendo de relatório).

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, para proferir o relatório sobre a Emenda nº 1.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou solicitar o adiamento da votação. Estamos conversando com o próprio autor da PEC, uma vez que temos vários projetos em tramitação nesta Casa no que se refere à regulamentação de uma nova legislação para as agências reguladoras, uma lei que vem ao encontro, inclusive, do que exige a modernidade em relação a esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Lembro ainda que também há uma PEC parecida do Senador Tasso Jereissati. Então, estamos conversando com os autores dessas proposições para ver se podemos, inclusive, juntá-las todas e ver quais estariam prejudicadas e poder chegar a um consenso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Adiada a discussão do projeto a pedido da Relatora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço verificação de quórum para manutenção da sessão, com apoiamento dos Senadores Ronaldo Caiado...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Conta com a nossa anuência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há quórum suficiente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós estamos requerendo verificação de quórum para manutenção da sessão! É isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há quórum suficiente. É evidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, nós estamos com dez medidas provisórias distribuídas no corredor. É uma coisa impressionante! O Governo já editou mais de vinte medidas provisórias! Nós estamos com cinco comissões instaladas e, a todo momento, temos que correr, relatar uma matéria, voltar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com relação a esta sessão, não há mais o que discutir, porque a Presidência já verificou que não há quórum.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016.

Às doze horas e cinco minutos do dia dez de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Otto Alencar, Alvaro Dias, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Hélio José, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a deliberação da pauta. **Item 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 26, de 2016 - Não terminativo**. Com fundamento regimental, em aditamento ao RCE 14/2016, REQUEIRO que seja incluído no rol de convidados a participarem de audiência pública, com objetivo de instruir o PLS nº 275, de 2013, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação.", o representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. **Item 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 205, de 2015 - Não terminativo**. Inscreve o nome de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2015- Não terminativo**. Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Item 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 210, de 2015 - Não terminativo.** Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Autoria: Deputado André Moura. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto. **Ficam adiados os seguintes itens: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2015. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015. ITEM 9) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso nº 348-SESES-TCU-Plenário, o qual encaminha a cópia do Acórdão nº 942, de 2016, referente a relatório consolidado de levantamento das fiscalizações e controles realizados pelo TCU nos objetos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Esse é o quarto relatório apresentado pelo Tribunal e refere-se às fiscalizações realizadas até o mês de dezembro de 2015.

Ofício 580/2015-SF, da 1ª Secretaria do Senado Federal, o qual encaminho cópia do Ofício 774/2016-GM-MEC, do Ministro do Estado da Educação, Aloizio Mercadante, em resposta ao Requerimento de Informação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nº 1429, de 2015, de iniciativa desta Comissão, relativo a procedimento licitatório realizado no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria das Comissões aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 10.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, só para dar conhecimento a V. Exª e aos demais Senadores e Senadoras, à Senadora Marta aqui presente, estou participando, hoje, lá no auditório do MEC, do Fórum Nacional de Educação. V. Exª sabe que represento este Colegiado junto ao Fórum. E quero, aqui, fazer o registro, com muita alegria, porque, no dia de ontem, Senador Romário, a Presidenta Dilma publicou a portaria convocando a próxima Conferência Nacional de Educação, que vem a ser a III Conferência Nacional de Educação.

Então, já está convocada; o calendário está estabelecido. Em 2017, teremos as conferências municipais e as conferências estaduais, que culminarão, em 2018, com a Conferência Nacional de Educação, que terá, como tema central, a Conferência Nacional, o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação, tendo em vista o desafio que está colocado, que é realizar as metas do novo PNE.

Ao mesmo tempo, ontem, também, ela entregou ao Brasil mais cinco novas universidades e várias escolas técnicas.

Então, era esse o registro que eu queria fazer, Senador Romário, pedindo a compreensão porque vou ficar durante todo o dia de hoje participando do pleno do Fórum Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora, parabéns! Esta Comissão está muito bem representada.

O item 10 é o Requerimento da Comissão de Educação nº 26, de 2016. Subscrevo esse requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim, e passo à sua leitura.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento regimental, em aditamento ao RCE 14/2016, REQUEIRO que seja incluído no rol de convidados a participarem de audiência pública, com objetivo de instruir o PLS nº 275, de 2013, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação.", o representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os Sr. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 205, de 2015
- Não terminativo -

Inscreve o nome de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *A matéria constou da pauta das Reuniões de 12/04/2016, 19/04/2016 e 26/04/2016.*

Designo Relatora *ad hoc* a Senadora Marta Suplicy, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Relatório: vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 205, de 2015, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que propõe seja inscrito o nome de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

A proposição consta de dois artigos: no art. 1º é proposta a referida homenagem, e no art. 2º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Em sua justificação, o autor da matéria enfatiza que a biografia de Euclides da Cunha autoriza a sugerir que seu nome seja perpetuado no "Livro dos Heróis da Pátria", ao lado de grandes brasileiros, a exemplo de Tiradentes, Almirante Barroso, Marechal Deodoro, Duque de Caxias, Zumbi, Plácido de Castro e Santos Dumont.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.421, de 2009, foi aprovado pela então Comissão de Educação e de Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, foi distribuído para a apreciação exclusiva aqui na Comissão de Educação. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Análise: nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Na história de um país, podem, igualmente, ser reconhecidos heróis muitos daqueles que, ao longo de sua vida, se dedicaram com afinco ao desenvolvimento da educação, da arte, da literatura e das ciências.

Euclides da Cunha foi escritor, professor, sociólogo, repórter jornalístico e engenheiro militar, tendo se tornado famoso internacionalmente por sua obra-prima, o épico *Os Sertões*, que enfoca a Guerra de Canudos, no Nordeste da Bahia.

Nessa obra, dividida em três partes, "A terra", "O homem" e "A luta", Euclides analisa, sucessivamente, as características geológicas, botânicas, zoológicas e hidrográficas da região, os costumes e a religiosidade sertaneja. Ele faz ainda uma análise brilhante da psicologia do sertanejo. Enfim, narra os fatos ocorridos nas quatro expedições enviadas ao arraial liderado por Antônio Conselheiro.

Como destaca o autor da matéria, foi sintetizando contradições que o grande Euclides da Cunha nos legou uma das mais sofisticadas obras de compreensão do Brasil. Suas ideias ecoam até nossos dias, suas linhas nos impressionam ainda hoje. Isso porque o autor, ao pensar o Brasil, foi motivado por coragem intelectual e moral ímpar, o que o levou, afinal, a chamar as nossas realidades por seus próprios nomes.

Assim, conclui o Deputado Carlos Bezerra, a grande significação histórica do autor de *Os Sertões* foi o pioneirismo em ver no sertanejo o que o Brasil tem de mais forte e mais autêntico, substituindo o desprezo que a intelectualidade de então lhe dedicava por um olhar amoroso, buscando exaltar o homem do interior, ao invés de pregar sua destruição e sua erradicação. A bizarria da situação que encontrou nos sertões do País era motivo de atração aos olhos apaixonados de Euclides da Cunha, destinado a devotar um amor sem precedentes ao Brasil e aos brasileiros.

Diante disso, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa de inscrever o nome de Euclides da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, verifica-se que a proposição em tela está adequadamente inserida no ordenamento jurídico brasileiro e encontra-se, especialmente, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007. A referida lei determina que o Livro dos Heróis da Pátria se destina ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 205, de 2015.

Não posso me furtar, Sr. Presidente, a dar os parabéns, não só porque Euclides da Cunha merece, mas também pelo sentido inovador de premiar um escritor; é muito interessante. Espero que outros nomes, que nós também consideramos heróis da Pátria, possam ser indicados, fugindo um pouco do que até agora foram as indicações.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Parabéns pelo relatório! Agradeço.

Só vou pedir para a gente adiar a discussão, porque o Senador Otto Alencar ligou dizendo que está vindo. Depois a gente recomeça.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com certeza, porque, fez uma indicação tão linda, nós queremos ouvir o discurso dele.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelo entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Passo aqui, agora, ao item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1- Em 01/12/2015, foi concedida vista ao Senador Antonio Anastasia.
2- Em 08/12/2015, foi apresentado Voto em Separado pelo Senador Antonio Anastasia, favorável ao Projeto (pendente de leitura).
3- Em 16/02/2016, a matéria foi retirada de pauta para reexame do Relatório, a pedido do Relator, Senador Donizeti Nogueira.
4- Em 27/04/2016, a matéria é devolvida pelo Senador Donizeti Nogueira, sem alterações no Relatório.
5- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Donizeti Nogueira, para suas considerações.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Senador Romário, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse projeto é fruto já de um acordo entre nós e o proponente, Senador Cássio Cunha Lima, já tendo desenvolvido também a discussão com o Senador Anastasia, que havia apresentado voto em separado. Então, peço para ir direto para a análise, se o Senador me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k., Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 312, de 2015, respeita a competência regimental atribuída a esta Comissão.

O Programa Mais Médicos, instituído por medida provisória, convertida na Lei nº 12.871, de 2013, tem, nos termos legais, a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde. Entre seus objetivos, encontram-se os de: aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação; e fortalecer a política de educação permanente com a integração ensino-serviço, por meio da atuação das instituições de educação superior na supervisão acadêmica das atividades desempenhadas pelos médicos.

Nessa linha de formação de recursos humanos, o art. 9º da Lei nº 12.871, de 2013, prevê o estabelecimento de avaliação específica para curso de graduação em Medicina, a cada dois anos, "com instrumentos e métodos que avaliem conhecimentos, habilidades e atitudes, a ser implementada no prazo de dois anos, conforme ato do Ministro [...] da Educação". Ademais, cria avaliação específica anual para os programas de residência médica, a ser implementada no mesmo prazo, pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

A mesma lei prevê, ainda, que essas avaliações sejam implementadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito do sistema federal de ensino.

Sob a justificação de que até o momento essas avaliações não foram regulamentadas, o projeto em exame julga que sua supervisão pelo CFM resolveria a omissão.

Conforme o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cabe à União assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, bem como autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. Para cumprir essas incumbências, foi criado, por meio da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nesse sistema de avaliação, são considerados o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e outros aspectos do funcionamento das instituições e seus cursos.

O Inep, órgão subordinado ao Ministério da Educação, conduz esse processo de avaliação da educação superior, produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia as políticas para o setor e orienta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

a sociedade sobre a qualidade do ensino. Os principais instrumentos desse processo de avaliação são constituídos pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e as avaliações *in loco* realizadas por comissões de especialistas. A cada três anos, é gerado o Conceito Preliminar do Curso (CPC), que leva em conta os resultados do Enade e as condições da oferta dos cursos.

Não vemos procedência para que a União se subordine a um órgão de representação de classe profissional na condução do processo de avaliação de qualquer curso ou instituição de seu sistema de ensino.

Os termos do art. 9º da Lei nº 12.871, de 2013, são, em nossa visão, adequados, no que se refere ao papel da União e, em particular do Inep, na avaliação da educação superior. Por outro lado, não vemos óbice para que o CFM participe do processo de avaliação na qualidade de observador.

Voto.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do projeto de lei do Senado na forma da seguinte emenda substitutiva:

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O § 2º do art. 9º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 9º .....
> § 2º As avaliações de que trata este artigo serão implementadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito do sistema federal de ensino, podendo o Conselho Federal de Medicina participar na condição de observador." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Esse é o relatório e o voto favorável, nos termos do substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Consulto se algum dos Senadores gostaria de discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, desta Comissão, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Voltamos ao item 7.

Devolvo a palavra ao Relator oficial, vamos dizer assim, Senador Otto Alencar.

Mais uma vez, obrigado, Senadora Marta Suplicy.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Romário, queria pedir desculpas. Estou vindo para a terceira Comissão. Começamos na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Passei na CAE, onde aprovamos um projeto de minha autoria, um projeto de resolução para autorizar os Estados a terem acesso à caução depositada quando os depósitos e garantias são bem superiores às necessidades de garantia de que precisam os Estados para terem acesso a esses recursos. Só o Estado da Bahia vai ter agora condição de recuperar mais de R$300 milhões para as atividades do Estado, para aplicar em outras atividades. Demorei um pouco para chegar aqui.

Peço desculpas e agradeço à Senadora Marta Suplicy, que leu o projeto do Deputado Carlos Bezerra para que o escritor Euclides da Cunha possa figurar como um dos grandes nomes do nosso Brasil, como herói da Pátria. Me toca muito isso porque sou da região por onde ele andou, onde ele conheceu os pormenores do Semiárido da Bahia. Sou produto da seca. Estou aqui quase como sobrevivente, porque, até 23 anos de idade, bebi água bruta, sem ser tratada, no Sertão da Bahia.

Euclides da Cunha foi para o Sertão da Bahia conhecer a cultura do povo nordestino, as suas atividades e como conseguia sobreviver com as intempéries da seca, com as dificuldades da seca. Essa é uma região que permanentemente tem secas que atingem muito o sertanejo em todos os sentidos, com a falta de água, com a perda de produção da cultura de sequeiro. Ele foi ver isso de perto e chegou a um lugar chamado Canudos.

Canudos, hoje, é um Município. Esse Município tem uma participação simbólica na história do Brasil porque foi lá que se instalou Antônio Conselheiro. Antônio Conselheiro era monarquista no momento em que o Brasil estava indo para a República e devoto católico de São Sebastião. Foi um homem que começou a fazer igrejas na região próxima a Salvador, no vale do Itapicuru. Construiu várias igrejas até chegar a Canudos, onde resistiu na luta contra os exércitos encaminhados para lá pelas forças militares do Estado e também do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Governo Federal. Ele enfrentou cinco batalhas e, por cinco vezes, derrotou canhões, revólveres, espingardas com madeira, com paus.

Foi um bravo sertanejo. Depois, foi dizimado Canudos. Nesse Município, em 2002, quando fui governador interino, fiz o Museu de Canudos para recuperar, resgatar essa história. E Euclides da Cunha, no livro *Os Sertões*, descreve isso muito bem, falando inclusive sobre a seca.

Conselheiro foi abatido em 1897. E, nesse período, Senador Romário, nós tivemos a maior seca da história da Bahia. Começou em 1897, terminou em 1905. Como ele foi abatido pelo então Governador Luís Viana, em 1897 – foram oito anos de seca –, o sertanejo dizia que a seca foi um castigo que Deus mandou, porque mataram o Conselheiro. Então, isso faz parte da história do meu Estado, e eu vejo aqui que ele merece, realmente, figurar entre os Heróis da Pátria pela contribuição que deu com os seus livros, com o seu estudo.

Portanto, agradeço à Senadora Marta Suplicy, e meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Senador Donizeti, por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para ressaltar que eu vejo, como colocou a Senadora Marta Suplicy, um projeto muito relevante, muito importante, porque muda um pouco o perfil dos Heróis da Pátria. Colocar escritor parecia não ser muito natural nesse aspecto. Então, acho isso muito relevante, porque também não é qualquer escritor. Euclides da Cunha tem um papel muito relevante na formação brasileira, a partir dessa percepção, sobretudo, do que disse o Senador Otto Alencar.

Então, meu voto é favorável, e louvo a iniciativa do Deputado, por apresentar uma propositura que chegue aqui para que possamos participar e aprová-la.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 210, de 2015
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Deputado Andre Moura
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
1- A matéria constou da pauta das Reuniões de 19/04/2016 e 26/04/2016.
2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para proferir o relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Romário, o Projeto de Lei nº 210, de 2015 (Projeto de Lei nº 1.628, de 2015, na origem), do Deputado Andre Moura, altera as Leis nºs 11.350, de 5 de outubro de 2006, e 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre benefícios trabalhistas e previdenciários e sobre a formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Eu tive a oportunidade, quando Secretário de Saúde do meu Estado, em 1991, de iniciar esse Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Estado da Bahia, e foi exatamente o período em que eclodiu no Nordeste – no Brasil também – o cólera, e foi um enfrentamento muito grande e não tivemos condições de combatê-lo. E, quando deixei a Secretaria, em 94, deixei em silêncio epidemiológico, uma doença completamente controlada, exatamente porque tive o apoio dos agentes comunitários de saúde. Eu queria nominar aqui, destacar a presença dos representantes da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, Ruth Brilhante, do Estado de Goiás, e Hilda Angélica, do Estado do Ceará, e também está presente o Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, do Ceará, que presidiu a comissão especial na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A análise feita do projeto, Senador Romário, Srs. Senadores e Senadoras, é que as principais mudanças são dirigidas à Lei nº 11.350, de 2006, que regulamenta o § 5º, do art. 198 da Constituição Federal, que dispõe sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os planos de carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

Assim, o art. 1º do PLC, por meio da adição do art. 7º-A à Lei nº 11.350, de 2006, determina que os cursos técnicos de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias poderão ser financiados pelo Fundo Nacional de Saúde, conforme regulamento, mediante aprovação do projeto pedagógico apresentado pelas instituições de ensino habilitadas a ministrar os cursos, os quais, por sua vez, serão desenvolvidos conforme o disposto no art. 36-B da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Ainda de acordo com o art. 1º do projeto, os agentes que ainda não tiverem concluído o ensino médio serão incluídos em programas que ampliem a escolaridade e ofereçam profissionalização, conforme as normas da LDB. Ademais, os agentes que participarem de cursos técnicos ou de capacitação profissional farão jus a ajuda de custo para seu transporte escolar.

No art. 2º, o PLC acrescenta §2º ao art. 9º da Lei nº 11.350, de 2006, para determinar que todo o tempo de contribuição prestado nas condições dispostas no respectivo §1º será considerado para fins previdenciários, independentemente da forma de vínculo empregatício, desde que vinculada ao recolhimento da contribuição previdenciária respectiva, para assegurar a contagem recíproca dos regimes do tempo de contribuição aos agentes a que se refere a proposição para fins de aposentadoria e demais benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

No art. 3º, o PLC acrescenta §3º ao art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 2006, para estipular que o exercício de trabalho de forma habitual e permanente em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério da Previdência Social, assegura aos agentes a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e da legislação específica, quando submetidos a vínculos de outra natureza.

Já o art. 4º do PLC adiciona o inciso VI ao *caput* do art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para conferir prioridade de atendimento aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias no Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos do regulamento.

Por fim, o art. 5º do PLC determina que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da iniciativa, seu autor defende a necessidade de "avançar nos direitos dos trabalhadores e na consolidação do próprio Sistema Único de Saúde". Assim, propõe a continuidade do aperfeiçoamento da legislação concernente aos benefícios trabalhistas e previdenciários e à formação profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado por Comissão Especial, na qual recebeu texto substitutivo.

No Senado, após a apreciação da Comissão de Educação, o projeto será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais. Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Uma vez que o projeto em epígrafe trata da formação escolar dos profissionais que especifica, afigura-se regimentalmente procedente sua apreciação por esta Comissão.

A ampliação da escolaridade da população e dos trabalhadores em particular deve constituir objetivo permanente de uma nação que busca acelerar seu desenvolvimento econômico e social. Assim, com inspiração no art. 205 da Constituição Federal – a educação como direito de todos e dever do Estado e da sociedade – o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabeleceu diversas metas de democratização do acesso escolar, entre as quais cabe destacar a meta de triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

O Censo Escolar de 2014 apontou a existência de 1,742 milhão de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, sendo 367 mil na forma integrada ao ensino médio, 329 mil na forma concomitante e 1,046 milhão na forma subsequente. Assim, para atender o PNE, devem ser criadas, até 2024, em torno de 3,5 milhões de novas vagas na educação profissional de nível técnico. Esperamos que, com as medidas decorrentes da aprovação do projeto em análise, uma proporção considerável dessas novas vagas seja direcionada para a formação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A LDB, ademais, criou outras possibilidades de formação para o trabalho, mediante a educação profissional, a qual, nos termos do art. 40 da lei, pode ser desenvolvida "em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho".

Nessa linha, o PNE 2014-2024 fixou outra meta de especial relevo para a formação profissional: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Onze estratégias serão apresentadas para alcançar essa meta, o que representará desafio ainda maior, dado o baixíssimo índice de integração atual da educação de jovens e adultos à educação profissional. De acordo com o Censo Escolar de 2014, no nível fundamental, apenas 0,4% das matrículas apresentavam essa integração; no nível médio, o índice era de 3,3%. De todo modo, as medidas a serem tomadas pelas autoridades educacionais para se alcançar essa meta podem constituir um recurso precioso para a formação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias que ainda não concluíram o ensino médio.

Desse modo, no que toca à formação desses profissionais, matéria que compete à análise da CE, o PLC merece elogios e o acolhimento por este Colegiado.

Por isso, o voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 210, de 2015, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador, coloco em discussão a matéria.

Senadora Marta Suplicy, com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero parabenizar o Deputado Andre Moura, autor do projeto, aqui presente, e a Relatoria do Senador Otto Alencar. É um projeto, para mim, de particular relevância. Ele atinge dois objetivos: primeiro, é um incentivo a essa população que trabalha na área da saúde, porque vai dar direitos, benefícios trabalhistas que hoje não existem, e, por outro lado, pela preocupação maior, que é a qualificação. Nós sabemos que, sem um investimento maciço em qualificação, nós não vamos ter o desenvolvimento econômico e social que almejamos.

Agora, o que me parece cada vez mais interessante, que nós temos visto acontecer, é que a educação está também sendo focada nas pessoas que não tiveram esse acesso. O EJA já existe há muito tempo, mas, por exemplo, facilitar para alguém que não tem condição de fazer uma universidade, como foi com o Fies ou um projeto tipo Pronatec mas de qualificação profissional, é muito importante. Porém, quando você investe em alguém que já está trabalhando na função, mas não conseguiu, por alguma circunstância da vida, cursar uma universidade ou um ensino médio, dando condição de se qualificar, parece-me extremamente relevante num país onde nós sabemos que o nível de pessoas que conseguem atingir o ensino médio ou uma faculdade ainda é extremamente baixo. Por isso, realmente, é um projeto excepcional na sua, eu diria, redondeza. Atinge várias áreas e teve um excelente Relator no Senador Otto Alencar.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Agradeço a presença do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos.

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu cometi um equívoco aqui: o Deputado presente é o Deputado Raimundo Gomes de Matos, e não o Deputado que mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k., Senadora.

Convoco para a próxima terça-feira, dia 17 de maio, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2016.

Às onze horas e quarenta seis minutos do dia dezessete de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, José Agripino, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a Presidência ao Senador Paulo Paim para que possa relatar a matéria do item 1da pauta. **Item 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, de 2015 - Não terminativo**. Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo. Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE. Foi devolvida a Presidência ao Senador Romário. **EXTRAPAUTA: Item 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35, de 2016**. Requeiro, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Exmo. Ministro da Educação e Cultura, Sr. MENDONÇA FILHO, para que compareça à Comissão de Educação Cultura e Esporte desta Casa a fim de prestar informações acerca da decisão de extinção do Ministério da Cultura e migração de suas atribuições para o Ministério da Educação. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 34, de 2016 -** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a extinção do Ministério da Cultura e a transferência de suas competências para o Ministério da Educação. Para a referida audiência, indicamos os seguintes convidados: Sr. Fábio Ceznik, advogado na área cultural; Sr. Luiz Carlos Barreto – produtor e diretor de cinema; Cacá Diegues – produtor e diretor de Cinema; Leonardo Castriota – Presidente do Icomos Brasil - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e professor da UFMG; Maria Ignez Mantovani – Icom-Brasil (International Council of Museums); Sra. Ana Muylaert – produtora e diretora de cinema; Sr. Pablo Capilé, do Movimento Fora do Eixo; Sra. Paula Lavigne, Associação Procure Saber; Sr. João Brant, Ex Secretário Executivo do MinC; Sra. Bia Barbosa, Intervozes; Sr. Wagner Moura - ator; Cláudia Leitão, antropóloga e professora na UECE; Ulpiano Bezerra de Menezes – CONDEPHAT-SP Filósofo, antropólogo e professor USP; Odilon Wagner, ator; Thiago Lacerda, ator; Frejat, cantor; e Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29, de 2016**. Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte em que seja convidado o Ministro da Educação e Cultura, Excelentíssimo Senhor MENDONÇA FILHO, para apresentar o plano de governo daquela Pasta. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015- Não terminativo**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ e duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2015 - Não terminativo**. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação. Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Simone Tebet, e outra emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Item 9) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2015 - Não terminativo**. Denomina Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto o trecho da Ferrovia EF-334 compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, de 2014 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer o piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB e Auxiliares em Saúde Bucal – ASB, e modifica a competência dos TSB. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Anastasia, nos termos regimentais. **Item 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 27, DE 2016 - Não terminativo**. Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), realização de audiência pública para tratar do processo de desligamento/permanência dos tutores nos Grupos PET. Para tanto, sugiro que sejam convidados: representante da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC); representante da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial (Cenapet); Profª Drª Marinês Tambara Leite, da Universidade Federal de Santa Maria; representante da Universidade de Brasília (UnB); Prof. Dr. Dante Augusto Couto Barone, da UFRGS, tutor mais antigo de grupo no Rio Grande do Sul em atividade e primeiro Presidente da Cenapet – foi Presidente dessa instituição de 1999 a 2008; Prof. Dr. Marcos Cesar Danhoni Neves, da Universidade Estadual de Maringá, Presidente da Cenapet de 2008 a 2010 e Conselheiro da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial (SBrET). Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. **Item 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 28, DE 2016 - Não terminativo**. Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), realização de audiência pública para tratar de regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Carlos André Pereira Nunes, advogado, professor, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Presidente da Comissão de Exame de Ordem e especialista em concursos públicos; Willian Douglas, juiz federal, professor e especialista em concursos públicos; Marco Antônio de Oliveira, Secretário-Geral da Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC); Luiz Flávio Gomes, jurista, professor e especialista em concursos públicos; Renato Saraiva, procurador do trabalho, professor e especialista em concursos públicos. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2012 – Terminativo**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Wellington Dias, nos termos de subemenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório, e adiadas a discussão e a votação. **EXTRAPAUTA: Item 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32, de 2016**. Requeiro, nos termos do art. 90, IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito desta Comissão, composta por renomados especialistas, com prazo de 60 dias, para garantir a discussão e elaboração de propostas de aperfeiçoamento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Convidados: Célio da Cunha, Especialidade em políticas da educação, Professor permanente do programa de pós-graduação em educação da Universidade Católica de Brasília; Manuel Marcos Maciel Formiga, Graduação e Pós Graduação em Economia pela UFPE, Diploma em Educação Internacional e Políticas de Ciência e Tecnologia pela Universidade de Londres-UK, Núcleo do Futuro do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares-CEAM-UNB; Candido Alberto da Costa Gomes, Doutor em educação, com especialização em sociologia e antropologia da educação e políticas educacionais Universidade Católica de Brasília, Programa de Mestrado e Doutorado em Educação; Marcelo Lúcio Ottoni de Castro, Doutor em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela UnB, Consultor do Senado Federal; João Roberto Alves, Presidente do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, Rio de Janeiro; Elimar Pinheiro Nascimento, Doutor em Sociologia, Universidade Descartes – Paris IV. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, de 2016**. Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar do tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula". Os convidados serão, oportunamente, apresentados à secretaria da Comissão. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados os seguintes itens: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2015. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 369, Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.006, de 2006, sobre o relatório de consolidação de auditorias realizadas para verificar a regularidade da aplicação de recursos financeiros da iniciativa Bolsa-Formação, do Pronatec.

O expediente encontra-se à disposição, na Secretaria desta Comissão, aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 12.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que eu possa relatar o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assumo provisoriamente a Presidência.

De imediato, passamos ao item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, de 2015
- Não terminativo -

Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo.

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Relator para proferir o seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Eu vou direto à análise.

Em atendimento ao comando do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Comissão de Educação deve se manifestar sobre matérias que tratem de normas gerais sobre esportes, caso do projeto de lei sob análise.

Incumbe-nos a análise do mérito esportivo da proposição, uma vez que os aspectos financeiros e tributários serão objeto do exame da Comissão de Assuntos Econômicos, que nos sucederá no exame da matéria.

São, de fato, notáveis os benefícios que a Lei de Incentivo ao Esporte tem proporcionado ao setor. Se considerarmos que, desde que entrou em vigor, a mencionada lei já beneficiou 1.852 projetos, temos a dimensão de seu alcance. A exemplo do que ocorre no âmbito da cultura, área que tem se beneficiado da chamada Lei Rouanet, a renúncia fiscal tem se mostrado adequada como forma de incentivo ao desporto no País.

É necessário, entretanto, observar que os mecanismos de incentivo fiscal ao esporte, no Brasil, são recentes, e precisam ser aperfeiçoados.

Especialistas têm registrado, por exemplo, que a maior parte dos recursos captados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte são aplicados na Região Sudeste, não havendo mecanismos que preservem o equilíbrio entre as regiões do País. Esse aspecto tem sido objeto de análises no âmbito do Ministério do Esporte e entendemos que devem ser aperfeiçoados.

Estudos têm demonstrado, da mesma forma, que os recursos captados precisam ser mais bem distribuídos entre as modalidades e que os mecanismos de monitoramento e fiscalização devem ser aprimorados.

Em nosso entendimento, tais limitações e fragilidades não invalidam o mecanismo. Ao contrário, faz-se necessário fortalecer e perenizar tais procedimentos e, ao mesmo tempo, mobilizar todo o segmento esportivo para que entidades e federações se habilitem à utilização de tais benefícios.

Não há, em nosso entendimento, melhor forma de fiscalização do que o controle social, aqueles mecanismos de vigilância que se viabilizam e fortalecem com a transparência do setor público.

É nesse sentido, e acreditando no engajamento cada vez maior dos atores do setor esportivo, que consideramos meritória a proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Por tais razões, e diante das análises já realizadas pelo Ministério do Esporte, entendemos ser necessário que a ampliação da possibilidade de dedução pelas empresas seja ainda maior. Dessa forma, apresentamos emenda para que o percentual em questão seja ampliado de 1% para 3%, e não para 2%, como sugerido na proposição sob análise.

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não identificamos óbices à aprovação do projeto.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2015, com a emenda a seguir apresentada.

EMENDA Nº - CE

Dê-se ao inciso I do §1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, a que se reporta o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2015, a seguinte redação:

> "Art. 1º .....
> §1º .....
> I – relativamente à pessoa jurídica, a 3% (três por cento) do imposto devido, observado o disposto no §4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;
> .....(NR)".

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Como vimos, o parecer foi favorável, com a emenda que apresenta.

Explicamos ao Plenário que a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, temos um requerimento que eu gostaria de solicitar a V. Exª que fosse acrescentado extrapauta, e eu tive a grata satisfação de saber que o Senador Telmário tem um requerimento no mesmo sentido – então, temos dois requerimentos nesse sentido –, para convocar S. Exª o Sr. Ministro da Educação Mendonça Filho a estar presente nesta Comissão.

A razão primeira que leva tanto meu requerimento quanto o requerimento do Senador Telmário é que o Ministro traga aqui as informações que levaram à extinção do Ministério da Cultura, que tramita em medida provisória que o Governo interino do Sr. Michel Temer editou como uma de suas primeiras ações de Governo.

Subsidiariamente a esse requerimento, Sr. Presidente, temos outro requerimento convidando atores, artistas, produtores culturais – Luiz Carlos Barreto, Cacá Diegues, Paula Lavigne, Thiago Lacerda, Pablo Capilé, Odilon Wagner, Frejat, entre outros – para uma audiência pública. A ideia é que nossa Comissão, que é de educação e de cultura, sedie essa audiência pública. Na verdade – não vamos dourar a pílula –, vamos transformar aqui, nesta Comissão, a realização de um ato sobre essa atitude, essa ação do Governo interino de extinguir o Ministério da Cultura.

Portanto, Sr. Presidente, são dois requerimentos cuja apreciação extrapauta solicitamos a V. Exª: Um, de minha autoria e de autoria também do Senador Telmário com o mesmo fim, para convocar S. Exª o Ministro da Educação Mendonça Filho; e outro, que propõe uma ampla audiência pública, que pode ser logo em seguida, nesta Comissão para debater o fim do Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Na verdade, V. Exª já o fez.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 34, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a extinção do Ministério da Cultura e a transferência de suas competências para o Ministério da Educação. Para a referida audiência, indicamos os seguintes convidados: Sr. Fábio Ceznik, advogado na área cultural; Sr. Luiz Carlos Barreto – produtor e diretor de cinema; Cacá Diegues – produtor e diretor de Cinema; Leonardo Castriota - Presidente do Icomos Brasil - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e professor da UFMG; Maria Ignez Mantovani – Icom-Brasil (International Council of Museums); Sra. Ana Muylaert – produtora e diretora de cinema; Sr. Pablo Capilé, do Movimento Fora do Eixo; Sra. Paula Lavigne, Associação Procure Saber; Sr. João Brant, Ex Secretário Executivo do MinC; Sra. Bia Barbosa, Intervozes; Sr. Wagner Moura - ator; Cláudia Leitão, antropóloga e professora na UECE; Ulpiano Bezerra de Menezes – CONDEPHAT-SP Filósofo, antropólogo e professor USP; Odilon Wagner, ator; Thiago Lacerda, ator; Frejat, cantor; e Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Requerimento foi aprovado.
Outro requerimento extrapauta.
Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado também pelo Senador Randolfe Rodrigues e Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Exmo. Ministro da Educação e Cultura, Sr. MENDONÇA FILHO, para que compareça à Comissão de Educação Cultura e Esporte desta Casa a fim de prestar informações acerca da decisão de extinção do Ministério da Cultura e migração de suas atribuições para o Ministério da Educação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Não havendo óbice, passo a palavra aos Srs. Senadores.
Senador Telmário Mota, com a palavra, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só queria subscrever o outro requerimento do Senador Randolfe, que é o convite aos cantores, atores, artistas para essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
O requerimento está aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item 2, se puder.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vamos colocar, Paim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se S. Exª o meu querido amigo Senador Paulo Paim permitir e V. Exª também, pela urgência do tema – e, obviamente, é ato discricionário de V. Exª a designação da data –, acredito que seria importante a presença do Ministro já na semana que vem.
Fica a sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dentro do que nós temos aqui, vou conversar com a Secretaria para providenciarmos isso o mais rápido possível, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vamos aprovar também aqui o requerimento do Senador Telmário Mota.

Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Telmário Mota para a leitura do requerimento, que já fez.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte em que seja convidado o Ministro da Educação e Cultura, Excelentíssimo Senhor MENDONÇA FILHO, para apresentar o plano de governo daquela Pasta.

Autoria: Senador Telmário Mota

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Senador Romário, se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Há o item 9 da pauta, que foi relatado pelo Senador Eduardo Amorim; eu gostaria que, se fosse possível, essa matéria fosse submetida à votação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só um minuto, Senador.

Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

Autoria: Senador Telmário Mota
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ e duas emendas que apresenta.
Observações:
1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 26/04/2016 e 10/05/2016.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidente Romário.

O relatório é pequeno; então, vou ler na íntegra. São duas páginas.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 328, de 2015, do Senador Telmário Mota, aqui presente, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de educador social.

O art. 1º do projeto apresenta o seu propósito e afirma que a profissão que o projeto busca regulamentar possui caráter pedagógico e social, "devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas".

O art. 2º determina que o campo de atuação da nova profissão são "os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações educativas com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos".

O art. 3º estipula que os entes federados devem: 1º) adequar para a denominação "educadora ou educador social" os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação que se enquadram nos termos da lei proposta; 2º) criar e prover os cargos públicos de educador social, com níveis diferenciados de admissão à carreira, de acordo com a escolaridade; 3º) elaborar os planos de cargos, carreira e remuneração da nova profissão.

O art. 4º enumera as atribuições do educador social, "dentro ou fora dos âmbitos escolares".

O art. 5º traz cláusula de revogação genérica.

Por fim, o art. 6º determina que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Na justificação do projeto, seu autor, Senador Telmário Mota, discorre sobre diversos fatos que demonstram que os educadores sociais vêm assegurando o reconhecimento de seu papel profissional. Assim, lembra o nobre Senador, por exemplo, que, em 2009, eles foram incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego. Ademais, segundo o autor, muitos entes federados já abriram concursos públicos para o provimento de cargos de educador social.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Sr. Presidente. Eu fui relator em diversas Comissões sobre esse tema.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 328, de 2015, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O termo educador é tradicionalmente usado para abarcar o conjunto de profissionais da educação. Portanto, não deve ser apropriado por apenas uma categoria de trabalhador. A expressão "social", de certa forma, neutraliza essa possibilidade. Entretanto, o campo de atuação do educador social, nos termos especificados pelo PLS, traz dúvidas sobre a diferenciação da nova profissão com a de assistente social – regulamentada pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 –, principalmente no âmbito das escolas. Trata-se, contudo, de questão a ser analisada pela CAS.

Ainda no que tange ao universo escolar, deve-se evidenciar que os educadores sociais não estão habilitados para o exercício da docência. Esses profissionais poderiam enquadrar-se na categoria de "trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim", nos termos do art. 61, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", conhecida como LDB.

Sem prejuízo da avaliação da CAS, acolhemos sugestão de entidades que atuam na área no sentido de conferir caráter universal ao público atendido pelos profissionais em questão, evitando sua redução a alguns segmentos da população.

Igualmente, em consideração à demanda de profissionais da área, estabelecemos o nível superior para o exercício da profissão, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que atuam no setor, até a data de publicação da lei resultante do projeto.

Em suma, no que concerne ao mérito educacional, o projeto em tela é digno de ser acolhido.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015, acolhida a Emenda nº 1-CCJ e as emendas a seguir apresentadas.

Sr. Presidente, eu fui relator já em outras comissões e percebo que a categoria mesma, debatendo com outros setores, propõe algumas alterações, Senador Telmário, sobre as quais venho conversando com a sua assessoria. Por isso, acatei aqui também.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015, conforme renumeração decorrente do acolhimento da Emenda nº 1-CCJ – lá também eu acolhi –, a seguinte redação:

> Art. 3º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei ações de educação e mediação que envolvam os direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura, nacionalidade, dentre outras particularidades, por meio da promoção cultural, política e cívica.
>
> Por fim:
>
> EMENDA Nº – CE
>
> Insira-se o seguinte art. 4º no Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015, renumerando-se a cláusula de vigência como art. 5º:
>
> "Art. 4º Os profissionais de que trata esta Lei serão formados em cursos de educação superior, em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que exercerem a profissão até o início de vigência desta Lei".

Sr. Presidente, todas as emendas foram sugestões que recebi do setor, dos profissionais que querem aprimorar o projeto, dialogando inclusive com outros setores da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e CE, nº 2-CE e nº 3-CE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só para agradecer aos nossos pares por aprovarem essa matéria, que é muito importante, é um sonho dos professores. Trata-se de uma metodologia já adotada em diversos países e que, sem dúvida nenhuma, é uma inovação no Brasil, uma inovação salutar, e vai contribuir muito. É um apoio importante, principalmente para aqueles que estão enfermos, nos hospitais e em casa, e não podem frequentar a sala de aula. O papel do educador social é exatamente este: tirar de dentro do espaço físico da escola e levar até o paciente, até o aluno, onde quer que ele esteja, no caso de não poder frequentar as aulas e de participar de forma direta.

Quero parabenizar e agradecer a todos os Senadores e Senadoras que neste momento reconhecem a importância do projeto para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação.

Autoria: Senador Raimundo Lira
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Simone Tebet, e outra emenda que apresenta.
Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, para proferir o relatório.

Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Romário, esta matéria diz respeito à distribuição dos recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), critérios de qualidade e de localização dos cursos.

A nossa emenda se limitou a incluir a Região Centro-Oeste com as Regiões Norte e Nordeste e a aumentar para 30% a verba para o financiamento.

No mais, aceita por inteiro o relatório da Senadora Simone Tebet, que já foi lido e discutido. Fizemos o acréscimo de uma localização e de um valor.

Passaria, então, o inciso a dizer o seguinte: "Entre os cursos com conceito 3 e 4, aqueles oferecidos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de modo que sejam destinados para essas regiões, pelo prazo de dez anos, pelo menos 40% do financiamento dos cursos que não obtiverem o conceito máximo."

O conceito máximo é cinco. Então, temos os conceitos três e quatro e aumentamos a verba de 30% para 40%.

Como o relatório é um pouco longo, eu estou resumindo.

Se satisfizer essa síntese que estou fazendo da matéria, eu posso dizer que era o que tinha a dizer. Mas, se houver a necessidade, vamos ler mais o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 9:

ITEM 9
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2015
- Não terminativo -

Denomina Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto o trecho da Ferrovia EF-334 compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011.
Observações:
A matéria constou da pauta das Reuniões de 26/04/2016 e 10/05/2016.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Antonio Anastasia, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 25, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que denomina Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto o trecho da Ferrovia EF-334 compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins.

O Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011, aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados, previa, em seu art. 1º, a atribuição do nome Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto ao trecho ferroviário compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins.

Em seu art. 2º, o projeto estabelecia que a lei em que viesse a se transformar a proposição entraria em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, entretanto, onde tramitou pela Comissão de Viação e Transportes, pela Comissão de Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o projeto sofreu alterações em relação ao texto encaminhado pelo Senado.

Assim, foi feita a inclusão no texto de um primeiro artigo, com a indicação do objeto da lei e de seu respectivo âmbito de aplicação, tendo sido deixado para o art. 2º o comando legal propriamente dito. Manteve-se inalterada a cláusula de vigência, agora prevista no art. 3º.

A matéria será apreciada exclusivamente pela Comissão de Educação, cujo parecer instruirá a deliberação do Plenário.

Análise.

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar as matérias que lhe sejam submetidas, especialmente as que tratem de homenagens cívicas.

Por competir a esta Comissão pronunciar-se sobre a proposição em caráter exclusivo, cumpre também analisar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

O projeto trata da atribuição de denominação a trecho de ferrovia federal, constante do Plano Nacional de Viação. Como tal, constitui matéria da competência privativa da União, conforme estabelece o art. 22, XI, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional compete dispor sobre o assunto, nos termos do art. 48, inexistindo reserva de iniciativa para outro Poder.

A proposição é amparada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que "dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação" e estabelece que, mediante lei especial, é permitida a atribuição de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Admite-se, para esse fim, "a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade". Adicionalmente, verifica-se que o projeto sob análise está amparado, também, pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, pela qual se proíbe atribuir nome de pessoa viva a bem público pertencente à União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ainda aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Entretanto, da análise dos debates realizados sobre o PLS nº 201, de 2011, na Câmara dos Deputados, entendemos que, apesar da preocupação meritória, as modificações sugeridas não merecem prosperar.

A redação proposta pela Câmara dos Deputados à proposição originária desta Casa não nos parece a mais adequada, pois, além de não ter implementado melhorias significativas no projeto original – mediante o esclarecimento de pontos obscuros ou pela eliminação de lacunas legislativas –, tão somente promoveu a desnecessária repetição de seu objeto.

Assim, considerando-se que a maior parte do texto do substitutivo reproduz o PLS nº 201, de 2011, a forma mais simples e direta de consolidar os textos de ambas as Casas Legislativas é a rejeição da proposição enviada pela Câmara dos Deputados.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 25, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011.

É o relatório *ad hoc*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Walter, por favor.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu quero primeiro agradecer ao Relator, Senador Amorim, e ao nosso Relator *ad hoc*.

Essa matéria, Presidente, na realidade, é uma homenagem a um mineiro – viu, Senador Anastasia? – que virou baiano, ou, como costumamos chamar lá, "baianeiro".

A homenagem a essa figura, Vasco Neto, nós fazemos exatamente pelo lado que foi a grande excelência de sua vida, que foi se dedicar à questão do planejamento das estradas.

Imaginem um homem como Vasco Neto na década de 60, quando não havia as ferramentas que nós temos hoje, para fazer a leitura. Ele deve ter feito muita coisa usando teodolito. Hoje nós consultamos até algumas ferramentas que estão à nossa disposição via aplicativos, sem precisar estar em campo. E Vasco Neto fez isso.

A proposta dele, Senador Romário, na década de 60, foi a de uma estrada de ferro que saísse do litoral da Bahia, na altura da cidade de Maraú – que ficou conhecida como Porto Brasília, está lá pronto o porto, Senador Anastasia, ali em Campinhos, atendendo inclusive a um desejo de Juscelino Kubitschek –, saindo desse ponto para ligar o Atlântico ao Pacífico!

Hoje é fácil fazer esse debate, fazer o traçado. Ele não só se preocupou com o debate, como também desceu a detalhes. Chegou a publicar diversos livros, artigos, todo o compêndio construído por ele naquela época – portanto, alguém que correu esse trecho e teve a proeza de enxergar a importância do ponto de vista da rota de mercadorias e, mais ainda, a leitura muito correta para enxergar o oeste brasileiro, e não só o oeste baiano, como um grande celeiro.

Portanto, a ideia da estrada de ferro, meu caro Anastasia, é exatamente para permitir o escoamento da produção do oeste brasileiro, no ponto mais curto. Todo mundo fala em subir ali, a ligação com a Norte-Sul, boa parte da soja hoje desce e sai pelos portos do Rio de Janeiro, principalmente o Porto de Santos, percorrendo longos caminhos, e Vasco Neto teve a proeza de ousar apontar a construção.

E veja como é o pensamento de um sujeito que vive isso, que é antenado, que estudou e se dedicou. Ele também foi um dos responsáveis por dizer: "Quando se faz uma ferrovia é importante também haver rodovias paralelas". Então, ele briga por essa ferrovia, que na prática é uma ferrovia leste-oeste, e ao mesmo tempo, conclama para superar uma das deficiências da Bahia. A Bahia, meu caro Romário, só tem em condições de tráfico uma estrada leste-oeste, que é a 242. Então, toda a estrada que, porventura, se encontrar com o número 2 na frente, lembre-se disso: ela é uma leste-oeste. Eu aprendi isso com Vasco Neto, lendo todas as suas publicações.

E essa 242, Anastasia, ela corta o miolo da Bahia. É a estrada que passa na Chapada Diamantina e chega no oeste baiano. Inclusive o seu traçado inicial deveria sair ali da Ilha de Itaparica, mas, hoje, a estrada mesmo sai do Paraguaçu. Nós chamamos aquela região já próxima à Feira de Santana, mais a 80km de Feira como cabeça da estrada 242. No entanto, ele pensou uma outra estrada leste-oeste, a 030, também ali um pouco mais abaixo, que tem uma característica mais radial, por isso que ela levou o número de 030, para ela fazer exatamente, num trecho enorme, um paralelo à ferrovia oeste-leste e permitir, meu caro Anastasia, a chegada de carga do norte de Minas, via 135. As estradas que começam com 1 são as estradas norte-sul.

Então, a 135, que sai de dentro de Monte Carlos, sai dali, cruza, passa exatamente pelo miolo de Barreiras, passa por dentro de Barreiras, e vai ao Piauí, ligando a divisa da Bahia-Minas com a divisa Bahia-Piauí. Então, você veja como é que um sujeito foi capaz de engendrar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, na realidade, é uma homenagem, que muita gente, Romário, pode considerar até como singela, mas visa reconhecer o trabalho e o esforço desse homem, professor da nossa Universidade Federal da Bahia, da Escola Politécnica, que era um visionário, que pensou o futuro, pensou as rotas de escoamento, que pensou também como dotar o País de estradas para permitir, inclusive, a interligação, o desenvolvimento, o progresso e, claro, o bem-estar de cada cidadão, mesmo morando nos pontos mais longínquos.

Por isso que eu até fiz questão de pedir isso e agradeci muito aqui ao Amorim porque, em seu parecer, ele mantém o projeto da Câmara no Senado, um projeto aqui elaborado por nós, que faz essa justa homenagem ao nosso querido Vasco Neto.

Era isso, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Walter.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

Item 10:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer o piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB e Auxiliares em Saúde Bucal – ASB, e modifica a competência dos TSB.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir o relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 2014, do Senador Acir Gurgacz, que altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e modificar a competência dos TSB.

O art. 1º acrescenta o § 3º ao art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, prevendo que o piso salarial dos TSB, para uma jornada de 8 horas diárias de trabalho e 44 horas semanais, deve ser de R$ 1.200,00 mensais, a ser reajustado anualmente, no mês correspondente ao da publicação da Lei, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos doze meses imediatamente anteriores.

O art. 2º inclui parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, prevendo que o piso salarial dos ASB, para uma jornada de 8 horas diárias de trabalho e 40 horas semanais de trabalho, deve ser de R$900,00 mensais, a ser reajustado anualmente, no mês correspondente ao da publicação da Lei, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos doze meses imediatamente anteriores.

O art. 3º dá nova redação ao inciso VII do art. 5º da lei supracitada, incluindo, dentre as competências do Técnico em Saúde Bucal, a de realizar fotografias e operar equipamentos de imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em clínicas de radiologia odontológica, consultórios e clínicas odontológicas.

O art. 4º apresenta a cláusula de vigência, que deverá ser imediata.

Na justificação, argumenta-se que, em atenção às políticas de saúde bucal, faz-se necessária a valorização dos profissionais, técnicos e auxiliares, tanto por meio do estabelecimento de piso salarial para técnicos e auxiliares quanto da compatibilização da competência dos TSB aos avanços tecnológicos no âmbito da odontologia.

Nos termos do Requerimento nº 1.091, de 2015, a matéria será apreciada primeiramente por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Em seguida, será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A análise do processo vou considerar como lida. Quero ir para o voto para podermos ganhar tempo.

Voto:

Em face das razões expostas na análise, vota-se a aprovação do PLS nº 387, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, nos termos do art. 1º do PLS nº 387, de 2014:

> Art. 5º .....
> §3º O Piso Salarial dos Técnicos em Saúde Bucal (TSB), para uma jornada de oito horas diárias de trabalho e quarenta semanais, é de R$1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, a ser reajustado anualmente, no mês correspondente ao da publicação desta Lei, pela variação percentual acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos doze meses imediatamente anteriores. (NR)

EMENDA Nº - CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 9º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, nos termos do art. 2º do PLS nº 387, de 2014:

> Art. 9º .....
> *Parágrafo único*. O Piso Salarial dos Auxiliares em Saúde Bucal (ASB), para uma jornada de oito horas diárias de trabalho e quarenta semanais, é de R$900,00 (novecentos reais) mensais, a ser reajustado anualmente, no mês correspondente ao da publicação desta Lei, pela variação percentual acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos doze meses imediatamente anteriores. (NR)

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, nos termos do art. 3º do PLS nº 387, de 2014:

> Art. 5º .....
> VII – realizar fotografias e operar equipamentos de imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em consultórios e clínicas odontológicas.
> [...]" (NR)

Sala da Comissão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Quero registrar que tive uma intensa discussão com os técnicos de saúde bucal, com os auxiliares de saúde bucal, com os conselhos representativos dessas entidades, para chegar a esse consenso entre as partes envolvidas.

Então, essa é a análise, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador!

Coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...acho até que, quanto a essa matéria, pelo que percebo, vai ser pedida vista, mas para quem vai pedir vista e também para o Senador Hélio José levanto uma preocupação que é até da categoria. Percebi aqui que o piso salarial do auxiliar vai ser de R$900,00. O salário mínimo é de R$880,00. O salário mínimo, todo ano, sofre um reajuste pelo índice de inflação mais o PIB. Está sujeito esse piso a ficar menor do que o salário mínimo. É uma preocupação que levanto. Sei que o projeto foi apresentado há algum tempo, mas, quando a gente fixa um piso em valores nominais, a tendência é a de que ele perca seu valor devido à inflação.

Então, a reflexão que faço, já que percebi que o Senador Anastasia vai pedir vista, é esta: fiquei muito preocupado com o valor fixado de R$900,00 para os auxiliares, que terão a mesma jornada que os técnicos, porque, daqui a pouco, no ano que vem, o piso deles será menor que o próprio salário mínimo. É claro que a lei manda que ninguém receba menos que o salário mínimo. Aí fica essa preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Sei que a intenção do projeto foi a de assegurar um piso maior que o salário mínimo, mas aqui está definido um valor de R$20,00 a mais, e a lei diz que o salário mínimo é reajustado todo ano pelo índice da inflação mais PIB. E sou daqueles que quero que o PIB cresça, não é? Por isso, fica essa reflexão.

Parece que o Senador Anastasia vai pedir vista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador Paulo Paim, qual seria a sua proposta de emenda?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A proposta vou deixar com quem vai pedir vista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k.!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Naturalmente, no meu entendimento, para evitar que ele vire um piso menor que o salário mínimo, teríamos de construir outra redação, conversando com V. Exª e com a categoria – não sei qual é a visão do Senador que pede vista –, para evitar, enfim, que isso possa acontecer no futuro.

Não vou aqui chutar um número, não, porque isso seria irresponsabilidade minha. No chute, o piso deveria ser de R$1 mil? Ou deveria ser reajustado pela inflação mais pelo crescimento de algo semelhante ao PIB? Pode ser outro indexador, porque, se se colocar o PIB, vincula-se ao salário mínimo, e a lei proíbe. É a mesma política salarial para o piso das categorias. Mas isso merece uma reflexão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador!

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de solicitar vista do projeto e antecipo minha posição, Senador Paim e Senador Hélio José.

Com todo o merecimento da categoria, que, evidentemente, recebe nosso aplauso, eu, pessoalmente, sou contra quando se trata de piso para servidores públicos. Não tenho nada a objetar quanto aos servidores do regime privado. Então, vou pedir vista para fazer uma análise. Trago-o na semana que vem, com a proposta que trarei. É claro que o Senador Paim vai apresentar uma proposta também, e acho que ele está correto, porque, de fato, ao se apresentar um valor que é o mínimo, não é preciso haver a lei.

Mas se determina que essa norma trata daqueles que são regidos pela CLT. É bom sempre lembrar – está aqui a Senadora Ana Amélia – que aprovamos uma emenda constitucional no Senado proibindo a criação de obrigações para Estados e para Municípios. Se o Estado e o Município tiverem servidores da categoria, nós não podemos criar obrigações. Para o regime da CLT, não há problema; para o regime público, ele está cheio de problemas. Então, vou tentar fazer essa distinção para trazer à discussão na próxima semana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador!

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de comentar, nobre Senador Anastasia, que fiz um amplo debate com os representantes da classe, e o projeto que veio estava mais ou menos nesse nível. Mas não tenho dificuldade alguma de dialogar com V. Exª sobre uma redação mais propícia. O.k.? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedo vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais.

Item 11:

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 27, DE 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), realização de audiência pública para tratar do processo de desligamento/permanência dos tutores nos Grupos PET. Para tanto, sugiro que sejam convidados: representante da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC); representante da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial (Cenapet); Profª Drª Marinês Tambara Leite, da Universidade Federal de Santa Maria; representante da Universidade de Brasília (UnB); Prof. Dr. Dante Augusto Couto Barone, da UFRGS, tutor mais antigo de grupo no Rio Grande do Sul em atividade e primeiro Presidente da Cenapet – foi Presidente dessa instituição de 1999 a 2008; Prof. Dr. Marcos Cesar Danhoni Neves, da Universidade Estadual de Maringá, Presidente da Cenapet de 2008 a 2010 e Conselheiro da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial (SBrET).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para fazer a leitura do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Romário.

Caros colegas Senadores, eu já tinha apresentado o requerimento e vou ler o segundo, que acrescenta o nome das pessoas para esta audiência pública.

Estou requerendo uma audiência pública para tratar do processo de desligamento/permanência dos tutores nos Grupos do Programa de Educação Tutorial, o chamado PET. Para tanto, sugiro que sejam convidados: representante da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC); representante da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial (Cenapet); Profª Drª Marinês Tambara Leite, da Universidade Federal de Santa Maria; representante da Universidade de Brasília (UnB); Prof. Dr. Dante Augusto Couto Barone, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tutor mais antigo de grupo no Rio Grande do Sul em atividade e primeiro Presidente da Cenapet – foi Presidente dessa instituição de 1999 a 2008; Prof. Dr. Marcos Cesar Danhoni Neves, da Universidade Estadual de Maringá, Presidente da Cenapet de 2008 a 2010 e Conselheiro da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial (SBrET).

Esse é o meu requerimento, Senador Romário, nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora!

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Item 12:

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 28, DE 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), realização de audiência pública para tratar de regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos. Para tanto, sugiro que sejam convidados: Carlos André Pereira Nunes, advogado, professor, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Presidente da Comissão de Exame de Ordem e especialista em concursos públicos; Willian Douglas, juiz federal, professor e especialista em concursos públicos; Marco Antônio de Oliveira, Secretário-Geral da Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC); Luiz Flávio Gomes, jurista, professor e especialista em concursos públicos; Renato Saraiva, procurador do trabalho, professor e especialista em concursos públicos.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para fazer a leitura do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caros colegas Senadores e Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção para esse requerimento pelo tema de que trata, uma vez que nós nos temos deparado com vários problemas em relação ao funcionamento, à transparência e à ética no setor público.

Penso que essa matéria tem grande relevância.

Estou pedindo uma audiência pública para tratar de regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nesses referidos concursos. Para tanto, trago a sugestão dos convidados: Carlos André Pereira Nunes, advogado, professor, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Presidente da Comissão de Exame de Ordem e especialista em concursos públicos; Dr. Willian Douglas, juiz federal, professor e especialista em concursos públicos; Marco Antônio de Oliveira, Secretário-Geral da Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC); Dr. Luiz Flávio Gomes, jurista, professor e especialista em concursos públicos; e Dr. Renato Saraiva, procurador do trabalho, professor e especialista em concursos públicos.

Eu gostaria muito de obter o apoio, porque penso que todos reconhecem nesse setor uma relevância, uma importância, para que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte se debruce sobre o exame dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia.
Item 7:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior.

Autoria: Senador Blairo Maggi.
Relatoria: Senadora Simone Tebet.
Relatório: pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta, e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Wellington Dias, nos termos de subemenda que apresenta.
Observações: - *serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas.*

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, para proferir o relatório.
A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.
Como não temos quórum para deliberação, vou apenas fazer a leitura do relatório desse projeto do Senador Blairo Maggi de grande importância, mas também, ao mesmo tempo, muito simples.
O objetivo desse projeto é dar caráter público aos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso no ensino superior em nível de graduação. Para isso, ele sugere acrescentar o art. 57-A à lei que chamamos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
O objetivo principal, segundo o autor, é garantir honestidade intelectual aos trabalhos submetidos à avaliação final nos cursos de graduação. Segundo o autor, quanto às monografias de graduação, infelizmente, em alguns casos, há práticas abusivas e desonestas de compra de monografias e de plágio. Com o intuito de evitar essa prática, portanto, abusiva e desonesta, visa o autor a dar publicidade a essas monografias de final de curso.
Como a análise é terminativa nesta Comissão, também temos de fazer a análise no aspecto da constitucionalidade e da juridicidade. Quanto a esses dois exames, não vemos nenhum óbice constitucional, no que se refere à ordem material ou formal, ou legal. Afigura-se, ao contrário, essa medida como meio de controle social de avaliação externa dos institutos de ensino.
Entendo que esse projeto tem potencial para melhorar realmente a qualidade da educação superior já no mérito e pode induzir os alunos a se comprometerem com a produção acadêmica. É essencial também esse projeto na contribuição para o desenvolvimento da ciência no País.
Precisamos lembrar que nós temos mais ou menos um milhão por ano de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso. Imaginem a publicidade desses trabalhos e a contribuição no aspecto da ciência no País.
Uma vez disponíveis para consulta, é possível que muitos desses trabalhos ensejem novos projetos de pesquisa, mais arrojados e fundamentados.
Feitas essas considerações, vislumbramos apenas alguns aspectos que precisam ser aprimorados. Primeiro, lembro que, em alguns casos, é obrigatório deixar claro o sigilo amparado na lei. Portanto, fizemos uma emenda nesse sentido para garantir a confidencialidade, que é resguardada não só pela Lei de Propriedade Intelectual e Patentes como pela própria Lei de Acesso à Informação.
A segunda alteração que propomos é a flexibilidade para decidir de que forma a publicidade desses trabalhos vai ser dada. Ninguém melhor do que a própria universidade, através dos seus regulamentos e dos professores que orientam esses trabalhos, para ver se essa publicidade vai ser via internet, se em alguns casos ela vai ficar mais restrita a anuários, a coletâneas, a livros didáticos das suas bibliotecas.
Por fim, houve uma emenda apresentada pelo Senador Wellington Dias, muito bem colocada, preocupado com a questão porque o tema é correlato ao direito autoral.
Nós apresentamos uma subemenda à emenda do Senador Wellington Dias, para deixar o projeto na sua integralidade de forma mais harmônica, mas concordamos com a emenda do Senador Wellington Dias e apresentamos a subemenda da seguinte forma: somos favoráveis ao projeto com a Emenda nº 1, que dá nova redação à ementa, porque fazemos referência à Lei de Direto Autoral; ainda com uma emenda, colocando, como disse, as condições, e temos estipulado os regimentos das instituições de ensino, que se referem à publicidade desses trabalhos; ainda uma emenda do art. 46, inciso IX, em que garantimos a questão do direito autoral, que não há ofensa do direito autoral à publicação desses trabalhos acadêmicos, desde que se indique o nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

autor, o nome do curso, a data de sua conclusão, respeitado, em proveito do autor, aquilo que poderia caracterizar direito moral e patrimonial.

Por fim, acrescentamos no projeto aquilo que está na Lei de Direito Autoral, para que fique também resguardado isso na própria lei, apresentada pelo Senador Blairo Maggi.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O relatório é dado como lido, Senadora Simone Tebet.

Ficam adiadas aqui as discussões e a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, Senador Romário, fui procurada no meu gabinete ontem, e penso que outros Senadores da mesma forma, e ficamos muito apreensivos. Divulgou-se uma versão de que a Secretaria Nacional de Promoção das Pessoas com Deficiência teria sido extinta pela Medida Provisória nº 726, do atual Governo.

Eu queria lembrar a V. Exª que as pessoas estão fazendo uma certa confusão, porque isso aconteceu com uma lei sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, em 5 de abril. Refiro-me à Lei nº 13.266.

Então, não tem nada a ver a medida provisória que está, possivelmente – não tenho o inteiro teor –, abrigando aquilo que já uma lei, sancionada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, havia incorporado à Secretaria de Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência à Secretaria de Direitos Humanos.

Então, são coisas distintas. Agora, eu estou informada de que o seu gabinete prepara uma emenda a essa medida provisória, recuperando na lei a posição, eu diria, a autonomia e independência da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência para que não haja dúvidas a respeito disso.

Eu acho que esse esclarecimento é conveniente e até, se V. Exª permitir, além da iniciativa de V. Exª, eu gostaria – e acho que outros Senadores também – de estar juntos com V. Exª nesta emenda à Medida Provisória nº 726. Penso que é uma iniciativa extremamente oportuna de V. Exª, a confirmar, em relação a esse tema. E V. Exª conhece profundamente a matéria.

Penso que a gente precisa, nesta Comissão, deixar as coisas mais claras do que se criar uma ideia falsa da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, primeiramente agradeço V. Exª pelas palavras e, tendo apoio de V. Exª e de outros Senadores num tema tão importante, que V. Exªs sabem que é uma das minhas grandes bandeiras aqui dentro desta Casa, eu só agradeço e fico muito feliz.

O nosso gabinete tem recebido muitos telefonemas, muitos *e-mails*, perguntando o que realmente aconteceu com essa Secretaria, mas V. Exª acabou de explicar. Eu tenho certeza de que, com essa emenda que faremos, poderemos reaver o direito dessas pessoas com deficiência que, mesmo com direito, já é um pouco difícil e complicado, tirando esse direito então, fica quase impossível.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E compromete até o Estatuto da Pessoa com Deficiência, outro tema tão caro a V. Exª e ao Senador Paulo Paim inclusive, que tem trabalhado nisso.

Eu tenho sempre a atitude de justiça de reconhecer quem faz o quê. Então, nós estamos aqui para ajudá-lo nessa missão, caro Senador Romário, reconhecendo o seu envolvimento pessoal. Por isso acho que é fundamental esse esclarecimento e a posição da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nesta matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senadora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, eu gostaria de pedir aqui a inclusão extrapauta de um requerimento que vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Requerimento extrapauta...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas, antes do requerimento, eu quero trazer a esta Comissão, sem ainda ter uma proposta do que fazer, o problema da ocupação de escolas por jovens estudantes e não universitários da educação de base, às vezes crianças, no Brasil inteiro.

Nós estamos sem tomar as medidas que são necessárias para atender essas crianças. Em alguns casos estão se tomando medidas para reprimir essas crianças, e isso pode se transformar em um novo 2013! O ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de 2013 começou com manifestações por causa das tarifas de ônibus, por estudantes que queriam a tarifa especial para eles.

Hoje, os nossos jovens estudantes secundaristas estão ocupando escolas por causa de merenda, porque o prédio está destruído, porque os professores não estão recebendo salário – não é nem porque querem mais salário agora, porque não estão recebendo os salários em dia e, por conta disso, não comparecem, com razão.

Está havendo um processo de mobilização dessas crianças, que não é apenas muito ruim para a educação se não forem atendidas às reivindicações, como também porque pode sair do controle.

O Governo interino não sei se está preocupado com isso, mas temo que não vai se preocupar por uma simples razão: como os governos de Lula e Dilma, é capaz de eles considerarem que esse é um problema dos prefeitos e dos governadores, que nada tem a ver com o Presidente, uma vez que o Ministério da Educação, na verdade, no Brasil, é o Ministério do ensino superior e das escolas técnicas, não é o Ministério da educação de base. Eu temo que ele tenha esse mesmo comportamento que tivemos nos últimos governos, de não querer trazer o problema da educação de base para a mesa da Presidência, para o colo do Ministro da Educação. Daí porque eu há tempos defendo que o Ministério da Educação deveria cuidar só da educação de base. O ensino superior deveria estar junto com ciência e tecnologia, muito melhor de onde o Presidente interino o colocou, que foi junto com Comunicação. Um erro, um erro completo ter juntado Ciência e Tecnologia com Comunicação. Um gesto político provavelmente para fortalecer o ministro e diminuir o número de ministérios, o que é algo positivo.

Então, eu gostaria de trazer essa preocupação aqui – somos poucos aqui, somos apenas cinco hoje, com o senhor, seis –, em relação a esse problema das escolas ocupadas. A meu ver, devemos trazer na ótica de por que esses meninos estão fazendo isso, o que é que está provocando o descontentamento, Senador Anastasia, e não como é que a gente resolve o problema fisicamente, na segurança. Esse é um problema também. É preciso saber como manter o patrimônio público, como manter a instituição funcionando, mas, primeiro, vamos perguntar o que está acontecendo que os meninos despertaram, acordaram e tomaram nossas escolas. E alertar: isso vai crescer, primeiro porque é natural; segundo, porque hoje eles dispõem de um instrumentozinho chamado internet, que permite fazer guerrilhas, no sentido positivo de movimentos, em todos os lugares. Não demora um desses meninos, pela internet, vai convocar uma manifestação no mesmo dia, na mesma hora, em todas as cidades do Brasil, e a gente vai ter os nossos meninos nas ruas. E aí um deles pratica alguma violência, e aí a polícia vai, e aí ninguém controla mais.

No Chile, há seis, sete anos, houve isto, a chamada Revolta dos Pinguins, porque lá eles usam um uniforme que parece um pinguim. E foi um movimento que durou meses.

Eu gostaria que esta Comissão, de alguma forma, tomasse conhecimento disso e é o que eu estou fazendo. Se quiserem, depois, a gente tenta trazer alguma proposta, mas eu quero trazer só a preocupação por enquanto e, talvez, um contato seu com o Ministro da Educação, para que ele perceba que esse problema também é dele, não é só dos prefeitos e dos governadores.

Dito isso, o senhor me concedeu a palavra para o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em relação ao nosso novo Ministro, foi aprovado, há alguns minutos, um requerimento dos Senadores Randolfe Rodrigues e Telmário Mota, e nós vamos tentar trazer o nosso Ministro na próxima semana, dentro do seu tempo.

Temos aqui um requerimento extrapauta. Consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para leitura do requerimento.

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – São dois requerimentos.

O primeiro requerimento tem em vista que este ano vamos comemorar 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases. E eu conversei com o senhor. Lembro que eu gostaria de me colocar a sua disposição para tentar trabalhar em como comemorar esses 20 anos em homenagem a Darcy Ribeiro e, ao mesmo tempo, como trazer as coisas novas desses 20 anos para dentro da LDB.

Quando se pega o primeiro artigo, não há internet, não há ensino a distância, não há essa possibilidade da educação fora da escola.

Então, nessa linha faço o requerimento para a criação de um grupo de trabalho no âmbito desta Comissão, composto de especialistas com o prazo de 60 dias para garantir a discussão e a elaboração de proposta de aperfeiçoamento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases. E sugiro alguns convidados para que estejam presentes nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não é uma audiência que estou propondo. É mais do que uma audiência. É uma comissão, obviamente sem qualquer remuneração, sem qualquer gasto. E quero me colocar à disposição, se o senhor considerar, para coordenar o trabalho dessa comissão. Nós faríamos em 60 dias, eu espero, uma atualização da Lei de Diretrizes e Bases.

O outro requerimento tem em vista algo que está acontecendo também, e esta Comissão tem ficado ausente, porque está indo aos Estados. Estão surgindo em todo o Brasil movimentos que eles chamam de escola sem política, que tem um lado até positivo, de evitar doutrinamento nas escolas, mas tem um lado muito perigoso, que é proibir o exercício da liberdade dentro das escolas.

É em função dessa minha preocupação com o crescimento desse movimento de escola sem política que eu proponho o requerimento para a realização de uma audiência pública no âmbito desta Comissão para tratar do tema "Liberdade de expressão dentro da sala de aula".

Não tenho ainda convidados para indicar, mas, se os colegas Senadores aprovarem eu os indicarei imediatamente. É para discutir liberdade de expressão na escola.

Entre os que serão incluídos é importante trazermos alguém que tenha liderado esse movimento da escola sem política. Creio que é assim que se chama. Temos que trazê-los, mas também algumas pessoas que vejam que se começa proibindo falar de política ou de dar a própria visão do professor, que não é a ideal, pode não ser a certa, e há outras, e termina proibindo mais coisas.

Então são dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Valadares, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, quero registrar nesta Comissão o meu pesar pelo falecimento do grande cantor brasileiro, alma viva do romantismo nacional, Cauby Peixoto, que começou a sua carreira na década de 40 e, pela sua coerência demonstrada não só na relação com as multidões, como também nas canções que levou para os brasileiros e também para os norte-americanos, mostrou a sua capacidade, a sua desenvoltura, a sua inteligência e a encarnação do espírito alegre do brasileiro.

Um dia ele chegou a se comparar a um Elvis Presley brasileiro, pela sua popularidade em todos os segmentos, não só os mais jovens, mas também os mais velhos. Durante os anos em que conseguiu atuar com tanta regularidade, ele conquistou a confiança, o carinho e a admiração de todos os brasileiros.

Quero deixar registrado aqui esse evento triste do desaparecimento de um cantor popular, de um homem que se identificava com todas as camadas sociais do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Parabéns pelo registro.

Vamos à votação.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 32, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito desta Comissão, composta por renomados especialistas, com prazo de 60 dias, para garantir a discussão e elaboração de propostas de aperfeiçoamento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Convidados: Célio da Cunha, Especialidade em políticas da educação, Professor permanente do programa de pós-graduação em educação da Universidade Católica de Brasília; Manuel Marcos Maciel Formiga, Graduação e Pós Graduação em Economia pela UFPE, Diploma em Educação Internacional e Políticas de Ciência e Tecnologia pela Universidade de Londres-UK, Núcleo do Futuro do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares- CEAM-UNB; Candido Alberto da Costa Gomes, Doutor em educação, com especialização em sociologia e antropologia da educação e políticas educacionais Universidade Católica de Brasília, Programa de Mestrado e Doutorado em Educação; Marcelo Lúcio Ottoni de Castro, Doutor em Políticas Públicas e Gestão da Educação pela UnB, Consultor do Senado Federal; João Roberto Alves, Presidente do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, Rio de Janeiro; Elimar Pinheiro Nascimento, Doutor em Sociologia, Universidade Descartes – Paris IV.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar do tema "Liberdade de Expressão na Sala de Aula". Os convidados serão, oportunamente, apresentados à secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que aprovam o primeiro requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o segundo requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado também.

Convoco para a próxima terça-feira, dia 24 de maio, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições, com a possibilidade de fazermos aqui a audiência pública com o novo Ministro da Educação e Cultura.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2016.

Às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Cristovam Buarque, Otto Alencar, Dário Berger, José Agripino, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Pedro Chaves, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: – Aviso nº 380-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.088/2016, sobre provimento parcial a pedido de reexame interposto pela Autoridade Pública Olímpica a itens do Acórdão 1.784/2015 do TCU; – Aviso nº 384-GP-TCU, o qual encaminha cópia do Acórdão 1.077/2016, sobre auditoria que teve por objetivo avaliar: a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos das escolas públicas de ensino fundamental; a aplicação de recursos do programa Dinheiro na Escola e do Plano de Ações Articuladas; e a efetividade dos controles administrativos do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para tais programas; - Aviso nº 390-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.071/2016, sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; e - Ofício 472/2016-TCU/Secex-AL que encaminha cópia do Acórdão 1.084/2016, sobre auditoria realizada em escolas de ensino fundamental da rede pública do Estado de Alagoas e de Municípios desse Estado, com o objetivo de avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações dessas escolas e a conformidade da aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola e do Plano de Ações Articuladas. Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores e às Senadoras que desejarem acesso ao conteúdo. O Senhor Presidente, Senador Romário, passa a Presidência à Senadora Angela Portela para que possa relatar a matéria do item 2 da pauta. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não terminativo**. Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Foi devolvida a Presidência ao Senador Romário. **Item 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36, de 2016 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a proposta de limitação do gasto público à inflação do ano anterior, a ser apresentada ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda à Constituição, conforme anunciado pelo Vice-Presidente em Exercício Interino da Presidência da República, Michel Temer, em entrevista coletiva de anúncio de medidas econômicas, realizada no dia 24 de maio, tendo como eixo os impactos de tal medida na destinação de recursos à área da educação, bem como as supostas propostas de desvinculação dos recursos constitucionalmente destinados à saúde e, especialmente, à educação, proposta essa apresentada pelo ministro interino da Fazenda na mesma data. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Ministro interino da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles; 2. Ministro interino da Educação, Sr. José Mendonça Bezerra Filho; 3. Ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique Oliveira; 4. Representante do Fórum Nacional de Educação; 5. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 6. Representante da União Nacional dos Estudantes; 7. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 8. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; 9. Representante do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Votação adiada por falta de quórum, verificada conforme requerimento do Senador Ronaldo Caiado, apoiado pela Senadora Marta Suplicy e pelos Senadores Dário Berger e Pedro Chaves (art. 293, RISF). **Ficam adiados os seguintes itens: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015. ITEM 3) TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014, PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2014 e PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2015. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2015. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2012. ITEM 9) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, de 2015. ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 208, de 2015. ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 30, de 2016. ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31, de 2016.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

doze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes.

– Aviso nº 380-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.088/2016, sobre provimento parcial a pedido de reexame interposto pela Autoridade Pública Olímpica a itens do Acórdão 1.784/2015 do TCU.

– Aviso nº 384-GP-TCU, o qual encaminha cópia do Acórdão 1.077/2016, sobre auditoria que teve por objetivo avaliar: a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos das escolas públicas de ensino fundamental; a aplicação de recursos do programa Dinheiro na Escola e do Plano de Ações Articuladas; e a efetividade dos controles administrativos do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para tais programas.

- Aviso nº 390-Seses-TCU-Plenário, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.071/2016, sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

– Ofício 472/2016-TCU/Secex-AL que encaminha cópia do Acórdão 1.084/2016, sobre auditoria realizada em escolas de ensino fundamental da rede pública do Estado de Alagoas e de Municípios desse Estado, com o objetivo de avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações dessas escolas e a conformidade da aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola e do Plano de Ações Articuladas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores e às Senadoras que desejarem acesso ao conteúdo.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 13.

Passo a Presidência à Senadora Angela Portela para que eu possa relatar o item 2 da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015
- Não terminativo -

Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a palavra ao Senador Romário para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Fiz um resumo do relatório, vou direto a ele.

Vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 747, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que aprovou a Sugestão (SUG) nº 5, de 2013, advinda do Programa Senado Jovem Brasileiro.

A proposição visa, segundo o art. 1º, a destinar parte dos *royalties* do petróleo para a educação básica pública e o ensino profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O art. 2º prevê que 80% do montante total dos recursos dos *royalties* deverão ser destinados ao desenvolvimento de programas e projetos que visem à melhoria da educação básica pública no País, sendo que, de acordo com o §1º, 35% desses valores devem ser aplicados em programas direcionados à melhoria e à expansão da educação profissional técnica de nível médio.

O projeto foi encaminhado para análise desta Comissão e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PLS nº 747, de 2015, envolve matéria relacionada à educação, encontrando-se, dessa forma, sujeito ao exame de mérito da CE, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em primeiro lugar, cabe uma reflexão sobre a pertinência do aumento do percentual da destinação, para a área educacional, dos recursos da exploração e da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, pois esse aumento significará diminuição nos recursos destinados à saúde, que hoje totalizam 25% e passariam a apenas 20%. Trata-se de uma área em que também há carência profunda, não sendo justificável, portanto, transferir recursos da saúde para a educação, motivo pelo qual acreditamos ser mais adequado manter os percentuais nos patamares hoje em vigor.

Apreciamos de tal maneira o projeto de lei construído no âmbito do Projeto Jovem Senador que, em consonância com nosso mandato, sugerimos que o projeto em análise abarque também a educação inclusiva, garantindo que parte dos recursos obtidos com os *royalties* citados anteriormente seja destinada a assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência.

Finalmente, ressalvamos que a matéria já é tratada pela Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. O art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, prevê que "o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa".

O mais adequado é, portanto, alterar a lei existente, motivo pelo qual apresentamos substitutivo.

Diante do exporto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 747, de 2015, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, DE 2015

Altera a Lei nº 12.858, de 9 setembro de 2013, para reservar, do montante de 75% dos royalties do petróleo destinados para a educação pública, 25% para a educação profissional técnica de nível médio, sendo 10% para a educação inclusiva.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° .....

§ 4º Da receita destinada para a educação de que trata o § 3°, 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados em programas direcionados à melhoria e à expansão da educação profissional técnica de nível médio e 10% (dez por cento) em programas para garantir educação de qualidade à pessoa com deficiência. " (NR)

Art. 2º As destinações de recursos previstas no art. 1º serão reavaliadas no prazo de dez anos, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Visando garantir educação de qualidade para as pessoas com deficiência, peço aos meus Pares que aprovem o projeto do Jovem Senador.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Coloco em discussão a matéria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra para discutir o projeto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero parabenizar o Senador Romário pelo relatório que apresenta e, de igual modo, a iniciativa, que é muito oportuna, sobretudo neste momento em que pairam ameaças concretas sobre os rumos da educação brasileira.

Infelizmente, foram anunciadas pelo Governo interino, provisório – Governo, do meu ponto de vista, ilegítimo, biônico –, medidas como cortar gastos das áreas sociais, querendo limitar o gasto social ao patamar da inflação do ano anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Ministro da Fazenda também já anunciou, Senador Romário, a disposição dele de que, associada a essa medida de limitar, de cortar gastos nas áreas sociais.... E é cortar mesmo, na medida em que se limita ao patamar da inflação do ano anterior. Mas, enfim, o Ministro da Fazenda já anunciou que é preciso também associar a essa medida de corte uma outra medida, a de desvincular as receitas para a área da educação, para a área da saúde, para a assistência social etc. Isso é um crime! É um retrocesso, eu diria a V. Exª, cujas consequências e cuja dimensão eu nem saberia precisar neste exato momento, Senadora Angela, pois significa pôr fim a uma luta histórica do povo brasileiro, qual seja, a de consignar na Constituição a vinculação de recursos para essas áreas, o que é algo extremamente pertinente, Senador Romário, porque são áreas básicas, são áreas essenciais, são políticas públicas essenciais.

E, como se não bastasse tudo isso – já vou concluir –, o Governo também já anuncia que será prioridade rever a lei do pré-sal, que infelizmente já foi aprovada até aqui no Senado Federal – está na Câmara. Quer rever a Lei do Pré-sal, modificar o regime de partilha, modificar o marco regulatório da exploração do pré-sal, que está na Lei nº 12.858, a que o Senador Romário se referiu. Está na lei que a Petrobras deve ter prioridade, e isso é fundamental para o desenvolvimento do povo brasileiro. Por quê? Porque boa parte dessa riqueza, de acordo com a Lei nº 12.858, tem que vir para a educação. Vai para as outras áreas também, mas a maioria, 75% dos *royalties* vêm para educação; 50% do Fundo Social vem para a educação. Por isto, Senador Romário, esse projeto é oportuno: porque, na verdade, vem no sentido de fortalecer essa luta.

V. Exª traz aqui um destaque que é bastante pertinente, V. Exª expressa sua preocupação com a área das pessoas com deficiência, e está correto. É importante, sim, ter esse olhar para que essa área possa dispor de orçamento necessário para levar adiante as políticas públicas de inclusão na área das pessoas com deficiências. V. Exª aqui também destaca a importância da educação básica, claro que sim, diante dos desafios que temos. V. Exª ressalta ainda expansão da educação profissional, que foi outra ação exitosa nesses últimos 12, 13 anos dos Governos Lula e da Presidenta Dilma.

Portanto, parabenizo V. Exª, voto a favor, mas chamo a atenção para o quanto temos que nos voltar, Senador Romário, para essas propostas em curso do Governo biônico, que são: desvincular receitas para a área da educação, limitar gastos na área social ao patamar da inflação anterior bem como a prioridade em modificar a lei que trata do marco regulatório do pré- sal.

É essencial, Senador Cristovam, ficarmos de olho nessa pauta que chamamos de pauta macro, do ponto de vista dos interesses da educação brasileira, sob pena de iniciativas tão louváveis como a de V. Exª não terem o efeito que queremos que tenha. Voto favoravelmente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Continua em discussão.

Senador Cristovam, para discutir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente, Senadores, vou pedir vista, se o Relator não se incomodar, para tentar corrigir uma coisa não no seu relatório, que agrega, mas na própria lei.

Quando essa lei foi debatida, a ideia era de que esses recursos do pré-sal fossem para a educação básica, mas a pressão das universidades fez com que ficasse escrito "preferencialmente". Na verdade, pode ir zero para a educação de base porque sabemos a força que tem o setor universitário sobretudo junto ao Ministério da Educação, que é o ministério do ensino superior – não o ministério da educação de base – e da educação profissional, das escolas técnicas.

Então, peço vista para tentar corrigir isso e tirar esse "preferencialmente" da educação de base e dizer que os recursos serão para a educação de base. Aí, sim, totalmente de acordo com os 25% para profissional e tecnológica e os 10% para educação inclusiva.

Mas 25% e 10% do total, porque hoje esses 25% e os 10%, Senador Romário, podem, no fim, ser 25% sobre zero, porque apenas preferencialmente – repito – é para a educação de base.

Acho que foi um erro, fruto de uma pressão feita na hora – eu me lembro bem da UNE presente – que a meu ver deturpou a ideia inicial, que era usar os recursos do pré-sal para a educação de base.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Muito bem colocado. Agradeço. E também agradeço à Senadora pelas palavras em relação ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Vista concedida ao Senador Cristovam Buarque, como é regimental. E eu devolvo a Presidência ao Senador Romário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero também – já que ele pediu vista, Senador Romário – assinar o pedido de vista, porque quero conversar com o Senador Cristovam.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Vista coletiva, então.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

Eu gostaria de dar boas-vindas ao Senador Pedro Chaves, do PSC do Mato Grosso. Seja bem-vindo, Senador!

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 9:

ITEM 9
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito.

Autoria: Senador Lasier Martins
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.

O Relator é o Senador Cristovam Buarque, que acabou de se retirar, mas vamos esperá-lo.

Item 13:

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a proposta de limitação do gasto público à inflação do ano anterior, a ser apresentada ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda à Constituição, conforme anunciado pelo Vice-Presidente em Exercício Interino da Presidência da República, Michel Temer, em entrevista coletiva de anúncio de medidas econômicas, realizada no dia 24 de maio, tendo como eixo os impactos de tal medida na destinação de recursos à área da educação, bem como as supostas propostas de desvinculação dos recursos constitucionalmente destinados à saúde e, especialmente, à educação, proposta essa apresentada pelo ministro interino da Fazenda na mesma data. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Ministro interino da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles; 2. Ministro interino da Educação, Sr. José Mendonça Bezerra Filho; 3. Ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique Oliveira; 4. Representante do Fórum Nacional de Educação; 5. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 6. Representante da União Nacional dos Estudantes; 7. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 8. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; 9. Representante do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É o requerimento de que número, Senador Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 13, Requerimento nº 36.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Romário, também queria anunciar a V. Exª que eu tenho mais dois requerimentos extrapauta. Certo?

Sr. Presidente, na verdade, nós estamos aqui requerendo, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a proposta de limitação do gasto público à inflação do ano anterior, a ser apresentada ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda à Constituição.

Essa proposta já foi anunciada pelo Vice-Presidente em entrevista coletiva e, portanto, nós julgamos que é oportuno, que é obrigação desta Comissão realizar a presente audiência pública tendo como eixo quais impactos, Senador Romário, tal medida – repito – de delimitar gasto público à inflação do ano anterior trará, no que diz respeito à área da educação, bem como as supostas propostas de desvinculação dos recursos constitucionalmente destinados à saúde, especialmente à educação.

Para tanto, nós propomos que seja convidado o Ministro da Fazenda, Sr. Henrique Campos Meirelles; o Ministro da Educação, Sr. José Mendonça; o Ministro do Planejamento, o Sr. Diogo; um representante do Fórum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nacional de Educação; um representante da Andifes, que congrega as instituições federais de ensino superior; um representante dos estudantes; um representante dos trabalhadores em educação; um representante também dos estudantes secundaristas, e também uma representação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. E eu acrescentaria aqui, claro, um representante dos secretários municipais, Senador Romário, e um representante dos secretários estaduais. Faria só esse acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar o meu apoio ao requerimento da Senadora Fátima, que pretende discutir essa questão prioritária em nosso País neste momento. Quando nós vemos o Governo provisório tomando medidas que diminuirão os recursos destinados à educação do nosso País, isso precisa ser discutido na Comissão de Educação e nos preocupa muito quando nós temos um Plano Nacional de Educação que, certamente, será gravemente ferido no cumprimento das metas previstas até 2024.

Quero apoiar a iniciativa da Senadora Fátima em trazer essa discussão aqui para a Comissão de Educação, trazer aqui os ministros da área, trazer os representantes do Fórum Nacional de Educação, trazer representação dos secretários municipais de educação, que é quem está na ponta executando a educação em nosso País, a educação fundamental, o ensino médio, o ensino superior.

Então, queremos apoiar a iniciativa da Senadora Fátima para que possamos discutir amplamente e principalmente quando vemos aí a possibilidade de medidas duras que reduzirão, sem dúvida nenhuma, investimentos na educação do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para discutir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, como ele, gentilmente – sempre ele foi muito gentil... Aqui sabe passar a bola na hora de fazer o gol, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, analisando oportunamente o requerimento de autoria da Senadora Fátima Bezerra, eu posso perceber que, de antemão, se trata de um requerimento oportuno, necessário e, sobretudo, louvável. Entretanto, eu quero fazer aqui algumas ressalvas porque me parece, pelo que estou percebendo, a Mesa seria constituída de, pelo menos, nove representantes, dentre eles ministros e representantes do Fórum Nacional da Educação, União Nacional dos Estudantes, Confederação Nacional, etc. Parece-me que essa será a audiência pública mais longa de que vamos participar dos últimos tempos. Eu não sei se é produtivo isso e eu não sei se é justo e legítimo também nós colocarmos, em uma mesma mesa, ministro e estudantes, quando nós estamos tratando de uma proposta estratégica do Governo Federal, que instituiu um limite de gastos para o exercício seguinte baseado na inflação do exercício anterior.

A verdade é que eu, como Senador, jamais gostaria de estar discutindo essas questões aqui: limite de gastos, austeridade da política fiscal etc, etc, etc. Entretanto, se faz necessário pelo atual estágio econômico e financeiro em que o Brasil se encontra hoje.

Essa meta tem por objetivo principal e fundamental não gastar mais do que arrecadar. Essa é a lógica. E essa lógica me parece bastante importante e bastante salutar. Todavia, no setor privado, Senador Romário, meu prezado Presidente, se uma empresa gasta mais do que arrecada, ela provavelmente, num curto espaço de tempo, vai à falência, ou fica insolvente, ou pede a recuperação fiscal. Se nós, pessoas físicas, seres humanos, mortais como somos, em momentos de crise, gastarmos mais também do que arrecadarmos, provavelmente iremos ficar insolventes e ir à falência. Não é o que acontece com o Governo ou com os governos, sejam municipal, estadual ou federal. O Governo, por uma irresponsabilidade fiscal, acaba gastando mais do que arrecada, e quando isso acontece, em vez de ir à falência, acaba mandando a conta para o povo pagar. Essa é a grande verdade, a grande realidade.

Então, nós não estamos discutindo aqui exatamente a questão estratégica do Ministro da Fazenda, do Ministro da Educação, do Ministro do Planejamento e por aí afora. Nós estamos discutindo aqui um critério que foi adotado pelo atual Governo para que efetivamente se tenha controle dos gastos no sentido de encontrar um denominador comum para que não aconteça com o Brasil o que aconteceu no passado, por cujos erros nós estamos pagando um preço grande no presente e vamos pagar um preço grande no futuro, exatamente fruto de todas essas questões que estão sendo levantadas.

Portanto, eu queria aqui – evidentemente é um requerimento e jamais vou votar contra um requerimento – expressar a minha preocupação.

O senhor imagine, Presidente, estudantes com Ministros, num momento tenso como este que estamos vivendo, e, em vez de contribuirmos, vamos participar de uma discussão muito mais ideológica, visando muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

mais a questões específicas do que a questões relevantes como essa que está posta aqui pelo requerimento da Senadora Fátima Bernardes.

Por isso eu queria aqui...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Fátima Bezerra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Fátima Bezerra. Acho que não é nenhum demérito chamá-la de Fátima Bernardes, pois está na moda a apresentadora de televisão. Melhor do que ela só você mesmo, Telmário, para fazer a apresentação daquilo.

Portanto, eu queria pedir aqui que a gente pudesse reduzir o número de participantes e que trouxessem só os ministros então, para que fizessem uma avaliação prévia dessa questão em respeito aos ministros, porque nós não podemos colocar um ministro em confronto nessa triste realidade que nós estamos vendo aqui.

Ademais, o Ministro da Educação, pelo que estou sabendo, já está convocado para, no dia 22 de julho, vir a esta Comissão.

Então, ele viria agora e viria depois, de novo, e daqui um pouco se convoca, e daqui um pouco nós vamos ficar convocando ministros a toda hora, a todo instante, e eles não vão ter condições de desenvolver o seu trabalho. E, diga-se de passagem, eles têm um grande fardo pela frente para construir.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Dário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Telmário e, depois, à Senadora Marta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Senador Romário, para essa questão que o Senador Dário levantou eu acho que nós temos uma solução. Eu queria aqui propor à Senadora Fátima Bezerra e ao Senador Dário – e é pertinente a presença dos ministros – que sejam feitas, Sr. Presidente, duas mesas: uma com os ministros e a outra, com os demais representantes da sociedade civil. Dessa ordem, nós não faríamos o debate ideológico, mas, sim, o enriquecimento de conhecimento para esta Casa.

Outro requerimento solicitando a presença do Ministro da Educação é de minha autoria. Eu me sinto satisfeito. Uma hora ele, estando presente antecipadamente, poderia contemplar a outra nossa solicitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, a presença do Ministro da Educação está agendada para o dia 22 de junho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Foi a data que ele pediu para agendar aqui, porque aí estaria dentro do tempo dele.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, então, nesse contexto, Sr. Presidente, ele está convocado para o dia 22. É um requerimento de nossa autoria, acho que também do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Do Senador Randolfe também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria aproveitar para fazer uma solicitação, Sr. Presidente. O item 12 é um requerimento de nossa autoria e queria que V. Exª colocasse em pauta, se fosse o caso, para que também pudéssemos debater.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente. Já estou...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Primeiro as damas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Elas sempre primeiro.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, eu estava antes. Não tem nada com ser dama!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu tenho observado que está havendo um procedimento por parte de alguns Senadores, meus ex-colegas do PT, de fazer alguns requerimentos que não eram hábito quando o PT estava no exercício do poder. Nós nunca tivemos aqui, que eu me lembre – me corrijam se eu estiver equivocada –, convocação de ministro com estudante. Isso nunca aconteceu.

O que me parece que está acontecendo é uma tentativa, porque essa necessidade de convocar o Ministro da Educação para discutir a questão que foi colocada, da desvinculação, é correta. Acho que é de interesse de todo mundo. Todos queremos saber os argumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Temos lido nos jornais todos os dias, como já disse o Senador que me antecedeu, que há um contingenciamento, há uma necessidade de cortar em tudo. É uma coisa que nos deixa todos muito indignados e tristes. Mas não é culpa deste governo que está na interinidade, é uma coisa que aconteceu antes e que agora exige essas medidas mais duras.

Mas que venha o ministro e explique isso, e aí tudo bem. Agora, misturar o Ministro da Fazenda com o Ministro do Planejamento, parece-me que há muito mais uma tentativa de tumultuar, uma tentativa de procrastinar, principalmente porque isso nem entrou na Casa ainda, nem chegou.

As medidas anunciadas ainda nem se materializaram em projetos de lei. Por isso, eu acho precipitado. E, nesse dia 22, receber o Ministro da Educação está corretíssimo; porém misturar Educação com Planejamento e Fazenda, acredito, é algo que, realmente, não vai acrescentar nesta Comissão, neste momento.

Nós todos queremos saber as explicações do Ministro. Os outros poderiam até ser chamados separadamente e tal, mas esse não me parece que seja o real interesse.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Passo a palavra, agora, ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senador Romário, Presidente desta Comissão.

Sr. Presidente, primeiramente, sem prejuízo desse requerimento, que anuncio votarei favoravelmente, apenas recordo – e V. Exª já o fez muito bem – que, na semana passada, aprovamos, nesta Comissão, um requerimento de nossa autoria convocando o Ministro da Educação para debater, naquele momento, naquela oportunidade, a agenda, a pauta da extinção do Ministério da Cultura.

Obviamente, já foi restaurado o Ministério da Cultura; entretanto, há um conjunto de outras pautas que eu considero necessário ser debatido com o S. Exª o Ministro da Educação. Por exemplo, há 15 dias do novo Governo, ainda não houve a nomeação do Secretário Nacional de Educação Superior. As universidades públicas estão vivendo uma gravíssima crise. Os reitores das universidades federais solicitam uma audiência com o Ministro e não têm conseguido.

Essa é uma entre outras razões pelas quais eu queria solicitar de V. Exª, que ponderou antes – obviamente, nós aprovamos nesta Comissão a convocação – sobre o pedido do Ministro de ter um tempo a mais para vir aqui. E disse a V. Exª que não teria nenhum óbice, só que, obviamente, a data do dia 21 ou 22 de junho...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dia 22, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, o dia 22 de junho me parece uma data um tanto esticada para a urgência que temos em ouvir o Ministro da Educação.

Então, eu queria ponderar a V. Exª que, por sua vez, ponderasse a S. Exª o Ministro sobre a necessidade que tem esta Comissão, pelas emergências que existem na educação brasileira, de ouvi-lo o quanto antes. Assim, se fosse possível a antecipação, pelo menos, em uma semana, acho que ficaria adequado o prazo da vinda do Ministro, ficaria adequado para os membros desta Comissão, e eu me daria por satisfeito, e também fica mais adequado para a educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. V. Exª pode ter a certeza de que nós, aqui, entraremos em contato com o Ministro a fim de solicitar essa semana de antecedência.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Romário, eu queria apoiar o encaminhamento feito pelo Senador Telmário, no sentido de que nós acolhêssemos a proposta da Senadora Fátima, mas, na verdade, desdobrando-a em dois momentos: num primeiro momento, falam os Ministros convidados; no outro momento, falam as entidades.

Essa é a tradição. Nós nunca tivemos aqui a presença de Ministro de Estado junto com qualquer outra entidade, não apenas entidades estudantis, mas qualquer outra entidade.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, é que, na verdade, eu acho inteiramente importante que aqui compareçam o Ministro da Cultura o o Ministro da Educação, como sempre aconteceu.

Todas as vezes em que assumiu um novo Ministro nessas duas Pastas, áreas que esta Comissão trata, cuida e fiscaliza, o Ministro deve ser chamado a comparecer e apresentar seus novos planos de trabalho para a Pasta.

Quero também aprovar a iniciativa do Senador Randolfe, já aprovada antes, confirmar a ponderar sobre a possibilidade – a depender, claro, da agenda do Ministro – de o Ministro antecipar em uma semana a vinda a nossa Comissão em função do fato de que, no dia 22, já estaremos no final do mês de junho, coincidentemente muito próximo das festas juninas no Nordeste, o que pode ensejar uma participação menor de Senadores. Estarei aqui presente, mas pode ensejar uma participação menor de Senadores. Acho que é uma discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

essencial para qualquer governo do Brasil. Para pensar o desenvolvimento do Brasil, não podemos fazê-lo sem termos a discussão sobre os projetos e programas em educação. Outras pessoas menos destacadas na área da educação já foram recebidas pelo Ministro.

Então, não se justifica que os reitores as universidades ainda não tenham sido. Portanto, creio que é urgente a necessidade de debatermos com o atual Ministro da Educação qual o seu projeto para a educação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Quero dizer que, em relação ao Ministro da Cultura, não existe nenhum requerimento ainda para convidá-lo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Na próxima reunião, já trarei o requerimento e peço apoio dos diversos outros Senadores para esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Bom dia, Senadores e Senadoras. Esta é a primeira vez que participo da Comissão de Educação. Sou do Mato Grosso do Sul... (*Fora do microfone.*) Sempre trabalhei com ensino superior, mas também ensino básico. Esse assunto é relativamente, acho, polêmico, porque há, na verdade, uma dificuldade muito grande do Governo central em minimizar seus custos. Mas é óbvio que educação e saúde são prioridades máximas no nosso País.

Acho que a agenda do Ministro deve estar, realmente, muito lotada. Então, por questão de agenda mesmo, acompanho o encaminhamento da Senadora Marta, dia 22.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Concedo a palavra agora ao Senado Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, considero da mais alta relevância para esta Comissão ouvir membros do Governo que possam esclarecer ao Senado Federal o modo de atuação com as mudanças que foram efetivadas depois da admissibilidade do *impeachment*.

É importante que saibamos quais as metas que serão utilizadas tanto pelo Ministério da Educação, como pelo Ministério da Cultura, que foi reincorporado graças ao apelo da sociedade, notadamente aquela sociedade voltada para um ambiente de avanço das conquistas sociais nessa área, de vez que o Ministro indicado para a Pasta da Cultura estava anteriormente escalado para exercer o cargo de Secretário e agora foi guindado à condição de Ministro de Estado, o que pressupõe que, pelo Regimento Interno da Casa, possa ser convocado na mesma sessão em que se apresentar o Ministro da Educação para falar sobre as metas e estratégias que serão edificadas durante essa gestão no governo temporário do Presidente Michel Temer.

Por isso, quero apoiar a propositura aditiva da Senadora Lídice da Mata de acrescentar, na convocação do requerimento da Senadora Fátima Bezerra também a convocação do novo Ministro da Cultura.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bem, vamos esclarecer aqui alguns assuntos.

Se eu entendi bem, a Senadora vai convidar o Ministro da Cultura. Em relação à convocação que foi feita ao Ministro da Educação pelo nobre Senador Randolfe Rodrigues, estava relacionada diretamente ao Ministério da Cultura. Como esses ministérios já se dissolveram, automaticamente essa convocação caiu, foi prejudicada, e o nosso Ministro virá aqui através de convite feito pelo Senador Telmário, que também tem a assinatura do Senador Randolfe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esclarecidos esses dois pontos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem, para melhor entendimento, eu pergunto o seguinte: o requerimento da convocação do Ministro da Educação já foi aprovado, não é verdade? Ou vai ser aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Já foi aprovado o convite.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Há possibilidade ainda de fazer esse acréscimo a que se refere? Vamos fazer um aditivo a esse requerimento já aprovado no sentido de convocar o Dr. Marcelo Calero...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Convidar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Convocar ou convidar, para se fazer presente na mesma sessão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, acredito que, para melhor andamento dos trabalhos desta Comissão, são separados os convites.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Há uma grande diferença entre convidar e convocar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, vamos fazer um requerimento em separado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já está o requerimento assinado em separado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em separado. Eu quero, inclusive, subscrevê-lo, porque foi essa a sugestão que a Senadora Lídice apresentou. Ela declarou apoiamento aqui ao requerimento que estou apresentando e, ao mesmo tempo, ainda anunciou que vai apresentar requerimento para convite do Ministro da Cultura.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora Fátima, já assinei o requerimento, já está tudo esclarecido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Também quero subscrevê-lo, Senador Valadares.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Ronaldo Caiado com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, conforme V. Exª acaba de deliberar e também anunciar aqui ao Plenário, a convocação do Ministro Mendonça Filho, que, à época, foi feita argumentando a responsabilidade de responder pelo Ministério da Cultura, essa matéria já foi rejeitada de plano por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito.

Então, não existe mais essa convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Existe um convite.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Essa convocação... Não, não, espere aí. Não foi trocada para nada. Não existe a convocação. Então, nós estamos discutindo a vinda do Ministro neste novo requerimento de convite que está sendo apresentado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não, não. Senador, preste atenção. Quanto ao Ministro da Educação, tinha sido aprovada aqui uma convocação feita através do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Que era relacionado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – À Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... à Cultura e à Educação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Já que esses Ministérios se separaram, foi prejudicada essa convocação. Paralelamente a isso, foi aprovado aqui também um convite do Senador Telmário Mota para a presença aqui do nosso Ministro da Cultura, aliás, da Educação, que, inclusive, já marcou data, dia 22 de junho, que a gente tentará antecipar para uma semana antes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Uma questão de ordem, então, Sr. Presidente, sobre a matéria. Questão de ordem, art. 108 do Regimento: "§1º A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis."

O que aconteceu? O requerimento do Senador Randolfe não tem, hora nenhuma, citação de urgência, não existiu a citação de urgência. Não existe nenhuma matéria relevante e nem urgente no requerimento. É algo que a Casa nunca votou desta maneira, ou seja, em um final de reunião, sem estar aqui o Plenário para discutir a matéria, foi apresentado um requerimento extrapauta. O extrapauta exige que se apresente a urgência. Qual é a urgência que tem?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Isso é matéria vencida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – "Olha, porque o Mercadante cortou 10 bilhões da educação e porque a Presidente da República contingenciou mais 10." Não, não foi isso. Então, essa matéria é uma matéria que nós não podemos admitir, e a Mesa tem que se acautelar, porque uma matéria, para ser extrapauta, tem que ser urgente. Se ela não for urgente nem relevante, ela não pode constar da pauta. Então, essa prerrogativa de querer colocar matéria extrapauta sem as credenciais regimentais, isso é matéria vencida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Portanto, eu entendo que, em primeiro lugar, o Senador Randolfe diz que a proposta não seria convocação, mas hora alguma fez a alteração de que seria convite, aqui dirigindo a V. Exª ou ao Presidente da Casa. Segundo ponto: é uma matéria que é extrapauta. Em terceiro lugar, nós temos um requerimento hoje, aí sim, nós estamos começando aqui de hoje: hoje há um requerimento para convidar os Srs. Ministros Henrique Meirelles, José Mendonça Bezerra Filho e o de Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira. Esses são os que estão na pauta de hoje.

Na pauta, até o momento, não existe nenhum requerimento aprovado que esteja dentro das normas regimentais. Como tal, o primeiro requerimento que estamos votando será esse que V. Exª colocará em votação nos próximos minutos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o art. 109 do nosso Regimento Interno diz o seguinte: "A Comissão deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, sendo as deliberações terminativas tomadas pelo processo nominal".

A deliberação que tomamos, que eu lembro a V. Exª e aos membros desta Comissão que foi há duas terças-feiras passadas, foi tomada cumprindo o pré-requisito constante do art. 109 do Regimento.

Naquela data – repito, há duas terças-feiras passadas – foram aprovados dois requerimentos, como V. Exª muito bem esclareceu. O requerimento um, de minha autoria, foi convocando o Ministro da Educação para aqui debater a pauta da extinção do Ministério da Cultura. V. Exª também está corretíssimo ao afirmar aqui que este requerimento, pelo seu objeto, precluiu.

Na mesma reunião, nós aprovamos um segundo requerimento, de iniciativa primeira do Senador Telmário Mota, com apoio da Senadora Fátima Bezerra e com o meu apoio, convidando o Ministro da Educação. Em nome desse segundo e só para debater a pauta da educação, V. Exª tomou a iniciativa de marcar a data com o Ministro, porque V. EXª já comunicou a esta Comissão que já está marcada.

Dito isto, Sr. Presidente, só haveria uma possibilidade de isso ser invalidado, seria com a impugnação da ata. E isso ocorreu na reunião anterior, na terça-feira passada; ou seja, precluiu. É matéria vencida. Portanto, só para fazer esse esclarecimento à Comissão sustentando, então, todos os encaminhamentos de V. Exª, inclusive aquele encaminhamento óbvio de que o meu requerimento para debater o Ministério da Cultura através do Ministério da Educação não tem mais o seu objeto. Mas a vinda do Ministro da Educação urge e está mantida, conforme já foi aprovado por esta Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo para V. Exª encaminhar para votação...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu sou um Presidente democrático. Tem que ouvir todo mundo. É justo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é, o requerimento que de fato está em regime de discussão é o requerimento apresentado por mim, que seria a realização de outro debate. Acolho, inclusive, as sugestões feitas aqui pela Senadora Lídice. Ouviremos, no primeiro momento, claro, os Ministros; depois, abriríamos para os demais convidados. Então, solicito a V. Exª, encerrada a fase de discussão, que a gente apreciasse agora o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bem, pelo que eu entendi, podemos separar os Ministros dos representantes, sendo que um Ministro, o Ministro da Educação, através de convite, virá aqui, em princípio dia 22. Então, poderemos tentar antecipar a vinda dos outros dois Ministros. Podemos fazer isso? E depois...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os três juntos?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não. Eu queria fazer uma proposição. Queria defender, Sr. Presidente, que são dois momentos. Acho que é pertinente que, num primeiro momento, venha só o Ministro da Educação, sob a forma de convite, já pacificado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Depois?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Depois. Até porque ele...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os outros três viriam juntos?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Os outros três. Até porque, na primeira vinda dele, ele virá para falar das diretrizes, das metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E, num segundo momento, não, teria de haver a presença da Fazenda, teria que haver a presença do Planejamento, porque se trata, especificamente, de pauta de agenda econômica.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Então, vamos colocar em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Eu não sei exatamente o que estou votando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, nós vamos votar aqui o convite para vinda dos três Ministros juntos e depois dos representantes, dos outros seis.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Em outra audiência?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em outra audiência, sem ser a audiência em que o Ministro da Educação virá aqui, no dia 22.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, sem ser no mesmo dia?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não, eu entendi que será no mesmo dia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, será no mesmo dia.

Senadora Lídice, será no mesmo dia. O que nós estamos acatando é a sugestão da Senadora Lídice, para que, no primeiro momento, claro, seja só com os ministros. Ponto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E, em um segundo momento, nós faríamos, claro, com as entidades e os representantes dos secretários municipais de educação. Sim, no mesmo dia!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, não há nenhum problema. Faz pela manhã com os ministros. Enfim, teria que ser no mesmo dia. Claro que sim!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A gente chamar as entidades aqui, mas o debate seria, à mesa, com a presença dos ministros.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu faço uma proposta de fazer em dias alternados.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Após a votação, Sr. Presidente, eu já quero solicitar verificação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª precisa do apoiamento de três Senadores para essa verificação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senadora Marta, Senador Dário Berger e Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Verificação concedida.

Passamos para um próximo item.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, Sr. Presidente, é a votação. Sr. Presidente, eu gostaria de ...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não há quórum.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Votação nominal.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, onde está o requerimento? De acordo com o...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por falta de quórum, temos de encerrar a reunião.

A Sr.ª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – É lamentável que o Governo tenha medo do debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Senadores que apoiaram a verificação foram Marta Suplicy, Pedro Chaves e Dário Berger.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Senador Caiado chegou atrasado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quem apoiou foi contra os estudantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mas está dentro do Regimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria registrar em ata que quem apoiou essa proposição foi contra os estudantes brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Convoco para a próxima terça-feira, dia 7 de junho, em caráter excepcional, às 9h45, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposição.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, quem apoiou a verificação?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os apoiadores foram Senador Dário Berger, Senadora Marta Suplicy e Senador Pedro Chaves.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pronto, está esclarecido. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É uma questão de menor relevância, Presidente, mas gostaria de solicitar a V. Exª que o Projeto de Lei nº 707, de 2015, de minha autoria, seja colocado, por V. Exª, na pauta da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será feito.

Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.

(*Iniciada às 11 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.***)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2016.

Às doze horas e quatro minutos do dia sete de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Cristovam Buarque, Simone Tebet, Dário Berger, José Agripino, Alvaro dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Pedro Chaves, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Hélio José, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, comunica aos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras o recebimento do documento "A consolidação da inclusão escolar no Brasil", encaminhando pela Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, o qual publica o trabalho realizado pela diretoria no período de 2003 a 2016. O expediente encontra-se à disposição na secretaria desta Comissão aos Senadores e Senadoras que desejarem o acesso ao seu conteúdo. O Senhor presidente, Senador Romário, passa a Presidência à Senadora Fátima Bezerra para que possa relatar a matéria do item 2 da pauta. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015 - Não terminativo.** Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CE. Foi devolvida a Presidência ao Senador Romário. **Item 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40, de 2016 - Não terminativo.** Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar o 2º ano de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) no âmbito da Semana de Ação Mundial 2016. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; 2. Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED; 3. Representante da União dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME 4. Representante do Conselho Nacional de Educação - CNE; 5. Representante do Fórum Nacional de Educação; 6. Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Resultado: Aprovado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2015 – Terminativo.** Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender os benefícios neles previstos às instituições públicas de ensino superior. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36, de 2016 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a proposta de limitação do gasto público à inflação do ano anterior, a ser apresentada ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda à Constituição, conforme anunciado pelo Vice-Presidente em Exercício Interino da Presidência da República, Michel Temer, em entrevista coletiva de anúncio de medidas econômicas, realizada no dia 24 de maio, tendo como eixo os impactos de tal medida na destinação de recursos à área da educação, bem como as supostas propostas de desvinculação dos recursos constitucionalmente destinados à saúde e, especialmente, à educação, proposta essa apresentada pelo ministro interino da Fazenda na mesma data. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Ministro interino da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles; 2. Ministro interino da Educação, Sr. José Mendonça Bezerra Filho; 3. Ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique Oliveira; 4. Representante do Fórum Nacional de Educação; 5. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 6. Representante da União Nacional dos Estudantes; 7. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 8. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; 9. Representante do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Rejeitado. Votam vencidos o Senador Randolfe Rodrigues e as Senadoras Fátima Bezerra, Ângela Portela e Lídice da Mata. **Item 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38, de 2016.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as ocupações que vêm sendo realizadas em escolas das redes públicas estaduais em diversas unidades da Federação, que têm pautas como a precária infraestrutura escolar; o apoio a professoras e professores que recebem salários parcelados; o fechamento de escolas, na chamada política de "enturmação"; os desvios de recursos da área da educação que seriam destinados à merenda escolar; entre ou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tras pautas relevantes para o desenvolvimento da educação. As convidadas e os convidados serão informados oportunamente à Secretaria da Comissão. Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Resultado: Aprovado. **Item 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39, de 2016.** Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Ministro da Cultura, Senhor Marcelo Calero, para apresentar as diretrizes e programa da sua pasta. Autoria da Senadora Lídice da Mata e outros. Resultado: Aprovado.

Ficam adiados os seguintes itens: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, de 2015. ITEM 3) TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014, PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2014 e PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2015. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2015. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2016. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2012. ITEM 9) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, de 2015. ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 208, de 2015. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015. ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 31, de 2016. ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 37, de 2016. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento do documento "A consolidação da inclusão escolar no Brasil", encaminhado pela Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, o qual publiciza o trabalho realizado pela diretoria no período de 2003 a 2016. O expediente encontra-se à disposição na secretaria desta Comissão aos Senadores e Senadoras que desejarem o acesso ao seu conteúdo.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 17.

Passo a Presidência à Senadora Fátima Bezerra, pois sou o Relator do item 2, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Sr. Presidente, vou assumir. Antes, queria só aqui fazer um pedido a V. Exª, se for possível, com a anuência dos nossos pares, que a gente fizesse uma inversão de pauta e apreciasse o requerimento de nossa autoria, que estava previsto na pauta da reunião anterior e terminou não sendo aprovado em função de o quórum ter caído.

E por que esse pedido nosso? É porque a proposição dessa audiência responde a uma solicitação da Undime, do Consed, enfim, de diversas entidades da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É uma audiência, Senador Romário, que tradicionalmente se desenvolve aqui no Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados está fazendo hoje, e, pela nossa proposição, aqui ela seria realizada amanhã.

Por que nesse período? Porque é o período em que ocorre a Semana da Ação Mundial, que é uma iniciativa da Campanha Global pela Educação. Essa campanha está instalada em mais de cem países desde 2003. Este ano o tema internacional da Semana da Ação Global é o financiamento da educação, e, como a semana, repito, realiza-se exatamente até sexta-feira, a Câmara dos Deputados está realizando hoje e a nossa proposição, portanto, seria para realizarmos amanhã.

Eu vou assumir a Presidência. Apenas quis adiantar para V. Exª para, se for possível, a gente inverter a pauta, com a anuência dos nossos pares, e aprovar esse requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antes de dar a palavra a V. Exª, Senador, eu gostaria de fazer uma consulta aqui ao Plenário sobre a possibilidade de inversão de pauta do item 17, conforme requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra, o.k.? (*Pausa.*)

Está o.k.

Faremos depois da leitura desse meu projeto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 747, de 2015
- Não terminativo -

Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1- Em 31 de maio foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.
2- Em 3 de junho o Senador Cristovam apresentou a Emenda nº 1, já retirada pela próprio autor, e apresentou, em 6 de junho, a Emenda nº 2, dependente de Relatório.
2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para manifestar-se sobre a emenda apresentada. (*Pausa.*)

Como ele não se encontra presente, com a palavra o Senador Romário para as suas considerações.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Na reunião deliberativa deste colegiado, que aconteceu na semana passada, houve um pedido de vista ao parecer oferecido ao PLS nº 747, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera a destinação dos *royalties* do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.

Foi concedida vista coletiva à proposição. Sendo assim, o Senador Cristovam Buarque propôs emenda com o objetivo de assegurar que sejam destinados à educação básica pelo menos 30% das receitas previstas para a educação pública no §3º, art. 2º, da Lei nº 12.852, de 9 de setembro de 2013.

A referida lei estabelece a referência de recursos dos *royalties* para a educação básica em seu art. 2º. Por esse motivo, destinou o mínimo de 30% para a educação básica, 25% para a educação profissional e tecnológica e manteve os 10%, sugeridos em meu relatório, para os programas que visam garantir educação de qualidade a pessoas com deficiência.

Dessa forma, modifico o meu relatório e voto pela aprovação do PLS nº 7.474, de 2015, com a Emenda nº 2 oferecida pela Senador Cristovam Buarque ao art. 2º do PLS nº 747, de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srª Presidente, prezado Senador Romário, não tenho objeção à aprovação da matéria nesta Comissão, sob a ótica desta Comissão. No entanto, penso que é preciso analisar melhor sob duas óticas. Primeiro, sob a ótica constitucional. Estamos tratando de vinculação de receitas de uma determinada fonte para uma determinada despesa e existem vedações constitucionais quanto a isso. Lembro que a destinação de *royalties* de petróleo para vários setores, como educação e saúde, foi promovida mediante emenda constitucional. Então, é uma questão que precisaríamos verificar com mais cuidado, talvez no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

A segunda questão diz respeito à cautela que se deve ter quanto à destinação do recurso dos *royalties*. São recursos variáveis segundo a capacidade de extração da Petrobras, o preço do petróleo. Veja a aposta que se fez nos *royalties* do petróleo no seu Estado, Estado que o senhor tão bem representa. Com os problemas todos da Petrobras e a queda do preço do petróleo, muitos programas e muitas atividades permanentes do Governo, que necessitavam de um custeio também fixo – por exemplo, a Previdência –, estão hoje com enorme dificuldade para se manterem, em razão da variação da produção e também do preço. Então, é uma cautela que talvez fosse o caso de ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas, no âmbito desta Comissão, eu não faria objeção, meu caro Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, igual observação. Minha preocupação é com relação à constitucionalidade. Essa matéria vai ser, quanto à sua constitucionalidade, apreciada na CCJ. No mérito, nada a obstar. É uma matéria que só se justifica. Quanto mais recurso para a educação, melhor, evidentemente; não há nenhuma dúvida com relação a isso. Agora, há fatos e circunstâncias. O fato é meritório, as circunstâncias têm de ser apreciadas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E um detalhe importante, para não esquecer, é que a gente está falando sobre percentual. Então, quanto mais verba, maior é o percentual.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me, Senador. É que, exatamente, se esse percentual se destinar a uma atividade de custeio que não pode ser reduzida segundo a variação – por exemplo, custeio de salário de pessoal – e cair o preço, você tem problemas.

Apenas para lembrar, o Senador Cristovam tem um projeto que tem o mesmo objetivo que este, mas destina os recursos dos *royalties* do petróleo, um percentual deles, para um fundo cujo rendimento seria dirigido à educação. Aí você preservaria, você não gastaria, digamos, o principal, mas sim o rendimento da aplicação financeira. Talvez o próprio Senador Cristovam possa retomar essa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, preservando o mérito da iniciativa, que é indiscutível.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Bem, eu queria parabenizar o Relator, o Senador Romário. Sem dúvida alguma o projeto é muito relevante porque destina recursos do pré-sal para a educação básica pública, a educação inclusiva. E o Plano Nacional de Educação, para implementação das suas metas, já conta com esses recursos. Eles são muito relevantes e são de extrema importância para que a gente possa cumprir, até 2024, todas as metas do Plano Nacional de Educação. Então, esses recursos para financiamento da educação são muito importantes.

Quero dizer da nossa aprovação do relatório do Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto com a Emenda nº 2.

Os senhores Senadores e Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Romário, quero mais uma vez parabenizar V. Exª pela iniciativa. Nessa proposição que acabamos de aprovar, e que será objeto de discussão nas comissões seguintes, destaco a sensibilidade que V. Exª teve ao propor que um percentual seja destinado à educação inclusiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar o 2º ano de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) no âmbito da Semana de Ação Mundial 2016. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; 2. Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED; 3. Representante da União dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME 4. Representante do Conselho Nacional de Educação - CNE; 5. Representante do Fórum Nacional de Educação; 6. Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Concedo à palavra à Senadora Fátima Bezerra, para leitura do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu proporia – não sei se já foi dito, porque eu cheguei agora – o seguinte: já que a Senadora Fátima tem dois requerimentos, não só o 17, mas também o 13, por economia processual, faríamos a apresentação dos dois requerimentos da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia, a Senadora Fátima Bezerra pediu inversão de pauta apenas desse item 17...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Estou pedindo inversão desse aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... e o Plenário concordou apenas com esse.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, retiro a solicitação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito. Chegaremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, conforme disse, a realização dessa audiência dá-se em decorrência da Semana de Ação Mundial, que é uma instituição que desenvolve um papel importante na luta em defesa da educação no mundo, tanto é que a Ação Mundial está presente em mais de cem países.

Portanto, já é tradição, aqui no Congresso Nacional, todo o ano, por ocasião da realização da Semana de Ação Mundial, realizarmos essas audiências públicas.

Este ano, Sr. Presidente, o tema é o financiamento da educação. A audiência contará com a presença do Conselho Nacional de Educação, do Fórum dos Secretários Municipais e Estaduais, etc.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O senhor me permitiria voltar à questão levantada pela Senadora Ana Amélia? Se nós pudéssemos deliberar, se o Plenário concordar, sobre o outro requerimento da Senadora Fátima Bezerra, seria, penso eu, pertinente, porque trata-se do mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, nós faremos; só que temos a oportunidade de fazer agora a votação de projetos terminativos, para aproveitar o quórum. Depois, passaremos para esse.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2015
- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender os benefícios neles previstos às instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Em 19/04/2016, foi lido o Relatório, e foram adiadas a discussão e a votação.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para as suas considerações.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, já foi lido o relatório, e eu só vou relembrar a meus pares que se trata de um projeto de autoria do Senador Aloysio Nunes, que pretende inserir, no âmbito da Lei Rouanet, de incentivo à cultura, as instituições públicas federais de ensino – as universidades federais – também como potenciais beneficiárias dos recursos da referida lei.

O meu parecer foi favorável, dadas as condições formais adequadas e também o mérito, tendo em vista que me parece uma proposição muito adequada, que fortalecerá as universidades federais também no segmento da cultura, em que elas têm todas um bom papel.

O meu parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou votar a favor, mas considero-a meio inócua, porque isso já existe. O Pronac já conseguiu captar, as universidades já conseguiram captar através do Pronac 81 milhões, por meio de 232 projetos, outros 342 foram aprovados no mesmo período e arquivados sem captação. Mas o mais importante é que essas atividades estão abrangidas pelas atuais disposições da Lei nº 8.313, de 1991. É uma boa iniciativa, mas já existe. Vou votar a favor, prestigiando os dois colegas que tiveram uma iniciativa interessante.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, igualmente ao que a Senadora Marta acabou de mencionar, a iniciativa é louvável e meritória, mas realmente é inócua, porque isso já é fato, já é realidade. Mas, reconhecendo a inciativa louvável dos Senadores, nós nos colocamos a favor também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia, voto conhecido.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Aloysio Nunes, voto conhecido.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Foi aprovado o relatório do projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a proposta de limitação do gasto público à inflação do ano anterior, a ser apresentada ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda à Constituição, conforme anunciado pelo Vice-Presidente em Exercício Interino da Presidência da República, Michel Temer, em entrevista coletiva de anúncio de medidas econômicas, realizada no dia 24 de maio, tendo como eixo os impactos de tal medida na destinação de recursos à área da educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

bem como as supostas propostas de desvinculação dos recursos constitucionalmente destinados à saúde e, especialmente, à educação, proposta essa apresentada pelo ministro interino da Fazenda na mesma data. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Ministro interino da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles; 2. Ministro interino da Educação, Sr. José Mendonça Bezerra Filho; 3. Ministro interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique Oliveira; 4. Representante do Fórum Nacional de Educação; 5. Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 6. Representante da União Nacional dos Estudantes; 7. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 8. Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; 9. Representante do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Concedo a palavra à Senadora, para leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para esse requerimento foi solicitada a inversão de pauta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, é para o que não tem relatores, terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O que foi solicitado inversão de pauta já foi lido, nº 17. Esse é o que está na ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Desculpe, Sr. Presidente, é porque tive de me organizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Tranquilo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que os relatores dos outros terminativos não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Sr. Presidente. Eu estava me referindo... Então, estou correta. É o que a Senadora Ana Amélia solicitou a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não. Está dentro da nossa ordem aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está o.k. Desculpe-me.

Sr. Presidente, então, vamos voltar ao debate já iniciado na semana passada, em função de medida já anunciada pelo Governo biônico, quando já tornou público que enviará ao Congresso Nacional, por meio de proposta de emenda à Constituição, uma medida que visa a limitar os gastos nas áreas sociais, condicionando ao patamar da inflação do ano anterior, considerando também a afirmação já feita diversas vezes pelo Ministro da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, da necessidade de, ao promover o ajuste da economia, adotar uma outra medida, que seria a desvinculação das receitas para as áreas sociais – naturalmente, a educação estaria dentro desse contexto.

Considerando essas iniciativas, repito, anunciadas pelo Governo interino, nós julgamos que é obrigação, que é dever desta Comissão, Comissão que trata da educação, travar esse debate.

Entendemos que um debate dessa natureza, Sr. Presidente, para ser produtivo, deve ser realizado não só com o Ministro da Educação, mas sobretudo com a área da Fazenda e com a área do Planejamento.

Por isso, nós estamos propondo aqui – não sob forma de convocação, mas sob forma de convite – a vinda do Ministro da Educação, do Ministro da Fazenda, bem como a do Ministro do Planejamento. É claro que estamos propondo também que sejam convidados os representantes dos gestores, dos secretários municipais de educação, através da Undime; dos secretários estaduais, através do Consed; assim como também os representantes dos trabalhadores de educação, que são os professores; e os estudantes.

Aqui foi feita uma ponderação, na semana passada, de que deveríamos realizar esse debate em momentos distintos. Quanto a isso, Senadora Lídice, não há nenhum problema. Em um primeiro momento, seria o debate com os Ministros, Senador Romário, e, em outro momento, com as entidades, mas desde que as entidades também, naturalmente, fossem convidadas. Faríamos o debate em dois momentos: de manhã, com os Ministros ou com seus representantes e, à tarde, com as entidades.

Quero aqui, mais uma vez, esclarecer que o objetivo desse debate é dar foco, no que diz respeito a medidas no campo da economia que o Governo está anunciando e que, do nosso ponto de vista, trarão um impacto muito preocupante para o presente e para o futuro da educação brasileira, considerando exatamente as metas do novo Plano Nacional de Educação, considerando os desafios que temos pela frente, Senador Romário. Já es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tamos no segundo ano do Plano Nacional de Educação, e metas estão em curso, como a expansão das creches, a expansão das escolas técnicas, a expansão do ensino superior, a expansão da educação em tempo integral, a agenda de valorização salarial e profissional do magistério, com o cumprimento da Lei nº 11.738, que é a lei em vigor, e também já olhando para a Meta 17 do novo Plano Nacional de Educação. Então, é esse o nosso objetivo.

Não estamos fazendo isto aqui sob a forma de convocação, mas sob a forma de convite. O apelo que fazemos é este: que possamos aprovar esse requerimento. E, no momento oportuno, definiríamos a data da realização do debate.

Está previsto que o Ministro da Educação venha a esta Comissão, mas ele virá aqui para fazer uma exposição inicial de caráter geral das diretrizes, das metas. Por isso, nós tivemos o cuidado de não trazer este debate, neste primeiro momento, para a vinda do Ministro da Educação, repito, porque ele fará aqui uma exposição de caráter global, de caráter geral.

Julgamos que o tema do financiamento da educação é central, é decisivo, porque, sem termos clareza do ponto de vista do financiamento, não podemos dar prosseguimento à realização das metas do novo Plano Nacional de Educação. Então, por isso, resolvemos tomar essa iniciativa. Depois da vinda do Ministro, faríamos outro debate para focar o tema do financiamento, buscando os esclarecimentos necessários acerca dessas medidas que já foram programadas, que já foram oficializadas, e do impacto delas no âmbito da educação. Julgamos que é dever desta Comissão promover um debate dessa magnitude, de fundamental importância para os rumos do presente e do futuro da educação brasileira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Senador Aloysio Nunes Ferreira tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, compreendo muito a preocupação da Senadora Fátima Bezerra e as suas intenções, que são as mais louváveis. Acontece, em primeiro lugar, que nós não sabemos ainda quais são essas medidas. Talvez a Senadora Fátima tenha tido a antecipação delas. Mas confesso ao senhor, humildemente, que não a tive. O *Diário Oficial* não trouxe nada. Não sei se o WhatsApp da Senadora recebeu já o texto das medidas. Mas o fato é que não o recebi. Não há ainda nenhuma informação precisa a respeito das medidas econômicas que vão ser anunciadas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador, com todo o respeito, isso está em toda a imprensa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está bem! Por favor! Mas o fato é que não as conheço. Talvez, a Senadora Fátima as conheça. Eu não as conheço. Então, ela está prevendo já um futuro apocalíptico para a educação. Vamos verificar efetivamente, diante da concretude das medidas, qual é a sua repercussão sobre a área da educação.

Eu considero, Sr. Presidente, muito importante que o Ministro da Educação venha. Ele falará sobre a questão da educação sob vários pontos de vista, inclusive sobre a situação em que ele encontrou o Ministério da Educação – as verbas prometidas que não foram liberadas. As creches, por exemplo: são centenas de creches que os prefeitos construíram com financiamento do Governo Federal e agora não há recurso para custeio, está há mais de ano atrasado. Mas há aspectos positivos também no Governo anterior que devem ser ressaltados pelo Ministro.

Agora, o fato é que o Ministro da Educação é um ministro de um governo. Ele não é um ministro isolado. Então, ele terá toda a condição – é um homem experiente, preparado – de expor à Comissão, se já naquele momento as medidas forem de conhecimento de todos, quais são as eventuais repercussões das medidas sobre a sua área. Se, porventura, a Comissão não se considerar satisfeita, aí veremos quais serão as diligências que adotaremos a seguir.

Portanto, sou contra o requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, meus pares, eu vejo que é inoportuno o convite dos Ministros neste momento. Eu percebo que os Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Educação precisam de um tempo. Como o Senador Aloysio bem colocou, num momento oportuno é salutar que eles venham aqui, evidentemente. Mas repito: este momento é inoportuno, porque eles chegaram e encontraram a casa, literalmente, bagunçada. Arrombaram, arrombaram essas casas – principalmente Fazenda, Educação e Planejamento. Eles precisam de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Só um comentário sobre a educação: programas como Fies, Pronatec, Ciência sem Fronteiras e creches foram usados tão somente para se manter no poder o governo do PT. Tirar esses Ministros hoje ali da cadeira e trazer aqui é mais um ato de irresponsabilidade desse governo do PT; eu não tenho dúvida disso. É hora de deixar esses homens trabalharem, para ver se eles conseguem consertar esse estrago danoso que foi feito à nossa economia e ao nosso povo.

Sr. Presidente, vamos votar esse requerimento. Eu sou contra. Não é o momento oportuno. No momento oportuno eu votarei a favor para que os aludidos Ministros venham a esta Casa prestar esclarecimentos sobre seus projetos. No momento, é hora de consertar os estragos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Ataídes.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu queria me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, sem abrir mão da palavra, só uma pergunta a V. Exª: está confirmada a vinda do Ministro aqui na próxima semana, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dia 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dia 22, perfeito.

Sr. Presidente, sem prejuízo da vinda do Ministro no dia 22, eu acho que a Senadora Fátima propõe um debate necessário. Se é verdade o que o ilustre Senador que me antecedeu disse, que a casa estava desarrumada, o Ministro da Educação começou arrumando mal. Ele chamou o Alexandre Frota na primeira audiência – não me parece um bom começo para arrumar a casa que está desarrumada.

Aliás, tenho outra questão a fazer ao Ministro da Educação: por que ele recebeu Alexandre Frota, com todo o respeito a Alexandre Frota, e não recebeu um reitor de universidade brasileira, um reitor?

Até agora, não houve a nomeação do Secretário Nacional de Ensino Superior. As universidades federais estão à míngua, vivendo a mais grave crise.

Obviamente, não é responsabilidade só deste Governo. Vem desde antes a crise, mas existe uma responsabilidade deste Governo em, há quase 20 dias, não ter ocupado o cargo de Secretário Nacional de Ensino Superior.

Há uma responsabilidade deste Governo nas prioridades que coloca.

Repito, não me parece razoável dialogar não sei o quê com o Sr. Alexandre Frota e não dialogar com os reitores das universidades brasileiras.

Por isso, o espaço, inclusive para o esclarecimento da situação do Governo e da pasta da Educação, de como está, é aqui, na Comissão de Educação do Senado.

Nunca houve oposição a Ministro vir aqui. Nunca! Lembro que minha querida amiga Senadora Marta Suplicy foi Ministra da Cultura e nunca hesitou em vir aqui, à Comissão de Educação, quando estava naquela pasta. Aliás, ela se colocou à disposição assim que assumiu o Ministério da Cultura.

Eu não entendo por que tanta oposição para Ministros comparecerem às comissões do Senado Federal. Coloca-se um obstáculo, e não é só para um Ministro. É para todos os Ministros. Para todos os Ministros.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não. Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice...

Ah, desculpe, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, Senador Romário, ainda...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Ministro da Educação virá. Ele terá condições de tratar de todos os programas da sua pasta, inclusive da sua agenda, agenda de audiências, e também das eventuais repercussões das medidas econômicas sobre a sua pasta. Se porventura sobrarem ainda questões que esta Comissão gostaria de esclarecer, poderíamos examinar a vinda de Ministros da área econômica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador, eu só pondero que a oportunidade e a proposta a ser colocada...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Randolfe, apenas por questão de justiça, era Presidente desta Comissão o Senador Roberto Requião e Ministro da Educação o Senador Aloizio Mercadante, foram feitos vários convites, e ele não dava resposta. Até que o Senador Requião teve uma atitude enérgica, e ele aceitou vir aqui. Então houve esse antecedente também, na primeira fase do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E eu corroboro, Sr. Presidente. Eu trouxe aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A palavra está agora com o nobre Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu trouxe aqui o exemplo de alguém que teve disponibilidade para com esta Comissão. É o exemplo da ilustre Senadora Marta Suplicy quando assumiu o Ministério da Cultura. Inclusive foi objeto...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu estou incluído aí, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...de minha parte, de inúmeros elogios pelo seu comportamento.

Eu acho que o que está sendo proposto aqui pela Senadora Fátima é um debate mais do que necessário diante da crise que se está vivendo, que se está atravessando hoje, principalmente em relação ao ensino superior.

Repito, não me parece razoável, há quase um mês do atual Governo, não haver Secretário Nacional do Ensino Superior nomeado.

Esse debate, essa vinda no dia 24, inclusive por decorrência de requerimento de minha autoria, pode muito bem ser o cumprimento do requerimento que aqui propõe a Senadora Fátima Bezerra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, é pela ordem ou por inscrição? Eu estou inscrito. Quero saber se V. Exª está seguindo a lista de inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª está depois da Senadora Marta Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – E eu, Sr. Presidente?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª está agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu pedi há bastante tempo, Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ele fez depois de mim a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Depois da Senadora Lídice da Mata.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu acredito que nós estamos discutindo algo que não está em discussão. O Ministro da Educação em nenhum minuto disse que não viria se convidado. Está confirmadíssimo que virá. Ou então eu entendi mal. Ele virá.

O que está em discussão é se será necessário trazer junto o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento. Creio que inclusive vai atrapalhar a audiência do Ministro da Educação. Com dois outros Ministros de tal importância, nós não vamos ter o tempo que deveríamos para aprofundar tudo o que queremos saber sobre a realidade do Ministério da Educação, que realmente tem muita coisa errada, tem grandes problemas, mas tem muitos projetos interessantes – vou divergir do Senador Ataídes, porque Pronatec, Fies, todos esses programas, como o de cotas e tudo, eu sou a favor de todos eles. Entendo que foram mal administrados, como o Fies, que vemos que está financiando apenas escola particular. Agora, nem aluno que paga tem. Só tem quem é financiado pelo Governo. Agora, são programas inovadores, interessantes, de inclusão. E nós todos queremos saber detalhes sobre como vão ficar esses programas importantes para o Brasil e para a nossa juventude, além dos percalços, do estado da arte da pasta.

Acredito que nós vamos perder, Senadora Fátima, se trouxermos dois outros Ministros dessa importância para essa discussão, porque vamos entrar em outras situações com o da Fazenda, porque todos temos muito interesse, e vamos entrar, com o do Planejamento, em outras situações.

Creio que foi bem colocado pelo Senador Aloysio que nada nos impede de chamá-los depois, se entendermos que queremos discutir especificamente esse item, quando já tivermos clareza da PEC, que no momento nem foi aprovada.

Então acredito que devemos ouvir a todos nas suas ponderações e votar essa questão, porque vai ser necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só um segundo, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Garanta a minha palavra, Sr. Presidente. Não há...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só um segundinho, Sr. Presidente. É porque a Senadora Marta se referiu a esses programas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu sou literalmente a favor dos referidos programas. O que eu disse é que eles foram administrados com irresponsabilidade e com o cunho tão somente eleitoreiro. Mas eu sou a favor. Queria colocar isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, assim fica difícil, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice, por favor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, é preciso estabelecermos pelo menos o respeito à inscrição, a não ser que haja... Eu nem vou me referir ao nome do Senador, para evitar que se invoque agora o art. 14 numa discussão de Comissão. Pelo amor de Deus!

É até interessante – viu, Senador Romário? – que nós que tivemos uma posição de independência de governo estamos assistindo agora a discussões na Comissão de Educação e em diversas outras comissões com sinal trocado. Há Senadores que eram mestres em se sentar aqui e pedir a vinda de Ministro. Todo dia havia um pedido, uma convocação. São os mesmos que estão agora negando-se a trazer Ministros. É apenas o sinal trocado de quem era governo e passou a ser oposição. Isso é natural, digamos assim. É claro. É óbvio. São Senadores que estavam na oposição e agora têm o dever de vir aqui defender que os Ministros não venham.

Agora, não há, no entanto, uma situação que diga que o requerimento da Senadora não tem nada a ver com o requerimento aprovado na semana passada, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. O requerimento do Senador Randolfe Rodrigues dizia claramente a razão pela qual o Ministro deveria estar aqui, assim como o meu, em que propus a vinda do Ministro Marcelo Calero, para apresentar as diretrizes e programas de sua pasta. Isso é uma pauta. O que a Senadora propôs aqui é outra pauta totalmente diferente, é discutir as medidas econômicas que advirão de um pacote econômico anunciado pelo Ministro da Fazenda e suas consequências para a pasta da educação, com a presença, portanto, não do Ministro da Educação, mas do Ministro do Planejamento, da Fazenda e de uma série de outras instituições.

Então, eu não vejo contradição entre os dois requerimentos. São duas pautas diversas. Eu até, em socorro do Governo, proporia – Senadora, a senhora me desculpe –, como há uma pauta muito extensa, com muitas entidades, que fosse separado: os Ministros, num momento; as entidades, em outro momento, pode ser no mesmo dia. Mas não é verdade que a pauta seja igual; é uma pauta diferente. Acho salutar que os Ministros comecem a andar no Senado Federal, a apresentar suas propostas, a debater suas ideias, porque, afinal de contas, repentinamente, mudou-se um Governo no Brasil. E se mudou através de uma ação no Senado, que aceitou o projeto de admissibilidade de afastamento da Presidente. Portanto, o Senado tem mais responsabilidade ainda de ouvir os Ministros e ter conhecimento do que esses Ministros interinos pretendem fazer nas diversas pastas, especialmente na política econômica do Brasil, naquilo que repercute nas pastas concernentes a esta Comissão.

Então, Presidente, bem-vindo ao novo momento que o Brasil vive, com sinais trocados de oposição e Governo, com os discursos também trocados daqueles que antes defendiam, aqueles que antes atiravam pedra agora são Governo.

Em socorro aos Ministros tão chamados de incompetentes, quero dizer que não concordo com tudo dos Ministérios e com a política do Ministério da Educação, mas ressalto aqui Ministros de reconhecida competência, como o Senador Cristovam Buarque, que passou pouco tempo no Ministério, mas ainda assim um grande educador; o Ministro Fernando Haddad, também com grande reconhecimento como professor, como técnico, como ministro, também com grande reconhecimento de toda a comunidade de educadores do Brasil, independentemente de haver críticas à sua pasta; e também o Ministro Mercadante, um Senador da maior competência, um Senador muito sério, mesmo que alguns digam que ele não gostasse de falar com os colegas, etc., talvez por isso muito sério.

Então, eu não vejo nesses Ministros nenhuma nódoa que possa transformá-los aqui em ministros responsáveis pela irresponsabilidade ou pelo desastre do Brasil na educação. Pelo contrário, acho que foram Ministros que contribuíram muito para o desenvolvimento da educação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Passo a palavra agora ao Senador Dário Berger.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Desculpe-me.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, está marcada e já aprovada para o dia 22 a presença do Ministro Mendonça Filho aqui. Este é um fato pacificado: no dia 22, o Ministro da Educação estará, a convite, na Comissão, em decorrência de requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues, para, em foro próprio, debater e esclarecer fatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

da sua Pasta, muito embora o pequeno tempo em que ele está empossado como Ministro. Mas, claro, ele é o responsável pela Pasta e virá aqui para responder a todas as perguntas, inclusive aos questionamentos que aqui já foram feitos com relação à agenda de S. Exª. Vai ser uma oportunidade de ele próprio esclarecer quem está recebendo, que providências está tomando, o que é possível fazer nesse exíguo tempo, nesse espaço de tempo em que ele assumiu.

Dito isso, o que estamos agora apreciando é um requerimento que trata do convite à convocação para o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Educação, com várias entidades de classe, para discutir algo que está anunciado, que é, *ipsis litteris*, limitação do gasto público à inflação do ano anterior. Essa é uma intenção. Cadê o diploma escrito? Qual é a proposta efetiva? "Limitando-se o gasto público à inflação do ano anterior, você vai diminuir os gastos com educação e com saúde." Quem disse isso? Acabamos de aprovar a DRU. Acabamos de aprovar a DRU (Desvinculação das Receitas da União), que dá liberdade ao Governo para mobilizar recursos disponíveis para as áreas que sejam prioritárias de governo.

Então, vai-se chamar para o debate, claro, entidades de classe com o Governo para debater algo que apenas está anunciado ou enunciado. Eu acho que isso é, no mínimo, intempestivo. Eu acho que estamos querendo colocar a carroça na frente dos bois.

O debate se faz imprescindível? É claro que sim! Na hora devida, com os fatos esclarecidos e com os argumentos devidos. O Ministro vai vir aqui, no dia 22, e, dentro dos objetivos da convocação, ele vai responder às perguntas pertinentes à Pasta e à atividade dele como Ministro. Agora, essa proposta contida no Requerimento nº 13 é a convocação do Governo para explicar algo que está apenas anunciado; não está escrito nem proposto.

Portanto, acho intempestivo o requerimento, e a minha manifestação desde já é votar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador José Agripino.

Passo a palavra agora ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, fui recomendado pelo Líder para que apressássemos a discussão, para aproveitar o quórum para votação, mas eu não posso deixar de fazer um registro com relação a esse assunto. O registro que faço é de quem entende minimamente de Administração Pública.

Em síntese, quero mencionar que eu não tenho e nunca tive nenhuma simpatia pela vinculação dos recursos, tanto de 25% para educação, de 10% para saúde, etc. Por que digo isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores? Porque, na verdade, administrar, na prática, é estabelecer prioridades, e, nem sempre, a prioridade exige, vamos dizer assim, que se apliquem 10% em saúde da forma como estava previsto na legislação.

Invariavelmente, o que está acontecendo no Brasil? A legislação vinculou 25% para a educação, e a educação continua em frangalhos. Não avançamos como deveríamos avançar, porque todo o pessoal da educação sabe que, no ano que vem, vamos ter 25% dos recursos para a educação, e o trabalho continua o mesmo. E não temos uma meta de resultado, não temos uma avaliação adequada.

Se for necessário, Senador Aloysio, nosso Líder, nós devemos ampliar os recursos para a educação, não com 25%, mas com 26%, 27%, 28%, 29%, 30% ou com o necessário para que possamos preparar nossas crianças para um futuro melhor.

O que acontece na prática hoje? Os nossos Senadores e Deputados Federais sabem disto: os prefeitos, invariavelmente, têm nos procurado, porque não querem mais recursos para a saúde para a construção de Unidades Básicas de Saúde, querem custeio. Até recentemente, Sr. Presidente, essa possibilidade inexistia de liberar recursos para o custeio. Por quê? Porque houve uma fase em que a prioridade foi alcançada: a construção de uma logística própria, com instalações adequadas, para atender à população.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fala quem foi prefeito, e um bom prefeito, aliás.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O sistema cresceu, e, com ele, cresceu o custeio. E os recursos necessários para manter o custeio dessa máquina pública para o atendimento da população não se demonstravam mais adequados fundamentalmente para atender à população. Então, o que acontece? Fizemos aqui um remendo novamente, para que os recursos para a saúde pudessem atender também o custeio, e assim sucessivamente.

Dessa forma, na minha opinião, a questão da vinculação não melhora em nada. Por que vinculamos, sobretudo, Senador Aloysio? Nós vinculamos pela irresponsabilidade do gestor, porque ele não aplicava, como deveria aplicar, nas áreas fundamentais, como saúde e educação.

Eu próprio – isto aconteceu em Florianópolis – cheguei a aplicar mais de 30% em educação. E aí, com uma jogada de *marketing*, mandei um projeto de lei para a Câmara de Vereadores de Florianópolis ampliando o limite de 25% para 30% em educação, porque eu estava investindo mais de 30% em educação. Como isso dá Ibope, evidentemente, eu mandei um projeto de lei, a pedido dos vereadores, para consagrar uma situação que era de responsabilidade minha. Por quê? Porque, naquele momento, existia uma demanda muito forte pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

educação infantil, pela construção de creches, pela educação, que, em determinado momento, não existia. E, como estabeleci isso como prioridade, evidentemente, para atender à demanda, tive de ampliar os recursos para a educação, e assim sucessivamente.

Portanto, quanto a essa questão da vinculação, volto a afirmar, não deveria haver vinculação de nada, deveria haver administradores responsáveis por fazer aquilo que é preciso fazer para que as pessoas, os nossos jovens, as nossas crianças tenham efetivamente uma educação de qualidade – assim também com a saúde.

Com relação ao requerimento, por que eu fiz toda essa explanação, Sr. Presidente? Porque, no requerimento da Senadora Fátima Bezerra, a preocupação é exatamente a desvinculação dos recursos constitucionais destinados à saúde e à educação e que vão suscitar – vamos dizer assim – uma preocupação de que essas áreas não terão os recursos necessários para que os ministérios tenham um desempenho adequado nas suas respectivas pastas.

Eu não quero me preocupar com isso. Eu quero me preocupar com o resultado. Eu quero me preocupar com o Presidente da República quando ele não investe o necessário, e o necessário pode ser 25, pode ser 26, pode ser 27, como eu já falei e mencionei, e assim sucessivamente.

Portanto, eu não posso – mais uma vez, parece-me que é o mesmo requerimento. Da outra vez, eu já me manifestei e eu não costumo me manifestar contrariamente a um requerimento, que eu acho justo e legítimo, mas, da forma como está aqui, inclusive convocando ou convidando quatro ministros para uma mesma audiência pública e, junto com os ministros – muito embora separados, mas eles vão estar aqui presentes –, outros representantes, como do Fórum Nacional de Educação, da União Nacional dos Estudantes.

Na verdade, nós vamos aqui estabelecer um certo conflito, inclusive ideológico, com relação a essa questão, que não me parece oportuna e adequada, razão pela qual eu peço desculpas à Senadora Fátima Bezerra porque, da forma como está, eu, lamentavelmente, quero me posicionar contrariamente ao requerimento, sabendo que já está prevista a vinda do Ministro José Mendonça Filho no dia 22.

Portanto, por sermos da Comissão de Educação, acho justo e legítimo que a gente ouça preliminarmente o Ministro da Educação. Se ele, na sua fala, na sua exposição, expressar aqui preocupação com relação ao Ministério da Fazenda, com relação ao Ministério do Planejamento, com relação aos recursos que advirão para a sua respectiva Pasta para que ele possa fazer um trabalho adequado, eu estarei aqui disposto imediatamente a aprovar um requerimento para que seja convidado o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Ronaldo Caiado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Dário, só a título de esclarecimento, do ponto de vista da metodologia, nós já anunciamos aqui no início que serão feitas Mesas separadas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer justiça ao Ministro da Educação porque o Senador que me antecedeu, Senadores atualmente da oposição disseram que o Ministro da Educação não vem recebendo os reitores das universidades, o que não procede, Sr. Presidente. No dia 2 deste mês, ele recebeu toda a diretoria da Andifes e também dos reitores representados pelas universidades estaduais e municipais.

Além disso, na data de hoje, ele vai receber mais cinco reitores de universidades federais.

Então, é importante que seja colocada a verdade, porque, senão, tentam criar uma descrição do que está acontecendo totalmente incompatível com o dia a dia do Ministro Mendonça Filho.

Outro ponto, Sr. Presidente, é que, apenas nesses dias, ele conseguiu diminuir só do orçamento de um *call center* 60%. Um *call center* faturou, em dez anos, R$500 milhões no Ministério da Educação. No ano passado, faturou R$166 milhões. Um *call center*! É impressionante!

Veja bem, eu sou um cirurgião. Alguém atropela uma pessoa – fratura exposta para todo lado, lesão vascular e cerebral – e chega, no outro dia, e me fala que quer o paciente andando, recuperado e voltando a trabalhar. Isto é o que querem hoje os Senadores aqui convocando os Srs. Ministros. Quer dizer, eles quebraram o Brasil, arrebentaram, corromperam, destruíram e, de repente, querem posar de vestais dizendo: "Eu quero saber por que o Brasil não está às mil maravilhas." Ora, ninguém aqui tem a pretensão de fazer milagre. A recuperação é lenta, é gradual.

O Ministro Mendonça Filho está vivendo um momento difícil hoje. Já imaginaram? Com o orçamento que tem o Ministério da Educação, só num *call center* ele já renovou com 60% a menos. Quer dizer, em dez anos, o cidadão faturou R$500 milhões – para atender telefone! Agora, vocês imaginem nas outras áreas do Ministério da Educação! O rombo ali é algo capaz de recuperar... Se nós conseguirmos trazer de volta o que foi desviado nesses 13 anos do Ministério da Educação, ele estaria funcionando e competindo com a Suíça, indiscutivelmente. Agora, não é possível nós querermos, do dia para a noite, trazer aqui o Ministro para que as pessoas tentem repassar a ele todos os malefícios que o PT fez durante 13 anos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Vejam bem o jogo: de repente, a pessoa assume, como eu, que sou um médico, recebo um doente politraumatizado, e o cidadão que o atropelou me diz que eu tenho que colocá-lo para andar amanhã! "Mas o senhor, que praticou o crime, que atropelou o paciente quer exigir de mim agora que o paciente volte a andar e trabalhar no dia seguinte?" É de um absurdo ímpar isso ao que estamos assistindo. Temos é que realmente não só rejeitar, como acredito que os ministros também estão pedindo auditoria em todas estas áreas do Pronatec, Fies, Ciência sem Fronteiras e tudo o mais que foi usado em 2014 para eleger a Presidente da República. Não foi usado para melhorar a educação no País; pelo contrário, foi usado como campanha publicitária e desvio de verba para eleger a Presidente da República. Aí, sim, o estudante foi usado como massa de manobra. A educação foi usada como para-choque de um projeto que era de poder, não de melhorar a educação no País, tanto é que os níveis das provas que são feitas mostram que realmente nós temos um percentual altíssimo de pessoas que, mesmo nas escolas, ainda não conseguiram atingir o mínimo necessário daquilo que é imposto àqueles níveis de educação.

Então, Sr. Presidente, a posição nossa é para o debate com os Srs. Ministros, mas não com demagogia, não tentando tergiversar e esconder a realidade do Brasil e querer transferir para outros aquilo que o governo anterior praticou e contra o que a sociedade brasileira rebelou-se.

Como tal, Sr. Presidente, nesse requerimento específico, votaremos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, confesso que estou aqui estarrecida, entendeu? Como se rejeita uma proposição... Não é de uma convocação. O que é isso? A proposição é de um convite, não é de uma convocação, de um convite, para tratar de um tema central fundamental para a educação brasileira, que é o tema do financiamento.

Doze anos de Deputada Federal na Câmara dos Deputados, estou aqui no meu primeiro mandato de Senadora da República, e nunca vi isso. Tudo bem: polêmica, quando a proposição é feita para que se convoque, é fato, há muita polêmica, mas, Senador Romário, através de convite, nunca vi o que estou vendo aqui.

Alguém aqui dizer que, de repente, esse requerimento nosso é inoportuno, é intempestivo? Muito pelo contrário, o requerimento é uma sinalização da Comissão de Educação, que tem, acima de tudo, o dever de zelar pela política educacional deste País. Ao apresentar essa proposição, a despeito do meu papel hoje, como oposição – esse Governo biônico que está aí, portanto é um Ministro biônico também que aí está –, estou ajudando, estou querendo ajudar, Senadora Lídice. Estou querendo contribuir, inclusive, com o Ministro da Educação.

Por quê? Porque propor que venha uma representação da Fazenda, que venha uma representação do Planejamento aqui nesta Comissão, para termos um debate focado, com base nas medidas adotadas na área da economia... E, com todo respeito aos que me antecederam, não venham aqui se fazer de inocentes, que não ouviram isso ou não ouviram aquilo. Pelo amor de Deus! Vocês ouviram demais! Isso foi dito na coletiva à imprensa pelo próprio Ministro da Fazenda, já corroborado inclusive pelo Presidente da República. Por favor! Por favor, vamos fazer um debate à luz dos fatos!

Estou aqui, portanto, me antecipando sim, porque é meu dever, mas não quero fazê-lo sozinha, quero fazê-lo através de uma Comissão que, repito, Senador Romário, tem, acima de tudo, o dever de zelar pelos interesses da educação.

Lembro, Senadora Lídice, o que passamos quando da aprovação do Fundeb, de que tive a honra de ser Relatora na Câmara dos Deputados, provavelmente uma das propostas de emenda à Constituição na área de educação mais importantes que consignamos ao longo desse período; provavelmente, uma proposta que vai influir sobre os destinos da educação brasileira pelos próximos 50 anos.

E por que trago, Senador Romário, o debate do Fundeb aqui? Porque, em determinado momento, o debate do Fundeb travou por conta exatamente da questão econômica. E naquela época, foi fundamental trazermos o então Ministro da Fazenda Antonio Pallocci para o debate, para que pudéssemos fortalecer inclusive o papel do Ministério da Educação, com vista a sensibilizar a área da Fazenda, para aprovação do Fundeb.

Na verdade, quando estamos aqui colocando que uma medida dessa natureza tem que ser discutida com a Fazenda, tem que ser discutida com o Planejamento sim – repito: tem que ser discutida com a Fazenda e com o Planejamento –, com isso, queremos fortalecer um movimento, Senador Romário, para que medidas como essa não tragam impactos negativos para a área da educação.

Quero aqui lembrar que, por exemplo, a DRU – que inclusive foi votada na Câmara e que está em debate aqui no Senado –, para nossa alegria, fruto de muita luta da sociedade civil, e que contou, na época, com a sensibilidade do Governo, foi excepcionalizada da área da educação. Na verdade, a DRU, inclusive a proposta que está em debate na Câmara e aqui, em nível federal, foi excepcionalizada, portanto, não traz nenhum impacto para a educação. Fruto de muita luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E por quê? E aí quero concluir, Senador Romário, para dizer o seguinte: penso que um dos maiores retrocessos que a educação brasileira pode sofrer vai ser conviver com medidas como essa, que é a limitação permanente do crescimento do gasto público. A dotação orçamentária é corrigida pela inflação, associada à ideia de desvinculação das receitas. Isso é uma luta história da educação brasileira, começa nos anos 30.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nos anos 80....

Eu marquei o tempo dos que me antecederam.

Veja bem: nos anos 30, nos anos 80, consignamos na Constituição a vinculação, os 18% da União, os 25% dos Estados e dos Municípios, portanto, um desmonte de medidas como essa significará um brutal retrocesso para a educação. A desconstrução de uma medida como essa, que está na nossa Constituição cidadã, que é garantir a vinculação de recursos para a área da educação, significará, Sr. Presidente, um desmonte terrível para o presente e o futuro da educação, porque começa inviabilizando uma das agendas mais virtuosas, mais generosas que o povo brasileiro conquistou, que é a agenda do Plano Nacional de Educação.

Não estou aqui interessada em fazer o debate, fez isso, fez aquilo, até porque, se há algo de que me orgulho muito são dos avanços e conquistas desses 13 anos dos governos Lula e Dilma na área da educação.

Mas eu estou aqui – vou encerrar, Senador Romário – querendo olhar para o futuro. E vou encerrar. Olhar para o futuro significa esta Comissão de Educação liderar, Senadora Lídice, Senador Randolfe, um movimento para que nós não tenhamos, de maneira nenhuma, nenhum retrocesso naquilo que é fundamental para fazer valerem as metas do novo Plano Nacional de Educação, para que possamos continuar lutando por mais creches, por mais escolas técnicas, por mais ensino superior, por mais educação em tempo integral, pela agenda de valorização do Magistério.

Portanto, é disso que se trata o requerimento que nós propomos aqui para fazer um debate de caráter programático, pautado por seriedade e por responsabilidade, para que esta Comissão, repito, dê a sua contribuição no sentido de que essas medidas não sejam adotadas, porque, efetivamente, se elas forem adotadas, trarão um retrocesso brutal para as áreas sociais e, em especial, para a educação. Por isso que peço aqui, faço o apelo para que aprovemos o requerimento. Não há problema algum; fazemos o debate, em um primeiro momento, só com os ministros; e com as entidades e os representantes dos gestores em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Como, definitivamente, já entendemos que não há acordo, vamos colocar o requerimento em votação nominal.

Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Voto conhecido.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A favor, Presidente, sempre, do debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por 10 votos contrários e 4 a favor, o requerimento foi rejeitado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É uma pena, Sr. Presidente. Este Governo começa muito mal; com medo do debate, com medo do diálogo. Que vergonha!

Sr. Presidente, eu queria aqui, pela ordem...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vendo a educação como mercadoria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É lastimável! Um Governo que começa com medo do debate, com medo do diálogo. Uma iniciativa que nós apresentamos, de caráter propositivo, para promover a luta em defesa da educação, e a Bancada do Governo, simplesmente, rejeita o requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vergonhoso!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu quero dizer que sou grande defensora da educação. Se há algo de que me orgulho é de ter começado a minha vida profissional dentro de uma sala de aula, dando aula, aos 22 anos de idade, de Direito Público. Dei aula por 12 anos.

Acho que algumas verdades precisam ser bem estabelecidas. Eu não ia usar a palavra, mas acho que, quando algum Parlamentar colocar todo mundo no mesmo balaio, que exclua aqueles que não pensam igual.

Quero dizer a V. Exª que votei contra e votaria contra quantas vezes fossem necessárias, fosse Governo Temer, fosse Governo Dilma, fosse outro governo. Olhe o momento que estamos vivendo. Olhe a crise econômica, social e política, a maior da história deste País. Olhe o que está acontecendo dentro desta Casa.

Olhe o que está acontecendo nas ruas – nós precisamos de números –: converse com as pessoas, veja como as mulheres e as donas de casa não conseguem mais encher um carrinho de supermercado e como está a fila de desempregados neste País.

Não estou dizendo que a culpa é do Governo passado, tampouco dos 20 ou 30 dias do Governo interino. O que quero dizer, Sr. Presidente, é que temos que ter bom senso. Esta é a Comissão de Educação e Esporte. Aqui, nós temos que ouvir...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E cultura.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... o Ministro da Educação, da Ciência e Tecnologia, e todos os diretores e secretários executivos e as entidades representativas. Agora, fazer o País parar para trazer, em uma única reunião, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro da Educação, quando não temos nem 30 dias de Governo, quando temos questões prementes para resolver, e trazendo informações que não são verdadeiras? É verdade que o governo passado, e é louvável o que o Presidente Lula fez, aumentou em muito o repasse para a educação no País, nos oito anos em que foi Presidente, mas também é verdade que a Presidente Dilma nos fez aprovar o Orçamento, do ano passado para este ano, cortando... Não vou nem citar valores, porque é vergonhoso, e nem falar em percentual. As pessoas que quiserem, para não dizerem que eu estou aqui acusando quem quer que seja, que procurem não só no Orçamento, ou mesmo através dos jornais, da imprensa, o quanto esse Governo, em 2015, cortou de investimentos para a educação e também do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Bolsa Família, etc.

Acho que nós temos que ser aqui coerentes e entender o momento que estamos vivendo. Eu peço o respeito dos colegas e vou dizer que, da mesma forma que respeito o posicionamento de cada Parlamentar, que entendam o meu posicionamento. Afinal, em nenhum momento do Governo Dilma, mesmo às vezes não entendendo a razão, eu votei contrariamente a posicionamentos do Governo com um fim protelatório ou com fim de atrapalhar o andamento dos trabalhos.

Só para deixar bem claro, depois da fala que foi dita, o porquê do meu voto contrário neste momento. Pode ser que, daqui a um mês, estejamos votando favoravelmente à vinda do Ministro da Fazenda, mas, neste momento, acho inoportuno, acho inconveniente e não acho que é neste momento que temos que discutir algo que sequer foi aprovado dentro desta Casa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

Depois, passo a palavra a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Depois, por favor, quero a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

É para solicitar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não vou tratar desse assunto, porque todos já se inscreveram para falar, e eu, sinceramente, tenho muito carinho pela Senadora Simone Tebet e não vi nenhuma ofensa especialmente dirigida a ela. Tratou-se foi de um debate em relação à vinda do Ministro. E, aí, é uma questão de análise, Senadora. Se é um momento apropriado ou não é uma questão de análise política. Não cabe ofensa nisso.

Mas eu não me inscrevi especialmente para falar sobre isso, não, Sr. Presidente, mas para solicitar a V. Exª que possa inverter a pauta, trazendo à votação o item 16, que é de nossa autoria: requerimento que solicita seja convidado o Ministro da Cultura, Sr. Marcelo Calero, para apresentar as diretrizes e programas de sua Pasta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Calma, vou dar a palavra a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, quero só esclarecer aqui, primeiro, do ponto de vista de metodologia. Há um requerimento já aprovado em que o Ministro da Educação virá aqui na próxima semana. Virá exatamente para fazer uma exposição de caráter mais geral: as diretrizes, as metas, etc.

O que nos motivou a apresentar outro requerimento foram medidas já anunciadas, volto a dizer, em coletiva à imprensa, inclusive corroboradas pelo Presidente biônico, de que vai limitar os gastos nas áreas sociais, condicionados ao patamar da inflação do ano anterior, e associado também – ideia já colocada várias vezes pelo próprio Ministro da Fazenda – à desvinculação das receitas.

Então, coerentemente com a luta pela defesa da educação, compreendendo que é dever desta Comissão, sim, porque é a Comissão de mérito, cabe a esta Comissão liderar todo o debate programático na luta em defesa da educação, considerando que é premente, sim, este debate. E por quê? Porque nós estamos aqui discutindo financiamento.

Vamos ser claros. Se medidas como esta forem adotadas, Senador Romário, joguem na lata do lixo o Plano Nacional de Educação! Joguem na lata do lixo o direito de as mulheres terem mais creches, creches de boa qualidade, para que suas crianças sejam lá bem cuidadas. Joguem na lata do lixo a meta do PNE de avançar na educação em tempo integral. Joguem na lata do lixo levar mais escolas técnicas, mais ensino superior, para continuarmos viabilizando a realização do sonho de milhares de jovens por este País afora.

Então, me desculpem. Isso aqui não é proselitismo. Isso é presente e futuro dos nossos filhos, é presente e futuro da juventude, é o presente e o futuro da educação brasileira.

Eu volto a dizer: quando tomo a iniciativa de promover um debate desses, chamando a Fazenda e o Planejamento, estou querendo ajudar, Senador Romário. E estou concluindo, Senador. Vamos aqui deixar essa avaliação simplista achando que fazendo um movimento aqui só com o Ministro da Educação vamos evitar que medidas como essas sejam tomadas. Nós não vamos. Nós temos, inclusive, de fortalecer a educação neste momento frente às medidas que a área econômica está anunciando, à luz de um ajuste da economia etc., etc. e tal. Então, é nesse sentido, Sr. Presidente.

Eu não estou aqui para agredir ninguém.

Confesso que fico estarrecida. Pela primeira vez, eu vejo, de repente, a Comissão de Educação rejeitar um requerimento, sob a forma de convite. Sob a forma de convite! É inaceitável um negócio desses!

Mas não estou aqui para julgar ninguém. Cada um toma a posição que a sua consciência indicar. Agora, o que eu fiz aqui e faço neste momento... A educação foi derrotada neste exato momento? Foi sim. É o Plano Nacional de Educação que está sendo derrotado neste exato momento. Mas não vou desistir. Anuncio logo que vou reapresentar o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

Logo, logo, passo a palavra para V. Exª, Senadora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, rapidamente.

Sr. Presidente, se há um papel que não quero cumprir, aqui no Senado, em qualquer comissão e no plenário, é faltar com a verdade. O Líder do DEM, ainda há pouco, insinuou que nós tínhamos faltado com a verdade em relação às informações sobre a forma como o Ministro dele trata o ensino superior brasileiro. Eu quero aqui só reafirmar as informações que aqui prestei.

O atual Ministro tomou posse no dia 14 de maio. O atual Governo começou no dia 12 de maio.

De lá para cá, eu repito, Senadora Fátima, ele recebeu primeiro o Alexandre Frota. Não tenho nada contra o Alexandre Frota, mas deve ter alguma coisa que a gente não descobriu ainda que indique que o Alexandre Frota é mais importante, Senadora Lídice, do que os reitores das universidades brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Veja, no final da semana passada é que ele recebeu a Andifes e marcou para receber os reitores um mês depois, só neste próximo dia 22 de junho – um mês depois do início do governo. Inclusive, Senador Romário, meu caríssimo Presidente, no dia em que está prevista a vinda dele aqui, na Comissão. Deve ser uma audiência bem rápida com os reitores. Talvez não tenha a mesma atenção que ele designou anteriormente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero aproveitar, até porque eu vou fazer...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Essa questão de aparte é regimental? Eu havia pedido a palavra também pela ordem e V. Exª deferiu primeiro ao Senador, e acho que ele estava realmente inscrito. É só para saber porque...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, vamos deixar aqui a Senadora fazer o seu aparte e logo, logo já passo a palavra para V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito. Serei breve. Apenas quero, enfim, aqui dizer ao Senador Randolfe que concordo com todas as observações que ele fez, veio receber a diretora da Andifes semana passada. Mas quero aproveitar o momento para dizer que vou entregar formalmente ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte uma nota do Fórum Nacional de Educação.

O Fórum Nacional de Educação é uma conquista da sociedade brasileira, aprovada pela Lei nº 13.005, de 2014, que institui o novo PNE. O Fórum, como o próprio nome diz, Senador Randolfe, é uma instituição formada pelo conjunto de mais de 50 entidades que representam do Poder Público à sociedade civil...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, peço que V. Exª termine.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou concluir. Esse Fórum tem o papel fundamental de monitorar, acompanhar todas as políticas educacionais, coordenar as conferências nacionais de educação. É preciso que fique claro que o Fórum não é um órgão de governo, é uma instituição do Estado brasileiro.

Eu termino dizendo que vou passar agora às mãos de V. Exª. Para nossa surpresa e revolta, o Ministro interino da Educação, semana passada, através de portaria, exonerou todos os cargos que davam sustentação à Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Educação.

Por fim, até o presente momento, o Ministro não convidou o Fórum Nacional de Educação para nenhuma audiência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Bom, só concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para mim, está claro que as prioridades por parte de S. Exª o Ministro da Educação têm sido outras. Reafirmo aqui o que disse: ele completa um mês à frente da Pasta e não recebeu os reitores das universidades brasileiras. Marcou para o dia da audiência aqui, na Comissão de Educação. Não sei qual ele vai preterir: se a audiência na Comissão de Educação ou se a audiência com os reitores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É só para entender o Regimento. Cheguei a esta Casa há pouco tempo e quero entender se é possível pedir aparte a uma fala de um Senador aqui na plenária da Comissão, até para que eu possa também fazê-lo quando achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não. Na verdade, não existe a previsão aqui para a Comissão, mas vai desta Presidência aqui, e V. Exª sempre terá também sua oportunidade.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. É bom que fique registrado nas notas taquigráficas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Na realidade, Senadora Simone, ele lhe concedeu dois apartes hoje.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Senadora Fátima, fiz uma pergunta ao Presidente, eu gostaria de saber se isso é um precedente, se nós vamos adotá-lo daqui para a frente, acho que a democracia é isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se tiver que dá aparte, que se dê, acho que faz parte, a Comissão precisa realmente dialogar e debater. Eu só queria entender, porque nunca pedi um aparte achando que, regimentalmente, eu estaria proibida. Apenas, Sr. Presidente, não vou entrar na questão do Ministro da Educação, até porque, até onde eu saiba, ele virá, para fazer os esclarecimentos devidos ao Senador Randolfe; até onde eu saiba, ele já atendeu sim ministros, reitores, e mais de um, no seu gabinete, mas não sou eu que farei a defesa dele, ele virá no momento oportuno, até porque não terá que vir fazer defesa de si próprio, mas de políticas públicas voltadas para a educação, porque também estaremos cobrando medidas em relação a elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Muito rapidamente, apenas para ratificar tudo aquilo que eu disse no encaminhamento e na justificativa do meu voto, para que fique registrado nas notas taquigráficas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Vamos passar, agora, ao item 15.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as ocupações que vêm sendo realizadas em escolas das redes públicas estaduais em diversas unidades da Federação, que têm pautas como a precária infraestrutura escolar; o apoio a professoras e professores que recebem salários parcelados; o fechamento de escolas, na chamada política de "enturmação"; os desvios de recursos da área da educação que seriam destinados à merenda escolar; entre outras pautas relevantes para o desenvolvimento da educação. As convidadas e os convidados serão informados oportunamente à Secretaria da Comissão.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

Logo em seguida, o requerimento de V. Exª, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – É em relação à ocupação das escolas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente, Senadora Lídice.

Desde o ano passado, centenas de escolas públicas estaduais têm sido ocupadas em todo o País, inclusive no seu Estado está acontecendo também. As pautas são as mais diversas: cobrança de melhorias na infraestrutura física dos espaços, apoio às demandas de valorização dos profissionais de educação, protesto contra o fechamento de escolas adotado por gestões estaduais como forma de redução de custos e contra desvios de recursos, etc.

Chegou até nós, Senador Romário, via entidades estudantis, Senadora Lídice, este pedido para que a Comissão de Educação abrisse suas portas e fizesse o debate, com o intuito de que possamos ter um diagnóstico, em nível nacional, deste movimento em curso e, a partir daí, que contribuição esta Comissão de Educação do Senado pode dar, com vista à busca de soluções. Acho que é pertinente, e estamos pedindo o apoio dos nossos pares, para realizar a audiência pública.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o Ministro da Cultura, Senhor Marcelo Calero, para apresentar as diretrizes e programa da sua pasta.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O requerimento é autoexplicativo, muito simples, convite ao Ministro da Cultura, Sr. Marcelo Calero, para apresentar as diretrizes e programas de sua Pasta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Comunico que, amanhã, quarta-feira, às 11 horas...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu queria só, Senadora Lídice, Senador Randolfe, que pudéssemos entregar a V. Exª o que acabei de mencionar: um comunicado do Coordenador do Fórum Nacional de Educação, que dá ciência, Sr. Presidente, da medida adotada pelo Ministério da Educação, quando exonerou, repito, todos os cargos comissionados que cuidavam, Senador Romário, da estrutura e funcionamento do Fórum Nacional de Educação, porque, como aqui coloquei, V. Exª, inclusive, designou-me para representar este Colegiado no Fórum Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, o Ministro simplesmente exonerou todos os cargos comissionados que garantiam a estrutura e funcionamento do Fórum, porque a sede é no MEC, onde há uma secretaria que cuida desta estrutura e funcionamento, exonerou todo mundo, e até o presente momento, volto a dizer, não convidou o Fórum Nacional de Educação, que, pela lei, é obrigado a acompanhar todo o debate acerca da política educacional em curso, o Plano Nacional de Educação, porque é lei, o Fórum é que tem que monitorar se as metas estão sendo realizadas ou não. E outro dado, Senador Romário, o Fórum tem uma missão grandiosa, que é coordenar a Conferência Nacional de Educação, que é precedida das conferências estaduais, V. Exª sabe, e das Conferências Municipais. Pois bem, durante este período todo que assumiu, não convidou o Fórum para nenhuma audiência, e achou pouco: desmontou a estrutura que garante o seu funcionamento.

Quero entregar às mãos de V. Exª, e já adiantar, quero apresentar um requerimento junto com V. Exª, para que possamos realizar um debate, uma audiência pública para tratar desse assunto, que não é um assunto qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Faremos com certeza, e acredito que nessa vinda do Ministro, dia 22, a esta Comissão, V. Exª também pode entrar nesse tema de grande relevância para o nosso País.

Senadora, amanhã será realizada uma audiência às 11 horas, exatamente quando começa a Comissão do Impeachment. V. Exª gostaria de fazer antes essa...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Acho que 11 horas mesmo, Senador, porque, lá, não começa no horário, aí...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Comunico que, amanhã, quarta-feira, às 11 horas, será realizada reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a avaliar o segundo ano de implementação do Plano Nacional de Educação, no âmbito da Semana de Ação Mundial 2016, em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2016, desta Comissão, de autoria das Senadoras Fátima Bezerra, Angela Portela e Regina Sousa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia oito de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Gladson Cameli, Dário Berger, Regina Sousa e Hélio José, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 40, de 2016-CE, de autoria das Senadoras Fátima Bezerra, Ângela Portela e Regina Sousa, para realização de audiência pública destinada a avaliar o 2º ano de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) no âmbito da Semana de Ação Mundial 2016. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhora Marlete dos Santos Lopes e Silva, Dirigente Municipal da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/AC; Senhora Gilvânia Nascimento, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME; Senhor Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Senhora Maria Rehder, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.** Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usa da Palavra a Senhora Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às treze horas e doze minutos do dia 8 de junho de dois mil e dezesseis, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Fátima Bezerra, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 40, de 2006, de autoria das Senadoras Fátima Bezerra, Angela Portela, Regina Sousa, entre outros, para a realização de audiência pública destinada a avaliar o segundo ano de implementação do Plano Nacional de Educação no âmbito da Semana de Ação Mundial 2016.

Dando início, quero pedir ao Secretário da Comissão que acompanhe até aqui os nossos convidados Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Gilvânia Nascimento, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); e Marlete dos Santos Lopes e Silva, representante da Secretária de Educação do Acre, aqui representando a Undime.

Nós queremos informar que esta audiência tem a cobertura da TV Senado – portanto está sendo gravada –, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão do Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do e-Cidadania, localizado no *site* www.senado.gov.br/ecidadania, que está transmitindo ao vivo e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Bom, meus amigos, eu quero pedir a compreensão de vocês, pelo avançar da hora. Como vocês sabem, está se realizando neste exato momento uma plenária muito importante, de iniciativa da Contee, plenária que envolve as entidades que lutam em defesa da educação brasileira. Visto que nós teríamos que estar nessa plenária também, essa foi a razão do atraso aqui. Mas vamos começar agora.

Eu quero, inicialmente, saudar a Semana de Ação Mundial, que é realizada em mais de cem países, desde o ano de 2013. Trata-se de uma semana que tem um caráter importante, porque tem o objetivo de envolver a sociedade civil na agenda em defesa do direito à educação. Volto a repetir: a Semana já está presente em cem países.

Quero também destacar que a Semana de Ação Mundial, aqui no Brasil, está sob a coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Faço esse destaque, porque a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sem dúvida, é uma das entidades, hoje, de maior referência e de maior representatividade no campo da luta em defesa do direito à educação no nosso País.

A Semana de Ação Mundial, este ano, portanto, sugere o tema do financiamento da educação, no momento em que o nosso Plano Nacional de Educação celebra o seu segundo ano de vigência. Esse tema é, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do que nunca, pertinente, em função do momento político pelo qual o País passa, um momento político que todos estamos acompanhando.

Infelizmente, temos hoje um conflito de natureza política no nosso País, extremamente grave. Nós temos dito que a democracia está em xeque neste exato momento. Mais do que isso: a democracia está ameaçada. Nós temos uma visão muito clara de que o processo de *impeachment* em curso, que na nossa visão não passa de um golpe travestido de pedido de *impeachment*, significa uma ruptura do ponto de vista do pacto constitucional, pacto esse que estabelece o primado da soberania popular como o direito de o povo brasileiro escolher os seus representantes, do Poder Executivo ao Poder Legislativo. E, na medida em que há um processo de *impeachment* contra uma presidente legitimamente eleita, baseado em premissas que, na nossa maneira de ver, não têm sustentação do ponto de vista jurídico – porque a Presidenta não cometeu crime de responsabilidade –, é com base nessa premissa que nós reafirmamos aqui a tese, repito, da ameaça de ruptura constitucional pela qual o País passa neste exato momento. Trata-se de uma democracia ferida.

É um processo que não foi concluído, sobre o qual teremos muita luta pela frente. Esperamos inclusive superar esse momento, restabelecendo, resgatando a democracia, respeitando o direito à soberania popular. Mas, ao mesmo tempo, nós queremos afirmar aqui a importância e a necessidade de intensificarmos o debate cada vez mais, assim como será o debate hoje, aqui, em torno de uma agenda fundamental, decisiva para o País.

Discutir financiamento neste momento, meu caro Daniel, minha cara Gilvânia e minha cara Marlete, é muito pertinente, na medida em que o Governo interino biônico que está aí, à luz de promover o chamado ajuste fiscal, anuncia medidas de cunho econômico que, se implementadas, terão impacto demolidor sobre a agenda em prol da educação no nosso País. Refiro-me à medida já anunciada de conter gastos nas áreas sociais em associação ao patamar da inflação do ano anterior.

Essa medida, se adotada, reduzirá drasticamente os recursos nas áreas sociais.

O Prof. João Sicsú, ex-Diretor do Ipea, fez um estudo, divulgado esta semana, que mostra que, se essa regra Temer-Meirelles de conter gastos nas áreas sociais tivesse sido implementada de 2006 até 2015, teriam sido retirados da educação nada mais nada menos do que R$321 bilhões. Se isso tivesse acontecido, meu caro Daniel, possivelmente, nós não teríamos jamais dado esse passo aqui, que foi aprovar o novo PNE. Se isso tivesse acontecido, provavelmente – provavelmente não, seguramente –, nós não teríamos aprovado o Fundeb, que teve na Campanha Nacional pelo Direito à Educação um dos atores da sociedade civil de maior protagonismo.

Com R$321 bilhões a menos na educação, meu caro Prof. Luiz Araújo, seria impossível, por exemplo, aprovar o Fundeb, impossível criar programas como o ProInfância, para implementar creches, o Caminho da Escola, para levar transporte para os nossos estudantes. Seria impossível fazer a revolução que nós fizemos no campo da educação profissional, sair de 144 para quase 600 escolas. Seria impossível ter mais de 160 novos *campi*. Seria impossível ter mais de 13 novas universidades pelo País afora. Seria impossível, porque, para avançar no que diz respeito à expansão e fortalecimento da educação brasileira, é preciso orçamento, é preciso financiamento. Então, é disso que se trata o debate neste exato momento.

Quero concluir, para passar a palavra imediatamente para nossos convidados, dizendo o quanto é saudável, o quanto é oportuno – mais do que oportuno, necessário, e mais do que necessário, urgente – o debate em curso sobre o financiamento. É com muita sabedoria que a Semana de Ação Mundial, por meio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, propõe o tema do financiamento, porque nos levará a refletir, cada vez mais, no sentido de fortalecer a nossa luta para rejeitar propostas desse cunho, para zelar e preservar os interesses da educação do povo brasileiro.

Portanto, é muito bom que o Congresso Nacional abra suas portas para acolher aqui a sociedade civil, os representantes dos movimentos sociais, professores, estudantes, os representantes dos gestores. Temos que fazer isso.

Ontem, infelizmente, esta Comissão de Educação, através da ação orquestrada dos Senadores aliados do Governo golpista, biônico, rejeitaram um requerimento de minha autoria, pelo qual eu, cumprindo com meu dever, propus que aqui venha o Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Educação para, junto com os gestores e com a sociedade civil, discutirmos o impacto dessas medidas que já mencionei nos rumos da educação brasileira, porque o Governo, pelo visto, não quer ficar apenas nessa famigerada proposta de conter gastos nas áreas sociais em associação ao patamar da inflação do ano anterior. O Governo não quer só isso. O Ministro da Fazenda, o Meirelles, já proclamou várias vezes que é necessária outra medida, que é desvincular as receitas para a área de Educação.

Então, isso aqui não é alarmismo, não é terrorismo, não é proselitismo. Isso aqui é realismo, é o meu papel como Parlamentar, é o papel de vocês, é o papel de todos aqueles e aquelas que têm compromisso com a luta em defesa da educação, por sabermos o caráter estratégico que ela tem para um projeto de desenvolvimento de Nação. Portanto, é nosso compromisso promover o debate e nos mobilizarmos, construirmos uma grande e ampla unidade para barrar essas agendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Passo imediatamente a palavra a Daniel Cara, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Fica aqui a saudação não só em meu nome, mas em nome também do Presidente da Comissão, Senador Romário, da Senadora Angela, da Senadora Regina e de vários outros Senadores que assinaram aqui o presente requerimento. (*Palmas.*)

O SR. DANIEL CARA – Bom dia a todos e todas.

Em primeiro lugar, queria agradecer o esforço da Senadora Fátima Bezerra para a realização dessa atividade da Semana de Ação Mundial. Trabalhar com a Fátima... Há dez anos trabalho com a Fátima aqui nas pautas de educação, e trabalhar com a Fátima sempre é motivo de enorme orgulho.

A Fátima é uma defensora da educação, e poucas pessoas sabem que, se não fosse o trabalho da Fátima na Câmara dos Deputados, hoje nós não teríamos o piso reajustado, conforme a lei aprovada em 2008. Ela, sozinha – e eu sempre chamo a atenção para isso porque muitas vezes a gente entende que os Deputados correspondem a Bancadas –, ela, sozinha, conseguiu apresentar um requerimento que atrasou a votação daquele pedido da Confederação Nacional, não é, Fátima?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Até hoje. (*Risos.*)

O SR. DANIEL CARA – Até hoje segura esse requerimento, mas ela, sozinha, mobilizou...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Que tem preservado exatamente o mecanismo que trata do reajuste.

O SR. DANIEL CARA – Do reajuste do piso. Ela começou a mobilizar os Parlamentares, eu estava na Casa, e quando a gente vê a atuação dela, a gente pensa o quanto é necessário haver mais mulheres na política e o quanto é absurdo o fato de que o Parlamento tem tão poucas mulheres na política, porque certamente fariam um trabalho muito mais vinculado aos direitos sociais, aos direitos civis, com menos preconceito e com uma visão menos conservadora. Então, a Fátima tem tido esse mérito. Foi Relatora do Fundeb, na época do "Fundeb pra Valer", em que a gente lutou pela inclusão das creches no Fundeb, pela complementação da União, pelo piso dentro do Fundeb, e também foi uma das Parlamentares mais centrais na luta pelo PNE, pelo "PNE pra Valer", sem contar a Emenda Constitucional nº 59/2009, a Lei das Cotas. Então, tudo aquilo que a gente conseguiu conquistar na educação nos últimos anos em que a Campanha teve participação sempre teve na posição da Senadora Fátima uma forte aliada.

Eu queria dizer, Fátima, que aqui há representantes de vários Estados e vários estudantes que participaram das ocupações e que são... (*Palmas.*)

Eles são dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará e Goiás. Faltou algum?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL CARA – Espírito Santo. Sempre esqueço algum.

Esses estudantes deram uma aula para a rede da Campanha, que está reunida desde domingo, especialmente na segunda-feira, sobre o que é educação. E a nossa conclusão no debate é a de que esses estudantes pedem o cumprimento integral do Custo Aluno Qualidade Inicial – a escola que eles pedem é a escola do Custo Aluno Qualidade Inicial –, mas também pedem uma nova escola com gestão democrática e com uma nova pedagogia. Então, fizemos questão...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Daniel, permita-me...

O SR. DANIEL CARA – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero saudá-las e saudá-los. Que bom ter a presença de vocês!

Quero aproveitar para dizer para vocês que, ontem, nós conseguimos aprovar um requerimento – nós vamos convidar, inclusive, a Campanha também – para promover uma audiência pública aqui, cujo tema central seria o debate acerca desse movimento Ocupa Escola, do qual vocês são representantes aqui, neste exato momento. Nós queremos organizar essa audiência. Julgamos que é oportuno que esta Comissão, Daniel, possa trazer aqui uma representação de estudantes, de professores, dos Estados onde esse movimento do Ocupa Escola tem tido uma expressão mais forte, maior. É importante que a Comissão aqui dialogue com vocês, com os professores. Vamos chamar aqui os representantes dos gestores, no caso, dos Estados, para que possamos não só nos inteirar dessa luta, não só acompanhar, mas também ver o que a Comissão pode fazer para contribuir na busca do atendimento às justas reivindicações de vocês. (*Palmas.*)

O SR. DANIEL CARA – Muito bom.

O que é bom ressaltar é que esse trabalho dos estudantes, Senadora Fátima, tem demonstrado o quanto o direito à educação é necessário e tem dado uma contribuição ao debate que eu considero fundamental. O ator fundamental da educação junto com os professores são os estudantes, que estão querendo uma nova escola. Eles estão ocupando as escolas e, a partir do momento em que eles ocupam, já têm uma concepção de educação que é muito mais avançada, muitas vezes, que a que os debates parlamentares conseguem com-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

preender. Então, chamá-los para esse debate é fundamental. Naquilo que for possível para a Campanha, para a nossa equipe, fazer essa ponte vai ser um motivo de enorme orgulho.

Sobre a Semana de Ação Mundial, neste momento, é uma Semana que faz o balanço do Plano Nacional de Educação. A Campanha, junto com outras entidades, com um esforço muito grande de articulação política, participou de forma intensa na construção do Plano Nacional de Educação. Nós não faltamos a uma audiência pública, a um momento de discussão do Plano. Ocupamos todos os espaços possíveis no País para realizar o debate do Plano Nacional de Educação. E estivemos em várias reuniões que eram aquelas de bastidores, em que estavam sendo discutidas as questões do Plano Nacional de Educação.

Este ano é um ano muito especial para a campanha, porque seria a implementação, segundo a estratégia 20.6 do PNE, do Custo Aluno Qualidade Inicial, que é um conceito construído pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2002, e que infelizmente não foi cumprido. Então, a gente coloca o financiamento da educação como sendo uma referência da semana, mas o debate é sobre o conjunto do plano. E eu vou trazer aqui um pouco daquilo que está posto no Plano Nacional de Educação, e que a gente esperava que fosse cumprido, mas não foi cumprido na sua integralidade.

A primeira questão, Senadora Fátima, e isso foi motivo de emenda sua e de vários outros Deputados – na época a senhora era Deputada Federal –, é a exigência de que o Inep publique, a cada dois anos, uma avaliação do Plano Nacional de Educação. Pode ser até que nos próximos dias saia alguma coisa, mas certamente essa avaliação não foi construída efetivamente com a participação da sociedade e com envolvimento do Fórum Nacional de Educação, que é um os órgãos que tem a responsabilidade, junto com a Câmara e com o Senado, de avaliar o cumprimento do Plano Nacional de Educação. Ontem, na audiência pública da Câmara dos Deputados, nós chamamos a atenção da Secretária Executiva interina do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, de que é necessário que se publique essa avaliação, elaborada pelo Inep, do Plano Nacional de Educação, para que a sociedade saiba como está sendo feito o cumprimento do plano de forma oficial. Como isso não foi feito, a campanha traz, com base nos dados nacionais do IBGE, especialmente, da PNAD, as informações mais atualizadas sobre o cumprimento do plano.

Este ano de 2016 seria o ano de universalização das matrículas dos 4 aos 17 anos. Infelizmente, na pré-escola, segundo o último dado mais atualizado, que é de 2013, nós estamos com um patamar de 87,9% das matrículas. Faltam 700 mil crianças para serem matriculadas, de 4 a 5 anos, em estabelecimentos de pré-escola. No caso da creche, que foi uma luta muito forte nossa, Fátima, a meta é para 2024, mas a gente só tem 27,9% das crianças de zero a 3 anos matriculadas em creches. Faltam 2,5 milhões de matrículas, segundo a PNAD. Outros dados têm apontado 3,4 milhões de matrículas. Eu estive recentemente na UnB participando de uma banca de uma monografia orientada pelo Luiz Araújo, de uma assessora do Ministério da Educação que chega à conclusão de que são quase 3,4 milhões de crianças que estão fora dos estabelecimentos de creches.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Ela apresentou o dado...?

O SR. DANIEL CARA – São 3,4 milhões. A demanda é maior do que o que a PNAD aponta. Por quê? Porque ela faz uma análise do censo escolar e da PNAD que acaba sendo mais apurada.

O ensino médio também. A Meta 3 não é de ensino médio, é de universalização das matrículas dos 15 aos 17 anos, mas o que se aponta é a falta de 1,6 milhão de matrículas que precisam ser criadas até o fim deste ano. É muito difícil que essa realidade se concretize. Em relação à alfabetização, a meta do ano passado é que nós deveríamos estar, neste momento, no Brasil, com 93,5% da população acima de 15 anos alfabetizada. A gente continua vergonhosamente não conseguindo superar o patamar de 91,5% da população alfabetizada.

Em relação à Meta 15, foram emitidos decretos pelo Governo Federal, na época pela Presidenta Dilma, mas a realidade é que não foram acordados com Estados, Distrito Federal e Municípios. Então, existe uma política de formação de professores, mas ela não está implementada e acordada com Estados e Municípios.

E, na Meta 20, o ponto mais grave – e foi muito bem colocado aqui pela Senadora Fátima Bezerra – é que, neste ano, deveríamos começar a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial. O que é o Custo Aluno Qualidade Inicial? É garantir que toda escola pública tenha professores com remuneração pautada pelo piso do magistério; professores com política de carreira; número adequado de alunos por turma; professores com formação continuada; escolas com laboratório de ciências, bibliotecas, quadra poliesportiva coberta, laboratórios de informática, internet banda larga; e algo que é muito básico, Senadora Fátima, mas que ainda não é universalizado no Brasil, ainda é uma quimera: escolas com água, esgoto e luz.

Eu estive, recentemente, visitando o Estado do Pará, que é um dos principais Estados da Região Norte do País, a terra do Luiz Araújo, e encontrei escola sem banheiro. Então, não dá para aceitar no Brasil, um dos países com a maior economia do mundo, a realidade de que há escolas que não têm o básico, que é a oferta de banheiro para os alunos e professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Custo Aluno Qualidade Inicial nada mais é do que garantir o padrão mínimo de qualidade, respeitar o direito das crianças, adolescentes e jovens à educação. Neste ano, deveria começar a implementação, e isso não avançou.

Então, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação considera que o Plano Nacional de Educação não está sendo cumprido. O elemento central de descumprimento do Plano, até o presente momento, é o resultado do ajuste fiscal implementado pelo Joaquim Levy.

Em entrevista recente à revista *Carta Capital*, a Presidenta Dilma afirma que considera um equívoco o ajuste fiscal do Joaquim Levy. A rede da campanha e eu consideramos que foi um grave equívoco o ajuste fiscal, mas o cenário que se apresenta, conforme os projetos que estão sendo discutidos e o pacote econômico que ainda não chegou às Casas Legislativas, Câmara e Senado, anunciado recentemente pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles e pelo Presidente interino, Vice-Presidente Michel Temer, aponta para uma realidade muito pior do que aquela desenhada no ajuste fiscal do ex-Ministro da Fazenda Joaquim Levy, por dois motivos: primeiro, eles insistem na desvinculação de receitas da União, Estados e Municípios para as áreas sociais – isso praticamente inviabiliza os planos municipais e estaduais de educação; e, segundo, eles apontam aquilo que já foi apresentado aqui pela Senadora Fátima Bezerra: uma regra de reajuste das políticas sociais baseadas na inflação. Se for baseada na inflação – o que não é crescimento, é só reajuste do investimento em educação –, a realidade é que nós não vamos construir as milhões de matrículas em creche que precisam ser construídas; não vamos colocar 700 mil crianças na pré-escola; 500 mil crianças no ensino fundamental; 1,6 milhão de adolescentes e jovens no ensino médio; nem vamos construir universidades públicas e escolas técnicas profissionalizantes de nível médio. Então, o Brasil vai estagnar a sua política de educação, e o Brasil não pode estagnar a sua política de educação.

O Plano Nacional de Educação, que não teve nenhum dispositivo previsto para 2015 e 2016 integralmente cumprido, não pode ser inviabilizado até porque ele é um compromisso de todos os partidos, porque todos os partidos votaram o Plano Nacional de Educação, inclusive o PMDB, do Vice-Presidente Michel Temer, o PSDB, que hoje compõe o Ministério da Educação, e todos os partidos que hoje fazem parte da Base legislativa do Governo interino.

Então, o que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação quer afirmar e quer frisar aqui é que o Plano Nacional de Educação não está sendo cumprido, mas deve ser cumprido, porque é uma lei que foi acordada por todos e que, de fato, afirma o direito à educação.

Para finalizar – eu estou falando rápido, porque infelizmente estou com hora marcada; na verdade, já estou quase perdendo o voo, por isso eu vou acelerar a minha apresentação –, vou falar da Semana de Ação Mundial.

Senadora Fátima, conseguimos mobilizar, este ano, 210 mil pessoas debatendo financiamento da educação e o Plano Nacional de Educação. Aqui estão algumas fotos em que há representantes da Undime, do movimento LGBT, da UnB, do MIEIB, quer dizer, há pessoas de todo o Brasil discutindo a Semana de Ação Mundial, com uma forte mobilização nos interiores do Brasil, o que é muito importante. É uma mobilização que alcançou todo o País, com esse recado de que o Plano Nacional de Educação tem que ser cumprido, tem que ser uma agenda central do Brasil, e o Brasil precisa decidir, Senadora Fátima, qual é a prioridade concreta e qual é o tipo de nação que quer ser.

O Brasil não pode ser uma nação que beneficia as 200 famílias mais ricas, em detrimento dos 200 milhões de brasileiros. Se as medidas econômicas e a própria lógica que foi implementada a partir do ajuste fiscal do Joaquim Levy permanecerem como a referência econômica do Estado brasileiro, o Brasil vai se tornar um país ainda mais desigual do que é hoje e vai se tornar um país que não garante o direito à educação, não garante o direito à saúde e os demais direitos sociais.

Para finalizar, o direito à educação é o primeiro direito social listado na Constituição Federal, no art. 6º da Constituição. Ele é o primeiro direito listado não por qualquer outro motivo que não seja o fato de que o direito à educação é um direito que abre porta para os demais direitos. Então, neste momento, o Brasil precisa refletir claramente sobre qual é a sua prioridade. A educação tem que ser prioridade não só no nível do discurso, mas também no nível da política pública, e tem que ser uma prioridade no nível do recurso. Não podemos aceitar que nenhum pacote econômico inviabilize o Plano Nacional de Educação e o direito à educação.

Então, eu quero agradecer.

Vou pedir à Maria Rehder que me substitua aqui na Mesa, para o debate. A Maria foi a coordenadora da Semana de Ação Mundial, é a coordenadora de projetos da campanha.

Eu queria agradecer mais uma vez, Senadora Fátima, pela possibilidade de estar aqui com V. Exª, trabalhando sempre em conjunto.

Muito obrigado.

Muito obrigado a toda essa rede magnífica da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e aos estudantes em ocupação. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Queremos agradecer ao Daniel, mais uma vez, aqui, como coordenador da Campanha, dando uma contribuição muito valiosa para o presente e o futuro de lutas que nos esperam em defesa da educação.

Ele tem total razão quando diz que não podemos, de maneira nenhuma, aceitar que uma medida econômica, um pacote econômico, enfim, afete um dos direitos mais importantes na Constituição, que é o direito à educação.

A Maria já está aqui, também representando a Campanha.

Vamos passar agora para a Undime.

Profª Marlete, enquanto isso, eu quero aqui, rapidamente, agradecer a presença de Sumika Freitas, do MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil). Seja muito bem-vinda! Queremos aqui também destacar o papel que o MIEIB tem desempenhado na luta em defesa da educação infantil do nosso País. Agradeço a Anna Helena, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); Toni Reis, nosso grande parceiro, que representa a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), também uma entidade muito presente e que tem dado uma contribuição muito qualificada na luta em defesa da cidadania não só da comunidade LGBT como um direito sagrado de todo e qualquer cidadão e cidadã brasileira; Mara, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca); Prof. Luiz Araújo, também outro grande colaborador, representando aqui a Associação Nacional de Pesquisadores e Financiamento da Educação; Vivian, representando a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação); Wagner Santana, da Associação Mais Diferenças; João Márcio Oliveira, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso; Christian, do Instituto Padre Reus; Cida Fernandez, do Centro de Cultura Luiz Freire, em Pernambuco.

Mais uma vez, quero saudar aqui os estudantes em ocupação em seis Estados brasileiros: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Espírito Santo e Ceará.

O.k.

Com a palavra, a Profª Marlete, representando aqui a Undime.

A SRª MARLETE DOS SANTOS LOPES E SILVA – Quero pedir desculpas à Senadora, a você que substituiu o Daniel, e a Gilvânia, porque eu queria, neste momento, saudar os estudantes que ocuparam – e acompanhamos esse processo todo de ocupação – as escolas, reivindicando aquilo que é direito seu. Eu quero dizer a vocês que a luta de vocês é a nossa, da Undime.

Eu sou Marlete, sou do Estado do Acre, sou Presidente da Undime/Acre e aqui represento a Undime nacional, nesta Mesa, para falar um pouco de algumas questões da avaliação do segundo ano de implementação do PNE.

Primeiramente, não poderia deixar de registrar a importância da Semana de Ação Mundial 2016, porque traz esse debate do que é principal dentro do Plano, que é a Meta 20, que é o financiamento. Sem essa meta, dificilmente alcançaremos o cumprimento das demais.

Então, a Semana de Ação Mundial vem nesse sentido de envolver a sociedade para que haja o cumprimento dos acordos internacionais nessa área. Antes veio lá pela Unesco, em 2000, pelo Programa Educação para Todos; agora, cumprindo-se o compromisso Marco de Ação Educação 2030, da Unesco, 2015, no Brasil, coordenado tão brilhantemente pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, traz, como eu já disse, esse tema do financiamento da educação, da Meta 20.

Agora, estamos num momento de monitoramento desse segundo ano do PNE. Por que esse monitoramento? Com vista, simplesmente, à efetivação do direito humano à educação pública, que todos temos e que notadamente tem que ser gratuita, equitativa, inclusiva, laica e de qualidade para todo mundo, para a criança, para o adolescente, para o jovem, para o adulto e para o idoso, no Brasil como um todo.

Então, é um chamamento nacional, neste momento, desta audiência pública, para que toda a sociedade monitore essas metas que estão previstas dentro do Plano Nacional de Educação.

Já pudemos perceber, na apresentação do Daniel, que algumas daquelas que estavam previstas para serem cumpridas nesses quase dois anos não foram, e outras, com certeza, faltando seis meses para encerrar o segundo ano, não serão cumpridas.

Aqui o posicionamento da Undime é que essas desvinculações de receita que estão propostas, DRU, DRE, DRM, da União, dos Estados e dos Municípios, vão inviabilizar esse direito à educação. Isso é muito claro. Então, a Undime se contrapõe a essa tentativa da retomada da desvinculação da receita, considera como prejudicial à população brasileira, porque vai tirar direitos, absolutamente. Então, nós nos posicionamos contrariamente a essa tentativa de retomada das desvinculações de receita para a educação, consideramos uma medida retrógrada, que prejudica a população brasileira.

Hoje, diante da crise que vivemos, tanto nacional, como internacional, esperamos que o Governo Federal, o Governo provisório e interino, e o Congresso Nacional priorizem as áreas sociais, porque medidas equivocadas, como consideramos essa desvinculação para a área da saúde e da educação, vão provocar efeitos perversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

no sentido de que vão ampliar as desigualdades sociais já existentes, as desigualdades econômicas, além de afetar diretamente a vida da maioria das pessoas que necessitam ter o acesso com qualidade à educação e à saúde. Então, como se diz, o que é público é para todos. Nesse sentido, eu vou tentar não me estender muito.

Desde o início, a Undime, entidade que representa mais de 5,5 mil Municípios, desde o início das discussões do Plano Nacional de Educação, nas CONAEs, ela se mobilizou muito, mobilizou todos os Secretários Municipais de Educação do Brasil, das mais diversas regiões.

E aqui eu posso falar muito, porque venho de uma região que é uma das mais afetas pela falta de investimentos na área. Venho de um Município muito pequeno, de 14 mil habitantes, oficialmente. Padecemos de toda espécie de problemas de acesso, de localização. Então, eu sei como foram construídos os Planos Municipais de Educação, que foram todos ancorados muito bem pela Undime. A Undime participou de todas as discussões no Congresso, de tudo que houve nesse sentido.

Aí, todos os Municípios cumpriram a construção de seus. E, a partir de agora, o que aconteceu com esses planos? Foi só fazer? O que está lá? Como o Daniel falou, é uma lei, nós temos que encontrar mecanismos para que possamos cumpri-la, e cumpri-la bem, não só fazer *pro forma*.

Então, nós vimos que houve um esforço enorme dos Estados, mas principalmente dos Municípios, na elaboração dos seus planos, numa ampla discussão com a comunidade, até a tramitação nas Câmaras e a aprovação. E aí chegamos, para ampliar a matrícula, para ampliar o quadro de profissionais. Padecemos, ainda, muito de falta de investimentos na área da estrutura, através das reformas, ampliações e novas unidades.

O PME tem quatro anos de tramitação desde a lei, quase dois anos de sua sanção, prazos descumpridos, muito dificilmente serão cumpridos, ao final desse segundo ano, o que o Daniel já colocou claramente. Então, a Undime defende a luta, por meio de diálogo, entre o Legislativo e o Executivo, para que seja cumprido isso, reconhecendo que temos muitos desafios ainda dentro da conjuntura política e socioeconômica que vivemos hoje. Mas seguimos com a certeza de que não pode haver concessão. Nós não podemos – os estudantes são testemunhas disso – ter concessão ou abrir mão desse efetivo direito à educação pública com qualidade social.

A Undime hoje tem algumas preocupações nesse processo. Uma é a queda nas receitas da educação, provocada pela crise econômica e pela redução nas transferências de alguns programas, como o Brasil Carinhoso e o Mais Educação.

Apesar de serem programas, é de onde a gente tira certo aporte financeiro para dar sequência a essa política de atendimento principalmente da educação infantil e à tentativa da educação integral. Porque o Mais Educação não permite fazer educação integral de fato, mas ele leva a um caminho pelo qual a gente possa ofertar isso.

A Meta 1 já foi apresentada aqui. Nós temos dificuldade para universalizar esse atendimento às crianças de 4 e 5 anos. Se você considerar que há 700 mil crianças fora da escola nesta faixa, se você colocar a turma com um número adequado, com a estrutura física necessária, com o profissional qualificado, com o material apropriado, a gente faz uma conta bem rapidinho e vai imaginar se ela vai ser ou não nesse sentido.

Dificuldade para cumprir piso e carreira do magistério. Nós temos essa...

(Soa a campainha.)

A SRª MARLETE DOS SANTOS LOPES E SILVA – Eu me assustei, não tenho costume com esse negócio. (*Risos.*)

Então, nesse sentido – eu vou tentar acelerar um pouquinho – da preocupação da Undime entre o cumprimento do piso e a carreira, a relação com os sindicatos, que pleiteiam, com justa razão, os percentuais de reajuste e a falta de receita dos Municípios, nós vivemos numa corda bamba todo o tempo, tentando cumprir a Meta 17, que é a valorização do professor, e a Meta 18, que é a questão do plano de carreira. Mas, ao mesmo tempo, os Municípios padecem dessa diminuição de receita, porque não podem cumprir. Porque aí já vem também a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que nós acreditamos até que deve ser desvinculada disso.

É assim: enquanto salário e carreira não forem atraentes, enquanto não for pago justamente aquele valor para o professor, quem é que vai querer ser professor? Hoje, se você fizer uma pesquisa, uma enquete, entre os jovens, perguntando que profissão querem seguir, a única que vão dizer que não querem é a de professor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E certamente não é porque ele não queira ser professor. É exatamente pela desvalorização, pela falta de atratividade do ponto de vista de valorização social da carreira.

A SRª MARLETE DOS SANTOS LOPES E SILVA – Exatamente.

Nós acreditamos, inclusive como gestora, que equilibrar salário de professor com outras categorias com a mesma formação é fundamental. Nós temos que trabalhar para chegar à equiparação do salário, da remuneração, e à valorização da carreira em relação a outras carreiras. É fundamental, vai alavancar, inclusive, o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Undime preocupa-se, ainda, com isto: a baixa perspectiva de ampliação imediata da receita, de onde virá fonte nova para que a gente possa dar esse aporte, inclusive para o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), que é necessário; esta protelação do debate para implementar o Sistema Nacional de Educação, que tem que ser urgente e emergente; a ausência de discussão efetiva para implantar o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), sobre o qual o Daniel tão bem aqui já se reportou.

E aí, também, como o Daniel já falou um pouco sobre isso, nós temos ainda algumas determinações que estão dentro do Plano e que não foram efetivamente implementadas. Na Meta 15, a Estratégia 11, a implantação de política nacional de formação continuada para os profissionais da educação em regime de colaboração entre os entes federados; a instituição do fórum permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; a aprovação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Educação; a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional; e a aprovação da lei para a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial.

São muitos desafios aqui postos. E se não houver de nós, o Poder Público, juntamente com a sociedade civil organizada, uma briga, mesmo, para buscar de quem de fato é a responsabilidade pela implementação dessa lei, vai ser muito difícil o cumprimento do Plano Nacional de Educação. E a Undime continua na luta, nessa busca constante de que o Plano Nacional de Educação seja de fato um plano que exista não só no papel, mas na realidade.

Então é isso. Essas são as considerações que tenho inicialmente. Eu me coloco aqui à disposição para algum esclarecimento a mais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos agradecer à Profª Marlete pela contribuição em nome da Undime.

Vamos passar a palavra imediatamente à Profª Gilvânia, que é Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Eu quero aproveitar aqui para mandar um abraço à Diretoria da UNCME, que está acompanhando a audiência pela internet. Um grande abraço!

A SRª GILVÂNIA NASCIMENTO – Inicialmente, o meu bom-dia a todos e a todas.

É muito importante estarmos aqui nesta audiência pública para fazer uma avaliação deste segundo ano de PNE.

Eu quero, antes de iniciar as minhas contribuições a este debate, fazer uma saudação à Mesa, principalmente à Senadora Fátima Bezerra, agradecendo o convite, em nome dos Conselhos Municipais de Educação do Brasil.

No momento, nós temos filiados à UNCME 4.127 Conselhos. Os Conselhos também participaram das discussões do Plano Nacional de Educação, participaram da elaboração e da discussão dos Planos Municipais de Educação, e isso justifica, Senadora, o nosso envolvimento e a nossa preocupação realmente com uma séria avaliação quanto ao cumprimento do Plano Nacional de Educação.

Eu quero cumprimentar também a representante da Undime, a Prof. Marlete.

É no Município que as questões da educação se concretizam. É no Município que o dirigente municipal de educação, que o gestor municipal precisa responder às demandas pela garantia do direito à educação. E entendo que é no Município onde todos os problemas relacionados ao não cumprimento do Plano Nacional de Educação têm realmente a sua materialidade e as suas consequências mais perversas.

Por outro lado, quero também cumprimentar a Maria, que representa aqui a coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e parabenizar toda a rede da Campanha pela realização da SAM 2016.

A chamada da SAM, com o tema do financiamento e do CAQi, traz para a sociedade brasileira a necessidade de entender que as políticas públicas só se concretizam com recursos. Quando discutimos educação sem trazer a discussão do financiamento, tudo isso pode se transformar em mera retórica e em frágil compromisso com a sociedade. Então, essa discussão do financiamento é extremamente necessária e, quanto ao cumprimento do Plano Nacional, ela é estratégica, ela é central, e todos nós precisamos nos apropriar disso.

Então, a gente agradece muito a oportunidade de estar aqui, como membro do Comitê Diretivo da Campanha, já que a UNCME também integra a Campanha, E também como alguém que traz a voz dos Conselhos Municipais de Educação.

Eu gostaria de começar, então, por um projeto que a Campanha já vem desenvolvendo, há alguns anos, com a Unicef, ao qual a UNCME se integrou muito e não conseguiu mais se desvencilhar desse projeto. É uma responsabilidade nossa nos Municípios continuar com o projeto, porque ele não tem temporalidade. É o projeto que diz que, fora da escola, não pode, e, na escola, sem aprender, também não.

Então, discutir o Plano Nacional de Educação é discutir que, fora da escola, não pode. Nenhuma criança pode estar fora da escola, nenhum jovem pode estar fora da escola, nenhum adulto pode estar fora da escola,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

porque o direito à educação está determinado em nossa Constituição. E o Plano Nacional de Educação articula-se, concretiza-se, materializa-se em suas metas e estratégias naquilo que está definido em nossa Carta Magna.

Eu considero importante trazer essa discussão para nós entendemos, de uma vez por todas, que não estamos tratando – não é, Senadora? – de qualquer coisa; estamos tratando de um direito fundamental, de um direito sagrado da sociedade brasileira, um dever e um compromisso do Estado brasileiro, que é o de assegurar a educação. E nós estamos tratando de educação de qualidade, e não de qualquer educação. Então, tem que ser uma educação de qualidade social, tem que ser uma educação que considere a imensidão que é este País.

Estava vendo a colega do Acre se posicionando. Discutir a educação no Acre é muito diferente de discutir a educação na Região Nordeste, por exemplo. A gente que é da UNCME também anda pelo Brasil inteiro. Certa vez, numa reunião de UNCME, discutimos o quanto era difícil, por exemplo, no Estado da Bahia, que tem 417 Municípios, fazer a cobertura de visita aos Estados, pela grande extensão territorial. E aí, quando os colegas do Norte se posicionaram sobre como é o deslocamento na Região Norte para que se consiga chegar aos Municípios, nós vimos que realmente é um Brasil que precisa ser pensado em toda a sua diversidade. Mas não apenas isso: ser pensado também nas extremas desigualdades que temos ainda em nosso País.

Esses são pontos fundamentais para que possamos realmente discutir a importância do Plano Nacional de Educação e, na avaliação do Plano Nacional de Educação, entender que não precisamos, não podemos, não devemos admitir nenhuma circunstância, nenhuma proposta, nenhum encaminhamento que implique restrição de recursos para a educação. E aí a gente tem que entender isso de uma maneira ampla: a educação no Brasil precisa de mais recursos. Por isso que, durante a discussão do PNE, nós falamos dos 10% do PIB, nós falamos do pré-sal, nós falamos da discussão do sistema nacional e da repactuação federativa. São temas que, todos, estão articulados nessa discussão de avaliação do Plano Nacional de Educação.

Evidentemente que olhar os números do quanto nós conseguimos avançar nas metas, nas estratégias, o que conseguimos cumprir ou não, isso é extremamente importante, porque faz parte do monitoramento. Nós precisamos desse acompanhamento sistemático, para que nós possamos cuidar das correções necessárias para que as metas sejam cumpridas.

Mas eu gostaria de trazer, assim como trouxe ontem, no debate da Câmara, a discussão da qualidade. Nós queremos que as metas sejam cumpridas, mas que sejam cumpridas com qualidade. E aí, só para trazer como exemplo, já que nós não vamos nos debruçar sobre todas as metas, quanto à Meta 1, por exemplo, da educação infantil, Senadora, em que nós tivemos algum avanço, embora não tenhamos, por exemplo, conseguido a universalização da pré-escola, conforme previsto tanto no plano quanto na Emenda 59, de 2009, portanto, uma responsabilidade constitucional de 2009, nós não temos a universalização da pré-escola, e não temos a pré-escola resolvida nos Municípios, conforme necessário para preservar a importância da identidade da educação Infantil e entendermos a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Então, os Municípios não estão conseguindo dar conta. Os Municípios estão precisando fazer escolhas que deixam de fora alguns cidadãos de zero a cinco anos, porque as nossas crianças são sujeitos de direitos e precisam ser enxergadas como tal. Assim, enquanto nós tivermos dificuldade em incluir todos aqueles que efetivamente precisam estar na escola, nós precisamos estar preocupados com o plano, sim.

E aí eu queria dizer para vocês que a UNCME está fazendo neste momento, Senadora e todos que nos assistem, as Cirandas pela Educação, que é uma estratégia de mobilização da sociedade em todo o Território nacional. Serão 1,3 mil cirandas realizadas, até o final do mês de julho, até o dia 24 de julho, para debater a necessidade de implementação dos Planos Municipais de Educação e debater muito seriamente a garantia do direito à educação no âmbito municipal. Mas é uma discussão que nós não estamos fazendo só dentro da escola. É uma discussão que estamos fazendo também fora da escola, entendendo que a educação é um compromisso de todos. E toda a sociedade deve estar implicada nesse debate.

E aí, para não me alongar muito, com o CAQi, a campanha já disse, todo mundo ganha. Está aí na nossa publicidade, em toda a nossa divulgação...

(Soa a campainha.)

O SR. GILVÂNIA NASCIMENTO – ... e na chamada da SAM 2016.

Esse CAQi precisa fazer parte da discussão de todas as pessoas, porque o CAQi diz respeito exatamente àquilo que os estudantes das ocupações estão pedindo, àquilo que os professores estão pedindo, àquilo que todos nós traduzimos do que é necessário para fazer uma educação de qualidade. Portanto, o conceito de qualidade é um conceito que precisa envolver a discussão dos recursos. Não podemos dizer que apoiamos a educação se não a colocamos como prioridade também do ponto de vista dos recursos que precisam ser disponibilizados.

E aí eu digo o seguinte: o plano tem uma temporalidade. São dez anos, e agora estamos no segundo ano. Se a gente vai descumprindo as metas ao longo do tempo, no primeiro ano, no segundo ano, nós corre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

mos um sério risco de termos um plano semelhante ao que foi 2001 e 2010. Mas não é isso que nós queremos e não tenho dúvidas, Senadora, de que isso nós não vamos admitir.

A sociedade brasileira está empenhada em discutir o Plano Nacional de Educação, em defender realmente a implementação do Plano Nacional de Educação. O resultado da SAM diz isso, o resultado das plenárias que estão sendo feitas sobre educação dizem isso. A sociedade quer realmente o cumprimento do Plano Nacional, porque ele é um patrimônio da sociedade brasileira, e é um patrimônio porque ele é resultado de ampla discussão com a sociedade nas conferências municipais, estaduais e também na Conferência Nacional de Educação. É um plano que foi aprovado no Congresso Nacional e que foi sancionado sem vetos. Então, é um desejo e é uma necessidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, todo esse movimento de discussão e de avaliação precisa ser seriamente encarado por todos nós, em todas as fronteiras em que se fizer necessário.

Por outro lado, é preciso entender também que a concretização do Plano Nacional de Educação se ancora na necessidade da dimensão social de redução das desigualdades. Então, é um direito que é constitutivo também de outros direitos: à educação integral, à educação inclusiva, à educação infantil. E gostaria de trazer também aqui a grande preocupação com a educação de jovens e adultos. Estamos vivendo um fenômeno de fechamento das turmas de jovens e adultos, assim como estamos vivendo um fenômeno crescente de fechamento das escolas do campo. Então, restringir direitos à educação, seja a qual cidadão for, é descumprir a Constituição.

E nós trazemos a mensagem de que a crise não pode utilizar a restrição ou o descumprimento do Plano Nacional de Educação como uma solução possível. Não é tirando direitos do cidadão que a crise do nosso País será resolvida. Penso que o Governo brasileiro, o Estado brasileiro precisa realmente entender, de uma vez por todas, que redução de crise, que melhorar a sociedade brasileira passa fundamentalmente por termos uma educação de qualidade para todos e todas.

E queria deixar uma mensagem especialmente para a Senadora, que é uma protagonista importante, uma militante da educação. Aliás, todas as vezes que a vemos falar sobre educação, nos lembramos de Anísio Teixeira, quando dizia: "Não existe democracia sem educação". O nosso País é uma democracia. Precisamos cuidar da educação para que essa democracia seja fortalecida.

E como estamos todos precisando garantir essa energia necessária para continuarmos firmes e atuantes na defesa do direito à educação em nosso País, eu queria deixar uma mensagem para vocês aqui. Poderia ser de Paulo Freire, o que seria uma grande honra para nós, porque se trata de um grande educador brasileiro, que nos traz inúmeras lições sobre o que precisamos fazer para obter uma educação de qualidade. Mas vou trazer uma citação de um escritor francês, Félix Guattari, que diz o seguinte: "É possível fazer pirueta com a esperança".

E aí eu queria deixar para todos nós, para os estudantes das ocupações, para os dirigentes, para os Parlamentares, para nós que somos dos movimentos sociais, que é hora de fazer muitas piruetas para que a esperança não seja vencida e a gente consiga realmente garantir o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero agradecer à Gilvânia que, mais uma vez, traz uma importante contribuição para o debate sobre a educação. A Gilvânia representa aqui a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Nós contamos agora com a presença honrosa da Senadora Regina Sousa, do PT, do Piauí, que também tem tido uma atuação muito importante aqui, na agenda em defesa da educação.

Nós vamos passar a palavra à Senadora Regina para, em seguida, dar os encaminhamentos.

Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu só quero pedir desculpas, porque eu tinha dito que viria, mas, na quarta-feira, o dia fica impossível aqui, porque tudo acontece na quarta-feira, inclusive a Comissão do Impeachment.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E eu tenho que correr já já para lá.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu fiz um exercício danado para ver se chegava mais cedo, mas, quando estava vindo, chegou uma prefeita do meu Estado e tive que atendê-la.

Eu tinha prometido que viria mais cedo, até porque esse é um tema que me interessa muito. Sou apaixonada por ele, sou professora de formação e de chão de escola, dei aulas da alfabetização até a universidade. Então, a gente tem que se preocupar, sim. Seja qual for o governo, a gente tem que estar muito atenta para a atenção dada à educação. E agora mais ainda, porque, em nome de cumprir as metas fiscais, estão querendo diminuir a verba da educação, desvincular receitas. Então, estamos vivendo um momento perigoso para a educação, em que pode haver retrocessos. Embora não tenhamos avançado o que queríamos, sabemos que houve algum avanço. E o medo agora é de que haja um retrocesso. Então, estou junto na luta e no que for preciso fazer por aqui, junto com a Fátima, com outros companheiros que estão nesta Comissão também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, era isto: queria me desculpar por ter vindo tão tarde, pois esse é um tema muito relevante. Como todas as comissões funcionam na quarta-feira, quando marco audiência pública, jogo para quinta. Amanhã vou ter uma sobre moradores de rua, tema que quero abordar também, pois essa é uma população invisível que este País tem e que precisa de atenção. Então, amanhã, na Comissão de Direitos Humanos, tenho audiência sobre a população de rua. Mas hoje não deu. Eu peço desculpas.

Ainda falta alguém para falar ou já terminaram?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A gente compreende, porque a agenda política parlamentar aqui é muito intensa. E a Senadora Regina tem razão, principalmente quanto ao dia de quarta-feira. Eu, por exemplo, neste exato momento, tenho que correr para a Comissão processante, porque sou membro dessa Comissão que trata do pedido de *impeachment*.

Mas o importante é reafirmar aqui mais uma vez, repito, o compromisso que o mandato da Senadora Regina tem com a luta em defesa da educação. Ela é membro desta Comissão. É Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas é membro titular da Comissão de Educação e tem contribuído muito com o debate.

Nós vamos agora partir para o encerramento.

Quero mais uma vez agradecer às entidades, à UNCME, à Undime, agradecer a presença dos estudantes.

Regina, nós estamos aqui com estudantes de vários Estados, que estão em luta neste momento, do movimento Ocupa Escola. Estamos aqui com estudantes do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Goiás, de São Paulo, do Espirito Santo e do Ceará.

Enfim, quero agradecer às entidades, agradecer a presença de vocês, da Sumika, do MIEIB, de todos e mais uma vez destacar aqui o papel importante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação pelo quanto ela tem conseguido mobilizar em prol da agenda da educação. Não é à toa que a campanha coordena a Semana de Ação Mundial, que é uma iniciativa muito importante.

E quero encerrar os trabalhos reforçando...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senadora Fátima, permite-me, antes de encerrar?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É que eu percebi aqui que há um acompanhamento bem consistente sobre a realização das metas. Então, é preciso fazer isso chegar aos Estados, às mãos dos secretários de educação, às mãos dos governadores, às assembleias legislativas. Os secretários precisam olhar um documento como esse e verificar o que cumpriram e o que não cumpriram nos seus Estados. Isso é muito importante.

Parabéns pelo relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É verdade, Senadora. O Sr. Daniel apresentou aqui um balanço com relação aos dois anos de vigência do Plano Nacional de Educação. Claro que esses dados são insuficientes ainda, porque pesquisaram só até 2015. Primeiro, V. Exª tem razão, pois o relatório é muito benfeito. Segundo, já é uma sinalização bastante clara dos desafios que a gente tem pela frente.

Encerro lembrando o que a gente disse aqui desde o início, Senadora Regina, ou seja, com essas medidas que estão sendo adotadas pelo Governo biônico, a educação corre um sério risco neste exato momento. O Plano Nacional de Educação, que é o tema em debate aqui na nossa audiência, corre um sério risco.

Daí por que, Maria, mais uma vez eu quero aqui conclamar a todos para se envolverem neste debate. E nada mais oportuno do que fazê-lo se não por ocasião da Semana da Ação Mundial, que foi o que motivou a presente audiência pública. Isso aqui, repito, não é terrorismo, não é alarmismo, isso aqui é seriedade.

Daniel aqui, inclusive, corroborou com o que colocamos. É impossível realizar as metas dos planos municipais e dos planos estaduais com a desvinculação de receita para essas áreas. É impossível realizar as metas do Plano Nacional de Educação, Senadora Regina, com a medida já anunciada formalmente, que é conter gasto nas áreas sociais, usando como limitador o patamar da inflação do ano anterior. É impossível isso!

Então, quero, mais do que nunca, dizer que esse é um momento de união. União de quem? De todos aqueles e aquelas que têm compromisso com a luta em defesa da escola pública, com a luta em defesa da educação. Como já foi dito aqui, pacote econômico nenhum pode subtrair um dos direitos mais sagrados, um dos direitos mais fundamentais que estão na Constituição Federal, que é o direito à educação, até pelas portas, como já foi dito aqui, que ele abre. Que fique aqui essa conclamação.

Outro destaque que quero fazer aqui, ao encerrar os trabalhos da presente reunião, é com relação a mais uma das medidas irresponsáveis do Governo biônico que está aí, quando, recentemente, exonerou os servidores do MEC que garantem a estrutura e o funcionamento do Fórum Nacional de Educação. As entidades que estão aqui integram o Fórum Nacional de Educação.

Vejam bem: não estamos aqui questionando o ministro fazer mudanças na equipe, no que diz respeito a mudar o secretário – não é, Senadora Regina? Isso está na alçada deles. Não estamos discutindo isso. Estamos discutindo aqui a estrutura e funcionamento do Fórum. Por quê? Porque o Fórum não é um órgão de Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

é uma instituição do Estado brasileiro, conquistada na Lei nº 13.005. O Fórum tem uma missão muito importante, que é acompanhar a política educacional, que é, inclusive, monitorar as metas do PNE; que é, inclusive, coordenar as conferências nacionais de educação.

Então, por favor, respeitem o Fórum Nacional de Educação! Respeitem o Fórum Nacional de Educação!

Repito: isso não é um órgão de Governo, é uma instituição do Estado brasileiro. (*Palmas.*)

O Fórum, até o presente momento, não foi convidado, Senadora Regina... Há trinta dias esse Governo biônico está aí. Para convidar Alexandre Frota, foi bem rapidinho, entendeu? Mas o Fórum Nacional de Educação não foi convidado até o presente momento; repito: uma instituição a quem compete monitorar, avaliar o Plano Nacional de Educação, acompanhar a política educacional em geral. E tem uma tarefa grandiosa, que são as CONAEs, as conferências nacionais de educação, que já estão convocadas para 2018. Só que, para acontecer em 2018 – você sabem disso –, medidas e providências precisam ser tomadas agora, porque são precedidas das conferências municipais e das conferências estaduais.

Portanto, aproveitamos este momento aqui, juntamente com as entidades que integram o Fórum... Inclusive, a Comissão de Educação desta Casa também integra; sou integrante do Fórum, represento, no Fórum Nacional de Educação, a Comissão de Educação.

Com essas palavras, faço aqui um registro. Mandaram para mim um lembrete de que Mesa só com mulheres, neste momento, é coisa rara no Parlamento. (*Palmas.*)

Chamaria a Senadora Regina – venha para cá, Senadora Regina –, para encerrarmos a audiência, por favor.

Vamos tirar foto com todo mundo.

Quero, portanto, Maria, parabenizar, repito, vocês, a Campanha, todas as entidades. Que a realização da Semana da Ação Mundial 2016 seja mais um passo para que possamos avançar, primeiro, preservando a agenda em defesa da educação, ou seja, dizendo que não aceitaremos nenhum direito a menos, nem hoje, nem nunca, jamais. Segundo, que a Semana da Ação Mundial seja mais um passo para que possamos ampliar, cada vez mais, a luta em defesa da educação pública, tendo como foco a realização das metas do novo Plano Nacional de Educação.

Muito obrigada.

Está encerrada presente reunião, convocando para a próxima terça-feira, dia 14 de junho, em caráter excepcional, às 11h45, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

Só um momentinho. Por favor, som.

Você pode ligar o som aqui, amigo? Está na mesa? O.k.

Antes de encerrar, ainda quero passar a palavra a Maria. Desculpe, por favor.

A SRª MARLETE DOS SANTOS LOPES E SILVA – Na verdade, queríamos homenagear a Senadora Fátima Bezerra por ter sido a primeira Senadora a abrir as portas para os movimentos dos estudantes em ocupação, a porta da frente, para estarmos numa audiência pública; por ter aberto as portas para todos os comitês regionais e comitês diretivos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação nesse debate da Semana de Ação Mundial.

Esta é a primeira audiência pública no Senado que traz o balanço qualificado para a sociedade do segundo ano do Plano Nacional de Educação e a voz de, no mínimo, 210 mil pessoas que lutam por uma educação gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, inclusiva, laica, em todo o Brasil para toda criança, adolescente, jovem, adulto e idoso que vivem no Brasil.

É um ato simbólico. Então vamos falar as palavras de ordem, enquanto entrego a camiseta da Semana para a Senadora Fátima. E estendo os agradecimentos à Senadora Regina, que também está na luta. Desculpe a falta de protocolo, mas é uma homenagem de coração. Então peço para os estudantes ajudarem nas palavras de ordem para a Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia,** e com a presença dos Senhores Senadores Eduardo Amorim, Pedro Chaves e Roberto Muniz, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 27, de 2016-CE, de autoria da Senadora Ana Amélia, para realização de audiência pública destinada debater o Processo de Desligamento/Permanência dos Tutores nos Grupos do Programa de Educação Tutorial - PET. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Vicente de Paula Almeida Junior, Diretor Interino da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação do Ministério da Educação - DIPES/MEC; Senhor João Aristeu da Rosa, Presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial – Cenapet; Senhor Mário Lima Brasil, Representante da Universidade de Brasília – UnB; Senhor Dante Barone, Presidente da Comissão Latino-Americana Interdisciplinar do Adolescente – CLIOA e Senhor Marcos Cesar Danhoni Neves, Representante da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial – SBrET.** Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usa da Palavra o Senhor Senador Pedro Chaves. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às doze horas e quatro minutos do dia 16 de junho de dois mil e dezesseis, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A reunião de hoje atende ao Requerimento nº 27, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater o processo desligamento e permanência dos tutores nos grupos do Programa de Educação Tutorial, o conhecido PET.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 159, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se manifesta favorável à manutenção e permanência dos grupos do Programa de Educação Tutorial da Universidade e reforça o entendimento de que a decisão de permanência ou desligamento de tutores deve ser adotada por meio de uma avaliação criteriosa sobre suas condutas, sobre o atendimento dos objetivos e das diretrizes do programa e sobre o impacto das atividades junto à comunidade.

O expediente se encontra à disposição, na Secretaria desta Comissão, dos Senadores que desejarem ter acesso ao seu conteúdo.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, pelo Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião, possibilitando o recebimento de perguntas e de comentários aos expositores através da internet.

Eu queria convidar o Dr. Marcos Cesar, representante da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial; o Dr. Mário Lima Brasil, representante da Universidade de Brasília; o Dr. Dante Barone, que é o principal responsável por ter provocado este debate; o Dr. Vicente Almeida Junior, Diretor Interino de Políticas e Programas de Graduação do MEC; e o Dr. João Aristeu da Rosa.

Por favor, estejam à vontade. Muito obrigada pela presença. Muito obrigada pela gentileza.

Eu queria pedir também à nossa assessoria a relação, para que possamos dar início à audiência.

Eu queria informar aos senhores, que devem estar surpresos – puxa, é uma audiência sobre um tema importante, mas ele é importante não só para o Rio Grande do Sul; fui provocada, e, então, estamos discutindo-o –, primeiro, que há um alcance, pois as pessoas que têm interesse no assunto estão nos acompanhando. Estamos transmitindo a reunião ao vivo pelas linhas das nossas redes sociais, pela TV Senado, com sua área de Comunicação. A interatividade acontece, e as pessoas interessadas participam e compartilham fazendo indagações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu queria alertar os senhores expositores para o fato de que estamos com uma Comissão Especial processante, da qual faço parte. Vou acompanhar esta audiência. Temos de racionalizar o nosso tempo, em função do debate. Primeiro, vamos fazer isso entre os próprios expositores, que fazem a exposição. Concederei de oito a dez minutos para cada expositor. Acho que vamos mais firmar posição em torno da defesa desse programa, que é a ideia matriz da audiência pública.

Eu queria convidar o Dr. João Aristeu da Rosa, que é o Presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial (Cenapet).

O Dr. João Aristeu está com a palavra.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA (*Fora do microfone*.) – Vou fazer uma apresentação por PowerPoint.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas é breve?

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA (*Fora do microfone*.) – Será breve.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom. Ótimo!

Então, nossa assistência da Secretaria da Comissão vai ajudar a colocar o PowerPoint. Eu queria que desse também o controle remoto para o Professor, para que ele acompanhe a sua exposição.

Agradeço antecipadamente toda a gentileza dos presentes, dos que nos dão a honra por estarem aqui conosco.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Vou iniciar.

Agradeço a oportunidade que a Senadora Ana Amélia nos concedeu para fazer esta audiência pública sobre o Programa de Educação Tutorial.

Então, vou fazer uma breve explanação do histórico do programa e das nossas reivindicações como tutores, como petianos do Programa de Educação Tutorial.

O Programa de Educação Tutorial teve início em 1979 com uma iniciativa do Prof. Cláudio de Moura Castro. Na verdade, o Prof. Cláudio de Moura Castro se pautou no trabalho do Prof. Ivon Leite, da UFMG, que tinha um programa semelhante ao PET nos anos 50, um programa estabelecido na UFMG nos anos 50. E aí o Prof. Cláudio, quando Diretor da Capes, instituiu esse programa.

Esse programa ficou na Capes por cerca de 20 anos. Quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente, quando o Ministro da Educação era Paulo Renato e quando o Presidente da Capes era Abílio Afonso Baeta Neves, que lá ficou de 1995 a 2005, eles, nos anos de 1997 a 2000, resolveram destituir esse programa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Instituir?

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Não, na verdade, eles resolveram destituir o programa, acabar com o programa. Aí começou um movimento no Brasil todo. Trouxe um eslaide aí. De 1997 a 1998, em Araraquara, houve a nossa luta para a sua manutenção. Essa luta se repetiu em todo o Brasil, no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Pará. No Brasil todo, surgiram iniciativas de grupos PET para a manutenção do programa.

Isto é exatamente o que foi publicado no *Diário Oficial* em 1999, em 1/3/1999: "O PET, com o formato atual, entra em seu último ano de funcionamento, tendo como data limite 31 de dezembro de 1999." Efetivamente, foi isso que aconteceu na gestão do Ministro Paulo Renato. A partir daí, então, iniciou-se uma luta de todos os petianos do Brasil para a manutenção do programa. Aí nós recorremos à Câmara dos Deputados, aqui em Brasília, ao Senado Federal, à UNE e à SBPC. Fundamentalmente, foram os que nos apoiaram.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor, acho que é importante para os leigos que estão interessados nesse assunto fazer um resumo breve sobre o que é o PET em si, porque estamos falando em uma coisa que conhecem só os operadores do PET. Vamos falar sobre isso para quem tem interesse em educação, para que saiba como é esse programa.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Hoje, nós temos 852 grupos no Brasil. O programa reúne 12 alunos bolsistas e um tutor, que também recebe bolsa. E há alunos que se agregam a esse programa. Qual é o intuito? Trabalhar ensino, pesquisa e extensão de forma indissociada, colaborando para a qualificação da instituição, e criar no ambiente acadêmico uma noção de cidadania muito estabelecida, muito forte. O petiano, além de dar conta da graduação – ele tem de dar conta da graduação –, tem de exercer as atividades do PET na comunidade externa e na comunidade interna, de modo a qualificar o ensino da graduação e a ganhar uma atividade autônoma, como estudante autônomo. Fundamentalmente, é isso o PET.

Então, é um programa instigante, com grandes desafios, porque a gente entende todo este contexto brasileiro de desigualdade. E trabalhamos nesse sentido também. Então, é um programa altamente instigante e de muito resultado, como vou mostrar numa rápida projeção no final.

Acho que seria isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo! Maravilha! Então, o que é o PET? Então, o senhor resumiu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – É o Programa de Educação Tutorial. O tutor está ali, mas ele agrega, pois os próprios alunos aprendem a ser tutores também dentro do programa. Está totalmente aberto à graduação. Não é um programa fechado. O PET não trabalha para a qualificação do grupo. Ele trabalha – este é o grande desafio – para qualificar a graduação, junto com docentes, junto com toda a instituição, nunca à parte, sempre somando com a instituição. Então, é um programa altamente desafiador e de muito bons resultados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O tutor é membro da instituição necessariamente?

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Necessariamente, ele é membro da instituição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da universidade?

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Da universidade.

Há um exemplo. Em São Paulo, naquela época, em 2001, havia o apoio da Assembleia Legislativa de São Paulo. Isso mostra o que houve de 1999 a 2001. Em 2000, o PET saiu da Capes e foi para a SESu. Então, nós tivemos uma dificuldade. Os tutores ficaram sem bolsa durante três anos, mas isso era o de menos naquela época. Para os petianos, de 2001 a 2010, as bolsas atrasavam. Por quê? Porque a SESu não tinha aparato para gerenciar o programa adequadamente. O programa foi gerenciado pela Capes por 20 anos.

Na SESu, com o PET-BRAX, o Prof. Antonio Macdowell, tentou mudar a característica do PET: o aluno teria a bolsa por um ano somente, e somente seriam abrangidas as graduações que eram voltadas para o bacharelado. Então, ele tentou mudar, mas não conseguiu mudar a característica do PET. Aí entrou a Profª Maria Helena Guimarães, que entendeu a nossa demanda e implementou o PET efetivamente dentro da SESu. Aí começou a sua implementação. Então, ela foi a responsável por implementar esse programa dentro da SESu. Ela entendeu o anseio dos tutores da época e o implantou dentro da SESu. A Profª Iguatemy, nesse período, editou a Lei nº 11.180, que deu amparo legal ao programa, o que, até então, não havia.

Listo aqui vários gestores do PET: Edson Norberto Cáceres, em 2009; Maria Paula Dallari Bucci, em 2010; Lucas Ramalho Maciel, de 2011 a 2013; Prof. Dilvo Ristoff, em 2014. Então, esses foram gestores do programa lá na SESu.

Em decorrência daquela publicação de que o PET estava extinto, criamos um grupo de tutores no Brasil todo, do qual fizeram parte efetivamente o Marcos Danhoni, o Dante Barone e muitos outros que ajudaram a consolidar esse programa. Eles ajudaram a consolidar esse programa, e foi daí que surgiu a Cenapet, nessa fase de luta para a manutenção do programa.

Os norteadores da Cenapet são os eventos regionais anuais: SulPET, SudestePET, NordestePET, Centro-OestePET, NortePET. E há também um evento nacional anual, que, em 2016, vai ocorrer em Rio Branco, no Acre. Então, daí é que a comunidade resume e encaminha para a Cenapet aquelas reivindicações do programa.

Aqui, é a Cenapet. Listo aqui os gestores: Barone, Carlos Costa, Danhoni. Depois, ali embaixo, estão o Ayala, o Woiski, o Eduardo. Sempre na Diretoria, há um aluno, e, nessa época, nessa gestão do Woiski e do Ayala, era o Eduardo.

Essa é a atual Cenapet. A Cenapet é composta por quatro docentes, por quatro tutores e por quatro alunos sempre. Então, temos uma página aí com os integrantes atuais, com os professores.

Nesse espaço de agosto de 2014 a 2016, nós tivemos cinco reuniões com a SESu para reivindicar um anseio. Qual era o nosso principal anseio? A variação do programa, o Manual de Orientações Básicas – temos um novo manual –, para publicar esse manual, e também que a saída/permanência do tutor seja mediada por processo avaliativo. Esse é o principal foco da nossa audiência.

Aqui, a segunda reunião, tudo o que foi delineado; a terceira reunião, que foi com o Prof. Vinícius. O pessoal da SESu efetivamente que norteia o PET não podia, então nós nos reunimos com o Prof. Vinícius.

Fizemos também um trabalho em 2015. O Vice-Presidente, Prof. André, fez um trabalho mostrando que o tempo de tutoria médio é de cinco anos.

Foram entrevistados 92%. Em um universo de 842 tutores, o André conseguiu entrevistar 92%, por *e-mail*, e ele chegou a esse tempo médio. Esse tempo, colocado pela SESu para que o tutor possa ficar no máximo seis anos, já é cumprido automaticamente, porque o tempo de tutoria médio é cinco anos.

Quarta reunião, em que tivemos os itens abordados. A Portaria nº 976, então, estabelece que:

> O professor tutor será desligado do PET nas seguintes situações: III - após o exercício da função de tutor por seis anos consecutivos[...].
> § 2° A bolsa de tutoria terá duração de três anos, renovável por igual período [...].

A 343 estabelece isso. São as duas leis que norteiam a permanência do professor tutor junto ao grupo PET.

E a nossa reivindicação principal é que o tutor permaneça enquanto ele estiver executando adequadamente o trabalho dele, por meio de avaliação anual do grupo do CLAA e de toda a comunidade. É essa a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

reivindicação. Não por um tempo determinado, de três mais três anos. É esta a nossa reivindicação: que o tutor seja avaliado anualmente pelos integrantes do grupo, pelo relatório que ele produz, pelo planejamento que ele produz anualmente junto com o grupo e pela alta avaliação dele. Isso é enviado ao CLAA, que vai definir se aquele tutor está efetivo ou não frente ao grupo. Essa é a nossa proposta.

Enviamos vários ofícios à SESu, em setembro de 2015, colocando que a SESu mantém a posição dela de três mais três anos.

Aqui, então, um movimento dos alunos do PET, chamado Mobiliza PET. Estiveram aqui em 2015, junto conosco, da Cenapet.

O terceiro Mobiliza PET, 2015.

Aqui, um movimento em São Carlos, da onde saiu um abaixo-assinado.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Nós recolhemos de 21 até ontem cerca de 16 mil assinaturas a favor de que a avaliação do tutor é que norteie a saída/permanência dele.

Aqui, o teor do abaixo-assinado. Quando eu fiz este eslaide, só tínhamos 7 mil, mas agora chegaram mais assinaturas. Temos 16 mil assinaturas.

A quinta reunião, que tivemos em 18/04/2016.

Novamente a solicitação de mudança de portaria; a manifestação da SESu a respeito. Portanto, não haverá impedimento para que o tutor... Essa foi agora uma nova resolução, dentro da Resolução nº 976, que permite que o tutor possa se recandidatar.

O Enapet, em 2016. As principais publicações do PET.

Avaliação do tutor. Integrantes do grupo PET avaliam o tutor. Auto- avaliação do tutor.

Aqui é uma manifestação de um ex-aluno, um ex-petiano, falando sobre a importância do programa na formação dele.

Agradecemos a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Prof. João Aristeu da Rosa, que é Presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial.

Passo a palavra agora ao Presidente da Comissão Latino-Americana Interdisciplinar do Adolescente, Dante Augusto Barone, que foi, na verdade o responsável por terem feito contato com o meu gabinete, para que pudéssemos fazer esta audiência pública a respeito deste tema.

Eu queria agradecer também ao Prof. João Aristeu, porque ele foi sucinto e deu para entender, com exposição absolutamente objetiva, do que estamos tratando.

Com a palavra o Prof. Dante Barone.

O SR. DANTE AUGUSTO COUTO BARONE – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Quero agradecer à Senadora Ana Amélia pela iniciativa desta audiência pública, por discutir um programa tão importante para a educação nacional.

Bom dia a todos, que estão assistindo pela TV Senado, por todos os meios de comunicação, pela internet, enfim.

Se justamente o Senado Federal dá espaço para esta discussão é porque se trata de um programa muito importante para a educação brasileira, que já existe desde 1979 e que, em momentos bastante críticos de sua história, o Congresso Nacional, tanto a Câmara dos Deputados quanto esta Casa, foi bastante sensível às reivindicações de professores, de alunos, de dirigentes universitários para sua manutenção e fortalecimento.

Falarei muito rapidamente também. Serei sucinto. Falarei um pouquinho da origem do PET, o que significa, justamente porque foi a primeira pergunta da Senadora.

O Programa de Educação Tutorial, que antigamente se chamava Programa Especial de Treinamento, objetiva dar uma formação diferenciada a estudantes de graduação para que atuem em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso é o preconizado pela própria LDB de 1996. Isso já dá um marco legal e institucional para o programa bastante diferenciado, porque é o único programa no Brasil que tenta trabalhar as vertentes preconizadas pela LDB por uma formação de qualidade.

É ímpar também porque outros programas de muita qualidade – não vamos tirar o mérito dos programas de forma alguma –, como o Pibic (Programa de Iniciação Científica), ligado ao CNPq e às universidades, dedicam-se mais à pesquisa. O Pibid também sofreu e sofre ainda sérios problemas; é mais voltado ao ensino, voltado às licenciaturas.

O PET também tem grupos tanto ligados a cursos, que é a sua origem, e mais recentemente, a partir de 2008, 2010, os chamados PETs temáticos, que são de natureza interdisciplinar; e também os PETs Conexões e Saberes, em que a vertente da extensão universitária é extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Os grupos são formados por até 18 alunos – 12 bolsistas e mais 6 voluntários –, que fazem todas essas atividades.

Como estamos justamente falando da questão dos tutores, é importante contextualizar qual é o papel dos tutores. Para tanto, eu vou me basear no livro *O Programa de Educação Tutorial (PET) em Perspectiva: o Olhar dos Tutores,* que foi desenvolvido pela Profª Maria do Carmo Figueiredo Soares, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e pela Profª Maria Denilda Moura, da Universidade Federal de Alagoas, em que entrevistaram vários tutores.

Eu vou citar o meu próprio depoimento, em que fui perguntado sobre as características de um tutor. Eu dizia:

> Ele deve possuir seriedade profissional, respeitar os outros alunos, técnicos e colegas e se fazer respeitar, estar permanentemente aberto ao diálogo, possuir autoridade sem agir de forma autoritária, ser competente na realização de suas atividades acadêmicas, agir permanentemente de forma cooperativa com a instituição em que atua, sendo autônomo e agindo de forma independente.

Complementando, eu também me baseei agora no artigo de Andreas Tolk, na revista *Modeling and Simulation*, cujo título justamente é "Quais são as características de um acadêmico de sucesso?", que eu poderia, no nosso contexto assinalar, e eu adaptei um pouco para o tutor.

Então, como decidir justamente se a contribuição de alguém distingue-se suficientemente para reconhecê-lo como um tutor ou um acadêmico de sucesso, que possa representar a sua instituição tanto internamente quanto externamente? Até acreditamos também que uma das qualidades de um tutor é poder vir a uma casa pública, como o Senado Federal, e poder expressar, poder dar as suas reivindicações para a sociedade aqui tão bem representada.

Então, uma definição: esse tutor deve ter um foco que identifique a sua área de atuação a longo prazo; deve se caracterizar por sua disposição também; ceticismo sobre verdades absolutas, autocriticismo e dúvida; imersão; deve estar atualizado com as áreas de pesquisas interdisciplinares em que atua; deve ter autoridade, dominando a linguagem de divulgação científica, ter conhecimentos e saber explaná-los; persistência: justamente nós temos que ser persistentes, dada toda dificuldade que conhecemos na realidade brasileira, na burocracia, nos marcos legais que mudam, no próprio programa de educação tutorial, em que já estão estipuladas as taxas acadêmicas a cada ano, o custeio para os grupos. Desde o ano passado, pagaram somente a metade e, neste ano, não pagaram nada, dificultando muito as atividades dos alunos – e aqui faço um parêntese: se o mote desta audiência pública é para falar de tutores, é justamente porque os tutores são o cerne do programa e se preocupam com a educação como um todo, então estamos falando também da formação de alunos, esse é o objetivo principal pelo qual estamos aqui, fazendo uma formação comprometida com a sociedade. Então, devem ter persistência, devem ter paixão pelo fazem, deve estar muito bem conectados com líderes internacionais e nacionais em suas áreas de atuação; devem ser reconhecidos na sua área de competência no País e no exterior; devem ser produtivos. É muito importante que o CNPq tenha Plataforma Lattes, na qual se podem ver realmente as produtividades dos tutores, dos professores e dos gestores também, que podem estar à frente até da condução do programa neste momento; competitividade: estar sempre alerta a oportunidades e competir por recursos que possam carreá-los para seus grupos; ética: é fundamental seguir rigidamente princípios éticos, aceitando o criticismo construtivo e tratando os outros com respeito; e lealdade também, tendo que ser leais com a sua instituição e com o seu grupo.

Bom, sobre o PET também não vou me alongar, porque o Prof. Aristeu já falou. Ele teve uma fase experimental em 79 – foi criado na Capes pelo Prof. Cláudio de Moura Castro, que havia participado de uma experiência semelhante em 1950, na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais –, passou por algumas fases e justamente começou a ter uma consolidação nos anos 93 e 94, mas, quando veio uma nova administração na Capes e a gestão no Ministério da Educação do Ministro Paulo Renato, ele sofreu vários revezes.

(Soa a campainha.)

O SR. DANTE BARONE – Nós sabíamos, então, que o programa era muito bom. O próprio MEC quis avaliar a qualidade do programa e contratou, em 97, o Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP (NUPPs – USP), coordenado pela Profª Elizabeth Balbachevsky, que, após uma análise muito criteriosa, porque é um núcleo muito conhecido no Brasil, reconheceu como de excelente qualidade, dizendo que havia um alto impacto para os cursos e para as instituições nas quais eles estavam inseridos. Inclusive, não podemos, de forma alguma, desqualificar a Profª Elizabeth Balbachevsky e seu trabalho, tanto é que a atual equipe do Ministério da Educação a convidou para ser a nova Diretora de Avaliação do Inep. Então, certamente, ela conhece muito bem a qualidade do PET, seria uma pessoa interessante de ser procurada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Também não contentes com esse resultado, que foi contrário à sua intenção, em 98, promovemos uma outra avaliação nacional, tendo visitado 144 grupos no País, que, na época, correspondiam a 45% do total. Eu mesmo tive oportunidade de visitar aqui a UnB e fazer essa avaliação.

Então, alguns pontos de impacto do programa: melhoria substancial do ensino de graduação, incentivo da aproximação dos alunos com as faculdades, desenvolvimento da interdisciplinaridade, desenvolvimento de profissionais mais bem preparados para o mercado e para as universidades.

Apesar de tudo isso, em março de 99...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já passamos. Então, um minuto, por favor.

O SR. DANTE BARONE – Um minuto.

Apesar de tudo isso, em 99, o então Governo Federal, na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quis extinguir o programa. Em função disso, tivemos uma luta muito grande para manter o programa através de audiências públicas na Comissão de Educação da Câmara, inicialmente, e depois do Senado. Conseguimos recursos aqui no próprio Congresso, através de emendas parlamentares, que garantiram a manutenção do programa. Então, é também um desrespeito ao programa, eu poderia dizer que é quase um desrespeito ao próprio Congresso Nacional, por toda luta que a sociedade brasileira aqui representada tem dado apoio a esse programa.

Então, quanto aos problemas atuais, bem concretamente, Senadora: não há avaliação nacional dos grupos há mais de três anos. Como se pode passar recursos para os grupos, se eles não são avaliados adequadamente?

Como havia falado antes, a verba de custeio, que é fundamental para as atividades de formação dos alunos, foi diminuída, no ano passado, à metade, e, neste ano, não foi pago nada. Também há essa instabilidade causada em relação aos tutores, que são a espinha dorsal do programa.

Então, o que solicitamos? Uma necessidade de uma reedição da portaria que permita que os tutores fiquem por período de três anos, renováveis por mais três, conforme avaliação; regularidade do custeio; volta da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Também gostaríamos muito que o Senado Federal intercedesse para que tivéssemos uma reunião com o Ministro Mendonça Filho e com a própria Secretária Executiva, Maria Helena Guimarães de Castro, que tanto nos apoiou no passado. Então, são essas as reivindicações.

O tempo é curto, não posso me alongar mais, mas só lembro que não faz sentido haver uma limitação de tempo para os tempos que se dedicam à educação, quando não há limitação para o tempo dos pesquisadores do CNPq, de produtividade de pesquisa, porque justamente o pesquisador leva 30 anos para se formar e pode, inclusive, ter uma bolsa renovável de cinco em cinco anos, em caráter vitalício. Ou seja, por que a educação é menos que a pesquisa? Creio que não.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Prof. Dante Barone.

Eu quero dizer-lhe que, como são quatro expositores para defender a mesma tese, que é a permanência do PET,...

O SR. DANTE BARONE – Claro!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... então cada um faz uma complementação.

O SR. DANTE BARONE – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, o Prof. João Aristeu e o senhor falaram agora. Ainda há mais dois expositores e, depois, o MEC.

O senhor usou a expressão "verba de custeio para o PET". Quando o senhor fala "verba de custeio", eu pergunto: além da bolsa que cada aluno tem e mais o tutor tem, há mais uma verba de custeio?

O SR. DANTE BARONE – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quanto custa isso para o cidadão? Eu preciso saber. Quanto custa uma bolsa? Quanto recebe um aluno?

O SR. DANTE BARONE – Exatamente. Então, podemos colocar que a bolsa dos alunos é de R$400, a bolsa dos tutores é de R$2,2 mil mensais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dois mil e duzentos reais?

O SR. DANTE BARONE – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, isso seria um acréscimo ao salário que ele tem de professor?

O SR. DANTE BARONE – Sem dúvida. É um estímulo,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dois mil e duzentos reais?

O SR. DANTE BARONE – ... assim como as bolsas do próprio CNPq servem como estímulo.

E também taxas acadêmicas. Então, um grupo que esteja formado com 12 bolsistas deveria receber R$9,6 mil por semestre para custear as atividades do grupo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quanto?

O SR. DANTE BARONE – Nove mil e seiscentos reais por ano. Desculpe: R$4,8 mil por semestre, R$9,6 mil por ano, para custear visitas a instituições, participação em congressos, material de laboratório, inclusive. Várias atividades fundamentais para o bom desenvolvimento das atividades de formação dos alunos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nove mil e seiscentos reais por ano...

O SR. DANTE BARONE – Por ano, por grupo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... por ano, por grupo. Fora as bolsas que cada aluno recebe entre o acadêmico e o professor.

O SR. DANTE BARONE – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O tutor recebe R$2,2 mil e cada aluno, R$400.

O SR. DANTE BARONE – Exato.

E lembro também, Senadora, só complementando, que cada grupo pode também ter seis alunos voluntários, que ganham a experiência, o certificado, mas que não recebem a bolsa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Eu passo a palavra ao Dr. Vicente de Paula Almeida Júnior.

Desculpe, Dr. Vicente, o senhor será o último, porque vamos ouvir primeiro o lado que está defendendo a tese. Eu queria ouvir o Marcos Cesar Danhoni Neves, que é o representante da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial.

O SR. MARCOS CESAR DANHONI NEVES – Bom dia a todos. Quero agradecer à Senadora Ana Amélia e ao conjunto de Senadores. Nós estivemos semana passada aqui, visitamos cerca de 30 gabinetes em busca de apoio a essas gestões nossas.

Nós temos buscado esse apoio desde 1997, quando o PET passou pela sua mais grave crise, que seria uma extinção parcial, e, em 1999, a extinção total. Depois, nós conseguimos reconstruir o programa, graças ao apoio das duas Casas, com inúmeras audiências públicas como esta e com diversas associações de classe, dos engenheiros, dos geógrafos, dos físicos, da SBPC, e de todas as sociedades científicas do País. Nós conseguimos reverter inclusive as questões orçamentárias, via emendas parlamentares que conseguimos aqui à época.

Como os meus colegas já falaram – eu não vou repetir –, é importante saber que, para as graduações brasileiras, nós temos três grandes programas: o PIBIC, que está no MCT; o PET, no MEC; e o PIBID. O PIBIC cuida da pesquisa; o PIBID, da iniciação à docência, do ensino; e o PET cuida dessa tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão.

Eu fiz uma conta baseada no meu grupo, e ela não está tão longe da realidade. Nós formamos, desde a criação do programa, cerca de 80 mil alunos petianos egressos. Colocando os alunos que são ouvintes, colaboradores, isso deve dar mais cerca de 20 mil. Então, 100 mil alunos.

Existe um dos documentos produzidos ao longo das últimas quase quatro décadas – o relatório Balbachevsky, um da Maria Auxiliadora Dessen e da própria Capes, com a segunda grande avaliação do programa – que diz que o PET tem um efeito multiplicador, se não me engano, em torno de dez. Então, nós teríamos diretamente beneficiadas cerca de um milhão de pessoas. É muita gente! É muita gente no seio de uma graduação, que precisa ser constantemente estimulada não só nos seus aspectos quantitativos, mas especialmente nos seus aspectos qualitativos, para a melhoria da educação, da ciência e da tecnologia nacional.

A grande pergunta a ser feita é: por que o tutor tem que ter tempo de validade? Nós já mostramos. Eu fui Presidente da Cenapet, na gestão 2008-2010, e o atual Presidente, Prof. João Aristeu, fez outro estudo. Nós fizemos dois estudos estatísticos – o primeiro abrangeu 22% de amostras, o segundo, 92% – e ambos mostram que o tempo médio de tutoria natural – chamamos de mortalidade tutorial natural – é de 5,5 anos com as duas pesquisas. Então, para que impor o tempo de validade?

A atual Cenapet fez essa pergunta diretamente ao MEC, e a resposta foi dada pelo Ofício nº 822/2015, do dia 16 de setembro de 2015. A resposta baseia-se em algo que julgamos que não nos convence. Diz que o tempo de coordenação...

A primeira coisa é uma questão ontológica: o tutor não é coordenador; o tutor é tutor. E é tutor não como o tutor do EaD, da educação a distância, que é um projeto – o EaD é um projeto que tem início, meio e fim pre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

determinados. Seria algo como *mentoring* e *teacher*. Nós somos o *mentoring,* porque nós somos um programa. Então, não é coordenação, porque uma coordenação é algo entendido mais como algo administrativo. Nós não administramos. Nós fazemos ensino, pesquisa e extensão, e de qualidade. Qualidade porque isso foi aferido pela própria Capes, em um momento, e pela SESu, em outro momento.

A reposta prossegue: A Secretaria entende que é salutar, após seis anos, oportunizar ao conjunto de professores presentes nas instituições a possibilidade de acesso ao trabalho de tutor.

Ora, o tutor tem que ter um perfil. É um perfil de produção nas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. Não é qualquer um. Nós temos uma questão de mérito aqui, uma questão que é fundamental. O tutor tem que ter aquilo que chamamos de perfil tutorial. Então, quanto a essa questão de oportunizar, nós sabemos que, na Academia, o mérito é importante. É por isso que nos mestramos, doutoramos, pós-doutoramos. É por isso que existem todos os fatores de aferição de qualidade e quantidade acadêmica, por exemplo, o Qualis Periódicos da Capes. Então, essas são questões fundamentais.

Outra questão: nós temos a mortalidade programada para o dia 27 de julho deste ano. Portanto, estamos a pouco mais de um mês de termos quase 500 tutores repentinamente extintos e serem reposicionados novos tutores. Os projetos que nós fizemos são projetos autorais, e agora um substituto será colocado no seu lugar de forma atabalhoada, provavelmente sem perfil, desestabilizando os planos que nós já fizemos para este ano. Todo tutor é obrigado a fazer um plano de trabalho de atividades acadêmicas, incluindo aquele recurso que ele receberá para tocar esse plano, e tudo morrerá no dia 27 de julho.

Nós entendemos que nós temos um *status* ontológico semelhante ao professor pesquisador do CNPq, que tem o seu tempo de pesquisa renovável por iguais períodos de três mais três anos, mediante avaliação. Então, nossa questão é: nós queremos não vitalidade, nós queremos avaliação do trabalho do tutor e do seu grupo.

Então, essa é uma questão básica, vital, porque senão nós vamos colocar em risco toda uma série de grupos que existem há 20, 30 ou quase 37 anos. O PET soma este ano 37 anos de existência. É um programa que mostrou seu valor. Dentre as grandes extinções que ocorreram de 1997 a 2002, o PET foi um dos poucos programas que sobreviveram pela sua luta, pela sua capacidade inerente de alavancar a qualidade da educação nas graduações, e isso mostrou que nós temos um impacto que não foi só medido pelo NUPPs da USP, mas um impacto real, que existe, que é orgânico dentro da instituição.

Só para lembrar, a Lei nº 11.180, que cria o PET, e a Portaria nº 3.385, que lhe dá vida logo em seguida em 2005, impôs também a mortalidade tutorial. Mas, graças ao trabalho que fizemos com Câmara e Senado, nós conseguimos revogar um ano depois, com a 1.632, o art. 12, em que, em vez de por igual período três mais três e acabou, por uma redação semelhante ao Produtividade de Pesquisa do CNPq, por iguais períodos, mediante avaliação.

Infelizmente, em 2010, o então Ministro da Educação impôs novamente a mortalidade tutorial. E isso vai ser um fator de grande instabilidade nas instituições, que estão fragilizadas por questões em seus Estados, pela Federação, tanto as universidades estaduais como as federais, por questões que envolveram greve ou calendários acadêmicos, etc.

Então, estamos aqui buscando apoio novamente do Parlamento para reconhecer essa grande trajetória conjunta e que nos leve adiante sem impor essa desestabilização totalmente desnecessária, como mostram as duas grandes pesquisas que a Cenapet levou adiante, tanto em 2010 quanto em 2015, e que infelizmente a Secretaria de Educação Superior não reconhece como tal. Lembrando que o Relatório Balbachevsky avaliou 19% no seu total de entrevistas dos PETs daquela época, quando o estudo foi feito.

Obrigado

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Prof. Marcos Cesar.

Por áreas – História, Geografia, Ciência, Humanas, Matemática –, qual o percentual maior de tutores? Onde estão?

O SR. MARCOS CESAR DANHONI NEVES – Eu acho que ele está bem equilibrado nas áreas de conhecimento. Ele não privilegia uma área, ou privilegia outra. Houve um momento em que a extensão estava em baixa. Por isso que o Programa Conexão Saberes foi – digamos – embutido dentro do PET em 2010/2011, mas abrange de forma quase equilibrada as áreas de conhecimento no seu todo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, não tem prevalência?

O SR. MARCOS CESAR DANHONI NEVES – Não, não tem. Aí estão as engenharias, as ciências básicas, as pedagogias, as humanas, as tecnológicas e as científicas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Dos 80 mil alunos que o senhor citou, a maior parte continua, quer dizer, se formou, acabou? Eles estão sendo profissionais, são professores, foram embora, foram para outros países ou continuam no Brasil? Qual é o futuro desses 80 mil?

O SR. MARCOS CESAR DANHONI NEVES – Já foi feito um estudo de egressos pela própria SESu, que deveria ser refeito agora, mas eu vou dizer da nossa experiência: 97% dos meus egressos foram para mestrado, doutorado, pós-doutorado, esses já são integrantes como docentes de instituições federais de ensino superior, universidades estaduais e de escolas técnicas estaduais ou federais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por concurso, no caso?

O SR. MARCOS CESAR DANHONI NEVES – Por concurso, sempre por concurso, sempre meritório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, professor.

Agora, eu quero ouvir, para encerrar a parte da demanda, para depois falar com quem decide, que é o MEC, o Prof. Mário Lima Brasil, que é representante da Universidade de Brasília (UnB).

O SR. MÁRIO LIMA BRASIL – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar, primeiramente, todos os Senadores presentes, em nome da Senadora Ana Amélia. Gostaria de cumprimentar também o Prof. Vicente de Paula Almeida Junior, que é o diretor interino da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação do Ministério da Educação. Gostaria de cumprimentar o Prof. João Aristeu da Rosa, Presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial (Cenapet); o Prof. Dante Barone, Presidente da Comissão Latino-Americana Interdisciplinar do Adolescente (Clioa); também o Prof. Marcos Cesar Danhoni Neves, representante da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Prof. Mário, o senhor me dá só licença. Eu queria saudar o nosso Senador Pedro Chaves, que é do Mato Grosso do Sul, é um Senador muito voltado para a educação no seu Estado e uma pessoa de muita sabedoria e muito conhecimento na área acadêmica. Então, eu queria fazer o registro antes de V. Exª continuar.

Obrigada.

O SR. MÁRIO LIMA BRASIL – Está certo.

Senadora e demais presentes, antes de mais nada, eu estou aqui em nome do reitor da Universidade Brasília, representando a Universidade de Brasília, e começo a minha fala dizendo que também estou representando o pró-reitor de graduação da Universidade de Brasília, Prof. Mauro, que, por sinal, é egresso do PET, é um ex-petiano. Quando a senhora perguntou qual a dimensão que tem, para onde vão os alunos, estamos agora apontando um: o pró-reitor da Universidade de Brasília é um ex-petiano.

Eu trouxe uma apresentação e, em alguns pontos, eu não vou me deter muito porque já foram colocados, mas vou apenas colocar de quadro a quadro o que eu acho importante.

Esse primeiro quadro é como foi criado e qual era a função. Era um grupo de elite intelectual; então, para diferenciar depois como é criado o PET e qual a importância.

No segundo quadro, os primeiros passos do programa. Eu gostaria apenas de ressaltar que o programa, quando é criado, tem já, em 1996, uma organização própria, que é quando acontece o primeiro Anapet, e isso é muito importante para nós. Eu vou falar depois dos encontros que nós temos e como funciona o programa. Então, também nesse primeiro quadro, eu não vou me deter muito.

Sobre o Programa de Educação Tutorial, nesse segundo quadro, nós temos dois pontos muito importantes. O primeiro deles é que, em 2004, quando o programa é criado com os objetivos que eu vou detalhar aqui, na frente, e todo o processo de editais que vão acontecendo para a expansão do programa, de certa forma que o primeiro edital do Programa de Educação Tutorial vai ser em 2006 e o último edital que nós tivemos em 2012. Qual a importância disso? É que, desde 2012, nós não temos nenhuma expansão dos grupos. O programa parou de se expandir exatamente em 2012, e hoje nós temos 842 grupos em 121 IES.

Ora, um grupo – a senhora sabe, Senadora – precisa, para se manter, se renovar permanentemente, ele tem que se expandir constantemente. Em momentos de bonança, que não é o momento que nós estamos vivendo, ele se expande mais, mas, no momento de crise, ele pode se expandir menos, mas ele sempre tem que manter a sua expansão e a sua renovação.

Nesse quadro, eu falo sobre as leis e portarias. Também não vou me deter sobre elas, mas quero apenas ressaltar a portaria de 2010, que traz grandes mudanças ao programa, e uma dessas grandes mudanças é o tempo de permanência de tutores. É interessante como, a partir dessa portaria, nós começamos a perceber que o nosso entendimento do que seja tutor e o entendimento do MEC ou da SESu do que seja tutor é diferente. Nós estamos muito mais voltados para a tutoria e para o programa como sendo um programa de inovação tecnológica dentro da área de educação das universidades. Não se inova a tecnologia, não se inova a educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

em três anos, quatro anos, cinco anos, seis anos ou dez anos. Então, é um programa que deve se aprofundar na medida em que traz essas inovações, um programa de permanência nesse sentido.

Bom, aqui eu já me detenho um pouco mais porque eu gostaria de falar com algum detalhe, Senadora, daquilo que a senhora perguntou: quais seriam os objetivos exatos do PET? Então, os objetivos, primeiro, é um programa de graduação fundamentado em um trabalho coletivo. Isso é importante: a construção coletiva dentro do PET. Isso é uma inovação dentro da universidade em si. A universidade, às vezes, é muito verticalizada, onde você tem o professor, o professor é aquele todo-poderoso, os alunos estão ali para receber os ensinamentos. Mas o PET vem inovando isso, ele vem trazendo um programa coletivo, de construção coletiva do processo de ensino e aprendizagem.

Outra coisa que todos falaram, mas eu gostaria de enfatizar: ele se norteia pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ora, nós sabemos que nós temos programas importantes dentro da universidade. Mas eu diria que um programa cujo pilar é exatamente a construção coletiva e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão eu não conheço. Pode ser que exista, mas eu não o conheço. Então, é um programa inovador de tecnologia de educação nesse sentido.

Ele também objetiva elevar a qualidade da formação acadêmica. Quer dizer, temos outros programas também. Estimula o espírito crítico, a cidadania, a função social, a política de diversidade. Então, nós saímos para aquele programa elitizado de buscar os geniais e tudo o mais para um programa mais humano, para um programa que, mesmo sendo humano, não deixa de ser um programa que busca essa inovação tecnológica na área de educação.

Finalmente, é um programa que visa consolidar e difundir a educação tutorial como um todo. Esse programa está baseado em quê? Neste tripé: ensino, pesquisa e extensão. Esse tripé gera atividades, discussão e reflexão. O que ele vai trazer disso? Indivíduos com formação para além do convencional, Senadora. Nós não precisamos apenas de técnicos. Também não precisamos apenas de cientistas. Também não precisamos apenas de artistas. Nós precisamos de tudo isso, mas que tenha uma sensibilidade social para resgatar exatamente essa dívida social que nós temos com a nossa população. E esse programa ajuda isso.

Também nós temos essa relação tutor mais petianos. Qual a estratégia atual do PET? Esse grupo tutor e petianos horizontalmente planeja, executa e avalia. Isso é uma inovação dentro da universidade, dentro da área ensino, pesquisa e extensão. O resultado é uma formação ampla e diferenciada, técnico-científica, humanista, administrativa, cultural e política.

Então, como se dá a interação dos grupos? Isso é outra inovação importante do programa. Nós começamos a interagir a partir do local de cada grupo, de cada IFES. Depois temos os encontros regionais e, finalmente, os nacionais.

Aqui, Senadora, esboço algumas estatísticas que seriam interessantes para ver como o programa está exposto e já concluo a partir daqui.

Qual a categoria administrativa? Não está dando para ver muito. Eu vou ler aqui. Então, dentro da universidade privada, nós temos 4% dos grupos, de universidades estaduais, nós temos 10% dos grupos e a grande maioria está dentro da universidade federal – 80% dos grupos.

Qual é a distribuição geográfica? Nós temos uma porcentagem de 33% no Sudeste, 23% no Sul, 10% no Centro-Oeste. Então, ele é espalhado por todas as regiões.

Somente para concluir esta nossa estatística, para que a senhora e os demais Senadores tenham uma ideia sobre como é que está distribuído por regiões: 37% no Sul, 21% no DF e 14%... Isso na Região Centro-Oeste. E assim temos essa distribuição em todas as regiões. Então, é para ver como ele perpassa todas as regiões do Brasil.

Finalmente, Senadora, eu gostaria de concluir apenas contando uma breve história. Fui bolsista do Ministério da Educação do governo japonês, da Monbusho. Quando estive no Japão, eu tinha a curiosidade de olhar jornais antigos, que ficavam dispostos na universidade. Eu colocava a palavra "Brasil" e ficava olhando. Naquela época, na questão da computação, eles já tinham isso bem desenvolvido. Coloquei a palavra "Brasil", e lá havia uma manchete que achei muito interessante: as organizações internacionais financeiras aconselhavam que países que estivessem nesse grau de desenvolvimento desenvolvessem suas tecnologias a partir do desenvolvimentismo de empresas, de indústrias, de estradas e tudo mais. Estavam lá dois países: um deles optou por esse desenvolvimentismo, com estradas, com indústrias, com isto e aquilo; o outro fincou o pé de forma contrária às recomendações e optou pela educação. Esse outro país deu prioridade à educação. Resumindo minha fala, esses dois países eram o Brasil e a Coreia do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quase eu ia dizer Brasil e Coreia do Sul. E aí há muita obra inacabada. É dinheiro jogado fora com obra não concluída. Umas foram começadas, e aí se foi, e a gente se esquece desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agora, antes de passar a palavra para o representante do MEC, quero dizer sobre o que eu havia falado antes a respeito da participação interativa. Acho que muitos aqui são petianos, porque as perguntas são relativas a esse tema.

De Santa Catarina, vem a maior participação. O Daniel Vallerius... Aliás, vamos ver as de Santa Catarina, de onde vieram mais perguntas. De Santa Catarina, fala o André.

Primeiro, fala Gustavo Carlos Knabben, de Santa Catarina. Ele diz: "Desde 2010, a comunidade petiana reivindica a troca de tutores por meio de processo avaliativo criterioso e diferenciado. A maior amostra dessa reivindicação ocorreu em 2014, num evento nacional em assembleia, que contou com a presença de dois mil integrantes do programa [como foi mostrado aqui com uma fotografia]."

André Bittencourt Leal, também de Santa Catarina, diz: "Não é de se esperar que, após seis anos na tutoria de um grupo, a contribuição de um tutor seja mais profunda e relevante? Então, por que não tratar esses tutores de forma diferenciada na avaliação, mas sem impedir que eles continuem na tutoria, caso sejam bem avaliados?"

André Bittencourt Leal faz outra pergunta: "Fui tutor PET por quase dez anos e, quando estava dando minha melhor contribuição, fui completamente desestimulado a continuar na tutoria, em função de uma legislação que impedia minha permanência no programa. Entendo que meu desligamento foi prejudicial para o programa."

Então, essas são as contribuições de Gustavo Carlos Knabben e de André Bittencourt Leal, que também foi tutor.

De Santa Catarina também, Anna Flavia Baranski diz: "Não deveria ser permitida a permanência de tutores que não tenham ensino superior completo, e também não deveriam abrir brecha para tutores que estejam estudando, em virtude da complexidade da missão profissional."

Do Rio Grande do Sul, do meu Estado e do Prof. Dante Barone, Daniel Vallerius diz: "É preciso valorizar a experiência dos tutores do PET. A rotatividade da tutoria ocorre naturalmente. Em vez de excluir professores do programa por tempo, devemos pensar em mecanismos eficazes e permanentes de avaliação. Precisamos de tutores competentes e também experientes."

Acho que é uma boa conclusão aqui.

Obrigada, Daniel Vallerius; obrigada, Ana Flávia; obrigada, Gustavo Carlos Knabben e André Bittencourt Leal, pelas valiosas contribuições. Todos sintonizados e acompanhando com muita atenção.

Agora, passo a palavra ao Vicente de Paula Almeida Junior, que é diretor interino da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação do Ministério da Educação (MEC).

Quero apenas observar uma questão que é extremamente relevante.

Aqui foi dito – eu ouvi – que o programa foi extinto no ano passado. As mudanças foram introduzidas no ano passado, em 2015.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em 2010. Portanto, no Governo que está agora sob julgamento. Agora estamos em um momento de transição, fazendo uma análise de alguma questão que pode referir a um governo que tinha extinto, em 2010, ou de um governo que agora está transitoriamente, interinamente, para continuar.

Então, esse é um outro detalhe.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o momento em que estamos fazendo isso, de uma transição. Estamos estudando.

Em vez de eu ter feito esta audiência mais tarde, para esperar que as coisas aconteçam, estou fazendo agora. Em uma ou outra situação, em qualquer das situações, nós teremos uma posição já confirmada, e a Casa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o nosso compromisso é exatamente levar essas ponderações aqui apresentadas ao Ministério da Educação, ao Governo Federal. Esse é o compromisso.

Agora, então, para finalizar, passo a palavra ao Dr. Vicente de Paula Almeida Junior, agradecendo já a sua presença.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite, Senadora. É um prazer frequentar esta Casa e debater um assunto tão importante e relevante para a nossa educação, como é o programa sobre o qual estamos aqui refletindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agradeço, em nome do nosso Ministro e do nosso Secretário, a oportunidade de estar aqui e de dialogar com toda a comunidade, com todos os presentes sobre o programa. Quero estender meus agradecimentos a todos os presentes à Mesa.

Inicio a minha fala no sentido, Senadora Ana Amélia, de que estamos advogando com a mesma tese. Que tese é esta? A do fortalecimento do programa. Nós não estamos aqui advogando a favor da extinção do programa. Muito pelo contrário. Todos os nossos números, todos os investimentos realizados desde então, desde 1999, quando foi criado o programa, atestam que ele continua firme e forte. No âmbito do Ministério da Educação, esta é a tendência: cada vez mais fortalecer o PET. Então, não se trata aqui de pensar ou mesmo de defender a sua extinção. Muito pelo contrário. Estamos a passos de aperfeiçoar, de melhorar, de enraizar cada vez mais, na comunidade acadêmica, esse importante programa.

Hoje, a educação superior exerce uma dupla função, qual seja, a de formar profissionais competentes, do ponto de vista científico, portanto a universidade tem o papel de propiciar a formação científica para os seus estudantes, ajudando-os a construir os requisitos que a ciência exige. Se, de um outro lado, a universidade tem um papel também histórico-social no sentido de trabalhar questões éticas, trabalhar os valores para projetarmos, cada vez mais, uma sociedade mais justa, igualitária, uma sociedade que dá oportunidade a todos, então nós vamos entender bem que o PET tem importante papel.

O PET, Senadora, é um dos poucos programas existentes no País que propicia uma formação diferenciada, ao mesmo tempo ajudando na construção dos requisitos da ciência – como advoguei aqui, portanto, dentro dos princípios epistemológicos –, como também na construção dos princípios éticos e sociais. Então, o PET (Programa de Educação Tutorial), que é um programa de formação acadêmica voltado para a graduação, ajuda nesses dois pilares que todas as instituições de educação superior tentam cumprir; essa é a sua principal finalidade.

Assim, para além do conjunto de disciplinas que o aluno tem a oportunidade de vivenciar no âmbito da sua graduação, no âmbito da sua trajetória formativa, o PET ajuda a oxigenar essa formação, indo para além daquilo que o aluno apenas visualiza ou experimenta dentro de sala de aula. Por isso é que ele consegue conciliar bem ensino, pesquisa e extensão.

O outro programa nessa mesma linha é o ProExt (Programa de Extensão Universitária), que também trabalha dentro desse diapasão, conciliando ensino, pesquisa e extensão. Portanto, ao mesmo tempo propicia os requisitos epistemológicos necessários para a construção da ciência e os princípios ético-sociais, para melhorarmos o nosso entorno, a nossa comunidade, a nossa sociedade e o próprio espaço onde atuamos.

Então, eu destaco tanto o PET como o ProExt como esses programas essenciais, fundamentais para a vida acadêmica e para a melhoria da educação que nós estamos desenvolvendo. Já foi falado aqui que ele é um programa que já tem uma grande trajetória histórica, desde 1999. Começou a ser gerenciado pela Capes, depois passou para a SESu, no âmbito do Ministério da Educação, e culminou com a Portaria nº 976/2013, que introduziu algumas modificações.

Que modificações são essas? Hoje o PET pode ser desenvolvido dentro das instituições universitárias a partir de duas formas, seus grupos estão organizados a partir de duas grandes formas: grupos interdisciplinares, necessários dentro vida acadêmica, ou grupos específicos.

Outra modificação introduzida pela portaria diz respeito ao tempo da tutoria – e daqui a um pouquinho a gente vai voltar a falar sobre ela, que me parece é objeto de discussão nesta Casa -, aproximação com a estrutura acadêmica da universidade. Esses grupos estão integradas com as estruturas existentes nas universidades, especialmente com as pró-reitorias de graduação, e também possuem estruturas de governança.

Há o grupo PET, há também uma comissão local de avaliação dentro da instituição, que tem como principal objetivo avaliar, conversar, dialogar com esses grupos no que diz respeito às atividades desenvolvidas. A portaria também define um conselho superior para configurar, confeccionar as diretrizes principais que regem o programa, bem como uma comissão de avaliação. Nós estamos tentando aperfeiçoar o funcionamento no sentido de pensar o programa PET do ponto de vista da sua melhoria, do que é possível introduzir, do que é possível melhorar para o bom funcionamento e enraizamento desses grupos nas universidades.

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Então, essas foram as principais alterações preconizadas pela portaria.

O grupo é liderado por um professor tutor e a portaria exige que esse professor tenha o título de doutor, entretanto, ela prevê a exceção de que caso não haja esse professor doutor, com o consentimento da comissão local de acompanhamento e avaliação, esse professor pode ser mestre. Mas a condição *sine qua non* exige o título de doutorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Importante ressaltar que o grupo PET existe por tempo indeterminado. Aliás, o grupo PET é institucionalizado, é da instituição, ele é da universidade. O que a portaria coloca é a questão do tempo de atuação do tutor, o grupo continua existindo. Então, para o aluno a portaria define que ele se desliga do grupo PET quando ele termina a sua graduação, e para o professor tutor quando ele completa seis anos à frente da tutoria.

Hoje são 842 grupos existentes e esses grupos envolvem mais de dez mil estudantes, mais precisamente 10.104 estudantes hoje participam dos grupos PET. Cada estudante, como foi falado aqui, recebe uma bolsa de R$400, e os tutores, uma bolsa de R$2.200 por mês. Além da verba de custeio para apoiar os grupos, cada grupo tem direito, pela portaria, de acordo com o número de estudantes com os quais trabalha, a um total de R$9.600/ano. Isso é repassado semestralmente, em duas parcelas.

Evidentemente, por restrições orçamentárias, no ano passado, por exemplo, não se repassaram essas duas parcelas, apenas uma. Então, sabemos que as restrições orçamentárias não aconteceram apenas no âmbito do Ministério da Educação, afetaram todos os ministérios, e, infelizmente, acabou afetando uma das parcelas do grupo PET, que é essa parcela de custeio. Mas, geralmente, é de R$9.600 esse recurso de custeio que é repassado aos tutores.

Este ano temos a previsão de repassar pelo menos uma parcela. Para o ano que vem já está orçado, colocamos na programação orçamentária o apoio ao grupo PET. Hoje, para vocês terem ideia, nós gastamos ao longo do ano mais de R$78 milhões para apoiar o grupo PET, está na programação para o ano que vem. Portanto, temos aí o compromisso de dar força, continuidade à existência dos grupos, como eu disse, que, como eu disse, que são grupos institucionais. O grupo não é de uma pessoa; o grupo é da universidade.

A distribuição dos grupos por Região vocês podem visualizar bem por esse eslaide. Predominantemente, nas Regiões Sudeste e Nordeste; 79 grupos na Região Centro-Oeste; 196 na Região Sul; e 78 na Região Norte.

Participação por categoria administrativa: nós temos 36 grupos em instituições privadas, uma em instituição municipal, 673 grupos em instituições federais, e 132 em instituições estaduais.

Por área de conhecimento, está bem distribuído, com exceção das áreas interdisciplinares, que são uma novidade, mas que tendem, com o passar do tempo, a ser bastante reforçadas.

Coloquei aqui o eslaide por participação no Estado, para que tenhamos ideia, em relação aos Estados da Federação, do número de grupos por Estado. Esses eslaides ficarão à disposição. Por isso, não vou me deter muito a eles.

Pois bem. O que, então, Senadora Ana Amélia, eu gostaria de deixar claro é que, como falei inicialmente, estamos apoiando os grupos PET. Não se discute aqui a questão da extinção do programa; muito pelo contrário. Os dados, os números, o orçamento mostram que estamos apoiando e continuaremos a apoiar.

Ressaltei que, em relação à verba de custeio, por razões óbvias de restrição orçamentária, afetou-se um pouquinho o trabalho do grupo. O "pouquinho" ou não, eu não quero aqui fazer julgamento de valor. Perdoem-me pelo termo; foi uma expressão comum. Mas pelo menos garantimos uma parcela.

As bolsas dos professores estamos procurando sempre pagar em dia, bem como as bolsas dos estudantes. Houve tempo em que houve alguns dias de atraso, por essas razões, mas estamos atuando de maneira muito forte para manter em dia o compromisso com esses professores e com os bolsistas.

Agora, o que eu gostaria de ressaltar, Senadora, se me permite, diz respeito ao objeto da discussão aqui no Senado, em relação ao tempo da tutoria. Geralmente, na universidade, na academia, os programas funcionam através de editais de seleção pública, como o ProExt, por exemplo. O ProExt tem um tempo de atuação de dois anos. Então, há um edital, os professores participam do edital – concorrem com projetos, concorrem com programas –, e há um tempo de duração: se for programa, dois anos; se for projeto, um ano.

Em relação ao PET, a legislação prevê seis anos em que o professor tutor pode atuar. Por que esses seis anos? Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a pesquisa, a enquete que o Cenapet fez foi incorporada por nós. Nessa enquete, ela registrou que há um tempo natural de cinco anos. A legislação já coloca seis anos a permanência desse tutor. Então, está considerando esse aspecto.

Outro fato que é importante dizer é que, se há uma renovação natural de cinco anos, a legislação procurou positivar esse aspecto natural. Sabemos que, nas ciências jurídicas, aquilo que é natural se transforma em norma. Então, a legislação não fere esta naturalidade, ao contrário, incorpora esse processo natural, normal, vamos dizer assim, que ocorre e que foi aí detectado na enquete realizada pela Cenapet. Então, a legislação caminha no sentido de incorporar aquilo que o próprio grupo está evidenciando.

Outro aspecto interessante a considerar é que, na universidade, precisamos colocar a possibilidade de outros professores doutores, professores especialistas... (*Palmas.*)

...com grande formação, poderem participar do PET. Não estamos aqui desconsiderando – muito pelo contrário – todo o trabalho feito pelos professores à frente de muitos anos desses grupos. O PET funciona tão bem e é tão valorizado que outros professores também querem ter essa oportunidade. Essa é a questão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

se coloca. Eu mesmo sou professor, tenho o meu título de pós-doutor em educação superior, trabalhei como Secretário de Educação Municipal, já fui Coordenador-Geral aqui no MEC, agora estou como Diretor interino. Se vocês me perguntarem: como professor, hoje, posso ser um tutor? Se não fosse a legislação, não poderia. Então, eu, por exemplo, quando voltar para a minha universidade, Senadora, gostaria de ter essa possibilidade de concorrer... (*Palmas.*)

...com um projeto ao PET. Então, quem é que vai definir as regras disso? É a universidade, que vai confeccionar um edital cujas regras serão discutidas com os próprios professores, com os pró-reitores, com os professores, com os coordenadores. É a própria universidade que vai elaborar o edital. Elaborando o edital, colocando as regras, permite que qualquer um possa concorrer e ter a possibilidade de, um dia, vir a ser um tutor.

Além disso, para finalizar, eu gostaria de dizer que os professores, que, atualmente, são tutores, Senadora, poderão participar desse edital. Então, em tese, não se está desligando ninguém, porque acredito que o edital que as próprias universidades vão elaborar vai considerar a experiência. Então, quer dizer, o tutor que já está há algum tempo à frente desse trabalho vai se candidatar, vai concorrer, vai mostrar a sua proposta. E mais: vai poder sugerir novas regrinhas para que ele seja incorporado, seja valorizada a sua experiência.

Mas a questão que coloco, Senadora, que é importante refletir é: podemos, devemos propiciar, em um ambiente plural, democrático, como é o da universidade, que outras pessoas tenham pelo menos a chance de concorrer? Essa é a questão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Dr. Vicente de Paulo Almeida Junior, Diretor interino da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação do Ministério da Educação.

Ficou ótimo que tenha terminado o professor. Já vimos até que, pela acolhida da plateia, a tese trazida pelo próprio MEC tem aí o acolhimento daqueles professores que também querem participar do Programa, professores e alunos, imagino também.

Então, vou dar dois minutos para cada um dos nossos convidados em cima do que falou o Prof. Vicente de Paula Junior, para encerrarmos a nossa missão aqui, que não fica completa. Ela vai ficar completa na hora em que houver o consenso em torno desse tema, que será uma discussão continuada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O meu papel aqui ao ter requerido essa audiência – que, para mim, foi um bom aprendizado também – é exatamente proporcionar um diálogo aberto para que todas as áreas e os setores se manifestem.

Vou começar pelo Prof. Dante Barone, começar ao contrário, foi o último – não o último – pela posição física aqui.

Prof. Dante Barone, que é o Presidente da Comissão Latino-americana Interdisciplinar do Adolescente (Clioa).

O SR. DANTE BARONE – Bom, finalizando, queria agradecer, mais uma vez.

Queria também passar às mãos da Senadora Ana Amélia, para passar aqui para a Comissão de Educação do Senado, cinco manifestações de universidades favoráveis ao pleito que foi exposto aqui pelos tutores: do reitor da Universidade Federal do Pará, do reitor da Universidade Estadual de Maringá, da pró-reitoria de ensino de graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade do Estado de Santa Catarina e também da Universidade Federal do Acre. Inclusive, já fazemos um convite a todos para que participem do Encontro Nacional que ocorrerá em Rio Branco, de 1º a 5 de agosto.

Achamos que esse espaço que o Senado nos oportunizou é muito importante para a discussão desses temas. Pelo que foi colocado, inclusive pelos internautas, há um ganho efetivo da possibilidade de que não se perca a possibilidade da experiência dos professores tutores.

É um tema importante. Acho que esta audiência pública poderia remeter a uma reunião com a Secretária Executiva do MEC, Profª Maria Helena, que tão bem conhece essa temática, e podemos discutir todos os pontos de vista sobre esse problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, professor.

Queria só perguntar ao Senador Pedro Chaves se há um questionamento para fazer, porque aproveitaríamos agora nessas conclusões. Ou encerro com eles e depois V. Exª faz...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Depois faço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo.

Com a palavra o Prof. Mário Lima Brasil.

O SR. MÁRIO LIMA BRASIL – Primeiramente, gostaria de agradecer, em nome da Universidade de Brasília, do Reitor, Prof. Ivan Camargo; do pró-Reitor de Graduação, o Prof. Mauro, como disse, egresso do programa, ex-petiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esta audiência é muito importante para que possamos aprofundar o tema. Sem dúvida, o PET – já colocamos aqui – é um programa inovador, com novas tecnologias. Qualquer tema que realmente venha a trazer algum tipo de novas posturas, como essa portaria de 2010 trouxe, é preciso que seja discutido.

O posicionamento do pró-reitor e do reitor é que realmente aconteça sempre, para um programa dessa complexidade – são palavras dele –, avaliações permanentes, e que as trocas sejam feitas por meio dessa avaliação permanente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Prof. Mário Lima Brasil.

Agora, o Prof. Marcos Cesar, que é representante da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial.

O SR. MARCOS CESAR DANHONI NEVES – Quero agradecer de novo à Casa, à Senadora Ana Amélia.

É importante esse diálogo, que muitas vezes não ocorre no âmbito do próprio Ministério. Eu lembro que, durante a minha gestão, 2008/2010, nós só fomos recebidos como Cenapet, em dois anos, uma única vez no MEC. Foi uma reunião muito dura porque foi a imposição da Portaria nº 976/2010. Então, não corresponde à verdade dizer que os estudos é que orientaram a Portaria 976. Foi a imposição do tempo tutorial que veio primeiro. Depois nós corremos atrás para fazer uma pesquisa e analisar o que realmente ardia ali nas brasas.

A fala do representante do MEC não diz nada sobre a instabilidade que a troca maciça de cerca de 500 tutores vai acarretar aos programas, aos grupos. O ProExt não é o PET; o ProExt é outro programa. Não vamos misturar. Tanto é que existem um e outro.

Não foi falado absolutamente nada sobre a questão da avaliação. Desde 1997, quando da crise do PET, nós batemos nesta tecla: o programa tem que ser muito bem avaliado, tem que ter parâmetros, tem que ser avaliado sistematicamente. E estamos sem o aval dessa avaliação que pode dizer, sim, se o tutor deve continuar ou não. É como Prof. André Leal escreveu, e sua pergunta foi lida pela Senadora, que era um tutor muito bem avaliado até pelos seus próprios pares e ele resolveu, diante da própria instabilidade que já se avizinhava, se antecipar a sua autoexclusão. Nós temos grupos muito fortes que serão instabilizados por essa coisa que não foi discutida, foi imposta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

E agora o Prof. João Aristeu da Rosa, que é o Presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial (Cenapet).

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Nós reiteramos os agradecimentos à Senadora Ana Amélia por esta oportunidade valiosa para discussão do programa. O programa tem que ser discutido e assim é feito dentro dos grupos. Quero agradecer a todos aqui presentes, o Sr. Vicente, os colegas Dante, Marcos e Mário.

Foi uma oportunidade única para discutir no âmbito da gestão do programa. Porque ele é discutido dentro dos grupos, mas esse processo avaliativo, que é característico do programa PET, não está sendo desenvolvido adequadamente dentro da SISu. Então, essa é uma reivindicação. O tutor tem que ser avaliado anualmente. E avaliado por quem? É por isto que nós nos batemos: avaliado pelos integrantes do grupo. Há professores, como Prof. Vicente falou, que têm potencialidade e querem exercer essa função. Tudo bem. O grupo vai decidir se o tutor permanece ou não. Então, essa avaliação do grupo, muito bem estruturada anualmente, vai dizer se o tutor tem competência ou não, porque a palavra-chave dentro do nosso programa é competência para trabalhar, não somente o grupo PET. Isso é importantíssimo colocar. O PET trabalha junto com a graduação, com o todo. Os grupos participantes acabam se formando adequadamente no trabalho que fazem junto com a graduação e com a comunidade externa. Então, esse processo de avaliação do tutor é essencial para a qualificação cada vez melhor do programa.

Agradeço novamente a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Prof. João Aristeu da Rosa, Presidente da Cenapet.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves para um comentário a respeito da nossa audiência pública. E já o convido a compartilhar comigo da responsabilidade de continuar, junto com o MEC e a liderança de um movimento, de uma entidade que represente o setor – acho que a Cenapet é a entidade – ou a sociedade brasileira, para conversarmos, continuarmos esse diálogo.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – Minha querida amiga, Senadora Ana Amélia; demais componentes da Mesa; professores, coordenadores, é com muito prazer que faço uso da palavra, talvez mais como reitor que fui de uma universidade privada durante 15 anos.

Uma das missões fundamentais da universidade é o tripé: ensino, pesquisa, extensão. Então, na verdade, uma preocupação que sempre tive na universidade foi lembrar sempre uma frase, de que a universidade é o túmulo dos sábios. E é necessário que haja, na verdade, um tratamento diferenciado para os superdotados. Eu acho que o PET nos dá essa oportunidade de formarmos grandes elites dentro da universidade. Se não, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

bons alunos, os excepcionais alunos se perdem na média. Eu sempre tenho muito receio da média. E acho que esse programa é maravilhoso.

Quanto à tutoria, sou favorável à opinião do MEC. Acho que é necessário oxigenar o processo. Para oxigenar, tem de haver alternância. E, para essa alternância, nada melhor do que ensejar, na verdade, concursos, editais etc. para que haja realmente aproveitamento. E os tutores podem, perfeitamente, voltar à docência normal, trabalhando junto com a comunidade acadêmica, o que é positivo. Acho que é muito bom.

Eu queria saber só o processo de seleção desses alunos que vão ser contemplados no PET. Como é feita a seleção desses alunos nas diversas universidades?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que o Prof. Aristeu podia responder.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Aos alunos é aberto um edital, dentro de cada grupo. A cada ano, saem, teoricamente, quatro alunos, porque eles podem permanecer no programa durante três anos da graduação. O tempo médio é de três anos de graduação em que eles permanecem no programa. E aí, quando saem quatro, abre-se seleção para mais quatro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – Ah, perfeito.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Em cada instituição, é montada uma banca, em que participam os próprios integrantes do grupo, alunos integrantes do grupo e professores da IES, principalmente ligados ao conselho de curso. Então, essa banca define quais serão aqueles alunos...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – ... que teriam condições mínimas...

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – ... contemplados com bolsas e que têm condições mínimas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – São, na verdade, os superdotados. Isso eu acho que é importante. Chamar de superdotados talvez seja um exagero, mas aqueles alunos que têm um potencial muito grande, isso tem que ser elevado cada vez mais. Acho que esse programa do PET é maravilhoso nesse sentido.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Então, os alunos que se propõem a trabalhar essa tríade, de forma indissociada...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – Ela tem que ser indissociável para que se forme o aluno completo, com talento, competência e que possa, na verdade, ser o grande pesquisador do futuro. Acho que esse é o ponto.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Mas nós ganhamos no programa – e isso foi decorrência de ação da SISu – o Conexões de Saberes, que era um programa isolado e foi agrupado ao PET. Isso nos ajudou, fundamentalmente, a entender esse contexto nosso de desigualdade. Então, isso veio a somar ao programa. Sem dúvida alguma, somou muito ao programa.

Então, são alunos que se dispõem a participar do programa. Há um processo seletivo...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – ... a se dedicar intensivamente ao programa. Exatamente.

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – E eles sabem muito bem quando entra a responsabilidade. Então, não é um programa, vamos dizer, de 30, 40 alunos. Dificilmente...

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Então, não é um programa, vamos dizer, de 30, 40 alunos. Dificilmente...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – É diferenciado. O programa é diferenciado, totalmente. Eu acho altamente positivo isso.

Quero dizer à V. Exª, Senadora Ana Amélia, que estou inteiramente à disposição. Eu me associo a V. Exª nesse ponto. O meu gabinete está à disposição, e eu quero realmente participar, juntamente com V. Exª, no que for preciso.

Obrigado. Um abraço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, professor Senador.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB - GO) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque é vinculado à área da educação.

Eu queria agradecer também aos alunos. Imagino que há professores e alunos aqui que estão aplaudindo a exposição feita pelo Professor Vicente.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Ensino, extensão e pesquisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, é porque elas fizeram um jogral: o PET, Programa de Educação Tutorial, Ensino, Extensão, Pesquisa, e, lá, querem uma construção coletiva, a troca de saberes. Então, a vocês todos que se organizaram para acompanhar esta audiência pública, muito obrigada da Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E encerro com a palavra do Prof. Vicente Almeida Júnior do que ouviu aqui do nosso Senador e das manifestações todas.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Quero reiterar o agradecimento e a oportunidade de dialogar, que, aliás, são constantes, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, obrigada.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Só com o Prof. João Aristeu, no semestre passado, já conversamos umas quatro vezes, não é, Professor?

O SR. JOÃO ARISTEU DA ROSA – Sim.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Juntamente com os outros membros desta Mesa.

Então, estamos à disposição no que for necessário para melhorar cada vez mais esse Programa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Professor, de novo, renovo o agradecimento.

Requeri esta audiência à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, agradecendo ao Professor Dante Augusto Barone, que foi quem me provocou por ser lá do Rio Grande do Sul, para debater exatamente o processo de desligamento/permanência dos tutores nos grupos do Programa de Educação Tutorial, o PET.

A audiência teve tradução da Língua de Sinais, Libras. Agradeço a nossa tradutora, que está traduzindo, para as pessoas que precisam compreender e trocar o saber, através da linguagem de sinais, da Libras.

A reunião foi também interativa, como viram aqui. Vieram colaborações do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de tutores, de ex-tutores.

Agradeço novamente a presença do Diretor interino da Diretoria de Políticas de Programas de Graduação do Ministério da Educação, Vicente de Paula Almeida Júnior; do João Aristeu da Rosa, Presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial (Cenapet), do Prof. Mário Lima Brasil, que aqui representou a Reitoria da Universidade de Brasília; o Prof. Dante Augusto Barone, Presidente da Comissão Latino-Americana Interdisciplinar do Adolescente; e Marcos César Danhoni Neves, representante da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial, ao meu lado.

A todos os senhores, muito obrigada pela contribuição valiosa que deram, e a vocês todos, estudantes e professores, que compartilharam.

Agradeço à Secretaria desta Comissão, pedindo que a Consultoria Legislativa do Senado Federal faça um resumo sobre essa questão, a demanda apresentada, para que possamos continuar tratando do assunto, que não está esgotado. Até porque, como expliquei, estamos em uma fase política e de administração transitória, de transição, e precisamos, então, quando estiverem as coisas bem definidas, continuar debatendo esse tema.

Muito obrigada a todos.

Eu queria convocar para a próxima terça-feira, dia 21 de junho, em caráter excepcional, às 11 horas e 45 minutos, uma reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a reunião de hoje.

Obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2016.

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2017

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões nº 19 (dezenove), da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Simone Tebet, Otto Alencar, Dário Berger, Dalirio Beber, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Regina Sousa, Roberto Muniz, Ana Amélia, Hélio José, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Romário, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e sua aprovação, com o que todos concordam. Em seguida, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, relator das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2017, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas à **LDO/2017**: **Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – Educação de Qualidade Para Todos –** "8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais no Ensino Superior". Autoria: Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço e Fernando Bezerra Coelho. Meta: 70.000. **Emenda nº 2 – Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento –** "20zf – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira". Autoria: Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Dário Berger, Simone Tebet, Ricardo Ferraço e Marta Suplicy. Meta: 300.000. **Emenda nº 3 – Esporte Cidadania e Desenvolvimento –** "20jp – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social". Autoria: Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Dário Berger, Simone Tebet, Ricardo Ferraço e Romário. Meta: 5.000.000. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 2/2016-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que também agradeço a designação para a Relatoria das propostas de emenda apresentadas a esta Comissão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O relatório, sucintamente, é o seguinte: no prazo estabelecido por esta Comissão, foram oferecidas 113 (cento e treze) propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, todas destinadas ao Anexo de Metas e Prioridades. Não houve proposta de emenda de texto.

Conforme aprovado no parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cada comissão permanente pode apresentar até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO. Não há limites para as emendas ao texto do projeto.

Assim, apesar do mérito de todas as propostas ao Anexo de Metas e Prioridades, tivemos que indicar para aprovação deste Plenário apenas três delas. Como linha de atuação, buscamos atender a dois critérios: a) abranger os três Ministérios: Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério do Esporte; e b) atender às propostas que conseguiram bastante apoio dos Parlamentares.

Na Educação, optamos por sugerir o acolhimento da Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior, proposta pelos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço e Fernando Bezerra Coelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Na Cultura, para aprovação, a Ação 20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira, sugestão apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Dário Berger, Simone Tebet, Ricardo Ferraço e Marta Suplicy.

Já no Esporte, sugerimos para aprovação a Ação 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social, apresentada pelos Senadores Romário, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Dário Berger, Simone Tebet e Ricardo Ferraço.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, pelo maior valor proposto para as metas:

a) 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior;

b) 20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira; e

c) 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social.

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas. Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Comunico que amanhã, quinta-feira, às 11 horas, será realizada reunião extraordinária em forma de audiência pública destinada a tratar de regras para a aplicação de concursos para investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos, em atendimento ao Requerimento nº 28/2016, desta Comissão, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos pela participação.

(Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 31 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Educação, Cultura e Esporte DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 de Junho de 2016, Quinta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e dezoito minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência eventual da Senadora Ana Amélia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Regina Sousa, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Ricardo Franco, José Agripino, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 28/2016, de autoria da Senadora Ana Amélia. **Finalidade:** Tratar de regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos. **Participantes:** Carlos André Pereira Nunes, Advogado, Professor e Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e Simone Horta, Diretora de Políticas Regulatórias do Ministério da Educação – MEC. Após as exposições dos convidados, a presidência concede a palavra, excepcionalmente, ao Senhor Edgar Abreu, Diretor da Casa do Concurseiro. Após, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usa da Palavra a Senhora Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Amélia
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A reunião de hoje atende ao Requerimento nº 28, de 2016, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a tratar de regras para aplicação de concursos para investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de modo a garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos.

Vamos dar início à nossa audiência pública, solicitando ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Queria informar a todos que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, no Alô Senado, através do telefone 0800612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Agradeço, de antemão, a presença do Dr. Carlos André Pereira Nunes, Advogado, Professor e Conselheiro da OAB, e da Drª Simone Horta, Diretora de Políticas Regulatórias do Ministério da Educação (MEC).

Houve a solicitação da presença de um especialista em concursos públicos da Casa do Concurseiro, o Prof. Edgar Abreu, mas, de acordo com o Regimento – e eu sou regimentalista –, não houve quórum para fazer isso, pois a solicitação para a sua presença nesta audiência veio muito próxima da audiência. Precisamos aprovar um requerimento, que seria de minha autoria, para a sua presença aqui, e, não havendo condição, eu não posso desrespeitar o Regimento. Então, V. Sª ficará aí e falará no momento adequado, como fizemos, hoje, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da qual sou Presidente, quando abrimos espaço também para uma manifestação. Essa é a forma que encontramos para assegurar a sua manifestação, já que é especialista na matéria. Assim, agradeço, de antemão, a V. Sª

Nós temos aqui uma regra de dez a doze minutos para a exposição do tema central e, depois, para os questionamentos.

Com a palavra o Prof. Carlos André Pereira Nunes, especialista nessa matéria.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Srª Senadora Ana Amélia, Presidente da Mesa, inicialmente, eu gostaria de agradecer a sua deferência pela educação da República Federativa do Brasil. V. Exª sempre teve a minha admiração pela sua seriedade com relação ao processo educacional e com a República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A recíproca é verdadeira, Professor.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Quero cumprimentar também a representante do Ministério da Educação, o nosso colega, Prof. Edgar, e todos que aqui se encontram.

Senadora, eu gostaria de fazer considerações a respeito da chamada Lei Geral dos Concursos Públicos, dizendo especificamente que não se pode falar em Lei Geral dos Concursos Públicos. Então, eu já começo fazendo uma crítica. O que se sabe é que a competência para legislar a respeito de concursos públicos não é exclusiva da União. Consequentemente, o que se pode afirmar é que a União, os Estados e os Municípios devem ter cada um à sua própria legislação em relação a concursos públicos.

Ademais, o que se pode afirmar é que essa lei sobre a qual iremos falar, na verdade, está ligada a vários projetos de lei. Quero especificamente falar sobre um deles, que parece ser o que está com andamento mais desenvolvido aqui nesta Casa do Povo. A grande tendência é que essa lei, caso seja aqui aprovada, seja um ícone, seja um paradigma para que seja aprovada também no Legislativo, por exemplo, do Estado de Goiás, meu Estado, ou do Estado de V. Exª, o Rio Grande do Sul, ou seja, em todos os Estados brasileiros que não possuem uma lei que discipline o concurso público.

Bem, o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010, sobre o qual irei falar agora é de autoria do Vice-Presidente do Senado à época, o Senador Marconi Perillo, hoje Governador do Estado de Goiás, que se preocupou em fazer considerações a respeito da lógica de transparência nos concursos públicos. E esse projeto de lei falava, ou fala, Senadora, sobre inscrições, sobre vagas, sobre prazo, sobre banca examinadora, sobre aplicação de provas, sobre divulgação e resultado dos concursos públicos e, posteriormente, das penalidades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – De editais também?

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Dentro do aspecto ligado à banca examinadora fala do edital, etc.

Esse projeto de lei já está na Câmara, com outro número, e foi robustecido de melhorias consideráveis, digamos, e, parece-nos, com grande tendência a resolver muitos dos problemas que há em relação aos concursos públicos. Conquanto, Senadora, nós notamos ainda alguma problemática.

Eu vou ler, se V. Exª me permite, alguns aspectos que mais me chamam atenção em relação aos concursos públicos, em relação especificamente ao Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2010. São oito capítulos, para que nós possamos, de forma didática, fazer a colocação de maneira rápida.

O primeiro capítulo vai falar sobre as disposições gerais. E entre elas existe o aspecto principiológico, que está ligado à ideia do ineditismo. Isso significa dizer que nenhuma questão de concurso público pode ser repetida. Portanto, tem que ser nova. Não pode haver, em hipótese alguma, qualquer repetição em concurso público. Pasme, Senadora, ainda há, nos rincões deste País, lamentavelmente, bancas examinadoras que repetem ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para o mesmo concurso?

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – A mesma questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O mesmo texto e o mesmo número das questões?

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Isso, por óbvio, fere demais o aspecto da impessoalidade. Isso fere o processo seletivo. É bom lembrar que muito do que acontece no Brasil – percebo que V. Exª tem essa percepção – é porque nós temos concursos públicos muito sólidos.

A Polícia Federal e o Ministério Público agem da forma como agem hoje porque os concursos públicos são sólidos, e, naturalmente, a meritocracia vige. Por isso, a preocupação, inclusive, com ideia do ineditismo e da percepção de que deve existir impessoalidade.

Em segundo plano, vem o aspecto do concurso público em si. O projeto de lei, já na Câmara, vai falar do concurso público. E quais as percepções interessantes em relação ao concurso público?

Ele fala, primeiro, em relação ao processo licitatório. Infelizmente, também, ainda há no Brasil, em alguns locais mais distantes, aqueles concursos que não passam por processo licitatório, e o §1º do art. 5º do projeto de lei vai falar sobre o assunto.

Há outro detalhe interessante, já no art. 12, Senadora, em relação à questão do edital. O edital do concurso público, no caso específico, diz que, quando um edital é publicado, há 90 dias, no mínimo – a lei fala no inciso I –, para que ocorra a prova. Isso significa dizer que o candidato que teoricamente se prepara com determinada antecedência teria, teoricamente, uma vantagem para se organizar, inclusive do ponto de vista da vida pessoal, e para estudar para esse concurso público com mais qualidade, digamos assim. É claro que ninguém estuda em 90 dias. Ele tem que estudar com antecedência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu acredito que a modificação feita – inclusive V. Exª tem o projeto original em mão – na Câmara retirou algo que acho que foi prejudicial, Senadora. Foi o seguinte: o prazo mínimo é de 90 dias, mas teria de haver um prazo máximo também. Saiu o edital, tem de haver um prazo máximo, que, no projeto de lei inicial, é de 120 dias. Isso é importante.

Se isso não constar da lei, pode ser que a banca examinadora, de repente, entenda que possa ser em 180 dias. Aí, de repente, isso pode gerar determinada problemática, inclusive do ponto de vista financeiro, ou de angústia para aqueles que vão prestar o serviço público. Então, entendo que, se não 180 dias, 120 dias, tem de haver um prazo específico para que esse concurso público possa ocorrer efetivamente. Esse é um ponto que eu queria colocar, que consta do art. 12.

Outro aspecto importantíssimo, já no art. 13, é a identificação da instituição organizadora do concurso público e também algo importante, que é o processo administrativo. Todos sabem que todo concurso público nasce de um procedimento administrativo em determinado órgão, e é muito importante, principalmente para o Ministério Público e para a Ordem dos Advogados do Brasil, ter acesso a esse processo administrativo. Precisamos saber qual é o nascedouro do processo administrativo, para que, de repente, caso haja algum vício, possa o Ministério Público agir.

Outro aspecto com relação à questão da inscrição é que a inscrição tem prazo mínimo de 30 dias. Isso, realmente, é razoável.

Outro aspecto bastante interessante, Senadora, e aqui eu gostaria de frisar que acho fundamental discutirmos o que vamos discutir aqui agora, que é o Capítulo III, já do novo projeto, na verdade, do aditamento do projeto na Câmara, que é relativo às pessoas com deficiência. Senadora, esse projeto original, que é o Projeto de Lei do Senado nº 74, não falava sobre pessoas com deficiência. Naquela época não havia uma lei específica falando sobre esse assunto. Hoje, sabemos que existe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – As cotas.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Exatamente. Deficiência mesmo. Pessoas com necessidades especiais.

E, para essas pessoas com necessidades especiais, além das cotas, algo fundamental é garantir a elas, Senadora, isonomia. O que nós percebemos hoje é que, lamentavelmente, no Brasil, não existe isonomia em relação àqueles que prestam concurso público e que têm deficiência.

Eu vou dar um exemplo para a senhora. Esse fato ocorreu com um professor de Matemática em Goiás. Ele tem retinopatia e, portanto, não consegue enxergar. Foi fazer um concurso público e, inclusive, foi aprovado nesse concurso público. Havia lá uma charge, Senadora, para que ele pudesse fazer a análise dessa charge. Então, ele perguntava àquele que o auxiliava o seguinte: nessa charge que aqui está existem linhas paralelas?

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Aquele que o estava auxiliando, Senadora, sabe o que disse a ele? "Eu não posso falar."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Só que as linhas paralelas são fundamentais, inclusive, para tentar compreender o aspecto da própria charge. Significa dizer que, mesmo com todas as modificações que estão aqui e que são boas, aliás, com relação às cotas, se não houver algumas modificações, como, por exemplo, procedimentalização para quem que vai acompanhar aquele que tem deficiência, por exemplo, visual...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas, numa deficiência visual... Desculpe interrompê-lo.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Sim, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não seria necessário ter toda em braile, inclusive o desenho?

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Ah, inclusive! Só que, em alguns casos, Senadora, o deficiente visual consegue ver um pouco melhor.

O que eu quero colocar é que cada caso é um caso. Acredito deva haver uma junta médica – isso é fundamental. Deve-se aprovar uma junta médica, para que essa junta médica, com prazo suficiente – e não apenas de três dias, por exemplo –, com antecedência, possa dizer o que é necessário para aquele deficiente.

Então, geralmente, uma hora a mais se dá para quem é deficiente, mas, por exemplo, alguém que tem paraplegia, por que precisa do mesmo tempo de alguém que tem deficiência visual?

Portanto, eu vejo que falta, para que haja efetivamente isonomia, um aprofundamento nesse debate. Quem vai dizer o que é necessário e o que não é necessário é a própria junta médica. Acredito que, aí, as bancas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

examinadoras, as organizadoras dos concursos públicos precisariam ter um pouco mais de cuidado em relação a esse aspecto. Acho que o aspecto da linguagem braile, de sinais, talvez, não fosse o suficiente. Embora haja o parecer da junta médica, esse parecer só virá posteriormente, como diz o §6º.

Senadora, outro detalhe importante em relação à questão da prova em si, e aí eu digo, como professor, já há 15 anos, como alguém ligado à educação...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Houve vantagens extraordinárias em relação a esse projeto de lei. Por exemplo, provas realizadas preferencialmente aos domingos, isso é muito importante, mas, por uma questão de respeito – há também aspectos religiosos –, a banca teria de ser obrigada, dando isonomia aos candidatos, a ter também outro dia.

Agora, o que me chama mais a atenção com relação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas aí teria que ter outra prova?

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Pois é, Senadora, teria que haver, por uma questão de respeito, inclusive, a essas pessoas. Aspectos de natureza religiosa. Isso é colocado inclusive na lei e tem de ser discutido. Creio que tenha de ser discutido pela República, porque isso gera um custo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A junta médica também.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Exatamente, a junta médica também. Veja como é um assunto complexo. E consta da lei. Quer dizer, se isso for aprovado, tem de haver.

Bem, um detalhe importante, quanto ao §1º, que considero um retrocesso em relação ao projeto original, que diz ser vedado o uso, nos enunciados das questões, de "vocabulário ou nomenclatura técnica em desuso, abandonada ou rara, de expressões de vocabulário ou construções fraseológicas" etc. Quer dizer o seguinte: em Língua Portuguesa especificamente, quando alguém fala, por exemplo, hoje em "coesão referencial anafórica" – o Cespe usa essa nomenclatura "coesão referencial anafórica"... Senadora, o projeto inicial falava da nomenclatura gramatical brasileira. A nomenclatura gramatical brasileira não traz o termo "coesão referencial anafórica". Então, quem estuda para o Cespe estuda "coesão referencial anafórica". Quem estuda, por exemplo, para outra banca, como a Fundação Carlos Chagas, estuda isso como "pronome demonstrativo". Ora, isso não faz o menor sentido. Isso é uma loucura! Inclusive os próprios professores...

Por isso, o MEC poderia nos auxiliar em relação a esse aspecto em um projeto, inclusive nesta Comissão de Educação, de uma nova nomenclatura que permita... O concurso depende, por exemplo, na área de Língua Portuguesa, de nomenclaturas, sob pena de o candidato não conseguir fazer prova. Exemplo: em verbo, usa-se "correlação verbal" na Fundação Carlos Chagas; já, no Cespe, usa-se "paralelismo verbo semântico". Ora, essas nomenclaturas todas fazem diferença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não há uma uniformidade sequer na língua, muito menos no conteúdo do concurso, no edital.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Imagine.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É complicado.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Ou seja, isso gera, na minha concepção, falta de pessoalidade.

Outro aspecto importante que, na nossa concepção, também deve ser colocado como relevante é o §1º do art. 27 do projeto:

> Art. 27.....
> §1º É vedada a cobrança de análises, opiniões, laudos ou pareceres de especialistas ou jornalistas sobre fatos da atualidade, sendo permitido unicamente aferir o conhecimento do candidato sobre os fatos em si ocorridos.

O que esse artigo fala? Ele fala sobre as chamadas atualidades.

Senadora, outro dia, em um concurso do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso – eu acompanhei esse concurso; aliás, é do meu ofício acompanhar concursos públicos –, sabe qual foi o tema de produção textual que caiu? A redação? A redação valia 100% – nota máxima, portanto, 100 – e, no concurso, 40% da nota. A prova cobrava "museu". Esse era o assunto. O servidor público, analista, teria que falar, discorrer sobre o assunto "museu", e o tema era a relação dos museus com a contemporaneidade. Mais uma vez, eu chamo o MEC aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É muito adequado para a Justiça do Trabalho.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Veja que existe, sem embargos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caberia a Direito Trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Não vou questionar esse detalhe, mas, se escolhem isso, o nosso entendimento, Senadora, é de que, no edital, deve haver orientações ao candidato para que ele possa, portanto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os temas.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Os temas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Deve-se colocar...

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Item a item.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a referência.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – A referência, porque os candidatos ficam perdidos. Estudar atualidade. Mas o quê, especificamente? E qual é a lógica? Dentro da nova lógica de estudos do MEC, que são chamados estudos transversais, é necessário que se estude geopolítica, ligada à história, ligada à literatura, ligada à língua, isso tudo ligado a Direito Constitucional, isso tudo ligado a Direito Administrativo, isso tudo ligado ao procedimento de produção textual.

Então, principalmente as provas de dissertação argumentativa, Senadora, precisam necessariamente de uma percepção, eu diria, um pouco melhor em relação a isso. Ou seja, que, no edital, senhores, fique clara a ideia de quais são os instrumentos a serem seguidos por aquela banca.

Um outro detalhe interessante, Senadora, é que o novo projeto na Câmara aborda a questão do gênero textual. Quando se vai fazer um recurso de uma produção, de uma prova, que se chama, em concurso, de produção discursiva... Por exemplo, no último concurso do Senado da República caiu uma dissertação expositiva, só que, no edital, estava escrito assim: "Prova discursiva – dissertação". Se alguém não souber a diferença entre uma dissertação expositiva, uma dissertação argumentativa, um estudo de caso e um parecer, pode haver, no mínimo, a diminuição de 50% da nota. No Cespe, por exemplo, a tendência é de que a pessoa seja reprovada. E, às vezes, no edital, não há especificamente qual é o gênero textual. Por exemplo, os concursos públicos promovidos em Goiás costumam cobrar artigos de opinião. Mas há editais que dizem assim: prova discursiva. Aí o candidato não sabe se estuda artigo de opinião, se estuda dissertação argumentativa, e, consequentemente, ele vai ser prejudicado. Portanto, falta impessoalidade, falta, na nossa concepção, publicidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Falta clareza no edital.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Nesse aspecto.

Bem, em relação à questão do próprio conteúdo também, Senadora, eu acho extremamente fundamental a lógica colocada no art. 38, que diz: "A indicação bibliográfica de cada matéria, quando houver, vinculará a instituição organizadora e os candidatos à última edição existente da obra e a publicação do edital de abertura do concurso". Ou seja, necessariamente, todas as obras devem ser colocadas no edital – já fica implícita essa ideia –, e elas devem ser, obrigatoriamente, atualizadas.

Em relação à questão dos critérios de avaliação, também é importantíssimo, Senadora, o art. 45: "Os critérios de avaliação da prova discursiva deverão ser divulgados no edital do concurso, com indicação de fórmula de cálculo e da descrição detalhada dos aspectos a serem [...] [avaliados]". Em alguns momentos, lamentavelmente, isso é falho, altamente falho. Eu bato pesado na tecla das provas discursivas, porque, deveras, as provas discursivas são aquelas em que há mais problemas em relação à questão dos concursos, e são elas que têm definido realmente quem vai passar e quem não vai passar.

Outro ponto bastante importante é a questão dos recursos, Senadora, já partindo também para esse aspecto dos recursos. O art. 55 diz assim: "É vedada a realização de prova ou fase de concurso sem previsão de recurso administrativo contra seu resultado".

Aqui vai uma crítica. Nós estamos falando de uma lei federal sobre concursos públicos, mas existem outros processos seletivos. Eu queria propor à senhora, de antemão, antes da segunda proposta, que nós pudéssemos refletir, Senadora, de maneira prática, sobre processos seletivos, como, por exemplo, a entrada de alunos na universidade, no ensino superior. Por que eu digo isso? Porque, no Exame Nacional do Ensino Médio, por exemplo, Senadora, diferentemente do que vai acontecer no concurso público, não há possibilidade de recurso. Então, imagine que alguém tenha um problema em relação à correção. A banca recorrige por três vezes a produção textual, mas ele não tem possibilidade de recurso. Não há possibilidade de recurso. Ou seja, se alguém diz que a nota foi 680, a nota continuará sendo 680. Isso fere o art. 5º da Constituição Federal. Inclusive esse projeto de lei vai trazer uma melhoria em relação à judicialização.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é outro capítulo.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Esse é um ponto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é outro capítulo.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é outro capítulo.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Esse ponto, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é outro capítulo.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Exatamente.

Esse ponto é um ponto que essa lei resolve. O projeto de lei diz assim: "Não pode haver concurso público sem previsão de recurso. Deve haver recurso, obrigatoriamente".

Então, essa é uma vantagem, esse é um avanço extraordinário em relação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só que eu entendo, Professor, desculpe-me por interrompê-lo,...

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Fique à vontade, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que há uma distinção entre um concurso público para admissão numa determinada função pública e um vestibular ou um exame, que não deixa de ser um concurso – concurso implica participar de um certame – para o acesso ao ensino, à educação.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, é diferente a natureza dos dois. Teria que sair disso ou criar, digamos, uma norma dentro do próprio MEC ou em uma lei, como o Código Civil, alguma coisa assim.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Exato. Coloco isso como uma curiosidade interessante, sim, Senadora.

Outro aspecto que também acredito ser bastante importante a ser discutido aqui, Senadora, é – aí, sim, o último ponto – o controle jurisdicional do concurso público, que é o último dos pontos a ser analisado. Acho bastante importante.

Tivemos aqui um recurso em mandado de segurança em que o STJ decidiu que, para que não houvesse, em hipótese alguma, qualquer problema em relação à competência – falando didaticamente – do Judiciário em relação ao Poder Executivo, não pode o Judiciário fazer qualquer tipo de mudança em relação a decisão administrativa em concurso público. Isso significa dizer que, se houver um erro, em um concurso público, em uma questão de matemática, o juiz não vai julgar.

O que essa lei diz? Ela diz o seguinte, no art. 65 – e acho que talvez seja a grande vantagem dessa lei –: "É assegurado o acesso ao Poder Judiciário para impugnar, no todo ou em parte, o edital normativo do concurso público e para a discussão acerca da legalidade das questões, bem como da legalidade dos critérios de correção de prova, segundo o estabelecido nesta Lei".

Então, vejam só que detalhe interessante: essa lei e uma outra lei podem vir a falar sobre essa legalidade em relação aos próprios critérios de correção. Repito: no caso específico de Redação Jurídica, de Português Jurídico, de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, não pode, em hipótese alguma, o candidato conformar-se, por exemplo, com uma correção que ele entendeu ser injusta e se ver injustiçado em relação a esse aspecto.

Assim, acredito que uma grande vantagem desse projeto de lei, repito, na Câmara, foi exatamente isto: assegurar ao Poder Judiciário impugnar, no todo ou em parte, o edital normativo desse ou de qualquer concurso público. O Judiciário tem que ter isso assegurado. Até mesmo por questão constitucional, pela inafastabilidade do julgamento das causas pelo próprio Poder Judiciário, dever-se-ia, efetivamente, imaginar que esse artigo fosse necessário para essa lei.

Em relação a deficientes, acredito ser importante nós seguirmos a rigor a Lei nº 13.146, de 2015, e, portanto, estabelecer essa junta médica com antecedência, como ocorre nos Estados Unidos, em que ela, a junta médica, vai dizer o que o candidato precisa, e não o próprio candidato.

E também, Senadora, eu acredito que faltou aqui uma acepção ligada à Lei nº 12.990, que fala especificamente sobre as cotas para os negros. Acredito que, da mesma sorte como avançou-se um capítulo específico em relação aos deficientes, como se trata igualmente de política pública nacional, federal, também deveria estar aqui a lei de cotas para os negros. Deveria haver um artigo que falasse especificamente, quase que repetindo a lei de cotas, para que isso ficasse claro na Lei Geral dos Concursos Públicos.

Senadora, essas são as observações que eu teria que fazer.

Faço, então, um requerimento a V. Exª. Aqui o nosso tempo é mais rápido, etc., para falar sobre esses assuntos. Há alguns pontos que podem ser criticados, como coloquei a V. Exª, entre eles essa questão dos deficientes, que gera custos. Eu solicitaria a V. Exª que fosse aprovado aqui um grupo técnico de estudos no Congresso Nacional sobre essa lei federal, porque ela é técnica. Esse tem que ser um estudo avançado, um estudo ligado a especialistas. E eu entendo, Senadora, que deveriam compor o grupo especialistas e, da mesma sorte, representantes do Ministério Público, da Defensoria, do Governo e da Ordem dos Advogados do Brasil, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que se fizesse um estudo e se entregasse esse estudo técnico ao Congresso Nacional, para que o Congresso Nacional pudesse, o mais rápido possível, legislar sobre a Lei Geral dos Concursos Públicos, em razão da importância desse tema.

Eu agradeço a V. Exª, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito.

É impressionante. Eu estava observando aqui como nós somos um país retórico e prolixo. Fazemos tantos detalhes, e, às vezes, é no detalhe que está o perigo. Dizem que o diabo mora nos detalhes. Só no art. 7º, há 24 incisos! Nessa lei, há 24 incisos no art. 7º – eu estava observando. Então, é um detalhamento acho que necessário, mas podíamos fazer assim: tem que ser assim, com nomenclatura igual. Não é possível que, no Brasil, que fala a mesma língua, não haja.

Consulto a Senadora Regina Sousa – agradeço a sua presença aqui, Senadora Regina – sobre esse tema da dissertação do Prof. Carlos André. Nós já estivemos juntos na discussão aqui, na Comissão, sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Vimos que, inclusive, na Língua Portuguesa, para os "concurseiros" – os que fazem concursos –, na área do Direito, por exemplo, há palavras que têm uma aceitação por uma banca examinadora e cuja forma de escrever não é a mesma que está no Acordo Ortográfico.

Então, veja: é uma questão – suscitada até pelo Prof. Carlos André – que eu sempre falo e que a própria Academia Brasileira de Letras aqui entendeu que existia, mas não sei se chegou a fazer algum encaminhamento para corrigir esse erro e uniformizar a palavra. O entendimento é o mesmo, mas vai usar duas vezes. Estou dando o parecer.

Consulto a Senadora Regina...

Cara Profª Simone, como estamos falando de...

Ele é um especialista. Ele é de banca examinadora. Ele é parte do processo de fazer. A Drª Simone é a elaboradora. Evidentemente, ela pode nos ajudar naquilo que ele define como necessidade de uniformizar a linguagem. Aquilo que é verbo... Isso a área de Língua Portuguesa poderá fazer.

Só vou pedir licença à senhora para ouvir o Prof. Edgar, porque os dois estão do mesmo lado.

Então, Prof. Edgar, quanto ao que disse o Prof. Carlos André, o senhor concorda plenamente ou parcialmente, ou existem ainda outras coisas a serem propostas?

O SR. EDGAR ABREU – Olá, boa tarde a todos.

Muito obrigado. É um prazer, Exª.

Exmª Senadora Ana Amélia, Prof. Carlos, representante do MEC, Simone, muito obrigado a todos.

Senadora, vou fazer uma breve apresentação, em que vou fazer uma complementação, mas com uma visão um pouco mais macro do mercado de concurso público, e explanar algumas dificuldades, alguns problemas que são encontrados hoje no mercado, tanto para os concurseiros quanto para o mercado como um todo. Pode ser? Eu vou ser um pouco breve.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como?

O SR. EDGAR ABREU – Eu vou ser um pouco breve. Vou fazer uma apresentação justamente explanando algumas coisas, alguns outros problemas que não foram colocados,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pelo professor.

O SR. EDGAR ABREU – ... complementando os problemas dele também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, então, sintetize para ele os pontos que você considera.

O SR. EDGAR ABREU – Perfeito.

Obviamente, nós temos um problema que vem desde a Constituição, um problema de trinta anos, porque desde que se determinou que o ingresso na carreira pública – no art. 37 – se dá por concurso público, nunca houve uma lei específica de concurso público.

Não sei se é dever do Estado. Isso é uma questão da União, tanto que há uma PEC hoje, que é a PEC 75/2015, que vai fazer uma retificação, tanto no art. 37 quanto no art. 24, que teoricamente vai dar poder à União de fazer uma legislação em âmbito nacional, e que isso seja uma espécie de guarda-chuva para as demais legislações estaduais e municipais. Mas isso não é muito a minha área, é a área mais jurídica. Eu vou para as partes mais técnicas e específicas de concurso.

Hoje, estima-se que há 12 milhões de pessoas no mercado de concurso público. Esse número cresce de forma exponencial, principalmente com a crise que nós vivenciamos hoje, com um índice de mais de 11% de desemprego. Isso representa mais 11 milhões de pessoas que não são contabilizadas, pois esse número é de 2014.

Estima-se uma movimentação de mais de R$6 bilhões ao ano desse mercado. Isso, fazendo-se um tíquete médio de R$500 por cada concurseiro. Na verdade, ele gasta muito mais: gasta com prova, gasta com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

hospedagem, gasta com passagem, gasta com curso preparatório, gasta com uma série de coisas para poder realizar um curso para concurso.

Por ano, são disponibilizadas entre 100 mil e 300 mil vagas, tanto no âmbito nacional, na esfera de autarquias, empresas públicas do Governo, e nos Estados, nos órgãos públicos estaduais, principalmente nas prefeituras, onde temos o maior número de concursos hoje.

Alguns números também de recordes de inscrição. Isso para mostrar para vocês que, mesmo com o cenário que nós estamos vivenciando hoje, de crise, um cenário em que Estados têm dificuldades financeiras, como o meu próprio Estado, o Rio Grande do Sul, e o Estado do Rio de Janeiro, e isso teoricamente traria uma menor procura por concursos públicos. Nós também estamos encontrando problemas em orçamento, tanto no âmbito estadual como também no federal, mas os números de inscritos em concursos vêm crescendo. Mais de 1 milhão de pessoas se inscreveram nos concursos dos Correios, da Caixa Econômica e do INSS, os últimos grandes concursos que nós tivemos.

Aqui, então, os problemas. O primeiro problema que eu estou elencando é de informação sobre a realização de concursos, que é um problema de mídia e, às vezes também, acredito, de planejamento. Nós temos aqui uma notícia recente, na qual o Ministro em exercício, Dyogo Oliveira, afirma não haver previsão de concurso para 2017. Mas, claro, isso com base em orçamento, pelo fato de os órgãos não terem orçamento para isso na Lei de Diretrizes. Não deixa claro se o fato de não haver concurso contempla também as reposições. No caso, vacância de pessoas que se aposentam. Então, com tudo isso, é necessário haver concurso, e não necessita orçamento, porque a realização de concurso é superavitária. O que você tem é a contratação. Então, se você tem vacância em alguns órgãos, claro, você acaba tendo orçamento para isso, mesmo não havendo orçamento adicional de contratação.

E enxergamos também que, para alguns órgãos, como Receita Federal, ou cargos, como analista ou auditor, por exemplo, não haver concurso público não é um custo para o Governo.

Na verdade, é uma perda de receita, haja vista que, pelos números dos sindicatos, existe uma falta muito grande, tanto de auditor quanto de analista tributário. E é provado que ele paga o seu salário em alguns meses de trabalho. Então o corte de concursos, por exemplo em áreas fiscais ou em áreas de polícia, que são áreas importantes para o Governo, não sei se seria uma economia muito interessante.

Hoje o maior problema que nós temos no mercado de concursos não é nos grandes concursos, mas nos pequenos concursos. Os concursos grandes são organizados por bancas grandes, bancas sérias e, literalmente, bancas organizadoras. Nosso maior problema hoje está nos pequenos concursos, concursos de prefeituras. Se nós fizermos um levantamento entre os concursos que são anulados, cancelados, fraudados, com certeza nós vamos estar com 90% disso concentrado em prefeituras.

E qual é o grande problema disso? Primeiro, não existe uma regulamentação para ser uma banca organizadora. Qualquer um pode criar um CNPJ, pegar um escritório, alugar uma sala, contratar amigos, fazer uma prova. Não há nenhum controle, não há nenhuma lei, não há nenhuma fiscalização para isso. Por mais que a contratação seja por meio de licitações, nenhuma grande banca vai querer fazer um concurso de uma prefeitura de 5 mil habitantes. Não faz sentido financeiro para ela, ela não consegue entrar nisso e não vai concorrer. Então a contratação, em geral, vai acontecer com uma empresa de pequeno porte, não fiscalizada, e você vai ter muito apadrinhamento e também propinas, que é o que acontece nos casos de desvio que estão na mídia.

A minha proposta para isso é uma maior intervenção do Estado. Hoje o Estado tem duas bancas – quando eu digo o Estado, a União –, tem duas bancas organizadoras de excelência, tanto o Inep, que organiza um preparatório para o Brasil inteiro com muita eficácia, que é o Enem, aplicando provas em prefeituras pequenas, em cidades pequenas e em cidades grandes; e há a Esaf, que é específica de concurso do ministério. Isso, do Ministério da Fazenda. Hoje então haveria condições de o Estado ter uma intervenção um pouco maior. Talvez, como diz o Dr. Carlos, isso seria matéria para mais discussões, mas eu enxergo uma possibilidade de fazer o que as outras bancas grandes não querem. Se eu fizer uma analogia, por exemplo, é o que a Caixa Econômica Federal faz ao receber as pessoas do Bolsa Família ou do seguro-desemprego, coisas que os grandes bancos não querem, por trazer muito mais custos, mas por uma questão social. O Inep organizar um concurso de uma pequena prefeitura – não vou citar nenhuma para não ser injusto – , realmente, em termos financeiros, não é um grande negócio, mas há toda a questão social e também para trazer mais credibilidade para esses processos, que são o que gera descrédito, tanto do concurseiro, como também da mídia.

E é isso que é generalizado. Ninguém coloca na mídia que um concurso com um milhão e meio quase, aproximado, que nós tivemos, o INSS, foi um sucesso, porque foi organizado por uma banca como o Cespe, da UnB, uma grande banca, com um grande nome. Ninguém fala isso. Todo mundo vai falar do concurso da pequena prefeitura, em que caiu uma questão que não tinha nada a ver, que falava sobre um cantor ou teve apadrinhamento, e assim vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então a minha primeira sugestão seria haver essa maior intervenção. E intervenção não só no fato de realizar, mas também no fato de fiscalizar, e principalmente criar uma legislação para que essas bancas funcionem. Elas têm que ter uma legislação, têm que ser fiscalizadas, e uma autorização com prazo para que elas continuem funcionando, as que estão em aberto até agora. Acredito que, após uma legislação, um prazo de dois ou três anos para que cada uma dessas bancas consiga cumprir determinadas exigências mínimas, e só assim possam ser credenciadas em Estados, em prefeituras, em autarquias ou em empresas públicas para realizarem concursos. Acho que isso é fundamental para a moralização de concursos públicos. Na verdade, terminar com essas bancas organizadoras que são a ponta fraca dessa operação.

Eu acredito que, mesmo o Estado fazendo a outra parte, que é a seleção não ter um conflito de interesse, eu enxergo que, por exemplo, o próprio site do MEC hoje... O MEC tem tanto a seleção, que é feita pelo Inep, quanto o preparatório, que é o Hora do Enem, oferecido pelo MEC, e tem também as vagas que são das universidades públicas. Então, tudo o que se tem de ter é credibilidade e transparência. Quando eu tenho um Inep e um MEC, isso passa credibilidade, que é o que a gente precisa ter; e é isso que falta hoje no mercado.

Algumas considerações, eu vou só fazer muito brevemente porque o Dr. Carlos já pontuou muito bem, e eu não vou entrar muito nessas partes mais micros.

Realmente hoje nós temos muitos projetos que estão andamento, de concursos desde 2013. Então, eu tenho aqui o PL 252, de 2003; O PL 985, de 2007; o PLS 30, de 2012, tudo falando sobre concurso público.

Também concordo, Dr. Carlos, que o PLS de autoria do atual Governador Marconi Perilo, de 2010, é o mais completo dos que existem. Embora eu também tenha bastante objeções com relação a alguns artigos, algumas coisas, eu acho que é um primeiro passo. Existe muita coisa ali que pode ser melhorada e tem de ser corrigida, mas precisamos primeiro de uma lei para depois procurar alterar, senão nunca vamos ter essa lei.

Então, entre essas alterações, que são significativas para mim, está o prazo mínimo entre o edital e a publicação da prova, que é 90 dias. Quando eu falo não só prazo para publicação da prova, prazo de inscrições, prazo de recurso. A importância, para quem não faz concurso, desse prazo, que foi batido pelo Dr. Carlos, é que hoje, em concursos de nível médio, são cobradas disciplinas como Direito Constitucional, Direito Administrativo e, dependendo do concurso, Direito Civil, Direito Tributário, uma série de disciplinas que não são vistas em nível médio, e o concurso é de nível médio. Se você larga um edital como esse e coloca a prova em um mês, dois meses, você não está dando ampla concorrência a todos os candidatos, não é? Então, esse prazo mínimo tem de ser estabelecido como regra. Como nós falamos, não existe nenhuma lei.

Como funciona hoje? Cada concurso põe o prazo que mais lhe convém – 30 dias, 60 dias. Alguns concursos são obrigados a seguir um prazo mínimo de 60 dias, mas não são todos. Então, seria necessário esse prazo.

Também seria muito importante proibir concursos de cadastro de reserva. Isso é fundamental. Inclusive, se eu não me engano, é que trata o art. 8º do PLS, do Projeto de Lei do Senado 74 e é também um dos grandes problemas hoje. Isso aí não afeta só prefeituras como principalmente grandes órgãos, grandes autarquias. Nós estamos vivenciando hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. EDGAR ABREU – Prometo mais dois minutos.

Nós estamos vivenciando hoje, Senador, um grande problema que é um concurso da Caixa Econômica Federal, que foi um concurso com mais de 1,1 milhão de inscritos. Esse concurso hoje está suspenso com uma série de brigas na Justiça, porque foi um concurso de cadastro de reserva. Como não há lei, ela fez um concurso de cadastro de reserva, e ela está chamando. A Caixa Econômica Federal chamou um número pequeno, mas chamou um número razoável. Não tenho certeza dos números, mas é próximo a três mil, quatro mil, bem próximo de cinco mil. Desculpa. Mais próximo de cinco mil candidatos. O problema é que, no último concurso, ela chamou 15 mil.

E aí a relação que o candidato tem é uma relação de expectativa com o passado. Ele passou numa posição nº 60, por exemplo, numa microrregião, e ele viu que, no concurso anterior da própria Caixa Econômica Federal, chamaram 200. Então, inconscientemente, ele já está gastando esse dinheiro, porque ele acha que vai ser contratado. E, claro, por uma retração da economia, por coisas que realmente estão corretas do ponto de vista de austeridade, vamos dizer assim, que o País está vivenciando, a Caixa cortou o RH, cortou contratação. Só que o grande problema não está no que aconteceu. Está em como o concurso foi elaborado. Se o concurso tivesse o número de vagas explicito, não teria criado falsas expectativas nos candidatos, e não teríamos todo esse imbróglio judicial.

Para fechar, então, o último eslaide. Sobre a parte de questões anuladas, de que o Dr. Carlos falou, sobre uma série de problemas que aí nós vemos muito em micro, de questões fora do edital, editais confusos, má

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

interpretação, eu enxergo que o maior problema disso não é só o erro, porque o erro vai acontecer. O maior problema disso está em como esse erro é resolvido.

Hoje os concursos públicos, as bancas organizadoras são soberanas. Você dá soberania para uma banca grande, estruturada, organizada e responsável, tudo bem. Mas há soberania em todas as bancas. Então, aquela banca pequena também é soberana. E aí você vai gerar uma série de brigas no Judiciário, porque a banca não resolveu anular aquela questão, porque ela colocou coisas fora do edital e até porque, como o valor da contratação é muito pequeno, as pessoas para fazer aquelas questões também recebem um valor pequeno e, consequentemente, numa questão meritocrática, você acaba tendo questões não tão bem fundamentadas e não profissionais tão teóricos. E aí, mais uma vez, faz sentido a entrada do Estado para conseguir fazer uma prova de qualidade, um exame de seleção com qualidade para uma prefeitura pequena, com pequeno orçamento, para geração de conteúdo, para geração dessa prova.

Então, eu acho que é basicamente isso aí. Não queria me prolongar muito, mas essas são as minhas considerações.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada pela colaboração, Professor Edgar Abreu.

Agora passo à Simone Horta, que é da Diretoria de Políticas Regulatórias, do Ministério da Educação.

A SRª SIMONE HORTA – Bom dia a todos, bom dia, Exmª Srª Senadora Ana Amélia. Gostaria de agradecer o convite. Em nome do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, gostaria de cumprimentar também o ilustre Dr. André Pereira Nunes, da OAB; o Professor Edgar Abreu, da Casa do Concurseiro. Cumprimento todos os presentes.

Bem, eu sou Diretora de Política Regulatória da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério de Educação, Senadora, e eu considero salutar e muito adequada a discussão. Cumprimento e elogio o trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, do Senado Federal. Mas, infelizmente, como órgão do Ministério, eu tenho muito pouco a contribuir nesta audiência pública.

Até a assessoria parlamentar do Ministério chegou a entrar em contato com a sua assessoria, porque o MEC é um órgão muito grande. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é o órgão responsável por dar concretude ao art. 209 da Constituição, que justamente emite os atos autorizativos para as instituições de educação superior, as faculdades, os centros universitários, as universidades. Então, credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos. Então, a competência da Secretaria se encerra nessa atividade regulatória.

A discussão é premente, mas há um órgão que talvez poderia contribuir nesse debate, um órgão ligado, uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, e que foi mencionado pelo Prof. Edgar, que é o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que tem experiência em aplicação de provas; não são concursos, mas acho que tem a *expertise* para entrar no debate e discutir com propriedade as questões relativas à aplicação de provas, já que eles aplicam grandes provas nacionais, como o Enem, o Enade, e outras também importantes, não tão grandes como essas mencionadas.

Eu me coloco à disposição para participar do debate e levar as contribuições para o Ministério da Educação, para os órgãos mais atinentes, e os encaminhamentos todos da audiência pública.

Estou à disposição para os debates, mas não tenho especificamente com relação ao projeto de lei alguma contribuição específica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito a representante da Diretoria de Políticas Regulatórias do MEC, mas acho que pelo menos, Profª Simone Horta, nessa questão da uniformização da linguagem, acho que o não está na verdade se intrometendo. Talvez seja o antigo Ministério da Administração Pública, agora Ministério do Planejamento, a quem caberia estabelecer e ser protagonista nesse processo. Acho que é o Ministério do Planejamento, até porque ontem aqui, provocado pela resposta do Prof. Edgar, o Senador Hélio José apresentou o PLC 38, que altera salários de servidores de várias carreiras da Administração Federal, que cria – e para mim a palavra criar significa algo novo –, que cria, transforma e extingue cargos e funções na Administração Federal. Foi um relatório de 40 minutos, especificando todas as áreas.

Esse PLC 38 foi apresentado, só foi lido para a discussão. Digamos que não esse assunto não seja tão exato, como dizer que não vai haver concurso, porque aqui está dito que se vai criar, vai ter.

Corroborando com o que disse o Prof. Carlos André, como eu falei no início da audiência, há uma interatividade com as pessoas que estão nos acompanhando.

A Ana Flávia Smith Baranski, de Santa Catarina, que é muito ativa nas redes sociais, participa sempre, o que é muito importante, diz que "os seletivos das prefeituras também devem receber regras. Existe gente que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tira os primeiros lugares e nunca é chamada. E a contratação deveria ser regrada. Ninguém consegue trabalhar direito sabendo que assinou o contrato por um ano e pode sair no dia seguinte se não forem com a cara ou a Administração Pública resolver colocar outra pessoa no lugar". Ou seja, o concurso é só para inglês ver. Desculpe, a expressão. Concordando com o que diz o professor.

Antônio Alves Sobrinho, aqui do Distrito Federal. Obrigado, Antônio Sobrinho. Ele pergunta: "Há como alterar as perícias médicas – como foi mencionado pelo Prof. Carlos André – para os deficientes físicos nos concursos, considerando a perícia feita pelos DETRANs? [O DETRAN também faz essa perícia.] Pois as pessoas dizem ter visão monocular para entrar na quota de deficientes, e tem CNH categoria D ou E. Isso é um milagre, pois não podem ter essas carteiras de habilitação.

E continua ele: "Um concurso para um cargo público que ainda não havia ocorrido, mas havia 60 cargos já preenchidos por requisição e aproveitamento de outros certames, não deveria ser primeiro para o cargo reservar três vagas para deficientes físicos, para eficácia plena do Decreto 3.298?"

É uma pergunta bastante lógica do Antônio Alves Sobrinho, aqui do Distrito Federal.

Ele também lembra – e ele é especialista nisso – que "a Súmula 377 do STJ dá a portadores de visão monocular direito a participar dos concursos públicos na quota para deficientes. Entretanto, como podem essas pessoas participarem de concursos que exijam CNH categoria D ou E, sendo que elas são incompatíveis para adquirir esse documento?"

É uma exigência complicada.

Agradeço pela participação das pessoas de Santa Catarina e do Distrito Federal.

E, agora, do Rio de Janeiro, pergunta o Anderson Gabriel Medina – obrigada, Anderson: "Para que tanto cargo comissionado? Isso é uma vergonha. Se querem demitir livremente, criem uma modalidade de contratação temporária que exija concurso, com percentual limite em relação aos cargos com estabilidade. Cargo comissionado fere o princípio da isonomia; cargo comissionado não deveria existir. Criem uma modalidade de emprego temporário que exija concurso, se o problema é a estabilidade.

Eu queria dizer ao Anderson: eu sou Senadora, no meu gabinete tenho pessoas que são comissionadas, o Senado tem um quadro de servidores estáveis, mas tenho, digamos, a possibilidade de fazer a contratação comissionada.

Fico muito feliz. No Facebook, há um depoimento de um jovem de Goiás, entrou no meu gabinete, e fez um relato no Facebook dizendo que ele entendeu que política podia ser feita de maneira séria, porque nós precisávamos de preencher uma vaga de um assessor parlamentar e coletamos vários currículos, vários, cinco ou seis. O meu chefe de gabinete, que tem essa competência, viu todos os currículos e achou aquele currículo, que ele nunca tinha visto, e chamou a pessoa. E quando chegou lá, ele perguntou: "Qual é a sua habilitação, qual a sua formação, porque você diz que tem curso superior em várias áreas e tal?" E ele foi admitido. Saiu agora porque vai entrar na política, foi se dedicar.

Ele se surpreendeu porque no gabinete não foi lhe perguntado de que partido ele era, qual era a sua ideologia, a sua religião. Em primeiro lugar, é um cargo de confiança. O que foi avaliado no caso dele? Foi avaliada a sua habilitação, a formação acadêmica do Tiago, e como ele poderia.

E ele recebeu a colaboração de todos os colegas do gabinete de como era o serviço ali dentro, cada um compartilhou com ele as experiências vividas, e ele ali aprendeu o caminho para seguir. Ele saiu e fez esse relato.

Eu fiquei muito satisfeita, porque isso é regra.

Então, eu queria dizer para o Anderson, lá do Rio de Janeiro, que acho que há meios e formas. É claro que esse critério talvez não possa ser aplicado num Ministério.

Então, eu queria dizer para o Anderson, lá do Rio de Janeiro, que acho que há meios e formas. É claro que esse critério talvez não possa ser aplicado num Ministério, mas deveria ser o critério da capacitação e não apenas aquele valor maior, no Brasil, que é o QI, que não é o QI intelectual, não é o Quociente Intelectual; é o quem indica. Então, não pode ser esse o critério.

Eu penso que há uma forma de fazer isso. Todos os servidores comissionados do gabinete são absolutamente dedicados – e muito – com os compromissos de valores, de metas, de missão, de resultados, no gabinete, tudo isso. E existe a meritocracia, para maior produtividade, avanços e tal.

Uma das moças que lá entrou, a Eula, agora vai ser promovida, porque ela se candidatou. Depois de quatro anos no gabinete, ela se sentiu habilitada a fazer uma função maior do que aquela que ela já faz. Ela, hoje, é redatora para responder as correspondências e vai para uma função de outro nível de assessoria parlamentar propriamente dita. Mas isso é porque ela se ofereceu e vai ter a oportunidade de fazer isso. Então, nós temos esse critério.

Por isso, eu acho que há um preconceito. É claro que se pode dizer que a maioria é QI. A maioria é QI, lamentavelmente. Então, nós temos de ter pessoas qualificadas a exercerem aqueles cargos, porque o dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

é público, e o serviço feito por esse servidor tem de ser em benefício do público, do povo que paga o salário dessas pessoas.

Dito isso, o Prof. Carlos André tem uma colocação a fazer. Depois, eu tenho, para complementar aqui, uma situação que explica muito as dificuldades que nós temos no nosso País.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora, eu queria dar uma palavrinha. É rapidinho, até porque tenho que sair, pois vou embarcar daqui a pouco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas é rápido. É mais uma constatação de quem foi Secretária de Administração em dois governos.

Uma é na questão da licitação. Há uma tendência de os Estados contratarem as universidades usando a história do notório saber. Eu queria que se considerasse isso. Às vezes, o próprio Estado tem a sua universidade estadual, e geralmente é quem faz o concurso e o realiza. A outra questão é aprovado, classificado. Eu vivi isso. Criam até associações. É uma pressão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Existem as vagas e, para as que sobraram, eles fazem associação dos concursados. E ficam todo dia na porta da Secretaria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos nós.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...querendo ser contratados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos nós sofremos isso, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E como fazemos isso? É possível limitar a vaga do classificado? Porque há a questão da nota, não é? Hoje em dia, as pessoas se preparam tanto que todos têm notas muito altas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E ficamos em uma pressão muito grande para resolver isso.

Existe outra questão também que vivi. A pessoa passou no concurso, mas não tinha ainda cumprido a exigência da escolaridade. Por exemplo, para professor – normalmente usamos – de matemática, de inglês, de física. Nós contratamos os alunos temporários da universidade. Fazemos a seleção temporária e ele vai dar aula. Aí, ele passa em um concurso faltando seis meses para ele concluir. Ele passou em primeiro lugar; foi chamado, e não assumiu. A questão era ir para o fim da fila, mas o edital não previa isso e ele perdeu a vaga. Ele já era professor do Estado naquela disciplina que o Estado precisa, mas perdeu, porque o edital não previa que ele fosse para o fim da fila, pois ele podia terminar o curso em seis meses e depois ser chamado, na validade do concurso.

Aí, entra-se na questão da validade. Acho que é exagerada a história de dois anos mais dois anos. Devia ser um ano mais um ano porque tira a oportunidade de muita gente, de atualização também das pessoas que fazem o concurso. Acho ideal um ano mais um ano.

Outra questão que eu percebi é que proliferou o número de bancas, todo mundo criou fundação para concorrer a licitações para realização de concursos. Lá no meu Estado, há muitas fundações criadas assim, sem perfil, um grupo de pessoas que se juntam. Virou um mercado, uma disputa de mercado muito séria.

A questão dos conteúdos. Há uma história engraçada. Houve um concurso para a Polícia Militar, e nas questões havia a história dos pronomes, – ênclise, próclise, mesóclise, que estão na moda, inclusive – e um senhor de 80 anos, um professor, escreveu uma carta para mim, como secretária, e eu mandei para a banca. Ele disse assim: "Um soldado, quando vai prender, não vai dizer: prendê-lo-ei. Ele diz: teje preso"'. Quer dizer, exigimos algumas coisas, na questão do conteúdo, que a pessoa nunca vai usar. Então, eu acho que teria que haver uma relação com o cargo que a pessoa vai ocupar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a história dos museus citada aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exatamente, ele citou. Eu me lembrei desse professor porque ele fez uma matéria e eu mandei para a banca. Nunca um soldado vai dizer "prendê-lo-ei", vai dizer "teje preso". Uma passagem engraçada, mas que tem a ver com a questão do conteúdo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muita oportuna a Senadora. Ela levantou que, no caso do Piauí, o Estado tem uma faculdade, mas há Estados que não têm faculdades estaduais. Então, há a possibilidade de a federal realizar o concurso?

A palavra está com os especialistas aqui. Passo a palavra ao Dr. Carlos André e depois ao Edgar, que são os operadores desse processo e têm mais contribuições a nos dar.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ratifico que muita das excelentes considerações e respostas já há no projeto de lei que o professor colocou e colocou muito bem. Por isso é fundamental, na nossa concepção, desenvolver e cercar-nos desse projeto de lei.

Esse projeto de lei, por exemplo, ratifica já uma decisão do STF que V. Exª colocou, Senadora, em relação à diferença entre aprovados e aqueles que efetivamente estão nas vagas. De que sorte? Proibindo o chamado cadastro de reserva. O cadastro de reserva, na nossa concepção, é um insulto, Senadora, à organização. Parece-me que é absolutamente inacreditável do ponto de vista da administração.

Quem administra uma empresa e, da mesma sorte, pensa na administração do Estado com eficácia, com eficiência, conforme o próprio art. 37, pensa como pensa o STF nessa decisão que diz que aprovado em concurso público dentro das vagas têm direito à nomeação.

Então, cinco vagas foram colocadas, foi aprovado, mesmo que passe o prazo, ele tem direito à nomeação. E as chamas vagas excedentes? Eu pergunto: por que existem vagas excedentes? Se o órgão precisa de uma quantidade x de vagas, que seja colocada aquela quantidade x.

Inclusive, é uma grande tendência de reflexão sobre esse assunto para limitar, para que seja efetivo. Como em uma empresa, se eu preciso de x pessoas colaboradoras, eu vou contratar x colaboradores. Parece-me bastante lógica essa estrutura e o projeto de lei fala sobre isso. Eu acho que se deveria aprofundar um pouco a respeito desse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como a Senadora Regina levantou as questões, nesse caso, nós temos 20 vagas que serão preenchidas. Enfim, o concurso tem que ter um prazo de validade. Por quê?

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES – Dois anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque um daqueles que foi contratado pode ter um problema de doença, pode sair do trabalho, pode ter ido embora. Aí surge a vaga. Então ele vem dos seguintes, do penúltimo, do último que seria, seguindo a lista. É nessa lógica que eu estou falando. É ter um período de validade para aqueles cargos que ficarem vagos, que não está prevista a vacância. Podem eventualmente serem vagos. Por quê? Para não fazer um novo concurso. Esse é um negócio para durar.

Assim como a Senadora, eu também vivi, porque o pessoal do Banco Central criou a associação dos que fizeram concurso do Banco Central ou de outras categorias. Acho que da Polícia Rodoviária Federal também teve, e a gente encaminhou. Felizmente estão todos resolvidos. Mas eu acho que é um ponto importante.

A Senadora vai ter que sair, mas antes eu consulto a senhora, dada a experiência que teve no Piauí, Senadora Regina Sousa, se deseja, acho que é interessante o que ele propôs, uma comissão pequena. Eu faria o requerimento à Comissão de Educação, como também sugeriríamos na Câmara, pegar a Câmara e Senado, porque a legislação é dos dois, para fazer um estudo. Se a senhora se dispuser a aceitar essa missão, esse encargo, eu fico grata. Vou propor ao Presidente um requerimento já fazendo essa indicação, que já é resultado eficaz dessa proposta do Prof. Carlos André.

Eu quero só lembrar a vocês que isso é fundamental. Porque nós aqui poderemos fazer mais dez audiências, mas existe uma questão que é o mecanismo legislativo, é a feitura da lei.

Então eu vou dizer a vocês, pedir à Secretaria, ao nosso secretário que foi extremamente eficiente. Existe já, desde 2003 – ele está falando de uma lei de 2010 – uma lei semelhante, feita pelo Senador Jorge Bornhausen, de Santa Catarina. Agora esse projeto foi apensado ao 252 e todos esses projetos foram apensados a este.

Então, dessa proposta original 74, de 2010, do Senador Marconi Perillo, porque foram apensados todos, como diz o Senador Moka, que é muito frasista, pretenderam fazer um beija-flor e vão produzir um morcego.

Por isso a validade desta Comissão de conversar com os legisladores da Câmara, pegar junto, porque a causa não é da Câmara ou do Senado. Tudo o que foi nosso aqui agora se converteu em iniciativa da Câmara porque também a Câmara tinha manifestado.

Vocês não imaginam a quantia de apensamentos e de projetos que foram juntados ao mesmo projeto.

Eu sugeriria que conversássemos com o Deputado Paes Landim, que é muito voltado à educação e está nessa área, para acrescentar umas três pessoas do Senado, mais um outro Senador e talvez um técnico legislativo do Senado para ajudar nesse trabalho.

Então, o que nós concluímos, Prof. Carlos André, foi que essa sugestão, dada a esse verdadeiro cipoal, me parece a mais objetiva e a mais adequada. Nessa questão, deveria haver simplesmente isto: regras claras, definidas no concurso.

E essa questão dos Municípios me parece ser a mais sensível e aquela que deve ser analisada com mais urgência. Todo dia, vemos no jornal um concurso suspenso por irregularidade.

Quero dizer que sou testemunha dessa situação. A Anvisa fez concurso para um cargo técnico. Lembro-me disso porque o Diretor que estava sendo sabatinado, Dr. Ivo Bucaresky – não esqueço nem o nome nem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sobrenome dele – anunciou, durante sua sabatina na Comissão de Assuntos Sociais, quando eu cobrei, que a Anvisa havia feito um concurso. Eu recebi alguns jovens que participaram do concurso reclamando de vários problemas: de que a prova não chegou na hora ou de que houve atraso. Isso não pode acontecer. Com a comunicação hoje, com o celular, isso não pode acontecer. Por essa razão, todo o concurso foi anulado e refeito.

Então, acho que o Poder Público tem a obrigação com o direito à transparência e à cidadania.

Eu queria agradecer muito ao Prof. Carlos André, que, na verdade, foi o mentor – ele me procurou, e eu achei que esse debate seria importante.

O SR. CARLOS ANDRÉ PEREIRA NUNES (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço à Senadora Regina Sousa pela contribuição valiosa também; ao Prof. Edgar Abreu, que viu que foi possível encontrar o caminho brasileiro para resolver o problema; e à Simone Horta pela colaboração no MEC para conversar com as áreas, porque eu acho que essa questão da uniformização da terminologia... Talvez até os responsáveis do MEC possam convidar o Prof. Carlos, que aqui representa a OAB, mas ele é especialista nisso e está à disposição.

Então, muito obrigada, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à Drª Simone Horta, representando aqui a Diretoria de Políticas Regulatórias do MEC.

A SRª SIMONE HORTA – Agradeço novamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Carlos André Pereira Nunes, professor e conselheiro da OAB; e ao Prof. Edgar Abreu, da Casa do Concurseiro.

Muito obrigada. Obrigada pela gentileza.

Antes de encerrar, convoco, para a próxima terça-feira, dia 5 de julho, em caráter excepcional, às 11 horas e 45 minutos, reunião, extraordinária, desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos, especialmente àqueles que mandaram perguntas para que nós aqui as apresentássemos, o que foi extremamente colaborativo e também bastante prático.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 62ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 de Junho de 2016, Quinta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência eventual do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Hélio José e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 40 de 2016-CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater sobre: "Os Desafios da Saúde Primária no Distrito Federal e no Brasil". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Dayse Amarílio Donetts Diniz, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal; Mônica Cruz Kafer, Coordenadora-Geral de Gestão da Atenção Básica do Ministério da Saúde; Jorge Viana, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal - SINDATE; Carlos Fernando da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal; Marcus Quito, Coordenador de Atenção Primária do Distrito Federal; Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal; Jovita José Rosá, Diretora de Assuntos Parlamentares do Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS. O Senhor Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no Plenário: Maria Rosa da Rocha, da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia – AECOFABA; Guarda Janio; Maria José da Silva, líder comunitária da cidade do Recanto das Emas; João do Violão, Presidente da Associação Comercial do Itapõa e do Conselho de Saúde do Paranoá; Nelita de Souza Matos, usuária do SUS; Kleber Karpov, blogueiro. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e um minuto; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 40, de 2016 – CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater os desafios da saúde primária no Distrito Federal e no Brasil.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Repito: as pessoas que estiverem nos ouvindo e quiserem participar desta audiência pública podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Esclareço a seguinte questão: nas audiências públicas não é permitido que o público se manifeste, mas eu vou acatar cinco inscrições apenas do público e os outros que quiserem perguntar podem fazê-lo através do e-Cidadania, aqui mesmo, como nós lemos aqui. As inscrições das cinco pessoas que querem fazer intervenção aqui, ao vivo, durante o processo, o Jânio já as pediu. As outras quatro pessoas e quem mais quiser se inscrever, podem fazê-lo aqui com a Mariana.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Helvécio não é inscrito, ele é palestrante.

Pessoal, vamos aos convidados para esta audiência pública.

Eu queria, com muito prazer, convidar Dayse Amarílio Donetts Diniz, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, que muito nos honrou nos convidando para a posse desse importante sindicato, recentemente ocorrida aqui no DF. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Obrigado, Dayse, pode ficar à vontade.

Eu queria convidar a Mônica Cruz Kafer, Coordenadora-Geral de Gestão da Atenção Básica do Ministério da Saúde.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Eu gostaria de fazer o convite, com muito gosto também, ao nosso amigo Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Enfermagem e Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal, nosso colega, nosso amigo Jorge Viana.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Gostaria de fazer o convite, para compor a Mesa, ao nosso amigo Carlos Fernando da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, nesta oportunidade, aqui representando o Presidente do Sindicato dos Médicos, Dr. Gutemberg.

Seja bem-vindo, Carlos. (*Palmas.*)

Gostaria de convidar, para compor a Mesa, Marcus Quito, Coordenador de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Gostaria de convidar, e não poderia faltar, sem dúvida, o órgão que é responsável pela fiscalização e pelo acompanhamento da aplicação do SUS, no Brasil e em Brasília, nosso companheiro do Conselho de Saúde, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Helvécio Ferreira da Silva. (*Palmas.*)

Pessoal, primeiro eu queria justificar as posições da Mesa: aqui está o Governo Federal, aqui está o Governo do Distrito Federal, representando todas as secretarias de saúde do Brasil, na verdade, que têm a responsabilidade de fazer a gestão da atenção básica da saúde e do SUS em geral. Nas nossas pontas, estão exatamente os usuários, representantes dos trabalhadores e representantes, principalmente, da comunidade.

As questões vêm assim e estamos aqui para poder bem discutir e propiciar que o nosso Brasil tenha condição, cada vez melhor, de prestar o bom serviço à saúde pública de qualidade, que é o que está previsto na nossa Constituição.

O Senador Reguffe pediu-me que justificasse a ausência dele, pois seu filho está sendo submetido hoje a uma intervenção cirúrgica, teve uma complicaçãozinha. O filho dele é prematuro, todo mundo sabe disso, nasceu com seis meses e pouco, mas está se recuperando. Está há três meses internado no hospital, teve hoje um pequeno problema e está sendo hoje submetido a uma transfusão. O Senador não pôde vir, mas mandou deixar claro aqui que ele, eu e Cristovam Buarque – o Cristovam também pediu isso – somos radicalmente contra a OS na saúde pública do Distrito Federal. Achamos que essa questão de OS é para prejudicar os trabalhadores da saúde, o atendimento à saúde no DF e precarizar a discussão. OS em área complementar é uma coisa. Agora, OS para atendimento primário, OS para atendimento básico, aí, realmente, nós não temos condições de ser coniventes com esse tipo de atitude.

Então, o Senador Reguffe, o Senador Cristovam e eu já deixamos clara a nossa posição, nós três. A Bancada do Distrito Federal não concorda, não colabora, apoia a posição da Câmara Legislativa do DF de ser radicalmente contra querer precarizar o serviço de saúde de Brasília com essa história de OS.

Há gente sendo presa. Está sendo pedida a prisão do Secretário de Saúde do DF atual e do anterior por causa da questão de hemoderivados para os hemofílicos. Imagina precarizar mais ainda o atendimento da saúde com OS aqui, na Capital do País, que tem que ser o lugar mais importante para fazer efetivar o SUS, precarizar todo o sistema de saúde aqui do Distrito Federal com essa história de OS!

Fiz questão de fazer esse esclarecimento inicial, porque o Senador Reguffe gostaria de estar aqui para trazer a posição dele, o Cristovam também, para trazer a dele, e eu para trazer a minha. Mas eu estou aqui em nome dos três, em nome da Bancada de Senadores do Distrito Federal, deixando claro, público e cristalino que nós não concordamos, que não vamos ser solidários com a história de precarizar a saúde no DF, com a história de implantar OS, de vender o nosso sistema, que aqui em Brasília era referência no Brasil; que não concordamos com a questão de pegar o nosso centro de saúde e pôr OS para cuidar; pegar nossos hospitais e pôr OS para cuidar. Agora, pôr OS para fazer complementariedade, para fazer isso e aquilo, sem precarizar nossa rede básica, sem perseguir, sem fazer nenhum tipo de sacanagem com nossos servidores, que vêm dando a sua vida para fazer a saúde pública de Brasília com qualidade, nós não temos nada contra. A saúde complementar pode ser feita de diversas formas. Então, estou deixando claro é que é uma posição política da Bancada de Senadores do Distrito Federal: eu, o Senador Reguffe e o Senador Cristovam.

Vamos agora a um pronunciamento rápido, antes de começarmos nossos trabalhos.

Senhores debatedores, senhoras e senhores participantes desta audiência pública, em primeiro lugar, agradeço o atendimento ao convite para virem discutir no Senado Federal um tema que diz respeito a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

das unidades da Federação específica, uma unidade que representa em muitos momentos a própria ideia de que somos a união de Estados.

A Capital da República tem, na sua configuração constitucional, um papel especial. Por isso, entendo que é de bom tom discutirmos os temas locais nesta audiência pública, particularmente este da Atenção Primária à Saúde (APS) no Distrito Federal.

Quando discutimos o DF, estamos discutindo o Brasil. O DF é referência para o Brasil. Por isso, nós, Senadores, resolvemos nos posicionar antes inclusive do debate a respeito da posição com relação à OS.

Estamos falando de um conceito mundial, universal, digamos assim, adotado por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS) com a atenção básica à saúde. Em diversas histórias que são narradas, repercutidas à mídia e até registradas nos cadernos das universidades e nas leis, as pessoas esquecem de como se configura a história. Nesses dias conturbados em que algumas das políticas públicas duramente construídas estão sendo ameaçadas, é bom lembrar que não chegamos à elaboração de uma Política Nacional de Atenção Básica (Pnab) sem a participação intensiva, propositiva e aguerrida dos movimentos sociais, dos usuários, dos trabalhadores e, é claro, dos gestores das três esferas de Governo. No caso do DF, nós temos aqui o Brasil, que é o Ministério da Saúde; Brasília, que faz o papel tanto de Município como de Estado, que é a Secretaria de Saúde; e, nos diversos Estados, nós temos Brasil, Estado e Município. Por isso, é tripartite a gestão da saúde.

A nossa concepção, a brasileira, é que tenhamos uma atenção básica à saúde descentralizada, isto é, bem próxima à vida das pessoas. Para tanto, o ideal é que sejam observados os princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade, do cuidado, da integralidade, da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social na saúde.

No Distrito Federal, os embates entre setores provedores privados de saúde, trabalhadores da saúde e demandas dos usuários não têm levado ao alcance do que seria o ideal. Vejam bem que, ao falarmos da saúde no Distrito Federal, estamos sempre a lidar com valores orçamentários de volume considerável, particularmente quando comparamos esses recursos aplicados aqui com os que são destinados ao setor em outras unidades da Federação.

Brasília tem um fundo constitucional que ajuda a pagar parte considerável dos proventos dos servidores da saúde pública do DF. E é por isso exatamente que o orçamento de Brasília é bastante significativo.

Os estudos especializados a respeito dessa derradeira década mostram que, por um lado, a Política Nacional de Saúde, emanada do nosso comum, único e universal SUS – como eu disse hoje à Rádio Senado, para mim, o principal programa de saúde pública do mundo –, somos o 5º país em população e o SUS devia ser um exemplo para a humanidade, sendo bem gerido no Brasil. E Brasília é uma referência. A gente não pode deixar que haja ameaça ao SUS.

Inclusive, houve uma má interpretação da posição do Ministro, que depois foi devidamente esclarecida, porque o Ministro é uma pessoa que defende a saúde pública, a pessoa que foi Prefeito de uma cidade importante do Paraná, o Ministro Barros. Então, não tem nada a ver; o nosso trabalho é fortalecer e dar condições para que o SUS possa funcionar da melhor forma possível.

Essa política nacional serviu para alimentar o que de melhor se produziu na atenção primária à saúde no DF. Por outro lado, quando as escolhas não foram feitas de acordo com essa política nacional, particularmente quando as escolhas deixam de levar em conta a palavra dos trabalhadores da saúde, nesse ponto, a atenção primária à saúde no DF foi fragilizada. A atenção básica à saúde foi fragilizada, particularmente com as escolhas que envolvem o terceiro setor. No DF, a parceria com o terceiro setor tornou a atenção básica na saúde objeto de embates políticos, jurídicos e trabalhistas – vide a situação de Santa Maria, e vocês conhecem os históricos anteriores. Uma das consequências foi a baixa aceitação social do Saúde da Família, por exemplo, que ocorre aqui. O Saúde da Família, bem gerido e bem aproveitado, é extraordinário como porta de entrada de atenção à saúde no Brasil, porque é uma parte efetiva da atenção primária à saúde. Ela precisa ser trabalhada e não reduzida, como está acontecendo no Distrito Federal.

No Governo do Distrito Federal, que nós apoiamos, tanto eu, como o Cristovam e o Reguffe, havia um compromisso público do Governador de resgatar o programa Saúde em Casa, que era exatamente um complemento ao programa Saúde da Família. Foi devidamente debatido, colocado em vários programas eleitorais, fez parte de compromisso do Governador Rodrigo Rollemberg a implantação do Saúde em Casa, ao contrário da questão de OS, que nunca foi colocada em situação nenhuma nos programas políticos e de compromisso do Governador. Tudo bem, todo governante tem direito a mudar de posição, mas eu acho que o programa com que ele foi eleito preciso ser cumprido. E esse programa eleito – externo mais uma posição uniforme da bancada de Senadores do DF, do Senador Hélio, do Senador Reguffe e do Senador Cristovam – nós vamos cobrar a sua implantação, que previa o retorno do Saúde em Casa, para que cada quadra tivesse seu médico, seu dentista, seu enfermeiro e atendentes, para, de fato, garantir que os hospitais não fiquem superlotados com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

pessoas que, se fossem atendidas lá, não estariam atrapalhando a salvação da vida seja de quem chega mutilado por um acidente de carro ou atingido por uma bala, ou ferido por uma tragédia de tentativa de suicídio, ou coisa do tipo. De repente, chega lá e o hospital está superlotado com casos que poderiam ser atendidos no Centro de Saúde ou pela equipe de Saúde em Casa ou Saúde da Família.

Aqui não estamos fazendo qualquer acusação individualizada, mas não é novidade para ninguém que a gestão é o grande entrave para aperfeiçoamento da atenção básica à saúde no Distrito Federal.

Por outro lado, a excessiva politização, que não está desvinculada ao grande volume de recursos da área de saúde, tem levado a desvios nem sempre cobertos de elogios à moralidade preconizada no art. 37 da Constituição Federal. Então, a crise da saúde é a principal crise; todo mundo sabe que o principal motivo da impopularidade do Governador é a saúde.

Enquanto a saúde continuar como está, vai haver crise de popularidade. Ou realmente fazemos a gestão adequada... Por isto que os movimentos sociais e sindicais estão aqui: para poder colocar a posição e, depois, os nossos dois gestores apresentarem a posição do Brasil e de Brasília. Por isso estamos fazendo esta audiência pública.

Venho aqui também me congratular com os Deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que, esta semana, aprovaram, na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta de emenda à Lei Orgânica nº 43, de 2016, que impede – a palavra é "impede" – a contratação de gestão de organizações sociais na saúde do Distrito Federal. Nós precisamos nos mobilizar para que essa matéria venha a ser aprovada em plenário e buscar alternativas que não prejudiquem o direito da população do Distrito Federal de acesso à saúde de qualidade.

Então, no que depender da bancada do Senado, estamos de braços dados com a Câmara Legislativa para aprovar essa medida no plenário da Câmara, que impeça... Porque o Estado fica e o Governo passa! E não pode haver governo A, B e C, que venha querer, na Capital do País, destruir o SUS. Não vai ser aqui que vai haver a conivência, pelo menos da bancada no Senado, nessa questão em Brasília.

Somos de um tempo em que se ouvia a voz das associações de moradores, dos clubes de mães, dos sindicatos de trabalhadores, dos movimentos nacionais fortemente enlaçados com as bases. Sou de um tempo em que a política era sempre feita com base nos interesses dos mais necessitados. É por crer que o bem público é o primeiro e único fim da política que solicitei esta audiência, para ver se é possível retomar o bom governo de atenção básica à saúde no Distrito Federal. O fim da política tem que ser este: o bem público, a honestidade, a ética, a qualidade do atendimento. E é isso que a nossa bancada pensa. E é isso que o nosso povo pensa. E é isso que os nossos ouvintes de Brasília e do Brasil – porque esta reunião está sendo transmitida ao Brasil inteiro – pensam sobre essa questão.

Cabe a todos nós auxiliar e ajudar o SUS. Se o SUS precisa rediscutir a sua forma de sustentação, se aquelas pessoas que têm uma faixa salarial um pouco maior têm que pagar por suas intervenções, para ajudar na gestão do SUS, para que as pessoas menos favorecidas tenham o direito à saúde pública gratuita e de qualidade, vamos discutir isso no lugar correto, e não precarizando o SUS de baixo para cima. Nós não podemos fazer isso.

Então, quero desejar uma boa audiência. Tenho uma série de perguntas que precisam ser feitas aqui para ajudar nas provocações aos nossos debatedores e vou fazê-las agora. Depois, vou pedir para tirar cópias e entregá-las a vocês para que vocês não precisem ficar anotando.

Questões para a audiência.

As questões sugeridas são as seguintes:

A Atenção Primária à Saúde (APS) é uma estratégia de organização do sistema de saúde em que se procura atender às necessidades de saúde da população de maneira regionalizada, contínua e sistematizada. No âmbito dessa política, procura-se também promover a integração de ações e serviços com finalidade de prevenção e de tratamento de doenças.

No Brasil, a APS incorporou os princípios constitucionais da universalidade e integralidade da atenção à saúde, assim, para enfatizar a reorientação do modelo assistencial no âmbito do Sistema Único de Saúde. Tais ações e serviços receberam a designação de Atenção Básica à Saúde (ABS).

A rede de ABS, pessoal, deve ser descentralizada para assegurar a oferta de serviços em todas as localidades do País e, assim, constituir-se como principal porta de entrada das pessoas no SUS. Os princípios que orientam a ABS são os da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. Diante disso, pergunta-se...

Quais são as perguntas que servem para provocar os nossos debatedores? E eu já adianto: vamos começar pelo representante dos médicos, porque ele tem que sair mais cedo. Então, cada um terá inicialmente de 10 a 13 minutos para fazer sua fala, está certo?

Por favor, pessoal, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Diante disso, pergunta-se: quais os desafios para a implementação efetiva da Atenção Básica à Saúde em todo o Território nacional? Quais os desafios para a implementação efetiva da Atenção Básica à Saúde no Distrito Federal? Quais os parâmetros utilizados para aferir a qualidade dos serviços prestados no âmbito da Atenção Básica à Saúde?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Que medidas devem ser instituídas para melhorar a efetividade dos serviços prestados no âmbito da Atenção Básica à Saúde? Quais são os canais de participação social no âmbito da Atenção Básica à Saúde?

Aí vem, segundo informação do Departamento de Informática do SUS, o DataSUS, nos últimos dois anos, houve diminuição do número de equipes de Saúde da Família no DF. Entre maio de 2014 a março de 2016, o número de equipes reduziu de 199 para 177. Diante disso, pergunta-se: houve prejuízo da assistência no âmbito da Atenção Básica à Saúde no DF com essa diminuição? Qual o motivo para a redução do número de equipes no DF? Que medidas estão sendo tomadas para reverter essa tendência de redução do número de equipes de Saúde da Família? Qual é a atual cobertura dos serviços prestados pelas equipes de Saúde da Família no Brasil? Que regiões do País permanecem desassistidas? Qual é a atual cobertura dos serviços prestados pelas equipes de Saúde da Família no DF? Que regiões no DF permanecem desassistidas? Quais os parâmetros utilizados para aferir a qualidade dos serviços prestados pelas equipes de Saúde da Família? Essas perguntas vou entregar todas por escrito agorinha, a cópia, para vocês não terem problema.

De acordo com o Departamento de Atenção Básica (DAB) do Ministério da Saúde, o DF possuía sete Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), implantados em 2013. Atualmente apenas quatro – apenas quatro – permanecem funcionando. Diante disso pergunta-se: houve prejuízo no apoio técnico às equipes de Saúde da Família com essa diminuição de NASF? Qual o motivo para a redução do número de NASF no DF? É para pôr OS? É para precarizar, para pôr OS? Essa pergunta nós temos que fazer, está certo? Nós queremos saber. E o gestor do DF deve responder para nós.

Os NASFs estão cumprindo o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações de atenção básica, bem como sua resolubilidade? Que tipos de profissionais atuam nos NASFs do DF? Há carência de alguma especialidade? Que regiões do Brasil permanecem sem a quantidade adequada de NASF? Há carências predominantes de algumas especialidades nos NASFs do País?

Concebida para ser a parte de entrada do SUS, a rede de Atenção Básica à Saúde deve oferecer serviços e ações de prevenção de doenças, promoção da saúde e tratamento clínico ambulatorial. A Estratégia Saúde da Família (ESF) é a principal tática do Ministério da Saúde para orientar o modelo assistencial a partir da atenção básica. Pretende-se com isso deixar de privilegiar o modelo denominado hospitalocêntrico, ou seja, aquele dependente de hospitais de grande porte, médicos especialistas e equipamentos de alta tecnologia, porque aquilo que é simples atende-se na atenção primária e se resolve o problema.

As estatísticas revelam que países que adotaram essa estratégia apresentaram melhora dos indicadores de mortalidade, aumento da expectativa de vida e detecção mais precoce de determinados tipos de câncer, tais como câncer de mama, câncer de próstata e de colo de útero, por exemplo. Além da melhoria dos indicadores, esse modelo assistencial gerou menores despesas para o sistema de saúde. Todavia, no seu Relatório Sistêmico de Fiscalização da Saúde, FiscSaúde 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU) detectou inconformidades no âmbito do serviço de ações da Atenção Básica de Saúde ofertado pelo SUS, a saber: falta de preparo dos gestores municipais, que muitas vezes dificultam o SUS a aplicar suas políticas; alta rotatividade de profissionais; assistência de má qualidade; falta de equipamentos e insumos; inadequação dos contratos de trabalho; descumprimento da carga horária e dificuldade de acesso aos serviços de alta complexidade.

Diante disso, pergunta-se: a Atenção Básica de Saúde cumpre adequadamente seu papel de porta de entrada dos pacientes no SUS? Os problemas evidenciados pela auditoria do TCU persistem no Brasil? Que medidas estão sendo tomadas para a resolução desses problemas? Os problemas evidenciados pela auditoria do TCU persistem no âmbito da Atenção Básica de Saúde do DF? Que medidas estão sendo tomadas para a resolução desses problemas? Qual a proporção de pessoas no Brasil e no DF que, valendo-se da dificuldade de conseguirem assistência no âmbito da Atenção Básica de Saúde, procuram diretamente o atendimento hospitalar? Que medidas estão sendo tomadas para assegurar de fato a assistência universal no âmbito da Atenção Básica de Saúde? Existe avaliação periódica sobre a qualidade da assistência prestada no âmbito da Atenção Básica da Saúde? Quais os critérios utilizados? Quais são os resultados dessa avaliação no Brasil e no DF?

Finalizando, gente, fizemos um compêndio. Nós sabemos que os nossos debatedores aqui, mesmo recebendo por escrito todas essas perguntas, não terão condições de responder a todas pelo pouco tempo que nós temos para fazer isso, porque precisaríamos de um seminário de um dia inteiro para isso. Mas cada um vai se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ater a algumas das perguntas que são mais importantes para o setor que representa e vai dar as suas respostas dentro do seu tempo. As demais respostas, gostaríamos que o Ministério da Saúde encaminhasse à Comissão, que a Secretaria de Saúde encaminhasse à Comissão, que os sindicatos dos médicos, dos enfermeiros, dos técnicos e principalmente o Conselho Nacional de Saúde encaminhassem à Comissão, até para nos subsidiar, porque nós queremos, a partir daqui, fazer a discussão toda de fortalecimento do SUS. Então, a partir dessas respostas, com mais profundidade, cada um com seus técnicos, lá nos seus Ministérios, vai entrar em algumas muito específicas, para que possamos colaborar, com a participação de todo mundo.

Essa provocação, que foi cuidadosamente feita pelo nosso gabinete com o auxílio da Consultoria do Senado Federal, é exatamente para que esse ato nosso aqui hoje represente um marco inicial para o Brasil inteiro poder realmente dar a contribuição para que o principal programa de saúde pública mundial, como eu estou falando, que é o SUS, não seja mutilado e destruído num Brasil que precisa tanto da atenção à saúde. É exatamente por isso que nós estamos hoje promovendo isso aqui.

Quero falar para vocês que eu acabei de chegar de Cuba. Cuba é um país que passa muito mais dificuldade do que o nosso País, por exemplo, onde há uma pobreza muito grande. Mas uma coisa que ninguém pode falar de Cuba é que qualquer pessoa de lá, da mais pobre à mais remunerada, tem algum problema para ser atendida em saúde. O atendimento é excepcional. Saúde em Cuba é questão de Estado. E nós temos que ter isso como parâmetro para o mundo, não é para o Brasil. Então, é isso também que nos inspira a estarmos fazendo aqui essas provocações.

A Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do gabinete do Ministério da Saúde, que aprova Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor, principalmente quem está na frente. Por favor. Senão, o pessoal não escuta.

Vou começar de novo. A Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do gabinete do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários da Saúde (Pacs), estabelece as competências de cada ente federado no âmbito do SUS. Por sua peculiaridade administrativa, o DF deve assumir funções atribuídas tanto aos Estados quanto aos Municípios.

Diante disso, pergunta-se: a União efetivamente cumpre as atribuições previstas na Política Nacional de Atenção Básica (Pnab)? O DF exerce adequadamente as competências previstas no Pnab? Existem dificuldades para cumprir as atribuições previstas no Pnab e no DF? Quais são essas dificuldades e que medidas têm sido adotadas para resolvê-las?

Ao dispor sobre a infraestrutura e o funcionamento da ABS (Atenção Básica da Saúde), a Portaria nº 2.488, de 2011, do gabinete do Ministério da Saúde, estabelece que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) são necessárias à realização das ações de atenção básica nos Municípios e Distrito Federal. Segundo a portaria, tais estabelecimentos devem ser construídos de acordo com as normas sanitárias e tendo como referência o Manual da Infraestrutura do Departamento de Atenção Básica, SAS, do Ministério da Saúde.

Diante disso, pergunta-se: as UBSs do País encontram-se equipadas de acordo com as especificações estabelecidas pela Portaria nº 2.488, de 2011? Quais são as dificuldades estruturais das UBSs? O País dispõe de UBSs suficientes e adequadas para dar os devidos suportes às equipes de Saúde da Família em todo o seu Território? Que localidades permanecem desprovidas de UBSs? Há previsão de construção de novas unidades nesses locais em curto prazo? O DF dispõe de UBSs suficientes e adequadas para dar o devido suporte às equipes de Saúde da Família em todo o seu território? Que regiões administrativas do DF carecem de UBS? Há previsões de construção de novas unidades nesses locais em curto prazo?

Todos vocês sabem que nós, Deputados Federais e Senadores da República, temos uma obrigação no nosso Orçamento da União, que é a de colocar 50% das nossas emendas para a saúde. E é exatamente por causa disso aqui e para saber onde investiremos nossas verbas da saúde que estamos fazendo esses questionamentos, porque eu, por exemplo, preocupado com os militares – está aqui uma pessoa que é militar –, os meus 5 milhões da saúde coloquei para equipar o Hospital Militar do DF com remédios e atenção, porque estavam faltando, para atender todos os nossos militares do Distrito Federal, que estava indo para uma penúria completa. Mas quero, no próximo ano, poder colocar a minha parte dos 50% de investimento na saúde onde for mais necessário, para que a nossa saúde do DF seja a melhor possível e a do Brasil também. Por isso, esse elenco de perguntas para nos orientar, inclusive, quando definirmos para onde vamos encaminhar nossas emendas à saúde, porque, agora, no mês de julho e no mês de agosto, vamos definir nossas emendas para o ano que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No ano passado, definimos como a emenda impositiva do Distrito Federal R$122 milhões para o Hospital do Câncer do Distrito Federal – e digo: emenda impositiva – e, até agora, o Hospital do Câncer do Distrito Federal não saiu do papel, mesmo a Bancada dos 8 Deputados Federais e dos 3 Senadores do DF tendo posto como emenda impositiva. No Ministério da Saúde, então, no orçamento dele, está prevista a liberação desses R$126 milhões da emenda impositiva do Hospital do Câncer no DF, mas não vimos sequer o lançamento da pedra fundamental e os encaminhamentos. Então, há coisas de gestão da saúde que precisam ser esclarecidas e mudadas.

Não é crível que estejamos com um Governo com apenas um ano e quatro meses e estejamos no terceiro secretário – no quarto, porque um ficou apenas dois dias como nomeado –, no quarto Secretário de Saúde e já indo, provavelmente, para o quinto daqui a uma semana ou duas. Então, isso não é crível na Capital do Brasil, cujo Governo eleito estava comprometido em resgatar o Saúde em Casa, fazer o Hospital do Câncer, trazer verbas e fortalecer a saúde.

A Portaria, como falei – e termino agora mesmo – nº 1.409, de 10 de julho de 2013, do gabinete do Ministério da Saúde, define o valor de R$23 como o mínimo da parte fixa do Piso da Atenção Básica, PAB fixo, para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Municípios e do Distrito Federal. O art. 1º dessa norma estabelece que o valor mínimo para o Distrito Federal passa para R$23 por habitante ao ano. Por sua vez, conforme critérios do Ministério da Saúde, os Municípios do País passaram a fazer jus a valores do PAB fixo que variam entre R$23 a R$28 por habitante ao ano – Brasília, R$23.

Diante disso, pergunta-se: os valores do PAB fixo são suficientes para assegurar oferta adequada dos serviços e ações de Atenção Básica à Saúde no Brasil? Há necessidade de reajustar esses valores? Qual é a magnitude do reajuste necessário para que a Atenção Básica de Saúde atinja a plena capacidade de fornecimento no País? O valor do PAB fixo no DF é suficiente para assegurar a oferta adequada dos serviços e ações de atenção básica? Qual o valor ideal para o PAB fixo no DF?

Então, quero que a minha assessoria, rapidamente, prepare cópia dessas perguntas, de tudo isso aqui, para passar para cada um dos debatedores da Mesa – pedi que não perdessem tempo em escrevê-las –, para que tenham conhecimento das perguntas todas.

Por necessidade, porque aquele que está escalado para operar não pode esperar, vamos passar imediatamente para o nosso representante do Sindicato dos Médicos, o nosso Vice-Presidente, uma pessoa que está há muitos anos na construção do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, que bem representa os vários sindicatos de médicos do Brasil inteiro. A palavra dele é como se fosse a dos vários sindicatos de médicos do País, do Dr. Carlos Fernando da Silva, que é o Vice-Presidente do Sindicato. O Dr. Gutemberg, inclusive, pediu-me para justificar que está em viagem para o Estado dele, que é a Paraíba. Por isso, exatamente, não pôde vir aqui representar o Sindicato dos Médicos.

Passo, então, para o Dr. Carlos Fernando, que vai ter inicialmente 10 minutos. A campainha tocará aos nove para você saber que tem mais um minuto, prorrogável por mais três. Então, haverá uma segunda campainha aos 12, para finalizar aos 13. O.k., Carlos? E, depois, se você puder ficar até o final, teria ainda mais 5 minutos de réplica. Então, Carlos Fernando com a palavra, do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa, Senador Hélio José, e agradeço pelo convite.

Infelizmente, quando recebi o convite, eu já tinha marcado essa cirurgia para 8h da manhã, e consegui postergá-la, no centro cirúrgico, para 10h30. Então, só terei alguns minutos para ficar aqui, e já estou saindo, mas eu não deixaria de vir aqui, em hipótese alguma, e gostaria muito de ficar até o final, porque achei muito bem elaborado tudo o que V. Exª leu até agora, todos os questionamentos, e acho que temos condições de realmente responder a isso, junto com a Mesa, com a experiência de todo mundo aqui, com a plateia; todo mundo está bem inteirado nesse assunto.

Rapidamente, de tudo o que foi questionado aqui, fiz algumas anotações enquanto V. Exª ia falando, acreditamos, hoje, na Estratégia de Saúde da Família como porta de entrada preferencial. Primeiro, o SUS é o maior modelo de implantação social de saúde do mundo, e isso deve ser resgatado em toda a sua plenitude. Como vemos esse resgate? Com gestão eficiente, controle de corrupção e dinheiro. Não há outro jeito. Só planejar também, se não houver dinheiro, não adianta. Vamos ficar com um monte de apostila, um monte de cabeção de gente boa, com muito conhecimento, elaborando, e sem execução. Não conheço nada que caminhe sem dinheiro. E dinheiro para isso este País tem, porque saúde é fundamental. E é um compromisso nosso, dos brasileiros, conseguir que o Governo ponha mais dinheiro na saúde, em relação até ao valor que é retirado do PIB do nosso País. Então, é com essa situação que nos deparamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Se eu tenho um remodelamento dos principais pontos que são atingidos em todo o Brasil, e andamos por este Brasil afora... Como o Senador falou, eu e o Gutemberg fazemos parte da Fenam (Federação Nacional dos Médicos) e andamos por este Brasil vendo toda esta degringolação que ocorreu e como realmente está a saúde. Já fiz medicina em nível primário, atendimento em centro de saúde, nível secundário, terciário e quartenário. Tenho 28 anos de formado e, agora, estou no sindicato há 10 anos, nesta missão.

Em Brasília, especificamente, na nossa união de todos os sindicatos da área da saúde, lutaremos até o final para a não implantação da ordem de OS. OS é uma mentira, OS é um engodo montado por empresários que estão interessados em atuar no fracasso do gestor público para ter lucro – lucro. E, perdoem-me aqui, há muitos políticos envolvidos com isso para fazerem suas campanhas no Brasil todo. (*Palmas.*)

Político que não é sério, porque tenho muitos colegas hoje que saíram de gestão, estão nas gestões privadas, montando OS para fornecer para muitos Governos em muitos locais e levar essa administração que deve ser de cunho do gestor público. Um dia, falei numa audiência para a qual fui convidado: sou funcionário público, sou parte do Estado, prestei concurso para atender a população. Tivemos um exemplo aqui, em Brasília, agora, no começo do Governo Rollemberg. Ele fez desmoronar tudo o que prometeu em campanha. Tivemos uma Adin, uma ação de inconstitucionalidade de algo que passou na Câmara Legislativa, foi aprovado por 24 Deputados, um aumento salarial de justa conquista de 33 categorias. Disseram que isso iria levar o GDF a um caos, Senador. Temos 250 mil servidores públicos e aposentados, colocando-se uma média de um para quatro, um para cinco dentro de uma família. Imagine o caos que foi não terem repassado o mínimo, metade, os 5%, do que deu a inflação, que deu 10%! Ele não repassou. E o que aconteceu com o comércio de Brasília? E como está a nossa Cidade? Fechando. Brasília está parando, como todos os Estados do nosso País.

Se realmente não tivermos um foco nisso... Eu não vou nem entrar na parte técnica, porque não vai dar tempo, pois, infelizmente, eu não vou ficar nesta Mesa.

Senador, esta Mesa não é para duas horas, isto aqui é um seminário, para ter um intervalo, um almoço, um café de tarde e ficar até a noite aqui discutindo e, com solução daqui, da competência que está aqui nesta sala hoje, levar ao Ministro da Saúde. O Sr. Ministro da Saúde, Ricardo Barros, que eu conheço, no terceiro mandato de Deputado Federal, tendo sido Prefeito de uma grande cidade no Estado do Paraná, Maringá – por lá, passei, dei várias aulas –, tem muita condição agora de pôr a mão nesse Orçamento e olhar para o SUS como tem de olhar. E acreditamos que a posição do senhor, do Reguffe e do Cristovam é aquilo que o senhor falou no início.

Só alguns pincelamentos para deixar para meus colegas que vão me suceder. Eu acho que, com a qualificação profissional, a mudança do modelo, no Mais Médicos, hoje, como estão querendo fazer, com a mudança que está vindo... No que eu acredito do que está vindo no projeto? A partir de 2018, o médico tem que passar um ano atendendo obrigatoriamente no Mais Médicos e, depois, se ele quiser continuar na especialidade, mais dois anos dentro da especialidade para se tornar médico de saúde comunitária. Tudo bem, mas eu pergunto: se não remodelarem as vagas de especialidade no SUS, ele vai querer continuar ou ele vai querer ser ortopedista, dermatologista, otorrino, que são especialidades que dão mais dinheiro? Isso tem que ser falado mesmo, gente. Eu sou corporativo no que tem de ser, não no que não tem que ser. Então, o cara passa lá só pela obrigação dele e, depois de um ano, vai embora, e continuamos nisso. E, no modelo hospitalocêntrico, quando vamos estancar essa sangria? Não tendo atendimento na ponta, vai para o hospital. Esse é o grande problema, Hélio. O senhor entendeu?

Sabem onde os pensadores do Ministério da Saúde se esbarram? No orçamento. Isso está claro. Se o orçamento não aumentar e não se estancar a corrupção, nós vamos ficar aqui filosofando, num seminário deste aqui, tão brilhante... Eu fiquei encantado de ver, parabéns pela sua assessoria, que muito bem preparou isso aqui, eu dei uma lida aqui, nessa demanda que temos visto em relação a se chegar a um centro de saúde e não ter resolutividade, se não colocarem dinheiro – eu vou frisar isto de novo –, não vai adiantar, porque o modelo é perfeito. Agora, chegando lá, se precisa de um raio X, seis meses; uma gestante não tem VDLR, criança nascendo com sífilis; não tem benzetacil; não tem vacina; ultrassom é artigo de luxo. Estou falando da obstetrícia, e as outras especialidades?

Nós fizemos um levantamento para entregar ao Governador Rodrigo Rollemberg, antes de ele assumir o Governo, da situação do DF: 2.000 joelhos para operar na Secretaria de Saúde, 800 vesículas, 900 cânceres de próstata diagnosticados, câncer de cabeça e pescoço, indo para o Araújo Jorge em Goiânia... E o Governador de Goiás ainda achando bonitinho o Oeste lá. Eu fui lá conhecer; o Gutemberg, do sindicato, foi lá. E os Tribunais de Contas estão com todos os relatórios do Brasil todo.

Eu estive no Rio. Os hospitais latinha, essas UPAs, são uma mentira, pois tiram do hospital terciário para pôr o colega no hospital, e o centro de saúde não atende. Ninguém mais entendeu nada. Há um curto-circuito na rede de saúde. Eu acho que UPA é interessante, se ela fizer o papel dela. Agora, eu tiro o profissional do terciário e ponho na UPA, onde eu não tenho nada, um hospital de latinha de hiperfaturamento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu queria até ter tempo para falar, Senador. Então, o senhor me convide de novo, que vou preparar para mostrar aqui. O negócio é de arrepiar o cabelo, como todo mundo sabe. Aí, eu não tenho atendimento lá, Helvécio, e não tenho no meio e não tenho no fim. Você vai ao Hospital do Gama, você vai ao Hospital do Paranoá, e há 70, 80 meninos para o atendimento de um pediatra!

Hoje, com a condição salarial que o Sindicato dos Médicos conseguiu para os médicos do Distrito Federal, que é um modelo para o País, que foi uma luta no governo Agnelo, mas conseguimos, o colega não quer mais o concurso, porque não tem condição de trabalho: "Carlos, eu não quero, não, ganhar 10 mil para 20 horas. Você está louco! Chegar lá e atender 70, 80 meninos!" E a ortopedia? A ortopedia está uma vergonha! Nós temos 40 pacientes internados esperando prótese de bacia. Deixe-me só dar um dado para vocês: prótese de bacia por acidente, protocolo, nas primeiras 48 horas, operado, de cada dez pacientes, um vai para UTI; nas 72 primeiras horas, operado, de cada dez, sete vão para a UTI...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Passou de vinte dias, sequela total. E a Previdência? Como que fica? Eu sei que o meu tempo está acabando...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Tem mais três minutos.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Eu tenho vários dados para mostrar para vocês. Eu fiz levantamento, nos últimos dois governos, de toda a situação do DF. Eu sei que há colegas que têm até mais dados do que eu aqui.

Eu cheguei a Brasília em 1988, vindo de São Paulo. Quando eu cheguei aqui, fiquei em contato com meus amigos, como até hoje, e falava para os meus colegas da USP: "A medicina pública do Distrito Federal é a segunda ou a terceira melhor do País, o modelo que nós temos lá." Hoje, eu volto para São Paulo e falo: "Eu acho que estou entre a primeira ou segunda pior do País", Infelizmente.

Esse modelo nosso do especialista no centro de saúde, para mim, já passou, já não dá. Só há o pediatra, o clínico e o gineco. E não vencem, eles não dão conta da demanda, não há recursos, Hélio.

A situação é, como porta de entrada, a Estratégia da Família, é a recuperação do SUS, é o Orçamento, o que vai ser debulhado aqui dentro. Eu não trouxe nada de novo – nem a roda, eu só estou empurrando a roda como ela tem que ser rodada e não ser jogada no chão e ser quebrada. Não está difícil, basta querer, basta os nossos governantes, os nossos políticos do nosso País, realmente, olharem a saúde com todo o carinho e todo o cuidado, colocarem dinheiro e estancarem a corrupção, porque gente boa para fazer gestão há.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Dr. Carlos Fernando, até pela pequena economia de tempo – dois minutinhos já são muito bons aqui para nós.

Dr. Carlos Fernando, compreendendo que o paciente não espera, pode ficar à vontade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ótimo. Se o senhor puder, melhor ainda.

O próximo agora é a nossa querida Dayse, porque o médico não anda sem o enfermeiro. E eu quero fazer uma homenagem à minha querida esposa, com quem eu convivo há 32 anos, que é uma enfermeira com muita dignidade, que está aqui, na plenária, que é nossa querida Edy. (*Palmas.*)

Ela foi também do Sindicato dos Enfermeiros e da Associação Brasileira de Enfermagem e até me colocou na política do caminho certo.

Eu quero dizer que a Dayse está voltando para resgatar uma luta muito grande, sem desprezo nenhum às últimas gestões dos enfermeiros. Esse era um sindicato de vanguarda no Distrito Federal, que conseguiu fazer uma sede própria num momento difícil. Chegou a ser Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal, por causa da importância daquele sindicato que estava numa luta em prol realmente da saúde, em prol da qualidade, num momento importante do País, que era exatamente nos anos 80 e 90.

Então, eu quero, mais uma vez, cumprimentá-la e parabenizá-la pela diretoria que compôs. Você vai ter, Dayse, como eu falei inicialmente, dez minutos – no nono minuto, há uma campainha – e, depois, mais três minutos.

O Dr. Carlos Fernando fez uma colocação aqui e eu gostaria que todos que vão falar de agora para frente digam se concordam. Se concordarem, organizaremos eu, Reguffe e Cristovam – eu falo em nome dos dois –, juntos, um seminário aqui no Interlegis para aprofundar esses temas colocados, porque é realmente um dia inteiro de debates para discutirmos o SUS. Seria muito importante, porque o Ministério da Saúde viria com muito mais subsídios, assim como a Secretaria, os demais interlocutores e o Conselho de Saúde.

Vamos passar a palavra para a nossa querida Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Dayse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª DAYSE AMARÍLIO DONETTS DINIZ – Bom dia, bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar a Mesa na presença do Senador Hélio José, que tanto abrilhantou o nosso evento, agradecer esta oportunidade e mandar um abraço querido à nossa colega que tanto colaborou para o Sindicato dos Enfermeiros.

É realmente uma nova gestão. Estamos há três semanas na gestão do Sindicato dos Enfermeiros, numa gestão colegiada de muitos desafios. Estamos sendo recebidos numa prova de fogo. Não estamos conseguindo nem parar dentro do sindicato, nem conseguindo organizar – eu acho que eu ainda não consegui nem sentar na cadeira lá –, porque são muitas coisas. As coisas estão acontecendo de uma maneira muito rápida. No GDF e no Brasil, estão pipocando tantas coisas em relação à saúde, e nós estamos realmente na UTI.

Eu queria parabenizar por esta oportunidade, porque são muito necessários esses espaços de discussão, principalmente neste momento, Senador.

Pode passar.

Vocês já sabem disto aqui. A Atenção Básica é o começo de tudo e seria, realmente, a solução de tudo. Na assistência primária, conseguimos promoção, proteção, prevenção, diagnóstico, tratamento e uma assistência integral.

Pode passar.

Sabemos que hoje há o modelo convencional e a Estratégia Saúde da Família.

O foco principal do modelo tradicional, do modelo convencional é a doença, a cura, em que vamos buscar o tratamento. São coisas pontuais, são as crises, com problemas específicos. Na organização, temos ali acesso restrito. É uma cultura de valorizar os especialistas, os médicos. E há uma coisa muito passiva do usuário, que não participa.

Na Estratégia Saúde da Família, a proposta seria, o foco, a saúde, a integralidade, o acolhimento, a prevenção, a cura, a ação integral e contínua na população alvo, que seria aquela população adscrita daquela equipe. É uma coisa abrangente, em que, na organização, não é a figura central o médico especialista, mas o médico de saúde da família, os generalistas e uma equipe multiprofissional, que é quem faz a saúde. E também ali há o controle social, de que tanto sentimos falta hoje, com a participação e o controle social. Não vemos a população construindo e nem o gestor chamando e promovendo momentos para que a população possa construir.

Pode passar, por favor.

Eu trouxe algumas coisas e eu queria pedir permissão para falar, como enfermeira, aqui, pelos profissionais de saúde. Por quê? Porque acredito que o movimento sindical é feito de ações da categoria, da base, que tem que estar aliada aos problemas sociais. E acredito também que o sindicado trabalha com uma questão de alteração da consciência das pessoas. Temos essa capacidade de mudar a realidade de onde estamos. Não acredito que nós vamos fazer um sindicato burocratizado, não queremos isso, como vemos hoje sindicatos que respondem ao aparato, são respostas ao aparato do governo. Então, peço licença para falar pelos profissionais de saúde e pelos usuários.

Vejo o seguinte: que o problema é um incentivo ao modelo tradicional, hospitalocêntrico, centrado na figura do médico. A gente sabe que existe um *lobby* – existe dentro da Câmara, existe dentro do Governo – realmente dos empresários, dos donos de hospitais, dos donos de laboratórios, que vão sempre prezar por esse modelo hospitalocêntrico, centrado na figura do médico tradicional e curativo, porque o que dá dinheiro é a doença, não é a promoção à saúde.

Nunca houve, de fato, o interesse de investimento na assistência primária, nunca aconteceu isso. Por isso a gente vê a pirâmide se inverter. Tudo começa na Atenção Primária, mas a gente sabe que hoje um atendimento, por exemplo, na UPA, gera em torno, mais um menos, de R$600 por atendimento, por todo o aparato e toda a corrupção que foi colocada para formação dessas UPAs. E 65% dos usuários atendidos nas unidades de pronto-socorro, de pronto atendimento, poderiam ter seus problemas resolvidos na assistência primária, podendo esse número chegar a até 80%.

No Distrito Federal, temos uma cobertura de assistência primária, de estratégias, de 30,88%. Temos 66 centros de saúde, 170 Unidades Básicas de Saúde e 240 equipes de Saúde da Família.

Pode passar por favor.

Coloquei alguns problemas que vivenciei nesses treze anos de assistência praticamente primária. Fui residente, trabalhei na assistência secundária, mas minha formação mesmo é de assistência primária, assim como vários diretores dos sindicatos são de assistência primária. Então, a gente entende bastante essa realidade do que a gente passa na assistência primária.

As questões estruturais. A gente tem equipes funcionando em locais completamente precários, locais cedidos, alugados. Hoje o profissional em equipe está ali, amanhã não está mais. Então, a gente nem sabe se vai permanecer naquele local. São locais onde, muitas vezes, não se tem o mínimo para trabalhar, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

não se tem local para colocar um cabo para ligar a Internet. Vivemos de mudança de local em local. Há várias unidades nessa situação.

A falta de insumos, a falta de equipamentos. A gente sabe que faltam insumos, em todas as situações, mas é um absurdo a gente, por exemplo, não ter exame para terminar o pré-natal. A gente teve que comprar, muitas vezes do nosso bolso, penicilina para tratar sífilis em gestante.

Não temos veículos, muitas vezes, para fazer as visitas domiciliares. Não estou falando disso muito longe, não. Estou falando em lugares mais centrais. Por exemplo, para fazer uma visita de pesquisa de mortalidade materna, eu vou no meu carro; coloco gasolina e vou no meu carro, porque ficam lá, uma, duas, três semanas... A chefe ainda fala assim: "Mas você vai no seu carro? E se houver um acidente?" E aí? As visitas vão ficar por fazer? A gente não tem carro para fazer as visitas domiciliares. E a gente conta, muitas vezes, com o bom senso e com a boa vontade do profissional em fazer a saúde acontecer.

Problemas na informatização. A gente não tem, muitas vezes... A gente tinha, há muito tempo, quando era fundação ainda, a Sala de Situação em Saúde, onde recebia e repassava esses dados. Agora, a gente era Siab, depois Pmaq, então, não sabe mais. Os dados não são consolidados, não chegam. Sou uma enfermeira que faço vários procedimentos na unidade de saúde e não tenho nem onde registrar esses procedimentos. Tem procedimentos que você vai buscar e onde a enfermeira vai colocar que coletou a prevenção? Ou que fez, por exemplo, aplicação de ácido tricloroacético no condiloma? Não tem. Você faz, mas não consegue provar que fez. Se você não consegue provar que fez, você não recebe a verba daquele procedimento.

O problema dos dados que são inconsistentes. A gente tem poucos médicos que são especialistas em saúde da família e da comunidade. A maioria vem, como se fosse uma promoção, do hospital para o centro de saúde. As equipes não têm responsáveis técnicos, as equipes de Saúde da Família. Então, a enfermeira acaba fazendo tudo, cuidando do que quebra, cuidando da estrutura, não temos ninguém para ser o responsável técnico, para saber para quem vai se realocar nos problemas.

Distribuição irregular de servidores. Aí falta gestão. Não é pela necessidade; às vezes, vão mais pelo coleguismo. Então, a gente fica com muita assistência nas zonas centrais e a periferia vai sendo esquecida.

Falta de treinamento. E falo, dentro da falta de treinamento, que o enfermeiro tem que tomar mais posse daquilo que ele pode fazer, porque a gente é o elo de ligação entre a equipe. A gente faz muita promoção e prevenção à saúde. Só que, infelizmente, os protocolos da Secretaria de Saúde estão vencidos, e aí, muitas vezes, a gente perde o aparato legal de algumas ações que o enfermeiro pode fazer dentro dos fluxogramas de abordagem sindrômica, porque os protocolos estão vencidos. E em nenhum momento o gestor nos chamou para compor ou para construir esses protocolos.

Não existe diretoria de enfermagem dentro da Secretaria de Saúde. A diretoria de enfermagem foi desmontada. E os enfermeiros, inclusive, são realocados por uma questão administrativa. Cada vez mais temos perdido espaço dentro dessa nova gestão.

(Soa a campainha.)

A SRª DAYSE AMARÍLIO DONETTS DINIZ – Mais três minutos – mulher fala muito, não é gente?

Os protocolos estão expirados, as equipes não são consistidas de uma maneira completa. Quando você não tem a equipe completa, você perde uma parte da captação dos recursos. E ainda temos dois modelos assistenciais funcionando ao mesmo tempo, às vezes, no mesmo local. A gente tem, às vezes, o Centro de Saúde e a Equipe Saúde da Família funcionando no mesmo local. E, às vezes, cada uma com um tipo de atendimento, com uma agenda; um trabalha com agenda fechada, outro com agenda aberta, com um médico que é generalista, e o outro não.

Pode passar, por favor.

Aí quero desabafar agora e falar que me preocupa muito ver gestores falando que o SUS está grande demais e me preocupa muito a questão das organizações sociais. Venho aqui dizer, em nome do Sindicato dos Enfermeiros, que estamos nos mobilizando, graças à Deus, unindo os sindicatos. Não vai ser fácil as OSs entrarem aqui. Estão querendo nos empurrar isso goela abaixo, pegando uma Lei de 2008, que foi usada em Santa Maria, e foi, inclusive, provado que não deu certo, está sendo investigada. As OSs são para quem quer roubar ou deixar roubar para pagar dívida de campanha, dívida de governo. A gente não vai permitir isso no Distrito Federal. Vamos lutar até o fim.

Estamos passando de regional em regional para explicar aos usuários... Inclusive, os usuários não sabem o que são OSs. A gente tem Deputados, inclusive, que não sabem o que são as OSs, como vimos agora, no PELO 43, a própria Deputada falando: "Vou votar sim, porque não sei o que é a OS."

Então, vamos trabalhar para mostrar que foi, em todo o Brasil, uma lavagem de dinheiro e um desmonte do SUS. Temos que mudar paradigmas. O que tem que ser feito, como o colega falou, é acabar com a corrupção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nesse País. Enquanto não acabarmos com isso, não vai ter fim. Temos que pensar que a saúde tem que estar centrada no usuário e não em *lobbies* que são feitos.

Tem que haver transparência e controle social. A gente precisa que o Conselho de Saúde se posicione de maneira incisiva e também de uma construção com os profissionais e com as entidades de classe.

Queria só terminar falando sobre isto: que uma pessoa de sucesso sabe que é importante, mas sabe que não pode fazer nada sozinha. Gostaria muito que o Governo nos chamasse, porque falam que não têm dinheiro, e a gente tem alguns dados que podem provar que, como o próprio colega colocou e outros vão colocar... Queria me ater mais à questão técnica da minha vivência como enfermeira em assistência primária. Vamos chamar para construir. Em momento nenhum esse Governador honrou... E não nos chamou para construirmos alguma coisa. Então, vamos pensar, vamos construir, vamos chamar os sindicatos, os controles sociais, vamos empoderar os Conselhos Regionais de Saúde, que estão inclusive nessa luta conosco, vamos ouvir o Controle Social, porque existe uma forma de construção conjunta. Mas dessa forma impositiva, tentando fazer a gente engolir as OSs, não vai ser fácil.

Governador, OS aqui, não.

É isso que deixo aqui. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor, a Plenária não está autorizada...

José Luis Miranda Maldonado, do Conselho Federal de Farmácia, queria agradecê-lo pela presença.

Queria agradecer também a presença do meu amigo João do Violão, Presidente da Associação Comercial do Itapoã, que muito me honra, e também do Conselho de Saúde do Paranoá, que muito me honra pela sua presença.

João Cardoso, presidente do sindicato dos técnicos de saúde no Distrito Federal, também é um prazer ter sua presença aqui.

Gostaria que outros me dessem aqui o nome para o anúncio, e falarei aqui, com toda tranquilidade.

Solimar Mendes, Presidente da UnaSUS Sindical, Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS. Muito obrigado, Solimar. Depois queria que você passasse no meu gabinete. Gostaria muito de conversar com você. Marque uma audiência lá com minha secretária, a Carmem, porque gostaria de conversar sobre a UnaSUS Sindical e sobre essa questão do serviço do SUS, na visão de vocês, que representam o pessoal que trabalha na Datasus, na Denasus, que é uma fonte a ser cuidada.

Queria dizer a vocês o seguinte: isso é uma sequência de uma série de audiências públicas que estamos fazendo sobre a saúde. Uma é essa que estamos fazendo, da saúde primária. Vamos fazer outra, que já está devidamente aprovada na Comissão de Direitos Humanos, a respeito da gestão da saúde no Distrito Federal e no Brasil, onde vamos discutir essas problemáticas da gestão. Convidamos o secretário, que está aqui bem representado pelo Coordenador de Atenção Primária, que é a pessoa certa para estar aqui mesmo. Com certeza, deve ter debatido lá com o secretário, internamente, para ter as posições, como está aqui também corretamente representado o Ministério da Saúde, pela Coordenadora-Geral de Gestão da Atenção Básica do Ministério da Saúde. Então, vamos convidar os envolvidos.

Também fizemos audiência pública sobre a questão do suicídio. Devemos retomar uma outra audiência pública sobre essa questão do suicídio, porque é fundamental, tem aumentado sobremaneira, principalmente nas corporações, em alguns pontos do Distrito Federal.

Estou falando isso tudo, Jorginho, para já ir se preparando, porque você é o próximo.

Digo que é importante a gente dar uma sequência. Essa provocação do seminário, e eu já vi que a Dayse concorda com isso pela intervenção dela, foi uma provocação do Carlos Fernando, e eu, em meu nome e dos dois outros Senadores do Distrito Federal, estou sugerindo fazer um dia inteiro de seminário aqui para discutir o SUS, para discutir essa problemática da gestão e uma série de questões Brasília-Brasil. Então, junto com os sindicatos, junto com os órgãos governamentais, podemos organizar toda uma agenda de debates para propiciar à nossa população realmente uma colaboração para fazer a coisa acontecer.

Com relação às OSs, depois deste debate, inclusive, talvez a gente vá fazer uma audiência pública específica sobre OS. A gente deve fazer uma CPI das OSs, pelo menos eu vou pedir CPI das OSs... (*Palmas.*)

...para a gente poder ver como fazer, porque são absurdas algumas questões que a gente ouve sobre essa questão. E a gente precisa apurar, em relação ao dinheiro público, onde está sendo usado, de que forma está sendo usado, para evitar alguns problemas que possam causar. Então, a gente deve, depois, juntos, fazer um pedido de uma CPI das OSs, que vai depender de auxílio, de assinatura de outros Parlamentares e coisa e tal, para a gente poder discutir esse tema com mais profundidade, especificamente isso. E espero que o GDF,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

em vez de querer pôr OSs, cumpra o seu programa de governo, que previa a implantação do Saúde em Casa para complementar os trabalhos da saúde pública aqui no DF.

Vamos passar para o Jorge.

Gente, nós ouvimos os médicos, nós ouvimos os enfermeiros, e vamos ouvir o outro tripé básico, porque a saúde não funciona sem o médico, sem um enfermeiro, e sem os técnicos de enfermagem, sem os administradores hospitalares, sem as pessoas que fazem a enfermagem acontecer, sem os limpadores, sem as pessoas do atendimento, sem as pessoas do dia a dia, que são exatamente toda aquela parcela de profissionais fundamentais para o hospital funcionar que o nosso Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Saúde e Vice-Presidente do Sindicato de Saúde aqui no DF, Jorge Viana, representa.

Então, Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA – Bom dia, Senador. Em nome do Senador e da nossa colega, Drª Dayse, Presidente do Sindicato, eu cumprimento todas as pessoas aqui da plenária.

Mais uma vez, é um prazer participar aqui desta audiência pública. Eu vejo que o Senador Hélio José vestiu a camisa mesmo na saúde pública no DF. E digo mais: além de o Senhor pedir para os colegas Senadores da bancada do DF ajudarem nesse movimento contra as Organizações Sociais, pedimos que eles façam isso claramente, declaradamente, para a população, porque eu estou vendo muito Parlamentar dizendo que é contra só aqui dentro da Casa, e nós temos que ver isso na rua. (*Palmas.*)

Na rua, que eles têm que mostrar, como nós estamos fazendo.

Bom, pessoal, nós fizemos uma trinca aqui, o que não foi combinado, mas eu achei bastante interessante, porque o Carlos, do Sindicato dos Médicos, e a Dayse, do Sindicato dos Enfermeiros, fizeram a explanação de temas evidentemente relevantes para o nosso tema, só que vou-me ater à questão trabalhista, à questão do trabalhador, porque não adianta nós termos um atenção primária excelente se nós não temos os trabalhadores daquela atenção primária, secundária, terciária ou quaternária, se há deficiência.

Então, nós vamos mostrar aqui uma deficiência que talvez vai incomodar muita gente, principalmente o Governador, porque nós tivemos acesso a uns dados – não são confidenciais, mas não foram também divulgados –, nós conseguimos esses dados e vamos divulgar agora aqui no Senado para todo o Brasil. E, a partir deste momento, nós vamos começar a fazer denúncia, baseada nos dados oficiais na Secretaria de Saúde a que nós tivemos acesso.

Bom, para a gente entender como é que funciona a saúde, e eu diria especificamente a do Distrito Federal, eu já vou fazer um comentário que eu sempre faço nas nossas falas. O servidor da Secretaria de Saúde, o servidor da saúde em geral, o servidor público, é tratado não como um ser humano, e, sim, como máquina e horas. Em todo momento, em todas os relatórios que nós vimos aqui, nós só ouvimos falar em horas. Ou seja, nós trabalhadores, para os gestores, somos apenas horas. Por que isso? Porque nós temos dados aqui que mostram que hoje nós temos 32.383 servidores efetivos na Secretaria de Saúde, 462 comissionados e 393 temporários, e nós temos um total de 1.225.906 horas semanais. Pronto. É assim que eles fazem relatório, dizendo que nós temos tantas horas. Aí eu pergunto: será que essas horas são efetivas? Será que nessas horas estão trabalhando? E, se não estão trabalhando, por que não estão trabalhando? Mas, não. O que é feito, a contagem é se eu tenho um servidor que faz 20, ou 40, ou 24 ou 30 horas. Ele é contado como horas, mas nós não sabemos se esse servidor está realmente atuando, porque ele pode estar doente. Ou alguém tem dúvida que nós temos uma categoria doente?

Nós temos uma categoria doente, inclusive suicida, e vai ser bastante relevante, quero participar, essa audiência sobre o suicídio, porque não é veiculado, por conta de um acordo na impressa de não veicular suicídio, mas nós temos vários suicídios na enfermagem, muitos. Nós somos a categoria mais suicida, e não é divulgado. Pois bem, é uma crítica que eu faço com relação às nossas horas.

Nós tivemos, em janeiro de 2016, 1.455 nomeações, e, em março, 588, para suprir os contratos temporários, essa última chamada. Em 2015, nós tivemos 800 aposentados. Ou seja, 31.080 horas. E, agora, em 2016, nós tivemos 80 aposentados, 3.108 horas. Ou seja, trocando em miúdos, entre o que foi convocado e o que saiu, não cobriram o déficit. E o governo sai contando aí para todos os cantos que tivemos mais de mil nomeações, mas essas mil nomeações não supriram nem os aposentados. E digo mais: se nós conseguirmos aposentadoria especial, aos 25 anos de serviço, nós temos pelo menos mais 30% da Secretaria de Saúde, ou seja, mais de 10 mil servidores que estão prontos para se aposentar, e não se aposentam porque nós estamos com a dependência da legislação. Enfim, o caos pode piorar mais ainda.

Mas o fato são as Organizações Sociais. Nós temos aqui uma nota técnica, que passei para os senhores na mesa. Essa nota técnica foi feita pela Secretaria de Saúde, não foi pelo sindicato, nós não inventamos nada, embora nós não concordemos com alguns dados aqui, porque uma outra coisa... E eu até chamo a atenção do Ministério da Saúde, que está aqui na mesa: eu acho que já passou da hora de o Ministério da Saúde fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

intervenção na saúde do Distrito Federal, porque nós temos aqui grandes fraudes, fraudes em vários sentidos. Por exemplo, nós temos, em unidades de UTI, uma empresa privada, aqui em Brasília, que faz atendimento em cem leitos de UTI, mas nós não temos cem leitos cadastrados no Ministério da Saúde. Nós não temos repasse do Ministério da Saúde pelos cem leitos de UTI, mas o GDF repassa cem leitos de UTI para essa empresa.

Então, essa falta de gestão de que tanto se fala é justamente por isto, como a Dayse falou: nós fazemos os procedimentos, mas o GDF não consegue fazer esse faturamento e mandar para o Ministério. Olha o prejuízo que nós estamos tendo, financeiro, porque não temos uma equipe que faça essa efetivação!

Então, nesses dados, chama a atenção – e aí eu queria mostrar, está ali na nota, como eu falei isso não foi do sindicato, isso é uma nota técnica da Sugep, que é a Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Saúde, que fez um balanço de aposentadoria, licença-prêmio e nomeação – um detalhe que a gente sempre vem falando também nessas audiências: que nós temos um grande número de horas extras na Secretaria de Saúde. Há muito tempo, há mais de cinco anos, nós temos hora extra ali no limite de aproximadamente R$13 milhões por mês sendo pagas pelo GDF. E nesse cálculo que foi feito pela Sugep, pela Secretaria de Saúde, vocês vão ver o que aconteceu, o que está acontecendo.

Pode passar, por favor.

Pois bem, aqui nós temos os dados de aposentadoria. Esses dados vão estar disponibilizados, pessoal, aqui na página da Casa, então vou pular essa primeira parte, que são números.

Pode passar.

Bom, nós fizemos uma avaliação que fala que, em horas extras – aqui na Secretaria de Saúde, pessoal, nós temos dois grupos de pessoas, aqueles que trabalham 20 horas semanais e os que trabalham 40 horas semanais, e a maioria dos trabalhadores querem trabalhar 40 horas semanais –, fizeram esse balanço e os valores gastos com horas extras foram de R$12,5 milhões. Se a gente cortasse essas horas extras, daria para nomear 1.966 novos servidores a um valor de R$7,949 milhões e ainda sobrariam R$4,566 milhões para completar as horas extras. E as horas extras, de acordo com o documento aqui, nunca vão acabar, porque são necessárias, de acordo com o documento.

Vamos avançar. Próxima.

Fazendo um outro balanço, está lá: R$12,516 milhões em horas extras dariam para fazer ampliações de 800 servidores, de 20 para 40 horas semanais, e ainda daria para contratar mais 1.156 novos servidores; no valor total, isso daria em torno de R$7 milhões e sobrariam ainda R$4,290 milhões.

Pode passar.

O interessante, pessoal, agora que vem o pulo do gato, é que esse trabalho foi feito, o antigo Secretário de Saúde, Fábio Gondim, foi para a televisão, fez entrevista, falou que a intenção era diminuir as horas extras, nomear e ampliar a jornada de trabalho do servidor – como eu falei anteriormente, o servidor está cansado, o servidor precisa ser oxigenado com os novos servidores, e existe um concurso público para nomeações com mais de 10 mil pessoas aprovadas –, e o Governador simplesmente não está nomeando, com base em dados fictícios de valores da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Vamos passar para a outra lâmina.

Então aí vem a pergunta: organização sociais na atenção primária são necessárias? Porque, aqui no DF, o Governador quer implementar as organizações sociais na atenção primária, alegando falta de servidores, alegando falta de assistência, enfim. Só que nós andamos basicamente em todos as regionais e vimos que o problema não é o...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA – ... servidor público, e, sim, a retaguarda desse servidor público.

Na UPA da Ceilândia, por exemplo, nós temos uma máquina, o AQT90, que faz exames de enzimas cardíacas, que não funciona há mais de... Aliás, funciona, mas está, há mais de um ano, parada, porque não tem reagente. A Secretaria de Saúde não está pagando o reagente, não está comprando o reagente. Por isso, essa máquina está parada, sendo necessário fazer exame no Incor, e aí há um gasto bem mais elevado.

Com esse recurso, se a gente diminuir essas horas extras, nós teremos uma possibilidade de ter 1.930 novos servidores.

Pode passar.

Na entrevista que nós citamos, o próprio Fábio Gondim falou – em um blogue aqui do Distrito Federal, Política Distrital, do jornalista Kleber Karpov – justamente que não haveria necessidade de implementação de OS, e, sim, de se fazer esse remanejamento de horas extras, acabar com as horas extras, diminuir consideravelmente e fazer o contrato de novos servidores, bem como a ampliação da jornada de trabalho.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Aí, estará disponível também, não será possível ler.

Vamos para a última.

Bom, e sobre as OSs, quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, trouxemos também aqui dois pareceres do Tribunal de Contas do DF que foram pedidos pelo Governo, em 2015. E aí eu quero ler aqui, na íntegra, essa parte que fala o seguinte, pessoal:

> O Tribunal [de Contas] [...] decidiu: [...] informar [...] ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal que o Tribunal considerará, para a verificação do cumprimento do limite previsto no art. 19 da LRF, as despesas com pessoal dos contratos de gestão firmados pela Administração quando a mão de obra envolvida na execução desses ajustes configurar a substituição de servidores e empregados públicos, nos termos do §1º do art. 18 da LRF e dos critérios definidos na alínea "b" do item III da Decisão [tal]; autorizar o levantamento do sobrestamento do processo [tal]; a juntada de cópia das folhas 37/38, que tratam do item [tal] [...].

Ou seja, nesse parecer, o Tribunal de Contas está afirmando que qualquer contratação, para substituir a força de trabalho de servidor, entra na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não há por que o Governador insistir em dizer que estamos na LRF e, por isso, vai contratar uma Organização Social para que ela possa gerir, e nós saímos da LRF. Isso é uma grande mentira, bem como também é uma mentira que estamos, a todo quadrimestre, na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque toda vez que baixamos o limite o Governador faz nomeações, como no último primeiro quadrimestre, em que houve agora, no dia 29 de abril, uma grande nomeação de mais de 500 cargos comissionados. Ou seja, no último dia do primeiro quadrimestre, o Governador, sabendo que o limite iria cair, nomeou, e, assim, voltou para o limite prudencial. Então, essa é a jogada que o Governador está fazendo, porque ele quer, de todo jeito, implementar as OSs aqui no DF.

Pode passar.

Bom, mais uma vez, foram falados e publicizados no blogue os dados que foram feitos aqui pelo então Secretário de Saúde Fábio Gondim.

Pode passar.

Aqui há esses documentos, a decisão do Tribunal de Contas, que eu acabei de ler.

Pode passar.

Pois bem, pessoal. Eu queria ler só o final do relatório para ver o que aconteceu depois. No final do relatório, a Subsecretária que fez o documento, e demorou muito para fazê-lo, que corresponde a um levantamento de dimensionamento, em que foram feitas todas as... E fala o seguinte...

Tenho tempo ainda, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA – Tenho. Não é?

Vou ler aqui o final:

> Não obstante, já nas primeiras unidades de dimensionamento, confirmamos a carência de profissionais médicos, principalmente na especialidade de clínica médica, técnico de enfermagem, técnico-administrativo.
>
> Para esses cargos especialmente simples, a ampliação de jornada não é capaz de suprir a carência. Por esse exposto, solicitamos a V. Sª que envie esforços junto à Governança do DF, no sentido de autorizar esta Secretaria de Saúde do DF a autorizar a concessão de 800 ampliações de jornada de trabalho; autorizar a admissão de servidores, conforme quantitativo na tabela seis; autorizar o teto de 4 milhões/mês, considerando toda a SES para realização de horas extras a partir da efetivação das ampliações de jornada e a admissão solicitada nos itens anteriores.

Ou seja, resumindo tudo isso – em pouco tempo, não dá para falar muita coisa, mas, resumindo –, o Secretário Fábio Gondim e a Subsecretária da Sugetes, Flávia, fizeram todo o levantamento, dizendo que, se a gente diminuir as horas extras, nós podemos nomear e ampliar a jornada de trabalho. O que aconteceu? Assim que eles entregaram isso aqui para o Governador, ele foi demitido – o Fábio Gondim foi demitido!

E a intenção do Fábio Gondim não era colocar a OS; a intenção do Fábio Gondim era arrumar a casa. O Governador fez o quê? Ele o demitiu. Por quê? Porque ele não quer dados; ele quer implementar as OSs. E aí se corrobora tudo o que o Carlos falou sobre as OSs, e não vou ser prolixo aqui em falar.

Então, pessoal, o que está acontecendo? Está acontecendo um grande esquema aqui no DF, em que o Governador quer, porque quer, implementar essas Organizações Sociais. Por quais motivos? Aí nós temos di-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

versas sugestões, opiniões e até diversas intenções, mas o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem começou um trabalho intensificado, desde o início 2015, com relação às OSs. Nós fomos até taxados, no início, de alienados, porque nunca se falou em OS. Nós começamos a falar, e aí o fantasma agora apareceu de verdade para todo mundo.

O Governador quer implementar as OSs, e nós não vamos jamais admitir isso, porque, como nós falamos, como já foi falado aqui, gestão, gestores nós temos;...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA – ... o que falta é autonomia para eles; o que falta é nomear os nossos servidores que foram aprovados em concurso público, porque servidor público não é apenas um prestador de serviço; servidor público, além de tudo, é um fiscal. Imaginem se nós não tivéssemos fiscais na saúde! Imaginem se nós tivéssemos os trabalhadores trabalhando de forma precária, sem poder falar nada, porque senão seriam demitidos.

Então, esse é o papel do sindicato. Eu acredito que, com esses dados aqui, agora, a gente "viscerou" os problemas de verdade, com relação ao quantitativo de servidores da Secretaria de Saúde. Está certo?

Senador, mais uma vez, obrigado.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado ao Jorge Viana.

Eu gostaria de anunciar aqui a presença da nossa querida Nelita, que é do Conselho de Saúde da Fercal, Sobradinho, uma companheira lutadora da saúde, aposentada do Ministério da Saúde.

Gostaria de anunciar a presença aqui do Antônio Rogério Gonçalves de Oliveira, da Associação Caminhada Mariana, Presidente de Samambaia; da Rose Monteiro, que trabalha como assistente social e representa o Centro de Saúde 6, da Ceilândia, que está aqui a convite do nosso querido Guarda Jânio; e de várias outras pessoas que aqui que estão presentes colaborando com esta audiência pública.

Eu queria convidar aqui para mesa, para sentar na cadeira do sindicato que os médicos deixaram, a Jovita José Rosa, Diretora de Assuntos Parlamentares do Unasus (União Nacional dos Auditores do SUS). Queria que a Jovita preparasse uma fala de cinco minutos, que vai ser feita depois da fala do Conselho de Saúde, na visão da União dos Auditores do SUS sobre o que está pegando e o que se pode melhorar.

Então, os cinco minutos a que o Carlos Fernando teria direito para falar, eu vou ceder ao Unasus, para podermos – sem atrasar o nosso cronograma aqui – saber da posição do Unasus (União Nacional dos Auditores do SUS), quanto ao que está pegando para que o SUS, de fato, seja aquilo que todos nós desejamos.

Em relação à denúncia que o Jorge Viana colocou sobre o cálculo da questão das horas, que comprova que está faltando a troca de hora extra, o que é um absurdo, por servidores, para poder não haver a colocação – essa é a denúncia aqui colocada –, carece realmente de uma apuração adequada junto à Secretaria de Saúde. Eu queria ter esse documento em mãos e vou solicitar, oficialmente, ao GDF esclarecimentos sobre essa questão, inclusive, para servir de subsídio à CPI da OS que a gente quer fazer. (*Palmas.*)

E isso pode ser uma das motivações para fazermos a CPI da OS.

Então, a gente quer verificar essa situação, porque é muito estranho um governador ganhar as eleições com a minha ajuda, que sou Senador da República, era o primeiro suplente; com a ajuda do Senador Cristovam; com a ajuda do Senador Reguffe; e com a ajuda de toda Brasília, com o compromisso de resgatar o Programa Saúde em Casa e vir depois querer acabar com a saúde do DF, colocando OSs para tomar conta das nossas questões. Quer dizer, isso é um absurdo, e não conta com o apoio desta Casa, nessa questão, pelo menos com o nosso, da Bancada do DF, da qual estou encarregado de falar em nome, sobre essa questão de OSs. (*Palmas.*)

Vamos ouvir o nosso importante representante da comunidade, o nosso representante dos usuários de todo o setor, que é o Conselho de Saúde. A gente, inclusive, entrou em contato com o Conselho Nacional de Saúde, para que ele possa vir participar também do debate no seminário que nós estamos propondo, e vamos organizar juntos. Com certeza, o Conselho de Saúde local, que sempre tem nos prestigiado com participações importantes, tem muita contribuição a dar nesse tema.

E vamos ouvir aqui, com tranquilidade, o nosso querido Helvécio, Presidente do Conselho de Saúde do DF. Dez minutos inicialmente, com os mesmo três minutos de tolerância.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas!

É uma oportunidade ímpar, é um prazer estar aqui mais uma vez.

E, pela ótica do controle social, Senador, se nós fizermos um recorte no tempo, nos últimos 30 anos da saúde pública do Distrito Federal, até mesmo antes da promulgação da Constituição cidadã, em 1988, os problemas são os mesmos – os mesmos problemas! –, em que pese o Distrito Federal ter, através do seu modelo de assistência à saúde pública, como base as discussões do SUS à época da Constituinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E eu vou direto ao ponto. Quanto às perguntas apresentadas pela sua assessoria, as respostas, humildemente, o Conselho Saúde do Distrito Federal tem, através da Resolução nº 445; da Resolução nº 448; da Resolução nº 430; que nós chamamos de Diretrizes Estruturantes de Consolidação do SUS no Distrito Federal, porque os problemas referentes ao SUS no DF são os mesmos de todo o Brasil.

Eu digo, sem nenhuma preocupação com o debate, o SUS precisa ser revisto? Precisa, primeiro porque você tem o estabelecimento de oferta de serviços completamente apartado da real necessidade da população. O maior problema do SUS é o controle. Não se tem controle, inclusive das informações gerenciais para a tomada de decisão. Qual empresa funciona, qual empresa tem efetividade, tem excelência sem o controle da gestão, sem as informações gerenciais? A desculpa é a mesma: falta dinheiro, não tem investimento, falta pessoal, falta aquilo...

Aí eu oportunizo também pedir que, na próxima audiência, tragam representantes dos usuários para sentar à mesa e fazer ouvir sua voz, porque ouvir os técnicos, ouvir os trabalhadores, ouvir os gestores é muito bom, mas é importante ouvir o cidadão e a cidadã, que sofre na pele diuturnamente esse sistema amorfo, em que ele não tem identificado os seus direitos como referência de serviço quando ele necessita, principalmente na Capital da República.

Nós não vamos discutir no Conselho de Saúde a questão de OS, porque isso já foi etapa vencida pela 9ª Conferência de Saúde do Distrito Federal, que veda a terceirização, a privatização, é pelo SUS 100% público de qualidade. A instância que resta hoje política no DF é a Câmara Legislativa. No Conselho de Saúde, isso já foi pacificado, porque, se fizermos uma retrospectiva, todos os modelos já tivemos aqui no DF: fundação direta, OS, serviços terceirizados, etc, etc. Qual é a novidade de OS, principalmente para aqueles que se apresentam como gestores de organizações sociais? Basta ver a ficha policial. Não precisa correr. (*Palmas.*)

Agora, a política de Estado tem que ser prevalente. O que nós temos é uma alta rotatividade de gestores; você tem factoides a cada dia; a mídia é que pauta a gestão; não se executa o que se planeja, e a consequência está aí: não tem o menor risco de dar certo.

Você tem hoje os serviços instalados em que os indicadores de saúde e os determinantes sociais daquela população, daquele Município, do Estado, não é atendido no estabelecimento de serviço. Por exemplo, como é que você vai discutir atenção primária do DF? Atenção básica? O que é atenção básica? O que é atenção primária? Tem que voltar para a escola. Quantos especialistas em atenção primária existem hoje em efetivo exercício? Na Secretaria de Saúde, acho que há menos de 30. Na Capital da República, menos de 30 especialistas quanto à atenção primária.

Onde estão as UBSs (Unidades Básicas à Saúde)? Não existem. Desde a época do Saúde em Casa, introduzida pela então Secretária Maria José da Conceição Maninha, um serviço que foi instalado, atendeu, funcionou, mas depois da Zerbini, da Real Sociedade Espanhola, o que houve de lá para cá? Serviços instalados por factoides, sem nenhum planejamento técnico, sem estar em equilíbrio com a necessidade da população.

Esse é o problema. Não há recurso que dê vazão a essa pirotecnia de gestão pública. A cada secretário que entra é um rótulo para a próxima urna, para a próxima eleição, e a consequência está aí.

Eu acredito que, se nós trabalharmos na lógica das cidades saudáveis – e aí não é apenas o DF, mas Brasil –, atuando na saúde como um todo, a partir da sua casa, do seu hábito de vida, da sua condição de vida, no saneamento básico, em todos os determinantes sociais que implicam os agravos à saúde, podemos pensar uma atenção primária resolutiva, porque a que aí está não é resolutiva.

A Secretaria de Saúde hoje – acredito que o Dr. Marcus Quito vai falar sobre isso – não teve, até ontem ou até hoje, o dimensionamento de RH da atenção primária da Capital da República! Ora, se eu não sei quantas equipes são, onde estão, o serviço que prestam e os indicadores e determinantes sociais estabelecidos, tem risco de dar certo? Estamos falando de serviço público. Qual empresa privada que resistiria a esse tipo de comportamento de gestão? Qual empresa estaria funcionando desta forma? Aí, você chega ao ambiente de trabalho – estamos falando de atenção primária – você chega à Capital da República e tem mais de 6 mil pacientes, usuários, aguardando na fila para cirurgia de baixa complexidade – vesícula e hérnia, em que você pode fazer o procedimento e ir para casa 24 depois. Por que eles ficam na fila?

Alta complexidade. Ontem – e aí eu adianto terça-feira – o Conselho de Saúde teve que deliberar, lembrando aos companheiros e companheiras presentes que o DF se encontra em situação de emergência, desde 19 de janeiro de 2015; a situação de emergência mais longa que se tem conhecimento no Distrito Federal. Quanto à desassistência provocada hoje na alta complexidade, principalmente na oncologia, em que pacientes estão morrendo na fila, a fila só diminui, só gira quando há óbito, o Conselho de Saúde deliberou ontem, dada a litigância com o mercado, serviços privados, que não receberam pagamentos, a dificuldade de contratação de serviço pela 8.666, que, considerando o estado de emergência, o Secretário requisite serviços privados para atender o usuário que está na fila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não podemos permitir que o cidadão, o usuário, padeça, sofra as consequências da irresponsabilidade da não estruturação do serviço público, de acordo com a necessidade da população. Essa é a posição do Conselho. (*Palmas.*)

Tem havido audiência, tem havido comissão geral, vários tipos de fóruns para discutir a saúde, mas onde é que estão as propostas da construção de um modelo de gestão ou de assistência que atenda à população. Cada um tem uma proposta, todo mundo é contra algo, mas quem é a favor de outra coisa, quem é a favor da melhoria? Onde estão as propostas para melhorar?

A Conferência pautou; o Conselho de Saúde já publicou; está no *Diário Oficial*, já foi entregue e foi distribuído. Aí eu pergunto aos colegas trabalhadores: quem são os agentes operacionais do serviço público? É o secretário? É o governador? Quem são os agentes operacionais do serviço público? Como é que eu trabalho 24 horas, 40 horas em determinada atividade e eu não sei qual é o problema, qual é a necessidade e como proceder para resolver esse problema? Onde estão as propostas para resolver as questões da saúde pública do Distrito Federal?

Aí eu pergunto – usuário, trabalhador, gestor – onde estão as propostas? São todos incompetentes? São todos irresponsáveis? São todos corruptos? Porque a corrupção maior que eu considero é o roubo da verdade. A mentira é a maior das corrupções. E, no serviço público, a verdade é soberana.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Ela tem de existir. Ou nós estabelecemos uma pactuação de unidade para resolver definitivamente qual é o modelo de assistência que atende ao DF, qual é o modelo de assistência que atenderá ao Brasil e, consequentemente, o modelo de gestão, ou vai ficar essa esquizofrenia relativa: eu sou contra isso, eu sou contra aquilo, mas eu sou a favor de quê?

A posição do Conselho de Saúde foi a agenda estratégica estabelecida na Câmara, Saúde em Movimento: como tornar atenção primária resolutiva, como organizar a rede de urgência e emergência efetiva de qualidade e o quesito infraestrutura.

Lamentavelmente, permitam-me, eu tenho um desabafo: a presença dos responsáveis por essas áreas, principalmente dos colegas trabalhadores, foi pífia. É inadmissível que os agentes operacionais, trabalhadores sérios, responsáveis, que têm uma qualificação técnica de excelência... Precisam colocar as mãos na massa e dizer o seguinte: quem é maioria no serviço público? Os servidores. Nenhum secretário, nenhum governador vai implantar um modelo qualquer se não tiver o apoio efetivo dos trabalhadores.

Então, que nós trabalhadores apresentemos qual é o modelo e passemos a executá-lo, dando resposta ao usuário. Aquela senhora que fez uma prevenção que, mesmo atrasada em seis meses, teve o diagnóstico de um câncer de mama, mas ela tem a lei que, dentro de 60 dias, tem que ter atendimento, mas ela já está com metástase, porque sequer a primeira consulta de retorno ela obteve. É disso que nós estamos falando. Não é ser contra A, contra B ou contra C. Eu sou a favor de quê? O SUS precisa ser visto. Acreditamos que, no quesito da atenção primária, o nosso coordenador da atenção primária, Dr. Marcus Quito, deverá apresentar ao Conselho de Saúde, até a reunião ordinária de julho, o dimensionamento de RH da atenção primária no Distrito Federal, porque o maior problema hoje, Senador, é a desorganização do serviço.

Para o Ministério da Saúde, a equipe da Saúde da Família hoje, na estruturação que ela está no Ministério, não atende à realidade atual. É preciso ter a equipe interdisciplinar: o enfermeiro do Saúde da Família, a nutricionista do Saúde da Família, o odontólogo do Saúde da Família, o psicólogo do Saúde da Família. As outras categorias profissionais poderão alavancar atenção primária sem a presença do médico. Essa reserva de mercado é nociva na atenção primária. Por que uma equipe só pode ser consistida, de acordo com alguns indicadores e determinantes, se estiver o médico presente? Por que o enfermeiro não pode executar? Por que não o odontólogo, o educador físico, o fisioterapeuta e outras categorias? Vamos discutir isso!

O modelo está exaurido. Esse modelo que aí está não atende, tanto do DF quanto do próprio Ministério da Saúde, basta ver a questão dos hemofílicos. É suficiente mandar prender o Secretário Saúde? Mandar prender o Ministro?

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Ora, que prenda o Presidente República, porque nós sabemos qual é o nexo causal. O SUS entregou a sua área mais importante, sua área estratégica. Nós somos reféns da tecnologia de terceiros, somos reféns da tecnologia do privado. O SUS não tem suporte técnico para desenvolver as suas principais atividades, é refém do mercado. E qual é a lógica do mercado? O lucro. A lógica do mercado é o lucro. Nenhuma empresa vai funcionar sem lucro. A OS é filantrópica, não visa lucro. Qual empresa que vai funcionar sem o quesito do lucro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, nós temos que estabelecer a discussão que o Estado tem que exercer a sua função tal qual se encontra na Carta Magna. O desafio hoje é pactuar. Qual o melhor modelo, de gestão ou de assistência? E colocar o SUS para funcionar, porque a melhor bandeira contra a terceirização, privatização e essa pirotecnia de OS ou UPC é o SUS estatal...

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – ... funcionando com qualidade, dando assistência a quem é de direito, à população. Essa é a melhor bandeira contra qualquer tipo de OS ou terceirização. Eu não conheço outra.

O recurso é pouco? Não sei! É muito? Não sei! Com essa desorganização, não tenho parâmetro para dizer se é pouco ou se é muito. Não temos controle.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – E, nesta Casa aqui do Senado, principalmente, não temos controle do público e, quando você não tem controle do que é teu, terceiros se apropriam, levam e te despejam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço a fala do nosso amigo, representante do Conselho de Saúde, Helvécio.

Queria falar para ele que, sempre quando convidamos o Conselho de Saúde, consideramos que estamos convidando usuários, trabalhadores e representantes dos gestores, porque o Conselho de Saúde tem essa tarefa de representar todos. Como a Mesa não pode ser gigante... Para o seminário pode ser uma Mesa maior, aí é possível trazer as diversas entidades e usuários para essa parte. Aqui consideramos que o Conselho de Saúde está representando os usuários.

Queria anunciar a presença do Ednaldo Ferreira, da organização JusBrasil; do nosso querido Kleber Karpov, jornalista e proprietário do blogue que mais trata de saúde aqui no Distrito Federal, Blog do Karpov; a nossa Maria Rosa da Rocha, representante da Aecofaba (Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia), cidadã preocupada com a saúde no interior baiano.

Passo a palavra, por cinco minutinhos, à Jovita José Rosa. No quarto minuto, buzina, e, no um restante, você conclui. Gostaria muito que você falasse, na visão do sindicato, de quem fiscaliza isso, porque todo mundo sabe o tanto que é cobiçado o cargo de diretor do Denasus e do Datasus do Ministério – talvez seja o cargo para o qual o ministro mais tenha recebido indicações de políticos do Brasil. Então, a gente quer ouvir de você, que é a representante desse sindicato, por que tanta competição para indicar essa pessoa desse departamento, e como a gente pode fazer para acabar com a corrupção nesse setor e para fazer as coisas acontecerem.

Vamos lá.

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Bom dia a todas e a todos.

Como o Senador falou, sou Jovita Rosa e estou representando a União Nacional dos Auditores do SUS.

Há dezessete anos, Senador, fundamos a Unasus, porque essa política pública do SUS é muito cara para todos os brasileiros, porque ousamos ter uma política inclusiva. É a maior política pública inclusiva do mundo. Há muitos países do mundo que gostariam de ter um pouco do que temos e nós temos e não valorizamos, achamos bonito ter um plano de saúde e, depois, na hora do ajuste das contas, do Imposto de Renda, abatemos quanto nesse Imposto? Abatemos 100% do gasto. Portanto, a integralidade vem para quem tem muito dinheiro.

O SUS é meio que pensado para a população pobre, por isso os servidores do Denasus se reuniram, criaram a Unasus, para a gente lutar por essa política pública e lutar pelo Sistema Nacional de Auditoria, que foi criado há 23 anos – na época que extinguiram o Inamps, criaram o Sistema Nacional de Auditoria do SUS – e até hoje é um sistema que tem que existir no componente federal, que somos nós, no componente estadual e no componente municipal.

E até hoje isso ainda não saiu do papel.

Estamos aqui nessa luta por esse controle – porque o que falta no SUS é controle –, porque, como o Helvécio falou, nenhuma empresa, no mundo inteiro, trabalha com essa dimensão, que é o maior orçamento da União, sem controle. As pessoas veem o controle como uma coisa punitiva, e nós somos ferramenta de gestão; a auditoria do SUS é ferramenta de gestão, e lutamos, dentro do Ministério da Saúde, para existir, porque houve governos anteriores que quiseram acabar conosco e até hoje não conseguimos criar o cargo de auditor do SUS.

Há um Decreto nº 1.651, de 1995, que fala que os Estados e os Municípios farão seu sistema de controle no modelo que o Ministério da Saúde fizer, ou seja, se o Ministério da Saúde até hoje não fez, desobriga os outros. A Secretaria de Saúde tem o componente do Sistema Nacional de Auditoria que não funciona, ficam lá correndo atrás das auditorias que o Tribunal fez, que o Denasus fez, que a CGU fez e não exercem o seu papel de controle interno, de controle dos gastos. Inclusive nessa questão – só um parênteses – da estruturação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Sistema Nacional de Auditoria, do componente federal, temos hoje aqui um PLC, que está na mão de V. Exª para relatoria – que a gente precisa conversar – para a gente estruturar esse sistema e cobrar dos Estados e dos Municípios essa estruturação.

A Unasus, nessa visão mais ampla – porque temos que lutar pelos trabalhadores, temos que lutar pela política –, criamos, há dez anos, o Instituto de Fiscalização e Controle, junto com outras entidades também da área sindical, na área de controle do TCU, da CGU, e começamos a fomentar o controle social mais amplo, Helvécio, porque, às vezes, vemos, nos conselhos de saúde, uma coisa bem direcionada. Há gente que está lá para fazer – não estou falando só do DF, não, estou falando de todo o Brasil – uma carreira política, há gente que está lá porque o gestor é o inimigo político, está lá só para bater. Então começamos a trabalhar com entidades e hoje trabalhamos em torno de 300 entidades de controle social no Brasil todo, para fomentar o controle social mais independente...

(Soa a campainha.)

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Já acabou meu tempo?

Nós criamos o projeto da auditoria cívica na saúde – tivemos com o professor Marcus Quito aqui – e fizemos essa auditoria cívica em mais de 60 Municípios, onde mobilizamos a população usuária do SUS, independentemente de ser conselheiro ou não, e vamos fiscalizar a estrutura física, conversamos com os usuários sobre as dificuldades que têm de fazer consulta, de fazer exame, do retorno desse exame; olhamos os medicamentos; por que os medicamentos não estão chegando; se há medicamento vencido. Isso quem faz são os usuários. E também falamos com os trabalhadores sobre as dificuldades que os trabalhadores têm.

Visitei o posto de saúde da Estrutural. As pessoas lá, as enfermeiras, fazem bazar – viu, professor? – para comprar material, para comprar balança, para comprar insumos. É falta de dinheiro? Não é! Façam uma pesquisa das contas bancárias que o Ministério da Saúde – pelo menos essa – repassa regularmente, todo mês, fundo a fundo...

(Soa a campainha.)

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – ... e veja os saldos que existem, porque sabemos que a inexecução orçamentária nessa área é absurda e irresponsável.

Portanto, falta controle, falta controle do recurso...

(Soa a campainha.)

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – ... e mais consciência de quem trabalha, que detecta tudo isso e não denuncia. Desculpe, passei no tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Jovita.

Quero dizer que estou pressionado por causa de horário, porque a nossa representante do Ministério da Saúde, que é fundamental nessa discussão... Vou até tentar ligar para o Ricardo Barros, que é o Ministro, para pedir que a deixe ficar conosco até o final, está certo? Porque preciso dela aqui até o final. Vou ligar agora, até peço à minha assessora para ligar para o chefe de gabinete do Ministro, se ele não puder atender, para que eu converse sobre a necessidade da permanência da coordenadora aqui, para podermos continuar. Sejamos objetivos.

Agora temos que ouvir, com toda a tranquilidade, os nossos gestores. O Professor Marcus Quito está cuidando dessa questão no DF, e aqui fizemos uma série de considerações ao DF, e ele tem que ter toda a tranquilidade para poder responder, no que quiser, às questões.

Vamos passar para o Marcus e depois para a Mônica.

Dez minutos, Marcus, por favor.

O SR. MARCUS QUITO – Bom dia.

Gostaria de agradecer, em nome do Dr. Humberto, a presença nesta audiência, principalmente, pela iniciativa, Senador. Acho que tivemos uma das oportunidades mais interessantes de discutir com qualidade, mesmo que num tempo pequeno, um tema muito caro para o sistema de saúde na atual conjuntura que estamos vivendo hoje da implementação histórica do Sistema Único de Saúde, nesses anos todos, desde de 1988, da promulgação da Constituição.

Momentos como esses, oportunizados por políticos que tenham o interesse em debater com a sociedade o cenário que estamos vivendo, são momentos de extrema relevância para quem está querendo construir, organizar o sistema de saúde e que, pelas falas que vemos aqui, até agora, nesse momento, percebemos que são falas muito fortes na perspectiva de detectar, claramente, que temos um grande problema dentro da atu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

al situação do Sistema Único de Saúde e, principalmente, na atenção primária. Temos uma repercussão muito clara: não estamos conseguindo atender a nossa população; nós não conseguimos garantir o preceito estabelecido no art. 196 da Constituição Federal, que diz que o direito à saúde é de todos e dever do Estado. Nós não conseguimos colocar isso em prática.

Os nossos usuários estão, reiteradamente, em vários momentos, demonstrando o que falamos aqui nesta Mesa, tanto os sindicatos quanto o Conselho, quanto a própria auditoria e a minha fala. Vocês verão que estamos falando a mesma coisa: nós não estamos entregando, o sistema de saúde não está conseguindo garantir o seu preceito inicial de existência, que é garantir um direito à saúde, lá atrás, rompendo com aquela visão inicial de que era um sistema direcionado para quem trabalhava e quem contribuía e não para um direito humano, consagrado numa Constituição cidadã. Esse aspecto estamos agora, anos e anos depois, quase três décadas depois, ainda tendo que discutir como vamos fazer a garantia do direito à saúde.

Não vou detalhar minha fala aqui, porque, de fato, Senador, acho que precisaríamos de muito mais tempo, mas me sinto muito contemplado nas falas que foram feitas de forma anterior à minha, porque a minha fala traz exatamente esses pontos.

Então, eu vou passar rapidamente. Depois eu tenho o compromisso de participar desse seminário. A Secretaria toda tem o interesse de participar desse seminário. Nós queremos estar aqui. Acho que o momento de discussão é o momento em que a gente constrói, é o momento em que a gente cria. E quanto ao Sistema Único de Saúde, os mais antigos aqui nesta sala sabem muito bem o quanto de discussão e debate nós tivemos, nesta Casa inclusive, para garantir um sistema de saúde público e universal. E reforço a presença da Jovita aqui, que sabe muito bem desse momento, dessa história que foi a afirmação dos preceitos da reforma sanitária. E nós estamos aqui hoje tentando trabalhar ainda nessa discussão.

Eu vou pedir para passar... Eu tenho na minha fala grandes elementos dos que foram discutidos aqui. Então, vou pedir desculpas, mas vou passar esses eslaides.

Aqui são recomendações do Tribunal de Contas, que estão nos questionamentos apresentados pelo Senador, pela sua assessoria, que demonstram que a atenção primária está frágil e não está resolvendo o problema da população.

Pode passar.

Vários exemplos nós podemos identificar: emergências de hospital e UPAs estão superlotados; o pronto-atendimento, que é a porta errada, não é a principal porta de entrada dos usuários de um sistema de saúde que se propõe ser universal e com qualidade. A porta de urgência e emergência é, como o Senador disse aqui muito claramente, para coisas específicas, de urgência e emergência, e não para 65% das demandas, que são, de fato, de origem da atenção primária. Prossigo: falta de qualidade; falta de resolutividade em todos os níveis; longas listas de espera para consultas em especialidades e cirurgias; carência e insatisfação dos profissionais, e deficiência de abastecimento e também na manutenção do serviço de saúde.

Por favor, pode passar.

Como já foi dito aqui, 65% são de atendimentos que não necessitam ser atendidos no sistema de saúde pela urgência e emergência, mas que deveriam ser atendidos qualificadamente, humanizadamente, com resolutividade, em um segmento assistencial de alta resolutividade e qualidade.

Pode passar, por favor.

Passe mais um pouco. Vou avançar, porque as causas nós já discutimos aqui.

Por favor, mais.

Por favor.

Por favor.

Esse é um quadro em que eu gostaria de me deter aqui com os senhores e as senhoras um minuto. Essa é uma matriz que representa a característica do sistema de saúde que nós estamos entregando hoje, e um exemplo disso é o Distrito Federal. Nós estamos, sim, com a plena ineficácia do direito à saúde. As pessoas não estão conseguindo garantir o direito à saúde, hoje, no sistema de saúde. E por que isso? A resolutividade dos nossos serviços é muito baixa.

Por que a nossa resolutividade é baixa? Nós temos o nosso modelo de atenção ainda desorganizado. Hospitais com porta aberta; emergências funcionando acima do seu limite, atendendo a demandas que não são de urgência; nós temos profissionais trabalhando de forma sobrecarregada, sem conseguir se capacitar, se qualificar, por falta de oferta muitas vezes, sem equipamento. Os médicos com que nós estamos trabalhando hoje na atenção primária têm dificuldade de prescrição porque não têm o receituário médico. Se não conseguimos prover um receituário médico, o que dizer sobre ressonância magnética, tratamento de oncologia, tratamentos que exigem alto rigor e componentes tecnológicos? É uma dúvida. Como colocar isso em prática?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O acesso da nossa população é restrito e não é contínuo, não tem continuidade. Há um problema resolvido, há um elemento abrangido, mas não a continuidade do seu cuidado ao longo das suas necessidades.

A porta de entrada é a da emergência.

Existe um distanciamento muito grande entre o sistema e a própria realidade da população.

Escutar a população não significa dizer ir lá para a porta e ouvir o que a população está pedindo, mas significa dizer analisar, planejar, organizar, não pela sua capacidade de oferta apenas, como fazemos hoje, mas, principalmente, pela necessidade da população. Isso pode ser mensurado, deve ser mensurado e considerado no planejamento.

Pode passar – meu tempo está correndo aqui.

Por favor, mais um.

Essa é a situação de cobertura populacional hoje do Distrito Federal: 239 equipes, quase 31% de cobertura. Nós temos aqui 115 unidades básicas de saúde próprias do Governo do Distrito Federal. Dessas 115, nós somamos mais 54, que são cedidas ou alugadas, extremamente precarizadas. Então, essa é uma rede para atender três milhões de pessoas, por alto.

Por favor, o próximo.

Só vou me deter aqui em dois pontos. Primeiro, dos 239 médicos que estão atuando hoje, apenas 30 são médicos especialistas em medicina de família. Deles, de todos os médicos, dos 239, 97 são vinculados ao Programa Mais Médicos, portanto não fazem parte de uma rede organizada, estruturada, própria do sistema de saúde. Nós precisamos do Ministério da Saúde para garantir 97 dos médicos trabalhando na atenção primária do DF hoje, em equipes de Saúde da Família, que é a estratégia que nós consideramos a mais efetiva para garantir o resultado pleno da atenção primária.

Por favor, o próximo.

Mais um.

Isso são fotos de Unidades de Atenção Primária da Capital da República. Essa é a condição em que nós vemos os nossos profissionais trabalhando. Então, tudo o que foi dito até agora eu estou mostrando em imagem, sem nenhuma preocupação; sou o coordenador dessa área. Eu coordeno esse serviço e não me valorizo, não me vanglorio por estar entregando isso para a nossa população. Como gestor público, cabe, sim, no mínimo, uma revolta de quem é profissional de saúde, um sanitarista engajado, e está entregando isso aqui para a nossa população. Essa é a minha primeira revolta.

Por favor, só mais algumas imagens.

Essa é a nossa porta de entrada da atenção primária. É assim que a nossa população recebe o nosso atendimento. Eu pergunto se é isso que a nossa população merece. Não é.

Por favor, o próximo.

Essa é uma unidade em funcionamento no Distrito Federal. Nós chamamos isso de cafofo. O profissional que trabalhou aí se vangloriou quando passou a trabalhar nessa unidade, porque, antes disso, ele trabalhava debaixo de uma árvore, abrindo o porta-malas dele e pegando o material de trabalho no porta-malas, porque ele nem unidade tinha.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS QUITO – Por favor.

Vou passar essa. Por favor, pode passar.

Por outro lado, dentro do DF, nós ainda temos nove unidades de Saúde da Família que trabalham com esse modelo aqui, com essa estrutura. Isso aqui são clínicas de família. Essa é a da Samambaia, a Clínica nº 2.

Nós temos nove unidades que foram construídas e estão em funcionamento. Agora, a qualidade dessas unidades ainda não é suficiente e não está à altura do que nós queremos entregar como estratégia de Saúde da Família. Nós estamos muito longe, apesar de uma estrutura bonita, de entregar qualidade de serviço para a nossa população. As portas ainda são restritas, ainda se distribuem fichas, ainda há um número de atendimentos por dia. Porta de entrada não tem que ter restrição; tem que funcionar o tempo inteiro. O cidadão não tem que ser recebido por um vigilante; tem que ser recebido por um profissional de saúde. Não pode haver horário de almoço fechado; tem que funcionar toda hora. A principal porta de entrada não pode ser com horários limitados; tem que ser com horário expandido.

Por favor, eu gostaria de enxergar só mais uma.

Mais uma, por favor.

Esse aqui é um esquema que eu gostaria de compartilhar com vocês. Todos os outros elementos de discussão mais detalhados nós precisamos debater com mais cuidado. Mas isso aqui, para quem não conhece atenção primária, é a proposta que nós queremos desenvolver no DF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A atenção primária dentro das Regiões de Saúde... Para quem não sabe, o sistema de saúde do DF apenas agora está fazendo o que nós fizemos no SUS em 1993, a partir da NOB 93, com a descentralização dos serviços de saúde. Nós estamos fazendo apenas agora.

Essa composição aqui é para viver, é para ser viva dentro de um território, em uma Região de Saúde. Essa Região de Saúde é onde as pessoas moram. É nesses espaços que as pessoas precisam ter os serviços de saúde que resolvem os seus problemas e não perambular por todas as unidades de saúde procurando, mendigando um atendimento. Ela precisa ter o seu atendimento na sua comunidade. Como? A atenção primária é o centro da atividade. A atenção primária é o eixo de organização do serviço. Isso não pode ser só discurso. Nós falamos muito isso, mas isso não é uma incorporação total no sistema.

Vou dar um exemplo para vocês que eu vi ontem: nós temos uma denúncia de uma usuária, pedindo para que fosse resolvido o problema de mioma que ela tem. Esse pedido já vem perambulando pela secretaria há quase um ano. E, aí, o último parecer dado agora, sabem qual foi? "É importante que você procure uma Unidade Básica de Saúde e seja avaliada pelo ginecologista." Detalhe: essa mulher já tem uma ressonância magnética, já tem ultrassonografia caracterizando o mioma; já foi vista por um médico de família, que demandou todos os procedimentos, e, ainda assim, agora, ela volta para buscar um atendimento de especialidades. O médico de família começou isso lá atrás, e, até hoje, um ano depois, essa mulher não teve o procedimento.

O que está por trás disso? Temos que entender o que está por trás disso. Ninguém consegue... Se formos apontar os problemas associados só a esse caso, nós vamos levar uma tarde inteira aqui. E isso nos incumbe, como sociedade, trabalhadores, gestores e prestadores de serviço. Essa responsabilidade é nossa.

A atenção primária tem uma relação muito clara com as policlínicas, com os hospitais, com o apoio diagnóstico, com urgência e emergência e com internação domiciliar, com qualidade, acompanhando as pessoas até o término da sua vida e oferecendo a elas dignidade. Isso nós conseguimos descrever dentro de um território de atenção primária hoje. Se vocês forem a qualquer Região de Saúde do DF hoje, vão encontrar isto aqui: policlínica, vão encontrar ambulatórios de especialidades, vão encontrar clínicas de família, vão encontrar unidades básicas de saúde tradicional, vão encontrar hospital, vão encontrar Samu, vão encontrar UPA, vão encontrar apoio diagnóstico, internação domiciliar... O que está faltando, então, para isso aqui funcionar? O que está organizado aqui? É gestão? É modelo?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS QUITO – É forma de agir? Temos que deixar isso funcionando.

A nossa responsabilidade, como gestores, neste Distrito Federal – e esta é a mensagem principal que eu trago para discutirmos agora, neste plenário, e aprofundarmos em outro momento –, é que nós temos o compromisso de alterar essa realidade para o que ela deve ser. Trinta por cento de cobertura no Distrito Federal de Saúde da Família não foram suficientes para modificarmos o padrão de organização dos serviços. Nós todos temos que olhar a atenção primária agora e encontrar os dilemas, os problemas, as dificuldades e os desafios para superar esse cenário de não entrega, de ineficácia do direito à saúde que a população do Distrito Federal está vivendo hoje.

Esse Governo, a gestão que está aqui agora tem esse compromisso e essa responsabilidade nas costas, e nós não vamos nos furtar a enfrentar esse problema e discutir com todos os atores como vamos resolver esse problema. Esse é um problema de sociedade.

Eu agradeço, Senador.

Desculpe-me por passar o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar o Dr. Marcus Quito pela objetividade e pela competência da colocação e agradecê-lo pela disponibilidade também de ajudar e de organizar o seminário.

Acho que essa será uma oportunidade brilhante para podermos dar profundidade a essa discussão, Dr. Marcus Quito, e já colocamos o nosso gabinete, como os gabinetes dos Senadores Cristovam e Reguffe – vamos centralizar isso no nosso gabinete –, à disposição para podermos ajudar todos, para podermos pegar e organizar esse seminário.

Vamos agora, imediatamente, passar para a Drª Mônica Cruz Kafer, que gentilmente está aqui, ficando conosco. Eu já pedi para a minha assessoria ligar para o Ministério para dizer da impossibilidade de ela retornar já. Então, vamos lá Mônica, à vontade.

A SRª MÔNICA CRUZ KAFER – Bom dia. Gostaria de cumprimentar a Mesa e todos aqui presentes; agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para compor esta Mesa, na pessoa do Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Vou tentar ser o mais sucinta possível e trazer algumas respostas para os questionamentos que aqui foram levantados pelos colegas e que eu acredito que ainda venha do público, não é? Algumas questões, alguns eslaides aqui, como foram bem abordados já pelos que me antecederam a fala, eu vou passar um pouquinho mais rápido.

Então, a gente vai iniciar lá com...

Pode passar, por favor.

Com a Constituição de 1988, em seu art. 196, trazendo a saúde como direito universal do cidadão. Lá a Constituição cidadã de 1988 traz isso e para operacionalizar, para garantir o acesso desse cidadão ao serviço de saúde foi criado o Sistema Único de Saúde, que começou a ser implantado em 1990, junto com o fortalecimento das ações da atenção básica. Havia uma proposta de um novo modelo de atenção à saúde.

Em 1994, o Ministério traz tanto para consolidar as diretrizes que aqui o Senador Hélio José tão bem trouxe para a gente inicialmente, as diretrizes do SUS, quanto para fortalecer como modelo prioritário de organização da atenção básica vai surgir o programa Saúde da Família, que é a estratégia prioritária do Ministério da Saúde para isso.

Então, ela vai se juntar ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde, que é de 1991, para trazer um formato novo de equipe: a equipe multidisciplinar, que é a equipe de Saúde da Família, que é composta pelos representantes aqui da Mesa, médico, técnico de enfermagem, enfermeira, não nos esqueçamos dos agentes comunitários de saúde, todos com igual responsabilidade e importância na equipe, não existe uma priorização do médico nem do enfermeiro na equipe multidisciplinar e com a carga horária de trabalho de 40h para dar um acesso mais aberto, universal ao cidadão.

Certo? Então, só para fazer uma retomada.

Pode passar, por favor.

Não vou me ater muito aqui, porque eu acho que a Dayse fez uma explanação dessa Política Nacional de Atenção Básica, mas a Política Nacional propõe que essa atenção básica seja feita de forma mais descentralizada possível, com a maior capilaridade possível; propõe que o acesso à atenção básica esteja o mais próximo possível do cidadão; falam em porta de entrada, em porta de comunicação com todas as redes de atenção à saúde.

Então, em que se baseia a atenção básica? Não é somente em promoção, a gente tem uma série de palavras que se pode utilizar para isso: promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, tratamento, diagnóstico, reabilitação, redução de danos, manutenção da saúde, ou seja, o escopo da atenção básica é muito amplo, para uma saúde integral do cidadão.

Pode passar, por favor.

Só que o nosso SUS foi pensado tripartite. Então, todas as decisões do SUS são pactuadas de forma tripartite e as competências também são por entes federados. Algumas delas são compartilhadas, como, por exemplo, a gente tem ali o apoio institucional, que é o apoio técnico, e a garantia de recursos, da fonte de recursos.

Essas são competências que são para os três entes federados. Tanto o Ministério da Saúde, como a Secretaria Estadual, quanto as secretarias municipais têm responsabilidade igual na manutenção dessas competências. No caso do Distrito Federal, especificamente, ele vai consolidar as duas competências: a do ente municipal e a do ente estadual.

Para o Ministério da Saúde, fica a questão da definição das diretrizes da política nacional e também das estratégias de avaliação e monitoramento desses serviços de saúde. Para a secretaria estadual, fica mais a questão da pactuação; como vamos implementar essa atenção básica que está sendo proposta na política nacional – essa pactuação junto com os Municípios? E corresponsável também pelo monitoramento e avaliação desses serviços.

A secretaria municipal, o ente municipal, que aqui o GDF também é competente para isso, tem um escopo um pouquinho maior, uma competência mais robusta, porque a ele cabe a gerência, a execução, a organização, a contratação de pessoal, a escolha até dos programas e ações que mais adequam ao seu território. É da competência da gestão municipal fazer a escolha disso tudo e garantir também a estrutura física necessária para essas ações de saúde.

Por favor.

Então, a gente tem diversas evidências que um sistema de saúde ordenado pela atenção básica traz resultados muito positivos. Nós vemos, como vários estudos, vários artigos podem comprovar, uma redução de mortalidade infantil e materna, redução de mortes por doenças cardiovasculares, um aumento da adesão do usuário, do cidadão a alguns tratamentos. Tudo isso em função de uma atenção básica fortalecida.

Por favor.

Outras evidências também trazem comparações entre atenção básica e atenção hospitalar. O Banco Mundial fez um estudo em que ele traz que 30% das internações hospitalares poderiam ser evitadas com atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

básica fortalecida. Além disso, se nós fizéssemos isso, teríamos uma economia em cerca de 21% do gasto público com hospitais e 15% das despesas totais de gastos com a saúde. Por quê? A gente tem um custo médio com tratamento hospitalar muito maior do que o custo de um tratamento em Unidade de Saúde da Família. Nós vamos ter R$374, em média, esse o custo com hospital; enquanto, em uma unidade de saúde da família, há um custo de R$ 1 –, em média. Deixo claro que isso varia de acordo com a realidade de cada local. Esse é um custo médio, Brasil.

A Opas traz como dado que, em países em desenvolvimento, houve 50% de redução das mortes de crianças de 0 a 5 anos, quando havia intervenções da atenção básica, quando essa atenção básica era fortalecida.

Quem está dizendo isso não é o Ministério da Saúde, são evidências que estão trazendo que o fortalecimento da atenção básica traz, sim, um resultado positivo.

5º. Ele traz nos seus estudos uma redução de 126 milhões de internações por diabetes e problemas respiratórios. A atenção básica tem essa capacidade de fazer esse acompanhamento de diabetes, de hipertensão, do pré-natal.

Por favor.

Então, eu vou trazer para vocês um pouquinho do panorama nacional, como está a atenção básica hoje no País. Como me foi dada a incumbência de fazer o panorama nacional e GDF, eu vou tentar fazer isso da maneira mais rápida possível.

No nosso panorama nacional, a gente tem 72% de cobertura de atenção básica – cobertura de atenção básica, para os que não sabem, é um pouco diferente de cobertura de saúde da família. Na atenção básica, a gente conta cobertura de saúde da família e a cobertura daquela equipe de atenção tradicional, composta por gineco, obstetra, pediatra, clínico médico – esses são dados nacionais, do Brasil. Então nós vamos ter uma cobertura de 72% e, de equipe de saúde da família, 62%. O que querem dizer esses 62% de equipe de saúde da família? Trinta e nove mil equipes no Brasil trabalhando no formato do Programa Saúde da Família. São cerca de 120 milhões de pessoas que estão sendo cuidadas, atendidas, por essas equipes em 39 mil unidades de saúde e correspondem a mais de 700 mil profissionais que hoje atuam na atenção básica. Então, acho que esses dados trazem um olhar importante para esses profissionais que estão na ponta, fazendo a atenção básica acontecer.

Por favor.

Eu trouxe um panorama também do Distrito Federal, que tem um dado um pouco diferente do panorama nacional, isso é normal, cada Estado tem a sua realidade.

(Soa a campainha.)

A SRª MÔNICA CRUZ KAFER – Ele tem 54,4% de cobertura de atenção básica, sendo que desses 31,1% são de equipe de Saúde da Família. Vale ressaltar que as equipes de Saúde da Família vêm tendo um crescimento desde 2004, no Distrito Federal, hoje chegando em torno de 239 equipes.

Pode passar.

Então, hoje, a gente tem desafios na atenção básica. O Ministério da Saúde tem ciência desses desafios, mas ele traz linhas de ações estratégicas para essas demandas, para esses desafios. Na linha de ampliação do acesso, qualidade de resultados da AB, o Ministério traz vários projetos; traz o Mais Médicos, que aqui foi falado, que é um programa de provimento e fixação de médicos, que eram necessários; a ampliação da cobertura de saúde bucal, que teve seu teto equiparado ao teto de Saúde da Família para que o profissional dentista, o auxiliar de saúde bucal e o técnico de saúde bucal pudessem estar em igual número nas equipes; a oferta de diversos tipos de equipes adequadas à realidade. Nós temos a equipe de Saúde Prisional, a equipe de Consultório na Rua, a equipe de Saúde Ribeirinha, a universalização do NASF.

Com relação ao aumento do financiamento, que a gente sabe que, hoje, é um dos grandes entraves, nos últimos quatro anos, o Ministério vem fazendo um incremento de cerca de 105% de investimento. Muitos desses, vou explicar mais à frente, através do PMAQ, nosso Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. Então, se a gente for olhar os diversos recursos hoje repassados pelo Ministério, que não é só o PAB fixo. O PAB fixo é um recurso *per capita*, mas temos vários outros recursos, várias outras rubricas, de acordo com os programas que o Município adere, como Saúde da Família, ACS, Consultório na Rua, cada rubrica dessas tem um incentivo diferente agregado.

Com relação à ampliação e à melhoria de infraestrutura, nós temos componentes para construção, reforma, ampliação, informatização, equipamentos, que não estão ali incluídos. Através de emendas de diversos Parlamentares é possível hoje equipar as unidades de saúde.

Quanto ao nosso Programa Requalifica, a última vez em que foi aberto foi em 2013. Realmente, estamos pensando em quando lançar uma nova edição do Requalifica para isso. Em 2013, o Distrito Federal aderiu com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

46 propostas de construção. Até o momento, só temos 9 obras dessas concluídas e 28 obras em processo de construção, mas eles foram contemplados com 46 propostas.

Tivemos também 61 propostas aprovadas para ampliação e 2 para reforma. Essas três perderam o tempo de execução devido ao prazo de início da obra. Então, no momento nós temos obras de construção, acompanhando com o Distrito Federal.

No eixo de valorização dos trabalhadores, nós temos diversas ofertas de cursos e capacitação.

(Soa a campainha.)

A SRª MÔNICA CRUZ KAFER – Desculpe.

Inclusive com a oferta de vários protocolos de encaminhamento para auxiliar o profissional que está lá na ponta, que a gente sabe que tem muita dificuldade de acesso rápido a documentos, a estudos. São protocolos para encaminhamento, para evitar encaminhamentos desnecessários para a especializada, cursos de capacitação para valorizar esse profissional da ponta; ampliação tanto dos cursos de graduação quanto de residência médica. Diversas políticas e programas são criados para fortalecer as ações intersetoriais, e, em relação à melhoria da qualidade da atenção e do processo de trabalho, eu gostaria até de ter mais tempo para conversar um pouquinho sobre o que a Dayse nos trouxe, quanto à questão da dificuldade com dados de acesso.

O Ministério hoje traz um novo sistema de informação, que é o e-SUS AB. O Siab realmente não atendia mais às nossas expectativas. Hoje a gente tem o Sisab. O e-SUS AB é um sistema de informação que oferece relatórios; esses relatórios podem ser pesquisados pelo profissional, pela equipe, pelo gestor; cada um tem um perfil que permite a ele ver suas informações em tempo hábil. Você alimenta o sistema e depois pode emitir relatórios com ele. Você pode saber quantos atendimentos, quantos hipertensos você teve naquele mês, se aquilo mudou. Isso, o e-SUS.

O DF foi contemplado, pelo projeto QualiSUS, com a distribuição de equipamentos. Esses equipamentos foram computadores e impressoras térmicas, justamente para a gente poder implantar o e-SUS PEC, que é um formulário eletrônico, em algumas unidades de saúde. Não foram todas, mas houve a contemplação, e, no momento em que vocês quiserem, eu posso oferecer todas as informações.

Nós temos o Pmaq, que é a aposta do Ministério hoje para a mudança de modelo de gestão, mudanças no processo de trabalho, para que as equipes possam se autoavaliar, verificar o que é que está precisando ser melhorado, para que o próprio Ministério possa, a partir dos resultados do Pmaq, fazer uma análise e ver o que é que está faltando, o que pode ser melhorado, o que pode ser complementado e até rever suas políticas; o gestor municipal, para ver em que área eu preciso estar. É um programa que tem associado um incremento, um valor, e esse valor é pago de acordo com o desempenho da equipe, com o resultado apresentado para a equipe. Tudo isso é pensado para uma melhor resolubilidade da clínica.

Pode passar, por favor.

Então eu vou trazer aqui a adesão, muito rapidamente. Primeiro e segundo ciclo de equipes. A gente teve 53 no primeiro ciclo, com 88 no terceiro. Esse terceiro ciclo, que já vai ser homologado a qualquer momento, está com quase 100% de adesão das equipes, noventa e pouquinho, agora não vou lembrar o dado. No DF a gente teve 25% no primeiro ciclo, no segundo ciclo, 59%. Eu só não vou ter no momento para dar a vocês os dados de adesão do terceiro ciclo, mas acredito que também tenha sido um pouco maior.

Por favor.

O Pmaq tem várias linhas, vários eixos para poder dar subsídios para a gente poder fazer essa análise. Um deles é o acesso. Vou tentar falar o mais rápido possível. Um exemplo, viu, gente? O horário de funcionamento das UBSs. Então a gente queria saber: quantas UBSs realmente funcionam 40 horas, de segunda a sexta, manhã e tarde?

A gente teve um índice de 95% no Brasil; o DF está bem próximo disso – também 95% no DF.

A gente quis saber mais: essas equipes funcionam em horário estendido? Funcionam ao sábado? Como está esse funcionamento? Então a gente teve um dado de 5% de funcionamento à noite, no Brasil, e 1,7% no DF. Já na questão de funcionamento ao sábado, a gente tem temos uma média nacional de 3,7 e no DF de 6,7.

Pode passar, por favor.

Oferta de consulta. Então a gente tem um dado – isso, eu acho, está refletindo as ações da atenção básica – de mais de 90% em algumas ofertas de consulta: pré-natal, hipertensão, diabetes, crianças até dois anos. Isso está refletido naqueles estudos – que eu falei a vocês anteriormente – de redução de mortalidade; é a atenção básica mudando esse perfil epidemiológico brasileiro. Ainda há, ao nosso ver, uma necessidade de melhora no campo da obesidade, de DPOC, da asma e do transtorno mental, que está entre 40% a 50% – eu estou falando aí das duas médias, Brasil e Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu me coloco à disposição – meu horário foi curto, eu tentei reduzir a minha apresentação –, o Ministério da Saúde está aberto a atendimento não somente ao gestor de saúde, mas qualquer cidadão pode acionar o Ministério da Saúde. Nossos dados são públicos, inclusive os nossos repasses. A Coordenação-Geral de Gestão da Atenção Básica tem referências que ficam, de segunda a sexta, à disposição para qualquer cidadão tirar suas dúvidas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer à Drª Mônica. A tolerância da Mesa foi necessária, porque eu sei da importância do que foi colocado; como teria tolerância a Mesa com o Dr. Quito, porque são tantas informações que os nossos dois gestores aqui têm para trazer, que não é possível, com apenas o tempo limitado, conseguir passar. Mas nós vamos fazer esse seminário, se Deus quiser, e vai dar tudo certo.

Eu queria anunciar aqui a presença da nossa Diretora, organizadora do Inasp, a nossa querida Dalzi – é uma psicóloga, uma pessoa que trabalhou como técnica de enfermagem na Secretaria de Saúde, depois como psicóloga e assistente social também. Quero agradecer-lhe pela colaboração, por todo trabalho de divulgação. Queria anunciar aqui a presença também da baiana Rose, uma pessoa que trabalha, o tempo inteiro, no Conselho de Saúde do Paranoá, do Itapuã, e que trabalha junto com a gente nessa questão também, e dos demais presentes.

Vamos aqui agora dar três minutos... Então, se são três minutos para os inscritos – são cinco pessoas inscritas –, com dois minutos vai tocar a campainha, aí, no três, eu gostaria que a pessoa realmente concluísse, porque nós estamos com pouco tempo. Eu tive que falar com Ministro para poder a Drª Mônica ficar aqui com a gente. Minha secretária já me informou que falou lá.

Vamos lá: três minutos para a primeira inscrita dos cinco, que é a Srª Maria Rosa da Rocha, da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (Aecofaba). É muito importante ouvi-la, até porque é uma pessoa que trabalha com o interior do nosso País. Três minutos, por favor, Maria Rosa com a palavra.

A SRª MARIA ROSA DA ROCHA – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa e agradeço por ter me aceitado aqui nesta audiência.

Meu nome é Maria Rosa, venho da cidade de Riacho de Santana, Bahia, lá do sudoeste baiano, região do Velho Chico.

Estou aqui, Senador Hélio José, porque eu perdi um filho. Ele tinha dez anos de idade. Agora, já vai fazer três anos que ele morreu. Por quê? Por precariedade na saúde pública e por falta de humanização.

O senhor citou no início aí que a preocupação do senhor é a humanização e a participação social para que a saúde melhore. Por isso, estou aqui como cidadã, preocupada com a saúde do meu Município de Riacho de Santana. Quero mandar um abraço lá para o meu povo.

Então, resumo a minha fala em três palavras: a saúde de Riacho de Santana está com ineficácia, está precária e falta humanização, principalmente por parte de alguns médicos. Para o senhor ter ideia, o prefeito da minha cidade está preso há mais de um mês, porque ele está sendo acusado por ter desviado mais de 100 milhões, tanto da saúde como da educação.

Então, a nossa cidade precisa de tudo. Não dá tempo para falar de tudo o que nós precisamos. Eu só quero dizer que lá não temos nem ao menos saneamento básico. Helvécio disse que a saúde do DF está em emergência. Imagine, Helvécio, que, se a saúde do DF está em emergência, como não está a saúde do nosso interior baiano, principalmente a da cidade de Riacho de Santana, Bahia?

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ROSA DA ROCHA – Então, nós queremos que vocês intervenham nesse sentido, para ter mais humanização. Inclusive, agora estamos lá com um rapaz que fraturou a bacia. Já faz quase dez dias que ele está lá, precisando de uma transferência, pois ele precisa de uma cirurgia. E a gente precisa estar jogando na internet, implorando, porque o nosso povo está abandonado.

Então, queremos mais atenção à nossa cidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço a Maria Rosa pela sua intervenção, no tempo de três minutos.

Passo aqui, agora, ao nosso querido, muito conhecido em Brasília, folclórico policial militar do centro de Taguatinga e de Ceilândia, o nosso querido Guarda Janio, para a sua pergunta.

O SR. GUARDA JANIO – Vamos lá. Bom dia a todos! Primeiramente, eu quero agradecer a Deus, acima de tudo, e ao nosso Senador Hélio José pela oportunidade. Esse homem é um trator, é um homem do povo, tem o meu respeito e a minha admiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu quero fazer um apelo ao Senado e também ao Governo do Distrito Federal: que saiam do teorismo e vão para a prática, porque o povo está pedindo socorro.

Recebi agora:

"A gente sente mais o sistema de saúde quando dependemos dele. Ontem, tive uma experiência horrível. A minha irmã, com exames de urgência, não conseguiu realizar por ineficiência ou descaso de uma enfermeira no HRT. Ela está internada lá e o pedido de urgência na tomografia. Como lá não faz, conseguimos marcar no Base [no Hospital de Base]. Na hora de sair, falaram que não tinha ambulância disponível. O meu sobrinho descobriu que tinha, sim, e perdeu a hora do exame.

Aí ligamos no Hospital de Base. Conseguimos. E ela disse: 'Mais tarde.' Deslocamos com ela para lá. Chegando lá, o único médico radiologista que tinha não fez o exame. Não realizaram por descaso. É muito triste precisar tanto e não ter a quem recorrer."

Gente, isso é uma calamidade, isso é uma vergonha para uma Capital da República. Como as pessoas... Falta o quê? Aqui está a engrenagem certa: faltam auxiliares de limpeza, vigilantes, enfermeiros, médicos. Tem que ter uma engrenagem. Se o Governo não tiver uma atenção especial com os profissionais, dar qualificação profissional, condição de cursos profissionalizantes, até mesmo incentivar e motivar, que motivação tem o profissional em atender quem vem lá da base que está sofrendo?

Estou aqui representando as Marias e Josés do Brasil, estou comovido. Vou sair daqui com...

(Soa a campainha.)

O SR. GUARDA JANIO – ... o apoio dos Senadores e dos demais.

Marcus Quito, que está representando o Estado, interceda agora, tenha atitude. Como eu falei com o Secretário de Saúde lá na CPI da Câmara Legislativa: tenha atitude, o povo precisa de ação e de emergência já! O povo está morrendo nas filas!

E uma outra sugestão de imediato: a UPA não serve para nada, foi processo eleitoreiro. Desativa a UPA, coloca uma central de medicamentos na UPA, faça com que todos façam sua consulta lá na UPA. Tire as pessoas que estão à míngua, morrendo, na madrugada, de marcarem consultas nos postos de saúde e dê independência para cada cidade satélite ser responsável pela gestão de medicamentos e pela fiscalização! Talvez a gente comece a melhorar.

Foi muita técnica e plausível a questão de vocês, e, a cada dia que passa, eu aprendo mais, mas o que eu falo e que vou definir agora é questão da atitude, coragem e vontade de fazer. Seja humano com o povo que está precisando!

Este é o meu relato, e que Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Passarei a palavra agora à Srª Maria José, uma líder comunitária da cidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal. Uma pessoa que é Conselheira de Saúde em Taguatinga e que participa do dia a dia daquela estação de saúde de Taguatinga Centro.

D. Maria, por favor.

A SRª MARIA JOSÉ DA SILVA – Eu quero parabenizar à Mesa, ao Senador Hélio José, por vê-lo desenvolver a terceira audiência pública que nós fazemos aqui. Ele acolheu essas questões.

A questão da Policlínica, como foi citada, é uma calamidade pública; há médico trabalhando com esgoto caindo água em cima deles; as máquinas dos dentistas estavam paradas porque estava caindo água em cima. Onde é que está a responsabilidade do Governo e do Ministério da Saúde?

Eu queria uma resposta, porque os funcionários, os médicos estão de parabéns. Parabenizo toda a saúde, não só do Distrito Federal, mas de todos os nossos Estados. Agora, é vergonhoso para o GDF – eu que represento o Conselho de Gestão da Policlínica: havia rato, barata, entulho, isso é vergonhoso! A máquina de Raios-X, o Governador levou para o HRT; o HRT tem uma ponte com a Policlínica. Há um impedimento tão grande que eu gostaria que tivesse respeito com o trabalhador, porque ele é a saúde. Quem vai cuidar do médico depois? Quem é que quer entrar na saúde com o descaso de um Governo que não tem responsabilidade.

Eu sou uma cidadã brasileira, compreendeu? E uso a saúde.

Estou desde 2004 esperando uma cirurgia de prolapso. É uma vergonha para o Distrito Federal.

Eu quero dizer mais: no Recanto das Emas – eu faço parte do conselho voluntário – também é uma calamidade. O que o Governador fez?

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA JOSÉ DA SILVA – Tirou os médicos das UPAs, jogou para Sobradinho, Planaltina, reduziu os carros. Eram 12, passaram para 8. Que vergonha! Os Bombeiros só têm um carro para socorrer. O que vai acontecer com o País? A corrupção cada vez maior, o dinheiro está indo pelo ralo. Cadê o dinheiro que vai no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

orçamento distribuído para todas as unidades? Para a Policlínica foi um milhão, desapareceram. Até agora nós estamos procurando. E nós queremos respostas do Ministério da Saúde, do ministro, do secretário, do sindicato, para que haja uma fiscalização.

A Clínica São Vicente não tem medicamento para os seus doentes mentais, falta tudo. Na Policlínica, até aquelas lâminas de fazer os exames estão vencidas. As cadeiras todas rasgadas. Nós não temos vergonha, nós não temos medo de retaliação do Governo, compreendeu? Porque nós estamos lá, o conselho é para discutir, debater e resolver o problema social do Brasil, não só do Distrito Federal.

Que o Governador tenha mais consciência, se ele não precisa do SUS, nós precisamos. Nós somos carentes. Existem usuários de drogas que ...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA JOSÉ DA SILVA – ... estão sem medicamento. É vergonhoso, sim, porque eu acompanho a saúde dia a dia, dia e noite.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA JOSÉ DA SILVA – Eu não estou aqui para passar a mão em cabeça de governador, de Deputado. Temos que ter Deputado com punho forte, porque se ele não tiver força ele não tem resposta. Não tem projeto? Que ele faça o projeto, mas respeite a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

A SRª MARIA JOSÉ DA SILVA – É um descaso muito grande.

Muito obrigada pela oportunidade, mas isso é o retrato da sociedade brasileira que está sofrendo o arrocho na saúde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, D. Maria José. (*Palmas.*)

O Sr. João do Violão, como falei é Presidente da Associação Comercial do Itapõa e do Conselho de Saúde do Paranoá. É um líder comunitário de longas datas no Distrito Federal.

Com a palavra o Sr. João do Violão, por três minutos.

O SR. JOÃO DO VIOLÃO – Eu gostaria de agradecer ao nosso nobre Senador Hélio José, pois desde de longas datas, mais de 30 anos, que nós nos conhecemos. O seu trabalho é um trabalho que só deu enriquecimento para o Distrito Federal.

Quero aqui, também, parabenizar a sua esposa, que é uma pessoa que conhecemos já há tanto tempo e que vem ao seu lado lutando em defesa do Distrito Federal.

Hélio, fiz questão de agradecer pelo convite, fiz questão. Eu não poderia nem estar aqui, mas falei para a baiana: vou estar lá para falar sobre a minha região, sobre a minha cidade, tão sofrida, que é a nossa região do Paranoá, com mais de 400 mil pessoas para atendimento – e agora virou região leste.

Infelizmente, meu Senador e nobres amigos da Mesa, os nossos gestores, que fazem a saúde do nosso Distrito Federal e do nosso Brasil, não usam o SUS.

Eles têm, sim, os seus hospitais, clínicas particulares, e não sentem na pele o que nós lá na ponta sentimos. A dona de casa, a D. Rosa que teve que amputar a sua perna; ficou dois anos esperando, podia ser uma coisa pequena e aí virou um câncer e teve que amputar a perna.

Então, senhores, vocês não sentem na pele o que nós sentimos lá. Eu estou na Presidência do Conselho de Saúde, e todos os dias nós recebemos uma média de 20 a 30 reclamações de nosso Hospital do Paranoá. E quero falar com o nosso Marcus Quito, que é o Coordenador de Atenção Básica. Nós temos um problema seriíssimo naquele hospital.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DO VIOLÃO – E o senhor fala: qual é a sugestão? Onde está o problema? Uma parte dele você sabe onde está? Na gestão da cidade. Nós temos 250 médicos e 30 são desviados para funções burocráticas dentro do hospital; nós temos 78 técnicos de enfermagem desviados para funções burocráticas. Se o senhor tirar todos os profissionais que estão na função burocrática daquele hospital e do posto de saúde e colocar na atenção básica, o senhor pode ter certeza que a saúde do Distrito Federal pode não melhorar 100%, mas pelo menos 80% vai melhorar.

Então, a questão aqui está na incompetência também dos gestores. Nós já tivemos uma CPI... Eu estive na CPI no dia 9, inclusive estamos levando para lá todo o relatório com documentos comprobatórios. Aliás, só eu registrei lá na delegacia mais de 40 ocorrências contra o atendimento no hospital. Prontos-socorros que são bloqueados por um tal de médico chamado Dr. Walbert, que é o dono do hospital, manda mais do que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

diretor, bloqueia pronto-socorro, faz o que quer. Vocês têm que sair daqui, dessa cadeira maravilhosa, do ar condicionado, e ir lá para a ponta, para Samambaia, para o Paranoá, para São Sebastião e sofrer na pele.

Igual eu falei para o Secretário de Segurança Pública: vamos dar uma volta comigo na Avenida Paranoá. O senhor tem que ser assaltado pelo menos três vezes para sentir na pele o que o povo está passando.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DO VIOLÃO – Eu convido... Já estive com o Secretário de Saúde do Distrito Federal e o convidei para ir ao Paranoá. Já estou tentando marcar com a Subsecretária já tem tempo. E o senhor está dizendo que vocês vão trabalhar com o povo. Se vocês trabalharem com, as coisas vão funcionar. Mas se vocês continuarem trabalhando para, as coisas vão ser na cabeça de vocês que não conhecem a realidade lá na ponta, e só as pessoas que estão morrendo à míngua naquela cidade conhecem.

Então, façam uma visita. O Senador está quase toda semana naquela região. Parabéns, Senador! Você está fazendo a diferença no Distrito Federal. (*Palmas.*)

O senhor está fazendo a diferença no Distrito Federal e nas cidades, ouvindo as pessoas, na associação, nos conselhos. É isso que o nosso gestor tem que fazer no Distrito Federal! E aí digo para o senhor: eu fui um dos que coordenei a campanha do Governador. Fui para o comércio, fui para a rua dizer ao povo que a segurança, que a saúde, que a educação iam ser prioridade. Hoje o Governador está correndo do povo, correndo de mim.

Ele tinha que enfrentar de cara, ir lá à ponta para ver o que está acontecendo no Paranoá, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião.

Meu patrão, eu quero te parabenizar mais uma vez, Hélio. Continue fazendo isso, Senador, porque eu conheço o seu trabalho – conheço o seu trabalho – há mais de 30 anos. O senhor está de parabéns. Pode contar com o Conselho de Saúde, porque lá nós trabalhamos – usuários e trabalhadores juntos – para que possamos ter uma saúde digna naquela cidade.

Mas peço ao senhor da atenção básica: ouça o Conselho, porque o diretor do hospital do Paranoá diz que para ele atenção básica, Conselho de Saúde e merda é nada. Desafiou até o Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Nós tivemos reunião com...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO DO VIOLÃO – E ele não respeita e diz: quem é que tem "cunhão" para me derrubar daqui? Já derrubaram quatro secretários e não derrubam um diretorzinho do hospital, que está matando o povo... Nós levamos um bocado de gente presa esses dias à delegacia e vamos dar ordem de prisão para ele também.

Agora, eu peço ao senhor que nos receba lá, pelo amor de Deus! Tira aquele cara de lá. Não presta! Vocês têm que mandar embora, meu patrão.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DO VIOLÃO – Se o cara não presta, manda embora, demita do cargo! (*Palmas.*)

O que está faltando é gestor de competência, é gestor de coragem, porque, quando o Governador precisou do nosso voto, ele foi lá ao Paranoá, mentiu para mim, mentiu para a sociedade que ia melhorar a saúde, que saúde não era questão de dinheiro, que era questão de gestão. E agora está correndo do povo. É uma vergonha!

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DO VIOLÃO – Eu tinha que vir aqui hoje, Senador, para desabafar. E o Brasil todo está sabendo que este neguinho aqui não tem medo, não. Quarenta e cinco anos de luta no Paranoá, no Distrito Federal e não vou abriu mão. E não estou querendo cargo. Não quero cargo. Eu quero lutar pela minha sociedade, para que nós possamos ter uma saúde digna para o Distrito Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Perfeito, João. Quero agradecer ao João, que é conhecido como João do Violão exatamente porque é uma pessoa humana, que conhece muito a sociedade de Brasília, porque anda bastante, além de ser um compositor brilhante, que tem suas músicas, tem sua atividade cultural. Obrigado, João.

O SR. JOÃO DO VIOLÃO – Eu que te agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Estamos juntos.

Maldonado, Conselho Federal de Farmácia, com a palavra, por três minutos. (*Pausa.*)

Teve que sair? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, ganhamos três minutos. Baseados nisso, como a Nelita havia pedido a inscrição, três minutos, por gentileza. É a última inscrita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não, não. Tem que falar do microfone, porque tudo é gravado na TV.

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – Apesar de eu estar com este crachá aqui, sou usuária do SUS e venho com o meu mestre Helvécio, Marcus Quito e Jovita desde a época da extinção do Inamps, da criação do SUS. Bom, enfim, não vamos dizer quantos anos temos, não é, Marcus?

Eu moro na região da Fercal, Janio, e realmente sou contra a retirada da UPA de Sobradinho II, porque, se não fosse aquela UPA de Sobradinho II, mais gente estaria morrendo.

Tem uma turminha ali, funcionários, contratados da UPA, que estão com seus dias contados, Marcus Quito. Queria que, nas considerações finais, você falasse o que vai ser desses funcionários a partir do dia 28, porque a nossa UPA, em Sobradinho II, não pode ser fechada, porque ela está atendendo os pacientes do entorno, da Região Norte, de lá para cá, de Sobradinho, que está muito cheio. E a atenção primária à saúde, na minha região, na RA 31, não existe. Estão construindo uma outra UBS agora, compensação ambiental, através do Ibram, Ibama, enfim.

Eu, não ia nem falar sobre mim, o Senador nem sabe, mas creio eu que amanhã eu vou me internar para fazer uma revascularização total, porque senão vou perder meu intestino. Foi o que falei ontem para o Helvécio: "Helvécio, vou ter que ir para o privado...

(Soa a campainha.)

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – ... porque, se eu esperar a regulação para ir para o Incor, eu vou perder as duas pernas, vou ter que amputar as duas pernas, e o intestino, porque eu estou com as duas artérias ilíacas superiores ocluídas – 70% ocluídas." Eu vou esperar o quê? Morrer, não é?"

Então, Marcus Quito, eu sempre vi você na televisão e, como eu já estou bem velhinha, eu falo: "Gente, eu conheço esse jovem, não sei da onde. Eu já o vi, não sei onde. Eu não sei de onde que eu o conheço". Hoje, é que eu lembrei de onde eu o conhecia.

Então, eu peço o quê? Eu peço, Marcus, que dê uma atenção a nossa Fercal. Lá, está precisando, sim, de atenção primária à saúde, porque eu tenho certeza de que, antes de eu vir para cá a convite do Senador, se tivesse uma atenção primária lá, mesmo, para cuidar da minha glicemia, dos meus triglicerídeos, do meu colesterol, enfim, de tudo, eu...

(Interrupção do som.)

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – ... correndo o risco de... Correndo o risco não, porque vou ter que fazer, e fazer ou fazer uma revascularização total no abdômen e colocar dois *stents* nas pernas.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu não vou deixar de dar a palavra para a imprensa. Eu quero só três minutos, ouviu, Kleber Karpov – eu não sei porque você não escreveu, você tinha oportunidade –, mas eu quero ouvir os três minutos dos meios de comunicação. Você é o principal blogueiro da área de saúde do DF. Então, três minutos para você para a gente passar para a Mesa aqui e fazer as considerações finais.

Vamos lá.

Kleber Karpov, do meio de comunicação do Blog Karpov.

O SR. KLEBER KARPOV – Boa tarde. Eu queria cumprimentar aqui o João do Violão e, em nome dele, cumprimentar a todos. E estou pegando o João do Violão, porque faço um programa de rádio no Paranoá e uma coisa me assustou muito: no início do mês passado, no dia 2 para ser mais exato, que o Hospital do Paranoá ia ficar sem exames de Raios X, sendo que o hospital do Paranoá é uma referência em Ortopedia.

Mas uma coisa que o Helvécio me falou, que me chamou a atenção, é que ele fala que a OS não preocupa, porque já houve a deliberação do Conselho de Saúde dizendo "sim" ao 100% SUS. No entanto, nós temos toda uma movimentação em cima da questão das OSs, e o Jorge trouxe um dado muito interessante, que é a questão da reestruturação das horas extras que permitiria contratar, pelo que ele coloca ali, quase 2 mil servidores.

E nós temos um cenário, por exemplo, estudo também da Secretaria de Saúde, com relação às UPAs, em que o Secretário de Saúde, há cerca de dois meses falou: "Nós temos um déficit de dois a três mil servidores".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No estudo que o Jorge demonstrou, que é da Secretaria de Saúde, está bem claro que conseguimos colocar 1.960 pessoas sem gastar um único centavo, sem utilizar vagas de vacância.

Então, será que realmente são necessárias as organizações sociais?

E eu entro num outro detalhe, já do ponto de vista jornalístico. O Jorge falou da questão das decisões do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas deixa bem claro que as organizações sociais que forem contratar pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER KARPOV – ...para atuar na atividade-fim entram no cômputo da LRF.

A Procuradoria-Geral do DF já pediu um reexame dessa informação, e o colegiado foi unânime em negar essa informação. Isso aconteceu no dia 2 de junho. Estou falando em 2 de junho, porque há cerca de 15 dias, por exemplo, fiz uma apuração com a Secretaria de Saúde sobre como ela pretende lidar com OS, sendo que existe uma decisão do Tribunal de Contas, e a Secretaria, por exemplo, me retorna dizendo que, no País inteiro, as pessoas utilizam... Então, o Tribunal de Contas está analisando, quando, na verdade, o Tribunal de Contas já havia dito, alguns dias antes, que não tinha negócio.

O que está faltando? Está faltando assessoria por parte da Secretaria de Saúde? Está faltando gestão? Ou é uma ação deliberada?

Acho que são algumas perguntas que precisam ser respondidas.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Karpov. Vamos passar para a Mesa, para concluirmos nossa audiência. Acho que foi bastante oportuna a fala inicial de todos.

Vamos passar à Dayse, que dispõe de cinco minutos. A campainha vai tocar após 4 minutos, e haverá mais um minuto para a conclusão. O. k? (*Pausa.*)

Obrigado à Dayse, nossa Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, que está com a palavra.

A SRª DAYSE AMARÍLIO DONETTS DINIZ – Na verdade, eu não vou usar os cinco minutos.

Eu queria realmente trazer esta proposta de construir alguma coisa, na pessoa do Marcus Quito; que levasse isso. Eu acho que estamos numa sede muito grande de tentar fazer alguma coisa. Então, esperamos que o que se discutiu aqui seja levado e esperamos até o momento de sermos convidados para construir isso.

Há também a Mônica. Quando o ministério for construir essas propostas nessa tripartite, que também convocasse os enfermeiros e técnicos, que são os profissionais que estão aí, para participar, porque sabemos o que fazemos na prática. Como eu falei, muitos procedimentos, inclusive, não estavam no último pacote de dados em que colocávamos, porque muitas vezes vocês não sabem o que acontece na prática.

Agradeço a todos e agradeço à nossa baiana, cuja declaração muito me comoveu, porque é uma usuária. Ela me contou que veio da Bahia hoje, gente, somente para esta audiência pública, para ela se fazer ouvida.

Então, em nome dela, eu, como profissional de saúde, acho que a minha profissão pode fazer a diferença.

É em nome de pessoas como você que eu não desisto nunca. É em nome de pessoas como você que eu realmente não vou desistir de lutar por isso. Eu nunca na minha vida pensei em ser sindicalista. Eu sempre sonhei em ser enfermeira. Eu amo o que eu faço e acredito que a enfermagem é uma das profissões que pode mudar, inclusive, o mundo. Eu acredito nisso. Eu entrei no movimento sindical para tentar fazer com que as pessoas tenham essa consciência, para poder fazer a mudança social. E por pessoas como você eu quero realmente lutar e me coloco nessa luta.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Dayse até por uma economia de 2min53.

Passaremos agora ao Jorge Viana, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal.

O SR. JORGE VIANA – Então eu posso usar os dois minutos dela, Senador? Não, né?

Antes de fazer os agradecimentos, darei alguns esclarecimentos com relação à nossa busca incisiva de defender o trabalhador. Eu parabenizo a Mesa, porque nós temos aqui uma Mesa bastante heterogênea e temos aqui vários segmentos representados. Imaginem se todos nós fôssemos sindicalistas, se todos nós fôssemos gestores, se todos nós fôssemos usuários. Então, não teria o que discutir. Acho que o papel de cada um aqui, como ator social que somos nesse segmento saúde, cujos trabalhadores defendo bastante e às vezes sou muito criticado por isso... Mas meu papel hoje aqui é defender, de fato, o trabalhador da saúde.

Com relação ainda à atenção primária, alguns dados que foram passados aqui são de pesquisas que nós fizemos e não batem. Não batem porque a cobertura do DF, embora tenha nesse projeto, nesse estudo que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

feito por Brasília Saudável, referência de 30%, de fato não são 30%. Isso são dados também – não vou falar do Ministério da Saúde – do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e constatados pelo Sindicado indo *in loco*.

O que acontece aqui no GDF especificamente? Até eu faço uma denúncia – o sindicato só vive de denúncia. Mas foi comprovado, porque eu vi isso. O técnico de enfermagem, por exemplo, faz 40 horas. E ele é lotado no Posto de Saúde nº 5, do Gama. Essas 40 horas dele, pois era para trabalhar 40 horas, são somadas na quantidade de horas daquele posto de saúde para os trabalhadores de saúde. Só que ali há uma equipe do Saúde da Família. Aí, o que estão fazendo? Pegam as 20 horas deles, colocam para trabalhar no posto e 20 horas para trabalhar na equipe, sendo que a equipe tem de ser exclusivamente 40 horas. Então, fica uma pessoa trabalhando em dois lugares. Para o Ministério da Saúde, está sendo uma equipe completa, está recebendo repasse do Ministério da Saúde; e, para o GDF, apresentam os dados, dizendo que têm o número de pessoas suficientes, que a equipe está completa, com 30%. Mentira! Não são 30%. Podem ir às regionais que vocês vão ver que não houve aumento nenhum de equipe, porque o Governador fez o projeto dizendo o seguinte: nós vamos aumentar a atenção primária, as equipes de saúde da família. Não houve concurso de agente comunitário, e nós precisamos de pelo menos cinco agentes comunitários para uma equipe assistida. Então, como é que cresceu? Pariu? Pariu trabalhador? As próprias equipes pariram trabalhadores? Evidentemente que não.

Então, quanto a esses dados, eu acho que vocês do Governo têm de ir *in loco* porque, no próprio estudo que o senhor apresentou, Dr. Marcus, eu também li, falava sobre um número x de trabalhadores na UPA. Aí eu fui ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde). Não bate. É por isso que precisamos de uma intervenção no Ministério da Saúde, porque o CNES não avalia *in loco* os trabalhadores, os cálculos, eles pegam dados e jogam. Aí eu perguntei para a gerente de enfermagem da UPA de Samambaia, ela falou que "fizeram o estudo e nunca vieram aqui". Então, como é que fazem o estudo? Pelo CNES?

Está furado o cadastro do CNES. Por isso, nós devemos ter uma intervenção muito séria do Ministério da Saúde, porque alguém está sendo lesado. Ou o GDF está sendo lesado, ou o Ministério da Saúde está sendo lesado.

Bem, essa era a última fala que eu queria fazer, agradecendo, com certeza, a presença de todos vocês.

Como a Dayse falou, nós somos profissionais de saúde, somos profissionais de enfermagem e, graças a Deus, temos um papel bastante relevante. E nunca mais a enfermagem será subjugada no Brasil, porque hoje nós temos profissionais de enfermagem em mesa de Senado, em mesa de Câmara... (*Palmas.*)

... fazendo o seu papel. Além de servidores, além de usuários, nós somos sindicalistas.

Um abraço, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Valeu, Jorge. Você economizou um minuto e dezessete.

Muito bom. É a fome.

Quero aqui passar a palavra para o nosso querido representante do Conselho de Saúde do Distrito Federal, nosso Helvécio, para os seus cinco minutos.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Nós temos a obrigação de falar pela ótica do trabalhador, do usuário e do gestor, porque o Conselho de Saúde é um ambiente de pactuação.

Mas, sobretudo, queria deixar aqui, Senador, elogiando a iniciativa da audiência e o trabalho aqui desenvolvido, que é preciso estabelecer uma pactuação.

O SUS é um produto que não é acabado. Ele é mutante, está em construção diuturnamente. Se não houver um entendimento de unidade e, principalmente, se não se estabelecer o quesito das informações gerenciais e de controle, é impossível a execução daquilo que se planeja. E, principalmente, nessa pactuação, se estabeleça a política do Estado e não do Governo.

O problema que temos hoje é que temos que rever o SUS, até, repito, voltando para o banco da escola. É preciso estabelecer a integração da saúde e da educação. Não existe saúde sem educação ou educação sem saúde. Esse é um grave dilema que temos.

No DF especialmente temos uma gestão pública fragmentada. É fragmentada. Olhem as competências de um administrador de RA. Olhem as competências de um diretor de hospital. Ele não tem autonomia para nada.

O quesito, hoje, que está em foco é a deliberação da conferência, que é o quesito da descentralização, da gestão da saúde pública para as regiões de saúde, com autonomia de RH, com autonomia econômico-financeira, etc., etc.

E é preciso que os agentes públicos, especialmente os conselhos regionais, apropriem-se disso. É preciso a participação da sociedade, para formular e definir as políticas, porque a gestão tem que executar apenas aquilo que é formulado pelo controle social. Não há mágica, não há mistério, porque a gente vai encontrar qual é a real necessidade e qual é a real dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esse é o problema. Que precisa tomar a atitude, Jô, você tem razão... Nós temos uma gestão que está culturalmente muito escondida na zona de conforto. É muito fácil para determinados gestores colocar a culpa no secretário e no governador. Eles assumem apenas o cargo e o recurso advindo do cargo, mas não são gestores de fato. Escondem-se no gabinete, e não são gestores mesmo.

É preciso que o controle social esteja vigilante e denunciando isso, porque é inadmissível hoje um superintende de uma região que não conheça os determinantes sociais e os indicadores de saúde daquela região. Se não os conhecer, não está apto para ser superintendente de saúde. Não é o governador, não é o secretário que vai executar o processo de trabalho, somos nós, os trabalhadores, os agentes operacionais do trabalho. E nós sabemos...

E digo mais: vamos fazer uma experiência?

Entrega para cada categoria profissional, para cada entidade de classe administrar uma região pelo menos por seis meses. Nós vamos mostrar a diferença. Entregue para nós. Entregue para as entidades. Vamos fazer uma experiência de seis meses de gestão compartilhada?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Helvécio, também 1min49 de sobra.

Jovita, em consideração ao da Unasus, são três minutos. Vai soar com dois minutos para você.

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Aqui representando os auditores do SUS e também dos Estados e Municípios que fazem parte da nossa entidade, a gente queria pontuar, Senador, que a Unasus tem um assento no Conselho Nacional de Saúde. Acho que a gente tem que fazer uma avaliação maior, uma ressignificação da participação no Conselho, porque, dentro do segmento dos trabalhadores no Conselho, às vezes tem gente que está lá para garantir a sua fatia do mercado, tem gente que está lá para garantir que o SUS não funcione, porque se o SUS funcionar minimamente muita gente vai falir.

E essa iniciativa privada na área da saúde, os planos de saúde, eles financiam candidatos. A gente está vendo aí essas PECs que vêm para derrubar a saúde como direito de todos e dever do Estado. E a Unasus está atenta a isso.

Dentro do departamento de auditoria do SUS, a gente precisa que regulamente essa carreira, para que a gente possa cobrar dos Estados e Municípios essa carreira do controle do SUS a fim de que os servidores de carreira assumam os cargos dentro do departamento de auditoria do SUS.

Hoje nós temos nomeado na Coordenação-Geral de Auditoria uma pessoa estranha ao quadro, que é ator e diretor de teatro, nomeado pelo Governo, indicado por um Deputado, inclusive do seu Partido – mas não é isso que estou querendo falar.

A gente precisa qualificar a gestão. A gente precisa que os trabalhadores ocupem esses cargos dentro do Ministério da Saúde.

Dentro do SUS nós trabalhamos com mais de três mil portarias, mais de trezentos – olha só, Senador – sistemas de informações que não conversam um com o outro. E nós do Departamento de Auditoria, para termos acesso ao sistema SIM, que é o Sistema de Informação sobre mortalidade, temos que pedir permissão para o Datasus, que trabalha os sistemas.

(Soa a campainha.)

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Então, a gente precisa unificar os sistemas e também dar uma ressignificada nas nossas representações no Conselho. Às vezes, Helvécio, tem gente que está lá anos e anos, tem seu plano de saúde, fazendo carreira e não está muito preocupado com o usuário do SUS. E a gente precisa melhorar essa qualificação, essa representação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Jovita. Você nos economizou 32 segundos.

Deixe-me dizer: se há ator de teatro e pessoa desqualificada para cuidar da auditoria do SUS, passa que eu vou pedir uma informação formal do meu gabinete ao Ministro para que ele informe se a pessoa tem ou não tem competência para poder dirigir a coordenação que está ocupando. E tenho certeza de que o Ministro vai se posicionar a respeito disso.

Há membros e membros de partidos como temos membros e membros de assessoria. E não se pode culpar nenhum assessor pelo Parlamentar com que ele porventura trabalha.

Eu mesmo estou sendo informado que parece que um assessor meu hoje foi preso por negócios com cooperativa. Já vai estar imediatamente exonerado, porque eu não tenho nada a ver com isso e não tenho nada a ver com algum malfeito que alguém possa fazer. (*Palmas.*)

Nada a colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu queria passar a palavra ao Sr. Marcus Quito, uma pessoa que eu conheci hoje, vi, pela competência do trabalho, que, em cinco minutos, não dará para ele considerar tudo, mas vamos tentar fazer uma síntese. A gente vai fazer o seminário com a presença dos sindicatos, dos conselhos de saúde, dos gestores; organizar um seminário bem bacana, de manhã e à tarde, aqui no Sindilegis, com a possibilidade de transmissão para todo mundo. Assim, a gente vai poder ouvir todos os lados, e isso poderá até servir de subsídio para a gente poder reformar alguma coisa que seja reformável na lei do SUS, alguma coisa que seja importante na questão da gestão pública da saúde.

Eu, por exemplo, tive um acidente gravíssimo de carro em Ceilândia. O Corpo de Bombeiros, prontamente, socorreu a mim e à minha esposa. Eu cheguei, fui atendido no Hospital de Ceilândia com muita presteza e tive toda a minha situação imediatamente vista, tanto eu quanto ela. Então, eu acho que, por eu ter um plano de saúde, por eu ter condições de pagar uma saúde particular, eu não teria dificuldade nenhuma em pagar esse serviço que o SUS me prestou imediatamente no meu atendimento em Ceilândia. Isso poderia ser uma fonte de rendimento, aquelas pessoas que ganham acima de uma faixa salarial x poderiam ajudar no financiamento do SUS.

São coisas que temos que ver, porque não podemos penalizar aquelas pessoas que estão na faixa e para as quais é supernecessária a questão do SUS. Elas não podem ser penalizadas com medidas que venham a prejudicar toda uma atenção necessária de saúde básica, com saúde pública de qualidade e de forma adequada para atender ao nosso povo.

Assim, são coisas sobre as quais a gente vai ter que conversar no futuro. O SUS precisa realmente ter condições de aguentar pagar todas as questões para atender ao nosso grande povo, e estaremos abertos a esse tipo de discussão.

Vamos ouvir o Dr. Marcus Quito, Coordenador de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal. Com a palavra por cinco minutos.

O SR. MARCUS QUITO – Primeiramente, eu estou extremamente satisfeito por ter participado desta mesa, e me sinto, como enfermeiro e como sindicalizado, muito bem representado aqui. Eu acho que a gente tem, de fato, e no espaço de tempo que eu tenho... Dentro da coordenação, uma das ações que nós estamos colocando forte é o fortalecimento da atenção primária na perspectiva resolutiva, com o enfermeiro para que, de fato, tenha uma capacidade de resolutividade extremamente arrojada dentro da atenção primária.

Na época em que eu fui enfermeiro de programa lá atrás, com o Programa Saúde da Família, no Saúde em Casa, do caríssimo Prof. Cristovam, eu tive essa oportunidade de experimentar na prática e na assistência como é ser um enfermeiro de uma equipe de Saúde da Família. E essa imagem de enfermeiro qualificado, altamente resolutivo, é a que a gente quer tornar realidade. Então, não é só uma equipe composta por médico de família e comunidade, especialista, é uma equipe composta por enfermeiro de família e comunidade, titulado, qualificado, com acesso a ferramentas de assistência que vão permitir a atenção primária se tornar cada vez mais efetiva. Portanto, isso é uma bandeira que nós todos estamos enfrentando e, eu, como enfermeiro, não poderia deixar de assumir isso também.

Meu caro João, a minha regional de entrada na Secretaria de Saúde foi o Paranoá, eu dei o meu primeiro plantão dentro do Hospital do Paranoá, na emergência, quando ele abriu, lá em 2002. Gosto muito da avenida comercial de lá, há uns restaurantes que são muito bons, e eu até gostaria de encontrá-lo na próxima semana. Coloco-me à disposição para a gente ir fazer uma agenda lá no Paranoá, com o Conselho de Saúde, para discutir a situação que você está me descrevendo. Eu tenho toda a disponibilidade e eu aprendi uma coisa com o Sérgio Arouca que eu nunca esqueci: a gestão forte é a gestão participativa. (*Palmas.*)

Então, se ela não tiver a participação da sociedade, que é realmente a maior interessada, nós não conseguiremos fazer uma gestão de fato com qualidade.

Em relação aos dados, acho que é importante a gente também não esquecer algumas coisas. Os dados em saúde são muito ruins, em geral. Não estou falando pelo resultado qualificado dele não, estou falando pela forma como eles são produzidos. A Jovita mostrou aqui, nós temos trezentos e tantos sistemas que não conversam. Então, quanto aos dados do Distrito Federal, foi um parto conseguirmos chegar a 30%, como uma e única informação, porque o DF tinha... Quando eu cheguei perguntei, qual a cobertura do Saúde da Família? Vinte e tanto, quarenta e tanto, sessenta e oito por cento. Qual é o dado? Eu aprendi desde cedo, se você tem um relógio você sabe que horas são, se você tem dois você já não sabe. Então, qual é o dado correto da cobertura do Saúde da Família? Nós arbitramos uma cobertura estabelecida pelo critério de 3.750 pessoas por equipe e fizemos o cálculo assim. Então, esse é dado.

Quantas equipes nós temos cadastradas no CNES? Nós temos cadastradas, no Ministério, 239, que possuem uma irregularidade significativa de produção de informação. Vou dar um exemplo muito claro para todo mundo aqui. Nós temos 91 equipes que constam no Ministério da Saúde como sem produtividade. Eu peguei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

esse dado há três meses e falei: "Não é possível isso, vamos lá! Qual é o problema?" Aí a gente foi atrás. O único dado que o Ministério da Saúde exige para a comprovação de produtividade, não é a produtividade do médico nem do enfermeiro, é uma atividade coletiva registrada ao longo do mês, uma. Se o enfermeiro reúne um grupo de hipertensos, ele lança o nome de todo mundo lá na atividade, o.k., essa equipe existe. É assim que funciona. Então, não estamos falando de qualidade, não estamos falando de análise, se resolve, se atende, nada.

Aí eu fui atrás das 91 equipes. Foi um parto conseguir ter a informação dessas 91. Quando conseguimos ter, todas elas estavam produzindo, mas o sistema continuava registrando sem produtividade. Aí você vai atrás do sistema. Qual o problema? Você via vários problemas: inconsistência no CNES ...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCUS QUITO – ... a atualização estava atrasada; não tinha a equipe completa. Aí você vai ao Ministério da Saúde e o Ministério da Saúde não sabe dizer qual é o problema do não registro, já que as informações haviam sido lançadas. Resumo da ópera: até agora nós não conseguimos descobrir qual é o problema da inconsistência de informação, mesmo sabendo que as equipes estão produzindo.

Onde está o problema? É programa de gestão? Todos os Diraps, os diretores de atenção primária, foram atrás, equipe por equipe, para saber o estava acontecendo. Ainda assim, continuamos sem o registro dessas informações.

Nós temos um problema – para encerrar a minha fala, Senador – dentro do SUS estrutural, que não é só computador, não é só sistema, não é só falta de profissional, não é só desestrutura, como as unidades que eu mostrei. Nós estamos em um momento agora que a gente tem que tomar uma decisão: ou a gente avança para ter um sistema de saúde digno da nossa população, ou a gente vai ter um sistema de saúde que vai se remendando a todo momento para tentar resolver problemas pontuais. Essa é a solução que a nossa sociedade precisa tomar: nós vamos enfrentar o quê? O que é necessário? Esta é uma pauta que está colocada, ela está na mesa, nós temos que discutir isso sim. Agora, certamente ela não é a solução mágica para o sistema de saúde. Agora, 30% de cobertura do DF precisam, sim, funcionar de forma redonda.

Nós temos uma proposta como Governo. Nós, gestores, temos uma proposição organizada, sistematizada, de intervenção na atenção primária efetivamente. Esta proposta todo mundo precisa discutir e debater, porque é ela que tem ... Hoje nós temos uma proposta. Várias vezes, eu, como parte do Ministério da Saúde, quando eu trabalhava lá, a gente ouvia que a reclamação principal é que não havia proposta dentro do Distrito Federal. Nós temos uma proposta. Vamos discuti-la, vamos ver como podemos aperfeiçoar essa proposta.

Vamos ver como é que a gente pode fazer para, daqui a um ano, a gente voltar aqui e mostrar dados diferentes da atenção primária, em que a população veja que o sistema de saúde funciona e sinta que esse sistema pertence à cidadania das pessoas. E não ouvir, como nós ouvimos de usuários aqui, o grau de insatisfação que nós estamos vivendo.

Este é o nosso marcador; este é o nosso senso ético e moral: defender o direito do cidadão. Todo mundo está defendendo o SUS público. Sem dúvida nenhuma, nós também. O sistema de saúde tem de ser 100% público. É assim que ele foi estabelecido na Constituição de 1988 e é assim que ele vai ser operacionalizado no Distrito Federal.

Ter uma OS não significa reduzir o tamanho do Sistema Único de Saúde. É isto que a gente precisa discutir: como isso funciona? E lembrando: nós estamos propondo isso em algumas áreas. Nós não estamos reduzindo a intervenção de saúde do Distrito Federal a uma iniciativa. Nós estamos intervindo no todo de um conjunto completo de assistência à saúde do DF. E aí todo mundo tem de participar dessa discussão. Ou nós queremos participar do jeito que nós estamos? Essa é uma questão. Essa é uma responsabilidade de escolhas. E a gente tem que tomar decisões. Esse é o papel frio da gestão.

João, eu te vejo lá, na próxima semana. Nós vamos lá ao Paranoá, e eu quero almoçar com você na comercial também, o.k? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu concordo. Acho que tudo tem de ser debatido. Por isso que nós deixamos, de público, antes do debate, a posição minha, a do Senador Cristovam e a do Senador Reguffe de que somos contra a OS. Não achamos que isso resolva o problema de saúde. Mas concordo com o Marcus Quito que tudo tem de ser resolvido.

Deixei claro que eu acho que os serviços complementares nós não vemos problema, porque é preciso haver complementariedade, sim, no sistema. Deixei claro que eu pagaria, com muito gosto, o bom atendimento que eu tive no Hospital de Ceilândia, quando eu tive o meu acidente, porque o SUS é a porta de entrada para todos – para os milionários, para a classe média, para os mais pobres, para os que não têm nada. Para todo mundo, a porta de entrada é o SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, todo aquele que está com a faixa salarial acima de x, se ele puder ajudar aqueles que estão com a faixa salarial abaixo de x a terem um sistema adequado, de forma a atender todo o nosso País, eu não vejo nenhuma injustiça e nenhuma dificuldade em fazê-lo. Isso aí é uma propositura. E quem sabe o nosso seminário pode apontar uma discussão nessa seara? Então, é um dos pontos que eu, como Senador, bem como o Senador Cristovam e o Senador Reguffe, topamos discutir e, assim, estamos fazendo este debate a respeito do assunto.

Vamos ouvir aqui a nossa representante do Ministério da Saúde, que, gentilmente, atendeu o nosso pedido e concordou que nós ligássemos para o Ministério para poder mostrar a importância de ela permanecer aqui, pois ela estava com compromisso conosco de sair às 11h. Então, eu lhe agradeço muito, Mônica. Quando eu estiver com o Ministro, vou falar da sua posição elogiosa aqui, do seu trabalho.

Vou convidá-lo para o seminário e, consequentemente, você também, para mostrar alguns painéis no seminário. Para a abertura, espero que ele esteja. Ele é um Ministro que, tenho certeza – ele teve a infelicidade naquela colocação do SUS, que não tem nada a ver com a história do nosso Ministro Ricardo Barros –, em um seminário dessa magnitude, na abertura, vai poder colocar até as posições de compromisso com a saúde pública no Brasil e em Brasília.

Mônica Cruz, você tem cinco minutos, com a tolerância necessária.

A SRª MÔNICA CRUZ KAFER – Agradeço pela possibilidade de ter participado hoje deste momento de discussão. Considero muito importante a presença do Ministério da Saúde nesta discussão.

Solidarizo-me com Maria Rosa, conterrânea – também sou baiana. Meus sentimentos. Também sou mãe e imagino: a perda é muito grande. Fico triste em saber que, ainda, no SUS há equipes, unidades, que não utilizam um atendimento humanizado, que tanto preconizamos no SUS.

É bem difícil isso, mas me coloco à disposição também para qualquer informação. No Ministério, pode-se acionar a coordenação, e pode me procurar pessoalmente, que podemos esclarecer suas dúvidas.

Houve uma pergunta de uma líder comunitária – perdoe-me, mas não me recordo o nome, de Taguatinga: onde está a responsabilidade do Governo e do Distrito Federal? Acho que necessito responder essa pergunta.

O SUS, como eu tinha falado na minha apresentação, é tripartite; tem competências dos três. A infraestrutura e manter a estrutura física realmente é competência do Município, mas o Ministério da Saúde não refuta sua responsabilidade em relação a isto, de verificar essas estruturas e de oferecer recursos para que se tenha uma estrutura adequada. Por isso, temos emendas para equipamentos, recursos para construção, reforma, e estamos sempre nos colocando à disposição dos gestores municipais, para que solicitem, e, na medida do possível, atenderemos, com repasse de recursos, para que não ocorra isso que você nos passou, que é uma estrutura inadequada para os profissionais de saúde e para o cidadão, para o usuário.

Com relação à denúncia do colega aqui ao lado, o Ministério da Saúde recebe várias denúncias. Nós temos o Denasus, aqui representado pela colega – está, também, acredito, pelo Denasus. Outros órgãos também, como o Ministério Público, são acionados e nos mandam diversas denúncias. Toda vez que chega uma denúncia escrita ao Ministério da Saúde, de essas equipes estarem incompletas, processo de trabalho, tudo é fiscalizado. Não tem como todo dia, no dia a dia, verificarmos por equipe, até porque o sistema que utilizamos pode ser falho, mas é um sistema que tem fé pública. Então, acreditamos que o gestor esteja informando corretamente nesse sistema. Mas denúncia feita é averiguada. Caso seja constatado que, realmente, a denúncia procede, o recurso é automaticamente suspenso até a sua regularização. Está bom?

Só para passar.

A Dayse falou da questão da participação das categorias. Tivemos um movimento agora, de uma possível mudança do modelo de equipe e saúde da família, uma flexibilização, e houve uma demanda dos ACSs para o nosso Ministro, que prontamente atendeu. Tivemos também uma plenária numa audiência pública, e ele se comprometeu de que a nossa PNAB, que é dinâmica, estamos sempre reformulando e mudando, porque temos de olhar a realidade e fazer adequações, na medida do possível, e ele se comprometeu com uma possível criação de um GT mais à frente, quando se pensar em fazer uma revisão completa da política, e tudo, e acredito que todas as categorias, e não só os ACSs, sejam convidados.

Por último, a questão do seminário. Coloco-me à disposição. Vou levar o seu convite ao Ministro, para participação. Acho importante também ele vir fazer sua fala, mas me coloco à disposição como DAB (Departamento de Atenção Básica) para participar dessa discussão junto com vocês. E ao Marcus Quito, como gestor, para qualquer necessidade, conversa, também estamos à disposição, O. k.?

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns à Mônica.

Chegou um comentário no e-Cidadania, do João Marcelo Alves. Ele fala o seguinte: "O SUS movimenta R$170 bilhões por ano, mas conta apenas com 400 auditores do Denasus para fiscalizar a aplicação desse recurso. V. Exª não concordaria com o fato de que essa quantidade de profissionais é insuficiente e que mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

profissionais gerariam maior efetividade e economia?" Com certeza. Por isso que um dos pontos de discussão que nós vamos ter no seminário será a questão do Denasus, porque aí vai ser a oportunidade de discutirmos e aprofundarmos essas conversas a respeito, porque o Denasus é muito importante, e nós precisamos entender por que tanta briga para ser o chefe do departamento do Denasus. O que acontece que ser o chefe de departamento do Denasus talvez seja mais importante do que ser ministro em alguns ministérios? E a gente precisa saber por que essa disputa é tão gritante. E como é que os auditores vão evitar problemas, já que é uma briga, um Telecatch, para saber quem é o chefe do Denasus dentro de uma indicação do Governo.

Então vai ser uma oportunidade para a gente discutir essas questões e para ter esses cuidados necessários.

Pessoal, não havendo mais nada a discutir hoje aqui, a gente se compromete também, a partir de agora, a estar aberto à discussão desse seminário. A gente se aproxima de um período de férias de julho, mas a gente pode começar a ter uma proposta para tentar o mês de agosto, em que começará intensamente o trabalho com esse seminário. Eu acho que nós teríamos até agosto para cuidar e formatar esse seminário, com os convidados, com as pessoas, para poderem vir participar, e a gente poderia gestar uma nova regulamentação para ajudar o SUS a fazer o que ele pode fazer e também ajudar a questão da atenção básica da saúde a fazer cumprir seu papel.

Quero agradecer a todos que aqui estiveram presentes e dar como encerrada esta audiência pública de hoje.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 1 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 63ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezesseis, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco no Desemprego no Brasil. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical; Clóvis Scherer, Economista – Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE; Itamar Revoredo Kunert, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Avanilson Araújo, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular; Flauzino Antunes Neto, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Mário Magalhães, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Trabalho; Wadilson Maia Arranha, Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da em Aviação Civil da CUT - Fentac/CUT. O Senhor Presidente solicita que passe o vídeo do link https://www.youtube.com/watch?v=HZjqpampbCU que contém a música "Menino Guerreiro" interpretada pelo cantor Fagner. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente registra a presenças de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) dialogar com o Governador Rodrigo Rollemberg acerca dos presos na operação realizada para a desocupação do Hotel Torre Palace, em Brasília; 2) realizar audiência pública para debater moradia popular, resistência e criminalização das lutas sociais; 3) encaminhar ofício ao Governador de Brasília repudiando a forma como se deu a operação de desocupação e solicitar a libertação dos presos. O Senhor Presidente lê poema de autoria de Berthold Brecht intitulado "O Analfabeto Político". Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 56 desta Comissão, de nossa autoria e de outros, para debater o tema Democracia, Direitos Humanos, com foco no desemprego no Brasil.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Enquanto os nossos convidados estão chegando – tiveram alguns problemas na portaria, mas o Agostinho já foi lá para facilitar a entrada deles –, vou fazer uma pequena introdução. Como todos sabem, todas as segundas-feiras as nossas audiências públicas são transmitidas ao vivo para todo o Brasil, via TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, fazendo toda a cobertura.

Antes mesmo de montar a Mesa, porque faltam alguns convidados, vou fazer uma introdução do tema para que os telespectadores possam acompanhar e até participar com perguntas.

O objetivo da audiência de hoje é discutir o desemprego que avança, de forma muito forte, em nosso País.

Senhores e senhoras, estar empregado é um direito fundamental de todo o ser humano, além de ser condição imprescindível para a plenitude e para o fortalecimento da distribuição de renda e da própria democracia. A renda do trabalho supre necessidades do nosso povo como, por exemplo – é o que diz a própria Constituição –, moradia, alimentação, vestuário, saúde, educação e garante, enfim, a dignidade do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, já estava assinalado que toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego; porém, em tempos de crise, como os que estamos vivendo, o desaquecimento da atividade econômica resulta na perda de inúmeras e valiosas vagas nos setores primário, secundário e terciário da economia.

Hoje, no Brasil, o índice de desemprego está em torno de 11% da população economicamente ativa. É uma taxa alta, considerando os bons tempos que nós tivemos ali na época de Lula e do primeiro mandato da Presidenta Dilma, no qual chegamos a uma taxa desemprego de 5%.

Embora falem tanto, eu destacaria que, quando nós pegamos o Brasil, lembrando os governos Lula e Dilma, o número de trabalhadores com carteira assinada – e, depois, vocês podem confirmar – estava em torno de 25 milhões de pessoas. Entregamos com mais de 40 milhões. Ora, se tínhamos em torno de 25 milhões com carteira assinada, chegamos a mais de 40 milhões – falaram até em 45 milhões – e se aumentou em torno de 5% nesse período, o nosso saldo, digamos, é positivo, mas preocupante. Ninguém gosta de uma taxa de desemprego que chegou a muito mais de 11%, mas que agora já está retornando e está em 11%.

Enfim, conforme os dados que eu tenho aqui, mais de 11 milhões de pessoas não conseguem se inserir no mercado laboral. A questão é ainda mais grave nos que têm baixa escolaridade, que são mais jovens, principalmente de 18 a 25 anos, e que vivem em núcleos urbanos.

Diante desse cenário, cabe ao Poder Público aprofundar esse debate e, dentro do possível, criar ou sugerir alternativas para a geração de postos de trabalho que sejam perenes e capazes de garantir renda e dignidade para a população, reforçando as bases da nossa democracia.

Entre as ideias que foram levantadas ultimamente, muitas foram as propostas. Mas uma delas, em que venho trabalhando – não só eu, mas o movimento sindical – há décadas, é a redução da jornada sem redução de salário. Lembramos que, na Constituinte – e fui Constituinte –, a jornada era de 48 horas, e, quando nós propusemos 44 – nós, eu digo o movimento sindical –, disseram que isso ia gerar desemprego em massa. Não gerou desemprego coisa nenhuma. Pelo contrário; aumentou o número, a partir da Constituinte para cá, de trabalhadores com carteira assinada. Por isso, o movimento sindical defende, para mim, com a coerência de sempre, a redução de jornada para 40 horas semanais.

Os comentários, além do que está escrito aqui pela assessoria, são de minha autoria. Nós todos sabemos que a robótica, que a cibernética e a automação é uma realidade e que, cada vez mais, as máquinas avançam, ocupando os postos de trabalho. A única forma de fazer com que nós garantamos os empregos é imaginar que, se os robôs vão avançando, só tem uma saída para manter o número de empregos: que nós reduzamos a jornada de trabalho.

Eu me lembro que, logo que entrei no movimento sindical, uma vez eu fui ver – vejam que isso foi logo que entrei, há 40 anos – indicado que fui para representar o movimento sindical, a experiência da França nesta questão. Aí me contavam os sindicalistas, os mais antigos da época, que lá, na França, quando as máquinas foram se modernizando, os trabalhadores, enfim, o movimento sindical só tinha uma saída – eles me mostraram inclusive um museu na beira do rio: era quebrar as máquinas para não deixar tirar os postos de trabalho, e jogar no rio. Quanto mais máquinas eles quebravam, mais máquinas modernas vinham. Então, não resolveu nada combater. Qual é o exemplo que eles queriam dar? Não adianta combater a automação, a robótica, a cibernética, enfim, o avanço tecnológico, que vêm fazendo com que uma máquina tire o lugar até de 20, 30, 40 homens. Aí eles caminharam forte, já a partir daquela época, com esse debate da redução da jornada. E foi assim que eles conseguiram manter os empregos.

Enfim, não é algo novo o que estamos falando; é uma tendência mundial. Na Alemanha, os contratos são de 38 horas por semana, em média; na Espanha e na França, a jornada fica também em torno de 35 a 38 horas semanais.

Enfim, é urgente para nós fazermos este debate. A opção pela redução da jornada de trabalho é um caminho. Segundo informações do Dieese, um modo rápido e eficiente: as quatro horas de jornada a menos por semana gerariam, de imediato, conforme os cálculos, em torno de 4 milhões de empregos – claro que são números, digamos, definidos; claro que há variantes nesse aspecto –, adaptados ao mercado, à nova realidade ao longo do tempo.

Seria plausível pensar ainda, e eu tenho projeto neste sentido, que apresentei há muito tempo, de uma revisão de jornada para 36 horas semanais. Para as 40 horas, apresentamos na Câmara, de iniciativa de Inácio Arruda e Paulo Paim – apresentamos juntos. Aqui no Senado, apresentei uma das 36 horas semanais, para continuar o ciclo virtuoso da criação de postos de trabalho e geração de renda para milhares e milhares de brasileiros que hoje batem às portas das empresas, mas não conseguem vaga. Sem emprego, não há dignidade e não se fortalece a própria democracia. A estrutura da sociedade e a manutenção do tecido social dependem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de as pessoas terem de onde tirar o seu sustento. É dever do Estado proteger esse direito fundamental, e, para refletir tudo isso, estamos aqui.

Todos nós sabemos também que à medida em que o desemprego avança, avança também a violência, porque é uma realidade dos fatos.

Nunca me esqueço de uma frase do ex-Senador Bisol, que foi candidato a Vice-Presidente, numa chapa com o Presidente Lula. Ele teve que praticamente abandonar a candidatura à Vice-Presidência, e a abandonou – lembro que na época surgiu um outro candidato a Vice-Presidente –, porque ele usou a seguinte frase num programa de televisão: "Se eu estiver desempregado, meu filho estiver morrendo, e eu passar em frente a uma farmácia, precisar de um remédio e não tiver dinheiro, eu quebro o vidro e pego o remédio e dou para o meu filho".

Isso virou um escândalo. Bateram nele 24 horas por dia, e ele acabou, no fim, desistindo de ser Vice-Presidente. Ele quis dar um exemplo simbólico, de que o desemprego faz com que, no desespero, do leite, do pão e do remédio, a pessoa faça um gesto como esse. E quando alguém quebra o vidro de uma farmácia, pode, inclusive, um segurança atirar, e por aí vai.

Mas essa é a realidade. Eu vou fazer um pedido, e, se o pessoal puder encontrar aí no momento adequado... Não vai ser agora, pois vou formatar a Mesa. Gosto muito da letra de uma canção cantada pelo Fagner, que fala que, quando o homem perde o emprego, fica em xeque a sua honra. Se puderem botar isso no momento adequado...

Vamos montar a Mesa agora.

Falo isso com a maior tranquilidade, pessoal. Não que eu aconselhe isso, mas comecei a trabalhar aos oito anos de idade e não aconselho isso. Lugar de criança é na escola, mas, naquela época, voltando aí quase 60 anos, nós éramos em dez na família, pai e mãe analfabetos. Enfim, fazia alguma coisa ou morria de fome. E eu aprendi a valorizar muito o trabalho. Claro que eu trabalhava de manhã e estudava à tarde. E fiz isso durante grande parte da minha vida. Claro que eu sou um daqueles que diz que criança tem de estar na escola, de preferência até os 18, embora alguns falem que o aprendiz pode ser mais cedo.

Mas vamos montar a nossa Mesa agora.

Convidamos Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos, ligada à Força Sindical, dirigente da Força Sindical.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Clóvis Scherer, economista, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (*Palmas.*)

Itamar Revoredo Kunert, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros. (*Palmas.*)

Avanilson Araújo, membro da diretoria executiva da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). (*Palmas.*)

Flauzino Antunes Neto, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). (*Palmas.*)

Mário Magalhães, especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Trabalho.

Seja bem-vindo, Mário! (*Palmas.*)

Wadilson Maia Arranha, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil (Fentac/CUT).

Seja bem-vindo também! (*Palmas.*)

Na verdade, esse é o roteiro de debate sobre o desemprego, porque nós estamos num ciclo de debates, dialogando tanto com os empresários, como com os trabalhadores. A primeira foi com os empresários. Eles estiveram todos aqui representados, a Fiesp, a CNI, enfim, todo o setor empresarial, e fizemos um debate do mais alto nível. E é nesse alto nível que eu tenho certeza absoluta que faremos o de hoje. Claro, agora na visão dos trabalhadores e das trabalhadoras, e, naturalmente, dos órgãos de Governo mais diretamente envolvidos com essa questão.

Por isso sejam todos bem-vindos!

Vamos, de imediato, dar a palavra aos primeiros três; exibiremos um pequeno vídeo a que eu me referia aqui agora, que é a letra de uma canção; e, em seguida, falarão os outros quatro. E, ao final, nós teremos um debate entre os participantes.

Pela ordem montada aqui pela Secretaria-Geral da Mesa, seria a Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical, a líder Ruth Coelho Monteiro.

V. Sª dispõe de 10 minutos, com mais cinco se for necessário. Mas quinze é tranquilo. Deu problema, vai mais cinco.

Vamos lá, Ruth.

Os outros convidados podem sentar aqui na primeira fila, enquanto nós vamos fazendo o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Bom dia, Senador Paulo Paim. Agradeço o convite para participar deste importante debate para os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros. Bom dia também aos telespectadores, aos ouvintes, enfim.

Sempre que a gente vem a esta Casa é para discutir os assuntos da maior relevância para o mundo do trabalho. E o Senador Paim é um baluarte nas nossas causas, na defesa dos nossos direitos.

Como o Senador mencionou no início, o direito ao trabalho é um direito humano, é um direito consagrado na Carta de Direitos Humanos pelas Nações Unidas. Realmente, ele é o fator da dignidade do ser humano; ele é fator do crescimento, tanto em nível pessoal, individual, como coletivo de um país; ele é o gerador de riquezas. Enfim, o trabalho é, na verdade, a condição de progresso e desenvolvimento do ser humano.

E, quando acontece essa questão do desemprego, da perda dos postos de trabalho, alguns de forma definitiva, outros de forma mais casuais, temporais, ou devido a circunstâncias, então, cria-se um problema social muito grande, especialmente quando não se tem uma proteção social adequada para esse grande número de desempregados, o que começa a gerar outros problemas sociais.

O Senador também já mencionou, aqui, que isso pode levar à violência, porque, em primeiro lugar, o ser humano vai defender a própria vida. E, não tendo recursos para satisfazer as suas necessidades básicas e as necessidades básicas da sua família, ele vai empregar qualquer outro meio.

Analisando a situação do nosso país, do Brasil, a gente percebe que, de dois anos para cá, foi piorando a situação de forma drástica, pois foram sendo fechados postos, principalmente no setor da indústria, com muitas empresas, demitindo muitos trabalhadores. O setor da indústria e também um pouco o setor de serviços e comércio foram perdendo muitos postos de trabalho, até chegarmos a essa cifra, que temos hoje, de 11 milhões de desempregados, um número extremamente alto. Embora percentualmente não seja tão relevante, pois existem países com percentuais de desempregados ainda maiores que o daqui, como é o caso da Espanha e de outros lugares, em termos de número de pessoas desempregadas, o Brasil deve estar em primeiro ou segundo lugar.

A gente sabe que o nosso seguro desemprego é bastante limitado. Além das várias exigências que existem para que a pessoa tenha esse direito, ele vai de três a cinco meses, no máximo. Depois desse período a pessoa fica desamparada.

Em alguns países, esse período é bem maior. Então, nós não temos alternativa aqui, no Brasil, para essa situação a não ser a criação de postos de trabalho mesmo, a criação de oportunidades de emprego, de frentes de trabalho ou de alguma coisa que possa absorver essa mão de obra.

Nós vimos que, nesses últimos meses, pelo menos no setor agrícola e agropecuário, tem sido diferente a situação; é um setor que tem aumentado, na verdade, a oferta de emprego, diferentemente da indústria e do comércio. Então, Senador, eu acho que nós precisamos, neste momento, de uma política industrial mais definida, que alguns setores que alavancam essas indústrias sejam também apoiados.

Existe uma proposta da Força Sindical, feita pelo Miguel, que é o Presidente da CNTM, que seria uma renovação de frota e isso implicaria – pelo menos para a indústria automotiva e, depois, para todas as indústrias derivadas dessa indústria, que são de autopeças entre outras, – uma movimentação, uma criação e uma geração de empregos.

E, além desses fatores, a gente também vê, na questão da Previdência, uma preocupação nossa também, porque, de uma certa forma, a Previdência também é uma forma de garantir um sustento para os aposentados, um sustento para as famílias. A gente sabe que os aposentados e pensionistas, hoje em dia, ajudam muito as suas próprias famílias. Então, a gente também considera que, paralelamente, nós devemos também lutar para manter as atuais condições de aposentadoria da Previdência, sem piorar ainda mais essa situação que a gente vive na questão do desemprego.

Além de tomar medidas que eu diria pró-ativas de incentivo à retomada da indústria, do crescimento, que isso também leva serviços e comércio a se revitalizarem, eu penso também que a manutenção dos direitos previdenciários é uma forma de proteger trabalhadores e as suas famílias.

Nós vemos que nós precisamos estar unidos: os trabalhadores, as centrais sindicais. Nós, as centrais sindicais, apresentamos um plano para o desenvolvimento, um pacto com propostas para o desenvolvimento do País, e nós temos que sair dessa situação e dessa crise que já levou a Europa, já levou outros países a terem... E, agora, chegou ao Brasil, não é? Mas a gente tem de dar respostas, e respostas rápidas.

(Soa a campainha.)

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – E eu vejo, como o senhor mencionou no início, que outra questão fundamental é a redução da jornada de trabalho. Eu acho que é impossível você avançar na tecnologia, aumentar a produtividade e você permanecer com uma jornada de trabalho de um século atrás, de mais de um século atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, em alguns setores, como a gente falou no início, o desemprego é estrutural, como no setor bancário, no setor financeiro, enfim, setores de ponta de tecnologia. Esses setores, cada vez mais, demitem pessoas e sem retorno, porque aquelas funções acabam simplesmente. E isso ocorre também nos serviços, nos portos, mesmo na indústria automotiva, com o emprego de robôs. Enfim, enquanto se vão criando todas essas novas tecnologias, não se vai diminuindo a jornada de trabalho proporcionalmente. E deveria essa ser também uma grande luta. Nós tínhamos que aproveitar este momento para intensificar essa campanha pela redução da jornada de trabalho, pelo menos para 40 horas semanais, já que, em vários países, está em 35, e estão lutando para diminuir ainda mais, né? Porque isso é comprovado: agora, a gente precisa de menos tempo para produzir a mesma quantidade ou ter maior quantidade.

Então, eu acho que é o momento de a gente juntar nossos esforços pela redução da jornada, pela retomada do crescimento, do desenvolvimento em vários setores, principalmente nos setores da indústria, e para que a gente tenha um desenvolvimento sustentável não só de meio ambiente, mas sustentável no próprio tempo; e que a gente continue também na defesa dos direitos da Previdência Social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Ruth Coelho Monteiro, que falou pela Força Sindical, levantando, inclusive, a questão da Previdência, que, de fato, pelas informações que nos chegaram até o momento – e vai haver até outra reunião amanhã com as centrais –, se você aumentar a idade, é mais gente ficando nos postos de trabalho. Em tese; se se aposentassem, abririam espaço para que outros entrassem no mercado, principalmente a nossa juventude, em que o desemprego é maior.

Eu faço esse comentário, Ruth. Porque, sem dúvida nenhuma – e o fizemos na sessão que tivemos com empresários, aqui nesta mesma mesa –, nós estamos atravessando uma crise política, ética, econômica e social. E, neste momento em que o novo Governo apresenta propostas como essa de flexibilizar a CLT e, ao mesmo tempo, ainda uma reforma da Previdência... Conforme publica a imprensa, a primeira versão virá amanhã, quando será apresentada às centrais, e é claro que nos preocupamos.

Você está coberta de razão: um dos caminhos poderá ser o debate da redução da jornada. Mas eu ainda acho que a saída para essa crise toda é política também. Faço o comentário para ajudar aqui. É claro que vocês, depois, vão aprofundar o debate com a liberdade total de cada um dizer o que pensa. Pelo menos, eu vi, com certa satisfação, que os movimentos sociais – não todos, porque, como dizem, toda a unanimidade é burra, mas, pelo menos, boa quantidade – já estão aderindo a uma ideia que eu falava lá atrás, antes mesmo deste primeiro momento do afastamento da Presidente, porque seria o plebiscito e as eleições, porque a saída é também política. Não é só técnica e econômica. Mas isso o debate vai avançando. Grande parte dos movimentos sociais, me parece, estão aderindo a essa tese, que é uma tese para debater no momento adequado.

Por favor, Dr. Clóvis Scherer, economista, representante do Dieese.

O SR. CLÓVIS SCHERER – Bom dia, Senador Paim. Bom dia aos meus colegas de Mesa e também a todos que nos assistem. Eu queria agradecer, Senador, a oportunidade de estarmos aqui, mais uma vez, contribuindo com os debates do Senado e desta Comissão, em especial, e tocando naqueles pontos que são mais próximos às atividades do Dieese, com o sentido sempre de contribuir com a luta sindical, com o movimento sindical e com o avanço da sociedade brasileira.

Eu vou expor alguns dados do diagnóstico sobre o desemprego que o Dieese fez e apresentou em um seminário sindical recentemente, agora em maio. A situação não mudou muito nos dados que vou relatar. Quem sabe, ao final, haja tempo para fazer algum comentário ligando esses dados com a questão dos direitos humanos, que é o tópico principal aqui deste debate.

Então, próximo eslaide, por favor.

Vou falar um pouco sobre o mercado de trabalho agora, tocando, claro, bem brevemente, nas suas principais características.

Pode passar o próximo eslaide.

Como o Senador Paim mesmo colocou, nós estamos com uma taxa de desemprego ou, como o IBGE denomina, uma taxa de desocupação próxima de 11% no País como um todo, o que significa 11 milhões de desempregados. Esse eslaide mostra como as estatísticas medem a situação da pessoa dentro do mercado de trabalho, se ela está ocupada, desempregada ou inativa. Então, nós temos uma proporção de 11 milhões de desempregados para um total de População Economicamente Ativa de 101 milhões. Nas regiões metropolitanas, o quadro medido pelo Dieese, com nossa metodologia, é ainda mais grave. Chega a 16% a taxa de desemprego em cinco regiões metropolitanas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Clóvis, o pessoal pede que, se puder, sempre na sigla...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CLÓVIS SCHERER – Certo. Então, aqui, PIA significa População em Idade Ativa, que são as pessoas, no caso do IBGE, com 14 anos ou mais. A População Economicamente Ativa é a PEA, que são aquelas pessoas que estão no mercado de trabalho ou procurando empregos ou ocupadas. E a diferença entre os dois, entre a PIA e a PEA, são os inativos, são as pessoas que não têm atividade econômica, ou porque são crianças, ou jovens estudando, ou pessoas aposentadas que não trabalham, ou mesmo pessoas que não têm sequer o benefício previdenciário e não têm nenhuma ocupação, vamos supor, uma dona de casa.

Então, são esses os conceitos principais que a gente utiliza para calcular a taxa de desemprego, que é uma relação entre o número de desempregados e a quantidade de pessoas que está na população economicamente ativa.

Então, sempre, a taxa de desemprego é desempregados: dividido pela PEA. Isso que dá a taxa de chamada desocupação, no caso do IBGE, e que nós chamamos de taxa de desemprego.

Esse quadro também, claro, esconde muitas diferenças. Por exemplo, no mês passado, a taxa de desemprego em Salvador estava em 23,4%, que era a mais alta nas Capitais em que nós pesquisamos, enquanto que, em Porto Alegre, a taxa estava em 10,5%. Ou seja, o País é muito diverso e, portanto, esconde esses números, grandes números escondem muitas diferenças como situações ainda mais graves do que essa que esses daí revelam.

Bom, eu vou ter que correr um pouco para me ater aqui ao tempo previsto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O limite máximo, só para te ajudar no teu raciocínio, é de 20 minutos.

O SR. CLÓVIS SCHERER – Justo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez, mais cinco, mais cinco se for preciso.

O SR. CLÓVIS SCHERER – O. k. Muito obrigado, Senador.

Passando para o próximo, esse eslaide mostra o Brasil em relação a outros países. Não vou entrar nesse detalhe.

O próximo é, eu acho, mais importante, porque revela, nas barras azuis, é o desemprego em 2014. A linha mais alaranjada é o desemprego em 2015 e, em 2016, a linha vermelha. Vocês podem perceber que, em 2014, nós tivemos o comportamento típico da economia brasileira. Ou seja, o desemprego sobe no primeiro trimestre, que é aquele momento em que tanto a indústria, quanto o comércio demitiram após as vendas de final do ano e, do segundo trimestre em diante, normalmente as taxas de desemprego caem.

Só que, em 2015, isso já não se confirmou, por conta da completa reversão econômica e a recessão que se instalou no Brasil, uma política recessiva de ajuste fiscal, que agravou ainda mais outros fatores e fez com que a taxa passasse a subir praticamente ao longo de todo o ano e, agora, em 2016, no primeiro trimestre, nós temos novamente uma elevação, que junta tanto o fator sazonal normal de elevação do desemprego no primeiro trimestre, como um patamar já muito mais elevado de desemprego, aqui esclarecendo que nós estamos falando na taxa calculada pelo IBGE, que computa todo o País, não só as regiões metropolitanas, e que chegou aí, em março, a 10,9%.

Portanto, esse período recente é realmente muito grave, porque houve, sim, um efeito da economia no emprego bastante drástico, elevando a taxa de desemprego e não colocando uma perspectiva de melhora.

Eu vou passar mais adiante.

Pode passar os eslaides para mostrar um pouco a periodização do processo na comparação com outros países.

Pode passar.

Pode passar.

Esse gráfico – pode ir em frente – mostra alguns países da América Latina, comportamento da taxa de desemprego, aí, vocês veem os diversos países, e a linha forte vermelha é o Brasil. Vejam que nós temos uma situação, digamos, claro, sempre com oscilações mais de queda até o quarto trimestre de 2014 e, a partir daí, uma elevação bastante significativa ao longo dos três trimestres de 2015, contrastando, inclusive, com toda a região, que vinha, claro que com as oscilações normais, mas podem ver que, do primeiro trimestre de 2015 para o segundo trimestre de 2015, a maioria dos países já tinha uma queda na taxa de desemprego enquanto que no Brasil, e isso é sempre normal, ou seja, uma redução do desemprego entre esses dois trimestres, como eu falei anteriormente, mas no Brasil ela continua subindo, mostrando que é um comportamento anômalo.

O próximo slide vai mostrar na linha azul a taxa de ocupação, ou seja, o percentual de pessoas que estão ocupadas dentro da população que busca uma atividade econômica. A linha azul, pelo Dieese, nas regiões metropolitanas, e a linha vermelha ou laranja forte, pelo IBGE, mostra como nós tivemos de 2011 a 2013 uma estabilidade da ocupação, ou seja, as ocupações que estavam sendo geradas contemplavam a busca por em-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

prego pela população ingressante no mercado de trabalho. Mas em 2014 e 2015, principalmente, a ocupação cai. Isso mostra que, na verdade, o desemprego está aumentando porque estamos perdendo ocupações. É um fator econômico ligado justamente à incapacidade da economia em gerar um volume de empregos suficiente para acolher as pessoas que procuram cumprir aquele direito humano de ter um trabalho, ter uma fonte de renda e ter condições de vida.

Vou passar mais adiante. Pode ir em frente. Aqui é uma relação de desemprego e PIB. Não vou me detalhar, pois já falei um pouco. Aqui são os dados do emprego formal, como eles caíram nos últimos dois anos abruptamente. Eu vou falar um pouco agora sobre a característica do desemprego. Por favor, o próximo.

Por setor de atividade, uma mudança importante que nós tivemos é justamente o fato de que a indústria de transformação e a construção civil, principalmente, porque é um setor...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÓVIS SCHERER – ... que puxou o emprego nos anos anteriores, praticamente paralisou e se deprimiu fortemente em 2015.

Aqui nós podemos ver a associação não só entre a questão econômica mais macro, mas também os efeitos, por exemplo, das investigações da Lava Jato na paralisação das obras de infraestrutura e das empresas de construção. E nós temos, claro, a indústria de transformação com a barra vermelha, que é a indústria de produtos manufaturados, que também já vinha com desempenho fraco nos últimos anos, 2012/2013, muito castigada por uma questão importante, que é o câmbio valorizado. Mas em 2014 já tem perda; 2015 cai fortemente também. E até mesmo a indústria extrativa mineral, que era um carro-chefe na produção de *commodities*, produtos primários, acabou perdendo empregos em 2015. E aí pode ter muito a ver também com a atividade da Petrobras, que está nesse setor.

O próximo, por favor. Este slide mostra como também os setores de serviço e de comércio, que vinham sustentando ao longo dos anos uma importante parcela dos empregos gerados, passam a ter comportamento negativo em 2015, refletindo esse quadro geral de economia em retração.

O próximo.

Aqui são os dados mais detalhados da construção civil e da indústria de transformação extrativa mineral, por região, para evidenciar que, quanto àquele movimento forte, que houve, de geração de empregos, principalmente na Região Nordeste, ao longo dos anos em que estão retratados, até 2013, 2011, a partir de 2012 em diante, houve uma reversão desse quadro.

E isso é preocupante, claro, porque a gente sabe que a Região Nordeste é uma Região que precisa de mais geração de empregos, porque há déficits econômicos e sociais, na Região, que precisamos superar, para tornar este País mais justo do ponto de vista social e econômico.

E esses três setores são fundamentais, porque são principalmente indústria de transformação, que é a indústria agrega mais valor, que gera empregos de maior qualidade, que tem uma contribuição para a elevação da produtividade, assim por diante.

Agora, passando em frente, eu queria só salientar: esse dado é importante, porque o desemprego que está ocorrendo hoje, Senador, é um desemprego que está afetando uma parcela importante da classe trabalhadora, que são os trabalhadores com mais qualificação.

Aí podemos ver que cresceu a demissão, o desligamento do emprego de pessoas que tinham mais tempo de permanência no posto de trabalho, ou seja, que tinham mais experiência adquirida, ao trabalhar. Também, a proporção de trabalhadores com ensino superior que foram desligados aumentou relativamente a 2013. Os dados ali, à direita do eslaide, mostram que houve um aumento do desligamento de pessoas com o ensino superior completo.

A mesma coisa, no próximo eslaide. Vou mostrar, nessa tabela, rapidamente, que 87% das pessoas que foram desempregadas tinham experiência de trabalho em Porto Alegre, ou seja, eram trabalhadores que não eram aquelas pessoas que estavam, digamos, ingressando no primeiro emprego, mas sim trabalhadores já com experiência. A gente percebe na tabela, também, que é por iniciativa da empresa. E há um longo tempo de permanência no desemprego, que é outro importante indicador.

Ou seja, não apenas há um problema de o desemprego afetar a vida da pessoa, como também de esse desemprego estar sendo cada vez mais longo, em função da crise, o que expõe a pessoa a condições aviltantes de vida.

Só para usar o último minuto aqui, eu queria só ressaltar que muitos economistas usam o desemprego como uma variável de ajuste econômico. A gente precisa combater esse tipo de visão, Senador, e chamar a atenção para o fato de que o emprego é, digamos, o pilar, a base da vida social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, quando a pessoa perde o emprego, como o senhor mesmo diz, começa não só a pensar em fazer bobagens, mas se coloca numa situação muito vulnerável e exposto a outros abusos do direito humano. É quando a gente vê o crescimento do trabalho infantil, do trabalho análogo à escravidão, todo tipo de abuso de maus empregadores, que, por exemplo, discriminam o trabalhador, aproveitando-se de um alto desemprego, em que o trabalhador se sente retraído em lutar pelos seus direitos. A atividade sindical fica mais difícil, portanto os sindicatos ficam mais fragilizados, para garantir que os direitos humanos sejam respeitados.

Então, acho que o desemprego hoje – e estamos vendo aqui – está afetando um núcleo importante da força de trabalho que é a parcela qualificada, os chefes de família que estão perdendo emprego. Em grande proporção os desempregados hoje são os chefes de família.

Então, é importante que a gente aborde esse outro lado e não veja a questão simplesmente pelo lado econômico da necessidade de um ajuste econômico. Não, é um grave problema que a gente tem que olhar do ponto de vista social, não só do ponto de vista econômico.

Eu fico por aqui. Os eslaides ficam à disposição. Agradeço muito a oportunidade, Senador.

Estamos à disposição para outros debates.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Clóvis Scherer, que falou em nome do Dieese e levanta questões para mim fundamentais e fecham muito bem.

É nessa hora que, inclusive, os setores mais conservadores estão aí querendo terceirizar tudo, inclusive atividade-fim, alegando a crise. Querem passar o negociado acima do legislado, nessa linha que o trabalhador está mais fragilizado. Querem passar o trabalho escravo, querem regulamentar o trabalho escravo em vez de proibir. Querem fragilizar a nossa CLT.

E, claro, casualmente hoje mesmo quando eu vinha no carro eu ouvi um desses consultores que falam nas emissoras de rádio dizendo que um cidadão fez uma consulta para ele – e eu vou simplificar: Eu ganhava X, agora querem me demitir, eu vou ganhar 20% a menos e vou passar a ser PJ. Eu prestei atenção naquela conversa, PJ. E do lado de lá ele responde: É, você vai ter um problema enorme. Primeiro, você não vai ter mais décimo terceiro, não vai ter férias, não vai ter nenhum tipo de adicional, que normalmente você tem na empresa. Você passa a ser um PJ, mas, diz ele, para você não perder o emprego talvez você tenha que aceitar, mas ao mesmo tempo ele já recomenda. Bota ele na Justiça, amanhã ou depois, e ele vai ter que te pagar. Porque você vai continuar dentro da empresa e eles não poderiam reduzir seu salário da forma que estão fazendo.

Então o trabalhador fica à mercê. Você foi muito feliz em mostrar neste momento de reduzir o salário em até 20% passando ele para outro sistema devido ao desemprego.

Essa audiência pública tem esse objetivo, aprofundar o tema e achar caminhos.

Agora é com você, Itamar, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Itamar Revoredo Kunert, nossos cumprimentos. Seja bem-vindo.

Já aproveito, como sempre, para cumprimentar, além do Dieese, todas as centrais.

Todas as centrais estão aqui, de uma forma ou de outra, representadas. A Nova Central só não está porque está com um evento lá na sua sede, em Goiás. Então, pediram que eu comunicasse que eles se sentem representados por essa Mesa e encaminharão as suas posições no mesmo sentido daquilo que aqui for colocado.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Bom dia a todos da Mesa e aos participantes da plateia.

Eu gostaria de entrar em outro segmento desse nosso debate, que é uma coisa que eu venho tentando trazer para dentro do Congresso e para dentro do Governo, que é um mecanismo para nos protegermos dos eventuais problemas da economia como trabalhadores.

Eu vou pegar um exemplo claro de que eu já venho falando – alguns já devem ter escutado. Eu sou da área de siderurgia, mas sou formado em administração. Dediquei-me à parte da administração dentro de siderurgia. Mas sou de chão de fábrica dentro da siderurgia. Eu trabalhei muitos anos na Cosipa e sei o que significa uma empresa de transformação para este País.

No caso específico, aconteceu há mais ou menos alguns meses aqui no Brasil uma provisória, que era para salvar o segmento de automobilismo, que estava com um problema sério, com possibilidade de desemprego.

Nós fomos lá, depois de termos uma discussão muito grande. Definimos uma série de coisas para salvar esses empregos, o que é importante e devemos sempre fazer isso.

Mas a minha colocação é muito simples. Eu gostaria que nós tivéssemos mecanismos – nós, da área do trabalhador – definitivo, e não trabalhar por situações. E por que por situações? Infelizmente, os nossos governantes não tratam a questão do trabalhador como deveria ser tratada.

Como assim? Por exemplo, essa questão específica que aconteceu na indústria automobilística. Nós demos incentivos, evitamos o desemprego, e as empresas automobilísticas mandaram os seus recursos lá para fora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

e esqueceram da gente. Ou seja, o lucro deles continua a mesma coisa, e nós dando benesses e retirando do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro essas benesses para eles levaram lá para fora. Isso tem que ficar claro.

Eu vou dizer isso, porque, quando se faz esse tipo de procedimento para resolver um problema momentâneo neste País, infelizmente se fazem as coisas sem planejamento e sem gestão daquilo que tem que ser colocado para ser resolvido. E digo isso por quê? Porque, quando a gente verifica sempre é assim: nunca trazem para nós uma realidade como ela deve ser. Trazem sempre possibilidades de informações que não dão encaminhamento para nós tomarmos as decisões.

Por exemplo, em relação a esse fato que aconteceu no passado, até agora ninguém sabe qual foi o objetivo dele e se deu resultados. Com certeza, nós tivemos demissões, mas as empresas levaram as suas benesses e levaram o dinheiro dessas benesses lá para fora.

E eu vou dizer o que aconteceu mais devido a isso. Vocês conhecessem uma siderúrgica que, antigamente, era chamada Cosipa, que é a segunda arrecadadora de ICMS do Estado de São Paulo. Na época, tinha 19 mil funcionários diretos e mais 20 mil funcionários indiretos.

Nós tínhamos, dentro daquela empresa, 11 ônibus circulares. Nós tínhamos plano de saúde que pagava US$1 milhão na época. Essa empresa tinha dois altos-fornos, duas aciarias, duas coquerias, duas calcinações e duas sinterizações e tem um porto. E o que aconteceu? Essa empresa, depois dessa benesse que nós demos lá para os nossos amigos da indústria automobilística... E quem saiu ganhando foram eles, porque um número xis de trabalhadores infelizmente deve ter sido mandado embora, porque essas informações não vêm, o retorno não vem para nós. Certo? Então, a gente sabe que houve demissões ali por baixo dos panos, mas ninguém diz.

Então, o que aconteceu? Três meses depois, essa companhia chamada Usiminas, que hoje é a dona dessa empresa, simplesmente disse: "Eu vou fechar dois altos-fornos, vou fechar duas coquerias, vou fechar duas sinterizações, vou fechar duas calcinações, vou trazer placa de Ipatinga para fazer na aciaria que eu vou deixar – certo? – para abastecer a indústria automobilística do ABC", passando uma informação totalmente atípica para nós, que a gente conhece a história.

Descer com placas, Senador, para Cubatão não é tão fácil como eles dizem, entendeu? A jogada era a seguinte... Não sei se vão fazer, porque agora eles resolveram lá um problema interno deles de acionista. Parece que um argentino vai tomar conta agora da empresa. Ele tem interesse. Então, o que acontece? Ele traria a placa – está certo? –, faria a chapa, colocaria no mercado. Mas nós sabemos: eles têm 10, 15 anos de contrato de minério de ferro. Se ele automaticamente desativa a siderúrgica, automaticamente ele não vai conseguir cancelar esses contratos. Então, o que acontece? O que eu faço com o minério de que eu tenho contratado? "Simples! Eu tenho um porto" – só que, nesse porto, ele só pode colocar navios de aproximadamente 50 mil toneladas –, "mando minério e posso trazer placa da China".

Essas coisas que acontecem aqui é que nós temos que montar um sistema muito bem montado para que não ocorra mais isso – está certo? –, porque os prejudicados sempre são os trabalhadores.

Olha o que aconteceu também. Essa empresa produz, – no caso a siderúrgica – escória. Essa escória é usada na indústria cimenteira. Do lado, tem uma cimenteira da Votorantin. Fechou. Foram 1.800 para a rua.

A Cosipa mandou aproximadamente já quase – no caso Usiminas, porque eu fui funcionário lá 30 anos, ainda continuo usando o termo – quatro mil para a rua.

Ora, ninguém entende essas coisas que têm que ser colocadas aqui para o Movimento Sindical, porque o Movimento Sindical é que tem que resolver isso.

É o seguinte: a mão de obra de siderurgia não é recolocada no mercado tão facilmente, porque você leva de cinco a dez anos para preparar esse profissional para o mercado. Então, a coisa é bem diferente.

Então o que eu quero dizer é que a minha proposta, que eu gostaria que fosse desenvolvida não só aqui nesta Casa, mas para o Governo, é a seguinte: nós temos que fazer um projeto de lei que diga a este País o critério para, quando uma empresa entra com problema econômico devido à economia, ter que ser assim.

Por que eu estou dizendo isso? Porque, em nenhum momento, naquele projeto lá atrás, falaram o seguinte: "O aço tem que ser consumido 70% a 80% no Brasil, comprado do Brasil." E o que aconteceu? O chinês veio aqui dentro, colocou aço barato, e estão quebrando as nossas siderúrgicas. Isso tem que ficar bem claro para o Governo e para nós aqui, nesta Casa, quando nós precisamos fazer qualquer eventualidade disso.

Os dados do Dieese me ajudaram, porque eu ando correndo aí o País devido à circunstância do meu trabalho. E eu vou dizer para o colega do Dieese uma coisa interessante: está acontecendo muita coisa que nós não estamos sabemos. O que é? Junções de empresas violentamente. O que está acontecendo? Nessas junções, elas mudam os seus seguimentos – vão para um, vão para outro –, e aí a mão de obra especializada é que está levando ferro.

Por exemplo, uma empresa sai de um segmento determinado – vamos aí, químico ou um segmento qualquer – e passa para outro segmento. Então todos aqueles profissionais que estavam vinculados à química

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

vão ser prejudicados, ou seja, engenheiro químico, engenheiro de tal e de tal. Então, isso é outra coisa que está acontecendo, e esse banco de dados precisamos procurar para trazer para uma discussão maior.

Outra coisa que é fundamental ser colocada é a seguinte – e aqui eu vou falar na frente do Senador: o que não pode mais é o que o INSS está fazendo, Senador, através de sua perícia. Eles estão liberando trabalhador com tumor na cabeça para ir trabalhar; e foi demitido. Então temos que fazer essa denúncia, porque eu não gostaria de ter a sensibilidade do que estamos escutando: que a parte da perícia do INSS está com alguns procedimentos desse tipo. Então a isso temos que ficar atento, porque tem muito trabalhador perdendo seu emprego devido a essa circunstância.

Por exemplo, o segmento bancário todinho está mandando embora líderes sindicais, pessoas que estão voltando. Eles chegam a medir: o trabalhador volta – parece eles têm uma tabela lá dentro da Febraban –, completou um ano, deixa passar mais um pouquinho e pode mandar embora. Então eles, empresários, se estabelecem nas crises. Quando nós viemos com essa crise agora de 2014 e de 2015, os bancos já estavam se preparando para essa crise para demitir.

Então essas coisas têm que ser divulgadas, têm que ser trabalhadas. E nós, trabalhadores, temos que ter mecanismos para combater isso. Nós temos o problema das transnacionais aqui, neste País, que ninguém discute como deve ser discutido. O Governo não quer saber disso. Então está na hora de o movimento sindical...

Vou deixar aqui minha proposta: através de medida provisória ou de projeto de lei – eu acreditaria, na minha opinião, na medida provisória, porque ela é mais eficiente e mais rápida –, temos de montar os critérios desses benefícios que estamos dando para esses segmentos. Vou citar aqui, para encerrar, que fizemos um trabalho em São Paulo junto com a indústria do vestuário, e o Governo de São Paulo diminuiu de 28% para 21% o ICMS, de 21% para 18% e 18% para 14%. O empresariado começou a montar suas indústrias de vestuários na China para trazê-los para cá. Então, não podemos trabalhar com parceiros que não falam a realidade. Nós temos nossos problemas como trabalhadores? Temos. Mas eles têm os problemas deles também.

Tem de haver seriedade, olho no olho, daqui para frente. Temos de tirar este País da crise. Prometeram investir dinheiro na construção civil, mas, até agora, não se vê nada, só se vê aumento. Pessoal, pode ter certeza de que, em outubro e em novembro, a questão social neste País vai ficar séria, porque está acabando o prazo de cinco meses do seguro-desemprego. Houve três meses agora de problemas no pagamento ao trabalhador do seguro-desemprego, o que pouco foi divulgado. Isso vai se refletir em outubro e em novembro. E temos mecanismos para sair desta crise com tranquilidade. Da política nem vou falar nada, porque já é uma coisa que ninguém entende. Nem Freud explica, eu acho.

Então, eu, particularmente – a Central tem esta vivência –, penso que nossa saída é montarmos um mecanismo para as questões da economia do Brasil que proteja o trabalhador brasileiro urgentemente...

(Soa a campainha.)

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – ...naquilo que esteja dentro da lei. Se simplesmente, a cada segmento, fazemos uma, vamos ter várias que não vão resolver nada. Essa é nossa opinião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Itamar Revoredo Kunert.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Seu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele é do Rio Grande do Sul e falou em nome da Central dos Sindicatos Brasileiros.

Essa questão da perícia médica é um problema antigo. Só no meu gabinete no Rio Grande do Sul, tive duas experiências muito tristes. Numa delas, o camarada tinha, de fato, uma doença grave, irreversível. Eles lhe deram alta, e ele morreu dentro do gabinete. Sabe aquele peão que está lá para ajudar no dia a dia e ir para a rua? Ele morreu dentro do gabinete. Houve o caso de outro. Deram alta para ele, que teve um AVC. Ele não consegue trabalhar. Então, ele vai ao gabinete e fica em casa, vai ao gabinete e fica em casa, vai ao gabinete e fica em casa. Mas lhe deram alta. Ele pede a perícia. Dizem: "Ah, volte daqui a três ou quatro meses." E o que é que eu faço? O que tu farias? Mantenho o salário do cara. O que vou fazer? Vou deixar o cara morrer de fome? Ele morre de fome se eu não o mantenho. Então, ele vai ao gabinete, fica por lá um pouco, sente-se mal e vai para casa. Ele diz: "Senador, avise a equipe de que não venho trabalho, porque não tenho condição. Não consigo nem vir de casa até aqui."

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – E o retorno dele para a empresa, Senador? É mais triste ainda quando ele vota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o caso dele é pior. Eu ainda o seguro. Eu o seguro. O que vou fazer? Vou botar o cara na rua? Eu podia ligar para lá e dizer: "Demite-o, porque ele não está trabalhando." Mas sei que ele está morrendo, bem dizer. Não vou dizer o nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dele aqui. O cara está praticamente morrendo. Um deles já morreu. E eles simplesmente mandam-no trabalhar: "Vá trabalhar. Pode trabalhar." Vivo isso. Ele trabalha um dia por semana. O que eu faço? Se eu o demito, ele morre de fome. E, na situação em que ele se encontra ainda...

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Ele recebe um o.k. para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a empresa que diz que não o segura? Diz: "Não, vá embora!" E o cara fica sem salário.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – O sistema bancário está fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É gravíssimo.

Outra questão também que você levanta é a demissão de dirigentes sindicais. Eu recebi, na semana retrasada, aqui, uma delegação de líderes sindicais que estão pedindo uma audiência pública para debater o tema e chamar aqui os representantes também do empresariado, do Ministério do Trabalho, enfim... É claro que o culpado não é o Ministério do Trabalho, não vou dizer isso; o culpado são os empresários. Estão demitindo presidente de sindicato. Numa época, mal ou bem, embora tenhamos apresentado outros projetos de lei nesse sentido, era o conselho fiscal e era suplente; agora, demitem presidente de sindicato. Presidentes de sindicato são demitidos, e mandam procurar o direito na Justiça. Botaram na mesa aqui uns vinte casos. Então, nós vamos fazer uma audiência em agosto.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Posso falar o que aconteceu semana passada? Esse diretor do meu sindicato voltou do INSS. Sem mentira nenhuma, os caras contaram o tempo que ele voltou até o tempo que estava passando e aí mandaram esse diretor embora. É impressionante. Parece que eles têm uma planilha Excel para saber quem é que vão mandar embora. É brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos ter que conversar com os peritos também, já que não adianta conversar pelo outro lado.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Tem que conversar. Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos que ter uma reunião com os peritos. Os representantes deles fazem parte aqui da Frente Mista em Defesa da Previdência Social. Podiam ter uma reunião conosco também para ver o que é isso, aonde vamos.

Vamos lá. Avanilson Araújo, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular).

O SR. AVANILSON ARAÚJO – Bom dia, Senador Paim.

Eu queria agradecer, em nome da CSP-Conlutas, o convite para compormos esta Mesa.

Eu destoo um pouco da composição, porque, na verdade, a nossa central é uma central sindical e popular e – vamos dizer assim – eu sou a parte do popular, porque eu faço parte do movimento popular. Eu integro o Luta Popular, que é um movimento popular territorial urbano.

E temos debatido, na verdade, Senador, que, neste momento de crise econômica e política profunda, que nós temos o direito de novo de sonhar e de ter ousadia. Eu acho que temos que ter propostas ousadas para sair desse momento político que atravessamos.

Nós temos uma proposta de ação política, na verdade, que é, primeiro, não reconhecer este Governo que está aí, no sentido de que é fundamental para barrar os ataques que construamos, de fato, no País uma greve geral para barrar os ataques e para exigir que pelo menos haja novas eleições, sob novos critérios. Eu acho que esse problema epidêmico da corrupção mostra que temos que refundar o Brasil. E o nosso refundar o Brasil tem algumas matrizes, alguns princípios que eu queria pautar aqui também.

Eu queria aproveitar a oportunidade de estar na audiência de hoje para, num segundo momento, trazer aqui uma situação bastante grave que está acontecendo no Distrito Federal com o MRP (Movimento Resistência Popular) – o Sr. José está ali na bancada. O movimento está sofrendo um processo brutal de criminalização, e eu queria depois tocar nisso.

Eu acredito que há uma situação internacional que eu queria destacar aqui antes de entrar no problema do desemprego no Brasil, pois, de certa forma, estão relacionados, que é o que está acontecendo na França hoje. Há todo um ataque para desconstruir o Estado de bem-estar social. E os projetos que vemos em vários países estão, de certa forma, relacionados e têm a ver como é que o imperialismo recupera a capacidade de aumentar novamente a taxa de lucro do grande capital. E a maioria dos países tem uma economia voltada exclusivamente a garantir o lucro do capital, e o Brasil não foge disso.

O centro da luta hoje, na França, é barrar um projeto de lei do governo, um governo – entre aspas – "socialista", um governo dito de esquerda, que prevê essencialmente que se prevaleça o negociado sobre o legislado.

Eu acredito que o rumo da luta de classes hoje no mundo está na mão da classe trabalhadora francesa. Se a classe trabalhadora francesa, com as greves, com as paradas, barra esse projeto, isso sinaliza para os trabalhadores, no restante do mundo, a possibilidade de pensar outros horizontes. O problema é que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tão limitados a pensar a partir da lógica da pressão, que tem que haver o ajuste, que os próprios trabalhadores vão absorvendo a ideologia da classe dominante e começam a se sujeitar a saídas que não vão levar a uma saída para a classe trabalhadora, como, por exemplo, o ajuste, ou aceitarmos que a saída para a crise é, sim, aceitar que tem que prevalecer o negociado sobre o legislado, sabendo que sempre a lógica do negociado é precarizar as condições e as relações de trabalho. Então, eu acho que o primeiro passo nosso aqui, no Brasil, é nos solidarizarmos com o que está acontecendo na França, tomar como exemplo a mobilização.

Nesse sentido, eu queria aproveitar, Senador Paim, para divulgar um evento – e convidá-lo também – que vai acontecer. Trata-se do 1º Encontro Internacional dos Trabalhadores em Transporte contra a Privatização. Vai ser do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, é um evento que está convocado com o apoio da CUT, da CTB, da CSP-Conlutas, Unidos Pra Lutar, a UST, a Rede Internacional Sindical de Solidariedade e Lutas, que é uma rede que estamos articulando em nível internacional de sindicatos. Já têm confirmado participação 11 países que têm essa experiência. Estamos chamando isso a partir da proposta do governo do PSDB em São Paulo de privatizar o metrô, e isso estamos vendo com a experiência de vários países, mundo afora.

Quanto a uma outra situação a respeito da crise, com os dados que o Dieese trouxe aqui – inclusive o colega Itamar estava falando dessa questão da indústria –, acho que o grande problema da questão do desemprego tem a ver com a lógica de que montamos a economia voltada aos interesses do capital internacional. Infelizmente, a matriz econômica brasileira, inclusive industrial, está toda voltada para uma política – inclusive nos tempos áureos da economia –, voltada exclusivamente à remessa de *commodities*, principalmente minério, soja, agroindústria – isso foi o patamar da economia brasileira. O que acontece no momento de crise internacional é que... Inclusive, a China começou a produzir a sua própria, a indústria siderúrgica... Venho de Minas Gerais, conheço um pouco a realidade lá, hoje está mais... As empresas, inclusive, que subsidiaram energia, compraram energia do governo, pararam de produzir aço em Minas Gerais para vender energia elétrica para a própria Cemig, porque a energia está muito mais rentável do que o aço, porque a matriz da China já está autossustentável. Então, o que acontece? Nós temos uma economia que é voltada exclusivamente aos interesses internacionais, e isso fragiliza muito. Um País que tem uma capacidade plural como o Brasil de produção de várias coisas se volta a esse tipo de dependência internacional, sendo que poderia explorar muito mais a diversidade que temos de riqueza, de minério, de produção em todos os sentidos.

Nós temos algumas propostas. Eu acredito que, no geral, a principal articulação que os movimentos têm que fazer, neste momento, é a luta política, sim. Acho que não há saída para a crise econômica sem uma luta política profunda e sem que a esquerda brasileira repense o País sobre outras bases. A principal tarefa que está colocada na ordem do dia – na nossa avaliação, pelo menos, da CSP-Conlutas – é essa.

A gente no movimento popular tem um *slogan*, lá no Luta Popular, que é o seguinte: organizar os de baixo para derrubar os de cima. Porque os de cima já estão oprimindo o nosso povo há centenas de anos e a gente acredita que só com a perspectiva de que é, sim, possível reconstruir o País a gente pode sair. Nós temos um problema grave em relação à questão do desemprego. Vários colegas já colocaram essa situação e depois eu queria refletir um pouco sobre, vamos dizer assim, os efeitos sociais do desemprego, que têm a ver principalmente com a organização do movimento popular, com a situação do movimento popular tanto no campo como na cidade.

Do ponto de vista de algumas saídas que a gente tem discutido... Algumas até já foram apresentadas aqui, mas eu acho que, num primeiro momento, a gente deve barrar qualquer tipo de projeto que seja apresentado pelo Governo em que haja prevalência do negociado sobre o legislado; acho que tem de haver uma articulação nesse sentido. A luta permanente contra a ampliação da terceirização. Na verdade, a nossa luta teria que ser para retomar os postos de trabalho na perspectiva anterior a essa matriz que foi construída, porque esse é o problema: cria-se uma matriz econômica e política, coloca-se como se isso fosse a única saída e, ideologicamente, a gente vai comprando esse discurso. Acho que está na hora de a gente desideologizar aquilo que não é a saída para a classe trabalhadora. Sem mudar a política econômica é impossível.

Um tema que é fundamental e a gente já debateu várias vezes dentro da esquerda é o problema, por exemplo, da dívida pública. Não é possível haver investimento do Estado se a gente continuar direcionando 50%, praticamente, de tudo que é arrecadado no País para pagar juros da dívida. É por isso que não há um impulsionamento. Por exemplo, nós do movimento popular queremos imediatamente a retomada do projeto Minha Casa, Minha Vida – que sejam entidades, que representavam 2% somente do Minha Casa, Minha Vida, e está totalmente congelado. Infelizmente, está congelado não só por esse Governo que entrou; desde 2014 não há nenhum novo convênio do Minha Casa, Minha Vida, a não ser expectativas que possam gerar. Então, o que isso está causando? Está causando um aumento – e acho que o Itamar lembrou bem, aqui – da tensão social no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu faço parte do movimento Luta Popular e hoje eu queria aproveitar esses instantes para me dedicar a falar um pouco do problema dos companheiros do MRP no Distrito Federal. Amanhã eu tenho uma reunião no Ministério das Cidades com o pessoal da William Rosa, que é de Contagem, Minas Gerais, e que sofre o mesmo problema.

(Soa a campainha.)

O SR. AVANILSON ARAÚJO – O que acontece? As pessoas se organizam para fazer a luta pela moradia e cada vez mais isso vai acontecer, porque, com o desemprego, as pessoas ficam com menos condições de arcar com aluguel e vão ter que ocupar as coisas de alguma forma. Hoje a gente tem o dado de que existem praticamente o mesmo número de imóveis desocupados e de pessoas que precisam de moradia. Então, só há uma explicação: especulação imobiliária e uma sociedade voltada exclusivamente para a garantia de lucro e do capital. A gente precisa imediatamente, por exemplo, de um plano de obras públicas para a retomada da questão dos empregos.

Os companheiros ocupavam aqui em Brasília o Hotel Torre Palace. Eles vêm de um processo anterior de desmembramento do MTST, organizam bastantes... É o principal movimento urbano aqui do Distrito Federal – pelo menos era, até esse processo brutal de criminalização que eles estão sofrendo – e, umas duas semanas atrás, o Governo do Distrito Federal gastou a quantia absurda de R$3 milhões para fazer uma operação militar para tirar as famílias do hotel, uma verdadeira operação de guerra.

Não sei se o pessoal aqui de Brasília chegou a ver, mas eram dois helicópteros em cima do hotel, lançando bombas, balas de borracha, uma coisa bizarra. A acusação que eles sofreram era uma coisa de Israel contra Palestina, parecia os meninos da Palestina jogando pedra contra os tanques. Prenderam 13. O Sr. José foi um dos 13 presos. Eu sou de São Paulo, vim para Brasília para fazer uma reunião com eles. Quando cheguei, estava no meio do frevo, fui direto para a audiência de custódia. Então era isso, dois helicópteros em cima do hotel. Três companheiros foram presos e estão presos neste momento, no regime RDD, que é o Regime Disciplinar Diferenciado, no Presídio da Papuda, sob a acusação de que, ao jogar pedras no helicóptero, eles atentaram contra a vida dos policiais. Então, eles estão presos por tentativa de homicídio, por jogar pedra, uma coisa quixotesca querer derrubar os moinhos de vento.

Agora, qual é o problema? Há uma intensificação da criminalização da luta social neste País. São dirigentes sindicais sendo demitidos; são trabalhadores do campo sendo assassinados; são lideranças indígenas sendo mortas pelo latifúndio. E neste momento, aqui na capital do Distrito Federal, com um governo que alguns inclusive intitulavam de esquerda, o Rollemberg, com tradição de relações com o movimento sindical, hoje estão seis presos na Papuda, três deles permanecem presos por tentativa de homicídio – foi decretada a prisão preventiva desses trabalhadores, não sabemos quando vão sair, já entramos com os primeiros recursos –, uma única mulher está presa porque é companheira do Edson Francisco da Silva, que é dirigente do movimento, sob a acusação de organização criminosa, que é a mesma legislação que está sendo aplicada para o pessoal da Lava Jato.

Dois estão presos por organização criminosa. O crime de organização criminosa prevê, no mínimo, cinco pessoas para cometer esse crime, porque ele prevê uma cadeia de hierarquia e tal. Agora, dois companheiros do MRP estão presos por organização criminosa, exatamente o casal Edson e Ilka. Inclusive, descobrimos agora, no presídio, que a companheira está grávida e está no Regime Disciplinar Diferenciado.

Então, eu queria aproveitar esta oportunidade de um debate sobre direitos humanos e desemprego, que tem a ver diretamente. Essa situação do desemprego leva, cada vez mais, as pessoas para um processo de enfrentamento, e a saída que o Estado está dando é a criminalização da luta.

Eu queria aqui, em nome do Luta Popular, do CSP-Conlutas, solicitar ao Senador Paim, à Comissão de Direitos Humanos, que acompanhasse este caso, que o senhor pudesse ligar inclusive para o Governador Rollemberg, porque a gente tinha uma preocupação com a integridade física desses companheiros. Eles foram colocados no Regime Disciplinar Diferenciado, e não sabemos como estão até as condições da integridade física deles. Pessoalmente eu estive com eles. É muita bala de borracha sobre o corpo. Foram muitos ferimentos 15 dias atrás. A gente não sabe nem se estão tendo acesso a cuidados médicos. A primeira denúncia seria esta.

O segundo pedido, Senador Paim, seria que, dentro dessa perspectiva dos reflexos da questão dos direitos humanos, o senhor pudesse levar em consideração a possibilidade de a gente chamar uma audiência pública sobre o tema das remoções, dos despejos e da criminalização da luta social no País, porque esta é uma realidade, um problema que é de norte a sul do País – uma economia voltada ao grande capital, aumento do desemprego. As pessoas que fazem lutas são, cada vez mais, criminalizadas e, em alguns casos, mortas por conta da luta social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. AVANILSON ARAÚJO – Agradeço novamente aqui o espaço.

E, só para finalizar, eu queria apresentar aqui algumas propostas no sentido da questão do desemprego, que também tem a ver com os reflexos sociais das políticas do Governo. E eu acho que, sobre o primeiro, eu já falei aqui, que é uma necessidade política, na nossa avaliação, de ampliar um processo de mobilizações que levem a uma greve geral, para que a gente derrote esses projetos que atacam os direitos dos trabalhadores; que a gente mude profundamente, a partir dessa perspectiva, essa política econômica que está aí hoje; que se discuta, imediatamente, a suspensão do pagamento da dívida pública, que é uma proposta, inclusive, do movimento Auditoria Cidadã da Dívida; que a gente dedique esse dinheiro da dívida para um grande plano de obras públicas que ataque o problema da moradia popular!

O Brasil, hoje, precisa de pelo menos 6 milhões de moradias populares. Temos totais condições para isso e de forma muito mais barata do que a da lógica que está colocada hoje, que é exclusivamente direcionada para as grandes empreiteiras, que são, inclusive, aquelas que estão envolvidas nos principais casos de corrupção. O problema da Petrobras não parou só a Petrobras; parou diversas esferas da economia, a construção civil, em particular, onde a gente sente o efeito maior da crise.

Dentro das nossas ocupações – é só um dado interessante, não é nenhuma pesquisa, mas é uma coisa empírica nossa do movimento –, os dados que o Dieese apontou aqui sobre a taxa de desemprego, e a gente faz o cadastro das famílias, no movimento popular, isso é muito mais grave. A gente vê que são os setores mais precarizados, embora tenha acordo com a análise que o Dieese fez, que se organizam. Então, o número de desemprego é muito maior, o número de trabalhadores terceirizados é muito grande.

Então, temos que enfrentar o problema da terceirização. Só a Petrobras, no mesmo último período, demitiu mais de 170 mil trabalhadores. E continua um processo de demissão em massa neste País.

E qual é o problema? A gente não tem nenhuma medida que barre. É muito barato para o empresariado mandar qualquer um embora, inclusive, sem justa causa, porque não temos nenhuma medida, inclusive, legislativa que barre a demissão sem justa causa.

Já recuamos nisso. Existem convenções da OIT que orientam os países para a proteção no trabalho, e a gente, muitas vezes, não tem ousadia. Eu acho que, nesse sentido, Senador Paim, seria até interessante a gente de retomar a discussão sobre a limitação da demissão sem justa causa.

E, quanto a outro problema que foi colocado, como eu falei que a gente está num momento em que a gente tem que se dar o direito de sonhar e ter ousadia, eu acho que é fundamental discutir um processo de reestatização. É um absurdo, por exemplo, o que aconteceu na minha terra, que é Minas Gerais, com a Samarco, o que segue acontecendo, e não há nenhuma medida mais séria do Governo, como retomar o controle da empresa sob outro patamar, um patamar, inclusive, de respeito à dignidade humana, o respeito ao meio ambiente, o que foi exatamente o contrário da lógica de todas as empresas brasileiras que foram privatizadas, porque uma empresa estatal que poderia ter sido direcionada, para fomentar a economia, está voltada, exclusivamente, para o lucro, em detrimento da vida, como foi o que aconteceu na Samarco.

Sou do Vale do Rio Doce, e toda a vez em que eu vejo uma matéria sobre a Samarco, me dá vontade de chorar. Eu tento trazer a minha mãe, pelo menos, para São Paulo. Ela está lá na beira do Rio Doce, e não pode nem se abastecer de água mais, por conta desse tipo de situação que aconteceu.

Por fim, quanto ao tema da redução da jornada, acho que é um debate fundamental que a gente tem que retomar.

E, para finalizar, eu queria só reforçar isto: eu acho que a gente tem que repensar saídas, na perspectiva dos de baixo, e não mais se sujeitar a que só há um caminho. Acho que nós temos que ter direito, nós temos que ter ousadia novamente. Acho que as centrais que estão nesta Mesa têm esta responsabilidade não de salvar a crise do capital, mas de dar uma saída para a classe trabalhadora.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Avanilson Araújo, membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, Central Sindical e Popular.

Só um rápido comentário. Primeiro, total acordo à solidariedade aos trabalhadores franceses. Vou fazer aqui um documento em nome da Comissão, fruto desta audiência, e remeter, até porque temos uma certa relação com as centrais francesas.

A saída é política, não há dúvida nenhuma, eu tenho essa mesma visão, não tem jeito. Essa corrupção toda, queiramos ou não, está aí, existe, não adianta nós dizermos que é filme ou é invenção. Existe e envolve, sem medo de errar, no mínimo mais de uma dezena de partidos, o próprio Executivo, e a própria iniciativa privada. A Zelotes é toda iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E a saída, para mim, política caminha neste sentido: pensarmos urgentemente no plebiscito ou nas eleições e a reforma política, eleitoral e partidária. Mas eu entendo que tinha que fazer uma convocação exclusiva de um número de homens de bem deste País para fazer a reforma política. O então este Congresso que está aí vai fazer a reforma político-eleitoral olhando para o umbigo deles, não vai a lugar nenhum.

Eu apresentei a PEC nº 15, que faz a convocação de 128 Parlamentares, se eu não me engano, para fazer a reforma política. Não pode ser Parlamentar, não pode ter nenhum cargo eletivo e não poderão concorrer nas eleições seguintes.

No mais, também me comprometo a fazer um documento em relação aos presos atuais, remeter para o Rollemberg, e, dentro do possível também, claro, vou ligar – digo do possível para que ele me atenda, espero que ele me atenda. E vou me comprometer também a falar com ele quanto à situação desses que estão presos. A audiência pública já fica aí pré-agendada, vamos ver a data, para discutir a resistência e a questão da moradia popular, o.k.?

Quando todos da Mesa falarem, passamos aquele videozinho, antes das considerações finais, e se alguém do plenário quiser falar.

Passo agora para o representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) Flauzino Antunes Neto, que foi um dos que viajou comigo praticamente nos 27 Estados debatendo o fim da terceirização, e, assim, conseguimos segurar até o momento. Mas dizem que eles vêm com tudo agora. Temos que estar espertos porque o momento exige estado de alerta. Está contigo a palavra.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Bom dia, Senador Paim, agradecendo mais uma vez o convite à CGTB para que nos sentemos nesta mesa e debatamos com as demais centrais as soluções que a CDH levanta toda vez aqui sobre as questões do povo brasileiro e dos trabalhadores também.

Nós estamos vendo um cenário de crise, um cenário com onze milhões de pessoas sem emprego, homens e mulheres com dificuldade em encontrar um emprego, 11%, diz aí o DIEESE, a taxa de desocupação. Mas é um filme, é um cenário. E como chegamos a isso? Temos visto, nos últimos anos, no Governo Dilma, uma guinada ao favorecimento do capital externo, ao setor financeiro e que resultou nesse quadro que vivemos agora.

É a taxa de juros mais alta do Planeta, 14,25% nominal, mas 5% real, e que força a um pagamento de R$600 bilhões do orçamento público, do imposto do cidadão, para o financiamento da dívida, 50% do orçamento. São aproximadamente R$600 bilhões. Dava para resolver o problema da moradia, de investimento público, e também não deixar chegar nesse nível de desemprego. Tudo devido a um tripé macroeconômico, uma defesa de uma política de ajuste fiscal de superávit primário para beneficiar o setor financeiro.

Temos que romper com esse sistema econômico. A Dilma saiu, mas entrou um novo governo do Michel Temer aprofundando nesse sistema. Quer dizer, a saída para a crise, neste modelo, não há. Não existe só um remédio para a crise. Não é só um remédio amargo, que é o ajuste fiscal. Tivemos dificuldade no passado, vamos apertar, vamos apertar, vamos apertar. Mas vamos apertar até onde? No sistema capitalista, aperta-se no trabalhador, não se aperta no capital. Então, aonde que eles estão vindo? Na CLT, na Previdência, nas Medidas Provisórias nºs 664 e 665, que foi o direito do defeso, a pensão da viúva, no seguro-desemprego, para que o capital consiga ter a sua remuneração e parte desse gasto no social vá para o setor financeiro, através dos juros e do pagamento da dívida. Então, onde temos que combater?

Que mais, Senador Paim? A Dilma, num dos últimos momentos dela, ainda enviou para o Congresso a PLP 257.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lamentavelmente.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – A 257/16, que fala, ainda sobre a questão da dívida, os Estados que estão enforcados – estamos vendo agora que a União faz a cobrança *a la* agiota em cima dos Estados por pagamento desses juros – forçam que os trabalhadores dos Estados e Municípios também paguem essa dívida, formando uma cadeia. Os trabalhadores ficam pagando sempre essas questões da dívida pública, o que reflete na vida do cidadão, que vai ficar sem moradia, sem transporte, sem segurança, sem saúde e sem educação. Como informa agora o Michel Temer, através do seu Ministro da Fazenda, uma das saídas para a dívida dos Estados são as privatizações. A gente já conhece esse cenário, já sabe o que é isso e aonde vai dar: na precarização dos serviços sociais.

O Governo do Distrito Federal está promovendo as OS, que é uma privatização camuflada na saúde e na educação. Vão privatizar o Parque da Cidade. Então, uma forma de se cercear o bem-estar da população. O Parque da Cidade foi um instrumento de socialização pensado por Lúcio Costa, por todos os outros arquitetos que construíram Brasília, e chega o Governador Rollemberg privatizando, colocando isso como uma saída.

E vão maquiar como se isso fosse a grande invenção da roda, porque salva esse Governo Rollemberg e salva esse modelo de privatizações. Sabemos que isso vai ser momentâneo e vamos ver os reflexos no futuro:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

demissão dos trabalhadores e a sociedade brasileira não conseguindo desfrutar de um espaço público conseguido. Isso podemos remeter para educação, saúde e transporte.

Então, estamos vendo as perdas de direitos, as privatizações, as terceirizações, sabemos o que acontece, e defendemos que não dá para aceitar mais esses ataques de um modelo neoliberal instalado no Brasil. Temos que combater isso.

E como combater isso? A gente, da central, da CGTB, tem soluções para isso, soluções alternativas que podem ser implementadas de imediato. A primeira é abaixar a taxa de juros. Baixando a taxa de juros, cria-se um ambiente favorável ao investimento público, ao investimento privado, e o público é que puxa o privado. Se houver investimento público em obras, transporte, segurança, educação, tecnologia, isso vai puxar o setor privado também para esse viés de crescimento.

Se queremos ter uma onda de desenvolvimento econômico, começa-se por onde? Começa pelo Estado. O Estado brasileiro tem que assumir a sua responsabilidade. Com base nisso, abaixando a taxa de juros a níveis internacionais – o colega economista ali e os outros economistas que sabemos que defendem a taxa de juros mais alta, por um reflexo internacional e tal, não se preocupem –, abaixando a taxa internacional, conseguimos ficar num ambiente competitivo e não vamos fazer loucuras. Ficar alimentando o setor financeiro não vai ser a nossa saída. A nossa saída é investir em questões concretas, que geram emprego, que geram a saída social para o País.

Com isso, temos o fortalecimento da demanda interna, a valorização do salário mínimo, um incremento de renda, que vai impulsionar a nossa economia, sem que fiquemos dependentes do capital externo, que é um grande mal. Porque nós, assim, no sistema capitalista que vivemos, o capital é a bola. Quem jogou bola na rua sabe que nem sempre o que tinha a bola era o melhor jogador ou aquele que sempre estava ali, mas, na hora que ele pegava a bola, acabava o jogo dos outros 22. Como o Brasil depende do capital externo, ele não tem condições de se desenvolver com as suas próprias pernas.

Se fortalecermos a demanda interna, aumento de investimento público, inibimos essa dependência que temos do capital externo. Consequentemente, vamos ter um aumento de bens e serviços na produção do País, porque o Estado demandará mais coisas, mais bens e serviços, e vamos suprindo a produção, aumentando o PIB nacional.

E, por último, e não menos importante, colocar a Petrobras como exclusiva operadora do pré-sal, o fortalecimento dela no pré-sal porque é a nossa maior empresa, a empresa que mais gera investimentos em pesquisa e desenvolvimento. E estamos vendo mais um ataque. Não basta a Lava Jato e todas essas questões que temos visto, mas tirar a Petrobras como operadora exclusiva do pré-sal é um entreguismo Serra e Dilma se aliaram num projeto de lei para que isso aí acontecesse.

Então, meus senhores e senhoras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que, naquele dia histórico, até o Plenário se surpreendeu. Nós estávamos todos preparados para derrotar aquele projeto quando vem um acordo anunciado pelo Senador Romero Jucá, que não era mais Líder do Governo, era mais Líder da oposição, e aprovaram contra o nosso voto. Nós votamos contra.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Então, se o Brasil tem recurso financeiro, e nesse item nós arrecadamos quase R$1,2 trilhão, sendo que R$600 bilhões vão para a dívida pública, estamos vendo alguma coisa errada. Esse é um ralo por onde está indo o dinheiro da sociedade brasileira, um lugar inócuo, que é o setor financeiro, porque o setor financeiro, no Brasil, não repassa isso em forma de investimento privado. Vai para o bolso do banqueiro e a gente não vê aumento de taxa de investimento, redução do desemprego.

Nesse sentido, teríamos recursos para combater o desemprego. Com R$600 bilhões/ano destinados ao combate do desemprego, estaríamos numa situação diferente de hoje. Essa é a nossa saída. Lógico que defendemos a redução de jornada, o aumento do direito dos trabalhadores. Estamos irmanados com as demais centrais nessas demandas, mas a saída para a crise mesmo, o ponto concreto é esse juro e esse superávit primário que estamos sendo obrigados a aceitar desde os anos 1990, que sufocaram a nossa economia, fazendo com que privatizássemos o patrimônio estatal e ficássemos dependente do capital externo.

Hoje, como diz o companheiro da CSP, até a classe trabalhadora acha que a única saída é o ajuste fiscal. Nós não somos obrigados a tomar esse remédio amargo toda vez. Até na medicina sabemos que tem horas que o remédio amargo não dá mais, que está na hora de mudar. E temos outras alternativas. Temos que buscar isso e colocar na pauta do dia. Então, a saída é um pouquinho mais pelo desenvolvimento do País, pelo crescimento do Brasil. Temos essa alternativa.

Quanto ao cenário político, também concordamos que a chapa Dilma-Temer não é a saída. Estamos promovendo a defesa do plebiscito por novas eleições, mas eleições que não coloquem à disposição do eleitorado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dos trabalhadores esses mesmos nomes que estão envolvidos na Lava Jato; que coloquem nomes novos, nomes que não estejam comprometidos com a corrupção e que tenham essa saída econômica alternativa para o País.

Esse é o nosso recado, essa é a nossa linha. Agradeço mais uma vez, em nome da CGTB, estarmos aqui presentes mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Flauzino Antunes Neto, que fala em nome da CGTB.

Ele lembra que a taxa de juro não tem como se manter, que a dívida dos Estados é uma dívida impagável e que querem jogar em via o Projeto nº 257 nas costas dos servidores públicos; lembra da dívida pública e reafirma, no final, que a saída é política, posição que também endosso e assino embaixo. A saída é política: plebiscito, eleições e reforma política exclusiva.

Quero só lembrar – o Avanilson havia falado antes, o Itamar também – a questão da proteção do emprego de uma forma ou de outra. Como fui Constituinte, terminou o processo constituinte, apresentamos o projeto. Ele está há quase mais de 25 anos e não votam qualquer forma que garanta o mínimo de proteção, no mínimo que diga por que demitiu. Não há jeito de passar. Está aí o nosso Congresso conservador que não é de hoje.

O SR. AVANILSON ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – V. Exª me permite só um aparte, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. AVANILSON ARAÚJO – Engraçado que o trabalhador pode demitir o patrão, não é? Porque, se você pedir as contas, não recebe nem aquilo que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nem o aviso prévio.

O SR. AVANILSON ARAÚJO – Nem o aviso prévio e não tem direito a sacar o Fundo de Garantia. É uma coisa absurda!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perde os 10% da multa.

(Soa a campainha.)

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Posso dar um pitaco?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Olha o que aconteceu lá no Rio de Janeiro, naquela empresa da Infraero: os caras sumiram com a fatura do mês e os trabalhadores ficaram olhando navios. Até isso está acontecendo no Brasil. Pelo amor de Deus!

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Senador, só esqueci de falar um detalhe: a quem interessa uma margem de desemprego alta no País? Aos grandes empresários, porque você força, com isso, que exista uma redução na folha de pagamento, aumentando assim a taxa de lucros deles. Eles estão com uma política de venda externa, não estão preocupados com o mercado interno. Então, se eles abaixarem a taxa salarial do Brasil, na precarização... Porque vai ser o seguinte: colocar pessoas qualificadas na rua, contratar as não qualificadas, que se sujeitam a salários menores, porque a crise está grande; então, enfraquecimento dos movimentos sindicais – da data base, do piso salarial, essas coisas todas –, forçando assim que tenham um aumento de lucro maior que o necessário.

Essa política é deliberada. É uma política neoliberal implementada para que haja redução de salários no Brasil. Temos que combater isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá.

Mário Magalhães, especialista em políticas públicas e gestão governamental. Fala em nome do Ministério do Trabalho.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Primeiramente, quero agradecer a oportunidade, o convite da Comissão, do Senador Paulo Paim; cumprimentar o Senador pela iniciativa; cumprimentar os demais membros da Mesa, líderes sindicais, representante do Dieese.

Quando pensamos no tema de direitos humanos, com foco no desemprego, Senador – vamos fazer aqui uma abordagem talvez um pouco mais técnica a respeito da questão –, pensamos que estamos falando aqui daqueles direitos humanos mais de terceira geração. Você tem os direitos humanos mais universais, que são os direitos à liberdade; depois vêm os direitos políticos; e, quando falamos de desemprego e direitos humanos, pensamos mais nos direitos sociais, aqueles que focam em determinados segmentos da sociedade que estão mais vulneráveis, mais desfavorecidos. Ao contrário dos direitos universais à liberdade, você quer menos poder do Estado; no caso dos direitos sociais, você quer mais poder do Estado, para que possa favorecer as especificidades desses segmentos. É por aí que vão, também nesse sentido, as políticas públicas de emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu havia preparado uma apresentação que também dava um pouco da contextualização da situação atual do desemprego, mas vou pedir ao colega que passe os primeiros eslaides, porque o Dieese já fez uma abordagem sobre isso.

Por favor, volte só mais dois eslaides, só para pautar, ainda nessa conjuntura, a precarização do mercado de trabalho

Quando falamos em precarização no mercado de trabalho, na verdade, a conjuntura recente, quando olhamos aí, pela Pnad Contínua, a evolução dos grandes indicadores das posições na ocupação do trabalhador, entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016, que é esse período recente, vemos que a categoria de empregadores está decaindo; o emprego com carteira também está decaindo – caiu 4%; o dos empregadores caiu 8,6 %. Os sem carteira caíram um pouco menos, mas também caíram. Quer dizer, o que caiu aí, o que está em crise, é o trabalho assalariado, a relação empregador-trabalho. Caiu também o emprego familiar, aquele trabalhador que ajuda na família. O setor público também apresentou uma queda. As únicas categorias que crescem, nesse caso, são as categorias dos por conta própria e os empregos domésticos nesse período. Os por conta própria crescem muito, como uma compensação.

É claro que, por mais que seja louvável o espírito empreendedor, sabemos que a vida por conta própria é matar um leão a cada dia, é um trabalho menos protegido. O emprego doméstico também, em que pese a legislação recente, ainda tem uma grande parcela da população sem carteira assinada.

Pode passar.

Gostaria de apresentar muito rapidamente para, depois, entrarmos nas políticas públicas de emprego – que acredito que têm a ver com os direitos humanos e desemprego –, as fontes próprias de informação no mercado de trabalho, no Ministério do Trabalho, que é a Rais e o Caged. O Caged só pega o emprego formal. Então, achei talvez interessante dar uma passeada sobre como estão as categorias dos atributos pessoais – sexo, idade, escolaridade – nessa questão da crise agora recente, pegando dois indicadores do Caged. Como todos sabem, o Caged é Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, é relativo só ao segmento formal, aos empregos celetistas com carteira. A ideia aqui é pegar como está a decisão das empresas em relação a essas questões. Ali as admissões são de reemprego, primeiro emprego e contra temporário. E, no caso, as demissões sem justa causa, que são aquelas demissões involuntárias, ou seja, é uma decisão unilateral do empregador sobre o desligamento do trabalhador.

Tomando esses dois lados da questão, entre as decisões dos empresários em admitirem as decisões de demitirem – porque a outra categoria de demissões é aquela a pedido do trabalhador, que é também outra grande categoria, são comportamentos diferentes – , apenas para dar uma passeada por isso, vemos que, em termos de sexo, quanto às admissões dos empresários, os homens vêm tendo uma tendência de queda nas admissões, e uma tendência de contratação maior de mulheres. As demissões sem justa causa, por conta da questão da rotatividade, seguem mais ou menos o mesmo padrão. Isso vamos ver nas outras categorias também. Quando aumentam muito as demissões em determinado segmento, normalmente as demissões sem justa causa também aumentam. Aí tem que ver a proporção, por conta da rotatividade. O Dieese sabe bem o que é isso, não é?

Nesse caso, o que é interessante notar também é que as demissões sem justa causa também aumentam para as mulheres – aumenta a contratação e aumenta a demissão –, mas se pegarmos 2016, a proporção, de janeiro a maio, da participação das mulheres nas contratações, de 38%, é superior às demissões sem justa causa, nesse mesmo período. E isso, antes de qualquer conclusão mais apressada, nos faz pensar exatamente no que está ocorrendo. Será que estão contratando mais mulheres por uma questão salarial, de salário menor? Será que são alguns segmentos do mercado de trabalho que, nesse momento da crise, estão mais favorecidos? Mas vemos também que é uma tendência que veio desde o período dos dois anos antes de crise, dos períodos de crise. Acho que é uma questão a se pensar, sobre a qual se debruçar mais.

Vamos passar?

Aqui estamos vendo por faixa etária, que é outra questão, a questão dos jovens no mercado de trabalho. E, quando olhamos essas demissões, os jovens, os mais tenros jovens participantes do mercado de trabalho formal, até 17 anos – acho que há muito de aprendizagem nesse caso, programa de aprendizagem –, vê-se que eles vêm reduzindo as demissões. E os jovens de 18 a 24 também vêm reduzindo a sua participação nas admissões. O mesmo vem ocorrendo nos desligamentos sem justa causa, por conta justamente dessa coisa, ainda que, nos desligamentos sem justa causa, essa redução seja um pouco mais tênue.

Nas faixas etárias mais elevadas – de 30 a 39, 40 a 49, a faixa do mercado de trabalho mais permanente, aqueles em que há mais participação de pais de família – vemos que as admissões ainda vêm aumentando no mercado formal e os desligamentos sem justa causa também. Mas, comparando janeiro a maio de 2016, entre admissões e desligamentos, vemos, de alguma forma, que a participação dos jovens nas admissões ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

é mais elevada do que nas demissões sem justa causa – aquelas de decisão própria do empresário. O mesmo ocorre com a faixa de 18 a 24 anos. Nas faixas mais elevadas, essa participação nas admissões nas faixas mais permanentes, dos chefes de família de 30 a 49 anos, vemos que a participação nas demissões está menor do que as demissões sem justa causa.

Esse é outro dado que nos cutuca e nos faz pensar. Às vezes, pensamos, numa política pública. Sem dúvida, o jovem, em termos relativos em termos de taxas de desemprego, é uma taxa de emprego muito mais elevada do que os outros segmentos de faixa etária mais elevada, mas, no momento de crise, e mesmo no momento de recuperação, é interessante pensar como se deve estimular essas coisas, porque o que parece ali, apesar de estar caindo, é que, ao longo de algum período, pode estar indicando que vem havendo alguma substituição de mão de obra juvenil por mão de obra mais permanente. Aí, você tem que pensar como fazer essa inserção do jovem e também como se pensam as políticas para as faixas etárias mais elevadas.

Vamos passar?

Aqui, no caso, por faixa de salário...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Essa é uma questão, vamos dizer, mais delicada ainda, em que, nas faixas de salário, até um salário mínimo – e, na verdade, a grande concentração, 90%, é um salário mínimo, cravado –, há uma tendência, até 2015, mais ou menos estável, mas há um crescimento muito grande em 2016.

As demissões sem justa causa, por conta da rotatividade, seguem mais ou menos um mesmo padrão, uma estabilidade até 2015, e um crescimento muito grande em 2016.

A faixa de um até um e meio salário mínimo segue mais ou menos um padrão um pouco diferente, mas mais ou menos a mesma coisa, estável; e, nas faixas acima, há uma tendência de queda na participação das demissões e queda na participação das demissões sem justa causa, o que significa, mais ou menos, uma queda de participação no mercado.

Nesse caso, pode estar havendo, na verdade, um rebaixamento de salários no mercado. Na medida em que se aumentam mais as faixas de salários mais baixos, o que pode estar havendo é que pessoas que, antes, ocupavam, eram demitidas nas faixas de salários mais elevadas, agora, estão sendo admitidas em faixas de salários mais baixas. Isso é o que provavelmente está ocorrendo.

Vamos passar?

No caso raça/cor, que é uma outra questão, sempre colocada quando se pensa em direitos humanos. Quando a gente olha pelo lado das admissões, a parte indígena, a cor amarela e a cor preta apresentam uma estabilidade muito grande, tanto em admissões quanto em desligamentos nesses períodos. Não há, pode-se dizer, uma mudança de comportamento muito crítica na questão da crise, mas a gente destaca que, entre a cor branca e a cor parda, existe algum nível de compensação. Vê-se que, de 2015 para 2016, e ao longo de 2013, também, há uma queda das admissões da cor branca, ocorrendo o mesmo nos desligamentos sem justa causa e uma ligeira tendência de aumento também, em contrapartida, na cor parda, que aumenta ligeiramente, quer dizer, decresce nas admissões, mas aumenta um pouco nos desligamentos sem justa causa.

Estaria havendo aí alguma compensação?

Na verdade, quando se tem o ponto não identificado, vê-se que a parte não identificada é que vem aumentando de maneira muito significativa, tanto nas admissões quanto nos desligamentos. Nesse caso, acho que pode estar havendo alguma dificuldade de mensuração, que eu acho mais difícil nesse quesito; esse aumento da parte não identificada pode estar causando algum problema de mensuração, entre branca e parda, e acho que é preciso, talvez, refinar essa questão da metodologia. Essa é uma informação prestada pelas empresas, e que eu acho que apresentam alguma coisa a ser corrigida neste caso.

Vamos passar?

Aqui, desculpem: o título ali está errado, raça/cor, mas na verdade refere-se a portadores de deficiência.

O que chama a atenção aqui é que ali há os não deficientes nas admissões e nos desligamentos, e as várias categorias. Ali, o total de portadores de deficiência.

O que a gente vê é que há um crescimento de admissões, leve, muito tênue, porque ali são décimos de que estamos falando, de participação percentual, e a mesma coisa ocorrendo nos desligamentos sem justa causa. Desagregando isso pelas diversas categorias de deficiência, fica muito tênue, muito pouca, muito baixa a participação, mas a gente vê mais alguma estabilidade. E o que talvez chame a atenção aí é que a lei hoje que protege – aí é uma política ativa, voltada especificamente para os direitos humanos dos deficientes –, a lei que exige 5% de empregabilidade para aquelas empresas com mais de cem empregados não está sendo muito efetiva. Isso a gente já sabe, mas a gente vê, pelo lado das admissões, que a participação dos deficientes nessas admissões é muito menor do que esse percentual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Vamos passar, por favor.

Bom, finalizando, gostaria de entrar um pouco nas políticas públicas. Começo aqui pelo seguro-desemprego, avaliando, primeiramente, um pouco do efeito da legislação, da Medida Provisória nº 665, se não me engano, sobre seguro-desemprego, que restringiu o acesso ao seguro-desemprego. E a gente vê, de maneira global aí nesse primeiro quadrinho da cobertura total, que a participação de segurados no total de dispensados sem justa causa, que é o universo que dá direito ao seguro-desemprego, em 2013 e 2014, tinha algo em torno de 72% de cobertura. Em 2015, já cai para 65%; em 2016, 62% – agrava-se mais a crise, caindo para 62%. Em 2015, ainda havia um período de transição. Nos três primeiros meses, era ainda a legislação antiga. Houve três meses ainda de medida provisória e, depois, um recuo, digamos, uma transição, mas, quando se consolidou a nova legislação, em 2016, houve uma queda, entre 14 e 16, de dez pontos percentuais na cobertura do trabalhador.

Onde essa cobertura caiu?

Se a gente olhar por sexo, essa cobertura cai mais entre as mulheres do que entre os homens. Ainda aqui, olhando-se a cobertura, em 2016, de 67% de segurados sobre dispensados sem justa causa, ainda é mais elevada do que a cobertura dos homens. Isso, de alguma forma, pode estar indicando que o emprego da mulher pode ter alguma estabilidade, algum tempo de emprego maior do que o do homem.

Se a gente olha por escolaridade, aqueles números que estão acima de 100%... Vou chamar a atenção porque, na verdade, estamos comparando um cadastro administrativo com outro: o cadastro administrativo do seguro-desemprego com o cadastro administrativo do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Aí, quando você desagrega muito as categorias, provavelmente o que está ocorrendo aí é uma falta de cobertura do próprio Caged em algumas categorias.

Embora, então, isso seja um desvirtuamento do dado – não se poderia dizer que há uma cobertura acima de 100% –, eu mantive esse dado para a gente ver as tendências. Embora haja uma subestimação do Caged sobre dispensados, pode-se ver isso apenas como uma tendência. E a gente vê que essa cobertura do seguro-desemprego cai bem mais intensamente, entre os de menor escolaridade, de 145 para 101; até o quinto ano incompleto, de 171 para 119. Então, não são dados precisos, mas são dados que indicam uma tendência forte nisso.

Além disso, o fundamental completo e o ensino médio completo permanecem com uma certa estabilidade de cobertura. Então isso, de fato, prevê atingir os segmentos mais frágeis.

Pois não.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Mário, só para um entendimento. No analfabeto você tem um aumento. É 145, 166, 119 e 101. O que é esse número que está ali? É a quantidade de analfabetos?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Não, não. É percentual.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Percentual? Mas sobre que base?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – O percentual que eu estava explicando.

Veja bem. Qual é o conceito de cobertura? A cobertura é: você tem um universo de dispensados, sem justa causa, no mercado formal de trabalho. Esse é o primeiro requisito que dá direito ao seguro-desemprego. Se não for dispensado´, ele não pode requerer o seguro-desemprego. Está certo?

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Correto, correto.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Agora, entre os dispensados sem justa causa e aqueles que, de fato, têm direito, têm acesso ao benefício, os segurados que nós chamamos, existe um percentual. O percentual total, para todo o programa, é aquele que está mostrado na primeira tabela. Ele era de 72%, em 2013 e 2014. Após a legislação, ele caiu por conta da restrição ao direito de acesso ao benefício seguro-desemprego.

Então, em 2016 essa cobertura está em 62,6%. Se você tomar 2014, antes da legislação restritiva e pós-legislação restritiva já consolidada, você tem, para o geral do programa, uma queda de 10 pontos percentuais na cobertura do programa.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – De 2014 para 2016.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – De 2014 para 2016.

O que estou fazendo ao desagregar as categorias é saber onde esses 10 pontos percentuais caíram.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Está fracionando.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Isso.

Alertei lá no início – e desculpe-me por apresentar esse dado dessa forma – que, de certa forma, há uma certa precariedade nos dados do Caged. Você não poderia ter uma participação de mais de 100%, uma cobertura de mais de 100%. Isso aí seria irreal.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Foi isso o que me deu a...

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Expliquei mais rapidamente que apesar dessa distorção ali ocorre o seguinte. Por que aquele percentual ocorre? Ocorre porque para aquela categoria o Caged, na verdade, está subestimado, ou seja, as dispensas sem justa causa estão menos informadas, estão informadas abaixo do que é real.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Correto, correto.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Então, há uma distorção nos dados, mas mantive os dados com essa explicação, com essa ressalva, para mostrar pelo menos uma linha de tendência. Embora haja uma subestimação do Caged e aquele dado não seja preciso, sem dúvida há ali uma indicação de que no segmento de analfabetos, no segmento de até 5º ano completo, há uma queda de cobertura muito mais...

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – É porque, Mário, você sabe que o banco de dados, lá na base, para transmitir para o Ministério...Também é complicado eles passarem aquilo que deveria ser a maior realidade.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Vou estar assumindo essa área no Ministério. Gostaria até de saber quais são as dificuldades todas. De fato, há algumas empresas que têm dificuldades de informar. Quando você desagrega o dado por categorias muito fracionadas, você perde um pouco a confiabilidade.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – É. A qualidade dos dados têm de melhorar bastante.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Perfeito.

Então, o quadro seguinte, por favor. Mostra essa mesma tendência por faixa etária e por faixa salarial. Então, por faixa etária os jovens, sem dúvida, perderam muito mais acesso ao benefício do seguro-desemprego. Isso ocorreu, também, em maior ou menor medida nas categorias mais elevadas. Mas nas categorias de faixa etária mais elevadas há uma perda menor por conta de eles terem mais tempo de emprego.

Agora, em termos de faixa salarial o que nos chama muito a atenção é que essa perda de cobertura foi muito, mas muito concentrada, na faixa mais baixa, de até um salário mínimo. Embora tenha ocorrido também na faixa de 1 a 1,5, você vê que nas outras faixas houve, em termos proporcionais, um aumento no ganho de cobertura, valendo a observação para aqueles dados que estão acima de 5% ali, que são subestimações do Caged, quando você desagrega demais. São categorias com muito pouca representatividade. Mas chama muito a atenção o fato de que a cobertura foi por demais concentrada em uma faixa salarial mais baixa, de até um salário mínimo, em que 90% ali ganha exatamente um salário mínimo.

Bom, os dados assim que eu havia preparado para apresentar são esses. Mas eu gostaria de complementar um pouco sobre a questão exatamente das políticas públicas. Se nós estamos falando de direitos humanos e de desocupação, as políticas públicas de emprego e renda se tornam relevantes porque é justamente o poder do Estado para tentar interferir a favor de categorias menos favorecidas.

Nessa questão do seguro-desemprego, em primeira mão, o Estado hoje, o Executivo hoje vive um drama em que você tem uma crise econômica aliada a uma crise fiscal. Então, quer dizer, aquilo que você precisaria proteger, você está sem o recurso para proteger. Eu acho que a primeira coisa que tem nessa reflexão é: se você tiver de gastar mais com o social, você tem de pensar muito, saber gastar com muita mais eficiência do que antes, porque, enfim, todos precisam de proteção. Você precisa saber onde você precisa gastar, onde está mais grave. Eu acho que demandaria uma discussão bem aprofundada sobre isso.

Quando a gente olha em seguro-desemprego, eu acho que ele precisa de uma análise, Senador, muito mais abrangente do que simplesmente cortar parcelas ou benefícios ou aumentar parcelas no emergencial. Eu acho até que as nossas políticas públicas de emprego precisam de uma revisão muito mais ampla do que medidas emergenciais. Eu acho que em vários setores do Estado brasileiro nós precisamos disso e na política pública de emprego também.

Eu acho que as nossas questões do seguro-desemprego tinham de ser mais focadas. Nós temos uma coisa muito genérica que vai, como disse a colega aqui, de três a cinco parcelas. Mas em um ambiente de crise, em que o tempo de desemprego é muito maior do que esse, você não tem um dispositivo para beneficiar quem está, de fato, em um tempo de desemprego maior e também balancear aqueles que precisam de menos parcela, aqueles que precisam de um valor um pouco menor.

Eu acho que o seguro-desemprego precisava ser muito mais qualificado; precisava ser mais específico sobre diversas categorias do mercado de trabalho, para que ele pudesse ser eficiente e proteger mais quem precisa; proteger menos, distribuindo melhor esse recurso.

Eu citaria aqui também, nessa questão da proteção do emprego, o Programa PPE...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – ...que foi aprovado ainda no governo anterior, no apagar das luzes – na verdade, em 2015 –, e que vem desempenhando um papel de compensação da crise interessante, porque, em vez de deixar que o trabalhador vá ao seguro-desemprego, ele evita a demissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O problema que está havendo com o PPE é que ele está muito concentrado na indústria automobilística, no setor sucroalcooleiro, e também na Região Sudeste. Então, essa nova gestão está pensando formas de poder ampliar o PPE.

Por exemplo, as pequenas empresas não conseguem ter acesso ao PPE, porque a questão depende de um acordo coletivo, e, para esse acordo coletivo, normalmente as pequenas empresas não conseguem um diálogo com os sindicatos, que estão muito fracionados. Então, estão se pensando em questões desse tipo.

Outra questão muito importante é a qualificação profissional. Eu ia chamar a atenção, Senador, pois acho que, se alguém fizer uma análise bastante crítica e sincera dos nossos programas de qualificação profissional, nós vamos chegar à conclusão de que o Brasil não tem um programa estatal de qualificação profissional adequado, robusto, para poder atender às necessidades do nosso mercado. E acho que a qualificação profissional está muito relacionada com a produtividade da economia. E nós deixamos a desejar neste ponto.

Eu acho que, mais uma vez, a gente não pode pensar mais na emergência. A gente tem de pensar em uma coisa mais estrutural, mais de fundo. O Pronatec foi um avanço grande. Na verdade, o Ministério do Trabalho até perdeu o protagonismo da qualificação para o Ministério da Educação. Mas o que a gente vê é que, apesar de ter conseguido atender a um número grande de pessoas, não há uma vinculação clara entre a qualificação e as demandas do mercado de trabalho.

Então, eu acho que a qualificação profissional, a exemplo da Coreia do Sul, que deu um salto neste sentido de produtividade, é um exemplo. Eu acho que nós precisamos pensar a qualificação profissional muito para além das propostas que existem hoje, pois acho que são pouco efetivas, pouco ligadas com a demanda. Quer dizer, a base do Sistema S precisa ter uma cooperação muito maior com o Governo do que tem hoje. Enfim, acho que há aí essa questão a ser aprofundada, que é muito importante.

Falando de outras políticas, há a questão do crédito. O Proger, que é um crédito para a micro e a pequena empresa do Ministério, recentemente recebeu autorização para não ser só investimento, mas para também poder conceder capital de giro. Isso foi importante para as pequenas empresas, que hoje sentem falta de crédito. Tentamos dar um alento para isso. E há também o microcrédito, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, ao qual eu faria uma crítica também.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Já estou terminando, Senador.

É preciso reformular também esse programa, ampliá-lo, ligá-lo com as outras políticas públicas para que possa haver um programa de microcrédito mais efetivo.

Por fim, há a intermediação de mão de obra, que eu acho que é uma política pública que deve lincar as diversas políticas sociais. A intermediação de mão de obra, que é entre trabalhadores inscritos e demandas das empresas, precisaria ter muito mais efetividade, ser muito mais eficiente, ter muito mais qualidade e poder lincar as políticas públicas do seguro-desemprego, de qualificação profissional, ou outras políticas da Previdência, e poder jogar esses trabalhadores para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, Senador, eu faria um apelo. Nós estamos com um projeto de lei na Câmara, ao qual nós chamamos de PL Sine, que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é o nome?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Projeto de lei do Sine. Esse é o apelido que ele recebeu por conta de que ele é um projeto para reformular a política pública de emprego, para colocar a política pública de emprego no mesmo *status* da educação e a saúde, com a instauração da política de transferência de recurso fundo a fundo também na política de emprego.

Senador, era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Mário Magalhães, especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Trabalho, que falou sobre uma série de temas, como a revisão total do seguro-desemprego e a qualificação profissional, que eu entendo que é fundamental.

Eu cheguei a apresentar um projeto aqui do Fundep, que é o Fundo de Investimento no Ensino Técnico Profissional.

Quem sabe nós podemos aprofundar esse debate. É um fundo só para esse investimento. Nada contra o Sistema S. É à parte do Sistema S, que acho que cumpre um papel. Eu sei que existem críticas. Eu não posso criticar, porque foi lá que eu fiz o meu curso técnico; foi no Sistema S, que permitiu que eu saísse de vendedor de laranja para o serviço de ajustagem na metalurgia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Falou do microcrédito também. E esse PL Sine não conhecemos. Aí teríamos de, no momento adequado, se vier para cá, fazer uma Audiência Pública e debatermos sobre ele aqui.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Posso enviá-lo para o senhor já?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode. Pode nos enviar para tomarmos conhecimento já.

Vamos lá.

Agora é o Sr. Wadilson Maia Aranha, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da CUT, Fentac/CUT.

O SR. WADILSON MAIA ARANHA – Bom dia a todos. Bom dia, Ex^mo^ Senador. Venho também representar aqui o Sindicado Nacional dos Aeroviários, em nome da Fentac também.

Estamos falando sobre desemprego. Não há outro assunto ultimamente na mídia a não ser o índice de desempregados no Brasil. Vamos bater muito na tecla da terceirização, porque ela contribui muito para essa porcentagem, que existe no Brasil, hoje, estar a quase 11% de desempregados. No meu modo de ver e no modo de ver dos trabalhadores em aviação, a terceirização contribui muito para isso, porque, através da terceirização, as empresas usam desse pretexto para reduzirem o quadro de funcionários, mudando as nomenclaturas de funções.

Por exemplo, os aeroviários que trabalham no setor da rampa. Lá nós temos o líder da rampa, que nos coordenam. As empresas agora estão querendo, através da terceirização, terceirizar a nossa atividade, que é atividade-fim dos aeroviários – para quem trabalha na rampa é atividade-fim –, porque o passageiro, ao viajar, chegando lá, se não encontrar a passagem dele, ele vai ficar indignado com a companhia. Então, nós somos atividade-fim. As empresas querem provar o contrário, mas nós somos atividade-fim.

Infelizmente, já está acontecendo em todo o Brasil essa precarização da mão de obra através da terceirização. As empresas estão contratando empresas que prestam serviço mais barato e, em compensação, pagam ao trabalhador mais barato ainda; aumentam a carga horária, aumentam as funções, aumentam as cobranças, e o trabalhador só perdendo.

Isso está acontecendo no Brasil inteiro. Se nós, sindicalistas; nós, de esquerda, não atentarmos para isso, não fazermos um projeto que venha a combater – eu creio que já estão fazendo – essa terceirização no Brasil todo, o índice de desemprego, infelizmente, vai aumentar.

Como disse o companheiro, na vez anterior, as empresas estão mandando os trabalhadores qualificados embora e contratando pessoas com a mão de obra mais barata para fazer o mesmo trabalho, e, muitas vezes, fazendo outras funções. Ou seja, usam um trabalhador para fazer três funções, gerando desemprego, tirando três vagas de pais de família. Esse é um problema sério.

Na aviação está acontecendo muito isto: as empresas estão mudando, como eu falei, a nomenclatura dos trabalhadores, estão colocando o trabalhador para fazer três funções, sendo que ele fazia só uma, e pagando menos.

Outro dado preocupante na aviação civil: as empresas estão abrindo falência e, assim, fechando contrato de dois anos. É preciso parar com isso. As empresas terceirizadas precisam parar de fechar contrato de dois anos com administradora de aeroporto, fazendo com que, no término desses dois anos, elas abram falência, dando calote em todos os trabalhadores. Os trabalhadores não tiram férias, os trabalhadores não ganham o décimo, os trabalhadores perdem muito.

Só em Campo Grande, nesses quatro anos, três empresas fecharam, faliram. Muito pai de família está desempregado. Como o Senador Paim falou, um pai de família sem emprego é um pai sem dignidade. Para a sociedade, ele é um zé-ninguém, porque não tem emprego. E, quando uma pessoa está desempregada, isso mexe no seu psicológico. Uma pessoa desempregada faz coisas que a gente nem imagina. Ela rouba para alimentar a sua família. Esse é um caso alarmante. Dados mostram que, quando uma pessoa está desempregada, ela faz qualquer coisa para manter o alimento na sua casa. Infelizmente, nós chegamos a esse ponto por causa do capitalismo. Infelizmente, o capitalismo só vê dinheiro; não vê a condição social do trabalhador, da trabalhadora brasileira.

Então, nós estamos propondo aqui, Senador – creio que o senhor já pensou nisto –, um projeto para os trabalhadores que vão para o INSS. Quando os trabalhadores voltam do INSS, Senador, a nossa legislação dá um ano de estabilidade, mas, infelizmente, as empresas, como o nobre companheiro falou, esperam passar um ano e um dia para mandar esse trabalhador embora – um ano e um dia! Esse trabalhador é pai de família, deu o sangue pela companhia, deu o sangue pela empresa, mas a empresa só vê o trabalhador como mais, como mais uma máquina. Quebrou, dispensa. Não presta mais, contrata outro. Esse é um projeto que eu acho que nós temos que criar, aumentando, se for possível, a estabilidade desses trabalhadores que voltam do INSS de um ano para dois anos. Esta é a proposta da nossa categoria que eu ouvi lá no meu setor: a mudança de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

um ano para dois anos, para que todos dos trabalhadores brasileiros, quando voltarem do INSS, tenham esse seguro de, pelo menos, dois anos. E uma multa também para as empresas que quiserem mandar embora esse trabalhador, após um ano de estabilidade. Isso é notório. Isso ocorre em todos os setores: no setor aéreo, no setor de construção civil, no comércio, no campo, em tudo. Quando o trabalhador volta do INSS, ele já trabalha preocupado, sabendo que, depois de um ano, vai ser mandado embora.

Então, fica aqui o meu pedido para que nós possamos fazer um projeto de lei que venha a amparar esses trabalhadores que voltam do INSS e que realmente não têm como sustentar sua família.

Em relação à aviação civil, as empresas, nessa área de terceirização, também estão contratando outras empresas para que façam trabalhos com o mínimo de trabalhadores possível – o mínimo de trabalhadores possível. Isso sobrecarrega os trabalhadores; os trabalhadores ficam sobrecarregados. Tensão e cobrança, diariamente.

Os trabalhadores, na nossa área, trabalham seis horas, e a empresa quer que os trabalhadores façam, todo dia, hora extra – duas horas. Os trabalhadores já trabalham estressados. Chegam em casa e não dão atenção para a família, por quê? Por causa do trabalho, por causa da cobrança, principalmente para nós, da aviação civil, cujo trabalho é muito estressante. A gente lida com pessoas, a gente lida com bagagem de passageiro. Sempre existe uma cobrança para não errar. Se errar, vai ser punido. Nesse sistema de terceirização, existe isto: a punição. Eles querem só um pretexto para mandar o trabalhador embora nesse sistema de terceirização. "Você não quer? Tem quem quer." E ainda fala assim: "Eu contrato outro com menor salário, e ele quer trabalhar", ameaçando o trabalhador. Isso não pode acontecer. Eles querem também fragilizar a nossa categoria, os sindicatos.

Essa terceirização veio para o Brasil para fragilizar as categorias sindicais, as organizações sindicais. Por quê? Porque eles estão mandando diretores embora, estão mandando diretores sindicais embora – diretores atuantes –, fragilizando, assim, a categoria. Eles estão escolhendo associados dos sindicatos para mandar embora, para demitir – associados de sindicatos –, a fim de fragilizar o movimento.

Então, senhores, nós temos que rever verdadeiramente essa onda de terceirização no Brasil, porque quem está lucrando com essa onda de terceirização no Brasil são só os empresários, as grandes empresas. As grandes empresas estão lucrando, porque estão sugando os trabalhadores –estão sugando os trabalhadores. Na hora do seu trabalho, o trabalhador não pode fazer a sua jornada normal, porque tem que ficar uma hora a mais, 30 minutos a mais todo dia. Aumentando ...

(Soa a campainha.)

O SR. WADILSON MAIA ARANHA – ... a hora de trabalho, tiram a vaga de um pai de família, porque, se o trabalhador fizer duas horas extras todo dia, a empresa tira a vaga de um pai de família. Onde nós trabalhamos, são só seis horas trabalhadas, mas eles querem obrigar a categoria, os trabalhadores a fazerem hora extra, sem contar que o trabalhador adoece, mentalmente, fisicamente, quando faz hora extra. Aí qual é a opção? A opção é correr para o médico e pegar atestado. Hoje em dia, as empresas, no nosso setor aéreo, Senador, nem querem mais que a gente apresente atestado. Mesmo se estiver doente, eles querem que a pessoa trabalhe doente.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Mesmo correndo risco na pista.

O SR. WADILSON MAIA ARANHA – Mesmo correndo risco na pista, eles querem obrigar o trabalhador a trabalhar doente. Estão de brincadeira. Realmente, os empresários só visam ao lucro.

Estamos aqui, em nome da Federação, pedindo para que nós, dos movimentos, da esquerda, possamos combater essa terceirização, porque, infelizmente, ela veio para ficar no Brasil. Nós temos que combater a terceirização com projeto e ir para a rua; ir para a rua e fazer uma greve geral, como o companheiro falou – fazer uma greve geral! Se nós ficarmos de braços cruzados, acomodados, o empresariado vai engolir o trabalhador, e o trabalhador, infelizmente, vai sempre ganhar menos; infelizmente, vai sempre ganhar menos e trabalhar mais.

Com essa terceirização, há também o problema das máquinas, da tecnologia. A tecnologia está tirando muitos postos de trabalho. Como eu trabalho no aeroporto, eu fico observando. Eles colocaram totens. Com aqueles totens, três pessoas por totem ficam desempregadas, porque um totem daquele faz todo o serviço que um trabalhador ia fazer: emitir passagem...

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Automação.

O SR. WADILSON MAIA ARANHA – ... digitar o número do bilhete. Automação.

Então, nós temos que lutar firmemente pelo nosso projeto para que possamos combater essa terceirização. Tomara que esse projeto de 40 horas semanais passe, porque esse projeto de 40 horas semanais vai gerar emprego, e o trabalhador vai ter mais tempo para ficar com sua família, para dar atenção para os seus filhos. Passando esse projeto, vai ser uma vitória para o trabalhador brasileiro, para que possamos abrir mais postos de frente de trabalho para os trabalhadores.

Tomara que esse projeto de 40 horas semanais passe, porque esse projeto de 40 horas semanais vai gerar emprego, e o trabalhador vai ter mais tempo para ficar com sua família, para dar atenção para os seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Passando esse projeto, vai ser uma vitória para o trabalhador brasileiro, para que possamos abrir mais postos de frente de trabalho para os trabalhadores.

O índice de trabalhadores desempregados realmente está muito grande. São pais de família. A mãe, a mulher trabalha, e o esposo não trabalha. O esposo trabalha, mas a mãe não trabalha, e ele fica sobrecarregado com as finanças. Muitas vezes, fica louco por quê? Porque não tem trabalho.

Então, eu quero dizer para os senhores e para as senhoras que nós temos que combater mesmo isso. Na aviação civil, a situação está crítica.

O Senador Paim já deve ter ouvido bastante que, na aviação civil, o quadro dos trabalhadores está crítico. Nós estamos sendo explorados, tanto os aeroviários, quanto os aeronautas.

Vocês que viajam muito devem concordar comigo: antigamente, nas aeronaves, seis tripulantes atendiam os passageiros – seis tripulantes. Hoje, são quatro, três. Quando o voo é rápido – Rio-São Paulo –, três tripulantes atendem os passageiros, o que sobrecarrega os trabalhadores. Às vezes, chegam ao destino, e eles não conseguem atender os passageiros.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Isso é contra as normas internacionais.

O SR. WADILSON MAIA ARANHA – É. Esse trabalho é estressante. Nós já estamos combatendo. Esse trabalho é estressante! Infelizmente, o capitalismo requer isto: lucro. O capitalismo requer lucro.

Fica sobrecarregado o trabalhador que está voando não sei quantas horas por dia e precisa lidar com o passageiro. E, muitas vezes, o trabalhador ainda é cobrado do chefe. O chefe quer mais, além do que ele pode fazer – o chefe quer além do que ele pode fazer. Esse é o problema da terceirização.

Então, nós temos que olhar mesmo para essa situação, constituir uma frente, como o companheiro falou, e ir para a rua. Não podemos deixar passar esse projeto de atividade-fim, porque eles querem terceirizar até a atividade-fim.

Nós, como representantes da categoria aeroviária, estamos sendo muito atingidos. As empresas estão mandando os trabalhadores embora e contratando outras empresas para conseguir mão de obra mais barata – mão de obra mais barata. Esse é um caso sério.

Muitos trabalhadores estão adoecendo, companheiros. Muitos trabalhadores da aviação civil estão com problema psicológico. Muitos trabalhadores da aviação civil estão encostados e não voltam mais. Alguns trabalhadores estão encostados há cinco anos e não conseguem voltar. E, quando o trabalhador volta, enfrenta este problema: depois de um ano, é demitido, porque não serve mais para a empresa.

(Soa a campainha.)

O SR. WADILSON MAIA ARANHA – Nós temos que olhar, verdadeiramente, para a classe trabalhadora que está sendo explorada pelos empresários. Infelizmente, essa terceirização chegou para tirar os direitos, para rasgar a nossa Constituição.

Esta é a Convenção Coletiva de Trabalho dos aeroviários e dos aeronautas. As empresas querem rasgar – as empresas querem rasgar –, querem tirar alguns itens que estão na CLT e que elas não querem cumprir. Se a gente não estiver combatendo, ferrenhamente, e denunciando ao Ministério Público, à DRT, elas deitam e rolam. É por isto que elas estão querendo fragilizar o sindicato, mandando os diretores do sindicato embora: para que nós não venhamos a cobrar o que é de direito, o que é de lei, que são os direitos trabalhistas que estão na CLT.

Então, eu quero dizer aqui, em nome da Fentac e do sindicato nacional, que é de bom proveito participar deste debate sobre o desemprego no Brasil, que está atingindo muita gente. Pessoas estão morrendo porque não têm emprego. Pessoas que tiram as suas vidas porque não têm emprego, não têm como sustentar o seu lar. E essa crise também é uma crise política, como todos já falaram.

Eu também concordo com o plebiscito, concordo com as eleições gerais. Fazer eleição, como o nobre colega falou, e colocar não esses, colocar outros políticos, outros candidatos que sejam ficha limpa, para que venham concorrer à eleição. E o povo saber votar, votar conscientemente.

Porque esse desemprego, essa crise que está aí foi porque a população brasileira não soube votar no Parlamento – eu digo Parlamento. Nosso Parlamento, infelizmente, está corrompido. Ainda se salvam alguns políticos, no meio deste Parlamento.

(Soa a campainha.)

O SR. WADILSON MAIA ARRANHA – Mas essa crise não é só financeira, a crise também é política, está aí para todo mundo ver, até quem não entende de política vê que a crise é política. Infelizmente, tiraram a nossa Presidente do poder, mas ainda não está perdido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, eu quero agradecer aqui, em nome da Fentac, por ter feito o convite para a Federação, para o Sindicato Nacional, e quero dizer, Senador, que pode contar com os trabalhadores da aviação civil para o que der e vier. Se for para o bem da categoria, para o bem do trabalhador brasileiro, nós estamos aqui à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Wadilson Maia Arranha, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, Fentac/CUT. Meus cumprimentos pela fala simples, mas bem objetiva.

Eu tenho uma relação forte com os sindicatos do setor, inclusive com o Aerus, que, com a falência da Varig, tiveram um prejuízo enorme. Conseguimos recuperar pelo menos naquela área do Aerus, eles voltaram a receber o salário de origem.

Eu queria destacar a terceirização, é uma batalha que nós estamos travando. Eu consegui pegar a relatoria do projeto, depois de ir aos 27 Estados. E o meu parecer é, exatamente, na linha que você falou, não aceitar terceirizar a atividade-fim e melhorar a vida dos 13 milhões de trabalhadores terceirizados. Projeto em que a redação final está sendo construída com um debate amplo, com a Anamatra, com as centrais, com as federações.

Dizer também que quanto ao desemprego você tem toda razão. Tanto que eu vou passar agora aqui aquela letra que fala da honra e do emprego. A estabilidade de um para dois anos, é um projeto também que, embora a gente tente, eles não deixam aprovar, mas vamos continuar brigando.

E, claro, quando tudo terceiriza, você primeiro quebra a Previdência. A primeira coisa é quebrar a Previdência de vez. Se aprovarem a terceirização vocês vão ver, os auditores fiscais mostram e os analistas também que adeus Previdência. Não é deficitária hoje, mas daí vai ser mesmo.

Quando inventaram aquela história de o empregador não pagar mais 20% sobre o folha, foi um erro; se não era 20% sobre a folha, tinha que ser 4,5% sobre o faturamento – botaram um zero, botaram um 0,5 e botaram 1,5 e 2. Deu no que deu. Perdemos ali R$70 bilhões.

Mas, enfim, parabéns pela fala, conte conosco nessa briga da terceirização.

Quanto ao negociado sobre o legislado, nós montamos três frentes: uma frente mista em defesa dos servidores públicos; uma frente mista em defesa dos direitos dos trabalhadores, onde entra a terceirização; e uma frente mista em defesa da Previdência. Essas três frentes estão articuladas a outras, como a Frente dos Trabalhadores Rurais. E na terceirização, quando viajamos o País todo, aprofundamos em todos esses temas: trabalho escravo, negociado sobre o legislado.

Concluo, na tua fala, falando da democracia. Para fortalecer a democracia só uma saída e a saída tem que ser pela via democrática e tem que ser pela via política. Você não terá resposta do campo econômico e social, e por isso aquelas três propostas. Começamos com um grupo de seis Senadores, já estamos em 32 que assinaram – primeiro plebiscito, eleições gerais e reforma política partidária e eleitoral. Pelo menos hoje percebemos que a sociedade avança nesse sentido e aponta que esse é o melhor caminho.

Uma notícia que chega aqui também em que diz o seguinte: "Taxa de juros do cartão e cheque especial batem todos os recordes agora em maio". E mostra que esse não é o caminho.

Vamos passar rapidamente uma letra que fala um pouco da importância de combater o desemprego, ou seja: todo homem tem que ter o direito ao seu emprego.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A letra é do Gonzaguinha, mas é o Fagner que canta essa música que fala que sem trabalho o homem, como foi dito aqui por você mesmo, não tem dignidade, não tem honra, não tem como ser feliz. E "pelo seu trabalho, pela sua honra" ele luta, ele grita, ele mata até. Como foi dito na música.

Queria registrar a presença, conosco, de Wilmar Lacerda, primeiro suplente do Senador Cristovam Buarque; de Lílian Arruda Marques, Assessora da Direção Executiva do Dieese; de José Pereira Oliveira, Coordenador do Movimento de Residência Popular – MRP; e de Ana Campos Guiotti, que também está aqui representando o Ministério do Trabalho.

Não sei se vocês têm alguma pergunta a fazer aos convidados. Se não, vamos agora para as considerações finais de cada um dos convidados. Todos ouviram e agora cada um tem cinco minutos para as considerações finais.

Vamos inverter agora. Começo com o Wadilson Maia Arranha, que falou aqui pela Central Única dos Trabalhadores. Cinco minutos para os seus comentários finais, de três a cinco minutos.

O SR. WADILSON MAIA ARRANHA – Quero agradecer, em nome de toda a categoria aeroviária e de toda a categoria aeronauta, o convite para a Fentac participar deste debate, um debate muito importante, de muita valia para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Que nós possamos, verdadeiramente, refletir sobre o trabalho. O trabalho, como disse a letra, dá honra ao homem. O homem sem trabalho, para a sociedade, é um zé-ninguém, infelizmente. Para a sociedade, o homem sem trabalho é um zé-ninguém. Infelizmente, aqui você só é visto se tem alguma coisa. Se você não tiver, você é um coitado.

Então, estou muito feliz por participar deste debate. Creio que muitos virão, até nós conseguirmos um mínimo de dignidade para o povo brasileiro em relação ao trabalho, porque essa crise, infelizmente, já está há dez anos na Europa, nos outros países, só que tínhamos, apesar das críticas, nós tínhamos um Presidente que se preocupava com a população brasileira, com o trabalhador brasileiro. Essa crise não atingiu o governo dele, porque ele soube administrar o País. Ele olhou para a classe mais pobre da Nação brasileira e conseguiu gerar emprego, conseguiu gerar muito emprego. Esse Presidente tem que ser reconhecido. Estão querendo denegrir a imagem dele, mas não vão conseguir.

Então, quero deixar um agradecimento a todos da Mesa.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Wadilson Maia Aranha, que falou pela CUT.

Mário Magalhães, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Trabalho.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Senador, gostaria de deixar como recado o fato de que estamos na crise, há muitas medidas emergenciais a serem tomadas, acho que a prioridade de fato é essa, é preciso mexer alguma coisa no Governo e na sociedade para poder começar a reconstruir o País, agora, acho que deveríamos aproveitar a crise para tentar arrumar a casa. Acho que deveríamos nos preocupar com as questões estruturais também.

Estamos sufocados com essa questão da crise, mas acho que há uma agenda que precisa ser vencida, há uma série de questões relacionadas a custo Brasil, uma série de questões a serem aperfeiçoadas nas políticas públicas, e acho que deveríamos aproveitar essa oportunidade. O Governo, estou falando aí da perspectiva de Governo do qual faço parte, deveria arregaçar as mangas. Acho que está faltando arregaçar as mangas e atacar os problemas estruturais que dizem respeito ao ambiente normativo, ao ambiente de negócios, às políticas públicas e tentar construir um País um pouco mais moderno.

Acho que a crise não pode ser desculpa para você ficar só no emergencial. Estamos fazendo muitos emergenciais e agora precisamos de atitudes mais definitivas e para isso precisamos arregaçar as mangas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Mário Magalhães, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Trabalho, que aponta também que é preciso ir à luta para mudar o quadro que está aí.

Flauzino Antunes Neto, líder representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Mais uma vez, quero agradecer a presença da CGTB nesta Mesa, o convite do Senador Paulo Paim.

Para sair da crise, a gente tem que colocar sempre como questão essa taxa de juros, essa política que não cria um ambiente de desenvolvimento, que prejudica os trabalhadores e que é a raiz do problema do desemprego. Se você não tem ambiente para investimento público e privado, a gente não tem geração de emprego no País.

Quanto à questão de reforma, de custos, para o capitalista, se ele tem um ambiente que ele tenha lucro, ele não... Como diria Keynes, que é um economista antigo, mas sempre atuante no dia a dia nosso, o capitalista tem um espírito animal, se ele tem a chance do lucro, não importa o tamanho do custo, ele vai para cima. É esse ímpeto que a gente tem que segurar. Para a classe trabalhadora, que tem o ambiente para o País ter o seu desenvolvimento econômico, mas as garantias trabalhistas têm que ser defendidas até o último momento, a CLT tem que ser preservada, assim como o legislado sobre o negociado. E dá para gerar emprego assim, desse jeito. Então, é abaixar a taxa de juros, é destinar o recurso público para quem precisa, para os trabalhadores e os mais necessitados deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Flauzino Antunes Neto, representante da CGTB, que fala sobre a especulação financeira. Temos que pensar no mercado produtivo, e não na especulação.

Avanilson Araújo, membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular.

O SR. AVANILSON ARAÚJO – Eu queria agradecer novamente, Senador Paim, o espaço, a oportunidade de estarmos debatendo as nossas ideias. Acho que, embora tenhamos opiniões diferentes, nesse momento é preciso a classe trabalhadora se identificar primeiro como classe, aquilo que falei no começo em relação a combatermos a ideologia de que o único caminho para sair da crise é o ajuste fiscal, que é aplicado justamente contra os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Acho que as saídas políticas são aquelas que colocam nas mãos da classe trabalhadora a retomada de uma perspectiva de que é possível construir um outro tipo de país.

Eu queria reforçar nesse fechamento o pedido de liberdade imediata para os presos políticos do MRP. Nesse momento são seis presos e queria ler o nome deles aqui: Alisson de Sousa Neres, Júlio César Santos Alves, o Edson Francisco da Silva, Luiz Henrique Amaro Coutinho, Mateus Gomes dos Santos e a Ylka Conceição de Carvalho, que é um processo de criminalização que cada vez mais passa, movimento sindical, movimento popular, movimento indígena: são mortos, são presos, são torturados. Acho que, neste momento, nós precisamos, primeiro, ter toda solidariedade, independente de por que corrente política esses trabalhadores estejam militando, porque são, no fundo, trabalhadores, e, fruto desse momento de crise, de desemprego, aumenta-se cada vez mais o problema de conflito social no País.

Então, por isso, quero reforçar aqui aqueles pedidos que fiz no começo de acompanhamento da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Agora à tarde nós vamos procurar também o Conselho Federal da OAB. Embora seja um caso que estou trazendo aqui, mas é emblemático, porque é uma situação que está se generalizando no País.

Semana passada, por exemplo, nós debatemos na CSP-Conlutas uma campanha nacional a favor dos ativistas que estão sendo demitidos e perseguidos também no seu local de trabalho. São situações diversas, uma do mundo do trabalho, outra da luta mais popular, mas que demonstram que, para sair da crise, além de cortar direitos, há um processo cada vez mais brutal de criminalização das lutas e dos lutadores.

Então, queria agradecer novamente o espaço, reforçar o pedido que fizemos de audiência pública para discutir o tema das remoções, dos despejos, da criminalização.

Só para vocês terem uma ideia, só em São Paulo, estão sendo programadas, na cidade de São Paulo, 2 mil remoções, tanto de ocupações novas como áreas antigas que têm a ver com a remodelagem da cidade a partir da lógica do capital. Tem a ver, por exemplo, desde a época da Copa e agora nas Olimpíadas... A gente debateu pouco o problema das Olimpíadas no Brasil, as centenas de remoções de comunidades que foram feitas para criar obras que, depois, não vão nem ficar para a população. Vão servir ao grande capital.

Então, eu acho que agradecer o espaço aqui e, em especial, a contribuição que o Senador Paulo Paim efetivamente presta para a luta sindical e a luta popular no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Avanilson Araújo, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular. No final, eu vou dar aqui os encaminhamentos, e estão contempladas as suas preocupações.

Itamar Revoredo Kunert, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Senador Paim, a CSB agradece a participação. E eu vou em uma outra linha da que até agora os participantes da Mesa colocaram. Eu vou em uma linha de que nós, movimento sindical e toda a sociedade brasileira, precisamos ter muita calma, precisamos respeitar a opinião do próximo, precisamos fazer as coisas da melhor maneira para que nós possamos olhar para o nosso povo e para o trabalhador, a felicidade nos seus olhos, dentro das suas casas, sem problemas porque hoje a tristeza está dentro dos lares brasileiros.

Muitas coisas são culpa nossa mesmo, que não analisamos as coisas como devem ser feitas. Nós temos um problema de gestão neste País muito sério que é o problema de gestão de resolver o almoço e não pensar na janta, de resolver a janta e não pensar no café da manhã. Enquanto nós continuarmos com as nossas autoridades deste País, com os nossos representantes políticos tendo essa visão, só temos uma saída. Somos nós, povo, tentarmos com muita perspicácia, muito respeito mostrar a esses políticos que nós também podemos participar. Muitos representantes nossos hoje não têm a representação que deveriam ter na qualidade do voto que nós colocamos.

Nesse sentido, a CSB tem uma mensagem que diz o seguinte. Daqui para a frente, nós todos vamos ter que fazer um grande trabalho neste País todo para voltar a ser um país onde o trabalhador tenha dignidade, a sua família seja feliz, você veja um filho em uma boa escola, você tenha um problema de saúde e seja bem atendido.

E concordo plenamente que a dívida externa deste País precisa ser analisada e precisa ser passada a limpo. Se ela não for passada a limpo, nós vamos continuar correndo atrás do rabo. Ou seja, nós vamos continuar trabalhando, dando o nosso suor, e esse recurso está indo para fora do País e não está sendo aplicado aqui.

Eu uso um termo que usei até dentro da ONU: roupa suja se lava em casa. Às vezes, nós vamos para lugares em que nós não devemos lavar a nossa roupa suja. Então, nós temos que ter mais respeito lá fora e mais respeito aqui dentro.

Enquanto nós não tivermos um respeito entre capital e trabalho e as nossas autoridades virem a nós, trabalhadores, como um CPF, virem a nós, todo o povo brasileiro, um CPF para efeito de recolhimento de imposto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nós não vamos sair. E nós precisamos deixar um legado porque para os nossos filhos... Na faixa etária minha, eu não tenho condição de deixar mais nada. Mas eu quero deixar para os meus netos algo de bom deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Itamar Revoredo Kunert, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros, que fala em uma unidade nacional, que eu digo como a frente ampla Brasil, unindo todos os setores em cima da causa maior, que é a do nosso povo e da nossa gente.

É por isso que a saída, não adianta, passa pelo mundo político, queiramos ou não. Qual é aquele poeta que tem uma poesia nesse sentido muito... Como é o nome dele mesmo? Bertolt Brecht. É uma bela poesia que fala que, queira ou não queira, tudo passa pela questão política.

E eles querem nos convencer, os setores mais conservadores, de que política é coisa feia, que não temos que fazer política. Temos é que renovar a política, temos que fazer política, temos que ter pessoas de fato comprometidas com o nosso povo e com a nossa gente.

Por isso que a gente lembrou essa ideia da Constituinte. Não é uma Constituinte. Eu chamaria de uma assembleia nacional exclusiva e temática para fazer a reforma política, eleita por homens que nem vocês, que... Como é que chama? De história ilibada, de notório saber. E notório saber não é o número de diplomas que se tem. Eu vi aqui, por exemplo, pessoas simples dando uma aula de cidadania.

Então, é isso que a gente pensa. Mas eu vou deixar que todos coloquem o seu ponto de vista. Agora, vai para o Clóvis Scherer.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Só um adendo, que eu gostaria de deixar claro. Eu gostaria que todo mundo assistisse, alguém de vocês aqui já deve ter assistido, a um vídeo no YouTube chamado Ubuntu. Assistam, que vocês vão ver que ali demonstra o que nós estamos precisando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Clóvis Scherer, economista representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o nosso Dieese.

O SR. CLÓVIS SCHERER – Eu também quero fazer os meus agradecimentos ao convite, Senador Paim, pela oportunidade de estarmos aqui neste debate, contribuir com a Comissão, enfim, com a sociedade brasileira de maneira geral.

E as minhas últimas palavras são no sentido de reforçar a necessidade de termos uma mudança na política econômica, como já foi colocado aqui, no sentido de buscar o crescimento. As centrais sindicais e lideranças empresariais apresentaram um conjunto de propostas, um pacto pelo crescimento, que envolve medidas na área do crédito, a retomada do investimento público, um conjunto de medidas nesse sentido de destravamento, inclusive, do setor da construção, que está paralisado e é um carro-chefe, sempre, da retomada do crescimento.

Então, eu acho que isso é o mais fundamental. Até o Flauzino colocou aspectos estruturais. Nós temos que ter uma solução para o alto custo da dívida pública no Brasil, que não é compatível não só internacionalmente, mas não é compatível com o nível de endividamento que o Brasil tem.

Países com o mesmo endividamento têm uma taxa de juros sobre a dívida pública muito mais baixa do que nós. Então, nós temos que resolver esse problema.

Agora, sabemos que não é uma questão simples, e mesmo um processo de retomada da economia vai levar algum tempo. Então, é preciso também pensar em medidas emergenciais. O Mário Magalhães até colocou uma questão importante: que nós precisamos, acho que urgentemente, repensar o seguro-desemprego e adaptá-lo a uma situação em que o desemprego vai ser de mais longa duração, talvez com a extensão do número de parcelas, vencendo um pouco esse discurso do ajuste fiscal, ajuste fiscal. Nós temos que, neste momento, procurar a retomada da economia e proteger o trabalhador que está enfrentando o desemprego numa situação bastante difícil e o trabalhador mais qualificado, mais preparado, para justamente permitir que a economia retome.

Lembrando que as economias desenvolvidas enfrentaram a crise através do aumento do quê? Do aumento do gasto público, da injeção de dinheiro na economia. Foi isso que fizeram os Estados Unidos, fez a União Europeia, está tentando fazer o Japão. Nós temos que desmistificar essa questão do gasto público e da ação do Estado na retomada do crescimento econômico.

Essa é minha mensagem final. Agradeço, e nós nos colocamos, mais uma vez, à disposição da Comissão e do Senado para outros debates.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Clóvis Scherer, economista, representante do Dieese.

Agora, Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Obrigada, Senador Paim. Agradeço mais uma vez, em nome do Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Central Força Sindical, a nossa presença aqui neste importantíssimo debate, e reforçar algumas ideias que, para nós, do movimento sindical, são muito importantes.

Por exemplo, esse compromisso para o desenvolvimento do Brasil, para o crescimento e desenvolvimento do Brasil, é uma proposta elaborada pelas centrais sindicais já há mais de dois anos, que teve uma discussão também com o empresariado nacional, e que tem propostas concretas para essa retomada do crescimento. Então, são propostas que deveriam ser levadas em conta neste momento.

Acho que foi também mencionado aqui que é muito importante a questão da dispensa arbitrária pelas empresas. Então, para nós, a ratificação da Convenção 158 da OIT é muito importante porque pelo menos ela não permite a dispensa arbitrária e garante mais a questão do emprego. A redução da jornada de trabalho para nós também é fundamental, é uma luta que deve ser retomada e mostra no mundo todo que ela foi efetiva.

Eu acabei de ver, por exemplo, na Suécia: durante quarenta anos eles tiveram quarenta horas semanais e agora, de um ano para cá, eles reduziram para seis horas diárias, e isso aumentou a produtividade, diminuiu os acidentes de trabalho, diminuiu as doenças profissionais, diminuiu uma série de coisas que, se a gente pensar bem, depois recaem em custos para o Estado, recaem...

(Soa a campainha.)

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – ... em custos em cima da Previdência.

Então, a redução da jornada de trabalho, além de gerar emprego, é um fator que também protege a saúde do trabalhador, evita uma série de enfermidades e aumenta a produtividade. Então, eu acho que também é um outro ponto importante.

Eu acho que também essa frente parlamentar que vocês criaram é importantíssima, porque nós temos hoje 55 projetos de lei na Câmara Federal que estão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E no Senado. Chega a 63 já.

A **SRª RUTH COELHO MONTEIRO** – E no Senado também, já 63, então, são 63 projetos que querem retirar direitos dos trabalhadores, querem precarizar as relações de trabalho e também da organização sindical, e isso, para nós, é um atraso, é um retrocesso que a gente não pode permitir.

A gente quer emprego, mas emprego decente, trabalho decente, trabalho digno, emprego com proteção social, emprego com dignidade. A gente não pode, por um momento de crise, aproveitar essa situação para derrubar direitos que foram conquistados com anos e anos de luta e que estão hoje na nossa CLT, que estão hoje na nossa Constituição Federal.

Então, eu acho que esse também é outro ponto importante, assim como a defesa da Previdência Social e da Seguridade Social pública, nós também não podemos deixar que sejam privatizadas. Nós não podemos deixar que seja igualada a idade de homens e mulheres para aposentadoria. Isso é um absurdo, porque nós, mulheres, temos uma condição diferenciada, a grande maioria das mulheres tem a dupla jornada de trabalho, tem responsabilidades familiares com filhos e trabalha realmente muito mais. Se existe essa diferença, foi por uma questão de promover uma justiça. A gente não pode perder essa questão, também como a gente não pode ter essa desvinculação do salário mínimo, do benefício previdenciário mínimo. Isso também é muito importante, porque esse benefício do salário mínimo é aquilo que faz mover a economia na maioria dos Estados, na maioria dos Municípios. Aquele dinheiro daqueles aposentados que ganham um salário mínimo na verdade também é um fator gerador de emprego, porque ele move a economia, entra mais dinheiro no mercado, e isso aí gera maior comércio, maior indústria, comércio e...

(Soa a campainha.)

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – ... serviço.

Então, Senador, eu acho que o Congresso Nacional tem um papel muito importante nesse combate a esse desemprego, nas saídas para esta crise e para que possa o País voltar a crescer, a se desenvolver, mas com os direitos dos trabalhadores sendo preservados, e, se possível, ampliados.

Agradeço mais uma vez, e ficamos à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Ruth Coelho Monteiro, que falou em nome da Força Sindical.

Como percebemos aqui no encerramento, todas as centrais sindicais estão unidas contra a reforma da Previdência nos moldes que estão sendo colocados, todas as centrais sindicais estão unidas em relação à defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dos direitos dos trabalhadores, as centrais não querem que o negociado prevaleça acima do legislado, não querem a terceirização da forma que está dada hoje, o que nós queremos é regulamentar a situação dos 13 milhões.

E, se me permitir, Dr. Clóvis, porque o Ministro do Trabalho esteve conversando comigo, e eu vi uma posição dele muito firme em relação... Ele disse para mim: "Olha, é a tradição do PDT, do PTB – que é o Partido dele –, então, nessas questões, Paim, pode ter certeza de que, se depender de mim, não haverá nenhum ataque truculento aos interesses dos trabalhadores." E eu citei esses pontos todos que vocês citaram.

Eu até falei isso nos 75 anos de aniversário do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, um evento lotado na Assembleia. E eu cheguei a citar essa fala que ele teve comigo, e fiz de forma respeitosa, naturalmente, porque ele veio me visitar na Comissão de Direitos Humanos, e eu perguntei para ele exatamente estes temas: terceirização, reforma da Previdência, legislado sobre negociado. Claro que reforma da Previdência não é do Ministério dele, mas ele demonstrou também preocupações. E trabalho escravo. Em todos ele foi muito tranquilo na sua fala. O que ele disse: "Eu estou de passagem pelo Ministério e eu não vou macular minha história ferindo o direito dos trabalhadores."

Eu falo porque ele me falou isso com muita tranquilidade. Independentemente de ser um Governo transitório – não vou entrar aqui no mérito, porque a decisão só sai lá em agosto ou setembro –, eu achei interessante a posição do Ministro.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Ele nos falou isso internamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falou internamente.

Ele é um Ministro gaúcho, ele é do Rio Grande do Sul, eu o conheço há muitos anos. Ele foi muito tranquilo na fala dele. De Carazinho, da região do Brizola. Daqui a pouco ele está em São Borja. São Borja é a "Terra dos Presidentes", tanto João Goulart como Brizola e Getúlio, é chamada de "Terra dos Presidentes".

O SR. MÁRIO MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Foi Presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Primeiro, eu acho que o encaminhamento aqui mais forte, que está ao meu alcance, inclusive, é esse proposto aqui pelo Avanilson, que é dialogar com o Governador – está aqui – acerca dos presos da operação feita em cima da desocupação do Hotel Torre Palace, em Brasília; realizar uma audiência pública para debater moradia popular, resistência e criminalização das lutas sociais; remeter também por escrito a nossa indignação em relação aos seis presos e pedindo a liberdade deles, como Comissão de Direitos Humanos.

Os outros temas todos estão nesse campo que foi aqui falado, da Previdência, da terceirização, do negociado sobre o legislado, a questão... O PLC, você vai me remeter, e eu aqui vou, então, dar os encaminhamentos.

No mais, eu acho que taxa de juro foi unânime. E um dado que eu acho interessante é que, na audiência pública que eu tive aqui com os empresários, a visão deles, pelo menos em relação à taxa de juros, é a mesma. Eles também têm a visão de que não tem nada a ver uma taxa de juros nesse patamar, que é uma das maiores do mundo. E querem também a análise da dívida pública e que nós temos que caminhar para o mercado que gera emprego, e não exatamente como é hoje.

Olha, já que eu citei aqui o analfabeto político... Porque eu sinto que há um movimento... E veja, não vou fazer aqui apologia nenhuma nem vou entrar em quem é Governo e quem é Governo hoje, porque aqueles que foram Governo ontem, hoje já não são, e os que são hoje, foram ontem. Então, eu apenas sinto que há um ataque, muitas vezes, à democracia, querendo despolitizar esse debate pela importância que ele tem.

Independentemente do que acontecer na questão do *impeachment*, a democracia tem que permanecer firme, e nós temos que fazer política, nós todos.

Então, eu vou ler. Eu acho que o poema dele é um poema antigo e conhecido, mas é um poema forte. E o que ele diz? Bertolt Brecht, é essa mesma a pronúncia? Ele diz:

> O Analfabeto Político.
> O pior analfabeto
> É o analfabeto político,
> Ele não ouve, não fala,
> nem participa dos acontecimentos políticos.
> Ele não sabe que o custo de vida,
> o preço do feijão, do peixe, da farinha,
> do aluguel, do sapato e do remédio
> dependem das decisões políticas. [Isso é o que diz o poema antigo.]
> O analfabeto político
> [...] se orgulha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

e estufa o peito dizendo
que odeia a política.
Não sabe [ele] [...] que,
[na verdade] da sua ignorância política
nasce [...] [questões como, por exemplo] o menor abandonado,
[da ignorância política nascem] [...] os bandidos,
[da ignorância política nasce] [...] o político vigarista,
pilantra, corrupto e o lacaio [...].

Aí ele fala, inclusive no campo também das empresas. Eu sintetizei.

Nós temos que entender que a democracia é fundamental, e nós não podemos deixar de fazer política.

Teve um grande líder político do Rio Grande que disse o seguinte: "No dia em que os bons saírem da política, só vai ficar a sucata, só vão ficar aqueles que não prestam." E nós não podemos colaborar com isso. Por isso nós temos que... Tem que renovar, vamos renovar, vamos saber quem é quem na política, desde a Câmara de Vereadores à Presidência da República.

Nós vamos trazer quadros cada vez mais preparados para defender o interesse do povo brasileiro e a democracia. Ditadura nunca mais!

Muito obrigado a todos. Está encerrada a nossa audiência pública.

Viva a democracia! (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 64 ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Telmário Mota, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Benedito de Lira, Rose de Freitas, Omar Aziz, Ricardo Franco, Ataídes de Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Magno Malta e Vicentinho Alves. Pauta. Item 1 - Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013 – Terminativo – que: "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 – Terminativo – que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982." Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011 – Terminativo – que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8 – Não Terminativo – Sugestão nº 5, de 2016 que: "Propõe a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando ao crime de Racismo"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 94 de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para debater "O dia a dia do Estatuto do Idoso"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item extrapauta 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 95 de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para ouvirmos o CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a ONG Todos Pela Educação. O intuito é o de debater a proteção que se deve assegurar à criança e ao adolescente." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Item extrapauta 11 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 96 de 2016. Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "A regulamentação da profissão de técnico e tecnólogo em radiologia"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e quarenta minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Sousa. Às onze horas e quarenta e seis minutos a Senhora presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 61ª à 63ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos à pauta.

Eu sou o Relator da Sugestão nº 5, item 8.

ITEM 8
SUGESTÃO Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Propõe a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando ao crime de Racismo".

Autoria: Programa e-Cidadania
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Isso é uma SUG, do Programa e-Cidadania, que está com a nossa Relatoria.

Sou sempre cumpridor de acordos, e os Senadores me ligaram, querem discutir mais esse projeto de que sou Relator. Eles entendem que esse é um tema que deve ser votado numa sessão com mais Senadores presentes.

Eu assumi o compromisso de dialogar com os Senadores que me ligaram, para tentarmos construir um acordo para esse projeto.

Então, retiro de pauta o projeto, cumprindo o acordo que fiz com quatro Senadores que me procuraram, sobre esse tema.

Neste momento, perguntaria à Senadora Regina se pode presidir a sessão, para que eu possa defender dois requerimentos.

São dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 9
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para debater "O dia a dia do Estatuto do Idoso".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, essa iniciativa, na verdade, foi de prefeitos, que, reunidos nacionalmente, pediram que eu realizasse uma audiência pública com esse objetivo, semelhante àquela que vamos fazer no dia 6 próximo. Só que essa próxima vai ser no Petrônio Portella.

Já há inscrição de todo o País, de mais de 450 pessoas, que querem discutir o dia a dia do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a sua aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu queria, de pronto, agradecer a todos os painelistas que foram convidados para esse evento do dia 6, no Petrônio Portella, que começará às 8 horas da manhã, previsto o término para as 14h.

Todos os convidados confirmaram, e as inscrições foram livres para empresários, sindicalistas, professores, para o pessoal da enfermagem.

Enfim, já cumprimento os mais de 450 inscritos para esse grande debate sobre o dia a dia do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Esse vai ser aqui mesmo, na Comissão, mas por iniciativa de prefeitos que, baseados no Estatuto do Idoso, melhoraram muito a qualidade de vida dos idosos no País e que querem mostrar as suas experiências e apontar novos caminhos.

Eu cumprimento aqui quem apresentou naquele evento a proposta, que foi aprovada – depois me procuraram –, que foi o Prefeito de Bagé, Dudu Colombo, lá do Rio Grande do Sul, que está, inclusive, liderando uma caravana de idosos.

Esse é o requerimento, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento.

Para quem chegou, é uma audiência pública para debater o Estatuto do Idoso. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um outro requerimento extrapauta.

Coloco em votação se aprovamos a inclusão na pauta desse requerimento. Depois passo a ler. É também do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento extrapauta. Passo à leitura.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96, de 2016
- Não terminativo -

Reque, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "A regulamentação da profissão de técnico e tecnólogo em radiologia".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao autor, Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa iniciativa vem de uma série de setores que atuam de forma direta e indireta no sistema de radiologia. Consequentemente, uns entendem que um está atropelando o outro, ou entrando na sua área.

E como virou uma polêmica enorme, fui procurado por diversos setores, cada um defendendo o seu ponto de vista. E como é praxe nesta Comissão, quando há impasse, a melhor saída é fazermos uma audiência pública para construir uma saída negociada.

Esse é o objetivo desse projeto, Presidenta Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário, antes de V. Exª falar, eu quero ajudar no encaminhamento. Eu sei dessa iniciativa que foi apresentada à Mesa.

Nesse espaço de tempo, a Secretaria-Geral da Mesa se informou e me passou rapidamente a informação de que esse requerimento não poderia ser aprovado nesta Comissão.

Qual a minha preocupação? Eu aprovo aqui um requerimento, depois cria-se uma polêmica enorme no plenário ou mesmo na comissão correspondente e nós vamos ficar, digamos, enfraquecendo esta Comissão.

Eu levanto isso porque me preocupa. Foi a orientação que recebi da Secretaria-Geral e da própria Diretoria da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Por isso que acho que o ideal é que ele vá para a comissão correspondente.

Se V. Exª entendeu, se assim for...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Entendi.

Senador Paulo Paim, V. Exª é uma pessoa que trabalha dentro da legalidade, não tenho dúvida disso. Sei o carinho e o respeito que V. Exª tem por todos os Senadores.

V. Exª, sem nenhuma dúvida, é uma das pessoas mais preparadas e adequadas para esta Comissão. V. Exª tem um sentimento humano extraordinário.

Eu quero até aproveitar e agradecer a Comissão e a V. Exª, que nos permitiu uma audiência no nosso Estado, que foi um sucesso. Mais de 400 pessoas, e caberia até muito mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fiquei muito feliz pelas informações que recebi.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Depois outros movimentos ficaram lá dizendo: "Ah, ninguém sabia disso." Senão, tinha sido coisa para mais de mil pessoas. E, com as providências que estamos pedindo aqui da própria Comissão, e também estamos encaminhando, hoje o próprio jornal do Senado deu um destaque muito importante. E quero agradecer a V. Exª a sensibilidade, nesse momento de crise, pela grandeza de nos ajudar num trabalho tão importante para um povo tão sofrido.

Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exª, que foi aplaudidíssimo lá, por várias vezes citado. É uma pessoa muito querida em todo o Território nacional, fruto desse trabalho digno, honesto, sincero, que é a forma pela qual sempre V. Exª se pautou, e que é, sem nenhuma dúvida, um modelo a ser seguido nesta Casa. Esta Casa que tem hora que dá um tiro no próprio pé, como ontem. Inclusive eu vou à tribuna hoje. Eu acho que não serve para ser ministro, não serve para ser gestor desta Casa. E, ferindo o Regimento, de afogadilho, teve uma reeleição que no mínimo feriu de morte os homens e as mulheres honestas deste País.

Mas V. Exª nos traz uma clareza. O Senador Lindbergh, que é autor do requerimento, tinha me feito uma solicitação para que eu fizesse uma subscrição ao requerimento. Mas, vendo a lucidez das leis, das normas, e sem nenhuma dúvida, não quero aqui causar nenhum constrangimento, porque V. Exª é um homem que tem coragem e raça para enfrentar qualquer coisa que esteja dentro da legalidade. E quando eu vejo V. Exª olhar com o olhar da certeza de que não é por aqui o bom encaminhamento, e também com a recusa dessa Senadora querida do Piauí, Senadora Regina, que sabe, dentro da sua humildade, ter a grandeza de uma pessoa que nos orgulha nesta Casa, vou encaminhar o meu sentimento pela orientação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado.

Quero cumprimentar V. Exª por ter tido a iniciativa dessa brilhante audiência pública no seu Estado.

Às vezes, alguns pensam que, quando um Senador propõe uma audiência no seu Estado, não é uma proposta de repercussão nacional. E a sua proposta, pelas informações que recebi, de fato, era, sim, de repercussão nacional, na linha dos direitos humanos.

Então, meus cumprimentos a V. Exª. Oxalá todas as audiências que fizermos nos Estados tenham a mesma repercussão que essa da sua iniciativa!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigado.

Aproveitando, eu queria também fazer justiça à Comissão, na pessoa do Cleriston, assessor da Casa, que foi muito competente, eficiente, extraordinário na sua ação. Sem nenhuma dúvida esta Casa sempre agiu assim e ele teve a grandeza de, praticamente sozinho, com a nossa equipe, fazer um trabalho na altura do que foi a demanda, mas muito eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi uma equipe pequena pelo tamanho do evento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Na pessoa dele, quero aqui saudar e agradecer a todos os servidores da Comissão.

Peço a V. Exª, se possível, colocasse para apreciação, extrapauta, o Requerimento nº 95/2016, de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta com o seguinte teor, apresentado pelo Senador Telmário Mota.

Senador Telmário Mota, se V. Exª assim entender, poderia ler ali a justificativa que consequentemente já estaríamos votando, em seguida, o mérito.

Primeiro coloco em votação se concordam extrapauta.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Aprovado extrapauta.

Vamos ao mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para ouvirmos o CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a ONG Todos Pela Educação. O intuito é o de debater a proteção que se deve assegurar à criança e ao adolescente.

Autoria: Senador Telmário Mota.

Se V. Exª ler a justificativa, eu entendo que já contempla para nós todos o mérito do requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, o Conanda é o órgão oficial que cuida da proteção e dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.

No entanto, nos últimos dias, Italo, uma criança de 10 anos, foi assassinado por um policial militar no Rio de Janeiro. Ainda uma garota de 16 anos foi vítima de estupro coletivo que chocou este País e o mundo. Nesta semana, um garoto de 11 anos foi morto pela Guarda Municipal de São Paulo.

Até agora, os únicos culpados, investigados e punidos foram os policiais envolvidos nas ações. Nada se ouviu do Conanda, do Ministério da Educação, nem de outros órgãos governamentais. A propósito, sobre o Conanda, precisamos ouvir desse importante órgão qual o seu papel perante a sociedade e quais seus projetos futuros para proteger nossas crianças e adolescentes. Dos demais convidados precisamos ouvir sugestões de aperfeiçoamento das políticas públicas atuais e quais ações futuras devem ser implementadas, a bem dos infantes e adolescentes.

Sala da Comissão...

Essa é a nossa justificativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Os que concordam com a justificativa aqui apresentada e consequentemente a aprovação do Requerimento nº 95, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 65ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE JUNHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 02/2016 – PLDO 2017 QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Às onze horas cinquenta e quatro minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença dos seguintes Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Telmário Mota, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Eduardo Lopes. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a pauta: Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 – PLDO 2017, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências"). Relatoria: Senador Paulo Paim. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa, para que possa relatar a matéria. A Senhora Presidenta passa a palavra ao Senador Paulo Paim, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, a Senhora Presidenta põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 2/2016 – PLDO 2017:

1

Emendas de texto

Nº	Ementa	Tipo	Referência
1	Transparência para Despesas Destinadas ao Enfrentamento da Violência Doméstica	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 12 – Inciso XXV
2	Limitação de empenho às ações de enfrentamento de violência doméstica contra à mulher	Aditiva	Anexo III – Item 64
3	Reajuste dos Aposentados conforme GFIP	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 36
4	Proteção contra contingenciamento	Aditiva	Anexo III – Item 64

Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades

Nº	Programa	Ação	Meta (Acréscimo)
1	2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	1.500
2	2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	20ZN - Promoção dos Direitos Humanos	1.000
3	2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	210H - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	3.000

Às onze horas e cinquenta e seis minutos a Senhora Presidenta Regina Sousa devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e um minuto; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos agora à segunda reunião do dia de hoje, que eu vou abrir e passar a Presidência para Senadora Regina Sousa, sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

as emendas ao PLN 2/2016, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências".

Havendo número de regimental, declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 2/2016, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências".

Foram apresentadas 60 emendas perante a Comissão. Como sou o Relator, passo a Presidência para a Senadora Regina Sousa – já vem até impresso, mostrando que a senhora é até a nossa Vice-Presidente *ad hoc* permanente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Relatório da sugestão de emenda desta Comissão. Hoje, acho que todas as comissões estão votando esse relatório.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para fazer a leitura do relatório das emendas selecionadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voto do Relator.

Vimos aqui, mediante esta Comissão, informar que decidimos como Relator e, claro, agora, submetendo a V. Exªs, pelo acolhimento das Sugestões nºs 32, 33, 44 e 53 e apresentação de tais emendas conforme as sugestões.

Quanto às sugestões de emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, votamos pelo acolhimento das Emendas nºs 2, 3, 6, 10, 15, 20, 24, 29, 39, 40, 42, 46, 48, 56, 57, 59, tal como apresentadas nas Sugestões nºs 40, 42 e 46, conforme o quadro a seguir.

Programação e meta.

Vamos aqui fazer a leitura.

Programa 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência. Ação 210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - 1.500.

Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Ação 20ZN - Promoção dos Direitos Humanos - 1.000.

Programa 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo. Ação 210H - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial - 3.000.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, inclusive transcrevendo a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida, para o sistema de elaboração de emendas.

Sala da Comissão, 29 de junho de 2016.

Senadora Regina Sousa, como é um grande entendimento e eu procurei contemplar todos os Senadores e Senadoras que estão, depois, descritos aqui no relatório e sintetizei aqueles pontos que entendi mais importantes, que são, hoje, sem sombra de dúvida, as políticas para as mulheres, a promoção da defesa dos direitos humanos e a promoção de combate a todo tipo de preconceito.

Esse é o relatório, que está aqui por escrito. Não fiz questão de ler todo ele, porque entendi que não há necessidade, já que é um grande acordo sobre essas emendas.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório pelo acolhimento das Emendas nºs 32, 33, 44 e 53, da Senadora Angela Portela, do Senador Paulo Paim e do Senador Humberto Costa, respectivamente. (*Pausa.*)

Quanto às sugestões de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, votamos pelo acolhimento das Emendas nºs 2, 3, 6, 10, 15, 20, 24, 29, 39, 40, 42, 46, 48, 56, 57 e 59, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Paim, Marta Suplicy, Simone Tebet e Telmário Mota, respectivamente.

E sugiro que a Secretaria da CDH use as Sugestões nºs 40, 42 e 46 como modelo para apresentação na Comissão Mista de Orçamento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Souza, eu quero ainda esclarecer, para que não fique nenhuma dúvida: há um projeto que poderíamos votar ainda, do qual sou relator, que é uma SUG, mas como me foi feito o pedido por alguns Senadores para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dialogar mais sobre esse projeto, apesar de eu poder votá-lo aqui tranquilamente, já que ele não é terminativo nesta Comissão, eu não o votei em razão desse pedido.

E o segundo requerimento que nós não votamos foi por orientação da Secretaria-Geral das Comissões, que disse que aquele requerimento, que se refere, queiramos ou não, à questão do *impeachment,* não poderia ser votado nesta Comissão. Se não poderia regimentalmente, seria praticamente um tiro no pé, porque nós forçaríamos aqui uma votação, que seria anulada em um segundo momento, trazendo um desgaste desnecessário para esta Comissão.

Por isso, embora a intenção dos proponentes tenha sido das melhores, não havia condição de eu votar nenhum dos projetos, nem o de minha autoria, de que eu fui relator, nem aquele que foi aqui proposto.

Eu afirmo também que aqui, nesse relatório, tivemos o cuidado de atender todos os Senadores e Senadores. Independentemente da sua posição político-partidária, praticamente todos foram contemplados.

Inclusive, na questão dos idosos, em uma emenda de redação acordada, nós conseguimos garantir – embora com emenda de redação – o direito também dos idosos, aposentados e pensionistas, que estão sendo tão discriminados.

Agora mesmo eu fiquei sabendo que, ali na CCJ, o relatório apresentado pelo Senador responsável excluiu dos reajustes para os servidores os aposentados e pensionistas, que, no princípio da paridade, teriam também o direito. Aqui nós contemplamos também, sim, mediante as emendas dos Srs. Senadores, essa questão dos idosos, que tem tudo a ver com esta Comissão.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Senadora Regina Sousa, sempre presente na Comissão de Direitos Humanos.

(Iniciada às 11 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 66ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e José Medeiros. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 74 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A violência praticada contra Auditores-Fiscais do Trabalho, Policiais Rodoviários Federais e Procurador do Trabalho - integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM)". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Marcelo Souto Maior, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Fábio Leal Cardoso, Procurador Regional do Trabalho - Supervisor da Gerência de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho; José Weyne Nunes Marcelino, Auditor Fiscal do Trabalho - Coordenador da ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Jesus Castro Caamaño, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Alberto Miguel, Auditor do Trabalho; Leonardo Decuzzi, Auditor Fiscal do Trabalho; Waldo José Caram, Policial Rodoviário Federal; Lucas Reis da Silva, Auditor Fiscal do Trabalho; Ana Palmeira Arruda, Auditora Fiscal; Olga Maria Vale Machado, Auditora Fiscal. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) solicitar à Coordenação da CONATRAE esclarecimentos acerca da denúncia feita pelo Sr. Carlos Silva de que os trabalhos daquela Comissão estão paralisados e de que não foram retomados. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 66ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 74, de 2016, de minha autoria, para debater a violência praticada contra auditores fiscais do Trabalho, policiais rodoviários federais e procurador do Trabalho, integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br-ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Vamos, de imediato, convidar para a mesa o Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Dr. Marcelo Souto Maior.

Seja bem-vindo, Dr. Marcelo. (*Palmas.*)

Convidamos o Procurador Regional do Trabalho e Supervisor da Gerência de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso. (*Palmas.*)

José Weyne Nunes Marcelino, Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador da Ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

Seja bem-vindo, Dr. José. (*Palmas.*)

Presidente do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), o nosso amigo Dr. Carlos Silva, sempre presente não só aqui em Brasília, mas também nas audiências nos Estados. (*Palmas.*)

Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Convido o Dr. Jesus Castro Caamaño, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais. (*Palmas.*)

E convido o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Dr. Flávio Werneck Meneguelli, também sempre presente em inúmeras agendas. (*Palmas.*)

Eu vou fazer uma rápida introdução, para que aqueles que estiverem assistindo pela TV Senado, pela internet e mesmo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele apenas pediu para que não houvesse nenhuma mudança de local dos *banners.*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso já está assinado dez vezes. Eu que vou tirar o *banner* daqui? E receber uma vaia do plenário ainda?

Ainda bem que é ao vivo, pessoal.

Não tem vaia. Os *banners* vão ficar aí, com certeza absoluta, pessoal. Imaginem...

Só uma saudação que eu faço... Não é nem uma saudação no meu entendimento. É mais para atualizar aqueles que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação e, depois, na repetição que haverá à noite, naturalmente.

Damos início, neste momento, à audiência pública convocada em atenção ao Requerimento nº 74 da Comissão Permanente de Direitos Humanos, para debater violência praticada contra os auditores fiscais do Trabalho, policiais rodoviários federais, procurador do Trabalho e integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

Ao requerer a realização desta audiência pública, meus amigos e minhas amigas, tive a convicção de estar trazendo para o debate um tema de altíssima relevância – estou sintetizando –, afinal os integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que há mais de 20 anos vem tendo um desempenho exemplar no combate ao trabalho em situação análoga à escravidão em nosso País, continuam expostos a ameaças e riscos totalmente inaceitáveis.

E aqui eu faço um adendo, porque, enfim, depois de muita peleia – e vocês ajudaram muito –, eu sou Relator do projeto que pretende regulamentar a proibição do trabalho escravo. Esse é mais um dos motivos da importância desta audiência pública. E eu já tenho dito: trabalho escravo a gente não regulamenta. A gente proíbe. O que tem que ficar claro nesse relatório final – e vocês vão ajudar na construção – é que nós queremos proibir de todas as formas possíveis e imagináveis o trabalho escravo.

Desde 1995, graças à situação do GEFM, cerca de 50 mil trabalhadores foram resgatados no Brasil de condições laborais degradantes ou humilhantes. Também foi em função das atividades desse Grupo que pudemos ver concretizados importantes avanços em nossa legislação.

Nesse sentido, poderíamos citar, a título de exemplo, a PEC do Trabalho Escravo, origem da Emenda à Constituição nº 81, de 2013, que autoriza o confisco de imóveis rurais e urbanos daqueles que comprovadamente exploram o trabalho escravo...

Se não fosse o trabalho de vocês, essa PEC não teria acontecido.

Uma salva de palmas a vocês, neste momento, eu quero dar. (*Palmas.*)

... ou a própria instituição do seguro-desemprego para o trabalhador resgatado, fruto da indignação de integrantes desse Grupo que, depois de liberar os trabalhadores das terríveis condições a que estavam submetidos, muitas vezes voltavam a encontrá-los em situações semelhantes.

Mas é justamente por executar esse trabalho tão nobre, que contribui de maneira decisiva para a manutenção da dignidade do trabalhador brasileiro, que os auditores fiscais, policiais e procuradores que compõem esse grupo acabam contrariando os interesses de grupos poderosos e, infelizmente, desprovidos de quaisquer escrúpulos ou responsabilidade social.

Tais grupos, como sabem as senhoras e os senhores aqui presentes, não hesitam em lançar mão dos mais escusos expedientes para defender seus torpes interesses. E se utilizam, assim, de armas que vão das tentativas de introduzir retrocessos na legislação, das calúnias e dos processos sem qualquer fundamento aos ataques verbais, às agressões físicas e até aos assassinatos.

Nessas circunstâncias, é essencial que sejam discutidas, com a maior profundidade possível, medidas que permitam aos integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel executar sua relevante missão nas mais adequadas condições de segurança.

Tenho plena convicção, minhas prezadas senhoras e meus prezados senhores – e essa convicção se baseia na qualificação dos convidados aqui presentes e outros tantos que estão na sua atuação diária e perma-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nente e que não puderam estar aqui –, de que teremos hoje, nesta audiência pública, um debate bastante rico e muito bem fundamentado, que certamente vai contribuir para a tomada de melhores decisões na busca dos direitos humanos e na liberdade plena de toda a nossa gente.

Trabalho escravo não! Liberdade, liberdade, liberdade!

Vamos a nossa audiência pública, começando, de imediato, pela ordem que recebi aqui, com o Dr. Marcelo Souto Maior, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Vamos dar dez minutos com mais cinco, se necessário for, e vamos modelando aqui o tempo.

O SR. MARCELO SOUTO MAIOR – Bom dia a todos.

Exmo Sr. Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, representantes das demais categorias aqui presentes, senhoras e senhores, inicialmente, gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim em abrir este espaço aqui, nesta Comissão, para que tão relevante tema seja debatido e agradecer o espaço cedido à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Senador, a ANPT aproveita este espaço para, de forma firme e veemente, mais uma vez, nesta oportunidade, repudiar qualquer tipo de violência cometida e principalmente para repudiar violência cometida contra agentes do Estado no exercício de suas funções legais e constitucionais.

Exemplos de violência contra grupos de combate a trabalho escravo e contra procuradores do Trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho ocorrem com algum tipo de frequência. Todos aqui conhecem o exemplo da chacina de Unaí, e agora, mais recentemente, esse exemplo de São Félix do Xingu, o qual envolveu um membro do Ministério Público do Trabalho filiado à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Raphael Cavalcanti.

Membros do Ministério Público do Trabalho têm sofrido violências não apenas em grupos móveis, mas também na sua atuação diária. Exemplos existem, como a sofrida por membro na cidade de Arapiraca, Alagoas, mais recentemente na Procuradoria do Trabalho de Feira de Santana, na Bahia, e, há alguns anos – posso citar porque conheço o colega envolvido, conheço-o pessoalmente – na cidade de Cabrobó, no Sertão pernambucano.

Então, casos de violência existem, são reais, e esta audiência pública, Senador, demonstra para a sociedade que o Parlamento não está desatento, que o Parlamento está diligente, chamando a atenção da sociedade para que esse tipo de situação não volte a se repetir.

Não é nunca despiciendo ressaltar, é sempre relevante ressaltar a importância dos grupos móveis de fiscalização. Eu, particularmente, já fiz parte de um grupo móvel no Estado do Acre, em que vi, na prática, a relevância e a importância de um grupo móvel de fiscalização num momento em que houve um resgate de seis trabalhadores que estavam na mais absoluta condição de degradação. Aquela atuação do grupo móvel, na ocasião composto por membros do Ministério Público, da Auditoria Fiscal do Trabalho e pela Polícia Federal, resgatou a cidadania daquelas pessoas, que estavam na mais absoluta condição de miséria.

A ANPT, entidade de classe que congrega membros do Ministério Público do Trabalho em todo o País, não pode perder a oportunidade de ressaltar, como bem frisou V. Exª, a importância do PLS 432, cuja redação atual está prevendo um retrocesso na conceituação do que é o trabalho escravo moderno, retirando a conceituação moderna, reconhecida em duas oportunidades, no mínimo, pelo Supremo Tribunal Federal, de forma que pessoas em situação de extrema degradação ou de jornadas exaustivas não mais venham a ser consideradas em trabalho escravo. O Ministério Público do Trabalho já teve a oportunidade de se manifestar no processo legislativo em tela reafirmando essa oposição, que é uma posição acredito que quase que unânime dentre os membros do Ministério Público do Trabalho. E esse retrocesso social, espera-se, Senador, que não venha a se concretizar.

Por fim, o Ministério Público do Trabalho tem também especial interesse no PL 996/2015, que atualmente está na CCJ da Câmara dos Deputados, que inclui como qualificadora no crime de homicídio violências praticadas contra membros do Ministério Público e contra magistrados. A ANPT está acompanhando esse projeto de lei no âmbito da Câmara dos Deputados para, primeiro, incluir mais carreiras na tipificação legal que se encontra no projeto e, em segundo plano, pedir que a matéria seja apreciada com a maior brevidade possível.

São essas as palavras, Senador. Mais uma vez, gostaria de agradecer e cumprimentar V. Exªs pela iniciativa sempre relevante na defesa dos grupos móveis de fiscalização e na defesa da segurança de seus membros, que, sem dúvida nenhuma, é um viés na erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marcelo Souto Maior, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, que destaca aqui a ofensiva em relação ao trabalho degradante e à jornada exaustiva. Pode ter certeza de que, se depender deste Relator, não passarão, não tocarão nessas duas questões tão fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A própria Frente, que é uma frente mista, de Deputados e Senadores, da qual fazemos parte, e está realizando debates em todos os Estados, é contrária à mudança nessas duas palavras-chave em relação ao trabalho escravo. Claro que o debate se dá junto com o da terceirização, se dá junto com o da reforma da Previdência, com o do 257, o negociado sobre o legislado, mas fizemos sempre questão de destacar esse debate de combate ao trabalho escravo, tão bem liderado pelos senhores e pelas senhoras.

Fábio Leal Cardoso, Procurador Regional do Trabalho, Supervisor da Gerência de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho, por favor.

O SR. FÁBIO LEAL CARDOSO – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento meus companheiros de Mesa, e cumprimentar os demais Parlamentares que acompanham a presente audiência pública, os membros do Ministério Público, auditores fiscais, policiais federais, policiais rodoviários federais, enfim, representantes de todas as instituições que cumprem esta relevante missão de combater essa chaga que é o trabalho escravo.

Inicialmente, Senador, eu queria falar da minha satisfação de participar de ato político desta envergadura, que joga luzes sobre as dificuldades do Estado brasileiro no desempenho dessa missão. Esta audiência pública revela uma preocupação do Senado Federal não só com a atividade finalística do Estado de levar cidadania a esses rincões mais remotos do Estado brasileiro, combatendo essa atividade nefasta que é a escravidão contemporânea, mas ela também revela uma preocupação dos agentes públicos que têm essa missão e que algumas vezes, ou muitas vezes, têm comprometido a sua própria segurança pessoal.

Sabemos, Sr. Presidente, que toda atividade, seja ela empresarial, institucional, profissional, envolve um nível de risco. O risco é o conjunto de fatores que podem impedir a consecução dos objetivos de determinada instituição, e cabe a nós, agentes públicos que trabalhamos com esse tipo de atividade, manter esse conjunto de fatores e obstáculos num nível tolerável, de modo que eles não desbordem daquilo que pode ser denominado risco inerente à atividade.

A atividade policial envolve um risco, a atividade do Ministério Público envolve um risco, a atividade parlamentar envolve um risco, a de auditor fiscal envolve um risco, porque são atividades que acabam por contrariar interesses políticos e econômicos que são muito fortes.

Então, esta audiência pública é muito importante para que esse debate chegue ao Parlamento, mas também alcance todas as nossas instituições, de forma que nossos dirigentes encarem a segurança como uma prioridade.

Sob esse ponto de vista, eu considero que, se já existe um risco que é inerente aos órgãos de fiscalização do Estado, quando se fala em combate e erradicação do trabalho escravo, aí, sim, nós estamos num nível de criticidade desse risco bastante elevado. Essas atividades se dão em regiões onde se constata absoluta ausência dos Poderes do Estado, regiões conflagradas onde há a prática de várias atividades criminosas por grupos criminosos organizados, porque onde há trabalho escravo há exploração ilegal de madeira, há tráfico de drogas, há uma série de crimes que envolvem poderosas organizações criminosas que, muitas vezes, têm tentáculos dentro do próprio Estado brasileiro.

Então, nós estamos confrontando interesses poderosíssimos, Senador, para levar a cabo essa atividade, e através de agentes idealistas, que passam 15 dias afastados de seus lares, muitas vezes dormindo em redes e andando durante várias horas em estradas de terra praticamente intransitáveis para chegar às frentes de trabalho e, lá, através da atividade do auditor fiscal, do procurador do Trabalho e do policial federal e do policial rodoviário federal, documentar essa situação e poder responsabilizar todos aqueles que praticam esse crime.

Temos, sim, Senador, que ter uma especial atenção, temos que aperfeiçoar – e aí conclamo nossos parceiros – nossas operações no sentido de fazer um planejamento mais efetivo, uma coleta de dados de inteligência, para que não sejamos novamente surpreendidos por esse tipo de situação.

Não são todas as operações que vão demandar esses cuidados, mas, em locais como aquele onde aconteceu o episódio do dia 18 de maio, Terra do Meio, Alto Xingu... Ali é uma região conflagrada, não pega telefone celular, não há comunicação – não conseguíamos contato com a equipe para abortar a operação! Temos não só de atuar na esfera política, através da liderança de V. Exª, que é uma voz na defesa dos direitos sociais aqui, nesta Casa, mas também nós temos que aperfeiçoar nossa atividade. Já estamos na hora de fazer um trabalho mais efetivo de planejamento e de inteligência para evitar surpresas desagradáveis como essa, Senador, que eu espero que não se repitam realmente.

Como V. Exª observou, assim como meu colega Marcelo, essa atividade de combate ao trabalho escravo tem diversas conexões legislativas com outras matérias que tramitam nesta Casa, como foi citado pelo orador que me precedeu e por V. Exª. E eu chamo atenção também para o perigo que é o projeto de lei que – entre aspas – "regulamenta" a terceirização. Sob o pretexto de regulamentar esse instituto, que é um instituto importante, ele vem sendo desvirtuado pelas empresas, porque, de uma contratação de serviços especializados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

vem desbordando essa finalidade para simplesmente representar uma atividade de locação de mão de obra subordinada, de intermediação de mão de obra. Isso me preocupa muito, porque, caso essa matéria avance nos termos em que está sendo proposta, nós vamos ver a legalização da figura do gato. Por quê? Porque não há trabalho escravo sem intermediação de mão de obra.

Quando entramos numa fazenda, a primeira coisa que o fazendeiro nos fala é: "Esses trabalhadores não são meus empregados, são empreiteiros, estão na empreita" – "empleita", como falam lá. Então, já é uma terceirização. O trabalho escravo já depende da terceirização, porque o gato nada mais é do que a figura do intermediador de mão de obra. Com a liberação ampla, geral e irrestrita da terceirização, vai ser desarticulada totalmente a política de combate e erradicação do trabalho escravo, porque simplesmente a figura do gato... O gato vai poder, inclusive, constituir uma microempresa e, legalmente, fornecer trabalhadores a terceiros, e esses trabalhadores vão ficar numa situação de total penúria, sem condições de alojamento, sem condições de alimentação.

(Soa a campainha.)

O SR. FÁBIO LEAL CARDOSO – Enfim, é uma preocupação muito grande que o Ministério Público tem – já estou caminhando para o encerramento, Senador.

Eu queria deixar registrada aqui essa preocupação e essa conexão com outras matérias que estão sendo discutidas nesta Casa. Existem, como V. Exª observou, interesses poderosos por trás disso. Tanto é que vemos que muitas delas ficaram adormecidas aqui e agora estão voltando com uma força muito grande e com uma nova roupagem, como se a sociedade brasileira não soubesse dos efeitos nefastos dessa regulamentação que se pretende implementar.

Enfim, queria agradecer imensamente a V. Exª por ter tido a sensibilidade de acolher o requerimento do Sinait e de me solidarizar também com os auditores fiscais que sofreram a violência, com os policiais e com o Procurador, Dr. Raphael Cavalcanti.

Estou aqui à disposição para ulteriores considerações, Sr. Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Fábio Leal Cardoso, Procurador Regional do Trabalho, Supervisor da Gerência de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho.

Está aqui conosco o Senador José Medeiros, que é também da área, um lutador comprometido que já foi da Polícia Rodoviária Federal – não é, Medeiros? –, e, então, conhece bem o que é a luta de vocês.

Cumprimento-o pela história, pela caminhada. (*Palmas.*)

Pode ter certeza de que, nas questões sociais, estamos sempre juntos. Podemos ter divergências pontuais – isso faz parte da democracia, não é Medeiros? –, mas, no geral, estamos sempre na mesma trincheira.

O Senador José Medeiros vai usar da palavra no momento em que entender mais adequado. Passo, então, de imediato, para o Auditor Fiscal do Trabalho que é Coordenador da Ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, Dr. José Weyne Nunes Marcelino.

O SR. JOSÉ WEYNE NUNES MARCELINO – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, os componentes da Mesa e os demais aqui presentes.

Imaginei que, quando me convidaram, seria para relatar a situação ocorrida, que seria essa a minha principal contribuição.

Sou Coordenador do Grupo Móvel Nacional há 4 anos, e fizemos a ação do dia 18 de maio, que culminou num rápido – ainda bem! – tiroteio na região da Terra do Meio, uma região complicadíssima na região de São Félix do Xingu, basicamente por causa de seu isolamento geográfico – não há saídas do local. São terras devolutas, há um problema fundiário grande lá, é gente grilando gente de outros... Há um problema com garimpo lá, há muito tempo há um problema com garimpo, e com desmatamento. Então, tudo para fazer uma bomba se encontra na região.

Por ser uma região complicadíssima, a forma de atuar do Grupo Móvel tem que ser mudada. A gente não pode andar em comboio, e os descolamentos são feitos de madrugada, para não chamar muito a atenção do pessoal, e de forma individualizada, até de forma descaracterizada.

Nós fomos abordar, na verdade, dois alvos, duas fazendas que há na região, em função de denúncia telefônica. Os trabalhadores têm dificuldade enorme para relatar, para fazer denúncias, porque não pega celular, não pega nada. O que pega lá são duas rádios, uma de Goiânia e outra de Brasília.

Fomos a dois alvos separadamente – são três equipes. Não flagrou nada... A que acabasse primeiro abordaria um terceiro alvo. No percurso até o terceiro alvo, uma equipe nossa com um auditor fiscal e três policiais encontrou um Fiat Uno com seis trabalhadores dentro e todas as bagagens também – se encaixaram dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do Fiat Uno. O colega tomou a decisão acertada de retornar. Abordaram os trabalhadores, e eles falaram que foram agredidos na fazenda, foram xingados e expulsos. Aí ele retornou ao ponto de encontro, previamente acertado com o Grupo, e lá se decidiu juntar as três equipes. Foram ouvidas todas as instituições para ver a questão de segurança e ir atrás dos trabalhadores.

O motivo foi o seguinte. Ninguém ali foi atrás de caçar capanga, nós não fomos fazer isso. O relato dos trabalhadores foi de que quatro trabalhadores haviam ficado para trás porque só cabiam seis dentro do Fiat, quatro que também tinham sido agredidos haviam ficado para trás. A gente não sabe o nível de agressão, porque todos ficaram com a cabeça baixa. Decidimos que tínhamos que fazer alguma coisa e fomos atrás dos trabalhadores. Não fomos atrás de capangas, mas atrás dos trabalhadores. Então, uma parte da equipe retornou para um lugar considerado menos perigoso, ou um pouco mais seguro, uma vila que há lá perto, e os policiais, em três viaturas.

Eu, o Dr. Raphael Cavalcanti e mais um colega, o Auditor Daniel, fomos em uma terceira viatura tentar achar os trabalhadores. A intenção foi esta, resgatar os trabalhadores, ninguém foi para confronto, para conflito. Não é essa a nossa função primária. Chegamos à casa onde eles estavam; estava tudo revirado, aquela coisa; não havia mais ninguém lá, mas pelo menos foram confirmadas algumas informações dos trabalhadores. Solicitamos até que um dos trabalhadores nos guiassem, mas eles estavam numa situação de pânico tal que ninguém... Era até compreensível, eles não quiseram nos levar.

Tocamos adiante e, num determinado momento, cruzamos com a caminhonete dos capangas. Você não sabe que caminhonete é, transitam muitas caminhonetes. Então, a Polícia Rodoviária Federal fez sinal para eles pararem, sinalizou, buzinou, acenou, identificou-se a distância, mas, aproveitando uma curva, quando o carro ficou de lado, eles dispararam contra a equipe, o comboio. Imediatamente a Polícia Rodoviária Federal revidou, eles jogaram o carro para o mato e fugiram pela mata.

Então, foi muito rápido. Chegou... Foi a situação de catar algumas coisas no carro e recolher a viatura deles, para fazer prova. As armas que eles usaram, conforme os trabalhadores, eram todas armas longas – 12, 20 ou 24, espingardas, uma 44. Com uma 44 no meio do mato, você derruba um por um, e você nem percebe o que está acontecendo. Saímos rapidamente, retornamos e conseguimos achar a sede da fazenda – queríamos achar os trabalhadores.

Na sede da fazenda estava um vaqueiro de 17 anos, um menor de idade, que disse que não sabia o que estava acontecendo, aquela coisa toda. Fizemos um baculejo na sede e encontramos seis armas longas, uma 44, uma Winchester 44 automática, uma 20, uma 12, que foram recolhidas. Aí, o menor confirmou que o dito proprietário da fazenda tinha armado o pessoal de manhã, alguns guaxebas, para expulsar trabalhadores de uma outra parte da fazenda. Nós voltamos para onde estavam os trabalhadores para pegar depoimentos. Esse foi ocorrido.

Quem está a distância pode entender de forma um pouco diferente, mas o que temos ali, como em outras regiões do País, é um problema fundiário enorme. Então, qualquer autoridade que chegue vai ser confrontada, não tenham dúvida.

Agora, algumas coisas... A forma de atuar do Grupo Móvel está mudando, porque essas regiões de difícil acesso... A palavra-chave é logística, não só inteligência. Sem logística, você não chega a esses lugares. Se o pessoal acha que está perigoso para a autoridade ir a esses locais – com 9 policiais rodoviários federais ou com 9 da Polícia Federal, como fomos outras vezes –, imaginem para o trabalhador, que está lá sozinho! Não sei se seria...

Não podemos parar. É para esses cantos, na verdade, que o Grupo Móvel tem que ir. Fiscalizar em beira de rodovia tem seus riscos, mas o local onde o trabalhador mais precisa são esses locais. Agora o Grupo Móvel está fazendo... A nossa inteligência, na medida em que podemos... A outras atividades econômicas, que são mais conhecidas pelo perigo do que por outra coisa, como o garimpo, que é perigosíssimo – o garimpo que a gente foi enfrentar no Amapá havia seis garimpeiros, e oito 12 –, e o extrativismo, que estão nos rincões do País, às vezes é preciso chegar de barco, mas é lá que o trabalhador precisa da atuação do Estado.

É arriscado? É. Tem que ser feito um protocolo de segurança? Sim. Tem que trabalhar com inteligência? É essencial. O que não pode é tudo isso atrapalhar, atrasar, inibir, impedir a atuação da Móvel. Isso não pode. O risco é inerente, não há como eliminá-lo 100%. A inteligência vai ajudar bastante, mas, em uma emboscada, não há como prever. Aliás, uma das coisas que a gente diz na Móvel é que a única coisa previsível no Grupo Móvel são os imprevistos, que é a única coisa que, com certeza, vai acontecer, ainda que a gente tente minimizá-los.

Estamos retornando para São Félix do Xingu na semana que vem, estou indo novamente. Quando você atua e dá uma resposta o mais rápido possível para o trabalhador, isso cria um grau de confiança muito grande. Toda semana algum trabalhador está ligando para mim. A gente dá o telefone... Não adianta dar um telefone... Não é que não adiante, ajuda, mas, se você conhece o Dr. Fábio, falou com ele, e pegou o telefone do Dr. Fábio, e ele conheceu você, ele vai ligar para você porque ele vai confiar em você. Então, há muito essa questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Como os trabalhadores estão se colocando muito em risco, eles precisam de um rosto conhecido, precisam saber com quem estão falando. Isso é essencial. Então, a gente vai distribuindo o telefone institucional, e o pessoal está ligando.

E a coragem deles é muito maior do que a nossa, porque eles se expõem muito. A probabilidade de o empregador descobrir que foi ele que denunciou é grande. Normalmente ele é o que tem mais noção dos seus direitos, é o que é mais falador, o que cobra mais. Então, a gente não pode deixar esse pessoal, de jeito algum, sem atendimento, de jeito algum.

Nós estamos retornando, deveremos retornar. Foi apresentada uma proposta pelo Dr. Raphael, que devemos em breve implementar, que seria uma inserção radiofônica lá naquela região da Terra do Meio, porque lá só pega a rádio Anhanguera e outra rádio aí qualquer. Seria, por um período, anunciado: "Você, trabalhador da terra..." Seria um estímulo. Por que tanto tempo? Porque três meses é o tempo médio em que ele volta para a cidade, para que possa ligar para o 100 ou para o telefone do Grupo Móvel para tentar fazer uma denúncia.

Então, nós temos que voltar repetidamente até pressionar o suficiente para regularizar a situação. E não só lá, há outros rincões do País que são muito mais complicados do que lá. Deveremos lá estar adentrando este ano ou no ano que vem.

No mais, o relato era esse. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. José Weyne Nunes Marcelino, Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador da Ação do Grupo Especial. Quando o senhor fala, parece que estamos vendo aqueles filmes de bangue-bangue, do oeste, só que agora é de carro e as armas são diferenciadas.

Mas eu quero é cumprimentar vocês pela coragem e pela grandeza, nessa linha de fazer o bem sem olhar a quem, como sempre digo que é a nossa missão. Por isso é que alguns, inclusive, foram assassinados ao perseguir essa política de defesa efetiva dos direitos humanos que combate o trabalho escravo. Parabéns a toda a equipe pela forma de vocês atuarem.

Passamos agora a palavra para o Dr. Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. CARLOS SILVA – Bom dia, Senador Paim; bom dia, meus colegas de Mesa; bom dias, colegas que estão aqui presentes.

Quero fazer um cumprimento especial aos meus colegas auditores fiscais do Trabalho, colegas aqui do Pará, colegas integrantes do Grupo Móvel, colegas integrantes de fiscalização rural e de grupos móveis estaduais, e a todos os demais presentes, certamente porque este é um tema que nos preocupa muito, e há um bom tempo.

Como o Senador Paim já relatou na abertura, nós estamos falando da atuação decorrente de uma necessidade do Estado brasileiro, que é o enfrentamento para a erradicação do trabalho escravo; nós estamos falando de um compromisso do nosso Estado, de um compromisso do nosso País, internalizado por nosso atual ordenamento jurídico, perante a comunidade internacional, que, nos mais de 20 anos de atuação do Grupo Móvel, nos coloca no número aproximado de 50 mil trabalhadores resgatados, com toda essa larga atuação interinstitucional.

Desde o seu estabelecimento, o Grupo Móvel conta com auditores fiscais do trabalho na coordenação da execução desse trabalho, com procuradores do Trabalho, policiais federais, policiais rodoviários federais e outros representantes do Estado brasileiro, para que isso se dê da maneira que o nosso trabalhador aviltado em seus direitos precisa.

Mas nós não podemos, ao passo em que esse compromisso, até de forma missionária, Senador Paim, é feito por todos os rincões do nosso País, colocar em risco também a vida daqueles que estão para salvar vidas. Nós colocamos neste nosso *folder*: "Eu não quero morrer, eu quero salvar vidas." É isso. Os auditores fiscais do Trabalho, os procuradores do Trabalho, os policiais rodoviários federais que estavam nessa operação, no interior do Pará, depararam-se com uma situação que, graças a Deus, Senador, não estamos aqui para relatar como a segunda chacina de Unaí. Digo isso porque, desde a ocorrência da chacina de Unaí, há mais de doze anos, nós não conseguimos relatar para toda a sociedade mudanças efetivas que trouxessem uma nova condição de segurança minimamente adequada para impedir novas tragédias similares àquela ocorrida em Unaí.

Para o senhor ter ideia, a equipe de comunicação – o Dr. Fábio relatou isto aqui – teve muita dificuldade até para falar com os nossos colegas que estavam na operação. Por quê? Porque essas autoridades sequer tinham um telefone em condição de funcionamento nessas regiões. Estavam sem sinal, e já se conhece essa realidade. Assim como não há outras medidas que garantam uma interação interinstitucional que aplique medidas de inteligência capazes de levar a uma condição residual essas situações de risco de vida que as autoridades enfrentam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esses problemas – o Dr. Marcelo falou isto também – não ocorrem somente com auditores fiscais do Trabalho em atuação nos grupos móveis. Senador, nós tivemos, na grande Porto Alegre, auditor fiscal do Trabalho sendo espancado dentro de um canteiro de obras. Nós tivemos, no interior do Pará, numa fiscalização de comércio, auditor também agredido. Ele estava em uma atuação de fiscalização sozinho, dentro de um mercadinho, de uma mercearia pequena. Nós tivemos situação de ameaça à família e a auditor fiscal do Trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SILVA – ...em Rio Branco, em restaurante. Isso aconteceu recentemente. Nós tivemos três casos seguidos de ameaça a auditores fiscais do trabalho na região de Barreiras, no interior da Bahia.

Nós tivemos caso de ameaça agora, recentemente, a procurador do Trabalho e a auditor fiscal do Trabalho em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Nós tivemos situação de violência praticada por integrantes da Polícia, fora do horário de trabalho, a um grupo de auditores fiscais do Trabalho, na região têxtil do interior de Pernambuco, de Caruaru.

Quer dizer, nós temos esse grau de enfrentamento com violência à atuação dos auditores fiscais do Trabalho como uma realidade que não tem sido tratada com efetividade pelo Estado brasileiro. Isso, sim, é vergonhoso. Nenhum auditor fiscal do Trabalho, não tenho dúvida, assim como outras autoridades, abre mão do cumprimento de suas missões constitucionais legais, de seus deveres, mas eles também não abrem mão de suas vidas, de serem tratados com a dignidade com que buscam ser tratados os trabalhadores que eles assistem na sua atuação.

Por isso, durante o julgamento da chacina de Unaí, acompanhado *pari passu* pela nossa categoria de auditores fiscais do Trabalho, nós cobramos mais uma vez do então Ministro Miguel Rossetto medidas efetivas, concretas, porque é uma vergonha não termos para relatar a existência de medidas institucionais que assegurem melhores e adequadas condições de segurança para os auditores fiscais do Trabalho e para todas as autoridades que nessa missão estão empenhadas. Não existe, colegas. Isso não existe. As medidas são, sim, implementadas, mas sem a devida articulação interinstitucional e sem a dedicação de terem sido estudadas para que sejam as melhores e mais efetivas.

Nós tivemos muita dificuldade, Senador, nas discussões que fizemos aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, em relação à extensão do porte de armas aos auditores fiscais do Trabalho, inclusive para fora do serviço. Os casos de violência citados aqui são alguns, mas a maioria dos casos de violência e de ameaças praticadas contra autoridades, por uma questão óbvia, dá-se fora do ambiente de trabalho. É mesmo na covardia que os criminosos buscam atacar as autoridades, que exigem deles, confrontando, como já foi dito aqui, interesses políticos e econômicos, o respeito à legislação brasileira, à legislação de proteção social, especialmente no nosso País. Aliás, nós estamos em um momento de grande debate em relação à legislação de proteção social.

Reitero também aqui, mais uma vez, a nossa defesa na manutenção do art. 149 do Código Penal, contra o PLS 432, que quer retirar do conceito do trabalho escravo a tipificação do trabalho degradante, da jornada exaustiva. Nós do Sinait, os colegas auditores fiscais do Trabalho, temos participado junto com o Senador, em todas as cidades, desse debate, e continuaremos participando.

E quero também aqui fazer uma denúncia, Senador: a suspensão das atividades da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). A Conatrae deixou de funcionar efetivamente. Não há mais reuniões ordinárias sendo convocadas, porque, desde a extinção da Secretaria de Direitos Humanos como Ministério, incorporada ao Ministério da Justiça, essas atividades não foram restabelecidas. É mais um ato contra o bom andamento de uma prática que é reconhecida internacionalmente como boa prática do Brasil, que é o enfrentamento do trabalho escravo.

Por ora, a Conatrae está com suas atividades fora da normalidade, sem continuidade, o que levou as entidades que a integram a se reunirem de forma paralela, já que não há convocação para reunião, com grave ameaça de, nesta atual restruturação, perder condição de, administrativamente, dar seguimento às suas atividades. As entidades que integram a Conatrae, mesmo sem convocação ordinária da atual Secretária de Direitos Humanos, fizeram uma reunião para dar andamento. Nós não podemos, por exemplo, levar esse caso de São Félix do Xingu para uma denúncia formal na Conatrae porque ela não tem se reunido.

Então, senhores, vejam que nós estamos tratando de várias coisas que têm uma só direção: o ataque, a iniciativa, que é um compromisso do Brasil de erradicar o trabalho escravo. Nós temos as autoridades que fazem esse trabalho sendo ameaçadas e violentadas, nós temos as instâncias de monitoramento e execução dessas atividades com o seu funcionamento ameaçado e nós não temos as garantias necessárias para dar continuidade a esse trabalho. Vamos continuar a fazê-lo, sem dúvida alguma, mas sem colocar em risco a vida das autoridades que estão à frente dessa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A coragem é uma característica intrínseca de quem se dispõe a fazer isso, mas a coragem não pode ficar à frente da vida, que é o bem mais precioso de todos que falam e agem em nome do Estado brasileiro.

Por isso, agradeço, Senador, pela oportunidade de cobrar aqui das autoridades competentes as medidas necessárias, colocando – como sempre esteve, mas reitero – o Sinait e os auditores fiscais do Trabalho à disposição para construirmos esse protocolo de segurança, construirmos o avanço do porte de armas irrestrito aos auditores fiscais do Trabalho, construirmos as pontes necessárias para a retomada do funcionamento da Conatrae, e, óbvio, contando sempre com a força, com o engajamento e com a desenvoltura que o senhor, Senador Paim, tem à frente de causas como esta que aqui hoje nós discutimos.

Obrigado, Senador, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Silva, Presidente do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho).

Por duas vezes estive em reunião da Conatrae. Mas não está desativada.

O SR. CARLOS SILVA (*Fora do microfone.*) – O funcionamento está suspenso, até segunda ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E por ordem da atual Secretária de Direitos Humanos?

O SR. CARLOS SILVA – Isso. É que, como a SDH agora é Secretaria do Ministério da Justiça, esse tempo de restruturação estagnou o funcionamento da Conatrae, sem que houvesse, ao menos, uma regra transitória para garantir seu funcionamento. Os problemas não param de chegar, por óbvio, mas as medidas de restruturação acabaram por, de fato, paralisar as atividades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou pedir para que a Secretaria-Geral da Comissão faça contato, porque, inclusive, essas audiências públicas a que eu estou indo nos Estados são organizadas, em parte, pela Conatrae, no que corresponde ao combate ao trabalho escravo. Por exemplo, nós vamos estar em Vitória, no Espírito Santo – começa às 8h, no auditório do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo –, e a Conatrae é uma das organizadoras. No mínimo, vamos pedir que a Conatrae retome sua atividade normal.

Aproveitando o que você falou sobre o debate, por exemplo, no Espírito Santo, é direito dos trabalhadores: Previdência Social, combate ao trabalho escravo, liderado pela Conatrae, no caso.

E é importante dizer que lá no espaço da Conatrae, como todos sabem, estão representantes de empregados e de empregadores. É um colegiado, composto eu acho por umas trinta pessoas – quando estive lá –, de todos os segmentos da sociedade. Então, é um absurdo você não garantir as reuniões normais para dar encaminhamento às denúncias que lá chegam.

Além de estarmos em Vitória nesta sexta-feira, no auditório do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, com início às 8h, na próxima segunda-feira, estaremos em Maceió. O evento ocorre a partir das 14h, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, mais conhecido como Centro de Convenções de Maceió. A Conatrae também estará lá representada. E aproveito o sistema de comunicação do Senado para convidar todos a comparecerem nesse debate de interesse de todo o povo brasileiro, sobre os temas que eu aqui discorri.

Passamos a palavra ao Dr. Jesus Castro Caamaño, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF).

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – Bom dia, Sr. Senador Presidente da Comissão; bom dia, expositores da Mesa; Senador José Medeiros e todos os presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Paim pela sua luta obstinada a favor do direito da classe trabalhadora como um todo e, no caso, dos servidores públicos. Ao final, eu pretendo também fazer alguns apelos, aproveitando essa sua qualidade nobre.

Eu falo aqui representando os policiais rodoviários federais, pela Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, e representando também dois sindicatos que estiveram, de forma direta ou indireta, envolvidos nesse evento, que é o sindicato do Pará e o do Tocantins, nas pessoas de Mauro Borges e de Marco Antônio Gomes.

A princípio, viemos declarar o nosso total repúdio, esperando que o Estado brasileiro possa dar uma resposta à altura, porque, infelizmente, para uma ação absurda como essa, criminosa, nós precisamos de uma resposta estatal à mesma altura, dentro da lei. Isso tem um caráter preventivo também, não apenas repressivo. Então, nós precisamos, o Estado brasileiro, pelas suas instituições, seus órgãos envolvidos, precisa dar uma resposta à altura. Esses criminosos precisam ser levantados, investigados, processados e condenados.

No próprio *folder* aqui há uma informação que eu colhi do Sinait, de que os mandantes do crime, da chacina de Unaí, respondem em liberdade. E eles são os maiores criminosos. Esses são os piores. Se não fossem eles, não haveria executores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quem tem um interesse nessas ações criminosas são esses mandantes. E eu pretendo também fazer um encaminhamento, ao final, nesse sentido.

Como bem disse o Senador Paulo Paim no início, é uma terra sem lei. Eu não vou me aprofundar nisso, mas realmente é um problema muito sério. Algumas poucas famílias acham que estão acima da lei e da ordem do Estado. E, infelizmente, vivemos hoje uma onda nacional que aumentou sobremaneira a audácia desses criminosos contra as instituições democráticas, seus órgãos e seus servidores, servidores públicos do País. Muitas vezes, infelizmente, influenciados pela própria mídia, que ressalta. Existem profissionais bons e ruins em todo tipo de categoria, mas, muitas vezes, a mídia ressalta um erro, algo que deve ser combatido, de fato, em detrimento de tantos outros bons exemplos que acontecem; 99% é de bons exemplos, é uma ação necessária, institucional, mas não são evidenciados. Infelizmente, isso parece que segue a própria natureza humana e vem trazendo grande prejuízo. Hoje, nós temos uma prova que originou, que motivou esta audiência.

Quanto à PRF, nós temos um histórico de parceria com o Ministério Público do Trabalho nesse trabalho, juntamente com os auditores fiscais. Só no ano de 2015, por exemplo, a PRF ajudou a libertar 500 trabalhadores em situações análogas à da escravidão e, nos últimos 5 anos, 4 mil. São números nossos, nossa estatística do Departamento.

Mesmo com o baixo efetivo, porque nós tiramos de onde não há, nós temos cerca de 10 mil policiais rodoviários federais trabalhando na gestão do órgão, assim como na atividade finalística, nas rodovias de todo o País; um efetivo que já está ultrapassado há muito tempo. Em 2006, o TCU fez uma ampla auditoria e indicou que, naquele momento, seria necessário um efetivo de pelo menos 20 mil policiais, para dar conta da atividade institucional e constitucional da PRF. A frota de veículos aumenta exponencialmente. Em um país rodoviário, em que o modal principal de transporte ainda é o rodoviário, principalmente de bens, é muito aquém do que deveria ser. Então, com esse pouco efetivo, nós ainda procuramos atender a todas as requisições, mas nos falta muito, a PRF fica muito desfalcada.

Eu tive a oportunidade de participar, em 2007, de uma operação em apoiamento ao Ibama, na Reserva Biológica do Gurupi, que fica entre os Estados do Pará e do Maranhão. Muito bem, eu acho que segue mais ou menos a lógica dessa região. Justamente, procuramos ali operar, fiscalizando, junto com o Ibama, madeireiras irregulares, dentro da própria reserva de proteção ambiental.

E é uma situação muito séria, porque vamos atacar justamente aquele meio de vida de que famílias dependem. Eu acredito que situação semelhante aconteça também em relação ao trabalho escravo. Ninguém está lá por escolha, mas por necessidade. É preciso o Estado se fazer mais presente, é preciso repensar tanto a Polícia Rodoviária Federal quanto os grupos de fiscalização, pois a sociedade muda, e o crime também. O crime mudou. Hoje nós temos tecnologias – o Dr. José Marcelino frisou sobre a comunicação e a logística, e é algo que eu havia pontuado aqui – que são primordiais. Precisamos de uma comunicação eficaz, precisamos de logística. Uma operação como essa, necessariamente, do nosso ponto de vista, precisa de apoio aéreo, porque se trata de uma região inóspita, uma região de difícil acesso, e é preciso ter o apoiamento de uma aeronave. Nós temos meios, nós temos recursos para isso. Então, é preciso ser repensado.

Graças a Deus, não foi uma emboscada, porque, se fosse, fatalmente, haveria muitas vítimas. Se fosse uma emboscada planejada, possivelmente não escaparia ninguém, como aconteceu em Unaí. Foi uma emboscada, com total eficiência. Mataram todos.

Portanto, esse atentado não é contra a vida de pessoas apenas, é contra a vida de servidores públicos que representam ali a presença do Estado. É preciso repensar e ter mais atenção e eficiência nessas empreitadas. Por mais que haja planejamento, esse planejamento tem que ser mais amplo, porque, dentro daquilo, pode acontecer um leque de situações. Ninguém esperava isso, e aconteceu.

Nós precisamos da presença maior do Estado. Isso envolve algumas ações. Algumas ações dependem de uma ação legislativa; outras ações, a própria Administração Pública pode fazer. Por exemplo, o Governo Federal pode hoje regulamentar o adicional de fronteiras para todas as categorias que estão aqui representadas. Essa é uma forma de fixar mais profissionais na fronteira, com uma presença maior do Estado. Não só isso, mas imóveis funcionais, por exemplo, por serem áreas de difícil fixação e de uma transitoriedade grande de servidores. Os novos entram, vão para a fronteira render os mais antigos, que voltam para as regiões mais próximas de suas residências, capitais e regiões metropolitanas.

(Soa a campainha.)

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – O encaminhamento que faço: nós temos hoje em curso o PLC 38, de 2016, que cria cargos no Executivo. Desses cargos, 1,5 mil são de servidores administrativos para a Polícia Rodoviária Federal. Nós precisamos disso para que tenhamos uma máquina funcionando melhor e até, eventualmente também, para que policiais fiquem mais liberados para atuar na sua atividade finalística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Além disso, eu acho superinteressante e necessária, e o Dr. Marcelo Souto Maior pontuou isso.

É uma experiência bem-sucedida apesar do caos que nós sofremos em razão da própria impunidade no País. Isso envolve uma reforma muito mais ampla, mas o que a gente pode fazer? O que a gente pode fazer é o que foi feito, por exemplo, por meio da Lei nº 13.142, de 2015. Essa lei torna crime hediondo atentado contra policiais elencados no 144 da Constituição e militares das Forças Armadas previstos no 142, além de majorar a pena sobre lesão corporal gravíssima ou seguida de morte. Então aqui vai um encaminhamento também nesse sentido, Senador, como já foi pontuado aqui, para que se possam estender essas forças de fiscalização, esses profissionais que estão igualmente em risco.

Aproveitando a sua labuta pela classe trabalhadora, eu gostaria de dizer que o serviço público padece muito de atenção, e aí vai algo que a Administração Pública pode e deve fazer, no meu entender, seguindo, inclusive, comando constitucional com relação aos direitos do trabalhador em geral: minimizar os riscos do trabalho. Por exemplo, o policial rodoviário federal, hoje, não tem, assim como a maioria dos serviços públicos, uma norma regulamentadora da sua atividade. Policial rodoviário federal, por exemplo, chega a trabalhar 24 horas com 15 até 17 quilos de equipamento sob uma jornada estressante.

Ontem ocorreu um acidente no Paraná, envolvendo, acredito, em torno de 10 ou 15 veículos, e, um deles, um caminhão tanque que pegou fogo. Lá estava a Polícia Rodoviária Federal – uma cena, inclusive, terrível de um cidadão ali todo queimado.

Isso não é algo bom de se viver para ninguém. O policial, antes de mais nada, é um humano, ele é uma pessoa da sociedade que, por uma razão ou outra – e acreditamos que a maioria vocacionada –, resolveu fazer aquele concurso público. Ele não é um alienígena que caiu ali para entregar sua vida pelo salário, no fim do mês. Ele trabalha assim, é este o material dos policiais, assim também como os profissionais que estão aqui representados: trabalham com sua própria vida, o seu maior patrimônio, não é com seu intelecto apenas.

Então, faço esse apelo para que o Poder Público – e isso aí é administração – se debruce. Há mecanismos para isso, há fundações a serviço de pesquisa. Olhem para o trabalhador. E eu digo: olhem para o policial.

Cada Polícia tem uma realidade diferente. Eu posso falar aqui de cadeira da realidade do policial rodoviário federal. Nós temos hoje uma expectativa média de vida, segundo alguns estudos regionais e outras ações autônomas, que gira em torno de 56 anos de idade. E nós sofremos hoje com a ameaça de um aumento do tempo de contribuição, com a ameaça de uma idade limite.

Já foi, no nosso entender, um absurdo aumentar a idade do policial para 75 anos. Agora, vejam, eu tenho 46 anos e tenho 26 anos de serviço noturno – isso deixa marcas na gente, tanto por dentro quanto por fora.

Então, como um ser humano, trabalhando em uma atividade extenuante dessa, carregando, durante sua vida laboral, um peso ali que pode chegar a 25% de alguns ou até mais, pode estar, por exemplo, além dos 65 anos, trabalhando em uma atividade finalística? Como ele pode correr atrás de alguém e imobilizar essa pessoa que acabou de praticar um crime?

Faltam coisas que o Poder Público pode fazer e deve. Sábado houve uma abordagem da Polícia Rodoviária Federal, no Rio de Janeiro, onde eu sou lotado, por exemplo, e ali houve o revide, algo parecido, uma interceptação dessa; houve o revide, dois tiros na viatura da Polícia Rodoviária Federal. A sorte é que, naquele local há uma concessionária, uma contrapartida no próprio termo de concessão de que uma verba tem que ser investida na PRF, ali, localmente, só ali que eu conheço no País, resolveria com um para-brisa blindado. É o que eu disse anteriormente: a realidade do crime mudou, e a gente precisa mudar.

Essas viaturas dos grupos móveis têm de ser blindadas, por exemplo. Como não? É o mínimo. O que custa isso para o Poder Público? O que custa? Quanto é que vale a vida e a atividade estatal nessas áreas, nessas regiões, para dar a pronta resposta à altura da injusta ameaça?

Senador, vai o nosso apelo. Estava conversando ali antes, com o Flávio Werneck, e eu, se ele entrar no assunto...

(Soa a campainha.)

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – ... sobre um estudo de expectativa média de vida do policial da estatal, eu endosso as palavras dele desde já – viu, Flávio? – e eu creio que ele vai se aprofundar melhor no assunto.

Eu quero agradecer muito aqui, pedir a atenção de todos da Comissão de Direitos Humanos do Senado neste sentido; olhem pelos policiais, assim como por todos os profissionais aqui representados, para que a gente possa evitar que novas tragédias e atentados graves – esse foi um atentado gravíssimo que ocorreu – aconteçam, que eles sejam desestimulados.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Jesus Castro Caamaño, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais, que, além de relatar fatos, deixou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

uma série de sugestões, e a gente pode combinar depois de recebê-las e dar o encaminhamento que vocês entenderem para quem de direito.

Passo a palavra, neste momento, para o Dr. Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, agradeço a oportunidade de estar aqui, neste debate novamente, nesta Comissão que muito nos engrandece.

O bom e o ruim de ser o último da Mesa a se pronunciar é que vários pontos já foram atacados, e nós ficamos com uma situação um pouco mais confortável. O ruim é que nós temos de tentar uma abordagem um tanto quanto diferenciada para que não sejamos repetitivos na Mesa.

Assim sendo, eu vou tentar, Senador, diante da exposição dos demais colegas, partir da Constituição Federal, da nossa lei maior, para que a gente possa chegar depois a esmiuçar e detalhar alguns pontos que a gente acha relevante para que se resolvam problemas como este, desse atentado.

A nossa Constituição Federal deixa bem claro quais são as funções que devem ser levadas em consideração, vamos dizer assim; funções que tenham algum grau de periculosidade, e, dentro da Constituição Federal, existem as leis infraconstitucionais que vêm delimitando quais seriam essas funções perigosas e dando uma contrapartida para tais.

Dentro dessa situação, eu ouvi o Procurador Marcelo citando que tomou posse no Acre e me recordo muito bem, porque eu tomei posse no Acre, e, muitas vezes, doutor, nós estivemos em um local lá que se chama Nova Califórnia, que tem um problema de grilagem quase insanável. E nós tivemos também troca de tiros em algumas dessas situações.

O Brasil é um País continental com situações diferentes, e nós precisamos estruturar, precisamos dar condições para que essas categorias que foram elencadas e que trabalham com situações de perigo tenham a devida proteção. E aí entra desde aposentadoria, porte de arma, condições de trabalho, efetivo – tenho certeza de que o Carlos que aqui está não citou na fala dele, mas nós temos plena consciência de que existe um déficit na auditoria, um déficit absurdo de servidores na auditoria do trabalho. Acho que nunca tivemos um número tão baixo de auditores – o menor dos últimos 20 anos. Como fazer um trabalho efetivo com a diminuição dos trabalhadores num País continental como o nosso?

Posso falar da Polícia Federal, em que nós temos, em uma das muitas atribuições, o controle de fronteira. Nós temos 15 mil quilômetros de fronteira seca e mais 9 mil quilômetros de fronteira molhada. Temos menos de 10 mil policiais federais na ativa para trabalhar como polícia de fronteira, polícia judiciária e polícia de controle.

Então, nós precisamos e temos de dar essa efetividade para que o serviço seja bem prestado.

Dentro dessa situação de periculosidade, eu gostaria de trazer um dado rapidamente que é o dado levantado pela Ordem dos Policiais do Brasil, que está sendo feito mês a mês. Eles fecharam o mês 4. Nós tivemos, somente neste ano, 190 mortes de operadores em segurança pública – 190 mortes –, o que dá uma média de 1.54 mortes por dia de operadores em segurança pública no País.

E aí vamos partir do macro para o micro: nós temos hoje 60 mil homicídios/ano; o Brasil é o País com o maior número de assassinatos do mundo – 60 mil na última pesquisa da ONU, não por 100 mil habitantes, mas taxa absoluta. O Brasil é o que tem mais homicídios. Nós temos, só neste ano, 190 – 1.54 mortos em segurança pública, isso sem contar, sem levar em consideração, aqueles que trabalham indiretamente na segurança pública ou trabalham diretamente, mas não estão incluídos como operadores de segurança pública, como é o caso dos fiscais do Trabalho; é o caso de promotores; juízes; defensores. Nós não estamos colocando nessa estatística outras categorias que poderiam estar incluídas aqui.

Nós temos uma média de 26.9 homicídios por 100 mil habitantes. Somos o sexto ou sétimo País por 100 mil habitantes em homicídios, o que a ONU considera como um país de homicídio endêmico. O que fazer e como fazer? Por que que eu estou citando esses dados aqui? Porque nós temos um problema – e a fala do meu colega aqui, Dr. José, me chamou muita atenção, porque ele falou que a população precisa de um rosto e de alguém em quem confiar. E como o servidor público vai passar essa confiança e essa segurança para a população se – o exemplo foi colocado aqui pelo Dr. Caamaño – quem é o mandante da chacina de Unaí está solto até hoje? Como eu, como o Dr. José, o Dr. Fábio e todos os presentes aqui vamos dar segurança a uma pessoa em São Félix do Xingu e falar: "Não, confie no governo federal; confie na figura que representa o governo federal aqui", se nós não temos efetividade na persecução criminal brasileira?

Precisamos, sim, enfrentar discursos meramente corporativos; precisamos, sim, enfrentar discursos de falso direito humano, para que possamos prestar, efetivamente, o nosso múnus público. Para que prestemos um efetivo exercício da função, precisamos dar prontas respostas. E além dos já citados projetos, nós temos em andamento na Casa, por exemplo, a alteração que implementa o ciclo completo de polícia, em que todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

as autoridades policiais – e aí podemos ampliar como bem colocado por alguns – podem diretamente comunicar eventuais crimes ao Ministério Público, dando celeridade, para que não fiquem mofando nos escaninhos, por 10, 11 anos, investigações; para que não se privilegie a burocracia em detrimento da busca de autoria e materialidade.

Corre na Casa também alterações no Código de Processo Penal, em que nós não precisamos dourar a pílula; não precisamos inventar nada. Nós precisamos é buscar soluções para que a população brasileira tenha pronta resposta; para que quem cometa um crime não fique 10, 15, 20, 25, 30 anos sem pagar por aquele crime que cometeu. E aí nós não precisamos, como eu disse, dourar a pílula, nós podemos buscar modelos que funcionam na Europa, como o modelo português...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – ... podemos buscar o modelo dos países anglo-saxões. O que nós temos de fazer é buscar efetividade e deixar de lado discursos corporativos. Ou alguém, algum brasileiro, em sã consciência, vai falar que a segurança pública brasileira, que a persecução criminal brasileira, funciona? Não funciona. Nós temos índices de efetividade menores de dois dígitos; de cada 100 assassinatos no Brasil, apenas 8 são resolvidos. Ou seja, se você matar alguém no País, você tem 92% de chance de não ser condenado, e isso é o crime mais grave que nós temos no nosso Código Penal.

Então, se passarmos para crimes de menor potencial ofensivo, nós vamos ter índices pífios, que vão ser menores que 1% – isso ainda com a subnotificação, porque, hoje, qualquer cidadão que tenha furtado um celular, furtado R$100,00, um cordão, não mais vai à autoridade policial para comunicar muitas das vezes, porque ele sabe que vai passar cinco, seis horas na burocracia e não vai ter uma solução para aquele caso, a não ser que seja em flagrante delito.

O que eu quis passar aqui nessa situação genérica, Senador, é que a situação específica que aconteceu em São Félix do Xingu, e que acontece diariamente em São Félix do Xingu, precisa de uma atuação firme do Estado, mas, para que nós que representamos o Estado atuemos de forma efetiva, precisamos do apoio desta Casa, do apoio da Câmara para alterações legislativas que deem efetiva eficiência à persecução criminal. E, para além disso, nós precisamos também alterar uma ideologia que analisa de forma genérica todos os fatos e todas as categorias.

Não há por que não termos condições de carros blindados, como foi citado, para que nós atuemos; não há por que os auditores fiscais do Trabalho não terem porte de arma – eles atuam numa área que gera periculosidade –; não há por que não regulamentar o adicional de fronteira, tendo em vista que ele já foi aprovado pela Casa, para que se fixem servidores em locais de difícil provimento. O que hoje se alega ou que se alegou durante esses dois anos é que o impacto financeiro era grande, mas e o impacto social da não permanência desses servidores nos locais?

Então, devemos pedir para que tenhamos essa condição de trabalho, e que as alterações legislativas propostas, como alterações no Código de Processo Penal, alterações na metodologia investigativa e condições efetivas para que o policial e o servidor que trabalha com perigo de morte tenham uma visualização de que estão realmente valorizados.

Por fim, quero pedir, Senador Paulo Paim, que, com a interferência da Comissão de Direitos Humanos, nós possamos fazer uma pesquisa, junto ao IBGE ou a qualquer outro meio que possa ser viável, para que se avalie realmente qual a expectativa de vida dos servidores – desses servidores que trabalham em perigo de morte –, porque nós estamos sendo atacados, nós temos como média/morte, até o dia 30/04, 41 anos, nesses 190 homicídios. Então, nós precisamos contrapor com dados técnicos ou que as Casas e o Governo como um todo, o Estado como um todo, apresentem-nos esses dados para que a gente não sofra mais perdas do que já sofre diuturnamente.

Agradeço, de novo, a possibilidade de participar deste debate e deixo aqui o apoio aos colegas que participam do Grupo Móvel. A Polícia Federal está à disposição também para que possamos trabalhar em conjunto e brigar para melhorar essas condições de trabalho.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, que deixou também uma série de propostas, que vamos, junto com a Secretaria-Geral, encaminhar, de acordo com a orientação de vocês, inclusive, naquilo em que pudermos ajudar.

Neste momento, eu vou abrir a palavra ao Plenário. Se alguém quiser usar a palavra, questionar a Mesa ou expressar um ponto de vista, terá em torno de cinco minutos. É claro que o nosso querido amigo, Senador Medeiros, terá o tempo necessário para as suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar toda a Mesa; cumprimentar o meu amigo e colega Caamaño; o Presidente do Sinait, Carlos Silva; o Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, Marcelo Souto; o Fábio; o Dr. José Weyne, e o Flávio Werneck, que está sempre aqui, participando conosco em muitas oportunidades.

Senador Paulo Paim, V. Exª foi muito feliz em fazer esta solicitação de audiência, porque é de uma gravidade sem tamanho e também porque, na raiz desse problema, há tantos outros problemas que precisamos discutir. Mas, ao passo que esses servidores foram vítimas de um ataque em São Félix do Xingu, eu digo que há um ataque talvez semelhante e simbólico não só contra os auditores do trabalho, mas talvez contra todos os servidores públicos. Principalmente nos últimos meses aqui, na Casa, e, talvez, nos últimos seis meses, eu tenho visto uma verdadeira demonização do serviço público, dos servidores públicos; como se todas as mazelas do mundo econômico fosse culpa dessas categorias.

Tenho ouvido falar em gasto público, gasto público, precisamos cortar gastos públicos... Evidente que precisamos, mas na base desse problema todo, da crise econômica, não está no servidor público, disso eu não tenho dúvida.

Mas esse debate tem se aprofundado a ponto de aqui na Casa já se falar até em não analisar nenhum projeto de recomposição das perdas salariais dos servidores públicos. Eu acho lamentável porque é uma avaliação rasa – e me permita falar desse assunto aqui, Senador Paulo Paim, já que estamos aqui com vários servidores públicos, várias categorias.

Então, o que acontece? No ano passado, houve um debate muito forte que se referia à categoria dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União, alguns com perdas salariais longas, diversas situações a serem aplainadas. Esse debate terminou recentemente, mesmo com muita dificuldade. Parecia um parto de gato. Eu até disse que, quando se trata de servidores públicos, parece que tem uma cabeça de jegue enterrada, porque é uma dificuldade. E eu digo isso não é puxando sardinha não, é uma constatação, porque eu já vi aqui projeto de bilhões, de isenções fiscais, de renúncia fiscal. Se fôssemos comparar com a questão do servidor, a do servidor ficaria muito abaixo, muito pequena proporcionalmente. Esses projetos passaram aqui como um supersônico, em velocidade supersônica. Entretanto, esse debate está aqui. Eu digo que esse é mais um desafio para os servidores públicos, além dessas cosias do dia a dia, da violência, como estamos tratando aqui.

E volto ao nosso tema aqui, à questão da violência, principalmente no campo, até porque o trabalho escravo sabemos que existe muito fortemente também nas cidades. Em São Paulo, por exemplo, quando eu estava na ativa, cansei de abordar ônibus que estavam lotados de bolivianos para trabalho escravo, ali no Brás, e por aí vai.

Mas, falando especificamente do campo, Senador Paulo Paim, há um pano de fundo por trás dessa violência toda – e eu vi, na fala de vários palestrantes aqui hoje – , que é a regularização fundiária. Mato Grosso, por exemplo, é um Estado que tem um espaço territorial muito grande. Ali cabem dez países como Portugal, sete como a Inglaterra, três como a França. É uma coisa gigantesca. Até porque o Brasil é gigantesco. Mato Grosso, Pará, Acre e tantos outros padecem ainda da questão da regularização fundiária. São terras que às vezes têm três, quatro donos, que se matam entre si. Os movimentos sociais também engrossam o caldo. Nesse meio-termo, são contratados trabalhadores, naquele caldo de violência que já está implantado ali, onde o diálogo não é muito a ferramenta utilizada na resolução dos conflitos. Geralmente são os artigos que vocês citaram aqui: art. 12, art. 20, art. 44, art. 38. É o que se usa muito para resolver os conflitos.

E aí chega a equipe do Ministério do Trabalho, da Polícia Rodoviária Federal, enfim, chega o Estado querendo colocar minimamente as coisas no trilho. Geralmente são recebidos à bala porque essa é em geral a cultura nesses locais. Então, o nosso desafio é muito grande. Eu tenho tido uma luta aqui, já de um ano e pouco, no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nós precisamos fazer isso, sob pena de ficarmos na idade das trevas nesse setor.

Só para citar um exemplo, Senador Paulo Paim, Mato Grosso tem um Município por nome de Nobres. Aqui, provavelmente, todos já ouviram falar de Bonito, no Mato Grosso do Sul, ou conhecem ou já foram lá. É um local lindíssimo. Pois bem, Nobres, sem sombra de dúvida, eu digo que é mais lindo que Bonito, é um verdadeiro paraíso. Mas não tem como desenvolver atividade turística, a indústria do turismo, sabe por quê? Porque o Município, praticamente, fica todo dentro de um espaço territorial que não está regulamentado, não está regularizado. Há 30 anos vem-se tentando fazer a regularização, e não vai. Esses desafios todos são muito grandes e me preocupa como vamos resolvê-los.

Ao mesmo tempo que precisamos de mais servidores, mais qualificação, mais segurança para os servidores, até de proteção da vida, nós estamos praticamente sucateando todos os setores. Eu não sei como é que está o Ministério do Trabalho, mas Polícia Federal, com certeza, está com menos pessoas do que tinha, talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

há dez anos. A Polícia Rodoviária Federal está fechando unidades em tudo que é local; a Receita Federal também, na mesma linha. Então, são vários órgãos.

Eu fico preocupado com isso porque nós estamos acabando com o serviço público. Que serviço vamos poder prestar? Daqui a pouco, vamos ter poucos servidores, e os poucos que existem ainda estão morrendo assassinados.

Esse é um debate maior ainda, que talvez seja motivo para outra audiência, Senador Paulo Paim. Nós temos violência de tudo quanto é tipo, não só contra os servidores da área do trabalho. Pegue, por exemplo, a categoria dos professores. Vamos falar aqui do índice de agressão e violência contra os nossos professores. Quer dizer, nós estamos piorando. Essas audiências são necessárias e é importante falar, falar e falar, até ficar rouco, e também ouvir, para encontrar uma saída. Nós não temos ainda a saída para isso. Precisamos discutir, falar sobre o tema.

Quanto a esse projeto sobre o trabalho escravo de que se falou agora há pouco, eu, por exemplo, tive oportunidade de fazer três ou quatro audiências, quando ainda estava na relatoria, depois passou para o Senador Paulo Paim, que também está ouvindo. São temas em que precisamos avançar. Às vezes nem tanto ao mar, nem tanto à terra, mas precisamos criar um clima no campo de segurança jurídica, para sairmos desse tempo em que se resolve as coisas na base do 38.

Ainda sobre os servidores, não sei se foi o Caamaño que falou aqui sobre essa lei de fixação dos servidores locais, sobre a difícil fixação de pessoal mesmo, Senador Paulo Paim. Ela é de uma importância muito grande. Onde estão as melhores escolas que formam ou que preparam as pessoas para concurso? Estão em Brasília, São Paulo Minas, nos grandes centros. Pois bem, quem passa nesses concursos? As pessoas que têm acesso a esse tipo de preparação. E aí o servidor é mandado, por exemplo, para Roraima, Amapá, Acre. O servidor – não estou culpando o servidor – já chega lá de costas ou procurando algum político para saber que dia ele volta para a cidade dele. O sujeito – um auditor do trabalho, um policial federal, ou quem quer que seja – mora no Leblon, em Ipanema, e vai ser mandado para Sorriso, no Mato Grosso, ou para São Félix do Xingu, por exemplo.

Foi aprovada aqui no Congresso, sabiamente, com a participação do Senador Paulo Paim, uma lei que cria o chamado adicional de fronteira, mas, na verdade, é uma indenização que serve para fixar, lá no interior do Maranhão ou onde haja dificuldade de fixação de pessoal. Ela está aprovada, mas não está regulamentada. Ela é de suma importância porque vai colocar servidores, vai colocar o Estado brasileiro nesses locais de difícil fixação de pessoal.

Vou citar um exemplo novamente de Mato Grosso, pois sou de lá e é a realidade que acompanhei. Foi feito um concurso para Mato Grosso e Pará, locais onde havia deficiência. Para Mato Grosso foram mandados 260 policiais. O pessoal falou: "Resolveu o problema". Três anos depois, não havia um policial daqueles e havia saído mais dez. Então, não ficam. Ou se aprova essa lei ou, de repente, volta-se, sei lá, à época dos concursos regionais. Eu creio que a regulamentação dessa lei seria uma boa solução, porque a pessoa vai ganhar um pouco mais, vai pensar que vai voltar ao lugar onde morava, mas vai ter de pagar aluguel. Ele começa a fazer essas contas. Geralmente, começa a fazer amizade no local e acaba ficando.

É disto que o Brasil precisa: talvez, de novos bandeirantes, agora remunerados, para poder melhorar a qualidade e a prestação de serviço público.

Há outro problema complicado de falar, Senador Paim, mas tenho que dizer aqui. Temos outra mazela também dos servidores públicos. Existe uma lenda urbana que diz o seguinte: servidor público nunca é mandado embora, nunca responde por nada. Eu queria dizer que isso não é verdade. Nós temos muitos servidores públicos neste País e eu diria que precisamos remodelar inclusive as nossas corregedorias. Existe muito corregedor querendo ser juiz. Existe muito corregedor como instrumento da manutenção do *status quo*. Nós temos muitos órgãos onde os superintendentes passam 20, 30 anos naquele seu feudo. E ali, quem é do time tem tudo, quem não tem, a corregedoria toma conta. Eu não estou falando que é tudo assim. Eu estou falando das agruras que os servidores públicos enfrentam.

E isso leva a outro problema, que é a sanidade do servidor público. Pouco falamos sobre a sanidade do servidor público, doenças mesmo. Certa vez, um médico me disse o seguinte: o ser humano admite adoecer da canela, admite tuberculose, aids, qualquer doença, mas não admite, geralmente, adoecer do cérebro, que é um órgão como qualquer outro. Existe muita doença mental, de depressão leve até depressão profunda no meio do serviço público. Servidor policial, nem se fala ainda. Nós pouco falamos da sanidade policial. Nós temos um servidor com arma na cintura e todos os dias sendo bombardeado por estresse. A maioria dos policiais, seja federal, seja militar, seja civil, sofre de estresse crônico. Eu creio que é um bom tema para discutirmos aqui: sanidade policial. Eu estou falando da sanidade policial, mas também falo de todo servidor, e aí inclui o professor, todos. São desafios imensos que nós temos. Às vezes reclamamos da qualidade da prestação, mas estamos nos preocupando com isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Para finalizar, falo sobre aquele projeto que foi cantado em verso e prosa, de Rudolph Giuliani, em Nova York, chamado Janelas Quebradas, um projeto de segurança que foi sucesso e que mudou as características de Nova York. Segundo a literatura, eles começaram a querer melhorar a segurança. Disseram: "Não, temos que melhorar, então, o salário dos policiais."

Melhorou o salário dos policiais. "Precisamos de efetivo, porque só com o salário não melhorou." "Não, melhor é equipamento.. Equiparam, e também não melhorou. Então, o que estava faltando? Tinham tudo. E aí resolveram criar uma equipe multidisciplinar e descobriram que o problema passava pela sanidade, pela qualidade de saúde mental dos policiais, por aquele negócio de o servidor público sair cedo de casa e dizer: "Estou indo trabalhar, mais um dia de trabalho." Isso passa pela saúde.

Então, são esses os desafios. Queria parabenizá-lo por este momento, Senador. V. Exª sempre traz temas de relevância que servem para melhorar, com certeza, a discussão e o debate aqui na Casa.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento V. Exª pela contribuição que deu ao nosso debate aqui, Senador José Medeiros.

Agora, pergunto se no plenário alguém gostaria de expressar um ponto de vista ou fazer alguma pergunta à Mesa. Seria bom o nome e a entidade.

O SR. ROBERTO MIGUEL – Eu sou Roberto Miguel, auditor fiscal do trabalho, lotado na Bahia. Estou aqui desde 1996.

Queria fazer um comentário em relação ao tema da violência contra os auditores, contra as autoridades de modo geral. O Dr. Flávio, na fala dele, tocou num ponto: como vamos dar garantia às pessoas, se você vê um crime em que quatro agentes são mortos e doze anos depois os principais envolvidos estão rindo do Estado? Isso termina encorajando outros fazendeiros ou outros empresários de modo geral, porque sabem que se tiverem bons advogados não vão ser penalizados.

Outra coisa que eu gostaria de pontuar é que, após esse grave acontecimento que foi a chacina de Unaí, outros homicídios como o da Juíza Patrícia, lá no Rio, como o do Procurador do INSS, lá em Minas Gerais, nós não vimos um movimento efetivo de mudança legislativa no sentido de dar maior proteção para esses servidores.

Então, nós estamos fazendo esta audiência pública que, sem dúvida, é de extrema importância. Neste exato momento, todas essas autoridades estão se expondo. Há muitos colegas nossos que estão em fazendas neste momento fazendo fiscalização rural, no combate ao trabalho escravo propriamente decorrente de denúncias, onde há um aparato mais bem montado, uma logística mais bem construída. Mas, na rotina do dia a dia de fiscalizações rurais, nem sempre há esse aparato e essas fiscalizações são muitas vezes tão perigosas quanto – eu já fiz várias e várias, continuo fazendo várias fiscalizações rurais –, e não temos essa logística do trabalho escravo. Nós não temos, no âmbito legislativo... Agora é que está havendo algumas iniciativas de se aumentar pena, de se criar algumas dificuldades para que crimes não aconteçam, mas o que eu penso é que depois que acontece um crime como aquele de doze anos atrás, que vitimou quatro pessoas defendendo o Estado brasileiro, o avanço que houve do ponto de vista legislativo foi muito pífio, muito pouco.

Isso termina colocando para as pessoas que trabalham, que estão se expondo, a ideia de que, por mais que você tenha que cumprir o seu mister, por mais que você tenha que fazer não só por obrigação legal, mas também por obrigação moral, porque faz parte do seu trabalho, até que ponto vale expor a sua vida quando o próprio Estado que você representa e que deveria lhe dar proteção não o faz de forma efetiva?

Então, eu não entendo, como o colega José Weyne falou, por que os grupos de fiscalização móvel não têm carro blindado? Por que numa operação num lugar como São Félix, onde não há comunicação nenhuma, não existe uma logística de apoio aéreo? Não há uma legislação mais contundente para que aqueles empresários, aqueles fazendeiros que são estimulados a se colocarem acima da lei sejam inibidos a fazê-lo porque sabem que o próprio Estado não vai permitir, com medidas duras, medidas céleres.

Então, o caso de Unaí é emblemático. Auditores fiscais são assassinados – poderia ser qualquer autoridade – em 2004, estamos em 2016, os camaradas – camaradas não! –, os bandidos, os facínoras são condenados a cem anos e continuam rindo das pessoas.

Então, eu acho que o Legislativo precisa agir de forma mais contundente em relação à normativa,...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MIGUEL – ... em relação a endurecer essas normas que dizem respeito aos agentes do Estado. Apesar de ser outro Poder, o Judiciário não poderia tratar esses crimes contra autoridades – eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

diria com descaso, porque seria muito forte – com a falta de empenho que se é esperado de um Poder para proteger os próprios agentes do Estado, que têm que representar o Estado no seu trabalho.

Eu queria só apontar isso aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Belas considerações para reflexão. Resumindo: por que os verdadeiros mandantes dos quatro assassinatos covardes continuam em liberdade?

Passamos a palavra, agora, para o Leonardo Decuzzi, auditor fiscal.

O SR. LEONARDO DECUZZI – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Presidente Carlos Silva, Senador José Medeiros, eu sempre digo que a nossa categoria é uma categoria peculiar. Eu sou auditor fiscal do trabalho lotado no Espírito Santo; sou delegado sindical lá do Espírito Santo. Ficarei muito feliz com a presença de V. Exª na próxima sexta-feira lá no nosso Estado.

Nós somos uma categoria peculiar, porque o dia em que comemoramos a data do auditor fiscal do trabalho não é um dia de festa, é um dia de luto. É o dia da morte dos nossos colegas de Unaí.

É fundamental a revisão das regras de segurança no nosso trabalho, seja nas situações mais críticas de trabalho escravo, seja nas situações mais críticas das diligências, quando estamos sujeitos a emboscadas, seja no dia a dia da labuta diária do auditor fiscal do trabalho nas ruas do País inteiro.

É recorrente – o Presidente Carlos citou apenas alguns casos – o que se tem de situações de agressões físicas ou outro tipo de agressão no nosso dia a dia. Busca-se agora a criação de um protocolo de segurança. Mais do que um protocolo de segurança, é preciso a criação de um núcleo de segurança institucional – viaturas, condições de trabalho.

Este momento, Senador, é muito crítico para todos nós. Enfrentamos a questão da desregulamentação e da precarização das condições de trabalho em duas grandes vertentes. Nós atuamos em prol da defesa dos direitos dos trabalhadores. Há um caminho cruel e duro que busca um Estado mínimo e que afeta diretamente o direito dos trabalhadores e a proteção estatal ao direito dos trabalhadores.

Nós enfrentamos essa situação como quem fiscaliza as normas de proteção do trabalho, e se pretende a precarização dessas normas de proteção do trabalho, quem defende o Estado mínimo, e na condição de servidores públicos que protegem os trabalhadores e, ao mesmo tempo, arrecadam, todos nós que estamos aqui, como categoria de servidores públicos, sequer tivemos cumpridos os nossos acordos de negociação de todo o período de mobilização passado.

Fico muito feliz por ser V. Exª que preside a comissão que trata da terceirização. O que seria de nós se não fosse a V. Exª?

É isso. Agradeço a todos. Agradeço ao Presidente Carlos pela luta diuturna, seja no interesse da nossa categoria, seja no interesse mais amplo dos trabalhadores deste País.

Obrigado. Era isso que eu tinha a falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Leonardo Decuzzi, auditor fiscal, pelas suas considerações.

Agora, passamos para o Sr. Waldo José Caram, da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. WALDO JOSÉ CARAM – Gostaria de iniciar agradecendo por esta reunião, por este evento em defesa de servidores públicos. A matéria de direitos humanos é muito importante. Falar sobre os vulneráveis é uma constante em nossas vidas – na vida do policial, na vida do auditor.

Eu trabalho com direitos humanos na Polícia Rodoviária Federal. Trabalhamos com muito foco nos vulneráveis – crianças, trabalhadores. Há uns dois ou três anos, iniciamos também na área dos direitos humanos do policial, do servidor. Vemos que esta matéria ainda padece de pouca atenção extracorpórea. Quando estamos na polícia ou num ambiente do auditor, e falamos que vamos proteger o nosso servidor, o nosso efetivo, parece que às vezes dá uma noção de um pouco de corporativismo. Mas quando chegamos aqui e vemos o Senado tratando sobre o assunto, quando vemos que chegou a uma Casa legislativa, vemos que é um assunto que tem que precisa ganhar força, precisa ganhar tamanho, temos que desenvolvê-lo aqui.

Eu me senti extremamente abraçado pela fala de cada um dos membros da Mesa sobre a questão das fronteiras, a questão da qualidade de vida, a questão do ambiente de trabalho, o peso do equipamento, como o Caamaño bem falou. Não foi citada, mas sabemos da questão do armamento. Os policiais hoje são obrigados a trabalhar com armamento que não atende às necessidades. Há muita falha, há muito problema.

O colega da Polícia Federal falou sobre a expectativa de vida e o número de homicídios de policiais no Brasil este ano. Só no Rio de Janeiro foram 54. E agora, à beira da Olimpíada, praticamente vivemos um caos na segurança pública, principalmente pela falta de atenção aos servidores.

Já pulando para a questão do Estado, ali são policiais militares civis e bombeiros fazendo greve, expondo o Brasil para o resto do mundo. Todos devem ter visto as faixas que estão sendo apresentadas no aeroporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

É uma questão urgente. É inegável que temos que tratar melhor esse público, quando a polícia chega na viatura, seja com essa farda, seja com o nosso uniforme, quando o auditor chega no meio de uma fazenda.

Em São Paulo – e o Senador Medeiros falou das indústrias têxteis – não somos bem-vindos. É normal e é sabido que não somos bem-vindos. E vai acontecer isto: vamos ser recebidos da forma como foram recebidos.

O trabalho escravo tem relação com exploração sexual. No interior do Amazonas acontece muito tudo junto: exploração sexual, tráfico de pessoas, crimes ambientais. Nada acontece sozinho. Se há um crime acontecendo, ele não acontece sozinho; há vários crimes correlatos acontecendo. E quem está defendendo também precisa ser protegido.

Então, Senador Paim, o senhor que é, sabidamente, um defensor dos direitos humanos aqui, nesta Casa, inclusive reconhecido e respeitado pelos demais Parlamentares, pelos seus pares aqui, na Casa, eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que, no Brasil – pelo que eu tenha conhecimento, é a área em que eu trabalho –, no sentido de proteger realmente os agentes de segurança pública, existe apenas uma portaria interministerial, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, a Portaria nº 2, de 2010, que fala sobre uma série de observações de respeito aos direitos humanos dessas categorias.

Então – e até convido o senhor –, que se abra, eventualmente, uma nova frente, não só de carreiras policiais, mas de carreiras com poder de polícia, de carreiras que fiscalizem, para defender essas categorias.

Acho que o Senador Medeiros já saiu, mas aproveito para convidar o Senador, que é da PRF, para, eventualmente, participar.

Mas, principalmente, queremos isto: reconhecer esse trabalho, reconhecer esta reunião legislativa, agradecer muito em nome dos policiais, como já se agradeceu em nome dos auditores fiscais do trabalho, e reconhecer a importância deste evento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Waldo José Caram, da Polícia Rodoviária Federal, que lembra a ideia de se criar... Eu já faço parte aqui de 54 frentes. Mas é positivo, é sinal de que o pessoal está se organizando e acha que a frente pode unificar as reivindicações e combater, por exemplo, a violência contra as mulheres e a violência contra os senhores na sua atividade de libertar pessoas.

Eu vou pensar em como podemos fazer, vamos discutir junto com o pessoal das entidades sobre a possibilidade dessa frente. Eu não tenho problema nenhum de correr atrás das assinaturas, de termos mais uma frente. Há tantas frentes!

Quanto aos debates, nós vamos ouvir agora, no Espírito Santo, eu já chamo de Frente Ampla Brasil, mas cito quem faz parte. São 54 frentes. Ali estão mais de uma centena de entidades, todas centrais, todas confederações e todas entidades de servidores públicos.

Mas pode continuar. Inclusive, ainda está no seu tempo.

O SR. WALDO JOSÉ CARAM – Aproveitando a ocasião, com o senhor tão engajado nessas frentes, coloco a Polícia Rodoviária Federal à disposição. Nós fazemos uma série de eventos de proteção aos direitos humanos, proteção e operações policiais de enfrentamento a alguma quebra de direitos humanos. Colocamos à disposição, se o senhor quiser participar, com toda a segurança, obviamente. São eventos muito interessantes. Eu sei que todos aqui participam de ações de enfrentamento. Por foto, verificam, sabem o que acontece. Mas você chegar a um local de exploração laboral, de trabalho escravo e ver a situação real, de higiene, de falta de condições, de amputações, de espancamentos que acontecem, vemos realmente a situação que se enfrenta. Queremos colocar a Polícia Rodoviária Federal à disposição e, se quiser, V. Exª pode participar de qualquer tipo de ação conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, faço questão. Como Relator dessa matéria, do projeto que trata do trabalho escravo, que quero naturalmente fazer um que proíba, para mim, seria muito bom, mas também vou repetir: como dizem, queremos heróis vivos, não mortos. Toda segurança. Mas vou, prometo que vou, terei a coragem que vocês têm. Fica aqui o compromisso. Vejam a oportunidade, e irei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Repito que, quando falo em heróis, não é para mim, não, mas para vocês, que são os heróis, queremos vê-los sempre na atividade, firmes, defendendo o nosso povo, como defendem muito bem.

Lucas Reis da Silva, auditor fiscal.

O SR. LUCAS REIS SILVA – Bom dia a todos e a todas, sou auditor fiscal do trabalho e integrante fixo do Grupo Móvel Especial de Fiscalização, que é o Grupo Móvel do Trabalho Escravo.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, o Senador Paulo Paim, pela oportunidade deste debate, desta audiência, também o Sinait, na pessoa do Presidente, também toda a diretoria, por requerer esta audiência, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

acho que tem sido bem-sucedida. Parabéns ao Sinait também por levar à frente as demandas da categoria e ao Presidente Carlos Silva, pela atuação constante frente ao sindicato.

Eu gostaria só de fazer uma observação que acho interessante. Como membro fixo do Grupo Móvel de Fiscalização, Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, eu gostaria de deixar aqui os nossos agradecimentos à Polícia Rodoviária Federal e à Polícia Federal, já que a discussão aqui se pautou na questão da segurança nas operações. Estas duas instituições fazem um trabalho quase heroico junto à nossa atuação na fiscalização do trabalho e no combate ao trabalho escravo. O que seria de nós, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, se não fossem esses servidores que abrem o caminho para passarmos durantes as fiscalizações, que abrem e fecham a porteira? Então, eu gostaria de deixar aqui um agradecimento muito especial aos policiais rodoviários federais e aos policiais federais, que, inclusive, neste momento, devem estar em operação por aí. Acho importante que isso seja colocado. (*Palmas.*)

Brevemente, vou concordar com o Senador José Medeiros, quando coloca a questão do latifúndio como uma questão central do debate, inclusive, da segurança dos servidores. Percebo, durante esses anos de fiscalização no campo brasileiro, em quase todos os Estados em que já fiscalizamos, que a questão da segurança, inclusive, se relaciona com a questão do latifúndio no Brasil. Precisamos discutir isso também, não só aqui como em outras comissões, nas duas Casas, tanto na Câmara quanto no Senado, porque o latifúndio no Brasil cria verdadeiros Estados paralelos. Quando chegamos ao campo para fiscalizar, às vezes, temos a impressão de que o Estado brasileiro não está ali, mas existe um outro Estado composto por outras entidades e pelo fazendeiro, pelo latifundiário, que comanda aquele espaço, e veem o Estado brasileiro e seus representantes como alienígenas naquele espaço que seria deles.

Então, a grande questão do trabalho escravo no Brasil, a questão da segurança dos auditores fiscais do trabalho e dos outros servidores que atuam no combate ao trabalho escravo passa pela desconstrução do latifúndio no Brasil. Não vamos conseguir sucesso enquanto não discutirmos isso. E passa também pela regulamentação da PEC do trabalho escravo e várias outras questões que circundam o trabalho escravo.

Era só isso o que eu queria dizer. Então, precisamos, para combater o trabalho escravo, efetivamente, no Brasil, combater a terceirização de forma bastante incisiva. A terceirização é um mal e tem uma relação muito íntima com o trabalho escravo, que quase se misturam, numa relação muito simbiótica. A terceirização é um mal que precisamos combater de forma muito incisiva.

Precisamos também lutar pela regulamentação da PEC do trabalho escravo, contra a alteração do conceito de trabalho escravo. Não podemos aceitar que jornadas exaustivas e degradantes não componham o trabalho escravo, que inclusive, é marcado pela "degradância". Então, é um elemento importante para a caracterização do trabalho escravo. Vivemos, agora, numa onda muito conservadora de retirada de direito dos trabalhadores, inclusive, essa alteração da "degradância" como elemento caracterizador do trabalho escravo representa também essa onda conservadora que tenta tirar direito dos trabalhadores, e não podemos aceitar isso de forma alguma.

Então, eram só essas observações que eu gostaria de fazer, além de dizer que este debate tem sido bastante produtivo.

Bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lucas Reis da Silva, auditor fiscal.

Sem sombra de dúvida, Lucas, só um comentário rápido, a onda conservadora que está acontecendo é assustadora. Eles querem vir com tudo, aproveitando este momento, querendo ou não, de instabilidade política por que o País passa, regulamentar essa forma, que não queremos, que é o trabalho degradante e jornada exaustiva do trabalho escravo, a terceirização. Estão todos os dias mandando recado para mim pelo jornal. Casualmente, sou também Relator da terceirização. Devido a essa jornada nacional que fizemos, conseguimos pegar a terceirização. Já tentaram me tirar da Comissão Especial. Não vão me tirar. Mesmo que não coloquem meu nome lá, vou para lá, para tentar bloquear esses projetos.

Negociado sobre o legislado, o que é isso? Todo mundo sabe, mas aproveito o momento para repetir aqui – aproveitando o sistema de comunicação do Senado –: é acabar com a CLT. Acabou, não tem mais CLT. Vale, está dito lá, o negociado sobre a lei. Não tem mais lei, vai ser o mundo cão daqui para frente. O que as partes acertarem... Vocês vão chegar em uma área, quem sabe, para libertar trabalhador, as pessoas naquela região não têm emprego, o empregador vai mostrar um contrato e dizer: "Não, eu negociei aqui com eles, está tudo negociado". Se a lei não vale mais, quer dizer, é uma brincadeira, é uma covardia, uma covardia mesmo o que querem fazer.

A Previdência, como foi dito aqui, já falam em levar para a fórmula 105/95. Isso significa que a mulher, que hoje contribui por 30 anos, vai ter que contribuir por no mínimo 40, 45 anos. E querem tirar a diferença. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tirarem mesmo a diferença, vai ser 105 para os dois. Para chegar a 105, vai ter que ter no mínimo 65 anos de idade e 40 de contribuição. É isso, não é? Está certa a conta? São 65 mais 40. Então, a mulher vai ter que contribuir mais 10 anos e trabalhar, em tese, até os 65. É isso o que estão propondo. Pior que vão fazer, vão mandar. E ficam ameaçando pela imprensa. Até agora, não chegou aqui, mas, pela imprensa, falam abertamente que vão mandar, vão só deixar passar, segundo eles, o debate do *impeachment*.

Então, temos que, de fato, ficar muito, muito espertos. Por isso estou indo ao Espírito Santo, e não só porque quero ir. Vou voltar a Brasília e, na segunda-feira, estarei em Alagoas. Claro que isso é desgastante. Depois vou a outro Estado. Vou porque levantamos todo esse, como você falou, amontoado de maldades, ou esse saco de maldades, que já sabíamos, quando anunciaram na Ponte para o Futuro, e está tudo aqui dentro do Congresso. A maioria está aqui dentro já. Vão mandar um ou outro. Há 65 projetos que só tiram direitos do trabalhador da área pública, da área privada, do campo e da cidade, e dos aposentados e pensionistas. O aposentado vai perder, do regime geral, por exemplo, 80% do ganho do salário mínimo, e vai perder aquele *plus* de inflação mais PIB. O PIB vai acabar e vai ficar só para quem está na ativa, se ficar, porque acho que o objetivo é tirar, também, ali na frente, de quem está na ativa.

Mas, enfim, pergunto à Mesa se, para as suas considerações finais, cada um de vocês usaria em torno de três minutos para fazer um comentário geral. Mas não vou abrir mão, e não sei quem vai ser a sorteada, de que uma mulher fale, porque, senão, depois sou cobrado: "Paim, na sua audiência pública nenhuma mulher falou!". Por favor, escolham uma, duas, três, se quiserem.

Pronto, está ali. Diga o nome e fale.

A SRª ANA PALMEIRA ARRUDA – É sempre um prazer estarmos aqui, na CDH, e podermos contar com a força do Senador Paim, que, hoje, com certeza, é o grande líder que está no Senado e é a confiança do trabalhador brasileiro. Graças a Deus, podemos contar com o senhor. E é assim que falamos hoje: graças a Deus, porque sabemos que não podemos contar com a grande maioria dos nossos políticos. Então, ter uma pessoa como o senhor aqui é um alento para o nosso coração e para a nossa luta.

Nesta manhã, especialmente, levantar a situação da segurança desses agentes públicos, que estão, no seu dia a dia, enfrentando e colocando a sua própria vida como escudo, acho que é muito importante. É gratificante vermos, por outro lado, o nível e o gabarito desses trabalhadores, que, com certeza, representam um grande número, não tão grande quanto gostaríamos, porque todas essas instituições relatam um número reduzido de trabalhadores, assim como nós, na Auditoria Fiscal do Trabalho, na Polícia Rodoviária Federal. Paralelamente a essa maldade em relação aos direitos, também vemos que todas essas instituições estão sucateadas. E não é nada de graça. Na prática, é uma flexibilização que já existe. Só pelo fato de não haver servidores já estamos vivenciando uma grande flexibilização de direitos.

Então, quero também agradecer a todos que estão aqui por toda essa luta feita pelos trabalhadores do nosso País, na certeza de que a Auditoria Fiscal do Trabalho, mais do que defender a própria categoria, está defendendo o trabalhador brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a auditora Ana Palmeira. Parabéns pela fala.

Disseram-me que há outra mulher inscrita. Pode usar a palavra.

Qual é a mulher que está inscrita que vai usar a palavra? Disseram-me que havia outra.

Pode falar. Vai sobrar para você. Se ninguém falar, porque agora eu não vou ficar mal aqui. Fala, fala!!

Quem é que vai falar?

A SRª OLGA MARIA VALLE MACHADO – Meu nome é Olga, sou auditora fiscal do trabalho. Trabalho no campo ainda. Faço trabalho rural no Estado de Goiás, sempre acompanhada pela Polícia Federal ou pela PRF, e com a Procuradoria do Ministério Público do Trabalho também.

De tudo que foi dito aqui, é muito salutar que consigamos todos esses objetivos, para o bem nosso e do trabalhador também.

Então, nós confiamos no senhor, Senador, para ser o nosso representante. Eu já fui até a algumas audiências, acompanhando o Carlos e a Rosa em alguns Estados, e vejo a luta que o senhor faz em prol do trabalhador brasileiro. Isso nos engrandece. Eu quero dizer que sou gaúcha também e fico com mais firmeza ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Gaúchos e gaúchas de todas as querências estão espalhados por este País. E que bom! E integrados – sem nenhum bairrismo.

A SRª OLGA MARIA VALLE MACHADO – Não, imagina!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Somos todos brasileiros. E ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª OLGA MARIA VALLE MACHADO – Exato. Mas nos engrandece por tê-lo como nosso representante. Então, eu quero que o senhor lute por nós, lute pelo servidor público, porque ele também, assim como o trabalhador, está sucateado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns.

Fiz questão que as mulheres falassem. Antes de passar às considerações finais da Mesa – e esta vai ser a minha última fala –, eu peço que um dos senhores, no momento adequado, faça o encerramento com um pronunciamento em nome de todos.

Eu queria dizer que aqui, no Congresso, está um debate muito duro sobre a Lei Maria da Penha. O que eu lamento, independente do mérito do debate – diz-se que o art. 12 é que é o problema –, eu não consigo entender alterar a Lei maria da Penha sem passar por um debate nesta Comissão de Direitos Humanos. É como se mulher não fosse uma questão de direitos humanos. Então, estão alterando uma lei depois de dez anos. Houve todo um movimento. Eu não quis dizer: "Eu quero que vá para a Comissão de Direitos Humanos", mas a maioria das mulheres assim se posicionou, tanto na Comissão como no Plenário, e não querem que o debate da Lei Maria da Penha passe pela Comissão de Direitos Humanos. Não dá para entender. Não dá para entender um Senado que tem uma Comissão de Direitos Humanos não aceitar que passe por aqui o debate, ou como audiência pública, ou uma votação. Porque há uma divergência entre juízes, promotores e delegados sobre quem deveria ter mais poder de mando no ato que em que a mulher é agredida.

Quem sabe não construímos um grande entendimento aqui? Para mim, todos são importantes. Os delegados e delegadas são importantes, o juiz é importante, o promotor é importante. Todos são importantes de fato. Nós temos um compromisso, eu que coordeno a Frente Parlamentar dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres.

Não só por isso, mas por muito mais que isso, eu gostaria de aprovar aqui, simbolicamente, uma moção de apoio à atriz Luiza Brunet pelo ato covarde a que foi submetida. Ela foi agredida. Soubemos, claro, pelos meios de comunicação que o companheiro quebrou quatro costelas dela. Eu não quero saber se é ciúme, se não é ciúme, não importa. Ninguém, porque está com ciúme, pode pegar a companheira, sair batendo, dando soco no olho e quebrar quatro costelas. Onde é que nós estamos? Então, não tem explicação. Eu vi uma entrevista dele e não me convenceu coisíssima nenhuma. "Ah! Imagina se eu ia bater num mulherão como esse!" Que é isso? Então, se não fosse um mulherão podia bater? Eu fiquei ouvindo e me senti ofendido com aquilo que ele disse ali. Ah! Então, se não fosse um mulherão poderia bater? Onde é que nós estamos?

Eu vou ler rapidamente aqui.

Se o senhor quiser se posicionar, pode.

O SR. LEONARDO DECUZZI – Quero sim, Senador.

Eu acho que essa questão da covardia masculina com relação às mulheres está em todos os lugares, em todos os trabalhos, nos três Poderes. E nos três Poderes ainda há homens que levantam a voz para lidar com colegas de trabalho. Isso é inadmissível neste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Rapidamente aqui – e sei que terei o apoio de vocês porque é uma votação simbólica –, gostaria de aprovar simbolicamente uma moção de apoio – depois a redigimos nos termos – desta Comissão de Direitos Humanos à atriz Luiza Brunet pelas agressões que sofreu no dia 21 de maio em Nova York, Estados Unidos, segundo ela, praticadas pelo seu companheiro à época, o empresário Lírio Albino Parisotto.

Alguém pode perguntar: "Mas vai dizer o nome dele?". Mas eu digo aqui nome até de apresentador de programa de televisão! Por exemplo, o sujeito vai lá e me dá um pau enorme, se eu acho que ele cometeu um crime de discriminação, eu digo. Se eu digo aqui de um trabalhador humilde, por que não vou dizer o nome de um empresário? Porque é um bilionário? Está dito e repito: o agressor foi o empresário Lírio Albino Parisotto. A atriz e ex-modelo foi alvo de socos, seguidos de chutes, tendo quatro costelas quebradas, o que é inadmissível em todos os sentidos. Nem que fosse um arranhão.

Nosso apoio e admiração pela sua coragem, Luiza Brunet, de denunciar e lutar de forma permanente e estar no combate contra as mulheres. Que esse exemplo sirva de inspiração a outras tantas mulheres que são violentadas, agredidas em seus lares e não fazem a denúncia. Todos nós sabemos que foi no dia 21 de maio. Pelo que vi de uma entrevista dela, ela refletiu muito, mas fez o laudo, claro, na época correspondente, foi ao médico, ao advogado. Enfim, tem as fotos. Refletiu e fez a denúncia.

E aqui nós, neste momento, endossamos e aprovamos, se assim vocês se manifestarem, simbolicamente, uma moção de apoio, que vamos ler em plenário e remeter a ela. (*Palmas.*)

Está aprovado.

Agora, vou passar às considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quero também destacar o boletim que recebi – um belo boletim seu – que fala do tiroteio em São Félix do Xingu, fala que a nossa luta não pode parar, fala da chacina de Unaí e fala da importância disso que você destacou aqui, o acompanhamento da polícia – Polícia Rodoviária, Polícia Civil, Polícia Federal, Exército –, no momento em que for necessário. E aqui vocês dizem muito bem: o que teria acontecido? Haveria outra chacina se não fosse a proteção policial. Então, parabéns pelo boletim que você leu e faço questão de repetir: "Eu não quero morrer, eu quero salvar vidas. A fiscalização do trabalho precisa de segurança."

Uma salva de palmas a vocês que fazem esse belíssimo trabalho. (*Palmas.*)

Agora, passo a palavra aos nossos convidados, para as suas considerações finais. Resolvam quem falará.

Quem queria ser o último a falar aqui, pela simbologia do momento? Alguma preferência?

Então, fala por último o nosso Carlos Silva.

Passamos na mesma ordem que começamos, do último para o primeiro. Só invertemos. Sobrou para o Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Policiais Federais. Você é o primeiro. Vou dar em torno de três minutos para cada um, mas se precisarem usar cinco, usem.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Bom, Senador, quero agradecer por estarmos aqui debatendo acerca da segurança dos fiscais do trabalho e, de maneira genérica, de todos os trabalhadores e servidores que sofrem com a periculosidade no dia a dia do trabalho.

Abro um parêntese, já que o senhor citou a situação da Lei Maria da Penha e da discussão que vem permeando aqui a Casa, o Senado, para deixar bem claro que a grande maioria dos policiais federais quer, sim, que este debate venha para a Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos discutir e votar. Pronto.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Exatamente. Independente da discussão, mas já entrando um pouco no mérito também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí é livre arbítrio seu. Eu, como Presidente, procurei ficar aqui no equilíbrio.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Nós policiais federais, junto com o gabinete integrado, que compõe ministérios públicos estaduais e federal, polícias militares, Polícia Rodoviária Federal, estamos, sim, com o entendimento de que vai haver uma regressão na Lei Maria da Penha se a redação hoje colocada em plenário for mantida. Nós entendemos, no gabinete integrado, que a agredida tem que se dirigir diretamente a um juiz. E que se façam as alterações necessárias na investigação, porque a metodologia investigativa brasileira é que é muito morosa e burocrática. Então, entendemos que vai haver uma regressão na lei.

Agora, fechando o parêntese e voltando ao assunto da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é importante, porque já que não permitiram que o debate acontecesse aqui, você expressa a sua opinião, que me parece é da maioria daqueles que atuam na área, aqui na Comissão de Direitos Humanos. Meus cumprimentos.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque muitos ficam em cima do muro e não querem se posicionar. Eu gosto de ver posições.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – E quanto à situação específica, acredito que é só repisar. Nós precisamos ter muito cuidado com a PEC do trabalho escravo, que está em andamento, para que ela contemple realmente o que nós entendemos por trabalho escravo. Nós temos que evoluir na prestação de serviço à sociedade e, para isso, precisamos de alterações no Código de Processo Penal.

Eu costumo citar uma pequena alteração, uma pequena análise que é feita da Corte Constitucional alemã. A Corte Constitucional alemã limitou o número de recursos no processo penal a quatro: três ordinários e um constitucional.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI – Por que no Brasil não se implementa algo parecido? Dentro daquele processo você tem 20, 30, 40, 50 recursos a serem impetrados, mas dentro daquele processo específico o advogado só terá direito a quatro recursos: três ordinários e um constitucional.

Isso daria celeridade e, mais do que isso, separaria o joio do trigo, os bons advogados com estratégias dos advogados que não têm tanta estratégia assim. Daria maior qualidade, o advogado teria que apresentar uma estratégia de defesa.

Então, temos vários pontos na nossa legislação que poderiam ser trabalhados para que pudéssemos realmente não nos surpreendermos em oferecer a tutela, nós, servidores públicos, oferecer a tutela para quem está sendo ofendido, no caso, aqui, do trabalho escravo, para esses trabalhadores tão sofridos, e, depois, daí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

um ano, dois anos, encontramos aquele trabalhador e ele está na mesma situação que estava dois anos atrás. Por quê? Porque a tutela do Estado foi falha, porque nós não temos condições de prestar o serviço, não por falta de vontade ou de dedicação, e, sim, porque a legislação não dá a resposta pronta que deveria dar nos casos específicos.

Agradeço novamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Foi o Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, que, além de fazer as considerações finais, reafirmo, e foi importante para a Comissão ouvir, qual a posição em relação a esse projeto considerado tão polêmico. Foi uma verdadeira guerra na Comissão, na CCJ, e, depois, no Plenário, se vinha ou não vinha para esta Comissão.

Passo a palavra agora para Jesus Castro Caamaño, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

Vamos dar cinco minutos para todos. Chegando no quarto minuto, a campainha toca.

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – Obrigado, mais uma vez.

Eu quero, de pronto, endossar, como parte efetiva do Gabinete Integrado dos Profissionais de Segurança Pública do Ministério Público, o apoio às palavras do Flávio Werneck com relação às alterações feitas no PLC 07. Parece-nos que há realmente um movimento corporativo, transformando, por exemplo, o termo atividade, sobre o que há um grande embate também no Código de Processo Penal, na revisão do Código de Processo Penal, do novo Código de Processo Penal, sobre autoridade policial para delegado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Esse é o termo, autoridade policial ou delegado.

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – Exatamente. É uma briga sem precedentes, nas duas Casas.

Autoridade policial é o gênero, do qual a espécie é o delegado, que, além de outras, faz parte. Por exemplo, nessas alterações, compete ao delegado deferir medidas cautelares. Isso é função de juiz, o que o Flávio acabou de falar. Isso é função jurisdicional.

Por outro lado, fizeram a alteração também de que o delegado pode requisitar aos outros órgãos. Isso é função do Ministério Público. São alterações que estão sendo feitas, que ferem a organização administrativa. Ferem as funções de cada Poder, de cada órgão envolvido. Então, realmente, é algo que precisa de atenção, Senador, e que vem, como outros movimentos, com uma capa muito bonita de fazer o bem, mas que pode não ser bem isso.

Eu queria também complementar aqui, porque passei correndo e esqueci: faz parte daquelas medidas que a própria Administração pode e deve tomar, para viabilizar o melhor serviço, como o nosso estimado Senador José Medeiros bem falou, faz parte daquelas outras condições.

Por exemplo, uma atividade que tem uma expectativa média de vida por morte precoce de 56 anos. Até aqui, ainda estamos em fase de elaboração, e deveria ser um estudo do próprio Poder Público estimar essa expectativa, assim como faz para a população. Há o IBGE, que trata disso, por que não fazer para os servidores públicos e principalmente para os policiais?

Fiz um cálculo recente. Peguei o número de policiais do País, de operadores de segurança pública, e a população, estimativa do próprio IBGE. O IBGE estima que 28/100 mil habitantes é a taxa de homicídios no País. Considerando-se o universo dos servidores, e levando-se a mesma métrica, o mesmo cálculo, há 88/100 mil para os policiais. Então, o policial morre três vezes mais do que a população normal.

E hoje nós estamos na iminência de uma reforma previdenciária. Não sabemos o que vem de lá. Nós já sofremos atentado. Por exemplo, temos a Lei Complementar nº 51, de 1985, que prevê o tempo de serviço dasatividades de risco, que não tem nada de especial. Alguns dizem que é aposentadoria especial. Não tem nada de especial. É uma aposentadoria diferente em razão da diferença que os profissionais sofrem no dia a dia, na sua carreira, assim como há outras.

Então, por meio de uma orientação normativa, eles afastam, por exemplo, a incidência da Lei Complementar nº 51 – por meio da Lei do Funpresp.

Então, os novos policiais, de 2013 para cá, estão compulsoriamente já no Funpresp, porque, inclusive, alteraram: o que era opcional agora é obrigação. Ele já entra no Funpresp e depois pede para sair. Se pedir em 90 dias, tem a restituição dos valores; se não, aí já há o desconto de um bocado de coisa e, se depois, mais ainda.

Bem, o Funpresp, isto é coisa que a Administração pode e deve fazer: manter o policial, que já tem uma jornada sacrificada, que trabalha com seu patrimônio maior, que é a vida, assim como esses agentes aqui de fiscalização representados, por meio de uma orientação normativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – Pelo amor de Deus. Que isso pelo menos a nossa Administração Pública possa fazer.

Concluindo, também relacionado às condições de trabalho, hoje, na região metropolitana do Rio de Janeiro, assim como em todo o País, um policial rodoviário federal não pode, no serviço ordinário, na sua ronda ordinária, portar um fuzil, um 762 ou um 556. Aí alguém pode dizer assim, obedecendo até àquele discurso mais correto politicamente: "Ah, o fuzil é muito perigoso, é uma arma de guerra!". Sim, mas é uma arma de guerra na mão de um profissional habilitado e do lado do Estado e da lei. Para combater quem? O transgressor da lei, o criminoso com uma arma igual ou pior do que aquela, e não para defender a sua própria vida, que é obrigatoriamente na primeira barreira, mas principalmente a de terceiro, para cumprir, assim como tantos tombam, em razão do ofício, para defender a sociedade.

Então, isso é uma coisa que a Administração pode e deve fazer. Não há base legal, o Estatuto do Desarmamento não fala nada sobre isso e é o arbítrio do Exército brasileiro. Infelizmente, chega até nós informações de que alguns da reserva, por exemplo, ocupam cargos nas próprias fábricas, indústrias de armamento. Inclusive, corre uma CPI na Câmara, salvo engano, a respeito disso. Porque o nosso armamento nacional, ao qual nós estamos adstritos a adquirir, as polícias a adquirir, é falho e ineficiente. Muitos já tombaram com uma arma na mão porque ela falhou.

Então, uma coisa que a Administração Pública também pode e deve fazer é rever isso para alterar a própria Lei nº 8.666, que, positivamente, seria uma medida mais legislativa, mas essa normatização infralegal poderia e deveria ser revista para que as polícias pudessem adquirir armamento na indústria internacional, que tem as melhores armas do mercado.

Inclusive, recentemente, a Câmara aprovou a liberação para compra, de cerca de R$500 mil, eu vi a portaria, de armas na indústria internacional. A Polícia Federal também já adquiriu. Nós temos uma parte, mas é um caminho muito estreito, para acabar com isso de vez.

(Soa a campainha.)

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – Finalizando também, que seja feito – depois eu vou encaminhar, Senador, tudo formalizado direitinho –...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JESUS CASTRO CAAMAÑO – ... no sentido de alterar também para a aquisição de blindagem, não só de viaturas, mas dos postos e outros equipamentos necessários à efetiva execução da atividade institucional das polícias.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jesus Castro Caamaño, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, que teve uma série de iniciativas que ele vai encaminhar por escrito à Secretaria, como os outros convidados também.

Agora, passo para José Weyne Nunes Marcelino, Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador da Ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

O SR. JOSÉ WEYNE NUNES MARCELINO – Eu nem iria fazer comentários, mas surgiu algo interessante. Eu deixei o celular desligado durante a audiência, liguei faz uns 20 minutinhos, e, nesse meio tempo, recebi outra denúncia da região.

Então, é real, quando o Estado chega e consegue atender de forma rápida o ocorrido, cria-se uma relação de confiança entre o cidadão e a Administração Pública que vai se multiplicando. Então, da mesma região, outra denúncia. Agora é uma coisa mais moderna, porque é pelo "zap-zap".

Mas funciona. Funciona. Acabei de receber, vou ter que colocar na lista. É só um detalhe, mas ilustra a nossa participação, a participação do Estado e do servidor público nesses cantões do País. Não só comigo, mas com qualquer um que já tenha feito a fiscalização móvel. Porque, quando você chega, você batiza trabalhador, você ajeita casamento brigado, de pessoal que quer se separar ajeitamos muitas coisas necessárias. Então, há necessidade de continuarmos atuando, com a devida inteligência, com a devida segurança, mas é um serviço que não pode parar, esse tipo de coisa não pode atravancar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ WEYNE NUNES MARCELINO – Como?

Somos quatro de três pessoas: são doze. Já foram nove, na época da cana-de-açúcar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Falaram da criação do núcleo de segurança. Nós temos o núcleo de inteligência, que ninguém sabia que existia, porque tinha outro nome. Nem a administração sabia que tinha um núcleo de inteligência, porque ele trata basicamente do seguro-desemprego, fraude – importantíssimo – e de fornecer informações ao Ministro. Foi isso que o cidadão me falou. Nós não temos um núcleo de inteligência operacional, para poder conversar com outros núcleos de inteligência e fazer um planejamento. Nós saímos na louca. Isso é essencial.

Em 2008, isso foi apresentado para a Drª Ruth e foi indeferido. Devido a um pouco do resquício do passado, da ditadura, acharam que inteligência serve para bisbilhotar os outros. Isto é interessantíssimo para a operacionalização das ações: um núcleo de inteligência operacional.

No mais, é isso mesmo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem Dr. José Weyne Nunes Marcelino, Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador da Ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que diz que nesse tempo que está aqui recebeu mais uma denúncia, e vai ter que dar os devidos encaminhamentos.

Dr. Fábio Leal Cardoso, Procurador Regional do Trabalho e Supervisor da Gerência e Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho, com a palavra.

O SR. FÁBIO LEAL CARDOSO – Sr. Presidente, queria mais uma vez agradecer a sensibilidade de V. Exª por ter deferido o pedido do Sinait para realização desta audiência pública.

O que nós constatamos aqui, das diversas manifestações, não só dos integrantes da Mesa como da assistência, todas manifestações muito oportunas, é que existe uma harmonia de pensamento, uma verdadeira comunhão de interesses. O diagnóstico que as instituições fizeram aqui também foi – vamos dizer assim, sem falsa modéstia – um bom diagnóstico, um diagnóstico perfeito, em que foram apontadas diversas iniciativas que vão contribuir não só para efetivar o cumprimento dessa missão, que é combater e erradicar o trabalho escravo, como também para conferir maior segurança para os agentes públicos que exercem essa atividade funcional. Aí podemos apontar ações de logística, ações de inteligência, de planejamento, aumento de efetivo.

Paradoxalmente, sabemos que a nossa luta aqui é para evitar um retrocesso social, para manter o mínimo do mínimo que já temos, porque estamos aqui sustentados por um fio, estamos no fio da navalha, as perspectivas que se apresentam são nebulosas para não dizer terríveis. Estamos lutando para manter o mínimo em termos de direitos sociais. Não obstante o paradoxo que constato aqui, não é motivo para baixarmos a cabeça e perdermos o denodo. Temos que nos articular, que nos unir e que levar essa voz para além dos muros do nosso consenso. Temos que colocar essa palavra na mídia, nos meios de comunicação, porque temos voz, mas não somos ouvidos.

Então, quero aqui, mais uma vez, cumprimentar V. Exª, colocar a mim pessoalmente e a minha instituição à disposição desse debate. Não são absolutamente desanimadoras essas minhas palavras, mas devemos manter o mínimo e devemos avançar, Senador.

Também queria aderir aqui à moção de repúdio à violência sofrida pela atriz Luiza Brunet. Já pedi à minha assessoria que encaminhe os termos da moção para divulgarmos na instituição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Fábio Leal Cardoso, Procurador Regional do Trabalho, Supervisor da Gerência da Segurança Institucional da Ministério Público do Trabalho, que se soma a essa luta. Na sua fala, ele já havia destacado muito a questão da terceirização, do trabalho escravo, do próprio negociado sobre o legislado, e agora se soma a essa moção de apoio da Comissão em defesa – se podemos falar em defesa, porque já foi agredida –, pelo menos em solidariedade à atriz Luiza Brunet.

Passamos, então, a palavra ao Dr. Marcelo Souto Maior, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

O SR. MARCELO SOUTO MAIOR – Senador, a ANPT mais uma vez agradece a oportunidade, ao passo que congratula V. Exª pela luta diuturna dos direitos sociais dos trabalhadores. Eu particularmente já tive oportunidade de estar com V. Exª em outra audiência pública, não aqui no Distrito Federal, mas na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, meu Estado de origem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi uma bela assembleia.

O SR. MARCELO SOUTO MAIOR – Foi belíssima. O tema na ocasião era terceirização, aqui já abordado pelos demais colegas.

Enfim, é um relato pessoal no sentido de que sou testemunha ocular e presencial da luta que V. Exª vem travando, não só aqui nesta Casa, mas em vários cantos da Federação em que V. Exª tem se feito presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Dentre os temas abordados aqui, todos eles de extrema relevância, como estamos em considerações finais, eu vou apenas pinçar o reforço ao repúdio que a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho tem em face do PLS 432, cuja relatoria pertence a V. Exª, um tema caro não só à ANPT, um tema caro, sem sombra de dúvida, ao Sinait e às demais entidades que compõem o grupo móvel de fiscalização, ao próprio Ministério Público do Trabalho, aqui representado pelo colega Dr. Fábio, cuja redação atual remete a conceitos da idade média para fins de caracterização do trabalho escravo. Ela afasta completamente a construção moderna de que trabalho escravo consiste não apenas no cerceio de liberdade, não apenas em eventual servidão por dívida, mas também – repito, frise-se, já falei na primeira oportunidade que tive para falar aqui – em situações em que houver extrema degradância ou em situações em que houver jornadas de trabalho extenuantes.

O Brasil é referência no combate e na erradicação do trabalho escravo e esta Casa não pode permitir, na pessoa de V. Exª Senador – a ANPT faz este apelo –, esse retrocesso social, esse retrocesso que vai atingir um dos patamares mínimos civilizatórios, esse retrocesso que vai desconstruir aquilo que já está positivado no Código Penal, aquilo que já existe e que não necessitava da mudança que vem para fins de desconstruir, repito, todo o esforço que vem sendo travado ao longo dos anos para o combate e a erradicação do trabalho escravo.

Então, são essas as palavras finais da ANPT, agradecendo a V. Exª pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem Dr. Marcelo Souto Maior, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Foi o primeiro a abrir a nossa audiência no dia de hoje e enfatizou muito a questão da terceirização, do trabalho escravo, a importância da mobilização nos Estados. E eu estou indo, como fui aos 27 Estados, a mais 4. Até o fim do mês, devo ir a 12, com o mesmo objetivo que o senhor destacou.

Muito obrigado pelas considerações.

Vamos, agora, para o nosso último painelista, que vai fazer o encerramento da nossa audiência pública, Dr. Carlos Silva, que também tem viajado por muitos Estados, junto com toda a equipe, e que é Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, combatendo tudo aquilo que nós aqui, por unanimidade, denunciamos.

O SR. CARLOS SILVA – Obrigado, Senador Paim. Eu queria acrescentar pequenas informações aqui, aproveitando a fala do Senador Medeiros, que fez um relato breve sobre a situação de sucateamento na Receita Federal, nas polícias, para deixar registrado que essa é a realidade também, e há um bom tempo, no âmbito do Ministério do Trabalho.

Para que se registre, temos hoje, Senador, mais de 12 unidades do nosso Ministério interditadas por não oferecerem condições mínimas adequadas de segurança para os servidores e também para os usuários dos serviços que lá vão buscar os nossos trabalhadores. Não é um sucateamento apenas físico, mas também das pessoas que ali deveriam estar prestando serviço. Nosso colega Flávio fez aqui um registro importante do número reduzidíssimo de auditores fiscais do trabalho, e não só de auditores fiscais do trabalho, mas de servidores também administrativos, no âmbito do Ministério do Trabalho.

É um caos, de fato, termos que cumprir, que dar conta de todas as missões sem as condições físicas e humanas mínimas necessárias, situação até que nos levou a denunciar o Brasil, Senador Paim, como descumpridor de um compromisso estabelecido desde que ratificou a Convenção da Organização Internacional Trabalho, a Convenção nº 81, em que se comprometeu a assegurar um quantitativo mínimo adequado de auditores fiscais do trabalho e também a fornecer condições adequadas para que eles possam realizar esse trabalho, esse enfrentamento.

Gostaria de complementar, aproveitando a oportunidade e pedindo licença ao Senador Paim, para dirigir um pedido ao Ministro do Planejamento, o Dr. Dyogo: que ele nos receba, que receba a nossa categoria para nos dizer qual é o problema do Ministério do Planejamento em cumprir o acordo firmado pelo Governo com a minha categoria. (*Palmas.*)

Qual é o problema?

Além disso, Senador, quero registrar a satisfação do Sinait, ao lado da FenaPRF. Nós conversávamos antes, logo após o ocorrido, com o Cavalcanti, um colega também pernambucano, Presidente da FenaPRF, e com o Fabiano, Presidente da ANPT, quando pensamos em solicitar esta audiência. Esta audiência foi uma iniciativa dessas entidades e conta, nesta Mesa, com os colegas aqui presentes. Ela, sem dúvida alguma, alcançou seus objetivos na perspectiva de trazer para o debate os problemas que as autoridades em atividade no Grupo Especial de Fiscalização Móvel enfrentam para dar cabo de um compromisso do Estado brasileiro, que é a erradicação do trabalho escravo.

Cumprimento o Dr. Jesus Castro, da FenaPRF. Um abraço ao colega Cavalcanti, Presidente da FenaPRF.

Cumprimento o Dr. Marcelo Souto Maior, da MPT. Um forte abraço para o Dr. Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Cumprimento o Dr. Fábio Cardoso, representando o Ministério Público do Trabalho; o meu colega de trabalho José Weyne, coordenador do Grupo Móvel Nacional e que foi o coordenador da operação objeto desta audiência; e o colega de muitas lutas, Dr. Flávio Werneck, representando a FenaPEF.

E faço, sem sombra de dúvida, um cumprimento especialíssimo ao nosso Senador Paulo Paim, que prontamente acolheu o nosso pedido para viabilizar esse debate tão rico e importante não só para as categorias que aqui estão representadas, mas importante para a missão do nosso País pela erradicação do trabalho escravo, que significa salvar vidas.

Senador Paim, por toda a sua sensibilidade, por toda a sua luta à frente de várias discussões importantes para a nossa sociedade, com o desafio da relatoria do PLS 432, o desafio da relatoria do PLC 30, da terceirização, com o protagonismo na luta contra a reforma da Previdência, reducionista, que retira direitos, contra a reforma trabalhista, que reduz, contra todas as formas de retrocesso que o senhor, de maneira sábia e articulada, e do jeito que o povo sabe fazer, tem feito, que é fazendo com que o povo participe.

Esta Comissão de Direitos Humanos do Senado, é onde, sem dúvida alguma, eu me sinto em casa. Aqui eu sinto que estamos na casa do povo. E tenho certeza de que todos aqui têm essa sensação. Infelizmente, não podemos dizer o mesmo em relação a todas as Casas Legislativas. Mas aqui, com a marca e o jeito de exercer a sua atividade parlamentar, o Senador Paim nos brinda com esse exercício de democracia.

Então, em nome de todos nós aqui presentes, Senador, o nosso agradecimento especial por tudo que o senhor tem feito e por ter oportunizado mais um momento de rico debate para a nossa sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Silva, Presidente do Sindicado Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Com essa fala brilhante dele, inclusive destacando o trabalho de vocês e o nosso também, eu só posso dizer muito, muito obrigado! É muito bom trabalhar com vocês.

Existe uma frase de que eu gosto muito e que está no meio de uma canção. Com ela, eu encerro: como é bom saber que no mundo existem mais pessoas iguais a vocês!

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 67ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Hélio José, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Registra-se a presença da Deputada Federal Angela Albino. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 76 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O Sistema Único de Saúde - SUS". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Dom Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília - Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Luiz Bassegio, Secretário Executivo do Grito dos Excluídos Continental e Coordenador Geral do Projeto Direitos Sociais e Saúde: fortalecendo a cidadania e a incidência política; Cornelis Johanes Van Stralen, Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES; Carlos Alves Moura, Advogado e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP; Jovita José Rosa, Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle – IFC; Thierry Dudermel, Chefe da Cooperação da União Europeia no Brasil; Geniberto Paiva Campos, Médico Cardiologista e Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP; Dom Roberto Paz, Bispo da Diocese de Campos/RJ e bispo referencial nacional da Pastoral da Saúde, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Pedro Tourinho, Vereador de Campinas, professor de medicina da PUC; Lígia Bahia, Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ (IESC/UFRJ) e integrante da Comissão de Política, Planejamento e Gestão da ABRASCO; Carlos Ocke, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Isabela Soares Santos, Pesquisadora do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (Daps/Ensp/Fiocruz) e Diretora Executiva do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Ronald Ferreira, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR e do Conselho Nacional de Saúde/CNS. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto; José Robério de Jesus Oliveira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Líu Leal, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES e Frente da Democracia e Saúde; Eurídice Ferreira de Almeida, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA Sindical; Ana Lago, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às doze horas e trinta e quatro minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Lindbergh Farias e as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 67ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 76, de 2016, desta Comissão, de nossa autoria, para debater o Sistema Único de Saúde (SUS).

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Dom Leonardo está chegando, não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Já chegou? Ah, está escondido lá.

Por favor. Nós já vamos montar a Mesa.

A nossa audiência pública, como todas as outras audiências públicas do Senado, é transmitida pela TV Senado, pela internet e por uma série de canais alternativos. Nós estaremos falando praticamente para todo o Brasil. Naturalmente, para aqueles que sintonizarem o sistema de comunicação aqui do Senado.

Então, vou formar primeiro a Mesa e farei aqui uma pequena introdução para situar aqueles que estão nos assistindo e ouvindo neste momento.

Então, de imediato, para a primeira Mesa, convido o Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Leonardo Ulrich Steiner – é mais ou menos isso? A intenção foi boa. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Convido Luiz Bassegio, Secretário Executivo do Grito dos Excluídos Continental e Coordenador Geral do Projeto Direitos Sociais e Saúde: Fortalecendo a Cidadania e a Incidência Política. (*Palmas.*)

Convido o Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Dr. Cornelis Johanes Van Stralen. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Convido Carlos Alves Moura, militante dos direitos humanos, que deve ser quase da minha idade. Carlos Alves Moura, advogado e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP). Foi também Presidente da Fundação Palmares e representou o Brasil em diversos países do mundo. (*Palmas.*)

Convido Jovita José Rosa, Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC). (*Palmas.*)

Convido Thierry Dudermel, Chefe da Cooperação da União Europeia no Brasil. (*Palmas.*)

Vou fazer uma rápida introdução sobre o tema que vamos debater no dia de hoje.

A realização da presente audiência pública desta Comissão traz ao debate um tema de vital importância para a qualidade de vida do povo brasileiro, que é o SUS.

A discussão torna-se especialmente oportuna neste momento, quando, em função da crise econômica e da debilidade das finanças do Estado, surgem propostas que visam a limitar o atendimento universal na saúde, pondo em risco uma das mais avançadas e meritórias conquistas da Constituição de 1988, que tive a alegria de ajudar a elaborar porque fui Constituinte.

É com grande prazer que registramos a presença, neste evento, dos ilustres representantes da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, entidade que tem plena identificação com os anseios populares e uma história de lutas em favor da dignidade humana.

O Sistema Único de Saúde é um marco nas políticas públicas de saúde de nosso País. Surgiu como resposta ao imperativo constitucional de que é dever do Estado promover a saúde de toda a população. Ao longo de sua história revelou-se essencial para a qualidade de vida e dignidade de milhões e milhões de famílias brasileiras.

A criação do SUS representou o rompimento com um modelo de acesso à saúde que era condicionado à condição de trabalho do beneficiário. Hoje, embora alguns façam críticas ao SUS, é preciso lembrar do gigantesco número de pessoas por ele atendidas. É preciso lembrar, também, que antes dele as pessoas que não contribuíam para o sistema de seguridade ficaram totalmente a descoberto, praticamente dependendo de instituições filantrópicas ou de caridade. O SUS é uma conquista do povo brasileiro, por isso não abrimos mão dela.

Em 2014, conforme relata o Portal Brasil, o SUS viabilizou 4,1 bilhões de procedimentos ambulatoriais e possibilitou 11,5 milhões internações, além de 3 milhões de procedimentos quimioterápicos e 19 milhões de procedimentos oncológicos. Sua atuação, definida no art. 98 da Constituição, pauta-se nos princípios da universalidade, igualdade, participação comunitária, regionalização, hierarquização da rede de serviços e na capacidade econômica dos Municípios.

Seus números são gigantescos, exatamente porque objetiva cumprir o mandamento constitucional de universalização do acesso à saúde. Trata-se, portanto, de um sistema essencial à saúde da população e de uma conquista que deve orgulhar toda a Nação, enfim, todos os brasileiros e brasileiras.

Entretanto, na conjuntura que estamos vivendo de uma crise política, muito mais política, percebem-se algumas ameaças ao pleno funcionamento do SUS, como se este fosse o culpado pelos desarranjos orçamentários. Assim, sugere o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, que o Brasil repactue o seu acerto com a população. Em outros termos, que o Brasil reduza os serviços prestados na área de saúde a uma população já tão sofrida e tão espoliada, com uma carga tributária desumana, sob a alegação de que o nosso desenvolvimento econômico não comporta tais despesas, diz o Ministro.

O Ministro, aparentemente, pretende rasgar – se assim o fizer – a Constituição, em vez de propor melhorias na gestão e fiscalização eficiente de gastos. Definitivamente, é preciso compreender que os recursos aplicados nas políticas de saúde, especialmente no SUS, não são gastos, mas sim investimentos, investimentos na saúde de todo o povo brasileiro, principalmente àqueles que mais precisam. E aqueles que neste País são abonados, que são bilionários, milionários, claro que não precisam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A saúde não pode ser compreendida pelas autoridades e pelos formuladores das políticas públicas como um bônus, uma concessão do Estado, mas sim como um direito essencial, fundamental do povo, a exemplo da educação e da segurança.

Enfim, senhoras e senhores ilustres convidados e participantes, devemos nos perguntar: a quem interessa um eventual desmonte do Sistema Único de Saúde? Lutar por sua preservação e seu aprimoramento como instrumento de promoção da qualidade de vida, da dignidade e da justiça social é um dever, é uma obrigação daqueles que gostam muito de dizer que fazem o bem sem olhar a quem. E essa frase não é minha, naturalmente, mas do Mestre dos mestres, que disse: "Faça a sua vida com esta linha de atuação, faça sempre o bem sem olhar a quem". E fazer o bem sem olhar a quem é dizer: vida longa para o SUS, não toquem no SUS, o SUS é do povo brasileiro. (*Palmas.*)

De imediato, quero passar a palavra ao nosso querido convidado, amigo, eu diria um símbolo dos direitos humanos, permita-me que diga isso, do Brasil e do mundo, Dom Leonardo, Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo tempo necessário para o seu pronunciamento. (*Palmas.*)

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Gostaria de saudar primeiro o Sr. Senador Paulo Paim e agradecer por esta audiência pública.

Muitos aqui estão não apenas preocupados, estão tensos pelo andar, desculpem a expressão, da carruagem.

Os senhores têm sempre demonstrado muita sensibilidade em relação a tudo que toca no direito, a tudo que toca na dignidade da pessoa humana.

Então, queria agradecer esta audiência pública.

Estou aqui em nome da CNBB. Está aqui também Dom Roberto Paz, que falará depois, em nome da CNBB. (*Palmas.*)

Dom Roberto é o Bispo referencial da Pastoral da Saúde.

Então, saúdo o senhor e, com isso, saúdo a todos, mas não posso deixar de saudar a única mulher aqui da mesa, a Jovita Rosa. (*Palmas.*)

Senão as outras mulheres aqui talvez se sintam um pouquinho não participantes. Assim todos se sentirão muito participantes.

Sr. Senador, gostaria de começar lendo um texto.

Hoje, tudo entra no jogo da competitividade da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do "descartável", que, aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são "explorados", mas resíduos, "sobras".

São palavras do Santo Padre Papa Francisco, no texto *Evangelii Gaudium*. (*Palmas.*)

Depois Dom Paz vai falar em nome da CNBB, vai explicitar.

Eu apenas gostaria de trazer uma palavra de protesto, se eu puder assim dizer, e também de encorajamento.

A primeira dificuldade, Senador, é a de entrarmos nesta Casa. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se é assim com os senhores, calculem quando chegam aqui os sem-teto, os sem-terra, o povo indígena, os quilombolas, a dificuldade que temos para eles virem para participar de uma audiência pública.

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Eu soube, inclusive, que o senhor teve que descer, quando da audiência pública do povo de rua, para que eles pudessem chegar até aqui. Se o senhor não tivesse ido ao encontro deles, não teriam tido a possibilidade de entrar, porque também alguns não têm nem documentação.

A CNBB vem, há muito tempo, lutando pela questão da saúde pública. Não é de hoje. Nós ajudamos a construir, nas discussões, a Constituição de 1988. E, ao ajudar a construir a Constituição de 1988, tendo, naquela época, Dom Luciano Mendes de Almeida como um dos grandes promotores da parte da CNBB, também entrou em discussão a questão da saúde. E a questão da saúde entrou em discussão, e a CNBB se engajou porque se tratava dos pobres, tratava-se das pessoas sem possibilidade, das pessoas que necessitavam do amparo da sociedade para se sentirem parte da sociedade brasileira.

Nós dedicamos uma Campanha da Fraternidade à saúde pública, que teve uma boa repercussão. Naquela Campanha da Fraternidade, nós nos engajamos em uma coleta de assinaturas, em que coletamos mais de 2 milhões de assinaturas – quase chegamos a 3 milhões de assinaturas – com o título Saúde Mais Dez. A Saúde Mais Dez desapareceu. Aqui, no Congresso Nacional, as assinaturas todas foram entregues, um esforço enorme para que a sociedade se manifestasse e pudesse realmente ter, da parte do Congresso e também do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Executivo, a compreensão de que o SUS necessitava de um auxílio maior e que o povo brasileiro, especialmente os pobres, tivesse uma assistência maior e mais digna.

A Saúde Mais Dez não caminhou. Agora, preocupa-nos – e aqui a minha palavra de protesto – não o fato de que a Saúde Mais Dez não tenha andado, mas de que nós sentimos agora o desejo de um retrocesso. A PEC 241/16 nos traz grande preocupação.

Como V. Exª sabe, Sr. Senador, a Igreja Católica, representada pela CNBB, pelos bispos, tem muitos hospitais, tem um atendimento muito grande na saúde. E nós já sentimos manifestações e grande preocupação da parte de hospitais que, inclusive, não são ligados à Igreja Católica, mas que vivem no atendimento aos pobres, no atendimento às pessoas necessitadas.

Essa PEC vai trazer grandes dificuldades não para os nossos hospitais, hospitais que muitos da vida religiosa dirigem. Nós podemos fechar esses hospitais. Eles não nos farão falta, mas nos farão falta os pobres, esses farão falta à Igreja, esses farão falta à vida religiosa, esses, sim, farão falta à CNBB. Não porque nós gostaríamos de que esses hospitais permanecessem abertos para termos uma atividade, mas nós desejamos que esses hospitais permaneçam abertos porque, muitas vezes, é justamente nesses hospitais que muitos desses nossos irmãos e irmãs recebem atendimento de graça. Nem sequer a contribuição do SUS, muitas vezes, esses hospitais recebem. (*Palmas.*)

Então, essa é a minha primeira fala, no sentido de um protesto, e nós esperamos que a sociedade brasileira se manifeste, para que aqui, no Senado, como também na Câmara, haja sensibilidade dos representantes do povo.

Pensem nos pobres! Defendam os pobres! Não defendam as oligarquias! A grande maioria de nós que estamos aqui não necessita do SUS. Por quê? Porque nós participamos de planos de saúde. E o nosso povo que não tem plano de saúde? Estes vão para o SUS. E a situação do SUS, a situação da saúde pública, no momento, é – desculpem-me a expressão – um desastre! Aqui, no Distrito Federal, e em todas as entidades dos Estados brasileiros, a saúde pública está pedindo socorro. E nós queremos, agora, a partir dos pobres, dar um passo ainda maior, para retirarmos aquele pouco que os pobres têm no sentido da saúde. Então, aqui vai o meu protesto!

Segundo: uma palavra de esperança. Nós somos pessoas de esperança. Quem vive do Evangelho, quem vive de Jesus é um homem de esperança, é uma mulher de esperança. Nunca desamina. Eu tive a graça de trabalhar com Dom Pedro Casaldáliga, em São Félix do Araguaia, como Bispo, e ele usa uma expressão muito bonita: "Sermos esperançados!". Isto é, vivermos na esperança, vivermos na luta, vivermos da fala e, se necessário for, também, vivermos do protesto. Porque nós queremos o bem do outro, nós não estamos trabalhando em benefício de nós mesmos. Nós estamos preocupados em ajudar com que esses nossos irmãos e irmãs tenham rosto, sejam visíveis, e, por isso, recebam um tratamento digno. Nós gostaríamos que todas essas pessoas fossem visibilizadas na sua dor, no seu sofrimento, e, muitas vezes, essas pessoas desaparecem, inclusive sem nome. E nós não queremos que isso continue a acontecer. Por isso uma palavra de esperança, uma palavra que nos ajude a nos engajarmos profundamente, a buscarmos o diálogo, a buscarmos diversas pessoas responsáveis, a estabelecermos contatos para que, realmente, o nosso SUS permaneça de pé – um dos melhores pontos da nossa Constituição de 1988 –, mas também para que esses nossos irmãos e irmãs permaneçam inseridos na nossa sociedade.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e agradeço, mais uma vez, Senador Paulo Paim, esta audiência pública. Nós temos aqui pessoas que conhecem profundamente o sistema e estão profundamente envolvidas com a questão da saúde. Vai falar aqui o Dr. Geniberto, que conhece profundamente o sistema universal da saúde. Então, nós teremos oportunidade de ter, realmente, um bom debate.

Muito obrigado, e um bom trabalho e uma boa audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós é que agradecemos ao Dom Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, por ter nos dado a satisfação e a alegria, neste momento tão difícil da vida nacional, por toda a crise que está instalada aí. Sabemos dos seus compromissos, mas veio ao Senado, a esta Comissão de Direitos Humanos, para dar esse depoimento em defesa do SUS.

E é exatamente o que V. Exª fala: os que mais precisam do SUS, neste País, são os pobres. É isto que o Papa, que virou uma referência para nós todos, com certeza absoluta – não que os outros também não o fossem, mas este está tendo um brilho, confesso, especial –, tem falado tanto para o mundo: que nós devemos olhar para os pobres, para os idosos, para as crianças, para os negros, para os índios, para os ciganos, para aqueles que são, de fato, de uma forma ou de outra, discriminados e deixados à margem, como se fossem invisíveis. É a esses que este Congresso deveria dedicar parte da sua atuação.

Mas vamos agora aos nossos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

De imediato, o Secretário Executivo do Grito dos Excluídos Continental e Coordenador-Geral do Projeto Direitos Sociais e Saúde: fortalecendo a cidadania e a incidência política, Sr. Luiz Bassegio.

O SR. LUIZ BASSEGIO – Bom dia a todas e a todos. Quero saudar toda a Mesa e, em especial, quero saudar o Senador Paim, de quem eu fui o motorista na Fundação da CUT, em São Bernardo, no Vera Cruz, em que construímos o estatuto, etc. Nós o levávamos às escolas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, o D. Leonardo vai ter que sair. Estou dizendo isto com muito carinho: na saída dele eu queria – homenageando não somente ele, mas todos os pobres do País e do mundo, os imigrantes, enfim, os que mais precisam – que déssemos uma salva de palmas, de pé, para ele, simbolizando o nosso povo e a nossa gente. (*Palmas.*)

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Seja essa salva de palmas para a CNBB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estendo as palmas à CNBB.

O SR. LUIZ BASSEGIO – Então, eu me sinto muito à vontade. Quero saudar também o Dr. Thierry, que é o responsável da Cooperação da União Europeia aqui no Brasil. Embora ele não seja brasileiro, nós o consideramos como tal, porque a solidariedade que tem trazido aos projetos que eles apoiam no Brasil é fenomenal. Então, quero agradecer sua presença e destacá-la aqui.

Também quero dizer o seguinte – ele citou imigrantes –: quero convidar todos para o VII Fórum Social Mundial das Migrações, que começa na quinta-feira à noite, na Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo. Quem vai falar na abertura é o nosso amigo Mujica, do Uruguai.

Nós temos 190 conferências, seminários, etc. Por que faço esse destaque? Porque, dentre os excluídos, talvez os mais excluídos aqui no Brasil sejam os imigrantes. Então, estão todos convidados. Começa na quinta e termina no domingo à tarde.

Nós, do Programa Direitos Sociais e Saúde: fortalecendo a cidadania e a incidência política, temos o compromisso de formar 900 agentes que ajudem o SUS a funcionar – a UBS, a UPA –, para que a saúde melhore e que tenhamos saúde de qualidade, com o objetivo de promover e garantir o acesso aos direitos essenciais do povo brasileiro – direito à saúde e à proteção social, em especial.

Diante disso, nós, entidades – o Programa Justiça Econômica, Grito dos Excluídos, Pastoral da Saúde, pastorais sociais da CNBB, Comissão Brasileira Justiça e Paz e a Campanha Jubileu Sul, com o apoio, lógico, da CAF da Inglaterra e da União Europeia –, repudiamos todas as ações propostas que signifiquem perdas e o não reconhecimento dos direitos sociais estabelecidos na nossa Constituição.

Portanto, defendemos "nenhum direito a menos" e que avancem novos direitos. Somos contra também o desmonte da seguridade social, porque ele tira benefícios dos trabalhadores e trabalhadoras, como a desvinculação dos benefícios sociais do salário-mínimo. Não aceitamos que as atuais medidas afetem aposentadoria, pensões, licença-maternidade, auxílio desemprego, auxílio-doença ou salário família, e defendemos a continuidade do vínculo com o salário-mínimo e benefícios sociais previdenciários. (*Palmas.*)

A desvinculação proposta terá como consequência imediata o aumento da pobreza e da desigualdade social. Portanto, não a essa desvinculação.

Repudiamos qualquer estratégia que venha a macular o direito universal à saúde pública. Estamos atentos a toda a movimentação que, através de propostas de emendas à Constituição, queiram converter a saúde pública em mercadoria. A nossa Constituição diz que saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Saímos e sairemos sempre em defesa do Sistema Único de Saúde, como está sendo a tônica desta audiência. Por isso, exigimos a garantia de que os recursos federais, estaduais e municipais destinados à área da saúde e também à educação sejam garantidos. Entendemos que qualquer emenda que retire recursos dos direitos sociais está desvirtuando a constitucionalidade. Portanto, não ao desmonte do SUS e sim à implementação completa dele, que, no meu entender, é o melhor sistema do mundo. É claro que não está funcionando como deveria, mas nós queremos que funcione 100%, e não que seja desmontado, como é a proposta por aí.

Rejeitamos o ajuste fiscal, que, sob o argumento de reorganizar a economia brasileira, visa limitar gastos públicos em saúde e em educação. Portanto, não ao subfinanciamento da saúde pública e dos direitos sociais. Por todo um processo histórico construído por diversos movimentos e organizações sociais, reafirmamos que não daremos nenhum passo atrás. Nossa luta é permanente. Nenhum direito a menos! Sim à conquista de novos direitos e à garantia do SUS.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ BASSEGIO – Para concluir, quero destacar a unidade entre o Parlamento, os movimentos sociais e os diversos estudiosos que vão falar aqui, nas Mesas. Fazendo esse mutirão conjunto, nós vamos defen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

der o SUS, vamos garantir que ele continue, e que todos tenhamos saúde e vida digna, e saúde de qualidade para todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Bassegio, Secretário Executivo do Grito dos Excluídos Continental, e Coordenador-Geral do Projeto Direitos Sociais e Saúde: fortalecendo a cidadania e a incidência política.

Eu e o Luiz nos conhecemos há mais ou menos quarenta anos.

O SR. LUIZ BASSEGIO – Desde Pelotas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde Pelotas e da eleição do Sindicato de Canoas, ainda. Vocês estavam lá ajudando. Não esqueçam que a CNBB me ajudou muito. Não era para contar aqui, mas os padres ajudaram lá. O sindicato não funcionava e era uma exploração enorme. Eu acabei coordenando todo aquele Vale dos Sinos, o polo petroquímico. As primeiras reuniões eram no salão da igreja matriz lá de Canoas. Não era para contar? Agora já contei! (*Risos.*)

Ajudou muito. Ajudou muito. Eu queria agradecer muito o Luiz. Depois, na fundação da CUT estivemos juntos também. Agradeço a sua fala neste momento.

De imediato, passo a palavra agora ao Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Dr. Cornelis Johanes Van Stralen.

O SR. CORNELIS JOHANES VAN STRALEN – Eu cumprimento, em primeiro lugar, o Senador Paulo Paim, e, em nome dele, todos os presentes aqui.

Quero parabenizar o Projeto Direitos Sociais e Saúde, Senador, pela organização desta audiência, que conta com um reflexo do movimento pelo SUS, pela defesa do SUS.

Estou representando aqui uma entidade que existe há quarenta anos. Então, nós podemos falar que há mais ou menos quarenta anos começou esse movimento para a reforma sanitária, para criar um sistema digno de saúde para o Brasil. Quarenta anos parece muito tempo, e na realidade acho que já foi tempo demais. Nesses quarenta anos, grandes avanços foram obtidos – avanços surpreendentes. Eu mesmo comecei, por exemplo, a minha história em saúde pública na década de 1970, no norte de Minas, onde a maioria dos Municípios não tinha absolutamente nada; nada – nenhum profissional de saúde, nenhuma unidade. E agora, em todos os Municípios nós encontramos serviços de saúde, ações de saúde em termos de promoção e prevenção.

Eu nasci num país pequeno, então eu acho uma coisa fantástica o que foi conseguido nesses 40 anos. Por outro lado, é impressionante como as elites políticas, econômicas e setores da classe média até hoje não conseguem aceitar que saúde é um direito social, e que um morador de rua deve ter a mesma assistência à saúde que um Senador. Então, isso também é uma coisa surpreendente. Nós avançamos tanto e agora estamos num momento em que percebemos que há esses setores que resistem a qualquer desenvolvimento social. Isso nos preocupa muito, porque estamos fazendo grandes mobilizações e, ao mesmo tempo, entra no Congresso a PEC 241 que, na realidade, vai criar grandes estrangulamentos para a saúde e outros direitos sociais. Nós temos que nos organizar contra isso, mas essa não será uma luta fácil, porque nós temos uma dissociação atualmente entre os Legislativos, desde os de pequenos Municípios até o Congresso. Sem uma associação entre os movimentos sociais e o Legislativo, nós não vamos conseguir avançar com o SUS, com os direitos sociais.

Acho que este momento, de organizar esta audiência pública aqui no Senado, é um momento estratégico para descobrirmos que não podemos manter isolados os movimentos sociais e o Legislativo, o mundo político. E temos que reconstruir os vínculos, porque vamos ter agora eleições municipais e podemos perceber que muitas pessoas já falam: "Ah não, não quero saber, vou votar em branco". Isso é muito preocupante. Então, nós temos que aproveitar, inclusive, as eleições municipais para recriar a ligação entre o mundo político e a sociedade.

(Soa a campainha.)

O SR. CORNELIS JOHANES VAN STRALEN – Então, eu parabenizo novamente o Projeto Direitos Sociais e Saúde, que faz um trabalho muito bom, que pode inclusive estimular outros movimentos para continuar nessa direção.

E cumprimento novamente o Senador por ter criado esta oportunidade aqui para reunir as pessoas, para tentar criar uma religação entre a sociedade e o mundo político. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Cornelis Johanes Van Stralen, Presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), que fala na mesma linha daquilo que defendo.

Permitam-me aqui dizer: olhando a Contag, lembrei-me do Adão Preto, que veio do movimento rural e faleceu. Ele sempre dizia a seguinte frase, Dr. Cornelis: "Nunca se esqueça, Paim: um pé na rua e um pé no Par-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

lamento". É essa vinculação dos movimentos sociais com o Parlamento. Nós temos que agir lá fora e agir aqui dentro também.

Parabéns pela sua contribuição a este debate tão importante.

Agora, com satisfação, passo a palavra ao Dr. Carlos Alves Moura, advogado e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP).

Eu não vou dizer, mas houve uma época em que eu, com muita dificuldade na minha campanha ao Senado, quando eu saía da Câmara para o Senado... Isto eu não vou contar para vocês, não. (*Risos.*)

A dificuldade era enorme, porque eu vinha para cá por causa daquela história do negociado sobre o legislado. Eu perdi lá por dois votos, e veio para cá. Eu disse: "Eu vou ser candidato para derrubar, no Senado, essa história de rasgar a CLT".

Aí, o Moura saiu da CNBB e ficou uma semana lá no Estado fazendo campanha: Movimento Negro, CNBB. Enfim, deu certo.

Eu quero agradecer aqui, de público, ao Moura pelo papel militante que ele tem na história. (*Palmas.*)

Eu contei o meu caso, mas, com certeza, centenas de casos que ele acompanhou eu poderia citar aqui.

Vamos lá, Dr. Moura.

O SR. CARLOS ALVES MOURA – Muito obrigado, Senador Paim, generoso como sempre.

Eu quero agradecer ao Senador e à equipe dele nesta Comissão, articulada pelo Augustino, por terem respondido de pronto à solicitação da Comissão Brasileira Justiça e Paz para que esta reunião fosse realizada sobre a temática à qual todos nós aqui já nos referimos.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Jovita José Rosa, companheira combatente, sempre presente conosco nesta caminhada.

Permita-me também, Senador, cumprimentar os presentes na pessoa dos companheiros da Contag, entidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Contag. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – ... entidade de que eu tive a honra de assessorar a fundação no século passado. Por isso, o Senador tem quase a minha idade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que bom, que bom.

O SR. CARLOS ALVES MOURA – A temática que se fere nesta audiência pública é de grande importância para todos nós, de grande importância para todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Moura, permita-me – eu vou descontar do seu tempo, vou retomar de novo os cinco minutos – fazer um apelo aqui, porque o sistema de televisão circula em toda a Casa. Informaram-me agora que há dezenas de pessoas que querem vir para a audiência pública e não estão tendo acesso. A minha preocupação é grande. E tomo a liberdade de falar agora, nesta Mesa, pelo papel que representa a CNBB e a questão do SUS. Amanhã, nós vamos ter uma audiência pública com 550 inscritos, são pessoas com deficiência. E a audiência pública se inicia às 8h30 no Petrônio Portella. Eu já estou calculando como essas pessoas com deficiência vão poder entrar aqui amanhã. Então, eu quero fazer um apelo à segurança que tenha sensibilidade e deixe as pessoas chegarem a uma audiência aqui para falar sobre o SUS. É só para falar sobre saúde, sobre vida. (*Palmas.*)

A insensibilidade é tanta hoje, e calculem amanhã, quando vão chegar cadeirantes, pessoas com deficiência visual – vão ficar jogadas ao tempo, no sol ou no frio, porque a temperatura muda todos os dias. Houve outro dia em que fizemos uma audiência que era para se iniciar às 9h, mas que se iniciou às 11h devido à dificuldade para entrar aqui.

Por isso, Moura, eu quero fazer um apelo mais uma vez e pedir para o Augustino, se puder, dar uma chegada lá e levar essa minha mensagem para liberarem as pessoas para virem para a audiência.

Volta o tempo do Carlos Moura.

O SR. CARLOS ALVES MOURA – É muito importante essa providência do Senador Paim, porque o Parlamento não pode funcionar, não pode trabalhar de portas fechadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – O Parlamento existe e é legitimado quando mantém diálogo permanente com a sociedade, principalmente com os mais excluídos.

Eu dizia que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas e econômicas que objetivam a redução do risco de doenças e de outros agravos e o acesso universal e igualitário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Isso está promanado da Constituição Federal. O direito à saúde pública é pautado na universalidade de cobertura e na integralidade de assistência.

A assistência integral deve ser compreendida como um conjunto de ações e serviços que buscam informar, prevenir e tratar doenças e agravos à saúde, garantindo ao indivíduo a proteção do seu potencial biológico e psicossocial e a recuperação da sua saúde. São determinações da Constituição Federal, Constituição essa escrita também pelo Senador Paulo Paim.

O Brasil, senhoras e senhores, passa por momentos de instabilidade institucional a exigir de cada um todo o cuidado para preservar os fundamentos da nossa democracia. Os problemas econômicos e sociais que afligem a nossa sociedade, especialmente os pobres, não podem ser enfrentados com a supressão de direitos conquistados penosamente. É por isso que a CLT é intocável. (*Palmas.*)

Direitos conquistados penosamente e assegurados na Constituição Federal também não podem servir de pretexto para se imporem mais sacrifícios aos segmentos mais desassistidos da população, como, infelizmente, a história registra.

À população hão de ser assegurados prioritariamente a manutenção de suas árduas conquistas e o acesso cada vez maior aos benefícios da seguridade social, da educação, da saúde, do emprego, da cultura, da habitação e da renda digna.

Não se pode combater a desigualdade com mais desigualdade.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – É um princípio de justiça distributiva que os setores mais privilegiados da sociedade devam ser prioritariamente convocados a colaborar com a diminuição do débito social.

A estabilidade das relações intrassociais exige que a adoção de políticas públicas, principalmente aquelas que afetam áreas mais sensíveis, seja precedida de amadurecida reflexão e da necessária e ampla discussão com a comunidade que será afetada, sob pena de não produzirem a eficácia desejada. Daí porque a população precisa e deve ser ouvida não somente nesta Casa de Parlamento, mas também nas casas dos Executivos, nas prefeituras, nos governos estaduais e no Governo Federal.

As manifestações populares e os movimentos sociais constituem força viva de participação democrática merecedoras do respeito e do diálogo. (*Palmas.*)

A busca do equilíbrio fiscal e da execução orçamentária, instrumentos meios, não pode suplantar os fins sociais da gestão do Estado. Antes de se pagar a dívida monetária, há de se resgatar a dívida social histórica, exigência fundamental da dignidade da pessoa humana.

Ao lado desses cuidados necessários, há de ser dada a devida relevância às medidas legais de combate à corrupção, que se manifesta seja pela apropriação de riquezas que pertencem ao povo, seja pela sistêmica, histórica e enorme sonegação tributária que debilita o Erário e dificulta, sobremodo, a realização dos fins do Estado de bem-estar social.

Já veementemente condenada pelo Papa Francisco, a adoção da receita neoliberal mutila os direitos sociais, estimula o desemprego, reduz os benefícios previdenciários, compromete a soberania nacional à exploração de nossas riquezas, estimula a desigualdade, esquece os pobres, ignora a sustentabilidade, tudo em favor das exigências de um mercado desumanizado, concentrador e predatório.

Atentos, portanto, aos ventos futuros, e com a convicção de que a cidadania é um bem a ser construído e defendido a cada dia, desejamos que a esperança continue confortando as expectativas de todos os brasileiros, especialmente dos mais carentes, e que possamos nós, brevemente, encarar um Brasil caminhando no sentido do desenvolvimento pleno, onde homens e mulheres possam ter acesso aos meios de produção, onde não haja desemprego, onde todos possam encontrar um espaço de sobrevivência com dignidade, onde não haja racismo, onde não haja preconceito e onde não haja discriminação,...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALVES MOURA – ... onde negros e negras possam viver em condições de igualdade com os outros povos que construíram essa nacionalidade, onde os povos indígenas possam ter suas terras sagradas reconhecidas e garantidas, conforme atribuições e recomendações da Constituição Federal. Por tudo isso, pela democracia, pelo respeito à dignidade humana, possamos nós, dos movimentos sociais, nos unir, estar juntos, de braços dados na defesa da democracia, na defesa do Estado de direito, para que a legislação não seja utilizada para ferir preceitos éticos e morais, para que a legislação seja utilizada na perspectiva reta da justiça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alves Moura, advogado e Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz. Meus parabéns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

pela fala brilhante, como sempre, que vai na linha, destacada por V. Exª, do Papa Francisco, na linha de olhar principalmente para aqueles que mais precisam. Parabéns, como sempre, pela sua fala.

Eu queria cumprimentar, agradecendo a presença aqui conosco, do sempre Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, que hoje é coordenador do gabinete, anteriormente, da maioria, mas hoje da minoria. (*Palmas.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Por enquanto!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por enquanto! Essa é a vida.

É um militante permanente dos direitos humanos. É uma alegria tê-lo aqui conosco. Poderá usar a palavra, pela sua militância, no momento que entender adequado.

Convido para usar a palavra agora a Presidenta do Instituto de Fiscalização e Controle, Drª Jovita José Rosa. Aqui dizia "Presidente". Eu fiz questão de dizer "Presidenta".

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Eu vou ficar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique à vontade. Você tem cinco minutos, como são dados a todos.

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar toda a Mesa.

É uma pena que D. Leonardo tenha saído, porque eu discordo um pouco dele. O SUS não pode ser pensado só para os pobres. O SUS é do povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SUS é nosso. Nós, na nossa audácia de sonhar, de ser esperançados, pensamos em uma reforma sanitária, em uma luta que não durou menos que vinte anos, e conseguimos garantir, na Constituição, o direito de todos à saúde e o dever do Estado. Essa é uma forma de extravasar a nossa esperança e de ir contra a lógica do capital. Nós vemos a grandiosidade do SUS e precisamos garantir essa continuidade, porque quando o movimento da reforma sanitária, Senador, conseguiu garantir na Constituição, eu penso – eu não estava muito na luta naquela época – que eles acharam que isso bastava, e afrouxaram um pouco a luta. Temos que colocar a mão na nossa consciência e falar: "Nós afrouxamos a luta".

Também, Senador, quando o movimento sindical e popular conseguiu garantir um trabalhador na Presidência da República, nós afrouxamos a luta, e a nossa luta é contra o capital, a nossa luta é contra esse lucro desenfreado, essa sede insaciável de lucro e mais lucro. E o SUS vai nessa contramão.

Eu sou servidora do Ministério da Saúde e trabalho no Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Há 23 anos eu fiscalizo o dinheiro da saúde em todo o Brasil, que é o maior orçamento da União. Este ano, se não houvesse corte nenhum, acho que geraria algo em torno de R$110 bilhões de recursos repassados. Desses R$110 bilhões do orçamento da saúde, mais de 70% vão para Estados e Municípios, Senador, realizarem ações e serviços de saúde. E pasmem: aqui em Brasília, eles têm dificuldade para executar esse valor. Nos Estados também, e nos Municípios, eles têm dificuldades. Então, as pessoas colocam o dinheiro – principalmente desse recurso que o Ministério da Saúde repassa mensalmente, religiosamente – e deixam guardado no banco, rendendo juros. O dinheiro do SUS em Brasília está salvando o BRB! Agora, as pessoas estão morrendo.

Eu desafio as pessoas a pedirem, a solicitarem pela Lei de Acesso à Informação os saldos bancários das contas do SUS, principalmente do dinheiro que o Ministério da Saúde repassa. É isso que temos visto ao longo desses anos na fiscalização. O Sistema Nacional de Auditoria do SUS foi pensado pelo legislador em 1993, há 23 anos. Esse sistema tem que acontecer no componente federal, que é o Ministério da Saúde, no componente estadual e no componente municipal. O Decreto nº 1.651 diz que os Estados e Municípios farão os seus sistemas de auditoria conforme o Ministério da Saúde fizer. Então, se o Ministério da Saúde até hoje não regularizou o sistema de auditoria dele, isso desobriga os Estados e Municípios.

Se você contrata um serviço, você tem que fiscalizar, você tem que acompanhar a execução desse serviço. O que acontece? Às vezes, eu fico muito repetitiva nessa situação, porque precisamos do controle interno. Qualquer empresa, em qualquer lugar, tem que saber o que está gastando. Eu não vejo muito isso no SUS, e não é questão de a gestão ser privatizada da forma como estão querendo aqui no DF.

O que nós fizemos? Nós criamos um sindicato, a Unasus, e nos juntamos a outras entidades da área de controle, porque percebemos que o controle social nos conselhos, no Brasil inteiro, é limitado; e muita gente está lá para garantir o não funcionamento do SUS. Infelizmente, existem pessoas no Conselho Nacional de Saúde que estão lá para garantir sua fatia do mercado. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – E aí, Senador, nós criamos o Instituto de Fiscalização e Controle, do qual sou Presidente; outras entidades da área de controle do TCU, da CGU, os auditores da Caixa, os policiais federais, os peritos federais... Nós pensamos assim: se fizéssemos auditorias e fiscalizações no Brasil inteiro, em todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

cidades, isso seria insuficiente se não mobilizássemos a população usuária. Então, nós criamos um projeto que se chama Auditoria Cívica na Saúde. Nós temos feito isso.

(Soa a campainha.)

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Nós trabalhamos com mais de 300 organizações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais um minuto.

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – O.k. Nós trabalhamos com mais de 300 organizações não governamentais para o controle social independentes e autônomas. E nós vamos ao Município – já visitamos mais de 60 Municípios – e mobilizamos a população local para fiscalizar o programa Saúde da Família. Por quê? Porque mais de 70% das internações...

(Soa a campainha.)

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – ... e dos óbitos vêm da não execução da atenção básica. Então, precisamos resgatar o SUS pela atenção básica. Não adianta pensar que vamos resgatar o SUS pelos hospitais. Temos que minar essa forma, essa sede de lucro por causa da doença – a doença dá lucro. Nós fizemos, aqui em Brasília, no dia 10 de junho, 68 unidades de postos de saúde; daqui para o final do ano, vamos fechar essas unidades, vamos fazer 100%. O GDF quer colocar nas mãos de OSs a atenção básica. Nós estamos mobilizados.

Profª Lígia Bahia, nós vamos resgatar o SUS pela mobilização dos usuários, da população usuária, e estamos aqui para contribuir no que for preciso.

Desculpe o meu tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ficou no tempo.

Muito bem, Drª Jovita José Rosa, Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle.

Como o D. Leonardo não está mais... Eu acho que é uma força de expressão que ele usou e que eu também uso seguidamente: quem quiser plano de saúde particular, que faça. O que nós queremos é um SUS de qualidade e que, de preferência, seja até melhor que os planos de saúde! (*Palmas.*)

Mas quem quiser ter o seu plano de saúde, que faça. Na verdade, nós falamos a mesma linguagem; a mesma linguagem. É força de expressão. Aqueles que mais precisam querem um SUS de qualidade e, se não desviarem o dinheiro do SUS, como V. Exª coloca muito bem, nós teremos um SUS de qualidade, que pode dar inveja a muito plano de saúde. Agora, quem quiser ir para o plano de saúde, que acha que tem condição, que vá, sem problema nenhum.

Mais uma vez, uma salva de palmas para a Drª Jovita, pela sua forma tranquila de falar, ajudando aqui na direção dos trabalhos. (*Palmas.*)

Eu quero registrar a presença da Direção da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. É brilhante o trabalho que estão fazendo aqui em Brasília e no Brasil. (*Palmas.*)

E também os representantes do Conselho Regional de Saúde de Planaltina, e os militantes da saúde de Santa Catarina, que estavam aqui no plenário até há pouco tempo. (*Palmas.*)

O Embaixador, embora não estivesse previsto... Aqui nesta Comissão sempre se quebra o protocolo, ouviu? Vou avisar à Mesa que o tempo de vocês era de três minutos; eu cheguei e já dei cinco. O pessoal já me olhou ali...

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto terá que sair devido à correria aqui no Senado, mas ele quer fazer uma saudação aos senhores. Pode falar daí mesmo.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode. Aperta o botão; vai acender a luz verde. Isso.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Muito bem. Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim pela realização desta audiência pública de extraordinária importância, e dizer que a constituição de um bloco da minoria, que espero que venha a se tornar maioria, é um passo importante para estimular o relacionamento – como disse o Senador, um pé no Parlamento e um pé na rua – entre este bloco de oposição e os movimentos sociais. É de extraordinária importância isso, porque há uma verdadeira avalanche, um verdadeiro tsunami de proposições legislativas a partir deste Governo, ou desgoverno, cujo objetivo principal é justamente reduzir, cancelar todos os direitos previstos na Constituição, como aqueles que o meu querido amigo Carlos Moura mencionou agora há pouco, entre eles a questão do direito à saúde dos cidadãos e dever do Estado de prover as condições para que os cidadãos tenham acesso à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Hoje, há uma pequeníssima minoria que tem acesso à saúde verdadeiramente, inclusive a saúde no exterior. Eles aqui não se tratam, tratam-se fora, quando estão doentes. Vão para Houston, vão para Boston, vão para a Espanha, para se tratarem, e querem negar àqueles mais pobres, àqueles mais excluídos o direito de se tratar, o direito de se cuidar.

Desse modo, queria dizer que esse bloco de oposição constituiu uma unidade de assessoramento, de articulação com todos os Senadores do bloco e com os movimentos sociais, e que estamos às ordens para a cooperação. Mais do que com o diálogo, para a cooperação com todos os movimentos sociais, em especial aqueles movimentos sociais na área da saúde.

Estamos diante – e vou terminar – de um seriíssimo risco, que é essa PEC, que estamos chamando de PEC da doença e da violência, porque aqueles recursos, que já são escassos para atender, de forma digna, a toda a sociedade brasileira, serão ainda mais reduzidos.

Desse modo, estamos nessa luta, que é a luta de toda a sociedade brasileira, que é a luta pelos seus direitos, os direitos da sociedade como um todo, em especial daqueles que mais precisam, como mencionou Carlos Moura, creio, os mais excluídos.

Muito obrigado, Senador, meus parabéns.

Meus parabéns a todos os participantes desta audiência e a todos que aqui estão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

Permita-me, roubo uma frase que ouvi baixinho aqui da Drª Jovita, que chamou essa PEC de PEC da morte.

A frase é sua. Apenas ouvi baixinho aqui. É um bom nome: PEC da morte.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – PEC da morte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria registrar a presença aqui conosco da Frente Democracia e Saúde. (*Palmas.*)

Muito bem.

E também a presença do Conselho Federal de Farmácia, na figura de membro da comissão parlamentar, Dr. Everton Borges. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal e a Pastoral da Saúde. (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra ao Dr. Thierry Dudermel, chefe da Cooperação da União Europeia no Brasil.

Eu não sei se a pronúncia é essa, mas eu tento acertar.

Thierry Dudermel.

O SR. THIERRY DUDERMEL – Muito obrigado.

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Gostaria de cumprimentar, através do Senador Paulo Paim, os companheiros da Mesa e todos vocês.

É uma honra estar aqui, convidado, na Casa do povo brasileiro.

Gostaria de explicar um pouco por que a União Europeia tem decidido apoiar a cooperação com o Brasil. Isso existe, porque esse projeto tem recebido o nosso apoio.

Existe uma parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil. A União Europeia, como o maior doador de ajuda ao desenvolvimento do mundo, e o Brasil, como ator cada vez mais engajado no mundo em desenvolvimento, manifestaram a vontade política de conjugar esforços para levar capacitação para o desenvolvimento e prosperidade aos países em desenvolvimento. Isso resulta da vontade dos cidadãos europeus e de seus representantes. Apesar da crise econômica, apesar de um contexto muito difícil, com a crise dos migrantes, em que aparecem, às vezes, formas até de racismo, de xenofobismo, os cidadãos europeus ainda manifestam um apoio muito grande às políticas de solidariedade com o resto do mundo. Gostaria de ressaltar isso. (*Palmas.*)

Essa ação, precisamente, externa da União Europeia consiste, entre outros, em atividade para melhorar as condições de vida das populações em situações de vulnerabilidade, incidindo sobre as questões de violência contra a mulher e jovens, a melhoria do acesso à educação, à saúde – assunto da nossa reunião de hoje –, a participação do mercado de trabalho, a vida pública em geral, atuando sobre os sistemas legais, as instituições públicas e sobre os cidadãos em geral.

Esses temas são incluídos nos nossos diálogos com diferentes países e perante entidades como a Organização das Nações Unidas e também com programas de financiamentos a diferentes países.

Nesse âmbito, a União Europeia também reafirma a importância das organizações da sociedade civil nos países parceiros, para a realização dos objetivos de desenvolvimento, e propõe um trabalho mais estratégico em prol do seu empoderamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nesse contexto, a União Europeia tem apoiado diversos projetos em parceria com entidades governamentais e organizações da sociedade civil nas cinco regiões do Brasil, com o escopo maior de cumprir com os objetivos de desenvolvimento do milênio e reduzir as desigualdades sociais.

Precisamente esse projeto que nos reúne hoje – direitos sociais e saúde – foi selecionado, através de um edital competitivo. Gostaria de salientar que é uma iniciativa dos movimentos sociais aqui presentes, com o apoio da ONG britânica Oxfam. Isso se reveste de uma importância para nós na medida em que realmente é uma iniciativa que vem das bases.

(Soa a campainha.)

O SR. THIERRY DUDERMEL – Consideramos que esse projeto – direitos sociais e saúde – é extremamente importante, pois visa a reforçar a participação popular e o controle social na gestão da saúde pública, para garantir que os princípios e o financiamento público, conforme estabelecido na Constituição Federal, sejam efetivados, melhorando o acesso da população mais vulnerável aos serviços de saúde pública.

Através do projeto, espera-se aumentar as capacidades de agentes, lideranças e redes da sociedade civil para que atuem na área da saúde pública, no financiamento e no orçamento, elaboração de propostas, monitoramento, incidência política com impacto no sistema SUS, responsável pelo atendimento de 71% da população brasileira.

O projeto defende a saúde como um direito dos cidadãos e dever do Estado. Assim, o projeto vai ajudar as comunidades, através do processo de informação, fazendo-as conhecerem os seus direitos e empoderando-as no sentido de terem os seus direitos garantidos.

Daí o nosso pleno apoio a essa iniciativa. Eu gostaria de salientar a importância para nós e, mais uma vez, agradecer a oportunidade, Senador, e reafirmar o nosso apoio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito obrigado ao Thierry Dudermel, que fala como Chefe da Cooperação da União Europeia no Brasil, demonstrando toda a sua preocupação com esse desmonte e apoiando os programas que efetivamente defendem o povo brasileiro.

Eu gostaria de agradecer muito. Para nós, é muito importante este seu depoimento. E se puder, peço que o deixe por escrito junto à Mesa, para que eu possa, depois, ler no Plenário inclusive essa posição.

Passamos a palavra, neste momento... Depois, os Senadores que estiverem presentes poderão usar da palavra, naturalmente.

Registro algumas presenças. Já esteve conosco aqui, além do Senador Hélio José, o Senador Vicentinho. Está também a Deputada Federal Angela Albino, do PCdoB. (*Palmas.*)

A todos eu cumprimento.

Estão me lembrando e me pediram que avisasse, nesta Mesa ainda, que vamos ter o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do SUS. Local: Plenário 1, Anexo 2, Ala das Comissões, Câmara dos Deputados; às 17 horas. Estão todos convidados.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Geniberto Paiva Campos, que aqui assumiu o lugar na Mesa do Dom Leonardo. O Sr. Geniberto Paiva Campos é médico cardiologista e Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP).

O SR. CARLOS ALVES MOURA (*Fora do microfone.*) – E é meu cardiologista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é cardiologista do Moura, ele me disse aqui.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Obrigado, Senador.

Eu queria saudar a Mesa e saudar o nosso anfitrião, Senador Paim. Mas, em nome de todos, eu quero saudar a Jovita, e, na plateia, neste momento, quero pelo menos saudar outra guerreira, outra lutadora da causa da saúde, que é a Drª Lígia Bahia. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gostaria de fazer um apelo ao Plenário. O Dr. Geniberto vai encerrar esta Mesa, e é muito importante que vocês e eu consigamos ouvir a mensagem dele.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Obrigado, Senador.

Este tema que me coube, "SUS e democracia", não deixa de ser um tema redundante. Eu acho que o SUS, por natureza, é alguma coisa que explicita uma democracia e não é, em absoluto, um sistema para pobres, porque não há nada mais frágil do que um rico doente. E estou falando como profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, é importante colocar aqui uma cronologia da origem do SUS, que é na Constituição de 1988. E ele é promulgado como lei em 1990. Por que essa data é importante para um programa com esse nível de compromisso, de ambição, no bom sentido? É porque o nascimento do SUS coincide exatamente com a inflexão do processo de globalização. E estou citando aqui o Otaviani, num trabalho de 1997. Ele coincide com a inflexão de uma coisa nova, uma coisa que nos deixa perplexos pelos seus métodos, que é exatamente o neoliberalismo. É um nome realmente bonito, mas, em sua prática, ele está mostrando o que é já há algum tempo. O Estado neoliberal caracteriza-se pela inserção do Brasil como mercado emergente da economia global; ele busca a desregulação, a abertura dos mercados e – pasmem! – a internacionalização da indústria, da agricultura – todo mundo fala hoje em agronegócio – e do sistema bancário.

Então, o SUS, recém-nascido, nesse momento, tornou-se uma espécie de anacronismo do sistema econômico que passou a viger, algo a ser apenas tolerado.

É importante que saibamos disso. Nem todo aquele que diz "Senhor, Senhor" entraria no Reino dos Céus, e nem todo aquele que se diz favorável ao SUS, no fundo, na hora de tomar uma decisão, se mostra coerente com esse apoio ao SUS. (*Palmas.*)

Talvez, a coisa mais emblemática – peço desculpas por estar falando aqui na Casa – foi em 2007, com a extinção da CPMF. E a CPMF foi fruto do trabalho também muito guerreiro de um colega, um ilustre cardiologista, cirurgião cardiovascular, Dr. Adib Jatene; ele conseguiu fazer a CPMF. Em 2007, vimos a extinção rápida, pura e simples da CPMF. Lembro-me de que – lamento falar isso – isso foi comemorado aqui enfática e alegremente pelo Congresso Nacional. Eu nunca vou me esquecer daquela cena, quando estavam tirando R$40 bilhões da saúde. E o mais incrível: o pessoal comemora! Então, nós estamos diante de uma situação em que temos que entender o que está acontecendo. O SUS é isso. O nascimento do SUS coincide com isso.

Mas o SUS tem uma característica como sistema de saúde. O sistema de saúde brasileiro nasce, é concebido como uma instância moderna de saúde pública e de saúde integral.

(Soa a campainha.)

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – E o que é a saúde integral? É aquela que é voltada para as pessoas e não para os pacientes. Essa diferença é fundamental. A Jovita já colocou aqui: o pessoal olha para o hospital.

Eu vi que, por exemplo, na convocação desta reunião, sai uma fotografia do Hospital do Gama, da sala de espera do Hospital do Gama. Então, esta visão, voltada para o hospital – e não é só no núcleo –, constitui um erro básico, um erro inaceitável. Você hoje não faz assistência à saúde somente no hospital, somente atenção básica ou atenção intermediária.

Então, hoje, o que temos a fazer? Promoção de saúde, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, atendimento domiciliar – o Samu mostra essa necessidade – e o tratamento paliativo, que chamávamos antes de fora de possibilidade terapêutica, pois esses doentes precisam também de atenção. E eu queria lembrar – talvez legislando um pouco em causa própria – os idosos. Os idosos hoje constituem um desafio fundamental pelas suas peculiaridades e por tudo que estamos aprendendo em relação a essa nova condição. Tal como a criança, que não é só um adulto jovem, o idoso tem as suas peculiaridades.

Eu vou falar sobre financiamento e gestão. São dois assuntos fundamentais. Eu caracterizo o financiamento como uma causa externa do Sistema Único, e a gestão, eu diria, é um problema interno e, a meu ver, é hoje um dos problemas fundamentais. Por quê? Rapidamente, eu diria que o subfinanciamento é a mais importante causa externa a dificultar a operacionalização do Sistema Único. Por várias razões, a saúde se tornou um desafio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou voltar a fazer um apelo. Eu sei que a sala está lotada, e é bom que esteja lotada, havendo gente, inclusive, no corredor, mas, para ouvir bem a exposição, o silêncio é fundamental. Para quem quiser conversar com o colega ao lado – não há problema –, eu só peço que dê uma fugidinha para o corredor, converse ali e depois volte. O.k., pessoal?

Vamos lá.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – O subfinanciamento é importante, porque não atende às necessidades crescentes do SUS. Basta olhar como vem evoluindo, por exemplo, a medicina. Cada vez mais, há métodos caros, métodos complexos de diagnóstico e de tratamento, e isso tem que ser obrigatoriamente democratizado. E aí, sim. Uma coisa curiosa é que, às vezes, quem tem plano de saúde utiliza o SUS. Isso é uma coisa que tem de ser regulamentada. Eu não diria através do pagamento, mas é outra discussão. Então, os aportes do Governo Federal são decrescentes: começavam em 70% e hoje estariam em torno de 50%. No restante, a outra metade, talvez 25% do Estado e 25% do Município. Os governos estaduais e municipais completam esse orçamento, mas, para um sistema que garante integralidade, universalidade e equidade, é preciso que real-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

mente sejam generosos esses aportes. O SUS precisa de mais recursos para cumprir suas funções precípuas e não pode ser subfinanciado. Isso não pode ser objeto de discussão.

Eu entro agora num assunto sobre o qual precisamos refletir bastante. Na realidade, precisamos fazer a nossa autocrítica. Em relação à gestão, eu diria que ela é assumida como a mais relevante causa interna. Então, é alguma coisa intrassistema que está em jogo. Ela representa esse entrave na operacionalização do sistema. Considerando os crescentes avanços científicos e tecnológicos da área da saúde, seria necessária – eu diria essencial – uma gestão ágil e eficiente capaz de acompanhar essa evolução. No século XXI, com esses novos desafios, com essas novas entradas de tecnologias para diagnósticos e tratamentos, não se pode estar com a cabeça no século passado.

A pergunta é a seguinte: como se organizam os comandos centrais e periféricos do Sistema Único de Saúde? Qual a lógica das estruturas organizacionais e operacionais de um sistema descentralizado desde a sua concepção? Eu queria lembrar que o SUS já se chamou Suds – e esse "d" de Suds significa descentralizado. Depois, talvez tenha se achado...

(Soa a campainha.)

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – ... que era desnecessário.

Esses mecanismos de controle...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem mais dois minutos.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Obrigado.

Os mecanismos de controle criados para dar organicidade e funcionalidade ao SUS vêm se revelando frágeis e desfuncionais ao longo do tempo. Cada macrorregião, cada Estado, cada Município interpreta o sistema como se, de repente, tivessem sido criados milhares de sistemas, porque cada Município interpreta de um jeito e recebe o encargo sem ter uma noção clara, nenhuma tradição de cuidar da saúde.

Essas concepções gerenciais democráticas e participativas, porém, equivocadas, em que todos mandam e ninguém manda, trazem sérias consequências na área assistencial, porque o SUS não pode se tornar um fórum de debates. Ele não pode deixar de ser...

(Soa a campainha.)

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – ... um sistema assistencial fundamental. Então, eu diria que temos que repensar esse sistema, porque as comissões bipartites e tripartites em que só se decide por consenso talvez não sejam a melhor maneira de se adotar um sistema prestador de serviço de saúde na sua globalidade.

Para finalizar, em relação ao SUS e ao Governo interino, eu acho que existe uma estratégia única deste Governo, que é um desmonte com muita pressa das conquistas sociais alcançadas até agora. A prioridade de repasses... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem de ter destaque essa frase, porque ela é muito verdadeira.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Muito obrigado.

A prioridade de repasses do sistema neoliberal de governo é outra: garantir o lucro do sistema financeiro internacional, mesmo às custas do desenvolvimento do País, não é só de alguns sistemas. Isso é uma coisa fundamental. É bom que saibamos – porque há coisas que não entendemos na área financeira – que, em 2015, no ano passado, o Brasil pagou R$0,5 trilhão ou quase R$480 bilhões de uma dívida que precisamos discutir, a chamada dívida pública, que impede o desenvolvimento do País, que impede a sustentação de programas. (*Palmas.*)

Para encerrar, definitivamente, recentemente, um colega, por quem tenho uma grande estima, o Dr. Drauzio Varella, que foi definitivo na *Folha de S.Paulo*, disse o seguinte sobre o SUS, para minha grande surpresa: "Políticas públicas destinadas exclusivamente aos mais pobres estão fadadas ao fracasso". A segunda frase com que ele encerra o seu texto: "Está na hora de deixarmos de lado a hipocrisia utópica e o estrabismo ideológico de antigamente". O texto é "Os limites do SUS", *Folha de S.Paulo*, 28 de maio.

(Soa a campainha.)

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – A questão social é agora ideológica. Antes, era caso de polícia. Seria preciso dizer mais?

Eu agradeço, Senador. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Dr. Geniberto Paiva Campos, médico cardiologista e membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz.

Eu agradeço muito a esta Mesa.

Peço que eles retornem ao plenário para que eu possa, neste momento, convidar a segunda Mesa.

Já passaram por aqui o Senador Telmário Mota, o Senador Hélio José, o Senador Valdir Raupp, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Vicentinho Alves.

Cumprimento, que está também aqui conosco, o Paulinho, que é líder sindical da Fiocruz.

Também registro a presença do Mário Jorge Filho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde.

De imediato, convido para a Mesa: Dom Roberto Paz, Bispo da Diocese de Campos, Rio de Janeiro, e Bispo Referencial Nacional da Pastoral da Saúde da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Vereador de Campinas e Professor de Medicina da PUC, Pedro Tourinho; Lígia Bahia, Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ (IESC/UFRJ) e integrante da Comissão de Política, Planejamento e Gestão da Abrasco – seja bem-vinda, Lígia –; Carlos Ocke, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – seja bem-vindo, Carlos –; Isabela Soares Santos, pesquisadora do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (Daps/Ensp/Fiocruz) e Diretora Executiva do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) – seja bem-vinda, Isabela –; Ronald Ferreira, Presidente da Fenafar e do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Sejam todos bem-vindos.

Vamos, de imediato, aos convidados, com o tempo, conforme acertado, de cinco minutos para cada um. Isso é devido ao horário, mas podem ter certeza de que o Presidente aqui será muito tolerante: quem precisar de dez falará dez. Como são 10h37 e esta é a segunda Mesa e não há uma terceira Mesa, pelo que vi, então, porque já ouvi o grito geral aqui da Mesa dizendo: "Quanto?! Só cinco?!", valeu a reclamação, mostrando que a pressão funciona, serão dez minutos para cada um aqui na Mesa.

Dom Roberto Paz, com a palavra para seus dez minutos.

O SR. DOM ROBERTO PAZ – Eu quero saudar com muita estima e admiração os participantes desta segunda Mesa, mas também os da primeira Mesa, que acompanhei com muito interesse, aprendendo muito também.

Aqui, devemos detalhar o financiamento do SUS ou o subfinanciamento ou a míngua que dificulta a sua operacionalidade, bem como a realização dos princípios que foram defendidos e elencados aqui, tão caros à vida e ao direito à saúde universal e integral do nosso povo.

Eu queria dizer que estou falando como Pastor Referencial desta Pastoral que, para mim, é a menina dos olhos, porque não é aquele refrão "saúde é o que interessa", mas saúde é vida, é salvação da pessoa humana... (*Palmas.*)

É a pessoa por inteiro, é recuperar a inteireza do ser humano. Então, é uma luta pela humanização, para sermos mais humanos, plenamente humanos.

Meu olhar vai ser o olhar de uma foto artesanal da experiência de milhares de agentes da saúde, agentes comunitários, que compartilham o sofrimento com o povo, mas também são aliados na luta e na esperança. No fundo, cada ser humano tem fragilidades, mas também tem suas potencialidades, e o agente da saúde está nesse meio ajudando, fazendo nascer essa esperança: visitam, encorajam, amparam ou cuidam do povo sofredor, animando-o a lutar pela cidadania plena, que acho que é o grande fulcro deste encontro aqui, hoje.

Como cantava a estrofe do Hino da Campanha da Fraternidade de 2012... Fizemos duas Campanhas da Fraternidade sobre saúde: em 1981, Fraternidade e Saúde; e, em 2012, que a saúde se difunda sobre a terra. Aqui temos um médico simpático, velhinho, humanitário, que, como bom samaritano, atende a quem está caído. Não vai perguntar: "Você tem plano de saúde, meu filho? Você tem convênio?". Não, o ser humano é qualquer irmão nosso que está precisando da nossa ajuda. E tem que ser universal mesmo, como foi defendido aqui, o SUS. E é para pessoas, muito bem, compartilho isso. A pessoa como centro. Vejam bem o que dizia a primeira estrofe:

> Ah! Quanta espera, desde as frias madrugadas,
> Pelo remédio para aliviar a dor!
> Este é teu povo, em longas filas nas calçadas,
> A mendigar pela saúde, meu Senhor!

O cidadão não pode ser mendigo, o cidadão não pode estar ao léu assim, depender de favores. E tem mais: o dinheiro não é do Governo, o dinheiro é público, é da sociedade, o Governo ajuda a administrar. Eu queria dizer também que esses efeitos que sentimos no dia a dia, no nosso trabalho pastoral, é resultado disso, do SUS. O financiamento, o retiro das dotações orçamentárias previstas pela Constituição, a renúncia fiscal em favor dos planos de saúde privados, a entrega ao capital estrangeiro deste campo são, sem dúvida, o cenário que explica a triste sina do paciente que não tem recursos, experimenta o corredor da morte hospitalar, que, muitas vezes, se torna um corredor sem saída, a mistanásia, esta palavra que, hoje, é diferente de eutanásia:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

mistanásia. "Bom, alguém vai morrer. Vamos escolher o que tem mais probabilidade." Como se pudéssemos fazer a escolha de Sofia, banalizar assim a morte dos pacientes, é a roleta russa no atendimento.

Em uma sondagem do Ipea, a maioria das pessoas se depara com três problemas na saúde: a falta de médicos, a falta de leitos e a dificuldade de chegar a uma consulta.

A questão do financiamento do SUS, como também já foi dito, e com muito melhor propriedade do que eu, está enquadrada em um patamar e em um conjunto mais amplo, que a Constituição chama de Sistema de Seguridade Social, com seus três componentes: saúde, assistência social e previdência, que é a arquitetura, por assim dizer, dos direitos sociais e defende o Estado garantista, o Estado social de direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só...

O SR. DOM ROBERTO PAZ – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria cumprimentar a presença da Senadora Regina Sousa – eu já ia convidá-la para se sentar à mesa conosco –, que é uma militante dos direitos humanos, tem tudo a ver com esta reunião, e sempre digo que me representa. (*Palmas.*)

Já está conosco aqui o Senador Humberto Costa, militante dos direitos humanos, foi Ministro da Saúde. (*Palmas.*)

Eu já convidava todos, Humberto, para o lançamento da Frente do SUS.

Viu, Humberto Costa, em seu nome, já convidei todos para estarem hoje à tarde, às 17h, no lançamento.

Ele será um dos coordenadores da Frente Parlamentar do SUS, bela iniciativa do movimento. (*Palmas.*)

Volto a você, e descontarei do seu tempo a minha fala.

O SR. DOM ROBERTO PAZ – Estávamos a falar que é bom entender o SUS sempre em um marco muito maior, que é o Estado garantista de direito, Estado social de direito.

A respeito da crise que estamos passando, não podemos esquecer a conjuntura internacional, especialmente na América Latina. Diz muito bem o jurista Raúl Zaffaroni, que está sendo instaurado em todos os países da América Latina uma espécie de autoritarismo *cool*, suave. O Papa Francisco falou no Ceilão de golpes suaves.

Não nos damos conta, mas estão alterando a arquitetura dos direitos, estão alterando o sentido e o funcionamento das instituições. Por isso se dá – Paulo Bonavides também afirma isto – a desconstrução do constitucionalismo progressista na América Latina.

Vemos que não se trata apenas, nesta crise, de falta de dinheiro em caixa, mas o foco está em tirar direitos, voltarmos a uma democracia restrita ou de fachada, violando a proteção e a dignidade das viúvas, dos idosos, dos pobres e dos excluídos. Por isso, afirmamos sem medo: golpear o SUS é golpear a democracia... (*Palmas.*)

... é destruir a democracia, é destruir a equidade, é destruir a justiça social com o princípio humanizador.

A solução do SUS, no entanto, não virá de uma visão tecnocrática, de sanitaristas de gabinete aliados à indústria farmacêutica ou à medicina mercantil, mas da mobilização do povo como esta, em torno do direito à vida, em torno do direito à saúde, conclamando a todos os movimentos, associações, comunidades a se unirem nesta luta que vai além do SUS, não fica no SUS. Por isso é uma luta abrangente e integradora.

É necessário compreender que qualquer alternativa ao SUS será voltarmos à barbárie, ao descaso, ao despojamento dos direitos. Longe de regredir, como foi também afirmado aqui, na Mesa anterior, temos que avançar no financiamento público, na tributação progressiva, na construção de um paradigma de saúde mais totalizador, que supere como, gostei desta ideia, o modelo hospitalocêntrico, intervencionista, que seja mais centrado na vida, na pessoa, na família e no cuidado da casa comum. (*Palmas.*)

Também devemos começar a onerar as chamadas indústrias da doença: a bebida, o tabagismo, o capitalismo selvagem das multinacionais da saúde. Por isso, todos os homens e mulheres de bem, todos os cidadãos de todos os credos e filosofias, que sejam honestos e decentes, devem se dar as mãos, para que a saúde, como colocávamos em 2012, se difunda na nossa Pátria, se difunda em toda a Terra (Eclesiástico, 38-8), para que tenhamos, deveras, um Estado democrático social de direito, não mais patrimonialista, excludente, mas servidor e gerador da cidadania.

Quero também convidar a repudiar e a denunciar a falsa proposta de cobertura universal da saúde ou saúde para pobres, que não produz cobertura para todos, mas pacotes limitados de serviço que não respondem nem atendem à saúde e às carências do nosso povo.

Finalmente, desejo fazer uma oração: Que o Deus da vida e fonte de misericórdia e da saúde plena nos permita evitar a espoliação e a morte do nosso povo!

E, talvez com pessimismo na análise, mas com muita coragem e esperança, vamos mudar este quadro. Quero terminar com as palavras de D. Hélder Câmara:

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. DOM ROBERTO PAZ – Sonho que se sonha só é um sonho apenas, mas quando se sonha juntos e no coletivo, mudamos a história. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. D. Roberto Paz, Bispo da Diocese de Campos, Rio de Janeiro, e Bispo Referencial Nacional da Pastoral da Saúde da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mostrando caminhos aqui, para que, efetivamente, sejamos sujeitos da nossa história, nós todos.

Meus cumprimentos. Parabéns pela fala.

De imediato, o Vereador de Campinas e Professor de Medicina da PUC, o Sr. Pedro Tourinho.

O SR. PEDRO TOURINHO – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer imenso estar aqui para defender os direitos, defender a vida, neste momento particularmente crítico em que o Brasil está, de encruzilhada efetiva, e a discussão sobre direitos sociais e seguridade social está posta em xeque, dado que o pacto da chamada Nova República, no meu entender, se rompeu, e o que se apresenta, de forma muito clara, rápida e voraz, é uma agenda que jamais seria referendada pelo povo em um contexto de debate franco e público sobre que rumos o Brasil deve tomar. Essa agenda caminha, estende seus tentáculos, a sua direção de desconstrução de forma particularmente clara para o arcabouço das políticas sociais que foram tão duramente conquistadas ao longo de muitas décadas de luta por inúmeros militantes, entidades e movimentos.

Eu acho que essa encruzilhada, neste momento, se apresenta para as pessoas em a falsa dicotomia de que, no Brasil – e acho que em qualquer lugar do mundo –, ela é, de fato, impossível, que é uma apresentação para as pessoas, para o público, para a opinião pública, da possibilidade de o Brasil resolver seus problemas na área da saúde não através de um modelo calcado na lógica da necessidade, na lógica do direito, na lógica da seguridade e da proteção social, mas, sim, na lógica do seguro, na lógica de uma relação de mercado, na qual se paga por um pacote de produtos e se consome esses produtos na medida em que se apresentam as necessidades.

Quem vivencia a realidade dos planos privados de saúde no Brasil e em outros países do mundo onde esse tipo de modelo é o modelo preferencial para a garantia da assistência à saúde sabe que esse é um modelo que, necessariamente, é excludente, tem um custo progressivo na medida em que a idade das pessoas avança. Ele acaba, por consequência, rejeitando justamente as pessoas mais velhas, que são aquelas que vão usar o sistema de forma mais intensiva e, portanto, vão custar mais ao sistema de seguro.

No caso de um país como o Brasil, sabemos que existe uma situação em que uma parcela absolutamente imensa da população ficaria descoberta. Quando falamos assim, parece que alguém está propondo acabar com o SUS. O discurso público feito não é o de acabar com o SUS. O discurso que se faz é um discurso enviesado, indireto, de enxugamento do Estado, de necessidade de contenção de gastos sociais. Um discurso que é falso, porque sabemos que o que de fato onera a União não são os gastos sociais, são os gastos com o pagamento de juros e amortização de dívidas, são os benefícios garantidos sempre para o setor financeiro. Mas o discurso que tem tomado o espaço da opinião pública é o discurso da necessidade de contenção de gastos sociais, e é esse discurso que vem justificar a proposta de emenda à Constituição que, talvez, seja uma das medidas maia draconianas, mais surpreendentemente desumanas que se viu um governo assumir publicamente na história da nossa República.

A PEC 241, fosse ela vigente desde o ano de 2003, nós teríamos acumulado hoje, em relação ao que tivemos, um déficit de R$314 bilhões, de acordo com a Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde, da qual eu já fui membro; R$314 bilhões a menos teriam sido investidos no SUS, fosse essa emenda vigente desde 2003. De agora até 2018, caso essa emenda à Constituição seja de fato efetivada, nós teremos menos R$12 bilhões, pelo menos, de investimentos no Sistema Único de Saúde. Então, em que pese não haver uma discussão pública para acabar com o SUS, o que essa proposta de emenda à Constituição de fato representa é a morte do SUS por asfixia; é uma morte lenta que vai, progressivamente, tornando um sistema que nunca foi adequadamente financiado...

Se estivéssemos falando de um sistema que é razoavelmente financiado e que, talvez, tivesse que ter algum tipo de contenção, mas nós falamos de um sistema que já faz um verdadeiro milagre com uma quantidade escassa de recursos, produzindo saúde, produzindo assistência, prevenindo, cuidando das pessoas das mais diversas formas com uma quantidade pequena de recursos. Ainda assim, fala-se em diminuir essa quantidade de recursos.

O que se apresenta, de fato, é, sim, uma agenda que foi manifestada pelo Ministro interino da Saúde, Ricardo Barros, nessa manifestação que, pela sua péssima repercussão, foi depois desmentida e tentou-se escamotear as suas claras consequências. O Ministro aponta que o modelo do Sistema Único de Saúde não é um modelo desejável para ele e para os seus. O que se apresenta como alternativa é a expansão da oferta, talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de planos de saúde pautados nessa lógica do seguro, que, como falei aqui, têm a marca de negarem às pessoas a assistência que não está estabelecida no contrato e de serem, necessariamente, cada vez mais onerosos na medida em que as pessoas envelhecem e, portanto, excludentes. Essa é a alternativa que existe em outros países como modelo, como, por exemplo, nos Estados Unidos.

Vemos o setor financeiro, o setor dos planos de saúde cada vez mais fazendo força para garantir que, com o não funcionamento do Sistema Único de Saúde, com a inviabilização da saúde como direito social no Brasil, progressivamente teremos a migração cada vez maior das pessoas, forçosamente, para esta lógica: planos populares, planos baratos, planos que supostamente vão garantir saúde para as pessoas, mas na prática não o farão.

Essa é a extensão da ameaça posta ao Sistema Único de Saúde neste momento, certamente o momento mais grave, de maior risco, para toda a lógica de cidadania, de integralidade, de universalidade e do reconhecimento da saúde como um direito social na história do Brasil redemocratizado. Nunca tivemos nada parecido.

Vale colocar que muitos dos usuários do Sistema de Saúde Complementar foram para a rua e protestaram pedindo mudanças no Brasil não imaginavam que, efetivada essa mudança, também os planos de saúde seriam duramente abalados. Sabemos que o parque de equipamentos hoje instalados no sistema suplementar de saúde já não dá conta da população que ele deveria atender e não dará conta de um fluxo ainda maior de usuários que essa lógica proposta talvez coloque.

Para além disso, também se apresenta aí outra estratégia de sufocamento, que é o sufocamento do SUS através do sucateamento dos seus serviços assistenciais e dos seus elementos que demarcam essa lógica de garantia de direitos. Estou falando de um ataque à Luta Antimanicomial, de um ataque à consolidação da atenção básica no Brasil, de um ataque às políticas voltadas para setores que são históricos, como por exemplo a política de Aids e outras políticas importantes que, necessariamente, têm que ser pautadas por uma ótica da laicidade, da pluralidade, do Estado garantidor de direitos e que reconhece as diferenças entre as pessoas e, necessariamente, investe e cuida mais de quem mais precisa.

Novamente, essa é a extensão do ataque que está posto ao Sistema Único de Saúde hoje.

É indispensável que iniciativas como a Frente Parlamentar Mista em Defesa do SUS tenha uma ação itinerante, militante, para produzir e aumentar a sustentação, o lastro social que defende o Sistema Único de Saúde, que defende a lógica da seguridade social como a lógica que, preferencialmente, deve ser adotada no nosso País, defendida.

O SUS, em que pese o imenso corpo de atores que temos aqui hoje, sofre, carece de mais lastro social, de mais força...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TOURINHO – Vou concluir, Senador.

Precisamos de muito vigor, muita vitalidade, para de fato enfrentarmos essa onda conservadora, essa onda de destruição de direitos.

Quero terminar saudando o saudoso Gilson Carvalho, que foi quem me ensinou sobre financiamento e sobre a saúde. (*Palmas.*)

E quero terminar mesmo dizendo: Fora Temer!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Pedro Tourinho, Vereador de Campinas, professor de medicina da PUC.

Só confirma esse dado para mim: a PEC 241, que nós chamamos de PEC da morte, R$314 bilhões a menos do SUS, só de 2013?

O SR. PEDRO TOURINHO (*Fora do microfone.*) – De 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De 2003. Eu tinha tomado nota 2013 também. Porque esses dados...

O SR. PEDRO TOURINHO (*Fora do microfone.*) – É o valor acumulado de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. São dados que eu vou usar depois no plenário, por isso eu quis conferir, me deixariam mal lá se eu não conferisse.

Obrigado. Peço que deixe os dados aí.

Por favor, Lígia Bahia, Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ (IESC/UFRJ) e integrante da Comissão de Política, Planejamento e Gestão da Abrasco.

Antes da sua palavra, quero registrar a presença, com enorme satisfação, do José Carlos Vieira, representando a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Seja bem-vindo aqui nesta caminhada de todos nós.

Por favor, Profª Lígia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª LÍGIA BAHIA – Bom dia a todos e a todas.

Nesta Mesa, estamos com mais mulheres: eu, a Isabela e a Senadora. Então, triplicamos a nossa representação de mulheres.

Queria agradecer muito, muito, muitíssimo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍGIA BAHIA – Não, mas para enfeitar também. (*Risos.*)

Eu queria agradecer muito o honroso convite para integrar esse esforço de audiência pública convocada pelo Senador Paim, do qual eu sou fã há bastante tempo. É muito prazer, então, estar aqui.

Vou aproveitar todas as intervenções anteriores, inclusive de colegas que são estudiosos do tema, como o Cornelis, o Geniberto, a Jovita, que estiveram na Mesa anterior, e agora, também, esta exposição muito aprofundada do Pedro, e, claro, para não dizer que o nosso bispo, que eu fiz questão de sentar do lado dele para ver se eu melhoro minha passagem para a outra dimensão... (*Risos.*)

Acho muito importante esse trabalho da Pastoral e a gente vem avançando na compreensão do sistema de saúde. É grande esse esforço que a CNBB faz. Sinceramente, parece uma tese de doutorado a exposição aqui, e teria sido aprovada na universidade.

Mas eu também tenho que falar alguma coisa, afinal de contas, eu também fui convidada. Eu acho que já se falou bastante, mas eu queria dividir minha intervenção em dois pequenos pontos: um deles é tratar desse problema do financiamento do SUS. Na realidade, nós somos um País que gasta pouco com saúde. É muito importante que os Parlamentares saibam disto: nós gastamos menos com saúde do que a média mundial dos gastos com saúde. Então esse é um ponto importante. Nós gastamos mais na parte privada do que na parte pública com saúde, o que torna o SUS um problema crônico de subfinanciamento. O SUS sempre foi subfinanciado desde o seu surgimento, embora tenha sido um projeto formalmente muito bem-sucedido.

A aprovação bem-sucedida no SUS na Constituição foi muito mal-sucedida ao longo da sua existência, no que diz respeito ao financiamento. É importante constatar isso neste momento, porque foi a luta do financiamento que nos trouxe até aqui. Passamos 15 anos na esperança de que a regulamentação da emenda constitucional fosse ser tão virtuosa para o SUS. Entretanto, ela não foi. E ela não foi no Governo golpista atual. Ela foi no Governo anterior. Nós perdemos no Governo anterior. E isso nos desorganizou enormemente, porque essa foi a luta que nos fez, continuamente, estar em torno do SUS. Não é à toa que, neste momento, nesse golpe, ele abate o SUS pelo financiamento, mas ele abate o SUS também pelas condições em que ele nos encontra; as condições em que nos encontra em termos de organização.

Eu queria falar um pouco sobre esses dois pontos por quê? Porque é muito importante que a gente constate que os 2 milhões de assinaturas entregues, ou seja, uma manifestação viva da sociedade, da campanha capitaneada pela CNBB, não desapareceram no Congresso. Houve uma votação. Dom Leonardo usou uma metáfora: "Eles desapareceram". Só que eles não desapareceram. Houve uma votação, inclusive os partidos progressistas votaram contra a gente, inclusive alguns Parlamentares sanitaristas votaram contra uma regulamentação que seria a regulamentação mais correta para que o SUS tivesse recursos. Isso nos abateu imensamente.

Hoje, então, é muito importante que a gente retome a nossa presença nesta Casa, com algum grau de reflexão, sem o que é como se essa história não tivesse ocorrido, e essa história ocorreu.

Portanto o que se passa agora não é uma novidade em si; a novidade em si é o discurso no qual ela vem embalada. Na realidade, o discurso hoje para retirar recursos da saúde é novo, ele é o discurso que os direitos sociais não cabem no Orçamento, ou seja, qual é o discurso? A Constituição brasileira não cabe no Orçamento. Esse discurso repetido, reiterado *ad nauseam* é novo, mas o financiamento do SUS não é novo. Portanto é importante que reconheçamos essa retórica, reconheçamos o que tem sido as ações práticas, especialmente para nos orientar nessa luta.

O que tem acontecido? Só se fala do lado da despesa, só se fala em cortar despesa. Não se fala em como que podemos arrecadar mais. Sonegação fiscal é corrupção. Sonegação fiscal é corrupção! (*Palmas.*)

E isso não tem sido, em momento algum, dominado adequadamente. Chama-se corrupção o que não se paga de Previdência no País, o que não se paga de imposto e o que se tem de dedução fiscal, isenção, etc. Na saúde, essas práticas teriam que ser sustadas imediatamente.

Em segundo lugar, é muito importante que a gente divida esse conhecimento que temos. O "austericídio", que é o que se pretende praticar neste País –na realidade, é o que já está se praticando neste País – mata, matou na Grécia, matou na Rússia. Na Rússia, as taxas de esperança de vida diminuíram em função do ajuste fiscal.

Essas experiências estão escritas, há artigos científicos relatando todos esses processos. O que vai acontecer no Brasil é que as condições de saúde vão piorar, não é alguma coisa que não tenha consequência. Nós pioraremos as taxas de mortalidade infantil, pioraremos as taxas de mortalidade materna. Portanto, isso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

pode ser tratado como uma medida tecnocrática de contas que os economistas fazem nos seus gabinetes. Isso tem consequências para a vida dos brasileiros, para as futuras gerações desses brasileiros. Então, esse é um segundo ponto.

Penso que todo esse conhecimento acumulado deveria ser tornado mais prático e ser repassado para os Senadores, para as Senadoras, para os Deputados, para as Deputadas.

Outro ponto a que também gostaria de me referir é que diria que essa PEC é a PEC da morte. Mas, o clientelismo político praticado hoje pelo governo golpista também mata. (*Palmas.*)

O que tem acontecido hoje, no Ministério da Saúde, é um escândalo. A entrega, a outorga do Ministério da Saúde para o PP, entregar de presente o Ministério da Saúde para um partido político para que esse partido político balcanize o Ministério da Saúde é um crime! É um crime contra a saúde, é um crime contra a vida. (*Palmas.*)

E isso está acontecendo debaixo das nossas barbas. Não apenas o ministro não tem nada a ver com a saúde como agora foi nomeado para o segundo cargo mais importante da saúde, que é a Secretaria de Atenção à Saúde, cujo orçamento é maior do que o do Ministério da Defesa. Eu diria que é um clientelismo ao cubo. Ele é, ao mesmo tempo, filantrópico, privado, e dirige uma OS. Essa pessoa, essa experiência de imensa promiscuidade entre o público e o privado está sendo recompensada pela nomeação de uma pessoa no segundo cargo mais importante da saúde no país.

Nas condições normais de temperatura e pressão, o currículo dessa pessoa seria imediatamente vetado. Não é possível que interesses públicos e privados se misturem desta maneira, em pleno século XXI, num país que ainda é a oitava economia do mundo. E isso tem sido tratado assim dessa maneira.

Entrega-se a Secretaria de Saúde Indígena. Na realidade, a Secretaria de Saúde Indígena foi entregue antes, ainda no mandato de Marcelo Castro. E assim vai se balcanizando, nessa prática que se naturaliza. Por quê? Naturaliza-se por que também aí não precisa de tanto dinheiro. Se é para transformar o Ministério da Saúde em negócio, se é para que na próxima eleição municipal os candidatos desse partido sejam contemplados com algum dinheiro, esse orçamento é suficiente. Ele não é suficiente se for para que o Brasil tenha mais saúde.

Ele é suficiente para essa prática de pequenos negócios de uma maneira totalmente desavergonhada. O Ministro da Saúde se reúne com diretores de hospital e, nessas reuniões, comparecem Deputados. Os Deputados é que nomeiam quem vai fazer as compras desses hospitais.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍGIA BAHIA – Não existe mais mediação, não existe mais o que é uma razão técnica e o que é, então, esse clientelismo político. Eu diria que esses dois elementos estão completamente combinados. Não é um problema só de financiamento, é um problema político que tem que ser tratado nessa Casa.

E, por fim, eu queria dizer que que, apesar de tudo isso, dessa crise, uma palavra de esperança – aprendi com Dom Leonardo: nós estamos mais unidos neste momento, nós teremos que nos unir. E acho muito importante que o Senador Paulo Paim também seja o nosso Senador, que o Senador Paulo Paim seja um Senador para chamar de meu. Por quê? Por que o Senador Paulo Paim luta pela previdência há muito tempo, pela CLT há muito tempo, e não é possível mais a gente trazer tudo isso tão fragmentado. A gente não pode mais ficar: quem luta pela previdência, quem luta pela saúde e tal. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

A SRª LÍGIA BAHIA – Eu queria propor, finalmente, que fizéssemos um seminário sobre saúde, previdência, direitos sociais, no Senado, com bastante tempo, nos dedicássemos a isso. Por quê? Por que, no meu modo de ver, temos hoje que enfrentar o seguinte desafio, e chamar para o seguinte desafio: nós queremos discutir com a velha direita e nós queremos discutir com a nova direita. Nós temos argumentos. Nós queremos chamá-los para que esses argumentos fiquem explícitos. Chega de disfarce!

Eu diria que nós, neste momento de crise, ganharíamos muito se fôssemos capazes de fazer com que os quadrados, os lugares de onde falamos, os lugares onde nos situamos fiquem mais claros para a população.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Lígia Bahia.

E já de pronto a Comissão de Direitos Humanos se propõe, inclusive com os organizadores deste evento e de todo o dia de hoje, a realizar um seminário sobre a seguridade social, assistência, saúde e previdência.

Está aceita já a sua proposta. Vamos somente acertar a data em comum acordo, junto com a CNBB naturalmente e com todos os segmentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Professora Lígia – faço questão de repetir – é Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ (IESC/UFRJ) e também integrante da Comissão de Política, Planejamento e Gestão da Abrasco. Parabéns, Doutora.

Passamos a palavra, de imediato, a Carlos Ocke, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Registramos a presença aqui da Senadora Fátima Bezerra.

A Senadora Regina Sousa está aqui na Mesa. E só faltam mais dois e, em seguida, as Senadoras usarão também da palavra.

O SR. CARLOS OCKE – Bom dia. Na pessoa do Senador Paulo Paim, gostaria de cumprimentar todos os Senadores e Deputados presentes, fazer uma saudação aos meus colegas, minhas colegas da Mesa, a todos os presentes.

O título deste debate é "Financiamento do SUS frente aos anúncios do Governo interino".

A primeira observação, que me caberia fazer é entendermos que a PEC 241 é a expressão objetiva, no plano fiscal, ou seja, no plano da disputa dos recursos públicos, do caráter antidemocrático, do caráter de desmonte da Constituição de 1988 e dos direitos sociais do Governo interino, ou seja, a discussão em torno da PEC 241 é central, seja na luta institucional, seja no movimento social, no movimento popular.

Portanto, meus companheiros, minhas companheiras, derrotar a PEC 241 é fundamental para a garantia dos direitos sociais, para defender a Constituição de 1988, e, se vocês me permitem, para derrotar o Governo interino no Senado Federal. (*Palmas.*)

Não há dúvida. Sou do Ipea, estou fazendo parte de um Grupo Técnico Interinstitucional de Discussão sobre Financiamento do SUS, com a presença, Senador, de colegas do Ipea, de colegas da USP, da PUC de São Paulo, de colegas da Fiocruz, de colegas de outras instituições.

Não há dúvida de que, do ponto de vista setorial, a PEC 241, na prática, objetivamente, fere, destrói o art. 196 da Constituição, qual seja, que a saúde é um direito social. Olhando para trás ou para frente, significa reduzir os gastos públicos em saúde, em relação ao PIB, e significa reduzir os gastos em saúde pública, em relação ao setor privado. No fundo, observem, a PEC 241 tem como pressuposto, no campo da saúde, um modelo de privatização dos serviços de saúde. (*Palmas.*)

Outro elemento fundamental, ainda no campo da PEC 241, que gostaria de chamar a atenção, é a questão da vinculação. A questão da vinculação extrapola o debate orçamentário. A vinculação, em 1988 – e temos alguns Constituintes presentes nessa sala – tem como objetivo dizer à sociedade brasileira que é prioridade do Estado o combate à desigualdade social e à desigualdade regional. Foi isso que significou a vinculação das fontes de custeio do orçamento da seguridade social, que este País teria um compromisso com a redução histórica da desigualdade neste País. E não precisa ser um gênio ou ser ilustre para saber que, objetivamente – vou repetir esse adjetivo –, concretamente a política de saúde é desconcentradora de renda. Portanto, a PEC 241, no setor saúde, além de representar o desmonte do SUS e a privatização dos serviços, amplia a desigualdade, não só o acesso ao serviço de saúde, mas a própria desigualdade na sociedade brasileira. Ela é extremamente perversa e precisa ser combatida pelo bloco histórico progressista, seja na luta institucional, seja na luta popular.

As políticas de saúde no Brasil, Senador, a meu ver, até pelo campo progressista, Ronald, Profª Lígia, demais companheiros e companheiras, sempre, de certa maneira foram mal compreendidas. Em que sentido? É verdade, a política de saúde tem, sim, um papel de melhorar a qualidade da atenção médica e de melhorar sobretudo as condições de saúde da população. Mas, no caso da América Latina, no caso do capitalismo periférico, seriam as políticas sociais elementos estruturais fundamentais para o desenvolvimento econômico da nação? Saúde é intensiva e força de trabalho, emprega, ainda mais no ciclo recessivo, portanto, contribui para formação do produto, da renda nacional e mesmo da inovação tecnológica, em particular em uma área de fronteira, que é biotecnologia.

A saúde pode ampliar a produtividade da força de trabalho, tão necessária na atual conjuntura do capitalismo internacional. Como já disse, ela é desconcentradora de renda. O gasto público em saúde, além do mais, pode ter um impacto positivo sobre a inflação setorial. Ou seja, não houve uma compreensão, Senador, da hegemonia que estava no poder sobre a importância de colocar a política social ou de radicalizar as políticas sociais como um centro de desenvolvimento econômico no País.

Isso não significa nada perto da 241. Houve erros, mas nada perto da 241. A 241 é uma proposta objetiva contra o SUS, contra o Estado e contra a democracia, bem diferente do que ocorreu nos últimos 13 anos.

A meu ver...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É apenas um registro. O Senador Lindbergh vai ter que ir para a Comissão do Impeachment e não vai poder estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós estamos abrindo a Comissão do Impeachment agora. Queria muito ficar aqui. O Samuel Pinheiro Guimarães já passou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já passou. É o Líder da Minoria agora, só para avisar a todos. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS OCKE – Gostaria de, neste momento, apesar da conjuntura defensiva em que nos encontramos, discutir um programa mínimo em defesa da democracia, dos direitos sociais e do SUS, uma estratégia defensiva de acúmulo de força. Mas também aproveitar este momento e colocar, dividir e compartilhar com vocês o que parece ser uma agenda fundamental na atual conjuntura histórica em relação ao setor saúde.

Primeiro, não há dúvida, ampliar o financiamento, melhorar a gestão e potencializar o controle social, até porque está muito claro que boa parte dos problemas de gestão do SUS – óbvio, cara pálida! – decorre dos problemas de financiamento, em particular em relação aos recursos humanos. Para melhorar a qualidade da atenção médica e, portanto, ser mais eficiente, ter um melhor serviço, você precisa ter mais recursos financeiros e organizacionais e não menos, como prega a ideologia liberal – ou neoliberal, se vocês preferirem.

A segunda agenda às vezes também é um pouco esquecida entre nós. De certa maneira, a Profª Lígia Bahia tem o mérito de ter sido pioneira nesse debate, que é a questão da regulação do mercado de serviços de saúde. A nossa agenda é uma agenda dupla, de fortalecimento do SUS, de um lado, e de outro fortalecimento da capacidade regulatória do Estado em relação ao mercado de planos de saúde, em relação ao mercado de equipamento médicos, em relação ao mercado de medicamentos.

Precisamos ampliar a luta chamando a classe média em defesa da redução dos gastos das famílias e dos empregadores com bens e serviços privados de saúde. Ao lado da defesa do SUS, ao lado da luta pelo fortalecimento do financiamento do SUS, precisamos fortalecer a capacidade regulatória do Estado, do mercado de serviços de saúde colocando como objetivo primeiro reduzir, repito, os gastos das famílias e dos empregadores, pasmem, com bens e serviços privados de saúde.

Por fim, Senador, se o senhor me permite, eu gostaria de fazer uma ponderação ou uma crítica construtiva. O senhor, em algum momento na Mesa, colocou que se a pessoa quiser consumir o plano de saúde ela pode consumir. Naturalmente entendi a sua fala – e concluo a minha fala com apresentação desse ponto –, mas é necessário não só que os analistas de políticas de saúde, mas também o movimento popular, as autoridades governamentais, ou seja, o bloco progressista entendam que existe, companheiros, uma relação estrutural, fundamental entre o padrão de financiamento público, entre o Estado e a dinâmica de acumulação capitalista do mercado de planos de saúde. É isso que explica, é essa a razão dos subsídios. Ou seja, os subsídios não representam uma desoneração qualquer no setor saúde, mas uma pedra fundamental para produção e reprodução econômica dos planos de saúde.

Isso vale no Brasil, vale nos Estados Unidos, vale na Austrália, vale no Canadá, mesmo na era do capital financeiro. Por quê? Porque o setor saúde tem uma característica específica, economicamente apresenta uma tendência de custos e preços crescentes. Se ele é organizado de forma capitalista, vai apresentar problemas de rentabilidade, porque vai ter que operar com preços muito altos. Mas saúde é política socialmente relevante para o exercício de hegemonia dos Estados. O que o Governo faz? Ele subsidia essas atividades privadas socialmente relevantes.

Portanto, a questão da renúncia fiscal é um elemento central também na agenda na luta contra a privatização do sistema de saúde brasileiro.

Concluo dizendo que o Ipea fez um estudo com a Receita Federal do Brasil analisando o que os acadêmicos chamam de gasto tributário. Mas vamos falar sério: é subsídio. Em 2013, os subsídios destinados – isso é dado oficial do Ipea e Receita Federal do Brasil – à pessoa física e à pessoa jurídica, aos planos de saúde giraram em torno de R$10,5 bilhões.

Pergunto aos gestores aqui presentes, ou aos represente dos gestores aqui presentes: esse recurso poderia ser alocado para habilitar hoje a discussão na CIT e no Ministério da Saúde dos R$3,5 bi para média e alta complexidade? Esses recursos poderiam ser alocados para investir nas UBS e nas Upas que estão sem funcionar e estão prontas?

E concluo a minha contribuição neste debate. Lutar contra a 241 é lutar pela democracia, é lutar pelos direitos sociais, é lutar pela vivificação do SUS.

Vida longa ao SUS! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Ocke. Acho que você entendeu bem o que eu quis dizer e eu entendi bem o que você quis dizer. É como se eu dissesse que, de hoje em diante, não vai ter mais universidade privada. Vai ter, mas ninguém está dizendo isso, como vai ter, e quem quiser que vá para a universidade privada, nós não vamos fechá-las. Com os planos de saúde é a mesma coisa. Queiramos ou não, eles vão existir. O que você não quer é que haja subsídio. Aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sim, é a unanimidade o nosso ponto de vista. Não tem que haver subsídios, mas se eles quiserem existir, que existam. (*Palmas.*)

Se o cara que ganha R$10 bilhões, como aqui alguém falou do plenário, quer ter um plano de saúde que ele vai pagar no inferno ou no céu, que vá para lá, mas nós queremos que os planos de saúde não sejam subsidiados e, sim, que haja investimento no SUS. Então, falamos a mesma coisa. Com certeza absoluta é a mesma visão.

Passo a palavra agora para Isabela Soares Santos, pesquisadora do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (Daps/Ensp/Fiocruz) e Diretora Executiva do Centro Brasileiro de Estudos (Cebes).

Por favor, Isabela. Depois o Ronald e as duas Senadoras.

A SRª ISABELA SOARES SANTOS – Muito obrigada. Bom dia a todos. Queria fazer um agradecimento especial à Comissão de Direitos Humanos do Senado, em especial ao Senador Paim, aos colegas de Mesa, público participante, às mais de 100 pessoas que estão lá fora tentando entrar e ainda não conseguiram, ao projeto Direitos Sociais e Saúde, que também está participando ativamente deste evento.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de complementar uma coisa. Acho que é muito importante essa conversa entre o Senador Paim e o Carlos Ocke, mas quero complementar que não é só que não haja subsídios. Temos que pensar que quando há subsídios, além da questão financeira, o Estado está fazendo uma política que induz que as pessoas que podem se beneficiar desse subsídio. E quem são? São as empresas privadas, que podem deduzir do seu lucro e as pessoas que pagam imposto de renda, ou seja, é o topo da sociedade. Em um país muito pobre, quem paga imposto de renda é a grande minoria ou a minúscula minoria. Estamos privilegiando que essas pessoas se beneficiem desse subsídio, e isso faz com que essas pessoas, que em geral são formadoras de opinião da sociedade, usem os planos privados de saúde e não usem, na sua totalidade dos serviços, mas em outras coisas, o SUS. Então, elas deixam de estar sendo as grandes defensoras do SUS. Então, acho essa política perversa, muito ruim desse ponto de vista.

Deixamos de falar também do estelionato, porque mesmo essas pessoas, quando envelhecem, que é o caso de todos nós aqui, a nossa capacidade de pagamento vai diminuindo, a aposentadoria é um pouco menor e os custos são maiores. Como o nosso custo de vida é maior, não conseguimos mais financiar tudo o que precisamos.

E aquele plano privado que você tinha com o apoio do seu serviço, da sua empresa, do seu trabalho, seja no governo ou na empresa, porque hoje os governos públicos todos estão provendo planos privados também para os seus funcionários? Você não vai ter mais esse apoio. Então, você vai pagar sozinho a mensalidade do seu plano privado, no momento em que ela é mais cara, que você menos tem recurso e que você mais precisa de serviços de saúde. Então, é estelionato, porque você não vai conseguir pagar; são pouquíssimos de nós, aqui, que vamos conseguir pagar planos de saúde quando ficarmos mais velhos.

Nós estamos aqui defendendo o SUS, mas, quando as pessoas de um nível mais alto de renda do País deixam de usar, na sua totalidade, o SUS, e vão para o plano privado – tudo bem, podem ir. Mas não é tudo bem, entenderam? Elas deixam de defender o SUS, e isso é muito ruim para o SUS.

Mas a minha intervenção, hoje, abordará o seguinte tema: por que a política de austeridade com a seguridade não tirará o Brasil da crise econômica em que se encontra? Eu queria trazer um pouquinho de argumentos para fortalecer, subsidiar a opinião das pessoas que estão em dúvida se realmente devemos ter ou não uma postura mais austera, ortodoxa, de corte de recursos nas políticas sociais, para podermos enfrentar a crise. O senso comum diz que, sim, temos que fazer cortes, quando não temos recursos para pagar todas as contas, mas existem estudos que mostram outras questões.

Alguns estudos apontam que não é uma questão meramente ideológica, como muitos tendem a nos dizer. Temos ideologias básicas do liberalismo e do igualitarismo que vêm lá do século XVIII, que pregam o quê? O neoliberalismo trabalha a partir do desejo de todos, que seria a soma ou o resultado dos objetivos de todos os indivíduos. Então, o que você vai ter nessa ideologia é que o desejo de todo mundo é a soma do desejo de cada um; cada um tem o seu próprio desejo. Isso parte do princípio do direito ao livre arbítrio dos indivíduos. É uma ideologia praticamente oposta à ideologia do igualitarismo, que é uma ideologia que fala do desejo geral da sociedade, que procura fazer propostas, proposições que vão em busca do objetivo coletivo de uma sociedade. E vão em busca de que sociedade? Que projeto societário queremos que dê para todo mundo por trás da igualdade de direitos?

Eu acho que, por trás dessa ideologia, nós construímos nossa Constituição Federal e muitas das proposições para a seguridade social. Entretanto, ela não foi executada conforme a Constituição Federal.

Qual é a discussão que temos hoje quando falamos de crise e austeridade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esta semana ou semana passada, vi, acho que no *Valor*, o Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda, dando uma declaração assim: "As despesas com educação e saúde são itens que... – três pontinhos –, junto com a previdência, inviabilizaram um controle maior das despesas nas últimas décadas." Depois, em outro momento, ele fala assim: "Educação e saúde inviabilizam os ajustes." Então o que ele está falando? Que precisamos rever essa política de educação e saúde do Brasil para poder fazer esses ajustes, para poder sair da crise. Esse é o raciocínio. É isso que chamamos de política de austeridade, de política ortodoxa. E é isto que eu pergunto: será que precisa ser assim?

Há outros estudos que queria trazer aqui. Por exemplo, há um pesquisador inglês chamado David Stuckler, que veio para o Brasil recentemente na Conferência Mundial de Promoção da Saúde, que ocorreu, em maio, em Curitiba, onde fez palestra. Ele tem livros também. Ele fez um estudo em 27 países, de 1995 a 2011, criando o que ele chama de multiplicador fiscal. E o que é o multiplicador fiscal? É o quanto de dinheiro se consegue de volta com diferentes gastos públicos. Aí, eles começam a ir a esses 27 países, nesse período todo, para saberem todos os gastos públicos que foram feitos e o quanto de retorno houve. É um estudo econômico, métrico, bastante complexo – na verdade, é um grupo de estudos da Universidade de Oxford. Mas quais foram as conclusões a que chegaram? Que os melhores índices multiplicadores vêm de gastos com educação e com saúde; e os piores são com defesa, que, no Brasil, nem é tanto assim.

Qual foi uma das grandes conclusões do estudo? Que, se cortarem saúde, em momento de crise, você vai gerar mais mortes – isso é estudo científico, são evidências científicas, não são conclusões da cabeça dele; ele tem dados mostrando isso em muitos países, durante longo período estudado –, haverá aumento de surtos e infecções por HIV, tuberculose, doenças infecciosas parasitárias em geral; aumento nos índices de alcoolismo e suicídio; aumento dos problemas de saúde mental, em geral; risco de retorno de doenças já erradicadas; além de outros problemas que não são específicos do campo da saúde.

Então, ele fala que a saúde, ao mesmo tempo que gera esses problemas quando se corta – é algo que o Carlos Ocke trouxe aqui –, é uma oportunidade de gerar economia e crescimento ao país mais rapidamente e de forma duradoura, por conta do seu complexo industrial e de sua capacidade de contribuição para o desenvolvimento. Então, isso ajuda, no fundo, o país a sair da crise, embora em um primeiro momento pareça que atrapalhe o país. Ele fala que, se houver crise, o último corte que tem que ser feito é na saúde. A saúde não deve ser cortada em situação de crise. E os governos deveriam investir mais em saúde, em situação de crise.

Ele dá o exemplo da Grécia, compara com a política social da Islândia, que, em crise, investiu na proteção social e conseguiu entrar até em indicadores mundiais de felicidade, de *happiness*, que é um indicador importante para a saúde. E, na Grécia, estamos vendo aumento de suicídios, de *homeless;* aumentos fortíssimos, na saúde materno-infantil, de mortalidade materna, de mortalidade infantil. E isso é muito grave.

Há também, recentemente, um artigo que saiu de diretores do Fundo Monetário Internacional, de três funcionários de lá, de alto cargo, que estudaram, sobretudo, os países da América Latina. É um estudo que saiu, agora, na internet, no final de junho deste ano, muito recente também.

Quais as principais conclusões a que eles chegaram, olhando para as políticas neoliberais de redução de gastos sociais, de privatizações, de abertura de mercado para capital estrangeiro, do tripé econômico, meta inflacionária, altos juros e superávit primário? Que essas políticas – olhando para esses países da América Latina – colocam em risco uma expansão duradoura do país e prejudicam a sustentabilidade do desenvolvimento.

Então, acho que estamos trazendo um pouco de elementos aqui para analisarmos se essa questão é só ideológica ou se é uma política de austeridade que estaria favorecendo um tipo de capital e grupos de poder econômico específicos em detrimento da sociedade, inclusive até deles, porque os filhos dessas pessoas, daqui a 30 anos, vão estar vivendo em um país muito pior. Então, se for pensar do ponto de vista humanitário, é de uma burrice sem tamanho fazer uma política de austeridade.

Há um artigo do Clóvis Rossi, na Folha, também de agora, em que ele fala que "a teoria dos ortodoxos pode ser resumida a um teorema mais teológico do que econômico", isso é interessante também.

Vimos que, na seguridade europeia, foi trabalhado o modelo dinamarquês, que mostra que, para romper com a pobreza, eles investiram em creches universais para que as crianças se desenvolvessem e, com isso, pudessem ter bons empregos. As mães podiam trabalhar, todo mundo depois podia ter bons empregos, pagar a previdência sem sustentar essa política de proteção social e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Então, estou tentando trazer aqui para vocês o quê?

Quando defendemos o SUS, sim, é uma questão humanitária, mas é, sobretudo, o quê? É uma questão também técnica, econômica e de desenvolvimento.

Que País queremos? Que Brasil queremos para hoje e para o futuro?

Em todos os últimos governos que tivemos, desde a Constituição Federal, o SUS não foi tratado como estabelecido na Constituição, nem em financiamento nem nas proposições de políticas de saúde, em qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

governo, de qualquer partido político. Este é um problema que temos: as correlações de poderes de força no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRª ISABELA SOARES SANTOS – Então, para concluir, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto!

A SRª ISABELA SOARES SANTOS – Eu trouxe um documento do Cebes, que distribuímos aqui para todo o grupo, para vocês também, que mostra os 25 pontos propositivos que queremos para a saúde. Não é o que está na Agenda Brasil, ou na Ponte para o Futuro, ou naqueles 15 pontos do PSDB; são esses pontos e outros mais.

Estamos com um documento inicial de discussão, mostrando que temos propostas concretas para o SUS. Trago esses argumentos, que, mais do que ideológicos e dogmáticos, são do campo da ciência e da razão, da economia, dos direitos humanos, que é o assunto de que trata esta Comissão. São argumentos para subsidiar o papel cívico dos Senadores da Casa, em defesa do SUS, diante dessa crise econômica em que estamos, até em defesa do País e da saída da crise econômica, com uma questão humanitária e de direitos fundamentais. Vimos que cortar despesas, em tempos de recessão, é um desastre humano e financeiro.

Concluindo, tenho certeza de que a grande maioria da população brasileira, seja de direita, de esquerda, apolitizada, politizada, quer um sistema público de saúde de qualidade e para todos. Embora, em um primeiro momento, pareça que as pessoas querem planos de saúde, se oferecerem um bom sistema de saúde pública, elas vão querer.

Então, é isso.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Isabela Soares dos Santos, pesquisadora do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (DAPS/ENPS/Fiocruz) e Diretora-Executiva do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes).

Isabela, pode ter certeza de que vou ler esse documento em plenário como forma de subsidiar todos os Senadores.

A SRª ISABELA SOARES SANTOS – Se puder fazer contribuições para melhorá-lo, estamos aceitando. Podemos até tirar a autoria, para que seja um documento da sociedade, em melhoria do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Isabela.

Eu acho que o seminário vai ajudar muito. Este seminário que faremos em conjunto vai contribuir muito.

A SRª ISABELA SOARES SANTOS – Também acho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passo a palavra, agora, para Ronald Ferreira, Presidente da Fenafar e do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O SR. RONALD FERREIRA – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Senador Paim, que, mais uma vez, abre o Senado Federal para o povo brasileiro poder vir aqui e fazer um bom debate a respeito da questão do financiamento.

Quero cumprimentar o Dom Roberto Paz e dizer que, para mim, é uma grande satisfação ver a CNBB, como sempre, envolvida intensamente no processo de discussão da saúde, em particular, pela importante parceria que fez com o controle social. Tive a satisfação de coordenar o movimento Nacional de Saúde+10, que foi a organização que deu a maior contribuição, que fez algo que considero central neste momento da conjuntura política do País.

Nós precisamos, nós temos o dever de colocar o povo nas discussões e nos debates. Objetivamente, a correlação de forças que está estabelecida na sociedade não é apenas ataque à saúde, é ataque ao processo civilizatório brasileiro. Assistimos a uma maioria conservadora que imagina uma nação formada por homens, entre 24 e 35 anos, heterossexuais, brancos, de classe média. Esse é o Brasil que está sendo desenhado por uma maioria que tem mais de 360 votos na Câmara, que tem maioria significativa no Senado, que tem maioria no Judiciário, que tem os meios de comunicação sob a sua coordenação. Portanto, só resta uma possibilidade concreta para fazer alguma alteração nessa correlação de forças: colocar povo na mobilização, dialogar e chamar o povo à responsabilidade de colocar o destino da Nação nas suas mãos.

Quem elaborou, pensou e trouxe para o Brasil essa generosidade, que é o Sistema Único de Saúde, pensou nisso e colocou, como parte integrante deste, a participação popular, os conselhos de saúde, essa possibilidade concreta de o povo ter voz e espaço para apresentar as suas reivindicações com muitas dificuldades, como tem o Sistema Único de Saúde e o conjunto das políticas no Brasil, mas tem esse instrumento, que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

demonstrado a sua capacidade, no último período, de mobilizar e apontar, em torno da agenda da saúde, a aliança necessária que a conjuntura exige do povo brasileiro.

O momento que o Brasil vive exige uma ampla força política, social e patriótica, que defenda a Nação brasileira. A saúde tem esse elemento central para construir essa aliança.

Trouxemos algumas informações, como contribuição, de que o Conselho Nacional de Saúde, com a sua Comissão de Orçamento, com o debate que vem fazendo, ao longo do tempo, em torno do financiamento, para compartilharmos e entendermos um pouco o porquê de um debate mais aprofundado a respeito do financiamento pode escancarar e deixar bastante claro quais são os objetivos da construção desta Nação excludente e virada de costas para o povo brasileiro.

Pode passar, por favor.

Aqui, rapidamente, estão os dados, importantes de serem compartilhados, principalmente porque está sendo transmitido para o Brasil todo, no Senado, sobre a evolução do financiamento da saúde, como este se deu e como é falaciosa essa discussão da participação da União.

Percebe-se que os Municípios têm sido os grandes financiadores, os que, de fato, têm ampliado o financiamento da saúde. Os gastos da União com a saúde estão estagnados, em média, em 1.7% desde 2000, onerando Estados e Municípios.

Pode passar o próximo, por favor.

Quero que se percebam que, na verdade, em relação ao PIB, os números, os gastos da União, na verdade, sofreram até uma tendência à redução. Percebe-se que os Municípios saem de 0.84 para 1.18% das suas contribuições. Já a União, de 1.7 para 1.65%, ou seja, diminuindo. Graficamente, fica melhor de ver.

Próximo, por favor.

Percebe-se que a tendência das transferências que a União faz para Estados e Municípios é absolutamente falaciosa, porque ela tem sido ampliada, na verdade, quando se utiliza a riqueza produzida em nosso País, mas há uma diminuição de participação da União nas suas transferências para Estados e Municípios.

Próximo, por favor.

E o volume... Para a participação dos Municípios, tem sobrado a grande carga de aumento significativo, que já está no limite da sua possibilidade de financiamento, sendo que o preceito constitucional apresenta, conquistado com a F29, de 15%, que boa parte dos Municípios, em 2015, já passava longe dos 20% dos seus recursos aplicados.

Próximo, por favor.

Dentro dessa discussão, fiz questão de trazer essa construção que fizemos, como a Professora Lígia colocou aqui. A luta do problema do financiamento não é de hoje. A discussão vem desde a origem, conseguimos consagrar na Constituição o debate e a disputa em torno do financiamento.

Tivemos a PEC 169, que gerou a EC 29; tivemos toda a luta da Primavera da Saúde – não é isso, Pedro? –, que gerou a Lei Complementar nº 141; tivemos, durante um bom período, a luta do Saúde Mais Dez; e temos agora a Frente em Defesa do SUS, que conseguiu apresentar aqui, no Congresso Nacional, uma proposta de emenda à Constituição, que é a nova cara do Saúde+10, que tramita na Câmara dos Deputados; já foi aprovada em primeiro turno por 401 votos contra 1 apenas, que resgata o que o Saúde+10 apresentou.

E fiz questão de trazer algumas fotografias – porque essa luta foi bastante intensa, poderia ter aqui a foto do Dom Leonardo, poderia trazer as fotos das centrais sindicais. Foi uma construção bastante grande e mobilizadora, mas fiz questão de trazer algumas fotos, em especial daqueles que ontem estavam marchando com a gente. E esperamos que continuem marchando, porque uma das características que tem o Conselho Nacional de Saúde é sempre ter lado, é sempre estar do lado do direito à saúde, do lado do povo brasileiro, do lado da participação popular, independente de que momento vivamos.

Portanto é importante resgatar que para esta luta para enfrentar essa situação ao longo desses anos, o Conselho Nacional de Saúde chamou a sociedade, chamou todos os atores que queiram se somar à força de enfrentar um dos principais – senão principal – problema do Sistema Único de Saúde, que é o seu subfinanciamento.

Próximo, por favor.

Só para compararmos o que se sucedeu com a derrota temporária – eu afirmo que é derrota temporária a do Saúde+10 com a aprovação da Emenda Constitucional 86 –, para termos uma ideia, os recursos que a PEC 01 apontaria para 2017, nós só alcançaremos, com o que está em vigor hoje, com a EC 86, em 2020. Em 2016, é 13,2% com a Emenda Constitucional 86, o que significam aproximadamente R$12 bilhões a menos do que se fosse aplicado a regra anterior. E não chegamos ainda na 241, ainda estamos falando da 86; não chegamos ainda à perversidade que ainda está por vir. Por isso é importante conhecer esses números, ter o domínio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

qual é o debate feito pelo controle social, porque, em alguns momentos, temos a estranha sensação de que a luta começou agora; mas a luta não começou agora.

Há necessidade de ter clareza da correlação de forças estabelecida na sociedade e como buscar, em torno das informações da pauta, da agenda da saúde, que, neste momento, não é mais só a agenda da saúde. Quando você tem um Ministério da Previdência que é extinto, quando você tem um Ministério do Desenvolvimento Social que é extinto, quando você tem um golpe que se materializa na democracia brasileira, não é mais só a saúde. Mas é fundamental entender esses números, é fundamental entender a dinâmica de como se processa e qual é a construção feita para apresentar as falsas soluções ao povo brasileiro, para nós podermos, primeiro, ter o povo; segundo, ter o bom argumento, aquele que tem aderência à realidade, aquele que bate, de fato, com o que, de concreto, acontece na vida do povo brasileiro.

Próximo, por favor.

E, para ajudar um pouco mais, ainda há as Desvinculações das Receitas da União – e não cheguei à 241 ainda. Uma está no Senado e é a PEC 143, que traz redução para os gastos do SUS, que desvincula receitas estaduais, da União e municipais. Os cálculos da equipe que auxilia o Conselho Nacional de Saúde, também formada por importantes economistas, que têm nos ajudado bastante, dão o tamanho do impacto da PEC 143.

Próximo, por favor.

Segundo os cálculos, a PEC 143, com essas desvinculações, significa uma redução de, no mínimo, R$44,6 bilhões dos recursos já insuficientes do Sistema Único de Saúde.

Há também outras iniciativas.

Próximo.

Há a PEC 4, que foi aprovada na Câmara, em que não são 25%, mas 30% as desvinculações. Há um item lá que diz que protege a saúde, mas não protege a seguridade, ou seja, as consequências para a saúde não serão diferentes do ponto de vista do impacto no seu funcionamento.

Próximo, por favor.

A Isabela trouxe aqui uma frase que eu também peguei. Essa frase de não é um militante, não. São palavras saídas da boca daqueles que estão conduzindo... Por isso, o Carlos, naquele dia, tinha... Há algum problema nos cálculos que fazemos sobre o impacto da PEC 241, se vai ser isso mesmo, porque há lá um espaço que diz que vai continuar o §2º do art. 198, que fala que vai ter 15%. Não. Está bastante claro na fala do Ministro que é teto, que é inflação. Ele afirma: "As despesas com educação e saúde são itens que, na prática, junto com Previdência, inviabilizaram um controle maior de despesas nas últimas décadas". E também: "Esses itens crescendo com vinculação à receita tributária, na medida que ao longo dos anos a receita tende a crescer com a recuperação da economia, a tendência seria essas despesas crescerem mais do que o restante e inviabilizarem o teto". Entenderam por que é teto? Não tem 15%, é teto, ou seja, é a inflação e ponto. É isso que está sendo trazido para o Congresso.

Por último, trago a declaração que tem sido, reiteradamente, repetida – é importante traduzir, utilizar aquela caneta desalienadora para traduzir o que as manchetes dizem: "Hoje, o governo tem capacidade prática discricionária de pouco mais de 10% do Orçamento. Estamos mexendo na estrutura fiscal pela primeira vez desde a Constituição de 1988". Vejam bem o que está escrito: estamos rasgando a Constituição Federal, o capítulo dos direitos sociais e econômicos está sendo rasgado. É isso que está sendo afirmado e é isso que faz a PEC 241. Não é um militante que está falando isso, são palavras estampadas em todos os jornais todo dia nos últimos 40 ou 50 dias, em que nós estamos vivendo noites muito escuras, com muito pouca luz.

Próximo, por favor.

Na prática, essa PEC 241 significa um novo regime fiscal: teto para despesas primárias (ou seja, juros sem teto, só as despesas primárias têm teto, juros, pagamento de dívida não têm teto) por um curto período de 20 anos, limite individualizado para os Poderes Executivo, Judiciário, se o teto for desrespeitado, sem reajuste de funcionalismo, sem criação de cargos, sem alteração da carreira, sem realização de concurso público.

Próximo, por favor.

O regime de despesa muda por regime de competência – está lá escrito na PEC –, pelo regime de caixa, o que de início retira aproximadamente R$14 bilhões que, historicamente, têm ficado de um ano para o outro em restos a pagar. Se muda o regime, já aí apresenta uma possibilidade de perda de R$14 bilhões.

Teto da despesa a partir de 2017. A base de cálculo e a despesa paga; o teto, a partir de 2018, o de 2017 vai ser corrigido. Na verdade, não é teto; na verdade, é estabelecer uma redução dos recursos.

Próximo, por favor.

E, mais, o objetivo explícito, claro, está lá escrito: superávit primário para pagamento de juros e encargos da dívida pública para reduzir a dívida pública nos próximos 20 anos, ou seja, satisfazer o mercado. Ou seja, é atender o mercado. É isso que fala. Os discursos não são mais disfarçados. É explícito, é declarado qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

é o objetivo e para quem vão servir os fundos públicos produzidos pelo trabalho do povo brasileiro que são arrecadados através dos tributos.

Revogação dos dispositivos da EC 36 e também revogação do dispositivo da Lei Complementar nº 141, que trata da compensação dos restos a pagar, porque hoje a 141 fala que, se você cancelar algum resto a pagar, tem que compensar no mesmo ano, e os dispositivos constitucionais...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALD FERREIRA – Na verdade, rasgam, como foi afirmado aqui, o art. 196 da Constituição.

Próximo, por favor.

Esse, Senadores, são os dados que o Pedro Tourinho apresentou. Duas formas: uma com os preços correntes e outra com a perda acumulada de 2013 a 2015, ou seja, quase 30%. Para ficar claro para a população, 30% a menos de farmácia popular, 30% a menos na equipe da Saúde da Família, 30% a menos de internação hospitalar, só para se ter uma ideia do impacto que seria e que será a aplicação dessa medida.

Próximo, por favor.

A perspectiva para 2017/2018 aponta uma perda acumulada de aproximadamente R$123 bilhões.

Próximo, por favor.

Aqui, um gráfico para vermos como será o comportamento da participação do PIB comparando o que foi a variação da Emenda Constitucional nº 29 e o que é a proposta da 241. É a famosa boca do jacaré que vai pretender engolir o Sistema Único de Saúde, ou seja, se fosse aplicado já desde 2013, esse seria o desempenho da participação do PIB da União na saúde.

Próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto, porque temos mais cinco oradores.

O SR. RONALD FERREIRA – Já indo para as conclusões. Vou deixar à disposição aqui do Senador alguns dados comparativos a respeito da aplicação da PEC, da proposta. Acho que é importante demais, neste momento, resgatar a importância de nos mantermos firmes em torno da Proposta da Emenda Constitucional nº 1, que é fruto da luta do povo brasileiro e é uma ação objetiva, concreta, que você pode somar forças na sociedade para fazer o enfrentamento. Os 401 votos a 1 são uma boa demonstração da possibilidade dessa proposição.

Próximo, por favor.

Esse também vou deixar à disposição. É uma comparação, Senador, com a aplicação que alguns outros países fazem, a diferença de valores.

Pode passar, por favor.

Crise econômica e o efeito negativo. Já foi falado a respeito das contas públicas. Não há nenhuma proposta específica para cortar os gastos tributários. Aqui também foi falado que só na área da saúde são R$25 bilhões. E definitivamente a PEC 241 não poderá ser aprovada.

O movimento que desembocou aqui hoje materializa em torno da PEC 01 a continuidade do Saúde+10, através do Conselho Nacional de Saúde, das diversas organizações que tem. Apresentou um conjunto de proposições que pretende ser uma pauta mínima para agregar amplas forças sociais e políticas no Brasil, que dizem respeito à questão do montante. Ninguém está pedindo um buraco sem fundo. Ou seja, há uma referência de financiamento mínimo, que é a PEC 01. Discute-se também a fonte desses recursos. É apresentada a discussão da taxação das grandes fortunas, a possibilidade da taxação das grandes movimentações financeiras e outras também de buscar fontes. E também o destino, que é para ações e serviços de natureza pública.

Próximo, por favor.

Só para ter um grau de comparação. Que plano de saúde? Como viabilizar com R$3,00 por dia, R$90,00 por mês, R$1.100,00 por ano, um sistema que ofereça vacina, transplante, assistência médica, atenção básica, vacinação, quando se comparado com qualquer outro sistema de saúde no mundo, ou mesmo comparar com os gastos dos planos de saúde, que são limitados para um público absolutamente inferior, são quatro, cinco vezes superior? Falar em ineficiência do Sistema Único de Saúde é não estar atento à sua realidade concreta.

Próximo.

Queria agradecer o Consultor Francisco Funcia, do Conselho Nacional de Saúde, que tem nos ajudado, e ao grupo técnico e institucional, na qual fazem parte o Carlos Ocke e vários professores, que nos ajudaram a construir essa apresentação, esses dados.

E também, aproveitando a oportunidade de estar falando para o Brasil todo, nós estamos, o Conselho Nacional de Saúde, chamando o povo brasileiro a marchar em defesa do SUS, da seguridade, da democracia. Amanhã, dia 6, aqui em Brasília, teremos uma grande manifestação com diversas organizações. Várias capitais, como Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e várias cidades do Brasil, Campinas, também estão se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

mobilizando para fazer aquela que é a principal tarefa. Nós precisamos neste momento de ocupar todos os espaços, mas o espaço principal é a rua, a mente e o coração do povo brasileiro. E este nós precisamos tocar com uma velocidade muito grande.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Parabéns ao Ronald Ferreira. Demos um tempo maior, porque ele encerrou a mesa do painelistas. Falou em torno de trinta minutos, mas fez uma bela exposição. Para mim, foi muito importante e queremos, inclusive, que você deixe para a gente essas informações. O Ronald Ferreira é Presidente da Fenafar e do Conselho Nacional de Saúde e já esteve aqui em outros momentos, nesta Comissão, com o mesmo brilhantismo.

Muito obrigado, Ronald.

Agora, passo para as duas Senadoras. Em primeiro lugar, porque ela tem que ir à Comissão de Impeachment, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Já recebi a informação de que os trabalhos lá....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há cinco oradores do plenário, após as duas Senadores.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, quero dar o meu bom-dia a você, à Senadora Regina; uma saudação muito especial a todas as entidades aqui presentes.

Quero dizer o quanto nos conforta, ou seja, o quanto alimenta a nossa esperança ver, a exemplo da educação e de outras áreas, a rede da cidadania em defesa do SUS, em defesa do direito à saúde do povo brasileiro se movimentando hoje, aqui no Congresso Nacional, com toda essa diversidade, com toda essa representatividade, com toda essa credibilidade e com respeito que tem em nível nacional.

É muito bom ver um debate que envolve a CNBB, o representante do Conselho Nacional de Saúde; envolve aqui a presença do Parlamento, com o Vereador Pedro Tourinho; a presença multiqualificada do Cebes, que tem contribuído com o debate programático. Então, primeiro, esse registro, porque estamos vivendo um tempo em que, mais do que nunca, lutar não é só uma opção, Senador Paim. Mais do que nunca, lutar agora é um imperativo, é uma obrigação, diante da anormalidade, do ponto de vista constitucional, pela qual o País passa.

Vocês têm toda razão quando chamam a atenção de que defender o SUS é defender a democracia, que saúde é democracia. Vocês têm toda a razão quando dizem que derrotar o golpe significa garantir o direito à saúde do povo brasileiro, porque é disso que se trata. Infelizmente estamos passando por um período dramático, um processo de *impeachment* em curso, que, no nosso ponto de vista, não se sustenta, pelo quanto de fraude jurídica esse processo de *impeachment* expressa. E isso tem sido dito não só pelos Senadores que têm assumido o lado certo da história e, publicamente, lutado contra o *impeachment*. Não! Isso é dito, é reconhecido por juristas respeitados num plano nacional, num plano internacional.

O processo de *impeachment* em curso contra a Presidenta Dilma tem uma fragilidade tão grande que tem escandalizado o mundo. Vocês têm acompanhado isso. Trata-se de cassar a soberania popular, trata-se de afastar uma Presidenta legitimamente eleita, sem que, por mais esforço que os golpistas tenham feito até o presente momento, não conseguiram, de maneira nenhuma, comprovar que ela tenha cometido crime de responsabilidade.

Permita-me, rapidamente, aqui mencionar uma declaração que a hoje Líder do Governo biônico Michel Temer, a ilustre Senadora Rose de Freitas, deu no fim de semana passado, quando disse claramente que o *impeachment* contra a Presidenta Dilma não tinha nada a ver com pedalada fiscal, que isso era besteira. Na verdade, Dilma estava sendo afastada porque tinha perdido o apoio aqui no Congresso Nacional. Ora, quem disse isso, repito, foi a Líder do Governo hoje, alguém que presidiu a Comissão Mista de Orçamento, alguém, inclusive, que milita nessa área. Assim também a perícia que foi feita por integrantes do Senado Federal, perícia essa que, do ponto de vista da defesa da Presidenta Dilma, é mais uma ferramenta que comprova, portanto, a inocência da Presidenta Dilma e que não há motivos, de maneira nenhuma, para ela ser afastada.

Feitas essas considerações, eu quero, para entrar no tema, dizer que o mais grave disso tudo é que através, repito, de um processo de *impeachment* fraudulento, nós temos hoje um outro governo, um outro projeto, uma outra ideia e uma outra agenda. O que está em curso neste exato momento, repito, é uma agenda, um projeto – e todos vocês sabem disso – que jamais passaria pela prova do voto. Jamais!

Como é que alguém, por exemplo, iria se eleger Presidente deste País dizendo que iria enviar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição que tem por objetivo congelar os gastos nas áreas sociais? Como alguém se elegeria dizendo que tem que fazer uma reforma da Previdência drástica para aumentar a idade mínima de aposentadoria, para igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres para, por exemplo, como está estampado nos jornais de ontem, acabar com a aposentadoria especial do magistério,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

acabar com a aposentadoria especial, por exemplo, dos policiais, para fazer uma reforma trabalhista que vem na óptica de precarizar as condições de trabalho?

Então, meus companheiros e minhas companheiras, é disso que se trata, portanto, aqui o debate. Vejam bem, o impacto que esta PEC 241 terá para a área da saúde é demolidor. Ela vem na contramão de tudo aquilo pelo que a gente vem lutando, desde 1988, para conseguir, que é fortalecer o SUS, com gestão adequada, com financiamento adequado, com controle social. Fortalecer o SUS para que ele possa cumprir o seu papel civilizatório de garantir o direito à saúde do povo brasileiro, com dignidade. Ora, está aí o movimento Saúde+10, um movimento, inclusive, que luta para que a gente possa avançar no sentido de aprovar propostas de emenda de emenda à Constituição, como, por exemplo, a PEC que tramita no Congresso Nacional para consignar que 10% do Produto Interno Bruto seja garantido para a educação.

O que o Governo biônico faz agora? Ele vem com uma cartilha, que não é só liberal, é ultraliberal. Eles estão voltando com muita sede. Ou seja, o Temer quer realizar agora, nestes tempos, se o *impeachment* for consolidado, a agenda que eles não conseguiram nos anos 90. E essa agenda o povo brasileiro conhece muito bem. Ela significa corte de gastos; por isso, a PEC 241. Ela significa redução de direitos; por isso, a PEC 241. Ela significa desestatização, privatização, apologia do Estado mínimo, apologia do mercado *versus* – repito – corte de gastos nas áreas sociais e redução de direitos.

Por isso, Paim, nós não podemos esmorecer de maneira nenhuma. Confesso a vocês que não está sendo fácil lutar contra esse consórcio golpista. Não está sendo fácil! Vocês sabem disso, porque estão nessa luta. Por isso, nós não podemos esmorecer de maneira nenhuma.

Portanto, quero ressaltar a importância de momentos como este, quando a Comissão de Direitos Humanos, sob a coordenação do nosso Senador Paim e da Senadora Regina, Presidente e Vice-Presidente respectivamente, abre as portas para acolher aqui, repito, essa rede de entidades, com a responsabilidade de vocês – meu querido Dr. Geniberto –, porque sabem que aqui estão representando a esperança de milhares de trabalhadores e trabalhadoras pelo País afora, no campo do SUS, que estão angustiados neste exato momento. Mas, mais do que isso, nós estamos representando aqui o sonho e a esperança do povo brasileiro no sentido do direito à saúde.

Por isso, quero saudar as pessoas presentes e registrar – volto a dizer – o quanto o debate é importante, fazendo coro com o Cebes e com as demais entidades quando dizem que saúde não é negócio, saúde não é mercadoria; saúde é um direito de cidadania. É disso que estamos tratando.

Portanto, nada de baixar a cabeça, nada de esmorecer. O quadro é difícil, sim, mas nós temos que lutar para derrotar esse *impeachment*. Nós temos que lutar para reverter essa situação. Não podemos – repito – baixar a cabeça de maneira nenhuma, Paim. Não baixar a cabeça. Estou insistindo nisso porque não quero deixar aqui uma mensagem de desânimo nem de desesperança, muito pelo contrário.

Quero dizer que a presença de vocês aqui, volto a dizer, alimenta e renova a nossa esperança de que o caminho, cada vez mais, é o da luta porque não há fato consumado. Essa história de dizer que o *impeachment* já está consolidado... Temos ainda 40 dias pela frente. Quarenta dias! Por isso nós não vamos baixar a cabeça de maneira nenhuma. Vamos continuar nessa resistência, tendo clareza de que a união e a unidade são fundamentais para que continuemos nessa luta pela derrubada da PEC 241, fora Temer, em defesa da democracia e nenhum direito a menos! (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Queria passar a palavra, de imediato, pessoal, para a nossa querida Senadora Regina Sousa. E é bom lembrar que temos ainda mais cinco oradores. As Senadoras têm que voltar para a reunião do *impeachment* e eu tenho a Comissão de Educação, onde eu tenho quatro relatorias.

Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia. Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui a Mesa em nome do Senador Paulo Paim, em nome da Profª Lígia, que é uma mulher de luta porque eu já li sobre ela. Não a conhecia. É um prazer.

Primeiro, faço minhas as palavras da Fátima em relação à questão política. Quero entrar só no tema do debate, até para dar oportunidade para outras pessoas. Eu gostei aqui de o presidente do conselho dizer que tem que colocar o povo no centro do debate.

Na minha luta na questão de gênero, por exemplo, na questão da violência doméstica – fui Relatora do processo aqui, da política pública ano passado –, eu sempre coloco isso. Não é pauta feminina. Tem que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

pauta da sociedade. Em todo lugar que eu chego, só tem mulher, mulher, mulher. Eu pergunto: cadê os maridos, cadê os namorados, cadê os irmãos, cadê os pais? Porque tem que debater é com a sociedade. (*Palmas.*)

Enquanto for pauta feminina, vamos ficar só nós e vamos estar sempre apanhando.

Então, a mesma coisa é esta pauta: tem que trazer o povo. Não que aqui não seja povo, mas é o povo mais especializado. Os conselhos municipais têm que debater com a sociedade.

Hoje, quando se fala SUS, só dizem: porcaria, droga! Porque só veem o atendimento na ponta, que realmente é uma porcaria, é ruim, com raras exceções. É um amontoado de gente. Mas há tanta coisa que o SUS faz e a população não associa! Então, a gente tem que falar bem do SUS, dizer as coisas boas para a gente poder defender.

Se você conversar com a população sobre o Mais Médicos, não tem ninguém que defenda melhor do que o usuário do Mais Médicos. Eu vou dar só um testemunho. Primeiro, que tem uma cidade no meu Estado, o Piauí, que está com três anos que não tem uma morte materna, nenhuma morte neonatal, nem criança até um ano de idade, depois do Mais Médicos. Mas eu ouvi o depoimento de uma senhora que eu não esqueço. Ela disse: "minha filha, eu sou surda, eu não entendia o que o médico me dizia, quando tinha médico. Esse médico aí – por coincidência, era um cubano – bota a cadeira dele do meu lado e fala no meu ouvido e eu entendo tudo, apesar da língua enrolada dele." (*Palmas.*)

Quer dizer, ela entende tudo porque é outro tratamento. Outro médico nunca percebeu que ela era surda? Então, é a diferença. Uma mulher dessas vai defender o Mais Médicos até a morte.

E assim são muitos exemplos que temos. Então, é preciso debater com eles para saberem o risco que se está correndo. Porque se você disser só defesa do SUS, eles só pensam no hospital onde ele vai ser atendido e é mal atendido. Então, é precisa que a gente debata realmente.

Outra questão que tem que mudar é a concepção da palavra "gasto". Não vamos falar "gasto" não, porque quando você fala gasto público, o pessoal já pensa: ah, o Governo gasta muito. É só a frase que se ouve. Então, ele pensa que é diária, é passagem, que é gasto, realmente, às vezes exagerado. Mas vamos falar em investimento – investimento em saúde, investimento em educação, investimento no Bolsa Família, nos programas.

Não vamos chamar de "gastos", porque o que eles dizem é que esse Governo gasta muito. Agora, quando dizem que os governos gastam muito são exatamente os programas sociais que têm de cortar, porque se "gasta" muito. Então, se você disser que é investimento... E todo mundo aqui já provou que melhora a economia; o Bolsa Família, então, nem se fala o quanto ele dinamiza a economia de um pequeno Município. Então, precisa mudar essa questão da palavra "gasto". Às vezes, uma palavra estraga muita coisa.

Há outra questão séria acontecendo, que é a desresponsabilização do Estado. Está passando para as tais OSs, e todos... O meu Estado é governado pelo meu Partido, mas também há essa história de se desresponsabilizar pelo serviço, e apenas paga alguém que vai fazer o serviço pelo Estado. Isso também precisa ser enfrentado.

Há a questão também da sonegação, que foi falada aqui. Lamento, tenho vergonha que o meu Governo não tenha sido capaz de enfrentar isso. E aí esse pessoal que faz a campanha do impostômetro... (*Palmas.*)

Contra o imposto! E as pessoas e a sociedade assimilam isso. Não estou dizendo que o imposto não seja alto. É alto, sim, mas as pessoas incorporam que não tem retorno. Fazem uma cirurgia de R$50 mil, não pagam nada e dizem que não tem retorno.

Eu fui para um debate com estudantes, e um estudante levantou falando no impostômetro, no impostômetro, que não tinha retorno do imposto que ele pagava, que o pai dele pagava. Eu perguntei onde ele estudava. Ele disse que na Universidade Federal do Piauí. Perguntei que curso fazia. "Direito". Perguntei quanto ele pagava. "Não, não pago. A universidade é pública." "E não está aí o seu retorno, meu filho? Isso não é retorno para você?" (*Palmas.*)

Então, quer dizer. É preciso fazer esses debates. Por isso, eu digo que o debate é com a sociedade: é lá na escola, é lá na universidade, onde as pessoas estão assimilando o discurso oficial que a Globo faz todo dia.

(Manifestação da plateia.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aí, os que mais fazem a propaganda do impostômetro são os sonegadores – a própria Globo, o Bradesco. O Bradesco se dá ao luxo de dever R$3 bilhões, e ninguém cobra. (*Palmas.*)

E se dá ao luxo de pagar, de corromper alguém para tirar esse imposto dele. Quer dizer, dois crimes, mas não paga para o Tesouro!

(Manifestação da plateia.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois é, ninguém fala do sonegômetro. Então, é preciso que a gente veja isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Por último, há também uma coisinha interna do nosso SUS; é a questão da fraude. A gente precisa também explicitar isso. Há muita fraude. A gente sabe. Os nossos médicos, às vezes, fazem cada barbaridade! Eu vi e fiz inclusive falas sobre isso: médico, na passeata do Fora Dilma e que tinha cobrado a cirurgia do paciente e do SUS. E estava lá numa passeata Fora Dilma. Quer dizer, a gente precisa combater esse tipo de gente, porque há algumas organizaçõezinhas criminosas que se instalam nos nossos hospitais, principalmente na questão das cirurgias. A gente não pode encobrir porque é um profissional de saúde. A gente precisa também combater isso, porque isso também atrapalha muito o funcionamento do SUS.

De resto, estou aqui para contribuir com o debate, disposta. Aonde eu vou, falo essas coisas com o povo. Viajo todo fim de semana, e a minha conversa com o povo é isto, é o que está acontecendo neste País, para ver se a gente muda alguma coisa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa, que foi empossada hoje como Vice-Presidente desta Comissão. Demitimos o Capiberibe. (*Risos.*)

O Capiberibe deve estar assistindo à reunião. Isso é tudo para descontrair, viu? Você continua Vice, mas a nossa querida Regina Sousa é quase Vice-Presidenta *ad hoc*, porque ela está aqui em todas as reuniões. Não falta a uma e, seguidamente, ela assume inclusive a Presidência.

A Senadora Regina Sousa, com essa simplicidade na fala, comunica a todos com muita clareza e precisão.

Agora nós temos aqui cinco convidados do plenário a usar a palavra. Se puderem, três minutos para cada um, começo com Robério Oliveira, da Contag. (*Pausa.*)

Se encontra, ou teve que sair? Alguns tiveram que sair.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, o.k.

Aperta o botão preto, acende uma luz verde, está funcionando.

O SR. JOSÉ ROBÉRIO DE JESUS OLIVEIRA – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isto!

O SR. JOSÉ ROBÉRIO DE JESUS OLIVEIRA – Primeiramente, fora Temer! (*Palmas.*)

Quero saudar aqui o ilustre Senador Paulo Paim, dizer que estamos aqui com as cinco grandes Regiões do Brasil representando aqui, nesse ato, nós da Contag. Também dizer que teremos em Alagoas a grande satisfação de recebê-lo na segunda-feira próxima, para fazermos alguns cálculos da Previdência e provar que a previdência pública não quebra este País.

Nós da Contag estamos presentes em todos os Municípios brasileiros, através de nossos sindicatos, nossas diretorias, e participamos de todos os conselhos municipais de saúde dos Municípios. Em alguns de que participamos, os prefeitos, com as suas gestões na área da saúde, não cumprem e maquiam, muitas das vezes, as prestações de contas, e dá problema.

Estamos aqui em Brasília e, amanhã, estaremos participando do grande ato pela manhã, nós estamos em um bom número, e também hoje à tarde estaremos participando, a convite, do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do SUS.

Mas eu queria fazer a pergunta – e aí ouvi atentamente o Carlos, e após, eu ouvi o Ronald –, de onde buscarmos recursos para garantir que o SUS seja do tamanho do Brasil, que chegue no campo, na floresta e nas águas, com qualidade. E aí a pergunta, eu ouvi o Carlos, eu remeto ao Ronald, porque, no final, ele trouxe alguns argumentos, de onde nós possamos tirar esses recursos e dizermos que o Brasil precisa tomar um rumo, rumo esse a que eu me somo à Senadora do Piauí, que nós, de 2003 para cá, esquecemos um pouco, por termos elegido um Presidente da República, popular, trabalhador, e nós não tivemos a capacidade, como movimentos sociais, de insistir, dizendo a ele qual seriam as nossas necessidades.

Então, ganhamos a Presidência, mas não ganhamos o poder. Estamos unidos e irmanados com o que falava aqui a minoria, que se Deus quiser, a partir de agosto, voltaremos com força, com coragem e determinação para sermos a maioria e voltar a governar este País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, nós estamos com um pequeno problema aqui. Precisamos limitar o tempo de cada um. Eu estou com um problema porque eu sou Relator de quatro projetos aqui na Comissão de Educação, e todos de cunho social. Nós temos quatro oradores inscritos ainda, porque um desistiu. Mas, normalmente, o orador fala e, como você fez corretamente, acaba fazendo alguma pergunta. Ou nós fazemos a fala dos quatro, três minutos para cada um, e a resposta seria dada individualmente. Teria que ser individual após o término, ou há outro caminho, depende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do tempo de vocês aqui. A Senadora Regina assumiria, eu vou para lá e você termina o trabalho, com o tempo necessário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, não é a primeira vez. Seguidamente, ela assume. Eu vou lá tentar relatar o mais rápido possível e ainda tento voltar para cá, o.k.? Estou liberado?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina, a Vice-Presidente mais presente da história do Parlamento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos ver aqui quem é o próximo. Liu Leal, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e Frente Democracia e Saúde.

A SRª LIU LEAL – Eu sou Liu, do Cebes, e da Frente Democracia e Saúde. Primeiro, fora Temer! Não temeremos! Continuaremos na luta! Esse é o recado que temos para dar hoje para a nossa conjuntura nacional e internacional e para este governo ilegítimo e golpista.

Saudações democráticas à CNBB, que está promovendo toda a articulação desse evento; demais componentes da Mesa, na pessoa da Senadora Regina; e a esta Casa, que precisa respeitar o Estado democrático de direito. Então, saúdo democraticamente tudo isso.

Então, nós, da Frente Democracia e Saúde e da Frente da Assistência Social em Defesa da Democracia, que representam mais de vinte entidades, estamos organizando uma virada social durante o dia de hoje e o dia de amanhã, organizações essas vinculadas à sociedade civil e aos movimentos sociais e populares e que estarão aqui às 17h, na Câmara Federal, apresentando um manifesto. Iremos apontar quais são as questões principais que a seguridade social, a partir do tripé da previdência, assistência e saúde, estão colocando como preocupantes durante esse período tão temeroso pelo qual nós estamos passando.

Convido todos. O lançamento acontecerá às 17 horas, no plenário 1, da Câmara. Seguiremos na Virada Social, que se inicia agora, com esta Audiência, com esse lançamento da Frente. Depois, faremos uma vigília, cujo ponto auge é uma peça chamada Ou Limpa ou Suja de Vez.

(Soa a campainha.)

A SRª LIU LEAL – Era só um minuto? E amanhã nos uniremos todos na Marcha em Defesa da Seguridade Social, do SUS e da Democracia.

Então, contextualizando este momento, no documento, falamos da crise econômica internacional, intensificada estrategicamente por uma crise política grave e que está sendo operada a partir de um golpe institucional à democracia.

Então, qual é o propósito dessa crise e desse golpe? É golpe porque não houve crime de responsabilidade da nossa atual Presidenta Dilma. O propósito é para operacionalizar, no Brasil e na América Latina, um projeto neoliberal para usurpar os nossos bens, como a Petrobras, e os nossos recursos; para desmontar os nossos direitos sociais, que estão em curso hoje, inclusive nesta Casa, na condição do desmonte, principalmente as políticas como o Sistema Único de Saúde, ligadas à seguridade social, e entregar todos esses projetos, esses serviços ao mercado. Esse é o projeto em curso.

Para isso ser concretizado, está se operando uma agenda absurda, ilegítima, de quebra constitucional. A nossa Constituição está sendo rasgada a partir de todos os projetos de desvinculação de receita, a partir do projeto de reforma fiscal, a PEC 241/16, que se encontra agora na Casa dita do povo e que não tem servido ao povo. Então, o ataque à Constituição, à seguridade e à proteção é também um ataque à vida humana; é um ataque à sociedade democrática.

E preocupa-nos o anúncio feito pelo Ministro Interino, ilegítimo, que afirma que o SUS não cabe no Orçamento. Como não cabe no Orçamento se, em 2014, a receita da seguridade foi de R$686 bilhões, e a despesa, de R$632 bilhões, e tivemos um superávit de R$53 bilhões? Ela cabe, sim, no Orçamento e precisa inclusive ser colocada nele, e não nos projetos que estão em curso neste País, tentando vender toda a nossa história e o nosso patrimônio ao capital estrangeiro.

Diante disso, o povo mandará um recado a todo o mundo.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª LIU LEAL – E eu peço ao conjunto de pessoas que estão aqui que digam que o SUS é nosso. O SUS é nosso, ninguém o tira da gente; direito conquistado não se compra e não se vende.

Nós lançaremos um manifesto hoje com essas questões e outras que também compõem o documento, de muita relevância, e uma agenda conjunta. Essa é uma frente mista, assinada por 201 Congressistas da Câmara e 30 Parlamentares aqui do Senado. Esta agenda que nós apresentaremos é republicana, democrática e popular.

Então, eu queria novamente dizer que o SUS é nosso, ninguém o tira da gente; direito conquistado não se compra e não se vende.

(Manifestação da plateia.)

A SRª LIU LEAL – O Sus é nosso, ninguém tira da gente. Direito conquistado não se compra e não se vende! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Liu.

Passo a palavra agora a Eurídice Ferreira de Almeida, da Fasubra Sindical.

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Bom dia, companheiros e companheiras! Mais uma vez na luta, não é?

Quero saudar esta Casa com todos e todas aqui presentes e chamar a atenção para alguns itens que não vi nesta discussão aqui. Quero chamar a atenção para os trabalhadores e trabalhadoras que vão engrossar o número de desempregados neste País, com esse desmonte que está sendo colocado por este governo Interino, ilegítimo, que eu não reconheço, que nós não reconhecemos. Vamos lutar até o último instante na legalidade e, se necessário, de outra forma, para que ele não seja.

O desemprego, a falta de verbas não só para a saúde, como para a educação, porque esses são os pilares do cidadão brasileiro. O cidadão educado adoece menos. O cidadão com saúde se educa melhor. Ele compreende muito mais as campanhas educativas que nós conseguimos fazer.

Quero chamar atenção também que isso, para o cidadão e a cidadã brasileira, é um estupro à cidadania. E isso o povo brasileiro não vai aceitar.

Por isso é que a saúde sempre foi, junto com a educação, uma ponta de resistência, de forte resistência, porque nós conseguimos trabalhar com o povo e mostrar para o povo onde ele está sendo lesado, a que ele tem direito e como ele reivindicar o direito. Essa é a nossa prática, esse é o nosso dia a dia, não só aqui no Senado Federal, mas principalmente nos longínquos Estados, dentro dos conselhos estaduais, os conselhos municipais das escolas, dentro dos campos indígenas, do povo ribeirinho.

Nós não aceitaremos o que está sendo imposto por este Governo – este desgoverno. O que ele está trazendo para gente, de forma bem literal, ele está nos colocando a postos e em riste sobre nós o que o nazismo fazia com a população.

(Soa a campainha.)

Está nos colocando a operação calvário das viúvas como nosso destino e o povo não vai aceitar isso, o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira vão permanecer nas ruas e vai mostrar de quem é a força, de onde emana a força, porque a força é do povo. Tudo que existe nesta Casa, no mundo, ao nosso redor é o povo quem leva.

Estamos aqui falando dos itens técnicos, muito em especial com certeza, sim, precisamos ter esses dados, mas quem vai nos impulsionar, quem vai nos referendar, quem vai tornar verdadeiro tudo isso que estamos fazendo aqui é a nossa prática no dia a dia, a nossa prática nas ruas. Por isso, precisamos dizer, sim: fora cada um e cada uma que aqui está ocupando postos de liderança neste Governo. Nós não vamos aceitar isso!

Temos que chamar mais atenção no dia de hoje, dentro da nossa agenda que tão bem Liu já falou: vamos para a próxima sessão às 14 horas e vamos escrachar aquele ou aquela que quer estourar com a nossa cidadania.

O SUS é nosso, ninguém tira de nós. Direito conquistado não se compra e não se vende. Fora machista, fora golpista, fora fascista e fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi Eurídice Ferreira de Almeida, presente em inúmeras audiências públicas aqui desta Comissão, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior Público do Brasil (Fasubra). Seja bem-vinda.

Ana Lago, da Federação Nacional do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência e Assistência Social (Fenasps).

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Bom dia, companheiros e companheiras. Eu queria cumprimentar o Senador Paim, incansável...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi muito boa a audiência em Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª ANA LUÍSA DAL LAGO – Rio Grande do Sul. Na Casa do Gaúcho, em Santa Catarina.

O senhor é incansável na abertura da Casa para fazermos as denúncias do que está acontecendo nos direitos sociais do cidadão.

A Fenasps tem feito a luta tanto da Previdência quanto da saúde do trabalho, porque é a base, os trabalhadores são a base da federação.

Vimos trazer aqui a proposta de um seminário que englobasse essas questões todas. A Profª Lígia foi muito feliz e a gente queria juntar naquele seminário a questão do trabalho. O rasgo da CLT que está sendo proposto aqui vai atingir os trabalhadores como a companheira da Fasubra que acabou de falar.

Então, o mito do déficit da Previdência Social e a necessidade da austeridade nas questões da seguridade social estão sendo jogadas para a população como uma tábua de salvação para que o Estado brasileiro não entre em falência.

Nós temos, na Frente Parlamentar Mista da Previdência Social, desmistificado isso, temos mostrado para a população em geral que é uma mentira o que o Governo vem propondo. E agora vem a questão de que a saúde tem que perder verba ou a saúde tem que também pagar o preço para que o Estado brasileiro não entre em falência.

Temos feito esse debate junto às organizações sociais, junto à população mais pobre das periferias, e isso tem sido muito bem aceito.

Acredito que esse seminário que vai se fazer e a criação de uma frente que vai discutir isso tudo, como estamos fazendo com a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, vai atingir a população menos favorecida e menos esclarecida, no que está sendo proposto pelos governos.

A Fenasps tem feito a defesa dos trabalhadores em todos os governos. Somos contra todo e qualquer governo que retire o direito dos trabalhadores. Não podemos mais permitir que conquistas de anos e anos sejam perdidas e que se volte a um retrocesso de 30, 40, 50 anos atrás nas conquistas alcançadas até hoje. Então, a Fenasps está aqui se propondo e se propõe, e estará presente em todas as audiências e em todos os momentos, em todos os atos, em todas as marchas que vão fazer a defesa de direitos dos trabalhadores.

Somos pelo SUS, estivemos, desde a conferência que criou o SUS, lutamos pelo SUS, pela previdência e pelo trabalho. Somos, todos nós, a favor dos trabalhadores, sejam eles de que classe forem.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço à Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social).

Ana, a tua proposta acho que fica nessa visão que chamo de Frente Ampla Brasil em Defesa da Democracia, dos Direitos dos Trabalhadores da Saúde, da Previdência, do Trabalho Escravo, porque tudo isso eles estão atacando. Então, quando a gente pensa num evento, como a Frente dos Servidores Públicos, de imediato todos querem estar juntos. Acho que esse é o eixo de fazermos um seminário com eixo na seguridade social, mas não esquecendo os vínculos e os ramos que atingem todos os trabalhadores, a partir deste governo. E eu, na Presidência, não uso o termo golpista, vocês viram, mas um governo ilegítimo, sou obrigado a dizer que está aí, que entrou pela porta dos fundos.

Então, temos esse compromisso, pode ter certeza absoluta. (*Palmas.*)

Agora, para o encerramento – o horário assim nos obriga – pergunto se houve mais perguntas aos nossos convidados que estão aqui na Mesa? Alguém poderia responder?

O SR. RONALD FERREIRA – Se eu puder projetar ali a pergunta que o companheiro da Contag nos dirigiu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. RONALD FERREIRA – Foi a respeito da construção das fontes, de onde buscar os recursos para garantir o financiamento da saúde, o financiamento da seguridade.

Esse é um debate que o Conselho Nacional de Saúde fez, que o Saúde+10 fez, em virtude principalmente de, em março de 2015, aliás, a Plenária Nacional de Conselheiros em Saúde esteve com a Presidente Dilma e apresentou a necessidade e a importância de aprovar a PEC 01/2015, para garantir o financiamento.

Uma das questões que a Presidente apresentou na época foi a discussão de fontes de financiamento. O controle social não fugiu e foi aprofundado um debate que já vinha bastante presente no controle social e a respeito do financiamento.

Há algum tempo, o Saúde+10 extrapolou a discussão apenas no montante para discutir também as fontes de financiamento e a destinação.

Nesse sentido, além de várias proposições, duas proposições ganham bastante força e bastante adesão de importantes figuras políticas do Brasil e têm como referência, principalmente, a composição dos fundos públicos, Senador. Como são compostos os fundos públicos que garantem o financiamento das políticas pú-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

blicas? Vejam que a principal contribuição na formação dos fundos públicos é o trabalho, a folha de salários, que responde por 26%, e o consumo, que responde por 49,73% da formação dos fundos públicos que garantem o conjunto das políticas públicas. Isso significa, em última análise, que quem paga a conta é o trabalhador, através do consumo e do trabalho.

Em contrapartida, a propriedade entra com 3,7% da formação dos fundos públicos. As transações financeiras, o tal do mercado, os investidores, como costumam denominar, entram com 2,10% do bolo que forma os recursos públicos.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALD FERREIRA – Portanto, duas propostas, a partir dessa análise, que estão em tramitação no Congresso Nacional, são a base para buscarmos esses recursos: na propriedade, a taxação das grandes fortunas, projeto que está tramitando aqui no Congresso Nacional, e a taxação das movimentações financeiras, que é a CPMF, para atingir os patamares mais elevados de rendimento. Com isso, certamente sobrariam recursos para atender à Proposta de Emenda à Constituição nº 01.

Passe para o próximo. Bem rapidamente, Senador.

Só para compararmos como se dá a tributação e a formação em alguns países – não me refiro a Cuba nem a nenhum país socialista, como a China; são países de capitalismo avançado. Como se dá a tributação e a formação dos recursos públicos nesses países, comparando-os com o Brasil? Veja: nos Estados Unidos, a propriedade tem uma taxação de 12%, que é a taxação das fortunas. No Brasil, a taxação é de 1,3%, ou seja, o esquema tributário, a injustiça tributária é para proteger o andar de cima, para proteger 1% da população brasileira que precisa entrar. E, da mesma forma, enquanto no Brasil o consumo é extremamente tributado – quase 50% –, em outros países, o valor é bastante baixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. RONALD FERREIRA – Então, de onde buscar esses recursos? Nós vivemos na sétima economia do mundo. Há muita riqueza produzida neste Brasil. A questão é: como vamos distribuí-la?

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns pela resposta!

Pessoal, o tempo urge. Infelizmente, nós não temos mais tempo para continuar o debate de um tema que envolve todos nós: a saúde, a vida do nosso povo e da nossa gente. Assim, nós encerramos a nossa audiência pública.

A mobilização continua hoje à tarde na Câmara dos Deputados e, amanhã, às 9 horas também, nessa grande manifestação. Dessa forma, nós encerramos a audiência pública.

Vida longa ao SUS!

Vida longa à saúde!

Viva o SUS!

Tirem as garras do SUS! (*Palmas.*)

Queria convidar, para tirar aqui uma foto coletiva, todos vocês que, heroicamente, ficaram até o final. A foto vai lembrar que nós libertamos o SUS deles.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 68ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia doze de julho de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e da Senadora Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação, com foco na justiça fiscal. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz uma homenagem ex-ministra de Igualdade Racial Luiza Bairros e solicita um minuto de silêncio em sua memória. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; Jucélia Vargas Vieira, Secretária-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM; Pedro Armengol, Membro da Diretoria Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no Plenário: Luciene de Oliveira Alves, Secretária de Finanças da Federação dos Trabalhadores em Administração Pública Municipal – FETAM/CE; Irene Rodrigues, Representante da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos – FEESMUC; José Carlos, Representante da Federação dos Trabalhadores da Administração e do Serviço Público Municipal – FETRAM/MA; Antônio José, Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM; Neiva Esteves, Representante da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará – FETANCE; Maria Dejaci, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SINDSERV/CE. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) apresentar requerimento para realizar Audiência Pública com o objetivo de debater acerca do Nióbio; 2) apresentar requerimento de informações ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda para que esclareçam acerca do "Swap" Cambial e das operações compromissadas; 3) apresentar requerimento de informações ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda para explicar a diferença entre receitas e despesas de 2015, no valor de R$ 480 bilhões. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e onze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, da CDH, de nossa autoria, para debater o tema "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação, com foco na justiça fiscal".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadani*a*, e por meio do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convidamos, para participar da Mesa, como painelista, com muita satisfação e orgulho para todos nós, a nossa querida Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, que, hoje, de manhã, fala aqui e que, hoje, à tarde, falará na Frente Parlamentar em Defesa da Previdência e do Direito dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Convidamos Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quero só lembrar que estávamos, até ontem, em Alagoas. Lá participamos ontem de uma atividade que terminou quase às 22h. Enfim, depois, fomos para o aeroporto, eu diria já quase...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA (*Fora do microfone*.) – Quase raiando o dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Depois da atividade, jantamos, e cada um foi para o seu hotel. De manhã, às 3h, lá já estavam todos, toda a comitiva. Dez pessoas que estavam lá vieram para Brasília.

Quero aproveitar, nesta abertura, para cumprimentar todas as entidades que participaram da organização, o Deputado Ronaldo, que foi quem pediu o espaço para essa atividade. Estavam lá em torno de mil líderes de todo o Estado.

A Graça esteve lá com uma delegação grande da Central Única dos Trabalhadores, como estavam lá também as outras centrais.

Só estou citando isso, porque você está aqui, senão vão dizer que só cito a CUT. Mas estavam lá centrais, federações, confederações, sindicatos, associações. Foi um belo evento. Eu diria que, proporcionalmente, foi quase o maior evento que realizamos nessa jornada dos 27 Estados.

Agora já estamos na segunda rodada, já que vamos passar por, no mínimo, 20 Estados. Eram 15 Estados, mas, todo dia, aparece mais um Estado, o que é positivo, o que é positivo. Todo dia, aparece mais um Estado cobrando: "Não! Tem de passar no nosso também." Agora, estamos debatendo não só a terceirização, estamos debatendo a terceirização, o negociado sobre o legislado, o trabalho escravo, a violência contra as mulheres, a democracia. Não se pode, num momento como este, deixar de debater a democracia. Está sendo muito, muito interessante. Já fomos, nessa segunda rodada, a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, ao Espírito Santo e, agora, a Alagoas. Já está prevista a ida ao Rio de Janeiro, à Bahia, a São Paulo, no dia 22. A ida a Salvador também está prevista, como também a ida a Pernambuco. O Pará está cobrando muito também isso. Estamos só ajustando uma data.

Eu queria dizer à Maria Lúcia Fattorelli que, se dependesse de nós, nestas audiências todas, deveria haver alguém que falasse... É claro, sei que você não consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas isso seria fundamental. Se você estivesse, seria melhor. Mas deveria haver alguém que representasse a Auditoria Cidadã da Dívida. Vou passar-lhe o calendário. Se você puder, estará à mesa em todos os lugares. Você se tornou, para nós todos, a referência número um sobre esse tema. É uma questão de justiça. Peço até uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que bom!

Ela está aqui, nesta manhã. E, à tarde, ela fala na reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência e dos Direitos dos Trabalhadores.

Antes de iniciarmos o debate no dia de hoje, quero dizer que recebi agora, neste momento, quando eu vinha para cá... Vocês devem tê-la conhecido. Vocês podem colocar, Mariana, no telão essa... Podem colocar? Eu recebi agora a notícia de que faleceu a ex-Ministra. Tive a alegria de estar com ela muitas e muitas vezes. Morreu Luiza Helena Bairros, símbolo de luta pela igualdade. Vou ler aqui.

A ex-Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial do Brasil, Luiza Helena Bairros, que também foi Secretária Estadual da Promoção da Igualdade Social da Bahia, faleceu esta manhã, em Porto Alegre, vítima de câncer no pulmão, contra o qual já lutava há meses. Natural de Porto Alegre, era graduada em Administração Pública de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de possuir títulos de mestre em Ciências Sociais, de doutorado em Sociologia, pela Universidade de Michigan.

Morava em Salvador desde 1979, onde atuou em diversos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro Unificado (MNU). Trabalhou no programa das Nações Unidas ONU Contra o Racismo, em 2001 e em 2005. Foi titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia e Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial no Brasil de 2011 a 2014 [ou seja, no Governo da Presidenta Dilma]. Trabalhava e militava politicamente nas áreas de raça e gênero.

O sepultamento será em Porto Alegre, no dia de hoje.

Vou fazer um voto de pesar, que vamos aprovar no plenário – então, não precisaríamos aprová-lo aqui – e que será remetido às entidades em que ela trabalhava mais diretamente. Naturalmente, o voto de pesar vai ser endereçado também à Presidenta Dilma e vai ser dirigido aos seus familiares.

Então, antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu gostaria que levantássemos e que, de pé, fizéssemos uma homenagem de solidariedade e de carinho a esta lutadora, Luiza Helena Bairros, ex-Ministra, que faleceu hoje pela manhã.

São 10h37. Então, fica valendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Faz-se um minuto de silêncio.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Luiza Helena Bairros era uma guerreira, uma lutadora, jovem ainda, muito jovem. Com certeza, lá do alto, ela está nos observando e há de passar sempre energia positiva para as nossas lutas aqui na Terra.

Vamos, agora, concluir aqui a chamada para a nossa Mesa. Já estão aqui as duas Marias.

Chamo agora, então, Jucélia Vargas Vieira, Secretária-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam). (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chamo agora Pedro Armengol, membro da Diretoria Executiva da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF), que está seguidamente conosco aqui, contribuindo com o brilho de sempre nas suas palestras.

Vamos, de imediato, iniciar o debate do dia de hoje. Não sei quem é que quer falar primeiro.

Creio que vou conceder a palavra, pela experiência, a quem falará daquilo que mais preocupa nós todos, que é a questão da dívida.

Pediram que você iniciasse, porque, a partir da dívida que eles fazem, as contas chegam para nós.

Com satisfação, com uma salva de palmas, concedo a palavra a Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Bom dia!

Senador Paulo Paim, é uma honra muito grande para a Auditoria Cidadã da Dívida poder contribuir para reforçar todas essas lutas da classe trabalhadora no Brasil.

Preparei uma apresentação. Está escrito ali: "Sistema da Dívida e Crises – Realidade de Abundância e Cenário de Escassez." O tema desta audiência pública, hoje, o mundo do trabalho, o desemprego, a aposentadoria, a discriminação, tudo isso com foco na justiça fiscal, conclama-nos a abordar a questão da dívida pública. Quero dar este enfoque da realidade de abundância do nosso País.

Pode passar, por favor.

Vou começar falando o que todo mundo já sabe, mas que é importante lembrar e fixar: a nossa realidade. Nós somos um dos países mais ricos do mundo. Atualmente, somos a nona maior economia mundial. Nós temos riquezas como, por exemplo, o nióbio, que é um mineral especial, estratégico. A maioria dos brasileiros nem sabe o que é isso. O Canadá tem 2% do nióbio do mundo e vende nióbio a quilo, caríssimo. O Brasil exporta toneladas sem controle nenhum. Em Minas Gerais, que é meu Estado, quanto recebe uma UFEMG, uma Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais? Sabe quanto? Dois reais e setenta e dois centavos por tonelada. Então, é uma riqueza enorme. Se olhássemos só para o nióbio, no Brasil nós já teríamos outra realidade. Por que não olham?

Deixo com o Senador a reivindicação de um requerimento sobre essa questão do nióbio. O Canadá o vende a quilo. Nós exportamos toneladas, e Minas Gerais recebe, em uma unidade, em uma UFEMG, R$ 2,72 por tonelada. Não tem condição isso.

Nós temos a terceira maior reserva de petróleo, a maior reserva de água potável, a maior área agricultável do Planeta. Não há nenhum país no mundo com maior área agricultável e com clima favorável. Os Estados Unidos, por exemplo, têm grande área agricultável, mas ela fica meses debaixo de neve. Nós não temos isso, nós temos clima favorável, riquezas biológicas, extensão territorial. Falamos o mesmo idioma. Olhem esse patrimônio! Temos potencial energético industrial, comercial e, acima de tudo, riqueza humana e cultural.

Olhem, vou dizer, tem de ser muito incompetente para fazer um País, com toda essa riqueza, ter de lutar contra o desemprego, contra a miséria etc. Tem de ser muito incompetente! Então, gente, essa é a nossa realidade. Nós temos de reivindicar essa realidade.

E o que nós estamos vivendo? Um cenário de escassez. Vocês estão vendo as palavras que eu estou usando? Realidade e cenário. Por quê? Porque cenário a gente rasga, a gente muda, com luta. Não existe mágica, tem de lutar muito. Por isso é que estamos aqui hoje, não é, Senador? Então, o cenário é de crise, uma crise econômica seletiva, porque só a economia real está em crise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só não quero me esquecer daquele pedido que você fez, para se formular um requerimento...

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Em relação à questão do nióbio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, já fica aprovada a proposta dela. A Comissão vai encaminhar. (*Palmas.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – É isso aí!

Então, nós temos um cenário de crise com várias nuanças, uma crise econômica seletiva, com queda na indústria e no comércio, com desemprego, com perdas salariais, com privatizações, com perda de patrimônio público, com encolhimento do PIB em quase 4%. Há uma crise social decorrente de tudo, uma crise política e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ética, uma crise ambiental, haja vista o crime cometido em Mariana pela Vale, pela BHP Billiton e pela Samarco. E qual o remédio colocado para todas essas crises? Ajuste fiscal. Corta na saúde, corta na educação, corta nos direitos sociais, privatiza mais ainda, aumenta tributos sobre a classe média e pobre. E nós temos, com isso tudo, o crescimento da dívida.

Pode passar.

Então, olhem só o paradoxo: de um lado, há o avanço de concessões ao capital financeiro, com juros elevadíssimos, com a taxa básica mantida entre 14% e 25% – isto é um escândalo, não há justificativa técnica nem econômica para isso, essa é uma opção –, e o abuso na utilização dos mecanismos financeiros que transferem renda diretamente para os bancos. Há esses nomes aparentemente complicados, como o *swap* cambial. Isso aí nada mais é, gente, do que um contrato que o Banco Central faz, garantindo o risco de variação do dólar para especuladores. Colocam esse nome de *swap* cambial para as pessoas nem entenderem do que se trata. Mas é muito simples. Não há transparência. Foi feito um requerimento na Câmara dos Deputados para perguntar quem se beneficiou das centenas de bilhões de reais. Responderam para a Câmera que essa informação é sigilosa.

Acho que cabe outro requerimento aqui em relação a isso. A operação é pública, está sendo paga pelos cofres públicos. Se os salários dos servidores estão na internet, por que é que os detentores de contratos de *swap* cambial não estão? (*Palmas.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Então, é mais uma proposta.

Operações compromissadas, idem, são operações que emitem, que usam a dívida pública. Mais de R$1 trilhão, gente, está nessas operações compromissadas. São remuneradas diariamente. Para isso, não faltam recursos.

Olhem lá o *post:* "Mesmo diante da crise, lucro dos bancos não para de crescer". O avanço das pautas que interessam ao capital é tremendo. A DRU já foi aprovada na Câmara; agora, está aqui no Senado. A PEC 31, de 2016, e a PEC 143, de 2015, querem a independência do Banco Central, a privatização de vez do Banco Central. Há vários projetos, como o de nº 257. Há a PEC 241. Há as medidas provisórias que privatizam tudo. Tudo isso está avançando rapidamente.

Do nosso lado, há o cenário de escassez. Olhem aí: desemprego em alta. Segundo dados do Dieese, 11 milhões de trabalhadores estão sem emprego. E a retração na economia aprofunda a deterioração do mercado de trabalho. Então, a gente vê que a crise é só para o lado de cá, só para o lado dos direitos humanos.

Pode passar, por favor.

Esse é o escandaloso lucro dos bancos. Gente, olha esse gráfico! Em 2015, o lucro dos bancos superou o de 2014, vem crescendo absurdamente.

Pode passar.

Em 2015, apesar da desindustrialização, da queda do comércio, do desemprego, da retração do PIB em quase 4%, o lucro dos bancos aumentou mais de 20%. Pergunto a vocês: existe mágica? O banco é uma atividade de prestação de serviços. Se toda a economia real caiu, de onde vem esse crescimento do lucro dos bancos? De onde vem? É evidente que está havendo uma estratégia de transferência de renda para esse setor. Essa engrenagem que promove isso é o sistema da dívida. O lucro dos bancos teria sido 300%, em 2015, superior ao de 2014, teria sido o triplo. Só não o foi porque eles fizeram uma provisão, uma reserva, para fazer face a calotes, de R$183,7 bilhões. Gente, isso aí é um absurdo, só serve para reduzir o lucro tributável. É um escândalo. Não há limite para isso. Quer dizer, a responsabilidade fiscal neste País é só com relação a gastos com pessoal etc.. Isso aí está à vontade.

Pode passar, por favor.

No cenário de escassez, nós estamos aí com outra máscara: a máscara do déficit. Em 2015, foi anunciado um déficit de R$111,2 bilhões e, em 2016, de R$170 bilhões. Como é calculado esse déficit? Apenas em relação às receitas e aos gastos primários. Não são computadas todas as receitas e todos os gastos. É uma conta fictícia, é uma conta obtida apenas com receitas e gastos primários. Traz uma condição propícia para projetos como o PLP 257, que congela todos os reajustes salariais, as contratações etc.; como a PEC 241, que pretende congelar por 20 anos os gastos sociais; como o comprometimento das despesas da seguridade social, da saúde, da assistência e da Previdência, com as PECs nºs 143 e 31.

Pode passar, por favor.

Enfim, quando colocamos, lado a lado, todas as receitas federais efetivamente auferidas em 2015 e todas as despesas federais pagas em 2015, comparando regime de caixa com regime de caixa – olhem lá! –, não existe déficit. Em 2015, sobraram R$480 bilhões, quando computamos todas as receitas e todas as despesas.

Gente, estamos falando de quase meio trilhão. Onde foi parar essa receita? Nós fizemos requerimentos de informações. O Tesouro Nacional nos informou, depois de pedido de prorrogação de prazo, que a nossa pergunta era genérica e que não ia responder por que, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, eles não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tinham de responder a perguntas genéricas. E nós perguntamos sobre a totalidade das receitas. No *site* da Transparência da CGU, é de R$2,748 trilhões. O total das despesas, de acordo com o Siafi, é de R$ 2,268 trilhões. Estão sobrando R$480 bilhões! O Tesouro não respondeu. O Tribunal de Contas foi mais respeitoso e admitiu que houve emissão excessiva de títulos, que houve emissão e venda. Onde ficaram esses recursos? Será que esses R$480 bilhões foram destinados para alimentar os mecanismos de *swap*, as operações compromissadas etc.? É uma pergunta que todos nós queremos saber.

Os juros e amortizações da dívida – olhem lá no lado do gasto – foi o maior gasto, 42,43%, e consumiu... Quando colocamos lado a lado, vemos a receita financeira, que está em amarelo do lado esquerdo. Quando colocamos lado a lado, vemos que a dívida consumiu não só as receitas decorrentes da emissão de títulos, mas também outras receitas orçamentárias.

Pode passar.

A desigualdade que pesa sobre o trabalhador vem também do modelo tributário aplicado no Brasil. É um dos modelos mais injustos do mundo. A carga tributária de 34% não é a mesma para todo mundo. Para o trabalhador é muito mais do que isso. Um trabalhador do setor público, por exemplo, que ganha mais de R$4,5 mil já paga na fonte 27,5% de Imposto de Renda e 11% de Previdência. Quanto dá isso? Só na fonte, ele já paga quase 40% e ainda paga todos os tributos indiretos. Se ele tem carro, ele paga IPVA; se ele tem casa, ele paga IPTU. Ele paga ICMS embutido em tudo que consome e paga Cofins embutido em tudo que consome. Então, a carga tributária sobre o trabalhador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, mesmo depois de aposentado, ele continua pagando a Previdência.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Exatamente, Senador. Essa carga de 34% não é igual para todo mundo, não! Para nós trabalhadores, ela é infinitamente maior do que isso.

Agora, vá olhar o lucro dos bancos! Quanta coisa fica fora com mecanismos como a dedução de juros sobre capital próprio, uma excrecência que só existe no Brasil, que permite que os bancos deduzam juros meramente calculados, juros que não são sequer gastos, que não são desembolsados. Então, temos essa disparidade total.

Os princípios tributários estão sendo desrespeitados. A capacidade contributiva e a progressividade, que estão na Constituição, não são respeitadas, porque a maior parte dos tributos incide sobre o consumo. O miserável que vai comprar o pacote de macarrão paga o mesmo tributo que paga o milionário. É o mesmo tributo embutido naquele pacote de macarrão.

A concentração de renda na esfera federal também é brutal, e o Orçamento federal destina a maior parte dos recursos para a dívida. Temos várias distorções: há baixa tributação sobre lucros exorbitantes; inexiste a cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas, que, embora esteja na Constituição, nunca foi regulamentado. Em heranças, o tributo é muito baixo. Quanto a latifúndios, é ridículo, pois um dos países de maior concentração de terra no mundo tem a menor arrecadação sobre o ITR. E há várias outras isenções, como isenção sobre distribuição de lucros e a isenção sobre remessas para o exterior, e as aberrações como a dedução dos juros sobre capital próprio.

Além disso, a sonegação fiscal é brutal. Quem pode sonegar? Somente as grandes empresas. As pequenas empresas estão no Simples, as médias também não tem como sonegar. Os trabalhadores não têm como sonegar. Quem sonega são os grandes.

Temos a necessidade de fortalecimento da administração tributária. Esse gráfico mostra que mais da metade da nossa arrecadação nacional, em todas as esferas, vem dos tributos sobre o consumo. Da renda do capital, são apenas 15%.

Pode passar.

O resultado é este aí: a concentração de renda no Brasil é um escândalo. De acordo com dados da Receita Federal, 0,5% da população economicamente ativa detém 30% da renda total declarada à Receita e 43% do patrimônio declarado à Receita Federal.

Gente, no mundo inteiro nós temos aquele movimento de 1%. Não somos 1%. Aqui, no Brasil, é 0,5%, é o dobro da concentração de renda do mundo.

Por outro lado, esta notícia está no *Correio Braziliense* de hoje: 23,4% da população ativa vivem com menos de um salário mínimo. O que significa isso, gente? Um quarto da população brasileira está na miséria. Isso é inaceitável, considerando que somos um dos países mais ricos do Planeta!

Pode passar, por favor.

O cenário de escassez vem aí para retirar direitos. Constantemente, há outra máscara: o déficit da Previdência, que não existe. Que déficit é esse? Se existe déficit, como é que querem aumentar a DRU para 30%, para desvincular ainda mais recursos? Está na cara que não existe déficit.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Seguridade Social tem sido superavitária em dezenas de bilhões de reais. Caiu em 2015 por causa das desonerações. Liberaram as empresas com o compromisso de as empresas preservarem os empregos. O que as empresas fizeram? Colocaram o povo na rua. Olhem lá! Caiu a arrecadação para justificar a reforma, e a população está desempregada.

Pode passar.

O resultado de tudo que estamos falando está no Orçamento da União: quase a metade para juros e amortizações, 4% para a saúde, menos de 4% para a educação, e a Previdência ainda fica com 22%.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – É por isso que os bancos divulgam esse déficit, porque eles estão de olho nesse filão da Previdência, que não é problema. A Previdência é solução para este País.

Pode passar, por favor.

Ao longo dos últimos 20 anos, desde o Plano Real, olhem o que tem acontecido com os principais gastos selecionados. Olhem aquela linha azul lá embaixo: educação e cultura. Depois, vêm saúde e saneamento, pessoal e encargos sociais. Eles gostam de dizer que os servidores públicos são os bodes expiatórios. Não o somos. Olhem lá! A Previdência e a assistência, também não são. Olhem lá os juros e a amortização da dívida. É descaradamente o maior gasto há anos, há duas décadas.

Pode passar.

A principal determinante da crise fiscal é a dívida. Em 2015, a dívida cresceu R$732 bilhões. Se a dívida fosse o que todo mundo imagina, isto é, se contraíssemos uma dívida e recebêssemos os recursos, nós teríamos recebido R$732 bilhões no ano passado. Nós recebemos esse valor? Não! Os investimentos foram de apenas R$9 bilhões, Senador. É um escândalo! E a dívida cresceu R$732 bilhões. A dívida é um esquema, gente, está alimentando mecanismos financeiros como o tal *swap* cambial, juros abusivos, juros sobre juros e remuneração da sobra de caixa dos bancos nas operações chamadas compromissadas.

Pode passar.

Está aí o que acabei de falar, o que está alimentando a dívida. É só para isso ficar escrito. Para quem quiser essa apresentação para levar para suas entidades e para seus Estados, ela estará à disposição.

Pode passar, por favor.

Vários privilégios alimentam a dívida pública: os juros, a atualização monetária mensal cumulativa. Enquanto nossos salários estão congelados, enquanto os direitos sociais estão sendo cortados, a dívida tem correção monetária mensal, cumulativa. Em cima disso, há os maiores juros do mundo e todos os outros privilégios. Todo o lucro das estatais vai para a dívida, todo o resultado das privatizações vai para a dívida, a DRU vai para a dívida. Na desvinculação, em tudo o que sobra todo ano em qualquer rubrica passa-se o rodo, e o recurso vai para a dívida. Todo pagamento de dívidas que os Estados e os Municípios fazem para o Governo Federal vai para a dívida, toda a emissão de título vai para a dívida. Não tem condição isso!

Pode passar.

A desculpa para o PLP 257 é "assegurar a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento econômico e a sustentabilidade da dívida". Então, quem ainda não tinha percebido a relação desses projetos com a dívida pode ver que isso está lá, por escrito, na exposição de motivos.

Pode passar, por favor.

Quanto à PEC 241, também se diz que "se faz necessária a mudança de rumo nas contas, para que o País consiga restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida". É o que está, por escrito, na exposição de motivos.

Pode passar.

A política monetária do Banco Central está suicidando o Brasil. Esses juros altos, essa brincadeira de *swap* cambial, para se bancar risco de variação do dólar seja para cima ou para baixo, à custa dos direitos sociais, isso é um abuso. Essa é uma política monetária que remunera as sobras de caixa dos bancos diariamente. Tudo o que os bancos não conseguem emprestar, não por que não há ninguém querendo, mas por que querem juros de 200% e de até 400% ao ano, tudo o que eles não conseguem emprestar, o Banco Central vai lá e remunera. Para isso não está faltando recurso.

Pode passar.

Quem está pensando o Brasil? FMI e Banco Mundial. Está aí a foto do documento que faz acompanhamento da nossa política econômica.

Pode passar. Vou ter de correr por causa do tempo.

As recomendações do FMI até hoje exigem a aprovação de lei assegurando a independência do Banco Central – está aí a lei para isso –, e a perseverança com as políticas de metas de inflação. É claro que ninguém é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

contra a inflação, mas, da forma como o Banco Central faz, ele não controla a inflação e transfere renda abusiva para o setor financeiro. Todas as outras medidas que o FMI exige estão sendo implementadas. Estamos subservientes. Por quê? Porque a dívida é alta. E por que a dívida é alta? Porque não se faz auditoria.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Tudo isso que estamos falando não teria a menor importância se não tivesse impacto social. Já que nós estamos na Comissão de Direitos Humanos, essa é a principal razão da nossa luta.

Olhem o que está acontecendo no nosso País! Na nona maior economia do Planeta, temos a pior distribuição de renda do mundo! Em 2015, fomos o 75º no *ranking* dos direitos humanos, segundo a ONU. É o IDH medido pela ONU. Somos o penúltimo no *ranking* da educação entre 40 países! Isso não é um acaso. É muito fácil roubar um país de pessoas que não têm acesso à educação, que nem sabem que existe, por exemplo, o nióbio e todas as riquezas que temos. Somos o penúltimo no *ranking* do crescimento econômico em 2016. Gente, como é que pode a nona economia do Planeta ser a penúltima do mundo em crescimento econômico? Algo está muito errado em nosso País.

Pode passar.

Nossa proposta é a de uma auditoria dessa dívida, que está sangrando o Orçamento, que está exigindo constantemente o pagamento, deixando-nos subservientes há 500 anos. A sociedade já se mobilizou, já fez um plebiscito. O principal passo do País foi uma CPI que comprovou a ilegalidade, a ilegitimidade. Os relatórios foram encaminhados ao Ministério Público, mas nada aconteceu até hoje, desde 2010.

Pode passar.

Temos de ter estratégias de ação, e isso exige conhecimento da realidade para criar uma mobilização social consciente. Temos de ter ações concretas. Por isso, convocamos todas as pessoas a participarem dos núcleos da Auditoria Cidadã e do curso, do qual várias pessoas aqui já participam. Vamos lançar uma frente parlamentar. Já deixo o convite para o Senador Paim para ser uma das lideranças dessa frente.

Está previsto, Senador, o lançamento no próximo dia 9 de agosto. Eu gostaria que o senhor colocasse na agenda, para o senhor estar à Mesa, liderando esse processo no Senado de uma frente parlamentar mista para realizar a auditoria da dívida, com participação da sociedade civil.

Convido também todas as entidades aqui presentes a participarem dessa frente parlamentar.

Pode passar.

Finalizo com essa imagem. Essa imagem foi tirada a apenas 15km do Palácio do Planalto. Centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive idosos e crianças, disputam o lixo de Brasília para sobreviver. Isso é inaceitável e é consequência do sistema da dívida. É urgente rasgar esse cenário de escassez e reivindicar a realidade de abundância que existe em nosso País.

Por isso, é preciso enfrentar essa dívida, essa chamada dívida, essa falácia da dívida pública no nosso País por meio de uma auditoria, com a participação de todos nós.

Fico muito grata.

Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos à Maria Lúcia Fattorelli, que é a Coordenadora – eu já a estava colocando como presidente, como dirigente máxima – Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

Primeiro, quero dizer que vamos colocar isso na agenda, sim. Se for no Senado, eu estarei ajudando nas articulações, seja em comissão ou no Auditório Petrônio Portella, na data do lançamento. Eu não digo que vou liderar, porque quem lidera esse movimento é você. (*Palmas.*)

Estou dizendo isso com conhecimento de causa. Mas vou me somar aos Senadores e aos Deputados.

Se houver uma coordenação, se eu estiver entre os coordenadores, porque estamos vendo que nunca houve tantas Frentes Parlamentares Mistas nesses últimos dois meses, devido a esse momento que atravessamos. Normalmente, eles elegem uma coordenação, como você falou, e colocam quatro ou cinco Senadores, quatro ou cinco Deputados, como foi o caso da Frente Parlamentar dos Trabalhadores. Eu entro na coordenação junto com os outros Parlamentares, mas seremos liderados por você, com certeza absoluta.

Estamos acertando aqui a ordem das falas.

Fiquei impressionado quando você falou que 23% ganham menos que um salário mínimo. Esse dado eu não tinha. Se 23% ganham menos que um salário mínimo, subentendo que os outros 23% ganham, talvez, um salário mínimo. Estaríamos chegando a quase 50% da população que ganha até um salário mínimo. Na Previdência não é novidade. Quase 80% ficam na faixa de um salário mínimo.

Essa dívida poderia ser uma saída, digamos, para a situação de miséria que você aqui retratou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Pedi e agradeço ao pessoal que providenciou algumas cadeiras à nossa direita. Se houver algumas para colocar na fila da esquerda ajudaria muito.

Agradeço ao pessoal que está liberando a moçada para vir, porque a fila lá fora estava grande.

Passamos a palavra, neste momento, para a Secretária-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam), a líder Jucélia Vargas Vieira.

Quero dizer mais uma vez, Maria Lúcia Fattoreli, antes de passar a palavra para a Jucélia, que, enquanto você falava, a Mesa estava conspirando contra você. Por que contra você? Fui aos 27 Estados e agora estou fazendo quase que uma cruzada novamente pelos 27; conspirando contra você porque quero falar que você também tem que fazer essa exposição nos 27 Estados. Nem que façamos dois Estados por mês, seria muito importante a sua presença.

Ela já concordou que vai aos 27 Estados também. (*Palmas.*)

Dentro do limite, claro. Sabemos disso.

Por favor, Jucélia.

Os requerimentos que você pediu serão encaminhados.

A SRª JUCÉLIA VARGAS VIEIRA – Bom dia a todos e a todas; bom dia, Senador Paulo Paim.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome da Confederação dos Servidores Municipais, por esta audiência.

Muito obrigada por ter proporcionado este debate; obrigada, Maria Lúcia, por nos trazer dados tão importantes.

Cumprimento o Pedro, que sempre está conosco nas nossas lutas, e a nossa Maria das Graças Costa, que foi Presidenta da nossa Confederação, que muito tem nos orgulhado com a sua atuação na CUT Nacional e que é uma das propulsoras desta audiência também. Nossos agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela que provocou a audiência.

A SRª JUCÉLIA VARGAS VIEIRA – Pois é.

Quero agradeço a todos os companheiros e companheiras que vieram dos diversos Estados, representando as nossas federações, filiados à Confederação.

Quero dizer, Sr. Senador e Maria Lúcia, que, em relação à Justiça Fiscal, mais do que nunca, nós, dirigentes sindicais, temos que nos apropriar desse debate.

Esse tema tem que estar colocado na ordem do dia, porque não é possível, com tanta desigualdade, não é possível que nós, servidores e servidoras, levemos a culpa de que somos os responsáveis pelas dívidas dos Municípios, dos Estados; e haver sonegação tão grande e facilidade da própria legislação para manter esses desvios de recursos com relação aos paraísos fiscais e à elisão fiscal, porque nós sabemos que é uma forma legal, que a lei permite, de desviar recursos, de não pagar o justo.

A Internacional de Serviços Públicos (ISP) proporcionou, umas duas semanas atrás, um bom debate em relação a esse tema com diversos países, entre eles a Nicarágua, a Costa Rica, o México, o Panamá, o Caribe, a Guiana. Diversos países que trazem praticamente o mesmo cenário que o Brasil, essa barbaridade de cobrar dos trabalhadores e das trabalhadoras a tal da política de austeridade na retirada de direitos, como é esse PL nº 241.

Então, é muito importante que nos apropriemos desses dados que trouxe aqui a Maria Lúcia, que também traz algumas organizações, para que fiquemos atentos. O aumento das desigualdades sociais nada mais é do que a irresponsabilidade que têm tido os governantes na política de não cobrar das empresas transnacionais ao menos o justo. Não é possível que as empresas se implantem nas nossas cidades e nos nossos Estados, suguem as nossas riquezas, utilizem-se dos paraísos fiscais para não pagar os impostos. Aí, eu digo que nós temos que nos apropriar porque, infelizmente, o movimento sindical não tem noção do que isso significa, quando vem para nós a reforma da Previdência, quando vem a retirada de direitos, quando vem flexibilização das leis trabalhistas e quando vêm dizendo que nós precisamos encontrar dinheiro para poder proporcionar política pública para o nosso cidadão, para as pessoas, para os homens e mulheres, para a juventude, para a educação, para a saúde, mas não colocam em nenhum momento o debate sobre a sonegação fiscal.

Quanto à corrupção, nós não vamos dizer, como entidade, como confederação, que não vamos combatê-la. Nós temos, sim, que combater a corrupção. Os corruptos têm que estar na cadeia, e o dinheiro público tem que ser pego de volta. (*Palmas.*)

Nós temos que ser veementes diariamente e temos que combater. Agora, a corrupção não é o maior problema do Brasil. Não é o maior problema do Brasil a corrupção. Esse foi um motim utilizado por alguns que são os maiores corruptos deste País para uma cortina de fumaça, que é proporcionar às empresas que não paguem imposto, que enriqueçam, que tenham mais lucro, porque, quando o capitalismo está em crise, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

precisa quebrar algumas empresas. Então, quebram-se as pequenas empresas, porque são elas que pagam o imposto, porque elas não têm como sonegar, mas as transnacionais continuam tendo lucros absurdos.

Esse debate foi trazido pela ISP (Internacional de Serviços Públicos), e, no ano passado, a Confetam se apropriou dele. Neste ano, como nós tínhamos negociações em todos os Municípios do Brasil, nós temos uma campanha, que é uma campanha lançada em nível nacional, em que todos os sindicatos dos servidores públicos municipais estão nas mesas de negociação.

Nós sabíamos, com o agravamento da crise e com o aproveitamento da direita para que, com esse debate da crise econômica, uma crise política gerada pela irresponsabilidade dessa direita, que não tem responsabilidade nenhuma social e desses empresários das transnacionais que também não têm responsabilidade social nenhuma, porque não se preocupam com a questão ambiental e não se preocupam com saúde e educação, mas simplesmente com o lucro. Esse é um debate que nós temos que pôr em pauta. A Confetam, neste ano, então, fez a sua campanha em cima deste tema: é hora de justiça fiscal, desenvolvimento e investimento público.

Não tem como falar em desenvolvimento público, não tem como falar em educação de qualidade, não tem como falar em saúde pública de qualidade, não tem como falar em planos de carreira para servidor público, não tem como falar de aumento na política de salário mínimo, em piso nacional dos professores, não tem como falar em redução de jornada para a saúde. Não tem como falar nisso sem encontrar a maneira correta de se fazer o debate, para se saber de onde vem o dinheiro e para onde vai.

É importante sabermos que o dinheiro público precisa tocar na ferida das grandes fortunas. É preciso tocar na ferida das propriedades porque quem paga imposto neste País é a classe trabalhadora. Quem paga neste País são os mais pobres. Por isso uma reforma tributária é tão importante e por isso essa reforma tributária é pensada no mundo todo. É preciso encontrar uma forma justa de tributação; que as empresas paguem o justo, porque nem isso elas pagam.

Foi muito importante a fala da Maria Lúcia, que nos trouxe números. A Confetam levou para as mesas de todas as prefeituras do Brasil este debate: o combate à corrupção, a democratização dos meios de comunicação, o fim definitivo do fator previdenciário, ganhos reais de salário, igualdade de oportunidade, transparência e acesso à informação, mais concursos e fim da terceirização, piso salarial e plano de carreira, reforma política e tributária e a regulamentação da Convenção nº 151.

Como nós, servidores públicos, vamos poder debater todas essas questões, que são fundamentais? No dia a dia, a população está batendo às nossas portas, está batendo à porta das prefeituras, pedindo, exigindo política pública de qualidade. É lá na prefeitura que vai estar a mulher que quer uma delegacia que a oriente, que quer casas-abrigo para acolhê-la. É lá no Município que a população vai ao posto de saúde do bairro buscar atendimento. É lá no Município que a população vai imediatamente buscar a política da creche.

Então, como nós vamos proporcionar essas políticas com esse arrocho, com essa diminuição? E aí, Graça e Senador, ainda querem desvincular as receitas! Se com a obrigatoriedade que os Municípios e os Estados têm de aplicar o mínimo de 25% em educação, nós ainda não temos creches para todas as crianças, imaginem se isso ficar livre, leve e solto para os políticos fazerem a seu bel-prazer nas nossas cidades! Muito maior será a nossa intervenção, muito maior será o sofrimento da nossa população, porque muito menos política pública nós teremos.

Por isso, nesta manhã, este debate nesta audiência, Senador, é muito importante. Eu acho que, desta audiência, tem que sair muito mais forte a campanha pelo pagamento justo das transnacionais do que realmente elas consomem no País. Não é possível que uma empresa transnacional se utilize de determinadas cidades, com diversas concessões, criando uma política de disputa, em que as empresas ficam disputando quem dá mais para poder implementar as suas empresas. E aí, cada vez mais, os Estados e os Municípios ficam reféns, concedendo de diversas formas, utilizando da própria lei para que as empresas paguem cada vez menos. Isso não é possível que continue acontecendo no nosso Brasil.

Não é possível a população querer política pública de qualidade. Neste País tem água, tem possibilidade de plantar. Tudo o que se planta nesta terra dá. Tem água, tem energia, tem petróleo. (*Palmas.*)

Tem tudo! Tem um povo trabalhador. Como é possível? Não é possível, Senador. Vivemos nos bairros da periferia. Vemos dia a dia o nosso trabalhador e a nossa trabalhadora saindo para trabalhar, cumprindo com as suas responsabilidades, pagando seus impostos em dia, e o País indo ralo abaixo. O dinheiro público enriquecendo só alguns, enriquecendo meia dúzia. Não é possível, minha gente!

Por isso que o movimento sindical, principalmente o movimento sindical do setor público, precisa, de uma vez por todas, nós precisamos colocar na ordem do dia a justiça fiscal. Nós precisamos, sim, porque dizer que o Brasil é um dos países que mais pagam impostos, isso é outro mito. Não é verdade. Existem países que pagam muito mais que o Brasil de impostos, mas têm políticas públicas de qualidade devolvidas para o cidadão; têm saúde, têm educação, têm transporte público de qualidade. É essa a diferença em relação ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O trabalhador e a trabalhadora não vão negar a pagar o imposto, mas queremos pagar o justo. Se o trabalhador que utiliza a sua moto para ir trabalhar paga imposto, por que quem tem helicóptero, quem tem *jet ski* não tem que pagar também?

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O debate que a Confetam (Confederação dos Servidores Públicos) colocou na ordem do dia é este: nós queremos política pública de qualidade. Queremos o servidor e a servidora pública valorizados, porque eles são a válvula mestra para que essas políticas sejam implementadas. É pelas mãos dos servidores e das servidoras que esses serviços chegam até a população.

Agora, nós também queremos que as empresas transnacionais, que as maiores empresas parem de ter tantas regalias; que a legislação não permita que eles não paguem os impostos devidos e, ainda por cima, sejam legalizados. Isso que é o mais doloroso. As empresas não pagam, e isso é legal! As pessoas andam de *jet ski,* não pagam imposto, e isso é legal.

(Soa a campainha.)

A SRª JUCÉLIA VARGAS VIEIRA – Não é possível conviver com essa realidade no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo.

A SRª JUCÉLIA VARGAS VIEIRA – Por isso, eu agradeço muito este espaço e acho que mais audiências públicas como esta têm que acontecer.

Eu deixo aqui o exemplo da Confetam para que outras entidades realizem as suas campanhas a partir deste debate, porque a questão da justiça fiscal é inteiramente ligada à questão do desenvolvimento social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Jucélia Vargas Vieira, Secretária-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam,) que lembrou aqui muito bem essa questão das lanchas, dos helicópteros, dos *jets skis*. Esses não pagam nada! Daqui a pouco, eles vão nos fazer pagar até a bicicleta.

Meus cumprimentos.

Registro a presença da nossa querida Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

S. Exª faz questão de estar sempre aqui nas nossas atividades desta Comissão porque ela é uma militante dos direitos humanos.

Passo a palavra agora ao Pedro Armengol, líder nacional da Central, membro da CUT e membro da Diretoria Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). Tem contribuído muito aqui.

A Graça, em seguida, termina esta Mesa e, logo depois, eu passo a palavra para a Senadora também fazer as suas considerações.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia – são 11h30, e não almoçamos ainda – a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, mais uma vez, pelo seu esforço em estar dando publicidade a debates tão importantes, com a agenda do mundo trabalho, desemprego e discriminação, em um momento delicado do País.

Cumprimento a companheira Jucélia, da Confetam, que participa com a sua qualidade destes debates; a companheira Graça, minha companheira também de Executiva de CUT Nacional. Eu brinco que ela é a minha chefe. Ela é a Secretária de Relações de Trabalho, e eu sou o Secretário-Adjunto de Relações de Trabalho.

Como sempre, também cumprimento aqui a companheira Maria Lúcia Fattorelli, mais uma vez dando esta contribuição tão importante para se compreender. Aliás, uma das principais causas dos nossos problemas socioeconômicos e principalmente sociais é o debate sobre a dívida pública, com toda a sua propriedade.

Cumprimento aqui todos os servidores públicos municipais, estaduais, federais, Parlamentares. Em destaque, a Senadora Fátima Bezerra, como sempre também contribuindo nesta discussão; assessorias de Parlamentares.

Primeiro, combinando um pouco o jogo com as companheiras Graça e a Jucélia, nós queríamos no momento desta audiência pública destacar o debate sobre o PL nº 257, já citado aqui pela Fattorelli. Eu tenho dificuldade, às vezes, de usar esse instrumento tecnológico PowerPoint, mas, quando eu cheguei aqui e vi a Maria Lúcia, pensei: vou usar para não ter perigo de falar alguma besteira! Porque ela também tem contribuído muito para este debate, inclusive num revés que eu tenho plagiado com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas sabe que até eu já comecei a usar essa estratégia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PEDRO ARMENGOL – Pois é! Num revés que eu tenho plagiado com muito prazer, que ela tem dado a este debate sobre o PL nº 257, que não está escrito, mas que o maior problema, vamos colocar assim, a maior gravidade desse projeto é que é um cheque em branco, um aval ao rentismo do capital internacional e nacional.

A garantia absoluta dos rentistas em detrimento de qualquer outra coisa para o País. Primeiro se garante o rentismo para o grande capital internacional e nacional e, depois, o que sobrar, se sobrar, as sobras ficam para nós, brasileiros e brasileiras.

Mas antes de entrar no debate do PL nº 257, eu queria só registrar que ontem também eu estive participando da plenária da CUT de Brasília – eu chamo CUT-DF, mas eles mudaram o nome; agora é CUT Brasília. E, com muita satisfação, eu participei, substituindo a Graça, porque ela estava em Maceió, do lançamento de uma cartilha que eles fizeram. Estou fazendo a propaganda da cartilha, cujo título é o seguinte: o maior roubo de direitos dos trabalhadores.

É uma cartilha que foi construída com muita competência pela assessoria da CUT Brasília, pelo Dieese, pelo Diap. É o pacote de maldades que, neste momento de crise econômica e política, as elites econômicas e políticas deste País apresentam como solução para a crise.

São setenta proposições, projetos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mostre para a câmera, Pedro.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Certo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já tem disponível, Graça, a cartilha?

O SR. PEDRO ARMENGOL – Isso é da CUT Brasília. Já tem disponível no *site* da CUT Brasília. Inclusive, eu vou pedir a eles que encaminhem aqui para o Parlamento, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Foi lançada ontem, mas já está disponível no *site* da CUT Brasília.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me, rapidamente, Senador Paulo Paim.

A Frente Parlamentar em Defesa da Classe Trabalhadora, já lançada, coordenada, inclusive, pelo Senador Paim, já podia acatar a sugestão que vou fazer: vamos fazer o lançamento dessa cartilha aqui no Congresso? (*Palmas.*)

E, a partir daí, levar para todos os Estados, através dos debates que a Comissão de Direitos Humanos está realizando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na próxima reunião da Frente Parlamentar – a Graça é uma das coordenadoras; eu estou entre os coordenadores do Senado –, nós podemos já pensar nesse lançamento, na próxima reunião. Pode ser, Graça?

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA (*Fora do microfone*.) – Pode ser.!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, já está provada a sua proposta. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO ARMENGOL – Obrigado, Senadora.

Eu falo aqui que a CUT Brasília está totalmente à disposição. Eu posso falar. Inclusive, eles autorizaram que quem quiser pode reproduzir, qualquer entidade, qualquer organização pode reproduzir essa cartilha. Entendemos ser um importante instrumento para subsidiar a nossa militância no enfrentamento de uma agenda tão perversa para a classe trabalhadora.

Como eu disse, eles precisavam dar esse golpe, porque nunca, através do voto popular, eles iam conseguir dar movimento a uma agenda tão perversa para a sociedade brasileira e para a classe trabalhadora brasileira. Só através de um golpe é que eles realmente estão construindo e tentando homologar esse golpe, porque nunca, pelo voto popular, eles iriam conseguir dar movimento a uma pauta tão perversa como essa para atender aos interesses principalmente do grande capital nacional e internacional, em detrimento dos interesses não só da classe trabalhadora, mas de toda a sociedade brasileira.

Pode passar, companheiro.

Esta é a introdução do PL 257. Primeiro, a caracterização, que é uma medida de autoria dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Foram encaminhados ao Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei nº 257, em 22 de março de 2016.

O projeto consiste nos seguintes componentes: primeiro, o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, que permite alongar o prazo de pagamento da dívida dos Estados e do Distrito Federal para com a União e reduzir as parcelas condicionadas à adoção de contrapartidas de controles de gastos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Pode passar.

Segundo, seriam medidas de reforço à responsabilidade fiscal, que estabelece critérios para a fixação de limites para os gastos primários dos entes públicos e redutores das despesas obrigatórias no processo orçamentário em três estágios progressivos de cortes, caso haja possibilidade de extrapolação dos limites.

E, por último, o regime especial de contingenciamento. Isso é corte, o corte que permite o contingenciamento de todas as despesas com as inserções definidas em lei, caso haja um baixo crescimento econômico no período. Estamos em um momento de baixo crescimento.

Pode passar.

O projeto tem como objetivo principal estender o prazo do pagamento das dívidas dos Estados e do DF com a União. A extensão prevista é de 240 meses; a dívida acumulada, dos entes com a União, em janeiro de 2016, estava em torno de 473 milhões, e para que o Estado ou o DF tenha direito ao refinanciamento, há uma série de contrapartidas, inclusive, grifando, as quais buscam o reequilíbrio fiscal dos entes federados.

Eu queria parar aqui para destacar o seguinte: em primeiro lugar, o debate da dívida dos Estados com a União é complexo. Inclusive, a Maria Lúcia já passou aqui, em algumas audiências públicas, sobre a forma de cálculo dessa dívida, mas o grande problema do 257, principalmente para a classe trabalhadora, para o servidor público, para o serviço público como um todo, é em relação às contrapartidas que são colocadas para que haja essa renegociação que vamos começar agora.

Pode passar.

A estimativa é a de que, em um cenário conservador em que todos os Estados optem por receber a totalidade dos benefícios permitidos e assinem aditivos contratuais até 30 de junho, poderão ser postergados valores de até 9,6 bilhões em 2016, 18 bilhões em 2017 e 17 bilhões em 2018.

Importante ressaltar que a medida não é perdão da dívida e, sim, uma repactuação, não gerando custo financeiro à União. A relação dessa dívida dos Estados com a União é mais ou menos aquela relação da dívida da pessoa física que tem cartão de crédito quando perde o controle. Vira aquela bola de neve, e torna-se uma conta impagável, que não se paga nunca. É essa a relação hoje da dívida dos Estados com a União.

Caso decida aderir, o Governo de Estado teria que, nos 24 meses seguintes à assinatura do acordo com a União, tomar as seguintes medidas. Aí vêm as condicionantes, e nós, da CUT, todas as organizações de trabalhadores, não temos nenhum acordo em relação a essas condicionantes. O debate da renegociação é um debate que tem que ser equacionado, mas, em relação a essas condicionantes, vocês vão ver daqui para a frente que são extremamente graves e que apontam para uma perspectiva inclusive de um viés neoliberal de um Estado mínimo, de um Estado sem a obrigatoriedade de prestação de serviço público.

Primeiro, não conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvadas as decorrentes e as derivadas de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, que é a revisão geral anual, que não existe. Vocês sabem que nunca é praticada.

Segundo, limitar o crescimento de outras despesas correntes, exceto transferências a Municípios e Pasep.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO ARMENGOL – A variação da inflação auferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) ou por outro que venha a substituí-lo. Isso é congelamento. Significa isso.

Pode passar.

Terceiro, vedar a edição de novas leis ou criação de programas que concedam, ampliem e incentivem o benefício de natureza tributária ou financeira. Nenhum tipo de subsídio mais.

Quarto, suspender a admissão ou contratação de pessoal, suspender qualquer perspectiva de concurso público. Aliás, nem chamar os que já foram aprovados em concurso público a qualquer título, inclusive por empresas estatais dependentes por autarquias e por fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as reposições decorridas de vacância por aposentadoria ou – pode passar –falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança – só nessas três áreas –, bem como as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa. Em qualquer caso, sendo considerada apenas a vacância ocorrida a partir da data de assinatura do termo aditivo. As vacâncias anteriores não podem mais ser repostas.

Quinto, reduzir em 10% a despesa mensal com cargos de livre provimento – são os cargos de confiança –, em comparação com o mês de junho de 2014.

Além dessas medidas, os Estados e o DF terão prazo de 180 dias para publicar o que poderia ser chamado de uma lei de responsabilidade fiscal estadual, mais restritiva do que inclusive os limites da atual legislação de Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Essa lei teria de observar, no mínimo, o seguinte: instituição do regime de previdência complementar, a que se referem os arts. 14, 15 e 16 da Constituição, caso ainda não se tenha publicado outra lei com o mesmo efeito. Quer dizer, será obrigatória a instituição de regime de previdência complementar em todos os Estados.

Instituição de monitoramento fiscal contínuo das contas do ente, de modo a propor medidas necessárias para a manutenção do equilíbrio fiscal. O policiamento da União, em termos do arrocho fiscal, não permitindo nenhuma despesa adicional para nada.

Pode passar, por favor.

Instituição de critérios para avaliação periódica dos programas e projetos do ente, com vista a auferir a qualidade, a eficiência e a pertinência da sua manutenção, bem como a relação entre os custos e benefícios dessas políticas públicas, devendo o resultado da avaliação ser tornado público.

Sexto, elevação das alíquotas da contribuição previdenciária dos servidores e patronal do Regime Próprio de Previdência Social para 14%. Hoje é em torno de 11%. Seria aumentar para 14% a contribuição do servidor, respectivamente podendo ser implementado gradualmente em até 3 anos.

Pode passar.

Reforma do regime jurídico dos servidores – no caso, dos servidores públicos ativos e inativos – para limitar os benefícios às progressões e às vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União. É acabar com qualquer tipo de vantagem: anuênio, abono, adicional, etc.

Sétimo, definição de limite máximo para acréscimo da despesa orçamentária não financeira, deduzida dos investimentos das inversões financeiras no montante correspondente a 80% do crescimento nominal da receita corrente líquida do exercício anterior. Isso é diminuição, inclusive, de investimento ou de gasto com pessoal em 20% de um ano para o outro.

Pode passar.

Caso queira, o ente federativo pode obter ainda a redução de 40%, 160 milhões, nas prestações mensais já reduzidas pelo mecanismo de refinanciamento anterior por dois anos. Para isso, tem de adotar as seguintes medidas adicionais em 180 dias: redução de 20% da despesa mensal com cargos de livre provimento em comparação ao mês de junho; vedação à contratação de operação de crédito por prazos equivalentes ao dobro do prazo constante do requerimento.

Pode passar.

Limitação das despesas com publicidade e propaganda a 50% da média dos empenhos efetuados nos últimos três exercícios, por prazo que for acordada a redução.

Para a assinatura desses contratos, será necessária a mudança da Lei de Diretrizes Orçamentária Federal para 2016 e envio da LDO Federal para 2017.

O PL também propõe alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Apenas um artigo do PLP altera 38 artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma nova Lei de Responsabilidade Fiscal com limites muito mais restritivos, como vocês verão.

O PPA, durante seu período de vigência, deverá determinar um limite para gasto primário anual com percentual do PIB, no caso da União, e com percentual da receita primária total dos Estados e Municípios.

Pode passar. Estou acelerando por causa do tempo.

O PPA deverá estabelecer também limites em percentual do crescimento da receita corrente líquida para o crescimento da despesa total de pessoal. Validade de quatro anos. Fixação de critérios para contenção de vantagem, aumento e reajuste na adequação de remuneração a qualquer título para os servidores próprios e limites totais para despesas com terceirização.

Pode passar.

Alterações da Lei de Responsabilidade Fiscal propostas: alteração do conceito de despesa com pessoal, inclusão de terceirizados para atividade-fim no conceito de despesa de pessoal. Isso é extremamente grave, porque, principalmente em relação aos Estados que já vivem no limite dos atuais limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a inclusão das despesas com terceirizados, eu diria que a maioria dos Estados vão estourar literalmente, e vocês, que principalmente militam nas organizações sindicais, sabem que vão chegar para o governador, e ele vai dizer: "não tenho nenhuma margem; está estourado o meu limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal; então, nos próximos quatro anos, nós não temos margem para fazer nenhuma negociação minimamente de reposição de perda inflacionária de salário."

Vedação de atos de aumento de despesa com pessoal que implique pagamento de parcelas a serem implementadas após encerramento do mandato do titular do poder ou órgão, ou seja, nos últimos 180 dias anteriores ao final do mandato. Isso, inclusive, elimina a margem que nós tínhamos em algumas relações que nós temos com os gestores, tanto da União quanto dos Estados, inclusive de fazer negociação de reposição de perdas de forma parcelada, de dois, três anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Pode passar.

Ainda alteração do momento no qual é acionado o alerta para o crescimento da despesa com o pessoal.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO ARMENGOL – Atualmente é 90%, que é o limite prudencial, que é o alerta; reduzir para 85%, e o limite prudencial da despesa de pessoal com a receita e dos atuais 95% para 90%.

Bem, para quem dialoga com a realidade dos Estados e Municípios, todo mundo sabe, a maioria, quem milita, que, como eu falei aqui, a maioria dos Estados e Municípios já trabalha nesse limite, no limite prudencial da Lei de Responsabilidade. Com a diminuição de 5%, grande parte dos Estados vão, inclusive, estourar esse limite prudencial e, naturalmente, zera; vem o congelamento de qualquer despesa e qualquer perspectiva de contratação de pessoal, de reposição de perda inflacionária, etc.

Pode passar.

Há previsão também de uma série de medidas a serem aplicadas pelo gestor, caso haja frustração de receitas, diminuição de receitas, e consequente incapacidade de cumprimento das diretrizes previstas no orçamento – PPA e LDO. Essas medidas são, no primeiro estágio: restrição à ampliação do quadro de pessoal; vedação à criação de cargos e funções; alteração da estrutura de carreira; contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição.

Pode passar.

Restrição a reajustes reais de salários dos servidores; vedação de concessão de aumento de remuneração acima do índice de inflação; redução das despesas com cargo de comissão, corte de 10%.

Pode passar.

O segundo estágio: restrição adicional a reajuste de salário dos servidores; vedação a aumentos nominais, o que significa a não reposição de perdas de remuneração dos servidores públicos; redução adicional das despesas com cargo de comissão.

Pode passar.

E o terceiro estágio: reajuste do salário mínimo, inclusive aponta até para acabar com uma das maiores conquistas dos últimos tempos da classe trabalhadora, que foi ter minimamente uma política de correção inflacionária do salário mínimo apenas pela inflação, conforme determina a Constituição.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO ARMENGOL – E corte nas despesas de benefícios dos servidores.

Bem, o tempo já estourou. Já tive três chamadas do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Isso é automático.

O SR. PEDRO ARMENGOL – É automático!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A cada dez minutos toca.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Então, queremos concluir a contribuição neste debate.

Neste momento, em que aqui, neste plenário, nós temos muitos servidores públicos e servidoras públicas – nós temos também pessoas que não são servidores públicos; depois posso até destacar –, eu diria que nós devemos estar levando este debate para as nossas bases, do ponto de vista da sua importância em termos de consequências para o serviço dos servidores públicos ou para toda a sociedade. Eu diria que, hoje, é o PL 257 e a PEC 241; eu diria que o PL 257 dá dois tiros e derruba, e a PEC 241 dá o tiro de misericórdia.

Então, são duas proposições. Nós temos que, primeiro, socializar este debate sobre as consequências e a gravidade dessas proposições e, naturalmente, estamos acumulando forças, mobilizando, organizando a nossa base para virmos para o enfrentamento, tanto aqui dentro do Parlamento quanto lá fora, na rua, porque temos a convicção de que, sem uma grande mobilização social, esses golpistas que estão lá, hoje, no Poder Executivo, e aqui, dentro do Congresso Nacional, vão dar movimento a essa agenda, porque a prioridade e o compromisso deles é principalmente com o grande capital internacional e nacional.

Eram esses os elementos que queríamos trazer para o debate. Ficarão aqui abertos para a discussão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Pedro Armengol, membro da Diretoria Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e também da Central Única, que fez aqui uma bela exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Naquele cálculo, pegando inclusive os que falaram antes sobre o salário mínimo, há 23% da população que não chegam a receber o salário mínimo. Considerando, então, que, no mínimo mais 23% ganhem o salário mínimo, e se tirarem agora o PIB do salário mínimo, aí, sim, estamos todos liquidados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, o dado que ele passa agora é mais, inclusive, do que eu estava projetando: 60% da mão de obra formal ganha um salário mínimo, e esses deixarão de ganhar uma conquista que foi de nós todos.

Eu me lembro de que fiz uma comissão mista aqui, no Congresso, viajei o Brasil todo, construímos aquela ideia de inflação e o dobro do PIB. Depois, em um grande ajuste com o Presidente Lula e todas as centrais, foram eles os interlocutores – e nós sabíamos que aqui não passava inflação e o dobro do PIB nunca –, as centrais, de forma muito sábia, fizeram aquele grande acordo, a inflação mais PIB, que se tornou uma realidade, que trouxe ao salário mínimo o reajuste em torno de 70% nesse período. E podemos perder agora, se essa visão do Governo provisório continuar. Eu espero que não vá continuar.

Passo a palavra agora à Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Mais uma vez, Graça, permita-me que eu te cumprimente de público. A Graça tem viajado todo o País, às vezes como eu viajo todo o País, não é, Paulinho? Tive a última viagem agora, no Rio de Janeiro, com você inclusive, que foi muito boa. O pessoal lembra mais do Senador que está indo a todos os Estados, e não lembra da comitiva que vai junto. A Graça tem ido praticamente a todos os Estados. Como eu dizia, até ontem à noite, nós estávamos em Alagoas, naquele grande evento lá. Hoje de manhã, às 5 horas, estávamos todos no aeroporto, toda a comitiva.

Então, eu queria te cumprimentar por essa garra, por essa coragem, por essa raça de estar indo lá, na base, não só do teu Estado, mas de todos os Estados, suscitar o debate sobre democracia, trabalho escravo, terceirização, legislado sobre o negociado, enfim, todos esses temas, o 257, essa dita reforma da Previdência, que é um ataque ao direito dos trabalhadores. Eu queria te cumprimentar e, cumprimentando você, cumprimento todos esses lutadores que estão viajando conosco por todo o País, mobilizando a população contra aqueles que atacam a democracia e os direitos dos trabalhadores e dos aposentados.

Uma salva de palmas para você, referindo-me a todos. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, se me permite, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem rápido, primeiro, eu quero aqui me associar à homenagem mais do que justa e merecida que você faz à companheira Graça, que é, sem dúvida nenhuma, militante atuante, combativa. Que bom, inclusive, que é uma mulher atuando com tanta competência, com tanta firmeza.

Ao mesmo tempo aqui, abraço a Jucélia também, outra militante extremamente aguerrida e competente que nós temos. A Maria Lúcia dispensa comentários pelo que tem contribuído no debate, em busca de uma ordem tributária justa, não é, Maria Lúcia? Enfim, algo tão distante ainda neste País, este País de tradição tão escravocrata, este País, enfim, que insiste em manter os privilégios, Pedro, do andar de cima, em detrimento exatamente do andar de baixo.

Este momento que nós estamos vivendo retrata muito bem, enfim, essa configuração do País, daqueles que insistem – a meia dúzia, a elite, as forças retrógradas – em não permitir que os filhos da senzala conquistem a cidadania. O momento expressa muito bem isso. O golpe significa exatamente isso.

O golpe significa o ataque a um projeto de inclusão social em curso, com todos os seus limites, mas com todas as suas possibilidades, por tudo aquilo que avançou e o quanto precisa avançar ainda. O golpe quer interditar exatamente isso, trazer outro governo, outro projeto, outra agenda, que é a agenda de que vocês estão falando aqui hoje, a agenda que está passando para a história como a maior agenda de retirada de direitos e de cidadania dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Paim, quero só rapidamente – porque vou ter que ir à Comissão de Educação, já estão me chamando – saudar mais esse debate e dizer, mais uma vez, do papel importante que o Senador Paulo Paim tem exercido aqui, no Congresso Nacional, seja como Deputado Federal, seja agora como Senador, inclusive à frente de uma comissão, como é a Comissão de Direitos Humanos, que se torna, sim, uma trincheira de luta importante para fazer o debate programático aqui, como temos feito, para fazer a mobilização e o processo organizativo também, ou seja, é o debate programático de um lado, é a necessidade da mobilização de outro, para que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

abramos mão daquilo que não estamos abrindo mão, nem abriremos, que é resistir, que é lutar até o fim para derrotar o golpe.

Finalmente, Paim, falo aqui de um dia triste, acho que V. Exª já tomou conhecimento da morte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizemos um minuto de silêncio aqui, porque perdemos a Ministra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... da ex-Ministra Luiza Bairros. Permita-me também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já encaminhei o voto de pesar e solidariedade. Vamos pegar sua assinatura e a do Plenário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou assinar, Paim.

Enfim, eu quero dizer que, além de ser fã de Luiza, pela figura humana belíssima que ela era... Refiro-me à Luiza Bairros, militante, lutadora, negra e que nos deu a honra, inclusive, de assumir o ministério em promoção da igualdade racial. Enfim, foi uma militante, uma mulher, uma guerreira da luta em defesa da democracia e um dos símbolos, Paim, da luta, no Brasil, no que diz respeito ao combate ao racismo.

Eu queria, portanto, associar-me a V. Exª aqui nessa homenagem à Luiza. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, o pessoal pode ter certeza de que vai ter que se retirar, mas tem sido uma guerreira aqui que orgulha a todas as mulheres brasileiras. O papel dela aqui tem sido fundamental. Ela se tornou também, não posso dizer que não... O Senador Cristovam é uma referência na educação e eu diria, com alegria, que tenho agora, no campo da educação, não só o Senador Cristovam, mas também a Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

E não só nessa área, em todas as áreas, ela é uma militante. Percebi também, Fátima, permita-me que eu diga – tive a alegria de estar com você no teu Estado –, o quanto que aquele povo te quer bem, o quanto que você é querida.

Então, uma salva de palmas do povo do teu Estado, porque, se não fossem eles, você não estaria aqui. (*Palmas.*)

Isso para nós é um orgulho.

Voltamos para a Maria das Graças Costa.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Bom dia a todos e a todas.

Eita, cadê vocês? Bom dia!

(Manifestação da plateia.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Sempre inicio minha fala fazendo essa troca de energias para podermos ficar sintonizados, porque é assim que tem que ser o nosso dia. Todo dia é dia de luta e, como disse o Pedro, a situação é muito delicada, os ataques são muito grandes e temos que estar muito atentos, muito acordados, muito vivos e vivas.

Paim, quero agradecer muito todo esse trabalho que você tem feito, essa longa história aqui, no Parlamento, mas nunca deixou de ser um militante. Foi Presidente da CUT, no Rio Grande do Sul, e sempre está da mesma forma, como se estivesse no sindicato, como se estivesse na CUT, fazendo a defesa da nossa pauta, fazendo a defesa das grandes causas, como você mesmo fala. E isso realmente engrandece o movimento, porque precisamos, cada dia mais, ter pessoas que assumam o Parlamento, mas que continuem com o pé no chão, continuem com o pé representando a sua categoria, representando a sua classe.

Muito obrigada por ter atendido nosso pedido de fazermos, neste momento, aqui um debate tão profundo, tão rico, que precisamos ampliar cada vez mais. E parabenizo a Confetam, a minha confederação, por ter lançado essa campanha, e a minha federação do Ceará, que tem feito um trabalho muito bom nessa questão. A nossa campanha salarial deste ano é "Vira o Jogo". Não queremos discutir ajuste fiscal, queremos discutir justiça fiscal, é isso que está colocado na nossa campanha deste ano... (*Palmas.*)

... e queremos aprofundar, como a Jucélia colocou.

Quero cumprimentar o meu povo. Trouxemos para cá, Senador, mais de cem pessoas, só do Estado do Ceará. (*Palmas.*)

Infelizmente, por conta das regras aqui da Casa, ainda há gente lá fora e infelizmente perderam todo o debate, mas o pessoal saiu às 2 horas da manhã do Ceará. Enfim, queremos agradecer, estamos na luta, estamos resistentes, estamos todo dia nesse caminhar.

E quero fazer um dengo aqui, um cafuné bem bonitinho para o meu sindicato, que é o sindicato de Quixadá, que trouxe aqui 20 pessoas para essa atividade. (*Palmas.*)

É lá onde vamos buscar as energias dos monólitos da cidade de Quixadá, para continuarmos vivos, fazendo essa luta todo dia. Beijos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, energizadas, vamos lá.

Infelizmente temos muitas más notícias para dar a todos e a todas. Não sou mulher de dar má notícia, mas infelizmente tenho que retransmitir o que está colocado hoje na sociedade brasileira, os riscos que estamos correndo. Dou um chamado todo especial para o processo de mobilização e resistência.

O que estamos fazendo, Senador Paulo Paim, com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública e a Frente Parlamentar contra o Trabalho Escravo... Essas três Frentes se reuniram e decidiram fazer uma jornada em todo o País.

Estamos fazendo essa jornada, que é o nosso ato de resistência. Temos que levar as informações, formar o nosso povo e, principalmente, passar o desejo e a necessidade que temos de fazer imediatamente o contraponto a isso que está colocado para nós.

Estávamos, há pouco tempo, num processo de discussão belíssimo aqui, no Brasil, de discutir um trabalho decente. Fizemos aqui, no Brasil, há dois anos, a primeira conferência do trabalho decente. Pessoal, é a única no mundo todo. Só o Brasil conseguiu fazer uma conferência nacional. Fez conferências regionais, conferências estaduais e a conferência nacional.

Para a OIT, o olhar que ela fez para nós aqui, no Brasil, é coisa de um ambiente, de uma experiência ímpar na história do mundo. Conseguimos fazer uma conferência em que põe trabalhadores, empregadores e a sociedade civil para discutir o que queremos do trabalho decente.

Nesse último período agora, estamos vivendo tudo ao contrário do que é o trabalho decente. As medidas que estão colocadas, nesse processo agora, principalmente nesse último mês, vão nos levar a esquecer o que é trabalho decente, vão nos levar há cem anos atrás. É um retrocesso.

Tenho dito que, como há um Congresso Nacional, um Parlamento, quase 100% de direita, retrógrado, o pior e o mais conservador depois de 1964, vamos nos juntar, a esquerda tem que trabalhar para que, daqui a dois anos, em 2018, consigamos virar o jogo e trazer a maioria do Parlamento brasileiro, homens e mulheres comprometidos com a pauta da classe trabalhadora. (*Palmas.*)

Mas tenho dúvidas, Senador, se trazemos, fazemos esse exercício, viramos o jogo e, mesmo assim, não vamos conseguir reverter o que está em curso nesse período agora, porque é alarmante o que está colocado.

O Pedro falou de todo o processo do 257, que é um confronto direto para desmantelar o que está colocado para o serviço público. Mas aí tem coisa pior. O que o Temer colocou aqui, há duas semanas atrás, é o que ele pretende fazer com o orçamento público. Vinte anos sem aumento do orçamento, só a correção da inflação. Você sabe o que significa isso? Isso são 20 anos sem reajuste para os servidores, 20 anos sem investimento nas políticas públicas, 20 anos sem aumentar o Bolsa Família, 20 anos sem criar condições do Minha Casa, Minha Vida e dos projetos sociais.

Não se enganem. O que está em debate... Às vezes, nós que somos do movimento sindical, Senador, fazemos uma fala e é como se fosse uma coisa panfletária para mobilizar. Não é. O que está em jogo... Às vezes: "Ah, é porque os servidores estão preocupados com os seus salários." Não é, essa é uma questão de desenvolvimento nacional. Essa é uma questão de serviço público como um todo, das políticas públicas que nós tanto desejamos e queremos para que possamos ter um dia melhor.

As condições de trabalho já são muito precárias. A terceirização trouxe para o Brasil... Há, no Brasil, 12 milhões de trabalhadores terceirizados. A precarização está montada para esse grupo de 12 milhões de pessoas, que representa, mais ou menos, um terço da mão de obra brasileira.

De cada dez pessoas que adoecem no trabalho, que sofrem acidente de trabalho, oito são terceirizadas; de cada cinco que morrem no trabalho, quatro são terceirizadas – ganham menos, trabalham mais. Então, já há um grupo grande de trabalhadores totalmente precarizados. Mas essa é a pauta principal do empresariado. Eles querem fazer com que a terceirização seja aprovada aqui, no Congresso Nacional, aqui, no Senado, onde está o PLC 30, que libera a terceirização em tudo quanto é canto. Então, gente, adeus ao trabalho decente. Se for por aí, o que o empresariado quer...

E agora o novo assunto, que é a segunda pauta que o empresariado brasileiro quer aprovar daqui para 2018, é o negociado sobre o legislado. E o que é isso? Cor bonita, não é? Eles têm dito que é para valorizar a negociação coletiva. Você valoriza a negociação, quando você dá oportunidade de o sindicato e os trabalhadores sentarem com o patrão e decidirem o que querem e o que é melhor. Isso vale mais do que o que está na Constituição; isso vale mais do que o que está na CLT e nos acordos que nós fizemos até agora. Vocês sabem o que significa isso? Liberar para o patrão conversar diretamente com o trabalhador sem essa legislação que nós conquistamos. E demorou muitos anos para conseguirmos o que conseguimos aqui, no Brasil. E ainda é pouco!

Eu estava numa audiência, semana passada, na Comissão do Trabalho, na Câmara dos Deputados, e o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho estava lá e disse que realmente precisava haver uma flexibilização. Hoje os direitos estão no papel, os direitos são como letra morta ainda para nós os conseguirmos. E eu falei para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ele que realmente esse direito que não é respeitado no Brasil gera milhares e milhares de ações trabalhistas no nosso País, exatamente por conta de que o empresariado brasileiro não cumpre a Constituição Federal, não cumpre a CLT, não cumpre, inclusive, o que ele acorda com os trabalhadores na hora da negociação coletiva.

Não tem nada de fazer valorização de negociação. Isso seria arrebentar com o que nós conquistamos até agora. Temos dito que isso vai rasgar a Constituição, e as pessoas acham que é só uma fala panfletária nossa. Não é, pessoal. A maioria das medidas que estão colocadas hoje aqui vai mudar a Constituição brasileira. Não é pouca coisa. Então, a resistência tem que ser maior do que o que temos feito, do que as passeatas, do que os escrachos, do que as coisas que temos feito a este Governo que está colocado aí.

Mas há mais. Eles querem também acabar com a NR-12, em que são notificados todos os acidentes de trabalho. Esse é o terceiro item na pauta dos empresários. Não querem nada, gente. Querem terceirizar tudo, precarizar tudo. Eles negociam diretamente, sem passar pela legislação e sem ter notificação de acidente de trabalho, mas eles querem também revogar a lei que trata do acidente que o trabalhador sofre no percurso do trabalho. Não é nada, não, gente; é só voltar para o trabalho escravo, pelo que estou entendendo aqui.

Então, há uma reação nossa aqui, no Parlamento, junto com as frentes, porque há Parlamentares que não concordam com todas essas medidas, e nós as estamos discutindo. Há um PL que quer reduzir o conceito de trabalho escravo, mas há também um PL que quer diminuir a entrada dos jovens no trabalho, que hoje é de 16 anos e quer passar para 14 anos.

Mas há também a reforma da Previdência, que está em curso. Sabem o que significa a reforma? É você, homem e mulher, aposentar-se com 65 anos. "Ah, mas as mulheres hoje são tratadas diferentemente. Os homens estão abaixo, porque as mulheres se aposentam antes." Onde que há igualdade, pessoal, entre homens e mulheres aqui, no Brasil, para poder proporcionar aposentadoria igual para homens e mulheres? Onde está o debate que nós estávamos fazendo, há pouco tempo, de valorização da entrada da mulher no mercado de trabalho, de discussão da igualdade salarial, de discussão das mesmas condições, de garantias, porque a mulher tem tripla jornada de trabalho ou até mais? (*Palmas.*)

Porque infelizmente os nossos companheiros homens ainda não repartem com as mulheres a criação dos filhos, os afazeres de casa. Muitas vezes, temos um homem que é auxiliar de serviço geral, na empresa, mas em casa ele não varre, não limpa; quem faz tudo é a mulher e ele não ajuda. Então, pessoal, temos que ter realmente tratamento diferente.

O que é que há da reforma da Previdência? Hoje, no setor privado, o homem, com 65, e a mulher com 60. Se igualar, a mulher vai trabalhar cinco anos mais, vai contribuir cinco anos mais. No setor público e no setor rural, o homem se aposenta com 60 e a mulher com 55. O que isso significa? Vão todos os dois para os 65: o homem vai trabalhar cinco anos a mais, mas a mulher vai trabalhar dez anos a mais. E se nós formos para a maioria das pessoas que estão aqui, que são professores e professoras, o castigo é maior: hoje a mulher se aposenta com 50 anos e o homem, com 55 anos. O homem vai trabalhar dez anos a mais, mas a mulher vai trabalhar quinze anos a mais. Então, não vai haver aquela história dos 30 anos mais tantos anos de idade. Nós, professoras, vamos trabalhar 45 anos – 45 anos de contribuição – para podermos nos aposentar. Mas isso é o que está dito nos bastidores, porque o José Serra anunciou, na ideia dele, que são 75 anos, não são 65. São 75. Então, é essa a situação.

Para ficar mais grave, eles baixaram uma medida, nesta semana, para poderem fazer uma avaliação de todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão de licença e que estão voltando. As pessoas estão voltando com problemas. Eles vão colocar no mercado de trabalho, de volta, as pessoas que não têm condições. É uma crueldade o que vão fazer com os nossos companheiros e nossas companheiras. Os peritos têm 120 dias para avaliar. Quem não avaliar será castigado, será punido. Então, os peritos vão botar o pessoal de volta ao mercado de trabalho sem ter condição de trabalhar.

Para complicar, na semana passada, o Presidente dos empresários, da CNI, da Fiesp, o Robson, fez uma proposta: poderíamos ter uma carga horária de trabalho de 80 horas semanais. É, 80 horas semanais. Mas eles querem tudo, não é só a carga horária, não. Eu vou pedir... Vou encerrar a minha fala e vou pedir para passar já, já, um vídeo aqui em que vamos ver o que é que eles estão dizendo. Eles querem tudo.

Eu termino, Senador, dizendo que para tudo isso há reação. Nós montamos as frentes parlamentares, estamos com a CUT e as outras centrais discutindo uma assembleia da classe trabalhadora, provavelmente no final deste mês de julho, para discutir tudo isso e fazer uma reação maior. Estamos discutindo a possibilidade de uma greve geral, e aí precisamos trabalhar, todo sindicato. Greve geral quem faz são os sindicatos. Todos os sindicatos têm que fazer assembleia e decidir. Não é a central sindical que decide se nós vamos fazer ou não. Cada sindicato tem que fazer sua assembleia, discutir com sua base e convencer de que nós precisamos parar este País para podermos parar esse golpe, para podermos parar esse retrocesso! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Se assim não fizermos, Senador, nós vamos revogar a Lei Áurea. Pelo que estou entendendo, nós vamos voltar para o chicote, porque o que se pretende fazer com a organização sindical brasileira é criminalizar todo o movimento que estamos fazendo. Não vamos ter voz. Daqui a pouco, eles vão calar a nossa voz, vão proibir a nossa voz.

Aos poucos, estamos caminhando para um processo parecido com 1964. Temos ouvido muito os companheiros e companheiras que participaram infelizmente do processo e foram torturados. Temos debatido muito com aquelas pessoas, para fazer um pouco de comparação dos sinais. E os sinais são os piores para esse próximo período. Temos que barrar isso. Tem que voltar a querida. Temos que voltar a querida mais para a esquerda, com o projeto com que ela foi eleita, para restituirmos a democracia no nosso País e pararmos com esse golpe. (*Palmas.*)

Por fim, quero dizer que o que está nesse vídeo é uma representação. Às vezes, parece piada. Todo mundo ri quando assiste a esse vídeo. Ontem, pelo menos, com aquela multidão que estava no plenário, quando eu passei o vídeo, Pedro, as pessoas riram. Eu fiquei impressionada, as pessoas rindo com o vídeo. Quando terminou, eu disse: pessoal, parece piada, mas não é. É exatamente o que vai acontecer com a nossa vida, com a classe trabalhadora nesse próximo período.

Vamos lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nem no tempo da Lei Áurea era assim.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para o bolso dele.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Viram como vocês riram? Parece piada, não é? Parece piada, porque, na situação em que nós estamos hoje, com o que nós conseguimos conquistar, com o nível de relação que tínhamos há tão pouco tempo, isso é piada para nós. Não é isso que nós queremos. Não é isso que nós temos e nem é isso que nós queremos. E temos que aumentar nossa resistência.

Sobre a resistência, Senador, eu me esqueci de dizer que os ministros do TST, 20 ministros, divulgaram um documento, há 15 dias, condenando todo esse processo, toda essa afronta aos direitos – pelo menos isso nós temos. Temos outras... (*Palmas.*)

Temos a Anamatra, que é a associação dos juízes, a ANPT, que é a dos procuradores do trabalho, que estão conosco em todo o País. Estão defendendo que continue o que temos e que avancemos nas conquistas. Agora, quem vai pagar o pato nessa situação toda em que nós estamos, somos nós os trabalhadores. E o golpe é contra nós. Não é contra a querida e nem contra o PT, não é contra um ou outro Parlamentar. É contra nós a classe trabalhadora. Toda essa agenda será concretizada se esse golpe tiver continuidade.

O que queremos é justiça fiscal, o que queremos é que eles não vendam o pré-sal para o exterior, para as empresas internacionais, porque só com o pré-sal é que o Brasil vai ter realmente a oportunidade de ser um País desenvolvido.

Muito obrigada. Agradeço a todo esse povo que veio aqui. Vamos reproduzir. Cada sindicato, cada cidadão que está nos assistindo precisa entrar nessa luta, porque não é contra nós, não é contra o sindicato somente, não é contra o partido, é contra todos da população brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria das Graças Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No vídeo, fica claro. Se nós falamos, o Dieese fala, o DIAP fala, os sindicalistas falam, os Parlamentares envolvidos, enfim, se esta Mesa fala tudo que foi dito aí, dá a impressão, para alguns, de que estamos faltando com a verdade. Mas, não, quem está falando são os próprios dirigentes da Fiesp e da CNI.

Inclusive, quando perguntaram da redução de jornada, se deveria reduzir de 44 para 40, ele disse: "Não, deveria mudar de 40 para 80." Vejam a que ponto nós chegamos – 80 horas semanais; praticamente, você inicia a trabalhar às 6h e encerra às 22h, para conseguir as 80 horas semanais. O certo é... Eu cheguei a falar: nós podemos manter a bandeira das 40 horas semanais como jornada máxima. Mas algumas categorias já conseguiram as 30 horas semanais. Por isso, o ideal seria assegurar, pelo menos, de 44 para 40. Conforme os dados do Dieese, do DIAP e das centrais, isso geraria em torno de 3 milhões de novos empregos, e daí pra frente poderíamos começar numa escala regressiva até chegar às 30 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu vou abrir o espaço para cinco companheiros do plenário usarem a palavra. Os cinco primeiros que estiverem inscritos...

Já estão aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, já está aqui. Muito bem. Não são cinco, mas seis. Tudo bem. Vamos, de imediato, então.

Luciane de Oliveira Alves, Secretária de Finanças da Fetamce. Cinco minutos, por favor. Só apertar o botão, quando acender o verde, pode falar.

A SRª LUCIENE DE OLIVEIRA ALVES – Vou pedir permissão para falar sentada, câmara de vereadoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu também falo sempre sentado.

A SRª LUCIENE DE OLIVEIRA ALVES – Bom dia, nosso Senador Paulo Paim, Graça, Jucélia, companheira que falou primeiro, Pedro Armengol.

Em nome da Fetamce, a gente quer agradecer todos os sindicatos do Estado do Ceará que atenderam ao nosso chamado. Uma preocupação foi a Graça ter ido lá, no nosso sindicato, em Quixadá, e feito um desafio: que a gente iria trazer 50 pessoas para cá hoje, não só para uma audiência, mas para uma marcha – que acabou, devido a alguns problemas que aconteceram. O Ceará todo atendeu ao chamado da federação.

A nossa federação está não só aqui hoje, nesta audiência. Nós começamos, no ano passado, com a nossa campanha salarial, e aí estão algumas pessoas com a camiseta: "Vira o jogo." No ano passado, a gente fez a marcha que é feita todos os anos no Estado do Ceará, a Marcha do Trabalho Decente. E a gente fez uma grande campanha, no ano passado, com relação à justiça fiscal. A gente fez uma marcha e, em seguida, um seminário com a presença de vários Estados e vários países, que estiveram no Ceará para discutir essa questão que tem nos atingido muito a nós os servidores em todos os Estados, quando vamos discutir reajuste salarial.

Aqui já foi dito: quando pega toda a receita, toda a arrecadação e bota os terceirizados, a gente não consegue discutir melhoria para a classe trabalhadora. Eu vou dar um exemplo da minha cidade, Quixadá. O sindicato fez 27 anos agora. A gente tem projetos dos planos de carreira dos servidores; o único que foi realizado foi o da educação. Até hoje a gente não conseguiu realizar os planos de carreira, porque, toda vez que a gente chega à mesa para discutir, impacta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é muito preocupante para nós. O Estado do Ceará todo – e aqui a gente tem a prova dos sindicatos que estão aqui – não tem um Município hoje que tenha realizado plano de carreira e melhoria para os trabalhadores.

A Fetamce, este ano... Nossa marcha vai acontecer dia 16 de setembro, e vai ser uma marcha contra o desmonte das prefeituras. A gente sabe que este é um ano eleitoral, quando serão trocados os prefeitos, e o que acontece é que todas as prefeituras, quando mudam os prefeitos, ficam sucateadas. No próximo ano, ainda será mais difícil: além da crise que a gente está vivendo hoje, imagina no próximo ano, quando a gente for discutir a nossa campanha salarial. Vocês já sabem como é que vai ser quando a gente for sentar à mesa com os próximos prefeitos, que vão chegar dizendo que a prefeitura está quebrada, que não há condições de fazer mais nada.

Quero dizer que este momento que a gente está vivendo aqui hoje – a federação e a Confetam estão de parabéns –, de estar discutindo essa questão aqui, na Comissão dos Direitos Humanos... Já pedi a todos os sindicatos e às federações que estão aqui que encampem essa luta, que levem para os seus Municípios este debate que está acontecendo aqui, no Congresso Nacional, da retirada dos direitos trabalhadores. É muito grave o que foi colocado aqui.

A nossa federação...

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIENE DE OLIVEIRA ALVES – ... tem feito o papel...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª LUCIENE DE OLIVEIRA ALVES – ... de chamar os sindicatos e discutir tudo isso que está acontecendo hoje, no nosso País. A federação tem feito seu papel. A gente está aí. Quero convidar de novo as federações que estão aqui, para finalizar, para participarem da nossa marcha que vai acontecer no dia 16 de setembro, dia do meu aniversário – que chique!

(Manifestação da plateia.)

A SRª LUCIENE DE OLIVEIRA ALVES – Vai todo mundo lá para a gente discutir o desmonte, o não desmonte das prefeituras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Luciene de Oliveira.

Passamos a palavra para a líder Irene, da FESSMUC.

A SRª IRENE RODRIGUES – Bom dia ainda, porque ainda não almoçamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar que é do Paraná.

A SRª IRENE RODRIGUES – Do Paraná, isso mesmo.

Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador e a equipe da Comissão de Direitos Humanos pelo excelente trabalho que tem feito. Ontem eu estava acompanhando o senhor pelos noticiários, e eu sei que saiu muito tarde de lá para estar hoje aqui. Então, louvo a sua atitude e da equipe que estava lá. A Graça Costa também estava lá, não é? Acho que esse é um defeito. Embora no meu Estado não tenha dado certo, estamos aguardando lá ainda o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estão marcados o dia e a hora.

A SRª IRENE RODRIGUES – Estamos lá, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou à cidade da Graça, ainda.

(Manifestação da plateia.)

A SRª IRENE RODRIGUES – Então, com certeza, vamos aguardá-lo lá! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou combinado, já.

A SRª IRENE RODRIGUES – Muito foi falado, mas eu gostaria de, neste momento, fazer uma reflexão aqui. Peço licença aos meus companheiros servidores municipais, que também sou, para me reportar, enquanto cidadã brasileira, aos direitos da Constituição cidadã que estão sendo rasgados nesta conjuntura que estamos vivendo.

Na década de 1980, nós vivíamos um grande movimento no Brasil, chamado Reforma Sanitária. Esse movimento foi tão forte que foi capaz de, por si só, colocar na Constituição... E aí, com todo o respeito aos Parlamentares que me ouvem, não foi nenhum Deputado, não foi nenhum Senador que, da sua livre e espontânea vontade, retirou da sua cabeça a ideia de se fazer direitos sociais universais neste País. Estou falando da seguridade social. E neste momento em que a seguridade social... (*Palmas.*)

... tem sofrido tanto ataque, com ministérios fazendo portarias sem consultar o povo, como aconteceu esta semana, dizendo que o assistente social está ocioso nos CRAS, dizendo que é preciso retomar a questão da doença, negando o direito universal à saúde do povo brasileiro, a gente não pode se calar.

É com vergonha que eu digo que sou brasileira, que participei de uma conferência mundial de seguridade social em que o Brasil assumiu o compromisso de fazer a Conferência Nacional de Seguridade Social e não fez. E agora a gente vê isso, esses ataques, as NRs sendo discutidas... Eu participo de um debate de NR, de norma regulamentadora, em que os patrões disseram o seguinte na comissão: "Não precisa papel higiênico para a construção civil porque tem saco de cimento nas obras que ficam ociosos." Isso dói na alma, dizer que não precisa pensar num ambiente saudável! Então, o que a gente espera disso?

Está na hora de a gente voltar aos anos 1970 e 1980, quando nós fomos para a rua, quando nós nos juntamos às CEBs e fomos lá no bairro, lá na casa da D. Maria, fazer da casa dela um ponto de encontro onde a gente podia discutir a política pública.

Quero dizer que não podemos aceitar nem um milímetro de retrocesso nas políticas sociais. Nós não podemos aceitar que assistência social e saúde neste País sejam despesa: são investimento. O melhor investimento que o nosso País pode fazer é no nosso povo, na nossa gente. Levar luz, água, levar condição para que as pessoas nos rincões do nosso País tenham acesso universal e gratuito às políticas públicas. Eu acho que é isso que nós servidores municipais precisamos fazer... (*Palmas.*)

... enquanto trabalhadores, enquanto cidadãos – porque somos –, e pensar que nada é de graça. Eu não gosto de dizer que a política pública é gratuita; não é. Nenhum Cras funciona gratuitamente. Há um custo, e esse custo é pago por cada um e cada uma que aqui está.

(Soa a campainha.)

A SRª IRENE RODRIGUES – Cada unidade de saúde... Hoje a gente tem o Mais Médicos, e o ato médico voltou, e a gente tem que fazer o debate do ato médico também. Nós queremos que a unidade de saúde funcione para aquele cidadão que teve acesso, graças ao governo que a gente colocou, e foi para a faculdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Hoje nós temos negros engenheiros. Tenho orgulho de dizer que a minha filha está fazendo Engenharia, negra, mulher, e vai concluir, porque o nosso governo permitiu que os nossos filhos estivessem lá. Mas eu quero que a minha filha, engenheira, vá à unidade de saúde e tenha o melhor atendimento possível, porque está pago. Eu quero que o filho daquele rapaz que cuida do lixo da minha casa, que recolhe aquele lixo, tenha o mesmo atendimento. É por isso que temos que brigar. (*Palmas.*)

O direito tem que ser igual. Não queremos política social para pobre. Eu quero política social para a população brasileira, de norte a sul, de leste a oeste...

(Soa a campainha.)

A SRª IRENE RODRIGUES – ... em qualquer Estado, em qualquer lugar.

Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Irene, representante da FESSMUC, que fortalece, mais uma vez, a importância da seguridade social em toda a sua amplitude.

E lembrou muito bem: eu fui Constituinte, e não foi invenção de nenhum de nós não. Essa visão universal da saúde e da assistência veio de baixo para cima.

Parabéns. Foi com emendas populares que se chegou lá.

Eu só queria confirmar com vocês, agora que a Graça está na mesa, que a atividade de Fortaleza ficou para o dia 29 de agosto. É uma segunda-feira. Eu tenho uma agenda grande no Rio Grande do Sul – é véspera do processo eleitoral, é natural. Eu tenho agenda quinta, sexta, sábado e domingo, mas domingo eu pego o voo lá e vou a Fortaleza. O.k.? Está garantido? (*Palmas.*)

Estamos lá em Fortaleza.

Agora, José Carlos, representante da Fetrama, Maranhão.

É de Curitiba a Irene. Estamos ajustando a ida a Curitiba também.

Pessoal, não deu aquela outra vez, porque houve o problema do pessoal ligado aos educadores de base. Eles tiveram problema.

O SR. JOSÉ CARLOS – Companheiros e companheiras, quero saudar todos, os nossos companheiros aguerridos que estão aí percorrendo todo o Brasil, em especial a companheira Graça Costa, o Senador Paim, que já esteve também lá no Maranhão, juntamente com a Graça Costa, na discussão da terceirização, e a nossa companheira Jucélia, que está sempre nas atividades da Internacional de Serviços Públicos e que bem se situou aqui.

Quero falar da importância desta temática, no sentido de que precisamos nos empoderar cada vez mais, porque o enfrentamento se dá em todas as esferas, principalmente no serviço público municipal, onde as políticas públicas, de fato, são implementadas. Não podemos mais permitir que gestores corruptos, irresponsáveis, que têm todo um legado negativo ao administrar o público, que deve visar, primeiramente, ao bem comum, façam com que arquemos com as despesas de desmandos, de corrupção, de dinheiro que vai para o ralo.

Não podemos aceitar esse discurso de que não há recurso para que as políticas públicas sejam implementadas. Muitas vezes, é lá nas cidades, lá nos Municípios onde acontece o desvio, às vezes, por falta de fiscalização. Aí, o movimento sindical, que está sempre atento, que está sempre defendendo o que é o melhor para os trabalhadores, para as trabalhadoras e para a sociedade em geral, precisa, sim, cada vez mais, continuar nesse movimento de luta e incorporar novos seguidores, e incorporar novas bandeiras de luta, para fortalecer esse movimento, que eu acredito que tende a crescer.

Por isso, as nossas federações de trabalhadores do serviço público municipal – a nossa Confetam é a entidade de grau superior maior aqui no Brasil dos trabalhadores do serviço público municipal –, que têm conseguido desempenhar um papel com maestria em várias frentes que interessam ao serviço público, conseguiram hoje pautar aqui, em Brasília, neste momento de suma importância. Por isso, nós temos a missão, ao sairmos daqui, de levar, reproduzir, como já foi falado, para as nossas bases e trazer mais companheiros e companheiras para esse movimento de luta.

Quero dizer, caro Senador, que V. Exª está de parabéns, porque consegue entender quão importante é dar voz, dar ouvidos também para a base. A base precisa ser ouvida, porque é a base que enfrenta os desafios do dia a dia. É a base que sabe onde os problemas estão. (*Palmas.*)

Somos nós que, quando vamos aos hospitais, aos postos de saúde, percebemos que as coisas estão erradas. Somos nós que vemos as nossas crianças voltarem das escolas às 9h30 ou 10h da manhã e perguntamos: "Por quê? O professor faltou ou outra coisa aconteceu?"

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ CARLOS – Aí, somos obrigados a ouvir, com um olhar triste, a criança dizer: "Faltou merenda escolar, e a professora, a gestora foi obrigada a nos mandar mais cedo para casa." Eu, como professor da rede municipal, muitas vezes, tive que despachar os meus alunos, lá no interior do Estado do Maranhão, porque não havia merenda escolar, então sabemos onde estão os problemas e precisamos estar aqui pautando sempre, cada vez mais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Carlos, representante da Fetrama, Maranhão, que falou aqui com conhecimento de causa, porque ele está lá – como falamos lá no Rio Grande – no garrão, ou seja, está na base mesmo, onde tudo acontece. Eu gostei muito de ouvir a sua mensagem também. É o que a gente tem procurado fazer. Por isso, estamos viajando todos os Estados, e não sou só eu: inúmeros líderes sindicais estão indo junto. É uma delegação de homens e mulheres comprometidos com essa história. A gente relatos impressionantes, como esse que você deu aqui.

Por isso, eu, quando encerrei o evento lá de Alagoas, em um momento difícil, escrevi uma carta aos militantes, e foi essa carta que eu li lá homenageando vocês, que ficam na base.

Por isso, uma salva de palmas a vocês militantes dos direitos humanos, das causas sociais. (*Palmas.*)

Antônio José, representante da Confetam.

Qual é o Estado dele?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ – Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ceará.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ – Bom dia!

Gostaria de saudar a Mesa, o Senador Paim, e parabenizar as falas. Acho que o debate cumpriu o propósito, e inclusive deve ser levado para todos os trabalhadores brasileiros, diante da clareza com que ele trata esse pacote de maldades que assola os direitos dos trabalhadores.

A minha observação – quando da inscrição, a querida Graça Costa não tinha falado – é a questão da última medida provisória, a Medida Provisória nº 739, que certamente também será pautada nos próximos debates, ante a questão tão absurda da qual ela trata, porque coloca em risco a segurança jurídica, põe em xeque a coisa julgada, quando trata da questão da revisão dos benefícios por incapacidade, estabelecendo a necessidade de o juiz ou de o perito obrigatoriamente prever uma data para quando o incapacitado poderá se recuperar, colocando um máximo de 120 dias. Isso, para uma medida provisória, eu acredito que seja extremamente absurdo e coloca em xeque – reiterando – a questão da própria segurança jurídica e da coisa julgada, que são princípios norteadores do Direito.

Enfim, gostaria de, mais uma vez, parabenizar e reiterar a necessidade de fazer esse trabalho para todos os trabalhadores brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Antônio José, que fala da última medida provisória.

Eu fiz quatro ou cinco emendas a essa medida provisória, e uma delas foi no sentido de revogá-la, na íntegra, porque ela é um ataque aos direitos dos nossos trabalhadores, aposentados e pensionistas, principalmente aqueles que estão no auxílio-saúde e aqueles que estão aposentados por invalidez.

Você tem toda a razão. Hoje à tarde eu vou defender as quatro emendas que fiz a essa medida provisória, que eu tenho chamado de "medida provisória da morte", pela medida em que foi editada e o quanto é perigosa. Vamos pegar esse exemplo de 120 dias que você deu. Nesses 120 dias, quem disse que eu estou apto ou não a voltar ao trabalho? A medida provisória, exatamente. Ela respondeu na lata: "A medida provisória disse, Paim, que você pode voltar a trabalhar, sim, em 120 dias." Não, mas se eu estiver mal, quase morrendo? "Não importa, a medida provisória disse que, em 120 dias, você tem que voltar a trabalhar." Volta para a empresa – eu já vivi essa situação –, chega lá e o empregador diz: "Não. Você está morrendo e aqui não vai trabalhar de jeito nenhum." Vai para a Previdência, e lá eles dizem: "Aqui também não, você está de alta." Como é que eu fico? Fico sem salário, dois, três, quatro meses.

Isso que eu estou falando aqui é real e é verdadeiro. Eu assumo a responsabilidade, porque estamos ao vivo para todo o Brasil. Isso é exatamente o que acontece e que vai continuar acontecendo. Eles vão fazer aquilo que a gente chama de caça às bruxas.

Vão começar a caçar os trabalhadores que estão no auxílio-saúde, a tensão vai ser – eu não estou aqui acusando perito nenhum, porque seria uma irresponsabilidade se eu dissesse – para que eles deem alta para eles, eles vão ser tensionados. Muitas vezes, isso acontece já no dia a dia, na negociação: ou você aceita o negociado sobre o legislado, ou vai ser todo mundo ser demitido – eu estou dando um outro exemplo paralelo a essa situação. A outra são os aposentados por invalidez. Calcule: com um cidadão aposentado por invalidez com 60 anos, 65 anos, que está aposentado, mas está inválido e recebe alta, como é que se faz? Quer dizer, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

é nem alta, revogam a aposentadoria dele. Como é que ele vai trabalhar? Onde? Quem é que vai dar emprego? Numa época de desemprego como essa, como é que um aposentado por invalidez vai trabalhar? Vai estar lá no documento dele: "Você é aposentado por invalidez." É claro que não vão pegar, vão pegar um jovem de 18, 20, 30, até 40 anos, porque, de 45 anos para frente, já é meio que discriminado – infelizmente é isso, tanto é que temos um projeto aqui para assegurar um número de vagas para pessoas com mais de 45, 50 anos.

Essa medida provisória, para mim, não deveria ser nem aceita aqui, deveria ser devolvida, devido à crueldade com que ela trata os trabalhadores, mas isso eu vou falar lá no plenário.

Agora eu passo a palavra para a representante da Fetamce, Neiva Esteves.

Qual é o Estado?

A SRª NEIVA ESTEVES – Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Ceará predominou aqui.

A SRª NEIVA ESTEVES – Bom dia a todas e a todos!

Quero saudar aqui o Senador Paim, pela excelente audiência pública, a minha querida Graça Costa, companheira de luta, e os demais palestrantes.

Inicio minha fala dizendo que, graças a Deus, ainda temos Parlamentares comprometidos com o povo e com a classe trabalhadora.

Aqui peço palmas para esse grande Senador, para a Senadora Fátima, que estava aqui agora há pouco também nos representando. (*Palmas.*)

Quero deixar aqui também a minha expressão de repúdio às regras desta Casa. Quero dizer que nós trabalhadores que aqui estamos pagamos o salário de cada um que está aqui, não merecemos ficar sob o sol. (*Palmas.*)

Não merecemos ser maltratados.

Então, hoje eu me senti – e acredito que quem estava comigo – um lixo. Não queremos que isso continue. Que se mudem essas regras.

Quero dizer que a reforma fiscal este País precisa fazer urgentemente, porque nós, trabalhadores e trabalhadoras, já estamos cansados de pagar a conta por grandes empresários, por pessoas que dominaram este País e continuam dominando através do poder. Cadê as panelinhas que não se batem mais, gente? Cadê o povo que estava na rua pedindo o *impeachment* da Dilma? Cadê os "coxinhas"? Cadê as grandes empresas? Cadê a grande mídia? Na verdade, o golpe era contra nós, como bem disse a Graça.

Nós, como representantes da Fetamce, viemos aqui dar o recado a esta Casa: que a gente considera que tem Parlamentares como o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima, comprometidos com o povo, mas que tem também Parlamentares que não merecem a cadeira que ocupam, que precisamos botar para fora. (*Palmas.*)

Precisamos dar resposta, começando este ano, nas eleições lá no Município. Estamos fazendo campanha para que ninguém vote em todos os Parlamentares que são apoiados por candidatos golpistas, Senadores, Deputados. Vamos tirar esses golpistas do poder, vamos colocar pessoas comprometidas realmente com a classe trabalhadora.

Outra coisa que eu coloco na minha fala é o seguinte: aproximadamente 35 Deputados Federais foram eleitos realmente com um número significativo de votos. O restante dos Deputados Federais foram eleitos através de coligações. É por isso que precisamos de reforma política, porque o povo não os queria lá, não. Eles foram puxados por partidos pequenos. (*Palmas.*)

Tenho, como exemplo, o Partido das Mulheres. Quantas mulheres há no Partido? Vocês sabem? Nenhuma. Há homens representando o Partido, que estão lá só para se aproveitar. Para conseguirmos uma ação popular, precisamos de aproximadamente 1,5 milhão de assinaturas; para se criar um partido; bastam cem filiados. Isso é um absurdo.

Não podemos permitir que isso continue e fiquemos assistindo de camarote.

(Soa a campainha.)

A SRª NEIVA ESTEVES – Então, precisamos, além da reforma fiscal, de reforma política já.

Aí, eu quero encerrar a minha fala pedindo um coro aqui: Fora, Temer! Fora, Cunha! Fora, Renan! Fora, Moro! Fora, Gilmar Mendes! Por quê? Porque só perseguem os nossos Parlamentares. Por que não são justos? Quantos Senadores, quantos Deputados de outros partidos estão presos? Não me recordo. Então, é por isso que eu, como trabalhadora, indigno-me com essa situação.

Como professora, quero fazer aqui um alerta: nossa Presidente Dilma, eleita com 54 milhões de votos, tem, como carro-chefe da sua campanha: "Pátria Educadora".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

A SRª NEIVA ESTEVES – Vocês já perceberam qual é agora o *slogan* do Temer? "Ordem e Progresso". Depois da propaganda sobre a educação, vem "ordem e progresso", o que os militares pregavam no passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª NEIVA ESTEVES – Então, gente, não vamos parar. A Fetamce trouxe cem representantes, mas podemos colocar milhares de trabalhadores na rua, é só nos mobilizarmos um pouco mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Neiva Esteves, representante da Fetamce, Ceará.

A próxima é a Maria Dejaci, do Sindserv, do Ceará.

Pessoal, é padrão aqui na Comissão, e eu tenho que ser franco com vocês: mesmo quando há painelistas com os quais a gente não concorda que estejam aqui falando, esta Comissão de Direitos Humanos adotou, nesse período todo – é a terceira vez em que eu sou Presidente –, que as palmas são sempre bem-vindas. Quando não gostamos da fala de um dos painelistas, eu peço sempre que não haja vaia e que seja feito um silêncio. Assim nós temos feito sempre.

Para vocês terem uma ideia, passaram por esta Comissão, por este plenário, mais de 15 mil pessoas, mais de 150 painelistas, e todos agiram da mesma forma. Nunca tive nenhum tipo de problema. Muitos acham que o trabalhador é que cria o problema. Não, aqui, nunca tive nenhum tipo de problema.

Quando você cita o nome dos Parlamentares, a palma é sempre bem-vinda; o silêncio tem que ser a resposta. É uma forma de agir porque aqui é um ato institucional. Nós estamos falando aqui do Senado para todo o País, então temos pequenas regras que têm que ser mantidas, porque, se não mantenho as pequenas regras, daqui a pouco eles inviabilizam este espaço. É isso que a gente tem que entender.

Este é um espaço tranquilo. Para se ter uma ideia, nós fazemos três audiências públicas por semana. Normalmente é segunda, terça ou quarta, e quinta tem outra, e ela vai para todo o País. Então é uma tribuna livre, daquela democracia com que sempre sonhamos. Por isso, às vezes, eu peço... Eu sei que o amor à causa, à militância, a indignação fazem com que a gente fale aquilo, às vezes, que o coração está mandando, que a alma está mandando. Mas, às vezes, a gente tem que dar uma controlada para ver, em cada momento, o que é adequado para a explosão do que a gente pensa.

Eu sei que vocês me entenderam e quero dar uma salva de palmas carinhosa a cada um de vocês. (*Palmas.*)

Maria Dejaci, do Sindserv/CE.

A SRª MARIA DEJACI – Gente, bom dia! Eu sou escritora e fiz uma poesia, mas não sabia que eu iria lê-la aqui. Mas é referente a isso tudo que está acontecendo. Hoje, eu acho que o Hino Nacional está um pouco vergonhoso para a gente cantar, porque a gente não vê nada do que se fala lá. Hoje, é uma vergonha.

Eu estou com medo das coisas que eu ouvi aqui. Ela falou assim: "Os auxiliares de serviços gerais, o salário..." Então, quando ela falou, ela falou em uma pessoa, que sou eu. Estou aqui, sou auxiliar de serviços gerais, e ninguém me vê. Eu sou destratada.

E também vou defender aqui a parte dela, porque eu disse para ela que eu prefiro de estar pé, e ela achou que as pessoas iriam pensar que ela é mal-educada. Mas ela não é! Ela me ofereceu o local.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Então, eu vou ler aqui:
É o sol da liberdade que vem nos iluminar
Brilhou o céu da Pátria das margens de um povo
que vive a lutar
De um amor eterno, glória no passado
Passe o tempo que passar, alguém vai estar lá
Com sua linda história pronta para contar
No futuro, mais amores, porque tudo é colorido
Como um lindo arco-íris no jardim das flores
Esplêndida, agraciada terra adorada
E pelo povo admirada, ainda tem esperança
E sede de justiça de ser por todo amada
Luta com suas armas, oferece o que tem
Mostrando que na vida vale a pena fazer o bem
Este é o nosso Brasil, que tem muito para mudar
Mas se lutarmos juntos, poderemos consertar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Devemos nos orgulhar de neste País morar
Pois são suas lindas cores que vamos representar
O verde de suas matas, o azul da cor do mar
O amarelo, com o seu esplendor, o branco traz toda a paz
E com ele o seu valor, buscando em todos nós
Uma força chamada amor.

É isso, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRª MARIA DEJACI – Eu acho que o que está faltando no nosso semelhante é o amor, porque só estamos amando a nós mesmos, as nossas coisas, os nossos bens materiais, enquanto nos esquecemos do alimento do nosso semelhante, do médico, do professor com qualidade de serviço, porque, mesmo que eles ofereçam, não são bem remunerados. Então, é isso que está faltando. Está faltando tudo isto em nosso País para nós lutarmos e vencermos, mas temos que estar juntos, lutando.

É isso. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns! (*Pausa.*)

Ela me beijou, agora vou beijá-la também. (*Risos.*)

Eu vou pedir que passem o vídeo da Previdência e dar um resumo daquilo que foi construído pelo movimento sindical, as nossas preocupações com a dita reforma da Previdência. E aí nós encerraremos com os encaminhamentos.

Se puderem, apaguem a luz.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tinha terminado. Tem um finalzinho muito interessante aí que é proposital. Quando se pensa que terminou... Acho que é agora.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês se lembram disso? Ele repetiu o que mais de 300 disseram naquela sessão histórica. (*Risos.*)

Pessoal, agora, vamos aos encaminhamentos.

Encaminhamentos:

1 - Apresentar requerimento para realizar audiência pública com o objetivo de debater acerca do nióbio;

2 - Apresentar requerimento de informação ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda para que esclareçam acerca do *swap* cambial e das operações compromissadas;

3 - Apresentar requerimento de informação ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda para explicar a diferença entre receita e despesa de 2015, no valor de R$480 bilhões.

Simbolicamente, quem concorda com esse encaminhamento se manifeste. (*Palmas.*)

Por fim, pessoal, eu queria convidar os que puderem ir. Hoje, às 15h, vai haver uma palestra da Maria Lucia Fatorelli. Ela vai aprofundar ainda mais... Será na sala 9, às 15h. Teremos, então, mais esse debate sobre a questão da auditoria da dívida.

Foi-me perguntado o calendário nos Estados. Então, rapidamente, aqui, eu vou situar: em 11 de agosto, uma quinta-feira, em São Paulo, no auditório do Sindicato dos Químicos, às 13 horas.

Eu queria agradecer ao movimento social e sindical de São Paulo, porque eles se adaptaram à minha agenda. Vai haver uma homenagem àqueles que dão o corte da diferença, àqueles que respeitam todas as religiões, em São Paulo. Então, nesse dia, eu receberei lá um troféu, como dizem, por defender uma visão pluralista, segundo a qual cada um tem o direito à sua opção religiosa, assim como à sua orientação sexual.

Então, aqueles que têm uma visão religiosa respeitando a outra religião serão homenageados nesse momento. Daí, o pessoal adaptou. Os que estiverem lá estão convidados. Nós sairemos da atividade, que deve terminar em torno das 21 horas, e vamos para essa outra sessão suprapartidária e inter-religiosa.

Aí, sairemos de São Paulo e iremos para Goiânia. No dia 11/8, quinta-feira, é em São Paulo; no dia 12/08, na Assembleia Legislativa de Goiás, às 14 horas; no dia 15/08, Rio de Janeiro, segunda-feira, está previsto ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

na Assembleia Legislativa; no dia 19/08, em Palmas, Tocantins; no dia 29/08, Fortaleza, Ceará, segunda-feira, na Assembleia Legislativa, às 14 horas; no dia 02/09, Belo Horizonte - MG, sexta-feira, na Faculdade de Direito, UFMG, às 14 horas; no dia 14/10, Recife - PE, sexta-feira; 21/10, Cuiabá - MT, sexta-feira; 04/11, Salvador - BA, sexta-feira; 11/11, Natal - RN, numa sexta-feira; 18/11, São Luís - MA, numa sexta-feira.

Este é o calendário atualizado. Qualquer mudança que houver será para ampliá-lo, com certeza, porque muitos Estados estão ainda brigando para encaixar a data adequada.

Enfim, pessoal, nós encerramos aqui a nossa audiência pública de hoje agradecendo a todos.

No encerramento, eu vou convidar todos a virem aqui à frente, porque vamos fazer uma foto coletiva que entra nos Anais da Casa.

Está encerrada a audiência.

Uma salva de palmas a todos vocês. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia treze de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Angela Portela, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Angela Portela, Telmário Mota, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os Senadores Regina Sousa, Benedito de Lira, Dário Berger, Rose de Freitas, Omar Aziz, Ricardo Franco, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 64ª a 68ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. Item 1 - Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei do Senado Federal nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a gratuidade da utilização de vagas em estacionamentos abertos ao público por veículos que transportem pessoas com deficiência." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Cássio Cunha Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 97 de 2016 que: "Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir mecanismos de proibição de postagens nas redes sociais, por meio da internet, de imagens e vídeos sobre 'automutilação' de crianças e adolescentes e a realização de uma campanha para prevenir, orientar e ajudar os pais em todo o Brasil." Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 98 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "Nutrição para o crescimento". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 10 - Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 99 de 2016 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa". Autoria: Senador José Me-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

deiros. Resultado: Adiado. Item 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 100 de 2016 que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Item 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 101 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Iniciativa Empresarial para a Igualdade Racial". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 102 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para instruir o PLC 23 de 2016, "que considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 103 de 2016 que: "Requer a realização de uma Diligência pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater ´a situação dos ocupantes de lotes rurais das Colônias Agrícolas NB I e NB II, no Núcleo Bandeirante, que assinaram contrato de concessão de uso com a Terracap.'" Autoria: Senador Hélio José e outros. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 104 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater 'O dia a dia do Estatuto do Idoso nas cidades.'" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 105 de 2016 - Não Terminativo - que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre Serviço Público – Mitos, verdades, desafios e soluções." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 17 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 106 de 2016 que: "Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater 'os problemas do Metrô/DF.'" Autoria: Senador Hélio José e outros. Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 18 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 107 de 2016 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre 'Saúde, cidadania e Direitos Humanos.'" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Deliberativa - Relatório de denúncia. Finalidade: Item 1 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre denúncia recebida sobre o funcionamento inadequado e precário do Conselho Tutelar de Águas Claras. Resultado: aprovado o Relatório, que conclui pelo encaminhamento de ofício à Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, para que analisem o conteúdo do relatório e encaminhem as providências que entenderem cabíveis, solicitando, ainda, que informem a esta Comissão acerca das medidas eventualmente adotadas, para que possamos acompanhar o caso. Item 2 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre denúncia de supostas violações a direitos humanos, em virtude de perseguição religiosa à Comunidade Bahá'í promovida por autoridades iranianas. Resultado: aprovado o Relatório, que conclui pelo encaminhamento de ofício ao Ministro das Relações Exteriores, solicitando que se averigue a situação relatada, bem como se realize gestão junto ao Governo Iraniano com o objetivo de libertar as autoridades bahá'ís presas naquele país, e, por fim, informe à Comissão acerca da veracidade dos fatos e das providências eventualmente adotadas. Encaminhar também ofício ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de que esta mantenha diálogo com a Embaixada do Irã no Brasil, expressando o repúdio à situação enfrentada pela comunidade bahá'í, decorrente de recentes discursos de intolerância empregados pelas autoridades iranianas. Às onze horas e quarenta e quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Angela Portela. Às doze horas e quinze minutos, a Senadora Angela Portela devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 64ª a 68ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Como sou autor do item que trata do Requerimento nº 102, peço à Senadora Angela Portela, se puder, que assuma a Presidência.

Passo a Presidência à Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 102, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para instruir o PLC 23 de 2016, "que considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta Angela Portela, peço essa audiência pública para instruir o PLC 23, de que sou Relator, que considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral, ou seja, somente de um ouvido.

Há uma polêmica entre os próprios surdos e também mudos sobre essa questão. E as próprias entidades também têm uma posição diferente umas das outras. Mediante uma conversa com todos, resolvemos realizar essa audiência pública para construir o entendimento que será, na verdade, depois o eixo do parecer que eu darei, já que sou Relator da matéria.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o Requerimento nº 102, de 2016.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "Nutrição para o crescimento".

Autoria: Senador Paulo Paim

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como o nome já diz, nobre Senadora, o evento "Nutrição para o Crescimento", que tem caráter internacional, visa a que os países possam analisar os progressos realizados em relação aos compromissos do signatário da estratégia da nutrição para o crescimento.

O Senador Lindbergh Farias foi um dos que havia feito essa proposta aqui, nesta Comissão, mas depois, devido às mudanças que ocorreram, na questão do *impeachment*, do afastamento da Presidenta, nós suspendemos a atividade naquela oportunidade e queremos agora voltar a fazer com as entidades em âmbito internacional, com a participação ou não do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Iniciativa Empresarial para a Igualdade Racial".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Angela Portela, que preside esta sessão, essa audiência pública foi uma sugestão da Universidade Zumbi dos Palmares, que me apresentou uma bela iniciativa de empresários que estão comprometidos com o combate aos preconceitos, ou seja, na construção empresarial da igualdade racial. Então, com esses empresários e a universidade, serão convidados naturalmente CNI, Fiesp, Fieg, centrais, intelectuais, economistas, no sentido de debater o tema "Iniciativa Empresarial para a Igualdade Racial".
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Há um requerimento do Senador Hélio José?
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há três requerimentos extrapauta. Se V. Exª pudesse acatar ou encaminhar para que possamos nos manifestar...
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Claro, posso fazer isso.
Consulto os Srs. e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.
Coloco em votação a inclusão extrapauta.
Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "O dia a dia do Estatuto do Idoso nas cidades".

Autoria: Senador Paulo Paim

Os convidados serão informados posteriormente à Secretaria desta Comissão.
Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Angela Portela, nós fizemos – e V. Exª acompanhou – um belo evento, no Petrônio Portela, com a participação de cerca de 500 convidados, para discutir exatamente o dia a dia do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Com essa experiência vitoriosa, com a participação de empresários, de trabalhadores, de órgãos de Governo, tanto da União como dos Estados e Municípios, resolvemos agora fazer o debate para saber como está, no dia a dia, a aplicação do Estatuto do Idoso. Por isso, o tema é "O dia a dia do Estatuto do Idoso nas cidades."
A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 16
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "Serviço Público – Mitos, verdades, desafios e soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Senador Paulo Paim

A presente audiência foi proposta pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, a realizar-se, no dia 30 de agosto de 2016, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Angela Portela, há uma série de questionamentos, porque começaram a vender a imagem de que o servidor público é o culpado de todos os males, como se o culpado de qualquer crise, de qualquer problema fosse o servidor público. Nós discordamos disso. Eles são trabalhadores que atendem ao público e que, muitas vezes, são injustiçados.

Em razão disso, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) solicitou, por sua iniciativa, que realizássemos, no dia 30 de agosto, no Auditório Petrônio Portela, uma audiência para discutir "Serviço Público – mitos, verdades, desafios e soluções".

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço se V. Exª puder colocar em votação o próximo requerimento, Senadora, e explicarei por quê: embora não seja meu, eu o assino, porque o Senador Hélio José não está presente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Ele pediu realmente.

ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com amparo no art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "os problemas do Metrô/DF".

Autoria: Senador Hélio José e outros

Sugere-se que, para a referida audiência pública, sejam convidados: Sr. Marcelo Dourado, Diretor-Presidente do Metrô do DF; Sr. Marcos Dantas, Secretário de Mobilidade do DF; Sr. Leonardo Bessa, Procurador-Geral de Justiça do DF; Srª Paola Aires Corrêa Lima, Procuradora-Geral do DF; Sr. Kleber Vinicius, Defensor Público da União; Sr. Ricardo Batista Sousa, Defensor Público do DF; Sr. Vidal Guerra, Presidente da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo do DF (Autrac); Sr. Carlos Penna, Mestre em Ciência Política e ex-Coordenador do Metrô do DF; representante do Conselho de Moradores de Águas Claras; representante do Conselho de Moradores da Asa Sul, Plano Piloto; representante do Conselho de Moradores da Asa Norte, Plano Piloto; Presidente do DCE-UniCEUB; e Presidente do DCE-UnB.

O requerimento foi subscrito pelo Senador Paulo Paim, a quem eu concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Angela Portela, casualmente eu assisti a um pronunciamento do Senador Hélio José, no plenário, em que ele dizia que estações estavam fechadas – se não me engano, na época, eu o ouvi falar em cinco. Ele falou que, assim como diversos equipamentos, o próprio metrô, que está em plena atuação, deveria ser renovado, pois se encontra quase sucateado por falta de montagem, de composição adequada.

Nós estamos, cada vez mais – Brasília é a Capital Federal do País –, numa situação em que a população fica com um transporte público de pouca qualidade, enquanto o metrô poderia ser operado com uma gestão qualificada e usando todo o equipamento que eles têm à disposição.

Por isso, procede, no meu entendimento, a iniciativa do Senador Hélio José.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "Saúde, cidadania e Direitos Humanos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rapidamente, Srª Presidenta, Angela Portela, saúde é vida, saúde é cidadania, saúde é direitos humanos.

Por isso, fomos provocados, nesta Comissão, para discutir a saúde, mediante, inclusive, as declarações mais recentes do atual Ministro da Saúde. A preocupação aumenta a cada dia que passa, inclusive com a desvinculação das verbas destinadas à saúde, pela forma que está sendo proposta. E, inclusive, eu diria aqui, essa proposta, que eu considero absurda, diz que a seguridade está falida, e ali está a saúde, a assistência e a previdência. Se aprovada a DRU, retiram-se 30% da receita que vai corresponder a R$120 bilhões. É isso que queremos debater.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação, o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim, esse baluarte da defesa do trabalhador brasileiro em todas as áreas – na área da infância e da adolescência, na área da juventude vulnerável.

Há dados assustadores da violência no País, onde se matam crianças e adolescentes, principalmente adolescentes negros. São números de guerra. E vemos aqui o Senador Paulo Paim na sua luta intensa por todas as pessoas vulneráveis, em nosso País, em relação aos aposentados, aos pensionistas, às mulheres vítimas de violência.

O Senador Paim merece todo o reconhecimento da Comissão de Direitos Humanos, pela forma como ele conduz esta Comissão, com muita maestria, com muita competência, colocando sempre em discussão aqui, no Senado Federal, nesta Comissão, assunto de relevância muito forte, principalmente para as pessoas mais pobres, para os mais humildes.

Há um número muito elevado de pessoas, de Senadores e de Deputados, aqui, no Congresso Nacional, que defendem empresas, que defendem seus patrimônios privados, mas pessoas e Parlamentares comprometidos com aqueles que precisam da eficiência do Poder Público temos poucos, e Paulo Paim certamente é um deles.

Quero, Senador Paulo Paim, parabenizá-lo por sua atuação aqui, neste Senado Federal. Não são poucas as avaliações feitas sobre os Senadores em que V. Exª sempre sai entre um dos melhores do nosso País. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela, por estar ao lado de pessoas como V. Exª, que, com certeza, representa-nos. Ouvi, nessas viagens que tenho feito, as pessoas falarem: "Senador Paim, você me representa." Quero transferir para V. Exª esse título. V. Exª representa, e muito bem, o povo do seu Estado, a nós todos e ao povo brasileiro. Parabéns pela sua atuação. V. Exª é uma Senadora brilhante.

Nós dois estávamos, agora mesmo – e falo isso pelo sistema de comunicação de todo o País –, numa discussão na CCJ, com muita clareza, defendendo os defensores públicos, que são aqueles que atendem aos mais pobres. Tivemos que abrir a Comissão de Direitos Humanos. V. Exª, de pronto, disse: "Vamos lá, vamos abrir, vamos votar e voltamos para defender os defensores públicos." Parabéns a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Muito obrigada.

Eu quero até convidá-lo para ir a Roraima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Irei.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu sei que V. Exª anda pelos Estados do Brasil, defendendo o trabalhador, contra a terceirização. Temos muitas lutas lá em Roraima. Eu gostaria de lhe fazer o convite público aqui, na Comissão, para que, em agosto ou em setembro, façamos uma agenda, para que V. Exª possa ir lá nos ajudar na luta pelos interesses das pessoas mais pobres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, o convite está feito e está aceito. Podemos discutir a violência contra a mulher, o trabalho escravo, a terceirização, o negociado sobre o legislado, esse desmonte da nossa previdência. Sob a sua liderança, eu sei que será um grande evento. Vamos só marcar a data adequada.

Se V. Exª me permitir ainda, pedem que eu encaminhe essa segunda parte da reunião.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – A segunda parte da reunião é deliberativa de relatório de denúncia, com a finalidade de apresentar e deliberar o relatório sobre denúncia recebida sobre o funcionamento inadequado e precário do Conselho Tutelar de Águas Claras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Senador Paulo Paim é o Relator.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Angela Portela, é muito breve.

Recebemos essa denúncia sobre a situação de funcionamento inadequado e precário do Conselho Tutelar de Águas Claras. O supracitado relatório informa que a situação e estrutura atual do conselho têm prejudicado o atendimento ao público e deixa claro como está em desacordo com o disposto na Lei Distrital nº 5.294, de 2013.

Análise.

Em conformidade com o §1º do art. 196 do Regimento Interno, e a fim de dar celeridade ao caso, evoquei para mim este relatório.

Passo a expor, neste momento, o voto.

Ante o exposto, fica nítida a violação aos direitos da criança e do adolescente garantidos pela Constituição Federal de 1988 e por tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário. Eu digo aqui que, pelo exposto, ficou claro que há uma violação aos direitos da criança e do adolescente.

Assim, sugere-se que esta Comissão encaminhe ofício à Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, para que analisem o conteúdo do relatório e encaminhem as providências que entenderem cabíveis, solicitando ainda que informem esta Comissão acerca das medidas eventualmente adotadas, para que possamos, então, acompanhar o caso.

Este é o relatório, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o relatório.

Aqueles que concordam com os encaminhamentos propostos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Deliberativa de relatório de denúncia, com a finalidade de apresentar e deliberar o relatório sobre violação de direitos humanos da comunidade bahá'í promovida por autoridades iranianas.

O relatório é do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proceder à leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos carta denúncia de supostas violações de direitos humanos em território iraniano, em decorrência de recentes pronunciamentos de clérigos, políticos, autoridades da Guarda Revolucionária, oficiais de altos cargos do Poder Judiciário e Parlamentares daquele país, incitando a população a evitar relação com integrantes da comunidade bahá'í, ao se referir a estes como infiéis inimigos. A tais fatos soma-se a prisão da Srª Fariba Kamalabadi, presa desde 2008.

Dou o seguinte voto:

Ante o exposto, sugere-se que esta Comissão encaminhe ofício ao Ministério de Relações Exteriores, solicitando que se averigue a situação relatada, bem como se realize junto ao governo iraniano, com objetivo de libertar as autoridades bahá'ís presas naquele país e, por fim, informe a Comissão acerca da veracidade dos fatos e das providências eventualmente adotadas.

No mesmo sentido, sugere-se que esta Comissão encaminhe ofício à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de que esta mantenha diálogo com a Embaixada do Irã no Brasil, expressando o repúdio à situação enfrentada pela comunidade bahá'í, decorrente de recente discurso de intolerância empregados pelas autoridades.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam e concordam com os encaminhamentos propostos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

ITEM 14
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, de 2016
- Não terminativo -

Requer a realização de uma Diligência pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "a situação dos ocupantes de lotes rurais das Colônias Agrícolas NB I e NB II, no Núcleo Bandeirante, que assinaram contrato de concessão de uso com a Terracap".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Senador Hélio José e outros

O requerimento é subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu assinei o requerimento a pedido do Senador.

A leitura que V. Exª fez do requerimento já justifica qual é o objetivo. Por isso, concordei e sou favorável.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A informação dos defensores públicos nos chegou agora, Senadora, para a nossa tranquilidade, porque todos nós estávamos torcendo. Os defensores públicos são os advogados dos mais pobres, e os defensores públicos da União estavam ganhando um salário menor que os defensores até no Estado, embora diga-se que muitos dos defensores, inclusive no Estado, não tenham estrutura quase nenhuma para trabalhar.

Houve um grande movimento e, enfim, foi aprovado, quase que por unanimidade, porque não houve votação nominal, e está garantido, então. Vai para o Plenário à tarde a discussão do reajuste dos defensores públicos.

Eu diria que foi uma vitória, principalmente daqueles que mais precisam de advogados para defender a nossa gente e o nosso povo. Que bom!

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu também quero, Senador Paulo Paim, parabenizar os defensores públicos da União por essa vitória. Realmente havia necessidade de fazer esse ajuste, porque os defensores públicos são aqueles que cuidam da assistência jurídica dos mais pobres.

Sabemos que, no Judiciário, a defesa dos mais ricos é assegurada com o pagamento de advogados caríssimos, e aquelas pessoas, os mais pobres, a maioria do povo brasileiro que precisa dessa assistência jurídica precisa ter o reconhecimento desses profissionais, que defendem aqueles que não têm condições financeiras de bancar advogados caríssimos, que sabemos que, muitas vezes, bancam até pessoas que nem merecem.

Isso faz parte do processo de defesa do nosso País, mas vemos os absurdos, Senador Paulo Paim, de defesas que o povo brasileiro rejeita, como é o caso da situação atual do ex-Presidente da Câmara, que tem um processo que se arrasta há quase um ano, com protelações indefinidas, e que precisa, sem dúvida nenhuma, de um final, um chega para lá nesse tipo de defesa. Sabemos que é o Regimento Interno, sabemos que o fato de a figura conhecer bem o Regimento age com muita maestria, mas é preciso que o senso de justiça prevaleça e que mostremos para a população a vontade que os Parlamentares têm, que o Senado Federal tem, de oferecer uma Justiça mais justa para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela, meus cumprimentos pela sua análise em relação aos defensores públicos, e já avançou mais, mostrando que neste País a elite mesmo tem grandes advogados e, para eles, pagarem R$1 milhão, R$2 milhões, tanto faz. Os mais pobres não podem pagar um salário mínimo, porque ganham um salário mínimo.

Ontem, recebemos um dado aqui, nesta Comissão, que me surpreendeu: em torno de 60% da mão de obra ativa, neste País, ganha um salário mínimo; e 23% da população ganha menos que um salário mínimo. Então, esses defensores públicos cumprem esse papel.

Fizemos aqui uma sessão de homenagem a eles – V. Exª estava presente – e fiquei impressionado com a generosidade deles. E por que generosidade? Todos os que falaram, no fundo, disseram o seguinte: "Para mim, para ser feliz, basta eu fazer bem ao próximo." Essa foi a frase que eu guardei dos defensores públicos. Muitos dos que estavam aqui ganham um salário correspondente à metade de outro profissional na mesma área no Estado, mas assim mesmo eles diziam isto: "Para ser feliz, basta eu saber que estou fazendo bem ao próximo."

Então, é mais do que justo que, num momento desses, seja dado aumento, mediante um amplo acordo, diga-se, do governo anterior e também respeitado por este Governo. Nesse caso, só os defensores é que iam sair fora. E nós, claro, discordamos e conseguimos incluir que cumprissem o acordo firmado antes, com a Presidenta Dilma, e assim os defensores poderão receber também o seu reajuste mais do que justo.

Permita-me, Senadora Angela Portela, como, na Comissão, já está resolvido nosso imbróglio principal, que era garantir a questão dos servidores, e como hoje é a última reunião deste semestre, eu vou fazer aqui um balanço, mas é bem rápido, são duas folhinhas. Para você que está olhando, a letra é bem grande. Isso significa que não é muita coisa que eu vou ler, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Balanço da CDH, primeiro semestre deste ano. Só para dizer que, no ano passado, nós realizamos 154 reuniões, entre audiências públicas e reuniões. Neste ano, estaríamos ultrapassando. Só nesse período, realizamos 87 reuniões. Se fôssemos comparar mais seis meses, se não fosse o *impeachment* e o ano eleitoral, iríamos chegar a, mais ou menos, 180 reuniões.

Neste semestre, foram 87 reuniões ao todo, sendo 49 audiências públicas, 3 reuniões de trabalho, 15 deliberativas, 1 seminário, 19 eventos, incluindo reuniões para tratar da reforma da previdência, trabalho escravo, terceirização, bem como receber e trocar experiências com o Embaixador, por exemplo, da Suécia, e com uma delegação que veio dos Estados Unidos. Não me lembro agora qual é o Estado. Foi aquela delegação que veio dos Estados Unidos, que veio debater conosco...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Nissan. Qual é o Estado, lembra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mississípi, exatamente.

Tivemos uma experiência aqui muito interessante dos trabalhadores que vieram do Mississípi e trabalham na Nissan, e lá existe o negociado sobre o legislado. Precisa ver a crueldade que é, o que vale é o número de horas trabalhadas, e acabou. Não importa se são dez, se são doze, se são oito, se são sete. Pagam aquilo e mandam embora. Então, foi uma experiência muito interessante para nós, e nos comprometemos, inclusive, a ir ao Mississípi falar da experiência brasileira.

Eu falei 19 eventos, inclusive essas experiências, 13 diligências, 16 projetos aprovados, 96 requerimentos aprovados, sendo, desses, 10 para apresentação em plenário, 2 encaminhamentos de denúncias aprovadas, 4 com as de hoje.

Neste primeiro período de 2016, a Comissão de Direitos Humanos, sob a nossa Presidência e a Vice-Presidência do Senador João Capiberibe – hoje *ad hoc* aqui a Senadora Angela Portela, que já inúmeras vezes teve que assumir esse papel, junto com a Senadora Regina Sousa –, alcançou resultados positivos e de grande relevância social.

Entre janeiro e julho deste ano, a CDH realizou 87 reuniões – aqueles fatos de que eu falava – entre audiências públicas, seminários, reuniões deliberativas, reuniões de trabalho, outros eventos, além das diligências. Foram 49 audiências públicas com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assunto da mais alta relevância para o País, como temas instigantes e bastante variados, sendo todas elas interativas, ou seja, com a possibilidade da participação popular ao vivo.

Centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores, convidados, entre eles, ministros, acadêmicos, religiosos, intelectuais, representantes dos movimentos sociais. Eu me lembro de que, no ano passado, o balanço feito pela equipe da mídia aqui do Senado, da informação, da imprensa, foi de que passaram por esta Comissão 15 mil pessoas. Neste primeiro semestre, eu não diria que foram 15 mil, mas passaram por aqui aproximadamente 10 mil pessoas participando dos debates. Enfim, os internautas participaram ativamente.

Nesse período, a Comissão realizou também 15 reuniões deliberativas, que eu já listei. Mas vamos aqui a alguns projetos importantes, com destaque:

Aprovamos Emenda da Câmara dos Deputados nº 6 a Projeto da lei do Senado nº 238, de 2015, que instituiu a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para o atendimento específico de pessoas com deficiência de audição ou de fala.

Tivemos também a Sugestão nº 4, de 2016, que determina a disponibilização pela Justiça Eleitoral de espaços, nos locais de votação, para coleta de assinatura de projeto de lei de iniciativa popular.

Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, que possibilita a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até seis anos de idade.

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2016, que prevê a obrigatoriedade de oferta, pelo Poder Público, de serviços de tradução e de interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos locais que especifica. Isso é muito importante. Nós somos os autores do Estatuto da Pessoa com Deficiência – nós que eu digo é o Senado, porque é aqui que construímos a ideia, remetemos à Câmara e voltou depois para nós aqui, no Senado. Seria fundamental que tivesse sido assegurada a língua de sinais em todas as audiências, em todas as reuniões, enfim, para que se comunicassem pela linguagem de sinais com aqueles que são surdos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2016, que dispõe sobre a prática do crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio da rede internet ou de outras redes de computadores de acesso público.

Eu achei esse um dos projetos mais importantes que esta Comissão aprovou, porque não pode um cidadão usar as redes sociais para ofender o outro pela cor da pele, pela orientação sexual, pela sua visão religiosa, com total desrespeito, ameaçando, inclusive de forma violenta e até de morte, as pessoas. Isso não pode ficar por isso mesmo. É preciso – sempre digo – que cada um saiba onde termina o seu direito. Sabe onde termina o meu direito? Onde começa o direito do outro. Não podemos fazer com que o meu direito prevaleça sobre o direito do outro. Por isso, para mim, foi muito importante esse projeto que responsabiliza aqueles que cometerem crime pela internet. E sabemos que acontece muito no Brasil e no mundo.

Além disso, a Comissão encaminhou quatro denúncias. Já falei dos eventos que realizamos aqui, nas mais variadas áreas, inclusive de inúmeras diligências.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço muito a Senadora Angela Portela. Lembro-me de que, no dia em que fomos empossados, V. Exª estava aqui para contribuir com a votação no sentido de que este Presidente e o Vice, Senador Capiberibe, fossem eleitos. V. Exª, naquele dia, fez um belo pronunciamento, lembrando outro momento em que eu estava na Presidência, há cerca de dois anos. A minha Vice, que foi a nossa querida Senadora Ana Rita, assumiu a Presidência e fez um belíssimo trabalho, que V. Exª também elogiou. Tive também a satisfação de lembrar o trabalho da nossa querida Ana Rita. Naquele momento em que eu voltava, V. Exª fez uma série de considerações, dizendo que estaria sempre aqui, à disposição, como militante dos direitos humanos.

Gosto muito da palavra militante. Eu me considero um militante das causas sociais, dos direitos humanos, como V. Exª expressou aqui, naquele dia. Então, neste dia em que estamos encerrando os trabalhos deste semestre, registro como é bom estar aqui com a sua presença.

Pode falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, isso! Nós aqui ontem aprovamos moção de solidariedade. No plenário, todos assinamos o voto de pesar, fizemos a defesa em conjunto, e eu me comprometi, inclusive, a estar no enterro, amanhã, quinta-feira, às 15h, em Porto alegre. Estarei representando o Senado naquele evento, por deliberação da Casa. Naturalmente estarei representado a Senadora Angela Portela...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e todos aqueles que conheceram a Luiza e a forma com a qual sempre se portou, trabalhou.

Digo esta frase: ela era Ministra da SEPPIR, trabalhava, claro, no combate ao preconceito racial, mas era militante contra todo tipo de preconceito contra a liberdade religiosa, a religião de cada um, seja evangélico, seja católico, seja afrodescendente, enfim, de religiões de matriz africana; ou ainda a orientação sexual, enfim, ela estava sempre com uma visão humanitária. E assim ela faleceu e assim, tenho certeza, ela está lá no céu, neste momento, sorrindo. E nós, batendo palmas para ela aqui embaixo. (*Palmas.*)

Permitam-me essas palmas a nossa querida Ministra, que está lá em cima.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – A nossa ex-Ministra Luiza Bairros, sem dúvida nenhuma, merece todas as homenagens que, desde ontem, estamos fazendo na Comissão de Educação, no plenário do Senado e aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos.

Uma mulher, uma ativista política, uma defensora dos direitos humanos no combate ao racismo, à discriminação, Luiza Bairros certamente fará falta como ativista, como uma mulher que dedicou a sua vida à luta contra a desigualdade entre homens e mulheres, à luta contra a violência contra as mulheres. Então, Luiza Bairros merece todos os nossos elogios, as nossas homenagens aqui e a recomendação de aprovação dessa moção de solidariedade a sua família, como foi feito ontem, no plenário do Senado, e como está sendo feito hoje aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Então, a nossa solidariedade aos familiares da nossa querida Luiza Bairros.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu queria agora, no término desta reunião, agradecer muito à equipe da Comissão de Direitos Humanos, e o faço na pessoa da Mariana. Citando a Mariana, eu sinto como se tivesse citado cada um de vocês, principalmente aqui da Comissão de Direitos Humanos, haja vista que o meu gabinete é outro espaço. E isso porque, quando falamos que aqui nós realizamos, no ano passado, 154 reuniões, quando falamos que, só neste ano, já fizemos 87 reuniões...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Ela lembra agora que, se pegarmos as diligências, chegamos a mais de cem reuniões. Isso, repito, se incluirmos as diligências que fizemos, sempre com uma pessoa da Comissão me acompanhando.

Assim, eu quero aqui dar os meus cumprimentos à equipe desta Comissão. É uma das melhores equipes, na minha avaliação, das Comissões do Senado. Eu não estou dizendo que é a melhor de todas; é uma das melhores. Isso é para não dar ciumeira depois nas equipes das outras comissões onde eu também atuo. (*Risos.*)

Olha, para chegarmos a esse nível, no primeiro semestre, coordenar.... Porque todas as reuniões envolvem uma preparação, com envio de convites, atas. Nós nos sentamos aqui e encontramos a sala lotada, mas não pensem que fui eu que lotei a sala; quem lotou a sala foi essa equipe que está por trás.

Quando eu chego a um Estado, como foi agora em Alagoas, com mais de mil pessoas lá para participar daquela audiência pública, como foi no Espírito Santo, na sexta-feira, como foi, na semana passada, em Santa Catarina, é porque alguém trabalhou.

É fácil sentar, pegar o microfone e falar, mas por trás há toda uma equipe, aqui e nos Estados. Neste caso, o mérito naturalmente é dos militantes nos Estados, pois, a partir da orientação que sai daqui, eles se mobilizam, articulam, combinam com a assembleia.... Inclusive, nas assembleias, em 99% dos casos, a própria TV Assembleia transmite ao vivo a audiência, que, depois, a TV Senado transmite novamente, como vai ser agora, novamente, no seu Estado, liderado, com certeza, pela Senadora Angela Portela.

Então, eu fico muito feliz de encerrar dizendo uma frase de que gosto muito e que serve a todos os funcionários da Comissão e a todos vocês que estão aqui, independentemente da sua origem em matéria de trabalho, se é de gabinete de Senador, se é do Governo, se é de assessoria de imprensa ou se apenas estão visitando, e o digo a partir da Senadora Angela Portela, aqui à Mesa, como vejo aqui a equipe do Senador Magno Malta, também presente: como é bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês.

Está encerrada a nossa reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 70ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 92 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "a demissão de dirigentes sindicais". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Renan Bernardi Kalil, Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho; Jurandir Pedro de Souza, Tesoureiro Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo; Sérgio Luis Leite, 1º Secretário Geral da Força Sindical e Presidente da Federação dos Químicos de São Paulo; Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Química – CNTQ; Jeferson Pinto Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Lorena; Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho; Miguel Leme, representante da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Leandro Allan Vieira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Mario Jorge, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; Cristovão Mendonça, Presidente do Sindicato dos Propagandistas de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) oficiar a direção da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, acerca da discussão realizada na CDH e apresentar as reivindicações dos trabalhadores; 2) oficiar o SINDIFARMA acerca da demissão de dirigentes sindicais da categoria. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e nove minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 70ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 92, de 2016, desta Comissão, de nossa autoria, para debater a demissão de dirigentes sindicais.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e por meio do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Como é de praxe, vou fazer uma introdução, porque a nossa audiência pública é transmitida ao vivo para todo o País, ainda permitindo que os internautas possam participar com perguntas ou até mesmo com críticas ou elogios ao debate que aqui estará acontecendo. Então, a introdução que eu faço é para situar aqueles que estão assistindo à TV Senado ou que estão nos ouvindo pela Rádio Senado e participando, de uma forma ou de outra, pela Agência Senado.

Abertura da Comissão, dos trabalhos do dia de hoje.

É uma satisfação receber a todos nesta audiência. Hoje vamos discutir um tema fundamental, a importância da liberdade e autonomia sindical, um dos pilares, no meu entendimento, da própria democracia.

A audiência de hoje é do Requerimento nº 92.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Lembro, rapidamente, que vivemos hoje, no Brasil, um momento de crise política, crise no campo da ética também – não dá para negar – e uma crise econômica e social. Consequentemente, os ataques aos trabalhadores aumentam muito em um período como este.

Verificamos que, apesar dos nossos esforços, persistem no País, em níveis elevados, práticas absolutamente inaceitáveis, como o trabalho infantil, o trabalho escravo e o desrespeito aos sindicalistas, inclusive com demissões. Estamos muito preocupados com a terceirização, com a história do negociado sobre o legislado, temos muita preocupação com o número de acidentes no trabalho, estamos muito preocupados porque querem revogar a própria NR 11. Estamos numa situação em que milhões de trabalhadores estão sendo demitidos, a taxa já chega praticamente a 12%. A crise nos preocupa muito.

Não vou ler tudo que está aqui porque é um tema que todos dominamos e vamos, ao longo do debate, conversando.

Vou, de imediato, convidar a Mesa. Depois, faço uma introdução, demonstrando quais são minhas preocupações, além desse pequeno resumo que fiz.

Convidamos, de imediato, o Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho, Dr. Renan Bernardi Kalil.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Convidamos Jurandir Pedro de Souza, Tesoureiro Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Convidamos Sergio Luiz Leite, 1º Secretário Geral da Força Sindical e Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Convidamos Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Química (CNTQ). (*Palmas.*)

Convidamos Jeferson Pinto Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Lorena.

Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

Convidamos Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

E convidamos Leandro Allan Vieira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros. (*Pausa.*)

Não chegou ainda.

Pessoal, deixe-me fazer uma rápida introdução antes de passar a palavra para os convidados. Serei muito rápido.

Eu, de fato, estou muito, muito preocupado. Em nome da Comissão, fui aos 27 Estados, com a participação de todas as centrais sindicais e confederações, debatendo terceirização, trabalho escravo, negociado sobre legislado e a reforma da Previdência. Claro que sempre entra o tema da democracia no debate.

As próximas, agora: dia 11 de agosto, em São Paulo, no auditório do Sindicato dos Químicos; dia 12 do agosto em Goiânia; dia 19 de agosto em Palmas; 29 de agosto em Fortaleza; 2 de setembro em Belo Horizonte; 7 de outubro em Belém.

A minha intenção, depois de ir aos 27 Estados, era dividir o País em dez regiões, mas já estamos em 20. Quanto mais fazemos, mais o povo quer que façamos. Estou vendo aqui: 14/10, Recife; 21/10, Cuiabá; 04/11, Salvador; 11/11, Natal; 18/11, São Luís; 21/11, Rio de Janeiro; e 02/12, Curitiba, no Paraná.

A introdução que vou fazer é sobre o tema de hoje, a demissão dos dirigentes sindicais. Eu, nesta abertura, estou cada vez mais percebendo que o ataque aos direitos dos trabalhadores e dos aposentados está vindo de forma cada vez mais contundente. Percebo que alguns que, no passado, não tinham esta ousadia de bater em dirigente sindical como se batessem em, vou usar um termo adequado, cachorro morto, estão tendo. Batem, batem, batem em dirigente sindical de uma forma até covarde, porque o dirigente sindical não está aqui. Estou me referindo a dentro do Congresso Nacional, dentro do Congresso. A forma como batem na Justiça do trabalho é no sentido de se destruir a Justiça do trabalho, como se os bilhões que estão lá a serem pagos tivessem como culpados os trabalhadores. O trabalhador que é o culpado, da forma como estão colocando. Fazem um discurso elaborado como se os culpados fossem os juízes do trabalho e o trabalhador. Quem não pagou a conta, que é o empregador, não é o culpado.

Não estou falando aqui, neste momento, em uma política deste ou daquele governo. Estou vendo o debate que está surgindo de forma contundente, como se acabar com o movimento sindical resolvesse o problema de todo mundo, o que é uma palhaçada, uma enganação. É como se voltássemos ao trabalho escravo. E isso tudo está embasado no negociado acima do legislado, pessoal. Dizem que negociado acima do legislado não interessa a ninguém. Como não interessa a ninguém? Se a lei veio para favorecer mais fraco, se se tira a lei, dá-se tudo para o mais forte, que é quem temo poder da caneta para demitir e para admitir. Esse vai ameaçar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dizendo: "Ou eu o demito ou você concorda com esse tipo de acordo". Vejam em que situação vão ficar os sindicatos e os próprios trabalhadores.

Por isso, acho que esta audiência pública veio em boa hora. O debate que vocês vão fazer vai ajudar muito, mas, a partir daqui, temos que pensar talvez em outra audiência pública, chamando todas as centrais sindicais, porque, independentemente da mobilização lá fora, que todos estamos fazendo, cada um no seu limite, vai haver um grande encontro, se não me engano, no dia – foi decidido pelas centrais no fim de semana – 16. Vai haver um grande encontro nacional no dia 16 em São Paulo, não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em todas as capitais. Esse movimento é fundamental, mas seria importante também se, dentro do possível, fizéssemos, aqui dentro do Congresso Nacional, um debate sobre essa situação, porque a forma como é colocada engana inclusive as pessoas, pessoal. Ao que estamos assistindo neste momento é que eles querem a volta do trabalho escravo. Eles querem é isso.

Consegui botar as mãos em cima de um projeto, e está aqui no Senado Federal para relatar, que trata de regulamentar o trabalho escravo. E quando digo trabalho escravo pretendo proibir que tirem os sindicatos, que acabem com a CLT, porque, se tirarem, quem é que via mandar nessa relação? É esse o tripé que eles estão querendo. Inclusive o orçamento da Justiça do trabalho está sendo desmontado. É acabar com a Justiça do trabalho, acabar com os sindicatos e acabar com a CLT. Esse é o tripé. E nem estou falando aqui da Previdência. É da maior gravidade a situação em que nos encontramos. É só ver os anúncios agora, já falam em 70 anos. Nem a ditadura teve coragem de fazer isso.

Eu fiz três encontros regionais no fim de semana – quem está assistindo neste momento sabe – em Passo Fundo, Erechim e Sarandi. A maioria era trabalhadores rurais, e eles me disseram o seguinte: "Mas então, se aposentar com 65 ou 70 anos?". Uma mulher, um homem mesmo, no campo, começa a trabalhar, todo mundo sabe, com 12, 14 anos. Mas eu nem peguei a faixa de 12, de 14. Vamos pegar o geral, que é 18 anos. A maioria começa antes. Eu mesmo comecei antes, acho que a maioria de nós aqui. Mas eu vou botar 18, para ter um patamar. Digamos que até os 18 estudou e vai poder se aposentar com 65. Quantos anos de contribuição? São 47 anos de contribuição! Se a idade mínima é 65, não vai ficar sem trabalhar com 18 anos, 20 anos, 22 ou 23 anos, esperar chegar a 30 anos de idade para começar a contribuir. Não vai. Então, vão contribuir 47 anos, tanto o homem quanto a mulher. A mulher e o homem que trabalham no campo, como eles dizem, então, vai dar 57, porque eles começam praticamente 10 anos antes, e também o trabalhador da área urbana. É nesse patamar que estamos discutindo. Qual é o país que obriga alguém, para se aposentar, a 47 anos, 50 anos quase, de contribuição?

Então, é mais grave do que podemos imaginar. Nós todos sabemos que a nossa Previdência não está falida. Só a dívida ativa junto à União é de R$1,5 trilhão, e eles sabem disso. Nós deixamos de arrecadar, por falta de uma fiscalização mais dura, nó mínimo R$250 bilhões por ano. E essa tal de reforma busca arrecadar, segundo eles, R$65 bilhões.

Eu faço essa colocação, permitam-me, e aqui vou passar para vocês, porque tem tudo a ver com o temo que estamos debatendo aqui. A organização sindical é fundamental para não permitir que isso aconteça. Então, as pessoas que estão em casa neste momento têm que saber isso. Quem está resistindo às ofensivas dos governos, ao longo da história, contra a CLT e contra a Previdência é o movimento sindical. Por isso esse ataque ao movimento sindical como estão fazendo no Brasil. E agora, querendo demitir suplente, demite; conselho fiscal, demite. Agora demite até o presidente e o vice e manda procurar os direitos na Justiça.

Então, este é o debate que nós vamos fazer no dia de hoje mediante essa preocupação enorme. Seria voltar ao tempo das cavernas praticamente. É a revogação da própria Lei Áurea, se for na linha daquilo a que estamos assistindo ultimamente. Por isso, nós vamos começar aqui o nosso debate sobre a questão da liberdade e autonomia sindical e o ataque aos sindicalistas, que está vindo de todas as formas, não só por parte daqueles que demitem, mas também daqueles que têm espaço para formar opinião pública. Eles chegam a dizer: "Mas que absurdo, contribuir alguma coisa para o sindicato". Mas para o Sistema S pode contribuir, não há problema, e são bilhões e bilhões e bilhões. Eu não tenho nada contra o Sistema S. Não tenho contra o Sistema S como não tenho contra o S do sindicato também. Agora, o que é que é isso? Onde é que nós estamos? Querem proibir qualquer tipo de contribuição. Há projetos aqui dentro que proíbem qualquer tipo de contribuição para os sindicatos.

Nem com a mensalidade eles querem que o sócio contribua descontando em folha. Nem a mensalidade de sócio! É para o trabalhador não ter quem o defenda mesmo. E os trabalhadores têm que entender isso. Nós estamos falando ao vivo, aqui, para todo o Brasil. Eles querem mesmo é o mundo cão, a lei do mais forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Só que não vai ser bem assim. Nós vamos resistir com todas as forças contra essa ofensiva. Eu diria que essa é uma política da extrema direita, não é nem da direita. Quem tem essa concepção é a extrema direita neste País.

A ordem das falas pode ser a mesma que está aqui? (*Pausa.*)

Há concordância.

Então, começamos com o Renan Bernardi Kalil, Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho.

Eu vou dar dez minutos, mais cinco, se necessário, para cada um, sem prejuízo do debate que faremos com o Plenário, num segundo momento.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem agradeço pelo convite. O Ministério Público do Trabalho entende que todas as questões do mundo do trabalho são extremamente relevantes, especialmente neste momento, como o Senador muito bem contextualizou, que não apenas o País vive, mas os trabalhadores especificamente.

A questão da demissão dos dirigentes sindicais, que é o tema central desta audiência pública, e faremos os desdobramentos ao longo da fala, está diretamente relacionada ao contexto do combate às condutas antissindicais, que acontecem em grande escala no nosso Brasil, como é do conhecimento de todos os senhores presentes na sala.

O que é conduta antissindical? É todo ato, toda conduta, toda ação que, de alguma forma, prejudica ou lesiona a liberdade sindical, a atividade sindical. Por mais que as condutas antissindicais possam atingir tanto os representantes dos empregadores como os dos trabalhadores, no Brasil, a atividade judicial, a atividade do Ministério Público, a atividade dos representantes sindicais demonstra que, em grande parte, na maioria desses casos, o alvo dessas condutas antissindicais são os dirigentes, os representantes dos trabalhadores.

O combate às condutas antissindicais tem uma questão que a própria Organização Internacional do Trabalho coloca, de que seu objetivo central é conferir efetividade, é conferir eficácia à liberdade sindical, é permitir que o direito à associação sindical dos trabalhadores possa ser exercido da melhor maneira possível e que os trabalhadores possam defender seus próprios interesses.

Quando falamos em conduta antissindical, falamos basicamente de três questões. Nós temos o combate aos atos de discriminação, que são unilaterais, porque seu objetivo central é proteger o trabalhador especificamente. Um exemplo disso no Brasil são os arts. 522 e 543 da CLT, que preveem a garantia de emprego ao dirigente sindical. A própria Convenção nº 98 da OIT, de que o Brasil é signatário, também traz essa previsão específica.

Além do combate aos atos de discriminação, existem os atos de ingerência. Quando tratamos dos atos de ingerência, prevemos tanto as organizações que representam os trabalhadores como as organizações que representam os empregadores, mas, por esses dados de ingerência, na prática, o que a gente identifica é que quem sofre mais com isso são as entidades que representam os trabalhadores. Um exemplo que é clássico e que, inclusive, fez com que o Brasil já tenha sido alvo de denúncia junto ao Comitê de Liberdade Sindical da OIT é a constituição de sindicatos por empresas para, pretensamente, representar os trabalhadores e, consequentemente, enfraquecer a representação desses trabalhadores.

E um terceiro ponto no contexto do combate às condutas antissindicais são as práticas desleais, que são aquelas situações em que as empresas se recusam a fazer a negociação coletiva, coagem os trabalhadores a não participar dos sindicatos ou a não entrar em movimentos grevistas; enfim, situações que os dirigentes sindicais vivenciam no seu dia a dia e que, infelizmente, ainda acontecem com uma frequência muito grande no Brasil.

Quando a gente fala de vedação à dispensa de dirigentes sindicais, a gente está falando de dois tipos de garantia: a proteção do dirigente especificamente, para ele ter condições de atuar da maneira que ele entender a melhor possível para representar os direitos dos trabalhadores. Então, um interesse pessoal dele de não sofrer retaliações individualmente. Mas, também, é uma garantia para o grupo que ele representa, porque os trabalhadores que têm os interesses defendidos por esse dirigente sindical terão esses interesses defendidos da melhor forma possível. Então, é também uma garantia coletiva, além de ser uma garantia individual.

No Brasil, a nossa legislação está bem aquém do que poderia trazer nessa questão. Por quê? Em 1988, quando a nossa Constituição foi promulgada, a gente teve um avanço na proteção do dirigente sindical, qual seja, a inserção, no inciso VIII do art. 8ª da Constituição, dessa previsão. Então, pela primeira vez na história do Brasil, inclui-se um dispositivo constitucional que proibiu a dispensa de dirigentes sindicais. Esse é um aspecto muito positivo. Por outro lado, o que aconteceu foi que os tribunais, a partir do momento em que a Constituição foi promulgada, quando começaram a analisar a garantia de emprego dos dirigentes sindicais, adotaram uma postura retrógrada. O que eles fizeram? Eles consagraram o que estava previsto na CLT dentro de um dispositivo que tinha o objetivo de controlar os sindicatos. Então, a previsão combinada dos arts. 522 e 543 da CLT, que admite o máximo de sete dirigentes sindicais por entidade sindical e a extensão da garantia de emprego somente a esses sete dirigentes, foi recepcionada pelos tribunais no Brasil. O TST tem uma súmula que trata disso – a Súmula nº 369.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E por que isso é um problema? Porque a gente trata um sindicato que representa só um grupo profissional dentro de um Município da mesma forma que trata um sindicato que representa diversos grupos de trabalhadores numa base territorial estadual, e é completamente desproporcional isso. E o problema que eu vejo – e é até um problema que identifico em relação à forma pela qual os tribunais fizeram essa interpretação – é que pode ser que, depois da promulgação da Constituição, houvesse uma compreensão de que alguns sindicatos tivessem cometido abusos na hora de estabelecer o número de dirigentes para que estes tivessem garantia de emprego. Pode ser que isso tenha acontecido, mas, a partir dessa constatação, entender que todo sindicado vai praticar esse tipo de atitude é achar que todo sindicato parte do pressuposto de que vai atuar com abuso de direito, o que, no meu ponto de vista, é um absurdo.

Então, a Constituição prevê que o Poder Público não poderá interferir e promover intervenção nos sindicatos, mas estabelece o número máximo de dirigentes sindicais que podem ter garantia de emprego sem levar em consideração o grupo que é representado e a base territorial que é representada.

No meu ponto de vista, temos um problema de ordem legislativa no Brasil muito grande em relação à proteção de dirigentes sindicais.

Outra questão que é grave é como a gente confere efetividade a isso. Porque se o dirigente sindical é dispensado e não se entra com uma ação, com um pedido de liminar imediato e o juiz não dá, vocês – melhor que qualquer pessoa aqui – entendem a demora a que isso vai levar. Muitas vezes, o processo será julgado quando já tiver acabado o período que o dirigente teria para representar os trabalhadores e só é cabível pleitear eventualmente uma indenização ali. Mas o interesse imediato pelo qual existe a garantia de emprego, que é a melhor representação dos trabalhadores, fica prejudicado.

Então, só para mencionar esses aspectos, do ponto de vista legislativo, no Brasil temos muito a caminhar ainda para efetivarmos de fato a garantia de emprego dos dirigentes sindicais.

Selecionei alguns casos em que o Ministério Público do Trabalho atuou, inclusive, para vedar esse tipo de situação. São casos que chegam até a ser grosseiros quando olhamos toda a trajetória, a sucessão dos fatos. Um caso que aconteceu na Bahia, por exemplo, de uma empresa que assumiu um contrato de terceirização dos serviços de vigilância no Governo. E as pessoas dizem que a terceirização, na verdade, não serve para precarizar o trabalho.

A empresa que assumiu o contrato assumiu todos os trabalhadores que eram da empresa anterior que perdeu o contrato, contratou todo mundo, salvo alguns. Quais vocês acham que ela não contratou? Os dirigentes sindicais.

Uma outra situação em que o Ministério Público atuou recentemente.

A empresa demitiu todos os trabalhadores que registraram uma chapa de oposição à situação da entidade sindical num processo eleitoral da entidade. O Ministério Público do Trabalho também teve que entrar com uma ação para garantir o direito desses trabalhadores a participar do pleito.

Encaminhando minha fala para o final. Temos esse problema de ordem interna no Brasil, a questão legislativa, a questão fática que acontece no dia a dia. Mas, inclusive no ponto de vista internacional, o Brasil é muito acionado em relação às dispensas dos dirigentes sindicais. Fiz um levantamento, nos últimos dez anos, Senador, dos casos em que o Brasil foi acionado no Comitê de Liberdade Sindical da OIT. Dos doze casos em que o Brasil foi acionado, oito tratam de dispensas de dirigentes sindicais. Em 75% das vezes em que o Brasil é acionado em Genebra é por conta da dispensa de dirigente sindical.

Temos um problema e esta audiência pública tem um papel importante de jogar luz nessa situação, que é cotidiana no Brasil, mas da qual se fala muito pouco.

Finalizando, o Senador tocou num ponto que preocupa muito o Ministério Público do Trabalho, preocupa muito a Conalis, preocupa todos que estão envolvidos no mundo do trabalho, que é a velocidade e a intensidade com que determinados setores da imprensa e do empresariado assumiram a causa do negociar sobre o legislado.

Se alguém tinha dúvida de qual a intenção da aprovação desse projeto, eu sugiro que vocês leiam a matéria, que saiu no *O Globo*, sobre um debate realizado entre dois economistas muito citados pela imprensa...

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – ... quando se tem o objetivo de aprovar projetos que são contra os interesses dos trabalhadores.

O economista, num dado momento do debate, disse assim: "Mas a gente tem que aprovar isso, porque, por exemplo, se a gente dispensa um trabalhador e quer pagar as verbas rescisórias a menor, a gente não consegue". Claro que não, porque não é para pagar a menor. O direito do trabalhador é receber tudo o que tem direito! Mas querem aprovar um negociado sobre o legislado para quê? Para fazer esse tipo de coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não consigo deixar de associar a aprovação desse projeto à situação de fragilidade em que grande parte dos dirigentes sindicais se encontra, no Brasil, porque uma coisa é atuarmos numa situação que do meu ponto de vista é correta, em que a negociação coletiva sempre tem que ser usada para negociar condições melhores para os trabalhadores. Deve ser em situações que estão acima do que a lei prevê. O que está sendo previsto agora é que o negociado sobre o legislado permitirá que se negociem e se estabeleçam condições piores do que a lei prevê.

Essa situação, somada com o quadro em que os dirigentes sindicais estão, em situação de fragilidade... E há uma pressão muito grande, que vem com o discurso forte da crise econômica, de que a empresa vai quebrar, que vai perder emprego. Vem com esse discurso forte. O direito à garantia de emprego é reduzido, o próprio dirigente sindical consegue ter muito pouco acesso à informação da empresa no processo negocial.

Nesse contexto todo, pelo menos do nosso ponto de vista, não há dúvida de que a pressão sobre os dirigentes vai aumentar, a precariedade da garantia de emprego que temos no Brasil vai piorar mais ainda, e a situação vai degringolar de uma forma muito complicada.

Então, encerrando a minha fala, gostaria de pontuar essas questões. O Ministério Público está aberto para o debate. E agradeço novamente o convite para participar desta audiência pública.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Nossos cumprimentos ao Dr. Renan Bernardi Kalil, Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho, que deixou muito claras as suas preocupações em relação a esse tema. E é importante dizer que aqui no Senado eu já aprovei os três temas, ampliei a estabilidade para o suplente, para o conselho fiscal e não fiquei só na diretoria. E aprovamos ainda, está na Câmara, eu apreciei, uma comissão que está na última linha de debate sobre como seria a contribuição para as entidades. Então, tem esse debate que vai regulamentar de uma vez por todas.

Só quero deixar para vocês esta frase: terceirização é um inferno. Negociado sobre o legislado é já estarmos lá no fogo do inferno. Eu considero o negociado sobre o legislado pior que a terceirização. E olha que a terceirização é um inferno, mas ali ainda há alguns parâmetros mínimos. Agora, calcule se eles passam a terceirização e passam o negociado sobre o legislado!

Calcule o cidadão terceirizado. Eu vejo aqui no Congresso mesmo. Porque as empresas, muitas vezes – vocês sabem disso mais do que ninguém, todos vocês sabem –, fecham, vão embora e mandam procurar os direitos na Justiça ou onde quiser, e acabou. Muitas vezes não pagam vale-refeição, não pagam vale-transporte, não pagam nada.

E ainda vem, depois, a paulada final do negociado sobre o legislado. O exemplo foi típico aí: nem a verba rescisória eles querem pagar mais. O seu exemplo foi perfeito, dito por um economista que sabe muito bem o que está dizendo, e eles sabem que eles vão poder fazer isso – vejam onde nós chegamos!

Mas vamos lá: Jurandir Pedro de Souza, que é Tesoureiro-Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo. A palavra está contigo, Jurandir.

O SR. JURANDIR PEDRO DE SOUZA – Bom dia a todos e a todas.

Queria aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim e agradecer-lhe por esta oportunidade de estarmos hoje aqui trazendo um tema tão polêmico no meio sindical: depois de mais de 50 anos de legislação, descobriram que o Conselho Fiscal não tem proteção quanto à estabilidade.

Mas queria aqui também cumprimentar o nosso companheiro Lacerda, o companheiro Silvan, o companheiro Serginho, o companheiro Jeferson, o Dr. Renan, grande defensor do Ministério Público.

Antigamente, Senador, diziam que o dirigente sindical, para ter currículo, tinha que ser mandado embora da fábrica por ter colocado um sindicato. Naquela época, isso era currículo para o dirigente, quando não era demitido por justa causa. Acredito eu que a maioria dos dirigentes que aqui estão já foram colocados à disposição do sindicato porque cobravam lá na empresa o direito dos trabalhadores, os maus tratos praticados dentro das empresas, o descumprimento da legislação, o descumprimento da convenção coletiva de trabalho, enfim, o descumprimento de várias regras e várias normas que trazem proteção e direitos para os trabalhadores. Infelizmente para os sindicatos, capital é capital em qualquer lugar. Na hora em que o sindicato começa a cobrar o que é direito dos trabalhadores, vem a opressão.

Mas nós temos um caso ao qual eu queria me ater especificamente, até porque já temos aqui três companheiros – infelizmente, parece que um dos companheiros não veio lá de Piquete – que foram demitidos arbitrariamente por justa causa de uma indústria de material bélico que faz parte do governo, faz parte do Exército. Infelizmente, na região não só de Piquete, mas também na região de Magé, no Rio de Janeiro, na região de Juiz de Fora e Itajubá, em Minas Gerais, e na Grande Rio, temos outras unidades também onde o tratamento não é diferente. Infelizmente, quem está no comando lá são pessoas que têm patente, são coronéis e generais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, o tratamento que dão aos trabalhadores e aos dirigentes é um tratamento militar. Eles se esquecem que dentro das empresas existem pais de famílias.

(Soa a campainha.)

O SR. JURANDIR PEDRO DE SOUZA – Lá nós não temos soldados, como estamos cansados de dizer. É um caso específico e, infelizmente, nós tivemos lá, especificamente na região de Piquete, a demissão de quatro dirigentes sindicais por justa causa, em função de uma apuração de falta que nem foi grave, uma apuração... Houve um inquérito particular, da empresa, dizendo que os trabalhadores que foram demitidos, os dirigentes, lesaram o patrimônio da empresa com as suas ausências justificadas, previstas no instrumento do acordo coletivo de trabalho.

Então, quer dizer, depois de muitos anos – estão aí o Jeferson, o Paulo e o Venâncio, há mais de 20 anos, funcionários de empresas que se tornaram dirigentes sindicais –, foram demitidos arbitrariamente por um coronel que se acha o dono da Imbel. Infelizmente, tentamos, de todas as formas, o diálogo, tentamos fazer com que a Imbel reconhecesse o que está previsto hoje na Constituição Federal, que é o direito à proteção do dirigente sindical, mas, infelizmente, não houve a concordância não só lá, mas aqui em Brasília também. Nós chegamos a conversar aqui com o general, mas, infelizmente, os trabalhadores ainda estão, há mais de 60 dias, sem salário, sem condição nenhuma. A empresa é muito intransigente. Infelizmente, quem está lá, mais uma vez digo, são pessoas que estão na reserva, hoje, do Exército, pessoas que estão acostumadas ao trato. Nada contra os nossos militares, que têm a incumbência da defesa do Estado, mas não devemos esquecer que lá há pais de família. E a gente sabe também que o descumprimento, hoje, que vem ocorrendo com os demais companheiros de outros sindicatos não é diferenciado.

Então, infelizmente, temos feito todos os anos uma negociação truncada. Chegamos até a comentar que todo ano temos que colocar na agenda das atividades sindicais a greve da Imbel. Este ano, infelizmente, ainda não chegamos ao final das negociações, a data base é 1º de abril, e estão empurrando, estão tentando mais uma vez conduzir o processo para o conflito.

Então, nós queremos, sim, o direito dos trabalhadores, queremos a proteção dos dirigentes sindicais, queremos o respeito de todos os dirigentes que pertencem à Imbel hoje, mas, infelizmente, o que vemos lá é só desmando, muito desmando. Cortaram seguro de vida numa empresa de material bélico. Imaginem o pai de família que entra para trabalhar sabendo que, naquela empresa, já houve diversas explosões que mutilaram e mataram muitos trabalhadores! Cortaram o seguro de vida do trabalhador, cortaram o café da manhã, cortaram tanta coisa dos trabalhadores!

Inclusive, recentemente, no TST, ano passado, os trabalhadores perderam todo instrumento coletivo de trabalho por falta de entendimento do TST. Infelizmente, na ocasião, quem era o Vice-Presidente era o Ives, que é o Presidente hoje. Passou-nos uma orientação de que não haveria necessidade de juntar alguns documentos ao instrumento coletivo e os trabalhadores hoje estão numa situação muito ruim.

Então, trazemos hoje aqui um apelo para que coloquem a mão na consciência e entendam que dirigente sindical da Imbel é como dirigente sindical de qualquer outra empresa. E os trabalhadores também são trabalhadores comuns. Os trabalhadores vêm sofrendo, a família vem sofrendo. A cidade é uma cidade pequena, Piquete. Infelizmente a maioria dos trabalhadores vivem em função daquela empresa, assim como não é diferente lá em Magé.

Então, senhores que estão nos ouvindo, eu queria fazer esse apelo para a sociedade, e muito mais ainda para quem está no comando da Imbel, para que bote a mão na consciência, porque nós precisamos ter, sim, os trabalhadores reconhecidos, com seus direitos, na Imbel, não só lá em Piquete, mas em Juiz de Fora, em Magé, em Itajubá e na Grande Rio.

Mas temos aí os companheiros, que vão também fazer as suas falas, o Silvan, o Serginho, companheiros que têm muito mais conceitos. O Serginho esteve recentemente na OIT, pode falar muito mais, ele levou esse assunto para a Organização Internacional do Trabalho, e isso tem surtido efeito muito grande no meio sindical. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Jurandir Pedro de Souza, Tesoureiro Geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, que faz denúncias da maior gravidade. Por exemplo, o café da manhã. O café da manhã ia resolver o problema da empresa, mas tirou do trabalhador. Acho que os grandes diretores lá têm cafezinho, não têm?

O SR. JURANDIR PEDRO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Têm banquete!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é com isso que a gente fica indignado: seguro de vida numa empresa considerada de alto risco é o mínimo! O mínimo! Vejam o ponto a que chegamos. E daqui para a frente, se nada for feito... Por isso a importância desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu cumprimento a iniciativa de vocês. Só fui provocado para coordenar aqui, mas vocês é que provocaram esse momento para debater um tema tão importante como este.

Sergio Luiz Leite, 1º Secretário Geral da Força Sindical e Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Obrigado, Senador.

Quero, mais uma vez, cumprimentá-lo pela iniciativa e por acolher aqui mais um pedido do movimento sindical para debater temas importantes relacionados ao mundo do trabalho. Quero cumprimentar o Dr. Renan, da Conalis, do Ministério Público do Trabalho; nosso amigo, companheiro Lacerda, que até então, de outras vezes, participava aqui desta Comissão representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, hoje numa nova missão de estar na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. Então, sucesso aí nos seus desafios, Lacerda.

Cumprimento o Silvan, que é nosso Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos, o Jurandir, nosso Tesoureiro Geral, e o Jeferson, que é, na verdade, nosso dirigente químico de Lorena, mas que representa, basicamente, os trabalhadores da Imbel do Brasil, é o Presidente do Sindicato e um dos dirigentes sindicais demitidos por justa causa por utilizar-se de dias para fazer mobilização, realizar campanha salarial.

Acho até interessante, Senador, que ele recebe cartas de respostas da empresa direcionadas ao Presidente do Sindicato, Sr. Jeferson, correspondência de ida, de volta, mas ele não é, não pode ser o dirigente sindical, ele está demitido, junto com outros companheiros que estão aqui também presentes nesta audiência, o Venâncio, enfim, os companheiros.

Mas quero aproveitar e também cumprimentar os vários dirigentes sindicais que estão aqui e entidades sindicais de químicos do Brasil todo e também uma categoria importante que tem se organizado no Brasil todo, que são os propagandistas de medicamentos. Então, na pessoa do Cristovão, quero cumprimentar todos os propagandistas.

E, para se ter uma ideia, nesse processo de organização, nessa caminhada de organização dos sindicatos de propagandistas, já foram cerca de 500 dirigentes sindicais demitidos durante a fundação do sindicato ou no decorrer do registro sindical. Quinhentos, no Brasil todo! Então, vamos deixar. É importante que aqui estejamos ao vivo para todo o Brasil para que saibam que a vida não é muito fácil para esses dirigentes sindicais, que têm que, além da luta do dia a dia, brigar para continuar tendo a possibilidade de fazer essa luta.

Então, em nome do Cristovão, cumprimento toda a categoria, o pessoal de Brasília, e registro que os propagandistas têm se organizado no Brasil inteiro. E se trata de uma indústria importante da economia nacional, que é a indústria farmacêutica.

Quero registrar isso e quero, Senador, dizer que apoiamos totalmente a ideia de fazer mais debates sobre esse tema, porque quero, para iniciar, concordar diretamente em que a parte da demissão dos dirigentes sindicais é apenas um pedaço da ofensiva do setor empresarial. Aquelas 101 propostas da CNI para os trabalhadores, fiz questão de lê-las todas, Senador, todas! E 98 delas, tenho certeza, tiram direito dos trabalhadores. Há três em que tenho dúvidas, preciso ler um pouco melhor para ver se há alguma pegadinha, mas 98 dessas propostas flexibilizam, retiram, diminuem direitos dos trabalhadores.

Nesse mesmo encaminhamento, Sr. Renan, li um artigo de um jurista importante, que é o Pastore, em que ele pergunta: "por que o Brasil tem dois anos de prescrição para acionar? Há países em que é uma semana, um mês, então precisamos mudar". Então, querem dificultar ao trabalhador o acesso ao Judiciário trabalhista. Isso faz parte do contexto de ataque aos direitos dos trabalhadores.

Vamos avaliar muito rapidamente o contexto econômico que temos, a crise por que estamos passando. Desemprego em quase 12%, 11,5 milhões de pessoas desempregadas; PIB negativo por dois anos seguidos, o que aumenta o desemprego; uma crise política sem precedentes em nosso País, política e econômica.

Logicamente, chega para nós uma agenda ultraconservadora, que quer flexibilizar ou acabar com a NR 12, por exemplo. Isso está fortíssimo. Foram eleitos três pontos de honra: NR 12, negociado sobre o legislado e regulamentação da terceirização. Essa é a pauta que temos do movimento sindical para este segundo semestre e a pauta de resistência. Além disso, há a previdência social, que, se formos tratar dela, não falaremos da dispensa de dirigentes sindicais.

Portanto, com esses três pontos e, paralelamente para o movimento sindical – muito bem lembrado pelo Dr. Renan – e objeto de denúncia dos trabalhadores na OIT, há os interditos proibitórios na greve. Hoje, com toda a legislação clara que temos na Lei de Greve, uma simples notificação de 48 ou 72 horas para a greve já gera um fato de uma liminar na Justiça do trabalho proibindo o sindicato de estar a uma certa distância da empresa, em alguns casos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tal de interdito proibitório, não?

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Isso, um interdito proibitório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu apresentei um projeto para acabar com ele aqui, mas não andou uma vírgula.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Imagino. Além disso, multas milionárias ao sindicato: "Olha, se não cumprir, tem multa!".

Outro ponto que sempre tem inovado é também de um efetivo continuar trabalhando. Nós tivemos casos de greve, inclusive na base do Silvan, lá em Guarulhos. Na época, estava-se fabricando aquele medicamento da gripe H1N1, e a Justiça determinou que 80% do efetivo permanecesse trabalhando, e faríamos uma greve com 20%. Altamente representativa a greve com 20% da categoria e 80% trabalhando!

Então, é esse o cenário que nós tempos acompanhado em relação à dificuldade com o movimento sindical. E acompanha isso a demissão do dirigente sindical, acompanha isso a nossa dificuldade de uma legislação sobre financiamento sindical. Estamos tratando sobre isso na Câmara. Felizmente, conseguimos a primeira etapa, que é uma comissão especial, aprovar o relatório de uma contribuição do Presidente da Comissão, Deputado Paulinho, e do Relator, Deputado Bebeto. Conseguimos passar isso.

Agora, como é que o sindicato vai se estruturar para ter resistência a essa ofensiva? Como é que nós vamos dizer, com força, que a PEC 257, que está para ser votada hoje na Câmara, vai limitar aumentos salariais para o servidor público, vai dificultar? O servidor público não tem direito nem a negociação coletiva. Querem limitar a greve dele e querem agora limitar, no Orçamento e no ajuste fiscal, o aumento para o servidor público. Então, são desafios importantes que o movimento sindical tem.

Entendemos que a terceirização deva ter um marco regulatório, a regulamentação da terceirização. Afinal, são 11 milhões de trabalhadores terceirizados existentes no Brasil. Agora, nós queremos dar direitos para esses trabalhadores, mas qual o limite dessa terceirização? O que pode e o que não pode ser terceirizado? É o que nós estamos debatendo, juntamente com o Senador Paim, em todos os Estados brasileiros em relação à terceirização.

Por exemplo, a questão do negociado sobre o legislado, que talvez seja o projeto que mais rapidamente vai chegar aqui ao Senado. Espero que o Senador Paim seja o Relator desse projeto. Fazem o debate do negociado sobre o legislado e fazem comparativos com outros países, Dr. Renan. Mas os outros países não têm uma legislação como a nossa CLT. Segundo, o movimento sindical de boa parte desses países que estão utilizando como comparativos não têm interdito proibitório na greve, não têm demissão de dirigente sindical. Ao contrário, eles têm organização sindical no local de trabalho. Eles têm uma legislação que pune até criminalmente as práticas antissindicais. Então, é um contexto muito grande de conjunto da obra que, se você tiver resolvido tudo isso, a conversa, a discussão toma outro sentido.

Agora, está muito distante existir no Brasil qualquer tipo de espaço para uma legislação que permita que o negociado prevaleça sobre o legislado. Porque a intenção está colocada no setor empresarial. A intenção é não pagar a totalidade da verba rescisória, a intenção é ter uma prescrição menor do que os dois anos para recorrer os últimos cinco. A ideia é flexibilizar a aplicação de normas de segurança no trabalho, flexibilizar férias, décimo-terceiro, pagamento de PLR. Quer dizer, essa intenção está muito clara. Isso não está escondido da sociedade, mas sempre temos que falar do que está por trás disso.

Agora, com toda essa questão, nós tentamos, Senador, sair do Fórum Nacional do Trabalho com uma proposta de proporcional; quer dizer, manter aqueles 24 dirigentes sindicais e, a parir desse 24º dirigente sindical, utilizar, regulamentar – eu não me recordo o artigo da Constituição – aquele que dá direito ao delegado sindical a partir de 200 trabalhadores. Quer dizer, são formas que poderíamos estar buscando.

O projeto de vossa autoria aqui no Senado está parado há muitos anos na Câmara e não conseguimos fazer andar, porque atende relativamente bem o movimento sindical, que garante: "Olha, está aqui a CLT. Aquela de setenta anos atrás estava certa: sete dirigentes efetivos, sete suplentes, seis do Conselho Fiscal e mais quatro dirigentes sindicais do delegado representante junto à federação". Quer dizer, então, estava certa. Aí, depois disso,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não havia uma intenção. No passado, era assim. No tempo em que eu era dirigente sindical, nunca ouvi falar que essas demissões aconteciam. E eu fui dirigente sindical por um longo período. Nunca tive problema com quem era suplente ou era do Conselho Fiscal. Agora estou vendo que, na geração de vocês – para mim já quase passou –, vocês estão levando pau dia e noite porque são dirigentes. E são demitidos. Calculem...

Para as pessoas entenderem, permita-me apenas um aparte.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que a sua fala está perfeita.

O dirigente é demitido. Onde ele vai arrumar emprego? O SPC já...

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Não, já tem uma lista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já tem uma lista. Não vou dizer o nome da lista. Uma lista branca, pronto.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – É, uma lista branca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para proteger a minha raça aqui. O pessoal diz que a lista é negra.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – A nossa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas existe uma lista sem-vergonha, vagabunda e suja que passam para todo mundo: "Olha, não empreguem porque esse era dirigente e eu o demiti". Não vai arrumar emprego em lugar nenhum.

Pode continuar.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Então, é nessa linha. Porque, depois de todo esse tempo, a Justiça do Trabalho forma esse entendimento. Recordo-me de que – eu acho que no ano de 2013 – a Comissão de Jurisprudência do TST se reuniu para revisar esse precedente normativo. Eu falei: "Maravilha!". E o nosso advogado nos relatou: "Vai votar. Votou hoje o precedente que trata da estabilidade de dirigente sindical". Eu falei: "Então, melhorou. Resolveu o problema!". "Não, agora está claro, só ficaram os sete, com a possibilidade, numa discussão de interpretação, de sete suplentes." Eu falei: "Então piorou a situação". Porque, antes, começou sendo questionado só o Conselho Fiscal, que não era um órgão de representação. Assim entendeu o TST, não nós. Não era um órgão de representação, era um órgão de fiscalização. Então, ele não precisava gozar da estabilidade no emprego. Depois começou: "Ah, mas o suplente também não tem; o delegado representante junto à federação também não..." Quer dizer, resumindo: hoje, a estabilidade do dirigente sindical está extremamente questionável no mundo sindical, e nós temos travado essa batalha em todo o Brasil em relação à demissão dos dirigentes sindicais.

Agora, Senador, qual é a nossa perspectiva com uma pauta tão conservadora, negativa mesmo, em relação aos trabalhadores que tramita aqui nas Casas Legislativas? É buscarmos, junto à Comissão de Trabalho, reativar esse projeto de lei de sua autoria, para que fosse votado, pelo menos para dar um alento ao movimento sindical. E não para por aí, porque, quando você pega... Nós temos sindicatos nacionais importantes, e um sindicato nacional com 24 diretores dá conta de representar toda uma categoria? É quase impossível! Para esse sindicato deveria haver a possibilidade de ter delegados sindicais com garantia de emprego em toda a região.

Então, nós precisamos fazer – e é oportuno o momento – esse debate, quando o movimento sindical mais precisa estar fortalecido para que possamos enfrentar os desafios que se apresentam.

E, para encerrar aqui a minha intervenção, gostaria de dizer que nós precisávamos aqui, Senador – eu acho que é oportuno –, nas importantes audiências públicas que estão sendo realizadas – e, certamente, no dia 11, estaremos lá em São Paulo, na próxima audiência pública –, que a pauta dessa Comissão Mista, montada no Senado e na Câmara dos Deputados, em defesa da legislação trabalhista e previdenciária... Então, a pauta é ampla, pois contempla, além do tema da defesa da liberdade sindical, o da defesa da estrutura sindical, do sistema de custeio, da estabilidade do dirigente, do direito consagrado de greve, e eu acho que a gente também pode tornar cada vez mais públicos nesses debates das Comissões.

E quero aqui, também, não só em nome da Federação, mas da Força Sindical, dizer ao Senador que pode continuar contando conosco nessa luta; e quero dizer ao Jefinho aqui, que representa talvez, aqui nesta Comissão, os milhares de dirigentes sindicais e trabalhadores que estão demitidos, que também, logicamente, além do processo jurídico que corre na Justiça do Trabalho tentando a reintegração – o que, depois ele, pessoalmente, poderá falar sobre isso –, a gente também torne isso mais público. Talvez a gente tenha de tornar mais públicos todos esses casos, como o dos propagandistas, como foi colocado, como o da Imbel e tantos outros casos de dispensa de dirigentes sindicais, cujos processos correm na Justiça do Trabalho, bem como os tantos outros que nem para a Justiça foram. E esse dirigente sindical já não é mais dirigente; já não representa mais a sua categoria.

E há um detalhe importante...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – ... que nós precisamos levar em conta: na medida em que o dirigente sindical é dispensado, se o sindicato não tiver uma estrutura mínima para custear a vida desse dirigente sindical nesse período, certamente, esse é um dirigente sindical que já está no caminho da saída do próprio movimento por simplesmente não ter como viver, porque ele não recebe salário nesse período da empresa. Se o sindicato não está estruturado, não tem a condição de pagar salário.

Eu fui, Paim, dirigente naquela época, quando ajudei a formar o sindicato de base. E fui um dos dirigentes sindicais demitidos. Felizmente, a Justiça do Trabalho concedeu liminar para regressar ao emprego. Fui um dos dirigentes sindicais demitidos também, na formação do sindicato, nos idos de 1989, então, quando mudou a Constituição, com muita dúvida ainda o Judiciário, estava formando opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, quero mais uma vez agradecer a iniciativa, a acolhida do pedido de realização de audiência.

Estamos à disposição para o debate.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Sergio Luiz Leite, 1º Secretário Geral da Força Sindical e Presidente da Federação dos Químicos de São Paulo.

Sergio, só um comentário rápido. Para vocês terem uma ideia, faço parte de umas sessenta frentes aqui dentro – mas é claro que eu olho bem em que frente estou entrando –. estou na coordenação de duas: da Previdência e do direito dos trabalhadores, não sou eu que coordeno, estou na coordenação, ou seja, há coordenadores. Claro, eu que me dispus mais a viajar mais pelo País. Mas estão criando agora uma frente parlamentar antissindical. Temos que ter essa lista na mão, estão criando uma frente parlamentar contra os sindicatos. Vejam que ousadia! Não havia essa ousadia no passado. Vejam a ousadia que estão tendo neste momento de crise, em que os setores conservadores estão avançando. Aí, surgem alguns Parlamentares – não citarei nomes aqui, o que seria até antiético neste momento – que acabam tendo destaque com essa prática totalmente antissindical.

Foi bom V. Sª ter se lembrado – faço questão de usar este espaço que temos ao vivo – do 257. Fizeram uma pauta especial para hoje à tarde – hoje, segunda-feira –, e neste Congresso, na segunda-feira e na sexta-feira, não se vota nada. Hoje haverá votação na Câmara para o 257, exatamente do que você falou. Resumindo: acaba com a estabilidade do servidor, não a garante mais. Digo que acaba pelos princípios que estão colocados ali dentro. Eles não tratam taticamente, porque são espertos. Abre totalmente para a terceirização e, consequentemente, os concursos serão resumidos, abre-se para a terceirização e, na medida em que vão se aposentando, vão sendo retirados. Há alguns critérios ali pelos quais podem, inclusive, demitir. Não há mais aumento de salário. Em resumo, uma dívida que os Estados fizeram – inclusive o meu –, dívidas enormes... Por exemplo, o Rio Grande do Sul fez uma dívida de R$9 bilhões, pagou 21 e deve 55. Fecha essa conta? Por quê? Porque eles usavam lá atrás o IGP-DI, que era o índice de inflação do período, aquela megainflação, mais 9%. Então, não vão pagar nunca. Agora querem que o servidor público pague essa dívida, porque vai sobrar para ele.

Lembrei-me aqui de que veio uma delegação nesta reunião e as centrais estavam todas aqui, vocês também estavam, assim como a Força. Tenho toda liberdade, pessoal, para quem está ouvindo, graças a Deus, digo isto: eu tenho uma relação muito boa com todas as centrais, todas, tanto é que mesmo na terceirização a Força Sindical sempre esteve visitando e acompanhando esses roteiros que eu fiz, colocando as suas preocupações na linha que você colocou aqui, e foi muito bem entendido por todos, exatamente como você colocou. Regulamentar é uma coisa, permitir atividade-fim sem limite é outra história. Esse é o debate de que estamos tratando.

Houve uma delegação do Mississípi que disse que, infelizmente, naquele Estado, prevalece o salário por hora. É trabalho escravo. É essa empresa de que eu não me lembrava o nome. Você me ajudou. Estiveram aqui os dirigentes da Nissan. É uma loucura, não é? É uma loucura!

Então, é isso que eles...

O SR. SERGIO LUIZ LEITE (*Fora do microfone.*) – E não pode organizar o sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não pode organizar o sindicato. Exatamente. É isso que eles querem aqui, copiar esse exemplo que você viu lá para aplicar aqui. Não ter mais sindicato, o salário ser por hora.

Para quem está nos ouvindo agora, essa história de décimo terceiro, férias, fundo de garantia? O que esse povo está pensando? Eu estou falando como eles me contaram, aqui, porque lá é assim. É um salário-hora e acabou. Trabalhou duas horas, ganha duas horas. Vai para casa porque a produção diminuiu. Ah! Mas tal dia terá de trabalhar por dez horas. "Vem cá que eu pago dez horas." É assim. Acabou CLT e todos os direitos dos trabalhadores.

Você tem razão quando diz, também, que eles querem até mudar isso. Pelo menos hoje a ação na Justiça é dois para frente e cinco para trás. Eles também querem acabar com isso. Quer dizer, onde nós vamos chegar? Mas vamos lá, porque o debate está muito bom e vai dando luz a quem está nos assistindo neste momento.

Eu vou passar dois videozinhos, depois. Vocês verão no ar o que retrata, mais ou menos, o que estamos falando nesta Mesa aqui.

Depois do Sergio, então, passamos agora a palavra ao Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Química.

O SR. ANTONIO SILVAN OLIVEIRA – Bom dia, Senador Paim; companheiro Sergio Luiz Leite, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo; companheiro Jurandir, tesoureiro da Federação; Jeferson, um importante dirigente nosso que está sendo uma das vítimas dessas dispensas arbitrárias que vêm sendo cometidas pelos empregadores, independentemente de ser privado ou público; Dr. Renan, do Ministério Público do Trabalho, que sem dúvida nenhuma é uma ferramenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

muito importante para diminuir, minimizar o impacto dessas intransigências, dessas arbitrariedades que vêm sendo cometidas pelos empregadores.

Volto a dizer que independentemente de ser da iniciativa privada ou do serviço público, os servidores são vítimas.

Cumprimento o nosso companheiro e amigo Lacerda, que hoje ocupa um cargo importante no Ministério do Trabalho, profundo conhecedor do dia a dia do movimento sindical, da luta das organizações sindicais, principalmente em algumas regiões deste País onde o dirigente ainda é tratado muitas vezes a bala. Existem regiões onde o dirigente sindical tem que fazer a sua ação sindical à distância; ele tem que ser o pensador das ações, não o executor, infelizmente.

Senador, é fundamental podermos, primeiro, em nome da confederação dos trabalhadores do ramo químico em âmbito nacional, colocar a nossa alegria por estarmos participando deste momento, por uma iniciativa do senhor, que, como disse, tem origem no movimento sindical. É uma pessoa que iniciou toda a sua mobilização, a sua luta de representação e de defesa de uma categoria, e que hoje faz esse trabalho em nome das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Isso é muito bom, e sempre temos uma referência muito boa. Todas as bandeiras que o senhor empunha sempre estamos acompanhando, porque sabemos que é o melhor para o trabalhador.

Então, mais uma, que é justamente o momento que estamos vivendo, como foi relatado aqui por alguns companheiros, e que leva a uma demanda maior do movimento sindical, porque quanto maior é a dificuldade, quanto maiores são os arrochos e as irregularidades cometidas pelo patrão, seja ele privado ou não, mais intensa tem que ser a resposta do movimento sindical. Então, é num momento desses que buscam o enfraquecimento financeiro das entidades, desestruturar materialmente as entidades, numa ação político-administrativa de repressão ao dirigente, que foi eleito com a finalidade de organizar a luta, de mobilizar a categoria, de fazer o movimento político. E muitas vezes, na maioria das vezes...

E nós temos um exemplo, o Sergio relatou aqui um caso dos propagandistas da indústria farmacêutica. Inclusive, era para estar também conosco, mas não houve possibilidade, o companheiro presidente da Federação do Nordeste, lá de Sergipe, que foi demitido. E nós estamos, via Confederação, tentando abrir um diálogo com a direção da empresa em São Paulo. Uma das tentativas que estamos fazendo é ameaçar, Senador, acampar na frente da sede da empresa em São Paulo para resolver um problema lá em Sergipe. Por quê? Porque a sede está em São Paulo, e eles prezam muito o nome. Então, todos que rodeiam em São Paulo não imaginam qual é a ação que eles estão praticando em outra parte do País, como a dispensa de um dirigente, presidente do sindicato e da Federação. E é um setor economicamente viável, que está realmente em franco crescimento, e que organizadamente está deliberadamente lutando contra os dirigentes sindicais. Aí, a gente tem por obrigação se unir a essa categoria, fortalecê-la e dar resposta, no campo jurídico e no campo político, como a Federação tem feito, como a Confederação tem feito, no caso da Imbel, que é uma indústria administrada pelo Governo Federal, que vem afrontando... E ela sabe o porquê de estar buscando fazer isso, ela sabe que, se não são os dirigentes sindicais, não há reivindicação, não há mobilização, não há ação para reagir às arbitrariedades, às truculências dos administradores. Então, ela começa a tentar neutralizar a ação do sindicato oprimindo o dirigente para atingir o seu objetivo de explorar a mão de obra.

É fato que, como a Imbel, outras empresas, em vários Estados, atuam em regiões onde dominam e são a única fonte geradora de emprego – há vários casos. Nesses lugares, a ação do sindicato é mais difícil, ela é quase inexistente e, além da repressão, há a mobilização das empresas na cidade, junto à população local, fazendo movimentações contra os dirigentes sindicais sob a alegação de que vão encerrar suas atividades, vão ter que se mudar daquela região porque o sindicato está enchendo o saco, porque o sindicato está cobrando demais, porque o sindicato está exigindo demais. Elas dizem que vão embora, vão sair daquela região. Ou seja, conseguem fazer terrorismo usando a população contra a organização sindical, que nada mais quer do que a melhoria da qualidade de vida, uma distribuição de renda mais justa, um ambiente de trabalho mais seguro. Essa é a luta da organização sindical.

A gente tem o absurdo, Senador, e até anotei aqui, dessa questão da suspensão do seguro de vida na Imbel. Eu acho que é uma situação em que o próprio Tribunal de Contas da União teria de intervir, porque, veja bem, qual é o papel do seguro? É minimizar o impacto em caso de sinistro. Na medida em que a direção da empresa, que é uma empresa administrada pelo Governo Federal, toma uma decisão que chama de econômica, mas que é uma forma de punir, e tira o seguro, ela está deixando descoberta a própria empresa, que consequentemente é o Estado brasileiro. Por conseguinte, acontecendo alguma fatalidade, algum acidente, ela não tem como minimizar o impacto disso, vai ter de absorver integralmente.

Então, não sei, acho que até é uma situação em que, já que é uma empresa que recebe recursos do Governo Federal e isso poderá gerar um passivo maior lá na frente por alguma situação que venha a ocorrer, o que já aconteceu, porque o risco na Imbel é iminente, faz parte do trabalho, pelo trabalho que é desenvolvido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

não há como eliminar o risco. Você tem que administrar, tem que cuidar, tem que minimizar, mas eliminar não há condições. Pelo menos, pelo pouco que a gente tem de informações, não se consegue eliminar. Então, eu acho que caberia, sim, porque é uma decisão administrativa que traz um problema e um prejuízo para a companhia como um todo, principalmente para o trabalhador.

E nessa questão dos propagandistas, o que a gente tem percebido, conversando com o pessoal, é que existe uma mobilização da indústria farmacêutica para poder neutralizar a ação desse segmento importante. Por quê? Este é o segmento... E aí tem coisas que não dá para entender. Outro dia, em conversa com um representante do Sindusfarma, ele dizia que uma das alternativas que ele estava estudando, Senador, era a de encaminhar para os médicos do Rio Grande do Sul, onde há um conflito bem maior, mais acentuado, um *tablet* para eles poderem encaminhar as novidades, as inovações da indústria sem precisar do contato do representante. Quer dizer, isso é um absurdo! Isso é um absurdo! Uma empresa como essa, que se diz preocupada com a vida, com a continuidade, com a melhoria da qualidade de vida, tira condição de sobrevivência de uma parcela dos seus trabalhadores. Isso é utopia, um absurdo um negócio desses, mas está acontecendo.

Em todo o País, temos sentido e vivido algumas dificuldades, como perseguições mesmo...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO SILVAN OLIVEIRA – ... do dirigente sindical, que quer ser atuante, porque as empresas vão na máxima de que precisam reduzir custo a qualquer custo. Então, cortam benefícios, reduzem salário, cortam assistência médica do dependente, deixam só para o funcionário, implantam sistemas de participação dos funcionários no custo da assistência em todas as operações e ainda pagam salário mínimo. Graças a uma lei, existe um valor mínimo. Como disse o Senador, na hora em que estiver prevalecendo o negociado sobre o legislado, não tenham dúvida de que em algumas regiões do País talvez a gente tenha um impacto bem menor, mas em outras regiões vai ser devastador esse processo, porque o movimento sindical não tem poder de reação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O piso regional, então, nem falar.

O SR. ANTONIO SILVAN OLIVEIRA – Não. Pelo amor de Deus. É um problema. Precisa gerar emprego, e para gerar emprego, precisa precarizar.

Então, essa máxima de gerar emprego, gerar emprego... Nós precisamos, sim, gerar emprego com valor agregado. Nós precisamos repensar a política de desenvolvimento deste País, que exporta matéria-prima quando deveria exportar produtos processados. Nós temos várias cadeias, por exemplo, na área do minério, na área da alimentação, da celulose, que são segmentos que poderiam estar empregando – e muita gente – com valor agregado, e a gente está importando, com incentivo ainda do Governo, o Governo tem sido um incentivador, até porque ele busca, como se diz, tapar o sol com a peneira, ele busca, por conta de um superávit da balança comercial do País, permitir e facilitar que tudo possa acontecer em um determinado setor da economia.

Também nós temos um caso que eu preciso relatar aqui, da Furp, que é uma indústria farmacêutica administrada pelo Governo do Estado de São Paulo, um Governo que se diz cumpridor das suas obrigações e que, lamentavelmente, mostra que está pior do que muitas pequenas e médias... Até, como disse aqui o Sergio, o caso da Nissan. Eu acho que o Governo de São Paulo se equipara, praticamente, à ação administrativa da Nissan, porque nós tivemos a data base no mês de abril, Senador, e, para os trabalhadores dessa indústria, já houve o reconhecimento no Judiciário de que o enquadramento deles é dentro da indústria farmacêutica, pelo seu papel. Independentemente de ser administrada pelo Estado ou pela iniciativa privada, ela é uma indústria farmacêutica que está dentro do negócio farmacêutico do Estado de São Paulo e do Brasil. Portanto, ela tem obrigação de cumprir a convenção coletiva.

Nossa data base é em abril. Até agora, não houve aplicação das conquistas que tivemos de reajuste salarial e de benefícios, de aumento da cesta básica. E o Governo simplesmente diz: "Devo, não nego, mas não tenho como pagar, porque, como caiu a receita do ICMS, não tenho como pagar." E nós estamos demandando na Justiça. Fizemos já algumas movimentações, manifestações, chamando a atenção da sociedade, para mostrar que nem tudo que se fala, cumpre-se, porque o Governo é muito exigente com o cidadão, mas ele, como responsável, deveria ser um exemplo como cumpridor de seus deveres, e deixa a desejar.

Outra situação que a gente tem vivido quando se fala um pouco do impacto da terceirização, e aí a precarização é consequência, um desses problemas da terceirização, um exemplo claro é o sistema financeiro, porque normalmente o setor empregador diz: "Olha, eu vou buscar a terceirização não com a finalidade econômica, eu vou buscar a terceirização com a finalidade específica", a especificidade da atividade.

O sistema financeiro hoje conseguiu uma façanha enorme: ele terceirizou com o cliente. Hoje, ele põe o cliente para executar uma série de tarefas através do chamado facilitador eletrônico, e ele terceirizou a custo zero. Um exemplo negativo, sem dúvida. Mas ele atribuiu tantas coisas para o cliente fazer mostrando uma facilidade, só que há um detalhe: se você pega o lucro dessas instituições, ele só tem crescido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

É uma afronta, é uma provocação ouvir a divulgação de um resultado operacional, do lucro que esse sistema obtém em um único trimestre.

No momento em que vivemos com o fato de que quase 12 milhões de trabalhadores estão desempregados como consequência de uma série de situações, uma delas de ordem financeira, que impacta o comércio, impacta o cidadão, impacta a pequena e média empresa, e que gera desemprego, um sistema como esse, que terceirizou quase tudo, não deixa de ter lucro e ainda tem proteção do Estado.

Fico por aqui. Agradeço, mais uma vez, em nome dos trabalhadores químicos do Brasil por esta oportunidade. Com certeza, Senador Paim, temos uma esperança muito grande e estamos à disposição, como disse o companheiro Sérgio, continuamos à disposição de V. Exª nessa maratona, nessa mobilização, para que possamos efetivamente continuar tendo uma voz dentro do Parlamento brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO SILVAN OLIVEIRA – ...a favor dos trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Antonio Silvan Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Industria Química, de São Paulo. Antes, quero destacar, que o Sérgio Luiz Leite é o Primeiro Secretário da Força Sindical e Presidente da Federação dos Químicos.

Não vou comentar porque não há necessidade, acho que você foi na linha daquilo que todos que o antederam destacaram, dando muita força para a questão do seguro de vida. Acho que você deu um destaque especial à questão do seguro de vida e do que ele representa inclusive para o Estado brasileiro além do que representa para a vida das pessoas.

Meus parabéns pelo conjunto da sua palestra.

Concedo a palavra ao Jeferson Pinto Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química Farmacêutica, de Lorena.

O SR. JEFERSON PINTO FERREIRA – Senador, bom dia a todos. Quero agradecer na pessoa do Senador Paulo Paim a oportunidade da nossa presença aqui. Bom dia a todos.

Quero aqui fazer rapidamente algum histórico do que foi feito com a gente lá. As negociações, todo ano, são emperradas, a intransigência da direção é muito grande. O Jurandir foi nomeado, há pouco tempo, um dos coordenadores da nossa campanha salarial, e tivemos lá duas paralisações. Depois dali, as perseguições começaram fortes em todas as unidades da Imbel.

Nós, nossos colegas e eu, que fomos demitidos, mudamos de lugar para trabalhar umas duzentas vezes. A toda hora éramos chamados, coronel daqui, coronel dali. Além de tudo, Senador, não foi só o seguro de vida: cortaram o café da manhã, cortaram o plano de saúde. Já não temos seguro de vida e ainda cortaram o plano de saúde? Sim, porque ficou inviável para o trabalhador pagar o plano que eles trouxeram. Disseram que era uma diretriz, que nem existe mais – nós pesquisamos – do Governo, do MPOG, da época do Ministério do Planejamento. Realmente, quase todas as unidades estão sem plano de saúde.

A nossa fábrica Presidente Vargas, em Piquete, tem um histórico forte na cidade. Nós, que trabalhamos lá, sabemos que vem de pai para filho. Meu pai e minha mãe se aposentaram lá, e a maioria dos meus colegas também. É um histórico que vem de pai para filho.

Quando éramos pequenos vivíamos à base de tiro, na década de 70 e 80. Era uma coisa horrível. Aquilo balançava aquele Vale do Paraíba. Chegava a balançar Aparecida do Norte. Era muito triste perder colegas, parentes. Hoje, só não acontece mais porque é Deus.

Os desmandos lá dentro são incríveis. Nos últimos anos, na parte de segurança, na parte de modernização, dinheiro jogado para o ralo. A obra começa, não termina. Recebi vários relatos de engenheiros, mas eu não posso fazer essa denúncia aqui porque não tenho provas. É licitação fraudada, uma coisa incrível. Não há uma fiscalização dentro da Imbel em que os gestores não tenham que prestar contas. Vemos muitos desmandos. A perseguição em cima dos trabalhadores lá é incrível. Depois da nossa demissão – no ano passado, ficamos 26 dias em greve –, o Tribunal determinou que se compensassem os dias. Por incrível por pareça – eu trouxe aqui, Presidente –, a Imbel tem recebido em dinheiro esses dias do trabalhador. Recebido em dinheiro! Gera-se uma GRU e o cara vai lá no banco e paga para não compensar os dias. Veja como é que é. Como Presidente do sindicato, eu pedi uma explicação de como é que funciona isso. Ficamos 26 dias em greve. O Tribunal Superior do Trabalho colocou que ficasse a critério da empresa a compensação dos dias a serem pagos. Como lá o coronel é bem maldoso, no dia em que não há muita produção, ele não deixa compensar. Na hora em que a produção está firme, ele... Tem gente lá devendo 50 horas, 60 horas. Então, o pessoal está pressionado, até agora pagando hora de greve. Diz ele para a gente, através de ofício, que os trabalhadores procuraram a direção da empresa e estão querendo comprar esses dias para não compensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o negociado sobre o legislado. Passar a pagar para o empregador.

O SR. SÉRGIO LUIS LEITE – Recolhe na guia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Recolhe oficialmente tudo. Esse é o negociado sobre a lei. Porque a lei proíbe, mas o negociado prevalece. É brincadeira.

O SR. JEFERSON PINTO FERREIRA – O piso salarial da Imbel está em torno de R$1,09 mil, para fazer o que o que a gente faz, até nitroglicerina, que é só feita lá na FPV, um produto muito perigoso; R$1,09 mil de piso, e o cara tem que comprar as horas que ele deve da greve e a empresa aceitar isso, gerar uma GRU para o cara ir ao banco, tirar às vezes da família a prestação, a conta de luz, para não poder compensar os dias de greve.

São absurdos como esse que estamos querendo denunciar aqui, em nome de todos os trabalhadores lá. Eu nunca imaginaria que estaria aqui falando em nome dos trabalhadores de lá. Eles devem estar felizes da vida esperando uma posição porque eles não aguentam mais. Ficamos até meio preocupados sobre a questão de segurança mesmo. Trabalhando sob pena... Esses dias, estava indo para o trabalho lá no sindicato, o pessoal entrou às 11 horas da noite(...) o pessoal entrou às 11 horas da noite e saiu às 9 horas da manhã, porque tem que pagar dia de greve. Às 11 horas da noite e sair às 9 horas da manhã! Eu e o meu colega Venâncio encontramos alguns colegas no meio do caminho que disseram: "Nós não aguentamos mais aquilo lá. Poxa, estão fabricando para caramba!". Entrar às 11 horas da noite e sair às 9 horas da manhã é muito penoso para o trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E pode causar acidentes. É o que pode acontecer. A insegurança...

O SR. JEFERSON PINTO FERREIRA – Eles não têm uma noção do que é um acidente dentro da empresa.

Para o senhor ter uma ideia, nessas demissões, eu sou o mais novo, fiz 22 anos de empresa. Mas o meu colega Paulo e o meu colega Venâncio têm 30 anos de empresa. É uma falta de respeito muito grande, por mais que tenha entendimento contrário, porque houve erro das duas partes. E para o gestor foi uma punição média. Que fossem cinco dias, dez dias de punição. Não é justa a causa. Então, essas coisas vêm acontecendo.

Um colega meu também, o sargento – lá se transformou em um quartel, Senador – o pegou pelo pescoço e chamou de "seu m..." para lá. O sujeito é aposentado e vem de um processo de câncer de próstata. Ele está afastado e está louco. Ele me liga e me manda *e-mail* todos os dias: "Pelo amor de Deus, como é que eu vou fazer?". Está desse jeito. Houve a situação de um trabalhador que – eu não posso provar, mas tudo indica – se suicidou. Foi um pânico na cidade, pela pressão que os militares fazem lá dentro. Uma pressão muito grande. O Jurandir conhece o coronel.

Vão também vender as nossas casas. As casas são da empresa, e a empresa diz que tem que cortar custos, mais custos. Pagávamos um valor simbólico pelo aluguel das casas, mas, em razão de tudo o que tem acontecido, todas as casas vão a leilão. E nós nem sabemos onde vamos morar, porque, com o salário que a Imbel paga, vai ser um caos na cidade. É assim que está sendo feito: demissão e sindicância uma atrás da outra. Parece um quartel general. Ninguém pode fazer nada porque é sindicância em cima de sindicância. E tomam as decisões de acordo com a sindicância.

Estou aqui até meio emocionado porque foi uma sacanagem muito grande que fizeram conosco. Nós somos fichas limpas, pais de família. Passar pelo que nós passamos é um constrangimento grande. Nós saíamos pela cidade e ouvíamos: "Ah, estou sabendo que vocês foram demitidos porque roubaram a empresa". É dessa maneira que a população pensa. Nós moramos em uma cidade de apenas 14 mil habitantes. Somos muito conhecidos por onde passamos.

Esse é um pequeno histórico do que acontece lá. Pedimos aqui pela liderança que o senhor tem e ao Ministério Público do Trabalho... Lá na nossa região, fazemos denúncias, mas sabemos que falta perito, que falta tudo, e nada acontece. O trabalhador está se sentindo sufocado. E não sou só eu. Estou fazendo o relato da minha cidade, mas isso acontece em todas as unidades. É um absurdo o que essa direção está fazendo. Ela está acabando com a empresa.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Jeferson Pinto Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Lorena, que fez, de fato, uma fala emocionada. Quem está mais próximo pôde ver o brilho em seus olhos molhados. E o relato é grave mesmo.

Eu peço que a assessoria da Comissão fosse tomando nota já: plano de saúde, seguro de vida, café da manhã, casa... Querem tirar até as casas deles. Assim, ao final, nós formularmos um documento, combinado com vocês, que eu assinaria e mandaria para eles em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho.

O Carlos sempre esteve aqui na Comissão, num passado recente, como sindicalista. Agora virou capa preta... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, vamos ver o que você vai fazer agora.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Bom dia, companheiros; bom dia, companheiras.

Bom dia, companheiro Silvan, companheiro Jurandir, companheiro Serginho, companheiro Jefferson, Dr. Renan Kalil, Procurador do Ministério Público.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar esse guerreiro que é o Senador Paulo Paim. E falo guerreiro porque o Senador Paim, mesmo sendo eleito pelo Rio Grande do Sul, como todos nós sabemos, é um Senador que se preocupa muito... Ele sempre ele me dizia: "Olha, Lacerda, eu não vejo outra saída para o nosso País se não for o desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste". Sempre foi essa a sua preocupação. E não estou aqui criticando aqueles Deputados e Senadores que viajam para o exterior, que viajaram em 2015 e estão viajando agora, porque, às vezes, têm os seus compromissos, mas o Senador Paulo Paim viajou por quase todo este Brasil. Eu acompanhei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu viajei pelos 27 Estados fazendo os debates que nós estamos citando aqui.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Eu o acompanhei; eu fui com ele a vários Estados da Região Norte. E só se conhece este País – não é, Senador? – quando você viaja, indo a fundo, para conhecer os nossos problemas. Este País é muito rico; o nosso País é grandioso.

Eu me preocupo muito, Senador, primeiramente, com a questão do financiamento sindical. Eu não vejo outra saída. O movimento sindical, hoje, está muito mais aguerrido, mas essa questão do financiamento me preocupa muito. Por quê? Porque, por exemplo, o Ministério Público – aproveito aqui a presença do Dr. Renan – entende que a taxa negocial só deve ser descontada dos que são associados; já os sindicatos, não. Os sindicatos lutam por todos, sejam associados ou não associados. Entende? Isso é muito importante. O movimento sindical está discutindo isso com o Ministério Público, e temos que aprofundar essa discussão.

Agora, Senador, já passou um projeto, relatado pelo Deputado Bebeto, um companheiro que tem uma atuação muito boa, numa Comissão presidida pelo companheiro Deputado Paulinho, para encontrar uma negociação, para ver essa taxa negocial e legalizar o processo, porque, senão, todo o tempo, o sindicato vai ficar nessa: "Vai descontar ou não vai?" E isso é importante, porque os grandes sindicatos, como os de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, têm como sobreviver. A minha preocupação é com os pequenos, como os do Acre, de Rondônia, lá do Ceará, do Piauí. Com esses, sim, nós temos que ter a nossa preocupação.

É a mesma coisa a questão do negociado sobre o legislado. Nas grandes, pode-se até negociar, mas a minha preocupação é com o nosso Norte, com o nosso Nordeste. Não é assim não! A rapadura é doce, mas não é mole não! Às vezes, você coloca na boca, vai mexendo e até que ela amolece, mas custa muito. Então, a minha preocupação é muito grande com o movimento sindical das nossas Regiões Norte e Nordeste.

Essa discussão sobre a NR nº 12 é um absurdo. Hoje, o Brasil, Senador, é o quarto nas estatísticas de mutilação de trabalhadores. Como é que se quer acabar com uma norma dessa que vem... Não se trata de obrigar, não! É um dever! Hoje, as máquinas são muito modernas, devem ter as proteções. Não se pode ter na panificação dois, três trabalhadores sendo mutilados.

Estive agora em São Paulo, com um companheiro do Sindicato dos Padeiros, fizemos um grande encontro. Olha, o FGTS nosso, através do BNDES, banca um monte de gente irresponsável e não pode ter uma linha de financiamento? O Ministro Ronaldo está negociando isso. Os pequenos, Senador, adaptar os padeiros, adaptar suas máquinas para evitar essa mutilação. O Ministério do Trabalho está tentando encontrar uma linha para fazer esse financiamento. Volto a dizer, financiamos tantas empresas, tantas construtoras que vocês estão vendo aí e não pode um microempreendedor ser financiado? Em vez de acabar... Porque aqui é o seguinte, nós que somos do chão de fábrica sabemos muito bem: na primeira crise que há na empresa, o que cortam? O cafezinho, vêm logo em cima do trabalhador. Às vezes, o cafezinho não tem nada a ver com a crise, como não temos nada a ver, não somos culpados, não. Hoje estou no Ministério do Trabalho, na Secretaria, mas me coloco aqui como um trabalhador, porque eu sou trabalhador.

O companheiro Jeferson está sofrendo o que eu sofri, Senador. Estou aqui, hoje esta discussão é muito bem-vinda. Em 1985, depois e 10 dias de greve na Sanyo, esperaram só passar a greve. Como eu tinha – isso era costume também –, faltava um ano para o mandato, eles indenizaram. Eles me indenizaram, lá entrei naquela lista negra. Mas, com a minha sorte, naquela época – estou falando de 20 anos atrás – o polo de televisão estava no auge, eu tive sorte, poucas pessoas no Amazonas entendiam de eletrônica e eu era um, fui logo aproveitado em outra empresa. Senão, eu estaria na lista, como estão alguns companheiros meus, como Geraldo. Perdemos um excelente técnico porque não conseguimos arrumar emprego. O Geraldo era um companheiro meu do chão de fábrica. Acho isso um absurdo!

Hoje, na Secretaria do Trabalho, Senador, chegamos lá agora e estamos com 3,5 mil processos de reconhecimento de sindicatos, atualização. Queria dizer a vocês que vamos mudar, Senador. A Secretaria de Relações do Trabalho não pode ser só um cartório, para ficar dando registro sindical. Temos que dar o registro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sindical, a atualização, mas tenho que sair, andar este País, as coisas estão acontecendo. Viu-se na Samarco, o que aconteceu. Ninguém viu o Ministério do Trabalho presente. Quanto a Santo Antônio e Jirau, Senador, a construção acabou e o que ficou em Rondônia? Nem energia ficou: é a prostituição, o alcoolismo... Isso é um dever do Ministério do Trabalho. Hoje, posso afirmar aqui, Senador, ele está sucateado.

Discutimos muito aqui na Mesa, com alguns companheiros, a questão do funcionário público. Nem o funcionário público hoje está no Ministério do Trabalho. Quem decide a situação do funcionário público é o Planejamento. Isso enfraqueceu o Ministério do Trabalho e eu, como Secretário, não vou deixar isso acontecer, de jeito nenhum, assim com o Senador de quem conheço a vida. Volto a dizer e volto até a agradecer o que ele fez pela minha região – sou amazonense, nasci em Manaus –, pela qual ele sempre lutou. Assim como ele quase arruma a trouxa dele para ir embora, eu também. Se o Governo tiver alguma coisa que prejudica o trabalhador, estou arrumando minha trouxinha e estou indo embora. Porque nós, que viemos do movimento sindical, não podemos concordar com essas atitudes que hoje estão plantando no Congresso; e o Governo tem que ajudar a abafar.

E é bom também, Senador, que fique claro aqui, porque o Brasil todo nos está escutando – isso eu falo também para o Ministério Público –, que é importante o sindicato de porta de fábrica, o nosso panfleto, mas hoje as grandes decisões de geração de emprego passam pelo movimento sindical. É bom falar isso.

Hoje, o companheiro Miguel, Presidente da confederação e do metalúrgico, da Força Sindical, junto com o companheiro Rafael, do ABC, tomam um grande programa, que é o PPE e a renovação da frota. Isso partiu do movimento sindical.

Hoje, o trabalhador tem o salário mínimo – e o senhor sempre lutou pelo salário mínimo – e tem hoje um plano de salário mínimo. Não foi o Governo, não. O químico foi fundamental para isso. O Serginho foi fundamental no programa de salário mínimo.

Então, o movimento sindical tem muito a contribuir. Isso é importantíssimo que a população saiba, porque às vezes se vê o movimento sindical só na questão das greves. Isso é importante, mas volto a dizer que o movimento sindical tem muito a contribuir. E vai contribuir para a geração de emprego e renda e tirar este País da crise.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, que deu destaque para o emprego, porque o que eles dizem é que o movimento sindical gera desemprego.

Mas vai mentir assim no inferno! Como o movimento sindical vai gerar desemprego? Não tem força para gerar desemprego. Ele pode gerar emprego porque esse é o papel dele. Mas gerar desemprego? Brincadeira, não é?

Na NR-12, que aqui foi destacada, de fato havia um requerimento de urgência para aprovarem no plenário, à tarde. Quando nós descobrimos, chamamos uma reunião aqui, do movimento sindical. Lotou. Veio todo o movimento sindical e conseguimos retirar a urgência. Daí a NR-12 deu uma parada. Eu espero que ela não volte, mas já sei que há outro projeto apresentado na Câmara. Aqui nós demos uma segurada nela. E eles vão voltar, como o Serginho falou muito bem, com ataque em cima da NR-12, que é um absurdo! É dizer: "Olha, pode se acidentar à vontade, desde que a produção esteja garantida". Se vai morrer, vai perder braço, cabeça, perna, não importa. Essa é a visão daqueles que querem acabar com a NR-12.

Leandro Allan Vieira, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não veio.

Olha, pelo que eu recebi aqui, tem o Miguel Leme, que é da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Então, Miguel, vamos colocar uma cadeira aqui para você, que terá o mesmo tempo dos outros convidados.

Aqui falam todas as centrais, pessoal. Aqui não há, nunca houve e não haverá nenhum tipo de questionamento, quando uma central vier a um debate para falar. Então, são os mesmos dez minutos dos outros convidados.

Troquem de lugar provisoriamente, para ele poder usar o microfone. Pronto.

Com a palavra o Mário Jorge...

O Mário Jorge pediu para registrar a sua presença. Então, registro a presença do Mário Jorge, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, CNTS, e de Wilmar Lacerda, primeiro suplente do Senador Cristovam Buarque, que vai usar da palavra agora. Como é praxe nesta Comissão, todas as vezes em que há audiência pública – todos os temas interessam ao mundo do trabalho –, todas as centrais usam da palavra.

Então, passo a palavra agora ao Miguel Leme, que é da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular, CSP-Conlutas.

O SR. MIGUEL LEME – Bom dia aos companheiros e companheiras que estão presentes nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Parabenizo o Senador Paulo Paim pela iniciativa de fazer este debate, que é muito importante para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Primeiro eu gostaria até de informar às pessoas que estão nos acompanhando pela tevê e aos companheiros presentes aqui que, numa última instância da Central – nós temos reuniões a cada dois meses, são reuniões amplas, reuniões de coordenação nacional que envolvem 200, 300 companheiros dirigentes sindicais –, nós aprovamos uma campanha permanente contra as demissões e perseguições de dirigentes e ativistas de base.

Nós gostaríamos, aproveitando essa iniciativa, de pensar depois encaminhamentos, de colocar que nós estamos vivendo um processo de demissão e de perseguição que é brutal em relação aos dirigentes sindicais, mas há também uma perseguição forte dos ativistas. Nós chegamos, inclusive, a fazer um levantamento preliminar, que gostaríamos de deixar depois com o Senador Paulo Paim. Nós temos uma situação que é de demissão de dirigentes, suspensão etc., mas nós temos também ativistas, cipeiros, pessoas que são ativistas do sindicato que vêm sendo perseguidas. Então, essa discussão é importante para pensarmos em encaminhamentos futuros.

No debate que fizemos sobre a perseguição de dirigentes e ativistas sindicais de base, nós colocamos que essa perseguição está num contexto mais geral de criminalização das lutas dos trabalhadores. Então, isso que está acontecendo conosco, dirigentes, e com os ativistas de base tem a ver com uma criminalização muito forte no último período, em particular após 2013.

Em 2013 houve todo aquele processo de mobilização nas ruas e, a partir de 2013, nós estamos vivendo um processo de aumento dessa criminalização. E isso está relacionado, concretamente, à questão da crise econômica. Estamos vivendo uma crise econômica, como vários companheiros aqui disseram, que é exatamente de queda da produção econômica do País, com demissões etc. Então, há uma crise econômica que vem atingindo o País, e vemos uma necessidade dos governos e dos patrões de jogar a fatura da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Para isso é preciso o quê, concretamente? Um dos processos importantes para implementar esses ataques significa enfraquecer os sindicatos. Então, essa visão mais global eu acho que nós temos de ter.

E nós temos uma série de ataques que estão colocados aí: o PL 257, que está no regime de urgência aqui no Congresso; o PL 241, que, na prática, significa acabar com as vinculações constitucionais para saúde e educação; temos as contrarreformas – utilizamos o termo "contrarreformas" –, da previdência e trabalhista; nós temos um processo por parte dos empresários de colocar a terceirização de uma forma irrestrita. Então, nós temos uma série de ataques que estão colocados.

O debate que eu acho que está posto para o conjunto do movimento sindical é exatamente como derrotar esses ataques. Por exemplo, foi relatado um caso importante de perseguição, de demissão, de ataque aos dirigentes sindicais, que é o da Imbel. Nós temos um sindicato filiado à nossa central, que é o Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá. Nós temos um dirigente sindical de Itajubá que foi demitido e os companheiros de Piquete, que também foram demitidos.

Agora, como nós respondemos de forma concreta a esses ataques? É uma discussão que temos de fazer, porque essa resposta vai ter de ser uma resposta unificada. Nós vamos ter de travar uma luta unificada contra os ataques que o Governo pretende implementar, todos eles: PL 257, PL 241, contrarreforma da previdência, contrarreforma trabalhista, essa ideia de que tudo aquilo que for negociado prevaleça em relação àquilo que está na lei. Então, nós vamos ter de fazer essa discussão.

Há uma iniciativa no último período das centrais sindicais de tentar construir um dia nacional de luta, dia 16 de agosto, que é um dia importante, sobre o tema da questão da reforma trabalhista e da reforma da previdência. Nós achamos que esse é um passo importante. Mas há uma necessidade, pelo tamanho dos ataques que nós estamos enfrentando, concretamente, de fazermos o debate de uma greve geral do País. Há uma necessidade de fazermos essa discussão, de construirmos uma greve geral pela base para derrotar todas essas políticas por parte dos governos e dos patrões. Então, essa discussão está posta.

E uma questão que a gente gostaria de colocar, de citar, por exemplo, é que a gente vai entregar alguns levantamentos de casos de perseguição, de demissão de dirigentes da base da própria central. Eu vou citar alguns casos. Um dos casos os companheiros colocaram aqui, que é a demissão de companheiros da Imbel. Nós temos um companheiro dirigente que foi demitido.

No contexto das lutas de 2014, no processo de questionamento em relação aos gastos da Copa, etc., houve uma greve muito forte, em São Paulo, dos metroviários, e não só dirigentes mesmo, mas 42 ativistas do Sindicato dos Metroviários foram demitidos.

Em São Paulo, vários militantes, mas um companheiro em particular, o companheiro Marzeni Pereira, que era militante do Sindicato de Saneamento de Água de São Paulo, não era do sindicato, mas era ativista, teve a coragem de fazer uma denúncia em relação à responsabilidade da crise hídrica de São Paulo. E a responsabilidade era do Governo Alckmin, a responsabilidade era da empresa, que não fez os investimentos que deveria, etc. Qual foi a postura da Sabesp a partir dessa denúncia que o companheiro Marzeni fez? Foi de demitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Há vários casos. Carlos Daniel, companheiro, dirigente do Sindsef, que foi demitido por cumprir seu papel, fiscal do Ibama; por cumprir sua própria tarefa, foi demitido. Um companheiro do Sindicato da Alimentação de São José, que foi demitido em 2012, o companheiro Joaquim, que era Vice-Presidente da Sabesp, foi demitido porque teve a coragem de denunciar a morte de um trabalhador, de colocar a responsabilidade da empresa na morte desse trabalhador. Há vários outros casos, na GM, por exemplo, de suspensão de dirigentes, etc.

Então, a discussão que a gente gostaria de apresentar é como que a gente procura responder de forma global a esses ataques de conjunto. Para nós, é fundamental pensar, talvez, Senador Paulo Paim...

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL LEME – ... em dar uma sequência do ponto de vista das iniciativas, ou seja, realizar uma nova audiência, talvez com caráter mais amplo, não só de dirigentes sindicais, mas ativistas de base, cipeiros, etc., com a participação do conjunto das centrais sindicais – vamos ver se o conjunto das centrais sindicais pode participar –, participação forte do Ministério Público do Trabalho, a partir do levantamento que as próprias centrais podem fazer, e fazermos uma campanha forte de denúncia em relação a essa perseguição, essa demissão de dirigentes e ativistas sindicais, fazer denúncia na OIT do ponto de vista desses ataques.

Então, é essa a nossa contribuição, e queremos parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim e também a presença de todos aqui que estão realizando esse importante debate, que queremos concretamente que tenha desdobramentos do ponto de vista da nossa luta contra os ataques dos governos e dos patrões.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Miguel Leme, da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), que foi na linha daquilo que nós sinalizamos no início, e ele agora fortaleceu, de nós, a partir desta audiência pública, além do documento que vamos formular juntos, pensarmos no desdobramento, com a presença de centrais. E eu vejo com simpatia também a proposta de trazer membros da Cipa demitidos e ativistas demitidos pela prática sindical. Podemos nos organizar para termos outras audiências que apontem nesse sentido, para combater a investida dos setores conservadores que querem criminalizar os movimentos sociais. Ninguém tem dúvida quanto a isso.

Passo a palavra agora, como último da Mesa – depois teremos dois vídeos: um de um minuto e meio, outro de 30 segundos, com imagens bem fortes e que mostram o momento pelo qual estamos passando – ao Leandro Allan Vieira, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros.

Ele fala aí, do plenário mesmo, e tem dez minutos.

O SR. LEANDRO ALLAN VIERIA – Bom dia a todos. Cumprimento todos os componentes da Mesa na pessoa do nosso nobre Senador Paulo Paim. Cumprimento V. Exª porque tenho o prazer e a honra de, mais uma vez, participar de uma audiência pública patrocinada por V. Exª. Trata-se de um homem que está mostrando que veio realmente para defender a sociedade, os trabalhadores. Parabéns pela iniciativa, Senador. Defender o trabalhador é defender a população e o crescimento do nosso Brasil, já que estamos precisando. Cumprimento todos os presentes. Sou Vice-Presidente da CSB (Central Sindical Brasileira).

A questão da perseguição a representantes seja sindical, seja de centrais sindicais é algo que está extrapolando o bom senso aqui, no Brasil. Em Brasília mesmo, temos casos clássicos de pedidos de demissões em relação aos quais tivemos que fazer desdobramentos para mostrar a verdade dos fatos, para que não se permitisse a demissão de cinco colegas aqui do Distrito Federal.

Agora, judicializaram a perseguição. Fizeram uma montagem tão sórdida, criminosa. Pegaram um preso, ficaram com ele nas mãos e fizeram esse preso prestar um depoimento contra pessoas que fizeram uma denúncia contra os administradores de unidades prisionais. Esse preso, depois de cinco dias nas mãos dessas pessoas, vem e faz a inversão do depoimento.

Nesse lapso temporal, pegaram esse preso... Quando começaram, levaram esse preso ao IML, e constou nos autos que ele estava machucado em virtude da agressão, mas agressão de briga de pátio e de em cela. Depois de uma semana nas mãos dos administradores, levaram-no novamente ao IML para uma perícia complementar – depois de uma semana! E essa perícia complementar, feita depois de uma semana, constatou sinal de agressão de um choque. Mas, olhem só, o preso já estava nas mãos dessas pessoas há uma semana, e, depois de uma semana, levaram-no para fazer a perícia complementar. Por ironia do destino, apareceu um sinal de um choque que deram nele. Agora, quem deu o choque?

São artimanhas, montagens que fazem, para quê? Para tentar desestimular a briga sindical, desestimular o representante sindical. Se não bastasse isso, há as transferências de locais de trabalho, demissões, transferências. Muitas vezes, não temos a compreensão das pessoas que defendemos, dos trabalhadores. É interessante que nós, representantes, sindicalistas, centrais sindicais, façamos também a conscientização da nossa base, dos trabalhadores, acerca de quanto é importante que a base dos trabalhadores esteja ao lado dos seus represen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tantes, de que os representados têm que ter representantes fortes, com respaldo da base, para não ter medo do embate, não ter medo da luta e enfrentar todos esses problemas.

Há casos não só em Brasília, mas em todo o Brasil, de perseguição, Senador Paulo Paim, a representantes sindicais. Ou você é um pelego que apoia a administração, o administrador, o patrão, ou você é um representante perseguido. Isso acontece com a maioria de nós representantes, sindicatos, centrais sindicais, federações, confederações. Ou você se rende aos mandos e desmandos do empregador, do administrador público, ou você se torna um alvo que é metralhado. E o poder eles têm porque estão com a caneta na mão. Se você achar ruim, entra com uma ação e daqui a dez anos reverte a situação.

Como nosso nobre colega Miguel falou, nós temos que ter uma propositura, um encaminhamento nesta audiência pública hoje, que não veio à toa, Senador Paulo Paim. É uma audiência pública muito importante para os trabalhadores do Brasil, porque trabalhador sem representante não tem paz nem sossego no seu ambiente de trabalho. Ele tem que ter uma representação forte, iniciativas legais que podem vir e virão, tenho certeza, de V. Exª dando mais robustez à representação dos trabalhadores, impedindo que um dirigente sindical, um representante seja demitido antes do trânsito em julgado de uma ação judicial; impedindo que esses dirigentes sejam transferidos, e, junto a isso, darmos medidas de robustez à classe que representa os trabalhadores de que nós precisamos.

Nós temos dois lados para escolher: ou representar os trabalhadores ou representar os empregadores. E nós representantes já escolhemos o nosso lado. Nós vamos continuar representando os trabalhadores custe o que custar, sangrando, mas vamos continuar fazendo o bom combate

Eu agradeço a todos pela presença. Temos que nos unir em torno dessa causa tão nobre, com o apoio do nobre Senador Paulo Paim, dos demais Senadores desta Casa, da Câmara dos Deputados. Temos que trazer uma robustez, uma proteção maior aos dirigentes sindicais e representantes de federações, confederações e centrais sindicais.

Aqui eu agradeço pelo convite, nobre Senador Paulo Paim, pela oportunidade de, mais uma vez, participar de uma audiência pública patrocinada por V. Exª. Um abraço a todos os trabalhadores aqui presentes e representantes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leandro Allan Vieira, que falou pela Central dos Sindicatos brasileiros e fechou com muita competência essa fala primeira da Mesa. É isso mesmo, Leandro. Concordo com você plenamente.

Eu vou falar mais ou menos na linha que ele falou, sem citar nomes. Há uma frase que diz que as pequenas pessoas atacam nomes, as grandes pessoas defendem causas. Aqui todo mundo defendeu causas sem se preocupar em atacar pessoalmente esse ou aquele cidadão. Ninguém aqui citou nomes. Então, nessa mesma linha, permita que eu diga, há neste País, pessoal – e é uma questão muito bem orquestrada –, um ataque violento ao movimento sindical e, ao mesmo tempo, um ataque violento a qualquer representante dos trabalhadores dentro do Parlamento.

Eles já diminuíram em 50% o número de sindicalistas que chegaram aqui. E a meta agora... É por isso que alguns Parlamentares, não vou citar nomes, já estão atacando abertamente. Falando com alguns assessores, eu ouvi: "Olha, eles seguiram a orientação de que agora terão todo o apoio da mídia e do poder econômico para bater duro no movimento sindical". Na próxima eleição, vocês podem se preparar, vai haver um ataque violento a qualquer candidato que tenha ligação com o movimento social e sindical. Na linha do que você falou, querem esmagar os líderes dos trabalhadores, seja na área sindical ou dentro de Parlamento.

Por tudo isso, nós temos que estar muito espertos; do contrário, daqui a algum tempo, nós não teremos representantes de trabalhadores. E eu acho que temos que ter – não estou fazendo aqui um discurso partidário –, nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras, nas Assembleias Legislativas, enfim, disputando todos os cargos. E eles sabem disso. Eles se inteiraram disso e agora não querem dirigentes sindicais preparados e nem Parlamentares que possam defender os trabalhadores. Por isso a ousadia deles do jeito que está hoje e a violência como estão atacando o movimento sindical. Há emissoras de rádio que estão ganhando um percentual para bater em Parlamentares comprometidos e nos dirigentes sindicais. Dei só um exemplo, vou falar apenas de emissora de rádio para não ampliar, para não me incomodar, ou vai sobrar para mim.

Deixe-me passar um vídeo de dois minutos. Depois vou abrir a palavra para alguém do Plenário – um, dois ou três – que quiser usar a palavra. São dois pequenos vídeos. Eu acho que só as imagens e o que é dito ali ilustram tudo o que falamos aqui hoje.

Peço que apaguem as luzes e aumentem o volume.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha só: mais de 12 horas por dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Esse foi um. Agora vem outro. Esse é só de 80 horas. Vocês querem 40!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso aí, pessoal. Muito bem. Vamos em frente então.

Eu disse que o vídeo falava por si, que não se precisava tecer nenhum comentário. Esse exemplo, que eu tenho usado aonde eu tenho ido, de dizer que o trabalhador tem que operar a máquina com uma mão e comer com a outra, no fundo, está dizendo que os 15 minutos são uma tolerância, que já é muito. Então, vamos, quem sabe, tirar esses 15 minutos também?!

Eu, pessoal, trabalhava em fundição. Calculem como era a fundição da Eberle, em Caxias, onde eu trabalhava, com aqueles ferros quentes caindo, aqueles bolos de terra moldando as peças: eu derrubando ferro quente com uma mão aqui e com um sanduíche na outra? Não dá nem para imaginar! Qualquer comentário que a gente faça aqui, por mais duro que possa ser, não está à altura da gravidade do que ele disse. E são dirigentes do País!

Essa é a situação em que nos encontramos. Esses dois vídeos... Quando eu vi os dois, eu disse: "Não; toda vez que houver debate na Comissão sobre esses temas, eu vou exibi-los".

Alguém do plenário gostaria de usar da palavra? (*Pausa.*)

Bom; temos dois inscritos. Então, os dois podem usar o microfone por cinco minutos.

Por favor, digam os seus nomes e façam as suas considerações ou perguntas à Mesa.

O SR. MÁRIO JORGE FILHO – Bom dia, Senador.

Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar toda a Mesa.

Meu nome é Mário Jorge, sou diretor legislativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

Nós queremos parabenizar o senhor por mais esta oportunidade de estarmos aqui fazendo uma discussão tão importante como esta e outras que por aqui passaram e gostaríamos também, Senador, de reforçar a necessidade de aprofundarmos essa discussão.

Nós, trabalhadores da saúde, estamos trabalhando, inclusive, sem o direito de reclamar da falta de condições necessárias para estar na nossa labuta do dia a dia. E, quando um dirigente sindical ou até mesmo os próprios trabalhadores da base reclamam da falta de condições de trabalho, eles são demitidos por justa causa.

Nós não temos mais o direito, Senador... E, aí, é interessante que o Dr. Renan não esteja mais à Mesa, mas seria importante a Procuradoria também reforce essa discussão. Teríamos também de convidar o Judiciário por conta das demandas do interdito proibitório. Nós da saúde, também, não temos direito de manifestar a nossa indignação. Ultimamente, o dirigente sindical que for para a porta do seu hospital convocar os trabalhadores para uma assembleia é demitido por justa causa. E a alegação é a de que esse trabalhador está denegrindo a imagem da empresa. Essa é a realidade sobre a qual a gente precisa se debruçar e ampliar profundamente essa discussão.

É essa a mensagem, é essa a preocupação, é essa a discussão que a CNTS traz aqui, neste momento, nesta audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. CRISTOVÃO MENDONÇA DOS SANTOS – Bom dia a todos!

Senador Paim e demais componentes da Mesa, parabéns pela iniciativa.

Sou o Cristovam Mendonça, Presidente do Sindicato dos Propagandistas de Produtos Farmacêuticos do DF, e temos o prazer de estarmos com a nossa diretoria, acompanhando e tentando contribuir para este momento importante.

Também representamos na ocasião a FIP, que é a Federação Interestadual dos Propagandistas, na pessoa do Presidente Marcelo.

Gostaria de ratificar nossa preocupação com este momento. A indústria farmacêutica não está imune às demissões de dirigentes sindicais. Conforme o Serginho falou, são mais de 500 propagandistas, membros e diretores por este Brasil afora, que foram mandados embora.

Queria me solidarizar com o Jeferson, com os demais colegas de outras categorias econômicas, mas que estão fora também por conta dessas demissões intransigentes. Particularmente, eu também fui demitido na época da fundação do nosso sindicato aqui em Brasília, junto com quase que a diretoria inteira. Colegas que eram membros do Conselho Fiscal não conseguiram aguentar a pressão. A demora no processo trabalhista foi tanta que o colega abandonou o processo.

Como dito, a demissão de um dirigente sindical visa enfraquecer o movimento sindical mesmo, porque quando a pessoa deixa de ser remunerada, realmente se enfraquece como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A indústria farmacêutica tem também esse problema. Como foi dito, temos mais de 500 colegas dirigentes de sindicatos por este Brasil afora sendo mandados embora. Como o Silvan falou, no Norte e no Nordeste do Brasil muito pouco vai para a mídia do que ocorre lá, vai para a mídia muito do eixo Rio-São Paulo e da Capital Federal. Isso está espalhado no Brasil inteiro.

Mas nos deixa satisfeitos ver que oportunidade como esta não pode ser única, oportunidades como esta, que o Senador Paulo Paim promove com todos estes pares, é que vão trazer as soluções para este problema. A atividade antissindical vai ocorrer e ela ocorre. Ela ocorre frequentemente, desde muito tempo. Se não houver uma mobilização com esta que está acontecendo hoje para que possamos discutir os meios de fazermos isso parar, um meio legal, nós não vamos a lugar nenhum.

Acho que que a oportunidade aqui é fazer esta reflexão e de já fomentarmos outros encontros, para podermos discutir cada vez mais as soluções para esse problema e minimizar o enfraquecimento do movimento sindical que eles estão realmente promovendo.

Seria essa nossa contribuição. Novamente agradeço a todos e um bom fim de evento para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Se não houver mais alguém, vamos aos encaminhamentos, com as considerações da Mesa.

Então, vamos aos encaminhamentos. Aqui está um resumo só do que vai ser o documento que vamos formular. Depois vocês podem fazer, se assim entenderem, algum comentário sobre o mesmo ou dar uma posição que não esteja aqui.

Oficiar à direção da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) acerca do que foi aqui discutido e apresentando as reivindicações dos trabalhadores.

Foram listados e depois isso vai ser formulado em forma de documentos, só os eixos: demissão dos dirigentes sindicais, suspensão do fornecimento do café da manhã, fim do fornecimento do convênio médico para seus trabalhadores e dependentes, os planos.

No caso da unidade de Piquete, São Paulo, foram colocadas em leilão as casas. Então, a gente vê aquela questão das casas.

Fim do seguro de vida; falta de diálogo entre empresas e sindicato dos trabalhadores. Exemplo: este ano, a data-base de abril, até o momento não houve nenhum contato com a empresa e os sindicatos, por negativa de diálogo da empresa na busca de um acordo.

Inovação. A Imbel tem cobrado dos trabalhadores recolher – aqui está inovação, o termo, porque nunca vi isso mesmo –, via guia de GRU, os valores referentes aos dias parados oriundos da greve de 2015/2016. Esse é o eixo. E, claro, aqui foi fortalecido por todos o argumento de que essa é uma primeira audiência para tratarmos desse tema tão importante. E vamos aprovar, na próxima quarta-feira... Eu apresentarei um requerimento convidando todas as centrais, para que tragam exemplo, ou eles podem trazer representantes da Cipa ou da Comissão de Fábrica, militantes, enfim, para que ampliemos esse debate frente a essa realidade.

E vamos convidar, naturalmente, outros setores da sociedade que estejam envolvidos com essa questão. Você já está convocado. Já pode contribuir.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Nobre Senador, fica a minha sugestão, também, para o senhor convidar, se entender necessário, um membro do Judiciário, para que o Judiciário possa ter um olhar mais clínico e crítico quando se tratar de uma ação de dirigente sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Já está tomada nota pelo meu pessoal da Mesa. Vamos incluir, então, essa questão do Judiciário.

Eu pergunto se alguém da Mesa quer fazer alguma consideração de encerramento. (*Pausa.*)

Normalmente, no encerramento, aqueles que querem fazer alguma consideração têm entre três e cinco minutos. Agora, os encaminhamentos serão esses, com algum adendo que possa surgir aqui.

O SR. JEFERSON PINTO FERREIRA – Senador, é bem rápido.

Eu queria, na realidade, que o senhor, pelo poder que tem, convidasse algum membro da direção da Imbel para vir aqui olhar nos nossos olhos e falar o que fala para a gente, lá na fábrica, aqui, perante todo mundo. Eu queria pedir isso para o senhor: algum membro que represente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que falasse pela Imbel.

Muito bem, muito bem. Acatado. Então, já fica convocado para a próxima reunião, além do Judiciário, alguém que fale pela Imbel.

Tem a palavra o Sérgio.

O SR. SÉRGIO LUIS LEITE – Bom, Senador, primeiro, mais uma vez registro o sucesso e a importância, aqui, da qualidade dos debates e a importância da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quero deixar para a reflexão. Quando o Judiciário diz que o conselho fiscal do movimento sindical não tem estabilidade, portanto, há um grande número de dirigentes sindicais do conselho fiscal demitidos, ao mesmo tempo, tradicionalmente, os estatutos do sindicato colocam quase que impossível a continuidade da entidade se não tiver a gestão de fiscalização pelo conselho fiscal. Então, você pode inviabilizar administrativamente a entidade porque tem o conselho fiscal demitido, geralmente fica *sub judice* por um tempo. Mas sabemos que se chegou ao tribunal superior, dificilmente, se não mudar a jurisprudência, teremos sucesso. Então, isso também é uma dificuldade imposta aos sindicatos, de correr o risco de ter uma instabilidade administrativa na entidade.

Por último, quero reforçar aqui para todos os presentes – temos confederações nacionais aqui – a importância das audiências públicas que o Senador tem realizado em todo o Brasil, que têm tratado amplamente da pauta trabalhista e sindical. A próxima é no dia 11 de agosto, em São Paulo, vai acontecer na sede do Sindicato dos Químicos de São Paulo, filiada à CUT – é bem próxima da gente ali, é um pessoal que fica na mesma rua da nossa Federação. É importante, eles têm um auditório grande lá, é importante lotar esse auditório lá e já começar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E que a gente levante esse tema lá também, isso seria importante.

O SR. SÉRGIO LUIS LEITE – É importante que levantemos esse tema lá nessa audiência pública do dia 11 de agosto. A Força tem convocado as suas estaduais para mobilizarem todas as regiões. Então, quero afirmar a importância da participação de todos.

Logicamente, de forma unitária, quero registrar aqui o grande passo, o importante passo que semana passada todas as centrais sindicais deram, que foi justamente estabelecer um calendário de mobilização, de luta, para enfrentar a discussão tanto da Previdência como a possibilidade de mudança na legislação trabalhista em prejuízo dos trabalhadores. As centrais sindicais, com toda dificuldade trazida pelo momento político, Senador, tiveram muita maturidade e clareza: soltaram um documento conjunto, apontaram manifestações em todas as capitais no próximo dia 16 de agosto, logicamente com o objetivo de criar verdadeiro foco de resistência dos trabalhadores a essas ameaças a direitos. Então, também queremos deixar publicamente registrada essa importância, essa maturidade e, lógico, convidar toda a população e os trabalhadores para, junto com o movimento sindical, enfrentar essa luta.

Senador, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sérgio! (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra ao Dr. Renan.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – Rapidamente, faço minhas considerações finais.

Primeiro eu queria falar para o Jeferson: que esse caso, que é o mais grave que eu consegui apreender, da demissão de dirigentes sindicais, possa ser apresentado também para o Ministério Público. Em Lorena, a responsável é a Procuradoria do Município de São José. Que eles possam acompanhar também, porque o caso é de grande gravidade, o relato que você fez. A dispensa de dirigente sindical não pode ser tolerada. Que o Ministério Público que tem atribuição de atuar nesse caso local possa acompanhar essa situação também.

Agradeço ao Senador Paulo Paim. Todo e qualquer espaço para debatermos as questões do mundo do trabalho neste contexto de dissenso que estamos vivenciando é importante.

Quero pontuar também o que o Miguel disse, sobre também termos um olhar para a questão dos ativistas, embora a questão central da audiência seja a demissão de dirigentes sindicais. Vemos que os ativistas sindicais, que se envolvem no dia a dia do movimento sindical, sofrem retaliações. O Brasil tem um compromisso internacional. A Convenção nº 98 da OIT diz que não só os dirigentes sindicais, mas também quem se envolve no cotidiano sindical tem que ter algum tipo de proteção, mas nós temos um déficit muito grande no País em relação a isso. Então, olhar para isso é importante também.

Duas questões finais só para encerrar minha fala. Sobre essa questão do financiamento sindical, que o Carlos mencionou, dentro do MPT, não há uma posição consensual sobre isso, mas vou falar o que digo em todo evento a que vou. Vai-se resolver essa questão do financiamento não com o Judiciário nem com o Ministério Público, mas quando tivermos uma lei que trate do assunto. Enquanto não existir nada sobre isso e dependermos de um posicionamento de um tribunal, no caso específico, o TST, vamos continuar tendo problema. O foro de solução dessa questão não é o Judiciário e não é o Ministério Público, é o Poder Legislativo.

Em relação à questão que o Secretário também mencionou, a situação do Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho compartilha da preocupação com a situação do Ministério do Trabalho e Emprego, a situação de déficit de auditores fiscais que existe. Eu atuei durante um ano em Porto Velho e durante um ano e meio em Manaus. Enfim, verifiquei *in loco* essas situações e fico feliz que o Secretário tenha essa preocupação, porque não basta a Justiça do Trabalho e não basta o Ministério Público do Trabalho. É importante o fiscal vá ao local, vá à fábrica, vá ao canteiro de obra para analisar a situação do trabalhador, as condições de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Renan. Parabéns pela sua posição.

Só para ilustrar, aproveitando que é ao vivo, calculem os senhores que estão em casa quem é que vai aceitar ser membro de conselho fiscal ou suplente. Quando nós convidarmos os melhores quadros para fiscalizar inclusive as contas dos sindicatos e o suplente para que, na falta, assuma, nós os estaremos expondo – por isso há estabilidade de dirigentes – a serem demitidos. É uma decisão tão absurda que eu não sei como o Judiciário pôde tomar uma posição como essa. Eles sabem que é assim.

Eu sei que muitos juízes estão assistindo a esta audiência, porque assistem. O Executivo assiste, o Judiciário assiste. Calculem os senhores que os membros do conselho fiscal, que é uma chapa eleita, votada, não são escolhidos aleatoriamente porque são amigos do rei ou da rainha, como a gente fala, ou amigos do presidente, de quem vai ser presidente. Eles são votados. No momento em que naquela fábrica eles são votados, eles são considerados líderes, e não têm nenhum tipo de proteção? É como querer que os membros da Cipa... Sempre fui favorável a que todos os membros da Cipa tenham de ser eleitos, pois têm de ter estabilidade, e não uma parte sim e outra não. Se os membros da Cipa têm estabilidade... Eu vim da Cipa. O primeiro cargo que eu tive na fábrica foi na Cipa. E é mais do que justo, eu sempre defendi isso, não aquela história de empregado e empregador, um grupo para cá e um grupo para lá, mas que todos sejam eleitos e o mais votado, o presidente.

Foi o meu caso. Eu fui do grupo Forjasul/Tramontina. Eu fui eleito e virei Presidente, o segundo foi vice. Agora, calculem como alguém eleito, às vezes, por 20 mil, 30 mil, 10 mil, 100 mil, mil ou 200 votos, de acordo com a categoria, participa de todo aquele debate e, no outro dia, é demitido e pronto. E é isso mesmo. É uma injustiça tão grande que não poderia ter vindo da Justiça isso. Não consigo... Olha, por mais que eu queira refletir... E isso acontece tanto com o do conselho fiscal como com o suplente. Então, não botem lá suplente. Vamos fazer um acordo. É o seguinte: vamos botar, sei lá, 20, 30 dirigentes. Todos são diretores, tudo bem. Aí o sindicato, internamente, decide quem vai para o conselho. É algo tão absurdo que eu não consigo entender. Sei lá.

E da contribuição também, pelo nível a que chegou. Eu já fui a muito debate da contribuição. Eu tenho uma posição muito clara. Se a OAB tem contribuição compulsória, se os partidos têm, podem – o que é o fundo partidário? É uma contribuição compulsória; se os empresários todos têm, da sua forma, e não sei se todos pagam, mas têm, aí pode. Só não pode o representante do trabalhador? Existe empresa que não aceita nem do sócio, e fica por isso mesmo. A contribuição do sócio não se aceita que seja feita. Quer dizer, acho que, se a gente quer, de fato, um país justo, a gente tem que olhar com esse olhar de igualdade e efetivamente de justiça.

Mas vamos lá.

Dr. Jurandir, Tesoureiro Geral da Federação.

O SR. JURANDIR PEDRO DE SOUZA – Senador, mais uma vez, quero parabenizar e agradecer pelo empenho que o senhor tem tido com os sindicatos, com os trabalhadores.

Especificamente, duas coisinhas em referência à Imbel. Em relação aos cargos comissionados da Imbel, que isso fosse revisto, que se dê oportunidade para os trabalhadores, e não trazer gente da reserva, como é feito hoje. E uma outra situação é em relação ao orçamento público: que o orçamento público relativo à Imbel seja de baixo para cima, e não de cima para baixo, como é feito hoje, porque atende ao alto escalão, e quando chega lá embaixo, a verba já não atende mais os trabalhadores. Então, acho que deveria haver, dentro do orçamento público, no Ministério da Defesa, no DEST, um olhar um pouco mais carinhoso com os trabalhadores, para que pudéssemos ter, no mínimo, anualmente, a reposição salarial, a reposição da inflação e uma melhoria, porque lá em Piquete, em Magé, em Juiz de Fora, os trabalhadores, para mudar a data base, na ocasião, tiveram que perder, e nunca mais recuperaram.

Então, em nome dos trabalhadores do setor químico, quero agradecer mais uma vez o empenho do senhor. Que Deus nos abençoe nessa jornada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Jurandir.

Agora, o Sergio Luiz Leite.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE (*Fora do microfone.*) – Já falei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Sergio já falou.

Antonio Silvan Oliveira, para fazer alguma consideração ou encerramento.

O SR. ANTONIO SILVAN OLIVEIRA – Só mais uma vez agradecer, Senador, essa audiência. E eu gostaria de fazer uma proposta de encaminhamento: que também fosse, diante da gravidade da situação que nós estamos enfrentando, notificado o Sindusfarma, Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, que é quem coordena toda essa movimentação e até as negociações dos propagandistas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nível nacional, para que pudesse falar a respeito de 500 demissões que eles têm proporcionado dentro desse segmento de dirigentes sindicais. Da mesma forma, cobrar deles uma posição. Faço esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Peço que seja incluído, então, nos encaminhamentos.

Falou agora, então, o Carlos; o Jeferson já falou.

Leandro.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA – Senador, reitero o pedido a V. Exª para convidar um representante do Judiciário, o que é muito importante, do CNJ também. Não podemos nos esquecer de pensar em uma minuta de lei, para trazer no corpo da legislação um mecanismo de proteção ao representante sindical tal como a possibilidade de uma demissão somente após o trânsito em julgado das ações judiciais. Nesse sentido, podemos melhor estudar o tema, se o nobre Ministério Público do Trabalho me permite, com o auxílio do Ministério Público, de sua assessoria e de V. Exª.

Mais uma vez, chamo todos os trabalhadores. Vocês, que estão assistindo a esta audiência pública, fortaleçam suas instituições sindicais, fortaleçam o seu representante sindical porque ele é a sua força em uma negociação e na proteção do trabalhador.

Parabenizo V. Exª, Senador Paulo Paim, pela iniciativa de uma audiência pública tão nobre como essa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Proponho, Leandro, que vocês articulem essa proposta e tragam na próxima reunião. Aí, vamos ver com quem podemos nos somar para chegarmos a uma redação.

O SR. LEANDRO ALLAN VIERIA – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, o Carlos Cavalcante Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Quero parabenizar todos os companheiros pela presença, que só engrandeceu este debate. Mais uma vez, parabenizo o Senador pela iniciativa.

Aqueles que estão nos assistindo ou chegaram agora, registro que há pouco o Senador passou aqui um filme em que a CNI acha que devemos trabalhar 80 horas por semana. Eu, por respeito, não uso o celular durante as audiências públicas, mas liguei agora para a CNI, e o Presidente Robson ainda não chegou. É meio-dia, e ele nem chegou... (*Risos.*)

Quer dizer, ele nem trabalha e quer que trabalhemos 80 horas semanais.

Quero encerrar, tranquilizando os companheiros no sentido de que a política hoje do Ministério do Trabalho e a política do Ministro Ronaldo Nogueira é de que salário não é despesa, salário é investimento. Então, é isso que vai nortear, daqui para frente, o Ministério do Trabalho. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Carlos Lacerda falou pelo Ministério do Trabalho.

Miguel Leme, da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

O SR. MIGUEL LEME – Eu gostaria de parabenizar, em nome da CSP-Conlutas, o Senador Paulo Paim pela iniciativa.

Eu acho que, do ponto de vista do debate que fizemos aqui, foi muito importante colocar a necessidade de construirmos concretamente uma unidade para derrotar os ataques dos patrões e dos governos.

Ninguém citou o Governo, mas é claro... Os companheiros conhecem a nossa central, a CSP-Conlutas, e nós temos uma avaliação de que o Governo Dilma implementou uma série de medidas contra os trabalhadores, e o Governo Temer, o governo que está aí, que está em processo de transição, tem uma série de ataques, um conjunto de ataques brutais contra a classe trabalhadora. E é necessária a unidade do conjunto da classe para derrotar a reforma da previdência, contra a reforma trabalhista, contra essa proposta do PLS 257 e do PLS 241, que significam colocar um teto que vai acabar com a vinculação de recursos para a saúde e para a educação, e ter um calendário de lutas apontando a necessidade de construir uma greve geral no País.

Está claro que implementar essas medidas significa enfraquecer os sindicatos, significa concretamente implementar essas políticas que vêm sendo feitas pelos patrões de demissões de dirigentes sindicais. Por isso é importante termos acordos com as propostas que o Senador Paulo Paim apresentou. Acho que é importante essa necessidade, para não ficar uma luta isolada, ter uma iniciativa do conjunto das centrais sindicais, de uma nova audiência, para ter o levantamento não só em relação a dirigentes sindicais, a diretores, mas a ativistas, cipeiros, com a participação do Ministério Público, do Judiciário, para fazermos esse enfrentamento e garantir o direito de organização dos trabalhadores para derrotar esses ataques de patrões e Governo.

Então, gostaria de agradecer novamente ao Senador o espaço que foi dado aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Miguel Leme, da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

Na linha que todo mundo falou, pessoal, eu acho que a unidade, de fato, é fundamental. Eu tenho também me preocupado muito com isso. Eu digo sempre ao pessoal: pelo amor de Deus, numa crise como essa, se temos algumas divergências entre nós é natural, até com os nossos partidos, no nosso campo, digamos, ou mesmo de central. Não é a hora. A hora é de unidade total, como aqui foi falado por todos e agora o Miguel fechou na mesma linha. Nós temos que pegar tudo aquilo que nos une e trabalharmos juntos.

Estou vendo com muita alegria esse movimento do dia 16. Eu já aviso lá no Rio Grande que, se eu não estiver lá, estarei em outro Estado, mas estarei neste debate no dia 16. Provavelmente neste dia eu esteja no Rio Grande, porque eu passo em São Paulo no dia 11; de São Paulo vou para Goiás, dia 12, e depois eu vou para o Rio Grande para essa atividade.

Eu quero encerrar só dizendo: parabéns pela provocação que vocês fizeram para termos hoje esta audiência pública. Que ela sirva como uma referência – não minha porque eu só abro espaço aqui e presido – ao movimento sindical para que, no desdobramento, nós cheguemos a outras propostas. Mas o que foi aqui já colocado eu vou encaminhar. A Secretaria-Geral da Mesa vai formular e eu vou encaminhar. Vocês podem dar uma olhada no documento final.

O momento que nós estamos atravessando, pessoal, de ataque aos direitos dos trabalhadores e de reforma da Previdência é da maior gravidade. Quando eu falo em direitos de trabalhadores, eu falo também da questão sindical. Queiram ou não queiram alguns – eles vendem uma ideia maluca aí –, ninguém defende mais os trabalhadores que os sindicatos. Não tem essa. Quem está me ouvindo aqui tem que entender isso. Mas há um movimento muito forte, articulado até, de propaganda. Eu cheguei a ouvir isto: o culpado do desemprego é o sindicato. Isso eu tive de ouvir e deu vontade de avançar na TV quase. Claro que não dava, não é? Mas o que é que é isso? Onde é que nós estamos? É uma questão de querer desconstituir as lideranças sindicais e por aí também as outras lideranças que atuam em outras instâncias, nos direitos humanos, atacando a instituição do trabalho. Daqui a pouco estão atacando o MPT, os defensores públicos, todos aqueles que defendem os que mais precisam.

Eu não gosto muito desse termo, mas vou ter que dizer: a elite, a elite, a elite, que é 5% da população, mas como tem o poder na mão, faz quase que uma lavagem cerebral e as pessoas ficam achando que os amigos são inimigos e os inimigos são amigos. Quer dizer, é um absurdo do absurdo do absurdo.

Por isso eu quero cumprimentar a iniciativa de vocês. Já aprovarei, por decisão de vocês, na próxima quarta, uma audiência pública, com data a combinar, para que os senhores consultem suas agendas, e tomaremos todas as providências, conforme aqui foi decidido.

Vida longa à classe trabalhadora do campo e da cidade, da área pública ou da área privada!

Vida longa ao movimento sindical! (*Palmas.*)

Um abraço, pessoal.

Está encerrada a audiência pública.

Por sugestão da Mesa, convido todos para tirar uma foto coletiva.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Vanessa Grazziotin, João Alberto Souza, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e comunica a abertura do prazo de apresentação de emendas ao PLDO, de 22 a 24 de junho e, anuncia a Audiência Pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, e com a Comissão de Assuntos Econômicos, a realizar-se no dia 29 de junho de 2016, sobre a Ferrovia Transcontinental. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2016, de autoria do Presidente da República, "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde." ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Chipre." O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para fazerem as suas exposições. É aberto o processo de votação. Usa a palavra os Senadores Lasier Martins, Ana Amélia, João Alberto Souza e Cristovam Buarque. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente submete aos Senhores Senadores a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. A proposta é aprovada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Cristovam Buarque. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. O Presidente agradece a presença dos Embaixadores. Passa-se à 2ª PARTE DA PAUTA: Usa a palavra o Senador Jorge Viana, que solicita inversão de pauta, aprovada, para deliberação do ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, para fazer a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. É deliberado o EXTRAPAUTA – ITEM 6) MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para fazer a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca." É designado Relator *ad hoc* o Senador Lasier Martins, que faz a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo." É designado Relator *ad hoc* o Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA – ITEM 7) REQUERIMENTO Nº 333, de 2016, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, afastamento do país para participar de visita para conhecimento e estudo sobre os Sistemas Públicos de Saúde e de Pesquisa em Saúde, na República da China (Taiwan), evento a ser realizado de 18 a 24 de julho de 2016, e dessa forma, que a autorização se reporte ao interregno que segue de 16 ao dia 26 de julho." Avocada a Relatoria pelo Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, é aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá." O Presidente dá por lido o Relatório. Fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa." É designado Relator *ad hoc* o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que faz a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 27, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal; art. 50, §1º e art. 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores José Serra, para apresentar as diretrizes e os programas da sua pasta e esclarecer o posicionamento da diplomacia brasileira em algumas questões internacionais." Aprovado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Declaro aberta a 13ª reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Quero fazer, em primeiro lugar, um comunicado aos Srs. Senadores. Foi aberto o prazo para a apresentação das emendas de Comissão ao PLN nº 2, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, a popular LDO de 2017, e dá outras providências. Essa proposição está aberta para receber emendas das Comissões desde a quarta-feira passada até amanhã. De modo que os Senadores interessados em apresentar emendas têm hoje e amanhã para fazê-lo.

Eu comunico também que no próximo dia 29 de junho, quarta-feira, às 8h30, será realizada uma reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para tratar da Ferrovia Transcontinental.

Grande coisa, Senador Anastasia, a Ferrovia Transcontinental. Não sei se é a Transperu, como foi comunicado, ou se é outra ferrovia.

Espero que desta vez ela saia do papel. No que depender dessas três comissões sairá, seguramente.

Em atendimento ao requerimento dos Senadores Wellington Fagundes e Gleisi Hoffmann, a primeira parte da reunião de hoje se dedica às sabatinas. E nós temos hoje três sabatinas relativas a três mensagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1- Em 28/04/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

O Relator Jorge Viana foi substituído pelo Relator *ad hoc* Tasso Jereissati.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1- Em 28/04/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Se eu não me engano, foi visitada recentemente pelo Chanceler José Serra.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 28, DE 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Chipre.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1- Em 28/04/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Já foram lidos os relatórios, publicados e concedida vista coletiva, nos termos do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Raul de Taunay, que foi indicado para nos representar na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. RAUL DE TAUNAY – Muito grato, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Aloysio Nunes. É um prazer, muita honra lhe conhecer pessoalmente; Senador Valdir Raupp, que consegui conhecer antes da sabatina, foi muito bom o nosso momento; agradeço também a presença dos demais Senadores, todos; gratos aos colegas e demais presentes aqui.

É verdadeiramente uma satisfação estar de volta a esta Comissão que tanto acompanhei quando exercia a função de subchefia, na antiga assessoria de relações com o Congresso, do gabinete do Ministro de Estado, há mais de uma década. Passei esses últimos tempos pelo Senado e tive o prazer de rever alguns Senadores que já conhecia e de conhecer outros. Lamento não ter conseguido ver todos, mas fiz o melhor que pude. Para um diplomata que tantas vezes anda por aí distante, foi muito bom sentir o pulso desta Casa, o clima dos eventos em nossa Nação através dos senhores.

Caso vier a merecer a confiança de V. Exªs, estarei, portanto, praticamente terminando a minha carreira diplomática na Bacia do Congo. Será um desafio pessoal e profissional cobrir essa região que vive ainda, sobretudo nas últimas semanas, tanto o Congo quanto a República Centro-Africana, momentos imprevisíveis de instabilidade.

Nesse contexto, vou precavido, porém com espírito de missão, espírito humanitário e praticamente filantrópico, para levar o que eu puder de fraternidade às populações locais. Levarei também doses elevadas de cautela, pois os acontecimentos políticos muito recentes na região não permitem desatenção. Além de insalubre e sujeita às dramáticas consequências das doenças que eu já tive – enfim, eu já estive várias vezes na África –, a região está sujeita ainda e agora mesmo a conflitos civis e militares, que tantas vezes degeneram em violações e matanças.

Por isso, na minha idade, Sr. Senador, Sr. Presidente, buscarei na precaução e na prudência o melhor caminho de garantir, em primeiro lugar, a segurança da comunidade brasileira ali residente, que são muitos; em segundo lugar, a execução de uma agenda realista, pragmática, propositiva, mas, sobretudo, possível, de interesse efetivo para o Brasil.

Por imposições do tempo a ser respeitado, concentrarei minha fala na República do Congo, que é mais importante e que é onde eu vou residir, onde está estabelecida a nossa Embaixada, fornecendo aos senhores os dobramentos das últimas semanas do quadro político desse país, hoje dividido entre forças partidárias que se encontram em situação desigual de equilíbrio.

De um lado, temos o Partido Congolês do Trabalho, do atual Presidente Denis Sassou Nguesso, no poder praticamente desde 1979, com ampla maioria no Parlamento. Entre idas e vindas no poder, acabou de vencer uma terceira eleição presidencial, em que seus opositores tiveram muito poucas oportunidades de vitória ou de reação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só um minutinho.

Eu pediria a todos aqueles que estão aqui nos acompanhando que guardassem o mais absoluto silêncio, inclusive em relação ao celular. Vejo aqui um servidor do Senado falando no celular. Por favor, aqui deve-se guardar o mais absoluto silêncio. Quem quiser conversar, o faça lá fora. Quem quiser falar no celular, o faça lá fora, por favor.

Continue V. Exª.

O SR. RAUL DE TAUNAY – E, do outro lado, temos, então, uma aliança dos sociais-democráticos do Congo, formada em 2014 por uma coalizão de dois partidos e vários outros expressivos, que é a União Pana-Africana para a Democracia Social e outros partidos menores, que constituem hoje a única força de oposição razoavelmente organizada no país.

Dentro desse cenário, verificou-se o que todos esperavam ou temiam. Em 20 de março último, o Presidente Sassou Nguesso elegeu-se com mais 67% para um terceiro mandato, contra a plataforma eleitoral da oposição. Porém o fez através de manobra até hoje contestada, que foi a realização de um referendo em outubro último, aprovado pela população, que levou à promulgação, um mês depois, de uma nova Constituição, que permitiu a Sassou Nguesso disputar uma terceira eleição. Pela Constituição, eram só duas eleições. Ele teria que sair do poder. Ele se manteve.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – A maioria parlamentar...

O SR. RAUL DE TAUNAY – É dele. Absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Total.

O SR. RAUL DE TAUNAY – Absoluta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Num leve sinal de abertura, essa nova lei suprema estabeleceu a criação do posto de primeiro-ministro, com o objetivo de cooptar líderes oposicionistas para um novo governo, um terceiro governo de Sassou, dito de união nacional. O escolhido para o cargo foi um homem da oposição, um homem de primeira linha, que foi ex-membro da UPADS, que é o partido cujo nome completo falei agora, e foi ex-ministro das finanças do antigo Presidente Pascal Lissouba, que se chama Clément Mouamba.

Outro fator determinante da vitória eleitoral de Sassou foi a antecipação das eleições. Ele antecipou o dia. Ele antecipou as eleições, que seriam em junho, para 20 de março, mudando o antigo calendário e limitando com isso, naturalmente, a capacidade de mobilização das forças oposicionistas.

Ele também conseguiu o reforço da lealdade dos políticos à sua candidatura através de vários artifícios: aumentos salariais, promoções, cargos oferecidos a servidores públicos e aos militares próximos a ele, sobretudo aqueles das etnias do norte, que são etnias consideradas do feudo do clã presidencial. Então, é importante lembrar isso.

Na África, muitas vezes, as lideranças tendem a achar normal se eternizarem no poder, mais do que nós nas democracias ocidentais podemos conceber que seja possível, por razões culturais e mesmo tribais, porque eles são, de certa forma, até obedientes aos velhos, aos conselhos de anciãos. Eu morei quatro anos no Zimbábue. E minha vida começou a mudar como Embaixador quando visitei uma aldeia e o mais antigo ancião, que me deu um quadro muito nítido da política local. Então, a vontade dos anciãos é respeitada. Não sei se, nesse caso, a vontade foi respeitada, mas as reações ao pleito eleitoral foram imediatas e dominam até hoje as manchetes no País.

Os dois candidatos da oposição que perderam: o Guy Brice Parfait Kolélas, que é um ex-ministro da reforma do estado, chegou em segundo lugar; e o grande nome hoje no País, que é o General Jean-Marie Mokoko, que foi ex-Presidente do Conselheiro Sassou, ex-chefe do estado maior congolês, o que representa para o atual Presidente um certo perigo, porque ele tem entradas dentro da tropa. Ele foi chefe de estado-maior, ex-representante especial da Comissão da União Africana, na República Centro-Africana. Ele comandou tropas da União Africana para pacificar a região centro-africana. Quer dizer, ele é um homem com muita ascendência no exército. Ele chegou em terceiro lugar.

Diante de tudo isso, o que acontece hoje no Congo? O país está à volta com detenções políticas, manifestações populares constantes, operações com recursos na corte constitucional de ambos os candidatos que perderam, mas essa corte constitucional, até segunda ordem, é praticamente dominada também. E operações militares e policiais estão acontecendo atualmente, praticamente constantemente, nos bairros, nos hotéis, sobretudo contra um pastor chamado Ntumi e a sua milícia opositora, chamada Ninja, ambos acusados de estarem incentivando a desordem civil nos bairros sul de Brazzaville.

Diante disso, assiste-se hoje a violências praticamente diárias em Brazzaville. Há poucos dias, Sr. Presidente, o General Mokoko foi preso e isso acendeu um sinal de alerta no país. Alçado ao papel de principal figura da oposição, o General está com a vida no fio da navalha. Com uma campanha eleitoral financiada pelo grupo nuclear francês Areva e uma esposa senegalesa, que mora em Dakar e que, de lá, assumiu a resistência dos resultados eleitorais, o General Mokoko pouco pode fazer.

O Presidente Sassou, em abril último, teve sua vitória eleitoral oficializada pela Corte Constitucional, e encontra-se hoje empenhado em acelerar o procedimento judiciário que qualificará Mokoko como inimigo da segurança do Estado. Assim, a situação tanto do Presidente reeleito quanto da oposição não está em nada assegurada, Senador. Nem o novo mandato de Sassou está plenamente garantido e muito menos está assegurada a reversão dos resultados eleitorais, como esperava a oposição.

Vive-se, portanto, uma incerteza, uma queda de braço política, logística e midiática, que envolve forças internas locais, forças continentais africanas e forças externas europeias, norte-americanas, asiáticas, que deverei acompanhar e analisar em minhas comunicações à Secretaria de Estado e que darão sentido a minha presença na região.

Todavia, o que posso adiantar a V. Exªs, sem medo de errar, é que as informações que nos chegam já dão conta de que o Presidente Sassou se encontra hoje embaralhado na mesma armadilha que ele colocou para chegar ao Poder, a desobediência civil. Desobediência ainda tímida, mas crescente nas forças políticas e populares, antagônicas ao seu regime.

Das comunicações e análises a que tive acesso mais recentemente, prevê-se que ele tenha hoje três opções muito nítidas nesse terceiro mandato. Primeiro, ou ele assume um diálogo político inclusivo, com a sua saída do poder negociada, através da formação de um governo de transição, que organizaria futuras eleições, ou ele se engaja como fez Mugabe, no Zimbábue, numa resistência a todo custo, que poderia levar o país a uma terceira guerra civil. O país, nos últimos anos, já teve duas guerras civis. Uma terceira guerra civil seria bastante trágico para esse país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Considera-se, então, que, passado o primeiro mês de instalação do novo Primeiro-Ministro Clément Mouamba, o país se vê, igualmente, diante de uma crise econômica inesperada. Pela primeira vez, todas as receitas fiscais, não fiscais e aduaneiras ultrapassam as receitas do petróleo, a principal fonte de sobrevivência do país, constituindo-se, esse fato, num abalo, um desvio indesejado de rota, da rota da estabilidade que o país estava seguindo há pouco tempo, e o país deverá preparar-se para enfrentar juntamente com a crise política.

E entrando, pois, no domínio da economia, se eu ainda tiver tempo, eu gostaria de dizer que muitos são, de todas as partes do mundo, eu diria, aqueles que querem administrar a economia do Congo, a economia do quarto maior produtor de petróleo da África subsaárica; o terceiro é a Guiné Equatorial. E eu estive lá há pouco tempo em uma missão e pude ver o quanto é fantástico o que o petróleo tem feito de extraordinário hoje em dia, pelo menos na construção civil, em infraestrutura na África.

São muitas as parcerias nessa área específica do petróleo, dominada pela companhia francesa Total.

Eu queria, se me permitirem, abrir um parágrafo para dizer que fico muito feliz com a presença do Senador Tasso Jereissati, a quem agradeço sinceramente a leitura em plenário do meu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu agradeço pelo relatório.

O SR. RAUL DE TAUNAY – Eu agradeço. Eu procurei visitar V. Exª, mas infelizmente essas últimas semanas, o senhor sabe, têm sido muito difícil. De qualquer forma, fica o meu registro do meu respeito e agradecimento ao senhor.

Então, a companhia francesa domina essa área econômica. A ENI, italiana, e a Chevron, norte-americana, estão igualmente presentes, além de várias outras companhias vinculadas. A empresa nacional de petróleo do Congo participa em vários campos e tem importante empresa de refinaria, a Coraf, e abriu parceria recente com a Sonangol, de Angola.

Contudo, tendo em vista que as mudanças dos preços do petróleo e a saúde do setor determinam as variações do PIB congolês e a capacidade própria de implementar políticas para os demais setores no país, há hoje imensa preocupação no país sobre se a produção de petróleo, que monta aproximadamente 250 mil barris por dia, deverá cair ou aumentar nos próximos anos.

Em 2013, o Congo-Brazzaville figurava no 33º lugar na lista dos maiores produtores, responsável por 0,34% da produção mundial. É pouco, mas para esse país é uma receita razoável. Descobertas da ENI, italiana, recentemente no bloco de exploração, eu agradeço. Eu procurei visitar V. Exª, mas infelizmente essas últimas semanas, o senhor sabe, têm sido muito difícil. De qualquer forma, fica o meu registro do meu respeito e agradecimento ao senhor.

Então, a companhia francesa domina essa área econômica. A ENI italiana e a Chevron norte-americana estão igualmente presentes, além de várias outras companhias vinculadas. A empresa nacional de petróleo do Congo participa em vários campos e tem importante empresa de refinaria, a Coraf, e abriu parceria recente com a Sonangol, de Angola.

Contudo, tendo em vista que as mudanças dos preços do petróleo e a saúde do setor determinam as variações do PIB congolês e a capacidade própria de implementar políticas para os demais setores no país, há hoje imensa preocupação no país sobre se a produção de petróleo, que monta aproximadamente 250 mil barris por dia, deverá cair ou aumentar nos próximos anos.

Em 2013, o Congo-Brazzaville figurava no 33º lugar na lista dos maiores produtores, responsável por 0,34% da produção mundial. É pouco, mas para esse país é uma receita razoável. Descobertas da ENI italiana recentemente no bloco de exploração Marine VII, na região de Nkala, de um potencial de 250 a 350 milhões de barris anuais, tenderão a reverter para melhor esse quadro. Mas nada está assegurado, Sr. Presidente, em função do cenário político atual e das incertezas do mercado do petróleo, que têm tocado a praticamente todos os países hoje no mundo.

As incertezas desse mercado estão levando o governo a priorizar a diversificação de alternativas muito prioritárias em outros setores importantes do país, tais como o setor mineral, onde abundam diamantes, ouro, potássio, cobalto, minério de ferro; o setor industrial, concentrado em bens de consumo não duráveis, tais como cerveja, açúcar, óleo de palma, sabão, farinha, cigarros, representando 10% do PIB; e o setor madeireiro, riquíssimo, em função da abundante floresta do país, uma selva. O termo técnico é uma selva ombrófila tropical úmida, que se estende – a mata sombreia por lá, Sr. Senador por toda a planície da bacia do Congo, correspondendo sua exploração a 7% do PIB.

Em termos de empreendimentos, de empreendedorismo, podemos dizer que o governo tem levado, com muita seriedade, as Zonas Econômicas Especiais. Agora, diante dessa situação política que contei, não sei se o governo poderá continuar dando a prioridade que estava dando às Zonas Econômicas Especiais, que têm sido discutidas e planejadas para atrair investimentos e melhorar a infraestrutura, tão ausente no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Gastos têm sido também feitos pelo governo, sobretudo em política econômica, para atrair a boa vontade e a segurança aos investimentos externos.

De 2002 a 2003, o Congo-Brazzaville privatizou importantes estatais: bancos, empresas de telecomunicações e de transportes.

Isso foi um momento de pragmatismo que o Presidente que se mantém, como falei antes, achou recomendável, de aproximação com a França, porque o país dele estava com uma dialética muito planejada e bastante ideológica. Ele achou por bem, para obter maior apoio da França, privatizar. E ele o fez.

(Soa a campainha.)

O SR. RAUL DE TAUNAY – Em termos monetários, o Banco do Estado da África Central, que é o Banco Central Regional, continua a priorizar o controle da inflação – isso até agora está controlado – e a manter a moeda comum a uma taxa de conversibilidade fixa e estável com o euro.

Quanto ao comércio, no ano de 2015, podemos dizer que a evolução comercial da República do Congo somou 6,55 bilhões em exportações e 3,35 bilhões em importações, com um saldo comercial de 3,20 bilhões, sendo os principais compradores do Congo, em 2004, a China, a Austrália, o Gabão, Cingapura e Angola. O Brasil se encontra na 78ª posição. Mesmo assim, é uma posição razoável, considerando as condições do país.

E os principais vendedores, em 2014, para o Congo foram a França, a China, a Bélgica – a Bélgica é de se esperar em função do Congo belga, que está ali, ao lado –, a Itália, os Estados Unidos. O Brasil, como vendedor, se coloca bem melhor: em nona posição.

Há muitos quadros e tabelas, e não vou incomodar os senhores nisso.

Seria importante falar um pouco da política externa, que sempre teve uma retórica antiocidental, de alinhamento aos países socialistas. Ainda prevalece em parte, bastante enfraquecida – creio eu –, desde que, a partir de 1980, o pragmatismo virou o jogo e levou a um melhor acerto com a França, que continuava a ser a maior fonte de ajuda externa.

Prevaleceu também e ainda prevalece hoje – e sempre, eu diria – uma grande ênfase nas relações com os países africanos. O país é membro da União Africana, é membro da Comunidade Econômica e Monetária da África Central, é membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Central, é membro da Comissão de Florestas da África Central e é muito ativo.

O Presidente Sassou, por estar há muito tempo no poder e por conhecer melhor o mundo, tem buscado parcerias novas, alternativas, em países que ele considera importantes para diversificar um pouco o quadro da cooperação. Dentre eles, naturalmente, eu citaria aqueles que os senhores estão fartos de saber que são a China, os Estados Unidos, a Rússia e o nosso Brasil. Desses, a China é aquela que tem trazido maiores e mais pesados investimentos ao país hoje, sobretudo nos setores do petróleo, das florestas e das minas.

Naturalmente, um país que está sempre em conflitos tem litígios e pendências. As principais são as indefinições fronteiriças, que são indefinições antigas, praticamente históricas, ao longo do Rio Congo, com a República Democrática do Congo, e o tráfico de pessoas que existe ainda. Há uma servidão humana que é mormente oriunda do Benim e da República Democrática do Congo e que causa hoje imensos transtornos e discussões em Brazzaville, sobretudo com ONGs internacionais e grupos de direitos humanos que não confiam nos métodos empregados pelo governo do Presidente Sassou para combater esse mal.

Em termos de segurança, em função de sua até agora razoável estabilidade e organização militar, o Congo-Brazzaville exerceu e ainda vem exercendo, poderia se dizer assim, um papel mediador e promotor de paz na região. Por quê? Porque realmente a República do Congo está entre dois campeões mundiais em guerras que são: a República Centro-Africana e o Zaire ou República Democrática do Congo, que já está com quatro décadas de guerra civil que não para.

Então, a República do Congo, o Presidente Sassou, nisso, por ele ter um firme controle das Forças Armadas, ele consegue enviar, quando necessário, certas milícias, certas tropas para acalmar a situação quando começam as matanças muito grandes. Porque lá ainda é o que infelizmente se verifica.

Quer dizer, eu até peço a compreensão. Porque eu já estive na África muitos anos...

(Interrupção do som.)

O SR. RAUL DE TAUNAY – ... na guerra na Líbia e sei que é muito fácil discursar quando nós estamos indo para Genebra. Agora, quando nós estamos indo para Brazzaville, ficamos até meio sem palavras para dizer, porque a situação lá, sobretudo, também é a situação de assessoria. Possivelmente eu estarei bastante só lá e vou tentar fazer o meu melhor, porque eu sempre fiz.

Multilateralmente, Brazzaville apoia a reforma da ONU no Conselho de Segurança e defende dois assentos para a África nesse conselho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agora entramos na parte que nos interessa realmente, se eu ainda tiver alguns minutos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Já poderia encaminhar para a conclusão porque depois nós vamos ter a participação dos Senadores.

O SR. RAUL DE TAUNAY – As nossas relações são pouco expressivas, mas podem aprofundar-se.

O calendário de eventos evidencia um esforço muito maior da República do Congo em buscar esse aprofundamento.

Nós temos a nossa cooperação situada basicamente na cooperação técnica e cooperação humanitária, e as comissões mistas têm sido feitas. Agora há a tentativa do governo deles de tentar uma quarta comissão mista.

Eu teria muito a dizer, sobretudo no campo da dívida soberana. Quer dizer, eu não conheço muito. Existe um acordo de reescalonamento. Eu confesso que tentei, mas não consegui averiguar as minúcias dessa questão das parcelas que ainda vêm sendo pagas ou não. Mas está em meus planos ir para Brazzaville com esta questão muito bem informada. Eu vou visitar o pessoal do Banco do Brasil e do Banco Central para saber a quantas anda essa questão.

Com o conhecimento que eu tenho da África, eu posso dizer que, no momento atual em que entra a República do Congo, momento político grave, eu não sei se eles estão plenamente preparados para honrar até o fim esse parcelamento. Parece-me que são nove parcelas que correspondem a alguns milhões.

Eu acho que, neste momento, como sou eu que estarei lá, não quero em absoluto ter a má vontade do Presidente, porque é a minha segurança e a segurança dos 400 brasileiros que trabalham lá na Andrade Gutierrez, na Asperbras, outra empresa brasileira. Enfim, há também o grupo Magnesita, que é de Minas, que tenta....

Então, o Embaixador do Brasil, às vezes, tem que manter uma cordialidade, uma altivez, um sangue frio e uma cautela muito grande para não temer – eu até diria, sem querer dramatizar –, não temer a morte, porque se você, em num país como esse, se torna alvo, é uma coisa que pode ser perigosa, e eu não desejo isso para o representante do Governo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

A respeito desse último tópico da sua intervenção, eu me lembro de que até há algum tempo havia uma pendência que estava sendo discutida na Comissão de Assuntos Econômicos, a aprovação de um novo prazo, enfim, de um novo calendário de reescalonamento da dívida do Congo.

Eu, há coisa de alguns meses, conversei com colegas nossos que são membros da Comissão de Relações Exteriores, com o objetivo de apressar a deliberação sobre isso. Eu não sei em que pé isso está.

Penso que aqui entre os nossos colegas presentes o Senador Tasso Jereissati é membro da Comissão de Assuntos Econômicos – eu não sei se o Senador Jorge Viana e o Senador Lasier Martins também o são. Mas eu acho que seria importante se os senhores pudessem examinar esse problema, para que essa pendência seja resolvida, porque na verdade, não é nenhuma quantia planetária. Diante da gravidade da situação do país, da presença agora o nosso novo Embaixador, penso que seria muito importante se nós pudéssemos apressar a deliberação, se é que isso já não houve, em relação a esse assunto.

O Embaixador Raul de Taunay tem já experiência em guerra. Visitou cenários realmente muito conturbados...

O SR. RAUL DE TAUNAY – Também tive boa vida, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas esteve em Trípoli.

O SR. RAUL DE TAUNAY – Fui conselheiro do Embaixador e ex-Presidente Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu sei disso. Mas ainda, recentemente, representou o Brasil no Zimbábue, no meio de uma guerra civil.

O SR. RAUL DE TAUNAY – Estava à beira de uma guerra civil. A maior inflação do século passado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Com a maior inflação do século passado

Agora, contrastando com essa situação conturbada, difícil, nós temos agora a República do Cabo Verde, que é um país bem arrumado, um país que conseguiu alcançar um patamar de renda de nível médio; não tem grandes recursos naturais. Nós temos uma relação diplomática bilateral muito positiva em vários campos.

Até recentemente, Senador Tasso – eu não sei como está –, foi aberta uma linha aérea ligando Fortaleza à Ilha do Sal.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Recife também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Recife também, embora talvez não haja muitas conexões a partir de lá.

Eu passo a palavra, agora, ao Embaixador José Carlos de Araújo Leitão, que foi indicado para nos representar na República de Cabo Verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Bom dia a todos os presentes; Srs. Senadores; membros e funcionários da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Cumprimento também meus colegas aqui presentes, diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, que muito me honram com a sua presença neste momento.

Gostaria de singularizar, a propósito, a presença do Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, recentemente empossado como o novo chefe do Departamento da África, do Itamaraty.

A introdução do Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente desta Comissão, a respeito de Cabo Verde, realmente indica que, ao contrário da intensa vivência do meu colega e amigo Raul de Taunay, Cabo Verde não tem registros de guerras para contar, porque na verdade, Cabo Verde hoje é um país exemplar no contexto africano, sobretudo por sua estabilidade política. Cabo Verde é um país muito bem avaliado pelos indicadores econômicos de que dispomos, sobretudo no âmbito das Nações Unidas. O Índice de Desenvolvimento Humano de Cabo Verde é realmente merecedor de registro.

Cabo Verde tem, além de tudo, e acho que para início de conversa, uma histórica importância na organização do espaço atlântico. O arquipélago de dez ilhas, em que nove são habitadas e apenas uma não, é um ponto geoestratégico muito importante, porque se olharmos no mapa, nós veremos que o país Cabo Verde é uma ponte entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Isso já confere ao arquipélago uma importância muito especial na geopolítica do Atlântico como um todo.

Cabo Verde está a 500 quilômetros da costa africana. Então, ele tem um distanciamento não só da geografia mas dos problemas políticos da África de uma forma muito visível. Eu, hoje, sirvo num país que está a 300 quilômetros da costa africana, no caso São Tomé e Príncipe, há 300 quilômetros da costa do Gabão.

O que se pode verificar é que a sensação de isolamento de um país na África, por ser um estado insular, traz desvantagens, mas também traz vantagens. A distância dos problemas faz com que eles demorem a chegar.

Para os senhores terem uma ideia, em São Tomé e Príncipe, por exemplo, e seguramente em Cabo Verde também, não houve registro do vírus Ebola, um tormento em matéria de saúde pública que criou sérios problemas para os países do continente africano.

O total da população dessas nove ilhas habitadas é de cerca de 500 mil habitantes, o que faz também que, do ponto de vista demográfico, seja um país muito equilibrado, quer dizer, é estável politicamente. Mas também essa distribuição se faz de uma maneira mais ou menos equânime, o que torna o país um país muito equilibrado no sentido populacional também.

E eu aproveito já esse gancho para dizer que São Tomé e Príncipe hoje, entre os países africanos, e não só entre os africanos, já é um país considerado avançado do ponto de vista da preservação da ecologia. Então, acho que a preservação ambiental em Cabo Verde hoje é motivo de nota, é alvo de elogios internacionais, o que também é um ponto a favor do país, da nação, em sua totalidade.

Os cabo-verdianos têm uma característica do ponto de vista internacional. Qual é? Há uma população, já mencionada, de cidadãos cabo-verdianos nascidos lá e que moram no país, mas há, por força de uma diáspora, que é tão comum nos países africanos, uma outra população de cerca de 1,2 milhão cidadãos fora do arquipélago. Então, hoje, por exemplo, é expressiva a presença de cidadãos cabo-verdianos, emigrantes cabo-verdianos nos Estados Unidos. Mas, na verdade, há cidadãos cabo-verdianos espalhados por cinco continentes. Então, é uma diáspora muito singular e é uma diáspora muito efetiva de um fenômeno populacional que faz com que o contingente que está fora, do ponto de vista humano, seja maior do que o contingente que habita as nove ilhas habitáveis do arquipélago.

Cabo Verde tem para nós, no Brasil, do ponto de vista histórico, uma importância fundamental, porque o arquipélago está ligado à pré-história do nosso País. Recordemos que, em 1494, foi estabelecido entre Portugal e Espanha – como recordam, nós aprendemos isso no colégio, – um Tratado de Tordesilhas que dizia que seriam da coroa portuguesa as terras descobertas a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde.

O famoso Meridiano de Cabo Verde, que vai de Belém a Laguna, e que depois teve sua fronteira expandida, por força de vários fenômenos que todos conhecem eu não vou fazer o registro aqui,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Expandido e consolidado pelos diplomatas.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Consolidado, exatamente. Primeiro, pelos bandeirantes e, depois, pelos diplomatas.

Então, eu queria ressaltar que a presença, a ideia de Cabo Verde é anterior, na verdade, à própria descoberta do Brasil, porque o Tratado de Tordesilhas data seis anos antes da chegada de Cabral à costa da Bahia.

Outro dado interessante que eu localizei as minhas pesquisas e que mostra que, já no século XV, a posição geoestratégica de Cabo Verde determinava a importância do país é que tanto a esquadra de Vasco da Gama quanto a de Cristóvão Colombo e também a de Pedro Álvares Cabral passaram pelo arquipélago para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

abastecimento de água e víveres. Então aquela posição já mencionada por mim geoestratégica do país hoje no Atlântico já era reconhecida no século XV, quando os grandes navegadores, cada um com a sua rota e cada um com o seu objetivo, fizeram uma escala em Cabo Verde estratégica para abastecimento de suas necessidades.

Então, eu acho que, com isso, eu demonstro que, ao longo dos séculos, essa posição privilegiada no Atlântico é muito importante para nós traçarmos a identidade do país.

Bem, desde meados no século XIX, ainda na história, houve um aumento da frequência de barcos brasileiros em Cabo Verde. Estamos aí ainda no Brasil Império, como recordam e ainda na fase de escravatura no Brasil.

Outro dado importante de ligação entre os países nessa bilateralidade que eu acho muito interessante é a influência de autor brasileiros na literatura cabo-verdiana. E aí nos dois segmentos, tanto na prosa quanto na poesia, nós temos a influência de autores brasileiros na produção por autores cabo-verdianos de obras que lembram até muito obras feitas no Brasil. Exerceram influência comprovada entre os intelectuais cabo-verdianos José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, Jorge Amado, Gilberto Freyre, entre outros.

Há outro aspecto que é importante nós citarmos, e aí já passamos mais para a realidade atual, porque a história teria muito que contar, mas evidentemente no tempo regulamentar de que eu disponho eu não posso me estender muito sobre ela. Eu apenas toquei nos pontos que me pareceram mais relevantes. Nós temos a questão da cooperação. E, nesse caso aqui, a cooperação ainda no âmbito do Hemisfério Sul basicamente.

Eu nunca havia trabalhado, até exercer a função de Chefe da Missão do Brasil em São Tomé, com cooperação na minha vida. Aconteceu de nunca ter coincidido. E eu, em São Tomé, passei a ter isso como um assunto diário. Um dos pilares da Embaixada do Brasil em São Tomé, onde hoje eu vivo, é justamente a cooperação. E é um dado muito interessante, porque, às vezes, com interlocutores de países mais desenvolvidos, eles sentem uma certa curiosidade de saber de que maneira essa cooperação se processa. E eu tenho uma regra geral para responder a esta pergunta – e tenho certeza de que o Ministro Wladimir Valler vai concordar comigo, porque é um grande especialista na matéria, inclusive tem tese bem sucedida e muito elogiada sobre isso: o fato de não ser um país completamente desenvolvido não invalida o esforço brasileiro de, por intermédio de suas ilhas de excelência que foram sendo estruturadas ao longo do tempo, vir a fornecer a um parceiro menos desenvolvido um pouco do seu *know-how* com relação a essas necessidades de parceiros preferenciais.

Cabo Verde está justamente nesse grupo. Não é, digamos assim, porque essa expressão é um pouquinho perigosa e prefiro não usar, de falar de parceria estratégica, mas é seguramente um parceiro preferencial do Brasil não só pelo efeito da língua – ambos no âmbito da CPLP, como todos sabem –, mas também pelo fato de que países como Cabo Verde estão prontos para receber uma cooperação por parte do Brasil oriunda dessas ilhas de excelência que temos na Administração Pública federal brasileira.

Então, é justamente nesse campo que vou subdividir esse conceito geral de cooperação em três grupos. Seria a cooperação técnica propriamente dita, a cooperação humanitária e a cooperação educacional. Não sei se estou certo. É apenas um artifício que estou usando aqui para tornar a coisa um pouquinho mais clara, porque a palavra cooperação é muito ampla. Então, é preciso explicar um pouco como essa coisa se passa em países africanos de língua portuguesa, que é justamente a minha experiência atual e, tudo leva a crer, se eu contar com o apoio e a aprovação de V. Exªs, a experiência que se avizinha no meu futuro.

Ilhas de excelência. Exemplo prático para entenderem melhor: o Senai é uma ilha de excelência no Brasil, tem uma folha de serviços bastante elogiável e muito importante não só em Território brasileiro, mas também hoje já no exterior, em especial na África, e construiu um centro de capacitação profissional. No caso – isso, certamente, é do conhecimento do Senador Tasso Jereissati –, o Senai Ceará construiu, em Cabo Verde, esse centro de formação profissional. No caso de São Tomé, foi o Senai Pernambuco, mas é sempre o Senai, que não está só na África. Já há dois casos, inclusive louváveis, na Jamaica e no Paraguai, de obras do Senai com esse mesmo espírito e muito bem-sucedidos. Quer dizer, no caso de São Tomé, eu posso dizer que o curso de capacitação profissional hoje é a obra mais importante da cooperação brasileira no país desde a implantação da Embaixada, em novembro de 2003. Imagino que em Cabo Verde também seja da mais alta relevância a atuação desse centro construído pelo Senai.

Mas há outros projetos, como, por exemplo, projetos ligando a questões bem-sucedidas de conhecimento no âmbito da Caixa Econômica Federal e do Banco Central, que, aliás, também se aplica a São Tomé. Então, nesse ponto, há um paralelismo de ações exitosas nos dois países, ambos de língua portuguesa, na África, ambos, como o Brasil, membros da CPLP.

Eu faço também uma sugestão – e entendam, por favor, que não é uma crítica, e vou lutar muito por isso quando estiver em Cabo Verde – de aumentar a possibilidade de uma maior presença da Embrapa em Cabo Verde. No caso de São Tomé, foi uma tentativa não exatamente bem-sucedida. No fundo, eu não dei muita sorte nesse sentido, fazendo uma apreciação sobre minha atual experiência, porque a Embrapa que eu visitei em 2011 – e visitei vários Diretores, inclusive o Presidente da época, que já não é mais o mesmo – passou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

muitas transformações internas, por muitas reestruturações e, ao contrário do passado, a Embrapa não pôde, nesses últimos quatro anos, cumprir um papel mais atuante em São Tomé. Eu gostaria muito de ver isso concretizado em Cabo Verde, porque no discurso da Cúpula da Asa, em 2013, a Senhora Presidente, naquela altura, ofereceu os serviços da Embrapa para os países africanos e isso causou uma excelente repercussão internacional no continente. Mas, como eu já mencionei, essa ajuda acabou não chegando, ou, se chegou, chegou de uma maneira muito tênue, que não teve, como instrumento de aproximação e de política externa, o valor que poderia ter tido. O que é surpreendente, não só para mim, mas também para os africanos, é que, desde 2006, a Embrapa tem um escritório montado em Acra, Capital de Gana.

Fica aí uma observação, que eu acho importante, de que a Embrapa pode ter um papel maior nesse campo de cooperação técnica. A expectativa é mais do que justificável porque, no passado, quando nem tínhamos ainda embaixada, e logo nos primórdios dos primeiros anos de embaixada instalada em São Tomé, por exemplo, nós tivemos a presença da Embrapa de forma muito vigorosa. Eu acho que é uma aspiração de todos que ela volte a prestar uma assistência na área agrícola, que seria muito bem-vinda, eu tenho certeza, não só a Cabo Verde, mas a outros países da África.

Mencionando a cooperação humanitária, ela passa, evidentemente, por uma área muito sensível e muito importante, que é a cooperação na área de saúde. Hoje, o Brasil é considerado exemplar, como um país que equacionou minimamente o combate à Aids. Todo esse conhecimento é recomendável e até – que assim seja – exportável, para que outros países que também deparam com esse problema e que tenham menos recursos do que o Brasil possa se beneficiar daquele conhecimento que nós obtivemos.

Há outro aspecto importante também, e, no caso, eu acho até que mais em São Tomé do que em Cabo Verde. Desculpem, porque eu estou há mais de quatro anos em São Tomé, então, a minha realidade, a minha fala sobre o futuro posto, na minha realidade, é perpassada, aqui e ali, pela experiência atual, porque, na verdade, são dois Estados insulares, os dois são africanos, os dois são lusófonos, então, têm muitos pontos de contato, como podem imaginar.

No caso, por exemplo, do combate à tuberculose, doença que no imediato pós-guerra o Brasil enfrentou de forma muito forte essa ameaça, porque é uma doença realmente muito grave, nós temos alguns bolsões de tuberculose a serem combatidos na África e o Brasil pode, por força do seu conhecimento e por força da sua experiência no combate à tuberculose, aliás, experiência bem-sucedida, diga-se de passagem, ajudar muito os países africanos a...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – ...controlar e combater esse mal.

No caso de Cabo Verde, não cabe uma menção como caberia em outros países africanos. E tanto o Embaixador Raul de Taunay quanto o Embaixador João Inácio Padilha sabem bem disso, porque ambos têm uma larga vivência de África. No caso de São Tomé, especificamente, não temos um registro maior na questão da malária.

A cooperação educacional é uma cooperação muito importante, porque temos os dois programas de estudantes de convênio: o PEC-G, o G traduza-se graduação; o PEC-PG, pós-graduação. E Cabo Verde é o recordista dos estudantes estrangeiros no âmbito do PEC-G e do PEC-PG no Brasil. Já são 2.933 alunos formados no Brasil. Entre eles, o mais notório é o ex-primeiro-ministro, que foi primeiro-ministro ao longo de 15 anos, José Maria Neves, que é formado pela EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública) da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Mas há vários outros ex-alunos cabo-verdianos ocupando ou que ocuparam altíssimos cargos na hierarquia da administração pública do país.

Bem, outro aspecto importante é a questão da presença da Unilab, como o Senador Tasso Jereissati bem sabe, em Redenção, a cerca de 50 quilômetros da capital Fortaleza. No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi instituída a Unilab, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que hoje é uma realidade. No ano passado, em abril, há pouco mais de um ano, eu estive lá, fiz uma palestra e vi ao vivo a realidade do sucesso do que hoje é a Unilab. Ela está em Redenção porque, em 1883, foi o primeiro centro populacional, primeira cidade, Município, digamos assim, que estabeleceu a abolição total da escravidão. Esse foi o critério usado pelo governo da época para fazer a Unilab no Município de Redenção, no Ceará.

Os cursos mais procurados são Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza, Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias. Vale esse registro.

No caso da área comercial, acho que ainda há uma certa timidez, mas com grande possibilidade de expansão. E hoje, como exemplo desse segmento, temos já um certo interesse de cooperação na área empresarial na questão da produção de camarões. E há um grupo cearense em Cabo Verde também.

E não posso deixar de mencionar, por ser inclusive muito bem-sucedida, a cooperação naval. Nós temos em Cabo Verde a Missão Naval e, recentemente, a Adidância Naval. A Missão Naval é uma das três do Brasil na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

África. Nós temos na Namíbia, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. A adidância foi criada com a ideia justamente daquilo que vai ao encontro do que eu disse no início, da importância da posição geoestratégica do arquipélago para o Atlântico, sobretudo para o Atlântico Sul.

Vou concluir mencionando timidamente o que eu pensaria do ponto de vista de projetos no futuro, com a esperança de que venha a ser aprovado por V. Exªs após essa arguição. Eu acho que os projetos de cooperação devem continuar, devem ser intensificados. Essa questão da defesa foi um ponto muito importante, e a criação da aliança naval vai trazer frutos, seguramente, para a relação bilateral.

Do ponto de vista cultural, acho que não há dúvida nenhuma. A língua ajuda muito essa ligação, toda essa proximidade que é tão importante entre os dois países.

Já mencionamos, volto a ressaltar, a questão dos dois voos: o de Fortaleza, já há mais tempo; o de Recife, mais recentemente. Mas são ligações diretas com o Brasil, que também ajudam a abrir para Cabo Verde a perspectiva de uma aproximação maior com a América do Sul, por via do Brasil.

A balança comercial é historicamente favorável ao Brasil, é um fluxo de US$20 milhões. Ao mencionar também um outro ponto importante, que acho que vai exigir muito da gente...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – ... porque, inclusive, estamos devendo. Como temos dívidas em outros organismos internacionais, estamos também devendo ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cuja sede é em Praia. Foi formado e instalado, em Cabo Verde, com o apoio do Brasil, e que deve muito ao estímulo de dois brasileiros, o ex-Presidente José Sarney e o saudoso Ministro e Embaixador José Aparecido de Oliveira.

Bem, para fechar esta apresentação, eu queria apenas dizer que Cabo Verde, se vier à minha vida, chega num bom momento. Acho que teria uma contribuição a dar ao relacionamento bilateral entre o Brasil e o país, na medida em que tenho a apresentar aos senhores dois momentos importantes da minha vida profissional, que é ter sido Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa, onde tive a oportunidade de trabalhar com o conterrâneo do Senador Tasso Jereissati, o Embaixador Paes de Andrade. Hoje exerço – há mais de quatro anos – a Chefia da Missão do Brasil em São Tomé.

Nunca tive, na minha vida – confesso aos senhores – nenhum projeto específico de lusofonia, mas, quando as coisas dão certo, a gente não deve brigar com o destino.

Muito obrigado pela atenção com que me ouviram.

São essas as minhas primeiras considerações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Nós vamos agora ouvir o Embaixador João Inácio Padilha, que já foi Embaixador nosso em Cabo Verde e em Botsuana. É o atual Embaixador. Foi Embaixador, também, em Botsuana e dirigiu a Divisão África 2, do Ministério das Relações Exteriores, numa época de grande dinamismo na nossa política africana. Agora, foi indicado para nos representar no Chipre, na República do Chipre.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, muito obrigado pela acolhida.

Srs. Senadores aqui presentes, membros da Comissão, senhoras e senhores, meus colegas, eu gostaria, em primeiro lugar, de chamar a atenção dos senhores ao mapa de Chipre. Como podem verificar, é uma ilha que está localizada no extremo oriental do Mar Mediterrâneo. Acho que todas as considerações que nós devemos fazer sobre Chipre estarão inevitavelmente condicionadas a essas circunstâncias geográficas.

É um país que domina, como podem ver, o Levante. Está muito perto de países extremamente importantes dessa região, tanto historicamente quanto na atualidade da política internacional, que são a Turquia, Síria, Líbano, Israel, o Egito lá embaixo, um pouco mais afastada a Grécia. E, no coração de toda essa zona extremamente dinâmica da política internacional, esse país que é Chipre, essa ilha que tem tido, ao longo de uma história extremamente atribulada, que leva mais de trinta séculos, até mais que isso, todas as consequências decorrentes da proximidade dessas regiões. É um país que, ao longo de milênios, foi praticamente afetado por todas as potências regionais de todas as épocas, desde mais ou menos dois milênios antes de Cristo.

Quer dizer, já foi um país acolhedor de refugiados turcos da Anatólia turca, refugiados do Egito muito antes dos faraós, foi ocupado por gregos, os micênicos, muito antes da época áurea da glória helênica. Depois viria a ser alvo de cobiças de califados árabes. Viria a ser dominado, conquistado por Alexandre o Grande, entrando, portanto, na sua fase helênica. Depois uma fase egípcia, com a Dinastia Ptolemaica, que vai culminar com a dinastia de Cleópatra, que foi efetivamente rainha de Chipre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Enfim, é uma história extremamente atribulada. Passou por várias mãos, depois chega o Império Romano, Júlio César, a considerar a posse de Chipre aos filhos de Cleópatra.

Terá sido o primeiro país que teve um governante cristão da história, graças ao ativismo da pregação de discípulos de Cristo, como São Barnabé, e mesmo alguns apóstolos. Parece que São Marcos passou por lá.

Depois entra numa fase o Império Bizantino, onde se afirma de uma maneira ainda muito mais firme o Cristianismo. E por aí vai.

Aí chegam as Cruzadas. Ricardo Coração de Leão conquistará Chipre, venderá Chipre para os cavaleiros templários. Os cavaleiros templários venderão Chipre para a Dinastia de Lusignan, que tinha os reis de Jerusalém. E por aí vai. É uma história absolutamente atribulada.

Finalmente, depois de passar por um longo período de dominação veneziana, chegamos ao Império Otomano, que estará em Chipre durante três séculos e só sairá de Chipre quando muito ameaçado por algumas potências da região, principalmente a Rússia, principalmente depois da Guerra da Crimeia. Eles sentirão a necessidade de, por medidas de proteção contra a expansão da Rússia naquela época, pedir o "socorro", entre aspas, do Império Britânico para proteger definitivamente aquela região e evitar, como uma contenção ao avanço possível da dominação russa.

Essa transferência de dominação do Império Otomano para o Império Britânico ocorrerá em 1878, durante o Congresso de Berlim, aquele famoso congresso de partilha das colônias, principalmente da África. Os britânicos, então, dominarão Chipre durante praticamente um século, 90 anos mais ou menos. Só entregarão a independência de Chipre em 1960.

Para caracterizar, eu acabei de exagerar um pouco nas tintas dessa tribulação toda histórica de Chipre, mas eu gostaria de citar aqui, só como o exemplo ilustrativo, uma passagem do ex-Embaixador brasileiro em Chipre, cumulativo, o Vasco Mariz. Ele era nosso Embaixador Israel e, cumulativamente, também em Chipre. Em uma conferência que ele fez há poucos anos atrás, sobre Chipre, especificamente, ele tem essa frase aqui:

> Gregos e turcos, venezianos e genoveses, cavaleiros de Rodes e da Ordem de Malta, sarracenos e cruzados, e hoje israelenses e palestinos, libaneses e iraquianos, egípcios e líbios, russos e norte-americanos se digladiam em permanentes intrigas políticas com cenas frequentes de capa e espada, assassinatos em sequestros, espiões de todos os países vizinhos que observam atentamente. Enfim, a ilha contém todos os ingredientes para um bom filme de aventuras tipo 007.

Essa tipicamente é uma palestra de improviso. Essa é uma transcrição que foi feita de uma conferência que o Embaixador Vasco Mariz fez, se não me engano, em 2007 ou 2008 ou algo assim. E, exatamente, por ser tão espontâneo, ele adorava Chipre. Como Embaixador de Israel, como cumulativo em Chipre, e adorava Chipre e estava sempre lá. Criou com Chipre uma intimidade extraordinária e um prazer de observar um país com uma história tão rica e um país com um presente também atribulado.

Chegaremos lá. Estou falando basicamente da história de Chipre, mas chegaremos agora ao presente. Esse o motivo, esse era o assunto principal dessa conferência do Embaixador Vasco Mariz. Chegaremos agora à famosa questão cipriota, que consiste no seguinte: essa Ilha está hoje dividida em duas partes. Infelizmente, nós não temos nesse mapa a linha divisória. Na parte norte, nós temos mais ou menos 1/3 desse território que está ocupado. Está perfeitamente visível aqui o Chipre do Sul, o Chipre grego, o Chipre com toda com toda uma afiliação cultural, linguística e social absolutamente grega. E a parte Norte, que é tudo isso que eu acabei de falar, mas, onde se lê grego, leia-se turco. Ali se fala turco, ali é dominado por um país, por uma nação que se estabeleceu em 1974, graças a uma grande confusão que vou tentar descrever a partir de agora.

O que aconteceu foi o seguinte. Em 1960, Chipre se torna independente do império britânico. Nessa época, a população de Chipre era dividida mais ou menos assim: 18% eram de turcos-cipriotas, e o restante, 77%, nessa época de 1960, eram de gregos-cipriotas, que tinham, em geral, uma ambição política muito grande, que era a união com a Grécia. Eles queriam fazer parte da Grécia, num processo que eles denominavam de *enosis*. Se eu chegar a ser Embaixador em Chipre, espero poder aperfeiçoar a pronúncia desses nomes. Suponho...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Tasso Jereissati poderá dar algumas lições ao senhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não é bem *enoses*, é *enosis*.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – É oxítona. Muito bem! É interessante isso. O motivo pelo qual falei como se fosse proparoxítona... Eu a usei assim graças a Vasco Mariz, que põe um acento circunflexo no "e".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas o Senador Jereissati tem mais familiaridade com o grego clássico. Não sei se o grego falado lá em Chipre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É que, na escrita grega, o acento circunflexo tem efeito contrário.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Olhem só! Muito obrigado. Depois, se o Senador tiver alguma disponibilidade, eu gostaria de conferir a pronúncia de alguns nomes também.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas, como bem falou o nosso Presidente, isso é do grego clássico, de Platão.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – O senhor é a segunda pessoa que conheço que compreende o grego. A outra pessoa era meu pai. Meu pai fez um longo curso de grego clássico também.

Voltando à questão cipriota, *enosis* é essa união que os gregos cipriotas desejavam ter com a Grécia. Eles desejavam fazer da Grécia a sua metrópole. Em contraposição a isso, os turcos-cipriotas criam – a palavra é turca – o *taksim*, que era a partição da ilha, exatamente como acabou aconteceu. E, possivelmente, num futuro, dependendo de um cronograma qualquer que pudesse ser observado, haveria a união dessa parte norte com a própria Turquia.

Para resolver esse problema, fazem-se duas coisas. Primeiro, foi feita a Constituição de 1960, pela qual, entre outras coisas, instituiu-se o regime presidencialista, no qual o Presidente é grego – esse Presidente será o famoso Arcebispo Makarios –, e o Vice-Presidente, turco. Essa Constituição vigora durante alguns anos.

Outra coisa extremamente importante foi um acordo feito entre britânicos, na época em que eles saíam de Chipre. Houve um acordo pelo qual, para evitar conflitos, mortes e dramas maiores entre gregos-cipriotas e turcos-cipriotas, facultava-se à Grécia e à Turquia o direito de intervirem militarmente caso esses dois países sentissem que os gregos-cipriotas ou os turcos-cipriotas estariam ameaçados.

Muito bem, o que houve, então? Aqui não vou descrever todas as peripécias que ocorreram nesse período. O fato é que foram muitas as peripécias, muitos acontecimentos, muitos eventos conflitantes entre essas duas partes. Graças a uma situação na Grécia – como se sabe, houve um golpe de Estado, a famosa República dos Coronéis nos anos 70 –, houve uma insegurança tremenda da parte turca, tanto dos turcos-cipriotas como também da própria Turquia, no sentido de que a Grécia iria reivindicar ou iria favorecer de maneira decisiva o *enosis*, a união de todo o Chipre com a Grécia. E, graças a isso, graças a essa grande insegurança da população turco-cipriota, a Turquia exerce seu direito de intervenção militar. Há a intervenção militar em 1974. Em 1975, uma figura muito importante na história de Chipre, que é o Denktash, que era o grande líder da parte turca de Chipre, declarará essa parte do norte o Estado Federado Turco de Chipre, e, não tão logo em seguida, oito anos depois, há uma declaração unilateral de independência dessa parte setentrional de Chipre, que terá, como tem até hoje, o nome oficial de República Turca de Chipre Setentrional. Esse é um país.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Essa República Turca de Chipre é reconhecida, é um país reconhecido internacionalmente? Como é isso?

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Não, senhor. Ela é reconhecida por apenas um país, e esse país chama-se Turquia. Nenhum outro país reconhece a República de Chipre Setentrional desde a sua criação até hoje.

No meio disso tudo, há um envolvimento cada vez maior das Nações Unidas para tentar pacificar, para tentar acalmar os ânimos entre gregos e turcos dentro de Chipre. Em 1964, desculpe-me, decide-se criar uma força de manutenção da paz da ONU, que existe até hoje. Essa foi uma força de paz que teve uma atuação muito grande principalmente em conflitos urbanos existentes dentro da capital de Chipre. É Nicosia ou Nicósia, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nicósia.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – É Nicósia. Muito bem! Essa era outra dúvida essencial.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Já? Bom, graças à ocorrência muito constante de conflitos urbanos dentro de Nicósia, estabelece-se, em primeiro lugar, um mandato muito importante de contenção disso e depois estabelece-se essa faixa que eles chamarão de linha verde – que, infelizmente, ali, está em vermelho –, uma faixa ocupada pelas Nações Unidas até hoje. E hoje ela tem uma função de grande importância de desminagem. Existe ali uma quantidade extraordinária. Já conseguiram desminar mais de 20 mil minas terrestres. Isso supõe que existam ainda umas 7 mil minas terrestres. Então, é bastante ocupado. Há uma atividade muito delicada. É uma força de paz que hoje em dia já não existe tanto para a contenção de conflitos, mas existe, sobretudo, para conter esse problema das minas.

Além disso...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador João Alberto está fazendo uma pergunta. Talvez fosse útil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Qual é a razão dessa divisão?

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – A razão diz respeito justamente à tendência histórica... Tendência, não; a uma afirmação histórica da parte grega de Chipre de unir-se à Grécia, de fazer com que a Grécia se tornasse a metrópole de Chipre, ser parte da Grécia. Isso era algo que ameaçava tremendamente os turcos cipriotas. Os turcos cipriotas, por seu lado, tinham uma ambição também, que era concentrar-se, ocupar essa parte norte e eventualmente tornar-se, mais tarde, uma parte da Turquia.

Esse foi, vamos dizer, o fator primário, o fator desencadeante mais óbvio. Havia vários outros motivos. Entre outros, o momento histórico em que se vivia naquela religiosidade também. Aliás, a religiosidade exerce em Chipre um papel extraordinariamente importante, a tal ponto que as lideranças religiosas exercerão em Chipre um papel mesmo de liderança étnica. E serão elas, muitas vezes, os tradutores de sentimentos nacionalistas desse tipo. Acho que para ilustrar bem o que acabo de dizer, basta dizer que o primeiro Presidente de Chipre foi o Makarios, um arcebispo, líder da Igreja Ortodoxa em Chipre. E exercem até hoje uma influência extraordinária, decorrente de toda essa história, decorrente de três séculos de ocupação bizantina ou de dominação bizantina e vários outros fatores extremamente importantes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Justamente. É um pouco diferente. O orgulho, vamos dizer, nativista é um pouco diferente. Ali não funciona tanto, não. Ali é um pouco diferente do que estamos acostumados a viver.

Isso tudo em decorrência de uma história muito peculiar, que tem muito a ver não só com essa variedade de influências estrangeiras, ao longo de muitos séculos de história, como também pelo fato de que era um sentimento que nasceu durante a dominação britânica. Tinha muito a ver com uma estratégia de resistência à colonização britânica.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Quer dizer, todas as guerrilhas que se organizaram em Chipre contra a colonização britânica foram, em muitas vezes, provocadas por esse sentimento de "greguice" – como eu poderia chamar esse substantivo, esse sentimento de pertença à Grécia?

Esse foi um elemento ideológico de grande importância nessa fase histórica.

Desculpe-me se estamos invadindo muito o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vamos encaminhar para a conclusão porque depois haverá a intervenção dos Senadores.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Eu gostaria imediatamente, então, Sr. Presidente, de prestar duas homenagens – vou aqui pular muitas páginas do meu plano – a dois brasileiros. Eu não poderia terminar esta apresentação sem isto.

O primeiro deles foi simplesmente o primeiro comandante desta força de paz, criada em 1964. Trata-se do General de Divisão Carlos Flores de Paiva Chaves. O General Paiva chaves era Comandante da Força de Emergência na Faixa de Gaza e no Sinai, em 1964, e foi enviado a Nicósia pelas Nações Unidas para organizar a instalação dessa força. Fica lá de 1964 a 1967 e será o grande negociador junto ao Arcebispo Makarios e junto ao então Vice-Presidente – lembrem-se da Constituição: presidente grego, vice-presidente turco – Fazil küçük. Ele foi o grande negociador de todo o plano de mobiliação militar das Nações Unidas nessa época.

A primeira homenagem eu gostaria de fazer a esse primeiro comandante militar, que deu muito da personalidade, do caráter desta força de paz até hoje.

A segunda homenagem é a um colega nosso: Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, que foi Secretário-Geral do Itamaraty durante a gestão do Ministro Afonso Arinos – nos anos 60, portanto. Havia sido Embaixador nas Nações Unidas. O Secretário-Geral das Nações Unidas U Thant nomeia o Embaixador Bernardes como seu representante em Chipre.

É muito interessante isso, porque agora estamos em 1966. É muito interessante isso porque essa experiência das Nações Unidas em Chipre terá passado por uma fase de maturação muito penosa, quer dizer, as Nações Unidas ainda não tinham uma maturidade muito grande em questão de mediação. Tinha havido an-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tes de 1966 alguns erros. Era muito uma cultura de ensaios e erros. Ainda não tinham se consolidado, de uma maneira muito rigorosa, várias das características dos mandatos que vigoram até hoje.

O Embaixador Bernardes terá tido uma importância extraordinária na correção de muitos desses erros.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – E eu cito – já temos apenas um minuto – uma observação de um grande comentador de Chipre, que é o James Ker-Lindsay, que descreveu, em curtas palavras, a importância do Embaixador Carlos Alfredo Bernardes em Chipre, que eu cito: em vez de tentar elaborar propostas formais para que as partes negociassem – esse era o grande erro –, a ONU tentava apresentar aos gregos e aos turcos propostas que não tinham sido combinadas devidamente, não tinham sido antecipadas com esses dois lados, da maneira como deveria ser, com as conveniências que deveriam funcionar.

Bernardes, então, em vez de tentar elaborar esses planos e essas propostas formais, concentrou-se em simplesmente encorajar o diálogo; encorajar, encorajar e encorajar até se aproximar da maneira praticamente mais sociável possível, sociabilizando os dois lados. E é uma coisa que é impressionante. Hoje em dia, todos os comentários que se fazem sobre a situação, sobre o conflito hoje em dia levam em conta, em primeiro lugar, essa necessidade da aproximação, e, muitas vezes, funciona. Estamos vivendo hoje um momento de muito otimismo graças ao fato de que, entre os dois líderes atuais: da parte grega, o Presidente Anastasiades...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Anastasia? É verdade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Poderíamos fazer mais um *intermezzo* linguístico nessa conclusão do Embaixador, mas eu pediria que V. Exª concluísse porque temos ainda várias questões a deliberar, e os Senadores gostariam de intervir.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – E, da parte turca, o Mustafa Akinci. Essas duas partes se dão muito bem, são amigos até. E espera-se, graças a essa amizade, a essa cordialidade, a essa civilidade... Se quiserem, eu teria uma parte, evidentemente, sobre relações bilaterais, e teria o maior prazer em falar sobre isso. Dependeria, portanto, das perguntas que fossem feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Nós temos o primeiro inscrito, que é o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Nossos eminentes embaixadores, colegas Senadores, a rigor, eu tenho uma única pergunta para os nossos três convidados, e quero começar pelo Embaixador Raul de Taunay, a quem eu cumprimento também pela bravura, porque V. Exª, pelo que ouvi de sua dissertação, é um Embaixador guerreiro, porque tem ido para países em guerra.

A sua descrição do Congo me deixou muito impressionado e preocupado porque V. Exª, Embaixador Raul, mostrou que o Congo é atualmente um país de guerra civil, de doenças, de pobreza, e falta infraestrutura para atrair investimentos. Eu cheguei a ter vontade de lhe dizer que rejeitaria a sua indicação porque é exigir demais de um embaixador ir para um lugar com tantas dificuldades, mas, se não vai V. Exª, vai outro brasileiro. E, como V. Exª está acostumado a enfrentar dificuldades – e nisso há uma grandeza e uma responsabilidade funcional elogiáveis –, temos certeza de que, daqui a pouco, V. Exª entrará no circuito Elizabeth Arden para compensar esse sacrifício por que tem passado. Daqui a pouco V. Exª vai para a charmosa elite das embaixadas.

Mas, aí, Embaixador, eu tenho uma curiosidade que tem sido a do nosso Senador Tasso Jereissati, que acaba de sair. O Senador Tasso tem perguntado constantemente: "O que o Brasil ganha com isso?" Isto é: qual é a relação de troca que nós temos com um país tão empobrecido, tão conturbado como é a República do Congo? Embora nós sabemos que lá está, há algum tempo, a Andrade Gutierrez, o que me chama a atenção, porque, pelas informações que tenho e que buscamos, vários projetos de infraestrutura na África, particularmente no Congo, têm a presença da Andrade Gutierrez, e aí eu fico me perguntando o que será que a Andrade Gutierrez ganha em um país tão pobre? Inclusive, em 2013, o Congo teve – e até lhe peço para me confirmar – perdoada uma grande dívida com o Brasil por iniciativa da Presidente Dilma. Eu tenho o dado aqui de US$352 milhões, que Dona Dilma perdoou. Não há problema. Somos um país rico. Temos dinheiro sobrando. Tudo bem.

Agora, a minha pergunta: o que nós negociamos com o Congo? O que o Congo tem para nos dar? E aí eu disse o que referiu o Senador Jereissati porque essa é uma pergunta que o Senador Tasso tem feito constantemente, e eu aderi a essa orientação. Numa época em que o Brasil tem dificuldades econômico-financeiras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

com toda essa crise que nós conhecemos e que dispensa aqui comentários, por que nós gastarmos com embaixadas em países que, no terreno, não tem nada a nos dar?

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Já encerro, Senador, sei que muitos colegas querem falar.

Eu gostaria que V. Exª me respondesse.

E Já que o Embaixador João Inácio Padilha fez uma homenagem aqui a brasileiros que tiveram uma participação em missão de paz no Chipre, quero dizer que, pela pesquisa que fizemos, temos um brasileiro do meu Estado, da cidade de Rio Grande, que, por designação da ONU, esteve no Congo há três anos trabalhando pela paz, o Sr. Carlos Alberto dos Santos Cruz. Numa entrevista dada à *Folha de S.Paulo* há dois anos, no dia 26 de abril de 2014, disse: "A ONU não é onipresente e não pode ser responsabilizada por crimes que não pode impedir, os grupos que atuam na região [do Congo] são puramente criminais". O que parece ser a tônica dos conflitos lá, são de delinquência.

Eu repito essa mesma pergunta, Senador Aloysio, para os nossos eminentes José Carlos Araujo Leitão, João Inácio Padilha: O que o Brasil tem a ganhar, quando deveria fazer mais economia? Nós temos gastos imensos; nós temos aluguéis de embaixadas, de consulados, que estão atrasados; há o problema até de remessa das verbas necessárias, que são em dólar e que têm sido retidas. E nós gastando com uma imensidade de embaixadas que não sei se valem a pena. Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora Ana Amélia gostaria de intervir?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fui Relatora *ad hoc* do Embaixador José Carlos de Araujo Leitão, indicado para Cabo Verde, conheço também o trabalho e a história dos demais Embaixadores, desejo sucesso a ambos. Quero apenas dizer dessa referência, dessa ênfase dada por V. Exª na questão do papel da Embrapa nessas regiões. O escritório central em Gana foi mencionado há pouco, eu estava presidindo a Comissão de Agricultura, com a presença do Ministro Blairo Maggi e também do Presidente da Embrapa, Maurício Lopes, e se viu realmente que, além de o Brasil ter feito um avanço, um salto de qualidade na produção agropecuária brasileira – hoje é um dos maiores protagonistas mundiais –, a Embrapa também tem auxiliado esses países. Essa cooperação foge um pouco do alcance meramente econômico, mas tem um alcance social relevante. Acho que a diplomacia trabalha bem nisso. Quero desejar sucesso ao senhor e a todos os demais Embaixadores.

Aguardo também para a leitura do relatório de mais um candidato, que vai para o Primeiro Mundo, Noruega e Islândia.

Presidente, muito obrigada e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador João Alberto, V. Exª gostaria de intervir?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Presidente, eu gostaria só de fazer um comentário. Eu me interesso muito pelas coisas da África. Nós chamamos Portugal a pátria mãe, e, com a África, o Brasil tem uma dívida muito grande. Para cá nós trouxemos até príncipes para servir como escravos do Brasil. Eu sou do Maranhão. Acho que é até justo, por uma questão humanitária, todos ajudarem a África nessa situação difícil. Ainda mais, acredito que, se nós não ajudarmos a África, poderemos ter muitos problemas, inclusive de saúde.

Quando se fala na AIDS e em outras doenças, se não ajudarmos de alguma maneira, se não formos úteis à África, isso também vai criar problema à nossa população, porque o intercâmbio sempre haverá, com ajuda ou sem ajuda.

Eu gostaria de ter mais tempo, acho que os outros Senadores também, para conversarmos sobre a África, sobre Cabo Verde. Não vi aqui a área de Cabo Verde, o regime político de Cabo Verde. É claro que a África ficou atrasada depois que seu patrimônio foi dilapidado pelas nações do Primeiro Mundo. De lá levaram tudo, não deixaram nada para a África. Deixamos um povo desvalido. Acho que quem pode deve ajudar a África. É só esse comentário que eu faria.

Quando o Sarney Presidente da República foi, ele fazia questão de fazer reuniões, inclusive fez uma reunião aqui dos países africanos de língua portuguesa, dos países de língua portuguesa no mundo. Inclusive eu participei de reuniões em São Luís do Maranhão. E me fascina muito como o mundo poderia ajudar a África, acho que seria um dever de todos. É só esse comentário que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senador Cristovam Buarque, vai me dizer que algum dos nossos sabatinados foi seu aluno? Dessa vez não? Raramente acontece isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tem sido constante aqui, não?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero mais uma vez parabenizar o Governo brasileiro por estar colocando à nossa disposição pessoas da carreira, com a maior qualificação, e que, a meu ver, têm muito a contribuir.

Os três países têm algumas especifidades que eu gostaria de manifestar, que me deixam satisfeito. No caso do Congo, pelo tamanho do país, por estar do outro lado da gente, pela riqueza natural, pelas dificuldades que enfrenta não só da pobreza, como as diversas guerras dentro do próprio país. Ou seja, é um país chave nas referências mundiais. Nesse sentido, para o Brasil, Embaixador Taunay, é uma posição muito importante. E o senhor carrega todas as possibilidades de ser um grande embaixador.

No caso de Cabo Verde, creio que é muito especial, porque é um país muito simpático ao Brasil, com o qual o Brasil construiu uma tradição de relações, desde Sarney, que ouvi falando há pouco, quando esteve lá, já faz bastante tempo. É um país, a meu ver, que tem a cara do Brasil. O povo tem uma simpatia que me surpreende, um nível educacional surpreendente também, e a democracia. É um dos raros países em que a democracia já está implantada há bastante tempo, entre os da África. Creio que, além dele, só a Tanzânia tem tanta repetição de eleitos a cada período.

Quanto ao João Inácio Oswald Padilha, a primeira coisa é lembrar que isso que aprendi sobre Cabo Verde foi com ele, quando eu estive lá e pudemos ter uma vivência bastante simpática, num evento ao qual fui convidado pelo ex-Presidente, que foi um dos criadores do país e que é uma figura formidável.

Agora, por que Chipre? Chipre está no centro da grande tragédia mundial de hoje, fisicamente, que é a migração no Mediterrâneo. Então, é um ponto de observação. E eu vejo, nesse sentido, meu caro João Inácio, a possibilidade de nós tentarmos dar uma contribuição para essa tragédia, que eu venho debatendo em alguns fóruns, a partir, sobretudo, de uma viagem que fiz à fronteira entre Síria e Turquia, algum tempo atrás – um ano atrás. Trata-se da ideia de que o mundo tem milhões de Mediterrâneos separando ricos e pobres. Esse Mediterrâneo que nós vemos é apenas um deles. Ao redor de cada casa, de cada hospital, de cada escola de rico, há um Mediterrâneo. E não vão caber todos os que estão do lado de lá dentro do lado de cá, no atual conceito de riqueza. É preciso reformular esse conceito de riqueza.

A Europa tem três alternativas: barrar, algo que fere a sua tradição ética; abrir todos, o que gerará uma desarticulação completa do tecido; ou fazer um grande projeto. E, quem sabe – e Chipre é um lugar para se imaginar isso –, fazer com que a emigração deixe de ser necessária na dimensão catastrófica e que emigrar seja, de fato, uma possibilidade, um desejo de alguns, não a necessidade de bilhões – pode-se dizer isso –, se nós formos olhar a situação.

Então, quanto a Chipre, que parece para nós um país tão distante, alguns diriam: "Para que ter uma embaixada em Chipre?" Eu defendo – e o Presidente sabe que eu defendo: onde nós pudermos ter embaixada, eu acho positivo. O custo de ter uma embaixada é muito menor do que o prestígio que isso traz. Mas Chipre não entra nessa classificação de se estar lá apenas para ter uma bandeira. Eu acho que é um ponto que pode servir bastante para se observar essa grande tragédia e, quem sabe, a partir do debate que aí surja, encontrarmos uma solução. E isso tem a ver muito com uma experiência brasileira começada com Fernando Henrique e que Lula levou à dimensão maior, que é a transferência de renda condicionada a gente poderia ter um grande programa mundial de transferência de renda para países pobres – e, quando digo "a gente", eu digo o mundo, não o Brasil. Transferência de renda condicionada, a fim de que as crianças ficassem na escola e, portanto, não emigrassem. Na Síria não dá para fazer isso, porque a Síria tem um problema de guerra. Primeiro tem que se ver a paz. Mas metade dos que estão tentando atravessar o Mediterrâneo é da Síria. A outra metade quer sair por causa da pobreza, não por guerra.

Então, meu caro João Inácio, eu creio que você vai estar numa boa posição. Apenas com a sua história e tradição, eu imaginava que iriam mandá-lo para outro país africano. De qualquer maneira, está bem pertinho, ali, ao norte, numa região tão boa e num ponto tão importante para o que acontece hoje, no mundo.

Eu fico feliz por estar aqui, votando favoravelmente à indicação de três embaixadores que vão honrar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Agora, eu vou passar a palavra aos nossos sabatinados.

Vamos começar, então, com o Embaixador João Inácio Padilha.

Eu vou dar a cada um o tempo razoável de cinco minutos, para responderem sinteticamente, porque nós temos hoje uma quantidade enorme de novas indicações. Teremos que ler os relatórios, que serão lidos, é claro, sinteticamente, mas é uma tarefa ainda pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Pois não, Embaixador.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Muito obrigado pelas intervenções, Senador Lasier Martins, Senadora Ana Amélia, Senador João Alberto e, finalmente, Senador Cristovam Buarque.

Sobre o primeiro questionamento, do Senador Lasier, no que se refere a Chipre, especificamente: eu noto que o Senador tem uma visão pragmática, e isso é muito desejável nas relações diplomáticas. É preciso nunca perder essa dimensão essencial. A diplomacia não se dá apenas no nível simbólico; ela se dá, sobretudo, num nível no qual nós possamos fazer uma contabilidade real – eu falo contabilidade de uma maneira mais ou menos metafórica, evidentemente – entre o que nós estamos ganhando e o que nós estamos até perdendo.

No caso de Chipre, falando de uma maneira absolutamente pragmática – e, portanto, do ponto de vista comercial e econômico –, que vantagens poderão ser auferidas com essa relação? Nós temos que considerar, em primeiro lugar, o seguinte: nós estamos falando de um país europeu, membro da União Europeia, que está em vias de retomar um ciclo de prosperidade que tem sido interrompido – ou pelo menos tem sido restringido –, ao longo de todos esses anos em que essa questão cipriota tem interferido nos caminhos do país.

Nós temos uma possibilidade bastante real de que esse conflito seja equacionado muito em breve, e ao que nós assistiremos, a partir desse momento, vai ser um florescimento econômico bastante extraordinário nesse país. Toda a parte grega de Chipre, por exemplo, passará a ter acesso a um mercado imenso daquela região, que é o da Turquia. Na Turquia, como se sabe, está a segunda maior população da Europa, depois da Alemanha. E é um mercado extraordinariamente importante, principalmente para um país como o Chipre. Quer dizer, a partir desse pequeno dado, já se pode vislumbrar uma recuperação bastante grande da economia, com óbvias repercussões positivas, do ponto de vista de empresas brasileiras eventualmente interessadas em participar de todo esse esforço de construção. Não é nem de reconstrução. É mesmo construção de vários setores da economia que clamam por ser aproveitados.

Estamos falando de um país com grandes reservas de gás – para citar um exemplo –, com um setor portuário bastante interessante e que teria muito interesse, por exemplo, em ter parcerias com portos brasileiros. Enfim, seria uma cooperação bastante estreita nessa área. Há também o setor aeronáutico. Para citar um exemplo, em 2006 – num momento infelizmente inoportuno, porque já em 2008 houve a grande crise financeira global – a Embraer fez um investimento bastante grande em Chipre. Fez lá umas atividades de demonstração das suas aeronaves. Isso é, tipicamente, um esforço que poderá ser refeito a partir desse florescimento.

Vou diretamente, portanto, agora, aos comentários do Senador Cristovam. Eu gostaria de salientar o seguinte: eu estive com o Senador Cristovam, durante alguns dias, e tive um prazer extraordinário de recebê-lo em Cabo Verde. Eu noto, com muito prazer, que o Senador Cristovam tem um interesse no país. Ele já tinha esse interesse em Cabo Verde e tem também um interesse no país para o qual eu poderei ser destinado, caso meu nome seja aprovado, o Chipre.

Eu sei do seu livro. Parece que acabou de ser lançado um livro sobre os refugiados da Síria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Em outubro agora? Eu andei procurando e não achei. Eu gostaria de tê-lo lido, inclusive para efeito dessa apresentação aqui.

Tenho muito prazer, portanto, de ter a perspectiva de voltar a ter um contato estreito com o Senador Cristovam, a exemplo daquele que nós tivemos lá, em Cabo Verde. Vou ter muito prazer em receber os seus conselhos, receber os seus comentários, que sempre me enriquecem ao longo dessa carreira.

É isso o que eu gostaria de dizer.

Quanto à Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelos seus votos, Senadora – espero poder retribuir com o esforço que eu possa fazer nessa eventual missão que me caberia –, e Senador João Alberto também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E dê uma olhadinha para o Rio Grande do Sul, no que puder fazer para o nosso Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Está bem.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Embaixador José Carlos de Araújo Leitão, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Eu queria começar pela pergunta que foi a mim diretamente formulada pelo Senador João Alberto. Sobre a questão do regime político em Cabo Verde, é considerado um semipresidencialismo, com a presença efetiva de um presidente da República eleito e de um primeiro-ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que sai das eleições legislativas, representando a maioria do Parlamento eleito. Quer dizer, é rigorosamente um semipresidencialismo clássico e garantidor de uma estabilidade política de inequívoca eficiência, porque realmente garante, ao longo desses anos todos, desde a independência em 1975, uma estabilidade política realmente marcante, exemplo não só para o continente africano, mas também para o restante do mundo.

O Senador João Alberto também mencionou a importância e o apoio dado pelo então Presidente José Sarney à instalação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, dado que eu havia mencionado na minha exposição. Eu acrescentaria que o ex-Presidente Sarney também foi muito importante no momento em que foi a Cabo Verde inaugurar a sede da residência da Embaixada do Brasil naquela capital e, posteriormente, no grande apoio que ele, juntamente com o saudoso Embaixador José Aparecido de Oliveira, deu para a constituição, em 1996 – consequentemente 20 anos este ano –, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Falo isso me referindo a um comentário que o Senador havia feito.

Eu queria agradecer à Senadora Ana Amélia também pelos votos a mim dirigidos e agradecer as informações sobre a Embrapa, a partir do momento em que eu mencionei maior efetividade, maior presença da Embrapa em continente africano, que nada há de mais, porque isso já foi dito em discurso várias vezes. Eu queria apenas sair da retórica e ir para a prática, para conseguirmos realmente, neste caso, fazer uma cooperação nesse campo mais efetivo, até porque, usando o termo que eu usei na minha apresentação, a Embrapa é uma ilha de excelência na Administração Pública brasileira.

Eu queria também dar um dado importante que me veio à lembrança agora sobre essa questão tão mencionada, sobretudo por ilustres brasileiros, entre os quais o saudoso Senador Darcy Ribeiro, que estudou a importância da miscigenação de raças no Brasil e dizia que há estudos feitos... Está me escapando agora, João, o prenome do autor. Eu sei que o sobrenome é Graciano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Graciano é um autor, é um sociólogo cabo-verdiano que tem um estudo sobre essa questão de miscigenação de raças. No texto a que eu tive acesso, ele diz que a miscigenação de raças em Cabo Verde só é comparável, no plano internacional, ao que ocorreu em Salvador, na Bahia. Então, vejo aí um ponto de contato muito interessante entre o processo de miscigenação ocorrido no arquipélago de Cabo Verde e o que se passou na Bahia, no Brasil. E o Brasil é um exemplo clássico, para estudiosos ou não, de um país miscigenado, bem-sucedido no seu processo de miscigenação.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO – Respondendo à pergunta, à indagação, aliás muito oportuna – eu queria agradecer até pela oportunidade de poder expor esse ponto de vista –, eu queria dizer ao Senador Lasier Martins sobre a questão da abertura dessas várias embaixadas do Brasil na África. São Tomé e Príncipe foi a primeira no governo Lula, porque foi, inclusive, no primeiro ano. O governo Lula tomou posse em janeiro e a Embaixada do Brasil em São Tomé é de 1º de novembro de 2003. Foi a primeira das 19 instaladas ou reabertas, porque houve algumas que existiram antes, foram fechadas e foram reabertas. Mas, nesse total de 19, São Tomé foi a primeira.

Eu quero mencionar um dado que acho objetivo e importantíssimo para justamente poder trocar ideias com o senhor a respeito desse tema, que eu verifiquei que é do seu interesse. Eu cito isso na prática. Nós tivemos duas eleições internacionais, para organismos internacionais, das quais eu, inclusive, no exterior, participei ativamente, porque uma das nossas tarefas cotidianas é pedir votos para candidaturas brasileiras a organismos internacionais. Nós vencemos tanto a eleição e a reeleição do Diretor-Geral da FAO – mas sobretudo a eleição – e a eleição do Diretor-Geral da OMC, nosso colega Embaixador Roberto Azevêdo, seguramente, Senador, com o apoio maciço da África. O Brasil hoje não teria a Diretoria-Geral da FAO e não teria, na Diretoria-Geral da OMC, um brasileiro se não fosse o apoio africano. Então, eu acho que isso... E acho que ninguém aqui vai imaginar que não é bom ter a Diretoria-Geral da FAO e ter a Diretoria da OMC. É uma honra para o Brasil ter a titularidade desses dois órgãos internacionais tão importantes.

Sem querer me aprofundar muito, porque sei que não tenho tempo, só menciono para o senhor uma modesta contribuição para o seu exercício de análise e reflexão a respeito do tema. Eu acho que, sim. Eu estou com o Senador Cristovam Buarque: acho que o Brasil devia ter embaixada em todos os lugares, porque eu acho que o Brasil é um país que sempre primou por esse universalismo na sua relação internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Embaixador Taunay, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. RAUL DE TAUNAY – Senador Lasier Martins, em primeiro lugar, eu quero que V. Exª saiba que V. Exª muito me honrou com suas palavras, muito me tocou, e elas realmente representarão um incentivo extraordinário, porque eu sei que eu vou passar dias e meses muito solitariamente e pensando no Brasil, inclusive pensando na minha família, porque eu não vou levá-la. A minha mulher é que me visitará vez ou outra, mas eu não vou levar meus filhos, a maioria em idade universitária, então eu prefiro mantê-los aqui, em Brasília.

Também lhe agradeço muito pela consideração de que depois do Congo viria uma recompensa melhor. Lamentavelmente, diante do fato da minha idade já um pouco avançada, eu acredito que este será meu último posto na carreira, mas é uma carreira que teve bons momentos, sem dúvida nenhuma. Eu servi em Paris, servi em Roma, servi em Milão, servi em Praga. Fui filho de diplomata; a minha vida inteira eu estive de um lado para o outro. Então eu considero que, dentro da lei que é estabelecida para todos nós, digamos que é um preço agora que eu estou pagando por tudo que eu recebi da vida.

Então eu vou com muita firmeza e, como eu disse antes, com muita cautela, porque a minha cautela e o meu cuidado vão ser muito importantes para as comunidades brasileiras lá – não somente para mim, mas para os demais.

Essa discussão que o senhor traz é uma discussão que eu acho muito justa; é muito válido saber exatamente qual seria a importância ou não. Agora há uma frase que eu trago, o ditado do velho Talleyrand, que foi chanceler não somente de Napoleão como também dos juízes que o sucederam. Ele dizia que uma missão diplomática é sempre melhor do que nenhuma. Não em termos de uma missão diplomática estabelecida, mas uma missão diplomática constituída, ou seja, facilitar o diálogo é sempre melhor do que não colocar o diálogo. Então eu acho que sim. A África não é só esse continente miserável que a gente pensa; a África, hoje em dia, é um continente bastante rico, e as elites africanas e as autoridades africanas começam a interferir grandemente nos destinos do mundo – pelo menos na França.

Só na França, desde Chirac, que o atual Presidente da República do Congo, o Sassou Nguesso, vem financiando tanto a campanha do Chirac, quanto a campanha do Sarkozy e, agora, a campanha do François Hollande. E mesmo o último Presidente, Diretor do FMI, aquele Strauss, aquele que entrou em um problema com uma camareira, mesmo ele, que está pretendendo se candidatar à Presidência da França, acabou de se encontrar em Pointe Noire, que é um porto no sul do Congo, com o Presidente Sassou, para examinar meios de, possivelmente, ajuda também, que o Sassou vem dando do petróleo.

Eu estou dizendo que, hoje em dia, a situação...

(Soa a campainha.)

O SR. RAUL DE TAUNAY – ... do País é difícil e eu não sei se as autoridades terão o mesmo conforto em poder utilizar os seus recursos da forma como faziam, mas eu compreendo e acho muito justa a sua preocupação, que é uma preocupação que deve inquietar a todos nós, a boa utilização dos recursos públicos, e isso é fundamental.

Para um pouco do seu conforto, posso dizer-lhe que a embaixada, no caso em Brazzaville, não pense o senhor que eu estou *eager* para ir. Pode ter certeza de que se me oferecerem algo futuro, infelizmente, eu estou em final de carreira, dificilmente eu terei chance de um novo posto, mas a minha embaixada, a futura Embaixada do Brasil em Brazzaville, é ainda uma embaixada barata, com uma assessoria mínima....

(Soa a campainha.)

O SR. RAUL DE TAUNAY – ...e também os gastos são mínimos.

Senador Cristovam Buarque, muito me honra a presença de V. Exª. O senhor sabe que todas as damas e as senhoras da minha família são todas suas fãs, porque todas são professoras, todas são professoras da Fundação Educacional do Distrito Federal, desde a minha sogra até a minha mulher, que hoje está incumbida, faz parte do grupo de apoio à construção do futuro Museu de Educação do Distrito Federal, na Candangolândia, e acabou de se doutorar pela UnB. Então, nessa área universitária, o senhor sabe que tem grande estima de todos e grande respeito.

Eu só posso dizer-lhe que é verdade que a África enfrenta dificuldades. O Congo é um país chave, os dois congos. O Congo Zaire, que é maior, e o Congo, como eu disse, a República do Congo, graças, inclusive, à mão firme do Presidente Sassou Nguesso e o controle que tem sobre a máquina do estado, conseguiu representar um elemento de pacificação em outras áreas da região, que estavam precisando.

E obrigado, eu queria dizer também, por me achar um embaixador de futuro. O meu futuro, espero, que seja o de sobreviver, inclusive de saúde, porque eu já não sou um jovenzinho. Eu espero ter saúde para voltar e poder, inclusive, visitar a terra do meu tio-avô, que era o Osvaldo Aranha, lá da terra da Senadora Ana Amélia. Estive tantas vezes em seu gabinete e posso dizer que eu tenho muito orgulho de vir dessa região, que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

conhecida do meu bisavô, o Visconde de Taunay, na Guerra do Paraguai, e ele voltou encantado com os seus filhos, com os filhos dessa área sensacional que é o Sul do Brasil.

Muito obrigado a todos. Eu não tenho palavras para agradecer aqui ao Senador Presidente da Comissão, que nos recebeu, a todos nós, eu acredito, com tanta fidalguia, trazendo-nos um pouco daquela fidalguia que existia antigamente, que são pequenos gestos, mas que dão um incentivo a quem mora fora, porque uma coisa é viajar para fora, outra coisa é morar fora. A gente sempre fica com uma saudade imensa deste Brasil querido e também fica com muita saudade dos brasileiros que a gente conheceu – em nosso caso, dos Parlamentares que eu estou conhecendo agora.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Embaixador, permita-me dizer uma frase só: um cargo na Europa pode melhorar o currículo, mas é na África que melhora a biografia de um Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem, apoiado!

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nós vamos, então, agora, fazer a apuração dos votos. Será feita em reunião aberta, uma vez que a vida superou aquela cláusula já tornada sem efeito da Constituição.

Então o Senador Cristovam Buarque será o nosso Secretário desta apuração, e eu vou pedir, então, que seja aberto painel, por favor. (*Pausa.*)

Evidentemente confirmados, por unanimidade, em uma excelente sabatina, três diplomatas de grande mérito.

Eu desejo aos senhores êxito na missão que vão empreender. E eu penso que, já na semana que vem, Senador Jorge Viana, poderemos levar ao plenário para deliberação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimentando os sabatinados e agora já aprovados, eu queria assumir aqui o compromisso – sei que esse é o desejo do Presidente e dos colegas – para que, já na próxima terça-feira, iniciemos a apreciação. Obviamente depende de quórum, mas eu assumo o compromisso, como Vice-Presidente, de já levar à apreciação, na próxima terça-feira, os nomes de V. Sªs.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador.

Os Srs. Embaixadores estão agora autorizados a se retirarem, porque nós temos ainda algumas deliberações próprias da Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se for possível – estou no item 5 –, se não houver nenhum óbice dos colegas, se eu posso fazer apenas a leitura de uma indicação, o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não haverá óbice nenhum. V. Exª tem a palavra para, resumidamente, uma vez que isso será publicado, ler o relatório da Mensagem nº 45.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Paulo Cesar de Camargo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, caros colegas, todos que nos acompanham, eu queria cumprimentar, mais uma vez, V. Exª, os nossos sabatinados, e dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que coube a mim a relatoria da indicação da Presidência da República do nome do Sr. Paulo Cesar de Camargo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, Tuvalu, e na República do Kiribati e no Reino de Tonga.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado apreciar a deliberação, por voto secreto, a escolha de chefe de missão diplomática em caráter permanente.

Em conformidade com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

É um currículo que mostra a sua experiência, uma experiência muito rica. Ele serviu em diferentes postos, tem uma formação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática também ainda em 1978. Também, no Instituto Rio Branco, em 1982, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, e, em 2000, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese "Perspectivas do Comércio Eletrônico – Atuação do Itamaraty".

Tornou-se Secretário em 1979, Segundo-Secretário em 1981 e, depois, Primeiro-Secretário em 1987. Passou a Conselheiro em 1995, a Ministro de Segunda Classe em 2002 e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

Serviu em vários postos importantes. Começou trabalhando na Embaixada em Washington; passou também na Associação Latino-Americana de Integração; serviu em Montevidéu, onde ocupou também importante função; foi Chefe de Programas de Promoção Comercial no Itamaraty; Cônsul-Geral em Nova York; Conselheiro também em Nova York; Embaixador em Ottawa; e Cônsul-Geral em Chicago, seu último posto.

Obviamente, aqui se descreve a importância do posto que ele recebe indicação, obviamente tendo como referência a Nova Zelândia, mas, sem menor importância, os postos em que, cumulativamente, ele representará o nosso País, especialmente a Presidência da República.

Aqui eu não vou me referir a cada um desses países, mas quero, por fim, dizer que acho que é uma escolha importante feita pelo Itamaraty.

O meu relatório é favorável à indicação do Sr. Paulo Cesar de Camargo para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vista coletiva para deliberação próxima.

A Senadora Ana Amélia é Relatora de um item extrapauta, Mensagem nº 37:

MENSAGEM (SF) Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor George Monteiro Prata, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pronto para deliberação.

Tem V. Exª a palavra, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

É uma honra, até porque é um colega, formado em Comunicação e habilitação em jornalismo pela UnB, um jornalista, portanto, com Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco. Ele se formou em 1985 nessa área, e fez o Curso de Altos Estudos no ano 2000, defendendo a tese "O Novo Trabalhismo Britânico e a Terceira Via no Reino Unido".

Ele foi Terceiro-Secretário em 1980, ocupou diversas missões no Consulado-Geral em Nova York; Primeiro-Secretário na Embaixada em Pequim; esteve também em Madri, em Londres, em Estocolmo e em Praga.

Ele foi agraciado com várias honrarias e distinções. Agora, ele vai para a Noruega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Noruega é uma monarquia constitucional, com parlamento unicameral. Seu Produto Interno Bruto alcançou, aproximadamente, US$400 bilhões no ano passado.

A questão política da Noruega, nesse aspecto, no âmbito da política externa, a Noruega reconhece a Organização das Nações Unidas e é membro da Otan.

A relação bilateral Brasil e Noruega é intensa e dinâmica, sendo que compartilhamos de mesmos valores no que tange à democracia, Estado de direito, proteção aos direitos humanos, multilateralismo e questões ambientais. Nessa última matéria, é importante que se registre que a Noruega destina altas quantias para o Fundo da Amazônia, já tendo anunciado uma contribuição de US$1,5 bilhão.

Em 2011, o governo da Noruega lançou a "Estratégia Brasil", que coloca o Brasil como prioridade em sua política externa e visa a fortalecer o relacionamento bilateral nos seguintes aspectos: negócios, comércio e investimentos; clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desafios globais (direitos humanos, saúde, governança); e conhecimento e desenvolvimento social.

O Brasil, por sua vez, visando à aproximação com os demais países do norte da Europa e também com os países bálticos ou escandinavos, busca parcerias com a Noruega nas áreas de energia (petróleo e gás, energias renováveis); construção naval e *offshore*; pesca e aquicultura; meio ambiente; comércio e investimentos; e intercâmbio de estudantes e pesquisadores do Programa Ciência sem Fronteiras.

Segundo estudo do Consulado da Noruega no Rio de Janeiro, o investimento externo direto norueguês no Brasil, até 2013, teria alcançado a cifra de US$23,1 bilhões, sendo que metade disso destinou-se ao setor de petróleo e gás, concentrado naquele Estado da Federação, ou seja, no Rio de Janeiro. Destacam-se, ainda, setores importantes como o setor marítimo, extrativo (minas de bauxita) e industrial.

O fluxo do comércio bilateral experimentou crescimento contínuo no período pós-crise de 2008, com superávit para o Brasil até 2011.

Nossa pauta de importação, em 2015, foi composta principalmente do GNL (gás natural liquefeito), vários tipos de bacalhau e fertilizantes. Já os principais itens exportados pelo Brasil para a Noruega foram alumina, soja e café.

Quanto ao bacalhau, Senador Aloysio, como o senhor admira e gosta muito de bacalhau – quem não gosta? Uma vez estive com a Embaixadora da Noruega à época –, o Brasil é o maior importador mundial de bacalhau da Noruega. Então, essas informações fazem essas recomendações, isso em relação à Noruega, dada a relevância do relacionamento bilateral onde irá o nosso Embaixador Prata.

Já em relação à Islândia, que ele vai também representar, a Islândia mantém relações diplomáticas cordiais, havendo potencial para que sejam aprofundadas e expandidas.

O Brasil, no último quinquênio, tornou-se o quinto maior fornecedor da Islândia, com sucessivos superávits, graças ao forte incremento das exportações de alumina calcinada, que corresponde à quase totalidade de nossas exportações para aquele país. O café apareceu como segundo produto de nossa pauta de exportações para a Islândia.

Os itens principais que importamos da Islândia são congeladores, tipo *freezers* – claro, tem que ser mesmo porque lá é frio, é muito frio. Em segundo lugar, estão as folhas de alumínio e produtos pesqueiros (bacalhau e filés de pescado).

Então, tendo em vista a natureza, o meu voto é favorável, claro, à indicação do Ministro George Monteiro Prata, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vista coletiva.

Senador Lasier, por favor, se V. Exª puder relatar *ad hoc* a Mensagem nº 43, eu ficaria muito grato.

É uma mensagem que submete à nossa apreciação o nome do Sr. Márcio Florencio Nunes Cambraia, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senhor Márcio Florencio Nunes Cambraia, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Edison Lobão
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois não. Muito obrigado, Presidente.

De fato, a mensagem indica o nome de Márcio Florencio Nunes Cambraia, Ministro de Primeira Classe...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Esse Nunes não é meu parente, não; eu sou Nunes Ferreira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Esse Nunes aí não é parente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não. Seria nepotismo pôr extrapauta, mas não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas saiba que tem um belo currículo o indicado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu sei.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É indicado para exercer a Embaixada do Brasil na República Tcheca.

O Sr. Márcio Cambraia é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1974. Iniciou carreira como Terceiro-Secretário, em 1976; ascendeu a Conselheiro, em 1990; a Ministro de Segunda Classe, em 1996; e a Ministro de Primeira Classe, em 2008. Em 2014, passou para o Quadro Especial como Ministro de Primeira Classe. Ainda, no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 1993, quando defendeu a tese intitulada "Integração Brasil-Uruguai, uma experiência na fronteira". Desde 1976, é Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, estando atualmente em licença.

O diplomata tem a Ordem do Mérito da Itália, em 1995, no grau de Comendador; em 1996, a Ordem do Mérito Militar do Brasil; em 1996, a Legião de Honra da França, grau de Oficial; em 1997, a Ordem do Mérito do Uruguai, grau de Oficial; em 2011, a Ordem do Mérito Aeronáutico do Brasil, grau de Grande Oficial; e, em 2014, a Medalha do Pacificador do Brasil.

É autor de várias obras: Princípios Básicos de Teorias de Mudança Política (Revista Brasileira de Estudos Políticos, em 1982); Eleições Indiretas nos EUA: o aparente paradoxo (Revista Liberdade e Cidadania, em 2009); Sistema Político Inglês: tradição e bom senso (Revista Liberdade e Cidadania, em 2009); e Os Jogos do Poder – Como Entender e Analisar a Realidade Política de um Mundo em Transformação (Edições Técnicas - Editora do Senado Federal).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a República Tcheca, suas políticas externas e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio dos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata. E aí há uma extensa avaliação dessa relação Brasil e República Tcheca.

Acho que poderia ainda resumir dizendo que a cooperação bilateral em defesa constitui a face mais evidente da cooperação bilateral. Em setembro de 2010, o então Ministro da Defesa Nacional Nelson Jobim esteve na República Tcheca para visitar fábricas locais, em particular a Aero Vodochody, uma das mais importantes indústrias aeronáuticas da Europa central. Em 13/4/2011, a Embraer e a Aero Vodochody firmaram acordo para viabilizar a participação da empresa tcheca no projeto do cargueiro KC-390.

E aí vai descrevendo outras parcerias na área aeronáutica.

Em suma, Sr. Presidente, a República Tcheca, em 2015, manteve-se como o 7º maior saldo negativo do Brasil com os países da União Europeia. A República Tcheca manteve-se como o 17º parceiro comercial do Brasil entre os países da União Europeia em 2015 (participação de 0,65% no total do Bloco) e o 69º parceiro comercial em nível mundial (participação de 0,13% no total), perdendo duas posições em relação ao ano de 2014.

É evidente que, pela positiva e bonita ficha desse diplomata, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vista coletiva para posterior deliberação.

Passo agora a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que será Relator *ad hoc* da Mensagem nº 35.

MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Antonio José Vallim Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é com muito prazer que substituo o Senador José Agripino na tarefa de apresentar o parecer sobre a indicação do Sr. Antonio José Vallim Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

O Sr. Antonio José Vallim Guerreiro concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1974; o curso de graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1975; e o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1992, defendendo a tese "As negociações sobre recursos minerais antárticos: um esforço relevante?".

Foi Professor de Política Internacional do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco de 1988 a 1989.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1975; Segundo-Secretário em 1978; Primeiro-Secretário em 1981; a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe em 1994; e a Ministro de Primeira Classe em 2001.

No Brasil, exerceu, entre outras, as funções de Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, de 1987 a 1990; Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, de 1993 a 1994; Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, de 1994 a 1998; Chefe do Departamento de Temas Especiais, de 1998 a 2001; e de Diretor-Geral do Departamento de Organismos Internacionais, de 2001 a 2006.

No Exterior, trabalhou na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York, de 1979 a 1984; e na Embaixada no Cairo (Egito), de 1984 a 1987. Foi Embaixador na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena, de 2006 a 2012 – seis anos – e é atualmente o Embaixador em Moscou desde 2014.

A Bélgica, como nos ensina a Geografia, é um país com mais de 30.000 km² e mais de 11 milhões de habitantes.

Pelo Fundo Monetário Internacional, tem uma renda *per capita* da Bélgica em US$43.800.

Os Países Baixos são a principal origem das importações, e a Alemanha, o principal destino das exportações da Bélgica.

No caso específico do Brasil, o intercâmbio comercial, em 2015, totalizou US$4,613 bilhões, dos quais US$2,990 bilhões foram exportações brasileiras e US$1,623 bilhão, exportações belgas, o que nos dá um saldo favorável de US$1,367 bilhão. O Brasil exportou, entre outros, preparações de produtos hortícolas, café, chá, mate, especiarias e tabaco, e importou produtos farmacêuticos e químicos basicamente.

Um dado importante, Sr. Presidente: há 48 mil brasileiros vivendo na Bélgica.

Quanto a Luxemburgo, país situado entre a Bélgica e a Alemanha, possui 2.500 km², apenas 600 mil habitantes. Mas se trata de uma das principais praças financeiras do mundo e foi o terceiro maior investidor, entre 2012 e 2015, direto no Brasil. Vejam bem: um país desse tamanho foi o terceiro maior investidor estrangeiro direto no Brasil. Várias empresas estrangeiras concretizam investimentos no Brasil, por meio de bancos luxemburgueses, inclusive as empresas chinesas.

O Fundo Monetário estima que a renda *per capita* de Luxemburgo chegou a US$93 mil, ou seja, o dobro da Bélgica e nove vezes a nossa renda *per capita*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luxemburgo exporta para nós ferro, aço, máquinas mecânicas e plásticos, e importa automóveis e combustíveis brasileiros.

A Bélgica e a Alemanha são as principais origens das importações, e a Alemanha é o principal destino das exportações de Luxemburgo.

Em 2015, o intercâmbio comercial com o Brasil totalizou cerca de 125 milhões, dos quais 36 milhões foram exportações brasileiras, e 89 milhões, exportações luxemburguesas para o Brasil. Ou seja, no caso de Luxemburgo, temos um déficit de 52 milhões. Nossas exportações – é bom citar – são basicamente aviões, e importamos máquinas mecânicas.

Cerca de 16% da população de Luxemburgo são de origem portuguesa.

Há aproximadamente 3.600 brasileiros vivendo em Luxemburgo, o que para mim foi uma surpresa ao ler o parecer do Senador José Agripino. Não imaginava que houvesse 3.600 brasileiros no pequeno Luxemburgo. Uma informação que está aqui – não sei qual é a importância, mas vale a pena dizer: desses 3.600 brasileiros vivendo em Luxemburgo, quatro brasileiros estão presos por malfeitos.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Agradeço-lhe muito a colaboração dessa relatoria *ad hoc*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos deliberar depois da vista coletiva.

Eu tenho um requerimento aqui de viagem do Senador Humberto Costa, que pede autorização do Senado para ir a Taiwan, numa visita de estudos sobre o sistema público de saúde e pesquisa em saúde. É um tema no qual o Senador Humberto Costa é muito versado, já foi inclusive Ministro da Saúde em nosso País, e seguramente a sua visita contribuirá para estreitarmos os laços entre o Senado brasileiro e Taiwan.

REQUERIMENTO Nº 333, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, afastamento do país para participar de visita para conhecimento e estudo sobre os Sistemas Públicos de Saúde e de Pesquisa em Saúde, na República da China (Taiwan), evento a ser realizado de 18 a 24 de julho de 2016, e dessa forma, que a autorização se reporte ao interregno que segue de 16 ao dia 26 de julho.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado este relatório *ad hoc* que eu mesmo fiz.

Quero também submeter aos senhores a ata da reunião anterior, cuja leitura nós vamos dispensar, se não houver objeção, para aprová-la. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Agora, Srs. Senadores, eu queria esclarecer aos nossos telespectadores que todos esses relatórios e essas mensagens são publicadas na página do Senado assim que começa a sua tramitação e assim que os relatórios são entregues à Comissão. Nós temos duas mensagens, que foram relatadas respectivamente pelo Senador Valdir Raupp e pelo Senador Sérgio Petecão. E eu vou dar por lidos esses dois relatórios.

O primeiro, a Mensagem nº 38, submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Flávio Helmold Macieira, que é ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

O Relator é o Senador Valdir Raupp. O seu relatório já está publicado, de modo que podemos, se não houver objeção, dar por lido, para que nós possamos depois programar a sua sabatina, tendo sido dada vista coletiva.

A outra indicação é a Mensagem nº 44, que submete à apreciação do Senado o nome do Sr. Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, ministro de segunda classe do quadro especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

O Relator é o Senador Sérgio Petecão. O seu relatório também está publicado na página do Senado, de modo que creio que nós podemos dar por lido e dar vista coletiva, de modo que nós possamos programar a sua sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Flávio Helmold Macieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, eu titubeei, duvidei em trazer este assunto, mas eu gostaria de saber quando é que vamos receber aqui o Senador, nosso colega Serra. Há alguma proposta?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu já fiz o convite ao Senador Serra e estou aguardando agora a marcação da data para o mais cedo possível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero dizer e reafirmar aqui que considero nosso querido amigo Serra um dos mais preparados, se não o mais preparado político da minha geração, que é a mesma dos dois. Portanto, eu creio que está o Ministério em ótimas mãos. Mas eu fico preocupado com algumas notícias, que eu gostaria de manifestar a ele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro. Evidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como um problema que teria surgido na Unesco, nas relações entre Israel e Palestina, em que nós estaríamos mudando de posição; notícias sobre a relação do Brasil dentro dos Brics; as notícias sobre o Mercosul, que a gente tem que perder essa amarra que o Mercosul tem feito ao longo dos últimos anos. Mas eu acho que não é uma questão de ruptura. Eu gostaria que pudéssemos debater com ele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro, não há dúvida de que seria fascinante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Debater com ele essas notícias que estão surgindo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O senhor não quer, desde já, formular oralmente o requerimento? Porque essa é uma visita até rotineira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como um convite.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente. O Ministro das Relações Exteriores vem rotineiramente à nossa Comissão. Este ano, inclusive, o Ministro Mauro Vieira já esteve aqui. Eu acho que o senhor tem razão. Eu já tinha feito, verbalmente, ao Ministro Serra esse convite, mas vamos formalizar, então, o convite para que ele venha o quanto antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Poderemos fazer juntos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se não houver objeção, está aprovado o requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, temos também a visita programada do Ministro da Defesa, Sr. Raul Jungmann, na segunda semana de agosto, segundo me informa a assessoria, que virá aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu acho muito importante trazê-lo aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu acho que não temos mais nada a tratar.

Portanto, está encerrada esta reunião. Agradeço muito a presença dos Senhores.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lasier Martins, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho, Telmário Mota, Kátia Abreu, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra-se a presença do Senador José Medeiros, não-membro desta Comissão. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da **PAUTA.** Deliberação de Emendas ao PLDO 2016. Reunião destinada à deliberação das emendas – CRE ao Projeto de Lei nº 002/2016-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Lasier Martins. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, para proferir o seu Relatório. Resultado: A Comissão aprova as seguintes Emendas: **Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades**: Emenda n. 1: 123H – Construção de Submarino de Propulsão Nuclear, Quantidade Meta: 100; Emenda n. 2: 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, Quantidade Meta: 10; e Emenda n. 3: 20I5 – Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, Quantidade Meta: 4.000.000; e **Emendas ao texto da Lei**: Emenda n. 4: Artigo 12, inciso XXV, Aditiva; Emenda n. 5: Item 64, Aditiva; Emenda n. 6: Item 64, Aditiva; Emenda n. 7: artigo 56, inciso XVI, Aditiva; Emenda n. 8: Item 64, Aditiva; Emenda n. 9: Item 64, Aditiva; Emenda n. 10: Item 64, Aditiva; Emenda n. 11: Artigo 12, inciso XXV, Aditiva; Emenda n. 12: Artigo 54, Parágrafo 1, inciso II, Modificativa; Emenda n. 13: Artigo 53, Parágrafo 1, inciso III, Modificativa; Emenda n. 14: Item 63, Aditiva; Emenda n. 15: Artigo 12, inciso XXV, Aditiva. As emendas são encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, para as devidas providências. É aprovada a presente Ata pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Havendo número regimental, está aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

O Relator é o Senador Lasier Martins.

Foram apresentadas 54 emendas.

Eu concedo a palavra ao Sr. Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Já que V. Exª é uma das figuras exponenciais da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, quero lhe dizer que estávamos agora reunidos com a equipe, porque vamos começar, na sexta-feira, o nosso ciclo de debates itinerantes, começando por Porto Alegre.

E sexta-feira, com transmissão da TV Senado para todo o Brasil e da TV Assembleia para o Rio Grande do Sul, vamos realizar o primeiro debate, das duas às cinco da tarde. E se V. Exª estiver em São Paulo ou em Brasília e puder assistir, nós teremos lá quase todos os reitores das universidades do Rio Grande do Sul, dos centros de pesquisas. Tudo que diz respeito a trabalho de inovação nós vamos discutir, para saber como está, em que estágio está a ciência e tecnologia no Rio Grande do Sul. No mês de setembro, já temos marcado para Belém do Pará, onde está diligenciando lá tudo de que se precisa o nosso Senador Flexa.

Então, eu queria lhe fazer essa comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Excelente. Boa notícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Hoje, não pudemos contar com a sua presença de manhã, porque sei que está envolvido com outras Comissões.

Eu queria só fazer esse registro, para não perder a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Lasier, agradeço muito a lembrança. Agora, pergunto: vai ser transmitida pela TV Senado?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ótimo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Já tivemos várias reuniões com a Presidente, com a D. Virgínia, já contratamos equipe, temos o apoio estratégico da TV Assembleia, e o local de realização vai ser a Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Há pouco, estávamos arrematando os últimos detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vai ser um marco na sua gestão à frente da Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com o seu incentivo.

Dito isso, Presidente, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as propostas e emendas apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 2, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

Do relatório, sucintamente alguns pontos.

No prazo estabelecido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa nacional, foram apresentadas 54 propostas de emenda ao Projeto de lei nº 2, de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária e dá outras providências.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até três emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades. O referido parecer preliminar estabelece, ainda, que não há limite ao número de emendas apresentadas ao texto.

As 13 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para nove ações distintas: sete voltadas para o Ministério da Defesa, uma para o Ministério das Relações Exteriores e uma para o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, programado no Orçamento de 2016 do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas três emendas, decidimos priorizar duas ações, Sr. Presidente, ao Ministério da Defesa, e uma ação ao Ministério das Relações Exteriores.

Dessa forma, propomos que esta Comissão apresente emendas que incluam no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO para 2017 as ações 123H – essa é nossa primeira proposta – construção de um submarino de propulsão nuclear; 14T5 - implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (Sisfron), de que tanto tratamos aqui, nesta Comissão, e que tem sido um cavalo de batalha do nosso Senador Ricardo Ferraço; Serviços consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, objeto de uma audiência pública aqui, na nossa Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exatamente. Temos visto a situação de abandono em que vivem certos serviços consulares por falta de recursos e contingenciamento, então, nós estamos pedindo nesta emenda uma melhor assistência a este serviço.

As propostas de emendas ao texto foram dirigidas ao Anexo III e ao corpo da lei. Como as propostas de emendas a mesmos dispositivos possuem diversos objetivos, resumimos na tabela a seguir os efeitos pretendidos pelo emendamento.

Procuramos acatar, ainda, todas as propostas dirigidas ao texto do PLDO, uma vez que, de acordo com o parecer preliminar, não há limite para apresentação de emendas ao texto e por considerarmos todas meritórias.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

1. ao anexo de metas e prioridades, pelo maior valor proposto para as metas das seguintes ações:

123H – Construção de Submarino de Propulsão Nuclear. Proposta 20;

14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON. Propostas 38 e 53;

20I5 – Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior. Propostas 3 e 39.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – V. Exª não precisa ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não preciso ler? E as de textos que acatei, se V. Exª entender necessário, se não...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Já será publicado, não é isso?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, feito isto...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se as emendas de textos estão todas acatadas, não é isso?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim. Pedimos então a aprovação às emendas de texto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não havendo quem queira discutir, eu cumprimento o Senador Lasier pelo seu trabalho, como sempre, competente, objetivo e pontual. E, na escolha das emendas, aquele foco que nós tanto preconizamos para que projetos dessa importância possam ser efetivamente executados, uma vez que eles se desdobram no tempo, que, aliás, tem se esticado demasiado no tempo. Queremos que as emendas possam contribuir para isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está aprovado o relatório, e a Comissão então aprova o encaminhamento das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente ata.

Eu submeto a ata à aprovação da Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovada.

Está encerrada a reunião, muito obrigado, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e dezenove minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, José Pimentel, Hélio José, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Assina a lista de presença o Senador Wellington Fagundes, não membro desta Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca." ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa." O Presidente convida os Embaixadores a tomarem assento à mesa. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para fazerem as suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente comunica a publicação do Decreto que institui a Política Nacional de Inteligência. Ele sugere que o Relatório de Gestão do Embaixador Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, que representou o Brasil na República Gabonesa, seja utilizado pelo Senador Tasso Jereissati, na avaliação da Política Pública deste ano. Usa a palavra o Senador Lasier Martins. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e trinta e dois minutos assume a presidência o Senador Flexa Ribeiro. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque, Hélio José e Edison Lobão. Os Embaixadores respondem as perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente submete ao Plenário a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. Aprovada. É designado Secretário o Senador Lasier Martins. Resultado: sabatinas realizadas com indicações apreciadas. O Presidente agradece a presença dos Embaixadores. EXTRAPAUTA: ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

É designado Relator *ad hoc* o Senador Lasier Martins, que faz a leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Declaro aberta a 16ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A primeira parte da nossa reunião se destina à realização de sabatinas, e eu já peço que a Secretaria conduza até o plenário da Comissão os sabatinados de hoje, que são o Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, e o Embaixador Márcio Cambraia.

Por favor.

Tudo bem, Embaixador?

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO (*Fora do microfone*.) – Bem, e o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Muito frio lá em Moscou?

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO (*Fora do microfone*.) – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo. O autor é o Presidente da República. O Relator *ad hoc* foi o Senador José Agripino.

Eu passo a palavra ao Embaixador Guerreiro, que já esteve aqui nesta Comissão em outras ocasiões, para que ele faça a sua exposição no tempo de 20 minutos. Se for necessário mais...

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para mim é uma grande honra estar, mais uma vez, perante esta Comissão, na expectativa de ser aprovado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bélgica e a Luxemburgo.

Estou em Moscou há dois anos e meio e tenho a honra de fazer a minha explanação.

Sr. Presidente, eu pretendo falar por dez minutos, mas estarei pronto a responder eventuais perguntas que os Senadores quiserem formular.

A Bélgica é um país relativamente jovem, tendo se tornado independente da Holanda em 1831, pouco depois da independência do Brasil.

O reino jamais dispôs de um governo federal forte. Rivalidades entre as regiões da Valônia, que fala francês, e de Flandres, que fala holandês, ainda não foram totalmente superadas.

No passado, houve uma supremacia político-econômica da parte francesa; hoje, esse cenário se inverteu, e a parte flamenga tem um maior dinamismo econômico.

O país é, na prática, uma monarquia parlamentarista. O Rei Filipe, que assumiu o trono em julho de 2013, após a abdicação de seu pai, Alberto II, desempenha importante função de reforço, sentimento da unidade nacional. Nós temos, hoje em dia, um primeiro-ministro que é chefe de um governo de coalizão e que é francófono.

Com praticamente 11 milhões de habitantes, a Bélgica é um dos 20 países mais ricos do mundo. O país vem implementando um rigoroso programa de contenção com cortes nos gastos e reforma no sistema previdenciário. Projeta-se um crescimento de mais de 1% da economia do país neste ano, 2016, com inflação de 0,3%, e desemprego de 8,3%.

É um país com amplas liberdades econômicas, com baixa prevalência de corrupção e custos relativamente baixos para o estabelecimento e operação de empresas.

A boa oferta de trabalhadores especializados e poliglotas, além das excelentes características geográficas e logísticas do país, tornam-no base preferencial para o estabelecimento de unidades de produção e centros de distribuição.

O PIB de aproximadamente US$4 bilhões é dividido essencialmente entre serviços, praticamente 70%; indústrias, 15%; e a agricultura representa menos de 1%.

O avançado nível tecnológico faz da Bélgica uma grande exportadora de serviços mesmo a setores nos quais não há indústria doméstica, como, por exemplo, o do petróleo.

No campo da política exterior, Bruxelas confere prioridade à diplomacia econômico comercial e à defesa dos valores liberais, das liberdades políticas, das eleições e dos direitos humanos no mundo.

A Bélgica almeja ser uma porta de entrada na União Europeia e para isso busca promover as suas vantagens comparativas; em particular, no setor de logística e de transporte, pontos fortes de sua economia.

Enfim, Bruxelas é considerada a capital da Europa por ser a sede da Comissão Europeia.

O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, quase simultânea dos dois países.

O Rei Alberto I foi o primeiro soberano europeu a visitar o Brasil, em 1920. Durante a nossa monarquia, nenhum monarca veio; veio durante a chamada República Velha. E, desde o princípio do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira, sobretudo no ramo siderúrgico, que teve na Companhia Belgo-Mineira, um dos pioneiros no país. Inclusive, a mulher do Rei Afonso I, a Rainha Elizabeth, deu nome a uma rua no Rio de Janeiro que liga Copacabana a Ipanema.

A Bélgica possui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A Rainha Elizabeth da Bélgica?

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO – Da Bélgica. Quando veio ao Brasil. Pensam que é a da Inglaterra, mas não é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Bélgica possui o segundo maior estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil – pouca gente sabe disso –; por volta de 63 bilhões, que é o efeito do investimento da InterBio na Ambev, atrás apenas dos Estados Unidos.

O Brasil tem significativo poder de atração junto ao empresariado belga, pois é visto como um dos mercados mais promissores do mundo.

Destacam-se, como principais destinos dos investimentos belgas no Brasil, os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia.

O empresariado brasileiro é fortemente atraído pela posição estratégica da Bélgica, particularmente do porto de Antuérpia, portão de acesso ao mercado europeu.

O principal destino das exportações belgas, como não poderia deixar de ser, são os países da União Europeia. O principal é a Alemanha, seguida da França, dos Países Baixos, do Reino Unido, e, depois é que vêm os Estados Unidos.

Os principais países dos quais a Bélgica importa são os Países Baixos, a Alemanha, a França, os Estados Unidos, o Reino Unido e outros.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Bélgica soma mais de US$5 bilhões, com um superávit pequeno para o Brasil.

Para vocês terem uma ideia de o que significa isso, a Rússia, onde estou, que tem uma economia mais ou menos da mesma ordem de grandeza da brasileira – por volta de US$2 trilhões –, tem um intercâmbio comercial com o Brasil que não chega, hoje em dia, a US$4 bilhões. É verdade que tanto a Rússia quanto o Brasil estão em crise. Mas, enfim, o fluxo comercial com a Bélgica é maior do que o fluxo comercial com a Rússia.

As exportações brasileiras para a Bélgica: principalmente, nós temos preparações hortículas, café, tabaco e sucedâneos, minérios, plásticos, pastas de madeira, e outros. E nós importamos da Bélgica basicamente farmacêuticos, químicos, orgânicos, máquinas mecânicas, plásticos, adubos, automóveis, e outros.

Sr. Presidente, eu tenho uma série de números aqui que eu poderia recitar para a Comissão, mas não vou cansá-los. Vou apenas dizer, antes de concluir, que é esperada a vinda do Rei Filipe da Bélgica para os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Eu entendo que ele virá com a sua família.

E também é o caso do Grão-Duque de Luxemburgo, que virá para os Jogos Olímpicos, porque ele é membro, inclusive, do Comitê Olímpico Internacional.

É um país que tem a renda *per capita* mais alta do mundo. São, basicamente, US$100 mil por ano. É a renda *per capita* mais alta do mundo e é um país que tem grandes interesses econômicos aqui no Brasil. Eu tenho dados aqui sobre as nossas relações com o Grão-Ducado de Luxemburgo e, se depois alguns dos Senadores membros da Comissão tiverem interesse, eu tenho e terei o maior prazer em complementar as informações.

Eu agradeço muito a atenção de todos e peço-lhes perdão pela brevidade da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Intervenção breve, mas que nos trouxe os elementos necessários para avaliar o tamanho da sua missão, da missão que o espera. E nos esclareceu a respeito de quem é a Rainha Elizabeth que deu o nome à rua no Rio de Janeiro, porque eu vivi 71 anos crente que aquela Elizabeth era a da Inglaterra. Agora eu caí das nuvens. (*Risos.*)

De repente, é belga.

Eu vou fazer muito brilhareco com essa informação por aí afora e vou dar direitos autorais ao senhor.

Muito bem, nós vamos ouvir agora o Embaixador Márcio Cambraia, que foi indicado pelo Sr. Presidente para a Embaixada do Brasil em Praga.

Em 2013, eu tive o privilégio de acompanhar o nosso querido e saudoso Luiz Henrique em uma missão parlamentar à República Tcheca. Aliás, estive também na Rússia com o senhor, na companhia do Luiz Henrique.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA – Ele faleceu uma semana depois.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente. Uma semana depois o Luiz Henrique faleceu.

Quando fomos à República Tcheca, havia na comitiva o Senador Jarbas Vasconcelos, a Senadora Ana Amélia, o Senador Jorge Viana e a Senadora Lídice da Mata.

A República Tcheca é um caso bem-sucedido de transição pós-soviético, e espero que continue assim. Existe uma cooperação promissora com o Brasil na área da Defesa. A expectativa é de que as Forças Armadas tchecas possam adquirir o nosso KC-390. E há também um déficit de visitas de alto nível entre o Brasil e a República Tcheca que eu sei que vai ser sanado.

Embaixador, V. Exª tem a palavra então.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA – Saúdo o Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores. Registro, junto com os meus cumprimentos, agradecimento aos meus Relatores, Senador Edison Lobão e Senador Lasier Martins, pela gentileza de suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

É uma grande honra para um diplomata ser submetido à sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal. Trata-se de processo no qual o exame da indicação do Poder Executivo para a chefia de missão diplomática simboliza a independência e a harmonia entre os Poderes da República no sistema de pesos e contrapesos, o *checks and balances* dos anglo-saxões, essencial para a plenitude das instituições republicanas. O Poder Legislativo, por meio do Senado Federal, dá a chancela da legitimidade mais ampla à indicação do Executivo.

A República Tcheca situa-se no centro da Europa e faz fronteira com a Alemanha, a Áustria, a Eslováquia e a Polônia. É um país com pouco menos de 80 mil quilômetros quadrados e 11 milhões de habitantes, dotada de grande homogeneidade étnica e elevado nível cultural e de vida.

A capital, Praga, é uma das mais conhecidas cidades da Europa, colocando-se como tradicional polo turístico do centro europeu.

Como fatores essenciais para a compreensão da formação e configuração atual do país, destaquem-se a criação da Tchecoslováquia, em 1918, após a Primeira Guerra Mundial e o esfacelamento do Império Austro-Húngaro; a anexação, pela Alemanha nazista, em 1939, quando estatuiu o Pacto de Munique, de 1938, entre Alemanha, Itália, França e Reino Unido; a tomada do poder pelos comunistas, em 1948; e, finalmente, a Primavera de Praga, de 1968. Ademais, registre-se a Revolução de Veludo, em 1993, que derrotou o comunismo, ocasião em que se deu a separação da Eslováquia e o surgimento da República Tcheca.

Austro-Húngaro; a anexação pela Alemanha nazista, em 1939, quando estatuiu o Pacto de Munique, de 1938, entre Alemanha, Itália, França e Reino Unido; a tomada do poder pelos comunistas, em 1948; e, finalmente, a Primavera de Praga, de 1968. Ademais, registre-se a Revolução de Veludo, em 1993, que derrotou o comunismo, ocasião em que se deu a separação da Eslováquia e o surgimento da República Tcheca.

Os longos períodos de ocupação estrangeira deixaram marcas profundas e influenciaram a identidade do povo tcheco. Os dois eventos mais recentes, a Primavera de Praga e a Revolução de Veludo, ambos não violentos, contribuem para entendermos a necessidade tcheca de afirmar a sua nacionalidade e destacar a sua independência. Esses dois acontecimentos situam-se no contexto da Guerra Fria: a Primavera de Praga em seu pleno vigor e, já no seu fim, a Revolução de Veludo, dando lugar à nova configuração do sistema internacional.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, seguiu-se uma conformação de poder internacional que se caracterizou basicamente como um sistema bipolar, com a divisão do mundo em dois campos profundamente rivais, liderados pelos Estados Unidos, de um lado, e pela União Soviética, de outro. Esses dois campos disputavam hegemonia nos domínios político, ideológico, econômico, militar, embora não tenham chegado a confronto bélico direto.

A acirrada de rivalidade junto com a ausência de luta militar direta entre as duas superpotências levou à denominação histórica de Guerra Fria para o período. Essa fase, que durou até a derrocada da União Soviética, em 1991, pode ser caracterizada como jogo de soma zero, no qual a vitória de um dos contendores em qualquer área correspondia direta e simetricamente à derrota do outro. Assim, as exigências de alinhamento e lealdade dos países líderes em relação aos componentes dos blocos eram extremamente elevadas. Ademais, duas estruturas militares de segurança coletiva, a Otan e o Pacto de Varsóvia, colocavam-se frente à frente e eram a garantia militar que forçava e obrigava o alinhamento.

Esse quadro histórico mostra a importância da Primavera de Praga, quando a nação tcheca teve a coragem de desafiar com medidas de liberalização o domínio comunista exercido pela União Soviética em levante que foi debelado pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

Já no processo do fim da Guerra Fria, na fase de derrocada da União Soviética, o povo tcheco, de forma não violenta, levantou-se contra a dominação e derrotou o controle comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que vinha desde 1948, em movimento que ficou conhecido como Revolução de Veludo.

Tanto a Primavera de Praga quanto a Revolução de Veludo espelham a importância que a República Tcheca dá à sua autonomia e a um perfil próprio em sua colocação no mundo.

No plano interno, a República Tcheca caracteriza-se como uma democracia parlamentarista, na qual o chefe de estado, Presidente da República, é eleito por voto popular, desde 2013, para mandato de cinco anos, podendo ser reeleito por uma vez consecutiva. Existe a possibilidade de segundo turno.

O Primeiro-Ministro, chefe de governo, é indicado pelo Presidente e submetido à votação do Parlamento bicameral, sendo a Câmara dos Deputados composta por 200 membros e o Senado por 81.

Há uma disputa por protagonismo e por influência política entre o Primeiro-Ministro e o Presidente, com tendência a uma hipertrofia do cargo de Presidente.

O sistema partidário é fragmentado, com amplo arco de agremiações, desde o Partido Comunista até a extrema direita nacionalista. Mas a ruptura ideológica com o comunismo é definitiva, e os valores democráticos, enraizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O atual Presidente é Milos Zeman, desde 2013, e o atual Primeiro-Ministro, Sobotka.

Eu peço desculpas pela minha pronúncia aqui de algumas palavras tchecas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Tasso Jereissati poderá socorrê-lo em matéria linguística. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ele está aqui atento à correção da pronúncia.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA – E o atual Primeiro-Ministro, Bohuslav Sobotka, desde 2014, ambos de centro-esquerda.

Com um PIB de US$340 bilhões, pelo critério de paridade do poder de compra, e renda per capita de US$30 mil, a República Tcheca está em 28º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A expectativa de vida é de 80 anos. O índice de alfabetização aproxima-se dos 100%, e o índice de desemprego está em 6%.

A República Tcheca é dotada de uma base industrial muito forte, destacando-se a produção de máquinas pesadas, de material de transporte – inclusive é muito conhecida a marca de automóveis Skoda – e de material bélico.

A essa capacidade industrial soma-se uma dinâmica vocação exportadora. A balança comercial do país, tradicionalmente superavitária, reflete a competitividade das empresas tchecas. A União Europeia, da qual o país é membro desde 2004, é o principal destino das exportações tchecas. Em 2015, a União Europeia absorveu mais de 80% das vendas, com realce para a Alemanha, a Eslováquia e a Polônia.

A República Tcheca beneficia-se de sua posição central na Europa, onde se firma como polo distribuidor de mercadorias. Para isso contribui também a boa infraestrutura de transportes.

É interessante observar que, depois da Revolução de Veludo, de 1993, foi empreendido um amplo programa de reforma do sistema econômico. Passou-se de uma economia centralmente planejada, inclusive pelo Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua), organização econômica liderada pela União Soviética, para uma economia de mercado.

Eu era muito curioso sobre como foi essa transição e achei extremamente interessante. O primeiro passo foi o saneamento das finanças públicas, seguido pelo programa de privatização. Esse programa teve três aspectos: primeiro, a transferência para o setor privado de micro e pequenas empresas, uma transferência direta; segundo, a transformação de órgãos e entidades estatais em empresas, na forma de sociedades por ações e posterior venda ao público, com financiamento estatal ou estrangeiro; terceiro, a devolução de ativos aos antigos proprietários de antes da tomada do poder pelos comunistas.

A transição para uma economia de mercado foi um êxito. A República Tcheca tem apresentado um dos maiores índices de crescimento no âmbito da União Europeia, da qual, como já dito, passou a participar desde 2004, embora não faça parte da Zona do Euro.

As consequências da crise internacional de 2008 foram ultrapassadas e o crescimento do PIB foi de aproximadamente 4% em 2015.

A vocação exportadora tcheca causa também certa vulnerabilidade, o que tem levado o país a uma política comercial ativa na busca de novos mercados, como a China, inclusive.

A atual política externa da República Tcheca procura destacar a sua independência e marcar o país como firmemente inserido na União Europeia e como membro da Otan. A afirmação de autonomia busca mostrar contraste com o passado de dominação comunista.

A diplomacia tcheca dá muita importância ao V4, o Grupo de Visegrád, mecanismo de coordenação que reúne a República Tcheca, a Polônia, a Hungria e a Eslováquia. Esse grupo trabalha no sentido de estreitar as relações entre seus participantes nos campos econômico e comercial, inclusive porque os quatro países são membros da União Europeia e têm um PIB conjunto de mais US$1,7 trilhão.

O Grupo de Visegrád, assim chamado por causa do castelo húngaro onde foi criado, em 1991, dedica-se também à coordenação política e atualmente está muito ativo contra a diretriz europeia de aceitação de imigrantes.

O Brasil relaciona-se ininterruptamente com Praga desde 1918, data da criação da Tchecoslováquia. Em 1933, o Brasil reconheceu imediatamente a República Tcheca, logo após a separação da Eslováquia. Nosso País, apesar das dificuldades atuais, é visto como um parceiro de grande potencial pela dimensão de sua população e de seu mercado. No entanto, as relações bilaterais estão aquém de suas possibilidades. O comércio bilateral, da ordem de US$500 milhões, pode ser expandido. O Brasil, deficitário nesse comércio, pode aproveitar o fato de a República Tcheca, por sua localização geográfica e infraestrutura, ser um *hub*, um centro estratégico de distribuição para toda a Europa central.

O Brasil exporta produtos com uma relação de manufaturados de aproximadamente 67% e importa com uma relação de manufaturados de 99%. O Brasil exporta carnes, bebidas, sucos, café, tabaco, ração, polpa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

madeira e celulose, principalmente, e importa máquinas, equipamentos elétricos, veículos pesados, material aeronáutico e material de aparelhos de precisão.

As relações do Brasil com a República Tcheca têm sido impulsionadas por visitas, como a do Presidente Collor, em 1990, a do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e a do Presidente Lula, em 2009.

O Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, como já recordou aqui, esteve em Praga em 2013, no âmbito da missão do Grupo Parlamentar de Amizade entre os dois países. Dessa missão, participaram a Senadora Lídice da Mata, o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Jorge Viana.

Em 2013, veio ao Brasil o Senador Milan Stech, Presidente do Senado da República Tcheca.

Está melhorando, não é Senador? Melhorando aos pouquinhos.

Antes, em 2011, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados Tcheca, David Vodrazka, com comitiva de Parlamentares, foi recebido nesta Comissão de Relações Exteriores, presidida, à época, pelo Senador Fernando Collor. Da parte tcheca, destaca-se, ademais, as visitas do Primeiro-Ministro Václav Klaus, do Presidente Václav Havel e do Primeiro-Ministro Jiri Paroubek, em 2008. Programada para abril deste ano, a visita do então Vice-Presidente, Michel Temer, não se realizou.

A diplomacia tcheca, em razão de necessidade que tem o país de afirmar seu perfil próprio de atuação e a sua autonomia, tem mostrado desejo de que o Brasil aumente as visitas de alto nível àquela República. Ademais, os diplomatas tchecos sempre reiteram o reconhecimento do potencial do Brasil, apesar das dificuldades. Registre-se que há, como moldura institucional, um acordo de cooperação econômica industrial firmado em 2008, e a área de cooperação em matéria de Defesa configura um campo importante e promissor das relações bilaterais.

Em 2010, foi firmado, entre os dois países, acordo de cooperação em matéria de Defesa. A Embraer e a Aero Vodochody, uma empresa aeronáutica, estão cooperando na construção da aeronave de carga KC-390, e a Aeronáutica tcheca poderia adquirir cargueiros. O treinamento de pilotos de caça *gripen* empregados pelos tchecos, que possuem simuladores adequados, e o intercâmbio de dados e experiências técnicas são também áreas que merecem empenho.

A República Tcheca tem tradição na indústria de material bélico e é detentora de importante tecnologia. Para o Brasil, a aproximação, em matéria de Defesa, apresenta a vantagem de que a República Tcheca, naturalmente por sua dimensão, não tem pretensões de projeção internacional, mas ampla, e, portanto, não exige contrapartida política para a cooperação. Creio que este mesmo raciocínio aplica-se à cooperação científica e tecnológica. Por exemplo, na bioquímica, na biofísica e numa área muito importante de desenvolvimento, que é a nanotecnologia.

É simbólico para o relacionamento entre os dois povos irmãos o fato de que o Presidente Juscelino Kubitschek era descendente de tchecos. O seu bisavô veio para o Brasil em 1823. Essa é uma demonstração da capacidade de integração do povo brasileiro.

Se eu tiver a honra de ter meu nome aprovado por V. Exªs para representar o Brasil perante a República Tcheca, pretendo dar destaque ao aperfeiçoamento das relações bilaterais tanto no plano político, cultural, científico e tecnológico,...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA – ... quanto no âmbito da promoção comercial. No plano político, com o estreitamento dos contatos entre os dois governos, para o que será vital o incremento de visitas de autoridades brasileiras. Missões de Parlamentares poderão dar impulso às relações entre os dois países, ampliando e legitimando a ação diplomática. No campo cultural, cabe a disseminação de uma imagem positiva e diversificada de nossa cultura, e, no plano comercial, o dedicado estudo para identificação de oportunidades para as exportações brasileiras e o apoio a nossos empresários. Creio, ademais, que a cooperação na área de Defesa, que já conta com a moldura institucional do acordo de 2010, deve merecer atenção específica da nossa representação na República Tcheca.

Agradeço muito a atenção e, naturalmente, estou à disposição de V. Exªs para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador Appio Acquarone, que foi indicado pelo Senhor Presidente para nos representar na República do Gabão.

Mas, antes de passar a palavra ao Embaixador, eu gostaria de fazer menção a um relatório de gestão do Embaixador Bruno Cobuccio, que hoje está à frente da nossa missão diplomática em Libreville, e o relatório está disponível no *site* do Senado. E, nesse relatório, constata-se uma dificuldade enorme decorrente da distância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

entre o desejo, a vontade, a política de presença na África. E há, em muitas circunstâncias, a precariedade das condições de trabalho dos nossos representantes e a realidade material do Itamaraty.

Eu vou ler apenas um trecho desse relatório, que, repito, está à disposição de todos no *site* do Senado.

> Desde março de 2014, encontro-me só, sem um segundo (ou terceiro) diplomata, e nem sequer conto com a ajuda de um Oficial de Chancelaria. Trabalhar sozinho, sem a ajuda de outro diplomata, e de um corpo de funcionários capaz, ágil e motivado, é muito difícil e contraprodutivo para os interesses brasileiros. [...]
>
> A questão, porém, não diz respeito apenas à quantidade de funcionários, mas sobretudo à sua qualidade. É fundamental poder contar com funcionários capazes, trabalhadores e motivados, o que, infelizmente, não é a regra em países sabidamente "difíceis" e "complicados" como o Gabão.

Eu sugiro que esse relatório sirva de insumo para o trabalho destacado do Senador Jereissati, de avaliação das políticas públicas, que este ano se dedicará ao exame do papel do Itamaraty.

Eu passo a palavra ao Embaixador Appio Acquarone.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, fico muito satisfeito após a leitura, pelo Presidente desta Comissão, do relatório do presente e corrente Embaixador do Brasil em Libreville, a quem, se eu merecer a honra de ser aprovado por V. Exªs, deverei suceder.

O contraste que se põe, logo a princípio, entre as palavras lidas pelo Senador e especialmente o que o Gabão espera do Brasil, é enorme. Já estive, claro, nas esferas administrativas do Itamaraty, comentando esse relatório, e sei que para mim vai ser um desafio muito grande, porque nós não estamos em condições administrativas ideais. Eu sei bem disso. Mas isso não me assusta, porque sei muito bem da possibilidade do Itamaraty de bem compreender o que por hoje passam esses postos, como a Embaixada do Brasil em Libreville.

A minha ideia, ao preparar esta conversa, traz-me a obrigação de apresentar alguns dados sobre o Gabão, que é como eu pretendo iniciar esta conversa, passando pelo brevíssimo histórico das relações com o Brasil e terminando com o que eu espero poder realizar, em linhas gerais, à frente da Embaixada do Brasil em Libreville.

Expomos agora na tela a geografia do Gabão. O Gabão é um país pequeno, mais ou menos do tamanho do Estado São Paulo. E, para todo esse tamanho, ele tem 1,3 milhão de habitantes. Traz uma densidade demográfica, então, de cinco habitantes por quilômetro quadrado. Seria mais ou menos como se toda a população do Gabão estivesse na Avenida Paulista no último dos encontros a favor ou contra a situação brasileira. Libreville, a capital, tem 800 mil habitantes, o que seria mais ou menos o bairro de Copacabana no Rio de Janeiro.

Isso contrasta com o enorme potencial econômico do país. O Gabão é hoje o país mais rico da África Subsaariana. Ele dispõe de petróleo, de manganês, de minerais não ferrosos, e, especialmente, está à espera de um gesto nosso.

Ele tem 268 mil quilômetros quadrados, como já disse, é um Estado de São Paulo. Foi independente da França em 1960. Contou, em sua história, com somente três Presidentes da República. Tem uma atuação multilateral de peso razoável dentro da África Subsaariana. Foi membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 2010 a 2011, membro da União Africana, da Cúpula América do Sul-África, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e, neste momento, propõe, com o Brasil, a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul. Para um país dessas dimensões, é muito.

Uma economia de US$21 bilhões de PIB, quatro vezes a economia média dos países subsaarianos. Tem o primeiro PIB *per capita* da África, US$20.612 por pessoa. Para que se tenha uma ideia comparativa, a Líbia, entre os países africanos de outra região, no norte da África, apresenta índices de US$11.300, quase a metade do PIB *per capita* que o Gabão hoje possui.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Gabão atingiu o número 60, em 183 países registrados nesse índice – o Brasil ocupa a posição 72 –; uma dívida pública de 27% do PIB; uma taxa crescimento anual de 4,2% em média, nos últimos seis anos; uma inflação de 3% ao ano; e reservas internacionais da monta de US$2,3 bilhões.

Exportou, no ano passado – os últimos números são de 2015 –, US$6,168 bilhões – petróleo, madeiras tropicais, urânio e manganês são seus principais produtos – e importou US$2,456 bilhões – máquinas e alimentos, principalmente do Brasil. É um país altamente superavitário em sua balança comercial.

O petróleo, que é a sua maior riqueza, foi descoberto em 1970, quando atingiu quantidade suficiente para que o Gabão fosse convidado a integrar a Opep, onde ficou por 20 anos – de 1975 a 1995 –, saiu por motivos de desavença com a política maestra da Organização e acaba de voltar, por convite da própria Organização, em junho deste ano, mês passado. Possui reservas que foram estimadas, em 2005, em 1,827 bilhão de barris. Um dos principais países exportadores para o Gabão é a França, que era a sua metrópole colonial. Aliás, a presença da França é uma presença maciça no Gabão. Inclusive, muitas das exportações brasileiras de produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

alimentícios não são contabilizados na balança comercial entre o Brasil e o Gabão, porque chegam ao país por intermédio das grandes redes de supermercados franceses, principalmente Carrefour e Casino.

Exportações maiores do Gabão foram aos Estados Unidos, 31%; para a China, 13%. Esses dois países já compreenderam bastante bem a importância desse pequeno país, que é um protagonista quando se fala em bons números africanos, que não é exatamente o que se escuta de outros países africanos.

Vão para a indústria de gás, petróleo e carvão 78,5% dos investimentos externos do Gabão. Mais uma vez, os Estados Unidos: 68% dos investimentos no Gabão vêm dos Estados Unidos; a China está há pouco tempo no Gabão, mas atinge o segundo lugar, nos maiores países investidores no Gabão. O Brasil poderia fazer muito mais, bem mais. No que toca a essas relações do Brasil com o Gabão, que datam desde de 1960, quando o país ficou independente – nós abrimos relações diplomáticas no mesmo ano –, uma visita do ex-Chanceler Mário Gibson Barbosa, em 1972, que se tornou para nós um marco histórico no Itamaraty, para a nossa política africana, fez com que estabelecêssemos embaixada em Libreville em 1974. É uma das mais antigas embaixadas que o Brasil mantém na África Subsaariana.

No ano seguinte, em 1975, o Mário Gibson Barbosa esteve no Brasil. Foi a primeira das quatro visitas que fez ao Brasil. Veio também em 1983, em 1992, quando chefiou a delegação gabonesa na Conferência Rio 92, e em 2002.

Em 1976, dois anos após a abertura da Embaixada do Brasil em Libreville, o Gabão abriu uma embaixada em Brasília. Eu não tenho os dados para confirmar aos Srs. Senadores, mas talvez seja a mais antiga embaixada africana residente em Brasília, sem contar os países de língua portuguesa, ex-colônias africanas.

Houve o estabelecimento de uma comissão mista em 1982, que seria o fórum ideal para uma discussão de entendimento bilateral. Houve a visita do Presidente da República, Lula, em 2004. É claro que a visita oficial de um Presidente da República pressupõe uma série de preparações. Se houve a preparação de uma visita presidencial ao Gabão, criou-se uma expectativa no país visitado de enormes proporções.

O Presidente da República tem, claro, uma agenda de visitas muito bem planejada. Se houve a inclusão do Gabão na série dessas agendas anuais, realmente, a expectativa, por parte do Gabão, de uma maior presença brasileira já se impunha e se impõe cada vez mais.

Em dez anos, o comércio do Brasil com o Gabão aumentou mais de dez vezes. Em 2002, exportamos US$3 milhões para o Gabão; em 2012, chegamos a US$39 milhões. O melhor ano foi 2008, quando atingimos US$55 milhões de exportações brasileiras ao Gabão. Nisso se contaram produtos alimentícios, que é a grande parte da pauta exportadora brasileira ao Gabão, e tubos sem costura, especialmente para a indústria de extração de petróleo e gás. E as melhores expectativas de continuação do aumento, do incremento da presença comercial brasileira no Gabão depois de 2012 não apresentaram números ideais. Continuou-se, sim, numa curva ascendente, mas sem a potencialidade que essa perspectiva se abre para nós. Tivemos, em 2013, US$47 milhões de exportações brasileiras; em 2014, US$49,5 milhões; em 2015, uma baixa para US$36,5 milhões.

Falamos, claro, cientes de obstáculos. Há três grandes obstáculos para uma participação comercial do Brasil no Gabão. Em primeiro lugar, a falta de linha de transporte marítimo regular. Essa é a base. Além disso, a reduzida dimensão do mercado gabonês, com 1,3 milhão de habitantes. Porém, creio que esse segundo obstáculo pode muito bem ser contornado se, aproveitando as oportunidades que teremos no Gabão, estabelecermos um centro difusor das exportações brasileiras para toda a região, que inclui Guiné Equatorial, Cameroon e Congo-Brazzaville, essa potencialidade aumenta a olhos vistos.

Nos interesses brasileiros, com um breve histórico, nos anos 70, quando o Gabão integrou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, as vendas gabonesas de petróleo ao Brasil atingiram números consideráveis, a ponto de se estabelecer uma agência do Banco do Brasil em Libreville, para financiar e administrar esse fluxo de vendas de petróleo e, em contrapartida, de introdução de produtos brasileiros.

Mais recentemente, em 2013, Libreville mostrou interesse na compra de aviões Embraer – E190 e E195 – para o desenvolvimento de uma futura linha nacional. Dois aviões foram oferecidos imediatamente pela empresa brasileira, com garantia bancária do Deutsche Bank.

Permitam-me fazer uma pequena digressão: quando um país africano consegue garantias de bancos de primeira linha, como o Deutsche Bank, é um reconhecimento de que esse país pode apresentar muito mais do que apresenta neste momento. Há possibilidade, inclusive, Presidente, da compra do próprio avião KC-390, de transporte militar, que parece já se constituir no próximo sucesso de vendas da Embraer.

A empresa brasileira que mais teve presença, que mais se manteve presente no Gabão é a empresa de ônibus Marcopolo, que já vendeu 149 ônibus para transporte urbano, mais 60 são encomendados para transporte intercidades, e propôs-se a criação de um centro de manutenção e formação de mão de obra no país, justamente para atender essa área. Seria esta a ideia que eu havia apresentado antes: fazer do Gabão centro de difusão da produção brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Petrobras abriu um escritório no Gabão em 2014, quando se candidatou para a exploração de duas áreas do litoral gabonês. Houve o fechamento do escritório um ano depois, por falta de sucesso na prospecção, além dos problemas internos que conhecemos.

Eu vejo – e aí eu junto no final da minha alocução – a presença brasileira anterior e a presença que pode ser, para nós, a base da linha mestra das nossas atuações na Embaixada em Libreville, se eu tiver a honra de ser aprovado por V. Exªs. Em primeiro lugar, pretendo recuperar a presença das empresas brasileiras no Gabão. Essa preocupação não só se impõe a partir da própria expectativa gabonesa, como sabemos da potencialidade da nossa parte – se possível recuperar e se possível ultrapassar a meta recuperada. Em segundo lugar, a segunda meta para uma atuação política no Gabão seria estabelecer uma cooperação em produção agrícola. O território do Gabão, dada a baixa taxa de densidade demográfica, está à espera de uma programação de produção agrícola. É claro que eu penso nisso com a presença da Embrapa. Temos um escritório da Embrapa em Gana, na África, que poderia muito bem desenhar um projeto de cooperação técnica para estabelecermos uma presença agrícola no Gabão.

No final desta minha alocução, eu gostaria de falar na mina de Belinga. Belinga é o maior depósito de minério de ferro ainda não explorado no mundo.

(Soa a campainha.)

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – É estimado em 1 bilhão de toneladas. Em comparação com Carajás, em sua melhor época, em que havia uma reserva confirmada de 7 bilhões, não há mais outras grandes jazidas no mundo, a última é a jazida de Belinga.

Na visita do Presidente Bongo ao Brasil, em 2002, quando a Vale do Rio Doce foi uma das protagonistas do lado brasileiro nessa visita, a Vale iniciou operações dois anos após essa visita, em 2004, e as deixou em 2007. Participou da licitação para toda a operação da mina de Belinga, que, no final, foi entregue a uma companhia chinesa. O que se coloca agora é que essa companhia chinesa não foi capaz de desenvolver a mina de Belinga. Essa oportunidade da mina de Belinga compreende uma produção de 20 a 30 milhões de toneladas ao ano, a construção de uma hidrelétrica, a construção de uma ferrovia e a construção de um porto para escoamento da produção. Se conseguirmos fazer com que essa mina de Belinga seja confiada ao Brasil, as perspectivas para as empresas nacionais para a montagem desse complexo são enormes.

Eu creio que – não quero me estender mais – essas poderiam ser as linhas mestras da nossa atuação em Libreville. O Gabão está à espera. Quando essa mina de Belinga foi retomada dos chineses, houve outros contatos, através da Embaixada do Gabão aqui em Brasília e do próprio governo gabonês junto à nossa embaixada em Libreville para retomar o processo de aproximação com as empresas brasileiras.

Então, eu creio que há muito trabalho a fazer. Se eu for honrado com a aprovação de V. Exªs, gostaria de fazê-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Eu, antes de passar à intervenção dos Senadores, gostaria de compartilhar com os meus colegas da Comissão uma boa notícia que recebi agora há pouco do Presidente Michel Temer. O Presidente me telefonou para dizer que havia publicado no *Diário Oficial* o decreto contendo a Política Nacional de Inteligência.

Para os Senadores que estão afeitos a esse tema, que militam não só na nossa Comissão, mas também na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, é uma excelente notícia, porque, há muito tempo, o Poder Executivo estava nos devendo esse decreto. É o decreto que regulamenta a Política Nacional de Inteligência, que foi aprovada pelo Congresso e estava no Palácio do Planalto desde 2010, esperando a sua edição.

Em sucessivas reuniões que tivemos com os ministros responsáveis pela Casa Civil e também pela Segurança Institucional, ao longo do tempo, sempre nos prometiam para o mês que vem – estava em estudos, em elaboração –, e essa foi uma das principais metas de trabalho fixadas pelo Presidente ao Ministro Etchegoyen.

Esse decreto é muito importante, porque, além de nortear as atividades de inteligência no País, que é uma atividade que assume importância cada vez maior no Brasil e no mundo, é um instrumento também de controle por parte do Congresso Nacional, que se exerce através desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Então, é uma excelente notícia, é um esqueleto que está sendo desenterrado, e eu gostaria de compartilhar essa boa notícia com todos os Senadores.

Eu passo a palavra agora ao Senador Lasier, que é o primeiro inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Presidente, eu tenho, a rigor, uma pergunta a cada um dos nossos eminentes embaixadores. Quero começar pela ordem inversa das apresentações.

Fiquei muito impressionado com o longo, mas rico depoimento do Embaixador Appio Acquarone, que está indo para o Gabão e nos deu uma aula sobre esse país, vizinho de um país muito pobre da África, como o Congo – sabatinamos, na semana passada, o Embaixador que vai para lá, que nos descreveu um quadro muito ruim de um Congo de doenças, guerra civil e miséria. O Embaixador Appio nos mostra um Gabão rico, com uma renda *per capita* invejável na África, um país de petróleo e manganês e de potenciais muito grandes.

Gostei de ouvir o Embaixador Appio dizer que se propõe a recuperar a atuação do Brasil no Gabão, que foi alvo de – pelo que interpreto, e a palavra é minha –, desleixo do governo brasileiro nos últimos anos. Aliás, já comentamos muito aqui, na Comissão de Relações Exteriores, sobre desinteresses, sobre declínios em nossas relações internacionais nos últimos anos.

Com a declaração do Embaixador Appio e pela sua disposição, tudo indica que as relações do Brasil vão melhorar muito, porque há potenciais. Este é um país em que temos condições de trocas.

Aqui, nesta nossa Comissão, Embaixador, temos discutido constantemente uma matéria controversa com relação à conveniência ou não de o Brasil ter certas embaixadas. Pelo que sei, o Brasil tem mais embaixadas do que os Estados Unidos, e somos um País em graves, sérias dificuldades econômico-financeiras. Ainda ouvi do Senador Cristovam, na semana passada, que pensa um pouco diferente: onde houver embaixada, sempre haverá algo de positivo para o Brasil. Vimos, na semana passada, foi uma pergunta que formulei, que não temos nada a ganhar com uma embaixada como a do Congo. Mas temos embaixada lá.

V. Exª descreveu, há pouco, as dificuldades de grupo de trabalho e, nesse particular, quero lhe perguntar: V. Exª está recebendo apoio do Itamaraty para compor um grupo eficiente que possa estabelecer boas relações com proveito para o Brasil? Ainda mais que, pelo que sei, os gaboneses importam 80% de alimentos – se há algo que temos no Brasil para exportar são alimentos. Precisamos avançar muito em agregação de valores etc., mas alimentos nós temos.

Ontem, esteve aqui um empresário chinês mostrando o que vai ser a Ferrovia Transcontinental Brasil-Peru, ligando ao Pacífico. E por que os chineses estão interessados no Brasil? Porque nós temos o que eles precisam com aquela superpopulação. Nós temos comida, nós temos alimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E o Gabão também precisa de alimentos.

Primeiro, Embaixador, V. Exª está tendo o apoio do novo Chanceler, o nosso José Serra, para montar uma equipe de respeito, de valor, que componha o trabalho que V. Exª está se propondo fazer? Em que medida vai conseguir acelerar essa relação comercial para a importação de alimentos pelo Gabão?

Com relação ao nosso Embaixador que está indo para a República Tcheca, Márcio Cambraia, tive a honra de recebê-lo em meu gabinete ontem à tarde, porque fui Relator do seu histórico, que é muito rico. O Embaixador Márcio descreveu aqui que nós temos um significativo acordo da empresa Aero Vodochody – se eu estiver errado, peço a colaboração do nosso poliglota Tasso Jereissati, que está atento e que, na semana passada, nos deu aqui uma aula de correção da pronúncia grega e pode nos ajudar hoje no idioma tcheco – com a nossa Embraer, em que vai fornecer equipamentos para o desenvolvimento de um cargueiro militar e vai nos fornecer peças como fuselagem, portas e escotilhas, rampa de carga, bordo de ataque fixo. E nos deu uma ideia de que é um país desenvolvido em tecnologia. Esse é um setor, Embaixador Márcio, em que precisamos muito de desenvolvimento.

Eu tenho a honra de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, e muito temos nos debatido para conscientizar os brasileiros do quanto estamos atrasados e de que o nosso futuro depende de inovações e investigações tecnológica e científica. Nosso futuro está aí. Nesse particular, V. Exª poderá nos dar uma boa contribuição, por exemplo, em transferência de tecnologia para o Brasil. Então, é uma pergunta que quero lhe deixar. Já tive a oportunidade de ouvi-lo e de ter aprendido muito com a sua visita de ontem, mas, nesse particular, eu acho que as boas relações da República Tcheca com o Brasil poderão nos dar bom proveito.

Com relação ao nosso Embaixador Antonio Guerreiro, que está indo para Bruxelas, como ele disse, a Bélgica é um dos 20 países mais ricos do mundo, e, portanto, ele poderá nos ajudar muito, como se já não bastasse a boa relação comercial que o Brasil tem com a Bélgica, que é muito maior do que se pensa, como disse o Embaixador Antonio Guerreiro.

Eu queria lembrar, Embaixador, que tivemos aquele choque dos atentados terroristas em Bruxelas, há pouco tempo, no aeroporto e no metrô, que deixaram um alto número de vítimas fatais e de feridos, em que assumiu a responsabilidade pelos ataques o Estado Islâmico. E, surpreendentemente, isso foi na Bélgica, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sabidamente um país que tem um belíssimo aparato de defesa, até porque está em Bruxelas a sede do Parlamento Europeu. Com a sua experiência, eu queria lhe perguntar algo. Nós estamos às vésperas de uma Olimpíada, que tem nos preocupado muito, em razão do estágio deprimente, sob o ponto de vista econômico, de repercussão política e de tudo aquilo que se sabe. Quando houve a Copa do Mundo, recebemos aqui mais de 1 milhão de visitantes, e agora vamos receber de novo mais de 1 milhão, sendo que só de jornalistas serão mais de 25 mil. Preocupa-nos muito. Será que não seremos vítimas de atentados?

Então, com o seu conhecimento diplomático, com aquilo que aconteceu com a Bélgica, sendo que nós não temos experiência, não temos preparativos para prevenir desagradáveis surpresas, que palavras de precauções o senhor pode nos dirigir e nos recomendar? V. Exª comunga do temor que temos de que o Brasil poderá ser vítima em função até mesmo da lei que votamos aqui no ano passado, o Estatuto do Estrangeiro, matéria que foi presidida pelo Senador Aloysio, que isenta de visto todos os visitantes? Então, vai entrar aqui quem quiser. Isso nos assusta, nos torna um pouco apreensivos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, é uma lei *ad hoc* para as Olimpíadas, não é o Estatuto do Estrangeiro. É uma lei extravagante, digamos assim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exato. Ela recebeu algumas críticas. Eu lembro que li um editorial na *Folha de S.Paulo*, muito crítico. E nos deu tanto trabalho o debate desse tema.

Eu pediria considerações de V. Exª, considerando esse grande evento que está aí às portas do nosso calendário.

São as minhas três questões, Presidente Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, eu, infelizmente, devo me ausentar, porque tenho uma consulta médica agora, que é inadiável.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas V. Exª está bem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O General De Gaulle, nas suas memórias, se refere ao episódio em que ele comutou a pena aplicada ao Marechal Pétain, que foi condenado à pena de morte e ele comutou para prisão perpétua. Disse o seguinte General De Gaulle: que a velhice é um naufrágio – *la vieillesse est un naufrage*. Consequências da velhice, mas todas previsíveis e não muito graves. Mas eu tenho que ir, com licença.

O Senador Flexa irá presidir a sessão no meu lugar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu consulto os Srs. Senadores se podemos fazer os questionamentos aos Srs. Embaixadores em conjunto para que depois eles possam responder. (*Pausa.*)

Então, pela ordem de inscrição, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de entrar no assunto específico, Senador Lasier, eu tentei levantar aqui e o número que me chegou é que os Estados Unidos têm 165 embaixadas e o Brasil, 139.

Se a gente for pelo PIB, o Brasil tem muito mais, mas não é por aí. Se for pelo território, se for pela população, não dá para a gente comparar, mas eu creio que é uma questão de filosofia, de estratégia de uma nação.

Se formos pensar só no curto prazo, o Brasil tem embaixada demais, sobretudo neste momento de crise financeira, mas se a gente pensar como deve, não na estratégia de médio e longo prazo de uma nação com o porte do Brasil, com as expectativas, com os sonhos, com as ambições, eu defendo, mas reconheço que há divergências, que a gente procure ter embaixadas em todos os lugares, primeiro ponto, pelo tamanho estratégico; e, segundo, pela finalidade de uma embaixada.

Eu não vejo a embaixada como uma espécie de posto comercial, como uma espécie de representação comercial. Se for assim, também vamos ter que fechar muitas, até em grandes países, porque não há muito como aumentar o comércio em alguns países grandes, já chegamos ao limite. Às vezes é mais fácil aumentar o comércio no Gabão do que na Bélgica, por exemplo.

Mas não é por aí, é que, de fato, é a presença do País. Quando eu passo de carro pelo lugar onde estão as embaixadas estrangeiras, a gente vê ali nomes, às vezes, de países que nem sabíamos que existiam. E, ao ver, descobre que existe um país no mundo chamado tal. Eu sei que gastar alguns milhares de dólares por mês para isso pode não justificar, mas é uma questão de estar no cenário mundial.

Além disso, um país que hoje não tem importância, de repente tem porque aconteceu uma tragédia, um terremoto ou porque descobriu petróleo. Então, nesse sentido, eu creio que vale a pena abrir as embaixadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E, finalmente, o custo não é tão alto quanto parece. Se tiver de escolher entre colocar dinheiro no Itamaraty ou no Ministério da Educação, eu fico na educação, mas na educação a gente precisa, pelo menos, R$200 bilhões a mais. No Itamaraty, com alguns R$100 milhões a mais a gente faz uma diferença muito grande. Então, o custo benefício, a meu ver, compensa, mas é um tema sobre o qual esta Comissão deveria se debruçar mais, na linha de uma estratégia de longo prazo para a nossa política externa.

Dito isso, eu quero chamar a atenção aqui do nosso querido embaixador que vai para a Bélgica, lembrando o seguinte: se eu fosse escolher um país mais diferente do Brasil, entre alguns, a Bélgica seria um. Tudo diferente. Entretanto, estamos vivendo coisas muito parecidas com outros países também, que são as crises financeira e política, ao ponto de a Bélgica, pelo que eu tenho lido, ter ficado meses e meses sem governo claro, dividido inclusive em duas regiões com características diferentes, com problemas de endividamento, proporcionalmente ao PIB, maior do que o do Brasil, com um déficit quase do tamanho do Brasil.

Então, talvez, a gente tenha algumas coisas a aprender. Quando a gente vê o que o governo belga está fazendo, como acabar com o gatilho salarial, diminuir a contribuição patronal para os sindicatos e aumentar a idade mínima para aposentadoria, parece que a gente está lendo sobre o Brasil.

Então, nesse sentido, eu gostaria de saber, embora possa parecer vaga a pergunta, que experiências o governo belga poderia fornecer ao Governo brasileiro no que tange à conciliação de medidas impopulares para conter a crise e manutenção de direitos sociais? Dito de outra maneira, em vez de experiências que o governo pode fornecer, o que nós podemos, ao olhar a Bélgica, tirar de ensinamentos?

Por exemplo, as greves, as mobilizações foram tão grandes que derrubaram o governo, ou não? O descontentamento da população foi tão grande que tornou impossível manter as próprias medidas, e tiveram de recuar?

São questões que eu fico curioso para saber.

Senador Lasier, embora sobre outro assunto, mas nós sempre compartilhamos, eu creio, posições parecidas, eu creio que a gente precisa separar – vou mudar de lugar para ficar visível no meu tamanho – a ideia de popularidade política de popularidade histórica. Muitas vezes, toma-se uma medida impopular politicamente, naquele instante, mas se não tomarmos, daqui a 20 anos vão cobrar, porque foram medidas necessárias que não foram tomadas. É claro que muitos percebem e dizem que a longo prazo estaremos todos mortos, e o que me interessa o que vão dizer daqui a 20 anos? Mas o político é um pouco um animal que quer ser lembrado, raros políticos querem ser esquecidos rapidamente.

Então, as medidas impopulares tomadas na Bélgica foram políticas impopulares do ponto de vista político, mas historicamente necessárias. A gente precisa aprender isso aqui.

Nós estamos muito viciados na ideia de popularidade e impopularidade política, mediata, do momento e não histórica. Por isso a gente deixa de tomar medidas fugazes.

Eu vou dar um exemplo: eu sou um defensor ferrenho da proposta do Governo atual, que é o teto dos gastos públicos. Passamos anos, décadas, sem levar em conta que gastos têm limite. E aí entramos nessa facilidade de que se pode gastar mais porque não se diz de onde tirar.

Senador Flexa, ontem eu recebi aqui representantes da União Nacional dos Estudantes, preocupados com o fato de que o dinheiro da educação vai diminuir porque agora existe um teto. Eu disse: "Não, eu vou trazer uma proposta para aumentar a educação. Agora, vocês vão ter que me ajudar para apoiar de onde a gente vai tirar. Vocês nunca se preocuparam em defender de onde tirar o dinheiro, só se preocuparam em colocar dinheiro. Vocês, agora, vão ter que lutar para botar mais aqui e tirar mais dali".

Então, isso vai ser positivo para a consciência política brasileira.

A minha pergunta é nesse sentido. A impopularidade política dos governos que cederam levou à queda de governos? Continuaram os governos?

Ou a gente pode dizer que sobreviveram à impopularidade momentânea, fugaz – como disse o Senador Lobão aqui –, e continuaram.

Sobre o Gabão, eu quero dizer, Embaixador, o que eu falei aqui na semana passada, porque falaram que era um país difícil, nos debates que tivemos. E eu estava dizendo, o embaixador que quiser melhorar o currículo pode até ir para Nova York, mas se quiser melhorar a biografia tem que ir para África. É aí que você tem a chance de demonstrar toda a possibilidade que esse país e esse embaixador têm.

Nesse sentido, eu acho que, do ponto de vista de ter desempenho, eu gostaria de sugerir e pedir a colaboração do nosso Embaixador no sentido de desviar um pouco, não desviar, mas não ficar só na ideia de cooperação econômica, mas incentivar a cooperação cultural, a cooperação na área de educação, por exemplo.

O Gabão é um país que, por estar na posição que está, tem relações históricas com o Brasil por conta até mesmo de escravos, por conta do comércio durante o período colonial mútuo, lá e cá. Então, tenho a impressão que seria interessante poder incentivar cooperações culturais entre os dois países e, também, com opera-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ções no sentido de educação. O Brasil tem experiência, não só nisso, o Brasil tem experiências, por exemplo, em políticas sociais. O Bolsa Família, que disseram que o Governo Temer iria acabar e ontem ele aumentou o valor em 12%, o que é algo positivo, muito positivo, é uma experiência que pode acontecer num país como o Gabão, que, inclusive, tem recursos financeiros. Pode, inclusive, daí espalhar para outros países da África. E eu creio que o embaixador do Brasil pode ser um exportador de políticas sociais, de engenharia social e não só de engenharia de infraestrutura, como nós exportamos muito, com muito sucesso aliás e que poderá vir a ter problemas do ponto de vista ético, por causa da Lava Jato internacional que estão falando, mas, então, a engenharia social do Brasil merece ser considerada.

E quanto à República Tcheca, que para muitos deve ser quase que uma aspiração do ponto de vista da localização daquela cidade maravilhosa, eu queria lembrar, tendo uma taxa de desemprego acima de 10% no Brasil, que medidas do governo tcheco o senhor julgaria meritórias? E que poderiam servir como parâmetro para nós, políticos brasileiros, obviamente guardadas as proporções e desproporções entre nossos países; que poderiam ser utilizadas? O que há de políticas, no sentido de geração de emprego, que poderiam nos servir de orientação no momento que o Brasil atravessa com essa elevadíssima taxa, com mais de 11 milhões e 400 mil compatriotas nossos, hoje, dormindo sem um salário garantido?

Era isso, Srs. Embaixadores, e quero mais uma vez repetir que fico satisfeito em ver o Governo brasileiro procurando embaixadores entre os quadros do Itamaraty, fugindo da tentação de embaixadores indicados por outras razões, como a maior parte dos países faz e o Brasil já fez em diversos momentos.

Tenho a impressão de que ao manter essa tradição, que vem já de alguns anos, o Brasil mantém elevadíssimo nível nas relações entre o Brasil e os países nos quais nós temos representantes.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque, passo para o próximo Senador inscrito, Senador Hélio José.

V. Exª está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso nobre Presidente desta reunião, Senador Flexa Ribeiro; dizer que é com muita satisfação que estamos aqui, hoje de manhã, para sabatinarmos o nosso querido Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, indicado para a nossa Embaixada da Bélgica. Eu conheço a Bélgica, conheço Bruxelas, uma cidade realmente maravilhosa e um país lindo. Andei de carro para cima e para baixo ali e também em Luxemburgo. Luxemburgo é um país muito pequeno, mas que tem um intenso turismo e de beleza muito grande.

Então, eu queria ver, principalmente, eu que sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, nesse ponto de vista, como é que nós podemos atrair mais belgas a virem fazer turismo no Brasil? Porque a i PIB da Bélgica vive muito do turismo, e a gente aqui, no Brasil, precisa ter divisas. A forma que a gente pode mudar rapidamente algumas circunstâncias é com relação a nossa indústria do turismo, que tem sido muito pouco explorada, principalmente lá fora, nesses países que possuem uma alta renda *per capita*, e na Bélgica e em Luxemburgo são muito altas.

Outra situação é como podemos trocar experiências tanto com a Bélgica quanto com Luxemburgo, que são países pequenos, com poucos recursos naturais, e estão muito dependentes das energias, inclusive na Bélgica existem algumas usinas nucleares? Como é que nós podemos ter algumas experiências com relação às novas tecnologias das energias renováveis, seja eólica, seja solar fotovoltaica, sejam em outros aspectos na forma de captação de energia, tipo o aproveitamento do lixo da biomassa?

Então, quanto a essas experiências – eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e discutimos muito aqui em nosso País, inclusive na Comissão de Infraestrutura, e eu sou o responsável por discutir as políticas públicas, as energias renováveis –, gostaríamos de ver como fazer esse intercâmbio tanto da Bélgica e de Luxemburgo quanto também aqui do nosso sabatinado, Márcio Florencio Nunes Cambraia, da República Tcheca, pode acontecer. Todo mundo sabe a alta evolução tecnológica da República Tcheca, que é um país importante no centro europeu e que, mesmo tendo participado longo tempo de um bloco mais fechado, nunca deixou de ter uma indústria pujante. Também conheço Praga, sei do aspecto importante que é a cidade de Praga e que a República Tcheca tem de colaboração. Conheço também a República da Eslováquia, vizinha, e o Ministro das Relações de Energia do Mercado Comum Europeu, da UE, era exatamente da República da Eslováquia.

Pelo menos o encontrei no ano passado, não sei se permanece, mas a República Tcheca e a Eslováquia têm muita colaboração também tanto nessa área do turismo quanto nessa área do intercâmbio energético com a utilização dos lixos, que, ao invés de gerarem chorume e poluição, geram energia elétrica. E também o sol, o vento e outras alternativas renováveis de geração de energia.

Quanto ao Gabão, lá deve ser tão subdesenvolvido quanto no Brasil o aproveitamento das energias solares, que é fundamental. O Gabão está em uma latitude favorável para o aproveitamento energético, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

solarimetria alta igual à do Brasil, e seria bastante razoável saber, meu nobre Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, como é que nós poderíamos intercambiar esta questão?

Como no Gabão trata-se de uma economia razoavelmente bem favorecida em relação às demais economias africanas, a gente poderia também discutir esta questão do turismo, porque todo mundo sabe as nossas relações com os afrodescendentes aqui em nosso País e as relações históricas com o Gabão, tal qual o Senador Cristovam acabou de discorrer aqui algumas questões.

Então, eu gostaria também de ver, como esses três países poderiam desenvolver a questão do turismo e como a gente poderia aproveitar e também fazer intercâmbio sobre a discussão energética, que é fundamental.

Como os demais Senadores perguntaram sobre outros temas, vou me ater a esses dois, até para colaborar com os demais que vão fazer perguntas.

Desejo sucesso aos nossos três Embaixadores. Todos nós, aqui, temos plena convicção de que são Embaixadores experimentados, pessoas experientes, servidores públicos de carreira, igual a mim, sou concursado público do MPOG, sei a importância que tem os servidores públicos em, cada vez mais, fazer o seu papel, cumprir com o seu papel, e isso o Itamaraty vem fazendo. Acho adequada essa atitude de valorização da carreira e, consequentemente, de dar peso às pessoas com experiência. Sou Relator, aqui nesta Casa, do PL nº 38, que trata sobre a questão da reposição do Executivo e, portanto, das carreiras do Itamaraty e de suas despesas no exterior. Mudei essa questão exatamente para dar uma situação mais razoável para que esses nossos servidores tenham condições de melhor desenvolver suas tarefas. São países difíceis como Gabão, Congo, outros e outros aí, que passam uma série de dificuldades.

Queria, também, ouvir a opinião de vocês sobre isso, já que vocês são os Embaixadores, estão em um patamar acima dos servidores que vocês gerem lá, porque a situação deles é penosa. Vieram procurar-me; como Relator do PL nº 38 fiz uma emenda de redação adequando esta questão da percepção, dos gastos e de como receber esses gastos que têm que ser repostos no exterior, principalmente países de difícil sobrevivência.

Sucesso a vocês, que Deus nos ajude e que esse Brasil nosso continue a crescer, continue a gerar emprego e divisas. A área do turismo e da energia é a esperança que nós temos para sair do caos em que nos encontramos.

Obrigado, nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Hélio José.

Passo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, eu cumprimento os ilustres Embaixadores que hoje são submetidos nesta Comissão à sabatina – os Embaixadores brasileiros da Bélgica, da República Tcheca e do Gabão.

O nosso representante do Gabão considera-se, segundo o relatório lido pelo Presidente Aloysio, numa espécie de clausura africana. Eu fui Ministro do Presidente Lula e da Presidente Dilma por seis anos. Percebi, ao longo daquele período, uma grande preocupação do Presidente Lula no sentido de promover, de dar um avanço sobre a África, um estreitamento de relações com toda aquela região. Entendia que, sendo nós beneficiários da força de trabalho africana à época do Império e da Colônia, e até um pouco além, deveríamos nós, brasileiros, ter um comportamento de solidariedade com a África, além de uma integração útil para o Brasil, que não poderia deixar de ser com esse estreitamento de relações.

Portanto, o nosso Embaixador que vai para o Gabão, ao revés do Embaixador na Bélgica, terá um sofrimento um pouco além, porém um registro dos agradecimentos brasileiros quanto ao seu desempenho que ocorrerá ali.

Para a República Tcheca vai o Embaixador Cambraia, que é um privilegiado. Enquanto os seus demais colegas tiveram cada qual um Relator, ele teve dois Relatores aqui – o eminente Senador Lasier e eu próprio – como que a demonstrar a especial posição que ele vai exercer na República Tcheca.

Eu não quero me alongar. Quero apenas pedir ao Embaixador Cambraia que nos diga alguma coisa, ainda que breve, a respeito da intensa imigração para a Europa, as consequências disso, se são positivas ou negativas e a intensidade dela.

No mais, quero cumprimentar os três ilustres Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Edison Lobão.

Não havendo mais Senadores inscritos, vou passar a palavra aos Srs. Embaixadores para que possam responder aos questionamentos feitos.

Inicio com o Sr. Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, indicado para a Embaixada do Reino da Bélgica e Luxemburgo.

Com a palavra o Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro.

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO – Sr. Presidente, muito obrigado. Queria agradecer as perguntas que me foram feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Senador Lasier falou sobre a questão dos atentados terroristas. Nós temos que levar em conta que a Bélgica é o país da Europa Ocidental que, em relação à população, mais gente mandou para a guerra na Síria, para lutar com as forças do Estado islâmico. Proporcionalmente à população, é o pais de onde mais gente saiu de lá para lutar com o Estado islâmico – não é da Europa inteira, porque, da Europa inteira, se não me engano, é Montenegro, não é da Europa Ocidental.

Existem muitos muçulmanos na Bélgica, basicamente oriundos de ex-colônias francesas do norte da África, seja do Marrocos, seja da Argélia e da Tunísia, mesmo porque falam francês. E esses que levaram a cabo os atentados, tanto na Bélgica como em Paris, não são de primeira geração, já são de segunda geração.

Quanto às Olimpíadas, aqui, no Rio de Janeiro, até onde eu sei, existe um órgão colegiado que trata da segurança, e aí estão a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que acabou de receber um reforço do Governo Federal considerável, a Abin, a Polícia Federal e uma série de órgãos. E eles estão monitorando a situação. É evidente que o Brasil não é um País onde a ocorrência do terrorismo seja uma norma, como é em outros lugares, graças a Deus, mas eu tenho absoluta certeza de que os órgãos nacionais encarregados da questão da segurança no Rio de Janeiro estão absolutamente atentos ao que possa acontecer. Quanto a isso, eu não tenho a menor dúvida.

Senador Cristovam Buarque, a Bélgica adotou medidas de austeridade tremendas, o que lhe permitiu ter um crescimento previsível de mais de 1% este ano. Agora, a Bélgica já funcionou sem governo durante anos e anos. Agora tem um governo de coalizão em que o primeiro-ministro representa um partido francófono, e a francofonia tornou-se uma minoria. São 40% contra o resto, que falam holandês, hoje, flamengos.

Agora, o senhor falou da popularidade histórica, da popularidade política. Até onde eu sei, essas medidas de austeridade, no início, evidentemente, ninguém delas gosta, em lugar nenhuma do mundo, ninguém gosta, porque todo mundo ou quase todo mundo sofre. É a mesma coisa que fazerem obras na sua rua, ou seja, enquanto as obras são feitas, todo mundo reclama, mas, depois que as obras terminam, todo mundo acha ótimo.

Enfim, eu acho que os dirigentes têm que ter coragem para pensar num prazo além daquele em que esperam estar no poder. Eu acho que o governo belga tem feito exatamente isso e agora estão recebendo os dividendos da impopularidade de que foram alvos quando instauraram as medidas de austeridade, Senador.

Senador Hélio José, o senhor falou da questão do turismo. Eu, lá em Moscou, fui visitar a Feira de Turismo, com a presença da Embratur, com a presença da Riotur. Os russos que vêm ao Brasil normalmente vão ao Rio de Janeiro e a Foz do Iguaçu. Agora, o fato é que o Brasil é longe da Rússia, mas também é longe da Bélgica; para começar, não há voos diretos da Bélgica para cá. A Bélgica recebe muitos turistas brasileiros. Agora, evidentemente, ao lado da Bélgica, há outros países que também recebem turistas. Eu tenho certeza de que a Bélgica e Luxemburgo receberiam muito menos turistas se estivessem isolados do resto da Europa. Então, existe essa questão que eu acho que a gente tem que levar em conta. O Brasil é longe, é longe e tem de oferecer serviços de turismo muito superiores aos que oferecem – essa é que é a verdade, treinamento, etc. E eu fico perplexo ao saber que a Costa Rica recebe muito mais turistas estrangeiros do que o Brasil. A República Dominicana também. Essa é que é a verdade.

Bom, eu prefiro não fazer, digamos, prognósticos; dizer ao senhor coisas sobre as quais eu não tenho grande experiência. Antes de ir a Moscou, eu pensei que poderia fazer uma série de coisas e muitas delas eu me dei conta de que eram inviáveis e outras, que eu achava ou que eu nem pensava, tornaram-se factíveis e foram feitas.

De modo que, quanto à sua pergunta sobre a questão das energias renováveis, eu prefiro chegar ao posto, examinar a questão e depois dar-lhe uma avaliação com base numa experiência. Não adianta eu ficar aqui especulando. Eu acho que isso não será útil para o senhor nem para nenhum dos membros da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu agradeço a Sr. Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Presidente, eu gostaria, se fosse possível, que ...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero agradecer ao Sr. Embaixador Cambraia.

Se fosse possível, gostaria que o senhor pudesse repassar depois informações via *e-mail*. Meu cartão, que eu já dei para o senhor, tem os números dos meus celulares, meu *e-mail*. Meu gabinete está à disposição para essa discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Hélio José.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Márcio Cambraia, indicado para Embaixador na República Tcheca, para as suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA – A primeira questão de um dos meus Relatores, o Senador Lasier, refere-se a essa cooperação já existente entre a Embraer e a Aero Vodochody para a construção do KC-390, que é um avião cargueiro e que já está funcionando.

Eu creio que há, numa perspectiva mais ampla, interesse dos dois lados, tanto interesse dos tchecos em colaborar conosco como interesse nosso em receber colaboração e transferência de tecnologia da Aero tcheca. Existe uma academia de ciências tcheca que tem um acordo, de 1994, com a academia brasileira. É um acordo que está meio parado e poderia ser incrementado.

O que eu acho mais importante é a existência de acordos *joint ventures* entre empresas e instituições públicas ou universitárias, instituições acadêmicas. E o Itamaraty e a Embaixada funcionariam como catalizadores desses contatos, porque não é nem o governo tcheco diretamente, nem o Governo brasileiro que vão desenvolver ciência e tecnologia. Então, eu acho que a Embaixada deveria funcionara como um catalizador, ou seja, aproximar as pontas, facilitar os contatos, ajudar também a mostrar a realidade nessa área de um país e de outro. Eu acho que esse seria nosso principal papel.

Por outro lado, eu creio que há uma vantagem muito grande nesse aspecto da transferência de tecnologia pelo fato de a República Tcheca não ter ambições de grande potência. Então, eles não vão cobrar, apresentar uma conta política para nós para a transferência de tecnologia. Eu acho que essa é uma das poucas oportunidades que nós teremos, no mundo atual, de adquirir tecnologia, de fazer um intercâmbio de tecnologia, sem ter que pagar alguma contrapartida política. Eu acho que essa é uma grande oportunidade e acho que uma embaixada deve trabalhar no sentido de aproximar os dois lados e de ser um catalizador, ter um papel de entusiasmador dessa cooperação, que é muito importante para nós, como o senhor sabe muito bem.

Com relação à questão do Senador Cristovam, que versava sobre o desemprego, eu creio que o pequeno nível de desemprego e o sucesso econômico da República Tcheca têm raízes, em primeiro lugar, numa industrialização já muito enraizada, já muito tradicional da área da Boêmia. Então, já há uma tradição grande de industrialização. Eles já têm uma mão de obra muito preparada. Outro fator que eu considero importante foi aquele saneamento das contas públicas que existiu como pré-requisito à passagem de uma economia centralizada para uma economia de mercado. Então, o primeiro passo foi uma reorganização das contas públicas, que é mais ou menos o que nós estamos tentando fazer aqui atualmente.

Bom, foi essa reorganização que permitiu aquele processo de investimento em uma economia de mercado que tem funcionado muito bem. Então, as privatizações e, além disso, as exportações, uma concentração das exportações, contribuem para evitar o risco do desemprego. A crise de 2008 foi ultrapassada com exportações por parte da República Tcheca. Ela conseguiu se livrar disso e já se recuperou daquele quase trauma da crise de 2008.

No fundo, também houve cuidados com a educação. Uma das universidades mais antigas do mundo é a Universidade Carlos, na República Tcheca, e essa dedicação à tecnologia. Eu acho que são esses aspectos que têm levado ao êxito econômico da República Tcheca.

Em relação à questão do Senador Hélio José, à questão energética, eu acho que está diretamente ligada a esse aspecto da tecnologia, da inovação. Eu acho que uma das áreas de colaboração tecnológica e científica poderia abranger essa parte energética também. Nós só teríamos a lucrar com isso. Seria uma grande vantagem para o Brasil uma cooperação pelo alto nível de desenvolvimento tecnológico que a indústria tcheca tem. E, volto um pouco à questão de que o interesse deles seria o interesse imediato em termos econômicos ou em termos científicos, em termos de uma melhoria conjunta de tecnologia, mas não de uma contrapartida política em termos de participação de esquema de poder mundial.

Quanto à questão do Relator, Senador Edison Lobão, esse problema de imigração para a Europa é um problema de uma complexidade enorme, e se assiste, hoje, nos meios de comunicação, a invasões, são milhares e milhares de pessoas indo para a Europa, como se fosse o paraíso, como se fosse o eldorado.

Especificamente a República Tcheca tem uma posição claramente contrária à imigração; eles não são favoráveis a aceitar imigração. São favoráveis, ao contrário, a colocar barreiras à imigração e fazer com que o Estado Schengen tenha fronteiras rígidas, bem guardadas e que a circulação se dê lá dentro entre os europeus e não à entrada de imigrantes; eles e mais aqueles países do Grupo de Visegrád, os países daquele centrinho mesmo da Europa, que são claramente contra a imigração e combatem a política europeia de Bruxelas, a política alemã de aceitação de imigração.

Mas os problemas vão mais longe. De um ponto de vista inclusive pessoal, pelo que tenho visto na Europa – e, na Europa, já servi na Inglaterra, na Espanha e na Itália –, há um problema muito grande de integração. Principalmente os árabes e os muçulmanos não se integram, mantém a sua religião, procuram manter a sua língua, vivem, na verdade, isoladamente, em relação à sociedade europeia. E essas são sociedades antigas, sociedades já muito depuradas, já muito estratificadas, muito cristalizadas e que têm dificuldade também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

aceitar modificações, de aceitar os imigrantes. Então, é uma sociedade, de um lado, já muito cristalizada que, naturalmente, tem dificuldade de aceitar uma novidade – que seria a chegada do imigrante, e esses imigrantes, o imigrante brasileiro, têm basicamente a mesma religião, a mesma civilização que a civilização ocidental da Europa, e há uma integração muito mais fácil. Agora, os muçulmanos, os islâmicos, aí é uma dificuldade. Eles fazem questão de manter, por exemplo, os trajes das mulheres, fazem questão de manter as mesquitas, quer dizer, percebo claramente que não há uma integração, que acho também que é mais difícil pelo outro lado, porque as sociedades são não só estratificadas como cristalizadas, há séculos e séculos que funcionam daquela forma. Então, têm uma dificuldade em aceitar, digamos, um organismo de fora. Ao contrário do Brasil, que já não é uma sociedade tão antiga, não é uma sociedade tão estratificada e uma sociedade tão cristalizada; e aí, ao meu ver, uma das grandes explicações para nossa aceitação de imigração.

Os nossos exemplos de imigrantes de primeira geração realmente se integraram à sociedade brasileira com muito êxito. Temos um atual: o Presidente Temer; o Presidente Temer é primeira geração.

Mas a nossa sociedade é uma sociedade mais aberta, uma sociedade menos estratificada e menos cristalizada. E tivemos vários outros exemplos.

Agora, um aspecto que também deve ser levado em consideração é que vejo hoje, na Europa, que a abordagem da imprensa é muito humanitária, inclusive a abordagem da igreja – o atual Papa é uma abordagem muito humanitária. Não vejo a factibilidade de entrada pacífica e sem criação de problemas futuros de levas e levas de imigrantes. E, ao mesmo tempo, acho que se tem esquecido do problema do tráfico de pessoas.

Os imigrantes pagam de três a quatro mil euros por pessoa para entrar naqueles barcos – seriam os coiotes, não é? – para fazer a travessia e ir à Europa. Bem, esses traficantes são muito profissionalizados, e esses imigrantes, em primeiro lugar, são vítimas dos traficantes, ficam confinados em campos, em galpões e depois colocados em navios. Isso acho que deveria ser combatido. Por exemplo, na Líbia, existem vários centros – porque é muito perto da Itália e dali é muito fácil irem à Itália –, e eles são vítimas desse ponto de vista. Essa situação poderia melhorar só com combate, inclusive com recursos – não gosto muito de inteligência, mas é recurso de informação, que era a palavra que a gente usava até recentemente no Brasil – informação, para combater os que são contrabandistas. É um contrabando, são traficantes de pessoas. E isso não está existindo muito, quer dizer, quando se prende na questão humanitária, deixa-se de lado essa questão. Então, eles estão sendo vítimas várias vezes, no seu país de origem e depois no seu transporte.

Uma coisa trágica que tive a oportunidade de ver é que esses traficantes estavam colocando as pessoas naqueles barcos superlotados, com uma tripulação, em barcos precários – às vezes grandes, enormes, mas precários –, e simplesmente, em determinado momento da travessia, ia uma lancha, a tripulação saía e abandonava os imigrantes sem piloto, como se o piloto de avião abandonasse, saísse do avião; e eles ficavam à sua própria sorte. Quer dizer, são realmente pessoas que deveriam ser combatidas, são organizações de traficantes de pessoas.

Em síntese, acho muito difícil a absorção, integração. É exatamente a situação contrária aqui do Brasil. Na medida em que essa imigração aumenta agora, exponencialmente, já está prejudicando o emprego do operário italiano, do operário inglês, do operário belga.

Então, já está começando uma reação que, por enquanto, é da *silent majority* – uma maioria silenciosa –, mas já há uma reação que pode levar a problemas mais graves. E há também, de outra parte, políticos populistas que tendem a se aproveitar dessa situação de uma certa rejeição, que, às vezes, não é mostrada claramente, mas, surdamente, eu sinto que isso está crescendo em toda a Europa.

Não sei se respondi às questões.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu só queria fazer uma correção: eu chamei o nosso nobre Embaixador da Bélgica de Márcio Cambraia, mas é Antonio Guerreiro.

Sucesso, Antonio!

Márcio Cambraia, a República Tcheca é uma república onde o Brasil gosta muito de fazer turismo e há um fluxo intenso. Eu precisava saber de V. Exª como poderíamos inverter esse fluxo, porque são pessoas de alto poder aquisitivo que nós precisamos trazer para cá. Realmente, lá há um cerco. Eu não vi muitas etnias distintas presentes em Praga e nos lugares onde eu estive.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA – Uma uniformidade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, finalizando a exposição de V. Exª, eu queria saber sua opinião sobre essa questão do turismo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Sr. Embaixador Márcio Cambraia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA – Pelo que eu entendi, Senador, o senhor viu os turistas brasileiros lá, mas não vê os tchecos aqui, e deveria haver um equilíbrio.

Bom, eu tenho algumas considerações, inclusive pela minha experiência pessoal na carreira. A nossa ideia de turista, no Brasil, é aquele que vem para a praia, fica tocando violão e se alimenta numa barraquinha. Existe esse turismo, mas esse é um turismo de massa que traz muito pouco dinheiro para o Brasil. São frequentemente operários que pagam, a prestações, uma passagem para o Brasil – pagam para operadoras europeias e internacionais – e se hospedam, frequentemente, em hotéis de redes internacionais. Então, são pessoas de pouco poder aquisitivo que não trazem dinheiro para o Brasil. Isso acontece muito e é de conhecimento público.

Eu me lembrei de alguns exemplos. O Uruguai, onde eu também servi, que é um país pequeno, que tem um turismo muito desenvolvido, concentrou-se em um turismo de poder aquisitivo mais elevado. Punta Del Este, por exemplo, é uma área em que se concentra em um turismo de nível mais elevado. Eles investiram, por exemplo, em esporte; investiram em equitação, polo, iatismo, golfe, e há grandes restaurantes. Aquele é o turismo de alto nível, que é um turismo que dá mais lucro para eles.

Então, a ideia nossa de que o turista vem aqui só pela beleza natural é uma ideia fraca. Quer dizer, a beleza natural faz parte, mas deveria haver alguns atrativos a mais, alguns atrativos especiais, porque eu acho que o interesse desse turista que vem para o Brasil, com tudo pago a prestações – o dinheiro fica na Europa e não vem para cá –, é pequeno. Então, eu acho que deveria haver uma concepção de turismo mais sofisticada, porque eles têm um poder aquisitivo alto, e o Brasil é distante. Para vir ao Brasil, deveria haver atrativos, além simplesmente da praia, do sol, sem falar que o hotel não é suficiente.

Uma área que eu acho muito promissora é o turismo segmentado: o turismo, por exemplo, do esporte; o turismo de alguns segmentos, como congressos profissionais de alto nível. Acho que isso daria mais resultados práticos para o Brasil.

Para se fazer isso, deveria haver aqui uma consciência, que se refletiria no trabalho da embaixada. Por exemplo, em Roma, o material que vai da Secretaria do Estado está em inglês ou em português. Cria-se uma certa antipatia. O português não entendem, e há uma antipatia ao inglês.

Por razões de contenção de despesa, quando recebo uma visita, eu não tenho absolutamente nada para oferecer. Agora, em todas as visitas a autoridades italianas, eles sempre oferecem uma coisa, uma lembrancinha, o que é uma coisa simpática, já que é da essência da atividade diplomática criar um *locus* de entendimento. Por isto a história de que diplomata trabalha em festa: porque há a oportunidade de se criar um entendimento.

Então, eu acho que isso deveria ser repensado aqui no Brasil para que se reflita nas nossas representações, a fim de elas possam dar uma contribuição maior.

A última coisa é que deveria se corrigir um pouco a nossa imagem, que é a imagem só do Carnaval, da mulata desnuda. Essa é a imagem que a Europa tem do Brasil. Isso precisa ser corrigido, infelizmente aos poucos, porque não dá para fazer de uma hora para outra. Mas poderíamos mostrar outras características da sociedade brasileira, da cultura brasileira que vão além dessas que são as mais conhecidas, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Sr. Embaixador Márcio Cambraia.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa, para as suas considerações.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Muito obrigado, Presidente.

Acho que eu tenho bastante material aqui e vou começar me dirigindo ao Senador Lasier Martins sobre as observações com que ele me honrou.

Realmente o Gabão é algo atípico na região de toda a África Subsaariana.

Há as possibilidades de trocas comerciais, sem dúvida nenhuma; há uma expectativa muito grande de Brasil. Talvez as observações que me foram direcionadas pelos quatro Srs. Senadores aqui nesta reunião, eu creio que todas as observações têm dois pontos em comum. Primeiro, o que se espera do Brasil, o que se pode apresentar de Brasil? Se eu fosse sugerir, dentro de uma política de aproximação com a África, que país seria o princípio da nossa nova atuação na África, eu sugeriria o Gabão, porque ele está não só à espera de um passo brasileiro na direção dele, como é um país que está sendo disputado por várias outras chancelarias. Ele está se oferecendo ao Brasil; por quatro vezes o Presidente Bongo esteve no Brasil, e isso é um gesto bastante eloquente por parte do Gabão.

Para isso nós precisaríamos de apoio, e me refiro exatamente a uma observação de V. Exª sobre se há apoio do Ministério das Relações Exteriores a algo que eu estou a propor neste momento. Eu confesso que não invejo os meus colegas diplomatas que trabalham no setor de administração do Itamaraty. Eles fazem o que eu acho que são milagres; eu não sei como nós podemos manter não só uma rede existente, mas a atuação dessa rede existente. São duas direções orçamentárias totalmente distintas: a de manutenção de uma rede e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de operação da rede. Com o que nós temos hoje na administração do Itamaraty, eu não os invejo, porque eles conseguem fazer com que a nossa rede funcione e que haja um mínimo, digamos – se eu estivesse falando em termos empresarias – de capital de giro. Não é só manter a nossa rede, temos que fazê-la a mais operacional possível. Refiro-me, sem deixar de me dirigir a V. Exª, a uma observação do Senador Cristovam Buarque sobre a abertura de novas embaixadas no exterior. Nós temos uma rede hoje realmente invejável da presença brasileira, e há que se mantê-la.

Eu tive a honra de ter na minha primeira sabatina o Senador Cristovam Buarque como Presidente da Comissão quando eu fui para a Tanzânia. Foi a primeira chefia de missões com que o Senado me honrou, e, naquela época, eu fui criar uma embaixada do zero na Tanzânia.

Não é a coisa mais fácil do mundo, eu confesso, mas tive o apoio do Itamaraty para tal; apoio esse que eu espero agora renovado para a minha presença no Gabão. No fundo, o meu objetivo no Gabão é criar problema para o Itamaraty, é criar problema administrativo, porque eu quero fazer um monte de coisas e vou precisar de um apoio do Itamaraty para tudo o que eu gostaria de pôr em funcionamento. Confiarei no Itamaraty, porque sei que não me faltou quando eu instalei a Embaixada na Tanzânia.

Ainda falando sobre o apoio que V. Exª levantou sobre o Itamaraty, estava até pouco tempo atrás aqui o Embaixador Sobreira Lopes, que é Diretor do Departamento da África; estava aqui e me deu o prazer de participar assistindo da plateia. Isso já é um apoio, eu já contabilizo isso como um apoio. Fui procurá-lo, claro, para conversar sobre as nossas políticas no Gabão, e fomos unânimes em apontar que precisaríamos de mais do que, digamos, uma dedicação profissional do Itamaraty; precisaríamos de meios para tal.

O Presidente, Senador Aloysio, leu parte do relatório da pessoa que eu pretendo substituir, se for aprovado, e os termos são termos dramáticos. Esse meu colega está sozinho, não há um segundo diplomata com ele, não há um oficial de chancelaria com ele, e eu pretendo criar um verdadeiro setor comercial, um setor cultural, um setor de acompanhamento de políticas, então precisarei realmente estar em contato direto com a administração do Itamaraty. E isso para nós é primordial, porque – e aí eu posso até me referir a uma observação do Senador Edison Lobão sobre o que ele entende como solidariedade com a África –, sem dúvida nenhuma, nós temos um inventário cultural comum muito importante, o qual realmente necessita de exploração. São poucos os países como o Brasil que têm esse arsenal de comunidade com a África, são pouquíssimos os países, e nós temos isso, temos que aproveitá-lo sem dúvida nenhuma.

Quanto às observações do Senador Cristovam Buarque, agradeço os termos sobre a inclusão do Gabão na minha biografia, já será a minha segunda inclusão africana, mas concordo, sim, quanto à necessidade da presença cultural e educacional brasileira.

Nós sabemos – e isso foi, inclusive, muito bem levantado pelo hoje Embaixador no Gabão – do interesse que a perspectiva de uma maior relação com o Brasil desperta na juventude gabonesa. Depois de algum esforço nosso, nós criamos um leitorado de português na Universidade de Libreville; um leitorado que, infelizmente teve pouco tempo, foi atuante durante dois anos, de 2010 a 2012, mas que veio a responder a um interesse da juventude gabonesa, em primeiro lugar, em conhecer a língua portuguesa, e, se possível, conhecer a língua portuguesa através do Brasil.

Depois de um projeto com bastante sucesso, a Profª Tânia Jordão, da Universidade de Minas Gerais, passou dois anos como leitora de português na universidade, mas, por motivos orçamentários, teve que ser cancelado esse leitorado, que despertou um interesse maior até em relação ao que o Senador Hélio José levantou: o interesse pelo Brasil, o interesse de saber do Brasil, o interesse de visitar o Brasil, o interesse de seguir as tendências culturais brasileiras, enxergadas por eles como audaciosas, como inovadoras e, especialmente, diferentes de um universo europeu em que estavam submersas as ex-colônias inglesas e francesas, como no caso do Gabão. Enxergam o Brasil como uma opção, e nós temos realmente que responder dessa forma.

Um ponto que liga as quatro intervenções dos Srs. Senadores é: o que esperar da política externa do Brasil em relação à África? O que isso poderia ser de importante para o Brasil? O que isso poderia ser legitimador da presença brasileira na África, legitimador da abertura das novas embaixadas que nós fizemos nos últimos dez anos? O que nós queremos ter como política externa?

Recentemente, há um agravante em torno dessa inquietação, que é a presença da China. A presença africana da China está crescendo a olhos vistos, a cada ano. A China enxerga a África como uma nova fronteira, e parte dessa nova fronteira está em busca de Brasil. O que faremos? O que significa ser um diplomata brasileiro na África? O que nós levaremos do Governo brasileiro para esses países?

Eu acho que essa reflexão é muito positiva para a nossa atuação como diplomatas na África, e o interesse de V. Exªs nesses pontos bastante específicos e importantes nos dá um alento extra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – V. Exª me permite uma perguntinha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bem sucintamente. Que notícias, que observações tem V. Exª sobre a compra de terras pelos chineses na África?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Embaixador Appio com a palavra.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO – Perdão, desculpe-me. Eu creio que a China tem outros instrumentos disponíveis no seu arsenal que não necessariamente o de investimento direto na compra de terras, até mesmo porque, controlando outros aspectos econômicos, eles estariam até mais presentes do que através da compra direta de terras. Há compra diretas de terras? Sim, há, mas o que para eles é mais eficiente é justamente o apoio direto a projetos de infraestrutura na África, porque cria mercados para as empresas chinesas, cria presença de operários chineses de uma forma até menos exposta do que a propriedade direta da terra.

Eles têm outros instrumentos no arsenal deles que eu considero mais eficientes e que têm sido usados junto com a compra de terras que, sim, existe – o senhor tem razão, existe –, mas eles têm ferramentas, digamos, mais efetivas para viabilizar e manter a presença deles, que é crescente. Claro que não estou aqui a sugerir que sejamos tão incisivos como a China é. A China tem possibilidades que nós não temos, mas nós temos possibilidades de sermos mais atuantes, sem dúvida alguma. E a África – e, especialmente, digamos, se eu já posso considerar a minha África o Gabão – é um fruto maduro a ser colhido.

Obrigado. Presidente, obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu sei que está ficando tarde, mas eu costumo dizer que essas sabatinas, Senador Lasier, são muito instrutivas para nós sobre os países, mas, às vezes, para termos um olhar diferente sobre o Brasil.

Quero falar aqui especialmente sobre o caso da Bélgica e da Tchecoslováquia. No caso da Bélgica, o senhor falou aí em coalizão, que eles conseguiram para fazer o governo. Isso me traz a pensar como nós aqui não estamos procurando coisas desse tipo. Nós tivemos, durante 12 anos, uma coalizão entre PMDB e PT; uma coalizão que neste momento se desfez. E nós estamos sofrendo para escolher em qual dos lados a gente fica, em vez de uma outra coalizão para salvar o Brasil.

Toda disputa aqui é entre Temer e Dilma, que, até três meses atrás, estavam casados em uma coalizão política de mais de uma década. E a gente não pensa em uma coalizão alternativa, e nem pensa tampouco em refazer essa coalizão sob novas regras. De repente, seria o caso de eles se entenderem em uma outra colocação, em uma postura diferente.

Então, eu me lembrei disto: a Bélgica passou por problemas e, no fim, encontrou-se. A gente não está conseguindo. Tivemos, não deu certo, a maneira como foi feita. Fomos sequestrados por eles na coalizão e agora estamos sequestrados no divórcio dessa coalizão, sem pensar na nossa e sem tentar fazer com que eles se encontrem, eu volto a repetir, sob novas regras.

Quanto à República Tcheca, o senhor também me faz lembrar algo que serve para o Brasil, Senador Flexa: a necessidade de mudar a maneira como a gente vem pensando. O senhor vai certamente encontrar, em Praga, um brasileiro que mora lá há mais de 50 anos. Ele chegou lá com 18 anos de idade, graças a uma bolsa de estudos dada por Juscelino, que disse: "Você vai." Ele pediu uma bolsa a Juscelino – naquela época se encontrava candidato a presidente na rua –, ele o encontrou, e o Juscelino perguntou a ele: "O que você quer se eu ganhar a eleição?" Ele disse: "Eu quero uma bolsa de estudos." E Juscelino disse: "Vou lhe dar, nas terras do meu avô." E o mandou para lá, e ele ficou.

Ele vem aqui de vez em quando, eu converso com ele, e é uma figura formidável. Hoje é um dos mais bem-sucedidos empresários na República Tcheca, amigo do presidente. Ele chegou lá e, além de estudar, teve um emprego na embaixada, um emprego de jovem. E eu perguntei: "Quando é que você percebeu que a República Tcheca, socialista, iria mudar para o capitalismo, e você entrou aí e se fez com tanto sucesso?" Ele conta uma história que a gente precisa saber no Brasil sobre os riscos do estatismo. Ele disse: "Olha, eu trabalhava em uma empresa tcheca, tinha que comprar um equipamento e me mandaram a Moscou. Tive uma reunião por lá com diversas pessoas, entre as quais um senhor de terceiro escalão de um ministério que se chamava Gorbachev. E esse Gorbachev um dia chegou para mim nas reuniões e perguntou: "como é que são as reformas que vocês estão fazendo?" Na frente da Rússia, que o senhor, aliás, conhece muito. E ele começou a falar, e disse que o Gorbachev, que ele não sabia quem era, porque era um desconhecido, um simples funcionário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ouviu, ouviu e disse: "É, não dá certo. O que a gente está fazendo não dá certo." Aí se virou para ele e disse: "Você sabe quantos barbeiros há em Moscou?" E ele disse: "Não tenho a menor ideia." Aí esse senhor, o Gorbachev, jovem ainda, disse: "Olha, vamos supor um número aí. Há oito mil." Aí ele ficou assim, e ele disse: "Agora você sabe quantos há no departamento que gerencia os barbeiros? Oitenta mil! Não dá certo, não dá certo! Há um especialista para comprar perfume, um para comprar creme de barbear, um para comprar tesoura, outro para afinar as tesouras, não vai dar certo isso. Barbeiro tem que ser uma atividade livre."

Ele ficou com aquilo na cabeça, voltou, passou um ano, ou dois, ou três, e, um dia, ele vendo o jornal e o nome Gorbachev outra vez, já como 1º secretário do partido.

Naquela hora ele disse: "Isso aqui vai mudar." E se virou. Terminou hoje um grande empresário, um grande amigo do Brasil. Os filhos moram aqui – um; a outra mora lá, apesar de ser um cidadão tcheco hoje.

Duas lições: não dá para barbeiro ser um emprego estatal e nem dá para a gente esquecer a possibilidade de coalizões para salvar o Brasil do desastre criado por uma coalizão que não deu certo, que foi a coalizão PT e PMDB que gerou esse desastre e que está nos aprisionando, sequestrando, para que a gente escolha um dos dois lados e não um outro lado, sob a forma de uma nova coalizão.

Agradeço aos embaixadores que me provocaram essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque a reflexão oportuna.

É exatamente isso. Não existe necessidade de um Estado máximo nem de um Estado mínimo. O Estado tem de ser o necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Embaixador, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O nome do senhor é Rui Alves. Recomendo que o procure porque é uma grande figura humana e, além disso, tem muita história para contar da transição na República Tcheca. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sem dúvida. Não, Senador Cristovam.

Considero a votação encerrada.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Designo o Senador Lasier Martins para atuar como Secretário – art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal – e solicito à Secretaria que proceda à apuração. (*Pausa.*)

Comunico, então, a deliberação da indicação dos Embaixadores, por unanimidade; Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro para a Embaixada do Reino da Bélgica e Condado de Luxemburgo; o Embaixador Márcio Florêncio Nunes Cambraia para a Embaixada da República Tcheca; o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho para a Embaixada da República Gabonesa.

Parabenizo os Srs. Embaixadores, desejo-lhes sucesso na missão que irão desempenhar em favor do nosso País, o Brasil. Os currículos que já foram relatados pelos Srs. Senadores já demonstram a competência e a capacidade que os senhores terão nos cargos que irão exercer, tenho certeza absoluta, tão logo votemos, no plenário do Senado Federal, a aprovação dos nomes. Que seja por unanimidade, como foi aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Solicito urgência para o encaminhamento dos processos para que possamos fazer a votação já na próxima sessão deliberativa de terça-feira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Terça ou quarta-feira poderemos votar em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Terça ou quarta. Espero que na terça possamos votar.

Srs. Embaixadores, se quiserem permanecer para a segunda parte da reunião serão bem-vindos, mas se tiverem compromissos e quiserem se retirar estão autorizados.

Continuando a nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Item extra pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pronto para deliberação.

Solicito ao Senador Lasier Martins que possa fazer a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro.

O nome do Sr. Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo, então, de Delegado Permanente do Brasil na OMC.

Vou fazer uma síntese, Presidente.

O indicado, Sr. Evandro de Sampaio Didonet, nasceu em 28 de dezembro de 1958, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. É filho de Antônio José Didonet e de Maria José Antunes de Sampaio Didonet.

Concluiu o curso de preparação à carreira da Diplomacia no ano de 79, tendo se tornado 3º Secretário em 80 e 2º Secretário em 82, por merecimento. Chegou a 1º Secretário em 88, a Conselheiro em 94, a Ministro de Segunda Classe em 99 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Em sua carreira ocupou diversas funções, com destaque para o de 1º e 2º Secretário na Embaixada de Pequim, 87 a 89; 1º Secretário na Embaixada de Bonn, 89 a 82; Conselheiro na Embaixada de Roma, 95 a 98; Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios em Ottawa, 2001 e 2003; em Washington, 2003 a 2007; Diretor do Departamento de Negócios Internacionais, 2007 a 2012, e Embaixador em Viena desde 2012.

Foi ainda chefe de inúmeras delegações, a exemplo da I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo no Fórum de Diálogo na Índia, Brasil, África do Sul (Ibas), e de várias reuniões de negociações de acordo de livre comércio entre Mercosul e Israel. Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

A OMC, como se sabe, conta atualmente com 162 membros e tem como Diretor-Geral, desde setembro de 2013, o brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo.

Na estrutura da OMC, vale ressaltar o seu órgão de solução de controvérsia, que conta com efetivo mecanismo de solução de controvérsias e é dotado de instância revisora e órgão de apelação.

Em face dos entraves impostos à Rodada de Doha em 2008, pelas divergências havidas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil vem tendo atuação destacada, pautada pelo pragmatismo, viabilizando avanços nas negociações.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o relatório resumido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Não havendo mais nenhum item na pauta da reunião de hoje, considero encerrada a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Muito obrigado a todos os Senadores que se fizeram presentes à reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2016.

Às dez horas e doze minutos do dia sete de julho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, José Pimentel, Humberto Costa, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Inclusão de ITEM EXTRAPAUTA: MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein." O Presidente concede a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho para leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 37, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia". ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR DE CAMARGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente de Samoa, em Tuvalu, na República de Kiribati e no Reino de Tonga". ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra". O Presidente convida os Embaixadores a tomarem assento à mesa. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores George Monteiro Prata e Paulo Cesar de Camargo para fazerem as suas exposições. Em seguida, a Senadora Ana Amélia propõe a apresentação, como ITEM EXTRAPAUTA, de Minuta de Projeto de Resolução que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia. Aprovado. Na sequência, o Presidente concede a palavra ao Embaixador Evandro de Sampaio Didonet para fazer a sua exposição. O Presidente registra a promoção do General Marco Aurélio de Almeida Rosa a General de Brigada do Exército Brasileiro. O Presidente concede a palavra aos Senadores para arguição dos indicados. Usam a palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Armando Monteiro e Cristovam Buarque. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e vinte e cinco minutos assume a presidência a Senadora Ana Amélia. O Presidente reassume à presidência às onze horas e vinte e sete minutos. Inclusão de ITEM EXTRAPAUTA: Minuta de Requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia, o qual "requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de expressão de extrema preocupação diante da possibilidade de transmissão da presidência pro tempore do Mercosul à Venezuela, enquanto persistirem as violações aos direitos humanos e aos princípios democráticos naquele país, e do desgaste que representaria para o Mercosul, inclusive nas negociações com a União Europeia". Aprovado. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem as perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente registra a presença do Deputado Silvio Costa. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Armando Monteiro. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. O Presidente agradece a presença dos Embaixadores. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão." É designado Relator *ad hoc* o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Cristovam Buarque que faz a leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Declaro aberta a nossa 17ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Vou passar a palavra ao Senador Fernando Bezerra. Mas, antes, quero convidar os nossos sabatinados para comparecerem perante a Comissão. Logo em seguida, terá a palavra o Senador Fernando Bezerra.

Teremos, hoje, Srs. Senadores, as sabatinas do Embaixador Evandro de Sampaio Didonet, indicado para nos representar na Organização Mundial do Comércio; do Embaixador Paulo Cesar de Camargo, para a Nova Zelândia; e do Embaixador George Monteiro para o Reino da Noruega.

Antes de iniciarmos a sabatina, passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para apresentar seu relatório a respeito da Mensagem nº 61.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuaite e, cumulativamente, no Reino do Bareine.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: pronto para deliberação.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É com muita alegria que faço a leitura do relatório a respeito da designação do Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta para servir, representando o nosso País, no cargo de Embaixador no Estado do Kuaite e, cumulativamente, no Reino do Bareine.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta nasceu a 20 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro. É bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1980. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1982; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1991; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007, defendendo a tese "Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial".

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1983 e Segundo-Secretário em 1987. Sempre por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1996, a Conselheiro em 2003, a Ministro de Segunda Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

No Itamaraty, foi Assistente e Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial de 2003 a 2009 e Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos de 2009 a 2011.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu queria fazer aqui um registro, Sr. Presidente: eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico do Governo de Pernambuco e pude testemunhar a dedicação, a competência, o entusiasmo do Embaixador Norton à frente da Divisão de Operações de Promoção Comercial do Itamaraty e também como Diretor do Departamento de Promoção Comercial, na promoção de uma série de viagens para conhecer operações logísticas, operações portuárias.

Eu também exerci o cargo de Presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape. Tive a oportunidade, através do entusiasmo do Embaixador Norton, de fazer parcerias e de manter contatos em diversos países, notadamente em países europeus, destacando os portos de Rotterdam, da Antuérpia; tivemos a oportunidade de viajar à Suécia, à Noruega, à Finlândia.

Portanto, é com alegria que faço e apresento este relatório, porque posso dar um testemunho de uma das passagens exitosas do Embaixador Norton à frente de um dos cargos que ocupou no nosso Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E foi por isso, aliás, que V. Exª pleiteou a relatoria da sua indicação, para poder dar esse testemunho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza.

E quero aqui, mais uma vez, agradecer o acolhimento da indicação por parte de V. Exª, para que eu pudesse ser designado Relator da indicação do Embaixador Norton.

No exterior, serviu na Embaixada em Roma (Itália), de 1987 a 1991, no Consulado-Geral em Caiena, (Guiana Francesa) de 1997 a 1999, na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia (CEE) em Bruxelas, (Bélgica) de 1999 a 2003, além de ter sido Embaixador em Helsinki (Finlândia) de 2011 a 2015 e de ser o Embaixador em Luanda (Angola) desde o ano passado.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o Ministério de Relações Exteriores elaborou relatórios sobre o Kuaite e Bareine, do qual destacamos as informações seguintes: o Estado do Kuaite possui cerca de 18 mil km² e 4,3 milhões de habitantes. A indústria do petróleo responde por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB). De 2012 a 2014, o intercâmbio comercial com o Brasil superou a marca de US$1 bilhão. Em 2015, o montante caiu para US$670 milhões. Desde 2011, o saldo é desfavorável ao Brasil. O Brasil, basicamente, exporta carnes e importa combustíveis.

O Reino do Bareine é um arquipélago com 678 km² e cerca de 1,3 milhão de habitantes. Sua economia também é bastante dependente da extração de hidrocarbonetos. Em 2014 e 2015, o intercâmbio comercial com o Brasil situou-se na casa dos US$400 milhões. O saldo é tradicionalmente favorável ao Brasil. O Brasil exporta, principalmente, minério de ferro, açúcar e carne de frango e importa alumínio, adubos e combustíveis.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, meu prezado Fernando Bezerra Coelho, pela leitura do relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria recebe agora vista coletiva.

Vamos dar início à sabatina, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Embaixador George Monteiro, que vai representar o Brasil, se aprovado pelo Senado, no Reino da Noruega.

V. Exª tem a palavra.

O SR. GEORGE MONTEIRO PRATA – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos!

Antes de iniciar minha exposição, eu gostaria de registrar que, durante toda a minha carreira diplomática e principalmente agora, como chefe da representação diplomática brasileira em Praga, pude testemunhar a importância da participação do Senado no debate das grandes questões da política externa brasileira.

De maneira que considero fundamental este diálogo do Itamaraty com o Parlamento brasileiro e me sinto muito honrado em me submeter hoje a esta exposição.

Com relação ao Reino da Noruega, trata-se de um país de tamanho médio; tem 385 mil km². É, portanto, um pouco inferior em superfície ao Estado do Amazonas, por exemplo. Tem uma população diminuta, de apenas pouco mais de 5 milhões de habitantes. A Noruega tem menos habitantes do que a cidade do Rio de Janeiro. Mas o que caracteriza a Noruega e o que a torna importante no concerto das nações, entre outras coisas, é o fato de ela ter uma economia muito importante, muito vibrante. A Noruega tem um PIB de US$400 bilhões, o que a coloca entre as 30 maiores economias do mundo, apesar dessa população pequena. Tem uma renda *per capita* muito elevada, US$75 mil. É o primeiro país do mundo em termos de Índice de Desenvolvimento Humano e tem o maior fundo soberano do mundo, que hoje alcança mais de US$800 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Com relação à política externa, a Noruega é um país muito voltado, primeiramente, à promoção da paz. Os senhores sabem que é em Oslo que se faz a entrega do Prêmio Nobel da Paz, ao contrário de todos os outros Prêmios Nobel, que são entregues em Estocolmo, na Suécia.

O país é muito ativo também na facilitação de diálogos para a paz. Eu acho que o exemplo mais notável disso são os Acordos de Oslo, realizados no início dos anos 90 entre palestinos e israelenses. Mas, hoje, a Noruega tem, por exemplo, um papel importante na facilitação do diálogo entre o governo da Colômbia e as FARC. Continua a participar de um número muito grande de operações de paz patrocinadas pela ONU.

Outra característica da sua política externa é a preocupação com o meio ambiente, com a defesa dos direitos humanos e com a cooperação internacional. A Noruega patrocina programas de desenvolvimento em diversas regiões do mundo, notadamente na África e na Ásia.

Eu ressaltei esses valores que norteiam a política externa norueguesa porque acho que são valores com os quais nós também compartilhamos e que, portanto, facilitam muito o nosso diálogo com a Noruega. O nosso diálogo bilateral é intenso e dinâmico. As autoridades norueguesas estão cientes da importância do Brasil, conhecem a importância do Brasil tanto em termos regionais quanto internacionais e sabem que o nosso relacionamento bilateral pode ser mutuamente vantajoso. Para reafirmar esse ponto, basta citar a grande quantidade de visitas de alto nível realizadas tanto de autoridades brasileiras à Noruega quanto, principalmente, de autoridades norueguesas ao Brasil.

A mais recente visita de alto nível foi a do príncipe herdeiro da Noruega, Príncipe Haakon, que esteve aqui no final do ano passado e se avistou com diversas autoridades brasileiras aqui em Brasília. Em seguida, foi ao Rio, acompanhado de uma expressiva delegação empresarial. E, finalmente, foi ao Estado do Pará, em que a Noruega tem investimentos na área de extração de bauxita, mas também tem projetos de recuperação ambiental.

Acho que a dimensão mais importante do nosso relacionamento bilateral seja a econômica e comercial. Se considerarmos a União Europeia como um todo, como uma entidade única, o Brasil é o terceiro destino dos investimentos noruegueses no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da própria Europa.

Segundo dados noruegueses, o estoque de capital norueguês aqui no Brasil chega a quase US$25 bilhões, dos quais US$12 bilhões são investimentos do Fundo Soberano Norueguês.

Há também uma quantidade muito grande de empresas norueguesas instaladas no Brasil. Há mais de 130 empresas operando aqui – grande parte delas na exploração do gás e petróleo, mas não só nessa área. A Noruega também está presente no setor marítimo, principalmente no transporte de petróleo; no setor extrativo, com a bauxita; no setor industrial, com a fabricação de produtos para elementos e peças para plataforma de petróleo; e também na fabricação de fertilizantes.

O nosso fluxo comercial tem uma dimensão significativa, alcançando US$1,5 bilhão anuais. O Brasil é deficitário nesse fluxo. Até quatro anos atrás, o Brasil era superavitário, mas, atualmente, com o crescimento do gás liquefeito, nós nos tornamos deficitários nesse fluxo. O Brasil importa não só gás natural liquefeito, mas também bacalhau e fertilizantes da Noruega. Já a nossa pauta de exportações é baseada em produtos primários: alumínio, soja e café.

(Soa a campainha.)

O SR. GEORGE MONTEIRO PRATA – Brasil e Noruega também desenvolvem intensa cooperação na área ambiental. A Noruega é grande investidor ou patrocinador do Fundo Amazonas; ela já aportou mais de US$1 bilhão para o Fundo, já se comprometeu a aportar mais US$500 milhões, e isso bem mostra a importância que a Noruega atribui à preservação da nossa floresta e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Brasil e Noruega também cooperam em diferentes áreas, e eu chamaria a atenção para a cooperação na área educacional; na área de ciência, tecnologia e inovação; na área de pesca e aquicultura; e há também interesse norueguês em cooperar na área de energias renováveis e biocombustíveis. De maneira que temos um relacionamento muito diverso, muito amplo, muito rico.

Enfim, em rápidas pinceladas, era para isso que eu gostaria de chamar a atenção sobre o país e sobre o nosso relacionamento bilateral.

Com relação às minhas atribuições em Oslo, caso venha a ser aprovado pelos senhores, penso que é muito importante manter um diálogo estreito com as autoridades norueguesas para continuar a incentivá-las a investir no Brasil, continuar a mostrar às empresas norueguesas que vale a pena investir no Brasil. Acho que é importante mostrar que a nossa economia passa por um ponto de inflexão significativo, com a retomada do crescimento econômico, que já está se anunciando, e que há grandes oportunidades para os investimentos noruegueses não só no campo do gás e petróleo, em que eles são mais fortes, mas em diversas outras áreas.

É importante também mostrarmos os nossos avanços no campo da preservação ambiental, do desenvolvimento sustentável, porque acho que a contribuição da Noruega tem sido significativa nessa área e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

temos que nos assegurar de que eles vão continuar contribuindo para o Brasil nessa área. Acho que, em vista do interesse deles em direitos humanos, também podemos estabelecer cooperação nessa área, principalmente na promoção de grupos mais vulneráveis, como, por exemplo, os indígenas ou a comunidade LGBTI.

Por último, eu não queria deixar de mencionar a proteção e apoio à comunidade brasileira, que acho ser um tema importante para qualquer embaixador do Brasil no exterior. Na Noruega, vivem cerca de oito mil brasileiros. É importante, então, mantermos o contato estreito com essa comunidade, estimularmos o diálogo com eles e vermos quais são as suas necessidades.

A Embaixada do Brasil tem sido muito ativa na proteção dos interesses dos brasileiros que lá vivem, principalmente no que diz respeito a questões relativas à guarda de menores. A concepção norueguesa é muito específica e muito diferente da nossa com relação a isso, embora o Brasil não seja o único país a enfrentar problemas nessa área – diversos países do mundo enfrentam esses problemas. Moro, no momento, na República Tcheca, e esse foi um fator de estremecimento do relacionamento entre Noruega e República Tcheca.

Penso também ser importante incentivar a realização de eventos que mostrem a cultura e a diversidade brasileira. O Brasil tem uma cultura riquíssima; tem uma diversidade social e racial imensa. Poucos países contam com essa diversidade que nós temos. E, mais importante do que isso, acho que poucos países, dentro dessa diversidade, cultuam, como nós cultuamos, valores como solidariedade, tolerância, convivência pacífica. Acho muito importante mostrar isso aos noruegueses, mas também fazer com que os brasileiros que moram lá se orgulhem disso, continuem a se orgulhar disso.

Por último, eu queria mencionar muito brevemente a Islândia, país em que, caso eu venha a ser aprovado pelos senhores, serei Embaixador não residente, em cumulatividade com a Noruega.

O Brasil mantém relações cordiais e interlocução muito fácil com a Islândia. O nosso fluxo comercial não é desprezível, está na ordem de US$300 milhões, e nessa área o Brasil é amplamente superavitário. Exportamos mais de US$280 milhões para a Islândia, mas a nossa pauta é muito pouco diversificada, de maneira que acho que um trabalho que pode ser realizado lá é a tentativa de diversificar um pouco a nossa pauta de exportações.

Por fim, quero mencionar o papel da Islândia como país investidor. Como os senhores sabem, recentemente, a Islândia passou por uma crise financeira muito grande, mas ela já está se recuperando. O país começa a voltar à normalidade e já pensa em retomar o seu papel investidor. Assim acho que também é importante, da mesma forma que com a Noruega, mostrar quais são as oportunidades que existem no Brasil, que a cada dia se tornam mais amplas, principalmente com a nossa preocupação, hoje em dia, de diversificar, aumentar e melhorar a nossa infraestrutura.

Muito rapidamente – vejo que meu tempo está acabando –, são esses os pontos mais importantes que gostaria de passar aos senhores e coloco-me à disposição para qualquer pergunta ou dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Ao vê-lo aqui, não tenho como deixar de me lembrar de Luiz Henrique, com quem estive e fomos acolhidos pelo senhor em Praga.

Passo a palavra agora ao Embaixador Paulo César de Camargo, indicado para a Nova Zelândia.

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui e, como meu colega mencionou, creio que a oportunidade de sermos sabatinados por esta Casa representa um grande incentivo para a nossa carreira, é um adicional à nossa importância.

Srªs e Srs. Senadores, colegas do Itamaraty que aqui estão, muito obrigado.

Eu gostaria de começar falando sobre a Nova Zelândia e dando uma ideia de que se trata de um país relativamente jovem. É, possivelmente, a última grande massa terrestre que foi colonizada pelos europeus. Há até uma certidão de nascimento: dizem que, em 1840, com o Tratado de Waitangi, nasceu a Nova Zelândia, e começou a colonização.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Jovem, inclusive, em termos geológicos, porque é uma ilha que emergiu recentemente.

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – Exatamente.

Apesar disso, a Nova Zelândia tem alta credibilidade e destacada atuação no plano internacional; tem reputação de país sério, responsável e construtor de consensos no âmbito multilateral.

Sua população é conhecida pela determinação com que construiu aceleradamente a nação. O país passou de uma colônia agrícola britânica, no início do século XX, a uma nação independente e desenvolvida no final do período.

Em 1907, a Nova Zelândia tornou-se independente, mas manteve estreitos laços com o Reino Unido, cuja monarca permanece até hoje como chefe de Estado do regime parlamentarista neozelandês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Trata-se de um país de pequena extensão territorial, com área pouco superior à da Inglaterra – 10% maior do que a Inglaterra.

É composto por várias ilhas, sendo as duas maiores conhecidas como Ilha do Norte e Ilha do Sul. A população é de 4,5 milhões de habitantes e se concentra, basicamente, em quatro cidades: três na Ilha do Norte, que são Auckland, Wellington e Hamilton, e uma na Ilha do Sul, que se chama Christchurch.

É importante também ter em conta que 67% da população são formados por descendentes de anglo-saxões, basicamente vindos do Reino Unido. Mas há também um contingente muito importante de habitantes nativos, os maoris, que representam 16% da população. E crescentemente, sobretudo depois da virada do século, começou a aumentar, de maneira acelerada, o número de asiáticos e polinésios não maoris na Nova Zelândia, que já perfazem 16% da população. Isso, segundo os observadores do país, parece indicar a tendência de que a Nova Zelândia, cada vez mais, se voltará para a Ásia, na medida em que a sua população começa a ser tornar mais asiática e o seu comércio se desloca lentamente para a Ásia.

O país ocupa a 9ª colocação entre aqueles com os mais altos índices de desenvolvimento humano, possui a 51ª economia do mundo e a 24ª mais alta renda *per capita*.

O Brasil e a Nova Zelândia iniciaram relações diplomáticas também recentemente, em 1964, e a nossa embaixada, em Wellington, foi aberta em 1997. E, a partir daí, o nosso relacionamento cresceu o tempo todo.

Em 1999, a Nova Zelândia abriu um escritório comercial em São Paulo, e logo após, em 2001, inauguraram a Embaixada em Brasília, com a presença da Primeira-Ministra Helen Clark.

O país segue dando mostras de prezar o relacionamento com o Brasil, com seguidas visitas de chanceleres, além de altas autoridades neozelandesas. O atual Primeiro-Ministro, John Key, igualmente esteve no Brasil, em 2013.

Do lado brasileiro não houve, até o momento, qualquer visita de Chefe de Estado à Nova Zelândia. Do lado do próprio Itamaraty, de chanceleres, apenas o ex-Ministro Celso Amorim esteve na Nova Zelândia, por duas ocasiões: em 1994 e em 2008. E, segundo relatos da Embaixada, nos últimos quatro anos, a única alta autoridade brasileira que esteve na Nova Zelândia foi o Governador Marconi Perillo, de Goiás, que liderou uma missão a Auckland e a Wellington, em 2016.

Aí eu gostaria de mencionar a importância de que nós tentarmos ampliar a frequência dessas visitas, porque isso contribuiria enormemente para o adensamento das nossas relações. Inclusive, os neozelandeses se ressentem um pouco por esse desbalanceamento no número de visitas, porque, efetivamente, eles vêm muito ao Brasil, e nós vamos muito pouco à Nova Zelândia.

Eu gostaria até de fazer uma proposta aqui, aos senhores – e já tive a oportunidade de conversar com alguns dos senhores –: caso eu mereça o apoio desta Comissão, dar-me-ia grande satisfação receber uma missão parlamentar brasileira em Wellington, que poderia estabelecer vínculos diretos com o Grupo de Amizade América Latina-Nova Zelândia, que já existe no Parlamento neozelandês. Eu não tenho dúvidas de que a visita de um grupo parlamentar contribuiria, de maneira significativa, para o aumento do intercâmbio, de toda ordem, entre o Brasil e a Nova Zelândia.

Uma maior aproximação entre os nossos países seria mais do que justificável, à luz de suas posições semelhantes, no que diz respeito à preferência por decisões multilaterais, à importância concedida ao diálogo, na resolução de controvérsias, e aos interesses comuns em foros econômicos e nas discussões sobre o clima. Destaca-se que já existe uma coordenação bilateral em questões referentes à Comissão Internacional da Baleia e à mudança do clima.

A atuação multilateral da Nova Zelândia, em sua adesão a ideais de justiça e equidade, no plano mundial, faz com que seja vista com muita simpatia pelas ilhas da sua região, pelas Ilhas do Pacífico. E, nessa situação, se configura como um apoio relevante para a diplomacia do Brasil no Pacífico Insular. Não é demais lembrar a importância dos países da região, que nos apoiaram em candidaturas em organismos internacionais e em aspectos de nosso grande interesse, em negociações multilaterais de toda ordem.

O lado neozelandês dá demonstrações constantes de sua disposição em aproximar-se do Brasil, em particular no campo do comércio e dos investimentos. O escritório comercial da Nova Zelândia em São Paulo, conforme já divulgou no jornal *Valor Econômico*, em abril último, trabalha com a noção de que uma empresa neozelandesa, para ser global, necessitar estar no Brasil.

Os Kiwis – como são carinhosamente chamados os neozelandeses – têm uma política de promoção comercial muito ativa e pretendem fazer com que a proporção de seu PIB resultante das exportações passe dos atuais 20% para 40%, em 2025. Já existem investimentos neozelandeses importantes na área de laticínios, no Brasil, especialmente no Estado de Goiás, e em torno de 77 empresas apoiadas pelo órgão de promoção comercial neozelandês já estariam presentes, de alguma forma, no nosso mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Creio que há possibilidades de cooperação, sobretudo quando se considera que muitas dessas empresas atuam em setores relevantes para o Brasil, tais como biotecnologia, agronegócio e inovação para o agronegócio. Caso seja aprovado por esta Comissão, pretendo atuar, no sentido de fomentar os contatos com entidades de pesquisa e empresariais brasileiras, de modo a tentar avançar nessa vertente do relacionamento bilateral.

Algumas áreas mereceriam aprofundamento, tais como a do estabelecimento de mecanismos de coordenação entre órgãos responsáveis pelo comércio, a da promoção do intercâmbio de cientistas, a de convênios entre instituições de pesquisa, de acordos na área cultural e educacional, de aumento do trânsito de pessoas em geral e de missões empresariais.

O comércio entre o Brasil e a Nova Zelândia não tem grandes proporções, mas apresenta potencial, como bem demonstra a evolução positiva, da ordem de 145%, ocorrida no intercâmbio entre 2002 e 2008. Apesar de ter havido uma pequena queda, entre 2008 e 2012, decorrente possivelmente da crise mundial, que afetou diversos países, creio que existe um potencial de crescimento que deveria ser explorado com maior diligência.

Em 2015, as exportações brasileiras totalizaram US$64 milhões, e as importações, US$56 milhões, com um saldo favorável, a nosso favor, da ordem de US$8 milhões.

As exportações brasileiras para a Nova Zelândia são compostas, em sua maioria, por produtos manufaturados. E, pelo lado das importações, com base no ano de 2004, verifica-se que, igualmente, os produtos manufaturados dominam a pauta.

O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e a pauta importadora da Nova Zelândia, em 2013, indica potenciais oportunidades de negócios. Em princípio, os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado neozelandês seriam o petróleo e derivados, veículos automóveis, veículos para transporte de mercadorias, medicamentos, preparações alimentícias, partes de turborreatores e turbinas, partes de aviões e helicópteros, óxido de alumínio, tratores e pneumáticos.

Eu pretenderia, mais uma vez, caso aprovado por V. Exªs, empenhar-me para estimular ações na área de promoção comercial, com o intuito de expandir as trocas entre os dois países e estimular investimentos ou *joint ventures*. Caberia lembrar, especificamente, a possível oportunidade antevista para os aviões KC-390, da Embraer, num momento em que a Nova Zelândia considerar reequipar as suas forças armadas. Eu gostaria muito de incentivar essa negociação.

Dentre as ações em apoio aos nossos exportadores, tentarei ampliar, conforme a situação orçamentária o permita, a atuação do Setor de Promoção Comercial da Embaixada, que não pôde, até o momento, apesar dos esforços do atual Embaixador, contar com os recursos humanos necessários para atuar.

Procurarei, dentro do possível, buscar sinergia das ações de promoção comercial, com o Programa de Difusão Cultural e o projeto de aproximação com a comunidade maori – já em fase de implementação, muito bem-sucedida, pela Embaixada –, que colocam o Brasil em evidência, capturando a atenção dos neozelandeses.

A Nova Zelândia procura, diligentemente, diversificar a sua presença – por razões históricas, inclusive – no cenário internacional, em particular no que diz respeito à abertura de novos mercados para as suas exportações.

Possui um grande número de tratados de livre comércio, como o com Austrália, China, Asean, Malásia, Hong Kong, Taiwan e Coreia.

Participa da negociação da iniciativa Transpacífica, a TPP, envolvendo, além da própria Nova Zelândia, Brunei, Chile, Singapura, Estados Unidos, Peru, Japão, Canadá, México e Vietnã.

Se concretizada a TPP, com a inclusão dos Estados Unidos e do Japão, a Nova Zelândia passaria a ter acordos com os seus cinco maiores parceiros comerciais: Austrália, China, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul.

Ademais, ela busca, de maneira determinada e com o proativismo que é próprio dos neozelandeses, finalizar um acordo com a União Europeia.

É importante reiterar como razão para aproximar nossos países que as posições neozelandesas coincidem em larga medida com as brasileiras em matéria de livre comércio, eliminação de subsídios agrícolas e redução de barreiras comerciais.

Nessa linha, pareceria razoável explorar a ideia ventilada em 2013 pelo Primeiro-Ministro da Nova Zelândia, John Key, de uma possível parceria com o Brasil para venda à China de produtos agrícolas de nossos países.

Cabe mencionar que a nossa Embaixada em Wellington é responsável por quatro outras representações cumulativas, que nós não vamos poder ver no mapa ali pelas dimensões um pouco... São Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu.

Esses Estados insulares, pelas suas características geográficas, estão entre os mais ameaçados pelas mudanças climáticas e pela elevação do nível dos oceanos. Todos atribuem importância ao relacionamento com o Brasil e compartilham em larga medida nossas posições nas negociações relacionadas ao clima, ao meio ambiente e a diversos aspectos do comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Todos têm expectativa de receber cooperação em diferentes áreas, como saúde, agricultura, esportes, treinamento e qualificação profissional. Vale lembrar que o esquema do Programa de Cooperação Triangular entre Brasil, Nova Zelândia e Suriname na área agrícola poderia, eventualmente, se estender a outros países de menor desenvolvimento de nossas regiões, especialmente as ilhas do Pacífico, nas quais pudessem ser utilizadas tecnologias tropicais brasileiras.

Vejo como muito promissor o relacionamento entre nosso País, a Nova Zelândia e as cumulatividades de Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu. Caso aprovado por esta Comissão, me empenharei para emprestar, dentro de minhas possibilidades, a melhor colaboração possível a esse processo.

E, aí, estou à disposição, para as dúvidas que os senhores tenham e os comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

O Embaixador Paulo Cesar de Camargo chamou a atenção, além, evidentemente, das perspectivas de adensamento das nossas relações econômicas, cooperação tecnológica, para a importância do relacionamento político com a Nova Zelândia, e lembrou que existe lá, na Nova Zelândia, no seu Parlamento, um Grupo de Amizade Nova Zelândia-América Latina. Nós temos aqui, na Câmara, um Grupo Parlamentar de Amizade, mas não temos no Senado.

Eu penso que seria muito interessante a constituição de um Grupo Parlamentar aqui, no Senado. A Nova Zelândia é um país fascinante. O Embaixador já descreveu em largos traços o que significa a Nova Zelândia, o que é o país e, do ponto de vista cultural inclusive, é um país muito, muito interessante. Há uma convivência, depois de toda uma fase de conflitos entre a população autóctone e os colonizadores britânicos, que chegou inclusive a um conflito armado – mais de um conflito armado – que terminou depois com a pacificação e uma fase de boa convivência, inclusive com a valorização da cultura maori como um sinal de identidade do país.

E é um país também pioneiro no voto da mulher, Senadora Ana Amélia.

Eu penso que foi o primeiro país no mundo a conferir o direito de voto às mulheres.

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO (*Fora do microfone*.) – Em 1893.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em 1893. E também pioneiro em matéria de educação pública, geral, gratuita. De modo que é um país muito, muito interessante de se visitar e com quem é importante, no plano parlamentar, termos uma relação que contribuirá para que as relações políticas entre os dois países possam explorar todas as suas possibilidades.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como o Senador Lasier e eu somos de um país amigo, chamado Rio Grande do Sul, eu só perdoo o Embaixador Paulo Cesar de Camargo por não conhecer este país amigo, porque ele também não conhece a Nova Zelândia. Vai agora conhecer a Nova Zelândia.

Então, está perdoado. Está tudo zero a zero, e eu conheço a Nova Zelândia, é um país maravilhoso. Concordo com V. Exª, Senador, nosso Presidente Aloysio Nunes Ferreira, e acho que essa iniciativa é fundamental.

Há uma proximidade muito grande, a Nova Zelândia é um grande produtor de ovinos, tem mais ovinos em cabeças, do que população, e é um exemplo em produção de mel, laticínios, é um país muito parecido com a economia do nosso Estado e muito próximo da Austrália também. Leonel Brizola, um grande líder político gaúcho, sempre tomava a Austrália como um modelo e referência para o Brasil, à época em que o Tião Maia, que era o grande investidor, pecuarista, que foi para lá, fez uma revolução e se tornou uma figura notável.

Então, o Embaixador vai para um belo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Poderíamos até adotar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não é o circuito Elizabeth Arden, mas vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se não houver objeção, como uma decisão da nossa Comissão, apoiar a criação de um grupo e V. Exª poderia se encarregar de coletar as adesões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já recebi na Comissão de Agricultura a visita da Representação da Embaixadora da Nova Zelândia exatamente por conta desse peso que o agronegócio tem na Nova Zelândia e no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, se não houver objeção, está aprovada essa recomendação da Comissão.

(É a seguinte a matéria aprovada:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 3
MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , de 2016

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia.

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem, nós vamos ouvir agora o Embaixador Evandro de Sampaio Didonet, que também me recebeu, junto com o Luiz Henrique, em Viena, e ele agora está indicado pelo Presidente da República para ser o Delegado do Brasil na Organização Mundial do Comércio, num momento muito importante e desafiador dessa Organização, depois da frustração, depois de longos anos da Rodada Doha.

Ao longo desse tempo, muito países optaram por abandonar esse cenário de negociação, privilegiando, dando exclusividade até a negociações bilaterais ou regionais, e eu considero útil a leitura do Relatório de Gestão do seu antecessor, o Embaixador Galvão, que agora é o Secretário-Geral do Itamaraty, em que ele recomenda uma visão absolutamente pragmática.

Nós temos coisas importantes a obter na Organização Mundial do Comércio, com o recente Acordo de Facilitação Comercial aprovado aqui, nesta nossa Comissão, em tempo recorde. A continuidade dos esforços do Embaixador Roberto Azevêdo para o fim dos subsídios agrícolas à exportação, e sem prejuízo de outras modalidades de negociação e de entendimentos, além da Organização Mundial do Comércio.

Então, eu passo a palavra agora ao Embaixador Didonet, para a sua exposição

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Muito obrigado, Senador.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que é uma grande honra ser sabatinado em sessão presidida por V. Exª, que foi o Relator da minha indicação para o posto onde eu estou no momento. E, como V. Exª já mencionou, tive depois a satisfação de recebê-lo em Viena em missão presidida pelo saudoso Senador Luiz Henrique.

Quero também fazer um registro de agradecimento ao Relator da minha indicação, o Senador Jorge Viana; agradeço também ao Relator *ad hoc*, Senador Lasier Martins. Já que menciono V. Exª, eu me permito uma pequena liberdade de saudar também a Senadora Ana Amélia, outra representante do meu Estado. Saúdo a todos os Senadores, na presença do Embaixador João Carlos de Souza Gomes, e agradeço a presença de colegas do Itamaraty.

Como os meus dois colegas mencionaram, eu queria também dizer que valorizo imensamente o papel do Senado na nossa política externa. A presença atuante do Senado nos confere uma legitimidade e uma força que, de outra forma, não teríamos.

Eu queria, a título de introdução, dizer que, caso aprovado por V. Exªs, como já mencionado por V. Exª, eu teria o grande desafio de suceder ao Embaixador Marcos Galvão, nosso atual Secretário-Geral, que, por sua vez, sucedeu ao Embaixador Roberto Azevêdo, atual Diretor-Geral da OMC. Não se trata, portanto, de uma missão fácil, e eu encaro esse desafio com toda a humildade.

Eu queria aproveitar para fazer uma menção a um ex-chefe na carreira que também ocupou o cargo de Embaixador em Genebra, o Embaixador Rubens Ricupero, como um dos grandes ex-titulares desse posto, meu ex-chefe direto na carreira.

V. Exª já mencionou que este é um momento desafiador. O crescimento das exportações, como tem sido dito pelo Ministro José Serra, é um aspecto essencial para a retomada do nosso crescimento. Ao mesmo tempo, nos deparamos com um cenário externo que nem sempre, digamos assim, é favorável para negociações de abertura de mercado. Mas eu não vou me alongar sobre esse aspecto em razão das limitações de tempo. Estarei, claro, à disposição para discutir um pouco mais sobre isso durante as perguntas de V. Exªs.

Particularmente em relação à OMC, eu gostaria de enfatizar um aspecto ou uma mensagem central, no sentido de que a OMC é mais do que o seu braço negociador. A OMC não é apenas a Rodada Doha. É natural a atenção maior da opinião pública, da mídia, a esse aspecto negociador, mas é importante ter presente a importância da OMC em si, o que a OMC já representa.

E um aspecto fundamental é o da segurança jurídica, o da garantia que as normas multilaterais da OMC proporcionam para o comércio internacional.

Eu citaria apenas um exemplo específico para ilustrar a importância dessas regras multilateralmente acertadas da OMC. O comércio internacional total é cerca de US$16 trilhões e 84% desse comércio ainda se dão com aplicação de tarifas de nação mais favorecida, que é a essência do sistema multilateral de comércio à não discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, esse arcabouço multilateral é de importância muito grande e de uma importância particular para países como o Brasil, que tem correntes de comércio repartidas de forma relativamente equilibrada entre todas as regiões do mundo, ainda que recentemente tenha havido um crescimento da participação percentual da Ásia.

Um outro aspecto da importância da OMC é o fato de que sobre alguns temas sistêmicos – em particular, um que nos é muito caro, que é a questão dos subsídios agrícolas –, nós só temos condições de negociar na OMC. Inclusive pela experiência própria de haver sido, no passado, o negociar brasileiro na negociação Mercosul-União Europeia, nós sabemos que, na prática, não se consegue negociar subsídios agrícolas em negociações bilaterais. A OMC é o foro para essa negociação. Mais à frente, eu voltarei a esse ponto.

A importância da manutenção das disciplinas da OMC, das regras multilaterais da OMC, pode ser também ilustrada pelo que se observou no pós-crise, pós-2008. Temia-se uma recaída em políticas protecionistas no mundo. Isso não aconteceu. E se isso não aconteceu, em alguma medida, podemos atribuir à legitimidade e à força das normas da OMC.

Um outro aspecto importante é a existência do seu mecanismo de solução de controvérsias robusto e com força. Nesse mecanismo de solução de controvérsias, o Brasil é o país em desenvolvimento mais atuante do ponto de vista do início de processos como demandante. E o exemplo emblemático sempre presente para todos nós, entre as numerosas vitórias que tivemos, foi no caso do algodão, em que os Estados Unidos nos pagaram uma compensação financeira de quase US$900 milhões, a maior compensação financeira na história do mecanismo de solução de controvérsias.

Então, a OMC tem uma importância intrínseca.

Agora, a questão do seu braço negociador. Como já referido pelo Presidente da sessão, e como está refletido no relatório do Embaixador Marcos Galvão, é inegável que esse braço negociador se encontra em um momento de sérias dificuldades. Depois de, desde 2001, não foi possível concluir a Rodada Doha.

Nós vemos, no momento, países que ainda apostam suas fichas em prosseguir com a Rodada Doha de acordo com seu mandato, com seu histórico, enquanto outros preferem explorar novas arquiteturas, como, por exemplo, acordos plurilaterais, em oposição a acordos multilaterais, ou preferem explorar a opção das chamadas colheitas antecipadas, em oposição ao princípio do empreendimento único, e países, também, que propõem novos temas de negociação.

Do ponto de vista brasileiro, como referido no relatório do Embaixador Marcos Galvão, nós mantemos a preferência por um enfoque multilateral, por um enfoque de rodadas abrangentes, o que não significa que não estejamos abertos a explorar outros enfoques negociadores, entendimentos plurilaterais, colheita antecipada, ou, também, explorar novos temas. E aqui o critério é muito simples: se atende ao interesse nacional, a substância é mais importante do que o procedimento, do que a forma.

Esse enfoque mais flexível de explorar resultados específicos, pontuais, não necessariamente no âmbito de rodadas abrangentes, nós vimos, recentemente, que produz resultados que podem ser importantes.

Na Ministerial de Bali, como já referido por V. Exª, chegou-se a um entendimento sobre o acordo de facilitação de comércio, que era algo de grande interesse do nosso MDIC, da Receita Federal, dos nossos agentes econômicos. Tenho a impressão de que esse acordo foi rapidamente aprovado nesta Comissão quando V. Exª era Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Então, isso é um exemplo concreto de que podemos colher resultados pontuais na OMC que atendem plenamente ao interesse nacional.

Outro exemplo muito importante, no caso até histórico, foi a decisão, na última ministerial, de proibição do uso de subsídios à exportação de produtos agrícolas. Eu digo que é histórico porque isso já era proibido para produtos industriais há 57 anos, e somente agora chegou-se a esse resultado em relação a produtos agrícolas.

Acho que há uma frase do Ministro José Serra que resume um pouco essa atitude pragmática que deveríamos ter em relação à OMC: "O que não se pode admitir na OMC é a paralisia".

Dito isto, eu passo ao que poderia ser, de uma forma muito simplificada e muito resumida, uma agenda imediata para a OMC, uma agenda de interesses imediatos do Brasil na OMC, começando pela definição das negociações, do conteúdo da próxima ministerial, que ocorrerá em 2017.

Não há, ainda, em Genebra, um entendimento sobre quais temas poderão ser objeto de entendimentos com vistas a essa ministerial, mas, do ponto de vista do Brasil, há um entendimento muito claro de que é crucial haver algum resultado em apoio doméstico à agricultura.

Pela avaliação que fez o Embaixador Marcos Galvão, há, no momento, um grau mínimo de apoio em Genebra a que se explore essa possibilidade de um entendimento sobre subsídios domésticos com vistas à próxima ministerial da OMC, em 2017. Há outros temas que também estão sendo mencionados, mas ainda em caráter algo exploratório – comércio eletrônico, investimentos, subsídios à pesca, regulamentação doméstica. Mas, nesses casos, ainda não temos um quadro claro do que e se poderia ser alcançado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Além da ministerial de 2017, outro ponto no horizonte da OMC é o fato de que o mandato do Embaixador Roberto Azevêdo expira em 2017. A expectativa natural seria de que haja uma renovação desse mandato, inclusive pelos resultados que a OMC obteve sob sua liderança. Como já mencionado por V. Exª, como eu mencionei, durante a gestão do Embaixador Roberto Azevêdo, a OMC alcançou dois acordos multilaterais de grande importância, algo que não acontecia desde 2001, quando se adotou o entendimento sobre TRIPS e saúde pública, por iniciativa do então Ministro da Saúde José Serra.

Por fim, sei que meu tempo está se esgotando e entendo que V. Exªs gostariam de nos sabatinar, de nos fazer perguntas, mas menciono um último tópico, de importância imediata para a nossa agenda na OMC, que é o dos procedimentos de solução de controvérsias em curso.

Há três em curso por nossa iniciativa, um contra a Indonésia por barreiras às exportações de frangos, processo que já está em andamento, outros dois, por iniciativa nossa, que ainda estão em fase de consulta, também contra a Indonésia, por carne bovina, barreiras às exportações de carne bovina, e o terceiro processo, em que somos iniciantes, por assim dizer, demandantes, está em consulta com a Tailândia, por açúcar. E há também um processo de enorme importância, em que nós somos os demandados, em que União Europeia e Japão questionam algumas medidas tributárias adotadas pelo Brasil em apoio a determinadas políticas industriais, como, por exemplo, o do Inovar-Auto. Espera-se, prevê-se que seja liberado em dezembro o primeiro relatório do painel.

Eu vou encerrar aqui, Sr. Presidente, mas apenas gostaria de enfatizar que, quando fui o negociador de acordos extrarregionais do Mercosul, inclusive entre Mercosul e União Europeia, entre 2007 e 2012, eu sempre me orientei por um princípio que eu considero crucial nessa área de negociações comerciais, que é o da maior abertura possível para diálogo com os setores empresariais, com a sociedade civil.

É claro que não significa incorporar tudo o que se ouve, mas ouvir é crucial para essa função, e, caso aprovado por V. Exªs, essa seria a mesma postura que eu levaria para Genebra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Vamos passar, agora, à intervenção dos Senadores. A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Começo com o Embaixador George Monteiro Prata, de quem fui Relatora, e que vai para a Noruega e para a Islândia.

Aliás, a Islândia agora está na moda, com a situação do futebol. Então, bombou.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Especialmente aquele narrador, que é uma coisa fantástica, que narrou o gol da Islândia. Sucesso mundial, universal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Uma coisa fantástica!

Então, como o senhor sai do Brasil, só não lembre o 7 a 1 para a Alemanha, porque vai ficar triste o negócio.

O senhor vai para um país... É incrível como os países nórdicos... A Inglaterra, claro, é o berço do futebol. Eles têm Suíça...

Eu lembro que o Presidente Fernando Henrique que não tinha nenhuma afinidade com o esporte...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Foi um grande centroavante, talvez...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da Academia de Sociologia. (*Risos.*)

Então, me lembro, Presidente Aloysio, que nós chegamos à Suíça, e o Presidente da Suíça começou a falar da escalação da Seleção Brasileira em 1962, em 1970 e o Presidente Fernando Henrique engolia em seco, porque ele certamente não lembrava. Sabia mais ou menos que Pelé era o grande campeão – brincadeira à parte.

A Rainha da Inglaterra também falava de futebol, falava do Brasil, porque era uma questão de interesse.

Mas, brincadeiras à parte, acho que a Noruega, onde estive duas vezes, é um país extraordinário, uma democracia, digamos, das mais consolidadas e perfeitas do mundo. Tem uma participação feminina – aqui está a Procuradora da Mulher, no Senado, a Senadora Vanessa –; a Noruega tem tido sempre uma participação das mulheres. Em toda a Escandinávia, de modo geral, mas na Noruega também, talvez por uma democratização muito sólida.

Mas tem a Noruega um sistema de controle de sonegação, de transparência, que é dos mais perfeitos do mundo. Então, a Noruega está em primeiro lugar, e nós estamos em penúltimo lugar nessa matéria. Mesmo que lá haja também uma dúvida sobre a transparência total – quanto cada cidadão norueguês ganha e quanto paga de Imposto de Renda. Então, não há, Senador Aloysio, na Noruega, qualquer possibilidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Há uma discussão em torno da questão da segurança, que poderia eventualmente uma pessoa muito rica ser alvo dos criminosos, dos sequestradores, mas como é também um país muito seguro, com uma força de preparação muito grande, é bem extraordinário.

Um dos candidatos a reitor da principal universidade pública do Rio Grande do Sul, a universidade federal, hoje vice-reitor, Rui Vicente Oppermann, fez todo o seu curso superior e doutorado em Odontologia em Oslo, na Noruega. Foi até campeão de esqui lá. Ele está em Porto Alegre hoje, tem 65 anos, está na lista tríplice para a reitoria da universidade.

Ele defende um projeto de fundos – podem ser nacionais ou internacionais – para financiar a área de inovação e tecnologia – a Noruega é um país, como a Suécia também, muito desenvolvido.

Como o senhor vê isso? Já tem conhecimento dessa política que a Noruega aplica? O Brasil pode e deve buscar essas fontes de recurso para financiar as universidades públicas e privadas?

Eu sou autora de um projeto, com o suplente do Senador Armando Monteiro, que trata exatamente da criação desses fundos...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...para financiar as universidades públicas e privadas e está despertando um grande interesse. Sei que a Receita Federal está...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Como se chamam mesmo esses fundos?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há uma palavra em inglês...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É, há uma palavra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...que é muito feia, e eu não...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – *Endowment*, alguma coisa assim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente, é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É um sucesso. Em algumas universidades que praticam isso, é um sucesso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Americanas também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aqui mesmo no Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A gente seguiu muito o modelo americano para fazer isso, e agora a Receita está vendo... Eu até queria que o senhor ou o Senador Armando Monteiro, que têm muita visão relativamente a investimento em tecnologia... A Receita Federal está vendo, porque, claro, a doação vai implicar, eventualmente, uma desoneração tributária e tal. Mas é para pessoas físicas e pessoas jurídicas fazerem a doação, como a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, ou todas as outras.

Então, a Noruega tem esses fundos, e o atual Vice-Reitor, Prof. Oppermann, que eu espero que venha a ser reitor, defende esses fundos. Como o senhor avalia essa iniciativa em relação a essa possibilidade?

Eu me atenho a isso. Lembro, como falei, que fiquei surpresa ao saber que o país que mais compra bacalhau da Noruega é o Brasil. O Brasil é o maior importador do mundo de bacalhau. E eu fiquei sabendo disso porque a Embaixadora da Noruega me deu essa informação, até num momento em que estava havendo uma discussão lá relacionada aos tipos de bacalhau. Havia uma dúvida se havia superfaturamento no bacalhau, ou subfaturamento, o que implicava redução de preço e se vendia um produto de melhor qualidade. Era subfaturamento de um produto de alta qualidade. Mas isso é só um detalhe.

Então, para o senhor é só essa pergunta.

Para o Embaixador da Nova Zelândia, Paulo Cesar de Camargo, já fiz a brincadeira necessária, mas acho que realmente podemos fazer, com o Rio Grande do Sul especialmente, meu Estado, na área da agricultura... Eu vou lhe dar, depois, os nomes da comitiva que eu recebi na Comissão de Agricultura. O Vice-Diretor Geral de Parcerias de Programas do Ministério da Indústria Primária da Nova Zelândia tem programas específicos para os maoris, que são as populações primitivas de lá. Acho que aqui seria mais ou menos o equivalente aos programas para os sem-terra, para os movimentos sociais.

Esteve também representado o Ministério da Indústria, quatro presidentes e a Embaixadora Caroline Bilkey, Embaixadora da Nova Zelândia. Então, quero intensificar...

E existem muitas parcerias no Rio Grande do Sul, inclusive na Expointer, que é a grande feira de agropecuária. Há a presença da Nova Zelândia em relação à pesquisa na área da saúde, com o Rio Grande do Sul e com Pernambuco, do Senador Armando Monteiro e do Senador Fernando Bezerra, que saiu há pouco. O senhor tem informação dessas pesquisas na área de saúde que estão sendo feitas lá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Muita gente, muitos estudantes, para estudar inglês, em vez de irem para os Estados Unidos ou para a Europa, vão para a Nova Zelândia ou para a Austrália – eu tenho alguns conhecidos. Gostaria de saber se o Ciência sem Fronteiras lá está fazendo...

Finalmente, para o nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul, Embaixador Evandro Didonet, especialista na área comercial. A OMC é uma organização que trata do comércio, e há uma discussão em relação à saída da Inglaterra da União Europeia.

O que isso provoca em relação ao próprio regramento da OMC ou na relação global de comércio?

Outra questão é sobre a China na OMC. Há rigor na questão de pirataria comercial, que é um problema globalizado hoje. Quais notícias – sei que não são muito promissoras – há sobre o acordo Mercosul-União Europeia e sobre o capítulo da agricultura dentro da OMC?

São essas as questões. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Eu queria fazer uma comunicação à Comissão. É que houve, recentemente, a promoção do nosso assessor parlamentar do Exército aqui na nossa Comissão. Hoje ele está na Defesa e foi promovido a General de Brigada. É Marco Aurélio de Almeida Rosa, que está aqui na nossa Secretaria e que assessorou o Exército aqui perante a nossa Comissão.

O Senador Armando Monteiro é o segundo inscrito – acabou de votar – e já tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Queria cumprimentar os Srs. Embaixadores e o nosso Presidente Aloysio.

Eu queria, na realidade, endereçar questões ao nosso Ministro Didonet especialmente sobre os temas ligados à OMC.

Quero, primeiro, fazer uma colocação que tem sido frequente no debate, sobretudo em relação ao que deveria ser a postura do Brasil em relação à sua política comercial. Há certa confusão no debate quando, de alguma maneira, se tenta desprestigiar os fóruns multilaterais. Frequentemente, até aqui, nós assistimos um pouco a essa visão de que o Brasil não explorou adequadamente as possibilidades no plano bilateral e, portanto, que nós teríamos, por assim dizer, nos perdido um pouco nesse enfoque multilateral. Na realidade, são dimensões que não se excluem; pelo contrário, elas, por assim dizer, se complementam. Há questões que não podem deixar de ser tratadas nessa dimensão e, olhando particularmente esses temas ligados à área de agricultura, subsídios etc., a OMC cumpre um papel fundamental, absolutamente insubstituível, sobretudo em relação à visão também de como, no plano normativo, algumas questões devem ser tratadas para a regulação e, senão a regulação, para a disciplina do comércio global.

Eu queria só, além dos temas que já foram indicados, registrar, por exemplo, a importância desse tema da facilitação de comércio como um esforço que poderá nos conduzir a um grande ganho no comércio internacional, sobretudo, Senador Aloysio, reduzindo os tempos de processamento com mecanismos simplificados e procedimentos simplificados, esfera em que, de resto, o Brasil, através da experiência do Portal Único de Comércio Exterior, já tem avançado muito.

O Brasil hoje tem um tempo médio para processar uma exportação de 13 dias, Senador Cristovam, e é perfeitamente possível, com a simplificação desses processos, com um sistema de janela única, reunir todos os órgãos que interagem no processo de exportação de modo a simplificar extraordinariamente esses procedimentos. E há a perspectiva de que os países tenham a interoperabilidade desses sistemas, que podem, realmente, produzir resultados extraordinários em curto prazo.

Mas eu queria provocar o nosso Ministro Didonet com duas questões, que eu indago se deveriam merecer já uma atenção maior da OMC.

A primeira delas diz respeito ao tema de convergência regulatória. Nós percebemos que há muitas dificuldades no comércio global, sobretudo para o acesso a determinados mercados, exatamente por conta dessa questão de convergência regulatória, de harmonização de normas. Isso termina se constituindo, na realidade, em uma barreira ao comércio internacional. Eu pergunto: acha V. Exª que a OMC pode atuar nessa área de forma mais efetiva?

O outro tema, que também não é novo, é a questão de como alguns países manipulam as suas políticas cambiais, e essa guerra cambial, por assim dizer, termina produzindo assimetrias e desequilíbrios que, de algum modo, prejudicam – vamos dizer – o comércio em nível global.

Eu queria colocar essas duas questões esperando receber o esclarecimento de V. Exª.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De um especialista que aborda questões como um verdadeiro embaixador da OMC ou especialista no comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Consulto o Senador Cristovam Buarque se quer fazer uso da palavra antes de encerrarmos os questionamentos aos nossos embaixadores aqui, respectivamente George Monteiro Prata, para Noruega e Islândia; Paulo Cesar de Camargo, Nova Zelândia; e Evandro de Sampaio Didonet, para a OMC em Genebra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro, Senadora, eu quero dizer que, todas as vezes em que temos audiência, o Senador Aloysio Nunes pergunta se há algum ex-aluno meu. Aqui há dois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que novidade! Ele já nem pergunta mais!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O George Monteiro e o Didonet, que está com a mesma cara até hoje, o outro ficou com a cabeça branca.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor também não mudou muito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Será? É porque eu já era careca desde muito novo. (*Risos.*)

Mas, Srª Presidente, Srs. Embaixadores, eu quero dizer da satisfação de estar aqui, mais uma vez, com três indicados da carreira e todos três com grande experiência. Sobre dois eu posso até falar, embora com 30 anos de diferença, ou mais, de quando os conheci.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A Comissão está entregando hoje ao Plenário uma bela fornada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É verdade. Eu fico muito feliz de ver o nível de competência que nós temos na nossa carreira diplomática.

São dois países e uma posição extremamente importante.

Eu quero, sobre o George Monteiro Prata – talvez seja até, muitas vezes, mais conhecido como Prata...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero dizer do interesse que eu especialmente tenho sobre como funciona o fundo que a Noruega tem para uso dos *royalties* que surgem do petróleo.

Eu tentei colocar aqui um projeto, junto com o Aloysio, para que o pré-sal fosse, todo ele, canalizado dessa maneira, em vez de, como no final terminou sendo, irem direto os recursos que entram para as atividades. Nós queríamos criar um fundo nos padrões do norueguês. Então eu gostaria de saber o que o senhor pode nos passar da experiência norueguesa de como usar a riqueza do petróleo para o desenvolvimento. Tendo estudado o país, que experiências o senhor conhece que podem nos ajudar? Se não há agora, como é que a gente mantém essa relação para aprofundá-la? A Noruega é o melhor exemplo, a meu ver, da criação desses fundos soberanos para tornar permanente uma riqueza que é provisória, como petróleo.

No caso da Nova Zelândia, eu teria muito interesse em conhecer ainda mais – eu tenho estudado isso – a experiência da reforma educacional que foi feita. E hoje a Noruega é um país que atrai estudantes do mundo inteiro, para as universidades e mesmo para o ensino médio. Há grandes programas de intercâmbio, o Brasil tem muita gente lá. Claro que a qualidade de vida do país atrai muito, pois tem um dos maiores IDHs entre todos os países. Aliás, Noruega e Nova Zelândia estão na cabeça do nível de IDH.

Eu gostaria de perguntar até que ponto a Nova Zelândia pode servir de exemplo para o Brasil, já que tem uma economia que tem uma forte influência do agronegócio, mas sabe conciliar isso com potencial econômico, combina *commodities* e a economia moderna, que é baseada no conhecimento. É um país que conseguiu fazer essas duas coisas.

Eu tenho insistido muito com o nosso amigo Taques no sentido de que ele deveria tentar fazer isso no Mato Grosso, porque a soja, daqui a algumas décadas, vai ser produzida na África, muito mais perto da China do que nós, como a borracha. Não ao ponto de substituir a nossa, mas é questão de tempo. Eu creio que Mato Grosso poderia tentar ser uma Silicon Valley do Brasil, na ótica que também Campinas tenta.

Quanto ao Embaixador Evandro, eu queria aproveitar para fazer algumas perguntas. Aqui eu sempre sou identificado como um Senador ligado ao Itamaraty, talvez pelo meu tempo no Rio Branco, e eu sempre disse que tenho discordância: acho uma besteira essa briga por uma cadeira no Conselho de Segurança. E eu disse, mais de uma vez, que a OMC é mais importante do que uma cadeira no Conselho de Segurança. De qualquer maneira, é exatamente por isso que eu queria fazer algumas perguntas.

Gostaria de saber se a OMC está atenta e trabalhando no comércio do saber em dois sentidos. As universidades se abrem no mundo com base em capital estrangeiro, e o Brasil é um exemplo: hoje, aqui, o maior grupo universitário é financiado por um grupo norte-americano – se é que podemos dizer que é norte-ame-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ricano, pois esses grupos hoje são internacionais. A OMC tem um setor que trabalha com o assunto de ensino superior? E qual é a relação com a Unesco?

Aí, eu acho, há até posições contraditórias, já que a Unesco tem a posição muito conservadora de que a educação tem que ser uma coisa nacional. Isso é um erro, hoje é internacional, mas também não se pode cair no extremo de dizer que não existem mais regras nacionais. Então, qual é o papel da OMC?

Segundo: existe alguma tensão, e qual é, entre a OMC e a China, entre a OMC e os BRICS, e entre a OMC e os grandes blocos novos que estão surgindo, como o do Pacífico e o do Atlântico Norte? Que tensão existe? Ou a OMC participa diretamente?

Finalmente, uma pergunta que me pediram para fazer aqui, que é relacionada ao problema das patentes. Aliás, isso deve interessar muito ao Ministro Serra, porque ele foi um dos que estiveram presentes na abertura das patentes para remédios quando Ministro. Então, como é que o senhor, como Embaixador, representando o Brasil, pretende pautar o debate sobre patentes, tendo em vista que elas, as patentes, por um lado, dinamizam a inovação, ao dar uma remuneração ao inventor, ao criador, mas, por outro lado, sobretudo no caso de alguns setores, como no de remédios, termina provocando, pelo fato de a patente ser controlada, a morte de pessoas que poderiam ser salvas se a patente não existisse?

No setor de educação vai crescer muito o uso de instrumentos que são inventados, criados, e que a gente, às vezes, para pagar patente, não desenvolve. Imaginem, Senadores, se a gente tivesse que pagar patente para usar quadro negro: fechavam-se todas as escolas. Daqui a alguns anos vão ser as lousas inteligentes e certos equipamentos computacionais que terão papel fundamental na educação. Qual é a posição que o Ministro Serra instruiu relativamente à proteção ou à abertura de patentes?

São essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

Finalmente, como é que V. Sª avalia a mudança da atuação do Brasil, que era ativa, na OMC? Éramos reclamantes de medidas protecionistas de países desenvolvidos, mas agora temos uma posição que, pode-se dizer, é passiva, porque estamos sendo alvo da reclamação de outros países, é como se mudássemos de lado.

São essas as perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Permita-me, Presidente, pegar o gancho no que o Senador Cristovam falou, medicamentos.

Acontece que, justamente neste momento, a OMC está fazendo um painel de alto nível sobre medicamentos. São 16 membros, dos quais dois brasileiros, e o debate é entre direitos humanos, saúde pública e propriedade intelectual ou propriedade industrial. É exatamente esta a questão que está sendo debatida: comércio, saúde pública e direitos humanos. Como conciliar esses interesses às vezes conflitantes?

Então, apenas para concluir, porque está em andamento esse painel específico sobre medicamentos e, claro, o Senador Serra, nosso Chanceler, foi o autor da quebra das patentes para medicamentos, para combater a AIDS especialmente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É um debate interessante mesmo, porque, se você não tem a proteção intelectual, você não tem investimentos. Então, como equilibrar os dois valores?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Aloysio, nosso Presidente, eu tenho um requerimento extrapauta. Como ele tem temporalidade – é uma questão que se refere ao Mercosul, à presidência do Mercosul –, com respeito aos nossos embaixadores que foram questionados aqui, gostaria de solicitar que V. Exª o submetesse à apreciação da Comissão no momento oportuno. É que eu gostaria que os Senadores também estivessem presentes para isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Poderíamos fazê-lo agora, já, antes de ouvirmos os nossos sabatinados a respeito das indagações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O requerimento que estou apresentando, caro Senador Armando Monteiro, caro Senador Cristovam, é um voto de expressão de preocupação diante da possibilidade de que a presidência *pro tempore* do Mercosul fique nas mãos da Venezuela enquanto persistir a violação gravíssima aos direitos humanos e ao princípio democrático naquele país. A preocupação é com o desgaste que o bloco viveria nesse capítulo, já que uma das cláusulas do Mercosul se relaciona exatamente à democracia.

O Chanceler José Serra esteve em Montevidéu na última terça-feira acompanhando do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi uma tentativa, de modo negocial ou por entendimento... Não havia necessidade de uma atitude mais enérgica ou mais radical...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E ele persiste nessa tentativa para evitar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para evitar que haja uma ação... Eu sou favorável...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...uma polêmica muito grande no momento em que estamos negociando Mercosul e União Europeia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, é exatamente isso. Então, eu queria apresentar essa iniciativa. Aliás, foi uma iniciativa do Paraguai.

A presidência hoje é do Uruguai e deveria, neste mês, passar para a Venezuela segundo o sistema adotado, de rodízio. Mas o Paraguai se opõe com veemência a isso e defende a suspensão da Venezuela com base no Protocolo de Ushuaia, que mencionei, o protocolo de cláusula democrática. Então, há essa iniciativa do Paraguai, que, aliás, foi punido por conta do processo de *impeachment* lá, que foi dentro da lei, tudo certo, apenas um voto contrário.

O Parlamento paraguaio não aprovava o ingresso da Venezuela no Mercosul. Quando houve a retirada do Paraguai do Mercosul por conta do *impeachment*, com a força do ex-Presidente Lugo, a Venezuela, na mesma sessão, teve seu ingresso aprovado.

Eu penso que uma negociação... O Chanceler uruguaio Rodolfo Novoa entende que não há ruptura da ordem democrática na Venezuela e diz que não vai estender a presidência uruguaia, mas o Secretário-Geral da OEA, que também é uruguaio, Luis Almagro, tem um ponto de vista completamente divergente. O Almagro, numa iniciativa muito importante, apresentou recentemente um relatório descrevendo em detalhes as violações aos direitos humanos e aos princípios democráticos por parte do Governo Maduro – aliás, aprovado por unanimidade dentro da própria OEA segundo a informação que tenho. O Presidente Maduro já deu demonstração de que não está, digamos, respeitando cláusulas democráticas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É uma polêmica que, neste momento, não é bom enfrentar, e o Ministro Serra tenta negociar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Então, o voto é de preocupação diante desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não tem nenhum efeito, é apenas uma manifestação política que eu acho necessária dentro desta Comissão, especialmente por eu ser uma Senadora do Rio Grande do Sul, onde o Mercosul tem uma relevância extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de expressão de extrema preocupação diante da possibilidade de transmissão da presidência pro tempore do Mercosul à Venezuela, enquanto persistirem as violações aos direitos humanos e aos princípios democráticos naquele país, e do desgaste que representaria para o Mercosul, inclusive nas negociações com a União Europeia.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Se não houver objeção... (*Pausa.*)

Está aprovado.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos passar agora, então, às respostas dos nossos sabatinados.

Começo pelo Embaixador George Monteiro Prata.

O SR. GEORGE MONTEIRO PRATA – Muito obrigado, Senador.

Começo pela Senadora Ana Amélia, e começo agradecendo a sua pergunta, porque me dá oportunidade de sanar uma falha minha: eu não tinha agradecido à senhora por sua relatoria ainda. De maneira que o faço agora: muito obrigado, eu fiquei muito honrado, Senadora.

Com relação à sua pergunta sobre cooperação na área científica, tecnológica, de inovação e de transparência também: essa é uma área que já está no radar dos dois países, no sentido de que nós reconhecemos a importância dela.

Já há passos nesse sentido, e eles não vêm de hoje. Na área de ciência, tecnologia e inovação, já foram assinados memorandos de entendimento desde 2008. Em 2011 foi criada uma força-tarefa para estudar maneiras de se contribuir, de se cooperar, nessa área. Agora, em setembro próximo, estará vindo a Brasília o mi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nistro norueguês encarregado justamente desse setor para discutir com autoridades brasileiras a possibilidade de incrementar mais a cooperação nessa área. De maneira que eu vejo uma perspectiva muito positiva, e eu acho que a senhora lembrou muito bem que esse é um tema importante dentro do relacionamento bilateral.

Com relação à transparência, vou juntar essa resposta com a resposta que vou dar ao Senador Cristovam, porque aí eu trato de outros temas também. Com relação à pergunta do Senador Cristovam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GEORGE MONTEIRO PRATA – Pois é. Quando o Senador era meu professor, as perguntas eram mais fáceis! (*Risos.*)

Eu digo isso porque a pergunta dele exige, talvez, uma resposta muito ampla, no sentido de que a Noruega, como outros países escandinavos – eu tenho experiência, eu servi na nossa embaixada na Suécia durante três anos –, têm muito o que nos mostrar, nós podemos aprender com eles em diversas áreas.

O Senador falou de um tema que é muito importante para nós, brasileiros, que é a questão do Fundo Soberano, um exemplo que a Noruega pode dar para o mundo. Mas eu acho que há outros setores sobre os quais nós podemos conversar e, quem sabe, aprender um pouco, como a questão da transparência, a questão da proteção social, a questão de direitos de minorias, a questão de como esses países conseguem ter um alto índice de proteção social mantendo uma iniciativa privada muito dinâmica. Todos esses são temas importantes para nós, brasileiros, e poderiam ser discutidos com a Noruega e até mesmo com outros países escandinavos. E falo nos outros países escandinavos porque estive esta semana visitando a embaixada da Noruega aqui e soube que eles estão organizando um seminário aqui, junto com a CNI, mais na área econômica, para debater justamente como um país que tem um índice de proteção social tão elevado consegue, ao mesmo tempo, ter essa economia privada tão desenvolvida. A partir daí, outros temas podem ser debatidos também, como a transparência e inúmeros outros.

Com relação ao Fundo Soberano. O Fundo Soberano, como tive oportunidade de dizer, é o maior do mundo, hoje em dia ele é superior a US$800 bilhões. Ele foi criado no entendimento de que uma riqueza súbita e muito grande não necessariamente será bem gasta se não se pensar no futuro e em como aplicá-la ao longo do tempo.

Esse é o entendimento principal da Noruega. E o entendimento é o de que esse dinheiro não precisa ser gasto agora, a Noruega já é um país muito rico. Então, esse dinheiro tem sido muito pouco utilizado na verdade. De maneira que acho que se dá a oportunidade à sociedade de debater exatamente como esse dinheiro vai ser utilizado. Eu sei que ele se chama... Ele tem um nome oficial, relativo a fundo de pensão. De maneira que acho que um dos objetivos principais tem a ver com a garantia do pagamento de pensões das próximas gerações. Não é só hoje, é das próximas gerações, porque, como digo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GEORGE MONTEIRO PRATA – Exatamente.

Como digo, o fundo hoje é muito pouco usado.

Um debate que há na Noruega é como aplicar o dinheiro desse fundo hoje, que é outra questão importante também. O país é pequeno, e eles se deram conta de que precisavam investir internacionalmente. E esse país tem participação em várias empresas de atuação internacional, eles aplicam em diversas bolsas e em fundos imobiliários pelo mundo inteiro. Como mencionei também, eles aplicam aqui, no Brasil. Eles têm US$12 bilhões aplicados aqui. Por exemplo, há muito dinheiro do Fundo Soberano norueguês aplicado na Petrobras.

Infelizmente, no ano passado, eles desinvestiram um pouco em função da preocupação com a nossa economia. De maneira que uma das minhas funções lá vai ser mostrar para eles que agora estamos no caminho certo, que eles podem voltar a investir mais aqui, no Brasil.

Mas este é um tema que gera até uma certa controvérsia também dentro da sociedade norueguesa, eles se perguntam: "Como vamos gastar esse dinheiro?" Mas, acima de tudo, o conceito principal é este: esse dinheiro não é para hoje, esse dinheiro é para o futuro, quando a Noruega não tiver mais o petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Seguramente, não investiriam recursos do Fundo Soberano em títulos da dívida pública da Venezuela, como ocorreu com o Fundo Postalis. (*Falha na gravação.*)

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer muito à Senadora Ana Amélia, que ontem já nos prestou orientações valiosas para a sabatina de hoje. E, no momento da sabatina, suas perguntas vão contribuir muito para o meu aprendizado e para que, eventualmente, se eu for aprovado, possa fazer uma gestão de melhor qualidade na Nova Zelândia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A questão da colaboração da Nova Zelândia com Estados específicos do Brasil não é muito clara nas nossas referências. Eu acredito que seja alguma coisa conduzida diretamente pela Nova Zelândia com essas instituições, sem a participação da nossa Embaixada. Vou procurar, tenho grande interesse nisso.

Como sou de São Paulo, já fiz uma série de anotações sobre institutos de pesquisa em Piracicaba, na Luiz de Queiroz, que pretendia levar para disseminar, caso eu fosse, entre os neozelandeses.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É uma boa lembrança, porque só se fala na Embrapa, mas a Luiz de Queiroz tem um papel extraordinário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Há também o Instituto Agronômico de Campinas no desenvolvimento das pesquisas, que promoveu um enorme desenvolvimento da nossa agricultura. Isso, há um tempo atrás.

Desculpe-me pela interrupção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só uma preocupação a propósito do que o Embaixador Paulo Cesar de Camargo mencionou.

Estados como Pernambuco, Santa Catarina – do nosso inesquecível Luiz Henrique – e Rio Grande do Sul dispõem, pelo seu ativismo e internacionalização, de uma representação do Itamaraty, de um escritório do Itamaraty com um embaixador trabalhando nesses Estados. O Rio Grande do Sul tem, Santa Catarina tem e Pernambuco, se não me engano, tem, e acho que Minas Gerais também tem esse mesmo padrão – São Paulo é outro país, aí é diferente!

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – A senhora me ofereceu a lista dos possíveis contatos na Nova Zelândia. Eu ficaria encantado em receber isso.

A questão do Ciência sem Fronteiras, acredito, se liga um pouco ao questionamento do Senador. Não existe, na realidade, pela informação que tenho, uma grande movimentação do Ciência sem Fronteiras na Nova Zelândia.

Por exemplo, do lugar de onde venho, Chicago, havia mais de três mil estudantes na minha área.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Todo mundo quer ir para os Estados Unidos.

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – Mas a grande movimentação lá é de estudantes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Para aprender inglês.

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – ... sem a participação de bolsas.

O que aconteceu na Nova Zelândia... Quando se fala em reforma educacional, o que eles fizeram foi dar uma feição privada a toda a atividade educacional. Transformaram as escolas, inclusive as secundárias, em uma fonte de renda. Elas representam 6% do volume de renda auferido em relação às exportações; 6% vêm das escolas. Eles tratam isso como um negócio lucrativo.

E eles fizeram uma revolução muito grande na área da administração pública, passaram a adotar padrões da iniciativa privada. Inclusive, uma coisa curiosa é que, no Ministério das Relações Exteriores deles, o Secretário-Geral recebe o título de C.E.O., *Chief Executive Officer*. Então, no governo, todos têm um lema, uma meta, uma declaração de objetivos. É uma coisa diferente, é uma coisa bem diferente. Inclusive, a seleção dos embaixadores é diferente.

E eles têm interesse nesse programa de intercâmbio com o Brasil, não só porque claramente apreciam o nosso País, mas porque esperam auferir receita com isso. É muito bom.

Existe, de fato, uma preocupação deles por serem um país que tem um limitado número de produtos, basicamente *commodities*, vinculados a poucos mercados. Eu mencionava que era essa a razão histórica de eles diligentemente se entregarem à negociação de acordos comerciais. Eles querem ter muitos mercados e estão, o tempo todo, reciclando os seus produtos. Por exemplo, caiu a exportação de lã, eles já começaram a fazer vinhos; caiu a exportação de leite, eles começaram a fazer produtos florestais, eles estão exportando madeira.

Eles têm uma preocupação com isso sobretudo pela visão histórica do que aconteceu com eles no passado. Eles tiveram dois grandes choques: com a crise de 29 e quando a Inglaterra entrou no Mercado Comum Europeu. Das exportações deles, 87% iam para a Inglaterra e, de repente, eles ficaram sem o mercado principal. Hoje são 6% que eles mandam para a Inglaterra.

É muito curioso como eles vão variando. Eu tenho alguns números – eu não quero cansar os senhores – que são surpreendentes, mostram como eles variam. Em 1880, a lã representava 50% das exportações. Hoje, são 2,8%.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um pouco o que o Chile fez com o cobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – É.

Carne: eram 27% em 1940, são 13% agora; os laticínios: eram 36% em 1940, são 23% agora; os produtos florestais, que não eram quase nada, são 11% agora. Eles vão diversificando o tempo todo, criando alternativas.

Eles têm realmente muitos pontos de contato com a gente. Um dos motivos de orgulho do país é que eles se consideram uma sociedade que cuida dos seus cidadãos e trata o bem-estar social como um aspecto da igualdade. É muito importante para eles esse tipo de assistência, os eventuais apoios que eles dão para crianças sobretudo. Eu vejo semelhanças muito grandes.

A partir da década de 80, eles começaram uma revolução: eliminação de subsídios; privatização de empresas estatais; dinamização dos trabalhos de promoção comercial. E isso foi mantido: começou com o Partido Trabalhista, que seria o partido da esquerda, entrou o Partido Nacional, que seria de centro-direita, e continuou a mesma coisa. Então, há bem mais de 20 anos, eles mantêm uma mesma política. E a sociedade local, apesar de isso causar deslocamentos, de alguém perder, continua achando que essa política é boa, porque faz com que a Nova Zelândia possa ter um nível de vida muito bom.

E eles têm como preocupações justamente o que o Senador Cristovam mencionou.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Embaixador, hein?

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – Desculpe. Eu ia chamá-lo de professor, mas me enganei.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A única hora em que os Senadores têm inveja de sentarem deste lado é quando tem sabatina de embaixador. (*Risos.*)

O SR. PAULO CESAR DE CAMARGO – Eles têm como desafios para esse século XXI justamente isto: o uso sustentável dos recursos naturais do país. O que se vê é que é um país maravilhoso, mas eles têm problemas nessa área de conservação sérios, e há um debate muito grande lá sobre a conservação dos recursos naturais.

Depois há a descoberta e o estabelecimento de mercados estáveis no exterior por conta dessa preocupação de como os produtos deles, de repente, podem se tornar ociosos ou perderem mercados. Preocupam-se com a construção de um estado de bem-estar social que atenda genuinamente os que têm necessidades, mas que, ao mesmo tempo, não retire o empreendedorismo dos que têm potencial para trabalhar. É um balanço que eles tentam fazer entre o apoio e a necessidade de estimular as pessoas a que se lancem, se arrisquem no mercado.

A outra coisa é justamente tentar fazer a migração para essa nova economia, a economia da informação. Aparentemente eles estão sendo bem-sucedidos, apesar de haver... Eu li alguns livros – certamente são inimigos do atual governo – que acham que não estão caminhando como deveriam, que falta ainda muito para eles conseguirem deslanchar nisso. Mas, como em tudo o que eles fazem eles são persistentes e dedicados, eu acredito que serão bem-sucedidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Agora, finalmente, o Embaixador Didonet.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Obrigado, Presidente.

Eu queria apenas perguntar a V. Exª qual é o limite de tempo para as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Dez minutos.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Começo, então, em ordem cronológica, pelas perguntas e comentários da Senadora Ana Amélia.

Ela colocou a questão da saída do Reino Unido da União Europeia e como isso se refletira na OMC.

No momento é muito difícil avaliar, porque não se sabe qual será o próximo passo. Se eles saem da União Europeia e seguem o chamado modelo norueguês, ou seja, não são membros da União Europeia, mas participam do mercado único, supostamente não haveria grandes mudanças do ponto de vista OMC.

Agora, se eles saem da União Europeia e não optam pelo caminho norueguês, se se tornam um membro da OMC como outro qualquer, isso poderia ter grandes consequências relativamente à renegociação tanto dos termos, dos acordos e compromissos firmados pela União Europeia quanto relativamente aos compromissos que viessem a ser firmados pelo Reino Unido como um país independente – por exemplo, a questão de cotas agrícolas. Aí haveria um cenário muito complexo.

De qualquer forma, neste momento, é difícil dar uma resposta. É preciso ver como evoluirá a situação do ponto de vista das opções do Reino Unido.

A questão das negociações do Mercosul-União Europeia, capítulo agrícola, o que esperar na OMC.

Eu repetiria isto, Senadora: posso lhe assegurar que, quando relançamos a negociação Mercosul-União Europeia...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só um minutinho.

Vejo aqui o Deputado Silvio Costa sem gravata, mas creio que podemos fazer um entorse no protocolo para receber o nosso caríssimo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Silvio Costa é *hors-concours*, ele tem assento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... colega aqui na nossa Comissão, ainda que sem gravata. Ele é um homem elegante. A elegância é natural, é própria da sua conduta, independentemente desse adereço plenamente dispensável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente. (*Risos.*) O senhor é bem-vindo, meu caro amigo.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Quando relançamos a negociação Mercosul-União Europeia, em 2010, como item prioritário, queríamos incluir nos termos de referência do relançamento justamente a questão do apoio doméstico. Não foi possível. Assim como nós temos nossas bandeiras vermelhas, por assim dizer, o outro lado também tem as suas.

Agora parece haver, neste momento, uma janela de oportunidade para um novo movimento na direção de novos cortes em apoio doméstico. Tivemos um precedente agora muito positivo, histórico, na área dos subsídios à exportação. Alimentamos a esperança de trabalhar nessa área com vistas à Ministerial de 2017. O Brasil circulou, junto com Argentina, Paraguai e Colômbia, há duas semanas, um papel com primeiras ideias, ou seja, o assunto, seguramente, no momento, é a nossa prioridade número um na OMC com vistas a 2017.

Quanto às perguntas do Senador Armando Monteiro, eu queria começar subscrevendo inteiramente o que V. Exª disse a respeito do fato de que as dimensões multilateral e bilateral não se excluem, mas que, pelo contrário, se complementam. Isso é o que sempre dissemos no Itamaraty. Apenas uma má percepção dos fatos poderia levar a um entendimento diferente, como V. Exª bem disse.

V. Exª salientou a importância do Acordo de Facilitação de Comércio e do Portal Único. Aproveito para mencionar que ontem estive com o Secretário de Comércio Exterior, Daniel Godinho, companheiro de antigas jornadas de negociação, e ele enfatizou muito o interesse que tem em trabalhar com esses temas no contexto da OMC, no contexto do ITC, e ficamos de dar seguimento a isso.

V. Exª perguntou sobre convergência regulatória. É uma pergunta amplíssima. Em uma resposta genérica e em tese, eu diria que convergência regulatória, sim, sempre que representar uma possibilidade de eliminar barreiras às nossas exportações. Por outro lado, é um assunto que, dependendo do tema, há de se ter cuidado porque pode ser numa área em que não gostaríamos de ver limitada a nossa capacidade soberana de regulamentar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – É um equilíbrio sempre difícil, e um exame caso a caso, tema a tema. Há temas que estão sendo mencionados no momento como possíveis itens para 2017, quando se falaria de convergência regulatória – por exemplo, serviços. O tema investimentos: também há uma ideia preliminar de colocá-lo na agenda de 2017.

Temos, agora, esse nosso novo modelo, muitos desses acordos de cooperação com facilitação de investimentos. Alguns – não me lembro exatamente quais – foram firmados durante a gestão de V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – São oito já. É uma área, então, em que também poderíamos falar sobre convergência regulatória, mas, de novo, é um exame *ad hoc,* caso a caso, de acordo com o interesse nacional.

Manipulação de políticas cambiais, também mencionada por V. Exª. O Brasil tomou a iniciativa, como está no relatório do Embaixador Marcos Galvão, de lançar esse tema para discussão na OMC. Não é um tema de discussão no momento, mas foi posto em pauta pelo Brasil, e tem havido seminários, encontros. Em suma, é um tema presente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Não se pode ignorar que as variações cambiais podem alterar de forma dramática as concessões de cada país. Então, é um tema que, sim, merece atenção, mas eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

gostaria de fazer nenhuma previsão sobre a evolução desse assunto, pela sua complexidade e até pela falta de um maior amadurecimento. O que o Brasil fez foi inédito, lançar o tema em Genebra foi inédito, começou-se uma discussão, e acho que, neste momento, todos os países, inclusive nós mesmos, estamos avaliando melhor essa discussão. Por isso, eu não gostaria de fazer previsões.

Senador Cristovam Buarque, eu apenas complemento uma observação que V. Exª fez: o senhor foi nosso professor em 1980, há 36 anos então, mais do que 30 anos!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Os seus alunos se dirigiam ao senhor com o temor reverencial ou era uma relação mais...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Eu saía para tomar cerveja com eles.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quando cursei a faculdade de Direito, era obrigatório o traje paletó e gravata, alguns professores exigiam o tratamento "Excelência", e alguns, distância protocolar de, no mínimo, dois metros. Imagine V. Exª! (*Risos*.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Só um detalhe: dar aula no Instituto Rio Branco era um privilégio. Eu costumava dizer, meu caro Armando, que, com os alunos de outras entidades, eu saía – era jovem também –, e a gente falava de política e futebol; mas, com esses aí, a gente falava de poesia britânica. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. GEORGE MONTEIRO PRATA – Senador, com relação a sua primeira pergunta, a questão do comércio do saber...

(Soa a campainha.)

O SR. GEORGE MONTEIRO PRATA – ... se há um departamento específico na OMC para isso.

Não é de meu conhecimento. Educação na OMC entra como prestação de serviços – Modo 1, Modo 3 –, mas do ponto de vista comercial, econômico, e, aí, cabe a cada país tomar as suas decisões nos seus *schedules* de concessões sobre como tratar educação.

A sua segunda pergunta: se há uma tensão entre OMC e blocos como BRICS e outros grandes blocos. Eu diria, voltando ao comentário do Senador Armando Monteiro, que a forma positiva de encarar essa questão é considerar que podem e devem ser complementares.

Há, no momento, uma iniciativa do Brasil no sentido de incentivar uma discussão sistêmica do impacto dos grandes acordos regionais no sistema multilateral, mas essa iniciativa não é no sentido de questionar, de pôr em dúvida a importância dos acordos regionais, mas, sim, no sentido de mais bem avaliar os impactos e trabalhar para que os acordos regionais tenham consequências positivas.

A questão de patentes. O Presidente da sessão fez um comentário sobre a dificuldade de um equilíbrio entre o tema econômico, a proteção da patente e o interesse social. É sempre um equilíbrio para o qual não há uma fórmula matemática; caso a caso se verá onde encontrar o equilíbrio.

O que eu poderia comentar, de uma forma geral, é que o Brasil está entre os países que têm uma tradição de atuação no sentido de enfatizar a importância do interesse social na questão não só de patentes, mas também de direito autoral por exemplo. Na questão de patentes já se mencionou repetidamente o papel do Brasil e do Ministro José Serra na época da declaração sobre TRIPs e saúde pública. Aquele foi um resultado histórico.

Eu mencionaria outro que não é patente, é direito autoral: o Brasil foi quem lançou a proposta de uma flexibilização do direito autoral no caso de livros em braile, para leitura de pessoas com deficiência visual, que é uma iniciativa – me parece – de grande mérito – usando uma palavra informal, é uma iniciativa bonita.

Então nós temos essa tradição de atuação neste tema de propriedade intelectual, sempre tendo muito presente o lado do interesse social. E, na época em que eu era negociador Mercosul-União Europeia, eu me recordo de conversas com sociedade civil – inclusive, por exemplo, Rebrip ou outras –, tratando desse tema e sempre dando a ele toda atenção e prioridade que merece.

Sua última pergunta: o Brasil como alvo de reclamações de outros países no sistema de solução de controvérsias. Somos um país grande, uma grande economia, mais de US$2 trilhões, duzentos e poucos milhões de habitantes. É normal que países questionem também políticas brasileiras. Talvez o primeiro grande teste pelo qual tenhamos passado tenha sido o questionamento do Canadá em relação a programas de financiamento de aeronaves, já há um bom tempo, nos anos 90. Então eu acho que é algo que deve ser encarado com naturalidade porque é parte do jogo; assim como nós reclamamos de outros países, é normal que também sejamos alvo de reclamações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, só para não perder a oportunidade. Há um tema que a gente precisava encontrar um lugar para debater – talvez na Comissão de Ciência e Tecnologia. Refiro-me a esse problema da relação entre o social e o econômico nas descobertas científicas. É um exemplo de como a pura e simples moral, ideologia e política não bastam. Porque, se nós zerarmos as patentes, não as reconhecermos, muitas descobertas deixarão de ser feitas, já que é preciso remunerar o capital investido ao longo de anos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E o trabalho intelectual também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... o trabalho intelectual. Tem que haver um incentivo monetário, econômico. Ao mesmo tempo, se deixarmos que uma descoberta, sobretudo num primeiro momento, fique sob o domínio apenas do inventor, nós podemos ter gente morrendo por falta de uma ação. Esse é um tema que a gente precisava bater.

Eu creio que uma das saídas é o Estado entrar: manter a remuneração do pesquisador, do instituto, do laboratório, obviamente negociando bem, e o Estado pagando, ou seja, socializaríamos o custo já que socializamos o benefício. Mas o voluntarismo de dizer que é imoral o preço dos remédios, por não querermos reconhecer as patentes, levaria à perda de mais vidas ainda talvez, porque não haveria investimento naquele setor.

E isso, que vale para o remédio mais visivelmente, vale para muitas outras atividades. Não cabe o voluntarismo nas decisões que nós tomamos; é preciso analisar com cuidado os benefícios e custos de cada uma, nesse caso em especial, na OMC, patentes de medicamentos e outros também.

Agora, sobre o comércio de educação, eu sugiro que haja alguma coisa especial na OMC, que não seja apenas um dos muitos serviços que são comercializáveis no mundo. É um serviço que tem uma característica especial, que mereceria um estudo especial. E eu gostaria de ficar em contato para saber se isso já não é feito e como evoluiria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Acho que podemos, agora, encerrada a sabatina, já apurar os votos. Vamos, como de hábito, fazê-lo em sessão aberta. (*Pausa.*)

Nós temos uma norma constitucional que caiu em desuso. A Constituição determina que as sabatinas, todas as sabatinas, sejam feitas em sessão secreta, mas já há muitos anos, o Senado... É até uma iniciativa de autoria.... O primeiro signatário da proposta de emenda é o Senador Anastasia, a ideia é acabar com isso. Isto aqui tem que ser público mesmo, as pessoas têm acompanhado pela internet...

Por unanimidade, todos foram confirmados. Eu espero que possamos levar isso a plenário ainda nesta semana – vai ser uma semana mais curta de trabalho parlamentar.

Meus parabéns. Agradeço muito a contribuição dos senhores para o sucesso desta sabatina, podem já se retirar.

Temos ainda uma matéria, que é a apresentação de um relatório. (*Pausa.*)

Cristovam, você faz o relatório *ad hoc* resumidamente e eu o dou por lido. (*Pausa.*)

Nós temos agora, nesta segunda parte da reunião, a apresentação de relatório sobre a Mensagem nº 46.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Armando Monteiro.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Relator *ad hoc* será o Senador Cristovam Buarque, em substituição ao Senador Armando Monteiro, que precisou se retirar depois de ter acompanhando o tempo todo a reunião. Dou a palavra, então, ao Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, o Sr. Antonio Luis Espinola Salgado, como o senhor disse, é indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e à República do Uzbequistão, e já obteve o *agrément* do governo desses países.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Espinola Salgado nasceu em 1951, filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1980, concluiu o Curso para Preparação à Carreira Diplomática.

Ainda no âmbito da formação diplomática, concluiu, em 1990, o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD-IRBr) e, em 2003, o Curso de Altos Estudos (CAE-IRBr), quando defendeu a tese intitulada "Direitos Humanos, Reconciliação Nacional e Consolidação Democrática: a Experiência Chilena".

Ingressou na carreira diplomática em 1981 no posto de Terceiro-Secretário. Passou a Segundo-Secretário em 1986 e a Primeiro-Secretário, em 1992. Ascendeu, por merecimento, em 1999 a Conselheiro; em 2006, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2010, a Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas na carreira, destaquem-se aqui as de Chefe da Divisão de Direitos Humanos, entre 1997 e 2000; Conselheiro na Embaixada em Santiago, de 2000 a 2003; Conselheiro na Embaixada em Berna, de 2003 a 2005; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política I, entre 2005 e 2008; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada do Panamá, de 2006 a 2007; Embaixador em Teerã, de 2008 a 2013; e Embaixador em Ancara, de 2013 até o presente.

O currículo registra ainda que, em 2010, o embaixador recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco do Governo brasileiro.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Federação da Rússia e sobre a República do Uzbequistão, com os dados que nós temos sobre esses países, inclusive referência ao processo iniciado pelo Sr. Gorbachev, da *perestroika*.

Nos últimos anos, a tentativa de redefinir a identidade da Rússia como "potência emergente" tem intensificado sua aproximação com países como o Brasil e a China – criação dos BRICS.

A coordenação política do relacionamento bilateral dá-se, sobretudo, por meio da Comissão de Alto Nível de Cooperação (co-presidida pelo Vice-Presidente da República brasileiro e pelo Primeiro-Ministro russo).

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX, entre 2006 e 2015 o comércio bilateral entre o Brasil e a Rússia cresceu 6,8% passando de US$ 4,386 bilhões para US$ 4,685 bilhões.

Sobre o Uzbequistão, consideramos relevante registrar o seguinte: é um país localizado na Ásia Central e uma das repúblicas que formavam a extinta União Soviética. O sistema político vigente é centralizado e seu funcionamento tem por base a autoridade do líder nacional e a manutenção do equilíbrio entre os interesses dos diversos clãs e regiões. O Uzbequistão disputa com seus vizinhos o uso compartilhado dos recursos hídricos regionais. Acredita-se que o Uzbequistão continuará a desempenhar um papel importante em relação à estabilização do Afeganistão, devido à sua localização.

A China é indubitavelmente a potência em ascensão para a região, na órbita da qual, progressivamente, deverá situar-se o projeto de desenvolvimento uzbeque, sendo positivo que o Brasil esteja presente na região com esse Embaixador, que acumula com o cargo que exerce em Moscou.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria, então, será submetida a deliberação oportunamente, com vista coletiva.

Antes de encerrarmos a reunião, vamos, se não houver objeção, dispensar a leitura da ata da reunião anterior e submetê-la a aprovação. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2016.

Às dez horas e dez minutos do dia quatro de agosto de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Telmário Mota, Humberto Costa, Marta Suplicy, Kátia Abreu, Hélio José, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura de comunicado do Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, que encaminha, para conhecimento e em caráter sigiloso, cópia do Acórdão sobre o arranjo institucional e as ações a serem implementadas pelas Forças de Segurança e de Defesa Nacional durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Usa a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita a deliberação de item da 2ª parte da pauta. É então deliberado o ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa." Lido o relatório pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. Discussão do relatório pelo Senador Armando Monteiro. Fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – SABATINAS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá". ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão". ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein". O Presidente convida os Embaixadores a comporem a mesa. Usa a palavra o Senador Armando Monteiro, que solicita a deliberação de item da 2ª parte da pauta. É deliberado o ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro, para leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para suas respectivas exposições. É aberto o processo de votação. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e trinta e seis minutos assume a presidência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. Usa a palavra o Senador Lasier Martins, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Hélio José e a Senadora Kátia Abreu. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos Senadores. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e vinte e dois minutos assume a presidência o Senador Lasier Martins. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Armando Monteiro. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. EXTRAPAUTA: ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28, de 2016, de autoria do Senador Armando Monteiro, que "Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com o objetivo de debater os impactos econômicos e comerciais para o Brasil decorrentes da saída do Reino Unido da União Europeia, com a participação dos seguintes convidados: - representante do Ministé-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

rio da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); - representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); - representante do Banco Central do Brasil; - Rafael Benke – Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); - Vera Thorstensen– Coordenadora do Centro do Comércio Global e Investimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP)." Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, para debater as informações recentemente apresentadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, acerca da situação de nossas fronteiras. Para discutir sobre esse tema, sugiro sejam convidadas as seguintes pessoas: - Leandro Daiello, diretor—geral da Polícia Federal; - Representante do Ministério da Defesa; - Tiago Modesto Carneiro Costa, secretário da Secex Mato Grosso do Sul; - Prof. Matias Spektor, especialista em Relações Internacionais; - Profª Ilona Szabo, Instituto Igarapé, especialista em contrabando de armas e tráfico de drogas; e - Prof. Érico Estevez, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em Defesa. Aprovado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e trinta minutos assume a presidência o Senador Armando Monteiro; e às doze horas e trinta e três minutos reassume-a o Senador Lasier Martins. É deliberado o ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, para leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. PAUTA - 2ª PARTE – LEITURA DE RELATÓRIOS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, para leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Fica adiado o ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América." Adiado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, pessoal da imprensa, assessores, telespectadores.

Declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicado.

Recebemos do Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, para conhecimento e em caráter sigiloso, cópia do Acórdão sobre o arranjo institucional e as ações a serem implementadas pelas Forças de Segurança e de Defesa Nacional durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

O referido documento está à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Tenho também um rápido comentário do Sr. Presidente desta Comissão, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que está neste momento atendendo a um compromisso junto à Comissão Especial do *Impeachment*, mas que, talvez, daqui a pouco, também esteja aqui conosco.

Comissão de Relações Exteriores (Reunião Ordinária - 04/08/2016).

Palavras de abertura pelo Presidente.

Antes de darmos início às sabatinas, gostaria de destacar dois assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O primeiro é o impasse em torno da presidência *pro tempore* do Mercosul. Desde 1991, a cada seis meses, ocorre uma cúpula presidencial na qual a presidência *pro tempore* é transferida de um país a outro, sempre por ordem alfabética. No primeiro semestre deste ano, coube ao Uruguai presidir o bloco.

Em condições normais, a presidência *pro tempore* seria transmitida agora à Venezuela. Entretanto, a Venezuela não está em condições de exercer essa função.

O Governo venezuelano não cumpriu o cronograma de incorporação das normas constantes de seu Protocolo de Adesão, admitindo que não incorporará mais de 100 normas a tempo para cumprir o prazo estabelecido no Protocolo de Adesão.

O Uruguai insiste que a presidência deve ser transferida para a Venezuela. Felizmente, nem Brasil, nem Argentina e muito menos o Paraguai aceitam essa hipótese. A manifestação do Governo brasileiro foi pela rejeição da autoproclamação da presidência venezuelana.

No próximo dia 20 de agosto, termina o mandato do Secretário-Geral da Unasul, Ernesto Samper.

Francamente, espera-se que ele não seja reconduzido ao cargo. Ele não teve uma postura correta em relação ao Brasil. Vetou o nome de Nelson Jobim para chefiar a missão de observadores eleitorais na Venezuela no ano passado. Veio a Brasília às vésperas da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados para participar de atos políticas incompatíveis com seu papel de funcionário internacional. Esse, o comunicado do nosso Presidente da CRE, Senador Aloysio.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, poderíamos passar ao item? Porque terei que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Farei a leitura do relatório do Senador Jorge Viana em relação à indicação, é o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) –

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pendente de Relatório.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A palavra é sua, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Presidente.

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado nasceu a 17 de julho de 1955, no Rio de Janeiro. É bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 1977. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1979; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1986; e o Curso de Altos Estudos em 2000, defendendo a tese "A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política".

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1995 e a Ministro de Segunda Classe em 2003. Foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No Itamaraty, foi Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço de 1995 a 1996; Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de 2002 a 2004; Diretor do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais de 2005 a 2011; e Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia de 2011 a 2013.

Desde 1981, integrou e chefiou delegações brasileiras em diversas reuniões multilaterais sobre temas como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, desarmamento e segurança internacional, direito do mar, Antártica, espaço exterior, saúde e trabalho.

Atuou, por muitos anos, como Negociador-Chefe brasileiro em conferências internacionais sobre temas ambientais, especialmente naquelas dedicadas à mudança do clima e à biodiversidade.

Foi peça-chave para o bom resultado alcançado na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2011 (COP 17), em Durban, na África do Sul.

Também foi o responsável pelas negociações da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, e que produziu um documento assinado pelos 188 países que participaram do evento.

Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores de 2013 a 2014.

No exterior, serviu na Missão junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1986 a 1989 e em 2013; na Embaixada em Santiago (Chile) de 1989 a 1992; na Embaixada em Washington de 1996 a 1999; na Embaixada em Ottawa (Canadá) de 1999 a 2002; e na Delegação Permanente junto à Unesco, em Paris, de 2004 a 2005. É o Embaixador do Brasil em Washington desde 2014.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o Ministério de Relações Exteriores elaborou relatório sobre Portugal, do qual destacamos as informações seguintes.

A relação entre Portugal e Brasil começou em 1500, quando o navegador Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, que se tornou a principal colônia portuguesa.

Em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, nosso País foi elevado à condição de Reino Unido e recebeu um grande impulso socioeconômico.

Em 1822, o Brasil tornou-se independente, e nosso primeiro imperador, Dom Pedro I, também foi rei em Portugal, com o nome de Dom Pedro IV, em 1826.

Desde 1825, quando foi assinado o Tratado de Paz e Aliança, em que Portugal reconheceu a independência do Brasil, os dois países celebraram dezenas de acordos bilaterais, entre os quais se destaca a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, de 1971, que mostra o grau de proximidade entre essas nações.

Em 1996, foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, integrada por Portugal, Brasil e vários países lusófonos.

O relacionamento entre Brasil e Portugal passa por momento de fluidez, decorrente do equacionamento de problemas migratórios, do elevado fluxo de visitas bilaterais, bem como da ausência de contenciosos comerciais. O bom momento do relacionamento é marcado também pela crescente cooperação em ciência, tecnologia e inovação, bem como pelo incremento, nos últimos anos, dos investimentos mútuos.

Com relação ao comércio, em 2015, o intercâmbio de Portugal com o Brasil foi de US$1,6 bilhão, com saldo ligeiramente a nosso favor. O Brasil exporta, principalmente, petróleo, soja e laminados de ferro e aço, e importa, sobretudo, azeite de oliva, peças de veículos, frutas e vinhos.

Além disso, cerca de 116 mil brasileiros vivem em Portugal.

Sr. Presidente, eu queria dar um testemunho do trabalho do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado durante a realização da COP 21, em Paris, da qual eu fiz parte como Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. O Embaixador Figueiredo foi peça-chave ao lado da Ministra Izabella Teixeira na negociação que culminou com a celebração do acordo climático, o primeiro acordo climático celebrado por mais de 188 países que o Congresso brasileiro já aprovou na Câmara e que vai ser apreciado, na próxima semana, no Senado Federal. O Brasil se constituiu num dos primeiros grandes países em desenvolvimento a referendar o acordo do clima de Paris.

Portanto, eu quero aqui sublinhar o papel destacado do Embaixador Figueiredo para o alcance do resultado obtido durante a COP 21, em Paris.

Esse é o relatório de autoria do Senador Jorge Viana, cuja leitura eu fiz como Relator *ad hoc*.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Em discussão a matéria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não havendo...

V. Exª quer discutir essa matéria ou não?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria só aduzir que considero o Embaixador Luiz Figueiredo um dos mais qualificados dos quadros da diplomacia brasileira.

E gostaria só de dar um testemunho de um período em que pude conviver, como Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com a sua passagem pela Embaixada em Washington. Portanto, eu quero não apenas endossar aqui as palavras que o Senador Fernando Bezerra Coelho pôde aqui trazer, mas dizer que me somo no sentido de reconhecer o mérito dessa postulação e a contribuição extraordinária que ele haverá de dar nesse novo posto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Monteiro, eu sei que V. Exª quer ler também, mas, por estarmos hoje em um regime, vamos dizer assim, de celeridade, porque os integrantes desta Comissão têm envolvimento tanto com a Comissão do Impeachment quanto com outras Comissões, eu só vou ler as mensagens rapidamente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em seguida, eu lhe passo a palavra para o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Já disponível para votação a apreciação do Senado Federal do nome do Sr. Flávio Helmold Macieira, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 23/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

E também, para apreciação do Senado, o nome do Sr. Antonio Luis Espinola Salgado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 07/07/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

O Relator *ad hoc* é o Senador Cristovam.

Também submeto à apreciação o nome de Norton de Andrade Mello Rapesta, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuaite e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 07/07/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Dito isso, eu quero convidar, desde já, para que venham integrar a nossa Mesa os eminentes Embaixadores: o Embaixador Flávio Helmold Macieira, o Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado e o Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta. (*Pausa.*)

A fim de facilitar o seu deslocamento, porque sei que o senhor tem compromisso também, Senador Armando Monteiro, o nosso item 2 diz respeito ao seu relatório.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

V. Exª tem a palavra, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira é filho de Mauro Vieira e Noêmia Vieira e nasceu em Niterói/RJ, em 15 de fevereiro de 1951; é Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense desde 1973, mesmo ano em que concluiu o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco.

No ano seguinte, ele ingressou na carreira diplomática, como Terceiro-Secretário; ascendeu a Conselheiro em 1987, a Ministro de Segunda Classe em 1993 e a Ministro de Primeira Classe em 1999 – todas as promoções por merecimento. Desde 2014, passou para o Quadro Especial.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal, destacam-se as de Secretário de Modernização Administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, entre 1985 e 1986; Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 1986 a 1987; Secretário Nacional de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), de 1987 a 1989; Subchefe do Departamento Cultural, entre 1989 e 1990; Conselheiro na Embaixada no México, de 1990 a 1992; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral de Política Exterior, entre 1992 e 1993; Introdutor Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado, de 1993 a 1995; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, de 1995 a 1999; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral, de 1999 a 2003; Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2004; Embaixador em Buenos Aires, entre 2004 e 2010; Embaixador em Washington, de 2010 a 2014. Cabe destacar que o ilustre Embaixador exerceu ainda o cargo de Ministro das Relações Exteriores, entre 2015 e 2016, e representa um de nossos mais preparados e respeitados diplomatas, com amplas experiências administrativa e política exemplarmente demonstradas.

Além do *curriculum vitae* do Diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informe sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao Diplomata.

De acordo com a Carta das Nações Unidas, a ONU possui seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. O sistema ONU é formado pelos seis órgãos principais da Organização e seus órgãos subsidiários, os fundos e programas por eles criados, bem como as agências especializadas e outros organismos associados às Nações Unidas.

Chamam-se membros fundadores das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942 ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a referida Carta.

O Brasil é um dos 51 membros fundadores da ONU, e sempre foi membro atuante, desde a formação da organização, tanto em seus órgãos quanto nas agências do sistema ONU. A partir das primeiras sessões regulares da Assembleia Geral, com base em entendimento alcançado à época, firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os países no debate geral que se realiza a cada abertura de sessão, em setembro. Essa prática passou a simbolizar, para a opinião pública brasileira, o vínculo especial entre o Brasil e a ONU, e reflete a imagem positiva de que o País desfruta naquela organização.

O Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O País tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o tratamento equilibrado dos pilares que sustentam as atividades da organização, a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Em 2016, o Brasil passou a ser o sétimo contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, com cota de 3,82%, 30% maior do que a cota que cabia ao País no biênio 2014-2016. O aumento da cota brasileira se deveu ao crescimento econômico experimentado pelo País no período base, ou seja, 2008 a 2013, empregado para o cálculo da escala do triênio, o que leva em conta o Produto Interno Bruto dos Estados membros. A cota do Brasil na escala de contribuições relativas ao orçamento das operações de paz, por sua vez, foi estabelecida em 0,76%.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de, para além daquilo que o relatório prevê em termos mais protocolares, dar um testemunho da excepcional presença do embaixador Mauro Vieira na vida diplomática do País nos últimos anos. Trata-se de uma figura extraordinária, que tem a marca da sobriedade, do espírito público, da forma gregária com que atua nas organizações das quais se integrou, e a forma muito cooperativa, por exemplo, com que tive o privilégio de conviver com S. Exª quando, a um só tempo, ele exercia função de chanceler e eu tive o privilégio de atuar no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Sabe V. Exª que todas as atividades de promoção comercial e de negociações comerciais do Brasil se dão através de um processo de estreita articulação entre o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Quero dar o testemunho de que, nos últimos anos, nós tivemos uma fecunda e frutífera relação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Para tanto, muito concorreu – eu diria que de forma decisiva – a postura invariavelmente correta e cooperativa do nosso ex-Chanceler Mauro Vieira. Portanto, com muita satisfação, e sabendo que essa postulação se reveste de um mérito indiscutível, eu queria dar esse testemunho pessoal e também o testemunho do apreço que tenho à figura do nosso Embaixador Mauro Vieira.

Tendo em vista, finalmente, Sr. Presidente, a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado.

Em discussão o relatório do Senador Armando Monteiro sobre a indicação do Embaixador Mauro Vieira para a representação permanente do Brasil junto às Nações Unidas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Daqui a pouco, teremos aqui o Senador Aloysio, o Presidente desta nossa Comissão.

Vamos aproveitar, desde logo, para ouvirmos os nossos embaixadores aqui presentes, pedindo aos nossos três embaixadores que, se puderem, limitem-se ao tempo de dez minutos, porque estamos hoje em uma circunstância diferente. A maioria dos integrantes desta Comissão está participando da Comissão Especial do Impeachment. De qualquer modo, nós poderemos depois alongar algum questionamento durante a sabatina.

Então, passando às sabatinas, vamos começar pelo Embaixador Flávio Helmold Macieira. Caso aprovado, irá para o Panamá, um país que tem experimentado um crescimento econômico formidável, impulsionado pela ampliação do canal. O diplomata foi embaixador na Nicarágua entre 2008 e 2012 e, atualmente, serve na Noruega.

Ao ler o relatório de gestão do atual Embaixador do Panamá, chamou a atenção a solidez da democracia panamenha. Imaginem os senhores que, desde a redemocratização do país, jamais um partido do governo venceu as eleições presidenciais. Vejam o contraste entre o caso do Panamá e a situação da Venezuela. O Presidente Martín Torrijos integra, juntamente com Leonel Fernández, ex-Presidente da República Dominicana, e o ex-Premiê espanhol José Zapatero, um grupo de líderes que busca promover o diálogo entre o governo e a oposição na Venezuela. Gostaria que, durante a apresentação, o Embaixador Macieira comentasse a posição do Panamá em relação à Venezuela.

Com a palavra, o eminente Embaixador Flávio Macieira.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Com sua licença, Srs. Senadores, Sr. Assessor Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores, meus colegas aqui presentes, uma saudação especial. Senhoras e senhores, bom dia a todos!

Se o senhor me permite, eu gostaria de fazer uma nota pessoal ao iniciarmos, antes de entrar em matéria. É que eu venho a ser filho de um antigo assessor do Senado Federal. Então, além da grande honra que eu tenho em participar dessas reuniões – já é a terceira reunião –, esse exercício tão importante e tão democrático me transporta um pouco a memórias muito importantes e muito tocantes, porque meu pai chegou, inclusive, a secretariar essa própria Comissão.

Então, é algo que me toca muito de perto e é uma emoção que se repete.

Não tenho pretensão de ensinar o Panamá a Senadores da República...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Permita a interrupção, Embaixador Flávio, para passar a Presidência dos trabalhos a quem de direito, o nosso titular, Aloysio Nunes Ferreira.

Segue o nosso Embaixador indicado para o Panamá, Flávio Helmold Macieira.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Por essa razão pessoal, conheço o nível não apenas dos Senadores, mas da assessoria do Senado Federal, o que, na verdade, facilita qualquer entrada em matéria.

Trata-se aqui de responder porque o Panamá é importante para o Brasil. Essa seria a linha que eu adotaria sumariamente, porque temos que correr com o tempo. E a resposta mais evidente é o Canal do Panamá. Mas estamos numa Casa Parlamentar. Então, antes de tocar no Canal do Panamá, vou lembrar do Parlatino, que é um aspecto muito importante, uma instituição muito importante, um tema levado com muita atenção pela Embaixada, com muito carinho, e, desde logo, eu me comprometo a dar seguimento a esse tema prioritário e me dedicar aos assuntos do Parlatino com todo o vigor possível e necessário.

Como o Sr. Presidente relatou no início, o Panamá entrou num ciclo virtuoso, na verdade, de acumulação mesmo de capital em função da recuperação do Canal do Panamá, ocorrida no ano 2000.

Naturalmente, o país já recebia rendimentos pela operação do Canal, mas passou a receber ou a auferir uma quantidade mais importante de recursos em função da operação do Canal. Isso leva a uma espécie de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

acumulação primária contínua, que transforma o país numa potencial praça financeira de nível internacional, mundial. É o que tem acontecido. E não apenas isso, mas permite ao país, primeiro, entrar num programa de desenvolvimento acelerado, com o plano, realmente, de se tornar um país plenamente desenvolvido, que é o sonho de todos nós, países da América Latina.

O Panamá tem uma massa de recursos, e tem aplicado essa massa de recursos na construção da sua infraestrutura, inclusive com a presença de empresas brasileiras que têm realizado trabalhos importantes e variados no país.

Além disso, pela vocação, pela posição geográfica, pela posição estratégica, é um ponto de passagem entre dois oceanos, entre dois hemisférios, norte e sul. É um país que está realmente numa posição ideal do ponto de vista estratégico e sabe usar isso para se transformar num polo de logística; assim tem desenvolvido serviços de seguro, de entrepostagem, de navegação.

É uma potência marítima razoável, porque, inclusive, tem a prática de matricular navios de outros países, já tradicional, com toda a *expertise* do domínio da tecnologia naval, da vocação naval, que é trazida pelo próprio Canal do Panamá.

O Canal do Panamá, então, foi duplicado, como os senhores sabem, e por ele já passava algo como 4% a 6% de todo o tráfego de mercadorias mundial e a expectativa é que isso se torne 10% ao longo dos próximos anos.

Então, a importância do país vai crescer. Já é considerável, vai crescer. O Brasil, como um País importante do sul, estratégico também, tem que voltar as suas atenções, como já tem feito, à possibilidade de ter a nova realidade do Canal do Panamá, a realidade financeira do Panamá como local de investimento, um país que está construindo a sua infraestrutura. Tudo isso será naturalmente analisado como base para uma atuação diplomática.

Entre o Brasil e o Panamá, há um comércio adequado à dimensão do país Panamá, país de quatro milhões de habitantes; mas não é um comércio pequeno e pode ser ampliado.

Eu acho que com a nova Apex, com a redinamização que está ocorrendo no setor de comércio externo brasileiro, temos a possibilidade de voltar à prática de que nossos empresários cheguem aos seus consumidores no exterior, apresentem seus produtos, porque isso talvez tenha, na minha experiência pelo menos de embaixadas, sido menos praticado do que foi nos períodos pioneiros, vamos dizer assim, no início da promoção comercial brasileira. Então, essa é uma prática que, na minha opinião, deve voltar – a organização de missões empresariais – e é algo que pode se multiplicar em todos os países, não apenas no Panamá, mas pode se multiplicar bastante, pode aproveitar muito o nosso potencial exportador, que é gigantesco.

É claro que no Brasil, com o mercado interno que tem, às vezes a questão exportadora não entra muito na cogitação do empresariado, o que é natural, porque o mercado interno é tão grande. No entanto, há um espaço ainda a ser ocupado, e eu acho que esse é outro ponto que o embaixador no Panamá e um embaixador em qualquer país pode praticar.

Então, a relação Brasil-Panamá é tradicional, totalmente cordial e baseada no passado comum, na herança cultural comum, no nosso *ethos* latino-americano, que nos faz, então, partilhar essa cultura comum, essa origem comum.

Enfim, o trabalho de uma embaixada é um trabalho variado, responde a tantos estímulos. Eu sinceramente só tenho uma coisa a prometer, eu não posso prometer competência, porque competência tem que ser julgada de fora, não serei eu que vou dizer nem me submeter a julgamento, mas eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A competência sua já foi comprovada pela sua carreira.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, mas eu posso prometer dedicação e amor ao Brasil.

Então, essa é a nota que eu deixaria.

Os senhores sabem melhor que eu que diplomacia trata da matéria de manter a paz, mas a diplomacia de um País como o Brasil, que quer fazer o seu desenvolvimento, que tem essa luta constante pelo desenvolvimento, é uma diplomacia econômica, é uma diplomacia para construir o desenvolvimento nacional. E, como uma diplomacia para construir o desenvolvimento nacional, eu acho que o Panamá, por essas razões que eu dei, é um local estratégico.

Sr. Presidente, pela recomendação de concisão, eu poderia parar aqui, mas também me deixo à disposição para as nossas perguntas da sabatina.

Agradeço muito a oportunidade.

Como eu disse, é uma grande honra estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora o Embaixador Antonio Salgado, que foi indicado para ser o nosso Embaixador junto à Federação Russa e cumulativamente à República do Uzbequistão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Embaixador Salgado já foi nosso representante, nosso Embaixador em Teerã e está à frente da nossa representação em Ancara, na Turquia. A sua passagem por esses dois países seguramente lhe proporcionou uma visão, uma perspectiva muito interessante e bem informada a respeito do conflito sírio, do papel da Rússia nesse conflito. Embora ele esteja indo para a Rússia, eu acho que seria interessante também uma palavra dele a respeito do que está acontecendo na Turquia.

Então, vamos ouvir agora o Embaixador Antonio Salgado, que vai para Moscou.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

É para mim uma grande honra retornar a esta Comissão, desta vez para o exame por V. Exªs de minha indicação para Embaixador na Federação Russa e no Uzbequistão.

Sr. Presidente, o tempo eu sei que é de dez minutos, mas eu pediria talvez uma toleranciazinha, porque a Rússia é um país de grande complexidade e ainda há o Uzbequistão, sobre o qual eu pretendo falar algumas palavras, mas eu procurarei reduzir.

Sr. Presidente, a Rússia, como V. Exªs se recordarão, surgiu, na sua configuração atual, com a dissolução da União Soviética no final de 1991. A primeira década de sua existência, na maior parte sob o governo de Boris Iéltsin, foi marcada por imensas dificuldades, associadas à transição de uma economia planificada para uma economia de mercado. A liberação dos preços, o corte de subsídios, as privatizações da maneira como foram feitas levaram a uma queda contínua do PIB e a um aumento da inflação, do endividamento, do desemprego, da pobreza e da desigualdade. Esse quadro contribuiu para a crise constitucional de 1993 e para a crise financeira mais adiante, em 1998.

Paralelamente, estimulou movimentos separatistas, a exemplo dos que estiveram na raiz da primeira guerra da Chechênia, de 94 a 96.

Na década e meia seguinte, que coincide com os governos de Putin e Medvedev, porém, o país se estabiliza e recupera o crescimento, colhendo os frutos obtidos a um alto custo das reformas introduzidas no período anterior e de medidas destinadas a corrigir os desequilíbrios que provocou, assim como beneficiando-se, até junho de 2014, dos altos preços do barril de petróleo.

De 2000 a 2008, o PIB russo cresceu, em média, cerca de 7% ao ano. Podemos dizer que a qualidade de vida da população russa hoje é superior à da época da União Soviética.

Apesar de não dispor da mesma influência e do mesmo poder que a União Soviética, sua antecessora no sistema internacional, a Rússia continua a ser um dos atores mais relevantes no âmbito global. É uma potência militar – a única superpotência além dos Estados Unidos – energética e agrícola e ocupa posição de destaque na produção de ciência, tecnologia e inovação, em especial no setor aeroespacial, de energia nuclear e de defesa.

Caso venha a ser confirmado por V. Exªs e pelo Plenário desta Casa, pretendo dar continuidade às iniciativas em curso e explorar novas oportunidades de ampliação do comércio e dos investimentos entre Brasil e Rússia, assim como da cooperação em diversas áreas, em particular, energia, ciência, tecnologia e inovação.

Falarei, agora, brevemente, sobre política interna russa, política externa, economia e relações bilaterais.

Política interna.

A Rússia vem sendo governada, desde o ano 2000, direta ou indiretamente, por Vladimir Putin.

Putin exerceu a presidência por dois mandatos sucessivos, de 2000 a 2008. Foi Primeiro Ministro de 2008 a 2012, quando a presidência passou a Dmitry Medvedev, seu colaborador próximo. Foi novamente eleito presidente em 2012, com cerca de 64% dos votos, para um mandato de seis anos, porque a Constituição havia sido mudada nesse ínterim. O segundo colocado, Gennady Zyuganov, só para os senhores terem uma ideia, do Partido Comunista, que é a segunda força política na Rússia, obteve 17%.

Putin é, sem dúvida, o homem forte da política russa. Conta com a aprovação de mais de 80% da população, o que se explica, fundamentalmente, pela estabilização econômica obtida nos últimos anos e pela reafirmação do papel da Rússia no plano internacional, o que elevou o moral de sua população, abalada nos primeiros e turbulentos anos que se seguiram à desintegração da União Soviética.

Cabe notar que a anexação da Crimeia, em 2014, foi amplamente apoiada pela população russa, inclusive por opositores políticos de Putin, como o ex-presidente Mikhail Gorbachev.

Em 2012, houve protestos em muitas cidades russas contra alegadas fraudes nas eleições parlamentares de 2011 e contra o que muitos consideram como propensão autoritária de Putin. Entretanto, apesar de expressivos, esses protestos foram essencialmente urbanos, restritos às classes médias, não conseguindo estender-se para as áreas rurais e para segmentos mais amplos da população.

A popularidade de Putin, porém, vem caindo ligeiramente em razão sobretudo do impacto negativo na economia da queda do preço do petróleo e das sanções decretadas pela União Europeia e pelos Estados Unidos no contexto da crise ucraniana. Mas, mesmo assim, essa popularidade ainda permanece alta. Sondagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do Centro Levada, um reputado *think tank* russo, indicou que o índice de aprovação de Putin registrava 81% em junho de 2016 contra 89% um ano antes.

Em outubro próximo, deverão realizar seleções para o Parlamento, a Duma de Estado, e os prognósticos indicam que o Rússia Unida, partido de Putin, obterá maioria confortável.

Com relação à política externa, desde a posse de Vladimir Putin como presidente em 2000, a política tem sido marcada pelo esforço de restabelecer o prestígio internacional do país e assegurar seu *status* de grande potência, abalados durante a década anterior.

Em um primeiro momento, a Rússia nutriu esperanças de manter uma relação com os Estados Unidos baseada no diálogo de igual para igual entre duas superpotências. O combate ao terrorismo ajudou nesse propósito. Putin foi o primeiro mandatário a solidarizar-se com o Presidente Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001, e a Rússia ajudou a coalizão liderada pelos Estados Unidos contra os talibãs mediante a mobilização de países da Ásia Central, ex-integrante da União Soviética, para a causa antiterrorista.

Aos poucos, esse esboço de cooperação foi dando lugar a um clima de crescente desconfiança mútua. Para tanto, influíram certas ações do governo norte-americano reveladoras de uma propensão ao unilateralismo – estou falando aqui da perspectiva russa, evidentemente –: a invasão do Iraque, os planos de Bush de instalar escudos antimísseis na Europa Central, o apoio às chamadas revoluções coloridas e o estímulo à expansão da Otan para o leste, cuja última leva incluiu os três países bálticos que foram determinantes nessa evolução.

Sobre o tema da expansão da Otan para o Leste Europeu, anteriormente área de influência da União Soviética, cabe observar que, segundo a narrativa russa, após o fim da Guerra Fria, haviam-se criado condições para o estabelecimento de uma arquitetura de segurança baseada nos princípios da igualdade e da indivisibilidade. A Rússia fez propostas nesse sentido e procurou estimular a noção originalmente cunhada por Gorbachev de uma casa comum europeia. Entretanto, os países ocidentais, na visão russa, teriam optado por continuar a pensar em termos de blocos militares e acabaram fomentando a expansão da Otan para o leste, contrariamente a garantias de que não o fariam, como denunciado por Putin em seu famoso discurso de 2007, na Conferência de Segurança de Munique.

Esses desdobramentos provocaram um sentimento de cerco na Rússia, que levaram o país a assumir uma postura mais assertiva de denúncia do unilateralismo e de sua posição especial no seu exterior próximo. Essa postura ajuda a explicar, ainda que sem necessariamente justificar, muitas das ações recentes do país...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – ... como o apoio aos rebeldes separatistas na Ucrânia e a invasão e anexação da Crimeia ou, ainda, a guerra contra a Geórgia, que resultou na secessão da região da Abecásia e da Ossétia do Sul do território georgiano.

Eu vou tentar resumir para acelerar os trabalhos.

Para contrabalançar essa sensação de cerco e de pressão dos países ocidentais, a Rússia tem procurado estimular iniciativas que reforcem o multilateralismo. No plano internacional, além de integrar a Comunidade de Estados Independentes (CEI), participa, entre outros foros, da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), além da União Euroasiática e da União Econômica Euroasiática.

No plano internacional mais abrangente, a Rússia tem procurado promover iniciativas que reforcem o multilateralismo e concertar-se com potências emergentes, com vistas a reduzir o peso dos Estados Unidos e do ocidente no processo decisório multilateral e na economia mundial. Nesse contexto, deve-se mencionar como especialmente relevante sua participação no G20 e no BRICS.

Sobre a economia, a Rússia conseguiu, sob o Presidente Putin, recuperar-se em boa medida da deterioração econômica dos anos 90. Putin, inicialmente, adotou políticas pró-mercado, privatizações, redução e simplificação de impostos, reformas trabalhistas, etc. A partir do seu segundo mandato, entretanto, reorientou a política econômica no sentido do fortalecimento do controle do Estado sobre a economia. Em consequência, assistiu-se, entre outros passos, à renacionalização de empresas, ao aumento da participação do Estado nas empresas e à promoção de campeões nacionais. Particularmente encorajado tem sido o setor energético, sobretudo o de hidrocarbonetos, o que propiciou expressiva renda para o País no período em que os preços das *commodities* energéticas se mantiveram altos.

Atualmente, a economia russa sofre as consequências da queda do preço do petróleo e das sanções decretadas pela União Europeia e pelos Estados Unidos em função da crise ucraniana. Em 2015, o PIB registrou crescimento negativo de quase menos 4%. Em 2016, estima-se que poderá ficar entre 1% e 2% negativos. Preços mais altos das *commodities* em 2017 deverão levar à recuperação do consumo e do investimento e o PIB deverá crescer 0,8%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A inflação alta e a queda acentuada das receitas governamentais – a taxação dos hidrocarbonetos responde por 50% dessas receitas –, em razão da situação acima descrita, tem pressionado as contas públicas. O déficit fiscal para 2016 deverá ficar em 3% do PIB, pressupondo-se o preço médio do barril de petróleo a US$50 em 2016.

Eu vou passar para as relações Brasil e Rússia e depois posso responder às perguntas que os senhores quiserem.

As relações entre Brasil e Rússia remontam a 1828, mas só ganharam impulso nas últimas décadas. Em 1988, o Presidente Sarney visitou a União Soviética; em 2002, o Presidente Fernando Henrique fez visita oficial à Rússia, foi a primeira visita de um presidente brasileiro à Rússia, a convite do Presidente Putin, e nessa visita do Presidente Fernando Henrique, houve a decisão de elevar as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.

Seguiram-se outras visitas, Presidente Lula, Presidente Dilma. O Presidente Putin também esteve no Brasil duas vezes e têm se encontrado também nas cúpulas dos BRICS à margem de outras reuniões internacionais. Também estiveram recentemente na Rússia o Presidente do Senado Federal, o Senador Renan Calheiros, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski.

O relacionamento parlamentar tem sido cultivado no âmbito bilateral e do BRICS. Num período mais recente, o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Rússia realizou missões à Rússia em abril de 2014 e em abril de 2015, esta última com a presença do Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana, e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Primeiro Fórum Parlamentar do BRICS ocorreu em 8 de junho de 2015.

As relações bilaterais são bem estruturadas, achando-se em vigor múltiplos acordos e diversos mecanismos voltados para o seu desenvolvimento, como o CAN (Comissão de Alto Nível) e a CIC (Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia). Há também mecanismo de consultas políticas em nível de vice-ministros.

Quanto ao comércio a Rússia é o 17º parceiro comercial do Brasil. O comércio bilateral tradicionalmente superavitário para o Brasil atingiu US$6,76 bilhões em 2014, caindo, porém, para US$4,6 bilhões em 2015. As causas para o declínio foram a queda na exportação de carnes brasileiras, a desvalorização do real e do rublo e o contexto recessivo as duas economias. O Brasil exporta sobretudo carnes – 65% das exportações –, soja, tabaco, açúcar e café e importa fertilizantes, que compõem 57,3% da pauta de exportações russas.

Cabe notar, no que tange às exportações de carnes brasileiras, que fomos capazes, nos últimos anos, de resolver as dificuldades ligadas às normas sanitárias russas. Hoje, 144 estabelecimentos brasileiros estão habilitados a exportar carnes e rações para o mercado russo. Em dezembro de 2013, eram apenas 60.

O objetivo dos dois países proposto na visita de Putin de 2004 é fazer o comércio bilateral atingir o patamar de US$ 10 bilhões numa primeira fase. Diversificar a pauta constituiu um grande desafio, assim como aumentar a participação de bens de maior valor agregado. Com base no cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e a importadora da Rússia em 2015 foram identificados os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado russo: automóveis e autopeças, óxidos de alumínio, pneus, soja em grãos, fumo não manufaturado, torneiras para canalizações, medicamentos, carnes bovinas, preparações alimentícias diversas, minérios de ferro. Outros itens também com potencial incluiriam equipamentos e máquinas agrícolas. As empresas brasileiras estão presentes na Rússia como JBS, Minerva, Embraer.

Quanto a investimentos há interesse do Brasil que grandes empresas russas participem em setores chave para o nosso desenvolvimento e os russos têm demonstrado interesse em participar de grandes projetos no Brasil em áreas como energia, usos pacíficos da energia nuclear, agricultura, infraestrutura.

O interesse russo em participar do agora...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Peço silencio absoluto a todos aqueles que acompanham os nossos trabalhos.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Posso continuar por mais uns cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – O interesse russo em participar do agora extinto Programa de Investimentos em Logísticas (PIL) no quadriênio 2015/2018 deve continuar com relação ao atual Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

Há o interesse da RZD que é uma grande empresa russa da área de construção de ferrovias em participar da expansão e renovação da malha ferroviária brasileira em parceria com a Progen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Investimentos bilaterais poderão também ser viabilizados no âmbito do BRICS, mediante a utilização do novo banco de desenvolvimento, o Banco dos BRICS.

Quanto à energia a Rosneft e a Gazprom mantém interesse em investir no setor energético brasileiro. A Rosneft detém 21 licenças de exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Solimões e já investiu mais de um bilhão no Brasil.

No momento estuda, com a parte brasileira, a possibilidade da chamada monetização dessa exploração, o que poderia incluir a utilização do gasoduto da Petrobras, que vai até Manaus. Mas é uma coisa meio complicada, porque teríamos que construir uma conexão para esse gasoduto.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Ciência e tecnologia também é uma área muito promissora, sobretudo nas áreas nuclear e aeroespacial. Há interesse do Brasil, sobretudo na formação de recursos humanos e na transferência de tecnologia.

Em novembro de 2014, missão da Rosatom esteve no Brasil, quando visitou a Nuclep e outras companhias e entidades da área nuclear.

No setor aeroespacial, as prioridades para o Brasil são, entre outras, a expansão do Glonass, que é um sistema de navegação por satélite, concorrente do GPS, que já resultou em instalações em Brasília, Recife e Santa Maria; a participação na missão Aster, que é o envio de sonda espacial a um asteroide, entre outros projetos.

Cooperação em defesa também constitui um campo promissor. O interesse brasileiro é desenvolver a cooperação bilateral técnico-militar, com base na transferência de tecnologias. Além da primeira iniciativa de compra de dois helicópteros, agora se negocia a aquisição do sistema antiaéreo Pantsir S1.

E agora só sobrou o Uzbequistão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – É.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Desculpe abusar da paciência de V. Exª e do auditório.

O Uzbequistão é um país da Ásia Central. O Presidente Karimov esteve no Brasil em 2009. O comércio é muito reduzido, é superavitário para o Brasil e consiste basicamente em compra e venda de produtos primários. Nós temos três acordos assinados. Temos uma moldura já que permite o aumento da cooperação com o Uzbequistão, e eu espero, caso seja aprovado por V. Exªs, atuar para desenvolver esse relacionamento, que ainda é muito incipiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Eu queria esclarecer, especialmente aos nossos sabatinados, que nós estamos tentando dar vazão a uma série de sabatinas e indicações e acelerando o processo, em razão da peculiaridade deste segundo semestre, em que nós temos uma série de eventos que acabam por concorrer com a nossa pauta. Por isso é que infelizmente temos que fazer sabatinas com um número maior de sabatinados, não nos permitindo dar a atenção que cada um dos senhores merece. Mas, enfim, é uma circunstância excepcional que estamos vivendo.

Quero dizer que já conseguimos o quórum, apesar da concorrência com a Comissão aí ao lado, que é a Comissão do Impeachment, já temos o quórum. E espero que a gente possa prosseguir agora com as perguntas e os debates, com o esclarecimento das questões relativas às próximas missões de que os senhores se desincumbirão.

Vamos ouvir agora...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, Senador Aloysio, eu gostaria de propor que o nosso nobre Embaixador Antônio Salgado tivesse de 3 a 5 minutos para falar sobre Ancara, porque o senhor falou no início, e ele não teve tempo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, se fosse possível, já terminaria esse assunto, porque é fundamental para nós todos saber sobre essa questão da Turquia, e eu acho que ninguém mais preparado do que ele para nos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Bom, a reunião é pública, então eu não poderei também me alongar sobre todos os aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Turquia está atravessando um período muito delicado, não somente pelo assédio de grupos terroristas em função do envolvimento da Turquia considerável no conflito sírio. Eles lutam basicamente contra dois grupos, os jihadistas do Estado Islâmico e a Guerrilha Separatista Curda, que já vem atuando há mais de 40 anos na Turquia.

Recentemente, os problemas da Turquia foram agravados pela tentativa de golpe de Estado em 15 de julho último, a qual vivenciei. Estava lá presente. E no momento se procede a uma depuração, como eles chamam, das instituições governamentais, dos quadros e dos membros ou associados do Movimento Gulenista, que é aquele movimento chefiado pelo clérigo muçulmano exilado nos Estados Unidos Fethullah Gulen, que tem uma presença também importante no Brasil. Em São Paulo eles têm uma escola, têm o Centro Cultural Brasil Turquia.

Eles não deixaram de nos ajudar em vários momentos. Na visita presidencial da Presidente Dilma, por exemplo, uma entidade patronal, empresarial deles, a Tuskon, ajudou muito na organização de mesas redondas, de seminários. Enfim, nós temos uma relação boa ou correta com eles.

Mas a verdade é que, na percepção do Governo turco, é um grupo que se infiltrou no aparelho do Estado, sobretudo no Judiciário, na Polícia e no sistema educacional com objetivos próprios, que não são coincidentes com o Estado turco.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ou pelo menos do Governo.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Ou pelo menos do Governo. Mas eu tenho de adicionar um comentário aqui. A hostilidade que é votada pelo Governo turco com relação ao Movimento Gulenista é acompanhada também da hostilidade dos outros partidos todos. Eles não têm muitos amigos no âmbito político. Eles se posicionaram contra o diálogo com os curdos, porque eles são firmemente, digamos, acoplados à ideia de unidade territorial da Turquia, nesse ponto coincidindo com os secularistas também. Enfim, é um grupo que não conta com a simpatia da classe política.

Outra coisa também que convém lembrar aqui é que eles participaram, os promotores e juízes afiliados a esse movimento, de processos contra militares de gerações anteriores com o intuito de afastar os militares definitivamente da política. Bom, até aí, tudo bem. Mas verificou-se muito depois que esses processos foram baseados em provas forjadas, com muitas, muitas lacunas, muitas deficiências jurídicas. Então, é um movimento complexo. Mas eu não queria me alongar. Não cabe a mim ficar comentando.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu compreendo.

Muito bem.

Nós vamos ouvir agora o Embaixador Norton de Andrade Rapesta, que atualmente é nosso representante... O senhor está à frente da nossa Embaixada em Luanda?

Exatamente. E foi designado para o Kuwait e Bahrein, cumulativamente.

O Embaixador também serviu na Finlândia. É um grande conhecedor de promoção comercial, cuidou desse aspecto no Itamaraty.

E vamos ouvi-lo agora para sua exposição inicial, em que terá 10 minutos.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Muito bom dia.

Muito obrigado, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes.

Srªs e Srs. Senadores, é um prazer e uma honra mais uma vez participar deste importante debate sobre política externa.

A minha apresentação será dividida em duas partes. Procurarei ser breve, porque V. Exªs conhecem bem o Kwait e o Bahrein.

Destaco alguns pontos de interesse maior: o Kuwait detém uma das maiores reservas de petróleo do mundo e a quarta maior renda *per capita*.

É um Emirado constitucional, com o primeiro-ministro escolhido pelo Emir, que forma o governo. Foi o primeiro país da região a ter uma Constituição e um parlamento unicameral, em 1962, quando obteve a independência, pois era um protetorado do Reino Unido.

O parlamento tem 50 membros com mandato de quatro anos e mais quinze parlamentares indicados pelo Emir.

Possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano dentre os países árabes desde 1970. É um país muito cosmopolita. Tem um importante comércio exterior, baseado, obviamente, no petróleo.

Entre os principais encontram-se a Arábia Saudita, Emirados Árabes, China. O Brasil é o 15º destino das exportações deles.

Falando sobre as relações bilaterais, o nosso comércio é deficitário desde 2011, com o incremento de compras de petróleo, constatando uma paralela queda sistemática do valor das nossas exportações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Kuwait é o terceiro principal parceiro do Brasil na região depois da Arábia Saudita, Emirados Árabes, entre 2000 e 2015.

Temos uma corrente de comércio que baixou para algo em torno de 650 milhões no ano passado, com saldo negativo para a gente de quase US$200 milhões.

O Brasil exporta basicamente, Senadora Kátia Abreu, ex-Ministra, e o Senador Armando Monteiro, alimentos de carnes de boi e de frango halal.

Para termos uma ideia, sete produtos exportados pelo Brasil respondem por 90% das exportações brasileiras. Isso é uma concentração de pauta muito grande, que, caso venha ser... (*Fora do microfone.*)

... carnes. Basicamente 79% de carnes de frango e boi. A exportação de cereais responde por 6%.

E nós importamos basicamente combustíveis de lá.

Não há conhecimento de nenhum investimento brasileiro no Kuwait, mas temos investimento kuwaitiano aqui, em torno de US$1 bilhão, direto no Arab Banking Corporation, que é 30% do Fundo Soberano.

Esse Fundo Soberano poderia ser de interesse para a gente, para investimentos no Brasil, porque eles têm taxas de juros muito interessantes, e o Kuwait diversifica seus investimentos, evitando controlar as empresas e, assim, diminuindo o risco.

Caso venha a ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, procurarei desenvolver temas tais como: acordo para facilitação de vistos, assim suprimindo burocracias, acordo de facilitação de investimentos, no momento em que eles têm e querem diversificar, e ver também a possibilidade de empréstimos com taxas interessantes.

Eu acho que no momento as visitas foram poucas, de parte a parte; seria o momento de tentarmos criar uma agenda bilateral, com visitas de alto nível.

A esse propósito, Senador Aloysio Nunes, lembro que, no ano passado, houve uma delegação de Deputados kuwaitianos que estiveram com V. Exª, foram recebidos por V. Exª e ficaram muito honrados com isso, e transmitiram o convite para que o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, visite o Kuwait. Então eu gostaria de aqui reforçar esse convite e dizer que terei muito prazer em receber o Presidente do Senado, V. Exª também e outros Senadores que queiram e possam visitar o país.

Eu acho importante esse contato parlamentar de um mundo que não é tão distante do nosso, dadas as nossas origens, muitas origens árabes, palestinas e do Golfo. Temos muitas similaridades.

Importante também, Senador Aloysio Nunes, seria contar com o apoio de V. Exªs para aprovação de diversos acordos; são pelo menos cinco acordos que estão em tramitação no Parlamento há alguns anos. Isso seria importante para podermos dar um novo impulso nas nossas relações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só queria esclarecer, se V. Exª me permite, que não estão aqui no Senado.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Não, não, mas quando chegar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso fica parado na Câmara, que demora um tempo infindável. Aqui, no Senado, a tramitação é bastante célere; nós, penso eu, não estamos ainda com nenhum assunto pendente aqui.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Chegando aqui, a coisa anda rápido. O problema é na Câmara; é muito complicado. E, depois da Câmara, novamente no Poder Executivo. É uma coisa absolutamente irracional; duas rodadas de consultas no Poder Executivo, depois fica na Casa Civil não sei quanto tempo. De modo que aqui, no Senado, nossa Comissão trabalha celeremente e, quando sai daqui, vai para o plenário geralmente no mesmo dia.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Isso eu sei. Com certeza, Senador, foi bom o senhor remarcar. Em nenhum momento, pensei em fazer cobrança como opção aqui. É um pedido...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Como a reunião está sendo transmitida pela televisão, é bom esclarecer como é que as coisas funcionam aqui.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Nós sabemos, o Itamaraty sabe que daqui, da Comissão de Relações Exteriores, e do Senado, temos sempre um grande apoio para agilizar... A intenção é pedir que se mantenha isso.

Finalmente, dos pontos que pretendo desenvolver naquele país, estão: o estreitamento do diálogo político, porque o Kuwait tem uma localização estratégica, como podemos ver aí no mapa, entre a Arábia Saudita e o Iraque, que o invadiu nos anos 90; ampliar a pauta de exportações para o Kuwait, tentando reduzir também, em paralelo, o déficit da balança comercial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Acho que há muitos produtos que a gente poderia tentar exportar. Também temos... O Kuwait pode servir de plataforma para exportação de outros países. Procurarei divulgar a cultura brasileira, que é muito benquista na região, e apresentar as vantagens competitivas do Brasil como destino de investimentos e de turismo.

Eu encerraria aqui, se me permite, Sr. Senador, e passaria para o Bahrein, pequeno arquipélago, que está mais embaixo. Ali, podemos ver Manama no mapa. Um pequeno arquipélago com 35 ilhas e apenas três habitadas, independente desde 1971, com um importante PIB de 33 bilhões, e é o maior... Apesar de ter sido o primeiro a encontrar petróleo na região, não é um dos grandes produtores, mas é o maior centro financeiro regional. É uma monarquia constitucional, com um Legislativo bicameral, uma Câmara Baixa com 40 membros eleitos e uma Câmara Alta com 40 outros membros.

(Soa a campainha.)

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Nós estabelecemos relações em 1980. O Brasil é o 12º destino das exportações do Bahrein, com apenas US$73 milhões, e nós exportamos 309 milhões. É um comércio também muito concentrado em alimentos. De dez produtos que nós exportamos, grupos de produtos, respondem por 98% das nossas exportações. Não temos nenhum acordo bilateral, e também, caso venha a ser aprovado por esta Comissão, pretendo procurar intensificar as relações.

Eu queria destacar que, em abril de 2014, o Senador Cristovam Buarque participou como membro do júri do *Award for Service to Humanity*. Então, espero contar com a visita de V. Exª novamente, se possível.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Espero já ter chegado lá, se aprovado meu nome, para receber V. Exª.

Enfim, eu me permitiria, então, encerrar por aqui deixando, quem sabe, espaço para o debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Vamos ouvir agora os Senadores que já estão inscritos.

O primeiro inscrito é o Senador Lasier Martins. Depois, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma pergunta que me despertou muita curiosidade ao nosso Embaixador Flávio Macieira, que vai para o Panamá. Aliás, tenho o prazer de reencontrá-lo depois de 20 anos, quando nos encontramos numa missão de empresários do Rio Grande do Sul que foi à Irlanda saber por que a Irlanda se desenvolvia tanto na época. S. Exª esteve na nossa comitiva como diplomata brasileiro na Irlanda quando visitamos a cidade tecnológica de Ennis. É um prazer, então, reencontrá-lo.

Embaixador Flávio, V. Exª relembrou aí a importância que tem o Canal do Panamá, para onde está indo, um canal que arrecadou, nos últimos dez anos, US$1 bilhão. Só que, agora, a China está financiando a Nicarágua para fazer um outro canal. Portanto, parece que vai ser um concorrente. Vai retirar o trânsito comercial em parte do Canal do Panamá. A interpretação que se pode fazer é de que a China quer concorrer, porque o Canal do Panamá serve muito aos interesses, à economia dos Estados Unidos. Como a parceria transpacífica favorece mais aos Estados Unidos, agora, com o BRICS, favoreceria mais China e Índia.

A seu juízo, que impacto isso pode causar nessas relações comerciais? Quem sabe, lá, uma guerra fria entre China e Estados Unidos em razão de um segundo canal que vai ser construído e que vai diminuir o comércio pelo Canal do Panamá? Se possível, fazer uma observação, nos limites costumeiros, os embaixadores não gostam muito de comentar essas questões de cunho mais político. Então, é uma pergunta que eu gostaria de lhe deixar.

Ao nosso Embaixador que está indo para a Rússia, eu gostaria de fazer uma pergunta. Temos lido notícias a respeito do grande parque tecnológico que está em construção na Rússia, chamado Skolkovo. Pelo que dizem as pesquisas, é uma área de 400 hectares, e, nesse complexo, que vai ficar pronto em 2020, funcionará uma verdadeira cidade tecnológica, com universidade, laboratórios, incubadoras, *startups,* conjuntos habitacionais, e lá deverão morar 25 mil pessoas e trabalharão em torno de 30 mil pessoas.

Como aqui no Brasil, Embaixador, estamos engatinhando nessa área da pesquisa tecnológica e, aqui no Senado, temos uma comissão que se tem empenhado muito nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidida por V. Exª muito bem, aliás.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... com a prestimosa participação de V. Exª e de vários companheiros, como o Senador Hélio José e o Senador Cristovam, que foi Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Inclusive, sabemos que haverá um grande evento, agora, no mês de setembro, exatamente na Rússia, e a nossa Comissão deverá mandar um representante, Senador Aloysio, que vai fazer observações.

Então, Embaixador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Embaixador Salgado...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... Salgado, haverá possibilidade... Assim como parece que V. Exª mandará informações para São José dos Campos, eventualmente, poderá mandar informações a nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia, para que também tenhamos aí um impulso para o maior incentivo ao desenvolvimento das experiências tecnológicas e científicas?

No Brasil, estamos precisando popularizar a ciência e tecnologia em favor de um maior desenvolvimento. E V. Exª vai conviver em um país que está agora dando uma atenção extraordinária a isso, com esse Parque Tecnológico Skolkovo. Então, esse era o meu pedido a V. Exª.

Com relação ao Embaixador Norton, que está indo para o Kuwait.. Nós, brasileiros, se não me engano, somos, se não o primeiro, um dos três primeiros exportadores de frango do mundo – parece-me que o Brasil é até o primeiro. E o Rio Grande do Sul é um dos integrantes desse trio; Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina são os grandes exportadores de frango, principalmente para o Oriente Médio.

Então, o meu pedido é mais no sentido de, considerando que estamos vivendo em um Estado, o Rio Grande do Sul, que vive uma dolorosa crise econômico-financeira, na medida do possível, incentivar e incrementar ainda mais a comercialização dos frangos, da carne de frango do Rio Grande do Sul para o Kuwait.

São as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Agora passo a palavra, para sua intervenção, ao Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em primeiro lugar eu queria fazer uma pergunta ao Embaixador Flávio Macieira sobre se há informações claras, não politizadas, das vantagens para o Brasil dos investimentos que o BNDES fez no próprio Panamá em obra de infraestrutura. Quais foram as vantagens para o Brasil?

Eu faço essa pergunta com uma neutralidade absoluta. Eu não sou dos que têm preconceito contra o Brasil investir fora, desde que crie emprego aqui dentro no momento de investir, desde que aumente a relação diplomática entre os países. Eu gostaria de uma avaliação que já possa ser feita...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Financiamentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O financiamento do BNDES. Eu citei o BNDES, mas a palavra exata é financiamento.

Segundo, em relação à Turquia, eu acho que isso merecia ter um debate grande. Às vezes, eu me pergunto se a nossa ideia de abrir o debate não traz desvantagens, se abrir ao público não traz desvantagens.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A qualquer momento podemos transformar em sessão secreta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pode, não é?

Eu creio que, pela importância da Turquia no mundo inteiro, com uma posição estratégica, tamanho, potencialidade, um País que tem um projeto de nação – já há décadas que a gente perde, apesar de ter tido quatro golpes nas últimas décadas, se não me engano –, merece um fortalecimento ao máximo da relação do Brasil. E aí vem o problema da democracia.

Da mesma maneira que o Embaixador Norton falou que tem conhecimento de minha relação com esse prêmio criado no Bahrein, eu tenho tido a oportunidade de visitar a Turquia, indo a universidades e escolas. Isso foi promovido pelo Movimento Hizmet, que é fruto de uma inspiração – eu não diria organização, mas posso estar errado, daí a minha pergunta – do Fethullah Gülen, de quem eu li diversos trabalhos. Ele é um intelectual, um filósofo e também líder religioso islâmico, com uma visão aberta ao diálogo, o qual ele tem promovido, e ganhou até prêmios internacionais.

Pelo que vi, esse movimento é uma coisa que nem fica muito clara para nós, que estamos acostumados com certa hierarquia, certa organização. A sensação que tenho é como se as pessoas fizessem parte de uma filosofia que diz: o principal papel de um muçulmano é servir à comunidade. Eu visitei universidades que pessoas riquíssimas mantêm, constroem os prédios, pagam professores. São privadas, claro, sem fins lucrativos. As escolas, inclusive essa de São Paulo, não dão lucro. Sem o subsídio que esse movimento traz, ele não seguirá, não continuará. E o Erdogan está tentando fechar essas escolas em todas as partes. A sensação que tenho é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que é um movimento sem hierarquia, sem organização. Por exemplo, como o senhor falou, a ideia de juízas de que tenham infiltrados, a sensação é como se a gente dissesse que os católicos estão infiltrados. E talvez até fosse mais lógico falar católico infiltrado, porque há o Bispo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Há Bispo, Papa, tudo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Lá, que eu saiba, há um guru, digamos assim, um guru, um líder religioso, que, inclusive, está há 20 anos fora do país, um homem de 76 anos, aparentemente com saúde frágil, que está sendo tratado permanentemente nos Estados Unidos.

Então, eu gostaria de saber mais essas informações, até que ponto a gente pode achar que, de fato, por trás da tentativa de golpe, houve a interferência organizada. Ou se um militar simpatizante ou outro tentou fazer isso, ou, se não é o pior – que, de outra forma, eu temo que esteja sendo feito aqui –, que é criar a narrativa de golpe, porque não houve a tentativa. Eu temo isto: que haja uma narrativa de golpe para justificar outras coisas. Aqui não é para justificar, digamos, tomar medidas, porque haveria *impeachment*, mas desmoraliza muita gente ser chamado de golpista por participar de um processo parlamentar. Não é tão duro como o Erdogan, que já prendeu mais de, se não me engano, 15 ou 20 mil, que está tomando o poder, mas também é uma espécie de golpe do golpe.

Finalmente, eu queria perguntar – mas aí já passou – sobre a Rússia, se as declarações do Ministro Serra criaram algum problema e constrangimento nas relações com os demais países, porque a impressão que a gente deu é de que ele levantou suspeitas sobre o papel dos BRICS, como do Mercosul também.

Quanto ao Bahrein, não é uma pergunta, mas uma afirmação que vai contra o Embaixador. É porque acho – e aqui falo para o Ministério – que já está em tempo de haver uma embaixada no Bahrein. O Bahrein é um país que está pronto para abrir... Aliás, chegou a abrir a embaixada aqui. Eu cheguei a conversar com um encarregado de negócios. Não era embaixador exatamente. Estão prontos. E, cada vez que vou lá, Senador Aloysio, porque o rei do Bahrein criou um prêmio, que vale a pena dizer que corresponde a US$1 milhão, para quem tenha dado uma grande contribuição à humanidade, mas contribuição real, não científica, como o Prêmio Nobel – real, como a Zilda Arns fazia. Ela teria sido uma grande candidata brasileira – US$1 milhão. E faço parte do grupo de cinco juízes que escolhem esse prêmio. Eu fiz parte do prêmio da outra vez e agora estou novamente na seleção dessa pessoa que vai receber US$1 milhão e uma placa de prata, muito parecida com a que o Fernando Morais está querendo devolver para nós, só que com um valor muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Fernando está querendo devolver o quê?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O Fernando Morais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim. Ele está querendo devolver o quê?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um prêmio que ele recebeu aqui quando eu era governador. Um prêmio pelo maravilhoso livro dele que é *Chatô.* Merecidíssimo aquele prêmio, mas ele decidiu que, mesmo 20 anos depois – e botou na mensagem dele – não quer guardar uma placa que veio pelas mãos de um golpista.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não diga! Que coisa!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um milhão de dólares é diferente, porque lá eram só dez mil dólares também. Era uma placa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – ...ele fazer esse juízo um pouco mais tarde. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pois bem, então, defendo, Embaixador, mas aí vai contra o senhor estar acumulando... Mas, não, o senhor como Embaixador, como homem de Estado, sei que essa é uma decisão política, mas vale a pena – estou passando a mensagem, se o senhor quiser comentar tudo bem –, acho que está na hora de ter.

Foi um país, como o senhor disse, o primeiro a descobrir petróleo. Mas eu ouvi do próprio rei uma afirmação que me deixou impactado. Ele disse: "nós temos duas sortes: uma, ter petróleo; e a outra é não ter demasiado, como os meus vizinhos que não precisam trabalhar". Ao ponto de ele fazer um prêmio como esse, em nome do pai dele.

Então, acho que o senhor vai ficar em uma região muito interessante, não só o país, porque o senhor não vai morar em Manama, vai ficar em Kuwait City, mas de qualquer maneira é um lugar muito bom para observar o modo. E eu desejo boa sorte nessas reuniões que há para decidir quem vai receber esse prêmio. De repente, eu vou visitá-lo ali perto.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Cristovam fala: "Eu conversei com o rei", me dá uma inveja danada, eu nunca falei com rei nenhum na vida. "Conversei com o rei", achei uma maneira casual, tranquila.

Nem com o Rei Momo eu conversei. (*Risos.*)

Senador Hélio José, V. Exª tem a palavra por cinco minutos, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Aloysio pela Comissão, pela direção dos trabalhos; cumprimentar o Itamaraty pelo altíssimo nível das pessoas aqui indicadas a serem nossos Embaixadores no Kuwait, na Rússia e no Panamá.

Eu tenho ido muito ao Panamá, porque sou membro do Parlatino, Vice-Presidente da Comissão de Energia. Então, é um lugar em que tenho ido constantemente para participar de várias reuniões, porque a sede do Parlatino é no Panamá. E é muito importante estar conversando com V. Exªs aqui.

As informações aqui prestadas são de altíssimo nível, o que demonstra o nível dos três indicados. Por isso, não tenho dúvida de que, por unanimidade, serão hoje aqui aprovados para nos representar nesses importantes países.

Eu acabei de chegar de uma viagem, nesses dias de descanso, à França, Londres e Edimburgo, passei uma semana em cada uma. E o mundo está com medo, principalmente a França, que está amedrontada. Então, essas questões todas da Turquia são importantes.

Eu acho, Salgado, que você está indo para um país fundamental, que é a Rússia, para dar calma ao mundo. Eu gostaria também de ouvir mais sobre o que V. Exª está pensando de contribuição sobre a pacificação necessária neste momento conturbado, de crise, de medo, que faz com que as pessoas olhem para o lado preocupadas.

Esse é um assunto que eu gostaria de ouvir.

Agora, vou aqui passar para as perguntas da minha assessoria. Vou procurar ser breve, nobre Senador Aloysio, mas a importância dos três embaixadores é muito grande para o País nosso.

Com relação ao Panamá, nobre e querido Flávio Helmold Macieira, em 2000 o Panamá assumiu o controle de seu famoso canal, que liga os Oceanos Atlântico e Pacífico. Desde então, o País vem experimentando períodos de prosperidade, com crescimento médio anual de PIB na casa dos 8% e instalação das empresas multinacionais e de organizações internacionais, como o Parlamento Latino-Americano e Caribenho, que é o Parlatino.

Nesse cenário, destaca-se a atuação da empresa brasileira Odebrecht, que trabalha na ampliação do aeroporto de Tocumen, na instalação de linhas de transmissão para integrar o território panamenho, na construção da Linha 2 do metrô da cidade do Panamá, na reurbanização da cidade portuária de Colón – é uma tragédia Colón, é como as periferias das grandes cidades brasileiras – e na construção da hidrelétrica de Changuinola 2.

Pergunto: o segredo do sucesso panamenho é o investimento governamental em infraestrutura? Porque eu sou analista de infraestrutura e defendo que o Brasil exatamente retome os investimentos com força na infraestrutura. Então, quero saber se o segredo é esse.

Dois: de acordo com a informação produzida pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Panamá, a Eletrobrás abriu o escritório regional na cidade do Panamá em 2011 com o objetivo de atrair investimentos para os projetos da Eletrobrás e de comercializar suas várias formas de energia, inclusive eólica, na América Central e no Caribe.

Pergunto: qual a visão do Panamá e dos países vizinhos acerca das energias renováveis? De que maneira a empresa brasileira poderia participar desse mercado?

Não sei se os senhores sabem, no Brasil era traço, há mais ou menos oito ou nove anos, a questão da energia eólica. Hoje no Brasil a energia eólica já corresponde a cerca de 7%. O Brasil hoje é o maior exportador de pás de produção de energia eólica. O Brasil não tinha isso.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, consequentemente, para nós, o mercado latino-americano é muito importante, já que os ventos são bons com relação a energias renováveis, eólica, solar etc...

Para o nosso querido Antonio Salgado, a pergunta seria esta: a Rússia tem investido pesadamente no desenvolvimento da tecnologia nuclear, o que interessa bastante ao Brasil. A Rússia sediou, em julho último, o maior congresso de energia nuclear do mundo. O evento foi patrocinado pela estatal russa de energia nuclear, a Rosatom, que convidou dezenas de jornalistas internacionais, inclusive da Agência Brasil, para o evento. A viagem, inclusive, visita uma usina nuclear de geração 3+, considerada a mais moderna do mundo, a mesma que os russos tentam vender para o Brasil, desde que o Governo da Presidente afastada Dilma Rousseff anunciou a meta de construção de pelo menos quatro usinas nucleares até 2030.

Durante o congresso, dirigentes da Rosatom afirmaram que a crise econômica e política que o Brasil enfrenta não mudou os planos da estatal russa de aumentar parcerias com o País. A energia nuclear deve es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tar além das questões políticas, pois a necessidade brasileira de usinas nucleares é enorme, já que temos uma grande produção de urânio e uma carência de energia.

Apesar da situação atual, as negociações continuam. As usinas de geração 3 incorporam inovações do projeto que as tornam ainda mais seguras. São projetos muito interessantes para serem adotados no Brasil.

A Rússia tem 34 usinas nucleares, sendo construídas em todo o mundo, o que torna líder neste mercado. O portfólio de 2015, para os próximos dez anos, já passa dos R$110 bilhões, quase R$9 bilhões a mais que no ano anterior. A meta para este ano é de R$136 bilhões. Os lucros com contratos no exterior...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... da mesma empresa aumentaram de R$5,2 bilhões em 2014, para R$6,2 bilhões, em 2015.

Os concorrentes da Rússia neste setor são os Estados Unidos da América, a China, a Coreia do Sul e a França. Considerando essas verdadeiras importâncias da energia nuclear para o Brasil, em todas as suas vertentes, e o potencial de cooperação com a Rússia, qual, no seu ponto de vista, são as perspectivas de desenvolver no melhor caminho esse intercâmbio Brasil-Rússia com relação às usinas nucleares – temos o projeto de quatro? Estou tentando concluir, Senador Aloysio.

Foi dada grande importância, recentemente, para alavancar a infraestrutura do nosso País, à criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS, que começaria e financiaria projetos em abril de 2016, e, segundo as previsões, impulsionaria a cooperação investidora e os intercâmbios comerciais. Qual a consecução da meta que foi proposta pelos governos da Rússia e Brasil de elevar o comércio bilateral até R$-10 bilhões, tendo em vista que o resultado de 2014 foi de apenas R$6,8 bilhões? Prevê-se que o objetivo será alcançado em 2017, portanto, segundo a imprensa, a Rússia vê com otimismo as perspectivas de suas relações econômicas com o Brasil, apesar das turbulências pelas quais atravessa a economia dos países emergentes. Essa é a situação apresentada para a imprensa.

Gostaria de saber, nobre Embaixador, nas suas palavras, quais as reais perspectivas de desenvolvimento da implantação do Banco de Desenvolvimento do BRICS e da elevação do intercâmbio comercial entre Rússia e Brasil?

Última pergunta para o senhor, neste momento: a Rússia vive talvez uma das maiores recessões, arrastando milhões de russos para a pobreza. São 16% da população que vivem no limiar da pobreza. Segundo estudo publicado recentemente, 40% das famílias russas têm dificuldades em comprar comida e vestuário.

O Banco Central da Rússia mantém a taxa de juros de referência inalterada nos 10,5%. A taxa de inflação está em torno de 7,2% – parecido com o Brasil –...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se o Senador puder concluir...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Estou concluindo. ... contra 12,9% ao ano, mas o Banco Central reconhece que a queda não se deve à situação econômica do país, mas ao colapso do consumo.

Em junho, as vendas a varejo baixaram quase 6% em termos anuais, tendo em vista que somos países com dramas e histórias recentemente semelhantes, que lições e caminhos comuns poderemos considerar e trilhar para superar os nossos problemas?

Agora, para o Norton duas perguntinhas rápidas. Norton, eu queria ver contigo o seguinte: a tese de conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco de V. Exª, em 2007, foi "A exportação de produtos de defesa: importância estratégica e promoção comercial". Na década de 80, o Brasil foi um grande exportador de equipamentos militares para o Oriente Médio: Kuwait, Bahrein etc. V. Exª tem alguma estratégia para que o Brasil recupere essa condição de grande exportador desses equipamentos?

E a última seria: V. Exª saberia dizer qual é a posição do Kuwait e do Bahrein, países altamente dependentes do petróleo que produzem – porque vivem praticamente da economia do petróleo que eles produzem –, em relação aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis, já que a "solimetria" lá é altíssima.

Além disso, e eu gostaria de ouvir dos três também sobre a perspectiva com relação ao turismo, como é que se vê esse intercâmbio entre o Brasil e os três países, para ampliarmos o turismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Agora vamos começar deste lado, pela minha esquerda.

Pois não, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Não poderíamos também... O Armando se inscreveu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não. O Armando não está inscrito, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Então, eu faria um pequeno e breve comentário...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Claro.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada.

Com relação à Rússia, não é exatamente uma pergunta, mas apenas um desejo. A Rússia está em acordo e, quando vendemos para a Rússia, está vendendo para a Eurásia, composta de países como Cazaquistão, Quirguistão, Bielorrússia, e eles concedem tarifa preferencial a vários países em desenvolvimento e a países menos desenvolvidos. Houve uma carta de intenção no passado, em 2013, por parte da Argentina, incluindo o Mercosul. Então, eu gostaria de pedir o seu trabalho com relação a essa questão. Eu penso que o Brasil pode ser incluído sozinho. Acho que não há a necessidade de estar o Mercosul junto, na obtenção dessas tarifas preferenciais com esse grupo de países. E é da maior importância para nós eles todos juntos.

Quero lembrar que nós, no ano passado, derrubamos o embargo da carne bovina. Estamos comercializando bem a carne bovina, suínos e aves, e abrimos, pela primeira vez, lácteos. Então, são 26 empresas que nós habilitamos no ano passado, depois da abertura – da queda do embargo – para a Rússia. Então, é um mercado, para nós, muito precioso. Um embargo com a União Europeia abriu o caminho para nós. Então, nós temos que estar com muito preciosismo, atentos, porque eles mudam, às vezes, de humor.

Com relação ao Panamá, acho que precisamos só trabalhar fortemente a questão do Porto de Itaqui, para que possamos ter acesso ao Canal do Panamá, para os Panamax de 170, porque, com a abertura, agora, nós vamos passar de 70 para 170. Então, sei que isso cabe ao porto brasileiro, que já está apto e está aqui. O porto de Belém ainda não está, porque há o Canal do Quiriri, que deve ser feito. É um barranco de areia muito grande, que não permite que os 170 passem. Mas para Itaqui está o.k. Nós temos tudo organizado. E eu acho que é só mais uma questão burocrática, para que possamos ter acesso rapidamente à passagem desses navios para a Ásia.

O ex-Embaixador deixou, como todos fazem, o seu relatório final e fez recomendações ao País sobre as oportunidades para a construção civil e também para a zona franca de produtos manufaturados para o Brasil. Eu acho essas oportunidades muito importantes e gostaria de reiterar esse apoio a essas ideias do ex-Embaixador.

E quanto ao Kuwait, Embaixador Norton, há apenas uma questão bastante pequena. Nós também conseguimos derrubar o embargo da carne bovina do Bahrein. O Bahrein já está o.k., documentado, e quanto ao Kuwait ainda falta uma única publicação, tipo um diário oficial, para que chegue até aqui e nós possamos continuar e comercializar.

Eu acho que todos esses países – a Arábia Saudita, os próprios Emirados, enfim –, toda essa área está com o embargo findado. Então, eu acho que a união dos embaixadores desses países... O embaixador em Riade é extraordinário, uma pessoa, uma figura maravilhosa, na Arábia Saudita. Então, eu acho que a união de vocês, para buscar essas oportunidades, é um player para nós da maior importância na exportação de carne.

Nós já temos lá a BRF funcionando naquele lado com mais de dois mil funcionários locais, colaborando, levando frango daqui e fazendo as partes especiais lá.

Então, acho que a própria BRF e outras empresas do Brasil, não tenho nenhuma preferência, poderiam estar trabalhando dessa mesma forma.

Mas o que me preocupa muito ainda, finalizando, com relação à Rússia é que quando abrimos essas fábricas de bovinos, suínos, aves, leite, eles pediram em troca a abertura maior para trigo e pescados. Nós fizemos a nossa parte no ano passado, no início do ano, quando praticamente deixamos bastante encaminhado tudo isso. Mas, na visita do atual Ministro da Agricultura à Rússia, eu soube que eles reclamaram muito de que não estão conseguindo exportar o trigo. Então, fico preocupada não com o trigo russo, mas com o fato de que isso pode ocasionar um estado de mau humor fazendo com que eles fechem meia dúzia de fábricas nossas, sendo que cada uma delas vende US$20 milhões por ano.

Portanto, acho importante agilizar isso a fim de que possamos dar a contrapartida que foi combinada, porque o que é combinado não é caro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Vamos começar pelo Kuwait agora.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Muito obrigado, Senador.

Vou começar usando o gancho de V. Exª. Eu me permito começar tentando comentar e responder os comentários da Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senadora, aquela é uma região, como V. Exª sabe, de grandes consumidores de carnes, de aves e de bovinos, todos no sistema Halal; e, Senador Lasier, no Brasil, 50% da carne de frango exportada é de Halal. Nós temos uma grande penetração.

Essa empresa que V. Exª mencionou, a BRF, tem uma presença grande instalada nos Emirados Árabes e tem grande fatia do mercado da região, e está aberta para outras, até porque o Kuwait tem um grande parceiro comercial, que é o Iraque, ou seja, pode reexportar a partir do Kuwait, sobretudo do Kwait, para o Iraque. Ademais, acho que temos qualidade, temos produto.

Assim, essa coordenação que V. Exª menciona e que está sendo feita é muito útil, e vou procurar incrementá-la ainda mais. Agora, por outro lado, precisamos, Senadora – e V. Exª com a experiência que tem na CNA e depois como Ministra – ser um pouco mais caixeiro-viajante. Os nossos empresários precisam mostrar a cara, mostrar o produto, mostrar aquela coisa de Sílvio Santos, que bota a barraquinha e a banquinha para vender o produto.

A nossa atuação, a atuação dos embaixadores, em especial na área de promoção comercial, já que hoje a diplomacia econômica é muito importante – sempre foi e cada dia mais – vai até o ponto em que o cliente pede para ver o produto. Isso só o empresário. Então, gostaria de levantar aqui, convidar e, se me permitem a expressão, provocar a que empresários, e isso o Senador Armando Monteiro bem conhece, como ex-Presidente da CNI, como ex-Ministro de Indústria e Comércio.

Precisamos ir lá, precisamos levar empresários para mostrar a qualidade dos nossos produtos. Isso eu dizia já na Finlândia e agora em Angola.

Senador Hélio José, espero ter atendido V. Exª. Não abordei a questão da exportação de defesa por se tratar de uma sessão aberta. Terei o maior prazer de conversar com V. Exª. Esse é um tema que...

Muito obrigado. V. Exª me homenageia, sua assessoria, por ter buscado a minha tese de CAE, que me permitiu ascender de Conselheiro a Ministro.

Milito nessa área, na promoção comercial e na área de defesa, há muito tempo. Acho que o Brasil tem produtos importantes. Um sistema de artilharia brasileiro chamado Astros II foi decisivo para a libertação do Kuwait, em 1990. O Brasil apoiou. O Governo brasileiro e a empresa brasileira apoiaram a coalizão exportando os foguetes desse sistema. Foi tão importante, foi tão reconhecido, que, no desfile da vitória, em Kuwait City, os primeiros carros blindados armados de artilharia eram os nossos. Eles sabem disso, têm consciência e nos agradecem essa participação. Outros países da região, como a Arábia Saudita, já compraram equipamento nosso. Acho que é importantíssima a exportação de produtos de defesa porque não podemos ficar dependentes da importação num momento de ameaça.

Senador Armando Monteiro, V. Exª tem, como outros Senadores, mas especificamente como ex-Presidente da CNI e ex-Ministro, consciência da importância da indústria bélica, do *spin-off* que isso tem para a indústria civil, para a geração de empregos, para a geração de impostos e de divisas. Esse é um tema de que, sim, pretendo tratar. Acho que temos o que fazer, podemos atrair investimentos para esse setor dos kuwaitianos. Outros detalhes, se me permite, conversamos fora, porque os concorrentes são fortes.

O Senador Cristovam deu uma saída, mas ele é...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se me permite, Embaixador, ele está inscrito para falar agora na Comissão aqui ao lado. Por isso, precisou sair, mas vai voltar.

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Peço-lhe que transmita ao querido Senador....

(Interrupção do som.)

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Agora. Pronto.

Gostaria de dizer ao Senador que será muito bem-vindo no Kuwait, obviamente. Tenho muito apreço pelo Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Olha eu aqui. (*Risos.*)

O SR. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA – Isso parece tudo organizado, prezado Senador. É organizado. Parece coisa de roteiro de...

V. Exª será muito bem-vindo. Espero que possa ir ao menos cumprimentá-lo no Bahrein. Se não, lá no Kuwait será muito bem-vindo, obviamente.

Com relação à abertura de embaixadas, isso é uma coisa de decisão superior em função, muitas vezes, até dos constrangimentos orçamentários que o Itamaraty muitas vezes tem.

Eu, pessoalmente, sou da opinião de que devemos estar no maior número possível de países que têm importância, como o Bahrein, porque não é o tamanho, e sim o que significa, é a participação, a presença e o papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Estou devendo uma informação, uma resposta ao Senador Hélio José sobre a tecnologia em energia renovável. Vou fazer o meu dever de casa, vou pesquisar e vou responder a V. Exª.

Acredito que sim, em especial no Kwait e no Bahrein, porque o Kwait tem procurado diversificar a sua economia bem como o Bahrein, que, como lembrou o Senador Cristovam, tem duas sortes: ter petróleo e ter pouco. Então, eles precisam...

E o mundo hoje precisa de alternativas à energia fóssil. Esse dado que V. Exª trouxe à aula sobre a participação da energia eólica é muito interessante. Eu não conhecia. Muito obrigado.

Vou estar antenado para essa questão também, mas devo essa resposta.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Embaixador Salgado, por favor.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quero saudar aqui, com muita alegria, a presença do Embaixador Mauro Vieira, que está aqui e que será sabatinado, triunfalmente, não tenha dúvida nenhuma, na próxima semana.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, responderei a pergunta do Senador Lasier Martins referente ao parque tecnológico Skolkovo, da fundação Skolkovo.

O então Ministro da Ciência e Tecnologia Aldo Rebelo esteve, em 2015, visitando o parque e ficou entusiasmado pelas muitas opções que pode oferecer para a cooperação com o Brasil. Nós temos interesse em intercâmbio de estudantes com o parque e acredito que podemos realmente, como o senhor observou, nos beneficiar muito da experiência do parque, quando estiver construído, porque ele ainda está em processo de construção para a ampliação e aperfeiçoamento dos nossos próprios parques aqui no Brasil.

A pergunta do Senador Cristovam eu preferia tratar quando o Senador estivesse aqui presente... (*Pausa.*)

Há uma pergunta, não sei se do Senador Hélio José, sobre se declarações do Ministro Serra inicialmente causaram algum problema...

Para Senador Cristovam também... Mas essa eu posso responder. Pelo que sei, quando houve a mudança de governo aqui, houve algumas declarações, mas não de nível de Ministro do Exterior da Rússia, mas de vice-ministro – um pouco críticas ao que tinha se passado aqui.

Mas se houve esse tipo de incidente, eu acredito que isso já está superado. Pelo que eu sei, o Presidente em exercício, Michel Temer, escreveu uma carta também para o Presidente Putin, e acho que isso não é um problema mais.

Eu já me perdi aqui um pouco. Aqui também, Senador Cristovam.

Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Energia nuclear.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Energia nuclear também é um campo em que o meu conhecimento agora está longe de estar suficiente, mas em todas essas áreas relativas à ciência e tecnologia, pretendo fazer o maior esforço possível para ajudar o desenvolvimento dessa relação entre Brasil e Rússia nessas áreas.

Se o senhor puder me lembrar rapidamente o ponto, porque foi uma pergunta muito...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Eu perguntei sobre os BRICS e os investimentos em relação a eles.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Sobre a energia nuclear, especificamente, só tinha um ponto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Em relação à energia nuclear para o... (*Fora do microfone.*)

...Brasil, em todas as suas vertentes e no potencial de cooperação com a Rússia, quais são, no seu ponto de vista, as perspectivas de desenvolver no melhor caminho esse intercâmbio? Porque o Brasil está prevendo investir em quatro usinas nucleares até 2030, e como a Rússia hoje está na ponta nessa questão, é por isso essa pergunta.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – A minha função, como embaixador, caso os senhores me aprovem, será estreitar o relacionamento com todas as entidades russas pertinentes. Agora, uma decisão, claro, no Brasil envolve também uma ampla consulta a todos os órgãos que estão envolvidos nisso. Eu sou uma peça nesse universo, mas podem contar com a minha colaboração desde já.

A Rússia ficou, no passado, marcada pelo incidente de Chernobyl, mas, como o senhor observou bem, desde então, a tecnologia tem progredido muitíssimo, e as mais modernas usinas russas cumprem todos os requisitos de segurança da Agência Internacional de Energia Atômica, e eles podem ser parceiros nossos também na construção de usinas. Fora isso, há outras áreas da energia nuclear que também já estão se desen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

volvendo para os radioisótopos, há várias outras áreas de significado econômico menor, mas que também já estão em andamento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quer que eu repita a pergunta dos BRICS?

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Do BRICS, sobre o banco BRICS?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quando é que vai começar a dar resultado?

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – O novo banco de desenvolvimento prevê já estar em condições de aprovar projetos a partir do ano que vem. As decisões sobre os projetos que vão ser apoiados, financiados, têm que ser tomadas em consulta com todos os membros do BRICS, do banco, representados no banco. Às vezes, temos a impressão de que a Rússia gostaria de agilizar esse processo, mas é uma decisão do banco como um todo, não é bilateral.

O turismo é sempre uma área de grande potencialidade. De alguma maneira, teríamos de tentar compensar a imensa distância geográfica entre Brasil e Rússia. Mas é uma área que é muito promissora, sobretudo a partir do momento em que a Rússia começar a atravessar de novo melhores épocas, a superar este momento atual de certo declínio na economia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – A Senadora Kátia Abreu perguntou sobre a possibilidade de retaliação da Rússia caso essa dificuldade para a exportação de trigo e de pescados permaneça. Esse também é um assunto sobre o qual não tenho conhecimento completo neste momento, mas eu diria que a ameaça de retaliação, no momento, não seria tão forte. A Rússia já tem problemas suficientes com a União Europeia, com os Estados Unidos, com sanções. Acho que é um assunto que está em andamento. Espero contribuir para que isso seja resolvido.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente, quero dizer que não se trata de uma retaliação formal.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Sim, sim.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Daqui a pouco, fecha uma fábrica, fecham duas, e vão começando a fechar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Como foi combinado...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Como foi combinado. Então, não é uma coisa formal. Sei como funcional.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – É claro!

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Mas, de toda sorte, muito obrigada pela sua atenção.

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – E o Senador Cristovam...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Cristovam está aí...

O SR. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO – Eu só queria dizer, com relação às perguntas muito interessantes do Senador Cristovam, que eu gostaria muito de conversar com ele à parte. Na sessão pública, realmente, isso fica mais complicado. De qualquer maneira, o que posso dizer é o seguinte: esses assuntos são assuntos da esfera doméstica da Turquia. O Embaixador, no caso, sou eu, e não cabe a mim me pronunciar sobre esses problemas. A nossa preocupação, como Governo brasileiro, é a de que essas investigações, esses processos que estão ocorrendo respeitem as normas do devido processo, do Estado de direito de maneira geral, com ampla defesa garantida a todos os que estão sendo acusados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Tem a palavra agora o Embaixador Flávio Helmold Macieira.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dizer que para mim é uma alegria muito grande responder...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – ... perguntas de tal qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – A campainha tocou fora de hora.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Não há importância.

É muito fácil dizer isso, mas digo isso de todo o coração. Realmente, são perguntas que permitem desenvolver vários pontos muito interessantes. É claro que o tempo é curto. Vou tentar rapidamente passar em revista essas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senador, tenho uma dívida com o senhor. Não comentei a questão da Venezuela na minha primeira exposição. Na verdade, eu consultava meu arquivo de memória. Feita essa consulta – naturalmente, estou com a permissão de V. Exªs, se eu chegar a consegui-la –, estou transitando entre Noruega e Panamá. Então, a Venezuela está um pouco fora do meu radar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu não insisti porque tive a impressão de que V. Exª não queria falar sobre o assunto.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – De jeito nenhum! Sou uma pessoa que nunca deixo um debate. Essa é minha característica. Não digo de um debate, mas de um tema. Se fui perguntado, eu direi, principalmente a um Senador da República. Mas eu tenho pouca informação. A verdade é essa. O que eu sei é que houve um momento de rusga entre os dois países em que o Panamá, efetivamente, fez observações sobre a situação venezuelana. Houve alguma discussão na OEA. Esse momento foi superado. Assim, tende a ser na família sul-americana, latino-americana. Em família, sempre há rusgas, e as rusgas acabam sendo superadas. Mas a recomendação do Panamá, nesse momento, era a de que era preciso observar os princípios democráticos na situação venezuelana, que é a situação natural da Carta da OEA e de todas as instituições regionais.

Por falar em instituições regionais, um ponto que me veio à mente é que a questão venezuelana, neste momento, toca muito o Mercosul, mas não toca a Aladi. O Panamá, sim, toca a Aladi, porque o Panamá se tornou membro externo na América do Sul. A Aladi é muito importante. Eu me esqueci de dizer isso. O senhor me permita dizer isto: temos, pela primeira vez, um membro de outro continente associado à Aladi. Esse é um precedente muito positivo.

O senhor perguntou pelo Canal da Nicarágua. Toca-me muito essa questão, porque fui Embaixador na Nicarágua. O senhor pede um comentário mais genérico sobre a geopolítica, sobre o que isso significaria na relação entre China e Estados Unidos. Eu me recordo de um professor da Universidade de São Paulo que qualificava o sistema mundial atual de sino-americano no sentido de que a China é a fábrica do mundo. E o que a China produz em termos financeiros é aplicado no dólar nos Estados Unidos, é o lastro do dólar de certa maneira. Essa é uma tese com a qual, evidentemente, podemos estar de acordo ou não, mas que soa muito verdadeira. A verdade é que não há contraposição de interesses entre os dois países. A China é um dos maiores usuários do Canal do Panamá. Se eu não estou enganado, o primeiro navio a cruzar o novo canal, o primeiro Panamax é um navio chinês. Dessa forma, acho que não há conflito. Há uma parceria que se vai reforçar com o Canal do Panamá duplicado.

Se a Nicarágua conseguir fazer o seu canal, o que não é fácil, o que não é nada fácil, mesmo com o apoio chinês... Há espaço para mais um canal. O comércio internacional é o maior indutor de desenvolvimento, é comprovadamente um dos maiores indutores de desenvolvimento da sociedade internacional. Então, o advento de um novo canal só pode trazer benefícios para a economia mundial e para a situação geopolítica, porque, com maior comércio, com maior desenvolvimento, sabemos que temos mais paz.

Esse seria o meu comentário geral, naturalmente recordando aquela viagem extraordinária, mas eu não deixaria de anotar que, realmente, o estudo do modelo irlandês, naquele momento, aprofundou-se muito com a presença da delegação do Rio Grande do Sul, como tivemos ocasião de conversar ontem.

O Senador Cristovam perguntou sobre – não sei se respondi – os financiamentos do BNDES para as obras brasileiras no Panamá. No meu conhecimento, no Panamá, especificamente, o financiamento é local. Não é do BNDES. Ainda assim, eu faço um comentário – da mesma forma, um comentário geopolítico. Os grandes países, as grandes economias do mundo buscam reforçar a posição das suas empresas. Essa é uma verdade incontestável. Qual o benefício disso para o País? No caso brasileiro, o sucesso que essa empresa que foi citada tem no Panamá traz um reforço de imagem extraordinário, do qual não se pode abrir mão. Agora, sempre, evidentemente, dentro dos limites da ética, da legalidade, da força econômica.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O Embaixador me permite só uma observação?

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Essa questão do BNDES tem sido no debate, a meu ver... De certo modo, está-se politizando demasiadamente esse debate. Por exemplo, o Canal do Panamá é um belo exemplo de que a presença das empresas de construção no Canal, no caso das empresas espanholas, está necessariamente conectada a um modelo de financiamento que a própria Espanha provê, quer dizer, as agências especializadas em prover crédito, associado ao fornecimento e ao serviço.

Portanto, acho que esse debate já é tempo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, isso é prática corrente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Corrente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Por exemplo, na América do Sul, há uma presença cada vez maior de empresas espanholas, e o Brasil conquistou uma posição, que os americanos fazem etc.

Então, é preciso ter o cuidado de não querer colocar sombra sobre esse processo.

Agradeço ao Embaixador.

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Agradeço. A força do seu comentário é totalmente coincidente com o meu pensamento, em todo caso.

O Senador me perguntou sobre o segredo do investimento em infraestrutura no Panamá: investimento estatal. Investimento estatal em função da acumulação de capital. O país detectou uma oportunidade de se transformar num país plenamente desenvolvido. E tem desenvolvido planos quinquenais ambiciosíssimos de construção de infraestrutura. O último deles, se não estou enganado, ascendeu a US$19 bilhões, dos quais US$5 bilhões para energia renovável. O Panamá é um país que tem um déficit energético. Não é propriamente um déficit, porque ele é coberto, mas é coberto com energia de carburantes. Então, tudo o que for melhoria da matriz será bem-vindo.

Portanto, o Brasil, efetivamente, tem um espaço muito grande a ocupar, e, sem dúvida nenhuma, se os senhores me derem essa oportunidade, estará isso nas prioridades da Embaixada, ou seja, tentar encontrar esses caminhos que possam levar à situação que desejamos.

Turismo.

O Panamá é uma potência turística. Embora um país pequeno, transformou-se em um grande *hub* das Américas.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Transformou-se em um grande *hub* das Américas, em que serve muito ao Brasil. Nós temos uma quantidade mensal de voos, se não estou enganado também – estou citando de memória para não passar e não perder tempo –, mas acho que são 67 voos para o Brasil – ou semanais, ou mensais. Penso que são 15 voos diários – 14 ou 15 voos diários – para o Brasil, vindos do Panamá. Isso o transforma em ponto de passagem, irradiando para o Caribe, para toda parte, mesmo para os Estados Unidos, sem contar que é um destino nele mesmo. O Panamá é um país de beleza natural, como toda a América Central.

Então, naturalmente que isso vai estar fortemente nas preocupações da Embaixada, e o recebimento também dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados para o Parlatino.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – A Senadora tocou em um ponto que estava na minha mira, mas, por questão de tempo, eu não havia desenvolvido originalmente, que é o Porto de Itaqui.

O Porto de Itaqui é o primeiro porto capaz de receber atracados, os navios pós-Panamax, que são os navios com 170 mil toneladas – até 170 mil. Para os senhores terem uma ideia, a tonelagem da classe Panamá atual é de 70 mil. Então, a classe pós-Panamax ascende a 170 mil toneladas. É praticamente uma triplicação da capacidade. Não são ainda os maiores navios do mundo, não. Há maiores que esses, mas são grandes navios, com uma capacidade imensa.

A ideia do Porto de Itaqui é recolher mercadorias de várias regiões produtoras brasileiras, fazendo entrepostagem para que elas possam ser transbordadas para esses grandes navios, para um transporte, cruzando o Canal, oriente. Assim, nós aumentamos muito a própria utilização brasileira do Canal do Panamá, que até agora não é uma utilização tão forte quanto a de outros países, se olharmos o percentual de utilização do Canal.

A questão das zonas francas. Essa é mais difícil. Está no relatório do meu antecessor, que, aliás, fez uma gestão brilhante. Eu queria deixar isso bem registrado. Eu conheço um pouco essa questão em função do próprio período de Nicarágua.

As zonas francas são zonas de processamento industrial, algumas vezes. Isso tem, evidentemente, um lado de exportação de serviços, de reforço da base econômica, mas pode ter perigo de deslocalização de empregos. E nós temos aqui um ex-Ministro da Indústria e Comércio. É uma coisa a ser tomada com certa precaução, para não perder capacidade de gerar emprego no Brasil, em função de transferências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Mas não se trata só disso. Há várias oportunidades a serem exploradas em relação a comércio, em relação às zonas francas, certamente; e com toda a abertura e com toda a vontade de detectar boas oportunidades para o Brasil nós vamos tentar fazer isso.

Acho que era o campo que eu tinha para explorar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

Encerramos a fase de sabatina e vamos para a votação.

É um critério do nosso Presidente Aloysio apenas consultar os Srs. Senadores sobre a reunião aberta ou secreta. Como agora a apuração é eletrônica, Senador Armando Monteiro, a nossa nova praxe é não retirarmos os Embaixadores, mas, simplesmente, apresentarmos o resultado; de modo que, para cumprir uma outra formalidade, eu designo V. Exª, Senador Armando Monteiro, para atuar como secretário, em cumprimento ao art. 116 do Regimento Interno, e solicito à Secretaria que nos ofereça no painel o resultado das indicações. (*Pausa.*)

Às vezes a tecnologia é um pouco lenta, também. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Estou apostando um doce que foi por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É? Provavelmente. (*Pausa.*)

Embaixador Antonio, para a Rússia, com 15 votos SIM.

Embaixador Flávio, para o Panamá, 15 SIM.

Embaixador Norton, 15 votos SIM.

Portanto, aprovados à unanimidade.

Cumprimentos aos senhores. (*Palmas.*)

Por unanimidade: 15 votos.

Então, teremos o encaminhamento para o plenário já na primeira sessão da semana que vem, confirmando o Embaixador Flávio Macieira para o Panamá, o Embaixador Antonio Salgado para a Rússia e o Embaixador Norton Rapesta para o Kuwait.

Muito obrigado aos senhores.

Nós teremos ainda rápidos requerimentos para votar aqui.

Os senhores estão liberados. Foi um prazer tê-los aqui, e lhes desejo sorte também na votação no plenário, onde, seguramente, as indicações irão passar. (*Pausa.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, há um requerimento nosso, que está aí sobre a mesa. Eu pediria a sua...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu vou ler e depois pedir a V. Exª que presida por alguns instantes, porque sou o relator da indicação de um Embaixador. Mas vamos primeiro ao seu requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com o objetivo de debater os impactos econômicos e comerciais para o Brasil decorrentes da saída do Reino Unido da União Europeia, com a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC);

- Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE);

- Representante do Banco Central do Brasil;

- Sr. Rafael Benke, Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI);

- Srª Vera Thorstensen, Coordenadora do Centro do Comércio Global e Investimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP).

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos também o requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, para debater as informações recentemente apresentadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) acerca da situação de nossas fronteiras. Para discutir sobre esse tema, sugiro sejam convidadas as seguintes pessoas:
- Sr. Leandro Daiello, diretor—geral da Polícia Federal;
- Representante do Ministério da Defesa;
- Sr. Tiago Modesto Carneiro Costa, Secretário da Secex Mato Grosso do Sul;
- Professor Matias Spektor, especialista em Relações Internacionais;
- Professora Ilona Szabo (Instituto Igarapé), especialista em contrabando de armas e tráfico de drogas; e
- Professor Érico Estevez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), especialista em Defesa.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.
Quem aprovar permaneça como se encontra. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Senador Armando, se V. Exª puder fazer a gentileza...
O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Lasier Martins.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador Lasier Martins, concedo a palavra a V. Exª para fazer a leitura do relatório.
O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado.
Vou ler os pontos essenciais com relação à indicação do Embaixador Everton Vargas para chefiar a Missão do Brasil junto à União Europeia.
Filho de João Domingos da Luz Vargas e de Iná Vieira Vargas, o Sr. Everton Vieira Vargas nasceu em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1955.
Formou-se em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal em 1977.
Entre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Coordenador Geral da Cúpula das Américas, em 1995; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, em 1998; Diretor Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, em 2001; Professor de Linguagem Diplomática no Instituto Rio Branco, de 2002 a 2007; Assessor Especial e Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, em 2005; e Subsecretário-Geral para Política, entre 2007 e 2009.
Foi Representante Titular do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, em 2001, e na Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, em 2003.
No exterior, atuou na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 1988 a 1992, e na Embaixada em Tóquio, em 1992. Foi Embaixador em Berlim, entre 2009 e 2013, e em Buenos Aires, desde 2013, onde se acha atualmente.
As relações entre o Brasil e o bloco europeu, como se sabe, atingiram um patamar diferenciado em 2007, com a assinatura da Parceria Estratégica, ampliando-se as oportunidades de diálogo sobre desafios globais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

oportunidades de interesse bilateral ou regional. Não há nenhuma dúvida sobre a importância extraordinária das relações do Brasil com a Comunidade Europeia.

Em termos de relações econômico-comerciais, estas são de imensa relevância para ambos os lados. Afinal, tomada em seu conjunto, a União Europeia é hoje o maior parceiro comercial do Brasil, à frente dos Estados Unidos da América e da República Popular da China. Entre 2003 e 2013, o intercâmbio comercial mais que triplicou, e o bloco detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o País se transformou na quinta maior fonte de investimentos diretos estrangeiros na União Europeia.

De fato, os laços do Brasil com a União Europeia vão muito além dos vínculos políticos e econômicos. Compreendem estreita cooperação em distintas áreas, como Educação, Ciência e Tecnologia e Segurança. Ademais, o espírito de integração europeu e os valores que fundamentam o bloco também são compartilhados pelos brasileiros.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem. Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem deseje discuti-la, é concedida vista coletiva, nos termos do art. 383.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Encerrada a matéria, agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Temos também sobre a mesa o relatório do Senador Cristovam Buarque que diz respeito à indicação do Sr. Paulino Franco de Carvalho Neto.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senhor Paulino Franco de Carvalho Neto é filho de Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e Maria de Lourdes Cordeiro Franco de Carvalho e nasceu em 13 de fevereiro de 1961, em Curitiba (PR).

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, como pré-requisito para ingressar, no ano seguinte, como Terceiro-Secretário, na carreira diplomática.

Em 2004, ascendeu a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2015, a Ministro de Primeira Classe. Todas as ascensões por merecimento.

Desempenhou importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, tais como: a Reunião de Consultas Regionais entre países da América Latina e Caribe sobre o Grupo de Trabalho de Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, no Panamá, em 2010; a II Reunião do Grupo de Amigos dos Co-Presidentes sobre Responsabilidade e Compensação no âmbito do Protocolo de Cartagena (Biossegurança) da Convenção de Diversidade Biológica, em Kuala Lumpur, em 2010; a IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção de Diversidade Biológica, em Cali (2010); a XIV Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica...

Estou lendo o seu relatório. Quer continuar?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Depois eu faço um comentário. Continue, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu faço questão, Senador Cristovam, porque, afinal, V. Exª já está familiarizado com o relatório e vai apontar os pontos principais.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Onde é que devo retomar?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu parei no final da segunda folha.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Da segunda folha ou da segunda página?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Segunda página, digo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, eu começo a falar que desempenhou importantes funções em missões temporárias integrando e chefiando delegações, tais como: a Reunião de Consultas Regionais entre países da América Latina e Caribe...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Essa parte já foi. É da próxima página, página 3.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, vou para o seguinte trecho:

O diplomata indicado recebeu, em 2001, a Medalha do Mérito Tamandaré; em 2002, a Ordem do Mérito, da Itália, no grau de Cavaleiro; em 2003, a Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial; em 2008, a Medalha Mérito Santos Dumont; e, em 2015, a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

Complementando seu histórico profissional e acadêmico, registre-se sua publicação "Notas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos", no periódico Cadernos de Política Exterior, ano 1, número 2, em 2015.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República de Angola, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Ex-colônia portuguesa, a República de Angola tornou-se independente em 11 de novembro de 1975. É preciso lembrar que as relações de Angola com o Brasil sempre foram muito fortes, tanto pelo lado perverso de recebermos escravos vindos desse país como também pelo comércio intenso que sempre houve entre os dois, a ponto de que, durante um período da nossa história se falou em sermos um só país, com a metade de um lado do Atlântico e outra metade do outro. O que poderia ter sido uma grande experiência, apesar de que as experiências desse tipo, em outros países, terminaram fracassando com a secessão entre as partes distantes.

O país, a seguir à independência, viu-se mergulhado em uma guerra civil que só se encerraria em 2002. Conquistada a paz, Angola encontra-se em dinâmico processo de reconstrução nacional, buscando a revitalização de sua economia e o desenvolvimento social.

Com economia profundamente vinculada às atividades petrolíferas, Angola encontra-se exposta às oscilações dos preços internacionais da *commodity*. Nesse sentido, o governo angolano vem envidando esforços no sentido da diversificação econômica, propósito esse que, a meu ver, pode receber muita colaboração do Brasil.

Localizado na costa sudoeste do continente africano e com 1.246.700 km² de extensão – país grande nas proporções do mundo – o território angolano é limitado a Norte e Nordeste pela República Democrática do Congo e pela República do Congo; a Leste, pela Zâmbia; e ao Sul, pela Namíbia. Banhado pelo Oceano Atlântico, o país tem uma costa de 1.650km de extensão.

Com pouco mais de 24 milhões de habitantes, segundo dados mais recentes do Banco Mundial, a população angolana é majoritariamente de origem Bantu. A língua oficial é o português, mas existem mais de 40 outras línguas faladas no país, sendo as mais abrangentes o umbundu, o kicongo, o kimbundu e o tchokwe.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975, fato que ainda hoje confere grande prestígio à diplomacia brasileira em Luanda.

A Declaração de Parceria Estratégica, assinada em 2010, conferiu nova dimensão às relações bilaterais. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. No âmbito da parceria, criou-se a Comissão Bilateral de Alto Nível, com vistas ao aprofundamento, por meio de encontros regulares entre os Chanceleres, do diálogo sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. Realizaram-se, até o momento, quatro encontros no âmbito daquela Comissão.

O Programa de Cooperação Brasil-Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 11 de junho de 1980. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolveu, nos últimos 18 anos, um total de 67 iniciativas com Angola. Ao longo desse período, a cooperação técnica abrangeu áreas diversas como formação profissional, educação, inclusão digital, gestão pública, agricultura, segurança alimentar, saúde e defesa.

O setor de defesa é um dos pilares da parceria estratégica entre Brasil e Angola. A cooperação nessa área já é bastante intensa, especialmente no âmbito do ensino militar. A intensidade da cooperação nesse setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

decorre, entre outros, da grande demanda angolana por formação e aperfeiçoamento de seus militares, à luz do fato de que as Forças Armadas Angolanas (FAA) se encontram em meio a processo de estabelecimento de academias de formação militar.

Ademais, Brasil e Angola encontram-se em vias de concluir negociações em torno do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, cujo texto, inicialmente assinado em 2010, teve de ser revisto, de forma a adequar-se à nova Lei brasileira de Acesso à Informação. A assinatura do referido acordo permitirá se intensificar ainda mais a cooperação nesse domínio, especialmente no tocante à pesquisa, ao intercâmbio de conhecimento, ao apoio logístico e à aquisição de produtos e serviços de defesa.

Angola é nosso sexto parceiro comercial na África, atrás de Nigéria, Argélia, Egito, África do Sul e Marrocos. Em 2015, as importações brasileiras foram quase que inteiramente de combustíveis (99,6%), enquanto os principais produtos exportados foram carnes (26%) e açúcar (13%).

Eu creio que entre esses produtos exportados não estão o grande fluxo de mercadoria comprado diretamente por turistas angolanos que vêm de Angola para comprar no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de 20 vezes. Em 2009, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, e o fluxo comercial reduziu-se a US$1,47 bilhão. Manteve-se no mesmo patamar nos três anos seguintes (US$1,44 bilhão em 2010, US$1,51 bilhão em 2011 e US$1,2 bilhão em 2012) e registrou recuperação a partir de então (US$2 bilhões em 2013 e US$2,4 bilhões em 2014). Em 2015, porém, houve novo declínio: o intercâmbio foi de apenas US$680 milhões, redução parcialmente explicada pela queda nos preços do petróleo e da consequente crise econômica naquele país irmão africano.

Concluo, Sr. Presidente.

Muito embora o Brasil seja o nono maior parceiro comercial de Angola (quinto maior exportador e 11º maior importador), a participação do Brasil no comércio exterior do país ainda é modesta. Com efeito, nossas importações correspondem a apenas 1,7% das exportações angolanas e nossas exportações a apenas 4,8% das importações daquele país. Tal cenário é explicado, sobretudo, pela posição de destaque ocupada pela China, maior parceiro comercial de Angola.

Mas eu concluo dizendo que, quando se menciona a China, nós estamos esquecendo que a culpa é nossa, por não conseguirmos concorrer corretamente com a China, em parte pelo alto Custo Brasil, que faz com que nossos produtos custem muito mais caro do que os produtos chineses, e em parte pela maneira agressiva com que eles fazem o comércio exterior.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador Cristovam.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Dito isso e nada mais havendo a tratar na nossa reunião de hoje, que foi bastante extensa, declaro-a encerrada.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2016.

Às onze horas e doze minutos do dia dez de agosto de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, José Pimentel, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à 2ª PARTE DA PAUTA – SABATINA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas". ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa". O Presidente convida os Embaixadores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os senadores Jorge Viana, Armando Monteiro, Ana Amélia, Lasier Martins, Hélio José, José Aníbal, José Agripino, Flexa Ribeiro e Fernando Bezerra Coelho. Os Embaixadores respondem aos parlamentares. O Presidente registra a presença do Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Hélio José. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. É deliberado o ITEM EXTRAPAUTA: MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia". O Presidente concede a palavra à Senadora Ana Amélia para leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Tasso Jereissati, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.ITEM EXTRAPAUTA: MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência". O Presidente concede a palavra ao Senador Valdir Raupp para leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016." Adiado. O Presidente propõe a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores, que ficam dadas como lidas e são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Srs. Senadores, a nossa reunião desta manhã é uma reunião extraordinária, como todos sabem, porque o calendário da nossa Comissão está sendo pressionado, comprimido, por outros eventos que acontecem no Senado. Além do processo de *impeachment* e de reuniões do Congresso, tivemos um breve período de recesso e haverá logo mais também o feriado do dia 7 de setembro. Sendo assim, precisamos acelerar esse processo de apreciação das indicações do Senhor Presidente da República de representantes do Brasil junto aos Estados Unidos, à União Europeia, a Portugal, às Nações Unidas e a outros postos de grande relevância para a nossa diplomacia.

A nossa reunião de hoje é para apreciar a designação do Ministro Mauro Luiz Vieira para exercer o cargo de Representante do Brasil junto às Nações Unidas e do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Eu pediria, por favor, à Secretaria que conduzisse os dois sabatinados aqui ao plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Srs. Ministros, eu dizia, ainda há pouco, que nós tivemos que comprimir bastante as atividades da nossa Comissão no espaço que temos para proceder às sabatinas, que são indispensáveis para que os senhores possam ocupar os relevantes cargos aos quais foram designados. Eu, por mim, faria uma sabatina para cada um, pela importância do cargo para que foram indicados e também pela personalidade de cada um dos senhores, dois diplomatas que ilustram as melhores tradições do Itamaraty e da nossa política externa e, além disso, amigos queridos de todos nós. No entanto, tivemos que comprimir esse calendário, como eu dizia, e vamos fazer a sabatina dos dois ao mesmo tempo.

Então, sem mais delongas, porque hoje temos também, meus caros Ministros, uma sessão do Senado e uma sessão conjunta do Congresso, e estamos todos um pouco tresnoitados também, pois ficamos aqui até às 3h30 da manhã, cada um defendendo sua posição em relação ao momentoso processo do *impeachment*, e ainda temos uma Comissão de Constituição e Justiça aqui na sala ao lado, de modo que podemos passar imediatamente à sabatina.

Ministro Mauro, quer começar?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) –

ITEM 1 - 2ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
Observações:
1 - Em 04/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Então, com a palavra o Ministro Mauro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com muita honra estou aqui hoje presente. Agradeço a V. Exª por haver convocado esta reunião extraordinária, agradeço ao Vice-Presidente, Valdir Raupp, a presença e também a convocação desta reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para, justamente, em cumprimento ao preceito legal, me examinar para exercer a função de Representante Permanente do Brasil junto à ONU.

Essa é a quarta vez que me submeto à aprovação desta Comissão para assumir a função de Embaixador do Brasil num posto no exterior, mas também participei e gostaria de lembrar de três outras reuniões desta Comissão na minha condição anterior de Ministro das Relações Exteriores, em que vim a esta Comissão para responder sobre os temas mais variados de política externa de interesse do Brasil, ocasiões em que tive sempre o melhor diálogo, o mais aberto, o mais construtivo com esta Casa e que permitiram o debate de temas muito importantes para a execução e formulação da política externa brasileira.

Eu queria registrar também meus agradecimentos ao Senado Federal e a esta Comissão pelo apoio constante que tive nesse período à frente do Ministério, em que foram aprovados 38 acordos internacionais no espaço de um ano e meio. O 39º está para ser aprovado, que são os acordos de Paris, da COP 21, que já está, pelas informações que tenho, pronto. O relatório da Relatora, Senadora Kátia Abreu,...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Será votado amanhã, Ministro. E sempre com a prestimosa colaboração do Senador Jorge Viana, vai a plenário amanhã mesmo.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Fico muito contente. Será, portanto, o 39º acordo enviado para esta Casa durante o período em que exerci a chefia do Ministério.

Eu também queria registrar que, nesse período, nesses 18 meses, foram aprovados 45 colegas como chefes de missões diplomáticas. Isso mostra a forma com que o diálogo foi sempre permanente, aberto e construtivo entre o Ministério das Relações Exteriores e o Senado, em particular com esta Comissão.

Eu queria agradecer também a V. Exª por ter designado o Senador Armando Monteiro como Relator desta minha sabatina. Além de um eminente político e representante de Pernambuco, foi um grande colega no Ministério. Junto com o Senador Armando Monteiro, desenvolvemos uma série de iniciativas na área de comércio internacional que colocaram o Brasil em posição importante, de destaque, em grandes acordos e aprofundamentos de vários acordos bilaterais e também no lançamento de iniciativas inovadoras, como foram os acordos de cooperação e facilitação de investimentos, que abrem um cenário totalmente novo, possibilitando acordos fundamentais para o crescimento do comércio brasileiro.

Eu queria também, ainda, fazer o registro, com muito pesar, da perda que tivemos, no ano passado, de um grande Senador, de um grande amigo, que foi o Senador Luiz Henrique da Silveira, que exerceu por alguns meses a Vice-Presidência desta Comissão. O Senador Luiz Henrique era um grande amigo pessoal desde a época do governo do Presidente Sarney, em que exerceu a função de segundo Ministro da Ciência e Tecnologia, sucedendo o Ministro Renato Archer, com quem tive a honra de trabalhar, e muito ativo no período da Constituinte, em que, junto com o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, cujo centenário de nascimento vamos celebrar no próximo mês de outubro, deu uma importante contribuição ao Brasil. Eu queria fazer esse registro e dizer que todos sentimos sua falta.

Honrou-me o Senhor Presidente da República com a designação para chefiar a missão do Brasil na ONU. Eu recebo honrado essa responsabilidade. E venho buscar a aprovação indispensável de V. Exªs, como mencionei, cumprindo o preceito constitucional, para poder, então, exercer minhas funções nessa organização que tem por missão muito nobre a manutenção da paz e a segurança internacional e que abrange uma série de outros aspectos, outras áreas.

A ONU começou, teve origem com a missão de manter a paz e a segurança internacional, mas, ao longo do tempo, ampliou, e muito, a sua área de atuação, sempre visando também ao desenvolvimento de relações amistosas entre os países, à promoção da cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de ordem econômica, social, cultural, humanitária, ao respeito aos direitos humanos, às liberdades individuais, como estabelecido no art. 1º da Carta da ONU, aprovada em São Francisco.

A ONU é um centro destinado a harmonizar as posições e as ações das nações para a consecução desses objetivos.

A Carta da ONU é regida por princípios fundamentais que incluem a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias, a proibição da ameaça ou do uso da força nas relações internacionais e a não intervenção em assuntos internos dos Estados.

A partir de 1948, com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU passou a ser também responsável pela promoção e universalização dos ideais de direitos humanos. Gostaria de registrar que esses princípios são coincidentes também com os princípios incorporados à Constituição brasileira de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Quanto à criação da ONU – não vou me estender muito nem sobre os antecedentes de sua criação nem sobre os órgãos principais, já sabidamente conhecidos por V. Exªs –, eu gostaria só de lembrar que já, desde o século XIX, metade do século XIX, há um movimento do concerto das Nações para criar mecanismos de governança internacional, e começou com acordos setoriais para certas atividades. O primeiro que se registra, em 1865, foi a criação da União Telegráfica Internacional, sucedida pela atual União Internacional de Telecomunicações; em 1874 há a criação da União Postal Universal; em 1899 se realiza a 1ª Conferência Internacional da Paz de Haia, cujo objetivo era elaborar elementos para solução de conflitos, prevenir guerras e codificar as regras da guerra. E outro exemplo é a criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1919. Portanto, houve esse movimento de criação de uma governança internacional.

Depois, desemboca na criação da Liga das Nações, que foi produto da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, e que nasceu e teve curta vida, porque nasceu com algumas distorções, como a criação de fortes indenizações financeiras aos países derrotados, levou em conta interesses econômicos estratégicos territoriais dos vencedores, não tinha participação de vários países importantes como os Estados Unidos, não teve, no primeiro momento, a participação da então União Soviética, e a corrida armamentista dos anos 30 comprovou que a organização estava muito comprometida. A organização deixou definitivamente de existir em 1946, no momento da primeira Assembleia Geral da ONU.

O termo Nações Unidas foi utilizado pela primeira vez pelo Presidente norte-americano Roosevelt, em 1942, quando articulava um compromisso dos países de continuar a lutar contra as potências do Eixo.

Agora, passando imediatamente para a ONU em si, eu gostaria de dizer que, devido a seu caráter internacional único e aos grandes poderes previstos na Carta, a ONU age sobre uma amplíssima gama de questões. Embora a manutenção da paz, a consolidação da paz, a prevenção dos conflitos e a assistência humanitária sejam as áreas mais conhecidas, tanto da ONU como do Sistema ONU, das agências, dos fundos, dos programas e das agências especializadas, essa atuação é amplíssima e envolve áreas fundamentais, como desenvolvimento econômico, social e sustentável, meio ambiente, proteção a refugiados, combate ao terrorismo, desarmamento e não proliferação, promoção da democracia, direitos humanos, igualdade de gênero, governança, saúde, alimentação, educação, direitos fundamentais. É importante também lembrar que a ONU, mais recentemente, passou a atuar em áreas importantíssimas para a convivência dos Estados, como meio ambiente, questões climáticas e tecnologia da informação.

A ONU, ao ser criada, em 1951, tinha 51 Estados-membros, e o Brasil era um deles. Hoje a ONU tem 193 Estados-membros. São membros todos os Estados independentes e amantes da paz que se submetam aos compromissos incluídos na Carta de São Francisco. Esse grande crescimento se deveu ao grande movimento de descolonização dos anos 60, quando foram incluídos novos 43 membros, sobretudo da África, depois, também, ao desmembramento da União Soviética e, posteriormente, ao fim da Iugoslávia, levando aos atuais 193 países-membros.

A ONU atua por seus principais órgãos, que são: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social – o Conselho de Tutela deixou de existir, não funciona desde 1994, quando deixou de existir sua razão de ser –, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado, que administra a organização.

Há uma série de desafios, evidentemente. Um dos desafios importantes que vamos ter proximamente e que terá que ser solucionado até o final do ano é a eleição do novo Secretário-Geral da ONU. O mandato do atual Secretário Ban Ki-moon expira em 31 de dezembro. E há vários candidatos, onze candidatos mais precisamente, inclusive cinco mulheres.

Não há uma obrigação, pelos estatutos da ONU, de se seguir uma rotação geográfica ou de se adotar questões de gênero, mas, evidentemente, como a questão de gênero é um tema importante de debate na ONU, isso está sendo considerado também. Há muitos candidatos a candidatos, sobretudo muitos candidatos do Leste Europeu, que é a única região que não contou até o momento com nenhum Secretário-Geral da ONU. A segunda região que teve menos Secretários-Gerais é a América Latina e Caribe, que teve um Secretário-Geral, o peruano Pérez de Cuéllar. A Europa já teve três, a África já teve três e a Ásia teve dois.

Então, estamos justamente neste momento em que a questão é decidida basicamente no Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança tem a capacidade de discutir, escolher, buscar um consenso, e indicar à Assembleia Geral o nome que será, então, aclamado Secretário-Geral.

O Conselho de Segurança pode também indicar mais de um nome, mas é raro. Nunca aconteceu, e acredito que não acontecerá porque o Conselho estaria abrindo mão da sua capacidade de controle do sistema de sucessão e de indicação do Secretário-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Quando vai acontecer isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Esse processo já começou. Primeiro, num movimento de mais transparência e de mais abertura, desta vez foi feita uma convocação, na Assembleia Geral, de um debate, uma apresentação, uma sabatina, como a que hoje nós estamos fazendo, em que os 11 candidatos se apresentaram e foram ouvidos, responderam a questões, e alguns se saíram melhor do que outros. Depois, já se passou para o processo de seleção no Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança já fez duas rodadas de votações secretas, em que se pode indicar, na cédula, "apoiar", "não apoiar" ou "neutro", voto neutro. São as três opções. O resultado é secreto até o momento, não se tem indicação a não ser por jornal. Há um candidato da União Europeia, que é o ex-Primeiro-Ministro de Portugal, Guterres; há várias candidatas do Leste Europeu, como a atual Secretária Executiva da Unesco, Irina Bokova, e várias outras, inclusive uma mulher sul-americana, que é a Ministra das Relações Exteriores da Argentina, Susana Malcorra. Então, essa é a situação neste momento. Deve haver, no mês de setembro, uma outra votação no Conselho e, em outubro ou novembro, a votação final, em que seria encaminhado, então, à Assembleia Geral, o nome para ser homologado. E isso tem que acontecer até 31 de dezembro.

Bem, a ONU é a única organização internacional de caráter multilateral universal com propósitos amplos, como eu já mencionei, que vão da manutenção da paz a questões de desenvolvimento econômico. E há uma consciência, na ONU, entre seus 193 membros, alguns mais engajados, outros menos, de que a organização precisa passar por uma reforma e uma renovação de alguns de seus órgãos e dos métodos de trabalho. Um deles, obviamente, é o Conselho de Segurança, que reflete ainda uma estrutura do final da Segunda Guerra Mundial, uma estrutura da época da guerra fria.

Eu gostaria só de mencionar que, quando foi criada a ONU e o Conselho de Segurança, o Brasil chegou, em 1945, ou ainda anteriormente, em 1944, na grande reunião que houve em Washington, em Dunbarton Oaks, a ser mencionado como sexto membro permanente do Conselho de Segurança. Essa proposta não avançou, mas o Brasil teve, depois, em São Francisco, um papel, uma atuação muito importante, que levou à inclusão de vários itens fundamentais na Carta de São Francisco, como a possibilidade de revisão da Carta, o primado do Direito Internacional e a associação entre a manutenção da paz, as operações de paz e o desenvolvimento e o apoio, evitando que as iniciativas de reconstrução e de apoio se limitassem apenas aos países europeus devastados pela guerra.

E unimos, então, a questão da manutenção da paz e também a da promoção do desenvolvimento integral como forma de manter a paz, consolidando a posição de que apenas o uso da força não resolveria os problemas graves de segurança.

Então, eu gostaria só de lembrar que a necessidade de revisão, de reforma da ONU não se limita também ao Conselho de Segurança, mas a várias outras áreas. Algumas reformas já aconteceram. Eu me esqueci de mencionar que já houve uma primeira reforma do Conselho de Segurança, mas que ficou aquém do esperado, que foi na década de 60, mais precisamente, entrou em vigor em 1965, quando foram criados quatro novos assentos não permanentes no Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança sempre teve cinco membros permanentes e seis não permanentes. Em 1965, foram incluídos mais quatro países, mais quatro lugares como membros não permanentes, e nós temos hoje a configuração de cinco permanentes e dez não permanentes.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Se nós levarmos em conta o número de países que existiam na época da criação da ONU, que eram 51 países, um Conselho de Segurança com 11 membros era basicamente 22% dos países membros da organização. Hoje, com 193 países, nós temos apenas 7,5% de representação dos países, o que mostra a necessidade de uma renovação do Conselho. Se nós fôssemos aplicar a mesma proporção, o Conselho teria que ter hoje em dia 40 ou 41 membros.

Os projetos de reforma do Conselho são variados. Há vários grupos. O Brasil pertence ao G4, junto com Japão, Índia e Alemanha – um europeu. Propomos justamente essa reforma e a criação de novos membros permanentes e não permanentes. Há outros grupos, composições diferentes, mas o importante é ter em mente que essa discussão está presente na ONU e já com a participação ativa do Brasil no G4, junto com os outros países.

Não se permitirá novamente uma solução interina e intermediária, como aconteceu em 1965, porque havia um movimento muito forte, no princípio, para incluir apenas dois membros novos no Conselho. Eu acho que a criação do grupo de trabalho, que tem quase 20 anos de duração, e depois das negociações intergovernamentais, criou uma consciência de que a reforma é necessária e tem que levar a um Conselho de Segurança que seja inclusivo, representativo e em que todos os países estejam presentes, ou todas as regiões estejam representadas.

É importante também levar em conta a questão do veto que os membros permanentes têm. O veto é um dos pontos que estabelecem uma diferença entre as posições do G4 e outros grupos, como o grupo afri-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

cano, que postula a questão do veto imediatamente. Os novos membros permanentes teriam o direito de veto automaticamente.

O G4 propõe que a questão do veto seja discutida posteriormente, que haja primeiro a expansão do Conselho e que, em quinze anos, haja uma revisão em que seria discutida a questão do veto.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Brasil sempre foi um membro muito atuante, muito presente na ONU desde a criação, como mencionei, na Carta de São Francisco, e sempre levou a sua contribuição como um país que procura a inclusão social, o desenvolvimento, aliado à segurança, e a abordagem de novos temas que, com o correr do tempo, chegaram à discussão na ONU, como, e já mencionei, tecnologia da informação, meio ambiente, mudanças climáticas.

O Brasil teve participação muito intensa também em São Francisco, na aprovação da Carta, na questão da articulação diplomática latino-americana regional, que o Brasil sempre valorizou. E essa articulação foi feita sobretudo na Conferência de Chapultepec, sobre paz e questões de segurança, e foi subsidiária, quer dizer, criou, compatibilizou a posição latino-americana para a Conferência de São Francisco e deu origem mais tarde, em 1948, à OEA (Organização dos Estados Americanos). E, como já disse, a grande contribuição também é de que os esforços de reconstrução não se limitassem à Europa, mas que fossem também levados a todas as regiões do mundo e com um papel importante do Ecosoc.

Eu só diria, finalmente, que o Brasil, como os senhores sabem, há 61 anos, é o primeiro país a abrir a Assembleia Geral, o que reflete também o papel importante que o Brasil sempre teve nas discussões dos temas internacionais; é a nossa contribuição, não só como um grande país continental, uma grande população, uma importante economia, mas também o prestígio que o Brasil sempre deu às questões fundamentais em discussão.

A atuação da ONU abrange áreas importantíssimas como os refugiados. E gostaria de lembrar que agora, em 19 de dezembro, vai haver uma reunião de alto nível sobre grandes movimentos de refugiados e imigrantes, que é um tema fundamental, sobretudo à luz dos grandes conflitos que afetam o norte da África, o Oriente Médio, em particular, também, a Síria e a Líbia.

Gostaria ainda de mencionar que um ponto importante da participação brasileira na ONU é a questão das operações de paz. O Brasil participa de nove das atuais dezesseis operações de paz da ONU. Em duas delas, desenvolve um papel de protagonismo: no Haiti, na Minustah, em que tem, desde sua criação, em 2004, o comando militar da operação, com um contingente importante – atualmente da ordem de 1.800 homens –, com batalhões de engenharia, de saúde, de assistência e de educação e também é o chefe da força-tarefa marítima da Unifil, que é a missão de estabilização do Líbano.

O Brasil teve também o comando militar da Monusco, que é a operação para a manutenção e estabilidade do Congo. O comando brasileiro foi recentemente encerrado pelo Gen. Santos Cruz. E historicamente participa das operações de paz desde a Força de Paz de Suez.

Nós acompanhamos com muito interesse e devemos participar também da Missão Política Especial sobre a Colômbia, que vai acompanhar a implementação dos acordos de paz entre o governo colombiano, as Farc e o Exército Popular. Isso é um tema fundamental para o Brasil. Creio que a estabilidade final, o fim do processo violento na Colômbia e a instalação da paz vão ser muito propícios a todos os países da América Latina e vão permitir que os laços de cooperação de comércio, de investimentos e de desenvolvimento se intensifiquem mais ainda.

Finalmente, mencionaria a questão de Guiné-Bissau. O Brasil preside a configuração de Guiné-Bissau, da Comissão de Consolidação da Paz, também buscando a estabilidade desse país, que é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como o Brasil, e que é fundamental para a estabilidade do Tráfego Marítimo Internacional na zona do Golfo da Guiné.

Esses são basicamente os temas principais. Não quero tomar muito tempo, Sr. Presidente. Evidentemente, estou aberto às perguntas dos Srs. Senadores, com as quais eu poderia complementar esta minha apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Ministro.

Nós vamos ouvir agora o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, que foi indicado para nos representar na República Portuguesa.

ITEM 2 - 2ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
Observações:
1 - Em 04/08/2016, foi lido o Relatório pelo Senador Fernando Bezerra Coelho e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria começar agradecendo ao Sr. Senador Aloysio Nunes, Presidente desta Comissão, por convocar esta reunião. Eu queria agradecer ao meu Relator, Senador Jorge Viana, seu generoso relatório e, por meio dele, agradecer a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores nesta reunião.

Gostaria também de agradecer a presença dos colegas que vieram aqui e que muito me honram com suas presenças e dizer também de minha honra e prazer de compartilhar esta sabatina com meu querido amigo de tantos anos, Embaixador Mauro Vieira.

Fui indicado pelo Senhor Presidente da República em exercício, indicação que muito me honrou, para chefiar a nossa Embaixada junto à República Portuguesa.

Quero fazer aqui um breve relato da nossa relação, seu atual estágio e como eu vejo os próximos passos.

A relação de proximidade entre o Brasil e Portugal existe há mais de 500 anos, ela tem profundos componentes culturais e humanos. Hoje em dia, no século XXI, ela se transformou numa rica rede de interação em todos os campos. Obviamente, ela é facilitada por um idioma comum, pela alta mobilidade humana nos dois sentidos e por uma robusta e diversificada relação econômico-comercial. Isso faz com que as relações entre os dois países estejam, hoje, num momento particularmente propício.

Em primeiro lugar, queria ressaltar a importância do fato de termos, hoje, cerca de 85 mil brasileiros morando legalmente em Portugal, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento e a prosperidade daquele país. São brasileiros das mais variadas ocupações e níveis de vida, que estão, portanto, dando a sua contribuição ao desenvolvimento de Portugal.

No Brasil, são milhões de descendentes de portugueses, brasileiros todos, mas que estão aqui nos ajudando a construir o futuro do nosso País.

Então, a minha visão da relação é, necessariamente, moldada por esse lado humano, que é, na verdade, o fio condutor dos demais aspectos da relação com Portugal, sejam eles políticos, econômicos, comerciais, culturais, enfim.

Eu começaria pela política.

O atual governo português se forma em 26 de novembro de 2015, sob a liderança do Primeiro-Ministro António Costa, com, pela primeira vez em Portugal, uma coligação da centro-esquerda com a esquerda propriamente dita.

Normalmente, em Portugal, o que eles chamam de "arco de governação" são as alianças entre centro-esquerda, centro e centro-direita. São três grupos que se coligam e formam os governos. Dessa vez, não. Pela primeira vez, até por questões de número de assentos na assembleia, temos lá uma coligação da centro-esquerda com o Partido Socialista e outros grupos de esquerda. Com isso, o governo obteve a maioria de 123 cadeiras numa assembleia de 230 membros, sendo que, ainda assim, a maior bancada segue sendo a do Partido Social Democrata, do ex-Primeiro-Ministro Paulo Passos, com 89 Deputados. Mas ele não conseguiu montar um governo estável.

O Presidente é o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, desde março deste ano. Ele é filiado ao PSD, portanto, um partido diferente do que está no governo. Há lá, nesse caso, a chamada coabitação, um sistema que funciona bem em Portugal, porque há uma tradição de cooperação muito grande entre a presidência e o governo, ainda quando sejam de partidos diferentes.

Portugal é, hoje, um país com 10 milhões de habitantes, com um PIB de cerca de US$240 bilhões. É comparável, só para se ter uma ideia, mais ou menos, com o PIB do Chile.

Tem alta renda *per capita,* cerca de US$25 mil, bastante alta, e um IDH também alto, de 0,83. Se comparado ao nosso, que é de 0,75, vemos que Portugal está em uma posição muito boa. E a expectativa de vida é próxima aos 81 anos, que é bastante alta também. Isso mostra, portanto, um país organizado, estável e próspero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Porém, enfrentou recentemente uma grave crise econômica nos reflexos da crise global de 2008. Fez um acordo de resgate com a Troika, que, no caso, era o FMI, o Banco Central Europeu e a própria União, em 2011, no valor de 78 bilhões de euros por um prazo de três anos. Passou por um forte ajuste, como contraparte desse empréstimo, com elevação de impostos, com corte de gastos públicos, com incentivo maior à produtividade, enfim, atacando os problemas que enfrentava. Esse programa de recuperação teve, em um primeiro instante, um forte impacto recessivo, tendo o desemprego chegado a 17,5% em 2013, afetando fundamentalmente os mais jovens, que eram mais de 20%.

O PIB chegou a cair, em 2012, a –4%. Portugal soube vencer essa etapa com o ajuste que fez e hoje apresenta uma clara recuperação. Em 2014, para se ter uma ideia, houve um crescimento já de 0,9%; em 2015, já um crescimento de 1,5% como resultado do ajuste.

Além disso, Portugal é parte de um espaço econômico, a União Europeia, que é um dos mais ativos e dinâmicos motores da economia global.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Nesse sentido, a importância econômico-comercial de Portugal vai muito além das considerações de tamanho ou de PIB; enfim, ela é um parceiro confiável e constante para a projeção dos interesses brasileiros na Europa.

Existe uma dinâmica bastante robusta de investimento nos dois sentidos, de empresas brasileiras em Portugal e portuguesas no Brasil. E, portanto, isso leva a que a relação do Brasil com Portugal seja absolutamente estratégica do ponto de vista da inserção do Brasil no mercado da Europa.

O próprio Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, quando esteve recentemente no Rio de Janeiro para aquela maravilhosa abertura dos Jogos, disse que o Brasil e Portugal vivem um momento muito especial de recuperação econômica e que isso abre possibilidades de um trabalho conjunto para o desenvolvimento.

Mas, obviamente, as relações com Portugal vão muito além do tema econômico-comercial. A dimensão humana, volto a dizer, é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu quero insistir em uma idiossincrasia minha: eu não quero conversa entre as pessoas que são convidadas a participar para acompanhar as nossas sabatinas, as nossas audiências. Esse silêncio tem que ser respeitado, numa atmosfera de solenidade nesta Comissão. Inclusive isso vale para os assessores. Peço, então, a todos que se mantenham em silêncio. Se houver necessidade de uma conversa, saiam um minuto da sala ou vão à sala da Secretaria.

Obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu dizia que, politicamente, temos uma relação muito sólida com Portugal, ao longo de todos os governos. Portugal tem sido uma fonte constante de apoio às candidaturas do Brasil aos organismos internacionais. Lembro, aqui, o caso da FAO, o caso da OMC, quando Portugal divergiu dos europeus e promoveu as candidaturas brasileiras mesmo contra um candidato espanhol, no caso da FAO, e um candidato mexicano, no caso da OMC, que os europeus queriam apoiar.

Em ambos os casos, Portugal nos foi absolutamente solidário e nos apoiou. E tem sido um forte parceiro no sentido de impulsionar, na União Europeia, o acordo Mercosul com os europeus. Isso tem sido, para nós, uma fonte de alento sempre, porque eles nos ajudam, eles buscam a promoção do acordo.

Um ponto destacado no relacionamento político é o intercâmbio entre os Parlamentos dos dois países. Eu quero lembrar que, caso eu tenha a honra de ser aprovado, gostaria muito de apoiar e estimular visitas mútuas de Parlamentares nos dois países. Recordo, a respeito, que, na Assembleia da República Portuguesa, foi instalada já, nesta legislatura, o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nós até recebemos uma representação desse grupo não há muito tempo.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Exatamente. Mas nós ainda temos que instalar o nosso, que acho que está em curso, e que será, sem dúvida nenhuma, um reforço a essa relação, que é, por todos os títulos, fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Jorge Viana, que é descendente de portugueses, já podia tomar a iniciativa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Aceito o desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Em termos culturais, eu não preciso dizer da intensidade e da proximidade dessa relação. A música brasileira, as produções de TV e cinema, a literatura, o teatro, as artes plásticas, toda a produção cultural brasileira é extremamente bem recebida em Portugal.

Caso aprovado, eu envidarei todos os esforços para levar adiante um trabalho constante de promoção da cultura brasileira. Nesse sentido, algo que é correlato é a promoção também do turismo para atrair o turista português ao Brasil. O turismo, todos sabem, é fonte de renda, de emprego, de prosperidade, e vejo como uma importante função do Embaixador em Portugal buscar atrair o turismo ao Brasil.

Quanto ao setor educacional, temos intenso intercâmbio de estudantes. Hoje, temos, em Portugal, 480 bolsistas de pós-graduação, especialmente de doutorado e pós-doutorado. Tínhamos, originalmente, 3.800 bolsas do Ciência Sem Fronteiras, mas as bolsas de graduação foram suspensas, porque se buscou privilegiar o estudo em outros idiomas. As universidades portuguesas se ressentem um pouco do fato de que perderam esse nosso fluxo de alunos. Sem dúvida, é algo que temos que pensar com carinho, porque são universidades de grande qualidade.

No setor de ciência, tecnologia e inovação, eu ressalto a estreita cooperação no desenvolvimento, pela Embraer, do avião de transporte KC-390, que é o maior já fabricado com tecnologia brasileira e conta com a participação de 16 empresas portuguesas em sua cadeia de produção, especialmente, nas instalações da Embraer em Évora. Isso faz com que seja Portugal um parceiro importantíssimo também nessa área.

Há ainda na área de tecnologia alguns projetos bem interessantes, como o da Itaipu Binacional, por um lado, e, de outro, também, o Governo de Minas sobre mobilidade urbana usando plataforma de *software* portuguesa chamada mobi.me, que é usada na Europa inteira e que administra redes de mobilidade urbana. Então, isso é algo muito interessante que temos já em curso, na cooperação com eles.

Além disso, há outras áreas importantes em que já temos cooperação, como nanotecnologia, biotecnologia, engenharia de petróleo e, mais recentemente, o início de um diálogo para a cooperação espacial, especialmente em termos de observação de oceanos, coisa para a qual Portugal tem uma qualidade muito grande.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de encerrar minha apresentação agradecendo a paciência de todos e dizer que estou às ordens para eventuais perguntas. E sem dúvida uma mensagem que eu gostaria de deixar é essa de buscar incrementar ainda mais a cooperação entre os Parlamentos dos dois países.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Ministro.

Nós vamos passar, agora, à arguição por parte dos Srs. Senadores. E a primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, depois, o Senador Jorge Viana e inscreve-se agora o Senador Lasier.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes de iniciar a sabatina, caro Presidente Aloysio, eu consulto V. Exª se, após a sabatina, mesmo que hoje seja uma reunião extraordinária nossa, podemos fazer a leitura de uma indicação de que sou Relatora, do Embaixador que vai para a Colômbia, para apenas fazer o relatório. Após o encerramento da sabatina e dos questionamentos para os nossos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro. Faremos isso sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu indago se Relatores na origem têm precedência nessa reunião?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Os dois Relatores? Eu acho interessante.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu me curvo inteiramente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não. Não sei se está no Regimento ou não, mas acho que seria muito razoável.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Você tem algum problema de horário?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Não, e inclusive cheguei depois do Senador. Faço questão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não é regimental, mas acho que é prático, razoável e proveitoso.

Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu o cumprimento. E mesmo num dia difícil, porque temos daqui a pouco uma sessão deliberativa num horário que não é o costumeiro e em seguida também uma sessão do Congresso, estamos fazendo excepcionalmente esta sabatina com duas figuras emblemáticas da diplomacia brasileira, com quem tenho o privilégio de um convívio mais próximo, de amizade, e acho que de fato a atenção que o Senador e nosso Presidente Aloysio Nunes tem dado é merecida, porque estamos diante de duas figuras que foram bons e grandes chanceleres do nosso País. Acumularam, ao longo de suas carreiras profissionais, experiências fantásticas de vida e de relação e certamente podem deixar muito, como estão fazendo hoje aqui, no Senado Federal, nesta Comissão.

Então, queria muito cumprimentar o Embaixador Mauro Vieira e também o Embaixador Luiz Figueiredo. Estou certo de que a indicação feita pelo Senhor Presidente é muito adequada. Nosso Embaixador Mauro Vieira vai representar o Brasil junto às Nações Unidas, levando consigo todo esse acúmulo, toda experiência, toda autoridade e também o respeito que adquiriu diante do mundo. Então, o Brasil estará certamente muito bem representado.

E, tendo em vista a importância da relação Brasil Portugal, o Embaixador Luiz Figueiredo – hoje de manhã eu conversava com ele, que está indo com satisfação também para dar uma contribuição –, estou certo de que fará uma grande missão.

Eu queria, Embaixador Mauro, primeiro fazer... Nós aqui, durante os últimos cinco anos, tratamos da questão dos refugiados no Brasil. O mundo, aliás, tem nesse tema um dos seus maiores desafios. A Europa lida com isso. V. Sª está indo para as Nações Unidas e citou, inclusive, que devemos ter um evento em setembro sobre a questão dos refugiados.

Só pelo Acre passaram 40 mil refugiados. Nós tivemos que lidar com um tema delicadíssimo sem ter as condições adequadas. Foi muito perigoso. Chegamos a ter 2 mil refugiados num alojamento improvisado em Brasileia. Depois, o Governador Tião Viana fez uma melhor adaptação, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério da Justiça, em Rio Branco.

O Brasil mudou completamente o trato que tinha com o Haiti do ponto de vista dos refugiados, mudou completamente. Criou uma força-tarefa lá, em Porto Príncipe, liberou completamente... Começou liberando cem vistos por mês, mas nós tínhamos essa quantidade de haitianos chegando, de senegaleses... Ou seja, pessoas de mais de dez países, aproveitando a ligação rodoviária que fizemos com o Peru, criaram uma rota. Aí, grupos que exploravam esse serviço também se instalaram.

Então, havia essa situação muito delicada, passando pelo Equador, pelo Peru... Eles iam até o Panamá, depois até o Equador, entravam pelo Peru e chegavam ao Brasil, na fronteira, às centenas. E o Brasil tinha que tomar uma decisão: seria o caso de deixar do lado de lá centenas de pessoas que passaram pelo drama do terremoto no Haiti?

O Governo do Acre gastou mais de R$20 milhões ao longo desses anos, de 2010 para cá, no acolhimento dessas pessoas. Foi criticado, tivemos problema até em São Paulo. Eles não queriam ficar no Acre, era passagem. Queriam ir para São Paulo.

Mas, enfim, depois de um longo tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...nós tivemos uma ação do Governo Federal, e essa situação refluiu bastante.

Agora há outra situação. Por isso, acho que não podemos fugir desse tema, inclusive porque ele segue muito presente no mundo. Se mais adiante V. Exª puder avançar um pouco mais sobre o desafio que isso significa para o mundo hoje, e para o próprio Brasil...

Senador Aloysio, eu vou toda semana para o Acre. O Senador Petecão, que estava aqui ainda há pouco, também. Não são menos do que 20 haitianos indo para o Acre. Eu tenho conversado com eles, que, desconfiados, não se abrem, mas a informação que temos é de que eles estão, agora, num movimento contrário, indo para o Chile. Se é questão econômica – que pode ser –, se é outra busca de expansão... Mas alguns falaram para mim que estavam visitando a família e iriam fazer o caminho de volta. Achei... É um caminho muito...

Mas, enfim, o certo é que nós temos uma movimentação. Só pelo Acre passaram mais de 40 mil refugiados de dezembro de 2010 até o começo deste ano.

Este é um tema importante, e estou seguro de que o Brasil seguirá tendo um grande desempenho junto às Nações Unidas com a presença do Embaixador e ex-Ministro Mauro Vieira.

Do Embaixador Luiz Figueiredo, eu gostaria de ouvir também um comentário. Primeiro, se for possível, se não tiver ninguém assumindo, gostaria de estar à frente, juntamente com outros colegas, óbvio, da orga-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nização desse grupo parlamentar. Que esse grupo possa avançar e criar uma coisa realmente sólida, que funcione, entre Brasil e Portugal.

Nós temos um desafio que está muito mal conduzido, que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, comunidade que tem no Brasil e em Portugal, obviamente, sua referência para poder funcionar.

Recentemente tivemos uma missão, atribuição constitucional do Senado e da Câmara, missão que veio e foi para a Câmara e criou até um constrangimento. Estive com o Embaixador de Portugal. É uma situação delicadíssima para resolvermos, porque essa comunidade é muito viva, muito presente, mas carece da representação do Brasil, e o Brasil não institucionalizou, não votou a indicação dos Deputados e Senadores e das Deputadas e Senadoras para compor a CPLP. Estamos diante um vácuo nesse sentido.

Eu gostaria, então, de colocar esse desafio para o Sr. Embaixador. Devemos trabalhar juntos, inclusive esta Comissão, para que, efetivamente, a presença brasileira esteja lá institucionalizada, como requer o acordo que temos, e o trabalho possa seguir em frente. Esse, acredito, é um desafio importante.

Muito obrigado.

Não tenho dúvida de que vamos ter aqui a aprovação dessas duas indicações do Senhor Presidente, e lá no Plenário, dentro do possível, como sempre tenho feito com o Senador Aloysio, estou à disposição para, na maior brevidade possível, fazermos a apreciação das indicações dos Srs. Embaixadores Mauro Vieira e Luiz Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu quero fazer um comentário.

Está em curso a elaboração uma nova legislação sobre imigração no Brasil – já foi aprovada aqui, no Senado. Eu sou o autor do projeto, que tramitou aqui, pela nossa Comissão, e recebeu várias emendas. O Senador Lasier participou intensamente desse processo. Agora, a matéria aprovada pelo Senado está na Câmara e já está em fase final de apreciação. Foi criada uma comissão especial; a Relatora é a Deputada Bruna Furlan, que já apresentou seu parecer com algumas modificações em relação ao projeto do Senado. Desse modo, a matéria deverá voltar para cá, e eu espero que nós possamos aprovar essa nova lei, que é uma lei que aborda a imigração sob ótica muito diferente daquela da lei atual, a ótica da acolhida em vez da ótica da proteção, do *refoulement*.

Agora nós vamos ouvir o Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quanto à CPLP, eu confesso que não estava a par dos seus problemas. Se o senhor puder trazer, na próxima reunião, uma informação mais precisa sobre as pendências, seria bom, porque aí nós poderíamos assumir a vanguarda desse processo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, colegas do Senado, quero, primeiramente, expressar minha satisfação de poder participar desta sabatina, sobretudo tributando logo um reconhecimento a essas duas figuras que são tão expressivas no quadro da diplomacia brasileira, dois ilustres quadros do Itamaraty que têm uma trajetória extremamente rica e densa em seus currículos, inclusive tendo ascendido, ambos, à condição de Ministro das Relações Exteriores.

Permita-me fazer um registro particular, da oportunidade que tive de conviver com o Chanceler Mauro Vieira ao tempo em que, juntos no MDIC e no Itamaraty, pudemos dar curso a uma agenda, a meu ver, densa, produtiva e que resultou não apenas na celebração de acordos em diversas áreas e no aprofundamento de acordos já existentes, mas também no lançamento de iniciativas que, tenho certeza, haverão de frutificar e se traduzir na ampliação, sobretudo, dos fluxos de comércio do País.

Mas eu queria agora, na perspectiva das novas missões que assumem, colocar aqui alguns temas específicos, considerando a missão de cada um. E não poderia deixar de aproveitar a presença de ambos para provocá-los a respeito de alguns temas que não estão diretamente ligados à missão que vão assumir, mas que parecem de indiscutível interesse.

Com relação à ONU, eu indagaria ao Chanceler, ao Ex-Ministro Mauro Vieira, o seguinte. O tema da reforma do Conselho de Segurança já foi considerado prioritário na década passada do ponto de vista da política externa do Brasil, sobretudo considerando a perspectiva da incorporação daquele grupo do G-4, ao qual o Brasil se vincula. Olhando o *site* do Itamaraty, percebe-se que essa questão ainda está viva, no sentido de que há processos ainda de reuniões de que o Brasil participa com o G-4 etc. Tomei conhecimento de uma declaração recente do Chanceler José Serra, salvo engano num programa de televisão, em que ele diz que essa questão já não se coloca como uma prioridade do ponto de vista da visão da política externa brasileira. Eu indagaria ao Chanceler Mauro como vê essa questão. Isso ainda deve ser uma prioridade do ponto de vista da política externa? Ou no cenário atual essa questão perde relevo, perde importância?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Outro tema diz respeito a esse desengajamento do Brasil das missões de paz. No caso do Haiti, nós estamos há anos prorrogando essa presença do Brasil. E agora, ao que parece, havia uma previsão de que em outubro nós pudéssemos nos retirar, mas houve já uma prorrogação por mais seis meses. Eu queria uma avaliação sua, gostaria de saber como vê esse processo de desengajamento, tendo em vista que mais de 30 mil militares brasileiros ao longo desses dez anos estiveram de alguma forma vinculados a essa missão.

E ainda há um tema que me parece interessante, que entra na pauta da ONU, que é a questão da cooperação no plano do combate à corrupção. Há registros de uma reunião que ocorreu no ano passado e de que há uma agenda que começa a se mover no sentido de que os países possam promover uma ampla cooperação, em todos os níveis, relativamente a essa questão. Gostaria também de ouvi-lo sobre esse tema.

Encaminharia aqui ao Embaixador Figueiredo...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... duas questões mais específicas.

Uma diz respeito à perspectiva que se abre agora na relação bilateral com Portugal, espero, com a perspectiva do acordo Mercosul - União Europeia. No plano bilateral, a nossa corrente de comércio com Portugal caiu muito. Quer dizer, nós já tivemos uma corrente de quase US$3 bilhões em 2011, mas isso se reduziu substancialmente, em grande parte devido à desaceleração das economias, do próprio comércio internacional, à queda de preço de *commodities* e de bens manufaturados. Agora, porém, abre-se a perspectiva de um acesso mais franco e direto, sobretudo nessa moldura mais ampla do acordo Mercosul e União Europeia.

E aí há um tema que me parece interessante, que é o da internacionalização e da integração produtiva – o foco é o interesse das empresas brasileiras –, tendo em vista, por exemplo, que Portugal tem uma relação muito próxima com alguns países da Europa, como Espanha, Alemanha e França – 50% do comércio de Portugal é feito com esses três países. Isso abre a perspectiva de que empresas brasileiras possam vir a se integrar a esse processo tendo ganhos indiscutíveis.

O outro tema que gostaria de colocar já foi abordado pelo nosso companheiro Jorge Viana. Eu o acompanhei porque há um fórum empresarial também na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e o que a gente verifica é que, ao longo de 20 anos, esse fórum produziu muito pouco. Eu gostaria de uma avaliação sua sobre o que fazer para transformar essa iniciativa, que é tão interessante, que já completa 20 anos...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...em algo que tenha efetividade. Até hoje nós ficamos apenas enaltecendo os nossos laços culturais e étnicos, sobretudo na perspectiva da difusão da Língua Portuguesa, mas isso não se traduziu efetivamente em ganhos para os membros da comunidade.

Para finalizar, duas questões que eu endereço a ambos e que dizem respeito a alguns temas da conjuntura.

O primeiro é essa questão do Mercosul, que nos aflige. Quer dizer, há neste momento uma crise na questão da presidência temporária do Mercosul, crise que pode produzir prejuízos importantes no caso de alguns processos negociadores que estão em curso. Então, eu gostaria de ouvir de cada um uma avaliação dessa questão que eu reconheço como muito sensível do ponto de vista político, mas, ao mesmo tempo, muito importante para o Brasil.

Aproveitando ainda o tema da agenda do clima, sabendo, inclusive, que o nosso Embaixador Figueiredo tem particular vinculação com esses temas, gostaria de uma avaliação sobre essa questão do Acordo de Paris, sobretudo levando em conta o acordo que vai ser internalizado, o acordo que a nossa Comissão, segunda-feira, vai poder aprovar, ratificar. E lembro que, nesse tema, não há sanções, quer dizer, os países definem as metas, mas não há nenhuma sanção que possa ser imposta aos países que não cumprirem as metas. Qual é a avaliação de ambos sobre essa questão?

Eram esses os temas.

Eu agradeço pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Vamos ouvir agora a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, caros Embaixadores, Chanceleres Mauro Vieira e Luiz Alberto Figueiredo Machado, eu queria cumprimentá-los – vão para outros desafios – e agradecer-lhes pela atenção que me foi dispensada nas missões oficiais que tive nos Estados Unidos – primeiro o Embaixador Mauro e, depois, o Embaixador Figueiredo foram nossos representantes na capital norte-americana.

Eu queria também agradecê-lo pela referência e pela lembrança de um amigo inesquecível que tivemos todos nós aqui e que faz muita falta sempre, especialmente em momentos como os de agora, mais turbulen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tos, que estamos vivendo: Luiz Henrique da Silveira. Convivi com ele e compartilhei de sua amizade, que é a coisa mais importante, e também aprendi com sua experiência. Ele sempre foi defensor de uma diplomacia pragmática, de uma diplomacia eficiente, e ele internacionalizou o Estado dele, Santa Catarina, e nós, gaúchos, que temos uma vocação também para isso, aprendemos muito com Luiz Henrique.

Embaixador Mauro Vieira, só espero que, depois do Papa argentino, não venha uma Secretária-Geral da ONU também argentina, porque aí vamos ter que nos curvar à eficiência e à capacidade...

Há um comentário de que a Chanceler argentina, que hoje, se não me engano, tem uma função muito próxima à do Secretário-Geral Ban Ki-moon, estava muito bem credenciada. Como o senhor falou na exposição – embora eu não estivesse aqui, meu assessor lembrou –, são vários candidatos e, entre eles, há cinco mulheres candidatas. Quais são as chances na sua visão, mesmo que o senhor... Gostaria que o senhor pudesse abordar essa questão.

Existem alguns programas junto às Nações Unidas que são ligados ao PNUD e ligados a entidades do Rio Grande do Sul. São muito detalhados, nem vou lhe fazer questionamentos sobre isso, mas gostaria de pedir-lhe um olhar atento sobre essas matérias que dizem respeito a determinadas regiões, não só ao meu Estado, mas a todo o País.

Gostaria também desejar-lhe boa sorte.

Eu queria apenas dois comentários: sobre a questão da Turquia e sobre a questão das Filipinas. Há muitos comentários sobre uma eleição recente. O Embaixador das Filipinas tem sido muito ativo, e eu, então, queria saber se há algum, no cenário internacional, nesse radar internacional, problema relacionado a isso.

E reforço também aqui a preocupação do Senador Armando Monteiro, não tanto quanto à questão Venezuela, mais quanto à questão – dirijo-me ao Embaixador Figueiredo – relacionada ao acordo comercial Mercosul-União Europeia. A essa questão da presidência *pro tempore*, não atribuo tanta relevância quanto o que vem sendo negociado até agora. Faz mais de uma década, e ele não consegue avançar. Então, gostaria de saber se há hoje uma disposição melhor, ou pior, do que havia há dois anos em relação a essas questões.

Hoje o Brasil está fazendo muitas solicitações de concessões de investimentos, e Portugal, até pouco tempo, teve uma participação mais ativa em telefonia e em outros setores de energia também. Gostaria de saber qual é a possibilidade de entendimento nessa questão das concessões, e aí falo por Santa Catarina, em homenagem a Luiz Henrique – aeroportos, Porto Alegre também.

Queria falar de outro problema.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor comandou a Rio+20 – estivemos lá também, o senhor nos recebeu. Portugal e Brasil têm um problema, que é o combate aos incêndios em florestas. Portugal tem um problema lá com as corticeiras numa região – é o maior produtor de cortiças. Gostaria de saber se há, nessa questão ambiental, a possibilidade de haver um entendimento envolvendo os dois países.

Só como curiosidade, vou contar a história de um menino gaúcho, de Porto Alegre, de um bairro muito conhecido na zona sul, o Bairro Glória. Ele tem 22 anos e desejou e está fazendo de tudo... Tirou uma nota muito elevada no Enem. Pela nota alta que ele tirou, ele foi classificado para escolher uma universidade no exterior. Ele escolheu Portugal e está fazendo na *web* uma campanha para arrecadar R$8 mil, que é do que ele precisa para fazer... Então, de que modo... Por exemplo, o Ciência sem Fronteiras... Acho que um jovem como esse teria que ser incluído no programa Ciência sem Fronteiras. Como esse programa pode também, na relação com Portugal, temos aí uma fraternidade, a questão da facilidade com a língua... É em relação a essas questões.

Queria até fazer registro do nome dele: Tales Cauim de Oliveira Aires. Acho que é um gesto interessante, porque ele está tentando realizar o sonho dele pelas próprias mãos, ou pelo próprio esforço pessoal.

Muito obrigada.

Sucesso ao senhor.

Desejo sucesso também ao Chanceler Mauro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

O Senador Lasier tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Eu tenho apenas uma pergunta para cada um dos nossos Embaixadores, Presidente.

Em primeiro lugar, cumprimento os nossos Embaixadores, que estão sendo indicados para duas das mais importantes representações do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A primeira pergunta é para o Embaixador Mauro Vieira, que está saindo do mais alto cargo da diplomacia brasileira para um dos mais altos cargos no exterior, a representação na ONU. A minha curiosidade já foi também levantada aqui pelo Senador Armando Monteiro e pela minha colega Ana Amélia: é a respeito do Mercosul.

O Mercosul tem uma importância muito grande para o Rio Grande do Sul. Poucos Estados brasileiros desejam tanto um crescimento, um melhor entendimento com o Mercosul – pelas nossas relações geográficas, pela história etc. E o Mercosul vive uma crise que parece interminável, mas agravada ultimamente, e o Brasil vem perdendo capacidade de liderança.

Então, dirijo-me ao Embaixador Mauro, que está saindo e que viveu os dramas desse impasse com o Mercosul, para pedir-lhe que nos deixe um prognóstico, uma opinião. Como é que nós vamos reabilitar essa nossa relação? Como é que nós vamos fazer crescer essa relação, com o Brasil voltando à sua posição de liderança no Mercosul? Como fomentar essas relações comerciais de que nós tanto precisamos?

É a mesma coisa com relação a Portugal, porque, através do Mercosul, nós poderemos melhorar a nossa relação comercial com a Europa. Ao mesmo tempo, pergunto ao eminente Embaixador Luiz Figueiredo sobre essa parceria comercial com o Brasil, particularmente com o nosso Rio Grande do Sul: que tipo de negócios nós poderemos incrementar entre Portugal e Brasil?

São duas perguntas bem objetivas.

Saúdo mais uma vez essas indicações, que muito nos honram e que muito nos garantem.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero saudar o nosso Presidente dos trabalhos, Senador Aloysio Nunes Ferreira, saudar o nosso Embaixador Luiz Figueiredo e o nosso Embaixador Mauro Vieira. S. Exªs são, realmente, exemplos de homens públicos que trabalham em prol de um país, que procuram estar sempre sendo vanguarda na discussão, mundo afora e no nosso próprio País, daquilo que é importante para o mundo.

As perguntas que farei são extensivas aos dois Embaixadores, porque são perguntas muito importantes, embora o nosso querido Luiz Figueiredo vá para uma região altamente desenvolvida, que é a União Europeia, e o nosso querido Mauro Vieira – ambos com toda a experiência adquirida como chanceler – vá para a ONU, que envolve uma série de países com grandes dificuldades, com muitas dívidas, com situação econômica difícil.

Em documento de 2012 da ONU, constava que uma em cada cinco pessoas do Planeta – ao todo 1,3 bilhões de pessoas – ainda não tinha acesso à eletricidade e que cerca de 2,7 bilhões dependiam de madeira, carvão, carvão vegetal ou resíduo animal para cozinhar e aquecer. Nos países industrializados, o problema de energia está relacionado ao desperdício e à poluição e não ao abastecimento. Já nos países pobres, o grande problema é exatamente a falta de recursos para investir, a falta de uma política para melhor aproveitar os seus recursos disponíveis, vegetais, da natureza.

Então, a grande pergunta, cuja resposta gostaria de ouvir, é como nós podemos contribuir para que esse mundo afora, que passa muita dificuldade com relação às energias, possa desenvolver seus potenciais. Como poderíamos sanar esse problema?

A contribuição, a meu ver, da Comunidade Econômica Europeia... É porque ali há países com alta tecnologia já desenvolvida com relação, por exemplo, à captação de energia solar, que é uma energia que Deus nos deu, gratuita, que precisa ser utilizada, e altas tecnologias também com o aproveitamento de outras energias, como a eólica, as vegetais etc. e tal.

Mauro – que vai pegar uma série de países que são prejudicados por essa falta de energia –, como a nossa intervenção na ONU pode engrandecer o nosso o Brasil e trazer condição de apoio? Como está a adesão brasileira a esses programas com relação, por exemplo, ao Luz para Todos e com relação a todas as outras coisas? E quais as necessidades e possibilidades para que o Brasil se engaje ainda mais nas plataformas das Nações Unidas para que esses países que compõem a ONU possam ter acesso a programas que foram altamente exitosos no Brasil, como o Luz para Todos, por exemplo, que levou energia, praticamente, para o Brasil como um todo?

Outro problema importante é com relação ao Brasil. 2016 foi declarado o Ano Internacional das Leguminosas (AIL) pela 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2015, tendo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sido nomeada para facilitar a execução das atividades em colaboração com os governos. Sabemos que as leguminosas são grãos secos destinados ao consumo, tais como lentilha, feijão, ervilha, grão-de-bico, e o Brasil é grande produtor desses itens.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A pergunta que dirijo a V. Exªs: que atividades de cooperação no campo, na agricultura, principalmente aquelas que envolvem a agricultura familiar, estão no alvo da inserção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Brasil nas Nações Unidas e na Comunidade Econômica Europeia? O que se pode fazer para otimizar essa parceria, já que principalmente V. Exª, querido Luiz Figueiredo, vai estar em relação com países que têm um alto desenvolvimento na produção agrícola e têm condições de estar colaborando com essa questão?

Finalizando, eu gostaria de saber, principalmente do nosso Embaixador Mauro Vieira, que passou o último período como nosso Chanceler, como é que ficaria a situação do Brasil na ONU, já que a dívida que o Brasil tem com as organizações internacionais é muito significativa, muito grande, e o Brasil está com pouca disponibilidade de caixa para poder quitar essas dívidas.

Para se ter uma ideia: a dívida é tão significativa, e a disponibilidade, tão pequena, que todo o orçamento do Itamaraty para este ano, para as Embaixadas e coisa e tal, não pagaria as dívidas que o Brasil tem com os vários organismos internacionais, estando o Brasil sob ameaça até de perder aquela posição de ser o primeiro país a se pronunciar na Assembleia Geral da ONU.

Então, nobre Ministro Mauro, como V. Exª foi o Ministro das Relações Exteriores que administrou esse problema e que agora irá para a sede da entidade, que é a maior credora dessa contribuição, solicito a V. Exª uma avaliação e a atualização de toda essa problemática: como é que a gente poderia sair desse problema que a gente enfrenta?

Para vocês terem uma ideia – para finalizar –, o Brasil é o maior devedor dos organismos internacionais, só perdendo para os Estados Unidos, que também é o maior financiador dos organismos internacionais. Então, a gente precisa tentar, minimamente, dar uma condição para que as coisas aconteçam. Eu creio também, Figueiredo, que você, estando junto com os primos ricos, pode até ver como é que a gente pode colaborar nessa questão.

Eu acabei de vir da França, Figueiredo. A insegurança está muito grande lá. É gente armada por todo lado, o pessoal com medo, diferentemente, por exemplo, de uma Edimburgo, onde eu também estive, onde há calmaria, está tranquilo. Nós precisamos ver como é que colaboramos nisso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador José Aníbal.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Queria sugerir à nossa Senadora Ana Amélia que procure uma bolsa junto à Fundação Gulbenkian, que é uma fundação extraordinária que existe em Portugal.

Isso, Embaixador, certamente, pode também ser motivo de o Brasil trabalhar melhor com a Fundação Gulbenkian. É um ponto de referência em Portugal e é uma fundação que tem recursos expressivos. Eu sei que eles têm representação em Londres e Nova York, não sei se eles têm no Brasil. Se não tiverem, seria bom que tivessem.

Mas, Embaixador, é só ver se fazemos aqui um compromisso não escrito. Será que em três ou quatro meses seria possível todas essas inquietações que foram manifestadas aqui sobre possibilidades que são reiteradamente colocadas por todos com relação ao fluxo Brasil-Portugal – porta de entrada, Associação de Empresários no Porto, em Lisboa – há 20 anos, depois há 10 anos... Parece que há uma inércia aí que não vira, não se efetiva...

Quando eu vi que a Embraer foi para lá, pensei: quem sabe a chegada da Embraer vai também promover o desenvolvimento de fornecedores da Embraer. Portugal, como alguém disse aqui, não sei se Ana Amélia ou o nosso ex-Ministro de Indústria e Comércio Armando Monteiro... Eu lembro, passando por estradas de lá algumas vezes... O que eles exportam de autopeças para a Alemanha e para a França, fora alimentos, como tomate... Enfim, o que é possível entrar, mas de uma forma... Eu acho que falta um certo pragmatismo.

Fico feliz em ver um Embaixador de carreira assumindo, com essa nova gestão... Não uma nova gestão, mas com um novo chanceler que temos, que está muito determinado a abrir caminhos para um intercâmbio, um comércio exterior brasileiro... Em três ou quatro meses – não precisa nem vir, Embaixador –, mandar para o nosso Presidente da Comissão e podermos conversar sobre isto: ou seja, se realmente há um diagnóstico ali sobre o qual nós possamos atuar de alguma maneira, não só do ponto de vista legislativo, mas do ponto de vista da nossa ação na sociedade de modo geral.

Com relação ao Embaixador Mauro: não tenho a inquietação da Senadora Ana Amélia com relação à representação, com relação à presidência da Secretaria-Geral da ONU, mas queria dizer ao Embaixador que essa é mais uma questão relativa a essa nova perspectiva que está sendo trabalhada pelo Ministério de Relações Exteriores e que foi muito bem anunciada no dia em que houve a transmissão para o novo Chanceler.

O chanceler elencou alguns pontos, e acho que há um trabalho importante a ser feito junto à comunidade das nações sobre essa nova conceituação que se vai trabalhar sobre a questão dos acordos, da abertura comercial, das parcerias. O Brasil tem que estar mais despido de veleidades ideológicas e sem nenhum tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

viseira para poder enxergar toda a lateralidade desse comércio que cresce a cada ano e tal. Acho que o Embaixador colaborar muito nisso.

Finalmente, quero dizer, Embaixador, que nós, no ano passado, fomos o único partido de oposição no Brasil, sou do PSDB, que fez um seminário sobre o meio ambiente. Durou um dia. Foi aberto pelo Presidente Fernando Henrique, pelo Prof. Goldemberg, o segundo do Ministério do Meio Ambiente esteve presente, gente que participou das discussões tinha antes conversado com a Ministra, a nossa Ministra do Meio Ambiente, e nós levamos um documento para Paris. O ex-Deputado Fábio Feldmann protocolou esse documento muito em linha com que o Governo brasileiro defendeu. Tínhamos um pouco mais de expectativa sobre a definição de metas imperativas, mas o enunciado está lá.

Também quero dizer da nossa disposição de continuar muito atento, porque o Brasil precisa trabalhar inclusive nesta matéria, Embaixador Mauro, sobre a questão das energias renováveis. O Brasil é o País que tem na sua matriz energética a maior expressão de energias renováveis e, no que se refere a São Paulo, é o maior caso mundial de energias renováveis.

O Ministro do Meio Ambiente da Itália me falou na Rio+20 que São Paulo é o modelo, por incrível que pareça, de geração de energias renováveis e de presença de energias renováveis na matriz energética. Esse é um caminho muito bom para nós. Acho que o Brasil pode não só receber investimentos, mas o Brasil pode trabalhar essa questão fortemente.

O pessoal da África que estava na Rio+20 entrou em entendimento comigo, e nós desdobramos isso aí no que se refere à cana, à cogeração de bagaço e palha de cana, em que o Brasil é imbatível. O Brasil está chegando a ter um ciclo completo anual de geração de energia, cogeração, com bagaço e palha de cana. Antes ele estava restrito à safra. Hoje já se acumula o bagaço e a palha para que, nos meses da entressafra, a cogeração continue a ser realizada.

Acho que esse é um ponto bom para o Brasil, porque isso é algo que inquieta o mundo fortemente. Esse desafio de reduzir de 2% para 1,5% é um enorme desafio, e o Brasil tem muito a fazer aí, tanto na Europa, colaborando com os europeus, quanto com as Nações unidas, nos fóruns. Acho importante a presença do Brasil aí.

Agora nós já estamos tendo uma expressão, na matriz energética nacional, importante de renováveis, mas podemos avançar nisso muito e exportar também a nossa tecnologia na área.

Muito obrigado.

E já votei, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador José Agripino, para encerrar este ciclo de intervenções. Aliás, o Senador Flexa será o último.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores Mauro Vieira e Figueiredo, esta reunião, podem estar certos, é uma manifestação de prestígio de V. Exªs, porque nós fomos até as 3h da manhã e está aqui o quórum completo para ouvi-los e para votar na indicação dos senhores.

Isso é uma manifestação, claro, de prestígio, produto do talento, que é reconhecido pela Casa, de dois ex-Chanceleres do governo passado que são indicados pelo governo presente para postos importantíssimos: para Portugal, que é um posto importante, muito importante e desejado pelos que fazem o Itamaraty, e para a ONU, que é para onde vai o Embaixador Mauro Vieira.

Eu tenho duas perguntas tópicas. A par de cumprimentar os dois pelas honrosíssimas indicações, e tenho certeza de que vão desempenhar à altura as missões, tanto em Portugal, que é a porta de entrada do Brasil na Europa, como na ONU, eu queria fazer dois comentários com duas indagações.

Eu acabei de estar em Portugal, em Lisboa e no Porto. Na volta da cidade do Porto para o aeroporto, eu vinha ouvindo o rádio. E depois de passar uma semana em Portugal, respirando pujança e muito otimismo por parte do povo português, observando a vida em Lisboa e no próprio interior em função daquilo que Portugal usufruiu dos investimentos da União Europeia, eu ouvia no rádio uma notícia preocupante, e que pode produzir resultados para a sociedade portuguesa. Diziam no rádio que Portugal era o pior dos países da União Europeia no *ranking* dos devedores dos juros da dívida ao Banco Central Europeu.

O pior era Portugal, em seguida vinha Polônia e, depois, a Albânia. Muito depois, vinha a Espanha, a Grécia etc.

Eu faço a seguinte reflexão. O Presidente Passos Coelho, o Primeiro-Ministro, ganhou a eleição, na minha opinião, de forma heroica. Ele fez campanha dizendo o que iria fazer, anunciando medidas duríssimas no sentido de fazer com que o déficit fiscal de Portugal se transformasse em superávit para que eles pudessem ter disponibilidade para pagar os juros da dívida e colocar a economia de Portugal em ordem. Isso, às custas do quê? Do recolhimento de impostos, de sacrifícios da sociedade. Ganhou a eleição, mas perdeu a eleição seguinte – não que tenha perdido, mas não conseguiu fazer maioria –, e não sei se o governo socialista que assumiu está levando à frente a política de rigor fiscal que Passos Coelho vinha levando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O fato é que foi anunciado este dado, que é muito preocupante: é o pior no *ranking* da União Europeia, pior do que a Grécia, que foi notícia durante meses de d*ébâcle* econômica, de restrições à sociedade, de protestos.

Portugal estaria em vias de entrar de novo em dificuldades internas? É uma pergunta que faço a V. Exª, porque, como todos nós queremos muito bem a Portugal e queremos que Portugal vá bem... Temos quatro voos Natal-Lisboa por semana, e a quantidade de potiguares que vão a Portugal e que têm propriedade em Portugal é enorme. Então, isso vai afetar diretamente esse bem-estar. Eu queria ouvir o comentário de V. Exª sobre isso.

O Embaixador Mauro é um velho amigo, e eu tive a honra de receber a visita dele no meu gabinete. Por uma coincidência, chegou na hora em que conversamos o Líder Pauderney Avelino, que colocou uma preocupação que eu gostaria que ele compartilhasse com os membros da Comissão: a questão das nações indígenas.

Essa é uma questão discutida, atual, *up to date, nas* comissões da ONU. Nós temos no Brasil – e isso diz respeito a muitas regiões, principalmente no Norte do País – muitas – vamos chamá-las assim – nações indígenas. Nos Estados Unidos, eu sei... Em Miami, você tem você tem nação indígena com autonomia completa sobre o seu território.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – E essa é uma questão discutível, porque essa autonomia pode gerar distorções no âmbito federativo. Esse assunto, se chega ao Brasil, pode produzir conflitos. A nação ianomâmi em conflito com os interesses do Governo do Brasil ou coisa parecida...

Então, eu gostaria que V. Exª, se pudesse, fizesse alguns comentários sobre esse assunto, sobre a demarcação de territórios, a autonomia de territórios, no contexto da Federação. Gostaria que V. Exª comentasse essa matéria que volta a ser discutida, que é a matéria das nações indígenas com as suas autonomias no âmbito da Federação, ou das federações, onde ela se insere.

Essas são as perguntas que faço a um e a outro, com cumprimentos pela designação e com votos de bom êxito em suas atividades, esperando ver tanto um como outro num futuro próximo, tanto em Lisboa como em New York.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Flexa Ribeiro, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Cumprimento o Sr. Presidente Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Embaixador Mauro Vieira, indicado para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, e o Sr. Embaixador Luiz Figueiredo Machado, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Senador Aloysio, Srªs e Srs. Senadores, não tenho nenhuma pergunta a fazer aos Embaixadores além das que já foram feitas, mas gostaria apenas de dizer da satisfação de poder participar da reunião da Comissão de Relações Exteriores em que se encontram os Embaixadores.

Os ex-Chanceles já demostraram, pelos seus currículos, que têm toda a condição de exercer os cargos para os quais foram indicados pelo Presidente Temer.

Quero desejar sucesso a ambos e dizer que o Brasil precisa muito da ação dos Srs. Embaixadores, junto às Nações Unidas e junto a nosso país irmão, Portugal.

O nosso Chanceler José Serra busca fazer um trabalho para que o Brasil possa ocupar uma posição de destaque no âmbito das relações exteriores e da troca comercial entre o Brasil e demais países.

Sucesso a ambos na nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Depois do Senador Flexa, ouviremos o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente Senador Aloysio Nunes Ferreira, queria apenas fazer aqui um registro e um testemunho da alegria de poder participar desta sabatina, desta reunião da Comissão de Relações Exteriores, quando estamos aqui debatendo e deliberando sobre as novas indicações do Itamaraty para postos importantes na área da nossa diplomacia, que são a ONU e a nossa presença no nosso país irmão, Portugal.

Tive o privilégio de conviver com ambos. Primeiro, com o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Fomos colegas de governo na primeira administração da Presidenta Dilma. Posso dar o testemunho do desempenho, da *performance*, do zelo, das diversas iniciativas.

E agora, como Senador, mais de perto pude também acompanhar o trabalho do Chanceler Mauro Vieira.

Acho que o que une os dois, além dessas biografias que honram o Itamaraty, é o papel destacado desempenhado pelo Chanceler Mauro Vieira e pelo Chanceler Luiz Alberto Figueiredo na preparação do Brasil para que tivesse uma participação de destaque quando da realização da COP 21, em Paris.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Acompanhei, como Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, o debate coordenado pelo Itamaraty, pelo Ministério do Meio Ambiente, envolvendo toda a sociedade brasileira, para que a proposta brasileira fosse a mais ambiciosa entre os países desenvolvidos, que foi levada a discussão e a debate em Paris.

Mas, além da proposta brasileira, há o papel central que o Brasil teve para a consecução do Acordo do Clima, acordo que o nosso Parlamento deverá ser dos primeiros a ratificar entre os países desenvolvidos. Já foi votado na Câmara, não sei se vai ser votado hoje aqui... A nossa expectativa....

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A nossa Relatora pediu para apresentar o seu relatório amanhã e, amanhã mesmo, ele será levado ao Plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Seria uma grande homenagem a esses dois Embaixadores...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Levaremos ao Plenário amanhã.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...se a gente pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É, eles tiveram um papel fantástico, assim como a Ministra Izabella, que teve um papel...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... estender esta reunião aqui, a mesma reunião, para poder fazer constar nos *Anais* que aprovamos na mesma reunião em que eles foram sabatinados, pela presença brilhante, destacada, com que os dois se houveram em Paris.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É muito justa a lembrança. Eu quero associar também a lembrança à Ministra Izabella, que teve um papel muito importante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Izabella Teixeira também foi fundamental nisso.

Eu queria apenas fazer duas rápidas observações e indagações.

No caso do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, para dizer que Pernambuco é um Estado muito diferenciado. Na minha região, em Petrolina, no Vale do São Francisco, nós temos uma importante produção vinífera – lá em Petrolina, na região, em Santa Maria da Boa Vista, em Lagoa Grande, no Município vizinho da Bahia, Casanova – com a presença de investimentos portugueses. A Dão Sul, que é uma das mais importantes vinícolas portuguesas, está presente lá em Lagoa Grande, que é Município vizinho a Petrolina e que produz um dos mais renomados vinhos nacionais, que é o Paralelo 8, que tem muita aceitação aqui no mercado interno e, inclusive, é exportado para alguns países.

Acho que seria importante que a gente pudesse estreitar essa relação com a indústria vinífera portuguesa no sentido de a gente qualificar e ampliar as oportunidades de investimento...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...sobretudo nessa fronteira nova da produção de vinho nacional.

Para os que não estão muito familiarizados, a Região do São Francisco já responde por 15% da produção nacional de vinhos. Portanto, é um polo promissor, no qual temos uma oportunidade para intercâmbio de oportunidades, de investimentos, com troca de tecnologia, de experiências. Isso seria muito importante para o meu Estado.

A outra observação que faço é que existe uma presença também, no Recife, muito importante da comunidade portuguesa. Recentemente, o Presidente de Portugal visitou a capital do meu Estado, segunda-feira, e lá ele visitou o mais importante centro hospitalar do Nordeste, que é o Hospital Português do Recife, um dos mais modernos em termos de tecnologia.

Acho que é importante que a gente também possa, com a presença do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo em Lisboa, cultivar essa aproximação. Portugal tem excelentes serviços médicos, e a gente tem, com a comunidade portuguesa, em Recife, uma belíssima oportunidade para novos investimentos nessa área. Pernambuco já é o terceiro polo médico do Brasil. Então, acho que essa é uma área que deveria merecer a atenção do Sr. Embaixador.

Finalmente, ainda falando de Portugal, Pernambuco é um Estado curioso. A mais importante empresa petrolífera de Portugal, que é a Galp, tem sede no Recife. Entre ir para o Rio ou para o Recife, preferiu deixar a sua sede no Recife. Então, é importante que a gente pudesse também manter essa articulação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É, presidido pelo grande empresário português Américo Amorim, que é o rei da cortiça no mundo, é quem produz a cortiça...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Olha, se ele puder vir, também aceitamos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está fornecendo cortiça para o engarrafamento de vinhos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A concorrência do Ceará é forte, mas vamos fazer por onde para que a opção seja por Pernambuco.

Enfim, relato essas três áreas, que são áreas de integração econômica, de troca de tecnologias, de trocas comerciais importantes.

Ao Embaixador Mauro Vieira, apenas uma pergunta. Acho que o Embaixador, pelo renome que tem, pela posição privilegiada que vivenciou como Chanceler brasileiro, com o prestígio que goza na comunidade diplomática internacional... A minha pergunta, Chanceler, é se existe, de fato, alguma possibilidade de curto prazo de a gente concretizar essa ambição brasileira de uma presença no Conselho de Segurança da ONU, se essa ambição brasileira está próxima, se é possível, nos mecanismos de cooperação, de acordo, de entendimento, a ampliação do Conselho de Segurança da ONU para que o Brasil possa se transformar em membro permanente desse Conselho de Segurança, traduzindo, portanto, o peso que a diplomacia brasileira hoje já ostenta no contexto internacional.

Os meus votos de grande sucesso. Que vocês possam, de fato, aproveitar essas novas missões para mais uma vez mostrar o talento e o valor da diplomacia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem, está encerrada essa parte da nossa sabatina.

Vou passar a palavra aos nossos Embaixadores.

Dez minutos é tempo suficiente? É que já estamos prestes a iniciar a sessão no Senado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Com a palavra, o Embaixador Mauro Vieira.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar responder as perguntas, que foram numerosas e todas muito interessantes, de uma forma mais esquemática, mais reduzida, de forma que possa atender às perguntas feitas por todos os Srs. Senadores.

Eu queria, antes de tudo, mais uma vez, agradecer a presença dos senhores, o apoio e as palavras elogiosas que nos foram dirigidas, a mim e ao meu colega Luiz Alberto Figueiredo Machado, com quem tenho a honra de dividir esta sabatina hoje.

Começando a responder ao Relator de minha sabatina, Senador Armando Monteiro, eu gostaria de dizer que, para mim, foi uma grande honra compartilhar com ele uma posição no Ministério, no gabinete da Presidenta Dilma – ele, na Indústria e Comércio, e eu, no Itamaraty –, ocasião em que aprofundamos e solidificamos a nossa amizade pessoal e também em que avançamos muito em temas tão importantes, como é o aprofundamento dos acordos comerciais do Brasil e do Mercosul com os parceiros regionais e, como já mencionei também, os chamados ACFIs, Acordo de Cooperação e Facilitação de investimentos, que foi uma bandeira abraçada pelos dois Ministérios, pelo Ministro Armando.

Fizemos várias viagens juntos para promover esse novo desejo mais justo e equilibrado, que cria uma cláusula para a solução de controvérsias de Estados, e não mais uma cláusula desequilibrada, como era no antigo modelo da OCDE, que foi, inclusive, rejeitado pelo Congresso brasileiro, em que havia a cláusula investidor-Estado, criando desequilíbrios, sobretudo no tratamento ao capital nacional.

Mas queria deixar, de público, esse agradecimento ao Senador Armando Monteiro.

Com relação ao Conselho de Segurança e à possibilidade de reforma – também já respondendo um pouco ao Senador Fernando Bezerra –, eu acho que o Brasil, desde o início, desde a criação, como eu mencionei, foi ventilado para ser membro do Conselho de Segurança. Seria o sexto país-membro do Conselho de Segurança, membro permanente. Foi uma proposta americana. Na ocasião, por uma série de questões, não avançou, mas o Brasil foi considerado, por várias razões, pelo seu tamanho, pela sua massa geográfica, pela sua população, pelo porte de sua economia, desde aquela época, grande exportador e produtor de minérios, de matérias-primas agrícolas, e também pela participação ativa que teve no esforço de guerra, nas duas guerras, na primeira e na segunda, mas, sobretudo na segunda, o único país latino-americano a ter essa participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Brasil não foi feito membro permanente, por um jogo de disputa do pós-guerra entre as quatro grandes potências, mas se fez respeitar no cenário internacional e teve uma presença fortíssima desde o início.

O fato de o Brasil, há 61 anos, ser o primeiro a falar na abertura do debate geral é sinal de que é respeitado e de que essa tradição foi se criando. Não foi desde a primeira assembleia. Houve momentos, como na terceira assembleia, em que foi o primeiro, mas não foi na primeira, não foi na segunda. E depois, a partir de 1955, passou a ser, sem dúvida, incontestavelmente, o primeiro país a abrir a assembleia. E há hoje uma resolução que trata de uma série de assuntos de procedimentos das Nações Unidas e que reconhece esse tratamento historicamente dado ao Brasil. Isso é sinal do seu prestígio. E a participação em todas as áreas de atuação da ONU, que são fundamentais – como eu mencionei na minha apresentação –, que vão desde a manutenção da paz até temas novos e atuais.

Eu acho que é o destino do Brasil ser membro do Conselho de Segurança. Toda a atividade diplomática desenvolvida foi no sentido de bloquear e de não permitir, com o apoio de muitos países, que se fizesse novamente o que se costumou chamar no passado de *quick fix*, que era um arranjo rápido para que entrassem apenas dois membros do Conselho de Segurança e continuasse esse desequilíbrio, e continuasse, então, um Conselho de Segurança que não reflete a realidade do mundo, não reflete a realidade atual de 193 países. Se formos levar em conta, estão alijados da representação de voz no Conselho de Segurança bilhões de seres humanos. A Índia, por exemplo, não está, e com a população praticamente igual à da China.

Eu acho que é absolutamente indispensável que o Conselho tenha mais transparência, seja mais arejado e que tenha a participação de países importantes, como mencionei: como a Índia, como o Brasil, mas também como a Alemanha, como o Japão, grandes economias do mundo e quem têm um aporte, uma contribuição grande a fazer.

Eu acho que não há dúvidas de que, quando houver uma reforma do Conselho de Segurança, o Brasil estará entre os novos membros permanentes. Isso é um consenso. Nós temos uma rede enorme de apoios, em todas as mais diferentes regiões e países do mundo. São muitíssimos os países que já manifestaram apoio ao Brasil e são muitos os países que estão de acordo com a proposta de reforma feita pelo G4.

Quanto à resposta à pergunta que me foi feita também, se veremos, a curto prazo – justamente do Senador Fernando Bezerra –, aí é um pouco mais difícil de responder, eu teria dificuldades. Não creio que a curto prazo. Acho que os países-membros permanentes do Conselho de Segurança, é óbvio, querem manter o monopólio dessa posição de força, dessa posição confortável, e deixam um pouco o assunto se desenvolver ao gosto das diferenças regionais criadas, das disputas, que não permitiram ainda uma solução.

Mas sou otimista de que o assunto vai avançar agora, este ano, porque, pela primeira vez, tivemos um fato importante. Pela primeira vez, os documentos das Assembleias Gerais, que são aprovadas, e das resoluções, ficam no acervo dessas assembleias, e são tratados daquela forma. Se forem voltar a serem tratados, tem que começar todo o processo de novo.

Na última assembleia, houve um fato inédito. Foram compiladas todas as posições sobre a reforma do Conselho de Segurança e foi transmitido para a próxima Assembleia Geral esse relatório, que foi feito pelo facilitador das negociações intergovernamentais, e que continuará a servir como base. É um texto ainda muito longo, é um texto que precisa ser simplificado, unificado, atingir e tratar das questões básicas, como a composição de novos membros permanentes, membros não permanentes, métodos de trabalho, veto, etc. Esse é o cerne da questão. E a representação geográfica, que é muito importante também.

Agora, não tenho dúvida de que o fato de ter sido transferido de uma assembleia para outra é um passo importante, que nos dá uma base para continuarmos discutindo, para continuarmos trabalhando sobre esse tema.

Esses seriam os meus comentários sobre a questão do Conselho de Segurança.

A questão da Força de Paz da Minustah, acho também importantíssima, e acho que o Brasil não poderia deixar de estar presente. O Brasil, desde a fundação, desde a criação foi o comandante, e acho que a contribuição é enorme, é gigantesca.

O Brasil participa com batalhões de médicos, de enfermeiros, de engenharia civil, construindo infraestrutura e criando condições para a sustentabilidade maior daquele país. É importante notar que, desde o terremoto que assolou o Haiti em 2010,...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – ... até hoje, depois de toda a tragédia social e política que sofreu desde 2004, desse momento para hoje, o crescimento do PIB do país tem sido superior a 3%. E isso é muito reflexo da participação da Minustah, das forças que a compõem, mas também muito do Brasil, que tem o maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

contingente e que tem essa posição de coordenar ações de desenvolvimento econômico, social, educação, alimentação, saúde, numa visão integrada, junto com a missão específica de manutenção da paz e de estabilização.

Acho que é importante também para as Forças Armadas brasileiras – há um consenso entre os comandantes das três Forças e o Ministro da Defesa – o fato de que essa é uma importante forma de participação e de treinamento das Forças Armadas brasileiras. É um componente muito importante. É uma questão também que traz recompensas. A ONU, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz paga uma parte dessa participação, o que, evidentemente, alivia o esforço. Então, sou totalmente favorável.

Em princípio, o mandato da Minustah se encerraria em outubro deste ano, mas já há um entendimento para que ele seja prorrogado pelo menos por mais seis meses. Acho que é importante que seja prorrogado até por um período maior. E acho que é importante também que seja mantido um contingente mínimo de dois batalhões brasileiros, para que se possa continuar a desempenhar as funções tal como estão.

Eu aproveitaria para falar rapidamente, em resposta ao Senador Hélio José, sobre a questão da contribuição brasileira à ONU. O Brasil contribui anualmente com cerca de US$160 milhões para o orçamento ordinário para operações de paz. Estamos, sim, atrasados. Temos uma dívida que, é evidente, causa preocupação a todos e ao Governo Federal, evidentemente, mas que está sendo tratada. Nós precisamos pagar até o final deste ano US$117 milhões, e há um projeto de crédito suplementar que está agora em tramitação no Senado e na Câmara e que prevê um crédito suplementar suficiente para minorar, para mitigar essa dívida com vários organismos, não só com a ONU, mas também com a OEA, com a Unesco, com a FAO e com vários outros organismos.

Então, há um grande interesse, evidentemente, e uma preocupação do Governo Federal. O Brasil não pode e não quer – isto não é de seu desejo – simplesmente deixar de pagar. Isso é importante, mas também, na questão da dívida da ONU, houve um aumento da nossa contribuição, tendo em vista que o esquema de pagamento, o sistema de cotas é feito com base nas taxas de crescimento do PIB no período anterior, no triênio anterior. Então, nós sofremos uma subida, um aumento, um incremento das nossas contribuições. Vai haver necessariamente uma redução no próximo triênio, como reflexo da diminuição do PIB, o que diminuirá a nossa dívida. Mas o importante é que o Itamaraty está muito preocupado, e o Governo Federal também, com essa questão não só junto à ONU, mas também junto a todos os organismos.

Não sei exatamente em que ponto ou em que comissão está essa solicitação de crédito suplementar, mas ela está sendo tratada, isso está sendo feito.

Quero só explicar que não é o Itamaraty o responsável pelo pagamento. O Itamaraty coordena e comunica, mas quem paga é o Ministério do Planejamento, que, do seu orçamento, tira os recursos e os passa ao Itamaraty, para que eles sejam depositados. O orçamento do Itamaraty é, evidentemente, muitas vezes, infelizmente – gostaria eu que assim não fosse –, infinitamente inferior à contribuição anual do Brasil na soma de todas as contribuições. Mas o Brasil é um país grande, importante, que tem um lugar importante e definido no mundo, e não pode deixar de estar presente em todos os organismos, como está presente. Em todos eles, o Brasil tem uma voz grande e muito reconhecida.

Quanto à questão do Mercosul, Senador Armando Monteiro, nós que trabalhamos tanto juntos para confeccionar a oferta do Mercosul e compatibilizar as ofertas dos quatro países que participam da negociação com a União Europeia evidentemente que nos entristecemos ao ver uma crise. A crise existe; é uma crise, sem dúvida, política.

Eu acho que, com relação a um acordo com a União Europeia, como já havia o consenso de que haveria um coordenador das negociações, que teria que ser necessariamente um país-membro da negociação com a União Europeia, não há nada que afete, não há nada que possa travar ou prejudicar.

Eu acho que, do ponto de vista político, aí sim, precisamos encontrar alguma solução criativa para solucionar a questão da aparente acefalia na condução dos interesses do Mercosul. Agora, é importante também ter em conta que o Mercosul funciona por uma série de comissões, de comitês e de mecanismos que continuam a ter seus respectivos coordenadores e que vai continuar a funcionar até que todas as dificuldades maiores sejam superadas.

No caso específico, que seria a atual Presidência – que ainda não foi recebida – da Venezuela, a Venezuela está em processo de internalização dos seus compromissos, que todos os países, novos aderentes ao Tratado de Assunção, têm que enfrentar e têm que assumir. Há um número. Eu não tenho o número de acordos que já foram internalizados, que já foram absorvidos; outros, não. Mas eles estão trabalhando, e há um prazo que se esgota parece que em outubro, que seria o prazo de quatro anos para internalização desses mecanismos. Esperamos que possa ser respeitado, que possa ser concluído, se não, teremos que ver também se há algum sistema, alguma prorrogação por um tempo razoável desses compromissos, mas fica claro que é necessária a incorporação de todos os documentos, para que possa participar plenamente da Organização.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Permite-me só um comentário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu sei que esse tema da Venezuela é bastante sensível e delicado. É que há, da parte da União Europeia, setores recalcitrantes, como a ampliação da oferta, sobretudo olhando aqueles problemas dos temas agrícolas, e aí, esse vácuo na Presidência temporária do Mercosul dá, por assim dizer, a esses setores mais recalcitrantes na União Europeia uma espécie de discurso de que há um hiato ou de que há um processo. Então, é um elemento que, sem dúvida nenhuma, pode perturbar o processo negociador, ainda que a Venezuela não seja parte da negociação, porque ela ficou fora desse processo.

Agora, por outro lado, ela é muito importante também para nós, porque há alguns acordos que o Brasil promoveu – e o Chanceler Mauro teve um papel importante – que precisam da anuência da Venezuela, inclusive para produzir efeitos, como, por exemplo, o nosso acordo de serviços com a Colômbia, que precisaria, então, da anuência da Venezuela.

Era só isso.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Pois não.

E, para complementar, Senador Armando Monteiro, quero dizer que tanto eu quanto meu colega Luiz Alberto Figueiredo participamos ativamente de uma comissão, uma troca de chanceleres da Unasul. Ele participou até mais do que eu, porque foi mais intenso em 2014 o funcionamento dessa comissão. Mas eu também fiz parte, em 2015, desse grupo, que foi para estabelecer um diálogo entre as partes em conflito na Venezuela. Acho que fomos muito bem-sucedidos. Conseguimos desarmar uma série de espíritos e de situações muito complexas. E acho que isso é também um legado do Mercosul, porque ele é composto por países tão importantes da Unasul, e é uma contribuição também que o Mercosul pode fazer. O fato de incorporar a Venezuela fará com que ela assuma uma série de compromissos que estão nos tratados básicos do Mercosul, e, evidentemente, isso ajudará o entendimento social interno.

Ainda com relação à ONU – respondendo, de alguma forma, à Senadora Ana Amélia –, para o cargo de Secretário-Geral da ONU, que será eleito por aclamação na Assembleia Geral, depois da indicação do Conselho de Segurança, até o final deste ano, há seis homens e cinco mulheres candidatos. Alguns com muito destaque, como é o caso da Secretária-Geral da Unesco, Irina Bokova, e há outros com muitas qualificações, como é o caso também da Ministra Susana Malcorra, da Argentina. Ela foi funcionária de carreira das Nações Unidas, foi atuante na área de operações de paz, tanto na parte de acompanhamento e discussão como também na parte de apoio logístico às operações de paz; depois, foi chefe de gabinete, por um longo período, do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Nessa qualidade eu a conheci, porque ia todos os anos à Assembleia da ONU, sendo embaixador em Washington, e, depois, desenvolvi uma relação muito próxima, também com ela, durante o período em que ela foi – e é ainda – Ministra dos Negócios Estrangeiros da Argentina. É uma pessoa extremamente capaz, habilitada, conhece muito o mecanismo da ONU, todo o sistema da ONU; tem uma grande habilidade pessoal. Tenho certeza de que são muitos os bons candidatos dessa longa lista de onze, e, se ela receber o apoio da maioria, será uma excelente Secretária-Geral.

Também desponta com grande favoritismo o ex-Primeiro Ministro de Portugal, que é um homem de grande habilidade e que foi não só Primeiro-Ministro, como responsável pelo Acnur. Ele foi o alto Comissário...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Guterres?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Exatamente. Foi Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, tema tão importante hoje em dia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, deixe-me fazer um comentário?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Se a nossa Ministra da Argentina tiver a humildade, o trabalho para o mundo que o Papa Francisco tem, sinceramente, já estou rezando para ela ser indicada, porque o Papa Francisco tem dado show no seu trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vamos rezar todos.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Só para concluir, quero dizer que não seria a primeira vez que um Secretário-Geral da ONU viria dos quadros da Organização. Kofi Annan, que o foi por dez anos, era também um funcionário de carreira na ONU.

Bem, tenho ainda muitas outras perguntas, mas o Presidente me pede para ceder a palavra ao...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu estou preocupado com o nosso horário no plenário do Senado.

Há uma indagação, Ministro, que vem de um grupo de defesa de direitos humanos, a Conectas, que chegou pela internet.

Enquanto o senhor procura, há também outra que chegou pela internet, pelo e-Cidadania, que é curiosa. Todos sabem que existe uma velha aspiração de termos uma língua universal: o Esperanto. Existem círculos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

esperantistas pelo Brasil afora. E chega uma pergunta exatamente de alguém que cultiva essa utopia generosa, perguntando se o Embaixador Mauro Vieira imagina alguma viabilidade na adoção desse idioma internacional neutro pelas Nações Unidas.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Eu acho que realmente é uma utopia. Sem dúvida alguma, é uma iniciativa, uma tentativa muito meritória de se encontrar um único idioma, mas acho sinceramente muito difícil. Eu mesmo teria de começar a aprender esse idioma. Não sei se a esta altura da vida ainda teria condições de aprender um idioma que parece um pouco complexo. Mas acho que a iniciativa é interessante. Agora, tem que se levar em conta também que as línguas oficiais da ONU refletem a importância desses idiomas, seja pelo número de pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu não queria deixar de registrar porque existem pessoas muito dedicadas a essa causa.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Acho que é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela primeira vez chega à nossa Comissão uma manifestação do Sr. Valdemagno Silva Torres, que é pernambucano.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Acho muito difícil. Uma vez eu estava fazendo uma conferência na Universidade do Texas, em El Paso, e me perguntaram o que eu achava da adoção do *bitcoin*, que é uma moeda virtual, para as operações internacionais. Eu disse: "Talvez seja ótimo, porque estaria livre de oscilações, de flutuações".

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É muito utilizada, Ministro, pelo tráfico de drogas e pelo terrorismo também.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Eu disse que, contanto que convencessem todos a trocarem suas moedas nacionais e as pessoas individualmente renunciassem a suas reservas para usarem o *bitcoin*, poderia haver algum sucesso. Caso contrário...

Com relação à Conectas, há uma pergunta sobre o Conselho de Segurança...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Já foi respondida.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – ... que eu acho que já foi respondida.

A outra é como o Brasil vê a situação e quais medidas têm sido adotadas para mitigá-las com relação à participação de ONGs no contexto da ONU.

O Brasil é um país muito aberto, uma sociedade democrática em que há participação de todos os setores da sociedade. Do nosso ponto de vista, jamais cercearíamos qualquer tipo de participação, seja da imprensa, seja da academia, seja de ONGs, de qualquer participação organizada da cidadania de todos os países que tenha alguma contribuição a fazer dentro dos mecanismos existentes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Existem mecanismos nas Nações Unidas?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Existem mecanismos, comissões que ouvem, recebem, como há também no Mercosul, há um fórum social. Então, eu acho que o Brasil não tem nenhuma dificuldade, ao contrário, sempre defenderemos a participação e a expressão de todas as forças da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Ministro. Muito obrigado.

Agora vamos ouvir o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria mais uma vez dizer da minha honra pela presença tão impressionante de Senadores aqui.

Eu queria rapidamente falar sobre a CPLP, levantada pelo Senador Jorge Viana. Nós vamos ter, em novembro deste ano, a cúpula da CPLP no Brasil, que será junto com a Cúpula Brasil-Portugal. Portanto, talvez, seja uma ocasião de até lá já haver um encaminhamento para a questão dos grupos parlamentares. Então, deixo isso como uma sugestão.

Há uma série de perguntas feitas a respeito da economia e do comércio com Portugal.

O Senador Agripino Maia levantou a questão da dívida externa de Portugal. A dívida pública de Portugal, em 2015, chegou a 128% do PIB. Ela diminuiu um pouco, pois ela tinha sido maior. Mas muito disso se dá em virtude exatamente do empréstimo feito, do resgaste feito pela Troika de €78 bilhões em 2011, pelo prazo de três anos, até 2014. Isso trouxe reflexos para o endividamento do país. Recentemente, a questão afeta não só Portugal, mas a Espanha também. Isso foi considerado recentemente em Bruxelas, e há, pelo que sei, um entendimento de que, embora tanto Portugal quanto a Espanha não tenham cumprido plenamente seus compromissos nessa área em termos de reduzir a dívida – outros países também tiveram dificuldade nessa área, não só esses dois –, mesmo assim, haverá uma compreensão por parte de Bruxelas com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Mas, sem dúvida, o ajuste português é muito bem-sucedido. Eles partiram, como eu tinha dito, de um déficit de 4% no PIB para, no ano passado, um crescimento de 1,5%. Portanto, isso mostra que os remédios amargos que eles tiveram lá surtiram o efeito esperado. Agora, falta, digamos, um certo reequilíbrio em certas contas, mas isso, de forma nenhuma, é prejudicial ao esforço que Portugal vem fazendo com muito êxito. Então, hoje, como V. Exª disse, estamos vendo a prosperidade que se sente em Portugal.

Sobre a questão do comércio e de investimentos, de fato, houve uma certa redução desse ritmo de crescimento, por várias razões, como a crise em Portugal e a crise aqui. Isso trouxe uma redução desse esforço comum. Mas, ainda assim, Portugal tem no Brasil um estoque de US$3,5 bilhões em investimentos, e temos em Portugal um estoque de US$3 bilhões em investimentos. Eles têm mais aqui do que nós temos lá.

Eu disse e reitero: acho que Portugal é, sim, uma ponta de lança nossa, um caminho natural das empresas brasileiras para uma participação mais plena no mercado da Europa. E algumas fizeram isso, como foi o caso da Embraer, algumas construtoras, bancos, enfim, mas ainda acho que existe muito espaço, muito espaço de internacionalização das empresas brasileiras, aproveitando o fato de que Portugal tem 75% do comércio externo dela no entorno. Então, uma empresa brasileira que vá para lá tem um mercado quase cativo na Europa inteira. É claro que nós pretendemos ter, como Brasil, um acesso melhorado ao mercado europeu com a negociação do acordo do Mercosul. Eu me empenhei muito nisso. O Ministro Armando e o Ministro Mauro também. Devo dizer que acredito firmemente nesse acordo e na liberalização comercial com a Europa, mas também acho que é importantíssimo para as nossas empresas participar do espaço europeu. Elas podem fazer isso se instalando em Portugal.

Os portugueses têm várias empresas importantes aqui, como a Galp, que já foi mencionada. Fazendo uma brincadeira, agora vejo que o P de Galp é Pernambuco! (*Risos.*)

E outras, como a EDP Energias do Brasil.

Aliás, quero dizer sobre a EDP que ela é uma líder na área de renováveis. Eles têm investimentos importantes até na Inglaterra exatamente nessa área. Então, é um parceiro natural para nós.

Além disso, Portugal tem investimentos aqui, na área de hotelaria, alguns grupos interessantes, e de transportes.

O comércio bilateral está equilibrado: 822 milhões que nós vendemos contra 810 milhões deles. Temos um pequeno superávit de 12 milhões, mas temos como crescer. Vendemos fundamentalmente petróleo, soja, produtos siderúrgicos, motores, mas, enfim, temos como ampliar isso. E eles nos vendem fundamentalmente azeite de oliva, gás, peças de aviões, por causa desse intercâmbio, vinhos e frutas.

Vindo aos vinhos, posso aproveitar e responder também que, sem dúvida nenhuma, Portugal, hoje em dia, é um dos grandes centros mundiais do vinho, tanto em qualidade quanto em presença internacional. E, sem dúvida, uma colaboração estreita feita com Portugal nessa área, em termos de tecnologias, de novas práticas, seria muito importante.

Isso me leva a outra pergunta feita sobre a colaboração com Portugal na área rural, de um modo mais amplo. Não há dúvida de que temos muito o que fazer em agricultura.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Temos um trabalho na área de biotecnologia em curso com Portugal, em pesquisas de sementes, e esse é um caminho importante.

Agora, como melhorar? Há uma ideia muito interessante, que é a ideia do estabelecimento de um mecanismo bilateral, que se chamaria Observatório de Comércio e Investimentos. Por meio disso, as duas partes buscariam oportunidades que surgissem e, assim, divulgariam às suas empresas essas oportunidades mútuas, o que acho que pode nos ajudar a fomentar tanto em termos de quantidade quanto em termos de qualidade. Acho que há muito espaço no Brasil para aumentar o valor da nossa exportação para lá. Muita coisa ainda é *commodities* dos dois lados, mas acho que ainda há muito espaço para alterar esse quadro.

Não há dúvida de que, buscando cobrir tudo, às vezes, falha algo.

O Mercosul, acho que o meu colega e grande amigo Mauro Vieira cobriu e, portanto, disse o que era importante. Estou de acordo com tudo o que ele disse e faço minhas as palavras dele.

Creio muito nos fóruns empresariais. Acho que o Fórum Empresarial da CPLP tem espaço para crescer, especialmente porque vamos assumir, como disse, a presidência *pro tempore* da CPLP a partir deste ano. Por conta disso, caberá a nós, Brasil, impulsionar essa agenda. Está nas nossas mãos, na verdade. Só dependemos de nós mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ministro, eu quero registrar a presença entre nós de um dos melhores e mais qualificados Parlamentares do nosso Congresso, que é o Deputado José Carlos Aleluia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Muito prazer pela sua presença hoje.

Perguntas que vieram pelo e-Cidadania, o senhor já respondeu na sua primeira exposição e, depois, agora, sobre o aumento de intercâmbio na área de educação, cultura, universidades e institutos tecnológicos, não é?

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Há uma pergunta sobre facilitação de transações imobiliárias entre os países e eventual eliminação ou redução de barreiras alfandegárias entre Brasil e Portugal.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – As transações imobiliárias têm sido, do ponto de vista português, muito facilitadas. Há um grande investimento brasileiro em imóveis em Portugal. Portugal dá um visto especial para quem investe em compra de imóveis lá. Portanto, acho que há boa vontade por parte de Portugal.

Reduzir as barreiras alfandegárias. Tanto nós como Portugal somos parte de espaços comerciais. Com a negociação do acordo do Mercosul, essas barreiras vão necessariamente cair entre os dois países.

Há uma pergunta sobre a oportunidade de o Brasil entrar na Zona do Euro, já que faz legalmente fronteira com a França. De fato, nós temos fronteira com a França. Mas eu não creio, neste momento – essa é uma decisão, obviamente, de política interna –, que haja estudos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Seria bom começar por inaugurar aquela ponte que foi construída e que até agora não está servindo para nada.

Muito bem. Penso que o Ministro Mauro Vieira tem um *post scriptum* na sua intervenção, dirigido especialmente ao Senador Hélio José, sobre a questão das leguminosas.

Por favor.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Eu não tinha tido tempo, Senador Hélio José, de tocar em dois pontos. Rapidamente, depois, posso lhe mandar por escrito.

A questão do Ano Internacional das Leguminosas. É de todo interesse, o Brasil dá todo o seu apoio. As leguminosas entram nos programas da agricultura familiar. É importantíssimo como instrumento de promoção do desenvolvimento e também na questão nutritiva. Eu tenho um dado aqui: são 62 milhões de toneladas por ano de leguminosas produzidas no mundo e 11 milhões comercializadas internacionalmente. Sem dúvida, elas têm um valor nutritivo enorme, e há os subprodutos, como os farelos utilizados para alimentação de gado e animais. O Brasil apoiou, desde o início, todas as iniciativas relacionadas ao Ano das Leguminosas, que é este ano. Não é tão conhecido, mas agradeço que V. Exª tenha chamado atenção para esse aspecto.

Depois também, sobre a questão das energias renováveis. Existe na ONU uma iniciativa, que se chama Energia Sustentável para Todos, que muito se assemelha ao Programa Luz para Todos. Nós participamos ativamente disso, temos uma grande contribuição a fazer. O Brasil favorece apenas que haja um engajamento maior dos Estados nacionais, porque nós achamos que deve haver uma expansão das redes de transmissão. A iniciativa da ONU, semelhante ao Luz para Todos, parte mais da iniciativa de entidades privadas sem fins lucrativos, que, em muitos casos, promovem a instalação de unidades geradoras, seja de biomassa, de eólica ou de solar em pontos afastados. É evidente que isso é uma realidade também para o Brasil, em regiões muito afastadas a que a rede não chega, mas nós queremos, sim, favorecer, apoiar e usar, sobretudo através da expansão da rede elétrica de transmissão, sendo que o Brasil tem, como o senhor mencionou, muito a oferecer. No Brasil, 41% da matriz energética é limpa, e houve uma alta recentemente de 77% na geração de energia eólica e 16% no consumo de etanol. Então, a contribuição que podemos dar é muito grande.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem...

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, sobre o adendo que acaba de manifestar o Embaixador Mauro Vieira, por cerca de quatro anos como Ministro de Minas e Energia, eu me tornei consultor especial do Secretário-Geral da ONU para efeito de instalação de energia social pelo mundo afora. O propósito da ONU é atender a cerca de 1,4 bilhão de residências pelo mundo. E, realmente, o Luz para Todos, que é um projeto brasileiro, era uma espécie de modelo, de piloto, para a ação da ONU. Daí eu ter sido convidado para ser um dos consultores – assessores – do Secretário Ban Ki-moon.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Obrigado, Senador Lobão.

A votação está encerrada. O Senador Ricardo Ferraço foi o último a votar.

Eu consulto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se há alguma objeção a continuarmos em reunião aberta. (*Pausa.*)

Então vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só uma informação que V. Exª deve saber: às 14h começa a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois é.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Faltam 18 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, mas nós vamos...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E eu gostaria de fazer um relatório aqui, ainda, do Diretor da Abin. Se for possível. Extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu confio sempre no poder de síntese dos nossos relatores, que vão direto ao ponto. Uma vez que esses relatórios são publicados, todos poderão apresentá-los de uma maneira muito sintética.

Eu vou agora, então, iniciar a apuração, que é rapidíssima, pois se faz pelo meio eletrônico.

Para secretariar a apuração, eu convido o Senador Hélio José.

Então, vamos agora proceder à apuração. (*Pausa.*)

Está, portanto, aprovada a indicação, por unanimidade. (*Palmas.*)

Trata-se de uma votação que faz jus à qualidade dos nossos prezados amigos, que estão dispensados agora, porque nós temos que prosseguir no nosso trabalho.

Eu passo a palavra, inicialmente, para apresentar o seu relatório, à Senadora Ana Amélia, que, com aquele poder de síntese fantástico que todos homenageamos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quantos minutos? Quantos segundos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A senhora saberá dosar. Já conhece o *time* da televisão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então está bom.

V. Exª tem que ler o preâmbulo. É uma determinação regimental.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

A Senadora Ana Amélia é relatora... (*Pausa.*)

A rigor, o item 1 seria do Senador Lobão, mas o cavalheiro Edison Lobão seguramente vai dar preferência à Senadora, que vai relatar, extrapauta, o item 5.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pronto para deliberação

Tem a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É com muito prazer, Presidente Aloysio Nunes Ferreira, que faço a relatoria da indicação do Ministro de Primeira Classe Julio Bitelli para ocupar a representação brasileira na Colômbia, em Bogotá, especificamente.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Ele entrou no Itamaraty em 1985, tem uma carreira extraordinária, com missões. Suas promoções se deram sempre por merecimento. Serviu em vários países, inclusive em países de posição relevante, na capital americana, Washington, nas Nações Unidas, em Nova York, foi Assessor Especial da Presidência da República, Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires por duas vezes, Conselheiro da Embaixada em La Paz, na Bolívia, Embaixador em Túnis e também Ministro-Chefe da Delegação Brasileira em Cartagena. Ele foi agraciado com várias condecorações, fruto do seu empenho e do seu trabalho, e vai representar o País na Colômbia, país que, para se ter uma ideia de sua relevância, no comércio bilateral, entre 2005 e 2015, dobrou seu comércio, che-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

gando a US$3,3 bilhões. Hoje é aplicada a tarifa zero para 84% de produtos do universo tarifário na relação entre a Colômbia e o Brasil. E os principais produtos exportados pelo Brasil – vejam só – são todos de valor agregado – há pouco, estava aqui o Senador Armando Monteiro –, como máquinas, instrumentos mecânicos e veículos automotivos, no caso.

Mais de 50 empresas brasileiras atuam na Colômbia. De 2010 a 2014, a presença dessas empresas no país aumentou em 80%. Os investimentos brasileiros na Colômbia, nos últimos 15 anos, acumularam, aproximadamente, US$2 bilhões. Há um acordo também de cooperação e facilitação de investimento, firmado em 2015, estimulando os investimentos entre o Brasil e a Colômbia.

No caso da política externa, o Presidente colombiano tem feito um plano de reconhecimento internacional, especialmente no Brasil, que tem atuado na área de defesa com uma grande atuação das Forças Armadas brasileiras, Marinha e Exército, e também, agora, com a criação da Aliança do Pacífico, que une Colômbia, Chile, México e Peru, o Brasil também pode se inserir nesse processo, evidentemente, dentro do interesse nacional.

Então, eu, com muito prazer, faço esse relatório, dizendo que é o homem certo no lugar certo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Muito obrigado, Senadora.

Vamos passar agora ao item 1 da pauta, que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Concedo vista coletiva, uma vez que não há quem queira discutir.

O Senador Lobão vai apresentar o relatório relativo à designação do Sr. Eduardo Gradilone Neto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Edison Lobão
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, V. Exª mencionou o nome do ilustre Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Ministro de Primeira Classe, para nos representar na Turquia.

Em 1978, S. Exª ingressou no curso de preparação para a carreira diplomática do Instituto Rio Branco. Já em 1998, defendeu a tese *Modelo de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da formação diplomática no Itamaraty*, que foi aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

O Embaixador, no exterior, atuou, entre outros cargos, como Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, Ministro-Conselheiro da Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro da Embaixada no Vaticano e Embaixador em Wellington.

Trata-se de um diplomata de grande envergadura, pelos cargos que exerceu e até pelos elogios que recebeu em sua carreira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Lobão.

Está encerrada a discussão.

Não há quem queira discutir.

Vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Passo a palavra, agora, ao Senador Tasso Jereissati para relatar a mensagem que submete à nossa apreciação o nome do Sr. Sérgio Silva do Amaral.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Tasso Jereissati
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente, é com grande prazer que relato a indicação do Embaixador Sérgio Silva do Amaral para Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América do Norte.

O Embaixador Sérgio Amaral é bastante conhecido. Não é necessário fazer maiores divagações sobre o seu nome, dada a sua experiência. Formado em São Paulo, mas também com doutorado. Seu colega de turma, sendo que ele evoluiu...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ele evoluiu, é verdade. (*Risos.*)

Ontem vi também um colega de turma, Miguel Reale, que evoluiu. E eu, aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele formou-se em Ciência Políticas, doutor em Sorbonne. Fala um francês fluente, além do inglês fluente.

Desempenhou vários cargos importantíssimos. São dezenas, mas gostaria só de lembrar que ele já foi Ministro-Conselheiro em Washington, Embaixador em Londres,Embaixador em Paris e Ministro da Indústria e Comércio aqui no Brasil, trabalho desempenhado com muita competência.

Tem vários trabalhos publicados em publicações internacionais de grande prestígio, vários trabalhos, desde publicações inglesas, francesas, americanas, com muita repercussão.

Portanto, talvez não haja hoje no Brasil pessoa mais talhada e preparada para exercer esse cargo do que o nosso Embaixador Sérgio Amaral, e eu não poderia deixar também de dar uma palavra, com testemunho próprio meu, apesar de não ser praxe, das atividades do Embaixador Sérgio Amaral, que acompanhei muito de perto. Homem de extremo conhecimento dos meandros da política internacional, profundo conhecedor de problemas de desenvolvimento brasileiro, profundo conhecedor também do comércio entre o Brasil e o resto do mundo, não só na área diplomática, geopolítica, mas na área comercial também. Homem também de profundo espírito público, muito respeitado e admirado por todos aqueles que tiveram a oportunidade de trabalhar junto com ele.

Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vista coletiva.

O Senador Valdir Raupp vai agora relatar a Mensagem nº 74, de 2016. Item extrapauta.

ITEM EXTRAPAUTA
MENSAGEM Nº 74, DE 2016

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço aos Relatores anteriores, que me deixaram sete minutos para eu fazer o meu relatório. Vou tentar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vai nadar de braçada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 74, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Janér Tesch Hosken Alvarenga para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Janér Tesch Hosken Alvarenga, 55 anos, filho de Geraldo Hosken Alvarenga e Natalia Tesch Hosken Alvarenga, graduado em Matemática, é Oficial de Inteligência de carreira, com mais de 30 anos de experiência na área.

Além das qualificações como analista e assessor, o indicado tem significativa experiência gerencial. Entre 2001 e 2004, foi Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Análise do Crime Organizado no Departamento de Contrainteligência da Abin e, desde 2014, é o Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Abin.

Sua experiência profissional pôde ser com a direção de unidades regionais da Abin, quais sejam, a Superintendência Estadual de Goiás, entre 2008 e 2009, e a Superintendência Estadual de Pernambuco de 2011 a 2014. No exterior, chefiou delegações em foros, conferências e reuniões de trabalho com serviços congêneres. Foi, ainda, Adido Civil de Inteligência na Colômbia, entre 2009 e 2011.

Em conformidade com a legislação, o indicado apresentou argumentação escrita, na qual demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor-Geral da Abin.

Nos termos do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, apresentou declaração, também por escrito, de que: é casado com Gecy Tenório De Trancoso, que é profissional de inteligência aposentada; não participa nem nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais; não se encontra em polo passivo ou ativo de ações judiciais; não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais.

O indicado apresentou, ainda, certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, bem como certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública do Distrito Federal.

Vamos para o voto.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Encerrada a discussão.

Vista coletiva.

Sabatina nos próximos dias.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2016.

Às dez horas e dezoito minutos do dia onze de agosto de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, José Pimentel, Kátia Abreu, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Aníbal e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Hélio José. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Passa-se à 1ª PARTE – PAUTA – DELIBERATIVA: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016." O Presidente convida os Embaixadores, a serem sabatinados nesta reunião, a ocuparem a mesa. O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Kátia Abreu, que faz a leitura do relatório. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. Na discussão, usam a palavra os senadores Jorge Viana, José Agripino, Antonio Anastasia e Tasso Jereissati. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia." A Senadora Kátia Abreu comunica a pesquisa "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras", realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV). O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. É deliberado EXTRAPAUTA: ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Passa-se à 2ª PARTE – PAUTA – SABATINA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia." O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os senadores Tasso Jereissati, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, Kátia Abreu, Ana Amélia e Cristovam Buarque. Os Embaixadores respondem aos parlamentares. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designada Secretária a Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ana Amélia. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. É deliberado EXTRAPAUTA: ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 30, DE 2016, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Requeiro nos termos do art. 93, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão para debater a pesquisa "Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras", realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV - EAESP)." Aprovado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e cinquenta e nove minutos assume a presidência a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Minhas senhoras e meus senhores, havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Se não houver nenhuma objeção, está aprovada.

A nossa reunião de hoje é composta de duas partes. A primeira parte é deliberativa e tem como objeto o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2016.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senadora Kátia Abreu
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou da pauta da Reunião do dia 10/08/2016.

Eu passo a palavra a V. Exª, Senadora Kátia Abreu, para proferir o seu relatório.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, nós estamos distribuindo uma pequeníssima apresentação resumo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A Senadora Kátia desempenhou um papel importante não apenas na conferência em si, mas nas pré-condições para que nós pudéssemos, especialmente no que diz respeito à agricultura, assinar esse importante instrumento.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Muito obrigada, Presidente.

Na verdade, eu quero até fazer aqui uma referência muito especial à ex-Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que comandou todo esse processo em Paris, representando o Brasil, mas teve uma interlocução e um papel fundamental entre os países de destaque à época e, antes de ir à COP, em Paris, ela chamou o Ministério da Agricultura e o Ministério de Minas e Energia para que nós pudéssemos preparar a nossa proposta, de acordo com as condições de cada setor, para que nós não aprovássemos em Paris o que não fosse real no Brasil ou com o que a agricultura ou o setor de energia não pudessem se comprometer.

Então, o Ministério da Agricultura trabalhou livremente na proposta que a Ministra Izabella levou até à COP.

Então, apenas um histórico.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com todo o carinho e respeito, mas eu acho que, pela importância deste momento, nós temos três embaixadores aqui que vão para lugares estratégicos: um para os Estados Unidos, outro para a China e o outro para a União Europeia.

E o que Senadora Kátia vai apresentar é da maior importância para todos os que nos representam, fora do Brasil, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu sei que não é a nossa rotina, mas queria só dar uma sugestão: convidá-los – eles estão aí há algum tempo – para que assistam à exposição sobre esse tema, se for possível, porque eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É possível, perfeitamente. Boa sugestão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...para eles é importante. É importante!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Peço, então, à Secretaria que conduza os diplomatas mencionados pelo Senador Jorge Viana para que nos façam companhia.

Senadora, por favor, continue.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Bom dia a todos!

Bom, todos nós, só relembrando, para que... São tantas coisas na cabeça, tantas informações... Apenas para relembrar os colegas que nós fizemos, em 92, a Rio 92, em que se estabeleceu a Convenção-Quadro. E, dali em diante, começaram as conferências internacionais nos países.

Então, em 95, em Quioto, houve a conferência mais importante, em que os compromissos principais foram feitos. Mas, infelizmente, de 1995 até 2008, os resultados foram muito modestos e os cumprimentos dos acordos foram muito parciais, muitos superficiais, sem o compromisso dos principais países, principalmente os poluidores.

Quando chegou em 2009, na COP 15, na Dinamarca, o Brasil teve um papel mais arrojado e se dispôs, então, a fazer um compromisso voluntário, porque os países em desenvolvimento não tinham a obrigatoriedade de fazer compromisso. Era um compromisso apenas voluntário. Os países desenvolvidos são obrigados a fazer os compromissos.

Então, naquela época, a decisão do País foi a de que nós pudéssemos avançar e fazer propostas mais ousadas. Eu me lembro que eu estava presidindo a CNA, e nós ficamos muito preocupados e até de certa forma protestamos à época pela falta de conhecimento, pela ignorância no assunto. Inicialmente nós protestamos e ficamos muito preocupados de o Brasil ficar prejudicado na área agrícola com os compromissos assumidos.

E, para a nossa surpresa, devo reconhecer que tudo isso do limão virou uma limonada. Foi o primeiro recurso que saiu para os produtores rurais para que a ABC, que é a Agricultura de Baixo Carbono, que é um recurso que, pela primeira vez... Em 40, 50 anos, os produtores de pecuária, principalmente, não tinham dinheiro para revitalizar suas terras. Então, as terras degradadas estavam sendo ampliadas cada vez mais no Brasil, e esse programa com prazo bastante longo e juro bastante compatível permitiu que essas terras pudessem ser revitalizadas.

Ainda está longe de alcançar todo o limite brasileiro para que a gente possa aproveitar, de fato, todas as nossas terras já desmatadas, mas foi um alento. Isso foi iniciado ainda no governo federal anterior e, depois, neste Governo, foram ampliados esses recursos. Mas vamos chegar até lá para ver o que significa essa revitalização de terras.

Então, é criado o Programa ABC, destinado à recuperação de terras degradadas e ao desenvolvimento de técnicas de manejo. Doze bilhões de recursos investidos até 2010; de 2010 a abril de 2016, já foram investidos 12,5 bilhões de recursos. O mais importante nesse desafio é fazer esses recursos chegarem à pequena e à média propriedade. Não é fácil fazer com que cheguem, como sempre. Não é? E as técnicas foram estabelecidas pelo programa.

Poderia ser usado na integração lavoura-pecuária-floresta. Poderia ser investido apenas em pecuária diretamente e o produtor poderia comprar as vacas. Mas não poderia comprar só vaca, ele teria que revitalizar a terra e, então, como prêmio, também no mesmo prazo, comprar matrizes. O plantio direto – hoje quase 90% de toda a lavoura brasileira já é plantio direto na palha – trouxe como grande benefício para o produtor a economia financeira. Ele economiza óleo diesel, combustível, ora máquina, ora mão de obra, porque a gradeação é bem mais leve e já é direto na palha, num sistema e num maquinário totalmente diferente.

Para o meio ambiente, que agradece muito, o plantio direto faz com que as terras não fiquem peladas – vamos dizer terras puras. Quando a terra fica pelada, emite CO_2, evapora CO_2 e, com o plantio direto, ela o mantém na terra. Então, o plantio direto é uma técnica utilizada praticamente e exclusivamente no Brasil, porque, nos países do Primeiro Mundo, como há neve e gelo, esse equipamento não consegue cortar a terra como deveria, e no Brasil é o contrário. Então, lá eles precisam gradear com grade pesada para a terra ser revolvida, e isso emite muito CO_2.

O plantio de florestas e a fixação biológica de nitrogênio é uma tecnologia também da Embrapa, uma tecnologia extraordinária, muito utilizada, não cem por cento, ainda, nas nossas propriedades, mas que inocula direto na semente da planta o fungo que tem a condição de absorver o nitrogênio do ar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Bom, agora, chegando a Paris, depois de 2009, as COPs vêm se arrastando e melhorando cada vez mais. Eu acho que Paris é um grande marco. Agora é a COP-21, em 2015. Elas não coincidem com o ano. Lá foi feita a consolidação do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Então, todo o mundo vai ter responsabilidade, de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país, e cada país vai apresentar seus compromissos voluntariamente.

Nós tivemos a participação de 150 Chefes de Estado. Foi a maior que aconteceu até hoje. Firmou-se acordo entre 195 países. Então, ela foi muito abrangente. O texto começou com 120 páginas e, ao final – o que demonstra sucesso –, é que saímos de lá com 20 páginas apenas, um documento conciso, mas que atendeu a todos esses países. Portanto, esse grande pacto resultou na Agenda de Desenvolvimento Global.

Nós esperamos, no futuro – um dos pontos pelos quais nós deveremos lutar –, que as barreiras tarifárias possam ter exigências em relação às emissões de CO_2. Então, no tocante a isso tudo, nós deveremos ter ganho significativo no Brasil, se nós continuarmos a cumprir o dever de casa.

Bom, quais foram as metas mundiais estabelecidas na COP, em Paris? São dois pontos muito importantes. O primeiro ponto mais importante é limitar a elevação da temperatura global, até o fim do século, a menos de 2% acima dos níveis pré-industriais, com o compromisso de redobrar o esforço para limitar a elevação até 1,5. Então, admitir até dois, mas todo o mundo trabalhar para dois graus, chegando até 1,5.

Os países devem rever suas metas a cada cinco anos, sem a menor possibilidade de redução dos compromissos. Eu posso rever em cinco anos e manter onde estou, mas não posso dar ré. Eu só posso manter o compromisso feito ou melhorar e avançar, mas ré, nenhum país poderá dar.

E o Brasil contribui nacionalmente com a NDC, resumindo a expressão, que é a Contribuição Nacionalmente Determinada, voluntária e ambiciosa também.

Nós levamos, com a participação do Ministério da Agricultura, como disse, e do Ministério de Minas e Energia: redução das nossas emissões de 37%, até 2025, em relação aos níveis de 2005, podendo chegar a 43% até 2030; redução de 80% do desmatamento legal e de 100% do desmatamento ilegal até 2030. Por que legal e ilegal? Porque o Código Florestal sempre permitiu o desmatamento. Mesmo depois dessa mudança que nós aprovamos no Congresso, em 2012, o artigo que permitia a continuidade do desmatamento com licença continuou. Ninguém mexeu nesse artigo do legal. Mas acontece que há pessoas que praticam principalmente a extração ilegal de madeira, causando o desmatamento ilegal.

Na propriedade rural, é quase que uma raridade alguém fazê-lo. Não estou apenas defendendo um setor que eu represento, mas hoje o satélite é tão preciso e tão determinante que ele acompanha num raio muito pequeno o desmatamento. Então, vem na hora, e a multa vem em cima do produtor. Agora, a madeira ilegal, não, porque é escolhida entre um raio de distância e é difícil o satélite pegar. Então, eles pegam 0,5 ha, 1 ha, tiram a madeira, passam para outro hectare distante, fugindo do satélite. Portanto, é mais difícil de encontrar. Quando se vai lá, observa-se que já está tudo devastado e a madeira toda roubada. Então, a precisão do satélite encontra dificuldade, dependendo do tamanho da exploração.

Fizemos o compromisso de 12 milhões de hectares de plantio de florestas, até 2020. Esse setor de florestas queria que a gente estipulasse até mais, mas nós preferimos 12 milhões de hectares. É um setor de franco desenvolvimento no Brasil. Nós ainda somos grandes exportadores de madeira e ainda somos deficitários no consumo interno. Também a ampliação da matriz energética renovável. Esses são os compromissos do Brasil.

Qual a importância dessa aprovação aqui... E o Presidente da Comissão, Aloysio Nunes Ferreira, com muito senso de responsabilidade, está dizendo, desde a semana passada, que a gente tentou aprovar? Porque nós vamos ter a COP-22 em 2016, este ano, em Marrakech, e todos os países se comprometeram a ratificar esse acordo. Então, nós já vamos chegar a Marrakech com um passo adiante – provavelmente não são todos os países que vão conseguir ratificá-lo –, porque o Brasil provavelmente deverá ser, a partir de hoje, o primeiro País a ratificar o acordo de Paris. Isso nos dá uma condição geopolítica muito importante.

Eu trouxe algumas telas, apenas a título de conhecimento – e já estou finalizando; são apenas creio que quatro telas. Este é o Brasil hoje. Mas não são muito arriscados esses compromissos que vocês fizeram?

Só para os colegas terem noção, a propriedade privada brasileira hoje tem 236 milhões de hectares, que é aquela parte amarela, e mais este verde-claro, que é a reserva legal e as matas ciliares dentro da propriedade. Se nós juntarmos tudo isso, apenas 38% do território nacional está nas mãos dos produtores rurais. Desses 38%, nós só produzimos em 27,7%, porque nós ainda, dentro da propriedade.... Somos o único País do mundo que impomos aos produtores a reserva legal e as matas ciliares.

Então, nós temos esta obrigatoriedade em lei; não existe isso em lugar nenhum do mundo. E o restante ali do verde-escuro são todas as áreas indígenas, as áreas de preservação ambiental, os parques nacionais, estaduais e municipais, terras indígenas e terras devolutas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Por que estamos diminuindo o desmatamento em alta velocidade? Primeiro, pela legislação, que é rigorosa, os instrumentos tecnológicos para identificar o desmatamento são muito precisos hoje, e por limitação. Então, essas áreas estão desde Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, até São Paulo, e já são áreas desmatadas há muito tempo.

E aqui, no Centro-Oeste brasileiro, também temos as limitações. Talvez Matopiba seja o único lugar em que ainda podemos fazer algum desmatamento legal, com licença ambiental.

Então, temos somado o verde-escuro, que são terras públicas.... Então, o grande latifundiário do Brasil é a União, não são os produtores. O grande latifundiário do País é a União. Viu, gente?

Então, se somarmos o verde-claro, que se refere aos produtores rurais, a reserva legal e as matas ciliares, com toda a reserva indígena, que não pode ser desmatada a corte raso, com todas as unidades de conservação e as terras devolutas, há áreas de Marinha, áreas do Exército, enfim. Isso tudo dá 61% de território preservado.

Qual é a diferença em relação aos outros dois países à nossa frente, que é o Canadá e a Rússia? Acho que eu não preciso nem dizer o motivo por que eles não desmatam, não é?

Agora, nós, de fato, estamos abrindo mão de terras agricultáveis, de terras altamente produtivas, em favor do meio ambiente. Então, o Brasil, de fato, faz um sacrifício; Canadá e Rússia têm um território muito maior, mas coberto de gelo. Então, não interessa o desmatamento por conta da produção.

Próximo.

E, com isso tudo, o que resultou do Brasil? Eu não tenho nenhuma limitação em dizer que muito foi feito sem saber e sem se preocupar àquela época com o meio ambiente, porque essa não era uma agenda brasileira, não era uma agenda mundial. Mas, graças à tecnologia, o que aconteceu? Essas colunas vermelhas que estão quase parelhas aqui referem-se a quanto evoluiu o tanto de terra para a produção.

Então, vocês vão ver que a evolução, o aumento de terra para a produção de grãos quase não se alterou de 1977 até 2015, a safra 14 e 15. Agora, olhem a produção o quanto aumentou, que é a linha azul. O que aconteceu? Que milagre foi esse? Foi a tecnologia desenvolvida pela Embrapa e outras universidades, e também o parque de máquinas e equipamentos com os programas de máquinas que foram financiadas aos produtores também com juro razoável, com prazo, e isso tudo foi se modificando.

Se juntarmos, desde Fernando Henrique, Lula e Dilma, o quanto de máquinas agrícolas que foram substituídas no Brasil, é uma coisa espetacular. Nos quatro, cinco anos de Dilma, foram 300 mil máquinas, 60 mil por ano. Mas todos os governos, desde Fernando Henrique, já tinham o Programa Moderfrota. Então, nós aumentamos a nossa produtividade em 220%.

E isso nós podemos exibir no mundo. E o mundo inteiro conhece isso. E cai o queixo, porque é inacreditável que o Brasil tenha conseguido tamanha façanha devido à inovação tecnológica, quer seja na produção direta, quer seja nas nossas máquinas e implementos.

Agora, aquela coluninha vermelhinha pequena ali embaixo, perto das terras é também uma informação muito interessante. São áreas que estão tendo a segunda safra. Então, a segunda safra, que era antes uma coisa só de área irrigada, hoje está crescendo enormemente, principalmente no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás. A segunda safra, devido à janela de chuva, é sem irrigação.

Então, isso significa produzir mais, no mesmo espaço de chão. Então, o Brasil ainda está.... Olhem, na coluna, última, de 2014/2015, em quanto de terras, de grãos nós já estamos fazendo duas safras.

Pode passar.

Agora, o que interessa, que é o desmatamento. Sobre o desmatamento no Cerrado, o nosso compromisso é chegar a 2020 com 9,4 milhões de hectares. Essa é a redução, saindo, de 2008, de 15,7. Então, em 2010, nós já estávamos com 6,2, com menos 65% de desmatamento.

Então, isso demonstra o esforço brasileiro e a competência dos produtores em produzir mais no mesmo espaço. Esse é apenas o Cerrado; agora, vamos para a floresta, que é a grande questão do mundo.

Pode passar.

Na floresta, estamos maravilhosamente bem. Nós saímos de 2005, com 19 milhões de hectares desmatados, e o nosso compromisso é chegar a 2020 com o desmatamento legal em 80%. Isso significa que a gente vai chegar a 3,9 de desmatamento legal.

Como nós estamos hoje? Ou seja, 2014, a última conta ali; nós estamos em 2016. Seis anos antes de chegar a 80%, nós já chegamos a 75. Então, nós estamos evoluindo enormemente, mesmo antes de chegar à data marcada, que é 2020.

Então, nós vamos chegar a 2020 com os 80% tranquilamente cumpridos na COP 15, na Dinamarca. Essa redução é muito importante que a gente tenha em mente, porque, sempre que encontra um desmatamento na Amazônia, a imprensa, com muita razão, faz todo o alarde, e fica parecendo que o Brasil inteiro está pegando fogo. Isso são coisas isoladas, pontuais, e a grande maioria é roubo de madeira e não de produtores rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Pode passar.

Esse foi o compromisso da ABC – o quanto isso é espetacular! Nós aprovamos, inclusive, no Congresso Nacional, em lei, em 2009, com um pouco de barulho ainda da Bancada Ruralista, porque não tinha compreendido os ganhos que isso poderia significar, que era: "Para cumprir isso, tem que ter dinheiro!" E nós tivemos dinheiro para cumprir.

Então, até 2020, quanto à demanda de recursos de R$87 bilhões, e até agora já foram quase 15 bilhões, o que dá para fazer com esse dinheiro? O que isso vai dar de resultado para o Brasil? Nós vamos jogar dinheiro na terra, vamos jogar dinheiro fora, subvencionado, e esse esses produtores vão fazer o quê?

Então, os compromissos delineados são mais ou menos estes: o aumento do uso da área em recuperação de pastagem degradada, que são os pastos da pecuária, 15 milhões de hectares. A aí pergunta-se assim: "Quinze milhões de hectares é muito ou pouco?" Porque há gente aqui que não é do campo.

"Então, 15 milhões de hectares, que tamanho é esse, Kátia?" É só ter em mente que todos os grãos produzidos no Brasil, hoje, estão em 54 milhões de hectares. Então, 15 milhões de hectares não é pouca coisa, não.

Nós temos, quando é divulgado: "O Brasil produz em 65 milhões de hectares". É porque 15 é plantio duas vezes. Então, podemos computar, dá mais 15, mas de solo verdadeiro são 55 milhões de hectares.

Então, nós liberaremos o equivalente... É muito importante entender isso. Nesses 55 milhões de hectares, se nós revitalizarmos 15 milhões de hectares de áreas degradadas de pastagem, isso vai equivaler a mais 15 milhões de hectares; se nós fizermos integração lavoura-pecuária-floresta, mais quatro; sistema de plantio direto, fixação biológica, floresta plantada...

Bom, resultou o quê? Isso resulta matematicamente em um aumento de área, como se nós tivéssemos sobreposição de terras; como se nós tivéssemos 70 milhões de hectares a mais de terras.

Para ver o quanto o Brasil ainda pode produzir, sem precisar desmatar. E isso vem junto com o desmatamento. Se eu tenho tanta área que eu precise revitalizar, para que também desmatar?

O próximo.

O que fazemos em dinheiro? Se a gente pegar esses 70 milhões de hectares, fazendo de conta que começa tudo hoje, e usar tudo em grãos, nós teríamos um aumento de 160 para 379 milhões de toneladas – hoje, não é 160 mais; hoje, já é 190, esse número é antigo. Nós sairíamos de quase 200 para 379, um aumento de 136%. Então, o Brasil pode ficar muito tranquilo, que nós temos ainda áreas para produzir alimentos para muitas gerações e ajudar o mundo até 2050, porque a FAO estabelece um compromisso nos países – não uma obrigação, mas uma meta – para que o Brasil aumente até 2050 a sua produção em 40%. Nós somos capazes de aumentar em 136%, para alcançar nove bilhões de habitantes.

E ao segundo colocado a FAO pede 26% de aumento, que são os Estados Unidos. Então, a própria FAO reconhece que nós... O mundo inteiro sabe que o Brasil é o único País que tem condições reais de ajudar a abastecer o mundo, aumentando a sua produção em 40%.

Agora, se eu pegasse 70 milhões e não quisesse fazer nenhum grão, se eu fosse fazer só carne? Se eu fosse fazer só carne – como a nossa pecuária é uma pecuária verde; não é um gado confinado, como nos Estados Unidos e na Europa, com alto custo, nossa carne é uma das carnes mais baratas do mundo, por isso é tão procurada –, nós aumentaríamos em 15 milhões de toneladas a nossa produção, que daria um aumento de 66,67%.

Então, eu demonstro esses números para tranquilizar os colegas Senadores de que esses compromissos que foram feitos pelo Brasil em Paris são perfeitamente plausíveis. O Brasil consegue cumprir mais do que os compromissos que estão sendo feitos. E nós teremos uma condição geopolítica muito diferenciada nesta agenda.

Não é uma agenda ambiental mais. Essas conferências e esses compromissos referem-se a uma agenda geopolítica. Ela deixa de ser uma agenda ambientalista, em que a produção agropecuária tem um papel fundamental nisso tudo, nessa participação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agora, formalmente para gravar...

Onde está o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Apenas a conclusão.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sim, vou ler só a conclusão. Só o trecho, o primeiro parágrafo, que é pequenininho, para oficializar.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PSD) nº 19, de 2016, cuja ementa está acima epigrafada.

A Presidente da República, pela Mensagem nº 235, de 10 de maio de 2016, submeteu ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla, em inglês, ou Convenção), celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado em Nova York, em 22 de abril de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2016.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigada, Senadora Kátia Abreu, pelo seu esclarecedor relatório, muito interessante e que nos trouxe informações muito além, inclusive, do texto do acordo que nós vamos, espero, poder levar ao plenário, ainda hoje, com a sempre colaboração do Senador Jorge Viana.

Eu penso que essa é uma matéria absolutamente consensual e será aprovada sem nenhum tipo de objeção, não só pela importância da matéria em si como também pelo relatório apresentado nesta Comissão pela Senadora Kátia Abreu.

Está em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Estão inscritos os Senadores Anastasia e José Agripino.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. V. Exª quer discutir a matéria?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, os colegas Senadores e Senadoras.

Fiz essa sugestão para que os Embaixadores que serão sabatinados logo em seguida acompanhassem pela importância do que estamos apreciando aqui hoje.

Está aqui atrás o futuro Embaixador do Brasil na China, Caramuru, que tem uma relação de conhecimento, de amizade muito antiga, e mais outros que compõem o corpo diplomático brasileiro.

Eu queria cumprimentar a Senadora Kátia Abreu. Nós trabalhamos juntos. Tivemos um duro debate, mas um ótimo resultado no Código Florestal – o Senador Aloysio também ajudou. Elementos que foram construídos permitiram que o Brasil pudesse chegar à COP 21, na busca de ser um dos protagonistas, como o foi, no acordo do clima. E o Código Florestal brasileiro, nos termos em que o aprovamos e atualizamos, foi um dos instrumentos que ajudaram a fazer com que o Brasil pudesse alcançar as metas antes mesmo dos prazos estabelecidos. Com essa autoridade é que o Brasil foi sujeito do processo, no ano passado, na COP 21, em Paris, e certamente agora também, com a decisão do Senador Aloysio, nossa aqui, na apreciação desse acordo, vamos chegar com uma autoridade diferenciada em Marrakech, em novembro, quando apresentarmos que o Brasil já estabeleceu, a partir do Congresso, a validade do acordo de Paris. Isso é muito importante.

Eu queria ressaltar também que apresentei aqui, no Senado, Projeto de Lei nº 750, de 2015, que tem como Relator o Senador Capiberibe. Está na Comissão do Meio Ambiente. Lamentavelmente, já era para estar tramitando. E o atual Ministro Zequinha Sarney apresentou-o, com o mesmo propósito, na Câmara. Nós estamos transformando em lei essa proposta, esse acordo brasileiro, os compromissos brasileiros.

É um complemento, é um adicional neste debate que estamos fazendo. É óbvio que temos um tempo para fazer o debate, mas a Câmara já apreciou a matéria em algumas comissões, e eu espero que esse meu projeto possa ser apreciado o quanto antes.

Eu queria só fazer uma última ressalva, que, talvez, possa ser realçada, além da importante exposição da Senadora Kátia Abreu, que foi muito esclarecedora.

Esse acordo tem um ponto fundamental. Era um ponto, inclusive, de divergência que impedia a sua assinatura. É um tratamento diferenciado para países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Temos casos, como, por exemplo, o Texas, que tem 23 milhões de habitantes. Ele tem emissões muito maiores do que a África subsaariana, por exemplo, que tem uma população de 720 milhões. Comparada com os 23 milhões do Texas, ela tem uma diferença abissal, em relação às emissões que o Texas põe na atmosfera, comprometendo a estabilidade do clima.

Esse foi um ponto de divergência. O Brasil ajudou bastante, a Ministra Izabella Teixeira foi determinante.

Ontem, o Embaixador Figueiredo – ele era um suporte – veio dos Estados Unidos – eu estava em Paris – para dar suporte na negociação, a partir de uma decisão da Presidente Dilma, e acho que a Presidente tratou esse assunto com a importância que ele merecia. O resultado está aqui.

Eu só queria cumprimentar todos e espero aprovarmos ainda agora esse acordo para levarmos para o plenário o quanto antes, como solicita o Presidente da Comissão, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Hoje, a sessão deliberativa está marcada para que horas mesmo, para as 11h?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos ver se conseguimos quórum adequado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quando terminarmos a nossa Comissão.

Senador Agripino, por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, vou procurar ser rápido. É só para cumprimentar a Senadora Kátia Abreu.

Quando ela usa o livrinho verde, ela é inexcedível! O livrinho verde é quando ela prepara umas coisas para fazer as projeções. Ela gasta tempo e, usando o talento que tem, ela convence, como nesse caso.

Ela fez um trabalho primoroso, porque é a praia dela. Ela conhece esse assunto de trás para diante. Já foi Ministra do governo do PT, é uma líder do setor ruralista e conhece esse assunto.

Ela deu aqui umas informações preciosas. Se há uma coisa nesses tempos bicudos pelos quais o País atravessa, de mau posicionamento no campo econômico, etc., é a posição absolutamente singular e indefensável no campo do que ela acabou de expor, da preservação do clima; a contribuição por fiscalização da terra privada e pelo exemplo que dá com a sua propriedade. É como ela colocou com muita clareza: são 851 milhões de hectares de propriedade do Governo brasileiro, e ele toma conta e assume a responsabilidade sobre o capital próprio, dá o exemplo. Governo existe para dar exemplo, e o Governo brasileiro, nesse campo, dá exemplo a ser imitado. É elemento de comparação com o resto do mundo. Dá autoridade ao Brasil para dizer: "na propriedade que é minha, do Governo brasileiro, a prática que eu adoto é esta aqui. Então, eu falo de pescoço duro." Esse é um argumento muito forte e que está contido, evidentemente, na proposição que S. Exª a Senadora Kátia Abreu coloca para apreciação do Senado, que é um argumento forte e que coloca o Brasil numa posição de muita respeitabilidade.

Então, com esta manifestação, eu quero me congratular com o trabalho sério e com o relatório conciso, preciso que a Senadora Kátia Abreu oferece aos seus pares.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Minha intervenção é meteórica, mas eu não poderia deixar de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pela excepcional qualidade e excelência do seu relatório. Quero fazer este registro e dar parabéns a ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Trinta segundos também para cumprimentar a Senadora por esse esclarecedor relatório.

Confesso que tive muitas informações aqui que eu não tinha e não conhecia, o que mostra claramente a compatibilidade entre a produção rural e o desenvolvimento da produtividade no setor rural e a manutenção de uma política de combate à mudança de clima.

Parabéns, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Parabéns, Senadora Kátia Abreu! (*Palmas.*)

Vejam os senhores que, não obstante as paixões do momento, vão surgindo temas em torno dos quais é possível termos uma ampla divergência entre as diferentes forças políticas do nosso País.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Convergência!

Muito bem, vamos agora ao item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: pronto para deliberação.
Observações:

1) leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Sr. Marcos Caramuru de Paiva está aqui presente.

O Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator, vai apresentar o seu relatório com aquela capacidade extraordinária de síntese que todos nós homenageamos.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem. O senhor me permite, antes de começar a ler o relatório?

Eu tive acesso a esta pesquisa há dois ou três dias. E, como a minha participação aqui é recente, quero dizer que se trata de uma pesquisa da CNI/FGV sobre os Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras.

Estou muito encantada com essa pesquisa. Eu não sei se ela já foi apresentada aqui, em audiência pública, no passado. Talvez o Armando Monteiro possa até saber. Se não, eu gostaria de aprovar um requerimento de audiência pública da CNI e da FGV, dos autores dessa pesquisa, para que eles possam vir apresentá-la.

Essa pesquisa foi feita com os exportadores. Acho muito importante que esta Comissão tenha acesso e conheça detalhadamente essa pesquisa e que todos os nossos diplomatas possam receber Brasil afora também esse material.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Vou pedir à Secretaria que nos auxilie na formalização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, antes do Senador Ferraço, também um minuto, se V. Exª me permitir.

Na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu também queria cumprimentar o trabalho que a Senadora Kátia Abreu fez, porque hoje nós tivemos os dados do primeiro semestre, e 50% praticamente de tudo o que foi exportado saiu do campo; o peso que o setor tem – e a Senadora sabe mais do que eu, por ser uma líder, praticante e produtora rural – para a economia brasileira.

Nenhum país do mundo pode apontar o dedo para o Brasil em matéria de preservação ambiental e do cuidado que as políticas públicas têm em relação à questão do aquecimento global, aplicando a técnica do ABC (Agricultura de Baixo Carbono), que tem um significado muito grande na economia brasileira. V. Exª também – eu sei – é produtor rural de algum modo, da silvicultura, e conhece bem o setor.

Eu queria fazer este registro, cumprimentando, e dizer que o Brasil dá um passo adiante ao fazer um acordo dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Embaixador Sérgio Amaral, Embaixador Everton Vieira, Embaixador Marcos Caramuru.

Sr. Presidente, tentarei ser telegráfico, mesmo considerando que nós estamos aqui diante de uma das biografias mais talentosas da Casa do Rio Branco. V. Exª vai me obrigar a ser célere, e eu serei – ordem dá que pode e cumpre quem tem juízo –, mas, evidentemente, não poderei fazer uma abordagem como gostaria pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

história extraordinária, exitosa do Embaixador Marcos Caramuru, que está sendo convocado em um momento especial para a política externa do nosso País.

Estamos trabalhando a reestruturação do Itamaraty, sob a coordenação do nosso Chanceler, José Serra, que, nos poucos meses em que está à frente da Casa do Rio Branco, já dá demonstrações claras dessa inclinação para uma política externa mais pragmática, uma política externa que não é movida pelas paixões ideológicas, mas que é movida por uma política de Estado que trata, sobretudo, o interesse nacional acima de qualquer outro interesse.

A reestruturação do Itamaraty não se dá apenas no campo tangível. Dá-se também no campo da recuperação da autoestima de uma das mais qualificadas estruturas do serviço público do nosso País. Veja V. Exª que não apenas o Embaixador Marcos Caramuru é convocado para essa missão, como, de igual forma, o competente e talentoso Embaixador Sérgio Amaral também é reconvocado para assumir a missão de um dos postos mais estratégicos para o nosso País, assim como a China e a Embaixada de Washington.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ambos estavam como Inês de Castro, posta em sossego, quando foram chamados pelo Ministro Serra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª falou bem: "Estavam".

Mas, Sr. Presidente, é submetida à apreciação do Senado a indicação do Sr. Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou, em atenção ao preceito regimental, o currículo, com a extensa biografia, do Embaixador Marcos Caramuru, que nasceu no Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1954. Formou-se em Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1975, ano em que ingressou no Itamaraty. Foi promovido a Ministro de Primeira Classe, cargo mais alto da carreira, em 2000.

O Embaixador Caramuru ocupou importantes cargos dentro e fora do Itamaraty, na maioria das vezes em áreas econômicas. Trabalhou na Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, de 1988 a 1990; foi Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Fazenda, de 1990 a 1991, e Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, de 1996 a 2004.

No exterior, serviu na Embaixada em Washington e Caracas e na Missão junto à ONU. Foi, ainda, Embaixador em Kuala Lumpur e Cônsul-Geral em Xangai. Registre-se ter sido Diretor Executivo do Banco Mundial e sócio e gestor da KEMU Consultoria, com sede em Xangai e hoje inativa.

O Embaixador Caramuru está sendo indicado para uma das mais importantes e estratégicas embaixadas do nosso País. A China é, desde 2009, o maior destino das exportações brasileiras, o maior parceiro comercial do País e, desde 2012, o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil.

A China passou para o grupo de economias mais sofisticadas do mundo em termos tecnológicos e se tornou a segunda maior economia do planeta, caminhando para ser a primeira, sendo hoje o maior parceiro comercial de uma série de países.

O Brasil vende para a China de *commodities* a aviões. O intercâmbio comercial bilateral em 2015 alcançou a cifra de US$66,3 bilhões. O superávit brasileiro foi de US$4,9 bilhões, resultado mais expressivo em relação ao ano de 2014, quando foi de US$3,27 bilhões.

As exportações que marcam são as exportações de soja, são as exportações de minério de ferro e, por evidente, há um enorme desafio para que nós possamos incorporar produtos que tenham maior valor agregado nessa pauta de exportações, do nosso País para a China, mas tenho certeza de que o talento e a competência do Embaixador, aliados a um conjunto de iniciativas que estão sendo tomadas no plano interno, vão dar à nossa economia maior competitividade.

Nós estamos diante, portanto, de um embaixador que, entre outras e tantas qualidades, tem uma que me parece muito importante, Sr. Presidente. Nós estamos diante de um embaixador que está sendo indicado para um dos postos mais estratégicos do nosso País e que fala mandarim. Isso exerce, é uma particularidade, uma característica muito importante na relação com a República chinesa, sobretudo em razão das características que movem as relações com esse tradicional país que tem, no plano mundial, sempre uma posição de muito protagonismo, e que se revela por um dos parâmetros mais importantes, que é o da confiança.

Portanto, na condição de Relator, eu agradeço a V. Exª a designação que me fez para que pudesse apresentar este relatório, dando-o a público e abrindo vista coletiva, para que, nos próximos dias, nós possamos sabatinar o Embaixador Caramuru e ele possa assumir logo a embaixada deste que é um dos mais importantes e estratégicos postos da nossa diplomacia brasileira.

Portanto, agradecendo a V. Exª, eu apresento o meu relatório. Eu iria muito além daquilo que falei, mas V. Exª me determinou que fosse telegráfico e assim agi, como liderado por V. Exª, para que nós possamos, inclusive, dar início às nossas sabatinas e possamos ouvir os nossos Embaixadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

V. Exª se referiu ao conhecimento da língua chinesa, o mandarim, por parte do Embaixador Caramuru, e nós temos aqui entre nós um colega que é fluente em grego, que é o Senador Tasso Jereissati. Mas ele fala o grego clássico: ele tem dificuldade de comunicação com os gregos atuais. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu queria apenas esclarecer para V. Exª que mandarim eu entendo, mas não tenho fluência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Pois não. (*Risos.*)

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vista coletiva.

O Senador Armando Monteiro é o Relator da Mensagem nº 76, de 2016, que submete o nome do Sr. Mario Vilalva para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha:

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, também com essa preocupação de fazer o relatório com a maior brevidade possível...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só quero esclarecer que, como haverá a Ordem do Dia hoje, e eu não quero que a nossa Comissão seja interrompida pela Ordem do Dia, estou pedindo então a brevidade, ainda mais levando em conta que esses relatórios são publicados amplamente pela internet.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito.

Eu queria cumprimentar os Srs. Embaixadores que participam aqui desta reunião, o Embaixador Everton e o Embaixador Sérgio Amaral.

Sr. Presidente, eu trato aqui da indicação do Sr. Mario Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou, em atenção à determinação regimental, o currículo do referido diplomata. É um currículo denso, que atesta, evidentemente, a qualificação, a formação e a experiência adquiridas pelo Embaixador Vilalva.

Eu assinalo aqui que ele já foi conselheiro na Embaixada de Lisboa, Cônsul-Geral em Boston, Embaixador em Santiago, quando eu tive a oportunidade de conhecê-lo, entre 2006 e 2010, e também Embaixador em Lisboa nesse período dos últimos seis anos. Ele foi, ainda – e fez à época um trabalho que é até hoje lembrado –, Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.

Além do currículo, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a República Federal da Alemanha. Eu creio que seja desnecessário assinalar a importância desse país, que tem o quarto maior PIB do mundo e é uma economia de ponta na Europa. Sobretudo, é um país que se caracteriza por uma indústria verdadeiramente de ponta, que desponta hoje, por exemplo, no plano da manufatura avançada e da produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de bens industriais de alto conteúdo tecnológico, além de ter, por exemplo, no plano da cooperação, da área de inovação, importância extraordinária.

A Alemanha é o quarto parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Argentina. O intercâmbio, em 2015, alcançou US$15,5 bilhões. A balança é, tradicionalmente, desfavorável ao Brasil.

Registramos ainda que a comunidade de brasileiros residentes na Alemanha é estimada em mais de 100 mil pessoas. Esse contingente é atendido por significativa rede consular presente nas cidades de Frankfurt e Munique, Bremen, Hamburgo, Düsseldorf, Heidelberg, Nuremberg e Stuttgart, que são consulados honorários, bem como do setor consular da Embaixada de Berlim.

Sr. Presidente, diante da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Vista coletiva.

Vamos começar agora, então, a segunda parte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, temos outro item ainda.

É o item extra pauta, que é a designação do Sr. Antonio de Aguiar Patriota para ser nosso Embaixador na República Italiana, e cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pronto para deliberação

O Relator é o Senador Agripino, que tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu vou procurar ser o mais conciso possível.

O Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe, está designado para exercer as funções de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino. Eu fiz distribuir o relatório aos Srs. Senadores e me permito não precisar repetir aquilo que está escrito, mas há alguns dados que eu gostaria de deixar, ainda que rapidamente, patenteados aqui diante dos Senadores, para qualificar o indicado.

Entre as funções desempenhadas no exterior por S. Exª, observamos que foi Conselheiro da Missão Permanente do Brasil na ONU, em Nova York, de 1994 a 1999. Foi Ministro Conselheiro da Missão Permanente do Brasil junto aos organismos internacionais em Genebra, de 1999 a 2003; em seguida, foi Embaixador do Brasil em Washington, de 2007 a 2009, e chefe da missão na ONU até 2013.

No Brasil, o indicado foi Secretário de Planejamento Diplomático do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores entre 2003 e 2004; Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores de 2004 a 2005; Subsecretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores entre 2005 e 2007; e Secretário-Geral da Secretaria-Geral de Relações Exteriores de 2009 a 2011. Em 2011, alcançou o posto máximo da carreira diplomática, tornando-se Chanceler do Brasil, e permanecendo como Ministro das Relações Exteriores da Presidente Dilma Rousseff até 2013.

O MRE anexou à Mensagem Presidencial sumário executivo sobre a República Italiana, a República de San Marino e a República de Malta.

No relatório que fiz distribuir aos Srs. Senadores, teço algumas considerações sobre as relações comerciais do Brasil com a Itália, do Brasil com Malta e do Brasil com a República de San Marino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Entendo que o Embaixador Patriota – a exemplo do Embaixador Sérgio Amaral e do Embaixador Everton –, um cardeal do Itamaraty, é uma das figuras exponenciais da carreira diplomática. Por um acaso é meu conterrâneo, de família potiguar. Faço o relatório de S. Exª com muita alegria por essa razão – também por essa razão –, e acho que a indicação do Embaixador Patriota para exercer as funções de Embaixador em San Marino, em Malta e na República Italiana vai produzir efeitos muito positivos para os interesses do Brasil.

Era o que eu tinha a informar neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Vista coletiva.

Agora vamos começar a segunda parte da reunião, que é dedicada às sabatinas. Já estão aqui ao meu lado os sabatinados de hoje.

Passo a palavra inicialmente ao Ministro Sérgio Amaral, que foi designado para nos representar nos Estados Unidos.

Com a palavra o meu caríssimo amigo da vida toda, Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado. Eu queria cumprimentar os ilustres Senadores que participam desta comissão e que estão aqui presentes. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Michel Temer e ao Ministro José Serra a confiança que depositaram no meu nome para ser o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Quero dizer da satisfação que eu tenho de reencontrar mais uma vez nesta comissão o Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira. Como ele mencionou, somos amigos não há muitos anos, mas há muitas décadas, o que nos compromete, os dois, bastante. E quero dizer que fiquei muito satisfeito ao saber que o relator da minha apresentação no Senado, da minha presença, foi o Senador Tasso Jereissati, com quem tenho também relações de amizade e por quem tenho uma grande admiração como Senador.

Sr. Presidente, vejo que o tempo da comissão está um pouco apertado. Vou me limitar a tratar de três questões. A primeira delas é a da relevância e da peculiaridade das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, que vou me permitir tomar um pouco em perspectiva, com uma pequena retrospectiva.

O segundo ponto é a densidade dessas relações, que é expressa por um conjunto muito significativo de projetos, de grupos de trabalho, de comissões, que, se formos tomar individualmente, chegam a mais de 50 tópicos.

E no terceiro, vou me permitir – embora um Embaixador tenha que tomar cuidado ao tocar nesse assunto – fazer algumas considerações não sobre o debate eleitoral americano, que não me caberia fazer, mas como um processo mais amplo que ocorre hoje, sobretudo em dois grandes grupos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos no que diz respeito a um certo neopopulismo e as implicações que isso possa ter para nós, como parceiros muito importantes dos Estados Unidos e da Europa. Na verdade, quem vai falar é o Embaixador Everton. Vou me permitir fazer essa consideração lateral.

As relações Brasil-Estados Unidos foram sempre boas e antigas. Não preciso citar mais do que rapidamente que os próceres da nossa independência foram buscar inspiração para suas ideias de liberdade na revolução americana e também na revolução francesa. E o governo de Washington foi o primeiro a reconhecer a nossa independência.

Durante o século XIX, e à medida que declinava a proeminência britânica, ascendia a presença dos Estados Unidos em nosso País. Mas o século XX foi, sem dúvida, o período das relações mais intensas que descreveram um certo movimento pendular: ora nós estávamos mais próximos dos Estados Unidos, ora nós estávamos um pouco mais distantes, mas sempre a relação era relevante. E ela teve dois papeis importantes na nossa evolução histórica. Primeiro: as relações com os Estados Unidos foram sempre um elemento de definição da política externa. Como num caleidoscópio, aquilo que era a relação com os Estados Unidos tendia a influenciar as outras peças desse jogo que era a nossa política externa. E o segundo ponto, igualmente importante, é que, em certos momentos, a relação com os Estados Unidos teve um papel de definição, ou de influência sobre a própria identidade nacional. Basta lembrar a nossa Constituição de 1889 e o fato de que nós fomos buscar nos Estados Unidos a inspiração para o nosso modelo político, a inspiração para a federação – o próprio nome do País, que se chamava Estados Unidos do Brasil – e partes importantes da nossa Constituição.

Dois ilustres personagens da nossa história diplomática ilustram, a meu ver muito bem, esse movimento pendular das nossas relações com os Estados Unidos. Em primeiro lugar, sem dúvida alguma, o Barão do Rio Branco. Uma vez encerrado o período da solução dos problemas de fronteira, ele se direcionou para uma aproximação com os Estados Unidos, inclusive um entendimento da Doutrina Monroe como algo que era im-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

portante para as novas repúblicas sul-americanas, como forma de protegê-las quanto às tentativas de restauração de uma presença colonial. Mas se o Barão viu na aproximação com os Estados Unidos um fato relevante para a política externa, ele nunca deixou de assinalar a importância de nós mantermos a nossa independência, quer nas relações bilaterais, quer nas relações multilaterais, como é o exemplo mais clássico da presença de Rui Barbosa, na Conferência de Haia, em que defendeu a tese da igualdade jurídica entre os Estados.

Muito bem. Meio século depois, nós damos um salto para San Tiago Dantas, outra grande figura e uma grande inspiração de toda a diplomacia moderna brasileira.

Na Conferência de Punta del Este, em 1962, ele fixou com muita clareza as diretrizes de uma política externa independente, que teve uma forte influência sobre o Itamaraty em toda a segunda metade do século XX. Acontece que, passado esse período, ou esse momento que expressava San Tiago Dantas, que era o da Guerra Fria, em que nós, juntamente com muitos países, nos propúnhamos a escapar das pressões para a criação de zonas de influência, junto com o movimento dos não alinhados, nós afirmávamos a nossa independência – de certa forma numa linha que se assemelhava à do General de Gaulle, quando disse que buscava para a França e para um grupo de países uma via independente entre as duas grandes superpotências da Guerra Fria.

Passada a Guerra Fria, e com o avanço e consolidação da globalização, os parâmetros para nós pensarmos a nossa política externa, para formularmos as linhas de política e para praticá-la se alteraram profundamente. De início, se pensou, como Fukuyama, que nós estávamos diante de um mundo unipolar, sob a hegemonia americana, das suas ideias na configuração da política e da própria economia. Mas logo se viu que, na verdade, estávamos caminhando para um mundo multipolar e para um arranjo de poder semelhante àquele que prevaleceu muito antes, no século XIX, que era o de balanço de poder.

Esse mundo multipolar é uma das facetas do mundo atual, que leva a uma grande diversificação do nosso relacionamento com os principais polos de poder, além daquele que nós já vimos mantendo e continuamos com os próprios países em desenvolvimento. Mas não se trata apenas da configuração do jogo do poder: trata-se da irrupção de novos atores muito importantes na cena internacional, entre os quais, certamente, um que nós conhecemos bem, que é a sociedade organizada – organizada sob a forma de organizações não governamentais e muitas outras formas de participação cada vez mais ativa, não só no plano interno como também no plano internacional. Mas também não são só as ONGs, são as empresas, é o crime organizado, são os movimentos separatistas, é a expansão do movimento dos refugiados, um dos grandes problemas junto com a imigração.

A reformulação desse jogo de poder, a irrupção de novos atores, também levou a novas formas de exercício da diplomacia em que, além da ordem multilateral que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, nós tivemos uma volta da geopolítica clara na invasão da Crimeia pela Rússia; nós temos o uso simultâneo de formas de *hard power* – como é chamado o uso militar, o uso da força – e de *soft power*, as novas tecnologias militares e o mundo cibernético. Portanto, nós estamos diante de realidades totalmente diferentes e novas, marcadas pela diversificação de atores, marcadas pelos interesses mais diferenciados.

E será que neste mundo tão diferente faz sentido pensar a política externa dentro da visão mais estreita de um conflito leste-oeste, que acabou? Faz sentido falar em guinada à direita ou à esquerda? Ou, ao contrário, diante de cada situação, diante de cada circunstância relevante na cena internacional, nós não devemos justamente fugir às tentações das fórmulas preconcebidas e buscar, em cada caso, onde estão os interesses da sociedade, os valores do País, os interesses da nossa economia, enfim, fazer uma avaliação objetiva do que seja o melhor para o País?

Essas considerações valem para as relações Brasil-Estados Unidos, em que não cabe, por sua diversidade enorme, uma rotulagem de uma política a favor ou contra os Estados Unidos. As relações entre Estados Unidos e o Brasil, estou convencido, entram num novo momento, que é um momento de maturidade, em que vamos examinar os diferentes temas de agenda, à luz dos nossos interesses, à luz dos nossos valores e não, como disse o Ministro José Serra em seu discurso de posse, a favor das preferências de um ou outro partido político.

Há outros fatores, além desse, que concorrem para uma mudança na qualidade da relação. Eu citaria aí, eu acho que com justiça, a política externa americana sob Obama. O que o Obama se propôs a fazer e fez é muito daquilo que sempre reclamamos e sempre demandamos dos nossos parceiros: é o compromisso com o multilateralismo, com a concertação política e com a não intervenção.

O caso da reaproximação com Cuba, que era um problema totalmente anacrônico, mesmo para os Estados Unidos, mostra que os Estados Unidos estavam dispostos a dar mais um passo importante e de alto valor simbólico e que abriu as portas para uma nova relação dos Estados Unidos para a América Latina, que não é mais uma relação de desconfiança, mas talvez seja de construção da confiança.

Do nosso lado, mais uma vez, eu volto às diretrizes anunciadas pelo Ministro José Serra, na sua posse, que mostram também uma mudança bastante significativa nas nossas posições, que, sem abandonar setores e parcerias fundamentais para o País, como as parcerias com o mundo desenvolvido, com a África e com outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

grupos de países em desenvolvimento, têm uma relação mais desimpedida com os diferentes polos de poder, com a China, com a Europa, com os Estados Unidos e com outras regiões, mesmo a Ásia.

Abrem-se assim, a meu ver, grandes oportunidades para as relações Brasil e Estados Unidos, não obstante as dificuldades em que, tanto lá quanto aqui, vivemos, mas temos convergências em grandes temas, e um deles foi mencionado pela Senadora Kátia Abreu, pelo Senador Jorge Viana, que é a questão do meio ambiente. O Embaixador Ricupero tem dito sempre que o meio ambiente tem que ser visto não como um desafio ou como um tema que possa nos criar dificuldades para o desenvolvimento, mas, sim, como uma grande oportunidade de exercermos uma legítima liderança num dos temas mais importantes no cenário internacional hoje.

Temos uma grande convergência também em outra área muito importante, que é a dos direitos humanos, que são hoje o melhor nome para o exercício da democracia. Não há democracia onde não há respeito aos direitos humanos.

Temos muito convergência também no campo do comércio: o Brasil hoje defende e quer praticar as negociações comerciais. A ironia da história é que talvez tenhamos chegado a esse ponto num momento em que os grandes polos do mundo desenvolvido parecem não estar conseguindo ceder ou resistir à tentação de políticas protecionistas.

A densidade do nosso intercâmbio, como mencionei no início, é enorme e cobre praticamente todos os temas da agenda internacional. Acho que não seria o caso de entrar numa discussão mais minuciosa desses projetos – estou pronto se algum deles for de interesse das Srªs Senadoras e Senadores –, mas eu queria dizer que eles se agrupam em três grandes campos e três áreas de grande potencial.

O primeiro é o diálogo econômico e comercial. Esse diálogo se divide em três áreas em que estão se realizando reuniões importantes, são discussões de comércio, são as reuniões em que se discutem as questões financeiras, seja no âmbito do G20, seja nas instituições de Bretton Woods. Está-se abrindo um novo diálogo, que é muito promissor, que é o diálogo na área de energia. Esse diálogo tem, para nós, uma importância grande, que é das energias alternativas, em que temos um avanço importante nessa área de energias alternativas, quer como carburante, quer como produção de eletricidade. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos estão fazendo uma revolução para o chamado gás de xisto – certamente há um interesse num melhor entendimento do que cada um está fazendo. Eu acho que esse é um campo em que, talvez de uma forma um pouco ambiciosa, a agenda tenha se estendido demais e poderiam ser fixadas algumas prioridades.

Temos um dos mais atuantes organismos do setor privado para a definição de projetos e execução que é o chamado Fórum de Altos Dirigentes Econômicos, que tem também uma extensa agenda.

Outro setor novo e cada vez mais importante é o da infraestrutura. Eu entendo que o Governo do Presidente Temer quer dar um grande impulso, de que precisamos, e, muitas vezes, não temos recursos. Vamos querer investimentos estrangeiros. Isso vai demandar o que o Ministro Moreira Franco já está fazendo, ouvir o setor privado, para definir um marco regulatório que seja mais acolhedor para quem quer investir no Brasil. Hoje já existe um trabalho de definição de projetos muito importante no sentido de que não vamos continuar apresentando aos nossos possíveis investidores os mesmos projetos sobre os quais falamos já há mais de uma década, mas vamos apresentar aqueles que já têm um amadurecimento e condições de efetivamente ser levados à licitação sob forma de concessão. Isso aí, se me permitem um comentário lateral – e o Embaixador Caramuru conhece melhor do que eu –, é uma área em que a China está muito envolvida, está muito presente, e eu ainda não vejo os investidores americanos com o mesmo interesse e a mesma presença.

Temos uma comissão consultiva em agricultura, que foi a comissão que levou à abertura agora do comércio de carnes *in natura* entre Brasil e Estados Unidos. É o primeiro resultado. Temos uma cooperação no campo regulatório.

O segundo ponto, igualmente relevante, é na área de defesa, e aí não se trata apenas dos entendimentos, das formas de treinamento entre oficiais das Armas, mas se trata também da possibilidade em que a cooperação de governo se transforme em parceria empresarial. Já existem entendimentos entre um grupo da indústria de defesa, capitaneado pela Fiesp, e outro grupo nos Estados Unidos.

Temos uma importância nas áreas de mais interesse direto da sociedade, como a questão dos vistos, que, no momento, não é fácil, porque estamos passando por um período em que há mais brasileiros querendo ingressar nos Estados Unidos, pelas dificuldades mesmo da economia brasileira, e isso poderá retardar a isenção de visto, mas a facilitação de visto, sobretudo para aqueles que viajam de forma mais frequente, é um dos projetos que tem condições de ser aprovado mais rapidamente.

Educação e cultura são outra área em que está começando a haver um bom entendimento.

Enfim, é um grande número de projetos, mas o fato é que nem todos estão andando com a rapidez que seria esperada. Eu acho que seria interessante se houvesse da parte do Governo brasileiro, da parte dos ministérios brasileiros interessados, uma reavaliação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – ... desses projetos, para ter um pouco mais de foco, de prioridade, de resultado e de acompanhamento.

Eu vou mencionar muito rapidamente...

Essa campainha era para mim, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Essa campainha...

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Não é nada contra mim?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, nada. É uma campainha automática. Ela se desencadeia automaticamente.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Ela pode ser segurada também automaticamente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ela tem também, além desse mecanismo, um alçapão. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Quem fala muito cai nele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente. A primeira advertência é a campainha, para depois...

Apenas para assinalar aos nossos convidados que o tempo está se expirando, mas V. Exª, claro, tem toda a liberdade para continuar.

Apenas uma baliza.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Eu vou fazer uma finalização rápida.

Eu gostaria de dizer uma coisa. A cooperação com os Estados Unidos não é apenas a cooperação nos temas de grande divergência e nos projetos: existem outras questões que são muito importantes. Os Estados Unidos são, pela natureza do País, pelo seu peso no mundo, um excelente e importante ponto de observação sobre temas que nos interessam, não só na criação de uma nova ordem internacional, como nas mudanças na economia, para que o Brasil tenha uma participação mais ativa em todas as instituições, e são muitas que eu acho que têm uma forte influência sobre a opinião pública e sobre o Congresso.

Eu, talvez com um pouco de pretensão, mas com cuidado, porque eu não quero dizer nada que possa significar uma tomada de posição diante de um governo de que, se eu for aprovado por esta Comissão, eu serei representante, não quero falar sobre o processo eleitoral americano. Eu quero falar sobre uma questão que intriga todos aqueles que hoje acompanham as relações internacionais e que vale tanto para a Europa quanto para os Estados Unidos, que é o fato de que estamos assistindo a uma nova forma de neopopulismo, e essa nova forma de populismo tem possivelmente duas origens: ela se manifesta na Europa. Nós vimos a saída da Grã-Bretanha da União Europeia. Nós vimos partidos políticos, na Alemanha, na Holanda, na Itália, na França, já com expressiva votação, que contestam a União Europeia, e nós estamos assistindo a isso também na eleição americana.

Qual é a origem disso? A minha avaliação ou a minha hipótese é que nós estamos assistindo aí a dois processos que são, talvez, a sinalização de um novo limite para a globalização e de um novo limite para a democracia liberal. Talvez a globalização tenha avançado um pouco rápido demais, sem que tenham sido tomadas medidas compensatórias para os setores da sociedade que eram mais atingidos por uma competição mais ampla. E a globalização também agrava a desigualdade.

É interessante notar que, na abertura dessas Olimpíadas, dois temas foram predominantes: a questão ambiental e a questão da desigualdade, dos menos favorecidos. Eu tenho a impressão de que esses dois temas serão dominantes no processo político interno, assim como no processo político Internacional. E é preciso que os partidos políticos – e eu falo nos grandes partidos políticos do mundo ocidental – tenham condições de identificar o problema e dar uma resposta a uma insatisfação mais ou menos generalizada em certos setores antes que, por falta de resposta, as sociedades busquem alternativas mais radicais.

Eu acho que esse neopopulismo está muito ligado a isso. Limite para a democracia Liberal por quê? Porque o sistema partidário não conseguiu ser tão representativo quanto seria necessário. E eu acho que isso vai ser um tema dominante no processo eleitoral americano, como também é e está sendo na Europa de hoje.

Para fugir, portanto, ao risco do alçapão, eu gostaria de resumir a minha apresentação com alguns comentários muito breves. O que eu busquei foi estabelecer um pequeno retrospecto das relações Brasil-Estados Unidos, de forma a inseri-las num contexto maior da nossa política externa; sublinhar que estou convencido de que nós estamos vivendo um momento de maturidade dessa relação, em que a desconfiança vai cedendo lugar a uma construção da confiança. E existe um conjunto muito importante de iniciativas que nós vamos ter que acelerar e vamos ter que reavaliar, para dar a elas os benefícios mútuos que elas têm condições de dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Existe uma série de ações que a Embaixada pode tomar e que eu gostaria de empreender para poder executar as diretrizes do Presidente da República e do Ministro José Serra, caso venha a receber a honrosa aprovação desta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Eu queria aproveitar, antes de passar a palavra ao Embaixador Everton Vargas, para fazer aqui uma comunicação.

O Senador Agripino disse que nós estávamos na presença de alguns cardeais do Itamaraty. Eu, como modesto vigário, vou fazer, como fazem os padres na missa, uma comunicação à paróquia. É que, na quarta-feira que vem, nós vamos ter outra sessão extraordinária, em razão exatamente do calendário espremido neste segundo semestre, para sabatinas do Embaixador Marcos Caramuru de Paiva, do Embaixador Júlio Bitelli e do Embaixador Patriota. O Marcos Caramuru vai para a China, Júlio Bitelli, para a Colômbia, e o Embaixador Patriota, para a Itália.

Então, na quarta-feira, muitos membros desta Comissão são membros também da Comissão de Constituição e Justiça, que se reúne aqui ao lado. Então, nós poderemos fazer aquele intercâmbio habitual quando isso ocorre, quando há concomitância das reuniões.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador Everton Vieira Vargas, que nos representa agora na Argentina e está designado para ser o chefe da missão junto à União Europeia.

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Muito obrigado. (*Falha na gravação.*)

Exmo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Exmo Senador Valdir Raupp, Vice-Presidente da Comissão; Exmo Sr. Senador Lasier Martins, Relator da minha indicação; Exmas Srªs Senadoras; Exmos Srs. Senadores; colegas do Itamaraty aqui presentes; meu querido amigo Sérgio Amaral, em particular; senhoras e senhores, agradeço a confiança em mim depositada pelo Senhor Presidente da República em exercício e ao Sr. Chanceler José Serra, ao submeter o meu nome à apreciação do Senado para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à União Europeia.

É um prazer estar aqui nesta Comissão, onde vários dos Srs. Senadores já estiveram em outras sabatinas de que participei, como Embaixador na Alemanha e, mais recentemente, na Argentina. Será para mim uma honra representar o Brasil junto à União Europeia se for aprovado por esta Casa.

Como sabem, a União Europeia é o resultado de um processo econômico, político e social iniciado há 65 anos, com a assinatura do Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, cuja personalidade jurídica foi conferida pelo Tratado de Lisboa, de 2007, em vigor desde 2009. Esse tratado criou a figura do Presidente do Conselho Europeu e ampliou a capacidade decisória do Parlamento Europeu, além de unificar a direção da Política Externa e de Segurança.

A consolidação institucional da União Europeia foi a tradução prática de um projeto de paz em um continente historicamente devastado por guerras. A evidência mais eloquente disso é o reconhecimento da União Europeia como inovação política e a concessão, em razão disso, do Prêmio Nobel da Paz em 2012.

A dinâmica e competitiva economia da União Europeia combinada à capacidade tecnológica e ao poderio militar dos seus Estados-membros lhe dá autonomia para atuar no cenário internacional e faz com que o bloco configure hoje um polo de poder.

Um dos resultados dessa evolução foi o crescente protagonismo das instituições europeias em temas relativos à paz e à segurança internacionais, além de cooperação econômica, financeira, tecnológica, em matéria regulatória.

A UE é um bloco político e econômico de 28 Estados-membros, com uma população de 508 milhões de habitantes, um PIB de €14,6 trilhões, ou US$16 trilhões, e uma renda *per capita* de €28,7 mil, ou US$31,8 mil.

O plebiscito no Reino Unido, em junho passado, sobre a saída da União Europeia, trouxe incertezas sobre as perspectivas para o bloco. A questão apresentada aos eleitores britânicos dizia respeito ao futuro que o Reino Unido deseja ter: como parte de uma Europa fortalecida pela integração ou como um Estado individual, circunscrito às suas próprias capacidades, mas com maior autonomia decisória.

A soberania britânica, realçada em quase todas as análises, evidenciou-se no exercício do voto sobre a saída da União Europeia. O chamado Brexit deverá repercutir nas negociações comerciais da União Europeia, inclusive aquela com o Mercosul, pois a Grã-Bretanha, o Reino Unido, oferecia apoio político à liberalização comercial. Ademais, a partir do início formal do processo pelo governo britânico, parcela importante dos recursos humanos da União Europeia estará destinada ao tratamento da saída do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A avaliação precisa dos impactos do Brexit dependerá fundamentalmente dos novos vínculos entre a União Europeia e o Reino Unido, algo ainda incerto. Os direitos e obrigações do Reino Unido seguirão vigentes enquanto for negociada a sua saída, o que, pelo Tratado de Lisboa, poderá demorar até dois anos.

O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Europeia, em 1960. Isso deveu-se à afinidade de valores, densidade de interesses recíprocos, que culminou na adoção da parceria estratégica em 2007.

A parceira estratégica – isso eu queria realçar aos senhores – é o relacionamento político especial e privilegiado da União Europeia com terceiros países em razão da importância do papel por estes desempenhado no cenário internacional. Esse é o peso específico para os interesses do bloco.

A parceria estratégica Brasil-União Europeia tem como roteiro um plano de ação conjunto, revisto periodicamente, no qual se delineiam linhas mestras para os mais de 30 diálogos setoriais entre ambas as partes, reunindo empresários, sociedades civis e agências governamentais.

Para o Brasil, é relevante compreender a evolução e o funcionamento da União Europeia em razão da sua consolidação como ator determinante na elaboração de políticas globais e de padrões regulatórios, com crescente impacto sobre os interesses e as ambições do nosso País. E a União Europeia, no plano político, vê o Brasil como um parceiro com interesses estratégicos na América Latina, o que valoriza muito o seu diálogo em relação a entidades como a Celac, a Unasul e, sobretudo, o Mercosul.

Nesse contexto, o diálogo com o Parlamento Europeu é da maior importância, uma vez que o Parlamento hoje representa os cidadãos europeus, composto por 751 Deputados eleitos diretamente pelo critério proporcional. Isto leva a que, cada vez mais, as relações com a União Europeia passem pela aprovação pelo Parlamento Europeu de medidas de interesse direto para o Brasil. Daí a importância da promoção do diálogo regular entre o Congresso Nacional e o Parlamento Europeu.

Caso aprovado, e consoante as instruções que me sejam transmitidas, empenhar-me-ei em aprofundar esse diálogo e promover o diálogo dentro das instituições brasileiras com as diferentes instâncias da União Europeia.

Essa atuação terá como fulcros centrais a promoção e o aprofundamento do diálogo político bilateral; o estreitamento dos laços comerciais, com ênfase no acesso a mercados e na eliminação de barreiras ao comércio; o acompanhamento e o apoio às negociações do Acordo de Associação Brasil-União Europeia; a intensificação da cooperação na área agropecuária, em particular no que tange aos padrões sanitários e fitossanitários; a promoção dos investimentos, tendo em vista a presença de grandes investimentos europeus no Brasil e de grandes investimentos brasileiros nos países da Europa; e o estreitamento do diálogo e da cooperação na área de desenvolvimento sustentável, com atenção à cooperação tecnológica e à inovação, com o objetivo de contribuir, entre outras razões, para a competitividade das empresas, em particular as pequenas e médias, e lidar com temas de interesse global, como a mudança do clima e energia.

Vou, a partir de agora, tratar de alguns desses temas com maior detalhe.

Comércio e investimento. Tomada em seu conjunto, a União Europeia hoje é o maior parceiro comercial do Brasil. A corrente comercial tem refletido a conjuntura econômica adversa em ambos os parceiros e a tendência mundial à desaceleração do comércio exterior.

Segundo os dados do MDIC, após alcançar quase US$100 bilhões, em 2011, a corrente comércio bilateral vem caindo nos últimos anos e somou US$70,6 bilhões, em 2015. Em 2014, as exportações brasileiras para a União Europeia caíram 12%. Em 2015, recuaram 19%, tendo somado cerca de US$33, 9 bilhões. Em 2016, o ritmo da queda parecer estar arrefecendo. De toda maneira é importante salientar que, a partir de 2014, o Brasil deixou de se beneficiar do Sistema Geral de Preferências Comerciais Europeu.

As importações brasileiras da União Europeia caíram, em 2014, em 8%. Essa queda se intensificou em 2015, reduzindo-se em 21,5%, somando ao todo US$36 bilhões.

As importações enfrentam a dificuldade de se recuperarem em 2016. Há um interesse europeu em suprir uma demanda brasileira por produtos e serviços em setores nos quais o bloco conta com reconhecida expertise, tais como infraestrutura, logística, transportes e alta tecnologia.

O crescimento do comércio de serviços da União Europeia foi o dobro daquele de bens. Em 2015, o Brasil foi o 8º maior importador, com €14 bilhões de euros, e o 9º maior exportador na área de serviços, com €8,9 bilhões. Entre as principais importações brasileiras pode-se citar máquinas, mecânica, automóveis, farmacêuticos. E a nossa exportação ainda é muito centrada em *commodities* – minérios de ferro, café, chá, mate, especiarias e farelo de soja.

Em 2016, nós recuperamos a nossa condição de superavitário no comércio com a União Europeia, embora registrássemos déficits comercias desde 2013, conforme dados do MDIC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A variação do comércio tem várias causas: a agressiva promoção de exportações pelos concorrentes, um maior protecionismo dos países ricos, a estagnação econômica nos países consumidores e o corte de preços promovidos pelos países emergentes.

A área agrícola é certamente uma das áreas centrais para a atuação da missão, da minha atuação como Embaixador lá, se aprovado for por esta Casa. Em 2015, as exportações europeias de produtos agrícolas chegaram a €129 bilhões, 7% do total das vendas da União Europeia, e as importações, em €113 bilhões. Em 2015, a União Europeia manteve-se como principal exportador mundial no setor agroalimentar, pouco à frente dos Estados Unidos, e, em termos globais, o Brasil seria o terceiro maior exportador mundial, com exportações de €67 bilhões, conforme dados da própria União Europeia.

No comércio bilateral há uma tendência de queda nas exportações da América do Sul. E no caso do Brasil, essa queda, em 2015, foi de 0,2%. E houve aumento das exportações, por parte dos países da América do Norte, em particular dos Estados Unidos, um crescimento, em 2015, em 16%.

Em 2015, segundo os dados europeus, as exportações agrícolas brasileiras cresceram 8,5%. Mas os dados do Ministério da Agricultura mostram que, de 2014 para 2015, houve uma queda de 8,8% das exportações do agronegócio brasileiro.

A União Europeia é o segundo principal mercado para o Brasil – 19% das nossas exportações, após a China, que consome 25%.

O protecionismo agrícola é...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É em valores?

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – É em valores, é em valores.

O protecionismo agrícola é certamente um dos grandes entraves ao comércio com a União Europeia em função da política agrícola comum que, entre 2014 e 2020, tem um orçamento previsto de mais de €408 bilhões – 38% da União Europeia, sendo que 76% desse orçamento é dedicado a pagamentos diretos e à organização dos mercados agrícolas, enquanto que €95% bilhões são orientados ao desenvolvimento rural.

Essa substantiva alocação de recursos tem merecido uma atenção especial do Itamaraty, da missão em Bruxelas, do Ministério da Agricultura e do próprio Congresso Nacional. Trata-se de um setor prioritário no diálogo bilateral. A própria Senadora Kátia Abreu esteve, no ano passado, em maio de 2015, em visita à União Europeia, acompanhada, inclusive, pelo Senador Anastasia, pelo Senador Lasier Martins e Senadora Ana Amélia. Isso mostra como é importante que, além do diálogo diplomático, o diálogo político seja intensamente mantido, no sentido de colocar os nossos interesses, defender os nossos interesses e as nossas necessidades.

O Brasil é certamente um dos principais, senão o principal provedor de produtos agroalimentares para a União Europeia. Isso é um fator extremamente importante na nossa atividade, nas nossas negociações com a União Europeia. Questões sanitárias e fitossanitárias, comércio de carnes, exportação de açúcar e tarifas aplicadas a cotas por parte da União Europeia requerem um diálogo permanente e um esforço negociador em diferentes áreas.

A área de investimentos eu acho que é importante do ponto de vista estratégico. A União Europeia é o maior investidor no Brasil, com um estoque de investimentos de mais de €343 bilhões. Somos o terceiro maior receptor de investimentos, atrás dos Estados Unidos e da Suíça e à frente do Canadá e da Rússia. Por sua vez, o estoque de investimentos brasileiros na União Europeia, no final de 2014, era de mais de €113 bilhões. Nós somos o quinto maior investidor na União Europeia, atrás dos Estados Unidos, Suíça, Japão e Canadá.

Eu acho que isso mostra a densidade dos nossos interesses econômicos e a razão dessa relação ser tão peculiar, ser tão relevante para o nosso diálogo. E nesse campo é que, a meu juízo, ingressa a questão da negociação do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Como o próprio Chanceler José Serra declarou, ao assumir o cargo, a Europa é um dos nossos principais parceiros, e o Brasil buscará ampliar o comércio. Procuraremos acordos nos quais tenhamos um equilíbrio entre direitos e obrigações de ambas as partes.

As negociações foram iniciadas em 1999, decorreram até 2004, foram interrompidas até 2010, reiniciaram e, em junho passado, nós tivemos uma retomada das conversas a partir da troca de ofertas, o que aconteceu em maio do ano passado, em Bruxelas. Eu acredito que esta será certamente uma das principais tarefas que me caberá como Embaixador, se for aprovado: acompanhar e apoiar essa negociação. O Acordo de Associação deverá reforçar o diálogo político, deverá aprofundar e dinamizar a cooperação e estabelecer uma área de livre comércio entre ambas as regiões. Tão importante quanto a almejada desgravação tarifária é a definição de padrões regulatórios. E isso certamente estará no âmago dos cuidados que a equipe negociadora terá e eu também, na minha atuação lá.

O potencial do mercado do Mercosul e as perspectivas de crescimento da sua classe média, os recursos naturais e a disponibilidade de energia são incentivos importantes para os investidores. O Acordo de Associação começará a produzir efeitos práticos e mais sensíveis num cenário econômico internacional distinto daquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

em que foi negociado, no qual os consumidores demandarão bens, serviços e processos produtivos mais eficientes, mais sustentáveis e de menor custo.

Eu acho que outro aspecto importante dentro do Acordo de Associação será o estreitamento da cooperação tecnológica. E isso terá um impacto muito grande, sobretudo para as pequenas e médias empresas brasileiras, para as empresas de maior porte, que possam aproveitar em muito o conhecimento da União Europeia e a combinação desse conhecimento com as instituições brasileiras.

Eu creio que logo no início desta reunião, ao mostrar o desenvolvimento da agricultura brasileira, a Senadora Kátia Abreu nos deu um exemplo muito claro do que é o retorno do investimento no conhecimento. Eu acho que esse é um modelo paradigmático para o Brasil e que nós devemos buscar ...

(Soa a campainha.)

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – ... associando...

Espero não cair no alçapão. (*Risos.*)

Eu acho que essa é uma questão paradigmática que nós temos que promover e desenvolver dentro dessa visão de livre comércio, porque não é apenas a troca de bens, não é apenas a venda de serviços. É também dar competitividade, dar produtividade à indústria brasileira. Ao longo do período de negociação e posteriormente entre o período de conclusão da negociação e a sequência para entrar em vigor do Acordo, caso ele seja concluído, nós precisaremos estar com a indústria brasileira preparada para competir com a indústria europeia. E nesse sentido, o entrelaçamento de instituições de pesquisa e desenvolvimento, de universidades, de setor produtivo, de políticas públicas certamente vai respaldar investimentos e incentivar a cooperação em ciência e tecnologia.

Acho que essa cooperação na área tecnológica terá também importância em outra área também mencionada pela Senadora Kátia Abreu, que me falou muito de perto, que é a área de mudança do clima, tendo sido eu integrante da delegação que negociou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e, posteriormente, fui durante alguns anos, o negociador-chefe do Brasil nessa área. Essa é uma área onde a nossa capacidade de redução de emissões está diretamente ligada à nossa capacidade de desenvolvimento tecnológico, de aprimorar as nossas empresas, torná-las mais eficientes e menos dependentes de combustíveis fósseis.

Eu acredito que isso será certamente uma área de diálogo crucial, na qual a União Europeia tem todo o interesse, uma vez que eles, de maneira bastante clara, lideram esse processo, por tudo que nós tivemos a oportunidade de ver não só na Conferência de Paris, mas também em outras ocasiões em que trabalhamos juntos. Em toda a história da mudança do clima, nós, Brasil, trabalhamos em estreito diálogo com a União Europeia, em todo esse processo, inclusive no processo da negociação das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que começou lá atrás ainda, na Resolução nº 44.228, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que convocou a Conferência do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, eu gostaria de concluir a minha apresentação a V. Exª e aos Srs. Senadores desta Comissão dizendo que nós temos proximamente uma cúpula Brasil- União Europeia, que se insere na parceria estratégica entre o Brasil e aquele bloco. A data ainda está, que eu saiba, em discussão. Essa cúpula certamente terá como foro preparatório uma comissão mista bilateral que deverá ultimar um plano de ação conjunta para o período 2016-2021. Realço novamente o diálogo político como elemento central para avançar na ampla gama de interesses que unem o Brasil e a União Europeia. Circunstâncias políticas e econômicas que prevaleceram em cada lado levaram a uma certa dispersão nos esforços para a plena realização do potencial da cooperação bilateral. Para isso será imprescindível galvanizar a ação do Governo e da iniciativa privada numa visão de médio e longo prazo, cuja consistência e coesão estarão evidenciadas na implementação de iniciativas e na concretização de acordos. Isso demandará articulação interna e argumentos persuasivos para que a relação Brasil-União Europeia se traduza numa contribuição à paz e à prosperidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Sr. Embaixador.

Não sei se algum dos senhores ainda não registrou a presença no plenário. Todos já registraram? Então, a senhora, por favor, porque estamos com problema de quórum no plenário e quero ver se temos quórum para poder aprovar o texto do acordo. Se alguém não registrou, especialmente a senhora, que é Relatora, que possa fazê-lo o mais rápido.

O Senador Viana é que está presidindo a sessão – hoje o Senador Renan não presidirá a sessão, quem está presidindo é o Senador Jorge Viana, no plenário, e está querendo iniciar a Ordem do Dia às 13 horas, hora em que devemos encerrar a nossa aqui, para não invalidar a sessão.

Vamos agora, depois das apresentações, iniciar a intervenção dos Senadores. E já estão inscritos, de ofício, os relatores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senador Tasso Jereissati, o senhor também está inscrito. Quando vi o Senador Buarque chegar, imediatamente me inscrevi, porque ele faz parte daquele grupo de amigos de mais de cinco décadas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira, Srs. Embaixadores, Sérgio Amaral e Everton Vargas, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Primeiro, dizer da minha honra em ter tido o privilégio de relatar o nome do Embaixador Sérgio Amaral, velho amigo, pelo qual tenho – e ele sabe disso – uma enorme admiração e apreço pessoal.

Conheci bem o seu trabalho, conheci bastante de perto o seu trabalho em várias áreas, não só exercendo embaixadas, postos em embaixadas, como ministro, e muitas vezes sendo o nosso conselheiro e formulador em várias questões importantes.

Gostaria de fazer, atendendo aos apelos aqui do nosso Presidente.... Para nós não há alçapão, não?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, está sendo providenciado. O setor de engenharia do Senado está providenciando.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Uma pergunta muito breve. V. Exª falou que não gostaria de fazer nenhuma apreciação de mérito sobre a eleição americana, mas acho que a colocação que faço e vou fazer não tem esse objetivo. É, sim, uma questão muito mais objetiva de política internacional.

Quais as consequências, ao seu ver, em função dos discursos, colocações etc, feitas pelo candidato à presidência da república americana, Donald Trump, sobre as relações Estados Unidos-Brasil? Essa é a minha questão.

Queria enaltecer também a figura do Embaixador Everton Vargas pela sua brilhante exposição e colocar também uma questão bastante objetiva aqui. Aliás, só lembrando que existe uma proposição feita por mim aqui de criação de uma comissão Parlamentar, junto ao Parlamento Europeu, e que acho está em tramitação, mas que ainda não foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, ela tem que ser aprovada pelo Plenário do Congresso, porque é uma comissão mista. Enfim, ainda não está, porque a pauta do Congresso está carregada de matérias, vetos e coisas do gênero, que passam antes.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas seria a colocação de uma questão que tem sido bastante discutida nesta Comissão, ao longo dos últimos dois anos, que é o Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia, e tem sido bastante frequente nas sabatinas que temos feito aqui, a resposta ou a colocação constante de que, na verdade, existe uma má vontade ou uma dificuldade por parte da União Europeia, apesar dos nossos esforços.

Outras vezes, ouvimos justamente o contrário, de que não existe ou não existiu um esforço maior em relação a estabelecer esse acordo entre o Brasil e a União Europeia.

Qual a prioridade, qual a expectativa que V. Exª tem em relação a esse acordo, a meu ver, importantíssimo para o nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador. Agora, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente Aloysio, Srs. Senadores, antes de mais nada, quero dizer da satisfação de participar desta sabatina com dois expoentes da nossa diplomacia, dois cardeais da diplomacia, como foi dito aqui. E, obedecendo à ordem das apresentações, me congratular com o nosso Embaixador Sérgio do Amaral por seu espírito patriótico, porque, embora já aposentado e tendo uma longa e profícua trajetória de tantos serviços prestados ao Brasil, se mantém disponível para continuar colaborando com o nosso País.

Embora tenha dito que preferia se abster, também tenho curiosidade de saber até onde pode falar o nosso Senador Sérgio Amaral com relação à implantação de dois novos governos que se avizinham aqui e lá. Reconheço que, pela experiência que tem, com as reservas próprias dos diplomatas, talvez não possa externar muito o seu pensamento, mas, até onde puder ir, ficaríamos satisfeito, a exemplo do que também perguntou o Senador Tasso.

Mas a minha pergunta central, Embaixador Sérgio do Amaral, diz respeito a um tema em que nossos governos brasileiros têm relutado em valorizar, a não ser em seus discursos, no que diz respeito ao estímulo e financiamento às investigações tecnológicas e científicas, com vistas às inovações tecnológicas, no que estamos ainda muito atrasados aqui no País. Sabemos todos que é através das inovações que os países vão criando novos mercados, novos empregos e mais riqueza, em última análise. Estamos muito atrasados nessa área de produção científica e tecnológica.

Mas lhe faço a pergunta porque, na última visita da então Presidente Dilma aos Estados Unidos, em maio do ano passado, ela firmou acordo com os Estados Unidos no âmbito da chamada Comista, a Comissão Mista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Brasil-Estados Unidos de Cooperação Científica e Tecnológica. Diante desse acordo já firmado – e V. Exª, estando agora por chegar a Washington –, gostaria de saber que perspectiva podemos alimentar para o Brasil, no sentido de desenvolver melhores negociações para concretizar benefícios ao Brasil nessa área de investigação científica e tecnológica, em que os valores financeiros têm sido tão relegados a esse setor da nossa vida.

Aproveitando, uma segunda pergunta com relação a nossas relações comerciais com esse País que, individualmente, é o nosso segundo maior mercado, só abaixo da China – visto individualmente, porque, no conjunto, disse bem há pouco, o Embaixador Everton, aí figura a União Europeia –, que barreiras ainda temos com os Estados Unidos e que poderemos enfrentar para o incremento maior dessas relações comerciais?

E, com relação ao meu prezado conterrâneo Everton Vieira Vargas, nosso gaúcho do Município missioneiro de Santo Ângelo, com passagem por Santa Maria e ainda muito cedo chegando a Brasília, onde se formou em Direito e doutor em Sociologia, bem como o curso nos Estados Unidos, se constituindo num gaúcho que muito honra o nosso Estado; já tendo servido a várias embaixadas de primeiro mundo, em Tóquio, em Berlim, atualmente em Buenos Aires, e um homem que se salienta muito também nessa área da proteção ambiental.

O Embaixador Everton tem se destacado em comissões sobre mudanças do clima, inclusive com uma tese, formulada na década de 90, sobre a parceria global, tratando das alterações climáticas. Portanto, meu prezado embaixador, a minha pergunta principal é sobre essas relações que poderemos ampliar agora na União Europeia.

Tive o prazer de acompanhar a nossa brilhante Senadora Kátia Abreu, em maio do ano passado, e testemunhar de perto o seu empenho por abrir mercado, principalmente nessa área protecionista dos produtos agrícolas, onde enfrentamos dificuldades. Vi, acompanhei o discurso no Parlamento Europeu, fizemos várias visitas em Bruxelas e depois em Genebra. Entendemos que, nessa área, V. Exª poderá nos dar uma grande contribuição, no sentido de ampliarmos esse mercado em que somos altamente produtivos. Estamos a caminho – se já não chegamos lá –, para sermos o maior celeiro de alimentos do mundo, graças às extensões de terras cultiváveis que temos aqui no País, e sobre o que, no início da reunião de hoje, a Senadora Kátia Abreu fez uma dissertação tão esclarecedora, tão oportuna.

Eram essas as minhas duas perguntas, considerando também o avançado da hora e a reunião que ainda temos, mas uma reunião como esta, Senador Aloysio, se pudéssemos, passaríamos a tarde inteira ouvindo os nossos dois embaixadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Tem a palavra agora o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª, cumprimentando os nossos embaixadores – dois dos mais destacados e notáveis profissionais do Itamaraty –, cumprimentando o Embaixador Everton, não apenas pela nova tarefa à frente da União Europeia, mas também cumprimentando S. Exª pelo êxito e pela passagem à frente da nossa embaixada em Buenos Aires.

Quero desejar todo o sucesso. Tenho certeza da aprovação, por parte desta Comissão, ao nome de V. Exª, que reúne as qualificações técnicas, públicas, morais, intelectuais, para dirigir os interesses do nosso País, numa fase extremamente complexa para o Bloco Europeu, como foi, de forma detalhada e competente, aqui afirmado por V. Exª.

Também cumprimento o Embaixador Sérgio Amaral.

Na verdade, não é uma pergunta, Sr. Presidente, Sr. Embaixador Sérgio Amaral, a quem já fiz aqui, de corpo presente, as manifestações de uma profunda admiração por V. Exª. Não sou amigo de V. Exª, como o Senador Aloysio nem o Senador Cristovam, há décadas. Creio que isso não seja nenhuma ofensa à minha pessoa, mas tenho a alegria de, quando estive na Presidência desta Comissão, ter tido com V. Exª sempre muito boas reuniões na FAAP, em São Paulo. V. Exª construiu um núcleo de muita inteligência, intelectualidade, sobretudo nos debates que foram feitos e são feitos ainda nessa importante instituição, no campo da política externa.

Acho que, para o Brasil e para todos nós brasileiros, é uma satisfação muito grande ter V. Exª à frente dessa embaixada neste momento de refundação, de reestruturação da nossa política externa, tendo à frente o Chanceler Senador José Serra, que, com poucos meses, já disse a que veio e já faz uma inclinação bastante aguda e importante para o nosso País.

Não é bem uma pergunta, é uma avaliação de V. Exª relacionada às prioridades que foram desenvolvidas ao longo dos últimos anos pela política externa brasileira. Fui e sou um crítico desse que, a meu juízo, é um legado dramático, perverso, cheio de equívocos, movido, como disse aqui mais cedo, pela paixão ideológica, tratando a política externa brasileira como se política externa fosse política de governo, e política externa é política, sempre, de Estado.

Imagine V. Exª que chegamos a ter chanceler se movendo com muito equívoco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Mas a questão que se coloca é a do multilateralismo *versus* os acordos regionais que nós estamos vendo ser construídos mundo afora. Eu acho que apostar no multilateralismo é uma necessidade, mas acho que jogar todas as suas fichas em torno do multilateralismo e deixar de lado os acordos regionais foi um dos graves equívocos da nossa política externa nos últimos anos. Nós assistimos, de maneira indignada, ao isolamento a que foi submetido o nosso País nos últimos anos. Nós assistimos, até mesmo, àquilo que eu disse certa vez, que a América do Sul estava sendo transformada, em pleno século XXI, num novo Tratado de Tordesilhas. Quer dizer, de um lado, há a América do Sul do Atlântico, flertando com o passado, flertando com o retrocesso, flertando em fazer ensaios que já foram historicamente comprovados e que não produziram resultados. E, de outro lado, por exemplo, a Aliança para o Pacífico, construindo em outras bases o desenvolvimento dos seus países.

Não é sem sentido que nós observamos aquilo que disse certa vez o Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Hay, na virada do século XIX, que o Mediterrâneo seria, e era, o oceano do passado; o Atlântico, do presente; mas que o futuro estava no Pacífico. E é isso que estamos vendo, não apenas do ponto de vista do olhar de V. Exª, para onde vai; não apenas em relação à Aliança do Pacífico, mas em relação à parceria também...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...transpacífico, um acordo comercial de largo impacto em todo o Planeta; ou seja, como o Brasil vai colocar-se diante desses desafios, sobretudo considerando que as questões relacionadas ao Mercosul vão de mal a pior.

Veja V. Exª que estamos inclusive sem presidente *pro tempore*, por óbvio: porque entregar a presidência do Mercosul para o Sr. Maduro me parece o avesso do avesso do avesso, por não reunir absolutamente nenhuma condição para coordenar os interesses desse bloco. E, na prática, o Mercosul, como está, subtrai do Estado brasileiro a sua soberania comercial, porque precisamos de consenso, precisamos de unanimidade, e claro está que o Brasil, pela sua dimensão continental, tem desafios que vão para além do Mercosul. Claro que o Mercosul, para nós, não é opção; é destino. Eu não discuto a importância do Mercosul para o nosso País. Não é isso, Professor Cristovam Buarque.

Eu discuto que o Mercosul, em que pese a sua importância estratégica, é pequeno para os interesses continentais do nosso País, e estamos submetidos a essas regras.

Então, é nesse ambiente que eu gostaria de merecer, da parte de V. Exª, não apenas como embaixador, mas, como professor,...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...uma avaliação sobre os destinos e os desafios dentro do contexto dessas alianças regionais que estão sendo feitas e que submetem o nosso Brasil a um brutal isolamento.

E V. Exª, à frente da Embaixada brasileira em Washington, terá enormes oportunidades de tratar, de forma pragmática, das nossas relações com os Estados Unidos; de forma prioritária, porque somos todos americanos, e eu nunca vi tanta bobagem quanto esses preconceitos que tentam prevalecer no Brasil, de que os Estados Unidos são isso, de que os Estados Unidos são aquilo. Imagine que, no início do governo passado, o Itamaraty chegou a produzir até documentos, dizendo que os Estados Unidos iam entrar em decadência. E, com base nessa plataforma, foi forjada a política externa brasileira.

Então, eu gostaria de merecer um comentário de V. Exª a respeito desse tema que coloquei.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

Tem a palavra agora o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, nós temos pouco tempo, e eu vou procurar me cingir aqui a algumas questões que vou endereçar da maneira mais objetiva possível.

Embora eu queira dizer que me agrada sempre ouvir as palestras do Senador Ferraço, que fez aqui uma avaliação ampla e, a meu ver, merecedora de alguns reparos, vou, de qualquer forma, me reservar a tratar dos temas mais pertinentes a este encontro.

A primeira questão que eu colocaria para o nosso Embaixador Sérgio Amaral... E quero também fazer o registro aqui do apreço que tenho à figura do nosso Embaixador, que teve uma passagem também pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e muito proativa, que deixou marcas importantes. Então, creio que ele reúne aí uma bagagem importante para, neste momento, poder dar uma contribuição à dinamização das relações e, sobretudo, à ampliação do comércio.

Embaixador, há um tema hoje, sobretudo nesses acordos de nova geração, que diz respeito à questão da convergência regulatória e até de coerência regulatória. No caso do Brasil, esse tema é muito importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

na medida em que o Brasil exporta sobretudo produtos manufaturados para os Estados Unidos. Os Estados Unidos são o destino de 20% – em alguns anos 25% – das exportações de manufaturados brasileiros. Diferente da União Europeia, onde há uma preponderância de *commodities*, em relação aos Estados Unidos, há uma preponderância de bens industriais. E, nesse caso especificamente, o grande entrave ao acesso ao mercado americano não é propriamente a tarifa, porque a tarifa média lá é baixa: é de 3%. O entrave é exatamente a questão da harmonização de normas técnicas de convergência regulatória, e o Governo brasileiro fez, no ano passado, um importante acordo, que foi assinado no âmbito da relação MDIC-DoC, de convergência regulatória. E é importante registrar que esse acordo está produzindo frutos, sobretudo na medida em que se desdobrou em acordos setoriais. Eu destacaria, por exemplo, que a indústria cerâmica brasileira já fez um acordo importante, e o setor de máquinas e equipamentos inclusive. Em decorrência desse acordo, laboratórios americanos estão se instalando no Brasil para fazer certificação e ensaios laboratoriais no Brasil, o que me parece vai produzir um ganho extraordinário em termos de redução de custos, etc.

Muito bem. Então, eu gostaria de saber do nosso Embaixador Sérgio Amaral como ele vê essa perspectiva de que se aposte muito nessas novas áreas.

E eu também destacaria um acordo feito na área de facilitação de comércio: a questão da integração das janelas únicas de comércio exterior, nosso portal aqui, e a janela única lá, no sentido de remover entraves, reduzir burocracia e fazer um processo, vamos dizer, de redução de custos e de tempo nas exportações.

Finalmente, quero dizer que houve um acordo também no âmbito da ABNT com o órgão equivalente nos Estados Unidos, exatamente de compartilhamento de informações nessa perspectiva.

Então, eu gostaria também de registrar que o Brasil fez um acordo inédito no PPH, na área de patentes, naquele programa Patent Prosecution Highway.

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Ou seja, de também buscar cooperação internacional nessa área de patentes, já que o Brasil tem um tempo muito grande nas análises de patente.

Então, eu gostaria de não apenas colocar a V. Exª esses temas, como ouvi-lo sobre essas questões que não são propriamente tarifárias, mas que têm e podem oferecer resultados expressivos a curto prazo.

Com relação a um tema ainda mais específico, eu gostaria de dizer que há um contencioso importante hoje com os Estados Unidos na área de siderúrgica. Sabe V. Exª que há hoje um excesso de oferta, sobretudo em decorrência da questão da China, e, no mundo inteiro, medidas protecionistas têm sido adotadas. E os Estados Unidos vêm, inclusive, impondo ao Brasil restrições às exportações de produtos siderúrgicos, inclusive, agora, impondo a laminados a quente 11% de sobretaxa no mercado americano.

Então, esse é um tema que, acho, vai exigir muita habilidade de V. Exª, para que a gente possa encontrar... E, aí, necessariamente, tem que se buscar com a China um acordo, tendo em vista que a China hoje tem um excedente de produção de mais de 600 milhões de toneladas. Portanto, a China produz esse desequilíbrio hoje no mercado siderúrgico mundial.

E, finalmente, um tema mais geral, que diz respeito a esse debate que está muito presente nas eleições americanas: como vê V. Exª os efeitos desse debate interno, de viés muito protecionista, tendo em vista que os Estados Unidos celebraram acordos, quer dizer, ainda não aprovados pelo Congresso, da Parceria Transpacífico, e também o acordo com a parceria transatlântica para comércio e investimentos com a União Europeia.

Eu gostaria de saber se V. Exª considera que, como resultado desse surto protecionista e desse viés tão presente hoje no debate americano, pode haver risco de retrocesso na arquitetura do regime internacional de comércio em decorrência dessa posição dos Estados Unidos e considerando o peso...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...extraordinário que a economia americana tem.

Finalmente, eu me dirijo ao Sr. Everton rapidamente para dizer que o Governo brasileiro fez um grande esforço, o Governo da Presidente Dilma, para retomar as negociações do Mercosul com a União Europeia. Diferentemente do que se disse aqui, essa é uma agenda que se moveu; ou seja, depois de 15 anos, o Brasil iniciou a troca de ofertas com a União Europeia, o que ocorreu no dia 11 de maio.

Portanto, foi graças a um esforço imenso que se fez que o Brasil inicia... É claro que a troca de ofertas é o momento inicial, mas nós temos ainda um longo caminho a percorrer.

Eu queria saber do nosso Embaixador Everton, a quem cumprimento – e quero também destacar aqui a excepcional contribuição que ele deu, inclusive quando serviu na Embaixada da Argentina –, como ele analisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

a oferta europeia, sobretudo considerando que ela ainda foi restrita, considerando a área de bens agrícolas, que é tão importante para o Brasil.

E pergunto – acho que foi o Senador Tasso quem trouxe essa preocupação que também compartilho – se, na avaliação de V. Exª, não são os Estados mais ligados a interesses agrícolas na União Europeia que são mais recalcitrantes ao acordo. Por exemplo, a França tem uma posição muito mais defensiva...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...do que a Alemanha, que tem reiteradamente colocado uma posição pró-acordo e que tem tido um papel importante nessa negociação.

Então, eu indago do nosso Embaixador como ele vê essa oferta inicial da Europa.

E, para não deixar de falar em algum tema de interesse regional e de Pernambuco, lembro a questão do açúcar, que é importante. Nós temos cotas preferenciais tanto para o mercado americano quanto para o mercado europeu. Uma tarifa foi imposta agora. Houve uma negociação que resultou na redução da tarifa, mas há ainda preocupação com a imposição de barreiras não tarifárias.

Portanto, eu chamaria a atenção de V. Exª para esse tema importante para o Brasil e também no plano da Região Nordeste, que é o do açúcar.

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador.

Vamos ouvir, agora, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Também gostaria de cumprimentar os dois embaixadores e desejar muito boa sorte aos dois. Competência não falta. Tenho certeza de que terão bons frutos nos novos postos.

Embaixador Sérgio Amaral, com relação aos Estados Unidos, em julho de 2015, houve a celebração do acordo do fim da barreira das exportações de carne bovina para o Estados Unidos e vice-versa, entre o Presidente Obama e a Presidente Dilma.

Logo após a queda desse embargo, em julho do ano passado, começamos então as tratativas para elaborar a certificação. Na verdade, é o documento técnico que vai conter as exigências do Brasil e as exigências americanas para, posteriormente, habilitar as empresas. Essa certificação foi finalizada em novembro do ano passado, e, de lá para cá, nós estávamos então recebendo as trocas de visitas nas plantas – as plantas são as agroindústrias –, para habilitar aquelas que pretendem exportar para os Estados Unidos e aquelas dos Estados Unidos que pretendem exportar carne para o Brasil.

Então, com certeza, essas empresas já devem estar habilitadas e não como foi noticiado, há pouco, que, agora, caiu o embargo da carne bovina para os Estados Unidos. Isso não é verdadeiro. Acho que houve alguma informação truncada na imprensa. Isso tudo foi feito no ano passado.

Mas deixamos também um acordo inicial com todos os ministros da agricultura das Américas, no México, com muita luta, dois dias de trabalho. Nós conseguimos que todos assinassem a intenção de um acordo de SPS entre as Américas – os Estados Unidos, inclusive, óbvio, o Canadá e México, propriamente, que estão no Nafta.

Então eu acho muito importante dar prosseguimento a isso porque é uma normatização.... Vou até mudar a expressão: é uma unificação de normas, no que diz respeito aos aspectos sanitários e fitossanitários. Eu acho que é levar isso adiante; a Embaixadora americana no Brasil é excepcional, é muito colaborativa, e ela sonha com esses avanços.

Então, da nossa parte da agricultura, nós não temos nenhum temor em nenhum tipo de acordo que possamos ampliar com os Estados Unidos, estamos ampliando ativamente com o México, com o próprio Canadá, e eu acho que é continuar trabalhando para que isso seja amplificado.

Só para não deixar sem nenhuma pergunta, eu gostaria que o senhor aprofundasse um pouco mais o comentário que fez com muita sabedoria, e, ainda ontem, coincidentemente, a Presidente Dilma e eu comentávamos sobre esse aspecto que o senhor falou, sobre as desigualdades sociais no mundo, ocorrendo essas rebeldias e esses movimentos no mundo todo. Coincidentemente, o senhor vem comentar sobre isso. Eu queria que o senhor pudesse falar um pouco mais objetivamente se existe algum caminho já traçado para discutir esse assunto; se já existe algum fórum, quem seria o fórum mais adequado, para que nós pudéssemos iniciar essas discussões.

Gostaria de dizer ao Embaixador Everton Vargas que, quanto à União Europeia e Mercosul, não se trata de uma separação mais de indústria e agricultura. Agricultura é indústria. Nós temos barreiras na Europa com o nosso café solúvel, ele é industrializado! Então, o senhor mencionou essa troca de ofertas, mas eu gostaria de ver a sua impressão mais firme sobre a continuidade desse acordo, a efetivação dele, como é que está, qual a sua impressão sobre isso. Eu achei que, depois das trocas de ofertas, em que teve a saída da Inglaterra, eu, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

certa forma, desanimei um pouco. Fiquei um pouco preocupada, vamos assim dizer, com a saída da Inglaterra. O que é que isso pode modificar na nossa troca de ofertas; o que é que o senhor achou dessa troca de ofertas;

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – ... qual o caminho que isso deverá tomar. Para nós é da maior importância.

Estivemos na União Europeia em 2015 três ou quatro vezes, com a Presidente Dilma este ano, já, se comprometendo, nessa troca, que o Brasil participaria ativamente junto aos outros países, para que isso acontecesse.

Com relação às exportações, não foram diminuídas as exportações para a Europa, ao contrário, elas foram ampliadas. O que foi diminuído foram os valores, porque as *commodities* caíram de preço no mundo todo. Então, essa foi a grande questão. Foi compensada, a balança comercial brasileira nem tanto, apesar de terem aumentado as exportações, porque os preços tiveram uma queda brusca, compensada um pouco pelo volume de exportações para todo o mundo.

E mais uma questão importante é que a China passou na frente da União Europeia. Hoje, a China, que sempre esteve em segundo lugar do nosso destino, passou para primeiro – um ponto, um ponto e meio percentual, o que não é pouca coisa, é muita.

E dois comentários que eu queria fazer aqui, um é sobre a Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora, se puder ir para a conclusão, porque nós estamos com a Ordem do Dia prestes a ser iniciada. Eu tenho receio que não haja tempo para as respostas ao que V. Exª está...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Vou ser rápida, não vou gastar nem 20% do que o Ferraço gastou com a sua palestra.

A corrente de comércio entre Brasil e Venezuela foi de US$3,7 bilhões, com saldo de US$2,3 bilhões favoráveis ao Brasil. Então, eu acho que a gente tem que ter muita cautela ao criticar a Venezuela.

Nós sabemos tudo o que acontece por lá, mas eu acho que a gente devia fazer um trabalho mais silencioso, um trabalho mais diplomático e não tão ofensivo, porque a Venezuela é uma grande compradora do Brasil na área de alimentos, especialmente na área de carnes; é um mercado precioso para nós, tanto de boi abatido como de boi em pé.

E quero dizer que, infelizmente, muitos propagam a modernidade, os amplos acordos, desde que não mexam com o produto que eu defendo. Então, o café não pode, a banana não pode, o leite não pode – não existe um setor mais protecionista, especificamente, do que o café brasileiro. É proibido exportar café para o Brasil, mas, ao mesmo tempo, nós podemos ver na fala de um dos nossos representantes do café tanta modernidade, tanta ampliação de mercado e tanto tudo, só que na hora do "vamos ver" ninguém quer que venda. Aí é o governo o culpado de não ter feito os acordos.

O setor empresarial é decisivo na finalização e na obtenção desses acertos. Esse é um grande impeditivo de ter acontecido esses acordos amplos pelo mundo afora, especialmente a indústria brasileira em alguns setores, mas também do agronegócio. São motivos de dificuldade dos grandes acordos aqueles mais protecionistas no Brasil.

Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu sei que V. Exª estava com pressa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O problema não é pressa minha, o problema é o seguinte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu sei, eu sei. O senhor tem razão, toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O problema é que vai se iniciar a Ordem do Dia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... e aí nós podemos ficar com a reunião invalidada. É por essa razão, aliás, que, além de insistir para com os colegas que sejam o mais objetivos possível – vários se excederam no tempo, no encaminhamento de suas perguntas –, eu vou encerrar a votação, proclamar o resultado, para dar, com isso, cumprida a nossa missão deliberativa. E peço até V. Exª que funcione como...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho uma frase só para o Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Antes da frase: que a senhora funcione como secretária...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. A forma mais inteligente de encerrar a sabatina, Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Será votação aberta, eu acho que não há nenhuma objeção, e eu vou pedir, então, à Secretaria que já faça a apuração dos votos, e, em seguida, a Senadora Ana Amélia, depois de ter secretariado...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui é tudo eletronicamente, então, vai aparecer na tela, e V. Exª sempre consulta se não há objeção, porque o Regimento manda ser secreta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não é o Regimento, é a Constituição, é uma coisa absolutamente anacrônica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

Então, ali está, por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por unanimidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Parabéns aos indicados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É só para facilitar a vida de V. Exª: eu ia me dirigir ao Embaixador Everton e ao Embaixador Sérgio Amaral, ia fazer algumas perguntas, mas, até por economia de tempo e processual, eu quero abrir mão...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Até para que possamos ouvi-los.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... e desejar a ambos muito sucesso nas suas missões, espero visitá-los tanto na União Europeia, claro que a sede é Paris.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Bruxelas. Como o Embaixador Sérgio Amaral –, desejar muito bom êxito a ambos e abrir mão das perguntas que ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Agripino.

V. Exª quer...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu só quero me reportar ao Embaixador Sérgio, nem é pergunta, apenas uma informação, penso que tenha alguma relevância, porque John Kerry falou da questão do zika vírus. Algumas instituições americanas estão participando com o Instituto Butantan, de São Paulo, Estado do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de uma pesquisa clínica para.... Talvez seja o Brasil o primeiro a ter uma vacina de combate à dengue, e o Hospital São Lucas, de Porto Alegre, também está participando disso. Quer dizer, é uma instituição do meu Estado.

Então, esse é o registro que eu queria fazer, dada a relevância que tem; e ao Embaixador Everton, que abordou a questão da União Europeia, eu também ia perguntar sobre a questão da saída da Inglaterra da União Europeia como ponto de fragilidade desse bloco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado à senhora. Por falar em pesquisa clínica, a Senadora Ana Amélia é autora de um projeto que torna esse processo de autorização de pesquisas clínicas mais ágil do que é hoje. E as velhas e sempre pressões de órgãos do Poder Executivo que se veem ameaçados e privados de algumas competências já estão se fazendo valer aqui no Senado. Então, faço esse alerta à Senadora e depois posso falar com ela sobre isso.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – O requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O requerimento da Senadora Kátia Abreu, que ela anunciou. Um minuto apenas.

Esse requerimento propõe a realização de uma audiência pública relativa ao desafio da competitividade das exportações brasileiras, com base numa pesquisa realizada pela CNI em parceria com a Fundação Getulio Vargas. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovado.

Mais ainda. Só um minutinho. Eu quero proclamar, então, a aprovação dos nomes dos nossos sabatinados de hoje, com a expectativa de poder levar ao Plenário já na semana que vem.

Senador Cristovam Buarque, finalmente V. Exª está inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Aloysio, eu sei que eu tenho pouco tempo, mas eu tenho algumas curiosidades e perguntas que eu vou fazer. Pelo tempo que eu conheço o meu amigo Sérgio e também o senhor, que é o mesmo tempo, desde 65, eu ia precisar de muito tempo aqui para falar das andanças juntos pelo mundo, e por Pirenópolis também, que ele é um dos grandes descobridores de Pirenópolis quando ninguém falava ainda.

Eu só quero dizer que é coincidência que tenhamos aqui dois Embaixadores indo para, talvez, os dois lugares mais importantes, ao lado da China, do ponto de vista da globalização de hoje. Então, daria margem para um debate muito interessante sobre a globalização e o papel do Brasil nesse mundo global que está aí. Mas não vai dar tempo.

Eu quero fazer uma pergunta ao Embaixador Everton que é muito direta: o que é que ele acha que ameaça mais a União Europeia: a migração em massa que está acontecendo ou o nacionalismo de cada país querendo sair da Comunidade, como a Inglaterra recentemente? Eu sei que estes dois fatos até se relacionam diretamente – a saída e fuga da imigração, os países saem para fugirem da imigração. Mas o que é que ameaça mais a unidade?

Quanto ao Embaixador Sérgio, algumas perguntas que eu vou ler rapidamente. Primeiro, e não em ordem de importância: quais riscos – todos sabemos os riscos para o mundo – existiriam ou não para o Brasil se o Sr. Trump fosse eleito Presidente? Segundo: é possível, ainda haverá tempo e o que fazer para participarmos do Pacto do Pacífico? Terceiro: qual o impacto da entrada nossa nesse Pacto em relação ao Mercosul e aos BRICS? O que aconteceria? Quarto: a narrativa de golpe está tendo alguma repercussão nos meios políticos e intelectuais nos Estados Unidos que o senhor tenha conhecimento? E, finalmente: quais as dificuldades que podemos antecipar nas relações do Brasil com os Estados Unidos, que é uma relação que, de vez em quando, tem contraditórios? E aí eu vou direto a uma: a posição do nosso colega, Ministro Serra, em relação aos direitos de patentes de remédios pode ameaçar, em algum momento, as nossas relações diplomáticas com os Estados Unidos? São essas perguntas, Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra agora ao Embaixador Sérgio Amaral, por dez minutos.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Obrigado, Presidente. Eu vou fazer uma tentativa de responder às várias perguntas procedentes que foram feitas, talvez agrupando algumas das questões sobre temas semelhantes.

A grande questão que levanta o processo eleitoral americano e que foi mencionada aqui várias vezes é a questão desse candidato Trump, que foge às regras, aos padrões da política interna americana. Ele é um *outsider* mesmo dentro do partido dele e defende um conjunto de medidas absolutamente exóticas, para não dizer, em alguns casos, com pouco fundamento, como a construção de um muro para separar os Estados Unidos do México ou proibir a imigração de cidadãos de Estados onde se pratica o terrorismo.

As posições que vêm sendo adotadas pelos candidatos suscitam algumas questões: primeiro, em que medida, se for eleito – porque atualmente as últimas pesquisas mostram, talvez, um resultado menos provável do que se acreditava antes –; será que ele vai fazer tudo o que está falando? Ou isso é mais um discurso eleitoral, que, no momento do exercício do governo, será ajustado às realidades? Segundo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se me permite, é a contaminação da opinião pública, porque isso leva também os Democratas, de alguma maneira, convergirem para isso.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Exatamente.

E a segunda questão que se coloca é a seguinte: será que um candidato, ainda que destoe dos padrões do debate eleitoral, se eleito, não vai ter que se ajustar às instituições, que são muito fortes? A imprensa nos Estados Unidos é muito forte. O Congresso é muito forte. As instituições da democracia, o Judiciário, são muito fortes.

Então, eu acho que haverá, espero, não sei se é uma leitura otimista, um progressivo ajustamento do que ele diz para o que ele possa vir a fazer. Por exemplo, essas relações, os anúncios de política externa, são altamente preocupantes para os próprios países aliados aos Estados Unidos, e a OTAN, por exemplo, vê, com grande preocupação, algumas das declarações que ele tem feito em relação à participação dos aliados no orçamento da defesa ou o rateio dos custos de despesa.

Agora, existe uma realidade: essa realidade é que as coisas que ele fala não são coisas que ele retirou da imaginação. São insatisfações; são, em alguns casos, revoltas de setores que foram afetados, seja pelo processo da globalização, seja pelo processo do aumento da desigualdade nos Estados Unidos, que é grande. Os salários dos níveis mais baixos da população estão congelados desde a década de 70. A classe média perdeu uma participação relativa na renda nacional. Então, isso são fatos reais. O problema é que a resposta dele é uma resposta preocupante, porque algumas vezes parece não ser viável, outras vezes ela pode criar e gerar uma série

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de conflitos. Mas o fato é que essas realidades, como disse o Presidente, terão que ser levadas em conta por qualquer que seja o vencedor das eleições. E o que se nota já é um ajustamento do programa da concorrente, Hillary Clinton, que já começa a falar em restrições ao livre comércio, que já começa a falar que não sabe se vai ser ratificada ou não a Parceria Transpacífico..

Já começa a se levantar a questão se haverá mesmo a conclusão do acordo de parceria de comércio e investimentos com a Europa.

Então, vamos dizer que as ideias que o Trump apresenta, assim como as ideias que, no Reino Unido, os opositores da União Europeia levantaram, são ideias que têm eco na sociedade. E o grande desafio é em que medida o sistema político tem condições de dar uma resposta estruturada dentro das regras do partido político e não por partidos que são radicais, que são totalmente fora do sistema institucional dos países em que eles estão.

Agora, isso vai ter uma influência sobre nós, que se manifesta, sobretudo, no fato e na ironia da história que é, no momento em que o Brasil finalmente coloca sobre a mesa a sua disposição em negociar mais comércio, em fazer concessões, mas, sobretudo, em obter mercado para os seus produtos e criar emprego no Brasil, nós vamos ter um mundo que não resiste à tendência do protecionismo. Isso vai ser complicado.

Agora, o que eu colocaria como uma questão, para a qual eu realmente não tenho resposta, é a seguinte: se houver atraso na Parceria Transpacífico, na parceria europeia, isso é ruim ou bom para o Brasil? Porque, no fundo, e isso toca também algumas das questões que foram levantadas, a verdade é que não acabamos ainda o primeiro capítulo do comércio, o das negociações de comércio, que são as negociações de tarifas e cotas.

Nós ainda estamos tentando, como o Everton colocou, com muita propriedade, concluir o acordo, que é o acordo do capítulo anterior, que trata de tarifa e cota. Mas, depois, a evolução do comércio nacional está em um segundo momento, que foi a forma de produzir. E aí que entram as questões de *dumping*, de subsídios. E hoje nós já estamos em um terceiro momento, que é o momento do marco regulatório, e, mais ainda, num capítulo sobre o qual ainda não se fala suficientemente no Brasil, que são os padrões privados, são as preferências do consumidor. E eles expõem as grandes cadeias de distribuição e dizem: "Eu não estou pronto a comprar um produto que foi fabricado com desflorestação na Amazônia ou não estou disposto a comprar um café que foi produzido com mão de obra infantil."

Então, o comércio está evoluindo, e a nossa visão do comércio não acompanhou essa evolução, porque nós ficamos presos a uma nota só, que era o multilateralismo da OMC, que, sem dúvida, é o mais importante. Mas, na medida em que a OMC está em um bloqueio, nós deveríamos ter feito mais acordos e nós deveremos estar prontos para ter uma resposta adequada a uma nova realidade, que são esses acordos de terceira geração que são a Parceria Transpacífico e a parceria na Europa. Não se vai negociar mais nem tarifa nem cota, nem o modo de produzir, vão se discutir os padrões dos produtos fabricados em diferentes países. E, se nós não nos ajustarmos, vamos ter de cumprir de qualquer forma, porque a parceria Transatlântica, na União Europeia e nos Estados Unidos, representa mais de 50% no comércio mundial. Então, eles não poderão ter certos padrões que nós não vamos seguir. Nós não temos essa opção.

Então, de certa forma, uma paralisação, um atraso, tanto na TPP quanto no acordo União Europeia/Estados Unidos, pode ser que seja bom para o País, porque nós vamos ter mais tempo para concluir o passado, que é o acordo União Europeia, se é que a União Europeia vai querer fazer, e vamos ter mais tempo para nos preparar para essa nova onda que vem aí.

Bom, eu gostaria de agradecer muito ao Senador Martins as referências muito simpáticas a mim e dizer que eu acho que haverá um grande momento no relacionamento Estados Unidos/Brasil, no momento em que assuma lá um novo governo, qualquer que seja, porque o processo de transformação vai mais além nos governantes; é um processo de construção da confiança no relacionamento e na busca de projetos de iniciativas que seriam de interesse mútuo.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Eu vou, então, ir um pouco mais rápido agora.

O Senador Ferraço também levantou algo semelhante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Só um esclarecimento: o Senador Ferraço assim como a Senadora Ana Amélia e outros Senadores tiveram que se dirigir ao plenário. A Senadora Ana Amélia, não; desculpe-me. É a Senadora Kátia Abreu. A Senadora Ana Amélia está aqui, firme.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Eu vou um pouco mais rápido, até porque acho que a resposta maior é esta dos momentos do comércio na nossa situação com eles.

Multilateralismo e regionalismo não são oposições. Na verdade, nós temos de estar presentes em todos os tabuleiros, onde nós podemos obter oportunidades de colocar os nossos produtos, os nossos serviços e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

gerar emprego no País. Isso é uma coisa que é importante e é também uma novidade dentro da visão que nós tínhamos antes.

O Senador Armando Monteiro colocou algumas coisas muito importantes, que, aliás, mostram a visão que ele teve no Ministério da Indústria e Comércio de começar a tratar dessas novas questões que hoje são cada vez mais importantes, como a convergência regulatória. Eu acho que, nesse ponto, talvez, no Brasil, Aloysio, as pessoas não estejam percebendo que nós estamos em um momento de grande transição na economia, em que o Estado, não sei se por vontade ou se por necessidade, está abandonando as formas de intervenção sobre o setor produtivo e está se concentrando mais na questão regulatória.

Agora, na medida em que nós vamos regular mais padrões, questões sanitárias, formas de produzir certos produtos ou mesmo na agricultura, isso vai impor uma convergência regulatória com os nossos parceiros. No setor que eu conheço mais ou menos bem, que é o do trigo, não adianta a Anvisa fazer medidas importantes no que diz respeito às condições sanitárias se a Argentina não fizer também, porque, se ela não fizer, ela não vai poder exportar para cá.

Então, a questão regulatória, a meu ver, se transformou no centro da atuação do Estado. E isso vai exigir uma série de negociações entre países para ter essa convergência. Essa convergência tem de começar primeiro – e aí o Embaixador Everton conhece muito bem, e as conversas que eu pude ter na Argentina, em que ele teve a gentileza de participar também, porque os argentinos estão muito preocupados, porque eles fornecem 50% do trigo que o Brasil consome. Se eles não se ajustarem aos padrões de sanidade que a Anvisa e o Ministério da Agricultura estão colocando, eles não vão poder exportar. É tão simples quanto isso.

A questão da desigualdade. Aí é uma questão complicada que foi levantada. Eu volto às imagens muito bonitas que nós vemos, as das Olimpíadas, que tocavam duas questões: a questão social e a questão ambiental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Veja a questão dos refugiados, eles foram ovacionados. Nenhuma delegação foi tão bem recebida...

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – É impressionante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...com tanto entusiasmo quanto a dos refugiados.

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – E os que organizaram esse evento tiveram a sensibilidade de captar o sentimento da sociedade: meio ambiente e injustiça social. Esse é um tema que está presente na comunidade internacional; está presente no meio acadêmico. Foi o francês Piketty que primeiro levantou todas as questões da desigualdade. Agora, não está presente ainda no plano político. Por quê? Porque ninguém sabe que resposta pode dar.

Uma questão muito importante é ter emprego. Não existe política social sem geração de emprego. Agora, como é que você vai gerar mais emprego, se você tem economia aberta e você tem o desafio da China? O problema da China é que ela é altamente produtiva, tem um alto nível de produtividade, um alto nível de competitividade, e ninguém está em condições de competir com a China. Então, vocês veem que aí existe uma contradição enorme entre a necessidade de gerar emprego e a necessidade de manter a economia aberta, porque ninguém coloca em questão o retrocesso na globalização. Coloca-se a questão: será que vai avançar mais ou menos. A questão que se coloca é para o futuro; não há como voltar atrás na globalização.

Então – o Cristovam que é um especialista nessas questões de educação e nas sociais –, eu não sei qual é a saída para isso. Eu acho que a questão da desigualdade é importante, tanto que ela se reflete também na eleição americana. O aparecimento do candidato democrata, que se apresenta como um candidato socialista, mostra que o mal-estar existe e que não tem ainda a resposta para ele.

A Senadora Ana Amélia, como sempre muito bem informada, levanta esse aspecto da cooperação com os Estados Unidos, que é a questão do combate à zika, o combate a outras enfermidades, que inclui o Butantan, é verdade, e também o Instituto Evandro Chagas, que participam com os Estados Unidos.

A questão do golpe acho que é relevante. Mais de 30 Senadores ou Deputados apresentaram moção para o Departamento de Estado. Acho que ela terá uma evolução natural. Em primeiro lugar, não existe uma questão de imagem no País. Ninguém está contra o País, gerando uma imagem contra. A imagem do Brasil fora é, antes de tudo, a imagem do Brasil na sociedade brasileira, e, se a sociedade brasileira tem esse tema como relevante, ele vai ficar até que, a meu ver, caso seja confirmado o *impeachment*, essa questão vai naturalmente – eu acho – se desenvolver e, sobretudo, mediante um trabalho de explicação, de esclarecimento, de um melhor entendimento sobre os nossos procedimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SILVA DO AMARAL – Então, eu acho que isso daí vai exigir da Embaixada, sobretudo, um trabalho de esclarecimento, de esclarecimento de como funcionam as questões constitucionais no Brasil, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

procedimentos, e como a opinião pública.... Um professor americano que esteve aqui disse: "Quando eu cheguei ao Brasil, eu achei que eu fosse encontrar, pelo que eu ouvia, tanques nas ruas, prisioneiros por motivos políticos, a imprensa cerceada, o Parlamento cercado e o Judiciário sob pressão." E disse: "Quando eu cheguei aqui, não havia nada disso."

Então, com todo respeito àqueles que se manifestam contra esse processo que nós estamos vivendo, eu acho que isso vai ter uma evolução natural, e as pessoas vão entender melhor as coisas que estão acontecendo no País.

Não sei se deu para responder, mas fiquei muito preocupado em andar rápido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Embaixador Sérgio Amaral. Só uma pequena vírgula, um parêntese sobre a questão do Trump: na minha modesta opinião, ele é um candidato *outsider,* e isso é um fenômeno que está acontecendo no mundo inteiro, em função da frustração das sociedades com os sistemas políticos vigentes que estão se corroendo; foram uns corrompidos, outros estão em erosão, em função exatamente de não estarem sintonizados com as expectativas das respectivas sociedades.

É aquilo que o senhor mencionou sobre a questão da globalização: aqueles que estão desempregados nos Estados Unidos; *homeless*, e tantos outros grupos que estão manifestando, na escolha dele, essa frustração com o sistema convencional. Eu penso que este fenômeno – *outsiders* – é visível no mundo inteiro.

Passo a palavra agora, então, ao Embaixador Everton Vieira Vargas, que será o nosso Chefe da Missão junto à União Europeia.

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Presidente, as perguntas que me foram feitas basicamente trataram da questão do acordo Mercosul-União Europeia e da questão da oferta. Então, eu vou procurar concentrá-las em função do avançado da hora.

Mas eu queria iniciar agradecendo muito ao Senador Lasier Martins e a outros Senadores, como a V. Exª, que fizeram referências elogiosas a meu respeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveito para dizer que, quando o senhor foi para Buenos Aires, tive a honra, como Senadora do Rio Grande e o Lasier também...

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...seu conterrâneo, de ser sua Relatora para Buenos Aires. Agora, por merecimento, está indo para um lugar fantástico.

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Pensarão que eu tenho uma Bancada no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A favor. E tem mesmo. Tem mesmo, Embaixador. Tem mesmo. (*Risos.*)

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Muito obrigado.

Bom, vamos começar com a questão do acordo Mercosul-União Europeia. Tanto o Senador Armando Monteiro quanto a Senadora Kátia Abreu perguntaram o que eu achei da troca de ofertas. O Senador Lasier Martins também tocou nessa questão de maneira, talvez, não tão clara, tão direta, mas tocou nesse ponto.

Eu queria começar dizendo o seguinte: as ofertas trocadas, em maio, representaram um piso das conversações. Evidentemente, esse é um passo inicial para a nossa discussão com a União Europeia. Isso está evidenciado no fato de que deverá haver uma nova reunião do Comitê de Negociações Birregionais em outubro próximo.

Nessa reunião que aconteceu em junho passado, em Montevidéu, o que se fez foi uma avaliação, uma leitura muito mais do que cada oferta trazia ou deixava de trazer; onde era possível melhorar, onde era necessário continuar nas conversações.

A União Europeia deseja um aumento da cobertura do Mercosul hoje em 87%, e, por sua vez, o Mercosul deseja que a União Europeia melhore sensivelmente a sua proposta no capítulo agrícola, que deixou de fora etanol, açúcar em bruto e carne bovina.

Então, é em torno disso que nós vamos conversar. Mas é preciso ter presente uma visão talvez um pouco mais estratégica do que está por trás de ambas as ofertas.

No lado do Mercosul, nós temos uma base industrial, e essa base industrial necessita também ser preservada. Ela precisa ser reforçada. Um acordo de associação não quer dizer o fim da indústria. Ao contrário. Ele tem que ser um estímulo para a produção industrial nos países do Mercosul e, em particular, no Brasil, que é a principal potência industrial.

Por sua vez, a União Europeia, não obstante, inclusive, ser a maior exportadora de produtos agroalimentares do mundo e ter no Brasil o seu principal fornecedor de produtos agroalimentares, é aferrada à defesa do seu mercado agrícola e da sua política agrícola comum.

Então, essas duas questões são fundamentais para se entender por que se estão fazendo esses movimentos. Isso vai nos levar, mais à frente, evidentemente, a trocas de novas ofertas. Vamos precisar ter um con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

senso interno no Brasil, inclusive com o setor privado, como bem disse, se não me engano, a Senadora Kátia Abreu. A parte da participação empresarial é extremamente importante nesse particular. O setor empresarial precisa entender a dimensão do acordo, e nós temos que ter a visão, como acho que tentei deixar claro na minha exposição, de que uma realidade será a realidade da assinatura do acordo; outra realidade será quando o acordo estiver em plena vigência, porque o acordo não entra em vigor imediatamente. Ele terá um prazo, que, hoje em dia, se prevê ser de até 15 anos. Então, acho que esse é um ponto importante que nós temos que ver.

Nesse contexto, por exemplo, a diversificação da nossa estrutura produtiva é extremamente importante. Se eu deixei claro uma certa segmentação entre a agricultura e a indústria, não foi minha intenção. Eu acho que o Brasil tem um grande potencial nessa área e reitero o que eu disse: o nosso investimento em conhecimento é óbvio. Em todos os setores em que o Brasil historicamente investiu em conhecimento, foi bem sucedido. Vejamos: a Embrapa, para a agricultura; a Embraer, ITA, para a indústria aeronáutica; a Petrobras, na área de pesquisa em águas profundas. Tudo isso foi investimento que o Governo brasileiro, que o Estado brasileiro, que o empresariado brasileiro fez. Então, acho que nós temos que pensar um pouco nessa visão do conhecimento, da inovação, da competitividade.

Também me foi colocado aqui pelo Senador Tasso Jereissati para que analisasse o que se vê, às vezes, como uma má vontade da União Europeia ou falta de esforço. Olha, eu não diria que há má vontade. Acho que, se houvesse má vontade da União Europeia, o custo político menor teria sido não apresentar uma oferta. Eu acho que, no momento em que a União Europeia apresentou uma oferta, ela mostra que tem vontade política de ingressar numa negociação com o Mercosul. Evidentemente, a União Europeia também tem outros desafios, e o principal deles é o Brexit, a que se referiu a Senadora Ana Amélia. Mas eu acho que, em relação ao Brexit, ele não vai afetar substancialmente as condições em que, no momento, se dão as negociações do acordo Mercosul-União Europeia. Digo isso não desprezando complicadores – claro que haverá complicadores. Por exemplo, haverá a ausência de uma voz mais liberal em matéria comercial, caso se concretize a saída britânica da União Europeia antes de concluirmos o acordo.

Haveria, por exemplo, possíveis adiamentos em função de que os negociadores europeus estarão muito envolvidos nessa megaoperação de negociação. Eu duvido que se tenha feito uma única negociação tão ampla e tão complexa como esta que agora, possivelmente, vai se fazer a partir do momento em que a Grã-Bretanha faça a sua notificação com base no art. 50 do Tratado de Lisboa à Comissão Europeia.

Então, não há uma má vontade. Eu acho que nós teremos que estar atentos a outras questões que igualmente estão na bandeja de negociações da União Europeia, inclusive a parceria Transatlântica com os Estados Unidos, que, neste momento, também enfrenta algumas restrições dentro da União Europeia. Esse é um processo que nós temos que observar com grande interesse e com grande cuidado.

Finalmente, eu queria tratar do tema levantado pelo Senador Cristovam Buarque, a quem conheço ainda do tempo em que foi professor no Instituto Rio Branco. Embora eu não tenha tido o privilégio de ser seu aluno, sempre li seus livros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Setenta por cento dos candidatos a Embaixador passaram pela cátedra do Professor e Senador Cristovam.

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – A senhora veja que eu poderia ser o melhor candidato, mas não sou. Trago esse pecado original.

(Soa a campainha.)

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – O Senador Cristovam me perguntou o que ameaça mais: a migração em massa ou o nacionalismo?

Senador, é muito difícil, na minha opinião, colocar um valor em cima de um ou de outro. Eu acho que o nacionalismo tem que ser olhado também em retrospectiva. Muitas das populações dos países europeus estão formadas por contingentes que vieram das antigas colônias, e esse é o preço da história. Evidentemente, essas pessoas vieram e não contaram com a mesma facilidade, com a mesma capacidade de inserção e também de preservação da sua identidade como esperavam. Isso criou uma situação complicada do ângulo dos migrantes e se reforça com essas novas populações que estão vindo da Síria, do Iraque, do Afeganistão, do Curdistão e que encontram, hoje, um preconceito muito maior do que aquele que encontraram anos atrás.

No caso do nacionalismo, eu acho que também houve, em tempos mais recentes, uma exacerbação das restrições dos povos europeus aos migrantes. Isso, evidentemente, cria um caldo de cultura negativo dentro das sociedades e está associado também a decisões geopolíticas que foram tomadas em diferentes momentos históricos, inclusive alguns recentes, que levam pessoas a sofrerem diretamente.

Então, acho que esse é um tema delicado e importante, mas é um tema que interessa ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Brasil, como ator global, como um país que tem interesses universais em uma política externa e universalista, não pode manter-se afastado desse debate. Certamente, esse é um tema que também estará na pauta das nossas conversações com a União Europeia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, meu caro Embaixador Everton Vieira Vargas, que foi designado e aprovado aqui por unanimidade – recebeu 15 votos dos eleitores presentes – para chefiar a Missão junto à União Europeia.

Agradeço também ao Embaixador Sérgio Amaral, que vai para a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos para representar o País.

Chegaram algumas manifestações aqui pelo e-Cidadania, e é costume do Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, lê-las.

Vejam só. Walter Magalhães, do Mato Grosso do Sul, diz: "Certamente, não há no Brasil, hoje, alguém tão ou mais preparado do que o Embaixador Sérgio da Silva Amaral para ocupar esse importante cargo na Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América. Um profissional culto, tranquilo, experiente e um excepcional negociador." É o que ele diz.

Eu agradeço, Walter Magalhães Júnior, do Mato Grosso do Sul. Walter Magalhães Júnior reportou-se ao Embaixador Sérgio Amaral.

Da Bahia, José Maurício da Silva Carvalho: "Criar novas embaixadas no Brasil. Indicação: Salvador, Manaus e Porto Alegre." Ele está fazendo uma *blague* com a história do separatismo. Eu não sabia que os baianos estão pensando como alguns gaúchos – em minoria, é claro – sobre separatismo. Ele também acha que deve aumentar a cooperação militar em pesquisa tecnológica de armamentos, citando especialmente o caso dos VANTs, que são os Veículos Aéreos Não Tripulados. Eu fui autora da primeira audiência pública sobre esse tema nesta Comissão de Relações Exteriores.

Heldo Siqueira da Silva Júnior: "Em sua opinião, é relevante para o Brasil a reativação da Quarta Frota da Marinha americana para monitorar o Atlântico Sul? Qual seria a motivação dos norte-americanos em tomar essa atitude? E, uma vez empossado o Embaixador, qual seria sua posição frente ao mesmo fato?"

A última vem de Valdemagno Silva Torres, de Pernambuco: "Quais os esforços que V. Exª fará para derrubar a exigência de visto de turista e para a obtenção de *Green Card*?"

Heldo é do Espírito Santo. Vejam: Bahia, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Pernambuco.

Se brevemente V. Exª puder responder.... De qualquer maneira, não dá para responder a todas as perguntas, porque muitas coisas estão relacionadas à decisão dos Estados Unidos. Não cabe ao Embaixador, mas ele certamente trabalhará em favor do interesse dos brasileiros nesse processo.

As outras manifestações são elogiosas ao Embaixador e referem-se a temas também que fazem parte da pauta que ele terá.

Então, agradeço muito e cumprimento V. Exªs novamente, em nome da Comissão e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, desejando muito sucesso ao Embaixador Sérgio Amaral, em Washington, e ao Embaixador Everton Vieira Vargas, em Genebra. Muito obrigada!

Obrigada aos Senadores presentes.

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS (*Fora do microfone*.) – Em Bruxelas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em Bruxelas. Desculpa. Qualquer das duas cidades seria ótimo, Embaixador. (*Risos.*)

Obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2016.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, João Alberto Souza, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente comunica o recebimento de comunicado do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, para conhecimento, cópia do acórdão de auditoria operacional, que tem por objetivo avaliar os aspectos da governança no conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira. Passa-se à PAUTA – SABATINAS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia". ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia". ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino". O Presidente convida os Embaixadores, a serem sabatinados nesta reunião, a ocuparem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e cinquenta e sete minutos assume a presidência o Senador Valdir Raupp. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. Usam a palavra o Senador José Agripino, a Senadora Ana Amélia, e os Senadores Cristovam Buarque, Tasso Jereissati, Armando Monteiro, Jorge Viana e Antonio Anastasia. O Presidente faz a leitura de perguntas de cidadãos brasileiras recebidas via *e cidadania*. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos parlamentares e aos cidadãos brasileiros. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e trinta e oito minutos assume a presidência o Senador Tasso Jereissati. Usa a palavra o Senador Hélio José. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Armando Monteiro. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador VALDIR RAUPP
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em primeiro lugar, um comunicado à Comissão.

Recebi do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, para conhecimento, cópia do acórdão de auditoria operacional, que tem por objetivo avaliar os aspectos da governança no conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira, que é um objeto de muita discussão e constante preocupação da nossa Comissão. Isso tem um propósito de aprimorar a atuação governamental nessa região e melhorar o desempenho da Administração Pública.

O referido documento está à disposição para os Senadores na Secretaria da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu penso até, Senador Raupp, que poderíamos fazer uma reunião de debates sobre esse documento do Tribunal de Contas da União. (*Pausa.*)

Nós vamos começar a nossa reunião pelas sabatinas.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 10/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 11/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 11/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Hoje, à tarde, a nossa Comissão vai proceder à sabatina do Sr. Janér Alvarenga para exercer o cargo de Diretor da Abin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Convido, então, os nossos sabatinados para se colocarem à mesa, ao meu lado. (*Pausa.*)

Passo, imediatamente, ao primeiro sabatinado, que é o Embaixador Julio Bitelli, indicado para

Embaixador Julio Bitelli, indicado para nos representar na Colômbia. Ele servia como nosso Embaixador em Toulouse, quando foi chamado a Brasília para exercer a função de Chefe de Gabinete do Ministro Mauro Vieira, cargo em que foi mantido pelo Ministro Serra. E agora o Embaixador Bitelli, que tem uma sólida trajetória profissional, vai, depois da sabatina, sendo aprovado pelo Plenário, nos representar na Colômbia.

Com a palavra o Embaixador Bitelli.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Muito obrigado, Senador Aloysio, demais membros da Comissão. É uma honra estar aqui hoje sob a sua Presidência e é também para mim um privilégio estar aqui junto com dois grandes diplomatas, dois grandes colegas, os Embaixadores Antonio Patriota e Marcos Caramuru.

Começo, agradecendo a indicação do meu nome para a Embaixada na Colômbia, agradecendo ao Presidente Temer e ao Ministro Serra por essa honrosa indicação.

A Colômbia, como todo país limítrofe nosso, é um parceiro estratégico do Brasil. São 1.644 quilômetros de fronteira com o Estado do Amazonas, mas, curiosamente, há certa sensação de distância em relação à Colômbia. Quando pensamos em fronteira, em geral, pensamos mais ao sul – Argentina, Paraguai, Uruguai –, mas é uma fronteira que tem ganhado muita importância.

A Colômbia é hoje a terceira maior economia da América do Sul, com um crescimento muito sustentado e talvez a caminho de se tornar a segunda economia da América do Sul, ultrapassando a Argentina em algum momento, se se mantiverem os atuais níveis de crescimento de um e outro país.

A relação com o Brasil é boa, sempre foi boa, mas é um desses casos em que a boa relação, às vezes, não chega a ser ótima. Então, há muito espaço para melhorar e ampliar a relação com a Colômbia. E nós estamos, agora, num momento em que há uma grande janela de oportunidade duplamente, porque, na Colômbia, o processo de paz está avançando rapidamente, o país tem tudo para entrar numa fase de grande expansão e, no Brasil também, superada a crise, acho que se cria a tempestade perfeita para que as relações cresçam ainda mais em importância.

Essa percepção equivocada de distanciamento da Colômbia pode-se explicar por várias coisas. A Colômbia tem histórico de uma participação relativamente relutante nos processos de integração regional, é um país que tem uma vocação caribenha, uma relação muito especial com os Estados Unidos e, com isso, durante algum tempo, foi vista um pouco como distanciada da região. Mesmo no caso do Brasil, por exemplo, a primeira visita de um Presidente brasileiro à Colômbia foi só em 1981, com o Presidente Figueiredo. Mas há evidente vontade política agora, nos dois países, de ampliar essa relação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Não, não. Houve outras depois, houve várias outras depois, mas essa foi a primeira. Quer dizer, só nos anos 80 um Presidente, um Chefe de Estado brasileiro foi à Colômbia.

Quando eu estava na Embaixada do Brasil em Washington, no começo do século, a Colômbia era o grande assunto nos Estados Unidos pelo aspecto problemático de sempre, era visto como um problema. Naquele momento, a Colômbia tinha quatro grandes problemas: as Farc, o ELN, que são as duas guerrilhas maiores, os paramilitares e o narcotráfico. De certa maneira, então, 16 anos depois disso, um desses problemas foi, em princípio, neutralizado: o dos paramilitares. As duas guerrilhas estão em processos avançados de negociação de paz, e o narcotráfico, embora continue sendo um problema grave, de certa forma, teve uma evolução positiva também nisso. Então, são tendências positivas que o Estado colombiano logrou nesses últimos anos.

Apesar das dificuldades que eu mencionei, a Colômbia tem um histórico de estabilidade democrática, as instituições são relativamente estáveis. Desde o final dos anos 50, há uma democracia respeitada, com sucessões presidenciais normais. O atual Presidente, Juan Manuel Santos, foi eleito em 2010, reeleito em 2014 e tem uma maioria parlamentar hoje tranquila, que o permite levar adiante o processo de paz, não sem alguns problemas internos polêmicos, mas bem. A maior oposição na Colômbia hoje é do ex-Presidente Uribe. Curiosamente, o Presidente Santos foi Ministro da Defesa do Presidente Uribe, mas o ex-Presidente Uribe hoje, com uma linha de maior dureza em relação à guerrilha, é o principal nome da oposição,

O Presidente Santos foi eleito com três prioridades, que ele chamava paz, equidade e educação. Está avançando na paz, há programas sociais importantes também, os indicadores sociais são positivos, e há um projeto do Presidente Santos de que, em 2025, a Colômbia seja o país mais educado da América do Sul.

Mas a grande aposta do Presidente Santos realmente é o processo de paz. A Colômbia tem um histórico de violência política muito importante, que vem dos anos 40. E houve várias tentativas de paz com as guerrilhas que não deram certo. A principal delas, o ex-Presidente Pastrana – os senhores se lembrarão também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

–, no final dos anos 90, cedeu à guerrilha uma parte importante do território colombiano como parte de um processo de paz que não deu certo, e isso lhe rendeu muitas críticas.

O processo atual começou em 2012 e tem duas vertentes: com as Farc, uma vertente, e com o ELN, outra vertente. As Farc são o principal grupo guerrilheiro na Colômbia, têm cerca de 8 mil homens em armas, mas o processo de paz, como eu dizia, está bem avançado, tem a Noruega e Cuba como países garantes, e o Chile e a Venezuela como países que também participam do processo. Várias coisas complicadas já estão resolvidas: o cessar-fogo está resolvido, o procedimento para entrega de armas da guerrilha está resolvido, garantias para os desmobilizados é um tema resolvido, que é um tópico muito sensível porque, em tentativas anteriores de paz, a guerrilha cedia e, depois, os seus componentes, muitos deles, eram assassinados por grupos paramilitares.

Do ponto de vista das Farc, há uma grande preocupação para que seja protegida a integridade física dos desmobilizados. Isso está resolvido.

As Farc tinham a intenção de convocação de uma constituinte. Foi demovida disso, vai haver uma justiça transitória, mas, como eu dizia, os pontos mais críticos do acordo já estão fechados; faltam algumas coisas, tais como a maneira pela qual se vai fazer a transformação da guerrilha em partido político...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eles querem isso?

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Eles querem isso. E o mais sensível de tudo é como vai ser a questão da anistia aos guerrilheiros: se vai haver impunidade, se vai haver uma justiça transicional, como esses juízes serão escolhidos. Esses são os pontos que ainda estão em aberto.

Vai haver uma missão das Nações Unidas para verificação da entrega das armas e da desmobilização. Essa é uma questão importante. O Conselho de Segurança aprovou, no início deste ano, essa missão política que vai ser composta por cerca de 500 integrantes desarmados, embora alguns deles militares, desarmados e que vão verificar o cessar-fogo e a entrega dos armamentos.

O processo de paz, segundo as pesquisas, tem o apoio da maioria da população na Colômbia, mas, para ser aprovado, vai ter que ser submetido a um referendo. Quer dizer, uma vez o acordo definitivo assinado, vai haver um referendo, cujas regras já estão definidas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Há prazos?

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Há uma série de prazos. Uma vez assinado o acordo, o governo tem um mês para apresentar. Apresenta depois ao Senado, ao Congresso que, uma vez aprovado, a partir daí, há três meses para a realização do referendo. Vai-se requerer que, pelo menos, 13% do total de eleitores na Colômbia aprovem para que o acordo entre em vigor, desde que obviamente o "não" não tenha mais votos do que o "sim".

Então, este é o principal caminho do processo de paz: com as Farc, porque elas são o principal grupo guerrilheiro. Depois o ELN (Exército de Libertação Nacional), que tem cerca de dois mil membros, segundo alguns cálculos – as Farc têm oito mil – e tem um processo separado de paz.

Esse processo também tem avançado nos últimos tempos. Assinou-se um acordo-quadro em março deste ano. Há certas coisas que são, obviamente, uma interseção dos dois processos. O governo já disse que não vai fazer uma comissão da verdade diferente da que já existe com as Farc, nem vai inventar procedimentos de cessar-fogo diferentes, quer dizer, não vão reinventar a roda. O que está acordado com as Farc vai ser transportado para o acordo com a ELN.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eles estão engajados, igualmente engajados?

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Estão engajados, são dois trilhos paralelos, mas que têm essas intersecções.

No caso do ELN, o Brasil, é um dos países garantes do processo, ao lado de Equador, Venezuela, Chile e Cuba e também da Noruega. Com o ELN, o problema mais grave é a questão dos sequestros. Um dos métodos da guerrilha para conseguir verbas é por meio do sequestro, a extorsão, e o governo exige que os sequestrados sejam libertados, antes de formalizar um acordo, e o ELN está resistindo a isso. Esse é o principal problema.

Rapidamente falando da relação da Colômbia com a Venezuela, que obviamente nos interessa e interessa sobretudo aos colombianos e aos venezuelanos, é uma relação muito complexa, porque há uma interação econômica muito forte na fronteira dos dois países. Os senhores terão visto, nos últimos tempos, essas imagens impactantes de, quando se abre a fronteira, milhares de venezuelanos vão fazer compras na Colômbia.

A fronteira foi fechada pelo governo venezuelano há um tempo atrás e está em processo agora de normalização. Mas acredita-se que há cerca de dois milhões de colombianos que vivem na Venezuela. E a Venezuela teve um papel central em ambos os processos de paz. Devido à proximidade da guerrilha com o ex-presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Chávez, o presidente Chávez teve um papel muito importante, assim como Cuba, em trazer a guerrilha à mesa de negociações.

As relações com os Estados Unidos, como eu dizia, são muito próximas. O famoso Plano Colômbia, de 1999, injetou milhões de dólares na Colômbia para o combate ao narcotráfico, com resultados que são questionados por alguns setores, porque o que houve foi uma militarização do combate às drogas com resultados não necessariamente positivos em todos os casos. E esse Plano Colômbia agora terminou e se transformou em um outro plano que se chama Paz Colômbia, ou seja, os Estados Unidos estão mudando a maneira de estarem presentes na Colômbia, agora com mais cooperação, a princípio, e menos atividades de combate ao narcotráfico.

O Presidente Santos mudou várias coisas na política externa colombiana e fez um grande esforço de mudar a imagem da Colômbia. Como eu disse, no início do século, a imagem da Colômbia era muito negativa e ele começou, então, uma campanha para mudar essa imagem da Colômbia, que é muito interessante e que tem um aspecto de propaganda muito bem feito e um *slogan* que é excelente, que diz: "Venham à Colômbia, o único risco é que você queira ficar na Colômbia!"

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Exatamente, é muito bem feita essa campanha: "El riesgo es que te quieras quedar". E funciona bem, quer dizer, a Colômbia conseguiu, apesar da presença da guerrilha,...

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – ... ainda funcionar muito bem. Tem crescido de maneira muito sustentada e, como eu dizia, com o Brasil, há muito espaço para ampliar a relação.

Eu faria uma comparação, aproveitando o espírito olímpico que estamos vivendo, quer dizer, a Colômbia é um pouco... Os senhores sabem que os jogadores de vôlei treinam com pesos nos pés, para saltar mais. Quando tiram os pesos dos pés, saltam muito mais. Eu acho que a Colômbia andou saltando bem com pesos nos pés esses anos todos e agora, com um processo de paz, retirados os pesos, vai saltar ainda mais e a oportunidade para o Brasil é muito grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É uma boa lição essa dos pesos nos pés, Embaixador Bitelli, quem sabe a gente adote isso como prática aqui no Senado, antes das sessões.

Muito bem, vamos ouvir agora o Embaixador Marcos Caramuru. O Relator da sua indicação foi o Senador Ferraço, que fez um vibrante elogio da sua carreira profissional, festejando a sua volta ao serviço ativo.

Então, V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Bom dia a todos, Senador Aloysio, Senador Ferraço, a quem eu agradeço, de coração, os elogios. Também o cumprimento, sei que hoje é seu aniversário. Parabéns

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É o aniversariante do dia.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Felicidades, é uma satisfação e uma honra voltar aqui, estar aqui na Comissão, me submeter a essa sabatina e ver aqui, na Comissão, alguns Senadores com quem eu tive, durante a minha carreira profissional, o privilégio e a oportunidade de interagir. Como exemplo, o Senador Jorge Viana, que, desde os primeiros anos da minha carreira, trabalhei; o Senador Tasso Jereissati; outros Senadores, membros da Comissão, como a Senadora Ana Amélia, Senadora Kátia Abreu. Enfim, é uma satisfação e uma honra estar aqui de volta. Também cumprimento os colegas Embaixadores que estão aqui e cumprimento os colegas que estão na audiência, senhoras e senhores.

Eu vou dividir a minha apresentação aqui, muito brevemente, em três partes: na primeira, pretendo dizer como vejo a China hoje; na segunda, como vejo a China na sua interação internacional, nos aspectos que nos interessam mais de perto, sobretudo, no aspecto econômico e; na terceira, como vejo o trabalho da Embaixada e as relações com o Brasil.

Então, começando pela China de hoje.

Fruto de três décadas de crescimento acima de 10% ao ano, a China tornou-se a segunda maior economia mundial. Enquanto nos períodos em que a economia internacional crescia a taxas elevadas e as economias amadurecidas cresciam a taxas elevadas, a China participou da festa da globalização, de certa maneira, provendo a várias economias produtos a preços baixos, mantendo a inflação baixa e, portanto, mantendo taxas de juros baixas e incentivando, de alguma forma, o crescimento internacional.

A partir da crise de 2008, a situação se alterou consideravelmente. De alguma forma, a China passou a ser um grande motor de crescimento da economia internacional. Com o fato de que as economias mais amadurecidas, com quem a China tem um relacionamento comercial mais estreito, perderam um pouco o vigor, a China sentiu diretamente a reduzida da demanda pelas suas exportações. Com isso, de alguma forma, a China

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

se tornou um país que precisa ser o motor do crescimento da economia internacional, mas também com menos condições de crescimento, em função de a própria economia internacional estar muito mais desaquecida agora do que estava anteriormente.

A China evidentemente tem dilemas. O fato de ela ter se tornado a segunda maior economia mundial, cria uma situação nova, porque economias que chegavam a esse nível de importância no cenário internacional eram, em geral, economias amadurecidas, e a China, sendo uma economia num processo de transição ainda bastante intenso, tem dilemas e dilemas que não podem ser desprezados.

Eu acho que o principal dilema chinês seria a redução da pobreza e, de alguma forma, todo o dilema conhecemos: a redução da taxa de poupança, que ainda é de 46% do PIB, para o aumento da taxa de consumo, uma economia que dependa menos da economia internacional e que possa sobreviver, dependendo em maior proporção do seu próprio cenário interno.

Mas há muitos outros dilemas mais pontuais. Eu diria que o maior deles é reforma e a reestruturação das empresas estatais, que são ainda, em grande número, cerca de 100 mil em nível federal, estadual e municipal e que, neste momento de desaquecimento da economia internacional, muitas delas produzem com muito pouca demanda, basicamente para manter o emprego em larga proporção com os estoques muito elevados. Elas estão precisando, de alguma maneira, passar por um processo de consolidação ou de reestruturação e de reformas.

Acerca das empresas estatais, eu acho que ligada a ela está a própria questão do sistema financeiro, porque, em larga medida, o sistema financeiro é exposto ao endividamento das estatais e, de alguma forma, a reformulação das estatais vai implicar uma reformulação do próprio sistema financeiro. Eu não tenho dúvidas de que a China tenha condições de capitalizar o sistema financeiro se for necessário, mas são passos complexos que, de alguma forma, o país terá que enfrentar.

Ao lado disso, há uma série de outras reformas também não menos significativas. Uma delas importante, é a própria reforma fiscal. Como se sabe, os governos locais na China, em larga medida, dependem da venda de terrenos para manterem os seus programas e fazem investimentos em infraestrutura, criando empresas específicas para isso que são financiadas pelo próprio sistema financeiro local, que, em geral, é muito abundante. Uma cidade como Xangai, por exemplo, tem 20 bancos sob seu próprio controle. A transformação disso numa realidade em que os investimentos são incorporados ao orçamento, têm um tratamento fiscal mais compatível com o tratamento fiscal de economias capitalistas, de economias ocidentais, é um tema importante. O próprio governo tem abordado esse tema, houve uma lei orçamentária em 2014 que tentava incorporar essa ideia de dar transparência e incorporar todos os investimentos à economia, à realidade fiscal como um todo.

A partir disso, há uma série de outras questões também não menos importantes. No próprio sistema financeiro, a liberalização das taxas de juros, a abertura da conta de capital... Enfim, a China ainda tem vários dilemas a atravessar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Combate à corrupção já é um tema em que o Governo tem sido bastante ativo. Enfim, de alguma forma a reforma política. O próprio governo, de alguma maneira, anuncia que virá ao longo do tempo, mas eu acho que as reformas econômicas serão naturalmente prioritárias neste momento.

A forma como a China vai encarar e buscar soluções para essas questões que estão na sua agenda vai definir se a China se consolida ou não como uma grande economia no cenário internacional e com uma capacidade de influência sobre o cenário internacional como um todo.

Tendo a acreditar que, neste momento, é verdade que a economia cresce a taxas menores, em torno de 6,5% a 6,7% por ano, mas há setores como o de serviços, por exemplo, que crescem a 12% ao ano. Ou seja, ao lado de uma economia que se transforma, que precisa de reformas, que tem um modelo que, de alguma forma, precisa ser readaptado, há um lado vibrante da economia nas novas tecnologias, nas novas empresas, na área de informática, na área de serviços de uma maneira geral, com características diferentes da anterior, porque o modelo chinês é muito baseado em empresas de grande dimensão, industriais, empresas estatais e essas são empresas menores, de pequena dimensão, localizadas neste momento nas grandes cidades, privadas, de uma maneira geral. O que é muito interessante é que, em geral, são empresas abertas e geridas por pessoas muito mais jovens na economia, que estão numa nova linha de pensamento e de reflexão não só quanto ao seu papel como empresários, mas sobre a economia chinesa e sobre o futuro da China. Isso é um pouco do meu primeiro capítulo.

No segundo capítulo, eu queria dizer o que está acontecendo, como vejo um pouco a China no campo internacional e, particularmente, no campo econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

De alguma maneira, a China cada vez mais participa da governança internacional, seja através da indicação de nomes para gerir as grandes organizações internacionais ou para estar nos altos escalões de gestão das grandes organizações internacionais, seja por iniciativas próprias novas, como a criação do Banco dos BRICS com os demais países dos BRICS.

Além disso, criação do Banco Asiático de Desenvolvimento, que tem o capital de US$100 bilhões e que basicamente é para financiar infraestrutura na Ásia ou a criação do Fundo da Rota da Seda, que é um fundo de US$40 bilhões, também para financiar investimentos em infraestrutura na Rota da Seda. Ou seja, de alguma maneira, a China desponta como um ator que participa da governança internacional e que tem suas próprias iniciativas no ponto da transformação dessa governança.

Mais importante que isso é o fato – e aí volto ao lado econômico – de que a China, tendo se transformado no primeiro parceiro comercial de muitos países do mundo pelo fato de ser a segunda maior economia, agora avança no sentido de ser uma economia com grandes investimentos externos, com um volume de investimentos externos considerável e novo. No ano passado, a China teve, em investimentos externos, cerca de US$120 bilhões, mais ou menos o mesmo montante que absorveu em matéria de investimentos externos. Esse ano, caminha para cifras ainda maiores, porque, nos primeiros cinco meses do ano, o investimento externo esteve na faixa de US$65 bilhões. Ou seja, a China trona-se pouco a pouco um ator muito relevante na área de investimentos.

A maior parte desses investimentos destina-se basicamente aos Estados Unidos e à Europa, e a China busca comprar empresas de alta tecnologia e absorver um pouco dessa tecnologia à sua realidade. Há uma outra parte do investimento que se destina a várias outras economias, inclusive economias em desenvolvimento. Basta abrir os jornais que nos damos conta do volume de investimentos chineses no Brasil.

Há algumas características novas nesses investimentos, que não podem ser desprezadas. Até recentemente, a China investia no sentido de que adquirir o controle do capital de uma empresa era adquirir a empresa completamente, mudar seus gestores e participar com os seus próprios métodos e com suas próprias técnicas de gestão nas empresas. Essa característica vai tomando novas feições recentemente.

Com a entrada, sobretudo do setor privado, nos investimentos diretos – o setor privado hoje investe cerca de três vezes o que o setor público está investindo fora, ou seja, o que vemos hoje é que há muito mais empresa privada investindo no exterior do que propriamente empresa pública como se via anteriormente – estamos começando a ver ou estamos já avançados em ver empresas que adquirem a maioria de participação societária em empresas de outros países, mas deixam a gestão ser local, fazem parcerias, de alguma maneira se inserem nas economias locais não propriamente com os métodos da economia chinesa, mas com os métodos próprios da economia local.

Esse é um aspecto muito relevante, porque, de alguma maneira, abre espaço para um novo tipo de diálogo entre o setor empresarial e os investidores chineses e abre uma gama imensa de oportunidades. Aqui, no Brasil mesmo, temos visto isto: investidores em bancos, investidores em empresas do setor secundário, investidores em empresas no próprio agronegócio, que fazem originação de soja, que são participantes majoritárias nas empresas locais, mas que deixam a gestão local, buscam uma interação com a economia local e buscam se integrar de uma forma mais saudável, eu diria, e uma forma mais própria nas economias internacionais.

Isso se dá não somente no Brasil, embora o Brasil tenha vários exemplos, mas em vários outros países. A China comprou recentemente, uma empresa chinesa, a Pirelli italiana. Sessenta por cento do capital, e a mesma estrutura de negócio.

Então, de alguma forma, vamos ver empresas chinesas operando no mercado internacional e tendo presença no mercado brasileiro com características diferentes. As empresas estatais, muitas delas, estão se envolvendo na área de infraestrutura, se preparando, conhecendo o Brasil.

E temos que reconhecer que algumas dessas estatais chinesas que estão aqui há algum tempo prepararam-se para isso e passaram a conhecer bem a nossa realidade, como é o caso do setor elétrico, por exemplo. Empresas como a State Grid, por exemplo, aprenderam a conhecer a realidade brasileira; os bancos estão muito mais integrados, seja o CDB, seja o ICBC, ou seja, os bancos de outra natureza estão vindo e se associando aos bancos brasileiros. E, agora, essa nova onda de empresas que deixa a gestão local, que faz sociedade, que participa da economia de forma integrada aos atores locais.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Eu acho esse é um fato bastante relevante.

Finalmente, eu passo às relações com o Brasil, também muito rapidamente.

Nós temos relações intensas com a China em várias áreas, um diálogo político bastante intenso através de vários mecanismos: mecanismos de nível mais elevado, como a Cosban, a comissão de alto nível, e as suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

várias subcomissões; mecanismos em nível ministerial e outros. E temos uma cooperação muito intensa, que vai à área de ciência e tecnologia, à área de educação, enfim, cobre uma gama extraordinária de áreas e que vai cobrindo cada vez mais áreas.

Mas eu diria que há três vertentes que ainda são relevantes e sobre as quais a embaixada tem um papel a desempenhar. A primeira eu acho que é a questão do conhecimento mútuo. Ainda há muito a conhecer sobre a realidade chinesa, não só sobre a realidade macro, mas sobre a realidade micro, sobre as oportunidades de negócios, sobre os métodos de gestão, sobre a mentalidade de fazer negócios, sobre a forma como os chineses atuam conosco, assim como há muito a necessidade deles, que investem cada vez mais na nossa realidade, em conhecer os fundamentos da nossa política econômica, os fundamentos da nossa realidade como um todo e de se adaptarem melhor à realidade brasileira. E eu acho que nisso a embaixada tem um grande papel a desempenhar.

A segunda área que eu acho que a embaixada tem, naturalmente, um papel a desempenhar é na área de atração de investimentos em setores específicos em que nós temos interesses maiores, sobretudo na área de infraestrutura. A boa notícia é que as empresas chinesas, hoje em dia, não só se interessam pelos projetos em si, mas também muitas delas por participação em *equity*, por participação societária em projetos de infraestrutura. Essa é uma realidade que ainda está começando, mas que ainda pode ser explorada e que pode ser uma alavanca relevante em áreas de novos investimentos em infraestrutura, como em ferrovias, rodovias, portos e outros.

Finalmente, eu acho que uma área para a qual nós estaremos sempre atentos e que é absolutamente essencial para nós é a área de abertura de mercados, de redução de barreiras, sejam barreiras fitossanitárias, sejam barreiras tarifárias, com picos tarifários, ou outras, mas que possam, efetivamente, ajudar a ampliar a nossa presença na economia chinesa.

Fico por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Eu passo agora a palavra ao Embaixador Patriota, cujo Relator é o Senador José Agripino.

O Embaixador Patriota, como todos sabem, tem uma bela carreira no Itamaraty. Foi Secretário-Geral do Ministério, foi Embaixador do Brasil em Washington, foi Ministro de Relações Exteriores, representante do Brasil nas Nações Unidas; e dizem que o Embaixador Patriota também fala mandarim, porque serviu na China. (*Risos.*)

Eu, quando cheguei aqui, ouvi dizer – não tenho a comprovação disso – que os dois estavam palestrando em mandarim para fazer ciúmes no Embaixador Julio Bitelli. Não sei se é verdade... (*Risos.*)

Mas eu vou passar a palavra agora ao Embaixador Patriota.

Eu tive a honra de ser o seu Relator...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Quem fazia perguntas era o Senador Tasso, nosso poliglota.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim, o Senador Tasso, nosso poliglota absoluto...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Eu ouvi o que eles estavam falando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E, depois, vai me dizer o que foi.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Eles estavam falando mal... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas eu terei de me ausentar, o que é uma pena, porque é uma das sabatinas mais suculentas que nós já tivemos aqui na nossa Comissão.

É que fui chamado agora para uma reunião com o Ministro Lewandowski para discutirmos o procedimento nas últimas sessões sobre o *impeachment*.

Então, eu vou precisar me ausentar, e quem vai presidir é o Senador Valdir Raupp, mas espero voltar em tempo.

O Senador Raupp está votando.

Já votou.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Continua com a palavra o Embaixador Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador Raupp. É uma alegria para mim estar de volta a esta Comissão que eu visitei tantas vezes; da última vez, quando o meu nome foi apresentado para assumir a Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, havendo sido o meu Relator o Senador Aloysio Nunes. De modo que muito satisfeito estou aqui de volta. Foram três anos de muita intensidade de trabalho lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

em Nova York. E agora eu agradeço ao Presidente Temer e ao Ministro Serra por me haverem proposto como embaixador junto à Itália, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

Também gostaria de agradecer a todos os demais Senadores e colegas que estão aqui, em particular ao Relator desta designação, que é o Senador José Agripino Maia, a quem estou ligado por laços de conterraneidade. Meu pai é do Rio Grande do Norte. Acredito que pode ser até que ele esteja assistindo. Cumpre cem anos este ano, e é um representante muito ilustre do Rio Grande do Norte também.

Bom, a relação Brasil-Itália é uma relação muito consolidada. Começou com a unidade italiana, em 1861. O próximo Embaixador do Brasil na Itália será o 39º embaixador. De lá para cá, alguns marcos se sobressaem. Por exemplo: os 25 mil soldados brasileiros que lutaram na Itália, com a Força Expedicionária Brasileira, 454 mortos, que estão enterrados na Itália, os 70 anos foram celebrados no ano passado; a parceria estratégica, que foi estabelecida em 2007, quando era Primeiro-Ministro o Romano Prodi, um plano de ação da parceria estratégica adotado em 2010; e talvez o marco mais recente, a exposição Expo Milão, que reuniu 30 milhões de visitantes, sendo que o pavilhão do Brasil foi um dos mais visitados, com 3,5 milhões de visitantes, entre os três mais visitados.

Se nós olharmos para os capítulos de relacionamento mais intenso Brasil-Itália, segundo inclusive refletido no plano de ação da parceria estratégica, comércio, investimentos, ciência e tecnologia, defesa e educação fazem um bloco bastante significativo.

Em matéria de comércio, a Itália é o nosso segundo maior parceiro na Europa, logo atrás da Alemanha, com fluxo comercial próximo a US$10 bilhões, um pequeno déficit para o Brasil. A Itália é o nono país que mais investe no Brasil, com um estoque de investimentos de US$18 bilhões. Há cerca de 1,2 mil companhias italianas no Brasil, gerando 150 mil empregos. O Brasil começa a investir também na Itália. Os valores são pouco menores, mas já chegam perto de meio bilhão em diferentes setores, inclusive cargas, embutidos, produtos agrícolas. E temos também avançado significativamente no campo da ciência e tecnologia, nanotecnologia, astrofísica, cooperação espacial.

Isso aí se alicerça também em uma forte cooperação educacional. Como os senhores sabem, a Itália tem algumas das melhores universidades do mundo; entre as 500 melhores, 20 estão na Itália.

A Itália se distingue muito mais em ciência e tecnologia do que, talvez, imaginemos. Entre os 20 prêmios Nobel que a Itália já recebeu, seis são em literatura, personalidades que nós conhecemos bem, como Pirandello, Eugenio Montale, Dario Fo, mas 15 são em física, química, economia, medicina. De modo que é um país com amplas capacidades em ciência e tecnologia, e conhecimento. Recentemente, numerosas universidades italianas têm estabelecido parcerias com universidades brasileiras. Na verdade, o maior número de acordos de parceria com universidades de fora da Itália foi com o Brasil, nos últimos anos.

Um outro bloco de cooperação e que também é significativo, porque ajuda a sedimentar essa relação muito próxima, é o da cultura, do esporte e dos valores. Quando as pessoas pensam na Itália, pensam imediatamente em cultura. Existem 51 sítios tombados pelo patrimônio da Unesco, na Itália; os centros históricos de Florença, Veneza, Roma, mas também paisagens como a Costa Amalfitana, como as paisagens vinícolas em torno de Turim. Há um intercâmbio grande em matéria de cultura. Um brasileiro ganhou este ano, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o prêmio da Bienal de Arquitetura de Veneza, e o Brasil participa sempre nas bienais de arquitetura e de arte, que se sucedem com um pavilhão conhecido em Veneza para isso. Enfim, em todos os campos da cultura e da arte, a interação é muito grande.

No esporte, também, não preciso nem falar, futebol, automobilismo... O Primeiro-Ministro Renzi esteve aqui para as Olimpíadas, e eu estava notando até que alguns dos nossos atletas, muito deles, têm sobrenome italiano, inclusive a medalha de prata nas argolas.

Obviamente, nos valores, somos democracias que valorizam os direitos humanos. Há um campo em que colaboramos muito, trabalhamos juntos nas Nações Unidas, que é o do combate à pena de morte. Um dado interessante é que, na Toscana, no Século XVIII – na verdade não era bem um país – foi o primeiro lugar no mundo que aboliu a pena de morte, e há, anualmente, uma resolução nas Nações Unidas em que o Brasil e Itália trabalham juntos pela moratória e pelo desaparecimento da pena de morte.

A diplomacia italiana é uma diplomacia de forte âncora regional. Eles são membros fundadores da União Europeia, como se sabe. Hoje em dia, com a saída da Inglaterra, a Itália se transformou na terceira economia da União Europeia – já era a terceira zona euro. Também são membros da Otan, são membros do G7 e do G20. Na verdade, vão presidir o G7 no ano que vem, em Taormina, na Sicília, e vão dar ênfase à questão dos refugiados, que é um problema que atinge a Itália de maneira muito frontal e também na relação com a África. Eles têm uma forte presença nas Nações Unidas. Desnecessário lembrar que a FAO (programa mundial de alimentos) e o Fundo de Desenvolvimento Agrário têm sede em Roma, mas também um centro logístico de operações de paz está estabelecido em Brindisi, e o colégio de formação profissional do secretariado da ONU, em Turim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eles foram eleitos para um período no conselho de segurança, a partir do ano que vem.

Na verdade, algo curioso aconteceu, eles empataram com a Holanda e decidiram rachar o mandato de dois anos, ficando cada país com um ano, mas isso também abre uma área de interlocução interessante com a Itália, que está, em 2017, no Conselho de Segurança.

Penso que todas essas características favorecem muito o nosso diálogo político, que se tem desenvolvido muito nestes últimos anos, e, hoje em dia, se beneficia de uma comissão de consultas políticas a nível de secretário-geral das duas chancelarias.

A evolução recente da Itália é muito positiva e é considerada como muito benigna, tanto do ponto de vista econômico como político. A Itália sofreu muito com a crise e a recessão de 2008, mas conseguiu começar a se recuperar, graças a uma série de reformas que foi sendo adotada por uma nova geração de políticos que assumiram o poder. É a era pós-Berlusconi, de certa maneira, que se instaurou na Itália, com Enrico Letta, e, mais recentemente, com o Primeiro-Ministro Matteo Renzi.

É óbvio que ainda existem desafios importantes. Segundo relatório mais recente do FMI, a avaliação é a de que, para a Itália voltar aos níveis de atividade econômica pré-crise de 2008, tenhamos de talvez aguardar os primeiros anos da próxima década – 2021. Entretanto, começa a ocorrer, ainda tênue e modesto, um encorajador crescimento econômico. A economia cresceu 1% no ano passado. Os últimos dados não são os mais encorajadores, porque houve uma estagnação no segundo trimestre deste ano, mas a tendência é de melhoria.

Isso depende, em grande medida, do êxito das reformas que o Governo Renzi está adotando. Ele já demonstrou coragem política ao adotar reformas no plano trabalhista – é o *jobs act,* adotado por ele.

Estava vendo um discurso recente do Primeiro-Ministro, que diz ter criado 500 mil novos empregos na Itália, segundo regras que introduzem uma certa flexibilidade na negociação entre empregador e assalariado.

Essas reformas são fundamentais, mas o cenário político não é de céu inteiramente azul. Existem algumas incertezas, com forças políticas como as c*inque stelle* (cinco estrelas), os eurocéticos, que estão ganhando força, como os senhores sabem, não só na Europa, mas em vários outros lugares, inclusive nos Estados Unidos, na esteira da crise dos refugiados, e na Europa também, na esteira da saída do Reino Unido da União Europeia.

Recentemente, essa coalizão das Cinco Estrelas ganhou as eleições para as municipalidades de Roma e Turim, o que foi uma certa surpresa para o governo Renzi. Ele convocou um referendo, para os últimos meses deste ano, para adotar uma reforma política que, entre outras medidas, reduzirá o tamanho do Senado, economizará recursos para serem investidos em programas sociais. E ele está apostando o seu futuro político nesse referendo. Neste momento, é difícil afirmar, com certeza, se ele será bem-sucedido ou não.

No plano das relações bilaterais mais recentes, enfrentamos período de alguma dificuldade, com os episódios do Cesare Battisti. Depois, graças a um diálogo persistente e paciente – eu mesmo participei disso quando ocupava o Ministério das Relações Exteriores – com os meus contatos com colegas como os Ministros Frattini e Giulio Terzi, creio que conseguimos virar a página.

Nesse ponto, quero reconhecer o trabalho e a grande contribuição dada pelo atual Embaixador do Brasil na Itália, Ricardo Neiva Tavares, a quem tinha sido confiada a missão – ele reconhece isso no relatório de gestão dele – de ajudar a melhorar a interlocução com a Itália e a superar essas dificuldades.

Ele foi plenamente bem-sucedido nesse esforço. Ele também foi muito bem-sucedido na preservação do Palácio Doria Pamphilj, que, como os senhores sabem, é um dos prédios de maior valor arquitetônico e histórico entre os próprios nacionais que o Brasil possui no exterior.

De modo que eu vejo o futuro da relação bilateral como muito promissor, tanto na cooperação econômica, como na cooperação em ciência e tecnologia. Em defesa nós temos também um passado de cooperação intenso. O AMX, o caça que foi desenvolvido conjuntamente, representou um avanço importante para a Embraer, e hoje também trabalhamos na cooperação militar em torno do projeto de um blindado, o Guarani. Isso também é um aspecto da parceria estratégica significativo. E no diálogo político também acho que se ampliam as oportunidades, as possibilidades de um diálogo que já é positivo.

Queria fazer uma breve menção aos dois outros países junto aos quais serei acreditado, Malta e San Marino.

São dois pequenos Estados, mas nós, que trabalhamos muitos anos nas Nações Unidas – eu creio que os Parlamentares entendem muito bem essa situação –, não descuidamos de nenhum país soberano. Em primeiro lugar, porque o Brasil hoje é um país que tem relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas, com influência global e capacidade de interlocução com todos as regiões, independentemente do tamanho do país, e esses países votam para diferentes questões que nos interessam no plano multilateral. Em segundo lugar, também pela especificidade dos países é interessante que desenvolvamos um diálogo e que aprimoremos as relações com os dois.

São muito diferentes os dois, embora pequenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Malta é uma potência, digamos, mediterrânea, em certa medida, embora seja o menor país da União Europeia entre os 27, mas é um país que tem se modernizado, tem uma renda *per capita* duas vezes maior do que a do Brasil. Malta também é conhecido por sua perícia em construção naval e no apoio às marinhas de países que transitam pelo Mediterrâneo. Além disso, vai ocupar no próximo semestre, o primeiro semestre de 2017, a Presidência do Conselho Europeu. Então, há aí uma agenda muito interessante. O próprio governo maltês tem se preocupado em diversificar suas parcerias, tem olhado muito para os países emergentes, Brasil, Índia, além de China e Rússia, e também para a Turquia muito especificamente.

San Marino é o contrário de Malta. É um país sem litoral, uma república cuja existência data do século XIV, quando foram negociados os acordos que reconheciam a soberania de San Marino sobre um pequeno território junto às autoridades papais.

As relações com San Marino são relativamente recentes. Nós tínhamos relações consulares, mas diplomáticas mesmo só desde 2002. No entanto, é um país com uma elevadíssima renda *per capita*, a 12ª no mundo, US$50 mil, um mercado sofisticado. Nós temos um comércio incipiente, e creio que será interessante também desenvolvermos uma relação. Por acaso, o Embaixador de San Marino junto às Nações Unidas é um Embaixador muito ativo, o Embaixador Bodini, com quem tenho relações de boa amizade.

Eu concluiria esta breve apresentação com uma citação de um discurso que o Primeiro-Ministro Renzi fez na semana passada. Ele disse que a Itália, em função de sua capacidade de se renovar economicamente e do novo momento político que ela vive, deixou de ser a bela adormecida.

Fica mais bonito em italiano*: No le più la bella addormentata nel bosco*, ou seja, acho que é uma imagem muito gráfica do momento que vive a Itália, que, de fato, é um país belíssimo, cheio de cultura, que atrai um fluxo de turismo enorme. Como sabemos, 800 mil brasileiros visitam a Itália por ano, ainda é menor o número de italianos que visita o Brasil, 200 mil. Mas, com base nos sólidos laços que nós construímos pelos contatos governamentais, a diáspora italiana no Brasil, que é a maior do mundo, 30 milhões de pessoas, entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, 1,5 milhão de italianos vieram ao Brasil, a São Paulo, sobretudo, mas também a Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo... Sei que entre os Senadores aqui presentes, contamos com vários de origem italiana: Anastasia, é um nome; Ferraço, outro; o próprio Presidente da Comissão, Aloysio Nunes, estava dizendo que ele é de origem italiana. No Itamaraty, o Ministro Serra, além de vários outros embaixadores e diplomatas que deram uma grande contribuição ao nosso trabalho: Rubens Ricupero, agora o futuro Embaixador do Brasil na Argentina, Sérgio Danese, e aqui, nesta Mesa, Júlio Bitelli, que também representa essa diáspora.

Então, com base nesse passado sólido e nesse despertar da Itália para uma nova realidade, creio que é um momento muito propício para o relacionamento bilateral. Estou enfrentando e encarando essa nova missão com muito entusiasmo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª. O Senador José Agripino pede preferência entre os três Relatores, porque vai ter que se ausentar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É uma intervenção muito rápida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado a V. Exª.

O próprio Presidente da Comissão teve que ausentar-se para participar da reunião de que terei que participar como Líder do Bloco PSDB/Democratas. Mas eu não poderia deixar de cumprimentar os três sabatinados, três futuros embaixadores, não tenho a menor dúvida, da melhor qualificação.

O Embaixador Júlio Bitelli, que vai ocupar as funções de embaixador na Colômbia, que é um país – na minha opinião, Embaixador –,com quem o Brasil deveria ter relações privilegiadas daqui para frente. É claro que a Argentina, nosso vizinho, é ainda a segunda maior economia da América do Sul, mas a Colômbia é como V. Exª colocou com muita propriedade, durante muito tempo adestrou-se no salto para cortar no vôlei masculino e feminino com bolas de ferro segurando para ter peso quando as bolas de ferro fossem desalgemadas.

Agora, eu estive na Colômbia e presenciei, é um país com um potencial que vai crescer e eu não tenho nenhuma dúvida de que teria que ser parceiro preferencial do Brasil nas relações comerciais e políticas até pela prática democrática. Eles, são vizinhos da Venezuela, que dá um exemplo não aconselhável à América do Sul, mas isso faz com que as suas responsabilidades na função de embaixador na Colômbia sejam só aumentadas. Eu lhe desejo muito bom êxito.

O Embaixador Caramuru, que era o Embaixador que, por força de legislação, estava retirado das funções, passou quase 10 anos na China amealhando conhecimentos que vão ser fundamentais para o desempenho de sua função agora, nas relações Brasil e China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

V. Exª passou quase dez anos – oito anos – trabalhando lá, convivendo com a sociedade chinesa, conhecendo a intimidade das relações políticas e comerciais e vai poder com brilhantismo exercer sua função. E aqui eu quero cumprimentar o Ministro Serra pelo acerto da escolha do nome de V. Exª.

Eu desejo muito boa sorte no desempenho das atribuições de ministro, porque essa é uma função importantíssima para as relações comerciais do Brasil no contexto internacional das nações, tendo em vista o tamanho da economia e a necessidade da economia chinesa das nossas *commodities*, dos nossos produtos e das parcerias que vem fazendo ultimamente até no campo de alta tecnologia.

E, ao final, quero cumprimentar o meu afilhado, que por sinal é de família potiguar, o Ex-Chanceler Antonio Patriota, de família amiga. E não é por isso que dirijo a ele palavras de reconhecimento e, sim, pelo seu talento e pela sua capacidade.

V. Exª vai exercer as funções de embaixador na Itália, que é um país por que o Brasil tem especialíssima afeição. A Itália tem a Olivetti, a Pirelli, um mundo de grandes empresas aqui. Tem uma relação política e cultural profundíssima com o Brasil. É lá que está o Palazzo Doria-Pamphili, que é a sede, a residência oficial do Embaixador do Brasil na Itália; é um símbolo de importância que o Brasil dá à Itália, a sua sede, a sua embaixada.... Por aí tira-se todo o resto, a importância da relação Brasil-Itália, que é secular. Nós temos um contencioso político recente, que é o caso Cesare Battisti, que, na minha opinião, já é uma página virada, mas sempre deixa sequela – sempre deixa sequela.

Eu vou ter que me ausentar, mas eu gostaria de que V. Exª aprofundasse um pouco, porque os italianos têm um pouco do temperamento latino, não digo queixa, mas da reserva de uma pequena cota de ressentimento por não reciprocidade ou comportamento ao qual eles façam reparo, que é o caso dado ao Cesare Battisti, que fere um pouco da autonomia deles, essa coisa toda. Eu acho que esse é um assunto que tem que ser definitivamente encerrado, e bem encerrado.

Sem demérito aos seus antecessores, acho que V. Exª está apetrechado, do ponto de vista do preparo intelectual e diplomático, para sarjar esse tumor definitivamente. Eu entendo que ele está no rol das páginas viradas, mas não está nas páginas encerradas. E acho que essa tarefa V. Exª vai ter que levar a efeito, além evidentemente das relações políticas. A Itália é um país, na minha opinião, do ponto de vista político, a quem o Brasil deve observar.

A dívida interna da Itália é maior do que o PIB, no entanto eles administram essa dívida interna, porque há credibilidade no governo, na instituição chamada governo. Então você paga o serviço da dívida, e o país vai andando. Por conta de quê? De uma burocracia estável. Eles têm um modelo de governo parlamentarista, com uma administração profissionalizada, estável, que resiste a tudo, à Operação Mãos Limpas, a tudo.

Então esse tipo de interlocução eu reputo importantíssima e, quanto mais nós nos espelharmos no exemplo do que deu certo, melhor para o Brasil. E essa tarefa, em grande medida, vai caber a V. Exª.

Aqui eu desejo o melhor êxito na missão e espero vê-lo a qualquer hora dessa lá na nossa querida Roma.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora do Embaixador Julio Bitelli.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, meu caro Presidente Valdir Raupp.

Quero, antes, renovar – acho que já foi feito – os cumprimentos ao aniversariante, Senador Ricardo Ferraço, também porque estava em uma Comissão, ali tratando de uma questão grave para a saúde brasileira, que afeta mais as mulheres, que é a fibromialgia. A cada 20 pessoas, 19 mulheres e um homem sofrem disso.

É só para justificar que não estava aqui desde o começo e que o nosso Presidente estava lá, nos ajudando nesse trabalho.

O senhor gosta de voleibol?

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI (*Fora do microfone*.) – Gosto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Gosta? Foi lembrado aqui pelo Senador Agripino, mas a minha assessoria já tinha relatado do esforço... A Colômbia...

Quero dizer que foi uma honra muito grande para mim ter sido Relatora da sua indicação, pela sua carreira, uma carreira que tem um vínculo muito intenso com a América Latina. Eu acho que isso também nos diferencia. A nossa conversa no gabinete para ir à sabatina foi extremamente valiosa para mim, conheci um pouco mais da sua excelente carreira diplomática.

A Colômbia está vivendo um momento muito relevante. Superada a questão da paz, devido à relação que ela conseguiu manter com a Venezuela em momentos extremamente dramáticos – parecia que aquilo deflagaria mais um conflito regional –, acabou o cenário mudando num clima de paz.

Tirando esses aspectos que V. Exª mencionou ao longo da sua exposição, eu queria saber: de hoje para amanhã, o que o Brasil e a Colômbia podem pensar, já que a Colômbia faz parte do Acordo Transpacífico, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

grupo Aliança do Pacífico? O que nós podemos tirar de proveito disso, dentro ou fora desse bloco e na área comercial, não esquecendo a nossa concorrência em temas que são concorrentes, como o café, mas em outras áreas também em que podemos colaborar? Então, um comentário seu sobre isso.

Ao Embaixador Marcus Caramuru. Serei breve, porque a nossa agenda está complicada. A China está fazendo pesados investimentos na Argentina. Foi feito um acordo secreto, na área nuclear, com a Argentina, de que o Brasil não tomou conhecimento e acho que nem os demais parceiros do Mercosul. Essa é uma questão a ser vista. Queria a atenção de V. Exª.

E, no setor elétrico, a China está entrando com estatais, para participar ativamente do setor no Brasil. Como isso está andando e quais as perspectivas de entrada em outras áreas da infraestrutura em nosso País, já que os chineses estão muito agressivos nesses investimentos?

E ao Embaixador Patriota. Também estive aqui quando o senhor foi para a ONU. Na oportunidade, presidi a reunião, e agora o senhor vai para um lugar maravilhoso. Desejo que tenha mais tempo não só em Roma, mas na Costa Amalfitana e na Toscana também, que é o sonho de consumo de todos nós que gostamos do que é bonito, ou em Ravello, onde há a sua boa música.

Mas quero voltar também a uma questão. O Primeiro-Ministro Matteo Renzi está anunciando que, passado o processo de julgamento que haverá no Senado, o processo do *impeachment*, tão logo ele seja concluído, pretende vir ao Brasil com uma comitiva de empresários, para ampliar o relacionamento econômico-comercial. Mas não deixa de mencionar que ainda assim o governo italiano, na palavra do Premier, do Primeiro-Ministro, vai continuar insistindo com o governo brasileiro na extradição de Cesare Battisti, já mencionado pelo Senador Agripino.

Então, renovo essa questão, porque penso que os desafios que o senhor terá na Itália serão, como todos os demais, muito grandes, desejando antecipadamente aos três nomes que representam muito bem o Brasil nas missões na Colômbia, na China, na República Popular da China e na Itália.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. O próximo seria o Senador Ferraço, que não está. Então, quero aproveitar para deixar uma pergunta aqui posta na mesa para o Embaixador Caramuru sobre a Ferrovia Bioceânica, que é de interesse da China. Há um protocolo assinado pelo Presidente chinês e pelo Primeiro-Ministro com o Brasil, de possível investimento de US$53 bilhões em infraestrutura no Brasil; setor elétrico, ferrovias, e entre esses projetos está a Ferrovia Bioceânica, ligando o Mato Grosso, Lucas do Rio Verde, Sapezal a Porto Velho-RO e futuramente até os portos do Peru. O que o Embaixador tem a dizer sobre esse grande projeto Brasil-China-Peru.

Passamos a palavra, enquanto o Ferraço vai votar – o Senador Jorge Viana seria o próximo – ao Senador Cristóvão Buarque. Com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, dizer da satisfação em estar aqui diante de três Embaixadores desse calibre, desse nível, que, sem a menor dúvida, vão representar bem o Brasil em três países importantes.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Embaixador que a Colômbia vai ficar cada dia mais importante para o Brasil, porque houve um tempo em que a Colômbia era quase outro continente. A Amazônia separava-nos, agora está surgindo uma população, já existe, na verdade, crescente na região, numa zona, inclusive, em que há três fronteiras e onde o comércio flui – a droga também. Então, eu creio que é um país para o qual é preciso darmos o máximo de atenção. Nós tivemos uma conversa em que falamos também deste assunto, de Tabatinga, Santa Rosa e Letícia – esse núcleo aí que hoje é quase igual ao núcleo que nós temos entre Paraguai, Argentina e Brasil, e crescente.

Eu gostaria de perguntar apenas sobre a nossa relação com a Colômbia do ponto de vista dos aspectos relacionados com o fluxo de contrabando de droga: como é que nós podemos nos preocupar e cuidar para evitar esse tipo de problema?

No que se refere ao amigo Patriota, quero dizer que a Itália é um país fundamental para o Brasil, tipo Japão, do ponto de vista das relações biográficas das pessoas. Somos países entrelaçados, e não apenas pela imigração, mas pela história também, pelo que aconteceu no Sul, em que tivemos a cooperação de um grande italiano até mesmo na luta pela independência. Então a Itália é um país que, cada vez mais, vai ser importante na nossa história.

Mas eu quero me concentrar um pouco na China. Eu creio que a China é um enigma; é um enigma porque não dá para entender como muda com competência; é um enigma porque não dá para saber para aonde vai, e é um enigma porque não sabemos o que sairá da China como proposta de utopia para o modelo civilizatório mundial. O que vai sair dali do ponto de vista de definição de democracia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nós sabemos que a democracia grega e consolidada a partir dos Estados modernos está em crise, ela não é capaz de ver os problemas ecológicos, porque a democracia é algo limitado a cada país, ela não consegue ver o longo prazo, porque cada um de nós aqui está preocupado com a próxima eleição e não com a próxima geração – se se preocupar com a próxima geração perde a eleição, porque o eleitor tem dentro dele, naturalmente, é uma característica da democracia, o interesse do seu ao redor e do seu imediato. Como vai ser o modelo econômico que leve em conta os limites ecológicos?

A China é um país que pode nos trazer uma lição, e está trazendo com os novos métodos energéticos com que eles têm trabalhado. Há algo fundamental: eu acho que a China pode nos ensinar como pode ser um capitalismo com a cara humana, porque, de fato, por muito tempo, daqui para a frente, a palavra socialismo não está trazendo uma resposta. A gente vai ter que trabalhar dentro das regras da propriedade privada, do respeito ao lucro e às regras de mercado. Como fazer isso a serviço da população, ou seja, como publicizar o capitalismo sem estatizar, o que já se viu que não funciona?

Finalmente, só para continuar isso, como será a utopia social que a gente deseja? Não é mais a da igualdade plena, não é mais a do abandono da população à miséria, não é mais a do consumo absoluto rompendo com o equilíbrio ecológico. Como será essa utopia em que a gente conviverá com desigualdades, mas sem exclusão e sem depredação?

Eu creio que a China, esse enigma, pode nos trazer isso. E quando eu falo em enigma, eu lembro que o livro sobre a China, do Kissinger, que foi um presente que eu recebi da Kátia Abreu em um aniversário meu há alguns anos, fala da singularidade e de uma coisa que me tocou, que é a ideia de uma revolução contínua, que vem desde Mao Tsé-Tung.

E aí vem uma pergunta, Embaixador Caramuru. O senhor falou que a gente pode aumentar muito o conhecimento mútuo e falou de diversos, mas tem um aspecto do conhecimento mútuo em que eu tenho o maior interesse na China: é como funciona a governança chinesa, como eles conseguem fazer a governança com um partido único, o que nós não queremos, e como eles conseguem conviver com as dissidências dentro do partido.

O que mais me interessa, Jereissati – se eu estou errado, o Senador me diga –, é como eles conseguem fazer com que a política se faça respeitando o mérito e a política. Ninguém chega ao poder só pelo carisma e nem chega só fazendo concurso público para ser primeiro-ministro. A impressão que eu tenho do que eu tenho lido é a de que o partido exige uma promoção lenta ao longo do tempo em que vão-se combinando as relações políticas de grupos dentro do partido e dos próprios líderes com o mérito.

Eu tenho muito interesse em conhecer a escola de governo, se não me engano, ou escola de partido que funciona na China a ponto de fazer com que o país supere tantas dificuldades, com uma ultra, superpopulação em um território relativamente pequeno e não tão fértil em geral. Como supera tudo isso? Como atravessa crises profundas e segue em frente, como o próprio Kissinger fala, com uma continuidade que sempre procura o que ele chama, citando Mao, de harmonia – inda que a harmonia, no caso do Mao, tenha passado por violências muito brutais?

Mas essa maneira de fazer a política, tenho muito interesse em conhecê-la, e gostaria de saber se o Embaixador já pode nos dar alguma informação.

Eu quero dizer que isto aqui – o Senador Anastasia é um dos que mais reconhece isso – é uma aula que nós temos. As sabatinas para Embaixadores são verdadeiras aulas, pelo debate que oferecem.

Então, esta é a minha pergunta: entre o conhecimento mútuo, como é que nós podemos aprender, sem copiar, o processo político chinês?

Só para concluir.

Eu li uma vez, ou alguém me disse, talvez algum Embaixador aqui, que na China não haveria a menor possibilidade de o W. Bush – não o outro, que está vivo, é um homem culto –, chegar à presidência, porque ele não passaria no processo, que não é apenas de eleição. Isso é algo que precisamos aprender. Então, é essa a pergunta que faço querendo aprender.

Desejo muito que, nesse seu tempo... O senhor vai substituir um Embaixador muito importante que ali esteve e que prestou um grande serviço ao Brasil, que é o Jaguaribe, que estava muito bem, mas aceitou o desafio de vir para cá, é um grande amigo que tenho. Não é fácil substituir o Jaguaribe, mas eu sei que o Presidente Temer escolheu muito bem, o Ministro Serra também, o senhor tem tudo para ser... Tendo morado lá, ao lado até de um amigo meu que tem nome idêntico ao seu, Marcos de Paiva – só não tem o Caramuru no meio nem é Embaixador...

Pois bem, Embaixador, eu desejo que o senhor tenha um bom tempo, porque esse é o lugar que define o futuro, a China, tanto por ela própria – a gente deve observá-la –, como nas nossas relações. O futuro do mundo depende da China, como depende também dos Estados Unidos. Então, fico feliz por termos um bom representante na China e espero que possamos aprender com o conhecimento mútuo que o senhor mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Cristovam.

Como só temos mais dois Senadores para fazerem perguntas, e creio que serão sucintos, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Armando Monteiro, sugiro que o façam num único bloco para já passar a palavra aos Embaixadores.

Como a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Cumprimento o Presidente Valdir Raupp, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores e os Srs. Embaixadores.

Não é sempre que a gente tem a oportunidade de sabatinar tão ilustres e competentes Embaixadores indo para lugares tão importantes e relevantes na geopolítica mundial. Sei que é sempre redundante e repetitivo, mas eu não posso deixar de salientar o talento dos senhores sabatinados de hoje, o Embaixador Marcos Caramuru, que eu conheci ainda sem nenhum cabelo branco – vejam que faz tempo! – em Washington se não me engano, tralhando em Washington; o Embaixador Patriota, cujo currículo dispensa maiores comentários; e o Embaixador Bitelli, que vai para um posto muito importante do ponto de vista estratégico para o nosso País e tem um currículo bastante importante.

Vou fazer algumas perguntas mais de caráter ilustrativo ou pedagógico. Como disse aqui o Senador Cristovam: boa parte dessas sabatinas servem muito mais para nós como um grande veículo de informações, de aprendizado, do que propriamente de inquirir, perguntar sobre o potencial do trabalho a ser exercido pelos novos embaixadores, que, neste caso específico, dispensam qualquer tipo de visão nesse sentido.

Ao Embaixador Bitelli, eu perguntaria basicamente qual é o resquício que fica na Colômbia e suas consequências do fim ou do aparente fim, pelo menos, das Farc e dos grupos que eu chamaria de filhotes das Farc, aqueles paramilitares que se formam fazendo milícias ou, enfim, atuações que geram algum tipo de constrangimento político-institucional à Colômbia. Qual a consequência e qual a evolução disso, na sua avaliação?

Ao Embaixador Marcos Caramuru, o Senador Cristovam já foi bastante profundo nas suas perguntas; duvido que o Embaixador, em cinco, dez ou quinze minutos, tenha condições de responder a todas as questões bastante relevantes e sempre muito inteligentes do Senador Cristovam. Mas, dentro do contexto que ele colocou, a minha curiosidade é de entender duas coisas. Como é a evolução política, no sentido de evolução democrática, dentro da evolução do desenvolvimento econômico na China? Se uma persegue a outra, se uma vai seguindo a outra como consequência dos seus resultados. Por exemplo, o surgimento de uma grande classe média na China provavelmente fortalecerá uma necessidade de maiores liberdades, maior democracia. Se isso é um pensamento realista, na sua visão de conhecedor tão profundo da China.

E a outra é em relação ao Brasil. A China é conhecida por ter, como disse o Senador Cristovam, não só uma política econômica, mas uma política estratégica, uma política mundial, uma política comercial de longo prazo. Eles têm sempre uma visão, como diz o próprio livro do Kissinger, muito clara de longo prazo e sabem aonde querem chegar e têm paciência. Haja vista esses últimos investimentos vultosos chineses no Brasil, qual, na sua visão, é a estratégia da China, de longo prazo, em relação ao Brasil? Essa é uma questão que acho que nós devemos ver, e também esse nosso relacionamento com a China com uma visão de longo prazo e uma visão estratégica bastante sofisticada, como é a deles.

E, ao Embaixador Patriota, também querendo aprender mais um pouco e entender melhor, qual a visão de S. Exª, que vai para um posto tão relevante como a Itália, que, como já foi dito aqui e repetido, é um país com o qual nós temos imensas afinidades, quais as conhecer dessa crise das imigrações na Itália, principalmente por ser um país que faz limites tão próximos com os países emissores desse verdadeiro êxodo que está acontecendo em direção à Europa. E, ainda, que repercussões isso poderia ter, na sua avaliação, no resto do mundo, em relação à própria União Europeia e aos blocos que se formam, econômicos e comerciais, pelo mundo?

Espero que tenha sido sucinto, Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado. Com certeza, foi sim.

Ministro, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Queria cumprimentar os três Embaixadores, dizer que foi realmente um painel muito rico – como disse o nosso Presidente Aloysio, foi suculenta a reunião –, porque pudemos aprender muito com as informações que foram aqui trazidas.

Eu queria, muito rapidamente, endereçar ao nosso Embaixador Bitelli uma questão: eu reconheço que a Colômbia terá um papel fundamental, um papel estratégico nessa reconfiguração, vamos dizer, da posição comercial aqui da América do Sul. Eu vejo que o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico aqui precisam promover um processo de maior enlace do ponto de vista comercial. Isso é imperativo, eu diria, para o futuro do próprio Mercosul. É impressionante constatar como nós ficamos aqui no continente, vamos dizer, distantes nesses últimos anos, e, portanto creio que, nesse processo de maior aproximação, a Colômbia terá um papel decisivo, porque além de tudo é um país que tem uma classe empresarial de altíssima qualidade, tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

economia de textura muito mais sofisticada do que outros países. Por exemplo, o setor industrial da Colômbia é um setor vigoroso, que tem crescido de maneira extraordinária.

Então, eu creio que a sua missão é muito importante para que possamos dar, vamos dizer, impulso a esta que é claramente uma diretriz que se impõe, que é a de fazer uma maior integração entre os países do Mercosul e da Aliança do Pacífico aqui.

Mas quero, de forma particular, indagar sobre o acordo de serviços que celebramos com a Colômbia e que ainda se inscreve no âmbito da relação Mercosul-Aladi e que, para a sua vigência, exige a anuência da Venezuela. E aí eu indago: diante desse imbróglio, dessa crise que hoje envolve o Mercosul, que consequências isso poderá trazer para a implementação do acordo de serviços, que me parece que é um acordo que abriria uma perspectiva nova dentro desse, por assim dizer, relançamento das relações entre o Mercosul e o Brasil, de modo particular com a Colômbia?

Ao Embaixador Caramuru, eu gostaria de falar um pouco sobre um tema que eu reconheço sensível, que é a questão do reconhecimento da China como economia de mercado.

O Brasil é signatário do Protocolo de Acessão, no entanto há aí uma preocupação sempre recorrente com as consequências do reconhecimento pleno desse *status* da China como economia de mercado. Isso porque, na China, dadas as características de sua economia, as empresas estatais – e lá, evidentemente, existem em grande número, até nos governos provinciais – operam fora da lógica da economia de mercado. Como disse o Embaixador, elas cuidam muito mais do emprego, de assegurar a manutenção de emprego, do que propriamente garantir algum tipo de retorno econômico. Veja, por exemplo, como a crise do setor siderúrgico mundial, de alguma maneira, se relaciona com essa questão. Há um excedente de produção, da China, que alcança 300 milhões de toneladas, hoje, no mercado, e isso tem uma consequência muito séria sobre todo o setor siderúrgico mundial.

Então, eu pergunto, embora reconhecendo que é uma questão sensível: como o Embaixador vê essa questão, também na perspectiva da nossa ação de defesa comercial, porque, a partir do momento em que se reconhece a China como economia de mercado, todas as referências de preço que nós utilizamos hoje, no processo de informar as ações de defesa comercial, evidentemente se alteram a partir dessa questão.

E o segundo tema é que essa agenda nossa com a China é multifacetada. Ela tem interfaces em várias áreas do Governo. E o que nós constatamos é que, para essa agenda avançar, precisaria existir no Governo uma coordenação intragovernamental, ou seja, é preciso encontrar, dentro do Governo, uma estrutura capaz de fazer uma coordenação de melhor qualidade. O que se constata é que, apesar do esforço do Itamaraty e de outras áreas, há, por assim dizer, uma dispersão muitas vezes e se perde velocidade e ritmo no desenvolvimento dos projetos, por falta de uma coordenação intragovernamental mais efetiva.

E, finalmente, ao nosso Embaixador Patriota eu pergunto sobre a contribuição que a Itália poderá dar, nesse desafio que é o acordo Mercosul-União Europeia. Apesar da troca de ofertas que foi iniciada – e esse é um passo muito importante – em maio, nós temos imensos desafios ainda, para finalmente viabilizar o acordo. Precisamos ampliar a oferta. É preciso que, do lado da Europa, eles melhorem a oferta. E, ao que sabemos, a Itália sempre teve uma posição pró-acordo. Mais nitidamente, eu diria, a Itália, a Alemanha, a Espanha, embora existam resistências ainda em alguns outros países, que têm interesses mais defensivos no setor agrícola e que, portanto, se colocam numa posição mais refratária.

Então, como o Embaixador vê a contribuição da Itália, para que o Mercosul venha, efetivamente, a celebrar esse acordo que é tão importante para nós?

Muito obrigado.

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª, Senador Armando.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, que esteve por dez dias na China, agora, recentemente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quinze.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Quinze dias.

Deve ter muitas novidades para falar.

Senador Jorge Viana, por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentar os Srs. Embaixadores, os colegas Senadores e Senadoras.

De fato, hoje, como sempre ocorre aqui – mas há dias que são mais especiais que os outros –, foi um dia de muito aprendizado aqui. Ouvir a exposição de embaixadores que estudam bem os assuntos que envolvem os países onde eles vão representar o nosso Brasil é extraordinário.

E os países são fantásticos: um, aqui do lado. E termina que o Embaixador Júlio Bitelli talvez tenha agora o privilégio de chegar em um país que está passando pela maior transformação dos últimos 50 ou 60 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

porque o processo de guerrilha na Colômbia era uma coisa já institucionalizada, de muitas décadas. E quem sabe não tenhamos uma janela para que se possa viver uma fase nova, ainda mais que horizontes podem se abrir a partir desse momento que a Colômbia está vivendo na relação Colômbia/Brasil.

Eu vivo na Amazônia, mas tenho tremenda dificuldade. Nós temos relação com a Venezuela, até mesmo com o Equador, com Peru, Bolívia nem se fala, mas com a Colômbia parece uma coisa um pouco distante. Acho que agora o cenário político e interno da Colômbia pode realmente mudar muito.

O ex-Chanceler, amigo, patriota, Embaixador está indo para um país... Eu andei muito na Itália quando era prefeito, fiz boas cooperações, pequenas cooperações, mas de muito significado. Por exemplo, a primeira unidade de tratamento e recuperação de pessoas químico dependentes foi a partir de uma cooperação que fiz quando era prefeito. E a partir de quem? De bispos e padres, pois eles têm uma relação histórica de muito tempo. Mas tivemos também cooperação na área de móveis, para melhorar o nosso design. Talvez uma das marcas da Itália e que virou quase um conceito é o design italiano. O *design* italiano nas diferentes áreas, que vai dos carros aos móveis, é uma coisa fenomenal. Acho que um País igual ao nosso já avançou muito. Nós, na área de móveis, e temos no Sul florestas plantadas, avançamos muito. Mas na área da Amazônia toda nunca avançamos.

Também fizemos uma cooperação na área da Brianza. E veja que interessante, Embaixador, logo que assumi o governo fui andar em alguns lugares e, de novo, foram os padres, religiosos italianos que viviam no Acre há muitos anos que abriram possibilidades de cooperação e a notícia de lugar que eu fui... A Itália passou pela guerra e se apropriou, numa região importante, de ser a maior referência de produção de móveis, de design de móveis do mundo. E em 30 ou 40 anos eles alcançaram isto.

O Presidente Clinton, quando eu cheguei lá... O Presidente Clinton, quando foi governador do Arkansas, veio visitar a região porque tinha interesse de fazer algo para entender como a Itália tinha feito para sair do zero, do negativo, e se transformar no que se transformou nessa área específica.

Portanto, acho que há muitos horizontes, mas eu gostaria que.... Se nós não agregarmos valor aos produtos da nossa floresta, estamos realmente.... Temos matéria-prima e não colocamos isso. E isso vai desde o Sistema S também, porque se trabalha muito com isso, mas não conseguimos ainda criar uma identidade de design e, talvez, a fonte de inspiração e o exemplo seja a Itália.

Assim, queria cumprimentá-lo. Acho que há uma perspectiva muito grande de ampliarmos isso. Por fim, quero me dirigir ao amigo, a quem eu conheço já de mais tempo, ainda dos anos 80, recém-formado. Eu fui dirigir um projeto e ele foi chefe de uma delegação nossa para o Japão, logo depois de o Brasil ter se associado à ITTO, Organização Internacional de Madeiras Tropicais.

Foi fantástico porque nós conseguimos uma cooperação de mais de US$1,5 milhão, e nasceu ali. Isso meses antes da morte de Chico Mendes. Nós ficamos aquele novembro lá, e Chico Mendes foi assassinado um mês depois. A minha volta ao Acre foi meio triste. Mas ele tem uma carreira brilhante e está indo agora para a China, inclusive, depois de ter saído do Itamaraty. E eu acabei de vir da China.

Eu queria um pouco de comentário. Acho que a sua explanação foi fantástica, mas é que, em 2014, nós tivemos o Presidente Xí Jìnpíng aqui, como parte de uma política dele de estar mais presente aqui no continente. Salvo engano, era o Ministro Antonio Patriota que estava nessa fase. Ele veio e esboçou a intenção de ter um programa, uma cooperação estratégica com o Brasil, envolvendo o Peru, a Argentina também, salvo engano, mas com o Brasil especificamente.

Um ano depois, em 2015, veio o Primeiro Ministro já formalizar com a Presidente Dilma a cooperação. Eles têm disponibilizados US$10 bilhões para desenvolver uma série de projetos e, no caso nosso, Brasil, Peru e China, US$50 bilhões como possibilidade de investimento. Eu estou falando de dólares. E de lá para cá, disponibilizaram US$40 milhões para fazer o estudo de viabilidade da Ferrovia Bioceânica.

Aqui no Senado, um pouco antes do recesso – foi uma iniciativa minha, um requerimento meu –, tivemos uma audiência na Comissão de Infraestrutura, onde foi apresentada a primeira versão do estudo de viabilidade. É óbvio que qualquer movimento que se faça nesse sentido mostra que é viável você estabelecer uma ferrovia – o Senador Raupp está aqui – ligando a parte que falta, próximo a Cuiabá, indo para Porto Velho, pensando em sair para o Pacífico, claro, pela Aliança do Pacífico, para fugir da dependência, de certa forma, do Canal do Panamá, de uma volta mais longa para as mercadorias, que as encarece. E também todo mundo sabe que a China não quer muito ficar no único caminho ali com o Canal do Panamá.

Mas eu estive, a convite do governo, na Universidade de Pequim, pois foi lá o seminário. É impressionante a decisão deles de ver isso materializado. A gente não tem noção, mas, no período do transporte da soja, passam 1,2 mil carretas de soja por dia entre Cuiabá e Porto Velho – 1,2, mil carretas. É a única estrada que chega ao Acre. É uma estrada que tem mais acidentes, que é mais difícil de dar manutenção, porque não há estrada que resista a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu fui estudar um pouco o tema. Cinquenta anos atrás, o Brasil tinha muito mais ferrovias do que a China. Muito mais! Tínhamos avançado muito, porque a nossa primeira ferrovia inauguramos 130 anos atrás. A China entrou um tempo atrás nesse processo, fez parceria com a Siemens. Nós visitamos lá as fábricas. Hoje, hoje eles têm a maior empresa de construção de ferrovias do mundo, têm a maior indústria de produção de vagões de trem para trem convencional, trem de alta velocidade e metrô. A linha 4 do Rio, que foi inaugurada agora, é da fábrica que eu visitei. Então, é inacreditável como eles conseguiram fazer isso em 15 anos, saindo do zero.

Há 30 mil quilômetros no mundo de trem de alta velocidade; 20 mil estão na China. Eles construíram Pequim-Xangai em três anos, 1,3 mil quilômetros de trem de alta velocidade. Há 84 viagens de trem por dia só nessa linha. Então, dos 30 mil quilômetros de ferrovia de trem bala e alta velocidade no mundo, somando Japão, Europa, Estados Unidos, 10 mil estão nesses, e 20 mil estão na China.

É uma máquina. E eles estão abrindo tudo, com aquela história de um cinturão, porque a ideia é de que se faz um caminho, mas promove desenvolvimento.

Fiquei ligado, fizemos 1.300 em cinco horas. Tudo, de um lado e de outro, investimento e produção, investimento e produção, entre Pequim e Xangai.

E a gente põe em dúvida: vai passar nos Andes? Vai passar na Amazônia? E eles falaram: "Tudo bem". Fizeram a apresentação da ferrovia que eles fizeram para o Tibete. Boa parte da ferrovia é a 4,5 mil metros de altitude. Não existe isso no mundo. E numa região montanhosa que tem mais túnel e viaduto do que qualquer outra coisa.

Vi algo como fazer um viaduto que aguenta terremoto até nove graus. E eu perguntei: "Não só vai até oito?" "Não, mas a gente...". Então, continuará passando carros e caminhões.

Enfim, acho que a China depois que entrou para a Organização Mundial do Comércio mudou muito, porque eu havia ido lá com o Presidente Lula há 11 anos e era uma coisa, voltei agora, é outra.

Então, a cooperação com a Siemens é periférica. E eles simplesmente dizem o seguinte: "Não, quem melhor produz trem-bala somos nós agora. Disputamos com qualquer um, com japonês, com quem quer que seja", porque eles se apropriaram de tecnologia e estão produzindo e ganhando mercado no mundo inteiro. E ofereceram isso ao Brasil.

Para mim, esse é um tema da maior importância para o novo Embaixador, como materializarmos essa cooperação. Óbvio que eles vão ganhar porque vão emprestar o dinheiro, vão ganhar porque podem ganhar na construção, porque vão vender os equipamentos e vão ganhar porque a mercadoria que vai para eles e a deles vem para cá.

Então, é uma política: ganha, ganha, ganha. Mas nós também podemos ganhar porque não temos condição de avançar se formos contar com o orçamento público pelo menos durante alguns anos.

E a última questão é que chegou aqui na Comissão, ontem, o Acordo do Inbar, pelo qual estou lutando há muito tempo, em que consiste ser a primeira organização internacional de governos de países sediados na China. Inbar é a Organização dos Países Produtores de Bambu.

Há o Equador, a Colômbia, mas o Brasil é um grande produtor e é um dos poucos que está fora. Estou trabalhando por isso há muito tempo. O Senador Aloysio chegou e me colocou como relator. Na semana que vem estarei fazendo uma exposição sobre a importância. Estive lá no Inbar agora. O sonho da China é de que o Brasil também faça parte dessa Organização Internacional dos Países Produtores de Bambu. E esse é um mercado que movimento US$30 bilhões por ano. E o Brasil tem as maiores florestas de bambu.

Era só para dizer isso.

Na semana que vem vamos debater e gostaria muito que o senhor chegasse lá me ajudando no Inbar e na ferrovia, pois acho que o Senador Raupp irá completá-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Antes de V. Exª chegar, eu já havia feito a pergunta, para que, ao final, o Embaixador possa responder, sobre o tema da Ferrovia Bioceânica, uma ferrovia que liga Mato Grosso, Acre e Peru ao Pacífico.

Como último orador inscrito, o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente quero pedir desculpas a V. Exª e aos eminentes Embaixadores porque, como a reunião foi marcada na quarta-feira, temos a CCJ, e eu tenho o compromisso com o Presidente Maranhão de não me ausentar. Então, como acabou mais cedo, eu pude vir aqui, porque, do contrário não poderia, mas gostaria muito de ter participado na plenitude de uma reunião de tão alto nível, como muito bem disse o nosso Senador Cristovam Buarque.

Não vou fazer perguntas, porque já foram feitas de maneira completa à exaustão pelos nossos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Queria cumprimentar o Embaixador Bitelli, o Embaixador Caramuru. E não posso deixar de fazer um registro especial ao Ministro Patriota, que será Embaixador em uma nação que tem uma importância imensa para o meu Estado, Minas Gerais.

A presença econômica italiana, em Minas, como V. Exª sabe, é vital e essencial, além da proximidade cultural, da composição até mesmo do ideário mineiro. O Hino de Minas Gerais – "Oh, Minas Gerais!" – é baseado numa valsa napolitana – *vieni sul mar* – como o senhor pode imaginar. Então, a influência italiana é muito grande.

Queria cumprimentá-lo. Tenho certeza de que V. Exª será um Embaixador extraordinário por sua trajetória e também, na qualidade de cidadão italiano, tenho a certeza de que essas relações vão se estreitar mais ainda do que já podem, não só sob o ponto de vista econômico, cultural, de turismo, o que é muito importante, mas também social.

Evidentemente, ao Embaixador Caramuru basta dizer da relevância da China para a economia do Brasil como um todo. Nossos pares já falaram das questões mais importantes. Da mesma forma, o Embaixador Bitelli, na Colômbia, que é uma potência econômica, cada dia mais presente na América Latina.

Presidente, muito obrigado e desculpe-me pela minha ausência parcial desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Foi econômico mesmo.

Obrigado, Senador Anastasia.

São muitas as perguntas dos internautas em todas as reuniões da Comissão de Relações Exteriores; porém. vou ler apenas três, passando, assim, uma para cada Embaixador.

Para o Embaixador Bitelli, indicado para a Colômbia, o Sr. José Maurício da Silva Carvalho pergunta: "Como o Brasil pode aproveitar as oportunidades que devem aparecer com o fim da guerrilha das Farc na Colômbia? Como aumentar a nossa influência na região?"

Essas são as duas perguntas de Maurício de Carvalho – Salvador, Bahia.

Para o Embaixador Patriota, indicado para a Itália, a pergunta: "O que você fará para melhorar as relações da Itália, de Malta e de San Marino com o Brasil?"

Essa é a pergunta de Pedro Ferreira Júnior.

Com relação à China, vou apenas ler o início da pergunta e, depois, passo-a para o Embaixador. Essa é uma pergunta da Conectas, uma ONG de São Paulo, que pergunta sobre os acordos de cooperação e facilitação de investimentos:

> Há previsão de que o Brasil assine um acordo de cooperação e facilitação de investimentos com a China? Caso haja, os termos do acordo seriam semelhantes aos praticados em acordos já assinados? E quanto às cláusulas de responsabilidade social corporativas, a tendência seria mantê-las ou retirá-las do acordo?

Passamos imediatamente a palavra ao Embaixador Bitelli, da Colômbia, para suas considerações e respostas às perguntas.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu agradeço aos Senadores as perguntas que ajudam imensamente a complementar a apresentação.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que a honra foi toda minha de ter a Senadora Ana Amélia como Relatora. Realmente, não poderia ter sido melhor. Eu lhe agradeço imensamente, Senadora.

A sua pergunta é sobre a relação com a Venezuela e, depois, a questão da Aliança do Pacífico. Então, começo por aí.

Com a Venezuela, eu acho que, resumidamente, a postura colombiana é de pragmatismo e paciência. Eu acho que a ninguém escapa a complexidade do que é manter uma relação correta com a Venezuela, nem sempre possível; porém, a Colômbia, com muito pragmatismo, consegue manter uma relação que para ambos os Estados é fundamental, porque a interação é muito grande, num nível adequado, conseguindo evitar certas armadilhas retóricas que, por vezes, o vizinho lança para as autoridades colombianas.

Com relação à Aliança do Pacífico e, um pouco também, entrando na resposta ao Senador Armando Monteiro, a Aliança do Pacífico e o Mercosul já estão num processo bastante intenso de aproximação. De certa maneira, até na imprensa internacional se criou um pouco uma imagem de que houvesse um antagonismo ou que fosse necessário fazer uma opção entre uma visão de mundo e outra, e, na prática, estamos vendo que a convergência não só é possível, como está sendo feita de maneira bastante rápida.

A participação da Colômbia na Aliança do Pacífico é resultado de uma opção clara do governo colombiano, de vários governos colombianos, pela abertura ao exterior. Ao contrário de outros países da região, a Colômbia nunca duvidou, talvez como o Chile, de que a opção era abrir-se ao exterior. Então, não só eles têm um tratado de livre comércio com os Estados, em vigor desde 2012, como eles têm um tratado de livre comércio com a União Europeia, como eles têm tratados comerciais com Canada, Coreia, Israel, com o Efta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agora, as coisas nunca são, também, preto e branco. Há críticas na Colômbia, por exemplo, de que, com os parceiros da Aliança do Pacífico, a Colômbia, nos últimos tempos, passou a ter um déficit importante: 4,4 bilhões de déficit com os seus parceiros na Aliança do Pacífico; e, com os Estados Unidos, com os quais a Colômbia tinha, historicamente, superávit, após a entrada em vigor do tratado de livre comércio, a Colômbia passou a ter déficit. Passou de quase 9 bilhões de superávit a 2,2 bilhões de déficit no ano passado.

O Senador Cristovam Buarque pergunta da fronteira. O seu diagnóstico é bastante preciso; quer dizer, era uma fronteira que se via como distante e que, hoje, é uma fronteira viva, como as nossas fronteiras no sul. Há um intenso trabalho bilateral nesse campo, há uma comissão de vizinhança e integração, há dois acordos que estão em fase final de implementação, relevantes para a área de fronteira, há um acordo para o estabelecimento da zona de regime especial fronteiriço Letícia/Tabatinga, que depende apenas que a Camex elabore uma lista negativa; ou seja, produtos que não entrariam no regime especial. E há um acordo de permissão de residência, trabalho e estudo para os fronteiriços, que ainda não chegou ao Congresso porque está sob análise dos Ministérios da Justiça , do Trabalho e da Educação, mas que já têm o O.k. do Itamaraty.

Com relação à questão das drogas que, obviamente, é fundamental, como mencionei na minha exposição, rapidamente, há uma mudança importante de postura do governo colombiano em relação a como combater as drogas. Quer dizer, de uma militarização que veio na esteira do Plano Colômbia com os Estados Unidos, passou-se, digamos, a uma abordagem mais sofisticada, que combina repressão com medidas preventivas, programas sociais, e a Colômbia defende hoje, nos fóruns internacionais, por exemplo, proporcionalidade das penas, penas alternativas para os usuários, o final da pena de morte em alguns países, onde, ainda, ela é vigente para casos de tráfico.

E é curioso ver que a produção de coca é decrescente no mundo, quer dizer, ela tem hoje níveis dos anos 1990. A cocaína decaiu desde alguns anos e perdeu espaço para drogas sintéticas em alguns mercados. Claro que, na América do Sul, isso é ainda um problema muito importante, e há muito para se trabalhar em conjunto com os colombianos nessa área.

O Senador Tasso pergunta sobre as sequelas das Farc e dos seus filhotes. Essa é uma questão fundamental, tanto que é, digamos, o que resta, para que o acordo de paz possa ser plenamente aceito pelas duas partes.

O que vai acontecer depois? Já se acordou a desmobilização, mas há dúvidas ainda sobre como transformar as Farc, por exemplo, em partido político e, sobretudo, sobre qual é o grau de anistia que terão os componentes das Farc e do próprio ELN num cenário pós-conflito.

A história colombiana registra situações semelhantes, em que o resultado foi muito negativo: acordos de desmobilização com grupos guerrilheiros que resultaram, num segundo momento, no extermínio desses desmobilizados por grupos paramilitares. Então, há uma reticência da própria guerrilha em aceitar, antes que fique bem redondinho, o que vai acontecer no período pós-conflito.

Mas, obviamente, esse é um elemento fundamental da agenda política colombiana hoje.

Senador Armando Monteiro, sobre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Encurtar distâncias é o que temos feito recentemente. O senhor é um dos artífices disso, assim como da aproximação com a Colômbia. Eu deixo aqui o registro disso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Lembrando só o acordo automotivo, que foi um passo importante que fizemos com a Colômbia.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Exatamente. Era um setor que estava fora...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Estava fora, e agora temos uma quota. Dentro da quota, zera-se o imposto de importação.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Até 50 mil unidades.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A partir de 2017.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – De 2017 e por dez anos até o final do acordo.

Esse acordo já está pronto para entrar em vigor. Falta apenas a protocolização na Aladi por uma questão: uma tecnicalidade que nós esperamos possa ser superada rapidamente.

Já o acordo sobre serviços é mais complicado, porque, justamente como o Senador mencionou, depende da aquiescência da Venezuela. E a Venezuela está atualmente numa posição de bloquear esses acordos no âmbito da Aladi.

Então, como alternativa, Senador, o Brasil já propôs.... Então, como maneira de evitar esse bloqueio venezuelano, o Brasil está propondo aos sócios originais do Mercosul, Paraguai, Argentina e Uruguai, que juntos nós negociemos um acordo com a Colômbia, um novo acordo com a Colômbia, ou seja, o de que esqueçamos esse que exige anuência venezuelana e que negociemos um novo que inclua tudo que já está nesse anterior e que permita maior flexibilidade. Isso está sobre a mesa.

O Mercosul passa por um momento complexo, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – A questão da desgravação tarifária, que ainda não foi alcançada.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Não. Ainda não, mas que já está prevista em passos acelerados, e a expectativa é de que seja possível até 18, 19; chegando a uma desagravação, que já é bastante importante, em níveis de quase 100%.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Como é com o Chile.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Como é com o Chile – e a até 18.

O senhor mencionou a sofisticação da economia colombiana. Esse é um fato importante que, às vezes, passa despercebido. Além de ser a economia mais dinâmica da região, a que mais cresceu nos últimos tempos, ao lado da peruana, ela tem um percentual de serviços e de indústria muito importante. A agricultura é cerca de 7% só; o resto é serviços e indústria.

Então, é realmente uma economia mais sofisticada do que as pessoas tendem a achar e que soube sobreviver, inclusive, com bastante galhardia, a uma queda importante nos preços do petróleo, que é um item fundamental de exportação para a Colômbia. Mas, ainda assim, ela manteve taxas de crescimento importantes, com uma média de 4,5% nós últimos anos.

E aí eu entro um pouco no que o Senador Tasso perguntou sobre novas oportunidades. O Senador Jorge Viana perguntou também sobre o que a nova fase pós-conflito oferece ao Brasil. Essa sofisticação permite pensar, com bastante ambição, no futuro. E há elementos que decorrem também da nova política externa colombiana e que nos ajudam. Por exemplo, mesmo em termos de indústria de defesa, a dependência dos Estados Unidos tende a ser atenuada e isso abre caminho para uma relação mais interessante com o Brasil nesse campo e até no campo da cooperação agrícola.

Como a guerrilha acabou durante muito tempo inviabilizando a utilização de largas parcelas do território colombiano, isso, sendo resolvido, permitirá uma grande ampliação da nossa cooperação nessa área. E isso pode ser também uma grande janela de oportunidades.

Por fim, acerca da pergunta da internet, como eu tinha ouvido a pergunta do Senador Jorge Viana, eu acho que foi um problema de plágio.

Mas acho que é isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Sr. Embaixador Marcos Caramuru, para as considerações e respostas.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Eu queria também agradecer os comentários e as perguntas, todas muito interessantes, não muito fáceis algumas delas, eu diria, mas vou tentar responder na medida das minhas possibilidades.

Eu começo com a pergunta que foi feita pela Senadora Ana Amélia sobre qual é o panorama, quais são as perspectivas chinesas de investimento em infraestrutura no Brasil.

As perspectivas são muito boas. Eu acho que as empresas chinesas, num primeiro momento em que pensaram em investimentos em infraestrutura no Brasil, pensaram num modelo muito tradicional e que nós poderíamos simplesmente fazer acordos bilaterais com eles e fazer a concessão de uma determinada obra para uma determinada empresa.

Com o tempo, os chineses aprenderam a conhecer o nosso sistema de licitações, a entender a lógica da infraestrutura no Brasil. E eles se dedicaram muito, como o China Development Bank, que tem uma sede no Rio de Janeiro, os próprios bancos comerciais, as próprias empresas, como a State Grid e outras. Eles se dedicaram muito a entender essa realidade e eu acho que eles estão completamente integrados a ela.

Neste momento, no entanto, haverá uma nova modelagem da privatização de infraestrutura no Brasil, e, de alguma forma, eles vão ser forçados a reexaminar a reestudar essa realidade. Eu não tenho nenhuma dúvida de que eles farão isso com todo o interesse, com todo o empenho, e de que, particularmente na área de ferrovia, além da área de energia, que já é uma área que eles exploram bastante, haverá um interesse especial, até porque a China desenvolveu uma capacidade de investimento de ferrovias que nenhum outro país desenvolveu recentemente – em infraestrutura, em geral.

Evidentemente, essa participação não está isenta de algumas dúvidas ou indagações por parte deles. Em geral, as indagações que eles fazem têm a ver com duas coisas: primeiro, o risco do negócio, propriamente dito, ou seja, se quem, ao construir uma ferrovia, vai ou não ter garantia da utilização do negócio, e a modelagem vai dizer um pouco qual é a nossa visão sobre as expectativas brasileiras; segundo, os chineses apontam, com muita frequência, o risco cambial. As receitas, nesses investimentos, são em reais, mas as remessas serão feitas em dólares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu acho que, de alguma forma, nós vamos ter que entretê-los, nós vamos ter que manter uma conversa profunda com eles sobre isso e adaptar as soluções ao modelo que vai ser publicado, que vai ser executado no Brasil. Mas eu creio que as perspectivas continuarão boas, porque há, de fato, não só pela sua capacidade, um excedente de produção na China, sobretudo, por exemplo, de produtos ferroviários, e eles têm todo o interesse em exportar isso.

É claro que não se pode imaginar que nós seremos os únicos. Pelo fato de eles terem o Fundo da Rota da Seda, pelo fato de eles estarem ampliando seus investimentos no sudeste asiático, haverá muita competição conosco para atrair investimentos chineses em infraestrutura. Ou seja, de alguma forma, nós também teremos que conversar com eles sobre a interatividade desses investimentos a longo prazo no Brasil e de que forma eles poderão se inserir para que também tenham resultados – quem faz investimentos busca resultados.

Eu passo então à pergunta do Senador Raupp e à do Senador Jorge Viana que têm a ver com a questão da Transoceânica.

De fato, o estudo de viabilidade foi completo, e eu acho que essa é uma obra extraordinária. Eu vejo os chineses interessados em todas essas obras que estão relacionadas ao escoamento da soja e dos grãos brasileiros, como a 163, que vai até Barcarena. Enfim, há várias áreas. E vejo não só empresas públicas, como também algumas privadas querendo mobilizar as empresas públicas. Mas a ferrovia Transoceânica é uma obra de dimensão especial, que ainda demandará muita discussão e muito exame, principalmente sobre como lidar com o aspecto financeiro, como lidar com o custo, qual vai ser a modelagem financeira, a engenharia financeira do projeto. Então, eu ainda acho que haverá isso.

O que eu posso fazer é me comprometer, de fato, a seguir o assunto com o maior interesse possível, acreditando também que esse é um projeto...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Desculpa.

O eixo de Mato Grosso a Porto Velho – o Senador Jorge Viana concorda comigo – tem carga imediata. É um trecho em torno de 800km que daria para ser construído em três anos também. Não são 1.300km, como a ferrovia de alta velocidade entre Xangai e Pequim, que foi construída em três anos, mas é um trecho de 800km de trem de carga que daria para se fazer muito bem. Como ele margeia a rodovia, não haveria impacto ambiental nenhum, e desafogaria a nossa tão sofrida BR-364, pelo menos nesse trecho de Sapezal a Porto Velho.

Há também o porto do Rio Madeira, que escoa outras cargas também para Manaus e outros centros. Depois, seguiria esse trecho até o Acre e até o Peru.

Então, nesse trecho ali, poderiam muito bem iniciar as obras no final do ano que vem; estruturar esse trecho, com uma modelagem, e iniciar já a licitação, a concessão e as obras, porque ele tem carga imediata de 5 a 6 milhões de toneladas de soja, todos os anos, podendo chegar a 15, 20 milhões de toneladas.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Excelente.

Passo às perguntas do Senador Armando Monteiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Se quiser já concluir a minha, porque faltou o Inbar, o Instituto...

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – O embarque?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não; o Inbar, o instituto Internacional dos países produtores de bambu.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Eu fiquei verdadeiramente encantado com a notícia que o senhor me deu.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Já vai chegar dando a melhor notícia de todas.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Eu fiquei encantado com a notícia que o senhor me deu. Acho que...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Na quinta-feira, vamos aprovar aqui.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Eu até queria fazer aqui uma homenagem ao Embaixador Clodoaldo, um dos meus predecessores na embaixada, porque ele foi uma das pessoas que mais deu importância a essa cooperação China-Brasil na área de bambu, levantou esse tema todo o tempo, e foi um diplomata de grande qualidade intelectual e pessoal. Isso é uma excelente notícia. Acho que só aumenta a substância do trabalho da embaixada e a possibilidade de interação com as autoridades chinesas e com os demais países através da organização.

Passo às perguntas do Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Primeiro, sobre o que vai acontecer depois de 11 de dezembro, quando, então, deixariam de vigorar aquelas normas que permitem o tratamento especial da China como economia de mercado e, portanto, no preço de referência nas ações antidumping, ser utilizado o preço de referência em outro país.

O Governo está, como um todo.... Acho que não só o Brasil, mas outros países, como Estados Unidos, União Europeia, estão todos atentos a essa data e a qual será a estratégia a adotar a partir daí. Essa é uma discussão que excede em muito o papel específico do Embaixador do Brasil, embora eu ache que o Embaixador do Brasil, de alguma forma, vá ter alguma oportunidade de se posicionar sobre isso e participar do debate.

Eu acho que, se é verdade que, em grande medida, a China tem características de uma economia de mercado, pelo fato de que as empresas se financiam no mercado financeiro, até emitem bônus de longuíssimo prazo, e que, enfim, os preços são fixados em competição, dentro da China, de alguma forma, é preciso também reconhecer o fato de que não só as estatais, mas as circunstâncias das relações entre as empresas e as autoridades tributárias, entre as empresas e as instituições financeiras, que são todas públicas, têm peculiaridades na China. Até porque, no caso das autoridades tributárias, é uma peculiaridade singular, porque as autoridades tributárias na China são do bairro. Não se sabe disso, mas se cobra imposto no bairro. Ou seja, o diálogo da autoridade tributária com as empresas é um diálogo muito próximo, de alguma forma. Ou seja, o que ocorre, efetivamente, na realidade do dia a dia das empresas, etc., tem peculiaridades. É preciso reconhecer essa realidade.

Enfim, do ponto de vista pessoal, eu acredito nas economias liberais, acredito na tese de que economias mais liberais crescem a taxas mais elevadas, etc., mas acho que há um aspecto de proteção, nesse caso, relacionado, especificamente, a questões da economia chinesa, da microeconomia chinesa que não podem ser desconsideradas. E é mais ou menos com essa formulação, com essa moldura de reflexão, que eu participarei, pessoalmente, das discussões. Mas isso é uma decisão de Governo, e, de alguma forma, eu sei que o Governo já está atento a isso e que o tema, inevitavelmente, será discutido no Brasil como será discutido também em outros países.

Quanto à ideia do modelo institucional brasileiro para lidar com a China, efetivamente, eu concordo com o fato de que é preciso, no caso da China, nós termos muito consolidados os nossos objetivos, onde queremos chegar e como vamos chegar a esses objetivos. E que o aspecto de coordenação é, absolutamente, essencial, e é normalmente exercido com competência pelo Itamaraty, mas esse aspecto de coordenação vai ganhando proporções cada vez mais complexas, à medida que a China vai, cada vez mais, penetrando em segmentos da economia brasileira que anteriormente não penetrava, como, por exemplo, investimentos em infraestrutura, e na medida em que ainda existe uma presença muito forte do Estado, na economia, nas empresas que estarão operando nessas áreas.

Ou seja, há uma particularidade, eu sei que há uma reflexão no Estado sobre essa ideia de, enfim, um núcleo – eficiente, não seria a palavra – que possa permitir uma estreita coordenação. Eu também acho, como o senhor, que a definição dos nossos objetivos, nossas metas, do que queremos a cada momento em que sentamos com os chineses é um ponto essencial. Porque os chineses têm muito claramente os seus próprios objetivos, as suas metas, e as atingem com larga competência. Eu diria, é algo que deveremos fazer.

Eu vou falar um pouco sobre a pergunta do internauta, a facilitação de investimentos. Nós propusemos um acordo à parte chinesa, esse acordo está sendo considerado, ele segue efetivamente o modelo dos demais acordos. E eu acho que a bola está com o lado da China e nós prosseguiremos o diálogo com eles.

Enfim, entro na questão do Senador Cristovam Buarque. O Senador Cristovam Buarque fez a pergunta de US$ 1 milhão. A China está construindo um novo modelo econômico e político, que modelo será esse? Nós conhecemos o modelo que produziu as economias desenvolvidas e o nível de bem-estar das economias desenvolvidas, que é o capitalismo liberal, a democracia liberal; conhecemos o modelo soviético, que, de alguma forma, ruiu no final do século XX; e, agora, como alternativa, há um modelo em construção na China, e o que esse modelo produzirá é impossível saber no momento. E eu acredito que as próprias autoridades chinesas não saibam exatamente. Por isso os chineses falam, a toda hora, em experiências piloto, aqui ou ali, porque eles precisam testar, a cada momento, o modelo.

Mas o senhor, no contexto da sua pergunta, fez duas perguntas muito específicas. Perguntou se eu poderia dizer alguma coisa neste momento. A primeira tem a ver como funciona a coisa. O meu comentário é o seguinte: A China, ao contrário do que muitos imaginam, é um País que funciona de baixo para cima. As decisões sobre investimento em infraestrutura, as decisões sobre a promoção do crescimento, são decisões locais, e essas decisões locais é que avançam no sentido do governo central.

Ou seja, todos acreditam que o governo central dita absolutamente tudo e isso penetra nos governos locais, na verdade não é assim. Na verdade, os governos locais, assim como as próprias empresas estatais, competem entre si, vivem em um ambiente de competição bastante grande. Uma cidade quer construir um porto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

porque a cidade vizinha construiu um porto que é eficiente; ou quer construir uma rodovia ou uma ferrovia, porque a cidade vizinha ou a província vizinha construiu aquela rodovia.

Ou seja, de alguma maneira, há uma competição permanente entre as autoridades locais. E as autoridades locais, como eu disse na minha própria apresentação, dispõem de bancos, criam empresas próprias para fazer projetos de infraestrutura, criam *special purpose companies* que fazem os projetos, que são financiados pelas próprias instituições financeiras. Ou seja, o caldo que impulsiona o crescimento da China é verdadeiramente um caldo local.

Isso até explica, em uma certa medida, porque algumas das reformas têm dificuldade de implementação quando são postas de cima para baixo. Porque na verdade a autoridade local também tem obrigação de produzir o crescimento, porque há uma meta de crescimento na China. E às vezes algumas das orientações podem conflitar, de alguma maneira, com a expectativa da autoridade local de produzir o crescimento.

A ideia de que a China funciona de baixo para cima é muito clara para mim. E eu acho que isso é uma ideia que é muito transformadora.

A sua segunda pergunta tem a ver com as academias, como funcionam.

As municipalidades têm academias próprias, muitas vezes ideológicas, voltadas para a ideologia do partido, etc., mas há três grandes escolas na China. Uma delas em Xangai, outra em Beijing, a outra está em Xi'an Jiaotong, se não me engano, não me lembro exatamente onde está, mas que funcionam como grandes escolas de formação do setor público.

A escola de Xangai, por exemplo, que eu já visitei, é uma escola que foi formada em cooperação com uma francesa e que tem uma biblioteca admirável, o que existe sobre política e economia no mundo. E todos os servidores públicos, inclusive em nível de prefeito e governador, etc., têm que ir, a cada período, a cada ano, a cada semestre, cumprir um tempo nas escolas locais.

Essas três grandes escolas fazem o seguinte: por exemplo, se identificam que no delta de algum rio há um problema, as escolas primárias não funcionam com uma certa eficiência, o que eles fazem? Eles convidam os melhores especialistas do mundo inteiro sobre educação primária, chamam os diretores das escolas para aqueles cursos e promovem ali uma discussão.

Ou seja, não é somente a ideia da experiência de gestão ou da experiência administrativa, mas é também a ideia de identificar os problemas, trazer à escola, trazer os melhores especialistas do mundo e promover assim a formação das pessoas.

Quer dizer, a ideia de que todos estão permanentemente aprendendo, inclusive aprendendo técnicas de como lidar com o público. Na escola de Xangai, por exemplo, há uma parte muito específica voltada para relacionamento com a imprensa, relacionamento com o público de uma maneira geral.

Ou seja, essa ideia da formação do agente público é muito forte na China e a ideia que o senhor mencionou claramente da meritocracia. Ou seja, para alcançar níveis mais elevados é preciso ter tido uma experiência de gestão em determinadas províncias ou cidades, ter demonstrado a sua capacidade de boa gestão e, portanto, produzir algum resultado.

O sistema é totalmente meritocrático. E é meritocrático no sentido também do julgamento dos pares em relação àqueles que conseguiram algum resultado. Ou seja, não é um sistema dentro do sistema. Embora exista um partido único, o comunismo na China é o partido único, a empresa estatal, o campo coletivo.

Dentro do partido existem sistemas pelos quais as pessoas que têm o maior mérito possam, de alguma forma, ascender. E a formação nas escolas do partido é absolutamente essencial, é obrigatória, e a qualidade das escolas do partido é admirável, sobretudo das três escolas de grande dimensão. É admirável o acesso à informação, o contato que eles possuem com intelectuais do mundo inteiro, professores, etc. É admirável! É preciso reconhecer isso.

Na China, evidentemente, as taxas de crescimento explicam-se por fatores dos mais variados. Um altíssimo nível de empreendedorismo, uma taxa de poupança de 46% do PIB, muito acima da taxa de poupança dos outros asiáticos, que está na faixa de 30, 35% do PIB, mas, bem ou mal, são práticas que algumas delas vêm do confucionismo, outras são práticas que, de alguma forma, foram incorporando-se às realidades do Partido Comunista, mas são práticas que resultam em uma gestão de grande eficiência, eu diria, e é inegável isso. Um país não chegaria a ser a segunda economia do mundo se não tivesse isso.

Pergunta do Senador Tasso Jereissati, também é uma pergunta de grande complexidade, mas para onde caminhará o regime político? Caminharemos, então, para um sistema em que a sociedade, a classe média vai ganhar níveis de conforto maiores, vai se tornar hedonista de alguma forma e vai começar a pensar um pouco nos rumos da política?

Essa pergunta é uma pergunta também de difícil resposta. Eu lembraria um fato histórico. Na metade do século XIX, os franceses mandaram aos Estados Unidos – enfim, na verdade alguém que foi o estudar o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

prisional – Alexis de Tocqueville, que escreveu o livro *Democracy in America* (Democracia na América), voltou e disse: "Afinal de contas, nós criamos todos os princípios da democracia, mas eles praticam muito melhor que nós e escrevi um livro que virou um clássico para quem estuda Ciência Política, que é como se organiza a democracia nos Estados Unidos e como os europeus deveriam aprender com eles".

Quarenta ou cinquenta anos mais tarde, quando o império começava a ruir na China, o império caiu em 1911, mas no final do século XIX o império já começava a cair, eles eram Manchus, não eram Han Qing, a etnia predominante, desconheciam a realidade internacional, chamavam os ocidentais de bárbaros, etc. Desconheciam o fato de que houve uma revolução industrial na Inglaterra, só aprenderam isso ao longo do século XIX, mas quando a China começava a pensar qual seria o regime político que vigoraria na China depois da queda do império, muitos intelectuais flertaram com a democracia, muitos visitaram os Estados Unidos e muitos escreveram: "Isso nós não podemos copiar de forma alguma, porque não tem nada a ver com a nossa moldura intelectual e com a nossa concepção do que é um país".

De alguma forma, eu sou uma das pessoas que não acredita necessariamente que os níveis de bem-estar levem à prática da democracia como nós praticamos no ocidente. Que levarão a transformações da realidade política, eu tenho poucas dúvidas, porque, enfim, a realidade política transforma-se com a própria economia, é assim em toda parte, mas eu não creio que a demanda por uma de democracia, nos moldes das democracias ocidentais, exista na China, como nós podemos imaginar que exista. E eu acho que essa relação entre a expectativa das pessoas e o regime político é algo, enfim, como no próprio lado econômico, a observar e é também uma pergunta de um milhão de dólares: vai se produzir um regime político que não seja exatamente a democracia liberal que nós conhecemos, mas que não seja necessariamente o regime do Partido Comunista, ou não? E como esse regime será e que características esse regime terá?

Em certos locais na China, afastados, as municipalidades votam no Comitê Consultivo do Povo. Existe algum tipo de escolha dos candidatos. Nas grandes cidades, isso não existe.

Bem ou mal há que se reconhecer que a China é um balão de experiências econômicas e também no mundo político. E o que vai surgir no mundo político ainda não é totalmente claro.

Sua outra pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Vou interromper só um minutinho, Embaixador Caramuru, para convidar o Senador Tasso Jereissati para presidir a reunião, porque eu tenho um compromisso às 13h. E, às 14h – eu queria fazer um apelo aqui às Srªs e aos Srs. Senadores –, nós vamos sabatinar o Diretor-Geral da Abin, o Sr. Janér Alvarenga.

Então vou ter que me ausentar por um período e volto já logo em seguida para a próxima reunião das 14h.

Obrigado, Senador Tasso. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, enquanto se retomam as questões, eu só queria fazer uma rapidíssima intervenção, como tinha combinado com o Senador Raupp.

Eu estava reunido com o nosso Ministro responsável por destravar as obras de infraestrutura no País, que é o Moreira Franco, e como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, de modo que não poderia deixar de fazer uma breve intervenção aqui sobre esses três importantes parceiros que o nosso País está ganhando no exterior agora, com a indicação desses três importantes nomes para três países importantes, parceiros de formas diferentes cada um.

O Bitelli não chegou ainda, mas eu quero primeiro elogiar o nosso Ministro, chanceler Serra, pela competência das indicações, e o nosso Governo do Brasil.

Segundo, dizer do meu contentamento de ver o alto conhecimento do Caramuru, com relação à questão de infraestrutura, com relação a essa desenvoltura de diálogo, porque realmente a China é um parceiro. Nós temos que destravar a questão dos Brics, nós temos que resolver o nosso problema....

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, eu poderia – e me permita, meu caro Senador...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ,,, mas é que nós estávamos no arremate do Embaixador Caramuru.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim, sim; eu quero só concluir, como combinei.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não, eu não quero cercear a manifestação de V. Exª – nem poderia. Estou dizendo que nós estávamos no arremate, e aí poderia V. Exª em seguida, para...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Serei breve, serei breve.

Então, nobre Caramuru, quero dizer para você o seguinte: a China é um parceiro forte na questão das energias renováveis, está certo? E isso lá é uma realidade, e o Brasil é praticamente um risco zero. Então nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

precisamos alterar essa questão. Precisamos alterar a questão da relação dos Brics. Precisamos alterar uma série de questões.

Você está com as minhas questões escritas, você não vai me responder agora, exatamente por causa dessa questão de que eu cheguei atrasado por causa dessa reunião, mas só queria fazer essa consideração e dizer que gostaria muito que V. Exª pudesse depois me responder essas perguntas escritas que eu coloquei para o senhor, que pode ser por e-mail ou por outra forma, para a gente dialogar sobre esse assunto.

Bitelli, você, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Hélio José, eu pensei que V. Exª estaria fazendo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vou fazer uma consideração sobre os três.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas é porque interrompeu justamente a exposição do Embaixador Caramuru. Nós gostaríamos de dar continuidade e, em seguida, nós passaremos...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Na hora em que ele concluir eu falo. É porque eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está bem. Muito obrigado.

Embaixador Caramuru, para dar continuidade às suas considerações.

O SR. MARCOS CARAMURU DE PAIVA – Eu vou à última pergunta, que foi sua, Senador Tasso, sobre qual a estratégia da China de longo prazo, o que a China busca de longo prazo no Brasil.

Eu acho que a estratégia da China sempre tem um valor superior aos demais: bons negócios. A China tem, basicamente, o interesse de construir parcerias que possam garantir-lhe, no médio e longo prazo, bons negócios. Seu interesse econômico é muito superior a qualquer perspectiva, enfim, de influência política ou de alguma outra maneira, porque a China, propriamente, não tem um modelo político a vender, não busca isso. Ela busca bons negócios e busca, de alguma forma, a estabilidade nos seus resultados. É uma coisa nova, porque a China, normalmente, não buscava os retornos financeiros nos seus investimentos. Ela buscava, basicamente, um retorno que pudesse representar exportação de bens e serviços ou aumento de serviços ou investimentos indiretos de outra forma. Pouco a pouco, ela vai se habituando a algo que nós conhecemos na economia americana e em outras, que é também as empresas, os fundos ou o que for buscarem os ganhos financeiros. Essa realidade é nova. A China muda muito rapidamente. Eu acho que ela vai se adaptar a essa realidade. E, de alguma forma, a sua relação conosco vai buscar, no médio prazo, o resultado, o retorno, que hoje é mais uma plataforma de exportação, uma plataforma de presença. Ela vai buscar o retorno.

O Brasil tem todas as condições de ter uma parceria de longo prazo de grande qualidade com a China – e certamente terá. E eles terão interesse, porque, na verdade, nós somos supridores de grande parte, de parte expressiva dos alimentos que a China vai precisar cada vez mais, porque a classe média vai crescer, a renda vai crescer de alguma forma. Essa parceria vai por si só gerar outras parcerias em que a China, acho, terá uma visão sempre de longo prazo, acima da visão do retorno, mas cada vez mais com a visão do retorno, que também nos interessa, porque, de alguma forma, é lidar com as práticas e as regras econômicas com as quais estamos acostumados.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Embaixador Caramuru.

Senador Hélio José, como o Embaixador indicado para a Colômbia já fez a sua exposição, e o Embaixador Caramuru também já fez a sua exposição, eu pediria que fosse o mais sucinto possível nas suas perguntas aos Srs. Embaixadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É só uma consideração, que eu combinei com o Senador Raupp na hora em que cheguei aqui. Fiz questão de vir votar, em primeiro lugar, pela competência dos três indicados. Creio que todos serão aqui aprovados por unanimidade.

A Colômbia tem uma realidade diferenciada do Brasil porque tem uma ótima infraestrutura na sua capital e na sua segunda ou primeira maior cidade – acho que ela é maior que a capital. A gente precisa pegar como exemplo essa expertise de transporte e de mobilidade urbana dessas duas cidades. Creio que nessa área da infraestrutura V. Exª vai poder colaborar muito, Julio, pela sua competência, pelo seu conhecimento, por tudo isso. E quero ser parceiro.

As perguntas já estão aí escritas. Depois você manda para mim por *e-mail*. Vamos conversar e dialogar como sempre fizemos. Quero só te elogiar.

O Caramuru concluiu aquela questão. As perguntas estão aí. Eu acho que a gente precisa acentuar numa discussão com relação às energias renováveis, com relação a essa área, porque o Brasil precisa aumentar a parceria com a China – está certo? – e outras questões com relação ao turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Patriota esteve comigo no meu gabinete. Eu acho que é uma indicação certa para um lugar certo, uma pessoa que conhece, tem toda a tranquilidade para nos colocar numa posição boa dentro do Mercado Comum Europeu, haja vista a situação difícil que estamos vivendo agora. E a Embaixada em Roma é importante, é uma referência.

Então, as perguntas estão aí também, e já conversei longamente com ele.

Como eu não quero atrapalhar os nossos colegas Senadores que, na hora certa, estavam aqui para fazer as suas perguntas, não vou nem repetir nem ler nada. Só queria fazer este registro e dizer que estamos junto aqui apostando no grande acerto dessas três indicações.

Muito obrigado, nobre Senador Tasso Jereissati, pela sua compressão.

Um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para suas considerações e respostas, o Embaixador Patriota.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Começo aqui pela primeira pergunta. Na verdade, três Senadores se referiram à questão do caso Battisti, que é uma questão de fato muito importante. Essa pergunta me permite aprofundar um pouquinho mais na questão da cooperação do Judiciário brasileiro com o italiano. E eu acho que não vou houve caso mais emblemático durante os últimos anos no sentido da perspectiva da normalização da relação com a Itália do que o processo de extradição do Henrique Pizzolato, que pode ser considerado até mesmo paradigmático do ponto de vista da cooperação jurídica, porque a decisão favorável ao Brasil, como deixou claro o Ministro da Justiça italiano Andrea Orlando, vinha com uma mensagem de que o relacionamento bilateral não seria contaminado pela questão Battisti. A extradição seria concedida mesmo estando a Itália consciente de que não haveria hipótese por ordem constitucional brasileira de uma absoluta reciprocidade.

Então, eu acho que o Senador Agripino Maia está certo ao dizer que a página foi virada. O episódio não foi esquecido, porque, de fato, é um episódio que tem uma repercussão na opinião pública doméstica italiana muito grande. E até por uma questão de opinião pública interna os dirigentes italianos voltarão a mencioná-la em intervalos recorrentes, como fez agora o Primeiro Ministro Renzi, no contexto de uma visita ao Brasil. Mas, na prática, essa cooperação que foi possível em relação a um caso, digamos assim, em que quem pedia a extradição era o Brasil demonstra que já estamos numa situação bem diferente daquela. Inclusive, eu enfrentei, quando era Ministro aqui, um estremecimento. E várias conversas que eu tive com a Itália começavam com este tema. Então, à época, contaminou. Mas hoje em dia já não é mais o caso.

Agradeço à Senadora Ana Amélia por ter lembrado a entrevista do Primeiro Ministro Matteo Renzi, que anunciou que, de fato, ele iria mandar enviar ao Brasil uma grande comitiva de empresários. Acho que há muito interesse em infraestrutura, muito interesse em energia. Esse foi o foco, inclusive, da visita bilateral do Chanceler a Paolo Gentiloni quando ele veio ao Brasil. Há 10 anos não vinha um chanceler da Itália ao Brasil. Acho que é outro sintoma de página virada, digamos assim, depois dessa normalização da cooperação entre os dois.

Então, isso aí já sinaliza, sim, uma disposição, um interesse muito grande em retomarmos uma relação muito intensa no plano comercial. Eu sei que, para Minas Gerais, a Itália é muito importante. Já há a Fiat estabelecida e outras empresas, em que existem vínculos humanos. Mas eu acho que o interessante também é a diversificação que está ocorrendo em empresas italianas agora olharem para outras regiões do Brasil onde não havia necessariamente uma colônia italiana, como Pernambuco, onde a Fiat agora está se instalando, numa cidade chamada Goiana, se não me engano. Eu não sabia que havia Goiana em Pernambuco. Mas eu acho que é uma excelente notícia também a demonstração desse novo espírito empreendedor italiano ao aproximar-se do Brasil.

O Senador Cristovam Buarque lembrou a importância não só dos vínculos humanos, mas históricos. Acho importante tê-los presentes realmente. Quando se trata da Itália, a história é maior do que a geografia. Talvez, no caso do Brasil, a geografia ainda seja maior do que a história, mas temos aí um campo também de afinidade e cooperação.

V. Exª, Senador Jereissati, tocou em um ponto importantíssimo, estratégico e muito sensível para Itália, que é a crise dos imigrantes. Eu tenho os números aqui: em 2014, 170 mil refugiados do norte da África e do Oriente Médio aportaram em praias italianas, desde a ilha de Lampedusa, aquelas ilhas mais ao sul da Sicília, até o sul da Itália; sobretudo, em 2015, foram 140 mil. Ou seja, é um padrão muito elevado, que necessariamente cria repercussão interna.

Agora, a reação da Itália eu acho que é uma reação com a qual nós podemos nos identificar, porque é no sentido de o Governo sobretudo, as autoridades italianas tentarem disseminar junto à população a ideia de que a Itália pode ajudar esses imigrantes, em contraste com alguns outros países europeus, que tem uma mentalidade de muro, ou de rechaço, ou de rejeição, ou de intolerância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agora, por outro lado, a Itália tem tentado mobilizar muito a União Europeia em Bruxelas, para que haja uma repartição dos custos e dos esforços na acomodação dessa onda migratória, que, ao que tudo indica, não vai começar a parar tão cedo. E, nesse sentido, Grécia e Itália compartilham, eu acho, uma posição muito semelhante e enfrentam dificuldades internas, porque, no Leste Europeu, por exemplo, o espírito é outro.

Mas essa circunstância também me faz lembrar algo que tem depois a ver com o acordo Mercosul-União Europeia, que é o fato de a Itália, hoje em dia, ocupar cargos muito importantes em áreas que são estratégicas para o próprio país. Então, o Alto Comissário para Refugiados, por exemplo, sediado em Genebra, é um italiano, Filippo Grandi, que foi anteriormente o chefe da Agência para Refugiados Palestinos no Oriente Médio.

A representante da União Europeia para relações internacionais e segurança, Federica Mogherini, é uma italiana também, representante dessa nova geração – a mesma que Matteo Renzi –, e ela tem influência, digamos assim, na disseminação, ou na aceitação, ou na veiculação das ideias italianas de uma maneira que talvez a Itália não conseguisse de outra forma.

Isso aí também se aplica ao acordo Mercosul-União Europeia, eu acho, até certo ponto, porque nós não podemos deixar de lembrar que o modelo de acordo Mercosul-União Europeia – pelo qual eu trabalhei muito quando estive aqui à frente do Ministério também – é um que prevê não apenas a cooperação econômica e comercial, mas também é um capítulo político, é um capítulo de cooperação, de diálogo, etc, que como que fornece uma moldura para um estreitamento de relações, digamos, mais abrangente.

É interessante que, no mesmo ano em que a Itália virou parceiro estratégico Brasil, a União Europeia também virou aliado estratégico do Brasil. E, aí, existe uma confluência de interesse numa aproximação da Itália e das regiões por um lado. E uma informação que eu tenho, que veio recentemente na Embaixada do Brasil em Roma, dá conta de que o Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália continua mantendo um elevado nível de interesse na conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia.

Também foi dito que se confirmou que a maior parte do setor produtivo do País se posiciona a favor do acordo, o que é uma coisa interessante porque em nem todos os países europeus isso acontece.

A resistência que existe, alguma assistência, é no setor agroalimentar, sobretudo pequenos e médios produtores, mas que, aparentemente, é contrabalançada pela expectativa de ampliação de acesso aos mercados do Mercosul em alimentos processados, vinhos, embutidos, queijos, etc.

De modo que eu acho que a Itália pode ser considerada uma aliada na conclusão desse acordo, que já se arrasta por algum tempo, e seria realmente altamente desejável que nós conseguíssemos acelerar um pouquinho o processo de negociação. Eu me empenharei na medida das minhas possibilidades, através do canal italiano, para que isso realmente comece a ocorrer.

A pergunta do Senador Jorge Viana é muito interessante porque eu estava verificando que, na pauta de exportação do Brasil para a Itália, há um pequeno descompasso, não só nós temos um déficit, mas nós exportamos produtos básicos, sobretudo café, mas muita pasta de madeira e madeira e importamos manufaturados, máquinas, automóveis, etc., mas, sem dúvida, a parte que tem a ver com madeira é importante para móveis, e eu estava até lendo um livro de história italiana que a Itália sempre teve pouca floresta. Então, Veneza, por exemplo, que foi uma potência naval durante quase mil anos, tinha que importar madeira da Dalmácia, da costa da Iugoslávia, da Croácia e de Montenegro porque nunca houve muita madeira na Itália. Então, eles vão continuar precisando. Isso eu acho que cria uma espécie de complementaridade natural entre Brasil e Itália na produção de móveis em que o *design*, sem dúvida, pode ser um elemento catalisador de ganhos e benefícios mútuos.

Eu diria que isso já está acontecendo quando nós pensamos nos irmãos Campana, por exemplo, de origem italiana, cujos móveis estão expostos no Museu de Arte Moderna, em Nova York, e são uma referência obrigatória para o *design* moderno de móveis. Eles têm um pé muito visível na Itália, contribuíram, por exemplo, para o pavilhão brasileiro na Expo Milano do ano passado com móveis. Inclusive um móvel belíssimo, que é um enorme banco de vime, foi doado para uma das salas do Palácio Pamphilj, em Roma.

Então, eu vejo aí realmente um potencial e uma complementaridade muito interessante.

Comentei já a pergunta do Senador Anastasia, e, finalmente, a pergunta do internauta: o que faria para melhorar as relações com a Itália, Malta e San Marino? Bom, além do que eu já disse, todos os campos – econômico, comercial, cultural e científico –, eu acho que nós temos aqui que dar uma atenção especial aos vínculos humanos entre esses três países e o Brasil, e isso aí em função também da presença na Itália de uma comunidade brasileira grande: 70 mil brasileiros pelo menos, além dos turistas que viajam. Através dos consulados em Roma e em Milão, tem sido dada uma assistência que eu acho que é de alta qualidade, mas nós podemos sempre melhorar.

No caso de San Marino e Malta, temos uma circunstância que é bem diferente do caso italiano porque há toda uma relação por construir, inclusive acordos bilaterais, programas de cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu vejo que o Senador Hélio, que nos mandou perguntas agora, fala inclusive da promoção do turismo com Malta e San Marino, o que faz muito sentido porque uma das principais indústrias nos dois países é o turismo. Eles têm um elevado conhecimento.

San Marino é um país de 33 mil habitantes que recebe um milhão e meio de turistas por ano. Então, visivelmente eles têm algo a dizer e a colaborar. E nós aprenderemos com ele e também poderemos atrair parcerias, investimentos, capacitação técnica, etc.

Eu acho que com isso cobri todas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Agradeço ao Srs. Embaixadores.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

As Srªs e os Srs. Senadores concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Convido o Senador Armando Monteiro para atuar como Secretário na apuração.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração.

(Procede-se à apuração.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Antonio Patriota, 13 votos a um; Júlio Bitelli, confirmado, 14 votos a zero; e Marcos Caramuru, confirmado, 14 votos a zero.

Comunico e parabenizo a indicação dos Embaixadores Júlio Bitelli para a Colômbia; Marcos Caramuru de Paiva, para a China; e Antonio de Aguiar Patriota, para a Itália.

Havendo número...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Submeto à apreciação das Srªs e dos Srs. Senadores a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2016.

Às catorze horas e dezesseis minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, João Alberto Souza, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Passa-se à PAUTA – SABATINA – INDICADO PARA A ABIN: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida o indicado, a ser sabatinado nesta reunião, a ocupar a mesa. O Presidente registra a presença do Brigadeiro-do-Ar Mário Augusto Baccarinn, Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica; do Brigadeiro-do-Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria do Comando da Aeronáutica; do General-de-Exército Carlos Bolivar e do General-de-Divisão Carlos Roberto de Sousa Peixoto. O Presidente concede a palavra ao indicado para fazer sua exposição. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição do indicado. Usam a palavra os Senadores Valdir Raupp e Fernando Bezerra Coelho. O Presidente registra a presença do Deputado Luiz Carlos Hauly. O Presidente concede a palavra ao indicado para resposta aos parlamentares. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às catorze horas e cinquenta e cinco minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia; e às catorze horas e cinquenta e oito minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra o Senador Hélio José. O Presidente concede a palavra ao indicado para resposta aos parlamentares. Usa a palavra o Senador Lindbergh Farias. O Presidente concede a palavra ao indicado para resposta ao parlamentar. É realizada a apuração dos votos. Sabatina realizada com indicação apreciada com 12 votos favoráveis, 01 voto contrário e zero abstenções. Usa a palavra o Senador Valdir Raupp. ITEM EXTRAPAUTA: ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Hélio José, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho que seja dispensada a leitura da ata da reunião anterior e aprovada. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovada.

Esta sessão extraordinária está dedicada à sabatina do Sr. Janér Tesch Hosken Alvarenga, indicado para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do Senhor JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 10/08/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado para o cargo de Diretor-Geral da ABIN será realizada nesta Reunião.

Eu convido para que tome assento à mesa o sabatinado de hoje.

Eu registro a presença, entre nós, com muito prazer, muita honra, do Brigadeiro do Ar Mário Augusto Baccarin, que é o Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica; do Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, que é o Chefe da Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica; do General do Exército Carlos Bolívar e do General de Divisão Carlos Roberto de Sousa Peixoto. (*Pausa.*)

O senhor tem a palavra, por favor. Vinte minutos é o suficiente?

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – É o suficiente. Inicialmente, quero dar boa tarde a todos os presentes nesta Comissão; cumprimentar o Exmo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Aloysio Nunes; cumprimentar o Exmo Sr. Relator da Mensagem nº 74, de 2016, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Valdir Raupp, Relator desta indicação; Exmos Srs. Senadores e Srªs Senadoras; Exmos senhores aqui presentes.

É com muita honra que hoje compareço perante essa eminente Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para ser submetido à arguição, conforme indicação do meu nome pelo Poder Executivo, para ocupar a função de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

A função de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência é o mais alto nível de direção do órgão de inteligência de Estado, criado pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. E é com sentimento de dever republicano que, na condição de Diretor-Geral, continuarei a servir em prol dos interesses do Estado brasileiro.

Neste momento, permitam-me, Exmos Srs. Senadores e Exmas Srªs Senadoras discorrer brevemente sobre os meus quase 32 anos de trajetória na carreira de inteligência que abracei com responsabilidade, conduta ética e absoluta observância aos preceitos constitucionais.

Ingressei em 1984, no então Serviço Nacional de Informações, e atualmente sou oficial de inteligência, possuidor de todos os cursos de carreira. Atuei, entre outras, nas áreas de contrainteligência, nos assuntos relativos à contraespionagem e proteção do conhecimento sensível, segurança corporativa, e atualmente com relacionamento nos temas aditivos à inteligência estratégica de Estado.

Além dos cursos de carreira, iniciei ciclo de especialização profissional concluindo os cursos: Especial de Aperfeiçoamento Inteligência Estratégica Nacional - Século XXI, na Escola Nacional de Inteligência, em Buenos Aires, Argentina; Análise Estratégica no Centro de Estudos Estratégicos; Sênior Staffand Command Course na Agência de Inteligência de Israel, no Mossad; Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais na Fundação Getúlio Vargas, em Brasília e o Gerenciamento da Atividade de Contrainteligência no Centro de Preparação Especial do Serviço de Inteligência Externa da Rússia, em Moscou.

No período de 1999 a 2001, desempenhei funções de Assessor e Coordenador- Geral na Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Nesse período, desenvolvi atividades de análise de temas dedicados à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), do Conselho de Governo, e a interface com a Agência Brasileira de Inteligência sobre os temas relacionados ao crime organizado transnacional e segurança pública. – Muito boa tarde, Senador. Ainda integrei o Gabinete de Crise da Presidência da República no nível executivo, com vista à atualização dos cenários preventivos relativos à segurança institucional neste País.

De 2001 a 2004, exerci a função de Coordenador-Geral de Análise do Crime Organizado do Departamento de Contrainteligência da Agência Brasileira de Inteligência. Nesse período, integrei delegações para reuniões na UNODC e no Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo, respectivamente no âmbito das Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington D.C.

Entre 2004 e 2008, exerci a função de Assessor Técnico, pela segunda vez, na Secretaria de Acompanhamentos do Gabinete de Segurança Institucional, período em que desenvolvi atividades de análise sobre o tema crimes organizados transnacionais e delitos conexos, particularmente quanto a drogas, armas, explosivos e contraterrorismo. Integrei comissões, fóruns internacionais e reuniões interagências, com vista a colaborar com o conhecimento sobre temas afetos a minha responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nesse período, complementando especialização acadêmica conclui cursos: Indicadores Iniciais de Atividade Terrorista na Escola Nacional de Inteligência, em Buenos Aires e o Inter-Agency Coordínation and Combating Terrorism Course, na Universidade de Defesa em Washington, EUA.

Em 2008, fui nomeado Superintendente da Superintendência Estadual da Agência Brasileira de Inteligência em Goiás. Nessa função, tive oportunidade de coordenar e supervisionar as atividades relativas aos temas dos Departamentos de Inteligência Estratégica, de Contrainteligência e de Contraterrorismo. Adicionalmente, nesse período, coordenei o Sistema de Inteligência Estadual e procurei contribuir para ações inter-agências a partir do Estado de Goiás.

Em 2009, após aprovação em processo de seleção da agência, fui designado para a função de Adido Civil de Inteligência, junto à Embaixada do Brasil na Colômbia, onde permaneci até 2011, conforme estabelecida missão no período de dois anos.

Nessa oportunidade, mantive estreito diálogo institucional com agência homóloga da Abin e outras atuantes na área de segurança e defesa. Além disso, integrei comissões bilaterais, assessorando o Embaixador e a Representação Diplomática em assuntos relativos aos três eixos de responsabilidade e de correlação com a minha área de trabalho.

Em 2011, fui designado Superintendente Estadual da agência em Pernambuco, onde cumpri missão até 2014. No período, coordenei o Sistema Brasileiro de Inteligência no Estado, destacando trabalhos em proveito do cenário preventivo na modalidade interagências. Ainda coordenei as ações do eixo inteligência, com objetivo de planejar e executar as iniciativas de comando e controle para a Copa das Confederações 2013.

Em janeiro de 2014, fui nomeado Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Abin, função que exerço até a presente data. Nesse período, coordenei grupos de análise a fim de delinear as necessidades de inteligência presentes no cenário de segurança institucional, identificando óbices, ameaças à sociedade, assim como oportunidades para inserção dos objetivos do Estado brasileiro. Fui designado, de forma cumulativa à função de Diretor, Coordenador-Geral do Centro Nacional de Inteligência durante a Copa do Mundo FIFA 2014. Nesse contexto, foram estabelecidas relações institucionais com os eixos segurança pública e defesa, e foi promovida a interação de atividades no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Na gestão do Departamento de Inteligência Estratégica, no que tange à produção de conhecimentos com vista ao assessoramento do processo decisório, destaco as atividades interagências – e essas presentes na relação do Sistema Brasileiro de Inteligência com as homólogas internacionais – relacionadas aos temas: conjunturas internacionais, mecanismos de integração e os fluxos migratórios neles presentes, temas transnacionais de fronteira, não proliferação de armas de destruição em massa e seus vetores, e crime organizado transnacional, entre outros. Nesse sentido, à guisa de oferecer alguns exemplos das atividades citadas anteriormente, destaco a Operação Ágata, robusta ação interagência que teve o objetivo de combater ilícitos transnacionais e de fronteiras.

Sobre segurança nas fronteiras, particularmente, a Abin tem trabalhado para subsidiar a atuação do Estado na prevenção, controle fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. No campo da não proliferação de armas de distribuição em massa e seus vetores, desarmamento e biodefesa, a identificação de redes internacionais de proliferação de bens sensíveis ganha relevo face à atuação integrada dos cenários nacional e internacional.

Além das funções e atividades anteriormente mencionadas, ressalto que representei a Agência na condição de Conselheiro no Conselho Nacional Antidrogas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e, em 2007, integrei o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, por indicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Minha experiência profissional inclui também participação no Fórum dos Serviços de Informação e Inteligência da Comunidade de Língua Portuguesa e no Fórum Ibero-americano de Serviços de Informação e Inteligência.

Sublinho aqui, Exmos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, que a inteligência desenvolve suas atividades em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos princípios, direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição.

Além disso, é uma atividade especializada, alicerçada em uma doutrina comum e pautada pela conduta ética, que pressupõe um conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade.

Permitam-me, Exmªs Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, ressaltar três pontos que permeiam a prática da atividade de inteligência no atual contexto democrático brasileiro.

O primeiro é a convivência com o controle e fiscalização externos, exercidos pelo Congresso Nacional, por meio da eminente Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a CCAI.

O controle externo, em última instância, legitima o conceito das práticas exercidas pela atividade de inteligência neste País, conforme disposto na Lei nº 9.883 e na Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O segundo ponto, a atividade deve atender ao Estado, não se colocando a serviço de grupos e ideologias nem se submetendo a conjunturas político-partidárias.

E o terceiro, a Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho último, que se constitui no documento de mais alto nível de orientação da atividade de inteligência no País.

O papel da inteligência, segundo a política nacional, é fornecer informações oportunas, abrangentes e confiáveis às autoridades brasileiras, necessárias ao processo decisório nacional. À inteligência cabe acompanhar e avaliar conjunturas internas e externas, buscando identificar ameaças, riscos, oportunidades aos interesses nacionais.

São elencadas pela política as principais ameaças ao Estado brasileiro contra as quais a atividade de inteligência deve atuar, ou seja, espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à soberania nacional, ataques cibernéticos, terrorismo, atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis, armas de destruição de massa, criminalidade organizada e corrupção.

Todas essas ameaças são objeto de acompanhamento pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, de acordo com as suas expertises e respectivas esferas de competência.

Nesse contexto do exercício da atividade de inteligência sob estrita observância ao estabelecido em sua relação institucional com o órgão de controle interno e ao que preconiza a Política Nacional de Inteligência, as iniciativas da Abin como órgão de inteligência de Estado pressupõem, pois, relação sistêmica e eficiente no âmbito nacional e internacional, de modo a prover informações seguras, oportunas e com maior grau de completude possível.

Na hipótese de esta eminente Comissão aprovar meu nome para desempenhar a função de Diretor Geral da Agência Brasileira de Inteligência, com posterior ratificação no Plenário deste Senado Federal, continuarei a cumprir as tarefas que me forem confiadas com o mesmo espirito público, entusiasmo e conduta republicana que tive ao dedicar-me à atividade ao longo desses quase 32 anos.

Empregarei os esforços necessários para fortalecer os instrumentos essenciais da inteligência de Estado, valorizando e empreendendo ações integradas presentes na Política Nacional de Inteligência e na Doutrina Nacional de Inteligência.

Igualmente, continuarei a favorecer o intercâmbio de dados e conhecimento nos âmbitos nacional e internacional; a observar o fiel cumprimento da legislação em vigor, a conduta ética e a primazia da verdade; e o respeito e fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externos presentes quando no exercício da atividade de inteligência.

Se V. Exªs entenderem que o meu nome é o adequado para ocupar a função de Estado, reitero que a Abin estará à disposição para manutenção do diálogo democrático. Será uma honra, em qualquer momento, voltar a esta Casa ou poder recebê-los nas dependências da nossa Agência.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Nós vamos começar agora com as intervenções dos Senadores.

O Senador Valdir Raupp, que é o Relator, tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, antes de iniciar a minha fala, tenho um colega ao lado e eu também faria o apelo para que fosse aberta a votação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Já está aberta? Para que os Senadores possam chegar e sair das atividades.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Janér Alvarenga, indicado, eu tive a honra de ser o relator. É interessante, Sr. Presidente, a Política Nacional de Inteligência foi promulgada e publicada no Diário Oficial de hoje. É pura coincidência, não foi nada proposital.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Depois de uma longa espera.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Depois de uma longa espera, fixada pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, documento norteador para a atividade de inteligência, fundamental para a atividade de controle das atividades sob responsabilidade da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. Momento histórico para o setor de inteligência no Brasil, pois, tendo sido aprovada pelo Congresso Nacional – olha só, foi aprovada pelo Congresso Nacional e enviada para o Planalto em 2010, praticamente seis anos –, a política nacional de inteligência estava desde novembro de 2010 parada no Palácio do Planalto.

Essa promulgação representou um sinal de mudanças positivas para a valorização da atividade de inteligência no Brasil, atividade essa que assume uma importância cada vez maior no mundo de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu perguntaria ao Dr. Janér se o senhor poderia nos falar sobre os impactos dessa aprovação nas atividades da Abin e do Sisbin. E perguntaria ainda quais os maiores problemas que a Agência tem enfrentado. Nós praticamente já sabemos, porque fui Relator do Orçamento aqui e sei quais os maiores problemas que a Agência enfrenta.

Segundo, qual a perspectiva da Abin no Governo Temer?

E encerraria – eu estava conversando aqui com o Senador Fernando Bezerra, agora chega aqui a Senadora Ana Amélia para nos ajudar –, dizendo que há agências de inteligência, lógico, muito mais antigas do que a nossa, muito conhecidas da população internacional, da população do seu país, como a CIA, a KGB, a MI5, que é a da Inglaterra, o Mossad, de Israel, e tantas outras...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Com grande ajuda, aliás, da indústria cinematográfica.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E tantas outras. E eu vejo a nossa agência, apesar de muito moderna, muito jovem ainda, mas a população não conhece, não sabe, praticamente... O senhor falou aqui agora uma série de coisas que, inclusive para nós, são novidades. Então, acho que deveria dar uma... Lógico que não vai poder contar os segredos da agência, mas poderia divulgar um pouco mais o trabalho que a agência presta para a Nação, para o País.

Eu sei que a agência trabalha no projeto Ágata, de fronteira, na política de drogas, e precisa reforçar um pouco mais. Eu acho que a Abin, a nossa agência de inteligência, pode trabalhar cada vez mais entrosada com as Forças Armadas, com a Polícia Federal, com todos esses organismos. Nós não temos nenhuma guerra iminente, nenhuma ameaça de guerra iminente na nossa região, no nosso continente. Então, que a agência possa envidar esforços no combate ao tráfico de drogas, de pessoas, de órgãos; à pirataria na Amazônia; e tantas outras coisas que eu sei que a agência já trabalha, mas de uma forma muito tímida, ainda.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Raupp.

Senador Fernando Bezerra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Dr. Janér Alvarenga.

Infelizmente, não pude assistir a toda a sua exposição, mas pude depreender, daquilo que eu vi, que V. Exª se encontra preparado, habilitado para cumprir essa desafiadora missão que lhe foi confiada pelo Presidente da República. V. Exª destacou aqui 32 anos de serviço público, e muitos deles totalmente dedicados ao serviço de inteligência, ao serviço de segurança, à interação entre agências. Portanto, quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo pelo desempenho funcional de V. Exª.

Na realidade, o que nos deixa, de certa forma, até um pouco incomodados, é o fato de termos de aguardar seis anos – como aqui foi destacado pelo Senador Raupp – para assistirmos entre a conclusão da comissão mista do Congresso Nacional e a edição do decreto que, de certa forma, regulamenta e formaliza os objetivos centrais da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Permita-me, Senador, apenas um comentário.

Nós temos aqui, como o senhor sabe, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Ao longo desse tempo – eu integro essa comissão –, nós cobramos mais de uma vez aos diferentes chefes da Casa Civil que providenciassem, levassem ao Presidente o decreto, para que ele pudesse ser editado. Infelizmente, não conseguimos, por razões que não valem a pena, das quais inclusive nem temos conhecimento.

No início da gestão do Presidente Temer, o General Etchegoyen me visitou e disse que seria sua prioridade levar ao Presidente a minuta do decreto, passando, evidentemente, pelos demais órgãos do Palácio, para que pudesse esse decreto ser editado.

Infelizmente, ele o foi. Isso é importante para nós da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, porque nos dá também um balizamento, uma pauta, para trabalharmos.

Aqui está outro eminente membro desta Comissão, que é o Deputado Hauly.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas chamo a atenção porque, nesse período, o Brasil sediou grandes eventos internacionais, e sabemos que, na realização desses eventos, há grandes riscos, grandes ameaças de ação de terrorismo internacional. O Brasil quase dormiu em relação a esse assunto, despertando agora para a ativação plena da sua Agência de Inteligência. Então, parece-me que tivemos de incorrer em sérios prejuízos para a atividade de inteligência ao longo desses últimos seis anos.

Ao lado disso, como o Senador Raupp aqui também já sublinhou, eu gostaria de poder ouvir do Dr. Janér qual é o número de funcionários vinculados à agência, qual é o tamanho da nossa agência, qual seria o tamanho adequado para uma Agência Brasileira de Inteligência, qual a necessidade de realização de concurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

público para a contratação de profissionais especializados, como a Agência Brasileira de Inteligência se compara não com as agências que foram aqui citadas, mas com as de países de médio desenvolvimento como o nosso, como a Argentina, o México, a Índia. Enfim, como estamos situados em relação a isso, na medida em que o protagonismo do Brasil vai crescendo na cena internacional?

Evidentemente, com isso, também as ameaças aos interesses nacionais se ampliam. A defesa da nossa soberania aqui foi citada. Há riscos de espionagem industrial. Houve o episódio do vazamento do Wikileaks, do Snowden, do vazamento das contas telefônicas da Presidenta da República e dos diálogos da Presidenta da República, da invasão dos computadores da Petrobras, dos grampos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Então, há uma sucessão de episódios e de casos que mostram a necessidade de uma agência preparada, que esteja à altura e que seja qualificada para responder a esses objetivos que foram aqui muito bem elencados por V. Sª e traduzidos no decreto presidencial assinado recentemente, no final de junho.

Então, eu gostaria de saber como é que nós nos situamos, como a Agência Brasileira de Inteligência está situada *vis-à-vis* aos países de desenvolvimento médio, como é o caso do Brasil. O que precisamos fazer? Sabemos que estamos vivendo um momento de sérias restrições orçamentárias, mas me parece que é importante para o Brasil ter uma Agência Brasileira de Inteligência que esteja à altura dos desafios e das ameaças que estamos enfrentando.

Essas seriam, portanto, Sr. Presidente, minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

Vou dar a palavra a V. Sª. Depois, vamos dar sequência às perguntas.

Já está inscrita a Senadora Ana Amélia, o Senador Magno Malta.

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – Eu queria só, adicionalmente, cumprimentar os Srs. Senadores, as Srªs Senadoras e o Deputado que nos honra com sua presença.

Quero agradecer a oportunidade ao Senador Raupp e ao Senador Fernando Bezerra, por poder apresentar algumas questões que são de fundamental importância.

Na questão do impacto da PNI na atividade da agência e do próprio sistema, a Política Nacional de Inteligência é o documento de mais alto nível estratégico de orientação para as atividades de inteligência no País. A agência Abin, como órgão central do sistema brasileiro de inteligência, abraça a política, assim como as unidades coirmãs que integram o sistema, para que execute e ordene, num nível de atribuições e de atividades, um conjunto de ações capazes de tornar o cenário preventivo, neste País, suficientemente robusto para fazer frente à questão das ameaças, sejam internas, sejam externas, protagonizadas por agentes transnacionais, enfim, algum conjunto de ameaças presentes na própria relação da política.

Eu queria ressaltar que a política, mais que um instrumento de orientação, define um conjunto de pressupostos que, no ordenamento das ações de inteligência, ganha relevo e dá à sociedade, de um modo geral, uma transparência daquilo que esse conjunto de órgãos, dedicados no seu dia a dia, é capaz de oferecer na contrapartida do investimento público que é feito. Eu me refiro basicamente a empreender ações relativas à obediência à Constituição Federal e às leis vigentes. Esse é um princípio fundamental que rege toda a organização da atividade de inteligência neste País. O outro é que essa atividade se caracteriza por uma atividade de Estado, é uma atividade especializada, é uma atividade permanente, cujos integrantes se baseiam e se pautam numa conduta ética perfeitamente definida, com base nos princípios orientadores daqueles instrumentos legais e daquilo que a Constituição Federal nos traz como maior parâmetro e maior valor.

Eu vejo aqui, neste plenário, alguns colegas que estão comigo quase nos últimos 32 anos que vêm, ao longo de algumas jornadas, ratificando a condição de assessoramento da agência e pronunciando a conduta ética no desenvolvimento das suas atividades de forma a tornar o produto cada vez mais sólido, cada vez mais adequado, cada vez mais oportuno, para que faça e que apresente a quem toma decisão uma condição necessária para fazê-lo. E a agência independente da situação, seja interna, ou externa, ou os vetores que criam óbices ou ameaça, traz para ela a responsabilidade apenas pelo oferecimento desse processo de assessoramento.

Os maiores problemas, como ressaltou aqui o Senador Raupp – e problemas existem em todas as instituições –, são de todas as ordens, mas há um esforço de gestão que nos condiciona a nos reinventarmos a todo momento.

Eu diria que objetivamente nós temos duas condições que já vêm sendo pauta do objeto de trabalho do Ministro do GSI, o General Sérgio Etchegoyen, que é a questão de orçamento e uma questão de pessoal. Nós estamos, por condições do próprio Poder Executivo, convivendo com um hiato de concurso público há oito anos. O concurso público, assim como em todas as instituições públicas, é a única porta de entrada para a ampliação e renovação dos quadros. Mas, do mesmo jeito, essa não é uma realidade exclusiva da Agência. Essa é uma realidade que atinge muitas instituições públicas neste País. Mas eu tenho que ressaltar uma questão: apesar de ter ocorrido uma diminuição do número de servidores – e isso é decorrente, inevitavelmente, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

processo de aposentadoria –, nós temos uma destacada qualidade e uma capacidade de gestão em relação a maximizar o potencial dos servidores em relação à manutenção do número de atividades e compromissos assumidos pela atividade de inteligência no seu cenário nacional. Então, Sr. Presidente, as dificuldades não são um privilégio exclusivo da Agência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Há inclusive uma pergunta de um internauta do Rio de Janeiro, o Sr. Vitor Souza, que eu passei ao senhor, que alude exatamente a isso, aos quadros que nós temos hoje de oficiais de inteligência, e como fazer frente a essa lacuna, diante das restrições fiscais que determinaram a suspensão dos concursos.

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – A pergunta do Vitor Souza é: como resolver essa questão dos cargos, em função do vazio que, segundo ele, existe? A questão é o diálogo. Há um diálogo intenso do Ministro do GSI com o planejamento, no sentido de apresentar e sensibilizar para uma necessidade de que isso venha a ocorrer em um momento mais oportuno. Nós sabemos que há uma orientação do Governo Federal em relação à abertura dos concursos públicos, e está sendo verificada a melhor condição para que a gente possa ter um preenchimento de vagas nos próximos anos, o que é, no momento, a solução em que nós estamos trabalhando.

Eu queria destacar que, muitas das vezes, nós temos números, mas às vezes temos dificuldades com a qualidade. Esse é um parâmetro em que a Agência trabalha de uma forma bastante adequada. Nós temos uma escola de inteligência que oferece capacitação tanto para o público da Agência quanto para o público do Sistema Brasileiro de Inteligência, outras instituições que integram conosco essa corrente que tem por objetivo a conformação do cenário preventivo. A escola nos ajudou muito, nesse processo de capacitação, a desenvolver habilidades com vistas a fazer com que as lacunas fossem melhor ocupadas com um número maior de habilidades dos quadros. Isso, inevitavelmente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – *O.k.*

Isso, inevitavelmente, nos ajudou a superar o momento de dificuldade que nós temos hoje.

Uma outra questão do Senador Raupp foi sobre a perspectiva da Agência em relação ao Governo Temer. Eu diria que as perspectivas da Agência estão conformadas nesse cenário estabelecido pela própria política.

Ela oferece um conjunto de diretrizes muito claras, muito sólidas para a Agência e para a atividade de inteligência como um todo se organizar nos próximos períodos.

Com relação ao que o Senador Fernando Bezerra apresentou, o número de funcionários que integram a Agência, normalmente as agências têm dificuldade para apresentar o seu número, em função de questões de segurança e de estratégia de emprego. Eu diria que o número que nós temos hoje ainda é insuficiente para fazer frente ao conjunto de possibilidades da Agência.

Com relação a uma comparação com as agências em função do protagonismo do País e das ameaças internacionais, eu diria que nós estamos *pari passu* com as principais agências, que, no contexto latino-americano, nós temos as mesmas condições, integramos a mesma dinâmica e executamos com proficiência as mesmas responsabilidades institucionais.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Agora eu vou dar a palavra aos Senadores que já estão inscritos, para que então o nosso sabatinado possa responder às questões em bloco.

Senadora Ana Amélia.

Depois Magno Malta, depois Hélio José.

Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Aloysio Nunes Ferreira, serei breve, porque teremos ainda Plenário e foi extrapauta esta sabatina de hoje, na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso. Foi extrapauta em razão das perturbações do nosso calendário. E eu tenho intenção, se o Presidente do Senado concordar, de levar hoje ao Plenário a deliberação da Comissão, se for aprovado o nome do Sr. Janér.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eu vou declinar, porque as perguntas da Senadora Ana Amélia vão valer para nós dois.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Dr. Janér, primeiro quero cumprimentá-lo pela missão.

Hoje a tecnologia está a serviço da informação. A tecnologia a que me refiro envolve todas as redes, todos os sistemas de informação.

Nesse aspecto, nós estamos bem na fotografia? Quer dizer, tecnologicamente a Abin está preparada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O senhor falou muito em recursos humanos, mas não adianta termos excelentes cabeças, pessoas muito profissionais, e não termos os equipamentos para trabalhar com essa expertise.

Segundo, às vezes vemos na área pública uma situação complicada de não se comunicarem os órgãos públicos. Polícia Federal e Abin. Qual é a afinidade ou qual é, digamos, a interface que pode haver entre Polícia Federal e Abin? E como é esse relacionamento?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E os demais órgãos do sistema, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu cito esses, porque são mais... Agora, os outros órgãos, áreas de informação, a transparência com que opera o próprio Ministério Público, a Procuradoria da República e outros.

Recentemente, o FBI fez um alerta de que poderia estar se fomentando no Brasil uma célula terrorista do exército islâmico. E a Abin, penso que com a sua equipe, contando com a Polícia Federal, prendeu no Brasil, localizou, identificou, mas nota-se que eram amadores, ou grande parte de amadores.

Esse resultado confirmou a suspeita inicial do FBI? Confirmou para a Abin que ter uma vigilância maior, especialmente na tríplice fronteira, onde esse tema, há muito tempo, vem sendo, digamos, falado e referido, tem efeito?

Então, resumo essa minha pergunta. E também o Senador Magno Malta me dá a honra de dizer que compartilha delas. E ainda sobre a Olimpíada, se tudo transcorreu absolutamente dentro do quadro esperado pela agência.

E agradeço-lhe as suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Como o Senador Mago Malta, pelo que entendi, declinou de fazer indagações, não é fato?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque ele disse que eu faria as mesmas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito, é porque eu não estava na Presidência naquele momento.

Então, agora, o próximo inscrito é o Senador Hélio José. Por gentileza, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento-o, Senador Anastasia, pela direção dos trabalhos; queria cumprimentar o Janér Alvarenga e também todos os presentes aqui nesta reunião.

Janér, é com muita tranquilidade que vemos a sua indicação. Primeiro, um servidor público de carreira, com serviços prestados à administração pública, com o nome limpo, com condição de trabalhar em um setor fundamental. Para qualquer país, qualquer governo, se a inteligência não funcionar, como o Governo vai poder segurar as suas *expertises*, suas conquistas, os seus avanços, e como vai dar tranquilidade para quem está nos postos governar?

Então, fico muito satisfeito de estar aqui falando com um colega servidor público igual a mim e que tem uma ficha limpa, que irá para um lugar onde o objetivo é que todos mantenham a ficha limpa, não é isso?

Uma das perguntas que eu queria fazer é a seguinte: um dos grandes méritos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é exatamente dispor de servidores concursados que formam o seleto quadro de profissionais. Em 2008, houve concurso para Oficial de Inteligência e Agente de Inteligência da Abin. Em 2010, o concurso foi para preenchimento dos cargos de Oficial Técnico e Agente Técnico de Inteligência. Por que a agência está há tanto tempo sem concurso público? Isso é importante, porque creio que o Brasil continental, para estar com a Abin bem estruturada, precisa ter mais trabalhadores. Isso tem comprometido o bom funcionamento da Abin? Hoje, há um quadro suficiente?

V. Sª foi Superintendente da Abin, em Pernambuco e em Goiás. Nesse sentido, como avalia a situação da agência, por exemplo, no que diz respeito a recursos de pessoal e orçamentários em suas unidades estaduais? Até complemento. V. Sª acha que se a Abin talvez tivesse uma atuação um pouco maior, será que teríamos evitado tantos problemas como os da Lava Jato e outros que estão ocorrendo por aí? Será que teríamos condições de informar melhor quando as torneiras do Governo estão sendo abertas e não deveriam ser? Ou será que aquela outra que está sendo fechada seria melhor para o Governo abrir e não está sendo, porque não há interesse para abrir? Será que a Abin tem condições de dar esse tipo de informação para o Brasil não ser surpreendido novamente com a Lava Jato e outras questões?

É importante sabermos disso, porque a inteligência está aí para atuar em todos os *fronts* e para dar condições ao Governo de governar, porque o Governo é um só, um Presidente, um Ministro, para cuidar de uma situação muito grande. Então, nossos setores de inteligência têm que funcionar de forma adequada.

Como se dá a relação da Abin com os subsistemas estaduais de inteligência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Hoje, o maior terror que estamos tendo é esta coisinha aqui chamada telefone, porque ele grava, porque ele fotografa, porque ele é indelicado. As pessoas estão utilizando essas formas clandestinas de fazer gravações e de pegar informações de pessoas para chantagear, achacar, fazer negociata, fazer pressão, fazer todo tipo de coisa nesse tipo de situação. Quando pegam pessoas honestas, que têm o nome limpo, têm de inventar desculpa e moda para tentar atingi-las. Acho que é preciso haver um setor de inteligência que evite isso, para que as pessoas íntegras que são servidores públicos possam fazer seu trabalho na Administração Pública de forma adequada, para fazerem a interface entre a iniciativa privada e o Governo, entre o povo e o Governo.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com isso, teremos condições de bem gerir o Estado, porque governo passa, e o Estado fica. Nós somos Estado, porque somos servidores públicos do Estado. Temos de ter condição de manter esse Estado funcionando.

Vou parar por aqui, porque, para acabar meu tempo, faltam só alguns segundos.

Eu gostaria muito de ouvir suas explanações sobre esses assuntos e dizer a você que aqui sou parceiro. Está certo? Sou Senador da República desta Casa. No que eu puder ajudar o servidor público a bem prestar seu serviço, seja em que área for, podem contar comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Está encerrada, então, a fase das perguntas.

Agora, passo a palavra ao Dr. Janér Alvarenga, para fazer suas considerações finais.

Todos já votaram?

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – Falo objetivamente, a fim de atender às indagações da Senadora, que pergunta se a tecnologia da Abin está bem, está adequada. Sim, eu diria que, do ponto de vista da segurança das informações, a Abin tem um centro de excelência que desenvolve recursos de tecnologia de segurança da informação. Hoje, são vários os produtos que estão à disposição da atividade pública, do Poder Público, para que haja episódios de segurança mais bem definidos na sua relação, na sua dinâmica funcional e no seu sistema de comunicação.

Há outros sistemas de tecnologia em que ainda vamos avançar seguramente ao longo do tempo. Tecnologia é uma questão dinâmica, que, a cada momento, se aperfeiçoa. Mas, do ponto de vista estratégico, para oferecer ao Estado uma condição de se comunicar e de desenvolver suas atividades com maior segurança, com criptografia do Estado, eu responderia a V. Exª afirmativamente, sem nenhuma dúvida, que nós estamos hoje com uma tecnologia adequada para fazer frente a isso.

Quanto às relações da Polícia Federal, da Abin e dos demais órgãos do sistema, eu diria que o relacionamento institucional é adequado e é construído com base no resultado e na complementariedade das relações de trabalho. Nós evoluímos e crescemos, e as relações institucionais vieram junto ao longo dos anos. Particularmente, crescemos nas operações interagências; foram diversas as que executamos ao longo dos anos. A própria configuração dos grandes eventos nos permitiu que os três eixos de coordenação de atividades – a Polícia Federal e outros órgãos integram conosco o eixo de inteligência e integram simultaneamente o eixo de segurança pública e porventura outros relacionados à defesa – fossem perfeitamente adequados. Os canais de comunicação são fluidos. Os programas estratégicos e os planos operacionais são decorrentes e são construídos com foco na atividade de Estado.

Então, esse aperfeiçoamento estatal aconteceu a partir da identificação dessas necessidades.

Não vejo, hoje... Hoje, como Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica, eu tenho uma área de interface enorme com o próprio sistema, seja estadual ou federal. Eu vejo, hoje, as pessoas se sentando à mesa, dialogando e apresentando um conjunto de soluções ainda adequadas.

Sobre a questão do FBI e da célula do Estado Islâmico, na verdade o que resultou na Operação Hashtag da Polícia Federal é um exemplo daquilo que eu acabei de citar a V. Exª: um adequado trabalho conjunto de inteligência, que levou a Polícia Judiciária a proceder uma operação com base numa série de informações que foram detectadas e trabalhadas ao longo dos últimos meses pelo Departamento de Contraterrorismo e num amplo diálogo com as homólogas internacionais, particularmente com a CIA, que é a nossa homóloga direta, e, no caso, o FBI, que trabalha conjuntamente no circuito das multiagências americanas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se me permite, com base numa lei que tipifica o crime de terrorismo, que eu relatei no Senado e muita gente disse que era desnecessária aqui no Brasil.

Desculpe a interrupção.

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – V. Exª também citou a questão da tríplice fronteira. Há cerca de 30 anos a atividade de inteligência neste País trabalha em proveito da segurança das ações relativas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tríplice fronteira. A tríplice fronteira sempre foi vista como um palco de terrorismo, basicamente por uma série de atuações combinadas naquela região. Eu, particularmente, desenvolvi vários trabalhos interagências. O que a gente observa é que é uma região que favorece o ilícito – não necessariamente algo relacionado a questões de terrorismo ou contraterrorismo.

Acho que alcancei as indagações de V. Exª.

Eu queria me dirigir ao Exmo Sr. Senador Hélio José. As questões são totalmente de fundo, porque nós estamos sem concurso público. Isso é uma decisão de governo e há algumas questões que foram apresentadas pelo Ministério do Planejamento. As últimas iniciativas elencadas pelo Ministro do GSI, em conjunto com o atual Diretor-Geral da Agência, sinalizam uma perspectiva do retorno dessa possibilidade e eu acho que, até lá, nós vamos nos conformar com o círculo e o número de pessoal que nós temos. Mas é uma situação que evoluiu favoravelmente; há uma sinalização para isso. As dificuldades, como eu já disse anteriormente, se apresentam, mas o Estado tem que ter uma capacidade de superar e nós, como instituições de Estado, integramos esse conjunto promissor de solução. Compromete o trabalho? Eu diria que, pela responsabilidade que eu tenho hoje, não há comprometimento nenhum do trabalho. Nós sentimos que há um déficit de pessoal, mas, hoje, nós readequamos esse chamado tecido social de forma que o sistema de gestão consiga estabelecer dentro de si os resultados que o Estado requer de uma atividade como a da agência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, eu já havia encerrado as inscrições.

No entanto, o Senador Lindbergh Farias já havia me adiantado que gostaria de estar presente e tem algumas indagações a fazer. Eu vou reabrir, porque considero importante que o Líder da Minoria possa fazer suas observações, já no final. Como diria o eminente latinista que é o Senador Tasso Jereissatti, *in cauda venenum*.

Então, para terminar essa sabatina, a palavra é do Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, eu tinha falado para o Senador Aloysio, Dr. Janér, que eu queria passar aqui rapidamente. Há uma preocupação da nossa parte com algumas notícias de jornais sobre monitoramento de movimentos sociais, de organizações de esquerda. Eu vim aqui, na verdade, para fazer esse questionamento. Nós já acompanhamos com atenção esse momento da vida política nacional, não estou aqui prejulgando, dizendo que está acontecendo isso ou não está acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas é muito bom que o senhor coloque essa questão, é importante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria trazer esse receio, essa preocupação de setores dos movimentos sociais e de algumas notas de jornais. Dou a oportunidade, então, de V. Exª falar sobre isso, que é uma preocupação nossa. Fiz questão de registrar aqui a minha vinda. Quero cumprimentá-lo pelo posto que vai assumir, mas era muito importante que o senhor falasse um pouco sobre isso. Acho que é uma oportunidade até para o senhor tranquilizar essa inquietação que existe dos movimentos sociais brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – Senador Lindbergh, o senhor me dá uma oportunidade singular de oferecer um esclarecimento, não diria nem uma resposta, mas compartilhar uma questão.

Como V. Exª disse, são muitas as notícias que saem na mídia. Vou me ater a um fato ao qual eu me dedico nos últimos quase 32 anos: a agência, e a própria comunidade, a própria atividade como um todo, reconhece absolutamente o Estado democrático que os chamados movimentos sociais representam e integram, no contexto nacional, reconhece uma agenda que é amplamente discutida nos níveis federal, estadual e municipal. O que nos leva, e aí há uma correção de percepção necessária... Não há nenhum tipo de acompanhamento de uma atividade lícita e legal promovida a partir das ações dos chamados movimentos sociais, mas, dentro da questão do cenário preventivo, há que haver uma preocupação por aqueles grupos, aqueles indivíduos ou aqueles vetores que se valem da legitimidade desses movimentos para ocupar um espaço, para promover ações que desarticulam as instituições públicas e nada têm a ver, Senador, com a questão do movimento. Muitas das vezes, o que se percebe é que as pessoas se valem da legitimidade de uma agenda positiva de trabalho que esses grupos trazem para o diálogo nacional e ocupam algumas fileiras ou ocupam alguns espaços, promovendo, inclusive, depredação de patrimônio público ou privado, para que isso venha a ser percebido como um movimento de massa e atribuída a ela, então, a responsabilidade.

A questão é que a gente tem que tomar algum certo cuidado com os termos. O acompanhamento, na verdade, não é do ator movimento social, é de um contexto em que ele está inserido, como movimento de massa legítimo e expresso no cenário nacional, porque a sua forma de manifestação – e os grupos diferem a cada região deste País – oferece algumas oportunidades para que outros interesses sejam associados a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, não há, do ponto de vista da inteligência – e aí eu vou me pautar aqui pela Agência Brasileira de Inteligência –, nenhum acompanhamento do ponto de vista de cercear ou de verificar ou de pautar restrições sobre aquilo que se refere a um conjunto legitimamente constituído, chamado de movimentos sociais neste País. A mídia normalmente traz alguns elementos que criam – vamos dizer assim – esteriótipos que são assumidos, em algumas oportunidades ou em algumas discussões, como verdades, mas isso também faz parte do nosso contexto democrático. O fato é que, ao expressarmos a nossa força de trabalho... E aí eu vou me associar aqui a todo o trabalho que a Comissão de Controle Externo da Atividade e a Comissão de Mista de Controle das Atividades de Inteligência realizam durante o exercício da atividade, e que compartilham essa convicção de opção que eu estou aqui declarando a V. Exª.

Então, neste momento, tenho absoluta tranquilidade – e agradeço, neste momento, a oportunidade que o senhor me propicia – ao dizer o seguinte: não há um acompanhamento de movimento. Muito pelo contrário, não é o ator do movimento, não é sua liderança, não é sua agenda de diálogo ou de reivindicação que é objeto de trabalho, até porque se o senhor pautar a própria política nacional de inteligência, o contexto estratégico... É para isso que hoje a inteligência cria suas raízes mais profundas na atividade de inteligência estratégica, que é o principal produto que nós veiculamos hoje no sistema de assessoramento. A identificação é apenas dos vetores que podem causar uma provável ameaça, mas nenhuma relação com os próprios movimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Sr. Presidente, eu não fui respondido no essencial da minha pergunta, que é a questão da corrupção, que é a pior coisa que existe neste País. Há uma corrupção que assola, para a qual toda de casa que paga impostos, e o dono de casa que paga impostos, estão querendo saber respostas. Eu quero saber qual é o papel da Abin. Depois que a gente viu essa corrupção toda sendo levantada, qual é o papel da Abin para evitar esse tipo de questão?

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – Senador Hélio José, o papel da Abin no contexto da corrupção é trabalhar de forma que o sistema – e hoje o Ministério da Transparência integra o Sistema Brasileiro de Inteligência – tenha os recursos mais adequados, a legislação e os instrumentos que favoreçam uma atuação de combate a esse mecanismo. O próprio Coaf, no âmbito do Ministério da Fazenda, tem toda uma instrumentalização para fazer isso. A agência hoje não tem instrumentos capazes de fazer um trabalho com profundidade para evitar, como V. Exª disse, a questão relativa de uma Lava Jato hoje ou amanhã. Na verdade, esse poder de investigação criminal que perpassa o grupo do Ministério Público e da Polícia Federal não está à disposição. Não é esse o papel da agência hoje no contexto nacional, mas, sim, ao identificarmos, ou pela própria agência, ou pelo âmbito do sistema, uma situação que possa ser oferecida para quem tem a competência de fazer a investigação criminal, isso é feito cotidianamente. Mas a agência não tem essa competência institucional de realizar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está votando agora o Senador Lindbergh. Assim que nós ouvirmos o som característico do voto, eu vou encerrar a votação.

Vamos ficar atentos ao som. (*Pausa.*)

Votou.

Está encerrada a votação, vamos ao resultado, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu pediria, obviamente após o resultado, se positivo – espero que seja –, urgência para o Plenário, para tentarmos votar hoje. A semana que vem vai ser uma semana um pouco difícil. Se pudéssemos votar hoje ainda no Plenário seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não, Senador.

Eu já falei hoje, inclusive, com o Presidente Renan e a intenção realmente do Presidente é pautar hoje à tarde para que nós possamos encerrar esse processo ainda hoje.

Obrigado.

O resultado: 12, SIM; 1, NÃO.

Está, portanto, confirmado o Sr. Janér Alvarenga, na opinião desta Comissão, como Diretor-Geral da Abin. (*Palmas.*)

Senador Hélio José, há um item extrapauta. Ele vai apresentar um relatório sucinto evidentemente.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:

Com a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, senhores e senhoras aqui presentes, parabenizo o nosso Janér. Conte conosco.

Honrou-me muito poder fazer esse relatório do Ricardo Neiva Tavares.

O Presidente da República indicou o nome do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal apreciar, de forma prévia, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente e deliberar por voto secreto acerca da matéria.

O MRE elaborou currículo do diplomata, em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu pediria, por favor, que deixassem as celebrações para o corredor, para mantermos o silêncio, exigência regimental.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O MRE elaborou currículo do diplomata, em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nascido em 16 de agosto de 1957, na cidade do Rio de Janeiro, o Sr.Ricardo Neiva Tavares é filho de Tulio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares.

Em 1979, frequentou o Curso de Preparação para a carreira de diplomata. Ainda no Instituto Rio Branco, participou do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1985, e do Curso de Altos Estudos, em 1997, tendo defendido a tese "As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o Ecosoc à busca de novas áreas de atuação".

Seguindo um currículo vasto, muito preparado, muito conceituado, com todas as condições de assumir o posto...

Eu gostaria até de colaborar e ser mais sucinto. Deixe-me ver aqui o que eu posso considerar como lido aqui.

O nosso querido indicado publicou, pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, *As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas*, no ano de 1999, em Centro de Estudos Estratégicos; e *Europa: evolução e perspectivas da integração regional europeia e sua relevância para o Brasil*, no ano de 2010, em Textos Acadêmicos.

Isso chama a atenção, porque está bem dentro do contexto no qual o nosso querido Embaixador vai atuar.

Sobre sua carreira no Instituto Rio Branco, no ano de 1980, tornou-se Terceiro-Secretário; em 1982, Segundo-Secretário; e em 1987, Primeiro-Secretário; em 1994, Conselheiro; em 2001, Ministro de Segunda Classe; em 2005, Ministro de Primeira Classe. As promoções sempre ocorreram por merecimento.

Olhem os postos por onde ele já passou. Foi designado para diversas funções ao longo da carreira, com destaque para as seguintes: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris, de 1986 a 1989; Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio de 1989 a 1993; assessor da Secretaria-Geral de 1993 a 1995; Conselheiro da Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU) de 1995 a 1998; Conselheiro da Embaixada em Camberra de 1998 a 2001; Chefe da Assessoria de Comunicação Social de 2003 a 2006; Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado de 2006 a 2008; Embaixador da Missão do Brasil junto à União Europeia, de 2008 a 2013; Embaixador em Roma desde 2013. Chefiou, ainda, várias delegações.

Foi agraciado com condecorações nacionais, como a de Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Aeronáutico. Também recebeu condecorações estrangeiras, a exemplo da Ordem do Orange Nassau, dos Países Baixos, no grau de Grande Oficial; Comendador da Ordem Real do Mérito, da Noruega; e, pela França, Oficial da Ordem da Legião de Honra e Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito.

Por tudo isso, ele merece todo o nosso voto positivo.

Vou direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações a este relatório, a não ser recomendar pela aceitação da indicação do nosso nobre Ministro de Primeira Classe, Ricardo Neiva Tavares, para Embaixador do Brasil na Áustria.

Eu gostaria que todos os colegas que pudessem tivessem acesso ao relatório completo, porque é um currículo realmente louvável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ele será publicado a partir de hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É mais uma indicação louvável do nosso Ministro José Serra, que demonstra o tanto que ele está preocupado em dar qualidade a cada uma das nossas Embaixadas, indicando pessoas tão preparadas para esses postos. Então, me honrou muito este relatório. Em nível de colaboração, vou reduzir a leitura, dando meu voto positivo a essa indicação. V. Exª irá publicá-lo para que todos tenham acesso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Hélio José. Agradeço muito a presteza com que V. Exª, tendo aceito essa designação, apresentou o seu parecer, de modo que nós possamos já deliberar sobre ele na próxima quarta-feira, também em sessão extraordinária, uma vez que, na quinta-feira, estaremos todos às voltas com a conclusão do processo de *impeachment*.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vista coletiva.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (20ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (15ª REUNIÃO) E A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (19ª REUNIÃO) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúnem-se as Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Cidinho Santos, Dalirio Beber, Dário Berger, Edison Lobão, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Ivo Cassol, Jorge Viana, Lasier Martins, Paulo Rocha, Pedro Chaves, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI nº 35, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes; RRE nº 43, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes e da Senadora Gleisi Hoffmann; e RQE nº 19, de 2015, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Delcídio do Amaral. **Finalidade:** Realização de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para tratar da Ferrovia Transcontinental. **Participantes:** Mário Rodrigues Júnior, Diretor-Presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Anderson Lessa Lucas, Coordenador Ferroviário da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL); Guilherme Bianco, Coordenador-Geral de Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC -, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Dino Antunes Dias Batista, Secretário de Fomento para Ações de Transporte, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e Bi Qiang, China Railway Eryuan Engineering Group Co. - CREEC. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Viana, Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Roberto Muniz, Lasier Martins, Ivo Cassol e Hélio José. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário Adjunto da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 4ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos a audiência pública, como acontece com todas as nossas reuniões, gostaria de informar que a população poderá participar deste debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela Internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou, ainda, nos perfis do Alô Senado no Facebook.

A presente reunião se destina à realização, Srªs e Srs. Senadores, de audiência pública para tratar da Ferrovia Transcontinental, em atendimento aos Requerimentos dos Senadores já nominados.

Para debater o tema foram convidados especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: Anderson Lessa Lucas, Coordenador Ferroviário da Empresa de Planejamento e Logística; Mário Rodrigues Júnior, Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Guilherme Bianco, Coordenador-Geral de Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (Sepac), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Dino Antunes Dias Batista, Secretário de Fomento para Ações de Transporte do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Dr. Bi Qiang, Coordenador do grupo responsável pelos estudos de viabilidade da ferrovia transcontinental.

O Senador Jorge Viana pediu para dar início à reunião com algumas palavras.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Era só para cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente. E, especialmente, tenho certeza que inicialmente estou falando em nome do Senador Raupp, Senador Acir, Senador Wellington Fagundes, que trabalhamos juntos na coordenação do grupo parlamentar em defesa dessa ferrovia. E é resultado do trabalho do nosso grupo a realização desta audiência pública.

Eu queria, primeiramente, informar que esse é o propósito. Temos aqui a presença de Senadores que também fazem parte da comissão e têm interesse no tema: Senador Roberto Muniz, Senador Lasier, Senador Dalirio. O Deputado Federal Leo de Brito, que também é do meu Estado e tem todo interesse nesse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E aqui queria informar que nós temos representantes, eu queria citar na pessoa do Javier, diretamente do Peru para acompanhar essa audiência, é um país irmão, vizinho e é parte desse acordo de cooperação. Temos algumas pessoas então que vieram para acompanhar, porque é a primeira vez que nós vamos ter um desdobramento um pouco mais técnico, com apresentação do estudo de viabilidade da ferrovia, preliminar ainda.

Então, é um primeiro passo que está se dando. Essa ferrovia intercontinental é fruto de uma assinatura do Governo brasileiro com o Governo chinês e o Governo peruano. Desde 2014, essas tratativas estão acontecendo e, no ano passado, em 2015, a Presidente Dilma firmou essa cooperação com Governo chinês e o Governo peruano.

Nós estamos, obviamente, Senador Wellington Fagundes não está, é da coordenação também, mas o Mato Grosso, Acre, Rondônia, o Senador Raupp trabalha nesse tema já há mais tempo, com um propósito de acompanhar o grupo parlamentar de Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Esta audiência para nós, então, é uma espécie de primeiro passo que os Parlamentares, o Congresso está tendo com um trabalho técnico feito. Daí a intenção nossa de ouvir a exposição dos que trabalharam no estudo de viabilidade e o comentário daqueles que trabalham nos órgãos do Governo Federal que acompanham, que coordenam esse trabalho.

Eu queria agradecer a presença de todos e dizer que, para nós, é da maior importância, porque nós estamos aqui discutindo algo que pode mudar a geografia econômica – como mais à frente, depois de ouvir as exposições, nós vamos falar, – do nosso continente. E posso afirmar também que muda muito fortemente, no caso da realização desse projeto, que nós temos a expectativa positiva sobre ele, a relação de um País como o nosso, que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, que certamente tem muito a crescer ainda não só na área do agronegócio, mas em termos de produtos industrializados, com uma espécie de conexão direta com o Pacífico, através dessa ferrovia com a Costa Oeste americana e com o mercado que cresce e é um dos maiores do mundo, o asiático.

Então, eu não acho que é um tema adequado para o debate aqui na Comissão, como V. Exª sempre nos tem cobrado: fazer um bom debate, trazer temas que sejam do interesse nacional, que é o caso desta audiência pública.

Portanto, agradeço a V. Exª ter priorizado esta audiência, estar dirigindo esta audiência e faço isso em nome dos meus colegas, os Senadores Acir, Raupp e Wellington, enfim, do grupo parlamentar que apoio no Congresso – Câmara e Senado – este projeto.

Eram essas as considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Jorge Viana e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, um dos autores do requerimento que propôs a realização desta audiência pública.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente do Senado Federal e membro também desta Frente Parlamentar de Coordenação sobre a Ferrovia Transcontinental, Senador Acir, que é um entusiasta e um batalhador nesse sentido, assim como os demais Senadores e Deputados Federais dessa Frente, serei bem rápido, até porque a gente queria mais ouvir o pessoal da EPL, do Ministério dos Transportes, da Valec.

Eu acho até que vai aqui uma crítica, porém construtiva, Sr. Presidente. São muitos órgãos para cuidar da mesma coisa. Esse projeto já esteve na Valec, depois foi deslocado para o Ministério dos Transportes e, agora, a EPL também está cuidando disso. Às vezes, a gente não sabe. Nós, que somos Senadores da República, não soubemos – não é, Senador Jorge Viana? – quem verdadeiramente cuida desses projetos. Então, isso parece que acaba criando uma certa burocracia e começa a emperrar esse projeto. Eu lembro que, desde o Bernardo Figueiredo, então Presidente da EPL, entusiasmado com essa malha de transporte ferroviário, indo para cá e para lá com trem de alta velocidade, ferrovia transcontinental e outras malhas ferroviárias no Brasil, nada avançou, praticamente nada avançou. E vejam que isso já faz tempo. Já deve fazer bem de seis para oito anos.

Então, o que falta no Brasil é velocidade. E eu tenho dito o seguinte: em que pese o interesse da China, com um protocolo assinado de US$53 bilhões para investir no Brasil, já há algum tempo também, é possível que, daqui a pouco, a China perca o interesse de investir dinheiro no Brasil, pela demora, pela burocracia brasileira, que impede que as coisas andem. Então, queria cobrar desta equipe aqui velocidade.

O Brasil atravessa uma crise – até uma crise aguda política, econômica – e nós precisamos, mais do que nunca de velocidade nas nossas ações para os nossos projetos. Se não acontecer isso, esqueçam as duplicações de rodovias, as ferrovias, as obras de infraestrutura, de que tanto precisamos no Brasil, vão ficar emperradas, empacadas. E, às vezes, não é dinheiro. Está aí o exemplo desse projeto. Quer dizer, a China querendo investir, fazer parceria com o Brasil, e o Brasil não dá as condições para que os chineses possam investir aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, é este o apelo que faço. Eu defendo mais o trecho de Rondônia, parte de Mato Grosso e Rondônia num primeiro momento. O próprio Jorge acha que tem que ser priorizado esse trecho de Sapezal (MT) a Porto Velho (RO), depois se estendendo até o Acre e, de lá, até o Pacífico. Se for pensar num projeto simultâneo do Mato Grosso até os portos do Pacífico, vai demorar 30 anos. E esse trecho de Mato Grosso a Rondônia, se construído em um ano, já teria carga imediata para abastecer os vagões dos trens para transportar cinco ou seis milhões de toneladas de soja do Mato Grosso e sul de Rondônia para o porto de Porto Velho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Os intérpretes estão pedindo aos Senadores para que falem mais devagar para que eles possam traduzir.

Eu concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nossos colegas Senadores e nosso colega Jorge Viana, que tem, junto conosco, feito um trabalho intenso já há muito tempo com a Bancada do Acre, a Bancada de Rondônia e a Bancada do Mato Grosso. Estamos todos unidos para tentar viabilizar esse projeto.

Fizemos uma diligência, em 2015, com a delegação chinesa, e fizemos, em Ji-Paraná, Sr. Presidente, uma reunião com os três governos – o governo do Acre, o governo de Rondônia e o governo do Mato Grosso – e o Embaixador da China no Brasil, quando foi assinado um protocolo de intenções e de apoiamento dos Estados para tentar desburocratizar naquilo que depender dos Estados, tanto o Estado do Mato Grosso, quanto o Estado do Acre, quanto o Estado de Rondônia também. Então, todos os governadores estavam presentes em Ji-Paraná, assinaram esse protocolo, só que, de lá para cá, as coisas não andaram, não caminharam. Na linha que o Senador Raupp colocou, a nossa preocupação é com a morosidade.

Eu deixo aqui uma pergunta já para os nossos amigos da EPL e também da Valec: se já temos um modelo de concessão a ser feito para essa ferrovia, porque, até agora ou até há pouco tempo, não se tinha ainda qual é o modelo de leilão para a concessão dessa ferrovia, e é o ponto inicial para que a gente possa tentar tirar as diferenças entre o que pensa o governo chinês, o que pensa o governo peruano e o que pensa o nosso governo brasileiro. Nós temos que diminuir essas distâncias e procurar – e temos que achar – algo em comum para que a gente possa avançar. Se não se tem um modelo ainda de leilão para essa concessão, as coisas não caminham.

No mais agradecer, Sr. Presidente.

Desejo as boas-vindas a todos os nossos amigos peruanos, chineses e, lógico, aos brasileiros aqui também presentes. Que tenhamos uma boa reunião.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz e concedo a palavra ao Sr. Anderson Lessa Lucas, Coordenador Ferroviário da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL).

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer o convite do Senador Garibaldi e o convite do Senador Jorge Viana.

É uma honra para a EPL participar da discussão da Ferrovia Bioceânica porque é um trabalho ao qual nós, do lado brasileiro, temos nos dedicado com bastante afinco.

Eu gostaria de, primeiramente, fazer o nivelamento do que é o trabalho, para a gente conhecer um pouquinho mais do que foi feito até agora e dos próximos passos e aí, em certa medida, a gente fala um pouquinho do questionamento do Senador Valdir Raupp e o do Senador Acir.

Em 19 de maio do ano passado, foi celebrado o Memorando de Entendimentos Trilateral Brasil-China-Peru, por ocasião da visita do Primeiro Ministro chinês ao Brasil, no dia 19, e, na sequência, no Peru, no dia 22 de maio, e, no âmbito desse Memorando de Entendimentos, o objetivo é a elaboração de estudo de pré-viabilidade de uma ligação ferroviária a partir de Campinorte, em Goiás, a um porto do Peru no Oceano Pacífico.

No âmbito desse acordo, existe um grupo de mais alto nível, um nível mais estratégico, que é composto pelos Ministérios dos Transportes dos três países, e existe um subgrupo técnico de especialistas, formado pela Creec e CRC, que é a empresa que faz os estudos e coordena os trabalhos; do lado brasileiro, a EPL, que entra com subsídio, com as informações do lado brasileiro; e, do lado peruano, o Departamento de Ferrovias peruano, vinculado ao Ministério dos Transportes do Peru.

É importante destacar – e aí eu aproveito que está o Dr. Mário na Mesa, está o Dino na Mesa, vejo o Ministro Parkinson, do Itamaraty, aqui, vejo o Guilherme do MPOG, aqui, na mesa também – que, apesar da designação da EPL no âmbito do Memorando de Entendimentos, esse subgrupo técnico é, na verdade, composto por toda essa equipe do Itamaraty, do Ministério dos Transportes, da própria Valec, do MPOG, que acompanham *pari passu* essa etapa dos estudos.

E o que é que já foi feito em termos de trabalho por esse grupo? Em agosto de 2015, foi entregue o relatório inicial, que é, na verdade, o plano de trabalho do estudo, e ali já houve uma discussão pesada, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

quando a gente fala de pré-viabilidade, definir pré-viabilidade, para o Brasil, é uma coisa, pré-viabilidade, para o Peru, é outra coisa, para a China, outra coisa.

Então, a gente precisou fazer um nivelamento. Nós tivemos uma reunião no dia 17 de junho em Lima, onde a gente fez um nivelamento, um primeiro nivelamento, para falar dessas questões regulatórias, marco legal, questão ambiental, tentar fazer uma base para prosseguir com o andamento dos estudos.

Não sei se eu estou falando muito rápido, se os tradutores estão conseguindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Está bom! E brigou comigo porque eu estou falando alto. (*Risos.*)

Seguindo o raciocínio: feito esse primeiro approach, a gente fez toda uma disponibilização de informações que foram requeridas pelo lado chinês, isso em junho ainda. O Memorando assinado em maio e, em junho, a gente já passou uma massa de dados gigantesca para ser tratada com o grupo chinês e o grupo peruano, e, no final de junho, início de julho, nós realizamos várias reuniões presenciais aqui, no Brasil. A Creec esteve no Brasil, conosco, aqui, quase que o mês todo, também no Peru. Fizemos também uma visita de campo. A gente foi até a fronteira com o Peru, os especialistas da EPL, da Valec e da Creec, inclusive percorrendo segmentos da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, a Fico, que já tem projeto básico da própria Valec, e, a partir disso, a gente começou a discutir traçado referencial, a discutir onde a gente teria um intercâmbio na fronteira com o Peru, a discutir a questão de demanda, enfim, entrando realmente no trabalho propriamente dito.

Volto a dizer, sempre com a participação de colegas do Ministério dos Transportes, do Itamaraty, da Valec. O lado brasileiro sempre foi muito proativo nessa participação, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Na verdade, a gente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – A Creec vai fazer uma apresentação, Senador. Ele vai apresentar aqui para a gente a que conclusões estamos chegando. O estudo não está finalizado. Ele está sendo finalizado; estamos discutindo o relatório final. Os colegas da Creec estão há duas semanas conosco falando sobre o relatório final. Temos uma série de ajustes que ainda precisam ser feitos. Eu não chamaria de burocracia, mas de um cuidado que temos que ter um empreendimento dessa magnitude.

Estamos falando de uma ferrovia que vai ter quase cinco mil quilômetros e que passa por uma região – e os senhores com certeza conhecem melhor do que eu – com questões ambientais muito sérias para avançarmos, o que, inclusive, ensejou envolvermos também o Ibama e os órgãos vinculados ao MMA. Enfim, estamos discutindo com eles...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Não tem problema?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Por que não fazer por trechos?

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Não, não, não...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Por que tem que concluir tudo para depois começar?

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Senador, quando fizemos uma reunião aqui em fevereiro ou março, se não me engano, o senhor já colocou esta questão. A Creec, até então, não tinha trabalhado com a segmentação da ferrovia. E, a partir daquele momento, quando entramos com essa questão, eles vão fazer uma abordagem de faseamento das obras.

Então, eles vão fazer uma apresentação detalhada para os senhores na condição de coordenadores do estudo. Então, eles vão mostrar em que fase está, o que já foi vencido, e as próximas etapas. Já discutimos muito o marco regulatório, o modelo de exploração. Estamos discutindo com eles como fazer a implantação da ferrovia, se é uma empresa binacional, se é uma empresa nacional em cada país e como abordar isso, porque é um problema bastante complicado, ou seja, essa parte jurídica é bem complexa.

Não vou me alongar, porque, na sequência, vamos entrar nos comentários da apresentação, mas agradeço novamente pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dando sequência às exposições, concedo a palavra ao Sr. Mário Rodrigues Júnior, Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Garibaldi, Senador Jorge Viana e demais Senadores aqui presentes, Deputados, autoridades e as empresas chinesas.

É com grande satisfação que, hoje, vimos aqui para apresentar e debater um tema tão importante para o nosso País, que são as ferrovias.

Inicialmente, quero dar um panorama da Valec hoje. Nós temos dois trechos em operação: um subconcedido para a VLI e outro trecho que ficou recentemente pronto, que é Palmas/Anápolis, que faz parte do novo programa de concessão. Em obras, nós temos a Ferrovia Anápolis/Estrela do Oeste, em São Paulo, com conclusão prevista para julho do ano que vem e que também faz parte do novo pacote de concessão; a Ferrovia Integração FIOL 1 e FIOL 2, que liga Ilhéus até Barreiras e, futuramente, ligando até a Norte-Sul. Em projetos básicos, nós temos agora em relação a Ferrovia Transcontinental, a Fico. No lote 1, inclusive subdividido por trechos, como disse o nosso Senador, hoje já temos projeto básico e licenciamento ambiental. No lote 3, da Ferrovia Transcontinental Vilhena/Porto Velho, está em andamento esse EVTEA. E, também em andamento, o corredor ferroviário de Santa Catarina, a famosa Ferrovia do Frango.

EVTEAs concluídos já pela Valec: o lote 2 da Ferrovia Transcontinental, Lucas do Rio Verde a Vilhena. E as demais, que ainda dependem de intenção de execução. São EVTEAs antigos, que hoje não estão num patamar de discussão de implantação. Então, esses EVTEAs, à medida que venha o interesse ou a necessidade de se implantarem essas ferrovias, serão atualizados.

Vamos falar um pouco da nossa malha.

Nós temos aqui ferrovias. Em vermelho, ali, são ferrovias com EVTEAs; as planejadas são as linhas azuis, e as verdes são projetos básicos com licença ambiental.

Atentando, um pouco mais, já para o nosso ponto aqui, as premissas que usamos em desenvolvimento de projetos e de EVETEAs: com bitola de 1,6 metros, velocidade e diretriz de 80 Km/h, raio de curvatura de 500 metros, rampa máxima de 1,45%, comprimento mínimo de partes de 2,1 mil a 3,5 mil metros, composição de duas locomotivas e 85 vagões, tração elétrica.

Aqui nós estamos mostrando hoje as ferrovias em andamento pela Avalec. Nós temos a Fiol, que sai de Ilhéus até Barreiras. São divididas em dois lotes. O lote 1, que chamamos de Fiol 1, está com 71% em construção; e os lotes 5 a 7, com somente 10%.

Os lotes 8 a 11, que seriam uma ligação cujo projeto já temos, seriam para ligar Barreiras até Figueirópolis, chegando-se à Extensão Sul.

Esse traçado é o que existe. O Governo da Bahia tem interesse em ligar isso através de Campinorte. Isso é o estudo que está em andamento.

Há várias dificuldades em acontecer esse trecho, porém é uma reivindicação do governo baiano e com certa lógica. Mas temos grandes problemas de engenharia, de execução de obra. E a Valec hoje possui, repito, com projeto básico, com projeto já em parte executivo e com licenciamento ambiental, ligando Barreiras até a Norte-Sul, chegando-se a Figueirópolis.

Uma ilustração de nossas obras.

Vamos agora falar sobre a nossa ferrovia.

Nossas diretrizes: integração oceânica. Abrange sete Estados e o Distrito Federal, interliga a Rodovia Norte-Sul. Extensão estudada: 2,3 mil quilômetros.

Vocês podem ver aqui que não existe estudo. Existe, vamos dizer assim, o planejado. O que chamamos de planejado é ela citada, o que seria ligar Campinorte ao Rio de Janeiro e, depois, Porto Velho até a divisa com o Peru. Essa parte da ferrovia nós chamamos de planejada, mas não temos estudo, não temos ainda maiores dados. Não há EVTEA, enfim, falando da Valec e do Ministério, isso teria que se desenvolver, coisa que acho que o estudo dos chineses contempla a chegada até o Peru.

Não acredito que estudaram até o Rio de Janeiro também. Não sei.

Estudos e projetos.

Esse trecho de Campinorte a Lucas de Rio Verde. A Valec hoje possui o projeto base concluído e já temos de posse o licenciamento ambiental. A extensão desse trecho para a construção é de 900km.

O outro trecho Lucas do Rio Verde até Vilhena, o EVTEA já está concluído, e a licença ambiental está vigente. São mais 647km. Como o Senador próprio disse, a gente aqui pela Valec estudou isso e executou por segmentos.

O próximo trecho Vilhena a Porto Velho. Existe um EVTEA dentro da Valec que está em licitação. Ele chegou até a fase de avaliação das notas das propostas técnicas. Nós suspendemos um pouco esse edital, em função de todo o cenário econômico do País, mas estamos em discussão de concluirmos essa licitação e, aí, sim, em função de como se avançarem os estudos ou a definição, a Valec tocaria esse EVTEA ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agora Uruaçu, Campos, Planejado. É uma extensão de 1.200km, chegando ao Rio de Janeiro.

E de Porto Velho até a divisa com o Peru são mais 900km.

Também é um mapa ilustrativo. Os corredores que a gente teria com capacidade de transporte ferroviário.

Ali a FICO, a Norte Sul, e a Fiol. É o que a gente ilustrou um pouco mais. Até estudamos também a Norte Sul até lá embaixo, quase no Rio Grande.

Vamos falar agora um pouco dos trechos.

O trecho 1. Campinorte a Lucas do Rio Verde. Como já disse, extensão de 900km. É um investimento totalmente estimado. O custo ferroviário tem variações em função de toda a parte de topografia, enfim, da necessidade da execução da obra. Então o investimento desse trecho de R$7 bilhões. Estudos concluídos. Projeto básico e a Rima com licenciamento ambiental em vigor.

O lote 2. Lucas do Rio Verde e de Vilhena. Uma extensão de 647km. Projeto básico de R$50 milhões. Obra de 4,7 bilhões. Situação EVTEA e Rima concluídos. Aqui necessitaríamos da licitação para execução do projeto básico. Uma ordem de grandeza de R$50 milhões.

O lote 3. Vilhena a Porto Velho, 770km. Investimento previsto para estudos e projetos de R$49 milhões. Obra com investimento previsto de R$6 bilhões. Em licitação o nosso EVTEA que vai depender muito de como vai avançar este modelo para se iniciaremos ou não esse EVTEA. E o EVTEA – depois eu vou apresentar um cronograma para a execução do projeto básico – a gente estima estar como isso concluído em 22 meses.

Aqui é um cronograma por fases da execução desse EVTEA e projeto.

Agora também colocando um pouco aí todo esse traçado da Transcontinental, da Fico, como nós chamamos. Isso é para ilustrar bem as questões ambientais que nós falamos. Nós temos que fugir em determinados locais, evitá-los. Então é um traçado meio que definido, porque as condicionantes ambientais ali são muito fortes.

Nós temos aí: em amarelo, a biodiversidade alta; em laranja, muito alta; em vermelho, extremamente alta. Então, é uma região em que nós temos que respeitar muito as condições ambientais.

Diretriz preliminar: o traçado Porto Velho a Vilhena. O traçado se desenvolverá segundo a diretriz da Rodovia BR-364, evitando interferências com áreas especialmente protegidas. Como dissemos no mapa anterior: terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos, área de preservação permanente, áreas de recarga, aquíferos, entre outras.

A integração aqui: chegando aí de Porto Velho, nós teríamos aí uma integração com a Hidrovia do Rio Madeira, também abrindo uma condição de capacidade de jogarmos lá pela Hidrovia do Rio Madeira.

Aqui, já, com a carga atual, de 6 milhões de toneladas, que já poderiam utilizar esse trecho, se ele já estivesse em execução.

Para carga futura, Porto Velho a Itacoatiara; temos uma previsão de carga futura de 10 milhões de toneladas.

Essa é a nossa apresentação.

Muito obrigado. Estou à disposição aqui para perguntas.

Devolvo a palavra ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de concedermos a palavra ao nosso próximo convidado, quero registrar, com satisfação, a presença aqui de Marisol Lazarte e de Javier Riofrio, que representam aqui o Peru.

Sejam bem-vindos!

O Sr. Javier é da ACRES Investments.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não tem nada a ver com o Acre, não; é do Peru mesmo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Jorge Viana bem queria, não é?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Sr. Bi Qiang, da Creec.

O SR. BI QIANG (*Tradução simultânea*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, bom dia.

Eu sou engenheiro chefe do grupo de trabalho da rodovia transoceânica, transcontinental. Então, eu gostaria que os senhores, através dessa minha apresentação, pudessem ter uma noção melhor sobre a Ferrovia Transcontinental.

Eu, primeiramente, gostaria de apresentar a introdução e, depois, aspectos analisados em estudos básicos de viabilidade. A terceira parte seria a conclusão do estudo de pré-viabilidade e a quarta parte seria o faseamento da execução e operação dos estudos básicos de viabilidade; e, depois, os próximos passos.

Então, primeiramente, gostaria de apresentar-lhes que essa Ferrovia Transcontinental é um esforço conjunto de três países – Brasil, Peru e China –, que é promovido pelos líderes dos três países, que assinaram um memorando de entendimento trilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, através desse memorando, os trabalhos do lado chinês seriam: a primeira parte, a previsão de demanda; segunda parte, a análise de necessidade de implantação do projeto; a terceira parte, alternativas de traçado; a quarta parte, principais parâmetros técnicos de ferrovia; a quinta parte, organização de transporte; sexta parte, requisitos básicos do projeto e principais equipamentos técnicos; sétima parte, infraestrutura...

(Interrupção do som.)

O SR. BI QIANG (*Tradução simultânea*.) – ... e as suas condições externas; a oitava parte seria plano de execução das obras; a nona parte seria a estimativa preliminar de investimentos; décima parte, análise de benefício financeiro; décima primeira parte, análise de risco e grau de incerteza; décima segunda parte, visitas de campo no Brasil no Peru.

As empresas do lado brasileiro também fizeram as suas contribuições: a primeira parceria seria apoio à visita de campo no Brasil e avaliação ambiental preliminar; também, na terceira parte, encaminhamento de normas, legislação e projeto do setor ferroviário; na quarta parte, apoio às coletas das informações necessárias às análises técnicas e econômicas; e, na quinta parte, a transmissão de informações e experiências sobre os projetos ferroviários brasileiros.

E, conforme estabelecido pelo memorando, estão previstos os seguintes relatórios: primeiro seria o relatório preliminar, que foi entregue no dia 7 de agosto de 2015; segunda parte seria o relatório intermediário, que foi entregue no dia 5 de fevereiro de 2016; e, atualmente, nós estamos realizando trabalhos acelerados sobre o relatório final. Já está em andamento.

Agora, de acordo com as exigências do memorando, o relatório preliminar e a rota básica dos estudos seria o seguinte: de Campinorte a Lucas do Rio Verde, Vilhena, Porto Velho, Rio Branco, estendendo-se até o Peru. No território peruano, estão sendo avaliadas as três alternativas, sendo que a alternativa ao norte, com uma extensão total de 4.919km, sendo, no trecho brasileiro, 3.292km e 1.629 km no Peru, chegando ao Porto de Bayóvar. Na alternativa central, nós temos a extensão total de 4.286km, sendo que o trecho brasileiro é de 3.290km e 996km no trecho peruano, chegando ao Porto de Huacho. E, na alternativa sul, teríamos uma extensão total de 4.642km, sendo que o trecho brasileiro é de 2.970km e o peruano de 1.672km, chegando ao Porto de Marcona.

Quanto à composição da carga dessa ferrovia, nós temos três partes: a primeira parte são os produtos agrícolas, tais como a soja e o milho exportados pelo Brasil, a segunda parte são os produtos minerais extraídos na área de influência do traçado do lado brasileiro e a terceira parte seria o fluxo de cargas gerais, tais como contêineres, combustíveis, produtos industriais e produtos eletromecânicos importados.

O Sr. Anderson também já mencionou que o traçado passa por áreas de proteção ambiental, por áreas indígenas e de proteções culturais. Tudo isso influencia na escolha de alternativas.

Aqui, nesse mapa, nós podemos ver os nossos estudos mais detalhados, comparados com os nossos traçados e com as áreas de proteções ambientais e de proteções indígenas e culturais e encontramos a solução intermediária, que é a linha vermelha que os senhores estão observando no mapa, do lado direito.

As bitolas peruanas e brasileiras são diferentes, além do tipo de tração. Tração diesel no trecho brasileiro e, do lado peruano, tração ainda a ser definida de acordo com o trecho de planície do território. A bitola do lado brasileiro é de 1.600 milímetros e a carga por eixo é de 32,5 toneladas; do lado peruano, bitola de 1.435 milímetros e carga por eixo a definir.

Sobre a segunda parte, os aspectos analisados no estudo básico de viabilidade, nós podemos dividir em quatro partes. A primeira seria a necessidade de orientação funcional e a sua definição, a segunda parte seria a conectividade do projeto, também por causa da influência ambiental, a terceira parte seria a viabilidade da construção e a quarta parte seria a viabilidade econômica.

Então, dentro desses quatro aspectos ainda temos detalhes a serem analisados de acordo com a composição da demanda, eficiência, viabilidade econômica, etc, como os senhores estão vendo.

De acordo com o *mainframe* legal e econômico de dois países, nós temos que conversar sobre a conectividade do projeto, para ter o traçado preliminar.

De acordo com essa viabilidade de construção, nós temos as três alternativas de norte, centro e sul. Todos esses traçados têm complexidades geológicas.

De acordo com a viabilidade da engenharia, nós... Quer dizer, exige requisitos técnicos, tem que atender às necessidades geológicas locais obedecendo aos seus riscos, diminuindo seus riscos até o mínimo.

De acordo com a viabilidade econômica, quer dizer, resolvida a questão de conectividade, resolvida a viabilidade construtiva, nós temos que visualizar a redução dos custos de transporte, e uma tarifa competitiva, o que exige uma otimização dos custos de construção e de operação. Então, com todos esses fatores, benefí-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

cios, investimentos, volume, carga, preços de transporte, meio ambiente, condições técnicas de engenharia, para que nós tenhamos toda essa viabilidade econômica.

E agora nós gostaríamos de colocar a nossa conclusão de estudo de pré-viabilidade. Os principais produtos exportados, de acordo com a balança comercial brasileira, são: minério, 24%; o complexo soja, 22%; soja e derivados, 15%; etanol e açúcar, 7%. E há mais produtos que também ocupam um bom percentual.

Do ponto de vista logístico, as exportações brasileiras estão em crescimento. Porém, existe um grande fator limitante, que é a malha de transportes modais, que já está saturada. Precisamos integrar diferentes modais e criar novas rotas modais.

Atualmente o Estado de Mato Grosso é o maior produtor de soja e derivados. Há um potencial de crescimento no Estado, podendo chegar a uma produção de aproximadamente 90 milhões de toneladas.

E agora há pouco os nossos colegas brasileiros também já apresentaram que o Governo brasileiro tem considerado esse projeto prioritário para o desenvolvimento econômico do País, e sua implementação promoverá o desenvolvimento econômico da região ao longo do traçado e nas suas áreas de influência.

A importância do projeto na América do Sul e o seu posicionamento. Agora, para o Brasil se trata de um corredor de alta capacidade de escoamento dos produtos agrícolas do interior do País em direção ao Oceano Pacífico. Para o Peru se trata também do principal corredor de exportação e de importação de minérios, sendo um canal logístico de importância para promover o desenvolvimento do nordeste do Peru e a rota terrestre do Peru para o Oceano Atlântico.

E também já foi mencionado que no território peruano existem as escolhas de uma das três alternativas: norte, centro e sul, devido às suas situações construtivas, à complexidade e às condições geográficas, aos riscos ambientais, à escolha dos portos e aos seus benefícios financeiros etc. No total são onze itens a serem considerados, são onze fatores. Levando todos esses onze fatores em consideração, nós sentimos que a alternativa norte seria a mais viável.

E essa seria a análise da topografia da alternativa central, em que a altura máxima da estrada é de 4.737m, e a ferrovia é de 4.100m. No caso central, a ferrovia precisa passar por cinco vezes os picos das montanhas. Na alternativa sul, o relevo torna-se muito mais complexo – cinco vias.

Agora, o gráfico comparativo das três alternativas. Nós observamos que a alternativa norte é a mais viável. O norte é azul, central é o roxo e o sul é vermelho. Através de análise desses onze fatores, através de nossos cálculos e considerações, a alternativa norte obteve a pontuação maior, ou seja, é a melhor alternativa entre as três. Através da demanda das três alternativas, considerando que os grãos exportados do Brasil via portos peruanos e minério de ferro exportado do Brasil, através dos portos peruanos, e máquinas, eletrônicos e peças automotivas, entre outros materiais importados pelos portos do Brasil e do Peru; a carga geral ao longo da linha, nós consideramos as três linhas; e considerando as rochas e os minérios e levando em consideração as exportações de soja através do Mato Grosso, chegando até 2025, através dos portos peruanos, conseguirá exportar, quer dizer, terá a produção de 34 milhões e o volume de exportações de 20 milhões.

Também para o milho, conseguiremos exportar grande parte através do Peru, num total exportado de 35,5 milhões de toneladas, chegando a 2050 num total de volume transportado de 89 milhões de toneladas. A previsão de volume exportado para a região da Ásia e Pacífico, 68 milhões de toneladas. E o volume de transporte, nós encontramos através dos portos peruanos do Norte e do Leste do Brasil, chegando a 2050 num total de 2,5 milhões de toneladas de outros tipos de cargas ou projetos. Num total de volume transportado, a demanda do projeto ao longo do prazo no sentido Pacífico alcançará 33,4 milhões de toneladas.

Quanto ao plano de construção, nós sugerimos que seja dividido em cinco trechos. As informações nossas são basicamente similares com as informações que foram dadas pela empresa Valec.

Então, chegando a Lucas; depois de Lucas a Vilhena; de Vilhena a Porto Velho; de Porto Velho a Rio Branco; e de Rio Branco até a fronteira Brasil-Peru. Então, através desses cinco trechos de construções, num total de 3.290km, e, no caso dos lotes peruanos, Bayovar-Olmos; Olmos-Bagua Grande; Bagua Grande-Tarapoto; Tarapoto-Pucallpa; Pucallpa-Fronteira entre Peru e Brasil, num total de 1.629km.

A nossa sugestão é que de Lucas a Campinas, quer dizer, tendo a conexão do primeiro lote do Brasil, já poderá efetivar a comercialização do primeiro trecho com a Ferrovia Norte-Sul; depois, do segundo trecho, que é a parte da Ferrovia Norte-Sul, que pode acessar o Rio Madeira em Porto Velho.

O quarto e quinto lotes são basicamente similares, com a apresentação da empresa Valec, e depois conectando com os lotes peruanos, com a saída para o oceano.

Atualmente, nós realizamos os nossos estudos básicos de viabilidade. Anda temos vários desafios a serem superados: 1. realizar pesquisa geológica e sondagem de terreno; 2. aprofundar a avaliação de impacto ambiental; 3. avançar nos estudos de viabilidade econômica e movimentação de carga para se estimar o custo e retorno do projeto; 4. realizar análise de riscos a partir da definição do traçado; 5. definir o modo de construção do projeto, fases da construção e o planejamento operacional; 6. definir e implementar o plano de financiamento do projeto; 7. aprofundar os estudos sobre os portos de apoio da ferrovia; 8. compatibilização das normas técnicas; 9. estabelecimento de requisitos e procedimentos comuns para assuntos fiscais, aduaneiros, operacionais, tributários, sanitários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

etc; 10. definição da melhor opção para a integração das diferentes bitolas; 11. pesquisar as principais definições técnico-operacionais do lado peruano.

Devido ao grau de complexidade da topografia do lado peruano, nós precisamos ainda aprofundar os estudos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes do próximo expositor, nós queremos registrar, com satisfação, a presença aqui do Sr. Jorge Arbache, representante do Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão; a presença do representante da Embaixada da República Popular da China no Brasil, Sr. Li Chang; e a presença do Sr. Carlos Rios, Conselheiro e 1º Secretário da Embaixada do Peru.

Com a palavra o Sr. Guilherme Bianco, Coordenador-Geral de Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (Sepac), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O SR. GUILHERME BIANCO – Bom dia a todos. Agradeço o convite à audiência pelo Exmo Sr. Senador, Presidente Garibaldi, ao Sr. Senador Jorge Viana, aos demais Senadores aqui presentes; ouvintes telespectadores da TV Senado.

Em nome da Secretaria que represento, parabenizo todos os senhores aqui pela iniciativa e pela prioridade dado ao tema. É fato que hoje precisamos caminhar no sentido do investimento em infraestrutura. Isso converge com todas as nossas demandas sociais, com a necessidade de geração de emprego. Desse jeito, brincando um pouco com as palavras, precisamos botar o Brasil nos trilhos mesmo, tentando buscar uma retomada do crescimento.

Acredito que, sim, esse projeto é extremamente desafiador. Como todos os senhores sabem, a malha ferroviária brasileira hoje é em torno de 30 mil quilômetros, um pouco mais que isso. Apenas no trecho do Brasil, conseguimos perceber que 3.200km, ou seja, 10% de toda a nossa malha ferroviária, demonstram, sim, que é um projeto de grande relevância, de grande escala, que vai trazer não apenas desenvolvimento regional para os Estados que pela ferrovia cruzam, mas sim para o Brasil como um todo. Várias demandas sociais podem ser atendidas por meio dessa ferrovia. Eu não consigo enxergar essa ferrovia apenas como uma obra de infraestrutura. Eu enxergo, sim, como um indutor de crescimento regional. É isso que precisamos ver. Precisamos deixar esse projeto atrativo. Precisamos trazer para o projeto novos arranjos comerciais para a região. É claro que, consequentemente, teremos geração de emprego e renda, que é o que necessitamos.

É claro que um dos motivos do Ministério do Planejamento estar presente à Mesa diz respeito, Sr. Presidente, ao endossamento nosso em relação à característica e à expectativa que temos do projeto. Desse modo, sabemos que, infelizmente, devido a nossa falta de investimento em vários anos em infraestrutura, apesar de termos aumentado nosso investimento nos últimos anos, ainda estamos investindo cerca de 2% do PIB em infraestrutura.

Relatórios do Banco Mundial, por exemplo, trazem o Brasil na 65ª posição em relação à eficiência da cadeia de transportes. Ou seja, estamos muito, muito, muito aquém da nossa necessidade. Esse projeto converge com toda essa discussão, esse debate proposto aqui pelo Parlamento brasileiro.

Ainda assim, sabemos que o custo de transporte brasileiro é extremamente alto, principalmente comparado aos nossos concorrentes, não apenas concorrentes norte-americanos ou europeus, mas, sim, a própria América do Sul. Temos os fretes bastante altos. A ferrovia é um jeito de desenvolver a região. É claro que ela tem uma vocação agrícola, mas temos que aqui buscar novas ideias e sugestões, para que leve junto com ela outros investimentos tanto do setor público quanto do setor privado. Para isso, é preciso realizar audiências públicas, como se pode ver hoje, e o debate com o setor privado. Precisamos trazer o setor privado também para esse debate.

Outra relação em que o Ministério do Planejamento está presente. Todos nós aqui sabemos sobre o Plano Nacional de Logística e Transportes, um plano elaborado pelo próprio Ministério dos Transportes com o Ministério da Defesa. Um dos principais objetivos dele, que é um plano de Estado, é fazer esse equilíbrio da matriz de transporte brasileira. Esse projeto também converge com esse objetivo de um plano de Estado e não apenas de um plano de governo.

Sendo assim, prevemos nesse próprio Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) que em 2025 tenhamos um transporte de carga rodoviário praticamente igual ao ferroviário. Muito disso passa pela Ferrovia Transcontinental, assim como está exposto lá naquele plano.

Outra coisa importante em que o Ministério do Planejamento está presente é em relação à integração das modalidades de transporte. Não podemos apenas olhar para o investimento na ferrovia. Precisamos observar que ela vai fazer uma integração modal com o próprio Rio madeira, que é a hidrovia do Madeira, com várias rodovias federais importantes como a BR-163, no Estado de Mato Grosso, ou a própria BR-364, no Estado de Rondônia, no Acre, inclusive um trecho também no Estado de Mato Grosso. Ela vai se ligar à Norte-Sul, ela parte da Norte-Sul. Realmente é uma ferrovia importante, que vai trazer desenvolvimento, e é estruturante do ponto de vista da logística nacional. Precisamos colocar essa ferrovia como estruturante do ponto de vista da logística nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Como já falei, para essas relações intermodais e esses novos arranjos comerciais, que chamo de infraestrutura inteligente, precisamos parar de pensar apenas na construção de uma rodovia, ou de uma ferrovia, mas também pensar na operação dela, pensar em todo o ciclo do projeto, nos arranjos que vão acontecer, nos arranjos ainda não passíveis de serem vistos. É para isso que estamos produzindo estudos de viabilidade aqui. É nesse momento que estamos demanda, licenciamento ambiental, desapropriação, as próprias taxas de retorno de investimento, debatendo com o setor privado etc.

Em relação aos estudos, eu tenho, na verdade, uma consideração. Não é que concordamos – ainda precisa ser discutido, não sei se pode ser aqui – em relação às bitolas. Não me parece, e toda a literatura nacional quanto internacional vai discordar, que não podemos trabalhar com duas bitolas diferentes. Para isso, vamos precisar fazer um pátio de transbordo de carga lá na divisa dos dois países. É claro que isso vai aumentar gigantescamente nosso *transtiming*, vai aumentar demais nosso custo de operação, e isso temos que resolver agora. Ainda é o momento de fazer isso, nesse projeto, nesses estudos de viabilidade, para que não ocorra depois algo também muito conhecido no Brasil: iniciamos uma obra, paramos, e depois fica o dinheiro parado, o recurso parado em algum momento, e não entregamos para a sociedade o que ela necessita. Para isso, precisamos desenvolver estudos, precisamos fazer isso.

Eu coloco esse ponto do pátio intermodal, que, devido a essas incongruências de bitola como passível de discussão – e tem que ser uma discussão rápida – entre os três países, mas principalmente entre o Peru e o Brasil. Precisamos sentar e desenvolver isso.

A meu ver, para finalizar, do ponto de vista do Ministério do Planejamento, na verdade não temos dúvida de que essa será uma nova rota logística não nacional, mas internacional. Vamos desenvolver, estamos nos movimentando em direção ao Oceano Pacífico, e a expectativa é gigantesca.

A gente precisa dessa infraestrutura, a gente precisa de desenvolvimento social. Com certeza, os Estados que por ela cruzam vão se desenvolver rapidamente a partir desse indutor de crescimento que a gente vai levar a eles.

Muito obrigado pela atenção de todos.

Obrigado, Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só uma pergunta: temos a verba para fazer o projeto dessa obra? Só o projeto, não a obra; o planejamento.

O SR. GUILHERME BIANCO – O projeto...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Porque de Vilhena a Porto Velho não... Mas está previsto no Planejamento?

O SR. GUILHERME BIANCO – Não está previsto, mas o projeto que está sendo executado é pela própria Creec, com recurso chinês. Esse investimento está sendo feito com recurso chinês, para deixar claro. Desculpe, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É que a Valec diz que não tem nada.

O SR. GUILHERME BIANCO – Isso. Mas é que esse projeto está sendo feito com recurso chinês.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o próximo expositor, Sr. Dino Antunes Dias Batista, representante do Ministério dos Transportes, Secretário de Fomento para Ações de Transporte.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Bom dia a todos.

Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, todos os Senadores, inicialmente, agradeço o convite que foi feito ao Ministério dos Transportes para que estivesse nesta discussão. Este, realmente, é um tema que está totalmente na esfera de trabalho do Ministério.

Acho que os demais expositores já falaram bastante sobre as características técnicas, sobre a construção dessa ferrovia. Eu queria salientar alguns pontos.

O primeiro ponto é realmente o desafio que esse projeto nos coloca em termos de engenharia e, principalmente, em termos econômicos, para que ele seja feito até algum porto no Peru. Esse projeto se iniciou dentro desse acordo tripartite entre os Governos peruano, brasileiro e chinês para que seja feita a ligação até o Peru. E ali a gente tem, realmente, uma dificuldade, um desafio enorme, que é a transposição dos Andes. Ali não é só esse o desafio, a gente tem toda uma dificuldade ambiental, mais pelo lado peruano do que pelo lado brasileiro – o senhor está correto, Senador.

Isso tudo foi ficando cada vez mais claro durante este quase ano em que a gente está trabalhando já com os chineses. Eles realmente encampam, fazendo um trabalho bastante árduo de previabilidade de engenharia.

O que hoje está muito claro é que a gente não pode pensar nesse projeto realmente como uma só ferrovia. O Governo brasileiro, desde antes, já tinha tentando algumas alternativas para iniciar a EF-354. Acho que os senhores devem lembrar: o próprio trecho entre Campinorte e Lucas do Rio Verde, a gente já tinha levado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ao Tribunal de Contas, dentro de uma modelagem que era de concessão só daquele trecho. A gente não conseguiu dar viabilidade para aquele trecho. A gente já tinha iniciado estudos de Sapezal até Porto Velho, também dentro de uma PMI para o caso ferroviário específico. Então, há um entendimento, dentro do Ministério dos Transportes, sobre o interesse em se fazer essa integração logística regional de uma forma faseada, não apenas da forma como foi colocada pelos chineses, já pensando em faseamento na construção, mas também em faseamento da própria modelagem dessa ligação.

O que isso significa? Que já estamos, sim – e em conversa também com os chineses –, pensando em fazer essa ferrovia não como uma ferrovia só. Então, a gente já está pensando em fazer um modelo de concessão que pode ser diferente da concessão até o Peru e pode ser diferente no trecho de Campinorte até Lucas do Rio Verde, por exemplo.

Depois de Lucas do Rio Verde, o próximo trecho que faria sentido – e, aí, a gente entende também que faz sentido, por si só, a ligação de Sapezal até Porto Velho – é a ligação de Sapezal até Lucas do Rio Verde, dentro, realmente, de uma conexão um pouco além. Mas Sapezal-Porto Velho já tem viabilidade por si só, dada a carga que hoje já desce da região noroeste do Mato Grosso, que desce a BR-364 e vai até Porto Velho. As nossas rodovias lá já estão sentindo bastante. Aliás, aquilo lá não é uma rodovia; aquilo lá é uma fila de caminhões passando.

Então, a gente tem muito clara essa possibilidade, essa viabilidade de segmentos dessa grande ferrovia. É óbvio que, dentro do acordo que foi feito originalmente, foi colocado o desafio para os nossos companheiros chineses do estudo inicial de toda a ferrovia, e, hoje, está muito claro que nós temos de iniciar a discussão – e isso já aconteceu, já demos início – do faseamento com modelos diferenciados para trechos diferenciados.

O Senador Acir questionou se já temos modelo. Essas concessões, dentro do Brasil, serão um modelo que nós chamamos de vertical. Realmente, o modelo horizontal de concessão, onde há um concessionário para a infraestrutura e outros possíveis autorizatários para o transporte ferroviário, foi realmente eliminado. Hoje, a gente discute, para realmente trazer maior viabilidade ao projeto, o modelo vertical. Agora, saber quais são os trechos exatamente está numa discussão maior. Por exemplo, existe uma discussão desse primeiro trecho, que é o que ligaria Campinorte a Lucas do Rio Verde ou, pelo menos, até Água Boa, onde a gente já tem uma região produtora significativa – a região de Água Boa, de Canarana, enfim, do nordeste mato-grossense. Essa primeira ligação poderia fazer todo o sentido já ser integrada com a própria Norte-Sul, ou seja, num modelo integrado com a Norte-Sul.

Acho que me pediram para falar mais devagar – não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Desculpem-me.

Então, a gente pode pensar em um modelo desse primeiro trecho com a Norte-Sul; um segundo trecho, de Sapezal a Porto Velho, como uma segunda concessão apartada, Só que, no caso ferroviário, é difícil a gente conseguir concessões simples, como a gente chama, ou seja, um concessionário, a iniciativa privada, que dê conta de fazer a construção completa, a operação completa e que isso pare de pé de uma forma que a gente chama de *stand alone*, sozinha, como sendo um negócio fechado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas não é um consórcio? Não seria através de consórcios?

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Se for um consórcio considerando elementos públicos, aí você passa a ter uma viabilidade...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Tem que ser uma PPP, não é? Tem que ser PPP, não tem jeito.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Seria uma PPP; exato.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quem constrói e quem executa. Quem gerencia é o Governo, mas quem executa é uma parte do consórcio.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – A parte privada; exato.

E é exatamente nessa fase que, agora, temos de começar o detalhamento econômico de cada um dos trechos, não mais da ferrovia como um todo. E isso pode trazer, exatamente, situações diferentes para cada um dos trechos.

Provavelmente, o primeiro trecho, até Água Boa, a gente consiga colocar numa concessão que não precise da Administração Pública como parceira no negócio.

Provavelmente, em outros trechos, a gente terá que fazer alguma formatação diferenciada, onde recursos públicos sejam necessários, e, aí, a necessidade também da indicação clara que os senhores estão dando, de prioridade para esse projeto, porque, em algum momento, teremos que discutir a conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Aqui não estou dizendo que realmente não tenhamos que ter dinheiro público. Muitas vezes, nós nos esquecemos de que a contrapartida pública em uma PPP, na verdade, viabiliza todo o desenvolvimento econômico de uma região. Você tem externalidades muito importantes trazidas por uma ferrovia, que podem justificar esse aporte público em uma concessão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É uma obra de importância nacional, é impossível o Governo não participar. Não é uma questão de região, é de País.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Exatamente.

De forma concreta, então, essa discussão sobre o faseamento está colocada de forma concreta, inclusive pensando em como viabilizar cada um dos trechos de forma segmentada. E trago para os senhores algumas dificuldades que temos tido, considerando o trecho com um todo. É lógico que, quando vamos fazer uma infraestrutura só dentro do País, já vemos qual a dificuldade que temos; quando incluímos outros parceiros nessa empreitada, a complexidade aumenta bastante.

Temos a discussão que o Guilherme trouxe, a de que realmente os nossos companheiros peruanos têm essa questão da bitola. Há outras discussões, por exemplo, de qual é o traçado, e ainda não conseguimos vencer totalmente essa discussão. O nosso companheiro chinês colocou claramente que compartilhamos da visão de que a alternativa norte é tecnicamente mais adequada. Só que as alternativas central e sul trazem outros elementos para o lado peruano, em termos econômicos e sociais, que forçam os peruanos a continuarem discutindo alternativas.

São essas dificuldades que fizeram com que tivéssemos um alinhamento com o lado chinês. O lado brasileiro já tem consensos: aqui, no lado brasileiro, já não discutimos mais bitolas, por exemplo; no lado brasileiro, não discutimos qual é o traçado, porque já há o traçado. Considerando que, do lado brasileiro, temos trechos que são, sim, viáveis de maneira segmentada, isso nos levou a discutir uma forma contundente com os chineses de como fazer essa avaliação segmentada. E é exatamente nesse momento que estamos.

Temos, já como resultado, uma avaliação completa da ferrovia até o Porto de Bayóvar, no Peru, e temos também alguns elementos de engenharia, que a própria Valec já preparou, em paralelo e até historicamente, sobre partes desses trechos. E agora entramos na etapa de discussão com os chineses de como viabilizar segmento a segmento dado o interesse que já foi colocado pelos chineses em nos ajudar e investir aqui, no Brasil, para a melhoria da logística nacional.

Então, quero apenas colocar essa parte e reforçar o interesse que o Ministério dos Transportes tem em viabilizar essa ferrovia quer seja na parte brasileira, quer seja na sua dimensão completa regional até o Peru. De uma forma ou outra, estamos atrás para aumentar e melhorar a nossa infraestrutura logística nacional, o.k?

Agradeço novamente pela oportunidade. Estou à disposição para qualquer questionamento que for colocado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, peço desculpas por querer fazer esta pergunta em primeiro plano aqui, porque tenho relatoria na CCJ, que vai começar daqui a pouco. A pergunta é simples e rápida: estimativa de prazo desse trecho de Sapezal a Porto Velho. Qual é o tempo para terminar esse projeto, soltar para o leilão e licitação, para começar esse que eu chamo de primeiro trecho, apesar de não ser o primeiro – o primeiro seria Lucas do Rio Verde até Vilhena ou Campinorte. Esses trechos, para nós, para ser muito sincero, é bom para o Brasil e nós defendemos também, mas, para Rondônia, o Estado que eu, Senador Acir, Senador Jucá representamos, não nos interessa muito.

O trecho que mais nos interessa é Sapezal-Porto Velho, por onde passa o fluxo de 1.200 carretas todos os dias, treminhões, bitrens, transportando soja para os três terminais graneleiros de Porto Velho, para a Hidrovia do Madeira. Então, esse é o trecho que nos interessa, interessa a Rondônia.

É claro que a Ferrovia Transcontinental, toda ela, nos interessa porque é importante para o Brasil e para os países, China e Peru. Mas nós sabemos que é difícil e demorado. Para começar, não há ainda entendimento do traçado do lado peruano. Não há entendimento sobre a bitola dos trilhos do lado peruano, das cargas e dos vagões do lado peruano. Se bem que agora elegeram um presidente alinhado com o governo anterior, acho que foi ministro da área de infraestrutura. Isso vai facilitar um pouco esses entendimentos que já estavam sendo defeitos.

Então, essa é a pergunta: prazo para esse trecho Mato Grosso– Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dos nossos convidados, vai se pronunciar sobre a pergunta o representante do Ministério dos Transportes.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Sim.

Senador, de forma clara, a gente não tem um prazo fixo para esse trecho. Por quê? Porque vai depender exatamente dessa discussão com os chineses de como será o modelo. O que isso significa? Chegando à con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

clusão de que realmente vamos tratar esse trecho específico, Sapezal-Porto Velho, como sendo uma PPP – e aí pode ser realmente que seja uma PPP –, a gente não consegue licitar esse trecho este ano. Tendo essa decisão da segmentação até Porto Velho, temos que fazer alguns detalhamentos de engenharia sobre esse trecho e conseguiríamos licitar esse trecho, se tudo seguir mais ou menos o que estamos acostumados nos projetos, no ano que vem, a partir do ano que vem. Licitar o trecho. Só que isso que estou dizendo ao senhor depende de uma decisão sobre realmente essa segmentação.

Segmentou, está decidido que é uma segmentação, a gente passa a uma discussão de como viabilizar aquele segmento específico, se há ou não necessidade de dinheiro público. E, a partir daí, a gente tem, no mínimo, um ano a um ano e meio para conseguir fazer a licitação do trecho.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu acho que está de bom tamanho focar essa meta de licitar no segundo semestre do ano que vem, pelo menos já temos um prazo ou uma meta a perseguir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Presidente, V. Exª me permite? Para não perder o fio da meada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Rondônia está tomando conta do debate.

Eu queria pedir a compreensão dos Senadores para, antes de iniciarmos o debate, registrar a presença do Ministro João Carlos Parkinson de Castro, da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores. E, antes do debate, vamos dar oportunidade a ele de fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO CARLOS PARKINSON DE CASTRO – Bom dia a todos. Obrigado ao Senador Garibaldi e ao Senador Jorge Viana pelo convite e cumprimento os demais Senadores e autoridades presentes.

Na qualidade de representante do Ministério das Relações Exteriores, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade e a conveniência da audiência e fazer algumas considerações muito rápidas, para que seja possível iniciar logo o debate, porque creio que é o que todos almejam.

Eu gostaria, obviamente, de trazer a dimensão externa, que é importante nesse projeto. Em primeiro lugar, já foi mencionada uma ferrovia que integra o Brasil e o Peru, numa região de fronteira que precisa de uma atenção especial; e de apoio do Governo para de fato levar desenvolvimento àquela região.

Vemos que os Estados do Acre e de Rondônia, apesar de todos os esforços de criação de uma infraestrutura rodoviária e hidroviária, ainda se encontram isolados. Portanto, a ferrovia iria proporcionar uma integração física efetiva, trazendo desenvolvimento àquela região. Como foi mencionado pelo Guilherme, vemos a ferrovia como um vetor de desenvolvimento econômico e não apenas como uma obra de engenharia.

Isso me leva, obviamente, a fazer um comentário sobre o Peru. As relações Brasil-Peru estão num patamar bastante elevado, mas o intercâmbio comercial, e particularmente saliento a área de fronteira, está muito aquém do potencial. Então, a melhoria da infraestrutura, da conexão transfronteiriça iria favorecer o intercâmbio e dar densidade às relações bilaterais, chegando ao ponto mesmo de ancorar parceria estratégica.

Nós temos uma parceria estratégica com o Peru, que precisa de maior densidade. Essa obra fortaleceria as relações bilaterais e daria a densidade que a gente precisa para consolidar uma parceria estratégica com o país vizinho.

O outro aspecto de política externa que eu também não poderia deixar de mencionar é a nossa própria relação com a China. Uma obra dessa natureza iria fortalecer as relações entre Brasil e China, elevando a cooperação entre os dois países a um patamar muito mais denso. Seria uma obra emblemática.

É importante salientar que se trata da maior obra de infraestrutura da América do Sul.

Seria um projeto emblemático para as relações Brasil-China, um modelo exemplar de cooperação sul-sul e, portanto, tornaria a parceria Brasil-China muito mais madura e densa.

Bom, esses são os comentários que eu faria com respeito à dimensão externa. Agora, há alguns aspectos que eu gostaria de adentrar que dizem mais respeito a procedimentos.

Nós estamos em uma fase agora importante, os estudos intermediários já foram entregues, objeto de comentários por parte das partes e em processo agora de elaboração dos estudos finais. Os estudos finais devem ser entregues, em algum momento, às partes interessadas, ou seja, ao Peru e ao Brasil. Entende-se que isso possa ocorrer seja na reunião da Apec, em outubro, seja na reunião do G20, na China. O que me preocupa um pouco é que o relatório final ainda não contempla consensos que são importantes, como foi mencionado, para não dizer, no mínimo, o do traçado.

Acredito que, nesse sentido, algumas iniciativas de curto prazo deveriam ser empreendidas. Sugiro, tão logo quanto possível, uma viagem ao Peru para mostrar aos nossos amigos peruanos que a Ferrovia Transcontinental é um vetor de desenvolvimento econômico para o Peru e um vetor de fortalecimento das nossas relações bilaterais, e não, necessariamente, como é muito visto por nossos amigos peruanos, como uma ferrovia que vai transportar soja e minério do Brasil, não trazendo nenhum benefício direto ao Peru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, acho que deve haver uma aproximação com o Peru nessa fase, sobretudo, aproveitando os comentários do Guilherme, trazendo para a ferrovia projetos de integração produtiva que deem realidade e efetividade à ideia de que a ferrovia não será unicamente uma via de transporte de grãos e minérios, mas de promoção de desenvolvimento para todas as populações locais, não só brasileira, os Estados mais afastados do Acre e de Rondônia, mas também a região fronteiriça do Peru, que carece de não só de infraestrutura, mas de, obviamente, maior número de empregos e de renda.

Essa é a mensagem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

De fato, essa ferrovia vai fazer uma integração muito grande interna no Brasil; vai ligar de Norte a Sul, o Centro-Oeste, o Nordeste... É uma obra realmente muito importante, além de aproximar os nossos vizinhos, o Peru, e o nosso principal parceiro comercial, que é a China. É uma obra da maior importância.

O que eu não entendi, Dino: até o ano que vem é para o lançamento da licitação da obra? Já estamos com o projeto pronto? Porque a Valec devia ser extinta, eu acho, porque não sabe nada. Disse que não há nada! Eu não estou entendendo essa falta de entrosamento entre Governo, porque a Valec disse que não existe nada, nem projeto. Eu pergunto do projeto, dizem: "Não, é outra equipe que está fazendo."

Aí eu entendi menos ainda, porque você falou que é até o final do ano que vem o possível... Início da obra, início da licitação para a obra ou para o projeto? Porque, para o projeto, nós não precisamos fatiar. O projeto é um só. O Governo tem que fazer todo ele dentro do Brasil. Nós não precisamos fatiar o projeto, porque o projeto é uma coisa nacional.

É a minha única colocação, Presidente.

Quero cumprimentar e parabenizar os demais colegas, com exceção da Valec. Pelo amor de Deus, vamos tentar entrosar o Governo com o Governo. Porque a Valec não sabe nada dessa obra. Eu não entendo.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Bom, Senador, deixe-me, primeiro, agradecer, porque se o senhor colocou essa questão é porque não fui muito claro na minha fala anterior, e eu tenho a oportunidade de esclarecer esse ponto.

Com relação à licitação, a primeira pergunta que temos que fazer é: licitar o quê? E foi o que o senhor colocou. Se o Governo, por exemplo, decide fazer o trecho Sapezal-Porto Velho como sendo uma obra pública, aí exatamente entra... Só discordando, realmente, não é que a Valec não saiba o que está acontecendo. Ela sabe...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Ela falou.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Ela sabe exatamente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não, ela disse aqui que não tem nada, que não existe nenhum projeto, não existe nenhum estudo, nada.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Peço desculpas, Senador, mas eu acho que o senhor não me entendeu. Nós temos projeto. Nós temos projeto até Lucas...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não, entendi. Entendi sim.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Nós temos projeto até Lucas, temos o estudo de viabilidade concluído de Lucas a Vilhena e estamos em licitação de Vilhena até Porto Velho, o estudo de viabilidade. Nós já temos projeto de licenciamento ambiental. Eu acho que o senhor não me entendeu.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – E a perspectiva que a Valec coloca é uma perspectiva que seria o padrão para obra pública. A Valec tem um ritual de preparação de uma obra como essa que segue a ideia de obra pública, ou seja, se o Governo decidir que essa ferrovia, esse trecho ferroviário será construído como sendo uma obra pública executada pela Valec, a Valec já fez diversos elementos de engenharia que possibilitam... Depois dessa última contratação que o Mário mencionou, que seria o novo estudo de Vilhena até Porto Velho, se for decidido que é uma obra pública, a Valec estaria em condições de fazer uma licitação, por exemplo, um RDC, de maneira muito rápida. Se não estou enganado, certo, Mário? Eu não estou...

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Hoje nós teríamos condição de fazer dos dois primeiros trechos. Se falar em obra pública, em um mês colocamos a licitação na rua.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Em um mês.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – E para Porto Velho nós faríamos um estudo e, para o ano que vem, colocaríamos um RDC, sem problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Exato. E deixando claro que a visão que a Valec coloca... E a Valec está nesse processo todo porque tem uma visão da engenharia ferroviária que acho que é a mais aprofundada de todas aqui na Mesa, porque é ela que realmente tem feito obra de ferrovia. Por isso temos utilizado a*expertise* da Valec na parte de engenharia para acompanhar essa discussão, esse projeto, mas a visão dela é muito de obra pública. Neste momento, eu acredito que não haja espaço para discutirmos uma obra pública desse vulto. Certo?

Daí a gente entra para uma segunda possibilidade, que, aí sim, foi a que eu coloquei: a possibilidade de a gente licitar isso como sendo um trecho de concessão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Aí você licitaria... Aí não seria obra, seria concessão. Para a gente conseguir licitar uma concessão desse trecho, se decidido agora que vai ser uma concessão desse trecho sozinho, a gente precisa fazer alguns outros estudos, porque uma concessão tem mais a ver com financiamento e economia do que com engenharia em si. E a licitação de uma concessão como essa, desse trecho, a gente consegue fazer até o final do ano que vem. Se for decidido hoje que aquele trecho é uma concessão separada.

Quando a gente faz concessão é até interessante que a gente não tenha um projeto executivo. Por quê? Porque é o concessionário que vai executar projeto, executar obra e, depois, operar o trecho. Como é o próprio concessionário que faz tudo, é importante que ele mesmo faça o projeto, porque depois é ele que vai conviver com os problemas de projeto que ele tiver gerado durante os 30 anos de operação. Então, quando a gente tem uma concessão, a gente não licita projeto, a gente faz os estudos de viabilidade com um nível de detalhamento que fica abaixo de projeto básico e, a partir dali, a gente licita uma concessão.

Nessa licitação, o que vai ser fundamental? Apontar o modelo econômico-financeiro. Se não fecha esse modelo econômico-financeiro, a gente tem que entrar com aporte público, ou seja, uma PPP, e os senhores sabem da dificuldade que é a gente formatar uma PPP no momento atual. A gente consegue...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Minha pergunta inicial foi esta: há um modelo? Porque, se não há um modelo, nada vai andar.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Hoje, pelas informações que a gente tem até o momento, a gente teria que ter uma PPP. Só que é preliminar essa avaliação. Agora é que, com os detalhamentos... Se for decidido que é só ali, aí a gente faz um detalhamento de economia mesmo – é o estudo de viabilidade econômica – para a gente entender se consegue ou não viabilizar aquilo sem ser PPP. Se a gente conseguir como uma concessão simples, é tudo muito mais fácil.

Os trâmites são muito parecidos sendo PPP ou sendo concessão. É lógico que, sendo PPP, a gente tem uma complexidade maior, que é a complexidade orçamentária. Realmente, hoje, a gente teria que ter espaço fiscal para discutir uma concessão nesse modelo.

O horizonte que eu coloquei é: se for decidido se é uma concessão simples ou PPP daquele trecho, a gente consegue licitar até o final do ano que vem. Agora, se a gente for continuar a discutir esse projeto apenas como sendo o trecho todo, aí a gente leva esse prazo para muito mais longe, porque realmente as complexidades legais, de fechar realmente o modelo econômico... Realmente, a gente começa a ter outras complexidades de engenharia. Aí é muito mais do que isso que eu estou colocando para o senhor.

Então, esse prazo é para... A gente consegue licitar uma concessão até o final do ano que vem se decidido for que realmente se quer fazer uma concessão daquele trecho, simples ou patrocinada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mais uma vez, eu queria agradecer aos convidados, cumprimentá-los. Estou positivamente surpreso com a presença dos colegas Senadores, com o interesse.

É absolutamente pertinente essa insistência dos colegas Acir e Raupp. Nós somos servidos no Acre pela BR-364, e também todo o fluxo de transporte para o Acre sofre com essas 1.200 carretas – está ali o Deputado Leo Brito, cuja presença mais uma vez agradeço. Sofremos muito, a BR vive em permanente situação de precariedade por conta desse tráfego intenso, pesado. Os acidentes se multiplicam, porque ela não foi construída exclusivamente para ser um corredor de escoamento para boa parte da soja brasileira.

Temos dois portos de saída para a soja brasileira, o de Santos – também você tem um corredor de transporte rumo a Santos – e o de Belém.

Para o de Belém, boa parte vai via Porto Velho, pega a hidrovia do Madeira e segue para Belém. E ambos passam no Canal do Panamá. Então, vejam a volta que a soja faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu queria rapidamente, primeiro, dizer que entendo, acho que é justa e apoio essa luta dos colegas de Rondônia, mas nós estamos aqui discutindo uma obra de grande magnitude. Ela tem o desafio de atravessar os Andes, de ligar dois oceanos, de mudar a geografia econômica do nosso continente – eu penso assim.

Acho que boa parte da viabilidade dessa obra está diretamente vinculada à parceria com a China, com o governo chinês. Sem isso, nós teríamos que adiar qualquer discussão dessa obra. Então, vamos precisar ter o tempo como aliado.

Sei que os chineses fizeram – e eu devo ir para uma visita – milhares de quilômetros num prazo muito curto, mas eu não tenho essa expectativa. Tenho a expectativa de trabalharmos intensamente nas diferentes etapas dessa obra, e acho que essa proposta dos colegas de Rondônia, de tentar seccionar a parte brasileira, que já atende o fluxo especialmente na Região Centro-Oeste, é um caminho.

Eu queria agradecer. Esta é a primeira vez que temos, oficialmente, a apresentação do estudo de viabilidade. É uma preliminar ainda. Eu sei que os órgãos do Governo já começaram a fazer vários questionamentos, eu também recebi isso. Então, em nome do grupo parlamentar que dá apoio a essa ideia, a esse projeto, eu queria já agradecer, porque agora temos já um documento, como foi apresentado aqui.

O histórico. Em 2014 o Presidente Jinping esteve aqui e criou um consórcio, que é esse consórcio que trabalha a ideia de fazer leilão de trechos de Campinorte até Lucas do Rio Verde. Já passou pelo TCU e pelo Ministério dos Transportes um trabalho nesse sentido. Em 2014 foi feito um memorando de entendimento entre Brasil, Peru e China visando essa ferrovia de que nós estamos tratando, transcontinental, e, em março de 2015, nós tivemos a assinatura do memorando de entendimento básico sobre a viabilidade dessa ferrovia. No dia 15 de maio de 2015, o Primeiro-Ministro também visitou o Brasil e assinou com a Presidente Dilma um convênio de negócios, investimentos e cooperação que inclui a parceria entre o Ministério dos Transportes e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma para o início dos estudos de viabilidade. Então, a partir de maio do ano passado é que começaram as tratativas visando esse estudo de viabilidade. Então, acho que estamos agora diante de uma sequência de eventos que estão nos apontando, inclusive, a possibilidade dessa audiência.

É uma ferrovia de mais de 5,3 mil quilômetros, dos quais 2,9 mil passam pelo Brasil. É algo monumental, e com investimentos que passam dos US$10 bilhões.

Hoje de manhã eu estava comentando com o Presidente da Comissão: nós vimos a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, que está superatrasada, mas que teve o seu preço aumentado em 21 vezes, e não vai ficar pronta para as Olimpíadas, como estava programado. Uma linha do metrô: 21 vezes!

Na última audiência que tivemos aqui, eu fiz referência ao aeroporto de Berlim, que está há mais de dez anos, já aumentou pelo menos quatro vezes... Estou falando da Alemanha, que tem a fama de fazer tudo certinho, dentro do prazo. Foi feita uma meia maratona em 2006 para ficar monitorando a obra, ela já completou dez anos, e o aeroporto não fica pronto. Eu não estou, com isso, querendo trazer pessimismo, mas nos colocar diante de um realismo.

Mas o que pode acelerar o processo dessa ferrovia? O comércio entre Brasil e China, para não falar dos demais países da Ásia, tem aumentado substancialmente nos últimos anos. De tudo o que o Brasil exportou em 2015, 18,6% foram para a China – estou falando de US$35 bilhões –, e de tudo o que importamos, de todos os países do mundo, 17,9% vieram da China – estou falando de US$30 bilhões. Agora, esse comércio mudou radicalmente quando a China entrou para a Organização Mundial do Comércio, e têm crescido exponencialmente as exportações chinesas, ou as importações da China dos Estados Unidos e do Brasil, se descolaram do resto.

Para que os senhores tenham uma ideia: há dez anos, eram de US$6 bilhões a US$7 bilhões de dólares as importações chinesas para o Brasil – estou me referindo aqui à parte agrícola –; agora, passa de US$20 bilhões. Então, é um crescimento vertiginoso em dez anos, aumentou mais de três vezes, foi de quase quatro vezes o crescimento, e ele segue numa curva ascendente verticalizada. Certamente isso faz uma diferença enorme.

Essa ferrovia nos coloca de frente para os portos do Pacífico. É um velho e histórico sonho nosso: chegarmos ao Pacífico sem fazer a volta pelo Canal do Panamá, que, todos nós sabemos, tem influência administrativa dos Estados Unidos. Não sei qual é o interesse da China em preservar todo o fluxo de comércio de seus produtos para ir e vir para o Brasil e outros países vizinhos passando pelo Canal do Panamá. Certamente, não é um bom interesse. É como se estivéssemos fazendo outro canal, só que ferroviário, que concorreria positivamente com a estrutura do Canal do Panamá.

E há outro ponto. Eu estava lendo que, no mês passado, nós tivemos... Agora, em 2015, o PIB da Califórnia foi de US$2,4 trilhões. Com esse PIB, o Estado da Califórnia passou o Brasil e a França e, agora, é a sexta economia do mundo.

Essa ferrovia, chegando aos portos do Peru, coloca-nos à frente da costa oeste americana, que tem o sexto PIB do mundo – estou-me referindo à Califórnia –, além dos portos do Pacífico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, eu não queria me estender mais, mas pelo cronograma também nosso, quero dizer que nós, aqui, no Congresso, Senador Garibaldi, cumprimos também uma missão: no dia 21 de agosto de 2015, criamos uma comissão mista de apoio à ferrovia; dia 16 de setembro do ano passado, tivemos uma audiência com o Ministro Nelson Barbosa, cobrando maior entendimento, maior aproximação com os técnicos, com os setores do Governo que tratam dessa ferrovia. Em dezembro, tivemos encontro com a Embaixada do Peru; em novembro, uma reunião com o Embaixador da China aqui, no Brasil; em fevereiro, uma reunião com 20 empresários chineses que estiveram aqui, no Senado Federal; agora estamos tendo esta audiência e teremos uma delegação de Senadores, de Deputados e técnicos do Governo e alguns do Peru, agora, no nosso recesso, para fazermos também uma imersão em toda a estrutura, conhecer toda a estrutura de ferrovias implantadas na China.

Então, nossa Comissão tem trabalhado, nosso grupo, e compartilho com o Senador Wellington Fagundes, com o Senador Acir, com o Senador Raupp, que estamos na coordenação de Senadores, com os colegas coordenadores Deputados; realmente estamos acompanhando e trabalhando e, por isso, temos tanta cobrança por parte dos colegas.

Eu encerraria colocando aqui um pequeno detalhe. É óbvio que não queremos que essa ferrovia seja um corredor de *commodities*, senão não leva a lugar nenhum, porque há uma diferença muito grande entre aquilo que exportamos para a China e aquilo que importamos. Mas há diferenças, por exemplo: a ideia é reduzir em mais de US$30,00 o preço da tonelada de grão exportado, óbvio, mas a China tem uma situação conosco que eu queria expor. Por exemplo, nós importamos da China, temos aqui plantas medicinais que importamos da China. O preço de 1kg de plantas medicinais é US$41,00, e o preço de 1kg de soja é 0,23. Então, exportamos soja e importamos algo cujo preço do quilo é maior, só que temos 20% da biodiversidade do Planeta. Aprovamos a Lei de Acesso à Biodiversidade, a Lei de Ciência e Tecnologia. Uma ferrovia como esta, uma infraestrutura adequada na Amazônia permite-nos, com esse aparato de lei – chegou o Senador Cassol, nosso colega que também luta por essa causa –, permite-nos um horizonte que não somos capazes de mensurar, porque, hoje, dos 30 bilhões que importamos da China, a grande maioria deles são produtos industrializados. No nosso caso, mais de um terço dos 30 bilhões que exportamos são minérios, aí, depois, você põe grãos, e temos boa parte da exportação de produtos não industrializados. E essa lógica, essa matriz, também temos que mudar. A ferrovia vem com o propósito de nos permitir que exportemos para a Ásia inteira – obviamente se viabiliza com a China – se formos ampliar os estudos.

Então, eu queria só também dizer que foram apresentados três eixos, na possibilidade de cruzar os Andes: um, chamado norte, que atravessa o Acre inteiro, que, obviamente, interessa ao nosso Estado, que sairia por Cruzeiro do Sul; outro, que faz uma mudança de quase 90 graus no meio do Acre, perto do Município de Feijó e há um outro que sai por Assis Brasil, próximo à estrada do Pacífico, que, na época, como Governador, ajudamos a construir.

Construímos uma infraestrutura, mas Brasil e Peru não mudaram suas regras bilaterais para facilitar o fluxo de importação e exportação, como foi dito aqui pelo nosso Ministro. Mas o que eu queria dizer com isso? Lamentavelmente, o Javier, que está aqui, é de uma empresa que tem a concessão de mais de 1.000km de ferrovias do lado peruano. Ele está como convidado nesta audiência. Eles já subiram os Andes, até Puno, salvo engano, pelo lado peruano, então, no mínimo, você tem que ter, no estudo de viabilidade, uma proximidade com quem opera ferrovias no lado peruano, para tirar, definitivamente, qualquer dúvida de qual é o melhor traçado e custo. Ele está aqui, é um dos dirigentes desse grupo, a ACRES, grupo que opera, inclusive, a ferrovia que leva de Cusco a Machu Picchu, cujos carros foram completamente modernizados. Eles operam e vieram como convidados nossos, para acompanhar, porque não adianta fazer as coisas desconectadas. Sei que, no Peru, há dois movimentos: um, pelo eixo norte, outro, pelo eixo sul, mas é importante que se aprofundem os estudos e vejam realmente qual é o mais rápido e mais barato custo que podemos ter. É provável que nos acompanhem na viagem que teremos à China e, com isso, podemos aproximar todos.

Eu queria, mais uma vez, cumprimentar V. Exª e agradecer. Acho que temos um projeto de médio e longo prazo, mas a Comissão de Infraestrutura do Senado está fazendo a sua parte, trazendo este debate para cá, cobrando um posicionamento, e espero que possamos, no segundo semestre, avançar a partir desse estudo de viabilidade. E aproveito para cumprimentar a empresa chinesa, os brasileiros todos que ajudaram porque, agora, temos algo mais concreto para criticar, para avaliar e até para trabalhar a partir desta audiência pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu queria pedir a compreensão dos Senadores para inverter a ordem dos oradores. Como o Senador Wellington Fagundes é um dos coordenadores, então, eu pediria a compreensão dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins e Hélio José, que estão inscritos, para ouvirmos agora a palavra do Senador Wellington Fagundes, agradecendo novamente a presença do Deputado pelo Acre, Leo de Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, só para justificar que já estive aqui antes, mas, como estou também relatando na Comissão de Desenvolvimento Regional, tive que ir lá, e aqui estou, terei que voltar. Isso, infelizmente, é a nossa pauta, principalmente terças, quartas e quintas, quando temos muitas atividades, muitas Comissões ocorrendo ao mesmo tempo, no Senado da República, das quais temos que participar.

Bom, aqui já foi bastante explicitado, principalmente pelo Senador Jorge Viana, que é o Presidente da Frente Parlamentar da nossa tão sonhada Bioceânica, e, para nós, de Mato Grosso, a angústia é muito maior porque já estamos com a carga pronta. Somos o Estado que temos, hoje, o maior volume de produção na área da agricultura e da pecuária, ou seja, do agronegócio.

Temos, no Estado de Mato Grosso, um potencial mineral que não tem nem 1% ainda explorado, nossos minerais explorados são, basicamente, ouro e diamante; os outros minérios, as outras *commodities* minerais, para se viabilizarem, precisam exatamente da infraestrutura, e, sem dúvida nenhuma, a ferrovia é fundamental. Conseguimos realizar um sonho, que foi fazer com que a ferrovia Ferronorte chegasse até a cidade de Rondonópolis.

Mas, Sr. Presidente, é importante dizer aqui para todos os que vieram, inclusive, assistir a esta audiência pública, as autoridades, a empresa chinesa que aqui está, os representantes dos outros países, Peru, que essa ferrovia foi inaugurada há pouco tempo e já está com a sua capacidade de transporte de carga exaurida, tanto é que a empresa ALL, que foi, agora, absorvida pelo Rumo, já está com um projeto de duplicação da ferrovia, que liga a cidade de Rondonópolis, ali na divisa de Mato Grosso do Sul com Mato Grosso. Rondonópolis é a cidade-polo da região sudeste, então, a empresa já está planejando, já estão prontos os estudos para a duplicação.

Havia um problema muito sério em São Paulo, que já foi resolvido, ou seja, para o produto de Mato Grosso chegar a São Paulo gastava-se o mesmo tempo de São Paulo para descer no Porto de Santos. Hoje, isso também está resolvido, ou seja, já melhorou, mesmo assim tem que duplicar a capacidade.

E é bom dizer que, em Mato Grosso, só essa região do Araguaia tem capacidade de produzir tudo o que produz o Mato Grosso hoje, são alguns milhões de hectares abertos. Isso são áreas grandes, sem falar nos pequenos, porque temos outro grande problema no Mato Grosso e no Brasil, que é a regularização fundiária. Grande parte da área mato-grossense está na mão de assentamentos, e essas pessoas não têm documentos, não vou nem falar em Rondônia, mas estamos trabalhando com isso também, porque são áreas que podem agregar a produção. Mas tudo isso está atrelado diretamente à questão da infraestrutura, porque as nossas distâncias são muito grandes para chegar aos portos.

Então, a Ferrovia Norte-Sul, em que a Valec tem trabalhado tanto, é outra realidade, e, se pudermos fazer a interconexão, porque a Transcontinental é um sonho, mas sabemos, compreendemos que não é uma coisa para se realizar de um dia para o outro. Agora, no caso do Mato Grosso, o que estamos estudando é principalmente a saída para os portos do Arco Norte, então, temos a possibilidade – a ferrovia está parada em Rondonópolis – de começar pela região Norte, ir até Rondônia e fazer talvez até mais do que um estudo, mais do que um projeto realizado verdadeiramente e já poder escoar essa produção com um custo mais barato. Claro, quando chegar ao Peru, quando pudermos fazer toda essa conexão, realizar a Ferrovia Intercontinental ou Transoceânica, aí, sim, estrategicamente, para o Brasil, é muito importante.

Mas queremos falar aqui, com os companheiros de outros países que têm interesse, principalmente a China, que é o maior comprador do Brasil, que precisamos fazer com que a coisa tenha mais definição de prazo, porque a população nos cobra: vocês vão ficar com esse discurso por quanto tempo?

Então, tenho algumas perguntas aqui, Sr. Presidente. Essas perguntas foram também preparadas pela minha assessoria, e vou ler todas essas perguntas e cada um aí anota. Se não for possível respondê-las agora, não há problema algum. Pode ser mandado, nós podemos depois aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente.

Então, a primeira pergunta: é possível avaliar o custo futuro de fretes da ferrovia que estamos discutindo? Falo isso aqui porque o custo do frete para você levar uma tonelada de soja hoje, de Rondonópolis até o Porto de Santos, é o mesmo do frete de caminhão. Por quê? Porque não há alternativa, ou seja, a empresa já está na carga máxima e ela não precisa baixar o preço. E no Brasil não temos uma regulação clara de preços. Então, constrói-se uma ferrovia, mas de quanto será o benefício da sociedade com aquela ferrovia? Por isso a pergunta.

E os empresários falavam tanto, porque essa ferrovia foi construída basicamente com recurso público, de fundo de pensão. E a Ponte Rodoferroviária de São Paulo para Mato Grosso do Sul foi construída também com recurso exclusivamente público. E foi feita uma ferrovia, e o custo do frete não baixou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Como se comparam esses custos, por exemplo, para o transporte de uma tonelada de soja produzida em Mato Grosso com destino à China, e que seja transportada e embarcada pela Bioceânica, em comparação com as opções existentes, como pelo Porto de Paranaguá? Isso se dá basicamente pelo transporte rodoviário. Qual o valor total de implantação do projeto? E como será sua engenharia financeira?

Haverá possibilidade de o governo chinês financiar parte dos custos envolvidos? Será necessário aporte de recursos do Brasil para a construção do lado peruano da ferrovia? Como se dará a operação da ferrovia? Haverá algum tipo de outorga a investidores privados? As ferrovias serão executadas segundo as normas brasileiras de engenharia, segundo as normas chinesas, admitindo-se que a CREEC venha a construí-la, ou segundo uma combinação de normas, de forma a harmonizar as redes do lado brasileiro e peruano? Será necessária a estação de transbordo na fronteira entre esses dois países? De que forma isso impactaria o transporte, em termos de custo e tempo?

E aqui vou acrescentar uma pergunta que vou fazer agora já de improviso. Tivemos aqui a Copa do Mundo no Brasil, e, para a execução da Copa do Mundo, nós fizemos uma lei específica para a Copa do Mundo. Acho que a Transoceânica é algo que talvez a gente pudesse pensar numa lei específica, dada a importância que representa um projeto como esse.

E aí, sei que existem as relações diplomáticas, mas como já estamos falando objetivamente aqui entre empresários, entre o Parlamento, entre a sociedade, talvez se vocês pudessem ser mais objetivos – se não puder, não precisa ser hoje – mas de uma forma que seja possível que seja colocado aí pelos países como vocês entendem que as dificuldades brasileiras possam ser suplantadas. Todos falam aqui que na China, resolveu fazer, vai fazer. Não existe dificuldade para transpor uma serra, para transpor uma área ambiental.

No Brasil, temos que deixar claro e precisamos começar a discutir isso, porque precisamos destravar o Brasil. O Brasil é um país travado nas exigências das licenças ambientais, das licenças de tantos órgãos que são envolvidos. Temos problemas indígenas, temos, no caso do Mato Grosso, uma estrada lá, a BR-158, que funciona há mais de 50 anos. Começou a produção, criaram uma reserva indígena em cima da área. Fiz um projeto de lei, que tramitou aqui nessa Casa, e o próprio governo foi contra no passado, que era exatamente para que toda estrada, passando em reservas ou áreas indígenas, fosse uma área de interesse social. E isso não temos aprovado.

Então, temos uma dificuldade grande. E aí, companheiros, todos aqui, não vou me dirigir só aos chineses, vocês precisam ser claros conosco também naquilo que precisamos fazer em termos de mudanças, inclusive, se for o caso, na legislação, porque isso pode ser um impeditivo, e amanhã vão falar: trabalhamos, trabalhamos, e vamos largar isso de lado.

O traçado proposto atravessa a Amazônia, região em que o licenciamento ambiental é sempre mais difícil, como foi e está sendo o caso da reconstrução da BR-319.

Nesse sentido, interrogo se, após resolvida a engenharia financeira, não haverá novamente uma verdadeira batalha para se obter o licenciamento ambiental que permita o início das obras dessa ferrovia. Por isso estou dizendo que talvez a gente pudesse trabalhar, antes até, aqui, ou concomitantemente, essa questão ambiental.

Como se dá a interação entre os três envolvidos no âmbito dos estudos? Considerando aqui o teor da apresentação que já foi feita. Quais foram as etapas já superadas? Quais os próximos passos visando a consecução dos estudos? Considerando tratar-se de um estudo em nível de previabilidade, quais os próximos passos em relação ao empreendimento? Quais os principais desafios encontrados para a realização dos estudos e quais os impactos decorrentes? Quais as dependências ainda existentes para a conclusão dos estudos e qual o prazo necessário?

Houve verdadeiramente o trabalho de campo? Que tipo de trabalho de campo efetivamente, porque, aqui no Brasil, a gente faz muito projeto só pelo Google. Quero saber se houve efetivamente algo que já dá consistência para que se possa definir inclusive a questão do investimento.

Os estudos impactados pelo empreendimento foram visitados?

Qual é o nível da expectativa do lado peruano em relação ao empreendimento? De que forma a mudança do governo peruano pode impactar nos estudos? Qual é o porto no Peru que deverá ser atendido pela Ferrovia Bioceânica?

Quais são as principais mercadorias, no sentido Peru-Brasil – que já foi até um pouco falado aí – considerando os volumes indicados na apresentação? É necessário um maior nível de desagregação e identificação desses fluxos?

Sr. Presidente, quero, então, encerrar aqui porque não quero abusar.

Mas, é importante e quero registrar, como V. Exª colocou, que já tínhamos proposto aqui essa audiência pública, já há algum tempo, foram três Comissões aprovadas, por isso, gostaria de ficar aqui até amanhecer o dia, porque o assunto é muito grande, dada a importância que tem.

Mas, por enquanto, dou-me por atendido por V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Por enquanto? Ainda tem mais?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Até amanhecer o dia, Presidente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Cidinho. O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Muniz, em seguida, o Senador Lasier.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Faço das perguntas do Senador Wellington as minhas perguntas, porque, na verdade, vamos ter que fazer um seminário para poder responder a esse pequeno questionário que ele apresentou. Mas, a ferrovia para nós, do Mato Grosso, do Centro-Oeste, é de fundamental importância.

E queria pedir licença, tenho uma audiência agora na Funai, mas, daqui a pouco, estarei de volta novamente. Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Na Funai para resolver...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a participação do Senador Cidinho.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Garibaldi, primeiramente queria parabenizar a todos que tiveram a ideia de fazer essa reunião, os técnicos aqui presentes.

E queria falar com os Senadores Acir, Wellington e Jorge Viana, que saiu, que lá na Bahia a gente tem um ditado: cachorro que tem muito dono morre de fome. Não sei se vocês entendem o que é isso. Aqui está parecendo isso, a gente tem uma porção de gente dona de uma obra, uma porção de gente falando, e ninguém é responsável.

Aí chega uma pessoa da China e diz: sou o engenheiro chefe. Ele veio sozinho, representando um país, colocou o cronograma, colocou os obstáculos, colocou os projetos, como estão desenvolvidos.

Este País precisa mudar. Isso tudo é dinheiro que estamos jogando fora, é tempo que estamos jogando fora.

E ontem, o nosso Ministro da Fazenda disse que a gente precisa retomar a confiança. Como vamos retomar a confiança com isso? A gente vem aqui, para fazer uma audiência pública, e foi essa a pergunta de vocês o tempo todo. O Senador Acir dizia: "Quem é o responsável?" Quem é o responsável para dizer "eu tenho o compromisso, em nome do Governo Federal, para colocar esses dados, compilar todos esses projetos, estabelecer as metas e dar o prazo", não é, Senador?

Acho que é essa a pergunta. Quer dizer, se a gente não sair daqui...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – São dez anos, vinte anos, cinquenta anos...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – São dez anos, vinte anos, cinquenta anos, seja o que for. Mas alguém tem que dizer: "Olha, eu estou assumindo a responsabilidade, em nome do Governo Federal." Então, aqui está o Ministério do Planejamento; Coordenadoria Ferroviária da EPL; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Diretor-Presidente da Valec; Ministério das Relações Exteriores. Quem é o responsável? Quem é o responsável, Sr. Presidente?

Então, eu fico preocupado porque ninguém assumiu a responsabilidade para fazer a coordenação. Não estou dizendo que a pessoa tem que saber tudo não. As pessoas não precisam saber tudo, mas precisamos ter um local onde possamos entender e, claro, entender todo o projeto pela magnitude de um projeto desses. Talvez não tenhamos no Brasil um projeto com tanta magnitude.

Qualquer pessoa que tenha um mínimo de conhecimento sobre a geoeconomia mundial sabe que essa obra é fundamental. Então, a parte da intenção, acho que a gente já passou. Eu tenho 20 dias aqui, me perdoem, vocês já devem ter debatido a intenção dessa obra por anos e anos. Então, a gente tem que ultrapassar essa fase da intenção e dizer que a gente tem um cronograma.

Eu fico preocupado, porque, na Bahia, a gente tem a Fiol, que é uma obra importantíssima. O Dr. Mário colocou aí que 75% dela estão prontos no primeiro trecho; no segundo trecho, apenas 10%. E a obra está quase parada. Então, a gente não está conseguindo colocar de pé 1.527km, e a gente está pensando numa de 5.000. A gente não deve deixar de planejar o futuro, mas a gente precisa ter um responsável.

Aí eu fico aqui me perguntando: o que poderíamos fazer, Presidente? E surge uma sugestão. Quando o Presidente da Valec colocou as obras que estão em andamento, temos aqui Ilhéus-Caetité, Caetité-Barreiras e o trecho também da Norte-Sul. Nós já temos investido lá, pelo que me consta – conversei agora com o pessoal do Governo da Bahia, com o Vice-Governador, João Leão –, quase R$3,5 bilhões, se não me engano, e faltam em torno de uns R$3 bilhões. Será que não é hora de pegar isso que já está pronto, que já tem dinheiro, recurso dos nossos brasileiros, recurso investido, obra realizada, e tentar transformar isso aqui numa PPP? Será que não é mais fácil colocarmos esse esqueleto de obras paradas que nós temos no Brasil, com investimentos que não se acabam, que não se tornam dividendos para a população que paga impostos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Para encaminhar, a minha questão é, Sr. Presidente: primeiro, se pudermos, estabelecer uma relação com a pessoa que seja responsável por esse projeto aqui no Brasil; segundo, aproveitar a presença do Diretor-Presidente da Valec e perguntar o que podemos fazer e se não podemos avançar, já que, dificilmente, nós vamos ter recursos públicos para finalizar a obra da Fiol. E o Governo do Estado da Bahia está se colocando à disposição para buscar essa parceria para que mudemos a concepção de uma obra totalmente pública e fazermos daquela obra uma PPP. Então, precisávamos criar mecanismos para agilizar esse tipo de ação e tomar esse exemplo da Fiol para outros exemplos de obras que já têm um percentual investido no Brasil, estabelecendo aí uma oportunidade para que investidores internacionais ou nacionais possam participar, já que já há 50% de contrapartida do Estado colocados à disposição dessa parceria. Então, são duas questões, Presidente, que eu gostaria de fazer o encaminhamento aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Presidente, Senador Garibaldi.

Em primeiro lugar, eu quero encampar boa parte da pergunta do Senador Roberto Muniz, que, de forma veemente, perguntou aí quem se responsabiliza pelo gigantismo dessa obra, que um dia será realizada aqui, no Brasil.

Agora, eu quero dizer que eu não tenho dúvidas de que essa obra vai sair. Se vai ser já ou daqui a dez anos, eu não sei, mas eu acredito que vai sair, porque a China está no meio.

E nós estamos aprendendo, já há duas décadas, que, onde os chineses põem a mão, a coisa se concretiza. Isso até me faz lembrar um prognóstico, Senador Garibaldi, que foi feito há 200 anos por Napoleão Bonaparte, que disse que, no dia em que o dragão chinês despertasse, o mundo iria tremer. É o que tem acontecido.

E a China está aqui hoje, representada pelo Sr. Bi Qiang, que trouxe, inclusive, o documento completo, o estudo, o traçado, isto é, ele já veio mostrar como é que se vai fazer. É verdade que falta avaliar os impactos da Região Amazônica, mas, se um dia tivemos a Transamazônica, uma obra rodoviária, por que não vamos ter uma ferrovia? É evidente que vai dar, até porque o Brasil está precisando de desenvolvimento e essa obra vai significar um extraordinário desenvolvimento nesse traçado leste-oeste.

Eu, como lá do Sul, fico olhando, com entusiasmo, porque vai ser desenvolvimento brasileiro, mas isolamento gaúcho. Nós vamos ficar longe, mas isso é outra questão. Aliás, entre parênteses, nós, no Rio Grande do Sul, sonhamos há muito tempo com uma obra que também vai desembocar no Pacífico, em Antofagasta, mas que nunca se realizou, que nunca passou de sonho, porque não tivemos o interesse chinês. Que bom se os senhores fossem lá também, Sr. Bi Qiang, fazer um traçado em que se vai chegar pelo Chile. Bem mais barata essa obra que essa monumental Transcontinental de agora. Mas isso é sonho nosso. De alguma maneira, havendo desenvolvimento brasileiro, nós também teremos algum benefício, como um grande Estado produtor de soja e de carnes, mas quem vai ganhar muito com isso aqui vai ser Mato Grosso, que já está em grande desenvolvimento e é o maior produtor de soja do Brasil.

E não é por acaso que a China está chegando a esse projeto, porque a superpopulação chinesa precisa de alimentos. E o Brasil, que é hoje o segundo produtor de alimentos e, daqui a pouco, vai ser o primeiro, vamos dar comida para os chineses. Então, eles querem essa obra. Por isso, eu acho que vai sair. Vai sair, tenho certeza.

Por esse aspecto, nós nos congratulamos com os nossos companheiros destes sete Estados, saindo do Rio de Janeiro e passando por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Que belo desenvolvimento está ali adiante! Quando chegar lá, o Brasil será aquele País do futuro que nós sonhamos há muito tempo, mas, desta vez, porque a China está no meio, e a China, ninguém segura! Nós sabemos disso.

Sr. Bi Qiang, cumprimentos pelo trabalho que V. Sª já nos traz aqui e nos impressiona, porque os senhores já trazem os desafios prontos, com a pesquisa geológica, a sondagem do terreno, a avaliação do impacto ambiental, a viabilidade econômica. Não temos dúvida da viabilidade econômica. É claro, esse projeto vai ser bom para os chineses, para os peruanos e para nós, brasileiros. E obra dessa magnitude os europeus estão acostumados a fazer. Então, por que nós também não teremos? É evidente que vamos ter lá adiante.

Eu apenas fico me perguntando, para encerrar este meu depoimento, Presidente Garibaldi, de entusiasmo como brasileiro e de frustrado como gaúcho, por que não estamos nesse traçado. Que pena! Eu pergunto ao Dr. Dino Batista: o que sobra para nós? Hoje, nós vivemos da exportação via Porto de Rio Grande e chegamos à China com grande quantidade de soja, principalmente, e de outros produtos. Agora, eu tenho impressão de que, embora nos servindo por enquanto desse frete escorchante do transporte rodoviário, resta-nos chegar ao centro, quem sabe atalhando e chegando a Goiás, ou, então, contentar-nos em fazer o nosso transporte particular via rodoviária e via hidroviária, pelo Porto de Rio Grande. Eu cumprimento, mais uma vez, o Sr. Bi Qiang e eu não tenho pergunta a lhe fazer, mas, se o senhor veio aqui hoje, é porque tem perspectivas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

assim como os nossos amigos peruanos que estão aqui também nesta destacada reunião da nossa Comissão de Infraestrutura, que marca um gol com esta nossa reunião, Presidente. E eu cumprimento os nossos colegas que requereram esta nossa oportuníssima e empolgante reunião, porque nos mostra um horizonte positivo lá adiante. Não interessa se vai ser daqui a cinco ou dez anos. Eu ouvi falar ali que a primeira parte, o primeiro trecho, que seria Rio Verde-Campinorte no Porto Velho – já é um início –, vai ser para 2025. Não está longe, daqui a nove anos. Eu pergunto para arrematar, agradecendo pela tolerância do tempo que o Presidente está me concedendo: o que o senhor vê como alternativa para o Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, para também usufruir dessa monumental obra?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, eu fico feliz com a exposição que todo mundo colocou aqui quanto à questão da ferrovia. Essa ferrovia, na verdade, vai interligar o centro produtor de Mato Grosso com Rondônia e Acre, interligando com o Peru, mas o que eu tenho percebido, na verdade, é que é mais politicagem, é mais um palanque político que, na verdade, uma realização. Isso aqui é conversa de bêbado para delegado. Essa é a realidade. Não adianta esconder. Eu sou muito prático. Eu fui Governador de Rondônia. E, quando fui Governador de Rondônia, foram a Vilhena e lançaram a ferrovia de Lucas do Rio Verde a Mato Grosso até Vilhena. Eu falei: "Gente, isso é uma burrice. O que vai trazer de Lucas do Rio Verde para Vilhena?" Nada. O que tinham de fazer era ferrovia de Sapezal até Porto Velho, o corredor de produção da região norte do Mato Grosso com a região sul de Rondônia, Vilhena, Cerejeiras, aquela região, para levar para Porto Velho e escoar pelo Rio Madeira. Aí, sim, a equipe técnica do Governo acordou, estavam cometendo uma verdadeira burrice, estavam botando, na verdade, a carreta na frente dos bois. Hoje, o que nós vemos?

Quando eu estou falando que isso aqui é um palanque político, é porque lá em Rondônia é isto: eu vejo político de tudo quanto é lado falando da ferrovia; que ela vai resolver, vai trazer progresso. Isso é conversa, gente! É bom? É bom! Mas aí eu quero perguntar: tem interesse do Governo Federal? Não tem. Não adianta. Não tem.

Nós estamos em um país que está querendo emprego. Aí a indústria automobilística de caminhões pesados vai ficar desempregada, porque são 6 mil caminhões que rodam de Sapezal para Porto Velho – são 2 mil na estrada; são 2 mil carregando e descarregando; e 2 mil na oficina, arrumando. Então, são 6 mil caminhões, são 6 mil motoristas.

Bom, a China tem o interesse – e aqui tem um representante da China – quanto ao preço e ao benefício. Antigamente, o frete, para você mandar por navio, era cento e não sei quantos dólares a tonelada. Hoje, se eu não me engano, é US$30,00 a tonelada. Bom, nós tínhamos só um canal para passar, que era no Panamá. Era difícil, mais caro. Hoje, já tem dois; já se inaugurou mais um. Então, o que eu estou entendendo nisso tudo: que é mais um palanque em véspera de campanha política. Me desculpem! O Governo brasileiro não está conseguindo pagar a conta dos convênios que fez até agora. É o nosso Governo, o nosso Governo brasileiro. Está aqui. Nós temos de ser realistas. Eu sou muito prático, sou empreendedor, sou empresário. Hoje, estou como Senador; amanhã, não estarei. Então, não vou ficar aqui enganando o povo meu, do meu Estado, nem do Brasil. É muito prático, gente!

Vamos falar agora da linha de transmissão do Pará, de Tucuruí, que foi para o Amapá e está indo para Manaus, para o Amazonas. Gente, não estamos conseguindo levar energia para Manaus, que está no sistema isolado! Está aqui o Jorge Viana, que sabe disso. Nós não estamos conseguindo chegar com energia em Manaus por causa da burocracia, porque o próprio Governo não se entende. Nós temos aqui vários ministérios sentados, à mesa. Eu pergunto se tem conversa entre si. Não tem, a não ser no boteco, a não ser na lanchonete, a não ser no restaurante. Fora disso, não tem. O Planejamento fala uma coisa; o Ministério do Meio Ambiente fala outra; a Funai fala outra. Não tem.

Se nós queremos obra estruturante para o Brasil, só temos um caminho: tem de vir de cima para baixo. Tem de existir uma legislação para, quando se planejar com o Governo Federal, com as entidades responsáveis e com os Estados afins, essa obra não tenha empecilho, porque qualquer boi de piranha entra lá, na ponta, entra na Justiça e bloqueia tudo. Olhem as usinas do Madeira, olhem as usinas do Pará; quantas vezes pararam a obra por interesse de uma coisa ou outra? Aqui se para, no Brasil, para fazer uma duplicação em uma avenida. Gente, estamos em Brasília! Estamos cheios de convidados aqui. Até tempos atrás, para irmos ao aeroporto, não podíamos ir naquela baixada, porque tem um parque não sei do que de um lado; tem calango do outro, e não se podia duplicar embaixo. Então, chega-se no nosso eixo principal, no Eixão, na ponta, e afunilava para uma pista dupla. Não se conseguia colocar a terceira pista, porque os órgãos ambientais não permitem.

Então, gente, esse sonho é bonito. Eu também quero ajudar a realizá-lo, mas eu tenho certeza de que, daqui a 20 anos, estaremos conversando a mesma coisa. Daqui a 20 anos, estaremos conversando a mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

coisa – Jorge, é verdade, essa é a minha opinião! É a minha opinião, individual. Eu sou Senador e tenho o mesmo direito de qualquer outro de colocar a minha posição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – É claro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu não gosto de enganar ninguém. Eu não gosto de iludir ninguém. É ótimo, se acontecer isso, é ótimo! Mas eu pergunto: o Governo Federal tem interesse? Não tem. Nem o Governo anterior, nem o Governo atual, que está aí, porque antes era tudo junto. Era tudo a mesma coisa. Só mudou o nome, mas é tudo a mesma panela.

Então, a realidade, Presidente, é muito franca. O projeto é importante. Não adianta o pessoal, na beira da BR, pensar: "É Rondônia que vai ganhar com a ferrovia, blá-blá-blá." Esquece! Entendeu? Vai é desempregar muita gente. Muita gente, na beira da BR – restaurante, borracharia, oficina, a indústria em São Paulo –, vai deixar de vender?

Então, por mais que os chineses tenham interesse, eles também fazem conta. De burros eles não têm nada. Eles precisam de alimentos; nós temos. Eles precisam de minério de ferro; nós temos. Rondônia também tem. Era importante que isso acontecesse. Mas com o que eu não posso pactuar é ver político do meu Estado, a cada 15, 20 dias, fazer discurso lá, dizendo que "a ferrovia... a ferrovia... a ferrovia...". E nós não estamos conseguindo pagar a conta do dia de hoje. Não estamos conseguindo arrumar a BR-364. Está aqui o Jorge, que sabe a dificuldade que tem para chegar ao Acre. Para nós podermos fazer a nossa ponte para ir ao Acre, quanto trabalho nós tivemos! Quantas ações na Justiça nós tivemos! Quantas vezes nós brigamos para conseguir uma licença! Então, uma das coisas que emperra esse Brasil, infelizmente, é a burocracia que o próprio Governo do PT, do PMDB e de todo mundo criou neste Congresso Nacional. Essa é a realidade. E hoje, para se conseguir uma licença, tem dois puxando para frente e dez puxando para trás.

Se acontecer de vocês investirem de verdade, eu vou ficar feliz, mas eu pago para ver isso. No que depender de mim, como Senador da República, podem contar. Vocês terão o meu voto, terão o meu apoio para liberarem projeto, liberarem infraestrutura. É como o Wellington falou: como é que está esse projeto? Ele está no papel? Ele está na prática? Foram lá *in loco* ou fizeram pelo Google? Ou fizeram como muitos desses projetos que existem, andando por aí? Está aqui o meu colega, Senador da Bahia. Se lá, no Nordeste, foi lançada a ferrovia naquela região há quantos anos, e nós estamos aqui hoje vendo que só se inaugurou um pedaço. Falta outro pedaço. Falta a maioria. Falta dinheiro. Está toda parada.

Então, gente, vamos primeiro terminar o que está aí, vamos primeiro terminar o que se começou, para depois nós falarmos do que nós podemos fazer para frente. Caso contrário, o resto aqui é bom discutir, tomar um uísque ou um refrigerante, o outro conversa disso, e vamos planejar para o futuro. Vamos sonhar bastante, mas não vamos enganar o povo com a realidade, pois isso não será um passe de mágica, porque ninguém tem a varinha mágica para isso.

Então, quero agradecer a oportunidade, Presidente. E me desculpe a franqueza, mas o meu estilo é assim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento o nosso Presidente, S. Exª o Senador Garibaldi Alves, cumprimento o nosso Vice-Presidente do Senado, Senador Jorge Viana. Eu queria cumprimentar também o Anderson Lessa, da EPL, e dizer que a EPL precisa atuar mais, apresentando realmente os projetos de logística. Não é possível, Anderson, a EPL, como naquele negócio do PIL 2012, que ficou no papel, não andou nada. Então, a EPL tem de ser mais protagonista. Se ela está precisando de mais servidores públicos, coloque para o Governo que precisa de mais servidores públicos para atuar. Então, quero cumprimentar a EPL, dando este recado a você. Estou solidário, acho que a EPL é uma boa empresa e ela tem condições de nos ajudar a viabilizar as coisas. Mas ela tem de colocá-las no papel, porque, sem planejamento, nós não vamos ter obra nenhuma realizada, a tempo nenhum. Então, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura que sou, tenho de apoiar essa obra, porque ela é importante. E nós, servidores públicos, temos de viabilizá-la da melhor forma possível, em todos os níveis, no projeto, em como financiá-la e como executá-la, para que ela aconteça um dia. Sem isso, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Cumprimento o Mário Rodrigues Júnior, Presidente da Valec. A Valec realmente é isto, Mário. A gente tem aqui uma noção disso, quando as ferrovias não andam, quando as coisas não saem do papel, sendo que, no Brasil, é fundamental a importância do modal ferroviário para tirar esses caminhões da estrada, que causam acidentes, que destroem as nossas rodovias, tornando as coisas praticamente inviáveis em vários lugares. E fazendo um transporte mais barato, não uma ferrovia para o transporte ficar com o mesmo preço, igual eu vi aqui, mas uma ferrovia para ficar mais barato o preço. Então, a gente precisa unificar com os empresários.

A Valec precisa ser mais protagonista neste modal porque ela foi criada para isso. E a gente precisa ver como ajudar a Valec a sair dessa situação em que se encontra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Cumprimento o Hailton Madureira, da Sepac, do Ministério do Planejamento. É uma área onde a minha carreira, que é a de Analista de Infraestrutura, deveria estar toda centralizada, nos 15 ou 20 ministérios que atuam na infraestrutura nacional, porque a nossa carreira faz todos os projetos e deveria ser mais valorizada, ser mais colocada no cenário e com mais possibilidade de poder se projetar. Nós, engenheiros, é que devemos colocar como o projeto deveria sair, e não os cargos A, B ou C de apadrinhados políticos que não conhecem a engenharia, que não têm condição de encaminhar, muitas vezes ocupando a burocracia e atrapalhando os projetos a andar ou fazendo negócio.

O governo passa e o Estado fica. Nós somos Estado, porque nós somos servidores públicos e nós precisamos projetar para o processo andar. Nós, aqui, servidores públicos, igual ao Hailton e outros nossos colegas que estão lá, precisamos, de fato, colocar o dedo na ferida e apontar. Eu pensei que esse Ministério que o Moreira Franco estava colocando seria para centralizar todas as questões, realmente, da infraestrutura, e fazer acontecer, mas ele vai ficar mais só na parte da articulação. Então, vai caber ao Ministério do Planejamento, via Sepac, que tem uma carreira transversal, competente – e tem compromisso deste governo para resolver o problema dessa carreira sobre a questão de ter ficado fora da MP 440. Esse governo tem que enviar medida provisória para resolver a questão da carreira da infraestrutura. Estou aguardando aqui e até agora não enviou. Foi compromisso feito. A gente precisa realmente ter condições de mostrar os projetos de obra para esse nosso País. Então, eu acho que a Sepac tem que ser mais protagonista, tem que unir mais as pessoas para poder atuar.

Cumprimento o Dino Antunes, do Ministério dos Transportes. É um Ministério bom, Dino, vocês estão com um bom Ministro. Estavam com um outro bom Ministro. O que vocês precisam, também, é demonstrar para este País que as grandes obras de transporte, seja a hidrovia, seja a ferrovia, que facilitam colocarmos cargas mais baratas nos portos, precisam ter prioridade. Precisamos discutir isso com mais afinco. Vocês estão com um quadro de profissionais... Só da minha carreira vocês têm lá quase 130 profissionais e engenheiros da mais alta qualificação para ajudá-los a realmente tirar as coisas do papel. E precisam, de fato, estartar essas questões. Quero dizer para você que eu estive com o Lessa em duas ou três oportunidades, estou junto nessa luta, acho que é um Ministro novo, dinâmico e que a gente tem condições de executar.

Bi Qiang, a China tem que parar de só especular, tem que investir de verdade. Eu acho que o seu projeto aqui é um projeto bom, mas a China tem que chegar e dizer: "Temos o dinheiro, vamos executar, vamos fazer parcerias e vamos fazer, realmente, acontecer." Não podem ficar só especulando, depois cair fora e deixar as coisas aqui. Na maioria das vezes fala-se que a China só especula e não executa. Lá no seu país vocês executam e são rápidos, são rápidos para executar. Então, aqui, nós queremos essa parceria com vocês e queremos agilidade para podermos fazer, porque essa obra aqui é muito importante para o Brasil, é muito importante para o Peru e é muito importante, também, para a China, para podermos ter outro norte, outro canal de encaminhamento da infraestrutura e também das mercadorias, não ficar dependendo tanto dos outros que estão sob o controle de outros países.

Então, para o Brasil, para o Peru e para a China essa parceria é muito importante para as questões políticas mundiais, a geoeconomia política mundial. É importante a China fazer, ela tem dinheiro, tem condições de executar e o Brasil tem uma mão de obra qualificada que pode ajudar nessa parceria para fazer as coisas acontecerem.

As questões que a minha assessoria sugeriu e que eu quero fazer são as seguintes. Por meio da Ferrovia Transcontinental pretende-se ligar o Porto do Açu, no Rio de Janeiro, a um porto a ser construído no Peru. O trecho entre Campinorte, no meu Estado, que é Goiás, e Vilhena, que é Rondônia, com aproximadamente 1.641km de extensão é denominado Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), sendo o Centro-Oeste o centro de produção da soja em nosso País. A construção da FICO fazia parte do Programa de Investimento em Logística (PIL), lançado pelo Governo Federal em 2012 – só que não saiu do papel –, mas até hoje sequer foi definido o modelo de outorga a ser adotado para a construção e para a operação da malha ferroviária brasileira.

Então, nós, servidores públicos, precisamos definir esse modelo de outorga. Está aqui Valec, está aqui Sepac, está aqui o Ministério dos Transportes, está aqui a EPL. Nós precisamos unir esforços, conversar entre nós. Nós, servidores públicos, nós, o Estado e resolver essa parada, porque nós estamos ganhando, sendo pagos pelos impostos brasileiros para isso. Vamos dar aumento, vamos enfrentar a discussão, e os empresários ontem bateram pesado no Henrique Meirelles para não nos dar aumento, mas estamos defasados há tantos anos, e vamos enfrentar isso e aprovar aqui todos os PLCs do aumento porque é justo o aumento para o servidor público, mas o servidor público tem que dar respostas para poder fazer o Estado apresentar o que tem que ser feito. Então, nós, nossas carreiras, precisamos executar isso.

O trecho da Ferrovia Transcontinental em estudo abarca também o trecho da FICO, e a FICO será objeto de outra outorga? Essa é a pergunta que eu quero fazer. Se o trecho da Transcontinental abarca a FICO e se a FICO será objeto de outra outorga. Queria essa resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Caso o projeto seja executado de forma desagregada, como será orientada a ordem de construção dos trechos em direção ao Pacífico e em direção ao Atlântico?

Quais serão as prioridades que nós daremos nesses trechos? Porque igual ao nosso nobre Senador Lasier e o nosso Senador Roberto Muniz aqui colocavam, nós temos que ter prioridades, porque nós não conseguiremos fazer tudo de uma vez só, mas como nós temos poucas malhas de integração necessárias com outros... Por exemplo, o Sul está integrado nesta ferrovia, tranquilo. É só nós fazermos a malha de interligação do Sul. Quer dizer, precisamos ter prioridades, e eu gostaria de saber sobre isso.

A bitola da malha ferroviária do Peru internacional é de 1.475mm. Não é a mesma adotada no Brasil, que é larga, de 1.600mm. Como será feita essa interconexão dessas duas bitolas diferentes? Vai ser um problema e nós precisamos saber sobre essa questão da interconexão e por que não – até complemento aqui, a minha assessoria que não colocou – a ferrovia brasileira, especificamente, na parte da Transcontinental, se a bitola é de 1.600? Porque ela poderia fazer, sim, ter intercâmbio com as outras ferrovias brasileiras de outra forma, para não termos essa despesa enorme, quando tiver que se fazer a conexão entre a 1.600 e a 1.435, que é a do Peru. Uma – e vice-versa – deveria ser igual à outra.

Como será feita essa interconexão eu já perguntei.

A necessidade de construção da estação de transbordo de carga não aumentaria demasiadamente o custo do transporte? Isso, porque nós teríamos que pegar um trem aqui, tirar tudo desse trem, passar para outro, para poder continuar a viagem. Quer dizer, isso vai ficar num preço absurdo. Nós precisamos ver isso.

Está terminando, última pergunta. Segundo os estudos de demanda, qual será o fluxo de carga em direção a cada um dos portos interligados? O Porto de Açu está apto a receber essa carga? Em que medida será necessária a sua ampliação?

Então, são objetos que precisamos ver, nós, engenheiros e nós, aqui, da Frente da Infraestrutura Nacional, que fizemos ontem um seminário grande, Brasil e Holanda, sobre a questão das hidrovias, no Nereu Ramos, da Câmara. Como nós, Estado, vamos ajudar o governo a sair desse imbróglio, para não ficar nisso que o Senador colocou, ou seja, só se falando que é ação política.

Obrigado.

Por favor, tire cópia e passe para ele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos conceder a palavra ao nosso Deputado Leo de Brito, do Acre.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) – Sr. Presidente Garibaldi, gostaria de agradecer estar usando a fala e de fazer uma saudação também à Frente Parlamentar, na pessoa do Senador do meu Estado, Senador Jorge Viana, saudando todos os expositores que estão contribuindo para este momento.

Embora vejamos ceticismo, acredito que temos que acreditar e buscar avançar nesse projeto, que é um projeto ousado e de grande relevância para o Brasil, para a China, para a América do Sul, para os vários Estados da Federação. Não é à toa que estamos tendo uma audiência grande, inclusive, de Senadores aqui.

Sou Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, e temos acompanhado várias obras pelo Brasil. Inclusive, estivemos recentemente na ponte sobre o Rio Madeira, que é o último elo de interligação da BR-364, que começa em Minas Gerais e que termina lá em Cruzeiro do Sul, por onde, inclusive, vai passar... Foi a alternativa escolhida no estudo apresentado pelo Bi Qiang, aqui – acompanhados os Jogos Olímpicos.

Também vamos fazer neste ano um seminário de fiscalização e controle, cujo tema serão exatamente as parcerias e os investimentos, que têm a ver, também, com a temática que estamos trabalhando aqui.

E, obviamente, como estamos falando da ferrovia, existe o grande desafio, que é o das obras de infraestrutura na Amazônia. Desde o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, a iniciativas como a iniciativa ISA, sempre se previu esta questão da ligação dos diversos modais relacionados exatamente a esse trecho Acre-Peru, a essa interligação, sobretudo visando à questão econômica.

Quero me associar ao Senador Jorge Viana, porque essas iniciativas sempre estiveram ligadas à exportação de *commodities*. E é fundamental que tenhamos um olhar diferenciado, também, em relação à agregação de valor dos produtos locais. Então, acho que essa preocupação que foi passada aqui pelo Senador Jorge Viana é muito importante.

E vejo que, para o meu Estado do Acre, o estudo trazido pelo Sr. Bi Qiang traz uma boa notícia, porque até recentemente se estava pensando em alternativas que não passavam pelo Acre, mas é fundamental: não dá para pensar essa ferrovia, que é chamada de Bioceânica ou Transcontinental, sem esta questão da passagem pelo Peru, e as três alternativas, tanto a central, quanto a sul e a norte, passam pelo Estado do Acre.

Então, quero ressaltar esse aspecto e dizer que, inclusive, o Estado do Acre hoje entra fortemente na produção sobretudo de peixes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Recentemente, um representante do governo chinês esteve conversando com o Governador Tião Viana. Eu estava presente a essa conversa, e nós colocamos o interesse do Acre também nessa relação de exportação com a China.

Aí finalizo, Sr. Presidente – nós queremos retornar à Mesa –, falando sobre a importância do que foi apresentado pela Valec e também pelo governo chinês, relacionado aos aspectos ambientais e também das comunidades tradicionais.

Nós vimos que isso está sendo levado em consideração. Falo isso, porque muitos dos Parlamentares aqui se apresentaram céticos em relação a isso.

Eu cito o exemplo da BR-364, por onde provavelmente passará a ferrovia até Cruzeiro do Sul. Nós fizemos um processo de licenciamento ambiental e foram feitas, realizadas as obras. Então, é possível fazer, sim, obras na Amazônia, obras que seriam feitas de maneira correta do ponto de vista da viabilidade econômica e social, mas também se levando em conta os aspectos ambientais. Aliás, nós já temos a rodovia.

E, claro, sabemos que, sobre os impactos, os estudos mostram que, no caso das ferrovias, os impactos ambientais são infinitamente inferiores do que no caso das rodovias na Amazônia. Então, nós já vamos utilizar, inclusive, o que já se tem de estudos relacionados à própria BR-364, porque, pelo que vi, a alternativa norte passa exatamente pelo eixo da BR-364, e acredito que isso vai facilitar.

Estou acreditando muito e estou associado a esse grande movimento, para que tenhamos esse empreendimento sendo realizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Deputado Leo de Brito e concedo a palavra...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... ao Sr. Mário Rodrigues.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, o Senador Jorge Viana pede a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que, na condição até de Vice-Presidente da Casa e de colega de tantos Senadores, sei que os senhores todos compreendem que estamos num Parlamento, em que temos visões diferentes e posicionamentos diferentes.

Eu queria até, se for o caso, pedir desculpas por conta de algum mal-entendido. Mas nós estamos diante de um projeto que é fruto de documento firmado entre o Estado brasileiro, o governo da China e o governo peruano. E isso independe da vontade até de setores, de um ou outro. É parte da vida nossa, aqui, o debate acalorado, com isso convivemos todos os dias, mas temos uma Frente Parlamentar Mista de apoio a esse projeto, que passa de 200 Parlamentares. É quase uma unanimidade no Congresso brasileiro o apoio a um projeto como esse.

É óbvio que alguns são mais céticos, cobram um pouco mais uma coisa ou outra, isso faz parte. Mas devo dizer... Falei aqui claramente, e há também a compreensão dos técnicos do Governo que estão aqui, da própria Valec e do Ministério dos Transportes.

Esse é um projeto que, para se viabilizar, tem no governo chinês um fator determinante, a sua intenção de ser parceiro, de ajudar. Desde o começo isso está colocado assim.

E acho que nós estamos hoje vencendo uma etapa importante. Eu queria até que fosse tornado público qual o custo que esse projeto já teve agora, no estudo de viabilidade, porque há dinheiro já sendo gasto, há orçamento, há técnicos trabalhando, e não é um projeto qualquer, dá-se consequência a uma cooperação. Ninguém pode acreditar que o presidente chinês e, depois, o primeiro-ministro chinês vão vir ao Brasil firmar documento como se fosse uma brincadeira. É algo muito sério, é algo importante.

Obviamente que a viabilização de uma obra como essa requer um conjunto de variáveis, mas nós estamos hoje aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado... Eu estou muito otimista, muito agradecido a todos os que trabalharam, porque nós estamos vencendo uma primeira etapa. Está sendo apresentado hoje o primeiro estudo de viabilidade desse projeto que é tão importante e complexo.

Temos muito trabalho pela frente, mas eu acredito que o primeiro passo está sendo dado aqui na figura – inclusive presidindo aqui a Comissão de Infraestrutura – do nosso Presidente Garibaldi Alves.

Era só um pequeno ajuste. É normal para nós todo dia haver esses debates. A condução desse projeto é responsabilidade do Estado brasileiro, não é nem do Governo do Brasil, é do Estado brasileiro, e nós, Parlamentares, estamos juntos. O Congresso Nacional – falo como Vice-Presidente da Casa – está assinando embaixo, porque todos os acordos internacionais são chancelados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Dino Antunes, representante do Ministério dos Transportes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Senador Garibaldi, obrigado pela oportunidade.

Foram colocados vários questionamentos, mas só o questionamento do Senador Wellington já seria fruto de uma semana de discussões.

Eu queria primeiramente deixar claro, principalmente para o Senador Roberto Muniz, que colocou esse questionamento, que quem coordena a política de transportes é o Ministério dos Transportes – hoje Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Então, a pergunta foi colocada claramente: quem coordena essa discussão? Eu represento aqui o ministério que coordena esse projeto dentro do Governo Federal. Isso tem que ficar muito claro.

É lógico que, dentro do Governo, nós não trabalhamos isoladamente. Foi feito um convite a diversos subsetores – a gente chama, em geral, de Sistema Transportes. O Sistema Transportes hoje é mais amplo, inclusive foram adicionados a aviação civil, os portos e as suas agências reguladoras. Mas, mesmo antes dessa inclusão no nosso ministério, a gente já chamava de Sistema Transportes, onde Valec, ANTT, EPL, cada ente desse já tinha o seu papel.

O Senado poderia ter convidado para hoje ser simplesmente o par do nosso companheiro chinês que está à mesa o Sr. Anderson Lessa, que representa a parte brasileira que está realmente executando o estudo técnico, ou seja, a mão da engenharia. Agora, a coordenação de todo esse processo é do Ministério dos Transportes. Tenho certeza de que o próprio Ministério do Planejamento não se furta a acompanhar essas discussões e, quando convidado, a também participar desse tipo de discussão.

Mas só queria deixar claro que, se for o objetivo do Senado ter simplesmente uma discussão mais técnica, o nosso colega Anderson vai poder suprir todas as necessidades que forem colocadas pelos Senadores.

Se for colocada a discussão de um nível mais estratégico e político, aí, realmente, como a coordenação é do Ministério dos Transportes, eu agradeço que o Ministério continue sendo chamado à mesa para que possa se posicionar, já agradecendo toda a deferência que foi feita pelo Senador Hélio José aos nossos Ministros.

O SR. ROBERTO MUNIZ – Só como sugestão, Dr. Dino: já que você assumiu a coordenação, você poderia mandar para cá uma matriz de responsabilidade com a responsabilidade e os prazos de todos os entes que fazem parte dessa Mesa. Ficaria mais fácil para todos os Senadores aqui fazerem o acompanhamento dessa programação porque você estabeleceria, como coordenador que se colocou, qual seria o papel de cada um, o que cada um está fazendo, o cronograma estabelecido para cada entidade. Acho que fica mais fácil para a compreensão de todos, porque, senão, fica parecendo que é uma colcha de retalhos, e a gente não consegue ver o todo. Então, você, como coordenador, manda para cá a matriz de responsabilidade e, aí, em algum instante, a gente vai chamando um ou outro, sempre com a sua presença.

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Não há problema algum. Eu acho que esse é o tipo de elemento que traz maior facilidade para o trato.

É óbvio que algumas das competências estão estabelecidas em lei, mas, no caso concreto, a gente tem um acordo internacional tripartite que estabelece também essas competências de forma clara. A gente pode não só enviar cópia do acordo como também desenhar como ficou essa matriz de responsabilidades, que vai facilitar esse trato.

Eu costumo dizer que, se há alguma dúvida na comunicação, a comunicação de alguma forma não foi bem feita, não é nenhum problema do emissor nem necessariamente do receptor. A comunicação não se estabeleceu, e a gente se dispõe a fazer essa matriz sem problema algum.

Aproveitando o retorno do nosso Senador Hélio José, quero agradecer os elogios. Certamente nós temos tido bons ministros e realmente necessitamos de um apoio muito grande aqui nesta Casa, na Câmara dos Deputados também, para dar as devidas prioridades aos projetos de infraestrutura.

Foi colocado aqui pelo nosso colega Guilherme Bianco, do Planejamento, o montante de investimento que temos, de apenas 2% do PIB, sendo que os nossos companheiros, outros países irmãos, investem muito mais – nossos companheiros chineses, por exemplo, investem muito mais em infraestrutura. Nós somos um país que, realmente, pela nossa carteira de produção, precisa investir. Temos que investir pesado em infraestrutura e contamos com esta Casa para nos apoiar nesse sentido.

Foram colocados aqui alguns questionamentos mais de ordem técnica – por exemplo, a conexão entre bitolas, a demanda, a questão do Açu –, toda a lista de questionamentos do Senador Wellington Fagundes, que mostra que ele realmente está acompanhando bastante também o projeto. Grande parte das questões que ele colocou são questões de primeira ordem nas discussões que temos tido com os nossos companheiros chineses e peruanos. Isso mostra que realmente ele está muito antenado nos pontos fulcrais da nossa discussão. Eu acho que podemos encaminhar essas respostas, porque realmente são diversas.

Senador Lasier, eu agradeço toda a fala do senhor. Realmente, o Rio Grande do Sul não está exatamente na rota dessa Bioceânica. Na verdade, já tivemos outras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – No meu caso, eu queria que o Rio Grande do Norte estivesse... (*Risos.*)

O SR. DINO ANTUNES DIAS BATISTA – Com o Rio Grande do Norte ficaria um pouco mais complicado, Senador, mas a gente tenta também fazer a conexão. (*Risos.*)

No caso do Rio Grande do Sul, a gente realmente já teve outras discussões sobre outras rotas bioceânicas. As características dessas rotas são bastante diferentes, a iniciar pelas próprias demandas que a gente está trabalhando nessas rotas.

A rota dessa Bioceânica que hoje discutimos tem o objetivo claro de escoamento da grande fronteira agrícola que hoje se coloca no País, que é realmente a produção mato-grossense e também rondoniense, ou seja, é a saída norte. Então, ela realmente se estabelece em outro contexto.

Já no Rio Grande do Sul – o senhor colocou "O que resta para o Sul?" –, eu queria lembrar – depois o Mário poderia falar um pouco mais – que a gente espera que futuramente a Ferrovia Norte-Sul se conecte a toda essa malha que está incluída aí, inclusive a Bioceânica. Planejamos que ela tenha continuidade no Sul, indo até o Porto do Rio Grande. Seria realmente uma integração nacional da malha ferroviária, o que vemos com bons olhos.

O Senador Ivo Cassol coloca de forma bastante contundente as dúvidas que há em relação a isso, e realmente são dúvidas pertinentes, porque trabalhar com ferrovia não é fácil, envolve investimentos vultosos e envolve vontade. Em relação à vontade, é necessário que realmente esta Casa nos ajude, para que consigamos colocar o que hoje é simplesmente vontade em ação, em obras.

Muitas vezes o meu filho me pergunta em que eu trabalho, e eu digo que eu trabalho com reuniões e papel. Eu não trabalho com reuniões e papel, eu quero fazer ferrovias, eu quero colocar trilhos. Então, o nosso objetivo é realmente colocar trilhos para funcionar e trem operando . A gente conta também com esta Casa para nos ajudar nessa tarefa.

Mário, se você puder me ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Sr. Mário Rodrigues, Presidente da Valec.

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – O Dino colocou o que eu colocaria. Hoje, aqui, a Valec, como a EPL e o Dino, a gente representa o Ministério dos Transportes. A Valec é uma empresa concessionária do Ministério dos Transportes. Então, cabe à Valec hoje o desenvolvimento de projetos e construções de ferrovias, como cabe à Secretaria toda a parte da montagem da execução de tudo isso.

E a EPL, agora que saiu do Ministério dos Transportes e passou para a Secretaria Especial, que é comandada pelo Ministro Moreira Franco, ela está dando suporte, mas, com certeza, faz parte de todo o desenvolvimento dos nossos projetos.

Eu vou dividir por etapas.

Eu gostaria de frisar muito bem o que foi colocado aqui. Se hoje se decidisse que essa ferrovia seria uma obra pública, a Valec colocaria na rua essas licitações de dois trechos em um mês. Nós teríamos condições de colocar o terceiro trecho no meio do ano que vem. Então, hoje, nós temos projeto, temos estudo de viabilidade pronto. É lógico que, pela realidade do nosso País e pela necessidade imensa de recursos para infraestrutura, não se discute hoje ser uma obra pública. Tanto que estamos criando e buscando alternativas e interesses em haver uma participação de PPP, buscando a iniciativa privada.

Outra coisa que eu quero frisar muito é que esse estudo dos chineses teve total apoio do Ministério dos Transportes, que colocou *in loco* equipe da Valec, equipe da EPL. Os chineses utilizaram todas as nossas informações, os nossos estudos e os nossos projetos para chegarem a um estudo de pré-viabilidade. Nós não temos ainda uma definição dos chineses e não há a data ainda, eu acho, de quando eles vão chegar e apresentar assim: olha, é isso, precisamos disso, vamos dimensionar isso. Só com tudo isso teremos condições de fazer uma modelagem, vendo a necessidade de cada um. Então, a Valec participou e deu todo suporte – e damos até hoje – aos chineses.

Quanto à...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Qual é o custo do estudo de viabilidade?

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – O custo eu não tenho aqui, Senador, mas eu passo isso. Não sei se a EPL já tem uma ideia...

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Então, com referência à Fico (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste), hoje, qual é a posição da Valec? Realmente, de Vilhena até a fronteira, a Valec não fez esses estudos, não se contratou, até porque – repito – não será uma obra pública. Não caberia hoje a gente fazer investimento se a gente está construindo outra solução. Inclusive, os chineses fizeram esse pré-estudo dessa pré-viabilidade até a fronteira com o Peru.

Quanto à Fiol, Senador, o senhor veja que há dois cenários. Uma parte da ferrovia, que é a Fiol 1, estamos com 70% dela pronta; a outra, 10%. Por que 10%? O principal motivo é que essas obras foram paralisadas pelo TCU e só foram retomadas em 2015. Infelizmente, em 2015, nós tivemos todo um cenário de cortes e reduzimos violentamente as obras – nós não paramos.

Até março deste ano, a gente tinha quatro meses de atraso de pagamento aos empreiteiros. Hoje a Valec está zerada, está totalmente em dia com as empreiteiras, com a execução das obras. Estamos, a partir de julho, readequando o nosso cronograma de execução, implantando um ritmo muito melhor na obra, sendo que Fiol 1 é prioridade e Fiol 2 ainda não é prioridade.

E imagine, Senador, se a gente tivesse a Fiol pronta hoje. Nós não temos o Porto de Ilhéus feito, que é uma responsabilidade do Governo da Bahia, e ainda não temos a ligação com a Norte-Sul, que é onde a Valec já tem o projeto, já tem o licenciamento. Isso também vai ser margem para a gente criar como é que se vai construir essa segunda parte, porque hoje não cabe em obra pública.

O Governo da Bahia, junto com a gente e até com os próprios chineses, está tentando construir uma equação para que haja até a possibilidade de eles tocarem a Fiol com a gente, aportando recursos e assumindo a construção do Porto de Ilhéus. Infelizmente, o Porto de Ilhéus estava muito em função do minério da Bamin, que teve um corte, uma queda de preço violenta. A Bamin aplicaria um recurso, mas ela simplesmente recuou, porque o preço do minério despencou.

Então, nós temos equações dentro da Fiol para as quais temos que estar nos preparando. O porto é condição *sine qua non* para a ferrovia funcionar e, depois, a ligação da Norte-Sul. Você vai pegar a parte de grãos lá em cima e a parte de minério aqui embaixo.

Aumentaremos a evolução e a capacidade de execução das obras, principalmente na Fiol 1, a partir de julho. E a extensão sul, que é outra obra que já faz parte do programa de concessão, a Valec concluirá em julho do ano que vem. E repito: com alta qualidade de execução.

Eu acho que é isso.

Ah, quanto à questão do Rio Grande do Sul: já está concluído o EVTEA, que apresentamos já em 2015. Junto com o Ministro anterior, fomos a todos os Estados, apresentamos o estudo para o Paraná, para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. A ideia é a continuação de hoje, parando, para ligar até o Porto do Rio Grande do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR – Lógico, é outra questão que vai demandar um grande investimento. Inicialmente, depois dessas nossas apresentações, tentou-se fazer emenda de bancada dos três Estados, para que se pudesse contratar já o projeto básico. Infelizmente, isso não avançou, mas está na nossa meta. Inclusive, estamos preparando uma nova apresentação para tentarmos depois buscar como vamos implantar essa ferrovia.

Então, eu quero agradecer a todos.

Presidente, eu vou ter que me ausentar porque tenho uma consulta médica. O Diretor de Operações da Valec, Marcus Expedito, poderá me substituir aqui.

Agradeço a todos e estou à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Sª e agradeço a sua presença aqui. O Diretor é muito bem-vindo.

Passo a palavra ao Sr. Anderson Lessa para que ele possa fazer, resumidamente, a sua exposição. Vamos tentar concluir esta audiência.

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Senador, obrigado.

O Senador Garibaldi fez uma observação para mim, disse que o ambiente da discussão mais política é exatamente este. Eu não estou muito acostumado com isso porque sou técnico. Então, vou procurar falar um pouco mais do que conheço.

Primeiro, eu realmente parabenizo o Dr. Bi Qiang pela apresentação, o seu sucesso é o nosso sucesso. Essa apresentação foi fechada a oito mãos na EPL, na sexta-feira, para ser encaminhada ao Senado e contou com a participação, obviamente, da própria CREC, da EPL, da Valec e do Ministério dos Transportes – se eu me esqueci de alguém, perdoe-me.

Com relação à governança do projeto, o Dr. Dino já deu a resposta, mas eu gostaria só de ratificar. Como eu falei no início, existe um grupo trilateral, que é o grupo mais estratégico, representado pelos Ministérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

dos Transportes dos três países. Então, eles têm essa incumbência em um nível mais elevado, na coordenação dos estudos, e, em um nível mais operacional, mais técnico, nós temos a CREC pelo lado chinês, como coordenador, inclusive, dos estudos, e nós temos a EPL pelo lado brasileiro. E volto a dizer: não somente a EPL tem participado nessa condução, eu quero frisar muito a participação da Valec desde o início da discussão, a participação do Ministério dos Transportes, a participação do Ministro Passos, que já não está aqui conosco, desde o começo, o acompanhamento do MPOG no processo. Enfim, o estudo tem uma série de pendências ainda. E agora, na parte da tarde, às 14h30min, já temos uma reunião com a equipe da CREC, que está aqui, para a continuidade das discussões.

Então, em termos de capacidade técnica do lado brasileiro de conduzir, de elaborar, de participar de um empreendimento desse, eu, como Coordenador Ferroviário da EPL – creio que já tenho bastantes horas de voo, de discussão com os colegas chineses e com os colegas peruanos –, me sinto muito à vontade para dizer que há extrema boa vontade, há um empenho, há compromisso, do nosso lado, de fazer esse estudo o melhor possível.

Sentimos muito não ter conseguido cumprir o prazo que constou do memorando de impedimentos, mas, enfim, diversas dificuldades já foram colocadas aqui no grupo aos senhores e realmente essa discussão não é muito fácil. Eu acho que a equipe da CREC, que está aqui presente, o corpo técnico da CREC, pode avaliar muito bem qual é a participação do lado brasileiro e do lado peruano dentro do processo. E vou ser bem categórico aqui com os senhores: vamos sair do outro lado desse túnel, vamos apresentar os estudos. Podemos ter divergências técnicas com um lado, com outro, faz parte, mas vamos sair do outro lado desse túnel.

Então, agradeço a oportunidade, agradeço ao Senador. Eu partilho do espírito do Senador Jorge Viana. Eu acho que são importantes eventos dessa natureza. A discussão é sadia. Queremos que o estudo de pré-viabilidade seja submetido a um crivo público realmente. Essa é uma ideia também que o próprio Ministério já defende na condução do processo. E ratifico novamente a parceria da EPL, da Valec, do Ministério dos Transportes, do MPOG e do Itamaraty para fazer o estudo acontecer; e novamente a parceria do Brasil, China e Peru (EPL, CREC e Departamento de Ferrovias Peruano) empenhada em realizar esse estudo.

Novamente, muito obrigado, Senador Garibaldi, pela oportunidade de estar aqui.

Estamos à disposição também na EPL.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Dr. Guilherme Bianco, do Ministério do Planejamento.

O SR. GUILHERME BIANCO – Sr. Presidente, se me permite, tenho somente alguns pontos aqui para concluir a minha participação na reunião.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite.

Em relação ao que o Senador comentou sobre a presença do Ministério do Planejamento aqui nesta Mesa, afirmo que este Ministério, como ministério central, participa desta Comissão para ajudar a realizar a articulação de um projeto de infraestrutura dentro do Governo Federal. Na nossa visão, como já disse anteriormente, não é apenas um projeto de ferrovia, mas, sim, um projeto de desenvolvimento regional. Precisamos articular com os outros ministérios e tentar trazer a esse projeto várias situações que o tornem mais atrativo. Então, é para isso que estamos nesta Mesa.

Quanto à estruturação do projeto, já cansamos de observar projetos de obras não serem concluídos. Portanto, desta vez, eu acredito que estejamos agindo de maneira correta, ou seja, estamos realizando estudos de viabilidade, debates junto à sociedade, debates com o setor privado. E é isto que precisamos fazer: adotar premissas ainda no início de projetos.

Sobre o comentário do Senador Hélio, aproveito para mencionar que também sou Analista de Infraestrutura. É uma honra ter V. Exª neste Parlamento defendendo não só a carreira, mas também a infraestrutura – estamos aqui para defender a infraestrutura nacional. Então, isso é importante, é visão de Estado, é claro –, sempre uma visão de Estado.

E peço também aos Srs. Senadores aqui presentes o apoio a projetos de lei que por esta Casa passam no sentido destravar e desengargalar a nossa infraestrutura. Precisamos disso; o Brasil precisa disso. Precisamos de emprego e desenvolvimento social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Bi Qiang, da CREC.

O SR. BI QIANG (*Tradução simultânea*.) – É uma honra participar do estudo de viabilidade da Transcontinental.

Já temos 60 anos de história. A CREC tem feito estudos para 40 mil quilômetros de ferrovias na China. Nas últimas décadas, construímos, na China, 12 mil quilômetros de ferrovias, o que representa 9% das ferrovias mundiais. A China também tem muita experiência no gerenciamento de ferrovias, e queremos compartilhá-la

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

com colegas brasileiros. Foi por isso que o governo da China escolheu a CREC para presidir o estudo de viabilidade da Transoceânica.

Temos feito muitos intercâmbios com colegas brasileiros. Esse projeto é grandioso. Sabemos que Roma não se construiu em um dia. Há muitos problemas: a bitola, por exemplo, necessita de muito esforço técnico e apoio de todo mundo.

Torcemos pelo sucesso desse projeto e pelo grande desenvolvimento das ferrovias no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pergunto ao Dr. Bi Qiang se ele poderia adiantar alguma informação a respeito dos custos do estudo de viabilidade.

O SR. BI QIANG (*Tradução simultânea*.) – Lamento muito, Sr. Presidente. A previsão ainda não está concluída, ainda estamos na fase final dos cálculos. Porém, com certeza, colocaremos os custos no nosso relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós estamos pedindo os custos do estudo de viabilidade, apenas dos estudos de viabilidade.

O SR. ANDERSON LESSA LUCAS – Permita-me.

A pergunta, Dr. Bi, é com respeito ao valor já despendido, já gasto pela CREC na realização desse estudo, até o momento. Só uma ordem de grandeza para...

O SR. BI QIANG (*Tradução simultânea*.) – A nossa previsão de orçamento é de aproximadamente 200 milhões de yuans, ou seja, em torno de US$40 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Como todos não tiveram acesso à informação, o Dr. Bi Qiang está nos informando que, até agora, o governo chinês investiu US$40 milhões, somente no estudo de viabilidade.

Com essa informação, quero agradecer aos convidados, a todos aqueles que trouxeram valiosíssimas informações a respeito desse grande projeto. Eu me sinto muito feliz, Senador Jorge Viana, por ter dado essa oportunidade a todos, por ter presidido esta reunião. Se diz muito que o Brasil é o país do futuro, mas o Brasil só será o Brasil do futuro, com um futuro grandioso, com projetos como esse.

Então, quero agradecer, sobretudo, ao Dr. Bi Qiang e a todos os convidados que abrilhantaram esta reunião. Muito obrigado!

Há uma formalidade regimental.

Em primeiro lugar, coloco em votação a ata dos nossos trabalhos.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Declaro encerrada a presente reunião e convoco uma nova reunião para o dia 6 de julho.

Muito obrigado.

Iniciada às 08 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 21 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e vinte e nove minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Wilder Morais, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Hélio José, Waldemir Moka, Dário Berger, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, Rose de Freitas, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Dalirio Beber e Armando Monteiro. Após a leitura de comunicado, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34 de 2016 - Não Terminativo –** que requer "a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35 de 2016 - Não Terminativo –** que requer "nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitados ao Ministro de Estado do Meio Ambiente esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para a mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética. " **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36 de 2016 - Não Terminativo –** que requer "nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter definitivo do Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 26, de 2016." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado o requerimento. A Presidência comunica o arquivamento do RQI nº 26, de 2016. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 37 de 2016 - Não Terminativo –** que requer "nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal (CF), e do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incorporado pela Resolução nº 4, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual, que seja convidado, o Ministro de Minas e Energia (MME), a fim de prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho do Ministério, em reunião conjunta a ser realizada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 38 de 2016 - Não Terminativo –** que requer "nos termos do art. 58, §2°, II, da CF, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal - CI, para debater sobre a "Duplicação da BR 364 –Trecho Comodoro – Porto Velho – RO", com a presença de representantes das seguintes entidades: Ministério dos Transportes, Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias (ABCR), Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)." **Autoria:** Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp. **Resultado:** Aprovado, após aditamento pelo Senador Acir Gurgacz, para incluir, como convidado, o Secretário Executivo do Programa de Parcerias de Investimentos (criado no âmbito da Presidência da República). **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2015** que "determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 - AVISO Nº 20, de 2016** que "encaminha cópia do Acórdão nº 651/2016 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao relatório de auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destinada a avaliar os mecanismos adotados pela referida agência reguladora e agências conveniadas para fiscalizar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica (TC 013.046/2014-4)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, pelo conhecimento e arquivamento. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015** que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabele-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

cendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009** que "dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes" **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Walter Pinheiro. **Relatório:** Pela aprovação com sete emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015** que "altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** É lido o relatório e iniciada a discussão, sendo adiada a votação. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2008** que "dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências." **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** É lido o relatório e iniciada a discussão, sendo adiada a votação. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 39 de 2016 - Não Terminativo -** que requer "informação ao Ministério de Minas e Energia sobre avaliação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos)" **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 40 de 2016 - Não Terminativo –** que requer "Informação ao Ministério das Cidades sobre Avaliação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), instituído em 1994 para atender às localidades isoladas não supridas de energia elétrica pela rede convencional, e também sobre programas voltados para o transporte urbano. " **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Fazem uso da palavra os Senadores Hélio José, Acir Gurgacz, Fernando Bezerra Coelho, Waldemir Moka, Lasier Martins, Flexa Ribeiro e a Senadora Kátia Abreu. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

A Presidência, inicialmente, comunica o recebimento do plano inicial de trabalho da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), referente ao período de 2016 a 2018. O plano de trabalho foi apresentado pelo Sr. Erick Moura de Medeiros, Diretor da Infraestrutura Aquaviária no DNIT.

Desde dezembro de 2015, por ocasião de sua sabatina nesta Comissão, o Sr. Erick comprometeu-se a apresentar, no final do primeiro semestre de 2016, um plano de trabalho inicial contendo propostas de ações correspondentes a estudos, projetos, obras e serviços no Sistema de Transporte Hidroviário Interior. Queremos aplaudir a atitude do Sr. Erick Moura de Medeiros pelo cumprimento do compromisso.

Item 1 da pauta.

Trata-se de requerimento de autoria do Senador Hélio José.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, com foco especial no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Autoria: Senador Hélio José

O autor propõe que sejam convidados para essa audiência representantes das seguintes entidades: Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Associação Brasileira de Energia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eólica (ABEEólica), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Concedo a palavra ao Senador Hélio José, se desejar fazer alguma consideração a respeito do seu requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria só cumprimentar V. Exª, nobre Senador Garibaldi Alves; cumprimentar também o nosso Exmº Senador Moka, do meu Partido, o PMDB, do Mato Grosso do Sul; e também o nosso querido Roberto Muniz, da Bahia, que está aqui conosco presente.

O Proinfa foi um programa que introduziu... Ele começou patinando muito, mas, depois, o Proinfa pegou no tranco e ajudou muito o Brasil hoje a ser uma potência na questão da energia eólica, principalmente, e também na cana-de-açúcar ali no Sul... e no centro-oeste paulista, ali na região de Ribeirão Preto, para frente, e agora está se espalhando. Está até chegando... Não sei se no Mato-Grosso está chegando, meu Líder, porque em Goiás, praticamente, também. No Centro-Oeste quase todo. Há um aproveitamento quase global do insumo da cana-de-açúcar para cogeração, energia etc. e tal.

Então, naquele item de fazermos a avaliação da política pública das energias alternativas, o ProInfo acabou sendo uma escola que envolveu a ABEEólica, uma associação dos produtores de energia eólica no Brasil que ajudou muito no início, também; até se formou naquela época. É a única que é da cana-de-açúcar. E, no caso, a Aneel e o MME, para poder, em nível de regulação, de legislação e de política pública, deixar claro nessa avaliação para nós a situação, para o aprendizado, principalmente com relação à energia solar, que vamos precisar ter agora; e a ABINNE é porque o Brasil passou... Por incrível que pareça, nobre Senador Garibaldi Alves, um País que há oito anos, nove atrás era só traço de energia eólica passou a ser o maior exportador de hélice de produção dos moinhos eólicos, exatamente a partir desse desenvolvimento do ProInfo.

Então, é uma primeira atitude importante para cumprirmos a nossa meta de avaliação das políticas públicas de energia alternativa.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o requerimento do Item 1 da pauta, de autoria do Senador Hélio José.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2 da pauta ainda é de autoria do Senador Hélio José.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sejam solicitados ao Ministro de Estado do Meio Ambiente esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para a mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética.

Autoria: Senador Hélio José

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 2 da pauta.

O item 3 é do Senador Hélio José, ainda, que hoje é o campeão de apresentação de requerimentos.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em caráter definitivo do Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 26, de 2016.

Autoria: Senador Hélio José

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Essa é tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em votação o requerimento.

Trata de quê, Senador Hélio?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Esse requerimento é aquele em que estávamos pedindo explicações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ah sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ...ao Ministro e à Aneel, porque há tempo. Aí preferiu nossa Comissão consultar o Ministro. Só para isso. Retiramos a Aneel e ficou só o Ministro de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Presidência comunica o arquivamento do Requerimento nº 26, de 2016, desta Comissão.

Passamos ao item 4 da pauta, também de autoria do Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – V. Exª quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou ler aqui, Senador Hélio José. Depois V. Exª...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...discute o requerimento, se desejar.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal (CF), e do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incorporado pela Resolução nº 4, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual, que seja convidado, o Ministro de Minas e Energia (MME), a fim de prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho do Ministério, em reunião conjunta a ser realizada pela Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2015
- Não terminativo -

Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1 - Matéria constou das pautas desta Comissão em 6/4/2016, 27/4/2016 e 18/5/2016.
2 - Matéria será apreciada terminativamente pela CAE.
3 - Votação simbólica.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem eu recebi o nosso colega Senador Roberto Rocha para discutir e debater esse tema.

Ele me fez um pedido para a gente discutir um pouco mais esta questão, em função, inclusive, da sua ausência, aqui, para debater este assunto. Ele insiste e eu estou quase convencido de que devo mudar o meu relatório, em função dos argumentos que ele apresentou a mim, ontem à noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não tive tempo de fazer um novo relatório e discutir melhor com nossos pares, com relação a trazer para o Senado uma sabatina para o indicado, o Presidente da Petrobras. Mas tenho a impressão de que, de repente, seria importante nós avaliarmos melhor essa situação e que o relatório deva ser pela aprovação.

Pergunto a V. Exª, seria mais correto retirar de pauta e mudar o relatório, com mais consistência, ou nós já irmos para o debate?

Eu entendo que, talvez, seria melhor tirar de pauta, trazer na semana que vem com um estudo melhor dessa causa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário está aqui e está viajando muito. Daqui a pouco ele vai deixar essa condição de universitário.

Mas eu acato a sugestão de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, então retiramos de pauta, a pedido do Senador Roberto Rocha, para que a gente possa analisar melhor e, talvez, acredito eu, que a gente possa trazer um novo relatório e sim pela aprovação e não pela rejeição do projeto, porque eu entendo que é realmente importante, não só com relação ao Presidente da Petrobras ser sabatinado, mas também, talvez, o Presidente do Banco do Brasil, o Presidente da Caixa Econômica. São órgãos altamente técnicos, assim como o Presidente do BNDES, como os diretores das agências, das diretorias do DNIT.

Talvez nós possamos ampliar um pouco mais e fazer com que esses cargos, que são altamente técnicos, tenham que ser sabatinados pelo Senado, para que não fiquem no banco de negociação com os políticos, com os partidos. Talvez seja o momento de nós avançarmos e trazermos para a sabatina do Senado, e termos uma garantia maior de que essas pessoas serão técnicas para trabalharem nesses cargos técnicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero só fazer um comentário.

Queria cumprimentar o Senador Acir Gurgacz pela decisão.

Eu acho que é uma decisão muito acertada, eu creio que exatamente pelas explicações que ele colocou, que são bastante ilustrativas. Já havia conversado com o Senador Roberto Rocha e corroboro a sua ideia de mudar o relatório. Parabéns!

Queria só fazer uma inclusão em pauta, Excelência, ainda dando continuidade também ao nosso processo de discussão de política pública, de dois Requerimentos de nºs 39 e 40, extrapauta.

Estão aí com você? Estão? Então, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Hélio José hoje está com...

O item 5 da pauta é de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2°, II, da CF, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal - CI, para debater sobre a "Duplicação da BR 364 –Trecho Comodoro – Porto Velho – RO", com a presença de representantes das seguintes entidades: Ministério dos Transportes, Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias (ABCR), Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já está aprovado! (*Risos.*)

O autor quer discutir ainda!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ainda, quero.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não, eu quero fazer uma justificação e um pedido, é diferente.

Nós estamos debatendo e discutindo essa matéria já há algum tempo, Sr. Presidente e nobres colegas Senadores. Já colocamos o PPA no PIL, e neste momento, a ANTT discute o modelo da concessão, e está para ser resolvido nas próximas semanas. E da maneira que está sendo conduzido, é a concessão para a restauração da BR e não para a duplicação.

Então, nós estamos em contato com os diretores da ANTT para incluir no processo de concessão, mas não a restauração, a duplicação, mesmo que seja em forma de gatilho. Ou seja, como é muito extensa a BR, de Comodoro a Porto Velho são aproximadamente 900km, parte dela não precisa de duplicação, mas a maior parte precisa, a maior parte da estrada precisa de duplicação.

Então, o gatilho seria mais ou menos o seguinte: quando atingir um nível de automóveis por dia, há que se duplicar; mas já prever, há que se prever isso na concessão, porque senão, se fizer a concessão somente para restauração por vinte anos, nós vamos discutir a duplicação somente quando terminarem esses vinte anos.

E aí o meu pedido: é possível nós fazermos... Nós vamos ter que consultar novamente nossos universitários para ver se é possível fazermos, semana que vem, esse debate, em função da urgência do tema e da discussão que está acontecendo na ANTT, nem que façamos uma extraordinária para discutir esse tema na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É o recesso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Porque se está para decidir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É a última semana, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ...se é concessão com duplicação ou concessão sem duplicação. E nós não podemos deixar que se aprove uma concessão sem a previsão da duplicação da BR-364. Por isso eu queria discutir e fazer esse apelo a V. Exª, para que a gente possa fazer esse debate na semana que vem, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Fernando Bezerra Coelho tem uma sugestão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, não é uma sugestão, é uma lembrança. Não sei se já foram confirmadas as presenças de diversos dirigentes do Ministério de Minas e Energia, da Petrobras, da ANP. Foi um requerimento meu, aprovado, para a gente poder discutir a questão da regulamentação da distribuição de gás no País. E havia a expectativa, era uma das datas sugeridas, que essa audiência pública se realizasse na próxima semana, que é a última semana desse período legislativo; porque ele está sugerindo fazer uma audiência pública na próxima semana.

Caso não tenha havido a confirmação das datas, eu não tenho nada a opor. Mas, então, trabalharíamos para que, na retomada, em agosto, essas duas audiências possam ser definidas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu agradeço.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – O universitário, a despeito das viagens que ele empreendeu, está dizendo que não foi confirmado. Não foi confirmado, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para uma sugestão.

Senador Acir Gurgacz, há os três Senadores de Rondônia: V. Exª, Valdir Raupp e Ivo Cassol. Com a força, com a autoridade do Presidente da Comissão e de alguns Senadores – e eu, de antemão, já me disponho a acompanhá-lo, mais outros membros –, nós podíamos inverter. Faríamos uma ida até o Presidente para discutir o assunto lá e dizer dessa preocupação, que eu acho absolutamente procedente. Quer dizer, 20 anos de concessão, nestes próximos 20 anos não vai ter duplicação.

Eu estou falando na impossibilidade de ter dia disponível. E como eles vão fazer já essa licitação para a concessão, através do Presidente, se o Presidente evidentemente assim o permitir, iríamos uns quatro, cinco, seis Senadores lá, no sentido de dar força política a esse fato que eu achei muito procedente. Fica aí a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu agradeço, Senador Moka, a sua disposição e o apoio a esta causa, que é realmente importante para a nossa região. E deixamos, então, ao Presidente.

Se nós conseguirmos, semana que vem, fazer essa inversão com a audiência do Ministério de Minas e Energia, deixando o Ministério de Minas e Energia para agosto, nós ocuparíamos essa data para fazermos essa audiência pública. Aí resolveríamos o nosso problema, com o apoio evidentemente do Senador Moka, que tem acompanhado a nossa luta pela duplicação da BR-364.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Isso implica também o Mato Grosso do Sul, porque essa é a mesma BR que passa em Campo Grande, passa nas principais cidades do Mato Grosso, onde algumas já estão duplicadas, e eles sabem o que nós estamos sofrendo lá em Rondônia por conta do aumento da produção de grãos do Mato Grosso e de Rondônia. E todo o escoamento é feito exatamente pela BR-364.

Então, a necessidade de duplicação é urgente. E está certo o colega Senador Moka em entender que, se não previr agora no processo de concessão, Senador Bezerra, só depois do fim dessa concessão, ou seja, depois de 20 anos, nós poderemos tratar e debater a duplicação.

Então, peço a V. Exª se é possível nós fazermos semana que vem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª, então, prefere a realização da audiência pública.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se for possível, seria melhor, porque nós estaríamos aqui com os demais Senadores, com o Senador Raupp, com o Senador Cassol também, com os Senadores do Mato Grosso, e poderíamos todos debater com a Agência e, principalmente, com o Secretário-Executivo do programa de investimentos.

Peço para incluir nesse meu requerimento...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ...o Secretário Executivo do Programa de Parcerias de Investimentos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A gente tem um tempo delimitado para poder discutir a nossa política pública, que é até o final do ano, não é isso?

Eu sei das dificuldades que teremos, mas preciso deixar consignado aqui que eu não tenho dificuldade nenhuma em alterar essa audiência pública do Ministro para a primeira semana de agosto, quando voltarmos ao trabalho, mas vamos precisar de uma priorização desta Comissão para as audiências públicas da política pública que definimos fazer. E talvez tenhamos que combinar um horário extraordinário, à tarde, na terça, quarta, ou quinta-feira, para podermos realizar essas audiências públicas.

Essa audiência pública com o Ministro de Minas e Energia é muito importante para iniciarmos todas as demais audiências públicas. Porém, compreendendo a situação e já que vamos ter essa parada de 15 dias mesmo, não tenho dificuldade de fazermos na primeira semana de agosto a audiência pública com o Ministro de Minas e Energia.

E queria ver com o nosso universitário, não sei o seu nome... Tales. Então, nós precisaríamos nos sentar para programar as datas que sejam plausíveis, para todos nós Senadores, para as audiências públicas relativas à política pública que temos que discutir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O item 7 da pauta. Trata-se de um projeto não terminativo.

ITEM 7
AVISO Nº 20, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 651/2016 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao relatório de auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destinada a avaliar os mecanismos adotados pela referida agência reguladora e agências conveniadas para fiscalizar a qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica (TC 013.046/2014-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
1 - A matéria será apreciada pela CMA.
2 - Votação simbólica.

Eu designo o Senador Fernando Bezerra Coelho, na ausência do Senador Ricardo Ferraço, para que S. Exª possa proceder à leitura do relatório e do voto que fundamentam essa decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encaminhados pelo Tribunal de Contas da União ao Senado Federal pelo Aviso nº 20, de 2016, vem ao exame desta Comissão cópia do Acórdão 651, de 2016, e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referentes à auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica, destinada a avaliar os mecanismos adotados pela referida agência reguladora e agências conveniadas para fiscalizar e estimular a melhoria da qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

No ano 2000, cerca de quatro anos após a criação da Aneel, o TCU realizou auditoria operacional para avaliar o cumprimento, pela agência, das metas traçadas pelo Governo Federal, com ênfase no desempenho de sua fiscalização. Naquela ocasião, identificou-se a necessidade de ajustes e de melhorias no planejamento de fiscalizações e a adoção de providências para agilizar processos sancionatórios contra empresas infratoras.

Desde então, tem-se verificado uma progressiva degradação na qualidade dos serviços prestados, marcados por interrupções cada vez mais frequentes e de mais longa duração, notadamente na Região Norte. Como resultado, no biênio 2013/2014, o tema "qualidade da distribuição da energia elétrica", foi elencado como prioritário para realização de fiscalizações e por intermédio do despacho de 12/05/2014, do Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União, foi autorizada a realização da auditoria operacional em tela.

A matéria foi distribuída a esta Comissão em 7 de abril de 2016, e o Senador Ricardo Ferraço foi designado Relator em 20 de abril de 2016.

É o relatório.

Análise.

O objetivo desta auditoria foi avaliar os aspectos mais relevantes do planejamento e da execução das fiscalizações da Aneel e das agências estaduais conveniadas no que diz respeito à qualidade da distribuição de energia elétrica. O TCU busca contribuir para a eficiência e a efetividade dessas ações fiscalizatórias.

Procurou-se compreender os tipos de fiscalização que são realizados pelas agências, seus instrumentos de trabalho, a estrutura de agentes fiscais, as principais dificuldades da fiscalização, e questões afetas ao planejamento e ao trâmite processual.

O escopo da auditoria foi definido de forma a abranger as ações de fiscalização da Aneel executadas de janeiro de 2010 a junho de 2014, englobando também o controle de resultados que a Aneel exerce sobre as fiscalizações que são executadas de maneira descentralizada por dez agências reguladoras estaduais, em decorrência de convênios firmados com a União.

O relatório aprovado pelo Tribunal apresentou diagnóstico da qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica no País, apontou melhorias no processo de trabalho da Aneel nos últimos anos e identificou oportunidades de melhoria junto à entidade auditada. O diagnóstico baseou-se principalmente em indicadores monitorados pela Aneel para analisar e quantificar a qualidade da prestação do serviço de distribuição da energia elétrica.

A auditoria reconheceu as melhorias havidas nos últimos anos no trabalho da Agência no que diz respeito à fiscalização da qualidade de prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. Houve uma crescente formalização dos processos de planejamento das fiscalizações; melhor aproveitamento de informações de outras superintendências da Aneel e das reclamações de consumidores à ouvidoria da agência para o planejamento; adoção de critérios mais precisos de priorização e elaboração de manuais com procedimentos de fiscalização.

Por outro lado, foram identificadas sete áreas de deficiência na atuação da entidade auditada: i) fiscalização periódica insuficiente; ii) fragilidade do resultado de alguns tipos de fiscalização; iii) demora na tomada de decisão de primeira instância; iv) intempestividade crescente dos planejamentos de fiscalizações; v) ausência de consulta às agências conveniadas; vi) uso exclusivo de reclamações da Ouvidoria da Aneel como subsídio à priorização de fiscalizações; e, finalmente, vii) deficiência na avaliação da qualificação dos profissionais das agências estaduais.

No que diz respeito à fiscalização periódica insuficiente, por exemplo, detectou-se que a Aneel, por meio da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Eletricidade, não realiza as fiscalizações na periodicidade que a própria Superintendência estabelece como ideal.

No caso da fiscalização técnica da qualidade, um dos nove tipos de fiscalização feitas pela Aneel, várias empresas distribuidoras ficaram sem ser fiscalizadas durante mais de três anos, período superior ao considerado desejável por essa agência.

Ao final do Relatório, o Tribunal faz uma série de propostas de encaminhamento. Primeiro, determina à Aneel que apresente em até 120 dias plano de ação contendo a descrição de atividades e prazos de realização destinado ao aprimoramento da apuração dos indicadores de qualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica, de modo a aumentar a confiabilidade desses índices.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Segundo, contemple no plano supracitado a melhoria do critério de seleção das empresas distribuidoras a serem fiscalizadas sobre a qualidade do teleatendimento, bem como da aferição da fidedignidade dos dados referentes a esse indicador, encaminhados à Aneel pelas distribuidoras.

Terceiro, estabeleça em até 90 dias critérios objetivos para que as agências estaduais conveniadas possam avaliar adequadamente a qualificação técnica e administrativa dos profissionais que venham a exercer as atividades de fiscalização de competência da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Eletricidade da Aneel, de forma a cumprir o estabelecido no art. 30, inciso V, da Resolução Normativa da Aneel nº 417/2010.

Recomenda àquela agência reguladora que, e, aí, nós temos cinco recomendações que eu irei dispensar de fazer a leitura dessas recomendações, porque já constam no relatório distribuído aos Srs. Senadores.

E, finalmente, recomenda remeter cópia do acórdão acompanhado do relatório e voto que o fundamentam aos seguintes destinatários: Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Planejamento; Ministério de Minas e Energia; Controladoria-Geral da União; e a diversos Parlamentares e Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

E, por fim, determina à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica que realize o monitoramento do presente acórdão, com a finalidade de verificar o atendimento e implantação das determinações e recomendações efetuadas.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por essa Comissão e pelo arquivamento da matéria.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o Relatório lido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esta matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para seguimento de sua tramitação.

Item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta
Observações:
1 - A matéria tem parecer da CCJ, pela aprovação com duas emendas.
2 - Em reunião do dia 18/5/2016, foi lido o relatório, sendo adiada a discussão.
3 - Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.
4 - Votação nominal.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, meu relatório está pronto, está distribuído para os membros desta Comissão, mas queria pedir a compreensão de V. Exª e dos membros da Comissão para o apelo que recebi do Líder do Governo no Senado Federal, no sentido de que pudéssemos retirar a matéria de pauta, porque a Aneel ainda insiste em fazer algumas alterações no nosso relatório, e a Liderança do Governo nesta Casa está intermediando, para ver se poderíamos chegar a um texto de consenso.

O projeto é uma bela iniciativa do Senador Ronaldo Caiado, e estou acatando a sugestão do Líder do Governo, para que possamos apreciar, tão logo retomemos os trabalhos no segundo período legislativo.

Mas eu teria um apelo a fazer a V. Exª: ao retirar esse PLS 209, consultaria V. Exª, para ampliar a produção da nossa Comissão, sobre se nós poderíamos incluir, no lugar do PLS 209, o PLS 379, que é do Senador Renato Casagrande, datado de 2008. O meu relatório é pela rejeição, porque, na realidade, é uma matéria vencida. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

à época defendia mais subsídios para a produção da energia eólica. E a energia eólica hoje é muito competitiva, portanto não faz sentido ampliar os subsídios.

Hoje, o grande desafio do Governo Federal é como retirar os subsídios da área de geração de energia elétrica, para aliviar também o preço das tarifas cobradas dos consumidores e dos usuários, sobretudo do setor industrial.

Então, pediria a V. Exª esta compreensão: se poderíamos retirar o PLS 209, e passaríamos a apreciar o PLS 379.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu vou acatar a solicitação de V. Exª com relação a esse item 8 da pauta e, ao mesmo tempo, atender a V. Exª no que toca ao Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, que dispõe sobre o incentivo à exploração e implantação de centrais de geração, a partir de fonte eólica, e dá outras providências.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2008
- Terminativo -

Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela rejeição

Lembro a V. Exª: vamos fazer a leitura do relatório, mas é evidente a falta de quórum, porque nós temos em funcionamento, já a essa altura, outras Comissões, e o número de Senadores presentes não permite que possamos votar essa matéria.

Mas vamos proceder à leitura de V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado.

Sr. Presidente, vem para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 379, de 2008, do Senador Renato Casagrande, que dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.

O art. 1º estabelece que empreendimentos de geração elétrica de fonte eólica, independentemente da potência injetada na rede, têm 100% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão, a denominada TUST, e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, a TUSD, seja a energia elétrica consumida no Ambiente de Contratação Regulada, seja no Ambiente de Contratação Livre.

O parágrafo único do art. 1º determina que, após a amortização integral ou parcial do empreendimento, a Agência Nacional de Energia Elétrica definirá um novo percentual de redução da TUST e da TUSD, garantida a competitividade da fonte eólica.

O art. 2º autoriza a Aneel a alterar ou fixar o percentual de desconto da TUST e da TUSD de todos os empreendimentos eólicos, independentemente da data de outorga e da potência instalada. O art. 3º estipula o início da vigência da lei a partir da data de sua publicação.

Na Justificação, o autor destaca a importância do incentivo ao investimento na geração de energia renovável, como a eólica, mediante política de subsídios, prática adotada em diversos países desenvolvidos. Ressalta ainda o valor estratégico da energia eólica para a matriz energética nacional, seu baixo impacto ambiental e a ausência de impacto sobre a arrecadação de ICMS.

O projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Assuntos Econômicos, que, em 30/10/2012, aprovou parecer pela rejeição da proposição. A esta CI cabe proferir decisão terminativa. Não houve emendas no prazo regimental.

Nos termos do art. 91, I, combinado com art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CI deve se manifestar em caráter definitivo sobre o mérito, constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade da proposição.

Compete privativamente à União legislar sobre energia, não sendo a matéria de iniciativa reservada. A proposta não implica renúncia de receita, dada a natureza da TUSD e da TUST, logo não há reflexos no plano orçamentário e fiscal.

No mérito, é possível observar que de 2008 (ano de apresentação do PLS) a 2016, houve sensível avanço na geração de energia eólica no País, com significativo ganho de competitividade e redução de custos. O raciocínio do nobre proponente justificava-se nos idos de 2008, não mais, contudo, no presente cenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O marco inicial da inserção em larga escala da fonte eólica na matriz elétrica brasileira foi a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), pela Lei nº 10.438, de 2002, cujo objetivo consiste em aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

O ponto principal do PLS nº 379, de 2008, seria ampliar para 100% o desconto na TUST e na TUSD para a geração eólio-elétrica. A fonte eólica já possui hoje desconto de no mínimo 50% na TUST e na TUSD, na forma estabelecida pelo art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, introduzido pela Lei nº 10.438, de 2002, e tem sido mantido desde então.

Com o nível de subsídio de no mínimo 50%, a fonte eólica expandiu-se no Brasil e atingiu a maturidade econômica, mostrando que esse incentivo já cumpriu seu papel.

O expressivo crescimento da participação da geração eólica na matriz elétrica brasileira só foi possível devido ao aumento da competitividade dessa fonte ao longo dos anos. No gráfico é apresentado o valor médio do MWh, a valores correntes em dezembro de 2015, da energia eólio-elétrica contratada nos diversos leilões promovidos pela Aneel. Desde o Proinfa, em 2004, até o 15º Leilão de Energia Nova (LEN), em 2012, os preços da energia eólio-elétrica caíram mais de 70%. A partir de 2015, houve um aumento de 20% a 30% nos preços da energia eólio-elétrica, relacionado não a questões específicas da geração eólica, mas ao maior rigor das regras de financiamento dos empreendimentos pelo BNDES e à percepção, pelos investidores, do aumento do risco regulatório no setor elétrico.

Agrava a situação o fato de que, além de cruzado, esse subsídio provoca um efeito distributivo de caráter regressivo, isto é, a renda é retirada dos mais pobres em benefício dos mais ricos.

O custo atual do desconto na TUST e na TUSD para as Fontes Incentivadas é de R$1,1 bilhão e pode aumentar entre R$ 437,3 milhões e R$ 1,1 bilhão somente com os empreendimentos outorgados pela Aneel que ainda não entraram em operação. Se considerado o cenário do Plano Decenal (PDE 2023), o subsídio pode ter elevado de R$ 746,7 milhões a R$ 2,2 bilhões.

Em suma, o subsídio consistente no desconto na TUST e na TUSD para as Fontes Incentivadas objetivou corrigir uma falha de mercado relacionada à então insipiência desta indústria.

De lá para cá, a competitividade alcançada pelas usinas eólicas, a redução dos custos e a perspectiva de ampliação do setor sinalizam que a majoração do desconto ao patamar de 100% (e mesmo sua manutenção aos atuais percentuais de 50%) não é necessária para viabilizar o desenvolvimento das centrais de geração de fonte eólica.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de fazer outras considerações a respeito desse item da nossa pauta, eu quero saudar a presença aqui, nos nossos trabalhos, da Senadora Kátia Abreu, ex-Ministra da Agricultura, e dizer que, se o Senador Flexa Ribeiro permitir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...e dizer que esta Comissão só tem a ganhar com a presença de V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Após a leitura do Senador Fernando Bezerra, nós vamos proceder igualmente à leitura de outras propostas terminativas, porque, a essa altura, nós não temos ainda o quórum.

E o nosso universitário informa que estão em funcionamento já mais outras quatro Comissões: a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão do Meio Ambiente, a CAE e a CDR.

Eu até não deveria fazer essa leitura, porque há Senadores aqui que pertencem a outras Comissões.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, somente para nós esclarecermos, e, se for afirmativa a sua posição, para que possamos ajudar os universitários a trazerem as pessoas para a semana que vem.

Está confirmada a nossa audiência para a semana que vem? Aí eu já começo a trabalhar hoje para nós convidarmos e trazermos as pessoas com quem precisamos debater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Diante da urgência, como V. Exª colocou o problema, eu apelo a V. Exª, para que possa colaborar com a Comissão no sentido de que tenhamos a realização da audiência Pública.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Nós estaremos junto com a equipe e os Consultores...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Os universitários aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Os universitários.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E agora temos uma proliferação de universitários.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para promovermos essa audiência, que realmente é importante. Vamos trabalhar para que os convidados estejam presentes para debater esse assunto.

Então, fica confirmada.

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos fazer a leitura do item 10, enquanto aguardamos a presença de outros Senadores. Pode ser que tenhamos, ainda, o número regimental.

Item 10 da pauta.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1 - Matéria não será apreciada por outra Comissão.
2 - Não foram oferecidas emendas ao Projeto.
3 - Votação nominal.

A autoria é do Senador Flexa Ribeiro, aqui presente, e o relatório é do Senador Lasier Martins, a quem concedo a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi, Srs. Senadores, Srª Senadora Kátia Abreu, que merece uma saudação especial, porque passou a conviver conosco na Comissão.

Sr. Presidente, o Ministério dos Transportes, por sua assessoria, mandou informar-nos que está estudando o projeto. Não chegou a nos pedir adiamento, mas, como não há quórum, tenho a impressão de que podemos discutir e votar na próxima reunião.

É interessante esse projeto de lei do Senador Flexa, preocupado com a travessia das rodovias federais nas zonas urbanas, o que tem causado acidentes, congestionamentos, poluição.

Vou ler, objetivamente, alguns pontos do projeto.

Ele possui dois artigos. O primeiro altera a Lei nº 12.379, de janeiro de 2011, para incluir o art. 19-A a fim de obrigar que sejam as rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal segregadas das vias locais urbanas e minorados seus impactos negativos no ambiente urbano. Ademais, acrescenta parágrafo único ao dispositivo para que regulamento estabeleça cronograma para seu atendimento. Já o segundo artigo traz a cláusula de vigência, que afirma que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor destaca a necessidade de evitar os efeitos negativos das rodovias quando atravessam zonas urbanas, tais como atropelamentos, acidentes de trânsito, congestionamentos e poluição. E argumenta que, em países desenvolvidos, o trânsito local é segregado das vias de trânsito rápido por meio de vias paralelas ou por meio de túneis e de viadutos.

A matéria tramitará apenas nesta Comissão, onde deverá obter decisão terminativa. Decorrido o prazo regimental, não lhe foram oferecidas emendas.

Mas, como disse, o Ministério dos Transportes quer nos mandar alguns argumentos para a próxima reunião.

Análise.

Nos termos do art. 22, incisos IX e XI, da Constituição Federal, compete à União legislar, respectivamente, sobre diretrizes da política nacional de transportes; e trânsito e transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

É meritória a proposição do autor ao procurar corrigir os efeitos negativos das rodovias sobre as comunidades urbanas locais. Os acidentes de trânsito provocados pelo conflito das vias rápidas com as ruas locais ceifam muitas famílias dos seus entes queridos ou deixam graves sequelas para o resto da vida das vítimas.

Ademais, conflitos de tráfego mal resolvidos provocam severas perdas na qualidade de vida das famílias que vivem próximas ou às margens das rodovias federais. A proposição ora em exame é constitucional, jurídica e, no mérito, positiva para os interesses da sociedade.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 702, de 2015.

É o relatório, Sr. Presidente Garibaldi Alves.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Acredito que o Ministério dos Transportes esteja preocupado com o prazo para implantação do projeto, não é, Senador Flexa? Porque ele delineia que tenhamos outras vias que não permitam o tráfego nas vias locais urbanas, não é isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra pela ordem, lembrando a V. Exª que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...não vamos discutir, a despeito de o Senador Cameli já nos aproximar do quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Primeiro, quero agradecer ao Senador Lasier e parabenizá-lo pelo relatório.

Esse projeto, Presidente Garibaldi Alves Filho, é de suma importância porque protege vidas humanas. O que acontece nas rodovias federais quando atravessam os núcleos urbanos e são pavimentadas? O tráfego tem um aumento muito grande de intensidade. Vou citar um exemplo só que acho que pode ser emblemático. Isso acontece no Brasil inteiro. A BR-163 está sendo asfaltada – esperamos há 20 anos, mas vai chegar um dia em que ela estará asfaltada –, mas com o escoamento da soja, do Mato Grosso para os portos de Miritituba e Santarém, hoje já passam por lá mais de mil carretas por dia, e, na safra, a expectativa mais à frente é de que passarão cinco mil carretas, na safra. Isso traz um problema enorme para as cidades. Então, é necessário que, ao passar a rodovia federal, sejam feitas pelo DNIT rodovias laterais que permitam o tráfego da cidade independente da BR.

Então, esse projeto de lei vem nesse sentido, para proteger todos os núcleos urbanos. O ideal seria que você fizesse um desvio da BR para ela não passar por dentro da cidade, mas as cidades também, com a passagem da BR, têm vida, têm progresso. Para atender as duas condições, é melhor, então, que se faça a segregação com essas rodovias laterais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu. Vou fazer a sua estreia aqui.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente, obrigada pelas boas-vindas, quero cumprimentar os colegas e dizer da importância desta Comissão para o Brasil, para todos os segmentos, para todos os setores, talvez seja uma das Comissões mais importantes desta Casa. Então, quero agradecer as boas-vindas e dizer que estou aqui para, modestamente, contribuir com esta Comissão e com o Brasil.

Eu gostaria de comentar o projeto do Senador Flexa Ribeiro, que tem como Relator o Senador Lasier Martins, e dizer que essa questão é um problema que será eterno, que isso faz parte da vida e que o anel viário, Senador Flexa, é normal que se faça e, se a cidade crescer, que se faça outro anel viário. As pessoas progridem, as sociedades crescem, graças a Deus, e isso não é um desperdício, é normal que aconteça. Claro que é um anel viário um pouco mais distante da cidade.

Eu quero aqui exemplificar a cidade de Colinas, no Tocantins, à margem da Belém-Brasília. A Transamazônica sai da Belém-Brasília e atravessa Colinas ao meio, com centenas e centenas de caminhões, diariamente, na avenida principal de Colinas, no Tocantins.

Existiu ou existe no Ministério dos Transportes ou do Planejamento, não me lembro, um projeto para transformar isso num programa de governo. Porque isso aflige dezenas de cidades por todo o País.

Então, que isso se tornasse uma rotina, não só a questão da dificuldade, dos conflitos, do movimento, mas vidas. Acontecem todos os dias acidentes, como disse o Senador Lasier, e torna a vida do prefeito um inferno, porque é uma avenida municipal federal, com movimento federal.

Quero dar todo apoio a esse projeto de lei, dizer da importância e o quanto ele é contemporâneo. Hoje nós estamos vendo isso em várias cidades do País.

Muito obrigada.

Gostaria, Sr. Presidente, de encaminhar aqui, enquanto o quórum não está estabelecido, falando da Belém-Brasília, da BR-153, que foi colocada naquelas concessões de duplicação, que era um sonho antigo, é uma das BRs mais velhas do País, que é de faixa única, ida e volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, foi concessionado para a Construtora Galvão a duplicação, saindo de Anápolis, passando por Gurupi, Tocantins, chegando até Aliança do Tocantins a duplicação. Mas, infelizmente, essa empresa está envolvida em investigações. Talvez seja a única concessão, coincidentemente, que teve uma empresa que deu problema por estar envolvida em investigação.

E nós gostaríamos de saber – estamos muito aflitos, são centenas de acidentes, uma rodovia muito movimentada, extremamente movimentada – o que está encaminhado. Nós estávamos tentando negociar a passagem dessa obra para outra empresa, porque a concessão já tinha sido feita – de comum acordo com a empresa isso seria possível –, mas, devido às dificuldades dessas investigações e de pedidos de concordata e pedido de falência, isso tudo tornou sem efeito as primeiras discussões.

Então, eu gostaria muito de fazer um pedido de informação verbal ao Governo Federal, ao Ministério dos Transportes: qual está sendo o encaminhamento com relação à empresa que ganhou a concessão da Belém-Brasília, da BR-153, do trecho de Anápolis, em Goiás, até Aliança do Tocantins, no Tocantins? Como estão o encaminhamento e as negociações para a substituição ou a retomada das obras desse trecho?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª será atendida.

Se V. Exª permitir, eu irei entrar em entendimento com o Ministério dos Transportes, em nome da Comissão, para que tenhamos o conhecimento de como está esse problema.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu agradeço.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E na próxima reunião daremos conta disso.

Com a palavra o Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente, o senhor acaba de informar aquilo que eu iria propor, que fizéssemos o contato com o Ministério, informando que o relatório foi lido, que deveremos discutir e votar provavelmente na próxima reunião, na semana que vem, e que nos digam principalmente quem arcará com as despesas para contornar esse problema.

Tem acontecido muito, e particularmente no meu Estado, a construção de viadutos ou túneis, dentro das cidades, depois do cansaço dos Municípios de esperar por soluções, elevando o número de vítimas e arcando com despesas que não competiriam aos Municípios.

Então, nesse particular, precisaríamos que o esclarecimento do Ministério viesse para cá. Se tiverem que construir viadutos ou túneis, quem responderá por isso? Os Municípios estão aí à míngua, sem condições.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quem responderá e com que dinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, tem um ditado popular que diz que "pau que nasce torto, morre torto".

O problema do Brasil, em todas as áreas e em especial na infraestrutura também, é exatamente isso, você faz a licitação da rodovia e não se preocupa com o impacto que essa rodovia vai trazer na vida das pessoas. Então, ela passa, você não se preocupa com a segregação.

Muitas vezes, Presidente, a maioria das vezes, você faz, Senador Fernando Bezerra, a licitação – lá no Pará isso tem demais – do asfaltamento da rodovia e não licita as pontes, parece que você vai passar por cima ou então passar por aquelas pinguelas, que acabam derrubando os caminhões, derrubando os carros. Isso é inaceitável! Você tem que licitar a rodovia já com a ponte.

Outras vezes, a coisa é mais ainda inimaginável. Você licita a rodovia, anos depois, às vezes décadas, licita a ponte e não licita as cabeceiras. Aí você tem a rodovia, tem a ponte e não tem a cabeceira da ponte. É outra licitação. Aí não dá para entender.

Eu quero, aqui, festejar a chegada da Senadora Kátia Abreu. Ela levantou um questionamento, quem é que vai arcar com as despesas? Com o custo? O projeto da rodovia tem que conter tudo isso.

Eu acho que no Brasil existem muitas leis já, eu acho que precisava era cumprir as que já existem, mas seria necessário ter uma que não permitisse, nenhum governo, a começar uma nova obra sem terminar a que tivesse já iniciado, porque o que nós temos ... Tem até uma comissão no Senado das obras paradas, para levantar as obras que estão paralisadas no Brasil. Eu acho que vão ter milhares de obras que estão nessas condições.

Então, você começa uma obra só para fazer o palanque eleitoreiro para dizer que começou e para em seguida. Tinha que existir... Não precisa ser lei, precisaria ter bom senso, gestão, não começar uma obra sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

antes terminar as outras. As próprias emendas de Parlamentares, sejam individuais, sejam de Bancadas, deveriam ser, obrigatoriamente, no sentido de concluir o que tivesse iniciado e não iniciar novos projetos que não serão concluídos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço desculpas ao Senador Fernando Bezerra, mas o Senador Lasier já havia pedido a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bem rápido, Presidente. É que a nossa pretensão está sendo facilitada, Presidente Garibaldi, porque está aqui na nossa reunião a Assessora Parlamentar do Ministério dos Transportes, Srª Luzia Xavier Dutra, esta senhora elegante aqui de vermelho ao meu lado, e ela está ouvindo a nossa discussão, está dizendo que estão esperando a apreciação do DNIT e da ANTT, mas que vai apressar, e na próxima reunião já teremos aqui um relatório sobre o que o Ministério pretende fazer com essa questão das travessias federais nas zonas urbanas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer a presença da Srª Luzia e perguntar a ela se deseja tomar assento aqui na nossa Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria primeiro parabenizar o Senador Flexa Ribeiro e cumprimentar o Senador Lasier Martins pelo relatório. E lembrar que o comentário da Senadora Kátia Abreu vai na direção correta.

Eu acho que a partir dessa iniciativa, nós poderíamos avançar numa proposta que de fato desse desdobramento a essa preocupação, que é comum em todos os Estados. Assim como hoje, na LDO, no Orçamento Geral da União, há plano de ação para implantação de rodovia, duplicação de rodovia, manutenção de rodovia, seria importante que se abrisse um plano de ação específico para aquilo que se denomina travessia urbana, porque com o adensamento populacional, com o aumento do fluxo cruzando as cidades, é importante que haja uma rubrica, um plano de ação específico dentro do DNIT, dentro do Ministério dos Transportes, para enfrentar esse tipo de situação, que muitas vezes passa pela construção de um anel viário, outras vezes o anel viário já existe, mas precisam ser implantados viadutos, outras vezes são vias laterais.

Então é importante que a gente pudesse não fazer isso de forma pontual, esporádica, a partir da pressão de um ou outro Parlamentar, de um ou outro governador, mas que isso fosse tratado de forma planejada.

Eu acho que essa preocupação do Senador Flexa Ribeiro dá a oportunidade, com a sugestão trazida pela Senadora Kátia Abreu, de que talvez o relatório do Senador Lasier Martins... Nas conversas que serão colocadas junto ao Ministério dos Transportes, que a gente evolua toda a peça orçamentária e que daqui para frente a gente trabalhe. Todas as Bancadas trabalhariam para reforçar essa rubrica, esse plano de ação, e num horizonte temporal, à medida que o País dispusesse dos recursos, a gente começaria a enfrentar e dar respostas concretas a essas situações.

Isso ocorre na minha cidade, Petrolina. Petrolina tem dois anéis viários, todos eles já super saturados do ponto de vista do trânsito, cortam bairros densamente povoados, e é preciso a implantação urgente de viadutos, de travessias urbanas, de cruzamentos, de vias laterais, como foi colocado aqui.

Portanto, eu de novo encerro as minhas considerações cumprimentando a bela iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que deve merecer todo o acatamento e o apoiamento desta Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu tenho dois relatórios para ler ali na Comissão de Desenvolvimento Regional, e eu gostaria, se fosse possível, que se fizesse só a leitura, rapidinho, e a apreciação dos Requerimentos 39 e 40, que não têm polêmica, para a gente poder terminar aqui.

E quero parabenizar também o Senador Flexa e o Senador Lasier pelas colocações e pelo encaminhamento desse importante projeto de travessia das cidades.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu gostaria de atender, neste momento, o Senador Hélio José, que pede para que, extrapauta, possamos votar dois requerimentos. E saúdo aqui o Senador Dário Berger, na nossa Mesa de trabalho.

De autoria do Senador Hélio José, o Requerimento tomou o número 39, de 2016. Nos termos regimentais, requer que sejam solicitados, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, esclarecimentos a respeito das políticas públicas implementadas e desenvolvidas no âmbito do Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 39, de 2016
- Não terminativo -

Requerimento de Informação ao Ministério de Minas e Energia sobre avaliação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos).

Autoria: Senador Hélio José

Em votação o requerimento.
A Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
O outro requerimento, de autoria do Senador Hélio José, que hoje apresentou... Quantos requerimentos?
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Seis.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Seis requerimentos. É o campeão.
Nos termos do disposto no artigo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Apresentou por um ano, né, Senador Flexa?
Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, requer que sejam solicitados, ao Ministro de Estado das Cidades, esclarecimentos sobre programas destinados a estimular a disseminação das fontes renováveis de energia. Solicita informações sobre o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, o chamado Prodeem, instituído em 1994, para atender às localidades isoladas não supridas de energia elétrica pela rede convencional, e também sobre programas voltados para o transporte urbano.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Requerimento de Informação ao Ministério das Cidades sobre Avaliação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), instituído em 1994 para atender às localidades isoladas não supridas de energia elétrica pela rede convencional, e também sobre programas voltados para o transporte urbano.

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão. (*Pausa.*)
Em votação o requerimento.
As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Exª.
O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aprovado.
Os requerimentos vão ao Plenário por se tratarem de requerimentos de informações.
Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a reunião, convocando uma para a próxima quarta-feira.
Acredito que, na próxima quarta-feira, ainda tenhamos...
Não teremos reunião em face do recesso, Senador Flexa Ribeiro.
Teremos. Ainda teremos.
V. Exª está frustrado com o meu anúncio, mas teremos a votação do projeto de V. Exª.

(Iniciada às 8 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2016.

Às quinze horas e um minuto do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Paulo Rocha e Aloysio Nunes Ferreira. Deixa de comparecer o Senhor Senador Valdir Raupp. O Senhor Presidente declara abertos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2016-CMABMONTE. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Reunião de Trabalho, no âmbito desta subcomissão com a finalidade de buscar soluções para as pendências relativas às condicionantes para a implantação da UHE Belo Monte e problemas correlatos. Solicito, igualmente, a presença na referida reunião dos seguintes convidados: Sra. Suely Mara Vaz Guimarães de Aráujo, Presidente do Ibama; Sr. Duilio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia; Sr. Erivandro Oliveira Amaral, prefeito de Vitória do Xingu; Sr. João Batista Pereira da Silva, prefeito de Anapu; Sr. Domingos Juvenil, Prefeito de Altamira; Sr. Everton Vitória Moreira, prefeito de Uruará; Sr. Carlos José da Silva, prefeito de Senador José Porfírio; Sra. Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora Federal de Altamira; Sra. Maria Amélia Enríquez – Representante do Governo do Estado do Pará no PDRSX. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado com aditamento para que se incluam no rol de convidados um representante dos movimentos sociais e do Secretário de Saúde do Estado do Pará. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a
Execução das Obras da Usina de Belo Monte

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Item único da pauta.

ITEM 1
Requerimento Nº 2, de 2016

Requer, nos termos regimentais, a realização de uma Reunião de Trabalho, no âmbito desta subcomissão com a finalidade de buscar soluções para as pendências relativas às condicionantes para a implantação da UHE Belo Monte e problemas correlatos. Solicita, igualmente, a presença na referida reunião dos seguintes convidados:

- *Srª Suely Mara Vaz Guimarães de Aráujo, Presidente do Ibama;*
- *Sr. Duilio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia;*
- *Sr. Erivandro Oliveira Amaral, Prefeito de Vitória do Xingu;*
- *Sr. João Batista Pereira da Silva, Prefeito de Anapu;*
- *Sr. Domingos Juvenil, Prefeito de Altamira;*
- *Sr. Everton Vitória Moreira, Prefeito de Uruará;*
- *Sr. Carlos José da Silva, Prefeito de Senador José Porfírio;*
- *Srª Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora Federal de Altamira;*
- *Srª Maria Amélia Enríquez – Representante do Governo do Estado do Pará no PDRSX.*

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu vou aditar aqui também, Senador Paulo Rocha, nosso Relator – o requerimento é de autoria do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Paulo Rocha –, um representante ou uma representante do setor social, dos trabalhadores, do movimento social. Depois nós definimos quem é que nós vamos convidar, mas já fica aprovada a participação de um representante da sociedade, dos movimentos sociais.

Esta reunião de trabalho é consequência e seguimento da visita que fizemos nos dias 7 e 8 de abril, in loco, ao canteiro das obras da instalação da Usina de Belo Monte, em que tivemos, Senador Paulo Rocha, de assistir, quase que praticamente, à entrada em produção de energia da primeira turbina, já produzindo em torno de seiscentos e poucos megawatts. A previsão era de que a cada dois meses uma nova turbina entraria em funcionamento. Então, a segunda turbina já deve estar também em funcionamento.

A preocupação nossa, que sempre foi a desta Comissão, era a de que a usina ficaria pronta, a usina iria gerar a energia, mas que as condicionantes para mitigar os impactos, essas não estavam no mesmo ritmo da implantação da usina, pelo contrário, muitas delas não tinham nem sido iniciadas. Então, é preciso que já façamos essa segunda reunião, vamos reavaliar as condicionantes, com a presença da presidente do Ibama, que liberou a licença de operação, que era condicionada à execução das ações mitigadoras. Ou seja, a juízo da Subcomissão, essa licença de operação foi dada indevidamente pelo Ibama.

Então, isso nós vamos poder discutir e ter as explicações da Srª Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, Presidente do Ibama. Ela acabou de assumir, mas, como a nossa reunião está marcada para o dia 12 de julho, ficamos já agendados para o dia 12 de julho às 14 horas, a tempo de ela poder se inteirar das condições em que se encontra a execução das condicionantes.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Rocha, coautor do requerimento, para as suas considerações.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não só consequência da nossa visita, mas do nosso papel de fiscalizador da Comissão, porque representamos o Senado nessa fiscalização. Então, não há o que obstar para aprovarmos este requerimento para podermos fazer esta audiência, que é resultado da nossa ida lá, onde constatamos um conjunto de situações que precisamos, como consequência desta audiência, para dar passos no processo fiscalizatório.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao nosso Relator, Senador Paulo Rocha.

Coloco em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha, Relator da Subcomissão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu acho que é bom constar em ata que, com a nossa visita a Belo Monte, cumprimos o nosso papel de fiscalizador, mas, nós dois, como Senadores paraenses, também identificamos que havia um descompasso entre a administração central, local, do Município de Altamira, onde estão se realizando as principais obras de compensação, um descompasso, ou uma falta de sintonia entre a prefeitura e a direção da Norte Energia. Então, nós dois ficamos com o papel de também mediar essa relação.

Queremos registrar para os nossos Senadores que eu e o Senador Flexa Ribeiro já demos alguns passos nessa conversa, principalmente na questão que envolvia o hospital. O hospital já estava há um ano construído e não estava sendo usado pela população.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Foi entregue à prefeitura.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É, foi entregue à prefeitura, mas havia um problema lá, e ficou de nós intermediarmos entre o Governo do Estado e a prefeitura quem tocaria. Acho que, conforme a nossa diligência, minha e do Senador Flexa, nós já demos passos importantes para que o Governo do Estado assuma o hospital construído, que teria o papel de um hospital regional, e a Norte Energia iria poder construir outro hospital, com característica materno-infantil, para que fosse administrado e gerido pela prefeitura. Acho que está bem avançado este acordo, digamos assim, e nós vamos destravar um problema, a questão da saúde, que é muito carente na nossa região.

Eu, queria, portanto, que constasse em ata, e que também fosse uma espécie de prestação de contas para os nossos Senadores da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª tem toda razão. Só para informar sobre a reunião para tratar da questão da entrada em operação do hospital, como V. Exª colocou, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

inaceitável que um hospital pronto e entregue à Prefeitura de Altamira há um ano não tenha entrado em funcionamento quando há necessidade de atendimento da população.

Houve já a reunião entre o Governo do Estado, a prefeitura e a Norte Energia exatamente nessa direção mencionada por V. Exª. A informação que eu tenho é de que o prefeito concordou em devolver o hospital para a Norte Energia, o Estado concordou em receber o hospital. Quanto àquelas condições, aquelas que foram vistas, dos equipamentos, etc, a Norte Energia ficou de dar uma resposta, e vamos pedir que traga nessa reunião do dia 12 já uma solução definitiva. Também me disse o Presidente Duilio que a área jurídica da Norte Energia estava estudando como fazer a retomada, quer dizer, receber o hospital de volta de forma correta, para, então, entregá-lo ao Estado.

Com essa observação do Senador Paulo Rocha, com a permissão do também subscritor Senador Paulo Rocha, eu queria aditar o convite, colocando-o à apreciação dos Senadores desta Subcomissão, que acompanha a implantação da usina de Belo Monte, ao Secretário de Saúde do Estado do Pará. Espero eu que, até lá, até o dia 12, nós já tenhamos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É o Vitor Mateus.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o Vitor Mateus.

Espero que, até essa data, a questão do hospital já esteja resolvida, pelo entendimento entre a Norte Energia, a Prefeitura de Altamira e o Governo do Estado.

Então, proponho que possamos aditar o nome do Secretário de Saúde, Dr. Vitor Mateus, como convidado para a nossa audiência, para a nossa reunião de trabalho do próximo dia 12 de julho, às 14h.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o aditamento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum item na pauta da reunião de hoje, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a nossa 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 16 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e dezesseis, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença do Senhor Senador Sérgio Petecão. Justificam ausência os Senadores Flexa Ribeiro e Hélio José. Ausentes os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a apreciação de requerimentos. Item 1 - Requerimento nº 7, de 2016, da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Subcomissão de Acompanhamento do Setor Mineral (SUBMINERA) para tratar da modernização da legislação mineral brasileira. Para isso, convida as seguintes personalidades: Dr. Frederico Munia Machado, Procurador Chefe-substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Dr. William Freire, do Escritório William Freire Advogados Associados; Dr. Adriano Drummond Cançado Trindade, professor voluntário da Universidade de Brasília; Dr. Guilherme Simões, coordenador do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Dr. Fernando Facury Scaff, professor da Universidade de São Paulo (USP); e Dr. Luiz Antônio Sotério de Oliveira, Procurador Federal aposentado. Resultado: requerimento aprovado. É apreciado um requerimento extrapauta. Item 2 – Requerimento nº 8/2016, da Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 7/2016 - SUBMINERA, que aprovou a audiência pública que tratará da modernização da legislação mineral brasileira, a inclusão do nome do Sr. Luis Mauricio Ferraiouli de Azevedo, geólogo, como debatedor. Resultado: requerimento aprovado. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ITEM 1
Requerimento Nº 7, de 2016

Requer, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Subcomissão de Acompanhamento do Setor Mineral (Subminera) para tratar da modernização da legislação mineral brasileira.

Para isso, convida as seguintes personalidades:
- Dr. Frederico Munia Machado, Procurador Chefe-substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- Dr. William Freire, do Escritório William Freire Advogados Associados;
- Dr. Adriano Drummond Cançado Trindade, Professor voluntário da Universidade de Brasília;
- Dr. Guilherme Simões, Coordenador do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM);
- Dr. Fernando Facury Scaff, Professor da Universidade de São Paulo (USP); e
- Dr. Luiz Antônio Sotério de Oliveira, Procurador Federal aposentado.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Em votação o requerimento.
Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
Item extrapauta.
Requerimento nº 8, de 2016, da Subminera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

EXTRAPAUTA
ITEM 2
Requerimento Nº 8, de 2016

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer, em aditamento ao Requerimento nº 7/2016 - SUBMINERA, que aprovou a audiência pública que tratará da modernização da legislação mineral brasileira, a inclusão do nome do Sr. LUIS MAURICIO FERAIOULI DE AZEVEDO, geólogo, como debatedor.

Autoria: Senador Wilder Morais

Em votação o requerimento.

As Srª e o Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrar esta reunião, submeto à Subcomissão a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE JULHO DE 2016.

Às oito horas e um minuto do dia quatorze de julho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Waldemir Moka, José Medeiros, Wellington Fagundes e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a Frente Parlamentar da Agropecuária apresentou Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República interino, Michel Temer, em encontro que também contou com a presença do Ministro Blairo Maggi, da Agricultura, do Ministro Geddel Vieira Lima, da Secretaria de Governo da Presidência da República, e do Ministro Gilberto Kassab, da Ciência e Tecnologia, elencando os principais dilemas vividos pelo agronegócio. Após a informação, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 25, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, consoante o Requerimento (RRA) nº 13, de 2016, que trata da avaliação da Política Pública de Seguro Rural desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, destinada a apresentar e discutir a política de Seguro Rural no País, com a participação do Sr. Pedro Loyola - Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Wady José Mourão Cury - Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FENSEG); Sr. Miguel Fonseca de Almeida - Assessor da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (FENABER). Os Senadores Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Roberto Muniz, José Medeiros e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. A Senhora Presidente, respondendo ao Senador Waldemir Moka, sugere que o Senhor Relator, Senador Wellington Fagundes, ao final do processo de Avaliação da Política Pública, faça uma reunião com o Senhor Ministro Blairo Maggi, da Agricultura, para fazer com que o seguro rural seja alguma coisa mais concreta na prática. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A audiência pública de hoje tem a finalidade de apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que foi designado por esta Presidência para preparar a Política Pública de Seguro Rural, tema que foi escolhido por esta Comissão para o debate deste ano e apresentação como contribuição em relação ao Seguro Rural.

Informo que esta reunião é parte do processo, como eu disse, da avaliação da Política Pública de Seguro Rural, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de fazer o convite aos palestrantes que falarão sobre o tema, queria dar uma informação – o Senador Moka estava presente: nesta semana, a Frente Parlamentar da Agropecuária, formada por mais de uma centena de Deputados Federais – de vários partidos, de toda a representação brasileira dos Estados – e mais Senadores, participou de um encontro com a presença do Vice-Presidente que está na interinidade, Michel Temer, com a presença dos Ministros Blairo Maggi, Ministro Geddel Vieira Lima e Ministro Gilberto Kassab, da Ciência e Tecnologia.

O Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o mineiro Marcos Montes, fez uma reunião de grande repercussão. Por si só, a presença do Presidente já daria relevo.

Na ocasião, foi apresentada uma carta da Frente Parlamentar da Agropecuária, que elenca os principais dilemas que o setor está vivendo.

Entre outros argumentos, a carta afirma que o setor é fundamental na geração de divisas, emprego e renda. Estratégico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, o agronegócio acredita que a nova adminis-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tração federal tem legitimidade constitucional e conta com o comprometimento de uma equipe econômica competente.

A FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária acredita na capacidade para reorganizar aspectos macroeconômicos essenciais para que, a partir de reformas estruturais, possamos adquirir a confiança do setor privado, retomar investimentos e, consequentemente, recolocar o Brasil na trajetória do crescimento.

Então, essa carta dá esses destaques.

O Ministro Blairo Maggi, naquela ocasião, praticamente fez um despacho público e coletivo com as demandas principais apresentadas pelos Parlamentares antes que chegasse ao local o Presidente Michel Temer. Então, foi de alta produção política a reunião, com o prestigiamento do Ministro da Agricultura, que foi, aliás, muito elogiado pelos colegas, dada a sua capacidade de diálogo permanente com os Parlamentares, não só com os Deputados Federais, mas também com os Senadores, especialmente ele que é nosso colega, Senador, membro ativo desta Comissão, e que já nos deu a honra de estar aqui para debater as principais linhas de ação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Eu queria, então, agora, convidar o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Dr. Pedro Loyola; o Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais, Fenaseg, Dr. Wady José Mourão Cury.

Por favor, estejam à vontade. Já nominados aqui, já estão feitas as identificações, então, por favor, tomem os seus assentos.

Convido o Dr. Miguel Fonseca de Almeida, assessor da Comissão de Seguro Rural, da Federação Nacional das Empresas de Resseguros, Fenaber.

Comunico também aos ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado que poderão participar deste debate, fazendo perguntas e sugestões nos seguintes contatos: pela internet, www.senado.leg.br/ecidadania; e, por telefone, a ligação é gratuita, podendo ser feita por telefone fixo, celular ou por telefone público, no número 0800-612211.

Eu queria passar a palavra diretamente ao representante da Confederação Nacional da Agricultura, porque é ali onde residem os problemas. Depois, aos representantes dos operadores do seguro propriamente dito.

Agradeço a presença dos nossos Consultores Legislativos, que são os responsáveis por isso.

Informo também que teremos uma audiência pública em Rondonópolis, no Mato Grosso, no mês de agosto, com a presença de um dos consultores, para darmos prosseguimento a esse elenco de debates em torno do tema seguro rural.

Então, com a palavra o Dr. Pedro Loyola.

Temos definido aqui dez minutos, para permitir que, depois da exposição, possamos fazer um debate entre os participantes e os Senadores.

Com a palavra o Dr. Pedro Loyola, por dez minutos.

O SR. PEDRO LOYOLA – Senadora Ana Amélia, queria agradecer a oportunidade. Nós lá, no Paraná, e os produtores de todo o Brasil sabemos da sua luta em prol dos produtores e, principalmente, do seguro agrícola e, de antemão, já agradecemos por esta oportunidade aqui na Comissão.

Podemos já passar para o primeiro eslaide.

Eu gostaria de começar falando sobre o seguro agrícola e de uma visão equivocada que nós temos hoje no País. A primeira pergunta que a gente faz é se esse programa de seguro agrícola, de subvenção, é um bom ou mau negócio para o País, para o Brasil, e, quando falo para o Brasil, não estou só falando do produtor rural, do produtor de alimentos; estou falando de toda a sociedade.

Nós países onde o seguro agrícola teve êxito, o papel do Estado tem sido fundamental no apoio ao programa. Em países onde não há a participação do Estado, o seguro não andou.

Será que esse custo do programa é mais caro do que uma renegociação de dívida rural para a sociedade brasileira, para o Tesouro Nacional? Essas são perguntas importantes para a gente saber se devemos continuar com o programa ou não, porque a gente vai discutir muito a questão de recursos para esse programa.

Será que o seguro beneficia somente o produtor?

Então, eu queria colocar, primeiramente, aqui, a questão dos benefícios do seguro.

Quando a gente tem um problema climático no País, sabe que isso afeta diretamente o produtor, mas também toda a sociedade, a todo o comércio local daquele Município que foi afetado, a toda indústria de máquinas, fornecedores de insumos, cooperativas, implicando menos renda, menos emprego, menos exportação para o País. Então, esse seguro agrícola que nós temos no País, que foi iniciado em 2005, quando o Governo finalmente verificou que era importante nós termos um instrumento de mitigação de riscos, teve um crescimento até o momento, mas aqui eu vou mostrar para vocês que a gente está passando por alguns problemas e precisamos do Senado, dos Parlamentares para encontrar novos rumos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Se fala também que o seguro agrícola não atende à necessidade do produtor. A gente ouve alguns produtores, alguns Estados reclamarem isso. Então, queria falar um pouquinho dessa evolução do ponto de vista dos produtores.

No início do programa, em 2005, nós tínhamos um seguro de produção de multirrisco, coberturas muito baixas que pegavam apenas 50% da produtividade com dados do IBGE que não são exatamente dados prontos para seguro rural.

O que nós temos hoje já? Fala-se muito no seguro de renda e de faturamento, que é um sonho do produtor. Pois bem; ele já existe hoje – o seguro de renda e faturamento – para soja, milho e café. Nós temos diferentes modalidade de seguro, que foi a evolução que a gente teve nesses dez anos, para riscos nomeados, algumas regiões que só têm problemas de granizo, de geada; o multirrisco que é para todos os riscos climáticos que afetam a agricultura; seguros por talhão. Enfim, tivemos melhores coberturas e aumento dos níveis de cobertura, mas isso também encarece o seguro. Então, temos prêmios mais caros, e esse prêmio mais caro vai refletir também no programa depois.

Em todos os países – nós pegamos experiência dos Estados Unidos, Canadá e Espanha, principalmente –, verifica-se que a evolução do seguro levou décadas, quatro, cinco décadas, para chegar a desenvolver os produtos adequados à necessidade do produtor. E aqui, no Brasil, diante da experiência internacional, nós já queimamos algumas etapas e, em uma década, nós já tivemos uma evolução muito grande.

O problema é que nós poderíamos ter um desenvolvimento maior, uma área agrícola maior protegida pelo seguro, mas ela ainda é muito pequena. Menos de 10% de toda a área agrícola do País tem algum tipo de seguro.

E onde reside o problema na nossa visão, na visão dos produtores? Nós tivemos o programa, ele andou bem até 2009, 2010, e, a partir desse ano, o programa começou a apresentar problemas de contingenciamento de recursos, e isso afeta diretamente o produtor. O seguro é muito caro, o produtor necessita dessa subvenção para que ele consiga colocar no seu custo de produção o seguro como um insumo, tornando acessível ao produtor então a contratação do seguro. Ocorre que o Governo falhou muito de 2010 para cá, e o principal ano em que a gente teve, vamos dizer, uma catástrofe para os produtores foi o ano passado, 2015. Em 2014, nós tínhamos R$693 milhões aplicados no seguro agrícola no País, em torno de 18% da área agrícola coberta com seguro agrícola; e, no ano passado, apenas R$282 milhões. Para este ano, estão previstos R$400 milhões. E R$400 milhões cobrem em torno de 10% da área.

Como eu estava falando da área, então aqui está o impacto que a gente teve. Nós tivemos uma redução, de 2014 para 2015, de 70% da área protegida. Isso cobre então só 10%, e 90% dos produtores estão à mercê do clima.

E quando a gente fala de produtores, não é só risco na Região Sul. Nós estamos vendo Matopiba, agora, com um prejuízo de R$3 bilhões. O Centro-Oeste – Mato Grosso e Goiás – com um grande problema climático, e os produtores que lá não conseguiram ter acesso o seguro agrícola, por essa falha do Governo, vão ter que fazer renegociação de dívida, porque são áreas grandes, e a maioria desses produtores não conseguiu ter acesso ao seguro.

E qual é o problema que acontece? Vamos pegar o exemplo de 2015: nós temos planejamento de longo prazo no seguro? Do meu ponto de vista, não. Por quê? Existe um plano trienal, para três anos, portanto, e o último, de 2013, previa R$800 milhões para o programa. No lançamento do plano agrícola, a Ministra prometeu R$700 milhões. O orçamento aprovado na Lei Orçamentária foi de R$668 milhões. Em 2015, o Governo teve que pagar atrasos de apólices de ano anterior, R$300 milhões de reais. Houve um corte no orçamento, de R$51 milhões, de tal forma que o orçamento final, em 2015, chegou a R$316 milhões, sendo que, realmente aplicados, foram R$282 milhões.

Então vocês vejam: como fazer o planejamento de longo prazo se a gente sai de um valor previsto de R$800 milhões e acaba tendo uma aplicação de apenas R$282 milhões?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A respeito...

Voltando ainda lá, só para não passar um detalhe.

Nós apresentamos uma sugestão ao Relator do Orçamento: tirar de rubricas de recursos que não são usados para reforçar aquele que é fundamental, que é em relação ao seguro. Ainda assim foi conseguido... Ia ser menor do que os R$316 milhões. A gente queria chegar perto de R$800 milhões para mostrar que havia uma solução, ou seja, realocar recursos de outra rubrica, que não seriam usados, para um setor que é estratégico, que é o de seguro rural.

Apenas uma explicação.

O SR. PEDRO LOYOLA – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A gente acompanhou isso. Agradecemos o empenho, mas, infelizmente, o Governo entendeu de outra forma.

O seguro rural – é bom lembrar – está dentro de uma política de gestão de risco, que envolve o Proagro, o zoneamento agrícola, principalmente. Então, nós também temos propostas, isso é em cima de um estudo do próprio Ministério da Agricultura. Nós precisávamos, para o ano de 2017, de pelo menos R$1,1 bilhão para o programa. Isso daria para, aproximadamente, 30% da área agrícola do País.

Nós precisamos propiciar, então, a previsibilidade e a estabilidade do Programa de Seguro Agrícola. Por quê? O nosso produtor, quando ele vai ao banco...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO LOYOLA – ... ou a uma cooperativa tirar o crédito, ele precisa ter o seguro agrícola disponível naquele momento. O que acontece hoje é que ele não tem isso; ele não tem nenhuma certeza de que ele vá ter acesso à subvenção. Isso é muito ruim, porque cria uma imagem muito desgastante do programa, do próprio seguro. Não se conseguindo, então, garantir um horizonte de longo prazo também nas ações das seguradoras, corretores e cooperativas. Então, a gente precisa colocar um fim nessas improvisações pelas quais o programa vem passando desde 2010.

A gente precisa alterar as regras do programa quanto aos percentuais de subvenção, regulamentar e implementar o Fundo de Catástrofe. Estamos com bilhões de reais garantidos. Se nós tivermos uma catástrofe no País, isso vai quebrar as seguradoras. Nós precisamos, então, desburocratizar também o Proagro.

E uma questão muito importante, Senadora: há muitos anos não fazemos estudos de zoneamento agrícola, o que é um grande problema. Nós estamos há quatro anos sem estudo. Nós temos novos cultivares, manejos, condições edafoclimáticas, a frequência das adversidades climáticas aumentou, e nós estamos a pé nesse mecanismo, que é a ciência.

Então, nós temos qual a proposta da CNA sobre do programa, para tornar bem simples.

Eu quero chamar a atenção para as culturas de maior risco: o trigo, o milho safrinha, o feijão e as frutas. Hoje, a subvenção para essas culturas é de apenas 40%, 45%.

O trigo, hoje, está com 55% de subvenção. Então, o que acontece? O prêmio médio dessas culturas é em torno de 15%. Se nós vamos dar um apoio ao produtor de apenas 40%, ele vai pagar em torno de 8%, 9%, 10% de prêmio em cima da importância segurada. É inviável contratar seguro num valor desses! Então, precisamos alterar essa regra, voltar para o nível de cobertura que havia antigamente, que era próximo de 60%.

Nas demais atividades, a gente entende que 45% de subvenção tornaria acessível o seguro para as outras atividades.

Uma última proposta, para a gente terminar: é o calendário de disponibilização da subvenção. O crédito rural, no dia 1º de julho, já está disponível nos bancos, mas, antes disso, muitas cooperativas e bancos fazem o pré-custeio a partir de março. Então, existe um calendário agrícola, pelo qual o produtor compra insumos e acessa o crédito, em que ele teria de ter disponível o seu seguro agrícola, o que não acontece hoje. A nossa proposta é de que se torne efetivo um calendário para que não haja esse descompasso entre contratação de crédito, a compra de insumo e a contratação do seguro.

Era isso, Senadora.

Agradecemos novamente a oportunidade e esperamos realmente que o Senado possa contribuir e nos ajudar para o desenvolvimento desse mercado tão importante para o produtor e para o nosso País.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Pedro Loyola. Foi bastante clara a sua exposição.

Aqui está o Senador Roberto Muniz, da Bahia. E, ontem, eu ouvia do Senador Otto Alencar que, praticamente, dois terços do território da Bahia sofrem com o problema de seca. Então, é uma coisa realmente necessária para adaptar culturas à situação climática dos Estados brasileiros que são produtores.

Agora, vamos passar a palavra ao Dr. Wady Cury também pelo mesmo tempo.

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – Senadora, primeiramente, eu gostaria, em nome da CNseg e da Fenseg, de agradecer a oportunidade de estarmos conversando com a senhora, parabenizá-la por esta iniciativa e trazer aqui a mensagem de que o mercador segurador tem acompanhado essa evolução.

Você poderia colocar para mim, por gentileza, a apresentação?

A evolução

Com relação a um conceito, eu gostaria de falar sobre a questão dos interesses seguráveis comuns. Acho que, quando entendemos essa natureza do que estamos falando, começo a ter as diferentes modalidades de seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Tenho os automóveis – e é um seguro que conhecemos bem. Cada automóvel, para nós, se trata de um risco isolado, e, aqui, há um contingenciamento na relação desses riscos estarem correlacionados. E nisso, o que precisamos, na questão do mutualismo, que é um fundamento do seguro? Preciso ter a dispersão dos riscos, que têm que estar separados.

Aqui, no automóvel, existe uma baixa correlação entre esses riscos isolados. Eles têm naturezas próprias e distantes umas das outras. Aqui é uma questão de contingenciamento. Também tenho que entender os perfis dos segurados e os interesses seguráveis comuns.

Quando olho a propriedade de cá, começo a perceber que vou ter uma correlação entre os riscos, ou seja, esses riscos não vão se dispersar, ou seja, eles sempre estarão suscetíveis aos mesmos eventos climáticos. E, aí, preciso ter a pulverização dos riscos; precisamos sair de áreas regionalizadas e partir para uma área maior. Eu tenho que ter a diversificação dos riscos, tenho que ter culturas diferentes, porque as questões climáticas, que, às vezes, são ruins para uma cultura, podem não ser necessariamente tão ruins para outra. Existe uma alta correlação entre esses riscos, e também temos que definir os interesses seguráveis comuns de cada um desses agricultores a respeito desses riscos.

Acho que, quando se traz esse conceito, percebe-se que o seguro agrícola exige uma natureza do coletivismo, e a agricultura vive do cooperativismo e do coletivismo. Então, aqui, temos uma necessidade de tratar uma gestão coletiva. Acho que é um pouco do papel que tem esta Comissão. E, aí, entra a questão dos agentes dos interesses seguráveis públicos e privados.

Por que públicos? Qual é a natureza de um seguro agrícola ter subvenção e o seguro de um automóvel não tê-la? O que difere essas modalidades de seguro? A segurança alimentar. O seguro agrícola está inserido na segurança alimentar; ele é um instrumento de política agrícola, ou seja, podemos ser um indutor de garantir a perenidade de uma segurança alimentar mundial. E, a partir desta segurança alimentar, você tem as políticas agrícolas estabelecidas nos seus países.

A nossa Constituição, Senadora, já de 88, traz o seguro agrícola, a única modalidade de seguro prevista na Constituição, que é um instrumento de política agrícola aqui, no Brasil.

Então, acho que esses são os fundamentos que gostaríamos de colocar como o eixo, o porquê de se discutir, qual é o papel essencial dessa modalidade de seguro, que, no mundo inteiro, é discutida e trazida como um elemento de política agrícola.

Quais são os papéis do seguro agrícola? Por que eles existem na sua fundamentação? O Pedro já falou alguma coisa: estabilidade econômica do agricultor é um ponto fundamental; ele é um indutor de tecnologia, sem sombra de dúvida; mantém o emprego no campo; protege quer o custeio ou a renda do agricultor – já existem essas modalidades –; protege a questão do crédito; facilita o acesso ao crédito; dá à entidade financeira a proteção necessária. E um ponto importante: é um equalizador do Orçamento da União.

Nas renegociações de dívidas que estamos tendo hoje, o seguro agrícola, até este momento, tirou R$1,2 bilhão das mesas de renegociação. Essas estão sendo as indenizações que as companhias estão fazendo. Estariam esses valores na mesa dessas negociações. O Pedro falou o caso do Matopiba: R$3 bilhões.

Então, acho que esse é um grande papel e o objetivo do seguro agrícola.

O porquê da subvenção. É evidente que nós estamos, como eu expliquei, com a questão dos riscos correlacionados. Eu tenho essa necessidade... Ele vai à demanda. Nós vimos que, de 2006 até 2016, crescemos. São quase dez milhões de hectares segurados. Garante a expansão. Vimos a expansão no quadro que o Pedro mostrou. E propicia também uma evolução no desenvolvimento de novos produtos. Saímos de 20 culturas para quase 80 culturas em 2016. Ou seja, evoluímos nesse sentido.

Agora, isso não tem sentido se não houver um fundo de estabilidade. Não há uma varinha mágica que transfira a impossibilidade de um agricultor suportar uma perda isolada e alguém que suporte essa perda de uma maneira coletiva. As seguradoras não têm capital econômico e financeiro suficiente para garantir os bilhões em risco. Ano passado, foram quase R$20 bilhões de investimentos segurados.

Então, o fundo tem o papel fundamental da oferta; as seguradoras têm a expansão; e também equalizador. Se nós tivéssemos uma política agrícola de médio e longo prazo, com esses instrumentos o Orçamento também teria uma previsibilidade melhor.

Zoneamento agrícola é um instrumento de política agrícola e essencial na questão do seguro agrícola e da subvenção.

Rapidamente, quanto à tipologia dos interesses seguráveis, hoje são praticados três tipos já: a questão só de custeio; a questão da produção – ou seja, eu posso trabalhar com a produção com um preço estabelecido com o agricultor – e o seguro de faturamento e renda. Esse seguro trabalha com duas equações: ele trabalha produtividade e valor futuro estabelecido pela bolsa de Chicago. E, aí, independe da correlação. Eu posso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ter um evento climático e ter queda de preços. Se esse multiplicador for inferior ao valor da importância segurada, haverá uma reposição da renda do agricultor.

Hoje, quase 35% dos produtos de soja vendidos são dessa natureza. Mato Grosso e Goiás, 54%. Então, é onde há o interesse dessa natureza nesse produto.

Eu posso ter uma questão climática forte e o preço crescer, e eu acabo na verdade não podendo nem tendo indenização porque há um equilíbrio entre essas duas naturezas.

A tipificação dos riscos seguráveis.

Esse quadro, só para mostrar, traz – o Brasil é um continente – desafios para nós imensos. Hoje, as contratações estão no Brasil todo; e o sinistro também está. O clima pulverizou e se diversificou. Nós tivemos seca no Nordeste, no Norte; e chuva excessiva e frio no Sul. E aí são as discussões das renegociações que estão nas mesas.

Os principais eventos que a gente tem aprendido nos últimos 10 anos.

Nós percebemos que seca e chuva excessivas representam 83% das frequências de ocorrência de sinistro. Esses números são ratificados pelos estudos atuariais, estudos científicos acerca da natureza de perdas na agricultura.

Ou seja, o seguro agrícola é, eminentemente, seguro climático. Não há evento climático que não esteja coberto no seguro agrícola. Pode ser que, na tipificação da apólice ele escolha granizo e eu tenha chuva excessiva. Aí, ele comprou uma cobertura restrita.

Nesse sentido, a proposta que nós estamos trazendo, de uma gestão futura.

Não há mais como continuar se nós não tivermos uma base integrada de dados.

O Brasil tem dados. Sem sombra de dúvida, temos informações. Falta você colocá-la num ambiente em que todos que têm interesse comum, público e privado, acessem essas bases.

Eu tenho que estudar o perfil do agricultor. O Pedro mostrou que começamos pelo IBGE, já evoluímos e, hoje, há tipificação do agricultor, e, se eu não conhecer a técnica ou a localização desse agricultor, eu posso não atendê-lo na sua real necessidade.

Desenvolvimento de gestão atuarial.

Um dos grandes desafios do seguro agrícola é a sua precificação pela natureza própria que eu mostrei, na questão da correlação do risco e da diversidade climática que nós temos. E, aí, vem a questão da tecnologia, a questão do campo, o investimento que o agricultor faz.

Então, também esse é um ponto fundamental. Não há mais como você atender o Brasil de uma maneira analógica. Você tem que partir para questões digitais de alta tecnologia. O Brasil é um continente, e esses desafios que nós temos são essencialmente necessários na questão da expansão sustentável do seguro agrícola.

E, aí, eu acho que nós temos que reunir esforços. Há empresas que estão mais evoluídas, outras não, em vários segmentos. Como é que nós podemos ter um olhar único nesse sentido?

Capacitação de profissionais.

A regulação de sinistro agrícola é diferente do do automóvel. Um perito pode entrar numa oficina e fazer a perícia de um Volks ou de qualquer tipo de modelo de carro. No caso agrícola, necessita-se da especificidade do seu perito. O agrônomo tem que conhecer a cultura que ele está analisando.

(Soa a campainha.)

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – Consolidação do programa.

Isso é fundamental. Temos que reconhecer que evoluímos, mas as questões das regras claras e previsíveis e as vias exequíveis são fundamentais. Essa questão dos valores pode ser importante, mas eu acho que mais importante do que o valor são as formas como são aplicados esses valores.

As mudanças de regra, como o Pedro agora mencionou, nas questões das diferenças, isso traz uma instabilidade para o programa de uma maneira mais ampla e global.

Regulamentação específica é um tema que, com certeza, está aqui, nesta Comissão. Quer dizer: quais são as necessidades de regulamentação e orientação específica na questão do seguro rural?

A questão da prática da sustentabilidade.

Você tem uma ferramenta de gestão sustentável. O seguro agrícola pode ser visto como um instrumento indutor de prática sustentável no campo – e já o é lá fora.

Aqui, a questão de um fórum.

Creio que, se a gente conseguisse ter um fórum, com uma agenda de trabalho envolvendo todas as iniciativas, todos os segmentos, sejam públicos ou privados, com o objetivo de discutir e propor ações que viabilizem o crescimento sustentado do seguro agrícola no Brasil, desta forma, com certeza, ele iria atender o mecanismo que está previsto na nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

E, como conclusão, eu acho que nós temos uma questão: a diversidade da agricultura brasileira, suas dimensões e diversidade. A construção de um modelo de seguro agrícola sólido sustentável só será possível sob uma gestão colaborativa das partes que têm os seus interesses nesse produto.

E o agricultor? Ele tem que ter um seguro descomplicado, acessível e coerente com as necessidades da especificidade da sua produção e na região em que ele está inserido.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Wady Cury, que foi também bastante didático.

Eu suponho que esse compartilhamento colaborativo seja uma forma, eu diria, de compartilhar o custo que o seguro representa para o produtor, para não recair só sobre os ombros do produtor, pesando no bolso do produtor, mas para compartilhar com aqueles setores que, quando o produtor vai mal, também sofrem as consequências e os prejuízos desse processo, como, no caso, o fornecedor de insumos, o fornecedor de produtos químicos ou de fertilizantes.

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Imagino que seja...

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – Sim, com certeza. Há toda uma cadeia, que tem interesses seguráveis comuns. Ou seja, há entidades que têm o interesse necessário, como a questão da indústria de insumos; as *trades* que têm interesse em comprar; os bancos que estão fazendo os financiamentos; o Governo, que tem uma política agrícola e se preocupa com a segurança alimentar; as seguradoras, que têm os seus interesses econômicos e o interesse social da pulverização e da gestão do risco. Acho que todo esse compartilhamento é o que nós temos que colocar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Eu quero cumprimentar o nosso Senador Wellington Fagundes, que está com a responsabilidade, exatamente, de produzir esses estudos, a partir dessas audiências públicas, e apresentar ao Congresso Nacional a oferta de um plano de política pública para o seguro.

Para concluir a nossa exposição, eu convido o Sr. Miguel Fonseca de Almeida, que é Assessor da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional das Empresas de Resseguros.

O SR. MIGUEL FONSECA DE ALMEIDA – Bom dia a todos. Bom dia Srª Senadora, e obrigado pelo convite. Obrigado a todos os participantes aqui presentes.

Eu vou tentar ser objetivo e não ser repetitivo no que os meus colegas já apresentaram. Eu vou dar um pouco mais de enfoque a algumas experiências internacionais. E que fique clara a mensagem de que o que a gente está querendo trazer aqui não é importar exatamente o que existe lá fora, até porque os modelos internacionais também não são iguais em seus países, mas, em alguns pontos, em alguns pilares, eles são comuns. Então, acho que, de certa forma, a gente pode, sim, aprender e tentar debater em cima desses pilares e dessas questões, para a gente discutir qual seria o modelo ideal para poder ter, também, um seguro agrícola, aqui, de forma sustentável, que possa se manter e trazer, de fato, benefício, que é o produtor ter uma proteção e mais um instrumento de mitigação de risco.

Eu vou pular um pouco. Aqui eu falaria mais sobre a questão da segurança alimentar e sobre o papel do Brasil, onde ele está inserido, mas acho que, para ser mais objetivo, eu queria tocar no ponto de que, qualquer que seja a atividade em que o produtor esteja envolvido, ele está sujeito a diversos tipos de riscos. E, para que ele minimize os impactos destes, é preciso conseguir haver mecanismos formais e informais para mitigar as possíveis perdas ou a descontinuidade da sua atividade. E o seguro agrícola é um desses instrumentos que tem bastante eficiência. Os nossos colegas anteriores já explicaram muito bem as razões.

Então, a gente fala que é um instrumento de proteção e transferência. Ele protege contra fenômenos climáticos adversos. Ele é indispensável para a estabilidade da renda, e por quê? Porque ele minimiza a inadimplência do produtor na hora necessária, para que ele possa continuar sua operação.

E, aí, é um pouco de conceito, também: o que é um ciclo?

Os senhores devem saber muito bem, mas o ciclo é contínuo desde a elaboração do projeto à tomada de crédito. Em média, hoje em dia, o produtor entra com 30% de recursos próprios e toma um empréstimo de 70%.

Então, o crédito é um fator presente na composição da sua atividade. Ele faz a preparação, monitora, colhe, vende, tem renda, cumpre financiamento e vai. E começa um novo ciclo novamente.

Mas o que acontece, quando há a quebra de safra? Onde se perde aquela cadeia de valor? Há a quebra de safra, e o que acontece com a continuidade para o próximo ciclo? O que acontece com a continuidade do seu projeto? E o seu endividamento? E a mão de obra local? E a economia local? Então, é uma série de consequências que uma quebra de safra pode produzir, sem contar a questão que acho também que é a principal e que é recorrente para os senhores: a renegociação de dívidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O seguro agrícola tem um papel fundamental nessa cadeia de valor, pela questão da estabilidade e, por consequência também, por evitar maiores volumes de renegociação de dívida. Então, é uma questão conceitual que gostaríamos de trazer aqui, para debater.

E aí há aquela questão: quanto custa, política e economicamente, renegociar dívidas? Será que não é mais barato investir, um pouco mais, em instrumentos que também trazem proteção à operação, que também trazem estabilidade de renda ao produtor? Não se tem que evitar essas renegociações de dívida?

Aí uma questão, também, que a gente tenta sempre trazer, sobre como essa transferência de risco pode ser absorvida por diferentes entes envolvidos. E, na questão do seguro agrícola, quando se tem a ocorrência de um fenômeno catastrófico, vocês podem ver que cada parte da operação tem uma responsabilidade.

Aí entra também a questão da transferência de risco ao mercado privado, às seguradoras, ao resseguro. Há uma ponta em que o Governo também poderia entrar, que é onde a gente entra com aquela questão do fundo de catástrofe, que nossos colegas já mencionaram.

Então, essa é uma questão visual, para vocês poderem entender, mais ou menos, onde fica esta questão da transferência de risco como um todo.

E há um ponto, em que gostaria de entrar, para poder debater um pouco mais: o que há de mais comum nos diversos países em que há décadas de seguro agrícola, com estabilidade do sistema, com o produtor que se sente protegido e que faz parte dessa composição toda do sistema?

São três os principais pilares do seguro agrícola: subvenção ao prêmio e comprometimento do Governo no médio e longo prazo; instrumentos de proteção para eventos de catástrofe; e padrões mínimos seja de condições de seguro, seja de regulação de sinistro.

Quando se têm esses elementos bem estruturados e bem discutidos com relação aos participantes do sistema, consegue-se ter um programa que consegue se sustentar a longo prazo.

Queria sair um pouco da questão conceitual, mas também exemplificar. Por exemplo, a China, hoje, com pouco mais de cinco anos de um sistema bastante estruturado, envolvendo o governo, as instituições de pesquisa e o mercado privado, se tornou o segundo maior mercado de seguro agrícola do mundo, atrás dos Estados Unidos.

Há a Espanha, em que ele também funciona, há bastante tempo, e que tem também bastante estabilidade. Lá, por exemplo, na questão dos instrumentos de proteção a eventos de catástrofe, há o consórcio de perdas.

E uma das questões, por exemplo, que acontece lá é a seguinte: aconteceu um evento catastrófico, que atingiu a atividade agropecuária, o consórcio vai chegar, para poder ajudar os produtores que tiveram perdas acima do esperado.

Porém, só terão acesso a esse apoio do consórcio aqueles que tiveram contratação prévia do seguro, ou seja, aqueles que apostaram que o seguro é um mitigador de risco. Então, num evento em que as perdas ultrapassaram o que era previsto, o consórcio foi e complementou essa proteção. Ou seja, todas as partes estão integradas nesse sistema como um todo.

E, aí, eu pontuo a questão da parceria público-privada. É talvez um pouco diferente do que os senhores estejam acostumados com o que seria uma PPP, mas, na verdade, quando eu menciono parceria público-privada é quando há uma clara divisão de responsabilidades entre até onde o Governo pode ir e como o setor privado pode complementar o sistema nessa operação.

Então, primeiro ponto, a questão do setor público. A gente tem, na experiência internacional, essa questão do comprometimento na elaboração e execução do que foi planejado no médio e longo prazos. E, regularmente, as políticas são rediscutidas e revisitadas de acordo com o novo cenário que se apresenta e as experiências recentes.

Então, eventualmente, como a gente está discutindo aqui e já foi falado, os padrões de clima têm mudado constantemente. A gente tem visto que eventos catastróficos têm sido cada vez mais frequentes e cada vez mais intensos. Naturalmente, em um modelo de seguro agrícola, em que ambas as partes estão participando – sistema público e privado –, rediscute-se como, dentro das políticas que são possíveis, a gente consegue se adaptar às novas realidades, e realidades essas sejam de clima, sejam de preço, sejam até inclusive de como se faz uma melhor gestão daquele fisco com as novas tecnologias e por aí vai.

Também é parte do setor público oferecer crédito com facilidade de pagamento e juros subsidiados. Essa é uma vantagem com que o nosso mercado já funciona há muito tempo, desde a instituição do crédito rural na década de 70.

A gente tem também, como forte presença nesses mercados que se desenvolveram, o Governo fomentando essa integração das instituições de pesquisa, sejam elas universidades ou empresas de pesquisa, com o setor privado para o desenho de produtos, ou seja, o compartilhamento de informações, estatísticas etc., para um melhor produto ao segurado que, ao final das contas, é o beneficiário final de todo o modelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL FONSECA DE ALMEIDA – O Governo utiliza o programa de subvenção para ser um apoio ao seu instrumento de política agrícola. De que forma? Que o seguro e o mercado possam desenvolver coberturas para cultivos em regiões estratégicas.

Vou dar um exemplo: no passado recente, a gente teve um problema de quebra da safra de trigo na Argentina. Imediatamente, o Governo do Paraná atuou de forma a aumentar o programa de subvenção local para os produtores de trigo, de forma que, em determinados casos, a subvenção ao prêmio chegasse a até 100%. Ou seja, ele entra como um instrumento para fomentar e estimular aquela atividade, dado que existia uma oportunidade de maior rentabilidade ao agricultor.

De certa forma, as políticas podem ser ajustadas de acordo com a realidade, de acordo com a necessidade. Para quê? Para que, no final das contas, o produtor seja o maior beneficiário.

Então, a gente também tem o setor público fomentando, estimulando que novos cultivos, ou novas regiões também sejam exploradas. E, aí, a gente fala de produtos experimentais de coberturas diferenciadas.

Por exemplo, existe na Espanha e no México o que se chama de seguro de pastagem, em que se usa a tecnologia dos satélites para que se possa medir o nível de qualidade das pastagens com sensoriamento remoto. Isso gera uma cobertura, no caso de, por exemplo, de seca ou de geada.

Então, é o Governo também estimulando que esses produtos diferenciados também sejam implementados no mercado.

Complementando a questão dos mecanismos mais sofisticados de proteção: um dos exemplos – e os colegas Wady e Pedro já mencionaram – é a questão também de produtos mais modernos como o seguro de renda. Hoje, nos Estados Unidos, por exemplo, depois de décadas com produtos mais tradicionais de seguro de produtividade, o produto de seguro de renda é o que já tem maior demanda dos produtores.

Então, é uma questão de evolução; uma questão de incentivo e apoio do Governo estimulando que as seguradoras e outros operadores do sistema tragam informações e produtos mais aderentes à realidade do produtor.

E por que a subvenção ao prêmio importante? Os nossos colegas já falaram um pouco sobre isso, mas não nos esqueçamos de que estamos expostos a riscos catastróficos. Então, isso traz um custo alto de seguro. Então, a subvenção facilita o acesso. Ela reduz o custo final ao produtor. Ela não deve ser utilizada para pagar 100% da operação. É importante que haja uma coparticipação do produtor na compra do seguro.

Um exemplo da importância da subvenção: desde que o mercado teve a nova lei de subvenção de 2003, com a sua implementação efetiva a partir de 2005, a gente teve um crescimento do mercado. E informação mais recente: nos últimos cinco anos, de 2011 a 2015, o mercado privado pagou indenizações de R$2,9 bilhões, ao passo que a subvenção foi suficiente para pagar R$2,1 bilhões. Ou seja, o produtor também pagou uma parte desse produto, mas, se não houvesse a subvenção, não haveria contratação de seguro e não haveria esse volume de indenização. Ou seja, são informações que mostram que, de fato, o mercado privado também paga indenização quando precisa. E é uma das funções do mercado privado por ele poder ter essa maior agilidade de pagamento de indenização frente a eventos catastróficos.

Por fim, a questão da renegociação de dívida, como já havia mencionado.

Do lado privado, para que o setor privado entre nesse sistema público/privado junto com o setor público, é importante que ele também cumpra critérios técnicos e rigorosos conforme a política agrícola do Governo, o *drive* da operação tenha sido dado. Dessa forma, o agente privado é um indutor na capilarização e na penetração do seguro e também presta serviço ao segurado, que, na verdade, de novo, é o grande beneficiário de todo o modelo, ou seja, tendo um padrão mínimo de qualidade e agilidade quando ocorre eventos catastróficos.

Também temos a questão de que o sistema não funciona se não houver peritos capazes de fazer esse tipo de trabalho, e o setor privado é responsável por isso na elaboração e execução desses treinamentos, qualificação, habilitação e também reciclagem, porque é um é um tipo de serviço que tem que ser continuamente reciclado.

Por fim, é responsável também por trazer as experiências internacionais para que possamos ver o que pode ser adaptado à nossa realidade e de que forma também podemos trazer novas tecnologias e mecanismos mais sofisticados para fazer a gestão de risco e gerar produtos inovadores.

Tentando não ser repetitivo, mas os entes envolvidos sabem que as dificuldades, os desafios são diferentes de acordo com diferentes países e regiões, porém o setor privado sozinho não é capaz de superar isso. Um exemplo disso, que eu posso citar também, é o nosso vizinho aqui, ao lado, a Argentina. O mercado agrícola lá é extremamente deteriorado; não tem presença do Estado; as seguradoras brigam por taxas, e as taxas de risco são incapazes de oferecer produtos mais sofisticados, como uma cobertura multirrisco. E, lá, opera-se, única e exclusivamente, com seguros de riscos nomeados, que são mais baratos, mas, mesmo assim, as taxas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de risco são insuficientes, e o mercado não consegue gerar valor, não consegue atender definitivamente a necessidade do produtor. Então, é um exemplo claro de que a ausência do mercado dificulta o crescimento e a evolução desse tipo de sistema.

Em todos os setores, em todos os históricos dos países também em que o mercado de seguro agrícola se desenvolveu, houve desafios, resistências a serem enfrentadas, mas que foram superadas quando se pensou sempre no longo prazo.

E aí é um ponto que eu gostaria de ratificar para a nossa reflexão: se há o comprometimento do setor público no longo prazo, você gera estabilidade para o sistema e gera previsibilidade para os agentes. Com isso, conseguimos fazer com que a iniciativa privada consiga investir também nos médio e longo prazos. E, por fim, atendendo um maior número de segurados, que, de novo repito, são os maiores beneficiários de todo sistema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quem está pagando a conta hoje.

Obrigada, Miguel Fonseca de Almeida, que é assessor da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber).

O SR. MIGUEL FONSECA DE ALMEIDA – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agora colocar a palavra à disposição dos Senadores para os seus questionamentos.

O nosso Relator, Senador Wellington Fagundes, está em contato com assessoria, porque ele também está com a dupla e dolorosa missão de ser o Relator da LOA (Lei Orçamentária Anual), o que exige dele uma atenção muito grande. Eu vou só, enquanto o Relator chega, fazer um questionamento aqui.

Como aqui foi lembrada pelo Dr. Wady a questão da subvenção, que tem no trigo o seu maior percentual, 55%. Como o Pedro Loyola é do Paraná, conhece bem o Paraná, e o Miguel falou bastante na Argentina em relação ao trigo. Lembro que o Brasil é o maior importador de trigo do mundo; não tem produção suficiente, embora tenha área para produzir, para abastecer o mercado interno com trigo; então nós importamos. E eu vejo aqui, pelo volume da subvenção ao trigo, que é sempre percentualmente maior, e também para as áreas de cultura mais vulneráveis, como fruticultura, por exemplo, que não encerramos esse ciclo.

Quando eu era repórter, há muito tempo, eu entrevistava Delfim Netto, Ministro da Agricultura – imaginem o tempo que faz –, e ele me dizia: "o produtor do Sul planta trigo e colhe Proagro". E hoje não mudou muito a situação, porque, aparentemente, embora a Embrapa Trigo e Soja lá no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, tenha encaminhando um documento, nós não criamos, eu penso, variedades para outras regiões que não a região de clima temperado, e nós temos países como o México, por exemplo, que é um país de clima tropical, que produz trigo, muito trigo.

O Ministro Reinhold Stephanes, quando foi Ministro da Agricultura – lembro-me bem dele –, tentou criar uma política de estímulo ao aumento da produção de trigo, que era para reduzir a dependência do mercado externo. Isso porque, quando o dólar está desvalorizado frente ao real, não há problema para a importação; mas, quando o dólar está muito valorizado, como até há pouco tempo, com a importação, entra um produto mais caro, mesmo que haja os benefícios dentro do Mercosul, porque o trigo vinha da Argentina. E, se a Argentina tem, digamos, um desastre climático, e a produção também é menor, não há para o abastecimento interno e tem-se que comprar do Canadá, comprar da Rússia o trigo, e nem sempre...

A indústria moageira está sempre optando por produto importado, talvez por questões de competitividade e preço. Argumentam normalmente que é pela questão da qualidade, mas os nossos produtores asseguram que a qualidade do trigo brasileiro é muito boa.

Então, eu só queria um comentário do Pedro e, eventualmente, do Dr. Wady sobre esse aspecto.

O SR. PEDRO LOYOLA – Senadora, foi muito bem lembrado. A senhora conhece muito o trigo, pelo jeito é até especialista em trigo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu só sou repórter.

O SR. PEDRO LOYOLA – Não, mas estão bem atualizadas as suas informações.

A gente tem um problema, porque o trigo está concentrado na Região Sul. Rio Grande do Sul e Paraná produzem 95% do trigo nacional. E qual é o problema? Nós temos problema de liquidez, não só de clima, porque o produtor, quando colhe, quer tirar isso do armazém porque já vem uma safra de soja em seguida. Nós temos o consumo de trigo no País em 12 meses, e a gente quer comercializar isso em seis. Então, a gente tem esse descompasso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De logística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PEDRO LOYOLA – Sim, de logística. E ainda há o problema climático, mas eu diria que o Delfim está um pouco errado, porque o produtor brasileiro melhorou a qualidade do trigo, nós temos hoje armazéns que fazem essa segregação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso era na década de 80.

O SR. PEDRO LOYOLA – É, exato. E os problemas climáticos ocorrem realmente com uma maior frequência nessa cultura, assim como no milho safrinha...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Culturas de inverno, não é?

O SR. PEDRO LOYOLA – Culturas de inverno. Mas, a cada ano, em uma região. Existe uma importância do produtor lá do Paraná e do Rio Grande do Sul não só econômica, mas a questão agronômica também. Você tem que fazer o plantio do trigo e depois da soja, para a gente não ter, exatamente, problema de monocultura. E, ainda, não há muitas opções ao trigo.

Então, realmente, o Brasil gasta hoje R$4 bilhões por ano na importação de trigo do Canadá, dos Estados Unidos, do Uruguai, do Paraguai – que está produzindo trigo de qualidade para exportar para o Brasil, e são brasileiros que foram para o Paraguai – e da Argentina.

E existe essa disputa aí: geralmente, quando há o problema do câmbio, a indústria vai buscar onde é mais barato, obviamente, e isso gera um problema. Daí falta política de garantia de preço mínimo para dar a sustentabilidade para esse produtor se manter na atividade.

Então, no Paraná, nós já tivemos variações diárias de 30% a 40%. Nós tivemos anos em que o produtor plantou 1,3 milhão de hectares no Paraná e isso, em dois, três anos, foi reduzido para 700 mil hectares.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E agora caiu também. Agora caiu novamente.

Obrigada, Dr. Loyola.

É um comentário breve, ainda porque o nosso Relator já está a postos. Depois, falarão o Senador Moka e o Senador Roberto Muniz.

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – O Pedro colocou que essa questão da centralização do trigo na Região Sul, de fato, traz uma natureza de risco bastante severa. O próprio Proagro, o Relatório Circunstanciado do Banco Central, que cobra uma taxa em torno de 2,5%, reconhece que, tecnicamente, deveria ser uma taxa de 17%, em função das perdas. O mercado segurador tem uma sinistralidade ao redor de 210% no trigo.

Eu acho que, de fato, é uma questão da centralização. Se pegarmos o exemplo do trigo, como eu falei, há que se diversificar a cultura e pulverizar o risco. Eu tenho uma cultura única em uma região; então, qualquer questão climática acaba sendo mais severa para aquela cultura, como é o caso do trigo.

Recentemente, nós temos a questão do excesso de chuva no momento da colheita, quando você acaba não conseguindo combater a doença, principalmente a brusone e giberela, que vêm trazer perdas de qualidade, que é outra discussão que o mercado também está tendo na questão do trigo.

De fato, é um risco com natureza bastante agravada para qualquer segmento que nele esteja inserido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Wady Cury.

Eu consulto agora o nosso Relator, Senador Wellington Fagundes, se pretende fazer aos expositores algum questionamento sobre o tema abordado aqui. (*Pausa.*)

Estamos aguardando V. Exª para questionar os nossos expositores, porque o senhor foi o autor do requerimento, então tem preferência, seguido, pela ordem de chegada, dos Senadores Moka e Roberto Muniz.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu tenho aqui preparadas apenas duas perguntas.

Primeiro, eu gostaria de saber dos senhores participantes acerca da recente derrubada do veto presidencial que obrigava a contratação de seguro rural para acesso ao financiamento de crédito rural. A medida é eficiente para proteger o produtor contra a contratação ineficiente, mas dificulta a pulverização do seguro rural e a sua consolidação. Como achar a solução adequada para esse dilema?

Fica aí a pergunta aberta para todos.

Também gostaria de saber quais seriam as propostas práticas para o estabelecimento do calendário para o seguro rural e também como garantir que os recursos não sejam contingenciados. Alocar o orçamento nas operações oficiais de crédito poderia ser uma solução?

Não tem muito a ver com a nossa audiência, Srª Presidente, mas eu estava lendo uma matéria que trata da máfia verde, que atua no desmate e venda de lotes Brasil afora. Como a gente já discutiu a questão da regularização fundiária, eu só quero colocar isso aqui, mais uma vez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Reflexão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... como reflexão para a gente buscar os caminhos.

Eu estive com o Ministro Padilha, com o Presidente do Incra e também com o Presidente o MT Legal para que a gente possa trabalhar em conjunto e fazer com que a gente encontre uma política de regularização fundiária eficaz neste País, principalmente no meu Estado, como foi colocado aqui também pelo Senador Blairo Maggi.

Estivemos, eu e o Blairo, com o Ministro Padilha, e ele disse que, se o pessoal de lá não desse conta, tragam para o Ministério, porque ele queria fazer, dada a importância que isso representa para a economia brasileira, principalmente para a Região Nordeste, que tem muita área cuja produção poderia ser incrementada. Esses, ainda mais, precisam do seguro, porque os pequenos são os que mais precisam.

Então, basicamente, essa é a nossa participação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Só justificando: como estou como relator da LDO...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já disse que V. Exª está com duas batatas quentes na mão. Duas! Não é uma só. (*Risos.*)

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – Senador, com relação a essa primeira questão colocada, a derrubada do veto, que traz uma inovação na Lei do Crédito Rural, inserindo no art. 25 a possibilidade de ter, como garantia, o seguro rural, e, se o agente financeiro exigir, ele deve fazê-lo de maneira a colocar a segunda oferta ou aceitar uma terceira apólice, V. Exª traz o ponto da exequibilidade e, de fato, de isso poder ser feito ou não.

Quer dizer, temos um seguro agrícola no Brasil de experiências recentes – uma década – nem todas as companhias estão em todos os Municípios, em todas as culturas. E isso tem trazido para as entidades financeiras, que pulverizam o crédito rural no Brasil, quer público, quer privado, um desafio enorme de tentar cumprir essa obrigação, podendo trazer o que V. Exª colocou, ou seja, de os agricultores não serem atingidos. Esse é um ponto.

De fato, a Lei não dá uma regulamentação ou um prazo de implementação. Realmente, o mercado tem buscado uma solução para esse tema: Como vou implantar uma lei, que é inexequível no sentido da pulverização, em um país continental, em todas as culturas, em que o seguro foi fomentado e assim direcionado – na questão, a própria subvenção, saindo já para quase 15% da área plantada – como um instrumento de proteção ao agricultor e ao crédito?

É importante dizer que, quando estamos falando do custeio, de renda, estamos falando de entidades diferentes. O crédito rural tem um terço, que é do agricultor basicamente, quer dizer, recurso próprio dele – ele tem interesse em segurável –, um terço do crédito rural e também outro terço, com relação às indústrias de *trading*, de insumos. Então, há um interesse de todos nesse sentido do que nós estamos falamos com relação a essa exigência. Não é obrigação, mas exigência como um dos instrumentos.

O próprio art. 26 da Lei de Crédito Rural pode estabelecer um conceito de regulamentação pelo Banco Central das garantias dadas que o art. 25 traz.

O mercado espera, de fato, que se discuta, que se traga uma regulamentação. Ela é bem-vinda evidentemente. A lei tem de ser praticada, mas a questão é sobre a exequibilidade dessa lei neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Wady.

Com a palavra, Dr. Pedro Loyola, para um comentário sobre o questionamento do Senador Wellington Fagundes, que está se dividindo entre esta Comissão e a relatoria da LOA.

O SR. PEDRO LOYOLA – Bem, quanto a essa questão da obrigatoriedade, tivemos um período em que, no Paraná, praticamente todos os agentes financeiros e todas as cooperativas de crédito exigem do produtor rural – para algumas culturas, como soja, milho safrinha, trigo – a contratação do seguro, devido ao alto risco que essas culturas têm para o agente financeiro.

Então, é uma garantia a mais para receber realmente o crédito rural e o produtor se manter na atividade.

Nós entendemos, na verdade, que, conforme a evolução do mercado de seguro agrícola, nós já temos desenvolvido seguros-agrícolas como, por exemplo, para a soja em todo o País.

Então, a nossa sugestão é que a gente poderia implementar uma obrigatoriedade para o crédito oficial de forma – vamos dizer – parcelada. Você começaria com algumas culturas que já estão universalizadas no País. A soja é uma delas que já está disponível em todo o País. Já existe seguro de faturamento e renda disponível ofertado para todo o País. Por que não a gente pensar, se esse produto é eficiente, em torná-lo obrigatório?

Para essa questão do cronograma a gente já tem uma proposta, que foi a minha apresentação. O que acontece hoje? O seguro chega muito tarde para o produtor. Ele já plantou a safra. Ele não sabe se vai ter acesso a subvenção. E o que aconteceu no passado? Não teve acesso. Cortaram praticamente 450 milhões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

orçamento original, o que ocasionou que as seguradoras encaminhassem ao produtor o boleto bancário ou descontasse na conta bancária dele, no financiamento que ele fez no banco o valor que o Governo deveria ter pago. Então, isso traz enorme incerteza ao produtor, ao corretor de seguros, às cooperativas, porque o custo não é baixo. É um custo muito alto para o produtor arcar sozinho.

Então, este é o nosso calendário, Senadora. Ele está baseado em quê? Em abrir o sistema, uma informação para o mercado, para seguradoras, produtores, cooperativas, de como que vai ser o recurso, por exemplo, ali, para milho safrinha, trigo e demais grãos de inverno.

Em novembro, o produtor já está fazendo o planejamento, já está contratando. Então, em novembro, o Governo deve informar qual o valor que vai ter disponível e vai fazer a liberação do sistema para acatar essas apólices em março, e, assim por diante, nas outras culturas.

Em fevereiro, o produtor já está fazendo o pré-custeio de soja. Então, ele pode também já ter a informação do valor de subvenção que vai estar disponível e, em abril, o Governo abrir o sistema para acatar essas apólices, e assim por diante, nas demais culturas.

Então, essa é uma proposta que a CNA defende. Eu creio que as outras entidades que estão nesse mercado de seguro também entendem dessa forma e a gente, para isso, precisa ter a estabilidade do programa, previsibilidade e horizonte, que não temos hoje. Isso passa, como eu disse, Senadora, no começo da minha apresentação, por um equívoco que existe dentro do Governo, da área econômica. A área econômica, a nosso ver, entende que o seguro não é um bom negócio para o País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Dr. Wady tinha um comentário, porque foram duas perguntas.

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – A primeira? Compartilho com o Pedro no sentido de que, para o agricultor, como eu disse na minha conclusão, tem que ser descomplicado, acessível e coerente com as suas necessidades.

Em que momento o agricultor precisa do seguro agrícola? Necessariamente não no momento em que o risco já está em curso. Essa questão do cronograma, de você prever situações em que eu tenho o pré-custeio ou necessidade de buscar insumos ou fazer a gestão do custo dele antecipadamente, para que ele tenha uma otimização de resultados, é nesse momento que é a questão da subvenção. O programa tem que prever. Esse é um ponto fundamental.

Nós estamos já em julho. Para todas as culturas de inverno contratadas de seguro até hoje o sistema do MAPA não abriu.

Nós não sabemos se os agricultores terão ou não acesso. Os riscos já expiraram. Muitas colheitas estão... Em Goiás, nós estamos com a questão do milho safrinha, que está com um prejuízo bastante severo, quase R$200 milhões. Então, essa questão da previsibilidade do cronograma tem de ser bastante permanente no dia a dia.

Quanto ao valor do OC, acho que essa é uma questão que precisa ser definida, do contingenciamento ou não, faz parte de um cronograma como um todo e é muito bem-vindo para a estabilidade e a exequibilidade desse programa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Wady. Eu quero indagar do Dr. Miguel se ele tem algum comentário diferente do que já foi dito aqui.

O SR. MIGUEL FONSECA DE ALMEIDA – Eu compactuo com o posicionamento dos nossos colegas de Mesa a respeito dessa primeira questão, sobre a falta de previsibilidade, que traz uma instabilidade para o sistema. Eu gostaria de complementar trazendo elementos, já que a minha apresentação foi baseada também nas experiências internacionais, de como isso se desenvolveu em alguns mercados, a questão da obrigatoriedade. Existem mercados em que isso é presente, em que a obrigatoriedade faz parte, o seguro como um instrumento colateral à operação de crédito. Isso é um fato. Os Estados Unidos passaram por um período de experiência em que eles exigiram a obrigatoriedade de contratação de seguros, se não me engano por três anos consecutivos. No ano consequente, no ano seguinte, foi excluída a obrigatoriedade. O que se percebeu foi que a taxa de contratação se manteve num alto nível. Ou seja, depois de alguns poucos anos de experiência de alguns produtores que não contratavam obrigatoriamente e passaram a ter o seguro, eles perceberam a importância do seguro e continuaram no programa sem a obrigatoriedade. Mas, mesmo assim, em algumas operações de crédito nos Estados Unidos, continua sendo obrigatório. Na Índia também existe a presença da obrigatoriedade. Na China também existe, em alguns casos, a questão da obrigatoriedade da operação atrelada ao crédito. Então, é um ponto para a gente de fato discutir, em que situações, se é em 100% ou em quais dessas situações o seguro pode ser um instrumento de adoção colateral na operação de crédito. Mas a gente já viu, de fato, o benefício que existe nele, na questão de evitar o endividamento e na renegociação da dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Só complementando, Senadora, na segunda pergunta, se o recurso para a subvenção fosse concentrado numa única operação, que seria a operação de crédito rural, se seria uma solução, acho que seria, sim, uma solução viável. Não a única, mas é um ponto para se discutir, como isso decorreria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Miguel.

Agora passo a palavra ao Senador Moka e ao Senador Roberto Muniz para os questionamentos sobre o mesmo tema.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Presidente, Dr. Pedro Loyola, Dr. Wady, Dr. Miguel. Confesso que estou muito tempo nisso e nunca vi isso funcionar. Na prática não funciona. Nós temos 10%, quando tivemos muito, foi na casa de 15% da área plantada com seguro. Quer dizer, a impressão que eu tenho é de que, se acabar o seguro, pouca gente vai notar que ele acabou.

Acho que o Pedro tem razão no que escolheu. E, talvez, Ana – o Wellington não está aqui –, seria importante uma audiência pública, talvez com o próprio pessoal da CNA, para mostrar o equívoco que é isso. Enquanto a área econômica não se convencer de que é preciso ter dinheiro para o seguro, para diminuir o prêmio do produtor, porque, senão, ele não terá acesso, é muito caro o prêmio, em um país continental, isso fica praticamente inviável. Por que o produtor não faz? Porque ele não tem como fazer. O que aconteceu esse ano? Não teve. Sabemos que o pré-custeio é dinheiro de depósito à vista do Banco do Brasil. A atividade econômica baixou, diminuiu o depósito à vista e não teve dinheiro para o pré-custeio. E essa é a explicação.

Então, a área econômica teria que se convencer que tem que destinar um recurso. Alguém falou em R$1,2 bilhão, o máximo que vi chegar aqui foi R$700 milhões a R$800 milhões, sendo que R$300 milhões a própria Ministra teve que tirar do custeio do próprio Ministério e pagar a dívida que tinha contraído com as seguradoras, para depois o Tesouro repor.

Então, na verdade, é um faz de conta isso, não é uma coisa real. Claro que é real para aqueles poucos que têm acesso, mas se você pensar que 90% não têm acesso... É um negócio... não estou... É claro que eu valorizo.

Por exemplo, outra coisa que o Dr. Pedro falou e que é fundamental, Senadora: se não tivermos um monitoramento, "olha, aqui você pode plantar" – zoneamento agrícola é o nome disso –, se não tivermos isso daí atualizado, é um risco mesmo. O sujeito vai plantar uma determinada cultura em um lugar que, sabidamente, não é propício para aquilo. É claro que se estiver plantando soja lá em São Gabriel do Oeste, a chance de não colher é muito pequena. A impressão que tenho é de que a taxa, o prêmio do próprio seguro, será menor. E esse zoneamento, nós não temos há quatro anos.

Então, acho que aí entra o papel da CNA, Pedro, de pegar as federações de agricultura e pressionar os governos do Estado – junto com o Governo Federal – e fazer esse zoneamento. Não é tão difícil isso. E as seguradoras, de posse desse zoneamento, vão ter...

E aí a grande discussão é com a área econômica. Vamos aportar recursos que darão para cobrir uma área realmente que você possa dizer que o Brasil tem seguro rural? Isso é fundamental. Aí a discussão seria outra, porque nós estaríamos discutindo, exatamente, com o pessoal da área econômica. Aí vou dizer: "Olha o que estamos pagando de frustração." "Olha o que estamos pagando de renegociação de dívida."

Será que não é mais barato investir no seguro do que ficar pagando essas renegociações? Então, essa é a discussão que, para mim, é central.

Fora isso, Senadora, eu não tenho assim perguntas. Eu concordo. Eu acho que o diagnóstico que eles fazem é correto, mas lamentavelmente nós tínhamos que... O caminho da audiência e do esforço da Comissão seria sensibilizar a área econômica no sentido de que dinheiro para investimento em seguro rural é um dinheiro importante, porque acaba saindo mais barato você colocar dinheiro para seguro rural do que ficar depois renegociando dívidas com frustração de safra, sem falar de outros prejuízos, porque muitas vezes você colhe bem, mas o preço do produto ocorre em função da bolsa, de dólar, de uma série de coisas. Na verdade, o produtor é um desses que planta no escuro. Impressionante. É uma coisa, uma atividade com risco muito grande.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De alto risco.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – De alto risco. Ele concorre com chuva, com tempo, com o câmbio, com tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E com o Governo, que atrapalha muitas vezes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E ainda é incompreendido nessa questão econômica.

Então, parabenizo. Eu acho que o diagnóstico foi muito bem feito, mostrando o potencial que o Brasil tem, as outras experiências, mas, lamentavelmente, eu acho que o foco tem de ser exatamente na sensibilidade da área econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, eu cumprimento V. Exª pela manifestação em que aborda aspectos políticos em relação ao poder decisório. E o Ministro Blairo Maggi está bastante focado em relação a este tema e certamente vai aproveitar a sabedoria do ex-Ministro Alysson Paulinelli, que é um especialista e tem estudado muito a questão do seguro. E eu penso que há aí uma decisão política, de Governo, uma decisão política firme em relação a isso, mas não abordando só o seguro. Essas questões relacionadas ao zoneamento agrícola, referido por V. Exª, são fundamentais nesse processo.

Então, eu estou acreditando no Senador Blairo Maggi, por conhecer muito bem como funciona o sistema na agricultura familiar, que tem um tratamento diferenciado para seguro, que é uma subvenção maior, uma proteção maior. O Pronaf, por exemplo. Mas é preciso ver a produção geral, o médio, o produtor cooperativado e as demais situações da agricultura brasileira, as diversas regiões e os diversos produtos. Há alguns que são mais vulneráveis, como fruticultura; o trigo também, concentrado numa região de muita mudança, muita variação climática, com a questão de ser uma cultura de inverno e não haver até hoje uma cultura que possa competir com o trigo por cultura de inverno, para dar ao produtor uma renda. O produtor faz, trabalha para ter renda. E essa é a grande questão.

Eu passo a palavra ao Senador Roberto Muniz, do Estado da Bahia. Já veio aqui uma pergunta de uma sua conterrânea da Bahia, Camilla Almeida Santana. Ela pergunta: "Quando entrará em vigor a política de seguro rural do Brasil?" É a nossa pergunta. Ela resumiu, a Camilla.

Muito obrigada, Camilla, pela sua contribuição, lá da Bahia, do Estado do Senador Roberto Muniz. Muito obrigada, Camilla Almeida Santana.

É a pergunta que todos nós queremos e fazemos também.

Com a palavra, o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia, Senadora. Bom dia, Senador Moka. Acho que as palavras de Moka traduzem muito esse sentimento.

Também quero falar com Camilla que o nosso intuito é esse aqui, a gente está tentando buscar construir essa política de seguro.

Então, eu acho que, em termos gerais, há uma coisa que fica clara. Você tem alguns passos importantes. A questão do zoneamento agrícola, eu acho que a gente deveria aprofundar mais isso. A questão do calendário agrícola, esse descompasso entre contratação e a compra de insumos é realmente uma situação importante.

A gente percebe... E acho que a discussão do seguro é porque, quando a economia chega a um patamar de qualificação em todos os setores, de infraestrutura ao setor de produção, a política de seguro é que traz a ideia de que nós estamos chegando numa complexidade. O seguro chega quando essa economia se torna complexa.

Eu não sou um conhecedor profundo sobre essa questão do risco, mas vocês colocam alguns números aqui – e eu acho que a gente deveria aprofundar depois os números. Você tem, basicamente, três agentes que ficam responsáveis por isso, pelo setor: o produtor, que entra com recurso próprio; os bancos, com o crédito rural, e também as empresas de insumos, que também participam desse modelo. Mas, quando a gente vai ver o quanto foi pago de prêmio pelo Estado brasileiro e quanto foi pago, depois, com os problemas que houve, quanto foi devolvido aos agricultores, a gente vê que foram quase... Foram R$2,1 bilhões para R$2,9 bilhões, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Novecentos. As seguradoras pagaram.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Em cinco anos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Pouco mais de 600 milhões por...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pois é, então, há um peso importante, em que o Estado participa, de quase 70%. Ou seja, o Estado brasileiro está absorvendo 70% onde deveria, em tese, ser um terço, se a gente fizer isso. Porque fica, às vezes, muito fácil, Senador, a gente colocar a conta, como se diz lá na Bahia, na viúva. E, cada vez mais, a gente precisa olhar que os recursos públicos precisam ser protegidos na qualidade desse investimento.

Então, é muito difícil para nós, que não somos operadores desses riscos – riscos climáticos, riscos cambiais, outros riscos advindos da produção –, tentarmos alocar e discutir com o Tesouro a importância de colocar esse recurso.

Talvez, eles não estejam percebendo que, se eles colocarem alguns tipos de recursos à disposição, por exemplo, se parte do prêmio for colocado à disposição de vocês em moeda estrangeira, porque aí isso cria uma facilidade para cobrir esse risco cambial... Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, há alguns mecanismos que talvez vocês tenham que trazer. Não é para a gente dizer o que é óbvio, que a agricultura brasileira merece isso, por ser 23% do nosso PIB, quarenta e poucos por cento das nossas exportações. É quem está segurando o Brasil nesta crise. Os agricultores é que estão segurando o Brasil nesta crise.

Então, isso já é voz corrente. Mas como é que a gente avança, fazendo com que esse pessoal, o pessoal da área econômica, possa entender essas cláusulas de transição que o senhor trouxe, Dr. Miguel? Ou seja, se a gente conseguir fazer cláusulas de transição por cultura, pela importância de cada cultura no Brasil, ou estabelecer essa proposta com esse olhar do produtor, da CNA, e também das seguradoras, eu acho que facilita a gente discutir isso internamente.

A Senadora Ana Amélia tem tido um esforço muito grande, e o Senador Moka também, com este assunto. E hoje a gente tem um Ministro que também é um profundo conhecedor da operação do sistema, do sistema de crédito. Então, eu acho que o momento, o ambiente político está colocado. Agora, se a gente achar que a gente vai, simplesmente, dizendo que é uma necessidade, que o Brasil é um país agrícola e que precisa ter seguro, a gente, simplesmente, não vai movimentar a política pública.

Então, eu acho que a gente deveria aproveitar a palavra do Senador Moka e ser um pouco inovador. Quais são as propostas? Vai-se fazer cláusula de transição? Vai-se fazer uma proposta para como compor esse fundo de catástrofe? Como é que esse fundo de catástrofe pode ser colocado? Quem são os atores? Por exemplo, ontem eu estive com o pessoal da Abimaq, que é a associação das indústrias de máquinas: eles têm muitos interesses, e, talvez, seja um dos setores, Senadora Ana Amélia, que mais esteja ligado com o resultado lá do campo. Então, como é que a gente pode compor isso?

Outra coisa, também – eu não sei se acontece nos Estados, mas lá na Bahia é assim –: existe o ceboleiro, que é o pessoal da cebola; existe o pessoal da fruticultura, que, como a senhora falou, eles são mais atingidos por problemas climáticos; e o que acontece? Existe ano em que o cara está rico, mas dois anos depois o cara está pobre, quebrado, lascado. Mas, quando está rico, quando ganha a mais – porque eu vejo sempre o preço mínimo –, será que, também, não pode ir ao preço máximo, o Estado também receber através de aporte nesse fundo? Será que também não é um mecanismo interessante para que a gente tenha a oportunidade de estar sempre com esse fundo como um lastro para essas questões e dar maior segurança para que os preços dos empréstimos, dos seguros, dos prêmios sejam mais baixos?

Então, quais são esses mecanismos que vocês podem colocar para a gente, e, quem sabe, listar depois isso e encaminhar aqui para a nossa Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Deixe-me fazer só uma colocação: a nossa safra é de um pouco mais de R$160 bilhões. Então, quando você fala em R$800 milhões em seguro, Roberto, nós estamos falando de uma coisa mínima, porque aquele é um valor muito grande.

Eu vou dar um dado para você entender: na hora de exportar, só de carnes, nós exportamos, mais ou menos, de 7 a 8 bilhões – de exportação. Aí na hora de discutir aqui no orçamento o recurso para vigilância sanitária, animal e vegetal, é uma loucura para você conseguir 300 milhões.

Então, é aí que eu digo que o Governo... Eu penso que essa tarefa é do Blairo, mas é o Blairo com especialistas e a frente parlamentar. É chegar para a equipe econômica: "Olha, vamos examinar isso aqui com vocês." E aí eu concordo com o Roberto Muniz: com inovação. Olha, eu acho por exemplo que esse pessoal da Abimaq podia contribuir com alguma coisa. Eles são diretamente beneficiados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fertilizantes, defensivos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O segmento aí, eu concordo que isso deveria e poderia acontecer. Não acontece, mas deveria, porque eles são beneficiários diretos disso tudo.

Outro exemplo que nós temos. Temos casos de cooperativas em que o seguro funciona e funciona bem.

A Ana me disse que o setor do fumo do Rio Grande do Sul tem um sistema de fundo, eles não têm seguro. Mas, se acontece frustração de safra lá, o fundo deles vai lá e cobre 100%.

Estou dando esses exemplos, mas a área econômica precisa entender isso. Não se trata de colocar o Poder Público, é que aí é um investimento. E pagar renegociação de dívida é mais caro que investir em seguro. Disso eu estou mais do que convencido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só acrescentar, Senador Moka, o valor. A Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil) – e a Bahia faz parte também do processo, porque a Bahia produz hoje –, indenizou os agricultores – e é pequena propriedade, até 20 hectares a média – que tiveram as suas lavouras com insucesso, por conta de um granizo, e a folha, que é a matéria-prima, foi destruída. Eles indenizaram R$120 milhões, na boca do caixa, pagaram toda a indenização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Enquanto nós precisávamos de R$30 milhões para a fruticultura e não conseguimos, porque era uma dependência da subvenção do Governo, do seguro rural.

Eu queria lembrar que o Senador Roberto Muniz fez uma avaliação bastante completa na questão da viúva. Ele chamou a atenção, tirar um pouco da viúva para concentrar em outras áreas. Mas eu acho que foi na exposição do Dr. Wady que havia uma balança, a questão da segurança alimentar. Essa questão é importante. Eu me lembrei de Irecê agora, da sua terra. Irecê é um grande produtor de feijão, e nós tivemos uma queda de feijão. Olha o drama que aconteceu no Brasil com o feijão. O feijão ficou caro. Até um barbeiro ali brincou e disse que chegou numa feira e o feijão estava tão caro, e disseram: "Achei feijão na feira a preço de banana." Ele disse: "Então me dá um quilo." "Ah, não, aqui é uma dúzia de feijão." Porque estava tão caro. Era uma dúzia de grãos. (*Risos.*)

Mas isso é apenas para ilustrar o quão é importante a segurança alimentar, porque a gente não mede, a gente só meda quando falta, e o que significa essa estabilidade no abastecimento interno para controle de índice inflacionário, para questão do produtor para fazer a regularização da venda do produto.

Então, são todos esses fatores.

E há também, digamos, outro viés, hoje, com a questão do cuidado com a saúde, você está buscando outras alternativas que os nutricionistas falam. Batata doce é muito rudimentar, e batata doce está na moda hoje. Que ótimo! Acho maravilhoso. Então, em algumas regiões estão plantando mais batata doce, mais mandioca porque é bom para produzir mais farinha para fazer mais tapioca.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Que está na moda também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que está na moda também.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É a diversidade, porque senão, você vai começar a concentrar tudo em uma cultura só.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso.

Quando se examina a agricultura, a gente logo imagina a grande produção, a exportação. Mas se a gente não lembrar dessa questão da comida que vai à mesa do brasileiro, do feijão e arroz, da carne, e de todos os produtos que chegam, então, a gente entende o que significa segurança alimentar. Comida é saúde, comendo bem, tem-se saúde.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só para haver um encaminhamento. Será que nós não poderíamos fazer uma audiência, com o Relator e com a ajuda dos que estão aqui, com a equipe da área econômica do Governo junto com o Ministro, talvez o próprio Ministro possa marcar, para que a gente possa mostrar a importância que tem essa questão.

Eu acho que pelo menos é uma tentativa de demonstrar na prática, porque pode-se mostrar com números a economia que vai ser feita se isso acontecer.

É só uma sugestão, para a gente ter uma coisa mais prática do ponto de vista de tentar realmente fazer com que o seguro rural seja alguma coisa mais concreta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bem lembrado. E vamos sugerir ao Senador Wellington, quando finalizar, que faça uma reunião com o Ministro Blairo para fazer uma coisa prática em relação à proposta.

Eu consulto o Senador José Medeiros, porque vamos nos encaminhando para a finalização em função de que o Presidente Renan Calheiros ontem, tarde da noite, convocou uma reunião às 10h de hoje no plenário. Acho que ficaram algumas matérias pendentes, para assegurar o recesso.

Apenas para corrigir. Nós temos tantas siglas: LDO, LOA, PPA, na verdade, o Senador Wellington Fagundes é Relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Então, ele está no dilema de atender aqui e atender a LDO, que é muito importante, onde estão envolvidas também as questões relacionadas a seguro.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Ana Amélia, vim aqui simplesmente para participar porque moro no Mato Grosso, sou representante do Estado de Mato Grosso, assim como o Senador Moka e V. Exª; somos de Estados em que a locomotiva da economia é a agricultura.

E esse debate vem de longo tempo. Lembro até da época do saudoso Senador Jonas Pinheiro. Eu era menino ainda, e já se debatia esse tema.

Há poucos dias, tivemos um debate forte ali em que a Senadora Gleisi falou que o Governo do Partido dos Trabalhadores tinha implantado, efetivado o seguro agrícola. Eu falei: isso não é uma realidade na prática. Sentimos que precisamos caminhar ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu creio que nós vamos chegar a uma plenitude, mas é um debate que precisa ser travado e esta Comissão muito bem faz esses debates que sempre têm como resultado benefícios para a agricultura.

Agora, a gente sabe, e algumas pessoas criticam – há poucos dias eu fazia esse debate, Senador Moka, e eu fui criticado por algumas pessoas, inclusive da academia lá do meu Estado –, dizendo que eu estava batendo lata para os grandes, para um setor que não precisa. Na verdade, falta um pouco de entendimento, porque a gente sabe que no mundo inteiro a economia, em alguns países, tem que ter subsídio total e, em outros, ela está à mercê de intempéries, como foi agora no Estado de Mato Grosso, com uma grave crise hídrica, onde a grande maioria dos produtores, principalmente de milho, teve uma quebra muito grande.

Então, é um debate que precisa ser feito, e, óbvio, justamente fazendo um encaminhamento. E é por isso que eu – não é confete – sou fã da Senadora Ana Amélia, pela praticidade. Geralmente a gente tem debates, reuniões aqui na Casa, que, às vezes, não levam a lugar nenhum, mas, aqui, sempre há um encaminhamento após as reuniões, e isso é muito importante, porque você tem um seguimento, você sabe, "olha, eu estou debatendo aqui, mas nós vamos chegar a tal ponto". Isso aqui tem sido não só nesta questão, mas em tantas outras que houve, e eu queria parabenizá-la.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador José Medeiros, eu aprendi isso com um colega nosso aqui, Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul, que presidiu a Comissão de Assuntos Sociais, e eu lá aprendi com ele. Ele nunca terminava uma audiência pública sem dizer: temos que tirar dessa audiência uma conclusão, não era assim, Senador? Viu como eu guardo os ensinamentos? E, quando assumi aqui a Comissão, também achei que aquela prática era a melhor possível, a gente tem que criar uma expectativa de solução do problema, não adianta trazer só o problema.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso é uma prática lá em Bela Vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agora passo então para a gente fazer a conclusão. Como a primeira pessoa é o Loyola, eu passo para o Miguel, para um comentário sobre o que foi dito, depois o Pedro e finalizamos com o Dr. Wady.

O SR. MIGUEL FONSECA DE ALMEIDA – Bom, eu acho que o debate é muito engrandecedor e, acima de tudo, esclarecedor. Quando a gente tem voz, e, quando eu digo a gente, somos nós, que participamos ativamente no mercado de seguro e resseguro, quando a gente tem voz de poder trazer um pouco da visão do negócio de uma forma mais macro, e, às vezes, até no detalhe, também micro, facilita que os senhores, que estão no meio da política e que também são os legisladores e têm um papel importante nisso tudo, possam absorver a importância que determinadas correções, na forma como o modelo está, têm e que são necessárias para a continuidade.

Então, a nossa contribuição aqui é sempre estar à disposição para colaborar, para debater, para trazer as experiências e a gente discutir qual o melhor modelo a gente deve seguir. Alguns pontos já foram aqui discutidos a respeito da importância da continuidade de médio e longo prazo, de haver o comprometimento, de trazer a estabilidade para o sistema; isso gera investimento na iniciativa privada e atinge o maior número de produtores. Acho que essa é a principal mensagem, e colocamo-nos à disposição para continuar colaborando no debate para a gente buscar o melhor modelo para o nosso mercado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Miguel. Eu passo agora a palavra ao Dr. Pedro Loyola, da CNA.

O SR. PEDRO LOYOLA – Eu creio que esse debate é importante, Senadora. O Senador Moka colocou muito bem, eu acho que a questão central é a sensibilização da equipe econômica.

Quero dizer que, no ano de 2012, a CNA, com a Faep do Paraná, a FenSeg, as seguradoras e as resseguradoras contrataram um estudo para mostrar a importância econômica para o País do seguro agrícola, e isso foi apresentado para a equipe econômica na época, a pedido do Secretário da Política Agrícola, na época Dr. José Carlos Vaz. Infelizmente, nós não conseguimos sensibilizar, Senador Moka, a equipe econômica.

Então, a gente acha que tem que fazer uma nova tentativa. A gente está falando, no ano de 2014, de 117 mil apólices no Brasil. Foram praticamente 10 milhões de hectares. É como se todo o Paraná tivesse feito seguro no ano de 2014, foi isso o equivalente. Então, não é pouco, é muito, só que a gente, como o senhor disse, precisa evoluir no nosso entendimento. Há regiões, há produtores que não vão querer contratar o seguro. Ele tem um tamanho muito grande, a atividade dele não tem grandes riscos e esse produtor pode fazer...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Qual seria um percentual que o senhor acharia bom, que a gente poderia dizer "o seguro rural é uma realidade"?

O SR. PEDRO LOYOLA – O seguro rural para ser uma realidade nós teríamos que ter em torno de 40% de seguro agrícola, que pegaria pequenos produtores, médios e grandes, e mais em torno de 10%, que é o Proa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

gro. Nós precisamos também, Senador, dividir esse público hoje. O que acontece no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo? O produtor que está nessa faixa do Pronamp, o médio produtor, pode contratar tanto o seguro quanto o Proagro, e há um abismo de diferença nesses produtos, eles são muito diferentes.

Então, nós estamos colocando o dinheiro público em dois programas, e o produtor fica indeciso. Então, há sombreamento desta política. A gente precisa separar qual é o público do Proagro, que para nós deve ser apenas o pronafiano, e o seguro agrícola ser universalizado, e daí atingir em torno de 40% da área agrícola das principais atividades do País.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quando a gente fala em 10% de seguro, nós estamos falando de 10% de 40?

O SR. PEDRO LOYOLA – Não, nós estamos falando que 10% da área agrícola de todo o País têm algum seguro agrícola.

Senador, apenas para fazer mais um comentário: nós temos agora, no dia 8 de agosto, no Paraná, em Curitiba, um fórum nacional de seguro agrícola, que nem imaginávamos que chegaria a ter este público: já com 200 inscritos. Se pensarmos há dez anos, a gente não conseguia juntar dez pessoas na mesa para discutir seguro agrícola no País. Então, isso nos deixa muito felizes porque o seguro está sendo discutido nesta Casa e com encaminhamentos como colocaram os Senadores. Isso nos deixa felizes que tenhamos na Senadora alguém que possa defender o nosso produtor rural.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Loyola.

Agora, para conclusão, Dr. Wady Cury, que é da FenSeg.

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – A CNSeg e a FenSeg, com certeza, Senadora, estão à disposição para o desenvolvimento, o amadurecimento desse programa, que é exitoso.

Eu acho hoje o agricultor já tem a cultura. Ele entendeu que o seguro é um instrumento de gestão de custo e de gastos. A questão que a gente tem discutido é a disponibilidade do momento em que ele precisa efetivamente desse programa; a manutenção desse programa com regras e valores numa linha de tempo, onde você pode, de fato, fazer projetos e nós, seguradoras, investimentos necessários em alta tecnologia de ponta – isso eu tenho que levar para os acionistas que isso tem um olhar de longo prazo – e trazer as entidades envolvidas, quando falo em interesses seguráveis, comuns.

A Abimaq, por exemplo, quando faz o financiamento de uma máquina, espera que o agricultor colha e pague a máquina. Se ele não colheu, ele vai ter dificuldade. Ela também tem interesse segurável comum ali. Ela também pode ser uma das beneficiárias desse programa.

Ora, se ela é beneficiária, pode ser uma partícipe desse programa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – O pessoal de insumos, as *tradings*.

De fato, essa questão toda do coletivismo que eu trouxe e do colaborativismo é fundamental. Podemos ser competidores dos nossos negócios, mas não necessariamente na gestão dos mesmos.

Aqui, o papel público cabe como um maestro nessa orquestra: juntar esses interesses, trazer esses olhares e saber que isso aqui é uma parceria, ou uma realidade que funciona no mundo, em que todos serão exitosos.

Mais ainda, penso que o agricultor precisa ter, de fato, um produto acessível, descomplicado, que atenda aos seus reais interesses. Nesse sentido, a Federação está disposta a desenvolver os produtos e serviços que atendam as reais necessidades dos agricultores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada ao Dr. Wady pela ótima conclusão. Muito obrigada também pela notícia dada pelo Dr. Pedro de que haverá, em Curitiba, um grande e amplo debate.

O Dr. Wady falou em "colaborativo". Esta palavra é moderna, muito interessante hoje, inclusive na relação política: mandato colaborativo. Quer dizer, um mandato em que as pessoas ajudem o Parlamentar a executar.

Penso que, neste caso, há uma outra palavra, também simbólica: "compartilhamento". Esta tem um sentido de divisão de tarefas ou de responsabilidades. O espanhol faz isso na mesa – compartilhar uma *paella*, cada um come a *paella* no mesmo prato no centro da mesa. Vi isso em Valencia, na Espanha. Cada um, com o seu garfo, com a sua colher, comendo junto. Então, ele tem também um sentido, digamos, de solidariedade.

O SR. WADY JOSÉ MOURÃO CURY – Os gregos já diziam que, quando a soma das partes é maior do que o todo, a diferença é o interesse comum. Eu acho que esse compartilhamento vem um pouco nesse sentido.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É engraçado que, em química, existe um tipo de ligação, feito através de compartilhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que bom! Aí está o nosso professor de química. (*Risos.*)

Que possamos compartilhar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A CRA também é cultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Queria muito agradecer aos Senadores Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Roberto Muniz e José Medeiros, mas quero agradecer especialmente a participação muito importante, colaborativa e "compartilhada" do Dr. Pedro Loyola, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Dr. Wady Cury, Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais; Miguel Fonseca de Almeida, Assessor da Comissão de Seguro Rural, da Federação Nacional das Empresas de Resseguros.

Queria agradecer também aos que ligaram e participaram, deixando aqui uma mensagem. Falei já da Camilla, da Bahia, e agora, também, da Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina, que assiste assiduamente às audiências públicas da CRA, que está sugerindo uma audiência pública sobre FUNRURAL. Obrigada, Flávia, pela colaboração.

Não havendo mais nada a tratar, queria informar apenas que, como estamos entrando num período de recesso, a próxima reunião desta Comissão, Srs. Senadores, será deliberativa, para apreciação de projetos na Comissão, no dia 4 de agosto.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião e audiência pública.

(Iniciada às 8 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE AGOSTO DE 2016.

Às oito horas e dois minutos do dia onze de agosto de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Lasier Martins, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares e Lúcia Vânia. O Senador Hélio José, pelo Memorando nº 120/2016-GSHJOSE, comunica sua participação na Comissão de Minas e Energia do Parlamento Latino Americano e Caribenho (Parlatino), nos dias 11 e 12 de agosto corrente, na cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após as informações relacionadas ao agronegócio, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 31, de 2016, de autoria dos Senadores José Medeiros e Ana Amélia, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 45, de 2016, de autoria do Senador José Medeiros, destinada a avaliar a situação atual do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e eventuais medidas saneadoras, com a participação do Sr. Eliseu Padilha - Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Sr. José Ricardo Roseno - Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; Sr. Robson de Souza - Defensor Público Federal da Defensoria Pública da União (DPU); Sr. Francisco Erismá - Coordenador-Geral de Crédito Rural da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (MF); Sr. João Francisco Ferreira - Representante da Comissão de Regularização do Município de Itanhangá-MT (representante de: Movimento Social de Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar); e Sr. Ewerton Santos - Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA). Os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Wellington Fagundes, a Senadora Ana Amélia, o Deputado Ezequiel Fonseca (PP/MT) e a Sra. Thaís Aurélia Garcia – Defensora Pública da União, Coordenadora do Grupo de Trabalho Garantia à Segurança Alimentar e Nutricional, fazem uso da palavra. O Senador Roberto Muniz solicita à Senhora Presidente que a Comissão apresente Moção de Aplauso ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha. O Senador Waldemir Moka observa que, além do acesso à terra, o pequeno produtor também tenha acesso à casa, energia elétrica, água, assistência técnica, crédito rural e ao título da terra. A Senhora Presidente anuncia a apreciação extrapauta dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 45, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 31, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para avaliar a situação atual do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e eventuais medidas saneadoras, a inclusão, como convidado, do Excelentíssimo Senhor Ministro ELISEU LEMOS PADILHA, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/Nº – EMENTA: Requer, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, por iniciativa do Senador Roberto Muniz (PP-BA), voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pela relevante participação na Audiência Pública, a requerimento do Senador José Medeiros (PSD-MT), realizada para avaliar a situação atual do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e eventuais medidas saneadoras, e por ter anunciado que, em setembro próximo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltará a existir. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado Federal do Requerimento de Voto de Aplauso. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A reunião de hoje, uma audiência pública, tem o objetivo de debater e avaliar a situação atual do Fundo de Terras e Reforma Agrária e eventuais medidas saneadoras, em cumprimento ao Requerimento nº 31, de 2016, desta Comissão, de autoria do Senador José Medeiros.

Quero agradecer a presença dos convidados: Dr. José Ricardo Roseno, Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; Robson de Souza, Defensor Público Federal da Defensoria Pública da União; João Francisco Ferreira, representante da Comissão de Regulamentação do Município de Itanhangá - MT, representante do Movimento Social de Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar. O Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, também foi convidado para esta audiência pública.

Ela tem a transmissão, como sempre, da TV Senado e da Rádio Senado. Os telespectadores poderão participar do debate fazendo perguntas e dando sugestões no seguinte endereço eletrônico: www.senado.leg.br/ecidadania. Por telefone: 0800-612211. A ligação é gratuita, pode ser por telefone fixo, celular ou telefone público.

Antes de convidar para o início propriamente dito da nossa audiência, trago algumas informações interessantes que estão relacionadas ao agronegócio.

As exportações do setor somaram, no acumulado do ano, US$52,8 bilhões. Isso representa praticamente a metade de tudo que o Brasil exporta em matéria de produtos de valor agregado, só o agro é a metade.

Os cinco principais setores exportadores do agronegócio em julho de 2016 foram o complexo soja, com 39% no total exportado; carnes, 15,1%; complexo sucroalcooleiro, 15%; produtos florestais, 10,7%, e café, 4,1%. Esses cinco setores foram responsáveis por 83,8% das exportações do agronegócio de nosso País. Isso dá apenas a dimensão da relevância que esse setor tem tido para a economia de nosso País.

A safra brasileira de cacau pode ter a maior queda dos últimos dez anos...

Obrigada, Ministro. É um prazer recebê-lo aqui, Ministro Eliseu Padilha.

Estava dando algumas notícias aqui, Ministro, do poder do agronegócio.

Metade de tudo que o Brasil exportou neste ano se refere à área com um total de US$52,8 bilhões.

No dia 9, terça-feira, o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi – que amanhã estará também com Senadores do Mato Grosso – esteve presente em Vacaria, no Rio Grande do Sul, nosso Estado, Ministro Eliseu Padilha, conhecendo um programa desenvolvido pela Embrapa extremamente relevante não só para a produção de maçãs, mas para toda a produção de fruticultura, que é o combate da mosca da fruta. Ele anunciou uma liberação de R$506 milhões para o manejo de pragas da cultura da maçã. Visitando lá a unidade e um projeto que junta os produtores no combate da mosca da fruta.

Como eu havia antecipado, quero agora convidar os demais participantes desta Comissão: José Ricardo Roseno, por gentileza; Robson de Souza e João Francisco Ferreira, que compartilham com o Ministro Eliseu Padilha este debate.

Nós temos uma transmissão ao vivo. Agradeço ao Senador Moka. O requerimento dessa audiência é do Senador José Medeiros, do PSD do Mato Grosso.

Eu, de imediato, por saber que a agenda do Ministro Eliseu Padilha é bastante comprometida, digo que S. Exª está liberado para falar, se o desejar.

Eu quero fazer um registro, porque penso que é relevante, Senador Moka. Estamos aqui – eu – desde 2011. Em alguns casos, algumas autoridades são convidadas por algumas semanas, alguns meses; e houve casos em que tivemos de fazer uma convocação e não um convite. Assim, sempre se faz convite. E tivemos que fazer... Na Comissão de Educação, por exemplo, tivemos de fazer uma convocação de um ministro de Estado que não comparecia.

Quero dizer que o Ministro Padilha, em menos de uma semana do convite – como me disse o Senador José Medeiros –, está aqui presente para participar desta audiência. Este é o registro que a Comissão faz, em reconhecimento ao respeito de V. Exª para com o Congresso Nacional e em especial para com esta Comissão, que eu tenho a honra de presidir.

Com a palavra o Ministro Eliseu Padilha.

O SR. ELISEU PADILHA – Inicialmente, cumprimento a nossa Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, que como representante do Estado do Rio Grande do Sul, tem dado excepcional desempenho, atenção à função do Senado da República no que tange ao meu Estado, o Rio Grande do Sul, uma vez que o Estado é representado pelos Srs. Senadores.

Então, o Rio Grande do Sul está muito bem representado na pessoa da nossa Senadora, além dos nossos Senadores que também fazem jus à representação que aqui titulam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu o ajudo. É Paulo Paim, seu amigo, e Lasier Martins, seu amigo também.

O SR. ELISEU PADILHA – São dois amigos que também representam muito bem o Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A Senadora Ana Amélia construiu sua carreira como pessoa pública, antes de se dispor a disputar eleição, cuidando do setor. Foi uma pessoa vocacionada a dar atenção ao setor primário, no Rio Grande do Sul, e lá, com os instrumentos que detinha então, que era a comunicação social, fez com que muitas conquistas do setor pudessem ser consumadas, independentemente de deter ou não um mandato popular. Ela detinha, no caso, a vocação e os instrumentos poderosos que são os veículos de comunicação de massa, com grande audiência.

Então, é com muita alegria, Senadora, que atendi o convite da Comissão, representado pela senhora, e aqui estou procurando inclusive cumprimentá-la, porque a senhora marca a reunião bastante cedo. Mas o pessoal da agricultura levanta cedo. O pessoal levanta cedo. Oito horas não é problema para quem é da agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou lhe dizer, Ministro, que ali em socorro do senhor tem um baiano. O nosso Roberto Muniz é um Senador da Bahia, suplente do Senador Walter Pinheiro, que como ele é um combativo representante da Bahia.

Aqui o Senador Moka, seu conhecido, seu colega que foi na Câmara dos Deputados. E o Senador Moka é do Mato Grosso do Sul.

O Senador Medeiros, que é autor do requerimento, está a caminho. É do Mato Grosso.

Ela tem Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará – Flexa Ribeiro, do Pará. Então, a minha liderança é sobre os maiores entendidos no setor do agronegócio. Fiz esse parênteses para o senhor apenas para apresentar o conjunto desta Comissão.

O Senador Acir Gurgacz, que é de Rondônia, é nosso Vice-Presidente, também combativo, criou um espaço importante. Amanhã à tarde, estaremos em Rondonópolis, com o Ministro Blairo Maggi, para uma audiência pública. Estaremos em Rondonópolis na sexta-feira.

Desculpe-me a interrupção.

O SR. ELISEU PADILHA – Não. Foi muita procedente.

Com relação ao Senador Waldemir Moka, é nosso Líder quando Deputado, e era nossa referência para a discussão do setor primário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Conhecido como grande articulador aqui.

O SR. ELISEU PADILHA – Lá já era assim. Se aqui ele é, lá já era assim. Alguém que cuida de articulação com rara acuidade.

Pois bem, o que me foi proposto, venho aqui na condição de Ministro Chefe da Casa Civil, a que hoje está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário. A Secretaria está presente aqui, na figura do Secretário Especial de Agricultura, nosso José Ricardo Roseno.

Nós também temos aqui o Dr. Robson de Souza, que vem em nome do DPU, trazer aquilo que diz respeito à questão do Fundo de Terras e Reforma Agrária. E o Dr. Renato, que está ali no meio, um dos nossos profissionais de altíssima qualificação, advogado, vinculado à AGU, mas que tem se dedicado também à causa da reforma agrária, à causa indigenista. É alguém que conhece bastante o setor primário e também tem vivência de campo –uma coisa importante. Ele também está aqui para, se for o caso, prestar esclarecimentos.

Um pequeno histórico. O Presidente Temer, ao tomar posse, na primeira reunião que fez conosco com relação a esse tema, chama para uma conversa e a primeira pergunta dele é: "Como está a titulação dos nossos assentamentos de reforma agrária? Como vai o Programa Terra Legal? E como está o Fundo, como estamos de dinheiro?"

Por óbvio que procuramos buscar, junto ao Secretário do setor, informações. Vou trabalhar com o que foi a orientação genérica do Presidente e deixarei, então, que o Secretário detalhe, com mais acuidade, mais profundidade.

A orientação do Presidente Michel, Senadora Ana Amélia, é de que nós titulemos o máximo possível dos nossos hoje pretendentes à titulação, porque a titulação para o proprietário rural, para o trabalhador rural, para aquele que faz a vida no campo, é um instrumento primeiro para que ele possa ser um agente ativo na vida econômico. A primeira pergunta que o banco faz é se ele tem o título ou não tem.

Claro que a gente sabe da organização coletiva que tem dado cobertura a essa inexistência do título, mas é muito mais favorável ao tomador se ele puder agir em nome próprio e com independência. E a nossa preocupação, então, é independizar, o máximo possível, desses tão espectadores de um processo e tão ansiosos merecedores da titulação a que fazem jus.

O Presidente quer titular, neste ano mesmo, possivelmente ainda no mês de setembro, alguns milhares de novos proprietários rurais que hoje estão assentados. No Estado do Mato Grosso, por exemplo, sabemos que temos milhares de títulos a serem entregues, e é uma questão apenas de promover a solenidade e entregar a titulação. Passam de centenas de milhares aqueles que estão na expectativa de receber a sua titulação e poder iniciar, em nome próprio, uma vida econômica. Ele já tem vida econômica, mas ele trabalha sempre na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ideia do colegiado, do coletivo. Quem quiser trabalhar individualmente, tendo a titulação, por óbvio que vai trabalhar. O sentimento primeiro que existe no ser humano, pelo menos na sociedade brasileira, é que ele gosta, sim, de ter um pedacinho de terra para dizer: é meu, quer dizer, para chamar de seu, e ele só vai chamar de seu na hora em que tiver a titulação. Fora daí, ele pode ser um posseiro de muitos anos, pode estar trabalhando bem na terra, mas, sem a titulação, ele tem uma expectativa do direito à propriedade, ainda não é proprietário.

Então, o Presidente se preocupou muito com isso. E outra, outra variável desta mesma questão, é o crédito fundiário, mediante o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Na medida em que a gente estimula a titulação, tem de trabalhar também com a estimulação do crédito. Se possível – e nisso o Secretário vai trabalhar com mais acuidade quando falar, vamos entregar não somente o título, mas uma cesta em que um dos itens é o título e o outro é a possibilidade de ele, de pronto, contar com um financiamento imediatamente para então iniciar ou estender as suas atividades. A maioria já trabalha com as dificuldades que a falta de titulação impõe.

Portanto, Senadora, estamos com muita alegria aqui; aqui está o Ministro responsável pela área. Eu também levanto cedo, mas, quando a gente vai dormir muito tarde, é mais difícil. Ainda assim, cheguei na hora. O nosso pessoal está aqui; se a senhora me permitir, eu vou permanecer ainda nesta primeira meia hora e, depois, vou sair porque tenho agenda .

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já havia antecipado, imaginava. Esteja à vontade.

O SR. ELISEU PADILHA – Mas permanecerei aqui, ouvindo-a e ouvindo as intervenções que a senhora determinar que aconteça.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos passar a palavra, então, ao Roseno.

O SR. ELISEU PADILHA – Agradeço aos nossos Senadores pela presença, inclusive Senador Medeiros que acaba de chegar. Ele é um dos que se manifestou objetivamente sobre esse assunto comigo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, agradeço ao Ministro e já passo a palavra ao Dr. José Ricardo Roseno, que vai, tecnicamente, fazer a exposição a respeito do tema.

Obrigado, Senador Medeiros, Senador Roberto Muniz e Senador Moka.

O SR. JOSÉ RICARDO ROSENO – Bom dia a todos e a todas. Meus cumprimentos iniciais à Senadora Ana Amélia.

Quero, Senadora, cumprimentá-la, além de parabenizá-la pela sua liderança no setor do agronegócio; colocar-me, além desta audiência, à disposição do Senado para quaisquer ações, eventos.

Agora, no mês de setembro, estaremos procurando V. Exª no sentido de solicitar apoio para a implementação das emendas parlamentares. Estamos já desenvolvendo algumas inovações sob a liderança do Ministro Padilha.

Quero também fazer um pequeno comentário, como extensionista da Emater, de Minas, que chega ao escritório, às 6h, às 7h da manhã: tenho tido dificuldade, porque, aqui, em Brasília, o expediente vai até as 10h, 11h. Então quero cumprimentá-la também pela audiência.

Meus cumprimentos ao Ministro Chefe da Casa Civil, Ministro Padilha, que vem nos liderando nesse processo da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, bem como nos orientando com relação ao planejamento da área, como o planejamento do Incra e Anater, no sentido de buscar eficiência com relação às políticas públicas.

Meus cumprimentos ao Senador Waldemir Moka; meus cumprimentos ao Senador Roberto Muniz; ao Defensor Público da União, Dr. Robson de Souza; representando o Ministério da Fazenda, que se faz aqui presente também e nos apoia no dia a dia, principalmente na implementação da principal política para a agricultura familiar, que é o Pronaf, Francisco Erismá, bem como os meus cumprimentos ao João Francisco Ferreira, representante da Comissão de Regularização do Município de Itanhangá, no Mato Grosso, e um cumprimento especial a todos os telespectadores.

Nós preparamos uma breve apresentação para nos orientar nessa demanda que nos foi passada e estaremos apresentando agora, na sequência, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não tem mais de dez minutos, não?

O SR. JOSÉ RICARDO ROSENO – Não, vou resumir em dez minutos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O nosso limite é de dez minutos.

Obrigada.

Vamos ver então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu quero convidar para a Mesa o Coordenador-Geral de Crédito Rural da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que foi convidado e está presente. Por gentileza, o senhor pode sentar ali.

O SR. JOSÉ RICARDO ROSENO – Vamos lá.

Balanço geral dos fundos de terras e da reforma agrária.

A política do crédito, Programa Nacional de Crédito Fundiário, teve início em 1999. Então, já são 16 anos de implementação dessa política. Ela passou por várias etapas, inclusive de denominações e, a cada denominação, buscando a sua melhoria, a sua eficiência.

Hoje são 21 Estados contemplados; 2, 3 mil Municípios; 3 milhões de hectares atendendo a 140.819 famílias num processo de assentamento, que nós consideramos um processo de assentamento dirigido e acompanhado pelas famílias; 600 milhões de recursos de investimento, é um recurso que é não reembolsável, é uma ação no sentido de apoiar a implementação de projetos que apoiarão a fixação, o início das atividades desses agricultores e destacando que 41% são de jovens, ou seja, é uma política que tem o objetivo, inclusive, de apoiar a sucessão rural.

Aqui é uma distribuição dos contemplados por Estados – a gente destaca o Estado do Rio Grande do Sul, que é o maior em termos de beneficiários; na sequência Santa Catarina, mas, na verdade, essa distribuição se dá em função realmente da organização do Estado em buscar e apoiar a implementação dessa política.

A área média contemplada é em torno de dez hectares. Nós notamos aqui que, em 2016, essa área reduziu para em torno de 8,7. Isso se dá em função do teto do programa, mas, em alguns Estados, em algumas regiões, isso não tem sido suficiente para manter essa média dos dez hectares.

O histórico das taxas de juros – e aqui, como mencionei, em função dos avanços e inclusive das mudanças nas denominações dos programas: Iniciou em 1999, 2000, com a Célula da Terra; naquele período, o programa dava os primeiros passos, contemplava basicamente somente a aquisição das terras; também o Banco da Terra; em 2004, os programas de combate à pobreza, Banco da Terra e a consolidação da agricultura familiar, que é a modalidade em que o agricultor, de forma individual, é contemplado; em 2008, também, o combate à pobreza, Banco da Terra e a consolidação da agricultura familiar; em 2013, que é a última mudança, a última resolução, inseriu aí Nossa Primeira Terra, que contempla principalmente os jovens até 29 anos.

A taxa de juros vem decaindo ao longo dos anos em função de estar viabilizando o pagamento desses produtores que estão iniciando as suas atividades nessa propriedade menor, chegando aqui a 0,5% na modalidade combate à pobreza e 1% ao ano na modalidade Nossa Primeira Terra. Deixo claro que esse valor é reembolsado para os cofres do Tesouro, para o Fundo. São 20 anos para pagamento, com três anos de carência. Na sequência, nós vamos ver como é que está sendo feito esse retorno.

Algumas questões com relação à infraestrutura atual para aqueles assentamentos: 40% ainda sem habitação; 10% ainda sem água, e 45% ainda sem fornecimento de energia elétrica. Isso se dá principalmente em função das primeiras modalidades que não contemplavam aquele apoio, no sentido de estar implementando, junto com a aquisição da terra, políticas para apoiar a implementação daquela propriedade. Essas questões foram resolvidas – nós veremos na sequência – nos programas atuais.

O Pronaf: na média, 33% dos assentados possuem Pronaf – e aqui uma distribuição também por regiões. A gente nota aqui que, na Região Sul, há uma maior implementação do Pronaf e, no Norte, menor, em torno de 5,3.

Isso aqui, no caso, é o Pronaf A, que é a modalidade de investimento que hoje está na faixa de R$ 25 mil, que o é Pronaf que apoia também a implementação de infraestruturas produtivas na propriedade rural.

A inadimplência, que é uma das principais razões hoje de intervenção e de melhoria da política, do total de contratos, 30% estou inadimplente – 19 mil contratos estão inadimplentes –, isso significa 18% do montante financeiro, 505 milhões estão com parcelas vencidas. Também aqui mostrando aquilo que eu já reforcei: essa contribuição da inadimplência se deve realmente à forma com que foi iniciado esse programa, em 1999, e a gente demonstra aqui que, com o formato que é alimentado hoje, a taxa de inadimplência está chegando aqui a 10%.

A inadimplência por Estado – e aqui, no caso, em função do número de contratos. A distribuição da inadimplência pelas regiões, e a gente nota que a região do Mato Grosso tem uma inadimplência alta, quando se verifica aqui o número de famílias por Município; também, o Nordeste.

A evolução da inadimplência, e a gente nota que, nos últimos dois anos, principalmente em 2016, já se tem uma redução da taxa da inadimplência e a gente credita isso a algumas ações que estão sendo tomadas no momento – o que veremos na sequência.

Fatores que impactam na inadimplência: fatores climáticos – e aqui a gente destaca o Nordeste –; as questões da assistência técnica. Nas primeiras modalidades do Programa Nacional de Crédito Fundiário não era disponibilizada a assistência técnica. Então, hoje, ainda, 78% das famílias não têm assistência técnica disponibilizada. Essa questão foi resolvida agora, nas últimas modalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Medidas de aprimoramento do Programa Nacional de Crédito Fundiário: então aqui as novas condições de financiamento para os novos contratos, de acordo com a resolução de 2013. Ou seja, todos os projetos novos têm assistência técnica pelo menos durante os primeiros cinco anos, além do pré-projeto do Pronaf A. Antes de ser disponibilizado o recurso, já é feito um estudo pela área técnica, que vai estar acompanhando aqueles agricultores, de modo que já seja implementada a....

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ RICARDO ROSENO – ... assistência técnica.

Medidas para renegociação das dívidas.

Chamada pública de ATER.

Assistência técnica principalmente para aqueles inadimplentes.

Novos parâmetros de sustentabilidade: quando a inadimplência fica abaixo dos 95%, é paralisado o programa naquele Estado.

Aqui são as medidas para renegociação das dívidas: dos 19 mil contratos, 4.446 já estão sendo trabalhados agora, até o final de 2016, a partir da Resolução nº 4.450, de 2015; para 12.357 ainda não existe um instrumento para apoiar a renegociação das dívidas.

O Fundo de Terras está, hoje, em 424,9 milhões, destacando que, desde 2013, não há aportes do Governo Federal para esse Fundo e, em 2015, nós fechamos aqui um retorno de R$193 milhões, ou seja, consideramos que o Fundo, que o programa já é sustentável, já é autossuficiente em função do próprio retorno do pagamento do financiamento por parte dos agricultores. Esse é um dado importante.

Por fim, estamos trabalhando aqui em uma proposta de emenda parlamentar em que estaremos preparando uma cartilha para Deputados e Senadores, demonstrando que a emenda parlamentar nesse programa dá retorno para o agricultor familiar no sentido do assentamento, bem como os projetos adicionais. A ideia é que a Secretaria apoie, com recursos do Fundo, e a emenda parlamentar apoie principalmente os projetos complementares e a assistência técnica. Com essa medida, com certeza estaremos avançando em termos de números, bem como com o apoio dos Parlamentares e suas lideranças, nos Estados, para avançarmos com o programa. Essa ação estaremos desenvolvendo, no Senado e na Câmara dos Deputados, a partir do mês de setembro, com esse objetivo. Já acertamos com o Ministro Padilha a questão dos recursos necessários para atuar na assistência técnica e nos projetos complementares, que são os ..., no sentido, inclusive, de recompor o orçamento, que vem decaindo significativamente nos últimos anos, para que possamos avançar e atender à demanda já instalada desse programa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Ricardo.

Consulto o Senador Medeiros, porque nós combinamos ... O Ministro abriu uma agenda. O convite foi feito nesta semana, e eu entendo. Então, o Ministro ficará até às 8h30 aqui na Comissão.

Consulto os Senadores a respeito, já considerando a circunstância de agenda de emergência. Então, consulto o Senador que fez o requerimento e que, inclusive, esteve com o Ministro no Palácio tratando desse tema. Eu até tinha que fazer um requerimento, mas, como foi rápido tudo isso, expliquei que, em alguns casos, temos que fazer convocação, porque o ministro não vem de outra maneira. Mas, nesse caso, foi diferente. Foi um bom exemplo de atenção ao Parlamento, por parte de S. Exª, que foi Deputado Federal por muito tempo.

Então, com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Bom, quero primeiramente agradecer a bondade, vamos dizer assim, do Ministro com o Parlamento, agradecer essa atenção. Isso mostra, Senadora Ana Amélia, que estamos em novos tempos. Quero cumprimentar a Presidente Ana Amélia, que sempre chega cedo aqui, Ministro. Ela, de manhã, logo cedo, já está a postos, assim como o Senador Moka. Lá em Bela Vista é assim.

Quero cumprimentar também o Dr. Robson, o Dr. Francisco, o Dr. José Ricardo.

Realmente, estive com o Ministro nesta semana e fiz o convite. Houve uma interpretação do meu gabinete no sentido de que eu tinha pedido à Comissão para fazer o convite ao Ministro. Mas já fizemos algumas dessas reuniões. Já tínhamos feito uma com o Incra, porque é uma preocupação nossa, no Brasil inteiro, com a pequena agricultura, em todos os sentidos. Em Mato Grosso, por exemplo, tem ocorrido uma verdadeira favelização do campo devido a vários problemas. A insegurança jurídica que nós temos no campo tem trazido enormes problemas, inclusive, conflitos, com mortes. No mês passado ou no mês retrasado, em Mato Grosso, houve conflitos, com mortes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu estive na região de Mundo Novo, de Peixoto de Azevedo, e fui abordado por vários proprietários, preocupados com essa questão da regularização fundiária. Temos propriedades que poderiam produzir muito mais, mas, devido à falta de regularização fundiária, não têm feito isso.

Temos o Município – tive uma grata surpresa, Senadora Ana Amélia – de Nobres, porque Mato Grosso do Sul tem Bonito, mas Mato Grosso tem Nobres, que é lindo! É o similar. Gosto sempre de fazer essa provocação ao Senador Moka. É um Município que tem um potencial turístico imenso. Os rios cristalinos servem para flutuação. Há até um rio lá que, se risca um palito de fósforo, pega fogo em cima da água, enfim, é uma coisa maravilhosa. Mas, Senadora Ana Amélia, creio que mais de 80% do Município está sobre terras que não estão regularizadas. Isso traz um problema muito grande para o Estado e para o Brasil.

Então, esta audiência, com a presença do Ministro, me deixa muito otimista, porque, aqui na Comissão, a Senadora Ana Amélia tem por praxe sempre sairmos daqui com encaminhamento após uma audiência pública, sairmos daqui pensando algumas ações, principalmente para situações como a do Banco da Terra.

Vi ali no gráfico que há cerca de 50%, Ministro, de inadimplência. E essa inadimplência, como passei para o senhor na visita, se deve, principalmente, não à falta de vontade de pagar das pessoas, mas à forma como foi concebido, porque foi concebido esse empréstimo no CNPJ das associações e, quando chegou o momento de pagar, se 90% das pessoas fossem pagar, não conseguiam fazê-lo, porque o banco só recebia do CNPJ, da totalidade, ou paga tudo ou não recebe de ninguém. Portanto, a individualização tem que ser feita porque alguns abandonaram, outros morreram, e fica a associação impossibilitada de fazer o pagamento.

O que aconteceu? O Banco do Brasil, que herdou essa carteira, é uma instituição financeira e não quer saber, quer receber. Assim, o banco já ia começar a execução das terras de quem não está conseguindo pagar

Foi dado um prazo para essa regularização, as pessoas tentaram se regularizar, mas, quando chegaram para regularizar, Senador Moka, veja o contraditório, na concepção do programa: havia algumas condições que a pessoa tinha que preencher. E o que aconteceu? Nesses 20 anos do projeto, essas pessoas evoluíram, conseguiram uma caminhonetinha, progrediram na vida; quando chegou agora, na hora de regularizar, disseram: "Olha, você não se enquadra mais" Aí, criou-se um nó, não conseguem regularizar. Esse é um desafio que temos a avançar.

O outro caso também que precisamos ver é a questão da extensão rural, com o que vi que vocês já estão se preocupando.

E, no mais, essas são as principais demandas.

Ministro, quero muito agradecer essa atenção com o Parlamento. Novamente quero ressaltar o quanto este Governo tem prestigiado o Parlamento, desde V. Exª, aqui na Casa Civil, até o Presidente da República, os ministros têm tido outro comportamento com o Parlamento, e não tenho dúvida de que essa relação só vai contribuir para que o Brasil tome outro rumo de agora para a frente.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço ao Senador Medeiros, que foi o autor do requerimento e que acertou pessoalmente com o Ministro no Gabinete Civil.

Queria anunciar também a presença e a chegada agora do João Francisco Ferreira, representante da Comissão de Regularização do Município de Itanhangá, Mato Grosso, também indicado pelo Senador.

Passo a palavra ao Senador Roberto Muniz e, em seguida, ao Senador Moka, para dispensar o Ministro, em função da sua agenda. Ele alertou antes sobre a necessidade de afastar-se.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora. Quero parabenizá-la, mais uma vez, pela pontualidade. Aqui, todos são tiradores de leite, Ministro. O pessoal que tira leite acorda cedo.

Então, queria também parabenizar o Senador Medeiros por esta iniciativa tão importante e pela possibilidade de termos aqui o Ministro da Casa Civil, Dr. Eliseu Padilha. Quero dizer, Dr. Eliseu, que ficamos, Ministro, muito felizes em poder perceber o foco que vocês querem dar à titularidade. Tivemos oportunidade uma vez de discutir essa questão do assentamento no Estado da Bahia e vimos que, para um cidadão sair de assentado e chegar a agricultor familiar, ele passa, pelo menos, por 20 passos.

Eu tive oportunidade de listar esses passos, e alguns são muito difíceis, principalmente em Estados onde há problemas fundiários muito sérios. Então, até para titularizar-se essa terra, há uma quantidade de passos, inclusive colocados pelo próprio ministério à época, de fazer um projeto específico. Depois, era preciso fazer os limites de cada lote daquele agricultor. Assim, tudo aquilo ficava muito caro, oneroso, e eles já tinham mais ou menos dividido as terras. Desse modo, acho que precisaríamos revisitar esse passo a passo, porque esse passo tem colocado essa diferença muito grande entre a quantidade de assentados e os que realmente tiveram acesso ao crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, acho que há uma burocracia nesse processo, e é preciso melhorar esse processo burocrático. Quando se fala que só 33% tiveram acesso ao Pronaf, Secretário José Ricardo, a gente começa a perceber que perdeu a eficiência. Quer dizer: não basta colocar a pessoa na terra; é preciso lhe dar condições para que se torne agricultor familiar. Ele tem que ter acesso ao crédito, tem que ter apoio tecnológico, apoio técnico, tem que ter dinheiro para comprar sementes. Então, acho que a gente precisa reconstruir esse caminho crítico, para que a gente possa diminuir, quem sabe, a ineficiência desse programa, porque acho que ele é importante, mas ainda ineficiente, pois, com 33%... Eu não tinha essa ideia do número, mas, na Bahia, no Nordeste, realmente, é algo em torno de mais de 60%. Então, a gente fica com as pessoas.

Gostei muito aqui do que o Senador Medeiros colocou. Na verdade, a gente começa a favelizar também o campo, e isso não é interessante.

Então, queria parabenizá-lo por esse enfoque. Ficamos um pouco apreensivos. Conversamos aqui, inicialmente, com a chegada do Presidente Temer, sobre a retirada de *status* de ministério.

O SR. ELISEU PADILHA – Mas vai voltar.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É?

O SR. ELISEU PADILHA – Volta em setembro.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Volta em setembro?

Então, essa é uma notícia com a qual ficamos muito felizes, porque acho que é um ganho muito grande para a agricultura familiar do nosso País. Ficamos muito felizes com o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tivemos uma conversa aqui, a Senadora disse que era momentâneo o processo, e agora vemos que esse olhar pela importância da agricultura familiar no Brasil nos traz também esse alento. Isso é um alento que o senhor traz aqui, para a nossa Comissão, para os agricultores familiares.

E, para terminar, sobre a MP nº 733, Ministro, se o senhor pudesse acompanhar, fizemos algumas emendas, foram três emendas. Na MP nº 733, o prazo para as dívidas ficou 2014, e queremos que amplie logo para 2015, 2016, porque foram os momentos de maior seca que tivemos em todo o País. Então, queremos ampliar um pouco isso.

Outra questão que é muito importante, Ministro: a dispensa das certidões negativas para renegociação. Já que a gente não está falando de empréstimos novos, Senadora Ana Amélia, obrigar a pessoa a ter essas certidões para fazer uma renegociação, Ministro, é algo que o senhor poderia nos ajudar. Fizemos uma emenda.

Outra questão também é a tentativa de ampliar a participação, para que mais agricultores possam fazer a renegociação; que esse teto de R$200 mil que foi colocado permaneça, mas também que seja extensivo a qualquer agricultor no País que queira, pelo menos dentro desses R$200 mil, fazer, já, o início da sua renegociação.

Então, eu queria parabenizá-lo pela presença e parabenizar o Senador Medeiros e a Presidente Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Roberto Muniz.

Eu passo a palavra ao Senador Moka, pedindo desculpa, Senador Moka, porque, pela ordem de chegada, devia ser, mas como o Senador estava ali e trouxe questões relevantes...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, imagina!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu passo a palavra ao senhor e em seguida ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É. Minha cara Presidente, Senadora Ana Amélia, Dr. Robson de Souza, da Defensoria Pública da União; Dr. Francisco Erismá, coordenador-geral de crédito rural da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda; José Ricardo Roseno, que é secretário especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário; e, de uma forma muito especial, agradeço e cumprimento, e, por que não dizer, manifesto a alegria ter o Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro Eliseu Padilha aqui. Nós fomos, pelo menos, acho que uns 12 anos Deputados Federais na Câmara dos Deputados. E, sem dúvida nenhuma, eu conheço o pragmatismo, a eficiência, o senso de organização do Ministro Padilha.

Então, tenho certeza de que esse retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário já se deve a essa percepção da organização. É uma estrutura muito grande para ficar dentro da Casa Civil, e é hoje... A agricultura familiar tem hoje uma importância muito grande, não é? Porque você inclui aí, dentro da agricultura familiar, as cooperativas agropecuárias, na sua grande maioria, sobretudo nos Estados do Sul, onde as propriedades, diferentemente da Região do Centro-Oeste, do Norte e Nordeste...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... são pequenas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Lá quem tem 50 hectares é um grande produtor rural, e, no Mato Grosso do Sul, com 50 hectares, a pessoa tem uma chácara. Essa é a realidade. Então, eu penso que é uma iniciativa importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu vou levantar ao Ministro Padilha o que acho importante, que é o seguinte: é preciso sair desta Audiência Pública com um encaminhamento. E qual é esse encaminhamento? Por exemplo, não dá para simplesmente, daqui para frente, dar só o lote. Vou chamar de lote. Tem de estar junto com isso, imbuído nessa fonte de financiamento, a casa, a água e a energia elétrica. Não tem como você deixar uma família, um produtor sem isso, porque ele não tem essas condições.

No mesmo grau de importância, é a extensão rural, que é fundamental, porque, com essa coisa de crédito – os técnicos chamam a atenção para isto –, os chamados extensionistas ficaram muito sobrecarregados porque, na verdade, esse pequeno produtor não dá conta de preencher a burocracia para ter acesso a esse crédito rural do Pronaf.

Então, nós temos um técnico que, ao invés de estar ali orientando de forma operacional, no campo, ele está virando um burocrata naquela propriedade, que, na verdade, não é uma só. Você vai ao assentamento e há um extensionista para tocar centenas de projetos, porque também sem o crédito rural o agricultor familiar não tem acesso a nada.

Aí eu percebo nitidamente que esse é o problema. Agora, o que não cabe na minha cabeça é isso que o Ministro também falou. Senadora, é verdade e eu sei disto: nós temos milhares de propriedades que já poderiam ter recebido o título, que está pronto, é só entregar. E lá na propriedade, no assentamento, fala-se "Está aqui o seu título." E isso não acontece. Tudo bem se estiver faltando alguma coisa, nas eu acho que não justifica não entregar. Isso não tem justificativa.

Essa mentalidade de que o assentado precisa ficar dependente desse título para ele continuar, sob o viés "Não, ele vai deixar de ser do assentamento" é uma bobagem. Ele vai continuar evidentemente. Essa mentalidade de ele sempre ter de ser pequeno é errada. Você tem de estimulá-lo a crescer e a, com o título, se tornar um produtor independente, até para que o Estado possa ajudar outros produtores mais carentes. Então, essa é a visão que eu tenho.

No Mato Grosso do Sul, existe um assentamento próximo a Campo Grande, em Sidrolândia. As pessoas o chamam de "Alemão".

Na verdade, do sul, foi para lá. Lá dentro, ele mesmo montou, por iniciativa, algo como uma cooperativa.

Ministro Padilha, hoje, esses produtores abastecem com hortaliças as principais redes de todo a capital. Eles vendem a produção para os grandes atacadistas, para as redes dos supermercados. Repito: eles vendem a produção. E o que eles mais querem neste momento? É exatamente isto: irrigação, que é feita lá com mangueiras, mas já poderia ser diferente; e caminhão, porque eles têm que pagar frete para levar o produto. Quer dizer, com um investimento muito pequeno, já se deixaria aquele pessoal numa situação de independência muito grande, muito maior, dali para frente, eu tenho certeza, mercê da capacidade deles.

Então, Senadora Ana Amélia, eu encerro dizendo que, se nós pudéssemos, quem sabe, com a liderança do Ministro Padilha, chamar para uma reunião de trabalho o Incra... Hoje, por exemplo, o Incra vive uma situação lamentável. É lamentável! Não é culpa do servidor. O Incra, hoje, tem uma estrutura grande, mas o pessoal não tem dinheiro nem para pagar a manutenção dos servidores nem para mais nada. Então, com essa estrutura grande, pesada, com um custo, o Incra praticamente faz 20% do que realmente poderia fazer.

Mais uma vez, quero parabenizar o Senador José Medeiros pela excelente iniciativa de trazer esse debate para cá. Concordo com tudo que V. Exª menos com essa comparação de Nobres com Bonito, porque isso é uma brincadeira, isso é uma brincadeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou aceitar isso como estímulo para Nobres se aproximar de Bonito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos registrar em ata, Senador Moka, o protesto.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para o Ministro depois comentar.

Já agradeço, em nome da Comissão, a notícia alvissareira, dada durante a audiência pública requerida pelo Senador Medeiros à pergunta do Senador Roberto Muniz, de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário voltará em setembro. Então, é um anúncio importante que o Ministro deixa nesta Comissão, Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora, eu não sei se aqui há, mas, na Assembleia Legislativa havia uma moção de aplauso que, às vezes, nós fazíamos de forma conjunta. Eu não sei se aqui existe essa moção. Se existir, eu queria propor que nós, da Comissão, fizéssemos isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faremos conjuntamente, Senador. Agradeço a providência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso é muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero que a Secretaria veja no Regimento Interno se isso é possível; se não for, faremos no plenário do Senado Federal.

Obrigada pela sugestão, Senador. Penso que o Ministro entenderá isso como um reconhecimento pela iniciativa.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Ministro Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil, é uma alegria tê-lo aqui conosco nesta reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Também quero saudar o Dr. José Ricardo Roseno, Secretário Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; Robson de Souza, Defensor Público Federal; Francisco Erismá, Coordenador Geral de Crédito Rural da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda.

Senador Ana Amélia, esta audiência, para o Estado do Pará, soa como música nos ouvidos nossos. Eu sempre costumo dizer que Deus foi muito generoso com o Estado do Pará, precisa só que os filhos de Deus ajudem o Estado do Pará a se desenvolver. Estamos precisando que os filhos de Deus façam, os que têm a caneta, o poder, e possam ajudar o Pará a continuar ajudando o Brasil, como vem fazendo desde a época da borracha, Ministro Eliseu Padilha. O Pará, no século XIX, Belém era economicamente mais forte que São Paulo. Hoje estamos quase que no rabo da fila e de pires na mão. Mas o Ministro Eliseu Padilha é um paraense de coração, tenho certeza de que ele vai ajudar o nosso Governador Simão Jatene.

O Pará tem um gigantismo em quase tudo: quando se fala em minérios, é a maior província mineral do mundo; quando se fala em floresta tropical, é a maior floresta tropical do mundo; quando se fala em reservas de água potável, é maior reserva de água doce do planeta. Em tudo, é o maior do planeta. Eu só não quero que a miséria seja a maior do planeta.

Então, queremos manter as nossas diferenças, o nosso carimbó, o nosso açaí, o nosso tacacá, mas queremos diminuir as desigualdades melhorando a qualidade de vida dos paraenses. No caso específico da questão agrária, o maior problema do Pará, eu digo, é a questão fundiária. A ação do Governo Federal, no Estado do Pará, engessa o Estado.

Os Senadores, o Ministro e os nossos convidados têm conhecimento, mas o brasileiro precisa saber: 75% do território paraense é controlado pelo Governo Federal, somente em torno de 25% é que o Governo Estadual tem em gerência. Lá trás, à época do governo Médici, foi editado o Decreto nº 1.164, de 1971, que retirou do Estado do Pará essas áreas todas. No governo Sarney, uma parte foi devolvida, mas não foi arrecadada ainda, não foi arrecadada. Então, o Pará, desses 25%, um pouco mais, 27%, que estão nas mãos do Estado do Pará, 14% são de reservas estaduais; os outros 75% estão na mão do Incra, estão na mão do Ibama ou de reservas, sejam elas indígenas, florestais ou ambientais, e reservas que têm uma legislação específica.

Com relação aos assentamentos, nós somos o Estado que tem o maior número de assentamentos do Brasil. Temos mais de mil assentamentos. E aí, lamentavelmente, o Incra, ao longo desses últimos 13 anos, foi politizado, partidarizado e ideologizado. O que o Incra faz com os pequenos agricultores, com o agricultor familiar, é algo inimaginável.

Eles levam o assentado, largam o assentado lá sem nenhuma atenção. Não tem estrada, não tem atendimento. Quer dizer, o que eles fazem? Passam adiante o lote. Se você for verificar aquele que foi contemplado com o lote, já não é mais ele, já deve estar na quarta geração, em termos de transferência de lotes.

Então é preciso, Ministro Eliseu Padilha, que haja uma ação concreta com relação à questão do Incra. O Incra tem de mudar a forma de agir, tem que dar ao assentado as condições para manter-se.

O Pará aparece no mapa de desmatamento. Sempre aparece lá: aumento de desmatamento no Pará. Se formos ver, a área onde ocorre o maior desmatamento é exatamente nos assentamentos no Incra, porque o assentado, a primeira coisa que faz, para poder sustentar sua família, é derrubar a floresta. Ele derruba a floresta e vende, legal ou ilegalmente, aquela madeira. Então, o desmatamento começa lá. Lá é que eles fazem o desmatamento. Então, é necessário que o Incra tenha uma política. É evidente. As vicinais são intransitáveis. Se os prefeitos, que estão numa situação falimentar, não agirem no sentido de, pelo menos, passarem uma Patrol na vicinal, o colono não tem como sair com a sua produção. Não tendo como sair, não adianta plantar. Não adianta plantar porque ele não vai sair com ela nas costas.

Então, o Ministro nos dá uma informação importante, que vai retornar ao Ministério. Mas não adianta só retornar ao Ministério. A sigla, a sigla, não faz nada. É como um hospital, uma escola. Você faz a parte física, mas se não tiver o ser humano para atender não vai resolver nada; se não tiver uma política não vai resolver nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nós já tivemos...E repito isso. "Ah, vamos criar o ministério tal, o mistério tal". Gente, não precisa criar Ministério, é preciso fazer a coisa acontecer. Lá no Governo Collor foi criado o Mistério da Amazônia. Era a solução para resolver o problema da Amazônia. Não deu em nada, não resolveu nada.

Então, Ministro Padilha, fico muito feliz com o fato de que V. Exª tenha puxado, de que o Presidente Temer tenha colocado a seu encargo a parte da agricultura familiar, do desenvolvimento agrário.

A medida provisória que aprovamos – e o Senador Roberto fez referência a ela – , trata das dívidas dos agricultores familiares. Nós aprovamos a medida provisória, e ela foi vetada. Eu fiz uma emenda, àquela altura, porque a medida provisória tratava apenas da renegociação das dívidas dos agricultores familiares do Nordeste. Eu fiz uma emenda colocando os do Norte. O Norte faz parte do Brasil também e tem as mesmas dificuldades, os mesmos problemas que tem o Nordeste. A Amazônia não tem seca? Tem seca e tem enchente, que não tem no Nordeste. Então, temos os dois males. Então, a medida provisória que está tramitando...Inclusive pela ordem de distribuição eu seria o Presidente da Comissão. Mas o Senador Fernando Bezerra pediu-me, como ele foi Presidente da anterior, que pudesse continuar Presidente da MP que está tramitando. Eu, sem problema nenhum, cedi a ele. Só pedi a ele que acatasse a minha emenda, pois repeti a emenda para incluir o Norte.

Eu peço ao Ministro Eliseu Padilha que, depois de aprovada, na sanção presidencial, o Norte seja contemplado. Quer dizer, o Norte, não; os agricultores familiares do Norte sejam contemplados também com a possibilidade de renegociar suas dívidas, como os do Nordeste.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Flexa.

Eu passo a palavra ao Ministro Eliseu Padilha, para dar a resposta aos questionamentos ou às ponderações feitas pelos Senadores. Aqui estão cinco estados representados, Ministro: Rio Grande do Sul, Pará, Mato Grosso do Sul, Bahia e Mato Grosso.

Então, com a palavra o Ministro Eliseu Padilha, que, depois responder aos Senadores, vai cumprir as suas agendas bastante intensas.

O SR. ELISEU PADILHA – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Srs. Senadores, acho que estou de passagem no Executivo, porque eu me sinto alguém aqui do Legislativo. Eu tenho vocação para essa articulação, que é o dia a dia aqui do Parlamento, onde a gente consegue debater o Brasil e todos os temas em um dia só.

No Executivo a gente acaba centrado em uma determinada missão. Eu recebi, com muita honra, a honrosa missão de deixar a articulação política de lado e cuidar de gestão, fazer governança do governo, um negócio bastante complicado. A gente buscou um assessoramento do melhor nível. Aí tem a vantagem de a gente já ter vivido um pouco aqui – *El diablo más sabe por viejo que por diablo*.

A gente, por estar aqui há tanto tempo, já conhece muita gente. Então, fiz a equipe exclusivamente com quadros de carreira de vários ministérios, e a gente pôde aperceber-se de algumas questões.

Primeira delas: nessa questão da agricultura familiar – o Brasil não sabe, e deveria saber –, o Senador Moka fez uma referência aqui, mas isso vale para praticamente todos os estados. O pequeno agricultor ou a agricultura familiar ou o microagricultor é que faz com que nós tenhamos o suprimento dos gêneros nas redes negociais internas das cidades médias ou até das capitais.

Isso é Brasil! A gente conhece, eu conheço história, no meu Estado do Rio Grande do Sul é assim, em todos os estados a gente vive isso. Por quê? Porque o grande agricultor, que já passou a ser um homem do agrobusiness, já dá uma olhada em outro prisma, mira na exportação ou no mercado interno de momentos de conveniência de mercado – guarda o milho, espera o momento de vender o milho, guarda... Então, é outra perspectiva.

O Presidente Temer, sensível que é, determinou que se desse uma atenção especial à questão do Incra, Terra Legal e financiamento. Nós temos que cuidar das três coisas, porque, senão... O Incra, como muito bem foi dito aqui, tem uma estrutura relativamente pesada, que deverá ser, no próximo passo, otimizada. Nós temos servidores de carreira. Nós temos que fazer com que aquele que é servidor de carreira atenda à demanda da sua carreira.

Para isso, necessitamos ter uma estrutura superior.

Não adianta construir hospital sem colocar lá dentro os equipamentos, colocar os equipamentos para dentro. No caso do Incra, trata-se de fazer com que a gente tenha condições de operar esta magna organização que foi feita e, de outra parte, uma organização que foi abandonada no curso do tempo, que acabou sobrevivendo com as próprias forças limitadas das pessoas que foram acomodadas, sob determinados aspectos, assentadas sobre outros e alguns apenas foram nominados como titulares, por que aconteceu, na verdade, a transmissão. A gente tem esse retrato.

Penso que a gente vai viver um momento novo. A filosofia do Presidente Michel é de independizar as pessoas. Não há nenhum interesse em manter uma submissão em decorrência da titulação ou da falta de ti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tulação. Nós queremos fazer com que todos, como bem disse o Senador Moka, possam pensar em dar passos adiante, a um outro momento, a um outro estágio.

Na conversa comigo e com Senador Menezes, ele me dizia: "olha, o pessoal está há tanto tempo esperando que já melhorou de vida e não vai mais ser enquadrado, está com dificuldade de se enquadrar na condição de pretensão ao título e ao crédito, porque o que ele fez foi tão vitorioso que conseguiu, sem o apoio do Estado, avançar.

Então, temos que estimular, colocar mais gasolina neste veículo que está levando essas pessoas à independência.

Então, é neste sentido que o Presidente determinou que, em o Senado da República confirmando-o como Presidente da República, deixando a interinidade, voltássemos a ter um Ministério que vai cuidar desta área muito sensível, que é o desenvolvimento agrário e social na área da agricultura, especialmente do pequeno agricultor ou agricultor familiar.

Os instrumentos para isso todo mundo já conhece. Todo mundo sabe que é o problema e todo mundo sabe qual é a solução, que não é cara. Hoje, nós vimos aqui uma demonstração que temos a sustentabilidade desse fundo. Ele sobrevive. Ele precisa de gestão, facilitar, não cobrar certidões – se for o caso – para que se possa fazer a renegociação, porque quando se está devendo, quando estou devendo e quero renegociar, para que certidão? Eu vou é reduzir o meu risco. Agora, penso eu como gestor do fundo: vou reduzir o meu risco de perder se eu viabilizo a renegociação.

Então, há determinadas coisas que são uma questão só de raciocínio lógico. Claro que todos estamos submetidos. Na vida civil, fazemos tudo que não é proibido pela lei. Na vida pública, a gente só faz o que é determinado pela lei. Trata-se de simplesmente olhar como adequar a questão legislativa e fazer com que isso aconteça.

Então, Senadora, eu vim com grande honra aqui para atender a este chamamento do Parlamento. Repito: tenho meu sentimento íntimo de que estou de passagem pelo Executivo; na verdade sou alguém do Legislativo e foi aqui que eu fiz a minha vida, me deu oportunidade o Legislativo de eu passar por três Ministérios, em três governos diferentes, fruto da ação, atuação no Legislativo. Então, tenho o maior respeito, o maior comprometimento.

E, daquilo que eu ouvi aqui, a nossa equipe está desde logo autorizada a promover os estudos necessários para que a gente possa implantar.

Se a nossa Presidenta me permite, está presente aqui o Diretor do Incra, Ewerton Giovanni, e, assim, na medida que seja possível, que ele possa também integrar a mesa para, se for o caso, responder questionamentos objetivos relativamente ao Incra, que tantas pendências tem.

Muito obrigado, Senadora. A senhora disponha...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador... Ministro, Digo Senador porque, se esta é a Casa de que ele gosta, o Parlamento, eu o chamarei de Senador. E pode ser o desejo de que o senhor esteja aqui no Senado também em algum momento,

Ministro Eliseu Padilha, eu já determinei à Secretaria da Comissão para providenciar a indicação do Dr. Ewerton para ficar na bancada. É que, como temos um Regimento, que eu costumo respeitar, na convocação desta reunião não constava o nome de S. Sª. Então, teremos mais um convidado, que está aqui presente, que vai falar, mas ele será chamado para, em algum questionamento dos nossos Senadores, ele estará em uma posição reservada, como está o Sr. João Francisco.

Então, fique tranquilo porque o Incra, aqui muito comentado, vai estar presente nesta audiência também.

O SR. ELISEU PADILHA – Senadora, se a senhora me permite, para não incorrer em uma falha imperdoável, eu tenho que agradecer aqui a presença também da Defensoria Pública da União e do nosso representante do Ministério da Fazenda. Porque, para tudo aquilo que a gente falar aqui – eu vou falar de fundo, eu vou pensar em fundo, eu vou renegociar –, nós temos que ter sempre a aquiescência, a concordância da área fazendária. E, no momento que se vive de profundo ajuste fiscal, como nós estamos vivendo, a palavra final no que diz respeito à questão econômica, por certo, só poderá ser dada com aquiescência ou pela própria área fazendária.

Daí por que quero também agradecer a presença dos companheiros aqui da Defensoria Pública da União e também da representação do Ministério da Fazenda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu, antes de V. Exª deixar a nossa audiência, Ministro Eliseu Padilha, queria saudar o Secretário de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso, Antônio Carlos, e também o meu correligionário, Deputado Federal combativo, Ezequiel Fonseca, que é também do Mato Grosso.

Ministro, muito obrigada em nome da Comissão, especialmente pela notícia de que, em setembro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário retorna, em uma provocação do Senador Roberto Muniz, à iniciativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do Senador José Medeiros de tê-lo convidado. E o senhor, em menos de uma semana, em dois dias mais precisamente, aquiesceu a um convite cujo requerimento da sua presença aqui ainda terei que fazer a leitura. Mas agradecer novamente ao senhor sobre isso.

Peço que o Dr. José Ricardo permaneça. Eu quero chamar o Sr. João Francisco, então, para vir.

Dr. José Ricardo, chega aqui.

Muito obrigada ao Ministro.

Solicito ao Senador José Medeiros a gentileza de acompanhar o ministro.

Obrigada, Ministro, por dispensar sua atenção a esta audiência aqui, nesta nossa Comissão.

E eu passo a palavra imediatamente ao Dr. Robson de Souza, que é Defensor Público Federal, da Defensoria Pública da União, para, por dez minutos, se possível, fazer a sua exposição.

O SR. ROBSON DE SOUZA – Gostaria de cumprimentar a nobre Senadora Ana Amélia e, em seu nome, os demais Parlamentares que estejam aqui presentes. Gostaria ainda de cumprimentar a Mesa, o Sr. José Ricardo, Secretário; o Sr. Francisco Erismá, Coordenador, e demais presentes.

Antes de tudo, eu gostaria de parabenizar a todos os advogados, pois hoje é 11 de agosto, Dia da Justiça, Dia do Advogado. Assim, gostaria de saudar todos os profissionais do Direito.

E, ainda, permito-me dizer que eu sempre fui um grande fã da Senadora. E tenho certeza que ela é a única que pode provar que acordava cedo porque ela tem um histórico lá no Canal Rural.

Eu me recordo que a minha primeira lotação como Defensor Público foi em Bagé...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora está explicado.

Com esse sotaque não pode ser Bageense o senhor. (*Risos.*)

O SR. ROBSON DE SOUZA – Não; de forma alguma.

Mas, assim, sempre muito próximo da cultura gaúcha.

E eu me recordo que, às vezes, eu acordava cedo, o forno a lenha, o chimarrão – e eu incorporei alguns costumes, alguns hábitos –, e estava lá a Senadora falando ao vivo. Às vezes, fazia - 6º C na Campanha, e ela estava na Serra, também era muito baixa a temperatura.

Então, para mim, não foi nenhuma surpresa ser convocado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não sou uma pessoa estranha para o senhor, não é?

O SR. ROBSON DE SOUZA – Não, de forma alguma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Robson.

O SR. ROBSON DE SOUZA – Eu fui muito feliz na minha nomeação como Defensor Público, porque eu fui para uma região onde se pratica a agricultura familiar de uma forma muito expressiva.

Obviamente, a economia brasileira tem que investir no agronegócio. O agronegócio traz riqueza, traz renda, mas não se pode deixar de cuidar da agricultura familiar. E, de modo específico, coletar a experiência que se tem no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, que é justamente essa questão da cooperativa, essa questão da fixação do trabalhador, das famílias no campo. E eu acho que, como já foi falado aqui, é preciso ter uma articulação maior entre os organismos.

Eu acredito que esses R$424 milhões do Fundo de Terras, que, aparentemente, pode ser um valor expressivo, mas esse valor eu acho que poderia ser aumentado. É bem verdade que estamos passando por uma situação de muita contenção de natureza financeira, mas, no primeiro momento em que nós retomarmos o crescimento deste grande País, deste celeiro agrícola que é o Brasil, nós precisamos cuidar melhor da agricultura familiar. E ela é justamente a razão, a interlocução com os mercados, com as cidades, com os centros... Olhemos também a situação, por exemplo, onde se investiu bastante, na Europa, o pequeno produtor tem um queijo específico e consegue exportar pra todo mundo.

Então eu acho que o caminho é esse: o fundo precisa ser reaparelhado no momento oportuno, tem que ser redimensionado e gerido, fiscalizado. Isso tem que ser fiscalizado também. É preciso estar sempre fiscalizando.

Muito se diz que o Brasil é um país onde nós criamos as leis, os recursos, mas não fiscalizamos. E acho que a gente precisa se afastar desse contexto e realmente cobrar.

Quando a gente cria uma cooperativa – e eu presenciei a força que têm as cooperativas no Rio Grande do Sul –, eu me recordo de que existia um poder de fiscalização muito grande, e isso é muito importante, é muito interessante. Então, fica a nossa sugestão também, não somente de reaparelhar, de reformular e de, num primeiro momento, aportarmos mais recursos ao Fundo de Terras, mas de uma forma a fiscalizar melhor esses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Uma questão a que eu gostaria de chamar a atenção também, agora dentro do aspecto da Defensoria Pública, diz respeito à reestruturação da Defensoria, a ponto de atingir aqueles benefícios previdenciários rurais, que são o que existe de mais importante na região. Muito se fala que a seca no Nordeste – e eu tenho autoridade para falar nisso, porque eu sou pernambucano, nasci em Recife, e, obviamente, vivenciamos, no nosso dia a dia, relatos de seca, de dificuldades na agricultura –, mas imaginem vocês que, neste momento, agora, neste inverno rigoroso que está sendo presenciado no Rio Grande do Sul, eu me recordo que existem famílias que sobrevivem apenas da vaca leiteira, do leite. Então, na época de frio, como a vaca não vai dar leite, eu me recordo de que eu entrevistava o assistido, a família e dizia: "Quanto o senhor tirou por mês aqui?" Aí ele me dizia: "Olha, se eu vendi R$60,00 de leite, eu vendi muito". E ele estava à busca, na unidade da Defensoria, justamente de um benefício previdenciário.

Então, a gente não pode também esquecer desses benefícios previdenciários que também resultam em melhoria da economia local. Então, o benefício da aposentadoria rural, aquele benefício de aposentadoria e invalidez para a atividade rural, estes são instrumentos também específicos. Nós não podemos também focar só nos fundos, porque, na verdade, o fundo tem que ser um fator acessório; ele não pode ser um meio, um instrumento de uma verdadeira revolução na agricultura familiar.

Assim, a nossa proposta de encaminhamento é justamente esta: reforçar o caixa do fundo e, em especial, pedir aos Senadores para terem um olhar especial para os pleitos da Defensoria Pública, de forma a ser reestruturada. As Defensorias Públicas dos Estados tiveram um grande salto e atingem as regiões mais pobres; no entanto, na Defensoria Pública da União, houve muito pouco investimento nos últimos anos. E somente com investimento, com Defensoria Pública itinerante, chagando lá nos assentamentos, lá nos rincões, por exemplo, da Campanha e em outros lugares do Brasil, lugares distantes, somente com a estrutura da Defensoria Pública a gente pode levar também cidadania e igualdade social ao nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada pela valiosa ponderação apresentada a respeito do tema que, depois, nós vamos discutir com os Senadores.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Dr. Francisco Erismá, também por esse tempo, se possível, porque nós temos ainda que ouvir o Sr. João Francisco Ferreira e, eventualmente, o Dr. Ewerton.

Por favor.

O SR. FRANCISCO ERISMÁ – *O. k.*, Senadora.

Em um primeiro momento, gostaria de cumprimentá-la e agradecer o convite. Gostaria de cumprimentar também meus colegas de Mesa: o José Ricardo, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário, o Robson, da Defensoria da União, e mais os Senadores e demais pessoas que aqui nos ouvem

Vou falar muito pouco, porque a minha intenção aqui é mais ouvir.

Como disse o Ministro antes de sair, o Ministério da Fazenda, nesse caso específico do Fundo de Terras, tem duas atribuições: uma é com relação à definição do volume de recursos eventualmente necessários para fazer o programa; e o outro é a responsabilidade, mais do Conselho Monetário Nacional, que é com relação ao financiamento do Fundo de Terras e aos programas de renegociação de dívidas.

Nesse quesito especificamente, o Ministério tem trabalhado, sempre em comum acordo com a Casa Civil, com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, que nos fornecem todos os estudos necessários para atender eventuais demandas dos agricultores.

Também gostaria de informar aos senhores ou, em alguns casos, até repetir para alguns que já o sabem, mas, do ponto de vista do crédito rural, para todos os beneficiários, sejam eles assentados, sejam proprietários de terra, enfim, para todos os agricultores familiares não há restrição para que ele tome o crédito rural, ou seja, o custeio, o investimento, eventualmente algum crédito de comercialização. Então, não há restrição por conta do relacionamento dele com a terra.

É isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas me permita. Por exemplo, se ele for para um banco privado e tiver que dar uma garantia e não tiver o título, ele não consegue dar a garantia. Ele faz parte do programa, mas é só também em se tratando de recurso público especificamente.

O SR. FRANCISCO ERISMÁ – É, em geral...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mesmo o Banco do Brasil ou um banco privado vão exigir dele a sua certidão, o título de propriedade.

O SR. FRANCISCO ERISMÁ – Sim; isso é verdade, Senador. O que acontece é o seguinte: o crédito rural quem opera são os bancos oficiais federais na sua grande maioria. Mas, se algum banco privado, que tiver autorizado a operar com crédito rural, quiser fazer uma operação com esse produtor rural, necessariamente ele vai enquadrar a operação dele de custeio ou a parcela de um investimento no Proagro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, o que pode acontecer é que o banco privado pode até ter a carteira de crédito rural, mas não tem a estrutura para enquadrar esse beneficiário ou as pessoas no Proagro, porque ele vai precisar de perito, vai precisar de uma estrutura, e os bancos oficiais federais já têm essa estrutura lá de longo prazo.

Mas, de qualquer maneira, se ele for a um banco oficial federal ou a um banco privado que tenha a possibilidade de lhe oferecer o programa de garantia da produção, que é o Proagro, ele estará coberto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Francisco Erismá.

E, agora, passo a palavra ao Sr. João Francisco Ferreira, saudando o Senador Cidinho Santos, que aumenta a representação do Mato Grosso. Estava há pouco o Senador Wellington Fagundes, que é o autor da audiência pública que amanhã faremos em Rondonópolis.

Com a palavra João Francisco.

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Bom dia a todos!

Meu nome é João Francisco Ferreira. Sou representante da Comissão de Regularização Fundiária do Município de Itanhangá, Mato Grosso, um dos maiores assentamentos de reforma agrária do Brasil e do mundo, de onde saiu a desapropriação em 1995, quando nós iniciamos um trabalho lá. Eu sou um dos primeiros assentados do Município.

A gente veio aqui, hoje, a esta audiência, realmente em um trabalho que temos feito desde o ano passado junto com o Deputado Ezequiel Fonseca, o Senador José Medeiros e também o Senador Cidinho Santos, já que pedimos o apoio de toda a bancada do Estado no Senado e também dos Deputados, para que realmente possamos achar a solução e fazer realmente como o Senador falou antes, pois precisamos emancipar os assentamentos do Brasil.

Por exemplo, estamos desde a década de 60 com a reforma agrária, mas não há documentos. Então, precisamos fazer um trabalho nesse sentido. Eu tinha até passado para uma apresentação em *powerpoint* para explanar sobre o assentamento do Município, a história do Município de Itanhangá, mas não sei se tem como colocar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostaria de saber se a área técnica da Comissão está com o *powerpoint* que foi trazido pelo João Francisco Ferreira.

Se estiver com vocês, por favor coloquem à vista dos Senadores e da audiência também.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não; esse é o do Ministro Eliseu Padilha. Esse não é o que foi apresentado...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não foi passado?

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Foi enviado na segunda-feira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Falha da Secretaria, mas...

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Mesmo que não seja passado, eu vou adiantando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por gentileza, então.

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Vou tentar pelo meu aqui.

Então, como eu estava falando, somos o maior assentamento de reforma agrária do Brasil e do mundo, numa área desapropriada de 116 mil hectares de terra, ocorrida no dia 29 de dezembro de 1995. No ano de 1996, iniciou-se toda a parte de homologação e implantação do assentamento, quando foi feita toda a demarcação da área. No início de 1997, começou a distribuição dos lotes. (*Pausa.*)

Não... Não está obedecendo. Não está obedecendo aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Dos primeiros... Daí, rapidinho, eu vou para a programação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É por causa do nosso tempo, João Francisco. Nós...

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Só coloca a primeira, sem passar pelo completo.

Então, ali está a minha representação, o Município de Itanhangá.

Pode ir para a segunda e ir passando. Acho que de forma individual é mais fácil.

Ele está passando rápido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não; ali já foram...

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Então, vamos.

Então, é um breve relato que vou colocar.

O Assentamento Tapurah/Itanhangá, Mato Grosso, sobre o qual já falei antes.

Aqui foi o início, contando quando nós começamos o acampamento para se fosse sair a desapropriação da área.

A próxima.

Aqui é quando nós iniciamos, no Município de Tapurah, em que foi feita a desapropriação da área, aquilo de que falei antes também, com 1.149 lotes na área de 116 mil hectares de terra que se tornou, realmente, no maior assentamento de reforma agrária do Brasil.

Pode passar para o próximo.

Em 1997, iniciamos a primeira casa, a primeira construção, para fazer um núcleo comunitário que hoje se transformou em Município.

Pode passar para o próximo.

No ano 2000, nós conseguimos fazer a emancipação política, transformar aquilo que havia em 1997, uma vila no meio do mato, nós transformamos e emancipamos, mas nós não conseguimos ter administração política, a qual só se iniciou no ano de 2005. Então, elegeu-se o primeiro prefeito em 2000, e, em 2005, ele passou a ser o prefeito do Município.

Aí é só a foto, a imagem do Município.

Essa não está abrindo.

Pode passar para a próxima.

A foto aérea, a imagem do que é a cidade de Itanhangá.

A próxima.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa foto é atualizada, João Francisco?

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – Essa aqui é parte dela; não é a inteira. Eu não consegui no satélite pegar a foto atualizada. Essa daí acho que é de 2015, parte dela.

Aqui é a foto aérea.

Ao redor dela toda é assentamento. A cidade foi criada... É uma das únicas cidades criadas dentro do próprio assentamento de reforma agrária.

Então, aqui, temos uma rodovia estadual que é MT-338. E, agora, também nós temos, cruzando, no sentido leste-oeste, a primeira rodovia federal que é a BR-242, que liga desde Tocantins, cruza o Mato Grosso e vai a Rondônia. Então, ela passa dentro da sede do Município de Itanhangá. Eu fiz o projeto inicial do desenho, a abertura da estrada, em 2004, que foi aprovada como rodovia estadual, e que, agora, foi federalizada. Ela cruza o Município de Itanhangá.

Próximo.

Próximo.

Em 2005, como falei, iniciou-se a administração política. E o que aconteceu na parte da reforma agrária? Os títulos dos 1.149 lotes já estavam prontos para serem entregues a todas as pessoas assentadas. O Incra foi lá e apenas anunciou que iria entregar 495, e não entregou os 495 títulos. Isso já 10 anos após a distribuição dos lotes. E, assim, não regularizou nada. Então, ficou o restante pendente. Não há homologação nem vistorias feitas pelo Incra mais, homologadas a partir disso.

Próximo.

Em 2008, foi o último ano em que houve uma equipe do Incra fazendo vistoria lá e homologando pessoas; cadastrando e regularizando pessoas, porque uns desistiam dos lotes e assentavam outras pessoas.

Em 2013, simplesmente o Incra fez algumas homologações irregulares, e não há, no sistema do Incra, autorização, uma portaria, dizendo que o Incra iria dar essa solução dos problemas para as pessoas, e aí assentou pessoas irregulares em cima dos lotes. Retomou lotes sem notificar ninguém, sem fazer nada, de forma totalmente arbitrária. Por isso os grandes problemas que temos hoje no Município.

Em 2104 – e este é um dos casos pelos quais a gente está aqui hoje, nesta audiência –, houve a chamada "terra prometida", um processo em que a Polícia Federal foi lá e prendeu um monte de pessoas inocentes; prendeu funcionários do Incra. Mas, simplesmente, não foram lá averiguar, realmente, a realidade das pessoas que estão lá, as famílias de bem que estão lá. Foram lá prender pessoas inocentes. Pegaram pais de família, com crianças, que estavam dentro de casa, sem dever nada, e foram presas várias pessoas inocentes, em vez de o Incra ir lá resolver o problema. Então, armaram, arquitetaram uma denúncia tão grande de coisas irregulares, como o Senador ali falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Há mudanças, mas, hoje, no Município, realmente, as pessoas estão se desenvolvendo, e, por isso, a reforma agrária diz que as pessoas não têm mais direito. Mas, se a pessoa está lá há 20 anos – como no assentamento, que iniciou em 1996 para 1997 –, hoje, praticamente 20 anos depois, ninguém pode ter nada! Aí há toda uma denúncia: "O lote vale." Mas vale por quê? Porque ele abriu, fez produzir, está trabalhando. Na época, faltava gente suficiente para pegar os lotes, porque as pessoas não tinham coragem de ir lá e enfrentar 60Km no meio do mato, sem estrada, sem ter uma bicicleta para sair, sem haver transporte, sem recursos, que é a questão do fundo, na parte de investimento de estradas e condições de armazenagem para o produto. Nada disso existia. Então, hoje, porque as pessoas fizeram por conta aquilo que o Estado não fez, a coisa aconteceu. E está aí toda essa questão.

Em 2015, no ano passado, a gente iniciou um trabalho. Foi feita uma vistoria, pelo Incra, em abril, e, em julho, nós iniciamos esse trabalho, porque houve uma comissão do Incra, em nível nacional, que foi lá fazer um levantamento. Numa dessas, fui intimado a depor, a contar a história do assentamento, do início, porque eu que fiz o desenho da cidade. A gente fez a alteração do desenho para implantação, para demarcação dos lotes. Então, a gente tem um conhecimento de saber o que realmente aconteceu.

Iniciamos o trabalho de regularização fundiária porque ele estava parado desde 2005. O Incra não faz; você vai e não acha um responsável para isso. Foi fácil a turma ir lá, com um processo, prender pessoas e dizer que estava tudo errado, mas não foi ver lá o que o governo fez de errado, que foi jogar as famílias e abandoná-las lá.

Então, hoje, a gente veio aqui cobrar de vocês um pouco isto: que a gente dê prosseguimento para, realmente, resolver os problemas, e não para aumentar os problemas.

Pode passar o próximo.

Aqui, uma das reuniões que tivemos, em que fomos atrás disso, dentro do Incra, para resolver essa questão das regularizações fundiárias.

Aqui, uma reunião com a ex-Presidente do Incra, com os Senadores do Estado, com os Deputados, que estiveram junto nesse trabalho, para que pudéssemos chegar aqui, no dia de hoje, para dar andamento a isso.

Aqui, uma equipe do Incra, em que estava o anterior superintendente do Estado, que esteve lá visitando o assentamento. O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que esteve lá também, visitando. E a mulher, representante da Presidência do Incra, que foi lá visitar Itanhangá.

Nós convidamos as pessoas para que possam ir lá conhecer o lugar, porque é fácil ir lá julgar as pessoas e dizer que lá só há bandidos, que só há pessoas erradas, que estão fazendo tudo errado, mas não vão lá saber, na prática, como é que as pessoas vivem. Não chegam lá, para saber que se pode andar a pé na rua, que pode andar sem camiseta, que não há bandido, que não há problema nenhum. Lá existem pessoas trabalhadoras, que trabalham e produzem para matar a fome do mundo, porque lá, hoje, já temos mais de 100 mil hectares de lavoura. Isso produz alimento não só para o Mato Grosso ou só para o Município de Itanhangá, mas para muitos que moram aqui em Brasília, que moram em outros lugares. Então, lá existem pessoas de bem, fazendo isso.

E um dos temas que nós viermos aqui discutir é o quê? Nós tínhamos uma lei, do ano passado, para a qual todos falavam que faltava regulamentação. E com o Zé Medeiros, aqui, nós discutimos. Foi feito um decreto de regulamentação, mas esse decreto ainda é falho. Por que eu digo que é falho? Porque ele só diz o que nós, assentados, temos que cumprir. Mas o Governo não cumpre a parte dele. Por quê? Porque ali só diz: "Fulano tem que fazer isso, isso e isso." Mas quando eu vou ter direito de o Incra realmente me assentar e me dar o documento, para garantir que eu entre numa empresa, para poder pegar um financiamento, para que eu chegue ao Banco do Brasil e tenha crédito, para poder fazer o financiamento e fazer produzir? Pergunto isso, porque a maioria das denúncias que foram feitas lá é que nós entrávamos em um armazém, para comprar produto, e fazíamos a CPR. E aí é feito um contrato. Eles alegaram que nós estávamos realmente vendendo o sítio, que o sítio tornava-se da empresa, porque nós tínhamos vendido para a empresa, porque nós fizemos uma CPR. Mas CPR é uma Cédula de Produto Rural, em que apenas o produto plantado na terra vai garantir que a empresa vá receber, e não a alegação de que nós vendemos essa terra para a empresa. Então, a grande denúncia foi em cima disso. "Ah, mas virou tudo fazendeiro que está na mão das grandes empresas."

Então, nós gostaríamos de, nesse trabalho, cobrar do Incra, do Ministério – que hoje está dentro da Casa Civil, com a Secretaria de Políticas Agrícolas –, porque nós precisamos quebrar a cláusula resolutiva dos títulos que foram entregues, cujos prazos já venceram; precisamos cobrar as novas titulações das pessoas que estão lá, aguardando há 20 anos; a homologação de pessoas que estão lá, também há 20 anos, sem homologar; e resolver outras pendências de documentos que lá se encontram pendentes e que ninguém vai resolver.

Então, esse é um dos temas principais. Daí a reunião com o Ministro da Agricultura, do qual estamos cobrando apoio, porque nós, queira ou não... Nós não temos apoio de um ministério específico, mas o Ministério da Agricultura é o quê? Nós somos produtores, independentemente do tamanho, se é pequeno, se planta um centímetro ou se planta mil hectares. Somos produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Aqui, a questão do bloqueio pela CGU. É a questão em que as pessoas, hoje, não conseguem crédito, que bloqueou os nomes, porque o Incra não dá baixa da relação, se a pessoa morreu, se a pessoa pegou há 20 anos, se a pessoa estava certa ou não. Temos também o caso dos aposentados hoje, funcionários públicos que na época não eram. Então, há um monte de detalhes que precisam ser resolvidos.

Até faço uma pergunta: as pessoas não podem ter nada? Devem ser miseráveis sempre, como o Senador falou antes, ali? E qual é a responsabilidade do Governo, que faz e não cumpre a lei? É como você falou: faz-se muita lei, mas não se cumpre. Então nós precisamos tornar prático, tirar do papel o que é lei e resolver os problemas: titular as pessoas, dar documento, dar a emancipação. Assim como nós, lá, já fomos emancipados politicamente, que o Governo emancipe o assentamento no Município de Itanhangá, para que nós possamos produzir, ser livres e ter paz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, João Francisco Ferreira, pela exposição.

Esse é um testemunho do Brasil real. Aqui, em Brasília, nós vivemos no Brasil do ar condicionado, dos gabinetes, numa desconexão com esse Brasil real, em que são imputadas ao pequeno agricultor uma série de responsabilidades, e o Poder Público não cumpre com a sua missão. Quer dizer, é um país de contradições.

Antes de passar a palavra aos Senadores, eu queria... O órgão mais visível aqui, mais responsável por tudo é o Incra, e o Incra está presente aqui.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ao parabenizar a fala, eu quero dizer o seguinte: exatamente como aconteceu com o Município, nós temos, no Mato Grosso do Sul, um assentamento que virou um Município, Novo Horizonte do Sul, hoje completamente independente. Vejam como foi importante essa questão do assentamento: dá origem a um Município.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E à indispensável e correta atuação do Incra. Tudo está relacionado a regularização fundiária, mas com regras dentro de uma lei que dê igual tratamento ao agricultor – especialmente num assentamento, onde as necessidades são maiores – nas questões previdenciárias e sociais, que foram mencionadas aqui pelo Dr. Robson, mas também na grande questão, a regularização fundiária, dando ao agricultor o título da terra para que, com aquele título, ele possa fazer essas operações de crédito.

Com a palavra o Dr. Ewerton Santos, indicado aqui pelo Ministro Eliseu Padilha.

Embora não estivesse no requerimento de convocação, vamos lhe passar a palavra agora, haja vista que o senhor sai daqui com uma carga muito grande de responsabilidades, Dr. Ewerton.

O SR. EWERTON SANTOS – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar e agradecer o espaço à nossa Presidente, Senadora Ana Amélia; e, em seu nome, eu cumprimento os demais Senadores aqui presentes, o nosso Secretário José Ricardo, como cumprimento também o nosso Ministro Padilha, que nos deixou há pouco, os demais membros da Mesa e todos que nos ouvem.

É uma honra estar aqui representando essa instituição de 45 anos de idade na presença de tão ilustres autoridades.

Eu queria cumprimentar também o nosso amigo João Francisco, do Mato Grosso, de Itanhangá. Quero dizer que, em primeiro lugar, o sentimento que o senhor externou aqui é também o sentimento que alenta, em segundo lugar, os servidores do Incra, na sua maioria. Toda instituição tem servidores – e os do Incra não são diferentes – que lutam e buscam esse desenvolvimento tão almejado pelos nossos amigos assentados, da reforma agrária.

É evidente que a instituição Incra, no seu histórico – e nos últimos anos isso se agravou –, tem, de uma certa forma, demonstrado uma grande dificuldade em dar o resultado almejado à sociedade, muito em função do número de atribuições que lhe cabem em relação ao que há de disponibilidade de ferramentas para sua execução. É preciso também reconhecer a necessidade que se deixa clara, de início, de fortalecer a gestão dessa pequena disponibilidade de ferramentas. A gestão, a gente percebe no seu histórico, é também um dos entraves que impossibilitou a implementação dessas políticas na forma adequada.

Outro ponto importante que tem sido debatido nos últimos dois meses na casa, no Incra, é o próprio redesenho da instituição.

O Incra precisa se modernizar, deixar de ser, como foi dito aqui, essa instituição pesada, já que é uma instituição tão importante, com um dever para a sociedade tão grandioso, para que possa implementar processos mais modernos e ágeis.

Então, a primeira notícia é que o Incra passa, neste momento, por esse redesenho de modernização da gestão, de simplificação dos processos e procedimentos, de modo a tanto economizar nos meios para execu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ção das políticas, nos processos de uma forma geral, como também propriamente, inclusive como orientação de governo, nas diretrizes primordiais da delimitação da própria política de reforma agrária em nosso País.

A titulação, dentro da gama de serviços que o Incra presta para os assentados, no histórico de execução da política, tem sido colocada em segundo plano. Percebemos que, se observarmos as delimitações orçamentárias, a titulação tem um papel pouco relevante no orçamento da instituição.

Neste momento, isso nos remete a números que deixa todos nós muito preocupados com esse histórico de passivo. O Incra representa quase 1 milhão de assentados – temos no País quase um milhão de assentados distribuídos em mais de 10 mil assentamentos no País, em 30 superintendências, que é a área de gestão da instituição – e, nesse universo de quase 1 milhão de famílias, temos quase 700 mil famílias que não têm sequer um documento para chamar de seu, um único papel – e aí eu não estou me referindo exclusivamente ao título.

Então, esse passivo da política realmente é uma realidade que nos preocupa e que traz para a relevância todo esse tema da titulação. Então, a diretriz inicial de reestruturação dessa política é começar a arrumar a casa, a buscar a solução naquilo que já existe hoje em termos de número de famílias e de pessoas que dependem desse tipo de documento.

Então, há todo um planejamento, nesses dois meses, de readequação da estrutura institucional, para que possamos, em primeiro momento, lançar mão desse trabalho de solução dos principais entraves da titulação. A expectativa é que, no curto prazo, iniciemos, como foi dito aqui pelo Ministro Padilha, a entrega desses instrumentos, porque muitos deles realmente estão parados na instituição – o Incra, há quase quatro anos, não titula de forma expressiva ou praticamente não titulou, nos últimos quatro anos, quase título algum, eu estou falando zero. E esse passivo, que está na casa, obviamente pendente, às vezes, de uma determinação política, acaba de ser destravado com essa nova diretriz. Então, imagino que a situação do Município de Itaporã e Itanhangá estaria contemplada logo nesse curtíssimo prazo.

Apenas para informar, no histórico que o nosso companheiro João Francisco relatou: o Incra, diante dessa situação que foi levantada pelo próprio Ministério Público Federal e Polícia Federal, determinou, no ano de 2015 ainda, uma diligência ao Município e fez ali uma supervisão ocupacional, que é o procedimento previsto nas normativas e na legislação para solucionar a situação. Então, foram encontrados nesse Município, especificamente, 443 beneficiários em situação regular. Dos 1.149 assentados, 543 estavam já considerados em situação regular; 207 foram considerados regulares, no entanto, com algum tipo de irregularidade sanável, estão em processo de regularização; 86 não foram localizados. No fim, nós encontramos, neste relatório, 303 assentados – aliás, ocupantes irregulares –, que, provavelmente, não têm o perfil para se manter no lote. Isto baseado na legislação atual.

E aí, quando a gente se refere a essa legislação, é preciso chamar para análise as ponderações feitas pelo Tribunal de Contas da União, que apontam 570 mil irregularidades nos assentados, nos assentamentos e nas famílias beneficiárias. Irregularidades estas que estão sendo objeto de um estudo e de um plano de providências do Incra para saná-las no curto prazo. Muitas delas realmente não são diretamente relacionadas ao assentado e muito mais são relacionadas ao próprio sistema de banco de dados, porque não conversavam e deixavam dúvida sobre a legitimidade das informações. Então, eu poderia citar como exemplo o assentado que se cadastrou no CadÚnico no Município de origem e que foi assentado no Município vizinho e não atualizou o sistema, dando a impressão de que ele não residiria no lote onde foi assentado. Então, irregularidades como esta, que somam 240 mil irregularidades, poderiam ser sanadas, poderão e estão sendo sanadas mediante apenas uma conversação entre sistemas de informação.

Então, esses pontos que foram diagnosticados nesse primeiro momento dessa nova gestão da instituição. É preciso ficar frisado que a instituição hoje também passa por uma nova gestão. Nós estamos lá há poucos dias além de dois meses e foi possível observar diversas ferramentas dessa natureza, que deixavam transparecer que essas famílias estavam em condição irregular, e muitas delas não estão.

Como disse o nosso companheiro...

(Soa a campainha.)

O SR. EWERTON SANTOS – Já estou me alongando, peço desculpas.

Para concluir, cito o caso da professora que é assentada e passa num concurso público ou de um vereador que se elege depois de assentado. São situações, inclusive, que estão sendo objeto... Nós encaminharemos para a Casa Civil, em parceria com a Secretaria, uma proposta de modificação legislativa que permita ao Incra fazer essa supervisão ocupacional levando em consideração todo esse antigo histórico das famílias, esse tempo de casa, inclusive a própria emissão do título.

Hoje, se vocês me pedirem para emitir um título, eu recomendo que ele não seja emitido. Nós estamos propondo uma modificação legislativa que irá, de imediato, emancipar e quebrar o que se chamou aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

cláusula do título. Hoje, a legislação determina que se a pessoa estiver há 30 no lote e receber o título hoje ela ainda tem que esperar mais dez anos. Então, há na Casa uma proposta legislativa, encaminhada pela Secretaria, em parceria com o Incra, para que isso volte a contar da emissão.

Então, é todo um arcabouço de estudos que estão sendo feitos nesses dois meses para, realmente, a gente conseguir emancipar essas famílias. Essa é a nova diretriz da política.

Peço desculpas pelo excesso.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada ao Dr. Ewerton Santos.

Espero que não tenhamos de esperar mais quatro anos para que haja o início da regularização dos assentamentos que já se consolidaram, mostrando que é possível, sim, desde que haja vontade política. Acho que um órgão público não pode deixar as pessoas aguardando. Aí, no caso, são quantos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 20 anos, e não houve a complementação de todos.

Entendo que essa questão burocrática da legislação tem que ser observada. Não pode ser feito na marra; tem que ser feito dentro da lei. E na lei estava previsto isso. Então, aqui o Dr. José Ricardo também confirmou a informação de que já está sendo preparada a documentação necessária, na legislação, para dar cobertura a esse trabalho.

Eu passo a palavra Senador Wellington Fagundes, que solicitou a palavra, e tenho aqui algumas solicitações para nos encaminharmos para o encerramento da nossa audiência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, bom dia!

Das duas questões que foram feitas pela minha assessoria, uma já foi praticamente respondida. Então, eu vou apenas me ater à primeira pergunta.

O Decreto nº 8.500, de 12 de agosto de 2015, alterou o regulamento da Lei Complementar 93, de 4 de fevereiro de 1998, que instituiu o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para atualizar os valores de referência para acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, permitindo que os agricultores familiares com renda anual de até 30 mil e patrimônio de até 60 mil tenham acesso ao programa. Além disso, o decreto amplia o limite patrimonial para até 100 mil, quando se tratar de negociação entre herdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão. Contudo, o limite de crédito para o financiamento do imóvel rural estabelecido em 80 mil pela Resolução nº 4.177, do Conselho Monetário Nacional, não foi ampliado.

Gostaria de saber, portanto, por que motivo não houve a revisão do teto de financiamento e, ainda, se há estudos, no âmbito do Poder Executivo, para a ampliação desse valor, uma vez que os imóveis rurais sofreram grande elevação de preço agora, recentemente, dificultando muito a possibilidade de os potenciais beneficiários encontrarem imóveis rurais nas condições adequadas para prover seu sustento e o de sua família dentro dessa faixa de preço.

Eu ainda quero só registrar aqui, Srª Presidente, que, conforme definimos aqui na Comissão, nós do Mato Grosso teremos a grande satisfação de ter, amanhã, uma audiência que faz parte do nosso calendário de política pública, que é o seguro rural, lá na minha cidade natal, Rondonópolis, com a presença do Ministro Blairo Maggi. V. Exª já confirmou. E eu já disse para a senhora que, como lá são os sulistas que predominam hoje na economia, a senhora vai ter oportunidade, quem sabe, de encontrar muitos amigos lá. Mas eu quero aqui transmitir a minha satisfação...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E o tanto que ela é admirada lá, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero transmitir aqui a minha satisfação de tê-la na minha cidade, Rondonópolis, juntamente com o Senador José Medeiros.

Mas registro aqui, já que nós estamos com um calendário de audiências no Brasil inteiro, que nós estaremos lá, então, a partir das 14h, Srª Presidente. E houve aqui, agora, uma confusão com a TV Senado, porque 14h de lá são 15h daqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah! O fuso horário é diferente. É o Brasil grande que temos – não é, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já foi ajustado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Era sobre isso que estávamos conversando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já foi ajustado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... para resolver esses detalhes, mas já está tudo certo. Agora há pouco, falei com o Senador Blairo Maggi.

Então, é uma grande satisfação tê-la; e, com certeza, também vamos estar na exposição agropecuária, que é – a senhora vai ter a oportunidade de ver – um dos parques mais modernos do Brasil, totalmente planejado.

Esse parque foi fruto da visitação de um arquiteto em todos os parques do Brasil. É uma exposição agropecuária muito forte. Tanto eu quanto o Senador Medeiros e o Senador Cidinho vamos estar lá.

Não sei se a senhora prefere tapete vermelho ou tapete azul... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas vamos estar lá para recebê-la com todos os companheiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Prefiro pisar a grama, Senador!

Muito obrigada.

Eu ia também fazer referência a essa iniciativa de V. Exª, porque vamos debater, nessa sequência, a questão da política pública, a questão do seguro rural.

Tenho certeza, Senador Wellington Fagundes, que será um momento relevante, até porque Rondonópolis concentra o poder político do Mato Grosso. O senhor, o Senador Medeiros, o Senador Blairo Maggi são todos da mesma cidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Nós deixamos o Deputado Ezequiel ter uns votinhos lá. Então, ele também é de lá! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador tem preferência, Deputado Ezequiel. Antes, porém, eu vou pedir ao Dr. José Ricardo que responda o questionamento do Senador Wellington Fagundes.

Por favor.

O SR. JOSÉ RICARDO ROSENO – Senador, fizemos uma apresentação. Eu queria até que fosse colocada a penúltima lâmina.

Durante a apresentação, nós mostramos a evolução do programa, quando iniciou, em 1999, há 16 anos, quando era prevista apenas a aquisição de terras. Inclusive, esse início de programa que gerou uma inadimplência, hoje, na faixa dos 18%.

Como está o programa hoje. Nós projetamos lá o limite do valor de terras. Ele é diferenciado em função das regiões do País, em função da diferenciação do valor de terras no Brasil.

Essa proposta de aumento de limite do valor teto também vem a contemplar as medidas, no sentido de reduzir inadimplência, a partir da viabilidade do empreendimento.

Hoje, inclusive respondendo a questões dos Deputados anteriores, o programa não contempla mais apenas a aquisição da terra. O projeto só é viabilizado a partir da aquisição da terra, sim, mas, junto com essa aquisição da terra, é contratada uma assistência técnica por cinco anos, ou seja, não há mais projeto novo sem assistência técnica, além do que a gente chama de SIC, que são projetos complementares no sentido de viabilizar uma infraestrutura mínima de casa, estrada, água, luz, no sentido das condições mínimas.

Também não é liberado mais nenhum financiamento sem o pré-Pronaf, ou seja, àquele pretendente à terra é elaborada uma proposta de financiamento do Pronaf A hoje no valor de 25 mil, que é para investimento, no sentido de se fazerem os investimentos necessários para se iniciar um processo produtivo.

Todas essas ações têm um só objetivo: viabilizar aquele empreendimento. A gente vem discutindo muito, nesses dois meses, as questões da reforma agrária.

Consideramos que esse projeto é uma proposta, é uma ação que viabiliza a reforma agrária da forma que consideramos correta. Ou seja, a viabilização da terra, bem como todas as ações de infraestrutura; ou seja, o apoio do Governo, a mão do Governo na medida certa.

Falei também aqui dos fundos. É um programa que hoje é sustentável em função de que esse teto – que é proposta nossa, de elevação –, esse recurso retornar praticamente todo para os fundos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Ricardo.

Aí está a resposta ao Senador Wellington Fagundes.

Aqui a preferência é dos Senadores, mas temos sido bastante democráticos com os Deputados Federais que se fazem presentes. Assim, concedo a palavra, por dois minutos, ao Deputado Ezequiel Fonseca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Há também uma solicitação de uma defensora pública, a quem darei também dois minutos. Aí encerraremos a nossa audiência, em função de outras audiências que também estão se realizando e para as quais é necessária a presença dos Senadores.

Começamos pontualmente às 8h da manhã. São 10h. Então, são duas horas de um debate profícuo, com um depoimento feito pelo João Francisco, que agora já demandará iniciativa.

Esperamos que esta audiência dê, de fato, o resultado esperado.

Com a palavra, o Deputado Ezequiel Fonseca.

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Cumprimento a todos os presentes, o nosso Senador Wellington Fagundes e o Senador Medeiros, lá do Mato Grosso.

Quero dizer que eu também sou oriundo da pequena agricultura familiar do Estado de São Paulo. Entretanto, já estou em Mato Grosso há mais de 30 anos, de modo que conheço também, como ninguém, a situação do Mato Grosso.

Vou passar aqui um número, rapidamente: nós, há dez anos, tínhamos 150 mil produtores em Mato Grosso. Hoje nós temos apenas 104 mil. Ou seja, 46 mil pequenos produtores viveram para a cidade de Cuiabá ou estão esparramados pelas cidades do Mato Grosso.

Quero dizer também que, pela primeira vez, Senadora Ana Amélia e Senador Wellington, eu escuto do Incra alguém que fala um pouco da nossa língua, dizendo que está retomando, que está vendo, e falando números reais. Isso é importante. Eu quero parabenizar o Incra por isso, porque, nesses poucos dias, vocês já conseguiram visualizar. Digo isso, porque existe dentro do Incra uma ideia de não entregar documento para as pessoas. É isso que existe lá. Então, são 20, e há casos até de 30 anos.

Mas como a audiência aqui trata exatamente do Banco da Terra, a minha pergunta é: se nós temos 60.577 pessoas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos abrir uma exceção, porque não se poderia fazer perguntas. Mas V. Exª pode conduzir a pergunta, Deputado.

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – Ah, sim... O que nós vamos fazer com 19.369 pessoas que estão inadimplentes? Essa é a questão que nós precisamos resolver. São 19.369 inadimplentes. Nós precisamos de prazo, nós precisamos resolver esse caso, que é muito sério no Brasil.

Essa é a pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um minuto, Dr. José Ricardo, para esse questionamento.

O SR. JOSÉ RICARDO ROSENO – Nós apresentamos aqui na lâmina: dos 19 mil, 4.500 já estão em processo de renegociação, em função da medida provisória que enquadra esses quatro mil. E 12 mil restantes estão na expectativa de serem contemplados na Medida Provisória nº 733.

Também já contratamos uma assistência técnica específica, para acompanhar esses agricultores. E está em andamento um processo de renegociação de prazo, passando de 20 para 35 anos.

Então, estamos atentos a esse público, o qual também é compromisso dessa instituição estar acompanhando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. José Ricardo.

Por dois minutos, a Drª Thaís Aurélia Garcia, Defensora Pública da União, Coordenadora do grupo de trabalho Garantia à Segurança Alimentar e Nutricional.

Eu indago à senhora se é sobre o tema de que estamos tratando.

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É sobre regularização fundiária?

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, com a palavra por dois minutos.

Por favor.

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA – Bom dia, Senadora Ana Amélia; bom dia a todos.

Na verdade, o tema tem total imbricação com o tema aqui tratado, uma vez que o grupo de trabalho existente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está ligado o seu microfone?

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA – Agora sim. Acho que agora os dois minutos se reduziram, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não.

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA – Eu gostaria de cumprimentar todos aqui presentes; parabenizar o Senador José Medeiros pelo requerimento para que fosse realizada esta audiência pública, e os Senadores presentes que já se pronunciaram; e afirmar aqui o compromisso da Defensoria Pública da União em prol dos grupos vulneráveis, entre eles os trabalhadores rurais, os agricultores familiares.

Essa temática dos trabalhadores rurais e dos agricultores familiares tem total relação com o grupo de trabalho de segurança alimentar, porque é por meio da agricultura familiar, como já foi mencionado aqui pelo Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que nós garantimos o nosso alimento todos os dias; é a segurança alimentar. Quero reforçar...

(Soa a campainha.)

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA – ... exatamente isso, que a Defensoria Pública da União, como instituição formal, tem a virtude de atender a sociedade nas suas demandas, principalmente na questão fundiária; e nesse ponto é importante essa interlocução com o Incra, que já se pronunciou aqui, porque a terra é essencial para a garantia da segurança alimentar desses trabalhadores rurais, agricultores familiares, e também de todos nós aqui presentes.

Então, quero parabenizar exatamente pela realização desta audiência pública, enfatizar que a Defensoria Pública da União está aqui para auxiliar esses trabalhadores rurais e esses agricultores familiares no que for possível, e cobrar das instituições responsáveis, dos gestores responsáveis por esse programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária, que a gestão dessa política pública seja realizada da melhor forma possível – seja adequada à realidade social e atenda aos projetos antigos que estavam destituídos dessa assistência técnica, sem a qual não é possível garantir a sobrevivência desses agricultores familiares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Thaís.

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA – Só mais uma consideração, Senadora.

Foi mencionada aqui pelo Dr. Ewerton uma proposição legislativa. Sei que não é possível fazer perguntas, mas se for possível nos informar, Dr. Ewerton, a respeito dessa proposição legislativa, para que nós possamos acompanhar. Ela será fundamental para a solução dessa desburocratização do acesso à terra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Drª Thaís.

Eu quero lhe informar – não sei se a senhora estava desde o começo da audiência pública – que o Dr. Robson de Souza é Defensor Público Federal e aqui está representando a Defensoria Pública da União e falando também em defesa dos assentados. Ele abordou vários aspectos, um dos quais foi a questão da fiscalização, a questão da instrumentação, da capacitação e do reforço no trabalho da Defensoria Pública da União que, ao contrário dos Estados, está padecendo de um apoio, de um reforço. Ele também falou e mencionou a necessidade de questões relacionadas ao fortalecimento do fundo, em especial na questão fundiária, e outros aspectos. Então, ele falou pela instituição com muita propriedade também.

Agradeço a sua valiosa contribuição, Drª Thaís.

A SRª THAÍS AURÉLIA GARCIA – Senadora, apenas para registrar que foi relacionado nesse convite do Defensor Público Geral Federal por conta de existir um grupo de trabalho dentro da Defensoria Pública. Apenas para registrar a presença e essa participação vocacionada ao tema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu lhe agradeço, Drª Thaís, também, pelos esclarecimentos.

Antes de encerrar, eu queria consultar o Senador José Medeiros, que é o autor deste requerimento, se tem alguma observação a fazer, porque eu preciso também fazer a leitura do voto de aplauso que o Senador Roberto Muniz apresentou, porque é coletivo esse voto de aplauso, pelo anúncio que o Ministro aqui fez de que, em setembro, voltará a funcionar o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária.

Temos ainda outros requerimentos, inclusive o próprio requerimento extrapauta que faço agora, na sua presença, e que precisamos votar, já que V. Exª, em pouco espaço de tempo, em dois dias, confirmou a presença do Ministro Eliseu Padilha.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 45 DE 2016

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 31, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para avaliar a situação atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e eventuais medidas saneadoras, a inclusão, como convidado, do Excelentíssimo Senhor Ministro ELISEU LEMOS PADILHA, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

Autoria: Senador José Medeiros.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, e, agora, cumprimos um dispositivo constitucional, conforme dito no começo desta nossa audiência.

Eu queria também ler para os senhores, porque foi iniciativa de um Senador, antes de encerrar esta sessão, e na presença das pessoas aqui, um requerimento.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, por iniciativa do Senador Roberto Muniz (PP-BA), voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pela relevante participação na Audiência Pública, a requerimento do Senador José Medeiros (PSD-MT), realizada para avaliar a situação atual do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e eventuais medidas saneadoras, e por ter anunciado que, em setembro próximo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltará a existir.

Autoria: Senadora Ana Amélia, Senador Wellington Fagundes e Senador José Medeiros.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Também está aprovado.

Encaminharei ao plenário do Senado Federal, em nome da Comissão.

Queria até, por favor, Sr. Marcello Varella, que acrescentasse a este requerimento que a audiência foi por requerimento do Senador José Medeiros.

Temos que dar o nome aos bois, não é Senador?

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – Senadora, eu só queria registrar a presença da Vereadora Elza, que é do PP, lá de Itanhangá, que está nesta audiência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a Vereadora pela presença.

Queria também, antes de encerrar, repassar ao Incra, ao Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, à DPU e também ao Ministério da Fazenda as contribuições que recebemos dos cidadãos, ao passo que agradeço, porque são ponderações muito próprias, adequadas ao que discutimos aqui.

Essa ponderação vem do Rio de Janeiro. Como disse no começo, esta audiência pública é interativa, então as pessoas estão acompanhando a sua transmissão ao vivo.

Queria, assim, agradecer ao Lúcio Maciel, do Rio de Janeiro. Ele, acompanhando a nossa audiência pública, fez muitas ponderações, que gostaria que o Incra e a própria Secretaria anotassem.

> Queria destacar que existem cartórios que não aceitam o contrato particular com força de escritura pública como instrumento formalizador do crédito nos casos de renegociação/ assunção de dívidas, devendo estar claramente em lei que essa exigência se aplica inclusive na assunção.
> Outro fator que deve ser levado em consideração é que os agentes financeiros, no cálculo da capacidade de pagamento para fins de contratação do Pronaf-A, incluem o saldo devedor das operações contratadas no âmbito do FTRA (Fundo de Terras e da Reforma Agrária), inviabilizando o acesso ao Pronaf.

Isso vai mais para o senhor. Então, eu vou lhe passar este questionamento, esta solicitação.

> Outro gargalo nas contratações será a exigência de certificação dos processos de individualização de operações em função do desmembramento de imóveis, em atendimento às exigências do Decreto nº 4.449, de 30/10/2002, para imóveis com área igual a 100 e inferior a 250 hectares.

Aí já foge um pouco da área, mas tem relevância, porque 100 hectares e 250 hectares...

Está dentro da área?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOÃO FRANCISCO FERREIRA – É que existe igual ao Itanhangá: o assentamento, a base, o padrão é 100 hectares, mas existem lotes com mais de 100 hectares. E esses aí também não foram titulados só por causa de um erro no sistema. Eles não emitem um título porque está com 100,01 hectares. Aí já não pode titular, não pode documentar, porque é um erro do sistema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Lúcio Maciel conhece muito bem o assunto. Então, há a exigência desse Decreto nº 4.449, de 2002, para os imóveis com área igual a 100 e inferior a 250 hectares.

Também é dele a seguinte ponderação:

> Permitir alteração na Portaria MDA nº 26, de 2008, que veda a assunção de dívidas nos contratos individuais em caso de abandono, devendo a SRA disponibilizar minuta aos agentes financeiros para os casos de expromissão liberatória, que poderia resolver o problema no caso de abandono.

Então, eu lhe passo esta questão do Lúcio Maciel.

Por fim, sugere:

> Ampliar o prazo para o pedido de prorrogação de parcela, disposto na Resolução nº 4.177, de 2013, de 60 dias após o atraso para até 90 dias. Permitir a assunção de dívidas de contratos individuais, em caso de abandono, mediante assunção por expromissão firmada pelo credor/assuntor.

Então, são essas as questões. Eu acho que ele foi bastante técnico. É uma pessoa especializada o Lúcio Maciel, do Rio de Janeiro.

Eu queria agradecer novamente ao Senador José Medeiros pela iniciativa desta audiência pública, que foi extremamente rica, não só com o depoimento do João Francisco Ferreira, que mostrou o Brasil real, mas também com a participação do Ministro Eliseu Padilha, do Dr. José Ricardo Roseno, do Dr. Robson de Souza, do Dr. Francisco Erismá e também do Ewerton Santos, do Incra.

Comunico também, como já fez o Senador Wellington Fagundes, que amanhã, dia 12 de agosto, às 14 horas (horário de Brasília), 15 horas no horário de Rondonópolis...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, é o contrário: será às 15 horas daqui e 14 horas de lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, lá serão 14 horas, aqui é uma hora a mais. Então, no horário de Brasília, 15 horas.

Nesse horário, em Rondonópolis, Mato Grosso, haverá o 5ª Seminário do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão, com o objetivo de apresentar e discutir Política de Seguro Rural no País. A reunião refere-se ao processo de avaliação da política pública de seguro rural, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2016, que tem como relator o Senador Wellington Fagundes, aqui presente.

Quero agradecer a presença, a quem passo a palavra, logo, do Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Ana Amélia, eu quero somente agradecer a V. Exª, por tão bem ter conduzido esta audiência; a todos os convidados, a todos os de Mato Grosso que vieram, gente que se deslocou por mais de dois mil quilômetros de distância, o pessoal de Querência; ao Deputado Ezequiel; ao Governador Pedro Taques, por ter enviado o Secretário de Estado aqui, demonstrando a boa vontade do Governo do Estado em resolver esta questão também; ao Presidente do Incra; enfim, a todos que compareceram.

Este é um tema importante e que, creio, merece alguns encaminhamentos. A Senadora Ana Amélia sempre faz as audiências aqui e ela é extremamente pragmática e assertiva, de modo que sempre a gente sai com os encaminhamentos daqui. Eu creio que ficaram alguns encaminhamentos.

Enfim, quero só agradecer a todos que nos acompanharam também pela TV Senado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Agradeço, em nome da Comissão, a todos os Srs. Senadores que aqui compareceram, bem como ao Deputado Ezequiel Fonseca; ao Secretário Antônio Carlos, da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso; à vereadora que veio nos prestigiar e que viajou, como disse o Deputado, 2 mil km.

E, também agradecendo: começo aqui pelo Ministro Eliseu Padilha, que se ausentou; ao Dr. José Ricardo Roseno, que é Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; ao Dr. Robson de Souza, Defensor Público Federal da Defensoria Pública da União (DPU); ao Dr. Francisco Erismá, que é o responsável pela área de crédito rural da Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda; à Drª. Thaís Auré-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

lia, que também prestou um depoimento importante; à participação de todos as senhoras e os senhores que aqui vieram nesta audiência pública; a todos os Senadores, de modo especial; e renovando os cumprimentos ao Senador José Medeiros.

Quero agradecer o apoio da Secretaria desta Comissão e da Consultoria Legislativa, que está sempre atenta nos acompanhando.

A Comissão, Senador José Medeiros, vai monitorar junto ao Ministério da Fazenda, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que a partir de setembro voltará a existir, e o Dr. José Ricardo Roseno será o nosso interlocutor, assim como o Dr. Ewerton Santos; bem como, na Defensoria Pública, o Dr. Robson e a Drª. Thaís Aurélia.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Dário Berger, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Eduardo Amorim. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a discutir acerca da fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, sob a ótica da comunicação, atendendo aos Requerimentos nº 21/2016-CCT, de autoria dos Senadores Hélio José e Walter Pinheiro, e nº 20/2016-CCT, de autoria do Senador Hélio José. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão –ABERT; Bia Barbosa, Secretária-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação –FNDC; Leonardo Euler de Morais, Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Luiz Claudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – Abratel. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Pedro Chaves, Hélio José, José Medeiros e Dário Berger. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, telespectadores da Tv Senado, assessores dos Senadores, imprensa. Vamos começar mais ou menos no horário habitual, sabendo que estamos em época de festas juninas, então os Parlamentares são um pouco renitentes em comparecer ao Congresso Nacional.

Vejam o que está acontecendo na Câmara dos Deputados, onde está havendo essa grande polêmica do Presidente da Câmara que, num primeiro momento, disse que todos tinham que vir; depois, no dia seguinte, não precisava mais vir, e assim vai a coisa.

Vamos ter hoje uma audiência pública, mas antes declaro oficialmente, então, aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de junho de 2016.

Como é de praxe em nossas reuniões da CCT, começamos repassando algumas informações de interesse do setor de ciência, tecnologia, comunicação e informática.

A primeira informação é, com a ênfase que merece, que faremos um ciclo de debates da Comissão pelo Brasil, um ciclo para discutir acerca da realidade da pesquisa e da inovação no Rio Grande do Sul. Já havíamos comentado esse assunto em reuniões anteriores. Queremos fazer um levantamento sobre o estágio atual da ciência e tecnologia pelo Brasil e nada melhor do que irmos ao encontro das regiões e dos Estados. É o que vamos começar a fazer nessa próxima sexta-feira.

Vamos fazer um debate em Porto Alegre. Faremos essa experiência começando por Porto Alegre porque conheço o ambiente, e como se trata de uma primeira experiência, faremos em local onde é o nosso *habitat*, onde temos um relacionamento bastante bom e onde conseguimos as dependências da Assembleia Legislativa do Estado.

A reunião vai começar às 14h de sexta-feira que vem, com previsão de durar até às 17h, com transmissão direta, ao vivo, para todo o Brasil pela TV Senado, e para o Rio Grande do Sul pela TV Assembleia Legislativa. Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

estamos com equipamentos contratados e equipe montada. Aqui de Brasília seguirão para lá na quinta-feira à tarde nossas colegas, lideradas pela Égli, que é a nossa Secretária da Comissão.

Então, vamos receber praticamente todos os reitores das universidades do Rio Grande do Sul, os pró-reitores, os diretores de centros tecnológicos, a comunidade científica, para saber a quantas anda a investigação tecnológica no Rio Grande do Sul.

E traremos depois um relatório que será levado por nós ao Ministro de Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, que há bem poucos dias esteve aqui nesta Mesa, para ser questionado sobre várias questões.

Iniciando os trabalhos dessa reunião de hoje, quero informar que teremos uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 21/2016, da CCT, de autoria dos Senadores Hélio José e Walter Pinheiro; e o Requerimento nº 26/2016, de autoria também... São dois requerimentos, um dos Senadores Hélio José e Walter Pinheiro, e outro de autoria exclusiva do Senador Hélio José.

Destina-se essa audiência pública a discutir acerca da fusão – esse já tão controvertido tema que nos fez convidar aqui o Ministro – do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sob a ótica da comunicação. Por isso, teremos o realce, hoje, com as lideranças da comunicação no Brasil.

Para debater o assunto, vamos convidar, já para compor a Mesa, os seguintes expositores: Sr. Luiz Claudio Costa, que está a caminho, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel); Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Por gentileza, Sr. Slaviero.

Srª Bia Barbosa, Secretária-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Sr. Leonardo Euler de Morais, Chefe da Assessoria Técnica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Justificam a ausência, em razão de compromissos anteriormente assumidos, o Sr. Eduardo Levy Moreira, Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, (SINDITELEBRASIL); e a Srª Elici Bueno, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor(IDEC).

Muito nos tem preocupado a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações. Por esta razão, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal já realizou duas audiências públicas interativas para ouvir população, gestores e comunidade científica nacional, representada por associações, conselhos e confederações nacionais, reitores e pró-reitores de universidades, entre outros segmentos. Muitos Senadores e Deputados Federais também vieram até a CCT para manifestar suas preocupações com os rumos da CTI em nosso país.

As razões são pertinentes, pois mesmo antes da propalada fusão, a situação financeira das instituições de pesquisas já era crítica, desprestigiada, com frequentes cortes de recursos e sem regularidade na liberação dos mesmos, só para citar alguns dos problemas relatados por muitos gestores e pesquisadores.

Numa segunda audiência, a CCT teve o privilégio de receber o Exmº Ministro Kassab, que de forma segura reafirmou que a fusão não acarretará nenhuma dificuldade para a Pasta da CTI, mas que, ao contrário, receberá reforço de recursos e de equipe para implementação dos programas e projetos em andamento, que é o que nós vamos questionar daqui a pouco. E é nisso que acreditamos, ou pretendemos acreditar, e defendemos, ou seja, que não haja descontinuidade dos programas e projetos de ciência e tecnologia de grande relevância para a competitividade do nosso País e para a busca de soluções para a saúde e a educação do nosso povo.

Em atendimento ao requerimento do Senador Hélio José, Vice-Presidente da CCT, é que estamos aqui hoje para fazer a terceira audiência a fim de continuar o debate público sobre a fusão, mas agora sob a ótica do setor das comunicações, como as instituições e empresas que atuam no campo das comunicações e telecomunicações estão analisando essa fusão. Essa é a questão.

Comunico, por fim, que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então... Já podemos começar ou vamos aguardar... Podemos começar, não é?

Senador Pedro Chaves, sempre muito assíduo, muito obrigado pela presença. Nosso Senador pelo Mato Grosso e que tem tido muita participação aqui na nossa Comissão.

Então, vamos começar os nossos depoimentos. Vou propor aos nossos expositores o tempo de 15 minutos, mas depois terão oportunidade de complementar informações com base nas perguntas que serão levantadas aqui.

Passaremos então às participações e tenho a honra de passar a palavra ao senhor... o Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, a Abratel, ainda não chegou. Então, convido o nosso Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT, uma entidade muito respeitada por toda a comunicação no Brasil, o nosso paranaense Daniel Pimentel Slaviero, bom dia.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, em seu nome cumprimento também o Senador Pedro Chaves e todos os demais Senadores. Cumprimento também os outros participantes desta audiência pública já mencionados.

Queria agradecer, Senador, e cumprimentá-lo também pela iniciativa de fazer esses debates, porque houve uma mudança estrutural na questão do Ministério da Comunicações e da Ciência e Tecnologia neste novo Governo, e isso tem impactos enormes. E a ideia de chamar setoriais além de lógica, faz todo o sentido, porque cada setor pode se manifestar como entende esse processo. E nós da radiodifusão, a ABERT, que representa mais de 3.500 emissoras de rádio, 450 emissoras de televisão e tem essa cobertura no Brasil inteiro, acompanhou essa discussão do ponto de vista do Governo com muita ênfase, com muita atenção.

Primeiro, nós reconhecemos que existe uma demanda da sociedade brasileira, e acho que na segunda audiência com o prestígio e com a presença do Ministro Gilberto Kassab, ele foi muito claro nesse processo, pois é um sentimento geral que existe uma demanda da sociedade para uma redução da máquina pública e uma otimização dos recursos do Estado brasileiro, e também um enxugamento da máquina visando atender melhor.

E dentro desse conceito que o Presidente Michel Temer implementou havia várias opções de fazer a fusão do Ministério das Comunicações com outros. Nós, pela imprensa obviamente, escutamos que, em determinado momento, poderia ser fundido o Ministério das Comunicações com a Secom, com a questão da publicidade. Vimos isso como muito prejudicial, já que se misturava coisas que não são misturáveis. E também escutamos uma eventual, como até já aconteceu na história do País, no Governo Collor, um mega Ministério da Infraestrutura, em que coubesse não só a questão dos transportes, portos, mas também a questão das telecomunicações, o que nós considerávamos inadequado.

Então, entre esse anseio da sociedade e entre essa disposição que o atual Governo tinha de fazer um enxugamento do número de Ministérios, nós entendemos que a única alternativa possível era uma fusão com o Ministério... uma integração com o Ministério de Ciência e Tecnologia pela afinidade dos temas. E vou entrar nisso um pouco mais na sequência.

Neste momento, o setor de radiodifusão e de telecomunicações, Senador Pedro Chaves, poderia se sentir mais prejudicado, porque foi o Ministério extinto, um Ministério histórico, um Ministério que tem uma contribuição enorme para a integração nacional, para o desenvolvimento da cultura, da cidadania e um papel que ele faz com os serviços que são relevantes para a sociedade.

Para se ter uma noção, o Ministério das Comunicações é metade, em termos de orçamento. O Ministério das Comunicações em 2015 teve um orçamento de R$5,100 bilhões enquanto o Ministério de Ciência e Tecnologia teve de R$10 bilhões, e é praticamente um quarto em termos de servidores. O Ministério de Ciência e Tecnologia tem 9.557 e o Ministério das Comunicações ao redor de 2.500 servidores espalhados pelo País. Então, poderia existir um risco que o Ministério das Comunicações, sendo extinto, se perdesse nesse mundo que é a ciência e tecnologia, com seus fundos, com as suas excursões espaciais, militares, todas muito relevantes...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pode repetir esses números do orçamento?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Senador, para ser exato, o número de 2014, 2015 – perdão –, do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia é R$10,004 bilhões... Depois eu encaminho isso aqui. E o do Ministério das Comunicações é de R$5,138 bilhões. E o número de servidores da Ciência e Tecnologia é de 9.557, pelo menos esse é o número finalizado de 2015; e o do Ministério das Comunicações, do antigo Ministério das Comunicações, 2.427.

Ou seja, correr-se-ia um risco enorme de o Ministério das Comunicações sendo extinto, ele se perder nesse mundo que é Finep, todos os fundos, todas as discussões, e assim por diante. Inclusive fisicamente, hoje, o Ministro Gilberto Kassab e a sua equipe estão alocados no antigo Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje esses Ministérios combinados.

Mas nós, como disse, estamos confortáveis e seguros de que essa decisão do Governo foi certa, pelo anseio que existe de parte da sociedade e que é também de todos nós, ou seja, da redução da máquina pública, como já disse três vezes, mas principalmente pela ligação que os temas têm entre eles – ciência, tecnologia, inovação, desenvolvimento das comunicações, telecomunicações em si, dados, internet, banda larga.

Aliado a isso, há o papel que o rádio e a televisão têm de cobertura, de tecnologia, de TV digital, dessa evolução dos meios de comunicação; principalmente num ambiente convergente ele se mostra muito adequado e propício. Então, não vemos nenhum problema. Aliado a isso, há as manifestações dessa nova gestão, seja pela sua composição com pessoas que entendem, conhecem os setores, seja o Secretário Maximiliano Martinhão, que já trabalhava nessas áreas, seja o Secretário Álvaro Prata, também da Ciência e Tecnologia, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Secretária ..., o Secretário André Borges, o Secretário Elton e todos os outros são pessoas que não são estranhas, pois conhecem as suas áreas de atuação.

O que mais nos tem deixado confiantes de que essa decisão, Senador Lasier, de fusão foi correta e que o caminho a ser trilhado é um caminho importante, está nas palavras reiteradas do Ministro Gilberto Kassab de fortalecimento das agências regulatórias, de fortalecimento da Anatel.

É nosso entendimento que o Ministério, dentro desse novo contexto, precisa repensar as suas atribuições. E aí eu estou falando muito mais na questão da radiofusão, especificamente. O senhor, Senador Lasier, conhece muito bem a realidade do rádio e da televisão. Uma conjuntura de fatores e uma falta de estrutura e um excesso de burocracia, em termos de regulamentação, levaram o setor de rádio e televisão a um processo em que uma emissora tem que fazer toda a questão da renovação, apresentar a documentação, a cada dez anos, no caso do rádio, e quinze, no caso da televisão. E por falta de análise, por falta de estrutura do Ministério, os processos vão se acumulando, Senador Pedro Chaves, e vence uma concessão, e ela não é renovada e acaba entrando num segundo processo.

Não estou eximindo a culpa dos radiodifusores, porque generalizar não dá, mas, na maioria dos casos, cada vez que é emitido um ofício, é gerado um número de protocolo, é gerado um número de processo. E são quase 45 mil processos. A maneira de resolver isso estruturalmente – e aqui está o representante da Anatel – é pelo fortalecimento da agência, é pela transferência de competências técnicas, e a maioria já é da agência, para esse processo, porque apesar de ter os seus desafios, ela tem mais estrutura, tem mais recursos, tem mais investimentos e já está muito mais acostumada a fazer isso, no setor de telecomunicações.

Então, esse é, no nosso ponto de vista, o grande desafio dessa gestão, ou seja, fazer essa transferência e deixar, no Ministério, o que é indelegável, o que é intransferível, que são as competências e as políticas públicas. Olha, eu vou fazer editais, eu vou fortalecer, eu vou abrir rádios comunitárias, vou abrir TVs educativas, vou abrir licitações de rádios comerciais. Esse processo, essa política pública que nós chamamos de diretrizes são, como falei, indelegáveis. Mas toda a operacionalização, processo, tudo isso pode ser feito, deve ser feito, para ganhar agilidade, pelos técnicos da Anatel, seja por uma transferência definitiva, porque haverá uma medida provisória reordenando essas competências, seja por delegação de atividades, não importa. O que importa é que isso precisa ser equacionado.

O segundo grande tema, aproveitando esta distinta oportunidade, Senador Lasier, é falarmos do segundo grande desafio, que é a questão da digitalização e a questão da migração para o sinal digital, que está previsto para outubro, aqui em Brasília, e depois, no ano que vem, já em diversas cidades.

Na sua terra, lá no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, está previsto para meados de 2017. Esse é um processo complexo. Rio Verde mostrou que devem ser tomadas decisões importantes para que o processo seja viável e atinja os 93%, que é o percentual mínimo; e esse percentual – só um parêntesis – tem o objetivo não de preservar os radiodifusores, mas preservar a população, que em muitos casos tem na televisão aberta o seu único meio de informação.

Eu queria alertar, Senador – e a Comissão de Ciência e Tecnologia é um dos fóruns mais importantes –, para que há um erro, um problema grave na definição dos conversores. Os conversores são a ferramenta principal, indutora para que essa população de baixa renda tenha acesso à televisão e está sendo distribuído para a população. Estava programado só para as pessoas do Bolsa Família. E Rio Verde, que foi a cidade-piloto, no interior de Goiás, mostrou que só isso era insuficiente. Por isso, foi ampliada a distribuição para as pessoas do Cadastro Único. Mas é inacreditável que ainda haja uma especificação para a compra dos conversores no Bolsa Família e outra para especificação para o Cadastro Único. Ou seja, nem o ganho básico de escala para reduzir o preço e para otimizar esse dinheiro, que é um dinheiro relevante no processo, está sendo feito.

Então, é importante que o Ministério decida logo uma unificação de padronização que atenda ao objetivo principal que é receber o sinal digital, e não queira inventar coisas muitas novas, porque isso encarece o preço. Mas que isso seja feito com uma maior decisão, porque a EAD, a entidade que opera esse processo, está tendo problemas para executar o seu trabalho por uma questão de definição.

Para concluir essa manifestação, desejo saudar o Senador Hélio José, o autor do requerimento e que tem acompanhado a questão do desligamento do sinal analógico aqui em Brasília, com muita propriedade, que tem feito reuniões com o Governador Rollemberg para saber o que o Governo do Distrito Federal pode fazer para ajudar nesse processo.

Nós queremos sintetizar o raciocínio inicial, que é: mesmo o setor de comunicações tendo sido – entre aspas – "o setor preterido, o ministério preterido, o ministério extinto", nós entendemos que faz todo o sentido, tem toda a sintonia essa fusão pela familiaridade dos temas.

Nós entendemos que a redução da máquina pública é saudável para o País como um todo, e as declarações do Ministro Kassab pela formação da sua equipe, que é uma formação de técnicos competentes com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

conhecimento da área, e, sim, também a sua disposição de rever o papel e fortalecer a agência reguladora, em especial a Anatel, é o caminho certo para essas discussões.

Aqui encerramos a nossa manifestação inicial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente da Abert, Daniel Pimentel Slaviero.

Já temos também a presença do Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Sr. Luiz Claudio Costa. Também já temos a presença do Vice-Presidente da CCT, requerente desta audiência ao lado do Senador Walter Pinheiro, Senador Hélio José.

Eu passo a palavra, com muito prazer, à Srª Bia Barbosa, Secretária-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Bom dia.

A SRª BIA BARBOSA – Bom dia. Bom dia, todos e todas. Bom dia, Senador Lasier, Senador Hélio e Senador Pedro Chaves. Muito obrigada pelo convite.

Reforço as palavras aqui do Daniel no sentido da importância da realização desta audiência pública, porque, a partir do momento em que foi confirmada a fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações, o debate ganhou fôlego na sociedade. Mas acho que a comunidade científica teve uma oportunidade maior de se manifestar ou se mobilizou e se organizou mais do que o setor de comunicações, até porque, como o próprio Daniel colocou aqui, do ponto de vista dos radiodifusores há uma concordância com essa fusão. Acho que a comunidade científica se manifestou muito mais fortemente contrária a essa fusão, e os setores das comunicações acabaram sendo pouco ouvidos nesse processo.

Então, saúdo muito a realização desse diálogo e a abertura para o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação participar dessa discussão.

O Fórum, rapidamente, para quem não conhece, é uma organização da sociedade civil que está completando 25 anos, este ano, e reúne mais de 500 associações com os mais diferentes focos de atuação de sindicatos de trabalhadores no campo das comunicações. Há organizações que trabalham com direitos humanos, com a questão da diversidade étnico-racial, organizações que atuam em defesa da liberdade de expressão. Eu faço parte de uma organização que se chama Intervozes, que existe há 13 anos e que trabalha na luta pela defesa da comunicação como um direito fundamental.

Então, o Fórum reúne esse conjunto de entidades em todos os Estados brasileiros que entendem que a agenda da democratização da comunicação é central para o nosso País, e, nesse sentido – e audiências públicas são interessantes por isso –, a gente tem uma visão bastante diversa da visão que o Daniel trouxe aqui em relação à fusão dos ministérios.

A gente reforça, nesse sentido, o coro um pouco que a comunidade científica trouxe para o debate, e aí a gente está falando da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de vários seguimentos que reivindicaram uma posição contrária a essa fusão por não entenderem que há uma compatibilidade nessas agendas, e, mais do que isso, há uma preocupação porque o próprio Ministro Kassab não veio à tona ainda para se manifestar, não veio a público se manifestar ainda sobre os fundamentos dessa fusão.

Os fundamentos colocados, no geral, pelo Governo interino foram no sentido do enxugamento da máquina e da redução de cortes, mas eu acho que várias fusões revelam – e não só desses dois ministérios que a gente está tratando aqui, mas de outros segmentos também que foram fundidos – uma visão do atual Governo que, na nossa avaliação, é bastante preocupante. Uma visão que iniciou extinguindo o Ministério da Cultura, uma visão que iniciou extinguindo o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e que extinguiu também o Ministério das Comunicações, nesse sentido de que o ministério que passou a prevalecer foi o da Ciência e Tecnologia.

Para nós, isso reflete uma visão de não compreender a comunicação como um direito fundamental, e é desse lugar de fala que a gente traz a concepção do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação da importância de a gente ter o papel do Estado nesse setor, não só na regulação. E aí eu acho que, se a gente for ter uma concepção de comunicação e de telecomunicações somente a partir do que o mercado pode fazer e do papel do Estado como regulador desse mercado, a gente poderia ficar muito tranquilo com a transferência de funções para a Agência Nacional de Telecomunicações, para a Anatel, mas nós estamos falando de uma perspectiva de que a gente entende que o Estado tem um papel fundamental em desenvolver e fomentar políticas públicas no campo da comunicação e que essa fusão, na nossa avaliação, vai prejudicar – e já está prejudicando – as políticas públicas e o papel do Estado no fomento à diversidade e à pluralidade de vozes que precisam existir na nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Dou um exemplo: dois editais que estavam agendados para o mês de junho no campo da radiodifusão pública não foram publicados; não foram formalmente cancelados, mas não foram publicados, e ainda não houve uma explicação do novo ministério sobre por que esses editais não saíram. Um deles era para rádios comunitárias em comunidades tradicionais, então a gente está falando de comunidades indígenas e quilombolas, e outro era para emissoras educativas, para emissoras de televisão e rádios educativas em dezenas de Municípios no País.

Esse é o papel do Ministério das Comunicações: fomentar essa diversidade e essa pluralidade de que, infelizmente, o nosso sistema de comunicação carece, e, quando a nossa Constituição fala da necessidade de a gente ter um sistema de comunicação complementar entre o sistema privado, o comercial, o sistema estatal e o sistema público, se o Estado não agir para fomentar o sistema público de comunicação, ele vai continuar sendo marginal como historicamente sempre foi no nosso País.

Também nos preocupou a nomeação da nova Secretária de Radiodifusão, a Srª Vanda Bonna Nogueira, pelo histórico que ela tem de atuação na defesa dos interesses das emissoras comerciais. A gente entende que é fundamental que pessoas que entendam do setor estejam no Ministério das Comunicações, mas há inclusive uma representação no Ministério Público Federal pedindo uma análise sobre essa questão para que seja avaliado se há um eventual conflito de interesses na nomeação de uma pessoa que trabalhou e prestou serviços tanto tempo para as emissoras comerciais para uma função que é de regulação e de fiscalização do trabalho dessas emissoras comerciais.

Preocupa-nos também que algumas agendas, a partir dessa fusão e de uma diminuição da importância do papel das políticas de comunicação, sejam colocadas totalmente de lado e fiquem escanteadas.

São agendas que o Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação vem defendendo há bastante tempo. Eu dei o exemplo desses dois editais, mas a nossa luta, por exemplo, pelo fomento e pelo desenvolvimento de políticas públicas de incentivar radiodifusão comunitária, quer televisões, quer rádios, é muito antiga.

O Governo Federal chegou a lançar o Canal da Cidadania, por exemplo, um canal que está previsto no decreto que instituiu a TV Digital no Brasil, e até hoje esse Canal da Cidadania não conseguiu ganhar os Municípios do País. É claro que há uma confluência de dificuldades dos próprios Municípios na instalação desses canais. Mas há uma limitação do ponto de vista da política pública e do fomento que não está sendo desenvolvido pelo Ministério das Comunicações. E essa crítica a gente já vem fazendo há bastante tempo. Porém, no cenário de difusão, há uma preocupação de que essa política também seja abandonada.

Nós temos uma preocupação muito séria com uma agenda de que a gente fala sempre, quando a gente vem ao Congresso Nacional, que é o controle das emissoras de rádio e televisão por políticos, por Parlamentares. A gente tem, infelizmente, na atual legislatura, mais de 40 Deputados e Senadores que são controladores diretos de emissoras de radiodifusão, e a gente entende que isso viola o art. 54 da nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Qual é o levantamento que a senhora tem com relação aos políticos?

A SRª BIA BARBOSA – A partir dos dados da própria Anatel, controladores diretos, sócios diretos de emissoras de radiodifusão: 40 Deputados e Senadores da atual legislatura. Esses nomes, inclusive, Senador, são objeto de uma ação que está tramitando no Supremo Tribunal, que pede a anulação dessas outorgas, por entender que há inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Estão em nomes de laranjas?

A SRª BIA BARBOSA – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Diretos?

A SRª BIA BARBOSA – Diretos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Quarenta?

A SRª BIA BARBOSA – Quarenta Deputados e Senadores: oito Senadores e 32 Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Repita. Qual é o número? 32...?

A SRª BIA BARBOSA – 32 e oito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – 32 Deputados?

A SRª BIA BARBOSA – Deputados e oito Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Oito Senadores?

A SRª BIA BARBOSA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu quero lhe dizer que eu não tenho nenhuma emissora de rádio e televisão. (*Risos.*)

A SRª BIA BARBOSA – E que isso é objeto de uma ação que está tramitando no Supremo Tribunal Federal há algum tempo.

Então, quanto a agendas como essa, nós temos o receio de que, a partir de uma visão meramente regulatória do Ministério das Comunicações, essas agendas deixem de ser discutidas e implementadas pelo Ministério das Comunicações. A gente entende que o Ministério tem um papel fundamental de fomentar essa diversidade e essa pluralidade nos meios de comunicação.

Numa conjuntura atual, em que o papel dos meios de comunicação se mostrou tão central para o debate político hoje e para a conjuntura que a gente está vivendo, que na nossa avaliação ameaça a nossa democracia, é fundamental que a gente consiga constituir um sistema de comunicações que garanta essa diversidade e pluralidade de divisões na nossa sociedade. Isso é papel de um ministério e significa simplesmente a gente cumprir o que está previsto; esse princípio que está previsto na nossa Constituição da complementaridade entre os sistemas.

Nestes últimos minutos que me faltam, eu queria falar rapidamente também sobre a agenda de telecomunicações e de internet do Ministério. O Ministério das Comunicações fez uma consulta pública, participou de uma série de audiências aqui no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, para discutir o novo modelo de prestação de serviço de telecomunicações. Houve um resultado dessa consulta pública divulgado no início deste ano, e a tônica que se estava colocando no Ministério era de adotar a política de banda larga no centro das prioridades do Ministério das Comunicações. Infelizmente, já houve declarações do Ministro Kassab no sentido de que o mercado pode definir e atuar para resolver o problema do acesso à internet banda larga que a gente tem no País. A gente diverge radicalmente dessa posição.

A gente está num quadro, hoje, em que 40% da sociedade brasileira não tem acesso à internet, e se não houver um papel do Estado em fomentar esse acesso e garanti-lo, inclusive por meio de políticas, de forma que o Estado seja responsabilizado por levar esse acesso até a ponta, a gente vai continuar com cidadãos que têm acesso e cidadãos que nunca vão entender muitas coisas e nunca vão usufruir dessas tecnologias, inclusive entendendo a internet como um espaço fundamental de exercício da liberdade de expressão, de acesso ao conhecimento, à informação e à cultura da nossa população.

O próprio Marco Civil da Internet, que foi aprovado nesta Casa, determina o acesso à internet como um serviço essencial e, a partir do momento em que a gente entende isso como essencial, é fundamental que esse acesso seja universalizado para a nossa sociedade. Sem o papel do Estado nesse sentido, deixando apenas para o mercado regular essa agenda, a gente vai continuar com grandes vazios geográficos e econômicos do nosso País sem acesso a essas possibilidades que a internet traz para a gente.

Eu termino, falando especificamente, até porque o Senador Hélio José nos pediu para comentar sobre a questão específica da transferência das funções para a Anatel.

Nós sabemos da iniciativa do Senador Hélio José de instalar uma CPI da Anatel aqui no Congresso Nacional. Acho que seria bem-vindo que a sociedade conhecesse e debatesse mais o papel da Agência Nacional de Telecomunicações. Acho que a agência cumpre o papel de fiscalização e monitoramento da parte estrutural do que a gente estava falando de radiodifusão e de telecomunicação no País. Mas há uma série de prerrogativas que hoje estão no Ministério das Comunicações. E nos preocupa muito que a gente transfira isso para a Agência Nacional de Telecomunicações, porque essa visão meramente regulatória e fiscalizatória é muito diferente da visão que a gente defende para a agenda das comunicações no País, até porque a Anatel também precisa responder e conduzir seu trabalho com base em prioridades e ações que o Governo Federal tem prerrogativa de definir. Então, a política pública que ela vai fiscalizar é definida pelo Governo Federal. E se a gente reduz o Ministério das Comunicações a uma mera função cartorial de emissão e renovação de outorgas e fiscalização de outorgas, a agenda de políticas públicas vai ficar significativamente prejudicada.

A gente tem bastantes críticas à atuação da Anatel também do ponto de vista da fiscalização. São inúmeros os exemplos de bastante intensidade de fiscalização da Anatel, por exemplo, em relação ao serviço de radiodifusão comunitária, e de pouca eficiência e eficácia no sentido da fiscalização da radiodifusão comercial.

No ano passado, nós trabalhamos junto com o Ministério Público Federal, em São Paulo, uma fiscalização de emissoras de rádio FM na cidade de São Paulo. E o Ministério Público Federal pediu, recomendou ao Ministério das Comunicações que intensificasse a fiscalização das emissoras comerciais FM na cidade de São Paulo, porque o número de estúdios de emissoras que tinham outorgas para outros Municípios e que tinham os seus estúdios funcionando na Avenida Paulista chegava a dezenas, violando claramente o princípio da localidade nas outorgas de radiodifusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, essa fiscalização, do nosso ponto de vista, também é falha. A gente discorda da visão de que a Anatel tem mostrado uma eficiência muito grande na atuação do setor e, portanto, a gente pode transferir várias funções do Ministério para a agência. Para a gente, isso é uma visão bastante preocupante.

Então, na nossa avaliação, Senador Lasier, concluindo, essa visão reflete uma compreensão do atual Governo bastante diferente da que a gente tem sobre o papel da comunicação. É um serviço essencial, é um serviço que precisa ser regulado, precisa ser fiscalizado, mas há um papel do Estado fundamental para ser cumprido, para que a gente garanta os nossos princípios constitucionais, que não vêm historicamente sendo cumprido no nosso País.

E nos preocupa também que fusões dessa magnitude, não entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Comunicações, estejam sendo feitas nessa velocidade e neste momento em que este Governo é interino e é provisório. E é importante a gente entender isso.

Essa demanda que o Daniel colocou aqui, sobre o enxugamento da máquina, é bastante relativa. Uma coisa é todos nós defendermos uma melhoria na gestão pública. Agora, essa melhoria não pode ser sinônimo automático de enxugamento de cargos, e de enxugamento de pastas, e de enxugamento de funções, porque, até agora, os enxugamentos e as extinções de secretarias e de órgãos que a gente têm visto pelo Governo interino são altamente prejudiciais à segmentos historicamente excluídos na nossa sociedade. Então, preocupa-nos bastante.

E a gente agradece a possibilidade de ter feito essa reflexão aqui com vocês. Estamos abertos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado,...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...Srª Bia Barbosa,...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Antes de lhe passar a palavra, Senador,...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...eu só queria dizer o seguinte: é muito comum as pessoas irem ligando a TV Senado ao longo da programação. Então, eu queria dizer o seguinte: pela relevância do tema que nós estamos aqui debatendo hoje, nós o estamos debatendo hoje, sob a ótica das comunicações, com a crítica sobre a fusão. Os nossos telespectadores sabem que, tão logo entrou no Governo, o atual Presidente eliminou alguns Ministérios e fez a fusão de dois Ministérios, que, até poucas semanas, eram Ministérios autônomos – um é o Ministério da Ciência e Tecnologia, e o outro é o Ministério das Comunicações.

Nós tivemos, há poucos dias, aqui, duas audiências públicas, e uma delas para questionar o Ministro sobre as preocupações da comunidade científica, que, por sinal, compareceu aqui naquela reunião de maneira maciça. Foram incontáveis os representantes que vieram de todo o Brasil para aquela reunião, trazendo a sua preocupação sobre o êxito, sobre a possível força que continuaria tendo a ciência, a tecnologia e a inovação dentro, agora, de uma fusão. E foi, então, a audiência da preocupação dos cientistas e dos investigadores tecnológicos.

Hoje é a oportunidade de os comunicadores se manifestarem. Disse aqui a Drª Bia que se preocupa, porque disse aqui o Ministro Kassab que vai prevalecer a ciência e a tecnologia. Ora, isso deve ter causado um impacto muito grande no Fórum pela Democratização, na entidade aberta, entre outras. E hoje surge a preocupação dos comunicadores.

Então, nós estamos querendo tirar a limpo quem tem razão, se haverá um enfraquecimento de uma área ou outra. O Ministro diz que terá prevalência a ciência e a tecnologia, área que é relevantíssima para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Nós só teremos competitividade mundial quando avançarmos na ciência e na tecnologia, no que estamos muito atrasados, pois ocupamos o 16º lugar em produção científica no mundo. Ora, um país da expressão, como é o Brasil, precisa estar muito mais bem situado.

E, quanto aos comunicadores que estão aqui, disse aqui o Dr. Slaviero que a área da comunicação conta com um orçamento de 10 bilhões anual; perdão, que a ciência e tecnologia tem um orçamento de 10 bilhões e o Ministério das Comunicações tem um de 5 bilhões; e os servidores da ciência e tecnologia de 9 mil e poucos, e os das comunicações de 2 mil.

Então, é isso, Srs. Telespectadores, porque os nossos amigos que estão presentes estão acompanhando e sabendo onde é que estão as distinções e onde é que estão as preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nós, a seguir, vamos ouvir a Anatel, afinal é quem exerce a política das telecomunicações do Brasil. Mas, antes, eu cedo a palavra ao Vice-Presidente da CCT, o Senador brasiliense Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria cumprimentar o nosso Presidente, uma pessoa preparada, uma pessoa conhecedora da área.

Cumprimento também o nosso querido Daniel Pimentel Slaviero, dando os pêsames pela perda grave que você teve na família. Não é? Digo que é com muita satisfação que o recebemos aqui e também com muita solidariedade a você pela perda grave que você teve na sua família. Está certo, Daniel? E obrigada pela sua presença. Eu sei o esforço, que não foi fácil você estar aqui, e você colabora bastante no debate.

Cumprimento a Bia Barbosa. Eu acho que ela traz aqui uma visão importante dos consumidores, dos clientes, das pessoas que utilizam os meios de comunicação, numa visão que eu e o Senador Walter Pinheiro temos clara da política pública que tem que prevalecer no Governo, e não na Anatel, que é responsável por fiscalizar e regulamentar. E essa política pública é a política das telecomunicações, das comunicações, tem que ter uma relevância que ela tem no País, que é garantir os direitos constitucionais de todos que possam acessar os meios de comunicação. E cabe à Anatel fiscalizar e regulamentar essa questão. A Anatel deve falar daqui a pouco.

Então, são duas coisas distintas e que para nós Senadores são muito importantes. Que fique bem claro que temos um órgão que cuida da política pública, que tem que fiscalizar, exigir que a política pública, que é de todos os brasileiros, aconteça; e outro órgão que regulamenta e fiscaliza para isso acontecer. Ela colocou isso com muita propriedade.

Cumprimento o nosso querido Luiz Claudio Costa, da Abratel. Não poderíamos deixar de ouvir a Abert e a Abratel, são os dois pontos importantes da comunicação.

Lamento que a Mesa seja pequena e, por isso, não ter podido estar na Mesa a Abraço, Associação Brasileira da Radiodifusão Comunitária, das TVs comunitárias; o Idec, que lamentou, por falta de recurso financeiro, não poder vir, porque foi convidado a estar aqui, para dar também essa visão de consumidores, a questão da banda larga, essas questões todas que estão acontecendo e que a gente precisa discutir melhor.

E passo para o nosso Presidente um comunicado da SindiTelebrasil – para depois ele poder colocar, vou passar daqui a pouquinho –, que é o sindicato das empresas de telecomunicação, outro setor também bastante..., que precisamos ouvir com mais tranquilidade, porque o sistema de telefonia no País está muito frágil. A gente precisaria conversar mais a respeito dele.

Sr. Presidente, a extinção do Ministério das Comunicações e a incorporação de suas funções pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação, formando o novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foi discutida aqui em duas oportunidades na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal – CCT.

Em uma das oportunidades, estiveram presentes na Comissão os principais representantes das entidades ligadas a ciência e pesquisa, como V. Exª realçou com bastante tranquilidade. Todos manifestaram contrariedade com a fusão com a área das comunicações.

Quando esteve presente o Ministro Kassab, ele afirmou que a fusão seria benéfica para a área de ciência e tecnologia e que daria prioridade a esse segmento. Tudo bem, eu também concordo com o senhor que um país sem ciência e tecnologia não vai a lugar nenhum. Está certo. Foi por isso, inclusive, que nós priorizamos fazer em dois passos: uma discussão da comunicação e uma discussão da ciência e tecnologia.

Hoje, aqui, estamos dando sequência ao segundo passo, que é o das comunicações. Depois, o Ministro Kassab virá aqui para a gente discutir com ele todas essas questões inerentes às comunicações. A gente está tendo subsídios hoje com vocês.

Na audiência pública de hoje, cabe à Comissão analisar, como V. Exª colocou, se as áreas ligadas ao antigo Ministério das Comunicações e os serviços correspondentes estão se beneficiando com a fusão e com os planos do atual Governo ou se há objeções.

A Abert colocou a posição dela – eu ouvi pelo rádio –, a Bia aqui colocou a posição dos setores de defesa do consumidor, dos setores todos do Fórum Pela Democratização da Comunicação. São duas visões distintas, fique bem claro. Nós temos que respeitar a ambas.

Precisamos discutir se haverá interrupção dos programas relacionados às telecomunicações, à radiodifusão, ao acesso universal à banda larga e outros programas fundamentais para a garantia dos direitos à comunicação, como o Programa Cidades Digitais e a criação de produtos digitais criativos, o fortalecimento das rádios e televisões comunitárias, a inclusão digital da juventude rural. Neste sentido, é fundamental que V. Sª nos auxilie no debate respondendo às questões a seguir detalhadas ou nos trazendo novas reflexões.

Aí, como a Anatel e a Abratel ainda vão falar, rapidinho eu quero dizer o seguinte. O novo arranjo institucional com a comunicação ligada ao novo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação é benéfica ao setor? Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

acho que a Bia já discutiu um pouquinho sobre isso. Eu queria ouvir a visão tanto da Anatel quanto da Abratel a respeito disso.

Quais programas do antigo Ministério devem ser mantidos e valorizados? Quais podem ser descontinuados? A Anatel tem condições legais e estrutura para incorporar as funções do antigo Ministério com respeito às telecomunicações? Eu só interrompi porque essa pergunta última é da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – V. Exª terá prioridade para perguntar quando abrirmos. Só se não puder estar presente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado. Não, tranquilo. É porque exatamente eu estou aqui com o meu Presidente, que, de forma muito competente e aberta, tem feito esse trabalho. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. Neste momento, está havendo o Seminário Internacional Brasil-Holanda, e eu estava lá, atrasou um pouquinho. Estão me chamando lá para abrir agora. Eu vou correr lá para abrir e vou voltar para a nossa Comissão. Foi por isso que eu pedi a fala aqui, fiz questão de registrar. Vou deixar aqui o comunicado do SindiTelebrasil com o nosso Presidente e quero voltar.

Eu quero só concluir dizendo a V. Sªs, ao nosso Presidente e ao nosso Senador Pedro Chaves, que acho que estamos muito bem representados aqui no Fórum, com essas ausências já justificadas, e que a gente precisa discutir com muita tranquilidade esse setor, porque, como foi falado, tem menos funcionários, mas um orçamento bem maior tem a área de Comunicações. Não é isso? São R$5 bilhões? Foi isso que você colocou?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, a área de Comunicações tem R$5 bilhões e a de Ciência e Tecnologia tem R$10 bilhões.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Dez bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Dez bilhões.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, tudo bem, os dois são menores. Mas o significado da inclusão digital para o País é muito importante. E o significado da questão da telefonia, com a dificuldade que a gente está tendo com os sinais telefônicos, com a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Estamos com uma comissão em andamento para discutir o projeto de banda larga.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito. É muito importante. É um trabalho que nós aqui estamos fazendo nessa linha. E um dos objetivos da CPI que a gente colocou foi exatamente a mudança esdrúxula da questão da política da banda larga e outras questões anteriormente relatadas.

Então, eu quero pedir desculpas, Leonardo, e dizer que vou voltar. Eu vou pegar tudo pela TV. Vou lá só abrir e volto para cá.

Um forte abraço a vocês. Obrigado pela presença. Vamos à luta juntos para a melhoria do nosso País.

A SRª BIA BARBOSA – Um segundo, desculpe, Senador.

Eu não sei se o senhor chegou a receber uma carta do Idec, porque houve essa impossibilidade de eles participarem. Eles inclusive me pediram para reforçar aqui que eles haviam enviado por *e-mail* ao senhor uma resposta a essas perguntas que o senhor tinha nos provocado eletronicamente. Então, eu não sei se chegou ao senhor, mas talvez fosse bom pedir ao seu gabinete para verificar, porque eles responderam a essas perguntas que o senhor colocou agora e que já tinha feito para a gente. O Idec pediu que eu reforçasse essas respostas ao senhor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Correto. Eu vou pedir à minha assessoria que veja o meu *e-mail*. Se estiver lá, eu já trago para cá para ser lida aqui ainda durante a reunião. Muito obrigado, Bia. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

Eu quero registrar que já temos também a presença do Senador José Medeiros, que por sinal é o Relator do projeto das metas e orçamento, sobre o qual teremos reunião às 14 horas.

Obrigado por sua presença, Senador.

Então, vamos ouvir a política de telecomunicações do Governo. Com muito prazer, anuncio o Chefe da Assessoria Técnica da Anatel, Leonardo Euler de Morais. Bom dia!

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Muito bom dia a todos! Eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta distinta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Lasier Martins. Cumprimento também aqui o Senador Pedro Chaves e o Senador José Medeiros. Faço também especial menção ao autor do requerimento desta audiência, o Senador Hélio José. Cumprimento também os demais integrantes desta Mesa e agradeço pelo convite.

Quero dizer, Presidente, que eu tentarei ser muito breve e conciso nas minhas considerações introdutórias. Mas, antes de me manifestar sobre a questão da vinculação institucional entre a Anatel e o antigo Ministério das Comunicações e agora Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, eu acho fundamental discorrer brevemente sobre o panorama setorial das telecomunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Pois bem, nesse setor, regulado pela Anatel, se eu pudesse aqui enumerar os principais serviços regulados, eu enumeraria quatro, quais sejam, o Serviço de Telefone Fixo Comutado (STFC), a chamada telefonia fixa, que, apesar de ter importância relativa decrescente em relação a outros serviços, ainda conta com 43 milhões de acessos no Brasil, portanto um número relevante.

Registro também o serviço de comunicação multimídia, nome técnico da chamada banda larga fixa, que já alcança 25 milhões de acessos no Brasil, assim como o serviço de acesso condicionado, nome técnico da chamada TV por assinatura, que alcança 19 milhões de acessos aproximadamente. E o serviço móvel pessoal – SMP, nome técnico da telefonia móvel, que hoje já conta com 258 milhões de acessos, sendo que em mais da metade desses acessos a tecnologia empregada permite ou possibilita a conexão à banda larga móvel.

Portanto, entre esses principais serviços de telecomunicações, nós conformamos o número de 345 milhões de acessos. E esse setor auferiu, em termos de receita bruta em 2015, algo da ordem de R$235 bilhões, o que representa 4% do Produto Interno Bruto brasileiro.

De modo que não resta dúvida sobre a importância das telecomunicações para o desenvolvimento social e econômico do País.

Aliás, existem diversos estudos, inclusive estudos do Banco Mundial, que atestam a relação de causalidade existente entre infraestrutura de telecomunicações e crescimento econômico. Estudos, por exemplo, econométricos do Banco Mundial apontam que o incremento de 10% na penetração da banda larga fixa, gera, em média, eleva em média 1% do PIB nacional. Esse efeito é ainda maior nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

De modo que não tenho dúvida das externalidades positivas que o setor de telecomunicações gera para outros setores da economia ao criar soluções que diminuem custos de transação e aumentam produtividade. Enfim, gera uma série de efeitos multiplicadores sobre outros setores da economia.

No que tange à Anatel, conforme o marco legal disposto, conforme a Lei Geral de Telecomunicações, Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a chamada LGT, a Anatel é uma entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a um regime autárquico especial e, conforme o texto legal, vinculada ao então Ministério das Comunicações, agora incorporado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Como se sabe, a Administração Pública é dividida em direta e indireta. A Anatel faz parte da administração indireta, com personalidade jurídica própria. E, dentre as diversas competências previstas na lei que a Anatel tem, expressamente previstas, está a implementação em sua esfera de atribuições da Política Nacional de Telecomunicações, da política pública setorial.

Nesse complexo momento, eu diria, do ponto de vista administrativo, que, como bem disse aqui o Daniel Slaviero, é demandado pela sociedade, sobretudo em termos de racionalização e otimização dos recursos destinados ao custeio da máquina pública, é importante dizer que nesse momento a Anatel tem sido ouvida pelo Ministério quanto aos desafios regulatórios e administrativos para que a agência possa levar a cabo e com êxito a sua tarefa, qual seja, adotar as medidas necessárias para promover a competição, a diversidade de serviços e o incremento de oferta e propiciar padrões de qualidade condizentes ou compatíveis com as exigências dos usuários, além de todas aquelas atribuições da Anatel previstas no art. 19 da LGT.

Nesse sentido, a efetividade das ações da Anatel, sem dúvida nenhuma, para promover o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras passa por um relacionamento institucional profícuo com o Ministério ao qual ela é vinculada.

A integração dos Ministérios não sinaliza, no nosso ponto de vista, que as telecomunicações deixaram de ser relevantes na agenda das políticas públicas. Aliás, a sinalização e o diálogo promovidos evidenciam o contrário, que ao mesmo tempo pode ser preservado o legado e ampliado o espaço das telecomunicações na agenda da política pública.

De maneira mais objetiva, é relevante discutir não apenas a questão dessa integração ministerial, mas sobretudo as possibilidades de promoção de investimentos que tanto a assistência à tecnologia quanto as telecomunicações e as comunicações em geral requerem.

Nesse sentido, no que tange ao setor de telecomunicações, o MCTI, fazendo uso da abreviatura do novo Ministério, MCTIC, tem aberto um canal de diálogo importante para discutir como promover alterações no marco normativo, no marco regulatório com o intuito de incentivar investimentos e colocar de fato a banda larga no centro da política pública.

Por que destaco a importância de a banda larga estar de fato no centro da política pública?

Ora, a internet, como sabido, evidentemente, é um dos principais motores da inovação desde o final do Século XX e sobretudo no Século XXI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Para que essa ferramenta, o seu uso seja efetivamente potencializado, aliás, como todos nós sabemos, a plenitude, o pleno exercício desse uso é fundamental para o pleno exercício da cidadania inclusive, para que esse uso seja potencializado é necessário estimular investimentos em banda larga.

Existem, portanto, sinergias em potencial, que podem ser potencializadas – perdão pela redundância – a partir da integração das pastas.

Sobre alguns questionamentos, já me encaminhando para o final, que o Senador Hélio José apresentou, todos aqueles programas que colocam a banda larga no centro da política pública devem ser valorizados e mantidos.

Falou-se também da questão da integração, da assunção de funções, sobretudo procedimentais, em termos de operacionalização da Anatel relacionadas à radiodifusão. Essa questão ainda não está decidida. Ela está sendo objeto de discussão.

O que eu posso dizer é que a Anatel está preparada para o desempenho das suas atuais funções, contando com...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Neste particular, permita-me, já que V. Sª entrou nos questionamentos do Vice-Presidente Hélio José, ele deixou uma pergunta que é básica: a Anatel tem condições legais e estrutura para incorporar as funções do antigo Ministério das Comunicações?

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Perfeito, Senador.

A Anatel está, no atual contexto, preparada para levar a cabo as suas atuais funções, contando com um quadro técnico extremamente qualificado, competente, presente em todas as capitais do Brasil.

Evidentemente, se for decidido assumir questões operacionais relacionadas à outorga, à radiodifusão e a outras questões, teremos que discutir aportes em termos de capital humano e recursos orçamentários, mas quero registrar que nos últimos anos a Anatel tem se equipado de forma a dar maior celeridade aos procedimentos de outorga. Hoje, um pequeno prestador de banda larga, por exemplo, consegue autorização

Hoje, um pequeno prestador de banda larga, por exemplo, consegue autorização do SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) em, talvez, três, quatro dias úteis, apenas pela internet, sem ter uma interação inclusive física com a agência. Ou seja, a Anatel tem envidado esforços para poder operacionalizar mais rapidamente essas questões.

Nós tivemos oportunidade com os grandes eventos, desde 2003, com a Copa das Confederações, de 2014, com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas, de melhor nos equipararmos em termos de equipamentos para fiscalização. Também temos um centro de monitoramento, de infraestrutura crítica.

Aproveito esta oportunidade para convidar todos os Senadores aqui presentes para ir à Anatel, conhecer esses sistemas e essas inovações, que foram, inclusive, reconhecidas internacionalmente como inovações regulatórias importantes.

Com isso, deixo esta minha primeira participação e fico, sem dúvida nenhuma, aberto às perguntas que os Senadores eventualmente possam ainda fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

Ainda a respeito dessas curiosidades sobre as funções que terá a parcela das comunicações do Ministério, lembrou bem o Senador Hélio José há pouco: quando esteve aqui, há duas semanas, o Ministro Kassab, e veio para falar exclusivamente sobre ciência e tecnologia, ele se colocou à disposição para uma nova vinda aqui para falar só sobre comunicações. E tão logo nós tenhamos oportunidade de agenda, nós vamos convidá-lo a voltar aqui. Não sei se ainda vai dar agora, no mês de julho. Haverá um pequeno período de recesso branco. Se não, nós traremos aqui o Ministro em agosto, e aí gostaríamos que os senhores, que hoje compõem a Mesa, viessem aqui também.

Bom, ofereço a palavra, com muito prazer, agora, à Abratel, ao Sr. Luiz Claudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

Bom dia.

O SR. LUIZ CLAUDIO COSTA – Bom dia, Senador Lasier. Saudando V. Exª, eu saúdo todos os presentes, o nosso companheiro Daniel, a quem presto minha solidariedade também pelo seu momento difícil, recente.

Eu gostaria de começar tentando ser o mais objetivo possível, até porque muitas das questões postas aqui já foram respondidas.

O maior problema hoje reside na questão da estrutura, no nosso modo de ver. Quando foi feita a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tem-se logo o hábito de interpretar que um dos dois vai sair perdendo. Fusão não é extinção, no meu modo de ver. Acho que a fusão pode somar. A ciência e a tecnologia hoje caminham muito paralelamente, muito próximas à área das comuni-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

cações. Hoje a tecnologia está presente em tudo. Hoje a tecnologia está presente em qualquer setor da nossa vida. Então – e acho que esta posição também é coadunada pela Abert –, nós não vemos como prejuízo, se, claro, tivermos a manutenção das prioridades do Ministério; se tivermos a manutenção das pautas importantes para o Ministério.

Isso já começa a responder a primeira pergunta, do Senador Hélio José: é benéfico? Não é benéfico? Pode prejudicar? Depende da estrutura. Nós nos preocupamos que o orçamento seja prejudicado. Se o orçamento das Comunicações, que, segundo colocações, se eu não me engano, do Daniel, é de cinco bi, não é isso?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Foi isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO COSTA – E da Ciência e Tecnologia é de 10 bi, nós não precisamos nos sentir menores nem prejudicados. Acho que, agora, Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações têm orçamento de 15 bi. Acho que nossa visão tem que ser otimista. O grande problema está em se reduzir esse orçamento, extinguir algumas secretarias da Ciência e Tecnologia, extinguir secretarias que são importantes para a estruturação da nova Pasta. Existem prioridades em ambas as Pastas que agora se fundem em uma Pasta só. Essas prioridades têm que ser mantidas.

Já respondendo, então, à segunda pergunta: quais os programas do antigo Ministério devem ser mantidos e valorizados? Todos, porque todos são importantes.

Quero falar particularmente algo que afeta diretamente a Radiodifusão. Nós estamos no meio do *switch off* – aliás, começando o *switch off*. Em 26 de outubro próximo, já como colocado pelo Daniel, desliga-se a TV analógica em Brasília. E não pode haver uma solução aí de interrupção disso. Nós desligamos juntos, o Ministério, a Anatel, os radiodifusores. A comunidade conseguiu fazer o desligamento de Rio Verde, a cidade piloto, ainda que fazendo algumas concessões em relação ao percentual que existe no texto da lei, uma exigência de 93% de digitalização na cidade, naquela comunidade, para que a televisão pudesse ser desligada, a analógica. Nós fizemos algumas concessões porque achamos importante levar à frente esse desligamento porque era o piloto. O piloto era muito importante para conhecermos as consequências, conhecermos as dificuldades. Conhecemos algumas dificuldades, algumas questões com relação à distribuição dos conversores. Acho que já estão sendo providenciadas as correções, mas é importante que continuemos fazendo.

Preocupa-me o que a Bia colocou, de algumas portarias que não foram levadas à frente. Acho que esse é o principal problema. Se vamos ter um ministério exclusivo para as comunicações, se ele vai estar fundido e passará a ser Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações, acho que essa questão é menos importante. Essa questão é mais um elemento do Fla-Flu que temos vivido no nosso País, da segmentação de lados, da divisão de lados que temos vivido no nosso País. Acho que temos que nos preocupar com a continuidade das pautas, com a continuidade dos projetos, com a continuidade das prioridades. Nós precisamos nos ater a essas questões. Os projetos, as prioridades não podem ser interrompidos.

As migrações, por exemplo, das Rádios AM para FM. Nós estamos no meio. Algumas já migraram, estão em fase de migração, a faixa estendida ainda vai começar. Isso não pode parar, isso é importante para a evolução tecnológica do nosso País. Isso é muito importante.

A questão também da digitalização dos processos eletrônicos no Ministério. Isso começou a ser feito, ainda é muito burocrático. Acho que precisa evoluir. Isso depende de orçamento.

Por isso que eu acho que o orçamento das Comunicações, 5 bi; o orçamento da Ciência e Tecnologia, 10 bi, ótimo. Agora, ambos ganharam orçamento de 15 bi. Quem vai perder, quem vai ganhar? Isso é menos relevante nesse primeiro momento. Nesse primeiro momento, o que precisamos é garantir que todas as pautas, tanto da área de ciência e tecnologia quanto da área de comunicação, que agora passam a fazer parte de uma mesma Pasta, de uma mesma estrutura, sejam mantidas. Que cada um possa saber contribuir com a sua cota de sacrifício. Acho que nesse momento a redução da estrutura governamental é importante.

Nós, como empresários, como administradores, sabemos que existem momentos em que a máquina administrativa precisa ser revista. Todas as empresas deste País passam por isso. O Governo, que é a maior empresa deste País, precisa passar por isso também. Precisa haver também uma racionalização de recursos.

Acho que a população pede isso; acho que o brasileiro pede isso neste momento: pede que o Governo também faça sua cota de sacrifício. E essa cota de sacrifício passa também pelas estruturas governamentais. A gente sabe que pode ser ruim, mas a gente está disposto a contribuir com essa cota de sacrifício, desde que as prioridades sejam respeitadas.

Com relação à Anatel – se a Anatel teria condições legais e estrutura para incorporar as funções do antigo Ministério. Condição legal tem; existem medidas provisórias, existem leis que podem ser editadas, regulamentos que podem ser editados que podem dar mais estrutura para a Anatel. O que nos preocupa é, mais uma vez, a questão orçamentária. A Anatel tem recursos? Ela vai ter recursos para poder executar algumas das funções que possam vir a ser de sua responsabilidade? Esse é o grande problema. O cerne da questão está na estrutu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ra orçamentária. A gente já vê com muita preocupação, hoje, a condição que a Anatel tem para fiscalizar. Por exemplo, hoje existe uma dificuldade notória da Anatel em fiscalizar algumas rádios piratas no norte do País, até em grandes centros; até em grandes centros. A gente vê com muita preocupação. Existem casos relatados do aeroporto mais central do País de, na hora em que um avião está chegando à sua zona de aproximação, entrar no rádio de comunicação com a torre uma rádio pirata; isso é muito perigoso. A gente sabe do esforço que a Anatel tem feito para resolver esse problema. A gente sabe da atuação sempre presente, da boa vontade de todas as pessoas que fazem parte dessa agência, mas é preciso que se garanta mais orçamento, que a área de TI da Anatel efetivamente sofra um incremento das suas verbas, do seu investimento. O mais importante de tudo é isso: que a gente continue com as pautas principais de ambas as áreas, tanto da ciência e tecnologia como da área de comunicações. Que o *switch off* da televisão digital não sofra nenhuma interrupção, não sofra nenhum prejuízo no seu andamento. O radiodifusor, o setor das telecomunicações tem mostrado boa vontade, nós da radiodifusão temos mostrado boa vontade no sentido de levar à frente. Essa evolução tecnológica é boa para o Brasil, é boa para todos nós.

É importante que a gente não fique para trás nessa questão tecnológica. Acho que todos nós podemos perder com essa fusão, mas, se conseguirmos nos unir, ao invés de ficarmos nesse eterno fla-flu – quem vai ganhar, quem vai perder –, se nos unirmos e priorizarmos juntos a questão orçamentária, a questão de continuidade das principais pautas, todos nós temos a ganhar, neste momento difícil que o País atravessa; neste momento importante da nossa história política e da nossa história econômica, principalmente. A questão aqui é muito maior que a questão política – é uma questão econômica. Nós temos um problema econômico sério, e temos que resolver. Acho que todos nós estamos sendo chamados a dar a nossa cota de contribuição. O setor de radiodifusão brasileiro vê com preocupação, mas com boa vontade e espírito de cooperação, esse momento importante que o País atravessa.

Eu queria agradecer a oportunidade de fazer essa pequena reflexão e dizer que nós da Abratel, e eu tenho certeza de que a Abert também, sempre estivemos prontos a colaborar com toda a questão de regulação, a contribuir no sentido de agilizar os processos, os procedimentos tanto de fiscalização como de regulação do setor, e dizer que continuamos à disposição para quaisquer convocações que esta Casa por bem achar nos fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado por seu pronunciamento, Luiz Claudio Costa, Presidente da Abratel (Associação Brasileira de Rádio e Televisão).

Nós vamos agora aos questionamentos, conforme inscrição. Eu vou deixar para daqui a pouco as perguntas do Senador Hélio José, porque ele ficou de voltar e então fará pessoalmente as suas perguntas.

Caso contrário, faremos as perguntas daqui.

Ofereço a palavra ao Senador Pedro Chaves para que seja o primeiro a perguntar, dizendo a quem ele dirige o seu questionamento.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Inicialmente, eu quero dar o meu bom dia ao Senador Lasier Martins, Presidente desta importante Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E quero lhe dizer, Senador, que, além da TV Senado, nós estamos sendo ouvidos pela Rádio Senado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, que ótimo. Eu fico muito feliz com isso, porque é uma oportunidade singular receber todas as autoridades da área de comunicação aqui para a gente dirimir as dúvidas sobre a conveniência ou não dessa união das comunicações e informática com ciência e tecnologia.

Eu ouvi atentamente o depoimento dos senhores que aqui estão convocados para a reunião, e fiquei muito bem impressionado com as palavras do Presidente da Abert, que mostrou de forma muito clara que é plenamente viável a união entre comunicações, ciência e tecnologia e inovação. Também ouvi as palavras do Luiz Claudio, na mesma linha. Acho que nós aqui temos que comungar nessa fase. Primeiro, não podemos continuar, realmente, com o número de Ministérios que nós tínhamos. Eram 32 Ministérios, tivemos que reduzir para 23. Já foi um ato extremamente corajoso do Presidente em exercício – eu não digo provisório, mas sim em exercício – atualmente, com toda legitimidade, que é o nosso Presidente Temer.

Eu gostaria de deixar claro também que não há incompatibilidade entre os dois. Quando se fala que o nosso Ministério é de ciência, tecnologia e inovação tecnológica, muito a inovação tecnológica pode contribuir, inclusive, para as comunicações – não é isolado. Comunicação não é simplesmente audiência, não é simplesmente concessão de rádio, não é simplesmente concessão de televisão – é muito mais do que isso! Há uma contribuição e há uma interface, inclusive, entre as duas unidades. Então, sou plenamente favorável a que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

haja essa união. Não vejo nenhuma incompatibilidade. Acho que vai haver um somatório dos recursos – 5 bilhões mais 10 bilhões, 15 bilhões. Tenho certeza de que o Presidente Temer não vai fazer contingenciamento; nós vamos contar com muito mais recursos, vamos otimizar. Com certeza, o custo Brasil envolve desperdícios muito grandes, e podemos otimizar tudo isso.

Então, eu quero parabenizar, inicialmente, o Presidente e todos vocês que aqui estão. Também as palavras da Bia Barbosa, que achei prudentes, do Leonardo. Mostraram o ponto de vista deles, como consumidores. Mas acho que a visão tem que ser mais abrangente, mais macro, no sentido de que com certeza haverá essa interface, que eu considero bastante importante.

Era isso.

Quero agradecer a presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – V. Exª, então, se limita a considerações; não tem perguntas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador José Medeiros, bom dia.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Bom dia, Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Bom dia a todos os palestrantes.

Eu queria fazer uma consideração, principalmente direcionada ao Dr. Leonardo, da Anatel. Acho que há um desafio muito grande pela frente. Esse final de semana, Senador Lasier, eu estive no interior de Mato Grosso. O Mato Grosso tem uma peculiaridade: ao mesmo tempo em que é ponta, e um *player* importante em termos da economia do País, talvez seja um dos que está mais atrasado em termos de infraestrutura.

Quando eu digo infraestrutura, é tudo quanto é tipo de infraestrutura. Temos uma dificuldade em aviação – aquele Plano de Aviação Regional infelizmente não andou por lá –, temos pouquíssimas estradas, e quando se fala em comunicação, quando você sai da cidade – às vezes, mesmo nas cidades –, a dificuldade é grande.

Quando você enfrenta esse problema, vai se deparando, logo de cara, com os mesmos argumentos de sempre: "Aqui não foi possível colocar antena." "A prefeitura não deu autorização." E por aí vai.

De repente, lá chegou a notícia de que haveria a limitação da banda larga. Lá em Mato Grosso, perguntamos: "Que banda?" Porque não temos uma banda lá.

Eu fui para o interior do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Aí V. Exª foi dar uma banda.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exato, fui dar uma banda no interior do Estado.

A dificuldade é imensa.

Aqui é aquela máxima que antigamente se dizia: "O progresso não chega onde não há estrada." Eu diria hoje: o progresso não chega onde não há comunicação.

Então, é imprescindível esse tipo de debate, Senador Lasier, por isso parabenizo V. Exª.

Nós precisamos fazer mais isso, precisamos falar sobre o assunto até encontrar solução.

Principalmente, creio que fica o desafio para a Anatel: os brasileiros precisam imensamente que a Anatel esteja do lado dos brasileiros. Não estou dizendo que não esteja, mas o brasileiro precisa sentir que a Anatel é representante dos brasileiros, é representante do povo brasileiro e não um escritório de advocacia das teles ou de quem quer que seja.

Precisamos avançar no sentido de que essa segurança seja passada: "Olhem, temos uma agência reguladora que está ali e vai cobrar isso." Nós temos esse desafio.

Eu queria saber principalmente – a pergunta é uma pergunta muito simples, mas eu vejo, nas redes sociais, as pessoas preocupadas, e vocês já responderam aqui, eu já sei a resposta, mas acho que é importante dizermos – como está essa discussão da limitação da banda? Outra: quando é que vamos poder avançar para que a comunicação de telefonia móvel seja também oferecida nos distritos e também nas rodovias? Vêm aqui alguns representantes das empresas que, quando instamos, afirmam: "Não, espere lá, nos distritos e nas rodovias, é uma liberalidade nossa." Isso é um tapa na cara do brasileiro sem tamanho. Ele fala: "Espere aí, estão me fazendo um favor, então?"

Eu creio que vai chegar um momento em que vamos poder ter acesso pleno à comunicação, não tenho dúvida disso. Fica esse desafio para vocês.

Eu gostaria, se possível, que o Dr. Leonardo pudesse falar um pouco disso para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Leonardo, da Anatel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Gostaria de agradecer as palavras e considerações do Senador Pedro Chaves. De fato, há sinergias em potencial, como eu disse, entre a internet, que é o principal motor da inovação, creio, nos dias atuais, e internet requer acesso à banda larga. Portanto, evidentemente o conjunto de políticas públicas pode ser, inclusive, aperfeiçoado com essas sinergias existentes.

Concordo com as considerações.

Quero agradecer também os questionamentos e perguntas do Senador José Medeiros. Ele bem pontuou as questões de problemas de infraestrutura que não se cingem apenas ao Estado de Mato Grosso, mas a outros Estados também.

Eu tenho até uma experiência, Senador, que gosto de relatar: em dezembro de 2007, fizemos o primeiro edital de licitação para serviços de 3G na telefonia móvel – até então, só existia primeira e segunda geração no Brasil. O Brasil, como V. Exª bem sabe, tem 5.570 Municípios. Naquela oportunidade, constatamos que havia 1.836 Municípios que não tinham qualquer disponibilidade de oferta do serviço móvel pessoal da telefonia móvel, nem de primeira, nem de segunda, muito menos de terceira geração. O que fizemos, naquela oportunidade – é uma experiência que gosto de relatar, porque acho que talvez contribua para este debate –, foi delinear o processo editalício de tal modo que se as empresas quisessem levar São Paulo capital e interior, Sudeste, áreas mais atrativas do ponto de vista econômico-financeiro,...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se quiser o filé, tem que levar um pouco de mocotó.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – ...teriam que levar o osso, exatamente.

Essa experiência foi inovadora, inclusive paradigmática – eu tive a oportunidade de falar dessa experiência na Colômbia –, porque, desses 1.836 Municípios não cobertos, pouco mais de dois anos depois, todos estavam cobertos. De fato, é uma inovação regulatória bastante interessante. Obviamente, no processo do edital, arrecadamos menos, mas, ainda assim, mais de cinco bilhões de reais naquela oportunidade. No Edital nº 004, de 2012, também envidamos esforços para fazer esse tipo de coisa.

Agora, evidentemente, precisamos avançar. Como V. Exª bem disse, não basta que todos os Municípios brasileiros tenham cobertura, é preciso avançar para os distritos, tendo em vista todas essas considerações que V. Exª bem colocou a respeito da importância da infraestrutura de comunicações para o crescimento econômico.

Estamos estudando medidas para avançar nesse sentido de medidas regulatórias, de criar realmente incentivos adequados para, cada vez mais, forçar as empresas a ir àqueles lugares, aonde, por livre e espontânea vontade, não iriam. Se dermos os corretos incentivos, conseguimos fazer, como quando colamos o filé com o osso nessa experiência.

Em relação à preocupação sobre a limitação da banda larga, eu creio que toda essa polêmica, todo esse debate que aconteceu no Brasil é extremamente condizente com a importância que tem a banda larga para a sociedade. Aqui não falamos apenas da internet como um meio de entretenimento, como um meio de lazer, mas muito mais que isso: como eu disse, a internet via banda larga é fundamental para a produtividade, para diminuir o risco de transação, como eu relatei aqui, das relações entre penetração de banda larga e crescimento econômico, já evidenciados em estudos, inclusive, do Banco Mundial. Então, trata-se de maior produtividade, trata-se de exercício pleno da cidadania.

Por tal razão, diante dessa repercussão social, o Conselho Diretor da Anatel avocou o processo da área técnica, suspendeu, por tempo indeterminado, qualquer iniciativa relacionada à limitação de franquia de dados pelas empresas e estabeleceu um debate forte com vários atores, para que possamos chegar a uma solução regulatória que privilegie o conjunto de escolhas do consumidor, que não pode ser restringido. É nisso que estamos trabalhando. Queremos, inclusive, abrir esse debate nesta Casa e, cada vez mais, aprofundá-lo aqui. É extremamente importante.

É por isso também, Senador Hélio José, que, na minha fala, eu aproveitei, inclusive, para reiterar aqui o convite para que V. Exª também possa conhecer algumas dessas inovações regulatórias que temos feito na Anatel, que têm sido objeto, inclusive, de destaque internacional em outras agências no mundo, não só na parte de desenhos regulatórios para a promoção da competição, mas também de iniciativas relacionadas ao monitoramento de infraestrutura crítica.

Seria muito interessante recebê-los na casa e poder mostrar isso *in loco* a V. Exªs.

Eu espero ter respondido aos questionamentos do Senador José Medeiros e me coloco novamente à disposição, caso existam mais alguns.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

Antes de passar ao Senador Hélio José, que deixou algumas perguntas – uma das perguntas, Senador Hélio José, já encampei, repassei ao Sr. Leonardo, da Anatel, com relação a se há condições e infraestrutura para incorporar as funções do antigo Ministério, e o Sr. Leonardo disse que estão se preparando para isso –, eu que-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ria fazer uma pergunta, que é uma curiosidade. Disse bem aqui o Sr. Luiz Claudio Costa, da Abratel, que, tanto quanto um problema político, o Brasil vive um seriíssimo problema econômico. Então, a Anatel vem sofrendo já contingenciamento? Com relação às verbas do Ministério, nós deploramos muito aqui, reiteramos várias vezes e até abrimos uma investigação, um rastreamento para saber aonde estão indo as verbas que deveriam ser destinadas à pesquisa científica e tecnológica, porque sabemos que as contribuições são muito grandes, na base entre quatro ou cinco bilhões de reais por ano. Como uma Comissão existente aqui no Senado exatamente para avaliar a política de ciência, tecnologia e comunicações, estamos cumprindo o nosso papel. Esta foi a escolha da nossa Comissão: saber o que é feito da verba da pesquisa. Até o fim do ano, vamos ter um relatório sobre esse trabalho que estamos realizando.

Se há R$15 bilhões para as duas atividades agora dessa fusão, R$10 bilhões da ciência e tecnologia mais R$5 bilhões das comunicações, temos curiosidade de saber se, na Anatel, por exemplo, está havendo contingenciamento, a Anatel tem problemas de recursos orçamentários ou não tem problema?

Depois eu passo para as perguntas do Senador Hélio José.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Evidentemente, como integrante da Administração Pública Federal Indireta, a Anatel não está alheia aos problemas fiscais que estão ocorrendo no País, como todos os setores. Então, houve sim um contingenciamento de alguns bilhões de reais, mas o que a Anatel não pode é ficar parada. Então, a Anatel tem tentado, cada dia mais, informatizar os seus sistemas de fiscalização e controle para depender cada vez menos de intervenções em campo, que são necessárias, sobretudo bem colocado aqui na questão da gestão de espectro inclusive para prevenir interferências prejudiciais.

Como eu disse, a Anatel não está alheia a essa problemática fiscal, que atinge todos os entes da Administração Pública, seja Direta ou Indireta. Evidentemente, como V. Exª disse, a questão dos fundos setoriais é uma questão que está sendo bastante discutida não só no Senado Federal, mas na Câmara dos Deputados. Desses fundos, desde 2001, fiz um levantamento há pouco, eu acho que foram arrecadados entre Fistel, Fust e Funttel, R$93 bilhões, é um dinheiro enorme.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Desde 2001?

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Desde 2001.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – R$91 bilhões?

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Nessa ordem. Posso passar esse dado daqui a pouco, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Temos de cinco anos para cá. De cinco anos para cá, são 21 bilhões, e apenas 13% desses 21 bilhões, dos últimos 25 anos, são direcionados para pesquisa tecnológica, e o restante vai para superávit primário, pagamento das contas do Governo. Quer dizer que se está desconsiderando uma área fundamental para o desenvolvimento do País, que é a área de inovação, ciência e tecnologia.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Desses três fundos, o Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), que já havia engraçado integrantes tanto da Anatel como do Ministério da Comunicações e do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem esse viés de inovação e agora foi concentrado em um único Ministério, tem sido um dos fundos que mais tem aplicado.

Mas essa questão tão importante realmente passa por esta Casa legislativa porque, no caso do Fust, que é um fundo importante também, existe uma questão legislativa a ser aprimorada, porque a lei do Fust restringe a aplicação dos recursos do Fust aos serviços prestados em regime público, e o único serviço prestado em regime público é a telefonia fixa. E hoje a grande demanda da sociedade é pela banda larga. Talvez deveríamos ter mais debates sobre como aprimorar essa legislação do Fust, para também poder alcançar serviços prestados em regime privado.

E o Fistel realmente é o principal fundo em termos de arrecadação e tem arrecadado a média de cinco bilhões ao ano, nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria começar já lendo a correspondência da SindiTelebrasil:

> Excelentíssimo Senhor senador Hélio José, boa noite.
> Como é de vosso conhecimento, o SindiTelebrasil foi convidado a participar de audiência pública, prevista para o dia 28/06/16, que tratará sobre a destinada a debater acerca da fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

> Tenho o prazer de cumprimentá-lo, oportunidade que aproveito para agradecer o convite. Infelizmente, o presidente executivo da entidade, o senhor Eduardo Levy, não poderá comparecer ao debate, em razão de extensa agenda previamente programada e devido a impossibilidade de cancelá-la.
> Com relação aos questionamentos encaminhados, com o objetivo de auxiliar o debate, esclareço que o SindiTelebrasil reconhece a necessidade em executar medidas de ajustes fiscais e econômicos no país e espera que a fusão desses ministérios contribua com o fim dos obstáculos para a desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no país, atendendo os interesses socioeconômicos do país.
> O SindiTelebrasil espera que as autoridades reconheçam a essencialidade das telecomunicações para o processo de desenvolvimento da Nação e de seus cidadãos e incluam os serviços e aparelhos em suas prioridades, adotando e cumprindo com as políticas públicas que incentivem de fato a inclusão na Sociedade do Conhecimento de um número cada vez maior de brasileiros.
> Sem mais para o momento e colocando-me à disposição de V. Exa.
> para quaisquer esclarecimentos, subscrevo-me. Mariana Brasil- Diretora do SindiTelebrasil.

Realmente não chegou a correspondência do Idec, já pedi para a minha assessoria colocar. Mas o Idec ontem manifestou, para mim, pessoalmente, a preocupação com essa fusão, mais ou menos na linha que a Bia colocou, da questão de quem vai fazer as políticas públicas, quem vai cobrar as políticas públicas nacionais do setor de comunicações se o órgão... E aí a pergunta vai, Bia: qual alternativa temos, a se manter a fusão, para que reforcemos essa questão das políticas públicas de forma independente? Porque todos nós sabemos, e foi fruto inclusive do meu pedido de CPI, a lambança que o presidente da Anatel fez com relação a essa questão da banda larga e com relação à questão do canal de TV aberta, tempos atrás, quando foi flagrado o vice em restaurante, comemorando com pessoas que iriam se dar bem naquela questão da política do canal de TV aberta, prejudicando os demais setores da concorrência.

E depois repetiu-se esse fato com relação à banda larga, tendo o Ministério, de forma independente, que sustar o que o presidente da Anatel tinha feito, para minimamente dar garantia aos clientes que estavam relacionados à banda larga e ao brasileiro de ter seus direitos mantidos.

Então, eu queria ver de você e do fórum como você vê e percebe que deva funcionar o sistema de comunicação, para garantir essa independência da política pública, nesse quadro de ciência, tecnologia e telecomunicação juntos? Que colaboração a gente pode dar e como podemos garantir isso?

O SindTelebrasil não está aqui, mas os sinais de telefonia são péssimos. Seria uma motivação acessória da CPI e da Anatel exatamente a questão da telefonia no Brasil. Saindo a dez quilômetros, já não se fala mais nem ao telefone celular. Na própria cidade, no sombreamento total, também o sinal não dá certo. Então, a gente precisa ter esclarecimento, de fato, e apurar o que está havendo.

Sabe, Euler – não é o seu caso, mas é de alguns do setor da Anatel –, não pode a Anatel... Leonardo Euler de Morais, não pode a Anatel querer se comportar como sindicato defensor das teles. A Anatel é o órgão independente para fiscalizar e exigir que as teles cumpram a política pública nacional de garantir o sinal de telefonia boa, de qualidade para todo mundo. Então, é para regulamentar, fiscalizar, multar, ter independência e não ser um sindicato defensor. Sindicato que defende as teles é o SindTelebrasil, não é a Anatel. A Anatel é para fazer política pública.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Vamos deixar bem clara essa pergunta. Esse é um assunto delicado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Esse é o motivo da...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Leonardo, o Senador Hélio José não está insinuando, está sendo muito direto. Uma hora fala em escritório de advocacia das operadoras, outra hora fala em sindicato.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exato, isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso a boca pequena – e às vezes não tão pequena – tem-se ouvido. Como a Anatel encara essa desconfiança com relação ao seu papel?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso é geral, sabe, nobre Senador. A pergunta que o senhor reforça é uma pergunta do povo brasileiro. É corrente, daí a CPI da Anatel. A gente pegou as 45 assinaturas em apenas duas horas de trabalho. São as assinaturas para fazer a CPI da Anatel.

Nós estamos até aguardando, porque demos um voto de confiança ao Governo. Então, por isso não a instalamos ainda. Não fizemos a leitura da CPI lá no plenário, porque estamos esperando ações, como essa que você colocou aqui, de nos convidar e demonstrar de fato o que a Anatel está fazendo, para a gente poder, minimamente... O desejo de instalação da CPI... Foi um combinado meu com o Senador Renan – porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

estamos com várias CPIs aqui e com a Comissão do Impeachment – para não instalar essa CPI. E, de repente, essas ações esclarecedoras da Anatel até evitem...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Essa tem sido, Senador Hélio José, uma crítica contundente também do Conselho Federal da OAB...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...pelo presidente Claudio Lamachia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exatamente, nós o ouvimos aqui, inclusive, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Na audiência aqui, fez essa crítica. Então, eu acho, Sr. Leonardo, que é uma oportunidade para se esclarecer isso.

Eu tenho certeza de que a Anatel está preocupada com as críticas que vem recebendo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Aí, como o João Rezende tem um mandato que ainda se estenderá por quase dois anos, a gente faria a CPI para apurar, porque eu não creio... Eu sou servidor público concursado. Eu dou o maior dez para os técnicos, para os nossos especialistas, para os analistas lá da Anatel, porque eu sei da seriedade e da responsabilidade da Anatel, e ninguém generaliza a Anatel como um todo. Ela tem um corpo de servidores públicos federais da mais alta qualidade. Inclusive, colegas meus de faculdade, que se formaram comigo, que estiveram comigo nos meus quatro anos lá na UnB, são superintendentes da Anatel. Então, a gente sabe da importância dos quadros da Anatel, mas quem manda é quem manda, quem manda é que encaminha a questão, e é o Diretor Geral da Anatel que faz isso. E aí foi fotografado comemorando a questão da tevê aberta, comemorando com o pessoal da rede A e da rede B – não vou citar nomes –, depois adotou essa posição em relação à banda larga, uma coisa que contrariou frontalmente...

Nós temos que fazer justiça, Presidente, ao nosso Ministro André Figueiredo, que agiu com pulso e, imediatamente, sustou a medida, deixando claro que o Ministério das Comunicações não colaborava com aquela situação. Então, é preciso separar o joio do trigo quando se coloca a questão da Anatel. Não são todos. Inclusive, você, Euler, é uma pessoa por quem a gente tem o maior respeito e consideração, é servidor concursado, de carreira, lá da Anatel e está representando de uma forma muito adequada o direito do Estado.

Para a nossa tevê aberta, eu queria ver com eles o seguinte: você já colocou...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Quem sabe o ouvimos primeiro, pela relevância da sua pergunta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está bem. Depois a gente fala da tevê aberta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Essa primeira questão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vamos sim.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Obrigado, Senador.

Senador Hélio José, eu tenho certeza e convicção de que a sua preocupação é o fortalecimento institucional da Anatel. As instituições são importantes, e eu não tenho dúvida da importância institucional da Anatel para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, tendo em vista a importância das telecomunicações brasileiras para o crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico do País.

Eu quero dizer, Senador, que eu refuto veementemente que a Anatel se comporta como um sindicato das operadoras. Eu não poderia, jamais, anuir com esse entendimento ou com essa ideia. A Anatel é composta por servidores, na sua grande maioria concursados, mas, independentemente disso, todos eles extremamente qualificados.

O fortalecimento institucional da Anatel é algo que devemos perseguir, sem dúvida nenhuma. Evidentemente, a Anatel, uma vez que regula um mercado que é composto por agentes diferentes, que têm objetivos conflitantes, está sempre sujeita a crítica – eu até faço uma analogia: eu jamais vi um árbitro de futebol ser aplaudido no final da partida. A Anatel já tomou várias medidas, inclusive drásticas, contra as prestadoras, medidas que jamais foram vistas. Pelo menos, eu não sei de algo assim em outros lugares. Por exemplo, em 2012, foi suspensa, cautelarmente, a venda de *chips* de várias operadoras em todos os Estados da Federação do Brasil.

É importante também apresentar a Anatel. Eu acho que poucos integrantes da Administração Pública, direta ou indireta, adotam nível de transparência como o que tem a Anatel no seu processo decisório. Desde 2012, todas as reuniões são abertas, transmitidas para o público, inclusive transmitidas pela internet.

Os interessados também podem ir lá e ver *in loco* como é o processo decisório. As pautas são abertas. Enfim, todo o processo decisório é permeado pela maior transparência, sem prejuízo de continuarmos aprimorando essa transparência, que é necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O TCU, Tribunal de Contas da União, inclusive mencionou que a Anatel era uma das únicas agências – não sei se a única; talvez haja mais uma outra – que cumpria todos os sete itens de transparência previstos pelo tribunal.

Dessa forma, Senador, quero novamente refutar essa ideia sobre o comportamento da Anatel. Evidentemente, temos de reconhecer que, apesar de sermos de um setor de comunicação, às vezes nos comunicamos mal e temos de nos comunicar melhor. Temos de nos aproximar, em termos de relacionamento institucional, para favorecer essa comunicação, e isso a Anatel tem discutido no âmbito do seu planejamento estratégico e deve continuar assim.

E quero dizer também, em relação a essa polêmica da banda larga, que foi o próprio Conselho Diretor que avocou o processo para si e suspendeu cautelarmente, como eu disse, qualquer iniciativa. E não foi, diferentemente do que às vezes se diz, o regulamento da Anatel, seja do Serviço de Comunicação Multimídia, que é a banda larga fixa, ou o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor, que permitiu a questão da franquia.

Nada disso. Hoje, conforme a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), em termos de regime jurídico, os serviços de telecomunicação se comportam em regime público e regime privado. No regime público, as atividades são conforme os princípios da atividade econômica, ou seja, não há aqui uma concessão, mas uma autorização. A liberdade de prestação é prevista em lei. Não é a Anatel. A Anatel, pelos seus regulamentos, apenas molda os limites dessa liberdade prevista em lei. E quero dizer, Senador, que esse Regulamento Geral de Direitos do Consumidor, da Anatel, com a Resolução nº 614, foi extremamente elogiado pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que congrega Procons, ministérios públicos, sociedade civil, Senacon.

Quando as prestadoras, inclusive, judicializaram esse regulamento, o próprio Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) fez elogios públicos ao regulamento da Anatel, dizendo que esse Regulamento Geral de Direitos do Consumidor era um dos regulamentos mais vanguardistas em termos de preservação dos direitos consumeristas.

Então, nesse sentido, deixo aqui minhas contribuições e a reiteração de que, sem dúvida, é importante fazermos essa aproximação institucional, para que não prospere uma ideia enviesada de como a Anatel exerce o seu papel. Mas agradeço as suas contribuições, agradeço a sua preocupação, porque sei que elas vão no sentido do fortalecimento institucional da Anatel, que é necessário.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Leonardo Euler. Eu quero dizer ao senhor o seguinte: isso reforça a necessidade da CPI da Anatel. Queremos saber do Sr. João Rezende e de alguns diretores da Anatel o comportamento transverso com relação à questão do canal aberto de TV, com relação à banda larga e com relação à questão da péssima telefonia móvel que temos no nosso País.

Então, é necessário realmente manter a CPI da Anatel. Vou conversar com o Presidente Renan Calheiros. Precisamos ler no plenário e fazer essa CPI para apurar isso, porque temos de separar o joio do trigo em relação a essa questão, porque o Brasil está incomodado com essas posições com relação ao sinal de telefonia móvel e com relação à questão da banda larga em nosso País.

Eu separo o joio do trigo, sim, como ele colocou. Eu acho que há muitos servidores tranquilos, mas há uma política pública que não está sendo feita como deveria, que é a da fiscalização e da regulamentação, que pelo menos o cabeça da situação não está fazendo. E de fato a gente vai precisar esclarecer esses fatos aqui na CPI. Vai ser uma CPI rápida, mas precisamos fazê-la.

Eu fiz a pergunta à Bia. O Idec acabou de passar aqui, Presidente, eu até pedi para entregar a V. Exª as respostas do Idec. Não sei se V. Exª quer que eu as leia ou o senhor mesmo quer lê-las...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pode ler.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então vou ler aqui em respeito ao Idec. O Idec é o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, e ele fala assim:

> Prezado Senador,
> No dia 22 de junho, recebemos uma comunicação do e-mail institucional de seu gabinete com um documento anexo (Memo GSHJOSE n° 06- 100/20 16), cujo conteúdo informava da realização de uma audiência pública sobre a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Após uma explicação de conjuntura da fusão dos Ministérios, havia um pedido para que o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) auxiliasse a responder as seguintes questões:
> "1. O novo arranjo institucional com as comunicações ligadas ao novo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é benéfico ao setor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

2. Quais programas do antigo ministério devem ser mantidos e valorizados? Quais podem ser descontinuados?

3. A Anatel tem condições legais e estrutura para incorporar as funções do antigo Ministério com respeito às telecomunicações?"

Do referido e-mail, inferimos que a consulta tratava de contribuição meramente escrita e não de convite formal para audiência pública a ser realizada no Senado Federal. Isso pois, em nenhum momento, o Idec recebeu um convite formal para tal audiência. O sítio do Senado Federal, especificamente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), informa que os convidados para a referida audiência são Luiz Claudio Costa (Abratel), Daniel Slaviero (Abert) , Bia Barbosa (FNDC) e Leonardo Euler de Morais (Anatel). Infelizmente, não localizamos pedido feito por esta respeitável Comissão para que o Idec fosse convidado para estar presente na audiência do dia 28 de junho de 2016.

Não obstante os problemas de comunicação, nos sentimos honrados pelo convite feito por Vossa Senhoria e gostaríamos de cumprimentá-lo pelas preocupações com o futuro das políticas de telecomunicações no Brasil e com os arranjos institucionais delineados pelo Presidente Interino da República, Michel Temer.

Pedimos, gentilmente, que nossa contribuição - em anexo - seja lida por Vossa Senhoria durante a audiência pública de amanhã. Nos prontificamos a acompanhar toda a discussão por meio da plataforma interativa do sítio do Senado Federal (Mural do Cidadão).

Com os melhores cumprimentos, nos colocamos à disposição para eventos futuros. Respeitosamente,

Elici Ma Checchin Bueno
Coordenadora Executiva
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Rafael A. F. Zanatta
Pesquisador em Telecomunicações - Idec

Vamos às respostas.

1. O novo arranjo institucional com as comunicações ligadas ao novo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é benéfico ao setor? [O Idec fala o seguinte.]

A medida tomada pelo novo governo de fusão dos Ministérios carece de textos e documentos oficiais que explicitem, em detalhes, quais os gargalos da administração pública federal e quais os motivos que fundamentam a fusão de dois Ministérios de tamanha importância, quanto o de Ciência, Tecnologia e Inovação e o de Comunicações.

A ausência de documentos balizadores é estranha à trajetória institucional inaugurada pelos programas de Reforma do Estado da década de 1990 no Brasil. É comum que medidas de redesenho institucional no nível do Executivo federal sejam justificadas e minimamente discutidas com a sociedade civil, o que não é o caso que vivenciamos em 2016. [Foi o que a Bia já relatou aqui.]

Como observado em carta aberta assinada pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências, "as missões dos dois ministérios não são compatíveis, e que, enquanto as atividades de área das comunicações inclui concessões e fiscalização, as atividades do MCTI envolvem fomento a pesquisas, envolvimento de pesquisadores em redes multidisciplinares e interinstitucionais, estímulo à inovação tecnológica em empresas, além de ser responsável por duas dezenas de institutos de pesquisa". [Então, reforça que não são compatíveis.]

A ausência de justificativa para tal mudança é o que mais incomoda os atores afetados por tal modificação institucional, especialmente os profissionais de educação e do setor científico. Como afirmou o secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), "se a questão é reduzir o número de ministérios, não é possível pautar o projeto estratégico do País por respostas simbólicas em momentos de conveniência da política e, certamente, a fusão do Ministério de Ciência e Tecnologia não é resposta para isso".

Como não há nenhum estudo técnico ou documento formal que apresente as diretrizes da fusão, não existem condições para uma avaliação sobre o potencial caráter benéfico da fusão - o que parece inexistente, diante das diversas manifestações por parte do setor científico no Brasil.

Vou ler as outras duas perguntas, mas depois vem a resposta da Bia – eu paro aqui para ouvir a sua resposta, Bia, para depois ficarem só as televisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Permita-me, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero, está precisando se retirar porque tem voo para Curitiba, sua base, daqui a instantes. Até aproveitamos para reiterar a nossa solidariedade a ele, que perdeu a sua mãe, jovem ainda, na semana passada – por isso está voltando para Curitiba –, agradecendo muito a sua vinda para a esta nossa audiência pública aqui em Brasília.

Presidente, muito obrigado. O senhor está liberado.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, Slaviero. Vá com Deus. Um abraço no coração, na família. Que Deus te ajude a superar tamanha dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Aproveito para registrar também a presença do nosso Senador catarinense Dário Berger, integrante da Comissão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A Bia poderia reforçar para nós a resposta sobre essa questão da fusão. Gostaria de saber se é compatível, Bia, com a política pública a Constituição brasileira ser mantida com relação à liberdade do ministério formulador de política pública na atual situação, e o que deve ser feito para garantir essa liberdade e que os processos que estão acumulados aos montes, tanto com relação à tevê como com relação a rádio e às questões comunitárias, possam ser tratados de forma melhor. Queria ouvi-la sobre isso, porque creio que a Anatel está aí para fiscalizar, para regulamentar, não para fazer política pública.

A SRª BIA BARBOSA – Pois não, Senador.

Eu acho que é compatível a existência de um órgão que vai fomentar a política pública, que vai implementar a política pública, com uma agência reguladora. Esse é o nosso quadro institucional hoje no campo das comunicações e das telecomunicações no País. Então, não há incompatibilidade nisso.

A nossa preocupação é do ponto de vista das prioridades políticas que são colocadas, porque, a partir do momento em que você toma uma decisão de fundir dois ministérios... Claramente, por todos os discursos que vêm sendo feitos, haverá uma priorização da agenda de Ciência e Tecnologia dentro dessa fusão. O discurso da fusão de ministérios e do enxugamento da máquina é de cortes, de economia de recursos. Eu, inclusive, não consigo ver isso com o otimismo que o Luiz Claudio traz para a gente, porque todo o discurso dessa reforma administrava feita pelo Governo Temer é no sentido de cortar gastos, cortar pessoas, cortar recursos.

Se um Ministério tem R$10 bilhões de orçamento, o outro tem R$5 bilhões, e se a fusão vai manter os dois com R$15 bilhões, não sei como esse discurso da fusão vai se efetivar na prática. Claramente haverá corte de recursos; claramente haverá corte de pessoal. Já houve corte de secretarias e de pessoas.

E acho que é preciso entender... E aí é importante que o Ministro Kassab venha a público para dizer quais são essas prioridades que vão ser mantidas, porque há uma série de ações, como citei aqui na minha primeira fala, que podem não ser consideradas prioritárias num primeiro momento para a visibilidade pública do Ministério, mas que são fundamentais para a gente garantir os princípios constitucionais da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal nas nossas comunicações e para a garantia do exercício da liberdade de expressão e do direito à comunicação do conjunto da nossa população.

Pode não estar entre as prioridades do Ministério abrir editais para emissoras educativas e comunidades tradicionais, como eu citei, que foram os dois editais que foram cancelados aqui, mas são fundamentais na nossa atual conjuntura e em um cenário de alta concentração dos meios de comunicação no setor comercial privado do País.

Então, pode ser que as grandes prioridades do Ministério sejam mantidas, mas pode ser também que programas muito importantes sejam descontinuados. E nós não vimos ainda nenhuma declaração do novo Ministro sobre o que vai acontecer com o Programa Brasil Inteligente, o que vai acontecer com Canal da Cidadania, o que vai acontecer com o Plano Nacional de Outorgas, que foi aprovado e cujos editais estão sendo suspensos temporariamente, e o que vai acontecer com o próprio debate da tevê digital.

O Daniel Slaviero trouxe aqui uma preocupação do ponto de vista das empresas sobre a necessidade de uma decisão rápida da empresa que está fazendo essa transição do analógico para o digital. Mas a nossa preocupação, além da celeridade desse processo, é garantir conversores com interatividade para a população. Caso contrário, vamos fazer uma transição do analógico para o digital e a única coisa que vai acontecer é uma melhoria da qualidade do sinal, sendo que, quando houve o debate no Brasil sobre a implantação da TV digital, tudo o que foi anunciado e prometido para a população é que essa nova tecnologia viria não só para melhorar o sinal, mas para garantir interatividade e outros mecanismos de comunicação, inclusive de acesso à internet por meio das caixinhas da TV digital, algo que foi completamente abandonado nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, nós precisamos fazer essa discussão não só do ponto de vista econômico. É claro que as empresas precisam ser incentivadas, é claro que o mercado precisa ter condições de investir, mas estamos falando de uma questão política.

Nós brigamos, há muito tempo, pelo descontingenciamento dos recursos do Fust, nós também não queremos que os recursos do Fust fiquem sendo usados para fazer superávit primário, nós queremos é que sejam investidos para universalizar o serviço de telecomunicação no País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nessa mesma linha, permita-me abrir parênteses.

Eu estou com um projeto em andamento propondo que não haja contingenciamento de verbas para a ciência e tecnologia. É uma outra luta nossa, e ela se incorpora ao seu pleito em relação à comunicação.

A SRª BIA BARBOSA – Claro. E o Fust foi criado para universalizar o serviço de telecomunicações, mas vem historicamente, em diferentes governos, sendo usado para fazer superávit primário. Então, nós precisamos fazer esse debate não só do ponto de vista das questões econômicas, nós precisamos fazê-lo também do ponto de vista da política, do que é estratégico para o País.

O Leonardo faz colocações aqui sobre os mecanismos regulatórios que Anatel usa e tem disposto para incentivar novos investimentos e para ampliar o acesso aos serviços. Nós não temos nenhum desacordo em relação a isso, mas, claramente, nós não podemos deixar só para o mercado investir nisso. Claramente, por mais que haja incentivos, não vai haver investimentos em todas as áreas, a gente não vai conseguir universalizar serviços essenciais, como o acesso à banda larga hoje.

A Anatel, infelizmente, tem um conceito sobre garantia do acesso ou localidades conectadas e Municípios conectados quando você leva uma operadora lá. Isso é um problema, inclusive, aqui em Brasília. Na região onde moro, por exemplo, Plano Piloto, só há uma operadora. Se eu quiser contratar um serviço de banda larga, serei refém de uma única operadora. Então, o debate não pode ser feito só do ponto de vista de você levar um ponto de conexão para aquela localidade. A gente tem que discutir competitividade, as tarifas, os preços dos pacotes que são oferecidos para a população, porque, senão, a gente fica com a ideia de que a gente está conectando o Brasil, quando, na verdade, a gente continua tendo barreiras econômicas muito significativas para que o conjunto da população brasileira tenha acesso a esse serviço.

Então, a nossa preocupação numa fusão é de que todo esse debate, que não cabe a uma agência reguladora fazer – cabe a ela fiscalizar e regular uma política pública que está desenhada –, deixe de ser feito e de que a gente transforme as pastas da agenda da radiodifusão e das telecomunicações dentro desse novo Ministério numa mera função cartorial de emissão e distribuição de outorgas. A gente precisa de políticas de comunicação, de políticas públicas de fomento à diversidade e à pluralidade.

A nossa preocupação não é meramente fundir um ministério ou não, mas é que todo o discurso da fusão que está colocado por este Governo é de cortes de pessoal, de recursos, de enxugamento da máquina. Como essas agendas todas, que não são consideradas prioritárias pelo atual Governo, vão poder ser implementadas num cenário de cortes? Essa é a nossa preocupação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Correto, Bia.

Eu vou dar continuidade às respostas do IDEC:

> 2. Quais os programas do antigo Ministério devem ser mantidos e valorizados? Quais podem ser descontinuados?
> O Ministério das Comunicações, há anos, vem desenvolvendo discussões sobre fomento à expansão da Internet banda larga no Brasil e a consolidação de um novo regime jurídico que reconheça a essencialidade da Internet , tal como afirmado na Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).
> Prova dessa preocupação é a consulta pública de Reforma da Lei Geral de Telecomunicações e do marco regulatório do setor promovida no final de 2015, que contou com ampla participação da sociedade civil, tal como documentado no texto "Alternativas para Revisão do Modelo de Prestação de Serviços e Telecomunicações: relatório final do grupo de trabalho entre o Ministério das Comunicações e a Anatel", publicado pelo governo no início de 2016.
> Nesse documento, o Ministério das Comunicações reconhece que a banda larga deve estar no centro da política pública, sendo privilegiados os seguintes objetivos: "expansão das redes de transporte em fibra ótica e em rádio de alta capacidade para mais municípios, aumento da abrangência de redes de acesso baseadas em fibra ótica nas áreas urbanas, ampliação da cobertura de vilas e de aglomerados rurais com banda larga móvel; atendimento de órgãos públicos, com prioridade para os serviços de educação e de saúde, com acesso à Internet de alta velocidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

> É inadmissível que o novo Ministério se abstenha do desenvolvimento de políticas públicas para a Internet banda larga, afirmando que todas essas questões devem ser «resolvidas pelo setor privado», como já aventou o Ministro Gilberto Kassab.
> O Idec entende que é fundamental ter procedimentos transparentes para definição da agenda ministerial com participação da sociedade civil. A definição do que "deve ser mantido" exige a realização de consultas públicas e instrumentos participativos e multissetoriais - o que não ocorreu até o momento. [É o que a Bia havia falado antes.]

"3. A Anatel tem condições legais e estrutura para incorporar as funções do antigo Ministério com respeito às telecomunicações?"

Bia, isto aqui é o que eu tinha perguntado para você: se é compatível um órgão que constitucionalmente foi criado para fiscalizar e regulamentar fazer política pública que tem de ser independente do governo. O que eu tinha perguntado era isso, está certo? Exatamente porque o André Figueiredo teve uma atitude correta...

A SRª BIA BARBOSA – Nesse sentido, não. Nesse sentido, não. Acho que fiscalização e regulação são tarefas de uma agência reguladora independente. Política pública é função do Estado, do Governo Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito, isso mesmo.

Vamos à resposta do Idec para acabar aqui.

> No entendimento do Idec, é inadequado fazer avaliações, neste momento, sobre "incorporações de funções do Ministério" pela Agência Nacional de Telecomunicações. O modelo institucional criado pela Lei Geral de Telecomunicações previa papéis específicos para o Ministério das Comunicações e para a Anatel, existindo, inclusive, dever de obediência das políticas prioritárias definidas pelo Poder Executivo pelos Conselheiros que integram o Conselho Diretor da Agência.
> Não podemos realizar tal avaliação neste momento e recomendamos que qualquer discussão desse tipo seja precedida de estudos técnicos e avaliações normativas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado Federal. Não é papel das organizações da sociedade civil produzir esse tipo de análise jurídica, mas sim se engajar na discussão de materiais preparados pelo Senado e pelo governo federal, em defesa da coletividade e dos direitos dos consumidores.

A gente agradece ao Idec em nome da Comissão. Esses documentos do Idec vão constar dos anais desta audiência pública. O nosso Presidente já...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A propósito do Idec, Sr. Senador Hélio José, eu queria informar V. Exª de que o convite foi formulado ao Idec. Nós mandamos o Ofício nº 059/2016, assinado por mim no dia 8 de junho. Foi lida a nominata dos convidados aqui no dia 13 de junho, e a nossa Comissão conversou com a Srª Sandra Inês, do Idec em São Paulo, sobre a realização desta audiência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Até peço a V. Exª que, então, retifique a informação de que não houve o convite. Houve o convite, e estará está Comissão sempre aberta ao comparecimento do Idec. Houve o direcionamento do ofício para a Srª Elici Bueno em São Paulo, ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Conclua.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Concluindo, então, Sr. Presidente, eu quero registrar que a nossa querida presidenta do Idec não deve ter recebido a informação adequada, já que ela fez esta carta falando que não tinha sido convidada. V. Exª ratificou que o convite foi feito – e retificou, porque corrigiu a informação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, retifiquei agora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É, exatamente. Então, foi importante essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Houve o convite.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Houve o convite.

Eu queria falar com o nosso querido Luiz Claudio, da Abratel, que representa quase a mesma coisa que a Abert dentro da visão das nossas tevês e rádios. Esse acúmulo de função agora no Ministério da Ciência e Tecnologia, que é tão importante, como o nosso Presidente colocou, como nós conversamos com todos os setores científicos... Estamos preocupados que ele possa ser prejudicado, assim como o setor de comunicações.

Eu já percebi que tanto V. Sª quanto o Slaviero acharam adequada a fusão, mas eu quero saber como é nós vamos compatibilizar, então, a necessidade de não sermos apenas um cartório de liberação de outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

com a política pública necessária com relação às rádios e tevês comunitárias, com relação às tevês e rádios comerciais, com relação a todas as questões das telecomunicações. Como é que os nossos órgãos associativos de tevês e rádios estão vendo e como é que a gente vai ter que se comportar para não ficar aquele acúmulo de papel, ficar anos lá, para poder termos o encaminhamento das questões?

O SR. LUIZ CLAUDIO COSTA – A nossa preocupação é com a questão orçamentária, a questão estrutural. A fusão ou não... Eu acho que é uma necessidade momentânea, de uma situação econômica, eu já tinha colocado isso.

Existem preocupações muito grandes com relação a uma dificuldade que já existe hoje. Existem casos de processos de outorga de canal, de instalação de canal, que demoram muitos anos. Isso já existe hoje. Então, a questão é muito mais estrutural e orçamentária do que se será um ministério separado ou não.

A questão passa também por uma questão política. O ministro que ocupa a cadeira tem que ter vontade política. A gente teve exemplos aí de ministros que se destacaram pela agilidade. Já foi citado aqui o Ministro André Figueiredo, que em pouco tempo fez um trabalho digno de destaque pela sua eficiência. Por outro lado, infelizmente, tivemos casos de alguns ministros em que, se a gente quisesse não ser encontrado por esse ministro, era só sentar no gabinete dele no ministério, nem lá era possível encontrá-lo.

A questão passa pela estrutura, e eu acho que – com todo respeito, Senador – é importante ouvir o Ministro Kassab sobre isso. Eu tenho o desejo – quero colocar isso como prioridade na minha agenda – de estar aqui na próxima audiência para poder ouvir do Ministro Kassab...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – V. Sª será convidado.

O SR. LUIZ CLAUDIO COSTA – Com certeza estarei aqui. Queremos ouvir o Ministro e os seus auxiliares diretos, tanto o responsável direto pela área das comunicações como o Secretário Executivo que vai ficar no dia a dia da área de tecnologia, para podermos encontrar essas respostas, para saber de que maneira essa estrutura vai ser mantida ou aprimorada ou diminuída. Dessa forma, num debate mais amplo, com ambos os lados... Se é que a gente pode chamar de lado, eu acho que somos um lado só, isso é muito importante. Temos todos que estar do mesmo lado neste momento para encontrar a melhor maneira de fazer com que todas as preocupações e reflexões colocadas aqui possam ter suas respostas plenas. Nós precisamos sair daqui com respostas. Hoje viemos aqui colocar preocupações, todas muito importantes, todas de maneira muito efetivamente colocadas. A melhor pessoa, o melhor grupo para trazer essas respostas para nós é a equipe do Ministro Kassab, com a presença dele inclusive. Acho que esse convite é extremamente importante, e todos já ansiamos por essa data.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com relação à preocupação do Senador Hélio José. Nós não queremos realmente nos tornar aqui um cartório, homologando outorgas, licenciamento para emissoras de rádio e televisão.

O SR. LUIZ CLAUDIO COSTA – Perdão, Senador.

A Bia colocou aqui que o papel do Ministério é muito mais amplo do que isso. É esse também, mas ele é muito mais amplo do que isso. Com o que nós temos que ter preocupação, Senador, é que nenhuma das funções, que hoje já são conduzidas até com certa dificuldade, deixem de ser conduzidas, fiquem em plano secundário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

Desde que assumimos aqui – o Senador Hélio José é testemunha como Vice-Presidente da Comissão –, nós temos devolvido inúmeros pedidos de renovação de outorga de rádios e televisões por falta de informações suficientes, principalmente emissoras de rádio e televisão criadas por instituições, por entidades, onde os sócios não são devidamente qualificados.

Tem havido um sem número de sobrestamentos de pedidos aqui na nossa Comissão. Inclusive, peço a V. Sª que alerte as emissoras que estão abrindo ou que estão querendo continuar para que sejam mais completas nas suas informações a esta Comissão. Nós queremos ordem neste setor.

Pergunto ao Senador Dário Berger se tem alguma questão a formular.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, eu também gostaria de me manifestar, ainda que os trabalhos desta audiência pública já estejam próximos de sua conclusão. Se V. Exª me permitir, gostaria de fazer alguns comentários.

Primeiro, é preciso coragem para dizermos algumas coisas que precisam ser ditas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E isso não lhe falta.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Isso não me falta, graças a Deus.

O grande problema do Brasil hoje, de ontem e de muito tempo atrás...

O meu pai é motorista de caminhão e teve pouco estudo, mas nem por isso deixa de ser uma pessoa sábia. A experiência de vida dele nos levou, nos conduziu, e ele me deu alguns conselhos, dentre os quais o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

seguinte. Quando eu, há mais de 25 anos, resolvi ser candidato a vereador no Município de São José, na Grande Florianópolis, ele disse assim: "Meu filho, não faz isso. Cuida da tua vida, das tuas coisas, te encaminha para o lado do setor privado, porque o grande problema do Brasil é o setor público." Ele já me dizia isso naquela época!

Passados 25 anos, eu chego à conclusão de que o grande problema do Brasil continua sendo o setor público. Por quê? Primeiro porque o setor público, invariavelmente, consome cerca de 50%, no mínimo... Imediatamente, tudo o que é produzido vai para o setor público, para pagar salário, seja no Município, seja no Estado, seja na União. E o que acontece? O setor não tem eficiência – o senhor está compreendendo, meu prezado Presidente Senador Lasier Martins? –, ele não caminha. O Brasil está atrasado, os serviços públicos são de péssima qualidade. Muda o governo, ele resgata a fé e a esperança de que as coisas possam mudar, mas, passado pouco de tempo desse governo, percebe-se que, ao invés de avançarmos, nós regredimos.

Portanto, essa situação me causa cada dia mais espanto aqui no Congresso Nacional, pela impotência que eu possuo de ver as coisas e não conseguir resolvê-las, não conseguir avançar. Sai governo, vem governo, como aconteceu agora, e se restabelece a esperança, essa é a grande verdade. E por quê? Porque o Governo anterior nos colocou numa crise sem precedentes na nossa história, uma coisa impressionante. Estamos perdendo tudo aquilo que conquistamos com muito trabalho e com muito esforço ao longo desses dez, quinze, vinte anos, em que se imaginava que o Brasil fosse o país do futuro.

Hoje o Brasil é um país rebaixado, é um país sem crédito, é um país sem confiança.

O Ministro da Saúde foi a Santa Catarina neste final de semana, visitou os Municípios de Joinville e de Florianópolis, e adivinhem o que aconteceu com ele? Foi vaiado, e ele faz parte de um governo que se instalou há 30 dias, 40 dias. Mas por que foi vaiado? Porque as pessoas estão morrendo às portas dos hospitais, que não têm atendimento. E não adianta trocar Ministro, porque a situação não se resolve no curto prazo. Lamentavelmente, é isso o que acontece.

Reduzir estrutura é ótimo, é excelente. Agora, é preciso saber se esse jogo é um jogo de cena, só para atender à imprensa, para dizer que há muitos ministérios e que o custo dos ministérios é muito alto etc. e tal.

Quero saber o seguinte: a redução... Vou pegar aqui, Senador Elisier Martins...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Acho que o senhor esqueceu o meu nome. O meu nome é Lasier.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Lasier Martins! Desculpe-me, pelo amor de Deus. É um grande companheiro, uma alta voz deste Senado Federal. Foi um erro aqui puxado por aquela história da retificação e da ratificação. Então, faço a retificação: Lasier Martins, grande Senador da República que representa o meu querido Estado do Rio Grande do Sul.

Mas eu queria ler aqui: "Ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática." Não sei o que é possível reduzir nisso aqui. Ciência, tecnologia: onde estão as nossas experiências, o nosso avanço em pesquisas?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É o que nós vamos fazer a partir...

Esta Comissão, Senador Dário, na sexta-feira que vem, por Porto Alegre, inicia o nosso ciclo de debates sobre o atual estágio da ciência e da tecnologia no Brasil. Já estamos, depois, também, com uma audiência em Belém do Pará. E vai haver a transmissão para todo o Brasil. Até convido todos os presentes e os que estão nos ouvindo a nos acompanharem pela TV Senado: na sexta-feira que vem, das 14h às 17h, diretamente das dependências da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nós queremos saber o que temos em ciência e tecnologia no Brasil, o que temos realizado, o que temos em andamento. Tenho aqui a lista já de grandes figuras do Rio Grande do Sul, reitores de todas as universidades vão comparecer, os presidentes de centros tecnológicos também. Vamos debater para saber a quantas andamos. Futuramente pretendemos ir saber disso lá no seu Estado.

Perdoe-me a interrupção. Conclua.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, eu agradeço a intervenção de V. Exª e aproveito para cumprimentá-lo, parabenizá-lo e enaltecê-lo por essa iniciativa, por essa atitude. É uma oitiva – vamos dizer assim – itinerante...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É, exatamente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... porque o Brasil não é Brasília. O Brasil é composto de vários Estados federados que desenvolvem papel estratégico nessa questão...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... entre eles, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina etc. e tal.

Mas, não querendo me estender, quero só dizer aqui, Senador Lasier, que esses temas que acabei de relatar aqui têm papel estratégico para o futuro do Brasil, para o futuro das nossas crianças, dos nossos jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E nós temos a missão de mudar isso, Senador. Nós fomos mandados para cá para isso, para melhorar o Brasil.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Essa é a nossa missão. Porém, neste ano, em seis ou cinco meses que nós estamos aqui, pouco nós conseguimos avançar, mas nós estamos atentos a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas já estamos com vários processos de depuração, V. Exª concorda?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E precisamos insistir para que isso se concretize.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Concordo. E tenho absoluta certeza de que esse é o objetivo que nós vamos perseguir até o fim.

Mas fica a pergunta: afinal de contas, quem nós somos? O que nós queremos e como faremos?

A grande verdade é essa...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A população nos tem dito isso, as multidões que vão às ruas nas manifestações. Nós sabemos o que os brasileiros querem e temos obrigação de atender esses pedidos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, o que nós não podemos é destruir, com essas fusões, aquilo que é estratégico para o Brasil.

Outra questão importante que eu queria relatar para V. Exª é a questão do Ministério da Pesca. Veja só, Santa Catarina é o Estado número um em pesca no Brasil. E é número um disparadamente. E olha só o que aconteceu, Senador Lasier, agora.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Acabaram com o Ministério.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Acabaram com o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas nem por isso o pessoal vai deixar de pescar, não é?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Acabaram com o Ministério e estão acabando com o setor pesqueiro de Santa Catarina.

Veja só, nós estamos agora terminando o período de safra da pesca da tainha. Acredite V. Exª e acredite o Brasil que está nos ouvindo: nós conseguimos, lá em Santa Catarina, 4 licenças para pescar tainha, sendo que, em 2013, foram 60; em 2014, 58; em 2015, sessenta e tantas; e, em 2016, foram 4. Só que, das 4 que foram atendidas em Santa Catarina, uma está no estaleiro há 10 anos – para V. Exª ver o quanto este País está atrasado, o quanto esses setores estão desassociados de quem produz e de quem trabalha.

Eu tenho dito que emprego não nasce de uma luz, de um relâmpago ou de uma imaginação, ele nasce da atividade produtiva. Nós precisamos proteger as nossas empresas.

E o que acontece? Santa Catarina amarga esta triste realidade: o setor da pesca está destruído. Eu tenho preocupação com a destruição desses outros ministérios que poderiam, ou deveriam, exercer um papel estratégico para o Brasil.

Ou se reduz só o ministro? Eu quero saber o que mais se reduziu nesses ministérios. Se reduziu o ministro e o que mais?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso nós vamos continuar acompanhando.

Nós dissemos ao Ministro Kassab, quando aqui esteve, que, com todo o respeito, nós continuaríamos fiscalizando e que iríamos cobrar aqui aquilo que fosse diminuído, que fosse prejudicado. E isso o que pretendemos fazer.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Há um ditado lá em Santa Catarina que diz: "Nós não devemos dar o peixe; nós temos que ensinar a pescar."

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em todo Brasil se diz isso.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Isso é em todo Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O que é isso mesmo, Lasier? Você que é doutor nessa... De que eu poderia chamar isso?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso é um ditado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É um ditado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É uma máxima.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É uma máxima popular.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É uma máxima popular que serve para os nossos ministérios, serve para nós. Nós precisamos... Não interessa o tamanho do ministério; interessa é o que ele é capaz de fazer; interessa é ter uma quantidade de servidores mínima, mas comprometidos com o ministério. É o que nós invariavelmente não vemos nem na União, nem nos Estados, nem nos Municípios. Então fica aqui...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Gostei muito do seu pronunciamento, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Fica aqui o grande desafio, Senador Lasier, para que continuemos avançando nessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Gostei muito do seu pronunciamento, Senador Dário Berger, e até sugiro que V. Exª o repita da tribuna do Senado com maior abrangência. Estarei na sua mesma linha.

Eu acho que os questionamentos todos foram devidamente encaminhados. Queremos agradecer muito ao Luiz Claudio Costa, ao Leonardo Euler de Morais, à Bia Barbosa, ao Daniel Slaviero, que aqui estiveram.

Quero repetir: temos um cartaz ali na parede que anuncia o nosso ciclo de debates, a começar por Porto Alegre na próxima sexta-feira.

Com muito prazer eu quero registrar a presença aqui hoje, porque veio de longe para conhecer o Senado, do meu neto, o João Pedro Martins Pinheiro. Levanta, por gentileza. (*Palmas.*)

O João Pedro estuda nos Estados Unidos, em Nova Jersey, está lá há quase três anos. Ele não conhecia Brasília, muito menos o Senado. De modo que, se me permitem essa honra, eu hoje registro a presença dele aqui, que quer acompanhar tudo em três dias, quer ver como é que se trabalha aqui no Senado. E eu quero deixar uma boa impressão para ele, para que ele diga: "Olha, o meu avô é trabalhador." (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Está aí um futuro Senador, hein, Senador Lasier?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sabe que ele já está pensando...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Tem gosto?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pensa, inclusive, na carreira diplomática. E é um brilhante aluno, a tal ponto que ele foi fazer o *high school* lá e, por ter ficado entre os cinco melhores colocados, recebeu bolsa de estudo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Os senhores sabem que estudar nos Estados Unidos custa caríssimo, mas agora a família não precisa gastar com a universidade dele.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Coisa boa!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso é uma façanha.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Como Senador do Distrito Federal, eu quero dar boas-vindas ao seu neto em nossa Capital, dizer-lhe que vai conhecer traços maravilhosos da nossa arquitetura e de Oscar Niemeyer e levar uma lembrança bastante bacana aqui de Brasília. Seja bem-vindo.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu só quero dar um testemunho...

Opa, desculpe, Senador, eu pensei que o senhor tinha terminado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não, pois não, querido. Seu testemunho sempre é importante. Pode dar, depois eu concluo, dê seu testemunho.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É só para colaborar com V. Exª no sentido de mencionar ao seu neto... Como é o nome dele mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – João Pedro Martins Pinheiro.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É para dizer ao João Pedro Martins Pinheiro que o avô dele aqui é uma das vozes mais destacadas e mais atuantes do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bondade sua, atribuo suas palavras à nossa amizade.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, não. Não é bondade, e V. Exª sabe disso. V. Exª está em todas as comissões, faz pronunciamento em todas as sessões, participa de todos os projetos de maneira efetiva.

Eu queria fazer este registro porque V. Exª é motivo de orgulho para nós, que somos companheiros e colegas de V. Exª, e, sobretudo, para a sua família, pela história que V. Exª tem construído aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado pela generosa manifestação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Creio que foi muito bem aproveitado esse testemunho, o qual corroboro também. Obrigado, Senador Dário.

Concluindo, então, quero dizer que vimos aqui, nobre Senador Lasier, o acerto desta Comissão em separar, primeiro, as duas audiências públicas, porque são assuntos distintos. Agora vamos encaminhar isso para o Ministro que vai estar aqui conosco para discutir esse tema. Esta é uma situação... Talvez, repita-se aquela que o senhor fez aqui. Não sei se o senhor lembra. Nós a fizemos juntos, na verdade. Houve dez ou doze intervenções rápidas ali no púlpito. A OAB pôde manifestar aquela questão que eu coloquei sobre a Anatel, para não ficar aqui uma coisa minha...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Falou sobre a internet fixa, sobre a banda larga.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso, falou sobre a internet fixa, sobre a banda larga.

Talvez, se nós conseguirmos repetir aquela metodologia, seja mais proveitosa a resposta do Ministro aqui, na nossa Comissão. Vamos pensar sobre isso, não é? Quem sabe? Essa seria uma oportunidade para o Idec se colocar aqui, para a OAB se colocar aqui e para o Ministro responder.

Estas preocupações que a gente trouxe aqui, o Senador Walter Pinheiro as traria, com certeza, se ele estivesse aqui. Não é uma preocupação individual. Não se trata de alguém querer perseguir a Anatel ou o Ministério das Comunicações. Estamos aqui para defender o Brasil, para defender as políticas públicas, para defender o servidor público também, buscando tornar a máquina do Estado mais reduzida, mais eficiente. É isso que a gente quer.

Muito obrigado, Senador. Agradeço a todos os que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

A SRª BIA BARBOSA – Permita-me dar uma sugestão, Senador? Desculpe-me por interrompê-lo, mas é que, se houver essa possibilidade, acho que seria interessante convidar as associações representativas dos outros setores da radiodifusão também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

A SRª BIA BARBOSA – A Abert e a Abratel representam essencialmente as emissoras comerciais. Acho que seria importante convidar as emissoras educativas, as emissoras comunitárias...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Peço à minha assessoria que registre a sua sugestão.

A SRª BIA BARBOSA – ...que também estão submetidas à fiscalização e à regulação do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – São boas sugestões. Nós consideramos muito importante a comunicação social no Brasil. E está falando aqui alguém que vem do ramo: fui, durante décadas, comunicador social de rádio e de televisão.

Para cumprir uma formalidade, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Reiterando o agradecimento aos senhores que vieram aqui hoje para valorizar a nossa Comissão, dou por encerrada esta reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Dário Berger, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Eduardo Amorim. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 02, de 2016 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências". Nesse momento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador José Medeiros, relator das Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de metas e prioridades ao PL nº 02/2016 - CN**: Emenda n.º 01**: 20UQ **– "**Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável**"**; inclusão de meta: 300; apresentada pelos Senadores Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues e Dário Berger. **Emenda n.º 02:** 20V8 **–** "Apoio a Projetos de Inclusão Digital"; inclusão de meta: 100; apresentada pelos Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz. **Emenda n.º 03:** 123H – "Construção de Submarino de Propulsão Nuclear"; inclusão de meta: 100; apresentada pelo Senador Valdir Raupp. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 1 (uma) emenda de texto ao PL nº 02/2016 – CN: **Emenda n.º 04**: Referência: item 64. Ementa: "Anexo III, 64 – Acrescenta seção II e item de despesa não contigenciável. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: **"**Incluir a "Seção II - Demais despesas ressalvadas" ao Anexo III, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e adicionar o item: "1. Despesas relativas a ciência, tecnologia e inovação classificadas na função de governo Ciência e Tecnologia". Autoria: Senadores Lasier Martins, Pedro Chaves e Fernando Bezerra Coelho. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PL nº 02/2016 - CN, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e dezoito minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Srªs e Srs. Senadores, demais presentes, havendo número regimental, conforme as assinaturas que temos em mão, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza hoje, 28 de junho de 2016.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN (PLDO), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

A Comissão recebeu 58 emendas.

Foi designado Relator das emendas o Senador José Medeiros, a quem eu concedo a palavra para fazer a leitura do seu parecer e manifestar as suas considerações.

Senador Medeiros, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, em nome da celeridade, Sr. Presidente – e se V. Exª assim achar por bem –, passo direto à análise das propostas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Foram apresentadas 58 propostas de emenda a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sendo 55 de inclusão de meta e três de texto, relacionadas nos Anexos I (propostas de emenda de inclusão de meta) e Ii (propostas de emenda de texto) a este Parecer.

Passo à análise.

No que concerne às propostas de emenda de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, não obstante reconheçamos o inegável mérito de todas elas, em função da limitação imposta pelo parecer preliminar, optamos por selecionar as seguintes:

• Propostas de Emenda 2, 5 e 32 - Ação 20UQ - Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - Inclusão de Meta: 300; Apresentadas pelos Senadores Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues e Dário Berger.

• Propostas de Emenda 24 e 54 - Ação 20V8 - Apoio a Projetos de Inclusão Digital – Inclusão de Meta: 100. Apresentadas pelos Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz.

• Proposta de Emenda 51 - Ação 123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear - Inclusão de Meta: 100. Apresentada pelo Senador Valdir Raupp.

As 3 (três) emendas de texto propostas pelos Senadores Lasier Martins, Pedro Chaves e Fernando Bezerra Coelho possuem mesmo objeto e coadunam se com as competências regimentais desta Comissão, atendendo às disposições constitucionais e legais. Aprovamos o encaminhamento de todas essas propostas nos seguintes termos:

Ementa: Anexo 111, 64 - Acrescenta seção 11 e novo item de despesa não contingenciável.

Texto proposto:

Incluir a "Seção II- Demais despesas ressalvadas" ao Anexo 111, conforme o art. 9°, §2°, da Lei Complementar n° 101, de 2000, e adicionar o item: "1. Despesas relativas a ciência, tecnologia e inovação classificadas na função de governo Ciência e Tecnologia";

Dessa forma, atendemos a todos os senadores que apresentaram propostas de emenda ao PLDO 2017 no âmbito desta CCT.

Passo ao voto.

Em face do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação à Comissão Mista de Orçamentos:

1. De emendas à elaboração do Anexo de Metas e Prioridades do PLDO, nas seguintes ações:

1.1. Ação 20UQ - Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - Inclusão de Meta: 300;

1.2. Ação 20V8- Apoio a Projetos de Inclusão Digital – Inclusão de Meta: 100;

1.3. Ação 123H – Construção de Submarino de Propulsão Nuclear- Inclusão de Meta: 100.

2. De emendas ao texto do Projeto de Lei, nos termos propostos na seção anterior deste Parecer.

É isso, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

Em discussão a relatoria do Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nos termos do art. 87 combinado com o art. 44, Inciso I, da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada o *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Aproveito, também, para submeter à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, da manhã de hoje.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada o *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 18 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Dário Berger, José Medeiros e Pedro Chaves, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre e Randolfe Rodrigues. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 48, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Flávia Morias, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). Nesse momento, o Senador Lasier Martins passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Pedro Chaves, para relatar o próximo item**. Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 427, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 696, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 44, de 2016**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 689, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 22/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por 08 (oito) votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 174, de 2016**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Insere o inciso XIV no art. 7º da Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, para vedar a implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa." O relator designado é o Senador Pedro Chaves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 7: OFS n.º 14, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Empresa Diário da Tarde LTDA, que "Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 8: OFS n.º 35, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 6/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Técnica de Atibaia Ltda, no município de Atibaia - SP." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 9: OFS n.º 49, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., no município de Manaus - AM." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 10: Requerimento n.º 25, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, "...com base no art. 73, combinado dom o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação com a finalidade acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que 'Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015', a qual ficou conhecida como Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação." Após a leitura do Requerimento, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Pedro Chaves. Durante a discussão ficou definido que a Subcomissão será composta por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes e que o prazo de funcionamento será de 6 (seis) meses. O requerimento é aprovado. **Item 11: Requerimento n.º 27, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores José Medeiros e Lasier Martins, que requerem "...nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para discutir a legislação e o incentivo às startups no Brasil, com os seguintes participantes: Amure Pinho, investidor-anjo e Presidente da Associação Brasileira de Startups; Yuri Gitahy, fundador da Aceleradora; Eric Acher, sócio da Monashees; Gustavo Caetano, fundador da SambaTech; Deborah Zanforlin, fundadora da ConquerX; Pedro Melzer, Managing Director da e.Bricks Ventures; e Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações." Durante a discussão ficou definido que serão realizadas 2 (duas) Audiências Públicas para atendimento a este Requerimento. O requerimento é aprovado. **Item 12: Requerimento n.º 28, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "...nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater sobre 'a autonomia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o MCTI que queremos para as universidades', com os seguintes convidados: Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; Representante da Agência Brasileira de Cooperação - ABC; Representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Representante da Universidade de Brasília - UnB; Representante da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Representante da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Representante da Universidade Federal da Bahia - UFBA." O requerimento é retirado pelo autor. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 10/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 235, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DE RADIODIFUSÃO DE SOROCABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FLOR DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 15/03/2016, foi concedida Vista ao Senador Randolfe Rodrigues nos termos regimentais. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a ma-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

téria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, O Presidente da Comissão designa Relator "Ad Hoc" o Senador Pedro Chaves. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 280, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 269, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 234, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

nicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 224, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 242, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 243, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER SAGRADENSE – ASSCOM SAGRADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBIRAÇU FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ASTORGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa relator ad hoc o Senador Flexa Ribeiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/06/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, O Presidente da Comissão designa Relator "Ad Hoc" o Senador Pedro Chaves. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Pedro Chaves Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 17/05/2016, a discussão e votação da matéria são adiadas após a leitura do relatório feita pelo Senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, os Senhores Senadores Cristovam Buarque e José Medeiros requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta**, **Item 48: Requerimento n.º 29, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer "...de acordo o art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e os artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, para debater o tema 'Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação: instrumentação de uma saída para a crise'. O encontro, a ser realizado no dia 2 de agosto próximo, é uma iniciativa conjunta deste colegiado e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, e contará com a presença de autoridades, especialistas e gestores convidados por esta Comissão, visando a avaliar a evolução e o significado do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, os aspectos relacionados com a base constitucional e a eficácia da legislação e os desafios a serem concretizados nesta área." O requerimento é aprovado. **Extrapauta**, **Item 49: Requerimento n.º 30, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Medeiros, que requer "...nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 27/2016-CCT, sejam incluídos, como convidados, a compor a mesa da audiência pública proposta no requerimento supracitado a senhora Larissa de Freitas Azevedo, fundadora da MÓ Estúdio e o senhor Hugo Giallanza, Presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais - ASTEPS." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, telespectadores, Senador Pedro Chaves, nosso campeão de assiduidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de julho de 2016.

Enquanto aguardamos quórum para deliberar, e esperamos que hoje venhamos a ter quórum porque estamos com muitas matérias atrasadas, eu queria fazer algumas considerações sobre o nosso evento de sexta-feira, na abertura do Ciclo de Debates em Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Nós começamos por Porto Alegre e, modéstia à parte, foi um sucesso muito além da expectativa. Então, a primeira nota que tenho, enquanto conversamos, é sobre isto.

Conforme foi anunciado nas audiências passadas aqui, neste dia 1º de julho tivemos a primeira audiência pública descentralizada, escolhendo Porto Alegre, com pesquisadores e autoridades do Rio Grande do Sul, tendo como pergunta central como estão a pesquisa e inovação. A realidade da pesquisa e inovação no Rio Grande do Sul foi debatida e promovida por esta Comissão na sexta-feira de 14h às 18h. Era para termos transmissão, inclusive, da TV Senado, o que aconteceu, e da TV da Assembleia Legislativa, do Rio Grande do Sul, e acabamos tendo que ampliar para que todos pudessem falar. Assim mesmo, houve convidados importantes que não puderam falar porque, apesar das 4 horas de duração, com uma média de tempo de oito minutos para cada um, nós tivemos que abrir mão de alguns depoimentos.

Foram reunidas 160 personalidades especialistas de universidades e institutos de pesquisa, fora as pessoas que tinham interesse, curiosas. Tivemos a lotação do plenarinho da Assembleia Legislativa e precisamos usar duas outras salas da Assembleia, com telões, e algumas pessoas, inclusive, se aborreceram por não terem conseguido acesso ao plenarinho, onde estávamos realizando a audiência.

O encontro teve a nossa mediação e integrou, então, o ciclo de debates que estamos começando pelo Brasil. Estamos agora negociando uma mudança de data para o segundo encontro, que vai ser em Belém do Pará, numa oferta que fez o Senador Flexa Ribeiro; estamos tentando a data de 2 de setembro.

O objetivo do ciclo é estabelecer mecanismos de comunicação qualificada com a sociedade, em parceria com as instituições acadêmicas, organizações governamentais e entidades de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico em diversas cidades do País.

O próximo debate, então, está programado para Belém do Pará, no mês de setembro.

Integraram a lista de presença na reunião da Academia Brasileira de Ciência a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes); a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul; a Prefeitura de Porto Alegre; dirigentes de parques tecnológicos do Estado; oito reitores compareceram; 25 pró-reitores compareceram ao nosso encontro de sexta-feira passada; outras tantas autoridades; enfim, contamos com um debate qualificadíssimo em Ciência, Tecnologia e Inovação, que muito nos alegrou verificar o interesse e o estágio atual de desenvolvimento das instituições e empresas gaúchas.

Nós recebemos, nesse encontro, os reitores de cidades distantes, inclusive, de cidades a mais de 300km, como Bagé, a 400km de Porto Alegre; Passo Fundo, a 300km de Porto Alegre; Lajeado, uma cidade distante; Santa Maria compareceu também com o seu reitor; Erechim; Caxias do Sul; Novo Hamburgo; Santo Ângelo; Ijuí; Cruz Alta. Veio gente de toda parte para esse nosso encontro e cada um expôs, mostrando uma disseminação impressionante de parques tecnológicos que estão sendo criados no Rio Grande do Sul.

Houve um despertar, e esse foi um dos pontos auspiciosos da nossa reunião, que foi constatar que o Estado do Rio Grande do Sul dispara no interesse pela pesquisa tecnológica. Houve até um reitor do Tecnopuc, que é tido como um dos melhores centros tecnológicos do País, arriscando dizer que ele desafiava a quem tivesse, se algum Estado brasileiro possui mais centros de pesquisas em Ciência e Tecnologia do que o Rio Grande do Sul.

De modo que foi a constatação agradável que tivemos, que era aquilo que pretendíamos, que era fazer uma apuração sobre o estágio da investigação tecnológica pelo Brasil. Começamos por Porto Alegre, por conhecer o ambiente lá, por conhecer as pessoas, começar essa experiência, que foi um verdadeiro desafio. Aprendemos como fazer, há algumas pequenas coisas a corrigir daqui para adiante, e nós conseguimos divulgar pela TV Senado para todo o Brasil qual é a situação nesse terreno no Rio Grande do Sul. E assim vamos partir agora para outras cidades do Brasil.

Bom, dito isso, com muita satisfação, sobre o que fizemos lá, o tempo, como eu disse, era para ser de três horas. Havíamos contratado um *link* pela televisão para três horas, mas houve uma prorrogação concedida aqui pela nossa direção da TV Senado.

Bom dia, Senador Valdir Raupp! Eu estava contando aqui aos presentes e aos telespectadores o êxito que obtivemos com o primeiro debate sobre Ciência e Tecnologia na cidade que o senhor tão bem conhece, que é Porto Alegre. Nós tivemos 4 horas de debates com três salas lotadas. O plenarinho da Assembleia Legislativa, que é bem maior do que este plenário onde nós estamos, ficou completamente lotado. Uns 15 minutos antes de começar, já estava lotado, com a presença de oito reitores de universidades do Rio Grande do Sul e 25 pró-reitores, além das entidades que fazem pesquisas, empresas.

Com isso, debatemos profundamente a situação no Rio Grande do Sul e agora vamos partir para outros Estados, sendo que a próxima cidade será Belém do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Dito isso, vamos ver mais algumas notícias, como é praxe aqui, enquanto aguardamos o quórum.

Por exemplo: novos rumos na ciência é o que pede o Prof. Dr. Nagib Nassar, da Universidade de Brasília.

"No final de 2014, artigos publicados pela Revista *Nature* geraram muitas lamentações na comunidade científica brasileira. Segundo *ranking* da prestigiosa publicação, o Brasil é um dos países com menor eficiência no gasto com ciência. O país figurou em 50º entre 53 avaliados, atrás de nações como Irã, Paquistão e Ucrânia.

A lista é feita por meio da divisão do número de artigos publicados em 68 revistas científicas internacionais de alto prestígio pelo total de investimentos em pesquisa.

O Brasil publicou, em 2013, 670 artigos nessas revistas. O gasto com ciência e desenvolvimento, aqui, é da ordem de US$ 30 bilhões ao ano. O Chile, por sua vez, publicou 716 artigos, com gastos no setor de menos de US$ 2 bilhões. Esses dados indicam que há algo de muito errado na administração dos recursos destinados à ciência e ao desenvolvimento no País.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento do setor, até hoje, não divulgou o número de publicações de impacto, resultantes de editais milionários do governo. Infelizmente, os editais sempre geram reclamações.

Muitos pesquisadores qualificados e aptos foram prejudicados por processos de análise inapropriados. Há ausência de controle de técnicos e de consultores nos editais. Por isso, não surpreende a falta de produção científica de impacto.

Entre 2012 e 2015, o CNPq lançou mais de R$ 100 milhões em editais – por exemplo, acordos de cooperação com Finlândia, Suíça e Suécia que não tiveram potencialidade de publicações de relevância. Até este momento, não sabemos o impacto socioeconômico ou a qualidade das publicações dos referidos editais.

Um caso bastante lembrado é o da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que aprovou, entre 2005 e 2008, investimentos de R$49,4 milhões nas pesquisas das empresas de biotecnologia Alellyx e CanaVialis. Logo após receberem parcelas do dinheiro, as empresas, parte do grupo Votorantim, foram vendidas para a norte-americana Monsanto. A negociação recebeu críticas até do ministro de Ciência e Tecnologia da época, Sérgio Rezende.

Outro exemplo de desperdício que prejudica o quadro científico nacional é o programa Ciência sem Fronteiras. Foi imposto sem qualquer consulta à comunidade científica, e as autoridades responsáveis pelo CNPq ou pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) nem tiveram a coragem de opinar.

O Ciência sem Fronteiras nada mais fez do que fortalecer programas de pesquisa e pós-graduação de institutos estrangeiros. Brasileiros foram para o exterior estudar problemas de outros países, não os da realidade brasileira. Quem o idealizou ignorou o importante papel da iniciação científica na formação do senso de cidadania.

Em seu curto mandato na presidência do CNPq (2010/2011), o físico Carlos Aragão teve uma visão ampla para remediar problemas de julgamentos superficiais de projetos milionários de editais. Tentou garantir a todos os pesquisadores o direito de concorrer, sem restrições artificiais. Infelizmente, logo que deixou o posto, tal plano foi enterrado." (artigo publicado originalmente na *Folha de S. Paulo*, em 24 de junho deste ano, e no portal da Universidade de Brasília, em 27 de junho último).

E falando em novos rumos para a ciência, qual é de fato o papel da ciência?

Muitas pessoas criticam a ciência pura, dizendo que ela para nada serve. Será isso verdadeiro? De onde vêm tantos conhecimentos que serviram para desenvolver diagnósticos e medicamentos para tantas doenças que assolam a nossa civilização? E tantos outros conhecimentos sobre o comportamento da natureza que, de certa forma, servem para prevenir alguns desastres!

Vejamos aqui duas notícias importantes: a primeira é sobre a camada de ozônio, seu impacto na saúde humana e o que fazer para reduzir o buraco na camada de ozônio. A segunda noticia refere-se aos riscos que vêm da austeridade.

Atmosfera recuperada.

Pesquisa constata redução do buraco na camada de ozônio. O resultado positivo foi obtido graças a medidas tomadas na década de 1980. A camada de ozônio, uma parte da atmosfera que envolve a Terra, é essencial para a proteção contra os raios solares. Por isso, quando em 1985 um estudo constatou que esse escudo estava ficando cada vez mais fino, a ponto de apresentar um rombo sobre a Antártida, a comunidade científica entrou em alerta.

Logo começou uma pressão para que a indústria de todos os países interrompesse o uso de clorofluorcarbonos sintéticos, ou gases CFCs, apontados como os responsáveis pelo fenômeno. Esse esforço levou à elaboração, em 1987, do Protocolo de Montreal, que previa a adoção da medida e foi gradativamente adotado pelas nações.

Uma pesquisa publicada na edição de hoje da Revista *Science* mostra que a medida adotada internacionalmente surtiu o efeito desejado. No artigo, especialistas americanos compararam o volume de ozônio atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

na atmosfera com as medições feitas 15 anos atrás, concluindo que, desde então, a camada se recuperou significativamente.

Para os autores, a boa notícia é uma prova de que ações globais de respeito ao meio ambiente geram efeitos positivos. Eles ressaltam que a melhora da camada pode ser ainda maior se o combate à emissão de poluentes for intensificado.

O CFC é uma espécie de cloro que pode ser usado na fabricação de aerossóis, isolantes e geladeiras. Com o alerta gerado pelos pesquisadores, diversos países extinguiram ou diminuíram consideravelmente seu uso a partir da década de 1990.

No entanto, depois de lançado, o gás permanece muito tempo na atmosfera, continuando a causar danos por décadas.

Por isso, a necessidade de análises que verifiquem se as ações tomadas realmente funcionaram. "Os produtos químicos não desaparecem imediatamente quando paramos de produzi-los. Eles têm uma vida útil de cerca de 50 anos. Agora, eles começaram uma lenta decadência. Isso significa que precisam ser monitorados continuamente."

Os cientistas notaram reduções consideráveis nos danos durante esse período. "Fomos capazes de mostrar que a cura está acontecendo graças a uma consistência encontrada em várias medições. Vimos que o tamanho do buraco de ozônio em setembro está ficando menor. Seu tamanho médio durante esse mês diminuiu cerca de 4 milhões km² em 15 anos, quase metade da área do Brasil" – informa Susan Solomon, uma das autoras e pesquisadora do Departamento de Estudos Climáticos do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos.

"Ele, contudo, ainda é muito grande, com um tamanho médio de aproximadamente 17 milhões km². Por isso, a camada ainda não está completamente curada, mas está melhorando", completa.

A cientista destaca que a diminuição do buraco acompanha as reduções da quantidade de gases nocivos detectados. "O encolhimento do buraco de ozônio em setembro foi consistente com a queda do cloro na atmosfera hoje. Isso quer dizer que o buraco de ozônio já está se recuperando, o que é maravilhoso na minha opinião. O mundo decidiu tomar uma atitude em relação a esses produtos químicos, e o planeta está respondendo como esperávamos" – comemora.

Para Rafael Loyola, diretor do Laboratório de Biogeografia da Conservação da Universidade Federal do Goiás (UFG), o estudo traz muitos dados e modelos para análise que dão validade aos achados. "Com essas informações temos provas suficientes para dizer que o buraco está se fechando, e isso tem ocorrido devido à diminuição do CFC, vilão principal do ozônio. A preocupação, agora, é o gás carbônico, que também influencia nesse estrago, por isso é importante continuar a luta para a redução, como o Acordo de Paris, assinado por diversos países em dezembro passado, na COP 21", avalia o especialista, que não participou do estudo.

A recuperação do ozônio é essencial para o bem-estar de todos no Planeta, principalmente para evitar danos à saúde humana, lembra Loyola. "O ozônio é um grande filtro de radiação ultravioleta, que, caso atinja a Terra, pode prejudicar muito os animais e também as plantas, que não conseguirão fazer a fotossíntese, um processo essencial para sua sobrevivência. Já para os humanos, os riscos são os tumores. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), "para cada 1% de perda da camada de ozônio, ocorrem 50 mil novos casos de câncer de pele", explicou o especialista.

Nós continuamos esperando o quórum, que é uma dificuldade que viemos tendo, não é, Senador Pedro? Se todos fossem como V. Exª essa nossa Comissão estaria voando em eficiência.

Tenho, inclusive, pensado em discutir com a Comissão se o problema é o horário. Pode ser, mas temos uma dificuldade aqui, a concorrência aqui pela televisão é muito grande.

Todas as Comissões querem o televisionamento do seu espaço. Se nós começarmos neste horário oficial, programado para às 7h45, nós temos televisionamento. Se nós começarmos depois das 9h, já não temos o televisionamento, já que é uma outra Comissão que tem a prioridade. Então, esse é o nosso drama.

Já pensamos também em fazer ao fim da tarde, mas, no fim da tarde, também não dá, porque tem Ordem do Dia. Segundas e sextas, nós não temos quórum, então, é um drama. Quem tiver sugestões, que nos apresente, para que ofereçamos mais condições, porque, se nós estamos em uma grande campanha aberta, com ciclos de debate pelo Brasil, nós precisamos conscientizar, antes de mais nada, a própria Comissão.

A nossa Comissão não está convencida ainda da importância de discutir Ciência, Tecnologia e Inovações, o que é fundamental. Não é por pertencer a esta Comissão, porque pertenço a outras, mas eu a julgo entre as três ou quatro Comissões mais importantes do Senado. Essa é a realidade que ainda não foi entendida, concorda?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pois é, temos é que convencer os nossos colegas, porque nós estamos começando a ter muita matéria atrasada para decidir. Hoje nós tínhamos cerca de 46 itens para ver até onde nós iríamos aprovando. Não sei se nós conseguiremos aprovar, exatamente por falta de quórum e, com isso, estamos sofrendo uma crítica muito rude, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

procedente por parte da imprensa. Eu tenho ouvido as principais rádios de manhã cedo, e as críticas são candentes, são ferinas, algumas até insolentes, mas são pertinentes, porque nós podemos render muito mais, e isso não tem acontecido. Nós precisamos de consciência do nosso pessoal.

Agora, como convencer? Já mandamos cartinha pessoal, nominal para cada um dos integrantes da nossa Comissão. E não é só a nossa Comissão; inúmeras Comissões vêm tendo problema de quórum.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Prazer em tê-lo aqui!

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O prazer é meu!

Talvez tenhamos que adotar uma medida mais coercitiva. Eu não gosto, mas é imperioso. Talvez com três faltas consecutivas e cinco alternadas possa a pessoa abrir mão de participar da Comissão e trazer alguém que queira realmente participar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É uma ideia. Vou levar essa sua sugestão para o...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Com o devido respeito, é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Vou levar para os demais integrantes da Comissão. De fato, nós não queremos...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Porque todo colegiado, todo conselho, como este, que é um conselho de elite, que trata de Ciência e Tecnologia, que garante, na verdade, o desenvolvimento científico, tecnológico e o desenvolvimento social, econômico e político, pela importância da própria pesquisa, discurso de pesquisa básica, pesquisa tecnológica, deve ter um tratamento diferenciado.

Eu acho que ela deve ser priorizada em relação a todas as demais Comissões, ela e a educação. Eu vejo assim: elas têm uma integração, interação muito forte. Então, seria necessária alguma atitude que não fosse talvez uma ação proativa, salvo melhor juízo.

Eu coloco isso de forma muito humilde, mas eu acho que é necessário que possamos mostrar aos nossos pares a importância de estar aqui, mesmo que tenham que se antecipar, vir na véspera.

Eu mesmo venho na véspera – venho na segunda-feira –, especialmente para participar da Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu poderia vir na terça, chegando aqui às 10h. Seria mais cômodo, mas não seria justo nem honesto com o próprio Senado ou com a própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É a mesma situação que eu vivo. Eu venho às segundas-feiras de tarde.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ainda ontem, como na próxima segunda, eu recebo críticas por não ficar lá, porque estamos em época de discutir candidaturas às prefeituras do meu Estado e o Partido me pede insistentemente que eu esteja presente nas discussões, que têm sido às segundas-feiras.

Ontem à noite, por exemplo, havia uma reunião da executiva do meu Partido em Porto Alegre para decidir exatamente várias propostas de nomes para as principais cidades do Rio Grande do Sul. Eu não pude ficar lá, porque tinha este compromisso de estar aqui às 8h30 da manhã.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – A gente precisa eleger prioridades, não é, Presidente? Esse que é o problema. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É. É um drama isso. E temos de manter a elegância que é própria, que pauta a nossa vida aqui, no Senado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Senado tem um nível de relacionamento muito digno, de muito respeito entre os seus integrantes. Então, nós precisamos ter muita habilidade...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Para convencer os nossos colegas. Não dá para propor que venham aqui sob vara. Isso é impossível. (*Risos.*)

Mas vamos continuar procurando alternativas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O convencimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Essa sua proposta é boa. Quem faltar três vezes sem justificativa,...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sem justificativa. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...aí peça para sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso, inclusive, acontece no Conselho Nacional de Educação, enfim. Nos grandes Colegiados importantes, isso, na verdade, é uma norma que eles adotam.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu repito: não é só a nossa Comissão.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Não é, não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu tenho perquirido os dirigentes das outras Comissões. A rigor, são duas as comissões que sempre têm quórum: a CCJ e a CAE. Essas duas não têm problema; têm quórum sempre. Mas também ocorrem em um horário muito favorável, às 10h.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É um horário bem nobre mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exatamente. Mas nós não temos condição, se quisermos televisionamento. Se, com televisionamento, já temos as dificuldades, imagine se nós passarmos a fazer sem televisionamento?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Esse é um fenômeno que se explica: as pessoas querem aparecer, principalmente o Parlamentar, que vive de imagem.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É para mostrar o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exatamente. Que vive de amostragem de serviço, de trabalho. E a TV Senado está com uma audiência espetacular...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Está mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É impressionante, por esse Brasil afora, principalmente à tarde e no início da noite. A audiência é estupenda, principalmente pelas crises que estamos vivendo.

Há uma integração, uma interação, as pessoas querem saber o que tem de novo: quem mais caiu nas operações da Polícia Federal, qual é o novo escândalo. E tem escândalo toda semana.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Querem saber a reação do Senado diante de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exatamente. Querem saber quem está de um lado, quem está contra. Então, é um drama.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – No domingo passado, eu fiz um teste: fui ver o maior clássico do futebol gaúcho que é o Grenal. Saí de lá de com a cabeça inchada, porque eu sou Colorado.

Mas, junto com os colegas que me acompanharam, nós deixamos o carro longe para ir a pé no meio do povo, e aí tem pessoas que cumprimentam, que aplaudem, que tiram fotografia, mas tem aqueles que vaiam e que cobram...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... principalmente em relação ao *impeachment*.

Então, foi um teste para ver como está a coisa. A gente se sujeita, mas eu senti que 80% estão ao lado da posição que eu adotei aqui, no Senado, pelo menos por ora.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O senhor foi muito corajoso, viu?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Disseram-me que eu não deveria ir, mas nós fomos enfrentando, cumprimentando e tal, porque, afinal, a gente está no meio do eleitorado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso é bom.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O ruim mesmo foi o resultado do jogo.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O meu foi ótimo, porque eu sou corinthiano, e ganhamos de 4 a 0 do Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ganhou do Flamengo, que tem uma torcida impressionante aqui, em Brasília. É o clube de maior torcida em Brasília.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É, sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Palmeiras está liderando e o Corinthians está em segundo lugar. Essa é uma tendência no momento. E o Santos está vindo de trás com muita força.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Estou com impressão de que o Santos é um grande candidato a ser campeão brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Bom, mas vamos aguardar mais um pouco. Enquanto isso, podemos ir trocando ideias até que tenhamos pelo menos um número de presentes suficiente para, pelo menos, ler alguns dos projetos. Nós temos mudado um pouco a prática da Comissão. A Comissão, anteriormente, se detinha, prioritariamente, a aprovar licença para as emissoras de rádio e televisão. Nós estamos discutindo mais ciência e tecnologia e deixando mais para segundo plano a discussão de emissoras.

José Medeiros, nosso ilustre Senador, bom dia!

Andou por Mato Grosso este fim de semana? O senhor sempre tem andado pelo interior nos fins de semana...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Dessa vez eu estava de cama.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Resfriado?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Resfriado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nosso clima não é fácil.

Só para dar uma ideia, na segunda-feira da semana passada, a temperatura em Porto Alegre, às 16h, horário em que eu tomo o avião, era de 10°. Ontem, uma semana depois, a temperatura, às 16h, era de 30°. Então, em uma semana mudou tudo. E a meteorologia está prevendo, a partir de hoje, no Rio Grande do Sul, chuva e, a partir de quinta-feira, aquilo que é muito próprio da minha região, quatro estações no mesmo dia. Isso é bem próprio.

O botânico francês Saint-Hilaire, que esteve fazendo pesquisas no Rio Grande do Sul há 200 anos, disse o seguinte: "Nesta província do País não temos viventes, temos sobreviventes, porque a temperatura muda a todo momento no mesmo dia". É o que nós vivemos. É bem próprio, principalmente da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Mais algumas notícias.

"Dia do Asteroide lembra a humanidade dos perigos do espaço" – é a informação que vem da Agencia Ansa, que diz que cerca de 15 mil asteroides cercam a Terra hoje em dia.

Dia 30 de junho foi comemorada a segunda edição do Dia do Asteroide, e, para a ocasião, diversos eventos foram organizados em vários países do mundo.

A data foi criada para lembrar a todos da importância em se monitorar este tipo de fenômeno e assim conseguir mais verba para patrocinar programas de pesquisa sobre o tema.

"Aproveitamos este dia para fazer balanços dos nossos conhecimentos sobre o campo dos asteroides e os perigos de um impacto [na Terra]", afirmou o fundador do programa Virtual Telescope Project, Gianluca Masi.

A data de 30 de junho foi escolhida por ser o aniversário da queda de um grande asteroide na Sibéria, em 1908, destruindo uma área de cerca de 2 mil km^2. Foi o maior impacto provocado por esse tipo de fenômeno já registrado.

"Entre 1898 e 2000 foram descobertos mil asteroides", comentou o pesquisador responsável pela Agência Espacial Europeia, Ettore Perozzi.

"Atualmente, cerca de 15 mil asteroides cercam a Terra, mas sabemos a composição de apenas 15% deles. Saber se são de ferro ou de rocha é muito importante no caso de um eventual impacto", concluiu.

Sobre os 40 Anos de descoberta do computador Apple. A Agência Ansa italiana noticiou, no dia 1º de julho de 2016, portanto há poucos dias, os 40 anos de invenção do primeiro computador Apple, versão que foi desenvolvida por Steve Jobs, Ronald Wayne e Steve Wozniak e só vendeu 200 unidades àquela época. Ela nada tem a ver com os atuais computadores e *tablets* da marca.

Ao contrário, o primeiro computador Apple foi recusado pelas empresas Atari e HP que, em 1976, já existiam e eram importantes desenvolvedores e comercializadores de tecnologia nos Estados Unidos. Ele já era um projeto bem avançado e ousado. Baseava-se em uma placa de circuito, armazenada em uma caixa de madeira que podia ser conectada diretamente na TV, dispensando uso de terminais de vídeo.

A trajetória desses empreendedores é um importante sinal de alerta para todos que apoiam e estimulam empreendedores nascentes. Na maioria das vezes, as boas ideias e projetos nem sempre nos chegam prontos. É preciso apostar também em patinhos feios.

Ainda sobre *start-ups*: pequenas empresas contam com incentivos para inovar. Mais de 250 empreendedores de diversas localidades do Estado de São Paulo lotaram, na última quarta-feira (29/06), o auditório da Fapesp para esclarecer dúvidas e receber informações mais detalhadas sobre como elaborar melhor seus projetos para obter apoio do Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (Programa Pipe), da Fapesp. Eles participaram do Diálogos sobre Apoio à Pesquisa para Inovação na Pequena Empresa.

O alto número de empreendedores participantes do evento, promovido pela Fapesp em parceria com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

das Empresas Inovadoras (Anpei) e o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi), é mais um de uma série de sinais que Ronald Martin Dauscha tem identificado de um aumento na disposição de empreendedores de criar pequenas empresas de base tecnológica *(start-ups*) no País.

O Presidente do Centro de Inovação, Educação, Tecnologia e Empreendedorismo do Paraná (Cietep), da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e membro da Coordenação de Área Pesquisa para Inovação da Fapesp, Dauscha avalia nesta entrevista, concedida à Agência Fapesp, o atual cenário de apoio à inovação em micro e pequenas empresas no País.

Dauscha conhece bem os desafios que se colocam para empresas e empreendedores. Foi Diretor de Inovação e Tecnologia do Grupo Siemens e presidiu a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), entidade da qual hoje é diretor.

Nessa entrevista, Dauscha analisa a importância da interação das grandes empresas com as *start-ups* e os obstáculos que essas pequenas empresas de base tecnológica têm que enfrentar para viabilizar suas ideias de negócios.

Segundo ele, são dois os grandes desafios. Um deles é o capital. A gente acha que tendo a ideia, o produto – que pode ser uma molécula ou um aparelho montado em uma bancada – é o suficiente, e muitas vezes não é. É preciso aprimorar, embalar, ter um sistema de vendas, replicar e produzir. E, para isso, é preciso capital, não só para pesquisa, mas para desenvolver e depois viabilizar a ideia.

O outro aspecto é aprender a fazer negócios. Muitas vezes os sócios iniciais de uma micro e pequena empresa nascente de base tecnológica são muito bons no desafio tecnológico que pretendem resolver, mas não têm ideia de como abordar, como identificar quais são seus verdadeiros clientes e seu mercado, como fazer seu produto chegar até o seu cliente e como comunicar.

Quanto ao tipo de apoio, o Diretor da Anpei diz que há um movimento de apoio à inovação em pequenas empresas e várias instituições têm lhes oferecido ajuda. Sem dúvida, uma das instituições mais fortes e focadas nisso é a própria Fapesp, que tem um programa de apoio à inovação em pequenas empresas, o Pipe, muito bem planejado e desenhado.

Por meio do Pipe, as empresas podem receber apoio em três fases, sendo a terceira de apoio à comercialização, de introdução dos produtos de mercado. O Pipe é um dos melhores programas que existe no Brasil para ajudar *start-ups* a dar um salto e passar pelo "vale da morte", que é fazer, desenvolver, provar que funciona, pesquisar e ter um produto.

Também existem outras entidades que ajudam aqueles com ideia de negócio a realmente se tornar um empreendedor, como a Endeavor, além de uma série de incubadoras ou aceleradoras que recebem essas empresas iniciantes e ajudam a formatar suas propostas de negócios para prepará-las para o mercado. A Anpei também tem programas de apoio voltados às *start-ups*. Hoje, 30% das associadas à Anpei são pequenas empresas.

A Anpei afirma, ainda, que o número de micro e pequenas empresas de base tecnológica cresce não só por necessidade, mas por vocação.

O Diretor afirma que, alguns anos atrás, quando um professor de engenharia perguntava para os alunos quantos queriam ser empresários, só um ou outro levantava a mão. Hoje, metade da classe levanta a mão – interessante essa notícia. Há uma tendência cada vez maior das pessoas de querer empreender. E isso tem relação, também, com as chamadas gerações Y e Z que não se enxergam trabalhando no governo ou em uma grande empresa, mas realmente querem ser donas de seu próprio nariz, fazer seus próprios planos e atingir seus ideais.

Então, há uma evolução bem clara no Brasil, que está um pouco atrasada em relação ao resto do mundo, mas que claramente está acontecendo.

Embora tenhamos instituições estaduais e também em nível nacional apoiando uma série de órgãos ligados à inovação, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – que agora foi fundido com o Ministério das Comunicações –, além do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o BNDES, no Brasil a sinergia e orientação únicas de todos esses atores precisa ser realmente focada para inovação nas pequenas empresas. É importante que haja essa sincronia.

Bom dia, Senador Flexa!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Bom dia, meu Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não sei se V. Exª teve oportunidade de ver o nosso programa de Porto Alegre, mas acho que vamos abrir uma concorrência daqui para diante. Lá foi um sucesso completo. Nós tivemos não só o plenarinho da Assembleia lotado, mas duas salas com telões, o comparecimento de oito reitores de universidades do Rio Grande do Sul e 25 pró-reitores, além de presidentes, diretores de todos os centros tecnológicos e científicos do Rio Grande do Sul.

Tivemos a satisfação de, inclusive, ter de prorrogar o horário para que todos falassem e tivemos o cuidado para estabelecer o tempo de cada palestrante, na base de oito minutos cada um. Mais para o fim, o tempo era de três a quatro minutos, para que todos falassem, e, assim, em vez de três horas, tivemos uma reunião com duração de quatro horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Agora queremos que V. Exª nos ajude, já que nos ofereceu essa oportunidade; prepare-nos o terreno para Belém do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom dia a todos, meu Presidente Lasier Martins, Srs. Senadores!

Primeiro quero parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A mim só não, foi uma grande equipe, Senador. Muita gente trabalhou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade.

Cumprimento todos que contribuíram para o sucesso da primeira audiência pública itinerante, que V. Exª propôs. E nós vamos executar a segunda, com muita honra e alegria, em Belém, no meu Estado.

Lamentavelmente, eu soube do sucesso. Não assisti, porque estava no interior...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor estava na selva amazônica?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estava visitando os amigos em Vigia, em Viseu, em Tracuateua, estava rodando aquele Estado que é um país. Depois fui a Breves – e aproveito até para mandar um abraço a todos que estiveram conosco, nos nossos encontros, aqui pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Mas, nas vezes em que fiz contato aqui com o gabinete em Brasília, ao aguardar ao telefone, pude escutar trechos, porque ela foi transmitida.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, foi, pela TV Senado, para todo o Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela TV Senado e pela Rádio Senado. Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E pela rádio também, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Também. Eu ouvi pela rádio. Então, eu quero parabenizá-lo. E quanto à de Belém, nós estamos numa expectativa muito grande. Depois vou conversar com o meu Presidente para definirmos o local.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nós estamos propondo uma data.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A data é em setembro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A nossa proposta é 2 de setembro, porque naquela outra data de setembro nós teremos compromisso aqui no Congresso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Era 16, não era?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ou 24 ou 25. Mas queremos propor 2 de setembro. Quer dizer, nós temos mais de 40 dias para preparar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Tranquilo. Só existe uma dificuldade, Presidente – e temos que avaliar isto –: é que estaremos em plena campanha eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas os pesquisadores científicos não se interessam muito pelo período eleitoral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade, só que os Senadores têm que trabalhar nas bases. Então, vamos avaliar, mas é uma sexta-feira, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, uma sexta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É uma sexta-feira. Exatamente. Não sei como o Presidente Renan vai decidir a questão das sessões deliberativas do Senado ao longo desses 40, 45 dias de campanha. Vai haver um reflexo. Eu sei que os pesquisadores são eleitores e formadores de opinião. Mas vamos, em princípio,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Vamos negociar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...confirmar no dia 2, então. E tenho certeza de que será também, como foi lá em Porto Alegre, um sucesso. Porque esse é um tema que não só motiva como instiga todos nós a discuti-lo e a propor condições para que, realmente, ciência, tecnologia e inovação seja considerado um tema prioritário em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exato. E é uma oportunidade para divulgarmos o que cada Estado está vivendo.

Nós sabíamos que há um grande parque tecnológico em Porto Alegre que se chama Tecnopuc. É pioneiro no Rio Grande do Sul. Nós descobrimos, por exemplo, que naquele prédio imenso, de seis ou sete andares, trabalham 6,5 mil pessoas e que há empresas investigadoras, incubadoras, da expressão, por exemplo, da HP, Google e Apple. Estão lá trabalhando. Da mesma forma, o Tecnosinos, que é um outro grande centro tecnológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Enfim, nós tomamos conhecimento e divulgamos não apenas para os gaúchos que nos acompanharam. Tivemos uma boa audiência pela TV Senado, com um bom retorno nas manifestações que recebemos, ainda na sexta-feira, ao fim da tarde, de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Nós passamos a limpo, nós fizemos uma varredura no Rio Grande do Sul para saber quem está implantando parques tecnológicos.

Tomamos conhecimento de que Passo Fundo está muito adiantado em seu parque tecnológico.

Compareceram lá o Reitor da Universidade de Passo Fundo, José Carlos de Souza; a Reitora da Universidade de Cruz Alta; o da Universidade de Pelotas; o da Universidade em Bagé; o da Universidade em Lajeado;, todos nos dando uma ideia do estágio em que se encontram com as instalações de centros tecnológicos – o que, aliás, já falei aqui.

Nós não temos quórum ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Senador José Medeiros pediu para retirar seu projeto de pauta porque ele vai abrir agora um seminário sobre a primeira infância.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação, com a Emenda que apresenta.
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa;
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016;
3) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 21/06/2016, a pedido do relator.) (*Pausa.*)

Senador Pedro Chaves, nós podemos ler o seu relatório sobre a banda larga fixa. Não vamos votar, mas pelo menos teremos a leitura. É um tema extremamente aguardado, polemizado. A população brasileira está muito na expectativa para ver a legislação que vamos criar sobre banda larga, quando estamos aí acompanhando, há várias semanas, o desejo das operadoras de limitar o direito ao uso gratuito, querendo, naturalmente, faturar sobre os excessos.

Item 6:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2016
- Terminativo -

Insere o inciso XIV no art. 7º da Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, para vedar a implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Pedro Chaves
Relatório: Pela aprovação.

V. Exª tem a palavra para ler o relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relatório, Srs. Senadores.

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 174, de 2016, da lavra do Senador Ricardo Ferraço, que pretende vedar a implementação de franquias de consumo nos serviços de acesso à internet em banda larga fixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Para tanto, o PLS insere o inciso XIV no art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para assegurar aos usuários o direito à não implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise da matéria.

De acordo com os incisos VIII e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à regulamentação, controle e questões éticas referentes à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática, bem como a assuntos correlatos. A iniciativa em análise inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Em vista do caráter terminativo da decisão, cabe a esta Comissão apreciar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa das proposições.

A matéria é da competência legislativa da União e cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor em lei ordinária, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do que dispõem os arts. 22, IV; 48, XII; e 61, *caput*, todos da Constituição da República.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Tampouco se verifica vício de injuridicidade.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar o caráter meritório da iniciativa destinada a impedir a adoção de modelos negociais que limitem o acesso dos usuários à internet fixa, pois, conforme salientado pelo autor do projeto, o eminente Senador Ricardo Ferraço, a internet transformou-se em um recurso fundamental para o exercício da cidadania.

De fato, o avanço tecnológico das últimas décadas fez surgir a denominada sociedade da informação – ou sociedade do conhecimento, não é? –, que se caracteriza pelo uso intensivo de produtos e serviços baseados nas tecnologias da informação e comunicação, com destaque para o extraordinário crescimento da internet. Nesse cenário, é inquestionável o papel fundamental que a internet desempenha, tanto como viabilizadora de inclusão social – e, obviamente, digital – quanto indutora de inovação e avanço tecnológico. E temos observado também todo o movimento internacional, especialmente nos demais países que compõe os BRICS, incentivando e garantindo a ampliação da abrangência e da qualidade da Internet para sua população. Não podemos aceitar entrar na contramão da história.

O reconhecimento legislativo dessa realidade veio com o Marco Civil da Internet, aprovado pela Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que classifica "o acesso à internet" como essencial ao exercício da cidadania, somente admitindo a suspensão do serviço pela empresa provedora em caso de inadimplência do usuário do serviço.

Destaque-se, ademais, ser esse um processo irreversível, pois a sociedade estará cada vez mais conectada e a demandar a utilização de conexões mais velozes e de equipamentos mais potentes com capacidade para armazenar e processar enormes volumes de dados. Estudos apontam que, até 2020, mais de 50 bilhões de dispositivos estarão conectados à internet, o que intensificará a necessidade de prover soluções que garantam a interação, em tempo real, não apenas das pessoas nas redes sociais, mas também dos equipamentos no contexto da internet das coisas.

Esse novo paradigma coloca o País diante do desafio de viabilizar a adoção de soluções tecnológicas para tratar e transmitir enormes volumes de dados numa velocidade elevada, compatível com o elevado grau de conectividade que caracteriza a sociedade da informação.

Inadmissível, portanto, que haja retrocessos como a limitação da internet fixa, que representa um freio ao avanço da inovação e ao desenvolvimento das empresas da nova economia, além de prejudicar ações governamentais para a inclusão digital, o acesso à informação, à cultura e à educação. Tal fator certamente acarretará também prejuízo ao desenvolvimento econômico e de competitividade diante do mercado globalizado.

Nesse sentido, a reação da sociedade foi imediata. Um abaixo assinado *on-line* no *site* do Avaaz, em menos de uma semana, já reunia mais de 1,6 milhão de assinaturas contra a referida medida.

De igual modo, o DataSenado realizou uma enquete sobre a limitação de dados na internet de banda larga fixa e quase todos (99%) dos 608.470 internautas que participaram são contra a medida. A participação recorde, o maior número da história desse tipo de sondagem, foi registrada depois que as operadoras de internet anunciaram a intenção de cortar ou reduzir a velocidade de acesso dos internautas que esgotarem a franquia de dados contratada. O resultado demonstrou, de maneira cabal, o repúdio da população à limitação da banda larga.

A maioria dos internautas (64%) acreditam que a limitação pode diminuir a qualidade dos serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Caso esta Casa silencie contra esta medida, o número de envios e *downloads* de arquivos pesados, como vídeos, imagens, textos ilustrativos e áudios teriam que ser rigorosamente controlados pelo usuário e sua família. A decisão tomada pelas empresas poderia prejudicar milhares de estudantes que fazem uso da educação a distância – hoje temos 1,5 milhão de alunos que fazem educação a distância nos diversos rincões do País, da Amazônia até o Rio Grande do Sul –, sendo este um grande e valioso instrumento de capacitação e inclusão social. Sabedores que a educação se constitui na verdadeira esteira que colocará nosso País no rumo do desenvolvimento, não podemos retroceder, apenas devemos trabalhar para avançar em novas conquistas e o presente PLS se coaduna com esses objetivos.

O Brasil deve se conectar ao futuro. Eventual alteração da política de comercialização do serviço de acesso à internet fixa que represente limitação do acesso significa trazer o passado de volta, à semelhança da tarifação pelo tempo da ligação ou pela quantidade de pulsos, características já ultrapassadas mesmo no segmento da telefonia fixa.

Assim, afigura-se desarrazoado admitir a possibilidade de adoção de qualquer modelo de negócio que importe na limitação do acesso à internet ou, por via indireta, na injustificada elevação de preços nos serviços atualmente prestados.

Nada obstante, é forçoso reconhecer que as regras editadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ainda não incorporaram os avanços trazidos pelo Marco Civil da Internet e permitem a comercialização do serviço de acesso à internet – tanto fixa quanto móvel – por franquia de consumo e com a cobrança adicional por consumo excedente. O que é lamentável. Inclusive o Sr. João Batista de Rezende, da Anatel, vem pregando na verdade, a limitação da banda.

Parece que ela está a serviço das concessionárias e contra os internautas e usuários.

Evidencia-se, assim, a necessidade de assegurar em lei o direito de o usuário contratar serviço de conexão fixa à internet sem franquia de consumo.

Registro, por fim, que a matéria, por sua relevância e urgência, mereceu a atenção dos Parlamentares desta Casa Legislativa que apresentaram outros projetos de lei, mas com o mesmo cunho, com o mesmo objetivo. É o caso, por exemplo, do PLS nº 176, de 2016, do Senador Eunício de Oliveira; e do PLS nº 249, de 2016, do Senador Humberto Costa.

Fica evidente, Sr. Presidente, portanto, que é urgente a manifestação do Congresso Nacional sobre matéria tão relevante para a sociedade. No entanto, como os projetos referidos não estão apensados, e por economia processual, optamos por oferecer parecer ao PLS 174, de 2016, que foi o primeiro a ser apresentado e que tem o mesmo teor dos dois outros projetos.

Voto:

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Está lido. Só não temos condições de votar, porque este PLS precisa de quórum presencial de, no mínimo, nove Senadores. Mas está lido, então, o seu relatório a esse projeto do Senador Ferraço, que é pela vedação à franquia pretendida com relação à internet banda larga fixa.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Tem que ser ilimitada, como é atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Continuar assim.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Mesmo porque hoje a gente compra 5 mega, 10 megas, e as empresas não entregam esse valor. Geralmente, entregam de 20% a 30%.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

Então, vamos aguardar que, se não der hoje, pelo menos na próxima reunião, que será a última antes do recesso, possamos votá-la, pois é uma das matérias mais importantes desta primeira metade do ano de 2016.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu tenho, inclusive, uma documentação aqui da OAB que pede o afastamento do Presidente da Anatel, João Batista de Rezende, por causa de seu posicionamento em relação ao fim da banda larga ilimitada. O Presidente da Anatel será alvo de um pedido de afastamento do cargo pela OAB Nacional.

Inclusive, o Sr. Cláudio Lamachia afirma que o órgão regulador, como um sindicato de empresas de telecomunicações, sua condição de permanência está absolutamente comprometida, como temos visto atualmente.

Lamachia também classificou de desastrosa a declaração de Rezende sobre a era da internet banda larga ilimitada ter chegado ao fim. Então, existe aqui um documento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito!

Aliás, inclusive, esteve aqui nesta comissão o Presidente da OAB, Cláudio Lamachia, verberando fortemente contra a Anatel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Senador Aloysio, é um prazer tê-lo aqui. Bom dia!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nós estamos distribuindo, pela nossa Assessoria, o boletim da nossa Comissão, em que há duas páginas encartadas sobre o evento que tivemos sexta-feira passada, em Porto Alegre.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A primeira das audiências.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A primeira. Foi muito bem-sucedida. Já comentamos demoradamente o entusiasmo com que nós saímos de lá, com todas as expectativas correspondidas além do esperado, pelo número de reitores – 8 reitores de universidade, 25 pró-reitores, 3 salas lotadas, não apenas o plenarinho da Assembleia, onde caberiam 110 pessoas, todos os assentos ocupados e laterais também.

E aí precisamos de duas salas com telões para que pudessem acompanhar. Muita gente foi embora aborrecida porque queria participar do plenarinho. Em vez de três horas, debatemos durante quatro horas os temas.

Há um resumo que foi providenciado pela nossa assessora. Então, quem puder ler, é exatamente o encarte. São duas páginas sobre o que nós fizemos lá. E vamos prosseguir. Acertamos já os detalhes para fazer a próxima em Belém do Pará.

Falta apenas um assinante da lista de presença – embora não estejam aqui, mas já assinaram –, para podermos deliberar sobre determinadas matérias. Mas há algumas que podemos, mesmo sem a presença. Eu quero pedir a gentileza do Senador Chaves para assumir a Presidência, porque eu sou Relator da próxima. Então, por gentileza.

Vamos pelo menos avançar naquilo que der.

V. Exª tem a Presidência. Estávamos aqui discutindo quem seria o meu velho – sem precisar dizer a idade – entre Pedro Chaves e Flexa Ribeiro. E aí achamos que poderia ser Pedro Chaves. Não sei se acertamos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu sou o mais madura, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Senador Aloysio está dizendo que é ele, está avocando a maturidade para ele. Mas não vamos discutir isso agora. Vamos fazer como as mulheres, que não gostam de dizer a idade. Algumas, porque há outras que gostam.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Bom, eu quero agradecer ao Senador Lasier Martins pela deferência para que eu assuma a Presidência de uma Comissão tão importante como esta de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Vamos agora ao item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDR;
2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;
3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016.
4) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 21/06/2016, a pedido do relator.

Com a palavra o Relator, Senador Lasier Martins

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador Pedro Chaves.

Eu vou direto à análise, que me parece suficiente para esclarecer do que se trata.

O acesso aos serviços de telecomunicações, cada vez mais, se relaciona com o grau de desenvolvimento econômico e social das nações. A inclusão digital está ligada à democratização do acesso à internet, por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

de aquisição de equipamentos e da oferta de serviços de conexão à internet com banda larga. O uso de recursos do Fust para tal objetivo amplifica e acelera as políticas públicas de promoção à inclusão digital.

No tocante às desigualdades regionais, a proposição merece reparos. Dados de pesquisas recentes sobre o uso da internet demonstram que o percentual de domicílios sem banda larga varia entre 60% na Região Sudeste e 84% na Região Norte.

Vale frisar: mais da metade dos domicílios, qualquer que seja a região, não dispõem de banda larga.

Logo, não se vislumbra a eficácia de uma política regional quando todas as regiões do País estão mal servidas. É necessário tratar a questão como um problema a ser enfrentado nacionalmente.

Dessa forma, propomos uma emenda substitutiva ao PLS nº 427, de 2014, em que todas as regiões passam a ser contempladas com razões mínimas de aplicação dos recursos. Os novos percentuais foram calculados de acordo com critérios que levam em consideração a de área da região e o número de domicílios não atendidos com banda larga, com maior ênfase para esta variável.

Em que pese a redução do percentual observada para a Região Norte, entendemos que não será prejudicada, haja vista que, de acordo com a proposta, receberá 13% (treze por cento) dos recursos, embora tenha apenas 9% (nove por cento) dos domicílios não atendidos. Da mesma forma, entendemos que a Região Nordeste, a segunda mais populosa, também não fica prejudicada com a emenda, pois continua recebendo o segundo maior percentual: 19% (dezenove por cento).

A Região Sul, que tem os mesmos problemas de falta de internet em banda larga, passa a ser contemplada no projeto, recebendo a razão de 8% (oito por cento) dos recursos do Fust. Igual percentual receberá a região Centro-Oeste, embora o número de domicílios sem banda larga nesta região seja pouco mais do que a metade dos encontrados em igual situação na Região Sul.

Por fim, a Região Sudeste, a mais populosa, receberá 22% (vinte e dois por cento) dos recursos do Fust.

Outro aperfeiçoamento à proposição revela-se no estabelecimento de um prazo para a vigência dessas regras. De acordo com o texto proposto, essa divisão dos recursos teria validade até 31 de dezembro de 2030, ou seja, cerca de quinze anos.

Conforme a redação original do projeto, a emenda ora proposta ainda mantém a razão de 30% (trinta por cento) para ser aplicada discricionariamente pela Administração Pública, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

III – Voto

Em vista do exposto, opinamos, no mérito, pela aprovação do PLS nº 427, de 2014, nos termos do substitutivo apresentado a seguir.

Emenda nº - CCT (substitutivo)

Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 427, de 2014

> Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos em cada região.

O Congresso Nacional decreta:

> Art. 1º O art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 5º .....
> .....
> XV – ampliação do serviço de acesso à internet em banda larga e promoção da inclusão digital.
> §1º Até 31 de dezembro de 2030, os recursos do Fust destinados a programas, projetos e atividades voltados à ampliação do serviço de acesso à internet em banda larga e à promoção da inclusão digital serão aplicados, em cada exercício, na seguinte razão mínima: 13% (treze por cento) para Região Norte; 19% (dezenove por cento) para a Região Nordeste; 22% (vinte e dois por cento) para a Região Sudeste; 8% (oito por cento) para a Região Sul; e 8% (oito por cento) para a Região Centro-Oeste.
> ....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente interino dos trabalhos, Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que votarem favoravelmente permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Neste momento, como muito prazer, retorno a Presidência ao Presidente legítimo, Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Cumprimentando-o pelo brilhante desempenho.

Vamos ao item 1, já que temos a presença do Senador Cristovam Buarque. Seja bem-vindo, como sempre! Bom dia!

É o PLC 48, de 2015, Senador Cristovam.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.

Autoria: Deputada Flávia Morais
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/05/2016 e 21/06/2016.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2015, da Deputada Flávia Morais, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.

A proposição é composta de três artigos.

O art. 1º define o escopo da iniciativa.

O art. 2º acrescenta o art. 78-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), que torna obrigatório o encaminhamento gratuito dos SMS e estabelece que os serviços públicos de emergência deverão conferir tratamento adequado às mensagens de texto recebidas.

O art. 3º determina que a lei que se originar da proposição entrará em vigor 180 dias após a sua publicação.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições relacionadas com o setor de telecomunicações.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre o assunto.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito.

Analisados os aspectos relacionados à constitucionalidade e juridicidade, passamos à análise de mérito da iniciativa.

Conforme observado pela autora, a Deputada Flávia Morais, parcela expressiva da população ainda está excluída dos benefícios proporcionados pela massificação dos serviços de telefonia celular.

Embora o uso do SMS tenha se disseminado amplamente entre os usuários de telefonia móvel, o uso desse recurso ainda não é uma realidade para muitos brasileiros em função dos custos dos pacotes de serviços.

Essa limitação prejudica sobretudo os deficientes da fala, que são tolhidos do acesso aos serviços de emergência. Igualmente prejudicados são os cidadãos que, em situações de grande risco e impossibilidade de uso do serviço de voz, veem-se impedidos de acionar os órgãos competentes por meio das mensagens de texto encaminhadas por celular.

Forçoso reconhecer, todavia, que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já regulamentou a matéria, assegurando a gratuidade de acesso dos usuários do SMP aos serviços públicos de emergência. É o que determina o art. 19 da Resolução nº 477, de 2007, cuja redação dada pela Resolução nº 627, de 28 de novembro de 2013, tem um conjunto de artigos, Sr. Presidente, que eu me permito – solicito – passar por cima, uma vez que é do conhecimento e está em todos os vade-mécuns das leis brasileiras.

Convém destacar que a Lei Geral de Telecomunicações, ao instituir uma agência para regular o setor, conferiu à Anatel o poder de expedir normas.

Nesse sentido, em função da opção legislativa de atribuir poder normativo à Anatel, a lei deve se limitar a estabelecer os princípios e as normas gerais.

Nesse contexto e tendo em vista que a medida prevista no projeto de lei em exame já encontra abrigo em resolução da Anatel, entendo que o PLC nº 48, deve receber emenda substitutiva para assegurar, de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ampla, o direito dos usuários dos serviços de telecomunicações acessarem gratuitamente os serviços públicos de emergência.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, nos termos da seguinte emenda, que está escrita aqui.

Nessa emenda, há apenas o art. 1º:

> Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte inciso XIII:
> "Art. 3º .....
> XIII - à gratuidade de acesso aos serviços públicos de emergência, conforme Regulamento." (NR)
>
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O regulamento é um adendo oral que estou fazendo porque não saiu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Como emenda substitutiva.

Em discussão o relatório do Senador Cristovam.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estamos deliberando já, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É não terminativo, né?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É só para parabenizar o autor e o Relator, Senador Cristovam. Eu ia solicitar ao Relator que incluísse no art. 3º, inc. XIII, ao final da redação, gratuidade de acesso ao serviço público de emergência, na forma da regulamentação. Mas, como eu só poderia fazer a emenda no turno complementar e como não vamos ter aqui no plenário, eu ia pedir para ele incorporar ao texto na forma da regulamentação. Mas já o fez, como sempre competente já fez a introdução no texto na questão da regulamentação necessária.

É justo, o projeto é importantíssimo, mas precisa ser regulamentado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Faz de conta, Senador Flexa, que, já usando a lei, V. Exª mandou para mim essa sugestão por SMS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Muito obrigado.

E parabéns, Senador Cristovam!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ou por WhatsApp também, por que não?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A própria tecnologia resolve e antecipa problemas que poderiam surgir.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa, então, a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, CCT, Substitutivo, a matéria vai para plenário.

Bom, agora, temos os itens para os quais está sendo solicitada a retirada: Item 3, PLS 696, do Senador Hélio José; Item 4, o PLS 44, com Relatoria do Senador José Medeiros; o Item 12, o RCT 28, do Senador Cristovam Buarque.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Relatório: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa;
2) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 21/06/2016, a pedido do relator.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação, com a Emenda que apresenta
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa;
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 31/05/2016;
3) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 21/06/2016, a pedido do relator.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater sobre "a autonomia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o MCTI que queremos para as universidades", com os seguintes convidados:

• Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
• Representante da Agência Brasileira de Cooperação - ABC;
• Representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ;
• Representante da Universidade de Brasília - UnB;
• Representante da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;
• Representante da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;
• Representante da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Autoria: Senador Cristovam Buarque)

De modo que podemos seguir com outros não terminativos, que são ofícios.

Vou pedir a contribuição sempre prestimosa do Senador Flexa, para que nos leia os relatórios dos Itens 7, 8 e 9, que teriam como Relatores eu, Hélio José e Valdir Raupp, respectivamente.

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 14, de 2015
- Não terminativo -

Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.

Autoria: Empresa Diário da Tarde LTDA.
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pelo arquivamento

ITEM 8
OFICIO "S" Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 6/2015, referente à transferência indireta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

para outro grupo de cotistas, de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Técnica de Atibaia Ltda., no município de Atibaia - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pelo arquivamento

ITEM 9
OFICIO "S" Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., no município de Manaus - AM.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pelo arquivamento

V. Exª tem a palavra, Senador Flexa, para ler os ofícios dos Itens 7, 8 e 9.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, sobre o item 7:

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre a documentação remetida ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 14, de 2015, que comunica a composição do capital social da Empresa Diário da Tarde Ltda.

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Ofício "S" nº 14, de 2015, por meio do qual a Empresa Diário da Tarde Ltda., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, encaminha ao Congresso Nacional documentação relativa à composição do seu capital social, em cumprimento ao art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Em 1º de março de 2016, a CCT aprovou parecer preliminar pelo encaminhamento do Ofício nº 6, de 2016, à Empresa Diário da Tarde Ltda. com vistas à obtenção de informações complementares necessárias à verificação do efetivo atendimento ao limite constitucional à participação de estrangeiros no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão.

A resposta ao mencionado ofício foi recebida em 06/04/2016.

Análise, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, entre outros.

A Lei nº 10.610, de 2002, dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição. Em seu art. 2º, a Lei restringe a trinta por cento a participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão. Exige ainda que tal participação se dê somente de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

Também determina, em seu art. 3º, que as alterações de controle societário de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional. Estabelece, ainda, que no caso das empresas de radiodifusão, a comunicação será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade destas empresas.

A documentação encaminhada pela Empresa Diário da Tarde Ltda, em atendimento ao Ofício nº 6, de 2016, desta CCT, detalha a composição acionária da empresa comunicante, inclusive com a respectiva identificação de seus sócios, restando comprovada a nacionalidade brasileira de todos eles.

De ter-se, assim, por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 3º Lei nº 10.610, de 2002.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 14, de 2015, que comunica ao Congresso Nacional a composição do capital da Empresa Diário da Tarde Ltda.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em discussão, se há alguma objeção. (*Pausa.*)

Então, aprovado o arquivamento.

Vamos ao item 8, Ofício 35, que tinha como Relator Hélio José e V. Exª como *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 6, de 2015, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Técnica de Atibaia Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão em ondas médias no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 35, de 2015 (OFC nº 63, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, acompanhada do Despacho de 30 de março de 2010 e de Exposição de Motivos nº 979/2009-MC, de 28 de outubro de 2009, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

Em 24 de novembro de 2015, a CCT aprovou o Parecer nº 1.108, de 2015, que concluiu pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.363, de 2015, ao Ministro de Estado das Comunicações.

As respostas ao mencionado requerimento estão contidas na Nota Informativa nº 2.235/2015/SEI–MC e foram encaminhadas por meio do Ofício nº 11.227/2016/SEI–MC, do Ministério das Comunicações.

Vamos direto ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 35, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Rádio Técnica de Atibaia Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão em ondas médias no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Só repita o final porque eu estava cumprimentando a chegada do Senador Hélio José.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O voto é pelo arquivamento do Ofício "S" nº 35, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pelo arquivamento também.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma contrariedade, aprovado.

Vamos, então, para o Item 9.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sobre o item 9:

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 20, de 2015, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 49, de 2015 (OFC nº 77, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, acompanhada do Despacho de 27 de maio de 2010 e de Exposição de Motivos nº 75/2010-MC, de 2 de março de 2010, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

Presidente, o Ofício nº 49, de 2015, tem a mesma tramitação dos demais, ou seja, encaminhado pela CCT, foi ao Ministério das Comunicações, que respondeu dando parecer favorável dizendo que a transferência está de acordo com a legislação existente.

Então, o voto também, como o dos anteriores, é pelo arquivamento do Ofício "S" nº 49, de 2015, que comunica a transferência indireta para outro grupo de cotistas do controle societário da Sociedade de Televisão Manauara Ltda., concessionária dos serviços de radiodifusão de sons e imagens no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Resolvido o objeto, pelo arquivamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 9 é mudança no controle societário, como o item 8, com parecer favorável do Ministério das Comunicações. Todos os dois pelo arquivamento. O item 7 era só sobre mudança dos controladores, para saber se eram de nacionalidade brasileira, o que foi comprovada. Então, pelo arquivamento dos três: o 7, o 8 e o 9, os três itens.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Pela obviedade do resultado, em votação. (*Pausa.*)

Sem objeção, resolvido.

O item 10, Senador Cristovam, é um requerimento de V. Exª.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 25, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, com base no art. 73, combinado dom o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação com a finalidade acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que "Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015", a qual ficou conhecida como Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Observações: *O Requerimento constou na pauta da reunião do dia 21/06/2016.*

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, uma das boas coisas que nós vimos, nos últimos tempos, aqui, especialmente nesta Comissão, foi a aprovação do novo marco legal da ciência, e o senhor teve um papel importante nisso, como o Senador Viana.

É em função disso que eu estou aqui sugerindo a criação de uma subcomissão que se dedique a acompanhar a implantação do novo marco legal. Nós não apenas aprovamos isso, como temos a obrigação de acompanhar, Senador, para ver se ele caminha corretamente.

É nesse sentido que eu apresento, com base no art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. E sugiro o prazo de seis meses para o funcionamento desta subcomissão. Não precisa ser uma subcomissão permanente. Ela pode, no período de seis meses...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Cristovam, vamos encaminhar ao Presidente do Senado o seu requerimento, que acho que está sendo aprovado, pois não há nenhuma objeção.

Está em discussão.

V. Exª terminou ou ainda não?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Terminei, mas eu queria apresentar também, extrapauta, um requerimento que tem a ver com isso. Sendo aprovada a subcomissão, eu gostaria de requerer que houvesse um seminário nesta Comissão para debatermos exatamente o tema do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumentação de saída para a crise brasileira e a reorientação do futuro da economia da sociedade brasileira. Esse encontro, por exemplo, poderia ser em agosto próximo e seria uma iniciativa conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado com a mesma Comissão da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Seria um seminário para fornecer subsídios para...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Para a subcomissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Para essa subcomissão. Os dois requerimentos se completam. É isso?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É isso. São as duas sugestões que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nós vamos encaminhar a decisão ao Senador Presidente do Senado, para que haja a composição de cinco membros titulares e igual número de suplentes a serem designados. Essa designação dos nomes seria pelo Presidente do Senado?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pelo Presidente da Comissão, nos consultando...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Por nós.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Uma indagação, sobretudo, ao autor do requerimento e também a V. Exª.

Nós aprovamos aqui, na Comissão, como objeto de uma análise ao longo deste ano, o tema de Ciência, Tecnologia e Inovação, como se encontram as políticas públicas em curso no Brasil, para fazer uma avaliação até o final do ano. Eu me pergunto se não há uma superposição entre o objeto do trabalho da Comissão e esse tema sugerido pelo Senador Cristovam. Pergunto se não é o caso de se discutir uma convergência das duas iniciativas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeitamente. Eu creio que tem tudo a ver. Pode ser uma só reunião, um só seminário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu penso que poderíamos caminhar nessa linha e, talvez, em vez de criarmos uma subcomissão, trabalharmos no âmbito do foco escolhido neste ano para a avaliação da nossa Comissão. Talvez o Senador Cristovam pudesse funcionar como um sub-relator ou um relator adjunto para se dedicar especificamente à aplicação da lei que nós aprovamos, porque eu acho que isso poderia ser incluído no mesmo esforço para não dispersarmos as nossas forças, que já são restritas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Como proponente, Senador Cristovam, o que o senhor acha?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não devemos dispersar, disso não há dúvida. O meu temor é que, se não houver um órgão, no caso, a subcomissão, possamos perder a continuidade do processo. Agora, não há necessidade de mais de um seminário. Se já há um processo de avaliação, esse seminário faria isso, ajudaria nisso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Pedro Chaves, sua opinião.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Estou de acordo com o Aloysio. Eu acho que podem se juntar. É mais tranquilo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A subcomissão se encarregaria disso, por um prazo determinado. Terminados os seis meses, acaba a subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, há uma absorção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, é essa a decisão?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Ainda bem que a nossa Comissão tem muita harmonia para resolver essas coisas, e é um tema positivo, que não tem polêmica, é construtivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E todos nós que estamos aqui temos real interesse no tema. Esse é que é o grande diferencial da nossa Comissão, ou seja, não estamos aqui apenas para cumprir um dever regimental, mas porque temos interesse efetivamente no tema.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

Nesses termos, é decidido. Eu só peço a V. Exª, Senador Cristovam, para expressar – isso está sendo gravado – como fica, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Só uma dúvida.

Eu fui alertado, agora, de que essa proposta é para analisar os fundos. Não é isso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – É apenas os fundos ou...?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Os fundos são objeto da política pública eleita para este ano.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, realmente, aí tem razão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É separado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – São coisas separadas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, tem que ser separado?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tem que ser separado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, continua valendo o requerimento do Senador Cristovam.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Cristovam, vai para o Presidente do Senado o que foi aqui decidido. Depois, vamos escolher os cinco nomes titulares e os cinco nomes suplentes.

Há um extrapauta também, que é o do seminário.

EXTRAPAUTA
ITEM 48
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, de acordo o art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e os artigos 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, para debater o tema "Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação: instrumentação de uma saída para a crise". O encontro, a ser realizado no dia 2 de agosto próximo, é uma iniciativa conjunta deste colegiado e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, e contará com a presença de autoridades, especialistas e gestores convidados por esta Comissão, visando a avaliar a evolução e o significado do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, os aspectos relacionados com a base constitucional e a eficácia da legislação e os desafios a serem concretizados nesta área.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Então, vamos aprovar o seminário.

Em discussão o seminário. (*Pausa.*)

Sem haver quem queria discutir, em votação. (*Pausa.*)

Vamos aprovar, então, o requerimento do seminário.

Feito isso, vamos para o item 11, que é do Senador José Medeiros e que eu subscrevo.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para discutir a legislação e o incentivo às start-ups no Brasil, com os seguintes participantes:

- *Amure Pinho, investidor-anjo e Presidente da Associação Brasileira de Start-ups;*
- *Yuri Gitahy, fundador da Aceleradora;*
- *Eric Acher, sócio da Monashees;*
- *Gustavo Caetano, fundador da SambaTech;*
- *Deborah Zanforlin, fundadora da ConquerX;*
- *Pedro Melzer, Managing Director da e.Bricks Ventures; e*
- *Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.*

Autoria: Senador José Medeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O termo *start-up* foi difundido a partir da bolha da internet ocorrida entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Não existe uma definição formal precisa, mas essas companhias são normalmente classificadas como empresas jovens, inovadoras e com alto potencial de crescimento. As *start-ups* são extremamente importantes para atração de capitais, desenvolvimento tecnológico, estímulo à inovação, criação de empregos e, em última instância, crescimento socioeconômico do País. Países como Estados Unidos e Israel, cientes da importância dessas empresas para suas economias, as estimulam de diversas formas, mediante, por exemplo, a construção de polos tecnológicos e a concessão de facilidades tributárias e de financiamento.

Todavia, no Brasil, as *start-ups* enfrentam grandes dificuldades devido ao gigantismo do Estado, ao excesso de burocracia e aos inúmeros gargalos em educação, infraestrutura e tecnologia do País. É necessário que o Brasil enfrente tais empecilhos a fim de desenvolver um ambiente ágil e dinâmico de negócios. Com tal intuito, convidamos profissionais com grande experiência nesse setor, seja na condição de empreendedor, seja na condição de investidor, a fim de debatermos quais mudanças legislativas e quais políticas públicas são necessárias para que as *start-ups* finalmente encontrem um ambiente favorável e avancem de forma expressiva no Brasil.

E o Senador José Medeiros propõe ainda mais dois nomes.

Item 49, Requerimento do Senador José Medeiros, que também endosso.

EXTRAPAUTA
ITEM 49
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 27/2016-CCT, sejam incluídos, como convidados, a compor a mesa da audiência pública proposta no requerimento supracitado a senhora Larissa de Freitas Azevedo, fundadora da MÓ Estúdio e o senhor Hugo Giallanza, Presidente da Associação de Start-ups e Empreendedores Digitais - ASTEPS.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros

Essa matéria é extrapauta.

Em discussão, então, os dois requerimentos do Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Sem contestação, aprovados os dois requerimentos do Senador José Medeiros.

Nós estamos muito atrasados nas votações dos licenciamentos de rádios. Veja o problema da coincidência de reunião das comissões. Os Senadores que precisamos para possibilitar a votação estão disponíveis, neste momento, nas discussões da CAE. Então, nós vamos aguardar alguns instantes porque a nossa assessoria vai buscar Senadores.

Os projetos seriam do Senador Walter Pinheiro, mas, como se sabe, ELE está afastado e com substituto. Nós vamos votar os PDSs do Senador Walter Pinheiro, que são mais de dez.

Todos já foram lidos, nós só precisamos de quórum presencial para votar.

Para os projetos do Senador Walter Pinheiro fica como Relator *ad hoc* o Senador Pedro Chaves, para fins de votação, que já foram lidos. Eu apenas vou relembrá-los aqui; são os itens 15, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 45 e 47.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 153, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 311, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 354, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 280, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 224, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 242, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 332, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 108, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

O Senador Walter Pinheiro era o rei das relatorias de rádio.

Já foram todos lidos. Estamos aguardando então...

Senador Cristovam, quem sabe V. Exª fica mais três minutos? (*Pausa.*)

Senadores, obrigado pelo comparecimento. Nós sabemos do dilema que todos nós vivemos, com superposição de Comissões, mas pedimos a V. Exªs, que agora permitem quórum, para nós – permitam-me a expressão –, desovarmos, porque são projetos de lei que há tempos vêm se arrastando com relação a rádios. Todos já lidos e nunca aprovados por falta de quórum.

Então, são 33 projetos, dos quais mais de 20 de relatoria do Senador Walter Pinheiro. Então, passamos, pró-forma, para a relatoria *ad hoc* do Senador Flexa e, como já foram lidos, apenas para a confirmação de votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, quais são os itens que nós estamos votando da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nós estamos votando do item 13 ao 47.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 191, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 10/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 235, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DE RADIODIFUSÃO DE SOROCABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 120, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FLOR DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 283, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 15/03/2016, foi concedida Vista ao Senador Randolfe Rodrigues nos termos regimentais;
2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016, 10/05/2016, 17/05/2016, 31/05/2016 e 21/06/2016.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 202, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agronômica, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 243, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVER SAGRADENSE – ASSCOM SAGRADENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sagrada Família, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 170, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBIRAÇU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 336, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ASTORGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 170, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 21/06/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
Em 17/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Então, como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, eu voto com os Relatores em todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu queria pedir, além de votar com os Relatores, para incluir o item 5 também, que já foi feito o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O item 5 era de V. Exª a relatoria?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas esse votamos em seguida. Por isso, eu peço a fineza da permanência um pouquinho mais porque estamos votando em bloco.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Há mais bloco depois, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Só tem um.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só este aqui?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Só um fora do bloco.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – No bloco, já votou o Senador Ivo Cassol...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pela relatoria. O Senador Valdir Raupp também, não incluindo o seu por enquanto.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Também voto com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com o Senador Flexa. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Falta quem mais?

Senador Pedro Chaves?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Com o Relator.

Presidente, gostaria que incluísse o meu.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Esse já foi?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Gostaria que incluísse o que eu...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Flexa.

Lá se foi o quórum...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, Sr. Presidente. Eu quero esclarecer do que se trata.

Apenas uma pausa. O Hélio José é membro da CAE?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Quem mais faltou aqui?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se o senhor pudesse dar um pulinho lá, rapidamente só para votar? Porque está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Item 5, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2011
- Terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;
2) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE;
3) Em 22/03/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;
4) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016, 10/05/2016, 17/05/2016, 31/05/2016 e 21/06/2016.

Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Eduardo?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Cristovam saiu.

Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Pedro Chaves?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Cristovam? (*Pausa.*)

O Senador Dário chegou a tempo de suprir a vaga deixada pelo Senador Cristovam, que estava precisando comparecer a outra Comissão.

Já foram lidos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Aprovado o item 5.

O item 6 nós incluímos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Temos quórum?

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Senador Flexa pediu para não votar o item 6, mas, pelo menos, descarregamos hoje uma carrada.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Desculpe-me pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nós estendemos isso. Nós vivemos o mesmo drama.

Então, podemos encerrar.

(Intervenção fora do microfone.)

Obrigado pela compreensão dos nossos Senadores, que têm duas a três Comissões para atender no mesmo horário.

Feitas essas aprovações importantes, que estavam represadas há tanto tempo, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Está encerrada a reunião de hoje. Uma nova acontecerá, a última antes de recesso branco, na próxima terça-feira.

Obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2016.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia doze de julho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Telmário Mota, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Eduardo Amorim. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 40, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Dr. Jorge Silva, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Omar Aziz e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 547, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei . 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências, para estimular a inovação no Brasil." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Nesse momento, o Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Pedro Chaves, para relatar o próximo item. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 696, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque e José Medeiros. É concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, reassume a Presidência. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 175, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01 – CAS. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 174, de 2016**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Insere o inciso XIV no art. 7º da Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, para vedar a implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa." O relator designado é o Senador Pedro Chaves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 05/07/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, usam da palavra para discutir os Senadores José Medeiros e Omar Aziz. É concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 6: Ofício "S" n.º 31, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 2/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Sociedade Ubaense LTDA, no município de Ubá - MG." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 319, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE LTDA para execu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pelo sobrestamento do Projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Requerimento n.º 31 de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Hélio José, que Requerem "...nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com o objetivo de debater 'A importância da conectividade para o acesso ao conhecimento e seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento econômico', para tanto sugiro sejam convidados: Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou representante; Sr. Marcos Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Serviços ou representante; Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Sr. Jeovani Salomão, presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO Nacional; Sr. Santiago Gutierrez, presidente da World Information Technology and Services Alliance – WITSA." O requerimento é aprovado. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 249, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO JARDIM VITÓRIA E ADJACÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 262, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à LTP COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missal, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio CORREIO DO VALE LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE CAMPINA DO SIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Simão, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 265, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 291, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 359, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA BELÉM – ADNOBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Belém, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 82, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DE SANTA LUZIA – TOUROS/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 366, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INDEPENDÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 175, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 344, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Lajeados, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 313, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO PARAÍSO DAS ÁGUAS – ASCOPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 356, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Bruno Souza Barros, Secretário adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente, no exercicio da Presidência, da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de julho de 2016.

Até a obtenção de quórum, vamos dar algumas notícias importantes.

> O ex-ministro Marco Antonio Raupp está em estado grave após acidente em rodovia.
> O ex-ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antonio Raupp, está internado após sofrer ontem (10) um acidente na rodovia BR-354, próximo à cidade de Caxambu (MG). Raupp tem 78 anos e comandou a pasta entre 2012 e 2014, no governo da agora presidenta afastada Dilma Rousseff. Ele está na UTI do Hospital Cônego Monte Raso, em Baependi, no sul de Minas Gerais.
> Segundo a instituição, o estado de saúde de Raupp é grave e inspira cuidados. "Ainda ontem ele foi submetido a uma cirurgia no abdômen. Ele está sedado e amanhã os médicos irão avaliar a necessidade de se fazer uma hemodiálise", informou o gerente administrativo do hospital, Moacir Pompeu. O boletim médico mais recente foi divulgado hoje (11) no fim da tarde.
> O acidente ocorreu por volta de 15h30 deste domingo. Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, o carro onde Raupp estava [...] colidiu com [veículo] cujo condutor estaria sem controle da direção. O ex-ministro foi levado ao hospital de Baependi por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

As causas do acidente ainda estão sendo investigadas. O motorista que levava Raupp não se feriu. No outro veículo estavam duas pessoas e uma delas sofreu escoriações.

Bom dia, Senador Omar Aziz, tudo bem?

Além de ter comandado o ministério, Raupp é também ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Formado em física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é doutor em matemática pela Universidade de Chicago e é livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP).

Uma pena!
Outra notícia importante.

Empresários entregam a Temer propostas para alavancar a inovação.
Nos últimos anos, o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) evoluiu de uma estrutura simples, baseada em agências de fomento, para um modelo complexo e com capilaridade, que compreende ministérios, secretarias, organizações de classe, universidades, institutos de pesquisa, empresas e outras instituições públicas. Apesar dessa expansão, o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) proporcional ao PIB, representa 1,24%, tendo avançado apenas 0,2% desde 2000.
Para reverter esse cenário, a Mobilização Empresarial pela Inovação entregou ao presidente interino Michel Temer e ao ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, nesta sexta-feira (8), um documento com propostas para alavancar a inovação, que é considerada pelo grupo a chave para a retomada do crescimento econômico do Brasil.
A agenda estabelece seis prioridades: atualização do marco regulatório da inovação, aperfeiçoamento do marco institucional da inovação, aprimoramento dos mecanismos de financiamento à inovação, estruturação da inserção global de empresas via inovação, modernização do currículo de engenharias e fortalecimento de atuação de pequenas e médias empresas inovadoras.
Durante o encontro com Temer, os empresários apresentaram a evolução das legislações que regulam as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, enfatizando a sanção do Marco Legal da CT&I (Lei nº 12.243/2016) e a promulgação da Emenda Constitucional nº 85. Esses dois mecanismos permitem aprimorar a interface entre o poder público e o privado. No entanto, a MEI destaca que os mecanismos melhoram o ambiente regulatório para as instituições públicas.

Gente, eu estou dando algumas notícias aqui até chegarem mais três Senadores para darmos sequência ao trabalho normal. Esta aqui se refere ao encontro do empresariado do setor de inovação com o Presidente Temer.

O grupo de empresários, liderado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga, alertou o presidente Temer sobre as condições necessárias para demarcar a inovação como uma agenda empresarial. "É preciso um conjunto de normas que atente exclusivamente para a regulação, os incentivos e para o fim das amarras que restringem a ação inovadora do mundo empresarial", revela o documento A Nova Agenda da MEI para Ampliar a Inovação Empresarial 2016.
Uma das propostas da MEI é aperfeiçoar a Lei do Bem (11.196/2005), que prevê dedução de até 180% do valor aplicado pela empresa em despesas de P&D, na apuração do lucro líquido e na base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). O grupo pretende, entre outras medidas, permitir que a contratação de outras empresas para realizar P&D externo seja classificada como uma das atividades passíveis de deduções fiscais.
Estratégia.
A complexidade institucional do SNCTI tem dificultado o maior envolvimento do setor produtivo com as atividades de inovação. Segundo a MEI, os reflexos são sentidos no desenvolvimento tecnológico e na elevação da produtividade da indústria. Enquanto na Alemanha, nos Estados Unidos e na Coreia do Sul a participação dos investimentos empresariais em P&D alcança, respectivamente, 65,2%, 60,9% e 75,7%, no Brasil esta participação representa 40,3%, ou seja, do 1,24% do PIB aplicado em P&D 57,7% são de recursos públicos.
Diante desses dados, os empresários sugeriram a criação de uma instância intragovernamental na esfera federal, com poder deliberativo, para definir a estratégia de CT&I do País. Também foi proposta ao governo federal a demanda pela elaboração de planejamento de longo prazo, com horizonte de 30 anos, para sustentar as políticas de inovação e estimular uma maior coordenação entre unidades de pesquisa e universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

> No campo do financiamento à inovação, o documento entregue ao ministro Kassab e ao presidente interino, apontou que o atual modelo não é mais capaz de sustentar as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico. "Dependente, em grande medida, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Plano de Sustentação do Investimento (PSI) o atual modelo tem perdido capacidade de ação", apontam os empresários, relatando que o FNDCT inclusive foi utilizado para financiar demanda "pouco aderentes à finalidade do fundo.
> Entre as oito propostas desse tema, destacam-se a alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal para proibir o contingenciamento de recursos para CT&I e assegurar a destinação mínima de 20% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para aplicação direta no setor de CT&I.
> A MEI também sugere que o Brasil institua um mecanismo pelo qual a indústria possa acionar o governo para investigar e apresentar soluções para reduzir ou eliminar as barreiras que afetam exportações, investimentos e os diretos de propriedade intelectual.

O setor agropecuário exportou R$45 bilhões no primeiro semestre, alta de 4%, sendo responsável por quase metade de todas as vendas externas brasileiras.

Vou ver aqui outra notícia importante.

"Produção nacional de biodiesel supera 1,5 mil m^3 no acumulado de 2016."

> Biocombustíveis no Brasil superam OCDE em cinco vezes.
> A participação da bioenergia (etanol e biodiesel) na matriz de transportes brasileira em 2014 atingiu 17,6%, percentual cinco vezes superior ao verificado nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) [...]

Tudo bom, Senador Medeiros? Como é que vai V. Exª?

Vamos ver aqui.

Como é que está, universitário? Já temos número? Podemos ler?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Falta só um para deliberarmos, porque o Flexinha acabou de chegar, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Já tinha assinado? Então, faltam dois. Vamos ligar para os dois. Vamos começar a ler os projetos que temos pendentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos abrir pelo item 1, cuja relatoria está a cargo do nosso nobre Senador Cristovam, que se encontra presente, para que ele possa ir lendo o relatório enquanto obtemos o quórum necessário – ainda faltam dois colegas.

O PLC nº 40, de 2014, é objeto do item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de crack e outras drogas.

Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com a palavra o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu fico feliz com a sua apresentação, porque já disse a posição que eu tenho, que é francamente favorável, tendo em vista que tudo o que nós analisamos nesse projeto demonstra que ele trará vantagens para consumidores e para empresas.

A campanha informativa prevista na proposição em análise servirá a dois pressupostos da Política Nacional Antidrogas: I) conscientização do usuário e da sociedade em geral de que o uso de drogas ilícitas alimenta as atividades e a ação de organizações criminosas que têm, no narcotráfico, sua principal fonte de recursos financeiros; e II) prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade.

Registre-se, ademais, que o custo para as operadoras de telefonia é insignificante, uma vez que, no modelo de negócio adotado, os cartões já são confeccionados e comercializados com estampas que podem ser facilmente adequadas aos termos propostos.

Por isso, Sr. Presidente, é com muita convicção que voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Excelência.

A matéria está em discussão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Sr. Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, primeiro, para concordar com o parecer do Senador Cristovam Buarque.

(Interrupção do som.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Poderemos, também, estender a outros produtos que são amplamente comercializados no Brasil ou divulgados. Se você pegar Mega-Sena, Loto e outros produtos que são comercializados e manuseados por milhões de brasileiros, também seria de grande alcance a propaganda. Pode-se utilizar principalmente questões que estão em pauta, como agressão à mulher, drogas, proteção à criança e ao adolescente. São questões em que nós poderíamos tomar a iniciativa, em vez de paralisar somente nesta questão aqui, que é importante, porque também é manuseada por milhões de pessoas no Brasil.

Nós temos outros produtos, tanto do Governo como da iniciativa privada, que poderíamos, por lei, obrigar a fazer campanhas educativas. Essas campanhas educativas, muitas vezes, têm um alcance maior do que uma propaganda em outro meio de comunicação. E hoje nós temos vários – temos televisão, rádio, jornal, a internet em si –, mas e no dia a dia? É uma situação que chega em qualquer Município do Brasil.

Hoje nós estamos falando de cartões. Em todos os Municípios brasileiros, de uma forma ou de outra, é manuseado esse produto, e as pessoas leem ali, na hora, veem e podem fazer uma divulgação maior.

Então, eu concordo, e acho que nós temos que aprofundar mais. Depois, até podemos discutir se poderíamos ir para outros produtos que são manuseados por milhões de brasileiros para fazer essas propagandas educativas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bem lembrado, Senador Omar Aziz.

Este projeto não é terminativo aqui. Consequentemente, deve ir às demais comissões – talvez à Comissão de Assuntos Sociais –, sendo possível, de repente, até se fazer uma emenda na Comissão de Assuntos Sociais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah! Está bem. Está indo para o Plenário. Então seriam emendas só em plenário. De qualquer forma, foi muito oportuna a sua observação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu poderia consultar a nossa assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos para saber quais são os produtos comercializados pelo Governo aos quais tem amplo acesso ao público brasileiro e que por ele são manuseados em grande escala. Eu sei que, no caso da Mega-Sena, como milhões de brasileiros pegam aqueles papéis para jogar, ali poderia haver uma propaganda educativa em relação a drogas, a uma série de outros problemas sociais que nós temos no Brasil. Em qualquer Município sairia totalmente de graça, sem nenhum custo para o Governo fazer esse tipo de propaganda.

Ou, senão, instituições poderiam utilizar esse espaço; de uma forma bastante criteriosa, ocupariam esses espaços. Não só o Governo, mas ficaria uma instituição... Por exemplo, uma instituição de combate à discriminação teria o espaço necessário para colocar a propaganda que quisesse. Porque, muitas vezes, essas instituições, essas organizações sociais, não têm recursos para fazer propaganda em massa, elas se utilizam da boa vontade da mídia. Nesse caso, não: seria obrigatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Existem várias organizações sociais de segmentos importantes da nossa sociedade que não têm espaço, mas teriam espaço nesses produtos que são comercializados. Eles teriam uma data, um prazo. Chega uma época, por exemplo... Nós temos aí o Dia do Autista ou de outros portadores de alguma necessidade especial. Essas divulgações seriam feitas através desses mecanismos que nós temos aí, que, de uma forma ou de outra, são distribuídos Brasil afora, independentemente de haver ou não.

Eu vou pedir aqui à minha própria assessoria para que faça esse levantamento para que possamos fazer um trabalho em cima disso. Acredito que este não seja o momento, porque o Senador Cristovam Buarque já está com o parecer favorável, mas poderíamos, depois, usar esse mesmo critério utilizado agora para outros produtos comercializados no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente Hélio José, Srªs e Srs. Senadores, peço a palavra para elogiar o projeto do Deputado Jorge Silva e o relatório do Senador Cristovam Buarque pela aprovação.

O Senador Omar Aziz tem toda razão em querer ampliar o projeto. É muito boa a ideia de usar os cartões telefônicos também como um meio de encaminhar mensagens à sociedade sobre o combate ao uso de *crack* e de outras drogas. E a sugestão do Senador Omar Aziz, de ampliar isso para outros tipos de comunicação – como ele disse, jogos da Mega-Sena – seria importante.

À época em que o Ministro Serra era Ministro da Saúde, foi instituída a propaganda informativa nas carteiras de cigarro. Quer dizer, o indivíduo fuma, mas está sabendo que aquilo é prejudicial à saúde, e as imagens colocadas nas carteiras são duras. Depois de olhar aquilo que está ali, a pessoa tem de ter coragem para fumar.

Seria mais ou menos nessa linha. Aqui, o projeto não é terminativo.

É terminativo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É terminativo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Plenário?

Então poderíamos, se o Senador Cristovam Buarque concordar, retirar o projeto de pauta. O Senador Cristovam faria uma revisão no seu parecer e um substitutivo, no qual, Senador Omar, seria proposta essa ampliação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas não volta para a Câmara?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Volta.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Vai ter que voltar para a Câmara.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vai voltar para a Câmara.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Aí nós perderíamos muito tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É, do jeito que está, vai ficar apenas nos cartões telefônicos. Talvez seja melhor, então, aprovar este e fazer um outro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sem problema.

Conte com o meu voto, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está bem. Fazemos outro projeto, de autoria de diversos Senadores da Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para ganhar tempo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu me encarrego de preparar a minuta, e trazemos para a assinatura de todos os Senadores da Comissão que quiserem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns a V. Exªs, Senadores Cristovam Buarque, Omar Aziz e Flexa Ribeiro. Acho muito oportuna essa proposta. Ela é muito interessante.

Então, V. Exª, Senador Cristovam, fará uma proposta, e todos que concordamos podemos assinar juntos, num projeto coletivo. Muito bom.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O projeto é não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Aqui, ele não é terminativo. Ele vai ao plenário. Sendo assim, depois, ele vai à sanção. Acredito que ele será aprovado, ele é muito meritório.

Pessoal, nós não temos quórum ainda, faltam duas assinaturas.

Ainda em discussão.

Há mais alguém interessado em discutir este projeto? (*Pausa.*)

Então encerramos a discussão e vamos votar o projeto tão logo obtivermos as duas assinaturas.

Vamos ao item 2, também não terminativo.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências, para estimular a inovação no Brasil.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
A matéria não é terminativa aqui. Depois de apreciada, seguirá para a CAE.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, o meu parecer, como o senhor mesmo disse, é francamente favorável.

Acho que é um bom projeto do Senador Lindbergh, mas a Liderança do Governo me pediu para debatermos um pouco esse projeto. Creio que eles vão querer alguma emenda.

Eu gostaria de pedir a retirada de pauta da matéria, porque, se vem do próprio Governo e o Senador é da oposição e tem o projeto... Eu creio que vale a pena analisarmos para ver o que eles têm a considerar.

Aproveito, já que estou com a palavra, para dizer que em relação a outro projeto que está aqui, objeto do item 5, o Senador Medeiros tem a proposta de levá-lo à CAE. Hoje, se ele for aprovado aqui, eu creio que morre....

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É terminativo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... a chance de levar para a CAE.

Eu creio que esse é um projeto em relação ao qual valeria a pena termos uma opinião dos Senadores que cuidam da economia, na CAE.

Então, quando chegasse a hora, eu gostaria – estou só me adiantando, até porque 10h30min eu tenho um compromisso fora, na Procuradoria-Geral da República, com o Procurador Janot, junto com a Senadora Ana Amélia – de saber se é possível pedir vista desse projeto, com o compromisso de trazê-lo o mais rapidamente possível.

Isso, obviamente, se o Senador Pedro Chaves não fizer objeção. Não peço que ele queira fazer isso, porque ele está com o parecer dele pronto...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Esse projeto é de cunho social nacional, e há uma expectativa em relação a ele não só de alunos e de professores, mas também da grande mídia nacional.

Eu lamento muito que ele não possa ser votado aqui de forma terminativa, mesmo porque ele não tem nenhum impacto para o Governo Federal, para a União, e não vejo muita razão para ele ir para a CAE. Mas é óbvio que respeito totalmente os pares. Se eles acharem por bem retirá-lo de pauta ou pedir vista coletiva, não há nenhum óbice de minha parte. Mas eu, particularmente, manterei o projeto, porque vejo a relevância e a urgência em dar prosseguimento a esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Excelência.

Senador Medeiros, V. Exª gostaria de se pronunciar sobre essa propositura colocada pelo Senador Cristovam?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Foi feito o requerimento para ampliar o debate sobre o tema, e eu creio que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Não sei se V. Exª vai colocar em votação, ou não, mas alguns Senadores me procuraram pedindo para retirar o requerimento e, outros, para manter o requerimento, porque querem que o assunto seja mais debatido. De toda forma, eu creio que o Plenário vai decidir sobre o que fazer, se vamos debater mais ou se vamos terminar aqui.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu acho que o pedido de vista do Senador Cristovam é para que ele possa trazer uma base para a gente encaminhar para a Comissão de Assuntos Econômicos, é o que eu estou entendendo – não é isso, Senador Cristovam? O pedido de vista é uma praxe aqui, não há nem o que discutir sobre isso. Aí, na próxima vez em que houver reunião da Comissão, com base naquilo que o Senador Cristovam nos trouxer e com os argumentos necessários quanto a ir ou não para outra comissão, este Plenário vai decidir, mas o pedido de vista do Senador Cristovam não tem nem que ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Senador Pedro Chaves, eu creio que não vamos ter tanto prejuízo assim, V. Exª já bem ponderou. O Senador Cristovam vai fazer uma avaliação e, na próxima, o projeto volta à pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Na verdade, não é nem uma avaliação, uma vez que o parecer do Senador Pedro está correto. É para tentar conseguir que o Plenário decida enviar também à CAE, essa é a única preocupação. E aí fica nas mãos do Senador José Medeiros conseguir urgência para isso no Plenário. Não passando no Plenário, virá para cá imediatamente, e eu votarei favoravelmente, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então ficamos da seguinte forma. Fica concedida vista coletiva do item 5 e volta na próxima sessão. O item 2, considera-se lido, o item 1 e o item 2.

Eu gostaria de saber do item...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Desculpe-me, é porque para o item 2 faltou o link aqui.

Quanto ao item 2, o Senador Cristovam solicitou retirada de pauta – está concedida a retirada de pauta evidentemente.

O item 3 é de minha relatoria. Para eu poder lê-lo, eu gostaria, se fosse possível, que o Senador Medeiros ou o Senador Pedro Chaves – para quem estiver mais fácil –presidisse para mim. (*Pausa.*)

Por sugestão do Senador Flexa Ribeiro, nós vamos ler todos os projetos. Não obtendo o quórum que falta, que é de apenas um Senador...

Opa, chegou o Cassol.

A palavra está com o Senador Pedro Chaves para tratar do item 3.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O quórum que está sendo esperado é para deliberar ou é para terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É para deliberar os não terminativos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Certo, os não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria ler o meu relatório por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Meu caro Senador Hélio José, muito obrigado pela deferência.

Neste momento passo a palavra ao Senador Hélio José para proceder à leitura do relatório do PLS nº 696, de 2015, não terminativo.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Relatório: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última decisão terminativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves, Presidente desta reunião.

Vamos ao relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 696, de 2015, de autoria do eminente Senador Cristovam Buarque.

A proposição visa alterar a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências; a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências; e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

As alterações possuem como objetivo principal determinar o uso obrigatório de recursos de pesquisa e desenvolvimento em fontes alternativas de geração de energia elétrica por empresas do setor elétrico e pela Indústria do Petróleo. O projeto está estruturado em quatro artigos.

O art. 1º da proposição acrescenta o §3º ao art. 4º da Lei nº 9.991, de 2000, para determinar que, até 31 de dezembro de 2039, 62,5% dos recursos que as distribuidoras, geradoras e transmissoras de energia elétrica devem aplicar em pesquisa e desenvolvimento (conforme previstos nos arts. 1º a 3º) sejam destinados a projetos de investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação relacionados às seguintes fontes de geração: eólica, solar, biomassa, pequenas centrais elétricas, cogeração qualificada e maremotriz.

Este projeto foi profundamente debatido com a Abradee – uma vez para lá, outra vez para cá. Foi profundamente debatido com a assessoria do Senador Cristovam, com a minha assessoria. O grande objetivo deste projeto, realmente, é facilitar e arrumar fontes de recursos para a pesquisa das fontes alternativas. Ele é meritório e por isso está sendo trazido hoje para cá, com grande expectativa de ajudar muito esse setor.

Eu, como Relator, quero parabenizar o Senador Cristovam pela inteligência e pelo senso de oportunidade colocados aqui neste projeto. Senador, eu acho que este projeto traz possibilidade de grande avanço para o setor.

Vou continuar lendo os quatro itens e depois vou diretamente ao voto para termos a possibilidade de debater o assunto.

Os arts. 2º e 3º, por sua vez, alteram a Lei nº 9.478, de 1997, e a Lei nº 12.351, de 2010, para acrescentar como cláusula essencial dos contratos de concessão e de partilha para exploração e produção de petróleo e de gás natural a "obrigatoriedade de investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor energético". Para tanto, é previsto que: I) para fins de cumprimento da cláusula supramencionada, poderá ser fixada a destinação de até 1% da receita bruta da produção do Campo de Petróleo ou de Gás Natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, para pesquisa, desenvolvimento e inovação em temas relevantes do setor energético; e II) desses recursos, no mínimo, 50% deverão ser destinados a projetos relacionados a fontes eólica, solar, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, cogeração qualificada e maremotriz até 31 de dezembro de 2039.

Por fim, o art. 4º traz a cláusula de vigência, que determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o Senador Cristovam Buarque destaca a necessidade de se direcionar recursos públicos e privados para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas na produção de energias renováveis, como forma de estimular a competitividade da economia brasileira. Nas palavras do autor, somente com investimento em pesquisa científica, tecnológica e inovação é que conseguiremos (i) consolidar a posição do Brasil em termos de produção de energia limpa e renovável, (II) caminhar para tornar as fontes renováveis competitivas frente aos combustíveis fósseis, por meio de desenvolvimento tecnológico, (III) ser vanguarda no setor energético, e (IV) reduzir o custo de um importante insumo para a atividade econômica.

Após o exame deste Colegiado, o projeto será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Foi bastante debatido, tanto aqui quanto no Ministério de Minas e Energia e nos setores interessados, e conseguimos chegar a esse consenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Vou direto ao voto porque quero que tenhamos oportunidade de debater o projeto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCT
(ao PLS nº 696, de 2015)
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 4º .....

.....

§ 3º Respeitado os percentuais mínimos de que trata o §5º deste artigo, as empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia associadas do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL poderão aplicar, alternativamente a investimentos em projetos nos termos do inciso II, percentual, de sua opção, dos recursos de que trata o referido inciso, no atendimento de sua obrigação estatutária de aporte de contribuições institucionais para suporte e desenvolvimento do Cepel, não se aplicando, nesta hipótese, o disposto no inciso II do art. 5º.

.....

§ 5º Observado o disposto no § 3º, na aplicação dos recursos de que tratam os incisos I e II, deverão ser destinados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em projetos relacionados a fontes eólica, solar, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, cogeração qualificada, reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos e rurais e maremotriz, no mínimo...

Aqui foi o grande ponto de discussão, que eram esses percentuais. Chegamos ao seguinte consenso:

I – 25% (vinte e cinco por cento), de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020;
II – 30% (trinta por cento), de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025;
III – 35% (trinta e cinto por cento), de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2030
IV – 40% (quarenta por cento), de 1º de janeiro de 2031 a 31 de dezembro de 2039. "

Cabe ressaltar que, inicialmente, a nossa proposta ia até 60% – não é, Senador Cristovam? Depois de muita discussão, ouvindo os setores, nós resolvemos – minha assessoria e a assessoria de V. Exª – sugerir essa tabela, em comum acordo com os setores envolvidos.

Termino aqui para abrir a discussão.

EMENDA Nº - CCT
(ao PLS nº 696, de 2015)
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 43 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 43.....

.....

XI – .....;
XII – .....;
XIII – a obrigatoriedade de investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor energético.
§ 1º.....
§ 2º Para fins do disposto no inciso XIII, poderá ser fixada a destinação de até 1% (um por cento) da receita bruta da produção do Campo de Petróleo ou de Gás Natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, para pesquisa, desenvolvimento e inovação em temas relevantes do setor energético.
§ 3º Na aplicação dos recursos de que trata o §2º, deverão ser destinados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em projetos relacionados a fontes eólica, solar, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, cogeração qualificada, reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos e rurais e maremotriz, no mínimo:
I – 25% (vinte e cinco por cento), de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020;
II – 30% (trinta por cento), de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025;
III – 35% (trinta e cinco por cento), de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2030
IV – 40% (quarenta por cento), de 1º de janeiro de 2031 a 31 de dezembro de 2039. "

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A outra emenda:

EMENDA Nº - CCT

(ao PLS nº 696, de 2015)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 3º O art. 29 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 29.....

.....

XXII – .....;

XXIII – .....; e

XXIV – a obrigatoriedade de investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor energético.

§ 1º Para fins do disposto no inciso XXIV, poderá ser fixada, no contrato de partilha de produção, a destinação de até 1% (um por cento) da receita bruta da produção do Campo de Petróleo ou de Gás Natural para pesquisa, desenvolvimento e inovação em temas relevantes do setor energético.

§ 2º Na aplicação dos recursos de que trata o §1º, deverão ser destinados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em projetos relacionados a fontes eólica, solar, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, cogeração qualificada, reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos e rurais e maremotriz, no mínimo:

I – 25% (vinte e cinco por cento), de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020;

II – 30% (trinta por cento), de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025;

III – 35% (trinta e cinco por cento), 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2030

IV – 40% (quarenta por cento), de 1º de janeiro de 2031 a 31 de dezembro de 2039. "

Esse é o voto, pela aprovação, com essas três emendas. O projeto é de fundamental importância para o desenvolvimento desse setor, nobre Presidente, Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A matéria está em discussão.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu gostaria de pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu queria pedir vista.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, o pedido de vista já está assegurado, mas, de qualquer maneira, eu queria lembrar que esse é um projeto que o Brasil deveria ter feito 20 anos atrás.

Nós continuamos dominados, no setor energético, pelos chamados barragistas, que consideram que energia elétrica tem que ser hidráulica e, no final, ficamos para trás na energia eólica e na energia solar especialmente. Estamos para trás hoje, mas, agora, estamos tentando recuperar.

O Senador Hélio tem tido como a sua bandeira aqui a energia solar, que qualquer pessoa lúcida defende, salvo aqueles que têm medo de que a energia solar gere prejuízos para as empresas de energia elétrica, e existe esse medo. Eu senti aqui, na última presidência da companhia de eletricidade de Brasília, o pavor e a maneira como falava desdenhosamente de energias alternativas.

Felizmente, agora, eu soube – não sei se por influência do Senador Hélio – que o Governador Rodrigo Rollemberg está discutindo – ontem, eu conversei com o Secretário de Ciência e Tecnologia Marcelo Aguiar – a possibilidade de fazer uma licitação – vejam que inteligente! – para colocar à disposição do setor privado que vencer as escolas brasileiras para que sejam colocados em cima delas painéis fotovoltaicos. As empresas vão fornecer energia grátis para a escola e vender o excedente. Vejam que interessante!

E parece que, pela primeira vez, a companhia de eletricidade começa a estar favorável, porque ela não está dando conta de ampliar a sua capacidade de produção – e o Hélio José é funcionário da Companhia Energética de Brasília (CEB). Ela não está dando conta. O aeroporto está pedindo agora um aumento grande de oferta, e eles não têm condição. Então, vão começar por necessidade. É o que podemos chamar de pedagogia da catástrofe: quando a catástrofe chega, aprendemos.

O que eu tento com esse projeto, que foi melhorado graças ao Senador Hélio e à sua assessoria, é nos anteciparmos à grande crise que virá em algum momento. Belo Monte é um exemplo de que a alternativa não é bem por ali.

É claro que, com a vista, podemos ainda melhorar, mas é um projeto necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Eu só queria dizer que não incluí energia nuclear, porque vão ter que ser feitas muitas pesquisas, realmente. É o futuro. Como está hoje, eu sou contra a energia nuclear, porque ela ainda é limpa, não é cara, mas, se der problema, sabe-se, por Chernobyl e por Fukushima, que é um grande problema.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Segurança.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu tenho um projeto que estabelece que daríamos 30 anos de moratória a qualquer central de energia nuclear no Brasil. Nesses 30 anos, deveríamos investir em pesquisas. Eu não coloquei aqui, porque aí são pesquisas mais acadêmicas para desenvolver centrais nucleares em que o lixo deixe de ser um problema. Os americanos estão avançando muito nesse sentido. Hoje já reaproveitam grande parte do lixo nuclear, como também na estrutura da engenharia civil – nessa aí, é questão de gastar mais dinheiro. Ele está meio parado na Comissão de Infraestrutura, mas eu quero chamar atenção, pois, depois que eu vi o Presidente da Eletronorte preso, depois que eu vi outros dirigentes presos por propina, eu fiquei preocupado: será que, nessas negociações para receber propina, não houve um relaxamento na segurança das estruturas de Angra 3? Eu estou perguntando. Não vou dizer que houve, mas não é impossível que tenha havido.

Por isso, creio que, nesta Comissão, já que a Infraestrutura está demorando, já que outras não o fazem, deveríamos formar uma comissão para analisar a segurança de Angra 3, diante da descoberta de que quem venceu a licitação usou propina. Ninguém paga propina para ganhar uma licitação se não reduz os custos do que seria necessário. Se isso se deu na estrutura dos escritórios, tudo bem até, mas, se isso se deu na estrutura da central nuclear, onde está o reator, esse é um crime contra a humanidade. Nós temos de analisar isso. Creio que é fundamental esta Comissão de Ciência e Tecnologia, já que outras não estão se interessando, fazer uma análise da segurança de Angra 3 diante da constatação de que houve, sim, propina na escolha da empresa que está construindo aquela terceira central nuclear brasileira.

No caso do Brasil – para concluir –, isso nem seria necessário. São 3%. Com alguns painéis solares, se a gente conseguisse... Não é isso, Senador Hélio? Se fosse na França, onde 80% da energia são provenientes de fonte nuclear, parar isso seria uma tragédia econômica e social. Prefere-se o risco ecológico. E pode nunca acontecer, inclusive, a tragédia.

Mas creio que Angra 3 merece a atenção deste Senado, Senador Pedro.

Agradeço muito pelo relatório. Havendo vista, não sei se o autor pode entrar para pedir vista coletiva, para apressar a vinda ou não. Mas eu gostaria que nós não demorássemos, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O pedido de vista... Senador, há um pedido também do Governo. Eles acharam o projeto interessante e querem, inclusive, dar sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Querem aprofundar. Acho isso bom.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vejo que, quanto a esse tema, ou o debate vai ser feito agora, ou vamos ter de fazê-lo posteriormente. Já não cabe adiar. Vejo que, por mais que haja opositores, é uma coisa que vai acontecer, até por esta questão que V. Exª levantou aqui: a necessidade fará acontecer.

Vejo, por exemplo, que tivemos várias saídas. Criaram, por exemplo, em determinado momento, após o apagão, várias alternativas para resolver esse problema energético. De repente, houve uma proliferação das usinas a fio d'água, as chamadas PCHs. Vejo que, em determinado momento, não sei se pela pressa, acabaram até prejudicando outra indústria brasileira muito importante, que seriam as hidrovias. Em algumas delas, ficou prejudicado o próprio meio ambiente, por falta de escada – é aquela coisa. Em outras, não há eclusas. E temos esse potencial imenso.

V. Exª falou das escolas. No meu Estado, há uma escola cujo diretor já comprou todos os aparelhos de ar-condicionado há um ano. Os alunos estão numa verdadeira sauna, porque o calor de Mato Grosso é escaldante, mas eles não podem ser instalados, Senador Pedro Chaves, porque não há energia. A distribuidora não consegue fazer frente a isso.

Então, esses são debates interessantes. Esse problema da Eletronuclear que V. Exª levantou é sério. E penso que este aqui é o foro adequado para discutirmos isso.

O pedido de vista tem só o sentido de melhorar o projeto.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Acho que nós temos de mudar realmente a matriz energética do Brasil e diversificá-la mais. Estamos centrados muito ainda na energia hidráulica, na energia termoelétrica. Acho que a eólica é bastante importante, bem como a solar, a biomassa, a proveniente da cana-de-açúcar. Existem muitas alternativas, inclusive a energia atômica, desde que se tomem as medidas de segurança necessárias.

Então, o pedido coletivo de vista é concedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, eu não consigo evitar dizer aqui uma coisa sobre essas escolas com ar-condicionado guardado e sem energia.

Primeiro: toda escola no Brasil, sobretudo na parte Norte, Centro-Oeste, deveria ter ar-condicionado. Quando a gente fala que deveria haver escola com ar-condicionado, as pessoas riem. Mas não há *shoppings* sem ar-condicionado, lotéricas. Tudo tem ar-condicionado. Na escola a gente não coloca. E é duro aprender, às duas da tarde, no meu Recife e em algumas regiões da minha Brasília.

Agora eu queria falar como professor: imaginem que beleza poética os alunos das escolas de Cuiabá saberem que a refrigeração da sala vem do domínio da fonte que gera o calor. Que beleza!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Maravilha!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Os alunos perceberem que o conhecimento que eles aprendem na banca permite dominar tanto a natureza que a gente pega a fonte que gera calor e usa para gerar frio... Esses meninos vão querer ser cientistas quando eles perceberem a beleza do que o conhecimento é capaz de fazer. Em vez disso, estão sem refrigeração e sem essa aula de poesia e da importância do conhecimento, que a gente precisa ter, diferentemente – já que está o Senador Pedro aí – do outro lado que a escola às vezes traz. A escola, às vezes, castra – eu vou usar essa palavra – a liberdade poética.

Eu tive o privilégio, junto com o Senador Pedro, de conhecer o grande poeta Manoel de Barros – grande poeta! Uma vez, vi uma entrevista do Manoel de Barros em que ele dizia que, por pouco, ele não deixou de ser poeta depois de ter ido à escola. Quando ele era pequenininho, ele disse que havia, ao redor da casa dele, uma cobra de vidro. Aí, um dia, ele entrou na escola, e o professor de Geografia disse que aquilo era um rio! (*Risos.*)

Já matou toda a metáfora poética do Manoel de Barros esse maldito professor de Geografia! A gente precisa combinar os professores de Geografia com instigadores do veio poético das pessoas. A energia solar pode permitir isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com certeza.

Sr. Presidente, eu gostaria de me pronunciar a respeito do seguinte. Há um ano, em 2015, quando assumi meu mandato, a gente teve direito a R$10 milhões para emendas. Dos meus R$10 milhões, R$4 milhões eu destinei às escolas públicas do Distrito Federal para colocarem energia solar em seus tetos e deixar como exemplo para a população do DF. Agora o Governador está copiando as minhas emendas. Agora o dinheiro está liberado no FNDE. Há tempos que não é colocado em prática, e espero que seja colocado em prática, para a gente permitir que Brasília possa ter escolas em várias regiões administrativas com energia solar para atender a nossa população.

Eu gostaria de pedir vista coletiva do projeto, evidentemente, para a gente poder colocar.

O projeto já foi profundamente aperfeiçoado, nobre Senador Medeiros. A questão é que a ganância de certos setores é tão grande que querem impedir que o investimento chegue a um setor tão importante como o setor solar. Nós fizemos todo tipo de negociação possível com o Ministério de Minas e Energia e com a Abradee e ainda querem mais. Era 60%, e nós reduzimos para 40% – o pouco recurso que a gente está prevendo colocar. Isso aí não vai ter jeito. É no voto que a gente vai decidir quem quer um Brasil que caminhe para frente, que caminhe com a energia solar, e quem quer o retrocesso das térmicas, quem quer o retrocesso das chuvas ácidas, quem quer o retrocesso à energia suja e quem quer dinheiro fácil às custas do sacrifício do brasileiro.

No PPA aprovamos, no ano passado, quando era membro da CMO, uma proposta consensual de investir R$19 bilhões em energia solar neste País e gerar mais energia do que Belo Monte gera. Belo Monte tem uma geração prevista de 12,5GW de energia elétrica no pico. Como lá no Amazonas só chove continuamente de dois a três meses por ano, Belo Monte só atingirá 12,5GW em dois a três meses no ano, quando o nosso setor de cá tem muita energia e não precisaria, teoricamente, de tanta energia gerada lá – contraditoriamente, por incrível que pareça.

A média de geração de Belo Monte é 4,5GW de energia, exatamente por causa da crítica que V. Exª colocou: as turbinas a fio d'água, inoportunas, com as quais promovemos todo aquele prejuízo ecológico no interior da Amazônia brasileira para gerar apenas 4,5GW de energia.

Com apenas R$19 bilhões, em comparação aos R$40 bilhões que foram gastos em Belo Monte – R$40 bilhões foram gastos em Belo Monte; R$30 bilhões para a usina e mais R$10 bilhões para linha de transmissão, que vai impactar o meio ambiente da Amazônia até São Paulo, além de outras questões que a Lava Jato está apurando –, nós colocaríamos energia solar em todos os rincões deste País, 12,5GW de energia firme no País com apenas R$19 bilhões, ou seja, menos da metade do valor gasto em Belo Monte.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exatamente. Investimento para o País inteiro, como o nosso nobre Líder está colocando aqui.

Peguem, por exemplo, o Piauí, que tem cidades como Luzilândia, que conheci, e em que havia um conjunto do Minha Casa, Minha Vida com 300 casas, que não podiam ter a ligação porque, se as ligassem, apagaria toda a cidade, porque a energia chega tão fraca e tão ruim que não nos permite atender.

Precisamos quebrar esse *lobby* do setor das térmicas, da geração suja. Trabalhei no Ministério de Minas e Energia nos últimos dez anos e sei o quanto foi difícil debater isso lá, o quanto esse setor é forte, mas, aqui neste Senado, com a sensibilidade de V. Exªs, com a retidão de cada um, conseguiremos fazer a energia solar brasileira ser realmente uma referência e conseguiremos competitividade.

Fica o pedido de vista coletiva, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vista coletiva.

Devolvo a Presidência ao Exmº Sr. Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves, pela colaboração.

O item 1, que já foi lido e discutido, não é terminativo, e nós temos quórum. Só relembrando a todos: o PLC tem relatoria do Senador Cristovam Buarque e trata da organização dos serviços de telecomunicações com o objetivo de instituir campanha em cartões telefônicos contra o consumo de *crack* e outras drogas. Ele foi devidamente debatido e discutido. Falta votá-lo.

Então, eu gostaria de perguntar a V. Exªs se podemos votá-lo.

Podemos votar?

Os Senadores que concordam com o projeto permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k., Senador, obrigado.

Para a gente concluir os trabalhos hoje aqui na CCT, retornando só em agosto, a gente vai ler este requerimento de autoria do Senador Lasier e subscrito por mim.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com o objetivo de debater "A importância da conectividade para o acesso ao conhecimento e seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento econômico", para tanto sugiro sejam convidados:

• Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou representante;
• Sr. Marcos Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Serviços ou representante;
• Sr. João Batista de Rezende, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
• Sr. Jeovani Salomão, presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO Nacional;
• Sr. Santiago Gutierrez, presidente da World Information Technology and Services Alliance – WITSA.

Autoria: Senador Hélio José e outros.

Os senhores Senadores que concordam com o referido requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o referido requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia no dia de hoje.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 9 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Waldemir Moka, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Dário Berger e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, com ausência justificada, Ronaldo Caiado e Fernando Collor. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 9 de 2016** que: "Requer, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Transparência e Governança Pública nº 04 de 2016, seja aprovado o plano de trabalho de avaliação da política pública (art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) de participação social do Poder Executivo Federal na formulação e implantação de planos, programas e políticas públicas, em especial no que diz respeito à participação social no Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 9/2016-CTG. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 11, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 7 de 2016-CTG, o qual visa a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, com a finalidade de debater a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da administração pública, para incluir o seguinte convidado: 1. Sr. Matheus Pereira Amaral Moreira – Diretor 4mti-Soluções em Tecnologia e Dados Públicos." **Autoria:** Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 11/2016-CTG, em aditamento ao Requerimento nº 7/2016-CTG. Na sequência, faz comunicados e convoca audiência pública para 28 de junho, às 11 horas. Com aprovação dos presentes, dispensa-se a leitura e aprova-se a Ata da 8ª Reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Dando sequência, vamos colocar o item 1.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Transparência e Governança Pública nº 04, de 2016, seja aprovado o plano de trabalho de avaliação da política pública (art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) de participação social do Poder Executivo Federal na formulação e implantação de planos, programas e políticas públicas, em especial no que diz respeito à participação social no Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Com a palavra o autor, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, é o Requerimento nº 9, de 2016, que requeiro, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Transparência e Governança Pública nº 4, de 2016, que seja aprovado o presente plano de trabalho de avaliação da política pública, art. 96-B do RISF, de participação social do Poder Executivo Federal na formulação e implantação de planos, programas e políticas públicas, em especial no que diz respeito à participação social no Ciclo de Gestão do Plano Plurianual 2016-2019.

Com todas as suas avaliações de políticas públicas, vou já aqui, ao final, Sr. Presidente, para ser mais rápido.

Comissão de Transparência e Governança Pública. Avaliação da política de participação social do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Temos como cronograma aqui a primeira audiência pública, no Senado Federal, em julho de 2016, com o tema "O papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque da sociedade civil". Palestrantes: representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – (CFEMEA); representante do Transparência Brasil; e estudioso de políticas participativas.

Segunda audiência pública – Cuiabá, agosto de 2016. "O papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque dos atores subnacionais". Já fica registrada a intenção de fazer essa audiência lá na Assembleia Legislativa, inclusive em parceria com ela. Já tive até conversações com o Presidente Guilherme Maluf, que aquiesceu a essa possibilidade. O tema é "O papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque dos atores subnacionais". Palestrantes: representante da Secretaria de Estado do Planejamento; representante da Assembleia Legislativa; representante das associações de Municípios; e também representante de entidades da sociedade civil.

E a terceira audiência pública, aqui no Senado Federal, agosto de 2016. Tema: "O papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque dos órgãos federais de governo". Palestrantes: representante da Casa Civil da Presidência da República; representante da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e representante do Poder Legislativo Federal.

É esse o cronograma, Sr. Presidente, e gostaria da apreciação para que pudéssemos dar o seguimento na confecção desse trabalho e, claro, do apoiamento de todos os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria, antes de colocar em votação, de dar uma palavra sobre o acompanhamento social, o controle social de gestão pública no nosso País. Hoje, vejo com absoluta clareza que temos dois vieses nesse controle social da gestão pública: um, que é o constitucional, através dos conselhos formais da democracia representativa – os conselhos são formados por representantes das diversas categorias para fazer o acompanhamento social. Esse aí é conhecido nosso, há uma prática estabelecida constitucionalmente.

E o outro, que é a grande novidade, facilitado pela tecnologia digital, é o da democracia direta, este controle social, o acompanhamento e a participação popular em relação à gestão pública. É o que está neste momento em efervescência na sociedade, com o surgimento de diversas páginas nas redes sociais, promovendo e divulgando a necessidade da fiscalização direta do cidadão, da participação direta nas ações do Estado. Então, estamos vivendo uma fase importante da história da humanidade, com a tecnologia digital, que supera essa dificuldade técnica de ampliarmos a participação do cidadão.

A democracia nasce com os gregos na praça, depois, vem a democracia moderna, com a democracia representativa, e, aí, por razões técnicas, pela impossibilidade de falar com todos, ficou na democracia representativa. Hoje, com a tecnologia digital, podemos falar com todos ao mesmo tempo, então, há uma possibilidade de dar um passo adiante na democracia. Acho que este é um momento importantíssimo na vida das sociedades humanas e do nosso País. E o Brasil tem dado manifestações, a sociedade brasileira tem dado manifestações de querer participar mais ativamente.

Tivemos, em junho de 2013, uma grande manifestação de insatisfação generalizada com a representação política, que se envolveu numa série de desatinos que estamos conhecendo hoje. Foram reveladas todas as formas de captação de recursos para campanhas eleitorais e até mesmo para enriquecimento ilícito de representantes políticos, e isso faz com que a sociedade queira avançar mais.

A possibilidade existe e é real, a democracia direta pode se manifestar através da participação do cidadão no acompanhamento do posto de saúde, do centro de saúde em que a sua família é atendida, na escola dos seus filhos, numa obra pública que vai beneficiá-lo. Tudo isso pode ser devidamente acompanhado pelo grau de transparência a que chegamos, a transparência foi o passo inicial. Quando o Estado brasileiro aprovou a lei, quando o Congresso aprovou a Lei da Transparência, a Lei Complementar nº 131, de 2009, abriu o caminho para a democracia direta, para a participação efetiva do cidadão no acompanhamento e, muitas vezes, no controle das ações do Estado.

Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Inclusive, Sr. Presidente, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, estamos discutindo exatamente, neste momento, esta participação popular.

Já temos o Programa e-Cidadania no Senado, que tem possibilitado o acesso a milhões de pessoas. Cremos que esse é o caminho. Até onde vamos chegar, como vamos chegar, se vamos ter a possibilidade de cada Parlamentar votar a distância, enfim, outros mecanismos, ainda não sabemos, não temos como prever isso. Como V. Exª colocou, exatamente esta fase está permitindo que o cidadão possa participar efetivamente, através dos seus representantes ou dos projetos de iniciativa popular, enfim, outros tantos mecanismos estão, hoje, possibilitando que brasileiros que estejam em qualquer parte do mundo possam estar, efetivamente, su-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

gerindo *online*, ao mesmo tempo, não só participando da discussão dos projetos, dando opinião e até, como eu disse, da feitura desses projetos.

Então, creio que o tema que estaremos avaliando como política pública é próprio. Gostaria, inclusive, de contar com a participação de V. Exª, não só nas opiniões sobre este trabalho, como também na própria Comissão Senado do Futuro, que, no mês de novembro, na segunda quinzena, estará promovendo um grande encontro, que é o Congresso Senado do Futuro. E, aí, quem sabe, haja até a junção de mais Comissões na participação desse grande evento que, ao modo como foi no Chile no ano passado, já pela terceira ou quarta vez consecutiva, um evento que levou mais de 80 palestrantes, quatro prêmios Nobel, assim podendo contribuir principalmente com as nossas futuras gerações. E o Poder Legislativo tem que estar bem aberto a esse tipo de trabalho, à participação da sociedade.

Por isso, vejo com entusiasmo e espero que possamos aprovar para que tenhamos condições de definir este trabalho de política pública aqui, na Comissão de Transparência e Governança Pública.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador.

Eu queria apenas dar um exemplo das possibilidades reais da participação direta na democracia direta. Democracia implica em participação, participação no resultado da energia produzida pelo conjunto da sociedade, ou seja, no orçamento público. Os orçamentos são os instrumentos de políticas.

Vou dar um exemplo local, mas que pode ser universalizado. Uma emenda parlamentar de nossa autoria, de 2014, foi aprovada e incluída no orçamento da União, para pavimentar a metade de um conjunto habitacional em um bairro, no valor de quase R$1 milhão. Foi publicada a nota de empenho, foi empenhada, e, a partir daí, esses moradores se juntaram, se organizaram e formaram um grupo de WhatsApp. Publicada a nota de empenho no grupo, foram à Prefeitura e começaram a participar ativamente da elaboração do projeto. A Prefeitura elaborou o projeto, inscreveu no Siconv. Depois, o Ministério da Defesa liberou o recurso, o comprovante da transferência do recurso foi publicado no WhatsApp, e, quando veio a licitação pública, foi transmitida em tempo real pelo Facebook.

E todo o acompanhamento passo a passo dessa obra está sendo feito pelos moradores desse bairro, que se chama Conjunto Embrapa, pela minha assessoria, porque se trata de emenda parlamentar, e estamos fazendo isso com todas as emendas parlamentares. Ou seja, estamos no caminho, puxando o fio da meada da democracia direta. Não conseguíamos avançar porque não tínhamos o instrumento. Agora, temos a tecnologia possível, e vamos caminhar nessa direção.

Estou colocando todas as minhas emendas, e, hoje, quem quiser pode constatar isso no Facebook. Basta clicar lá, colocar o endereço "de olho na emenda", que vão aparecer várias emendas nossas com todo esse histórico que acabo de reproduzir aqui.

Bom, dando sequência, coloco em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, Sr. Presidente.

Foi incluído extrapauta Requerimento nº 11, de 2016.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 11, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 7 de 2016-CTG, o qual visa a realização de Audiência Pública, na Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG, com a finalidade de debater a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da Administração Pública, para incluir o seguinte convidado:

1. Sr. Matheus Pereira Amaral Moreira – Diretor 4mti-Soluções em Tecnologia e Dados Públicos.

Autoria: Senador João Capiberibe

Este requerimento é de nossa autoria.

Coloco em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunicados da Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nos termos do art. 89, inc. II, comunico que chegou à Secretaria da Comissão Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2015, de autoria do Deputado Walney Rocha.

Ementa: Altera o art. 130 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.

Nos termos do art. 129, o Presidente da Comissão, Senador Paulo Bauer, avocou a Relatoria da matéria.

Convocação de audiência pública.

Comunico ainda que, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2006, de minha autoria, realizaremos na próxima terça-feira, dia 28 de junho, às 11 horas, audiência pública para debater a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da Administração Pública.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 10 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Dário Berger e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RTG 7/2016, de autoria do Senador João Capiberibe, e RTG 11/2016, de autoria do Senador João Capiberibe. **Finalidade:** Debater a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da Administração Pública. **Participantes:** Sr. Gilberto Waller Junior, Ouvidor-Geral da União, representante do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; Sr. Sinoel Batista, proprietário da empresa Quanta Consultoria, Projetos e Editora Ltda.; Sr. Matheus Pereira Amaral Moreira, diretor da empresa 4mti - Soluções em Tecnologia e Dados Públicos; Sr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto de Pesquisa DataSenado (representante de: Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal); Sr. Vagner Diniz, Gerente-Geral do Escritório do W3C no Brasil; Sr. Marcos Alegre Silva, Chefe da Central do Cidadão do Supremo Tribunal Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Capiberibe
Vice-Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bom dia! Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência e Governança Pública, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a padronização das páginas de transparência em todas as esferas da Administração Pública, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2016, da CTG, de nossa autoria.

Informo que a reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Quem tiver alguma pergunta ou esclarecimento... Esta é uma audiência pública que pretende esclarecer o máximo e nivelar a informação para o usuário do sistema de transparência pública do País. Quem estiver nos acompanhando e quiser nos encaminhar questões e comentários podem fazê-lo pelo e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo número 0800-612211.

Nós temos aqui uma plêiade de convidados.

Vou iniciar, convidando para compor a Mesa, para iniciarmos imediatamente nossas apresentações, o Sr. Gilberto Waller Junior, Ouvidor-Geral da União, representado o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Tenho a maior dificuldade ainda de chamá-lo de Ministério. Para mim, é a velha CGU de guerra!

Convido o Sr. Marcos Alegre Silva, Chefe da Central do Cidadão do Supremo Tribunal Federal.

Acho que, hoje, vamos ter uma excelente audiência pública, com muitas experiências reunidas. Confesso que sou muito interessado. Tenho um projeto de lei tramitando, para melhorar o acesso do cidadão aos portais de transparência. Eles são tão diferentes uns dos outros, que é um verdadeiro exercício de jogo de trilha. Tem de ficar correndo atrás, porque cada portal é diferente do outro.

Convido também o Sr. Marcos Ruben, Coordenador do DataSenado, que também tem uma longa história de transparência. O SIGA Brasil é um grande exemplo e um dos mais antigos, eu acho, portais de transparência do País.

Muito obrigado.

Convido também o Sr. Vagner Diniz, Gerente-Geral do Escritório do Consórcio W3C no Brasil.

Rapidamente vou fazer uma introdução, porque, como já falei, tenho um interesse muito especial nesta audiência pública, em função de aprimorar um projeto de lei que estamos desenvolvendo, que está tramitando na Casa, mas, mais do que isso: a transparência dos gastos públicos, da receita e das despesas públicas estão abrindo caminho para um avanço grande na democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Ao longo da história, nós tivemos dois grandes momentos. No século VI ou VII a.C, na democracia dos gregos, na democracia da praça, eram decididos com os cidadãos na praça os destinos do Estado. E, por incrível que pareça, levaram-se milênios até encontrarmos um outro caminho, o caminho da democracia representativa; e paralisamos na democracia representativa esses anos todos. Claro, era impossível expandir a democracia no modelo dos gregos. Não dá para juntar tanta gente na mesma praça. E também não havia condições técnicas para poder ampliar a participação do cidadão no processo de decisão. Com a tecnologia digital, que é muito recente, é da década de 80, do século passado, abriu-se a vereda da democracia direta, da participação efetiva do cidadão no acompanhamento das ações do Estado.

Nós estamos desenvolvendo uma experiência que me entusiasma muito. Nós estamos, hoje, em uma fase já concreta de participação popular no acompanhamento da execução de obras, de serviços, com páginas nas redes sociais e também com grupos fechados de acompanhamento daquelas pessoas que são diretamente beneficiadas por ações do Estado. Agora mesmo, neste momento, a Prefeitura de Macapá está transmitindo ao vivo uma licitação pública de pavimentação de uma obra, cujos moradores acompanham por uma rede de WhatsApp e por uma página do Facebook. Da nossa página no Senado, do Senador João Capiberibe, estamos transmitindo direto pela página essa licitação de uma obra de pavimentação, de uma rua principal de um bairro. Desde que surgiu a ideia dos moradores, que eles apresentaram a proposta, que se formou um grupo de WhatsApp, que se começou a discutir como encaminhar até a aprovação da emenda no Orçamento da União, depois a emissão da nota de empenho, a transparência dos recursos para a prefeitura – a prefeitura lançou o edital da obra –, os moradores acompanham. Agora vai entrar a empresa executora, a prefeitura, o fiscal da obra, todo mundo nesse grupo. Todo mundo junto acompanhando esse trabalho.

Isso mostra que os portais de transparência, de fato, abriram o caminho para a participação direta do cidadão. Uma coisa fascinante, fantástica, que a democracia representativa, com todos os seus defeitos – e não são poucos –, permite.

O objetivo nosso é fazer com que cheguemos a uma unidade em torno dos portais de transparência para facilitar a vida, porque quem está todo dia pesquisando nos portais de transparência tem uma certa habilidade, mas, para o cidadão comum, ele se aborrece e, no quinto *click*, já deixa de lado.

Então, nós vamos tentar sistematizar, e já há experiências inclusive nesse sentido. Por isso, convidamos alguns representantes da iniciativa privada para que nos ajudem nessa tarefa de melhorar o nosso trabalho.

Então, vamos começar pela ordem de chamada. Deixe-me ver a minha lista.

Sr. Gilberto Waller Junior, com a palavra. O senhor tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Obrigado.

O SR. GILBERTO WALLER JUNIOR – Bom dia a todas e todos!

Gostaria de agradecer o convite para a gente poder conversar, para a gente poder trocar ideias sobre transparência, talvez o maior ganho para o cidadão que é a possibilidade de ele se apoderar das informações do Estado para que ele possa participar efetivamente da execução das políticas públicas, da questão do controle social, e essa questão da transparência é fundamental hoje para o cidadão.

Em princípio, trouxemos um marco normativo da evolução da transparência no Brasil. Ela, primeiramente, foi prevista na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, inciso XXXIII. Depois, veio, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000. O Portal da Transparência, feito pela CGU, em 2004, onde ali trazia despesas e receitas. As páginas de transparência dos órgãos públicos federais, que foram trazidas em 2005. Um avanço que houve da alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Complementar nº 131, de autoria do Senador João Capiberibe, conhecida como Lei Capiberibe. Em 2011, há a edição da Lei de Acesso à Informação, que foi dia 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor em 16 de maio de 2012, trazendo um outro marco, uma outra concepção de acesso à informação e de transparência.

O portal de serviços com os serviços sendo transparentes, e, agora, em maio de 2016, o decreto que foi editado sobre dados abertos, a política de dados abertos no Poder Executivo Federal.

Há dois tipos de transparência; eu diria até que há um terceiro tipo que está sendo muito instigado, muito propagado no Poder Executivo Federal. A transparência ativa típica, que é aquela onde as informações que uma lei, ou a Lei de Acesso, ou a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou qualquer outra lei traz como obrigatórias, onde o órgão, na sua página de governo, traz as informações espontaneamente ao cidadão. O cidadão ali faz a consulta através da internet e tem acesso a informações.

Uma questão interessante nessa questão de transparência ativa é que havia um mito de que, quanto mais transparência ativa, menos transparência passiva, que é o segundo modelo trazido; ou seja, quanto mais divulgar a informação, o cidadão estaria com acesso àquela informação e faria menos pedido efetivamente ao órgão público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Banco Mundial, no ano passado, fez uma pesquisa com diversos países e descobriu-se exatamente ao contrário: quanto mais informação disponível em um portal de transparência, maior é o interesse do cidadão em fazer um pedido de acesso à informação, para que ele entre na minúcia daquele dado, para que ele possa efetivamente exercitar o seu controle social, para que ele possa compreender – não só saber quanto é gasto, mas a qualidade do gasto público.

E isso é fundamental.

A Lei de Acesso à Informação nos trouxe a questão da transparência passiva, em que o cidadão, tendo interesse em qualquer matéria... O Brasil é pioneiro em que nenhuma matéria seja retirada do pedido de acesso à informação, sejam questões de segurança, questões de saúde, sejam questões orçamentárias, todo e qualquer assunto pode ser objeto de pedido de acesso à informação. O cidadão faz um pedido para o órgão e o órgão tem um prazo para responder, que seria de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, para dar uma informação conclusiva ao cidadão, trazendo inclusive instâncias recursais para garantir esse direito de acesso à informação.

Qual é essa nova forma de transparência, que não é prevista nem na Lei de Responsabilidade nem na Lei de Acesso à Informação? É a transparência proativa. Ela não é trazida, não é obrigatória em nenhum marco normativo. Todavia, tendo em vista o interesse do cidadão naquela matéria, o órgão público se convence e coloca aquela informação em transparência ativa. A gente vai verificar que no portal da transparência, por exemplo, há a questão da utilização dos imóveis funcionais da Administração Pública Federal. Nada, em nenhum dispositivo, traz a obrigatoriedade de essa informação estar em transparência ativa. Todavia, tendo em vista o interesse e a necessidade de controle social, essas informações estão lá. Você verifica quem ocupa o apartamento funcional, se a situação está regular ou irregular. Da mesma forma, a utilização de aviões da FAB por autoridades, entre outros.

De onde é oriunda a transparência ativa? De diversas legislações: a Lei Complementar nº 131; a Lei de Acesso à Informação; a LDO; a Lei das Estatais, que inclusive está na iminência de ser sancionada; a Lei de Conflito de Interesses, com a questão das agendas das autoridades; e o Decreto nº 877, que é a questão dos dados abertos. A Constituição Federal que, pelo princípio da transparência, os atos têm de ser públicos. Ela já trazia uma publicidade, mas muito mitigada – a necessidade de publicar um ato em *Diário Oficial* e ali o cidadão buscar a informação e a necessidade da sociedade de conhecer e monitorar a ação do Estado, propiciando essa transparência proativa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, alterada pela Lei Complementar nº 131, obriga leis e relatórios orçamentários em versões simplificadas, e esse é o grande problema: é a linguagem cidadã; é a compreensão pelo cidadão do que diz aquilo. Há um ditado vindo da Índia que fala: "Como podemos esconder um elefante sagrado?" E a forma de se esconder é colocá-lo junto com os demais elefantes. Você dá a transparência. Muitas vezes, quando você quer esconder, você dá a transparência. Por quê? Porque aquela informação não é compreensível; ela fica truncada, e isso não é transparência. A transparência é permitir, efetivamente, que aquela informação chegue ao cidadão, para que ele possa melhor utilizá-la na sua participação social e também no controle social.

Meios de participação popular – audiências públicas na elaboração orçamentária, no orçamento participativo; informações na internet em tempo real; e sistema integrado.

A Lei de Acesso à Informação trouxe também algumas outras informações, algumas outras obrigatoriedades que devem ser respeitadas por União, Estados e Municípios e por todos os Poderes, sobre competência, estrutura, telefone, endereço, horário de funcionamento – ou seja, uma informação básica sobre o órgão –, as transferências de recursos, as despesas, as licitações e contratos, dados de programas, ações, projetos e obras, respostas e perguntas frequentes. Traz também, para complementar, não só a obrigatoriedade dessas informações, mas de que a comunicação seja em uma linguagem de fácil compreensão. É aquilo que nós chamamos de linguagem cidadã, que acabamos de mencionar.

Uma outra questão para poder se trazer a possibilidade da plena participação popular é a questão da acessibilidade. Muitos *sites* dispõem da informação, mas ela fica limitada; eles não trazem instrumentos de acessibilidade para as pessoas portadoras de necessidades especiais. E isso é fundamental para a execução plena de uma política pública de direitos humanos.

Uma outra novidade é a abertura de dados, abertura de base de dados. Hoje, muitas informações estão em dados fechados. Você faz a consulta individualizada, como por exemplo o salário dos servidores, mas você não consegue ter a massa para poder trabalhar, fazer comparativos e trabalhos de fiscalização do cidadão.

A CGU, ou agora o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, tem uma atuação diretamente ligada ao Poder Executivo Federal, mas também de apoio a Estados e Municípios. No Poder Executivo federal nós somos responsáveis pela questão de capacitação e guia sobre as obrigações. Posso destacar que temos alguns cursos *on-line* sobre a Lei de Acesso à Informação, disponibilizados pela Secretaria de Transparência, abertos a qualquer cidadão, e temos também alguns cursos que são fechados, em parceria com a Escola Fazendária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

sobre entendimentos da Lei de Acesso à Informação, que seria um avanço de como se entende, de como se deve entregar ou não uma informação – uma situação para quem já trabalha com a Lei de Acesso à Informação.

A Secretaria de Transparência da Controladoria-Geral da União, do Ministério de Transparência, Fiscalização e Controle, é responsável pelo monitoramento da implementação da transparência no Poder Executivo federal e o fomento da abertura de informações e dados. Ela também é responsável por gerir o Portal da Transparência e as páginas de transparência dos órgãos do Poder Executivo federal.

O Portal da Transparência, na verdade, foi criado antes da sua obrigatoriedade; foi uma inovação, em 2004, que acabou recebendo vários e vários prêmios pelo Brasil pela quantidade de informações ali armazenadas. É um portal que está agora sofrendo uma modificação grande. Há um projeto grande para alterar, para exatamente facilitar o quê? A acessibilidade e a linguagem cidadã. É um portal que concentra em um único local informações de despesas, receitas, convênios, punições de empresas, punições de servidor, questões de amplo controle social.

O que tem esse portal? Tem 17 trilhões em despesas, 14 trilhões em receitas – todas abertas para o cidadão fazer a pesquisa por empresa, por órgão, por ano, por exercício –, 406 bilhões em convênios e outros instrumentos de repasse, e 1,2 milhão em informações a respeito de servidores públicos, quanto à remuneração, quanto à lotação, quanto à forma de acesso ao cargo público.

Traz também o Portal de Transparência as punições aplicadas aos servidores, dos quais nós temos o cadastro de punidos, o cadastro de expulsos, onde todo e qualquer servidor público que esteja respondendo a um processo administrativo disciplinar – seja pelo Ministério de Transparência, Fiscalização e Controle, seja pelo seu órgão –, assim que publicada a punição, entra num cadastro, para que o cidadão possa ter o controle, e também o Estado, de quem foi punido ou não.

O Portal de Transparência traz também as punições para as empresas declaradas inidôneas. Há um cadastro de empresas inidôneas e suspensas, o que foi uma novidade, porque, num local único, você traz informações se a empresa foi punida em outra esfera de poder ou por outro ente, informações sobre imóveis funcionais, beneficiários de programas sociais, dados sobre Copa, por exemplo, entre outros.

(Soa a campainha.)

O SR. GILBERTO WALLER JUNIOR – A atualização desse portal é diária. É a atualização que nós chamamos de D+1. Ou seja, a informação do gasto que foi feito hoje já vai estar disponível amanhã no Portal da Transparência. Hoje nós já temos os dados da despesa que foi feita até ontem.

Quanto ao acesso ao Portal de Transparência, nós verificamos que há um crescente: de 2011 para 2012, com a Lei de Acesso à Informação, houve talvez o maior salto, o maior incremento da busca por informações. É um quantitativo bem interessante: só em maio, mais de um milhão de pessoas acessaram o Portal da Transparência. Ou seja, o cidadão tem interesse em conhecer os gastos, as receitas do Estado. Isso até que está mais fácil, mas ele tem interesse mesmo nessa versão do Portal que está sendo alterada.

No Transparência Ativa – Futuro, o que nós queremos com esse novo portal, além da facilidade, é trazer mais informações em um único local. É trazer os dados de renúncia fiscal, as metas físicas, notas fiscais de compras em relação ao Estado, operações de crédito, compra o *Diário Oficial* também, para se colocar em dados abertos e também de fácil acesso ao cidadão, e dados das áreas finalísticas de interesse social, como saúde, educação, ambiente e segurança, para dali você poder fazer cruzamento de dados e oferecer uma melhor forma de comunicação com o cidadão.

Queremos também que esse portal seja quase ou na sua grande maioria em dados abertos, oferecendo a possibilidade de que o cidadão extraia e utilize a sua base da maneira que bem entender.

Junto com a Transparência Ativa – e nós verificamos que o acesso, só em maio, foi de um milhão –, nós verificamos que a LAI implementada no Poder Executivo Federal, até o final do mês passado, já contou com mais de 390 mil pedidos. Só via sistema. Nós temos o relato de que há mais 30 mil que foram feitos à parte do sistema.

O tempo médio de resposta, hoje, no Poder Executivo Federal – aquilo que nós achávamos, no início, que seria difícil de se conseguir, porque a Administração Pública não estava acostumada a dar uma resposta, quanto mais uma resposta rápida –, é de 12 dias, sendo muito abaixo dos 20 prorrogáveis por mais 30. Ou seja, nós estamos utilizando praticamente 60% do tempo.

Nas instâncias recursais, 4.797 casos chegaram ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, e depois há uma instância formada por dez ministros, aonde chegaram 1.208 recursos da Lei de Acesso à Informação.

Não bastasse essa questão de transparência para o Poder Executivo federal, a CGU entendeu que, pela sua função, pela sua atividade e pela importância do tema, ela deveria fomentar a transparência em Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

e Municípios. Ela não tem o poder de cobrar, ela não tem o poder de fiscalizar, mas o fomento, sim, seria uma das atribuições ou uma das atividades do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

E foi lançado um programa, o Brasil Transparente, no qual se dá o material técnico, o ensino e também o código fonte do sistema de informação, que é o e-SIC. Hoje ele é um *software* aberto, que qualquer órgão público pode baixar e, assim, implementar a sua Lei de Acesso à Informação, a sua LAI. Em todo o Brasil, foram 1.595 adesões ao Programa Brasil Transparente.

Não basta só o monitoramento. Efetivamente, como é que está a transparência no Brasil? Toda vez que nós vamos a um fórum internacional ou nós recebemos alguém para fazer uma avaliação da transparência pública, sempre há duas realidades: a transparência no Poder Executivo federal – a transparência federal – e a transparência de Estados e Municípios. E o desnível muitas vezes é acentuado, até mesmo pelas condições: há Municípios muito pequenos, há Municípios que mal conseguem gerir o seu dia a dia, quanto mais a questão da transparência.

E, com base nisso, foi lançado um programa já no ano passado – acho que a sua primeira edição veio comemorando o terceiro aniversário da LAI –, que é o Escala Brasil Transparente, em que o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle avalia a transparência passiva dos entes municipais e estaduais.

(Soa a campainha.)

O SR. GILBERTO WALLER JUNIOR – Já foram 1.613 entes avaliados. Ela vem crescendo e, com essa técnica, nós verificamos uma sensível melhora na transparência passiva. E como isso é feito? São analistas da CGU, auditores da CGU, que fazem um pedido e avaliam a qualidade da resposta.

Esse é um mapa da Escala Brasil Transparente, o da primeira rodada e o da segunda. Quanto mais verde-escuro, melhor classificado. E nós verificamos que, de maio de 2015 a novembro de 2015, houve uma sensível melhora nos Estados, quanto à questão da transparência passiva. Nós verificamos que somente um Estado piorou... Um ou dois, não é? Houve dois Estados que acabaram piorando: um ficou vermelho e o outro ficou laranja, mas a grande maioria melhorou. Ou seja, a avaliação – a transparência da transparência – acaba trazendo uma melhoria à qualidade da transparência pública.

Quanto a essa questão de transparência para Estados e Municípios, como não é competência do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, o que nós podemos fazer é sempre fomentar, fazer o Escala Brasil Transparente, mas nós não temos como punir. Não temos como fiscalizar a transparência. O poder é muito mais educacional, muito mais de conscientização do que de punição. Por isso, mesmo estando presente a questão da Lei Complementar nº 131, a CGU fez um acordo de cooperação com os tribunais de contas estaduais e municipais, a fim de passar um pouco da *expertise*, para trabalhar em conjunto e, assim, se efetivar aquela punição da Lei Complementar nº 131. Ou seja, Estados e Municípios que não se ajustam à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Complementar nº 131, têm suspensa a transferência voluntária de recursos federais.

Como é feito? O Tribunal de Contas ou o Ministério Público fiscaliza, verifica, adéqua e comunica à União para que ela pare com esse repasse de recursos de transferências voluntárias para os entes.

A questão que tem que talvez ser pensada, discutida e debatida é se realmente é o Estado ou o Município que têm que ser sancionados e não o gestor, porque, muitas vezes, você para com o repasse a Estados e Municípios e quem acaba sofrendo é o cidadão. O cidadão não tem a transparência nem o recurso, não tem a transparência nem a política pública implementada. E o gestor que não implanta a transparência é beneficiado duas vezes: ninguém sabe dos seus malfeitos que porventura possam existir e também ele sai do seu mandato livremente, sem nada que o desabone por não aplicar uma lei tão importante.

Quando à padronização de dados, já para encerrar, porque estou vendo que o tempo já está terminando, o que temos que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILBERTO WALLER JUNIOR – Ou já terminou há muito. (*Risos.*)

Os principais desafios seriam diferenças de nível de tecnologia. Essa é uma situação bem complicada. Há situações contábeis e financeiras distintas entre Estados, União e Municípios; há variedade de temas; há uma padronização de temas a serem utilizados; há questão do custo de implementação, principalmente quem hospedaria essa página – nós verificamos que há Municípios que têm uma grande dificuldade e já fizemos até uma reunião aqui, no Senado, para verificar se o Senado poderia hospedar essas páginas e disponibilizar para o Município, principalmente para Câmaras –; e há a questão do acordo federativo.

Para haver a padronização, temos que verificar quais seriam os dados mais estratégicos, padronizá-los na forma de publicar, implementar por fases – não adianta querer, de uma hora para outra, que todas as informações sejam públicas –, criar padrões e metadados, padronizar o plano de contas, envolver os órgãos técnicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

para discutir os assuntos a serem colocados, fornecer recursos para implementação e normatizar o processo e a sua obrigatoriedade.

Eram essas as minhas palavras. Depois estou à disposição para qualquer questionamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Eu queria cumprimentar o Senador Pedro Chaves, que está presente aqui conosco, acompanhando esta importante audiência pública sobre o futuro da democracia. Aqui nós estamos jogando o futuro da democracia.

Eu queria lembrar que, em 2003, quando eu dei entrada na Lei Complementar nº 131, era Ministro da Ciência e Tecnologia o Roberto Amaral. Eu fiz algumas reuniões com ele, sugeri a ele que implementasse a lei antes de ser aprovada, e ele aceitou. Então, a primeira página de transparência em tempo real foi a do Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi para a *web* em dezembro de 2003. Então, o Ministro da CGU, que era o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não, antes dele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Waldir Pires gostou muito da ideia e resolver colocar em todo o Governo Federal, mas aí deu uma disputa interna, uma desavença interna e ele não conseguiu, porque a ideia era elaborar o mesmo programa para lincar a emissão do empenho direto na internet.

Essa era a ideia inicial que nos movimentou inteiramente para poder trabalhar nessa direção.

Foi o que nós fizemos no Amapá. Nós fizemos um programinha, lincamos o sistema interno com a internet e daí tudo era muito aberto, inclusive os equívocos, o que é normal. Numa compra, em vez de se colocar gramas, coloca-se quilo ou vice-versa, e isso dá uma disparidade enorme. Então, isso, às vezes, acontecia.

Mas não deu, a CGU não conseguiu, o Waldir Pires não conseguiu, na época, unificar o governo. Ainda assim, implantou-se a página em 2004, mas era com uma informação muito defasada, já empenhada e paga. Quer dizer, o objetivo da transparência em tempo real é o de impedir as compras irregulares, de prevenir o mau uso do dinheiro. Depois que se paga, não tem mais jeito, tem que correr atrás e é coisa da polícia, já é assunto para a polícia, como nós estamos acostumados a ver.

Aqui nós estamos recebendo alguns comentários. O Bruno Menezes, do Ceará, comenta aqui: "Muitos órgãos públicos ainda não têm a transparência exigida por lei, sobretudo o Poder Legislativo. Só com a transparência, a corrupção irá diminuir."

Além do Poder Legislativo, eu colocaria pela ordem de descumprimento da lei: Poder Legislativo, Poder Judiciário, tribunais de contas. Estes são completamente opacos, e isto é uma coisa absurda: gasta-se uma fortuna com os tribunais de contas e eles escondem os gastos deles. Então, ficam sem autoridade para fiscalizar qualquer coisa .

A Anna Flávia Schmitt Baranski, que mora numa praia em Santa Catarina: "Show de bola! A padronização deixará o acesso à informação muito mais funcional!"

O Adriano Ricardo, de São Paulo: "A padronização irá contribuir com a transparência, deixando o acesso às informações de uma maneira mais fácil."

E Jorge Rodrigues Teixeira, de Minas Gerais: "a uniformização do acesso contribuirá para otimização do mesmo."

As pessoas estão satisfeitas, estão acompanhando. Então, vamos nos esforçar, ao máximo, para atendê-las e atrair mais gente para acompanhar esta audiência pública.

Eu passo a palavra ao Marcos Alegre Silva, Chefe da Central do Cidadão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCOS ALEGRE SILVA – Senhoras e senhores, membros da Mesa, bom dia!

Em primeiro lugar, sinto-me honrado de estar compondo esta Mesa, honrado também pela indicação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, para estar aqui presente, mais para aprender, acredito, do que propriamente para...

(Interrupção do som.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ALEGRE SILVA – ... representou um marco significativo, no Supremo Tribunal Federal, a Emenda Constitucional nº 45, a mesma que criou o Conselho Nacional de Justiça.

Nessa oportunidade, nessa mesma emenda constitucional, criou-se talvez a primeira oportunidade em que foi consignada expressamente na nossa Constituição a obrigatoriedade de constituição de ouvidorias. Foi consignado que, na União e nos Estados, o Poder Judiciário iria, então, constituir ouvidorias judiciais para ouvir as reclamações e as sugestões dos cidadãos, para que o trabalho realizado pelo Poder Judiciário pudesse ter uma transparência maior. Talvez essa experiência, já examinei a Constituição algumas vezes e não vi em outro lugar onde se que diz a obrigatoriedade de criação de ouvidorias.

Então, nesse contexto, em 2004, o Supremo Tribunal Federal constituiu uma ouvidoria, iniciou os trabalhos. Na época, esse conceito de ouvidoria ainda era novo, não havia ainda uma sedimentação de como iria funcionar as ouvidorias judiciais, e, no Supremo Tribunal Federal, especificamente, houve uma grande dificuldade porque, no modelo que começava a se desenvolver, a ouvidoria pública tem um ouvidor, um membro da Casa, como acredito que é o modelo utilizado até hoje, e, no Supremo Tribunal Federal, por não haver hierarquia entre os membros, não haver uma corregedoria, houve uma dificuldade, então, de se constituir um ouvidor ali, no Supremo Tribunal Federal.

A ouvidoria funcionou durante alguns anos, mas, devido a essa dificuldade no ajuste de modelo que vinha se desenvolvendo, inclusive em outros tribunais, no qual o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios é talvez um dos pioneiros, onde se constituiu a ouvidoria no ano de 2000, a ouvidoria acabou murchando, por assim dizer.

Em 2008, com a posse do Ministro Gilmar Mendes, o Ministro trouxe, no seu bojo, quando presidiu, então, o Supremo Tribunal Federal, o desejo de resgatar esse canal de acesso com a sociedade. O Ministro entendia que o órgão não tem apenas o papel constitucional de ser guardião da Constituição, julgar os processos, dar então uma resposta à sociedade e às importantes questões que ali chegam diariamente; nós tínhamos mais que isso: nós temos também o importante papel de ouvir o que o cidadão acha sobre o trabalho que é desenvolvido na Suprema Corte do País.

Então, naquela oportunidade, ele trouxe de novo o desejo de abrir o canal e, para não cair na mesma armadilha que aconteceu no ano de 2004 criando a ouvidoria, criou, então, um canal chamado Central do Cidadão. Esse canal, chamado Central do Cidadão, assume, na verdade, os mesmos papéis de uma ouvidoria, com o detalhe de que não há um ouvidor e, sim, uma ligação direta com o Presidente da Casa.

Quando foi criado, em 2008, nós não tínhamos ainda uma experiência – sobre aquela primeira experiência de ouvidoria, havia muito pouco registro – e eu, então, tive a felicidade de compor a primeira equipe. Já no ano de 2008, e, quando nós começamos os trabalhos, a primeira grande dúvida: a minha formação é jurídica estamos num tribunal: o que será que a sociedade tem de demanda de informação em relação à Suprema Corte brasileira?

Então, a Central do Cidadão foi criada como um instrumento de gestão, para ouvir as reclamações, as sugestões, enfim, o que a sociedade tinha a respeito do trabalho desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal e facilitar o acesso a essa informação.

Logo que começamos o trabalho, nós observamos que a amplitude, quando abrimos o canal com a sociedade, é muito maior do que... Vamos imaginar que existe o laboratório e o mundo real. No laboratório, vamos ouvir, vamos ouvir as reclamações, vamos facilitar o acesso ao trabalho realizado pelo órgão. No mundo real, a quantidade de solicitações é muito mais ampla do que nós, nos nossos momentos mais felizes, na nossa imaginação, iríamos alcançar. Nós recebemos pedidos de informação de toda natureza, que vão desde manifestações acerca dos julgamentos do Supremo até mesmo a pedidos de cesta básica, de emprego, reclamação das mais variadas possíveis, denúncias contra autoridades, mau funcionamento do Estado. E eu digo a vocês que esses anos de experiência nesse trabalho me mostraram que o cidadão comum tem pouco conhecimento sobre a divisão que nós temos sobre a União, Estados, Municípios; sobre Legislativo, Executivo e Judiciário. Ele está do outro lado e clama e grita por socorro a quem quer que possa ouvi-lo.

Bom, feita essa primeira explanação, nós começamos o trabalho, então, respondendo ali a pouco mais de cem manifestações no primeiro mês. Isso se foi avultando a um ponto em que hoje tratamos aproximadamente 5 mil pedidos de informação por mês. Desses pedidos, como falei, de várias naturezas,...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ALEGRE SILVA – ...nós selecionamos, então, alguns, que são propriamente ditos os pedidos relacionados à transparência pública.

Nos últimos anos, temos tratado por volta de 1500 a 1600 pedidos de informações relacionados à lei de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No dia 16 de maio de 2012, entrou em vigência, então, a Lei de Acesso à Informação. Essa lei representou um marco; ela mudou, vamos dizer assim... Ela retirou do agente público a oportunidade e a conveniência de informar os atos praticados pela Administração Pública e transformou isso, então, numa obrigatoriedade, inclusive com a perspectiva de haver sanção.

Na época, um pouco antes, tivemos um período de *vacatio legis*, de seis meses. Então, fomos incumbidos, no Supremo Tribunal Federal, de atender ao art. 3º, incisos II e III, da lei, criando um ambiente no nosso portal para abrigar as informações relacionadas à transparência.

Nós, então, fizemos um trabalho junto ao portal do STF, em que já se divulgam muitas informações a respeito de contratos, de gestão orçamentária, de licitações de contratos, de gestão de pessoas, de gestão estratégica, entre outros, e consolidamos um ambiente chamado Acesso à Informação, haja vista que, em 2012, havia uma boa referência, que foi o próprio portal da CGU, quando fomos buscar quem já havia desbravado esse caminho. Então, colocamos um ambiente próprio chamado Acesso à Informação, onde o cidadão, de forma ativa, consegue ter acesso a diversas informações relacionadas à questão propriamente dita da transparência.

Eu gostaria de deixar meu registro de que é importante este passo, este momento de abertura, de ouvir outras experiências. Nós, do Supremo Tribunal Federal, estamos abertos a recepcionar as boas ideias e a contribuir também da melhor maneira possível – já finalizo minha fala –, para que a gente consiga avançar rumo a um Brasil mais transparente, seja no Poder Judiciário, seja no Poder Legislativo ou no Poder Executivo.

Agradeço a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muitíssimo obrigado.

Vamos ao terceiro participante desta Mesa, o Sr. Marcos Ruben, que é Coordenador do DataSenado.

O Marcos está com a palavra.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Bom dia! Obrigado, Senador.

Em nome da Secretaria de Transparência, agradeço o convite para participar desta audiência pública, para tratar de tema de grande relevância para a Nação.

Venho falar aqui em nome da Diretora da Secretaria de Transparência, Elga Mara. Sou Coordenador do Instituto DataSenado, que é um órgão que está dentro dessa Secretaria.

Nesta nossa apresentação, vamos tentar trazer três colaborações para o tema, que é a padronização das páginas de transparência. São três iniciativas desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Transparência. A primeira é o Índice de Transparência do Poder Legislativo, desenvolvido por nós. Vou apresentar também rápidos resultados de uma pesquisa de opinião feita pelo DataSenado sobre o tema Transparência em Órgãos Públicos. E também vou falar brevemente sobre o Portal de Transparência do Senado Federal.

Então, vou começar pelo Índice de Transparência. O Índice de Transparência surgiu de uma demanda do Conselho de Transparência. O Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal é um órgão com membros da sociedade civil organizada que funciona dentro do Senado Federal, assessorado pela Secretaria de Transparência. Surgiu, em 2014, de uma demanda desse conselho, a ideia de se fazer um Índice de Transparência voltado especificamente para as características do Poder Legislativo.

Já tínhamos conhecimento de alguns índices de transparência voltados para o Executivo, para alguns aspectos específicos, mas havia essa necessidade, essa lacuna em relação a aspectos voltados especificamente para o Poder Legislativo. Então, diante dessa demanda, a Secretaria de Transparência desenvolveu um esforço para pensar uma metodologia que permitisse avaliar a transparência especificamente nos Poderes Legislativos. A partir daí, então, traçou-se como objetivo medir o nível de transparência desses órgãos públicos, em especial do Poder Legislativo. A partir daí, poderíamos definir padrões de transparência das informações publicadas pelos órgãos, uma vez que, criado esse índice, ele poderia servir como parâmetro de padronização.

Para desenvolver esse índice, voltado especificamente para o Poder Legislativo, nós acabamos verificando que existem várias dimensões a serem analisadas. Diante dessa verificação, nós subdividimos esse índice em quatro dimensões, em quatro chamadas dimensões: uma dimensão chamada Transparência Legislativa, Transparência Administrativa, Participação e Controle Social e Aderência à LAI.

Esta dimensão Transparência Legislativa avalia a transparência especificamente em assuntos do Poder Legislativo. Foi baseada em muitos elementos fornecidos pela União Interparlamentar. Eles desenvolveram um *guideline* sobre a transparência de páginas de órgãos públicos do Legislativo. Essa foi a nossa principal referência.

A Transparência Administrativa trata de aspectos ligados a contratos, licitações, despesas em geral de órgãos públicos.

A dimensão Participação e Controle Social procura medir quão aberto está um órgão público, um órgão legislativo, para a participação da sociedade, para receber da própria sociedade sugestões, opiniões a respeito da atividade legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

A última dimensão, Aderência à LAI, é baseada principalmente no art. 8º da Lei de Acesso à Informação, que procura verificar o que o órgão, naqueles itens, que são os itens obrigatórios da transparência ativa, está cumprindo, está fazendo exatamente em relação àquele aspecto.

Então, pensando nessas grandes dimensões, nós chegamos a 68 indicadores. A ideia do índice sempre foi criar uma medida simples e de fácil acesso, da qual o cidadão comum pudesse fazer uso, pudesse mensurar. Ele foi construído de forma a que essa avaliação fosse mais simples possível. Mais simples no sentido de que não seja necessário ter um amplo conhecimento sobre a legislação ou sobre a navegabilidade dos portais para se conseguir fazer o cálculo desse índice. Pensando nisto, em facilitar a aplicação, nós verificamos que cada uma dessa dimensões pode ser observada segundo critérios diferentes. Eu posso verificar, por exemplo, se uma informação está disponível em tempo real, se eu consigo o histórico dessas informações. Pensando nisso, nós avaliamos, nós criamos também o que chamamos de critérios de avaliação. Cada índice daqueles, cada dimensão daquelas é observada segundo um desses quatro critérios: um critério totalidade, que procura verificar se toda informação que poderia ser disponibilizada para aquele aspecto está sendo disponibilizada.

A prontidão, que é a ideia de ver quão rápido eu consigo a informação – se eu consigo acessá-la rapidamente, sem precisar fazer nenhum cadastro, ou se é necessário fazer um pedido e aguardar. A atualidade da informação, se aquela informação que está disponível é a última possível ou se existe uma defasagem grande em relação ao que poderia ser. E a série histórica, se eu consigo obter uma informação não só do momento, mas também do passado do que foi fornecido, de eventos já passados daquela informação que está sendo buscada.

Com essas quatro dimensões e esses quatro critérios, nós conseguimos construir uma espécie de mapa de como está a transparência do Poder Legislativo, do órgão que está sendo avaliado. Só para exemplificar rapidamente, a dimensão transparência legislativa nós dividimos em várias subdimensões, que são aspectos mais detalhados. Em relação à proposição legislativa, uma avaliação é se divulga o resultado das votações. Para o cidadão fazer uso dessa metodologia do índice de transparência, basta verificar no portal do órgão legislativo se ali estão divulgados os resultados das votações; uma pergunta do tipo "sim" ou "não". A partir dessa avaliação simples, o cidadão pode passar por todas essas dimensões e construir, de forma independente, a avaliação daquele órgão. Outros exemplos: sobre a transparência administrativa, se divulgam informações sobre contratos firmados; a participação e controle social, se disponibiliza mecanismo específico para a população contribuir com o processo legislativo. A aderência à LAI é, por exemplo, se disponibiliza em sua página na internet respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. São itens que foram criados baseados em todas essas referências, nas práticas internacionais e na legislação brasileira.

Eu trouxe aqui exemplos hipotéticos de um cenário que a gente poderia avaliar. Neste caso, no exemplo desse órgão, temos um órgão com índice que varia de 0 a 1, baseado em medidas como por exemplo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que também tem essa escala de zero a um. É uma escala que permite classificar o órgão como muito transparente ou pouco transparente. Temos um mapa: nesse órgão fictício, a questão de participação e controle social seria a questão que deveria ser mais trabalhada em princípio, só que todos os índices nesse exemplo são baixos; quer dizer que é um órgão que tem um caminho a trilhar com relação à transparência. Outro caso, também fictício, na questão da transparência administrativa quase todas as notas são boas, então é um órgão que está bem na questão da transparência administrativa, mas tem a melhorar em outros aspectos, como por exemplo a aderência à LAI e a série histórica. E aí um exemplo melhor, um órgão que está bem em vários aspectos, mas em aderência à LAI e à série histórica também teria que melhorar.

Essa metodologia nós desenvolvemos em 2014 e foi submetida a consulta pública e a população tece oportunidade de criticar, de participar. Recebemos várias sugestões e, a partir dessas críticas, foi feita uma revisão, uma elaboração final. Está disponibilizada toda a metodologia e a forma de aplicação no Portal de Transparência do Senado Federal e também num ambiente colaborativo chamado Colab, que envolve várias casas legislativas, várias assembleias legislativas e câmaras municipais do Brasil.

Esse é um exemplo, quanto a esse índice de transparência, a ideia é que, a partir daí, se possam criar parâmetros de padronização para os portais de transparência, em especial do Poder Legislativo, para que eles possam verificar quais critérios devem ser atendidos, a fim de que a transparência seja alcançada de uma forma satisfatória.

Um outro exemplo, com o qual a Secretaria de Transparência pode colaborar nesta audiência, em termos de padronização, é o das pesquisas de opinião. O DataSenado é um instituto de pesquisa, um órgão da Secretaria de Transparência, que faz pesquisas telefônicas, em todo o Brasil, sobre temas de relevância que estão sendo discutidos no Senado Federal. Nós fazemos uma amostra aleatória e científica, com representatividade nacional. É um órgão reconhecido por várias outras instituições – já fez parceria com várias universidades. E fizemos, em 2013, uma pesquisa com um tema específico sobre a transparência. Essa pesquisa foi feita em 2013, e pretendemos repeti-la agora, em 2016, para fazer o contraponto: dado o que aconteceu em 2013, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

percepção da população em 2013, como é que está essa percepção hoje? Então, esse primeiro levantamento foi feito em abril de 2013, próximo do aniversário de um ano da vigência da Lei de Acesso à Informação. Obtivemos uma amostra de 1.222 pessoas, com representatividade nacional.

Vou trazer aqui apenas alguns resultados. Por exemplo, em 2013, o percentual da população brasileira que já ouviu falar na Lei de Acesso à Informação era de 47,7%,que tinham ouvido falar da lei ou pelo menos ouvido a menção. E esse gráfico mostra que há uma correlação entre renda: quanto maior a renda, maior o percentual de pessoas que chegaram a ouvir falar sobre a Lei de Acesso à Informação. Então, uma informação interessante vai ser descobrir o quanto evoluiu esse percentual, desde 2013 para cá. Essa pesquisa tinha de 10 a 12 perguntas e está disponível no portal DataSenado também: senado.leg.br/datasenado, para quem quiser verificar depois a edição completa.

Uma outra pergunta foi, dentre as pessoas que procuraram alguma informação, a amostra indica que 33% chegaram a entrar em algum *site* público para procurar informação. E nós perguntamos se foi fácil ou foi difícil achar essa informação. Então, nós vemos ali: 52,7%, à época, consideraram fácil encontrar a informação; 30,8% consideraram difícil – um resultado ruim –, e 13,2% não encontraram a informação. Então, as pessoas buscaram aquela informação e não encontraram no portal. Esse era o quadro em 2013, revelando a necessidade de se trabalhar na questão da acessibilidade, da facilidade de acesso à informação e até mesmo da disponibilização da informação para o cidadão, de uma maneira ativa.

Um outro ponto sobre o qual eu gostaria de falar também é a respeito do Portal de Transparência do Senado Federal. Ele foi criado em 2009 e, entre maio de 2013 a maio de 2016, nós tivemos 5,3 milhões de acesso. O *site*, que data de 2009, passou por uma primeira reformulação em 2013, em função da promulgação da Lei de Acesso à Informação.

Então, a partir da Lei de Acesso à Informação e também de parâmetros da União Interparlamentar, que fala muito sobre o que um órgão legislativo deve disponibilizar ...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – ... a partir das informações, também verificando as consultas mais frequentes tanto de cidadãos quanto de jornalistas e as maiores demandas feitas ao Senado Federal, foi feita uma primeira reformulação, buscando facilitar o acesso ao cidadão e buscando incluir novos conteúdos. Essa primeira reformulação trouxe grandes vantagens, mas nós verificamos a necessidade de fazer uma segunda reformulação, que foi feita em 2015, boa parte baseada nos parâmetros identificados no índice de transparência, também buscando facilitar ainda mais e agilizar ainda mais a busca da informação para o cidadão.

O que é que nós verificamos? Por exemplo, o relatório da Lei de Acesso à Informação mostra que, mais ou menos, um terço das informações solicitadas pelo cidadão, via Lei de Acesso à Informação, já está disponível no Portal da Transparência. Então, boa parte da informação que o cidadão busca usando a transparência passiva, na verdade, já estava disponível no *site* do Senado. Boa parte da informação dizia: você pode localizar o que você está pedindo clicando aqui, aqui e ali.

A ênfase do Portal da Transparência tem sido sempre na transparência ativa, buscando disponibilizar a informação sem barreiras, ou seja, de uma forma que o cidadão tenha o dado que está buscando com uma alta prontidão, que não seja necessário clicar em vários *links* ou fazer vários cadastros para que se consiga acessar a informação.

Esses resultados têm sido facilitados graças à cultura de transparência, que nós temos verificado, que tem crescido bastante no Senado Federal. Ela está presente em todas as esferas, desde a Presidência, a Mesa Diretora do Senado Federal, até os serviços administrativos, que têm colaborado bastante para que se consiga divulgar a informação, não só a informação completa, mas também a informação de uma maneira que o cidadão possa realmente acessá-la, que o cidadão possa fazer o uso do dado que está buscando de uma maneira inteligível, de uma maneira que realmente seja útil a quem está procurando.

Era isso o que eu queria apresentar. Essas três...

(Interrupção do som.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muitíssimo obrigado.

Eu queria fazer uma correção, porque o Poder Legislativo realmente não é o Senado nem a Câmara. São os legislativos estaduais e municipais que são pouco transparentes. O Senado e a Câmara são bastante, aliás, são os portais mais transparentes no ponto de vista da execução orçamentária e financeira. Eles são os mais transparentes do País. Eu tenho essa impressão. Não conheço os índices de classificação dos portais, mas o Ministério Público Federal tem um *ranking,* e eu tenho a impressão de que tanto o Senado quanto a Câmara estão bem classificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O Sr. Vagner Diniz, Gerente-Geral do Escritório Consórcio W3C no Brasil, com a palavra.

O SR. VAGNER DINIZ – Muito obrigado, Exmº Senador, pelo convite.

Aos meus colegas de Mesa boa tarde, e a todos os demais presentes.

Espero que alcance o desafio que eu tenho agora, de falar por último, de tentar falar alguma coisa que ainda não foi falada, que é mais complicado, nesses meus dez minutos.

A organização na qual eu trabalho é o W3C, é uma instituição hospedada pelo nic.br, Núcleo de Informação e Coordenação do .br no Brasil, que é um braço executivo do Comitê Gestor da Internet, organização que tem por responsabilidade buscar cada vez mais o aprimoramento da internet no Brasil. Isso traz para a gente uma responsabilidade tremenda, que é colocar à disposição de toda a sociedade brasileira as melhores diretrizes, as melhores práticas sobre o uso e a implementação da internet em todo o País. Ainda mais um País da magnitude do Brasil, onde temos um grande problema de acesso à internet, por falta de infraestrutura.

Mas, apesar dessas dificuldades com relação ao acesso e à infraestrutura, com tudo o que nós já temos vivenciado em termos de implementação da internet e fundamentalmente da utilização da camada da *web*, na qual a gente faz a interação com os melhores programas e aplicações que existem na internet, dá para afirmar que no Brasil nós já temos um grande avanço em termos de transparência. Acho que o colega de mesa Gilberto apresentou um histórico da evolução da transparência no Brasil, e podemos afirmar categoricamente que nós tivemos um grande avanço, sem dúvida.

E eu destaco particularmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi muito importante como o nascedouro disso. Depois a Lei Complementar nº 131, que também foi fundamental em dar direção para essa transparência na internet particularmente. E por último, a Lei de Acesso à Informação. Acho que esses três marcos legais são marcos da maior importância e têm feito uma diferença significativa no modo como o Poder Público se relaciona com seus cidadãos, a partir das informações que o Poder Público coleta e das informações que o Poder Público disponibiliza para os seus cidadãos. Nós tivemos de fato um grande avanço, principalmente neste século. É muito elogiável.

Mas é óbvio que a gente sabe que isso não é suficiente. Nós queremos mais. E não é à toa que há esta audiência. O colega que me antecedeu, quando falou dos indicadores, disse que apenas 30% dos pesquisados buscaram alguma informação pública ou em *sites* públicos. É pouco, é muito pouco a gente ter apenas 30% interessados em informação de natureza pública. E disse também que 53% da população brasileira nunca ouviu falar da Lei de Acesso à Informação.

Também é um cenário ruim.

Aí acho que vale um pouco tentarmos buscar algumas respostas que possam colaborar com este debate sobre portais de transparência. Acho que boa parte da razão pela qual estamos insatisfeitos... Por que os dados que são públicos não são acessados em volume significativo? E também por que boa parte dos órgãos públicos, particularmente os municipais, não atende à legislação vigente? Nós precisamos encontrar respostas para isso e tentar mudar esse tipo de comportamento. Sem dúvida, eu diria que parte disso tem a ver com a cultura da transparência no País. Mas a cultura da transparência não é responsável sozinha por essa resposta. Também temos de falar de padronização, não só da padronização do conteúdo da informação que é disponibilizado. E de uma das dimensões desse conteúdo já foi falado aqui por outros colegas, que é a dimensão da linguagem de fácil acesso e compreensão por parte do cidadão. Essa padronização de conteúdo é fundamental, mas também a padronização técnica cumpre um papel significativo nesse movimento em direção à maior transparência no País.

Com relação ao primeiro tópico, a cultura da transparência, eu diria que podemos destacar dois casos de que precisamos tratar. O primeiro deles é o fato de que o servidor público, em geral, tem mais compreensão do dado público, como também ele é o guardião da informação pública. Isso traz para o servidor público uma responsabilidade, muitas vezes, muito acima daquela de que ele pode dar conta, e, por isso, vem um receio imenso dele de disponibilizar informação, porque ele se sente um guardião, quase como um proprietário da informação pública, com o risco de tornar essas informações públicas, porque ele tem também o receio de que essas informações públicas não sejam exatas, não sejam consistentes, não sejam precisas. Ele tem medo de ser responsabilizado pela informação que ele disponibiliza.

Lembrem os senhores que, no setor público – os senhores sabem disto –, o servidor público só pode fazer aquilo que está estabelecido em lei, aquilo que está regulado. Portanto, a responsabilidade pelo dado público é de tamanha força, que isso traz a ele o receio de transformar esses dados. Nós precisamos mudar essa cultura relativa ao fato de ele ser o guardião da informação, porque o dado é público por sua natureza.

Outra coisa de que temos de cuidar nessa cultura da transparência é relativa aos dados contábeis. Lembrem-se, vocês, de que todas as movimentações financeiras são padronizadas dentro do Governo Federal. Elas têm códigos, têm plano contábil, têm número de contas. Portanto, todas as movimentações financeiras no País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

são feitas dentro da Administração Pública respeitando um conjunto de padronização que é voltado para o mundo da contabilidade pública, que não é voltado para o cidadão.

Portanto, essa compreensão de que os dados contábeis são bons para a contabilidade pública, podem ser bons talvez para a Controladoria-Geral da União, podem ser – desculpe-me, mas eu não consigo mudar de nome até hoje – bons para os tribunais de contas, podem ser bons talvez até mesmo para auditores que fazem auditorias das contas públicas, mas eles não são bons para o cidadão porque são dados contábeis. Só que nós precisamos ter em mente o seguinte: transformar essas informações contábeis em informações compreensíveis pelos seres humanos, não contadores ou não contabilistas, não é das tarefas mais fáceis, não é das tarefas mais triviais.

(Soa a campainha.)

O SR. VAGNER DINIZ – Nós temos que pensar seriamente em mudança dessa cultura de transparência, colocando de alguma forma respaldo para que o servidor público possa liberar as informações como dados públicos e transformar esses dados em dados compreensíveis pelos seres humanos – diria – quase que normais.

Com relação à padronização de conteúdo, a nossa colaboração fundamental passa por alinhamento da oferta com a demanda. Há uma tensão muito grande entre aqueles que são possuidores ou guardiões dos dados – e que são pressionados a liberarem esses dados, a tornarem esses dados disponíveis e transparentes – e uma outra pressão que é aquela que é exercida pela sociedade civil de uma maneira geral por demandar dados, por demandar informação, seja pela Lei de Acesso, seja por dados abertos ou seja por qualquer outra forma demandando informação do Poder Público.

O problema existente é que esses dados que são ofertados pelo Poder Público não estão alinhados com a demanda da sociedade. É muito recente esse esforço que foi colocado pelos nossos colegas de alinhar a transparência ativa de acordo com a demanda da transparência passiva, mas isso é pouco. É preciso um grande esforço coletivo, e eu acho que este ambiente do Senado Federal, particularmente esta Comissão de Transparência, pode promover uma grande concertação nacional, um grande acordo federativo sobre o que nós estamos falando de fato, o que é conteúdo mínimo de transparência nos portais públicos. Para isso, é preciso juntar no mesmo local, numa mesma discussão nacional, jornalistas e organizações de ativistas que fazem a promoção do controle da transparência, do controle dos dados públicos, também colocar aqui governos estaduais e municipais porque – lembrem-se, vocês – eles são também consumidores de dados dos governos federais.

O Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Ministério Público precisam estar sentados numa grande comissão, que pode ser capitaneada pelo Senado Federal, para que a gente possa definir o conteúdo mínimo necessário que atenda a essa grande demanda nacional sobre transparência.

Por fim, a padronização técnica que eu acho que, na verdade, é o item mais importante que eu considero dessa minha apresentação. E por que eu digo isso? Porque a padronização técnica permite colocar os dados de uma forma técnica disponível que vai alcançar um número muito maior das pessoas. E eu digo isso da seguinte forma: quanto mais aberto for o dado disponibilizado pelos órgãos públicos, maior será a possibilidade de ele ser consumido na outra ponta. E quando eu falo cada vez mais aberto, eu não estou dizendo cada vez ter mais informação ou cada vez mais ele for compreensível aos olhos humanos. Eu estou dizendo cada vez mais aberto, eu estou falando sobre formato, cada vez mais os dados estarem em formato aberto, para que eu possa, por exemplo, baixar os dados para o meu computador e poder ali reutilizar, manipular esses dados no meu computador ou que o meu computador possa acessar no *site* do órgão público aquele dado e, então, poder reutilizá-lo, reprocessá-lo para que eu possa gerar mais inteligência, além daquela que já foi gerada originalmente, que eu possa combinar esses dados com outros dados, de tal forma que eu possa traçar comparabilidade com outros órgãos públicos, órgãos públicos internacionais.

Portanto, isso significa que ele tem que estar no formato aberto e, para isso, essa é a nossa colaboração como W3C, como comitê gestor da internet no Brasil, é a nossa contribuição em produzir e divulgar esses padrões técnicos que são aceitos internacionalmente. Coloquei na minha transparência alguns poucos exemplos, mas existem muito mais outros exemplos sobre padrões que são tecnicamente aceitos internacionalmente.

Além disso, existem também boas práticas. O Senado está fazendo uma boa prática, a Controladoria-Geral da União tem uma prática excelente nessa área, diversos outros órgãos estaduais e municipais no Brasil também têm boas práticas e, particularmente, boas práticas internacionais. O Reino Unido é aquele que tem a melhor prática hoje sobre esse assunto, porque ele foi pioneiro na abertura de dados.

Portanto, essas boas práticas nós estamos acabando de publicar, globalmente, as boas práticas de publicação de dados na *web*. Isso oferece um conjunto de padrões técnicos que, se todos seguirem, eu vou conseguir ter uma capacidade de reutilização, de comparação e de transformação desses dados em mais serviços para o cidadão. E por que isso é importante? Porque eu tenho que considerar que, muitas vezes, transformar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

os dados em dados compreensíveis para o cidadão pode não ser uma tarefa de governo. Muitas vezes, a gente quer que o governo faça essa tarefa de tornar os dados numa linguagem mais clara ao cidadão ou de transformar esses dados, em dados mais acessíveis ao cidadão.

E eu quero dizer o seguinte: pode ser que essas tarefas sejam melhor realizadas pela sociedade civil, por meio dos intermediários.

Há muitos desenvolvedores *web*, há muitos militantes de transparência, há muitas organizações de controle social que podem fazer essa tarefa no lugar do Governo, deixando que o Governo foque na sua tarefa de governar e passe para a sociedade uma parte dessa tarefa, que é a de interpretar os dados para a sociedade. Mas, para isso, os dados precisam estar num formato acessível e reutilizável.

Quando eu falo desse Pacto Federativo, dessa concertação nacional, eu estou falando também dessa padronização técnica para a qual precisamos caminhar, porque somente assim eu vou poder comparar dados de todos os lugares do Brasil. Eu vou poder comparar dados com outros Poderes Executivos e com outros Poderes Legislativos. Se eu não tiver uma linguagem comum que me permita comparar essas coisas, eu não vou conseguir dizer que o padrão legislativo brasileiro é um padrão legislativo melhor ou pior que o padrão legislativo dos Estados Unidos ou o padrão legislativo da Europa, por exemplo. É por isso que nós estamos falando que padrão técnico é da maior importância.

E não é à toa que a LAI, já em 2012, quando ela foi sancionada, em seu art. 8º, já colocou e previu ali a publicação de dados em formato aberto, exatamente para conseguir essa comparação.

Se nós não tivermos um trabalho na cultura de transparência, na padronização de conteúdo e na padronização técnica, a gente dificilmente vai conseguir avanços significativos em curto espaço de tempo.

Deixo aqui meus contatos, deixo os contatos da minha organização. O NIC.br, braço executivo do Comitê Gestor da Internet, está à inteira disposição deste órgão legislativo, para colaborar, para contribuir, para poder, principalmente, orientar nas boas práticas. Nós já fazemos isso costumeiramente, com publicação de guias, publicação de material, com produção de cursos. Há um trabalho que nós fizemos, muito alegremente, muito bem-sucedido, com a Controladoria-Geral da União, que hoje está disponível no *site* do Ministério da Transparência, etc. Foi muito bom trabalharmos juntos. Trabalhamos, hoje, junto com o Ministério da Justiça também, na área de consultas públicas. Então, nós temos o maior prazer de trabalhar com órgãos públicos, se eles estão definitivamente dispostos a abraçar essa cultura da transparência.

Muito obrigado.

Desculpem-me por me alongar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Vagner Diniz.

Eu queria informar que nós convidamos um representante do GDF e também da Prefeitura de Goiânia, porque gostaríamos de contar com a presença deles, mas, infelizmente, eles não compareceram. Os Estados e as prefeituras são, de fato, os que mais têm dificuldades para expor, para cumprir tanto a Lei Complementar nº 131, como a Lei de Acesso à Informação. Eu acho que uma das próximas audiências públicas que nós vamos fazer é com os usuários desse sistema, trazendo aquelas organizações que militam no controle social, na participação popular e que utilizam essas informações dos portais de transparência.

Eu recebi aqui, também, do Andreiwid Correa, de São Paulo, que diz: "A transparência do Poder Executivo do Governo Federal é exemplar. O problema está nos Municípios. Deve-se ter mecanismos de fiscalização para que os Municípios cumpram com a lei."

É nisso que estamos trabalhando neste momento, o aprimoramento da lei. Estamos alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2001, para acrescentar punições mais severas, porque, realmente, o Brasil tem uma cultura de esconder o jogo. Essa é a cultura.

A cultura da transparência é algo muito recente, até porque este é um país organizado por pouquíssimos, e os que organizaram o País o fizeram para eles e não para o conjunto da sociedade brasileira. Até hoje, o Estado brasileiro utiliza muito mal a tecnologia digital, que poderia facilitar a vida, principalmente as prefeituras, se desenvolvessem a aplicação, a utilização da tecnologia digital. Poderiam resolver problemas que são de pouca monta, mas que exigem muita informação. Organizar as cidades, torná-las inteligentes, criar essa inteligência coletiva, necessária para dar um salto no desenvolvimento das cidades. Não o fazem.

Estamos vendo aqui. Há algumas ideias que estamos discutindo com os Consultores do Senado. Se pudéssemos, mas, infelizmente, não nos parece possível, aplicar a quem descumprir a lei, principalmente a lei da transparência ativa, onde é fundamental se colocarem os gastos e receitas; se fosse possível aplicar o mesmo princípio que se aplica a quem não paga a pensão alimentícia, tenho impressão de que o negócio seria muito rápido: sonegou informação, recolhe. Não paga pensão alimentícia, recolhe até pagar. Só que o legislador esqueceu de estabelecer um tempo para ficar preso, mas a Justiça já resolveu esse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Acho que temos de evoluir.

Aqui, temos também Melania Barbosa, do Distrito Federal: "Qual a viabilidade de um portal da transparência único para toda a Administração Pública, municipal, estadual e federal?"

Essa é uma pergunta que já vou deixar aqui. Já vamos ouvir algumas experiências interessantes, e, talvez, no meio, possa ser respondida.

Há mais dois expositores, e gostaria de fazer aqui uma alteração da Mesa. Gostaria de permitir ao Marcos e ao Ruben que nos permitisse convidar o Sinoel Batista e o Matheus Moreira. Mas fiquem por aqui, pois pode haver perguntas para vocês.

Do STF, eu já tenho aqui uma pergunta, que chegou pelo celular, sobre o portal de transparência do STF, que só se pode acessar por computador. Por celular, não é possível acessar a transparência do STF. Hoje, quase 80% usam celular. Vamos ver qual é a resposta que você vai nos dar, daqui a pouco, para essa pergunta.

E eu aproveito e passo logo a palavra ao Matheus Pereira Amaral Moreira, Diretor da Empresa 4mti Soluções em Tecnologia e Dados Públicos. Com a palavra.

O SR. MATHEUS PEREIRA AMARAL MOREIRA – Muito boa tarde a todos. É com imensa satisfação que eu venho aqui hoje. Agradeço ao Senador Capiberibe, agradeço aos assessores, o Frederico, a Iria, que tornaram possível a gente vir aqui hoje apresentar o nosso trabalho.

A gente já teve exposições muito boas. Eu vou tentar não ser repetitivo, porque o tema é esse, e as exposições foram muito boas, bem esclarecedoras.

Vou começar a falar de transparência. Não preciso falar aqui das vantagens, todo mundo já sabe da importância dela para o futuro do nosso País, para a melhoria da gestão pública. Mas eu vou destacar três principais pontos que a gente acha relevante.

O primeiro é a qualidade da gestão, porque quando uma prefeitura ou órgão público tem um portal de transparência, isso reflete toda uma boa administração dentro do órgão. Não é só um portal, existe uma organização toda ali dentro, dos processos e dos sistemas, que torna possível isso acontecer. E isso está fortemente atrelado a cidades inteligentes, como o Senador falou, e com essa boa gestão dos procedimentos e dos processos.

Outra questão é a *accountability*. É um termo estrangeiro, mas que fala da questão do controle social. E a gente pode falar do horizontal e do vertical. Horizontal, quando a gente fala da população acompanhando os gastos públicos e o exercício da gestão; e o vertical, os próprios órgãos tendo essa interação, os órgãos de controle, tanto interno, quanto externo, participando da administração da gestão, para fazer o efeito do controle e da fiscalização.

E o último ponto que eu quero destacar é a questão da cidadania e da democracia. Essa é a questão mais importante. Eu posso citar aqui a questão da Islândia em 2008, que, após a crise, reformulou sua Constituição com participação social pelos meios digitais. Eles cadastraram os cidadãos interessados, e pela própria rede social eles puderam participar e contribuir para a formulação dessa nova Constituição. E isso a gente já percebe agora que também não está distante no nosso País. Quando o Senador cita a questão das licitações abertas, em que a população pode participar pela própria rede social, esse é o avanço que a gente quer ter. A gente não quer uma democracia que vai acontecer só de dois em dois anos nas eleições. A gente quer o cidadão atuando, participando, estando presente cotidianamente na gestão das suas cidades.

Então, já entrando nas questões mais práticas, após as leis de transparência, existiu o surgimento de diversos portais do Governo, de diversas características e formatos. E para isso começaram a criar avaliações. Já foram expostas aqui. A CGU, com a Escala Brasil Transparente, o Ministério Público Federal, que também faz um trabalho muito interessante, do Índice Nacional da Transparência, e de organizações sociais. Até eu poderia colocar outras ali. O nosso colega da W3C citou esse trabalho todo, o Vagner. Então o que eu destaquei ali foi o Contas Abertas, que foi um dos primeiros a fazer esse trabalho, o Observatório Social e o Artigo 19, que faz um trabalho muito grande com isso também.

Só que a gente percebe que, independente das avaliações, elas ainda tratam pontos muito técnicos, muito próximos das questões definidas nas leis. Então ainda existem muitas carências nos portais de transparência, que foram as colocadas. A primeira que a gente destaca é a falta de usabilidade. Como o Senador citou no começo, às vezes se tem que dar cinco, oito cliques para chegar a uma informação, quando se consegue chegar a ela. E o cidadão não tem toda essa disposição de enfrentar essa burocracia digital. Ele quer informação rápida. Em outros casos ele tem que preencher uma série de filtros para chegar à informação. Às vezes ele não sabe antecipadamente o que ele está buscando. Ele quer a informação, para depois ele ir detalhando e chegar ao objetivo final.

Segundo, as características técnicas, a questão da linguagem cidadã, que o Rubens citou também, que é uma questão que se tem de pensar mesmo: até onde é o papel do Governo e até onde é o papel da sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

trabalhar nessa questão. Sem dúvida, a parceria, a comunicação, o contato é o melhor caminho para chegar a uma solução efetiva.

A falta de padrões, a padronização. O padrão não é só na questão das habilidades, na questão de os portais serem diferentes, mas também na questão do conteúdo. Cada portal apresenta a informação de acordo com o que ele tem disponível, de acordo com os seus objetivos, o que torna difícil a análise, a correlação. Tem casos em que você encontra o empenho, você encontra a especificação dele, tem caso em que você só encontra o credor. A dotação orçamentária tem momentos em que vai até a questão funcional, a função e a subfunção. Em outros casos, vai até o subelemento e a fonte de recursos. Então, essa falta de padrão complica muito para quem está acessando e para quem quer trabalhar com esses dados fora dos portais de transparência.

Quanto à questão de indisponibilidade e lentidão, é muito comum isso acontecer, você entrar num portal e ele estar fora do ar ou demorar muito a processar a informação. Você citou também a questão da prontidão dos portais.

Falta de interatividade é um ponto importante também, que é quando a gente fala que o portal tem de se comunicar com o cidadão e o cidadão tem de conseguir passar esse retorno para a administração. Então, hoje a gente vê a ausência de ferramentas de compartilhamento que permitam pegar a informação dali e levar para a rede social, a falta de recursos para fazer um comentário. Isso fica muito separado no portal. A ouvidoria está de um lado e a transparência está de outro. É possível atrelar essa informação, porque, às vezes, a questão que o cidadão quer colocar está relacionada a um dado público e vai ficar até mais fácil para a administração tomar alguma medida e encaminhar à análise.

Diante do exposto, criamos um primeiro portal, que se chama Fiscalize Agora. Esse é um portal aberto, com o intuito de controle social, onde a gente coleta informações nos diversos portais de transparência e apresenta ao cidadão para que ele possa analisar e avaliar os gastos públicos. Como a gente fez isso? Nós criamos algoritmos de coletas de dados dos portais de transparência do Governo. Esses algoritmos são chamados de *crawlers,* mas a gente pode chamar de robô também. Ele entra todo dia no portal, busca a informação nova e traz para uma base de dados nossa. É até a questão da padronização desses formatos abertos, que é muito importante, porque hoje existe uma dificuldade muito grande porque cada portal trabalha de maneira diferente. Então, para cada portal específico, nós temos de construir um algoritmo desse próprio.

Com esses dados na nossa base, a gente organiza um grande armazém de dados, com a técnica de *data warehouse,* que é um banco de dados voltados para a consulta, a *performance* dele é toda voltada para a disponibilização da informação. Esse banco só recebe informação em lote, ele não recebe informação transacional, ele é 100% de *performance* para busca.

O resultado que a gente teve foi um portal com padronização das bases. Então, hoje, a gente tem nesse portal todos os Municípios de Minas Gerais, todos os do Ceará, todos os de Pernambuco, todos os da Paraíba, todos os de São Paulo, com exceção da capital, porque tem um tribunal próprio, e o Governo do Estado do Espírito Santo. O cidadão consegue consultar da mesma forma todas as cidades dos Estados que falei de forma rápida, fácil e permitindo a interatividade, onde ele vai poder analisar o gasto público, falar se ele concorda ou discorda, criar comentários e compartilhar na rede social.

A gente pode fazer uma demonstração agora, André?

Para deixar mais prático, esse é o portal, era uma busca que eu tinha executado antes, mas a gente pode executar novas buscas. A ideia é muito simples. Quando ele clica em fiscalizar, na tela anterior, ele já cai nessa tela e vai selecionar o Município e depois clicar em buscar gastos.

Já vão ser relacionados todos os gastos do Município. E o grande diferencial é esse recurso da palavra-chave, onde ele pode, por meio de um termo do cotidiano dele, às vezes o nome da rua, o nome do bairro ou o assunto que ele está pesquisando, localizar todos os gastos que foram executados na administração do Município.

No caso ali, eu tinha buscado o termo "carnaval", na Cidade de Bambuí, Minas Gerais, e tinham sido listados três gastos que totalizavam R$7.956. Eu acho que pode deixar para o final esses exemplos, que aí a gente pode fazer outras buscas e mostrar mais o potencial.

E só para finalizar o Fiscalize Agora, uma coisa interessante que a gente trabalha também é o conceito de "gamificação", para despertar mais ainda o interesse do cidadão em participar desses portais. Porque, assim, a gente já sabe que é de todo o interesse dele, ele já busca esses portais, mas a gente ainda dá esse incentivo, que é a ideia de identificar quais são as pessoas que estão avaliando os gastos públicos e gerar pontos para isso. Até para a gente conseguir identificar, dentro da sociedade, quem serão os agentes de fomento dessa questão do controle e participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, a gente já tem muitos usuários que pegam a informação dali, levam para a rede social, onde existem vários grupos de associação de moradores, de controle e fiscalização, os próprios conselhos mesmo, de saúde, de educação, entram nesse portal para buscar informação mais rápida e conseguir compartilhar na rede social.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ALEGRE SILVA – Continuando a apresentação.

Só que, com o lançamento desse portal a gente percebeu que o desafio era maior ainda, ele não esgotava ali na questão do cidadão. A gente percebe que ainda é muito difícil correlacionar informações.

Outra questão muito importante, acho até que é importante a W3C participar também, é a questão da auditoria dos dados. Hoje, apesar de a lei citar a questão da disposição deles, ela não trata da questão da qualidade. Então, não há uma certificadora, um agente certificador que vai ali e fala: "A informação que está disponível nesse portal é, exatamente, o que foi executado dentro do Município."

E o que a gente percebe é que existem vários problemas de qualidade. Por exemplo, há Município que lança a especificação do empenho com três pontinhos, ele coloca uma palavra e três pontinhos, então, isso para o cidadão não resolve, na questão da análise. Há Município que já deixa mesmo: "não informado", ou então, "não tem dados", e a pessoa não vai conseguir fazer a análise.

E a própria questão das regras contábeis mesmo, a gente tem lançamento hoje em que o valor pago é maior que o empenhado. E na regra a gente sabe que primeiro tem que empenhar, liquidar e pagar. Então, existem regras lógicas, dentro das questões contábeis, que não são seguidas. Dotação orçamentária faltando algumas partes, às vezes o elemento despesa não é informado ou a categoria econômica. Isso tudo prejudica muito o trabalho de análise dos dados.

Outra questão é a capacidade de resposta. Hoje, de um modo geral, os órgãos não têm a capacidade de resposta diante das perguntas que a sociedade lhes faz. A própria Câmara, dentro de um dos papéis dela, que é de fiscalizar o Executivo, não encontra informação para verificar quanto está sendo investido em cada uma das funções, comparar com outros Municípios e aí tentar fazer uma gestão pública mais eficiente.

Com isso, nós lançamos outro portal, e esse bem mais completo que o Fiscalize Agora, até com um viés mais técnico, que a gente chama de Diagnóstico Público. O resultado dele foi também a questão da padronização dos dados. Então, todos esses Municípios desses Estados que eu falei, a gente tem disponível nesse portal. A gente começou a baixar dados do Governo Federal também, só que o volume é muito maior, e a gente baixou só o Gabinete da Presidência e Ministério da Educação, até do portal da CGU.

A interface é intuitiva. A gente trabalha com o usuário para ele conseguir achar a informação à medida que ele vai navegando no portal.

Recursos de análise e comparação; correlação entre diferentes bases e um banco de dados voltado para apresentação de resultados. Então, a gente tem toda uma modelagem dimensional que, para cada uma das análises que a gente apresenta, a gente tem isso preparado no banco.

A gente pode mostrar também um pouco do portal aí, para ficar mais prática a apresentação. Bom, esse é o portal. Se alguém tiver a sugestão de algum Município para a gente consultar, dentro dos que eu falei, se a gente quiser mudar ali. Se não, pode ser esse mesmo que está selecionado já, Ingá, na Paraíba. Nessa primeira tela, a gente apresenta algumas informações gerais do Município e, naquela coluna ali com os exercícios, são até onde a gente baixou a informação. Então, nesse caso, a gente baixou de 2012 a 2016. Até 2015, estão completos os doze meses. Em 2016, até fevereiro.

Essa é uma questão muito importante de a gente apresentar por causa da questão da rastreabilidade da informação, porque, como a gente está trabalhando com a informação que um portal está cedendo, a gente etiqueta toda a informação que a gente tem na base, para depois a gente conseguir voltar na origem e aí encaminhar qualquer necessidade.

A gente já tem hoje mais de 30 visões diferentes, todas voltadas para essa questão de apresentar as informações de forma intuitiva e fácil para o usuário. Eu vou mostrar só algumas. Primeiro, em despesas, o gráfico de perfil, que é uma forma de a gente tentar mostrar um recurso que, no BI, a gente chama de *drill*, que é pegar a informação do maior grão e levar até o menor.

Pode selecionar 2015 porque é um exercício completo. Os outros filtros você pode deixar "tudo/todos", que não tem problema não. Deixa ele carregar aí. (*Pausa.*)

Então, esse aí é o gráfico de 100% da despesa desse Município. No centro ali você vê que é 100% e, quando você para o *mouse* lá naquele caminho, você vê que foram R$27 milhões que ele executou. Lá em cima, no valor comparado, está selecionado "pago". Então, esse aí é o valor pago.

O primeiro nível desse círculo são as funções, onde ele aplicou o recurso. E o segundo nível é a subfunção. Então, quando você clica em uma função – você pode clicar nessa aí, que no caso é saúde –, ele vai detalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

quais são as subfunções. Então, dentro da saúde, se você passar o *mouse* no círculo de fora, ele vai te falar quais foram. Então, na atenção básica, ele aplicou 24% do orçamento e nos outros pontos lá você consegue navegar também. Abastecimento, depois vigilância sanitária, assistência hospitalar e ambulatorial.

Quando você clica no último nível – pode ser aí, perfeito –, ele vai te apresentar quais foram os credores dessa subfunção. Então, no caso ali, clicou em atenção básica, ele está buscando ali para detalhar quais foram os credores que receberam esse recurso. Isso tem a questão da internet, mas a ideia é bem dinâmica. Você clica, já aparece o resultado. Então, o maior credor da atenção básica foi a própria prefeitura, que é a folha de pagamento. Depois tem a Conserve, INSS, Gil Posto de Combustível. E, quando você clica no credor, você vai ver quais foram as notas de empenho que ele teve com a Administração Pública. Então, nesse caso aí, a Conserve teve uma nota só, valor correspondente à contratação da empresa para execução de construção da unidade do pronto atendimento.

Então, pode voltar lá em cima no gráfico. A gente percebe que é um recurso muito mais dinâmico, muito mais interativo para o usuário, que não conhece muito ainda da administração. E aí, ele pode navegar pela legenda também. Se ele clicar em um assunto ali, ela já vai filtrar o gráfico e trazer para ele os gastos só daquela função. E sempre trabalhando com esses recursos.

Vou mostrar um outro exemplo de gráfico. Volta lá em cima no *menu* agora, por favor. Esse de diagnóstico, é o terceiro aí, ele já é uma forma de a gente apresentar quais os pontos de destaque da gestão daquele Município.

Então, a gente já faz uma comparação com todos os outros do Estado. Pode pegar 2015 também, pode pedir para gerar resultado. E a gente compara o gasto, a aplicação do recurso dele, nesse caso por função. Então, a gente já vai identificar ali quais foram as funções em que ele mais aplicou comparando com os outros Municípios.

Então, no caso de Ingá, em ciência e tecnologia, ele foi o 27º Município que mais gastou recurso no Estado da Paraíba. Então, dos 223 Municípios de lá, ele está na posição 27. E, em desporto e lazer, ele foi quase o último, ele está na posição 198.

Ali, também, você tem o recurso de usar coeficientes para poder deixar o valor *per capita* ou por outra característica que você achar que fica mais próxima de sua análise, e, quando você clica, não precisa filtrar agora não para gente não gastar tempo, pode clicar em ciência e tecnologia, que é o primeiro onde ele tem um gasto mais acima, e ali a gente vai detalhar agora quais foram os outros Municípios e, depois, conseguir ver quais foram os gastos dele com ciência e tecnologia.

Deixa carregar ali o gráfico, para ter o exemplo. (*Pausa.*)

Então, ele está na posição 27. Aí, temos os outros Municípios do Estado da Paraíba e, se você clica nele, você vai detalhar. E ali tem o recurso também de você poder escolher o grupo de Municípios com os quais você quer comparar.

Então, volta ali em cima nos filtros, porque é interessante mostrar também, no grupo. Aí, você pode comparar com a microrregião, com a mesorregião, você pode criar grupos próprios. Às vezes, você quer criar um grupo de população superior a uma faixa de habitantes ou então com o IDH de uma característica específica. Isso facilita muito o trabalho de comparação.

Aí, lá, em despesa ainda, há um gráfico de radar, que é interessante também a gente estar mostrando rapidamente, que é essa questão da comparação entre os Municípios. Ali, você pode comparar com quantos Municípios você tiver necessidade também.

Então, deixa ele carregar. Aí, no caso, ele mostrou só Ingá. E, se você selecionar outro Município, pode ser esse primeiro aí mesmo, Abaiara, do Ceará, aí, clica em consultar, só dois está bom, porque, senão, fica muito cheio. Então, ele vai colocar, sobreposto, como está a distribuição dos gastos do Município. Então, você vê qual é o caminho dessa administração, onde ela está dando mais atenção, onde ela está investindo menos.

Aí, também há o recurso de detalhamento, você clicando.

Volta lá em cima. Deixa eu mostrar mais. No *menu*...

Então, despesas, a gente tem uma série de outras análises. A consulta livre, que você vai poder buscar. Na geral, a gente tem análises, de modo geral, de todos os Municípios. Então, a gente consegue ver qual o Município que gasta mais com diária de viagens, com combustível, com aquisição de *software*, colocação de equipamento, com obras, tudo muito fácil nesse sentido.

A questão de cruzamento, acho que vou fechar com ela, a questão do CEIS, que o Gilberto citou, que tem disponível no Portal da CGU. Então, o que é que a gente fez? A gente foi lá, buscou quais são as empresas cadastradas como inidôneas e cruzou com as empresas contratadas pelo Município. Nesse caso, pode só clicar em consultar, não precisa filtrar não. Eu não sei se esse Município tem. Tem, olhem: R$491 mil foram empenhados com empresas que estão cadastradas no portal como inidôneas ou suspensas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, essa primeira ali, Veneza Diesel, se você clicar na quantidade de sanções ali, ele vai te mostrar quais os processos que estão cadastrados no portal da CGU. Então, ele tem o número do processo ali, o período em que ela está suspensa, o motivo e, se você clicar ali no nome do credor, ele vai mostrar quais foram os gastos, quais foram as notas de empenho que o Município executou.

Então, é um recurso que até para o Município mesmo é muito interessante, porque até previamente ele poderia fazer esse acesso e conferir quais são essas empresas que estão cadastradas nesse portal de inidôneas e suspensas. E, aí, há várias outras análises ali, ainda, que o tempo não permite mostrar, mas que eu estou à disposição para esclarecer se alguém quiser conhecer mais e saber como é a ferramenta de trabalho.

A gente tem outras comparações internas ainda na questão, por exemplo, da Receita. A gente pega dentro dos portais em que passam recursos, como a Aneel, DNPM, que são recursos minerais, e compara com quanto o Município diz que recebeu. Então, você pega, por exemplo, o Cefem, que é o minério, o DNPM fala que passou um valor e o Município diz que recebeu outro. Essa questão de comunicação, de interoperabilidade é uma questão que ainda tem que ser muito trabalhada, porque a gente percebe que, quando há fontes diferentes, a informação, na maioria das vezes, diverge.

Portanto, é importante haver portais como esse, que faz esse tipo de auditoria, para certificar que esses dados estão corretos e que aquela informação realmente foi a executada, a informação está correta.

Voltando para a apresentação, era isso que eu queria mostrar. Vou passar para o próximo. É isso. O Fiscalize Agora, vai fazer um ano no mês que vem que o colocamos no ar. O nosso objetivo é colocar todos os entes das três esferas, colocar todos os Municípios do Brasil, todos os Estados e colocar toda a Federação, todo o Governo Federal. E o Diagnóstico Público, essa ferramenta de gestão em que a gente tem se esforçado muito, trabalhado bastante, e a gente quer aplicar outras regras de análise, que são as leis de Benford, ou seja, questões de... Esqueci agora a palavra certa, mas são essas questões de fraude. Foi usada na Bolsa de Valores dos Estados Unidos quando eles identificaram uma série de fraudes que estavam acontecendo dentro dos lançamentos das empresas.

Isso tudo já existe na literatura e são bastante técnicas as estatísticas, e estamos começando a trabalhá-las para colocar dentro do Diagnóstico Público. O principal para ele agora é a gente conhecer a demanda, ter esta conversa aqui, abrir este diálogo para conhecer quais são as próximas demandas, qual a carência, para a gente criar relatórios específicos e conseguir contribuir e atender da melhor maneira possível.

Muito obrigado. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado. Obrigadíssimo. Esse trabalho pode substituir alguns Tribunais de Contas por aí, pelo País. (*Risos.*)

Há uma diferença enorme entre a iniciativa privada e o Poder Público nessas áreas. Acho que, na medida em que a gente vai aprofundando o nosso debate, a gente vai descobrindo e vai poder melhorar a legislação.

Mas falei do PLS que nós estamos trabalhando, que está tramitando aqui no Senado, o PLS nº 570/2015. Daqui a pouco nós vamos ter algumas perguntas a respeito.

Então, vamos ao nosso último convidado, que é o Sinoel Batista, proprietário da empresa Quanta Consultoria, Projetos e Editora Ltda. Com a palavra por dez minutos, com mais cinco de tolerância, com a disposição de todos de continuar ouvindo.

O SR. SINOEL BATISTA – Boa tarde a todos e todas. Eu rapidamente quero agradecer o convite que nos foi feito pelo Senador Capiberibe e, na pessoa dele, cumprimentar todos os integrantes da Mesa e todos os que estão participando e nos ouvindo aqui neste momento.

O Vagner foi o penúltimo a falar e disse que era um desafio falar depois de tantos. Imagine a minha situação de ser o último a falar. Como dizem os paraibanos, lascou-se agora. (*Risos.*)

Mas, à guisa de introdução, queria apenas fazer uma observação de que lugar a gente fala sobre este tema de normalização ou alinhamento dos portais. São duas empresas, aqui, que estão envolvidas: a Quanta, da qual sou sócio-proprietário, e a Caiena. O Eduardo, que está aqui ao nosso lado, é um parceiro de tecnologia de informação. E temos um colaborador especialista, que é o Eros, que está participando. Estamos envolvidos nesta empreitada de construir algumas plataformas.

Mas como chegamos a isso? Acho que esse é um elemento importante para fazermos essa reflexão.

A Quanta trabalha com políticas públicas, e a Caiena trabalha com tecnologia de informação, há muitos anos. Eu tenho militância em políticas públicas, e o interesse pelo acompanhamento da gestão orçamentária remonta ainda ao período da redemocratização no Brasil, especialmente na campanha de 1982 – já se vão aí boas décadas –, quando se consolidava a democracia no Brasil. Era a primeira eleição para prefeitos e especialmente para governadores. Era a primeira eleição para governadores.

E nós tínhamos uma preocupação, uma plataforma, que era como assegurar a ampliação da democracia no exercício da formulação e do controle das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Então, naquele período fomos conhecer algumas experiências que ainda eram embrionárias no Brasil, mas que tratavam desse tema da transparência.

À época havia duas experiências muito interessantes, uma do Dirceu Carneiro, então prefeito de Lages, de Santa Catarina, e de Boa Esperança, que tinha boas estratégias. Eles eram governos do velho "manda brasa", do MDB, e havia ali uma preocupação de assegurar a transparência.

Então, nós fomos conhecer e adotamos, a partir de 1983, quando assumimos o Município, a Prefeitura de Penápolis, a elaboração do orçamento com a participação da sociedade.

Depois, houve outros nomes. Veio o OP, pelo PT, o OD, pelo Partido Socialista, enfim, houve várias outras dimensões. Mas, a partir de 1983 – por dez anos administramos o Município –, fazíamos, todo ano, a apresentação das diretrizes, discutíamos, elegíamos a prioridade e depois fazíamos o acompanhamento da execução.

Desse período, lá atrás, até hoje, uma convicção se formou nas nossas reflexões: a de que dificilmente a população toma decisão com dados. Ela toma decisão com a informação.

Então, a nossa preocupação é: como a gente organiza as informações e coloca à disposição da população, para que ela forme um juízo de valor. E, a partir dessa massa de dados, ela constrói a sua informação, valora essa informação e, a partir daí, com os outros vários valores que tem, consegue tomar a decisão. Então, nosso maior desafio era esse.

E aí a gente percebia exatamente... Muitas dificuldades que foram colocadas aqui... Quer dizer, como é difícil, por exemplo, fazer a comparação entre orçamento programado e orçamento executado.

Então, desde há muito tempo, percebemos que, nas peças orçamentárias, normalmente há bastante ficção empregada. E há muito malabarismo, muita criatividade. Enfim, há vários adjetivos que nós não precisamos trazer para a mesa neste momento, mas que interferem radicalmente na dificuldade de acompanhamento.

Essa matriz de pensamento é que nos orienta nesse debate de construção de plataforma.

Com o passar dos anos, nós fomos investindo em vários projetos de plataformas que trabalham essencialmente a partir de bases públicas. Quer dizer, é um pouco como os companheiros de Minas Gerais, que organizam. A nossa matéria-prima são dados públicos, desde um sistema para gestão de escolas públicas no Estado da Paraíba, que organiza informação para professores, diretores, alunos, desempenho de alunos, enfim, há uma série de informações da rede toda. É outra plataforma que nós organizamos para um conjunto de organizações não governamentais chamada Conviva Educação, que já tem envolvidos, hoje, mais de cinco mil Municípios brasileiros, que são usuários da plataforma e do apoio aos gestores municipais para a gestão da educação. Há o Todos pela Educação, do Observatório do Plano Nacional de Educação, com mais de duzentos indicadores, cujo monitoramento fazemos a partir das informações do Plano Nacional de Educação. Há a Devolutivas Pedagógicas, organizada para o Inep. Há o Observatório de Crianças e Adolescentes para a Fundação Abrinq, em São Paulo. E, mais recentemente, temos o que a chamamos Mapa do Voto, cuja base são as informações da menor unidade de organização do voto no Brasil, que é a seção eleitoral – o TSE tem cadastradas 450 mil seções eleitorais com nome e endereço, e ali temos registrado, por cada uma das seções, como vota a população brasileira. Essa informação está disponível.

Nós consolidamos um portal que dá conta, por exemplo... Se vamos lá e fazemos uma consulta: João Capiberibe, de quantas eleições ele participou? Nessas últimas quatro eleições – nós já baixamos todos os dados –, conseguimos saber exatamente quantos votos teve o Senador, onde teve, em qual seção, e assim por diante. Além disso, é possível fazer comparações e cruzamento com uma série de informações entre partidos, candidatos e assim por diante.

Como nós também desenvolvemos vários outros aplicativos para a gestão de políticas públicas, nós começamos a nos fazer algumas perguntas. Hoje há dados disponíveis sobre escolas no Brasil inteiro, há dados disponíveis sobre unidades básicas de saúde, bem como há dados disponíveis sobre CRAs e CREAs. E todas essas informações... Você tem os padrões que usuários integrantes aqui da mesa já mencionaram, as limitações, as suas incongruências, as suas inconsistências e assim por diante, mas essas informações existem. Do mesmo modo, há na legislação brasileira, racional ou irracional, um modo de produção do Orçamento que organiza o ciclo de gestão orçamentária em três grandes peças: o Plano Plurianual de Investimento (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Tudo isso é organizado pelas diretrizes da Constituição, pela 4.320, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e alterações posteriores, que estabelecem um conjunto de diretrizes e indicadores que valem para os três Poderes e nas três esferas da Federação.

Para essas informações, deveria haver um padrão de organização e de disponibilização. Então, se nós temos, numa ponta, informações sobre prestação de serviços públicos e temos, na outra ponta, a organização do Orçamento com uma estrutura previamente concebida e válida para as três esferas da Federação e para os três Poderes, na nossa cabeça, é muito simples construir uma plataforma com um grande banco de dados, quer dizer, um conjunto de robozinhos que seja capaz de pegar essas informações, organizá-las no tempo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

construir um conjunto de cruzamentos de informações que possa responder quanto custou a escola, quanto custou o posto saúde, até descer a detalhes como quanto custou uma consulta, quanto custa um atendimento médico de baixa, de média ou de alta complexidade.

Foi isso que nos orientou a fazer um investimento para a construção dessa plataforma que nós estamos desenvolvendo. E aí começamos a analisar as várias plataformas. Também não vamos dizer aqui...

O bom de falar por último é que muita coisa já foi dita, então facilita a vida do Senador de controlar o tempo.

E aí, para orientar o nosso trabalho, o que nós organizamos? A identificação dos marcos legais; o mapeamento das competências; a compreensão do ciclo da gestão orçamentária; o levantamento conceitual de contabilidade e finanças públicas; a identificação e classificação orçamentária; o levantamento das plataformas existentes; bases de dados; formatos disponíveis; os indicadores na Lei de Responsabilidade Fiscal; passar um pouco pelos indicadores adotados por instituições de mercado, porque é um jeito que o mercado se informa, ou seja, há um conjunto de instituições que analisa a função do Estado brasileiro. E isso nos ajudou a criar um parâmetro para os cuidados que nós deveríamos ter para poder organizar a nossa plataforma.

Quando começamos a baixar os dados, começamos a verificar que há algumas discrepâncias bastante interessantes entre órgãos da mesma esfera de governo, no caso o Governo Federal.

Nós temos aqui, por exemplo, os gastos por função na União, comparando com o DCA disponível no Siconfi, no SIGA Brasil, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária de dezembro de 2014, os dados da STN e, depois, nos dados da Transparência na execução. Podemos ver que, para mesma unidade de despesa, há diferenças em relação aos valores que foram informados à população.

Então, nós estamos falando de dados públicos em portais de transparência, portanto é a essência do ambiente público, mas que não permitem ter um juízo de valor preciso sobre o montante de recursos que o Estado brasileiro gastou. E falamos do mesmo Poder. Não estamos falando aqui das dificuldades entre esferas, entre a União, Estados e Municípios, estamos falando só em uma esfera.

E aqui embaixo há a fonte de informação, ou seja, onde nós buscamos essas informações. Porque, para baixar os dados, nós queremos ter a convicção de que esses dados refletem exatamente a realidade do Estado na esfera nacional. E aí, na prática, observamos que não – esses dados são de 2014.

Em 2015 também há algo muito parecido. Não vamos ficar passando aqui um a um, mas dá para verificarmos que há divergências em relação a isso.

Para organizar esse debate, temos uma base de partida, com informações públicas disponibilizadas, que, do nosso ponto de vista, pode ter um juízo de valor talvez um pouco apressado. Mas ela não informa; os dados ajudam a causar um pouco de desconfiança e desinformação para fazer uma correta leitura e apropriação das funções da execução orçamentária no Estado nacional.

Temos uma discussão larga sobre a questão da transparência e do controle social e podemos clivar isso com conceitos internacionais, de *accountability* ou não, mas preferimos ficar aqui apenas com os termos nacionais. Nós trabalhamos da seguinte forma: quanto mais transparência, melhor o controle social. Empodera-se a sociedade para que ela faça o controle social. E não só a sociedade do ponto de vista das organizações, mas de todas as instituições que compõem a sociedade, em especial os partidos políticos, as organizações não governamentais. Elas se empoderam, a partir dessas informações, e passam a ter mais controle sobre as ações do Estado.

Para essa questão, do nosso ponto de vista, vários temas já foram levantados aqui anteriormente, mas é preciso haver um alinhamento, uma modernização e convergência dos marcos legais, uma convergência de informações técnicas relacionadas às instituições e de gestão de políticas públicas.

Os portais de transparência, do nosso ponto de vista, são o local onde essas informações devem ser disponibilizadas. Então, na nossa avaliação, o problema não está nos portais. Os portais são apenas a ponta do *iceberg*, ou seja, o problema está... Não adianta olhar para os portais e falar mal dos portais – esse tem participação, esse é legal, esse é proativo, esse não é proativo –, porque para nós o problema é muito mais embaixo; está exatamente em como romper com a estrutura de um Estado arcaico, patrimonialista, que gosta de trabalhar às escuras e que foge do debate à luz acesa. E, aí, quem tem informação tem poder. Por isso, normalmente, quem tem informação transforma ás em dados, e não em informação. Ele fragmenta e esconde a informação, porque dificulta o acesso para a população.

Do nosso ponto de vista, é preciso considerar essa realidade da Federação brasileira. São mais de 5,5 mil Municípios, com tamanhos díspares, e a legislação por vezes, com todo respeito ao Senador, às vezes peca por uma uniformidade que é pouco inteligente. Então, temos um Município como São Paulo, com 12 milhões de habitantes, e um Município como Borá, em São Paulo, que tem 800 habitantes. Ou seja, escalas distintas, com necessidades de controle totalmente distintas. Entretanto, a nossa Federação não foi capaz ainda de desenvol-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ver uma inteligência capaz de reconhecer essas dificuldades. Estou falando de dois extremos – 12 milhões de habitantes e 800 habitantes –, mas é preciso identificar mecanismos... E é possível fazer isso, não é uma coisa impossível de se fazer, mas é preciso trabalhar com esse tema.

E aí nós elencamos um conjunto de temas. Já foram citados todos aqui, então posso ir para o final da minha fala, porque seria repetitivo. Ou seja: a atualização da Lei de Transparência, a disponibilização de dados, a evolução para uma plataforma única. Do nosso ponto de vista, é possível, sim, e acho que não poderia ser diferente, pensar numa plataforma única para as três esferas e para os três Poderes. Quer dizer, é preciso a adoção de uma régua de medição para que a gente tenha condição de comparar o orçamento aprovado e o orçamento executado e ver quais foram os desvios que ocorreram e por que houve desvio. E aí eu concordo plenamente com o Senador Capiberibe: é preciso tipificar crimes para quem não executou o orçamento, da mesma forma que se tipificou o crime de quem não pagou a pensão alimentar. Isso funciona. Não há alternativa fora de um parâmetro como esse.

Dados abertos. Isso aqui é outra questão que é fundamental. Há dados que estão disponíveis, mas, na hora em que você faz a solicitação para o órgão público, ouve: "esses dados não podem ser fornecidos porque estão restritos a confidencialidade" e uma série de coisas, em flagrante desrespeito à Lei de Acesso à Informação.

E a outra questão que perpassa este debate é a questão dos padrões internacionais e o alinhamento do manual de contabilidade pública à Lei nº 4.320 e à Lei de Responsabilidade Fiscal. E aí há uma série de temas que sugerimos, que é importante debater e aprofundar, e assim por diante.

Haveria muitas coisas, mas seria chover no molhado, Senador. Então, paro por aqui. Agradeço imensamente o convite e estou à disposição para continuar o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Informo que todas as apresentações aqui exibidas já estão disponíveis na página da reunião e também no e-Cidadania. Para as pessoas que estão acompanhando e que quiserem se aprofundar, as apresentações estão todas disponíveis.

O objetivo principal é aprimorar as leis de transparência, foi o que nos mobilizou para este encontro. E eu gostaria de fazer algumas questões que me chegaram e outras que são próprias.

Quanto ao PLS 570, de 2015, nós o submetemos a várias discussões, a Consultoria do Senado já se manifestou em vários aspectos, mas eu tenho uma questão aqui sobre o §3º do 570/2015, que diz o seguinte:

> O cumprimento do disposto no inciso III do § 2º será assegurado por meio da adoção, por todos os órgãos a que se aplica esta Lei Complementar, de uma janela eletrônica de transparência em moldes definidos pela Controladoria Geral da União [ou o Ministério da Transparência], a qual uniformizará o formato das informações e um sistema único e padrão de informática a ser utilizado.

Isso gerou uma grande polêmica aqui dentro, se pode, se não pode. E como nós estamos aqui com o Dr. Gilberto Junior, que é Ouvidor-Geral, esta é uma questão que eu gostaria que ele nos respondesse.

Outra questão é uma que chegou aqui: "Qual seria a punição mais justa para os gestores que não implantarem portais de transparência nos órgãos públicos e como punir esses gestores de órgãos públicos que têm portais de transparência, mas que não apresentam os dados de forma pormenorizada?"

Ou seja, aqueles que ensaiam cumprir a lei, mas não a cumprem. Porque a lei é clara, a lei foi formulada a partir de experiências concretas. Então, não tem muito o que... Por exemplo, o caso da exposição dos salários de servidores públicos. É uma novela para você chegar a isso. A maioria dos portais escondem.

A outra é essa questão dos cliques, de quantos cliques a gente precisa dar para chegar a uma informação. Eu sei que o pessoal do Fiscaliza Agora deu uma aula para todos nós de como sintetizar, de como economizar tempo de quem quer obter uma informação de gastos públicos. Realmente, um trabalho muito bem feito. Eu fiquei muito impressionado com esse trabalho que vocês vêm realizando. E como é que a gente pode trazer isso para o serviço público? Talvez contratando o trabalho de vocês, pode ser por aí. Mas, então, essa é uma questão.

Em relação ao STF, chegaram algumas perguntas. Mostra-se dificuldade quanto às passagens aéreas, que o STF não mostra, você não encontra no portal.

O que mais há aqui?

Há essa questão, que eu já coloquei, de que a maioria das pessoas usam *smartphone*, usam celulares para acessar a internet, e o STF não permite acesso a essa diversidade, digamos, de equipamentos.

Bom, essas são as primeiras questões. Se alguém tiver mais alguma questão aqui, nós podemos passar a todos.

Quem responde primeiro?

Então, o Marcos – Marcos Alegre Silva, Ouvidor do STF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ALEGRE SILVA – Com relação à questão do acesso pelo *smartphone:* o Supremo optou por uma versão mais *clean*, mais limpa, na versão para *smartphones*. Então, há um acesso ali a andamento processual e pesquisa de jurisprudência com poucas informações. No final dessa página, disponível ali pelo *smartphone*, há um botão chamado "versão clássica". Quando o usuário, então, clica nessa versão, ele abre o portal como ele abre para os usuários de internet. Ali já se abre, então, o canal de acesso à informação, aos dados de transparência. Esse foi primeiro questionamento.

Com relação à questão de passagens e diárias: esse é um dado perguntado com bastante frequência. O STF tem trabalhado em um sistema para poder divulgar essas informações, assim como já é feito em outros tribunais – há o modelo, por exemplo, do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ já divulga –, mas nós estamos esbarrando ainda em algumas dificuldades com relação ao detalhamento dessa informação. Há, inclusive, um processo administrativo no Supremo e uma das dificuldades não é, na verdade, divulgar o quanto se gasta, mas em que nível de detalhamento se dá isso.

O problema principal diz respeito à questão de segurança. Muitos querem saber, por exemplo, quais são os voos e os horários. Aí há alguma dificuldade. Trata-se de autoridades públicas e, às vezes, essa disponibilidade pode gerar algum problema. Por exemplo, o mapeamento do voo que um determinado ministro faz, o horário, a que horas ele chega, a que horas ele sai.

Então, uma das preocupações, até onde eu tenho acompanhado essa dificuldade lá no Supremo, tem se relacionado a isso.

Os dados são públicos desde que haja também uma medida em relação a essa questão de segurança, mas acredito que, em breve, vão delimitar até onde se pode divulgar – acredito que o valor, a utilização. Eu não sei exatamente quanto tempo vamos demorar para liberar assim como os tribunais liberam.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Com a palavra o Gilberto Waller. É isso mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a palavra o Gilberto Waller para nos explicar realmente e tirar essa dúvida cruel que nós estamos vivendo.

O SR. GILBERTO WALLER JUNIOR – Na verdade, são dois pontos. Um é a respeito de punição, qual seria a punição. A meu entender deveria ser uma punição pessoal ao gestor, talvez com inelegibilidade ou uma multa a ser aplicada ao gestor que não cumpre a Lei de Transparência. Eu acho que isso seria mais justo do que penalizar toda a população com a não transferência de recursos, com a impossibilidade de aplicação de alguma política pública no local. Eu acho que a responsabilização pessoal seria a mais adequada a ser feita.

Quanto à possibilidade do texto do §3º, de trazer a CGU para normatizar, para padronizar os dados: na verdade, hoje já existe uma portaria que normatiza sem tanta força como seria a inclusão na Lei de Responsabilidade Fiscal. Com essa portaria, não vislumbra problema algum, porque está sendo delegada uma atividade a um órgão público para que ele padronize essas atividades. Todavia, essa padronização, como o Sr. Sinoel falou, tem que ser estudada de acordo com o tamanho do Município, de acordo com a estrutura daquele Município, de acordo com os elementos em cada local.

Como a previsão, pelo que eu vi, é simplesmente colocar a CGU para definir esses dados – quais seriam, qual a plataforma –, não vislumbro problema algum. E depois o trabalho interno seria de verificar os Municípios até tantos habitantes, os Municípios superiores ou com uma estrutura melhor, quais dados seriam disponibilizados nesse portal da transparência. Então, seria um avanço na realidade que a gente já tem hoje, e seria muito interessante para toda a população ter assegurado quais os dados mínimos cada Município teria de colocar em transparência.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Mais alguém quer se manifestar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não. Matheus, por favor.

O SR. MATHEUS PEREIRA AMARAL MOREIRA – Quanto à questão da quantidade de cliques, eu acho que é importante ressaltar também que é um processo de evolução. A gente sabe que a Lei de Transparência já tem um tempo, mas isso caminha para, a cada dia, tornar-se melhor. O próprio Gilberto falou da reformulação do portal da CGU, e é bem provável que o próximo vá estar muito melhor.

Dentro da literatura, a gente vê várias técnicas para tentar contornar esse tipo de problema. O principal deles é o teste de usabilidade. Então, você tem que pegar usuários, convidar pessoas a utilizar a ferramenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

com objetivos. E aí você vai avaliar se essa ferramenta atendeu ou não o objetivo de levar a informação para o usuário final. Um trabalho muito difícil para quem desenvolve é este também: de se colocar no lugar de quem vai usar a ferramenta lá na ponta final. E esse exercício a gente tem que fazer o tempo todo no momento do desenvolvimento dessas ferramentas.

Aproveito também aqui a pergunta feita anteriormente, a questão da unificação dos portais. Como o Sinoel, eu acho que é completamente possível isso. Dentro dessa questão da usabilidade também, acredito que seria uma grande evolução, seria um grande passo ter todas as informações concentradas num grande portal que atendesse todas as necessidades da população de modo geral.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não, Sr. Vagner Diniz, por favor.

O SR. VAGNER DINIZ – Obrigado.

Eu queria discordar dessa postura de fazer o portal único, porque a gente corre um perigo muito grande de padronizar a tecnologia. Você não padroniza a tecnologia aplicada; você pode padronizar o que você considera importante haver num portal de transparência. Por exemplo, se nós estamos considerando que a CGU é o fórum correto para fazer a padronização de quais são os dados mínimos que devem conter num portal, isso é o que basta. Daí para frente, qualquer outra padronização, eu acho, extrapola e engessa a tecnologia. Então, falar em plataforma, falar em portal único, significa que nós estamos tentando, de alguma maneira, engessar a tecnologia.

A tecnologia evolui muito rapidamente. Então, cada Município ou cada órgão público pode alterar e mudar essas tecnologias, mudar a sua plataforma; basta que ele siga uma padronização de quais são os dados mínimos existentes e que esses dados estejam num formato aberto. Com relação a isso, eu acho excelente.

Agora, por exemplo, oferecer um portal para o Município dentro daquele padrão é legal, é interessante. O Governo do Estado de São Paulo até faz isso. Ele fornece um *template*, vamos dizer assim, uma aplicação de portal de transparência para os Municípios que quiserem adotá-la. Isso é muito útil quando os Municípios não têm uma tecnologia, não têm uma área de infraestrutura tecnológica. Eles podem, então, adotar o modelo existente. Agora, isso é na base da adoção e não numa base de imposição de qual é a plataforma que deve ser usada, sob pena de a gente engessar a tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Mais alguém?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sinoel Batista, por favor.

O SR. SINOEL BATISTA – Eu queria só apimentar um pouco essa discussão com o Vagner. De repente, pode-se pensar: "Nós somos da iniciativa privada e estamos contra a tese que o Vagner defende, de liberdade de tecnologias para fazer a construção de portais." O que, na nossa percepção, seria adequado...

Eu vou dar um exemplo para vocês: o Ministério da Educação utiliza o Educacenso. Você tem que mandar as informações num padrão x. E não há outra forma de enviar para o Ministério da Educação a alimentação de informações que define, por exemplo, o *per capita* do Fundeb para o ano seguinte, não é possível fazer isso fora desse padrão.

Eu imagino que seja necessário a gente separar o que é informação de interesse público e qual é o papel da tecnologia para fazer a disponibilização e o acesso a essa informação. É um pouco nesse sentido que eu entendo que é necessário a gente fazer um aprofundamento da reflexão.

Deve haver um padrão de plataforma, um portal único, uma vez que a Lei nº 4.320 é única, que a Constituição Federal é única, que a LAI é única e que isso se aplica às três esferas de governo e aos três Poderes. Do nosso ponto de vista, isso caberia perfeitamente num portal único com tecnologias diferentes – por exemplo, o Imposto de Renda.

O SR. GILBERTO WALLER JUNIOR – Só me permita fazer um complemento, só para esclarecer que, talvez, estejamos falando coisas muito parecidas ou quase iguais, mas, talvez, a expressão não seja muito clara.

Um exemplo muito banal, que acho que é fácil de compreender, é que nenhum órgão público, nenhum ministério poderia exigir, ou deve poder exigir, daquele com quem se relaciona, que entrega dado ou que consome dado, a entrega de um arquivo em determinado padrão que não seja padrão aberto. Dou um exemplo: nenhum ministério pode exigir de algum outro órgão público ou do cidadão que ele entregue um arquivo no formato Excel, que é de uma aplicação proprietária da Microsoft. É isso que estou dizendo. Ele tem de exigir que eu entregue os dados, e que eu entregue os dados naquela sequência. Ele estabelece quais são os dados que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

tenho de entregar, qual o tamanho de cada dado e qual a sequência em que tenho de entregar. Agora, ele não pode exigir que eu entregue esses dados, por exemplo, no formato Excel, que é um *software* de propriedade de uma empresa chamada Microsoft. Se quero usar outro *software*, se quero usar outra coisa, isso não pode ser exigido. Então, quando falo de liberdade de tecnologia, estou falando exatamente do fluxo livre dos dados, desde que eu consiga entregar no formato aberto, que qualquer outra aplicação ou outra tecnologia vá ler.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Matheus, você quer usar da palavra?

O SR. MATHEUS PEREIRA AMARAL MOREIRA – Acho que é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Está explicado?

O SR. MATHEUS PEREIRA AMARAL MOREIRA – Está explicado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Aproveito para fazer um comunicado: informo que o prazo para os membros da Comissão apresentarem emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016 (PLDO 2017), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências, foi prorrogado para o dia 30, quinta-feira, às 18h, aqui na Comissão.

Essa convocação é para a apreciação e deliberação sobre as emendas. Convoco todo mundo que queira colocar emenda na Comissão a estar aqui na quinta-feira, às 18h.

Há mais alguma informação? (*Pausa.*)

Desculpem-me, mas é que, no dia 30 de junho, haverá reunião para apresentação de emendas. A reunião para proferir a decisão será feita no dia 5 de julho, às 11h. É isso.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos. Acho que foi um encontro extremamente positivo, em que se esclareceram algumas dúvidas. Agora vamos tratar de fazer tramitar o PLS 570, para darmos um passo adiante na transparência dos gastos públicos, para facilitar a vida da sociedade, que exerce o controle social. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2016, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às onze horas e dezoito minutos do dia cinco de julho do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, reuniu-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Telmário Mota, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, João Capiberibe, Lúcia Vânia, Valdir Raupp, Dário Berger e Pedro Chaves. Deixaram de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Antonio Anastasia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. O Presidente declarou aberta a reunião destinada e discutir e votar emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2016, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências". Antes de iniciar os trabalhos, o Plenário dispensou a leitura e aprovou as atas das reuniões anteriores. Assumiu a presidência o Senador João Capiberibe. O Senador Paulo Bauer fez a leitura do relatório, de sua autoria, no qual comunicou o recebimento de 13 (treze) propostas de emenda, sendo 6 (seis) destinadas a incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e 7 (sete) emendas ao texto do projeto. Encerrada a discussão, foi aprovado o relatório, que passou a constituir parecer favorável às dez emendas seguintes: EMENDAS DE META: Nº 1 | AÇÃO: 215D | DESCRIÇÃO: INTEGRAÇÃO DE CADASTROS E DE ACESSOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS ELETRÔNICOS (BEM MAIS SIMPLES BRASIL) | META: 5; -- Nº 2 | AÇÃO: 2374 | DESCRIÇÃO: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E EMPRESAS DE MÉDIO PORTE | META: 1.000; --Nº 3 | AÇÃO: 20Z7 | DESCRIÇÃO: GESTÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL | META: 1; EMENDAS AO TEXTO: Nº 4 | REFERÊNCIA: ARTIGO 133 | TIPO: ADITIVA; -- Nº 5 | REFERÊNCIA: ARTIGO 2 | TIPO: MODIFICATIVA; -- Nº 6 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA; -- Nº 7 | REFERÊNCIA: ARTIGO 57 INCISO I | TIPO: ADITIVA; -- Nº 8 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA; -- Nº 9 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA; -- Nº 10 | REFERÊNCIA: ITEM 64 | TIPO: ADITIVA. Reassumiu a presidência o Senador Paulo Bauer, fazendo comunicados aos membros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a presente reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer
Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

Senador João Capiberibe
Vice- Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 (Projeto de Lei do Congresso nº 2, de 2016).

Para proceder à leitura do relatório, convido o Senador João Capiberibe a assumir a Presidência da reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Passo a palavra ao Senador Paulo Bauer para a leitura do relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Parecer da Comissão de Transparência e Governança Pública sobre as propostas de emenda apresentadas por seus membros referentes ao Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências".

Relatório.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2016-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017.

O Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) prevê que cada Comissão Permanente poderá apresentar até 3 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. No que se refere a emendas de texto, porém, referido Parecer Preliminar não estabeleceu quantidade limite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

No prazo estabelecido por esta Comissão, foram apresentadas 13 (treze) propostas de emenda, sendo que 6 (seis) se destinam a incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e 7 (sete) referem-se ao texto do projeto.

Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas 3 (três) emendas e tendo em vista suas competências regimentais, propomos que esta Comissão priorize as seguintes ações:

• "215D - Integração de Cadastros e de Acessos aos Serviços Públicos Eletrônicos (Bem Mais Simples Brasil)" (propostas 2 e 3, apresentadas pelos Senadores Lúcia Vânia e este Relator);

• "2374 - Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte" (proposta 5, apresentada pelo Senador Wellington Fagundes); e

• "20Z7 - Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil" (proposta 6, apresentada pelo Senador João Capiberibe).

Quanto às propostas de emendas de texto, 2 (duas) destinam-se a aumentar o grau de transparência e de previsibilidade do orçamento público, 4 (quatro) têm por finalidade proteger do contingenciamento determinadas programações e 1 (uma) visa autorizar que recursos federais possam ser destinados à construção, ampliação e reforma no âmbito das Apaes.

Tendo em vista os fins a que visam as propostas apresentadas pelos nobres Pares, propomos que esta Comissão apresente emendas de texto em conformidade com suas propostas.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de:

a) 3 (três emendas) ao Anexo de Metas e Prioridades, conforme segue:

Programa – 2047 Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil; Ação – 215D Integração de Cadastros e de Acessos aos Serviços Públicos Eletrônicos (Bem Mais Simples Brasil); Produto – Serviço disponibilizado (unidade); Meta – 5.

Programa – 2127 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego; Ação – 2374 Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte; Produto – Projeto apoiado (unidade); Meta – 1.000.

Programa – 2039 Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios; Ação – 20Z7 Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil; Produto – Sistema mantido (unidade); Meta – 1.

b) 7 (sete) emendas de texto em conformidade com as propostas apresentadas por seus membros.

Sala da Comissão, 5 de julho de 2016

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública Senado Federal e Relator da matéria

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Paulo Bauer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às emendas desta Comissão de Transparência e Governança Pública ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2016.

As emendas aprovadas nesta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Convido o Senador Paulo Bauer a reassumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador João Capiberibe pela sua participação e contribuição.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 11ª Reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, informo aos Srs. Senadores apenas para efeito de registro que eu mantive um contato há 3 semanas, uma audiência, com o Ministro Torquato Jardim. Na ocasião, eu formalizei a ele o convite desta Comissão para que ele aqui viesse para informar quais são as ações, quais são os planos que ele tem para o recém-criado Ministério da Transparência.

O Ministro se prontificou a comparecer a esta Comissão. Apenas solicitou que nós déssemos um pouco de tempo para que ele pudesse organizar melhor todos os seus projetos e ações também para que nós tivéssemos vencida essa fase agora do *impeachment*, que é de audiências, processo de defesa, processo de perícia e tudo mais, para que nós pudéssemos ter um ambiente político mais confortável e mais tranquilo quando da presença do Ministro aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.140974/2016-72-1 (ANEXO: 001)

Nós sabemos que o Governo hoje é interino e, por isso mesmo, há razões suficientes para justificar essa disposição do Ministro de aqui estar, mas de também vir a partir do momento em que o processo de *impeachment* estiver definido e encerrado.

Portanto, já no mês de agosto, nós teremos a presença do Ministro Torquato aqui na Comissão para atender ao nosso convite e fazer a exposição e o debate em torno dos trabalhos que serão desenvolvidos aqui e também no Ministério.

Não havendo, portanto, mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando a próxima reunião ordinária para a próxima terça-feira, às 11 horas da manhã.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0B12D9DC001382A1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.